SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 06 de Agosto de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3589

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
CISMEL - NCP | CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANCA PUBLICA, SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NCP

GABINETE DO PRESIDENTE
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 004/2025

EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO n. 004/2025
Partes: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NORTE CENTRAL PARANAENSE – CISMEL/NPC e IRIS BS SYSTEM LTDA: Aditivo de prorrogação do prazo de vigência. Com fundamento no Processo Digital nº 93/2026, datado de 30/06/2026, acordam as partes, nos termos da lei n° 14.133/21, em prorrogar o prazo de vigência do contrato de prestação de serviços por 90 (noventa) dias, observando-se o início em 04/07/2026 e encerramento em 04/10/2026, sendo que para este período será mantido o valor inicialmente compactuado, resultando no valor mensal de R$ 20.909,68 (vinte mil, novecentos e nove Reais e sessenta e oito centavos). Ressalvado o encerramento antecipado em caso de conclusão do novo processo licitatório. Fica responsável pela fiscalização da execução do presente Everton Moreira – Gerente de Projetos. As demais condições estipuladas originalmente no contrato permanecem inalteradas, em especial a forma de pagamento. Data e assinaturas.

Publicado por:
Ariana Beatriz Koslyk Pedroso
Código Identificador:9D96EF5C

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO N° 050.2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 050/2026
Processo N° 085/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro para veículos e máquinas pesadas, visando à cobertura de seguro total (casco), responsabilidade civil facultativa de veículos (RCF-V), acidentes pessoais de passageiros (APP), assistência 24 (vinte e quatro) horas e demais coberturas securitárias necessárias, para os veículos e máquinas pesadas integrantes da frota oficial do Município de Boa Esperança do Iguaçu, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
VALOR TOTAL: R$ 129.292,00 (cento e vinte e nove mil e duzentos e noventa e dois reais).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 06/08/2026 às 08h30min do dia 20/08/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h31min até às 08h59min do dia 20/08/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 20/08/2026.
LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.
CRITÉRIO: MENOR PREÇO, em regime de MENOR PREÇO POR LOTE.
Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.boaesperancadoiguacu.atende.net – Licitações** e **bllcompras.com** ou no Departamento de Licitações, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (46) 3191-1364.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.
BOA ESPERANCA DO IGUACU, 05 de agosto de 2026.

RENATO GRASSI
Pregoeiro

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:CF98DC1B

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO N° 051.2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 051/2026
Processo N° 083/2026
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de sistemas de comunicações, com fornecimento de link de dados por fibra óptica para acesso à internet e telefonia móvel 4,5g/5g, incluindo instalação, manutenção e configuração de servidor de internet, homologado pela ANATEL e sem limite de tráfego de dados, para atender às necessidades de todas as Secretarias e Departamentos do Município de Boa Esperança do Iguaçu- PR.
VALOR TOTAL: R$ 60.342,0036 (sessenta mil e trezentos e quarenta e dois reais).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 06/08/2026 às 13h30min do dia 20/08/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 13h31min até às 13h59min do dia 20/08/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14h00min do dia 20/08/2026.

LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.
CRITÉRIO: MENOR PREÇO, em regime de MENOR PREÇO POR LOTE.
Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.boaesperancadoiguacu.atende.net – Licitações** e **bllcompras.com** ou no Departamento de Licitações, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (46) 3191-1364.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.
BOA ESPERANCA DO IGUACU, 05 de agosto de 2026.

RENATO GRASSI
Pregoeiro

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:52F6DF71

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3539, DE 04 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia servidora pública municipal Jaqueline Rodrigues, para exercer cargo em comissão, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal 814/2026,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **nomeado** a senhora **Jaqueline Rodrigues,** portadora da carteira de identidade nº. 13.163.361-0 -SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº. 071.644.829-77, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Enfermagem e Epidemiologia**,** com 40 horas semanais, símbolo C-6, nomeado a partir do dia 04 de agosto de 2026.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 04 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:8F05BB04

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3540, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia servidor público municipal Evandro Andreis, para exercer cargo em comissão, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal 814/2026,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **nomeado** o senhor **Evandro Andreis,** portador da carteira de identidade nº. 7.850.201-0-SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº. 033.797.639-26, para exercer o cargo em comissão de Secretário de Agricultura**,** com 40 horas semanais, nomeado a partir do dia 05 de agosto de 2026.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 05 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:FDEE9A49

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3541, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia servidor público municipal Ivair Dreves, para exercer cargo em comissão, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal 814/2026,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **nomeado** o senhor **Ivair Dreves,** portador da carteira de identidade nº. 4.972.544-2-SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº. 697.724.289-20, para exercer o cargo em comissão de Secretário de Urbanismo**,** com 40 horas semanais, nomeado a partir do dia 05 de agosto de 2026.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 05 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:EF6B6BA7

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3542, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 3542, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar/Especial no valor de R$ 1.000.000,00, no Orçamento do Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, para o Exercício de 2026, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade a Lei Municipal nº 834, de 04 de agosto de 2026, bem como o Parágrafo 2º, Art. 167 da Constituição Federal, e a Lei Federal nº 4.320/64

DECRETA:

Art. 1º - Abre no Orçamento Geral do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, para o exercício de 2026, um Crédito Adicional Suplementar/Especial no valor de *R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)*, nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00	*- Secretaria de Saúde*	
08.01	*- Fundo Municipal de Saúde*	
10.301.0015.2018	*- Manutenção das Atividade do Fundo Municipal de Saúde*	
3319011000.0000	*- Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil*	
494	*- Bloco de Custeio das Ações e Serviços*	*400.000,00*
3339039000.0000	*- Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica*	
18494	*- Emendas Individuais Impositivas - Saúde Custeio*	*300.000,00*
10177	*- Emenda de Bancada do Paraná*	*100.000,00*
10178	*- Emendas Comissão da Saúde*	*200.000,00*

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito Suplementar/Especial de que trata o presente Decreto, serão do Excesso de arrecadação nas fontes;

494	*- Bloco de Custeio das Ações e Serviços*	*400.000,00*
18494	*- Emendas Individuais Impositivas - Saúde Custeio*	*300.000,00*
10177	*- Emenda de Bancada do Paraná*	*100.000,00*
10178	*- Emendas Comissão da Saúde*	*200.000,00*

Art. 3º - O Executivo fará as alterações necessárias nos anexos da LDO e do PPA 2026.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu-PR, aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:8C5CDF84

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO E REAJUSTE - ARP 168/2025

Ata de Registro de Preços 168/2025
Termo Aditivo de Prazo e Reajuste: 1/2026
Licitação: Pregão Eletrônico n° 54/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado: AM TERRAPLANAGEM LTDA, ESTABELECIDA NA RUA AMOR PERFEITO, Nº 10, COMPLEMENTO BRCAO 02 - RODOVIA PR-879 CENTRO NA CIDADE DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, por 01 (um) ano, admitida prorrogação por igual período, para futura e eventual contratação de empresa de prestação de serviços de horas-máquina de escavadeira hidráulica, escavadeira hidráulica com rompedor e caminhão basculante, destinados a Secretaria de Viação e Obras, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Prazo de Vigência: 06/08/2026 à 06/08/2027.
Valor do reajuste: 4,64% (quatro vírgula sessenta e quatro por cento)
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura: 05 de agosto de 2026.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu,05 de agosto de 2026

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:40AECFAA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
RATIFICA O RELATÓRIO FINAL DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

RATIFICA O RELATÓRIO FINAL DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2026
Interessada: Fox Construtora Ltda
Contrato Administrativo Nº 120/2024, resultante da Licitação Concorrência Eletrônica Nº 06/2024
Objetivo: Execução de serviços de pavimentação em TST (Tratamento Superficial Triplo) em estrada rural, com 26.100,00m² (vinte e seis mil e cem metros quadrados), no Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR.

DA INSTRUÇÃO

A Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, bem como da Aplicação de Sanções Administrativas decorrente de Licitações promovidas pelo Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, designada pela Portaria nº 1813, de 24 de março de 2026, publicada no Diário Oficial do Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, em 26 de março de 2026, com vistas à possível aplicação de penalidades administrativas à Empresa Fox Construtora Ltda, em razão de descumprimento contratual relativo ao ***CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2024, RESULTANTE DA LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2024,*** apresenta o presente Relatório Final, após análise de toda a instrução processual, das garantias do Contraditório e Ampla Defesa, da qual a referida Empresa não o fez, mesmo intempestivo.
***Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2026, foi instaurado com fundamento nos arts.* 137 e 155 da Lei 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações), e na Cláusula Décima Terceira do Contrato Administrativo nº 120/2024, em razão de indícios de não cumprimento do Contrato Administrativo nº 120/2024, em razão da obra estar paralisada desde a data de 13 de fevereiro de 2026, sem comunicação prévia, justificativa técnica aceita ou apresentação de novo cronograma, além do material que estava sendo aplicado na base de pavimentação, não atendia integralmente às especificações técnicas estabelecidas em projeto e memorial descritivo da obra.

DA DESCRIÇÃO DAS INFRAÇÕES E DOS RELATÓRIOS DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização contratual e a Comissão Processual registraram:

-Em 17 de junho de 2025, a Fiscal do Contrato Notificou a Empresa FOX CONSTRUTORA LTDA, conforme Ofício nº 139/2025, pedindo informações no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da mesma, por quais razões o resultado da medição mensal de 01/04/2025 à 17/06/2025, foi zero, relativos à execução da pavimentação TST (Tratamento Superficial Triplo) de 26.100,00m² em estrada rural, objeto do Contrato nº 120/2024;
-A Empresa FOX CONSTRUTORA LTDA, se manifestou alegando que não houve paralização da obra, que estava executando as drenagens e devido as condições climáticas adversas, dificuldades de acesso ou logística da estrada, ou atraso no repasse de insumos/materiais e falta de mão de obra local, teve a redução na execução da obra, mas que estavam tomando as devidas providencias para a melhor execução dos trabalhos;
-A Fiscal do Contrato Notificou a Empresa FOX CONSTRUTORA LTDA, em data de 12 de agosto de 2025, por abandono de obra,

paralisação injustificada dos serviços relativos à execução da pavimentação TST (Tratamento Superficial Triplo) de 26.100,00m² em estrada rural, objeto do Contrato nº 120/2024, caracterizando indícios de abandono de obra;

-A Fiscal do Contrato Notificou a Empresa FOX CONSTRUTORA LTDA, em data de 18 de agosto de 2025, por constatar juntamento com o Assessor de Gabinete que também é Engenheiro Civil senhor Juscelino Thomazi, que o material que estava sendo aplicado na base de pavimentação, não atendia integralmente às especificações técnicas estabelecidas em projeto e memorial descritivo da obra, especialmente o que se referia à granulometria e regularização da camada de macadame e brita graduada;
-Em data de 18 de agosto de 2025, e Empresa FOX CONSTRUTORA LTDA, se manifestou alegando que não houve intenção de abandono da obra, sendo a paralização apenas para aguardar a liberação do aditivo de transporte do material da base, e que estava adotando as providências para a imediata retomada das atividades;
-Em data de 04 de dezembro de 2025, a Fiscal do Contrato Notificou a Empresa FOX CONSTRUTORA LTDA, por entender que a baixa evolução da obra, descumpria o cronograma e poderia ocorrer o vencimento contratual;
-Em data de 10 de dezembro de 2025, e Empresa FOX CONSTRUTORA LTDA, se manifestou alegando que a obra não estava paralisada, mas sim em ritmo reduzido, por motivo de falta de material pétreo (brita) por parte do fornecedor contratado, e que havia firmado novo contrato com novo fornecedor para tal fim;
-Em data de 03 de março de 2026, a Fiscal do Contrato Notificou a Empresa FOX CONSTRUTORA LTDA, por constatar que a obra da pavimentação TST (Tratamento Superficial Triplo) de 26.100,00m² em estrada rural, objeto do Contrato nº 120/2024, está paralisada desde a data de 13 de fevereiro de 2026, sem comunicação prévia, justificativa técnica aceita ou apresentação de novo cronograma;
-Em data de 31 de março de 2026, a Fiscal do Contrato Notificou a Empresa FOX CONSTRUTORA LTDA, que apesar das Notificações anteriores expedidas, e as tentativas de comunicação registradas por parte da fiscalização, a Empresa não retomou a execução da obra, permanecendo paralisada desde a data de 13 de fevereiro de 2026, alertando que o descumprimento pactuado, caracteriza inexecução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
-Em data de 13 de abril de 2026, a Fiscal do Contrato Notificou o Setor de Contratos para abertura de Processo Administrativo para rescisão contratual com a Empresa FOX CONSTRUTORA LTDA, do Contrato nº 120/2024; adoção das medidas necessárias à rescisão unilateral do contrato por culpa da contratada, pelas condutas acima expostas; e aplicação das penalidades cabíveis, nos termos da legislação vigente e cláusulas contratuais, de acordo com o previsto no art. 137, da Lei nº 14.133/2021.
-Em data de 13 de abril de 2026, esta Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, bem como da Aplicação de Sanções Administrativas decorrente de Licitações promovidas pelo Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, designada pela Portaria nº 1813, de 24 de março de 2026, publicada no Diário Oficial do Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, em 26 de março de 2026, emitiu uma Notificação Extrajudicial para a Empresa FOX CONSTRUTORA LTDA, através de carta A.R. dos correios, a qual foi recebida em data de 20 de abril de 2026, para que apresentasse sua defesa no prazo de 05 (cinco) dias, assegurando o princípio do contraditório e ampla defesa da contratada, a qual não o fez, incorrendo em revelia.
-Em data de 04 de maio de 2026, ***esta Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, bem como da Aplicação de Sanções Administrativas decorrente de Licitações promovidas pelo Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR***, designada pela Portaria nº 1813, de 24 de março de 2026, publicada no Diário Oficial do Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, em 26 de março de 2026, emitiu uma Notificação Extra-Judicial, referente ao Despacho Instrutório feita través do E-mail e Whatsapp da referida Empresa, para que no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento do mesmo, apresentar Defesa Prévia por escrito, a qual não fez, ocorrendo em revelia.

As infrações encontram respaldo no contrato e na legislação, especialmente na Cláusula Décima Terceira do Contrato nº 120/2024, e nos arts. 137 e 155, inciso II, da Lei nº 14.133/2021:

1. Cláusula de Execução e Prazos (Objeto)
O descumprimento do cronograma físico-financeiro fere a cláusula que define o **prazo de entrega**.
· **Infração:** Atraso injustificado ou lentidão que comprove a impossibilidade de conclusão da obra no prazo;
· Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

2. Cláusula de Obrigações da Contratada
Esta cláusula exige que a empresa siga rigorosamente o **Projeto Executivo** e o **Memorial Descritivo**.
· **Infração:** Uso de materiais de qualidade inferior, ou execução em desacordo com as normas técnicas da ABNT ou DNIT.

3. Cláusula de Fiscalização e Gestão
O contrato obriga a empresa a atender às determinações do **Fiscal do Contrato**.
· **Infração:** Desatendimento das ordens emitidas pela fiscalização para corrigir falhas na pavimentação.

4. Cláusula de Sanções Administrativas
Esta seção tipifica as condutas que geram penalidades.
· **Infração:** Inexecução parcial ou total do ajuste, dando causa à rescisão unilateral.

5. "Art. 137 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior";

6. "Art. 155 - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
"II – Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo";

7. "Cláusula Décima Terceira do Contrato Administrativo nº 120/2024, que estabelece:
O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa".

DA DEFESA E DAS ALEGAÇÕES FINAIS DA CONTRATADA

A Contratada não apresentou defesa prévia e nem alegações finais para esta Comissão, a qual garantiu o contraditório e ampla defesa para a Empresa, mesmo após as Notificações Extra-Judiciais enviadas no decorrer do Processo, mesmo intempestivo, não o fez.

CONCLUSÃO

Considerando os elementos fáticos e jurídicos, a Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, bem como da Aplicação de Sanções Administrativas decorrente de Licitações promovidas pelo Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, por unanimidade, conclui:

1. Que as infrações previstas na Cláusula Décima Terceira do Contrato Administrativo nº 120/2024, e Arts. 137 I e II, e Art. 155, II, encontram-se configurados;
2. Que a não manifestação por parte da Empresa, das Notificações Extra-Judiciais desta Comissão, pressupõe sua responsabilidade no descumprimento contratual;

3. Que a conduta caracteriza inexecução do contrato, com atrasos e paralisações sem comunicação prévia, justificativa técnica aceite ou apresentação de novo cronograma;
4. O material utilizado até a paralização da obra, não atendia integralmente às especificações técnicas estabelecidas em projeto e memorial descritivo;
5. Rescisão imediata do Contrato Administrativo nº 120/2024.

Opina pela aplicação das penalidades contratuais à CONTRATADA na forma a saber:

A Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares opina pela aplicação de sanções Administrativas decorrente de Licitações promovidas pelo Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, e aplicação dos Parágrafos II e III, do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021:

"Art. 156 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei, as seguintes sanções:

I - .....

II – Multa;
-Multa no valor de 10% (dez por cento) do valor do Contrato Administrativo nº 120/2024";

III - Impedimento de licitar e contratar;

§ 4º - A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e ***impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.***

Boa Esperança do Iguaçu-PR, 05 de agosto de 2026.

VALCIR PAIM DE ANDRADE
Presidente

RAFAL JOSÉ GAVA
Membro

GEZIELI BRITES DE MIRANDA
Membro

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:0E0F63FA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
RATIFICA O TERMO DE DICISÃO

RATIFICA O TERMO DE DECISÃO

Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2026
Empresa Indiciada: Fox Construtora Ltda
Contrato Administrativo Nº 120/2024, resultante da Licitação Concorrência Eletrônica Nº 06/2024
Objetivo: Execução de serviços de pavimentação em TST (Tratamento Superficial Triplo) em estrada rural, com 26.100,00m² (vinte e seis mil e cem metros quadrados), no Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR.

DAS PRELIMINARES

Recebo os Autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2026, para julgamento, instaurado em fase da empresa Fox Construtora Ltda, CNPJ nº 30.461.054/0001-15, em razão do não cumprimento do Contrato Administrativo nº 120/2024, com atrasos e paralisações sem comunicação prévia, justificativa técnica aceite ou apresentação de novo cronograma, além do material utilizado até a paralização da obra, não atendia integralmente às especificações técnicas estabelecidas em projeto e memorial descritivo.

DAS FORMALIDADES LEGAIS

O Processo tramitou regularmente, observando-se:

1. A Cláusula Décima Terceira do Contrato nº 120/2024, e arts. 137 e 155, da Lei nº 14.133/2021;
2. A Portaria nº 1823, de 29 de abril de 2026, que determinar a abertura do Processo Administrativo nº 001/2026, visando à apuração dos fatos e da responsabilidade da empresa FOX CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 30.461.054/0001-15, com sede na Rua Ruy Barbosa, nº 922, Vila Buenos Aires, na cidade de Mafra-SC, CEP 89.300-393;
3. A Cláusula Décima Terceira do Contrato Administrativo nº 120/2024, que estabelece que a indicação das penalidades cabíveis, dos valores das multas e suas bases de cálculo constituem cláusulas necessárias em todo contrato (art. 92, inciso XIV da Lei nº 14.133/2021).
4. A garantia do contraditório e da ampla defesa, com a não apresentação de defesa administrativa, em todas as fases do processo;
5. Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
6. I - .....;
7. II - multa;
8. III - impedimento de licitar e contratar;
9. § 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei;
10. § 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

11. O encerramento imediato do Contrato Administrativo nº 120/2024, em virtude que a data final para entrega da obra seria em 17 de janeiro de 2026.
12. Rescisão imediata do Contrato Administrativo nº 120/2024.

DAS ALEGAÇÕES DA EMPRESA

A empresa **não apresentou** alegações iniciais, instrutórias e finais, mesmo sendo Notificada Extra-Judicialmente em todas as fases do Processo, garantindo o contraditório e ampla defesa por parte da Comissão do Processo Administrativo.

A Comissão concluiu que não foram apresentadas provas documentais ou técnicas que justifiquem a paralisação da obra e autorize a alteração de material.

DA CONFIGURAÇÃO DA INFRAÇÃO

Conforme apurado, restou caracterizada a inexecução do contrato, nos termos da Cláusula Décima Terceira e seus Parágrafos, do Contrato nº 120/2024, e dos Parágrafos I e II do Art. 155, da Lei nº 14.133/2021:

Cláusula Décima Terceira do Contrato nº 120/2024:

"Parágrafo Quarto – A intenção das partes, aqui manifestada expressamente, é a de que a CONTRATADA assuma e se responsabilize direta e integralmente pela plena e total realização dos serviços contratados, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis".

"Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
DO CÁLCULO DA MULTA

Conforme o Contrato, o prazo de execução era de 12 (doze) meses, contados a partir do 10º dia da expedição da ordem de serviços, datada de 07 de janeiro de 2025, resultando em prazo final em 17 de janeiro de 2026:
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E PRORROGAÇÃO

A contratada obriga-se a entregar ao Contratante o objeto deste Contrato inteiramente concluído, em condições de aceitação e de utilização, em até 12 (doze) meses, contados a partir do 10º dia da publicação da ordem de serviço.

Considerando que a obra não foi concluída e o contrato encerrou-se por decurso de prazo em 17 de janeiro de 2026, temos:

-Período de atraso: de 17 de janeiro de 2026 à 13 de abril de 2026;
-Valor da multa:
No valor de 10% (dez por cento) do valor do Contrato Administrativo nº 120/2024, ou seja, R$ 219.800,00 (duzentos e dezenove mil e oitocentos reais), que deverá ser pago no prazo de 30 dias, contados da Notificação Extrajudicial, que será expedida pelo setor de Tributação e Fiscalização do Município, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais);

-Impedimento de licitar e contratar:
§ 4º - A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e ***impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.***

O Contrato, entretanto, encontra-se formalmente encerrado desde 17 de janeiro de 2026, data do término de sua vigência, razão pela qual o Processo Administrativo foi instaurado, que apurou o não cumprimento do mesmo.
Assim o valor da multa não ultrapassa o limite de 30% (trinta por cento) do valor previsto no Contrato Administrativo nº 120/2024, e na Lei Federal nº 14.133/2021.

DA DECISÃO

Ante o exposto, **DECIDO**:

1. Julgar procedente a apuração de inexecução do contrato pela Empresa FOX CONSTRUTORA LTDA;
2. Rescindir imediatamente o Contrato Administrativo nº 120/2024;
3. Aplicar a pena de multa contratual no valor de R$ 219.800,00 (duzentos e dezenove mil e oitocentos reais), nos termos do Contrato Administrativo nº 120/2024, e na Lei Federal nº 14.133/2021;
4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta:
§ 4º - A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e ***impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;***
5. Determinar o registro da ocorrência de inexecução contratual no cadastro municipal de fornecedores;
6. Notificar a empresa para ciência e recolhimento da multa.

É como decido.

Boa Esperança do Iguaçu-PR, 05 de agosto de 2026.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:EE332648

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBLIDADE 012/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Givanildo Trumi, Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público, para fins de direito, que **ADJUDICA**, o objeto da licitação relativamente ao **CREDENCIAMENTO Nº 004/2026**, cujo objeto é: **Credenciamento (chamamento público) de empresas prestadoras de serviços, sob demanda, de fornecimento de peças, componentes, acessórios, fluídos e filtros para os veículos de passeio e utilitários, vans, ônibus, caminhões e máquinas rodoviárias e agrícolas da frota do município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, com remuneração definida pela tabela traz valor, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento**, em favor das seguintes proponentes:
TUMELERO COMERCIO DE PEÇAS AGRICOLAS LTDA – LOTE 5 **– CNPJ** 35.070.300/0001-21

E **HOMOLOGA** o referido procedimento, pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Boa Esperança do Iguaçu, 05 de agosto de 2026.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO
Contrato: 97/2026.
Modalidade: Inexigibilidade n° 012/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
CONTRATADA: TUMELERO COMERCIO DE PECAS AGRICOLAS EIRELI
CNPJ: 35.070.300/0001-21
Endereço do Contratado: Avenida Rio Grande do Sul, nº 880 Centro Sul na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
OBJETO: Credenciamento (chamamento público) de empresas prestadoras de serviços, sob demanda, de fornecimento de peças, componentes, acessórios, fluídos e filtros para os veículos de passeio e utilitários, vans, ônibus, caminhões e máquinas rodoviárias e agrícolas da frota do município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, com remuneração definida pela tabela traz valor, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
Valor: R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais).
Prazo de vigência: 05/08/2026 à 14/07/2027.
Data de assinatura do contrato: 05 de agosto de 2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 05 de agosto de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:747F7108

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBLIDADE 013/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Givanildo Trumi, Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público, para fins de direito, que **ADJUDICA**, o objeto da licitação relativamente ao **CREDENCIAMENTO Nº 005/2026**, cujo objeto é:

Credenciamento (Chamamento Público) de empresas especializadas para prestação de serviços, sob demanda, de manutenção elétrica automotiva, bem como fornecimento de peças, componentes, acessórios e materiais elétricos destinados aos veículos de passeio, utilitários, vans, ônibus, caminhões, máquinas rodoviárias e agrícolas pertencentes à frota do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, com remuneração definida pela Tabela Traz Valor, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, em favor das seguintes proponentes:
TUMELERO COMERCIO DE PEÇAS AGRICOLAS LTDA – LOTE 5 – CNPJ 35.070.300/0001-21
E **HOMOLOGA** o referido procedimento, pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Boa Esperança do Iguaçu, 05 de agosto de 2026.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO
Contrato: 98/2026.
Modalidade: Inexigibilidade n° 013/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
CONTRATADA: TUMELERO COMERCIO DE PECAS AGRICOLAS EIRELI
CNPJ: 35.070.300/0001-21
Endereço do Contratado: Avenida Rio Grande do Sul, nº 880 Centro Sul na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
OBJETO: Credenciamento (Chamamento Público) de empresas especializadas para prestação de serviços, sob demanda, de manutenção elétrica automotiva, bem como fornecimento de peças, componentes, acessórios e materiais elétricos destinados aos veículos de passeio, utilitários, vans, ônibus, caminhões, máquinas rodoviárias e agrícolas pertencentes à frota do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, com remuneração definida pela Tabela Traz Valor, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
Valor: R$ 70.000,00 (setenta mil reais)
Prazo de vigência: 05/08/2026 à 14/07/2027.
Data de assinatura do contrato: 05 de agosto de 2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Boa Esperança do Iguaçu/PR, 05 de agosto de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:F8F7668B

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA 90030/2026 - PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ÁREA DE 60.900,00 M², COMPREENDENDO: SERVIÇOS PRELIMINARES; TERRAPLENAGEM; DRENAGEM; BASE E SUB-BASE; REVESTIMENTO; SINALIZAÇÃO DE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 90030/2026
O Município de Chopinzinho, torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 21 de agosto do ano de 2026, na Rua Miguel Procópio Kurpel n° 3811, em Chopinzinho, Paraná, Brasil, CONCORRÊNCIA, na forma Presencial, sob regime de empreitada por preço global, modo de disputa aberta, tipo menor preço, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Estrada Vicinal Gramados	Pavimentação em CBUQ	60.900,00m²	360 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, solicitada através do e-mail licita2@chopinzinho.pr.gov.br, ou obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Agente de Contratação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (46) 9 9937-0154.

Chopinzinho-PR, 05 de agosto de 2026.

Divisão de Licitação e Contratos

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:76B5EBB3

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA 22/2026 - EXTRATO DO CONTRATO Nº 236/2026.

Espécie: Extrato do Contrato nº 236/2026. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. CNPJ: 77.396.810/0008-00. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de revisão 10.000 Km de 03 (três) veículos Fiat Strada. Valor: R$: R$ 5.312,34 (cinco mil, trezentos e doze reais e trinta e quatro centavos). Origem: Dispensa de Licitação por Justificativa nº 22/2026. Fundamento Legal: Artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/21. Elemento de despesa (1411, 666, 1395) Fonte: 1045, 504. Data da assinatura: 05/08/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Fernando Leonel Moreira, pela empresa.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:928E5CA4

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA 22/2026 - TERMO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA: 22/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 147/2026
MEMORANDO ELETRÔNICO: 3.932 /2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 - Art. 75. É dispensável a licitação:
IV - para contratação que tenha por objeto:
a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-000, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR.

CONTRATADA: **FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 77.396.810/0008-00, com sede na Rua Tupi, 3665, Baixada Industrial, CEP: 85.505-141, no município de Pato Branco – PR, telefone (46) 2101-7700, neste ato representada pelo procurador Senhor Edson Antônio de Oliveira Junior, portador do CPF 020.683.789-57 e do RG 62229438 SESP/PR.

OBJETO
Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de revisão 10.000 Km de 03 (três) veículos Fiat Strada

DO VALOR

O valor total da contratação será de R$ 5.312,34 (cinco mil, trezentos e doze reais e trinta e quatro centavos)

DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
O contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de assinatura.

FONTE DE RECURSOS
A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:
Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Gestão/Unidade:	03.01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Fonte de Recursos:	510 Taxas - Exercício Poder de Polícia
Programa de Trabalho:	0412200022.006 - Manutenção do Departamento de Administração, Compras e Assessorias
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU
Desdobrado:	2869 - OUTROS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVA
Nota de Empenho:	Não se aplica

Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural e Frotas:

Gestão/Unidade:	05.01 DEPTO DE ESTRADAS RURAIS E FROTA MUNICIP
Fonte de Recursos:	504 - Royalties e Outras Compensações Financeiras
Programa de Trabalho:	2678200142.009 - Manutenção Depto de Estr Rurais e Frota Municipal
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU
Desdobrado:	666 - OUTROS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVA
Nota de Empenho:	Não se aplica

Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente:

Gestão/Unidade:	10.01 DPTO DE AGRIC. DES. RURAL E PROD ANIMAL
Fonte de Recursos:	504 - Royalties e Outras Compensações Financeiras
Programa de Trabalho:	2060800132.049 - Manutenção das Atividades Desenv Rural, Agricultura e Prod Animal
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU
Desdobrado:	1395 - OUTROS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVA
Nota de Empenho:	Não se aplica

DA JUSTIFICATIVA
A contratação da primeira revisão programada de 03 (três) veículos Fiat Strada justifica-se pela necessidade de realização da manutenção preventiva prevista pelo fabricante, em conformidade com a quilometragem e os prazos estabelecidos no manual de garantia.
A execução das revisões em concessionária autorizada é indispensável para a manutenção da garantia de fábrica dos veículos, assegurando que os serviços sejam realizados conforme os padrões técnicos exigidos, com a utilização de peças, insumos e procedimentos compatíveis com as especificações do fabricante.
A escolha da empresa Fipal, concessionária autorizada Fiat localizada no Município de Pato Branco/PR, justifica-se por ser a autorizada mais próxima do Município de Chopinzinho/PR, proporcionando maior economicidade com deslocamentos, redução do tempo de indisponibilidade dos veículos e maior eficiência na execução dos serviços, sem comprometer a garantia de fábrica.
Além de preservar a garantia, a manutenção preventiva contribui para a segurança dos usuários, a confiabilidade mecânica, o desempenho adequado e a disponibilidade da frota, reduzindo o risco de falhas, interrupções na prestação dos serviços públicos e custos decorrentes de manutenções corretivas.
Dessa forma, a realização da primeira revisão dos 03 (três) veículos Fiat Strada atende ao interesse público, garantindo a conservação do patrimônio público, a continuidade das atividades administrativas e a utilização dos veículos em condições adequadas de segurança, eficiência e economicidade
A contratação encontra amparo no art. 75, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, que dispõe: "Art. 75. É dispensável a licitação: IV – Para contratação que tenha por objeto: a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia."
Por fim, registra-se que os preços unitários dos itens contratados se encontram compatíveis com os valores praticados no mercado, conforme demonstrado pela documentação fiscal e orçamentária anexada ao processo.

Chopinzinho-PR, 05 de agosto de 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretario de Administração e Finanças

DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.
Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei n. º 14.133, de 1º de abril de 2021.
Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou o saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.
AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.
Chopinzinho-PR, 05 de agosto de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:54536101

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 824-2026 - RETIFICAÇÃO ALTERAÇÃO LOTAÇÃO ANA FRANCIELE LIVIZ FERREIRA

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 824/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4.042/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Lotar a servidora Ana Franciele Liviz Ferreira, matrícula funcional nº 3930-6, ocupante do cargo Temporário de Zelador Escolar, junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte/Escola Municipal ~~Presidente Tancredo Neves~~ Coronel Santiago Dantas, a partir de 29 de julho de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 05 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:9B529DFF

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 829-2026 - REPUBLICAÇÃO FÉRIAS LARISSA GALVÃO COSTA

REPUBLICAÇÃO DE PORTARIA Nº 829/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4.055/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 20 (vinte) dias à servidora Larissa Galvão Costa, matrícula funcional nº 3781-3, ocupante do cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 07 de março de 2025 a 06 de março de 2026, para fruição de 05 a 24 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 05 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:C0E92E71

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 840-2026 - FÉRIAS ANDERSON MARINHO DE MELLO

PORTARIA Nº 840/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 1.679/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor Anderson Marinho de Mello, matrícula funcional nº 603-2, ocupante do cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 07 de agosto de 2024 a 06 de agosto de 2025, para fruição em três períodos, sendo:

- 1º Período: 10 (dez) dias – de 04 a 13 de novembro de 2026;
- 2º Período: 10 (dez) dias – de 07 a 16 de janeiro de 2027;
- 3º Período: 10 (dez) dias – de 10 a 19 de fevereiro de 2027.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 832/2026.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 05 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:69BCC94C

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 845-2026 - ALTERAÇÃO LOTAÇÃO JOAO CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 845/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4.100/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Lotar o servidor Joao Carlos de Paula, matrícula funcional nº 1052-0, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, junto à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, a partir de 1º de agosto de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 05 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:7DCFD5F3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 841 - 2026 - DIARIAS JOÃO CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 841/2026
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 265/2025,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor João Carlos de Paula, Operador de Máquinas, CPF nº 025.***.***-48, matrícula 1052-0, 03 (três) diárias de viagem, no valor total de R$ 240,00, conforme Art. 11, § 1º, Anexo I, da Lei 3.908/2021, alterada pela Lei nº 4.028/2023, sem pernoite, nos dias 03, 04 e 05 de agosto de 2026, para Pato Branco - PR, para participar de Curso Patrulheiros da Sustentabilidade no IAPAR, a serviço da Administração Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 05 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:88D01B59

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 842 - 2026 - DIARIAS MARCOS DE SOUZA

PORTARIA Nº 842/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 265/2025,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Marcos de Souza, Motorista, CPF nº 011.***.***-58, matrícula 2854-0, 03 (três) diárias de viagem, no valor total de R$ 240,00, conforme Art. 11, § 1º, Anexo I, da Lei 3.908/2021, alterada pela Lei nº 4.028/2023, sem pernoite, nos dias 03, 04 e 05 de agosto de 2026, para Pato Branco - PR, para participar de Curso Patrulheiros da Sustentabilidade no IAPAR, a serviço da Administração Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 05 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:1599C79B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 843 - 2026 - DIARIAS WAGNER LUIZ DAL OLMO

PORTARIA Nº 843/2026
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 265/2025,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Wagner Luiz Dal Olmo, Operador de Máquinas, CPF nº 088.***.***-09, matrícula 3286-3, 03 (três) diárias de viagem, no valor total de R$ 240,00, conforme Art. 11, § 1º, Anexo I, da Lei 3.908/2021, alterada pela Lei nº 4.028/2023, sem pernoite, nos dias 03, 04 e 05 de agosto de 2026, para Pato Branco - PR, para participar de Curso Patrulheiros da Sustentabilidade no IAPAR, a serviço da Administração Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 05 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:0D5DD8E6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 844 - 2026 - DIARIAS VALDEMAR ALVES DE RAMOS

PORTARIA Nº 844/2026
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 265/2025,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Valdemar Alves de Ramos, Operador de Máquinas, CPF nº 648.***.***-00, matrícula 1050-4, 03 (três) diárias de viagem, no valor total de R$ 240,00, conforme Art. 11, § 1º, Anexo I, da Lei 3.908/2021, alterada pela Lei nº 4.028/2023, sem pernoite, nos dias 03, 04 e 05 de agosto de 2026, para Pato Branco - PR, para participar de Curso Patrulheiros da Sustentabilidade no IAPAR, a serviço da Administração Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 05 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:2A784222

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 57/2026
Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 23/2026
Modo: Aberto

O Município de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia **21 de Agosto de 2026, às 08:30 Horas,** por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, no endereço eletrônico: www.bnc.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM.**

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento futuro e eventual de uma retro escavadeira nova, zero hora, ano de fabricação 2026 ou superior, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, conforme descrito e especificado no Anexo I, parte integrante do processo administrativo.
VALOR MÁXIMO: R$ 409.650,00 (quatrocentos e nove mil seiscentos e cinquenta reais).

Informações complementares do Edital encontra-se disponível no departamento de Licitação, no horário normal de expediente da Prefeitura, ou seja, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, através dos telefones: 44-3277-1153, 44-99935-8828, 44-99935-8839, ou pelo site: www.corumbataídosul.pr.gov.br (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA), ou em www.bnc.org.br, ou ainda através do e-mail: licitacao@corumbataidosul.pr.gov.br.

PAÇO MUNICIPAL, 05 de Agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:F7F7572F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2026 – ID 2888

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL.

CONTRATADO: HELCIO KRONBERG.

OBJETO: Prestação de serviços de Leiloeiro Oficial, para proceder a alienação de bens móveis e/ou imóveis inservíveis, considerados obsoletos, sucateados, irrecuperáveis, ociosos, de recuperação antieconômica, pertencentes ao patrimônio do Município de Corumbataí do Sul – Paraná.

VALOR: A comissão será paga ao leiloeiro pelos arrematantes dos bens, no valor de 5% do montante arrematado.

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses a partir da assinatura do contrato.

LICITAÇÃO: Processo Administrativo nº 55/2026 – Inexigibilidade nº 11/2026.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal n° 14.133/2021, especialmente ao disposto nos art. 74, inciso IV, e art. 79, inciso III, e Decreto Municipal nº 106/203.

FÓRUM: Comarca de Barbosa Ferraz – Pr.

PAÇO MUNICIPAL, 05 de Agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:68B61196

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA CONTRATUAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14-2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01-2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº

80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-250, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-240, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA: OVIDIO S MOREIRA - PNEUS,** pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 73.304.537/0001-19, com sede na per. Pres. Tancredo A. Neves, nº 1217, centro, cep.: 87.302-000, na cidade de Campo Mourão – Pr, neste ato representada pelo Sr. **OVIDIO SANTOS MOREIRA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado com sede na rua Panambi, nº 1036, centro, cep.: 87.300-460, na cidade de Campo Mourão – Pr, portador da cédula de identidade sob o n° 3.60762-8SSP/PR e CPF sob o n° 437.079.479-04.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA – Fica prorrogado o fornecimento e a vigência da Ata Contratual para 05 de agosto de 2027, conforme Cláusula Segunda da Ata Contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas vigentes da Ata Contratual Primitiva.

E, por assim estarem justos e combinados, lavraram o presente Instrumento de Termo Aditivo de Ata Contratual, que depois de lido acharam conforme e assinam com as testemunhas abaixo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

PAÇO MUNICIPAL, 05 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

OVIDIO S MOREIRA - PNEUS
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:CD27C5FF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45-2024 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 23-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA:** GENTE SEGURADORA S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02, com sede na rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, Centro Histórico, CEP.: 900020-060, na cidade de Porto Alegre - RS, neste ato representada pelo Sr. SERGIO SUSLIK WAIS, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na rua Pedro Chaves Barcellos, nº 878, CEP.: 90450-010, na cidade de Porto Alegre – RS, portador da cédula de identidade Rg. nº 1.005.61967-9/RS e CPF. nº 062.422.780-49.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA – Fica prorrogado o prazo de vigência para 16 de agosto de 2027 estabelecido na Cláusula Décima Quinta do Contrato Primitivo.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas vigentes do Contrato Primitivo.

E, por assim estarem justos e combinados, lavraram o presente Instrumento de Termo Aditivo de Contrato, que depois de lido acharam conforme e assinam com as testemunhas abaixo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

PAÇO MUNICIPAL, 05 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO

Prefeito Municipal

GENTE SEGURADORA S.A
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:E5BF7FA5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45-2024 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 23-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA:** GENTE SEGURADORA S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02, com sede na rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, Centro Histórico, CEP.: 900020-060, na cidade de Porto Alegre - RS, neste ato representada pelo Sr. SERGIO SUSLIK WAIS, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na rua Pedro Chaves Barcellos, nº 878, CEP.: 90450-010, na cidade de Porto Alegre – RS, portador da cédula de identidade Rg. nº 1.005.61967-9/RS e CPF. nº 062.422.780-49.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ACRÉSCIMO – Fica acordado entre as partes um acréscimo na quantidade do serviço, devido a prorrogação de prazo, conforme o Quarto Termo Aditivo.

Item	Descrição	Quantidade Contratada	Saldo Atual	Saldo Atualizado	Valor Unitário
1	I/PEUGEOT EXPERT JI MBUS CHASSI: 9V8VBYHVERA000647 SETOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PLACA SEQ-2G04	1	1	1	R$ 1.868,90
2	I/PEUGEOT EXPERT JI MBUS CHASSI: 9V8VBYHVERA000647 SETOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PLACA SEQ-2E97	1	1	1	R$ 1.868,90
TOTAL DO ADITIVO: R$ 3.737,80 (três mil, setecentos e trinta e sete reais e oitenta centavos)					

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR - O valor total do Contrato passa a ser R$ 10.873,60 (dez mil, oitocentos e setenta e três reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato
primitivo vigente.

E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 05 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

GENTE SEGURADORA S.A
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:579B18A7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45-2024 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 23-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA:** GENTE SEGURADORA S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02, com sede na rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, Centro Histórico, CEP.: 900020-060, na cidade de Porto Alegre - RS, neste ato representada pelo Sr. SERGIO SUSLIK WAIS, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na rua Pedro Chaves Barcellos, nº 878, CEP.: 90450-010, na cidade de Porto Alegre – RS, portador da cédula de identidade Rg. nº 1.005.61967-9/RS e CPF. nº 062.422.780-49.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REAJUSTE - Com base na Cláusula Décima Sexta do Contrato Primitivo, fica reajustado os seguintes itens:

Item	Descrição	Valor Unitário Inicial	Valor Unitário Reajustado
1	I/PEUGEOT EXPERT JI MBUS CHASSI: 9V8VBYHVERA000647 SETOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PLACA SEQ-2G04	R$ 1.868,90	R$ 1.949,77
2	VEICULO GOL I/PEUGEOT EXPERT JI MBUS CHASSI: 9V8VBYHVERA000647 SETOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PLACA SEQ-2E97. PLACA BEX9C63	R$ 1.868,90	R$ 1.949,77
TOTAL DO ADITIVO: R$ 161,74 (sento e sessenta e um reias e setenta e quatro centavos)			

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR - O valor total do Contrato passa a ser R 11.035,34 (onze mil e trinta e cinco reais e trinta e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato primitiva vigente.
E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 05 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

GENTE SEGURADORA S.A
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF.: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF.: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:3B7491FA

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8056-2026

PORTARIA Nº 8056/2026

Revoga função gratificada.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº **7689/2026** de **02/02/2026** que concedeu gratificação do § 1º - letra "a" da Lei nº 875/2012, a servidora **LETÍCIA BOEIRA DA ROCHA**, portadora do RG **10.198.***-****, nomeada através do Decreto nº **5864/2025** de **03/02/2025**, cargo **Professora** a partir do dia **27** de **julho** de **2026**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:00F0B024

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8057-2026

PORTARIA Nº 8057/2026

Designa Professor responder pela Coordenação Pedagógica.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto nº **6536/2026** de **02/07/2026**.

RESOLVE:
Art. 1º Designar o Professor **LUCIANO PAVNOSKI**, portador do RG:**9.733.***-***, nomeado através do Decreto nº **2310/2010** de **01/02/2010** do Quadro Próprio do Magistério para responder pela **"Coordenação Pedagógica"**, lotado na **Escola Municipal Monsenhor Eduardo Rodrigues Machado**, com carga horária de vinte horas semanais, no período de **27** de **julho** de **2026** a **31** de **dezembro** de **2026**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:B2A786A9

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8058-2026

PORTARIA Nº 8058/2026

Transfere Servidora.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no Inciso VIII do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Transferir a servidora **MARIZETE PADILHA DA SILVA**, portadora do RG **7.920.***-***, nomeada através do Decreto nº **5672/2024** de **15/04/2024**, cargo Oficial Administrativo - Pessoa com Deficiência–PCD, da Secretaria de Agricultura para o Departamento de Viação e Obras, a partir do dia **05** de **agosto** de **2026**.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário e, em especial a Portaria nº **6592/2024** de **16/04/2024**, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:D9ECF98C

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8059-2026

PORTARIA Nº 8059/2026

Transfere Servidor.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no Inciso VIII do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Transferir o servidor **ITACIR ANTONIO ALVES PERÃO**, portador do RG **8.272.***-***, nomeado através do Decreto nº **2918/2012** de **04/07/2012**, cargo Fiscal Fazendário da Secretaria de Finanças para o Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a partir do dia **05** de **agosto** de **2026**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:C392094E

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8060-2026

PORTARIA Nº 8060/2026

Concede férias.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o Art. **89º** da **Lei Municipal** nº **073/1994** de **19/09/1994**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder dez **(10)** dias de férias a servidora **MARCIA DE MIRANDA**, portadora do RG: **6.125.***-***, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, a contar de **19/agosto/2026** a **28/agosto/2026**, referente ao período aquisitivo de **05/03/2025** a **04/03/2026.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente
JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente
VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:7E852ED7

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8061-2026

PORTARIA Nº 8061/2026

Concede férias.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o Art. **89º** da **Lei Municipal** nº **073/1994** de **19/09/1994**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder dez **(10)** dias de férias a servidora **KARINA MAIER CANTELLI**, portadora do RG **9.250.***-***, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procuradora Municipal, a contar de **10/agosto/2026** a **19/agosto/2026**, referente ao período aquisitivo de **18/07/2025** a **17/07/2026.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e
Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:BC0C0277

SECRETARIA DE FINANCAS
DECRETO 6562-2026

DECRETO Nº6562/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, para o exercício de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e Lei Orçamentária Anual nº **1632/2025** publicada em **09/12/2025**.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um **Crédito Adicional Suplementar** no valor de R$:**991.397,77** (novecentos e noventa e um mil, trezentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos) para atender despesas conforme Relatório de Alteração Orçamentária, anexo I ao presente Decreto.

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constantes deste Decreto serão utilizados - Excessos de Arrecadação, Superávit Financeiro do Exercício e Remanejamento/Anulação de dotação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Sec. Mun. da Administração

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:92A30B90

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2026 | PROCESSO DIGITAL Nº 739/2026
O MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES, Estado do Paraná, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, com modo de disputa ABERTO, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, da regulamentação municipal aplicável e das demais normas pertinentes.
OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de equipamentos destinados à implantação das Salas Sensorial e Multissensorial, voltadas ao atendimento terapêutico e à estimulação sensorial, incluindo entrega, montagem, instalação, regulagem e testes de funcionamento, quando aplicáveis.
VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 219.319,20 (duzentos e dezenove mil, trezentos e dezenove reais e vinte centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir de 06 de agosto de 2026, às 8h.
ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO: 19 de agosto de 2026, às 7h59min.
ABERTURA E INÍCIO DA DISPUTA: 19 de agosto de 2026, às 8h30.
PLATAFORMA: Portal BLL Compras — https://bll.org.br/ .
ACESSO AO EDITAL: o edital e seus anexos estarão disponíveis no Portal BLL Compras, no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP e no sítio eletrônico oficial do Município: https://eneasmarques.atende.net/ .
INFORMAÇÕES: Departamento de Planejamento e Contratações, Avenida Joaquim Bonetti, nº 579, Centro, Enéas Marques/PR; telefone (46) 3544-2100; e-mail adm.eneas@gmail.com .
Referência de tempo: horário de Brasília/DF.
Enéas Marques/PR, 5 de agosto de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joelmir Carlos Martins
Código Identificador:F9E49DB8

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 18/2026

PROCESSO LICITATÓRIO
72/2026

PREGÃO ELETRÔNICO
18/2026

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE FÊNIX

OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE REGISTRO ELETRÔNICO E GESTÃO EM SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

VALOR ESTIMADO
R$ 195.133,30 (Cento e noventa e cinco mil cento e trinta e três reais e trinta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 19/08/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço GLOBAL

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:
AMPLA CONCORRÊNCIA

DATA:
05/08/2026

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:ABA1F13C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FÊNIX – ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Decreto nº 67/2026

Dispõe sobre a criação do Fórum Municipal de Educação do Município de Fênix – Estado do Paraná e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FÊNIX, no uso de suas atribuições legais, e **CONSIDERANDO** o disposto na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996;
CONSIDERANDO o Plano Nacional de Educação – Lei nº 15.388/2026, que prevê a instituição de instâncias permanentes de participação e monitoramento;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas educacionais;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Fórum Municipal de Educação (FME) do Município de Fênix – Paraná, instância permanente de caráter consultivo, propositivo, mobilizador, de monitoramento e avaliação das políticas educacionais, com a finalidade de promover a participação da sociedade na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas de educação no âmbito municipal.

Art. 2º Compete ao Fórum Municipal de Educação:

I – participar da elaboração, acompanhamento, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação do Município de Fênix;
II – promover a articulação entre o Poder Público e a Sociedade Civil na formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais;
III – convocar, organizar e coordenar as Conferências Municipais de Educação;
IV – acompanhar e monitorar a execução das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação;
V – propor diretrizes e ações voltadas ao fortalecimento da educação pública municipal;
VI – contribuir para a garantia do direito à educação com qualidade social, observados os princípios da gestão democrática;
VII – acompanhar e promover debates sobre as políticas educacionais desenvolvidas no âmbito municipal, estadual e nacional;
VIII – elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Art. 3º O Fórum Municipal de Educação será composto por 01 representante titular e 01 representante suplente dos seguintes segmentos;
I – Secretaria Municipal de Educação;
II – Profissionais da Educação da Rede Municipal;
III – Diretores Escolares;
IV – Conselhos Municipais: Educação, FUNDEB, Alimentação Escolar, entre outros);
V – Estudantes;
VI – Pais ou responsáveis;
VII – Rede Estadual de Ensino;
VIII – Instituições de Ensino Superior;
IX – Sociedade Civil Organizada;
X – Outros órgãos e Entidades Vinculados à Educação.

§ 1º A composição deverá garantir representatividade e pluralidade.
§ 2º Os membros serão designados por ato do Poder Executivo, mediante indicação de seus respectivos segmentos.

Art. 4º O mandato dos membros do Fórum será de 02 anos, permitida uma recondução.

Art. 5º O Fórum Municipal de Educação terá a seguinte estrutura mínima:
I – Plenária;
II – Coordenação;
III – Semana Executiva;
IV – Comissões Temáticas (quando necessário).

Art. 6º O funcionamento do Fórum será regulamentado por Regimento Interno, a ser aprovado por seus membros no prazo de até 30 dias após sua instalação.
Art. 7º O Departamento Municipal de Educação prestará o apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao funcionamento do Fórum.
Art. 8º A participação no Fórum Municipal de Educação será considerada de relevante interesse público, não sendo remunerada.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Fênix, 04 de agosto de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:A3671685

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 494/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 375,00 (Trezentos e setenta e cinco reais) a favor da Sra. Raira Simoni Gomes Pereira, Cozinheira, referente ao pagamento de 1 e 1/2 (uma e meia) diárias, face a viagem do dia 05/08/2026 à 06/08/2026 para Campo Mourão-PR, tratar de assuntos de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 05 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:2107FF05

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA Nº 08/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026

ERRATA Nº 08/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2026. O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS/PR, por seu Prefeito Municipal, torna pública a retificação do Edital e dos avisos da licitação. Onde se lê, em todas as ocorrências: "itens 101 a 114", leia-se: "itens 01 a 114". Dessa forma, os itens 01 a 114 serão destinados à participação exclusiva de MEI, ME e EPP sediados no âmbito local ou regional definido pela legislação municipal, enquanto os itens 115, 116 e 117 permanecerão com participação nacional, mantidos os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006. Ficam igualmente corrigidas todas as disposições do Edital e de seus anexos que reproduzam a numeração incorreta. Nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a retificação será divulgada nos mesmos meios da publicação inicial, com disponibilização do Edital e anexos corrigidos. A correção abrange as divulgações realizadas em 05/08/2026 no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (Edição nº 3588, Código 1EB57AA6), Diário Oficial do Estado do Paraná (Edição nº 12.189, p. 64, Protocolo 103377/2026), Diário Oficial da União (Seção 3, Edição nº 146, p. 215), Jornal Bem Paraná (seção Editais), PNCP (ID 76970300000165-1-000078/2026) e AtoTeca do TCE-PR (Identificador 5037015/1). Permanecem mantidos o recebimento das propostas até as 08h30 e a abertura da sessão às 09h00 do dia 17/08/2026, na plataforma www.bnc.org.br, bem como as demais disposições não alcançadas por esta correção.

Nossa Senhora das Graças/PR, 05 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:0DC8C47B

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 496/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Conceder 20 (vinte) dias de férias, Referentes ao exercício: 01/08/2022 à 31/07/2023. E 10 (dez) dias de abono pecuniário, a servidora abaixo relacionada:

- NEIDE APARECIDA DE CARVALHO FERREIRA, matrícula nº 165.

Período de férias, de: 10/08/2026 à 29/08/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Aos 05 dias do mês de Agosto do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:A02CD9F5

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 497/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Conceder férias dos servidores públicos municipais abaixo relacionados, conforme discriminação:
I - Servidor: Wellington de Souza Barreto
· **Cargo:** Encanador
· **Período Aquisitivo:** 06/12/2024 a 05/12/2025 (20 dias)
· **Período de Gozo:** 04/08/2026 a 13/08/2026 (10 dias de gozo)
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Aos 05 dias do mês de julho do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cananor Mariano de Almeida Junior
Código Identificador:EB4826AA

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

CAMARA DE VEREADORES
EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 05/2026 - UNIFORMES

EXTRATO – DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PROFISSIONAIS (CAMISAS SOCIAIS, GOLA POLO E JAQUETAS), DESTINADOS AOS SERVIDORES EFETIVOS E COMISSIONADOS, BEM COMO AOS VEREADORES (AS) DA CÂMARA MUNICIPAL, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 03/2026.

CONTRATO	FORNECEDOR	CNPJ	VALOR	ASSIANTURA	VIGÊNCIA
13	P.J.P SOLUTIONS LTDA	51.591.618/0001-11	R$ 9.380,00	05/08/2026	12 meses

ROSANE FÁTIMA LOTTI
Presidente do Legislativo Municipal de São Jorge D'Oeste - Paraná

Publicado por:
Leandro Pagliari Jacobs
Código Identificador:63BADBD0

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1 TERMO ATA 71/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**1º TERMO ADITIVO A ATA DE RGISTRO DE PREÇOS Nº. 71/2025**, parte integrante do(a) Pregão nº 22/2025

Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**VTR COMERCIAL LTDA – CNPJ nº.** 52.932.346/0001-21
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto;** **I - a prorrogação do prazo constante da CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – prorrogada por igual período, até 12/08/2027.** **II - a renovação do quantitativo, nos limites permitidos por lei, diante da necessidade da administração no valor de R$ 50.368,00 (Cinqüenta Mil, Trezentos e Sessenta e Oito Reais)** **III – o reajuste no valor pelo índice INPC (IBGE) de 4,108460%, constante na cláusula quarta da Ata de Registro de Preços.**
Prazo de vigência	**12/08/2027**
Prazo de execução	**12/08/2027**
Data assinatura	05/08/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:0E41E61F

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1 TERMO ATA 76/2026

EXTRATO DE TERMO

Termo aditivo:	**1º TERMO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINACEIRO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 76/2026**, parte integrante do(a) Pregão nº 13/2026
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**IARA MARIA BASEGGIO LTDA – CNPJ nº.** 10.809.818/0001-03
Objeto:	**O presente Termo tem por objeto o reequilíbrio do valor dos seguintes produtos;** **LOTE 1 – ITEM 12: BANANA CATURRA BANANA CATURRA KG: de R$ 2,00 (dois reais), para R$ 5,74 (cinco reais e setenta e quatro centavos).** **LOTE 1 – ITEM 108: OVOS DE GALINHA OVOS DE GALINHA: de R$ 6,80 (seis reais e oitenta centavos), para R$ 10,26 (dez reais e vinte e seis centavos).** **LOTE 1 – ITEM 132: TOMATE KG: de R$ 3,49 (três reais e quarenta e nove centavos), para R$ 9,35 (nove reais e trinta e cinco centavos).**
Prazo de vigência	**19/05/2027**
Prazo de execução	**19/05/2027**
Data assinatura	05/08/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:A8557B45

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1 TERMO CONTRATO 61/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 61/2025**, parte integrante do(a) Pregão nº 34/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**ELETRODOMESTICOS SOMENSI LTDA – CNPJ nº.** 79.864.336/0001-52
Objeto:	**O presente Termo Aditivo de Contrato tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência/execução do contrato originário nº 61/2025 celebrado entre as partes em 11/08/2025, passando o mesmo a ter sua vigência/execução dentro do seguinte novo período até 11/08/2027.**
Prazo de vigência	**11/08/2027**
Prazo de execução	**11/08/2027**
Data assinatura	05/08/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:551AFC77

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA 90003/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O prefeito municipal de São Jorge D' Oeste - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, resolve: Homologar e Adjudicar a presente licitação nos seguintes termos.

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90003/2026 – Processo nº 142/2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de serviços de manutenção corretiva, substituição de telhas, pintura, iluminação e adequação civil no ginásio esportivo da Lapa do município de São Jorge D'Oeste - Pr..

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, Decreto Federal nº 11462/2023 e Decreto Municipal nº 3927/2023; Lei Complementar n. º 123/2006 e suas alterações, Instrução Normativa SEGES 73/2022 e legislação complementar.

EMPRESA VENCEDORA – MAIOR DESCONTO.

1 – ME PROJJETAR ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 39.844.751/0001-20. Lote 1 com 16% (Dezesseis por cento). Item: 1 – R$ 128.922,16 (Cento e vinte e oito mil e novecentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos). VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 128.922,16 (Cento e vinte e oito mil e novecentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos).

São Jorge D'Oeste-PR, 05 de agosto de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clodoaldo Blank
Código Identificador:97A96C95

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 93/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026 - PMSI

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 93/2026

OBJETO: Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas. Conforme Pregão 23/2026. CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob nº 95.585.477/0001-92, representada por seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO GALLINA, portador do CPF nº ***.***.***-** e do RG nº *.***.***-* SESP/PR CONTRATADA: AGROSOLO MÁQUINAS LTDA, com CNPJ Nº22.121.171/0001-01, com sede RUA FREI EVERALDO5180, CHOPINZINHO – PR a neste ato representado por JANDERSON FERREIRA, portador do CPF Nº ***.***.***-**e do RG nº*.***.***-*. ITENS: LOTE: 1 – ITEM: 1 – VALOR UNIT. R$ 137.136,30 – VALOR TOTAL R$ 137.136,30 (cento e trinta e sete mil, cento e trinta e seis reais e trinta centavos). PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: 60 DIAS, PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/12/2026. ASSINATURA DO CONTRATO: 05/08/2026.

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:28C7AEEA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 94/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026 - PMSI

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 94/2026

OBJETO: Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas. Conforme Pregão 23/2026. CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob nº 95.585.477/0001-92, representada por seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO GALLINA, portador do CPF nº ***.***.***-** e do RG nº *.***.***-* SESP/PR CONTRATADA: IRMAOS SCHONS LTDA ME, com CNPJ Nº11.186.884/0001-37, com sede ROD PR 495, PATO BRAGADO – PR a neste ato representado por MARCIO SCHONS, portador do CPF Nº ***.***.***-**e do RG nº*.***.***-*. ITENS: LOTE: 2 – ITEM: 1 – VALOR UNIT. R$ 67.666,67 – VALOR TOTAL R$ 67.666,67 (sessenta e sete mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos). PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: 60 DIAS, PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/12/2026. ASSINATURA DO CONTRATO: 05/08/2026.

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:44265503

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 95/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026 - PMSI

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 95/2026

OBJETO: Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas. conforme Pregão 23/2026. CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob nº

95.585.477/0001-92, representada por seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO GALLINA, portador do CPF nº ***.***.***-** e do RG nº *.***.***-* SESP/PR CONTRATADA: TERRAMAQ MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS, com CNPJ Nº36.929.543/0001-35, com sede AV RUBEM CESAS CASELANI,1987 REALEZA – PR a neste ato representado por CARLOS HENRIQUE, portador do CPF Nº ***.***.***-**e do RG nº*.***.***-*. ITENS: LOTE: 3 – ITEM: 1 – VALOR UNIT. R$ 30.000,00 – VALOR TOTAL R$ 30.000,00 (trinta mil reais). PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: 60 DIAS, PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/12/2026. ASSINATURA DO CONTRATO: 05/08/2026.

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:EFCEC5A3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026 - PMSI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026
Processo Adm: Nº 52/2026
Objeto: Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.
Empresas vencedoras valor total: R$ 234.802,97 (duzentos e trinta e quatro mil e oitocentos e dois reais e noventa e sete centavos): AGROSOLO MÁQUINAS LTDA (22121171000101) com os lotes: 1 no valor total de R$ 137.136,30 (cento e trinta e sete mil e cento e trinta e seis reais e trinta centavos). TERRAMAQ INSUMOS AGRICOLAS EIRELI (36929543000135) com os lotes: 3 no valor total de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). IRMAOS SCHONS LTDA ME (11186884000137) com os lotes: 2 no valor total de R$ 67.666,67 (sessenta e sete mil e seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

SAUDADE DO IGUAÇU (PR), quarta-feira, 5 de agosto de 2026

ROGERIO GALLINA
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:4FDD4FE1

DEPARTAMENTO DE RH
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 06/2025 - PSS 01/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA NO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 06/2025 – MOTORISTA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025 – Edital de Abertura nº 037/2025 de 13 de junho de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU
CONTRATADO: PLINIO PRESSER
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 06/2025.
DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026
VIGÊNCIA: De 07 de agosto de 2026 até 06 de agosto de 2027.

ROGERIO GALLINA
Prefeito de Saudade do Iguaçu

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:7F10AB1A

DEPARTAMENTO DE RH
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 07/2025 - PSS 01/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA NO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 07/2025 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025 – Edital de Abertura nº 037/2025 de 13 de junho de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU
CONTRATADO: SUELI MARIA VERONA
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 07/2025.
DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026
VIGÊNCIA: De 11 de agosto de 2026 até 10 de agosto de 2027.

ROGERIO GALLINA
Prefeito de Saudade do Iguaçu

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:9BCA552D

DEPARTAMENTO DE RH
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 08/2025 - PSS 01/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA NO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 08/2025 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025 – Edital de Abertura nº 037/2025 de 13 de junho de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU
CONTRATADO: CASSIANE GIRARDI
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 08/2025.
DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026
VIGÊNCIA: De 11 de agosto de 2026 até 10 de agosto de 2027.

ROGERIO GALLINA
Prefeito de Saudade do Iguaçu

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:DCC8842C

DEPARTAMENTO DE RH
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 11/2025 - PSS 01/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA NO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 11/2025 – MOTORISTA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025 – Edital de Abertura nº 037/2025 de 13 de junho de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU
CONTRATADO: NELSON VELOSO
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 11/2025.
DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026
VIGÊNCIA: De 12 de agosto de 2026 até 11 de agosto de 2027.

ROGERIO GALLINA
Prefeito de Saudade do Iguaçu

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:108FCAAF

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº131/2026 - DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº131/2026 - DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre o Desmembramento, Unificação Subdivisão e/ou Fracionamento de imóveis dentro do Perímetro Urbano.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Autorizamos, em conformidade com o Protocolo Nº. 059/2026, datado de 25 de Fevereiro de 2026, o **DESMEMBRAMENTO COM UNIFICAÇÃO** do Lote Nº. 258 da Quadra Nº. 11, com Unificação ao Lote Nº. 254 da Quadra Nº. 11, do **LOTEAMENTO SEDE**, das **Matrículas Nº. 16.642 e 31.879, com área de 1.500,00 m2**, localizado no Perímetro Urbano da Sede deste Município de Saudade do Iguaçu, Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, com os fundamentados do **Art. 41 e seguintes da LEI COMPLEMENTAR Nº. 37/2025**, que passará a constituir o seguinte:

I - O Lote Nº. 254 da Quadra Nº. 11, da Matrícula Nº. 31.879, com área de 1.000,00 m2 e Parte do Lote Nº. 258 da Quadra Nº. 11, da Matrícula Nº. 16.642, com área de 500,00 m2, passa a ser o Lote Nº. 254 e Lote Nº. 258- A da Quadra Nº. 11, do Loteamento Sede, ficando com uma área de 1.500,00 m2, em favor do Proprietário**: MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU;**
II - O Lote Nº. 258 da Quadra Nº. 11, da Matrícula Nº. 16.642, passa a ser parte do Lote Nº. 258 da Quadra Nº. 11, do Loteamento Sede, ficando com uma área de 500,00 m2, em favor do Proprietário: **NILDA CONFORTIN E OUTROS.**
III – Esta Autorização de Desmembramento e Unificação está de acordo e em conformidade com a Planta Planimétrica e Memorial descritivo de: **BORGES SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS**, incluso e devidamente assinado pela responsável Técnico, **JOEL LEANDRO BROGES – Engenheiro Civil – CREA – PR - 203089/D.**

Art. 2º. A referida Autorização de **DESMEBRAMENTO E UNIFICAÇÃO** tem a finalidade de regularização de registros na Matrícula junto ao CRI da Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, sendo a presente Autorização expedida em favor do proprietário acima identificado**.**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto 22/2026.

GABINETE DO PREFEITO DE SAUDADE DO IGUAÇU, 05 DE AGOSTO DE 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:D2541F14

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2026

PROCESSO Nº 237/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: VIRGÍLIO SEVERINO MELO, inscrita no CNPJ nº 51.826.866/0001-97

OBJETO: A prestação de serviços de show musical para a apresentação no evento 1º AGRO FEST ABATIÁ 2026 que ocorrerá nos dias 15 e 16 de agosto de 2026, conforme especificações constantes no processo.
VALOR TOTAL: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

VIGÊNCIA: 05/08/2026 a 31/12/2026.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:A37011C6

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2026

PROCESSO Nº 266/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: ANADARK GONÇALVES BIMBATO, inscrita no CNPJ nº 52.479.419/0001-71

OBJETO: A prestação de serviços de show musical para a apresentação no evento 1º AGRO FEST ABATIÁ 2026 que ocorrerá nos dias 15 e 16 de agosto de 2026, conforme especificações constantes no processo.
VALOR TOTAL: R$ 6.100,00 (seis mil cem reais)

VIGÊNCIA: 05/08/2026 a 31/12/2026.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:1DFE6AA1

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2026 DECORRENTE DO PROCESSO CARONA DA ARP Nº 040/2026, PREGÃO ELETRONICO Nº 90006/2026 GERENCIADA PELO CISNOP

PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2026 REFERENTE AO PROCESSO CARONA DA ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 040/2026, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026, gerenciada pelo CISNOP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE DO PARANÁ.

RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Município de Abatiá, Estado do Paraná, torna público a adjudicação e homologação do procedimento de Inexigibilidade de licitação em epígrafe referente ao processo CARONA DA ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 040/2026, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026, gerenciada pelo CISNOP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE DO PARANÁ, com objeto: **Aquisição de uma câmara/refrigerador para conservação de vacinas e imunobiológicos, da marca INDREL, MODELO HYBRID, 500 LITROS, no valor de R$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais),** da empresa INDREL – INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA, inscrita no CNPJ nº 78.589.504/0001-86, com sede na Avenida Tiradentes, nº 4455, Setor Industrial, CEP 86.072-000, na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Abatiá – PR, 05 de agosto de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:69492941

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 412/2026 - CHEFE DE ADMINISTRAÇÃO - FABRIZIO ALVES CARRIEL DE SOUZA

PORTARIA nº 412/2026, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre Admissão por Cargo Comissionado e dá outras providências"

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**

ARTIGO 1º – Admitir o Sr. **FABRIZIO ALVES CARRIEL DE SOUZA**, portador da RG nº 14.278+429-7 PR para exercer o cargo comissionado de Chefe de Administração, com vencimentos de Nível 101 – CC-22.
PARAGRAFO ÚNICO - Tendo como atribuições do cargo: Gestor de equipe, supervisionando os setores administrativos, dando assessoria, elaborando relatórios e conduzindo reuniões para que as atividades sejam delegadas e desenvolvidas em conformidade com as normas e procedimentos técnicos. Devendo estar em constante atualização relacionada à área de informática e legislação, além de boa comunicação, responsabilidade, administração do tempo, boa comunicação, e confiabilidade. Dirigindo a execução das políticas governamentais do poder executivo na área Administrativa, auxiliando o Prefeito Municipal na execução macro do programa de governo.
ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário, especificamente a Portaria nº 217/2025.
REGISTRE-SE. PUBLICA-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 05 de Agosto de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:4C546DE7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 413/2026 - CHEFE DO SETOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - NICOLAU CORDEIRO DE PONTES

PORTARIA nº 413/2026, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre Admissão por Cargo Comissionado e dá outras providências"

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
ARTIGO 1º – Admitir o Sr. **NICOLAU CORDEIRO DE PONTES**, portador da RG nº 10.093.210-5 PR para exercer o cargo comissionado de Chefe do Setor de Serviços Administrativos, com vencimentos de Nível 101 – CC-25.
PARAGRAFO ÚNICO - Tendo como atribuições do cargo: chefiara execução das tarefas de recebimento, classificação, guarda e conservação de processos, papéis, livros e outros documentos de interesse da Administração Municipal; atender, de acordo com as normas estabelecidas, aos pedidos de remessa de processos e demais documentos sob sua guarda;promovera elaboração de correspondências em geral de competência das Secretaria inerentes à área trabalho, articulando-se com os órgãos competentes; apresentarprojeto sobre medidas que lhe pareçam reclamadas pelo interesse público ou pela boa aplicação da legislação vigente;participarda elaboração de trabalhos e documentos em que sejam relevantes as considerações de natureza administrativa; providenciare rever a digitação dos pareceres e documentos produzidos pelas Secretarias e ainda o preparo de relatórios e planilhas e alimentação ao sistemas de operacionalização dos projetos.
ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE. PUBLICA-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 05 de Agosto de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:1719D2E5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 109 DE 03 DE AGOSTO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear **Peter Fabiano Vieira**, ao cargo em provimento de comissão de Assessor de Ação Social, matrícula sob nº 3589, lotado na Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social, Símbolo CC6.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogada às disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:9C6F3A5D

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 066/2026 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no resultado do Processo Seletivo Simplificado 001/2026, objeto do Edital n° 001/2026, de 12/06/2026, resolve:
CONVOCAR

Art. 1º Os candidatos para os respectivos empregos público abaixo relacionados, a comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Agudos do Sul - PR, a partir do dia 06 de agosto de 2026, no horário das 09h às 11h00 e das 13h00 às 16h00, munidos da documentação constante do art. 2°.

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
3º	Cristiane Benedita Peres dos Santos	Assistente Social	Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
2º	Stella Chaves Alves Rodrigues	Fonoaudiólogo	Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
3º	Marcos de Oliveira Franco	Guardião	Ampla Concorrência
4º	Tassia Thamara Martins	Guardião	Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
1º	Alyne Kaaren de Souza Lima	Médico Veterinário	Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
17º	Gabriela Goeten de Lima	Professor	Ampla Concorrência
18º	Joseane Goeten de Lima	Professor	Ampla Concorrência
19º	Byanka Chaves Alves	Professor	Ampla Concorrência
20º	Maria Arlete de Farias	Professor	Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
4º	Ediane Peres dos Santos	Psicólogo	Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
1º	Maria Aparecida da Rocha Pereira	Técnico em Enfermagem	Ampla Concorrência
2º	Neriane Pruchaki	Técnico em Enfermagem	Ampla Concorrência

Art. 2º Os candidatos convocados deverão apresentar:

a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b)
b) Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
c) Certidão de Regularidade Cadastral e Registro no órgão de classe e fotocópia para os cargos que possui;
d) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Certidão de quitação eleitoral - (https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral);
g) Carteira de Trabalho Digital;
h) Comprovante da escolaridade exigida e histórico escolar e fotocópia;
i) Certidão de nascimento dos filhos até 21 anos e fotocópia, acompanhado do cartão de vacinação da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 4 a 21 anos), quando houver;
j) Cópia do CPF dos filhos menores de 24 anos;
k) Uma foto 3x4 recente;
l) Cópia do RG e CPF do cônjuge;
m) Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Estadual (http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102) e Justiça Federal (https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais), do local de residência do candidato;
n) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
o) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
p) Apresentar declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e de compatibilidade de horário para o exercício de mais de um cargo, quando acumulável, bem como não percebem benefício proveniente de regime próprio de Previdência Social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), ressalvadas as exceções previstas no Art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal;
q) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, emitido pelo Médico do Trabalho;
r) Termo de Ciência com dos dados da Conta Salário ou Corrente no Banco do Brasil S/A;
s) Endereço eletrônico e telefone de contato;
t) Autodeclaração Étnico-Racial;
u) Declaração de não demissão do serviço público;
v) CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais Dados Cadastrais do CNIS.

Art. 3º O prazo para apresentação dos documentos é de 5 (dias) dias úteis a contar da publicação deste edital.
Art. 4º A não apresentação dos documentos acima, implicará na impossibilidade do candidato ser contratado.

Agudos do Sul, 05 de agosto de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:0FC58F9D

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL DESLOCAMENTO PARA O FINAL DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO Nº 065/2026 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no Edital n° 061/2026, de 30 de julho de 2026:

R E S O L V E

Art. 1º Remeter para o final da lista de classificação, as candidatas ao emprego público conforme tabela:

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
1º	Cassia Fabiola da Rocha Alves	Fonoaudiólogo	Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
13º	Makelli Beatriz Gaveliki das Neves	Professor	Ampla Concorrência
14º	Mariza de Fatima Guisdana Martins	Professor	Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
3º	Ana Claudia Zollner Ribeiro	Psicólogo	Ampla Concorrência

Art. 2º Os candidatos remetidos ao final de lista serão colocados a pedido, ou não compareceu para entrega dos documentos, conforme previsão expressa em edital.
Art. 3º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Agudos do Sul, em 05 de agosto de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:8E7A54B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 05/2026

O Instituto de Previdência do Município de Almirante Tamandaré (IPMAT), neste ato representado por sua Diretora Presidente Sra. Maria Silvana Buzato, no uso de suas atribuições legais e com base no Artigo 72 e 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e alicerçado no Parecer Jurídico, RATIFICA a Dispensa supracitada, no processo administrativo nº 640/2026, cujo objeto é a "Aquisição de passagens aéreas destinadas ao deslocamento de quatro servidores do Instituto de Previdência do Município de Almirante Tamandaré para a participação no 24° Congresso Previdenciário da APEPREV e 3° Seminário Internacional de Previdência, que será realizado na cidade de Foz do Iguaçu", que será fornecido pela empresa Rota Agencia de Viagens LTDA (CNPJ nº 46.896.540/0001-01), pelo valor global de R$ 9.048,51 (nove mil, e quarenta e oito reais e cinquenta e um centavos) Publique-se.

Almirante Tamandaré, 05 de agosto de 2026.

MARIA SILVANA BUZATO
Diretora Presidente do IPMAT

Publicado por:
Luana Agner
Código Identificador:FEE9E785

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 431/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER férias ao servidores abaixo relacionados, no período respectivo indicado:

MAT.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
11163	MARCIA FRITSCH TAVARES	10/03/2025 - 09/03/2026	17/08/2026 - 15/09/2026
10304	GABRIELA DA SILVA PEREIRA BUBLITZ	05/02/2025 - 04/02/2026	02/07/2026 - 31/07/2026
10168	ALINE SOARES PEDRO	16/05/2025 - 15/05/2026	05/08/2026 - 03/09/2026
10800	MELISSA BELO DO ESPIRITO SANTO	08/01/2025 - 07/01/2026	04/08/2026 - 18/08/2026
3484	LUIS AUGUSTO NASSAR BATISTA	04/03/2025 - 03/03/2026	01/07/2026 - 30/07/2026
10840	DAIANY TOSETTO DE CASTRO MIRANDA	08/01/2025 - 07/01/2026	06/07/2026 - 05/08/2026
2124	ADEMIR JELINK	28/06/2025 - 28/06/2026	01/07/2026 - 30/07/2026
9388	ADRIANO SOARES	12/04/2024 - 11/04/2025	03/08/2026 - 03/09/2026
10772	JULIANO DOMINGIS BINI	08/01/2025 - 07/01/2026	16/07/2026 - 14/08/2026
2674	ANDERSON GOINSKI	01/05/2024 - 30/04/2026	20/07/2026 - 18/08/2026
10496	LAURA CAMARGO	01/08/2024 - 31/07/2025	01/07/2026 - 30/07/2026
10994	PEDRO VICENTE ASSUNÇÃO	03/02/2025 - 02/02/2026	17/08/2026 - 15/09/2026
11095	MARIA ELOISA R. DOS SANTOS	11/03/2025 - 10/03/2026	13/07/2026 - 11/08/2026
11276	CLARICE SILVA	01/04/2025 - 31/03/2026	03/08/2026 - 01/09/2026
2619	EDNA CARDOZO DE SIQUEIRA	04/04/2023 - 03/04/2024	13/07/2026 - 11/08/2026
2643	LUIZ CARLOS PORTES	17/04/2025 - 10/04/2026	10/08/2026 - 08/09/2026
9346	JOYCE SOARES DE LIMA FRANÇA	12/04/2023 - 11/04/2024	12/08/2026 - 31/08/2026
5088	ANAISE SALES DE LARA	03/05/2024 - 02/05/2025	17/08/2026 - 31/08/2026
9556	EVERSON PEREIRA DA SILVA	01/06/2025 - 31/05/2026	10/08/2026 - 08/09/2026
6191	GIOVANE LUIS DEMOGALSKI	07/03/2024- 06/03/2025	04/08/2026 - 02/09/2026

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 06 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:EADB0890

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 456/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 37, incisos II e V, da Constituição Federal, com o artigo 89, inciso II, "a", da Lei Orgânica do Município e de acordo com Lei Complementar nº 020/2011 e Lei Complementar nº 100/2021,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o profissional abaixo relacionado para o cargo efetivo de ADVOGADO, regido pelo Estatuto de Servidores Públicos do Município de Almirante Tamandaré, Lei Complementar Municipal nº 019/2011 e Lei Complementar nº 020/2011, com vencimento constante na classe AA, referência 01, a partir de 31 de julho de 2026, conforme aprovação no Concurso Público N.º 001/2022 – Edital nº 004/2022:

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	R.G
12ª	AGATHA PALMERIO VIEIRA	10.XXXXX0-3/ PR

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 20 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:BA30E06F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 463/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. CONCEDER vacância por posse em cargo inacumulável a EVERTON FELICIO MARTINS, matrícula n° 8962, ocupante do cargo de Agente de Segurança e Proteção Patrimonial, a partir de 30 de julho de 2026, de acordo com o art. 74, V, da Lei Complementar nº 19/2011 e pedido solicitado através do protocolo de nº 0018.0000014641/2026.
Art. 2°. Declarar vago o referido cargo.
Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 27 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:63ED58D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 468/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei nº 2.498, de 06 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a pedido o(a) Sr(a). TALES FERRAZ FREZZA, RG nº 4374272225/PR, do Cargo efetivo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, a partir do dia 31 de julho de 2026, conforme solicitado através do protocolo de nº 0018.0000014172/2026.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 27 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:4BB5EF55

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 482/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 37,

incisos II e V, da Constituição Federal, com o artigo 89, inciso II, "a", da Lei Orgânica do Município e de acordo com Lei Complementar nº 020/2011 e Lei Complementar nº 100/2021,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o profissional abaixo relacionado para o cargo efetivo de AGRÔNOMO, regido pelo Estatuto de Servidores Públicos do Município de Almirante Tamandaré, Lei Complementar Municipal nº 019/2011, Lei Complementar nº 020/2011 e Lei Complementar nº 100/2021, com vencimento constante na classe AA, referência 01, a partir de 31 de julho de 2026, conforme aprovação no Concurso Público nº 01/2023 - Edital nº 003/2023:

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	R.G
4º	BERNARDO STUTZ	3.512.908-1/PR

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 31 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:1F62529D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 483/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 37, incisos II e V, da Constituição Federal, com o artigo 89, inciso II, "a", da Lei Orgânica do Município e de acordo com Lei Complementar nº 020/2011 e Lei Complementar nº 100/2021,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR os profissionais abaixo relacionados para o cargo efetivo de MOTORISTA, regido pelo Estatuto de Servidores Públicos do Município de Almirante Tamandaré, Lei Complementar Municipal nº 019/2011, Lei Complementar nº 020/2011 e Lei Complementar nº 100/2021, com vencimento constante na classe AA, referência 01, a partir de 31 de julho de 2026, conforme aprovação no Concurso Público nº 01/2023 - Edital n.º 002/2023:

CLASS	NOME	R.G
49	CRISTIANO ROBERTO GONÇALVES	6.2XXXX2-0/PR
51	JOÃO CARLOS DE ALMEIDA	6.04XXXX-7/PR

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 31 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:EE6428C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 495/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER férias ao servidores abaixo relacionados, no período respectivo indicado:

MAT.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
10909	DARCI BORGES	08/01/2026 - 07/01/2026	16/09/2026 - 16/10/2026
9832	ANDERSON FAGUNDES GIMENES	13/11/2024 - 12/11/2025	11/09/2026 - 09/10/2026
9693	ELEANDRO DOS SANTOS MEDEIROS	10/07/2024 - 09/07/2025	08/09/2026 - 07/10/2026
9388	ADRIANO SOARES	12/04/2025 - 11/04/2026	04/09/2026 - 04/10/2026
5258	MARIA APARECIDA CELESTINO SKORA	01/01/2025 - 31/12/2025	09/09/2026 - 09/10/2026
11023	ANA PAULA ANDREADE MEDEIROS	07/02/2025 - 06/02/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
10852	JOSE LUIZ TAVARES	08/01/2025 - 07/01/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
10820	ELIZER DA SILVA FRANCO	08/01/2025 - 07/01/2026	17/08/2026 - 15/09/2026
2743	SILMERE LAINE DA SILVA MOURA	08/02/2024 - 07/02/2025	10/08/2026 - 08/09/2026
9590	JEAN DA SILVA NUNES	01/05/2024 - 31/05/2025	17/08/2026 - 16/09/2026
1818	ALDEMIRO BRIGATTO	03/05/2025 - 02/05/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
2977	JOÃO JULIO DE OLIVEIRA	01/07/2023 - 30/06/2024	07/09/2026 - 27/09/2026
5088	ANAISE SALES DE LARA	03/05/2025 - 02/05/2026	03/09/2026 - 02/10/2026

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 04 de agosto de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:72600C09

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 053/2026 – CONCURSO PÚBLICO 2022

A **Secretaria Municipal de Recursos Humanos**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base no Artigo 17, inciso I alínea b, da Lei Municipal nº 019/2011, Lei Complementar nº 020/2011 e Lei Complementar 100/2021, tendo em vista o Decreto Municipal nº 037/2024, e o Edital nº 003/2022 da Secretaria Municipal de Recursos Humanos, e em conformidade com a legislação vigente, resolve:

TORNAR PÚBLICO

O RESULTADO da avaliação de documentos contidos no **Anexo I** deste Edital, para o cargo de **FARMACÊUTICO** conforme item 14.3 e 14.4 do Edital nº 003/2022

CONVOCAR os candidatos contidos no **Anexo II** deste Edital, considerados **APTOS** na avaliação de documentos, para o cargo de **FARMACÊUTICO** a comparecer na data e horário indicados no Anexo para **AVALIAÇÃO MÉDICA** na **Secretaria Municipal de Saúde (Sala da APS),** situada a Rua Coronel João Candido de Oliveira, 161 - Centro – Almirante Tamandaré– PR e para **AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA** no **CEAT (Centro de Especialidades)**, situado à Prof. Antônio Rodrigues Dias, 153 Cachoeira – Almirante Tamandaré– PR.

O questionário contido no **Anexo III** deste edital deve ser apresentado impresso, preenchido e assinado em duasvias, nas datas previstas para **AVALIAÇÃO MÉDICA e AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA.**

O candidato deverá comparecer 30 minutos antes do horário agendado no **Anexo II** deste Edital para cadastro prévio na Rede de Saúde Municipal, em caso de atrasos, o candidato estará sujeito a alterações de horário conforme disponibilidade.

O candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência, deverá apresentar Laudo Médico comprovando a deficiência. O Laudo deve conter a descrição da espécie e do grau ou nível da deficiência do candidato, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como sua provável causa, além de nome, assinatura, carimbo e CRM ou RMS do médico que forneceu o laudo, e ter sido expedido no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Durante a Avaliação Médica poderão ser solicitados outros exames complementares, a depender da necessidade de esclarecimento de diagnóstico.

O candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência, deverá apresentar Laudo Médico comprovando a deficiência. O Laudo deve conter a descrição da espécie e do grau ou nível da deficiência do candidato, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como sua provável causa, além de nome, assinatura, carimbo e CRM ou RMS do médico que forneceu o laudo, e ter sido expedido no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Se o candidato for declarado INAPTO no Exame Admissional, poderá interpor recurso, desde que devidamente fundamentado, segundo procedimento a ser estabelecido no edital de convocação. Os recursos deverão ser protocolados no setor de protocolo da Prefeitura até 24 horas após publicação do resultado.

Os casos omissos neste Edital serão analisados pela Comissão Organizadora do Concurso Público do Município de Almirante Tamandaré.

O candidato que deixar de se apresentar, por qualquer motivo, para avaliação médica, na forma estabelecida no subitem 13.1, será considerado desistente e não será contratado.

Em conformidade com o item 12.1 do Edital nº 003/2022, as publicações estão disponíveis no endereço eletrônico do Município, **www.tamandare.pr.gov.br, no Diário Oficial do Município e afixadas no mural público** na sede da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, situada à Av. Emílio Johnson, 360, Centro.

Almirante Tamandaré, 05 de agosto de 2026.

RUBIAMARA PAVIN COLODEL
Secretária Municipal de Recursos Humanos

ANEXO I

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS
Cargo: **FARMACÊUTICO**

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	R.G.	RESULTADO
13º	CHARLES ROGERIO NUNES DE OLIVEIRA	5.107.XXX-X/ PR	APTO

ANEXO II

CANDIDATOS CONSIDERADOS APTOS NA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS E CONVOCADOS PARA A **AVALIAÇÃO MÉDICA e AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA**

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	AVALIAÇÃO MÉDICA	HORÁRIO
13º	CHARLES ROGERIO NUNES DE OLIVEIRA	13/08/2026	9h30

CLASS	NOME DO CANDIDATO	AVALIAÇÃO PSICOLOGICA	HORÁRIO
13º	CHARLES ROGERIO NUNES DE OLIVEIRA	13/08/2026	11h00

*****O candidato deverá comparecer 30 minutos antes do horário agendado para realização de cadastro prévio na rede de saúde municipal, em caso de atrasos, o candidato estará sujeito a alterações de horário conforme disponibilidade.

ANEXO III
Apresentar o questionário impresso, preenchido e assinado em 2 vias, nas datas previstas para **AVALIAÇÃO MÉDICA e AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA.**

Anexo III encaminhado por e-mail e disponível pelo site da Prefeitura Municipal

Publicado por:
Camila Stelle Rocha
Código Identificador:E059748D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
2º EXTRATO ATA DE ADJUDICAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 54/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

2º EXTRATO ATA DE ADJUDICAÇÃO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 54/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

OBJETO: O objeto da presente licitação é a contratação de empresas especializadas para o fornecimento de equipamentos médico hospitalares, mobiliário hospitalares equipamentos eletroeletrônicos, destinados ao aparelhamento do Hospital Jaldemo Gomes Duarte, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

LOTE 15/ITEM 01 – ADJUDICADO EM 05/08/2026
OBJETO: Computador completo com monitor e periféricos (teclado e mouse), novo, de primeiro uso, destinado a uso administrativo e multimídia, entregue montado e testado. O equipamento deverá possuir processador com no mínimo 6 núcleos físicos e 12 threads, com desempenho mínimo de 16.000 pontos no benchmark PassMark CPU Mark, conforme base pública disponível em www.cpubenchmark.net ou equivalente, dotado de gráficos integrados capazes de suportar resolução Full HD (1920×1080) em pelo
menos dois monitores simultâneos, acompanhado de sistema de refrigeração original do fabricante. A placa-mãe deverá ser compatível com o processador ofertado, suportando no mínimo dois slots para memória DDR4, um slot M.2 NVMe PCIe, interfaces SATA 6 Gb/s, áudio integrado, rede 10/100/1000 Mbps e pelo menos uma saída de vídeo digital (HDMI ou DisplayPort) compatível com o monitor ofertado. A memória RAM deverá ser de no mínimo 16 GB DDR4, com frequência mínima de 3200 MHz, instalada em dual channel por meio de dois módulos de 8 GB, padrão UDIMM. O armazenamento deverá ser realizado por meio de SSD com capacidade mínima de 480 GB, padrão M.2 NVMe PCIe. O gabinete deverá ser do tipo Mid Tower, na cor preta, com pelo menos uma porta USB 3.0 frontal, acompanhado de fonte de alimentação com potência real mínima de 400 W, certificação 80 Plus Bronze,
PFC ativo e bivolt automático. O sistema operacional deverá ser Windows 11 Pro, 64 bits, em português do Brasil, devidamente instalado, configurado e licenciado, por meio de chave digital ou certificado de autenticidade (COA). O monitor deverá ser do tipo LED, com tamanho mínimo de 23,8 polegadas, resolução Full HD (1920×1080), tecnologia de painel IPS ou VA, frequência mínima de 60 Hz, tempo de resposta máximo de 8 ms (GtG), cor preta, possuindo entrada de vídeo digital compatível com a CPU,
acompanhado de todos os cabos necessários para o seu pleno funcionamento. Deverão acompanhar o equipamento teclado padrão ABNT2, com conexão USB, e mouse óptico com conexão USB e resolução mínima de 1000 DPI, ambos na cor preta. O conjunto deverá possuir garantia mínima de 12 meses, sendo vedado o fornecimento de equipamentos recondicionados, remanufaturados ou usados, devendo todos os componentes ser novos, originais e de primeiro uso.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 20.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3.219,98 (três mil e duzentos e dezenove reais e noventa e oito centavos).
VALOR TOTAL: R$ 64.399,60 (sessenta e quatro mil e trezentos e noventa e nove reais e sessenta centavos).
EMPRESA: KAI COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.940.295/0001-17.

LOTE 71/ITEM 01 – ADJUDICADO EM 05/08/2026

OBJETO: Oxímetro de pulso de mesa para monitoramento contínuo da saturação de oxigênio (SpO2), frequência cardíaca e intensidade do pulso. O equipamento deve possuir tela colorida com, no mínimo, 5 polegadas, com boa resolução e contraste, que permita a visualização clara dos dados em diferentes modos de exibição, incluindo, pelo menos, visualização numérica e gráfica.Deve exibir, no mínimo, SpO2, frequência cardíaca, intensidade/força de pulso, onda pletismográfica e tendências de medição, possibilitando a visualização em tempo real das ondas pletismográficas, dos valores medidos, das tendências e dos parâmetros de alarme configurados.Os parâmetros de medição devem possuir faixa compatível com uso clínico hospitalar.Deve possuir alarmes sonoros ajustáveis e programáveis, com possibilidade de silenciamento temporário, bem como bateria interna recarregável e operação conectada à rede elétrica (AC), com autonomia mínima de funcionamento por bateria de 4 horas. O equipamento deve dispor de interface para comunicação com computador, quando aplicável ao modelo ofertado, permitindo transferência ou monitoramento de dados (por exemplo, USB, serial ou rede), além de ajustes de brilho da tela, volume de som e parâmetros de funcionamento por meio de comandos de fácil acesso.Deve possuir indicadores visuais de estado de funcionamento, nível de bateria e status dos alarmes, acompanhar, no mínimo, 01 sensor adulto compatível para uso imediato, e ser equipamento novo, com registro ativo na ANVISA e garantia mínima de 12 meses.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3.100,00 (três mil e cem reais).
VALOR TOTAL: R$ 3.100,00 (três mil e cem reais).
EMPRESA: BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.680.592/0001-51.

LOTE 73/ITEM 01 – ADJUDICADO EM 05/08/2026
OBJETO: Eletrocardiógrafo digital portátil de 12 derivações, para uso hospitalar e ambulatorial, com registro vigente na ANVISA. Captura e interpretação de 12 derivações simultâneas. Tela colorida LCD ou TFT de no mínimo 4,0 polegadas, com visualização clara das formas de onda e valores numéricos. Modos de operação: automático, manual e ritmo. Impressora térmica integrada compatível com papel padrão de mercado hospitalar (largura aproximada entre 80 mm e 112 mm), ou possibilidade de geração,
armazenamento e transferência de exames em formato digital (PDF) por meio de interface USB e/ou rede Ethernet. Memória interna para armazenamento mínimo de 50 exames. Bateria recarregável (íon de lítio ou tecnologia equivalente) com autonomia mínima aproximada de 4 horas em operação contínua ou capacidade para realização de múltiplos exames sem conexão à rede elétrica. Teclado alfanumérico físico ou tela sensível ao toque para inserção de dados do paciente. Alimentação bivolt automático V, 50/60 Hz), com cabo de alimentação padrão brasileiro. Indicadores visuais, luminosos ou em tela, para no mínimo: equipamento ligado à rede elétrica, funcionamento em bateria, status de recarga, eletrodo solto/desconectado e falta de papel. Filtros digitais para correção de linha de base, interferência de rede elétrica e interferência muscular. Faixa de medição de frequência cardíaca compatível com uso clínico adulto e pediátrico, com sensibilidade ajustável. Acessórios incluídos obrigatoriamente: 01 cabo paciente de 10 vias; 01 conjunto de eletrodos periféricos reutilizáveis; 01 conjunto de eletrodos precordiais reutilizáveis; 01 cabo de alimentação; 03 rolos de papel térmico compatível (quando aplicável); 01 bateria recarregável; Manual de operação em língua portuguesa. Garantia mínima de 12 meses e assistência técnica autorizada no Brasil.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3.095,00 (três mil e noventa e cinco reais).
VALOR TOTAL: R$ 3.095,00 (três mil e noventa e cinco reais).
EMPRESA: BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.680.592/0001-51.

LOTE 75/ITEM 01 – ADJUDICADO EM 05/08/2026
OBJETO: Monitor multiparâmetro para uso intra-hospitalar em enfermarias, UTIs ou salas de procedimento, com monitoramento simultâneo, no mínimo, de ECG (3 ou 5 derivações), oximetria de pulso (SpO2), pressão arterial não invasiva (PANI) adulto e pediátrico, temperatura e frequência respiratória. O equipamento deve possuir tela colorida LCD ou TFT de no mínimo 10 polegadas, com exibição simultânea de valores numéricos e formas de onda em pelo menos dois canais. Deve contar com alarmes audiovisuais configuráveis, com pelo menos dois níveis de prioridade (crítico e aviso), permitindo ajuste individual de limites para cada parâmetro monitorado. O equipamento deve possuir entrada ou compatibilidade para módulo de capnografia (EtCO2), nas tecnologias mainstream ou sidestream, com faixa de medição de 0 a 100 mmHg, permitindo que o módulo seja instalado posteriormente. A interface deve ser em português ou com possibilidade de configuração para idioma português. O equipamento deve possuir bateria interna recarregável com autonomia mínima de aproximadamente 2 horas em caso de falha de energia, alimentação bivolt automática V, 50/60 Hz) e memória interna para armazenamento de tendências e/ou eventos por período mínimo de 24 horas. O gabinete deve ser construído em material resistente e adequado ao uso hospitalar, compatível com limpeza e desinfecção conforme protocolos assistenciais. Os acessórios mínimos inclusos devem compreender cabo ECG reutilizável, sensor de SpO2 adulto, manguito PANI adulto, sensor de temperatura, cabo de alimentação e manual em português. O equipamento deve possuir registro vigente na ANVISA e garantia mínima de 12 meses, com assistência técnica autorizada no Brasil, e peso compatível com instalação em carrinho ou suporte de parede.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 3.
VALOR UNITÁRIO: R$ 4.499,00 (quatro mil e quatrocentos e noventa e nove reais).
VALOR TOTAL: R$ 13.497,00 (treze mil e quatrocentos e noventa e sete reais).
EMPRESA: STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 57.498.660/0001-61.

Com fundamento no resultado do julgamento e da habilitação, em conformidade com o disposto no Art. 71, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e considerando que foram cumpridos todos os requisitos do edital do Pregão Eletrônico nº 17/2026, a Prefeita Municipal resolve **ADJUDICAR** os objetos da contratação supramencionada.
Encaminhe-se para homologação da autoridade superior e demais providências legais.

Altamira do Paraná/PR, 05 de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:BDD307A7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
2º EXTRATO ATA DE HOMOLOGAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 54/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

2º EXTRATO ATA DE HOMOLOGAÇÃO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 54/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

OBJETO: O objeto da presente licitação é a contratação de empresas especializadas para o fornecimento de equipamentos médico hospitalares, mobiliário hospitalares equipamentos eletroeletrônicos, destinados ao aparelhamento do Hospital Jaldemo Gomes Duarte, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, fica **HOMOLOGADO** o resultado do Pregão Eletrônico nº 17/2026, em favor da empresa vencedora, conforme abaixo:

LOTE 15/ITEM 01 – HOMOLOGADO EM 05/08/2026
OBJETO: Computador completo com monitor e periféricos (teclado e mouse), novo, de primeiro uso, destinado a uso administrativo e multimídia, entregue montado e testado. O equipamento deverá

possuir processador com no mínimo 6 núcleos físicos e 12 threads, com desempenho mínimo de 16.000 pontos no benchmark PassMark CPU Mark, conforme base pública disponível em www.cpubenchmark.net ou equivalente, dotado de gráficos integrados capazes de suportar resolução Full HD (1920×1080) em pelo
menos dois monitores simultâneos, acompanhado de sistema de refrigeração original do fabricante. A placa-mãe deverá ser compatível com o processador ofertado, suportando no mínimo dois slots para memória DDR4, um slot M.2 NVMe PCIe, interfaces SATA 6 Gb/s, áudio integrado, rede 10/100/1000 Mbps e pelo menos uma saída de vídeo digital (HDMI ou DisplayPort) compatível com o monitor ofertado. A memória RAM deverá ser de no mínimo 16 GB DDR4, com frequência mínima de 3200 MHz, instalada em dual channel por meio de dois módulos de 8 GB, padrão UDIMM. O armazenamento deverá ser realizado por meio de SSD com capacidade mínima de 480 GB, padrão M.2 NVMe PCIe. O gabinete deverá ser do tipo Mid Tower, na cor preta, com pelo menos uma porta USB 3.0 frontal, acompanhado de fonte de alimentação com potência real mínima de 400 W, certificação 80 Plus Bronze,
PFC ativo e bivolt automático. O sistema operacional deverá ser Windows 11 Pro, 64 bits, em português do Brasil, devidamente instalado, configurado e licenciado, por meio de chave digital ou certificado de autenticidade (COA). O monitor deverá ser do tipo LED, com tamanho mínimo de 23,8 polegadas, resolução Full HD (1920×1080), tecnologia de painel IPS ou VA, frequência mínima de 60 Hz, tempo de resposta máximo de 8 ms (GtG), cor preta, possuindo entrada de vídeo digital compatível com a CPU,
acompanhado de todos os cabos necessários para o seu pleno funcionamento. Deverão acompanhar o equipamento teclado padrão ABNT2, com conexão USB, e mouse óptico com conexão USB e resolução mínima de 1000 DPI, ambos na cor preta. O conjunto deverá possuir garantia mínima de 12 meses, sendo vedado o fornecimento de equipamentos recondicionados, remanufaturados ou usados, devendo todos os componentes ser novos, originais e de primeiro uso.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 20.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3.219,98 (três mil e duzentos e dezenove reais e noventa e oito centavos).
VALOR TOTAL: R$ 64.399,60 (sessenta e quatro mil e trezentos e noventa e nove reais e sessenta centavos).
EMPRESA: KAI COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.940.295/0001-17.

LOTE 71/ITEM 01 – HOMOLOGADO EM 05/08/2026
OBJETO: Oxímetro de pulso de mesa para monitoramento contínuo da saturação de oxigênio (SpO2), frequência cardíaca e intensidade do pulso. O equipamento deve possuir tela colorida com, no mínimo, 5 polegadas, com boa resolução e contraste, que permita a visualização clara dos dados em diferentes modos de exibição, incluindo, pelo menos, visualização numérica e gráfica.Deve exibir, no mínimo, SpO2, frequência cardíaca, intensidade/força de pulso, onda pletismográfica e tendências de medição, possibilitando a visualização em tempo real das ondas pletismográficas, dos valores medidos, das tendências e dos parâmetros de alarme configurados.Os parâmetros de medição devem possuir faixa compatível com uso clínico hospitalar.Deve possuir alarmes sonoros ajustáveis e programáveis, com possibilidade de silenciamento temporário, bem como bateria interna recarregável e operação conectada à rede elétrica (AC), com autonomia mínima de funcionamento por bateria de 4 horas. O equipamento deve dispor de interface para comunicação com computador, quando aplicável ao modelo ofertado, permitindo transferência ou monitoramento de dados (por exemplo, USB, serial ou rede), além de ajustes de brilho da tela, volume de som e parâmetros de funcionamento por meio de comandos de fácil acesso.Deve possuir indicadores visuais de estado de funcionamento, nível de bateria e status dos alarmes, acompanhar, no mínimo, 01 sensor adulto compatível para uso imediato, e ser equipamento novo, com registro ativo na ANVISA e garantia mínima de 12 meses.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3.100,00 (três mil e cem reais).
VALOR TOTAL: R$ 3.100,00 (três mil e cem reais).
EMPRESA: BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.680.592/0001-51.

LOTE 73/ITEM 01 – HOMOLOGADO EM 05/08/2026
OBJETO: Eletrocardiógrafo digital portátil de 12 derivações, para uso hospitalar e ambulatorial, com registro vigente na ANVISA. Captura e interpretação de 12 derivações simultâneas. Tela colorida LCD ou TFT de no mínimo 4,0 polegadas, com visualização clara das formas de onda e valores numéricos. Modos de operação: automático, manual e ritmo. Impressora térmica integrada compatível com papel padrão de mercado hospitalar (largura aproximada entre 80 mm e 112 mm), ou possibilidade de geração,
armazenamento e transferência de exames em formato digital (PDF) por meio de interface USB e/ou rede Ethernet. Memória interna para armazenamento mínimo de 50 exames. Bateria recarregável (íon de lítio ou tecnologia equivalente) com autonomia mínima aproximada de 4 horas em operação contínua ou capacidade para realização de múltiplos exames sem conexão à rede elétrica. Teclado alfanumérico físico ou tela sensível ao toque para inserção de dados do paciente. Alimentação bivolt automático V, 50/60 Hz), com cabo de alimentação padrão brasileiro. Indicadores visuais, luminosos ou em tela, para no mínimo: equipamento ligado à rede elétrica, funcionamento em bateria, status de recarga, eletrodo solto/desconectado e falta de papel. Filtros digitais para correção de linha de base, interferência de rede elétrica e interferência muscular. Faixa de medição de frequência cardíaca compatível com uso clínico adulto e pediátrico, com sensibilidade ajustável. Acessórios incluídos obrigatoriamente: 01 cabo paciente de 10 vias; 01 conjunto de eletrodos periféricos reutilizáveis; 01 conjunto de eletrodos precordiais reutilizáveis; 01 cabo de alimentação; 03 rolos de papel térmico compatível (quando aplicável); 01 bateria recarregável; Manual de operação em língua portuguesa. Garantia mínima de 12 meses e assistência técnica autorizada no Brasil.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 3.095,00 (três mil e noventa e cinco reais).
VALOR TOTAL: R$ 3.095,00 (três mil e noventa e cinco reais).
EMPRESA: BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.680.592/0001-51.

LOTE 75/ITEM 01 – HOMOLOGADO EM 05/08/2026
OBJETO: Monitor multiparâmetro para uso intra-hospitalar em enfermarias, UTIs ou salas de procedimento, com monitoramento simultâneo, no mínimo, de ECG (3 ou 5 derivações), oximetria de pulso (SpO2), pressão arterial não invasiva (PANI) adulto e pediátrico, temperatura e frequência respiratória. O equipamento deve possuir tela colorida LCD ou TFT de no mínimo 10 polegadas, com exibição simultânea de valores numéricos e formas de onda em pelo menos dois canais. Deve contar com alarmes audiovisuais configuráveis, com pelo menos dois níveis de prioridade (crítico e aviso), permitindo ajuste individual de limites para cada parâmetro monitorado. O equipamento deve possuir entrada ou compatibilidade para módulo de capnografia (EtCO2), nas tecnologias mainstream ou sidestream, com faixa de medição de 0 a 100 mmHg, permitindo que o módulo seja instalado posteriormente. A interface deve ser em português ou com possibilidade de configuração para idioma português. O equipamento deve possuir bateria interna recarregável com autonomia mínima de aproximadamente 2 horas em caso de falha de energia, alimentação bivolt automática V, 50/60 Hz) e memória interna para armazenamento de tendências e/ou eventos por período mínimo de 24 horas. O gabinete deve ser construído em material resistente e adequado ao uso hospitalar, compatível com limpeza e desinfecção conforme protocolos assistenciais. Os acessórios mínimos inclusos devem compreender cabo ECG reutilizável, sensor de SpO2 adulto, manguito PANI adulto, sensor de temperatura, cabo de alimentação e manual em português. O equipamento deve possuir registro vigente na ANVISA e garantia mínima de 12 meses, com assistência técnica autorizada no Brasil, e peso compatível com instalação em carrinho ou suporte de parede.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 3.
VALOR UNITÁRIO: R$ 4.499,00 (quatro mil e quatrocentos e noventa e nove reais).

VALOR TOTAL: R$ 13.497,00 (treze mil e quatrocentos e noventa e sete reais).
EMPRESA: STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 57.498.660/0001-61.

A presente homologação autoriza a adoção das providências necessárias para a formalização do respectivo Contrato ou Ata de Registro de Preço, nos termos da legislação vigente.

Altamira do Paraná/PR, 05 de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:A004D380

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE ADJUDICAÇÃO PROCEDIMENTO Nº 055/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 09/2026

ATA DE ADJUDICAÇÃO
PROCEDIMENTO Nº 055/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 09/2026

ITEM 01 – ADJUDICADO – 05/08/2026
DESCRIÇÃO: Construção de Centro de eventos.
QUANTIDADE: 01
UNIDADE: 1,060,81 m²
VALOR TOTAL: R$ 3.180.000,00

OBJETO: Construção de Centro de Eventos contendo: cozinha, churrasqueira, bar, instalação
sanitária feminina, instalação sanitária masculina, instalação sanitária feminina adaptada à
PcD, instalação sanitária masculina adaptada à PcD, circulação, sala para reuniões
elementos de implantação: parque infantil, campo de futebol, 2 quadras de areia,
estacionamentos 01, 02 e 03 e guarita.

Com fundamento no resultado do julgamento e da habilitação, em conformidade com o disposto no Art. 71, Inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e considerando que foram cumpridos todos os requisitos do edital da concorrência Eletrônica nº 09/2026, a Prefeita Municipal resolve **ADJUDICAR** o objeto da contratação supramencionada, tendo como Contratada, **AB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 46.400.839/0001-18**

Encaminhe-se para homologação e demais providências legais.

Altamira do Paraná, 05 de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:07133CCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 31/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 31/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2026

O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.069.143/0001-47, torna público para conhecimento dos interessados que, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 008/2024 e demais regulamentações aplicáveis, realizará **CONTRATAÇÃO DIRETA** por **DISPENSA DE LICITAÇÃO,** na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento por **MENOR PREÇO POR ITEM**, por intermédio da plataforma **BLL Compras**, conforme segue:

OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares e materiais de apoio à mobilidade destinados ao Hospital Municipal e à Unidade Básica de Saúde (UBS) do Município de Altamira do Paraná/PR, visando proporcionar melhor e es condições de atendimento, segurança, conforto, acessibilidade e suporte aos profissionais da saúde no desempenho das atividades assistenciais.
VALOR GLOBAL: R$ 40.233,85 (quarenta mil, duzentos e trinta e três reais e oitenta e cinco centavos)

PLATAFORMA ELETRÔNICA: O certame será realizado por meio do sistema eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL Compras, no endereço eletrônico: https://bll.org.br.

DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME:

- **Início do recebimento das propostas:** 07/08/2026, às 08h00min.
- **Fim do recebimento das propostas:** 11/08/2026, às 08h00min.
- **Início da Sessão de Disputa de Lances:** 11/08/2026, às 09h00min.
- **Encerramento da disputa de lances:** 11/08/2026, às 15h00min.

AQUISIÇÃO DO EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital na íntegra e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Portal da Transparência do Município (Portal da Transparência) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas junto ao Departamento de Licitação e Contratos Administrativos através do e-mail setor.licitacao.altamira.do.parana@gmail.com ou pelo telefone (44) 3755-1133, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Altamira do Paraná - PR, 04 de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:8B090535

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 127/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 92/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 29/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 127/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 92/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 29/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, telefone (44) 3755-1133, na cidade de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, CEP 85.280-000, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora **ELZA APARECIDA DA SILVA** e;

CONTRATADA: A empresa **VERTICAL TENDAS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob nº 53.677.483/0001-20, com sede na Avenida Moinho dos Ventos, Loteamento Moinho dos Ventos, na cidade de Goiânia/GO, CEP nº 74.371-395, neste ato sendo representado por seu Sócio Administrador, Sr. **MARCELO GONÇALVES PEREIRA**.

OBJETO: O objeto do presente contrato é a aquisição de barracas articuladas e conjuntos de mesas e cadeiras destinados ao atendimento dos produtores rurais participantes da Feira do Produtor do Município de Altamira do Paraná.

VALOR DO CONTRATO: O valor total da contratação é de R$ 8.000,00 (oito mil reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura, exclusivamente para fins de emissão da ordem de compra, entrega do objeto, recebimento provisório e definitivo, pagamento, garantia dos produtos e cumprimento das obrigações remanescentes, não se caracterizando como contrato de fornecimento contínuo.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09.001.20.606.0030.2104 - ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

DATA DA ASSINATURA: 04 de agosto de 2026.

Altamira do Paraná/PR, 05 de agosto de 2026.

_____
Contratante

_____
Contratado

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:607CAA33

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 128/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 92/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 29/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 128/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 92/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 29/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, telefone (44) 3755-1133, na cidade de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, CEP 85.280-000, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora **ELZA APARECIDA DA SILVA** e;

CONTRATADA: A empresa **VERTICE COMERCIO DE ARTIGOS DE PLASTICO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 66.712.923/0001-84, com sede na Avenida Odilon Pires, Jardim Aricanduva, na cidade de São Paulo/SP, CEP nº 03.455-000, neste ato sendo representado por seu Sócio Administrador, Sr. **JHOSEP ALBERT BATISTA FEITOSA**.

OBJETO: O objeto do presente contrato é a aquisição de barracas articuladas e conjuntos de mesas e cadeiras destinados ao atendimento dos produtores rurais participantes da Feira do Produtor do Município de Altamira do Paraná.

VALOR DO CONTRATO: O valor total da contratação é de R$ 1.798,80 (um mil e setecentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura, exclusivamente para fins de emissão da ordem de compra, entrega do objeto, recebimento provisório e definitivo, pagamento, garantia dos produtos e cumprimento das obrigações remanescentes, não se caracterizando como contrato de fornecimento contínuo.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09.001.20.606.0030.2104 - ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

DATA DA ASSINATURA: 04 de agosto de 2026.

Altamira do Paraná/PR, 05 de agosto de 2026.

_____
Contratante

_____
Contratado

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:8398EA10

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PROCEDIMENTO Nº 055/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 09/2026

HOMOLOGAÇÃO
PROCEDIMENTO Nº 055/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 09/2026

OBJETO: Construção de Centro de Eventos contendo: cozinha, churrasqueira, bar, instalação sanitária feminina, instalação sanitária masculina, instalação sanitária feminina adaptada à
PcD, instalação sanitária masculina adaptada à PcD, circulação, sala para reuniões elementos de implantação: parque infantil, campo de futebol, 2 quadras de areia, estacionamentos 01, 02 e 03 e guarita.

Com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021, a Prefeita Municipal resolve **HOMOLOGAR** a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 09/2026 para a contratação supramencionada, tendo como Contratada, **AB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 46.400.839/0001-18.**

Encaminhe-se para publicação e demais providências legais.

Altamira do Paraná, 05 de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:8DB15630

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - 001/2026

O município de Altamira do Paraná - Pr, pessoa jurídica de direito público interno, regularmente inscrito no CNPJ sob n.º 78.069.143/0001-47, com sede administrativa na rua Cantú, 180, torna público que requereu ao Instituto de Água e Terras - IAT, a Autorização Ambiental para a execução de Empreendimento Viário classificado como Obra de Arte Corrente, conforme e-protocolo n.º 26.289.967-5. Trata-se da execução de uma ponte rural em aduelas de concreto pré-moldado destinada à transposição de corpo hídrico situado na Estrada Água do Macaco, km 3,5. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Altamira do Paraná, 05 de agosto de 2026

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:0FE5F2AB

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
DECRETO N.º 039/2026

SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A PONTE NA ESTRADA RURAL ÁGUA DO MACACO.

A Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, Elza Aparecida da Silva, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 55 da Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando que as obras de infraestrutura destinadas ao sistema viário são necessárias para o desenvolvimento municipal, pois são de

fundamental relevância social, econômica, bem como estão ligadas à qualidade de vida da população;

Considerando que, para garantir eficiência no escoamento agrícola e no trânsito de pessoas, torna-se necessária a substituição de pontes em tubos de concreto por pontes em aduelas de concreto pré-moldadas sobre os rios, a fim de proporcionar maior segurança à população;

Considerando o interesse público manifesto na realização das obras para garantir o acesso e mobilidade, visando promover a integração e o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais do município;

Considerando o exposto no Art. 3º, incisos VIII, IX e X da Lei n.º 12.651/2012, o qual visa demonstrar o que se entende por interesse social, utilidade pública, bem como atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam declaradas de Utilidade Pública, para fins de substituição e construção de pontes de aduelas de concreto sobre corpos hídricos as seguintes áreas:

Ponte sobre rio na estrada rural Água do Macaco, km 3,5, com centroide localizado nas coordenadas 22J 328427,87m E e 7258127,72 m S, com largura de 7,00 m e extensão de 7,00 m;

Art. 2º. As áreas a que se refere o Art. 1º deste Decreto se destinam à execução de obras de infraestrutura viária classificadas como obras de arte corrente.

Art. 3º. A declaração de utilidade pública de que trata o Art. 1º deste Decreto é fundamentada nas questões técnicas levantadas pelo Departamento de Engenharia do município.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, ao dia 05 de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:BD04DFC7

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 328/2026

SÚMULA: Concede férias à servidora do pública municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*

CONSIDERANDO a previsão legal de fracionamento do período das férias.

RESOLVE
***Art. 1º - CONCEDER** a partir do dia 05 (cinco) de agosto de 2026**,** 10 (dez) dias de **FÉRIAS** à servidora **PAULA LORENA CURCI**, matrícula funcional nº **508629**, ocupante de cargo efetivo, exercendo o cargo de CHEFE DE GABINETE, lotada no Paço Municipal**,** referente ao período aquisitivo de 01/01/2025 à 31/12/2025, nos termos da Lei nº 680/2022.*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:3C07CF42

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 91/2026 DE 15/07/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$61.500,00 (sessenta e um mil e quinhentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.304.0021.2.055 AÇÕES VIG. SANITÁRIA, EPIDEMIOLOGIA E CONT. DE DOENÇAS
193 - 3.3.90.30.00.00 92497 MATERIAL DE CONSUMO 2.000,00
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
212 - 3.3.90.30.00.00 22495 MATERIAL DE CONSUMO 1.000,00
212 - 3.3.90.30.00.00 2868 MATERIAL DE CONSUMO 6.500,00
08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001 DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.001.08.244.0022.2.071 AÇÕES DE PROMOÇÃO SOCIAL E PROTEÇÃO A FAMÍLIA
254 - 3.3.90.30.00.00 2781 MATERIAL DE CONSUMO 1.100,00
254 - 3.3.90.30.00.00 2787 MATERIAL DE CONSUMO 1.400,00
08.001.08.244.0022.2.078 EXECUÇÃO DO PROGRAMA IGD
264 - 4.4.90.52.00.00 2836 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 3.500,00
08.001.08.244.0024.1.077 REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
275 - 4.4.90.52.00.00 2878 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00
08.002 FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.002.08.243.0033.2.231 PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO - Assistencia Social
292 - 3.3.90.30.00.00 2882 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00
09 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E REC HIDRICOS
09.001 DIVISAO DE AGRICULTURA, ASSISTENCIA TÉCNICA E MEIO AMBIENTE
09.001.20.606.0030.2.104 ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
315 - 3.3.90.30.00.00 3000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00
317 - 3.3.90.39.00.00 3000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 6.000,00
09.001.20.606.0030.2.105 ATIVIDADES APOIO E INCENTIVOS Á AGRICULTURA E PECUÁRIA
321 - 3.3.90.30.00.00 3000 MATERIAL DE CONSUMO 2.000,00
10 SECRETARIA DE TRANSPORTE, VIAÇÃO E URBANISMO
10.001 DIVISAO DE OBRAS E URBANISMO
10.001.15.452.0026.2.085 ATIVIDADES OPERAC. DEPTO DE OBRAS E URBANISMO
344 - 3.3.90.30.00.00 3000 MATERIAL DE CONSUMO 1.000,00
10.002 DIVISAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

10.002.26.782.0026.2.086 ATIVIDADES OPERACIONAIS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
375 - 3.3.90.30.00.00 3000 MATERIAL DE CONSUMO 12.000,00
378 - 3.3.90.39.00.00 3000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 10.000,00
Total Suplementação: 61.500,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 15 de Julho de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:D318EEF8

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 92/2026 DE 15/07/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$94.532,00 (noventa e quatro mil e quinhentos e trinta e dois reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
212 - 3.3.90.30.00.00 904 MATERIAL DE CONSUMO 16.000,00
212 - 3.3.90.30.00.00 905 MATERIAL DE CONSUMO 6.000,00
07.002.10.301.0021.2.058 APOIO ÁS INSTITUIÇÕES E FUNDAÇÕES DE SAÚDE- CISCONCAM
224 - 3.3.72.39.00.00 906 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 13.100,00
224 - 3.3.72.39.00.00 913 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 59.432,00
Total Suplementação: 94.532,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Receita
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.19 INCREMENTO TEMPORÁRIO DO PAB - Fonte: 904 16.000,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.19 INCREMENTO TEMPORÁRIO DO PAB - Fonte: 905 6.000,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.19 INCREMENTO TEMPORÁRIO DO PAB - Fonte: 906 13.100,00
Receita: 1.7.2.3.50.0.1.11 RESOLUÇÃO 746/2026 - Fonte: 913 59.432,00
Total da Receita: 94.532,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 15 de Julho de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:4054C0E0

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 93/2026 DE 15/07/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$113.000,00 (cento e treze mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.001.04.122.0003.2.006 ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA
34 - 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 6.000,00
38 - 3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 15.000,00
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.002 DIVISAO DE EDUCACAO - INFANTIL
05.002.12.365.0012.2.034 GESTÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
82 - 3.3.90.30.00.00 1103 MATERIAL DE CONSUMO 2.000,00
05.004 DIVISAO DE EDUCACAO - ENSINO FUNDAMENTAL
05.004.12.361.0084.2.042 EXECUÇÃO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO
128 - 3.3.90.32.00.00 1107 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 7.000,00
06 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
06.001 DEPARTAMENTO DE ESPORTE
06.001.27.812.0018.2.049 ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ESPORTE
163 - 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 1.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.302.0019.2.057 ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL
187 - 3.3.90.30.00.00 1303 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
214 - 3.3.90.36.00.00 2495 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 10.000,00
08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.003 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
08.003.08.244.0053.2.075 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CESTA BÁSICA
301 - 3.3.90.32.00.00 856 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 10.000,00
09 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E REC HIDRICOS

09.001 DIVISAO DE AGRICULTURA, ASSISTENCIA TÉCNICA E MEIO AMBIENTE
09.001.20.606.0030.2.105 ATIVIDADES APOIO E INCENTIVOS Á AGRICULTURA E PECUÁRIA
321 - 3.3.90.30.00.00 1507 MATERIAL DE CONSUMO 15.000,00
10 SECRETARIA DE TRANSPORTE, VIAÇÃO E URBANISMO
10.001 DIVISAO DE OBRAS E URBANISMO
10.001.15.452.0026.2.087 SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA E URBANIZAÇÃO
352 - 3.3.90.39.00.00 1504 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 7.000,00
10.002 DIVISAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
10.002.26.782.0026.1.088 Programa de conservação de Estradas Rurais
370 - 3.3.90.30.00.00 1504 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00
Total Suplementação: 113.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme
descriminação abaixo:
Redução
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.003 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO- ESPECIAL
05.003.12.364.0102.2.227 PROGRAMA DE APOIO AO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO
93 - 3.3.90.30.00.00 1104 MATERIAL DE CONSUMO 2.000,00
05.004 DIVISAO DE EDUCACAO - ENSINO FUNDAMENTAL
05.004.12.361.0084.2.042 EXECUÇÃO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO
129 - 3.3.90.33.00.00 1107 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 7.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
212 - 3.3.90.30.00.00 2495 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00
213 - 3.3.90.34.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO 10.000,00
1303
07.002.10.301.0021.2.059 EXECUÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL
227 - 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 6.000,00
08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.002 FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.002.08.243.0023.2.224 EXECUÇÃO DO PROGRAMA SERVIÇOS DE CONV. E FORT. DE VINCULOS
288 - 3.3.90.30.00.00 856 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00
09 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E REC HIDRICOS
09.001 DIVISAO DE AGRICULTURA, ASSISTENCIA TÉCNICA E MEIO AMBIENTE
09.001.20.606.0030.2.105 ATIVIDADES APOIO E INCENTIVOS Á AGRICULTURA E PECUÁRIA
320 - 3.3.50.43.00.00 1000 SUBVENÇÕES SOCIAIS 1.000,00
10 SECRETARIA DE TRANSPORTE, VIAÇÃO E URBANISMO
10.001 DIVISAO DE OBRAS E URBANISMO
10.001.15.452.0026.2.085 ATIVIDADES OPERAC. DEPTO DE OBRAS E URBANISMO
344 - 3.3.90.30.00.00 1504 MATERIAL DE CONSUMO 37.000,00
10.001.25.752.0026.2.110 Iluminação Pública
367 - 4.4.90.51.00.00 1507 OBRAS E INSTALAÇÕES 5.000,00
368 - 4.4.90.52.00.00 1507 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.000,00
99 ENCARGOS GERAIS
99.999 ENCARGOS GERAIS
99.999.28.123.0000.0.099 PLANO DE AMORTIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA
398 - 3.3.91.97.00.00 1000 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS 15.000,00
Total Redução: 113.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 15 de Julho de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:99B098FD

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 94/2026 DE 27/07/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Remanejamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Remanejamento, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$330.500,00 (trezentos e trinta mil e quinhentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
02 GOVERNO MUNICIPAL
02.001 GABINETE DO PREFEITO
02.001.04.122.0069.2.003 COORDENAÇÃO, ASSESSORIA JURIDICA E COMUNICAÇÃO
ADMINISTRATIVA
16 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 4.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.001.04.122.0003.2.006 ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA
28 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 150.000,00
30 - 3.1.90.94.00.00 1000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 25.000,00
31 - 3.1.91.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 9.000,00
04 SECRETARIA DE FINANÇAS
04.001 DIVISAO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE
04.001.04.123.0005.2.015 ATIVIDADES OPERAC. DEPTO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE
52 - 3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.000,00
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.004 DIVISAO DE EDUCACAO - ENSINO FUNDAMENTAL
05.004.12.361.0009.2.025 ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
118 - 3.3.90.46.01.00 1000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 30.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
205 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 500,00
08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001 DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.001.08.244.0022.2.222 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA PARA PESSOAS
IDOSAS E COM DEFICIENCIA
265 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.000,00
10 SECRETARIA DE TRANSPORTE, VIAÇÃO E URBANISMO
10.002 DIVISAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
10.002.26.782.0026.2.086 ATIVIDADES OPERACIONAIS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

371 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 100.000,00
372 - 3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 8.000,00
Total Suplementação: 330.500,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Redução
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.064 EXECUÇÃO DO PROG. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE -
PACS
Redução
237 - 3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 55.000,00
08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.002 FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.002.08.243.0023.2.074 ATIVIDADES OPERAC. DO FDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
278 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 50.000,00
279 - 3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 30.000,00
08.002.08.243.0023.2.224 EXECUÇÃO DO PROGRAMA SERVIÇOS DE CONV. E FORT. DE
VINCULOS
284 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 10.000,00
09 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E REC HIDRICOS
09.001 DIVISAO DE AGRICULTURA, ASSISTENCIA TÉCNICA E MEIO AMBIENTE
09.001.20.606.0030.2.104 ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
311 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 80.500,00
10 SECRETARIA DE TRANSPORTE, VIAÇÃO E URBANISMO
10.001 DIVISAO DE OBRAS E URBANISMO
10.001.15.452.0026.2.085 ATIVIDADES OPERAC. DEPTO DE OBRAS E URBANISMO
345 - 3.3.90.34.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRAZAÇÃO 70.000,00
1000
13 SECRETARIA DA MULHER
13.001 SECRETARIA DA MULHER
13.001.14.244.0007.2.000 ATIVIDADES OPERACIONAIS DA SECRETARIA DA MULHER
380 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 15.000,00
14 SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
14.001 DIVISÃO DE PESSOAL
14.001.04.122.0003.2.007 MANUTENÇÃO ATIVIDADES OPERACIONAIS DO DEPARTAMENTO
PESSOAL
395 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 20.000,00
Total Redução: 330.500,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 27 de Julho de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:42D2C12F

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 95/2026 DE 27/07/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Transposição e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Transposição, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$102.500,00 (cento e dois mil e quinhentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.001 DIVISAO DE EDUCACAO - FUNDEB
05.001.12.361.0008.2.021 GESTÃO DO QUADRO PERMANENTE DO MAGISTERIO
66 - 3.1.90.13.00.00 1101 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 500,00
05.002 DIVISAO DE EDUCACAO - INFANTIL
05.002.12.365.0012.2.034 GESTÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
76 - 3.1.90.13.00.00 1101 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.000,00
05.004 DIVISAO DE EDUCACAO - ENSINO FUNDAMENTAL
05.004.12.361.0009.2.025 ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
108 - 3.1.90.11.00.00 1103 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 40.000,00
109 - 3.1.90.13.00.00 1103 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.000,00
111 - 3.1.91.13.00.00 1103 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.302.0019.2.057 ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL
182 - 3.1.90.13.00.00 1303 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.000,00
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
205 - 3.1.90.11.00.00 494 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 50.000,00
07.002.10.301.0021.2.064 EXECUÇÃO DO PROG. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE -
PACS
237 - 3.1.90.13.00.00 494 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 4.000,00
Total Suplementação: 102.500,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Redução
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.001 DIVISAO DE EDUCACAO - FUNDEB
05.001.12.361.0008.2.021 GESTÃO DO QUADRO PERMANENTE DO MAGISTERIO
65 - 3.1.90.11.00.00 1101 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 1.000,00
05.002 DIVISAO DE EDUCACAO - INFANTIL
05.002.12.365.0012.2.034 GESTÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
75 - 3.1.90.11.00.00 1101 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 500,00
75 - 3.1.90.11.00.00 1103 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 44.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.058 APOIO ÁS INSTITUIÇÕES E FUNDAÇÕES DE SAÚDE- CISCONCAM

224 - 3.3.72.39.00.00 494 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 54.000,00
07.002.10.301.0021.2.064 EXECUÇÃO DO PROG. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE -
PACS
Redução
237 - 3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.000,00
Total Redução: 102.500,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 27 de Julho de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:10DF07A3

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 96/2026 DE 27/07/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$78.000,00 (setenta e oito mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.001 DIVISAO DE EDUCACAO - FUNDEB
05.001.12.361.0008.2.021 GESTÃO DO QUADRO PERMANENTE DO MAGISTERIO
68 - 3.1.91.13.00.00 1101 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 20.000,00
05.001.12.361.0072.2.022 GESTÃO DO QUADRO DE APOIO DO FUNDEB
70 - 3.1.90.11.00.00 1040 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 55.000,00
05.002 DIVISAO DE EDUCACAO - INFANTIL
05.002.12.365.0012.2.034 GESTÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
78 - 3.1.91.13.00.00 1101 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.000,00
Total Suplementação: 78.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Dotação transferida, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Redução
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.001 DIVISAO DE EDUCACAO - FUNDEB
05.001.12.361.0008.2.021 GESTÃO DO QUADRO PERMANENTE DO MAGISTERIO
65 - 3.1.90.11.00.00 1101 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 20.000,00
68 - 3.1.91.13.00.00 1040 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 55.000,00
05.002 DIVISAO DE EDUCACAO - INFANTIL
05.002.12.365.0012.2.034 GESTÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
75 - 3.1.90.11.00.00 1101 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.000,00
Total Redução: 78.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 27 de Julho de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:5268BDF6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
PREGÃO 025/2026 - AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO

EXTRATO DO AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026

Menor Preço Por Item

OBJETO: Aquisição de um (1) veículo Hatch, zero km, ano/modelo: 2026/2026, Cor Branca, destinado ao uso Exclusivo e Intransferível do Conselho Tutelar do Município de Amaporã. Valor Máximo de R$ 93.990,00.

Data da sessão: 19/08/2026
Horário: 09h00min (**Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF**).
Data e horário limite para encaminhar as propostas: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as **08h59min** do dia **19/08/2026.**
Local de Realização do Pregão: (https://comprasbr.com.br/)

Amaporã/PR, 05 de agosto de 2026.

ROSÂNGELA ALEXANDRE DE ANDRADE
Pregoeira

Publicado por:
Gusttavo Lucas de Souza
Código Identificador:3DCB4606

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 040/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 040/2026

O Prefeito do Município de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** aberto pelo **Edital nº 033/2026**, a comparecer na Prefeitura Municipal de Amaporã - Divisão de Recursos Humanos em horário de expediente, no período de **06 a 15 de agosto de 2026**, a fim de submeter ao processo admissional, munida de fotocópias dos seguintes documentos:

( ) Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

( ) Certidão de Casamento ou Nascimento;

( ) Certidão de Nascimento dos filhos;

( ) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

( ) Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

( ) Cadastro do PIS/PASEP;

( ) Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais;

( ) Título de Eleitor;

( ) Atestado Médico Admissional de acordo com o Decreto Municipal 085/2014;

( ) Foto 3x4, colorida e recente;

( ) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

( ) Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

( ) Comprovante de Residência na data da Contratação em nome do admitido e/ou declaração de residência;

( ) Declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, com firma reconhecida em cartório; salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria, especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF;

( ) Declaração de Bens;

( ) Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

( ) Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho) e/ou extrato da CTPS Digital;

( ) Certidão Negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais junto ao Cartório Distribuidor da Comarca onde reside;

( ) Registro no respectivo Conselho Regional de sua classe, ao cargo inscrito (quando for o caso).

( ) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:

-Regime do vínculo: celetista, estatutário, etc;

-Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);

-Carga horária do outro vínculo;

-Horário de trabalho do outro vínculo;

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Nº DO CPF	DATA DE NASC.	PONT.	CLASSIFIC.
19	Marta Leite A. A Albuquerque	007.708.649-02	10/10/1981	69,00	1º LUGAR

CARGO: ORIENTADOR SOCIAL

Nº	NOME DO CANDIDATO	Nº DO CPF	DATA DE	PONT.	CLASSIFIC.
INSC.			NASC.		
20	Bruna Pereira da Silva do Vale	062.380.359-35	19/02/1992	65,00	1º LUGAR

O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação da candidata.

Edifício da Prefeitura do Município de Amaporã, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:46DB6D84

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 223/2026

PORTARIA Nº 223/2026

Dispõe sobre a concessão da Gratificação de Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE) a servidor público municipal.

OPREFEITO MUNICIPAL DE AMAPORÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelaLei Orgânica Municipal, e com fundamento naLei Municipal nº 1.070/2025, que institui aGratificação de Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE)para servidores públicos municipais que desempenham funções com condições diferenciadas de trabalho,considerando a necessidade e o interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida ao servidor**VIVIANI LEITE PARDIN**, matrícula funcional nº **3568**, ocupante do cargo de **MOTORISTA**, lotado naSecretaria Municipal de **SAÚDE,** aGratificação de Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE), nos termos daLei nº 1.070/2025.

Art. 2º - A concessão da Gratificação TIDE ao servidor ora designado atenderá às seguintes condições e requisitos:
I – O servidor deverá estarà disposição da Administração Pública Municipalsempre que necessário, independentemente do horário de expediente regular;
II – O servidornão poderá acumular outro cargo, função ou atividade remunerada, seja no setor público ou privado, exceto nas hipóteses previstas na legislação vigente;
III – A gratificação será concedida no percentual de100% *(*por cento)sobre a tabela de vencimentos básicos do servidor, conforme fixado na legislação municipal;
IV – A adesão ao Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE)exclui o direito ao recebimento de horas extraordinárias e adicional noturno;
V – O servidor deverá assinar oTermo de Compromisso, reconhecendo as vedações e obrigações inerentes ao regime, bem como suaciência de que a gratificação não se incorpora aos vencimentos para fins de aposentadoria ou outras vantagens;
VI – A concessão seráformalmente registrada no Departamento de Recursos Humanos do Municípioe arquivada noProtocolo-Geral.

Art. 3º - A concessão da Gratificação TIDE poderá serrevogada a qualquer tempo, mediante ato devidamente motivado da Administração Pública Municipal, nos seguintes casos:
I – Porconveniência e interesse público, mediante justificativa expressa da Secretaria onde o servidor está lotado;
II – Pelodescumprimento das obrigações e vedações estabelecidas na Lei nº 02/2025e no Termo de Compromisso assinado pelo servidor;
III – A pedido do próprio servidor, por meio de requerimento formal dirigido à Secretaria Municipal responsável.

Parágrafo único – A revogação da concessão da gratificação será formalizada por novaPortaria do Chefe do Poder Executivo,

acompanhada de justificativa escrita, a ser arquivada no Departamento de Recursos Humanos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,revogando disposições em contrário. Especialmente a portaria 108/2026

Paço Municipal de Amaporã, 04 de agosto de 2026.

Republicado por erro de digitação

MARCOS MARIN
Prefeito

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:D68646A0

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA NO 225/2026

PORTARIA No 225/2026

SÚMULA: Remanejamento de Servidor Público Municipal e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:
Art.1o - Remanejar o(a) Sr(a). **VIVIANI LEITE PARDIN,** servidor(a) desta Municipalidade, lotado(a) no cargo de **MOTORISTA** no Departamento de Educação, Cultura e Esporte, para o Departamento de Saúde, a partir do dia **01/08/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos ao dia 01/08/2026
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 05 (cinco) dias do mês de agosto do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:8E9A74C1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 073/2025 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 028/2025 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 032/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 091/2025

O MUNICÍPIO DE ANAHY, com sede na Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, 591, Centro, na cidade de Anahy, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Arilson Batista de Souza, e a do outro lado a empresa **CESAR RICARDO GRAMA - CLIMATIZAÇÃO, CNPJ 34.006.576/0001-88,** sediada na Rua Francisco João, Quadra 01 Lote 03, nº 151, bairro Area Industrial II, Galpão, Nova Aurora-PR, CEP: 85410-000, neste ato representada por seu sócio administrador o Sr. Cesar Ricardo Grama, portador da célula de identidade RG sob nº 6.969.084-0 e CPF nº 016.461.199-16, Whatsapp (45) 99980-3139; E-mail: grilo_cesar@hotmail.com, considerando o julgamento da licitação na modalidade de dispensa, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. 032/2025, Processo Administrativo n.º 091/2025, RESOLVE promover alterações na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS em epígrafe, de acordo com as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir: **CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em instalação, manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar-condicionado, com fornecimento de peças, para atender máquinas pesadas, tratores, ônibus e caminhões pertencentes à frota dos diversos departamentos do Município de Anahy/PR. **CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA:** Fica prorrogada por 12 (doze) meses, contados da data de 06/08/2026 a 06/08/2027, a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada, conforme previsão constante do Artigo n° 84 da Lei n° 14.133/2021. § 1º. Os quantitativos da Ata de Registro de Preços serão renovados a partir da assinatura deste aditivo. § 2º. Assegura-se à detentora da ata o direito ao reajuste de preços a partir de 06/08/2026.**CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO**: Ficam ratificadas as demais condições da ata de registro de preços ora aditada. **CLÁUSULA QUARTA: DO FORO:** Foro da Comarca de Corbélia, estado do Paraná. **Anahy/PR, 05 de agosto de 2026**.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:83E13F5A

LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 020/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 063/2026

OBJETO: Contratação de profissional especializada para a prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, compreendendo assessoria e consultoria técnica para a elaboração do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo (SINASE), bem como a ministração de Palestra Magna na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Anahy-PR.

CONTRATADO: ROBERTA CARINA TEIXEIRA**.**
CNPJ/CPF: 37.962.389/0001-66**.**
VALOR TOTAL: R$ 23.100,00 (Vinte e três mil e cem reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Órgão: 15 - Departamento de Ação Social
Unidade: 3 - Fundo Municipal de Assistência Social
Ação: 2180 - Manutenção do Fundo M. da Assistência Social
Funcional: 0008.0244.0120
Vínculo: 908 - FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social - Medidas Sócioeducativas
Ref. 445 - **Modalidade de Aplicação**: 3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros.
Unidade: 4 - Fundo M. dos Dir. da Criança e Adolesc.
Ação: 6230 - Manutenção do Fundo da Criança e do Adolescente
Funcional: 0008.0243.0100
Vínculo :382 - Deliberação 013/25 CEDCA-PR
Ref. 555 - **Modalidade de Aplicação**: 3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: A presente contratação tem como objetivo prestar assessoria técnica especializada à gestão municipal da Política de Assistência Social e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na elaboração participativa e intersetorial do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em consonância com as diretrizes do CONANDA, do SINASE, da legislação vigente e das deliberações da Conferência Municipal, fortalecendo o planejamento, a articulação da rede de proteção e o Sistema de Garantia de Direitos no município de Anahy-PR.
JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE: A contratação de Roberta Carina Teixeira justifica-se por sua notória especialização e reconhecida expertise técnica na área de assessoria para planos decenais e políticas públicas da infância e adolescência. Considerando a natureza singular e intelectual dos serviços e a qualificação técnica da profissional, resta inviável a realização de processo competitivo. A

ação visa aprimorar o planejamento e as diretrizes estratégicas locais, contribuindo diretamente para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inc. III, alíneas "c" e "f", da Lei n. 14.133/2021.

Anahy-PR, 05 de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:96D22286

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.501/2026.

Designa GESTOR e FISCAL de TERMO DE CONVÊNIO com a SEAB/PR.

O PREFEITO MUNICIPAL ANAHY/PR., ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:
Art. 1° Designar o servidor público municipal Carlos Antonio Reis, ocupante do cargo de Secretário de Coordenação Geral, matrícula funcional nº 9083-7, portador do RG nº 3.926.005-0/PR e do CPF nº 525.179.269-72, como GESTOR do Convênio com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB/PR.

Art. 2° Designar o servidor público municipal Ronaldo Aparecido de Freitas, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, matrícula funcional nº 10083-3, portador do RG. nº 5.981.369-2/PR e do CPF nº 855.672.309-82, como FISCAL do convênio com a Secretaria de Estado Agricultura e do Abastecimento – SEAB/PR.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 05 dias mês de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:CD8C20CE

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.502/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do servidor efetivo Laurindo de Souza, motorista, portador do RG. 7.511.593-8/PR, lotado no Departamento de Saúde, matrícula funcional nº 11932-1, meia diária para empreender viagem a serviço do Departamento Municipal de Saúde, sendo:

Data:	02 de agosto de 2026.
Destino:	Foz do Iguaçu/PR
Objetivo:	Transportar com o veículo TRACKER, placas SEP1B95 o paciente Jhonatan de Carli Silva e acompanhante que se encontra em alta médica no Hospital Nossa Senhora Aparecida.
Protocolo nº	321/2026
Quant. de Diária:	Meia diária.
Valor Total:	R$ 150,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 05 dias do mês de agosto de 2026

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:C06B6EC3

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.503/2026.

Dispõe sobre o ressarcimento por despesas referente a viagem do Prefeito municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do Prefeito Municipal Arilson Batista de Souza, portador do CPF. nº 764.217.169-20, lotado no Gabinete do Prefeito Municipal, matrícula funcional nº 8745-4, o valor de R$ 100,00 (cem reais) a título de ressarcimento, por despesas referentes à viagem realizada a serviço do Município de Anahy, cujos dados seguem abaixo:

Data:	03 a 06 de agosto de 2026.
Destino:	Curitiba - Pr
Objetivo:	Viagem oficial à cidade de Curitiba/PR, no período de 03 a 06 de agosto de 2026, onde participou de compromissos administrativos, técnicos e institucionais de interesse do Município de Anahy: - Casa Civil; - PARANACIDADE/SECID – Secretaria de Estado das Cidades; - SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; - SETU – Secretaria de Estado do Turismo; - Gabinete dos Deputados Estaduais: Gugu Bueno e Ademar Traiano. O deslocamento será realizado com o veículo FIAT TORO placa: TBL6B67.
Protocolo nº	322/2026
Valor do ressarcimento:	R$ 100,00

Art. 2º A comprovação das despesas ressarcidas consta em anexo à solicitação de ressarcimento protocolada pelo servidor indicado no artigo anterior.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 05 dias do mês de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:42FADA37

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 159/2026
RECORRENTE: ULISSES RIBEIRO DA SILVA – EPP
RECORRIDA: 15.385.640 ANGELA PIA PICCIONI DE ARAUJO

ASSUNTO: DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR EM RECURSO ADMINISTRATIVO

DECISÃO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **ULISSES RIBEIRO DA SILVA – EPP** contra a decisão da Pregoeira Municipal que declarou habilitada e vencedora do **Lote 03 – Facilitador de Oficina de Arte/Artesanato/Trabalhos Manuais** a empresa **15.385.640 ANGELA PIA PICCIONI DE ARAUJO**, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 015/2026.

Em suas razões, a recorrente sustenta, em síntese, que a empresa recorrida não teria apresentado, no prazo inicialmente concedido, toda a documentação necessária à comprovação da qualificação técnica do profissional indicado, alegando que a posterior juntada de certificado, em atendimento à diligência promovida pela Pregoeira, configuraria apresentação extemporânea de documento novo e inovação documental vedada pela Lei Federal nº 14.133/2021. Requereu, ao final, a inabilitação da empresa recorrida e a convocação da licitante classificada em segundo lugar.

Regularmente intimada, a empresa **15.385.640 ANGELA PIA PICCIONI DE ARAUJO** apresentou contrarrazões, defendendo que o documento juntado em sede de diligência se destinou apenas a comprovar condição preexistente à abertura da sessão pública, sem alteração do profissional

indicado, da proposta ou das condições de habilitação, requerendo a manutenção da decisão recorrida.

Ao apreciar o recurso, a Pregoeira Municipal conheceu da insurgência e, no mérito, negou-lhe provimento, mantendo a habilitação e a declaração de vencedora da empresa recorrida. Os autos foram, então, encaminhados a esta autoridade superior, nos termos do art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual, não reconsiderada a decisão pela autoridade que praticou o ato, o recurso deverá ser encaminhado, com a respectiva motivação, à autoridade superior para julgamento.

É o relatório.

Passo à decisão.

Após análise das razões recursais, das contrarrazões, da documentação constante dos autos e do julgamento proferido pela Pregoeira Municipal, entendo que a decisão recorrida deve ser integralmente mantida.

Conforme consignado pela Pregoeira, a empresa recorrida apresentou, dentro do prazo originalmente concedido, Atestado de Capacidade Técnica destinado a demonstrar a experiência profissional compatível com o objeto licitado. A diligência posteriormente instaurada teve por objeto a apresentação de certificado ou documento equivalente comprobatório da formação do profissional indicado, além da demonstração da exequibilidade da proposta, diante do desconto apresentado.

O certificado juntado em atendimento à diligência foi emitido em **26 de fevereiro de 2026**, portanto, anteriormente à sessão pública e ao prazo estabelecido para apresentação dos documentos de habilitação. Não houve, assim, aquisição posterior da qualificação, substituição do profissional, modificação da proposta ou constituição superveniente de

requisito de habilitação, mas somente a apresentação do instrumento documental destinado a comprovar situação anteriormente existente.

A providência adotada encontra fundamento no art. 64, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e nas disposições do próprio Edital, especialmente nos itens 5.28.2, 6.5, 6.6, 8.1.2 e 14.7, que admitem a realização de diligências para o esclarecimento ou a complementação da instrução processual e para a comprovação de condição preexistente à abertura da sessão pública.

Não se verifica, no caso concreto, a utilização da diligência para permitir que a licitante constituísse posteriormente uma condição de habilitação inexistente na data do certame. O documento apresentado apenas materializou a comprovação de qualificação já obtida antes da licitação, hipótese que não se confunde com a criação superveniente do requisito.

Também merece destaque o fato de que as diligências não foram direcionadas exclusivamente à empresa recorrida. Segundo o julgamento da Pregoeira, também foram diligenciadas as empresas **60.639.177 WILLIAN GUSTAVO DUARTE** e **MAIS SAÚDE MAIS RENTABILIDADE LTDA**, para apresentação de documentos e esclarecimentos relativos às pendências identificadas na análise da habilitação. Tal circunstância demonstra que o procedimento foi aplicado de maneira objetiva, impessoal e isonômica, sem favorecimento particular à recorrida.

Da mesma forma, não prospera a alegação de ausência de comprovação da capacidade técnica. Os autos demonstram que o Atestado de Capacidade Técnica já havia sido apresentado na fase própria, servindo à comprovação da experiência profissional, enquanto o certificado posteriormente juntado se destinou à confirmação da formação do profissional indicado.

O Termo de Referência, conforme registrado na decisão da Pregoeira, prevê que o profissional deverá possuir formação compatível ou

experiência comprovada, admitindo que a qualificação seja demonstrada mediante diploma, certificado, declaração, atestado ou outros documentos idôneos. Ao término da instrução, estavam comprovadas tanto a experiência profissional quanto a formação do profissional indicado para a execução dos serviços.

A exclusão da licitante, diante de documento emitido anteriormente ao certame e destinado apenas a comprovar condição já existente, representaria excesso de formalismo, sem demonstração de prejuízo concreto à competição, à isonomia entre os participantes ou à obtenção da proposta mais vantajosa.

Desse modo, acolho como razões de decidir os fundamentos fáticos e jurídicos constantes do julgamento proferido pela Pregoeira Municipal, os quais passam a integrar esta decisão, especialmente quanto à legalidade da diligência, à inexistência de inovação documental, à comprovação da qualificação técnica e à observância dos princípios da legalidade, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da competitividade e do formalismo moderado.

DECISÃO

Diante do exposto, no exercício da competência atribuída à autoridade superior pelo art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, com fundamento na legislação aplicável, no Decreto Municipal nº 9.858/2023, nas disposições do Edital e do Termo de Referência e nos elementos constantes do Processo Administrativo nº 159/2026, **CONHEÇO** do recurso administrativo interposto pela empresa **ULISSES RIBEIRO DA SILVA – EPP** e, no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**.

Por consequência, **RATIFICO INTEGRALMENTE O JULGAMENTO PROFERIDO PELA PREGOEIRA MUNICIPAL** e mantenho a decisão que declarou **HABILITADA E VENCEDORA** do **Lote 03 – Facilitador de Oficina de Arte/Artesanato/Trabalhos Manuais** a empresa **15.385.640 ANGELA**

PIA PICCIONI DE ARAUJO, por estar comprovado o atendimento às exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

Determino a ciência desta decisão às empresas interessadas e o regular prosseguimento do procedimento licitatório, com a adoção das providências subsequentes cabíveis.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Andirá, 05 de agosto de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá – PR

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:C4827FEB

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.303 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Concede aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à servidora Glaucia Aparecida da Silva Prezoto.

***EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA**, Prefeita do Município de Andirá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,*

DECRETA:

Art. 1º *- Fica concedida* ***APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO****, à servidora* ***GLAUCIA APARECIDA DA SILVA PREZOTO****, lotada no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, portadora do Registro Geral - CPF nº **4.872.119-** SESP/PR, com o cargo de Agente Comunitário de Saúde - IV-FX1-11.*

Art. 2º *- A presente Aposentadoria é concedida pela regra prevista no Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, sendo que o valor do provento de aposentadoria será o da última remuneração e a forma de reajuste será feita pelo disposto no Artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.*

Art. 3º *- O valor do provento de aposentadoria será de R$ 6.676,72 (seis mil, seiscentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos), referente à competência Julho/2026.*

Art. 4º *- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 03 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.*

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Henrique Dassie
Código Identificador:B3C86424

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.304 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Concede aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à servidora Silvia Renata Carvalho de Campos.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA*, Prefeita do Município de Andirá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,*

DECRETA:

Art. 1º *- Fica concedida* ***APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO****, à servidora* ***SILVIA RENATA CARVALHO DE CAMPOS****, lotada no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, portadora do Registro Geral - CPF nº **7.714.889-** SESP/PR, com o cargo de Educadora Infantil - NV05-11.*

Art. 2º *- A presente Aposentadoria é concedida pela regra prevista no Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, sendo que o valor do provento de aposentadoria será o da última remuneração e a forma de reajuste será feita pelo disposto no Artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.*

Art. 3º *- O valor do provento de aposentadoria será de R$ 12.489,84 (doze mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), referente à competência Julho/2026.*

Art. 4º *- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.*

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Henrique Dassie
Código Identificador:1C89187E

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 11.305 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei ,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a partir do dia 05 de agosto de 2026, a Servidora Pública Municipal **JHENIFFER DA SILVA CORREIA** ocupante do cargo de **PROFESSOR.**

Art. 2° - Este decreto entra em vigor nesta data,

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:2CBBDD80

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 11.306 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

A Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o resultado final do **CONCURSO PÚBLICO 001/2023,** objeto do **EDITAL Nº 001/2023**, homologado em 21 de fevereiro de 2024.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, a partir do dia 05 de agosto de 2026, a Sra. **PATRICIA DA SILVA OLIVEIRA** para exercer o cargo de **EDUCADOR INFANTIL.**

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data,

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:1074174C

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 11.307 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

A Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o resultado final do **CONCURSO PÚBLICO 001/2023,** objeto do **EDITAL Nº 001/2023**, homologado em 21 de fevereiro de 2024.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, a partir do dia 05 de agosto de 2026, a Sra. **JHENIFFER DA SILVA CORREIA** para exercer o cargo de **EDUCADOR INFANTIL.**

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data,

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:72884B63

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.308/2026 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 99.560,13 (noventa e nove mil quinhentos e sessenta reais e treze centavos), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.034.		Manter os Postos de Saúde do Município	
1448 - 3.3.90.32.00.00	3493	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.061,95
06.002.10.301.0012.2.038.		Manter os Serviços de Transporte da Saúde	
1175 - 3.3.90.39.00.00	3493	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.999,46
06.002.10.302.0012.2.039.		Manter os Serviços de Atendimento Especializados	
1408 - 3.3.90.39.00.00	3491	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
06.002.10.302.0012.2.040.		Manter o CAPS - Centro de Atenção Psicossocial	
1209 - 3.3.90.34.00.00		3491 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15.000,00
06.002.10.303.0037.2.174.		Manter a Assistência Farmacêutica	
1216 - 3.3.90.36.00.00	3491	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
06.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE VIGILANCIAS	
06.003.10.305.0028.2.051.		Manter o Programa - PROVIGIA	
1177 - 3.3.90.30.00.00	3491	MATERIAL DE CONSUMO	1.358,21
08.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.15.452.0021.2.073.		Manter Parques, Praças e Jardins	
1446 - 3.3.91.39.00.00	3000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
10.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.003.08.244.0023.2.088.		Manter o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família - PAEFI - CREAS	
1251 - 3.3.90.30.00.00	3949	MATERIAL DE CONSUMO	1.766,00
10.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA	
10.004.08.243.0023.6.005.		Manter a Casa Lar	
1271 - 3.3.90.30.00.00	3975	MATERIAL DE CONSUMO	1.774,51
11.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	
11.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
11.003.13.392.0010.2.101.		Manter os Eventos Culturais e Cívicos	
1447 - 3.3.90.39.00.00	3000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	48.600,00
		Total Suplementação:	**99.560,13**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:432157C4

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.309/2026 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 235.676,05 (duzentos e trinta e cincomil seiscentos e setenta e seis reais e cinco centavos), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.035.		Manter o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISNOP	
391 - 3.3.71.70.00.00	1303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	234.376,05
10.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
10.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.003.08.244.0023.2.088.		Manter o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família - PAEFI - CREAS	
892 - 3.3.91.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	
11.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
11.003.13.392.0009.2.102.		Manter Centros Culturais - Casa da Memória e Museu de Artes Naturais	
1026 - 3.3.91.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	800,00
		Total Suplementação:	**235.676,05**

Artigo 2º - Os recursos para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata este decreto serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias.

Redução			
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.035.		Manter o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISNOP	
389 - 3.1.71.70.00.00	1303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	234.376,05
10.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
10.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.003.08.244.0023.2.088.		Manter o Serviço de Proteção e Atendimento	

		Especializado a Família - PAEFI - CREAS	
888 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	
11.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
11.003.13.392.0009.2.102.		Manter Centros Culturais - Casa da Memória e Museu de Artes Naturais	
1024 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	800,00
		Total Redução:	**235.676,05**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:E4BE2057

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 11.310 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

A Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o resultado final do Processo Seletivo Simplificado de **PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL I, EDUCADOR INFANTIL, PEDAGOGO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ARTE E PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**, objeto do Edital nº 004/2026, homologado em 23 de Abril de 2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, a partir do dia 05 de agosto de 2026, a Sra. **ANDRÉIA APARECIDA CARMONA SILVESTRINI** para exercer o cargo de **EDUCADOR INFANTIL - PSS.**

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data,

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:580F435B

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 11.311 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

A Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o resultado final do Processo Seletivo Simplificado de **PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL I, EDUCADOR INFANTIL, PEDAGOGO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ARTE E PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**, objeto do Edital nº 004/2026, homologado em 23 de Abril de 2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, a partir do dia 03 de agosto de 2026, a Sra. **KELLEN CRISTINE ZENERATO MANFRIN** para exercer o cargo de **PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL/EDUCAÇÃO INFANTIL - PSS.**

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir do dia 03 de agosto de 2026.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:DC3A8174

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO 040//2026

CONTRATANTE/EMPREGADOR – **MUNICÍPIO DE ANDIRÁ-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrição no CNPJ n. 76.235.761/0001-94, com sede na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190, nesta cidade de Andirá-Pr., neste ato representado pela Prefeita Municipal Ednyra Aparecida Sanches Bueno de Godoy Ferreira, brasileira, portadora da cédula de identidade com RG n. **156582 e CPF/MF sob n. ***.719.419-49.

CONTRATADO/EMPREGADO PÚBLICO - **ANDREZA CRISTINA RAGANHAN**, inscrita no CPF nº ***.370.229-05, RG nº 10.***744-0, residente e domiciliada na cidade de Andirá - PR.

OBJETO – contrato de trabalho para cargo público de **PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL - PSS,** aprovada por Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital n. 001/2024, regido pelas normas contida no Estatuto do Servidor Público Municipal, Lei Municipal nº 1.170/1993, sob a égide do regime administrativo de contratação temporária e por excepcional interesse público.

O recolhimento previdenciário será feito perante o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

PREÇO – salário base de R$ 2.565,43 (dois mil quinhentos e sessenta e cinco reais e quarenta e três centavos).

VIGÊNCIA – Pelo prazo máximo de 1(um) ano em caráter excepcional, que poderá ser prorrogado nos termos do art. 4º da Lei Municipal nº 2.628/2015, alterada pela Lei Municipal nº 2.838/2016.

PMA, 06/08/2026

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:F21C60B3

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.268 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, para exercer a função gratificada de **SECRETÁRIA ESCOLAR - ESCOLA MUNICIPAL ANA NERY – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL** a Servidora Pública Municipal **ROBERTA CORDEIRO FARINHA MATSUDA MACEDO,** a partir do dia 05 de agosto de 2026**.**

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor nesta data,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:D97B432B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043 – 2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS TIPO "BOTA-FORA", INCLUINDO ENTREGA, RETIRADA E TRANSPORTE, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO FUNPESPA.
DISPONIBILIDADE DO EDITAL: A partir do dia 06/08/2026.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h59min do dia 21/08/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 21/08/2026.
LOCAL: BNC (Bolsa Nacional de Compras) - www.bnc.org.br.
EDITAL: sítio da PMA: https://andira.pr.gov.br/licitacoes ou Portal da Transparência: https://servicos.andira.pr.gov.br:9095/portaltransparencia/1/licitacoes.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 0800 115 1500 (Ramal 229) ou licitacao@andira.pr.gov.br.

Andirá, 05 de agosto de 2026.

STEPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:5898D82D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044 – 2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS, SENDO ÓLEO DIESEL COMUM S-500, ÓLEO DIESEL S-10, GASOLINA COMUM, ETANOL HIDRATADO E ARLA 32 A GRANEL, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO OPERACIONAL DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES OU À DISPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ/PR, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO FUNPESPA.
DISPONIBILIDADE DO EDITAL: A partir do dia 06/08/2026.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h59min do dia 19/08/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 19/08/2026.
LOCAL: BNC (Bolsa Nacional de Compras) - www.bnc.org.br.
EDITAL: sítio da PMA: https://andira.pr.gov.br/licitacoes ou Portal da Transparência: https://servicos.andira.pr.gov.br:9095/portaltransparencia/1/licitacoes.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 0800 115 1500 (Ramal 229) ou licitacao@andira.pr.gov.br.

Andirá, 05 de agosto de 2026.

CYNDI THAYNÁ SUBIRÁ ANTUNES
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:E3AC55A8

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 12/2026 PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº150/2026.
HOMOLOGADO DIA: 05/08/2026.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE CALÇADAS E MEIOS-FIOS NO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ/PR.

RESULTADO:

WESLEY APARECIDO DA SILVA - MEI - CNPJ: 14.924.965/0001-85 Valor total: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

ANDIRÁ, 05 de Agosto de 2026.

RONIVALDO VISOTO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:D2A260F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATO Nº 102/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTONINA/PR
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1525/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0388/2025 – DEPRA/CELIC/RS

CONTRATADA: MATHEUS THIAGO LOCH DE LIMA
CNPJ: 10.015.793/0001-76
OBJETO: ***Adesão à Ata de Registro de Preços nº 1525/2025 originária do Pregão Eletrônico nº 0388/2025, gerenciada pelo Departamento de Licitações Centralizadas – DEPRA/CELIC, da Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul – CELIC, para aquisição de embarcação tipo bote inflável semirrígido em PVC, com casco em fibra de vidro tipo "V", equipada com motor de popa de 30 HP e respectivos acessórios operacionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência.***
Valor: R$ 59.778,00 (cinquenta e nove mil, setecentos e setenta e oito reais).
Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Data da Assinatura: 31 de julho de 2026.
Assinam: Rozane Maristela Benedetti Osaki, Prefeita do Município de Antonina/PR; 1º Tenente QOBM Alexandre Donaiski Rodrigues Moraes, representando o Município de Antonina/PR; e Matheus Thiago Loch de Lima, representante da contratada**.**

Publicado por:
Camila Schwonka
Código Identificador:2649E6B3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 067/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTONINA/PR
CONTRATADA: USINA CULTURAL LTDA
CNPJ: 00.895.728/0001-29

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços artísticos destinados à realização da Encenação Teatral em comemoração à Padroeira de Antonina – Nossa Senhora do Pilar, compreendendo a criação de texto e roteiro, direção teatral, elaboração e execução de coreografia, confecção e disponibilização de figurinos (10 de anjos, 5 de narradores e 1 de Nossa Senhora do Pilar), gravação e edição de vídeo, produção e disponibilização de trilha sonora, realização de 5 (cinco) ensaios e 2 (duas) apresentações públicas, para atendimento da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico do Município de Antonina/PR, conforme especificações abaixo descritas.

VALOR: R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, II da Lei Federal 14.133/2021
PRAZO DE VIGÊNCIA: 160 (cento e sessenta) dias
DATA DO FIRMAMENTO: 05/08/2026.

ASSINADO PELA: SRA. ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI, PREFEITA DE ANTONINA – PR, SR. THIAGO AFONSO DE SOUZA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E SRA. FABIANA GOMES PORRAT REINER – SÓCIA ADMINISTRADORA DA USINA CULTURAL LTDA.

Publicado por:
Petrus Antonio Cyulyk
Código Identificador:BF698039

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 101/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 047/2026
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº: 005/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTONINA/PR
CONTRATADA: MEGAPAV – CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
CNPJ: 02.152.117/0002-05
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica no complexo da Secretaria Municipal de Educação de Antonina/PR, contemplando a implantação de infraestrutura viária interna destinada ao atendimento das áreas de acesso às unidades educacionais e administrativas existentes e previstas para o local.
VALOR: R$ 1.222.292,02 (um milhão, duzentos e vinte e dois mil, duzentos e noventa e dois reais e dois centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 14.133/2021.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.
DATA DA ASSINATURA: 29/07/2026.
ASSINATURA: ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI PREFEITA, SIMONE MEDINA VICENÇO CHAVES SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES E LILIANA PIERDONA DE CASTRO REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA.

Publicado por:
Deoclecio de Oliveira Millezi
Código Identificador:0A0C226A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2026

A Prefeita Municipal de Antonina/PR torna pública a RATIFICAÇÃO de Dispensa de Licitação n° 019/2026 que tem por objeto a contratação de serviços de locação de duas carruagens elétricas, em atendimento à Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência, prstados pela empresa **VERTH TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 19.427.220/0001-24**, no valor de R$ 48.764,00 (quarenta e oito mil setecentos e sessenta e quatro reais), com base no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, bem como as especificações constantes do **Termo de Convênio nº 0449/2026, Protocolo nº 25.518.242-0**, celebrado entre o Município de Antonina/PR e o Estado do Paraná mediante a sua Secretaria de Estado de Turismo – SETU.

Antonina, 05 de agosto de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETI OSAKI
Prefeita do Município de Antonina/PR

Publicado por:
Petrus Antonio Cyulyk
Código Identificador:4A93228A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 289/2026 - ABRE CRÉDITO AO ORÇAMENTO

DECRETO Nº 289/2026, de 05 de agosto de 2026

Abre de crédito adicional suplementar na importância de até R$ 419.072,67 (quatrocentos e dezenove mil, setenta e dois reais e sessenta e sete centavos).

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei nº 59/2026,
DECRETA:
Art. 1º Abre crédito adicional especial no Orçamento Municipal, com a correspondente adequação do Plano Plurianual - PPA e da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no valor até R$ 419.072,67 (quatrocentos e dezenove mil, setenta e dois reais e sessenta e sete centavos), nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Crédito Especial

Classificação	Descrição	Valor
12.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO**	
12.002.00.000.0000.0.000.	Divisão de Cultura	
12.002.13.122.0003.2.022.	Preservação das tradições e desenvolvimento da cultura	
429 - 3.3.90.39.00.00	1080 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 77.896,28
430 - 3.3.90.39.00.00	1082 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 341.176,39

Valor: R$ 419.072,67
Art. 2º Para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, servirão como recursos os valores provenientes do excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 05 de agosto de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:2897A5AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N° 002/2026- CEOEDEM HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PARA A ESCOLHA DE DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

EDITAL N° 002/2026- CEOEDEM

Homologação das inscrições para a escolha de Diretores das Escolas Municipais da Rede Pública Municipal de Ensino de Antonina/PR

Jacqueline Aparecida Gaspar de Abreu Balera, Presidente da Comissão Especial para Organização das Eleições para Direção das Escolas Municipais da Rede Pública Municipal de Ensino de Antonina/PR, designada pelo decreto 257/2026 torna público por este edital , o que segue:

• Resultado da avaliação de mérito e desempenho e lista com as candidaturas homologadas

Segue abaixo a lista dos candidatos que alcançaram a pontuação mínima de 55(cinquenta e cinco) pontos e participarão da segunda etapa de consulta a comunidade que ocorrerá no dia 19 de agosto de 2026 no período das 09:00h às 16:00h.

.

Candidato	Escola
Ednei Strapassan	Escola Municipal Profª. Aracy Pinheiro Lima E.I.E.F.
Giovana Cristina de Souza	Escola Municipal Profª. Caetana Martins E.I.E.F.
Josiane Rodrigues da Veiga	Escola Municipal Prof. Gil Feres E.I.E.F.
Marcia Regina Carvalho Cordeiro	Escola Municipal Prof. João Paulino Vieira Filho
Maria Alice Ribeiro Barreto	Escola Municipal Profª. Maria Rosa Martins Cecyn E.I.E.F.
Maria Gabriela Nunes da Conceição	Escola Municipal Profª. Cleuza Mari de Lima Tagliatela E.I.E.F.
Neuzicléia Pilar Correa	Escola Rural Municipal Profª. Olímpia Breyer- E.I.E.F.
Regina de Fátima Bastos Maurício	Escola Municipal Dr. Miranda Couto- E.I.E.F.

Antonina, 05 de agosto de 2026

JACQUELINE APARECIDA GASPAR DE ABREU BALERA
Presidente da Comissão Eleitoral

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:6C83E6FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 59/2026 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO AO ORÇAMENTO

LEI Nº 059/2026

SÚMULA: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na importância de até R$ 419.072,67 (quatrocentos e dezenove mil, setenta e dois reais e sessenta e sete centavos).

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná:
A Câmara Municipal de Antonina aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento Municipal, com a correspondente adequação do Plano Plurianual – PPA e da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no valor de até R$ 419.072,67 (quatrocentos e dezenove mil, setenta e dois reais e sessenta e sete centavos), nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Crédito Especial

Classificação	Descrição	Valor
12.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO**	
12.002.00.000.0000.0.000.	Divisão de Cultura	
12.002.13.122.0003.2.022.	Preservação das tradições e desenvolvimento da cultura	
429 - 3.3.90.39.00.00	1080 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 77.896,28
430 - 3.3.90.39.00.00	1082 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 341.176,39

Valor: R$ 419.072,67

Art. 2º ara atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei, servirão como recursos os valores provenientes de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 05 de agosto de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:30FE6ACC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
OGMO

Á
Procuradoria Regional do Trabalho 9ª Região – Curitiba
A/C
Drª Virgínia Leite Henrique
Procuradora do Trabalho

ASSUNTO: Processo Seletivo para Formação Cadastro Reserva Trabalhador Portuário Avulso
Tendo em vista o arquivamento do Procedimento Administrativo nº 000690.2026.09.000/6, datado de 22 de julho de 2026, consideradas atendidas as recomendações formuladas acerca de enevoais irregularidades alegadas no Edital do Processo Seletivo, o OGMO, por meio de seu representante legal, tendo em vista a atuação diligente deste douto Parquet, no que se refere a sua atuação como *custus legis*, **vem agradecer pela promoção de arquivamento** do procedimentos, reconhecendo as correções feitas, tendo em vista que doravante teremos condições de conduzir o processo com maior segurança jurídica. Noutro vértice o OGMO vai retomar o processo seletivo assim que todas as condições operacionais forem favoráveis, sendo que providenciará nova publicação de edital de prosseguimento, no Diário Oficial do Município de Antonina, bem como no site da empresa pela triagem de currículos (RH CENTER), mantendo-se a validade das rerratificação do edital anteriormente publicado.

As partes interessadas poderão acompanhar o andamento mediante consulta aos canais oficiais de divulgação supracitados.

Certos de contar com sua compreensão e estima consideração.

Atenciosamente.
OGMO

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:F3CE0E22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 336/2026 - DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DE SERVIDORES E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 336/2026, DE 20 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a designação e atribuições de servidores e respectivos responsáveis da Secretaria Municipal de Educação, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, Considerando o Protocolo nº 8196/2026 e o Memorando nº 515/2026 SEMED.

RESOLVE:
Art. 1º Fica designado atribuições de fiscal de Contratos aos servidores abaixo relacionados referente a Secretaria Municipal de Educação de Antonina, com efeitos a contar de 01 de julho de 2026:
Fiscal de contratos – Bens Patrimoniaveís, material de limpeza, material pedagógico e uniformes;
Nome: Carlos Roberto Ribeiro Nunes

Matrícula: 292621

Fiscal de contratos – Materiais para construção e reparos;
Nome: Givanildo Soares Cabral
Matrícula: 242601

Fiscal de contratos – Serviços terceirizados em geral
Nome: Luciana Loraine Braune
Matrícula: 143461

Fiscal de contratos – Gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, gás, água, descartáveis e material de consumo;
Nome: Luiz Avelino Gouveia Lavand da Costa
Matrícula: 810

Art. 2º Os servidores designados responderão pelas, reportando-se diretamente ao Secretária Municipal de Educação e Esportes.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de julho de 2026, revogando as disposições anteriores..

Gabinete da Prefeita Municipal de Antonina, 20 de julho de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

SIMONE MEDINA CHAVES VICENÇO
Secretaria Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:46CF9780

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2023

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2023
Contratante: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Contratada: SIGATEL OPERACOES DE TELEFONIA LTDA.
Objeto: Aditamento correspondente ao acréscimo de meta física de aproximadamente 5,1748287%, referente a contratação de empresa especializada, que possua outorga da Agência Nacional de Telecomunicações, para serviços de telefonia fixa comutada (STFC), na modalidade "Software as a Service (SaaS)" (Software como serviço) com tráfego ilimitado para ligações locais e nacionais, fixo-fixo, fixo-móvel, com os serviços de PABX Virtual, baseados em nuvem, com protocolo SIP e tecnologias VoIP (Voz sobre IP), um link SIP de 60 canais de voz, fornecimento de DDR, portabilidade de linhas e o fornecimento de telefones IP em regime de comodato, juntamente com a prestação de serviços de implantação das soluções, fornecimento, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte, sistema de gerenciamento e monitoramento da CONTRATANTE, permanecendo inalteradas as demais condições inicialmente pactuadas.
Valor: Até R$ 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais) por todo o objeto contratado aditivado.
Dotação orçamentária:
05.001.04.122.0002.2017-3.3.90.40.00.00.1000.
Foro: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.
Informações Complementares: Permanecem inalteradas às demais disposições da Contrato Administrativo nº 072/2023.
Balsa Nova, 05 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:EE1B6744

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026099

PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026099

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA , Estado do Paraná, usando das atribuições:

DETERMINA:

REVOGAÇÃO DA PORTARIA DE DIÁRIA N º 2026090

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova em 05/08/2026

LUCIANO JOSE DE SOUZA
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:CF1F089F

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026100

PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026100

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA , Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 1.481/2026, de 03 de Março de 2026.

DETERMINA:

Fica concedido a(o) Sr.(a), GABRIELA MUCKENBERGER SADDI , matrícula nº 41461, Médica Veterinária , a importância de R$ 131,88 para atender as despesas de 2 diária(s) para viagem e/ou alimentação em sua missão no município de CURITIBA - PR, devendo posteriormente solicitar a baixa de responsabilidade de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de ressarcimento ao erário.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova em 05/08/2026.

LUCIANO JOSE DE SOUZA
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:DCA3D5CA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026101

PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026101

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA , Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 1.481/2026, de 03 de Março de 2026.

DETERMINA:

Fica concedido a(o) Sr.(a), DEISE NOVAK GALLI , matrícula nº 541898, SECRETÁRIA , a importância de R$ 2.570,75 para atender as despesas de 4 diária(s) para viagem e/ou alimentação em sua missão no município de LONDRINA - PR, devendo posteriormente

solicitar a baixa de responsabilidade de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de ressarcimento ao erário.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova em 05/08/2026.

LUCIANO JOSE DE SOUZA
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:EB55C5CF

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 558/2026

PORTARIA Nº 558/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo nº 4662/2023;
RESOLVE:
Art. 1º. Fica concedida Licença Prêmio a servidora relacionada abaixo:

Nome	Matricula	Início	Término	Período aquisitivo	Secretaria
SIMONE APARECIDA VIDAL	10361	03/08/2026	16/09/2026	2018/2023	SMECE

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura de Balsa Nova, em 05 de agosto de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRICIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:0384B161

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 559/2026

PORTARIA N.º 559/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, considerando o processo administrativo n.º 17007/2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor **FERNANDO APARECIDO CAMARA,** registrado na matrícula n.º 46821 e ocupante do cargo de "Assistente Social", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **gratificação por exercício de atividade de Coordenação**, conforme prevista na Lei Municipal n.º 1232/2021.
Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01.08.2026 e revogando as disposições ao contrário, em especial a Portaria n.º 485/2025.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 05 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:93F55A1F

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 560/2026

PORTARIA N.º 560/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo n° 18818/2026,
RESOLVE:
Art. 1º. Fica transferida a servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	Matricula	A partir de
EDILENE ROSOL DOS SANTOS			
Origem: SMECE - Escola Municipal Dr. Zilda Arns Neumann **Destino:** SMECE - Escola Rural Municipal Joao Andreassa	PROFISSIONAL DA EDUCACAO PROFESSOR - III PPGE	2741	03/08/2026

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova, 05 de agosto de 2026.

FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:14CAB8ED

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 561/2026

PORTARIA N.º 561/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 10/2024 - Processo Administrativo N.º 24442/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 10/2024, pelo prazo **25/08/2026 a 24/08/2027.**

SILMARA PRESTES RIBEIRO ANDRADE
Matrícula: 542025
Cargo: PSS – TRAB EM EDUCAÇÃO - EDUCADOR
Lotação: SMECE - CMEI Jardim da Alegria
Processo nº: 19070/2026
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com **produção de efeitos a partir de 25/08/2026.**

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 05 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:476D5FFE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2026- MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

CONTRATANTE: Município de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com sede à AV. PRESIDENTE KENEDY, 363, inscrito no CGC/MF nº 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo (a)

Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor Carlos Rosa Alves, inscrito(a) no CPF sob o n.º ***919329**.

CONTRATADA:GAE - CONSULTORIA DE PROJETOS EDUCACIONAIS LTDA., CNPJ: 03.964.493/0001-78.

PROCESSO LICITATORIO: Inexigibilidade nº 34/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA PARA REFORMULAÇÃO DA LEI DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO, CONSTRUÇÃO DA LEI DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA LEI DO PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA, IMPLANTAÇÃO DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA AVANÇO NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO, ELABORAÇÃO DE MINUTAS DE PROJETOS DE LEI E ACOMPANHAMENTO ATÉ A IMPLANTAÇÃO DEFINITIVA DOS TRABALHOS ORA RELACIONADOS, BEM COMO, ORIENTAR AS REGULAMENTAÇÕES APÓS A APROVAÇÃO DAS RESPECTIVAS LEIS, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA..

VALOR: R$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA:12 MESES

PRAZO DE EXECUÇÃO: 6 MESES

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/21

FORO: Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Barbosa Ferraz-PR, 04 de Agosto de 2026

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:2AF06B00

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 54/2026 de 08/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2796/2025 de 24/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$288.279,43 (duzentos e oitenta e oito mil e duzentos e setenta e nove reais e quarenta e três centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
04.003		ADMINISTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AÇÃO SOCIAL	
04.003.08.122.0005.1.316		SEDS/CEDCA/CONSTRUÇÃO DE CRECHE	
383 - 4.4.90.51.00.00	331988	OBRAS E INSTALAÇÕES	202.647,09
10		SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.	
10.001		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
10.001.18.541.0018.1.287		AQUISIÇÃO DE KIT AMBIENTAL CONVÊNIO SEDEST	
352 - 4.4.90.52.00.00	33978	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	85.632,34
		Total Suplementação:	288.279,43

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, Estado do PR, em 8 de Julho de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Cleiton Cordeiro
Código Identificador:86D918FE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2026
PROCESSO Nº 011/2026 – DISPENSA Nº 001/2026

OBJETO: Aquisição de 01 Computador Desktop (Intel Core i7, 16GB RAM, SSD 1000GB, Monitor 21,5") para a Câmara Municipal.
CONTRATADA: ADEMIR AIRTON STEINKE, CNPJ: 11.555.468/0001-69.
VALOR: R$ 4.890,00 (quatro mil oitocentos e noventa reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Decreto 150/2023 C/C Art. 75, Inciso II da Lei 14.133/2021.
VIGÊNCIA: 12 meses a partir da assinatura.
Bela Vista da Caroba – PR, 05 de Agosto de 2026.

JOSÉ VALDIR RODRIGUES
Presidente

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:8F2B28F4

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2026
PROCESSO Nº 011/2026 – DISPENSA Nº 001/2026

OBJETO: Aquisição de 05 Cadeiras Presidente Ergonômicas, revestidas em couro, com base giratória e ajuste de altura.
CONTRATADA: ALFA LICITAÇÕES LTDA, CNPJ: 22.609.215/0001-47.
VALOR: R$ 6.000,00 (seis mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Decreto 150/2023 C/C Art. 75, Inciso II da Lei 14.133/2021.
VIGÊNCIA: 12 meses a partir da assinatura.
Bela Vista da Caroba – PR, 05 de Agosto de 2026.

JOSÉ VALDIR RODRIGUES
Presidente

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:42A6B23D

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2026
PROCESSO Nº 011/2026 – DISPENSA Nº 001/2026

OBJETO: Aquisição de 02 Ares Condicionados Split Inverter 18.000 BTUs, 01 Cafeteira Espresso Automática e 02 Bebedouros de Água tipo Gabinete.

CONTRATADA: NELCI BULAU CAMPRA ME (MEGA PAPELARIA), CNPJ: 07.729.278/0001-43.
VALOR: R$ 16.490,00 (dezesseis mil quatrocentos e noventa reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Decreto 150/2023 C/C Art. 75, Inciso II da Lei 14.133/2021.
VIGÊNCIA: 12 meses a partir da assinatura.
Bela Vista da Caroba – PR, 05 de Agosto de 2026.

JOSÉ VALDIR RODRIGUES
Presidente

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:FFCBF0C7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO Nº 04 - CONTRATO Nº 077/2022 - RENOVAÇÃO

Contratante...: Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba
Contratada....: MGS SISTEMAS DE INFORMACOES LTDA
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIO (LOCAÇÃO) E SERVIÇO MENSAL DE SUPORTE TÉCNICO REMOTO E/OU PRESENCIAL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, ADAPTATIVA, EVOLUTIVA, ATUALIZAÇÃO LEGAL E TECNOLOGICA, DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA
Valor.....: R$ 353.852,76 (trezentos e cinquenta e três mil e oitocentos e cinquenta e dois reais e setenta e seis centavos)
Vigência.....: Início: 09/08/2026 Término: 08/08/2027
Licitação.....: Pregão Nº.: PR57/2022

Bela Vista da Caroba, 5 de agosto de 2026

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:85DF24D8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR47/2026

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA torna público a realização do **Pregão Eletrônico.**
1. OBJETO DA LICITAÇÃO: ***REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS E AVIAMENTOS, PARA ATENDER O PROGRAMA DE SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA – PAIF E O SCFV DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.***
2. DATA DE ABERTURA: Dia 19/08/2026, às 08:00 horas.
3. LOCAL DA ABERTURA: www.licitanet.com.br.
O Edital e Anexos estarão disponíveis em www.licitanet.com.br.
Bela Vista da Caroba - PR - 05 de agosto de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:D9A484F0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

CAMARA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação com ressalvas das contas do Poder Executivo do Município de Boa Ventura de São Roque, relativas ao exercício financeiro de 2024, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso VII do Artigo 27 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprova e promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Ficam APROVADAS COM RESSALVAS as contas do Poder Executivo do Município de Boa Ventura de São Roque, relativas ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Prefeito Municipal, em consonância com o Parecer Prévio N.º 85/2026-S1C – Segunda Câmara, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante no Processo nº 168916/25.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Boa Ventura de São Roque, 05 de agosto de 2026.

RODINEI MARCOS MATIAZZO
Presidente

MARCIA MORSKI MACIEL
Primeira Secretária

Publicado por:
Josiane Aparecida Hoffmann Correia
Código Identificador:5FF8B5C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026
LICITAÇÕES EXCLUSIVAS ÀS BENEFICIÁRIAS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 e PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014

O Município de Boa Ventura de São Roque, PR, torna público que no dia 25 de agosto de 2026 às 08h00min (horário de Brasília). Na www.bll.org.br realizará licitação na modalidade de Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações e anexos do edital.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO À GESTÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL (CADASTRO ÚNICO (CADÚNICO). A PEDIDO DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR,**
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço (por ITEM).
Valor total: R$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais).

Entrega das propostas e documentações: até o dia 25 de agosto de 2026 às 08h00min (horário de Brasília.
ENDEREÇO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – Rua Moises Miranda, 422 – Centro – Boa Ventura de São Roque – PR. Através plataforma **www.bll.org.br.**
INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Rodrigo Koleska do município de Boa Ventura de São Roque, Paraná – telefone 0800 115 91 91 e 42 92001-8251 ou e-mail licitacao@boaventura.pr.gov.br, a pasta técnica, com o inteiro teor do edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço www.boaventura.pr.gov.br ou http://www.bll.org.br.

Boa Ventura de São Roque, 05 de agosto de 2026.

RODRIGO KOLESKA
Pregoeiro Oficial
Decreto 34/2025

Publicado por:
Rodrigo Koleska
Código Identificador:D81D7A6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 226/2026

DECRETO Nº 226/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Fica prorrogado para 09 de setembro de 2027 a vigência do Processo Seletivo Simplificado – PSS 01/2025, regido pelo Edital 02/2025 realizado para Contratação de Menor Aprendiz.
Revogadas as disposições em contrário, este decreto passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 05 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:285304FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 41/2026

EDITAL 41/2026

CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – FMPS.

O Fundo de Previdência dos servidores Municipais de Boa Ventura de São Roque – PR, CONVOCA todos os MEMBROS TITULARES do Conselho Municipal de Previdência – CMP, para a **REUNIÃO ORDINÁRIA**, que será realizada no dia 12 de agosto de 2026, nas dependências do Fundo Municipal de Previdência, sito à Rua Moisés Miranda.
Primeira Convocação – às 09h00min com 75% (setenta e cinco por cento dos conselheiros).
Segunda Convocação – às 09h30min, com 50% (cinquenta por cento dos conselheiros).
Terceira Convocação – às 10h00min, com qualquer número de conselheiros.

PAUTA
ELEIÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE; DIRIGENTE – RESPONSÁVEL LEGAL DA UNIDADE GESTORA DOS FMPS.

Revogadas as disposições em contrário, este edital entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 05 de Agosto de 2026.

JOÃO VERCI MOREIRA MATHIAS
Gestor – CMP

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:C91D7CA1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 212/2026

DECRETO Nº 212/2026
Data: 05/08/2026

Súmula. Declara de domínio público, áreas rurais situadas no Município de Boa Vista da Aparecida, necessárias para a pavimentação asfáltica, e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.
D E C R E T A:
Art. 1º. Declara de Domínio Público, as áreas de terra pertencentes a este município, tendo como referência as coordenadas abaixo especificadas:

Trecho	Extensão (linear)	Início (Longitude e Latitude)	Final (Longitude e Latitude)
Linha Progresso	1.935 Metros	253045.00m E 7184789.00m S	2521660E 7186181.00m S
Linha Àgua Fria	920 Metros	257894.00m E 7190839.00m S	258580.00m E 7191339.00m S

Parágrafo único. O trecho descrito neste artigo é necessário para a pavimentação asfáltica na estrada rural da referida comunidade.
Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida, em 05 de agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:C7289B5D

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 013/2026 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 013 DE 2026 – CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 013/2026

SÚMULA: Convoca os membros do CMDCA para a votação do Processo de Eleição Suplementar para o cargo de Conselheiro Tutelar Suplente da gestão 10/01/2024 a 09/01/2028, do Município de Boa Vista da Aparecida – PR.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA**, do Município de Boa Vista da Aparecida, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 586/2022 e suas alterações**;** considerando a Lei Federal N° 8.069 de 13 de julho de 1990, a Resolução nº 231/2022 do CONANDA, a Resolução nº 003/2026 do CMDCA bem como o Edital nº 004/2026 do CMDCA;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, para realização da escolha por meio de votação direta e secreta, do processo de Eleição Suplementar para o cargo de Conselheiro Tutelar Suplente da gestão compreendida no período de 10/01/2024 a 09/01/2028 do Município de Boa Vista da Aparecida – PR conforme abaixo:

MEMBROS GOVERNAMENTAIS				
Órgão que representa	**Nome completo**			
Secretaria Municipal de Assistência Social	Titular:	Juliana Cristina Zanotto	Suplente:	Leila Mara Kubiaki Mizérski
Secretaria Municipal de Educação	Titular:	Rosângela de Lima	Suplente:	Jandira Dias
Secretaria Municipal de Saúde	Titular:	Solange Maria Teixeira Pinheiro	Suplente:	Roseli Klaus

MEMBROS NÃO GOVERNAMENTAIS				
Instituição que representa	**Nome completo**			
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Titular:	Rafael Ribeiro Berlanda	Suplente:	Rosimeri Patrícia Corrêa
Associação de Proteção a Maternidade e a Infância - APMI	Titular:	Jean Carla Santos Santana de Oliveira	Suplente:	Mariah Aparecida Borges de Araujo.
Organização da Sociedade Civil – Pastoral da Criança	Titular:	Maria Maculada Paula da Cruz	Suplente:	Bernardete Zeni de Souza

Art. 2º - O Processo de votação direta realizar-se-á no**dia 12 de agosto de 2026,** no período das14hs às 15hs, horário local, na Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Av. Cícero Barbosa Sobrinho, nº 1190, Centro de Boa Vista da Aparecida/PR.
Art. 3º - O Processo de Eleição Suplementar se dará por meio de eleição com cédulas e urna comum.

Art. 4º - Cada membro do CMDCA (Titular e Suplente) terá direito a 1 (um) voto secreto no candidato que considerar habilitado para o desempenho da função.

Art. 5º - Em caso de empate, terá preferência na classificação, o candidato com maior nota na prova objetiva e redação, considerando a soma total das duas notas; persistindo o empate, será considerado o candidato com idade mais elevada.

Art. 6º - A contagem oficial dos votos será realizada logo após a finalização da votação e o resultado oficial será publicado por meio do Diário Oficial.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação revogando-se os dispositivos em contrário.

PUBLIQUE-SE

Boa Vista da Aparecida/PR, 05 de agosto de 2026.

JULIANA CRISTINA ZANOTTO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Leila Mara Kubiak Mizerski
Código Identificador:F7B02AB7

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 71/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 71/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: ANGELO BERGAMASCO GUILHERME - VESTUARIO.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO SOB DEMANDA, DE ARTIGOS DE ROUPARIA, CAMA, MESA, BANHO, VESTUÁRIO, UNIFORMES, PEÇAS PERSONALIZADAS, CORTINAS, PERSIANAS E DEMAIS ITENS TÊXTEIS, INCLUINDO, QUANDO NECESSÁRIO, MEDIÇÃO, CONFECÇÃO, PERSONALIZAÇÃO, BORDADO, SUBLIMAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco .

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:1DE362E3

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 72/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 72/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: D.H BRINQUEDOS E CONFECCAO LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO SOB DEMANDA, DE ARTIGOS DE ROUPARIA, CAMA, MESA, BANHO, VESTUÁRIO, UNIFORMES, PEÇAS PERSONALIZADAS, CORTINAS, PERSIANAS E DEMAIS ITENS TÊXTEIS, INCLUINDO, QUANDO NECESSÁRIO, MEDIÇÃO, CONFECÇÃO, PERSONALIZAÇÃO, BORDADO, SUBLIMAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 3.796,00 (três mil, setecentos e noventa e seis reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:CF7F913F

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 73/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 73/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: FC DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO SOB DEMANDA, DE ARTIGOS DE ROUPARIA, CAMA, MESA, BANHO, VESTUÁRIO, UNIFORMES, PEÇAS PERSONALIZADAS, CORTINAS, PERSIANAS E DEMAIS ITENS TÊXTEIS, INCLUINDO, QUANDO NECESSÁRIO, MEDIÇÃO, CONFECÇÃO, PERSONALIZAÇÃO, BORDADO, SUBLIMAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO,

DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 42.491,00 (quarenta e dois mil, quatrocentos e noventa e um reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:F90EF85B

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 74/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 74/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: GJM ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO SOB DEMANDA, DE ARTIGOS DE ROUPARIA, CAMA, MESA, BANHO, VESTUÁRIO, UNIFORMES, PEÇAS PERSONALIZADAS, CORTINAS, PERSIANAS E DEMAIS ITENS TÊXTEIS, INCLUINDO, QUANDO NECESSÁRIO, MEDIÇÃO, CONFECÇÃO, PERSONALIZAÇÃO, BORDADO, SUBLIMAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 3.011,90 (três mil e onze reais e noventa centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:72F35396

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 75/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 75/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: GUEPPER PERSIANAS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO SOB DEMANDA, DE ARTIGOS DE ROUPARIA, CAMA, MESA, BANHO, VESTUÁRIO, UNIFORMES, PEÇAS PERSONALIZADAS, CORTINAS, PERSIANAS E DEMAIS ITENS TÊXTEIS, INCLUINDO, QUANDO NECESSÁRIO, MEDIÇÃO, CONFECÇÃO, PERSONALIZAÇÃO, BORDADO, SUBLIMAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:E5C65ED7

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 76/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 76/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: HB PROTECTION LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO SOB DEMANDA, DE ARTIGOS DE ROUPARIA, CAMA, MESA, BANHO, VESTUÁRIO, UNIFORMES, PEÇAS PERSONALIZADAS, CORTINAS, PERSIANAS E DEMAIS ITENS TÊXTEIS, INCLUINDO, QUANDO NECESSÁRIO, MEDIÇÃO, CONFECÇÃO, PERSONALIZAÇÃO, BORDADO, SUBLIMAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 2.314,00 (dois mil, trezentos e quatorze reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:F4915CEA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 77/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 77/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: INOVE LICITACOES LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO SOB DEMANDA, DE ARTIGOS DE ROUPARIA, CAMA, MESA, BANHO, VESTUÁRIO, UNIFORMES, PEÇAS PERSONALIZADAS, CORTINAS, PERSIANAS E DEMAIS ITENS TÊXTEIS, INCLUINDO, QUANDO NECESSÁRIO, MEDIÇÃO, CONFECÇÃO, PERSONALIZAÇÃO, BORDADO, SUBLIMAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 37.226,60 (trinta e sete mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:6747E2F6

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 78/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 78/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: N V CONFECCAO DE UNIFORMES PROFISSIONAIS E ESCOLARES LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO SOB DEMANDA, DE ARTIGOS DE ROUPARIA, CAMA, MESA, BANHO, VESTUÁRIO, UNIFORMES, PEÇAS PERSONALIZADAS, CORTINAS, PERSIANAS E DEMAIS ITENS TÊXTEIS, INCLUINDO, QUANDO NECESSÁRIO, MEDIÇÃO, CONFECÇÃO, PERSONALIZAÇÃO, BORDADO, SUBLIMAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 43.450,00 (quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:A5FA43AF

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 79/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 79/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: OILEC SERVICOS E COMERCIO LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO SOB DEMANDA, DE ARTIGOS DE ROUPARIA, CAMA, MESA, BANHO, VESTUÁRIO, UNIFORMES, PEÇAS PERSONALIZADAS, CORTINAS, PERSIANAS E DEMAIS ITENS TÊXTEIS, INCLUINDO, QUANDO NECESSÁRIO, MEDIÇÃO, CONFECÇÃO, PERSONALIZAÇÃO, BORDADO, SUBLIMAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 34.035,00 (trinta e quatro mil e trinta e cinco reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:A3F51ADC

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 80/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 80/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: VANIER PASTORIO 01048071995.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO SOB DEMANDA, DE ARTIGOS DE ROUPARIA, CAMA, MESA, BANHO, VESTUÁRIO, UNIFORMES, PEÇAS PERSONALIZADAS, CORTINAS, PERSIANAS E DEMAIS ITENS TÊXTEIS, INCLUINDO, QUANDO NECESSÁRIO, MEDIÇÃO, CONFECÇÃO, PERSONALIZAÇÃO, BORDADO, SUBLIMAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 3.014,00 (três mil e quatorze reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:C30614F2

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 81/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 81/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: ZIG ZAG - COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO SOB DEMANDA, DE ARTIGOS DE ROUPARIA, CAMA, MESA, BANHO, VESTUÁRIO, UNIFORMES, PEÇAS PERSONALIZADAS, CORTINAS, PERSIANAS E DEMAIS ITENS TÊXTEIS, INCLUINDO, QUANDO NECESSÁRIO, MEDIÇÃO, CONFECÇÃO, PERSONALIZAÇÃO, BORDADO, SUBLIMAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leandro Jorge Moresco.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:0EF7482D

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 88/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 88/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: ALCANCE VIBE LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PLANEJADOS, MÓVEIS, EQUIPAMENTOS PERMANENTES E APARELHOS DE AR-CONDICIONADO PARA ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA NOVA SEDE DA ESCOLA ESPECIALIZADA PROFESSOR EDGAR SANTUCCI DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR, INCLUINDO FORNECIMENTO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DOS BENS, CONFORME CONVÊNIO Nº 002/2026, CELEBRADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA - SEDEF..

VALOR DO CONTRATO: R$ 44.191,78 (quarenta e quatro mil, cento e noventa e um reais e setenta e oito centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leila Mara Kubiaki Mizerski .

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:66203463

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 89/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 89/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: DAC MOVEIS LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PLANEJADOS, MÓVEIS, EQUIPAMENTOS PERMANENTES E APARELHOS DE AR-CONDICIONADO PARA ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA NOVA SEDE DA ESCOLA ESPECIALIZADA PROFESSOR EDGAR SANTUCCI DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR, INCLUINDO FORNECIMENTO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DOS BENS, CONFORME CONVÊNIO Nº 002/2026, CELEBRADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA - SEDEF..

VALOR DO CONTRATO: R$ 34.400,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leila Mara Kubiaki Mizerski.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:BF5BB785

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 90/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 90/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: DM SERVIÇOS CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PLANEJADOS, MÓVEIS, EQUIPAMENTOS PERMANENTES E APARELHOS DE AR-CONDICIONADO PARA ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA NOVA SEDE DA ESCOLA ESPECIALIZADA PROFESSOR EDGAR SANTUCCI DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR, INCLUINDO FORNECIMENTO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DOS BENS, CONFORME CONVÊNIO Nº 002/2026, CELEBRADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA - SEDEF..

VALOR DO CONTRATO: R$ 17.693,52 (dezessete mil, seiscentos e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leila Mara Kubiaki Mizerski.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:A5CDC195

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 91/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 91/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.
CONTRATADA: MPLAN MOVEIS PLANEJADOS LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PLANEJADOS, MÓVEIS, EQUIPAMENTOS PERMANENTES E APARELHOS DE AR-CONDICIONADO PARA ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA NOVA SEDE DA ESCOLA ESPECIALIZADA PROFESSOR EDGAR SANTUCCI DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR, INCLUINDO FORNECIMENTO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DOS BENS, CONFORME CONVÊNIO Nº 002/2026, CELEBRADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA - SEDEF..

VALOR DO CONTRATO: R$ 21.899,96 (vinte e um mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leila Mara Kubiaki Mizerski

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:3B949DC0

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 92/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 92/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: OFFICER X MOVEIS LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PLANEJADOS, MÓVEIS, EQUIPAMENTOS PERMANENTES E APARELHOS DE AR-CONDICIONADO PARA ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA NOVA SEDE DA ESCOLA ESPECIALIZADA PROFESSOR EDGAR SANTUCCI DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR, INCLUINDO FORNECIMENTO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DOS BENS, CONFORME CONVÊNIO Nº 002/2026, CELEBRADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA - SEDEF..

VALOR DO CONTRATO: R$ 23.015,00 (vinte e três mil e quinze reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Leila Mara Kubiaki Mizerski.

Boa Vista da Aparecida – PR, em **05 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:9820E0E9

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 213/2026

DECRETO nº 213/2026
Data: 05/08/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração a pedido de servidora municipal ocupante do Cargo Exclusivo em Comissão e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o protocolo sob nº 357/2026 de 05 de agosto de 2026,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a partir da data de 05 de agosto de 2026, a servidora municipal ocupante de cargo exclusivo em comissão de "DIRETOR(A) DA DIVISÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FAMILIA" a sra. **SOELI FATIMA ESPRUENCIO,** portadora do CPF nº 042.272.239-11.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 05 de agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:AFD1D74B

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 170/2026

PORTARIA nº 170/2026
Data: 05/08/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a revogação parcial de férias concedida ao servidor municipal ocupante de cargo de provimento exclusivo em comissão e dá outras providências.

Eduardo José Henrichs, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada parcialmente férias concedida ao servidor municipal efetivo, abaixo relacionado, conforme segue:

Servidor (a)	Dias de férias	Período de gozo	Período revogado
Cleber Teodoro Becker	15	27/07/2026 a 03/08/2026	04/08/2026 a 10/08/2026

Art. 2º - Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 160 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 05 de agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:4847309A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 717/2026 - MESA DIRETORA DO CMDH

DECRETO Nº 717/2026

Dispõe sobre a composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Direitos Humanos de Bocaiúva do Sul para o mandato de 2025-2027.

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento da Lei Municipal 287/2010, de 09 de abril de 2010;
Considerando a reunião do Conselho Municipal de Direitos Humanos realizada em
Resolve:
Art. 1º- Ficam designados como componentes da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Direitos Humanos para o mandato de 2025-2027 os membros abaixo relacionados:

Nome	Cargo
Luiz Guilherme Franco Abrahão	Presidente
Luiz Fernando Boddy	Vice-presidente
Ivone Pereira de Souza	1ª Secretária
Walber Marino Nascimento	2ª Secretária

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bocaiúva do Sul, 20 de julho de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:EC91F7EC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 721/2026 - DIRETORIA DO CMDCA

DECRETO Nº 721/2026

Dispõe sobre a composição da Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bocaiúva do Sul, mandato de 2026-2028.

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 799/2023 e Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Resolve:
Art. 1º- Ficam designados como componentes da Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme abaixo relacionados:

Nome	Função
Cleonice dos Anjos Cavalcante	Presidente
Renato Paulo Carvalho da Silva	Vice-presidente
Luiza Siqueira Ribeiro	1º secretário(a)
Aurini Aparecida de Oliveira	2º secretário(a)

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação

Bocaiúva do Sul, 27 de julho de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:1BDD6872

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 722/2026 - MEMBROS DO CMAS

DECRETO Nº 722/2026

Decreto nº 722/2026 que dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 799/2023;
Resolve:
Art. 1º- Ficam designados como componentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes, de forma paritária, os membros abaixo relacionados:

Nome	Setor/Instituição	Participação	Representação
Jacir Maciel da Rosa	Secretaria de Assistência Social	Titular	Governamental
Claudiane Ribeiro de Souza	Secretaria de Assistência Social	Suplente	Governamental
Ari Bernardi	Secretaria de Administração	Titular	Governamental
Sthephany Eloize Falcade Taborda	Secretaria de Administração	Suplente	Governamental
Kaira Figueiro	Secretaria de Saúde	Titular	Governamental
Cleiton José Polli	Secretaria de Saúde	Suplente	Governamental
Marília Mottin Leonardo	Secretaria de Educação	Titular	Governamental
Eneida de Sá Maurício	Secretaria de Educação	Suplente	Governamental
Luiz Guilherme de Franco Abrahão	Secretaria de Esportes e Lazer	Titular	Governamental
Luiza Siqueira Ribeiro	Secretaria de Esportes e Lazer	Suplente	Governamental
Jocélia Bueno do Nascimento Castro	APAE	Titular	Não Governamental
Daniella Renata dos Santos Petters	APAE	Suplente	Não Governamental
Carla Rodrigues	APMF EMPAC	Titular	Não Governamental
Cleide Bezerra Sales	APMF EMPAC	Suplente	Não Governamental
Mary Elizabeth Kelliher	Associação Maria Tereza	Titular	Não Governamental
Lucélia Sales da Cruz	Associação Maria Tereza	Suplente	Não Governamental
Nelson Uchida	APMF CECAR	Titular	Não Governamental
Edeni dos Santos	APMF CECAR	Suplente	Não Governamental
Renato Paulo Carvalho Silva	Instituto Terrinha Cultural	Titular	Não Governamental
Aurini de Oliveira	Instituto Terrinha Cultural	Suplente	Não Governamental

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação
Bocaiúva do Sul 27 de julho de 2026

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:C2091ECA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 725 /2026 - MEMBROS DO CMDH

DECRETO Nº 725 /2026

Decreto n° 725/2026 que dispõe sobre a composição do Conselho Municipal dos Direitos Humanos

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento da Lei Municipal 287/2010, de 09 de abril de 2010;
Resolve:
Art. 1º- Ficam designados como componentes do Conselho Municipal de Direitos Humanos de forma paritária os membros abaixo relacionados:

Nome	Instituição	Participação	Representação
Camille Maria Arcie Domingos	Sec. Mun. de Assistência Social	Titular	Governamental
Michele Maria Moreira Cardoso	Sec. Mun. de Assistência Social	Suplente	Governamental
Ivone Pereira Alves	Sec. Mun. de Saúde	Titular	Governamental
Lie Rosane Rupel	Sec. Mun. de Saúde	Suplente	Governamental
Suzana Alberti Brauza	Sec. Mun. de Cultura e Turismo	Titular	Governamental

Lucia Aparecida Milak Carvalho Bernardi.		Suplente	Governamental
Luiza Siqueira Ribeiro	Sec. Mun. de Esporte e Lazer	Titular	Governamental
Luiz Guilherme de Franco Abrahão	Sec. Mun. de Esporte e Lazer	Suplente	Governamental
Liamara Ripplinger	Sec. Mun. de Educação	Titular	Governamental
Walber Marino Nascimento	Sec. Mun. de Educação	Suplente	Governamental
Elivelton José Nodari	Sec. Mun. de Agricultura M. Ambiente	Titular	Governamental
Keila Cristiane Ribeiro Mehl	Sec. Mun. de Agricultura. M. Ambiente	Suplente	Governamental
Maria Onice Rosa	ASSOMATER	Titular	Não Governamental
Ana Vieira	ASSOMATER	Suplente	Não Governamental
Johnes Rossi da Silva	Ass. e Templo Aliança com Deus	Titular	Não Governamental
Marcos Antônio Fortes	Ass. e Templo Aliança com Deus	Suplente	Não Governamental
Aparecida Alves Lopes	Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Areia Branca	Titular	Não Governamental
Anadil Batista Moreira	Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Areia Branca	Suplente	Não Governamental
Flávio de Almeida	Centro Terapêutico Hadash	Titular	Não Governamental
Lauro Barbosa Júnior	Centro Terapêutico Hadash	Suplente	Não Governamental
Luiz Fernando Boddy	Centro Terapêutico Rocha Viva	Titular	Não Governamental
Luiz Carlos Fabiano dos Santos	Centro Terapêutico Rocha Viva	Suplente	Não Governamental
Daiane Brito da Silva Carvalho	Igreja Evangélica Templo das Águias	Titular	Não Governamental
Osires Marcelo Carvalho	Igreja Evangélica Templo das Águias	Suplente	Não Governamental

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bocaiúva do Sul, 28 de julho de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:DAA5ACC5

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 743/2026

DECRETO Nº 743/2026

Súmula: "Concede Licença Prêmio aos servidores efetivos".

O Prefeito de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o benefício de licença Prêmio, com vinculo de trabalho nos moldes da Lei Municipal nº 013/05.
Art. 2º - A que se refere ao Art. 102 é de 3 (três) meses, conforme abaixo relacionado:

NOME	CARGO	PERIODO
Jucelia Cristina Carvalho	Enfermeira	03.08.26 à 03.11.26
Oraci Santos da Luz	Auxiliar Ser. Gerais	10.08.26 à 10.11.26

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal, 03 de agosto de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:799A9F71

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nª 166/2026

PORTARIA Nº 166/2026

Instaura Processo Administrativo de Responsabilização em face da empresa COOPERMÉDICA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA, para apuração de infrações contratuais decorrentes da Ata de Registro de Preços nº 156/2023 para aquisição e instalação de grupo gerador destinado ao Hospital Municipal Santa Júlia, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que a Administração Pública possui o dever de apurar irregularidades ocorridas durante a execução dos contratos administrativos;
CONSIDERANDO que a Comissão de Sindicância Investigativa instituída pelas Portarias nº 38/2025 e nº 40/2025 concluiu seus trabalhos mediante Relatório Final circunstanciado, indicando a existência de elementos probatórios acerca de possíveis infrações praticadas pela empresa **COOPERMÉDICA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA**, relacionadas ao fornecimento e instalação de grupo gerador destinado ao Hospital Municipal Santa Júlia durante a gestão de 2023;
CONSIDERANDO que compete à Administração Pública apurar eventual responsabilidade contratual da empresa, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, vigente à época da contratação, bem como a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 9.784/1999;
RESOLVE:
Art. 1º Instaurar Processo Administrativo de Responsabilização em face da empresa COOPERMÉDICA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA inscrita no CNPJ nº 05.458.504/0001-73, visando apurar eventual prática de infrações administrativas decorrentes da execução da Ata de Registro de Preços nº 156/2023 e da contratação de grupo gerador destinado ao Hospital Municipal Santa Júlia.
Art. 2º Fica designada a Comissão Processante composta pelos seguintes servidores: ARI BERNARDI – Matrícula 21288; Cleiton José Polli – Matrícula e Francisco Augusto Santos – Matrícula 18813.
Art. 3º A Comissão poderá aproveitar integralmente as provas regularmente produzidas na Sindicância Investigativa nº 3159/2025, facultando à empresa manifestação específica acerca de todos os documentos e elementos probatórios utilizados.
Art. 4º A Comissão deverá:
I – Analisar o conjunto probatório;
II – Promover diligências complementares, caso necessárias;
III – Assegurar contraditório e ampla defesa;
IV – Elaborar Relatório Final conclusivo.
Art. 6º O prazo para conclusão dos trabalhos será de 60 dias, prorrogável mediante justificativa.
Publique-se.

Bocaiuva do Sul, 05 de agosto de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:8F02C523

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 705/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AUTORIZADO PELO ART. 6º DA LEI MUNICIPAL Nº 1044 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025 (LOA 2026)

DECRETO 705/2026

SÚMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o corrente exercício e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pelo **Artigo 42 da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964 e pelo Art. 6º da Lei Municipal nº. 1044/2025 de 22 de dezembro de 2025 (LOA-2026),**

DECRETA:

Art. 1º – Fica o executivo municipal autorizado a abrir ao orçamento geral do Município para o corrente exercício, o **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REDUÇÃO DE DOTAÇÃO** no valor de **R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)** com a seguinte especificação:

	08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

F1000	08.001.20.606.0025.2.041 – Apoio e Promoção Agrária		
164	3.3.90.30 – Material de Consumo	R$	60.000,00

TOTAL	**R$**	**60.000,00**

Art. 2º – Para dar cobertura ao crédito aberto na forma do artigo 1º é indicado como recurso, a redução parcial da(s) seguinte(s) dotação(ões):

	11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

F1000	11.006.10.122.0014.2.022 – Hospital Santa Julia e Reabilitação		
451	3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	R$	60.000,00

TOTAL	**R$**	**60.000,00**

Art. 3º – Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 4º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º no Anexo III da Lei Municipal nº 1042/2025 de 22/12/2025 (PPA 2026-2029), adicionando-se os valores do artigo 1º no exercício de 2026 em seus respectivos programas.
Art. 5º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º nos Anexos V e VI da Lei Municipal nº 1043/2025 de 22/12/2025 (LDO 2026), incluindo-se os valores do artigo 1º em seus respectivos programas.
Art. 6º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de sua edição.
Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (02/07/2026).

JOÃO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:0E687788

SECRETARIA DE FINANÇAS
EDITAL 005/2026 - AUDIÊNCIA PÚBLICA - LOA 2027

EDITAL 005/2026
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA, para efeitos da transparência na gestão fiscal, a realização de debate, audiência pública na fase do processo de elaboração do Projeto que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2026, conforme previsto no parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e também ao contido no art. 44, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, a ser realizada consoante o seguinte calendário:

Audiência pública a ser realizada no Edifício da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul no dia 26 de agosto de 2026 (Quarta-feira) a partir das 17:00 h.

Tema: Elaboração do Projeto de Lei do Orçamento Anual para o Exercício de 2027.

Prefeitura do Município de Bocaiúva do Sul, 05 de agosto de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:6CB39365

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DECRETO Nº 718/2026 - NOMEIA OS MEMBROS DO NSP (NÚCLEO DE SEGURANÇA DO PACIENTE).

DECRETO Nº 718/2026

SÚMULA: Nomeia os membros do NSP (Núcleo de Segurança do Paciente).

JOÃO DE LIMA, PREFEITO DE BOCAIÚVA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei:

DECRETA:

Art. 1º – Nomear os membros da NSP (Núcleo de Segurança do Paciente) conforme abaixo relacionados:
Representante Classe Médica: Gerbes Marçal Moreno
Representante Enfermagem: Tamires Valeria Polli Porkote
Representante Farmácia: Jucivaldo Pedro da Rocha Chaves
Representante do Hospital Santa Júlia: Marcos Antonio Longhi de Toledo Filho

Art. 2º – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (03/08/2026).

JOÃO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Crislayne Borges Chiquiti
Código Identificador:B0E728D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DECRETO Nº 719/2026 - NOMEIA OS MEMBROS DA CCIH (COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR)

DECRETO Nº 719/2026

SÚMULA: Nomeia os membros da CCIH (Comissão de Controle de Infecção Hospitalar)

JOÃO DE LIMA, PREFEITO DE BOCAIÚVA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei:

DECRETA:

Art. 1º – Nomear os membros da CCIH (Comissão de Controle de Infecção Hospitalar) conforme abaixo relacionados:
Representante Classe Médica: Gerbes Marçal Moreno
Representante Enfermagem: Tamires Valeria Polli Porkote
Representante Farmácia: Jucivaldo Pedro da Rocha Chaves
Representante do Hospital Santa Júlia: Marcos Antonio Longhi de Toledo Filho

Art. 2º – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (03/08/2026).

JOÃO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Crislayne Borges Chiquiti
Código Identificador:980F9691

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO Nº 01 – CONTRATO Nº 197/2025

ADITIVO DE PRAZO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO, PLACA DE SINALIZAÇÃO E LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS REQUISITANTES**.**

CONTRATADO: DEFESA SISTEMAS CONTRA INCENDIO LTDA

CNPJ: 85.241.693/0001-67

TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO ADITIVO PRORROGA, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 08 DE AGOSTO DE 2026 A 08 DE AGOSTO DE 2027.

BOCAIÚVA DO SUL, 05 DE AGOSTO DE 2026.

MARCIA PEREIRA SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:20355E91

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO Nº 01 – CONTRATO Nº 199/2025

ADITIVO DE PRAZO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO, PLACA DE SINALIZAÇÃO E LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS REQUISITANTES**.**

CONTRATADO: FGS COMERCIAL LTDA

CNPJ: 39.988.022/0001-47

TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO ADITIVO PRORROGA, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 08 DE AGOSTO DE 2026 A 08 DE AGOSTO DE 2027.

BOCAIÚVA DO SUL, 05 DE AGOSTO DE 2026.

MARCIA PEREIRA SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:4C818D38

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO Nº 01 – CONTRATO Nº 248/2025

ADITIVO DE VALOR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES DE ENGENHARIA NECESSÁRIOS À CONCLUSÃO DA OBRA ID 18987 (ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIPO C).

CONTRATADO: ECASA ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 00.707.897/0001-98

TERMO ADITIVO: FICA ACRESCIDO AO CONTRATO Nº 248/2025 O VALOR DE R$ 48.506,89(QUARENTA E OITO MIL QUINHENTOS E SEIS REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS), RESPEITANDO O LIMITE DE 25% COM FUNDAMENTO NA LEI Nº 14.133/2021.

BOCAIÚVA DO SUL, 05 DE AGOSTO DE 2026.

CESAR MANUEL ESPÍNDOLA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:7ECA7F8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 1 DO CONTRATO N°146-2025

TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo do Contrato N°146/2025, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **HELIO JOSE SURDI**, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a empresa **IDS - DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº05.982.200/0001-00, com sede na Avenida Brasil, N°922, centro, no município de Pato Branco, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. ANTONIO ESPÍRITO SANTO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Nº 25.798.480-X SSP/SP e do CPF Nº229.076.038-25, residente e domiciliado na cidade de Pato Branco - PR, a seguir denominada **CONTRATADA**, de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO
Fica prorrogada a vigência do presente contrato até a data de 20 de agosto de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR
Fica aditivado o **item 2** (licença de uso de sistema web geral) do presente contrato no montante de **R$ 45.452,40 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos)** em conformidade com a prorrogação de prazo, permanecendo para o **Item 3** (hora de visita técnica) no montante de **R$ 28.395,00 (vinte e oito mil, trezentos e noventa e cinco reais**).

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.
E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul – PR, 05 de agosto de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
- Contratante-

IDS - DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA
- Contratada-

CLARICE DILL PRETTO
Gestora do Contrato

TESTEMUNHAS

_____
ALCIONE MAZZOCATO

_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:2E6E5AF9

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1484 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Declara de utilidade pública, para os fins do art.3º, inciso VIll, e do art. 8º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, as obras e intervenções emergenciais de interesse da defesa civil de que tratam os arts. 4° e 5º da Instrução Normativa IAT n° 15, de 30 de junho de 2026, e estabelece as condicionantes para a sua execução no âmbito do Município.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a competência do Município para a execução da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil em âmbito local, nos termos da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e do art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal;

Considerando que o art. 3º, inciso VIII, alíneas "b" e "c", da Lei Federal n° 12.651, de 25 de maio de 2012, qualifica como de utilidade pública as obras de infraestrutura de saneamento, sistema viário e energia, bem como as atividades e obras de defesa civil;

Considerando que o art. 8°, § 3º, da Lei Federal nº 12.651, de 2012, dispensa autorização do órgão ambiental competente para a execução, em caráter de urgência, de obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas;

Considerando o art. 20 da Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024, que dispensa a autorização do órgão licenciador competente para a execução, em caráter de urgência, de obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e à mitigação de acidentes e ao restabelecimento da normalidade pública;

Considerando a Instrução Normativa IAT nº 15, de 30 de junho de 2026, que regulamenta a referida dispensa e disciplina, de forma separada, as ações de prevenção e mitigação (art. 4º) e as ações de resposta e recuperação (art. 5°);

Considerando as projeções oficiais dos órgãos de monitoramento climático quanto aos efeitos do fenômeno El Niño no Estado do Paraná e a necessidade de atuação tempestiva da defesa civil municipal nas áreas de risco;

Considerando a necessidade de uniformizar procedimentos e conferir segurança jurídica à execução das obras emergenciais, com a devida responsabilidade técnica e o adequado controle documental,

DECRETA

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública, para os fins do art. 3°, inciso VIII, e do art. 8° da Lei Federal nº 12.651, de 2012, as obras e intervenções emergenciais de interesse da defesa civil executadas no Município para a prevenção, a mitigação, a resposta e a recuperação diante de eventos climáticos adversos, especialmente os associados ao fenômeno El Niño, enquadradas nos arts. 4º e 5° da Instrução Normativa IAT nº 15, de 30 de junho de 2026.

Parágrafo único. A declaração de utilidade pública de que trata o caput tem natureza declaratória e reconhece a qualificação já atribuída pela legislação federal, não constituindo, por si, dispensa de autorização ambiental além das hipóteses expressamente previstas em lei.

Art. 2° - As obras e intervenções amparadas por este Decreto compreendem duas frentes operacionais distintas:

I - Ações de prevenção e mitigação, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa IAT n° 15, de 2026, tais como a estabilização e contenção emergencial de encostas e taludes, o desassoreamento e a limpeza emergencial de calhas de rios, galerias, canais e córregos, as obras emergenciais de drenagem e as demais definidas pela Coordenadoria Estadual da Defesa Civil;
II - Ações de resposta e recuperação, nos termos do art. 5º da Instrução Normativa IAT nº 15, de 2026, tais como a reconstrução emergencial de pontes, bueiros e acessos viários, a remoção de escombros e a desobstrução de vias, o restabelecimento de infraestruturas de saneamento, abastecimento de água e energia elétrica danificadas e as demais definidas pela Coordenadoria Estadual da Defesa Civil.
§ 1° As ações de prevenção e mitigação de que trata o inciso I pressupõem fundamentação em projeções oficiais de modelos climáticos ou em risco iminente de desastre atestado por laudo técnico e alertas oficiais dos órgãos de monitoramento e defesa civil.

§ 2° As ações de resposta e recuperação de que trata o inciso Il pressupõem evento de desastre devidamente caracterizado e, quando for o caso, decreto de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública.

Art. 3° -Para as obras de prevenção e mitigação de que trata o art. 2º, inciso I, quando situadas em área urbana, reconhece-se dispensada a autorização do órgão ambiental competente, nos termos do art. 8°, § 3º, da Lei Federal nº 12.651, de 2012, sem prejuízo da observância das condicionantes deste Decreto.

Art. 4° - Fora das hipóteses de dispensa expressamente previstas em lei, permanece exigível a autorização do órgão ambiental competente, notadamente:

I - Para a intervenção ou a supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente situada em área rural;
II - Para a supressão de vegetação protetora de nascentes, dunas e restingas, admitida somente em caso de utilidade pública, nos termos do art. 8°, § 1º, da Lei Federal nº 12.651, de 2012;
III - Para as obras, os serviços e as intervenções não enquadrados nos arts. 4° e 5º da Instrução Normativa IAT nº 15, de 2026, que dependem de análise prévia do órgão ambiental competente.
Parágrafo único. Nas hipóteses deste artigo, o Município adotará as providências de licenciamento ou de autorização perante o Instituto Água e Terra (IAT), instruídas com a caracterização da utilidade pública de que trata este Decreto.

Art. 5° - A execução das obras amparadas por este Decreto observará as seguintes condicionantes:

I - A inserção prévia da área como área de atenção no Sistema da Defesa Civil do Estado (SISDC), nos casos de prevenção e mitigação, nos termos do art. 4°, parágrafo único, da Instrução Normativa IAT nº 15, de 2026;
II - A emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou documento equivalente, identificando responsável técnico pela intervenção, nos termos do art. 9º da referida Instrução;

III - A instrução de procedimento administrativo próprio, com laudo técnico, fotografias ou vídeos e documentos hábeis à comprovação da situação de urgência, nos termos do art. 20 da Lei Estadual nº 22.252, de 2024;

IV- A guarda, para fins de fiscalização e controle, do Formulário de Informações do Desastre (FIDE) e do decreto de homologação da Situação de Emergência ou do Estado de Calamidade Pública, nos casos de resposta e recuperação, nos termos do art. 6º da referida Instrução.

Art. 6° - Concluída a vigência do decreto de anormalidade, as obras emergenciais de recuperação que assumirem caráter permanente e cujas tipologias exijam licenciamento serão regularizadas perante o órgão ambiental competente, na forma do art. 7º da Instrução Normativa IAT nº 15, de 2026.

Art. 7°- Compete ao órgão municipal de proteção e defesa civil a caracterização técnica das ocorrências, a condução das ações previstas neste Decreto e a guarda da documentação correspondente, cabendo às Secretarias Municipal de Infraestrutura e Urbanismo e Obas e Viação a execução das intervenções.

Parágrafo único. Fica resguardado o poder de fiscalização dos órgãos ambientais e de controle, respondendo os infratores nos termos das Leis Federais n° 6.938, de 31 de agosto de 1981, e nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e seus regulamentos.

Art. 8° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

Registre-se e Publique-se;

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:15B533C9

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5982/2026.

Concede Licença-Prêmio a Servidor Efetivo.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a funcionária Senhora SILVANA BEATRIZ LITTER matrícula nº 655, referente ao período aquisitivo de 18/02/2020 a 17/02/2025 para serem gozadas de 17/08/2026 à 17/09/2026, pelo período de 32 dias, 40 horas, de acordo com o disposto no Art. 101 da Lei nº. 003/1997, de 09 de janeiro de 1997.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria Nº 5843/2026.

Bom Jesus do Sul – PR, 05 de agosto de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:502EEA56

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5983/2026

Exonera Servidor Público Municipal.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Servidora pública Senhora JOICE BEATRIS PACHECO, matrícula 1041, ocupante do Cargo de Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária, nomeada através da Portaria nº 4954/2022 de 02 de março de 2022.

Art. 2º - Retorna a referida servidora ao cargo efetivo de Vigilante Sanitário matricula 622.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 4954/2022.

Bom Jesus do Sul-PR, 05 de agosto de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:5CDADD8C

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5984/2026

Designa Servidora para responder interinamente pelo cargo de Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a Servidora **JOCE BEATRIS PACHECO,** portadora do CPF nº 005.***.***-21, nomeada pela Portaria nº 1950/2014 de 13/10/2014, lotada no Cargo de *"Agente de Execação"* na função de *"Vigilante Sanitário", matricula 622*, para responder pelo Cargo de Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária, com gratificação correspondente a 79% (setenta e nove por cento), sobre o vencimento básico, em conformidade com a Lei nº 570/2013 de 26 de setembro, Capitulo IV – Do Vencimento e da Remuneração, Seção III – das Gratificações, Art. 32, Inciso I – Gratificação de Regime de Tempo Integral.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário em especial.

Bom Jesus do Sul – PR, 05 de agosto de 2025.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:5F0E1545

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N° 181/2025.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 181/2025, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL - PR E A EMPRESA MAIRA TOMAZEL I&B.

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o **CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **Sr. HELIO JOSE SURDI**, usando das atribuições conferidas pela legislação vigente e em observância às disposições da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, RESOLVE:

RESCINDIR UNILATERALMENTE O CONTRATO nº 181/2025, que foi firmado com a empresa **MAIRA TOMAZEL I&B**,

pessoa jurídica, inscrita no **CNPJ nº 53.465.179/0001-19**, com sede na Rua Oiapoque, nº 1001, Bairro Agostini, na cidade de São Miguel do Oeste – SC, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª – FUNDAMENTO LEGAL
Esta rescisão ocorre unilateralmente, em razão dos efeitos decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais por parte da Contratada, nos termos do **art. 137, inciso I c/c art. 138, inciso I da Lei nº 14.133/2021**, e conforme previsto na Cláusula Décima Primeira do instrumento contratual.

CLÁUSULA 2ª – OBJETO DESTE TERMO
Constitui objeto deste termo a rescisão unilateral por parte da Administração do **Contrato n° 181/2025** (Pregão Eletrônico nº 56/2025), que tem por objeto a **prestação de serviços de horas máquina de escavadeira hidráulica**.

CLÁUSULA 3ª – JUSTIFICATIVA
Em virtude do inadimplemento contratual por parte da empresa contratada, registra-se o seguinte:

• A contratada deveria iniciar os serviços em até **05 (cinco) dias úteis** após a emissão de empenho ou solicitação, conforme o Termo de Referência.
• Verificou-se que as solicitações de pré-empenho não foram atendidas dentro dos prazos estabelecidos.
• O Município encaminhou **Notificação Extrajudicial em 10 de abril de 2026**, concedendo prazo improrrogável de **10 (dez) dias** para a regularização do serviço ou apresentação de justificativa.
• O transcurso do prazo sem a devida execução dos serviços ou manifestação aceitável enseja a rescisão unilateral por descumprimento, sujeitando a empresa às sanções previstas na Lei 14.133/2021.

O contrato é rescindido de pleno direito, nada mais havendo a ser reclamado entre as partes quanto à execução do objeto não realizado.

CLÁUSULA 4ª – PUBLICAÇÃO
O presente **TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL** será publicado dando ciência às partes, e a Administração Pública de Bom Jesus do Sul – PR tomará as medidas legais cabíveis para aplicação de multas e demais sanções.

Bom Jesus do Sul - PR, 05 de agosto de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:2CC615ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.882, 05 DE AGOSTO DE 2026.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025.
DECRETA
Art. 1o Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, por superávit oriundo de saldos financeiros não comprometidos do exercício anterior no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), em fonte de recursos livre para suprir a dotação orçamentária abaixo especificada:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
04.00	**Departamento de Finanças**		
04.01	**Divisão Finanças, Contábil e Tesouraria**		
04.123.0004.2.008	**Ativid. Op. de Nat. Financ e Orçam**		
4.4.90.93	Indenizações e Restituições	5000	30.000,00
TOTAL			**30.000,00**

Art. 2o Para cobertura do Crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desse decreto, serão utilizados os recursos oriundos do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior conforme o previsto no inciso I do parágrafo 1º do art. 43 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64 e artigo 4º inciso VII da Lei Municipal nº 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025 - LOA – Lei Orçamentária Anual a seguir especificado:
I – Superávit Financeiro de Recursos Vinculados/Restos a Receber do exercício de 2025 no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

FONTE	NOMENCLATURA	TOTAL
5000	Recursos ordinários livres	30.000,00
TOTAL		**30.000,00**

Art. 3º Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1.752/2025 de 25 de setembro de 2025 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e 1.749/2025 de 15 de setembro de 2025 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2026/2029.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:46E5D837

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº 3.881, DE 5 DE AGOSTO DE 2026.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as indicações dos respectivos órgãos e entidades representativas, nos termos do art. 7º da Lei Municipal nº 634, de 4 de junho de 2008,
DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência:
I – Representantes do Departamento Municipal de Assistência Social:
Titular: Patricia Luzia Cecatto do Prado
Suplente: Priscila Santana
II – Representantes do Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes:
Titular: Mariana Dalponte André
Suplente: Franciele Bet Rodrigues
III – Representantes do Departamento Municipal de Saúde:
Titular: Rosmari Padilha Groff
Suplente: Marisete Gemmi
IV – Representantes da Administração Municipal:
Titular: Andreia Zanella
Suplente: Rozani Luckievicz
V – Representantes da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:
Titular: Claudia Maria Cortivo
Suplente: Adriana Krause
VI – Representantes de Clubes de Serviços:
Titular: Romilda Pilonetto
Suplente: Ivone Calza Cortivo
VII – Representantes de entidades, associações ou organizações:
Titular: Adair Ramos Vieira
Suplente: Levino Pereira
Titular: Fernanda Coloda
Suplente: Queli Sbaraini
Titular: Valdete Comochena

Suplente: Flavia Gambeta
Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 3.693, de 2 de setembro de 2025.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, aos 5 (cinco) dias do mês de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:C444E7A3

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº 3.883, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

Declara a nulidade e anula os efeitos do Decreto Municipal nº 3.791, de 10 de fevereiro de 2026, que nomeou membro do Conselho Tutelar do Município de Bom Sucesso do Sul, e dá outras providências.

MAICO DIOGO FAVERSANI, Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que, após a análise da Recomendação Administrativa expedida pelo Ministério Público do Estado do Paraná, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pato Branco, nos autos do Inquérito Civil nº 0105.26.000143-0, constatou-se a existência de vício insanável na nomeação;
CONSIDERANDO o registro constante na Ata nº 150/2026 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, acerca do recebimento da Recomendação Administrativa e da adoção das providências necessárias para a realização de novo processo de escolha suplementar;
CONSIDERANDO o poder-dever da Administração Pública de anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, conforme entendimento consolidado nas Súmulas nº 346 e nº 473 do Supremo Tribunal Federal;
CONSIDERANDO que a nomeação decorreu de processo de escolha suplementar posteriormente reconhecido como incompatível com as normas que regem a matéria, comprometendo a validade do ato administrativo dele decorrente.
DECRETA:
Art. 1º Fica declarada a nulidade e anula os efeitos do **Decreto Municipal nº 3.791, de 10 de fevereiro de 2026**, que nomeou o senhor **Valsir Folle** para exercer a função de Conselheiro Tutelar do Município de Bom Sucesso do Sul – PR, em razão de vício insanável de impedimento legal constatado no processo de escolha suplementar.
Art. 2º Em decorrência da anulação de que trata o art. 1º, ficam desconstituídos os efeitos jurídicos da nomeação formalizada pelo Decreto Municipal nº 3.791, de 10 de fevereiro de 2026, em razão do vício insanável que compromete sua validade.
Art. 3º O setor municipal competente deverá adotar as providências administrativas necessárias para:
Registrar a anulação do ato de nomeação nos assentamentos administrativos correspondentes;
Proceder à cessação do exercício da função;
Comunicar o presente ato ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
Encaminhar cópia deste Decreto e de seu comprovante de publicação à 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pato Branco, para comprovação do atendimento à Recomendação Administrativa.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 05 (cinco)dias do mês de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:FADB7A91

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 388, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor

Adilson José Ramos.
O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Adilson José Ramos**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **777-3/1**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **04 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Cascavel – PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto a **UOPECCAN** e **Dr. Prime.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, ao 05 (cinco) dia do **mês de agosto do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:6328ECE7

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 389, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Jucimar Girardello de Freitas.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Jucimar Girardello de Freitas**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **492-8/3**, **½ (meia) diária de viagem**, para o dia **05 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Guarapuava – PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Regional de Guarapuava.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 05 de agosto de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do **mês de agosto do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:704EB20F

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 390, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor

Lucas Rodrigo Ecker.
O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Lucas Rodrigo Ecker**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **589-4/1**, **½ (meia) diária de viagem**, para o dia **06 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Guarapuava – PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Regional de Guarapuava.**

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos **05 (cinco) dias do mês de agosto do ano de 2026.**

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:AAD70229

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 391, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

Concede auxílio deslocamento a servidora Ingridi Fernanda de Bona Pires.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder a servidora **Ingridi Fernanda De Bona Pires**, ocupante do cargo efetivo de **Médica Veterinária**, matrícula nº **587-8/1**, **01 (um) auxílio deslocamento de viagem**, para o dia **05 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Pato Branco-PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, para participação no curso de capacitação profissional: Análise de plantas baixas de agroindústrias familiares de acordo com a legislação sanitária e as normas técnicas vigentes.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 05 de agosto de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos **05 (cinco) dias do mês de agosto do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:B4C3B92E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE ENCERRAMENTO E DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

ATA DE ENCERRAMENTO E DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026
Processo Administrativo nº 58/2026
IDENTIFICAÇÃO E ABERTURA
Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, por meio da plataforma eletrônica utilizada pelo Município de Braganey, Estado do Paraná, reuniu-se o Agente de Contratação, Sr. Daniel Cruz Bartoski, auxiliado pelos integrantes da equipe de apoio, Sr. Estevo Gonsales Filho e Sra. Alana Cristina Martins Borba, para condução e encerramento da Concorrência Eletrônica nº 03/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 58/2026.
Objeto: execução das obras de construção de 10 (dez) unidades habitacionais de interesse social, com área aproximada de 47,33 m² cada, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e todos os serviços necessários, conforme projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos do empreendimento desenvolvido em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.
HISTÓRICO PROCESSUAL
O edital foi publicado em 5 de maio de 2026. Durante a fase preparatória externa, o procedimento passou por suspensões destinadas à verificação e à retificação do instrumento convocatório, com posterior retomada e inserção do edital retificado em 8 de junho de 2026. A sessão foi processada com inversão das fases, na forma prevista no edital e admitida pelo art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, antecedendo a habilitação às fases de apresentação de lances e julgamento.
No prazo fixado para recebimento das propostas, registrou participação exclusivamente a empresa CONSTRUTORA STORKI LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 23.848.834/0001-57, com oferta no valor global de R$ 1.440.000,00. A existência de participante afasta a caracterização de licitação deserta; entretanto, a continuidade válida do certame dependia do integral atendimento das condições de habilitação definidas no edital.
EXAME DA HABILITAÇÃO
A habilitação tem por finalidade aferir se o licitante reúne as condições jurídicas, técnicas, fiscais, sociais, trabalhistas e econômico-financeiras necessárias e suficientes para executar o objeto, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021 e das exigências expressamente estabelecidas no instrumento convocatório. A análise da documentação apresentada revelou descumprimentos materiais e cumulativos, conforme registrado na sessão eletrônica.
Garantia de proposta
Não foi apresentada a comprovação da garantia de proposta exigida pelos itens 9.25 e 9.26 do edital como requisito de pré-habilitação. A exigência encontra fundamento no art. 58 da Lei nº 14.133/2021 e, uma vez incorporada validamente ao instrumento convocatório, obriga igualmente a Administração e os licitantes. Sua ausência impediu o reconhecimento do atendimento integral às condições previamente definidas para participação.
Qualificação técnico-operacional
Os atestados apresentados comprovaram a execução de apenas 58,36 m² de telhamento cerâmico, quantitativo inferior aos 357,20 m² exigidos no edital para a parcela de estrutura de cobertura/telhamento cerâmico. Também não foi localizado atestado apto a demonstrar a execução de 205,45 m² de laje pré-moldada unidirecional. Assim, não restou comprovada a capacidade técnico-operacional mínima exigida para parcelas relevantes do objeto, em desconformidade com as regras editalícias e com a finalidade do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.
Documentos técnicos obrigatórios
Também não foram localizados: a relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos, acompanhada da declaração de disponibilidade e das assinaturas exigidas, prevista no item 15.5.11; o cronograma de utilização dos veículos, máquinas e equipamentos, previsto no item 15.5.12; e a declaração exigida no item 15.5.8, relativa ao recebimento dos documentos do Projeto Básico, à vistoria ou ao pleno conhecimento das condições locais e à obtenção das informações necessárias para elaboração da proposta.
LIMITES DO SANEAMENTO E DO FORMALISMO MODERADO
O dever de buscar a proposta mais vantajosa e de evitar formalismo excessivo não autoriza a Administração a afastar exigências substanciais do edital, dispensar prova de capacidade técnica mínima ou permitir a reconstrução posterior da habilitação em benefício de participante específico. O art. 64 da Lei nº 14.133/2021 admite diligência para complementar informações acerca de documentos já apresentados, apurar fatos existentes à época da abertura e atualizar documentos vencidos, bem como permite sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos nem sua validade jurídica.
No caso concreto, as falhas identificadas não se limitaram a inexatidões materiais, dúvidas interpretativas ou defeitos formais passíveis de correção sem alteração do conteúdo da habilitação. Houve ausência de documentos obrigatórios e insuficiência objetiva da comprovação técnico-operacional. Admitir a apresentação tardia de elementos destinados a suprir integralmente tais requisitos comprometeria a vinculação ao edital, a isonomia, o julgamento objetivo e a segurança jurídica, princípios expressamente consagrados no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.
DECISÃO DE INABILITAÇÃO E FASE RECURSAL
Diante das irregularidades apontadas, a CONSTRUTORA STORKI LTDA - ME foi inabilitada, conforme decisão motivada registrada na plataforma eletrônica em 26 de junho de 2026. A fase destinada à manifestação de intenção de recurso foi disponibilizada pelo sistema; contudo, não consta da ata final qualquer registro de manifestação recursal. Encerrada essa etapa, permaneceu inexistente licitante habilitada para prosseguir validamente no certame.
CARACTERIZAÇÃO DO RESULTADO FRACASSADO

A licitação fracassada distingue-se da licitação deserta. Na primeira, há participação, mas nenhuma proposta ou licitante reúne condições jurídicas para ser aceita ou habilitada; na segunda, não há interessados ou propostas. Como a única participante foi regularmente inabilitada, não subsistiu proposta válida e elegível à aceitação, inexistindo classificação útil, vencedor ou objeto passível de adjudicação.

Registra-se, para todos os fins, que o status operacional "EM ADJUDICAÇÃO", lançado automaticamente no fluxo da plataforma antes do encerramento, não representa ato administrativo de adjudicação nem reconhecimento de vencedora. A adjudicação pressupõe licitante apta e resultado válido, circunstâncias inexistentes neste procedimento. O sistema concluiu o lote como "FRACASSADO" em 26 de junho de 2026, às 14h58min02s.

DELIBERAÇÃO E ENCERRAMENTO

Com fundamento nas disposições do edital, nos arts. 5º, 17, § 1º, 58, 62, 64, 67 e 71 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos registros da sessão eletrônica, o Agente de Contratação DECLARA FRACASSADO o Lote 1 e, por consequência, a Concorrência Eletrônica nº 03/2026, em razão da inabilitação da única participante.

Fica expressamente consignado que não houve declaração de vencedora, aceitação de proposta, adjudicação do objeto ou constituição de direito à contratação. A oferta registrada pela participante inabilitada não produz efeito para fins de contratação e não pode ser considerada proposta vencedora.

Determina-se o registro desta decisão nos autos e na plataforma eletrônica, com a publicidade cabível. Após o encerramento das fases de julgamento, habilitação e recurso, encaminhem-se os autos à autoridade superior para ciência e deliberação, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à adoção de novo procedimento ou de outra providência legalmente adequada ao atendimento do interesse público, mediante instrução e motivação próprias e também adequação do novo edital a regularidade e legalidade conforme lei de licitações.

Nada mais havendo a registrar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que, lida e considerada conforme, segue para assinatura do Agente de Contratação e da equipe de apoio.

Braganey/PR, 26 de junho de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Agente de Contratação

ESTEVO GONSALES FILHO
Equipe de Apoio

Processo Administrativo nº 58/2026

IDENTIFICAÇÃO E ABERTURA

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, por meio da plataforma eletrônica utilizada pelo Município de Braganey, Estado do Paraná, reuniu-se o Agente de Contratação, Sr. Daniel Cruz Bartoski, auxiliado pelos integrantes da equipe de apoio, Sr. Estevo Gonsales Filho e Sra. Alana Cristina Martins Borba, para condução e encerramento da Concorrência Eletrônica nº 03/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 58/2026.

Objeto: execução das obras de construção de 10 (dez) unidades habitacionais de interesse social, com área aproximada de 47,33 m² cada, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e todos os serviços necessários, conforme projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos do empreendimento desenvolvido em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

HISTÓRICO PROCESSUAL

O edital foi publicado em 5 de maio de 2026. Durante a fase preparatória externa, o procedimento passou por suspensões destinadas à verificação e à retificação do instrumento convocatório, com posterior retomada e inserção do edital retificado em 8 de junho de 2026. A sessão foi processada com inversão das fases, na forma prevista no edital e admitida pelo art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, antecedendo a habilitação às fases de apresentação de lances e julgamento.

No prazo fixado para recebimento das propostas, registrou participação exclusivamente a empresa CONSTRUTORA STORKI LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 23.848.834/0001-57, com oferta no valor global de R$ 1.440.000,00. A existência de participante afasta a caracterização de licitação deserta; entretanto, a continuidade válida do certame dependia do integral atendimento das condições de habilitação definidas no edital.

EXAME DA HABILITAÇÃO

A habilitação tem por finalidade aferir se o licitante reúne as condições jurídicas, técnicas, fiscais, sociais, trabalhistas e econômico-financeiras necessárias e suficientes para executar o objeto, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021 e das exigências expressamente estabelecidas no instrumento convocatório. A análise da documentação apresentada revelou descumprimentos materiais e cumulativos, conforme registrado na sessão eletrônica.

Garantia de proposta

Não foi apresentada a comprovação da garantia de proposta exigida pelos itens 9.25 e 9.26 do edital como requisito de pré-habilitação. A exigência encontra fundamento no art. 58 da Lei nº 14.133/2021 e, uma vez incorporada validamente ao instrumento convocatório, obriga igualmente a Administração e os licitantes. Sua ausência impediu o reconhecimento do atendimento integral às condições previamente definidas para participação.

Qualificação técnico-operacional

Os atestados apresentados comprovaram a execução de apenas 58,36 m² de telhamento cerâmico, quantitativo inferior aos 357,20 m² exigidos no edital para a parcela de estrutura de cobertura/telhamento cerâmico. Também não foi localizado atestado apto a demonstrar a execução de 205,45 m² de laje pré-moldada unidirecional. Assim, não restou comprovada a capacidade técnico-operacional mínima exigida para parcelas relevantes do objeto, em desconformidade com as regras editalícias e com a finalidade do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Documentos técnicos obrigatórios

Também não foram localizados: a relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos, acompanhada da declaração de disponibilidade e das assinaturas exigidas, prevista no item 15.5.11; o cronograma de utilização dos veículos, máquinas e equipamentos, previsto no item 15.5.12; e a declaração exigida no item 15.5.8, relativa ao recebimento dos documentos do Projeto Básico, à vistoria ou ao pleno conhecimento das condições locais e à obtenção das informações necessárias para elaboração da proposta.

LIMITES DO SANEAMENTO E DO FORMALISMO MODERADO

O dever de buscar a proposta mais vantajosa e de evitar formalismo excessivo não autoriza a Administração a afastar exigências substanciais do edital, dispensar prova de capacidade técnica mínima ou permitir a reconstrução posterior da habilitação em benefício de participante específico. O art. 64 da Lei nº 14.133/2021 admite diligência para complementar informações acerca de documentos já apresentados, apurar fatos existentes à época da abertura e atualizar documentos vencidos, bem como permite sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos nem sua validade jurídica.

No caso concreto, as falhas identificadas não se limitaram a inexatidões materiais, dúvidas interpretativas ou defeitos formais passíveis de correção sem alteração do conteúdo da habilitação. Houve ausência de documentos obrigatórios e insuficiência objetiva da comprovação técnico-operacional. Admitir a apresentação tardia de elementos destinados a suprir integralmente tais requisitos comprometeria a vinculação ao edital, a isonomia, o julgamento objetivo e a segurança jurídica, princípios expressamente consagrados no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

DECISÃO DE INABILITAÇÃO E FASE RECURSAL

Diante das irregularidades apontadas, a CONSTRUTORA STORKI LTDA - ME foi inabilitada, conforme decisão motivada registrada na plataforma eletrônica em 26 de junho de 2026. A fase destinada à manifestação de intenção de recurso foi disponibilizada pelo sistema; contudo, não consta da ata final qualquer registro de manifestação recursal. Encerrada essa etapa, permaneceu inexistente licitante habilitada para prosseguir validamente no certame.

CARACTERIZAÇÃO DO RESULTADO FRACASSADO

A licitação fracassada distingue-se da licitação deserta. Na primeira, há participação, mas nenhuma proposta ou licitante reúne condições jurídicas para ser aceita ou habilitada; na segunda, não há interessados ou propostas. Como a única participante foi regularmente inabilitada, não subsistiu proposta válida e elegível à aceitação, inexistindo classificação útil, vencedor ou objeto passível de adjudicação.

Registra-se, para todos os fins, que o status operacional "EM ADJUDICAÇÃO", lançado automaticamente no fluxo da plataforma antes do encerramento, não representa ato administrativo de

adjudicação nem reconhecimento de vencedora. A adjudicação pressupõe licitante apta e resultado válido, circunstâncias inexistentes neste procedimento. O sistema concluiu o lote como "FRACASSADO" em 26 de junho de 2026, às 14h58min02s.

DELIBERAÇÃO E ENCERRAMENTO

Com fundamento nas disposições do edital, nos arts. 5º, 17, § 1º, 58, 62, 64, 67 e 71 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos registros da sessão eletrônica, o Agente de Contratação DECLARA FRACASSADO o Lote 1 e, por consequência, a Concorrência Eletrônica nº 03/2026, em razão da inabilitação da única participante.

Fica expressamente consignado que não houve declaração de vencedora, aceitação de proposta, adjudicação do objeto ou constituição de direito à contratação. A oferta registrada pela participante inabilitada não produz efeito para fins de contratação e não pode ser considerada proposta vencedora.

Determina-se o registro desta decisão nos autos e na plataforma eletrônica, com a publicidade cabível. Após o encerramento das fases de julgamento, habilitação e recurso, encaminhem-se os autos à autoridade superior para ciência e deliberação, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à adoção de novo procedimento ou de outra providência legalmente adequada ao atendimento do interesse público, mediante instrução e motivação próprias e também adequação do novo edital a regularidade e legalidade conforme lei de licitações.

Nada mais havendo a registrar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que, lida e considerada conforme, segue para assinatura do Agente de Contratação e da equipe de apoio.

Braganey/PR, 26 de junho de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Agente de Contratação

ESTEVO GONSALES FILHO
Equipe de Apoio

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:0058839E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 59/2026

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 59/2026

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 59/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganey.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de camisetas institucionais e jalecos destinados às Secretarias de Saúde, Infraestrutura e Transporte, Agricultura e Meio Ambiente, Assistência Social e Departamento de Comércio e Turismo do Município de Braganey – PR.

VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO: R$ 259.390,20 (duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e noventa reais e vinte centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 26/08/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 26/08/2026.

Braganey – PR, 05 de agosto de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:4FAE5D6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAGANEY/PR, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.902/0001-73.

CONTRATADA: MAGALHÃES DIVULGAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 12.126.619/0001-26.

OBJETO DO ADITIVO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência e o reajuste dos valores do Contrato Administrativo nº 056/2025, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 039/2025, conforme previsto no Edital, mediante a aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, mantendo-se inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.

VALOR ORIGINAL DO CONTRATO: R$ 41.900,00

VALOR ATUALIZADO: R$ 54.806,25

PRAZO ORIGINAL DE VIGÊNCIA: 30/07/2025 a 30/07/2026.

PRAZO ATUALIZADO DE VIGÊNCIA: 30/07/2026 a 29/07/2027.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.

Braganey/PR, 30 de julho de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:8D18D3B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Dispensa Normal N°. 20/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 95/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor LOTE, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva, revisão mecânica, hidráulica e elétrica das máquinas e equipamentos da Unidade de Valorização de Recicláveis (UVR) do Município de Braganey, compreendendo prensa vertical, prensa multibox, esteiras e componentes correlatos, visando assegurar a continuidade e eficiência das atividades de triagem e processamento de materiais recicláveis.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Dispensa Normal N°. 20/2026,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
DMC BRASIL CARSONI LTDA	43.875.090/0001-77	R$ 16.004,00

Braganey, 10 de julho 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:EB75C297

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO PREGÃO N° 054.2026 - BRINQUEDOS LUDICOS E PEDAGÓGICOS

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 054/2026
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Certame Licitatório n° 116/2026**, na modalidade **Pregão Eletrônico n° 054/2026**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por item, tendo por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de brinquedos pedagógicos, jogos educativos, materiais pedagógicos, mapas, globos, recursos didáticos e materiais destinados ao Ensino Integral, conforme as condições, quantidades e exigências descritas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital e demais anexos. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R R$519.799,95 (quinhentos e dezenove mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das, 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou www.gov.br/compras. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá **20 de agosto de 2026 às 09h00min**, no site www.gov.br/compras nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 04 de agosto de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria n° 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:65594E08

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO PREGÃO N° 056.2026 - MÓVEIS

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 056/2026
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Certame Licitatório n° 118/2026**, na modalidade **Pregão Eletrônico n° 056/2026**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por item, tendo por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de móveis, compreendendo mesas, cadeiras, armários, arquivos de aço, estantes, balcões de atendimento, gaveteiros e demais mobiliários correlatos, destinados à estruturação e manutenção dos ambientes administrativos, educacionais, assistenciais, de saúde e demais unidades vinculadas à Administração Municipal, conforme as condições, quantidades e exigências descritas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital e demais anexos. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$902.456,98 (novecentos e dois mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e noventa e oito centavos). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das, 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou www.gov.br/compras. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá **21 de agosto de 2026 às 09h00min**, no site www.gov.br/compras nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 05 de agosto de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria n° 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:0FED3258

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 101 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

Decreto nº 101 de 05 de agosto de 2026.

SÚMULA: Prorroga o prazo para término dos trabalhos de conclusão do Processo de Sindicância nº 002/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

D E C R E T A

Art. 1º. Fica prorrogado em 30 (trinta) dias o prazo para término dos trabalhos de conclusão do Processo de Sindicância nº 002/2026, instaurado pelo Decreto nº 082/2026.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 05 DE AGOSTO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:AABB2860

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO CONTRATO Nº 148/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 016/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 148/2026 – Inexigibilidade nº 016/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 002/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: SARTHOF ELETRO E SERVICOS - LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 23.551.602/0001-32, Rua Coletor Pacheco, 418 - Cep: 85415000 - Bairro: Centro, e-mail: suporte@infoeletro.com.br, Telefone, (45)88086608 cidade: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) **CLAUDEMIR SARTORI**.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIDRAÇARIA, COMPREENDENDO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, REMOÇÃO E REPAROS DE VIDROS COMUNS, TEMPERADOS E SIMILARES, BEM COMO FERRAGENS E ACESSÓRIOS CORRELATOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS E DEMAIS ESPAÇOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Valor Total: R$ 581.415,90 (Quinhentos e Oitenta e Um Mil, Quatrocentos e Quinze Reais e Noventa Centavos).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, CLAUDEMIR SARTORI
Vigência: 05/08/2026 a 16/07/2027.
Data da Assinatura:05/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:6715614A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 411/2026 - DRH

PORTARIA N.º 411/2026-DRH

SÚMULA: Exonera a pedido Servidora Ocupante de Cargo de Provimento de Contratação Temporária - PSS.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º EXONERAR a pedido em 03/08/2026 a Servidora **KATHIA MARY DA SILVA LOURENÇO** matrícula 767323320 contratada para ocupar o Cargo de **PROFESSOR SUBSTITUTO II - PSS,** do quadro único de pessoal do Município de Cafelândia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 05 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:0D7A9F01

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 016.2026 - VIDRAÇARIA - CREDENC

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 016/2026
CREDENCIAMENTO N° 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 065/2026

Fundamenta-se a presente contratação na hipótese dos art. 78 e 79 da Lei Federal n° 14.133/2021, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, RATIFICO a inexigibilidade de licitação para **CREDENCIAMENTO** de empresas especializadas na prestação de serviços de vidraçaria.

Objeto: **CREDENCIAMENTO** de empresas especializadas na prestação de serviços de vidraçaria, compreendendo fornecimento, instalação, manutenção, substituição, remoção e reparos de vidros comuns, temperados e similares, bem como ferragens e acessórios correlatos, destinados à manutenção e adequação dos prédios públicos do Município de Cafelândia, conforme necessidade da Administração Municipal.

EMPRESA CREDENCIADA	LOTES CREDENCIADOS
SARTHOF ELETRO E SERVICOS LTDA CNPJ N° 23.551.602/0001-32	001 ao 011

Cafelândia/PR, 04 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:D0D091B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 027.2026 - MARMORARIA - CREDENC.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 027/2026
CREDENCIAMENTO N° 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 091/2026

Fundamenta-se a presente contratação na hipótese dos art. 78 e 79 da Lei Federal n° 14.133/2021, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, RATIFICO a inexigibilidade de licitação para **CREDENCIAMENTO** de empresas especializadas na prestação de serviços de marmoraria.

Objeto: **CREDENCIAMENTO** de empresas especializadas na prestação de serviços de marmoraria, compreendendo o fornecimento de materiais, fabricação sob medida, beneficiamento, transporte, instalação, substituição, manutenção, reparo e acabamento de peças em mármore, granito, quartzo, quartzito, pedras industrializadas e demais materiais similares, destinados à execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, reforma, adequação e conservação dos prédios públicos pertencentes ao Município de Cafelândia/PR, conforme necessidade da Administração Municipal.

EMPRESA CREDENCIADA	LOTES CREDENCIADOS
SARTHOF ELETRO E SERVICOS LTDA CNPJ N° 23.551.602/0001-32	001 ao 08

Cafelândia/PR, 04 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:DFEEAEC3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 120/2025

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 120/2025

TERMO ADITIVO Nº 001/2026 ao Contrato Administrativo nº 120/2025, decorrente do Processo Licitatório nº 053/2025 – Concorrência Eletrônica nº 002/2025.
O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Rua 17 de Dezembro, 149, Califórnia/PR, neste ato representado pela autoridade competente, e a empresa MARTINELLI CONSTRUTORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.950.465/0001-55, com sede no município de Marilândia do Sul/PR, representada por seu administrador formal, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, com fundamento nos arts. 111 e 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:]

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 120/2025, por mais 12 (doze) meses, em razão da necessidade de manutenção da relação contratual até a conclusão do objeto contratado, nos termos do art. 111 e 124 da Lei Federal n. 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 120/2025 por 12 (doze) meses, passando sua vigência a encerrar-se em *10/07/2027*, permanecendo inalteradas todas as demais cláusulas contratuais, especialmente aquelas relativas ao prazo de execução da obra.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 120/2025 que não tenham sido expressamente modificadas por este Termo Aditivo.

Califórnia/PR, 04 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA	*MARTINELLI CONSTRUTORA LTDA - ME*
Contratante	Contratada

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:34725DF7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 194 NOMEAÇÃO DE ASSESSOR

DECRETO Nº 194/2026

SÚMULA: Nomeia Assessor da Secretaria Municipal de Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ, SR. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

D E C R E T A:

Artº. 1º - NOMEAR a partir de 05/08/2026, LETICIA AZEIKA FERREIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR da Secretaria Municipal de Saúde – C2, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Lei Complementar 001/2015 e demais Leis correlatas.

Artº. 2º - Entra o presente na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao 05º dia do mês de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:59752E35

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 134 - MUDANÇA DE LOTAÇÃO

PORTARIA Nº 134/2026

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Artº. 1º - Designar a partir de 06/08/2026, a servidora VANILDA TEODORO DE FARIAS, matricula nº 958, para exercer suas atribuições de Auxiliar de Serviços Gerais, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana - SEIMOB

Artº. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao 05° dia do mês de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:6FF529B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO 005/2026

RESOLUÇÃO 005/2026

Aprova a alteração do Plano de Aplicação dos recursos do Piso Único de Assistência Social - PAS/FEAS 2026, no âmbito do Município de Califórnia - Paraná.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS do Município de Califórnia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.322/2010, em reunião ordinária realizada em 28 de julho de 2026,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do planejamento da Política Municipal de Assistência Social ao cenário climático projetado para o biênio 2026/2027, visando fortalecer a capacidade de resposta do Município às situações de calamidade pública e emergência, conforme justificativa técnica apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO que a alteração não implica ampliação do valor do repasse estadual nem alteração da finalidade dos recursos, constituindo apenas adequação do Plano de Aplicação para possibilitar sua utilização, quando necessária, em conformidade com a legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a alteração do Plano de Aplicação dos recursos do Piso Único de Assistência Social – PAS/FEAS 2026, com a inclusão das seguintes ofertas:

I – Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências;

II – Benefícios Eventuais – Calamidade Pública.

Art. 2º A alteração aprovada visa adequar o planejamento municipal para possibilitar a execução de ações socioassistenciais voltadas ao atendimento da população em situações de calamidade pública e emergência, observadas as
normas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, sem alteração do montante de recursos repassados pelo Estado.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Califórnia, 05 de agosto de 2026.

VANIA AP. ALVES FERREIRA
Presidente CMAS

Publicado por:
Luiz Eduardo Aparecido de Ananias
Código Identificador:893A8FE5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO 006/2026

RESOLUÇÃO 006/2026

Aprova o Diagnóstico Socioterritorial da Política Municipal de Assistência Social do Município de Califórnia - Paraná.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS do Município de Califórnia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.322/2010, e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 145/2004;

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS;

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal de Assistência Social de deliberar sobre as ações, instrumentos de planejamento e avaliação da Política Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO que o Diagnóstico Socioterritorial constitui instrumento técnico de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social, subsidiando a elaboração, implementação e acompanhamento das ações, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito do Município;

CONSIDERANDO a apresentação e apreciação do Diagnóstico Socioterritorial pela Secretaria Municipal de Assistência Social em reunião ordinária realizada em 28 de julho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Diagnóstico Socioterritorial da Política Municipal de Assistência Social do Município de Califórnia - Paraná, elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, como instrumento oficial de planejamento da política pública de assistência social.

Art. 2º O Diagnóstico Socioterritorial servirá de referência para a elaboração, revisão, execução, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Assistência Social, dos Planos de Ação, da programação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como para a definição de prioridades da gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no Município.

Art. 3º O Diagnóstico Socioterritorial poderá ser atualizado sempre que houver alterações significativas na realidade social do Município ou quando necessário para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões da gestão e do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Califórnia, 05 de agosto de 2026.

VANIA AP. ALVES FERREIRA
Presidente CMAS

Publicado por:
Luiz Eduardo Aparecido de Ananias
Código Identificador:B872DA74

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO 007/2026

RESOLUÇÃO 007/2026

Aprova o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, para o exercício de 2026, do Município de Califórnia – Paraná.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS do Município de Califórnia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.322/2010, e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS;

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal de Assistência Social de deliberar sobre a aplicação dos recursos destinados à Política Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, para o exercício de 2026, elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que estabelece a destinação dos recursos federais e estaduais destinados ao cofinanciamento da Política Municipal de Assistência Social, assegurando a continuidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

CONSIDERANDO a apresentação e deliberação do referido Plano em reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social realizada em 28 de julho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Diagnóstico Socioterritorial da Política Municipal de Assistência Social do Município de Califórnia - Paraná, elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, como instrumento oficial de planejamento da política pública de assistência social.

Art. 2º O Diagnóstico Socioterritorial servirá de referência para a elaboração, revisão, execução, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Assistência
Social, dos Planos de Ação, da programação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como para a definição de prioridades da gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no Município.

Art. 3º O Diagnóstico Socioterritorial poderá ser atualizado sempre que houver alterações significativas na realidade social do Município ou quando necessário para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões da gestão e do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Califórnia, 05 de agosto de 2026.

VANIA AP. ALVES FERREIRA
Presidente CMAS

Publicado por:
Luiz Eduardo Aparecido de Ananias
Código Identificador:A7E69479

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO

EXTRATO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 23/2025-PMCS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO E FORNECIMENTO DE BUFFET PARA ATENDIMENTO AS FESTIVIDADES DO 30° ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 36/2025
CONTRATADA: KURTA EVENTOS LTDA, sediada na **Rua Pedro Siqueira, nº 1001, Bairro Santana, Guarapuava, CEP 85070-190, Estado do Paraná,** inscrita no **CNPJ sob o nº 18.674.287/0001-09** doravante designada EMPRESA DETENTORA DA ATA**,** neste ato representada por seu sócio administrador **Sr. Gabriel Kurta**

VALOR: R$ 125.250,00 (cento e vinte e cinco mil duzentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 04 DE AGOSTO DE 2027.

DATA ASSINATURA: 05 DE AGOSTO DE 2027.

FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:1D80AB8D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO N° 17 TERMO DO CONTRATO Nº. 97/2019

Termo de aditivo n° 17 Termo do contrato nº. 97/2019, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM 24 (VINTE E QUATRO) ÔNIBUS URBANOS E 02 (DUAS) VANS (EXCETO KOMBI), PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS RESIDENTES NESTE MUNICÍPIO QUE FREQUENTAM AS ESCOLAS MUNICIPAIS URBANAS E RURAIS, CMEIS MUNICIPAIS, ESCOLAS ESTADUAIS E ESCOLA ESPECIAL DA ZONA URBANA, ATÉ 04 (QUATRO) ÔNIBUS RODOVIÁRIOS E ATÉ 04 (QUATRO) ÔNIBUS URBANOS PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS EM ATIVIDADES EXTRACURRICULARES, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I E I.I DESTE EDITAL. decorrente de Pregão n° 82/2019, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a RELIANCE TRANSPORTES LTDA inscrita no CNPJ sob nº. 03.028.945/0001-00. Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação dos prazos de vigência e execução do contrato 97/2019 em mais 06 (seis) meses, ou seja, de 04/08/2026 à 31/01/2027, com fundamento no artigo 57, § 4º da Lei de Federal nº8.666/93. Fica acrescido o total de 58.740 quilômetros no Item 1 (cód. 56871 - TRANSPORTE ESCOLAR: 17 ÔNIBUS URBANOS COM MOTORISTAS), com fundamento no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Federal nº 8.666/93, resultando a quantia de R$ 768.319,20 a ser agregada ao valor total do referido item, o qual representa aproximadamente o percentual de 24,7 % de acréscimo. Para novo período, o valor será de R$ 5.424.245,40 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos). CAMPINA GRANDE DO SUL, 03 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:987C2683

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO N° 21 TERMO DO CONTRATO Nº.160/2023

Termo de aditivo n° 21 Termo do contrato nº.160/2023, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR TOTAL E CONTRA TERCEIROS, PARA OS VEÍCULOS DA FROTA, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO ANEXO I E I.I DO EDITAL. decorrente de Pregão n° 142/2023, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a GENTE SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob nº. 90.180.605/0001-02. Constitui objeto do presente termo aditivo, a Inclusão de Endosso de 01 (um) veículo sendo: veículo VW/POLO SENSE, Placa UBE1J75 ano 2025/2026, Chassi 9BWAH5BZ4TT645264 pertencente a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social totalizando o acréscimo de valor no importe de R$ 608,36 (seiscentos e oito reais e trinta e seis centavos) aproximadamente 0,16 % do valor atualizado, com fundamento no art. 65, I "b" c/c art. 65, parágrafos 1º e 2º da Lei nº. 8.666/93.

Campina Grande do Sul, 04 de agosto de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:9FD7FAEB

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO N°2 AO CONTRATO Nº.66/2025

Termo de aditivo n°2 ao contrato nº.66/2025, OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 01(UMA) UNIDADE DE Suporte Básico -USB – SAMU 192, que facilitará o acesso ao serviço de atendimento móvel de urgência e emergência da população na área de abrangência do Município de Campina Grande do Sul, integrante do consórcio, junto a Comesp, EM DECORRENCIA DO CONTRATO DE PROGRAMA N.º 095/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL E O CONSORCIO METROPOLITANO DE SAUDE DO PARANA – COMESP, CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO. decorrente de Dispensa n° 24/2025, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a CONSÓRCIO METROPOLITANO DE SAÚDE DO PARANÁ – COMESP inscrita no CNPJ sob nº. 08.061.295/0001-18.
O presente termo aditivo a prorrogação da vigência em mais 12(doze) meses, ou seja, de 23/08/2026 a 22/08/2027, do contrato de programa nº 095/2025, e o valor será de R$ 944.689,68 (novecentos e quarenta e quatro mil seiscentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos). CAMPINA GRANDE DO SUL, 30 de JULHO de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:A9D31C7C

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO N°2 DO CONTRATO Nº.108/2024

Termo de aditivo n°2 do contrato nº.108/2024, objetivando a CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE CÃES RECOLHIDOS POR ESTA MUNICIPALIDADE DAS RUAS E VÍTIMAS DE MAUS TRATOS E VUNERALBILIDADE, CONFORME QUANTITATIVO E DESCRITIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA. decorrente de Inexigibilidade n° 68/2024, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a a empresa a AGROVETERINARIA RIBEIRÃO DAS ÁGUAS CLARAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 48.915.240/0001-42**.** Constitui objeto do presente termo aditivo o acréscimo de 25% ao item 10 do contrato nº 108/2024 perfazendo a importância de R$ 90.000,00 (noventa mil), nos termos do art. 124, inciso I, e art. 125, ambos da Lei n°14.133/2021. CAMPINA GRANDE DO SUL 03 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:227E6998

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO N°3 AO CONTRATO Nº.67/2025

Termo de aditivo n°3 ao contrato nº.67/2025, OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 01(UMA) UNIDADE DE Suporte Avançado -USA – SAMU 192 (ALFA),

acesso ao serviço de atendimento móvel de urgência e emergência da população na área de abrangência do Município de Campina Grande do Sul, integrante do consórcio, junto a Comesp, EM DECORRENCIA DO CONTRATO DE PROGRAMA N.º 094/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL E O CONSORCIO METROPOLITANO DE SAUDE DO PARANA – COMESP, CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO. decorrente de Dispensa n° 25/2025, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a CONSÓRCIO METROPOLITANO DE SAÚDE DO PARANÁ – COMESP inscrita no CNPJ sob nº. 08.061.295/0001-18.O presente termo aditivo a prorrogação da vigência em mais 12(doze) meses, ou seja, de **23/08/2026 a 22/08/2027**, do contrato de programa **nº 094/2025**, e o valor será de **R$ 46.787,76** (quarenta e seis mil, setecentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos), referente a 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado USA - SAMU 192 (ALFA).

CAMPINA GRANDE DO SUL, 30 de JULHO de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:E35DB78D

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PG N° 54/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 54/2026
Processo nº 160/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 54/2026, que tem por objeto a SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS GLP - 13 KG, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS., em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
GAS GRACIOSA LTDA	26.333.262/0001-61	R$ 79.635,70

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Campina Grande do Sul, 05/08/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:0C66A6C1

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PG N° 59/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 59/2026
Processo nº 134/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 59/2026, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PRATELEIRAS CONFECCIONADAS EM CHAPA DE AÇO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS., em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
STEEL SOLUTION MOBILIARIO CORPORATIVO LTDA	20.489.785/0001-15	R$ 2.500,00

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Campina Grande do Sul, 05/08/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:50554158

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de borracharia, compreendendo mão de obra, aplicação de insumos, fornecimento de componentes correlatos e execução de intervenções preventivas e corretivas em pneus e sistemas acessórios da frota municipal, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura e, quando demandado, de demais unidades administrativas do Município de Campo do Tenente – PR. Data: 20/08/2026, às 9 h. O edital está disponível na página bllcompras.com e no site https://www.campodotenente.pr.gov.br/. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, à Av. Miguel Komarchewski, nº 900, Centro, Campo do Tenente/PR – Fone: (41) 3797-9477, e-mail licitacaoctpr@gmail.com.
Campo do Tenente, 05 de agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelli Tatiane de Medeiros Hoinaski
Código Identificador:9DF718B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas já montadas, compostas por gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, acondicionados e entregues em embalagem única, prontas para distribuição, destinadas ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Ação Social de Campo do Tenente. Data: 19/08/2026, às 9 h. O edital está disponível na página bllcompras.com

e no site https://www.campodotenente.pr.gov.br/. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, à Av. Miguel Komarchewski, nº 900, Centro, Campo do Tenente/PR – Fone: (41) 3797-9477, e-mail licitacaoctpr@gmail.com.
Campo do Tenente, 05 de agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelli Tatiane de Medeiros Hoinaski
Código Identificador:32A6D592

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, RODOVIÁRIO E INFRAESTRUTURA - PORTARIA Nº001/2026

DISTRIBUI AS COMPETÊNCIAS DENTRO DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, RODOVIÁRIO E INFRAESTRUTURA** do Município de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Regimento Interno do Departamento de Engenharia, aprovado pela Resolução-SMO n°001, de 04/08/2026, **RESOLVE**:
Art. 1º - Fica distribuída a responsabilidade técnica e funcional dentro do Departamento de Engenharia, conforme a estrutura organizacional prevista no art. 6° do Regimento Interno, da seguinte forma:

I – Setor Técnico de Agrimensura: Edvaldo Dias dos Santos (matrícula 10481);
II – Setor Técnico de Engenharia – Planejamento, projetos, orçamentos e licitações: João Pedro Nascimento Alves (matrícula 991141684).
III – Setor Técnico de Engenharia – Atendimento ao público, análise de projetos, alarás e licenças urbanísticas: Elcio Paulo Pinto (matrícula 10491).

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo do Tenente, 04 de agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

EVERSON JUNIOR DA SILVA DE ÁVILA
Secretário Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:2376F98E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, RODOVIÁRIO E INFRAESTRUTURA - RESOLUÇÃO Nº001/2026

DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE.

A Secretaria Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura do Município de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica aprovado o **REGIMENTO INTERNO** do Departamento de Engenharia do Município de Campo do Tenente - PR.

Art. 2º O Departamento de Engenharia tem a finalidade de promover o planejamento, a elaboração de projetos, a execução, a fiscalização, a manutenção e o assessoramento técnico em atividades de engenharia civil e agrimensura no âmbito do Poder Executivo Municipal, sendo necessariamente orientado pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 3º O Departamento de Engenharia é órgão técnico especializado, integrante da Secretaria Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura, vinculado diretamente ao Secretário Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura.

Art. 4º O Departamento de Engenharia é composto pelos servidores ocupantes dos cargos de Engenheiro Civil e Técnico em Agrimensura, integrantes do Quadro de Servidores Efetivos do Poder Executivo do Município de Campo do Tenente, conforme definido na Lei n° 1138/2023.

Art. 5º Ao Departamento de Engenharia é assegurada autonomia técnica no exercício de suas atribuições de planejamento, elaboração de projetos,
fiscalização e execução de obras e serviços de engenharia, observadas as diretrizes administrativas da Secretaria Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

Seção I
Da Estrutura Organizacional

Art. 6º O Departamento de Engenharia do Município é constituído da seguinte forma:

– Secretaria Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura, com função gestora, sob comando do Secretário Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura;
– Setor Técnico de Engenharia, composto pelos seguintes cargos e funções:
- Engenheiro Civil responsável pelo Planejamento, Projetos, Orçamentos e Licitações;
- Engenheiro Civil responsável pelo Atendimento ao Público, Análise de Projetos, Alvarás e Licenças Urbanísticas;
– Setor Técnico de Agrimensura, composto pelo seguinte cargo e função:
- Técnico em Agrimensura, responsável pelos levantamentos topográficos, georreferenciamento, cadastro técnico municipal e apoio técnico às atividades de engenharia e regularização fundiária.

Parágrafo único. A estrutura prevista neste artigo respeita o quantitativo de cargos previsto na Lei Municipal n° 1138/2023 e poderá ser complementada por
estagiários e servidores em lotação temporária, conforme necessidade e disponibilidade orçamentária.

Seção II
Das Competências Institucionais do Departamento

Art. 7º Compete ao Departamento de Engenharia, nos termos da Lei n° 838/2014 e da Lei n° 1138/2023:

– Elaborar projetos de engenharia;
– Prestar assessoramento técnico;
– Fiscalizar obras públicas;
– Promover análise técnica de projetos particulares;
– Executar levantamentos topográficos;
– Emitir pareceres técnicos;
– Acompanhar licitações e contratos de engenharia;
– Exercer outras atribuições correlatas.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS FUNCIONAIS

Seção I
Do Técnico em Agrimensura
Art. 8º Ao Técnico em Agrimensura compete:

– Executar levantamentos geodésicos e topo hidrográficos, por meio de levantamentos altimétricos e planimétricos;
– Implantar pontos de projeto no campo, locando obras de sistemas de transporte, obras civis, industriais, rurais e delimitando glebas;
– Planejar trabalhos em geomática;
– Analisar documentos e informações cartográficas, interpretando fotos terrestres, fotos aéreas, imagens orbitais, cartas, mapas, plantas, identificando acidentes geométricos e pontos de apoio para georreferenciamento e amarração, coletando dados geométricos;
– Efetuar cálculos e desenhos e elaborar documentos cartográficos, definindo escalas e cálculos cartográficos, efetuando aerotriangulação e restituindo fotografias aéreas;
– Auxiliar na execução e atualização de mapas, plantas e cadastros técnicos municipais;
– Prestar suporte técnico-cadastral aos demais setores da Administração Municipal;
– Colaborar na manutenção e atualização de sistemas de informação geográfica e georreferenciamento municipal;
– Subsidiar o Departamento de Engenharia e demais órgãos com dados e informações técnicas oriundas de levantamentos de campo;
– Executar outras funções correlatas, determinadas pelo Secretário Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura, compatíveis com o cargo;

Seção II
Do Engenheiro Civil responsável por Projetos, Planejamento, Orçamentos e Licitações

Art. 9º Ao Engenheiro Civil responsável pelo desenvolvimento de projetos, orçamentos, planejamento e licitações compete:

– Coordenar tecnicamente a elaboração e a execução de projetos de engenharia civil do Município, quando designado;
– Elaborar projetos, plantas, especificações técnicas, orçamentos, cronogramas técnico-financeiros e estudos de viabilidade de obras e empreendimentos públicos;
– Planejar, acompanhar, gerenciar e responsabilizar-se tecnicamente pela execução de obras e serviços de engenharia realizados pelo Município, quando designado;
– Fiscalizar obras e serviços executados diretamente pelo Município ou por empresas contratadas, atuando, quando designado, como fiscal de contratos e licitações;
– Controlar o padrão de qualidade das obras públicas, dos materiais, suprimentos e serviços executados;
– Participar de comissões de licitação, análise de editais, contratação e recebimento de obras e serviços de engenharia;
– Emitir pareceres, laudos, estudos, relatórios e demais manifestações técnicas relacionadas a obras públicas, infraestrutura, engenharia e licitações;
– Prestar consultoria e assessoramento técnico especializado ao Secretário Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura e às demais autoridades municipais;
– Colaborar na elaboração de planos, programas e projetos estratégicos da Secretaria Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura, propondo melhorias nos processos de planejamento, orçamentação, fiscalização e execução de obras públicas;
– Representar o Departamento de Engenharia em reuniões técnicas, comissões, grupos de trabalho e fóruns relacionados ao planejamento, desenvolvimento e execução de obras e projetos;
– Trabalhar em equipe multidisciplinar, em ambiente interno ou externo, inclusive em atividades de campo, vistorias e atendimentos técnicos, quando necessário;
– Executar outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo, bem como aquelas correlatas à gestão pública e determinadas pelo Secretário Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura.

Seção III
Do Engenheiro Civil responsável pelo Atendimento ao Público e Licenciamento Urbanístico

Art. 10º Ao Engenheiro Civil responsável pelo atendimento ao público, aprovação de alvarás e processos compete:

– Analisar processos de solicitações diversas, projetos arquitetônicos de loteamentos, desmembramentos e demais atos administrativos relacionados ao licenciamento urbanístico e às solicitações da população;
– Analisar, fazer a triagem e dar andamento em processos de aprovação de projetos, alvarás, certidões, licenças urbanísticas e Certificados de Vistoria de Conclusão de Obras (CVCO);
– Proceder às competentes vistorias técnicas e fiscalizar o cumprimento das normas urbanísticas, de edificações e de urbanismo;
– Atuar na aprovação, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia no âmbito do atendimento direto;
– Prestar atendimento técnico ao público, esclarecendo dúvidas e orientando acerca de projetos, obras, licenças e processos de engenharia;
– Emitir pareceres técnicos em processos de aprovação de projetos, alvarás, certidões e licenças urbanísticas;
– Prestar consultorias técnicas relacionadas às atividades do setor;
– Representar o Departamento de Engenharia em reuniões e atendimentos relacionados ao licenciamento e regularização de obras;
– Colaborar com a atualização de normas e procedimentos de aprovação de obras particulares;
– Trabalhar em equipe multidisciplinar, em escritórios ou em atividades externas e de campo, quando necessário para atendimento e vistorias;
– Executar outras tarefas compatíveis com a natureza do cargo e demais funções correlatas determinadas pelo Secretário Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura, observadas as normas da gestão pública.

CAPÍTULO IV
DAS PRERROGATIVAS E DOS DEVERES FUNCIONAIS

Seção I
Das Prerrogativas

Art. 11° São prerrogativas dos servidores do Departamento de Engenharia:

– Deter autonomia em suas posições técnico-profissionais, emitindo pareceres, relatórios e laudos com independência técnica, observados os limites legais e as diretrizes da Secretaria Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura;
– Ingressar e transitar livremente nos órgãos públicos municipais, canteiros de obras, terrenos e locais de interesse público para o exercício de suas funções;
– Requisitar dos agentes públicos competentes certidões, informações, plantas, projetos e diligências necessárias ao desempenho de suas atribuições, com preferência no atendimento;
– Examinar, em qualquer órgão público municipal, documentos, mapas e plantas em geral, assegurada a obtenção de cópias, salvo se estiverem protegidos por sigilo legal, para desenvolvimento das atividades do cargo;
– Receber auxílio e colaboração das autoridades administrativas e de seus agentes para o desempenho de suas funções, sempre que solicitar.
- Atuar com plenitude, no desempenho de suas funções técnicas, em campo ou em escritório;
- Utilizar os meios de comunicação e de locomoção municipal, no exercício do cumprimento de suas atribuições institucionais;
– Ter acesso prioritário a dados, sistemas e informações geográficas e técnicas mantidas pela Administração Municipal.

§ 1° Os servidores do Departamento de Engenharia atuam com liberdade funcional no exercício de suas atribuições técnicas, sendo vinculados ao Secretário Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura para efeitos administrativos.
§ 2° Nenhum processo, documento, mapa, planta ou informação a eles referente, será sonegado aos servidores do Departamento de Engenharia, quando no exercício das atribuições inerentes ao seu cargo, excetuados aqueles que, por
envolver assuntos de caráter sigiloso, obedeçam a tratamento especial em vista de regulamentação própria.

§ 3° Ao agente ou empregado público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação dos servidores do Departamento de Engenharia, no desempenho de suas atribuições institucionais, incidirão as penas pertinentes à responsabilidade administrativa, civil e criminal devidamente apuradas.

Seção II
Dos Deveres Gerais

Art. 12° Os servidores do Departamento de Engenharia deverão observar conduta funcional compatível com os princípios da Administração Pública, zelando pela qualidade técnica dos serviços prestados, pela ética profissional e pela dignidade do exercício de suas funções.

Art. 13° São deveres comuns do Técnico em Agrimensura e do Engenheiro Civil do Departamento de Engenharia:

– Manter, pública e particularmente, conduta ilibada e compatível com o exercício do cargo;
– Desempenhar com zelo, dedicação e presteza as suas funções e as que lhe forem atribuídas pelo Secretário Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura;
– Observar as formalidades legais e técnicas no desempenho de sua atuação funcional;
– Atender com urbanidade os munícipes, servidores e demais usuários dos serviços prestados pelo Departamento de Engenharia;
– Respeitar a ética profissional, na forma prevista no Código de Ética Profissional do CREA-PR;
– Guardar sigilo sobre o conteúdo de documentos ou informações obtidos em razão do cargo ou função e que, por força de lei, tenham caráter sigiloso;
– Declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei, quando ocorrer motivo que impeça o exercício imparcial de suas funções;
– Zelar pela conservação do patrimônio público, dos equipamentos, materiais e documentos sob sua guarda ou responsabilidade;
– Cumprir suas responsabilidades funcionais na repartição, órgão ou entidade da Administração, foro ou em qualquer tribunal;
– Representar ao superior hierárquico sobre irregularidades que afetem o desempenho de suas atribuições ou o interesse público;
– Levar ao conhecimento do Secretário Municipal de Obras, Rodoviário e infraestrutura quaisquer irregularidades de que tiver ciência no exercício de suas funções;
– Observar as normas legais e regulamentares, zelando pela lealdade às instituições públicas e pela boa aplicação dos recursos públicos;
– Manter conduta compatível com a moralidade administrativa e com os princípios da Administração Pública;
– Apresentar ao Secretário Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura relatório de suas atividades, quando solicitado, sugerindo providências para melhoria dos serviços do Setor de Engenharia.

Seção III
Dos Deveres Específicos

Art. 14° São deveres específicos do Técnico em Agrimensura, além dos deveres comuns previstos no art. 13:

– Executar com precisão e responsabilidade técnica os levantamentos topográficos, geodésicos e de georreferenciamento;
– Manter atualizados os registros e documentação técnica dos serviços de agrimensura realizados;
– Zelar pela correta utilização e conservação dos equipamentos topográficos e de geomática sob sua responsabilidade;

Art. 15° São deveres específicos do Engenheiro Civil, além dos deveres comuns previstos no art. 13:

– Assumir responsabilidade técnica pelos projetos, pareceres, laudos e fiscalizações sob sua assinatura, observadas as normas do CONFEA/CREA-PR;
– Zelar pela qualidade, segurança e conformidade técnica das obras, projetos e serviços de engenharia sob sua responsabilidade;
– Manter-se atualizado tecnicamente e cumprir as exigências de aperfeiçoamento profissional exigidas pelo CREA-PR;

CAPÍTULO V
DAS VEDAÇÕES, IMPEDIMENTOS E CONFLITOS DE INTERESSE

Seção I
Das Vedações

Art. 16° Aos servidores do Departamento de Engenharia é vedado, especialmente:

– Exercer atividade incompatível com o cargo ou em desacordo com as normas constitucionais e legais aplicáveis à acumulação de cargos e funções públicas;
– Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
– Utilizar pessoal ou recursos materiais públicos para fins particulares.
– Empregar, durante o expediente ou nos processos de sua alçada, expressões ou termos desrespeitosos às autoridades ou à Administração Pública;
– Referir-se de modo depreciativo a autoridade ou a atos da administração, em relatórios, pareceres ou documentos oficiais;
– Proceder de forma desidiosa ou atribuir a pessoa estranha à repartição ou ao órgão de sua lotação, tarefa ou encargo de sua responsabilidade institucional;
– Deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;
– Divulgar ou utilizar informações técnicas, projetos ou dados obtidos no exercício do cargo em benefício próprio ou de terceiros.

Seção II
Do Exercício de Atividade Privada

Art. 17° É permitido aos servidores do Departamento de Engenharia o exercício de atividade profissional privada (elaboração de projetos, consultoria, assessoria técnica ou atividade afins), desde que não configure conflito de interesses com as atribuições do cargo público, não utilize recursos ou informações da Administração Municipal e seja exercida fora do horário de trabalho, observadas as normas do CREA-PR.

Art. 18° Na elaboração de projetos particulares, os Engenheiros Civis não poderão assinar ou aprovar processos de licenciamento, alvarás ou certidões no âmbito do Município de Campo do Tenente quando forem autores, responsáveis técnicos ou tiverem interesse direto no projeto.

Seção III
Dos Impedimentos e da Suspeição

Art. 19° É vedado aos Técnicos em Agrimensura e aos Engenheiros Civis atuar, no âmbito do Departamento de Engenharia ou em procedimentos da Administração Municipal, em processos de aprovação, licenciamento, fiscalização, vistoria ou quaisquer outros procedimentos administrativos em que:

– Figurem como parte, interessado direto ou indireto, autor, responsável técnico, consultor particular, sócio ou possuam qualquer interesse pessoal no processo;
– Sejam cônjuge, companheiro (a), parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, do requerente ou de qualquer interessado no processo;
– Haja amizade íntima, inimizade capital ou outro motivo de foro íntimo capaz de comprometer a imparcialidade técnica;
– Incidam quaisquer outras hipóteses de impedimento ou suspeição previstas na legislação federal, estadual ou municipal aplicável.

Parágrafo único. Verificada qualquer das hipóteses previstas neste artigo, o servidor deverá comunicar imediatamente o fato ao Secretário Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura, abstendo-se de praticar qualquer ato, contato ou manifestação no respectivo processo ou procedimento administrativo.

Art. 20° O servidor do Departamento de Engenharia deverá declarar-se impedido ou suspeito quando ocorrer qualquer das hipóteses previstas no artigo
anterior, cientificando imediatamente o Secretário Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura, por meio de expediente formal, com exposição dos motivos.

Art. 21° Nos casos de impedimento ou suspeição, o processo será redistribuído a outro servidor do Departamento de Engenharia, garantindo-se a continuidade do atendimento com imparcialidade técnica.

CAPÍTULO VI
DA JORNADA E DO EXERCÍCIO FUNCIONAL

Seção I
Da Jornada de Trabalho

Art. 22° A carga horária de trabalho dos servidores do Departamento de Engenharia será de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, nos termos da Lei Municipal n° 1138/2023.

Art. 23° Os servidores do Setor de Engenharia estão sujeitos ao controle de ponto, ressalvadas as situações de trabalho externo ou de campo, nas quais deverá ser mantido registro das atividades realizadas mediante relatório técnico ou outro meio de comprovação definido pelo Secretário Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura.

Seção II
Do Controle de Frequência e das Atividades Externas

Art. 24° Os servidores do Departamento de Engenharia estão sujeitos ao controle de ponto, ressalvadas as situações de trabalho externo ou de campo, nas quais deverá ser mantido registro das atividades realizadas mediante relatório técnico ou outro meio de comprovação definido pelo Secretário Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25° O exercício do cargo de Engenheiro Civil está condicionado ao recolhimento da anuidade junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CREA-PR, bem como à manutenção do registro profissional ativo e regular.

Art. 26° Aplicam-se subsidiariamente aos Engenheiros Civis do Departamento de Engenharia as disposições da Lei Federal n° 5.194, de 24 de dezembro de 1966, bem como as normas expedidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CREA-PR.

Art. 27° O presente Regime Interno poderá ser suplementado por instruções normativas, portarias ou ordens de serviço da Secretaria Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura, sempre que necessário à sua melhor execução.

Art. 28° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo do Tenente, 04 de agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

EVERSON JUNIOR DA SILVA DE ÁVILA
Secretário Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:828F67BC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 653/2026

Nomeia ROSINEIA ARIATI, na forma que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista:

a) O Protocolo n.o 4129/2026;
b) Processo Seletivo Simplificado – PSS EDITAL 12/2025;
c) O contido na Lei Municipal n.º 947/2017 e no Decreto n.º 094/2024.

D E C R E T A

Art. 1º - **NOMEIA,** a partir de 10 de agosto de 2026, **ROSINEIA ARIATI,** portadora do RG e do CPF n.º 001.***.*99-33, para ocupar o cargo de Professor, de acordo com a Lei Municipal n.º 947/2017 e Decreto n.º 094/2024, com vaga na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SEMEC.

Art. 2º - A referida servidora cumprirá os períodos e exigências do contrato de trabalho em regime especial, constante no Decreto n.º 094/2024, anexo I.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/08/2026.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 04 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:166C8AAC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 654/2026

Concede Gratificação do art. 46 ao servidor ONEL ACOSTA TEJEDA, na forma em que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º - **Concede** Gratificação do art. 46 da Lei Complementar n.º 06/2012 no percentual de **23,97% (vinte e três vírgula noventa e sete por cento)**, ao servidor **ONEL ACOSTA TEJEDA,** matrícula n.º 3485, a partir de 01 de julho de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 01.07.2026.

Paço Municipal de Campo Magro, em 04 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:086EAADC

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO RESULTADO DE CONVOCAÇÃO N.º 098/2026
ASSISTENTE SOCIAL, PSICÓLOGO E FARMACÊUTICO
CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 05/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/00 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1 - Tornar público resultado da convocação do Edital n.º 098/2026, destinado para apresentação dos documentos referentes à habilitação do Edital CP n.º 05/2024 dos candidatos aprovados para os cargos de **ASSISTENTE SOCIAL, PSICÓLOGO E FARMACÊUTICO.**

2 - Ressaltar que os candidatos que **NÃO COMPARECERAM A CONVOCAÇÃO**, perderam o direito à investidura ao cargo.

Paço Municipal de Campo Magro, em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	SITUAÇÃO DOCUMENTAÇÃO	EXAME ADMISSIONAL
21	RITA EUGENIA MARTINS SANTIAGO	Ausente	Ausente

Cargo: PSICÓLOGO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	SITUAÇÃO DOCUMENTAÇÃO	EXAME ADMISSIONAL
21	HELITON SOARES DE LIMA	Em análise	Apto para Função
22	ANDREY SANTOS SOUZA	Ausente	Ausente
23	PAULA MANSUR FERREIRA DOS SANTOS	Solicitação de Final de Lista (e-mail)	Ausente

Cargo: FARMACÊUTICO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	SITUAÇÃO DOCUMENTAÇÃO	EXAME ADMISSIONAL
14	LARISSA DE OLIVEIRA PRADO	Ausente	Ausente
15	CLARA GABRIELLE ALVES DE SOUZA	Ausente	Ausente

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:7CCC7AD1

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO RESULTADO DE CONVOCAÇÃO N.º 099/2026
PROFESSOR CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 03/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/00 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1 - Tornar público resultado da convocação do Edital n.º 099/2026 destinado para apresentação dos documentos referentes à habilitação do Edital CP n.º 03/2024 dos candidatos aprovados para o cargo de **PROFESSOR.**

2 - Ressaltar que os candidatos que **NÃO COMPARECERAM A CONVOCAÇÃO**, perderam o direito à investidura ao cargo.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 31 de julho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: PROFESSOR

CLASSIFICAÇÃO	NOME	SITUAÇÃO DOCUMENTAÇÃO	EXAME ADMISSIONAL
26 (3 – Final de Lista)	DONATO FAGUNDES BATISTA FILHO	Em análise	Apto para Função

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:C9F91BE3

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO RESULTADO DE CONVOCAÇÃO N.º 100/2026
AUXILIAR DE EDUCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 02/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/00 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1 - Tornar público resultado da convocação do Edital n.º 100/2026 destinado para apresentação dos documentos referentes à habilitação do Edital CP n.º 02/2024 dos candidatos aprovados para o cargo de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO.**

2 - Ressaltar que os candidatos que **NÃO COMPARECERAM A CONVOCAÇÃO**, perderam o direito à investidura ao cargo.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 27 de julho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: AUXILIAR DE EDUCAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	SITUAÇÃO DOCUMENTAÇÃO	EXAME ADMISSIONAL
19	MELLANY ELOUISIE HASS DA SILVEIRA	Ausente	Ausente

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:3BEC9FD4

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO RESULTADO DE CONVOCAÇÃO N.º 106/2026
ASSISTENTE SOCIAL, PSICÓLOGO E FARMACÊUTICO
CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 05/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/00 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1 - Tornar público resultado da convocação do Edital n.º 106/2026, destinado para apresentação dos documentos referentes à habilitação do Edital CP n.º 05/2024 dos candidatos aprovados para os cargos de **ASSISTENTE SOCIAL, PSICÓLOGO E FARMACÊUTICO.**

2 - Ressaltar que os candidatos que **NÃO COMPARECERAM A CONVOCAÇÃO**, perderam o direito à investidura ao cargo.

Paço Municipal de Campo Magro, em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	SITUAÇÃO DOCUMENTAÇÃO	EXAME ADMISSIONAL
22	NATALIA TIEPOLO KOCHINSKI	Ausente	Ausente

Cargo: PSICÓLOGO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	SITUAÇÃO DOCUMENTAÇÃO	EXAME ADMISSIONAL
24	PATRICIA ALVES PINTO	Ausente	Ausente
25	MARILENE SANTANA NEVES	Ausente	Ausente

Cargo: FARMACÊUTICO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	SITUAÇÃO DOCUMENTAÇÃO	EXAME ADMISSIONAL
16	PAOLO HENRIQUE LOPES	Ausente	Ausente
17	MARIA AUGUSTA SCHRAMM DO NASCIMENTO	Ausente	Ausente

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:AF76A31A

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO RESULTADO FINAL DE CONVOCAÇÃO N.º 054/2026 GUARDA MUNICIPAL CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 04/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/00 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1 - Tornar público resultado final da convocação do Edital n.º 054/2026 destinado para apresentação dos documentos referentes à habilitação do Edital CP n.º 04/2024 dos candidatos aprovados para o cargo **GUARDA MUNICIPAL.**

2 - Ressaltar que os candidatos que **NÃO COMPARECERAM A CONVOCAÇÃO**, perderam o direito à investidura ao cargo.

3- Ressaltar que os candidatos que compareceram e apresentaram toda a documentação foram encaminhados para consulta laboral médica no dia 27/05/2026 e deverão se apresentar ao Departamento de Gestão de Pessoal no dia 09/07/2026, respectivamente, para obtenção do resultado final da documentação que se encontra em análise e início do processo de contratação.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: GUARDA MUNICIPAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOMEAÇÃO	SITUAÇÃO
13	FERNANDO DUTRA ESCALANTE	Decreto n.º 555/2026	Nomeado em 03.08.2026 Empossado em 03.08.2026
14	LEONARDO SANCHES BOBIESKI	-	Ausente à Convocação
16	WESLEY DANIEL DIAS	-	Ausente à Convocação
-	FERNANDO HENRIQUE RUSSI	Decreto n.º 556/2026	Nomeado em 03.08.2026 Empossado em 03.08.2026
17	ODAIR JOSE MOREIRA DE ARAUJO	Decreto n.º 557/2026	Nomeado em 03.08.2026 Empossado em 03.08.2026

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:BE5E40BA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO RESULTADO FINAL DE CONVOCAÇÃO N.º 065/2026 GUARDA MUNICIPAL CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 04/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/00 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1 - Tornar público resultado final da convocação do Edital n.º 065/2026 destinado para apresentação dos documentos referentes à habilitação do Edital CP n.º 04/2024 dos candidatos aprovados para o cargo **GUARDA MUNICIPAL.**

2 - Ressaltar que os candidatos que **NÃO COMPARECERAM A CONVOCAÇÃO**, perderam o direito à investidura ao cargo.

3- Ressaltar que os candidatos que compareceram e apresentaram toda a documentação foram encaminhados para consulta laboral médica no dia 11/06/2026 e deverão se apresentar ao Departamento de Gestão de Pessoal no dia 09/07/2026, respectivamente, para obtenção do resultado final da documentação que se encontra em análise e início do processo de contratação.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: GUARDA MUNICIPAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOMEAÇÃO	SITUAÇÃO
40	JOSEFA RAFAELA SILVA LIMA	Decreto n.º 558/2026	Nomeado em 03.08.2026 Empossado em 03.08.2026
18	FELIPE RODRIGUES DE OLIVEIRA	-	Ausente à Convocação

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:45CC643E

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO RESULTADO FINAL DE CONVOCAÇÃO N.º 071/2026 GUARDA MUNICIPAL CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 04/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/00 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1 - Tornar público resultado final da convocação do Edital n.º 071/2026 destinado para apresentação dos documentos referentes à habilitação do Edital CP n.º 04/2024 dos candidatos aprovados para o cargo **GUARDA MUNICIPAL.**

2 - Ressaltar que os candidatos que **NÃO COMPARECERAM A CONVOCAÇÃO**, perderam o direito à investidura ao cargo.

3- Ressaltar que os candidatos que compareceram e apresentaram toda a documentação foram encaminhados para consulta laboral médica no dia 19/06/2026 e deverão se apresentar ao Departamento de Gestão de Pessoal no dia 07/07/2026, respectivamente, para obtenção do resultado final da documentação que se encontra em análise e início do processo de contratação.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: GUARDA MUNICIPAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOMEAÇÃO	SITUAÇÃO
19	JHONATA DA SILVA ARAUJO GONCALVES	Decreto n.º 559/2026	Nomeado em 03.08.2026 Empossado em 03.08.2026

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:107713A3

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO RESULTADO FINAL DE CONVOCAÇÃO N.º 083/2026 GUARDA MUNICIPAL CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 04/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/00 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1 - Tornar público resultado final da convocação do Edital n.º 083/2026 destinado para apresentação dos documentos referentes à habilitação do Edital CP n.º 04/2024 dos candidatos aprovados para o cargo **GUARDA MUNICIPAL.**

2 - Ressaltar que os candidatos que **NÃO COMPARECERAM A CONVOCAÇÃO**, perderam o direito à investidura ao cargo.

3- Ressaltar que os candidatos que compareceram e apresentaram toda a documentação foram encaminhados para consulta laboral médica no dia 01/07/2026 e deverão se apresentar ao Departamento de Gestão de Pessoal no dia 09/07/2026, respectivamente, para obtenção do resultado final da documentação que se encontra em análise e início do processo de contratação.

Paço Municipal de Campo Magro, em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: GUARDA MUNICIPAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOMEAÇÃO	SITUAÇÃO
20	MARCELO CAMARGO DE SOUZA	Decreto n.º 560/2026	Nomeado em 03.08.2026 Empossado em 03.08.2026

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:B591B105

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO RESULTADO FINAL DE CONVOCAÇÃO N.º 099/2026 PROFESSOR CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 03/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/00 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1 - Tornar público resultado final da convocação do Edital n.º 099/2026 destinado para apresentação dos documentos referentes à habilitação do Edital CP n.º 03/2024 dos candidatos aprovados para o cargo **PROFESSOR.**

2 - Ressaltar que os candidatos que **NÃO COMPARECERAM A CONVOCAÇÃO**, perderam o direito à investidura ao cargo.

3- Ressaltar que os candidatos que compareceram e apresentaram toda a documentação foram encaminhados para consulta laboral médica no dia 29/07/2026 e deverão se apresentar ao Departamento de Gestão de Pessoal no dia 31/07/2026, respectivamente, para obtenção do resultado final da documentação que se encontra em análise e Admissão do processo de contratação.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: PROFESSOR

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOMEAÇÃO	SITUAÇÃO
26 (3 – Final de Lista)	DONATO FAGUNDES BATISTA FILHO	Decreto n.º 636/2026	Nomeado em 03/08/2026 Empossado em 03/08/2026 Entrada em Exercício em 03/08/2026

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:CC5E75FF

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO RESULTADO FINAL DE CONVOCAÇÃO N.º 100/2026 AUXILIAR DE EDUCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 02/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/00 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1 - Tornar público resultado final da convocação do Edital n.º 100/2026 destinado para apresentação dos documentos referentes à habilitação do Edital CP n.º 02/2024 dos candidatos aprovados para o cargo **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO.**

2 - Ressaltar que os candidatos que **NÃO COMPARECERAM A CONVOCAÇÃO**, perderam o direito à investidura ao cargo.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 27 de julho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: AUXILIAR DE EDUCAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOMEAÇÃO	SITUAÇÃO
19	MELLANY ELOUISIE HASS DA SILVEIRA	-	Ausente à Convocação

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:2AA6D2C5

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO RESULTADO FINAL DE CONVOCAÇÃO N.º 101/2026 PROFESSOR - EDUCAÇÃO BÁSICA – 20 HORAS PSS/SEMEC - EDITAL N.º 012/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base na Lei Municipal nº 947/2017, regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 094/2024, alterado pelo Decreto n.º 433/2025, e na autorização exarada no Parecer Jurídico nº 179/2025, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1 - Tornar público resultado final da convocação do Edital n.º 101/2026, destinado para apresentação dos documentos referentes à habilitação do Edital PSS/SEMEC n.º 012/2025 dos candidatos aprovados para o cargo de **PROFESSOR - EDUCAÇÃO BÁSICA – 20 HORAS.**

2 - Ressaltar que os candidatos que **NÃO COMPARECERAM A CONVOCAÇÃO**, perderam o direito à investidura ao cargo.
3- Ressaltar que os candidatos que compareceram e apresentaram toda a documentação foram encaminhados para consulta laboral médica nos dias 09/04 e 06/07/2026 e deverão se apresentar ao Departamento de Gestão de Pessoal no dia 28/07/2026, respectivamente, para obtenção do resultado final da documentação que se encontra em análise e Admissão do processo de contratação.

Paço Municipal de Campo Magro,em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: PROFESSOR - EDUCAÇÃO BÁSICA – 20 HORAS

EDITAL N.º 037/2026			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**NOMEAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
81	Nivea Laura Pontes de Souza	Decreto n.º 624/2026	Admissão em 03/08/2026
84	Renata Bianchi Cazarote	-	Ausente à Convocação

EDITAL N.º 085/2026			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**NOMEAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
85	Viviane de Cássia Gobi	Decreto n.º 629/2026	Admissão em 03/08/2026
86	Suellem Santiago Silvestrini Fidêncio	Decreto n.º 625/2026	Admissão em 03/08/2026
88	Tatiane Aparecida Drula de Gois	Decreto n.º 626/2026	Admissão em 03/08/2026
90	Christiany Herrero Serrano	Decreto n.º 621/2026	Admissão em 03/08/2026
91	Virginia dos Santos Lisboa da Silva Lucindo	Decreto n.º 628/2026	Admissão em 03/08/2026
93	Cintia Marques da Luz	Decreto n.º 622/2026	Admissão em 03/08/2026
94	Thaynna Nunes Cordeiro	Decreto n.º 627/2026	Admissão em 03/08/2026
95	Celia Regina Guimarães	Decreto n.º 620/2026	Admissão em 03/08/2026
97	Jocileia Krelling	Decreto n.º 623/2026	Admissão em 03/08/2026

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:3A479B30

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO RESULTADO FINAL DE CONVOCAÇÃO N.º 102/2026 MÉDICO PLANTONISTA PSS/SESAU - EDITAL N.º 076/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base na Lei Municipal nº 947/2017, regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 094/2024, alterado pelo Decreto n.º 433/2025, e na autorização exarada no Parecer Jurídico nº 570/2025, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1 - Tornar público resultado final da convocação do Edital n.º 102/2026, destinado para apresentação dos documentos referentes à habilitação do Edital PSS/SESAU n.º 076/2025 dos candidatos aprovados para o cargo de **MÉDICO PLANTONISTA.**

2 - Ressaltar que os candidatos que **NÃO COMPARECERAM A CONVOCAÇÃO**, perderam o direito à investidura ao cargo.
3- Ressaltar que os candidatos que compareceram e apresentaram toda a documentação foram encaminhados para consulta laboral médica no dia 08/05/2026 e deverão se apresentar ao Departamento de Gestão de Pessoal no dia 27/07/2026, respectivamente, para obtenção do resultado final da documentação que se encontra em análise e início do processo de contratação.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 27 de julho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: MÉDICO PLANTONISTA

EDITAL N.º 045/2026			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**NOMEAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
50	Carolina Rodrigues dos Santos	-	Ausente à Convocação

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:B10BE99A

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO RESULTADO FINAL DE CONVOCAÇÃO N.º 103/2026 MÉDICO DA FAMÍLIA PSS/SESAU - EDITAL N.º 038/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base na Lei Municipal nº 947/2017, regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 094/2024, alterado pelo Decreto n.º 433/2025, e na autorização exarada no Parecer Jurídico nº 179/2025, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1 - Tornar público resultado final da convocação do Edital n.º 103/2026, destinado para apresentação dos documentos referentes à habilitação do Edital PSS/SESAU n.º 038/2025 dos candidatos aprovados para o cargo de **MÉDICO DA FAMÍLIA.**

2 - Ressaltar que os candidatos que **NÃO COMPARECERAM A CONVOCAÇÃO**, perderam o direito à investidura ao cargo.

3- Ressaltar que os candidatos que compareceram e apresentaram toda a documentação foram encaminhados para consulta laboral médica nos dias 07 e 23/07/2026 e deverão se apresentar ao Departamento de Gestão de Pessoal no dia 27/07/2026, respectivamente, para obtenção do resultado final da documentação que se encontra em análise e início do processo de contratação.

Paço Municipal de Campo Magro, em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: MÉDICO DA FAMÍLIA

EDITAL N.º 087/2026			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**NOMEAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
24	GIOVANA KELLEN SOUZA MALDONADO	Decreto n.º 618/2026	Nomeada em 03/08/2026

EDITAL N.º 097/2026			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**NOMEAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
28	VINICIUS SOLAK TEIXEIRA	Decreto n.º 619/2026	Nomeado em 03/08/2026

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:00CB9CE7

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO RESULTADO FINAL DE CONVOCAÇÃO N.º 104/2026 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL PSS/SEMEC - EDITAL N.º 013/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base na Lei Municipal nº 947/2017, regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 094/2024, alterado pelo Decreto n.º 433/2025, e na autorização exarada no Parecer Jurídico nº 179/2025, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1 - Tornar público resultado final da convocação do Edital n.º 104/2026, destinado para apresentação dos documentos referentes à habilitação do Edital PSS/SEMEC n.º 013/2025 dos candidatos

aprovados para o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.**

2 - Ressaltar que os candidatos que **NÃO COMPARECERAM A CONVOCAÇÃO**, perderam o direito à investidura ao cargo.

3- Ressaltar que os candidatos que compareceram e apresentaram toda a documentação foram encaminhados para consulta laboral médica no dia 19/06/2026 e deverão se apresentar ao Departamento de Gestão de Pessoal no dia 28/07/2026, respectivamente, para obtenção do resultado final da documentação que se encontra em análise e início do processo de contratação.

Paço Municipal de Campo Magro, em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – EDUCAÇÃO INFANTIL (40 HORAS)

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA ANTECIPAÇÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E PSICOLÓGICA N.º 073/2026			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**NOMEAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
109	MILENA DE FÁTIMA ZANARDINE CASAGRANDE	Decreto n.º 630/2026	Nomeada em 03/08/2026

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:D28DABEF

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO RESULTADO FINAL DE CONVOCAÇÃO N.º 105/2026 MÉDICO PLANTONISTA PSS/SESAU - EDITAL N.º 076/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base na Lei Municipal nº 947/2017, regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 094/2024, alterado pelo Decreto n.º 433/2025, e na autorização exarada no Parecer Jurídico nº 570/2025, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1 - Tornar público resultado final da convocação do Edital n.º 105/2026, destinado para apresentação dos documentos referentes à habilitação do Edital PSS/SESAU n.º 076/2025 dos candidatos aprovados para o cargo de **MÉDICO PLANTONISTA.**

2 - Ressaltar que os candidatos que **NÃO COMPARECERAM A CONVOCAÇÃO**, perderam o direito à investidura ao cargo.

3- Ressaltar que os candidatos que compareceram e apresentaram toda a documentação foram encaminhados para consulta laboral médica no dia 08/05/2026 e deverão se apresentar ao Departamento de Gestão de Pessoal no dia 31/07/2026, respectivamente, para obtenção do resultado final da documentação que se encontra em análise e início do processo de contratação.

Paço Municipal de Campo Magro, em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: MÉDICO PLANTONISTA

EDITAL N.º 045/2026			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**NOMEAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
51	Rodrigo Mori Reimann	Decreto n.º 635/2026	Nomeado em 01/08/2026

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:22925146

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO RESULTADO FINAL DE CONVOCAÇÃO N.º 106/2026 ASSISTENTE SOCIAL, PSICÓLOGO E FARMACÊUTICO CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 05/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/00 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1 - Tornar público resultado final da convocação do Edital n.º 106/2026, destinado para apresentação dos documentos referentes à habilitação do Edital CP n.º 05/2024 dos candidatos aprovados para os cargos de **ASSISTENTE SOCIAL, PSICÓLOGO E FARMACÊUTICO.**

2 - Ressaltar que os candidatos que **NÃO COMPARECERAM A CONVOCAÇÃO**, perderam o direito à investidura ao cargo.

Paço Municipal de Campo Magro, em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOMEAÇÃO	SITUAÇÃO
22	NATALIA TIEPOLO KOCHINSKI	-	Ausente à Convocação

Cargo: PSICÓLOGO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOMEAÇÃO	SITUAÇÃO
24	PATRICIA ALVES PINTO	-	Ausente à Convocação
25	MARILENE SANTANA NEVES	-	Ausente à Convocação

Cargo: FARMACÊUTICO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOMEAÇÃO	SITUAÇÃO
16	PAOLO HENRIQUE LOPES	-	Ausente à Convocação
17	MARIA AUGUSTA SCHRAMM DO NASCIMENTO	-	Ausente à Convocação

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:11276F88

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 408/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Convocar o servidor **ANTONIO CARLOS DE ARAÚJO,** brasileiro, inscrito no CPF nº 810.xxx.xxx-34, ocupante do cargo efetivo de **MOTORISTA II,** matrícula: 644-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, para retornar ao trabalho no dia **04/08/2026**, o mesmo tinha o período de férias agendado para **03/08/2026 a 12/08/2026**, ficando **9 dias** pendentes para usufruir posteriormente na data de **23/11/2026 a 01/12/2026**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 04 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:2A0E2653

GABINETE DO PREFEITO
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito do Município de Candói, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e cumprindo os princípios da legalidade, da publicidade e da transparência, e com base na Constituição Federal e Art. 48, § 1º, INCISO I, da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000, faz saber à população em geral e a quem possa interessar, que realizará **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para apresentação e discussão da **Proposta da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2027**, nos seguintes termos:

Data: 24 de agosto de 2026;
Horário: às 10:00H;
Local: Câmara Municipal de Candói, situada a Av. Alfredo Antonio Budel nº 1067 – Bairro Pioneiros - Candói-Pr.

Candói, 04 de agosto de 2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:8500D520

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E PEDREIRA SANTIAGO LTDA.

TERMO ADITIVO
PROCESSO Nº 1.079/2026

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E PEDREIRA SANTIAGO LTDA.

O MUNICÍPIO DE CANDÓI, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Candói/PR, inscrito no CPF sob o nº. 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R149708 SESP/SC, e a pessoa jurídica de direito privado denominada CONTRATANTE, PEDREIRA SANTIAGO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 77.744.134/0001-41, com sede na Rua 13 de Maio, n° s/n, Barracão, Bairro São Miguel, 85.560-000, Chopinzinho-PR, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado pelo Sr. MOISÉS DE GASPERIN, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF n° 518.634.809-00, com residência e domicilio na Rua 14 de dezembro, n° 4682, Bairro Centro, CEP: 85.560-000, Chopinzinho-PR, endereço eletrônico compraspedreirasantiago@gmail.com, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

Prorrogação do prazo de execução contrato nº 028/2025 da Concorrência Eletrônico nº 014/2024, Processo Licitatório n° 2.955/2024, que trata da Pavimentação de estrada rural em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 42.848,60 m², na estrada de acesso à comunidade Santa Clara, trecho entre rodovia PR-560 e a ponte sobre o rio Caracu, compreendendo: serviços preliminares; terraplenagem; base e sub-base; revestimento; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; e ensaios de controle tecnológico (lote 1).

CLÁUSULA SEGUNDA
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 111 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA MOTIVAÇÃO
Consta nos autos do processo administrativo nº 1.079/2026 a justificativa do setor técnico de que durante a execução dos serviços, após avaliações técnicas em campo, foram identificadas condições físicas e hidráulicas distintas daquelas previstas no projeto original, especialmente relacionadas à drenagem transversal e longitudinal da via. Tais condições não eram passíveis de identificação plena na fase de projeto, sendo constatadas somente após o início das escavações e intervenções, impondo a necessidade de adequações quantitativas e inclusão de serviços, sendo necessária a prorrogação do prazo de execução.

CLÁUSULA QUARTA
DOS PRAZOS

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato nº 028/2025 por mais **270 (duzentos e setenta) dias**, a contar da data do término.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato e em seus termos aditivos anteriores, que não conflitarem com as disposições deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA
PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Município (http://www.diariomunicipal.com.br/amp).

E por assim estarem de pleno acordo, assinam digitalmente o presente termo aditivo, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo.

Datado e Assinado digitalmente pelas partes contratantes e dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:4FE8F6C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 297/2026 DATA: 05-08-2026

SÚMULA: Exonera a pedido a servidora que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a servidora **Suelen Cristina Zoroteo Pereira**, RG-CPF. nº 072.***.***-90, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, Referência 57, da Tabela de Vencimento I, desta Municipalidade

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques – PR, 05 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Junior Bertramelli
Código Identificador:3322B900

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 298/2026 DATA: 05-08-2026

SÚMULA: Exonera a pedido, a ocupante de emprego público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a ocupante de emprego público de Professor - PSS, abaixo relacionada:

Matrícula	Nome	RG-CPF. nº	Emprego Público
124567/1	Joice Cristiane Delvoss Lucietto	087.***.***-40	Professor - PSS

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 05 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Junior Bertramelli
Código Identificador:ED33D771

GABINETE PREFEITO
DECRETO N º 299/2026 DATA: 05-08-2026

SÚMULA: Exonera o servidor que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerado o servidor **Luiz Antonio Nogueira Fernandes**, RG-CPF n.º 101.***.***-30, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Saúde e Agendamento Geral, símbolo CC-02, desta Municipalidade.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques – PR, 05 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Junior Bertramelli
Código Identificador:F8516B7A

GABINETE PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 039, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Altera dispositivo da Lei Complementar nº 004, de 27 de dezembro de 2018, que institui o Plano Diretor Municipal de Capitão Leônidas Marques, para atualizar a composição do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

MAXWELL SCAPINI, Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques – Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, sanciona a seguinte
L E I

Art. 1º O art. 56 da Lei Complementar nº 004, de 27 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 56. A composição do Conselho de Desenvolvimento Municipal será paritária, sendo 50% (cinquenta por cento) dos seus representantes dentre aqueles responsáveis pela implementação do Plano Diretor e pela execução das medidas propostas pelo Poder Público e 50% (cinquenta por cento) dentre representantes da sociedade civil organizada, totalizando 18 (dezoito) membros, assim distribuídos:
I – 9 (nove) representantes titulares e seus respectivos suplentes do Poder Público, distribuídos da seguinte forma:
a) 1 (um) titular e 1 (um) suplente representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano;
b) 1 (um) titular e 1 (um) suplente representantes da Secretaria Municipal de Administração;
c) 1 (um) titular e 1 (um) suplente representantes da Secretaria Municipal de Fazenda;
d) 1 (um) titular e 1 (um) suplente representantes da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Esportes;
e) 1 (um) titular e 1 (um) suplente representantes da Secretaria Municipal de Saúde;
f) 1 (um) titular e 1 (um) suplente representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
g) 1 (um) titular e 1 (um) suplente representantes da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos;
h) 1 (um) titular e 1 (um) suplente representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
i) 1 (um) titular e 1 (um) suplente representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Renda.
II – 9 (nove) representantes titulares e seus respectivos suplentes da sociedade civil, distribuídos da seguinte forma:
a) 1 (um) titular e 1 (um) suplente representantes de órgãos estaduais estabelecidos no Município;
b) 1 (um) titular e 1 (um) suplente representantes da SANEPAR;
c) 1 (um) titular e 1 (um) suplente representantes dos Movimentos Sociais Populares;
d) 1 (um) titular e 1 (um) suplente representantes das associações vinculadas à área de assistência social;
e) 1 (um) titular e 1 (um) suplente representantes do Sindicato Rural;
f) 1 (um) titular e 1 (um) suplente representantes empresariais do mercado imobiliário;
g) 1 (um) titular e 1 (um) suplente representantes empresariais do comércio, da prestação de serviços e da indústria;
h) 1 (um) titular e 1 (um) suplente representantes das entidades profissionais de classe;
i) 1 (um) titular e 1 (um) suplente representantes das instituições acadêmicas."
Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições da Lei Complementar nº 004, de 27 de dezembro de 2018.
Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
Capitão Leônidas Marques, em 05 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:830DC3E4

GABINETE PREFEITO
LEI N° 2.856, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES E A ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE AGRICULTORES DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES.

MAXWELL SCAPINI, Prefeito municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Cessão de Uso com a **ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE AGRICULTORES DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**, inscrita no CNPJ sob nº **08.955.493/0001-25**, tendo por objeto a cessão de uso dos seguintes bens móveis:

I – 01 (uma) ENXADA ROTATIVA ENCANTEIRADORA, com caixa de adubo acoplada, marca VIVA AGRONEGÓCIOS, ano de fabricação 2026;

II – 01 (um) TRATOR AGRÍCOLA, marca YANMAR, modelo SOLIS90/MSTC4WD, potência de 90 HP, tração 4x4, cor vermelha, ano de fabricação 2026, chassi nº BYYDN1708536MS.

Art. 2º A cessão dos equipamentos tem como objetivo o fortalecimento e a melhoria das atividades agrícolas desenvolvidas pelos associados da Associação Central de Agricultores de Capitão Leônidas Marques, promovendo o desenvolvimento rural no Município.

§ 1º O prazo da cessão será de 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura do Termo de Cessão de Uso, podendo ser prorrogado mediante interesse das partes e conforme previsão no respectivo termo.

§ 2º A cessão poderá ser revogada a qualquer tempo pelo Município, por razões de interesse público devidamente justificadas.

Art. 3º A Associação beneficiada receberá os bens a título gratuito, ficando responsável por sua guarda, conservação, manutenção e correto uso, comprometendo-se a zelar pelo patrimônio público, sob pena de responder civil, administrativa e penalmente por eventuais danos causados.

Art. 4º A formalização da cessão de uso será realizada por meio de Termo de Cessão de Uso, no qual constarão as obrigações, responsabilidades e demais condições ajustadas entre as partes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, em 05 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:95C4C79E

GABINETE PREFEITO
LEI Nº 2.855, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Altera e acrescenta dispositivos à Lei Municipal nº 2.718, de 25 de março de 2024, que dispõe sobre a realização de Teste Seletivo Simplificado para a contratação emergencial por excepcional interesse público de professores para atender o Município e dá outras providências.

MAXWELL SCAPINI, PREFEITO MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

L E I

Art. 1º Ficam acrescidos os § 1º, § 2º e § 3º ao art. 12 da Lei Municipal nº 2.718, de 25 de março de 2024, com a seguinte redação:

"Art. 12. Os direitos e vantagens concedidos aos Servidores Públicos de provimento efetivo ou em comissão garantidos com exclusividade apenas na Legislação Municipal não se aplicam aos contratados por meio desta Lei em razão da precariedade do cargo.

§ 1º Excetua-se do disposto neste artigo o direito ao auxílio deslocamento, estabelecido no art. 137 da Lei Municipal nº 1.784, de 23 de março de 2012, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Capitão Leônidas Marques.

§ 2º O profissional contratado nos termos desta Lei somente fará jus ao auxílio deslocamento quando necessitar se deslocar da sede do Município para uma circunscrição rural dentro dos limites do Município, ou vice-versa, para desempenhar suas atividades por determinação da Administração.

§ 3º O auxílio deslocamento será concedido somente ao profissional que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção."

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, em 05 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:0797D795

GABINETE PREFEITO
LEI Nº 2.857, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO LOTE URBANO Nº 27-A DA QUADRA Nº 40, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

MAXWELL SCAPINI, Prefeito municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica criado o **Lote Urbano nº 27-A da Quadra nº 40**, situado no perímetro urbano do Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, com área de **525,00 m² (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados)**, com os seguintes limites e confrontações:

NORTE: confronta por uma linha seca e reta, numa distância de **15,00 metros**, com o Lote nº 28 da mesma quadra;

SUL: confronta por uma linha seca e reta, numa distância de **15,00 metros**, com a Rua Tapuí;

LESTE: confronta por uma linha seca e reta, numa distância de **35,00 metros**, com o Lote nº 29 da mesma quadra;

OESTE: confronta por uma linha seca e reta, numa distância de **35,00 metros**, com o Lote nº 25 da mesma quadra.

Art. 2º Caberá ao Poder Executivo Municipal promover a atualização do Cadastro Imobiliário Municipal e adotar as providências administrativas necessárias à regularização do imóvel, ficando as despesas relativas à abertura da matrícula e demais atos registrais perante o Cartório de Registro de Imóveis competente por conta da proprietária ou possuidora do imóvel.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, em 05 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:DF25EA20

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
ATA CREDENCIAMENTO 010/2026

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTAS

Às oito horas e trinta minutos do dia cinco do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026,** com redação dada pelo **Decreto nº 244 de 02.07.2026**, para procederem a abertura e julgamento dos envelopes contendo a proposta e documentação referentes ao ***Credenciamento 010/2026 de 21.07.2026,*** destinado ao credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de torno e solda no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, conforme especificações do Termo de Referência, bem

como os critérios para credenciamento. Foram registrados, conforme protocolos em anexo ao processo, o interesse das seguintes empresas em se credenciar: ***JF TORNO E SOLDA LTDA,*** inscrita no CNPJ sob nº 46.951.500/0001-00; ***ALCIR BORGES DOS SANTOS – ABS – CARROCERIAS,*** inscrita no CNPJ sob nº 18.630.666/0001-99; e ***TORNEARIA DIRCEU LTDA,*** inscrita no CNPJ sob nº 45.581.608/0001-95; que manifestaram interesse em todos os itens. Não houve a presença de representantes para acompanhar o julgamento, porém, as empresas, ao se apresentarem para este processo de credenciamento, declaram ter conhecimento e sujeitarem-se às condições nele estabelecidas. Os membros da Comissão deram prosseguimento ao processo com a abertura dos envelopes. Em todos os procedimentos, foram verificadas as regularidades às vistas das exigências deste edital, nos termos do item 3 (habilitação jurídica, regularidade fiscal, econômico-financeira). Foram analisados também os documentos complementares, compreendendo declarações e as solicitações de credenciamentos e as cartas propostas. As empresas acima relacionadas, foram habilitadas atendendo a todos os requisitos do edital. Não houve quaisquer tipos de questionamentos, quanto aos procedimentos adotados no processo. A Comissão deliberou credenciar as empresas acima mencionadas para a execução do objeto em consideração. Fica aqui registrado que as empresas declaram ciência de que o serviço a ser prestado será remunerado de acordo com os valores constantes do Termo de Referência, cuja aceitação já foi expressa por meio da Declaração do Anexo III, e que também estão cientes de todas as condições da prestação dos serviços. Após transcorridos todos os procedimentos, o resultado será publicado no Diário Oficial do Município. Poderão ser apresentados recursos no prazo de 03 (três) dias a contar da data da publicação do Diário Oficial do Município, sendo este protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques-Pr, ou no e-mail licitacaorecursos@clm.pr.gov.br e dirigido à Comissão de Licitação. Vencido os prazos e inexistindo recurso ou após devidamente julgados, a documentação será encaminhada ao Departamento de Compras para autorização de abertura do Processo de Inexigibilidade de Licitação. Após o deferimento do credenciamento, os interessados serão comunicados via correio eletrônico para assinatura do Contrato, o qual estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do Edital e da proposta a que se vinculam, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da notificação/convocação, sob pena de decadência desse direito. Este julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação será encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal, cabendo-lhe o direito de revogar a presente licitação, por justas razões de conveniência e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, mediante parecer devidamente fundamentado, como consta no Termo de Referência deste edital. O presente Edital continua em validade de 12 (doze) meses contados a partir da data da primeira publicação. Ultrapassada a data e horário de hoje, onde realizou-se um julgamento, os demais interessados poderão solicitar credenciamento, durante a vigência do edital, obedecidas às exigências estabelecidas no mesmo, todavia, a contratação dependerá da disponibilidade de serviços objeto deste processo, necessidade e conveniência da administração. Os atos administrativos que dizem respeito a este Credenciamento Público, serão sempre interpretados visando assegurar o aproveitamento da licitação, devendo ser anulados somente aqueles que não sejam passíveis de saneamento, à luz o Regulamento de licitações e contratos, aproveitando-se todos os demais atos antecedentes, prosseguindo-se com o processo até o seu termo final. Nada mais havendo e no aguardo dos prazos encerra-se a presente sessão.
De acordo,

NATALI APARECIDA PAGEL DA SILVEIRA
Agente de Contratação

JAQUELINE ROHR GROHALSKI GOMES
Membro

HENRIQUE XAVIER DE SOUZA
Membro

LARISSA GABRIELI DA SILVA
Membro

KAUANY DAMIÃO GOMES
Membro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:936A5CB8

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
INEX. 119/2026 - EXTRATO CTO 340/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 119/2026.

Processo Adm. Nº 218/2026.
Solicitação Nº 254/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento nos artigos 72, inc.VI, 74 inc. I, ambos da Lei n. º 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385, de 11.12.2023, no valor de R$ 2.315,94 (dois mil, trezentos e quinze reais e noventa e quatro centavos), a favor da empresa ***COPEL DISTRIBUIÇAO S/A***, Rua José Izidoro Biazetto, nº 158, Bloco "C", Bairro Campo Comprido, município de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.368.898/0001-06, para execução de obra no sistema de distribuição de energia elétrica, com ampliação de rede para baixa tensão, afim de atender a população com a instalação de iluminação pública na Rua Pinheiro no município de Capitão Leônidas Marques-Pr, conforme Protocolo nº 01.20264880348186, da Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 340/2026

Ref.:
INEXIGIBILIDADE Nº 119/2026.
Processo Adm. Nº 218/2026.
Solicitação Nº 254/2026.

***Fundamentação*:** Artigos 72, inc.VI, e 74, inc. I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385, de 11 de dezembro de 2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI,* em pleno exercício de seu mandato e funções.

CONTRATADA: COPEL DISTRIBUIÇAO S/A, Rua José Izidoro Biazetto, nº 158, Bloco "C", Bairro Campo Comprido, município de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.368.898/0001-06.

OBJETO: Execução de obra no sistema de distribuição de energia elétrica, com ampliação de rede para baixa tensão, afim de atender a população com a instalação de iluminação pública na Rua Pinheiro no município de Capitão Leônidas Marques-Pr, conforme Protocolo nº 01.20264880348186, da Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

VALOR TOTAL: R$ 2.315,94 (dois mil, trezentos e quinze reais e noventa e quatro centavos).

PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias da emissão da fatura/cobrança, ***acompanhada das CND do FGTS, Federal (Unificada), Municipal e Trabalhista devidamente válidas***.
** O faturamento deverá ser emitido para MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, pessoa jurídica de direito público, com sede a Avenida Iguaçu nº 502 - Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 76.208.834/0001-59.*

PRAZO: O prazo para conclusão é de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de pagamento, pela CONTRATANTE.

VIGÊNCIA*:* Até 12 (doze) meses a partir da data deste Termo.

Gestão e Fiscalização:
Gestor: Valdir Giachini – Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos.
Fiscal: Carlo Giuseppe Lucietto – Engenheiro Civil.

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:
*** 475 – 13.001.15.452.1010.2207.3.3.90.39.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 05 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:F033683C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INEX. 120/2026 - EXTRATO CTO 341/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 120/2026.

PROCEDIMENTO DE "CARONA" – Processo Administrativo nº 219/2026.

***Fundamentação*:** Art.72, inc. VI, 74, inc. I, e art. 86, § 2º, todos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023.

Declaro inexigível a licitação, no valor de R$ 92.560,00 (noventa e dois mil quinhentos e sessenta reais), a favor da empresa ***TALKANDWRITE INFORMÁTICA LTDA*** sita à Rua José Carlos Daux, SC 401, n.º 600, salas 104/105/106, Centro Empresarial de Tecnologia- ALFAMA- Bairro Saco Grande, Florianópolis, SC, inscrita no CNPJ sob nº 07.723.099/0001-07, para a aquisição de 02 (duas) Salas Digitais Interativas Multimídia, contemplando o fornecimento dos equipamentos, instalação, configuração, treinamento e demais serviços necessários, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº 03/2026 decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº05/2025/CONDESCOM. A aquisição tem por objetivo modernizar os ambientes de aprendizagem da Escola Municipal Leonel Brizola, unidade que oferta atendimento em período integral, e, visa ampliar a utilização de recursos tecnológicos nas práticas pedagógicas, proporcionando melhores condições de ensino e aprendizagem aos estudantes e professores, conforme solicitação nº 246/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

Publique-se.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 341/2026.

Ref.:
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 120/2026.
Processo Adm. Nº 219/2026.

***Fundamentação*:** Art.72, inc. VI, 74, inc. I, e art. 86, § 2º, todos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385, de 11 de dezembro de 2023.

PROCEDIMENTO DE "CARONA" - Ata de Registro de Preços nº 03/2026 decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº05/2025/CONDESCOM.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: TALKANDWRITE INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: O presente Termo tem como objeto a aquisição de 02 (duas) Salas Digitais Interativas Multimídia, contemplando o fornecimento dos equipamentos, instalação, configuração, treinamento e demais serviços necessários, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº 03/2026 decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº05/2025/CONDESCOM. A aquisição tem por objetivo modernizar os ambientes de aprendizagem da Escola Municipal Leonel Brizola, unidade que oferta atendimento em período integral, e, visa ampliar a utilização de recursos tecnológicos nas práticas pedagógicas, proporcionando melhores condições de ensino e aprendizagem aos estudantes e professores, conforme solicitação nº 246/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR: R$ 92.560,00 (noventa e dois mil quinhentos e sessenta reais).

DOTAÇÃO: 261 – 06.011.12.361.1018.2141.4.4.90.52.00 – 1080;

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato com base no Capítulo V da Lei n° 14.133/2021.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:26EF93D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 325/2026, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Estabelece a Política para a Educação das Relações Étnico Raciais - ERER e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas nas instituições de ensino da Rede Municipal do município de Capitão Leônidas Marques - PR

O Secretário Municipal de Educação do município de Capitão Leônidas Marques – Paraná, Senhor Luiz Carlos Ledur, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 003/2025, de 02 de janeiro de 2025 e:
CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal de 1988, especialmente os princípios da igualdade, da dignidade da pessoa humana e da não discriminação;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com as alterações promovidas pelas Leis Federais nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008;
CONSIDERANDO a Portaria nº 470/2024 do Ministério da Educação – institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ);
CONSIDERANDO as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer ações institucionais voltadas à promoção da equidade racial, à prevenção e ao enfrentamento do racismo e à implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais na Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída a Política Municipal para a Educação das Relações Étnico- Raciais - ERER e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas em todos estabelecimentos da Rede Municipal de Ensino de Capitão Leônidas Marques - PR.

Art. 2º - A Política Municipal para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas devem permear os Projetos Político-Pedagógicos, o planejamento, a prática e a avaliação educacional. O objetivo é fortalecer as identidades étnico-raciais, promover o respeito mútuo e edificar uma sociedade democrática.

Art. 3º - As unidades escolares deverão observar e implementar as diretrizes, procedimentos e ações previstos por esta Portaria, em consonância com a legislação educacional vigente e com as orientações da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º - As instituições de ensino deverão inserir ações permanentes de ERER em seus Projetos Político-Pedagógicos, assegurar o desenvolvimento contínuo de atividades voltadas à educação antirracista e promover periodicamente campanhas educativas e de diálogo com a comunidade escolar.

Art. 5º - Qualquer servidor educacional que tome conhecimento de possível caso de racismo ou injúria racial deverá comunicar imediatamente à equipe diretiva escolar.

Art. 6º - É vedado mitigar ou mascarar o caráter racial de qualquer ocorrência ao classificá-la de forma genérica como “brincadeira” ou “desentendimento”.

Art. 7º- A Secretaria Municipal de Educação assegurará um programa permanente de formação continuada para gestores, professores e equipe de apoio das instituições de ensino, abordando o racismo estrutural e institucional, os procedimentos legais aplicáveis, a mediação de conflitos racializados e a efetiva implementação curricular da ERER.

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Educação em parceria do Conselho Municipal de Educação, incentivará atividades periódicas de exposição, avaliação e
divulgação dos êxitos e dificuldades do ensino e aprendizagens de História e Cultura
Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas e da Educação das Relações Étnico-
Raciais.

Art. 9º - O descumprimento desta Portaria sujeitará os responsáveis às sanções administrativas cabíveis.

Art. 10 - A Secretaria Municipal deve assegurar a implantação desse Portaria acompanhando e avaliando seus resultados.

Art. 11 – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, 05 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS LEDUR
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Jaqueline Rohr Grohalski Gomes
Código Identificador:0BAF4C2C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
ATO Nº 02/2026

A T O Nº. 002/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a designação de membro de Comissão permanente.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 36 do Regimento Interno baixa o seguinte:

A T O n° 02/2026
Art. 1º C**onsiderando** o requerimento datado em 04/08/2026, referente ao pedido de afastamento da Vereadora **Simone Rossi Salles Ciofi** ao cargo de Presidente da Comissão Permanente de Educação, Saúde e Assistência Social.
Art. 2º Considerando as disposições do **Artigo 36** do **RI**, o Presidente acata o presente pedido, designando o Vereador **Natal da Conceição Domingues** para integrar a **Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social** no cargo de Presidente da Comissão Permanente.
Art. 3º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Em, 05 de agosto de 2026

ELTON HERNANDES TRINDADE
Presidente

PUBLIQUE E REGISTRE-SE
NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL/2026

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:3F5AAA04

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
PORTARIA Nº 015/2026

PORTARIA Nº 015 /2026

O Presidente da Câmara Municipal de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Dispõe sobre composição da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Carlópolis, Estado do Paraná de acordo com os artigos 1, 2, 45. 47 da Resolução nº 01 de 09 de junho de 2026.

Art. 2º Fica composta a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da seguinte forma de acordo com art. 34, do Regimento Interno :

Presidente: Bruno Ribeiro Alves
Relator: Luciano Rodrigues de Oliveira
Membro: Emanuel dos Santos Liuti

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Carlópolis, 05 de agosto de 2026.

ELTON HERNANDES TRINDADE
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:2D41DF18

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO N° 08/2026– CMI

SÚMULA – Dispõe sobre a renovação da inscrição da Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI Sociedade São Vicente de Paulo no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Carlópolis – PR.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI do Município de Carlópolis– PR, fundamentado na Lei Federal nº 10.741 de 01 de outubro de 2003 e Decreto Municipal n° 1.889/2008 alterado pela Lei n° 1.051/2011, e

na legislação municipal vigente que institui o Conselho Municipal do Idoso e o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

Considerando a reunião extraordinária do Conselho Municipal do Idoso - CMI realizada no dia 04 de agosto de 2026 as 09:00hrs.

Considerando a competência do Conselho Municipal do Idoso para proceder à inscrição, acompanhamento e fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas – ILPIs;

Considerando que as Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas devem manter equipe técnica compatível com os serviços prestados, observando as normativas vigentes, dentre elas a RDC nº 502/2021 da ANVISA e demais legislações aplicáveis;

CONSIDERANDO que, durante a análise da documentação apresentada pela entidade, foi constatada a ausência temporária de profissional de Serviço Social na equipe técnica, em razão do desligamento da profissional anteriormente vinculada à instituição, situação que demanda adequação mediante nova contratação;

CONSIDERANDO que a Instituição informou a este Conselho que está adotando as providências necessárias para recomposição da equipe técnica, inclusive mediante apoio regional temporário e contratação de profissional habilitado;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços prestados aos idosos acolhidos, sem prejuízo do acompanhamento e fiscalização por este Conselho;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar, com ressalva, a renovação da inscrição da Sociedade São Vicente de Paulo de Carlópolis – Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas – ILPI, inscrita no CNPJ nº 75.443.481/0001-09, junto ao Conselho Municipal do Idoso – CMI.

Art. 2º A instituição deverá promover a recomposição de sua equipe técnica, mediante contratação de profissional de Serviço Social, observando as normativas vigentes, no prazo máximo de **06 (seis) meses**, contados da reunião extraordinária realizada em 04 de agosto de 2026.

Art. 3º A comprovação da regularização deverá ser apresentada ao Conselho Municipal do Idoso – CMI dentro do prazo estabelecido, para fins de acompanhamento e manutenção da inscrição.

Art. 4º Decorrido o prazo previsto no artigo anterior sem a comprovação da regularização da equipe técnica, o Conselho Municipal do Idoso promoverá nova análise da situação da entidade, assegurando-lhe o direito de apresentar justificativas e documentação pertinente, deliberando posteriormente sobre a manutenção da inscrição ou adoção das providências cabíveis, nos termos da legislação vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
.

Carlópolis-PR, dia 04 de agosto de 2026.

IAN CARLOS PADILHA DOS SANTOS
Presidente do CMI

Publicado por:
Katia Keiko Shimizo de O. Fernandes
Código Identificador:51A040C4

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 284/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026 PROCESSO INTERNO Nº 110/2026

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**CDMAK SISTEMAS DE IMPRESSAO LTDA, CNPJ 23.869.792/0001-30**
Objeto:	Contratação de empresa para locação de impressoras, incluindo instalação, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, visando atender às necessidades da Administração Pública Municipal
Vigência do Contrato:	05/08/2026 à 05/08/2027
Valor Contratual:	**R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**

Dotação Orçamentária
24.007.04.126.0331.2.466.3.3.90.39.00.00. - 504 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.122.0501.2.442.3.3.90.39.00.00. - 103 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.361.0501.6.440.3.3.90.39.00.00. - 104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.361.0501.6.440.3.3.90.39.00.00. - 106 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.365.0501.6.438.3.3.90.39.00.00. - 102 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.365.0501.6.439.3.3.90.39.00.00. - 104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 05 de agosto de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretária Municipal de Administração e Comunicação
Contratante
CDMAK SISTEMAS DE IMPRESSAO LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:47BCC2B5

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 285/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026 PROCESSO INTERNO Nº 110/2026

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**LETS GO CARLÓPOLIS INFORMÁTICA LTDA, CNPJ 50.924.403/0001-03**
Objeto:	Contratação de empresa para locação de impressoras, incluindo instalação, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, visando atender às necessidades da Administração Pública Municipal
Vigência do Contrato:	05/08/2026 à 05/08/2027
Valor Contratual:	**R$ 76.800,00 (setenta e seis mil e oitocentos reais)**

Dotação Orçamentária
24.007.04.126.0331.2.466.3.3.90.39.00.00. - 504 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.122.0501.2.442.3.3.90.39.00.00. - 103 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.361.0501.6.440.3.3.90.39.00.00. - 104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.361.0501.6.440.3.3.90.39.00.00. - 106 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.365.0501.6.438.3.3.90.39.00.00. - 102 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.365.0501.6.439.3.3.90.39.00.00. - 104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 05 de agosto de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretária Municipal de Administração e Comunicação
Contratante
LETS GO CARLÓPOLIS INFORMÁTICA LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:4AA6FB9F

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 283/2026

CONTRATANTE: Município de Carlópolis, Estado do Paraná, com sede à Rua Benedito Salles, inscrito no CNPJ nº 76.965.789/0001-87, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Nilton Douglas de Meira, portador da Cédula de Identidade RG nº --------- SSP/PR e do

CPF/MF nº ---------- e CONTRATADA: PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA – CNPJ 82.570.342/0001-01.

OBJETO: Pavimentação de Estrada Rural em CBUQ, 67.057,98 m², com execução de serviços de: serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de obra.

VALOR: R$ 11.698.000,00 (onze milhões, seiscentos e noventa e oito mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 330 dias.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 660 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 05 de agosto de 2026.

FORO: Comarca de Carlópolis, Estado do Paraná.

Carlópolis, 04 de agosto de 2026.

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:D929DAE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
RESULTADO DA ANÁLISE DOCUMENTAL, CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E ABERTURA DE PRAZO RECURSAL

A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Carlópolis, por meio da Comissão de Avaliação da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB Ciclo 2, instituída pela Portaria Nº 1.152 de 30 de junho de 2026. torna público o resultado da análise da documentação apresentada pelos proponentes contemplados no Edital nº 01/2026 – PNAB – Ciclo 2 –Fomento

I – PROPONENTES HABILITADOS

Os proponentes abaixo relacionados foram considerados habilitados e ficam convocados para assinatura do Termo de Execução Cultural, a ser realizada no período de 10/08/2026 a 14/08/2026, das 8:00h às 16:00h, na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

MÚSICA – CANTOR SOLO/DUPLA
Andreoney Marques Pereira
Dionival Jose da Rosa
Edison de Lima
Fernanda Januário de Oliveira
Giseli Aparecida de Almeida Silva
Milena Barbosa Zurdo de Oliveira
Sidney Juvencio
MÚSICA - BANDA
Humberto Sérgio de Mattos
MÚSICA INSTRUMENTAL
Luiz Fernando Rizzo
DANÇA – BALÉ CLÁSSICO
Lenin Rafaela da Silva Batista
DANÇA-ZUMBA
Bruna Aparecida Alves Filho
Carla Cristina Camargo
Diego Francisco Batista
TEATRO-APRESENTAÇÃO TEATRAL
Luciana Estevam Barone
LITERATURA – EDIÇÃO E PRODUÇÃO EDITORIAL
Juramir Silva Ribeiro
OFICINAS CULTURAIS
Eryck Diegho Salles e Silva
Wagner Aparecido Bento

II – PROPONENTE INABILITADO

Após a análise documental, foi considerado inabilitado o seguinte proponente, por não apresentar a documentação exigida pelo edital dentro do prazo estabelecido:

MÚSICA – CANTOR SOLO/DUPLA
Jose Brasilio de Freitas
Nos termos do Edital nº 01/2026, - PNAB-Ciclo 2 – Fomento, fica aberto o prazo de 03 (três) dias uteis para interposição de recurso administrativo contra o resultado da habilitação documental, contado da data de publicação deste ato.

Decorrido o prazo recursal, não havendo recurso, ou após o julgamento dos recursos eventualmente apresentados e mantida a inabilitação, será convocado o proponente constante no cadastro de reserva, observada rigorosamente a ordem de classificação e as disposições previstas no edital.

Carlópolis, 05 de Agosto de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretário Municipal de Turismo e Cultura

Publicado por:
Nilton José Teles
Código Identificador:46EB9FE6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2026

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS E A EMPRESA ELETROCAF COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2026 – CONCORRÊNCIA Nº 2/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. dos Pioneiros, nº 500, em Catanduvas/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.208.842/0001-03, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Ademar Luiz Burckhardt, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 91xxx-3 e inscrito no CPF/MF nº 065.xxx.xxx-01 residente e domiciliado neste Município e;

CONTRATADA: ELETROCAF COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua João Marques de Oliveira, Nº 237, sala 03, bairro Morumbi, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 10.906.818/0001-21, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Emerson José Cardoso, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 6.xxx.769-x e do CPF nº 032.xxx.xxx-05, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente termo aditivo de acréscimo de valor sem alteração do prazo de execução.

CLÁUSULA SEGUNDA – ACRÉSCIMO DE VALOR
Fica alterado o contrato em epígrafe devido a acréscimos de serviços, conforme parecer técnico da engenharia, com fundamento no art. 125 da Lei nº 14.133/21.

Em consequência da alteração, será acrescido o valor de R$ R$ 8.611,00 (oito mil seiscentos e onze reais), passando o valor total de R$ 34.444,00 (trinta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais) para R$ 43.055,00 (quarenta e três mil e cinquenta e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo.

Catanduvas – PR, 05 de agosto de 2026.

Município de Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

Eletrocaf Comércio de Materiais Elétricos LTDA
EMERSON JOSÉ CARDOSO
Representante Legal
CPF 032.XXX.XXX-05

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:0B580316

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CONTRATO Nº 129/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 30/2026.

PEDIDO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS N° 129/2026
Processo de Licitação: 30/2026 – Modalidade: Inexigibilidade
Através do presente solicitamos a empresa **abaixo descrita** que forneça os itens abaixo discriminados:
Empresa: **ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO ECAD**
CNPJ: 00.474.973/0001-62
Endereço: Rua do Catete, Nº 359, Bairro Catete, CEP 22.220-001, Rio de Janeiro – RJ.

ITEM	descrição	UNID	QTD	VALOR UNIT
1	**PAGAMENTO DAS TAXAS DE DIREITOS AUTORAIS DECORRENTES DA EXECUÇÃO PÚBLICA DE OBRAS MUSICAIS DURANTE A 2ª EXPOCATANDUVAS, REALIZADA PELO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – PR.** SENDO: Guilherme & Benuto, Banda San Marino, Grupo Marcação, Grupo Sorriso Lindo e Grupo Os Querencianos, além das apresentações de bandas locais.	Unid	1	23.523,49

Prazo: Até 14 de agosto de 2026.

Catanduvas - PR, 04 de Agosto de 2026

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:97E158DE

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE REAJUSTE DE PREÇO REGISTRADO - ITEM 109 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191-2025

TERMO DE REAJUSTE DE PREÇO REGISTRADO

Pregão 52/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, ABRANDENDO PROCEDIMENTOS CLÍNICOS, DISPENSAÇÃO DIRETA Á POPULAÇÃO E DEMAIS AÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.
Diante dos documentos apresentados pela empresa detentora do Registro de Preços da Ata de Registro de Preços Nº 191/2025, tendo o setor de assessoria jurídica, exarado parecer favorável, mediante comprovação de alteração de custo, fica reajustado o preço dos produtos descritos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO CATMAT	CÓDIGO BR	PREÇO VIGENTE DESTA DATA EM DIANTE
109	ENALAPRIL MALEATO, DOSAGEM: 20MG	BR0267652	R$ 0,0532

Catanduvas - PR, 05 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:043DBFC7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 83/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N. 52/2026. EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ME/EPP/MEI

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 83/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N. 52/2026.
EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ME/EPP/MEI

O MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: Aquisição de Itens de Investimento GND4 (Eletrodomésticos), a serem repassados para a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, através de Emenda Parlamentar nº 202181000789 e Programação nº 410510220210002 SIGTV.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:45 horas do dia 18/08/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:45 horas do dia 18/08/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 18/08/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM**
MODO DE DISPUTA: Aberto
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 8.856,96 (Oito Mil, Oitocentos e Cinqüenta e Seis Reais e Noventa e Seis Centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br/.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Centenário do Sul (www.centenariodosul.pr.gov.br); **no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Centenário do Sul, situado à Praça Padre Aurélio Basso, 378, Centro E/OU** no **Portal Bll** (https://www.bll.org.br/).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente ao Setor de Licitações e Contratos, situada na Praça Padre Aurélio Basso, 378 – Centenário do Sul-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (43) 3675-8000.

Centenário do Sul/Pr, 05 de agosto de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:9F81115C

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 84/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N. 53/2026. AMPLA CONCORRÊNCIA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 84/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N. 53/2026.
AMPLA CONCORRÊNCIA

O MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMINHONETE CABINE SIMPLES 4X4 DESTINADO AO FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE CENTENÁRIO DO SUL..

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:45 horas do dia 20/08/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:45 horas do dia 20/08/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 20/08/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM**
MODO DE DISPUTA: Aberto
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 243.019,93 (Duzentos e Quarenta e Três Mil e Dezenove Reais e Noventa e Três Centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br/.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Centenário do Sul (www.centenariodosul.pr.gov.br); **no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Centenário do Sul, situado à Praça Padre Aurélio Basso, 378, Centro E/OU** no **Portal Bll** (https://www.bll.org.br/).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente ao Setor de Licitações e Contratos, situada na Praça Padre Aurélio Basso, 378 – Centenário do Sul-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (43) 3675-8000.
Centenário do Sul/Pr, 03 de Agosto de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:00AC026B

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 85/2026 PREGÃO ELETRÔNICO RP N. 54/2026. AMPLA CONCORRÊNCIA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 85/2026
PREGÃO ELETRÔNICO RP N. 54/2026.
AMPLA CONCORRÊNCIA

O MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE - REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS ÀS PESSOAS EM VULNERABILIADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL - PR, Ata de Registro de Preços.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:45 horas do dia 21/08/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:45 às 09:00 horas do dia 21/08/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 21/08/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR LOTE**
MODO DE DISPUTA: Aberto
VALORESTIMADOPARAA LICITAÇÃO:R$ 162.347,60 (Cento e Sessenta e Dois Mil, Trezentos e Quarenta e Sete Reais e Sessenta Centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://bllcompras.com.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de CENTENÁRIO DO SUL (www.centenariodosul.pr.gov.br); **no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de CENTENÁRIO DO SUL, situado à Praça Padre Aurélio Basso, 378, Centro E/OU** no **Portal ComprasBR** (http://bllcompras.com).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente ao Setor de Licitações, situada na Praça Padre Aurélio Basso, 378 – CENTENÁRIO DO SUL-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (43) 3675-8000.
CENTENÁRIO DO SUL/Pr, 05 de agosto de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:85C1B9FE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 205/2026

DECRETO Nº 205/2026

SÚMULA: Designações dos(as) servidores(as) para prestarem Jornada Suplementar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1º - Designar os(as) servidores(as) abaixo nomeados(as) para prestarem Jornada Suplementar, a partir das datas abaixo discriminadas:

NOME	CARGA HORÁRIA	DATA DE ÍNICIO
GISLAINE CRISTINA DA SILVA	20 HORAS POR SEMANA	01/06/2026
MARCIA APARECIDA BEDIN VITORINO	20 HORAS POR SEMANA	01/06/2026
MICHELLI BATISTA DE SOUZA	20 HORAS POR SEMANA	01/08/2026
TAYSE BORGES GOMES	10 HORAS POR SEMANA	01/08/2026

Artigo 2º - Revogadas neste ato as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul/PR, 05 de Agosto de 2026

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:E4A2C48F

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 206/2026

DECRETO Nº 206/2026

SÚMULA: Exoneração do(a) servidor(a): ADEMIR RODRIGUES DE LIMA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado(a) em razão de falecimento, a partir do dia 04 de Agosto de 2026, o(a) servidor(a) **ADEMIR RODRIGUES DE LIMA**, ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS**.

Artigo 2º - Revogadas neste ato as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul/PR, 05 de Agosto de 2026

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:5636280E

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 207/2026

DECRETO Nº 207/2026

SÚMULA: Exoneração do(a) servidor(a): ANTONIO AFONSO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado(a) em razão de falecimento, o(a) servidor(a) **ANTONIO AFONSO**, ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS**.

Artigo 2º - Este decreto produzirá efeitos retroativos ao dia 01 de Agosto de 2026.

Artigo 2º - Revogadas neste ato as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul/PR, 05 de Agosto de 2026

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:113FBAAD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2026

Homologo a presente licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2026**, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **LOCAÇÃO DE VEÍCULO, SEM CONDUTOR, SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL**, incluindo as manutenções preventivas, corretivas, quando necessário, para apoio às suas atividades técnico/administrativas em atendimento a Câmara Municipal Cerro Azul/PR., conforme quantidade e especificações constantes no edital e seus anexos do certame.

Em favor da empresa:

BON VOYAGE LTDA, inscrita no CNPJ nº **52.540.232/0001-36**, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **LOCAÇÃO DE VEÍCULO, SEM CONDUTOR, SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL**, apresentou a melhor proposta, no valor global de **R$ 62.400,00 (sessenta e dois e quatrocentos reais)**.

Câmara Municipal de Cerro Azul, em 05 de agosto de 2026.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Jocenir de Barros Stepenowsky
Código Identificador:C4CAF5F8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 708/2026

PORTARIA N.º 708/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art.1º – Dar vacância ao cargo, da Servidora Pública Municipal **LUIZ RODRIGUES DOURADO**, CPF n.° 562.XXX.XXX-00, do cargo de ASSISTENTE DE ALUNOS/INSPETOR - a partir de 30/07/2026, por motivo de Óbito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 04 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:7A0A2528

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 709/2026

PORTARIA N.º 709/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art.1º – Exonerar a pedido a Servidora Pública Municipal **ENI PATRICIA BATISTA DE SOUZA,** portadora do CPF n.º 028.XXX.XXX-52, do cargo de PROFESSORA 20h , a partir de 03/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 04 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:E4F365A7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 710/2026

PORTARIA N.º 710/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 249/2026, Processo Licitatório: Concorrência Eletrônica n.º 013/2026, com objeto de Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de ampliação do Ginásio de Esportes Santa Tereza, localizado na Rua do Bico de Lacre, 30 - Arruda - Colombo/PR, compreendendo a execução de 1.168,61 m² de área de intervenção a reparar e execução de 156,00 m² de área de intervenção a construir, compreendendo serviços preliminares, fundações, estrutura, alvenarias, cobertura, revestimentos, esquadrias, instalações elétricas, instalações hidráulicas, reparos nos ambientes existentes da edificação e sistema de prevenção contra incêndio e pânico e demais serviços complementares contemplados e incluídos em planilha e projetos, conforme segue:

Gestor do Contrato:
Cristiano Aurélio Furlan, matrícula funcional n.º 19.335.

Fiscal Administrativo:
Breno Luis Strapasson, matrícula funcional n.º 17.938;

Fiscal Técnico:
Wellington Tscheppen, matrícula funcional n.º 17.469;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 04 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:416FD6A0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 711/2026

PORTARIA N.º 711/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, da ATA n.º 250/2026, Processo Licitatório: PREGÃO ELETRÔNICO n.º 023/2026, com objeto de Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, de confecção, instalação, manutenção e limpeza de **calhas**, rufos e condutores, destinados às edificações públicas do Município de Colombo/Pr, conforme segue:

Gestor do Contrato:
Gilmar de Oliveira Santini, matrícula funcional n.º 19.767.

Fiscal de Contrato (Social):
Alisson Ortega, matrícula funcional n.º 16.112;

Fiscal de Contrato (Educação):
Cesar Junior Castro Espindola, matrícula funcional n.º 15.152;

Fiscal Técnico:
Rodrigo Pinheiro, matrícula funcional n.º 16.313

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 05 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:968917C7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 712/2026

PORTARIA N.º 712/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 332/2022, Processo Licitatório: Dispensa de Licitação n.° 083/2022, com objeto de Locação do Imóvel situado a Rua do Juazeiro, 77 – Parque Embu – Colombo/PR, com área de 436 m², para utilização do CMEI Balão Mágico da Secretaria Municipal de Educação do Município de Colombo/PR., conforme segue:

Gestor de Contrato:
Anderson Rogerio Bonatto, portador do RG: 13.xxx.xxx-0 e CPF: 35x.xxx.xx8-03.

Fiscal de Contrato:
Marcelo Vidolin, portador do RG: 5.xxx.xxx-6 e CPF: 01x.xxx.xxx-47

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 05 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:10EA8FC0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 713/2026

PORTARIA N.º 713/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 284/2025, Processo Licitatório: Inexigibilidade de Licitação n.º 049/2025, com objeto de do presente instrumento é a Locação do imóvel situado na Rua Pedro Pavin, n° 409, Centro - Colombo/PR – CEP: 83.414-210, com área de 365m², destinado às instalações da **Unidade de Acolhimento Institucional Ester, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social**, conforme segue:

Gestor de Contrato:
Daniel Biscaia**,** matrícula 17830.

Fiscal de Contrato:
Julian Rangel, matrícula n.º 17799.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 05 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:1A3D70EE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 714/2026

PORTARIA N.º 714/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º – Autoriza o Departamento de Contabilidade a promover o empenho do Valor de R$ 1.512,72 (um mil, quinhentos e doze reais e setenta e dois centavos), utilizados para o atendimento das despesas de viagem do Senhor Prefeito Helder Luiz Lazarotto, tais como prevista pela Lei Municipal n.° 1.456/2017, na cidade de Foz do Iguaçu, nos dias 11 e 12 de agosto de 2026, para tratar dos Convênios em andamento no Município de Colombo na Itaípu Binacional em Foz Iguaçu - PR**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 05 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:A9634DA0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 715/2026

PORTARIA N.º 715/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 251/2026, Processo Licitatório: Concorrência Eletrônica n.º 011/2026, com objeto de Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de **Construção da Escola de Gestão Pública**, localizado na Rua Antônio Chemin, 28, São Gabriel, Colombo-PR, compreendendo a execução área de intervenção de 1.019,67 m² de loteamento sendo 355,95 m² de área de intervenção a construir, compreendendo serviços preliminares, infraestrutura, superestrutura, pavimentação, calçamentos, alvenaria, fechamentos, pinturas, revestimentos, hidráulica, elétrica, esquadrias, cobertura, acessibilidade e demais serviços complementares contemplados e incluídos na planilha orçamentária e nos projetos constantes em anexo, conforme segue:

Gestor de Contrato:
Leandro Maschio, Matrícula nº: 6247, Telefone para contato: (41) 3656-8188 – E-mail: administracao@colombo.pr.gov.br.

Fiscal Técnico:
Luiz Fernando de Queiroz Valle - CREA 26106 – Matrícula 15144 - Telefone para contato: (41) 999164297. E-mail: lfqvalle@gmail.com.

Fiscal de Contrato:
Denise Ferreira Bastos, Matrícula 15802- Telefone para contato: (41) 3656-8167 – administracao@colombo.pr.gov.br.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 05 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:E94487D5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 716/2026

PORTARIA N.º 716/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e Considerando o art. 5° da Lei n° 1.487, de 20 de dezembro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os servidores abaixo relacionados, sem prejuízos de suas funções, para comporem a **Conselho Diretor do Fundo Municipal de Trânsito,** o qual deve ser composto por 04 membros, sendo 02 membros da Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública e 02 membros da Secretaria Municipal de Fazenda, conforme segue:

Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública

Oneias Ribeiro de Souza, matrícula n.° 15096;
Vera Lucia Prudente Lima Woss, matrícula 19473.

Secretaria Municipal da Fazenda

Alessandra da Silva, matrícula 7071;
Daniele Denise Manika, matrícula 9334.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 05 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:F7B45E0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N.º 249/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 013/2026

Processo: 7171/2026
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Contratada: GR CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n.º 34.996.840/0001-78
Fiscalização: A fiscalização do presente contrato será de responsabilidade dos seguintes servido-res: **Gestor de Contrato:** Sr Cristiano Aurélio Furlan, matrícula funcional n.º 19.335 - **Fiscal Técnico:** Sr Wellington Tscheppen, matrícula funcional n.º 17.469 - **Fiscal Administrativo:** Sr Breno Luis Strapasson, matrícula funcional n.º 17.938
Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de **ampliação do Gi-násio de Esportes Santa Tereza**, localizado na Rua do Bico de Lacre, 30 - Arruda - Colombo - PR, compreendendo a execução de 1.168,61 m² de área de intervenção a reparar e execução de 156,00 m² de área de intervenção a construir, compreendendo serviços preliminares, funda-ções, estrutura, alvenarias, cobertura, revesti-mentos, esquadrias, instalações elétricas, instala-ções hidráulicas, reparos nos ambientes existen-tes da edificação e sistema de prevenção contra incêndio e pânico e demais serviços complemen-tares contemplados e incluídos em planilha orça-mentária e projetos.
Valor: O valor da contratação é de R$ 778.911,13 (setecentos e setenta e oito mil, novecentos e onze reais e treze centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de Execução: os serviços de-verão ser executados em até 270 (duzentos e se-tenta) dias contados da data de publicação do ex-trato do contrato no Portal Nacional de Contrata-ções Públicas ou no Diário Oficial, nos termos do art. 105 da Lei n.º 14.133, de 2021. **O prazo de Vigência do contrato será de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos** contados da data de publicação do extrato do contrato no Portal Naci-onal de Contratações Públicas ou no Diário Ofici-al, nos termos do art. 105 da Lei n.º 14.133, de 2021. O **prazo para início das obras será no máximo de 10 (dez) dias úteis** a contar da or-dem do serviço.
Local e data da emissão: Colombo, 03 de agosto de 2026
Assinatura: Rodrigo Marcel Coradin

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:F78208EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 250/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

Processo: 1223/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas secretarias
Contratada: SA SOLUÇÃO AMBIENTAL LTDA, CNPJ n.° 09.165.932/0001-69
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos servidores: **Gestor da Ata:** Gilmar de Oliveira Santini – matrícula n.º 19.767 - **Fiscal Técnico:** Rodrigo Pinheiro – matrícula n.º 16.313 - **Fiscal de Contrato (Educação):** Cesar Junior Castro Espindola - matrícula funcional n.º 15.152 – **Fiscal de Contrato (Social):** Alisson Ortega – matrícula funcional n.º 16.112
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, de confecção, instalação, manutenção e limpeza de **calhas,** rufos e condutores, destinados às edificações públicas do Município de Colombo/Pr.
Valor: O valor total da contratação é de R$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo inicial de vigência da ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 04 de agosto de 2026
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:E037F418

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 048/2026.

Processo:	28801/2026 - Inexigibilidade Nº 048//2026
Partes:	*Município de Colombo/PR,* **MARIA CLARA BUSATO.** **CNPJ: 222.605.019-15.**
Objeto:	Locação de Imóvel, situado à Rua XV de novembro, nº 118, 2º andar, Centro Colombo/PR, destinado às instalações da controladoria Geral do Município.
Valor:	O valor máximo da Inexigibilidade será de R$ 19.200,00 (Dezenove mil e duzentos reais).
Embasamento Legal:	Artigo 74, V - Lei Nº 14.133/2021
Data:	05/08/2026.

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:F142DBF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO 054/2026 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS

Aviso de Licitação
Edital – Pregão Eletrônico Nº 054/2026
Objeto: Aquisição de equipamentos, eletrodomésticos, mobiliários e materiais diversos.
Recebimento das Propostas: das 09:00 HORAS do dia 10 de agosto de 2026 até às 08:00 HORAS do dia 24 de agosto de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 HORAS do dia 24 de agosto de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor preço “por ITEM”.
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelo fone: (041) 3656–8102 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.
Colombo, 04 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandre Amaral de Mello
Código Identificador:6EFE964F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS E ORAIS

HOMOLOGAÇÃO

A Secretária Municipal de Saúde do Município de Colombo/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas.
RESOLVE:

HOMOLOGAR o procedimento licitatório dirigido pelo Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria nº 104/2025, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025,** cujo objeto trata-se da Contratação de empresa especializada, por meio do sistema de registro de preços, para aquisição de Medicamentos injetáveis e orais para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo.
EMPRESA VENCEDORA:
INOVAMED HOSPITALAR LTDA,
ITEM: 51
VALOR TOTAL: R$ 6.810,00 (seis mil e oitocentos e dez reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, art. 84 da Lei 14.133/21.
PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme Edital.
PRAZO DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, em depósito bancário, até 30 (trinta) dias após a entrega do pedido e emissão das notas fiscais com aceite do fiscal técnico.

Dê-se publicidade.

Colombo, 05 de agosto de 2026

MARILDA FRANÇA GIMENES ZANONI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Odilon Jose Silveira Junior
Código Identificador:2A3C5483

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO N° 1149

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). Rogério Ferreira Elias, RGnº 15248441-0 que V.Sª foi autuado conforme Lei Municipal 1.795/2024 art. 9 no Processo Administrativo Ambiental 25541/2026.

O valor da multa foi arbitrado em: 99UFC (Noventa e nove unidades Fiscais Municipais) e cumprir coma as seguintes obrigação (ões): Realizar castração de todos os animais, não adotar/adquirir/abrigar novos animais e realizar a limpeza; alimentação; hidratação diaria.

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:710D4FC1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 171/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 124/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 188/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 171/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 124/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 188/2026
OBJETO: Chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$ 24.648,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e quarenta e oito reais)
CONTRATADA: JOSSANA EUNICE FERRER CNPJ: 67.672.787/0001-09
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 04/08/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:4F7D8849

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 172/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 125/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 187/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 172/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 125/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 187/2026
OBJETO: Chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$ 27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais)
CONTRATADA: EVA DE JESUS SEMES, CNPJ: 65.917.849/0001-70
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 04/08/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:D7190DF0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 173/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 126/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 186/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 173/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 126/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 186/2026
OBJETO: Chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$ 27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais)
CONTRATADA: MARIA BERNADETTE STRAPAZZON, CNPJ: 67.187.571/0001-58
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 05/08/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:3D0BE458

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 127/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 190/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 127/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 190/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
OBJETO: Contratação de serviço de auxiliar de serviços gerais atráves da chamada publica nº03/2025
VALOR: R$27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais)
CONTRATADA: SONIA MARIA DOS SANTOS - **CNPJ:** 61.520.070/0001-65
DATA: 05/08/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:7C1E2DF4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 128/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 189/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 128/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 189/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
OBJETO: Contratação de serviço de auxiliar de serviços gerais atráves da chamada publica nº03/2025
VALOR: R$27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais)
CONTRATADA: SIRLEI FERREIRA MARTINS - **CNPJ:** 66.133.277/0001-09
DATA: 05/08/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:EC238EC5

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.380/2026

Súmula: "Autoriza o repasse de recursos financeiros a título de subvenção social a Associação De Pais e Amigos dos Excepcionais De Contenda – APAE, mediante Termo de Colaboração e dá outras providências".

A **Câmara Municipal de Contenda**, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais, sanciona a seguinte:
LEI
Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a organização da sociedade civil denominada Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Contenda – APAE, sediada no Município de Contenda e inscrita no CNPJ sob o nº 01.951.850/0001-38, mediante celebração de parceria com observância da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, através de Termo de Colaboração.
Parágrafo único. O valor acima identificado será transferido à Entidade Parceira em parcela única.
Art. 2ºA transferência dos recursos autorizados por esta Lei ocorrerá de acordo com o Termo de Colaboração, cujo objeto é o custeio do serviço socioassistencial denominado Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, conforme detalhado na Programação nº 202537710008 e no Plano de Trabalho, visando a continuidade e aprimoramento das atividades essenciais desenvolvidas pela APAE no município
Art. 3° A utilização dos recursos pela entidade parceira deve observar fielmente o Termo de Colaboração e o Plano de Trabalho.
Art. 4° A entidade parceira deverá prestar contas bimestralmente ao município e no Sistema Integrado de Transferências/SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob pena de inabilitar-se a participar de novas parcerias, acordos ou ajustes com a Administração Pública Municipal, inclusive, sujeitando-se à fiscalização dos órgãos competentes do Município.
Art. 5º As despesas decorrentes e vinculadas neste Termo, ocorrerão por conta da Dotação Orçamentária própria.
Parágrafo único. Os saldos não aplicados no prazo previsto serão obrigatoriamente recolhidos em favor do Erário Municipal.
Art. 6° O prazo de vigência será de 12 (doze) meses a partir da data de publicação de extrato do Termo de Colaboração em Diário Oficial, podendo os valores remanescentes serem reprogramados para outro exercício, desde que previamente justificados e aprovados pela Administração Pública.
Art. 7° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Contenda, 05 de agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

ANEXO
MINUTA
TERMO DE COLABORAÇÃO N° 00x/2026
TERMO DE COLABORAÇÃO N° xx/2026 QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONTENDA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPICIONAIS DE CONTENDA – APAE CONTENDA – PARA FINS QUE ESPECIFICA.
Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE CONTENDA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 76.105.519/0001-04, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **ANTONIO ADAMIR DIGNER**, portador do CIRG n° 4.638.701-5 e devidamente inscrito no CPF/MF sob o n° 660.952.049-68, doravante denominado "MUNICÍPIO" e, de outro lado a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPECIONAIS DE CONTENDA – APAE/CONTENDA**, inscrita no CNPJ sob n° 01.951.850/0001-38, com sede junto a Rua Leonor Pacheco dos Anjos, n° 560, Loteamento São João, Contenda/PR, neste ato representada por sua Diretora **ANA DIRCE WIERBITSKI**, inscrita no CPF/MF sob o n° 025.369.019-63, doravante denominada "APAE/CONTENDA", resolvem celebrar este **TERMO DE COLABORAÇÃO**, com fundamento na Lei Federal n° 13.019/2014, bem como Lei Municipal n°xxx , observadas as seguintes cláusulas e condições:
CLÁSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros à APAE/CONTENDA, oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, indicador por emenda parlamentar específica (GND4) para o investimento no Serviço de Proteção Social Especial de Médica Complexidade, denominado "Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias", conforme Plano de Trabalho.
CLÁSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO
2.1. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes se obrigam a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.
2.2. O MUNICÍPIO nomeará através de Portaria o gestor do presente Termo de Colaboração, devendo este ser servidor público municipal efetivo, o qual deverá exercer as funções do artigo 61 da Lei n° 13.019/2014 e demais dispositivos aplicáveis.
CLÁSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
3.1. São obrigações do MUNICÍPIO:
a) fornecer os recursos para a execução deste objeto;
b) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
c) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto;
d) promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela APAE/CONTENDA;
e) aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
f) publicar o extrato deste instrumento no site e no quadro de avisos da Prefeitura;
g) receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela APAE;
3.2. São obrigações da APAE/CONTENDA:
a) responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Colaboração;
b) prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
c) permitir livre acesso do gestor aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da APAE/CONTENDA;

d) responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme a individualidade da emenda;
e) responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
f) prestar contas bimestralmente ao município e no Sistema Integrado de Transferências/SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
g) encaminhar bimestralmente as notas fiscais e/ou documentos referentes as despesas efetuadas, extratos bancários e demais documentos referentes a prestação de contas e avaliação de cumprimento do objeto;
h) manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
i) identificar o número do instrumento da parceria e Órgão repassador no corpo dos documentos da despesa e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo ao MUNICÍPIO, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do objeto;
j) divulgar esta parceria em seu sítio na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do MUNICÍPIO, descrição do objeto da parceria, valor total da parceria, bem como atender a Lei Federal n° 12.527/2011;
k) comprovar a exata aplicação da parcela repassada na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência;
l) não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de anotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;
m) prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho anexo, mediante a contratação dos serviços/profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
n) observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
o) comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais eletrônicas ou recibo de pagamento autônomo (RPA), com a devida identificação da parceria celebrada, ficando vedadas informações genéricas, ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferencia atinente à regularidade dos valores pagos;
p) aplicar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO e os correspondentes à sua contrapartida, se houver, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
q) comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária;
r) não aplicar taxa de administração ou despesa administrativa como condição de execução do presente objeto;
s) ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até 31 de janeiro do exercício seguinte ao término de vigência, salvo se forem utilizados, promovendo, também, a devolução dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
t) comprovar bimestralmente de forma integral e efetiva no final do Termo de Colaboração todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;
u) efetuar cotação e pesquisa de preços, em pelo menos três estabelecimentos comerciais, quando se tratar de aquisição de material e serviços, devendo os orçamentos constarem os dados completos do fornecedor (nome, CNPJ e endereço) acompanhado de seus valores;
v) o pagamento do recurso ao fornecedor de menor preço deverá ocorrer por meio de transferência eletrônica, identificando todos os dados concernentes no orçamento e nota fiscal, a qual deverá ser emitida antes do pagamento;
x) manter-se adimplente com o Poder Público naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Pública, seja na esfera Municipal, Estadual ou Federal;
z) comunicar o MUNICÍPIO a substituição dos responsáveis pela APAE/CONTENDA, assim como eventuais alterações em seu Estatuto.

CLÁSULA QUARTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

4.1. Para a execução das atividades previstas neste Termo de Colaboração, o MUNICÍPIO transferirá à APAE/CONTENDA, de acordo com o cronograma de execução, o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), acrescido de rendimentos auferidos durante o período em que o recurso esteve aplicado em conta do Fundo Municipal de Assistência Social.
4.2. Os valores serão repassados à APAE/CONTENDA em parcela única.

CLÁSULA QUINTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. Os valores a serem repassados, conforme cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da APAE/CONTENDA, vinculada ao objeto e aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização, qual seja:
Agência: 1794-9 **Conta Corrente**: 19.479-4 **Banco:** Banco do Brasil
a) A referida conta bancária deverá ser isenta de tarifas administrativas.
5.2. Os recursos depositados na conta bancária especificadas neste instrumento, enquanto não empregados na sua finalidade, serão aplicados, obrigatoriamente, em fundo de aplicação financeira, caderneta de poupança ou operação de mercado aberto lastreada em título de dívida pública;
5.3. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços. Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, fica permitido o pagamento em espécie, desde que reste comprovada a impossibilidade;
5.4. Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item 5.2. poderão ser utilizados pela APAE/CONTENDA desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento;
5.5. A APAE/CONTENDA deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos;
5.6. A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a APAE/CONTENDA a participar de novas parcerias, acordos ou ajustes com a Administração Pública Municipal;

CLÁSULA SEXTA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A APAE/CONTENDA se compromete a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação vigente e aplicável, nos seguintes casos:
a) inexecução do objeto;
b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência;
d) não apresentação dos documentos previstos neste Termo de Colaboração.

CLÁSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1. A APAE/CONTENDA deverá prestar contas de acordo com os critérios e indicações exigidos pelo MUNICÍPIO, com elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com descrição pormenorizada das atividades realizadas e comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira;
7.2. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subsequente ao da prestação de contas integral, a APAE/CONTENDA se compromete

a manter em arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas;
7.3. Prestadas e julgadas as contas pelo gestor da APAE/CONTENDA, auxiliado pelo gestor da parceria, os documentos serão encaminhados à Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, que fará a prestação de contas da emenda parlamentar individual de n° xxx.
7.4. Deverão ser observados pelas partes todos os atos normativos expedidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social que regulam as transferências de recursos entre o MDS, o FMAS e as organizações da sociedade civil, em especial a Portaria n° 113 de 10 de dezembro de 2015 e suas alterações;
7.5. A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública, por meio de ações de monitoramento e avaliação que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria e que deverão ser registradas no Sistema Integrado de Transferências – SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
7.6. As ações de monitoramento e avaliação comtemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria constantes no SIT.

CLÁSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1. Este instrumento terá sua vigência pelo prazo de doze meses, contado a partir da data de sua publicação.
8.2. Os valores não utilizados poderão ser reprogramados para o exercício seguinte, desde que devidamente formalizado e justificado por meio de Termo de Aditamento ou por Apostilamento.

CLÁSULA NONA – DAS PROIBIÇÕES

Fica ainda proibido à APAE/CONTENDA:
a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
b) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos vinculados ao Poder Público;
c) realizar despesas e pagamento fora da vigência deste Termo de Colaboração;
d) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa administrativa;
e) utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto desse Termo de Colaboração e de seu Plano de Trabalho;
f) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
g) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias que não haja comprovante;
h) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
i) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida pactuada no Plano de Trabalho;
j) realizar despesas de ordem bancárias, ou com multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias;
k) realizar despesas com publicidade, salvo as previstas no Plano de Trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
l) realizar obras (construção, ampliação, conclusão, adaptação e reforma).

CLÁSULA DÉCIMA – DA RECISÃO E DA DENÚNCIA

10.1. O presente Termo de Colaboração poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência;
10.2. Constitui motivo para rescisão do Termo de Colaboração o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatado pelo MUNICÍPIO a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou falsidade e/ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;

CLÁSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO O MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

11.1. Este Termo de Colaboração poderá ser alterado, assim como o Plano de Trabalho, desde que em comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de Termo de Aditamento ou por Apostilamento;
11.2. Será admitida a modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação do MUNICÍPIO e aprovação do Gestor deste Instrumento ou do Sistema de Controle, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese. O pedido de alteração deverá ser apresentado em até 30 dias antes do seu término, observado o disposto na Lei 13.019/2014.

CLÁSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Termo de Colaboração será publicado em Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

CLÁSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes e vinculadas neste Termo, ocorrerão por conta da Dotação Orçamentária de n° xxx.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca da Lapa/PR para esclarecer as dúvidas de interpretações deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente.

CLÁSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinadas digitalmente, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Contenda, data de publicação.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

ANA DIRCE WIERBITSKI
Presidente APAE/Contenda

Testemunha
Nome: _____
CIRG n° _____

Publicado por:
Eliézer Lima Reis
Código Identificador:B99FA37B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.381/2026

Súmula: "Altera a composição do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental (CMSBA), modificando o artigo 4º da Lei Municipal nº 2.261, de 10 de setembro de 2025, e dá outras providências"

A **Câmara Municipal de Contenda**, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o artigo 2º da Resolução 010 de 12 de maio de 2022 da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – AGEPAR;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.445/2007 e suas alterações;

CONSIDERANDO Resolução 34 de 10/10/2023 da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – AGEPAR), sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º A alínea "a" do inciso I do artigo 4º da Lei Municipal nº 2.261, de 10 de setembro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
.....
"Art. 4º
***I** – Representantes do Poder Público:*
01 (um) servidor da Secretaria Municipal de Finanças;"
.....
Art. 2º Fica acrescido o § 2º ao artigo 4º da Lei Municipal nº 2.261, de 10 de setembro de 2025, renomeando-se o atual parágrafo único para § 1º, com a seguinte redação:
.....
"Art. 4º

§ 1º Cada membro do Conselho terá um suplente, também indicado pelo respectivo órgão ou entidade, que substituirá o titular em caso de impedimento ou ausência.
§ 2º Os servidores lotados na Secretaria Municipal de Indústria, Agropecuária e Meio Ambiente (SMIAMA) poderão participar das reuniões do conselho com direito a voz, na condição de assessores técnicos, sendo-lhes vedado o direito a voto e a composição de assento como membros titulares ou suplentes." (NR)
.....
Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal, 05 de agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliézer Lima Reis
Código Identificador:DA3CD255

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO DA REURB_PREF. CONTENDA_013_25_REPUBLICAR

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO DA MODALIDADE DA REURB – Nº 013/2025

Eu, **ANTONIO ADAMIR DIGNER**, Prefeito Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais na forma do Inciso II do Art. 23 do Decreto Municipal Nº 353/2021, **FAÇO SABER** que após análise da documentação do **processo de Regularização Fundiária (REURB)** indicado abaixo e da documentação comprobatória apresentada, ficou classificado a modalidade de **REURB** para os seguintes requerentes, abrindo-se o prazo de **10 (dez) dias**, contados da data de publicação deste edital, para apresentação de impugnação pelos interessados, a qual deverá ser formalizada por escrito junto ao Município de Contenda/PR ou encaminhada para o endereço eletrônico: reurb.prefeituracontenda@gmail.com, nos termos da legislação aplicável:

PROCESSO Nº	LOCALIZAÇÃO	REQUERENTE	CLASSIFICAÇÃO
1964/2022	Rua Anna Maria Franco Cordeiro, nº 35, bairro: Centro, Contenda/PR.	ANTÔNIA CASTRO NIZER e JOÃO CARLOS FERREIRA	**REURB-S**
1964/2022	Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 36, bairro: Centro, Contenda/PR.	CECILIA APARECIDA RODRIGUES	**REURB-S**
1964/2022	Rua Anna Maria Franco Cordeiro, nº 32, bairro: Centro, Contenda/PR	CRISTINA APARECIDA DA LUZ	**REURB-S**
1964/2022	Rua Anna Maria Franco Cordeiro, nº 25, bairro: Centro, Contenda/PR	MICHELI DE LIMA SCHAFHAUSER e MICHEL DE LIMA SCHAFHAUSER	**REURB-E**

Contenda/Paraná, 05 de Agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

*Matéria republicada em substituição a Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 04/09/2025, Edição nº 3356, para correção da classificação da modalidade de REURB, dos seguintes Requerentes: MICHELI DE LIMA SCHAFHAUSER e MICHEL DE LIMA SCHAFHAUSER.

Publicado por:
Larry Hugo Sanches
Código Identificador:B56CFF5F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ADITIVO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR

ADITIVO Nº 01 ao Contrato nº 67/2025, Dispensa de Licitação n° 11/2025 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: PROC ESPECIALISTAS EM INFRAESTRUTURA DE TI LTDA, CNPJ/MF sob o n.º 10.381.377/0001-91. Prorroga-se a vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, de 10 de setembro de 2026 a 09 de setembro de 2027. O valor total estimado deste aditivo é de R$ 1.234.394,28. Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Coronel Vivida, 28 de julho de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Juliano Ribeiro
Código Identificador:320D391D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESUMO CONTRATO

CONTRATO n° 73/2026 – Concorrência Eletrônica nº 08/2026 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: G VENITES EMPREENDIMENTOS, CNPJ nº 43.885.766/0001-03. Objeto: EXECUÇÃO DE 25 (VINTE E CINCO) UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL, VIA PROGRAMA CASA FÁCIL, conforme condições especificadas no projeto executivo e demais elementos de engenharia. Valor total: R$ 3.175.000,00. Prazo de execução: 12 meses, da ordem. Prazo de vigência: 24 meses. Coronel Vivida, 05 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:B6995DAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESUMO TERMO ADITIVO

ADITIVO N° 07 ao Contrato nº 35/2024 – Concorrência Eletrônico nº 02/2024. Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: PEDREIRA SANTIAGO LTDA, CNPJ nº 77.744.134/0001-41. Fica suprimido o valor de R$ 127.318,08, correspondente a uma redução de 3,95% do valor inicialmente contratado. Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Coronel Vivida, 18 de junho de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:1EF275F9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
CHAMADA PÚBLICA Nº 06/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 06/2026
INEXIGIBILIDADE 26/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 80/2026

O Município de Cruz Machado/PR torna pública a abertura de Chamada Pública para credenciamento objetivando a seleção de pessoas jurídicas atuantes no comércio de livros (livreiros, distribuidoras e editoras), interessadas em participar **da 11ª FEIRA DO LIVRO DE CRUZ MACHADO,** a qual será realizada **de 15 a**

18 de setembro de 2026, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Cultura.

DA ENTREGA DA CHAMADA PÚBLICA
Data: 21/08/2026
Horário: as 09:00 horas.
Local: Prefeitura de Cruz Machado - PR
Endereço: Avenida Vitória, 251 – 1º andar - Centro – Cruz Machado – PR - CEP: 84620-000

CONSULTA AO EDITAL: O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados, junto ao Setor de Licitações, em meio digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 09:00 às 11:30 e de 14:30 às 16:30 horas, ou pelo endereço eletrônico http://www.pmcm.pr.gov.br. Quaisquer dúvidas contatar pelos telefones 0800 642 3326, ramal 243.

Cruz Machado, 04 de agosto de 2026.

CARLOS NOWAK
Prefeito

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:88949D85

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PROCESSO Nº 37/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

ERRATA

PROCESSO Nº 37/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

A Pregoeira do Município de Cruz Machado - PR nomeada através da Portaria 02/2025, no uso de suas atribuições legais, resolve corrigir a publicação do aviso de reabertura do pregão nº 11/2026, no que se refere à seguinte situação:

Na publicação do dia 03/08/2026, edição nº 3490 do Diário Oficial do município, no dia 03/08/2026, edição nº 3586 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no dia 01/08/2026 na edição nº 5649 do Jornal O Iguassu:

Onde se lê: **Fica designada a sessão pública de reabertura para ocorrer no dia 13/07/2026 às 08h:30min, através da Plataforma BLL**
Leia-se: Fica designada a sessão pública de reabertura para ocorrer no dia 13/08/2026 às 08h:30min, através da Plataforma BLL

Permanecem inalteradas todas as demais condições constantes na publicação originária.
Cruz Machado, 05 de agosto de 2026.

VERA MARIA BENZAK KRAWCZYK
Pregoeira

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:8E0AF59F

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PROCESSO Nº 37/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº 25/2026
PROCESSO nº 64/2026

A Pregoeira do Município de Cruz Machado - PR nomeada através da Portaria 02/2025, informa aos interessados a retificação do Edital do Pregão Eletrônico 25/2026, quanto a seguinte situação:
Alteração na redação do item 5.2.1 do termo de Referência, o qual a passa a ter a seguinte redação;

5.2.1. A motoniveladora poderá ter até 20 anos de uso e deverá apresentar bom estado de conservação e funcionamento, devidamente revisada, apta a executar serviços de moto nivelamento e regularização de estradas rurais.

Altera-se a data de abertura da licitação para o dia 24/08/2026 às 08:30 horas.

Cruz Machado, 05 de agosto de 2026.

VERA MARIA BENZAK KRAWCZYK
Pregoeira

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:6775FAAE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 128/2026

PORTARIA Nº. 128/2026

DETERMINA O ACOLHIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE FORNECEDOR - PAARF PARA APURAR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL E POSSÍVEL APLICAÇÃO DE PENALIDADE EM DESFAVOR DA EMPRESA CH F.S.C – ME.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA, Prefeito do Município de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, regimentais que lhe são conferidas de acordo com Legislação vigente,

CONSIDERANDO os autos da Sindicância Administrativa instaurada para apurar possíveis descumprimento contratual e possível aplicação de penalidade em desfavor da empresa CH F.S.C – ME;

CONSIDERANDO o relatório Final emitido pela comissão de Sindicância designada pela portaria n° 062/2026 e pela Portaria n° 107/2026, após a apuração dos fatos;

RESOLVE:

Art. 1º - Pelo Impedimento de licitar ou contratar, bem como participar de processos Licitatórios junto a Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste pelo período de 3 (três) anos, com fundamento no art. 156, inciso III e §4° da Lei nº 14.133/2021, e disposto na Cláusula Sexta do Contrato firmado entre as partes;

Art. 2º - Pela Aplicação de Multa correspondente a 10% (dez porcento) do valor total do contrato, nos termos do art. 156, inciso II, §3° da Lei 14.133/2021 e da Clausula Sexta, inciso III do contrato firmado entre as partes.

Art. 3º - Determino que a fiscalização dos serviços a serem executados seja rigorosa em cada etapa da execução, a fim de assegurar a qualidade do serviço prestado, evitando transtornos futuros.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Em 05 de agosto de 2026.

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:764D9028

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 129/2026

PORTARIA Nº. 129/2026

DETERMINA O ACOLHIMENTO DA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DESIGNADA PORTARIA N° 43/2026 DE 19 DE MARÇO DE 2026 E PELA PORTARIA N° 89/2026 DE 25 DE MAIO DE 2026, PARA APURAR IRREGULARIDADES COMETIDAS NA ESFERA MUNICIPAL COM A SERVIDORA M.J.F, OCUPAVA A ÉPOCA DOS FATOS, CARGO EM COMISSÃO.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA, Prefeito do Município de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, regimentais que lhe são conferidas de acordo com Legislação vigente,

CONSIDERANDO os autos da Sindicância Administrativa instaurada para apurar possíveis irregularidades cometidas pela servidora M.J.F no exercício de suas atribuições;

CONSIDERANDO o relatório Final emitido pela comissão de Sindicância designada pela Portaria n° 43/2026 de 19 de março de 2026 e pela Portaria n° 89/2026 de 25 de maio de 2026, entendendo pela comprovação da prática de conduta irregular pela servidora M.J.F., ocupante à época dos fatos, o cargo em comissão de Secretária Municipal de Saúde, após a apuração dos fatos;

RESOLVE:

Art. 1º – O Município, por meio da sindicância instaurada, procedeu à prévia apuração dos fatos, tendo sido constatados indícios de autoria e materialidade relacionados a conduta de assédio moral.

Art. 2º – Considerando, entretanto, que o servidor ocupava exclusivamente cargo em comissão e já se encontra devidamente exonerado, resta prejudicada a instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), por ausência de vínculo funcional a ser submetido a sanção disciplinar.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 05 de agosto de 2026.

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:8033CC36

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 543/2026
O Município de Diamante do Sul, Estado do Paraná, torna público que realizará **Dispensa de Licitação**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 3.166/2024, objetivando a **contratação de empresa especializada para o fornecimento de refeições (almoço), em restaurante localizado no Município de Guaraniaçu/PR, destinadas aos motoristas da Secretaria Municipal de Saúde e ao motorista responsável pelo transporte de alunos da APAE, quando em deslocamento a serviço do Município.**
As propostas deverão ser encaminhadas até às **09h00 do dia 12 de agosto de 2026**, por meio do e-mail **licitacaodiamantedosul@gmail.com** ou protocoladas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Diamante do Sul/PR.
Data da Sessão: 12 de agosto de 2026.
Horário: 09h00.
O Aviso de Dispensa, o Termo de Referência e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
Diamante do Sul/PR, 05 de agosto de 2026.

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:65D3499D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
DECRETO Nº 3563/26

DECRETO Nº 3563/26
DATA: 04/08//2026

Súmula: Nomeia servidor para exercer cargo de provi-mento em comissão e dá outras providências .

O Prefeito Municipal de Diamante do Sul, Estado do Paraná, no uso de
suas atribuições legais,
RESOLVE

Art. 1º Nomear o Senhor Ivonir Pires
Cardozo, RG 10.751.698-0 SSP/PR, para exercer o cargo em comissão de
Chefe de Divisão de Ações à Juventude, Símbolo CC3, passando a fazer parte do
Quadro Único de Servidores deste Município, lotado na Secretaria de Esportes,
Lazer e Juventude, nomeado a partir desta data, revogando-se as disposições em
contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante do Sul, em 04 de agosto de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:B3B7BA58

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 087/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 087/2026

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 432/2025 - Pregão Eletrônico nº 90063/2025	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	Construvizi - Atacado de Materiais de Construção Ltda – CNPJ nº 07.617.105/0001-33
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Quinta – Preço – Acresce ao contrato o valor R$ 104.125,00 (cento e quatro mil, cento e vinte e cinco reais).
Data de Assinatura	03 de agosto de 2026.

Dois Vizinhos, 05 de agosto de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:7DDCF775

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0243/2026 EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO A SENHORA ANGELICA DE FATIMA TRIZOTI.

DECRETO Nº 0243/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, através do Prefeito, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o término de contrato;

DECRETA

Artigo 1º – EXONERAR por término de contrato a senhora **ANGELICA DE FATIMA TRIZOTI,** portadora do CPF/MFnº111.XXX.XXX-31, do cargo temporário de AGENTE COMUN. DE SAÚDE;

Artigo 2° - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 05 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:CC43AA99

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0076/2026.
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N º0018/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0076/2026.

ORIGEM: Pregão Eletrônico n º0018/2026

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 04 de agosto de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

CONTRATADA: **ST EMPREENDIMENTOS LTDA** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 66.259.767/0001-48 sediado(a) na Rua Integração, Bairro Universitário, cep 85819087, Cascavel Estado do Paraná.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO SUV ZERO QUILOMETROS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS TECNICAS E PEDAGOGICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE DOUTOR ULYSSES. CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO TERMO DE REFERENCIA.

VALOR R$ 105.800,00 (cento e cinco mil e oitocentos reais)**.**

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 05 de Agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:A294B748

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº58/2026 ATRIBUI RESPONSABILIDADE FUNCIONAL SOLIDÁRIA AOS TÉCNICOS OPERACIONAIS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL (SIM-AM) DO TCE-PR, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

PORTARIA Nº58/2026

Atribui responsabilidade funcional solidária aos Técnicos Operacionais do Sistema de Informação Municipal (SIM-AM) do TCE-PR, e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Agenda de Obrigações do Sistema de Informação Municipal (SIM-AM), do Tribunal de Contas do Estado do Paraná,
RESOLVE:
Artigo 1º - Atribuir responsabilidade funcional solidária aos Técnicos encarregados da operacionalização dos módulos do Sistema de Informação Municipal (SIM-AM) do TCE-PR, pela inserção de dados cadastrais, fiscais, orçamentários, financeiros e contábeis, pela veracidade das informações prestadas, pelo cumprimento de prazos previstos na Agenda de Obrigações, e pela manutenção da regularidade exigida para a obtenção da certidão liberatória pelo TCE-PR - documento indispensável para a concessão de recursos, convênios e empréstimos ao Município, na seguinte conformidade:

NOME	CPF Nº	CARGO/FUNÇÃO	MÓDULO
Elias Anderson Straube	017.628.329-33	Contador	Tabelas Cadastrais Planejamento e Orçamento, Contábil.
Helisson Patrick Bestel	065.840.949-28	Superintendente de Compras e Licitação	Licitações e Contratos
Aristeu Martins dos Santos	602.356.839-49	Tributação	Tributário
Joanerson Wolker Kenol	113.023.369-32	Coordenador de Tesouraria	Tesouraria
Ygor Daniel	094.493.529-09	Diretor do Dpto. de Manutenção de Estradas Rurais	Controle /Frota
Sergio Meri Butcher	067.206.639-41	Secretário de Obras	Obras Públicas
Israel Lincoln Bombonate Feitosa de Lima	092.822.889-43	Secretário de Administração	Patrimônio

Parágrafo único. Cada servidor responderá pela exatidão, fidedignidade e tempestividade dos dados inseridos no módulo sob sua estrita responsabilidade, conforme a segregação de funções estabelecida neste artigo.
Art. 2º - Os respectivos módulos do SIM-AM deverão estar devidamente fechados, validados e encaminhados via e-mail (**contabilidade@doutorulysses.pr.gov.br**) ao Setor de Contabilidade até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao de referência, permitindo tempo hábil para a consolidação geral das informações no SIM-AM e a transmissão eletrônica dos dados ao TCE-PR.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Doutor Ulysses, 29 de maio de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito do Município de Doutor Ulysses

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:FCF38DA9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - ALMAJ COMERCIAL LTDA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	45/2026
b) Licitação Nrº :	18/2026
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	04/08/2026
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS NOVOS, ZERO QUILÔMETRO, SENDO 01 (UM) VEÍCULO TIPO SUV, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS, TÉCNICAS E PEDAGÓGICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO ADAPTADO PARA O TRANSPORTE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DOUTOR ULYSSES.
f) Processo Adm Nrº :	45/2026

12.361.0004.2.018. - Manutenção do Ensino Fundamental
12.122.0002.2.013. - Manutenção da Secretária Municipal de Educação

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: ALMAJ COMERCIAL LTDA
CNPJ/CPF: 64.076.816/0001-81

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO FURGÃO REFRIGERADO PARA TRANSPORTE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DOUTOR ULYSSES.	FIAT FIORINO	1	R$ 148.000,0000	R$ 148.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 148.000,00

DOUTOR ULYSSES, 04 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:4892138B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - ST EMPREENDIMENTOS LTDA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	45/2026
b) Licitação Nrº :	18/2026
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	04/08/2026
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS NOVOS, ZERO QUILÔMETRO, SENDO 01 (UM) VEÍCULO TIPO SUV, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS, TÉCNICAS E PEDAGÓGICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO ADAPTADO PARA O TRANSPORTE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DOUTOR ULYSSES.
f) Processo Adm Nrº :	45/2026

12.361.0004.2.018. - Manutenção do Ensino Fundamental
12.122.0002.2.013. - Manutenção da Secretária Municipal de Educação

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: ST EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 66.259.767/0001-48

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO SUV, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS, TÉCNICAS E PEDAGÓGICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.	CITROEN BASALT FEEL 1.0 MT 2026	1	R$ 105.800,0000	R$ 105.800,0000

Valor Total Homologado - R$ 105.800,00

DOUTOR ULYSSES, 04 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:56586AFE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO - ROBERT PLATNER ILHA

TERMO DE RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Pelo presente instrumento que fazem parte entre si, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES**, pessoa jurídica de direito público, devidamente cadastrada na Receita Federal do Brasil, sob CNPJ n° 95.422.911/0001-13, sediada a Rua Olívio Gabriel de Oliveira, n° 10, Centro, CEP 83590-000, Doutor Ulysses, Estado do Paraná, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado **ROBERT PLATNER ILHA,** brasileiro, portador da cédula de identidade RG n° 13.XXX.XXX-5SSP/PR e do CPF/MF n 090.XXX.XXX-24, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, firmam o que se segue:
Cláusula Primeira - Fica renovado o contrato de trabalho por prazo determinado firmado na data de 06/08/2025 por mais um ano, conforme disposto na CLT;
Cláusula Segunda - Com a presente renovação, prorrogam-se todas as cláusulas e condições estipuladas no contrato ora renovado;
Cláusula Terceira – E por ser de plena vontade das partes, mandaram lavrar o presente documento que abaixo assinam na presença de duas testemunhas.

Doutor Ulysses – Pr, 05 de agosto de 2026.

_____
Contratante

_____
Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
NOME:
RG:

_____
NOME:
RG:

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:8E751A7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026

INÍCIO: 05/08/2026 - **VALIDADE:** 04/08/2027

OBJETO: **Aquisição de tubos de concreto com e sem armação com diversos diâmetros em atendimento à Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo**

Razão Social: V. KULIK
CNPJ: 12.579.129/0001-85
Endereço: Rodovia PR 438, KM 16,2, bairro Industrial, Teixeira Soares/Pr, CEP: 84.530-000
Telefone: (42) 8814-8043/ (42)34461700
E-mail: jr.74@hotmail.com
Representante Legal: Vicente Kulik

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇO REGISTRADO
1.1. Constitui o objeto da presente Ata de Registro de Preços para **a aquisição de tubos de concreto com e sem armação com diversos diâmetros em atendimento à Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 64.139,00 (sessenta e quatro mil, cento e trinta e nove reais), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

Item	Descrição do produto	Qtde	Valor unitário	Valor total
01	TUBO DE CONCRETO 0,20 X 1,00 PS 1 SEM ARMAÇÃO, Tubo em concreto com diâmetro de 0,20 metros e comprimento de 1,00 metro, modelo MF PS1 com encaixe machofêmea, utilizado em sistemas de drenagem de águas pluviais e redes de saneamento.	100	R$48,90	R$4.890,00
02	TUBO DE CONCRETO 0,30 X 1,00 PS 1 SEM ARMAÇÃO, Tubo em concreto armado com diâmetro de 0,30 metros e comprimento de 1,00 metro, modelo MF PS1 com encaixe macho-fêmea, utilizado em sistemas de drenagem de águas pluviais e redes de saneamento.	100	R$49,99	R$4.999,00
03	TUBO DE CONCRETO ARMADO 0,40 X 1,00 PA1, Tubo em concreto armado com diâmetro de 0,40 metros e comprimento de 1,00 metro, modelo MF PA1 com encaixe macho e fêmea, adequado para sistemas de drenagem de águas pluviais e redes de saneamento em projetos que demandam alta resistência.	250	R$75,00	R$18.750,00
06	TUBO DE CONCRETO ARMADO 1,00 X 1,00 PA1, Tubo em concreto armado com diâmetro de 1,00 metro e comprimento de 1,00 metro, modelo MF PA1 com encaixe macho-fêmea, indicado para sistemas de drenagem de águas pluviais e redes de saneamento em projetos que demandam alta resistência.	100	R$355,00	R$35.500,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS E ATENDIMENTO LOGÍSTICO
2.1. O prazo de validade das propostas para o ato de julgamento do Pregão é de 60 (sessenta) dias.
2.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, contudo prorrogável por igual período, atestando ainda que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, e desde que atendido as determinações dos Artigos 106 e 107 da lei 14.133/21.
2.3. A entrega dos produtos deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, no endereço conforme a requisição emitida pelo Departamento de Compras, **sem custo adicional.** Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo.
2.4 Todos os materiais deverão ser entregues DURANTE A SEMANA, DE SEGUNDA A SEXTA- FEIRA, durante o período de expediente do órgão, salvo quando autorizado pela secretaria solicitante entrega em horário distinto.
2.5 Independentemente do tamanho/extensão ou quantidade do pedido, uma vez emitida a requisição, o fornecedor é obrigado a realizar a entrega, no prazo previsto no item 14.3, sob pena de cancelamento da ata e demais sanções previstas no item 12.
2.6. Deixando o adjudicatário de executar os serviços licitados, poderá o pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1 O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente, devendo o faturamento ocorrer 02 (duas) vezes ao mês, da seguinte forma:
3.1.3 O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação do Relatório de Serviços Prestados e respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.
3.1.4 A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município e conforme relatório dos serviços prestados.
3.2. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país, exceto para empresas que estejam instaladas em municípios que ainda não possuam tal sistema.
3.4. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.5. As notas fiscais deverão ser emitidas constando a informação Pregão, na forma Eletrônica nº 043/2026, conforme descrição na Ordem de Fornecimento:
09 SEC. MUN. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
15.451.0901.2-041 MANTER O DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
03650 00000 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
09.003 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RURAIS
26.782.0902.2-047 MANTER O DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS R
04230 00000 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
3.6. ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme link:***
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/materia/E112774E/6d980aa2863a0ccf5dc2cca13834667c6d980aa2863a0ccf5dc2cca13834667c

4. CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
4.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no Art. 124 inciso II alínea "d" da Lei 14133/2021.
4.2. A Ata de Registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas ás disposições contidas nos artigos 124 á 136 da Lei 14133/2021.
4.3. O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa do município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, desde que autorizado pela autoridade competente desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo o município, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
4.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará os

fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
I. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
II.A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
4.5. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:
I . Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;
IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.
4.6. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.
4.7. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no §5°.
4.8. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:
I. A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
II. A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
III. A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;
IV. O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação ou Ata de Registro de Preços.
4.9. Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.
I. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.
II. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.
4.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico- financeiro quando a Administração constate:
I. Ausência de elevação dos encargos do particular;
II. Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
III. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;
IV. Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido;
4.11. Na situação do parágrafo acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ata de registro de preços.
4.12. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.
4.13. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o município poderá:
I- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
II - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.
4.14. Não havendo êxito nas negociações, o município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
4.15. Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no Diário Oficial do Município.
4.16. O município realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, contudo prorrogável por igual período, atestando ainda que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, e desde que atendido as determinações dos Artigos 106 e 107 da lei 14.133/21.
5.2 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo, sob pena de extinção do contrato.
5.3. Os serviços serão prestados conforme Termo de Referência no Anexo I e nos termos da Ata de Registro.
5.4. Deixando o adjudicatário de prestar o serviço, poderá a pregoeira, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
6.1. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.
6.2. Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.
6.3. Nomear o gestor e fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação.
6.4. Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.
6.5. Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.
6.6. Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.
6.7. Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA
7.1. Cumprir todas as obrigações constantes da presente ata e demais documentos anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
7.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na Clausula Quarta, acompanhado da respectiva nota fiscal;
7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
7.4. Comunicar o Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
7.5. Atender às determinações regulares, emitidas pelo fiscal e gestor da ata, ou autoridade superior, conforme determinado no art. 137,

inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
7.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
7.7. Não contratar, durante a vigência da ata, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor da ata, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
7.8. Entregar ao setor responsável pela fiscalização da ata, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
b) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;
d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
7.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
7.10. Comunicar aos fiscais do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou incidente que obste à execução do objeto contratual;
7.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
7.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação/qualificação na licitação/contratação;
7.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação, conforme artigo 116 da Lei Federal nº 14.133/2021;
7.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme artigo 116, § único da Lei Federal nº 14.133/2021;
7.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
7.16. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021;
7.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
7.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e/ou utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
7.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força de execução deste contrato;
7.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
7.21. Indicar preposto para representá-lo durante toda a execução do contrato;
7.22. Emitir nota fiscal/documento fiscal, de acordo com o edital.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
8.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no Art. 124 inciso II alínea "d" da Lei 14133/2021.
8.2. A Ata de Registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas ás disposições contidas nos artigos 124 á 136 da Lei 14133/2021.
8.3. O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa do município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, desde que autorizado pela autoridade competente desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo o município, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
8.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
I. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
II.A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
8.5. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:
I . Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;
IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.
8.6. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.
8.7. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no §5°.
8.8. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:
I. A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
II. A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
III. A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;
IV. O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação ou Ata de Registro de Preços.
8.9. Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.
I. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.
II. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.
8.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico- financeiro quando a Administração constate:
I. Ausência de elevação dos encargos do particular;
II. Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;

III. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;
IV. Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido;
8.11. Na situação do parágrafo acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ata de registro de preços.
8.12. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.
8.13. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o município poderá:
I- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
II - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.
8.14. Não havendo êxito nas negociações, o município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
8.15. Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no Diário Oficial do Município.
8.16. O município realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

CLÁUSULA NONA – DA INEXECUÇÃO, DA EXTINÇÃO E/OU DO CANCELAMENTO DA ATA
9.1 A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Capítulo VIII, da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes modos:
9.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
9.1.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
9.1.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
9.2 O descumprimento, por parte da DETENTORA DA ATA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura à Prefeitura de Fernandes Pinheiro o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.
9.3 O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I, do art. 138 e art. 139, da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a DETENTORA DA ATA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da DETENTORA DA ATA, independentemente de outras penalidades.
9.4 Na aplicação das penalidades, serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.
9.5 No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a DETENTORA DA ATA às sanções administrativas pertinentes.
9.6 Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a Prefeitura de Fernandes Pinheiro poderá aplicar à DETENTORA DA ATA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.
9.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:
9.7.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;
9.7.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
9.7.3 Não aceitar reduzir o preço da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
9.7.4 Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
9.7.4.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.
9.8 O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor, desde que devidamente comprovados e justificados.
CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
10.1 A Pregoeira lavrará ata circunstanciada da sessão pública, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que fará parte integrante do processo licitatório e estará disponível para consulta no endereço informado no Edital.
10.2 O procedimento será divulgado no BLL COMPRAS https://www.bll.org.br., no Portal de Transparência do Município de Fernandes Pinheiro – http://www.fernandespinheiro.pr.gov.br/, no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e encaminhado automaticamente aos fornecedores, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
10.3 A Pregoeira, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na Documentação de Habilitação e Proposta de Preços, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.
10.4 Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: (art. 71 da Lei 14.133/21).
a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.
10.4.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
10.4.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
10.4.3 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.
10.4.4 O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e os procedimentos auxiliares da licitação.
10.5 No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:
a) adiada a data da abertura desta licitação;
b) alteradas as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a realização do certame.
10.6 As licitantes são responsáveis administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
10.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
10.8 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
10.9. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira, com auxílio da Equipe de Apoio.
10.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
10.11. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será realizada no primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo por motivo de força maior ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.
10.12. Quaisquer informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pela Pregoeira, na Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, Departamento de Licitações.
10.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
10.14 Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata, é competente, por força de lei, o Foro do Município de Teixeira Soares.
Fernandes Pinheiro, em 05 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

V. KULIK
Contratada

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:411C7812

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº. 206/2026

Súmula: Nomeação cargo em comissão - Luiz Gabriel Vasco

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado LUIZ GABRIEL VASCO, inscrito no CPF sob nº. 119.***.***-29, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Logística e Transportes, lotado na Secretaria de Municipal de Saúde, a partir de 03 de agosto de 2026, com fundamento na Lei municipal n° 881/2025.
Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 04 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:F46C3680

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 05/2026

Contrato Nº: 05/2026
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR
Contratada.: CONSTRUTORA L D LTDA.
CNPJ nº.....: 48.897.120/0001-60
Valor.....: R$ 219.000,00 (duzentos e dezenove mil reais).
Vigência...: Início: 03/08/2026 Término: 03/08/2027
Licitação...: Concorrência Eletrônica nº 01/2026
Recursos...: Dotação: 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações - Fonte 1001
Objeto.....: Contratação de empresa especializada para execução de reforma do prédio da Câmara de Vereadores de Flor da Serra do Sul, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à execução dos serviços, conforme projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos que compõem a contratação.

Junior Berno
PRESIDENTE
Flor da Serra do Sul, 03/08/2026

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:2D707751

LICITAÇÕES
EXTRATO EXAMES

Contrato N°	96/2026			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	EDIMILSON VET LTDA			
Valor:	43.000,00			
Vigência:	Início:	05/08/2026	Término:	04/08/2028
Licitação:	16/2026			
Objeto da Contratação: Credenciamento de pessoas jurídicas da área de medicina veterinária para a prestação de serviços na realização de exames de brucelose, tuberculose e exames de ultrassonografia em bovinos, beneficiando os produtores rurais e atendendo às demandas da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Flor da Serra do Sul – PR, conforme Lei Municipal nº 972/2026 e nº 754/2021.				
Flor da Serra do Sul, 05 de Agosto de 2026				
Contrato N°	97/2026			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	IVAIR LUIZ BENATTI & CIA LTDA - ME			
Valor:	47.298,40			
Vigência:	Início:	05/08/2026	Término:	04/08/2028
Licitação:	16/2026			
Objeto da Contratação: Credenciamento de pessoas jurídicas da área de medicina veterinária para a prestação de serviços na realização de exames de brucelose, tuberculose e exames de ultrassonografia em bovinos, beneficiando os produtores rurais e atendendo às demandas da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Flor da Serra do Sul – PR, conforme Lei Municipal nº 972/2026 e nº 754/2021.				
Flor da Serra do Sul, 05 de Agosto de 2026				

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:BAB00ABF

RH
PORTARIA 289/2026

PORTARIA Nº 289/2026

EXONERA SERVIDOR A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Sr. **ODIMAR CARRARO CLETIS DE MORAES**, inscrito no RG sob Nº 5384920- SSP-SC, do Cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Finanças, Símbolo "CC2", a partir de 05 de agosto de 2026.

A**rt. 2º** - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 05 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:10FE27A3

RH
PORTARIA 290/2026

PORTARIA Nº 290/2026

EXONERA SERVIDORA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Sra. **EDUARDA ISABEL PETRY**, inscrita no RG sob Nº 16.639.197-0 SESP-PR, para o Cargo em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO, Símbolo "CC2", a partir de 05 de agosto de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 05 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:0974D6DE

RH
PORTARIA 291/2026

PORTARIA Nº 291/2026

EXONERA SERVIDOR A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR ADMINISTRATIVO

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Sr. **OLDAIR LUCKEMEIER**, inscrito no CPF sob Nº 083.*10.**9-12, para o Cargo em Comissão de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, Símbolo "CC3", a partir de 05 de agosto de 2026.

A**rt. 2º** - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 05 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:A3C13D44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº023.2026

Republicação
RESOLUÇÃO Nº 023/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Flórida, Comarca de Santa-Fé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E

Conceder férias ao Servidor **Alison de Paiva Leoni**, ocupante do cargo efetivo de Secretário deste Legislativo Municipal, referente ao período aquisitivo de 22/05/2025 a 21/05/2026, para ser usufruído no período de 04/08/2026 à 02/09/2026.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Flórida, 03 de agosto de 2026

CLAUDINEI CESNIK
Presidente

Publicado por:
Patricia Aparecida Ciavolela Benhozzi
Código Identificador:60BD8CC1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO-PR
EXTRATO DO CONTRATO 23/2026

EXTRATO DO CONTRATO 23/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO, CNPJ/MF 01.615.560/0001-13, CONTRATANTE, e, de outro, a empresa **SUPRA – CONSULTORIA, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA**, CNPJ/MF sob Nº. **40.621.340/0001-54**, **CONTRATADA**, nos termos do processo de inexigibilidade 08/2026, homologado em 05/08/2026.

DO OBJETO
Contratação de Empresa especializada na capacitação de servidores/vereadores, através do curso **MUNICÍPIOS EM ALERTA: GOVERNANÇA, PREVENÇÃO E RESPOSTA AOS IMPACTOS DO EL NIÑO E DOS EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS,** no período de 05, 06 e 07 de agosto de 2026.

DO PRAZO E GARANTIA
O contrato terá vigência e garantia pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 08 de Agosto de 2026.

DO VALOR
O Valor total acertado e ajustado é pelo valor de R$ 12.950,00 (Doze Mil Novecentos e Cinquenta Reais), que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, Conforme proposta apresentada e adjudicada.

Foz do Jordão/PR, 05 de Agosto de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente

Publicado por:
Edimar Junior de Paula Spagnoli
Código Identificador:FA111801

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DISPENSA ELETRONICA

AVISO DE DISPENSA ELETRONICA DE LICITAÇÃO COM DISPUTA N°020/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
ART. 75, INCISO II e § 1º E 3°, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021; DECRETO MUNICIPAL Nº 28/2024

DADOS DO AVISO Foz do Jordão-'PR, 05 de agosto de 2026.	
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 429/2026	
DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO **DATA E HORA DE ABERTURA**	**Até dia 11/08/2026, às 23h:59min** **12/08/2026 as 09h00min**
REFERÊNCIA DE HORÁRIO	Horário de Brasília - DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENOS DE HABILITAÇÃO	https://bll.org.br

O **MUNICIPIO DE FOZ DO JORDÃO-PR -**, com sede na Rua Padre Emilio Barbieri, nº 339, Centro inscrita no CNPJ/MF sob n° **01.603.719/0001-80**, torna público para conhecimento dos interessados a realização **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO LOTE**, nos termos do Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE TELA MODELO ALAMBRADO REVESTIDA EM PVC DESTINADA À REFORMA E ADEQUAÇÃO DO CERCAMENTO DO ESTÁDIO MUNICIPAL TONE ALEXANDRO DE SOUZA.
ANEXOS DESTE AVISO NO PORTAL DA TRANSPARENCIA DO MUNICIPIO Sitio Eletrônico: https://fozdojordaopr.equiplano.com.br:7492/transparencia/licitacoes Anexo I - Termo de Referência Anexo II – Minuta Contrato

Foz do Jordão-PR, 05 de agosto de 2026.

ANDRESSA DA SILVA DE SOUZA
Agente de Contratação
Decreto 035/2025

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:30C6DAFA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 138/2026.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 20/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: ELLO INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA (CNPJ Nº 49.804.997/0001-21)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE PALESTRA EDUCATIVA E APRESENTAÇÃO LÚDICA EM FORMATO DE TEATRO MUSICAL PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO"
VALOR TOTAL: R$ 7.360,00 (Sete Mil, Trezentos e Sessenta Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 Dias dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 31/07/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:E6477138

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 139/2026.

PROCESSO: Dispensa nº 17/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA (CNPJ Nº 77.396.810/0008-00)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A PRIMEIRA REVISÃO DA FIAT/STRADA PLACA: UBI-6B34"
VALOR TOTAL: R$ 940,17 (Novecentos e Quarenta Reais e Dezessete Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 1 Dia dia a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 31/07/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:EC5FD41E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 140/2026.

PROCESSO: Dispensa nº 18/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA (CNPJ Nº 05.982.200/0001-00)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO PARA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COMPREENDENDO HOSPEDAGEM EM NUVEM, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO REMOTO, DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA AOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE), BEM COMO SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SOB DEMANDA, PELO PERÍODO DE 06 (TRÊS) MESES, VISANDO ASSEGURAR A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DURANTE A IMPLANTAÇÃO DA NOVA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO"
VALOR TOTAL: R$ 21.060,00 (Vinte e Um Mil e Sessenta Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 184 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 06/08/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:A1AE88EE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000028/2026 PROCESSO ADM: Nº 422/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000028/2026
Processo Adm: Nº 422/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SEVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESIDUOS CONTAMINADOS
Empresas vencedoras valor total: R$ 60.763,80 (sessenta mil e setecentos e sessenta e três reais e oitenta centavos): SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA (03392348000160) com os lotes: 1 no valor total de R$ 60.763,80 (sessenta mil e setecentos e sessenta e três reais e oitenta centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/2021 DEC. MUNICIPAL 028/2024, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FOZ DO JORDÃO (PR), quarta-feira, 5 de agosto de 2026

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Autoridade Competente

Publicado por:
Andressa da Silva de Souza
Código Identificador:9ADAF686

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 526 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - nº 001/2025 com Homologação de resultado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

DECRETA

Art. 1º- Fica EXONERADA, a pedido, no dia 05 de Agosto de 2026, **KARINA BATISTA MENDES** Matrícula n.º. 3385, do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA do Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2025 do Quadro de Servidores deste Município.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:734F63A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação N° 125/2026
Pregão Eletrônico N° 045/2026

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
A Comissão Especial de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n°340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **21 de agosto de 2026, às 09h00min**, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° **045/2026** na modalidade Pregão Eletrônico.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bll.org.br e solicitações através do e-mail: licitação@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transformação veicular no caminhão Mercedes-Benz Atron 2729, pertencente à frota do Município de General Carneiro/PR, compreendendo o alongamento e reforço do chassi, alongamento do cardan, adequações estruturais, mecânicas, elétricas e pneumáticas, bem como a fabricação e instalação de prancha fixa destinada ao transporte de máquinas e implementos agrícolas, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra e a regularização documental da transformação perante os órgãos competentes, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

General Carneiro - PR, 05 de agosto de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:7B602033

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA AO EXTRATO CONTRATUAL

ERRATA AO EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 017/2026
Processo Licitatório nº 107/2026
Contrato nº 242/2026

O Município de General Carneiro, Estado do Paraná, torna pública a presente **ERRATA** ao Extrato Contratual referente ao Contrato nº 242/2026, firmado com a empresa **MEDICANDO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, para correção do valor estimado da despesa.

Onde se lê:
Valor Estimado da Despesa: **R$ 252.720,00 (duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e vinte reais).**

Leia-se:
Valor Estimado da Despesa: **R$ 835.830,00 (oitocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e trinta reais).**

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais informações constantes no Extrato Contratual.

General Carneiro – Estado do Paraná, 05 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:97BED16E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 023/2026
Processo Licitatório nº 124/2026
Homologação: 04/08/2026
Contrato nº 254/2026
Contratada: **JOÃO PEDRO DALGALLO**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR.

Objeto: **"Locação de imóvel destinado à manutenção das atividades da Associação de Reciclagem Nova Esperança, visando assegurar a continuidade da instalação e operação dos equipamentos fornecidos pela ITAIPU Binacional, bem como garantir o adequado desenvolvimento das atividades de coleta, triagem e destinação dos resíduos recicláveis no município de General Carneiro/PR, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS"**

Valor da Despesa: **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:9798F50E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Inexigibilidade de Licitação nº 017/2026
Processo Licitatório nº 107/2026
Contrato n° 245/2026
Adjudicação/ Homologação: 28/07/2026
Contratada: **JORMAM SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 29/07/2026 à 29/07/2027

Valor Estimado da Despesa: **R$ 252.720,00 (duzentos e cinquenta e dois mil setecentos e vinte reais).**

Objeto: "CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, NAS ESPECIALIDADES DE CLÍNICA GERAL, PSIQUIATRIA E GINECOLOGIA, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO/PR, EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE."

General Carneiro – Estado do Paraná, 05 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:49767F7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TRANSFERÊNCIA DE ITEM

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
TRANSFERÊNCIA DE ITENS

Processo Licitatório nº 008/2026
Pregão Eletrônico nº 003/2026
Adjudicação e Homologação: 10/02/2026
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de higiene pessoal, limpeza e utensílios, destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias Municipais, bem como das Creches e Escolas Municipais do Município de General Carneiro – PR**.**

Transferência dos itens:

EMPRESA	Item	Descrição
BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS EIRELI	66	Pano Para Limpeza, Tamanho 60x78. Pacote com 6 unidades.

General Carneiro - Paraná, 05 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:EE7943E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE EDITAL - CONCURSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP EDITAL Nº 001/2026

Edital 004/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – PARANÁ
CONCURSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP
EDITAL Nº 001/2026

O **Sr. Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito do Município de General Carneiro – Paraná,** no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no **Edital 001/2026**, **RESOLVE** retificar o **Edital de Abertura**, especificamente no que tange ao **Item 20 - Do Resultado Final e Homologação** - para acrescentar mais um **Subitem** e do **Edital 003/2026**, por ter ocorrido erro de Edição no enunciado do citado Edital e ratificar os demais Itens do **Edital 001/2026** – **Edital de abertura**, conforme abaixo:

1ª Alteração:

Onde se lê:

20 – DO RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO

20.1 O resultado final será divulgado após o julgamento de todos os recursos.

20.2 A homologação será publicada no site oficial do Instituto Unicampo - www.institutounicampo.com.br, no site da **Prefeitura Municipal de General Carneiro** – www.generalcarneiro.pr.gov.br e no Diário dos Municípios do Paraná - https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

20.3 A convocação seguirá rigorosamente a ordem de classificação, respeitando a reserva de vagas prevista neste edital.

20.4 Será eliminado o candidato que apresentar informações falsas ou documentos irregulares, a qualquer tempo.

20.5 O candidato PcD aprovado será submetido a avaliação médica para comprovação de compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo.

20.6 O não comparecimento à convocação, salvo hipóteses previstas neste edital, implicará perda do direito à vaga.

Leia-se:
20.1 O resultado final será divulgado após o julgamento de todos os recursos.

20.2 A homologação será publicada no site oficial do Instituto Unicampo - www.institutounicampo.com.br, no site da **Prefeitura Municipal de General Carneiro** – www.generalcarneiro.pr.gov.br e no Diário dos Municípios do Paraná - https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

20.3 A convocação seguirá rigorosamente a ordem de classificação, respeitando a reserva de vagas prevista neste edital.

20.4.O candidato, antes ou dentro do prazo de atendimento à convocação para nomeação, poderá renunciar à sua classificação, passando a constar no final da lista de aprovados.

20.4.1 A renúncia prevista no "caput" deste artigo só poderá ser exercida uma única vez.

20.5 Será eliminado o candidato que apresentar informações falsas ou documentos irregulares, a qualquer tempo.

20.6 O candidato PcD aprovado será submetido a avaliação médica para comprovação de compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo.

20.7 O não comparecimento à convocação, salvo hipóteses previstas neste edital, implicará perda do direito à vaga.

Obs: Os Itens alterados estão tarjados em amarelo para facilitar a identificação da alteração.

_____

2ª Alteração:
Onde se lê:

Edital 003/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – PARANÁ
CONCURSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP
EDITAL Nº 001/2026

O **Sr. Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito do Município de General Carneiro – Paraná,** no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no **Edital 001/2026**, **RESOLVE** retificar o **Edital de Abertura**, especificamente no que tange ao **Item 3** - Dos Cargos a serem Providos e ao **Item 16** – Da Prova de Títulos – (Quadro de Pontuação) e ratificar os demais Itens do Edital 001/2026, conforme abaixo:

Leia-se:

Edital 003/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – PARANÁ
CONCURSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP
EDITAL Nº 001/2026

O **Sr. Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito do Município de General Carneiro – Paraná,** no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no **Edital 001/2026**, **RESOLVE** publicar o Edital de **Deferimento e/ou Indeferimento do Pedidos Preliminares** de Isenções e das demais condições especiais para participação da Prova Objetiva, conforme abaixo:

_____

3º. Ficam **ratificados** os demais **Itens do Edital 001/2026** não afetados por este **Ato.**

_____

Informações Gerais sobre Itens do Edital 001/2026

Horário das Provas Objetivas

12.3.2 No período da manhã serão aplicadas as Provas para os seguintes cargos:

Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Escolas Urbanas

Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Escolas do Campo
Psicólogo
Assistente Social
Nutricionista

12.4.2 No período da tarde serão aplicadas as Provas para os seguintes cargos:

Professor de Apoio Escolar
Professor de Artes
Professor de Educação Física
Fiscal de Obras e Posturas
Fiscal de Unidade de Conservação
Motorista

General Carneiro/PR, 05 de agosto de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal
General Carneiro – Paraná

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:802F59B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PORTARIA Nº 10/2026

A secretaria Executiva do CMDCA de General Carneiro-PR, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Convocar o Sr. Jean Pablo Moreira Sedor, conforme previsto no Edital de convocação do CMDCA 02/2025 da resolução 09/2026, para assumir a vaga de Conselheiro Titular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nos dados de sua publicação.

General Carneiro - PR, 05 de Agosto de 2026

JOÃO SCHIMANSKI NETO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Denise Maciel Kukul Zanlorenzi
Código Identificador:2E9BF95A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 03/2026

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de General Carneiro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação e Cultura Maria Salete Oliveira Volenkevicz, mantenedora da Escola Municipal do Campo Helena Dobinski Onesko, Ensino Infantil e Ensino Fundamental, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria 072/2025, e considerando a Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR;

HOMOLOGA

Art. 1º - Escola Municipal do Campo Helena Dobinski Onesko, Ensino Infantil e Ensino Fundamental do Município de General Carneiro, Estado do Paraná.

Art. 2º - O Estatuto do Conselho Escolar homologado por este Ato entra em vigor a partir desta data.

General Carneiro, Estado do Paraná, 05 de Agosto de 2026

MARIA SALETE DE OLIVEIRA VOLENKEVICZ
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Port. 072/2025

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:8BCD0CE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ATO DE INSTITUIÇÃO Nº 03/2026

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de General Carneiro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação e Cultura Maria Salete de Oliveira Volenkevicz, mantenedora da Escola Municipal do Campo Helena Dobinski Onesko, Ensino Infantil e Ensino Fundamental no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria 072/2025, e considerando a Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR

INSTITUI

Art. 1º - O Conselho Escolar da Escola Municipal do Campo Helena Dobinski Onesko, Ensino Infantil e Ensino Fundamental - do Município de General Carneiro, Estado do Paraná, com a Oferta de: Ensino Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º - O Conselho Escolar passa a ser composto por 60% de representatividade da Comunidade Escolar e 40% de representatividade da Comunidade Local, representado pelos seguintes Membros:

Segmento que representa	Nome Completo do Titular	RG/CPF
Diretor	Maria Salete de Oliveira Volenkevicz	4.408.622-0
Equipe Pedagógica	Neuza Barrida Girotto	4.318.528-4
Corpo Docente	Juliana Apª Tonial Gaiovicz	1.703.672
Administrativo	Neander Benazzi	10.826.565-5
Representante de Alunos	Mauren Rafaela Gaiovicz Volinkevicz	12.493.493-1
Suplente	Deize Cely Onesko	10.772.252-1
Representante de Pais	Willian Cesar Camara	10.077.536-0
Suplente	Vanessa de Freitas França	109.992.239-92
Repres. Com. Local	José Adilço Onesko	4.108.186-4
Suplente	Suelem Puff	10.736.669-5
Repres. Com. Escolar	Daniele Correa	15.375.550-7
Suplente	Maria Marly Soroca Ferreira	4.486.328-6

Art. 3º - O Conselho Escolar Instituído por este Ato entra em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogado o Ato e disposições em contrário.

General Carneiro, Estado do Paraná, 05 de Agosto de 2026.

MARIA SALETE DE OLIVEIRA VOLENKEVICZ
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Port. 072/2025

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:D38377E7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 008/2026

Dispõe sobre o recebimento do Acórdão de Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, referente à Prestação de Contas do Poder Executivo do Município de Goioerê, exercício financeiro de 2024, e determina seu encaminhamento à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições regimentais vigentes, com fulcro nos Artigos 23 e 28 da Resolução nº 001/2012, combinado com o artigo 31 da Lei Orgânica Municipal de Goioerê, e
CONSIDERANDO o recebimento do **Ofício nº 318/26-OPD-GP**, encaminhado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio do qual foi remetido o **Acórdão de Parecer Prévio** referente à Prestação de Contas do Poder Executivo do Município de Goioerê, relativa ao exercício financeiro de 2024;
CONSIDERANDO a leitura em Plenário do Ofício nº 318/26-OPD-GP, no decurso da 25ª Sessão Ordinária, realizada em 3 de agosto de 2026;
CONSIDERANDO que compete à Câmara Municipal o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo, observando-se o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas, nos termos do artigo 31 da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Paraná, da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno;
RESOLVE:
Art. 1º Determinar o encaminhamento dos autos do Acórdão de Parecer Prévio - **PROCESSO N.º 177613/25** | **PARECER PRÉVIO N.º 181/2026** - Parecer Prévio pela **REGULARIDADE** das contas do senhor ROBERTO DOS REIS DE LIMA, na qualidade de prefeito do MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, **relativas ao exercício de 2024,** à **Comissão Permanente de Finanças e Orçamento**, para que proceda à análise da matéria e adote as providências previstas no artigo 266 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal.
Art. 2º Em observância ao disposto no **Art. 60 da Lei Orgânica do Município de Goioerê** e no **inciso I do Art. 266 da Resolução nº 001/2012 (Regimento Interno da Câmara Municipal)**, as contas do Poder Executivo do Município de Goioerê, relativas ao exercício financeiro de 2024, juntamente com o respectivo Acórdão de Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e demais documentos que instruem o processo, permanecerão **à disposição de qualquer munícipe, pelo prazo de 60 (sessenta) dias**, para exame e apreciação.
Parágrafo único. O processo de que trata o *caput* deste artigo está disponibilizado na Secretaria da Câmara Municipal de Goioerê, e bem como também, pode ser acessado através do link:
http://www.cmgoioere.pr.gov.br//index.php?sessao=b0546033683ab0&id=22110&id_categoria=429
Art. 3º Determinar à Secretaria da Câmara Municipal que promova a autuação do processo legislativo correspondente, procedendo às publicações e comunicações necessárias ao regular processamento da matéria.
Art. 4º Este Ato entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:1ED8A64E

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.919/2026

NOMEIA, EM CARÁTER EFETIVO, CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2022.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,
CONSIDERANDO o resultado final do concurso público de provas e títulos regido pelo Edital nº 001/2022, devidamente homologado em 17 de agosto de 2022;
CONSIDERANDO a necessidade de nomear aprovado em concurso público e de convocá-lo para tomar posse;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, em caráter efetivo, a candidata VALDILENE BEZERRA DE SOUZA SCHLOSSER, CPF nº 036.453.629-24, para o cargo público de PROFESSOR, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, obedecida a ordem de classificação no Concurso Público nº 001/2022.

Art. 2º O nomeado deverá se apresentar para posse, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento do cargo, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº. 11/2009 (Regime Jurídico Municipal), sob pena de ter seu ato de nomeação tornado sem efeito.

Art. 3º O candidato aprovado e nomeado neste concurso será investido no cargo se comprovar, na data da posse preencher todos os requisitos descritos no art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 11/2009 e após a apresentação dos documentos relacionados no Decreto Municipal nº. 7.565/2022.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO",
Goioerê – PR, em 05 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:27BC6E39

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.920/2026

NOMEIA, EM CARÁTER EFETIVO, CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2022.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,
CONSIDERANDO o resultado final do concurso público de provas e títulos regido pelo Edital nº 001/2022, devidamente homologado em 17 de agosto de 2022;
CONSIDERANDO a necessidade de nomear aprovado em concurso público e de convocá-lo para tomar posse;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, em caráter efetivo, a candidata ELIS CRISTINA MARIANO, CPF nº 026.996.789-37, para o cargo público de PROFESSOR, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, obedecida a ordem de classificação no Concurso Público nº 001/2022.

Art. 2º O nomeado deverá se apresentar para posse, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento do cargo, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº. 11/2009 (Regime Jurídico Municipal), sob pena de ter seu ato de nomeação tornado sem efeito.

Art. 3º O candidato aprovado e nomeado neste concurso será investido no cargo se comprovar, na data da posse preencher todos os requisitos descritos no art. 5º da Lei Complementar Municipal nº

11/2009 e após a apresentação dos documentos relacionados no Decreto Municipal nº. 7.565/2022.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO",
Goioerê – PR, em 05 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:A2699FB0

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.921/2026

NOMEIA, EM CARÁTER EFETIVO, CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2022.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,
CONSIDERANDO o resultado final do concurso público de provas e títulos regido pelo Edital nº 001/2022, devidamente homologado em 17 de agosto de 2022;
CONSIDERANDO a necessidade de nomear aprovado em concurso público e de convocá-lo para tomar posse;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, em caráter efetivo, a candidata ALINE FERNANDA CORREA, CPF nº 059.988.719-28, para o cargo público de PROFESSOR, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, obedecida a ordem de classificação no Concurso Público nº 001/2022.

Art. 2º O nomeado deverá se apresentar para posse, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento do cargo, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº. 11/2009 (Regime Jurídico Municipal), sob pena de ter seu ato de nomeação tornado sem efeito.

Art. 3º O candidato aprovado e nomeado neste concurso será investido no cargo se comprovar, na data da posse preencher todos os requisitos descritos no art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 11/2009 e após a apresentação dos documentos relacionados no Decreto Municipal nº. 7.565/2022.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO",
Goioerê – PR, em 05 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:E8BAE9E4

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.922/2026

NOMEIA, EM CARÁTER EFETIVO, CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2022.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,
CONSIDERANDO o resultado final do concurso público de provas e títulos regido pelo Edital nº 001/2022, devidamente homologado em 17 de agosto de 2022;
CONSIDERANDO a necessidade de nomear aprovado em concurso público e de convocá-lo para tomar posse;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, em caráter efetivo, a candidata TALINE CAROLINE DA SILVA DA MOTA, CPF nº 106.925.969-17, para o cargo público de PROFESSOR, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, obedecida a ordem de classificação no Concurso Público nº 001/2022.

Art. 2º O nomeado deverá se apresentar para posse, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento do cargo, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº. 11/2009 (Regime Jurídico Municipal), sob pena de ter seu ato de nomeação tornado sem efeito.

Art. 3º O candidato aprovado e nomeado neste concurso será investido no cargo se comprovar, na data da posse preencher todos os requisitos descritos no art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 11/2009 e após a apresentação dos documentos relacionados no Decreto Municipal nº. 7.565/2022.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO",
Goioerê – PR, em 05 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:D35A4B48

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.923/2026

NOMEIA, EM CARÁTER EFETIVO, CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2022.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,
CONSIDERANDO o resultado final do concurso público de provas e títulos regido pelo Edital nº 001/2022, devidamente homologado em 17 de agosto de 2022;
CONSIDERANDO a necessidade de nomear aprovado em concurso público e de convocá-lo para tomar posse;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, em caráter efetivo, a candidata JULIA MIYUKI SAKATA, CPF nº 124.338.009-86, para o cargo público de PROFESSOR, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, obedecida a ordem de classificação no Concurso Público nº 001/2022.

Art. 2º O nomeado deverá se apresentar para posse, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento do cargo, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº. 11/2009 (Regime Jurídico Municipal), sob pena de ter seu ato de nomeação tornado sem efeito.

Art. 3º O candidato aprovado e nomeado neste concurso será investido no cargo se comprovar, na data da posse preencher todos os

requisitos descritos no art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 11/2009 e após a apresentação dos documentos relacionados no Decreto Municipal nº. 7.565/2022.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO",
Goioerê – PR, em 05 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:D1238322

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.924/2026

NOMEIA, EM CARÁTER EFETIVO, CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2022.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,
CONSIDERANDO o resultado final do concurso público de provas e títulos regido pelo Edital nº 001/2022, devidamente homologado em 17 de agosto de 2022;
CONSIDERANDO a necessidade de nomear aprovado em concurso público e de convocá-lo para tomar posse;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, em caráter efetivo, a candidata ELLEN CAROLINE DE OLIVEIRA RODRIGUES DOS SANTOS, CPF nº 106.527.869-10, para o cargo público de PROFESSOR, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, obedecida a ordem de classificação no Concurso Público nº 001/2022.

Art. 2º O nomeado deverá se apresentar para posse, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento do cargo, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº. 11/2009 (Regime Jurídico Municipal), sob pena de ter seu ato de nomeação tornado sem efeito.

Art. 3º O candidato aprovado e nomeado neste concurso será investido no cargo se comprovar, na data da posse preencher todos os requisitos descritos no art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 11/2009 e após a apresentação dos documentos relacionados no Decreto Municipal nº. 7.565/2022.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO",
Goioerê – PR, em 05 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:86468871

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.925/2026

NOMEIA, EM CARÁTER EFETIVO, CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2022.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,
CONSIDERANDO o resultado final do concurso público de provas e títulos regido pelo Edital nº 001/2022, devidamente homologado em 17 de agosto de 2022;
CONSIDERANDO a necessidade de nomear aprovado em concurso público e de convocá-lo para tomar posse;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, em caráter efetivo, o candidato EVANDRO MUSTO, CPF nº 197.383.358-17, para o cargo público de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, obedecida a ordem de classificação no Concurso Público nº 001/2022.

Art. 2º O nomeado deverá se apresentar para posse, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento do cargo, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº. 11/2009 (Regime Jurídico Municipal), sob pena de ter seu ato de nomeação tornado sem efeito.

Art. 3º O candidato aprovado e nomeado neste concurso será investido no cargo se comprovar, na data da posse preencher todos os requisitos descritos no art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 11/2009 e após a apresentação dos documentos relacionados no Decreto Municipal nº. 7.565/2022.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO",
Goioerê – PR, em 05 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:C9E7B00A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
FNS – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AOS ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS P/ O PAG DO PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	03/08/2026	R$ 119.514,98
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	FEB	05/08/2026	R$ 96.905,00
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	SIMPLES NACIONAL	05/08/2026	R$ 830,19

Goioerê, 05 de agosto de 2.026.

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:276E2BDA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 33/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 33/2026
PROCESSO Nº 71

LICITAÇÃO: Dispensa Eletrônica nº 33/2026 (Lei nº 14.133, de 2021, Art. 75, inciso II).

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação, manutenção, substituição e conserto de portas, janelas, espelhos e vidros em geral, destinados aos prédios públicos da Administração Municipal.

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Goioxim, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 01.607.627/0001-78.

LOCAL: Sistema LICITANET (https://licitanet.com.br/).

DATA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS: 06/08/2026.

DATA E HORÁRIO DA ETAPA DE LANCES: 12/08/2026 - das 8:00h às 14:00h.

INFORMAÇÕES: através do protocolo digital acessível no site oficial do Município ou através do e-mail licitagoioxim@yahoo.com.br.

A íntegra do edital e seus anexos poderão ser obtidos no sitio oficial do Município www.goioxim.pr.gov.br ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Goioxim, 05/08/2026.

FLÁVIO BALDUINO SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:D38B4679

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 178 DE 05 DE AGOSTO DE 2026, ADRIELE HENNING.

PORTARIA Nº 178 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Concede férias ao servidor(a) ADRIELE HENNING, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006
R E S O L V E
Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias, a contar de 05 de agosto de 2026, ao servidor(a) ADRIELE HENNING, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matricula funcional nº 83891, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 05 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Alves
Código Identificador:E0E7C386

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 71/2026

PORTARIA Nº 71/2026
Data: 05 de agosto de 2026.

Ementa: Nomeia a Comissão Processante prevista no artigo 5º, inciso II do Decreto-Lei nº 201/67.

A Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE

Art. 1º Nomear os Vereadores eleitos na 21ª Sessão Ordinária para compor a Comissão Processante da Representação nº 03/2026, cujas funções ficam dispostas a saber:
I – Beto Salamanca (Valberto Paixão da Silva) – Presidente
II – Claudemir Motorista (Claudemir Delfino da Silva) – Relator
III – Mirele Paula Cetto Leite - Secretária

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente - Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:562B7689

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 72/2026

PORTARIA Nº 72/2026
DATA: 05 de agosto de 2026.

Ementa: Atualiza a relação de Vereadores da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná.

A Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 105, § 5°, do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º Atualizar a relação de Vereadores da Câmara Municipal, conforme abaixo:
ADRIANO RICHTER

BETO SALAMANCA

CLAUDEMIR MOTORISTA
CRISTIANE GIANGARELLI
FRANCIELE DANELON
GILMAR SOARES DA FONSECA
JOÃO CARLOS HARTEKOFF

KARINA BACH
KEILA MARTA FRANCISCO
MIRELE PAULA CETTO LEITE
TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente – Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:AC24C2A2

CAMARA MUNICIPAL
TERMO ESPECIAL DE COMPROMISSO E POSSE DE VEREADOR DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ –05 DE AGOSTO DE 2026

TERMO ESPECIAL DE COMPROMISSO E POSSE DE VEREADOR DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ –05 DE AGOSTO DE 2026

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (05-08-2026), nesta cidade de Guaíra, Estado do Paraná, nas dependências da Câmara Municipal de Guaíra, sito a Praça João XXIII, 200, no Gabinete da Presidência, perante aPresidente vereadoraTereza Camilo dos Santos, Vice-Presidente vereadora Keila Marta Francisco e o Secretário vereador Gilmar Soares da Fonseca,e considerando a licença do vereador **Givanildo José Tirolti,** atendendo ao contido no Decreto Legislativo n°. 04/2026, de 04 de agosto de 2026, compareceu a Senhora **FRANCIELE DE LIMA DANELON**, suplente de Vereador pela legenda do Partido União Brasil, estando munida do respectivo Diploma expedido pela 90ª Zona Eleitoral de Guaíra e declaração de bens**,** foi a mesma convidada pela senhora Presidente para prestar o juramento de posse, atendendo o que preceitua o Regimento Interno da Câmara Municipal de Guaíra, sendo que em pé, prestou o seguinte juramento: **"Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno, o Código de Ética, observar as leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem estar de seu povo."**

A seguir a senhora Presidente, vereadora Tereza Camilo dos Santos, declarou empossada no cargo de Vereadora do Município de Guaíra, a senhora **Franciele de Lima Danelon,** integrante do Partido União Brasil, como titular, em razão da vacância do cargo do vereador **Givanildo José Tirolti**.

Para constar, foi lavrado este termo de posse, o qual, após ser lido e achado conforme, vai assinado pelaVereadora empossada, pela senhora Presidente, senhora Vice-Presidente e senhor Secretário.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente

KEILA MARTA FRANCISCO
Vice-Presidente

GILMAR SOARES DA FONSECA
Secretário

FRANCIELE DE LIMA DANELON
Vereadora Empossada

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:18DD4610

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 219/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Adesão nº 652/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 077/2025
Locatário: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Beneficiária: **TAIMARA DE SOUZA CAVALHEIRO BACHES, CPF nº 800.081.639-36**

Objeto do Concessão, pelo Poder Executivo, conforme Lei Municipal nº 1.933/2015, de benefício financeiro para custear integral ou parcialmente, a locação de imóvel residencial (localizado na **Rua Valmir Padilha Tosti, nº 153, Bairro Anhembi**), pelo prazo de 12 (doze) meses, permitida a prorrogação por igual período, à família da Sra. **Taimara de Souza Cavalheiro Baches**, que se encontra em situação habitacional de emergência e de vulnerabilidade socioeconômica.

Objetivo do Aditivo: O objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato de Adesão.

Prorrogação do Prazo de Vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de adesão por mais **12 (doze) meses**, ou seja, até **21 de agosto de 2027.**

Do valor contratual: **Do valor:** O Locatário pagará à Beneficiária, pelo período aditado, o valor total máximo de **R$ 9.000,00 (nove mil reais),** correspondente a 12 (doze) mensalidades no valor de **R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato de Repasse / Prestação de Serviços original.

Guaíra, Paraná, 05 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:29B15265

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO DO CONTRATO – Nº 02/2026 – PREGÃO Nº 002/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A
OBJETO: O presente termo aditivo do Contrato nº 049/2024 tem por objetivo a formalização da cessão da posição contratual da cedente LIGGA TELECOMUNICAÇÕES S.A inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.368.865/0001-66, para **LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 65.649.511/0001-84.** A presente cessão e eventuais alterações societárias não afetarão a validade, a eficácia ou a continuidade do Contrato, desde que preservada sua regular execução. Alteração realizada conforme justificativas do Protocolo nº 4.807/2026, de 08/07/2026 através do sistema 1Doc.

FIRMADO EM: 27 de julho de 2026.
PROTOCOLO: 4.807/2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Sócrates Gonçalves Dos Reis Gomes
Paulo Celso Weigert Lobo

TESTEMUNHAS: Barbara Frata
Bianca Cristina Santos Pereira

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:84E9DC66

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO DO CONTRATO – Nº 049/2024 – PREGÃO Nº 25/2024

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A
OBJETO: O presente termo aditivo do Contrato nº 049/2024 tem por objetivo a formalização da cessão da posição contratual da cedente LIGGA TELECOMUNICAÇÕES S.A inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.368.865/0001-66, para **LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 65.649.511/0001-84.** A presente cessão e eventuais alterações societárias não afetarão a

validade, a eficácia ou a continuidade do Contrato, desde que preservada sua regular execução. Alteração realizada conforme justificativas do Protocolo nº 4.807/2026, de 08/07/2026 através do sistema 1Doc.

FIRMADO EM: 27 de julho de 2026.

PROTOCOLO: 4.807/2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Sócrates Gonçalves Dos Reis Gomes
Paulo Celso Weigert Lobo

TESTEMUNHAS: Barbara Frata
Bianca Cristina Santos Pereira

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:7983DC33

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO DO CONTRATO – Nº 08/2026 – PREGÃO Nº 006/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A
OBJETO: O presente termo aditivo do Contrato nº 049/2024 tem por objetivo a formalização da cessão da posição contratual da cedente LIGGA TELECOMUNICAÇÕES S.A inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.368.865/0001-66, para **LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 65.649.511/0001-84.** A presente cessão e eventuais alterações societárias não afetarão a validade, a eficácia ou a continuidade do Contrato, desde que preservada sua regular execução. Alteração realizada conforme justificativas do Protocolo nº 4.807/2026, de 08/07/2026 através do sistema 1Doc.

FIRMADO EM: 27 de julho de 2026.
PROTOCOLO: 4.807/2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Sócrates Gonçalves Dos Reis Gomes
Paulo Celso Weigert Lobo

TESTEMUNHAS: Barbara Frata
Bianca Cristina Santos Pereira

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:F9299EC0

PROJUR
2. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 21/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
MKE4B36	275710NIC0001297	09/05/2026	50020	R$ 390,46
PZA1J71	275710NIC0001299	09/05/2026	50020	R$ 390,46
RFM7G49	275710NIC0001295	09/05/2026	50020	R$ 390,46
RHY5E56	275710NIC0001296	09/05/2026	50020	R$ 390,46
TBI3A49	275710NIC0001294	09/05/2026	50020	R$ 586,94
UBC8F33	275710NIC0001298	09/05/2026	50020	R$ 390,46

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 04/08/2026 09:29 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:8CD0084F

PROJUR
3. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 21/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
QAR2I83	275710NIC0001293	08/05/2026	50020	R$ 260,32
TBN8G06	275710NIC0001266	05/05/2026	50020	R$ 586,94

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 03/08/2026 08:01 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:26D01CDF

PROJUR
5. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 21/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AKE5379	275710T000007156	02/08/2026	65992
AOF5134	275710T000001902	03/08/2026	60174
AOF5134	275710T000001903	03/08/2026	60760
AOF5134	275710T000001904	03/08/2026	69120
AOF5134	275710T000001901	03/08/2026	52663

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 05/08/2026 09:01 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:7E6DD4CA

PROJUR
6. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 21/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABJ6C37	275710S000011690	30/07/2026	60503
ABL0661	275710S000011648	28/07/2026	60503
ABM7H61	275710S000011671	29/07/2026	60503
AGP8C53	275710S000011693	30/07/2026	56732
ANN8594	275710T000008936	01/08/2026	70721
AOV7106	275710S000011660	29/07/2026	60503
APO7D24	275710T000007553	02/08/2026	52070
APS6449	275710S000011645	28/07/2026	60503
AQB8846	275710S000011654	28/07/2026	60503

ASX3957	275710S000011633	27/07/2026	60503
AXI6G99	275710S000011676	30/07/2026	60503
AXO5E38	275710S000011647	28/07/2026	60503
AXT3B42	275710S000011643	28/07/2026	60503
AYA5032	275710S000011665	29/07/2026	60503
AYB2A92	275710S000011644	28/07/2026	60503
AZA9F02	275710S000011695	30/07/2026	56732
AZM6B97	275710S000011638	28/07/2026	60503
BDM9I09	275710S000011689	30/07/2026	56732
BXG2J33	275710S000011670	29/07/2026	60503
DRP6G11	275710S000011683	30/07/2026	60503
FFX0B82	275710T000008958	31/07/2026	55417
FJR9J94	275710T000007551	02/08/2026	50100
FJW1A58	275710S000011674	29/07/2026	60503
FLZ4D66	275710S000011630	27/07/2026	60503
FNR8D68	275710S000011652	28/07/2026	60503
HTO5E56	275710S000011641	28/07/2026	60503
HTQ9032	275710S000011682	30/07/2026	60503
IUZ9I65	275710T000008933	01/08/2026	60841
IWC3J79	275710S000011640	28/07/2026	60503
MII8110	275710CND0000024	12/06/2026	50450
NBY4H82	275710S000011673	29/07/2026	60503
NRF6826	275710S000011627	27/07/2026	60503
NSC2A80	275710T000007554	02/08/2026	54522
OGX9I60	275710S000011626	27/07/2026	60503
OXT0D94	275710S000011653	28/07/2026	60503
QAW6B92	275710S000011686	30/07/2026	60503
RTR1B50	275710T000008960	31/07/2026	55417
RUS2E04	275710S000011631	27/07/2026	60503

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 04/08/2026 09:29 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 2

RWF1J59	275710S000011656	28/07/2026	60503
RWH8G41	275710S000011677	30/07/2026	60503
SEK4D47	275710S000011666	29/07/2026	60503
SFM6B26	275710S000011658	29/07/2026	60503
SMF0G10	275710S000011632	27/07/2026	60503
SXI5B92	275710S000011635	27/07/2026	60503
SXY4F34	275710T000009001	30/07/2026	59670
TAJ8G33	275710T000008959	31/07/2026	55680
TBS2E11	275710S000011662	29/07/2026	60503
TBS5F48	275710S000011650	28/07/2026	60503
TPP2B48	275710S000011680	30/07/2026	60503
TRK2F26	275710S000011675	29/07/2026	60503
UBE1F02	275710S000011672	29/07/2026	60503
UBR7J33	275710S000011655	28/07/2026	56732

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 04/08/2026 09:29 Desenvolvido pela Celepar Página: 2 de 2

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:A42110F0

PROJUR
7. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 18/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AWG3J27	275710NIC0001560	07/07/2026	50020
MKW7J01	275710NIC0001561	07/07/2026	50020
MLU9D21	275710NIC0001565	07/07/2026	50020
RDZ3B63	275710NIC0001564	07/07/2026	50020
RHI0H38	275710NIC0001566	07/07/2026	50020

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 03/08/2026 08:01 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:8CD21D3E

PROJUR
9. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 17/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AZK4F68	275710T000005700	28/07/2026	65300
QOH3J86	275710S000011549	24/07/2026	60503

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 30/07/2026 10:04 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:C9310747

PROJUR
DECRETO Nº 382/2026 DATA: 05.08.2026 EMENTA: EXONERA ASSESSORA DA DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos das Leis Municipais nºs 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando os memorandos on-line sob os nºs 021/2025 e 1.507/2026,

DECRETA:

Art. 1° Fica exonerada **JAQUELINE DA SILVA VENERUCI**, portadora da CI/RG nº XXX.486.829-XX SESP/PR, do cargo em comissão de Assessora da Diretoria de Educação Especial, símbolo CC-04, com desligamento no dia 04 de agosto de 2026, sendo este o seu último dia de trabalho.

Art. 2° Revoga-se o Decreto nº 167/2025 de 13 de fevereiro de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 04 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:DFDA5C79

PROJUR
DECRETO Nº 383/2026 DATA: 05.08.2026 EMENTA: NOMEIA ASSESSORA DA DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, consoante dispositivos da Lei Municipal nº 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando o memorando on-line sob o nº 021/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica nomeada **MEIRE LUCIA DOS SANTOS,** portadora da CI/RG nº X.X11.40X-X SESP/PR, para exercer, em comissão, o cargo de Assessora da Diretoria de Educação Especial, símbolo CC-04, a partir de 05 de agosto de 2026, com atribuições descritas no artigo 79

da Lei Municipal nº 2.024 de 26.09.2017, cuja remuneração dar-se-á nos termos da Legislação em vigor.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:49538034

PROJUR
PORTARIA Nº 475/2026 DATA: 05.08.2026 EMENTA: TRANSFERE DE LOTAÇÃO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o memorando online sob o nº 558/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Transferir de lotação a Servidora Pública Municipal a seguir mencionada:

Nome / Cargo	Matrícula nº	Da	Para	A partir de
Angelina Pereira Diniz Boscarioli /Auxiliar de Serviços Gerais	27480-01	Diretoria de Esporte e Lazer - Efetivos	Diretoria de Educação/Ensino Infantil - Fundeb 30% - Efetivos	07/08/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 07 de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, E, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:59FEA3BA

PROJUR
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO PORTARIA Nº 473/2026 DATA: 04.08.2026 EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os n°s 4.136/2017, 2.902/2018, 857/2022, 331/2025, 861/2025, 2.134/2025, 2.735/2025, 885/2026, 1.926/2026 e 2.108/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias aos Servidores Públicos Municipais, mencionados a seguir:

Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	Início/Final
Abdulcenir Moacir Bacovicz	2445-01	2024/2025	24/08/2026 a 22/09/2026
Abdulcenir Moacir Bacovicz II	20141-02	2025/2026	04/08/2026 a 02/09/2026
Adriana Padilha dos Santos Gonçalves	26026/02 e 26026-03	2025/2025 e 2025/2025	17/08/2026 a 31/08/2026 e 17/08/2026 a 31/08/2026
Charles Pereira dos Santos	30555-01	2024/2025	17/08/2026 a 03/09/2026
Franciele Granziera Giacomin	17345-01	2024/2025	14/08/2026 a 08/09/2026
Giovane Andrei Kulhkamp	19918-02	2024/2025	04/08/2026 a 21/08/2026
João Baptista Montanari	29431-01	2020/2021	10/08/2026 a 24/08/2026
Jose Moreira dos Santos	30366-04	2025/2026	31/08/2026 a 29/09/2026
Josinete Rodrigues dos Santos Bacovicz	1589-01	2024/2025	19/10/2026 a 02/11/2026
Leonita Rohde Keunecke	30552-01	2025/2026	24/08/2026 a 22/09/2026
Leticia Caroline Ramos	30987-01	2025/2026	18/08/2026 a 17/08/2026
Simone de Freitas Mickos	20680-1	2024/2025	31/08/2026 a 04/09/2026
Valeria de Oliveira	27820-01	2023/2024 e 2024/2025	10/08/2026 a 19/08/2026 e 20/08/2026 a 21/08/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 04 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:DA7EACB8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 30/2026

O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000, por intermédio de seu Departamento de Compras e Licitações, torna público, para os fins do art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que pretende realizar a contratação direta, por Dispensa de Licitação, do objeto a seguir especificado:

1. ADJUDICO o objeto da presente Inexigibilidade de licitação a empresa CONCEITO METAL PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrito no CNPJ nº 41.521.882/0001-18

2. HOMOLOGO, com fulcro no art. 74, c/c Art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a presente contratação por inexigibilidade de licitação

3. OBJETO:
Aquisição e Instalação de 02 (dois) parques infantis (playgrounds) destinados ao uso dos estudantes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, via adesão à Ata de Registro de Preços nº 022/2025, oriunda do Município de Rolim de Moura/RO

4. CONTRATADA:CONCEITO METAL PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrito no nº CNPJ 41.521.882/0001-18

5. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:A contratação fundamenta-se na adesão (carona) à ata de registro de preços de órgão gerenciador, com aceite formal da empresa detentora e autorização do Consórcio gestor, restando demonstrada a vantajosidade econômica e técnica para a Administração Municipal.

6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:A presente contratação direta fundamenta-se noart. 74**,** c/c Art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. VALOR TOTAL ESTIMADO:R$ 43.800,00 (quarenta e três mil e oitocentos reais)

8. PRAZO DE VIHENCIA E EXECUÇÃO:O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura

Guaraqueçaba/PR, 05 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:3919BA66

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO 20/2026 - CMDCA

SÚMULA: CONVOCAR O CONSELHEIRO SUPLENTE ELEITO NA ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DO CONSELHO TUTELAR GESTÃO 2026/2028.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 598 de 25 de agosto de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o Senhor Valdecir Ferreira de Oliveira para assumir o cargo de conselheiro tutelar, referente ao período de atestado médico da conselheira Dirlei Sauer e de férias das demais conselheiras solicitantes;

Art. 2º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Honório Serpa, 05 de agosto de 2026.

LUCIANE FORNARI DE MENEZES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Kauely Vitoria Beck
Código Identificador:F64F2043

RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE NOMEAÇÃO-158

DECRETO Nº 158 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a Alteração do decreto 254/2025 do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA**, Estado do Paraná, **JOÃO CARLOS GARBIN**, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o decreto nº 254/2025, que nomeou o senhor **Armando Bogio**, no cargo em comissão Chefe da Divisão de Compras e Contratos símbolo CC-2, passando a desempenhar o cargo de Diretor do Departamento Municipal de Assistência Social símbolo CC-1.
Este Decreto entra em vigor em 05 de agosto de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa/PR, em 05 de agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Munici

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:63FEA6A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 033/2026 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

DEPARTAMENTO PESSOAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 033/2026 - DO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

Nº 001/2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IGUARAÇU, Claudio Aparecido Bernin, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público conforme Edital nº 030/2024 de 04 de julho do ano de 2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público publicado no jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar) Decreto nº 43/2025 do dia 23/01/2025;

RESOLVE:

CONVOCAR os(as) candidatos(as) aprovados(as) e classificados(as), relacionados(as) no **ANEXO I** deste edital, para se apresentar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou seja, do dia 06 de agosto (quinta-feira) até o dia 12 de agosto (quarta-feira) de 2026, ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294, Centro, no horário de 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, munido(a) da documentação constante no **ANEXO II**.

• O(a) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a), após a entrega da documentação exigida no **ANEXO II**, será nomeado(a) através do Ato de Nomeação que será publicado no jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar).
• O(a) candidato(a) constante no **ANEXO I** que não comparecer no prazo e horário fixados nesta CONVOCAÇÃO, ou que não apresentar a documentação obrigatória exigida neste edital, estará **automaticamente eliminado(a)**, conforme itens 10, 10.1, 10.3 e 10.4 do Edital do Concurso Público 001/2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu/PR, não cabendo qualquer reclamação ou pedido de reclassificação à lista de Classificação Geral do Concurso Público 001/2024.
• O Poder Público poderá convocar novos candidatos, obedecendo à ordem de classificação do Concurso Público, através de outra CONVOCAÇÃO devidamente publicada.
• O candidato(a) que desejar desistir da vaga deverá comparecer à Prefeitura Municipal para assinar o Termo de Desistência, ou enviá-lo para o e-mail oficial **amd@iguaracu.pr.gov.br ou prefeitura@iguaracu.pr.gov.br.** O termo deverá estar devidamente assinado, legível, acompanhado de documento oficial com foto. (Vide modelo no ANEXO III.)

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 05 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

ANEXO I
CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

123241	Assistente Administrativo	**JAMILE ANGELA ZAMBONINI**	**11º**

ANEXO II
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS
a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) CPF e fotocópia;
c) Registro no órgão de classe e fotocópia;
d) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;

e) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Título de eleitor e fotocópia, acompanhado do comprovante de votação da última eleição, justificativa de ausência ou declaração de quitação eleitoral;
g) Carteira de Trabalho e cadastro no PIS/PASEP e fotocópia;
h) Comprovante de escolaridade exigida;
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, acompanhada do cartão da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 7 a 14 anos), quando houver;
j) Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
k) Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
l) Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, no local de residência do(a) candidato(a);
m) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
n) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
o) Declaração de desvinculação para o candidato(a) que exerce cargo ou função pública federal, estadual ou municipal, conforme previsto nos incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal;
p) Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão.
OBSERVAÇÃO: Os documentos acima deverão ser apresentados em cópias autenticadas, ou os originais acompanhados de cópias simples para autenticação no ato da entrega.

ANEXO III
TERMO DE DESISTÊNCIA DE VAGA
Concurso Público – Edital 01/2024
Á Prefeitura Municipal de Iguaraçu – Estado do Paraná
Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____na cidade de _____, aprovado(a) e convocado(a) para o cargo de _____ conforme o Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, venho por meio deste, formalizar minha desistência da referida vaga.
Declaro estar ciente de que, ao desistir da vaga, estou abrindo mão de todos os direitos e benefícios decorrentes da minha aprovação e convocação no concurso mencionado, não podendo reivindicar, futuramente, qualquer posicionamento ou reintegração nesta vaga.
Dados do Candidato:
Nome Completo: _____
RG: _____
CPF: _____
Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____
Dados do Concurso:
Cargo: _____ Classificação: _____
Edital: 01/2024
Prefeitura Municipal de Iguaraçu – Estado do Paraná
Assino o presente termo em _____, no dia ___/___/_____, ciente das suas implicações legais e administrativas.

_____
Assinatura

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:D87CC06F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO AVISO RELAÇAO DE CREDENCIADO - CREDENCIAMENTO Nº 005/2026

O Município de Iguaraçu/PR, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público a relação de credenciados até a data de 05/08/2026 referente ao **Credenciamento nº 005/2026**.
Objeto: CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS PÚBLICOS OFICIAIS, devidamente matriculados e em situação regular perante a Junta Comercial competente, para a prestação de serviços técnicos especializados destinados à realização de leilões públicos, visando à alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Iguaraçu/PR.

Informa-se que os **envelopes de Documentação apresentados até o presente momento serão abertos no dia 17 de agosto de 2026, às 08h00min**, na **Sala de Licitações**, sito a Rua Otávio Pedro da Silva 294, Centro.

Relação de empresa Credenciada até a data de 05/08/2026:

ORDEM	EMPRESA/CREDENCIADO	CNPJ/CPF
01	FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO	039.xxx.xxx-30
02	LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA	014.xxx.xxx-16
03	JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA	065.xxx.xxx-05
04	RAFAEL DANIELEWICZ	032.xxx.xxx-52
05	GUSTAVO MORETTO GUIMARÃES DE OLIVEIRA	280.xxx.xxx-38
06	ALEX SANDRO VIERIA FELIX	026.xxx.xxx-30
07	CAMILA DE MOURA GAIA PELLISSARI	066.xxx.xxx-55
08	LUIS CARLOS DALL AGNOL	607.xxx.xxx-53
09	JORGE MARCO AURELIO BIAVATI	580.xxx.xxx-15
10	LUIZ BARBOSA LIMA JUNIOR	397.xxx.xxx-49
11	LELIA MARIA DE PAULA LENZ CESAR GAUDENCIO	839.xxx.xxx-68
12	CONRADO AUGUSTO CARVALHO DE MAGALHAES	089.xxx.xxx-54
13	RICARDO FERREIRA GOMES	005.xxx.xxx-83
14	SIDNEY BELARMINO FERREIRA JUNIOR	049.xxx.xxx-75
15	HELCIO KRONBERG	085.xxx.xxx-24
16	JOACIR MONZON POUEY	007.xxx.xxx-29
17	PEDRO LERNER KRONBERG	005.xxx.xxx-20
18	JAQUELINE SPERANCA	859.xxx.xxx-15
19	PAULO ALEXANDRE HEISLER	534.xxx.xxx-87
20	ADALBERTO SCHERER FILHO	301.xxx.xxx -44
21	JEREMY WU SANTIAGO DA COSTA E SILVA	007.xxx.xxx -50
22	GUILHERME EDUARDO STUTZ TOPOROSKI	042.xxx.xxx-71
23	CÁTIA FERNANDA ALIEVI TOPOROSKI	040.xxx.xxx -96
24	DANIEL ELIAS GARCIA	910. xxx.xxx -53
25	GIANCARLO PETERLONGO LORENZINI MENEGOTTO	587. xxx.xxx -53
26	LUCIANO MARANGONI	028.xxx.xxx -70
27	FABIO MARLON MACHADO	066.xxx.xxx -67
28	DIEGO WOLF DE OLIVEIRA	008.xxx.xxx-19
29	ALEXSANDER PRETTI DOMINGOS	046.xxx.xxx-69

A **presença dos representantes das empresas interessadas é facultativa**, não sendo obrigatória para a participação no certame.
Demais informações estão disponíveis junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Iguaraçu/PR.

Iguaraçu, 05 de agosto de 2026.

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:184226C3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO EXTRATO - CONTRATO Nº 086/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2026

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 026/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 116/2026
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
CONTRATADA: BR TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA, CNPJ nº 11.070.975/0001-02, com sede na Av. Brasil, nº 3.080, Zona 01, 2º andar, Salas 26 e 27, cidade de Maringá/PR, CEP: 87.013-000.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na área de tecnologia da informação para licenciamento de sistemas de gestão pública, compreendendo as entidades Prefeitura Municipal, SAAE – Serviços Autônomo de Água e esgoto e Câmara Municipal de Iguaraçu-PR, nos termos do decreto federal 10.540/2020 – SIAFIC, constituindo conversão, implantação, treinamento e serviços técnicos necessários para manutenção dos softwares.
VALOR: R$ 706.025,71(setecentos e seis mil, vinte e cinco reais e setenta e um centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05/08/2026 à 10/08/2027.
EXECUÇÃO: 10/08/2026 à 10/08/2027

Iguaraçu, 05 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:35FAC811

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

Processo Administrativo nº 042/2026
Chamamento Público nº 002/2026
Inexigibilidade nº 011/2026
Credenciante: Município de Iguaraçu/PR.
Credenciada: ALELO S.A., CNPJ nº 04.740.876/0001-25.
Fundamento Legal: Art. 124, inciso I, alínea "a" da Lei Federal nº 14.133/2021.
Objeto do Aditivo: Adequação das condições de execução do Termo de Credenciamento nº 004/2026, autorizando, em caráter excepcional, temporário e transitório, durante a fase de implantação da política pública de substituição da entrega de cestas básicas por benefício eventual mediante cartão eletrônico, a utilização de até 100 (cem) cartões eletrônicos não personalizados, sem identificação nominal e sem vinculação prévia ao CPF.
Condições: O presente aditivo não altera o objeto contratado, o quantitativo global estimado, o valor da contratação, a taxa administrativa ou quaisquer outras condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e Termo de Credenciamento, permanecendo todas as demais cláusulas integralmente ratificadas.
Data da assinatura: 05 de agosto de 2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:C76C0024

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 026/2026 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando os ditames da Lei Federal n.º 14.133/21 face ao constante nos autos de Processo nº. 116/2026, referente ao Edital de Pregão Eletrônico em epígrafe.

HOMOLOGO, o procedimento licitatório, na Modalidade Pregão Eletrônico instaurado e registrado sob o n.º 026/2026, com fulcro no art. 71 da Lei 14.133/21, a qual objetiva a Contratação de pessoa jurídica especializada na área de tecnologia da informação para licenciamento de sistemas de gestão pública, compreendendo as entidades Prefeitura Municipal, SAAE – serviços autônomo de água e esgoto e Câmara Municipal de Iguaraçu-PR, nos termos do decreto federal 10.540/2020 – SIAFIC, constituindo conversão, implantação, treinamento e serviços técnicos necessários para manutenção dos softwares.

ADJUDICO, o contrato com a empresa **BR TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA**, CNPJ nº 11.070.975/0001-02, com sede na Av. Brasil, nº 3.080, Zona 01, 2º andar, Salas 26 e 27, cidade de Maringá/PR, CEP: 87.013-000, com o valor global de R$ 978.100,00 (novecentos e setenta e oito mil e cem reais).

Iguaraçu/PR, 05 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:F4CFFEAE

SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU
PORTARIA 005/2026

Súmula: Concede Férias a Servidora Pública Municipal que especifica-se.

MARCIO MAGALHÃES TITATO, Superintendente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal n.° 005/1997 – Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade,

RESOLVE

Art. 1. ° -Conceder férias regulares a Servidora Pública Municipal, cuja nominata resta descrita abaixo, em estrita observância aos ditames do art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal N° 005/1997, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná:

DO SERVIDOR			DAS FÉRIAS		
Mat.	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Qtde. (dias)	Período/Fruição
4415/1	JANAINNA CARVALHO JESUINO	DIRETORA OPERACIONAL	2025/2026	15	14/09/2026 À 28/09/2026

Art. 2. ° -Determinar a baixa, nos assentos funcionais da Servidora acima descrita, dos períodos de férias alcançados por este Ato, bem como dos devidos registros de "aviso/recibo de férias" devidos, para fins de registro e controle interno.

Art. 3. ° -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguaraçu, Estado do Paraná, 05 de agosto de 2026.

MARCIO MAGALHÃES TITATO
Superintendente do SAAE

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:FD18D702

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO 15/2024

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO 15/2024

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da AMCESPAR - CIS/AMCESPAR. Com CNPJ n° 00.358.098/0001-53.
CONTRATADA: **IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE EASSESSORIALTDA.**
CNPJ: 05.982.200/0001-00.

OBJETO: Adiciona-se o reajuste pelo Índice acumulado de 12 (doze) meses do INPC no valor de 4,33% (quatro inteiros e trinta e três centésimos) sobre o valor dos serviços contratados dos itens 02, 03 e 04. A alteração contratual de que trata este Instrumento é baseado no Art. 114 da Lei 14.133/2021.
Adiciona-se o prazo mais 12 (doze) meses de vigência no presente contrato, a partir do último dia da vigência anterior, prorrogando até 06/08/2027, firmado na data da assinatura deste instrumento. Conforme previsão da Cláusula segunda, com fulcro no permissivo legal da Lei nº 14.133/2021, para **Contratação de empresa**

especializada para prestação de serviços de Assessoria Técnica, Suporte, Manutenção de Sistema de Informatização e locação do Software para o gerenciamento do serviço de saúde, sendo agendamento de consultas e exames, atendimento, faturamento e prontuário eletrônico. Possibilidade de Migrar/converter os sistemas em uso e customizar softwares de acordo com os interesses da entidade, para pleno desempenho das atividades administrativas, de gestão de serviços de saúde.
VALOR REGISTRADO: conforme o firmando em contrato.
Unidade: 01- CIS/AMCESPAR.
DATA DA ASSINATURA: Irati, 05 de agosto de 2026.
FORO: IRATI-PR

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS/AMCESPAR
Contratante

IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE EASSESSORIALTDA
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:CF0CC3A0

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 064/2026
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMCESPAR
Contratada: ECOPRO DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA
CNPJ: **61.560.978/0001-00**
OBJETO: O CREDENCIADO prestará serviços de SERVIÇOS DE ULTRASSONOGRAFIA ITINERANTE, para o CIS Amcespar.
VALOR REGISTRADO: Conforme Anexo IV do edital de Chamamento Público 03/2026. Processo de Inexigibilidade 08/2026.
Unidade:01- CIS Amcespar
Dotação orçamentaria: 01.100
10.302.0001.2006.3.3.90.39.00.00. Fonte 31369 (reduzido 36)
10.302.0001.2002.3.3.90.39.00.00 fontes 385 (reduzido 26)

VIGENCIA: 17 de julho a **25 de abril de 2027.**

FORO: IRATI – PR

CIS/AMCESPAR
Contratante

ECOPRO DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:06C0A653

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 065/2026
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMCESPAR
Contratada MENDES CIRURGIA TORACICA LTDA
CNPJ: **06.258.708/0001-23**
OBJETO: O CREDENCIADO prestará serviços de EXAMES de ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA, COLONOSCOPIA, SERVIÇOS DE ANESTESIA PARA EXAME, ESPIROMETRIA, para o CIS Amcespar.
VALOR REGISTRADO: Conforme Anexo III do edital de Chamamento Público 08/2025. Processo de Inexigibilidade 013/2025.
Unidade:01- CIS Amcespar
Dotação orçamentaria: 01.100
10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.002.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.005.3.3.90.39.00.00 fonte 368 QUALICIS
10.302.0001.2.006.3.3.90.39.00.00 fonte 31369 SUS
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.00.00 fonte 496 CEO

VIGENCIA: 29 de julho a **25 de setembro de 2026.**

FORO: IRATI – PR

CIS/AMCESPAR
Contratante

MENDES CIRURGIA TORACICA LTDA
Contratada

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 066/2026
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMCESPAR
Contratada GM - SERVIÇOS MÉDICOS S/S
CNPJ: **29.098.202/0001-08**
OBJETO: O CREDENCIADO prestará serviços de CONSULTAS de CARDIOVASCULAR, para o CIS Amcespar.
VALOR REGISTRADO: Conforme Anexo II do edital de Chamamento Público 07/2025. Processo de Inexigibilidade 012/2025.
Unidade:01- CIS Amcespar
Dotação orçamentaria: 01.100
10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.002.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.005.3.3.90.39.00.00 fonte 368 QUALICIS
10.302.0001.2.006.3.3.90.39.00.00 fonte 31369 SUS
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.00.00 fonte 496 CEO

VIGENCIA: 02 de agosto a **25 de setembro de 2026.**

FORO: IRATI – PR

CIS/AMCESPAR
Contratante

GM - SERVIÇOS MÉDICOS S/S
Contratada

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 067/2026
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMCESPAR
Contratada CIRCO DI ANTONELLI LTDA
CNPJ: **44.311.787/0001-88**
OBJETO: O CREDENCIADO prestará serviços de FONOAUDIOLOGIA, para o CIS Amcespar.
VALOR REGISTRADO: Conforme Anexo II do edital de Chamamento Público 07/2025. Processo de Inexigibilidade 012/2025.
Unidade:01- CIS Amcespar
Dotação orçamentaria: 01.100
10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.002.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.005.3.3.90.39.00.00 fonte 368 QUALICIS
10.302.0001.2.006.3.3.90.39.00.00 fonte 31369 SUS
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.00.00 fonte 496 CEO

VIGENCIA: 29 de julho a **25 de setembro de 2026.**

FORO: IRATI – PR

CIS/AMCESPAR
Contratante

CIRCO DI ANTONELLI LTDA
Contratada

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 068/2026
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMCESPAR
Contratada MENTALLY SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA
CNPJ: **55.417.930/0001-37**
OBJETO: O CREDENCIADO prestará serviços de SERVIÇO SOCIAL, para o CIS Amcespar.
VALOR REGISTRADO: Conforme Anexo II do edital de Chamamento Público 07/2025. Processo de Inexigibilidade 012/2025.
Unidade:01- CIS Amcespar
Dotação orçamentaria: 01.100

10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.002.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.005.3.3.90.39.00.00 fonte 368 QUALICIS
10.302.0001.2.006.3.3.90.39.00.00 fonte 31369 SUS
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.00.00 fonte 496 CEO

VIGENCIA: 29 de julho a **25 de setembro de 2026.**

FORO: IRATI – PR

CIS/AMCESPAR
Contratante

MENTALLY SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:2EB55D12

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 170/2026

INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DO ESPORTE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ – PR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IPORÃ**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de planejamento das políticas públicas de esporte e lazer para o período de dez anos;
CONSIDERANDO a importância da participação da sociedade civil organizada, entidades esportivas, atletas, profissionais da área e demais segmentos envolvidos com o esporte;

CONSIDERANDO a necessidade de elaboração do Plano Decenal Municipal do Esporte, alinhado às diretrizes estaduais e nacionais para o fortalecimento das políticas públicas esportivas;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Municipal de Elaboração do Plano Decenal do Esporte do Município de **Iporã – PR**.

Art. 2º. A Comissão Municipal de Elaboração do Plano Decenal do Esporte do Município de **Iporã – PR** será composta pelos seguintes membros:

I – Representante da Secretaria Municipal de Esporte (Presidente):
Cristhian Candil
II – Representante do Conselho Municipal de Esporte:
Anésio Anderson de Moraes
III – Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Jania Luzia Bressan Errera Gomes
IV – Representante da Secretaria Municipal de Saúde:
Franciele Sibim
V – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Solange das Graças Bagarolo
VI – Representante das Entidades Esportivas do Município:
Alessandro Junio Langaro
VII – Representante dos Professores de Educação Física:
Aloisio de Magalhães Junior
VIII – Representante dos Atletas:
João Antonio Valvassore Cadorin
IX – Representante da Sociedade Civil:
Maiko de Peder de Souza

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Edifício do Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos **cinco** dias do mês de **agosto** do ano de **dois mil e vinte e seis**.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:C6C9A2D9

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1214/2026

REVOGA A PORTARIA N°. 1029/2026 de 01/07/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

I – **REVOGAR,** a partir de 06 de agosto de 2026 a Portaria n°. 1029/2026 de 01 de julho de 2026, que **DESIGNA O SERVIDOR MANOEL MESSIAS MEIRA PEREIRA, PARA ACUMULAR A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:0B9FEC8C

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1215/2026

NOMEIA O SENHOR ARISTIDES ANTONIO CAMPOS, PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE;

I – Nomear, a partir de 06 de agosto de 2026, o senhor **ARISTIDES ANTONIO CAMPOS**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº. 088.xxx.xxx-72, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Iporã – Paraná, para exercer o Cargo em comissão de **SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**, lotado na Secretaria de Assistência à Saúde.
Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:A45042C1

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1216/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA MAIRA FARIAS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 31 de julho de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **MAIRA FARIAS SANTOS,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 112.xxx.xxx-25, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 31 de julho de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:5B91C842

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1217/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA JESSIKA PAULINO DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 30 de julho de 2026, 01 (um) dia **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **JESSIKA PAULINO DOS SANTOS**, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob nº 070.xxx.xxx-48, residente e domiciliada na cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – VILA NILZA**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 30 de julho de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:BB1770FD

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1218/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA VALTERINA DA SILVA SANTOS CAMILO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 27 de julho de 2026, 05 (cinco) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **VALTERINA DA SILVA SANTOS CAMILO,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 762.xxx.xxx-68, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR (02 PADRÕES)**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 27 de julho de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:2ACEDAF4

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1219/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA ISABEL MARIA PEREIRA DE MELO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir 03 de agosto de 2026, 02 (dois) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **ISABEL MARIA PEREIRA DE MELO,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 139.xxx.xxx-63, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 077/2025, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, no cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 03 de agosto de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:89E0A415

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1220/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA SILVANA SOARES EVARISTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 03 de agosto de 2026, 15 (quinze) dias de de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **SILVANA SOARES EVARISTO,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 052.xxx.xxx-39, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 03 de agosto de 2026.
Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agsoto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:B02ABA52

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1221/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA JOSIANE APARECIDA PEREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 30 de julho de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **JOSIANE APARECIDA PEREIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob nº 049.xxx.xxx-92, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **TÉCNICO DE HIGIÊNE DENTAL,** lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 30 de julho de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:D9675F12

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1222/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA FERNANDA DE FREITAS OLIVEIRA SIMONI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 29 de julho de 2026, 02 (dois) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **FERNANDA DE FREITAS OLIVEIRA SIMONI**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 006.xxx.xxx-56, residente e domiciliada nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 29 de julho de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:12303ED9

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1223/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA CAROLINE NASCIMENTO MATIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 03 de agosto de 2026, 05 (cinco) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **CAROLINE NASCIMENTO MATIAS**, brasileira, inscrita no C.P.F. sob nº. 066.xxx.xxx-03, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 005/2025, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 03 de agosto de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:60387849

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1224/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA GILDETE DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, no dia 31 de julho 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **GILDETE DA SILVA**, brasileira, divorciada, inscrita no CPF/MF sob nº 008.xxx.xxx-79, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 31 de julho de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:35040916

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1225/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA BARBARA PRISCILA DUCATTI SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 04 de agsoto de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **BARBARA PRISCILA DUCATTI SILVA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 060.xxx.xxx-85, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **FARMACÊUTICO BIOQUIMICO**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 04 de agosto de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:3E5A398B

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1226/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA ANA CLARA DOS REIS BARGAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 04 de agosto de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **ANA CLARA DOS REIS BARGAS,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 118.xxx.xxx-08, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 016/2026, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, no cargo de **AUXILIAR DE APOIO A INFÂNCIA**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 04 de agosto de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:8075B567

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1227/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA SANDRA MARIA UDENAL ROCHINSKI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 04 de agosto de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **SANDRA MARIA UDENAL ROCHINSKI**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 706.xxx.xxx-20, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR**, exercendo a função de **SECRETÁRIA ESCOLAR**.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 04 de agosto de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:521EE1C4

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1228/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO FERREIRA DE ALMEIDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, no dia 03 de agosto de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **FRANCISCA DA CONCEIÇÃO FERREIRA DE ALMEIDA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 035.xxx.xxx-40, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 036/2025, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, no cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 03 de agosto de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:C41EF343

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1229/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA EDINEIA MACEDO PEREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 03 de agosto de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **EDINEIA MACEDO PEREIRA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 043.xxx.xxx-43, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – CENTRO II**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 03 de agosto de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:FBBF6655

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1230/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA PATRICIA DA SILVA EZEQUIEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 31 de julho de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **PATRICIA DA SILVA EZEQUIEL,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 600.xxx.xxx-04, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **ENFERMEIRA**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 31 de julho de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:0407CD2A

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1231/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA GILDETE DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 04 de agosto 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **GILDETE DA SILVA**, brasileira, divorciada, inscrita no CPF/MF sob nº 008.xxx.xxx-79, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 04 de agosto de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:8FEE552A

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1232/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA MARIA EDUARDA VIEIRA DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, no dia 31 de julho de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **MARIA EDUARDA VIEIRA DA SILVA**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 089.xxx.xx-95, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 002/2026, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 31 de julho de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:4DC78239

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1233/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA ALINE FERNANDA WAGNER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 03 de agosto de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **ALINE FERNANDA WAGNER,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 050.xxx.xxx-01, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 034/2026, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de **RECEPCIONISTA**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 03 de agosto de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:A70A4206

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1234/2025

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA JOCACIA PRISCILA BALBO LIMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 04 de agosto de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **JOCACIA PRISCILA BALBO LIMA,** brasileira, inscrita no CPF/MF Sob nº. 072.xxx.xxx-03, residente e domiciliada no Município de Francisco Alves - Paraná, no Cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 04 de agosto de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:83DE1EAC

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1235/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA REGIANI BARBOSA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 04 de agosto de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **REGIANI BARBOSA**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 052.xxx.xxx-48, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã – Paraná, ocupante do Cargo em Comissão de **ASSESSOR TÉCNICO NÍVEL I**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 04 de agosto de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:D1081FCF

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1236/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA WALDIRENY KIENEN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, no dia 04 de agosto de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **WALDIRENY KIENEN,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 945.xxx.xxx-72, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **AGENTE DE ENDEMIAS**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 04 de agosto de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:D39D3F4E

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1237/2026

COLOCA EM CEDÊNCIA SERVIDOR MUNICIPAL PARA APOIO ÀS AÇÕES DE DEFESA AGROPECUÁRIA – INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE;

I – Colocar em Cedência pelo período de 13 de julho de 2026 a 12 de julho de 2027, o servidor municipal, **ALEX SANDRO FERNANDES JUNIOR,** brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob nº. 115.xxx.xxx-80, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, contratado através do contrato nº. 054/2026, aprovado em Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de **MÉDICO VETERINÁRIO**, CRMV/PR 27406-VP, regido pelo RGPS – Regime Geral de Previdência Social, carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, prestara serviços junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da Secretaria de Defesa Agropecuária, fica designado para prestar serviços junto ao SIF 5339, PLUSVAL AGROAVÍCOLA LTDA, situada no Município de Iporã-Pr, com ônus financeiro para o município.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 13 de julho de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:C0C76E9D

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1238/2026

COLOCA EM CEDÊNCIA SERVIDOR MUNICIPAL PARA APOIO ÀS AÇÕES DE DEFESA AGROPECUÁRIA – INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE;

I – Colocar em Cedência pelo período de 14 de julho de 2026 a 13 de julho de 2027, a servidora municipal, **BIANCA PEREIRA RUIS,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 347.xxx.xxx-10, residente e domiciliada na cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, contratada através do contrato nº. 055/2026, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de **MÉDICO VETERINÁRIO**, CRMV/MS 08907-VP, regido pelo RGPS – Regime Geral de Previdência Social, carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, prestara serviços junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da Secretaria de Defesa Agropecuária, fica designado para prestar serviços junto ao SIF 5298, BMG FOODS – Importação e Exportação LTDA, e eventualmente junto ao SIF5339, PLUSVAL AGROAVÍCOLA LTDA, ambas empresas situadas no Município de Iporã-Pr, com ônus financeiro para o município.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:352DF70C

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1239/2026

COLOCA EM CEDÊNCIA SERVIDOR MUNICIPAL PARA APOIO ÀS AÇÕES DE DEFESA AGROPECUÁRIA – INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE;

I – Colocar em Cedência pelo período de 13 de julho de 2026 a 12 de julho de 2027, o servidor municipal, **ANDERSON ROGÉRIO FLORIANO,** brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob nº.

300.xxx.xxx-19, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, contratado através do contrato nº. 053/2026, aprovado em Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de **MÉDICO VETERINÁRIO**, CRMV/PR 16099-VP, regido pelo RGPS – Regime Geral de Previdência Social, carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, prestara serviços junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da Secretaria de Defesa Agropecuária, fica designado para prestar serviços junto ao SIF 5339, PLUSVAL AGROAVÍCOLA LTDA, situada no Município de Iporã-Pr, com ônus financeiro para o município.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 13 de julho de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:CBE2E0B8

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 001/2026 REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

Dispõe sobre a convocação da Conferência Municipal do Esporte de Iporã– PR.

O **CONSELHO MUNICIPAL DO ESPORTE DE IPORÃ– PR**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação municipal vigente,
RESOLVE:
Art. 1º Convocar a Conferência Municipal do Esporte de Iporã, a ser realizada no dia 12 de Agosto de 2026, às 09h00 Centro social Urbano, Rua: Pastor Nilson Braga, 351, com a finalidade de promover a participação da sociedade civil, entidades esportivas, atletas, dirigentes, profissionais da área e representantes do Poder Público na construção e validação das diretrizes do Plano Municipal Decenal do Esporte de Iporã.
Art. 2º A Conferência teve como objetivos:
I – promover o debate sobre a realidade esportiva do Município;
II – discutir propostas para o fortalecimento das políticas públicas de esporte e lazer;
III – apresentar, discutir e validar as diretrizes, objetivos, metas e ações que compõem o Plano Municipal Decenal do Esporte;
IV – incentivar a participação da sociedade na formulação das políticas públicas voltadas ao esporte.
Art. 3º A convocação da Conferência foi amplamente divulgada por meio de ofícios encaminhados às autoridades, entidades, instituições e representantes da sociedade civil, bem como por outros meios oficiais de comunicação do Município.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos para fins de registro e documentação da Conferência Municipal do Esporte realizada em 12 de Agosto de 2026.

Iporã– PR, 20 de julho de 2026

CRISTHIAN CANDIL
Presidente do Conselho Municipal do Esporte

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:19C51D60

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 556/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 68, e com base nas Leis Municipais n° 1045/91, 4614/18 e demais cominações legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica deferida a progressão no Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Civis do Município de Irati - Paraná, os (as) servidores (as) municipais abaixo relacionados (as):

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	Matricula	Padrão	Ref.
NATALIA GALVAO	Enfermeira	5066385	B	2
WENDELL HENRIQUE CANDIDO BUENO	Enfermeiro	5066387	B	2

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos retroativos a 01 de junho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 05 de AGOSTO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:E4E388A0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 557/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 68, e com base nas Leis Municipais n° 1045/91, 4614/18 e demais cominações legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica deferida a progressão no Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Civis do Município de Irati - Paraná, os (as) servidores (as) municipais abaixo relacionados (as):

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	Matricula	Padrão	Ref.
ADRIANA APARECIDA FERREIRA	Merendeira	3313170	C	5
RENAN TULLIO SGUARIO	Psicólogo	5066448	B	2
GABRIELA TYSKI VIEIRA	Enfermeira	5066417	B	2

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos retroativos a 01 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 05 de AGOSTO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:F4CDAB9A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 558/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 68, e com base nas Leis Municipais n° 1045/91, 4614/18 e demais cominações legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica deferida a progressão no Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Civis do Município de Irati - Paraná, os (as) servidores (as) municipais abaixo relacionados (as):

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	Matricula	Padrão	Ref.
CESAR DE ANDRADE	Operador De Máquinas	5066477	B	2
ANA RITA VOLOVITCH	Merendeira	2458010	C	6
RICARDO DA SILVA KARPINSKI	Operador De Máquinas	5066478	B	2

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos retroativos a 01 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 05 de AGOSTO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:5F1E2754

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 559/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam designados os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Especial de avaliação dos documentos apresentados pelos credenciados na Inexigibilidade nº 067/2026, Processo Administrativo n° 121/2026:

I – Aline Carla Brandalise, registrada na matrícula sob o nº 5062681;
II – Deise Stefania Daniliszyn, registrada na matrícula sob o nº 2945600;
III - Jeferson Dos Santos Cristo, registrado na matrícula sob o nº 5067378.
IV- Eder Ricardo Silva Buccini, registrado na matrícula sob o nº 5067384.

Parágrafo único: Tal comissão se faz necessária diante do Credenciamento de Empresas especializadas na prestação de serviços médicos e apoio complementar, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, disponibilizando consultas médicas, plantões do Pronto Atendimento, demais serviços profissionais em saúde, bem como, exames diagnósticos laboratoriais e exames diagnósticos de imagem sob demanda, para o município de Irati, Paraná; de que trata o certame.

Art. 2º - Compete à Comissão proceder à análise técnica e documental, verificando a regularidade e a compatibilidade dos documentos apresentados com as exigências previstas no edital, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 05 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:DD7C2EAC

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.373, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir, por desapropriação amigável ou judicial, o imóvel registrado na matrícula nº 27.839 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Irati, para fins de integração ao patrimônio público municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, APROVOU e eu PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, SANCIONO a seguinte Lei:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, por desapropriação amigável ou judicial, o imóvel registrado na matrícula nº 27.839 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Irati, que tem área total de 119.866,89 m², de propriedade da INDUSTRIA E COMERCIO DALLEGRAVE S A MADEIRAS E PAPEL, inscrita no CNPJ n° 75.153.213/0001-52, declarado de utilidade pública por meio do Decreto Municipal nº 740/2025.

Art. 2º - O imóvel será incorporado ao patrimônio público municipal e destinado à implantação de projetos, equipamentos e ações de interesse público, especialmente voltados às áreas ambiental, turística, paisagística, recreativa e de lazer, conforme planejamento da Administração Municipal.

Art. 3º - O valor da indenização do imóvel objeto da presente desapropriação foi previamente avaliado pela Municipalidade em aproximadamente R$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais), conforme laudo técnico de avaliação que compõe a presente Lei, ficando o Poder Executivo autorizado a despender, para fins de indenização, o montante máximo de até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 1º Na hipótese de desapropriação judicial, fica o Poder Executivo autorizado a promover todos os atos necessários ao regular processamento da ação expropriatória, inclusive a efetuar o depósito judicial legalmente exigido e o pagamento da indenização que vier a ser fixada judicialmente, observados os limites estabelecidos nesta Lei e a legislação vigente.

§ 2º A aquisição por via amigável fica condicionada à apresentação de matrícula atualizada do imóvel, livre de ônus, gravames ou restrições que impeçam sua plena e imediata transferência ao patrimônio municipal.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado, observadas as disposições do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, a requerer judicialmente a imissão provisória na posse do imóvel, quando necessária à consecução do interesse público que fundamentou a declaração de utilidade pública.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, 05 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:42E0BDBF

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo Contrato de Locação nº 065/2025, Inexigibilidade de Licitação nº 036/2025 – PMI. Locador: FG Oliveira Imobiliária Ltda, CNPJ 53.267.339/0001-15. Objeto: Locação do imóvel comercial com área construída a ser utilizada de 192,95 m² composto por 10 cômodos, 03 banheiros e 02 vagas de garagem (descoberto), localizado na Avenida Vicente Machado, nº 262, Centro,

Irati/PR, devidamente Matriculado nesta Comarca de Irati, Estado do Paraná, conforme Matrícula nº 6.300, para o seguinte uso: Conselho Tutelar, Serviço de Escuta Especializada e Departamento de Atenção a Primeira Infância, Criança e Adolescente. Do Prazo Contratual: Fica renovado o prazo de execução dos serviços por 12 (doze) meses, com início no dia 22 de agosto de 2026, terminando em 22 de agosto de 2027. Do Reajuste Do Valor Contratual: Fica reajustado o valor contratual mensal de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), passando para R$ 5.224,00 (cinco mil, duzentos e vinte e quatro reais), de acordo com o IGP-M, estimado para o período de 12 (doze) meses. Data e assinaturas.

Terceiro Termo Aditivo Contrato de Locação nº 068/2023, Dispensa de Licitação nº 030/2023 – PMI. Locador: Carlos Mazurek, CPF ***.***.629-72. Objeto: Locação de imóvel localizado na rua principal do distrito de Gonçalves Júnior, zona rural, sede do PS-Posto de Serviços da Agência de Correios de Gonçalves Júnior, em atendimento a Secretaria Municipal de Administração. Do Prazo Contratual: Fica renovado o prazo de execução dos serviços de 12 (doze) meses, com início no dia 02 de julho de 2026, terminando em 02 de julho de 2027. Do Valor Contratual: Fica renovado o valor mensal original, totalizando o valor de R$ 3.240,00 (três mil, duzentos e quarenta reais), a serem pagos em 12 (doze) parcelas de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais) mensais.

Primeiro Termo Aditivo Contrato de Prestação de Serviços nº 077/2025, Inexigibilidade de Licitação nº 045/2025 – PMI. Contratada: Federação Paranaense de Voleibol, CNPJ 76.024.173/0001-01. Objeto: Contratação da Federação Paranaense de Voleibol – FPV para pagamento das taxas de competições. Dos Prazos Contratuais: Fica renovado o prazo de execução dos serviços por 12 (doze) meses, passando o vencimento de 19/09/2026 para 19/09/2027, e o prazo de vigência de 19/11/2026 para 19/11/2027. Do Valor Contratual: Fica renovado o valor contratual de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), estimado para o período de 12 (doze) meses.

Primeiro Termo Aditivo Contrato de Prestação de Serviços nº 068/2025, Inexigibilidade de Licitação nº 037/2025 – PMI. Contratada: Expresso Princesa dos Campos SA, CNPJ 80.227.796/0001-59. Objeto: Contratação da empresa Expresso Princesa dos Campos S/A para transporte coletivo de passageiros, detentora de exclusividade no transporte entre os Municípios de Irati, Imbituva, Ponta Grossa, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Rebouças, Rio Azul, Mallet, Paulo Frontin e União da Vitória, para aquisição de passagens para cumprimento do Art. 6° da LEI Nº 4.708, DE 21 DE AGOSTO DE 2019, em auxílio para as famílias em situação de vulnerabilidade social e temporária, em caráter de emergência, residentes no Município de Irati, acompanhadas pela Secretaria Assistência Social. E passagens para demais Secretarias conforme termo de referência. Dos Prazos Contratuais: Fica renovado o prazo de execução dos serviços por 12 (doze) meses, passando o vencimento de 01/09/2026 para 01/09/2027, e o prazo de vigência de 01/11/2026 para 01/11/2027. Do Valor Contratual: Fica renovado o valor contratual de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), estimado para o período de 12 (doze) meses. Data e assinaturas.

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:788B6FC4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026.

O Município de Itambaracá, Estado do Paraná, torna público que fará realizar-se no dia 12/08/2026 dispensa de licitação, em sua sede à Avenida Interventor Manoel Ribas, nº 06, na sala de Sessão de Licitação da Prefeitura para a seleção de propostas mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, visando a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços contínuos de servente de limpeza e conservação com acúmulo da função de copeira, para atender as necessidades do prédio da Capela Mortuária de forma preventiva e, extraordinariamente, sempre que houver a realização de velórios, de modo a garantir condições adequadas de higiene, salubridade, conservação patrimonial e pleno funcionamento das instalações, conforme especificação descritas no Anexo - I e termo de referência, do edital.

Valor Total: R$ 34.454,02 (trinta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e dois centavos)
Os recursos financeiros para custear as despesas da aquisição do objeto deste DISPENSA, estão anexados no processo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00min do dia 07/08/2026 às 08h00min do dia 12/08/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h30min do dia 12/08/2026

LOCAL: recebimento de propostas via e-mail propostadispensa@itambaraca.pr.gov.br ou através de protocolo presencial no Prédio da Prefeitura ou através do endereço eletrônico https://itambaraca.eloweb.net/protocolo/aberturaProcessoExterno
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

O Edital nº 02/2026, com detalhes da Dispensa de Licitação estará à disposição dos interessados a partir do dia 06/08/2026, no portal de transparência da Prefeitura Municipal.
Informações através do e-mail: propostadispensa@itambaraca.pr.gov.br ou pelo telefone (43) 3543-1224.

Itambaracá/PR, 04 de agosto de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Cristina Dos Santos
Código Identificador:4BFA812A

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PARCIAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

Processo Adm: Nº 021/2026
Objeto: Registro de Preços Aquisição de Uniformes, Bolsas e Estojos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Saúde e Esporte e Lazer, com o objetivo de suprir as necessidades dos alunos, servidores e participantes de programas esportivos do Município de Itambaracá-PR
Empresas vencedoras (PARCIAL, para os itens 01, 02, 03, 05, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17) valor total: R$ 138.616,90 (cento e trinta e oito mil e seiscentos e dezesseis reais e noventa centavos):**C D BACELAR - IBAITI**(32761917000103) com os lotes: 9, 11, 13 e 17 no valor total de R$ 7.728,00 (sete mil e setecentos e vinte e oito reais).**AZO PRODUTOS LTDA**(41591664000150) com os lotes: 3, 5 e 15 no valor total de R$ 15.164,90 (quinze mil e cento e sessenta e quatro reais e noventa centavos).**LEANDROS IMPORT & MARKETPLACE LTDA**(59910933000169) com o lote: 10 no valor total de R$ 3.100,00 (três mil e cem reais).**ANGELO BERGAMASCO GUILHERME - VESTUARIO**(47025414000139) com o lote: 16 no valor total de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).**A L DA SILVA CONFECCOES**(36424884000159) com os lotes: 12 e 14 no valor total de R$ 4.120,00 (quatro mil e cento e vinte reais).**MARISTELA BERNADETE VILANOVA**(29087846000192) com os lotes: 1 e 2 no valor total de R$ 101.004,00 (cento e um mil e quatro reais).
ITAMBARACÁ - PR, 05 de agosto de 2026

ELIETE CAETANO DOMINGUES VELANI
Agente de Contratação

Publicado por:
Eliete Caetano Domingues
Código Identificador:74FF82AB

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2026
Procedimento Administrativo: 023/2026
Licitacão/Número: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

Registro de Preços para a aquisição de equipamentos de informática, para atender todas as secretarias do município de Itambaracá – PR, por um período de 12 meses.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADA: FERNANDO JOSÉ MACELLA 07009459975, CNPJ 48.079.523/0001-00.
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 27.279,30 (vinte e sete mil e duzentos e setenta e nove reais e trinta centavos).
DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 de agosto de 2027
Itambaracá Pr, 05 de agosto de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:D77CF7D1

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2026
Procedimento Administrativo: 023/2026
Licitacão/Número: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026
Registro de Preços para a aquisição de equipamentos de informática, para atender todas as secretarias do município de Itambaracá – PR, por um período de 12 meses.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADA: 63.106.245 JENIFFER GODOY WILL LOPES, CNPJ 63.106.245/0001-18
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 500,00 (quinhentos reais).
DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 de agosto de 2027

Itambaracá Pr, 05 de agosto de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:2CEDAFD4

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2026
Procedimento Administrativo: 023/2026
Licitacão/Número: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026
Registro de Preços para a aquisição de equipamentos de informática, para atender todas as secretarias do município de Itambaracá – PR, por um período de 12 meses.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADA: 65.815.629 NATALIA VENANCIO DA SILVA, CNPJ:65.815.629/0001-35
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 3.233,34 (três mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos)
DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 de agosto de 2027

Itambaracá Pr, 05 de agosto de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:F1061576

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2026
Procedimento Administrativo: 023/2026
Licitacão/Número: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026
Registro de Preços para a aquisição de equipamentos de informática, para atender todas as secretarias do município de Itambaracá – PR, por um período de 12 meses.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADA: AJIS EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ: 67.585.357/0001-50
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 6.349,00 (seis mil, trezentos e quarenta e nove reais)
DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 de agosto de 2027
Itambaracá Pr, 05 de agosto de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:626344C2

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2026
Procedimento Administrativo: 023/2026
Licitacão/Número: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

Registro de Preços para a aquisição de equipamentos de informática, para atender todas as secretarias do município de Itambaracá – PR, por um período de 12 meses.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADA: CHM CONSULTORIA DE TECNOLOGIA LTDA, CNPJ: 13.976.189/0001-02
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).
DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 de agosto de 2027
Itambaracá Pr, 05 de agosto de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:B6E439DE

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2026
Procedimento Administrativo: 023/2026
Licitacão/Número: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

Registro de Preços para a aquisição de equipamentos de informática, para atender todas as secretarias do município de Itambaracá – PR, por um período de 12 meses.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADA: Digitalpar Informática Ltda, CNPJ: 18.861,730/0001-42
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 55.399,88 (cinquenta e cinco mil e trezentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 de agosto de 2027
Itambaracá Pr, 05 de agosto de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:7B87F17F

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2026
Procedimento Administrativo: 023/2026
Licitacão/Número: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026
Registro de Preços para a aquisição de equipamentos de informática, para atender todas as secretarias do município de Itambaracá – PR, por um período de 12 meses.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADA: EDER BASTOS & CIA LTDA CNPJ: 31.851.052/0001-03
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 2.755,13 (dois mil e setecentos e cinquenta e cinco reais).
DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 de agosto de 2027
Itambaracá Pr, 05 de agosto de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:2FA64351

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2026
Procedimento Administrativo: 023/2026
Licitacão/Número: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026
Registro de Preços para a aquisição de equipamentos de informática, para atender todas as secretarias do município de Itambaracá – PR, por um período de 12 meses.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADA: FABBRO IT IND COM E DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ :39.304.546/0001-71
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 151.740,00 (cento e cinquenta e um mil e setecentos e quarenta reais).
DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 de agosto de 2027

Itambaracá Pr, 05 de agosto de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:D2639F51

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2026
Procedimento Administrativo: 023/2026
Licitacão/Número: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

Registro de Preços para a aquisição de equipamentos de informática, para atender todas as secretarias do município de Itambaracá – PR, por um período de 12 meses.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADA: HABITUS DIGITAL COMERCIAL LTDA, CNPJ:41.010.343/0001-14
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 28.627,30 (vinte oito mil e seiscentos e vinte e sete reais e trinta centavos)
DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 de agosto de 2027
Itambaracá Pr, 05 de agosto de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:6157ED4C

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2026
Procedimento Administrativo: 023/2026
Licitacão/Número: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

Registro de Preços para a aquisição de equipamentos de informática, para atender todas as secretarias do município de Itambaracá – PR, por um período de 12 meses.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADA: HOMETECH SISTEMAS ELETRÔNICOS, CNPJ:48.099.152/0001-10,
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 7.542,90 (sete mil e quinhentos e quarenta e dois reais e noventa centavos)
DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 de agosto de 2027

Itambaracá Pr, 05 de agosto de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:5143604B

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2026
Procedimento Administrativo: 023/2026
Licitacão/Número: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026
Registro de Preços para a aquisição de equipamentos de informática, para atender todas as secretarias do município de Itambaracá – PR, por um período de 12 meses.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADA: IRD Produtos de Informática Ltda, CNPJ : 10.402.061/0001-39
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 5.978,49 (cinco mil e novecentos e setenta e oito reais e quarenta e nove centavos).
DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 de agosto de 2027
Itambaracá Pr, 05 de agosto de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:DD12C33D

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2026
Procedimento Administrativo: 023/2026
Licitacão/Número: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026
Registro de Preços para a aquisição de equipamentos de informática, para atender todas as secretarias do município de Itambaracá – PR, por um período de 12 meses.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADA: SPOTECH INFORMATICA CORAL LTDA, CNPJ: 11.118.645/0001-40,

VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 669,00 (seiscentos e sessenta e nove reais)
DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 de agosto de 2027

Itambaracá Pr, 05 de agosto de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:89D4F05C

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2026
Procedimento Administrativo: 023/2026
Licitacão/Número: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026
Registro de Preços para a aquisição de equipamentos de informática, para atender todas as secretarias do município de Itambaracá – PR, por um período de 12 meses.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADA: STELAR TECNOLOGIA LTDA, CNPJ: 52.750.930/0001-66
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 4.254,60 (quatro mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos).
DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 de agosto de 2027

Itambaracá Pr, 05 de agosto de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:6D80820E

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2026
Procedimento Administrativo: 023/2026
Licitacão/Número: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026
Registro de Preços para a aquisição de equipamentos de informática, para atender todas as secretarias do município de Itambaracá – PR, por um período de 12 meses.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, CNPJ:76.235.738/0001-08
CONTRATADA:TECHSAM COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA,
CNPJ: 61.462.914/0001-69,
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 5.831,10 (cinco mil e oitocentos e trinta e um mil e dez centavos).
DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 de agosto de 2027

Itambaracá Pr, 05 de agosto de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:45DC15EA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 06.01/2026

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO DESTINADO AO DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ-PR

EDITAL Nº 06.01/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

DO PROCESSO 01/2026 DESTINADO AO DESENVOLVIMENTO DEESTÁGIOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ-PR

AMARILDO TOSTES, Prefeito do Município de ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve,

TORNA PÚBLICO à CONVOCAÇÃO dos aprovados abaixo relacionados, para comparecer perante ao **DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA**, sito à rua Av. Interventor Manoel Ribas, 06 - CEP 86375-000 - Itambaracá – Paraná (43) 3543-1224, dentro do prazo de**05 (cinco) dias úteis**a partir da publicação deste edital.

ÁREA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

NOME	CURSO
Danielly Beraldo Riquino	Graduação Pedagogia

Publique-se e Arquive-se.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 03 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:83FC3DF9

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 305/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Licença 03 meses na forma do Art. nº 139 da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 921/2026 do Ofício nº 144/2026-SEMED do Departamento de Municipal de Educação que solicita Licença 01 mês da referida servidora abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder a Senhora **TATIANI DIVINA LOPES RUIZ**, funcionária concursada, Matrícula nº 200741, no cargo **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** do Quadro da Prefeitura Municipal de Itambaracá, lotada na Secretaria Municipal de Educação, admitida em **22 de março de 2010**, **LICENÇA POR 01 (UM) MÊS** de acordo com o disposto no Artigo n.º 139 da Lei Municipal n.º 687 de 24 de março de 1994, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) do período aquisitivo de **21/03/2020 a 20/03/2025**, com início em **03 de agosto de 2026 e término aos 01 de setembro de 2026**.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 03 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 05 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:ABAF0DC0

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 306/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 908/2026 do Ofício nº 170/2026 do Diretor do Departamento de Serviços Públicos e Obras que solicita a referida Férias do servidor abaixo:

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, ao servidor abaixo relacionado:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
CLAYTON RODRIGO HENRIQUE	200653	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	30/05/2024 A 29/05/2025	03/08/2026	01/09/2026

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 05 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:5633DD89

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 307/2026

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade dos serviços essenciais executados pelo servidor Marson Alessandro da Silva, Matrícula 200812, no cargo de Auxiliar de serviços gerais, atualmente usufruindo suas férias regulamentares desde 20/07/2026;

CONSIDERANDO a possibilidade de suspensão do afastamento já iniciado, que, por necessidade de serviço implica no retorno do servidor às suas atividades;

CONSIDERANDO que o uso e gozo das férias podem ser determinados, a critério da Administração Pública, conforme sua conveniência e interesse, não ferindo o direito do servidor, o qual usufruirá o restante do período suspenso de uma só vez;

CONSIDERANDO que o direito a férias não será desconstituído pela Administração Pública, pois o período concessivo exato deve ter em conta o interesse público, ostentando a natureza da alçada discricionária do administrador competente, segundo a conveniência e o interesse da Administração Pública; e

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 947/2026 do Ofício nº 172/2026 do Diretor de Serviços Públicos e Obras que solicita o Retorno de Férias do servidor abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º - Determinar o **RETORNO** do servidor público **MARSON ALESSANDRO DA SILVA,** no cargo **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** às suas atividades funcionais, suspendendo-se o período de férias a partir de **03/08/2026.**

Art. 2° - O restante do período de férias será gozado a partir de nova data, descontado o período já usufruído.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 05 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:D6EFCA97

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 308/2026

SÚMULA: Exonera Cargo em Comissão e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar do Cargo em Comissão de DIRETOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, a Senhora FABIANA ODORIZZIO DE SOUZA, deixando de receber símbolo CC.3, a partir de 05 de agosto de 2026.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 05 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:D8B60D4C

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026
Fundamento: art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

O **SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ITAMBARACÁ – SAMAE** torna público que receberá propostas adicionais para a contratação abaixo indicada, mediante dispensa de licitação em razão do valor, nos termos do art. 75, inciso II e § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

1. OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE EXPEDIENTE, EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO E CARTUCHOS DE TINTA PARA IMPRESSORAS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ITAMBARACÁ – SAMAE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.

2. PRAZO E FORMA DE APRESENTAÇÃO
As propostas e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados:
a) para o e-mail **licitacao@samaeitambaraca.com.br**, até as **23h59 do dia 11 de agosto de 2026**; ou
b) presencialmente, na sede do SAMAE, até as **17h do dia 11 de agosto de 2026**.
As propostas encaminhadas por e-mail deverão conter, no campo "Assunto", a identificação:
"Dispensa de Licitação nº 03/2026".

3. PROPOSTA
A proposta deverá ser apresentada conforme o modelo disponibilizado e conter, no mínimo:
a) razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail do fornecedor;
b) descrição dos produtos ofertados;
c) preço unitário e valor total de cada item;
d) valor global da proposta;
e) prazo de validade da proposta; e
f) identificação e assinatura do responsável.
Os preços deverão incluir todos os custos necessários ao fornecimento, inclusive tributos, encargos, embalagens, frete e transporte.
A proposta deverá contemplar **todos os itens.**
Não serão aceitas propostas parciais ou com preços superiores aos valores máximos unitários estabelecidos no Termo de Referência.

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO
O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observados os preços máximos unitários, as especificações e as demais condições estabelecidas no Termo de Referência.
Será selecionada a proposta de menor valor global que atenda integralmente às exigências da contratação.
O SAMAE poderá solicitar esclarecimentos, realizar diligências e negociar condições mais vantajosas com o fornecedor mais bem classificado.

5. HABILITAÇÃO
O fornecedor deverá apresentar:
a) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
b) prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a Dívida Ativa da União;
c) prova de regularidade perante a Seguridade Social – INSS e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
d) certidões de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;
e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da contratação;
f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
g) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado das respectivas alterações ou da consolidação, devidamente registrado; certificado da condição de Microempreendedor Individual – CCMEI; requerimento de empresário; ou outro documento equivalente, conforme a natureza jurídica do fornecedor;
h) Declaração Conjunta, conforme modelo disponibilizado.
Os documentos poderão ser conferidos pela Administração nos respectivos sistemas oficiais.
A Administração realizará consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, sem prejuízo de outras verificações destinadas a constatar a inexistência de impedimento para contratar com o Poder Público.

6. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO
As especificações, quantidades, prazos de entrega, condições de recebimento e pagamento, vigência, fiscalização, reajuste e demais obrigações constam do Termo de Referência, que integra este Aviso para todos os efeitos.
A apresentação da proposta implica conhecimento e aceitação integral das condições estabelecidas neste Aviso e em seus anexos.

7. ACESSO AOS DOCUMENTOS
O Termo de Referência, o Modelo de Carta Proposta e a Declaração Conjunta estão disponíveis no Portal da Transparência do SAMAE:

https://itambaraca.eloweb.net/portaltransparencia/3/licitacoes/detalhes?entidade=3&exercicio=2026&tipoLicitacao=7&licitacao=4

Dúvidas e esclarecimentos poderão ser obtidos pelo e-mail **licitacao@samaeitambaraca.com.br**, pelo telefone **(43) 3543-1475** ou pelo WhatsApp **(43) 98455-2826**.

Itambaracá/PR, 4 de agosto de 2026.

PAULO ZAMBONI
Superintendente do SAMAE

Publicado por:
Vinicios Curso Ruiz
Código Identificador:99B7FC5D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO (LEI 14.133/21)

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITAMBÉ E EMPRESA GHIFER ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2026 – CONCORRÊNCIA Nº 04/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Rui Barbosa, nº 34, em Itambé/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.282.698/0001-47, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Ananias Soares Vieira, brasileiro, portador(a) da Cédula de Identidade Civil RG sob nº 5.049.568-0 e inscrito no CPF/MF nº 794.109.799-00, residente e domiciliado(a) neste Município e;

CONTRATADA: GHIFER ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ Nº 37.591.246/0001-95, localizada na Rua Princesa Isabel, nº 1388, Jardim Panorama em Sarandi/PR, endereço eletrônico: contato@ghiferengenharia.com.br, telefone: (44) 9 8833-9719, representada por Eduardo Henrique Vercezi Ghirardelo, portador(a) da cédula de identidade R.G. nº 12.459.209-7, inscrito(a) no CPF sob nº 087.699.639-08, residente na Rua Lídia Greschuk dos Santos, nº 118, quadra 19 lote 20em Paiçandu/PR, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente termo aditivo (acréscimo/supressão/prorrogação de prazo/reajuste), conforme processo administrativo nº 024/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO
Fica alterado o contrato com o fim de acrescer quantitativo de itens planilhados e não planilhados, conforme planilha que integra o processo administrativo, com fundamento no art. 125 da Lei nº 14.133/21.

Em consequência da alteração, será acrescido ao valor do contrato o montante de R$ 84.248,81 (oitenta e quatro mil, duzentos e quarenta e oito reais e oitenta e um reais), passando o valor total do contrato para

R$ 2.107.594,81 (dois milhões e cento e sete mil, quinhentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
O valor acrescido ao contrato correrá por conta da seguinte rubrica orçamentária:
10.002.08.243.0014.2033.4.4.90.51.00.00/822/10.002.08.243.0014.2033.4.4.90.51.00.00/01000.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL
A Contratada obriga-se a reforçar a garantia na mesma modalidade originalmente prestada, com o valor devidamente atualizado para 5% (cinco por cento) do valor do contrato somado aos acréscimos realizados.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, diante das testemunhas abaixo.

Itambé, 05 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE ITAMBÉ/PR
Contratante

GHIFER ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA
Contratada

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:4F5BA138

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 127/26 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 93.000,00 (noventa e três mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
04.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
04.002.04.122.0010.2.006. MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL
715 - 3.3.90.39.00.00 03000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 15.000,00

04.002.04.122.0010.2.077. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
759 - 3.3.90.30.00.00 03000 MATERIAL DE CONSUMO 11.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
08.001.10.302.0003.2.064. MANUTENÇÃO DO POLO DA ACADEMIA DA SAÚDE
758 - 3.3.90.36.00.00 33494 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
FÍSICA 39.000,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
11.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ESPORTE
11.001.27.811.0013.2.028. MANUTENÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES E ATIVIDADES
ESPORTIVAS
708 - 3.3.90.30.00.00 03000 MATERIAL DE CONSUMO 8.000,00

12.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
12.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO
12.002.13.392.0015.2.047. MANUTENÇÃO DA CASA DA CULTURA, TURISMO,
READEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO
666 - 3.3.90.39.00.00 03000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 20.000,00
Total Suplementação: 93.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:AD345849

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 183/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 183/2026
DATA: 04.08.2026

SÚMULA: Dispõe sobre férias de servidora pública Municipal, e da outras providencias.

Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, e
Considerando a necessidade de regularização de férias dos Servidores da Administração Municipal;
DECRETA:
Art. 1º Ficam concedidos à servidora **Nathalia Cristina Cagnini** 10 (dez) dias de férias, correspondentes ao saldo remanescente do período aquisitivo de **2024/2025**, para fruição no período de **10 de agosto de 2026 a 19 de agosto de 2026**.
Art. 2º Ficam concedidos à servidora **Joice Aparecida Minella** 15 (quinze) dias de férias, correspondentes ao saldo remanescente do período aquisitivo de **2024/2025**, para fruição no período de **08 de setembro de 2026 a 22 de setembro de 2026**.
Art. 3º Ficam concedidos à servidora **Laysa Cristina Dreyer** 15 (quinze) dias de férias, correspondentes ao saldo remanescente do período aquisitivo de **2024/2025**, para fruição no período de **23 de setembro de 2026 a 07 de outubro de 2026**.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dias do mês de agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:166E957B

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA Nº 608 A Nº 637/2026

Errata da Diária - ato n° 607, publicada no dia 03.08.2026, site: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/. Onde se lê: R$ 125,00, Leia-se: R$ 75,00.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 608/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017.063-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Elio Terres, Janilce Dall Olmo, Jocemar Chaves com acompanhante, Daiane Machado com acompanhante e Josiane Risso com acompanhante. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 30/07/2026 as 09h00 e retorno dia 31/07/2026 as 22h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: Transit (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e Cirurgia. Local: Hospital de Olhos e H. de Clinicas. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 30/07/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 609/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017.063-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Marta Bruno com acomp. e Maria S. Inhoatto com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 03/08/2026 as 03h00 e retorno dia 03/08/2026 as 18h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e quimio. Local: Dr. Prime e CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 30/07/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 610/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017.063-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Michele G. Kramer, Theo Kramer, Elio Terres, Janilce Dall Olmo e Gael Alejandro com acompanhante. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 04/08/2026 as 09h00 e retorno dia 05/08/2026 as 20h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: Transit (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e exames. Local: Hospital Peq. príncipe e H. de Clinicas. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 30/07/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 611/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017.063-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Joanino leite com acomp, Celmira Giroletto com acomp e Marli Semler. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 05/08/2026 as 03h00 e retorno dia 05/08/2026 as 20h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Transit (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e exames. Local: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 30/07/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 612/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017.063-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Joanino Leite com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 07/08/2026 as 03h00 e retorno dia 07/08/2026 as 19h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Pet Scan. Local: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 30/07/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 613/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: João Carlos da Costa, Matrícula: 017.187-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Lindamir Schuastz, Genair Schuastz e Nelson Barros com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 04/08/2026 as 03h00 e retorno dia 04/08/2026 as 19h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consulta e Cirurgia. Local: CEONC e Dr. Prime. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 30/07/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 614/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: João Carlos da Costa, Matrícula: 017.187-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Arthur Santos com acompanhante e Nelson Barros com acompanhante. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 06/08/2026 as 03h00 e retorno dia 06/08/2026 as 19h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consulta e retorno pós-operatório. Local: H.U. e Dr. Prime. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 30/07/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 615/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Vilson Nonato, Matrícula: 112.356-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Gabriel Rech e Rosane Carneiro. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 06/08/2026 as 09h00 e retorno dia 07/08/2026 as 22h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e exames. Local: Caif. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 30/07/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 616/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Vilson Nonato, Matrícula: 112.356-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Nelson Morosini. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 04/08/2026 as 00h30 e retorno dia 05/08/2026 as 04h00. Destino: Bom Jesus do Sul – Pato Branco. Valor de diárias: R$ 225,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Realizar o transporte de paciente acolhido na Casa Lar até o Hospital São Lucas, para atendimento médico, consultas e realização de exames, retornando-o posteriormente à Casa Lar no Município de Bom Jesus do Sul/PR. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 30/07/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 617/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Rodrigo Schuastz, Matrícula: 111.546-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Atletas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08/08/2026 as 07h30 e retorno dia 08/08/2026 as 17h00. Destino: Pinhal de São Bento. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Atletas do futebol feminino sub 14 e 17 e do futebol masculino sub 17. Local: Estádio. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 30/07/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 618/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Denilson Acacio Perondi, Matrícula: 112.246-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Atletas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 01/08/2026 as 13h00 e retorno dia 01/08/2026 as 20h30. Destino: Salto do Lontra. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Micro-Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Jogos de Futsal Feminino. Local: Ginásio. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 30/07/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 619/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Alexandre E. Duarte, Matrícula: 101629-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante:

Atletas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 07/08/2026 as 09h00 e retorno dia 08/08/2026 as 23h00. Destino: São José dos Pinhais. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Campeonato Paranaense de Futsal. Local: Ginásio. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 30/07/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 620/2026

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Joãozinho da Maia, Matrícula: 112.305-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Atletas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 07/08/2026 as 09h00 e retorno dia 08/08/2026 as 23h00. Destino: Londrina. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: Van (oficial). Finalidade da viagem: Campeonato Paranaense de Futsal. Local: Ginásio. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 30/07/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 621/2026

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Vilmar Schmoller, Matrícula: 101406-4. Órgão de Lotação: Gabinete. Cargo ou função: Prefeito. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 05/08/2026 as 12h00 e retorno dia 08/08/2026 as 12h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 1.500,00. Transporte utilizado: Fusion (oficial). Finalidade da viagem: Reuniões com os Secretários da SECID, SEAB, Casa Civil e Deputados. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 30/07/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 622/2026

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Edson Tolotti, Matrícula: 014.633-1. Órgão de Lotação: Depto de Esportes e Cultura. Cargo ou função: Professor de Ed. Fisica. Acompanhante: Atletas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 01/08/2026 as 13h00 e retorno dia 01/08/2026 as 20h30. Destino: Salto do Lontra. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Micro-Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Jogos de Futsal Feminino. Local: Ginásio. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 31/07/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 623/2026

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Augusto Gadini, Matrícula: 101.553-1. Órgão de Lotação: Depto de Esportes e Cultura. Cargo ou função: Diretor. Acompanhante: Atletas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 02/08/2026 as 13h00 e retorno dia 02/08/2026 as 19h30. Destino: Marmeleiro. Valor de diárias: R$ 100,00. Transporte utilizado: Gol (oficial). Finalidade da viagem: Super Copa. Local: Complexo Esportivo. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 31/07/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 624/2026

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Luis F. Pedroso, Matrícula: 015.583-1. Órgão de Lotação: Divisão de Esportes. Cargo ou função: Chefe. Acompanhante: Atletas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 02/08/2026 as 13h00 e retorno dia 02/08/2026 as 19h30. Destino: Marmeleiro. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Gol (oficial). Finalidade da viagem: Super Copa. Local: Complexo Esportivo. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 31/07/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 625/2026

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Bruno F. Rosa, Matrícula: 015.059-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Conselheiro Tutelar. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 12/08/2026 as 07h30 e retorno dia 12/08/2026 as 17h30. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Cronos placa SEY4G08 (oficial). Finalidade da viagem: 3° Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Local: Unioeste. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 04/08/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 626/2026

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Francislaine F. Costa, Matrícula: 016.490-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Conselheira Tutelar. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 12/08/2026 as 07h30 e retorno dia 12/08/2026 as 17h30. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Cronos placa SEY4G08 (oficial). Finalidade da viagem: 3° Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Local: Unioeste. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 04/08/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 627/2026

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Francislaine F. Costa, Matrícula: 016.490-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Conselheira Tutelar. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 13/08/2026 as 07h30 e retorno dia 13/08/2026 as 17h30. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Cronos placa SEY4G08 (oficial). Finalidade da viagem: 3° Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Local: Unioeste. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 04/08/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 628/2026

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Edson Toaldo, Matrícula: 015.482-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Conselheiro Tutelar. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 12/08/2026 as 07h30 e retorno dia 12/08/2026 as 17h30. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Cronos placa SEY4G08 (oficial). Finalidade da viagem: 3° Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Local: Unioeste. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 04/08/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 629/2026

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Edson Toaldo, Matrícula: 015.482-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Conselheiro Tutelar. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 13/08/2026 as 07h30 e retorno dia 13/08/2026 as 17h30. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Cronos placa SEY4G08 (oficial). Finalidade da viagem: 3° Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Local: Unioeste. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 04/08/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 630/2026

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Marlene R. Santos, Matrícula: 015.954-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Conselheira Tutelar. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 12/08/2026 as 07h30 e retorno dia 12/08/2026 as 17h30. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Cronos placa SEY4G08 (oficial). Finalidade da viagem: 3° Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Local: Unioeste. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 04/08/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 631/2026

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Marlene R. Santos, Matrícula: 015.954-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Conselheira Tutelar. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 13/08/2026 as 07h30 e retorno dia 13/08/2026 as 17h30. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Cronos placa SEY4G08 (oficial). Finalidade da viagem: 3° Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Local: Unioeste. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 04/08/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 632/2026

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: José M. Tiossi, Matrícula: 015.512-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Conselheiro Tutelar. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 12/08/2026 as 07h30 e retorno dia 12/08/2026 as 17h30. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Cronos placa SEY4G08 (oficial). Finalidade da viagem: 3° Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Local: Unioeste. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 04/08/2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 633/2026

DADOS DO SOLICITANTE
Nome: José M. Tiossi, Matrícula: 015.512-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Conselheiro Tutelar. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 13/08/2026 as 07h30 e retorno dia 13/08/2026 as 17h30. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Cronos placa SEY4G08 (oficial). Finalidade da viagem: 3° Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Local: Unioeste. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 04/08/2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 634/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Anelize Carniel, Matrícula: 017.276-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Psicóloga. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 12/08/2026 as 08h30 e retorno dia 12/08/2026 as 17h00. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Carro particular. Finalidade da viagem: 3° Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Local: Unioeste. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 04/08/2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 635/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Anelize Carniel, Matrícula: 017.276-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Psicóloga. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 13/08/2026 as 08h30 e retorno dia 13/08/2026 as 17h00. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Carro particular. Finalidade da viagem: 3° Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Local: Unioeste. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 04/08/2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 636/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Ivanildo Copetti, Matrícula: 017.438-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Assistente Social. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 12/08/2026 as 08h30 e retorno dia 12/08/2026 as 17h00. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Carro (oficial). Finalidade da viagem: 3° Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Local: Unioeste. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 04/08/2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 637/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Ivanildo Copetti, Matrícula: 017.438-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Assistente Social. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 13/08/2026 as 08h30 e retorno dia 13/08/2026 as 17h00. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Carro (oficial). Finalidade da viagem: 3° Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Local: Unioeste. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 04/08/2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:300C11EF

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2270/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 2270/2026
DATA: 05.08.2026

SÚMULA: Altera a Lei Municipal 1578/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE/PR, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do § 1º do art. 5º da Lei Municipal nº 1.578, de 26 de maio de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 5º .....
Parágrafo único. Os Programas de Acolhimento Familiar e de Guarda Subsidiada não exigem equipe técnica com dedicação exclusiva, devendo o Poder Executivo dimensionar os profissionais conforme a demanda do município.
Art. 2º O Capítulo II da Lei Municipal nº 1.578, de 26 de maio de 2015, passa a vigorar com a seguinte alteração:
I – Fica acrescido o art. 3º-A, no Capítulo II:
Art. 3º-A. *O Programa de Acolhimento Familiar terá prioridade sobre o acolhimento institucional, observado o disposto no art. 34, § 1º, e no art. 101, § 2º, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente, sempre que houver família acolhedora habilitada e apta no Município.*
II – Ficam acrescidas as Seções I, II, III, IV e V com a seguinte redação:
SEÇÃO I
DO FLUXO DE ATENDIMENTO DO ACOLHIMENTO FAMILIAR
Art. 14-A. O fluxo de atendimento do Programa de Acolhimento Familiar observará as seguintes etapas:
I – recebimento da determinação judicial, da recomendação do Ministério Público ou da requisição do Conselho Tutelar;
II – análise técnica e identificação do perfil da criança ou adolescente;
III – seleção de família acolhedora cadastrada e apta, observada a compatibilidade do perfil;
IV – preparação e capacitação da família acolhedora para o acolhimento;
V – inserção gradual da criança ou adolescente na família acolhedora;
VI – elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA, com vistas à reintegração familiar;
VII – acompanhamento técnico sistemático, com visitas domiciliares periódicas;
VIII – reavaliação trimestral do plano de atendimento;
IX – preparação para o desligamento, com intensificação progressiva dos contatos com a família de origem ou encaminhamento para família substituta.
SEÇÃO II
DOS CRITÉRIOS PARA HABILITAÇÃO E EXCLUSÃO DE FAMÍLIA ACOLHEDORA
Art. 14-B. Poderá habilitar-se como família acolhedora a pessoa ou o grupo familiar que preencher os seguintes requisitos:
I – idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
II – idoneidade moral;
III – certidão negativa de antecedentes criminais;
IV – concordância de todos os membros da família residentes no mesmo domicílio;
V – residência no Município de Itapejara D'Oeste;
VI – disponibilidade para participar do processo de capacitação inicial e continuada;
VII – estudo psicossocial favorável.
§ 1º É vedada a habilitação de pessoa ou família inscrita no Sistema Nacional de Adoção.
§ 2º A família habilitada será submetida a capacitação inicial obrigatória e acompanhamento técnico contínuo.
Art. 14-C. A família acolhedora será desligada do programa nas seguintes hipóteses:
I – constatação de irregularidade no acolhimento;
II – descumprimento reiterado das orientações técnicas;
III – incompatibilidade superveniente com os objetivos do programa;
IV – solicitação voluntária da família.
Parágrafo único. O desligamento será precedido de relatório técnico fundamentado, garantido o contraditório.
SEÇÃO III
DA DURAÇÃO E DO DESLIGAMENTO DO ACOLHIMENTO FAMILIAR
Art. 14-D. O acolhimento familiar será reavaliado a cada 90 (noventa) dias, com elaboração de relatório técnico circunstanciado sobre a situação da criança ou adolescente.
Parágrafo único. O relatório de que trata o *caput* será encaminhado ao Juízo da Infância e Juventude e ao Ministério Público.

Art. 14-E. O desligamento da criança ou adolescente do Programa de Acolhimento Familiar ocorrerá nas seguintes hipóteses:
I – reintegração à família de origem, natural ou extensa;
II – colocação em família substituta, na forma da lei;
III – maioridade.
§ 1º O desligamento será precedido de preparação gradual e acompanhamento técnico, com intensificação dos contatos com a família de origem sempre que possível.
§ 2º Nos casos de reintegração familiar, o acompanhamento técnico pós-desligamento terá duração mínima de 3 (três) meses."
Art. 14-F. O acolhimento familiar é medida temporária e excepcional, não gerando direito à adoção da criança ou adolescente acolhido pela família acolhedora, nem preferência em eventual processo de adoção.
SEÇÃO IV
DAS CONTRAPARTIDAS
Art. 14-G. Constituem contrapartidas para a manutenção da criança ou adolescente no Programa de Acolhimento Familiar:
I – manutenção de matrícula e frequência escolar mínima de 75% (setenta e cinco por cento), quando em idade escolar;
II – manutenção do calendário de vacinação atualizado;
III – comparecimento da família acolhedora às convocações da equipe técnica para acompanhamento e reavaliação;
IV – participação da família acolhedora nas atividades de acompanhamento psicossocial propostas pela equipe técnica.
Parágrafo único. O descumprimento injustificado das contrapartidas previstas neste artigo poderá implicar o desligamento do programa, após parecer técnico fundamentado e notificação prévia da família.
SEÇÃO V
DO MONITORAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
Art. 14-H. O monitoramento e a avaliação do Programa de Acolhimento Familiar serão realizados pela equipe técnica do programa e pelo Órgão Gestor da Política de Assistência Social.
Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS acompanhar e fiscalizar a execução do programa, podendo solicitar relatórios e informações à equipe técnica, bem como encaminhar ao Ministério Público e ao Poder Judiciário relatório circunstanciado sempre que constatarem irregularidades."
Art. 3º O Capítulo III da Lei Municipal nº 1.578, de 26 de maio de 2015, passa a vigorar com a seguinte alteração:
I – O art. 16 da Lei Municipal nº 1.578, de 26 de maio de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 16. Poderá ser concedida bolsa-auxílio à família natural ou a família extensa ou ampliada, nos termos das Seções I a IV deste Capítulo, para criança e ou adolescente que tiver violados seus direitos por carência de recursos materiais mínimos para subsistência e desenvolvimento sadio, prejudicando, sobremaneira a sua criação e educação no seio familiar, tudo vinculado a parecer da equipe técnica.
II - O art. 17 da Lei Municipal nº 1.578, de 26 de maio de 2015, passa a ser numerado como art. 17-A, com a seguinte redação:
Art. 17-A. Aplicam-se subsidiariamente ao Programa de Guarda Subsidiada as disposições do Programa de Acolhimento Familiar, no que não forem reguladas ou contrariadas pelas Seções I a V deste Capítulo.
III – Ficam acrescidas as Seções I, II, III, IV e V, com a seguinte redação:
SEÇÃO I
DO FLUXO DE ATENDIMENTO DA GUARDA SUBSIDIADA
Art. 17-B. O fluxo de atendimento do Programa de Guarda Subsidiada observará as seguintes etapas:
I – recebimento da Medida Protetiva Judicial;
II – atendimento à criança e ao adolescente, verificando:
a) se a criança ou adolescente já está incluída no acompanhamento pela equipe técnica;
b) se foi ouvida através de escuta especializada e ou atendimentos psicossociais;
III – visita domiciliar à família extensa ou ampliada;
IV – entrevista psicossocial com a família para análise técnica;
V – elaboração do parecer técnico;
VI – solicitação do pagamento da bolsa-auxílio, quando for avaliado que a família atende aos critérios, através de memorando ao Órgão Gestor da Política de Assistência Social;
VII – acompanhamento mensal da família e da criança ou adolescente e reavaliação a cada 90 (noventa) dias.
SEÇÃO II
DOS CRITÉRIOS PARA ANÁLISE TÉCNICA
Art. 17-C. Para a concessão da bolsa-auxílio, a equipe técnica avaliará os critérios relacionados à criança ou adolescente e à família, através de estudo de caso, visita domiciliar e entrevista, ao final do qual será elaborado parecer técnico constando quais critérios foram atendidos.
Art. 17-D. São critérios relativos à criança e ao adolescente:
I – criança e adolescente sob medida protetiva judicial (art. 101, inciso II, do ECA);
II – crianças e adolescentes em situação de violação de direitos afastadas do ambiente familiar;
III – criança e adolescente com deficiência e ou doença grave que necessite de cuidados integrais.
IV – criança ou adolescente em situação de abandono ou negligência familiar;
V – criança ou adolescente cujos genitores ou responsáveis estejam temporariamente impossibilitados de exercer o cuidado em decorrência de internação hospitalar, prisão, tratamento de saúde ou outra causa superveniente;
VI – criança ou adolescente vítima de violência doméstica ou intrafamiliar.
Art. 17-E. São critérios relativos à família:
I – família em situação de vulnerabilidade social e carente de recursos mínimos de subsistência, observando-se:
a) famílias de baixa renda, que ganham até meio salário mínimo por pessoa, ou que ganham até 3 (três) salários mínimos de renda mensal total, conforme base do Cadastro Único;
b) instabilidade financeira decorrente de emprego informal;
c) famílias que possuem despesas comprovadas com moradia (aluguel e financiamento habitacional) e despesas com saúde;
d) família com um ou mais membros com deficiência.
Parágrafo único. Para efeito deste artigo, entende-se por família todas as pessoas que residem na mesma casa, devendo ser considerada a renda de todos os integrantes dividida pelo número de moradores (renda *per capita*).
SEÇÃO III
DOS CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO DO BENEFÍCIO
Art. 17-F. A criança ou adolescente beneficiária do Benefício de Prestação Continuada – BPC ou de benefícios previdenciários poderá ser incluída no Programa de Guarda Subsidiada, desde que o valor recebido a título de BPC ou benefício previdenciário não seja computado no cálculo da renda per capita familiar para fins de concessão da bolsa-auxílio.
Parágrafo único. Na hipótese do caput, a família guardiã deverá depositar 50% (cinquenta por cento) do valor do benefício recebido em conta-poupança ou conta judicial em nome da criança ou adolescente, salvo determinação judicial em contrário, devendo comprovar o depósito semestralmente à equipe técnica.
Art. 17-G. Nos casos em que a renda *per capita* da família for superior ao estabelecido no art. 17-C, inciso I, alínea "a", estando a família em situação de vulnerabilidade em decorrência dos demais critérios elencados, poderá ser concedida a bolsa-auxílio, após parecer técnico fundamentado.
Parágrafo único. A criança e ou adolescente sob medida protetiva será incluída na somatória de renda *per capita* da família para fins de análise.
SEÇÃO IV
DA DURAÇÃO E DO DESLIGAMENTO DA BOLSA-AUXÍLIO
Art. 17-H. A bolsa-auxílio da Guarda Subsidiada será concedida pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada sucessivamente por igual período, mediante reavaliação técnica que comprove a persistência dos critérios que ensejaram a concessão.
Parágrafo único. A reavaliação de que trata o *caput* ocorrerá a cada 90 (noventa) dias, com nova análise dos critérios estabelecidos nesta Lei.
Art. 17-I. Constituem contrapartidas para a manutenção da bolsa-auxílio:
I – manutenção de matrícula e frequência escolar mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da criança ou adolescente beneficiário, quando em idade escolar;
II – manutenção do calendário de vacinação atualizado, conforme políticas públicas de saúde;

III – comparecimento da família guardiã às convocações da equipe técnica para acompanhamento e reavaliação;
IV – participação da família guardiã nas atividades de acompanhamento psicossocial propostas pela equipe técnica.
Parágrafo único. O descumprimento injustificado das contrapartidas previstas neste artigo poderá implicar o desligamento do programa, após parecer técnico fundamentado e notificação prévia da família.
Art. 17-J. O desligamento do Programa de Guarda Subsidiada ocorrerá:
I – após 12 (doze) meses de percepção do benefício, salvo exceção prevista no artigo 17-F;
II – mediante análise técnica que comprove a não necessidade da bolsa-auxílio;
III – com a suspensão ou extinção da medida protetiva judicial.
IV – mudança de domicílio da família guardiã para outro município;
V – a pedido do guardião;
VI – melhora na reorganização socioeconômica da família que supra a necessidade do subsídio;
VII – descumprimento reiterado das contrapartidas previstas no art. 17-G.
Art. 17-K. A família que contar com apoio e ou auxílio financeiro de demais familiares para os cuidados com a criança ou adolescente deverá informar tal fato à equipe técnica, a qual avaliará a manutenção do benefício."
SEÇÃO V
DO MONITORAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
Art. 17-L. O monitoramento e a avaliação do Programa de Guarda Subsidiada serão realizados pela equipe técnica do programa e pelo Órgão Gestor da Política de Assistência Social.
Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS acompanhar e fiscalizar a execução do programa, podendo solicitar relatórios e informações à equipe técnica, bem como encaminhar ao Ministério Público e ao Poder Judiciário relatório circunstanciado sempre que constatarem irregularidades."
Art. 4º As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei correrão pelas dotações constantes no Orçamento Geral do Município.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:09F2057D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 18/2023

PROCESSO: INEXIGIBILIDADE Nº 02/2023.
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: CR2 CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ: 23.792.525/0001-02
OBJETO: ASSESSORIA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA
VALOR GLOBAL: R$ 15.144,60 (QUINZE MIL E CENTO E QUARENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA CENTAVOS).
VALOR MENSAL: R$ 1.262,05 (UM MIL E DUZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E CINCO CENTAVOS).
PRAZO VIGÊNCIA: 28 DE JULHO DE 2026 A 27 DE JULHO DE 2027.
DATA DA ASSINATURA: 28 DE JULHO DE 2026.

Publicado por:
Ademir Urbano Dos Santos
Código Identificador:A4029F91

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 02/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2023

Considerando as informações, o Parecer do Controle Interno emitido em 28 de julho de 2026, os pareceres técnicos e jurídicos, bem como os documentos constantes nos autos do processo administrativo referente à Inexigibilidade nº 02/2023, RATIFICO o Termo Aditivo nº 02/2026 ao Contrato Administrativo nº 018/2023.

O presente termo aditivo tem por objeto:

1. A prorrogação do prazo de vigência contratual por 12 (doze) meses;
2. A aplicação do reajuste anual previsto contratualmente, correspondente ao índice IPCA acumulado de 4,64%, elevando o valor mensal de R$ 1.062,05 para R$ 1.111,33;
3. A concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, correspondente a aproximadamente 13,56% sobre o valor já reajustado, fixando o novo valor mensal em R$ 1.262,05, em razão da elevação dos custos necessários à manutenção da execução dos serviços.

A contratação refere-se à prestação de serviços de assessoria e consultoria especializada em Transparência Pública, incluindo diagnóstico, acompanhamento técnico, capacitação, suporte permanente e adequação às exigências da Lei de Acesso à Informação - Lei 12.527/2011, Lei Complementar nº 131/2009 e demais normas dos órgãos de controle, firmada entre a Câmara Municipal de Itaperuçu e a empresa CR2 Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda.

Ficam mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original e seus aditivos.
Determino a publicação do presente ato para fins de transparência e validade legal, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Itaperuçu/PR, 28 de julho de 2026.

ARIEL DE CHRISTO PAULO
Presidente da Câmara Municipal de Itaperuçu

Publicado por:
Ademir Urbano Dos Santos
Código Identificador:A858B157

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO Nº 005/2026 - CMDPD DE 05 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA REPROGRAMAÇÃO DE RECURSOS, BEM COMO APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA DELIBERAÇÃO COEDE/PR Nº 005/2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiencia CMDPD de Itaperuçu/PR, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 541/2016 de 25 de Novembro de 2016.

CONSIDERANDO Reunião extrardinaria realizada as 14h00, no dia 05 de agosto de 2026, via aplicativo de mensagens whatsapp, conforme deliberação registrada na Ata nº 008/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a reprogramação dos saldos remanescentes das Deliberações COEDE/PR nº 009/2024, nº 005/2025, nº 005/2026, conforme disposto na Resolução SEDEF nº 472, de 24 de junho de 2026.

Art. 2º Aprovar o Plano de ação da Deliberação nº 005/2026 – COEDE/PR, destinado ao fortalecimento da Rede Municipal de Atendimento à Pessoa com Deficiência, por meio da aquisição de equipamentos permanentes para o Departamento Municipal de

Atendimento Educacional Especializado – DEMAEE e para a Escola Municipal Antônio Himercídio Cavalcante.

Art. 3º A aglutinação dos recursos compreenderá os seguintes saldos:

Deliberação COEDE/PR nº **005/2026** – Conta **42.597-4**: **R$ 57.456,69**;
Deliberação COEDE/PR nº **005/2025** – Conta **41.649-5**: **R$ 2.201,42**;
Deliberação COEDE/PR nº **009/2024** – Conta **40.391-1**: **R$ 489,79**.

Parágrafo único. O valor total dos recursos aglutinados corresponde a **R$ 60.147,90 (sessenta mil, cento e quarenta e sete reais e noventa centavos)**, destinado exclusivamente à aquisição de equipamentos permanentes previstos no Plano de ação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itaperuçu/PR, 05 de agosto de 2026.

JOÃO MARTINS DE FREITAS
Presidente do CMDPD – Itaperuçu- PR.

Publicado por:
Larissa Fernanda de Bomfim
Código Identificador:124E111F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 45/2026 DE 04 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: RE-RATIFICA DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA EM FAVOR DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Fica re-ratificada a declaração de utilidade pública para fins de constituição de servidão administrativa, pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, levada a efeito pelo Decreto nº 80, de 06 de outubro de 2021, publicado no Diário Oficial dos municípios do Paraná, edição 2373 no dia 20 de outubro de 2021, o artigo 1º incisos 5 e 18 do referido decreto, conforme nova descrição das seguintes áreas:

I- Área: 66,00m²:
Proprietário: Elias Maltaca ou a quem de direito pertencer
Situação: Correspondente a parte do lote de terreno urbano, sob nº 07 da quadra nº 07 Planta Jardim São João, município de São José dos Pinhais, constante da transcrição nº 7.749 Livro 3-E do Cartório de Registro de Imóveis da 9º Circunscrição da Comarca de Curitiba, com a seguinte descrição:
Descrição memorial: Inicia-se a descrição da faixa de servidão junto a EST-A, de coordenadas N 7209678.814 m e E 668197.193 m, localizada no alinhamento da Rua Eurides Maltaca; deste segue adentrando ao imóvel com os seguintes azimutes e distâncias: 260°22'15" e 33,00 m até a EST-B de coordenadas N 7209673.282 m e E 668164.657 m, localizada na divisa com o lote 06, perfazendo uma extensão de 33,00 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 66,00 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Fuso 22J, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como o datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM.

II- Área: 88,36m²
Proprietário: Elias Maltaca ou a quem de direito pertencer
Situação: Correspondente a parte do lote de terreno urbano, sob nº 07 da quadra nº 13 Planta Jardim São João, município de São José dos Pinhais, constante da transcrição nº 7.749 Livro 3-E do Cartório de Registro de Imóveis da 9º Circunscrição da Comarca de Curitiba, com a seguinte descrição:
Descrição memorial: Inicia-se a descrição da faixa de servidão junto a EST-A, de coordenadas N 7209474.430 m e E 668168.688 m, localizada no alinhamento predial da Rua Teodorico M. Machado; deste segue adentrando ao imóvel com os seguintes azimutes e distâncias: 080°22'15" e 32,23 m até o PV077, de coordenadas N 7209479.821 m e E 668200.465 m; deste, segue adentrando ao imóvel com os seguintes azimutes e distâncias: 171°39'22" e 11,95 m até a EST-B de coordenadas N 7209468.982 m e E 668202.055 m, localizada na divisa com o lote 09. Perfazendo uma extensão de 44,18 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 88,36 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Fuso 22J, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como o datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º Fica autorizada a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR- a promover todos os atos judiciais ou extrajudiciais necessários para a efetivação da instituição administrativa na área descrita no art. 1º deste Decreto, na forma da legislação vigente.

Art. 3º Fica reconhecida a conveniência da constituição de servidão administrativa em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, para o fim indicado, o qual compreende o direito atribuído à Empresa de praticar todos os atos de reconhecimento e medição da Faixa de Servidão da Rede Coletora de Esgotos.

Art. 4º O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão administrativa limitará o uso e gozo das mesmas ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se, consequentemente, da prática dentro das referidas áreas, de quaisquer atos que causem danos às mesmas, incluídos entre eles os de erguer construções, fazer plantações de elevado porte, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 5º A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, poderá invocar em juízo, quando necessário, a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1.941, e suas alterações.

Art. 6º O ônus decorrente da constituição da servidão administrativa da área a que se refere o art. 1º deste Decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marjory Louise Pedroso de Moraes
Código Identificador:A9C3C3E1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 333/2026 DE 30 DE JULHO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**

Art.1º - Exonerar a partir desta data, a servidora **REGIANE DE FRANCA MACHADO,** portadora do RG **Nº *******326/PR,** CPF **Nº ********990,** matrícula **68661,** do cargo de provimento em Comissão de **COORDENADOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO.**

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/08/2026, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:C97A99E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2026 – ACRÉSCIMO QUANTITATIVO

CONTRATO Nº 002/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: FRATELLI COGNATA ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 28.782.333/0001-39
OBJETO: *"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O CARDÁPIO DESTINADO AOS PACIENTES INTERNADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL".*
DO VALOR: R$ 16.931,60 (DEZESSEIS MIL, NOVECENTOS E TRINTA E UM REAIS E SESSENTA CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 04 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:30401360

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 217/2025 - PRAZO

CONTRATO Nº 217/2025
MODALIDADE PREGAO ELETRONICO Nº 080/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: DANIELA SABRINA COSTA AGROPECUARIA AGROSUL.
cNPJ: 31.261.918/0001-18
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SEMENTES E MUDAS PARA SEREM UTILIZADAS NA IMPLANTAÇÃO DA HORTA COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM FOCO NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA.
DO PRAZO: 12 (DOZE) MESES INICIANDO-SE EM 25 DE AGOSTO DE 2026 E ENCERRANDO-SE EM 25 DE AGOSTO DE 2027.
DATA DA ASSINATURA: 02 DE JULHO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:F6E8EC2D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 218/2025 - PRAZO

CONTRATO Nº 218/2025
MODALIDADE PREGAO ELETRONICO Nº 088/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU.
CONTRATADO: ATACADO DA GULA LTDA.
cNPJ: 33.331.309/0001-13.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS LOTADOS NESTA SECRETÁRIA QUE EXECUTAM SUAS DEVIDAS FUNÇÕES NA REGIÃO INTERIORANA DO MUNICÍPIO.
DO PRAZO: 12 (DOZE) MESES, COM VIGÊNCIA DE 26 DE AGOSTO DE 2026 A 25 DE AGOSTO DE 2027.
DATA DA ASSINATURA: 04 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:B61F3C8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2° TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 194/2024 – PRAZO E VALOR

CONTRATO Nº 194/2024
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 024/2024
INTERVENIENTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
BENEFICIARIO: MARLON FRANCISCO BUSATO FILHO.
CPF: 085.303.719-17.
OBJETO: "REPASSE DE PAGAMENTO MENSAL AO MÉDICO MARLON FRANCISCO BUSATO FILHO, CADASTRADO NO PROGRAMA MAIS MÉDICOS, CONFORME PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº1369 DE 8 DE JULHO DE 2013"
DO VALOR: R$ 32.400,00 (TRINTA E DOIS MIL E QUATROCENTOS REAIS)
DO PRAZO: 12 (DOZE) MESES, INICIANDO-SE EM 30 DE AGOSTO DE 2026 ATÉ 29 DE AGOSTO DE 2027.
DATA DA ASSINATURA: 04 DE AGOSTO DE 2026

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:EDDE8BDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO N° 63/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições Legais, HOMOLOGO a presente licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 63/2026, que tem como objeto a ***"Prestação de serviços deempresa especializada para realização de palestras e formação continuada com os temas"Recomposição da Aprendizagem na Escrita, Leitura e Matemática" e "Transtornos do Neurodesenvolvimento e Deficiências: Possibilidades e Singularidades Além do Laudo".*** Cujo vencedor LOTES 01 e 02 foi a empresa **INSTITUTO FRANK DUARTE LTDA, CNPJ: 26.779.309/0001-15**, no valor de **R$ 8.199,98 (oito mil e cento e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).** Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 05 de agosto de 2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:57762F56

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 306/2026

PORTARIA Nº 306/2026

SÚMULA: Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora Amanda Beatriz dos Santos Martins e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 085/90; **CONSIDERANDO** o atestado médico apresentado pela Servidora; **CONSIDERANDO** os artigos 81 a 86, da Lei Municipal 085/90, de 18 de dezembro de 1990, **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença para Tratamento de Saúde, a servidora Amanda Beatriz dos Santos Martins, matrícula nº 685, com o cargo efetivo de Professor, lotada na Escola Municipal Professora Maria de Fatima Sottoriva de Mazzi – Divisão de Ensino.

Art. 2º A Licença para Tratamento de Saúde ora concedida, será no período de 04/08/2026 a 16/08/2026, totalizando 13 (treze) dias conforme atestado médico, podendo ser alterada mediante parecer conclusivo da junta médica ou do médico perito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/08/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de agosto de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

VALDIRENE LUCAS DA SILVA.
Secretária de Educação, Esportes, Cultura e Turismo.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:5A9D0864

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 307/2026

PORTARIA Nº 307/2026

SÚMULA: Concede licença por motivo de doença em pessoa da família, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 085/90; **considerando** o relatório social da Assistente Social; **considerando** os artigos 81, IV e 96, da Lei Municipal 085/90, de 18 de dezembro de 1990, **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença por motivo de doença em pessoa da família, a servidora Edileuza Aparecida dos Santos Gava, matrícula nº 858, CPF 064.6**.***-96, com o cargo efetivo de Professor, lotada na Escola Municipal Professora Maria de Fatima Sottoriva de Mazzi – Divisão de Ensino.

Art. 2º A licença por motivo de doença em pessoa da família, ora concedida, será no período de 27/07/2026 a 10/08/2026, totalizando 15 (quinze) dias, conforme atestado médico e relatório da Assistente Social do município de Itaúna do Sul.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27/07/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de agosto 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

VALDIRENE LUCAS DA SILVA.
Secretária de Educação, Esportes, Cultura e Turismo.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:E3694872

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 065/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 065/2026
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR
CONTRATADA: DIELEN GPNÇALVES DE OLIVEIRA
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO:
Ornamentação para a abertura do Jei's.
Dotação orçamentária:
06.001.12.365.1202.2027.3.3.90.30.00.00
VALOR R$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021.
RATIFICADO EM 04/08/2026

ORLIANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Caroline Stadler
Código Identificador:CD0EBD84

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 066/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 066/2026
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR
CONTRATADA: LUCI ROSMERI FELEMA
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO:
Locação de imóvel para fins de residência da senhora ADS, aluguel social pelo período de 6 (seis) meses,localizado na Rua Paulo Faix, s/n°, Ivaí-PR.
Dotação orçamentária:
09002082440801106233903600000
VALOR R$ 3.000,00 (Três mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021.
RATIFICADO EM 05/08/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Caroline Stadler
Código Identificador:BD1E32DB

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 067/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 067/2026
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR
CONTRATADA: E-GOV BRASIL GESTAO PROJETOS E INOVACAO LTDA
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO:
Serviço de acessória para as demandas das secretarias assegurar suporte técnico especializado à administração municipal.
Dotação orçamentária:
03.001.04.122.0402.2005.3.3.90.39.00.00
VALOR R$ 62.400,00 (secenta e dois mil e quatrocentos reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021.
RATIFICADO EM 05/08/2026

ORLIANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Caroline Stadler
Código Identificador:664A1ED3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 142/2026

Sumula: Define a composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:
Art. 1º - O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB terá a seguinte composição:

I- Representante do Poder Executivo Municipal:
-Titular: Paula Daniele Dziombra
- Suplente: Luiz Carlos Lemes

II- Representante dos professores das Escolas Públicas Municipais:
-Titular: Andreia Leal
- Suplente: Marta Schornobay Salvadori

III- Representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:
-Titular: Edicleia Dambroski
- Suplente: Maria Eliane Bardal Graniska

IV- Representante dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais:
-Titular: Alexandro Kovalczuk
- Suplente: Rita Caroline Somer de Freitas

V- Representante do Conselho Municipal de Educação:
-Titular: Aguiani Grabicoski dos Santos
- Suplente:Tatiane Batista Ribeiro

VI- Representante do Conselho Tutelar:
- Titular: Ketelin Naiara de Oliveira
- Suplente: Joice Tatiele de Paula

VII- Representante dos Alunos das Escolas Públicas:
- Titular: Joelma A. dos Santos Leonardo
- Suplente: Elenita D. B. Correa Storer

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de agosto de 2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Karpinski
Código Identificador:229C932B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 021/2026-PMI

Ratifico o ato de Dispensa de Licitação da Senhora Drielle Tomaz Lino, Agente de Contratação de Licitação, que dispensou com fundamento no Artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a favor da proponente JOTAGE CREATIVE INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA, inscrita no CNPJ n° 20.147.887/0001-52, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal para o objeto: Contratação de Fornecimento de uniformes para fanfarra, conforme especificações constantes nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº. 021/2026-PMI, no valor de R$ 49.390,00 (quarenta e nove mil trezentos e noventa reais).

Ivatuba/Pr, 05 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:CC9EC520

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 166/2026

REPUBLICAÇÃO

Designa os membros para compor a Equipe Técnica responsável pela condução metodológica e elaboração do conteúdo do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Ivatuba, Estado do Paraná, referente ao decênio 2026–2036, e dá outras providências.

Onde lê-se: A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Municipal nº 230, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo, e demais normas aplicáveis, e
Leia-se: O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis, e
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 064/2026, de 18 de maio de 2026, que instituiu a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Ivatuba, Estado do paraná, referente ao decênio 2026–2036;
CONSIDERANDO que o art. 8º, caput, do referido Decreto atribui ao à Secretária Municipal de Educação e Cultura a competência para designar os membros da Equipe Técnica, mediante Portaria específica;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar perfil multidisciplinar à Equipe Técnica, com experiência em estatísticas e indicadores educacionais, planejamento público, orçamento, elaboração de documentos técnicos, currículo e práticas pedagógicas;
CONSIDERANDO o início imediato dos trabalhos de levantamento de dados, diagnóstico e construção metodológica do PME,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados como membros da Equipe Técnica responsável pela condução metodológica e pela elaboração do conteúdo do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Ivatuba, Estado do Paraná referente ao decênio 2026–2036:
I — Luciane Grazielli Lopes Vercezi, Secretária de Educação e Cultura de Ivatuba, com atuação na área de coordenação técnica;
II — Rosimar dos Santos Roberto, Assessora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com atuação na área de estatísticas e indicadores educacionais;
III — Tauana Requena Lopes, lotada na Secretaria Municipal de Administração, com atuação na área de planejamento público;
IV — Áurea Aparecida Andrade Melo, contadora, com atuação na área de orçamento e financiamento da educação;
V — Maria Luiza Macedo, diretora da Escola Municipal Afrânio Peixoto, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com atuação na área de currículo e práticas pedagógicas;
VI — Maria de Lourdes Macedo Rodrigues, coordenadora pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Carolina Fernandes Dias, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com atuação na área de Educação Infantil;
VII — Heliana Matia Gomes Ferreira, coordenadora pedagógica da Escola Municipal Afrânio Peixoto, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com atuação na área de Ensino Fundamental;
VIII — Jamylla Heloise dos Santos, assessora especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com atuação na área de diversidade, inclusão e equidade;
§ 1º A coordenação da Equipe Técnica será exercida pela servidora designada no inciso I deste artigo, a quem competirá organizar a rotina de trabalho, articular-se com a Comissão Gestora e zelar pelo cumprimento da metodologia adotada.

§ 2º Em razão do caráter contínuo e técnico das atividades desenvolvidas, não haverá suplência na Equipe Técnica, podendo eventuais substituições ser efetivadas por novo ato de designação.
Art. 2º Ficam convidados a integrar a Equipe Técnica, na condição de membros convidados sem vínculo funcional com a Administração Pública Municipal, os profissionais a seguir relacionados:
I — Márcia de Fátima Andreatta, diretora do Colégio Estadual São Francisco de Assis, com atuação em educação;
II — Gustavo José Rosa, gerente da Agência Sicredi de Ivatuba, com atuação em administração;
III - Daniela de Souza Moraes, professora da Faculdade Adventista do Paraná, com atuação em educação;

Art. 3º Compete à Equipe Técnica o exercício das atribuições previstas no art. 7º do Decreto Municipal nº 064/2026, de 18 de maio de 2026, destacando-se:
I — Levantar, analisar e sistematizar dados educacionais oriundos de fontes oficiais (INEP, IBGE, Plataforma do PAR, Sistema Estadual de Educação, Censo Escolar e demais bases pertinentes);
II — Elaborar o diagnóstico da realidade educacional do Município;
III — Apoiar metodologicamente os Grupos de Trabalho;
IV — Sistematizar as contribuições oriundas da participação social;
V — Elaborar o texto-base do Plano Municipal de Educação;
VI — Assessorar tecnicamente a Comissão Gestora.
VII — Garantir coerência entre diagnóstico, objetivos, metas e estratégias;
VIII — Elaborar documentos técnicos, relatórios e o texto-base do PME;
IX — Padronizar conceitos, terminologia e metodologia ao longo do processo;
X — Assessorar tecnicamente a Comissão Gestora;
XI — Subsidiar decisões com base em evidências;
XII — Articular-se com a Rede de Cooperação Técnica do MEC e com a Coordenação Estadual da SASE, quando aplicável.
Parágrafo único. A Equipe Técnica não possui caráter deliberativo, cabendo-lhe formular subsídios e recomendações à Comissão Gestora.

Art. 4º Os membros da Equipe Técnica exercerão suas funções até a conclusão do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação e o respectivo encaminhamento do Projeto de Lei ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 5º As atividades desenvolvidas pelos membros da Equipe Técnica serão consideradas inerentes às suas atribuições funcionais.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, assegurará à Equipe Técnica espaço físico, equipamentos, acesso a sistemas e demais condições materiais necessárias ao desempenho de suas atribuições.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ivatuba, 05 de agosto de 2026

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:0255419F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 074/2026

EMENTA: Altera o Decreto Municipal nº 125, de 25 de novembro de 2025, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras no âmbito da Administração Pública Municipal de Jaguapitã.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,
CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), assegura a concessão de benefícios eventuais como provisões suplementares e provisórias destinadas ao atendimento de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social;
CONSIDERANDO que os benefícios eventuais, o auxílio-alimentação, o auxílio-natalidade e o aluguel social possuem natureza assistencial e caráter emergencial, constituindo direitos socioassistenciais destinados à proteção social imediata dos usuários da Política Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO que tais benefícios não decorrem de contratos administrativos, mas da efetivação de direitos sociais, razão pela qual não se enquadram na ordem cronológica de pagamento prevista para obrigações contratuais;
CONSIDERANDO a necessidade de conferir maior segurança jurídica aos gestores públicos e assegurar a continuidade da prestação da Política Municipal de Assistência Social, em observância aos princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção social e da eficiência administrativa,
DECRETA:
Art. 1º Fica acrescido o inciso IX ao art. 8º do Decreto Municipal nº 125, de 25 de novembro de 2025, com a seguinte redação:
"IX – os benefícios concedidos diretamente aos usuários da Política Municipal de Assistência Social, compreendendo os benefícios eventuais, o auxílio-alimentação, o auxílio-natalidade, o aluguel social e os demais benefícios assistenciais previstos em lei ou regulamento municipal, em razão de seu caráter assistencial, emergencial, personalíssimo e da necessidade de atendimento imediato às situações de vulnerabilidade social."
Art. 2º Fica acrescido o parágrafo único ao art. 8º do Decreto Municipal nº 125, de 25 de novembro de 2025, com a seguinte redação:
"Parágrafo único. Os pagamentos de que trata o inciso IX deste artigo serão realizados mediante processo administrativo regularmente instruído, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), da Política Nacional de Assistência Social, da legislação municipal específica e a disponibilidade orçamentária e financeira, não se submetendo à ordem cronológica prevista neste Decreto."
Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto Municipal nº 125, de 25 de novembro de 2025.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguapitã/PR, 3 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:FB339A78

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 077/2026

EMENTA: Nomeia a Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS do Município de Jaguapitã e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ, Estado do Paraná, **EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 07/96, que cria o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e dá outras providências;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 031/96, que cria o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e dá outras providências;
CONSIDERANDO a necessidade de designação formal da gestora responsável pela administração dos recursos do Fundo Municipal de

Assistência Social, em observância aos princípios da legalidade, transparência, controle e eficiência na gestão dos recursos públicos;
CONSIDERANDO que a gestão do Fundo Municipal de Assistência Social é exercida pelo órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social, sob acompanhamento e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, nos termos da legislação vigente;
DECRETA:
Art. 1º Fica nomeada a Senhora **Nádia Teixeira Cairis**, Secretária Municipal de Assistência Social, como **Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS**, inscrito no **CNPJ nº 13.543.941/0001-13**, competindo-lhe a administração financeira, orçamentária e operacional do Fundo, observadas as disposições legais aplicáveis.
Art. 2º Compete à Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social:
I – administrar os recursos financeiros destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social;
II – autorizar, acompanhar e supervisionar a execução orçamentária e financeira dos recursos do Fundo, observadas as normas legais vigentes;
III – praticar os atos necessários à movimentação financeira das contas vinculadas ao Fundo, em conjunto com os responsáveis legalmente habilitados, quando exigido pela legislação e pelas instituições financeiras;
IV – promover a execução das deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS relativas à aplicação dos recursos do Fundo;

V – assegurar a adequada prestação de contas dos recursos recebidos e executados, perante os órgãos de controle interno e externo;
VI – exercer outras atribuições inerentes à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social previstas na legislação federal, estadual e municipal.
Art. 3º A gestão dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social observará as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, órgão responsável pelo controle social da Política Municipal de Assistência Social, sem prejuízo das competências legais do Poder Executivo.
Art. 4º A Gestora deverá assegurar a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e controle social na administração dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, em 05 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:92E341A6

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 078/2026

EMENTA: Nomeia a Gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaguapitã – FMDCA e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ, Estado do Paraná, **EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 020/2024, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Jaguapitã, institui o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 067/2024, que regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA;
CONSIDERANDO a necessidade de designação formal da gestora responsável pela administração financeira, orçamentária e operacional do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO que a aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá observar as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, órgão responsável pela definição da política de aplicação dos recursos do Fundo, nos termos da legislação vigente;
DECRETA:
Art. 1º Fica nomeada a Senhora **Nádia Teixeira Cairis**, Secretária Municipal de Assistência Social, como **Gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaguapitã – FMDCA**, inscrito no **CNPJ nº 16.777.710/0001-62**, competindo-lhe exercer a gestão administrativa, financeira, orçamentária e operacional do Fundo, em conformidade com a Lei Municipal nº 020/2024 e o Decreto Municipal nº 067/2024.
Art. 2º Compete à Gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:
I – administrar os recursos financeiros vinculados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
II – executar a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos recursos do Fundo, observadas as normas legais aplicáveis;
III – promover a execução das deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA relativas à aplicação dos recursos do Fundo;
IV – acompanhar a arrecadação, aplicação e movimentação dos recursos financeiros destinados ao Fundo;
V – autorizar e acompanhar a execução das despesas, observadas as normas de direito financeiro, orçamentário, de licitações e contratos administrativos;
VI – providenciar a prestação de contas dos recursos do Fundo perante os órgãos competentes e de controle interno e externo;
VII – praticar os demais atos administrativos necessários ao regular funcionamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, observadas as competências do Poder Executivo e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.
Art. 3º A gestão dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente observará obrigatoriamente as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, órgão responsável por deliberar sobre a política de captação e aplicação dos recursos do Fundo, nos termos da Lei Municipal nº 020/2024 e do Decreto Municipal nº 067/2024.
Art. 4º A Gestora deverá assegurar a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e controle social na administração dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, em 05 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:E5210872

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 079/2026

DECRETO Nº. 079/2026

DISPÕE: SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL do Processo Seletivo Simplificado Edital de abertura nº. 001/2026, com resultado final divulgado através do edital nº. 07/2026, e dá outras providências.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL do Processo Seletivo Simplificado do Munícipio de Jaguapitã aberto pelo Edital de nº 001/2026 – para o cargo de Cuidador(a) Social.

Art. 2º - O prazo de validade deste processo seletivo será de até 12 (doze) meses a partir da presente homologação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 05 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:FFCF8C98

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 018/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 089/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE REGISTRO ELETRÔNICO E GESTÃO EM SAÚDE COM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM MANUTENÇÃO (CORRETIVA, ADAPTATIVA E EVOLUTIVA), ATUALIZAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, CONSULTORIA TÉCNICA, CUSTOMIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE BASE DE DADOS E TREINAMENTO, INCLUINDO ACOMPANHAMENTO E SUPORTE CONFORME CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO ESTABELECIDO ENTRE AS PARTES VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR.

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, torna público o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, Adjudicando e Homologando, para que surta os efeitos legais, a proposta da empresa vencedora, conforme segue:

FORNECEDOR: SISAMHIL SISTEMAS DE INFORMACAO E ASSISTENCIA EM INFORMATICA LTDA
CNPJ: 00.909.271/0001-64
Valor Total: R$ 104.000,00 (Cento e quatro mil reais).

Valor Total deste Pregão: R$ 104.000,00 (Cento e quatro mil reais).

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:C7D64B3E

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2026

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 007/2026 de 31/07/2026, para o ingresso no Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 079/2026 de 05/08/2026, os candidatos abaixo relacionados:

CUIDADOR(A) SOCIAL
MARIA DE FATIMA MARQUES
ROSEMEIRE DO NASCIMENTO GOMES
LARISSA FERNANDA DE ARAUJO FERREIRA
CLEVERSON MARTIN DANTAS
ELIANE INOCENCIO DE OLIVEIRA
GIOVANE HENRIQUE SANTOS DE SANTANA
MARIA APARECIDA RODRIGUES MORENO
MARCELO GOMES CAMACHO JUNIOR
ROSANI RODRIGUES
LEONETE DE SOUZA MESQUITA
LUANA PAULA DE CAMPOS
ELIANA ROSSETTO

Os(as) convocados(as) acima deverão comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:00 ou das 14:00 as 16:30, no período de 06/08 a 12/08/2026, munidos(as) dos seguintes documentos originais e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

- RG e CPF.
- Título de eleitor.
- Carteira de trabalho e N. º do PIS.
- Certificado de reservista (homem).
- 01 (uma) foto 3x4 atual.
- Comprovante de grau de instrução.
- Comprovante de registro no respectivo conselho.
- Comprovante de residência, N.º. de Telefone e e-mail.
- Certidões Negativa de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (1- Federal /DPF, 2- Estadual/Instituto Identif. Polícia Civil e 3- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência dos últimos 05 anos.
- Certidão de nascimento ou casamento.
- Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.
- Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.
- Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento).
- Auto declaração de raça/etnia
- Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia)
- Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado)

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 05 de agosto de 2026.

_____
Divisão De Recursos Humanos

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:40BB1BE5

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS Nº 033/2026

Atendendo ao disposto no art. 2º, da Lei nº 9.452/97, de 20 de março de 1997**, NOTIFICAMOS,** aos Partidos Políticos e as Entidades de Classe e Empresariais, com sede no Município de Jaguapitã, da **liberação dos seguintes recursos federais ao Município de Jaguapitã:**

ORIGEM/OBJETO DOS RECURSOS	VALOR (R$)	DATA
Fundo nacional de Assistência Social - MAC	**230,22**	03/08/2026
Fundo nacional de Assistência Social - PSB	**4.513,14**	03/08/2026

Jaguapitã, PR, 05 de agosto de 2026

TELIANA CAMPOS E PRADO PAIXÃO
Secretária Municipal de Finanças
Prefeitura Municipal de Jaguapitã

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:7B9B0D0D

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA N.º 503/2026

DISPÕE: Sobre a ALTERAÇÃO na Portaria nº. 221/2025, de DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, e dá outras providências.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e em conformidade Lei Municipal n.º 020/2024, de 18 de junho de 2024 e 022/2024, de 23 de agosto de 2024;
RESOLVE:
Artigo 1º. – **ALTERA** a Portaria nº. 221/2025, referente à designação dos membros do **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA**, no tocante aos **REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS,** que passa a ter a seguinte composição:

REPRESENTANTE GOVERNAMENTAL	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
SUPLENTE	VIVIANE CRISTINA DIABERNA
REPRESENTANTE GOVERNAMENTAL	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO**
SUPLENTE	ANA FLAVIA LONGO DE FREITAS
REPRESENTANTE NÃO GOVERNAMENTAL	**APMF DO CMEI PROF.ª RITA DE CÁSSIA NÓBREGA VIEIRA**
TITULAR	ROSANGELA CARNEIRO

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, em 4 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:4133CD6F

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 504/2026.

EMENTA: Designa os membros do Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência do Município de Jaguapitã.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.431, de 04 de abril de 2017;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018;
CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
CONSIDERANDO a Resolução CMDCA nº 008/2026, que instituiu o Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência do Município de Jaguapitã;
CONSIDERANDO o disposto no art. 23 da Resolução CMDCA nº 008/2026, que determina que os membros do Comitê sejam designados por Portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados para compor o **Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência do Município de Jaguapitã**, os seguintes representantes:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social

•
Titular: Gisleine Lima da Silva

•
Suplente: Viviane Cristina Diaberna

II – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo

•
Titular: Barbara dos Santos Barbosa Ribeiro

•
Suplente: Alcídia Maria de Almeida

III – Rede Estadual de Educação com atuação no Município

•
Titular: Yasmin Dolores Lopes

•
Suplente: Aparecida Rodrigues da Silva Cavecchia

IV – Secretaria Municipal de Saúde

•
Titular: Estefani Nayara Barcellos

•
Suplente: Izabella Bordignon

V – Polícia Civil, representando os Órgãos de Segurança Pública com atuação no Município

•
Titular: Caio Cardoso Ferreira Celino

•
Suplente: Níckolas Campos de Oliveira

VI – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

•
Titular: Elisângela Cristina Barbosa Lopes de Oliveira

•
Suplente: Cristiane Francisco

VII – Conselho Tutelar

•
Titular: Vânia de Oliveira Silva

•
Suplente: Maria Nubia de Oliveira da Luz

VIII – Secretaria Municipal responsável pelas Políticas de Trabalho e Emprego – Espaço Cidadão

•
Titular: Elvio Tonin

•
Suplente: Lariza Cristina Leonel Fernandes

Art. 2º Os membros designados exercerão suas atribuições em conformidade com a Resolução CMDCA nº 008/2026 e demais normas aplicáveis.

Art. 3º Os serviços prestados pelos membros do Comitê são considerados de relevante interesse público e não serão remunerados.

Art. 4º As substituições de representantes ocorrerão mediante indicação formal do respectivo órgão ou instituição, sendo efetivadas por nova Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguapitã/PR, 04 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:3A3265B1

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 505/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais,

RESOLVE,

DESIGNAR o servidor público municipal Sr. **JOÃO PAULO GOMES FIGUEIRA**, CPF069.xxx.xxx-69 para exercer a função de Agente de Contratação do Município de Jaguapitã/PR., a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nas licitações realizadas na modalidade pregão, o Agente de Contratação exercerá a função de Pregoeiro, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para comporem a Equipe de Apoio das licitações e contratações municipais regidas pela Lei Federal nº 14.133/2021:

ALEXANDRA DA SILVA PEREIRA BORTOLASSI, CPF nº 032.xxx.xxx-95
LUCAS WILLIAN SANTOS DE SOUZA, CPF nº 063.xxx.xxx-00
NATHALIA DO ROZARIO SOUZA, CPF nº114.xxx.xxx-13

Compete à Equipe de Apoio auxiliar o Agente de Contratação no desempenho de suas atribuições, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 103/2023.

As atribuições do Agente de Contratação são aquelas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 103/2023.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 495/2026 e as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, em 04 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:173A54E9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

CONTABILIDADE
DECRETO 335/2026

Decreto nº 335/2026 de 30/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 17/11/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO
04.001.12.122.0400.2.064. GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
794-4.4.90.52.00.00 10818 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 95.000,00
Total Suplementação: 95.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, fica utilizado o Excesso de Arrecadação;
Receita: 2.4.2.2.99.01.03.00000000 Fonte: 10000 95.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, em 30 de julho de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Renato Vaz
Código Identificador:1FCFBFA3

CONTABILIDADE
DECRETO 336/2026

Decreto nº 336/2026 de 30/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 17/11/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 18.050,00 (dezoito mil e cinquenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO
04.001.12.122.0400.2.064. GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
795- 4.4.90.52.00.00 10104 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 18.050,00
Total Suplementação: 18.050,00
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.361.0401.1.069. PROJETO "TECLANDO E APRENDENDO" – INCLUSÃO DIGITAL
164- 4.4.90.52.00.00 10103 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 18.050,00
Total Redução: 18.050,00
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, em 30 de julho de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Renato Vaz
Código Identificador:4D8456AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°251/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 251/2026 – De 28/07/2026.
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Ademar Marcilio Bernardes	Motorista	Londrina	28/07/2026	Buscar ônibus que estava em revisão.	R$ 40,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR,31 de julho de 2026.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:951A82AD

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°252/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 252/2026 - De 01/07/2026 à 06/08/2026.
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
André Fragati Siqueira	Técnico de Enfermagem	Ibaiti	01/07/2026 à 02/07/2026	Acompanhar Trasnferência de Paciente.	R$ 40,00
Valdineia Nunes Marcelino	Técnica de Enfermagem	Jacarezinho e Londrina	13/07/2026	Acompanhar Trasnferência de Paciente.	R$ 80,00
Cassia Regina Paiva	Diretora do Departamento Municipal de Saúde	Japira	05/08/2026	Reunião Ordinária do Cresems e da Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite Regional de 2026.	R$ 80,00
Andrea Francisca de Freitas Garrido	Auxiliar de Enfermagem	Ibaiti	06/08/2026	Participar de Treinamento para o Programa SI-PNI	R$ 80,00
Ana Carolina de Oliveira	Enfermeira	Ibaiti	06/08/2026	Participar de Treinamento para o Programa SI-PNI	R$ 80,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR, 31 de julho de 2026.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:EFE21165

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 38/2026

DECRETO Nº 38/2026

SÚMULA: Aprova o Plano de Políticas Públicas de Adaptação e Resiliência Climática (PARC) do Município de Jundiaí do Sul – Paraná e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de enfrentamento dos impactos decorrentes das mudanças climáticas no território municipal;
CONSIDERANDO as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima – Lei Federal nº 12.187/2009;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.608/2012 – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;
CONSIDERANDO o Acordo de Paris, promulgado pelo Decreto Federal nº 9.073/2017;
CONSIDERANDO o Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres (2015–2030);
CONSIDERANDO a realização da Audiência Pública ocorrida em 19 de maio de 2026, destinada à apresentação, discussão e participação social relativa ao Plano de Políticas Públicas de Adaptação e Resiliência Climática (PARC);
CONSIDERANDO a deliberação favorável do Comitê Intersetorial de Ação Climática – CIAC;
CONSIDERANDO a necessidade de institucionalização das políticas públicas voltadas à adaptação climática, gestão de riscos e fortalecimento da resiliência territorial municipal;
DECRETA:
Art. 1º Fica aprovado o Plano de Políticas Públicas de Adaptação e Resiliência Climática (PARC) do Município de Jundiaí do Sul – Paraná, como instrumento oficial de planejamento estratégico municipal voltado à adaptação às mudanças climáticas, redução de vulnerabilidades e fortalecimento da resiliência ambiental, urbana, rural e institucional.
Art. 2º O Plano de Políticas Públicas de Adaptação e Resiliência Climática – PARC estabelece diretrizes, metas, ações, programas e mecanismos de monitoramento voltados:
I – à gestão de riscos e fortalecimento da Defesa Civil;
II – à infraestrutura urbana resiliente;
III – à segurança hídrica e conservação ambiental;

IV – à agricultura resiliente e desenvolvimento rural;
V – à governança climática e educação ambiental.
Art. 3º O PARC deverá orientar a formulação, integração e compatibilização das políticas públicas municipais, especialmente junto aos seguintes instrumentos:
I – Plano Diretor Municipal;
II – Plano Plurianual – PPA;
III – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
IV – Lei Orçamentária Anual – LOA;
V – Plano Municipal de Saneamento Básico;
VI – Plano de Contingência da Defesa Civil;
VII – políticas municipais ambientais, urbanísticas e rurais.
Art. 4º Fica atribuído ao Comitê Intersetorial de Ação Climática – CIAC o acompanhamento, monitoramento e avaliação da implementação do PARC, competindo-lhe:
I – acompanhar metas, indicadores e ações previstas no plano;
II – elaborar relatórios periódicos de monitoramento;
III – propor revisões e atualizações;
IV – promover a integração intersetorial das políticas públicas relacionadas à adaptação climática;
V – incentivar a participação social e a educação ambiental.
Art. 5º O Plano poderá ser revisado periodicamente, preferencialmente a cada 4 (quatro) anos, ou sempre que houver necessidade técnica, alteração normativa ou ocorrência de eventos climáticos relevantes.
Art. 6º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Jundiaí do Sul – Paraná, 19 de maio de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

GLEISON DE SOUZA ALVES
Vice-Prefeito Municipal

Publicado por:
Odair Rosildo Farinha
Código Identificador:EE549BF1

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 56/2026

DECRETO Nº 56/2026

SÚMULA: Institui o Comitê Intersetorial de Ação Climática (CIAC) do Município de Jundiaí do Sul – Paraná e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de enfrentamento dos impactos decorrentes das mudanças climáticas no âmbito municipal;
CONSIDERANDO a importância da integração entre planejamento urbano, gestão ambiental, defesa civil, agricultura, saneamento, infraestrutura e participação social;
CONSIDERANDO a elaboração do Plano de Políticas Públicas de Adaptação e Resiliência Climática (PARC) do Município de Jundiaí do Sul;
CONSIDERANDO as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima – Lei Federal nº 12.187/2009;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.608/2012 – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;
CONSIDERANDO o Acordo de Paris, promulgado pelo Decreto Federal nº 9.073/2017;
CONSIDERANDO a necessidade de institucionalização de mecanismos permanentes de governança climática e participação social;
DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica instituído o Comitê Intersetorial de Ação Climática – CIAC do Município de Jundiaí do Sul – Paraná, com a finalidade de coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar as políticas públicas municipais relacionadas à adaptação climática, resiliência territorial e gestão de riscos ambientais.
Art. 2º O Comitê Intersetorial de Ação Climática – CIAC constitui instância consultiva, deliberativa e de articulação intersetorial da Política Municipal de Mudanças Climáticas e do Plano de Políticas Públicas de Adaptação e Resiliência Climática (PARC).
CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS
Art. 3º Compete ao Comitê Intersetorial de Ação Climática – CIAC:
I – acompanhar a implementação do Plano de Políticas Públicas de Adaptação e Resiliência Climática – PARC;
II – monitorar metas, indicadores e ações previstas no plano;
III – promover a integração entre os órgãos municipais relacionados à agenda climática;
IV – propor revisões e atualizações periódicas do plano;
V – elaborar relatórios de monitoramento e avaliação;
VI – incentivar mecanismos de participação social e educação ambiental;
VII – apoiar ações preventivas relacionadas à gestão de riscos e Defesa Civil;
VIII – articular ações com órgãos estaduais, federais, universidades, instituições técnicas e sociedade civil;
IX – acompanhar políticas públicas relacionadas à segurança hídrica, infraestrutura resiliente, conservação ambiental e agricultura sustentável.
CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO
Art. 4º O Comitê Intersetorial de Ação Climática – CIAC será composto pelos seguintes representantes:
I – Representantes do Poder Público Municipal:
a) Departamento Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente:
Silvia Aparecida Otávio – Presidente;
b) Departamento de Planejamento e Orçamento:
Odair Rosildo Farinha;
c) Departamento Municipal de Obras, Habitação, Saneamento e Urbanismo:
Donizete Aparecido Carvalho;
d) Defesa Civil Municipale Mudanças, Adaptação e Resiliência Climática:
Fernanda Aline de Andrade;
e) Departamento Municipal de Assistência Social:
Ivanise de Lima Silva;
f) Do Gabinete do Executivo Municipal:
Joao Pedro Soares de Arruda Reis;
g) Departamento Municipal de Educação:
Ana Paula Leite;
h) Departamento Municipal de Cultura:
Maik Godinho Fidêncio;
II – Representantes do setor produtivo e rural:
Vilmara Damásio Caetano e **Irene Cardoso de Oliveira Silva.**
III – Representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente:
Elizete Aparecida Gaveluk.
IV – Representante dos estudantes universitários:
Ana Caroline de Souza Taionato.
V – Representante do Instituto de Desenvolvimento Rural – IDR-Paraná:
Edemir Augusto Piva.
VI- Representante do Departamento Municipal de Educação:
Ana Paula Leite;
VII- Representante do Departamento Municipal de Cultura e Turismo:
Maik Godinho Fidêncio.
§1º Os membros do Comitê exercerão suas funções sem remuneração, sendo os serviços considerados de relevante interesse público.
§2º O Comitê poderá convidar representantes de outros órgãos, entidades, universidades e instituições técnicas para participação nas reuniões, sem direito a voto.
CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO
Art. 5º O Comitê reunir-se-á:
I – ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada semestre;
II – extraordinariamente, sempre que convocado pela Presidência ou por solicitação da maioria de seus membros.

Art. 6º As deliberações do Comitê serão tomadas por maioria simples dos membros presentes.
Art. 7º O Comitê poderá instituir grupos técnicos de trabalho para temas específicos relacionados à adaptação climática, gestão de riscos, recursos hídricos, agricultura resiliente, educação ambiental e monitoramento territorial.
CAPÍTULO V
DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Art. 8º Fica garantida a participação da sociedade civil na Política Municipal de Mudanças Climáticas por meio:
I – da participação no Comitê Intersetorial de Ação Climática – CIAC;
II – da realização de audiências e consultas públicas;
III – da apresentação anual dos resultados do monitoramento do PARC;
IV – da promoção de ações de educação ambiental e transparência pública.
CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 9º O Comitê Intersetorial de Ação Climática – CIAC atuará em conformidade com as diretrizes do Plano de Políticas Públicas de Adaptação e Resiliência Climática – PARC e demais instrumentos municipais de planejamento.
Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiaí do Sul – Paraná, 05 de agosto de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odair Rosildo Farinha
Código Identificador:0159AB29

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 134/2026

PORTARIA Nº. 134/2026

Dispõe sobre a instituição do modelo de governança para monitoramento do Plano Plurianual – PPA, com a designação de Pontos Focais no âmbito da Administração Pública Municipal de Jundiaí do Sul – PR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:
• a Constituição Federal, especialmente os arts. 18 e 165;
• a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente arts. 48, 50 e 59;
• a Lei nº 4.320/1964;
• a Lei Federal nº 12.608/2012 (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil);
• a Nota Técnica nº 37/2025 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR;
• o Decreto Municipal nº 85/2025 – Monitoramento do PPA;
• o Manual Municipal de Monitoramento do PPA;
• a Portaria nº 217/2025 – Designação de Pontos Focais;
• o Registro de Competências da estrutura administrativa municipal vigente ;

CONSIDERANDO AINDA:
Que a designação de Pontos Focais constitui mecanismo essencial de governança, controle interno e responsabilização técnica, garantindo a descentralização do monitoramento, a confiabilidade das informações e o cumprimento das exigências do TCE-PR;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o modelo de governança para o monitoramento do Plano Plurianual – PPA, baseado na atuação de Pontos Focais setoriais.

Art. 2º Ficam designados como Pontos Focais os responsáveis pelas áreas e unidades administrativas, conforme Anexo I.

Art. 3º – Competências dos Pontos Focais
I – atuar como elo técnico entre sua unidade e a gestão central;
II – monitorar metas físicas e financeiras do PPA;
III – assegurar conformidade com PPA, LDO e LOA;
IV – atender às recomendações do TCE-PR;
V – subsidiar relatórios, auditorias e prestação de contas;
VI – identificar riscos e propor medidas corretivas;
VII – fortalecer os controles internos e a governança pública.

Art. 4º O monitoramento do PPA seguirá o fluxo estabelecido no Anexo II.

Art. 5º Os relatórios deverão seguir o modelo do Anexo III.

Art. 6º A verificação de conformidade observará o checklist do Anexo IV.

Art. 7º Os Pontos Focais atuarão de forma integrada com:
• Departamento de Planejamento
• Controladoria Geral do Município

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pela Controladoria Geral do Município.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiaí do Sul – PR, 28 de julho de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

ODAIR ROSILDO FARINHA
Planejamento e Orçamento

FERNANDA ALINE DE ANDRADE
Controladora Geral do Município

ANEXO I – PONTOS FOCAIS DO PPA

ÁREA	UNIDADE	RESPONSÁVEL	CARGO
Planejamento	Planejamento e Orçamento	Odair Rosildo Farinha	Responsável
Governança	Gabinete do Prefeito	Altair Ferreira dos Santos	Chefe de Gabinete
Controle	Controladoria Geral	Fernanda Aline de Andrade	Controladora
Ouvidoria	Ouvidoria Geral	Adauheber Macedo da Silva	Ouvidor
Saúde	Ouvidoria SUS	Kaio Garrido Zanelato	Ouvidor
Finanças	Tesouraria	Eunice Paulina Ferreira	Tesoureira
Finanças	Contabilidade/Frotas/Almoxarifado	Juan Emanuel Gaveluk	Contador
Finanças	Tributação	Cláudio F. O. Pinto	Chefe
Administração	Compras/Licitações	Walderlei L. Fernandes	Pregoeiro
Administração	Compras	Josiane F. F. Martins	Responsável
Administração	RH	KogiEmoto	Chefe
Infraestrutura	Obras	Donizete A. de Carvalho	Diretor
Infraestrutura	Transportes	Donizete A. de Carvalho	Diretor
Social	Assistência Social	Ivanise de Lima Silva	Diretora
Social	Educação	Ana Paula Leite	Diretora
Social	Saúde	Cássia Regina Paiva	Diretora
Ambiental	Agricultura e Meio Ambiente	Sílvia A. Otávio	Diretora
Cultura	Cultura e Turismo	Maik Godinho Fidêncio	Diretor
Esporte	Esporte e Lazer	Pedro Lucas Mendes Pedroso	Diretor
Defesa	Defesa Civil	Fernanda Aline de Andrade	Coordenadora

ANEXO II
FLUXO DE MONITORAMENTO DO PPA

PERIODICIDADE OFICIAL

Tipo	Periodicidade	Finalidade
Operacional	Mensal	Acompanhamento interno
Consolidação	Bimestral	Ajustes e consistência
Avaliação Fiscal	Quadrimestral	Relatórios fiscais (LRF)
Prestação de Contas	Anual	PCA / TCE

ETAPAS DO FLUXO
1. COLETA DE DADOS (PONTOS FOCAIS)
Prazo: até dia 05 do mês seguinte
Cada área deverá informar:
• Execução física (metas)
• Execução financeira (empenhado/liquidado/pago)
• Problemas e riscos

2. REGISTRO E RELATÓRIO
Prazo: até dia 07
• Preenchimento do Relatório Padrão
• Conferência interna

3. VALIDAÇÃO DA UNIDADE
Prazo: até dia 08
• Validação pela chefia
• Correções

4. ENVIO AO PLANEJAMENTO
Prazo: até dia 10
• Consolidação preliminar
• Verificação de consistência

5. ANÁLISE DA CONTROLADORIA
Prazo: até dia 15
• Auditoria dos dados
• Identificação de inconsistências
• Emissão de recomendações

6. DEVOLUTIVA E AJUSTES
Prazo: até dia 20
• Correções pelas unidades
• Justificativas formais

7. CONSOLIDAÇÃO FINAL
Prazo: até dia 25

• Relatório consolidado do município
• Base para TCE / transparência

8. INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS (SIM-AM)
Prazo: até fechamento mensal
• Alimentação contábil e orçamentária
• Compatibilização físico x financeiro

PONTO CRÍTICO
Compatibilidade entre:
✔ PPA (metas)
✔ LOA (dotação)
✔ SIM-AM (execução real)
Se não tiver vinculação compatibilidade→ apontamento.

CRONOGRAMA MENSAL PADRÃO

Data	Responsável	Atividade
01–05	Pontos Focais	Coleta de dados
06–07	Unidade	Relatório
08	Chefia	Validação
09–10	Planejamento	Consolidação
11–15	Controladoria	Auditoria
16–20	Unidades	Correções
21–25	Planejamento	Relatório final

INTEGRAÇÃO COM PRAZOS DO TCE
✔ BIMESTRAL (LRF)
Relatórios fiscais → dependem desse fluxo
✔ QUADRIMESTRAL
Audiências públicas + avaliação de metas
✔ ANUAL (PCA)
Tudo isso vira base da prestação de contas

ALERTAS IMPORTANTES
- Entregar após dia 10 → risco de inconsistência
-Dados divergentes do SIM-AM → apontamento direto
-Falta de justificativa → irregularidade
-Execução sem meta → falha de planejamento

O monitoramento do Plano Plurianual observará fluxo mensal estruturado, com coleta de dados até o 5º dia útil do mês subseqüente, consolidação até o dia 10, análise pela Controladoria até o dia 15 e fechamento até o dia 25, garantindo compatibilidade com os dados encaminhados ao Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ANEXO III – MODELO DE RELATÓRIO PADRÃO

RELATÓRIO MENSAL DE MONITORAMENTO DO PPA
MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL – PR
RELATÓRIO MENSAL DE MONITORAMENTO DO PLANO PLURIANUAL – PPA

1. IDENTIFICAÇÃO
• Área/Departamento: _____
• Unidade Administrativa: _____
• Ponto Focal Responsável: _____
• Cargo: _____
• Mês/Ano de Referência: __/____

2. EXECUÇÃO DAS METAS (PPA)

Programa	Ação	Meta Prevista	Meta executada	% Execução	Situação

Classificação da Situação:

• Adequado
• Em atraso
• Não iniciado

3. EXECUÇÃO FINANCEIRA (SIM-AM)

Dotação	Empenhado (R$)	Liquidado (R$)	Pago (R$)

✔ Fonte dos dados: Sistema Contábil / SIM-AM

4. ANÁLISE DE CONFORMIDADE (PPA x SIM-AM)
( ) Compatível
( ) Parcialmente compatível
( ) Incompatível
Justificativa:

5. ANÁLISE SITUACIONAL
Descrever de forma objetiva:
• Principais avanços no período
• Dificuldades encontradas
• Situação geral das ações

6. RISCOS E PROBLEMAS IDENTIFICADOS
( ) Baixa execução física
( ) Baixa execução orçamentária
( ) Divergência entre físico e financeiro
( ) Problemas operacionais
( ) Falta de recursos humanos
( ) Outros: _____

7. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
Descrever medidas corretivas ou preventivas:

8. NECESSIDADE DE APOIO
( ) Planejamento
( ) Controladoria
( ) Jurídico
( ) Administração

( ) Outros: _____

9. OBSERVAÇÕES GERAIS

10. DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL
Declaro que as informações prestadas refletem a execução real das ações sob minha responsabilidade, estando em conformidade com os registros administrativos e contábeis.

Assinatura do Ponto Focal: _____
Data:___/___/_____

11. VALIDAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA
( ) Aprovado
( ) Aprovado com ressalvas
( ) Não aprovado
Observações:

Assinatura: _____

12. ANÁLISE DA CONTROLADORIA
( ) Regular
( ) Regular com ressalvas
( ) Irregular

Apontamentos:

Recomendações:

Assinatura: _____

ANEXO IV – CHECKLIST TCE

✔ Compatibilidade PPA/LDO/LOA
✔ Execução física x financeira
✔ Legalidade dos atos
✔ Transparência
✔ Controle interno

Publicado por:
Odair Rosildo Farinha
Código Identificador:F0375389

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
DECRETO LEGISLATIVO Nº 446/2026

Autor: Vereador Mario Jorge Padilha Santos

Súmula: Concede o Título de Cidadã Benemérita à senhora MARLY WEISS DA SILVEIRA.

O Poder Legislativo Municipal da Lapa, Estado do Paraná, APROVOU e está Presidência DECRETA:

Art. 1° - É concedido o Título de Cidadã Benemérita do Município da Lapa à Senhora Marly Weiss Da Silveira, pelos relevantes serviços prestados em prol da comunidade lapiana.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Poder Legislativo Municipal, em 05 de agosto de 2026.

ACYR HOFFMANN
Presidente

CAMILA SCHEFER PIERIN
1ª Secretária

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:0B9DD5A6

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO Nº. 607, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Aprova a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2027, do Fundo Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Lapa/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de criação nº. 1306 de 23/11/1995, regida pela Lei Municipal nº. 3065 de 16/03/2015;

• Considerando o inciso XIV, do Artigo 21, da Lei Municipal Nº 3065, de 16/03/2015;

• Considerando o Ofício Nº 145, de 16 de Julho de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher,

• Considerando a deliberação da plenária realizada no dia 05 de Agosto de 2026, em Reunião Ordinária

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2027, do Fundo Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Lapa – Paraná, 05 de Agosto de 2026.

DULCE BACH
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:0E56E8E9

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO Nº. 609, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Nomeia a Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação das parcerias executadas com recursos do FMDCA do Município de Lapa/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de criação nº. 1306 de 23/11/1995, regido pela Lei Municipal nº. 3065 de 16/03/2015.

• Considerando o artigo 25 da Lei Municipal Nº 3065, de 16/03/2015;

• Considerando o artigo 24 do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 21356, de 22/05/2015;

• Considerando a Lei Federal Nº 13019/2014 e Decreto Municipal Nº 22763, de 13/07/2017;

• Considerando a deliberação da plenária realizada no dia 05 de Agosto de 2026, em Reunião ordinária.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação das parcerias executadas com recursos do FMDCA do Município de Lapa/PR.

COMISSÃO CONSTITUÍDA		
SEGMENTO	**CONSELHEIROS(AS)**	**REPRESENTAÇÃO**
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	**Titular:** Joelson Vieira Brandenburg	Associação Desportiva Cultural Lapeana – ADCL
	Suplente: Fernando Alberto Good	Associação Esportiva PAQUETON – LAPA/PR
	Titular: Brenda Jurelo Lopata	AMAS Associação Menonita de Assistência Social
	Suplente: Ligia Maria Lacerda Mazanek	Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais - APAE da Lapa
REPRESENTANTES DO GOVERNO	**Titular:** Ticiane Ribas Schefer	Área de Assistência Social
	Suplente: Júlio Cesar Padilha Barbosa	Área de Finanças e Planejamento
	Titular: Dulce Bach	Área de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
	Suplente: Franciely Piovezan dos Santos	Área de Saúde

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se a Resolução Nº 571, de 03 de Setembro de 2025 e demais disposições em contrário.

Lapa, 05 de Agosto de 2026.

DULCE BACH
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:24B980BF

GABINETE
DECRETO N° 29861, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação, devidamente autorizado pela Lei n° 4501 de 17 de Dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4501, de 17/12/2025;
Considerando os P.D.s nº 19482 e 19484, de 31/07/2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 98.474,00 (Noventa e Oito Mil, Quatrocentos e Setenta e Quatro Reais), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

07 Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher	
07.14 Fundo Municipal de Assistência Social	
08.244.0066.2409 Gestão do Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (MAC)	
797: 3.3.99.48.00.00.966 – Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	R$ 32.420,00
07.15 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	
08.243.0072.2423 Apoiar Serviços, Programas e Projetos de Organizações da Sociedade Civil e Órgãos da Administração Pública Municipal, com recursos do FMDCA Doações	
931: 3.3.50.41.00.00.000 – Contribuições	R$ 53.890,00
939: 4.4.50.42.00.00.000 – Auxílios	R$ 12.164,00
TOTAL.....	**R$ 98.474,00**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o:

Excesso de Arrecadação da fonte 0, conta nº 73.005-X	R$ 66.054,00
Excesso de Arrecadação da fonte 966, conta nº 32.246-6	R$ 32.420,00
TOTAL.....	**R$ 98.474,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 05 de Agosto de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 05 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:9942C711

GABINETE
DECRETO N° 29862, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Anulação de Dotação, devidamente autorizado pela Lei n° 4501 de 17 de Dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4501, de 17/12/2025;
Considerando os P.D. nº 19544, de 03/08/2026, da Secretaria de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 100.000,00 (Cento Mil Reais), distribuídos na seguinte dotação orçamentária:

08 Fundo Municipal de Saúde	
08.01 Assistência ao Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0028.2333 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Básica	
1272: 3.3.90.30.00.00.494 – Material de consumo	R$ 100.000,00
TOTAL.....	**R$ 100.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o cancelamento parcial das seguintes dotações orçamentárias:

08 Fundo Municipal de Saúde	
08.01 Assistência ao Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0028.2333 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Básica	
1276: 3.3.90.39.00.00.494 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 100.000,00
TOTAL.....	**R$ 100.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 05 de Agosto de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 05 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:33646DA0

GABINETE
DECRETO N° 29864, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) por meio do Emissor Público Nacional, no âmbito do Município da Lapa, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DA LAPA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal e artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 68/2025;

CONSIDERANDO as inovações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023 (Reforma Tributária do Consumo), bem como a regulamentação promovida pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026;

CONSIDERANDO a documentação técnica, manuais, notas técnicas, instruções normativas, Resoluções e Portarias expedidas pelo Comitê Gestor da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – CGNFS-e, disponibilizadas no Portal Nacional da NFS-e;

CONSIDERANDO a Resolução CGSN nº 189, de 23 de abril de 2026;

CONSIDERANDO o Processo Digital nº 16654-2026,

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto regulamenta, no âmbito do Município da Lapa, a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, exclusivamente por meio do Emissor Público Nacional, observando o modelo, o leiaute, o padrão, as regras técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor da NFS-e (CGNFS-e) e as parametrizações realizadas no Painel Administrativo Municipal.

Art. 2º - A obrigatoriedade da emissão da NFS-e pelo Emissor Público Nacional terá início em 01 de setembro de 2026, mediante utilização do ambiente eletrônico disponibilizado pelo Governo Federal, acessível no seguinte endereço eletrônico: https://www.nfse.gov.br/EmissorNacional/Login.

Parágrafo único. A partir da data prevista no caput deste artigo, o sistema municipal próprio de emissão de NFS-e será descontinuado para fins de emissão de documentos fiscais.
Art. 3º - A emissão da NFS-e por meio do Emissor Público Nacional poderá ocorrer nas seguintes modalidades operacionais:
I – emissor web ou aplicativo oficial disponibilizado pelo CGNFS-e ou;
II – integração eletrônica, via API, entre sistema próprio do contribuinte e o Emissor Público Nacional, observadas as normas e padrões técnicos definidos pelo CGNFS-e.

§1º. O acesso ao Portal Nacional da NFS-e poderá ocorrer pelas seguintes formas:
I - usuário e senha;
II - certificado digital ou;
III – conta GOV.BR.

§2º. Para emissão da NFS-e no Emissor Público Nacional, os contribuintes deverão realizar o respectivo cadastro e observar integralmente os manuais, tutoriais, documentação técnica, notas técnicas, resoluções e demais orientações expedidas pelo CGNFS-e.

Art. 4º - Para cada serviço prestado deverá ser emitida a correspondente NFS-e, contendo a correta classificação do item e subitem da lista de serviços municipal, o respectivo código de desdobramento adotado pelo Município e o código da Nomenclatura Brasileira de Serviços – NBS, quando aplicável.

§1º - Tratando-se de prestação de serviços de construção civil, deverá ser informada a localização da obra e a respectiva matrícula no Cadastro Nacional de Obras – CNO, quando exigível.

§2º - Não será admitida a utilização de carta de correção para sanar erro de emissão da NFS-e, hipótese em que o documento fiscal deverá ser cancelado e substituído, observado o prazo regulamentar.

Art. 5º - A NFS-e emitida por meio do Emissor Público Nacional integrará automaticamente a escrituração fiscal do Município, terá validade em todo o território nacional e constituirá documento hábil para fins de escrituração, apuração do ISSQN, fiscalização, lançamento e constituição do crédito tributário.

§1º - O disposto no caput aplica-se também aos responsáveis tributários pelo recolhimento do ISSQN, independentemente de estarem estabelecidos no Município.

§2º - A escrituração da NFS-e será automática, devendo o contribuinte ou responsável realizar a obrigação acessória de protocolo para efetuar a declaração correspondente ao mês de competência.

Art. 6º - O emitente é responsável pela veracidade, integridade e exatidão das informações constantes da NFS-e, inclusive quanto à correta indicação do responsável pelo recolhimento do imposto, do local da prestação, do local da incidência, da existência de imunidade, isenção, não incidência ou da aplicação de regime especial de tributação.

Art. 7º - As NFS-e emitidas até 31 de agosto de 2026 por meio do sistema municipal, ficarão armazenadas durante o prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na legislação tributária.

Art. 8º - As concessionárias operadoras de rodovias prestadoras dos serviços previstos no subitem 22.01 da lista de serviços deverão emitir a NFS-e via por meio do Emissor Público Nacional, observado o disposto na regulamentação expedida pelo CGNFS-e.

Art. 9º - Os casos omissos decorrentes da aplicação deste Decreto serão disciplinados por Portaria da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 10 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos quanto à obrigatoriedade de emissão da NFS-e por meio do Emissor Público Nacional a partir de 1º de setembro de 2026.

Art. 11 - Ficam revogados os artigos 19 e 20 do Decreto nº 28687/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 05 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F7D98819

GABINETE
DECRETO Nº 29863, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Aplica a penalidade de impedimento de licitar e multa com a Administração Pública do Município da Lapa em face da Empresa TRANS ARCANJOS TRANSPORTES LTDA

O PREFEITO DA LAPA, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município da Lapa,

- Considerando os Processos Digitais nº 24696/2023 e 22584/2024 ;
- Considerando o Parecer Jurídico nº 110/2025 e Parecer Jurídico nº 602/2026;
- Considerando a Decisão Administrativa proferida pelo Sr. Secretária Municipal de Educação do Município da Lapa datada de 04/08/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica aplicada à Empresa TRANS ARCANJOS TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.974.104/0001-58, a penalidade de multa de 10% sobre o valor estimado dos itens prejudicados, no valor total de R$ 42.148,60 (quarenta e dois mil, cento e quarenta e oito reais e sessenta centavos), nos termos do subitem 21.3.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 086/2022.

Parágrafo Único. Além da multa constante no caput deste artigo, fica também aplicada a penalidade de impedimento de licitar com o Município da Lapa, pelo período de 06 (seis) meses, sem prejuízo de manutenção do impedimento por período superior, em caso de inadimplência da multa, nos termos do subitem 21.3.2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 086/2022.

Art. 2º – Cumpra-se a integralidade das disposições da Instrução Normativa nº 156/2020 do TCE – Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do município da Lapa, em 05 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito do Município da Lapa

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:C75BD99D

GABINETE
LEI Nº 4590, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal, em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Lapa-PR e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA/Lapa-PR, a firmar Termo de Fomento com a Associação Menonita de Assistência Social – AMAS da Lapa-PR, para o repasse de recursos financeiros provenientes de doações específicas e inespecíficas do FMDCA/Lapa-PR, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo Municipal em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/Lapa-PR e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA/Lapa-PR, autorizado a firmar Termo de Fomento com a Associação Menonita de Assistência Social - AMAS da Lapa-PR, pessoa jurídica, sem fins lucrativos, com sede na Rua Leôncio Correia n° 339 – Vila Esperança, Lapa-PR, inscrita no CNPJ sob nº 79.573.499/0009-33, para o repasse financeiro de recursos provenientes do FMDCA/Lapa-PR – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no valor total de R$ 15.154,00 (quinze mil, cento e cinquenta e quatro reais), em parcela única, atendendo às Resoluções nº 586, de 30 de março de 2026, e nº 600, de 03 de junho de 2026, do CMDCA/Lapa-PR.

Parágrafo único. O recurso financeiro mencionado no caput deste artigo será utilizado na execução do Projeto "Cozinha Aquecida", que tem como objetivo adquirir um sistema de aquecimento de água e contratar mão de obra especializada para sua instalação, conforme especificações constantes no Plano de Trabalho e Plano de Aplicação.

Art. 2º - A Entidade beneficiada com a aplicação dos recursos a que se refere o artigo 1º desta Lei deverá prestar contas, sob pena de devolução dos recursos não aplicados no objeto a que se destina:

I - Ao Município, no prazo de 30 (trinta) dias após a conclusão do objeto proposto no Plano de Trabalho e Plano de Aplicação; e

II - Ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bimestralmente, conforme disposto na Resolução nº 28/2011, e sua alteração Resolução n° 46/2014, regulamentadas pela Instrução Normativa nº 61/2011 e pela Instrução de Serviços n° 99/2015, todas daquele Tribunal, que dispõem sobre a formalização, a execução, a fiscalização e a prestação de contas das transferências de recursos financeiros e demais repasses no âmbito estadual e municipal.

Art. 3º - O Termo de Fomento de que trata o artigo 1º desta Lei terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do Termo, e poderá ser prorrogado por meio de termo aditivo ou apostilamento, mediante solicitação, o qual deverá ser solicitado ao CMDCA/Lapa-PR por meio de ofício, em até 30 (trinta) dias antes do término do Termo de Fomento, com as justificativas necessárias para sua prorrogação.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei, quanto a prestação de serviços de terceiros pessoa jurídica correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Código Reduzido - 931
Órgão: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER
Unidade: 15 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Ação: 2423 - Apoiar Serviços, Programas e Projetos de Organizações da Sociedade Civil e Órgãos da Administração Pública Municipal, com recursos do FMDCA Doações
Funcional: 0008.0243.0072
Vínculo :0 - RECURSOS LIVRES
3335041000000000000 - Contribuições

Código Reduzido - 939
Órgão: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER
Unidade: 15 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Ação: 2423 - Apoiar Serviços, Programas e Projetos de Organizações da Sociedade Civil e Órgãos da Administração Pública Municipal, com recursos do FMDCA Doações
Funcional: 0008.0243.0072
Vínculo :0 - RECURSOS LIVRES
3445042000000000000 - Auxílios

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 05 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:1623671D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 041/2026 – UASG 987657

A Prefeitura Municipal da Lapa torna público a todos os interessados a nova data de aberturado PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 cujo objeto trata-se de Contratação de empresa especializada para execução de serviços de Regularização Fundiária de Interesse Social, nas áreas localizadas no Município.
As novas etapas do referido processo são:
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 20/08/2026 às 09:29 horas.
NOVA DATA DATA DA SESSÃO: 20/08/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço do Lote
MODO DE DISPUTA: Aberto.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$59.450,00 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Informamos que não houve alterações no Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição Nº 3586 na data de 03/08/2026 e que o Edital retificado poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço:lapa.atende.net “acesso Identificado no link – licitações” ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br.Outras informações poderão ser obtidas na Cordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone(41) 3547-8029.

Lapa, 05de agosto de 2026.

APARÍCIO LEVI DE QUEVEDO
Pregoeiro

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:C23E061F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 17/2025, de 08/08/2025, que homologou o **Concurso Público** 01/2024, **CONVOCA**o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer no Departamento de

Recursos Humanos, sito à Rua Barão do Rio Branco, nº. 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O (s) candidato (s) aprovado (s) deve (m) apresentar os documentos relacionados no anexo do ofício, o qual deverá ser retirado no Departamento de Recursos Humanos, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 12:00h ou das 13:30h às 17:00h, no endereço acima mencionado, no prazo de 10 (dez) dias corridos, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não nomeação.

NOME	CARGO
CLEVERSON LUIZ DIAS MAYER	ENGENHEIRO AMBIENTAL

Lapa, 04 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:2385DF57

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 196/2026

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025 (PD N.º 27701/2024), QUE ORIGINOU A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2025.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: A.C.A EMPREENDIMENTOS LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 17.789.664/0001-84, AQUI REPRESENTADA POR SUA SÓCIA, SRA. MILENA FANTIN COLOGNESI ZACHEU.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E INSUMOS DIVERSOS POR MAIOR DESCONTO DA TABELA SINAPI, PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA TODAS AS SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA. – ANEXO I.LOTE 12 – PINTURA PREDIAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (UM) ANO CONTADOS DA PUBLICAÇÃO NO PNCP, PODENDO SER PRORROGADO NOS TERMOS DOS DA LEI 14.133.
VALOR CONTRATUAL: R$ 32.778,04 (TRINTA E DOIS MIL, SETECENTOS E SETENTA E OITO REAIS E QUATRO CENTAVOS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
REQUISIÇÃO 1267/2026 PD 19568/2026
CÓDIGO REDUZIDO: 1272
ÓRGÃO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 1 - ASSISTÊNCIA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2333 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE -
ATENÇÃO BÁSICA
VÍNCULO: 494 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
SUBELEMENTO: 3339030240000000000 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS.
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 27701/2024 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 04/08/2026
DATA ASSINATURA: 04/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:20EA6EFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 197/2026

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025 (PD N.º 27701/2024), QUE ORIGINOU A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 227/2025.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: BRUNATTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 04.435.876/0001-11, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SÓCIA, SRA. ÂNGELA MARIA GRANEMANN PEREIRA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E INSUMOS DIVERSOS POR MAIOR DESCONTO DA TABELA SINAPI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I. LOTE 01 – ACABAMENTO, LOTE 07 – HIDRÁULICO, LOTE 10 – MATERIAL ESTRUTURAL, LOTE 11 – PAISAGISMO.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (SEIS) MESES, CONTADOS DA PUBLICAÇÃO NO PNCP, PODENDO SER PRORROGADO NOS TERMOS DOS DA LEI 14.133.
VALOR CONTRATUAL: R$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
REQUISIÇÃO 1268/2026 PD 19601/2026
CÓDIGO REDUZIDO: 1312
ÓRGÃO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 1 - ASSISTÊNCIA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2334 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - UPA
VÍNCULO: 494 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
SUBELEMENTO: 3339030240000000000 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS
CÓDIGO REDUZIDO: 1430
ÓRGÃO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 1 - ASSISTÊNCIA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2313 - TAXA MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO EM SAÚDE
VÍNCULO: 510 - TAXA - EXERCICIO PODER POLICIA
SUBELEMENTO: 3339030240000000000 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS
CÓDIGO REDUZIDO: 1211
ÓRGÃO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 1 - ASSISTÊNCIA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2279 - GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE 15% - GESTÃO ADMINISTRATIVA
VÍNCULO: 303 - SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)
SUBELEMENTO: 3339030240000000000 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS
CÓDIGO REDUZIDO: 1263
ÓRGÃO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 1 - ASSISTÊNCIA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2301 - PROGRAMA APSUS - AB
VÍNCULO: 495 - ATENÇÃO BÁSICA
SUBELEMENTO: 3339030240000000000 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS
CÓDIGO REDUZIDO: 2027
ÓRGÃO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 1 - ASSISTÊNCIA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2333 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA

VÍNCULO: 49418 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - EMENDAS INDIVIDUAIS (§ 13, ART. 166 DA CF)
SUBELEMENTO: 3339030240000000000 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS.
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 27701/2024 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 04/08/2026
DATA ASSINATURA: 04/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:3083CCE1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45 / 2026

Considerando o que consta no processo administrativo 96/2025, bem como a necessidade e justificativa apresentada **CONTRATAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE LARANJAL – ACMRL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA, TRANSPORTE, TRIAGEM, PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS RECICLÁVEIS OU REUTILIZÁVEIS NO MUNICÍPIO DE LARANJAL/PR**. Reconheço a possibilidade de **dispensa de licitação**, com fundamento no **art. 75, inciso IV, alínea "j", da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021** e suas alterações em vigor.
Dessa forma, AUTORIZO a contratação da ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE LARANJAL – ACMRL, pessoa jurídica de direito privado, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.303.067/0001-29, com sede no Município de Laranjal/PR, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por sua Presidente, Sra. Esilcleia Santos de Oliveira, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.173.173-8, inscrita no CPF nº 053.261.389-99, residente e domiciliada na Rua Projetada A, s/n, Vila Rural São Caetano, Município de Laranjal/PR, observadas as demais cautelas legais e as exigências de execução do contrato, de modo a garantir a qualidade e eficiência na prestação dos serviços.
Determino ainda a publicação da súmula desta ratificação, conforme dispõe o Art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de transparência e publicidade do ato administrativo.

Laranjal, 05 de agosto de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:9A55AD2A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 101/2026
Procedimento Licitatório nº 083/2026
Inexigibilidade de Licitação nº 013/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: CLINICA DE FISIOTERAPIA LARANJAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Rua Panema S/Nº BAIRRO: Centro CEP:85.275-000 CIDADE: Laranjal/PR, Inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.689.246/0001-71, neste ato representada neste ato representada pela SR ª. Silvia Geniele Vicentin, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG sob nº 9.765.277-5 e inscrita no CPF: 074.868.979 - 62 denominada CONTRATADA
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NAS ESPECIALIDADES DE MEDICINA (CLÍNICO GERAL), ENFERMAGEM, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, FISIOTERAPIA, NUTRIÇÃO E
FONOAUDIOLOGIA, DESTINADOS A ATENDER ÀS DEMANDAS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS) E DEMAIS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR.

DATA DO CONTRATO: 03 de agosto de 2026
VIGÊNCIA: 12 Meses
VALOR TOTAL: R$ 2.668,00 Mensal e R$ 32.016,00 para o período de vigência de 12 (doze) meses, Serviços de Fisioterapia 20h/semanal, R$ 4.109,12 Mensal e R$ 49.309,44 para o período de vigência de 12 (doze) meses, Serviços de Nutrição 40h/semanal FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:7624854F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 13-2026
CONTRATANTE: Município de Laranjal, Estado do Paraná, com sede à Rua Pernambuco, inscrito no CGC/MF nº 95.684.536/0001-80, neste ato representado pelo senhor Maycon
Lopes Simioni Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.065.395-8 SSP/PR e do CPF/MF nº ***.805.019. **.
CONTRATADA: VANESSA MENDES ZUBKO, inscrita no CNPJ nº 34.005.073/0001-98, com sede na Avenida Paraná S/N Centro CEP: 85275.000, neste ato representado pela senhora Vanessa Mendes Zubko, brasileira, empresária, inscrito no CPF nº 092.373.579-82, residente e domiciliado no endereço acima citado.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CASCALHAMENTO DE ESTRADAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE LARANJAL CONTEMPLANDO OS TRECHOS 110, CHAPADÃO, PINGO DE OURO, PEDRA BRANCA / NOVA PEDRA BRANCA CONFORME PROJETO APROVADO.

1º termo aditivo Procedimento 12/2026 Concorrência Eletrônica 06/2026.
VALOR: Permanece Inalterado.
PRAZO DE EXECUÇÃO:180 (cento e oitenta) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: Permanece inalterado

FORO: Comarca de Palmital, Estado do Paraná.

Laranjal, 26 de maio de 2026

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:29C1456A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 104/2026
Procedimento Licitatório nº 083/2026
Inexigibilidade de Licitação nº 013/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.

CONTRATADO: SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA ANA CLAUDIA DA VEIGA LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.769.681/0001-10 com sede na Rua Men de Sã 1805 Vila Bosque Maringá Paraná, CEP 87.005-010 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por *Ana Claudia da Veiga* representante legal, inscrito no CPF nº *070.639.579-45* residente e domiciliado à *Cidade de Maringá.*
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NAS ESPECIALIDADES DE MEDICINA (CLÍNICO GERAL), ENFERMAGEM, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, FISIOTERAPIA, NUTRIÇÃO E FONOAUDIOLOGIA, DESTINADOS A ATENDER ÀS DEMANDAS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS) E DEMAIS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR.

DATA DO CONTRATO:05 de agosto de 2026.
VIGÊNCIA: 12 Meses
VALOR TOTAL: R$ 4.402,62 (quatro mil quatrocentos e dois reais e sessenta e dois centavos mensal R$ 52.831,44 (cinquenta e dois mil oitocentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos).
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:99FFBABF

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 103/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 103/2026
Procedimento Licitatório nº 96/2026
Dispensa de Licitação nº 45/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE LARANJAL – ACMRL, pessoa jurídica de direito privado, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.303.067/0001-29, com sede no Município de Laranjal/PR, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por sua Presidente, Sra. Esilcleia Santos de Oliveira, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.173.173-8, inscrita no CPF nº 053.261.389-99, residente e domiciliada na Rua Projetada A, s/n, Vila Rural São Caetano, Município de Laranjal/PR.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE LARANJAL – ACMRL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA, TRANSPORTE, TRIAGEM, PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS RECICLÁVEIS OU REUTILIZÁVEIS NO MUNICÍPIO DE LARANJAL/PR**.
DATA DO CONTRATO: 05 de agosto de 2026.
VIGÊNCIA: 12 (doze) Meses
VALOR TOTAL: R$ 440.184,00 (quatrocentos e quarenta mil, cento e oitenta e quatro reais).
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:64D62E26

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 349/2026

Portaria nº349/2025

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:
Resolve

Art. 1º fica retirado Gratificação de Segundo Turno, de ROSALVO SEBASTIAO FREITAS, professor da rede Municipal de Ensino, Efetivo.
Esta portaria entrará em vigor na data de 01 de Agosto de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos dias 05 do mês de Agosto de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:43A8025D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA
REPUBLICADO POR ERRO

PORTARIA Nº 28/2026

GABRIEL FEITOZA NORTE, Presidente da Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.
E considerando o requerimento datado de 04 de agosto de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias a servidora SANDRA HARUKO SHIGUEMOTO FELIZARDO, pelo período trabalhado de 10/08/2025 a 09/08/2026, nos termos da Lei nº 003/92 em seu artigo 101 c/c o Art. 2º da Resolução 005/2019 CM, para serem usufruídas conforme abaixo:

- 15 (quinze) dias, no período de 11/08/2026 à 25/08/2026 - Retornando as suas atividades normais em 26/08/2026;
- 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Loanda, em 05 de agosto de 2026.

GABRIEL FEITOZA NORTE
Presidente

Publicado por:
Joao Pereira da Silva
Código Identificador:C347AF80

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA CONCORRÊNCIA Nº 013/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2026-PML
PROCESSO Nº. 111/2026-PML
INVERSÃO DE FASES

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Recapeamento asfáltico em vias urbanas em C.B.U.Q, com área total de 5.474,07 m², recursos provenientes de Emenda Parlamentar nº 202628490007, a serem realizadas no Município de Loanda-PR, conforme especificações e quantitativos descritos nos projetos, planilhas e memorial descritivo.

ABERTURA: às 09:00 do dia 26 de agosto de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 476.707,55 (quatrocentos e setenta e seis mil, setecentos e sete reais e cinquenta e cinco centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://comprasbr.com.br/, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 05 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:BCEA0DAA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO-
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2026-PML
PROCESSO Nº. 107/2026-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de 03 (três) veículos do tipo Van, 16 lugares, teto alto (TA), zero km, ano 2026/2026, em conformidade com as Resoluções SESA nº 1039/2025 e nº 1357/2025, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Loanda-PR.

ABERTURA: às 09:00 do dia 27 de agosto de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 1.028.389,98 (um milhão e vinte e oito mil, trezentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 05de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:31737885

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 154/2026

DECRETO Nº. 154/2026

SÚMULA: Institui o Fórum Municipal de Educação de Loanda – FMEL, dispõe sobre sua finalidade, competências, composição e funcionamento, e dá outras providências.

JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES Prefeito do Município de Loanda- PR, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO *o disposto nos artigos 205, 206, 208 e 211 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;*
CONSIDERANDO *a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;*
CONSIDERANDO *a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE;*
CONSIDERANDO *o Plano Municipal de Educação do Município de Loanda, instituído por legislação própria, que estabelece metas e estratégias para a política educacional municipal;*
CONSIDERANDO *a necessidade de fortalecer a gestão democrática da educação pública, garantindo ampla participação da sociedade civil e dos diversos segmentos educacionais na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de educação;*
CONSIDERANDO *a importância da articulação entre os órgãos governamentais e a sociedade civil organizada para o monitoramento e avaliação das metas do Plano Municipal de Educação;*
CONSIDERANDO *a necessidade de institucionalizar um espaço permanente de diálogo, participação social e cooperação entre os diferentes segmentos envolvidos com a educação no Município;*
DECRETA:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO
Art. 1º Fica instituído o **Fórum Municipal de Educação de Loanda – FMEL**, órgão colegiado permanente, de caráter consultivo, propositivo, mobilizador, deliberativo em seu âmbito de atuação e de assessoramento às políticas públicas educacionais do Município.
Parágrafo único. O Fórum Municipal de Educação constitui espaço permanente de participação social destinado à discussão, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais, em consonância com a legislação vigente.
Art. 2º O Fórum Municipal de Educação tem como finalidade:
I – promover o diálogo permanente entre Poder Público e sociedade civil sobre as políticas públicas de educação;
II – acompanhar a implementação das metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Educação;
III – contribuir para o aperfeiçoamento das políticas educacionais do Município;
IV – promover debates acerca da qualidade da educação;
V – fortalecer os princípios da gestão democrática da educação pública;
VI – articular os diversos segmentos educacionais do Município;
VII – colaborar na elaboração de propostas para o desenvolvimento da educação municipal.
Art. 3º. O Fórum Municipal de Educação reger-se-á pelos seguintes princípios:
I – gestão democrática;
II – participação social;
III – transparência;
IV – pluralidade de ideias;
V – equidade;
VI – inclusão;
VII – respeito à diversidade;
VIII – valorização dos profissionais da educação;
IX – garantia do direito à educação pública de qualidade.
CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS
Art. 4º. Compete ao Fórum Municipal de Educação:
I – acompanhar, monitorar e avaliar o cumprimento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação;
II – elaborar estudos, pareceres, recomendações e propostas relacionadas às políticas públicas educacionais;
III – promover debates, seminários, audiências públicas, encontros e conferências voltadas ao desenvolvimento da educação municipal;
IV – acompanhar a implementação das políticas educacionais nas redes pública e privada do Município, respeitadas as competências legais;
V – incentivar a participação da comunidade escolar nas discussões sobre educação;
VI – colaborar na elaboração, revisão e atualização do Plano Municipal de Educação;
VII – acompanhar os indicadores educacionais do Município;
VIII – incentivar pesquisas e estudos voltados à melhoria da qualidade da educação;
IX – promover a articulação entre os diferentes conselhos e órgãos relacionados à educação;
X – acompanhar a execução das políticas de inclusão, equidade e diversidade;
XI – contribuir para a formulação de políticas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação;
XII – acompanhar a execução das políticas públicas voltadas à Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial, Educação

Integral, Educação de Jovens e Adultos e demais modalidades ofertadas no Município;
XIII – promover o intercâmbio com outros Fóruns Municipais, Fórum Estadual de Educação e demais instâncias de participação social;
XIV – organizar e coordenar, em âmbito municipal, a realização das Conferências Municipais de Educação;
XV – elaborar relatórios periódicos de monitoramento do Plano Municipal de Educação;
XVI – encaminhar recomendações aos órgãos competentes sempre que identificadas situações que possam comprometer o cumprimento das metas educacionais;
XVII – instituir comissões temáticas permanentes ou temporárias para subsidiar seus trabalhos;
XVIII – exercer outras atribuições relacionadas à sua finalidade institucional.
Art. 5º. As deliberações do Fórum Municipal de Educação terão caráter consultivo, orientador e propositivo, devendo ser encaminhadas aos órgãos competentes para conhecimento e adoção das providências cabíveis.
Art. 6º. O Fórum Municipal de Educação atuará em regime de colaboração com:
I – Secretaria Municipal de Educação;
II – Conselho Municipal de Educação;
III – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;
IV – Conselho de Alimentação Escolar;
V – Conselho Tutelar;
VI – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
VII – Núcleo Regional de Educação de Loanda;
VIII – demais órgãos públicos e instituições relacionadas à educação.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 7º. O Fórum Municipal de Educação de Loanda será composto por representantes titulares e respectivos suplentes dos seguintes segmentos, assegurada a representatividade dos diferentes setores da educação e da sociedade civil.

I – Poder Público Municipal
a) Secretaria Municipal de Educação;
Titular: Gislaine Pontes de Barros
Suplente: Kátia Regina Batista Botelho Donati
b) Conselho Municipal de Educação;
Titular: João Paulo Januário Russo
Suplente: Antônio Vinicius Nunes Moretto
c) Diretores das Escolas Municipais;
Titular: Thais Sartori Romero
Suplente: Cleuseli Aparecida Rodrigues
d) Diretores dos Centros Municipais de Educação Infantil;
Titular: Dayana Vanessa Santos Vieira
Suplente: Virginia Crusco
e) Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal;
Titular: Ligia Godoy Cruz
Suplente: Débora Baú

II – Conselhos Municipais
a) Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;
Titular: Isabelle Ortiz Padovini
Suplente: Camila Afonso Gomes
b) Conselho de Alimentação Escolar – CAE;
Titular: Maria de Lourdes Ferreira Castro
Suplente: Cleiton Rodrigues do Nascimento
c) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
Titular: Renan Januário Scanacapra
Suplente: Eduardo de Souza Padovini
d) Conselho Tutelar;
Titular: Charles Mendes
Suplente: Daniele F. de Oliveira

III – Sociedade Civil
Titular: Eduardo de Almeida
Suplente: Carlos de Jesus da Silva Tosse

IV – Demais Instituições
a) Núcleo Regional de Educação de Loanda;
Titular: Verônica Farias Neves de Lima
Suplente: Danielle Conde Mendes
b) Secretaria Municipal de Saúde;
Titular: Maria Lusmir Fernandes
Suplente: Ana Paula Ribeiro Pinto
c) Secretaria Municipal de Assistência Social;
Titular: Cássia Gama Bragante
Suplente: Maria de Almeida Leão Spessia
d) APAE ou instituição especializada em Educação Especial;
Titular: Sueli Augusti Lira Machado
Suplente: Ana Paula Ferreira Machado

Art. 8º. Os representantes dos segmentos previstos neste Decreto serão indicados pelos respectivos órgãos ou entidades, mediante documento oficial encaminhado à Secretaria Municipal de Educação.
§1º Quando houver mais de uma instituição representando o mesmo segmento, a escolha ocorrerá em assembleia convocada especificamente para esse fim.
§2º Os representantes exercerão mandato de **04 (quatro) anos**, permitida uma recondução por igual período.
§3º A substituição do representante poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante solicitação formal da instituição representada.
§4º O exercício da função de membro do Fórum Municipal de Educação será considerado de relevante interesse público e não será remunerado.
Art. 9º. Poderão ser convidados a participar das reuniões do Fórum, sem direito a voto:
I – especialistas;
II – pesquisadores;
III – representantes do Ministério Público;
IV – representantes da Câmara Municipal;
V – representantes de universidades;
VI – representantes de movimentos sociais;
VII – técnicos da Secretaria Municipal de Educação;
VIII – demais convidados cuja participação seja considerada relevante para os assuntos em pauta.
Art. 10. Os membros do Fórum tomarão posse mediante ato do Prefeito Municipal, após indicação oficial dos respectivos segmentos.
Parágrafo único. A nomeação dos membros será formalizada por Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
Art. 11. Na ocorrência de vacância do cargo de membro titular, assumirá automaticamente o respectivo suplente até nova indicação do segmento representado.
Art. 12. A perda da representação ocorrerá quando o membro:
I – solicitar desligamento;
II – deixar de representar o segmento que o indicou;
III – faltar, sem justificativa, a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas no período de um ano;
IV – praticar ato incompatível com os objetivos do Fórum;
V – for substituído pelo segmento representado.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 13. O Fórum Municipal de Educação de Loanda terá a seguinte estrutura organizacional:
I – Assembleia Geral;
II – Coordenação Geral;
III – Vice Coordenação;
IV – Secretaria Executiva;
V – Comissões Permanentes;
VI – Comissões Temporárias ou Grupos de Trabalho.

Seção I
Da Assembleia Geral

Art. 14. A Assembleia Geral é a instância máxima de deliberação do Fórum Municipal de Educação e será constituída por todos os membros titulares e suplentes regularmente nomeados.
§1º Os suplentes terão direito à voz em todas as reuniões e direito a voto na ausência do respectivo titular.
§2º As deliberações serão tomadas preferencialmente por consenso e, quando necessário, por maioria simples dos membros presentes.
§3º As reuniões poderão ocorrer presencialmente, virtualmente ou em formato híbrido, desde que previamente convocadas.
Art. 15. Compete à Assembleia Geral:
I – definir as diretrizes gerais de atuação do Fórum;
II – aprovar o Regimento Interno;
III – eleger os membros da Coordenação Geral;
IV – deliberar sobre alterações no Regimento Interno;
V – aprovar o Plano Anual de Trabalho;
VI – apreciar relatórios anuais de atividades;
VII – deliberar sobre pareceres, recomendações e moções;

VIII – criar ou extinguir Comissões Permanentes;
IX – deliberar sobre assuntos de interesse da educação municipal.

Seção II
Da Coordenação Geral

Art. 16. A Coordenação Geral será composta por:
I – Coordenador(a) Geral;
Gislaine Pontes de Barros
II – Vice Coordenador(a);
Isabelle Ortiz Padovini
III – Secretário(a) Executivo(a);
Thais Sartori Romero
IV – Três representantes eleitos pela Assembleia Geral dentre os membros titulares.

Art. 17. A Coordenação Geral será eleita pelos membros do Fórum para mandato de quatro anos, permitida uma recondução.

Art. 18. Compete à Coordenação Geral:
I – coordenar os trabalhos do Fórum;
II – convocar e presidir as reuniões;
III – elaborar a pauta das reuniões;
IV – acompanhar a execução do Plano Anual de Trabalho;
V – representar o Fórum perante órgãos públicos e instituições;
VI – acompanhar o monitoramento do Plano Municipal de Educação;
VII – encaminhar as deliberações aos órgãos competentes;
VIII – supervisionar as atividades da Secretaria Executiva;
IX – coordenar a realização das Conferências Municipais de Educação;
X – instituir grupos de trabalho, quando necessário.

Seção III
Da Vice Coordenação

Art. 19. Compete ao Vice Coordenador:
I – substituir o Coordenador em suas ausências;
II – colaborar na organização das atividades;
III – acompanhar os trabalhos das Comissões Permanentes;
IV – exercer outras atribuições delegadas pela Coordenação Geral.

Seção IV
Da Secretaria Executiva

Art. 20. A Secretaria Executiva será exercida por servidor indicado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 21. Compete à Secretaria Executiva:
I – organizar os documentos do Fórum;
II – elaborar e arquivar atas;
III – manter atualizado o cadastro dos representantes;
IV – organizar calendário anual;
V – elaborar convocações;
VI – controlar presença dos membros;
VII – providenciar apoio técnico e administrativo;
VIII – divulgar as deliberações;
IX – manter arquivo físico e digital dos documentos;
X – auxiliar na organização das Conferências Municipais.

Seção V
Das Comissões Permanentes

Art. 22. O Fórum poderá instituir Comissões Permanentes para subsidiar seus trabalhos.

Parágrafo único. As Comissões Permanentes serão compostas por membros do Fórum e poderão contar com colaboradores convidados.

Art. 23. Poderão ser constituídas, dentre outras, as seguintes Comissões:
I – Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação;
II – Comissão de Gestão Democrática;
III – Comissão de Educação Infantil;
IV – Comissão de Ensino Fundamental;
V – Comissão de Educação Especial;
VI – Comissão de Formação dos Profissionais da Educação;
VII – Comissão de Financiamento da Educação;
VIII – Comissão de Conferências Municipais;
IX – Comissão de Comunicação e Mobilização Social.

Art. 24. Compete às Comissões:
I – estudar os assuntos de sua área;
II – elaborar pareceres;
III – produzir relatórios;
IV – propor ações;
V – subsidiar tecnicamente as decisões do Fórum.

Seção VI
Dos Grupos de Trabalho

Art. 25. Sempre que necessário, a Coordenação Geral poderá constituir Grupos de Trabalho temporários para análise de assuntos específicos.
§1º Os Grupos de Trabalho terão prazo determinado para conclusão dos trabalhos.
§2º Ao término das atividades deverão apresentar relatório circunstanciado à Assembleia Geral.

Seção VII
Das Reuniões

Art. 26. O Fórum reunir-se-á:
I – ordinariamente, uma vez a cada trimestre;
II – extraordinariamente, sempre que convocado pela Coordenação Geral ou por requerimento de um terço de seus membros.

Art. 27. A convocação deverá ocorrer com antecedência mínima de cinco dias úteis, contendo:
I – data;
II – horário;
III – local ou link da reunião;
IV – pauta.

Art. 28. As reuniões serão instaladas com a presença da maioria absoluta dos membros.

Parágrafo único. Não havendo quórum, será realizada nova convocação conforme previsto no Regimento Interno.

Art. 29. Todas as reuniões deverão ser registradas em ata, assinada pelos membros presentes e arquivada pela Secretaria Executiva.

CAPÍTULO V
DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Art. 30. A Conferência Municipal de Educação constitui-se em espaço democrático de participação social destinado à avaliação da política educacional do Município, ao monitoramento do Plano Municipal de Educação e à proposição de diretrizes para o fortalecimento da educação pública.

Art. 31. Compete ao Fórum Municipal de Educação:
I – coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação;
II – elaborar o regulamento da Conferência;
III – constituir a Comissão Organizadora;
IV – definir os eixos temáticos;
V – elaborar o Documento-Base;
VI – promover ampla divulgação do evento;
VII – sistematizar as propostas aprovadas;
VIII – elaborar o Relatório Final;
IX – encaminhar as deliberações aos órgãos competentes.

Art. 32. A Conferência Municipal de Educação será realizada ordinariamente em consonância com o calendário estabelecido pelo Fórum Nacional de Educação, Fórum Estadual de Educação ou sempre que houver necessidade definida pelo Fórum Municipal.

Parágrafo único. Extraordinariamente, poderá ser convocada pela Coordenação Geral do Fórum Municipal de Educação ou por solicitação da maioria absoluta de seus membros.

Art. 33. Participarão da Conferência Municipal:
I – profissionais da educação;
II – gestores escolares;
III – estudantes;
IV – pais ou responsáveis;
V – representantes dos Conselhos Municipais;
VI – representantes da sociedade civil organizada;
VII – representantes dos Poderes Executivo e Legislativo;
VIII – demais interessados na política educacional do Município.

Art. 34. As deliberações aprovadas na Conferência Municipal subsidiarão:
I – o monitoramento do Plano Municipal de Educação;
II – a elaboração das políticas públicas municipais;
III – a participação do Município nas Conferências Estadual e Nacional de Educação.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 35. Compete ao Fórum Municipal de Educação acompanhar continuamente a execução das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação.

Art. 36. O monitoramento compreenderá, entre outras ações:
I – análise dos indicadores educacionais;

II – acompanhamento das metas do Plano Municipal de Educação;
III – emissão de recomendações;
IV – elaboração de relatórios técnicos;
V – realização de audiências públicas quando necessário;
VI – proposição de estratégias para superação das dificuldades identificadas.
Art. 37. O Fórum poderá solicitar aos órgãos municipais informações necessárias para subsidiar o monitoramento das políticas educacionais.
Parágrafo único. Os órgãos da Administração Pública Municipal prestarão as informações solicitadas, respeitada a legislação vigente.
Art. 38. O Fórum elaborará relatório anual contendo:
I – avaliação do cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação;
II – diagnóstico da educação municipal;
III – recomendações aos órgãos competentes;
IV – propostas de aperfeiçoamento das políticas públicas.
Art. 39. Os relatórios produzidos pelo Fórum deverão ser amplamente divulgados à comunidade escolar e à sociedade, assegurando transparência e controle social.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS
Art. 40. A Secretaria Municipal de Educação garantirá suporte técnico, administrativo e logístico para o funcionamento do Fórum Municipal de Educação.
Art. 41. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Município.
Art. 42. O Fórum Municipal de Educação elaborará seu Regimento Interno no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da publicação deste Decreto.
Parágrafo único. O Regimento Interno disciplinará, entre outros aspectos:
I – processo eleitoral;
II – funcionamento das reuniões;
III – competências específicas dos órgãos internos;
IV – criação das Comissões Permanentes;
V – procedimentos administrativos.
Art. 43. Os casos omissos serão deliberados pela Assembleia Geral do Fórum Municipal de Educação, observada a legislação vigente.
Art. 44. A participação dos membros do Fórum Municipal de Educação será considerada serviço público relevante e não será remunerada.
Art. 45. O mandato dos representantes será de quatro anos, permitida uma recondução por igual período.
Art. 46. O Fórum Municipal de Educação poderá estabelecer cooperação técnica com:
I – Ministério da Educação;
II – Secretaria de Estado da Educação do Paraná;
III – Fórum Estadual de Educação;
IV – Instituições de Ensino Superior;
V – órgãos públicos;
VI – organizações da sociedade civil.
Art. 47. O Fórum Municipal de Educação poderá expedir:
I – Resoluções;
II – Recomendações;
III – Notas Técnicas;
IV – Moções;
V – Pareceres;
VI – Relatórios.
Art. 48. Este Decreto poderá ser alterado mediante novo ato do Poder Executivo, observadas as disposições legais pertinentes.
Art. 49. Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 50. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, 05 de agosto de 2026.

JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Regina Zangari Spinardi
Código Identificador:5AD86905

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 521/2026

PORTARIA Nº 521/2026

Dispõe sobre a designação da Comissão de Avaliação Técnica para acompanhamento e emissão de parecer referente à Prova de Conceito (PoC) do Pregão Eletrônico nº 48/2026-PML.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES, PREFEITO MUNICIPAL DE LOANDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1°.Ficam designados os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Avaliação Técnica da Prova de Conceito (PoC), responsável por acompanhar, testar, registrar e emitir parecer conclusivo sobre o atendimento dos requisitos técnicos e funcionais previstos no Termo de Referência e seus anexos:

I – Representante da Secretaria de Finanças e Administração: **Renan Januario Scanacapra,** matrícula nº 966872 e **Dulce Maria Lunardon Godoy,** matrícula nº 967168;
II – Representante do departamento de Licitação: **Danieli Freitas da Silva,** matrícula nº 967232;
III – Representante do departamento de Tributação: **Michely Karina Girardi Costa Decozimo**, matrícula nº 966182;
IV – Representantes do departamento de Engenharia: **Edgar Moreira de Andrade**, matrícula nº 967181 e **Juliana Carla Pereira de Oliveira**, matrícula nº 966248;
V – Representantes do departamento de Contabilidade: **Manoel Messias Firmino**, matrícula nº 965803 e **Ademilson Musulino Rodrigues**, matrícula nº 111691;
VI – Representante do departamento de Controle Interno: **Grasiela Alamino Petereit,** matrícula nº 108551;
VII – Representante do departamento de Tesouraria: **Joel Almeida Santos**, matrícula nº 108471;
VIII – Representantes do departamento de Recursos Humanos: **Ivan Alexandre da Silva**, matrícula nº 967031 e **Simone Regina da Silva**, matrícula nº 967061.

Art. 2º A avaliação da Prova de Conceito (PoC) será realizada pelos servidores designados nesta Portaria, observadas as atribuições de cada área, cabendo a cada representante analisar os módulos e funcionalidades pertinentes ao seu setor de atuação, verificando a conformidade com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

Parágrafo único: As funcionalidades demonstradas durante a Prova de Conceito serão registradas em ata circunstanciada, a qual será assinada pelos membros da Comissão de Avaliação Técnica e pelos representantes da licitante.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, 05 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:561D042C

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 07/2026 – CMDI/LOANDA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE LOANDA
Resolução nº 07/2026 – CMDI/Loanda

Dispõe sobre a alteração da composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI de Loanda/PR..

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDI de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela legislação municipal vigente, e
Considerando a deliberação aprovada na 6ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em 05 de agosto de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a alteração da composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI, em razão da substituição do representante da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social.
Art. 2º Fica substituída a conselheira Maria de Almeida Leão pelo conselheiro Luiz Cláudio Toledo, como representante da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI.
Art. 3º O conselheiro Luiz Cláudio Toledo passa a exercer a função de Secretário do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI, em substituição à conselheira anteriormente designada.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Loanda/PR, 05 de agosto de 2026.

CELIA REGINA DOS SANTOS GEROSA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Publicado por:
Aline Regina Zangari Spinardi
Código Identificador:14083D6D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA FINAL DE ANÁLISE DA HABILITAÇÃO E ENCAMINHAMENTO PARA HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2026

Aos 05 (cinco) dias do mês de agosto do ano de 2026, a Agente de Contratação do Município de Lobato/PR procedeu à análise da documentação complementar apresentada pela empresa **FLINN DIVERSÕES PARK**, inscrita no CNPJ nº **09.301.505/0001-60**, única proponente participante e classificada provisoriamente no procedimento de Dispensa de Licitação nº 26/2026.
1. DO CUMPRIMENTO DA DILIGÊNCIA
1.1. Em atendimento à diligência regularmente instaurada, a empresa apresentou, dentro do prazo estabelecido, a documentação complementar solicitada, consistente no Contrato Social atualizado (ou documento equivalente que comprova sua constituição e representação legal), bem como os documentos do representante legal e dos sócios, sanando integralmente a inconsistência formal anteriormente identificada.
1.2. Após análise da documentação complementar, verificou-se que os documentos apresentados atendem plenamente às exigências previstas no item 9.4 do Termo de Referência da Dispensa de Licitação nº 26/2026, restando supridas todas as pendências apontadas durante a fase de habilitação.
2. DA HABILITAÇÃO
2.1. Concluída a análise de toda a documentação de habilitação, constatou-se que a empresa **FLINN DIVERSÕES PARK**, inscrita no CNPJ nº 09.301.505/0001-60, atende integralmente às exigências estabelecidas no instrumento convocatório, encontrando-se devidamente habilitada para a contratação.
2.2. Considerando que a empresa apresentou proposta compatível com o valor estimado pela Administração e comprovou o atendimento a todos os requisitos de habilitação exigidos, declara-se encerrada a fase de habilitação do presente procedimento.
3. DO RESULTADO FINAL E ENCAMINHAMENTO
3.1. Em razão do atendimento integral das exigências do Termo de Referência, da regularidade da documentação apresentada, do cumprimento tempestivo da diligência e da vantajosidade da proposta, fica declarada **habilitada e vencedora** do procedimento de Dispensa de Licitação nº 26/2026 a empresa **FLINN DIVERSÕES PARK**, inscrita no CNPJ nº 09.301.505/0001-60.
3.2. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, os autos são encaminhados à autoridade competente para apreciação e, se assim entender, autorização da adjudicação, homologação e posterior contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata Final, que, lida e achada conforme, segue assinada.
Lobato/PR, 05 de agosto de 2026.

SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES
Agente de Contratação
Decreto Municipal Nº 102/2025, de 16 de Abril de 2025

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:8CB2E62B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOBATO, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.367/0001-08, com sede à Rua Antônio Coletto, 1260 – Centro, município de Lobato, Estado do Paraná, Cep. 86790-000.

CONTRATADA: FLINN DIVERSÕES PARK LTDA, inscrita no CNPJ nº. 09.301.505/0001-60, estabelecida na Rua Geraldo Tomaz Romeiro, n°. 1188, Bairro Centro, CEP 86.755-000, município de Ângulo, Estado Paraná, representada neste ato pelo **Sr. (a). Silvana Domiciano Dias.**
OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE PARQUE DE DIVERSÕES DESTINADO À 26° FESTA DA LEITOA NO TACHO QUE ACONTECERÁ NO PARQUE DE RODEIO DE LOBATO NOS DIAS 14,15 E 16 DE AGOSTO DE 2026 NO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR, COM RECURSOS PROVENIENTES DA SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETU, POR MEIO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 0437/2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos na dotação abaixo discriminada:

Reduzido	Organograma	Descrição da Despesa	Máscara
492	10.003	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE EVENTOS E LAZER E TURISMO	01640.010050.39.90.10.11 Convênio 437 SETU c/c

VALOR GLOBAL: R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 05/08/2026 até 01/02/2027.

Lobato/PR, 05 de agosto de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:199567FF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº109.2026

Contrato N° 109/2026 – Inexigibilidade nº 13/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: GUILHERME EDUARDO STUTZ TOPOROSKI

Objeto: prestação de serviços de Leiloeiro Oficial para organização, divulgação e realização de leilão público destinado à alienação de bens móveis inservíveis e, quando cabível, de bens imóveis de propriedade do Município de Lupionópolis/PR, considerados obsoletos, sucateados, irrecuperáveis, inservíveis, ociosos ou de recuperação antieconômica, conforme relação de bens a ser fornecida pela Administração por ocasião de cada Ordem de Serviço.
Prazo de execução: 12
Data da assinatura: 05 de agosto de 2026

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:C246F31F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 83/2026

SÚMULA: Nomear Servidora Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

ART. 1º - Nomear conforme Lei Complementar Municipal nº 19/2016 de 21/09/2016, a partir de **03 de agosto de 2026**, a pessoa abaixo relacionada, aprovada e classificada no Concurso Público Municipal, realizado no dia 03 de março de 2024, conforme divulgado pelo Edital nº 001/2023, homologado conforme Decreto nº 057/2024, publicado em 27/05/2024 e prorrogado conforme Decreto nº 26/2026, publicado em 21/05/2026.

NOME	CPF	CARGO
MARIELI LARISSA BIAGGIO	116.382.729-05	NUTRICIONISTA - 20 H

ART. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Lupionópolis, 03 de agosto de 2026

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Munique Aparecida Ferreira
Código Identificador:47C0B981

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 329 DE 30 DE JULHO DE 2026.
***REPUBLICAÇÃO PARA CORREÇÃO DE INFORMAÇÕES**

DECRETO N.º 329 de 30 de julho de 2026.

*Republicação para correção de informações

Dispõe sobre autorização para parcelamento de solo urbano e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **Pedro Kowalczyk**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 8º, inciso VII e pelo artigo 65, incisos IV e XXX, ambos da Lei Orgânica do Município de Mallet/PR,
CONSIDERANDO o contido no processo administrativo n° 1945/2026;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento do imóvel localizado à Rua Olavo Bilac - Norte, nº 596-NE, Bairro São Pedro, Mallet/PR, de propriedade de Miguel Bagnuk Lecthacovski Hlusko e Kátia Kelly Komar Lopes Lecthacovski, registrado sob a matrícula imobiliária nº 14.207 do CRI de Mallet/PR, com os seguintes memoriais descritivos:

I) Imóvel a ser desmembrado, de matrícula imobiliária nº 14.207 do Cartório de Registro de Imóveis de Mallet, Paraná: LOTE nº 1.894 da **QUADRA 83**, frente com a Rua Olavo Bilac – Norte, nº 596-NE, Bairro São Pedro, Cidade e Comarca de Mallet, Estado do Paraná, CEP: 84.570-445, com área de **9.381,65 m²** e perímetro de **473,28 metros** lineares, descrito com as seguintes medidas e confrontações: O perímetro tem início no vértice **P-1**, descrito em planta anexa, com coordenadas **U T M E 518.024,756** e **N 7.137.916,912**; do vértice **P-1** segue em direção até o vértice **P-2** no azimute **177°25'17"**, em uma distância de **26,54 m**, confrontando com *Mat.: 14.033 Mallet III Empreendimentos Imobiliários Ltda CNPJ: 43.200.833/0001-09*, por divisa com Linha ideal; do vértice **P-2** segue em direção até o vértice **P-3** no azimute **177°28'23"**, em uma distância de **107,00 m**, confrontando com *Alinhamento predial – Rua Ana Firman Prefeitura Municipal de Mallet-PR CNPJ: 75.654.566/0001-36*, por divisa com Linha ideal; do vértice **P-3** segue em direção até o vértice **P-4** no azimute **268°40'58"**, em uma distância de **51,81 m**, confrontando com *Mat.: 9.433 Daniel Renato Talar CPF: 019.221.559-00 Marcos Cesar Talar CPF: 943.755.009-30*, por divisa com Cerca; do vértice **P-4** segue em direção até o vértice **P-5** no azimute **268°40'58"**, em uma distância de **49,82 m**, confrontando com *Mat.: 2.780 Darci Damiano Lopacinski CPF: 284.647.969-00 Iracema Szymanek Lopacinski CPF: 995.480.119-72*, por divisa com Muro; do vértice **P-5** segue em direção até o vértice **P-6** no azimute **356°51'02"**, em uma distância de **33,62 m**, confrontando com *Alinhamento predial – Rua Olavo Bilac – Norte Prefeitura Municipal de Mallet-PR CNPJ: 75.654.566/0001-36*, por divisa com Muro; do vértice **P-6** segue em direção até o vértice **P-7** no azimute **356°44'35"**, em uma distância de **16,72 m**, confrontando com *Alinhamento predial – Rua Olavo Bilac – Norte Prefeitura Municipal de Mallet CNPJ: 75.654.566/0001-36*, por divisa com Muro; do vértice **P-7** segue em direção até o vértice **P-8** no azimute **91°09'06"**, em uma distância de **51,05 m**, confrontando com *Mat.: 1.813 Alberto Vengrzen CPF: 593.371.419-49, Ligia Pereira Vengrzen CPF: 428.215.689-91, Maria José Vengrzen CPF: 015.379.939-09, Inez Vengrzen CPF: 403.006.769-72, Sonia Maria Vengrzen CPF: 033.659.079-20, Jose Aldair Ferraz CPF: 372.165.709-87*, por divisa com Muro; do vértice **P-8** segue em direção até o vértice **P-9** no azimute **357°18'52"**, em uma distância de **14,23 m**, confrontando com *Mat.: 1.813 Alberto Vengrzen CPF: 593.371.419-49, Ligia Pereira Vengrzen CPF: 428.215.689-91, Maria José Vengrzen CPF: 015.379.939-09, Inez Vengrzen CPF: 403.006.769-72, Sonia Maria Vengrzen CPF: 033.659.079-20, Jose Aldair Ferraz CPF: 372.165.709-87*, por divisa com Muro; do vértice **P-9** segue em direção até o vértice **P-10** no azimute **356°08'49"**, em uma distância de **18,54 m**, confrontando com *Mat. 11.144 Luiz Miecznikowski CPF: 017.114.789-89*, por divisa com Muro; do vértice **P-10** segue em direção até o vértice **P-11** no azimute **354°24'59"**, em uma distância de **12,68 m**, confrontando com *Mat.: 11.199 Ana Paula Ivaninski CPF: 078.609.809-08*, por divisa com Cerca; do vértice **P-11** segue em direção até o vértice **P-12** no azimute **354°24'59"**, em uma distância de **12,56 m**, confrontando com *Mat.: 11.198 Tereza Dubik CPF: 014.979.809-17*, por divisa com Cerca; do vértice **P-12** segue em direção até o vértice **P-13** no **azimute 355°36'28"**, em uma distância de **24,80 m**, confrontando com *Mat.: 2.296 Silvia Silva CPF: 252.668.299-15 Arildo Maximo da Silva CPF: 174.171.809-06*, por divisa com Muro; do vértice **P-13** segue em direção até o vértice **P-14** no azimute **84º50'57"**, em uma distância de **4,98 m**, confrontando com *Mat.: 10.238 Mario Cesar Ferenzovicz CPF: 032.675.969-71 Maria Salete Loginski Ferenzovicz CPF: 039.446.309-98*, por divisa com Muro; do vértice **P-14** segue em direção até o vértice **P-15** no azimute **82º19'24"**, em uma distância de **15,00 m** , confrontando com *Mat.: 10.239 Jaciel Ricardo Marques de Lima CPF: 018.609.989-41*, por divisa com Cerca; do vértice **P-15** segue em direção até o vértice **P-16** no azimute **87º32'23"**, em uma distância de **15,15 m**, confrontando com *Mat.: 10.240 Ivonete Ferreira Lourenço Kowalczyk CPF: 017.325.509-48*, por divisa com Cerca; do vértice **P-16** segue em direção até o vértice **P-17** no azimute **87º48'56"**, em uma distância de **14,67 m**, confrontando com *Mat.: 10.241 Silvana Lubanski CPF: 032.583.599-38 Oswaldo Lubanski CPF: 040.619.909-42*, por divisa com Cerca; finalmente do vértice **P-17** segue até o vértice **P-1**, (início da descrição), no azimute de **85º48'13"**, na extensão de **4,11 m**, confrontando com *Mat.: 7.195 André Luiz Soares CPF: 831.274.969-15*.

Art. 2º.O desmembramento do imóvel descrito no artigo 1º originará os Lotes nº 1.864, 1.877, 1.894, 202 e 264 com as seguintes descrições:

IMÓVEL URBANO: LOTE nº 1.864 da **QUADRA 83**, frente com a Rua Olavo Bilac – Norte, nº 570-NE, Bairro São Pedro, Cidade e Comarca de Mallet, Estado do Paraná, CEP: 84.570-445, com área de **310,00 m²** e perímetro de **71,05 metros** lineares, descrito com as seguintes medidas e confrontações: O perímetro tem início no vértice **P-1**, de coordenadas N **7.137.801,33** m e E **517.927,95** m (Lat. **25°52'41,23" S** e Long. **50°49'15,76" W**; Deste ponto segue com azimute de **89°51'17,54"** e distância de **15,49 m**, até o vértice **P-2**, de coordenada N **7.137.801,37** m e E **517.943,44** m (Lat. **25°52'41,23" S** e Long.**50°49'15,20" W**, confronta nesta linha com o **LOTE 1.877**; Deste ponto segue com azimute de **176°51'02,47"** e distância de **19,88 m**, até o vértice **P-3**, de coordenada N **7.137.781,52** m e E **517.944,53** m (Lat. **25°52'41,87" S** e Long.**50°49'15,16" W**, confronta nesta linha com o **LOTE 1.877**; Deste ponto segue com azimute de **268°40'58,14"** e distância de **15,48 m**, até o vértice **P-4**, de coordenada N **7.137.781,16** m e E **517.929,06** m (Lat. **25°52'41,89" S** e Long.**50°49'15,72" W**, confronta nesta linha com **Matrícula 2.780,** de propriedade de **Darci Damiano Lopacinski e Iracema Szymanek Lopacinski**; Deste ponto segue com azimute de **356°51'02,47"** e distância de **20,20 m**, até o vértice **P-1**, de coordenada N **7.137.801,33** m e E **517.927,95** m (Lat. **25°52'41,23" S** e Long.**50°49'15,76" W**, confronta nesta linha com a **Rua Olavo Bilac – Norte**.

IMÓVEL URBANO: LOTE nº 1.877 da **QUADRA 83**, frente com a Rua Olavo Bilac – Norte, nº 586-NE, Bairro São Pedro, Cidade e Comarca de Mallet, Estado do Paraná, CEP: 84.570-445, com área de **1.622,63 m²** e perímetro de **197,53 metros** lineares, descrito com as seguintes medidas e confrontações: O perímetro tem início no vértice **P-1**, de coordenadas N **7.137.830,74** m e E **517.960,13** m (Lat. **25°52'40,27" S** e Long. **50°49'14,60" W**; Deste ponto segue com azimute de **91°09'06,07"** e distância de **17,17 m**, até o vértice **P-2**, de coordenada N **7.137.830,40** m e E **517.977,30** m (Lat. **25°52'40,28" S** e Long.**50°49'13,99" W**, confronta nesta linha com **Matrícula 1.813,** de propriedade de **Alberto Vengrzen, Ligia Pereira Vengrzen, Maria José Vengrzen, Inez Vengrzen, Sonia Maria Vengrzen e Jose Aldair Ferraz**; Deste ponto segue com azimute de **178°08'05,31"** e distância de **48,11 m**, até o vértice **P-3**, de coordenada N **7.137.782,31** m e E **517.978,87** m (Lat. **25°52'41,85" S** e Long.**50°49'13,93" W**, confronta nesta linha com o **LOTE 264**; Deste ponto segue com azimute de **268°40'58,14"** e distância de **34,35 m**, até o vértice **P-4**, de coordenada N **7.137.781,52** m e E **517.944,53** m (Lat. **25°52'41,87" S** e Long.**50°49'15,16" W**, confronta nesta linha com **Matrícula 2.780,** de propriedade de **Darci Damiano Lopacinski e Iracema Szymanek Lopacinski**; Deste ponto segue com azimute de **356°51'02,47"** e distância de **19,88 m**, até o vértice **P-5**, de coordenada N **7.137.801,37** m e E **517.943,44** m (Lat. **25°52'41,23" S** e Long.**50°49'15,20" W**, confronta nesta linha com o **LOTE 1.864**; Deste ponto segue com azimute de **269°51'17,54"** e distância de **15,49 m**, até o vértice **P-6**, de coordenada N **7.137.801,33** m e E **517.927,95** m (Lat. **25°52'41,23" S** e Long.**50°49'15,76" W**, confronta nesta linha com o **LOTE 1.864**; Deste ponto segue com azimute de **356°51'02,47"** e distância de **13,42 m**, até o vértice **P-7**, de coordenada N **7.137.814,73** m e E **517.927,21** m (Lat. **25°52'40,79" S** e Long.**50°49'15,79" W**, confronta nesta linha com a **Rua Olavo Bilac - Norte**; Deste ponto segue com azimute de **89°51'17,54"** e distância de **33,18 m**, até o vértice **P-8**, de coordenada N **7.137.814,82** m e E **517.960,39** m (Lat. **25°52'40,79" S** e Long.**50°49'14,59" W**, confronta nesta linha com o **LOTE 1.894**; Deste ponto segue com azimute de **359°04'33,34"** e distância de **15,93 m**, até o vértice **P-1**, de coordenada N **7.137.830,74** m e E **517.960,13** m (Lat. **25°52'40,27" S** e Long.**50°49'14,60" W**, confronta nesta linha com o **LOTE 1.894**.

IMÓVEL URBANO: LOTE nº 1.894 da **QUADRA 83**, frente com a Rua Olavo Bilac – Norte, nº 596-NE, Bairro São Pedro, Cidade e Comarca de Mallet, Estado do Paraná, CEP: 84.570-445, com área de **546,59 m²** e perímetro de **99,70 metros** lineares, descrito com as seguintes medidas e confrontações: O perímetro tem início no vértice **P-1**, de coordenadas N **7.137.831,42** m e E **517.926,26** m (Lat. **25°52'40,25" S** e Long. **50°49'15,82" W**; Deste ponto segue com azimute de **91°09'06,07"** e distância de **33,88 m**, até o vértice **P-2**, de coordenada N **7.137.830,74** m e E **517.960,13** m (Lat. **25°52'40,27" S** e Long.**50°49'14,60" W**, confronta nesta linha com **Matrícula 1.813,** de propriedade de **Alberto Vengrzen, Ligia Pereira Vengrzen, Maria José Vengrzen, Inez Vengrzen, Sonia Maria Vengrzen e Jose Aldair Ferraz**; Deste ponto segue com azimute de **179°04'33,34"** e distância de **15,93 m**, até o vértice **P-3**, de coordenada N **7.137.814,82** m e E **517.960,39** m (Lat. **25°52'40,79" S** e Long.**50°49'14,59" W**, confronta nesta linha com o **LOTE 1.877**; Deste ponto segue com azimute de **269°51'17,54"** e distância de **33,18 m**, até o vértice **P-4**, de coordenada N **7.137.814,73** m e E **517.927,21** m (Lat. **25°52'40,79" S** e Long.**50°49'15,79" W**, confronta nesta linha com o **LOTE 1.877**; Deste ponto segue com azimute de **356°44'34,98"** e distância de **16,72 m**, até o vértice **P-1**, de coordenada N **7.137.831,42** m e E **517.926,26** m (Lat. **25°52'40,25" S** e Long.**50°49'15,82" W**, confronta nesta linha com a **Rua Olavo Bilac – Norte**.

IMÓVEL URBANO: LOTE nº 202 da **QUADRA 83**, frente com a Rua Ana Firman, nº 649-NE, Bairro São Pedro, Cidade e Comarca de Mallet, Estado do Paraná, CEP: 84.570-750, com área de **3.702,41 m²** e perímetro de **245,33 metros** lineares, descrito com as seguintes medidas e confrontações: O perímetro tem início no vértice **P-1**, de coordenadas N **7.137.916,91** m e E **518.024,76** m (Lat. **25°52'37,47" S** e Long. **50°49'12,29" W**; Deste ponto segue com azimute de **177°25'17,27"** e distância de **26,54 m**, até o vértice **P-2**, de coordenada N **7.137.890,40** m e E **518.025,95** m (Lat. **25°52'38,33" S** e Long.**50°49'12,24" W**, confronta nesta linha com **Matrícula 14.033,** de propriedade de **Mallet III Empreendimentos Imobiliários Ltda**; Deste ponto segue com azimute de **177°28'23,29"** e distância de **45,00 m**, até o vértice **P-3**, de coordenada N **7.137.845,44** m e E **518.027,93** m (Lat. **25°52'39,79" S** e Long.**50°49'12,17" W**, confronta nesta linha com a **Rua Ana Firman**; Deste ponto segue com azimute de **269°04'47,48"** e distância de **51,31 m**, até o vértice **P-4**, de coordenada N **7.137.844,62** m e E **517.976,63** m (Lat. **25°52'39,82" S** e Long.**50°49'14,01" W**, confronta nesta linha com o **LOTE 264**; Deste ponto segue com azimute de **356°08'48,99"** e distância de **18,54 m**, até o vértice **P-5**, de coordenada N **7.137.863,11** m e E **517.975,39** m (Lat. **25°52'39,22" S** e Long.**50°49'14,06" W**, confronta nesta linha com **Matrícula 11.144,** de propriedade de **Luiz Miecznikowski**; Deste ponto segue com azimute de **354°24'58,89"** e distância de **12,68 m**, até o vértice **P-6**, de coordenada N **7.137.875,73** m e E **517.974,16** m (Lat. **25°52'38,81" S** e Long.**50°49'14,10" W**, confronta nesta linha com **Matrícula 11.199,** de propriedade de **Ana Paula Ivaninski**; Deste ponto segue com azimute de **354°24'59,42"** e distância de **12,56 m**, até o vértice **P-7**, de coordenada N **7.137.888,23** m e E **517.972,93** m (Lat. **25°52'38,40" S** e Long.**50°49'14,15" W**, confronta nesta linha com **Matrícula 11.198,** de propriedade de **Tereza Dubik**; Deste ponto segue com azimute de **355°36'27,50"** e distância de **24,80 m**, até o vértice **P-8**, de coordenada N **7.137.912,95** m e E **517.971,03** m (Lat. **25°52'37,60" S** e Long.**50°49'14,22" W**, confronta nesta linha com **Matrícula 2.296,** de propriedade de **Silvia Silva e Arildo Maximo da Silva**; Deste ponto segue com azimute de **84°50'59,95"** e distância de **4,98 m**, até o vértice **P-9**, de coordenada N **7.137.913,40** m e E **517.975,99** m (Lat. **25°52'37,58" S** e Long.**50°49'14,04" W**, confronta nesta linha com **Matrícula 10.238,** de propriedade de **Mario Cesar Ferensovicz e Maria Salete Loginski Ferensovicz**; Deste ponto segue com azimute de **82°19'23,58"** e distância de **15,00 m**, até o vértice **P-10**, de coordenada N **7.137.915,40** m e E **517.990,86** m (Lat. **25°52'37,52" S** e Long.**50°49'13,50" W**, confronta nesta linha com **Matrícula 10.239,** de propriedade de **Jaciel Ricardo Marques de Lima**; Deste ponto segue com azimute de **87°32'23,54"** e distância de **15,15 m**, até o vértice **P-11**, de coordenada N **7.137.916,05** m e E **518.005,99** m (Lat. **25°52'37,50" S** e Long.**50°49'12,96" W**, confronta nesta linha com **Matrícula 10.240,** de propriedade de **Ivonete Ferreira Lourenço Kowalczyk**; Deste ponto segue com azimute de **87°48'56,34"** e distância de **14,67 m**, até o vértice **P-12**, de coordenada N **7.137.916,61** m e E **518.020,66** m (Lat. **25°52'37,48" S** e Long.**50°49'12,43" W**, confronta nesta linha com **Matrícula 10.241,** de propriedade de **Silvana Lubanski e Oswaldo Lubanski**; Deste ponto segue com azimute de **85°48'12,43"** e distância de **4,11 m**, até o vértice **P-1**, de coordenada N **7.137.916,91** m e E **518.024,76** m (Lat. **25°52'37,47" S** e Long.**50°49'12,29" W**, confronta nesta linha com **Matrícula 7.195,** de propriedade de **André Luiz Soares**.

IMÓVEL URBANO: LOTE nº 264 da **QUADRA 83**, frente com a Rua Ana Firman, nº 595-NE, Bairro São Pedro, Cidade e Comarca de Mallet, Estado do Paraná, CEP: 84.570-750, com área de **3.200,02 m²** e perímetro de **227,47 metros** lineares, descrito com as seguintes medidas e confrontações: O perímetro tem início no vértice **P-01**, de coordenadas N **7.137.845,44**m e E **518.027,93**m (Lat. **25°52'39,79" S** e Long. **50°49'12,17" W**; Deste ponto segue com azimute de **177°28'23,29"** e distância de **62,00m**, até o vértice **P-02**, de coordenada N **7.137.783,50**m e E **518.030,67**m (Lat. **25°52'41,81" S** e Long.**50°49'12,07" W**, confronta nesta linha com **Rua Ana Firman**; Deste ponto segue com azimute de **268°40'58,31"** e distância de **51,81m**, até o vértice **P-03**, de coordenada N **7.137.782,31**m e E **517.978,87**m (Lat. **25°52'41,85" S** e Long.**50°49'13,93" W**, confronta nesta linha com **Matrícula 9.433, Daniel Renato Talar e Marcos Cesar Talar**; Deste ponto segue com azimute de **358°08'05,31"** e distância de **48,11m**, até o vértice **P-04**, de coordenada N **7.137.830,40**m e E **517.977,30**m (Lat. **25°52'40,28" S** e Long.**50°49'13,99" W**, confronta nesta linha com **LOTE 1.877**; Deste ponto segue com azimute de **357°18'51,19"** e distância de **14,23m**, até o vértice **P-05**, de coordenada N **7.137.844,62**m e E **517.976,63**m (Lat. **25°52'39,82" S** e Long.**50°49'14,01" W**, confronta nesta linha com **Matrícula 1.813, Alberto Vengrzen, Ligia Pereira Vengrzen, Maria José Vengrzen, Inez Vengrzen, Sonia Maria Vengrzen e Jose Aldair Ferraz**; Deste ponto segue com azimute de **89°04'47,48"** e distância de **51,31m**, até o vértice **P-01**, de coordenada N **7.137.845,44**m e E **518.027,93**m (Lat. **25°52'39,79" S** e Long.**50°49'12,17" W**, confronta nesta linha com **LOTE 202**.

§1º. O município de Mallet - PR, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste parcelamento de solo urbano;

§2º. Os memoriais descritivos e projetos, inclusive as medidas e confrontações, foram fornecidos pela responsável técnica Angélica Arkaten, Arquiteta e Urbanista, CAU/BR:00A1320602 com o RRT – Registro de Responsabilidade Técnica sob nº 16397306;

Art. 3º. Nos termos do Art. 90 da Lei Municipal nº 1.631/2024 de 13 de dezembro de 2024, deverá o desmembramento ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet – PR, pelos legítimos interessados, no prazo de 180 (cento e oitenta dias), sob a pena de caducidade da aprovação;

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 30 de julho de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:0C36F3F4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 339/2026

Súmula: Designa Membros do Conselho Municipal de Esportes do Município de Mallet e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK,** no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam designados, para fazerem parte do Conselho Municipal de Esportese Recreação - CMER do Município de Mallet, de acordo com a Lei Municipal nº 1.649/2025, que terá a seguinte composição:

MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES:
I - Presidente: Thamires Gabrieli Dilay, CPF nº ***.279.559-**;
II – Vice-Presidente: Jonatan Luiz Sandrin Costa, CPF nº ***.177.520-**;
III- 1º Secretário: Alisson Rafael Loures das Chagas, CPF: ***.426.379-**
IV - 2º Secretário: Chaiana Vanessa Kovalhuk, CPF: ***.939.609-**.

Representantes de entidades governamentais do município, sendo:
Representante da Secretaria Municipal de Esportes
TITULAR: Chaiana Vanessa Kovalhuk: – CPF: ***.939.609-**
SUPLENTE: Wagner Nascimento de Souza – CPF: ***.460.329-**

Representante da Secretaria Municipal de Educação
TITULAR: Eduarda Marins Seretni – CPF: ***.273.229-**
SUPLENTE: Gustavo Zem – CPF: ***.652.829-**

Representante da Secretaria Municipal de Saúde
TITULAR: Simone Castilho Sheliga Costa – CPF: ***.288.109-**
SUPLENTE: Mateus Martins da Silva – CPF: ***.402.719-**

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social
TITULAR: Alisson Rafael Loures das Chagas – CPF: ***.426.379-**
SUPLENTE: Cintia Polyana Agostinhak – CPF: ***.402.719 -**

Representantes da sociedade civil de diversas expressões do movimento esportivo e recreativo do município de Mallet, sendo:
e.1) TITULAR: Thamires Gabrieli Dilay – CPF: ***.279.559-**
SUPLENTE: Matheus Bahniuk – CPF: ***.957.139-**

e.2) TITULAR: Valquíria de Oliveira Ganzert – CPF: ***.485.099-**
SUPLENTE: André Muran Neto – CPF: ***.070.398-**

e.3) TITULAR: Jonatan Luiz Sandrin Costa – CPF: ***.177.520-**
SUPLENTE: João Luís Estácio de Paula – CPF: ***.410.729-**

e.4) TITULAR: Bruno Alexandre Martins Sieklicki– CPF: ***. 508.159-**
SUPLENTE: Edilson Augusto da Luz– CPF: ***. 624.889-**

Art. 2°. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 05 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Kowalczyk
Código Identificador:9D3AC06C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 030/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 030/2026** com as seguintes características**:**

OBJETO: Aquisição de equipamentos e móveis destinados à estruturação, qualificação e fortalecimento das Unidades de Saúde, mediante aplicação de recursos estaduais provenientes de Resoluções SESA e de emendas federais de investimento na rede pública municipal de saúde.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 06 de agosto de 2026 até às 09h00min do dia 20 de agosto de 2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min às 10h00min do dia 20 de agosto de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 20 de agosto de 2026.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site www.bllcompras.org.br e no sítio eletrônico do município desde 06/08/2026.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 05/08/2026.

FELIPE ZOLONDEK
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:E4CAD9D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 340/2026

DECRETO N.º 340/2026

Dispõe sobre exoneração de funcionário público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO o processo cloud nº 000002576/2026;

D E C R E T A:
Art. 1º . Fica exonerado, a pedido, o servidor público **LUIZ ANTONIO SÁ**, matrícula nº 60534, do cargo de Secretário Municipal de Esportes, a partir de 06 de agosto de 2026.

Art. 2º . Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de agosto de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 05 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:B4A8EF4B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 341/2026.

DECRETO N.º 341/2026.

Dispõe sobre o afastamento de servidor público para tratamento de saúde.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

D E C R E T A:

Art. 1º . Fica concedido o afastamento do servidor público **FLAVIO SIDNEY GRUSKA**, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula n° 307, para tratamento de saúde, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 28 de julho, nos termos do art. 102, inc. VII, alínea "b", da Lei Municipal nº 632/99.

Art. 2º . Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 05 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:A874446C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 013.001/2026 – PSS 001/2025
CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 013.001/2026 – PSS 001/2025 CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO

Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025

PEDRO KOWALCZYK, Prefeito Municipal de Mallet – PR, no uso de suas atribuições legais e considerando o que determina a Lei Municipal n° 1.330/2017;
CONSIDERANDO que o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025 restou homologado pelo Decreto n° 634/2025;
CONSIDERANDO o processo Cloud **nº 000002688/2026;**

TORNA PÚBLICO

I - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025, o qual foi homologado pelo Decreto Municipal sob **N.º 634 de 08 de setembro de 2025.**
I – AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL – 40H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
2846/2025	MARLON JOAO CHMIK	73	14°

II – O candidato deverá comparecer, até o dia **12 de agosto de 2026**, entre às 08:00hrs e 17:00hrs, na Prefeitura Municipal de Mallet – PR, conforme item 10.5. do Edital do PSS 001/2025, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais comprobatórios para o cargo, os quais são os seguintes:
O candidato deve ser brasileiro nato, naturalizado ou, no caso de nacionalidade
portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º, do artigo 12, da Constituição Federal, bem como todos os direitos e obrigações políticas e civis reconhecidos no país;
Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos;
Ter cumprido as obrigações e encargos militares previstos em lei;
Estar em dia com as obrigações eleitorais;
Possuir aptidão física e mental para o desempenho do cargo;
Não estar em situação irregular de acúmulo de cargo público;
10.6. O candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:
Comprovante de Inscrição no Processo Seletivo Simplificado;
Carteira de Identidade – RG (fotocópia frente e verso);
Cadastro de Pessoa Física – CPF (fotocópia);
PIS ou PASEP (fotocópia);
Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (fotocópia) - contendo número, série e dados pessoais;
Título de Eleitor (fotocópia);
Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral no site www.tse.jus.br;
Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação se candidato do sexo masculino (cópia);
Certidão de Casamento, quando couber (cópia);
Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos, se considerados como dependentes para fins de declaração do Imposto de Renda (cópia);
Averbação de Divórcio, quando couber (fotocópia);
Comprovante de endereço (cópia);
Foto 3x4;
Laudo Médico (Anexo V):
Expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde-RMS;
Declarar que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para o desempenho da Função Pública objeto deste Edital Normativo;
Conter nome, assinatura e carimbo com o número do CRM ou RMS;

Estar dentro do prazo de validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição;
Declaração de que não foi demitido a bem do serviço público (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos, modelo anexo a esse Edital (Declaração de Idoneidade Profissional).
Comprovante do Tempo de Experiência Profissional dos últimos 10 (dez) anos, se registrado no formulário de inscrição;
Documentos comprobatórios da escolaridade exigida para o exercício da Função Pública, apresentados na inscrição.
Comprovantes da Prova de Títulos, se registrados no formulário de inscrição.
Atestados e Certidões Negativas de Antecedentes Criminais, conforme descritos a seguir:
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida por distribuidores da circunscrição ou cartórios criminais ou varas de execução penal em fóruns da Justiça Estadual, expedida em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação.
Não serão aceitas certidões de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal.
Certidão Negativa Criminal da Justiça Federal a ser emitida/solicitada por meio do endereço eletrônico https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa/, expedida em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação.
Não serão aceitas certidões de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal.
Atestado de Negativa de Antecedentes Criminais:
Para o candidato com Carteira de Identidade (Registro Geral) emitida no Estado do Paraná, emitir/solicitar por meio do endereço eletrônico http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/, em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação;
Documento original ou eletrônico com a devida validação;

III – O candidato convocado deve se atentar aos prazos de emissão das certidões, visto que, alguns sistemas levam 24hrs para emitir o documento.
Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 05 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:6196E7FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 381/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL TRANSFERÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 381/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Transferência e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4421/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Transferência, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$14.312,72 (quatorze mil e trezentos e doze reais e setenta e dois centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.244.0027.2.171		GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CADASTRO ÚNICO E DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	
920 - 4.4.90.52.00.00	940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.312,72
Total Suplementação:			14.312,72

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64:

Redução			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.244.0027.2.171		GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CADASTRO ÚNICO E DO PROGRAMA	
916 - 3.3.90.30.00.00	940	MATERIAL DE CONSUMO	3.211,87
917 - 3.3.90.39.00.00	940	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	11.100,85
Total Redução:			14.312,72

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao quinto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (05/08/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:7A887CE1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 382/2026 - EXCLUI E NOMEIA INTEGRANTES PARA COMPOR A COMISSÃO DE RECEBIMENTOS DE ALIMENTOS PERECÍVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 382/2026

Súmula: Exclui e nomeia integrantes para compor a Comissão de Recebimentos de Alimentos Perecíveis, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º Ficam excluídos os servidores abaixo relacionados da Comissão de Recebimentos de Alimentos Perecíveis, nomeados através do Decreto Nº 302/2024, de 03/06/2024 a saber:

MATRÍCULA	NOME	MOTIVO
96195	PAULA SAMANTHA DA SILVA	TRANSFERÊNCIA

Art. 2º Ficam nomeados os membros abaixo para comporem Comissão de Recebimentos de Alimentos Perecíveis, nomeados através do Decreto Nº 302/2024, de 03/06/2024 a saber:

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	DEPARTAMENTO
97321	ARIELLEN GONÇALVES BONCEWICZ	TITULAR	CMEI Casa da Amizade

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto que instituiu a referida Comissão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao quinto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (05/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:22096B72

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 383/2026 - NOMEIA E DÁ POSSE A PESSOA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 383/2026

Súmula: Nomeia e dá posse a pessoa aprovada em Processo Seletivo Simplificado - PSS, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1º Fica nomeada e empossada a pessoa abaixo relacionada, aprovada por cargo de classificação, a saber:

NOME	DATA DA NOMEAÇÃO	CARGO - PSS
ANA CAROLINE RODRIGUES DE SALES	06/08/2026	Nutricionista - Temporário

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de admissão.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao quinto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (05/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:F3CC371F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 136/2026 - NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR,

PORTARIA Nº. 136/2026

Súmula: Nomeia, em substituição, servidora pública municipal para integrar a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, nomeada através da Portaria Nº 100/2026, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a pessoa abaixo relacionada para compor a **Comissão de Processo Administrativo Disciplinar**, do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, nomeada através da Portaria Nº 100/2025, de 07/07/2026, a saber:
Membro: MARISA RUIZ DE LESSA - Matricula 2063, em substituição à servidora Eleonai Naara batista do Carmo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao quinto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (05/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:4EED5217

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 138/2026 - INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR A RESPECTIVA COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 138/2026

Súmula: Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia os membros para compor a respectiva comissão, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais, com fundamento no disposto na Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mandaguari – Lei n°. 611/2001, Lei nº. 3.204/2018 e Lei n° 1.327/2008.

CONSIDERANDO que a atual Administração Municipal tem primado em seu desempenho pelos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e da eficiência, bem assim a economicidade e a razoabilidade;

CONSIDERANDO o dever que a Administração possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito; e

CONSIDERANDO, outrossim, que a Administração age, exclusivamente, no interesse público, com absoluta lisura e transparência em todos os seus atos,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos da Lei n°. 611/2001 e da Lei nº. 3.204/2018 em desfavor do servidor B.S.S., com a finalidade de apurar os fatos apontados no Comunicado Interno n° 295/2026, tendo em vista a suposta conduta merecedora de apuração que lhe é atribuída, para verificar a existência de infração aos deveres e proibições do servidor público
Parágrafo único. Os dispositivos supostamente violados pela servidora são:
a. Lei Municipal nº 611/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mandaguari);
b. Art. 121, incisos I, II, IV, V, VIII e X;
c. Art. 122, inciso XIII;
d. Art. 131, incisos IV e V.

Art. 2º Para abertura do Procedimento Administrativo e apuração dos fatos, fica designada a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:
Presidente: Juliana Cristiane Donha – auxiliar administrativo; servidora estável, escolaridade ensino superior completo, matrícula 10649, lotação Sms- Sec. Saúde;
Membro: José Ricardo Pellegrini Ribeiro–auxiliar administrativo; servidor estável, escolaridade ensino superior incompleto, matrícula 97294, lotação Smpfg- Paço/ Tributação - Fiscalização;
Membro: Joice Daiane Abdo Gracino – auxiliar administrativo; servidora estável, escolaridade ensino superior incompleto, matrícula 94979, lotação Smpfg - Paço - Compras.
§1º A comissão, sempre que necessário, dedicará todo o tempo do expediente dos trabalhos ao Processo Administrativo Disciplinar.
§2º O presidente deve dar cumprimento à instauração dos procedimentos necessários para verificar os fatos descritos no Comunicado Interno n° 295/2026.

Art. 3º A Comissão processante deve observar o rito previsto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mandaguari – Lei n°. 611/2001 e Lei nº. 3.204/2018, em especial o art. 145 e seguintes das referidas Leis conjuntas.

Art. 4º A instrução probatória observará o disposto na Lei n°. 611/2001 e na Lei nº. 3.204/2018.

Art. 5º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como poderá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 6º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão de seus trabalhos e emitir o relatório final, permitindo-se, excepcionalmente, sua prorrogação, nos termos do art. 146 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mandaguari.

Art. 7º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao quinto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (05/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:E659A69C

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

DISPENSA Nº.27/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor das proponentes:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
53.866.993 JOSE AUGUSTO BERNARDI LARAS	53.866.993/0001-45	R$ 18.080,00

Mandaguari (PR), 05 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:AFA33F58

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº47/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA, ELÉTRICA, FUNILARIA E MOLEJO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL

FICA SUSPENSA A ABERTURA DA PRESENTE LICITAÇÃO, para retificação do edital, conforme solicitado pela Secretaria de Planejamento, Finanças e Gestão .

Maiores Informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Mandaguari *(provisoriamente localizada na FAFIMAN)*, no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, entre às 7h e 30min às 11h e 30 min e das 13h às 17h. Fone: (44) 3233-8422.

Mandaguari (PR),05 de Agosto 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:5B0DEAEC

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO

CONTRATO Nº 129/2025
CONCORRÊNCIA N° 04/2025
PROCESSO N° 197/2025

O **MUNICÍPIO DE MANDAGUARI,** Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500, centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal **Sra. Enfª IVONEIA DE ANDRADE AP° FURTADO**, portadora do RG nº 4.291.301-4 e CPF/MF nº 539.360.609-59, brasileira, casada, residente e domiciliado nesta cidade, e a empresa **PROJECTA - OFICINA DE PROJETOS E GERENCIAMENTO DE OBRAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.141.994/0001-76, com endereço na R. SALVADOR NORCIA, 255, JARDIM BELA VISTA CEP: 19703-092, na cidade de Paraguaçu Paulista/SP, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **ANGELINA JUSTINA RAMOS DE SOUZA**, inscrita no CPF sob o nº 052.332.568-19, tem justo e acertado o presente Termo Aditivo ao **CONTRATO Nº 129/2025**, nos termos da **CONCORRÊNCIA Nº 04/2025,** bem como pela legislação vigente em especial os Art. 111, 124, 125 e 137 da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações e pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica acrescido o prazo de execução do Contrato n° 129/2025 referente a Concorrência n° 04/2025, pelo período de mais 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 11 de julho de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA:
Permanecem inalteradas as demais disposições.

E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Mandaguari/PR, 10 de julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:F200A1E4

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO

CONTRATO Nº 138/2025
CONCORRÊNCIA Nº 05/2025
PROCESSO Nº 212/2025

O **MUNICÍPIO DE MANDAGUARI,** Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500, centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal **Sra. Enfª IVONEIA DE ANDRADE AP° FURTADO**, portadora do RG nº 4.291.301-4 e CPF/MF nº 539.360.609-59, brasileira, casada, residente e domiciliado nesta cidade, e a empresa **PROJECTA - OFICINA DE PROJETOS E GERENCIAMENTO DE OBRAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.141.994/0001-76, com endereço na R. SALVADOR NORCIA, 255, JARDIM BELA VISTA CEP: 19703-092, na cidade de Paraguaçu Paulista/SP, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **ANGELINA JUSTINA RAMOS DE SOUZA**, inscrita no CPF sob o nº 052.332.568-19, tem justo e acertado o presente Termo Aditivo ao **CONTRATO Nº 138/2025**, nos termos da **CONCORRÊNCIA Nº 05/2025,** bem como pela legislação vigente em especial os Art. 111, 124, 137 e 138 da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações e pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica acrescido o prazo de execução do Contrato n° 138/2025 referente a Concorrência n° 05/2025, pelo período de mais 50 (cinquenta) dias, a partir de 21 de julho de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA:
Permanecem inalteradas as demais disposições.

E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Mandaguari/PR, 21 de julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:EBF11DED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
COMISSÃO DISCIPLINAR PERMANENTE

COMISSÃO DISCIPLINAR PERMANENTE - CDP

PORTARIA Nº 06/2026
De 05 de agosto de 2026

Súmula :"Dispõe sobre a prorrogação do prazo para a conclusão do Processo Sindicância Administrativa Disciplinar nº02/2026 de 27 de maio de 2026, com publicação em Diário Oficial do dia 28 de maio de 2026.

A Comissão Disciplinar Permanente deste Município, por intermédio de sua Presidente, a servidora, Márcia Maria da Cruz de Lima, matrícula n.° 2671, Secretária – Kathiuscia Cruz Voznhaki, matrícula n.° 3663 e Membro - Rafael Camargo, matrícula n.°2593, emitimos o termo de instalação de Processo Administrativo Disciplinar, todos designados pela Portaria n.º 278/2025, de 06 de março de 2025, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal n.º 02/1991 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mandirituba, Paraná,

Resolve
Art1º - Prorrogar o prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar descrita, pelo período de 30 dias conforme preceitua o art.145, parágrafo único da Lei Municipal nº 02/1991- Estatuto dos Servidores do Município de Mandirituba-PR.
Art.2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 26 de julho de 2026.

PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR
02/2026

Mandirituba, 05 de agosto de 2026

MÁRCIA MARIA DA CRUZ DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Marcia Maria da Cruz de Lima
Código Identificador:A517908F

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO 1931/2026, REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NO ORIGINAL PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, EDIÇÃO 3588, DO DIA 05/08/2026

DECRETO N° 001931/2026 de 04 de Agosto de 2026 * REPUBLICAÇÃO

" Decreto 1931/2026, republicado por incorreção no original publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição 3588, do dia 05/08/2026." ### 2. Ajuste no Valor Total do Artigo 1º O Art. 1º do texto original cita um crédito total no valor de R$ 236.369,99. Pela exclusão da dotação de R$ 70.088,14 referente aos "OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - (Grupo Fonte 0494)" da Secretaria Municipal de Saúde

Abertura de crédito adicional suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Mandirituba e autorização contida na Lei Municipal n° 001501/2025 de 05 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A :

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 166.281,85 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
11.001 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO
15.452.0003.2040 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000) 60.000,00
12 - SECRETARIA MUNIC DE SERVIÇOS URBANOS TRANSPORTE
12.002 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.0003.2043 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000) 100.000,00
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0512) 6.281,85

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
11.001 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO
15.451.0003.1002 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000) 160.000,00
12 - SECRETARIA MUNIC DE SERVIÇOS URBANOS TRANSPORTE
12.002 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.0003.2043 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0512) 6.281,85

Art. 3 Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 04 de Agosto de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aderbal Pires de Oliveira
Código Identificador:5A991E14

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 288 DE 04 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder exoneração pelo término de contrato, da função em caráter temporário, de Professor, a servidora **DAIANE CRISTINA DOS SANTOS CARDOSO**, matrícula 500302, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de julho de 2026, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 04 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:578B5B95

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 289 DE 04 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder exoneração a pedido, da função em caráter temporário, de Educador Infantil, a servidora **BELENICE MELO BARBOSA MONTEIRO**, matrícula 500374, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 04 de agosto de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 04 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:2F6083EF

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 290 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder exoneração a pedido, da função em caráter temporário, de Professor, a servidora **ARIANE MACHADO DE FRANÇA**, matrícula 500396, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 05 de agosto de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:8788BCC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO 47-2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, Regido pela Lei Federal n° 14.133/2021 e legislações complementar, EXTRATO DE CONTRATO.
CONTRATO Nº 47 de 2026.
OBJETO: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**
Contratação de empresa para fornecimento de profissional para atuar no atendimento da pessoa idosa, com o objetivo de promover maior qualidade de vida, fortalecimento muscular, melhoria da mobilidade, equilíbrio e flexibilidade, conforme processo de Pregão - Eletrônico nº 26/2026.
CONTRATADO: LJ CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA. CNPJ: 51.423.161/0001-29
VALOR CONTRATADO: 66.000,00 (Sessenta e Seis Mil Reais).
DATA DA ASSINATURA: 05/08/2026.
INICÍO DA EXECUÇÃO: 10/08/2026
RECURSOS: próprios e ou oriundos de Convênios.
PAGAMENTO: O pagamento será efetuado **Mensalmente, conforme a realização dos serviços e emissão de nota fiscal**.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 meses após a assinatura do contrato**.**

Manfrinópolis, 05/08/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:661C7CF1

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO 48-2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, Regido pela Lei Federal n° 14.133/2021 e legislações complementar, EXTRATO DE CONTRATO.
CONTRATO Nº 48 de 2026.
OBJETO: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**
Contratação de Empresa prestadora de serviços na área médica, para fornecimento de profissionais clínico geral para prestação de serviços em regime presencial de 40 horas semanais no PSF (programa saúde da família) na secretaria municipal de saúde de Manfrinópolis, conforme processo de Pregão - Eletrônico nº 25/2026.
CONTRATADO: J J DE OLIVEIRA SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 43.592.660/0001-11
VALOR CONTRATADO: 94.800,00 (Noventa e Quatro Mil e Oitocentos Reais).
DATA DA ASSINATURA: 05/08/2026.
INICÍO DA EXECUÇÃO: 03/09/2026
RECURSOS: próprios e ou oriundos de Convênios.
PAGAMENTO: O pagamento será efetuado **Mensalmente, conforme a realização dos serviços e emissão de nota fiscal**.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 meses após a assinatura do contrato**.**
Manfrinópolis, 05/08/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:B93F86DC

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0224/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0224/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº 0224/2026
LEI MUNICIPAL Nº ; 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	VAGNER ERASMO CAPRA		**MATR.**	**8231**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		FIAT ARGO
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA UCA-9B12**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
06/07/2026	31/07/2026	CASCAVEL	PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO .	03

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	**X**	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	
PACIENTES CASCAVEL/PR ;			
HEITOR DUTRA (DIA 06/07/2026) .			
OLIVIA DE ALMEIDA (DIA 10/07/2026) .			
SEBASTIÃO MINATI (DIA 15/07/2026) .			
GEMA CIGERCI (DIA 30/07/2026) .			
GEMA CIGERCI (DIA 31/07/2026) .			

Manfrinópolis – PR, 03 de agosto 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:9716888B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026 – PMM
O Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, o **ADIAMENTO** da sessão pública referente ao **Pregão Eletrônico nº 042/2026 – PMM**, cujo objeto consiste no **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de mudas de hortaliças e sementes nativas destinadas ao atendimento dos produtores rurais do Município,** visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**.**
Fica alterada a data da sessão pública, anteriormente prevista para o dia 17 de agosto de 2026, passando a vigorar conforme abaixo:
DATA E HORA DA ABERTURA: 19 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 09H00MIN;
INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 03 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 08H00MIN;
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 19 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 07H59MIN.
Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Edital.
Mangueirinha – PR, 05 de agosto de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:4F098F30

LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 033/2026 - PMM

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
CONTRATADA: **INSTITUTO NEXUS INTELIGÊNCIA EM DESENVOLVIMENTO HUMANO E POLÍTICAS PÚBLICAS LTDA**
OBJETO: contratação da empresa **INSTITUTO NEXUS INTELIGÊNCIA EM DESENVOLVIMENTO HUMANO E POLÍTICAS PÚBLICAS LTDA**, inscrita sob CNPJ n. º 22.298.712/0001-71, para prestação de serviço na capacitação técnica especializada voltada aos profissionais do Serviço de Acolhimento Institucional - Casa Lar e Centro Especializado de Assistência Social - CREAS do Município de Mangueirinha/PR, com foco no fortalecimento das práticas fundamentadas nas normativas nacionais, na proteção integral, na atuação interdisciplinar e na garantia dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias, a ser realizado nos dias 18, 19, 25 e 26 de agosto de 2026, totalizando 32 horas (trinta e duas horas) e visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Mangueirinha – PR, 05 de agosto de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:F3ED8A3E

PROCURADORIA
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026 – PMM LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014, ALTERADA PELA LEI 13.204, DE DEZEMBRO DE 2015, E DECRETO MUNICIPAL Nº 150, DE 24 DE MARÇO DE 2017

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
TOMADORA: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Mangueirinha - APAE
OBJETO: Transferência Voluntária de recursos financeiros, entre a Prefeitura Municipal de Mangueirinha e a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Mangueirinha, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades previamente estabelecidas no plano de trabalho apresentados pela proponente.
JUSTIFICATIVA: A presente inexigibilidade de chamamento público para realização de Transferência Voluntária apresenta como justificativa o disposto no Caput do Artigo 31 da Lei 13.019/2014, "Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as Organizações da Sociedade Civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade especifica, especialmente quando: [...]"
VALOR: 140.000,00 R$ (cento e quarenta mil reais)

Mangueirinha, 05 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

Publicado por:
Geovana Moreira
Código Identificador:B550527E

PROCURADORIA
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026 – PMM LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014, ALTERADA PELA LEI 13.204, DE DEZEMBRO DE 2015, E DECRETO MUNICIPAL Nº 150, DE 24 DE MARÇO DE 2017

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
TOMADORA: Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Hercília França do Nascimento
OBJETO: Transferência Voluntária de recursos financeiros, entre a Prefeitura Municipal de Mangueirinha e a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Hercília França do Nascimento, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades previamente estabelecidas no plano de trabalho apresentados pela proponente.
JUSTIFICATIVA: A presente inexigibilidade de chamamento público para realização de Transferência Voluntária apresenta como justificativa o disposto no Caput do Artigo 31 da Lei 13.019/2014, "Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as Organizações da Sociedade Civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade especifica, especialmente quando: [...]"
VALOR: 79.519,05 R$ (setenta e nove mil, quinhentos e dezenove reais e cinco centavos)

Mangueirinha, 05 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

Publicado por:
Geovana Moreira
Código Identificador:A1E31D7F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 272/2026.

MUNICIPIO DE MARILENA
Estado do Paraná
Exercício:2026
Decreto nº 272/2026 de 04/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2371/2025 de 16/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
08.002.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA DE OBRAS	
08.002.15.451.0006.1.124.		Urbanização de Calçadas - PPU	
422 - 4.4.90.51.00.00	619	OBRAS E INSTALAÇÕES	32.000,00
		Total Suplementação:	**32.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
10.001.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
10.001.22.661.0008.1.121.		Edificação de Barracão Industrial - PPU 2022	
452 - 4.4.90.51.00.00	619	OBRAS E INSTALAÇÕES	32.000,00
		Total Redução:	**32.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MARILENA , Estado do Paraná, em 04 de agosto de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:7C8E048C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 218/2026

De 05 de Agosto2026

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Licença Prêmio de 90 (trinta) dias a Servidora Pública Municipal Sra. Celia Maria dos Santos**,** matricula 213, referente ao período aquisitivo 2013/2018, a partir do dia 03/08/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 03/08/2026. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, 05 DE AGOSTO
DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:E87C303A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 21/2026 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 21/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023
Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município tendo em vista o resultado final do **Concurso Público** realizado através do **Edital Nº 01/2023** com resultado homologado pelo **Edital Nº 10/2023** de 06de Novembro de 2023**. Resolve:** Convocar os candidatos abaixo, para comparecerem no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data da publicação deste Edital, na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mariópolis, na Rua Seis, nº 1030, na cidade de Mariópolis, munidos da documentação necessária, constantes na relação publicada abaixo deste edital na Página Oficial da Prefeitura, para a devida nomeação no Cargo para o qual se habilitaram no referido Concurso Público. O não comparecimento no prazo estipulado ou não apresentação da documentação necessária serão considerados desistentes.

INSC.	NOME	CARGO	CLAS.
28	BELLE CRISTINA ZAMBONI LAND	PSICÓLOGO(A)	11º

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, em 05 de Agosto de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:F41AAAEC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO 01/2026 - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO 01/2026

CARGO DE PROFESSOR CONFORME HOMOLOGAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025
A Prefeitura de Mariópolis- Paraná, por intermédio de sua Comissão Especial de Hetoroidentificação para análise dos candidatos classificados Autodeclaração de pertencimento Étnico-Racial, constituída pela Portaria nº 139/2026, de 11 de junho de 2026, nos termos da legislação vigente, torna público a CONVOCAÇÃO dos candidatos habilitados do Concurso Público nº 01/2025 para a realização do PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO PRESENCIAL para o cargo de **Professor.**
Local: PREFEITURA
Rua Seis, nº1030, 1º andar, sala de Reuniões - Centro- Mariopolis - PR – CEP 85.530-000 Horários: 13:10h Conforme Tabela do ANEXO I.
1-Para efeitos de avaliação conforme Portaria 139/2026 serão consideradas caractisticas fenótipas, para aferição da condição autodeclarada, Lei do Estado do Paraná nº 14.274/2003 e o Edital de abertura do Concurso Público 01/2025 no Item 3.2 ;
2- A comissão de verificação realizará entrevista presencial e receberá do candidato o documento expresso de Autodeclaração de pertencimento Étnico-Racial DEVIDAMENTE PREENCHIDO e assinado de próprio punho; não sendo aceito nesse ato documentação de ascendência.
3-O candidato deverá comparecer no dia, horário e local definidos neste Edital de Convocação, não sendo aceito comparecimento diferente desta convocação oficial. O candidato não poderá alegar desconhecimento sobre sua convocação, sendo de sua total responsabilidade o acompanhamento das publicações referentes a este Concurso Público;
4-O candidato deverá comparecer com 15 minutos de antecedência ao horário constante desta convocação, munido de documento oficial com foto e original de identidade em perfeitas condições, de forma a permitir, com evidência, a sua identificação, conforme estabelecido nos subitens 3 do Edital de Abertura do Certame. Após a conferência de sua identificação por um dos membros da Comissão, deverá assinar a lista de presença, atestando seu comparecimento.
5- O candidato que por qualquer razão não comparecer ao procedimento de verificação passa a concorrer apenas nas vagas de ampla concorrência;
6- Na hipótese de detectada a falsidade da declaração a que se refere este artigo, o candidato será eliminado do concurso público 01/2025;
7- Este Edital, entra em vigor na data de sua publicação para fins de validação da condição de concorrência a vaga de cotas, revogadas as diposições em contrário. Comissão de Acompanhamento de Hetoroidentificação.

Mariópolis, 05 de agosto de 2026.

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO

ANEXO I
DATA:14/08/2026

CARGO: PROFESSOR 20 HORAS		
DATA: 14/08/2026 HORÁRIO: 13:10 H LOCAL: PREFEITURA		
INSCRIÇÃO	NOME	HORÁRIO
23787139	EMANUELLY DA COSTA SILVA	13:10 HORAS
23786870	MARISTELA DO AMARAL	13:10 HORAS
23786752	JAQUELINE RIBEIRO NOVAES	13:10 HORAS
23787547	ELISANGELA LEITE GAVENDA	13:10 HORAS
23787074	ELIANE PIRES	13:10 HORAS

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:B45217AB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 161/2026

PORTARIA N° 161/2026 DATA: 05/08/2026 SÚMULA: "Revoga a Portaria N° 160/2026." **Mario Eduardo Lopes Paulek**, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais: **RESOLVE: ART. 1°-** REVOGAR a **Portaria N° 160/2026, de 04 de agosto de 2026**, a qual altera os vencimentos de **Patricia Donatti, matrícula 1134-7,** ocupante do Cargo de Chefe do Departamento de Indústria, Comércio e Turismo, voltando a vigência da portaria nº 65/2025; **ART. 2°-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:4F1F4886

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

CMDCA
EDITAL Nº 009/2026 – CMDCA

EDITAL Nº 009/2026 – CMDCA

CONVOCAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR TITULAR

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE MATINHOS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a Resolução CONANDA nº 231, de 28 de dezembro de 2022, a Lei Municipal nº 2.484/2023, o Edital nº 007/2026 – Processo de Escolha Suplementar para Conselheiro Tutelar, e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo de Escolha Suplementar para Conselheiro Tutelar – Mandato 2026/2028;

CONSIDERANDO que, observada a ordem de classificação do Processo de Escolha Suplementar, a candidata **SABRINA DE BONA** é a primeira suplente apta ao provimento da vaga decorrente da vacância da função de Conselheira Tutelar Titular;

CONSIDERANDO a exoneração, a pedido, da Conselheira Tutelar Titular Gabrielle Robaina, formalizada pelo Decreto Municipal nº 5.149/2026, que deu origem à vacância definitiva de uma das funções de Conselheiro Tutelar do Município de Matinhos;

CONSIDERANDO a necessidade de recomposição imediata da composição do Conselho Tutelar, garantindo a continuidade dos serviços prestados à população;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a candidata **SABRINA DE BONA**, primeira colocada no Processo de Escolha Suplementar para Conselheiro Tutelar – Mandato 2026/2028, para o provimento da vaga de

Conselheira Tutelar Titular, em caráter definitivo, decorrente da vacância ocasionada pela exoneração da Conselheira Tutelar Gabrielle Robaina.

Art. 2º Ficam cessados, exclusivamente em relação à candidata **SABRINA DE BONA**, os efeitos do Edital nº 008/2026 – CMDCA, referentes à sua convocação para substituição temporária durante as férias regulamentares das Conselheiras Tutelares Titulares.

Art. 3º Em decorrência da interrupção da convocação temporária de que trata o artigo anterior, o CMDCA promoverá a convocação do candidato subsequente, observada rigorosamente a ordem de classificação do Processo de Escolha Suplementar, para assegurar a continuidade das substituições temporárias durante os períodos de férias das Conselheiras Tutelares Titulares.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos/PR, 04 de agosto de 2026.

MARCOS DA SILVA LOTOSKI
Presidente do CMDCA Município de Matinhos/PR
Decreto Nº 4578, de 12 de Dezembro de 2025

COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL
Processo de Escolha Para Suplência do Conselho Tutelar 2026/2028

Publicado por:
Fabio Leandro Armindo
Código Identificador:304C1607

CMDCA
EDITAL Nº 010/2026 – CMDCA

EDITAL Nº 010/2026 – CMDCA

CONVOCAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE PARA EXERCÍCIO TEMPORÁRIO DA FUNÇÃO

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE MATINHOS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a Resolução CONANDA nº 231/2022, a Lei Municipal nº 2.484/2023, o Edital nº 007/2026 – Processo de Escolha Suplementar para Conselheiro Tutelar, e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo de Escolha Suplementar para Conselheiro Tutelar – Mandato 2026/2028;

CONSIDERANDO a convocação da candidata Sabrina de Bona, primeira colocada no Processo de Escolha Suplementar, para provimento definitivo da vaga de Conselheira Tutelar Titular, decorrente da exoneração da Conselheira Tutelar Gabrielle Robaina;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços prestados pelo Conselho Tutelar durante os períodos de férias regulamentares das Conselheiras Tutelares Titulares;

CONSIDERANDO a necessidade de convocação do candidato subsequente, observada rigorosamente a ordem de classificação do Processo de Escolha Suplementar;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o candidato **JOSÉ N. TRINDADE LOBATO**, segundo colocado no Processo de Escolha Suplementar para Conselheiro Tutelar – Mandato 2026/2028, para exercer, em caráter temporário, a função de Conselheiro Tutelar, em substituição às Conselheiras Tutelares Titulares durante seus períodos de férias regulamentares.

Art. 2º A convocação observará a seguinte escala de substituições:

I – **Fernanda Alves Costa**, no período de 31 de julho de 2026 a 29 de agosto de 2026, correspondente a 30 (trinta) dias;
II – **Laís Alves**, no período de 30 de agosto de 2026 a 28 de outubro de 2026, correspondente a 60 (sessenta) dias;
III – **Danielle Cella Maciel dos Santos**, no período de 28 de novembro de 2026 a 27 de dezembro de 2026, correspondente a 30 (trinta) dias;
IV – **Josiane Aparecida Szargiki Seixas**, no período de 28 de dezembro de 2026 a 26 de janeiro de 2027, correspondente a 30 (trinta) dias.

Art. 3º O candidato convocado deverá comparecer ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Matinhos, munido da documentação exigida no Edital nº 008/2026 – CMDCA e demais documentos eventualmente solicitados pela Administração Municipal, para adoção das providências administrativas necessárias à sua nomeação e entrada em exercício da função.

Art. 4º O exercício da função será temporário e permanecerá vigente exclusivamente durante os períodos de substituição previstos neste Edital, encerrando-se automaticamente ao término da última substituição, salvo nova convocação na forma da legislação vigente.

Art. 5º A convocação de que trata este Edital compreende 150 (cento e cinquenta) dias de exercício, distribuídos conforme a escala estabelecida no artigo 2º.

Art. 6º Na hipótese de renúncia, desistência, não comparecimento ou impossibilidade de investidura do candidato convocado, o CMDCA promoverá a convocação do candidato subsequente, observada a ordem de classificação do Processo de Escolha Suplementar.

Art. 7º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 04 de agosto de 2026.

MARCOS DA SILVA LOTOSKI
Presidente do CMDCA Município de Matinhos/PR
Decreto Nº 4578, de 12 de dezembro de 2025

COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL
Processo de Escolha para Suplência do Conselho Tutelar 2026/2028

ANEXO I
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CADASTRO JUNTO AO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

(Apresentar originais e cópias)

•CPF, RG e Título de Eleitor;

•Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (quando aplicável);

•Comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral;

•Comprovante de residência atualizado;

•Carteira de Trabalho (página de identificação e verso) e número do PIS/PASEP;

•Certidão de Nascimento ou Casamento;

•Certidão de Nascimento ou RG dos dependentes menores de 18 anos (se houver);

•Declaração de Imposto de Renda ou comprovante de regularidade do CPF emitido pela Receita Federal;

•Carteira Nacional de Habilitação – CNH (se possuir);

•CPF dos dependentes menores de 18 anos (se houver);

•CPF do cônjuge (se houver);

•Declarações exigidas pelo Município, fornecidas pelo Setor de Recursos Humanos;

•Uma fotografia 3x4 recente;

•Certidão Negativa da Justiça Federal (Cível e Criminal);

•Certidão Negativa Criminal Estadual;

•Certidão Negativa Criminal da Comarca de Matinhos;

•Qualificação Cadastral eSocial.

A candidata convocada deverá comparecer ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Matinhos munida da documentação acima relacionada, observando os prazos estabelecidos pela Administração Municipal.

Publicado por:
Fabio Leandro Armindo
Código Identificador:2E3F2335

GABINETE
DECRETO Nº 5157/2026

Abre o Crédito Suplementar por Anulação de dotação no Orçamento Geral do Município de Matinhos no valor de R$ 10.612,00 (dez mil e seiscentos e doze reais) e alterar no PPA 2026/2029 e na LDO 2026 e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2727 de 01 de dezembro de 2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento de 2026, em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor de R$ 10.612,00 (dez mil e seiscentos e doze reais) na forma abaixo especificada:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
07.002.0008.0244.0107.1002	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	612,00	00935
07.001.0008.0244.0107.2012	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	6.000,00	00000
03.001.0002.0061.0103.2006	3339040000000000000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	4.000,00	00000

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a Anular dotação no valor de **R$ 10.612,00 (dez mil e seiscentos e doze reais)** conforme segue abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
03.002.0002.0061.0103.2007	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	4.000,00	00000
07.001.0008.0244.0107.2012	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	6.000,00	00000
07.002.0008.0244.0107.2019	3339030000000000000	Material de consumo	612,00	00935

Art. 3º – Fica alterado o Anexo da Lei Municipal n° 2723, de Dezembro de 2025 – PPA 2026/2029, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional, instituindo-se para tal junto à matéria orçamentária em execução.
Art. 4º – Fica alterada a Lei nº. 2724 de 01 de Dezembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas inerentes a execução da Secretaria.
Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso Mensal.
Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Matinhos, 5 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:830F314D

GABINETE
PORTARIA Nº 842/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

CONCEDER

Ao (a) servidor(a) abaixo relacionado(a), lotado(a) na Secretaria Municipal de Administração, **30 (trinta) dias de férias**, a contar do dia 08 de setembro a 07 de outubro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
77984/1	Silmara Batista	Auxiliar de Serviços Gerais	2025/2026	

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 08 de julho de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 04 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:FD41B16C

GABINETE
PORTARIA Nº 843/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

CONCEDER

Ao (a) servidor(a) abaixo relacionado(a), lotado(a) na Secretaria Municipal de Planejamento, **15 (quinze) dias de férias**, a contar do dia 31 de agosto a 14 de setembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
75507/3	Franciele Ariane de Almeida Leiria	Chefe de Departamento	2025/2026	

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 08 de julho de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 04 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:8E501F76

GABINETE
PORTARIA Nº 844, DE 04 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a aquisição de estabilidade dos servidores aprovados em avaliação realizada nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1165/2008, resolve:

Art. 1º Considerar estável, nos termos do Art. 41, § 4º da Constituição Federal, o (a) servidor(a) abaixo relacionado(a), conforme relatório da Comissão de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório, designada pelo Decreto Municipal n.º 4900/2026:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Matrícula	Nome	Cargo	Nível Anterior	Nível Atual
101371/1	Solange Aparecida Ramos Gonçalves da Silva	Técnico em Enfermagem	3-II-1-A	3-II-1-B

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de agosto de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR,04 de agosto de 2026

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:0DDAE77D

GABINETE
PORTARIA Nº 845/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o processo n° 26676/2026 , resolve:

SUSPENDER

Art.1° Do servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Obras, **14 (quatorze) dias de férias**, a contar de 29 de julho a 11 de agosto de 2026, concedidas pela portaria 625/2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
101322/1	Gustavo Henrique Machado Costa	Pintor	2024/2025	

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos no dia 29 de julho de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 04 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:DFD6AAB2

GABINETE
PORTARIA Nº 846/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

CONCEDER

Art.1º LICENÇA PATERNIDADE, ao servidor público abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o Artigo n° 110, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo Pericial expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
101809/1	Fernando Henrique Kindinger	Auxiliar de Administração	24/07/2026 a 07/08/2026 (15 dias)	Sim

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 24 de julho de 2026, revogando as disposições em contrário.

Matinhos, PR, 05 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:0CFF6133

GABINETE
PORTARIA Nº 847/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

CONCEDER

Art. 1º LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
75884/1	Fabiola Costa Armstrong Waiss	Cozinheiro/Merendeira	31/07/2026 A 28/10/2026 (90) Dias	Não

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 31 de julho de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 05 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:EDD8D365

GABINETE
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO PORTARIA Nº 828/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

CONCEDER

Art. 1° LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
82058/1	Andrea Cristina Motta de Macedo	Professor de Educação Física	03/08/2026 A 01/10/2026 (60) dias	Sim
82058/2	Andrea Cristina Motta de Macedo	Professor de Educação Física	03/08/2026 A 01/10/2026 (60) dias	Sim

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 03 de agosto de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 29 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:335933B7

GABINETE
REPUBLICAR POR INCORREÇÃO DECRETO N.º 5151/2026

O Prefeita do Município de Matinhos, Estado do Paraná, em exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao processo protocolado sob n.º 20888/2026, decreta a:

APOSENTADORIA
Art. 1º Fica concedida à(o) servidor(a) GICELLI PETRINI DA SILVA BRUNKHORST, portador(a) da C. I. R. G. n.º 6.115.743-3 /SESP-II-PR, inscrito(a) no CPF sob n.º 019.102.889-42, matrícula 51268/1, cargo de Professor, nível D3, classe X, Grupo Ocupacional Magistério, a Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, com Provento Integral - Com Paridade, Última Remuneração, de acordo com o disposto no artigo 6º da EC 41/03 - Prof. Educação Infantil, Fundamental e Médio.
Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria, o valor constante na planilha de cálculo de proventos de R$ 7.458,56.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2026.

Matinhos, 31 de julho de 2026.

EDUARDO ANTÔNIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:112287AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 099/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$2.403.761,98 (dois milhões quatrocentos e três mil setecentos sessenta e um reais noventa e oito centavos).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 18/08/2026 às 09h00min
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS, COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESA (ME), MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E 75% AMPLA CONCORRÊNCIA.
DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS:
licitacao@matinhos.pr.gov.br
CONTATOS Telefone: 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:45D4EB27

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - INEXIGIBILIDADE Nº 020/2026

EXTRATO DE CONTRATO

INEXIGIBILIDADE Nº 020/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

CNPJ Nº: 34.028.316/0020-76

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DOS CORREIOS MEDIANTE ADESÃO AO TERMO DE CONDIÇÕES COMERCIAIS E ANEXOS, QUANDO CONTRATADOS SERVIÇOS ESPECÍFICOS, QUE PERMITE A COMPRA DE PRODUTOS E UTILIZAÇÃO DOS DIVERSOS SERVIÇOS DOS CORREIOS POR MEIO DOS CANAIS DE ATENDIMENTO DISPONIBILIZADOS

VALOR TOTAL: R$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses após a data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 14/07/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:78284B98

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE Nº 039/2026

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE Nº 039/2026, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A EMPRESA COPRULI COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DO LITORAL

O MUNICÍPIO DE MATINHOS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Pastor Elias Abrahão, nº 22, inscrito no CNPJ nº 76.017.466/0001-61, representado neste ato pelo Exmo Prefeito Municipal Sr. Eduardo Antonio Dalmora, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador do RG nº 13268215 SESP/PR e CPF sob nº 337.613.459-68, resolve apostilar o Contrato nº 035/2026, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RETIFICAÇÃO DO ERRO MATERIAL
Fica retificado, exclusivamente por erro material de digitação na planilha quantitativa do Contrato, o quantitativo do item abaixo especificado, sem que isso implique em qualquer alteração no valor unitário ou no valor total contratado, conforme segue:

•
Onde se lê:
LIMÃO TAHITI DE PRIMEIRA QUALIDADE... | Unidade: KG | Quantitativo: 1.200 | Valor Unitário: R$ 5,15 | Valor Total: R$ 5.150,00

•
Leia-se:
LIMÃO TAHITI DE PRIMEIRA QUALIDADE... | Unidade: KG | Quantitativo: 1.000 | Valor Unitário: R$ 5,15 | Valor Total: R$ 5.150,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato ora apostilado, não alteradas por este termo.

Subscrevo o presente Termo de Apostilamento para que surtam seus efeitos legais.

Matinhos, 04 de agosto de 2026.

Município de Matinhos
EDUARDO ANTÔNIO DALMORA
CPF nº 337.613.459-68
Prefeito

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:F7D51574

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 020/2026

A Prefeito Municipal em exercício de Matinhos AUTORIZA a Inexigibilidade nº 020/2026 que prevê a CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DOS CORREIOS MEDIANTE ADESÃO AO TERMO DE CONDIÇÕES COMERCIAIS E ANEXOS, QUANDO CONTRATADOS SERVIÇOS ESPECÍFICOS, QUE PERMITE A COMPRA DE PRODUTOS E UTILIZAÇÃO DOS DIVERSOS SERVIÇOS DOS CORREIOS POR MEIO DOS CANAIS DE ATENDIMENTO DISPONIBILIZADOS, pela empresa EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, inscrita no CNPJ Nº 34.028.316/0020-76 no valor de R$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil), com base no Art. 74, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/21 e suas alterações, de acordo com o parecer jurídico proferido pela Procuradoria Jurídica do Município.

Matinhos, 14 de julho de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito de Matinhos

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:107B3197

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA 001/2026 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CMDPI 10/02/2026

ATA 001/2026 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI. Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis (10/02/2026), às dez horas (10h00), realizou-se reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Matinhos – CMDPI. Sob a presidência da Vice-Presidente, Sra. Islândia Caterina de Campos, que assumiu os trabalhos em virtude da ausência da Sra. Zenaide, deu-se início à reunião. Estiveram presentes os conselheiros e convidados: Sandra Aparecida Rodrigues (Secretaria de Assistência Social); Rosilene Leite (Secretaria de Assistência Social); Elias Gomes da Silva (Secretaria de Saúde); Patrícia G. Sotto-Maior (AMPEC); Édina Mara Tozetti (Instituto O Pai me Adotou); Maria Loudes Neves (Associação Vila Nova); Antônio A. Stival (Beira Mar); Zoelita Ramos (Beira Mar); Ivo Mendes Jr. (Secretaria Municipal de Planejamento); e Fabio Leandro Armindo (Secretário Executivo). A pauta principal tratou da prestação de contas dos recursos estaduais referentes ao período anual de 2024 (Deliberação 019/2023; e Deliberação 024/2023 - Viaja Mais 60). A Sra. Sandra e o Sr. Ivo esclareceram que os recursos encontram-se em conta bancária, devidamente aplicados e rendendo juros, uma vez que não foram executados em gestões anteriores. O saldo do incentivo ao CCI, exemplificado na reunião, iniciou com R$ 50.000,00 e fechou o exercício de 2024 com R$ 54.336,42. Discutiu-se a necessidade imediata de licitação para a compra de mobiliário (R$ 25.000,00) e execução dos recursos de viagens (aproximadamente R$ 160.000,00 acumulados). O Conselho debateu a importância de resgatar idosos em situação de vulnerabilidade (cadastrados no BPC e Bolsa Família) para os projetos de convivência e lazer. Houve consenso de que as respostas ao sistema estadual devem indicar que a execução "não se aplica" para o período passado, a fim de garantir a permanência da verba para execução neste semestre. Os conselheiros manifestaram preocupação com o histórico de devolução de verbas e cobraram rigor no acompanhamento técnico. O Plenário aprovou por unanimidade a prestação de contas dos saldos existentes, com a ressalva obrigatória de que a Secretaria de Assistência Social apresente o Plano de Aplicação detalhado. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual eu, Fabio Leandro Armindo - Secretário Executivo do CMDPI, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Matinhos – PR, 10 de fevereiro de 2026.

Assinaturas:

_____
Sandra A. Rodrigues

_____
Rosilene Leite

_____
Elias G. da Silva

_____
Patrícia G. Sotto-Maior

_____
Édina M. Tozetti

_____
Maria L. Neves

_____
Antônio A. Stival

_____
Zoelita Ramos

_____
Ivo Mendes Jr.

_____
Islândia C. de Campos
Vice Presidente do CMDPI

_____
Fabio Leandro Armindo
Secretário Executivo do CMDPI

Publicado por:
Fabio Leandro Armindo
Código Identificador:131D8F33

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA 002/2026 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CMDPI 11/03/2026

ATA Nº 002/2026 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI. Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, (11/03/2026) realizou-se a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, com início às 10h45 e término às 11h50, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social. Estiveram presentes os seguintes membros: Zenaide A. de Oliveira Franco, Presidente; Islândia C. de Campo, Vice-Presidente (CMP); Sandra A. Rodrigues, Secretaria de Assistência Social; Rosilene L. Corrêa, Secretaria de Assistência Social; Lorize Quintino, Secretaria de Educação; Elias Gomes da Silva, Secretaria de Saúde; Patrícia G. Sotto Maior, representante da AMPEC; Édna Mara Toretti, representante da entidade O Pai Me Adotou; Nívea Gurski, representante da Pastoral do Idoso; Fábio Leandro Armindo, Secretário Executivo. Participaram ainda como visitantes Verônica Pieczkoski, representante da Ecovibe Turismo; Zoelita M. Ramos, representante da Associação Beira Mar; e como convidado Antonio A. Stival, representante da Associação Beira Mar. A presidente deu início à reunião agradecendo a presença de todos. Dando início aos trabalhos, foi apresentada a pauta referente ao Plano de Ação do Incentivo ao Projeto Viaja Mais 60 – terceira fase, informando que o município foi contemplado com o valor de R$50.000,00 (cinquenta mil reais) para execução da nova etapa do programa. Foi esclarecido que já existem recursos das primeira e segunda fases, os quais haviam sido reprogramados anteriormente para evitar a perda dos valores. A equipe técnica informou que foi realizado contato com a Secretaria Estadual da Pessoa Idosa para verificar a possibilidade de unificação dos recursos das três fases, permitindo a realização de um único processo licitatório e

possibilitando a organização de uma viagem mais estruturada para os idosos participantes. Durante a discussão, conselheiros levantaram questionamentos quanto ao destino da viagem, sendo mencionado anteriormente o município de Francisco Beltrão, conforme registros de reuniões passadas. No entanto, alguns membros manifestaram preocupação quanto à distância e às condições físicas dos idosos, sugerindo a análise de locais mais próximos e com melhor acessibilidade. Foi também apresentada a estimativa de participação de aproximadamente 150 idosos, incluindo técnicos acompanhantes, considerando os critérios estabelecidos pelo programa estadual, priorizando idosos em situação de vulnerabilidade social e renda de até dois salários mínimos. Após as discussões, foi colocada em votação a aprovação do aceite do recurso de R$50.000,00 referente à terceira fase do Programa Viaja Mais 60, sendo o mesmo aprovado pelo Conselho. Em seguida, foi colocada em votação a unificação dos recursos das três fases do programa, com o objetivo de viabilizar uma única viagem com melhor estrutura. A maioria dos conselheiros votou favorável à unificação dos recursos, registrando-se que a conselheira Édna Mara Toretti optou por abster-se da votação, manifestando que sua principal preocupação estava relacionada à definição prévia do destino da viagem. Na sequência, foi apresentada outra pauta referente ao Programa Cuida Mais – Promoção do Envelhecimento Ativo, com recurso no valor de R$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) destinado ao custeio de materiais para atividades físicas, esportivas e cognitivas voltadas à população idosa. Foi esclarecido que os recursos serão utilizados para aquisição de materiais de apoio, tais como bolas, pesos, redes, fitas de marcação, bastões, cordas, colchonetes e outros itens necessários para oficinas e atividades desenvolvidas com os idosos, especialmente no Centro de Convivência do Idoso – CCI. Após os esclarecimentos, o Conselho deliberou e aprovou por unanimidade a utilização do recurso. Durante os informes finais, destacou-se a importância da capacitação dos conselheiros, visando fortalecer o conhecimento sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, legislação vigente e organização da rede de atendimento, envolvendo Assistência Social, CRAS, CREAS, Saúde, Educação e demais setores. Ressaltou-se ainda a necessidade de acompanhamento e fiscalização dos equipamentos e serviços voltados à pessoa idosa, com visitas periódicas por parte do Conselho para verificar o funcionamento e a manutenção dos espaços. Foi informado também que, com a retomada das atividades nos centros de convivência, será fundamental registrar a frequência dos idosos, pois esses dados são utilizados pelos sistemas governamentais para cálculo e repasse de novos recursos destinados às atividades e serviços voltados à pessoa idosa. Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 11h50. Eu, Fábio Leandro Armindo, Secretário Executivo, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Matinhos – PR, 11 de março de 2026.

Assinaturas:

_____
Sandra A. Rodrigues

_____
Rosilene Leite

_____
Elias G. da Silva

_____
Patrícia G. Sotto-Maior

_____
Édna M. Tozetti

_____
Lorize Quintino da Silva

_____
Antônio A. Stival

_____
Zoelita Ramos

_____
Nívea C. Gurski

_____
Verônica Pieczkoski

_____
Zenaide A. de Oliveira Franco
Presidente do CMDPI

_____
Islândia C. de Campos
Vice Presidente do CMDPI

_____
Fabio Leandro Armindo
Secretário Executivo do CMDPI

Publicado por:
Fabio Leandro Armindo
Código Identificador:57339858

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA 003/2026 REUNIÃO ORDINÁRIA CMDPI 08/05/2026

ATA Nº 003/2026 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI. Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, (08/05/2026) realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, com início às 10h05 e término às 10h50, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social. Estiveram presentes os seguintes membros: Zenaide A. de Oliveira Franco, Presidente; Rosilene L. Corrêa, Secretaria de Assistência Social; Lorize Quintino, Secretaria de Educação; Anna Paula Overnei, Secretaria de Saúde; Patrícia G. Sotto Maior, representante da AMPEC; Édna Mara Toretti, representante da entidade O Pai Me Adotou; Marcus V. Lobo, representante da Conf. Br. de Xadrez Escolar; Maria de L. Neves, representante Assoc. de Moradores Vila Nova; Fábio Leandro Armindo, Secretário Executivo. Participaram ainda como ouvintes Marisa Merces, Vera L. C. Fernandes e Sirlei H. Hey, representante 60+ em ação; Zoelita M. Ramos e Antônio Stival, representante da Associação Beira Mar; Cassiana N. Tavares, representante da IPA. A Presidente deu início à reunião agradecendo a presença de todos os participantes e destacou que a reunião seria objetiva em razão dos compromissos dos presentes. Na sequência, informou que a pauta referente ao andamento dos Centros de Convivência do Idoso – CCIs seria inicialmente postergada, tendo em vista que a servidora responsável encontrava-se em reunião externa no momento, podendo participar posteriormente caso houvesse possibilidade. Em seguida, passou-se à pauta referente aos esclarecimentos sobre denúncias recebidas por meio do Disque 100. A Presidente informou que todas as denúncias encaminhadas ao Conselho vêm sendo devidamente registradas e encaminhadas aos órgãos competentes conforme a natureza de cada caso, destacando que muitas situações envolvem violações graves de direitos da pessoa idosa, motivo pelo qual os procedimentos tramitam sob sigilo. Explicou que as denúncias são direcionadas à rede competente, incluindo Secretaria de Saúde, Guarda Municipal, Ministério Público e demais órgãos responsáveis, sendo posteriormente acompanhadas pelo Conselho por meio de ofícios expedidos pelo Secretário Executivo. A Presidente ressaltou ainda que o trabalho do Conselho não se limita às reuniões e atividades externas, abrangendo também o acompanhamento de diversas demandas relacionadas à garantia de direitos da pessoa idosa. Informou que existe um número expressivo de denúncias registradas, envolvendo situações de abandono, negligência, violência, abuso e demais violações, porém sem divulgação de nomes ou informações sigilosas. Com a palavra, a conselheira Edna manifestou preocupação quanto à necessidade de maior transparência e compartilhamento de informações entre os membros do colegiado acerca do andamento das denúncias recebidas. Destacou que os conselheiros são frequentemente procurados pela comunidade para esclarecimentos sobre situações envolvendo idosos e, embora não seja necessária a identificação das pessoas envolvidas, entende ser importante que o Conselho tenha conhecimento dos encaminhamentos realizados, quantitativos e tipologias das denúncias, possibilitando melhor orientação à população e acompanhamento das políticas públicas. Na sequência, foram discutidas questões relacionadas ao funcionamento dos Centros de Convivência do Idoso – CCI. A Presidente informou, com base em informações preliminares recebidas informalmente, que o CCI do Tabuleiro estaria em funcionamento, que a unidade do Bom Retiro encontrava-se em fase final para inauguração e que a unidade do Balneário permanecia temporariamente paralisada. Contudo, durante as discussões, foi esclarecido pelos presentes que o CCI do Tabuleiro ainda não se encontrava efetivamente em funcionamento, sendo registrado que as informações oficiais acerca da situação das unidades deverão ser

posteriormente apresentadas ao Conselho pelo setor responsável. Durante as discussões, a conselheira Édna relatou que atualmente mantém acolhido em sua instituição um idoso em situação de vulnerabilidade, o qual necessita de encaminhamento para Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI. Durante sua fala, a conselheira também enfatizou a necessidade de o município avançar na estruturação de políticas públicas voltadas ao acolhimento institucional da pessoa idosa, mencionando a dificuldade de acesso a vagas em instituições de outros municípios e a crescente demanda por esse tipo de atendimento em razão do envelhecimento da população. A conselheira defendeu que o Conselho, juntamente com a Secretaria Municipal de Assistência Social e demais órgãos da rede, busque alternativas para ampliação de convênios e futura implantação de uma instituição de acolhimento no município, visando fortalecer a proteção e garantia de direitos da pessoa idosa. Dando continuidade às discussões, foi debatida a necessidade de levantamento e sistematização de dados relacionados às violações de direitos da pessoa idosa no município. A conselheira Rosilene informou que se comprometeria a buscar informações junto ao CREAS e também verificar como funciona o sistema do Disque 100, especialmente quanto à existência de boletins informativos ou dados estatísticos setorizados por município, a fim de auxiliar o Conselho na compreensão do panorama local das denúncias. Na sequência, a Presidente retomou a pauta referente à viagem destinada às pessoas idosas do município. Informou que, após reunião extraordinária realizada com representantes dos Centros de Convivência do Idoso – CCIs, foi constatado que o número de idosos aptos e interessados na viagem encontra-se abaixo do quantitativo inicialmente previsto. Relatou que o programa previa o atendimento de aproximadamente 150 idosos, porém, após levantamentos realizados pelas equipes responsáveis, havia naquele momento cerca de 69 participantes confirmados. Durante as discussões, os conselheiros debateram as dificuldades relacionadas aos critérios exigidos pelo programa, especialmente quanto à renda, documentação, atualização cadastral e necessidade de inscrição junto ao Cadastro Único. Também foi esclarecido que os recursos recebidos para a realização da viagem possuem quantitativo mínimo de participantes previamente estipulado, o que poderia inviabilizar a execução parcial da proposta sem autorização do órgão financiador. A conselheira Edna questionou a possibilidade de fracionamento da viagem, sugerindo que os recursos fossem utilizados para realização de duas viagens menores, evitando assim a perda total do recurso disponível. Ficou deliberado que o Conselho buscará solicitar informações técnicas aos órgãos competentes acerca da quantidade de vagas atualmente disponíveis para acolhimento institucional, bem como dados gerais e estatísticos referentes às denúncias recebidas, preservando-se o sigilo das informações pessoais dos envolvidos. Deliberou-se também pelo encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social solicitando informações acerca das vagas atualmente existentes para acolhimento institucional de pessoas idosas, possibilidades de ampliação de convênios e informações relativas ao andamento da viagem destinada aos idosos do município. Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 10h50. Eu, Fábio Leandro Armindo, Secretário Executivo, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Matinhos – PR, 08 de maio de 2026.

Assinaturas:

_____
Rosilene Leite

_____
Anna Paula Overnei

_____
Patrícia G. Sotto-Maior

_____
Édna M. Tozetti

_____
Lorize Quintino da Silva

_____
Antônio A. Stival

_____
Zoelita Ramos

_____
Maria de L. Neves

_____
Zenaide A. de Oliveira Franco
Presidente do CMDPI

_____
Fabio Leandro Armindo
Secretário Executivo do CMDPI

Publicado por:
Fabio Leandro Armindo
Código Identificador:AADCCD16

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA 004/2026 REUNIÃO ORDINÁRIA CMDPI 28/05/2026

ATA Nº 004/2026 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI. Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, (28/05/2026) realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, com início às 10h05 e término às 10h50, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social. Estiveram presentes os seguintes membros: Zenaide A. de Oliveira Franco, Presidente; Rosilene L. Corrêa, Secretaria de Assistência Social; Lorize Quintino, Secretaria de Educação; Franciele da Silva Passoni, representante da AMPEC; Maria de L. Neves, representante Assoc. de Moradores Vila Nova; Nívia Carraro Gurski, representante da Pastoral do Idoso; Fábio Leandro Armindo, Secretário Executivo. Participaram ainda como ouvintes Marisa Merces e Neusa Vieira Alves, representante 60+ em ação; Cecilia K. C. Gentel, representante da Casa da Cultura; Verônica Pieczkoski, representante da CMP/UFPR. A Presidente deu início à reunião agradecendo a presença de todos os participantes, destacando a importância da participação das entidades e representantes da sociedade civil nas discussões e deliberações do Conselho. Antes do início das pautas, o Secretário Executivo, Sr. Fábio Leandro Armindo, apresentou a ata da reunião anterior para apreciação e assinatura pelos conselheiros presentes, sendo a mesma aprovada e deliberada pelo colegiado sem ressalvas. Na sequência, passou-se à pauta referente aos esclarecimentos sobre as denúncias recebidas por meio do Disque 100. A Presidente informou que o tema vinha sendo constantemente questionado nas reuniões anteriores e, por esse motivo, concedeu a palavra à Sra. Rosilene, para apresentação dos esclarecimentos acerca dos procedimentos adotados pela rede socioassistencial. A Sra. Rosilene informou que a conselheira Edna havia justificado ausência em razão de consulta médica, mas que anteriormente havia solicitado esclarecimentos sobre os encaminhamentos das denúncias realizadas junto ao Disque 100. Relatou que buscou compreender o fluxo de funcionamento do sistema junto ao site oficial do canal e também ao setor de Vigilância Socioassistencial, recentemente implantado no município, responsável pelo monitoramento das vulnerabilidades sociais, levantamento de demandas e acompanhamento dos serviços ofertados. Informou que, em levantamento realizado junto ao CREAS, inicialmente haviam sido identificadas 22 denúncias, sendo posteriormente atualizado o quantitativo para 29 denúncias, conforme levantamento realizado pelo Secretário Executivo. Explicou que cada denúncia gera um número de protocolo, tendo em vista o envolvimento de dados sensíveis e sigilosos, contendo informações pessoais, endereços e situações particulares das famílias envolvidas. Destacou que o Disque 100 funciona como canal aberto de denúncias, podendo ser acessado por qualquer cidadão, inclusive de forma anônima, e que, após o recebimento da denúncia, o sistema encaminha as informações aos órgãos competentes conforme a natureza da situação identificada. Esclareceu ainda que as denúncias encaminhadas ao CREAS não representam necessariamente o total de denúncias existentes, pois algumas seguem diretamente para órgãos de investigação, como a Delegacia de Polícia. A Sra. Rosilene destacou que os serviços da assistência social não possuem caráter investigativo, mas atuam por meio de acolhimento, escuta qualificada, visitas domiciliares, busca ativa e articulação em rede. Explicou que, ao receber um protocolo, o CREAS realiza procedimentos de aproximação e verificação da situação, muitas vezes contando com apoio de profissionais da saúde, educação e demais setores da rede de proteção social. Ressaltou que as abordagens são realizadas com cautela, respeitando a privacidade e os direitos das famílias atendidas,

considerando que muitas situações envolvem vulnerabilidades complexas, dependência familiar, medo por parte da pessoa idosa e até contextos de violência, negligência, exploração financeira ou ameaça. Durante os esclarecimentos, foi explicado que, quando identificadas situações de vulnerabilidade, o CREAS realiza acompanhamento familiar e orientação contínua, buscando preservar os vínculos familiares e garantir a proteção da pessoa idosa. Também foi ressaltada a importância da articulação da rede intersetorial para construção de estratégias de intervenção adequadas, especialmente em situações de maior complexidade social. Durante o debate, a Sra. Maria compartilhou experiência positiva enquanto voluntária na Casa São Vicente de Paulo, em Paranaguá. Na sequência, os participantes discutiram a ausência de equipamentos públicos municipais específicos para acolhimento institucional de idosos em Matinhos, sendo esclarecido que o município atualmente atua mediante convênios com instituições especializadas, considerando o alto custo operacional desse tipo de serviço. Posteriormente, o Secretário Executivo apresentou comunicado encaminhado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDIPI, referente à disponibilização de formulário eletrônico voltado aos conselheiros municipais, com objetivo de identificar demandas, necessidades formativas e temas relevantes para subsidiar futuras ações de capacitação e fortalecimento dos Conselhos da Pessoa Idosa no Estado do Paraná. Na sequência, voltou-se a discutir a pauta referente à viagem destinada às pessoas idosas do município, assunto já debatido em reuniões anteriores. A Presidente informou que recebeu atualização da Secretaria Municipal de Assistência Social, relatando que os procedimentos administrativos e burocráticos para organização da viagem encontram-se em andamento, incluindo levantamento documental, contatos com os participantes e demais providências necessárias. Durante os debates, foram levantados questionamentos acerca dos critérios utilizados para seleção dos participantes da viagem. Representantes da sociedade civil manifestaram preocupação quanto à limitação do número de vagas e defenderam maior transparência e ampliação do acesso, considerando o grande número de pessoas idosas existentes no município. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu novamente a presença de todos e encerrou a reunião às 10h50. Em razão da ausência de quórum regimental, a reunião teve caráter exclusivamente informativo, não havendo deliberações formais por parte do colegiado. Eu, Fábio Leandro Armindo, Secretário Executivo, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Matinhos – PR, 28 de maio de 2026.

Assinaturas:

_____
Rosilene Leite Corrêa

_____
Nívea Carraro Gusrski

_____
Franciele da Silva Passoni

_____
Verônica Pieczkoski

_____
Lorize Quintino da Silva

_____
Marisa Merces

_____
Neusa Vieira Alves

_____
Maria de L. Neves

_____
Cecilia K. C. Gentel

_____
Zenaide A. de Oliveira Franco
Presidente do CMDPI

_____
Fabio Leandro Armindo
Secretário Executivo do CMDPI

Publicado por:
Fabio Leandro Armindo
Código Identificador:1D2F4118

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA 005/2026 REUNIÃO ORDINÁRIA CMDPI 19/06/2026

ATA Nº 005/2026 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI. Aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, (19/06/2026) realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, com início às 10h15 e término às 11h20, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social. Estiveram presentes os seguintes membros: Eunice Viganó Dalmora, Secretária da Secretaria de Assistência Social; Islândia C. de Campos, Vice Presidente; Sandra A. Rodrigues e Rosilene L. Corrêa, Secretaria de Assistência Social; Lorize Quintino, Secretaria de Educação; Patrícia G. S. Maior, representante da AMPEC; Maria de L. Neves, representante Assoc. de Moradores Vila Nova; Nívia Carraro Gurski, representante da Pastoral do Idoso; Anna P. Overnei, representante da Secretaria de Saúde; Fábio Leandro Armindo, Secretário Executivo. Participaram ainda como ouvintes Zoelita Ramos e Antônio A. Stival, representante Associação Beira Mar. A Presidente deu início à reunião agradecendo a presença de todos os participantes e destacando a importância da participação das entidades e representantes da sociedade civil nas discussões e deliberações do Conselho. Antes do início das pautas, o Secretário Executivo apresentou a ata da reunião anterior para apreciação e assinatura pelos conselheiros presentes, sendo esta aprovada pelo colegiado sem ressalvas. Em seguida, a Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. Eunice Viganó Dalmora, fez breves comunicados iniciais, esclarecendo os encaminhamentos referentes às viagens destinadas às pessoas idosas, informando a reabertura dos Centros de Convivência de Idosos (CCIs) que ainda se encontravam fechados e apresentando a Sra. Natane de Borba como nova coordenadora Geral dos três Centros de Convivência das Pessoas Idosas do município. Na oportunidade, desejou sucesso à nova coordenadora no desenvolvimento das atividades junto à população idosa. Também convidou os presentes para participarem da missa de abertura da festa do padroeiro do município. Na sequência, a Presidente passou a palavra à conselheira Sandra A. Rodrigues para apresentação da Deliberação nº 019/2026, referente ao Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI. Foi informado que o município poderá pleitear recurso no valor de R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para execução das ações previstas no programa, destinadas à promoção da educação permanente, inclusão social e fortalecimento dos direitos da pessoa idosa. Esclareceu-se que os recursos poderão ser utilizados para aquisição de materiais pedagógicos, materiais gráficos, contratação de serviços e alimentação relacionada às atividades do programa, sendo vedada sua utilização para obras, investimentos, manutenção predial ou pagamento de servidores municipais. Também foi informado que o programa atenderá 40 pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos, sem exigência de escolaridade mínima, contemplando atividades voltadas à saúde, direitos da pessoa idosa, inclusão digital, atividade física, cultura, empreendedorismo, lazer e convivência comunitária. Durante a apresentação, foram prestadas informações sobre o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, destacando-se a importância da adesão do município ao programa, uma vez que a obtenção do selo possibilita o acesso a novos recursos e programas voltados à população idosa. Após os esclarecimentos, a Presidente colocou em votação a adesão ao Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI, o Termo de adesão e a aprovação do respectivo Plano de Trabalho, sendo a proposta aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. Dando continuidade à reunião, foram apresentados informes sobre as ações de turismo social voltadas às pessoas idosas do município. Foi informado que a primeira viagem será realizada por meio do Programa Viaja Mais Paraná 60+, contemplando um passeio de trem pela Serra do Mar Paranaense, com transporte, alimentação e demais serviços necessários inclusos para os participantes. Também foram apresentadas informações sobre outra proposta de viagem, viabilizada por recurso oriundo de emenda parlamentar no valor de R$100.000,00 (cem mil reais), destinada à realização de atividades de turismo social para pessoas idosas do município. Foram prestados esclarecimentos acerca dos critérios de participação, da necessidade de apresentação de atestado médico pelos participantes e do acompanhamento por profissionais e equipe de apoio durante toda a viagem, visando garantir a segurança e o bem-estar dos idosos. Nos informes gerais, foram debatidas situações

relacionadas à proteção e garantia dos direitos da pessoa idosa, especialmente casos de vulnerabilidade social e possíveis violações de direitos. Os representantes da assistência social, da saúde e da assessoria jurídica esclareceram os procedimentos adotados pela rede de proteção, ressaltando a importância da atuação integrada entre os serviços públicos e o respeito à autonomia da pessoa idosa quando preservada sua capacidade de decisão. Também foi destacada a necessidade do fortalecimento das ações intersetoriais para atendimento das demandas sociais e de saúde da população. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 11h20. Eu, Fábio Leandro Armindo, Secretário Executivo do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais conselheiros presentes. Matinhos, 19 de junho de 2026.

Assinaturas:

_____
Eunice Viganó Dalmora

_____
Sandra A. Rodrigues

_____
Rosilene Leite Corrêa

_____
Nívea Carraro Gurski

_____
Zelita Ramos

_____
Lorize Quintino da Silva

_____
Anna P. Overnei

_____
Patrícia G. S. Maior

_____
Maria de L. Neves

_____
Antônio A. Stival

_____
Islândia C. De Campos
Vice Presidente do CMDPI

_____
Fabio Leandro Armindo
Secretário Executivo do CMDPI

Publicado por:
Fabio Leandro Armindo
Código Identificador:EB8C64B0

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA 006/2026 REUNIÃO ORDINÁRIA CMDPI 31/07/2026

ATA Nº 006/2026 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI. Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, (31/07/2026) realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, com início às 10h15 e término às 11h20, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social. Estiveram presentes os seguintes membros: Zenaide A. de Oliveira Franco, Presidente; Sandra A. Rodrigues e Rosilene L. Corrêa, Secretaria de Assistência Social; Lorize Quintino, Secretaria de Educação; Maria de L. Neves, representante Assoc. de Moradores Vila Nova; Dirce do Nascimento e Edmilson A. Mesquita, Sec de Seg. e Trânsito; Fábio Leandro Armindo, Secretário Executivo. Participaram ainda como ouvintes Zoelita Ramos, representante da Associação Beira Mar. A Presidente deu início à reunião agradecendo a presença de todos os participantes e destacando a importância da participação das entidades e representantes da sociedade civil nas discussões e deliberações do Conselho. Antes do início das pautas, o Secretário Executivo apresentou a ata da reunião anterior para apreciação e assinatura pelos conselheiros presentes, sendo esta aprovada pelo colegiado sem ressalvas. Dando continuidade aos trabalhos, passou-se ao item Alinhamento das Atividades dos Centros de Convivência da Pessoa Idosa (CCI). A Presidente informou que membros do Conselho realizaram visita ao CCI do Balneário Gaivotas e do Bom Retiro, constatando que a estrutura encontra-se organizada e preparada para o início das atividades, destacando o empenho das equipes responsáveis e a importância do acompanhamento do Conselho como forma de apoio e fortalecimento das ações desenvolvidas. Na sequência, a conselheira Rosilene L. Corrêa apresentou informações sobre o planejamento das atividades dos Centros de Convivência, relatando que foi realizada reunião de alinhamento com coordenadores e educadores sociais recém-contratados, ocasião em que foram discutidos o planejamento inicial das ações, a organização logística, os materiais disponíveis e o fluxo de atendimento aos idosos. Esclareceu que cada unidade contará com educadores sociais vinculados aos respectivos CRAS, sendo que o acesso aos serviços ocorrerá mediante cadastro e avaliação das equipes de referência. Informou ainda que a previsão é de início das atividades durante o mês de agosto, tão logo sejam concluídos os últimos ajustes administrativos. Prosseguindo, foi realizada ampla explanação acerca da metodologia de trabalho que será desenvolvida nos Centros de Convivência, enfatizando que as atividades irão além das práticas recreativas, contemplando ações voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, estimulação cognitiva, oficinas de memória, prevenção ao isolamento social, incentivo à autonomia, atividades culturais, recreativas e físicas, bem como o desenvolvimento de estratégias de prevenção ao declínio cognitivo, incluindo ações de resgate da memória afetiva, utilização de músicas, fotografias, jogos, rodas de conversa e demais práticas que favoreçam o envelhecimento ativo e saudável. Também foi ressaltada a importância da capacitação permanente dos educadores sociais para qualificar o atendimento prestado aos idosos. Durante os debates, foram discutidas estratégias para ampliar a participação dos idosos em situação de vulnerabilidade e isolamento social, especialmente beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), reforçando-se a necessidade de ações de acolhimento e inclusão, sem distinção de condição econômica, em observância ao Estatuto da Pessoa Idosa. Também foi destacada a importância da atuação integrada entre CRAS, agentes comunitários de saúde, Conselho e comunidade para identificar idosos que ainda não participam das atividades e convidá-los a integrar os serviços ofertados pelos Centros de Convivência. Foi esclarecido que, para participação nas atividades dos Centros de Convivência e nas viagens promovidas pelo Programa Viaja Mais 60 Paraná, será necessário o cadastramento junto ao CRAS competente e a apresentação de atestado médico que comprove aptidão para participação nas atividades físicas propostas. Informou-se ainda que está sendo estudada, pela Secretaria Municipal de Saúde, a possibilidade de realização de mutirão específico para emissão dos referidos atestados médicos, considerando a dificuldade enfrentada por muitos idosos para obtenção de consultas médicas. Em seguida, foi prestado esclarecimento acerca do Programa Viaja Mais 60 Paraná. A Presidente informou que os atos administrativos necessários já foram publicados, restando apenas a conclusão dos trâmites financeiros para confirmação definitiva da viagem, prevista para os dias 21 e 22 de agosto de 2026, destacando que o projeto representa importante conquista para o município. Nos assuntos gerais, o Secretário Executivo apresentou informações sobre a adesão do Município ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa (PAPI), informando que, após a formalização da adesão pelo Poder Executivo, será constituído comitê gestor responsável pela elaboração do diagnóstico e do plano de ações do programa. Explicou que o Conselho terá papel relevante no mapeamento da rede municipal de proteção à pessoa idosa, especialmente na identificação e cadastramento de grupos formais e informais existentes no município, mesmo aqueles sem personalidade jurídica, visando integrá-los ao Cadastro Estadual da Rede de Atenção à Pessoa Idosa (CERAPI). Solicitou aos conselheiros ampla divulgação do formulário disponibilizado pelo Estado, para que o maior número possível de grupos seja identificado e cadastrado. Na oportunidade, foram apresentados os novos representantes da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito junto ao Conselho, os conselheiros Dirce do Nascimento e Edmilson A. Mesquita. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 11h20. Eu, Fábio Leandro Armindo, Secretário Executivo do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais conselheiros presentes. Matinhos, 19 de junho de 2026.
Assinaturas:

Sandra A. Rodrigues

Rosilene Leite Corrêa

Zelita Ramos

Lorize Quintino da Silva

Maria de L. Neves

Zenaide A. De Oliveira Franco
Presidente do CMDPI

Fabio Leandro Armindo
Secretário Executivo do CMDPI

Publicado por:
Fabio Leandro Armindo
Código Identificador:ECA72A19

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
INCORREÇÃO À RESOLUÇÃO Nº 002/2026 – CMDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI
INCORREÇÃO À RESOLUÇÃO Nº 002/2026 – CMDPI

O **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Matinhos/PR,** no uso de suas atribuições legais,
Considerando a Resolução nº 002/2026 – CMDPI, publicada em 12 de março de 2026;
Considerando a Errata publicada em 24 de março de 2026;

Considerando a necessidade de incorreção da referida errata para adequação do conteúdo aprovado;

RESOLVE:

Art. 1º – Da Correção

Fica retificada a Errata à Resolução nº 002/2026 – CMDPI, publicada em 24 de março de 2026, passando a vigorar com a seguinte redação:

ONDE SE LÊ na Resolução nº 002/2026:
(Não consta previsão sobre aprovação de Termo de Adesão e Plano de Ação)

LEIA-SE:
Fica acrescido à Resolução nº 002/2026 que o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI também aprovou o Termo de Adesão e o respectivo Plano de Ação referente à DELIBERAÇÃO Nº 004/2026 – CEDIPI/PR – "Programa Viaja Mais 60 – Fase III", conforme deliberação em reunião extraordinária realizada no dia 11 de março de 2026, registrada em Ata nº 002/2026.

Art. 2º – Disposições Finais
Permanecem inalteradas as demais disposições da Resolução nº 002/2026 – CMDPI.

Esta Errata entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 27 de março de 2026.

ZENAIDE A. DE OLIVEIRA FRANCO
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Fabio Leandro Armindo
Código Identificador:AD9CBDC8

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 001/2026 - CMDPI

RESOLUÇÃO Nº 001/2026 CMDPI

Súmula: Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas dos Programas: Incentivo ao serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa Del. 019/2023". Período anual - 2024; "Incentivo de garantia de direitos à pessoa idosa - Centro de Convivência. Período anual - 2024"; "Incentivo Paraná Viaja Mais 60 Del. 024/2023. Período anual - 2024".

O **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Matinhos – CMDPI**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.561, de 14 de dezembro de 2023, e considerando a deliberação constante em Ata nº 001/2026 realizada em 10 de fevereiro de 2026.

CONSIDERANDO o Estatuto do Idoso o Art. 1º da lei 839/2003 em conformidade com a Lei Federal nº 8.842/94.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas dos Programas: Incentivo ao serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa Del. 019/2023". Período anual - 2024; "Incentivo de garantia de direitos à pessoa idosa - Centro de Convivência. Período anual - 2024"; "Incentivo Paraná Viaja Mais 60 Del. 024/2023. Período anual - 2024".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 10 de fevereiro de 2026.

ISLÂNDIA C. DE CAMPOS
Vice Presidente do CMDPI

Publicado por:
Fabio Leandro Armindo
Código Identificador:CDD78E71

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 003/2026 - CMDPI

RESOLUÇÃO 003/2026 - CMDPI

Dispõe sobre a aprovação da adesão ao Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI, do Termo de Adesão e do Plano de Trabalho do Município de Matinhos/PR.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE MATINHOS – CMDPI**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela legislação vigente, e conforme deliberado na 5ª Reunião Ordinária de 2026, realizada no dia 19 de junho de 2026; e

CONSIDERANDO a Deliberação nº 019/2026 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDIPI/PR, que dispõe sobre o Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI;

CONSIDERANDO a apresentação técnica realizada pela conselheira Sandra A. Rodrigues acerca do Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI;

CONSIDERANDO a análise deste colegiado sobre o impacto social do programa na promoção da educação permanente, inclusão social e fortalecimento dos direitos da pessoa idosa no município;

CONSIDERANDO a viabilidade técnica e financeira do Plano de Trabalho apresentado, que pleiteia o recurso de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) junto ao Governo do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO o parecer favorável emitido pelos conselheiros presentes, que atestaram a conformidade das metas de atendimento previstas para 40 (quarenta) pessoas idosas e a adequada previsão de aplicação dos recursos;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a adesão do Município de Matinhos ao Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI, instituído pelo Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI.

Art. 2º Aprovar o Termo de Adesão ao Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI.

Art. 3º Aprovar o Plano de Trabalho apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social para participação no Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa – UNAPI, visando o atendimento de 40 (quarenta) pessoas idosas do município.

Art. 4º Autorizar os encaminhamentos administrativos necessários para submissão da proposta junto ao Governo do Estado do Paraná, observadas as normas e critérios estabelecidos na Deliberação nº 019/2026 do CEDIPI/PR.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Matinhos, 19 de junho de 2026.

ISLÂNDIA C. DE CAMPOS
Vice Presidente do CMDPI

Publicado por:
Fabio Leandro Armindo
Código Identificador:57A87F57

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 270 2026 EXONERAR SERVIDOR EFETIVO POR FALECIMENTO - DAVI CORDEIRO

PORTARIA Nº 270/2026

SÚMULA – Exonera servidor efetivo por Falecimento.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

EXONERAR:

Artigo 1º - O Sr. **DAVI COREIRO**, portador da cédula de identidade civil nº 6.022.820-5 e inscrição no CPF nº 925.158.439-72, funcionário efetivo ocupante do cargo de "Auxiliar de Serviços Gerais", lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, admitido em 06/02/2006, sob matricula 200567, **por motivo de falecimento ocorrido dia 30/07/2026.**

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a **30/07/2026**, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico, 05 de agosto de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:30EBA239

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 017/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
EDITAL 017/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PATROCÍNIO DO 5º MARUMBI FESTIVAL

O MUNICÍPIO DE MORRETES, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 76.022.490/0001-99, com sede na Praça Rocha Pombo, nº 10, Bairro Centro, Morretes/PR, através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, vem por meio deste, selecionar e credenciar pessoas físicas ou jurídicas patrocinadora(s) ou copatrocinadora(s), **com o objetivo de oportunizar o recebimento de doações de bens e serviços, com fundamento no "Projeto Cidadão Patrocinador" para a realização do 5º Marumbi Festival**, nos termos do presente Edital.

01. DO OBJETIVO:

O presente edital tem por objetivo selecionar pessoas físicas ou jurídicas patrocinadoras ou copatrocinadoras que manifestem interesse em colaborar com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, **com o objetivo de oportunizar o recebimento de doações de bens e serviços pelo Município, com fundamento no "Projeto Cidadão Patrocinador" para a realização do 5º Marumbi Festival**, que será realizada nos dias 22 agosto a 23 de agosto de 2026, no Município de Morretes, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 25/2014, e Decreto Municipal n° 34/2021; sem prejuízo de outros normativos aplicáveis.

1.1 As pessoas físicas ou jurídicas selecionadas nos termos deste Edital celebrarão Termo de Patrocínio ou Copatrocínio com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, com base no Decreto Municipal nº 34/2021, no qual constará, especificamente, a forma de inserção do(s) nome(s) e/ou marca(s) de cada patrocinador nos materiais relacionados à promoção, divulgação e programação, bem como as demais contrapartidas estabelecidas entre as Partes para a viabilização do pretendido patrocínio, em conformidade com as especificações do Anexo III, do Decreto Municipal nº 34/2021.

1.2 O estabelecimento do patrocínio levará em conta o art. 14 e seguintes do Decreto Municipal n° 34/2021, em especial, os § 1º e § 2º, e *caput* do art. 17.

1.3 As doações de que trata este edital serão recebidas **exclusivamente** em forma de bens, materiais ou serviços, conforme o objeto deste Edital de Chamamento Público e serão destinados à promoção, organização e execução do 5º Marumbi Festival.

02. DAS CARACTERÍSTICAS DO EVENTO:

O **5º Marumbi Festival** oferecerá 20 (vinte) barracas de feirantes, palco, shows, e exposições de produtos locais, que atraem inúmeros moradores, visitantes e turistas até o Município.

Durante suas 04 (quatro) edições anteriores, o Marumbi Festival cumpriu um papel fundamental na ocupação do cenário cultural e da economia criativa da Cidade de Morretes, especialmente na região do Porto de Cima.

Para a edição do ano de 2026, o evento busca fortalecer e incentivar a comercialização de produtos turísticos, produtos artesanais, comercialização de alimentos e bebidas valorizando os pequenos produtores, fomentando a bioeconomia regional e toda sua cadeia de valor. A essência do 5º Marumbi Festival está alinhada com os princípios do desenvolvimento sustentável, que une conhecimentos tradicionais aos científicos e tecnológicos, buscando fomentar a criação de processos inovadores que gerem fontes de renda para a população Morretense.

Para tanto, a busca de patrocínio para o evento torna-se essencial para o sucesso nesta nova etapa, além de contribuir para a otimização do uso de recursos públicos municipais.

03. DO OBJETO DO PATROCÍNIO OU COPATROCÍNIO:

A PROPOSTA DE PATROCÍNIO para ativação de marca(s) durante o Marumbi Festival poderá ser feita diretamente nos materiais e bens a serem distribuídos aos participantes credenciados para o 5º Marumbi Festival, e ao público em geral, desde que identificado o tipo de ativação.

3.1. Para participação no presente Edital e, consequentemente, no 5º Marumbi Festival, os interessados poderão oferecer as cotas a seguir especificadas, a título exemplificativo:

I – Brindes para os participantes do 5º Marumbi Festival, como aventais, bonés, canetas e artigos de papelaria e vestuário;

II – Brindes em geral para sorteio durante o 5º Marumbi Festival, como artigos de vestuário, vale-compras, vale-serviços e/ou vale-passeios, entre outros;

III – Impressão de *flyers* e *banners* para divulgação do 5º Marumbi Festival.
IV – Serviços de utilidade da execução do evento como apresentações culturais e artísticas;
3.1.1 Os bens e serviços a serem distribuídos serão previamente aprovados e analisados pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo organizadora do 5º Marumbi Festival.
3.1.2 Os bens e serviços deverão ser disponibilizados ao Município de Morretes em tempo hábil para análise do material e distribuição e organização do 5º Marumbi Festival, que será iniciada em 22 de agosto e encerrará em 23 de agosto de 2026.
3.2 O tipo de ativação será definido conforme os valores atribuídos aos bens e materiais doados pelo Credenciado, vide a tabela abaixo:

Ordem	Valor dos bens distribuídos	Tipo de ativação
01	De 600.00 até R$ 10.000,00	Apoiador
02	De R$ 10.000,01 a R$ 59.999,00	Patrocinador
03	A partir de R$ 60.000,00	Realizador

3.3 Caberão às empresas indicar o valor dos objetos ou serviços que pretendem oferecer a título de patrocínio.
3.4 O valor de cada ativação independe dos custos adicionais que os proponentes venham a ter com a execução de ações de *marketing* e ativação de marca.
3.5 Nos elementos de comunicação visual, o conjunto a ser exibido de nomes ou logos de realizadores, apoiadores ou patrocinadores não poderá exceder 20% (vinte por cento) da superfície visível.
3.6 Além da inserção da marca nos materiais e serviços entregues à Municipalidade para a realização do 5º Marumbi Festival, admitir-se-á a apresentação dos Credenciados na fala dos apresentadores do evento durante alguns intervalos; direito a fornecer brindes empresariais aos participantes e visitantes, desde que avaliados pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
3.7 O(s) proponente(s) selecionado(s) poderão realizar o credenciamento de promotores para a distribuição de materiais promocionais e informativos, desde que sem ônus para a Administração Pública Municipal.
3.8 Os objetos de doação de que tratam este Edital, sejam bens ou serviços, não poderão utilizar temas ou elementos que façam alusão a ideologias políticas, sociais, culturais que não estejam em consonância com o tema da festividade, bem como que visem engrandecimento pessoal ou particular, ridicularização e vexames.
3.9 O Credenciado que não cumprir com os prazos indicados neste Edital ou descumprir as ordens da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo responsável pela organização do 5º Marumbi Festival, rescindirá o Termo de Patrocínio firmado com o Município de Morretes, além da aplicação das demais sanções cabíveis.

04. DAS PROPOSTAS DE PATROCÍNIO

Os interessados em participar do presente Chamamento deverão apresentar **PROPOSTA DE PATROCÍNIO** via e-mail no link: seculturedeitais@morretes.pr.gov.br, indicando o assunto como "Proposta 5º Marumbi Festival"
4.1 A inscrição do pedido de credenciamento deverá ser feita no período de **06 DE AGOSTO A 12 DE AGOSTO DE 2026.**
4.2 Os documentos solicitados deverão ser apresentados em cópias autenticadas de toda a documentação exigida, salvo os emitidos por intermédio da rede mundial de computadores (*internet*), devendo fazer referência ao nome, telefone e endereço eletrônico (e-mail) do representante credenciado.
4.3 As proponentes deverão instruir sua **PROPOSTA DE PATROCÍNIO** com a seguinte documentação:
4.3.1 Para as inscrições de Pessoa Física:
I - Cópia de Documento de Identidade;
II - Cópia de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF; e
III - Termo de Compromisso de Patrocínio conforme item 4.4 e Anexo I;
4.3.2 Para as inscrições de Pessoa Jurídica:
I – Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
II - Cópia do registro comercial, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado, ato constitutivo e alterações subsequentes ou decreto de autorização para funcionamento, conforme o caso autenticado.
III - Cópia dos documentos de identificação (RG e CPF/MF) do representante legal da proponente e respectivo comprovante de residência,
V – Termo de Compromisso de Patrocínio conforme item 4.4 e Anexo II; e;
VI – Documentação exigida no item 4.6, conforme o caso.
4.4 As **PROPOSTAS DE PATROCÍNIO** apresentadas deverão estar acompanhadas de Termo(s) de Compromisso de Patrocínio emitido(s) em nome da(s) pessoa(s) físicas ou jurídicas interessada(s), ou em nome de terceiros interessados, que assegure(m) a exequibilidade do proposto, na forma do Anexo I ou Anexo II deste Edital.
4.5 O(s) termo(s) de compromisso de patrocínio referidos no item anterior devem estar assinados por representante legal da pessoa jurídica correspondente, discriminando o valor proposto, de maneira a demonstrar a respectiva capacidade financeira para a realização do objeto do patrocínio.
4.6 Caberá ao proponente instruir a proposta com todos os elementos e documentos necessários à confirmação da capacidade econômico-financeira dos signatários do termo de compromisso de patrocínio, de forma a assegurar perante a Prefeitura Municipal de Morretes a exequibilidade da proposta e viabilidade do objeto do Chamamento.
4.7 Os signatários dos Termos de Compromisso de Patrocínio serão responsáveis perante a Prefeitura Municipal de Morretes por sua materialização.
4.8 No caso de as Propostas serem ofertadas por agências intermediadoras, por meio de procurador com poderes para tanto, devidamente comprovado, deverá ser apresentado documento legalmente válido que confirme o interesse da patrocinadora que nomeia a agência como sua intermediadora, bem como confirmação do valor a ser investido no evento caso a proposta seja selecionada.
4.9 Caso os Proponentes desejem instalar espaços físicos no 5º Marumbi Festival, deverão informar o interesse na Proposta, indicando o tamanho das instalações pretendidas, que serão objeto de análise e avaliação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, bem como serão instalados em área determinada pela Organização do 5º Marumbi Festival.
4.10 Os Credenciados ficam sujeitos pagamento das taxas relativas à utilização do espaço público e da publicidade em vias públicas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 397/2013.

05. DA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS DE PATROCÍNIO:

As **PROPOSTAS DE PATROCÍNIO** serão analisadas em sessão pública a ser realizada no dia **13 de agosto de 2026,** às 14h00, pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, situada na Sede da Prefeitura Municipal, com endereço a Rua Praça Rocha Pombo, nº10 – Centro, em Morretes.
5.1 A seleção das **PROPOSTAS DE PATROCÍNIO** será processada e julgada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, cabendo-lhe conduzir os trabalhos necessários à sua realização.
5.2 A(s) **PROPOSTAS DE PATROCÍNIO** recebidas serão submetidas ao exame da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo da seguinte forma:
5.2.1 Deverá ser apresentado um jogo completo de documentos para cada **PROPOSTA DE PATROCÍNIO** em disputa, instruído com toda a documentação exigida no item 4.3.
5.2.2 A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo realizará a abertura dos Protocolos de todos os proponentes, verificando o atendimento às exigências deste Chamamento.
5.3 Todas as propostas apresentadas, que cumpram as exigências do chamamento, serão aceitas, desde que observados os seguintes critérios:
I – Valor econômico da proposta;
II - Vantajosidade para a Administração Pública Municipal;
III - Compatibilidade entre a proposta e escopo do evento;
IV - Qualidade técnica da proposta; e
V - Adequação da proposta com as normas de proteção ao Consumidor, proteção da Criança e Adolescente, sanitárias, ambientais, de trânsito e de segurança, e outras eventualmente aplicáveis, conforme o caso.
5.4 Caso as **PROPOSTA(s) DE PATROCÍNIO** não atendam às exigências previstas no item anterior, uma vez esgotadas as possibilidades de saneamento, esclarecimento ou diligência, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo considerará tais propostas inabilitadas.
5.5 A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo poderá realizar diligências e requerer informações adicionais, inclusive quanto à

capacidade econômica e financeira dos eventuais patrocinadores para honrar as obrigações assumidas.

5.6 Caberá recurso administrativo às decisões da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo no prazo de até 02 (dois) dias úteis da publicação da decisão.

5.7 Os bens a serem distribuídos serão objeto de validação posterior pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo Organizadora do 5º Marumbi Festival.

06. DA HOMOLOGAÇÃO PRÉVIA:

As propostas serão objeto de análise e homologação prévia pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que fará a apreciação destes, verificadas o preenchimento dos requisitos exigidos neste Edital, observando-se a data da realização do Protocolo de Inscrição**.**

6.1. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, verificadas as exigências do Edital, publicará as inscrições aptas ao Credenciamento no órgão de divulgação dos atos oficiais do Município e no site www.morretes.pr.gov.br., indicando as inscrições homologadas preliminarmente, até **14 de agosto de 2026**.

07. DOS RECURSOS:

Deve o Proponente ao Credenciamento certificar-se da homologação de sua proposta, e havendo incorreções ou complementações necessárias, estas deverão ser devidamente indicadas e comprovadas, e solicitada a correção, mediante recurso, no período de **17 de agosto de 2026**.

7.1. Os recursos deverão ser protocolados via e-mail no link: seculturedeitais@morretes.pr.gov.br, com o tema "Recurso 5º Marumbi Festival" portando toda documentação exigida neste Edital, que comprove a necessidade de correção para sua habilitação.

7.2. Os recursos serão objeto de análise pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que providenciará as correções necessárias.

7.3. A publicação das inscrições homologadas definitivamente, após a análise dos recursos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, ocorrerá em **14 de agosto de 2026.**

08. DA HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA:

A homologação definitiva será publicada no dia **14 de agosto de 2026, a partir das 15 horas**, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, situada na Sede da Prefeitura, com endereço a Rua Praça Rocha Pombo, nº10 – Centro, em Morretes.

8.1. A homologação definitiva das inscrições e a resultado da classificação dos inscritos será publicado no Diário Oficial e no *site* oficial da Prefeitura Municipal de Morretes, juntamente com a Ata da Reunião de Avaliação.

8.2. A veracidade das informações, bem como a análise de toda a documentação comprobatória serão dadas pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

09. DO CREDENCIAMENTO:

9.1 Os Credenciados serão convocados a comparecer impreterivelmente nos dias **18 a 21 de agosto de 2026, das 09h às 16h**, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, situada na Sede da Prefeitura Municipal, com endereço a Rua Praça Rocha Pombo, nº10 – Centro, em Morretes, para preenchimento e assinatura do Termo de Patrocínio, e emissão da Autorização do Espaço Público, quando solicitado.

9.2 No caso de utilização de espaço público, será emitida a Autorização do Uso do Espaço Público, condicionada ao pagamento do valor fixado para utilização do espaço público, que deverá ser recolhido pelos credenciados, nos termos do Decreto Municipal nº 397/2013.

9.3 No caso de utilização de espaço público, as instalações deverão conter a identificação dos Credenciados e deverão funcionar, no mínimo, das 10h às 21h, sendo que, excepcionalmente, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo poderá modificar o horário definido, conforme a necessidade do 5º Marumbi Festival.

9.4 As instalações terão sua localização determinada conforme processo de Credenciamento e disposição definida pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, podendo sofrer remanejamento de acordo com a necessidade do evento.

9.5 Os valores pagos não serão reembolsados em caso de desistência ou não cumprimento deste Edital e demais legislações pertinentes, por parte do interessado.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

São obrigações do Município:

I - Expedir a Autorização de Uso Temporário de espaço público para as datas de 22 de agosto a 23 de agosto de 2026, mediante o pagamento da taxa pelo credenciado, quando solicitado a utilização de espaço para instalações;

II - Proporcionar todas as facilidades para que os credenciados possam cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste Edital;

III - Prestar aos interessados toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução;

IV - Esclarecer as eventuais dúvidas; e

V - Fiscalizar os bens e serviços, bem como as instalações dos Credenciados, nos locais indicados e se atendem às exigências legais e sanitárias para o evento.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO:

São deveres dos participantes credenciados:

I - Cumprir rigorosamente com as cláusulas deste Edital, ao regulamento e demais disposições da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, em especial quanto à participação no evento;

II - Acatar as instruções e deliberações emanadas dos organizadores;

III - Submeter-se à fiscalização do Município a partir da data de seu credenciamento;

IV - Observar as datas e horários definidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

V - Responsabilizar-se, civil e/ou criminalmente, por todos os atos e omissões que, direta ou indiretamente, cometerem na execução do objeto do contrato, indenizando, se for o caso, a parte prejudicada.

VI - Quando da instalação de espaços promocionais:

a) Portar a credencial do evento e apresentá-la à fiscalização caso solicitada;

b) Observar irrepreensível postura, discrição e polidez no trato com o público, demais feirantes e com a Administração;

c) Limitar-se à utilização do espaço que lhe for destinado;

d) Responsabilizar-se montagem e desmontagem das suas instalações e ao atendimento à padronização especificada pela Administração;

e) Zelar pelos itens de segurança, organização e apresentação cedidos pela Organização do evento;

f) Responsabilizar-se pela segurança das suas instalações, seus *stands*, produtos e pertences dispostos no espaço delimitado;

g) Atentar-se às orientações do Corpo de Bombeiros, quanto ao tipo necessário de equipamentos; dos brigadistas e da Polícia Militar, quanto à segurança;

h) Recolher a taxa de Utilização de Espaço Público, no valor de indicado pela Secretaria Municipal de Fazenda, quando das instalações de espaços promocionais; e

i) Desocupar e disponibilizar o espaço autorizado à sua comercialização ao Município, até as 12h do dia 24 de agosto de 2026, sob pena das responsabilidades legais.

11.1. O Credenciado somente poderá se instalar no espaço público após a emissão da Autorização de Uso Temporário para o 5º Marumbi Festival.

12. PROIBIÇÕES AOS CREDENCIADOS:

São proibições aos credenciados:

I - Causar dano ao bem público ou particular no exercício de sua atividade no espaço do evento;

II - Ceder ou transferir parcial ou total do objeto da autorização especial tratada neste edital, sendo de natureza personalíssima, bem como utilizá-la para fim diverso do ora autorizado;

III - Utilizar postes, árvores, gradis, bancos, canteiros e edificações para a montagem de equipamento e exposição das mercadorias;

IV - A alteração, construção, exposição ou montagem, bem como alteração da parte elétrica das barracas, exceto casos específicos devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

V - Usar meios visual ou sonoro que venha a atrapalhar o ambiente da feira;

VI - Admitir a permanência de menores de 18 anos nas barracas, sem estar acompanhado do representante legal, sendo que não será permitido o trabalho de menores de 18 anos nas barracas, independentemente do grau de parentesco com o Credenciado;

VII - Realizar, no local do evento, qualquer propaganda/publicidade de caráter político, religioso e/ou filosófico; e

VIII - Desrespeitar as demais regras impostas pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo responsável pela organização do 5º Marumbi Festival.

13. DAS SANÇÕES:

O credenciado deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a exploração comercial e ele permitida, sob pena de lhe serem aplicadas as penalidades constantes no art. 155 e seguintes, da Lei Federal n° 14.133/2021 e da Lei Municipal n° 599/2020.

13.1. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

13.2. Ressalvados os casos de força maior, devidamente comprovados e aceitos pelo Município, caso o Credenciado atrase a prestação de serviços ou descumpra com suas obrigações, ficará sujeito às seguintes sanções:

I - Advertência, em caso de conduta que prejudique a execução contratual;

II - Multa; e

III - Suspensão temporária da participação em chamamento público/credenciamentos e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de Governo da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos;

13.3. É garantido ao **CREDENCIADO** o direito ao contraditório e à ampla defesa previstos na Constituição da República Federativa do Brasil e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

14. DA IMPUGNAÇÃO:

O prazo para impugnação e pedidos de esclarecimentos deste instrumento convocatório, é de 05 (cinco) dias, a contar da publicação do presente Edital, por qualquer cidadão ou interessado.

14.1 As impugnações ao Edital de Credenciamento deverão ser apresentadas por escrito e dirigidas à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo responsável pela organização do 5º Marumbi Festival, por meio do link: secultureditais@morretes.pr.gov.br até **10 de agosto de 2026**, anexando a documentação que comprove a necessidade de correção do Edital.

14.2 Os interessados na proposição de impugnação deverão se dirigir presencialmente, das 9h às 16h30, no Protocolo Geral, na Sala da Cidadania, dentro do pátio da Prefeitura Municipal de Morretes, localizada na Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro, em Morretes, portado a documentação que comprove a necessidade de correção do Edital, caso optem pela impugnação presencial.

14.3. As impugnações serão objeto de análise pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que providenciará as correções necessárias.

14.4. As respostas aos esclarecimentos ou impugnações serão divulgadas em Diário Oficial e no *site* oficial do Município, no prazo 01 (um) dia útil do recebimento da impugnação.

15. DA REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO:

Este Edital e o credenciamento que lhe constitui objeto poderão ser revogados por razão de Interesse Público, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente demonstrado, a qualquer tempo, sem que isso possa implicar qualquer garantia ou pretensão à percepção de indenização ou ressarcimento, de qualquer natureza.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

O credenciamento não gerará ônus para a Administração.

17. PRAZO DE VIGÊNCIA:

Trata-se de permissão de uso a título precário, com vigência somente durante o evento Municipal de Festividades do 5º Marumbi Festival, a ser realizado durante 02 (dois) dias, nos dias **22 de agosto a 23 de agosto**, das 10h às 21h.

18. CRONOGRAMA:

O presente Edital seguirá as etapas seguintes:

Descrição	**Datas**
Publicação no Diário Oficial e site institucional do Município de Morretes	06 de agosto de 2026
Período de impugnação ao Edital	Até 10 de agosto de 2026
Divulgação das respostas às impugnações	Até 11 de agosto de 2026
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	**DE 06 DE AGOSTO A 12 DE AGOSTO DE 2026**
Análise das Propostas de Patrocínio	13 de agosto de 2026, a partir das 13h
Publicação da homologação prévia das propostas de patrocínio	**A PARTIR DE 14 DE AGOSTO DE 2026**
Prazo para apresentação de recursos	17 de agosto de 2026
HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS PROPOSTAS DE PATROCÍNIO	**18 DE AGOSTO DE 2026**
Assinatura do Termo de Patrocínio e emissão da Autorização do Espaço Público	de 18 a 21 de agosto de 2026

19. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Após a seleção do(s) proponente(s), a Secretária Municipal de Cultura e Turismo para a devida homologação do procedimento, o qual providenciará para que ocorra a sua publicação no Diário Oficial Municipal, seguindo-se, então, a formalização dos ajustes correspondentes.

19.1 Os interessados poderão obter informações adicionais ou maiores esclarecimentos a respeito do edital junto à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo durante a captação de patrocínio para o **5ºMARUMBI FESTIVAL**, pelo e-mail: secultureditais@morretes.pr.gov.br com assunto: "**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - PATROCÍNIO**" ou telefone (41) 92001-7291.

19.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que deverá interpretar as regras previstas neste Chamamento e basear suas decisões segundo as normas vigentes e os princípios que regem a Administração Pública, cabendo recurso administrativo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, às decisões da Comissão.

19.3. São partes integrantes deste Edital:

I - Anexo I – Termo de Compromisso para apresentação de Proposta de Patrocínio de Pessoa Física; e

II - Anexo II – Termo de Compromisso para apresentação de Proposta de Patrocínio de Pessoa Jurídica.

Morretes, 05 de agosto de 2026.

GILTON DIAS JÚNIOR
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PATROCÍNIO DE PESSOA FÍSICA

O/A Sr/a. **_____**, portador/a do RG nº _____-, e do CPF nº _____, com endereço na _____, neste Município de Morretes, vem pela presente, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 25/2014, **apresentar a proposta de patrocínio**, em realizar a doação de serviços/bens de _____, para a realização do 5º Marumbi Festival; que estão estimados em R$ _____ (_____ reais), com o intuito de ativar a cota como apoiador/patrocinador/realizador, em contrapartida de exposição publicitária no evento.

Venho por meio deste documento atender ao Chamamento Público para Patrocínio pelo Edital nº017/2026, e declarar que os seguintes documentos seguem em anexo:

I – Cópia de Documento de Identidade;

II - Comprovante de endereço; e

III - Certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, da Fazenda do Estado do Paraná e do Município de Morretes.

DECLARO que em caso de aprovação da Proposta de Patrocínio apresentada, me comprometo a disponibilizar os bens/serviços propostos neste documento, de acordo com as normas e prazos estabelecidos neste Chamamento Público; e

DECLARO estar ciente e de acordo com as informações prestadas.

Morretes, *data*.

_____

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PATROCÍNIO DE PESSOA JURÍDICA

A Empresa _____-, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, neste Município de Morretes, neste ato representada, na forma dos seus atos constitutivos, por seu Representante Legal, o/a Sr/a. _____, portador/a do RG nº _____-, e do CPF nº _____, com endereço na _____, neste Município de Morretes, vem pela presente, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 25/2014, **apresentar a proposta de patrocínio**, em realizar a doação de serviços/bens de _____, para a realização do 5º Marumbi Festival; que estão estimados em R$ _____ (_____ reais), com o intuito de ativar a cota como apoiador/patrocinador/realizador, em contrapartida de exposição publicitária no evento.

Venho por meio deste documento atender ao Chamamento Público para Patrocínio pelo Edital nº017/2026, e declarar que os seguintes documentos seguem em anexo:
I – Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
II - Cópia do registro comercial, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado, ato constitutivo e alterações subsequentes ou decreto de autorização para funcionamento, conforme o caso autenticado.
III - Cópia dos documentos de identificação (RG e CPF/MF) do representante legal da proponente e respectivo comprovante de residência;
IV – Certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, da Fazenda do Estado do Paraná e do Município de Morretes;
V - Certidão de Regularidade do FGTS; e
VI - Certidão de Regularidade perante a Justiça Trabalhista.
DECLARO que em caso de aprovação da Proposta de Patrocínio apresentada, me comprometo a disponibilizar os bens/serviços propostos neste documento, de acordo com as normas e prazos estabelecidos neste Chamamento Público; e
DECLARO estar ciente e de acordo com as informações prestadas.
Morretes, *data*.

_____

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:1162DE4A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 28/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 24/2026

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 28/2026
Pregão Eletrônico n.º 24/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT INVERTER E CORTINAS DE AR, DESTINADOS À CLIMATIZAÇÃO E VENTILAÇÃO DOS PRÉDIOS MUNICIPAIS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pelo(a) Sr.(a) **MANOEL MEDEIROS MACHADO**, Secretário(a) Municipal de Saúde; **ADRIANA ASSUMPÇÃO**, Secretário(a) Municipal de Educação; **LEANDRO BONSENHOR ZANCISKOSKI**, Secretário(a) Municipal de Fazenda e Orçamento e Secretário Municipal de Governo – Interino; **GILTON DIAS JUNIOR**, Secretário(a) Municipal de Cultura e Turismo; **EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER**, Secretário(a) Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas Interino; **MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO**, Secretário(a) Municipal de Assistência Social; **JESSICA RONCHINI MONTALVÃO**, Secretário(a) Municipal de Administração.

CONTRATADA(S):

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 122/2026 – ID 216/2026
RMH COMERCIAL LTDA.
CNPJ n.º24.832.427/0001-14.
Item(ns) 3.
Valor total de R$ 52.241,00 (cinquenta e dois mil e duzentos e quarenta e um reais).
Assinatura: Roselene Marli Hang, representante legal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 123/2026 – ID 217/2026
BRAVANTE COMERCIO LTDA.
CNPJ n.º52.876.712/0001-72.
Item(ns) 6.
Valor total de R$ 3.000,00 (três mil reais).
Assinatura: GABRIEL RIBEIRO DE SOUZA, representante legal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 124/2026 – ID 218/2026
FRIOVIX COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA.
CNPJ n.º09.316.105/0018- 77.
Item(ns) 1 e 2.
Valor total de R$ 207.381,28 (duzentos e sete mil e trezentos e oitenta e um reais e vinte e oito centavos).
Assinatura: Carlos Alberto Yoshida, representante legal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 125/2026 – ID 219/2026
ELETROWAY LTDA.
CNPJ n.º60.975.057/0001-38.
Item(ns) 4.
Valor total de R$ 70.200,00 (setenta mil e duzentos reais).
Assinatura: MARCOS ZACARIAS CAMPOS DE MOURA, representante legal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 126/2026 – ID 220/2026
CASA MIX LTDA.
CNPJ n.º37.429.301/0001-45.
Item(ns) 5.
Valor total de R$ 2.593,56 (dois mil e quinhentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos).
Assinatura: Bruno Quirino Lima, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano a contar da data da publicação do extrato. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 01º de abril de 2021.

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER 12.000 BTUS -CICLO QUENTE E FRIO; COM CONTROLE REMOTO; VOLTAGEM 220V; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A	Unidad	92	R$ 1.589,46	R$ 146.230,32
2	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER 18.000 BTUS -CICLO QUENTE E FRIO; COM CONTROLE REMOTO; VOLTAGEM 220V; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A	Unidad	26	R$ 2.351,96	R$ 61.150,96
3	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER 24.000 BTUS -CICLO QUENTE E FRIO; COM CONTROLE REMOTO; VOLTAGEM 220V; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A	Unidad	17	R$ 3.073,00	R$ 52.241,00
4	AR-CONDICIONADO 60 MIL BTUs	Unidad	9	R$ 7.800,00	R$ 70.200,00
5	CORTINA DE AR 120CM	Unidad	6	R$ 432,26	R$ 2.593,56
6	CORTINA DE AR 200CM	Unidad	3	R$ 1.000,00	R$ 3.000,00

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:A909EA46

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 44/2026
Pregão Eletrônico nº 22/2026

Objeto:AQUISIÇÃO COMPLEMENTAR DE MATERIAIS ELÉTRICOS, DESTINADOS A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DO MUNICÍPIO.

Com base nas informações constantes do Procedimento Licitatório N.º 44/2026 e Pregão Eletrônico N.º 22/2026, por força do inciso IV, art. 71 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a(s) autoridade(s) competente(s) resolve(m) **ADJUDICAR** o(s) objeto(s) do processo licitatório epigrafado, considerando o julgamento das propostas, lances, habilitação e análise recursal realizada pelo Agente de Contratação à(s) seguinte(s) empresa(s):

FERCON ATACADISTA LTDA, inscrita no CNPJ n.º61.681.878/0001-24, vencedora do(s) item(ns) 28 no valor total de R$ 8.940,00 (oito mil e novecentos e quarenta reais).

ACR COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º22.683.848/0001-03, vencedora do(s) item(ns) 1, 2, 5, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 38, 45 e 46 no valor

total de R$ 141.794,00 (cento e quarenta e um mil e setecentos e noventa e quatro reais).

KP MATERIAIS ELETRICO E CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ n.º55.073.244/0001-96, vencedora do(s) item(ns) 23, 25, 26 e 30 no valor total de R$ 18.245,10 (dezoito mil e duzentos e quarenta e cinco reais e dez centavos).

DGA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º42.070.491/0001-97, vencedora do(s) item(ns) 17 no valor total de R$ 8.599,00 (oito mil e quinhentos e noventa e nove reais).

INSTALART MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º05.117.514/0001-45, vencedora do(s) item(ns) 18, 36, 41 e 42 no valor total de R$ 2.750,00 (dois mil e setecentos e cinquenta reais).

D MARTINS ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA LTDA EPP, inscrita no CNPJ n.º73.234.742/0001-55, vencedora do(s) item(ns) 4, 6, 8, 16, 34, 37, 43 e 48 no valor total de R$ 120.817,50 (cento e vinte mil oitocentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

LENDÁRIO COM IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º52.203.880/0001-05, vencedora do(s) item(ns) 40 no valor total de R$ 8.898,00 (oito mil e oitocentos e noventa e oito reais).

APEX ELEVARE COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ n.º49.299.108/0001-16, vencedora do(s) item(ns) 3, 7 e 10 no valor total de R$ 2.940,00 (dois mil e novecentos e quarenta reais).

CBX COMERCIAL IMPORTADORA LTDA, inscrita no CNPJ n.º47.812.320/0001-00, vencedora do(s) item(ns) 39, 44, e 47 no valor total de R$ 6.926,10 (seis mil novecentos e vinte e seis reais e dez centavos).

Em sequência, resolve(m) então **HOMOLOGAR** o referido procedimento, conforme delegação atribuída em seu Art. 1° do Decreto 560/2022.

[...]" Decreto Municipal 560/2022: art. 1º em razão de circunstâncias de índole técnica e jurídica e com intuito de acelerar o trâmite dos processos administrativos internos, fica delegada aos Secretários Municipais a competência para homologação das licitações e subscrição dos contratos administrativos municipais e aditivos, incluindo os convênios, termos de parceria e contratos de gestão, referentes a contratações da respectiva Secretaria." [...]

Por fim, convoca(m)-se a(s) proponente(s) supramencionada(s) para assinatura do respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021.

Morretes, 04 de agosto de 2026.

EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER
Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Inovações

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:4CD19505

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 87/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 24/2026

Em conformidade com as informações constantes no Processo Administrativo nº 87/2026, no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 560/2022, **HOMOLOGO** o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 24/2026, cujo objeto é Contratação de apresentação artística da cantora Lourena, com o show "Lourena Acústico – Estúdios Billboard", para compor a programação oficial do "Marumbi Festival – 5ª Edição", a ser realizado pelo Município de Morretes/PR nos dias 22 e 23 de agosto de 2026.

REQUERENTE:
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

EMPRESA:
LOUAU PRODUCOES LTDA
CNPJ nº 49.839.278/0001-46

VALOR:
R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RED. 466. 12.001.23.695.2177.2067.3.3.90.39.00.00. FONTE 1000.

Morretes, 05 de agosto de 2026.

GILTON DIAS JUNIOR
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:9F69190D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO LEILÃO

Órgão: Município de Nova América da Colina/PR
Modalidade: Leilão Exclusivamente Eletrônico (Lei Federal nº 14.133/2021)
Edital/Processo: Leilão nº 01/2026 – Processo nº 78/2026
Objeto: Alienação de veículos e bens móveis inservíveis de propriedade da Administração Pública
Data do Evento: 28/08/2026, a partir das 10h00
Plataforma Eletrônica: www.sperancaleiloes.com.br
Período de Vistoria: 10 a 26 de agosto de 2026, das 13h às 17h (mediante agendamento conforme edital)
Leiloeira Oficial: Jaqueline Sperança (JUCEPAR nº 21/328-L PR)
Informações e Edital Completo: www.novaamericadacolina.pr.gov.br ou pelos e-mails licita@novaamericadacolina.pr.gov.br / sperancaleiloes@gmail.com.

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:A3F3DBD7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
Processo Adm: Nº 74/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais de contabilidade pública (mão de obra especializada), de forma continuada, para suporte, acompanhamento, execução e atendimento das exigências contábeis, fiscais, orçamentárias e patrimoniais da Prefeitura Municipal de Nova América da Colina / PR
Empresas vencedoras valor total: R$ 106.800,00 (cento e seis mil e oitocentos reais): GERENCIARE GESTAO PUBLICA E EMPRESARIAL LTDA (03059231000169) com os lotes: 1 no valor total de R$ 106.800,00 (cento e seis mil e oitocentos reais).

NOVA AMÉRICA DA COLINA (PR), quarta-feira, 5 de agosto de 2026
TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
PREFEITA MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
Processo Adm: Nº 74/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais de contabilidade pública (mão de obra especializada), de forma continuada, para suporte, acompanhamento, execução e atendimento das exigências contábeis, fiscais, orçamentárias e patrimoniais da Prefeitura Municipal de Nova América da Colina / PR
Empresas vencedoras valor total: R$ 106.800,00 (cento e seis mil e oitocentos reais): GERENCIARE GESTAO PUBLICA E EMPRESARIAL LTDA (03059231000169) com os lotes: 1 no valor total de R$ 106.800,00 (cento e seis mil e oitocentos reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE NOVA AMERICA DA COLINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) DECRETO Nº15/2023, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

NOVA AMÉRICA DA COLINA (PR), quarta-feira, 5 de agosto de 2026

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:D5A07009

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 51/2026

DECRETO 51/2026

A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, Tania Cristina da Silva Basso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR O COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DE ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO DECENAL MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA – PARANÁ.

Representantes do Conselho Tutelar Antônio José da Motta
Silvio Mendes
Rodrigo Fabiano Lopes
Emerson Ferreia dos Santos

Dyonatta Cristiano Rabelo

Representantes do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)
Angela Aparecida da Silva (Cadúnico)
Patrícia Ambo (Cadúnico)
Jozilaine Fernanda Malheiros Lima (Assistente social)

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
Rosiney Ferreira - PRESIDENTE
Kassio Alexandre da Silva Basso - VICE-PRESIDENTE
REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS
Secretaria Municipal de Assistência Social e CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)
Rosiney Ferreira - TITULAR
Elisangele Adriana Soares Neves - SUPLENTE **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**
Silvia Cristina de Oliveira Carvalho - TITULAR
Sirlene Pio - SUPLENTE

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Kassio Alexandre da Silva Basso -TITULAR
Josiane Luiz - SUPLENTE

Secretaria Municipal de Saúde
Maria Leonice Ferreira - TITULAR
Rosilene Costa - SUPLENTE

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários)

Magna Regina Pedrosa - TITULAR Junior Gomes Cardoso – SUPLENTE
APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)
Márcia Cristina de Campos Nakashima TITULAR Rosana Ferreira - SUPLENTE

Igreja Presbiteriana do Brasil Maria Costa Izumi - TITULAR Angélica de Oliveira -SUPLENTE

Igreja Católica

Aline Gomes Leandro Basso – TITULAR
Erika Ataíde Porfírio Barros – SUPLENTE

Secretária Executiva

Ingrid Oliveira Araújo

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Nova América da Colina-Pr, 04 de agosto de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:DA8D55A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA ELETRÔNICA COM DISPUTA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 003/2026 – COM DISPUTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 009/2026 (compras.gov 928339-4/2026)
CONTRATANTE: Fundo de Previdência Social do Município de Nova Prata do Iguaçu - PREVPRATA
OBJETO: Contratação de empresa especializada em Arquitetura e/ou Designer de Interiores para prestação de serviços destinados à elaboração de projeto de mobiliário sob medida, contemplando: layout, detalhamento técnico, especificações planta e vistas dos móveis; Medidas completas; Especificação dos materiais (MDF, MDP, compensado etc.); Espessuras; Ferragens; Acabamentos; Memorial descritivo; Detalhes construtivos e acompanhamento técnico para instalação dos móveis — na sede administrativa do Fundo de Previdência Social do Município de Nova Prata do Iguaçu – PREVPRATA.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 12.336,55 (doze mil, trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).
DATA DA SESSÃO: 11/08/2026
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: Das 08:00 horas até 14:00 horas
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM
AMPARO LEGAL: Lei Federal n° 14.133/2021, Artigo 75, inciso II e Decreto de Nova Prata do Iguaçu n° 3.757/2023 e demais normas aplicáveis.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
LOCAL: Fundo de Previdência Social do Município de Nova Prata do Iguaçu.
www.comprasgovernamentais.gov.br
Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site **www.npi.pr.gov.br**, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 08 de agosto de 2026.

CLEUZA APARECIDA DAMASIO TELLES **–**
Presidente

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:D2B0838C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA MEI/ME/EPP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 081/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.
OBJETO: Aquisição de conjunto de Facas aço forjado Y (comuns) para triturador rotativo, 100% compatíveis em dimensões, pontos de fixação, peso, espessura e desempenho operacional, destinadas ao Braço Articulado com Triturador Rotativo – Visiobraço Prodigia M45, Série SH15, marca Noremat, ou equipamento tecnicamente equivalente, sem necessidade de adaptações ou modificações, visando atender às necessidades de limpeza e manutenção de estradas do Município de Nova Prata do Iguaçu/PR.
DATA DA REALIZAÇÃO: 19/08/2026.
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 horas.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
LOCAL: Prefeitura do Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná.
www.comprasgovernamentais.gov.br
Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site **www.npi.pr.gov.br**, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 05 de agosto de 2026.

ELIZETE CAVAZIN **–**
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:5A3866E9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6364/2026

PORTARIA Nº 6364/2026
DATA: 05/08/2026

Súmula: Designa Gestores e Fiscais de Contratos licitatórios para atuarem durante os exercícios de 2026 à 2028, e dá outras providências.

Elizete Cavazin, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Decreto Municipal nº 3746/2023.

RESOLVE

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo elencados para exercerem a função de gestores e fiscais de contratos celebrados entre o Município de Nova Prata do Iguaçu, Fundo de Previdência Social do Município de Nova Prata do Iguaçu e terceiros, durante os exercícios de 2026 à 2028:

I - no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Finanças:

a) Gestor de Contratos: EDILAINE HOEPERS
b) Fiscal de Contratos: IRINEU BITTENCORT DA SILVA

II – no âmbito da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos (VIAÇÃO E OBRAS):

a) Gestor de Contratos: LIANDRA SANTIN
b) Fiscal de Contratos: EDSON CALGAROTO

III - no âmbito da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos (SERVIÇOS PÚBLICOS E URBANISMO):

a) Gestor de Contratos: ELIANE CAETANO DE SOUZA
b) Fiscal de Contratos: SERES REGINA MALACARNE

IV – no âmbito da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo:

a) Gestor de Contratos: CLAIR MASCARELLO
b) Fiscal de Contratos: EVERALDO COUSSEAU

V - no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher, para o Idoso e para o Imigrante:

a) Gestor de Contratos: KATIANE BRANDÃO
b) Fiscal de Contratos: NIQUELI DUARTE

VI - no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento (ENFERMAGEM):

a) Gestor de Contratos: ALEXANDRO RAMBO
b) Fiscal de Contratos: FRANCIELI BUZIM

VII - no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento (ODONTOLOGIA):

a) Gestor de Contratos: ALEXANDRO RAMBO
b) Fiscal de Contratos: ADRIANA HOFFELDER

VIII - no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento (FARMÁCIA):

a) Gestor de Contratos: ALEXANDRO RAMBO
b) Fiscal de Contratos: MAGALI MEURER

IX - no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento (ÁREAS DIVERSAS):

a) Gestor de Contratos: ALEXANDRO RAMBO
b) Fiscal de Contratos: MAGALI MEURER

X - no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (MERENDA ESCOLAR):

a) Gestor de Contratos: THAIS REGINA CRESCENCIO MAAS
b) Fiscal de Contratos: ANA MARIA BELLÉ

XI - no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (TRANSPORTE ESCOLAR):

a) Gestor de Contratos: THAIS REGINA CRESCENCIO MAAS
b) Fiscal de Contratos: LUIZ CARLOS BIANDARO

XII - no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (ÁREAS DIVERSAS):

a) Gestor de Contratos: THAIS REGINA CRESCENCIO MAAS
b) Fiscal de Contratos: LUCIANA MIGUEL

XIII - no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura (DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE):

a) Gestor de Contratos: VALTAIR GUIZOLF
b) Fiscal de Contratos: DARLAN DE ALMEIDA BOMBAZAR

XIV - no âmbito da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Programas e Projetos e Secretaria Municipal de Planejamento:

a) Gestor de Contratos: MAURICIO ANTONIO PEREIRA
b) Fiscal de Contratos: LETICIA KOERICH
c) Fiscal de Obras: CLEUZA CASTRO DE JESUS

XV - no âmbito do Fundo de Previdência Social:

a) Gestor de Contratos: DIEGO GRAHL DE SANTI
b) Fiscal de Contratos: SONIA CRISTANI

XVI - no âmbito da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:

a) Gestor de Contratos: HAMILTON DE CAMPOS PAZ
b) Fiscal de Contratos: SANTO GRAHL

Art. 2º. Além da publicação da presente Portaria, em relação aos fiscais, a designação deverá ser comunicada formalmente ao fiscal nomeado, mediante ofício encaminhado ao servidor, que deverá ser enviado juntamente com o Termo de Referência, e anexado ao processo administrativo.

Parágrafo único. A designação de cada fiscal será formalizada por meio da indicação do fiscal no próprio instrumento contratual específico ou outro instrumento hábil, no qual constarão o número do contrato, valor, objeto e modalidade de licitação.

Art. 3º. De posse de todos os documentos necessários à fiscalização, o fiscal designado deverá formar um arquivo próprio para cada contrato, acrescentando a este todos os demais documentos que serão produzidos durante a fiscalização.

Art. 4º. As atribuições dos gestores e fiscais de contrato são aquelas previstas no Decreto Municipal nº. 3746/2023.

Art. 5º. Os trabalhos serão gratuitos e considerados relevantes ao Município.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 6037/2025.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, aos 05 dias do mês de agosto de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:B0F9959B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Tendo em vista a documentação apresentada pela Comissão de Licitações, homologo o processo licitatório na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO 031/2026, tendo como objeto a Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de refeições (café da manhã e almoço), servidas no próprio estabelecimento da contratada, destinadas aos servidores responsáveis pelo transporte de pacientes, bem como aos demais servidores municipais que estejam em deslocamento para o desempenho de atividades oficiais nas cidades de Francisco Beltrão/PR e Cascavel/PR, visando atender às necessidades do Município de Nova Prata do Iguaçu/PR, em favor a empresa **ROSELI M. DA SILVA & CIA LTDA – CNPJ Nº 08.386.792/0001-96,** para o lote 01 – "Francisco Beltrão/PR".
Determino a elaboração do correspondente contrato nos termos legais.
Lote 02: Fracassado.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 05 de agosto de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Roseli M. Da Silva & Cia Ltda – CNPJ Nº 08.386.792/0001-96 – Francisco Beltrão - Pr
OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de refeições (café da manhã e almoço), servidas no próprio estabelecimento da contratada, destinadas aos servidores responsáveis pelo transporte de pacientes, bem como aos demais servidores municipais que estejam em deslocamento para o desempenho de atividades oficiais nas cidades de Francisco Beltrão/PR e Cascavel/PR, visando atender às necessidades do Município de Nova Prata do Iguaçu/PR, Conforme descrição Lote 01 – Francisco Beltrão/PR.
VALOR: R$ 57.630,00 (cinquenta sete mil seiscentos e trinta reais).
PAGAMENTO: Até 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal, conforme quantidade fornecida.
RUBRICA ORÇAMENTARIA: 02 - Governo Municipal - Unidade: 001 - Gabinete do Executivo Municipal - 04.122.0002.2-001 Manutenção do Gabinete do Executivo Municipal, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 09 - Secretaria Municipal de Saúde; 001 - Departamento de Saúde; 0010.0301.0011.2-021 - Manutenção da Secretaria de Saúde - Atenção Básica.; 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 05 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:1A5BD343

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
AUTORIZAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

AUTORIZAÇÃO

DISPENSA SIMPLIFICADA N° 22/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 65/2026

Tendo em vista as informações constantes no processo, **AUTORIZO** a contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, configuração e treinamento operacional de sistema de controle de acessos nas dependências desta Casa Legislativa, em favor da **55.487.232 KAIO HENRIQUE SOSSAI NAVARRO, inscrita no CNPJ nº 55.487.232/0001-08**, nos termos do Art. 72 e 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Resolução nº 01/2026 da Câmara Municipal de Paiçandu/PR.

Valor total: R$ 7.580,90 (sete mil, quinhentos e oitenta reais e noventa centavos).

Sendo o que tinha para o momento, com votos de elevada estima e consideração.

Paiçandu/PR, 03 de junho de 2026.

Assinado Digitalmente
MICHAEL BRUSTULIN
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:93D3A64A

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76/2025

A Câmara Municipal de Paiçandu/PR, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objeto: **Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de vidros, visando à execução de adequações e melhorias nas dependências da Câmara Municipal de Paiçandu-PR, compreendendo o fechamento e complementação das estruturas de vidro existentes nas antessalas dos gabinetes, instalação de portas e painéis de vidro com aplicação de adesivo jateado, instalação de vidros na sala destinada à imprensa e no banheiro do Plenário, bem como o fornecimento e instalação de guarda-corpo em vidro no Plenário**, conforme especificações e dimensões estabelecidas no ETP e Termo de referência.

Visando atender o disposto no § 3º, do art. 75 da Lei 14.333/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à Câmara.

As propostas deverão ser encaminhadas no endereço eletrônico licitacao@cmpaicandu.pr.gov.br do dia **06 de agosto de 2026 até às 23h59min do dia 12 de agosto de 2026**, ou entregues mediante protocolo ao setor de Licitações **até às 17h do dia 12 de agosto de 2026 (horário de expediente).**

O Edital, modelo de proposta e este aviso podem ser visualizados no site oficial da Câmara Municipal, sendo http://cmpaicandu.pr.gov.br/ na aba Licitações a partir do dia **06 de agosto de 2026**.

Dúvidas e esclarecimentos podem ser obtidos através do e-mail acima ou pelo telefone (44) 3127-1200.

A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal de Paiçandu-PR, será contatada para o envio de documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração em até 02 (dois) dias úteis após a convocação.

Paiçandu – PR, 05 de agosto de 2026.

MICHAEL BRUSTULIN
Presidente da Câmara Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:FCFCC6BA

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 86/2026
Nome do Beneficiário: **Guilherme Nunes Marchini**
Cargo/Função: Vereador
Período de Afastamento: **27/07/2026 à 29/07/2026**
Cidade de Origem: Paiçandu - PR
Cidade de Destino: Curitiba-PR
Objetivo da Viagem: **Cumprir agenda oficial na cidade de Curitiba/PR, participando de visitas técnicas, reuniões com órgãos públicos, encontros com autoridades estaduais e demais compromissos institucionais previamente agendados, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse do Município de Paiçandu, buscar recursos, acompanhar demandas em andamento e representar a Câmara Municipal em atos e reuniões oficiais**
Quantidade de diárias deferidas: 03
Valor unitário da diária: R$ 650,00
Valor Total Pago: R$ 1.950,00
Data da Liquidação e Pagamento: 27/07/2026
Publicado em conformidade com o Art. 15 da Resolução nº 02/2025.

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:62EF9EB7

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 87/2026
Nome do Beneficiário: Osmar Pedro da Cunha Filho
Cargo/Função: Assessor Parlamentar
Período de Afastamento: 27/07/2026 à 29/07/2026
Cidade de Origem: Paiçandu - PR
Cidade de Destino: Curitiba-PR
Objetivo da Viagem: Acompanhar o Vereador Guilherme Nunes durante o cumprimento da agenda oficial na cidade de Curitiba/PR, prestando apoio administrativo e institucional nas visitas técnicas, reuniões com órgãos públicos, encontros com autoridades e demais compromissos oficiais previamente agendados, visando dar suporte às demandas de interesse da Câmara Municipal e do Município de Paiçandu.
Quantidade de diárias deferidas: 03
Valor unitário da diária: R$ 550,00
Valor Total Pago: R$ 1.650,00
Data da Liquidação e Pagamento: 27/07/2026
Publicado em conformidade com o Art. 15 da Lei nº 3447/2025.

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:3705D52F

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto

CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 85/2026
Nome do Beneficiário: Thiago Borges dos Santos
Cargo/Função: Vereador
Período de Afastamento: 27/07/2026 à 29/07/2026
Cidade de Origem: Paiçandu - PR
Cidade de Destino: Curitiba-PR
Objetivo da Viagem: Cumprir agenda oficial na cidade de Curitiba/PR, participando de visitas técnicas, reuniões com órgãos públicos, encontros com autoridades estaduais e demais compromissos institucionais previamente agendados, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse do Município de Paiçandu, buscar recursos, acompanhar demandas em andamento e representar a Câmara Municipal em atos e reuniões oficiais
Quantidade de diárias deferidas: 03
Valor unitário da diária: R$ 650,00
Valor Total Pago: R$ 1.950,00
Data da Liquidação e Pagamento: 27/07/2026
Publicado em conformidade com o Art. 15 da Resolução nº 02/2025.

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:0937052E

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná
EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 88/2026
Nome do Beneficiário: Alisson Souza Vicente
Cargo/Função: Assessor Parlamentar
Período de Afastamento: 27/07/2026 à 29/07/2026
Cidade de Origem: Paiçandu - PR
Cidade de Destino: Curitiba-PR
Objetivo da Viagem: Acompanhar o Vereador Thiago Borges durante o cumprimento da agenda oficial na cidade de Curitiba/PR, prestando apoio administrativo e institucional nas visitas técnicas, reuniões com órgãos públicos, encontros com autoridades e demais compromissos oficiais previamente agendados, visando dar suporte às demandas de interesse da Câmara Municipal e do Município de Paiçandu.
Quantidade de diárias deferidas: 03
Valor unitário da diária: R$ 550,00
Valor Total Pago: R$ 1.650,00
Data da Liquidação e Pagamento: 27/07/2026
Publicado em conformidade com o Art. 15 da Lei nº 3447/2025.

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:A034AD40

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
CONTRATO N° 05/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N ° 02/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2025

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, CNPJ № 78.201.068/0001-

CONTRATADA: EMPASOFT LTDA, CNPJ Nº 03.404.680/0001-05

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de DDR (Discagem Direta a Ramal) em SIP-TRONCO por IP PUBLICO, com 05 canais, 25 números público validos (com portabilidade e novo números), e com ligações ilimitadas local e longa distância para fixo e móvel, sem cobrança de tarifação adicional, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Paiçandu-PR.

VALOR: R$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais) mensal, totalizando R$ 4.740,00 (quatro mil, setecentos e quarenta reais) anual.

VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato estabelecido na clausula segunda, por mais 12 (doze) meses, ou seja, 22/07/2026 até 21/07/2027.

FORO: Comarca de Paiçandu/PR

Paiçandu/PR, data da assinatura.

MICHAEL BRUSTULIN
Presidente da Câmara Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:D9F01638

FUNDAÇÃO DE SAÚDE
AVISO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026

AVISO DE RATIFICAÇÃO

Torna-se pública a **RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE**, tendo como objetivo a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL, para alojar o Almoxarifado do Hospital**, atendendo as necessidades desta Fundação de Saúde, **por 12 (doze) meses de no valor total R$ 38.760,00 (trinta e oito mil setecetos e sessenta reais).**

Paiçandu, 05 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CÉFALO
Presidente da Fundação de Saúde

Publicado por:
Bruna Boza Pires
Código Identificador:81C5CF5A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 242-2026

DECRETO N.º 242/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 150.000,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias

Suplementação(ões)	

Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU Unidade - 17001 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	
Funcional - 12.122.0901.2400000 - MANUTENCAO DA ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO	
Despesa - 602 - 319011 - 00001 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**80.000,00**
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU Unidade - 17001 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	
Funcional - 12.122.0901.2400000 - MANUTENCAO DA ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO	
Despesa - 603 - 319013 - 00001 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**30.000,00**
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
Funcional - 12.361.0913.2405000 - MANUT ENSINO FUNDAMENTAL - TRANSPORTE ESCOLAR	
Despesa - 668 - 319011 - 00104 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**20.000,00**
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
Funcional - 12.361.0913.2405000 - MANUT ENSINO FUNDAMENTAL - TRANSPORTE ESCOLAR	
Despesa - 670 - 319013 - 00104 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**10.000,00**
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU Unidade - 17009 - ENSINO INFANTIL (CRECHE)	
Funcional - 12.365.0909.2422000 - MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL (CRECHE)	
Despesa - 722 - 319011 - 00104 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**10.000,00**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**150.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução(ões)

Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
Funcional - 12.361.0912.2404000 - MANUTENCAO DA EDUCAÇÃO BASICA - ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa - 639 - 319011 - 00104 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**40.000,00**
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU Unidade - 17010 - ENSINO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA) Funcional - 12.365.0909.2424000 - MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA) Despesa - 759 - 319011 - 00001 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**80.000,00**
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU Unidade - 17010 - ENSINO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA) Funcional - 12.365.0909.2424000 - MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA) Despesa - 762 - 319013 - 00001 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**30.000,00**

TOTALDASANULAÇÕES= 150.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 5 de agosto de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:4665F035

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 225/2026

de 5 de agosto de 2026

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 14 de agosto de 2026, às 09h00min, munida de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de ASSISTENTE SOCIAL.

Nome da candidata	Classificação
Jane Cristina dos Santos Bataglini	25ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em: **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental
para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF, do CRESS e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos; e

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

n) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em atenção ao Ofício de nº 157/2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do não comparecimento da 24ª classificada.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 5 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:6ECFA0F6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 226/2026

de 5 de agosto de 2026

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 14 de

agosto de 2026, às 10h30min, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de EDUCADOR SOCIAL.

Nome das candidatas	Classificação
Jessica Pereira de Souza	73ª
Thais Raizza Paranha Vimieiro	74ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal disponível em **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
m) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

n) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos; e
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em atenção aos Ofícios de nº 94/2026 e o de nº 157/2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do não comparecimento das 70ª e 72ª classificadas.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 5 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:24F68B16

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 227/2026

de 5 de agosto de 2026

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar o candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 14 de agosto de 2026, às 16h00min, munido de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de LAVADOR.

Nome do candidato	Classificação
Tiago Henrique da Silva	11º

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF, da Reservista e da Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
m) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

n) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em razão do Ofício nº 42/2026, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e do não comparecimento da 10ª classificada.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 5 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:81A79A68

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 228/2026

de 5 de agosto de 2026

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 14 de agosto de 2026, às 15h30min, munidos de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de MOTORISTA – "D" ou "E".

Nome dos candidatos	Classificação
Natalino Lauriano	53º
Alexander Winston Ferreira de Carvalho	54º

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal, disponível em; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF, da CNH – Categoria "D" ou "E", da Reservista e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos; e
n) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em atenção aos Ofícios de nº 89/2026 e o de nº 166/2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do não comparecimento dos 49ª e 50º classificados.
Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 5 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:FF39FA56

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 229/2026

de 5 de agosto de 2026

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar o candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 14 de agosto de 2026, às 15h00min, munido de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de VIGIA.

Nome do candidato	Classificação
David Ortiz	10º

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal, disponível em; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF, da CNH – Categoria "D" ou "E", da Reservista e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos; e

n) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

Em atenção ao Ofício nº 40/2026, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e do não comparecimento do 9º classificado.
Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 5 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:48F5252B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE RECONVOCAÇÃO Nº 8/2026

de 5 de agosto de 2026

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Reconvocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 14 de agosto de 2026, às 14h30min, munidos de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Masculino).

Nome dos candidatos	Classificação
Alfreu de Oliveira	8º
Joaquim de Souza Moreira	11º
Nilson Dutra de Oliveira	24º

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, da Reservista, do CPF e da Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos; e
n) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em atenção ao Ofício nº 65/2025 da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e do não comparecimento dos 73º ao 91º classificados.

Paço Municipal de Paiçandu, 5 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:2B621C4F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 460/2026

de 30 de julho de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir de 1 de agosto de 2026, do Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino) - PSS, o Servidor Público Municipal CAMILO GOMES DO NASCIMENTO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.163.099-**, admitido em 2 de fevereiro de 2026.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 30 de julho de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:7DDA3570

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 461/2026

de 30 de julho de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

CONCEDER, Adicional por titulação de 10% (dez por cento) do Vencimento Básico, a partir de agosto de 2026, com amparo na Lei Municipal nº 2329/2014, (Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná), datada de 28 de fevereiro de 2014, e, com base na apresentação do Título de Mestre em Educação Física Escolar, a Servidora Pública Municipal senhorita **MAIZA DA SILVA OLIVEIRA**, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº **.627.633-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.067.899-**, ocupante do Cargo Efetivo de Professora de Educação Física, nomeada em 18 de abril de 2016.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Paço Municipal de Paiçandu, 30 de julho de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:E6C4BE31

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 464/2026

de 31 de julho de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Revogar, a partir de 20 de julho de 2026, a redistribuição do Cargo da Servidora SAMARIA CRYSTIANE BICALHO DE BRITO, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.848.840-*-SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.455.389-**, ocupante do Cargo Efetivo de Professora – 1º Padrão, desde 22 de agosto de 2011, para a Fundação de Educação do Município de Paiçandu, Estado do Paraná.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 31 de julho de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:6171DC98

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 465/2026

de 31 de julho de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Revogar, a partir de 20 de julho de 2026, a redistribuição do Cargo da Servidora SAMARIA CRYSTIANE BICALHO DE BRITO, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.848.840-*-SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.455.389-**, ocupante do Cargo Efetivo de Professora – 2º Padrão, desde 19 de fevereiro de 2015, para a Fundação de Educação do Município de Paiçandu, Estado do Paraná.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 31 de julho de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:317EB95D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 32

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Dayane Niedo de Souza, brasileira, Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – PSS, Carteira de Identidade nº **.312.012-*-SESP/PR, CPF ***.124.699-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 2 de fevereiro de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 1 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 1 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura da Diretora Distrital

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:98C20E81

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 33

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Elina Boa Sorte Silva, brasileira, Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – PSS, Carteira de Identidade nº *.227.545-*-SESP/PR, CPF ***.983.789-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 2 de fevereiro de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 1 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 1 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura do Secretário Municipal de Cultura

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:9276D474

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 34

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregado: Jose Paulo dos Reis, brasileiro, Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino) – PSS, Carteira de Identidade nº *.207.734-*-SESP/PR, CPF ***.481.699-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 2 de fevereiro de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 1 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 1 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura do Secretário Municipal de Serviços Públicos

_____
Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:DF0ED778

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 35

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregado: Jose Ramos, brasileiro, Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino) – PSS, Carteira de Identidade nº *.186.429-*- SESP/PR, CPF ***.410.389-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 2 de fevereiro de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 1 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 1 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura do Secretário Municipal de Serviços Públicos

_____
Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:5AF5B4FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 36

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregado: Marcos Bernardo da Silva, brasileiro, Motorista – categoria ‘’D’’ ou ‘’E’’– PSS, Carteira de Identidade nº *.967.***-SESP/PR, CPF ***.810.169-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 2 de fevereiro de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 1 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 1 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura da Secretária Municipal de Assistência Social

_____
Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:E9D8D2C1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 37

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregado: Reinaldo dos Santos, brasileiro, Motorista – categoria ‘’D’’ ou ‘’E’’– PSS, Carteira de Identidade nº *.333.124-*- SESP/PR, CPF ***.144.269-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 2 de fevereiro de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 1 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 1 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 28 de julho de 2026.

_____
Assinatura da Secretária Municipal de Assistência Social

_____
Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:031B4599

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 38

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Soeli Goulart da Silva Extkoetter, brasileira, Auxiliar administrativo – PSS, Carteira de Identidade nº ***.189.727-*- SESP/PR, CPF ***.529.239-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 2 de fevereiro de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 1 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 1 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura do Secretário Municipal de Industria e Comércio

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:55D88083

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 39

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Sonia Valeria Rossi, brasileira, Educadora Social – PSS, Carteira de Identidade nº *.751.106-*- SESP/PR, CPF ***.088.589-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 2 de fevereiro de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 1 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 1 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura da Secretária Municipal de Assistência Social

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:2D85DDD5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 40

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Yara Cristina Romano Silva, brasileira, Psicóloga – PSS, Carteira de Identidade nº *.070.030-*- SESP/PR, CPF ***.296.679-**

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 2 de fevereiro de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 1 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 1 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura da Secretária Municipal de Assistência Social

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:8A35496A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO REEQUILIBRIO DE VALOR

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO – PARA BAIXO
ATA DE REG. PREÇOS Nº 050/2024 - PREGÃO ELETR. Nº 022/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, inscrito no CNPJ sob nº 76.282.664/0001-52

CONTRATADO: CETRILIFE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.522.047/0001-09

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 124, inciso II, letra 'd', da lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA PRIMEIRA:
Fica acertado entre as partes o 1º termo aditivo de **REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO – PARA BAIXO**, nos termos do art. 124, inciso II, letra 'd', da Lei nº 14.133/21, e clausula da ARP Nº 50/2024, que tem por objeto o COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (NÃO HUMANOS) PROVENIENTES DE PROCESSOS DE EXUMAÇÕES. - Coleta,
transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos (não humanos) provenientes de processos de exumações., nas condições fixadas neste edital e seus anexos.
CLÁUSULA SEGUNDA
A partir desta data passam a vigorar os seguintes preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR	
			ANTERIOR	APROVADO
01	COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (NÃO HUMANOS) PROVENIENTES DE PROCESSOS DE EXUMAÇÕES. - Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos (não humanos) provenientes de processos de exumações.	KG	R$ 5,69	**R$ 5,10**

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Paiçandu – PR., 24 de julho de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:C0688DFD

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, Paiçandu - PR, inscrito no CNPJ sob nº 76.282.664/0001-52
CONTRATADA: CETRILIFE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAUDE LTDA,
inscrito no CNPJ nº 26.522.047/0001-09
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

§ 1º Fica acertado entre as partes o 2º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2024 POR 12 MESES, COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 04/04/2026**,
dada a vantajosidade na referida contratação tendo em vista orçamentos de preços atuais em anexo estarem acima dos preços registrados e com base nos termos do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 ambos da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 0453/2024 da AGU, Enunciado 42/2023 do Conselho da Justiça Federal e art. 31, § 1º do Decreto Municipal nº 304/2024, cujo objeto a prestação de serviços de COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (NÃO HUMANOS) PROVENIENTES DE PROCESSOS DE EXUMAÇÕES.
§ 2º Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais. Sem mais alterações.
Paiçandu – PR, 28 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal de Paiçandu
ISMAEL BATISTA

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:6C8DB5C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO

EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO
PREGÃO Nº 12/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.282.664/0001-52.
CONTRATADO: AS EMPRESAS VENCEDORAS DO CERTAME.

FUNDAMENTO LEGAL: Na forma da Lei nº 14.133/2021.
Fica acertado entre as partes o 1º termo de apostilamento ALTERAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA a partir 05 de agosto de 2026, nos termos da Lei nº 14.133/21, cujo objeto é a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, com fornecimento e entrega de forma parcelada, mediante Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão Eletrônico, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e dos serviços a ela vinculados (Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, Tele Centros Comunitários, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança, Adolescente e para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses, conforme constante **Anexo I – Termo de Referência, ficando da seguinte forma:**
CLAUSULA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
Inclui-se as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 12.00.6 FUNDO MUNICIPAL DA PESSOAL COM DEFICIENCIA.
Unidade Executora: 12.00.6 FUNDO MUNICIPAL DA PESSOAL COM DEFICIENCIA.
Funcional Programática: 08.242.1206-1.176.000 ESTRUTURAÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO DA PESSOA COM DEFICIENCIA.
4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.
FONTE 02931 - Ficha 0439

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula quarta, incluindo-se a dotação orçamentaria da cláusula anterior e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas no Pregão 12/2026, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Paiçandu-Pr.,05 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:7D0CC3AA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 13/2026 - GHC UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 13/2026 - GHC UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA

Ata de Registro de Preços n.º: 13/2026
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
CNPJ: 77.780.252/0001-05
Contratada: GHC UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA
CNPJ: 10.242.466/0001-57
Processo Administrativo: 316/2026
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico n°. 09/2026
Objeto: Aquisição de uniformes visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Palmeira.
Valor: R$ 15.184,46 (quinze mil cento e oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).
Período de vigência: O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.
Data da assinatura: 05/08/2026

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:AB4B0EFC

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1498/2026 - CONCEDE SEMIDIÁRIA AO VEREADOR SARGENTO GAIO

PORTARIA Nº 1498/2026

Ementa: Concede semidiária ao Vereador Sargento Gaio

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 4635/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de semidiária ao Vereador abaixo identificado, com a finalidade de realizar visita institucional no Agroleite em **Castro/PR**, no dia **07/08/2026**, com o objetivo de acompanhar as inovações tecnológicas, conhecer projetos e boas práticas voltadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e do agronegócio, bem como estabelecer contato com expositores, produtores, instituições e órgãos públicos, buscando informações e iniciativas que possam contribuir para o fortalecimento do setor agropecuário e para o desenvolvimento do Município de Palmeira.

Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Vereador	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Edenir José Gaio Flores	Vereador	117	R$ 88,86 (oitenta e oito reais e oitenta e seis centavos)

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Considerando o desconto estabelecido pelo art. 4º da Lei Municipal nº 4084/2016 (alterada pela Lei Municipal nº 6217/2025).

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:098DB5BE

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1499/2026 - CONCEDE SEMIDIÁRIA AO VEREADOR GILMAR COSTA

PORTARIA Nº 1499/2026

Ementa: Concede semidiária ao Vereador Gilmar Costa

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 4639/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de semidiária ao Vereador abaixo identificado, com a finalidade de realizar visita institucional no Agroleite em **Castro/PR**, no dia **07/08/2026**, com o objetivo de acompanhar as inovações tecnológicas, conhecer projetos e boas práticas voltadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e do agronegócio, bem como estabelecer contato com expositores, produtores, instituições e órgãos públicos, buscando informações e iniciativas que possam contribuir para o fortalecimento do setor agropecuário e para o desenvolvimento do Município de Palmeira.

Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Vereador	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Gilmar Costa	Vereador	115	R$ 88,86 (oitenta e oito reais e oitenta e seis centavos)

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Considerando o desconto estabelecido pelo art. 4º da Lei Municipal nº 4084/2016 (alterada pela Lei Municipal nº 6217/2025).

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:A373704C

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1500/2026 - CONCEDE SEMIDIÁRIA AO VEREADOR JOÃO SAVI

PORTARIA Nº 1500/2026

Ementa: Concede semidiária ao Vereador João Savi

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 4640/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de semidiária ao Vereador abaixo identificado, com a finalidade de realizar visita institucional no Agroleite em **Castro/PR**, no dia **07/08/2026**, com o objetivo de

acompanhar as inovações tecnológicas, conhecer projetos e boas práticas voltadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e do agronegócio, bem como estabelecer contato com expositores, produtores, instituições e órgãos públicos, buscando informações e iniciativas que possam contribuir para o fortalecimento do setor agropecuário e para o desenvolvimento do Município de Palmeira.

Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Vereador	Cargo	Matrícula	Total das diárias
João Savi	Vereador	124	R$ 88,86 (oitenta e oito reais e oitenta e seis centavos)

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Considerando o desconto estabelecido pelo art. 4º da Lei Municipal nº 4084/2016 (alterada pela Lei Municipal nº 6217/2025).

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:5B09034A

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1501/2026 - CONCEDE SEMIDIÁRIA AO VEREADOR IRMÃO FABIANO

PORTARIA Nº 1501/2026

Ementa: Concede semidiária ao Vereador Irmão Fabiano

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 4643/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de semidiária ao Vereador abaixo identificado, com a finalidade de realizar visita institucional no Agroleite em **Castro/PR**, no dia **07/08/2026**, com o objetivo de acompanhar as inovações tecnológicas, conhecer projetos e boas práticas voltadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e do agronegócio, bem como estabelecer contato com expositores, produtores, instituições e órgãos públicos, buscando informações e iniciativas que possam contribuir para o fortalecimento do setor agropecuário e para o desenvolvimento do Município de Palmeira.

Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Vereador	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Fabiano da Conceição Catharina	Vereador	125	R$ 88,86 (oitenta e oito reais e oitenta e seis centavos)

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Considerando o desconto estabelecido pelo art. 4º da Lei Municipal nº 4084/2016 (alterada pela Lei Municipal nº 6217/2025).

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:2D59F93D

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1502/2026 - CONCEDE SEMIDIÁRIA À SERVIDORA PRISCILA MARCONDES

PORTARIA Nº 1502/2026

Ementa: Concede semidiária à servidora Priscila Marcondes

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 4367/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de 01 (uma) semidiária à servidora abaixo identificada, com a finalidade de realizar visita institucional no Agroleite em **Castro/PR**, no dia **07/08/2026**, com o objetivo de acompanhar as inovações tecnológicas, conhecer projetos e boas práticas voltadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e do agronegócio, bem como estabelecer contato com expositores, produtores, instituições e órgãos públicos, buscando informações e iniciativas que possam contribuir para o fortalecimento do setor agropecuário e para o desenvolvimento do Município de Palmeira.
Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Servidor	Cargo	Matrícula	Total da semidiária
Priscila Marcondes	Assessora Parlamentar	132	R$ 132,45 (cento e trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos)

Registre-se e publique-se.
Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:BA594B01

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1503/2026 - CONCEDE SEMIDIÁRIA AO VEREADORA FABÍOLA MERELES

PORTARIA Nº 1503/2026

Ementa: Concede semidiária ao Vereadora Fabíola Mereles

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 4633/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de semidiária à Vereadora abaixo identificada, com a finalidade de realizar visita institucional no Agroleite em **Castro/PR**, no dia **07/08/2026**, com o objetivo de acompanhar as inovações tecnológicas, conhecer projetos e boas práticas voltadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e do agronegócio, bem como estabelecer contato com expositores, produtores, instituições e órgãos públicos, buscando informações e iniciativas que possam contribuir para o fortalecimento do setor agropecuário e para o desenvolvimento do Município de Palmeira.

Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002

Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Vereador	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Fabíola Mereles	Vereadora	114	R$ 88,86 (oitenta e oito reais e oitenta e seis centavos)

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Considerando o desconto estabelecido pelo art. 4º da Lei Municipal nº 4084/2016 (alterada pela Lei Municipal nº 6217/2025).

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:F69BDEA3

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1504/2026 - CONCEDE SEMIDIÁRIA AO SERVIDOR MARCO ANTONIO FERNANDES AQUINI

PORTARIA Nº 1504/2026

Ementa: Concede semidiária ao servidor Marco Antonio Fernandes Aquini

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 4652/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de 01 (uma) semidiária ao servidor abaixo identificado, com a finalidade de realizar visita institucional no Agroleite em **Castro/PR**, no dia **07/08/2026**, com o intuito de acompanhar agenda institucional da Câmara Municipal de Palmeira, a fim de realizar o levantamento de informações sobre soluções, tecnologias, equipamentos e boas práticas de gestão, infraestrutura e logística apresentadas na feira, que possam subsidiar estudos e futuras ações voltadas ao aperfeiçoamento da gestão administrativa e patrimonial da Câmara Municipal, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.
Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Servidor	Cargo	Matrícula	Total da semidiária
Marco Antonio Fernandes Aquini	Assessor de Gestão e Patrimônio	139	R$ 132,45 (cento e trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos)

Registre-se e publique-se.
Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:F98A5944

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N°.61.2026

O Município de Palmeira torna público que às **10:00 do dia 19/08/2026** realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR item, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Aquisição de ar-condicionado..

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

05 de agosto de 2026

JOCELI GOMES CUNHA
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:C139AD29

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 60.2026

O Município de Palmeira torna público que às **09:00 do dia 18/08/2026** realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR item, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de totem de identificação visual para instalação na nova sede do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

05 de agosto de 2026

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:52F2AAC3

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº. 06/2026 – PROCESSO DIGITAL 2230/2026 AGROANIMAL CLINICA VETERINARIA LTDA

A Autoridade Competente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** do referido processo, na presente data e nos termos que seguem.

Objeto: Credenciamento de Clínicas veterinárias especializadas para a prestação de serviços veterinários destinados à execução do Programa Municipal de Controle Populacional Ético de Cães e Gatos, os quais deverão ser realizados por médico veterinário legalmente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, em conformidade com as normas técnicas e resoluções do Conselho Federal e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, compreendendo a realização de procedimentos de esterilização cirúrgica por meio de orquiectomia em machos e ovariossalpingohisterectomia em fêmeas, com implantação obrigatória de microchip de identificação individual, incluindo avaliação clínica préoperatória, procedimentos anestésicos, acompanhamento pós-operatório imediato, medicação, retirada de suturas. Em nome de**AGROANIMAL CLINICA VETERINARIA LTDA**, inscrita no

CNPJ nº. **0**8.399.841/0001-25, através do processo administrativo n°. 3928/2026.

Publique-se.

Palmeira, 03 de agosto de 2026

JOSLEI SEQUINELI
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:61FBCB7F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº. 07/2026 – PROCESSO DIGITAL 3230/2026 CLAUDIO JOSE HASS LTDA – CLAUMAQ MAQUINAS AGRÍCOLA

A Autoridade Competente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** do referidoprocesso, na presente data e nos termos que seguem.

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, com fornecimento de peças, serviços de borracharia e guincho. Em nome de **CLAUDIO JOSE HASS LTDA – CLAUMAQ MAQUINAS AGRÍCOLA**, inscrita no CNPJ nº. 14.724.372/0001-75, através do processo administrativo n°. 4022/2026.

Publique-se.

Palmeira, 04 de agosto de 2026

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:5702431E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 63/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 199/2026
PROCESSO DIGITAL Nº. 4125/2026

Objeto: Pagamento de taxa de inscrição.

Fundamentação: Art. 74, *Inciso III*, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Dotação Orçamentária:
Reduzido 73 – **05001041230006201633903900000 Fonte: 1001** OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Empresa Contratada: IAGP Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda, inscrita no CNPJ: 32.651.451/0001-85, com valor total de R$ 2.290,00 (dois mil, duzentos e noventa reais).

Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

05 de agosto de 2026

VITOR HENRIQUE ROCHA
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:F8C3A14F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 64/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 201/2026
PROCESSO DIGITAL Nº. 4095/2026

Objeto: Locação de Imóvel para a equipe técnica e administrativa do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.

Fundamentação: Art. 74, *Inciso V*, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Dotação Orçamentária:
Reduzido 285 – **08002082450017605033903600000 Fonte: 1001** OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Empresa Contratada: ROSELIA COSTA, inscrita no **CPF nº 790.945.469-49,** com valor total de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

05 de agosto de 2026

JOCELI GOMES CUNHA
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:A902073D

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO 19.458, DE 05 DE AGOSTO DE 2026 - ALTERA O DECRETO Nº 18.478, DE 06 DE AGOSTO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Palmeira**, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos Processos Administrativos protocolados sob nº 4321/2026 e 9136/2026,

Decreta:

Art. 1º - Ficam alterados os incisos I e II do Art. 2º do Decreto nº 18.478, de 06 de agosto de 2025, o qual Designa Comissão para Condução dos Trabalhos da Avaliação Horizontal prevista nas Leis nº4.132/2016 e nº4.133/2016, que passa a vigorar da seguinte forma:

*"**Art. 2º** ----------*
I – Vilmari Aparecida dos santos Schamber – Presidente;
II – Jenifer Dico Teixeira – Membro;

----------"(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições constantes no Decreto nº 18.478, de 06 de agosto de 2025.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:C1D5E9A1

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 19.459, DE 05 DE AGOSTO DE 2026 - ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 17.986 DE 29 DE JANEIRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Palmeira**, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Processo Administrativo protocolado sob nº 8999/2026,

Decreta:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º, inciso II, alínea "*c",* do Decreto nº 17.986, de 29 de Janeiro de 2025, o qual Nomeia Comissão Municipal de Defesa Civil, passando a vigorar com a seguinte alteração:

"***Art 1º*** *----------*

II *----------*
c) Secretária:
Titular: Maria Eduarda Ratko Jantara;
Suplente: Vago;
b)----------"(NR)

Art. 2º *Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições constantes no Decreto nº 17.986, de 29 de Janeiro de 2025.*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:399BCAD9

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PORTARIA N.º1.311 DE 04/08/2026 DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DE MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS DE PALMEIRA

Portaria n.º1.311 de 04/08/2026

Dispõe sobre o afastamento de membro do Comitê de Investimentos do RPPS de Palmeira

A Diretora Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo e,
Considerando o Processo Administrativo nº 1040/2026;
Considerando a necessidade de observância dos requisitos previstos na legislação federal aplicável aos RPPS, na Lei Municipal nº 2.404/2005 e no Regimento Interno do Comitê de Investimentos;
Considerando o parecer jurídico constante dos autos, que concluiu pela impossibilidade de permanência do interessado no Comitê de Investimentos enquanto não comprovada a certificação profissional exigida;

Resolve:

Art. 1º Fica afastado, a partir da publicação desta Portaria, o Sr. **Railson Vieira da Silva** da função de membro do Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira, em razão da ausência de comprovação da certificação profissional exigida para o exercício da função.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e Publique-se.

Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 04 de agosto de 2026.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Diretora Presidente do RPPS

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:F2C98906

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PORTARIA N.º1.312 DE 04/08/2026 DISPÕE SOBRE O RETORNO DE MEMBRO AO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO RPPS DE PALMEIRA

Portaria n.º1.312 de 04/08/2026

Dispõe sobre o retorno de membro ao Conselho Administrativo do RPPS de Palmeira

A Diretora Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo e,
Considerando o Processo Administrativo nº 1040/2026;
Considerando o afastamento do Sr. Railson Vieira da Silva da composição do Comitê de Investimentos;

Resolve:

Art. 1º Fica o Sr. Railson Vieira da Silva mantido em sua condição de membro do Conselho Administrativo do Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira, passando a exercer exclusivamente as atribuições inerentes ao referido colegiado.
Art. 2º A remuneração eventualmente percebida em razão da participação no Comitê de Investimentos fica cessada a partir da vigência da Portaria que determinou seu afastamento, permanecendo apenas a verba correspondente ao exercício da função de membro do Conselho Administrativo, observada a legislação municipal.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e Publique-se.

Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 04 de agosto de 2026.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Diretora Presidente do RPPS

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:F05920F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DECRETO 19.457, DE 05 DE AGOSTO DE 2026 - ALTERA O DECRETO Nº 18.677, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Palmeira**, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Processo Administrativo protocolado sob nº 9064/2026,

Decreta:

Art. 1º - Art. 1º Fica revogada a alínea "a" do inciso I e acrescido o inciso III, com as alíneas "a" e "b", ao art. 3º do Decreto nº 18.677, de 06 de novembro de 2025, que institui e compõe o Núcleo Municipal de Cuidados – NUMUC, no âmbito do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, passando a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º *----------*
I----------
a) Revogado

II ----------
III – Representantes do Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa:
a) Maiara Assunção, cargo: Diretora do Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa;
b) Elaine Cristina Dzicouski, cargo: Enfermeira; ----------
"(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições constantes no Decreto nº 18.677, de 06 de Novembro de 2025.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:C1FD92A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO 19.461, DE 05 DE AGOSTO DE 2026 - CONSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA DE DO ADOLESCENTE - CMDCA, PARA O BIÊNIO 2026/2028, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Palmeira**, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Processo Administrativo protocolado sob nº 3863/2026,

Decreta:

Art. 1º - Fica constituído o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA conforme Lei Municipal Nº. 4.180/2016 e suas alterações, para o biênio de 2026 a 2028, o qual será composto pelos seguintes representantes:

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL-CMDCA 2026/2028

Segmento	Nome do Representante	
SAÚDE	Titular	Nataly Valéria de Ramos Bedin
	Suplente	Kamila Dusi Bochenek
EDUCAÇÃO	Titular	Vilmari Aparecida dos Santos Schamber
	Suplente	Priscila Agottani
ASSISTÊNCIA SOCIAL	Titular	Michele Aparecida Batista
	Suplente	Thais Caroline Mioduski Rupel
DESENVOLVIMENTO URBANO E FINANÇAS	Titular	Jaqueline Dutra
	Suplente	Friedrich Norbert Kliewer
CULTURA E ESPORTE	Titular	Luciana Turra Kindl
	Suplente	Renato Schnell Junior

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Segmento	Nome do Representante	
Entidades prestadoras de serviço na área de adolescente 12 a 14 anos	Titular	Brayan David Bitancort Fernandez
	Suplente	Fernanda de Mello
Entidades prestadoras de serviço na área de criança 05 a 11 anos	Titular	Mayara Lúcia Martins
	Suplente	Gislaine de Fátima Rusgoski
Entidades prestadoras de serviço na área de criança e adolescente com necessidades educativa especiais	Titular	Débora Puchalski Bronoski Furmam
	Suplente	Ariane Meira Auer
Entidades prestadoras de serviço na área da família e criança e adolescente de 0 a 18 anos	Titular	Regina de Fátima Bugay Assumção
	Suplente	Rodrigo Tarabauka
Entidades prestadoras de serviço na área de adolescente de 15 a 18 anos	Titular	Debora de Moraes Canestraro
	Suplente	Daniel Ricardo Canestraro

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:070D780B

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 1779/2026 – VALOR COM PROPOSITO GESTAO DE NEGOCIOS LTDA

Contratante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA - CNPJ: 76.179.829/0001-65.
Contratada: **VALOR COM PROPOSITO GESTAO DE NEGOCIOS LTDA**
CNPJ/CPF:42.247.192/0001-85
Processo Administrativo: 2374/2026
Modalidade de Licitação:Dispensa Eletrônica **nº 34/2026**
Objeto:O objeto do presente contrato é a contratação de serviços de consultoria e pareceristas para avaliação de projetos do Edital de Fomento Cultural PNAB 2026- Política Nacional Aldir Blanc
Valor da contratação:O valor total da presente contratação é de **R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).**
Período de vigência:O contrato terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado, observadas as condições estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021.

Data da assinatura: 04/08/2026

Publique-se.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:C65E0D63

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.460 DE 05/08/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$1.000.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116 DE 25-07-2025– LDO e nº 6.216-2025 DE 18-12-2025– LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.000.000,00 (Um milhão de reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216-2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
05.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, FINANCAS E ORCAMENTO
05.001.28.843.0006.2.017. MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DA DIVIDA INTERNA
81 – 3.2.91.21.00.00 - 000 - JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO R$1.000.000,00

Total Suplementação: R$1.000.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Anulação de dotação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
05.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, FINANCAS E ORCAMENTO
05.001.04.123.0006.2.016. MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE
77 – 3.3.91.97.00.00 - 000 - APORTE PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL DO RPPS R$1.000.000,00

Total Redução: R$1.000.000,00

Artigo 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira Estado do Paraná, em 05 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:AAA545D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.462 DE 05/08/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$123.884,58

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.408/2026

Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$123.884,58 (cento e vinte e três mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) , e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

13.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
13.002.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS
13.002.18.542.0033.2.092. MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS
501 – 3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO R$103.884,58
503 – 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$20.000,00

Total Suplementação: R$123.884,58

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

99.000.00.000.0000.0.000. Reserva de Contingência
99.999.00.000.0000.0.000. Reserva de Contingência
99.999.99.999.0099.9.999. Reserva de Contingência
826 - 9.9.99.99.00.00 000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA R$123.884,58

Total Redução: R$123.884,58

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:D287ED10

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.465, DE 05 DE AGOSTO DE 2026 - REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, A APLICAÇÃO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONFERIDO AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

O **Prefeito Municipal de Palmeira**, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Processo Administrativo protocolado sob nº 3464/2026,

Decreta:

Art. 1º - Este Decreto regulamenta, no âmbito do Município de Palmeira, a aplicação do tratamento diferenciado conferido ao Microempreendedor Individual – MEI, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei Complementar Municipal nº 31, de 7 de novembro de 2023, e nas Resoluções do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se Microempreendedor Individual – MEI a pessoa enquadrada na forma do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 3º Em observância ao disposto no art. 4º, §§ 3º e 3º-A, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ficam reduzidos a zero, relativamente ao Microempreendedor Individual – MEI, os custos relativos:
I – à abertura;
II – à inscrição;
III – ao registro;
IV – ao funcionamento;
V – ao alvará;
VI – à licença;
VII – ao cadastro;
VIII – às alterações;
IX – aos procedimentos de baixa e encerramento; e
X – aos demais atos públicos municipais de registro e legalização expressamente abrangidos pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
§ 1º A redução a zero prevista neste artigo aplica-se exclusivamente ao Microempreendedor Individual regularmente enquadrado na legislação federal.
§ 2º O disposto neste artigo não afasta a obrigatoriedade de observância da legislação urbanística, ambiental, sanitária, tributária, de segurança, de prevenção e combate a incêndio, de uso e ocupação do solo e das demais normas aplicáveis ao exercício da atividade econômica.

Art. 4º O Município observará as hipóteses de dispensa dos atos públicos municipais de liberação aplicáveis ao Microempreendedor Individual – MEI, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Complementar Municipal nº 31, de 7 de novembro de 2023, e das Resoluções do CGSIM.
§ 1º A dispensa prevista no caput não afasta a obrigatoriedade de inscrição, atualização cadastral e prestação das informações exigidas pelos sistemas integrados de registro e legalização de empresas, quando cabíveis.
§ 2º A dispensa dos atos públicos municipais de liberação não autoriza o exercício da atividade em desacordo com a legislação aplicável, permanecendo o empreendedor responsável pelo cumprimento de todas as normas pertinentes.

Art. 5º A Consulta Prévia de Viabilidade será realizada sempre que exigida pela legislação aplicável ou pelos sistemas integrados de registro e legalização de empresas, para verificação da compatibilidade da atividade econômica com o endereço informado.
Parágrafo único. A aprovação da Consulta Prévia de Viabilidade possui caráter exclusivamente locacional e cadastral, não eximindo o empreendedor do cumprimento das exigências legais aplicáveis ao exercício da atividade.

Art. 6º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão adequar seus procedimentos administrativos, sistemas informatizados, formulários e rotinas internas às disposições deste Decreto, promovendo, quando necessário, sua integração com a REDESIM e com o sistema Empresa Fácil Paraná.

Art. 7º Os sistemas informatizados utilizados pelo Município deverão ser parametrizados para aplicar automaticamente o tratamento diferenciado conferido ao Microempreendedor Individual – MEI, observado o disposto na legislação federal e nas normas do CGSIM.

Art. 8º A fiscalização municipal poderá ser realizada a qualquer tempo para verificar:
I – a veracidade das informações prestadas pelo empreendedor;
II – a manutenção das condições que justificam o tratamento diferenciado;

III – o enquadramento da atividade na legislação aplicável; e
IV – o cumprimento das normas urbanísticas, ambientais, sanitárias, tributárias, de segurança, de prevenção e combate a incêndio, de uso e ocupação do solo e demais normas pertinentes.
§ 1º A fiscalização observará o tratamento diferenciado conferido ao Microempreendedor Individual – MEI pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, especialmente quanto ao caráter orientador da primeira fiscalização, quando aplicável.
§ 2º Constatado o descumprimento da legislação aplicável, o órgão competente poderá determinar a regularização da atividade, suspender os efeitos da dispensa dos atos públicos de liberação, exigir os atos administrativos cabíveis e aplicar as sanções previstas na legislação vigente.

Art. 9º Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da aplicação deste Decreto serão resolvidos pelos órgãos municipais competentes, observadas as disposições da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:CB773397

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.466, DE 05 DE AGOSTO DE 2026 - ALTERA O DECRETO Nº 12.040, DE 16 DE ABRIL DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Palmeira**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelo cargo, considerando o contido no Procedimento Administrativo nº 4086/2026:

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso, VII, do art. 1º do Decreto nº 12.040, de 16 de Abril de 2018, o qual passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art.1º *----------*
VII - SIM-AM - Módulo: Frotas/Combustíveis:
a) Gabinete, Gestão Pública e Procuradoria: Jaqueline Dutra Cardoso;
b) Secretarias Municipais de Planejamento e Urbanismo / Obras e Infraestrutura: Diego Rodrigues Camargo;
c) Secretaria Municipal de Esporte: Marlo Adriano Ayres;
d)Secretaria Municipal de Educação: Mauricio Vidal;
e) Secretaria Municipal de Saúde: Geovane Rocha de Souza;
f) Secretaria Municipal de Assistência Social: Carla Daiana de Souza Kavalkeviski;
g) Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Turismo e Cultura: Barbara Ribas Borkoski;
h) Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária: Paula Orlonski;
i) Secretaria Municipal de Finanças: Rafaela Oliveira Kieras;
j) Secretaria Municipal de Indústria e Comércio: Sandra Hipólito.
----------" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições constates no Decreto nº 12.040 de 16 de Abril de 2021.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:DD2DAE34

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 046/2026 - DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CANCELAMENTOS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando as atribuições da Controladoria Geral e suas ações no acompanhamento da efetivação e recebimento do crédito tributário e não tributário do Município de Palmeira,
Considerando as disposições previstas na Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, Lei 6.830/90, Código Tributário Nacional e Código Tributário Municipal.

Resolve:

Art. 1º. A presente Instrução Normativa regulamenta o procedimento de cancelamento de créditos tributários e não tributários do Município de Palmeira, considerando a situação:
I- no exercício,
II- em dívida ativa,
III- ajuizados,
IV- protestados.
Parágrafo único: O cancelamento de lançamentos que forem do exercício corrente serão atribuídos ao responsável pelo lançamento, e os que estiverem em dívida ativa, ajuizados ou protestados ao Departamento de Dívida Ativa.

Art. 2º. Todo crédito tributário ou não tributário lançado indevidamente, seja decorrente de duplicidade, erro ou outra causa, deverá ser objeto de processo administrativo de cancelamento ou de baixa de crédito. Parágrafo único: O cancelamento ou a baixa de crédito poderá ser processado incidentalmente, desde que haja referência expressa e detalhada do(s) crédito(s) objeto(s) da medida.

Art. 3º. O processo administrativo de cancelamento ou de baixa de crédito deverá ser instaurado individualmente para cada assunto e/ou cadastro municipal, mesmo que se trate de contribuintes idênticos, no mínimo, com os seguintes documentos e informações:
I – descrição do fato detectado;
II– razões do cancelamento;
III – se o crédito tributário ou não tributário será extinto ou relançado;
IV – apensar documentos que comprovam as informações que motivam a instauração do processo administrativo.

Art. 4º. O processo administrativo de cancelamento ou de baixa de crédito será instaurado pelo(a) servidor(a) responsável pelo lançamento ou por aquele(a) que detectar o vício, e deverá ser analisado por:
I - Diretor(a) do Departamento onde se originou o lançamento, o(a) qual emitirá parecer sobre a necessidade do cancelamento, relançamento ou baixa do crédito tributário ou não tributário, e, inclusive sobre sua extinção, se for o caso.
II – Servidor(a) público de carreira que emitirá parecer sobre a necessidade do cancelamento, relançamento ou baixa de crédito.
§ 1º. Todos os pareceres deverão ser devidamente motivados e fundamentados para que tenham valor jurídico.
§ 2º. Compete ao . Diretor(a) do Departamento, onde se originou o lançamento, a deliberação sobre o cancelamento ou pedido de baixa solicitado. §
3º. O ato que venha a cancelar ou baixar o crédito tributário ou não tributário, deverá ser praticado no Departamento de origem do lançamento, diga-se Secretaria e/ou Departamento que efetuou o lançamento.

§ 4º Caso entenda-se necessário, poderá o processo ser encaminhado à Procuradoria Jurídica, para o controle da legalidade do ato, a qual emitirá parecer no prazo de até 2 (dois) dias;
Art. 5º. O ato que venha a cancelar ou baixar o crédito tributário ou não tributário, por qualquer causa, deverá:
I – Descrever no sistema tributário municipal detalhadamente o motivo, referenciando a documentação que embasa o cancelamento;
II – Ser registrado no sistema informatizado pelo servidor que fará o cancelamento, através de sua senha pessoal;
III – Ser autorizado no sistema informatizado, pelo diretor do departamento respectivo, através de sua senha pessoal, para que ocorra a autorização via sistema de dupla senha.
Parágrafo único: O(A) Diretor(a) do Departamento poderá delegar as suas competências a servidor público designado para tal fim em caso de necessidade justificada.

Art. 6º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente a **Instrução Normativa nº 39/2024**

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

ELISAMA NOGUEIRA
Controladora-Geral do Município

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:B70FECDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI Nº 6.408 DE 05/08/2026 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$123.884,58

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$123.884,58 (cento e vinte e três mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) , e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

13.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
13.002.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS
13.002.18.542.0033.2.092. MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS
501 – 3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO R$103.884,58
503 – 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$20.000,00

Total Suplementação: R$123.884,58

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

99.000.00.000.0000.0.000. Reserva de Contingência
99.999.00.000.0000.0.000. Reserva de Contingência
99.999.99.999.0099.9.999. Reserva de Contingência
826 - 9.9.99.99.00.00 000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA R$123.884,58

Total Redução: R$123.884,58

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:EF6FD418

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº. 26.400 DE 05/08/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, KELLY CRISTINA DA LUZ, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 4054/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 22/07/2026 à 20/08/2026, a servidora pública municipal **KELLY CRISTINA DA LUZ,** matrículas 203369 e 203943, ocupante do cargo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:0B74AF68

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 26.401 DE 05/08/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA ERICA MAYER, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no processo nº. 4343/2026,

RESOLVE:

ART. 1º: Conceder 15 dias de férias no período de 21/09/2026 à 05/10/2026 referente ao período aquisitivo de 19/04/2025 à 18/04/2026, a servidora **ERICA MAYER,** matrícula 204271, ocupante do cargo de AGENTE MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

ART. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:34EB2E61

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 26.402 DE 05/08/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA ANA BEATRIZ DOS SANTOS, LOTADA NA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no processo nº. 3930/2026,
RESOLVE:

ART. 1º: Conceder 15 dias de férias no período de 01/09/2026 à 15/09/2026 referente ao período aquisitivo de 09/12/2024 à 08/12/2025, a servidora **ANA BEATRIZ DOS SANTOS,** matrícula 204416, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotada na Controladoria Geral do Município.

ART. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:6677318B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 26.403 DE 05/08/2026 - DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À PESSOA DA FAMÍLIA, AO SERVIDOR ANANIAS RIBEIRO DOS SANTOS, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando Laudo Médico Pericial anexo ao protocolo sob nº. 11252/2025, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;
RESOLVE:
Art. 1º: Prorrogar licença para tratamento de saúde à pessoa da família, a partir de 21/07/2026 à 16/11/2026, ao servidor público municipal, **ANANIAS RIBEIRO DOS SANTOS**, matrícula 201759, ocupante do cargo de MOTORISTA I, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.
.

Art. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:9660F060

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº. 26.404 DE 05/08/2026 - DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR LEONARDO GUILMAN JUNIOR, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, e considerando o contido no processo nº. 7265/2026, e

RESOLVE:

Art 1º: Reduzir a carga horária do servidor **LEONARDO GUILMAN JUNIOR**, matricula 203489, ocupante do cargo de EDUCADOR SOCIAL II, lotado na Secretaria Municipal de Educação, de 40 (quarenta) horas semanais, para 20 (vinte) horas semanais, reduzindo proporcionalmente seus vencimentos a 50,0% (cinquenta por cento), sendo a partir de 03 de agosto de 2026, podendo ser revertida a concessão, havendo interesse público, tendo como base o Artigo 178 da Lei 1.700/94.
Art 2º: Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:5A01B266

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
DECRETO Nº 19.455, DE 05 DE AGOSTO DE 2026 - DISPÕE SOBRE O DEFERIMENTO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DO CONDOMÍNIO URBANO SIMPLES STANSKI

O**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere, bem como o contido nos Procedimentos Administrativos n° 13133/2026;

DECRETA:

Art. 1º O deferimento da Legitimação Fundiária e Legitimação De Posse e da Certidão de Regularização Fundiária, por meio da Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018, do núcleo urbano denominado Stanski, localizado neste município, é composto pela matrícula n° 10.945 de propriedade de Vilsinéia Angelita Stanski, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira/PR.

Art. 2º Individualização de matrículas aos requerentes com a gravação das ruas e servidões, conforme consta no artigo 62 parágrafo §1º.

Art. 3º Considerando a autonomia municipal como ente federado, respaldada na Lei nº 13.465/2017, que confere institucionalidade dos projetos de regularização fundiária, este município classifica o referido núcleo como de interesse social (Reurb-S). O núcleo se encontra apto para fins de regularização fundiária e, consequentemente, para emissão das matrículas individualizadas para cada morador, nas modalidades já mencionadas, sendo este núcleo predominantemente de baixa e média renda.

Art. 4º Deferimento da cobrança do IPTU, em nome do ocupante, independentemente da emissão das matrículas individualizadas.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:3945547F

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
DECRETO Nº 19.456, DE 05 DE AGOSTO DE 2026 - DISPÕE SOBRE O DEFERIMENTO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DO CONDOMÍNIO URBANO SIMPLES CAMARGO,

O**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere, bem como o contido nos Procedimentos Administrativos n° 12762/2026;

DECRETA:
Art. 1º O deferimento da Legitimação Fundiária e ou Legitimação De Posse e da Certidão de Regularização Fundiária, por meio da Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018, do núcleo urbano denominado Camargo, localizado neste município, é composto pela matrícula n° matrícula n° 10.944 com o cadastros imobiliário geral nº 38.963 de propriedade de Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, Direito Real Sobre O Imóvel de Ivo Mendes Camargo e Doraci da Luz Camargo, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira/PR.

Art. 2º Individualização de matrículas aos requerentes com a gravação das ruas e servidões, conforme consta no artigo 62 parágrafo §1º.

Art. 3º Considerando a autonomia municipal como ente federado, respaldada na Lei nº 13.465/2017, que confere institucionalidade dos projetos de regularização fundiária, este município classifica o referido núcleo como de interesse social (Reurb-S) e interesse Especifico (Reurb-E). O núcleo se encontra apto para fins de regularização fundiária e, consequentemente, para emissão das matrículas individualizadas para cada morador, nas modalidades já mencionadas, sendo este núcleo predominantemente de baixa e média renda.

Art. 4º Deferimento da cobrança do IPTU, em nome do ocupante, independentemente da emissão das matrículas individualizadas.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:FA458A47

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DECRETO Nº 19.463, DE 05 DE AGOSTO DE 2026 - DESIGNA MEMBROS DO NÚCLEO DE SEGURANÇA DO PACIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal** de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelo cargo, considerando o contido no Procedimento Administrativo n° 2496/2026,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os seguintes membros para compor o Núcleo de Segurança do Paciente

I) Representantes da Vigilância em Saúde:
a) Jean Carlo das Almas, matrícula102478;
b) Marina Gross, matrícula 203941;

II) Representante da Vigilância Epidemiológica:
a) Ediane Suelen dos Santos, matrícula 203686;

III) Representante Imunização:
a) Gislaine Conceição dos Santos, matrícula 204017;

IV) Representantes Farmácia:
a) Rafaela Wiegand Furmann, matrícula 203979;
b) Evelize Stacovial Rosa, matrícula 204281;

V) Representante das Estratégias de Saúde da Família – Atenção Primária
a) ÁREA URBANA: Rosana Hipólito do Nascimento, matrícula 204386 e Ceres Cristina Marques, matrícula 203453;
b) ÁREA RURAL: Laura Cristina Andrade Bubna, matrícula 204386 e Maria Kinach, matrícula 203945;
c) Assessoria de Atenção Primária: Isabely de Araújo, matrícula 204482;

VI) Representante da Equipe Multiprofissional de Suporte à Atenção Primária
a) Joilda Scolimoski, matrícula 204319;

VII) Representante Centro de Especialidades Médicas:
a) Michele Soares de Carvalho Kapp, matrícula 203882;
b) Karine Messias, matrícula 203676;

VIII) Representante Odontologia:
a) Joelma Aparecida dos Santos Mayer, matrícula 102568;

IX) Representante da Atenção Secundária:
a) Kamila Dusi Bochenek, matrícula 204446.

X) Representante do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS-I):
a) Vanilda Mroginski de Souza, matrícula 204487;
b) Marpilia Andrade Hampf Mendes, matrícula 204496.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente o Decreto nº 18.286, de 28 de Maio de 2025.

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:D14050B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DECRETO Nº 19.464, DE 05 DE AGOSTO DE 2026 - ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 17.644, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Palmeira**, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Processo Administrativo protocolado sob nº 1186/2026,

Decreta:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º, incisos I, II e III, do Decreto nº 17.644, de 18 de Setembro de 2024, o qual Institui a Comissão Permanente de Territorialização, Avaliação e Monitoramento de Indicadores da Atenção Básica e Instrumentos de Gestão e dá outras providências, passando a vigorar com a seguinte alteração:

"***Art 1º*** **----------**
I – 04 (quatro) representantes da Assessoria de Atenção Primária:
a) Odislaine Gomes Wience;
b) Simone Aparecida dos Santos Chaves;
c) Tamires de Lima Astord;
d) Roseli Martins Passoni;

***II** – 03 (três) representantes da Gestão da Secretaria Mnicipal de Saúde:*

a) Kamila Fernanda de Oliveira Sanson;
b) Zaine Bassani Zacarquin de Oliveira;
c) Isabely de Araújo;
***III** – 02 (dois) representantes da Assessoria de ouvidoria, Controle Social e Instrumentos de Gestão:*
a) Glaucimeri Iantas thaupa;
b) Katlen Cristina de Lima Koslovzki;

----------*"(NR)*

***Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições constantes no Decreto nº 17.644, de 18 de setembro de 2024.*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:FF125932

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PARECER - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Conselho Municipal de Saúde de Palmeira – PR, em atendimento às exigências da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, é de parecer favorável à atualização do POP (Procedimento Operacional Padrão) do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I, da Secretaria Municipal de Saúde o qual expõe sobre os atendimentos previstos na portaria que rege o trabalho do CAPS Portaria nº 336/2002, do Ministério da Saúde e Portaria 3.088/2011 que institui a RAPS – Rede de Atenção Psicossocial, reforçando o CAPS como componente especializado no atendimento pois contam com equipes multiprofissionais que oferecem cuidado contínuo e reinserção comunitária para pessoas com transtornos mentais graves e persistentes.

Palmeira, 14 de maio de 2026.

ARIANE MEIRA AUER
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:45447BD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PARECER - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Conselho Municipal de Saúde de Palmeira – PR, em atendimento às exigências da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, é de parecer favorável ao ofício 458/2026 da Secretaria Municipal de Saúde sobre repasse de recursos financeiros da SESA (Secretaria de Saúde do Estado) conforme resoluções, objetos e valores listados: Resolução 336/2026 – Aquisição de 01 ambulância no valor de R$250.000,00 e Resolução 948/2025 para Reforma da ESF Central no valor de R$300.000,00.

Palmeira, 30 de abril de 2026.

ARIANE MEIRA AUER
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:6C21FCAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 162/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, Centro Cívico, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade **R.G n° 12.382.056-8 SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº. 17.959 DE 17/01/2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A,** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 07.752.236/0001-23,** pessoa jurídica de direito privado, representada pela **Sra. Daniela Severo Kaufmann Neumann,** brasileira, inscrita no **CPF/MF sob o n.º** 025.670.410-44**,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram por meio do Processo Digital n.º 1680/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, o presente **TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 162/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA **- DO PREÇO**: Visando restabelecer a relação originalmente pactuada entre as partes, em razão da alteração superveniente dos custos que impactaram a execução contratual, fica concedido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme proposta apresentada pela empresa contratada, aplicável exclusivamente aos itens descritos na tabela a seguir:

Item	Descrição	Valor Licitado	Valor Concedido
Lote 128	FRASCO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL 300ML, EM POLIETILENO DE ALTA QUALIDADE, ATÓXICO E APIROGÊNICO, GRADUADOS COM ESCALA DE 20 ML, COM ALÇA DE SUSTENTAÇÃO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE	R$ 0,6990	R$ 1,0735
Lote 67	COLETOR PERFUROCORTANTE/INFECTANTE 3L PAPELÃO, DESENVOLVIDO PARA COLETA, ARMAZENAMENTO E DESCARTE DE MATERIAL PERFUROCORTANTE POTENCIALMENTE INFECTANTE NÃO ESTÉRIL, COMPOSTO POR COLETOR (PAPELÃO ONDULADO), SACOLA DE REVESTIMENTO (POLIETILENO), FUNDO (PAPELÃO RÍGIDO), CINTA INTERNA (PAPELÃO RÍGIDO) E BANDEJA INTERNA (PAPELÃO ONDULADO). DIMENSÕES DE 43,7CMX23CMX27,8CM, DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO, NA COR AMARELA.	R$ 2,0186	R$ 2,3302
Lote 202	SACO DE LIXO HOSPITALAR 15 LITROS, COM SIMBOLO INFECTANTE. PACOTE C/ 100 UNIDADES	R$ 0,0847	R$ 0,0932
Lote 129	FRASCO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL 500 ML, EM POLIETILENO DE ALTA QUALIDADE, ATÓXICO E APIROGÊNICO, GRADUADOS COM ESCALA DE 20 ML, COM ALÇA DE SUSTENTAÇÃO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	R$ 1,1234	R$1,4405
Lote 204	SACO DE LIXO HOSPITALAR 100 LITROS, COM SÍMBOLO INFECTANTE. PACOTE C/ 100 UNIDADES.	R$ 0,2931	R$ 0,5014

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições da Ata de Registro de Preços n.º 162/2025, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:5B6C0F1C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 09, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 09, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Decreta ponto facultativo na Câmara Municipal de Palmital e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Palmital, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nos arts. 61 e 62 da Lei Orgânica do Município c/c com o art. 169, do Regimento Interno desta Casa,

Considerando a Lei Municipal nº 627, de 13 de setembro de 2006, que instituiu o dia 06 de agosto como feriado municipal em honra ao padroeiro Bom Jesus da comunidade ucraniana da Igreja Bom Jesus, com sede no Município;

Considerando o Decreto nº 94, de 02 de dezembro de 2025, que fixou o calendário de feriados municipais para o ano de 2026, reconhecendo o dia 06 de agosto de 2026 (quinta-feira) como feriado do Dia de São Bom Jesus da comunidade ucraniana;

Considerando o Decreto Municipal nº 41, de 31 de julho de 2026, que decretou ponto facultativo nas repartições públicas municipais da Administração Direta e Indireta no dia 07 de agosto de 2026;

DECRETA

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo no dia 07 de agosto de 2026 (sexta-feira), em virtude do feriado municipal do dia 06 de agosto de 2026, em homenagem ao padroeiro Bom Jesus da comunidade ucraniana da Igreja Bom Jesus.

Parágrafo único. Tendo em vista o contido no caput deste artigo, ficam suspensas todas as atividades de atendimento ao público na data mencionada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:ABC6D0D6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO LEILÃO 01/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 76/2026
O Município de Palmital, Estado do Paraná com fundamento na Lei nº 14.133/2021, dispõe o artigo 31, comunica que realizará leilão conforme as seguintes especificações:
OBJETO: ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS E DE RECUPERAÇÃO ANTIECONÔMICA PARA O USO DO MUNICÍPIO DE PALMITAL/PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I.

LOCAL, DATA E HORÁRIO:
INÍCIO DOS LANCES: A partir da publicação do edital
DATA DO LEILÃO: 10/09/2026
ENCERRAMENTO DO LEILÃO: A PARTIR DAS 09:00hs
LOCAL DO LEILÃO: Os leilões serão realizados na modalidade online através do site do Leiloeiro Oficial: www.lbleiloes.com.br, doravante denominado SITE DO LEILOEIRO OFICIAL.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior Lance por Lote
PALTAFORMA ELETRÔNICA:www.lbleiloes.com.br
INFORMAÇÕES: O Edital e Anexos com as Especificações encontram-se na sede da Prefeitura Municipal de Palmital/PR, sito a Rua Maximiliano Vicentin, 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 36571222, de segunda à sexta-feira, no horário das 08h00min às 11h30min e 13h00min às 17h30min e também disponível no sitio do Município www.palmital.pr.gov.br e no sitio www.lbleiloes.com.br
Cabe aos interessados vistoriar os bens a serem apregoados no período de 04/08/2026 ao dia 09/09/2026, DÁS 08:00 ÀS 11:30 E DAS 13:00 ÀS 17:30 HORAS. Os interessados deverão agendar preferencialmente para registro pelo e.mail licitapalmital@palmital.pr.gov.br, entrar contato Palmital - PR (42) 3657-1222, para agendamento da visita, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

Palmital/PR, 03 de Agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:82F99D68

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DECRETO Nº 42/2026 - DESAFETAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

DECRETO Nº 42 DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Declara a inservibilidade e desafeta bens móveis (veículos automotores e maquinários) pertencentes ao patrimônio do Município de Palmital, autoriza a sua alienação na modalidade Leilão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, ROBERTO CARLOS ROSSI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial o seu art. 76, inciso II, que rege a alienação de bens móveis no âmbito da Administração Pública;
CONSIDERANDO a interpretação sistemática do art. 179 da Lei Orgânica Municipal, que reserva a exigência de autorização legislativa estrita para a alienação de bens imóveis, submetendo os bens móveis à desafetação fática materializada por ato do Poder Executivo;
CONSIDERANDO o Laudo de Avaliação constante no Processo Administrativo nº 076/2026, emitido pela Comissão Especial de Avaliação nomeada pela Portaria nº 742/2025;
CONSIDERANDO que os veículos e equipamentos avaliados se encontram em estado de obsolescência, sucateamento ou cuja manutenção tornou-se antieconômica para os cofres públicos, não mais servindo às finalidades da Administração;
DECRETA:
Art. 1º Ficam declarados administrativamente inservíveis para o uso do serviço público e, consequentemente, desafetados de sua destinação original (bens de uso especial), passando a integrar a categoria de bens dominicais, os veículos automotores e maquinários pertencentes à frota do Município de Palmital descritos no Laudo de Avaliação constante do Processo Administrativo nº 76/2026.
Art. 2º Fica expressamente autorizada a alienação dos bens móveis descritos no artigo anterior, que ocorrerá mediante procedimento licitatório na modalidade Leilão, nos termos do art. 6º, inciso XL, e art. 76, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 3º A base para o lance inicial de cada lote corresponderá, no mínimo, ao valor estipulado no Laudo de Avaliação e Inservibilidade, vedada a arrematação por valor inferior ao da avaliação.
Art. 4º Fica o Departamento de Licitações (ou Secretaria de Administração) autorizado a adotar todas as providências administrativas para a consecução do certame.
Art. 5º Os recursos financeiros arrecadados com a alienação dos bens deverão ser recolhidos aos cofres do Município e sua aplicação observará as destinações permitidas pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em especial o seu art. 44.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
.

Palmital-PR, 03 de Agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danilo Amorim Schreiner
Código Identificador:EAFD16C0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO 21/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 21/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 78/2026

OBSERVAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), EM ATENÇÃO AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 8.538/15, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14 E LEI MUNICIPAL Nº 1.025/16, ARTIGO 034.

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complementar n° 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 Lei Municipal N° 1.025/16 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E ACESSÓRIOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO, REPARO E ESTRUTURAÇÃO DA FANFARRA MUNICIPAL DE PALMITAL/PR.**
DATA DE ABERTURA: 13/08/2026 às 08:30 HS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Lote.

PLARAFORMA ELETRÔNICA: www.bnc.org.br ou https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis também no site **https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php** também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital, 05 de agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:B18B04BD

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO 22/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 22/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 75/2026

OBSERVAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), EM ATENÇÃO AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 8.538/15, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14 E LEI MUNICIPAL Nº 1.025/16, ARTIGO 034.

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complementar n° 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 Lei Municipal N° 1.025/16 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE COLETA, PRESERVAÇÃO, TRANSPORTE, ANÁLISES LABORATORIAIS E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS PARA O MONITORAMENTO AMBIENTAL DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS, ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, CHORUME E DEMAIS PARÂMETROS AMBIENTAIS DO ATERRO MUNICIPAL DE PALMITAL-PR.**
DATA DE ABERTURA: 13/08/2026 às 08:30 HS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Lote.

PLARAFORMA ELETRÔNICA: www.bnc.org.br ou https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis também no site **https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php** também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital, 05 de agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:6A724519

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA Nº 486/2026

PORTARIA N° 486 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Servidor Público para atuar junto ao Serviço de Inspeção Municipal de Palmital e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMITAL, Estado do Paraná, Senhor Roberto Carlos Rossi, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e
CONSIDERANDO a necessidade de designação de responsável técnico para atuar junto ao Serviço de Inspeção Municipal SIM/POA;
RESOLVE:
Art. 1° Designar o Servidor Público Municipal Dr. ANDERSON DOS SANTOS, ocupante do cargo de Médico Veterinário, cedido pelo Consócio Público Cid Centro através da portaria nº 007 de 30 de Julho de 2026, para atuar junto ao SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PALMITAL – SIM/POA.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se.
Gabinete do Prefeito do Município de Palmital - Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de Agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal de Palmital

Publicado por:
Araceli Daiana Aguiar Bonassoli
Código Identificador:4131B91C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
ATO 4942

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE

Nomear, **LUAN BATISTA FRANCISCO** para o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar IV, Símbolo DAS-1C, desta Câmara Municipal, conforme Artigo 5.° da Lei n° 4.671/2026, a pedido protocolado sob o n.º 57.660/2026 do Vereador Luiz de Sá Maranhão Neto, em cujo Gabinete ficará lotado o servidor.

PARANAGUÁ, PALÁCIO CARIJÓ, em 05 de agosto de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Danielle Alves da Costa
Código Identificador:2AEF34BE

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
ATO 4943

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE

Nomear **MANUELLA DIAS** para o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar III, Símbolo DAS-1C, desta Câmara Municipal, conforme Artigo 5.° da Lei n° 4.671/2026, a pedido protocolado sob o n.º 57.954/2026 do Vereador Adalberto Marcos de Araújo, em cujo Gabinete ficará lotada a servidora.

PARANAGUÁ, PALÁCIO CARIJÓ, em 05 de agosto de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Danielle Alves da Costa
Código Identificador:234636BC

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
ATO 4944

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE

Nomear **RYSSIA CRISTINE ELIAS HENNEL** para o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar IV, Símbolo DAS-1C, desta Câmara Municipal, conforme Artigo 5.° da Lei n° 4.671/2026, a pedido protocolado sob o n.º 57.954/2026 do Vereador Adalberto Marcos de Araújo, em cujo Gabinete ficará lotada a servidora.

PARANAGUÁ, PALÁCIO CARIJÓ, em 05 de agosto de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Danielle Alves da Costa
Código Identificador:C1CF5A11

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
LEI PROMULGADA Nº 0660/2026

"Dispõe sobre a instalação de faixa elevada para pedestres nas vias públicas, em frente a Unidades de Saúde e nos Estabelecimentos Públicos de Ensino da Rede Municipal."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, decretou, e eu, Presidente, nos termos do artigo 57, parágrafo 8º da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de faixa de travessia elevada de segurança para os pedestres, em frente a Unidades de Saúde e nos Estabelecimentos Públicos de Ensino da Rede Municipal, nas vias públicas deste Município.
Parágrafo único. Ficará a cargo do Chefe do Poder Executivo Municipal indicar a qual secretaria ou órgão responsável para a execução do serviço da construção de faixas elevadas referente ao caput deste presente artigo desta Lei.
Art. 2º - As faixas elevadas de segurança deverão obedecer a padronização disposta nos termos da Resolução n° 738, de 6 de setembro de 2018, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e suas alterações.
Parágrafo 1º. A prioridade de instalação e colocação será para as Instituições de Ensino com maior número de crianças e que apresentem riscos aos pedestres, por conta de fluxo maior de veículos e deverão estar a uma distância de, no máximo, 20 (vinte) metros do portão de entrada/saída das Escolas e Instituições de Ensino.
Parágrafo 2º. O local onde as faixas elevadas serão colocadas deverá ter sinalização com placas de advertência de velocidade máxima permitida e de passagem sinalizada de pedestres
Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 4º - Cabe ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei no que couber.
Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação .
Paranaguá, "Palácio Carijó", em 04 de agosto de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO.
Presidente.

Publicado por:
João Nunes da Silva Júnior
Código Identificador:EFFFBA74

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
ERRATA DA RESOLUÇÃO N° 22 DE 31 DE JULHO DE 2026.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná, no uso de suas atribuições, e na lei n° 4.320/64, torna público:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no valor de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, destinados ao reforço das seguinte Dotação Orçamentária:

Suplementação:

01		**CISLIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**	
01.002		**Serviço de Atendimento Móvel de Ugência - SAMU**	
01.002.10.302.0902.2002.		**GESTÃO DE SERVIÇO DE SAUDE - SAMU**	
34 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	8.000,00
35 3.1.90.16.00.00	1496	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
~~33 3.1.90.16.00.00~~	~~496~~	~~OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL~~	~~1.000,00~~
		Total da Suplementação:	**15.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° desta Resolução, servirá como recursos os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução:

01		**CISLIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**	
01.002		**Serviço de Atendimento Móvel de Ugência -**	

		SAMU	
01.002.10.302.0902.2002.		**GESTÃO DE SERVIÇO DE SAUDE - SAMU**	
50 33.90.39.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	8.000,00
51 33.90.39.00.00	1496	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
49 33.90.39.00.00	496	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	4.000,00
		Total da Suplementação:	**15.000,00**

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos orçamentários a partir do dia 31/07/2026.

Onde se Lê:

33 3.1.90.16.00.00	496	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL	1.000,00

Leia-se:

33 3.1.90.16.00.00	496	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL	4.000,00

PARANAGUÁ, Paraná, em 31 de Julho de 2026.

ADRIANO RAMOS	***RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM***
Presidente Do CISLIPA	Diretor Executivo

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:799CF140

SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E IGUALDADE RACIAL EDITAL Nº 02/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE PARANAGUÁ – CMDM

Regulamenta o Processo de Eleição das Conselheiras representantes das Entidades e Organizações da Sociedade Civil no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranaguá – CMDM, para o biênio 2026-2028.

A **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE PARANAGUÁ,** doravante denominado CMDM, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei de nº 4.649/2025, que vincula o CMDM à Secretaria Municipal da Mulher, do Desenvolvimento Social e da Igualdade Racial de Paranaguá - SEMDIR, e dando cumprimento à decisão da plenária, em reunião ordinária, do dia 27 de julho de 2026, CONVOCA todas as entidades da sociedade civil organizada, interessadas em se habilitar a fim de concorrer no Fórum Eletivo das Entidades Não Governamentais, para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranaguá – CMDM, na gestão do biênio 2026-2028, na forma do presente Edital.

CAPÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE PARANAGUÁ

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM trata-se de um órgão colegiado de caráter deliberativo, consultivo, propositivo, formulador e fiscalizador das políticas públicas voltadas para a mulher, rege-se pelas disposições constantes na Lei Municipal nº 4.649/2025.

Art. 2º Conforme artigo 1º da Lei Municipal nº 4.649/2025, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, dentre outras atribuições:

I – Deliberar, orientar e avaliar as políticas públicas de garantia de direitos das mulheres que serão ou estão sendo desenvolvidas pelo Poder Executivo para assegurar a participação integral da mulher na sociedade e o respeito aos seus direitos bem como sobre a destinação dos recursos do Fundo Municipal;

II – Garantir a participação das mulheres nas decisões políticas relacionadas ao segmento feminino, o Conselho será um canal de integração e comunicação entre a sociedade civil e o Executivo Municipal;

III – Desenvolver estudos e pesquisas relativas à mulher, em conjunto com o órgão responsável pela política pública de garantia de direitos das mulheres, objetivando subsidiar o planejamento de políticas e ações públicas em favor do segmento no Município;

IV – Promover, organizar e participar de seminários, cursos, congressos e eventos correlatos para discussão de temas relativos à mulher que contribuam para a conscientização dos problemas relativos à mulher na sociedade do Município e fora dele, atuando em parcerias com movimentos de mulheres e feministas, contribuindo para a sua organização e fortalecimento, visando o incentivo à participação das mulheres no controle e monitoramento social das suas políticas públicas em suas diversas áreas;

V – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento da legislação que cuida dos direitos e das necessidades da mulher;

VI – Propor a criação de canais de participação popular junto aos órgãos municipais, devendo a Administração Municipal consultar e ouvir o conselho no que se refere ao atendimento das questões relativas à mulher.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL, DAS VAGAS, DAS CANDIDATAS EVOTANTES

Art. 3º A eleição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM tem como objetivo realizar de forma democrática a escolha das entidades, organizações, coletivos, movimentos sociais e sociedade civil organizada que atuem na promoção da igualdade de gênero, na mobilização, organização, promoção, defesa ou garantia dos direitos das mulheres.

Art. 4º A organização do processo eleitoral caberá à Comissão Organizadora Eleitoral, a qual foi instituída pelo CMDM em Plenária, conforme Ata de reunião ordinária realizada em 27/07/2026 e contará ainda com o apoio da equipe da Secretaria de Municipal da Mulher, do Desenvolvimento Social e da Igualdade Racial - SEMDIR e da Secretaria Executiva do CMDM.

Art. 5º O processo eleitoral das entidades da sociedade civil para compor o CMDM para o Biênio 2026-2028 será regido por este Edital visando o preenchimento de 07 (sete) vagas titulares e
07 (sete) vagas suplentes conforme artigo 2° da Lei Municipal nº 4649/2025, e ocorrerá em Plenária durante o Fórum Eletivo das Entidades Não Governamentais, conforme o disposto no Capítulo VI deste Edital.

§ 1º A função dos membros do CMDM é considerada de interesse público relevante e não será remunerada, de acordo com a Lei Municipal n° 4.649/2025.

§ 2º Poderão participar do processo eleitoral na condição de candidatas e/ou votantes as entidades/organizações da sociedade civil que atenderem aos critérios e calendário estabelecidos neste Edital, que compartilhem dos princípios da Política Nacional e Estadual para as Mulheres, que comprovem atuação há mais de dois anos na promoção da igualdade de gênero, na mobilização, organização, promoção, defesa ou garantia dos direitos das mulheres, bem como entidades de proteção e defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras através de entidades sindicais, associações profissionais e de classe que atuem na defesa da democracia e na promoção da igualdade social e dos direitos das mulheres, e ainda que se enquadrem na Lei de criação do CMDM, e desde que com atuação de abrangência municipal (ainda que como moradoras em outro município em sua composição) e cuja documentação básica esteja completa.

Art. 6° As entidades/organizações da sociedade civil que possuem assento no CMDM, na atual gestão poderão concorrer à reeleição, independentemente do tempo de mandato, desde que atendam e

cumpram integralmente às exigências e orientações relativas ao processo eleitoral regulado pelo presente Edital.

Parágrafo único. Considerando a imperiosa participação da Sociedade Civil na Comissão Eleitoral, não caracteriza impedimento para a Entidade/Organização da Sociedade Civil, a participação da mesma na Comissão Eleitoral, podendo a Organização se candidatar para novo mandato, se abstendo da análise da documentação da entidade que representa.

Art. 7º Após a análise das inscrições, a Comissão Organizadora Eleitoral estará publicando a relação das entidades/organizações habilitadas e inabilitadas a concorrer a cadeira junto ao CMDM, com as justificativas necessárias e com o prazo para apresentação de recurso, respeitando o cronograma descrito no Capítulo V deste Edital.

Art. 8º A Comissão Organizadora Eleitoral encaminhará cópia do Edital e cronograma do processo eleitoral ao Ministério Público para ciência e fiscalização do Processo Eleitoral.

CAPÍTULO III
DA COMISSÃO ORGANIZADORA ELEITORAL

Art. 9º A Comissão Organizadora Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM foi formada em Plenária, conforme descrito no artigo nº 4 deste Edital e é formada por 04 (quatro) conselheiras. Na formação foi respeitada a paridade entre as representações do poder executivo e da sociedade civil organizada.

§ 1º A Comissão Organizadora Eleitoral escolherá, dentre seus membros, na sua primeira reunião, uma coordenadora. Os demais membros da Comissão ficarão à disposição para fazer a relatoria no dia do Fórum Eletivo das Entidades Não Governamentais, bem como auxiliar nas demais atividades necessárias, que serão distribuídas conforme decisão da Comissão.

§ 2º A Comissão Organizadora Eleitoral tem por finalidade habilitar as entidades que pretendam participar do Fórum Eletivo das Entidades Não Governamentais fazendo, exclusivamente, a análise da documentação apresentada e apreciação dos pedidos de habilitação e recursos, deliberando por maioria de votos.

§ 3º A Comissão Organizadora Eleitoral será responsável pela organização e realização de todo o processo eleitoral a ser realizado via Fórum Eletivo das Entidades Não Governamentais.

CAPÍTULO IV
DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

Art. 10° As entidades da sociedade civil poderão habilitar-se enquanto votantes, para votar na assembleia de eleição ou enquanto para votar e serem candidatas mediante requerimento, conforme **Anexo I,** indicando as pretensões, assinado pelo (a) representante legal da organização endereçado ao CMDM, acompanhado dos seguintes documentos:

I. Documento informando o nome da instituição e a indicação das representantes titular e suplente da organização que exercerá o direito a voto e será designada como votante e/ou candidata, acompanhado da cópia do RG, CPF, comprovante de residência, e-mail e contato telefônico, da candidata.
II. Comprovante de endereço, caso tenha sede física;
III. Estatuto ou portfólio que comprove o funcionamento da entidade/organização há pelo menos 02 (dois) anos, acompanhada de elementos que comprovem por meio de documentos a atuação da instituição (ex: folders de eventos, cartazes, cartilhas, registros em mídia nacional, estadual ou local) em defesa de políticas públicas para garantia dos direitos das mulheres;
IV. Declaração de compartilhamento dos princípios da Política Nacional e Estadual para as Mulheres (**Anexo II)**;

§1º As representantes, titular e suplente, indicadas pela entidade/organização habilitada para participar do Fórum Eletivo das Entidades Não Governamentais serão as mesmas a ocupar o assento no CMDM caso a entidade seja eleita.

§2º A pessoa indicada poderá representar somente uma única entidade/organização;

§3º Somente poderão votar e ser votadas no processo eleitoral as entidades/organizações que fizerem a inscrição prévia no período previsto neste Edital e forem habilitadas, não sendo permitida a inclusão de novos votantes ou candidatas após esse período.

Art. 11º As Entidades/Organizações da Sociedade Civil poderão apresentar fotocópias simples dos documentos relacionados nas alíneas do artigo 10º, respondendo na forma da lei pela apresentação de documentos e informações falsas.

§1º Os documentos para inscrição deverão ser encaminhados para o e-mail:
paranaguacmdm@gmail.com;

§2º Após o envio da documentação por e-mail, a Entidade/Organização deverá aguardar aviso de confirmação para comprovação do recebimento da documentação para habilitação como votante ou candidata/votante, podendo os e-mails que contenham grande volume de documentação serem comprimidos em ferramentas específicas, desde que os documentos estejam legíveis e em formato PDF.

Art. 12º. Nenhum registro de candidatura será admitido fora do período determinado pelo CMDM nos termos do presente Edital.

CAPÍTULO V
DO CRONOGRAMA

Art. 13º A habilitação das entidades ao Processo Eleitoral pela Comissão Organizadora Eleitoral será feita de acordo com os requisitos previstos neste Edital e dentro do seguinte cronograma:

a) Período de inscrição: 06/08/2026 à 21/08/2026;

b) Análise pela Comissão Organizadora Eleitoral: 24/08/2026 à 26/08/2026;

c) Publicação da relação das entidades/organizações habilitadas e inabilitadas: 31/08/2026;

d) Apresentação de recurso pelas Entidades/Organizações inabilitadas: 01/09/2026 à 08/09/2026;

e) Publicação da relação definitiva de OSC's habilitadas e inabilitadas: 11/09/2026;

f) Data do Fórum Eletivo das Entidades Não Governamentais: 16/09/2026;

g) Publicação do resultado final do processo eleitoral com as candidatas eleitas: 21/09/2026

h) Indicação das representantes, titulares e suplentes, pelas Entidades/Organizações eleitas e pelas Secretarias Municipais por meio de Ofício (Anexo III) encaminhado ao e-mail paranaguacmdm@gmail.com, acompanhado dos documentos: Cópia do RG; CPF, comprovante de endereço, telefone e e-mail: 22/09/2026 a 30/09/2026;

i) Envio para publicação do Decreto das Conselheiras representantes das Entidades/Organizações Eleitas e representantes governamentais indicadas pelas Secretarias Municipais: 05/10/2026;

j) Posse das Conselheiras representantes das OSC eleitas e das indicadas pelas Secretarias Municipais em data a ser definida.

Parágrafo Único. O descumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "a", acarretará a desabilitação da Entidade/Organização, não havendo hipótese de recurso pela Organização nestes casos.

Art. 14º Os recursos, impugnações e manifestações deverão ser encaminhados ao e-mail paranaguacmdm@gmail.com, no prazo estipulado no artigo nº 13º, alínea "d".

Parágrafo Único. O processo de recurso possibilitará também as adequações e complementações documentais, respeitado o prazo previsto no artigo nº 13º, alínea "d".

Art. 15º As decisões da Comissão Organizadora Eleitoral serão tomadas por maioria e serão devidamente fundamentadas.

CAPÍTULO VI
DO FÓRUM ELETIVO DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Seção I
Do Fórum Eletivo

Art. 16º O Fórum Eletivo das Entidades Não Governamentais substituirá a realização de Conferência Municipal para eleição das representações das entidades/organizações da sociedade civil no CMDM, para o Biênio 2026-2028.

Seção II
Da Realização da Eleição

Art. 17º A eleição das 07 entidades/organizações representantes da sociedade civil para compor o CMDM para o biênio 2026-2028 será realizada no dia 16 de setembro de 2026, das 14h às 17h, presencialmente, durante o Fórum Eletivo Das Entidades Não Governamentais.

§ 2º Cada entidade habilitada como candidata terá 5 (cinco) minutos para fazer uma exposição sobre sua atuação, bem como seu compromisso na área da mulher, em conformidade com os direcionamentos do presente Edital.

Art. 18º Serão eleitas as 7 (sete) entidades que obtiverem o maior número de votos.

§ 1° Em casos de empate, será considerada eleita a entidade com maior tempo de atuação, permanecendo o empate será considerada eleita a entidade com a presidente mais idosa.

§ 2° Serão consideradas entidades suplentes aquelas que, não tendo sido eleitas, tenham obtido maior número de votos que as demais não eleitas.

Art. 19º A eleição obedecerá aos seguintes requisitos:

I – Realização sob responsabilidade da Comissão Organizadora Eleitoral;
II – Votação presencial, via voto secreto através de cédula;
III – Apuração do resultado da votação, com elaboração de listagem do resultado em ordem decrescente de número de votos;
IV – Registro em ata de todo o processo eleitoral.

Art. 20º Encerrado o processo de votação às 16h a Comissão Organizadora Eleitoral acessará o resultado da eleição e anunciará às presentes as entidades/organizações eleitas, com a fiscalização por qualquer cidadão, caso se façam presentes, lavrando-se ata dos encaminhamentos.

Parágrafo único. As entidades eleitas serão relacionadas em ordem decrescente do número de votos obtidos.

Art. 21º Os incidentes durante o processo eleitoral serão resolvidos pela Comissão Organizadora Eleitoral, não cabendo recurso da decisão.

Art. 22º Proclamado o resultado, a lista contendo o mesmo será divulgada para amplo conhecimento dos (as) participantes nas mídias do CMDM e da Prefeitura Municipal de Paranaguá.

Parágrafo Único. As entidades/organizações que não obtiverem o número de votos suficientes para compor o CMDM, comporão a lista de suplência conforme a ordem decrescente do número de votos.

Seção III
Do Resultado Final

Art. 23º A relação das organizações eleitas e das respectivas conselheiras titulares e suplentes será encaminhada à Secretaria Municipal da Mulher, do Desenvolvimento Social e da Igualdade Racial - SEMDIR, para as providências referentes ao respectivo Decreto de nomeação.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24º Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Comissão Eleitoral.

Art. 25º As conselheiras titulares e suplentes, indicadas pelas entidades/organizações que comporão o CMDM no biênio 2026-2028 serão nomeadas pelo Prefeito do Município de
Paranaguá, através de Decreto e empossadas em reunião extraordinária, conforme cronograma.

Art. 26º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 05 de agosto de 2026.

ALESSANDRA MARA DE JESUS BUKAREWICZ
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranaguá

ANEXO I
REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Solicitação de Inscrição para:

( ) Candidatura e Votação ( ) Apenas votação

Pelo presente, a Entidade/
Organização_____, com abrangência no Município de Paranaguá, no Estado do Paraná, requer sua inscrição no processo eleitoral com vistas ao preenchimento das vagas para a representação da sociedade civil no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranaguá – CMDM, sendo que votará no dia do Fórum Eletivo em representação à entidade a Sr.ª
_____,

RG n.º_____,e-mail LEGÍVEL_____
E caso ela não compareça por motivo de força maior, votará a sua suplente, sra:

RG nº _____, e-mail _____

Informo que a Entidade/Organização atua:

( ) Entidades de promoção da igualdade de gênero;
( ) Entidades de mobilização e organização social e comunitária de luta pelos direitos das mulheres;
( ) Entidades de promoção, defesa ou garantia dos direitos das mulheres na saúde, assistência social, habitação, trabalho e emprego, entre outros;
( ) Entidades de proteção e defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras através de entidades sindicais, associações profissionais e de classe que atuem na defesa da democracia e na promoção da igualdade social e dos direitos das mulheres.

Para fins de validação da inscrição segue anexo à ficha as seguintes documentações:

( ) Documento informando o nome da instituição e a indicação da representante da organização que exercerá o direito a voto e será designada como votante e/ou candidata;
( ) Carta de Princípios ou Carta de Compromisso e/ou Estatuto ou portfólio
( ) Documentos comprobatórios das atividades/ações realizadas que comprovem o funcionamento da entidade/organização há pelo menos 02 (dois) anos, (ex: folders de eventos, cartazes, cartilhas, registros em mídia nacional, estadual ou local) em defesa de políticas públicas para garantia dos direitos das mulheres;
( ) RG, CPF, comprovante de residência, telefone e e-mail da representante votante e da suplente indicada pela Entidade.
( ) Declaração de compartilhamento dos princípios da Política Nacional e Estadual para as Mulheres (ANEXO II).
( ) Comprovante de endereço, caso tenha sede física;

Como representante legal da entidade, responsabilizo-me pelo presente requerimento, documentação anexa e veracidade das declarações.

Paranaguá,dede 2026.

_____
Assinatura do(a) Representante Legal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE COMPARTILHAMENTO DOS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA NACIONAL E ESTADUAL PARA AS MULHERES

Declaro para fins de inscrição no processo eleitoral de representantes da sociedade civil para o mandato do Biênio 2026-2028 do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranaguá - CMDM, que a Entidade por mim representada compartilha dos princípios da Política Nacional e Estadual para as Mulheres, abaixo elencados:

Princípios da Política para as Mulheres:

Laicidade do Estado
Igualdade e respeito à diversidade
Universalidade das políticas
Equidade
Justiça Social
Autonomia das mulheres
Transparência de atos públicos
Participação e controle social

Paranaguá,dede 2026.

_____
Assinatura da Representante da Entidade/Organização

ANEXO III

MODELO DE OFÍCIO DE INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE
(para entidades eleitas)

Data: ___ de _____ de 2026. Ofício nº ___/2026

À Comissão Organizadora Eleitoral.

Assunto: Indicação de Conselheira Titular e Suplente.

Com cordial cumprimento, em atenção ao edital de convocação nº 002/2026, a _____ (incluir aqui o nome da entidade) indica as conselheiras abaixo relacionadas para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.
Dados das representantes:

Nome:
Condição: Representante Titular RG:
CPF:
Fone:
E-mail:

Nome:
Condição: Representante Suplente RG:
CPF:
Fone:
E-mail:

Atenciosamente,

_____
Assinatura do Representante da Entidade/Organização

Publicado por:
Gabriel Neves Martinatto Silva
Código Identificador:F39ED999

SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E IGUALDADE RACIAL
RESOLUÇÃO Nº 009/2026 – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE PARANAGUÁ

Delibera sobre a composição da Comissão Eleitoral.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4649/2025 de 19 de dezembro de 2025; e **CONSIDERANDO** o vencimento da eleição anterior de composição das entidades da sociedade civil; e a aprovação da plenária em reunião ordinária realizada no dia 27 de julho de 2026 pela composição de comissão eleitoral.

RESOLVE:

Art. 1 - Aprova a composição da Comissão Eleitoral, com os seguintes membros:

Camila Kofahl Monteiro – Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial.

Débora Regina Castro – Núcleo de Direitos Humanos Marielle Franco.

Marcia de Carvalho – Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral.

Matsuko Mori Barbosa – União Brasileira de Mulheres.

Art. 2 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá-PR, em 05 de agosto de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

ALESSANDRA MARA DE JESUS BUKAREWICZ
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO
Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

Publicado por:
Gabriel Neves Martinatto Silva
Código Identificador:B54D6831

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE
ATA DA 08ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CIE

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA **DA COMISSÃO DE INCENTIVO AO ESPORTE,** REALIZADA
EM 04 DE AGOSTO DE 2026.
PRESIDÊNCIA: JOSÉ MIGUEL PEREIRA SECRETÁRIO: GABRIEL PEREIRA DAS NEVES
Às nove horas do dia 04 de Agosto de 2026, reuniu-se na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, situada na Rua João Estevão, S/n° - Centro, Paranaguá - PR, a Comissão de Incentivo ao Esporte (CIE), designada pelo Decreto n° 1446/2026, com a seguinte composição:

•
Presidente da Comissão de Incentivo ao Esporte: JOSÉ MIGUEL PEREIRA

•
Secretário: GABRIEL PEREIRA DAS NEVES

•
Membros da CIE: LUIZ CLÁUDIO CORREA, WENDGLAY DIATCHUK DAMACENO, ADIB MOHAMED BAHY, HÉRICA CRISTINA DE PIERRI RAMOS, SHEILA REGINA BATISTA FERREIRA.

Consta nas presenças que estavam AUSENTES: Membro da Câmara Municipal de Paranaguá Iniciada a reunião foi apresentada a seguinte pauta pelo Sr. Presidente:

•
Apresentação de novos pedidos do Programa Auxílio Atleta

•
Análise de recursos correspondentes ao Chamamento Publico n° 09/2026.

Posteriormente foi iniciada a avaliação dos pedidos protocolados para contemplação do Programa Auxílio Atleta, foram deliberados e aprovados os seguintes pedidos:

51610/2026	João Pedro da Costa Silva	APROVADO	Jiu Jitsu	MANAUS-AM	1419 UFM
51615/2026	Bernardo Albini dos Santos	APROVADO	Jiu Jitsu	BRUSQUE-SC	150 UFM
51624/2026	Bernardo Albini dos Santos	INDEFERIDO	Jiu Jitsu	CURITIBA-PR	Conforme inciso I, Art 2S, Lei 4665/2026
52511/2026	Miguel Abner Neves Gomes	APROVADO	XADREZ	PONTA PORÃ - MS	1017 UFM
52589/2026	Ronaldo Borges Nunes Cavalheiro	APROVADO	Jiu Jitsu	CARTAGENA — COL	1750 UFM
52594/2026	Ronaldo Borges Nunes Cavalheiro	APROVADO	Jiu Jitsu	SÃO PAULO-SP	320 UFM
54055/2026	Daiana Sachett	APROVADO	Maratona	POMERODE-SC	150 UFM
54165/2026	José Manoel Simão Leopoldino	APROVADQ	Jiu Jitsu	BRUSQUE-SC	1S0 UFM

Não houve ingresso de processos recursais referente à Chamada Pública n° 09/2026.
Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, agradecendo novamente a presença de todos e convocando-os para a próxima reuniáo a ser agendada.
Para constar, eu, Gabriel Pereira das Neves, Secretário, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Presidente.

JOSÉ MIGUEL PEREIRA
Presidente

GABRIEL PEREIRA DAS NEVES
Secretário

LUIS CLAUDIO CORREA
Membro

WENDGLAY DIATCHUK DAMACENO
Membro

ADIB MOHAMED BAHY HPERICA
Membro

CRISTINA DE PIERRE RAMOS
Membro

SHEILA REGINA BATISTA FERREIRA
Membro

Publicado por:
Adib Mohamed Bahy
Código Identificador:D38E71DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE
RESULTADO OFICIAL – CHAMAMENTO PÚBLICO 009-2026 – PROJETOS ESPORTIVOS

RESULTADO OFICIAL – CHAMAMENTO PÚBLICO 009-2026 – PROJETOS ESPORTIVOS

PROJETO/PROGRAMA 1 (UM) – PROGRAMA DE EQUIPES DE ALTO RENDIMENTO E ESCOLINHAS DE CUNHO SOCIAL/ EDUCACIONAL – FAIXA ETÁRIA LIVRE			
Nº	**PROCESSO**	**REQUERENTE**	**RESULTADO**
1	55511/2026	Liga Litoral de Tênis de Mesa	Habilitado
2	55488/2026	Projeto Social Juninho Pit Bull	Habilitado
3	54827/2026	Associação Vale do Tigre de Karate Goju Ryu	Habilitado
4	54662/2026	Associação Cultural Candeias de Capoeira de Paranaguá	Habilitado

PROGRAMA: 02 – ESPORTE NAS ESCOLAS – FAIXA ETÁRIA ESCOLAR			
Nº	**PROCESSO**	**REQUERENTE**	**RESULTADO**
1	55051/2026	Associação Monte Sião	Habilitado

PROGRAMA: 03 – ESPORTE E LAZER NOS BAIRROS			
Nº	**PROCESSO**	**REQUERENTE**	**RESULTADO**
1	55052/2026	Associação Monte Sião	Habilitado

PROGRAMA: 04 – PROGRAMA DE INCLUSÃO ESPORTIVA			
Nº	**PROCESSO**	**REQUERENTE**	**RESULTADO**
1	55054/2026	Associação Monte Sião	Habilitado

PARANAGUÁ, 04 DE AGOSTO DE 2026.

COMISSÃO DE INCENTIVO AO ESPORTE

Publicado por:
Adib Mohamed Bahy
Código Identificador:7E2641ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.048

DECRETO Nº 2.048

"Institui a Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o contido no Protocolo nº 46.486/2026,

CONSIDERANDO o disposto no art. 204 da Constituição Federal, que estabelece a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas públicas e no controle das ações governamentais em todos os níveis;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), que institui o Conselho de Assistência Social como instância deliberativa do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

CONSIDERANDO que os Conselhos Municipais constituem instâncias colegiadas de caráter deliberativo, consultivo, normativo e de controle social das políticas públicas, desempenhando papel essencial na participação popular, na fiscalização e no acompanhamento da execução das ações governamentais;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar suporte técnico, administrativo e operacional permanente aos Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, de forma a garantir seu regular funcionamento, a organização de seus trabalhos e o fortalecimento do controle social;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais, vinculada administrativamente à Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, com a finalidade de prestar apoio técnico, administrativo, operacional e institucional aos Conselhos Municipais vinculados à Pasta.

Art. 2º A Secretaria Executiva prestará apoio aos seguintes Conselhos Municipais:

I - Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
II - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
III - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI;
IV - Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR;
V - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM;
VI - Conselho Municipal da Juventude de Paranaguá - COMJUPA;
VII - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Art. 3º A Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais constitui estrutura administrativa permanente de apoio aos Conselhos Municipais, destinada à coordenação, integração e fortalecimento das atividades administrativas desenvolvidas pelos respectivos colegiados.

§ 1º A Secretaria Executiva não se confunde com as Secretarias ou demais funções administrativas previstas na legislação específica ou nos Regimentos Internos de cada Conselho Municipal, permanecendo preservadas a autonomia administrativa, a organização interna, as competências legais e o regular funcionamento de cada colegiado.

§ 2º Cada Conselho Municipal permanecerá contando com sua respectiva Secretaria, responsável pelo apoio administrativo direto ao colegiado, observadas as atribuições estabelecidas em sua legislação específica e em seu Regimento Interno.

§ 3º A atuação da Secretaria Executiva terá caráter de coordenação administrativa, integração institucional e apoio técnico, sem prejuízo das atribuições das Secretarias dos Conselhos e sem qualquer interferência na autonomia deliberativa, normativa, consultiva e fiscalizatória dos respectivos colegiados.

Art. 4º Compete à Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais:

I - coordenar, orientar e integrar administrativamente as Secretarias dos Conselhos Municipais;
II - promover a padronização dos procedimentos administrativos, da gestão documental e dos fluxos de trabalho dos Conselhos;
III - prestar apoio técnico às Secretarias dos Conselhos na organização de reuniões, conferências, audiências públicas e demais atividades institucionais;
IV - elaborar diretrizes e modelos padronizados de documentos administrativos, sem prejuízo das competências dos respectivos Conselhos;
V - acompanhar os calendários, prazos legais e administrativos relacionados ao funcionamento dos Conselhos;
VI - promover a organização, conservação e gestão do acervo documental dos Conselhos, observadas as normas arquivísticas vigentes;
VII - coordenar ações de capacitação e orientação das Secretarias dos Conselhos quanto aos procedimentos administrativos e à legislação aplicável;
VIII - promover a articulação entre os Conselhos Municipais e os órgãos da Administração Pública Municipal, quando necessário ao desempenho de suas atividades;
IX - consolidar informações e elaborar relatórios gerenciais referentes ao funcionamento administrativo dos Conselhos;
X - exercer outras atribuições correlatas necessárias ao fortalecimento da gestão administrativa dos Conselhos Municipais.

Art. 5º A Secretaria Executiva será exercida por servidor público designado por ato do Chefe do Poder Executivo, preferencialmente integrante do quadro da Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial.

Parágrafo único. A designação não implicará criação de cargo, função gratificada ou remuneração adicional.

Art. 6º O Poder Executivo garantirá as condições materiais, humanas, administrativas, tecnológicas e orçamentárias necessárias ao adequado funcionamento da Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais.

Art. 7º A atuação da Secretaria Executiva observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, participação social e respeito à autonomia dos Conselhos Municipais.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", 05 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:F44A73E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.049

DECRETO Nº 2.049

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R$ 1.532.854,14 (um milhão, quinhentos e trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e quatorze centavos)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4.634 de 27 de Novembro de 2025 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 1.532.854,14 (um milhão, quinhentos e trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e quatorze centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Limpeza Publica	
15.003		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.003.0015.0542.0012.1014	Manutenção e ampliação dos serviços de limpeza Pública, esta ação estratégica visa aprimorar a gestão de resíduos sólidos e a limpeza urbana no município, garantindo um ambiente mais saudável, limpo e seguro para a população. O objetivo é modernizar e expandir os serviços existentes para atender ao crescimento da cidade e às demandas por maior eficiência e sustentabilidade.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01511 - Taxas - Prestação de Serviços	R$ 655.194,19
Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
22.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
22.001.0011.0122.0029.2216	Planejamento, organização, promoção e execução e controle de projetos e atividades voltadas a geração de emprego e renda no Município de Paranaguá. Aquisição de bens serviços materiais, mobiliários, equipamentos e veículos necessários para o	

	desenvolvimento das atividades da secretaria.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01026 - Centro de Capacitação - SEMTRA	R$ 877.659,95
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 1.532.854,14		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 05 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:4BBC7996

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.051

DECRETO Nº 2.051

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R$ 55.429,64 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4.634 de 27 de Novembro de 2025 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 55.429,64 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
22.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
22.001.0011.0122.0029.2216	Planejamento, organização, promoção e execução e controle de projetos e atividades voltadas a geração de emprego e renda no Município de Paranaguá. Aquisição de bens serviços materiais, mobiliários, equipamentos e veículos necessários para o desenvolvimento das atividades da secretaria.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01026 - Centro de Capacitação - SEMTRA	R$ 55.429,64
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 55.429,64		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1321011104 - Aplicação - Concessão e permissão para uso do espaço aéreo - Rocha Terminais - Lei 4.246/22 - BB 98.281-4 (F-026) da fonte 1026 - Centro de Capacitação - SEMTRA nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 05 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:FAD0EA2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.052

DECRETO Nº 2.052

"Torna sem efeito o Decreto nº 2.006, de 22 de julho de 2026."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito, para os fins legais, o Decreto nº 2.006, de 22 de julho de 2026, referente a designação do servidor efetivo ANDERSON VANDER CHEMURE para atuar e figurar como contador responsável pela execução e regularização dos serviços contábeis da Fundação de Assistência à Saúde de Paranaguá (FASP) durante o processo de liquidação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 05 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:BC02AE32

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EDITAL Nº 06/2026

EDITAL Nº 06/2026

A Secretaria Municipal de Administração convoca os requerentes abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Protocolo Geral, no prazo de 30 dias a partir da publicação do presente Edital, a fim de tomar conhecimento das informações, pareceres ou receber instruções sobre os requerimentos protocolados:

NOME DO REQUERENTE	Nº PROCESSO
ADRIANA RAMOS PINTO	3662/2026
ALESSANDRA CARMO LOPES	1827/2026
ALYNNE FERNANDES MALICELLI	3981/2026
ANDREA KAORI TSUCHIYA BRUJNOLO	35789/2026
ARLEI DOS SANTOS LEE	30131/2026
CARGIL AGRICOLA S/A	14196/2026
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS	9734/2026
CINTIA DEBON SILVA	21032/2026
CLEUZA DOS SANTOS RODRIGUES	24769/2026

DAMARIS CRISTIANE DE FREITAS RIBAS	15106/2026
DAMASIO CRISANTO	8916/2026
DARCI DE JESUS VARELA	16318/2026
EDUARDO CARLOS DOS SANTOS	9787/2026
ELAINE DO ROCIO DOS SANTOS SOUZA	30373/2026
ELIANE DO ROCIO BAPTISTA	24264/2026
ELIANE DO ROCIO BAPTISTA	18507/2026
ELIANE DO ROCIO PEREIRA VALLEJO	25220/2026
ESPÓLIO – ALFREDO VENURA GONCALVES MOREIRA	9122/2026
ESTACIANO ESTEVAO DA SILVA FILHO	5632/2026
FELIPE JANINI BONFANTE	14830/2026
FERNANDA MARGARETE	32686/2026
FLAVIO GRINBERG	32653/2026
FORTESOLO SERVICOS INTEGRADOS LTDA	39199/2025
GELSON ADRIANO DOS SANTOS	64578/2025
GELSON ADRIANO DOS SANTOS	43951/2026
GISLAINE CRISTINA LIMA CHEMURE FRIZZO	29777/2026
GRACIMAR LORENCO VEIGA ALBINI	23513/2026
HELIO VIANA	18355/2026
HELLEN CRISTINA ARAUJO DE CARVALHO NEVES	16323/2026
HENRIQUE DANIEL BLANKEBURG ALMADA	12888/2026
IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS	9008/2026
ISMAEL GONÇAVES	235/2026
ISULPAR INSTITUTO SUPERIOR DO LITORAL DO PARANA	2725/2026
IVELISE CORREIA CORDEIRO	2857/2026
JAMIL MATOZO OLIVEIRA	5155/2026
JANINE DE ABREU DE OLIVEIRA GONÇALVES	2933/2026
JORACI BISSON DE CARVALHO	786/2026
JOSE EDUARDO GULLAUMON	87710/2025
JOSE ERIVALDO NUNES LOPES	18559/2026
JOSÉ RODRIGUES CONÇALVES	19360/2026
JOSIANE GONÇALVES VICTAL	886/2026
JOSILDETE RIBEIRO	229/2026
JULIANE DAS NEVES SOUZA	10286/2026
LANAY TELLES MOREIRA	82235/2025
LARISSA DOS SANTOS RAMOS	69511/2025
LEONARDO ROCHA ROSINA	8382/2026
LORIVAL JORGE PEREIRA	34245/2026
LUCIANA TAVARES DE MIRANDA	36801/2026
LUCIANO SERGIO FELIX DE CARVALHO	31543/2026
LUIZ EDUARDO MOCELIN DE ARAUJO	28719/2026
LUIZ EDUARDO MOCELIN DE ARAÚJO	32523/2026
LUIZ FERNANDO COLAÇO BORGES	31833/2026
MAERSK LOGISTICS & SERVICES BRASIL LTDA	24804/2026
MARCELE CARVALHO ALAS	28561/2026
MARCIA FUJIKO YASUDA	55089/2025
MARCIA KEIKO TSUCHIYA SATO	37729/2026
MÁRCIO DE GÓIS FERREIRA	35551/2026
MARISE EWALD ROSSA	35930/2026
MARISTELA DE OLIVEIRA	32521/2026
MIRIAM PEREIRA FARIAS CALISTO	33744/2026
NOEL DE OLIVEIRA	32951/2026
PARANAGUÁ SANEAMENTO S/A	26999/2026
PARANAGUÁ SANEAMENTO S/A	32279/2026
PARANAGUÁ SANEAMENTO S/A	33534/2026
PARANAGUÁ SANEAMENTO S/A	33606/2026
PARANAGUÁ SANEAMENTO S/A	33612/2026
PARANAGUÁ SANEAMENTO S/A	33598/2026
PARANAGUÁ SANEAMENTO S/A	33605/2026
PARANAGUÁ SANEAMENTO S/A	33611/2026
PARANAGUÁ SANEAMENTO S/A	33609/2026
RAQUEL NUNES DA SILVA	35111/2026
RENE CORREIA ABILHOA	10728/2026
RJP ODONTOLOGIA LTDA - ME	2410/2026
ROMILDO SCHWARZBACH JUNIOR	22666/2026
SANDRA REGINA MARTINEZ CAPEL	10729/2026
SERGIO GUBER	36686/2026
SONIA MARIA AMÉRICO DE SOUZA	36890/2026
SULTERMINAIS DE ARMAZENAGENS GERAIS LTDA	39535/2026
V M S CONSTRUTORA DE IMOVEIS LTDA	31884/2026
VALDECIR ROSA LIMA	31905/2026

Paranaguá, “Palácio São José”, em 05 de agosto de 2026.

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:AABF6A7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.683

PORTARIA Nº 2.683

“Concede licença especial remunerada, por motivo de matrimônio, ao servidor Marcos Ejczis Henriques.”

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso I, da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 46.742/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de matrimônio, pelo prazo de 08 (oito) dias, ao servidor MARCOS EJCZIS HENRIQUES, matrícula nº 95.374-1, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, com início em 26 de junho de 2026 e término em 03 de julho de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 05 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:7C37A079

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.684

PORTARIA Nº 2.684

“Concede licença especial remunerada, por motivo de matrimônio, a servidora Andreia Soares Silva.”

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso I, da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 46.745/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de matrimônio, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora ANDREIA SOARES SILVA, matrícula nº 10.881-1, ocupante do cargo de Enfermeiro do Trabalho, lotada na Secretaria Municipal de Administração, com início em 26 de junho de 2026 e término em 03 de julho de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 05 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:40E44EE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 03 AO CONTRATO N° 020/2025 CS BRASIL FROTAS S.A CNPJ: 27.595.780/0001-16

EXTRATO DE ADITIVO 03 AO CONTRATO N° 020/2025
CS BRASIL FROTAS S.A

CNPJ: 27.595.780/0001-16

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CS BRASIL FROTAS S.A

Data: 06/08/2026

Objeto: Aditivo 03 ao Contrato nº **020/2025**. "Fica aditivado o valor total de R$ 4.209,84 (quatro mil, duzentos e nove reais e oitenta e quatro centavos), referente ao reajuste retroativo contratual, correspondente ao percentual de 4,391720%, de acordo com o cálculo de memória do IPCA do período de Mai/25 à Abr/26 e Mai/26 à Mai/27, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Pregão Eletrônico n°: 009/2024
Registro de Preços n°: 009/2024
Processo Administrativo n°: 37710/2026

Valor: R$ 4.209,84 (quatro mil, duzentos e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
THIAGO THEMANSKI CAMPOS
PAULO ROBERTO TEIXEIRA
JOÃO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:B2120CF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 05 AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO N° 40/00003-6 BANCO DO BRASIL S.A.
CNPJ: 00.000.000/0001-91

EXTRATO DE ADITIVO 05 AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO N° 40/00003-6
BANCO DO BRASIL S.A.
CNPJ: 00.000.000/0001-91

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
BANCO DO BRASIL S.A.

Data: 06/08/2026

Objeto: Aditivo 05 ao Contrato nº **40/00003-6**. "O presente **ADITIVO** tem por objeto a alteração da Cláusula Terceira – Forma de Desembolso, para prorrogação do prazo de utilização dos recursos do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Nº 40/00003-6, devido à necessidade de readequação aos cronogramas de execução."

Forma de Desembolso: "Os recursos serão colocados à disposição do **FINANCIADO**, depois de cumpridas as condições de desembolso referidas na Cláusula Condições para Desembolso de Recursos, em 06 (seis) parcelas, a saber:
a) **R$ 10.000.000,00** (dez milhões de reais) de 27/07/2020 até 31/12/2020;
b) **R$ 20.000.000,00** (vinte milhões de reais) de 01/01/2021 até 31/12/2021;
c) **R$ 15.000.000,00** (quinze milhões de reais) de 01/01/2022 até 31/12/2022;
d) **R$ 27.411.846,35** (vinte e sete milhões, quatrocentos e onze mil, oitocentos e quarenta e seis reais e trinta e cinco centavos) de 01/01/2023 até 31/12/2023;
e) **R$ 4.349.544,13** (quatro milhões, trezentos e quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e treze centavos) de 21/06/2024 até 31/12/2024;
f) **R$ 3.238.609,52** (três milhões, duzentos e trinta e oito mil, seiscentos e nove reais e cinquenta e dois centavos), de 03/08/2026 até 31/12/2026."

Processo Administrativo n°: 55875/2025

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
SONIA MARIA DE PAULA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:D5174792

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 06 AO CONTRATO N° 046/2023
MARÉ ALTA NÁUTICA LTDA CNPJ: 24.929.446/0001-63

EXTRATO DE ADITIVO 06 AO CONTRATO N° 046/2023
MARÉ ALTA NÁUTICA LTDA
CNPJ: 24.929.446/0001-63

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
MARÉ ALTA NÁUTICA LTDA

Data: 06/08/2026

Objeto: Aditivo 06 ao Contrato nº **046/2023**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **03 (TRÊS) MESES** contados a partir de **22 DE AGOSTO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **21 DE NOVEMBRO DE 2026**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 03 (três) meses.
Pregão Eletrônico n°: 109/2022
Registro de Preços n°: 084/2022
Processo Administrativo n°: 30371/2025

Valor: R$ 271.950,41 (duzentos e setenta e um mil, novecentos e cinquenta reais e quarenta e um centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
CELSO JOSÉ MEIRA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:D592D304

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO N° 009/2026
ASSOCIAÇÃO MONTE SIÃO CNPJ: 02.427.671/0001-69

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO N° 009/2026
ASSOCIAÇÃO MONTE SIÃO
CNPJ: 02.427.671/0001-69

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
ASSOCIAÇÃO MONTE SIÃO

Data: 06/08/2026

Objeto: Termo de Colaboração nº **009/2026**. "Este Termo de Colaboração, decorrente do Edital de Chamamento Publico nº 09/2026 – SESPOR, tem por objeto Seleção de Projetos Esportivos para o exercício de 2026, visando à participação de atletas e equipes de esporte de formação e de rendimento não profissional de Paranaguá, Projeto/Programa Esporte nas Escolas – Faixa Etária Escolar, conforme detalhado no Plano de Trabalho."

Prazo de Vigência: 06 (seis) meses.
Chamada Pública n°: 009/2026
Processo Administrativo n°: 38204/2026

Assinaturas:
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
DILSON CARLOS KLEINHANS

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:56A08D97

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO N° 010/2026
ASSOCIAÇÃO MONTE SIÃO CNPJ: 02.427.671/0001-69

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO N° 010/2026
ASSOCIAÇÃO MONTE SIÃO
CNPJ: 02.427.671/0001-69

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
ASSOCIAÇÃO MONTE SIÃO

Data: 06/08/2026

Objeto: Termo de Colaboração nº **010/2026**. "Este Termo de Colaboração, decorrente do Edital de Chamamento Publico nº 09/2026 – SESPOR, tem por objeto Seleção de Projetos Esportivos para o exercício de 2026, visando à participação de atletas e equipes de esporte de formação e de rendimento não profissional de Paranaguá e areia, Projeto/Programa Esporte e Lazer nos Bairros – Faixa Etária Livre, conforme detalhado no Plano de Trabalho."

Prazo de Vigência: 06 (seis) meses.
Chamada Pública n°: 009/2026
Processo Administrativo n°: 38204/2026

Assinaturas:
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
DILSON CARLOS KLEINHANS

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:DEFDBA14

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO N° 011/2026
ASSOCIAÇÃO MONTE SIÃO CNPJ: 02.427.671/0001-69

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO N° 011/2026
ASSOCIAÇÃO MONTE SIÃO
CNPJ: 02.427.671/0001-69

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
ASSOCIAÇÃO MONTE SIÃO

Data: 06/08/2026

Objeto: Termo de Colaboração nº **011/2026**. "Este Termo de Colaboração, decorrente do Edital de Chamamento Publico nº 09/2026 – SESPOR, tem por objeto Seleção de Projetos Esportivos para o exercício de 2026, visando à participação de atletas e equipes de esporte de formação e de rendimento não profissional de Paranaguá e areia, Projeto/Programa Esporte de Inclusão Esportiva, conforme detalhado no Plano de Trabalho."

Prazo de Vigência: 06 (seis) meses.
Chamada Pública n°: 009/2026
Processo Administrativo n°: 38204/2026

Assinaturas:
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
DILSON CARLOS KLEINHANS

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:0D14B460

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 066/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – CNPJ nº 76.017.458/0001-15.
ASSOCIAÇÃO MONTE SIÃO – CNPJ Nº 02.427.671/0001-69

Objeto: "O presente tem por objetivo o repasse através da formalização do termo de Fomento, para promover a qualidade de vida e o envelhecimento ativo dos idosos residentes, por meio de atividades de fisioterapia nas instituições de longa permanência para idosos(ILPIs), visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolva a transferência de recursos financeiros à OSC- Organização de Sociedade Civil, conforme especificações estabelecidas no anexo I – Plano de Trabalho, no âmbito do "Projeto AMS+Qualidade de Vida na Terceira Idade", para implementar atividades físicas regulares, melhorando a saúde e qualidade de vida, conforme inteiro teor do processo administrativo nº 39.118/2026. Em atendimento a Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, com fundamento da Lei Federal nº 13.019/14, e Lei Federal nº 14.133/2021.

Processo Administrativo nº: 39.118/2026

Valor da Contratação: R$ 64.800,00 (Sessenta e quatro mil e oitocentos reais).

Dotação orçamentária: 18.006.2203.008.241.0020.33350410500.9000

Foro: Paranaguá-Pr

Data: 05/08/2026

CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO
Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:382EC7A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 066/2026

Ratifico todos os atos praticados no presente procedimento – Inexigibilidade de Chamamento Público nº 066/2026, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei .

Em consequência homologo o presente procedimento.

Paranaguá, 05 de Agosto de 2026.

CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO
Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:D81834DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 009/2026 – C.I.E.

Homologa o Julgamento, proferido pela Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, através da Comissão de Incentivo ao Esporte, através da Chamada Pública nº 009/2026**,** processo administrativo nº 38.204/2026**,** dando outras providências.

I. A Secretaria Municipal de Esporte e Juventude, através da Comissão de Incentivo ao Esporte no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.655/2017, torna público, conforme disposto no Edital da Chamada Pública 009/2026, a HOMOLOGAÇÃO dos projetos habilitados da Chamada Pública em epígrafe, que tem por objeto: "Chamamento Público para Seleção de Organizações de Sociedades Civis (OSC) na Área do Esporte de Formação e Rendimento Não Profissional para Firmar Parceria por Meio de Termo de Colaboração para a Realização dos Projetos Sociais Esportivos, Paradesportivos e de Alto Rendimento no ano de 2026/2027".

II. Adjudico à Contratação aos Projetos das Associações Habilitadas:

PROJETO/PROGRAMA 1 (UM) – PROGRAMA DE EQUIPES DE ALTO RENDIMENTO E ESCOLINHAS DE CUNHO SOCIAL/ EDUCACIONAL – FAIXA ETÁRIA LIVRE			
PROCESSO Nº	**REQUERENTE**	**MODALIDADE**	**RESULTADO**
55511/2026	Liga Litoral de Tênis de Mesa	TÊNIS DE MESA	Habilitado
55488/2026	Projeto Social Juninho Pit Bull	JIU-JITSU INCLUSIVO	Habilitado
54827/2026	Associação Vale do Tigre de Karate Goju Ryu	KARATÊ	Habilitado
54662/2026	Associação Cultural Candeias de Capoeira de Paranaguá	CAPOEIRA	Habilitado
PROJETO/PROGRAMA 2 (DOIS) – PROGRAMA ESPORTE NAS ESCOLAS – FAIXA ETÁRIA ESCOLAR ESCOLINHAS DE CUNHO SOCIAL/ EDUCACIONAL – FAIXA ETÁRIA LIVRE			
PROCESSO Nº	**REQUERENTE**	**MODALIDADE**	**RESULTADO**
55051/2026	Associação Monte Sião	MODALIDADES DIVERSAS PARA EXECUÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO.	Habilitado

PROJETO/PROGRAMA 3 (TRÊS) – PROGRAMA DE ESPORTES E LAZER NOS BAIRROS – Desenvolvimento de atividades esportivas descentralizadas dos centro esportivos a serem executadas em locais de baixa oferta de políticas esportivas, gestão e suporte esportivo.			
PROCESSO Nº	**REQUERENTE**	**MODALIDADE**	**RESULTADO**
55052/2026	Associação Monte Sião	MODALIDADES DIVERSAS A SEREM EXECUTADAS DE FORMA DESCENTRALIZADA DOS ESPAÇOS ESPORTIVOS	Habilitado

PROJETO/PROGRAMA 4 (QUATRO) – PROGRAMA DE INCLUSÃO ESPORTIVA – Desenvolvimento de atividades esportivas inclusivas, gestão e suporte esportivo.			
PROCESSO Nº	**REQUERENTE**	**MODALIDADE**	**RESULTADO**
55054/2026	Associação Monte Sião	FOMENTO A ATIVIDADES ESPORTIVAS INCLUSIVAS	Habilitado

III. Este Termo entrará em vigor nessa data.

Paranaguá, 05 de Agosto de 2026.

JOSÉ MIGUEL PEREIRA
Secretário Municipal de Esportes e Juventude

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:D5BB64DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 066/2026

A Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial de PARANAGUÁ - PR., no uso de suas atribuições legais, que disciplina o Decreto 831/2018;

R E S O L V E:

I. Fica homologado o Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 066/2026, que tem por objeto "O presente tem por objetivo o repasse através da formalização do termo de Fomento, para promover a qualidade de vida e o envelhecimento ativo dos idosos residentes, por meio de atividades de fisioterapia nas instituições de longa permanência para idosos(ILPIs), visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolva a transferência de recursos financeiros à OSC- Organização de Sociedade Civil, conforme especificações estabelecidas no anexo I – Plano de Trabalho, no âmbito do "Projeto AMS+Qualidade de Vida na Terceira Idade", para implementar atividades físicas regulares, melhorando a saúde e qualidade de vida, conforme inteiro teor do processo administrativo nº 39.118/2026. Em atendimento a Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, com fundamento da Lei Federal nº 13.019/14, e Lei Federal nº 14.133/2021.

II. Adjudico o objeto à Licitante Contratada: ASSOCIAÇÃO MONTE SIÃO – CNPJ Nº 02.427.671/0001-69.

III. Este Termo entrará em vigor nessa data.

PARANAGUÁ, 05 de Agosto de 2026.

CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO
Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:76BFDFBE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO 2° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 188/2024

EXTRATO DE ADITIVO Nº02/2026

Contratante: CONSORCIO INTERMNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS / AMUNPAR
Contratada: PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA
CNPJ: 54.511.354/0001-20
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇODE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D`ÁGUA, DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DAS UNIDADES DO CIS/AMUNPAR
Dotação Orçamentária: [2026]
28-01.001.0010.0302.2009.2001.3339039160000000000.20013
Tipo de Aditivo: Valor Equilíbrio
Prazo de Vigência: 31/07/2026 a 28/10/2026.
Valor: R$311,62 (trezentos e onze reais e sessenta e dois centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico.
Tipo/nº: Contratonº188/2024.
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.
Paranavaí, 31 de julho de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:74B9AC44

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO 3° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 188/2024

EXTRATO DE ADITIVO Nº3/2026

Contratante: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS / AMUNPAR
Contratada: PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA
CNPJ: 54.511.354/0001-20

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇODE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D`ÁGUA, DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DAS UNIDADES DO CIS/AMUNPAR
Dotação Orçamentária: [2026]
28-01.001.0010.0302.2009.2001.3339039160000000000.20013
Tipo de Aditivo: Normal
Prazo de Vigência: 31/07/2026 a 28/10/2026.
Valor: R$373,72 (trezentos e setenta e três reais e setenta e dois centavos).
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico n° 31/2024.
Tipo/nº: Contrato nº188/2024.
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.
Paranavaí, 31 de julho de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:2C99313A

PROCURADORIA
LEI Nº 5.608/2026

Institui o Programa Municipal de Desafios Urbanos e Inovação, cria o Prêmio Municipal de Trabalhos Acadêmicos em Arquitetura, Urbanismo e Áreas Afins no Município de Paranavaí, e estabelece outras regras relacionadas.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS OBJETIVOS

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Desafios Urbanos e Inovação, bem como o Prêmio Municipal de Trabalhos Acadêmicos em Arquitetura, Urbanismo e Áreas Afins, criados como ferramentas de gestão pública para incentivar a elaboração, a captação e a execução de soluções técnicas inovadoras para o desenvolvimento urbano sustentável e inteligente de Paranavaí.

Art. 2º O Programa baseia-se nas diretrizes de planejamento territorial e de participação social, com os seguintes objetivos específicos:
I– estimular a participação de instituições de ensino superior e técnico, profissionais, pesquisadores e estudantes na criação de soluções práticas para os desafios urbanos reais enfrentados pelo Município de Paranavaí;
II– incentivar a inovação tecnológica, metodológica e conceitual aplicada às políticas públicas urbanas, abrangendo áreas como mobilidade, infraestrutura, habitação, sustentabilidade ambiental, acessibilidade e uso do solo;
III– promover a aproximação e colaboração entre o Poder Executivo Municipal, a comunidade acadêmica e o setor profissional especializado;
IV– formar e consolidar o Banco Municipal de Projetos e Estudos Urbanos, composto por um acervo técnico de propostas de interesse público para subsidiar futuras obras, contratações e planejamentos na cidade.

CAPÍTULO II
DO EVENTO ANUAL DE DESAFIOS URBANOS E INOVAÇÃO

Art. 3º O Município de Paranavaí, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), promoverá, todos os anos, o Evento Municipal de Desafios Urbanos e Inovação, organizado nas seguintes etapas:
I– Evento de Lançamento: apresentação oficial dos desafios urbanos definidos pela SEDUR e publicação de regulamento com prazos, regras de inscrição e detalhes dos problemas a serem resolvidos;
II– Evento de Apresentação e Premiação: etapa de exposição, defesa técnica e avaliação das soluções desenvolvidas, com a divulgação dos resultados e premiação dos melhores projetos.

§ 1º Os desafios urbanos serão classificados em duas categorias:
I– Temas Prioritários: definidos pela SEDUR com base nas demandas estratégicas e no planejamento urbano do Município;
II– Temas Livres: escolhidos pelos participantes, desde que tenham relação com as políticas públicas urbanas e áreas de interesse de Paranavaí.

§ 2º A lista dos temas prioritários será divulgada no Evento de Lançamento e constará no regulamento do certame.

Art. 4º A participação no Evento será garantida de forma igualitária e transparente, permitindo a inscrição das seguintes categorias, individualmente ou em equipes:
I– instituições de ensino superior e técnico reconhecidas, por meio de seus departamentos ou grupos de pesquisa;
II– estudantes matriculados em cursos de graduação ou nível técnico em Arquitetura, Urbanismo, Engenharias e áreas relacionadas;
III– profissionais registrados em seus conselhos de classe e equipes multidisciplinares criadas para os projetos inscritos.

Art. 5º É proibida a participação no Programa e no Prêmio de qualquer agente público municipal, incluindo servidores efetivos, ocupantes de cargos em comissão, agentes políticos e estagiários da Administração Pública Municipal, bem como de membros da Comissão Julgadora ou da Banca Examinadora.

CAPÍTULO III
DA PREMIAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Art. 6º As propostas serão avaliadas por uma Comissão Julgadora independente, formada por membros indicados pelo Município de Paranavaí e profissionais de reconhecido conhecimento técnico e acadêmico.

Parágrafo único. Para garantir a imparcialidade, a Comissão Julgadora adotará, sempre que possível, a avaliação anônima, mantendo a identidade dos autores em sigilo até o resultado final.

Art. 7º Os projetos melhor classificados receberão premiação em dinheiro, nos seguintes valores:
I– Primeiro lugar: R$ 15.000,00 (quinze mil reais);
II– Segundo lugar: R$ 10.000,00 (dez mil reais);
III– Terceiro lugar: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

§ 1º A Comissão Julgadora poderá conceder até 2 (duas) menções honrosas para projetos de destaque, com prêmio de R$ 2.000,00 (dois mil reais) cada.

§ 2º O pagamento dos prêmios depende da disponibilidade orçamentária e financeira do exercício, seguindo as normas de contabilidade pública.

§ 3º Para receber o prêmio, o participante deve comprovar que está em dia com os tributos municipais de Paranavaí, apresentando as certidões negativas de débito.

Art. 8º Os projetos serão julgados com base nos seguintes critérios e pesos:
I– Relevância para as políticas públicas municipais: peso de 30%;
II– Viabilidade técnica e econômica (possibilidade real de execução): peso de 30%;
III– Inovação, originalidade e criatividade: peso de 20%;
IV– Impacto social positivo e sustentabilidade ambiental: peso de 10%;
V– Qualidade técnica e clareza da apresentação: peso de 10%.

§ 1º Cada critério receberá nota de 0 (zero) a 10 (dez), e a classificação será definida pela soma ponderada dessas notas.

§ 2º Todo projeto deve apresentar estimativa de custos e estudo preliminar de viabilidade, mesmo que em caráter conceitual.

CAPÍTULO IV
DO PRÊMIO MUNICIPAL DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 9º Fica instituído o Prêmio Municipal de Trabalhos de Conclusão de Curso (Prêmio TCC), para estudantes de Arquitetura, Urbanismo, Engenharia e áreas afins, cujos trabalhos finais abordem temas de interesse urbano do Município de Paranavaí.

Art. 10. Para incentivar as pesquisas, o Município de Paranavaí poderá fornecer dados, materiais técnicos e informações públicas aos estudantes, com autorização da instituição de ensino e respeitando o sigilo de dados previsto em lei.

Art. 11. Os trabalhos serão avaliados por uma Banca Examinadora Específica, composta por:
I– ao menos um representante técnico do Município de Paranavaí;
II– ao menos um professor ou pesquisador da instituição de ensino de origem do trabalho.

§ 1º A Banca poderá ser ampliada com outros profissionais convidados de reconhecida capacidade técnica.

Art. 12. Os Trabalhos de Conclusão de Curso melhor classificados receberão os seguintes prêmios:
I– Primeiro lugar: R$ 8.000,00 (oito mil reais);
II– Segundo lugar: R$ 5.000,00 (cinco mil reais);
III– Terceiro lugar: R$ 3.000,00 (três mil reais).

§ 1º A Banca poderá conceder até 3 (três) Menções de Qualidade Técnica, com prêmio de R$ 1.000,00 (mil reais) cada.

§ 2º O pagamento dos prêmios exige a comprovação de regularidade fiscal perante o Município, conforme as regras do parágrafo terceiro do artigo 7º desta Lei.

Art. 13. Os trabalhos serão avaliados pelos seguintes critérios e pesos:
I– Contribuição prática para o planejamento urbano e políticas públicas: peso de 40%;
II– Rigor metodológico e fundamentação técnica: peso de 30%;
III– Possibilidade de aplicação prática pelo Município de Paranavaí: peso de 20%;
IV– Originalidade e inovação: peso de 10%.

Parágrafo único. As notas serão de 0 (zero) a 10 (dez), seguindo a média ponderada definida acima.

CAPÍTULO V
DA PROPRIEDADE INTELECTUAL, DA CERTIFICAÇÃO E DA DIVULGAÇÃO

Art. 14. Todos os projetos e trabalhos premiados ou que receberem menções passarão a integrar o Banco Municipal de Projetos e Estudos Urbanos de Paranavaí.

Art. 15. O Município poderá utilizar os estudos e projetos do Banco para fins de interesse público, como planejamento, execução de obras e captação de recursos.

§ 1º A inscrição e participação no certame implicam a cessão gratuita dos direitos de uso das propostas ao Município de Paranavaí. O valor do prêmio pago é a contrapartida total por essa cessão.

§ 2º Ficam garantidos os direitos autorais morais dos participantes. O Município de Paranavaí deve citar o nome dos autores sempre que utilizar ou publicar os projetos.

§ 3º A cessão dos direitos e a inclusão no banco de dados não criam vínculo empregatício nem obrigação de contratação futura dos autores pelo Município de Paranavaí.

Art. 16. Os participantes classificados receberão:
I– certificado físico oficial emitido pelo Município de Paranavaí;
II– certificado digital com chave de autenticidade para comprovação curricular.

Art. 17. O Município de Paranavaí promoverá a divulgação dos trabalhos premiados por meio de:
I– publicação no site oficial do Município;
II– postagens em redes sociais institucionais;
III– acesso público ao Banco Municipal de Projetos, respeitando dados protegidos;
IV– apresentação em relatórios de gestão e eventos oficiais.

CAPÍTULO VI
DAS PARCERIAS, APOIOS E PATROCÍNIOS

Art. 18. O Poder Executivo Municipal está autorizada a firmar parcerias e acordos com empresas, instituições de ensino, entidades de classe e organizações da sociedade civil para apoiar a execução do Programa e do Prêmio.

Art. 19. As parcerias podem envolver:
I– apoio técnico e científico na avaliação dos projetos;
II– cessão de dados, softwares ou materiais técnicos;
III– apoio financeiro para as premiações ou material para logística;
IV– infraestrutura e serviços para a realização dos eventos.

Parágrafo único. As parcerias devem seguir o interesse público e os princípios da legalidade, impessoalidade e transparência.

Art. 20. O Programa pode receber patrocínios de empresas privadas, desde que:
I– não exijam contrapartidas que prejudiquem o interesse público;
II– não gerem preferência em licitações ou obrigações de contratação futura pelo Município;
III– os patrocinadores não tenham qualquer influência ou poder de decisão sobre as avaliações técnicas e a escolha dos vencedores;
IV– o patrocínio seja formalizado por documento jurídico analisado pela Procuradoria-Geral do Município.

Art. 21. A divulgação das marcas dos patrocinadores será discreta e institucional, sendo proibido:
I– promoção pessoal de autoridades ou propaganda política;
II– qualquer insinuação de que o patrocinador influenciou na escolha dos premiados.

Art. 22. As parcerias e patrocínios previstos nesta Lei não são concessões de serviços públicos ou parcerias público-privadas, que seguem legislação própria.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS E FINAIS

Art. 23. As despesas com as premiações serão pagas por dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 24. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei por meio de Decretos e atos administrativos para definir calendários, regras de inscrição e procedimentos de pagamento.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 27 dias do mês de julho de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito de Paranavaí

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:D6D400DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 155/2026

1º TERMO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 155/2026
(Proc. Digital nº 41510/2026)

CONCORRÊNCIA Nº 15/2026

1º (Primeiro) Termo ao Contrato Administrativo nº 155/2026 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a Empresa ÚNICA PROPAGANDA LTDA, na forma abaixo:

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos Secretários Municipais de: Administração, **LUCAS DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF sob nº 011.609.069-39; Agricultura, **TARCISIO BARBOSA DE SOUZA**, inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; Assistência Social, **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50; Comunicação Social, **AMAURI DE CARVALHO MARTINELI**, inscrito no CPF 642.680.559-91; Desenvolvimento Econômico e Turismo, **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, inscrito no CPF 048.306.029-10; Desenvolvimento Urbano, **GUILHERME DE ARAUJO RUIZ**, inscrito no CPF 101.727.179-81; Educação, **WANESSA DURANTE**, inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92; Esporte e Lazer, **JANE NUNES DE LIMA**, inscrita no CPF. sob nº 852.920.019-53; Fazenda Interina (Portaria nº 1.201/2026), **VANUSA APARECIDA CASSIANO ARRIBARD**, inscrita no CPF 634.339.829-53; Diretor-Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí, **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF sob n° 049.598.719-03; Meio Ambiente, **ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA**, inscrito no CPF sob nº 025.202.639-03; Procuradora-Geral do Município, **CÉLIA APARECIDA ZANATTA**, inscrita no CPF sob nº 628.560.499-15; Segurança e Trânsito, **ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR**, inscrito no CPF sob nº 020.387.629-61; Saúde, **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77.

CONTRATADA: Única Propaganda Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Euclides da Cunha, nº 1667, Bairro: Zona 05, na Cidade de Maringá-PR, inscrito no CNPJ/MF n.º 85.447.969/0001-68, neste ato representada pela Sra. Odete Maria Lautenschlager Zanko, inscrita no CPF/MF Nº. 276.060.909-04, doravante denominada **CONTRATADA.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de **SERVIÇOS DE PUBLICIDADE PRESTADOS POR INTERMÉDIO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA**, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias junto a públicos de interesse.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO – SUSPENSÃO CONTRATUAL

2.1. Através deste Termo Aditivo, por determinação do controle externo realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante no Processo nº 393433/26, em suspender a execução contratual, com fulcro no inciso IV do § 2º do artigo 53 da Lei Orgânica, bem como no inciso VII do artigo 32, no § 1º do artigo 282 e no inciso V do artigo 401 do RITCEPR, sendo a Administração Pública Municipal intimada para cumprimento da medida cautelar, fica formalizada a **SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL, sem alteração da vigência contratual** prevista para o encerramento em 08 de julho de 2031.

Parágrafo primeiro: com os fatos e fundamentos expostos por determinação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante no Processo nº 393433/26, a suspensão da execução contratual encontra-se motivada com fundamento no §1º do art. 115 da Lei 14.133/2021.

Parágrafo segundo: tendo em vista a suspensão da execução contratual sem prazo definido, caso haja reinício da execução contratual, a retomada será registrada mediante simples apostila, nos termos do §5º do art. 115 da Lei 14.133/2021.

Parágrafo terceiro: com a presente suspensão da execução contratual, a contratada deverá ser notificada por escrito, pelo(s) gestor(es) do Contrato 155/2026, com inteiro teor dos fatos e fundamentos da decisão do controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo (CONTRATO Nº 155/206), datado em 08 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração
Contratante

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura
Contratante

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família
Contratante

AMAURI DE CARVALHO MARTINELI
Secretário Municipal de Comunicação
Contratante

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação
Contratante

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano
Contratante

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação
Contratante

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer
Contratante

VANUSA APARECIDA CASSIANO ARRIBARD
Secretária Municipal de Fazenda - Interina (Portaria nº 1.201/2026)
Contratante

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Contratante

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora Geral do Município
Contratante

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:92EDC018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 168/2026

Dispõe sobre a convocação dos candidatos nomeados no Concurso Público nº 002/2025.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº 002/2025, nomeados nos termos da **PORTARIA MUNICIPAL nº 1459/2026**, a comparecerem junto à Diretoria Especial de Recursos Humanos **ATÉ O DIA 25 DE AGOSTO DE 2026**, das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

MÉDICO CLÍNICO GERAL			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
22º	ISABELA NACHI	XXX.899.241-XX	AMPLA
23º	REINALDO AUGUSTO GOMES	XXX.991.029-XX	AMPLA
24º	LUIZA ALVES CANTANHEDE MARSAU	XXX.342.493-XX	AMPLA
25º	JAMERSON DIEGO JOSE DE BRITO	XXX.061.621-XX	AMPLA

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:
Os candidatos deveram se apresentar junto a Diretoria Especial de Recursos Humanos, munidos dos documentos e exames abaixo relacionados:
a) 01 (uma) foto 3x4 (atualizada dos últimos 12 meses);
b) Carteira de identidade – cópia e original ou cópia autenticada;
c) CPF – cópia e original ou cópia autenticada;
d) Certidão de Nascimento (quando for solteiro) ou casamento ou declaração de União Estável feita perante Tabelião (se for o caso), ou ainda com averbação de óbito se viúvo – cópia e original ou cópia autenticada;
e) Título de eleitor com quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral ou comprovante de votação na última eleição ou justificativa da ausência – cópia e original ou cópia autenticada;
f) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (sexo masculino) - cópia e original ou cópia autenticada;
g) Comprovante de PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;
h) Certidão de nascimento dos dependentes ou termo de guarda ou tutela ou termo de adoção (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;
i) CPF dos dependentes (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;
j) Documentos dos dependentes, conforme abaixo – cópia e original ou cópia autenticada:
I – Cônjuge: Documento oficial de identificação com foto (RG, carteira nacional de habilitação ou registro profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF e Certidão de casamento;
II – Companheiro(a): Documento oficial de identificação com foto (RG, carteira nacional de habilitação ou registro profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Declaração pública ou particular de união estável (com reconhecimento das assinaturas) e Certidão de Nascimento, se solteiro, ou Certidão de Casamento atualizada e averbada, se viúvo, divorciado ou separado judicialmente;
III – Filho (a) não emancipado, menor de 18 anos: CPF (independentemente da idade) e certidão de nascimento;
IV – Filho (a) não emancipado, maior inválido: Documento oficial de Identificação com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Certidão de nascimento e Laudo ou atestado de Invalidez com a indicação do CID;
V – Enteado (a) não emancipado (a), menor de 18 anos ou menor tutelado: CPF (independente da idade); Certidão de nascimento; Declaração de dependência econômica (modelo a ser fornecido pelo RH) e Termo de Tutela em vigor;
VI – Enteado (a) não emancipado (a), inválido: Documento Oficial de identificação com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Certidão de Nascimento; Declaração de dependência econômica (modelo a ser fornecido pelo RH) e Laudo ou atestado de Invalidez com a indicação do CID;
VII – Para o caso de representação por tutela ou curatela do dependente: Além dos documentos pessoais do dependente de acordo com a condição descrita anteriormente, apresentar: Termo de curatela/tutela; Laudo ou atestado médico, com a indicação do CID; Documento Oficial de Identificação do representante legal com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF do representante legal e Comprovante de residência do representante legal.
VIII – São considerados dependentes: O cônjuge, a companheira, o companheiro, inclusive do mesmo sexo, e o filho não emancipado, menor de dezoito anos ou inválido de qualquer idade; O enteado e o menor tutelado equiparam-se aos filhos, mediante declaração escrita do servidor e desde que comprovada à dependência econômica; O filho e o enteado não emancipado manterão a condição de dependente até os dezoito anos se ainda estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau;
IX – Os documentos listados nos itens anteriores deverão ser entregues na Diretoria Especial de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paranavaí e, em caso de não comparecimento no citado prazo, o convocado será considerado como desistente da vaga.
K) Comprovante de residência no nome do candidato com o CEP, ou comprovante do vínculo anexo ao comprovante de residência, ou ainda declaração junto ao contrato de aluguel, se for o caso – cópia e original ou cópia autenticada;
l) Currículo atualizado;
m) Última declaração de imposto de renda, com o recibo de entrega na Receita Federal – cópia e original ou cópia autenticada;
n) Declaração de bens e imóveis; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
o) Declaração de enquadramento na Lei Municipal nº 3.891/2012; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
p) Declaração de nepotismo (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
q) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo e o registro no Conselho de Classe, quando for o caso. Para comprovação da escolaridade serão aceitas fotocópias acompanhadas dos originais do diploma registrado ou certificado acompanhado de histórico escolar, reconhecidos pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação – CNE ou Secretárias ou Conselhos Estaduais de Educação;
r) Carteira de trabalho – folhas onde constem o número e a série, caso de registro, a folha com a data do 1º emprego, número do PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;
s) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria, especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
t) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:
I – Regime do vínculo: celetista, estatutário, etc;
II – Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);

III – Carga horária do outro vínculo;
IV – Horário de trabalho do outro vínculo;
V – Remuneração do outro vínculo.
u) Firmar declaração de não ter sido demitido "a bem do serviço público" no âmbito da administração federal, estadual, distrital ou municipal, nos últimos cinco anos anteriores à sua posse, observados os períodos de incompatibilização. Se ex-servidor do Município de Paranavaí (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
v) O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, na forma e no prazo descrito no item 21.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 02/2025;
w) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão providenciar as certidões abaixo relacionadas:
I – Certidão cível e criminal da Justiça Federal, disponíveis no endereço eletrônico: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php
II – Certidão cível e criminal da Justiça Estadual (residência nos últimos 5 anos);
*Requisitado no **Fórum da Comarca** que em que tenha residência nos últimos 5 anos.
III – Certidão criminal da Justiça Militar Federal (residência dos últimos 5 anos), se exerceu ou exerce cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico: https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa
*Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Federal o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo I do Decreto Municipal nº 16.104/2015. Disponível no endereço eletrônico: http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf
IV – Certidão criminal da Justiça Militar Estadual (residência dos últimos 5 anos), se exerceu cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico: https://www.tjmrs.jus.br/certidoes/ https://tjmmg.jus.br/certidao-negativa/ https://certidoes.tjmsp.jus.br/#/
*Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Estadual o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo II, do Decreto Municipal nº 16.104/2015. Disponível no endereço eletrônico: http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf
V – Certidão do Tribunal de Justiça do Estado (residência dos últimos 5 anos), se ocupou cargo de Deputado Estadual, Vice-governador do Estado, Prefeito, Secretário de Estado, Juiz de Direito, Juiz de Direito Substituto, membro do Ministério Público, disponível no endereço eletrônico:
*Caso o servidor não tenha exercido cargos previstos acima, o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo III do Decreto Municipal nº 16.104/2015.
http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf
VI – Certidão criminal da Justiça Eleitoral, disponível no endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor
VII – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas da União, disponível no endereço eletrônico: https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:21:::NO:3,4,5,21:P21_FINS_ELEITORAIS:N
VIII – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas do Estado (residência nos últimos 5 anos);
IX – Certidão do Conselho Nacional de Justiça do Cadastro Nacional de Condenações Civis por ato de improbidade administrativa – CNIA, disponível no endereço eletrônico: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php
EXAMES MÉDICOS:
O candidato deverá apresentar todos os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas.
a) Atestado de boa saúde física e mental, a ser fornecido por profissional médico, devendo obrigatoriamente constar no carimbo a especialidade profissional médica;
b) Radiografia do Tórax em PA e Perfil (com laudo e assinatura do médico Radiologista);
c) Radiografia de Coluna Cervical, Torácica e Lombar (com laudo e assinatura do médico radiologista);
d) Eletrocardiograma (com laudo, carimbo e assinatura do médico Cardiologista);
e) Hemograma;
f) Glicose de Jejum;
g) Hemoglobina Glicada;
h) Provas de função hepática;
i) Tipagem sanguínea;
j) Creatinina;
k) Sorologia para doença de chagas (detecção de IGG por 2 métodos distintos);
l) VDRL;
m) Colpocitologia Oncótica Parasitária (para mulheres);
n) PSA (para homens acima de 45 anos);
o) Teste de Esforço (Esteira ou Bicicleta) - Com laudo do médico cardiologista (candidatos a partir de 40 anos);
q) Sangue oculto nas fezes (candidatos a partir de 50 anos);
r) Anti-HBS;
s) HBsAG;
t) Anti-HCV.
PARECERES ESPECIALIZADOS (ANEXO V DO EDITAL DE ABERTURA Nº. 01.002/2025 DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2025):
• **Médico Clínico Geral:** Parecer Psiquiátrico e Oftalmológico;
O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 002/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 16 de abril de 2025.
Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:CE4F88E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO PARA FINAL DE FILA Nº 167/2026

Dispõe sobre a reclassificação, a pedido, para final de fila dos candidatos nomeados para o cargo de Médico Clínico Geral.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, com fulcro no Capítulo 12 e mais especificamente no sub item 23.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público n° 002/2025, conforme solicitação via Termo de Renúncia Temporária, autoriza a RECLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA FINAL DE FILA, conforme descrito abaixo:

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
18º	WILLIAN CITELLI CONTI	XXX.832.169-XX	AMPLA
19º	GREGORIO CONTARDI KORNEICZUK	XXX.044.879-XX	AMPLA
20º	CLAUDINEI MATIAS DE OLIVEIRA	XXX.599.669-XX	AMPLA

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:FF54D753

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.456/2026

Dispõe sobre nomeação no cargo em comissão de Ouvidor Geral do Município – CC1, junto à Secretaria Municipal de Administração.

Considerando o processo digital nº 43438/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear a senhora **JAMILLE LOBO DOS SANTOS FORTES, C.P.F: 079.XXX.XXX-50**, no cargo em comissão de **OUVIDORA GERAL DO MUNICÍPIO – CC1**, junto a Secretaria Municipal de Administração, a partir de 05 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:AD287AC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1457/2026

Fica sem efeito a nomeação dos candidatos aprovados em concurso público e reclassifica, a pedido, para o final de fila.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação dos candidatos abaixo relacionados**,** nomeados pela Portaria Municipal nº 1297/2026, no cargo de provimento efetivo de **MÉDICO CLÍNICO GERAL**, tendo em vista a solicitação de reclassificação para o final de fila, conforme termo de renúncia temporária.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
18º	WILLIAN CITELLI CONTI	XXX.832.169-XX	AMPLA
19º	GREGORIO CONTARDI KORNEICZUK	XXX.044.879-XX	AMPLA
20º	CLAUDINEI MATIAS DE OLIVEIRA	XXX.599.669-XX	AMPLA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:799204EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1458/2026

Fica sem efeito a nomeação e desclassifica a candidata aprovada em Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação e desclassifica a candidata abaixo relacionada, nomeada nos termos da Portaria nº 1297/2026, no cargo de **MÉDICO CLÍNICO GERAL**, por não atender à convocação, conforme Edital n° 151/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 13 de julho de 2026.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
21º	LETICIA VERONICA RIZZATO GRACIANO	XXX.218.609-XX	AMPLA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:C2A177FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1459/2026

Dispõe sobre a nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público nº 002/2025.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os candidatos abaixo relacionados em virtude da sua aprovação no **Concurso Público nº 002/2025**, homologado e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 21 de agosto de 2025.

MÉDICO CLÍNICO GERAL			
CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
22º	ISABELA NACHI	XXX.899.241-XX	AMPLA
23º	REINALDO AUGUSTO GOMES	XXX.991.029-XX	AMPLA
24º	LUIZA ALVES CANTANHEDE MARSAU	XXX.342.493-XX	AMPLA
25º	JAMERSON DIEGO JOSE DE BRITO	XXX.061.621-XX	AMPLA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 05 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:A35389F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
REPUBLICAÇÃO – DECRETO MUNICIPAL Nº 27.952/2026

Dispõe sobre incorporação de tempo de serviço.

Considerando o processo digital nº 42374/2026;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

DECRETA:

Art. 1° Fica incorporado, para efeitos de Aposentadoria e Disponibilidade, na Ficha Funcional do Servidor Municipal, **LAERCIO MONTEIRO DA SILVA**, Agente Comunitário de Saúde, o tempo de 02 (dois) anos e 07 (sete) meses, conforme o processo protocolado sob nº 42374/2026 de 31/07/2026, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição – CTC de nº 14023060.1.00153/12-2, emitida em 23/10/2012, do Regime Geral de Previdência Social – INSS.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 04 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:8C5A443F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
RESULTADO PRELIMINAR DO EDITAL Nº 004/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE SOLUÇÕES EDUCACIONAIS ESTRUTURADAS PARA FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESCOLAR E MELHORIA DOS INDICADORES DE APRENDIZAGEM

RESULTADO PRELIMINAR DO EDITAL Nº 004/2026 CHAMAMENTO PÚBLICO PARA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE SOLUÇÕES EDUCACIONAIS ESTRUTURADAS PARA FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESCOLAR E MELHORIA DOS INDICADORES DE APRENDIZAGEM

A PRESIDENTE DA COMISSÃO TÉCNICA PARA ANÁLISE E SELEÇÃO DE SOLUÇÕES PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, constituída através da portaria municipal nº 744/2026-SEDUC, no uso de suas atribuições legais, considerando o Edital nº 004/2026-SEDUC, que rege o processo de chamamento público, e considerando a decisão da Comissão Técnica reunida para análise das soluções inscritas,

RESOLVE:

Tornar público o resultado preliminar de seleção, da análise e classificação realizada pela comissão referente aos materiais didáticos inscritos dentro do prazo estabelecido no edital e abrir o prazo de interposições de recursos.

Art.1º Considerando os critérios de avaliações previstos no edital e a nota final obtida pela obra, fica classificada a seguinte coletâneas

OBJETO SOLUÇÕES EDUCACIONAIS ESTRUTURADAS, DESTINADAS AO FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESCOLAR, AO APRIMORAMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E À MELHORIA DOS RESULTADOS DE APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE PARANAVAÍ.
Título: IDEB NOTA 10- PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESCOLAR PARA GARANTIA DA APRENDIZAGEM;
Editora: APRENDER EDITORA;
Representante: COMPASS SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA

Art. 2° Nos termos do item 7.3 do Edital nº 004/2026, fica aberto o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da presente data, o prazo para interposição de recursos contra o resultado preliminar, conforme determinado no edital que rege a presente seleção.

Paranavaí, datado e assinado eletronicamente.

ROSÂNGELA GONÇALVES VIANA
Presidente da Comissão Técnica

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:EFD923C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS - RESOLUÇÃO 19/2026

RESOLUÇÃO Nº 019/2026

SÚMULA: Aprovação de utilização de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social de Paranavaí para abertura de edital.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE PARANAVAÍ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.784/2011;

Considerando as deliberações da plenária ordinária realizada em 05 de Agosto de 2026;

RESOLVE:

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a utilização de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social de Paranavaí para abertura de edital para repasse de recursos para Organizações da Sociedade Civil inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação**.**

Paranavaí, 05 de Agosto de 2026.

ABILENE NADJA SILVA CHAGAS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Suellen Regina Vedovato Mendes
Código Identificador:F9589929

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

Resposta ao 1º Pedido de Esclarecimento
Processo Digital nº 42840/26
Data do protocolo: 03/08/2026

I - DO OBJETO

O Município de Paranavaí tornou público o Edital de Chamamento Público destinado à seleção de Organização Social (OS) para a celebração de Contrato de Gestão, visando ao gerenciamento, à operacionalização e à execução dos serviços do Centro do Autista de Paranavaí/PR, em conformidade com as condições, critérios e exigências estabelecidos no Edital e em seus anexos**.**

II - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Após a publicação do instrumento convocatório, foi apresentado Pedido de Esclarecimento pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento

Social e Humano – INDSH, protocolado por meio do Processo Digital nº 42840/2026, nos seguintes termos:

A)Anexo XI: O Anexo XI deve ser apresentado na primeira etapa de envio das propostas ou apenas na fase de habilitação? Caso deva ser enviado juntamente com a proposta, em qual dos arquivos previstos no edital ele deverá ser anexado?

B)Anexo XII: O Anexo XII deve ser apresentado na primeira etapa ou apenas na fase de habilitação? Em qual arquivo deverá ser inserido? Existe relação dos materiais e equipamentos que poderão ser cedidos?

C)O edital estabelece uma nomenclatura padronizada para os arquivos a serem enviados, porém também exige a apresentação de declarações e outros documentos para fins de pontuação, como organogramas, regimentos, atas de posse da diretoria, regulamentos internos, comprovante de CNPJ ativo e documentos de integridade institucional. Em qual dos arquivos previstos esses documentos deverão ser inseridos? É permitido incluir um arquivo adicional exclusivamente para anexos (por exemplo, 07_Anexos.pdf)? Além disso, quais documentos são considerados como documentos de integridade institucional?

D)Em relação ao valor de implantação, qual foi o levantamento de mercado (cotação) utilizado para sua definição? Quais materiais e equipamentos já estão disponíveis no Centro e quais deverão ser adquiridos pela entidade contratada? Considerando a existência de mini jardim sensorial, consultório odontológico, quadra poliesportiva e demais ambientes, solicitamos informar quais equipamentos são obrigatórios para a unidade, bem como a quantidade prevista de cada item.

E)Em relação ao arquivo 01_Proposta_Técnica.pdf, deverá ser encaminhada apenas a Minuta da Proposta (Anexo IV) devidamente preenchida ou, além dela, também deverá ser apresentado um projeto técnico detalhado, elaborado conforme os critérios da tabela de pontuação prevista no edital?

F)O edital informa que a fase de habilitação ocorrerá após a análise das propostas, quando a Comissão convocará a entidade classificada em primeiro lugar para apresentar os documentos de habilitação. Entretanto, em outro trecho, consta que não será permitida a apresentação, na fase de habilitação, de documentos que deixaram de ser apresentados anteriormente, o que gera dúvida quanto ao momento de envio dessa documentação. Solicitamos confirmar se apenas a entidade cuja proposta for selecionada deverá apresentar os documentos de habilitação.

G)Quais são as metas mensais quantitativas e qualitativas?

H)Considerando que o envio das propostas deverá ser realizado exclusivamente pelo Portal Eletrônico de Autoatendimento, solicitamos esclarecer se o limite de 128 MB refere-se ao tamanho total dos arquivos enviados na remessa ou ao tamanho máximo permitido para cada arquivo individual.

I)Será permitido um percentual para despesas administrativas? Qual é o limite percentual permitido para as despesas da sede administrativa em relação ao valor do contrato?

III - DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

O Pedido de Esclarecimento foi interposto tempestivamente, obedecendo ao disposto no item 10.4.6 do Edital.

IV - DAS RESPOSTAS

Em referência ao Pedido de Esclarecimento acima exposto, passa a Administração Municipal a apresentar as respectivas respostas, nos termos a seguir:

A)Este formulário deverá ser apresentado na primeira etapa de envio das propostas, devendo integrar o arquivo denominado "03_Experiência_Comprovada.pdf".
B)Este formulário deverá ser preenchido e apresentado na fase de celebração do contrato.
C)Esses documentos deverão ser inseridos no arquivo denominado "03_Experiência_Comprovada.pdf", por se destinarem à comprovação da experiência da entidade para fins de pontuação, conforme os critérios estabelecidos no Instrumento de Avaliação das Propostas. Recomenda-se que a ordem de apresentação dos documentos observe a sequência prevista no referido instrumento, a fim de facilitar a análise e conferência pela Comissão de Seleção. O Instrumento de Avaliação das Propostas prevê, como um dos parâmetros técnicos de avaliação, a apresentação de documentos de integridade institucional. Para fins desse critério, consideram-se documentos de integridade institucional aqueles que evidenciem a adoção, pela entidade, de mecanismos de governança, ética, transparência, controle interno e boas práticas de gestão. Como exemplos, poderão ser apresentados Código de Ética e Conduta, Política de Transparência e Prestação de Contas, Manual de Governança Institucional, bem como outros documentos equivalentes que demonstrem a existência de práticas institucionais voltadas à integridade e à boa governança.
D)Para a definição do valor estimado a ser repassado à entidade parceira, a Secretaria Municipal de Saúde realizou levantamento prévio dos insumos, materiais, equipamentos, mobiliários e demais recursos necessários para a implantação e o início das atividades do Centro de Atendimento, cujos custos encontram-se consolidados em planilha. Todavia, nos termos do Edital, compete à entidade participante apresentar, em seu Plano de Trabalho, a descrição, especificação e os quantitativos dos recursos que julgar necessários para a adequada execução do objeto. Assim, a planilha elaborada pela Administração possui caráter estimativo e referencial, não vinculando a proposta da entidade. A entidade possui autonomia para propor a aquisição dos materiais, equipamentos e demais recursos, desde que sua proposta demonstre viabilidade técnica e financeira e seja suficiente para o cumprimento das metas, indicadores e resultados pactuados com a Administração Municipal. A respeito da quadra poliesportiva, esta já se encontra pronta e apta para uso. Em relação ao consultório odontológico, conforme descrito do Projeto Técnico-Referencial (item 5.6.4), o Município fornecerá todos os insumos, materiais e a disponibilização de odontólogos, cabendo a entidade apenas viabilizar as condições para os atendimentos. A visita técnica poderá subsidiar a adequada avaliação da estrutura física disponibilizada, permitindo-lhe dimensionar e especificar, em seu Plano de Trabalho, os insumos, materiais, equipamentos e demais recursos que considerar suficientes e necessários.
E)O Plano de Trabalho previsto no item 10.5.10 do Edital constitui o documento técnico por meio do qual a Organização Social deverá apresentar detalhadamente sua proposta de execução do objeto, contemplando, no mínimo, as ações propostas, metas, fluxos assistenciais, estrutura operacional, etc. Dessa forma, não é exigida a apresentação de um documento autônomo denominado “Projeto Técnico”, desde que o conteúdo técnico necessário à avaliação esteja adequadamente contemplado no Plano de Trabalho.
F)De acordo com o disposto no item 10.2.1 do Edital, a interpretação correta é de que somente a Organização Social classificada em primeiro lugar será convocada para apresentar os documentos de habilitação, em momento posterior ao julgamento das propostas técnicas.
G)As metas quantitativas e qualitativas deverão ser propostas pela Organização Social em seu Plano de Trabalho, observadas as diretrizes, capacidade operacional, fluxos assistenciais, indicadores de desempenho e parâmetros de atendimento estabelecidos no Edital e no Projeto Técnico-Referencial. O Edital exige que o Plano de Trabalho contenha metas quantitativas e qualitativas, indicadores de desempenho, cronograma de execução e metodologia de monitoramento dos resultados, os quais serão objeto de análise pela Comissão de Seleção. As metas definitivas que integrarão o Contrato de Gestão serão estabelecidas a partir da proposta apresentada pela entidade selecionada, observadas as necessidades assistenciais do Município, a capacidade instalada do Centro e as diretrizes definidas pela Secretaria Municipal de Saúde.
H)O limite de 128 MB estabelecido pelo Portal aplica-se individualmente a cada arquivo enviado. Assim, caso a documentação

exceda esse limite quando reunida em um único arquivo, será permitida sua divisão ou compactação em mais de um arquivo, desde que sejam observadas as regras da plataforma e mantida a integridade e a sequência lógica dos documentos apresentados.
I)Não há previsão de percentual específico destinado a despesas administrativas. Contudo, conforme disposto no item 5.7.3 do Anexo I do Edital, as despesas referentes ao consumo de água, energia elétrica, telefonia e internet permanecerão sob responsabilidade do Município, não devendo ser consideradas pela entidade na composição de seus custos operacionais.

Diante do exposto, consideram-se prestados os esclarecimentos solicitados.

Paranavaí, 05 de Agosto de 2026.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:AD7FB571

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/2026

Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ/MF: 76.898.196/0001-45 e SIGNUMWEB COMUNICAÇÃO INCLUSIVA LTDA, CNPJ/MF: 27.785.481/0001-44. **Objeto**: Contratação de empresa para prestação de serviço de interpretação simultânea da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais - Libras, das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, audiências públicas, conferências, reuniões, coletivas de imprensa, encontros e similares. **Valor**: O valor estimado a ser pago pela contratação é de R$ 47.190,00 (quarenta e sete mil, cento e noventa reais). **Vigência:** O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, iniciando-se na data de sua publicação no PNCP. **Dotação**: 136/3.3.90.39.05.00.00 - servicos tecnicos profissionais. **Origem do Contrato**: Pregão Eletrônico nº 4/2026, conforme justificativas constantes do Processo de Contratação nº 6/2026. **Foro:** Fica eleito o Foro da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, para dirimir questões relativas ao presente contrato. **Local, data e assinatura:** Pato Branco, 4 de agosto de 2026. Joecir Bernardi - Contratante e Josenildo Silva Santos - Contratada.

Publicado por:
Danieli Bolzan
Código Identificador:58EA70C5

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
PORTARIA Nº 176, DE 5 DE AGOSTO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento nos incisos XII e XXX, alínea “b” do art.31 da Resolução nº 1, de 8 de janeiro de 2014 (Regimento Interno),

Considerando o comunicado da ocorrência de acidente de trânsito envolvendo o veículo público Toyota Corolla GLI, placa SDX 6C05, conduzido por servidor público deste Legislativo Municipal com outro veículo de terceiro particular,

Considerando que referido sinistro de trânsito resultou em danos materiais em ambos os veículos envolvidos,

Considerando os princípios que regem a Administração Pública, em especial os princípios básicos instituídos no artigo 37 da Constituição Federal, que servem como um conjunto de regras e valores que devem ser seguidos pelos servidores públicos no desempenho de suas funções,

Considerando o disposto nos arts. 137 a 141 da Lei nº 1.245/93, que instituiu o regime jurídico dos servidores públicos municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apurar eventual irregularidade funcional e responsabilidade civil administrativa do servidor público portador da matrícula nº 1180-0/1, ocupante do cargo de Assistente em Gestão, por suposta ofensa aos incisos III, do art.110 e art.116, da Lei nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, assegurada ampla defesa.

Art. 2º Designar nos termos do art.145 da Lei nº 1.245/93 os servidores públicos abaixo relacionados para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar:
I – Paulo Cesar Dias, matrícula nº 1250-5/1;
II – Angela Munaretto, matrícula nº 1352-8/1;
III – Emanuelle Giacomini Fiorentin, matrícula nº 1262-9/1.

Parágrafo Único. A presidência da Comissão será exercida pelo servidor público Paulo Cesar Dias, matrícula nº 1250-5/1.

Art. 3º O prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar não excederá 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, *documento datado e assinado digitalmente.*

(Assinado Digitalmente)
JOECIR BERNARDI
Presidente

Publicado por:
Paulo Cesar Dias
Código Identificador:E7306EC9

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
PORTARIA Nº 177, DE 5 DE AGOSTO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto contido no inciso XXX do artigo 31 da Resolução nº 1, de 8 de Janeiro de 2014 (Regimento Interno),

Considerando o disposto contido na Lei Complementar nº 74, de 23 de abril de 2018,

Considerando Decreto Municipal º 9.153, de 20 de janeiro de 2022,

Considerando o Termo de Convênio nº 001/2026, celebrado entra a Câmara Municipal de Pato Branco e o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais – PATOPREV, visando a cedência temporária do servidor público Rodrigo Sartor Mayer,

RESOLVE:

Art. 1º Ceder transitoriamente e de forma parcial o servidor Rodrigo Sartor Mayer, Matrícula nº 1263-7/1, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo II, para o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, a fim de desempenhar atividades e processos relacionados ao setor de licitações naquele órgão, no período matutino, de 6 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Art. 2º As atividades previstas serão exercidas cumulativamente com as atribuições do cargo de Técnico Legislativo II do Poder Legislativo Municipal sem que afete suas atribuições normais do cargo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, *documento datado e assinado digitalmente.*

(Assinado Digitalmente)
JOECIR BERNARDI
Presidente

Publicado por:
Paulo Cesar Dias
Código Identificador:C74A2C38

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 92/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 91/2026 – PROCESSO Nº 93/2026.
EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA Nº 29/2025

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, Associação Esportiva Pato Futsal,** inscrita no CNPJ nº 11.105.536/0001-98. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, dar suporte ao treinamento esportivo na modalidade de futsal masculino e participação da equipe de competição adulta, equipe de competição base e projetos sociais. Divulgar e popularizar a modalidade esportiva do futsal masculino, promovendo a formação de uma equipe adulta de alto rendimento, uma equipe de categorias de base e projetos sociais da modalidade de futsal masculino.**VALOR TOTAL:** R$ 20.000,00 (vinte mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 09 (nove) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26887 - 43207. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 05 de Agosto de 2026.

RICARDO JOSE CARNIELETTO -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:C89816BA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 93/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 92/2026 – PROCESSO Nº 94/2026.
EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA Nº 24/2025

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, Lar de Idosos São Francisco de Assis,** inscrita no CNPJ nº 78.685.518/0001-01. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, execução do projeto "Cuidar o Idoso com Dignidade", voltado ao cuidado integral, humanizado e continuo das pessoas idosas institucionalizadas no Lar de Idosos São Francisco de Assis, por meio de ações de promoção da saúde mental, convivência, estimulo psicossocial e fortalecimento do bem-estar emocional. As atividades serão desenvolvidas ao longo de 12 (doze) meses, em consonância com o Estatuto da Pessoa Idosa, a Politica Nacional de Assistência Social e as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. De forma especifica, o presente plano destina-se ao custeio das despesas salariais e do 13° salário do profissional de Psicologia, cuja atuação é essencial para o acompanhamento psicológico dos idosos acolhidos, prevenção de agravos emocionais, qualificação do cuidado institucional e fortalecimento das ações socioassistenciais desenvolvidas pela equipe multiprofissional. O projeto "Cuidar o Idoso com Dignidade" esta vinculado as emendas de bancada n° 24/2025, 59/2025 e 82/2025, celebradas pela instituição para fortalecimento das ações voltadas as pessoas idosas institucionalizadas. Ressalta-se que cada emenda de bancada possui objeto, execução e responsabilidades técnicas próprias, sendo o presente Plano de Trabalho destinado especificamente ao custeio das atividades do profissional de Psicologia, conforme descrito neste instrumento. **VALOR TOTAL:** R$ 25.453,39 (vinte e cinco mil, quatrocentos e cinqüenta e três reais e trinta e nove centavos). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26327 - 34295. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 05 de Agosto de 2026.

SABINO OLTRAMARI -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:03C5DA1B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 94/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 94/2026 – PROCESSO Nº 96/2026.
EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA Nº 04/2025

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, Associação Basquetebol Arte de Pato Branco,** inscrita no CNPJ nº 03.061.958/0001-80. **OBJETO**: Execução do projeto "Basquete Cesta de Ouro", destinado à manutenção e fortalecimento da equipe adulta de basquetebol da Associação Basquetebol Arte de Pato Branco, contemplando treinamentos sistemáticos, acompanhamento técnico especializado e participação em competições oficiais de rendimento durante o exercício de 2026. **VALOR TOTAL:** R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 06 (seis) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26887-43207. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 05 de Agosto de 2026.

ROGER POGLIA DA LUZ-
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:32BEDDF3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 95/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 93/2026 – PROCESSO Nº 95/2026.
EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA Nº 59/2025

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, Lar de Idosos São Francisco de Assis,** inscrita no CNPJ nº 78.685.518/0001-01. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, a execução do projeto "Cuidar o Idoso com Dignidade", voltado a promoção do cuidado integral, humanizado e qualificado as pessoas idosas institucionalizadas no Lar de Idosos São Francisco de Assis, ao longo de 12 (doze) meses. O Plano contempla a execução conjunta dos Termos de Fomento n.° 24/2025, 59/2025 e 82/2025, que totalizam o valor global de R$ 112.311,08, destinados a manutenção da equipe multiprofissional da instituído, essencial para a continuidade dos serviços prestados. De forma especifica, este Plano de Trabalho destina-se ao custeio das despesas com pessoal referentes a profissional Assistente Social, incluindo salários, encargos trabalhistas e 13° salario. A atuação da Assistente Social & fundamental no contexto do acolhimento institucional, sendo responsável pelo acompanhamento socioassistencial dos idosos, articulação com a rede de proteção social, garantia de direitos, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e elaboração de relatórios técnicos. Sua presença é indispensável para assegurar a qualidade do atendimento, o cumprimento das normativas do SUAS e a efetivação da proteção social as pessoas idosas acolhidas. **VALOR TOTAL:** R$ 36.857,69 (trinta e seis mil oitocentos e cinqüenta e sete reais e sessenta e nove centavos. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26327 - 34295. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 05 de Agosto de 2026.

SABINO OLTRAMARI -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:8825E09A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 96/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº95/2026 – PROCESSO Nº 97/2026.
EMENDA DE BANCADA 141/2025 REMANEJAMENTO 46/2026.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, Associação É o Bicho,** inscrita no CNPJ nº 26.154.429/0001-27. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria a execução de ações de controle populacional de cães e gatos no município de Pato Branco/PR, por meio da realização de castrações cirúrgicas em caninos e felinos, machos e fêmeas, bem como da realização de testes de FIV e FELV em felinos, incluindo animais errantes, sob os cuidados de protetores independentes e de tutores de baixa renda, conforme critérios técnicos definidos neste Plano de Trabalho. **VALOR TOTAL:** R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 06 (seis) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26840-43211. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 05 de Agosto de 2026.

SILVANA CORREA DOS SANTOS KALINOSKI -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:82527B23

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA DE BANCADA 04/2025
INEXIGIBILIDADE N.º 94/2026 – PROCESSO N.º 96/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda Impositiva de Bancada 04/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Associação Basquetebol Arte de Pato Branco,*** inscrita no CNPJ nº 03.061.958/0001-80, com sede na Rua Tocantins, nº 1394, Bairro Baixada, CEP: 85.505-140, em Pato Branco/PR, telefone: (46) 98806-4036, endereço eletrônico: patobasquete@gmail.com. Para Execução do projeto "Basquete Cesta de Ouro", destinado à manutenção e fortalecimento da equipe adulta de basquetebol da Associação Basquetebol Arte de Pato Branco, contemplando treinamentos sistemáticos, acompanhamento técnico especializado e participação em competições oficiais de rendimento durante o exercício de 2026.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.Pato Branco, 03 de Agosto de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER-
Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito Município de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:DAB34BA6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO INEXIGIBILIDADE N.º 91/2026 – PROCESSO N.º 93/2026 - EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA 29/2025

Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva de Bancada n°29/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade ***Associação Esportiva Pato Futsal***, inscrita no CNPJ nº 11.105.536/0001-98, com sede na Rua Iguaçu, nº 215, Sala 201, Bairro Centro, CEP 85.509-262, em Pato Branco/PR, telefone: (46) 99972-1111, endereço eletrônico: patofutsal@patofutsal.com.br. Para dar suporte ao treinamento esportivo na modalidade de futsal masculino e participação da equipe de competição adulta, equipe de competição base e projetos sociais. Divulgar e popularizar a modalidade esportiva do futsal masculino, promovendo a formação de uma equipe adulta de alto rendimento, uma equipe de categorias de base e projetos sociais da modalidade de futsal masculino.

Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 03 de Agosto de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:C1044D5A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO INEXIGIBILIDADE N.º 93/2026 – PROCESSO N.º 95/2026 - EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA 59/2025

"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva de Bancada n° 59/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 36.857,69 (trinta e seis mil oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e nove centavos.) Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Lar de Idosos São Francisco de Assis***, inscrita no CNPJ sob nº 78.685.518/0001-01, com sede na Rua Salgado Filho, nº 789, Bairro Pinheiros, Pato Branco/PR, CEP 85.504-374, telefone (46) 3224-4093 e endereço eletrônico adm.larsfdeassis@gmail.com. Para a execução O presente Plano de Trabalho tem por objeto a execução do projeto "Cuidar o Idoso com Dignidade", voltado a promoção do cuidado integral, humanizado e qualificado as pessoas idosas institucionalizadas no Lar de Idosos São Francisco de Assis, ao longo de 12 (doze) meses. O Plano contempla a execução conjunta dos Termos de Fomento n.° 24/2025, 59/2025 e 82/2025, que totalizam o valor global de R$ 112.311,08, destinados a manutenção da equipe multiprofissional da instituído, essencial para a continuidade dos serviços prestados. De forma especifica, este Plano de Trabalho destina-se ao custeio das despesas com pessoal referentes a profissional Assistente Social, incluindo salários, encargos trabalhistas e 13° salario. A atuação da Assistente Social & fundamental no contexto do acolhimento institucional, sendo responsável pelo acompanhamento socioassistencial dos idosos, articulação com a rede de proteção social, garantia de direitos, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e elaboração de relatórios técnicos. Sua presença é indispensável para assegurar a qualidade do atendimento, o cumprimento das normativas do SUAS e a efetivação da proteção social as pessoas idosas acolhidas.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sra. Tânia Raber Bertelli, através do endereço eletrônico secsocial@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 03 de Agosto de 2026.

TÂNIA RABER BERTELLI
Secretária Municipal de Assistência Social

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:3B128C81

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 92/2026 – PROCESSO N.º 94/2026 - EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA 24/2025

"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva de Bancada n° 24/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 25.453,39 (vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e nove centavos.) Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Lar de Idosos São Francisco de Assis***, inscrita no CNPJ sob nº 78.685.518/0001-01, com sede na Rua Salgado Filho, nº 789, Bairro Pinheiros, Pato Branco/PR, CEP 85.504-374, telefone (46) 3224-4093 e endereço eletrônico adm.larsfdeassis@gmail.com. Para a execução do projeto "Cuidar o Idoso com Dignidade", voltado ao cuidado integral, humanizado e continuo das pessoas idosas institucionalizadas no Lar de Idosos São Francisco de Assis, por meio de ações de promoção da saúde mental, convivência, estimulo psicossocial e fortalecimento do bem-estar emocional. As atividades serão desenvolvidas ao longo de 12 (doze) meses, em consonância com o Estatuto da Pessoa Idosa, a Politica Nacional de Assistência Social e as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. De forma especifica, o presente plano destina-se ao custeio das despesas salariais e do 13° salário do profissional de Psicologia, cuja atuação é essencial para o acompanhamento psicológico dos idosos

acolhidos, prevenção de agravos emocionais, qualificação do cuidado institucional e fortalecimento das ações socioassistenciais desenvolvidas pela equipe multiprofissional. O projeto "Cuidar o Idoso com Dignidade" esta vinculado as emendas de bancada n° 24/2025, 59/2025 e 82/2025, celebradas pela instituição para fortalecimento das ações voltadas as pessoas idosas institucionalizadas. Ressalta-se que cada emenda de bancada possui objeto, execução e responsabilidades técnicas próprias, sendo o presente Plano de Trabalho destinado especificamente ao custeio das atividades do profissional de Psicologia, conforme descrito neste instrumento.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sra. Tânia Raber Bertelli, através do endereço eletrônico secsocial@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 03 de Agosto de 2026.

TÂNIA RABER BERTELLI
Secretária Municipal de Assistência Social

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:A08A3A18

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO REMANEJAMENTO N.º 46/2026 EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA N.º 141/2025 INEXIGIBILIDADE N.º 95/2026 – PROCESSO N.º 97/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Remanejamento n.º 46/2026 Emenda Impositiva de Bancada n.º 141/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Associação É o Bicho,*** *inscrita no CNPJ nº 26.154.429/0001-27, com sede na Rua Arassuai, nº 1079, Bairro Menino Deus em Pato Branco/PR, CEP 85.502-270, telefone (46) 99118-9932, endereço eletrônico: ongeobicho@hotmail.com*, Para continuidade às ações de controle populacional de cães e gatos desenvolvidas pela Associação É o Bicho, mediante a realização de procedimentos cirúrgicos de castração e de testes rápidos para diagnóstico de FIV e FELV em felinos.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Antonio Cezar Soares, através do endereço eletrônico dirmeioambiente@patobranco.pr.gov.br.Pato Branco, 04 de Agosto de 2026.

ANTONIO CEZAR SOARES -
Secretário Municipal de Meio Ambiente.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito Município de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:00C42C67

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026- PROCESSO Nº 118/2026 COMPRA ELETRONICA N° 05/2026

O Município de Pato Branco, através da Pregoeira Regiane Rufato, designada pela Administração Municipal através da Portaria n.º 32/2026, torna público aos interessados a retificação do Aviso de Pregão Eletrônico 44/2026 - Processo nº 118/2026.
Onde lê: Data da Sessão Pública: 17/08/2026 às 09h00min (horário de Brasília) Período para apresentação de Propostas: Até 17/08/2026 às 08h59min.
Leia-se: Data da Sessão Pública: 21/08/2026 às 09h00min (horário de Brasília) Período para apresentação de Propostas: Até 21/08/2026 às 08h59min.
O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pato Branco, no horário de expediente, na Rua Caramuru, n.º 271, Centro, em Pato Branco - PR, ou pelos sites: www.patobranco.pr.gov.br – https://www.gov.br/compras, Demais informações, fones: (46) 3220-1534, e-mail: licitacao3@patobranco.pr.gov.br. As demais condições permanecem inalteradas. O Edital pode ser obtido a qualquer tempo no site www.patobranco.pr.gov.br - https://www.gov.br/compras. Demais informações pelo e-mail: licitacao3@patobranco.pr.gov.br.

Publicado por:
Regiane Rufato
Código Identificador:E4790AC5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 101/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026 - PROCESSO Nº 96/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ nº: 90.180.605/0001-02. **OBJETO**: Prestação de serviços de Seguro para Veículos/Ônibus, em atendimento às necessidades da Administração Municipal. **VALOR**: R$ 33.330,00 (trinta e três mil e trezentos e trinta reais). **VIGÊNCIA**: 13 (treze) meses contados a partir da assinatura do contrato. **DOTAÇÃO**: 24686- 38938, 25185-38941, 25334-38947, 38463-38970, 26005-38978, 26009-38979, 26129-40419, 26788-38965, 26882-38956. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 04 de agosto de 2026.

JOHNATAN MARINI DA SILVA -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:59FCC0D0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2026. PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 35/2026 - PROCESSO Nº 103/2026.

OBJETO: Registro de Preços para futura, eventual e fracionada contratação de pessoa jurídica visando à prestação de serviços para manutenções preventivas e corretivas da estrutura técnica dos equipamentos mecânicos, elétricos e eletrônicos que compõe a estrutura aeroportuária, atendendo às necessidades do Aeroporto Regional de Pato Branco (SBPO) – Professor Juvenal Loureiro Cardoso (Itens remanescentes Pregão nº 23/2026), em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes. **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2026.** EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS AEROPORTUARIOS LTDA. CNPJ/MF sob o nº 50.937.547/0001-96. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 182.389,97. FORO E DATA DA ASSINATURA: Pato Branco, 05 de agosto de 2026.

MICHELLE DA SILVA SOARES -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:E7987D39

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 01/2026. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 62/2026/GP. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2025, PROCESSO Nº 147/2025

PARTES: Município de Pato Branco e Otis Distribuição Ltda.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de copa, cozinha, higiene e limpeza, para atender às necessidades de todas as Secretarias e Departamentos da Administração Municipal.
ADITAMENTO: Do Reequilíbrio, com base no Art. 124, inciso II, alínea "d", e com fundamento nas justificativas acostadas aos autos do Processo Administrativo 13.038/2026, ficam reequilibrados os itens: 02, 57, 58, 184 e 209 conforme Anexo I – Itens Reequilibrados.
Ficam mantidas e ratificadas as demais regras e condições da Ata de Registro de Preços, naquilo que não contrariem o presente Termo Aditivo.
Pato Branco, 05 de Agosto de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

OTAVIO AUGUSTO LACHMAN –
Representante Legal.

Publicado por:
Sonia Mara Becker de Souza
Código Identificador:A0466B2D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº83.

Retificação da publicação que circuloudia 05/08/2026. Edição 3588.
Onde se lê: TERMO DE FOMENTO Nº91**.**
Leia-se: TERMO DE FOMENTO Nº83.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:4A3E38DB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº85.

Retificação da publicação que circuloudia 05/08/2026. Edição 35.
Onde se lê: TERMO DE FOMENTO Nº95**.**
Leia-se: TERMO DE FOMENTO Nº85.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:61F31235

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 725, DE 04 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo RH nº 25.569, de 04 de agosto de 2026, apresentado pela empregada pública;

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar, a pedido, a empregada pública **GRACIELE APARECIDA PICINATO,** matrícula nº 4585-3, ocupante do emprego público de Instrutora de Aprendizagem Apoio Pedagógico, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de agosto de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:77843F84

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV
PORTARIA CONJUNTA MUNICÍPIO/PATOPREV N° 037/2026

Concede aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição a servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município e o Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV, com fundamento nos arts. art. 85-A e 88, da Lei Complementar nº 74, de 23 de abril de 2018, em conformidade com o Processo de Aposentadoria sob Protocolo nº 28.995/2025 - PATOPREV;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição a Senhora **IVANETE TEREZINHA D'AMBROS,** matrícula 5895-5, inscrita no CPF sob nº xxx.542.352-xx, ocupante do cargo de Professora, função Pessoal Docente 20h F6, com fundamento no Art. 20, §§1º e 4º da EC nº 103/2019, c/c Art.60-D da Lei Orgânica e demais dispositivos aplicáveis à espécie.

Art. 2º Estabelecer os proventos mensais de aposentadoria, de forma integral, em R$ R$ 4.183,04 (quatro mil, cento e oitenta e três reais e quatro centavos), com base em 100% da média aritmética simples, dos 90% maiores salários de contribuição corrigidos desde julho/1994.

Art. 3º A presente portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando declarada a vacância do cargo ocupado pela servidora, porém, concretizando seus efeitos jurídicos e legais somente após o competente registro do ato concessório no Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

Cumpra-se, Gabinete do Prefeito de Pato Branco, 04 de agosto de 2026.

GERI NATALINO DUTRA **–**
Prefeito

ADEMILSON CÂNDIDO SILVA **–**
Diretor Presidente PATOPREV

Publicado por:
Luan Leonardo Botura
Código Identificador:8EB42428

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.973, DE 5 DE AGOSTO DE 2026.

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 13.625.000,00 (treze milhões, seiscentos e vinte e cinco mil reais), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025, e considerando o Memorando n° 23.578, de 4 de agosto de 2026, do Gabinete do Prefeito Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento de 2026, no valor de R$ 13.625.000,00 (treze milhões, seiscentos e vinte e cinco mil reais), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
06	**SECRETARIA MUNICIPAL ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**	
06.02	**DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**	
15	**Urbanismo**	
15.452	**Serviços Urbanos**	
15.452.0103	**Gestão Administrativa da Secretaria de Engenharia e Obras**	
2.021	Manutenção do Departamento de Engenharia e Obras	
4.4.90.51 – 9070 (46244)	Obras e Instalações	13.625.000,00

Total	13.625.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de recurso de fonte vinculada do exercício de 2026, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
9070	Convênio Termo n° 865/2026 - SECID - SIT 86389 Pavimentação de Vias Urbanas - Asfalto Novo Vida Nova	13.625.000,00

Total	13.625.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Scariot Gomes
Código Identificador:D555FE70

SECRETARIA DE GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 04 AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2021

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 04 AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2021	
PARTES:	**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO E MUNICÍPIO DE MARÓPOLIS**
OBJETO:	O objeto do presente Termo consiste na prorrogação da vigência do Convênio nº 001/2021 por 24 (vinte e quatro) meses, no período de 10 de agosto de 2026 a 9 de agosto de 2028.
GERI DUTRA	
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Talita Scariot Gomes
Código Identificador:72743CA3

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA GP Nº 67, DE 5 DE AGOSTO DE 2026.

Altera dispositivo da Portaria GP nº 53, de 11 de junho de 2026, que nomeia os membros da Comissão Municipal de Avaliação de Aluguel Social do Município de Pato Branco.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII, na forma do art. 62, II, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o Memorando nº 23.095, de 30 de julho de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Altera a alínea "a" do inciso III, do art.1º da Portaria GP nº 53, de 11 de junho de 2026, passando a vigorar a seguinte redação:

"Art 1º .....
I – .....
.....
III – .....
a) Carlos Henrique Galvan Gnoatto, matrícula n° 108030." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Scariot Gomes
Código Identificador:8830E612

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO N° 51/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 51/2026
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2026
MODALIDADE: Dispensa de Licitação - Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)
CONTRATANTE: Município de Paulo Frontin/PR, CNPJ 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA:IRMÃOS RAVANELLO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Localidade de Rondinha, BR 476, KM 205, S/N, Paula Freitas/PR, CEP: 84.630-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.793.189/0001-04, neste ato representada por seu Administrador, JOSÉ AUGUSTO RAVANELLO, portador do CPF/MF sob o nº 062.***.***-29.
OBJETO: Aquisição de 6.500 (seis mil e quinhentos) litros de ARLA 32 (Agente Redutor Líquido de Óxido de Nitrogênio Automotivo) na modalidade a granel, destinado ao abastecimento direto nos tanques de veículos e maquinários pesados da frota municipal de Paulo Frontin-PR, mediante abastecimento em posto credenciado, conforme Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar que integram o contrato.
VALOR TOTAL: R$ 22.815,00 (vinte e dois mil, oitocentos e quinze reais) com base no valor unitário de referência de R$ 3,51 (três reais e cinquenta e um centavos) por litro.
PRAZO DE EXECUÇÃO: Imediato, a partir da assinatura do contrato, devendo ser observados os parâmetros exigidos no contrato.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA:29 de julho de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Organograma: 02.007 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS; Máscara: 02.007.15.451.0004.2032.3.3.90.30.0000000/00000; Fonte: 2032.
FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin/PR, 05 de agosto de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:600E8364

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO N° 52/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 52/2026
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2026
MODALIDADE: Dispensa de Licitação - Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)
CONTRATANTE: Município de Paulo Frontin/PR, CNPJ 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA:60.662.578 RONALDO MOCHNACZ, Microempreendedor Individual (MEI), com sede na Rua Barão do Rio Branco, 56, Centro, União da Vitória/PR, CEP: 84.600-190, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.662.578/0001-35, neste ato representada por seu titular, RONALDO MOCHNACZ, portador do CPF/MF sob o nº 075.***.***-58.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mídia digital e impressa, compreendendo acervo fotográfico e audiovisual, captação e edição de imagens, operação de drone, gestão de redes sociais, divulgação institucional, bem como confecção de materiais de comunicação e produção de informativo periódico, para atender às necessidades do Município de Paulo Frontin-PR, conforme Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar que integram o contrato.
VALOR TOTAL: R$ 20.040,00 (vinte mil e quarenta reais) a ser pago em parcelas mensais de R$ 1.670,00 (mil seiscentos e setenta reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: Imediato, a partir da assinatura do contrato, devendo ser observados os parâmetros exigidos no contrato e o recebimento da Ordem de Serviço.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA:29 de julho de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Organograma: 02.001 – ASSESSORAMENTO SUPERIOR Máscara: 02.001.04.122.0003.2003.3.3.90.30.0000000/00000.
FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin/PR, 05 de agosto de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:1AA3FA8F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE CREDENCIAMENTO – EDITAL Nº 10/2026

A Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Sr. **EDSOM LUIZ BAGETTI**, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas, nº 22, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.719.625-8-SSP-PR, CPF nº 629.393.609-44, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, datada de 01 de Abril de 2021, e no Decreto Municipal nº 24, datado de 26 de Janeiro de 2023, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando a partir da data de publicação deste aviso, pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, no horário das 08:00 às 17:00 horas, **CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÓPRIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ, MEDIANTE AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS**, com valor estimado de R$ 2.838.752,50 (dois milhões, oitocentos e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), correspondente ao preço da tabela SINAPI – desonerada (competência junho/2026) com desconto linear de 10% (dez por cento).
O Edital de Credenciamento ficará aberto pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados a partir da data de sua publicação, permanecendo o chamamento aberto durante toda a vigência do credenciamento, com admissão de novos interessados a qualquer tempo (art. 79, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).
LOCAL DE ENTREGA DO ENVELOPE: Para participar do credenciamento, as empresas interessadas deverão protocolar o envelope contendo a documentação, devidamente lacrado e identificado com a inscrição externa, endereçado ao Agente de Contratação, a ser protocolado junto ao Protocolo Geral do Município, na Rua Presidente Costa e Silva, nº 290, Bairro Centro, Pérola D'Oeste - PR.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital poderá ser examinado e adquirido no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.pncp.gov.br), através do site www.peroladoeste.pr.gov.br, no Portal da Transparência do Município ou no Departamento de Compras/Licitação das 08:00h às 11:30h e das 13:00 às 17:00h. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (46) 3556-1223.

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 05 de agosto de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

ANDRESSA MAIARA LANG
Agente de Contratação

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:0DBEB416

CAMARA DE VEREADORES DE PEROLA D' OESTE - CONTABILIDADE
CÂMARA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE - AVISO DE CONTRATAÇÃO POR PRONTO PAGAMENTO

A Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará contratação direta na modalidade Pronto Pagamento, nos termos do art. 75, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para a contratação da empresa **Indianara Carine Fuchs,**inscrita no CNPJ nº 34.367.814/001-80, para a prestação de serviços de cobertura fotográfica do evento de entrega da placa de homenagem ao Deputado Estadual Ademar Luiz Traiano, no valor de R$**797,00**(setecentos e noventa e sete reais).
Justificativa:
A presente contratação visa atender a uma despesa de pronto pagamento no valor de R$ 797,00 (setecentos e noventa e sete reais), destinada à contratação da empresa Indianara Carine Fuchs, inscrita no CNPJ nº 34.367.814/001-80, para a prestação de serviços de cobertura fotográfica do evento de entrega da placa de homenagem ao Deputado Estadual Ademar Luiz Traiano.

A contratação tem por objetivo realizar o registro fotográfico oficial da solenidade promovida pela Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, assegurando a documentação institucional do evento. As fotografias produzidas integrarão o acervo histórico do Poder Legislativo Municipal e poderão ser utilizadas para divulgação das atividades institucionais em seus meios oficiais de comunicação, em observância aos princípios da publicidade e da transparência administrativa.
Em razão do baixo valor da contratação, da necessidade de realização do serviço na data do evento e da natureza eventual da despesa, justifica-se a adoção do procedimento de contratação por Pronto Pagamento, nos termos do art. 75, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Pagamento:
O pagamento será efetuado de forma imediata, mediante apresentação da nota fiscal e comprovação da entrega do bem, observadas as disposições da legislação aplicável.
Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações, na sede da Câmara Municipal, situada à Rua Presidente Costa e Silva, no 260 - Centro - Pérola D'Oeste/PR - CEP 85740-000, pelo telefone (46) 3556-1266 ou pelo e-mail camaraperola@hotmail.com.
Pérola D'Oeste - PR, 03de agostode 2026.

LEONARDO SEREDNICKIBAGETTI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Jaqueline Casarin Silveira
Código Identificador:E670CF58

CAMARA DE VEREADORES DE PEROLA D' OESTE - CONTABILIDADE
CÂMARA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE - AVISO DE CONTRATAÇÃO POR PRONTO PAGAMENTO

A Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará contratação direta na modalidade Pronto Pagamento, nos termos do art. 75, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para a aquisição de salgados destinados ao evento institucional de entrega da placa de homenagem ao Deputado Estadual Ademar Luiz Traiano, junto à empresa V Bassanesi & Cia Ltda. – Panificadora Pérola, inscrita no CNPJ nº 01.272.828/0001-61, no valor de R$ 1.745,90 (um mil setecentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos).
Justificativa:
A presente contratação visa atender a uma despesa de pronto pagamento no valor de R$ 1.745,90 (um mil setecentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos), destinada à aquisição de salgados para o atendimento da solenidade de entrega da placa de homenagem ao Deputado Estadual Ademar Luiz Traiano, promovida pela Câmara Municipal de Pérola D'Oeste.
A aquisição dos produtos é necessária para proporcionar a adequada recepção dos convidados, autoridades e participantes presentes no evento institucional, contribuindo para a organização e realização da cerimônia promovida pelo Poder Legislativo Municipal.
A contratação trata-se de despesa específica e de pequeno valor, indispensável para atender à demanda imediata da Administração Pública, sendo realizada mediante procedimento de Pronto Pagamento, conforme previsto no art. 75, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Pagamento:
O pagamento será efetuado de forma imediata, mediante apresentação da nota fiscal e comprovação da entrega do bem, observadas as disposições da legislação aplicável.
Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações, na sede da Câmara Municipal, situada à Rua Presidente Costa e Silva, no 260 - Centro - Pérola D'Oeste/PR - CEP 85740-000, pelo telefone (46) 3556-1266 ou pelo e-mail camaraperola@hotmail.com.

Pérola D'Oeste - PR, 03de agostode 2026.

LEONARDO SEREDNICKIBAGETTI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Jaqueline Casarin Silveira
Código Identificador:6E79EF6F

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA DO SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ ADITIVO QUANTITATIVO AO CONTRATO 003/2024

QUARTO TERMO ADITIVO QUANTITATIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÚMERO 03/2024. CONTRATO ESSE CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ – CIFRA, E A EMPRESA JUMBO PAVIMENTAÇÃO LTDA.

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ – CIFRA, pessoa jurídica de direto público interno, inscrito no CNPJ 11.248.927/0001-61, neste ato representado pelo presidente do consórcio , com sede na Rua Paraíba, 1833 – Centro, cidade de Pérola D'Oeste – Pr, doravante denominada **CONTRATANTE**, senhor **EDSOM LUIZ BAGETTI**, brasileiro, casado, agente público, portador do CPF 629.393.609-44 e do RG 3.719.625-8 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas n. 22 na cidade de Pérola D'Oeste - Pr. E a empresa **JUMBO PAVIMENTAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direto privado devidamente inscrita no CNPJ 40.306.265/0001-37 com sede PR 182, km 464 s/n, Bairro Industrial do município de Realeza – Pr. Doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu administrador **Sr. AMARILDO MACIEL SOBRINHO**, brasileiro, casado, empresário, portador Carteira Nacional de Habilitação n. 04369621870, expedida pelo DETRAN/PR, inscrito no CPF 063.985.949-67, residente e domiciliado na Rua Araucária n. 68, Bairro São Francisco de Assis, no município de Dois Vizinhos – Pr.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

O presente termo de aditivo tem por objetivo a adição de valor quantitativo demonstrado nas planilhas técnicas do contrato número 03/2024 firmado entre **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ – CIFRA**, e a empresa **JUMBO PAVIMENTAÇÃO LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR ADICIONADO
Diante do exposto, em decorrência das adequações quantitativas devidamente demonstradas nas planilhas técnicas anexas, o valor do presente aditivo perfaz o montante de **R$ 609.487,61** (seiscentos e nove mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta e um centavos), de modo que o valor global atualizado do contrato passa a ser de **R$ 3.148.487,62** (três milhões, cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos), representando um acréscimo de **24,04%.**

CLÁUSULA TERCEIRA
Fica entendido que continuam inalteradas e vigentes, no todo ou em parte, todas as cláusulas do contrato número 03/2024.
E, por assim estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas pelas partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Pérola D'Oeste, 05 de Agosto de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Presidente do Consórcio - Contratante

Jumbo Pavimentação LTDA
SR. AMARILDO MACIEL SOBRINHO -
Contratada

Publicado por:
Jaques Gilvani Dalla Libera
Código Identificador:19865829

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2026

Contrato nº 006/2026– Pregão Eletrônico 003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2023
CONTRATO ORIGINARIO Nº 001/2023 ADITIVO Nº 007/2026

Contratado: REDE DE POSTOS M7 LTDA
CNPJ sob o nº 57.304.977/0001-10
Objeto: Fornecimento de 409,216 litros de combustível gasolina comum (saldo remanescente do contrato originário)
Vigência de: 27 de fevereiro de 2027

01.031.0001.2001 – Manutenção do Poder Legislativo
3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo
3.3.90.30.01.02 – Gasolina Comum

Piên/PR; 15 de julho de 2026

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:4EAF19AC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 128/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 128/2026
REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 109/2026
VICULADO AO CHAMAMENTO PÚBLICO N° 009/2026

CONTRATADO: CASA DE REPOUSO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS
CNPJ: 79.348.421/0001-68

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de acolhimento institucional de longa permanência, destinado ao atendimento de pessoas idosas, de ambos os sexos, com grau de dependência I, II e III, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil.

Obs: O valor total e o quantitativo de vagas previstos no contrato pretendido possuem caráter meramente estimativo, não constituindo obrigação de demanda mínima por parte da Administração Pública. A efetiva execução dos serviços e o correspondente pagamento estarão condicionados às necessidades da Administração e ao rateio proporcional da demanda entre todos os prestadores devidamente credenciados para a execução do mesmo objeto, observadas as regras estabelecidas no edital de credenciamento e demais normativos aplicáveis.

FISCAL: Danielli dos Santos - Matrícula 101591

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação podendo ser prorrogado.

DATA DE ASSINATURA: 03 de agosto de 2026.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:36D5CA39

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 129/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 129/2026

MODALIDADE: REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 046/2026

CONTRATADO: COMWAP SERVICE LTDA
CNPJ: 06.077.057/0001-75
OBJETO: Contratação de empresa especializada e devidamente licenciada para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados pelas unidades da Rede Municipal de Saúde, mediante utilização de veículos apropriados e licenciados, em conformidade com a legislação sanitária, ambiental e de transporte vigente.

VALOR TOTAL: R$ 16.605,00 (dezesseis mil e seiscentos e cinco reais)

FISCAL: Fabíula Gabrielli Sura, Matrícula 4765688

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação.

DATA DE ASSINATURA: 04 de agosto de 2026.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:9D675B03

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 112/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade de Licitação N° 112/2026

PROTOCOLO: 3696/2026

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços especializados em Fonoaudiologia, a fim de suprir as necessidades da rede municipal de ensino de Piên-PR. De acordo com as especificações constantes no termo de referência, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação. Chamamento 001/2026

NOME	CNPJ	ORDEM	RESULTADO
CALAZANS FONOAUDIOLOGIA LTDA	64.885.113/0001-02	2	EMPRESA CREDENCIADA – DOCUMENTOS OK.
INOVA CENTRO DE SAÚDE LTDA	30.215.246/0001-41	2	EMPRESA CREDENCIADA – DOCUMENTOS OK.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

PESSOA JURÍDICA: CALAZANS FONOAUDIOLOGIA LTDA
CNPJ: 64.885.113/0001-02
VALOR: R$ 42.531,60 (Quarenta e dois mil e quinhentos e trinta e um reais e sessenta centavos)

PESSOA JURÍDICA: INOVA CENTRO DE SAÚDE LTDA
CNPJ: 30.215.246/0001-41

VALOR: R$ 42.531,60 (Quarenta e dois mil e quinhentos e trinta e um reais e sessenta centavos)

AUTORIZAÇÃO: 05/08/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:72781E89

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1020, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1020, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

DESIGNA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO TESTE SELETIVO Nº 01/2026.

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores, ocupantes de cargo de provimento efetivo, para compor a Comissão de Coordenação e Fiscalização para a realização do Teste Seletivo 01/2026:
I – Fabiula Gabrielli Sura, inscrita no CPF sob nº 097.***.***-** e portadora da cédula de identidade civil com RG nº 13*****/PR, ocupante do cargo público efetivo de Auxiliar Administrativo, exercendo cargo de Assessor de Area I - Gestão da Saúde;
II – Marina do Carmo Stracke de Lima, inscrita no CPF sob nº 049.***.***-**e portadora da cédula de identidade civil com RG nº 9.***.***-*/PR, ocupante do cargo público efetivo de Assistente Administrativo;
III – Noli Forteski Gassner, inscrita no CPF nº 031.***.***-** e portadora da cédula de identidade civil com RG nº 8.***.***-*/PR ocupante do cargo público efetivo de Auxiliar Administrativo, em exercício no cargo de Assessor de Area II – Documentação e Controle.
IV – Jociele de Fatima Cruz Alves, inscrita no CPF 066.***.***-** e portadora da cédula de identidade civil com RG nº 10.***.***-**/PR ocupante do cargo público efetivo de Assistente Administrativo.
V – Larissa do Carmo Honório, inscrita no CPF sob nº 113.***.***-**e portadora da cédula de identidade civil com RG nº 13.***.***-*/PR, ocupante do cargo público efetivo de Auxiliar Administrativo.
Parágrafo único. A Comissão de Coordenação e Fiscalização é responsável pela coordenação, fiscalização e por todos os atos relativos à realização do Teste Seletivo 01/2026.

Art. 2º Fica designada a servidora Fabiula Gabrielli Sura como Presidente da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Teste Seletivo 01/2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 05 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:548E2056

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 05/2026 - RETIFICAÇÃO Nº 02 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026

EDITAL Nº 05/2026

RETIFICAÇÃO Nº 02

O MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO, por intermédio do Prefeito Municipal Sr **PAULO FALCADE DE OLIVEIRA**, faz saber a quem possa interessar a realização de Processo Seletivo Simplificado, para formação de cadastro de reserva e para preenchimento de vagas do Quadro Temporário de Pessoal do Município de Pinhal de São Bento, que será regido pela legislação em vigor, em especial a Lei Municipal nº 287/2007, Lei Complementar nº 16/2025, demais Legislações em vigor e pelas normas estabelecidas no presente Edital.

ONDE SE LÊ:

DATA	ATO
16/08/2026	18. DATA DAS PROVAS PRÁTICAS – 13:30 HORAS EM DIANTE
18/08/2026	**19. DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS PRÁTICAS**
18/08/2026 a 19/08/2026	**20. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DAS PROVAS PRÁTICAS**
20/08/2026	**21. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DAS PROVAS PRÁTICAS**
21/08/2026	**22. PUBLICAÇÃO DO ATO DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR**
21/08/2026 a 23/08/2026	22. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA A ATA DE
	CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
24/08/2026	**24. DIVULGAÇÃO DO ATO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL**

. . . . . .

LEIA-SÊ:

DATA	ATO
23/08/2026	18. DATA DAS PROVAS PRÁTICAS – 13:30 HORAS EM DIANTE
25/08/2026	**19. DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS PRÁTICAS**
25/08/2026 a 26/08/2026	**20. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DAS PROVAS PRÁTICAS**
28/08/2026	**21. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DAS PROVAS PRÁTICAS**
31/08/2026	**22. PUBLICAÇÃO DO ATO DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR**
31/08/2026 a 01/09/2026	22. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA A ATA DE
	CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
02/09/2026	**24. DIVULGAÇÃO DO ATO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL**

. . . . .

ONDE SE LÊ:

A prova prática para os concorrentes à vaga do cargo identificado no item anterior, será realizada **em 16 de agosto de 2026, a partir das 13:30 horas**, podendo ser antecipado o referido horário, de acordo com a concordância da Comissão de Acompanhamento do certame.

. . . . . .

LEIA-SÊ:

8.1.1.A prova prática para os concorrentes à vaga do cargo identificado no item anterior, será realizada **em 23 de agosto de 2026, a partir das 08:30 horas**, podendo ser antecipado o referido horário, de acordo com a concordância da Comissão de Acompanhamento do certame.

. . . . . .

AS DEMAIS CLÁUSULAS PERMANECEM INALTERADAS, FICANDO CONVALIDADOS TODOS
OS DEMAIS ATOS JÁ PRATICADOS NO PRESENTE CERTAME.

Pinhal de São Bento (PR), 06 de agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:9BE48854

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 06/2026 - GABARITO DEFINITIVO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026

EDITAL Nº 06/2026
GABARITO DEFINITIVO – TODOS OS CARGOS

O Prefeito do Município de PINHAL DE SÃO BENTO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são
Legalmente conferidas, e em conformidade com o ítem 5.2.1 do Edital de Processo Seletivo Simplificado
nº 01/2026, de 15 de maio de 2026, TORNA PÚBLICOS os gabaritos preliminares das provas aplicadas no
dia 26 de julho de 2026, conforme relação apresentada a seguir:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	
QUESTÕES	GABARITO
1	B
2	C
3	C
4	B
5	C
6	C
7	B
8	C
9	B
10	C
11	B
12	B
13	C
14	C
15	B
16	C
17	B
18	A
19	B
20	A

GABARITO DEFINITIVO

MOTORISTA	
QUESTÕES	GABARITO
1	B
2	C
3	C
4	B
5	C
6	C
7	B
8	C
9	B
10	C
11	B
12	B
13	C
14	C
15	B
16	B
17	B
18	C
19	C
20	C

GABARITO DEFINITIVO

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	
QUESTÕES	GABARITO
1	B
2	C
3	C
4	B
5	C
6	C
7	B
8	C
9	B
10	C
11	B
12	B
13	C
14	C
15	B
16	B
17	B
18	B
19	C
20	C

GABARITO DEFINITIVO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	
QUESTÕES	GABARITO
1	B
2	C
3	C
4	B
5	B
6	C
7	C
8	C
9	C
10	C
11	B
12	C
13	C
14	C
15	B
16	B
17	C
18	B
19	C
20	C

GABARITO DEFINITIVO

TÉCNICO EM ENFERMAGEM	
QUESTÕES	GABARITO
1	B
2	C
3	C
4	B
5	B
6	C
7	C
8	C
9	C
10	C
11	B
12	C
13	C
14	C
15	B
16	A
17	B
18	A
19	B
20	A

GABARITO DEFINITIVO

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	
QUESTÕES	GABARITO
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	**B**
9	C
10	C
11	B
12	B
13	A
14	C
15	C
16	B

17	B
18	C
19	B
20	A

GABARITO DEFINITIVO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
QUESTÕES	**GABARITO**
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	**B**
9	C
10	C
11	B
12	B
13	A
14	C
15	C
16	C
17	B
18	B
19	C
20	B

GABARITO DEFINITIVO

ASSISTENTE SOCIAL	
QUESTÕES	**GABARITO**
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	**B**
9	C
10	C
11	B
12	B
13	A
14	C
15	C
16	B
17	A
18	D
19	C
20	A

GABARITO DEFINITIVO

CIRURGIÃO DENTISTA	
QUESTÕES	**GABARITO**
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	**B**
9	C
10	C
11	B
12	B
13	A
14	C
15	C
16	B
17	C
18	C
19	B
20	C

GABARITO DEFINITIVO

EDUCADOR FÍSICO	
QUESTÕES	**GABARITO**
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	**B**
9	C
10	C
11	B
12	B
13	A
14	C
15	C
16	B
17	C
18	B
19	B
20	D

GABARITO DEFINITIVO

ENFERMEIRO	
QUESTÕES	**GABARITO**
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	**B**
9	C
10	C
11	B
12	B
13	A
14	C
15	C
16	C
17	B
18	B
19	B
20	C

GABARITO DEFINITIVO

FISIOTERAPEUTA	
QUESTÕES	**GABARITO**
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	**B**
9	C
10	C
11	B
12	B
13	A
14	C
15	C
16	C
17	B
18	C
19	D
20	B

GABARITO DEFINITIVO

MÉDICO CLÍNICO GERAL	
QUESTÕES	**GABARITO**
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	**B**
9	C
10	C
11	B
12	B

13	A
14	C
15	C
16	B
17	A
18	C
19	D
20	C

GABARITO DEFINITIVO

NUTRICIONISTA	
QUESTÕES	**GABARITO**
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	**B**
9	C
10	C
11	B
12	B
13	A
14	C
15	C
16	C
17	D
18	C
19	B
20	B

GABARITO DEFINITIVO

PSICÓLOGO	
QUESTÕES	**GABARITO**
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	C
7	C
8	**B**
9	C
10	C
11	B
12	B
13	A
14	C
15	C
16	B
17	C
18	C
19	A
20	C

Pinhal de São Bento – PR, 06 de agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:960D7DCC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 79/2026.
LICITAÇÃO: Processo de Inexigibilidade n.º 14/2026.
OBJETO: "Adesão do item 002 da Ata de Registro de Preço n° 019/2025, referente ao pregão eletrônico n° 023/2025 do Consorcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai – CIRAU
CONTRATADO: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA
CNPJ: 59.104.422/0103-84
VALOR CONTRATADO: R$ 157.000,00 (Cento cinquenta e sete mil reais)
DATA DA ASSINATURA: 07/07/2026
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	14304	06.002.10.301.1001.1437	00304	4.4.90.52.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01437	06.002.10.301.1001.1437	00437	4.4.90.52.00.00	Recursos do Exercício Corrente

FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.
VALOR TOTAL: R$ 157.000,00 (Cento cinquenta e sete mil reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses**.**

Pinhal de São Bento/PR, em 07 de julho de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:E2AB243E

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 10/2026 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 10/2026

Súmula: Dispõe sobre a autorização para permanência do veículo oficial do Conselho Tutelar na residência do Conselheiro Tutelar Plantonista durante o período de sobreaviso e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e a Lei Municipal 1.000/2024 que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 136 da Lei Federal nº 8.069/1990, que estabelece as atribuições do Conselho Tutelar;
CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, incumbido de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir atendimento imediato e eficiente às ocorrências envolvendo crianças e adolescentes em situação de ameaça ou violação de direitos;
CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pelo Conselho Tutelar por meio do Ofício nº 066/2026;
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em reunião realizada na data de 05 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a permanência do veículo oficial do Conselho Tutelar na residência do Conselheiro Tutelar responsável pelo plantão, exclusivamente durante o período de sobreaviso.
Art. 2º O veículo oficial deverá ser utilizado exclusivamente para o atendimento de ocorrências e demandas relacionadas às atribuições legais do Conselho Tutelar, sendo vedada sua utilização para fins particulares ou quaisquer deslocamentos alheios ao interesse público.
Art. 3º O uso do veículo deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e do interesse público, bem como as normas municipais que regulamentam a utilização da frota oficial.
Art. 4º Encerrado o período de sobreaviso, o veículo deverá ser devolvido ao local definido pela Administração Municipal ou pelo Conselho Tutelar, conforme os procedimentos internos estabelecidos.
Art. 5º Esta autorização tem como finalidade garantir maior agilidade, continuidade e efetividade no atendimento das ocorrências de competência do Conselho Tutelar, assegurando a pronta resposta às demandas emergenciais envolvendo crianças e adolescentes.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhal de São Bento – PR, 05 de agosto de 2026.

LUIS EDELAR DE LIMA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Larissa Cristiane de Lima Cordova
Código Identificador:1817AA28

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 265/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Gilson de Aquino Froes Matrícula: 604-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 03/08/2026 (saída as 10:00 horas)
Destino: Pato Branco/PR
Valor de diárias: 142,18 x 0,5 = 71,09
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar o paciente Natalino dos Santos com acompanhante para consulta na Policlínica em Pato Branco/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Policlínica em Pato Branco/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	5****-2	063.***.***-39

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 03 de agosto de 2026.

Solicitante da viagem: Gilson de Aquino Froes
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:6AE06526

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 266/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Paulo Sergio de Lima Matrícula: 434-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 05/08/2026 (saída as 04:00 horas)
Destino: Guaraniaçu/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,5= 121,08
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar o paciente Henrique Rucziski para cirurgia no Hospital Santo Antônio em Guaraniaçu/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Hospital Santo Antônio em Guaraniaçu/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	1****-8	026.***.***-58

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 05 de agosto de 2026.

Solicitante da viagem: Paulo Sergio de Lima
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:C6068111

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 267/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Gilson de Aquino Froes Matrícula: 6041
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 06/08/2026 (saída as 05:00 horas)
Destino: Cascavel/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,5 = 121,08
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar a paciente Rosa Maria Briedis para exame no CEONC em Cascavel/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: CEONC em Cascavel/PR.

Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	5****-2	063.***.***-39

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 06 de agosto de 2026.
Solicitante da viagem: Gilson de Aquino Froes
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:2BEFA07F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 030/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando as Leis Municipais N.º 1210/2012, de 21 de dezembro de 2012 e N.º 1502/2015, de 28 de julho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR LARISSA CAROLINE SILVA NASCIMENTO SCHMITZ, portador do RG n.º 13.071.XXX-5 PR e inscrito no CPF sob n.º 089.235.XXX-89, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Técnico da Mesa Executiva – CC-2

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais a partir de 10 de agosto de 2026.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme Lei N.º 1204/2012, de 25 de outubro de 2012 e Decreto N.º 3891/2012, de 21 de novembro de 2012.

Câmara Municipal de Piraquara, em 05 de agosto de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:EFC2862B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.917/2026

Dispõe sobre a elevação de nível por graduação dos professores e servidores da educação municipal.

O Prefeito Municipal de Piraquara, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º Os professores e servidores da educação municipal abaixo relacionados terão seus níveis por graduação alterados após apresentação e deferimento da documentação, conforme prevê a Lei Municipal nº 1.192/2012 e Lei Municipal nº 1.691/2017.

MATRÍCULA	NOME	NÍVEL	DATA DO PROTOCOLO
997605	Fabiola Fernanda Ferreira de Lima	ESP-03	02/08/2026
997163	Milene do Rocio Martins	PE-05	01/08/2026

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data constante no quadro sob a denominação – DATA DO PROTOCOLO.

Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:365DE875

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.918/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o PND/PSS Edital nº 17/2025, para contratação de servidor temporário.
DECRETA:
Art. 1° A exoneração a pedido da servidora temporária abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Camile Dias de Andrades	1001730	Professor (20horas) - PSS	01/08/2026	A pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 01/08/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:1E6D0E03

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.919/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o PND/PSS Edital nº 17/2025, para contratação de servidor temporário.
DECRETA:
Art. 1° A exoneração a pedido da servidora temporária abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Gabriela Fernandes Soares dos Santos	1001743	Professor (20horas) - PSS	04/08/2026	A pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 04/08/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:BB042C8E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.920/2026

Regulamenta o procedimento para a concessão de autorização de uso das Praças de Esporte e Lazer no Município de Piraquara e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 40, inciso X, e art. 54, da Lei Orgânica do Município de Piraquara,
DECRETA:
Art. 1º Fica regulamentado o procedimento para a concessão de autorização de uso das Praças de Esporte e Lazer para a realização deeventos e atividades pontuaisouprojetos de longa duração.
Art. 2º Compete a Secretaria responsável pela política municipal de esporte e lazera gestão das Praças de Esporte e Lazer, bem como a aprovação e gestão do calendário de eventos e ações de natureza socioesportivas, competitivas, de esporte educacional, de esporte de participação, de esporte de rendimento, bem como atividades físicas e de lazer nos espaços de uso comum e compartilhado do Município.
Parágrafo único.A Secretaria Municipal de Infraestrutura fará a manutenção e conservação das Praças de Esporte e Lazer de Piraquara.
Art. 3º As Praças de Esporte e Lazer são bens de uso comum, espaços abertos à livre utilização, em concorrência igualitária e harmoniosa, de acordo com o destino do bem e condições que não causem sobrecarga invulgar.
Art. 4º Poderão requerer reserva preferencial para utilização exclusiva do espaço, respeitadas as finalidadesesportivas, recreativas, educacionais e assistenciais, os seguintes grupos em ordem de prioridade:
I -Esportivos:Secretaria municipal responsável; Times e agremiações comunitárias e escolares;
II -Educacionais:Instituições de Ensino público ou privado em geral;
III -Assistenciais:Grupos de caráter filantrópico ou de assistência social.
Parágrafo único. Demais grupos, não elencados neste artigo, poderão requerer a reserva para utilização exclusiva do espaço, sem ordem de

preferência, desde que respeitada a destinação principal das Praças de Esporte e Lazer.

SEÇÃO I – DA SOLICITAÇÃO

Art. 5º Para qualquer modalidade de reserva, o interessado deverá protocolar requerimento apresentando Plano de Trabalho contendo:

I - nome(s) do(s) responsável(eis), endereço, telefone, cópia do documento de identidade oficial e CPF;

II – data de início e término, horário, descrição do público alvo, e estimativa de público;

III - Apresentar memorial descritivo da infraestrutura do espaço e, quando a complexidade das instalações exigir, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), **visando garantir a segurança das estruturas temporárias, instalações elétricas e prevenção de sinistros**;

IV - proposta de contratação de serviço de segurança, limpeza, quando necessário;

V - comprovação de apoio de equipe médica/ambulância para eventuais emergências em eventos de grande porte.

Art. 6ºNão serão aceitas propostas para utilização de estandes, tendas e similares que impliquem em restrição do livre acesso e visibilidade às praças.

SEÇÃO II – DOS EVENTOS PONTUAIS

Art. 7ºA solicitação para eventos pontuais deve ser protocolada com no mínimo15 (quinze) diasde antecedência.

SEÇÃO III – DOS PROJETOS DE LONGA DURAÇÃO

Art. 8º Consideram-se projetos de longa duração as atividades contínuas realizadas por entes públicos ou privados, com duração de até1 (um) ano, prorrogável após aferição de dados e interesse público.

§ 1ºA solicitação deve ocorrer com antecedência mínima de30 (trinta) dias.

§ 2ºO projeto será analisado por umaComissão de Avaliaçãocomposta por no mínimo 3 (três) servidores da Secretaria responsável, designados por ato próprio (Portaria), que avaliará a viabilidade e o interesse real, podendo solicitar alterações ao proponente.

Art. 9ºSão obrigações dos projetos de longa duração:

I -Gratuidade Absoluta:Vedada qualquer cobrança de taxa ou contribuição dos usuários;

II - Acesso Público: obrigatoriedade de permitir o ingresso de novos participantes, sempre que houver disponibilidade de vagas e o interessado preencha os requisitos de aptidão ou faixa etária estabelecidos para a atividade;

III -Divulgação:Permitida a fixação de banners informativos apenas durante a realização das atividades, com retirada imediata após o término de cada período.

SECÃO IV – DA CONFIRMAÇÃO DA RESERVA

Art. 10 A solicitação de reserva do local, será confirmada pela Secretaria responsável pela gestão da política municipal de esporte e lazer via documento oficial, juntamente com a assinatura de Termo de Permissão de Uso contendo todos os dados da atividade.

SEÇÃO V – DA FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES

Art. 11 Os eventuais danos causados ao patrimônio público serão ressarcidos pelo agente causador, de forma administrativa ou judicial, conforme a gravidade, respondendo o requisitante do espaço de forma solidária pelos danos ocorridos durante o período da reserva.

Art. 12A Secretaria responsável realizará vistoria no dia subsequente ao evento, ou periodicamente durante a execução do projeto, para verificar a limpeza do local e possíveis avarias nos equipamentos públicos.

§ 1º Caso as condições do espaço não correspondam às mesmas em que este foi disponibilizado, o solicitante será notificado para providenciar as ações reparadoras adequadas em prazo a ser definido pela Secretaria responsável.

§ 2ºO descumprimento das ações reparadoras de que trata o parágrafo anterior sujeitará o requerente à suspensão do direito de uso dos espaços públicos, nos seguintes termos:

I – usuário frequente: pelo prazo de 6 (seis) meses;

II – usuário esporádico: pelo prazo de 2 (dois) anos.

Art 13 É vedado, a qualquer tempo:

I - a permanência nas Praças de vendedores, camelôs, ambulantes, ou qualquer pessoa que pretenda praticar comércio sem prévia autorização da
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

II - cobrar por serviços prestados a indivíduos ou grupos na área das Praças;

III - quebrar, danificar, subtrair ou praticar qualquer ato de vandalismo com os bens públicos municipais;

IV - sujar e descaracterizar as Praças;

V - montar barracas, acampamentos ou qualquer similar nas dependências das Praças sem prévia autorização da Secretaria responsável;

VI - fazer uso de buzinas, alto-falantes, fogos de artifício com ou sem estampido, e outros aparelhos de amplificação de som sem prévia autorização da Secretaria responsável;

VII - desenvolver atividades em grupo e que provoquem impactos e/ou perturbe o convívio nas Praças sem comunicação e autorização da Secretaria responsável.

Art. 14 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,revogando-se integralmente o Decreto nº 7.738/2019.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 05 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:5BEF50DA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.921/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1° Nomear os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público, realizado através do Edital nº 338/2022 e com homologação através do Edital nº 630/2022, cumprindo as exigências legais.

CARGO: PROFESSOR

Nome	Admissão
MARIA HELENA FRANCO DOS SANTOS	05/08/2026
RAFAELA PEREIRA DE LIMA	05/08/2026
TATIELLE FABRO MICA	05/08/2026
SARA IZABEL SOARES DA COSTA	05/08/2026

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a contar de 05/08/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:7DD761E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 082/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 018/2026, com homologação através do Edital Nº 042/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 3521/2026 de 04/05/2026, RESOLVE TORNAR PÚBLICO OS RESULTADOS DOS EXAMES DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL DOS CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVÉS DO EDITAL N°071/2026 SENDO CONSIDERADOS:

CARGO: ENFERMEIRO

Classif.	Nome	Resultado
07	CLAUDIA CRISTINA CYRILLO PEREIRA	AUSENTE
08	LETICIA MARIA BOARÃO YOSHII DE FREITAS	APTA

CARGO: MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA

Classif.	Nome	Resultado
03	CAMILA FRANCO DA ROCHA VANZIN	APTA

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Classif.	Nome	Resultado
09	ANTONIO LUIZ ORLATEI JUNIOR	FINAL DE LISTA
10	JAQUELINE JESS HONORIO BORGHELOT	APTA

CARGO: TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Classif.	Nome	Resultado
07	JAYANE KELLI PETERS DE ALMEIDA	AUSENTE
08	CLAUDIA VALÉRIA DE LIMA NEIMAM	AUSENTE

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:485B3129

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 083/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 018/2026, com homologação através do Edital Nº 042/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 3521/2026 de 04/05/2026, RESOLVE CONVOCAR OS CANDIDATOS APROVADOS E APTOS NO EXAME DE SAÚDE EDITAL N° 082/2026, PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS:

CARGO: ENFERMEIRO

Classif.	Nome	Resultado
08	LETICIA MARIA BOARÃO YOSHII DE FREITAS	APTA

CARGO: MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA

Classif.	Nome	Resultado
03	CAMILA FRANCO DA ROCHA VANZIN	APTA

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Classif.	Nome	Resultado
10	JAQUELINE JESS HONORIO BORGHELOT	APTA

Os candidatos acima mencionados deverão proceder à entrega dos documentos, cujo rol segue em frente, no **dia 10/08/2026, às 9h:00min,** na Superintendência de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Piraquara, **Av. Getúlio Vargas nº 1990 – Centro – Piraquara / PR.**

Documentos Exigidos
a) 01 (uma) foto 3 X 4 recente;
b) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira de Identidade;
c) FOTOCÓPIA e ORIGINAL CPF;
d) PIS/PASEP ATUALIZADO (Extrato emitido pela Caixa Econômica Federal);
e) FOTOCÓPIA e ORIGINAL Título de eleitor
f) Certidão de quitação eleitoral;
g) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (se prestou concurso para motorista);
h) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Trabalho;
i) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira e/ou Certificado de Reservista ou dispensa(se masculino);
j) FOTOCÓPIA e ORIGINAL dosDocumentos comprobatórios de escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes no Edital;
k) FOTOCÓPIA e ORIGINALCarteira de Registro Profissional (ex. COREN, CREA, CRM, CRO);
l) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Certidão de Casamento;
m) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Comprovante de residência (luz, água ou telefone);
n) Certidão negativa deCriminal, expedida pela Comarca onde reside;
o) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Estadual;
p) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Federal;
q) conta bancária no Banco Bradesco (agência Piraquara);
r) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Certidão de Nascimento dos filhos menores de 16 (dezesseis) anos;
s) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos;
t) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Termo de Curatela (se for o caso);
u) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Atestado de invalidez (se for o caso);
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:07D23C3D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 084/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 018/2026, com homologação através do Edital Nº 042/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 3521/2026 de 04/05/2026, RESOLVE CONVOCAR PARA O EXAME DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL:

CARGO: ENFERMEIRO

Classif.	Nome	Nota
*02	MARRIANE SILVA	74,00
09	ELEN PRISCILA GARCIA ASSUNÇÃO DE CASTRO	78,00

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Classif.	Nome	Nota
*02	LOIDE ALVES DA LUZ RATUCHENSKI	76,00

CARGO: TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Classif.	Nome	Nota
09	SIMONE SANTOS NUNES	58,00
10	ELISANGELA MEIRA	55,00

***Candidato pertencente à reserva de vagas para afro.**
O exame de saúde pré-admissional e a entrega dos exames solicitados no Edital de Abertura 018/2026, conforme Item12.7, deverão ser apresentados no **dia 25/08/2026 às 15h:40min., para a realização da Avaliação Médica e Psicológica** realizada na Perícia Médica – Paraná Medicina do Trabalho, **localizada na Rua Prof.ª Maria Carolina Wilk, nº 20 - Centro, Piraquara – PR.**

De acordo com o Edital 018/2026: 12.22 Será considerado **ELIMINADO** o candidato que:
Deixar de apresentar quaisquer dos exames listados no presente edital e complementares, bem como laudo incompleto;
Não comparecer na data e local agendado para submissão as avaliações médicas e psicológicas;
Apresentar declaração falsa ou inexata de dados constantes da Ficha Médica e Psicológica, sem prejuízo das sanções civis e penais aplicáveis.
12.23- Não poderá o candidato, em tempo algum, alegar prejuízo ou imputar ao Município de Piraquara – PR qualquer dano que venha decorrer da perda de prazo para posse.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:3C558E84

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL PADRONIZADO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 FESTIVAIS/MOSTRAS DE TEMÁTICAS DIVERSAS

SELEÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

1. Fica alterado o item 12 do edital 05/2026 – Cronograma, com a seguinte redação:

CRONOGRAMA

ETAPA	DESCRIÇÃO	PERÍODO/DATA
1	Publicação Do Edital	01/07/2026
2	Período De Inscrições	01/07/2026 a 31/07/2026 (16h)
3	Análise De Mérito Cultural Dos Projetos	14/08/2026 a 28/08/2026 até as 16h00
4	Divulgação Do Resultado Preliminar Da Seleção	04/09/2026
5	Interposição De Recursos Contra O Resultado Preliminar	04/09/2026 a 08/09/2026 até as 16h00.
6	Análise Dos Recursos	10/09/2026 a 14/09/2026
7	Divulgação Do Resultado Final Da Seleção	17/09/2026
8	Envio Dos Documentos Para Habilitação	17/09/2026 até 29/09/2026 16h00
9	Divulgação Do Resultado Da Habilitação	08/10/2026
10	Interposição De Recurso Da Habilitação	09/10/2026 a 14/10/2026 até as 16h00
11	Divulgação Do Resultado Final Da Habilitação	20/10/2026
12	Assinatura Do Termo De Execução Cultural	21/10/2026 a 26/10/2026 até as 16h00
13	Repasse Dos Recursos Financeiros	A partir de 10/11/2026
14	Execução Dos Projetos Culturais	Até 12 (doze) meses após a assinatura do Termo
15	Apresentação Do Relatório De Objeto Da Execução Cultural	Até 30 (trinta) dias após o término da vigência do Termo

ADRIANA PATRÍCIA VIANA ROCHA
Secretária Municipal de Cultura e Igualdade Racial
Decreto nº 13.383/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:E465BF8E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 408/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 18123/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 22/2026

Contratante: Município de Piraquara. **Contratada**: ALMEIDA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.712.447/0001-50. **Objeto:** aquisição de trator esteira. **Valor global:** R$ 999.998,00 (novecentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e oito reais). **Prazo de Vigência**: será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data da assinatura. **Data da Assinatura**: 5 de agosto de 2026

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:EAAB53C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 480/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 28132/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 24/2026

Contratante: Município de Piraquara. **Contratada**: TOTTAL SINALIZAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.039.646/0001-64. **Objeto:** contratação de serviços de fornecimento e instalação de placas de sinalização turística no Município de Piraquara - PR. **Valor global:** R$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais). **Prazo de Vigência**: 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura. **Data da Assinatura**: 5 de agosto de 2026

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:4C0C049F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 184/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 16/2026 – PROCESSO N.º 64.139/2025

Objeto: aquisição de carnes (aves, peixes, bovina e suína), embutidos e queijo, com entrega ponto a ponto. **– Detentora:** P&G ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 32.532.318/0001-00, vencedora dos itens 7, 8, 11, 30, 31, 33, 34, 37 a 39, 41, 42 e 49 pelo valor total de R$ 1.985.877,00 (um milhão, novecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e setenta e sete reais) – **Data da assinatura da Ata:** 05/08/2026 - **Vigência da Ata:** será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura inserta.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:A72CA687

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 481/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 5.836/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 20/2026

Objeto: contratação de empresa para coleta, transporte e destinação final de resíduos da saúde. - **Contratante:** MUNICÍPIO DE PIRAQUARA - **Contratada:** BIO RESÍDUOS TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.680.1588/0001-61, pelo valor total de R$ 830.491,80 **(oitocentos e trinta mil, quatrocentos e noventa e um reais e oitenta centavos). - Prazo de vigência da contratação:** 5 (cinco) anos contados da assinatura do contrato. – **Data da assinatura:** 05/08/2026.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:E94AFE3A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2026

Dispõe sobre a realização de pesquisas acadêmicas stricto sensu no âmbito das instituições da Rede Pública Municipal de Ensino de Piraquara e estabelece procedimentos para solicitação, análise, autorização, acompanhamento e divulgação dos resultados.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de regulamentar a realização de pesquisas acadêmicas nas unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino, assegurando a proteção dos participantes, a organização do trabalho pedagógico e a observância dos princípios éticos e legais, RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Instrução Normativa regulamenta a realização de pesquisas acadêmicas vinculadas a cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) nas instituições da Rede Pública Municipal de Ensino de Piraquara.

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se pesquisa acadêmica stricto sensu toda investigação científica desenvolvida por pesquisadores regularmente vinculados a programas de mestrado ou doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Art. 3º A realização de pesquisas deverá observar:

I) a legislação educacional vigente;

II) os princípios éticos aplicáveis à pesquisa científica;

III) a proteção integral de crianças e adolescentes prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente;

IV) a proteção de dados pessoais prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

V) a preservação do direito à aprendizagem e da rotina pedagógica das instituições educacionais.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 4º A realização de pesquisas na Rede Municipal de Ensino tem por objetivos:

I) fomentar a produção de conhecimento científico sobre a educação pública;

II) contribuir para o aprimoramento das políticas educacionais;

III) promover a articulação entre universidades, centros de pesquisa e a rede municipal de ensino;

IV) subsidiar a melhoria dos processos de ensino, aprendizagem, gestão e formação dos profissionais da educação.

CAPÍTULO III
DA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
Art. 5º A solicitação para realização da pesquisa deverá ser protocolada, por meio da Plataforma Digital Oficial da Prefeitura Municipal de Piraquara, em campo específico, direcionada à Secretaria Municipal de Educação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início da referida pesquisa na instituição.
Art. 6º O pedido deverá conter:
I) requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Educação;
II) projeto de pesquisa completo, contendo, minimamente: Identificação, Delimitação do problema, Justificativa, Objetivos Geral e Específicos, Metodologia, Revisão de literatura, Cronograma e Referências
III) comprovante de matrícula ou vínculo com programa de pós-graduação stricto sensu;
IV) carta de apresentação ou anuência do orientador e contatos (telefônico e e-mail);
V) parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa ou documento que informe que o Projeto de Pesquisa será submetido ou está em apreciação no referido Comitê, devidamente assinado pelo pesquisador e orientador. Entretanto, o pesquisador só poderá iniciar a pesquisa mediante a apresentação do parecer de aprovação.
VI) certidões de antecedentes criminais (federal, estadual e municipal), quando o pesquisador realizar a pesquisa no âmbito da instituição escolar.

CAPÍTULO IV
DA ANÁLISE E AUTORIZAÇÃO
Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação designará comissão ou setor responsável pela análise das solicitações.
Art. 8º A autorização poderá ser concedida quando:
I) a pesquisa apresentar relevância científica, educacional ou social;
II) não houver prejuízo ao funcionamento das unidades educacionais;
III) forem observados os aspectos éticos e legais;
IV) estiverem garantidas a privacidade e a proteção dos participantes.
Art. 9º A autorização poderá ser indeferida quando:
I) houver incompatibilidade com os objetivos educacionais da rede;
II) forem identificados riscos aos participantes;
III) a documentação estiver incompleta;
IV) houver prejuízo à rotina escolar ou administrativa;
V) outra pesquisa já esteja sendo desenvolvida na instituição solicitada.

CAPÍTULO V
DA REALIZAÇÃO DA PESQUISA
Art. 10. Após a autorização da Secretaria Municipal de Educação, o pesquisador deverá apresentar a autorização à direção da unidade educacional envolvida.
Art. 11. A participação de estudantes, profissionais da educação, famílias ou demais integrantes da comunidade escolar será voluntária.
Art. 12. Nenhuma criança ou adolescente poderá participar da pesquisa sem a devida autorização dos responsáveis legais, quando exigida.
Art. 13. É vedado ao pesquisador:

I) interromper atividades pedagógicas sem autorização prévia;
II) divulgar informações que permitam a identificação dos participantes, exceto se houver autorização escrita dos participantes;
III) utilizar imagens, vídeos ou áudios sem autorização específica, conforme estabelece a Lei nº 15.211/2025;
IV) compartilhar dados pessoais obtidos durante a pesquisa com terceiros não autorizados.

CAPÍTULO VI
DOS RESULTADOS E DA DEVOLUTIVA
Art. 14. O pesquisador deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, em até 90 (noventa) dias após a conclusão da pesquisa:
I) cópia digital da dissertação, tese ou produto educacional, quando houver;
II) resumo executivo contendo os principais resultados e recomendações;
III) materiais produzidos a partir da pesquisa que possam contribuir para a rede municipal de ensino.
Art. 15. A Secretaria Municipal de Educação poderá promover momentos de socialização dos resultados para as unidades educacionais e profissionais da rede.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 16. A autorização para realização da pesquisa não implica apoio financeiro ou institucional da Secretaria Municipal de Educação, salvo quando formalmente pactuado.
Art. 17. A Secretaria Municipal de Educação poderá revogar a autorização concedida caso sejam verificadas irregularidades, descumprimento das condições estabelecidas ou riscos aos participantes.
Art. 18. Os casos omissos serão analisados e decididos pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 19. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de agosto de 2026.

RUBIAN MARA DE PAULA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:4C26380C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2026

Dispõe sobre a realização de estágio obrigatório, supervisionado e não remunerado nas instituições educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Piraquara e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRAQUARA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Esta Instrução Normativa regulamenta a realização de estágio obrigatório, supervisionado e não remunerado nas instituições educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Piraquara.
Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se estágio obrigatório, supervisionado e não remunerado aquele definido como requisito para aprovação e obtenção de diploma ou certificado, previsto no projeto pedagógico do curso e cuja carga horária é indispensável para a formação acadêmica do estudante.
Art. 3º O estágio de que trata esta Instrução Normativa caracteriza-se como ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente escolar, visando à preparação do estudante para o trabalho e para a prática profissional.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS
Art. 4º São objetivos do estágio obrigatório:
I) proporcionar ao estudante experiências práticas relacionadas à sua área de formação;
II) promover a articulação entre teoria e prática;
III) contribuir para a formação profissional e ética do estagiário;
IV) oportunizar a vivência da organização e funcionamento das instituições educacionais.

CAPÍTULO III
DOS REQUISITOS PARA A REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO
Art. 5º Poderão realizar estágio obrigatório, supervisionado e não remunerado nas instituições da Rede Municipal os estudantes regularmente matriculados em cursos de Ensino Médio, Educação Profissional, Graduação e Especialização, desde que devidamente reconhecidos, regulamentados e com autorização de funcionamento pelos órgãos ou instâncias aos quais são vinculados.
Art. 6º A realização do estágio estará condicionada à formalização dos seguintes documentos:

I) solicitação para realização do estágio, por meio da Plataforma Digital Oficial da Prefeitura Municipal de Piraquara, em campo específico, direcionada à Secretaria Municipal de Educação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início do referido estágio na instituição;
II) Plano de Atividades de Estágio, detalhando: as atividades que serão desenvolvidas, o cronograma de atuação, a identificação e o contato do professor supervisor;
III) comprovante de matrícula atualizado;
IV) certidões de antecedentes criminais (federal, estadual e municipal), quando o estudante possuir 18 (dezoito) anos de idade ou mais e o estágio ocorrer no âmbito da instituição escolar.
Parágrafo Único – Os estudantes de instituições públicas ou privadas que possuem termo de convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Piraquara/Secretaria Municipal de Educação não precisam apresentar os documentos descritos nos incisos I, II e III, pois a solicitação e apresentação de documentos são realizadas diretamente pelas referidas instituições.

CAPÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIAS
Art. 7º Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I) analisar e autorizar os pedidos de estágio;
II) definir as unidades educacionais aptas a receber estagiários;
III) acompanhar o cumprimento desta Instrução Normativa;
IV) expedir orientações complementares quando necessário;
V) comunicar à instituição de ensino, a qual o estudante é vinculado, sobre eventuais irregularidades.
Art. 8º Compete à direção da unidade educacional:
I) receber e orientar o estagiário;
II) designar profissional responsável pelo acompanhamento das atividades;
III) apresentar o Regimento Escolar da Instituição;
IV) validar a carga horária de estágio realizada pelo estudante, quando solicitado;
V) comunicar à Secretaria Municipal de Educação eventuais irregularidades.
Art. 9º Compete ao professor, coordenador pedagógico ou profissional designado para supervisão:
I) acompanhar as atividades desenvolvidas;
II) orientar o estagiário quanto às normas institucionais estabelecidas no Regimento Escolar;
III) validar registros e relatórios quando necessário.

CAPÍTULO V
DAS ATIVIDADES DO ESTAGIÁRIO
Art. 10. O estagiário poderá realizar atividades de observação, participação e regência, quando previstas no plano de estágio e acompanhadas pelo profissional responsável.
Art. 11. É vedado ao estagiário:
I) assumir turma ou classe sem supervisão;
II) substituir servidor efetivo, temporário ou terceirizado;
III) exercer atividades incompatíveis com sua formação ou com os objetivos do estágio;
IV) ter acesso ou divulgar informações sigilosas relativas a estudantes, famílias ou servidores.
V) interromper atividades pedagógicas sem autorização prévia;
VI) divulgar informações que permitam a identificação dos participantes, exceto se houver autorização escrita dos participantes;
VII) utilizar imagens, vídeos ou áudios sem autorização específica, conforme estabelece a Lei nº 15.211/2025;
VIII) compartilhar dados pessoais obtidos durante o estágio com terceiros não autorizados.

CAPÍTULO VI
DA CARGA HORÁRIA
Art. 12. A carga horária do estágio deverá observar o previsto no projeto pedagógico do curso e na legislação vigente, sendo definida pela instituição na qual o estudante está matriculado.
Art. 13. O cronograma das atividades deverá ser previamente acordado entre a instituição de ensino, a unidade concedente e o estagiário, sem prejuízo ao funcionamento regular da unidade escolar.

CAPÍTULO VII
DAS RESPONSABILIDADES
Art. 14. O estudante deverá:
I) cumprir as normas da instituição educacional;
II) observar os princípios éticos e profissionais no exercício das atividades de estágio;
III) manter sigilo sobre informações obtidas durante o estágio;
IV) apresentar os documentos e relatórios exigidos pela instituição de ensino;
V) zelar pela conservação dos materiais, equipamentos e instalações utilizados no desenvolvimento das atividades de estágio;
VI) observar e cumprir a Proposta Pedagógica Curricular do município, quando aplicável às atividades desenvolvidas no campo de estágio;
VII) apresentar, nos casos de estágio de regência, o planejamento que será desenvolvido à Coordenação Pedagógica da instituição, para análise e aprovação prévias;
VIII) comunicar imediatamente à direção da instituição qualquer irregularidade ou ocorrência durante a realização do estágio.
Art. 15. O descumprimento das normas previstas nesta Instrução Normativa poderá acarretar a interrupção imediata do estágio.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 16. O estágio obrigatório de que trata esta Instrução Normativa não gera vínculo empregatício de qualquer natureza.
Art. 17. A autorização para realização do estágio ficará condicionada à disponibilidade da unidade educacional e ao interesse da administração pública.
Art. 18. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 19. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de agosto de 2026.

RUBIAN MARA DE PAULA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:5A584E09

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2026

Dispõe sobre a utilização do espaço escolar da Rede Municipal de Ensino

A Secretária Municipal de Educação de Piraquara, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando: a necessidade de preservar o patrimônio público; a segurança da comunidade escolar; a função educacional prioritária dos espaços escolares; RESOLVE:
Art. 1º Fica autorizado o uso dos espaços físicos das unidades escolares da rede municipal de ensino de Piraquara somente por instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, desde que desenvolvam atividades de interesse educacional, cultural, esportivo ou social, em consonância com os princípios da escola pública, com vínculos diretos com a comunidade escolar e que estas sejam alinhadas ao Projeto Político-Pedagógico e a Proposta Pedagógica Curricular de cada unidade escolar.
Art. 2º A autorização dependerá de:
I) Solicitação formal da instituição, por meio da Plataforma Digital Oficial da Prefeitura Municipal de Educação, direcionada à Secretaria Municipal de Educação, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da data de utilização do espaço, contendo: Objetivo da atividade; Cronograma e duração; Nome e contato do responsável legal.
II) Após a análise e deferimento da SMED, esta Secretaria encaminhará a solicitação para análise e deliberação do Conselho Escolar da unidade escolar;
III) Após a análise e aprovação do Conselho Escolar, a instituição solicitante será convocada a assinar termo de responsabilidade que irá assegurar a: Preservação do patrimônio público; Segurança dos participantes; Restituição do espaço nas condições recebidas; e apresentação das certidões de antecedentes criminais (federal, estadual

e municipal) necessárias, caso os adultos da instituição solicitante pretendam realizar atividades com a presença de crianças e adolescentes.
Art. 3º Fica proibido o uso das dependências das unidades escolares da rede municipal de ensino por terceiros (pessoa física ou jurídica) não vinculados à unidade escolar, para fins comerciais, políticos, religiosos, de promoção pessoal ou de qualquer natureza alheia à função educacional da instituição.
Art. 4º Compete à direção das unidades escolares assegurar o cumprimento desta Instrução Normativa e comunicar à Secretaria Municipal de Educação qualquer situação de descumprimento.
Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de agosto de 2026.

RUBIAN MARA DE PAULA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:084BCFFD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 07/2026 - CMPC

SÚMULA: Aprovar a recomposição da Mesa Diretiva do Conselho Municipal de Política Cultural de Piraquara - CMPC.

O **Conselho Municipal de Política Cultural de Piraquara - CMPC**, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1858/2018, que o institui e conforme deliberado na Sessão Ordinária realizada no dia 03 de agosto de 2026.
RESOLVE:
Art.1º- Aprovar o nome do Conselheiro **José Vitor dos Santos Moreira**, representante da Sociedade Civil como **Vice-Presidente** do CMPC.
Art.2º- A Mesa Diretiva do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, passa a ser composta da seguinte maneira:
PRESIDENTE: Leandro Chamrek de Oliveira
VICE-PRESIDENTE: José Vitor dos Santos Moreira.
1º SECRETÁRIO: Juliana Alves Batista de Luna
Art.3º- Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Piraquara, 05 de agosto de 2026

LEANDRO CHAMREK DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural
Resolução 02/2025 – CMPC

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:F649EDB0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - DISPENSA 3/2026

Extrato da ata de registro de preço nº 17/2026 referente a Dispensa Eletrônica nº 3/2026.
Partes: Câmara Municipal de Pitanga - PR e **ALCANCE CONFECÇÃO DE ROUPAS LTDA**– CNPJ nº **60.936.529/0001-43**
Objeto: registro de preços para a eventual aquisição de uniforme institucional
Valor da ata: R$ 4.713,80 (quatro mil, setecentos e treze reais e oitenta centavos)
Dotação: 01.001.01.031.0101.2.108 – Manutenção das Atividades Legislativas
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.30.23.00 – MATERIAL DE UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS
Vigência: 03/08/2026 a 03/08/2027.
Data da assinatura: 03/08/2026.

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:91FAA7D8

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
PORTARIA N° 28/2026

PORTARIA N° 28/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ARTIGO 27 DO REGIMENTO INTERNO,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor Edilson dos Santos Carraro, matrícula 371, servidor deste Legislativo Municipal, ocupante do cargo de motorista, licença para tratamento de saúde, no período de 10 (dez) dias, conforme prevê o art. 143 da Lei Municipal nº 784, de 20 de dezembro de 1996 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, a contar de 03/08/2026.

Art. 2º Decorrido o prazo descrito no art. 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho na Câmara Municipal de Pitanga - PR.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PITANGA, 05 DE AGOSTO DE 2026.

AMADEUS PENGA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:AC3187C0

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 178/2026 - PSS 001/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIRCEU MORAES.
CONTRATADO(A): JAQUELISE MAZUR, brasileira, solteira, residente no Assentamento Vale da Serra, portador(a) do CPF nº. ***.410.099-**.
OBJETO: O objetivo da presente contratação por prazo determinado é a prestação de serviços para exercer a função de PROFESSOR, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.
REMUNERAÇÃO: A Contratante pagará a Contratada, importância de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) correspondente ao padrão remuneratório do piso nacional do magistério.
VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 01 (um) ano, com início em 3 de agosto de 2026 e término em 2 de agosto 2027, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado.
FORO: Pitanga.

Pitanga, 3 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

JAQUELISE MAZUR
Contratada

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:4D7CCB95

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 179/2026 - PSS 001/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIRCEU MORAES.
CONTRATADO(A): VANESSA DE FATIMA MEDEIROS**,** brasileira, solteira, residente na Rua Prefeito José Grande, portador(a) do CPF nº. ***.030.459-**.
OBJETO: O objetivo da presente contratação por prazo determinado é a prestação de serviços para exercer a função de PROFESSOR, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.
REMUNERAÇÃO: A Contratante pagará a Contratada, importância de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) correspondente ao padrão remuneratório do piso nacional do magistério.
VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 01 (um) ano, com início em 3 de agosto de 2026 e término em 2 de agosto 2027, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado.
FORO: Pitanga.

Pitanga, 3 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

VANESSA DE FATIMA MEDEIROS
Contratada

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:7CCE9CEC

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 180/2026 - PSS 001/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIRCEU MORAES.
CONTRATADO(A): MAINDRA DE RAMOS, brasileira, solteira, residente na Localidade Borboletinha, portador(a) do CPF nº. ***.303.689-**.
OBJETO: O objetivo da presente contratação por prazo determinado é a prestação de serviços para exercer a função de PROFESSOR, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.
REMUNERAÇÃO: A Contratante pagará a Contratada, importância de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) correspondente ao padrão remuneratório do piso nacional do magistério.
VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 01 (um) ano, com início em 3 de agosto de 2026 e término em 2 de agosto 2027, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado.
FORO: Pitanga.

Pitanga, 3 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

MAINDRA DE RAMOS
Contratada

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:0063113E

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 181/2026 - PSS 001/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIRCEU MORAES.
CONTRATADO(A): PATRICIA SOARES FERREIRA, brasileira, casada, residente na Rua XV de Novembro, portador(a) do CPF nº. ***.839.479-**.
OBJETO: O objetivo da presente contratação por prazo determinado é a prestação de serviços para exercer a função de PROFESSOR, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.
REMUNERAÇÃO: A Contratante pagará a Contratada, importância de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) correspondente ao padrão remuneratório do piso nacional do magistério.
VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 01 (um) ano, com início em 3 de agosto de 2026 e término em 2 de agosto 2027, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado.
FORO: Pitanga.

Pitanga, 3 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

PATRICIA SOARES FERREIRA
Contratada

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:14C997C9

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 182/2026 - PSS 001/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIRCEU MORAES.
CONTRATADO(A): TANIA ROBERTA DE PAULA, brasileira, solteira, residente na Rua Matilde Martins Orane, portador(a) do CPF nº. ***.119.839-**.
OBJETO: O objetivo da presente contratação por prazo determinado é a prestação de serviços para exercer a função de PROFESSOR, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.
REMUNERAÇÃO: A Contratante pagará a Contratada, importância de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) correspondente ao padrão remuneratório do piso nacional do magistério.
VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 01 (um) ano, com início em 3 de agosto de 2026 e término em 2 de agosto 2027, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado.
FORO: Pitanga.

Pitanga, 3 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

TANIA ROBERTA DE PAULA
Contratada

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:30B2F1F0

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 183/2026 - PSS 001/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIRCEU MORAES.
CONTRATADO(A): VANESSA APARECIDA FERREIRA, brasileira, solteira, residente na Rua Maria P. Cedorak, portador(a) do CPF nº. ***.780.429-**.
OBJETO: O objetivo da presente contratação por prazo determinado é a prestação de serviços para exercer a função de PROFESSOR, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.
REMUNERAÇÃO: A Contratante pagará a Contratada, importância de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) correspondente ao padrão remuneratório do piso nacional do magistério.
VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 01 (um) ano, com início em 3 de agosto de 2026 e término em 2 de agosto 2027, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado.
FORO: Pitanga.

Pitanga, 3 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

VANESSA APARECIDA FERREIRA
Contratada

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:F2700832

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 184/2026 - PSS 001/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIRCEU MORAES.
CONTRATADO(A): SILMARA KETES MATIAS, brasileira, solteira, residente na Rua João Josafat, portador(a) do CPF nº. ***.388.339-**.
OBJETO: O objetivo da presente contratação por prazo determinado é a prestação de serviços para exercer a função de PROFESSOR, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.
REMUNERAÇÃO: A Contratante pagará a Contratada, importância de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) correspondente ao padrão remuneratório do piso nacional do magistério.
VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 01 (um) ano, com início em 3 de agosto de 2026 e término em 2 de agosto 2027, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado.
FORO: Pitanga.

Pitanga, 3 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

SILMARA KETES MATIAS
Contratada

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:F5BE1860

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 185/2026 - PSS 001/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIRCEU MORAES.
CONTRATADO(A): JOICE PADILHA SENETRO, brasileira, solteira, residente na Rua Sebastião Lemes, portador(a) do CPF nº. ***.666.489-**.
OBJETO: O objetivo da presente contratação por prazo determinado é a prestação de serviços para exercer a função de PROFESSOR, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.
REMUNERAÇÃO: A Contratante pagará a Contratada, importância de R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) correspondente ao padrão remuneratório do piso nacional do magistério.
VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 01 (um) ano, com início em 3 de agosto de 2026 e término em 2 de agosto 2027, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado.
FORO: Pitanga.

Pitanga, 3 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

JOICE PADILHA SENETRO
Contratada

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:51B20FDC

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 626, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, nos termos do Art. 34 da LC nº 76/2022 – Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, à servidora MARIA ONILDA CHAMPOSKI FACHIN, no cargo de Agente Educacional – 40h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedido à servidora **MARIA ONILDA CHAMPOSKI FACHIN**, matrícula nº 176041, brasileira, servidora pública municipal de Pitanga, ocupante do cargo efetivo de Agente Educacional – 40h, **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, comum - provento integral, com fundamento o Art. 34 da LC nº 76/2022 – com paridade – última remuneração.
Art. 2º Fica estipulado como provento mensal de sua aposentadoria o valor de R$7.767,98 (sete mil, setecentos e sessenta e sete reais e noventa e oito centavos) composto das verbas permanentes: vencimento estatutário R$6.214,38 (seis mil, duzentos e quatorze reais e trinta e oito centavos) e 25% de adicional de tempo de serviço R$1.553,60 (mil, quinhentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos).
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 03 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
JACIELE APARECIDA VIEIRA BRAGA
Diretora de Gestão do Fundo Municipal de Previdência

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:B1953108

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 627, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, nos termos do Art. 6º da EC 41/03, à servidora FRANCISCA TORTATO MOREIRA no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedido à servidora **FRANCISCA TORTATO MOREIRA**, matrícula nº 140521, brasileiro, servidora pública municipal de Pitanga, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, comum – provento integral, com fundamento o Art. 6º da EC 41/03 – com paridade – última remuneração.

Art. 2º Fica estipulado como provento mensal de sua aposentadoria o valor de R$3.437,04 (três mil, quatrocentos e trinta e sete reais e quatro centavos), composto das verbas permanentes: vencimento estatutário R$2.643,88 (dois mil, seiscentos e quarenta e três reais e oitenta e oito centavos) e 30% de adicional de tempo de serviço R$793,16 (setecentos e noventa e três reais e dezesseis centavos).

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 03 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
JACIELE APARECIDA VIEIRA BRAGA
Diretora de Gestão do Fundo Municipal de Previdência

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:F2F9CDBA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 628, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Altera membros da Comissão Especial do Processo do Concurso de Lotação e Remoção dos Funcionários do Magistério Público Municipal, Professor, Assessor Técnico Pedagógico e Auxiliar Administrativo da Educação e revoga a Portaria nº 736/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art.115 II, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o memorando nº 15.874/2026, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte,

RESOLVE

Art. 1º Altera os membros da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo Simplificado – Comissão Especial do Processo do Concurso de Lotação e Remoção dos Funcionários do Magistério Público Municipal, Professor, Assessor Técnico Pedagógico e Auxiliar Administrativo da Educação de 2025, composta pelos seguintes membros:

- Aurea Aparecida França - matrícula nº 50.236;
- Juliana Semmer Correia Bayer - matrícula nº 13.1531;
- Sandrielen Kozak Burey- matrícula nº 50081;
- Melania Belo Germano - matrícula nº 51.000;

§1° Compete à Comissão Especial do Processo do Concurso de Lotação e Remoção dos Funcionários do Magistério Público Municipal estabelecer os critérios para o correto andamento do processo do concurso a que se refere o caput deste artigo.
§2° Fica definido como presidente da Comissão: a servidora Melania Belo Germano – Matrícula nº 51000.

Art. 2º Aos servidores que integram a Comissão Especial do Processo do Concurso de Lotação e Remoção dos Funcionários do Magistério Público Municipal será arbitrada sempre após a conclusão, pelo chefe do Poder Executivo, mediante apresentação de RELATÓRIO dos serviços prestados ao Secretário Municipal de Educação e ao Diretor de Recursos Humanos, no percentual de 20% (vinte por cento) do vencimento básico, conforme art.122 da Lei nº 784 de 20 de dezembro de 1996.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 736 de 02 de setembro de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, em 03 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:E0CE6666

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 633, DE 04 DE AGOSTO DE 2026

Altera a portaria nº 448/2026 e constitui a Comissão de Avaliação e Julgamento do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026 — SEMECE, designa seus membros e estabelece providências correlatas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, especialmente pelo art. 115, inciso II, alíneas “c” e “h”;
CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, que admite a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da lei;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 71, de 20 de setembro de 2021, que regulamenta a contratação de pessoal por tempo determinado no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 92, de 02 de julho de 2025, que acrescentou dispositivos à Lei Complementar Municipal nº 71/2021, especialmente quanto à contratação temporária decorrente de vacância de cargo efetivo que comprometa a continuidade de serviços públicos essenciais;
CONSIDERANDO que o recrutamento de pessoal contratado temporariamente deve observar processo seletivo simplificado sujeito à ampla publicidade, com critérios objetivos de julgamento, recorribilidade das decisões da Comissão de Avaliação e Julgamento, vinculação às regras do edital e observância da classificação final;
CONSIDERANDO a necessidade de constituição de Comissão específica para condução, acompanhamento, análise, avaliação, julgamento e prática dos demais atos necessários ao regular processamento do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026 — SEMECE;
CONSIDERANDO a necessidade de atendimento temporário e excepcional da rede municipal de ensino, no âmbito da Secretaria

Municipal de Educação, Cultura e Esporte — SEMECE, observada a legislação municipal aplicável;
CONSIDERANDO o contido no Memorando nº 10.136/2026;

RESOLVE
Art. 1º Fica constituída a Comissão de Avaliação e Julgamento do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026 — SEMECE, destinada à condução dos atos necessários à seleção de profissionais para contratação temporária no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, observadas a legislação aplicável, as regras do respectivo edital e a instrução constante do processo administrativo correspondente.

Art. 2º Ficam designados para compor a Comissão de Avaliação e Julgamento do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026 — SEMECE os seguintes membros:

I — Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:
Erica Fernanda Crensiglova, matrícula nº 52970;
Hellen Guezegoch, matrícula nº 51906;
Janaina de Fatima Petrechen França, matrícula nº 50372;
Cleide Aparecida Ribeiro, matrículas nº 150081;

II — Representante do Conselho Municipal de Educação de Pitanga:
a) Vanilza Carla Euzébio matrícula nº 50287;
III — Representante do Conselho do FUNDEB:
a) Francieli Prestes da Silva, matrícula nº 53000.

Art. 3º Fica designada como Presidente da Comissão de Avaliação e Julgamento do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026 — SEMECE a servidora Cleide Aparecida Ribeiro, matrículas nº 150081.

Art. 4º Compete à Comissão de Avaliação e Julgamento:
I — acompanhar e executar os atos administrativos necessários ao regular desenvolvimento do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026 — SEMECE;
II — analisar as inscrições realizadas pelos candidatos, observadas as condições estabelecidas no edital;
III — verificar a documentação apresentada pelos candidatos nas fases próprias do certame;
IV — proceder à análise dos títulos, da experiência profissional e dos demais critérios objetivos de classificação previstos no edital;
V — elaborar listas, relatórios, atas, certidões, pareceres, comunicados e demais documentos necessários à instrução do Processo Seletivo Simplificado;
VI — apreciar, motivadamente, os pedidos de impugnação, recursos administrativos e demais manifestações apresentadas pelos candidatos, nos limites de sua competência;
VII — realizar diligências, quando necessárias, para esclarecimento de documentos, informações ou situações relevantes ao regular julgamento do certame;
VIII — propor à autoridade competente a homologação das inscrições, da classificação provisória, da classificação final e dos demais atos necessários ao prosseguimento do Processo Seletivo Simplificado;
IX — zelar pela observância da ordem de classificação, dos critérios objetivos do edital, da isonomia entre os candidatos e da transparência dos atos praticados;
X — encaminhar à Secretaria Municipal de Gestão Pública, à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e à autoridade competente os documentos necessários à convocação, contratação e arquivamento do procedimento;
XI — adotar as demais providências necessárias à regular condução do Processo Seletivo Simplificado, observadas a legislação municipal aplicável, as regras editalícias e os princípios que regem a Administração Pública.

Art. 5º A Comissão deverá atuar com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, transparência, contraditório, ampla defesa, vinculação ao edital e julgamento objetivo.

Art. 6º Os atos praticados pela Comissão deverão ser formalizados no respectivo processo administrativo, mediante registros, atas, relatórios, certidões ou documentos equivalentes, de modo a assegurar rastreabilidade, motivação, controle interno, controle externo e publicidade dos atos, quando cabível.

Art. 7º Os membros da Comissão deverão observar rigorosamente as regras do edital, abstendo-se de criar, modificar ou relativizar critérios de seleção, pontuação, desempate, habilitação, eliminação ou convocação que não estejam previamente previstos no instrumento convocatório.

Art. 8º O membro da Comissão que verificar situação de impedimento, suspeição, parentesco, vínculo profissional, interesse direto ou indireto, ou qualquer circunstância que possa comprometer a imparcialidade em relação a candidato inscrito, deverá comunicar imediatamente o fato à Presidente da Comissão ou à autoridade competente, abstendo-se de atuar no respectivo caso.
§ 1º Na hipótese de impedimento, suspeição ou conflito de interesse envolvendo a Presidente da Comissão, a comunicação deverá ser dirigida diretamente à autoridade competente.
§ 2º A substituição de membro impedido ou suspeito deverá ser formalizada no processo administrativo, mediante registro próprio, assegurada a continuidade dos trabalhos sem prejuízo da lisura do certame.

Art. 9º A Comissão poderá solicitar apoio técnico, informações, documentos ou manifestações de outros órgãos e unidades administrativas do Município, especialmente da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, da Secretaria Municipal de Gestão Pública, da Secretaria Municipal da Fazenda, do setor de Recursos Humanos, da Procuradoria Jurídica e do Controle Interno, quando necessário à adequada instrução do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 10. A atuação da Comissão de Avaliação e Julgamento não substitui a competência dos órgãos responsáveis pela instrução prévia do processo administrativo, pela análise orçamentária e financeira, pela verificação dos limites legais de despesa com pessoal, pela manifestação jurídica, pela autorização da autoridade competente e pela formalização dos contratos temporários.

Art. 11. A eventual contratação decorrente do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026 — SEMECE dependerá da homologação do resultado final, da necessidade administrativa devidamente demonstrada, da observância da ordem de classificação, da comprovação dos requisitos legais e editalícios, da aptidão física e mental, da disponibilidade orçamentária e financeira, da autorização da autoridade competente e da formalização do respectivo contrato administrativo em regime especial.

Art. 12. A Comissão de Avaliação e Julgamento deverá observar, no que couber, a proteção dos dados pessoais e sensíveis tratados no âmbito do Processo Seletivo Simplificado, especialmente aqueles relativos à identificação pessoal, documentação funcional, saúde, deficiência, autodeclaração racial e demais informações apresentadas pelos candidatos, utilizando-os exclusivamente para as finalidades administrativas do certame, da convocação, da contratação e da fiscalização.

Art. 13. Os trabalhos desenvolvidos pelos membros da Comissão serão considerados de relevante interesse público, não ensejando remuneração adicional, gratificação ou vantagem específica, salvo expressa previsão legal em sentido diverso.
Art. 14. A Comissão atuará até a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026 — SEMECE, sem prejuízo da prática de atos complementares necessários à análise de recursos, conferência documental, convocação, arquivo, prestação de informações aos órgãos de controle ou saneamento de eventuais pendências relacionadas ao certame.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, em 04 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:80D8F199

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
RESOLUÇÃO Nº 22, DE 31 DE JULHO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PITANGA/PR.

Dispõe sobre a aprovação da Programação Anual de Saúde 2027.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Pitanga, em reunião ordinária realizada em 31 de julho de 2026, e no uso de suas prerrogativas conferidas pela Lei Federal n°8,142 de 28/12/1990, e pela Lei Municipal n°511 de maio de 1991 resolve:
Art.1º- Aprovar a adesão á programação anual de saúde 2027 do Município de Pitanga, o qual constitui instrumento central de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), responsável por operacionalizar, no exercício anual, as diretrizes, objetivos e metas estabelecidos no Plano Municipal de Saúde (PMS). Alinhada às normativas vigentes do Ministério da Saúde, a PAS explicita a alocação dos recursos orçamentários e financeiros destinados à execução das ações e serviços públicos de saúde sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando a transparência, a eficiência e a efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art 2° A presente resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

CORINNE GUNTZEL LEALDINO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGO a resolução nº22/2026 do CMS em 31/07/2026

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:B2E0E972

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
RESOLUÇÃO Nº 23, DE 31 DE JULHO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PITANGA/PR.

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Saúde 2026 - 2029

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Pitanga, em reunião ordinária realizada em 31 de julho de 2026, e no uso de suas prerrogativas conferidas pela Lei Federal n°8,142 de 28/12/1990, e pela Lei Municipal n°511 de maio de 1991 resolve:

Art.1º- Aprovar a adesão Plano Municipal de Saúde 2026 – 2029, que estabelece os principais eixos estratégicos de atuação que deverão orientar a Administração Pública Municipal nos próximos quatro anos, em consonância com as diretrizes do Plano de Governo 2025–2028 e Considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e a Agenda 2023 da Organização das Nações Unidas - ONU, priorizando a ampliação do acesso, a qualificação dos serviços e a melhoria contínua dos resultados sanitários e da qualidade de vida da população Pitanguense.

Art 2° A presente resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

CORINNE GUNTZEL LEALDINO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGO a resolução nº23/2026 do CMS em 31/07/2026

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:877F1F27

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
RESOLUÇÃO Nº 24, DE 31 DE JULHO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PITANGA/PR.

Dispõe sobre a aprovação do Protocolo de gerenciamento de faltas em consultas, exames e atendimentos especializados.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Pitanga, em reunião ordinária realizada em 31 de julho de 2026, e no uso de suas prerrogativas conferidas pela Lei Federal n°8,142 de 28/12/1990, e pela Lei Municipal n°511 de maio de 1991 resolve:

Art.1º- Aprovar a adesão ao protocolo de gerenciamento de faltas em consultas, exames e atendimentos especializados, visando estabelecer critérios para redução do absenteísmo em consultas, exames e atendimentos especializados, otimizando o acesso aos serviços de saúde e o uso adequado dos recursos públicos.

Art 2° A presente resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

CORINNE GUNTZEL LEALDINO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGO a resolução nº24/2026 do CMS em 31/07/2026

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:1F9DC812

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
RESOLUÇÃO Nº 25, DE 31 DE JULHO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PITANGA/PR.

Dispõe sobre a aprovação Protocolo de Internação Psiquiátrica.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Pitanga, em reunião ordinária realizada em 31 de julho de 2026, e no uso de suas prerrogativas conferidas pela Lei Federal n°8,142 de 28/12/1990, e pela Lei Municipal n°511 de maio de 1991 resolve:

Art.1º- Aprovar a adesão ao protocolo de internação psiquiátrica com intuito de criar critérios para facilitar o atendimento dos pacientes.

Art 2° A presente resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

CORINNE GUNTZEL LEALDINO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGO a resolução nº25/2026 do CMS em 31/07/2026

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:70823A21

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
RESOLUÇÃO Nº 26, DE 31 DE JULHO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PITANGA/PR.

Dispõe sobre a atualização da portaria n°206 de 15 fevereiro de 2018, a qual designa o servidor Davi Dequech Ferreira, a realizar auditoria no Hospital São Vicente de Paulo.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Pitanga, em reunião ordinária realizada em 31 de julho de 2026, e no uso de suas prerrogativas conferidas pela Lei Federal n°8,142 de 28/12/1990, e pela Lei Municipal n°511 de maio de 1991 resolve:

Art.1º- Aprovar a atualização da portaria n°206 de 15 fevereiro de 2018, a qual designa o servidor Davi Dequech Ferreira, a realizar auditoria no Hospital São Vicente de Paulo.

O mesmo é lotado na Secretaria Municipal de Saúde por 8 horas semanais, e o restante de sua carga horaria de 12 horas semanais o servidor prestará serviços de auditoria à entidade conveniada ao SUS no Hospital São Vicente de Paulo de Pitanga.

Art 2° A presente resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

CORINNE GUNTZEL LEALDINO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGO a resolução nº26/2026 do CMS em 31/07/2026

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:D5D5AA1E

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
RESOLUÇÃO Nº 27, DE 31 DE JULHO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PITANGA/PR.

Dispõe sobre a disponibilização de perfil do PEC-Prontuário Eletrônico do cidadão à entidade conveniada ao SUS Hospital São Vicente de Paulo

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Pitanga, em reunião ordinária realizada em 31 de julho de 2026, e no uso de suas prerrogativas conferidas pela Lei Federal n°8,142 de 28/12/1990, e pela Lei Municipal n°511 de maio de 1991 resolve:
Art.1º- Aprovar a disponibilização de perfil no programa PEC-Prontuário Eletrônico do cidadão à entidade conveniada ao SUS Hospital São Vicente de Paulo para registrar, armazenar e compartilhar informações de saúde dos pacientes de forma segura e integrada, aumentando a eficiência do atendimento e acompanhamento dos pacientes E para o controle dos atendimentos realizados através do contrato 216/2022 de prestação de serviços médicos hospitalares para atendimentos de condições agudas.

Art 2° A presente resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

CORINNE GUNTZEL LEALDINO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGO a resolução nº27/2026 do CMS em 31/07/2026

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:9B8D7D95

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
RESOLUÇÃO Nº 28, DE 31 DE JULHO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PITANGA/PR.

Dispõe sobre a Alteração do Plano de trabalho do CAPS – Centro de atenção psicossocial

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Pitanga, em reunião ordinária realizada em 31 de julho de 2026, e no uso de suas prerrogativas conferidas pela Lei Federal n°8,142 de 28/12/1990, e pela Lei Municipal n°511 de maio de 1991 resolve:
Art.1º- Aprovar o Plano de trabalho do Caps com a realização de oficinas de informática, artesanato e corte e costura, com base nas resoluções 924/2024 e 1713/2023.

Art 2° A presente resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

CORINNE GUNTZEL LEALDINO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGO a resolução nº28/2026 do CMS em 31/07/2026

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:979E3DC3

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, RECONHECIMENTO DE DÍVIDA, PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PITANGA**, pessoa jurídica de direito público interno, integrante da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, inscrito no CNPJ sob nº 76.172.907/0001-08, com sede administrativa no Centro Administrativo 28 de Janeiro, nº 171, CEP 85.200-000, Pitanga, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. Dirceu Moraes**, brasileiro, portador do RG nº 6.415.530-0 e CPF nº 696.116.619-91, doravante denominado DEVEDOR.
e, de outro lado,
RONALDO CASTRO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 58.879.838/0001-87, com sede localizada na Rua Nereu Ramos, nº 481, Pitanguinha, CEP 85.201-558, endereço eletrônico castroronaldocastro@gmail.com, contato: (42) 99934-6123 doravante denominada **CREDOR;**
têm entre si justo e acordado o presente **TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, RECONHECIMENTO DE DÍVIDA, PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO**, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas, em observância aos princípios que regem a Administração Pública, à legislação aplicável e às normas de direito público.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto o reconhecimento, pelo MUNICÍPIO, da obrigação de efetuar o pagamento de indenização em favor do CREDOR, em razão da prestação efetiva dos serviços de transporte escolar executados no âmbito do município, correspondente à Linha 04 – Itinerário Barra Bonita, destinada ao transporte diário de estudantes matriculados na Escola Municipal do Campo Afonso Alves e no Colégio Estadual Zélio Dziubate, cujos serviços foram integralmente executados, devidamente fiscalizados, recebidos e aproveitados pela Administração Pública.
Parágrafo único. O presente ajuste possui natureza estritamente indenizatória, limitando-se ao ressarcimento dos serviços efetivamente prestados e comprovadamente usufruídos pelo Município, não importando em novação, convalidação de eventual irregularidade administrativa ou reconhecimento de qualquer direito diverso daquele expressamente previsto neste instrumento.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA ADMINISTRATIVA E DO INTERESSE PÚBLICO
A formalização do presente Termo decorre da necessidade de regularização administrativa da obrigação indenizatória decorrente da efetiva prestação dos serviços de transporte escolar, cuja execução mostrou-se imprescindível para assegurar a continuidade de serviço público essencial e garantir a efetividade do direito fundamental à educação.
O transporte escolar rural constitui política pública indispensável ao acesso e à permanência dos estudantes na rede pública de ensino, sendo dever constitucional do Poder Público assegurar condições materiais para que os alunos frequentem regularmente as unidades escolares.
No caso concreto, a execução do Itinerário Barra Bonita – Linha 04 revelou-se de extrema necessidade, uma vez que viabilizou o deslocamento diário e seguro dos estudantes residentes na zona rural até a Escola Municipal do Campo Afonso Alves e ao Colégio Estadual Zélio Dziubate, inexistindo alternativa operacional apta a suprir a demanda sem comprometer a continuidade do serviço público.
A eventual interrupção do transporte escolar ocasionaria graves prejuízos à coletividade, impedindo o acesso dos estudantes às atividades escolares, comprometendo o calendário letivo, a frequência escolar obrigatória e a efetivação do direito social à educação, além de afrontar os princípios constitucionais da continuidade do serviço

público, da eficiência administrativa, da proteção integral da criança e do adolescente e da supremacia do interesse público.
Restou devidamente demonstrado nos autos do processo administrativo que os serviços foram regularmente executados, fiscalizados pela Administração, prestados em benefício direto do Município e da comunidade escolar, inexistindo qualquer controvérsia acerca de sua efetiva realização.
Nessas circunstâncias, o não pagamento pelos serviços comprovadamente executados acarretaria enriquecimento sem causa da Administração Pública, hipótese expressamente vedada pelo ordenamento jurídico, impondo-se o dever de indenizar em observância aos princípios da boa-fé objetiva, da vedação ao enriquecimento ilícito, da segurança jurídica e da tutela do interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECONHECIMENTO DA DÍVIDA E DO VALOR

• O MUNICÍPIO reconhece como líquida, certa e exigível a obrigação de indenizar a CREDORA Valor total da indenização: R$ 9727,10 (nove mil setecentos e vinte e sete reais e dez centavos), correspondente aos serviços efetivamente prestados, conforme apurado no processo administrativo e demonstrado pela memória de cálculo.

A composição do valor observa os seguintes parâmetros:

• Contrato nº 219/2025;
• Linha 04 – Itinerário Barra Bonita;
• 20 (vinte) dias letivos;
• Total de quilômetros rodados 1401,60 km
• Valor unitário de R$ 6,94 (seis reais e noventa e quatro centavos) por quilômetro;
• Valor total da indenização: R$ 9727,10 (nove mil setecentos e vinte e sete reais e dez centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento da indenização será efetuado em parcela única, mediante transferência eletrônica para conta bancária de titularidade da CREDORA, após a conclusão do processo administrativo de reconhecimento da despesa, liquidação e autorização da autoridade competente, observadas as disposições da legislação orçamentária, financeira e contábil aplicável à Administração Pública.
O crédito será realizado na seguinte conta bancária:
Titular: Ronaldo Castro
CNPJ: 58.879.838/0001-87
Instituição Financeira: Banco Sicoob
Agência: 4340
Conta Corrente: 3907350
Parágrafo primeiro. A CREDORA declara serem verdadeiras as informações bancárias acima indicadas, responsabilizando-se integralmente por sua exatidão, atualização e titularidade.
Parágrafo segundo. Considerar-se-á integralmente adimplida a obrigação do MUNICÍPIO com a efetivação do crédito na conta indicada pela CREDORA.

CLÁUSULA QUINTA – DA QUITAÇÃO
Efetivado o pagamento do valor previsto na Cláusula Terceira, a CREDORA outorga ao MUNICÍPIO plena, geral, irrevogável e irretratável quitação relativamente aos serviços objeto deste Termo, declarando nada mais ter a exigir, reclamar ou pleitear, judicial ou administrativamente, relativamente aos serviços prestados no âmbito do Contrato nº 219/2025 – Linha 04 – Itinerário Barra Bonita.

CLÁUSULA SEXTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente instrumento fundamenta-se:
I – nos artigos 6º, 37, caput, 205, 206 e 208 da Constituição da República;
II – na Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
III – na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
IV – nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, continuidade do serviço público, supremacia do interesse público, razoabilidade, proporcionalidade, boa-fé administrativa e segurança jurídica;
V – no artigo 884 do Código Civil, que veda o enriquecimento sem causa;
VI – na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual é devido o pagamento de indenização pelos serviços efetivamente prestados e usufruídos pela Administração Pública, ainda que constatada irregularidade formal na contratação, desde que comprovada a boa-fé do particular e o efetivo benefício auferido pelo ente público.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
O presente Termo possui natureza exclusivamente administrativa e indenizatória, destinando-se à regularização da obrigação decorrente da efetiva prestação do serviço público essencial de transporte escolar, preservando os princípios da continuidade do serviço público, da boa-fé objetiva, da vedação ao enriquecimento sem causa e da proteção do interesse público.
A assinatura deste instrumento não implica reconhecimento de qualquer direito além daqueles expressamente consignados, restringindo-se ao pagamento da indenização correspondente aos serviços efetivamente executados e comprovadamente usufruídos pela Administração Pública.
Fica eleito o foro da Comarca de Pitanga, Estado do Paraná, para dirimir eventuais controvérsias oriundas deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem justos e acordados, firmam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos.

Município de Pitanga
DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

R CASTRO LTDA
CNPJ nº 58.879.838/0001-87

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:85130D63

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026

MUNICÍPIO DE PITANGA – LICITAÇÃO
##AVISO – Pregão Eletrônico nº 51/2026
##OBJETO: Registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), contratação de empresa especializada na prestação de serviços de radiografia panorâmica dental da face (ortopantomografia), visando atender às demandas do centro de especialidades odontológicas – CEO, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde. Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico www.pitanga.pr.gov.br, opção: Processos Licitatórios, bem como no sítio: https://bnc.org.br, ou no endereço: Rua Vanderlei João Vieira Cleve n° 711 Bairro Santa Regina, Pitanga/PR, CEP: 85.201-606, Secretaria Municipal de Patrimônio, Compras e Logística – Departamento de Licitações e Contratos, em horário de expediente, telefone para contato (42) 3646-1122 – Ramal: 21 e 22. Fim de Recebimento de Propostas em: 20/08/2026, até as 08h00min. Início de Disputa de Preços em: 20/08/2026, às 09h01min (horário de Brasília) em sessão pública no endereço eletrônico: https://bnc.org.br nos termos do Edital e seus anexos. Critério: Menor Preço Global. Portanto, as propostas serão recebidas e processadas exclusivamente por meio eletrônico. Preço Máximo: R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).
#DAT 05/08/2026
##ASS Jean Marcel Grande Huber
##CAR Pregoeiro

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:0698C08F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS
DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2026

DATA: 05 de agosto de 2026.

SÚMULA: Aprova a Prestação de Contas do Executivo Municipal de Pitangueiras, referente ao exercício financeiro de 2024.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, aprovou, e eu, Presidente, sanciono o seguinte,
DECRETO LEGISLATIVO:
ART. 1º – Ficam aprovadas as contas do Poder Executivo Municipal de Pitangueiras, relativas ao exercício de 2024**,** exceção feita aos atos porventura pendentes de apreciação do Egrégio pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
ART. 2º Artigo 2º - Ficam fazendo parte integrante deste Decreto Legislativo os pareceres do Egrégio Tribunal de Contas e da Comissão de Finanças e Orçamento.
ART. 3º – Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS, em 05 de agosto de 2026.

MARIA ROSANGELA GOULARTE RODELLA
Presidente da Câmara Municipal de Pitangueiras

Publicado por:
Luiz Carlos Barbosa
Código Identificador:AB88ACE1

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS
DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2026

Data: 05 de agosto de 2026

Súmula: Concede Licença ao Prefeito Municipal para afastamento do cargo por motivo de férias.

A Presidente da Câmara Municipal de Pitangueiras, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e em conformidade com o art. 159, da Lei Orgânica Municipal;
Faço saber que o Plenário APROVOU e Eu PROMULGO o seguinte:
D E C R E T O L E G I S L A T I V O:
Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a licenciar-se do cargo pelo período de quinze (30) dias, por motivo de férias, no período de 10 de agosto a 08 setembro de 2026, sem prejuízo de seu subsídio.
Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Pitangueiras, 05de agostode 2026.

MARIA ROSANGELA GOULARTE RODELLA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Luiz Carlos Barbosa
Código Identificador:7E0D434A

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada, nos moldes da Lei Complementar n° 123/06, para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de licenciamento de área destinada a disposição de resíduos de construção civil – RCC e grandes volumes, conforme Resolução CONAMA nº 307/2002, conforme especificações do Anexo I deste edital.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR MÁXIMO: R$ 16.356,66 (dezesseis mil, trezentos e cinquenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 25/08/2026, às 09h00min.

INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 25/08/2026, às 09h30min.

LINK DE ACESSO AO PROCESSO: O Pregão Eletrônico Para Registro de Preços será realizado em sessão pública, via rede mundial de computadores (internet) através do Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) no endereço eletrônico https://bllcompras.com.

CONSULTAS AO EDITAL E INFORMAÇÕES: www.pitangueiras.pr.gov.br ou Avenida Central, nº 408, Pitangueiras-Pr.

ESCLARECIMENTOS: através do telefone (43) 3257-1143, na Avenida Central, 408, na cidade de Pitangueiras – PR, pessoalmente ou via protocolo online, conforme item 3.2. do Edital.

Pitangueiras, 05 de agosto de 2026.

ALINE SARRI GONÇALVES BENETOLLI
Pregoeira

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:F9FF7722

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 25/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: GERALDA APARECIDA MARCHINI NICOLAU
CNPJ: 34.118.870/0001-81
OBJETO: Contratação de empresa para eventual aquisição de gás Liquefeito de Petróleo (GLP) acondicionado em botijões contendo 13 kg líquido, para atender as necessidades deste município.
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS. Manutenção das Atividades Administrativas da Administração Municipal DESP Nº 31 -3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Geralda Aparecida Marchini Nicolau
DATA DA ASSINATURA: 05/08/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:948C5A80

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 27/2024

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II da Lei nº 8.666/93
MODALIDADE: Concorrência Pública n° 01/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: VELAME JUNIOR CONSTRUTORA LTDA
CNPJ/MF: 07.705.818/0001-59
OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação da vigência da execução do contrato nº 27/2024, cujo término passa a ser em 03 de dezembro de 2026.
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Adalmare Velame de Azevedo Magalhães

DATA DA ASSINATURA: 02/06/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:FF53CA62

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 27/2026

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 53/2026

b) Nr. Licitação: 27/2026 - PE

c) Modalidade: Pregão eletrônico

05/08/2026

e) Objeto da Licitação:
Obedecido o disposto na lei Federal nº 14.133/21, suas atualizações e legislação correlata, fica instaurando Processo Administrativo para eventual aquisição de testes rápidos para detecção de COVID-19 + Influenza A/B.

Participante: ITB COMERCIO E SERVICOS LTDA		
Quantidade de itens:	1	5.423,95
	Total Geral:	5.423,95

Pitangueiras, 05 de agosto de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:ABCCA9E3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO
EDITAL Nº 02/2026

MUNICÍPIO DE PLANALTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 02/2026

PROCESSO ELEITORAL PARA O PROCESSO DE ESCOLHA PARA A FUNÇÃO DE DIRETOR(A), REALIZADO COM A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR, DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – COMPLEMENTAÇÃO DE MANDATO

A Secretária Municipal de Educação do Município de Planalto, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.695, de 08 de setembro de 2022, especialmente em seus arts. 6º, inciso I, 10 e demais dispositivos aplicáveis, bem como a necessidade de preenchimento das vagas decorrentes da vacância da função de Diretor(a) dos Centros Municipais de Educação Infantil abaixo relacionados, torna público o presente EDITAL DE PROCESSO ELEITORAL PARA O PROCESSO DE ESCOLHA PARA A FUNÇÃO DE DIRETOR(A), REALIZADO COM A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR, destinado exclusivamente à complementação do mandato vigente, com término em 31 de dezembro de 2027.

1. DO OBJETO

1.1 O presente Processo de Escolha para a Função de Diretor(a), realizado com a participação da comunidade escolar, tem por finalidade a eleição para a função de Diretor(a) dos Centros Municipais de Educação Infantil abaixo relacionados, em razão da vacância da função, observadas as disposições da Lei Municipal nº 2.695/2022:

• CMEI ESTAÇÃO DO APRENDER.
• CMEI MARCO ANTONIO SCHAIVO.

1.2 A eleição será realizada pela comunidade escolar mediante voto direto e secreto, observando integralmente a Lei Municipal nº 2.695/2022 e as disposições deste Edital.
1.3 Os Diretores eleitos exercerão a função exclusivamente para complementação do mandato vigente, em decorrência da vacância da função de Diretor(a), permanecendo no exercício até **31 de dezembro de 2027**, data em que se encerra o mandato dos Diretores das Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Planalto.
1.4 Encerrado o mandato complementar previsto neste Edital, será realizado novo Processo de Escolha para a Função de Diretor(a), realizado com a participação da comunidade escolar, da Rede Municipal de Ensino, conforme legislação vigente.

2. DA VACÂNCIA E DA COMPLEMENTAÇÃO DO MANDATO

2.1 O presente Processo de Escolha para a Função de Diretor(a), realizado com a participação da comunidade escolar, decorre da vacância da função de Diretor(a) dos Centros Municipais de Educação Infantil relacionados neste Edital, nos termos do art. 6º, inciso I, da Lei Municipal nº 2.695/2022.
2.2 O Processo de Escolha para a Função de Diretor(a), realizado com a participação da comunidade escolar previsto neste Edital possui caráter excepcional e tem como finalidade exclusiva garantir a continuidade da gestão democrática nas unidades escolares, não caracterizando abertura de novo mandato.
2.3 O mandato dos Diretores eleitos por meio deste Processo de Escolha para a Função de Diretor(a), realizado com a participação da comunidade escolar, encerrar-se-á em **31 de dezembro de 2027**, juntamente com o término do mandato dos demais Diretores das Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino.

3. DO CRONOGRAMA

ETAPA	DATA
Publicação do Edital	05/08/2026
Solicitação da Avaliação de Mérito e Desempenho	06/08 a 12/08/2026
Realização da Avaliação de Mérito e Desempenho	13 a 19/08/2026
Entrega das Avaliações	20/08/2026
Recursos da Avaliação de Mérito	21 e 24/08/2026
Julgamento dos Recursos	25/08/2026
Resultado Definitivo da Avaliação	26/08/2026
Indicação das Mesas Eleitorais pelas APMFs	26/08 a 02/09/2026
Publicação das Mesas Eleitorais	03/09/2026
Convocação para inscrição de candidatos	04/09/2026
Período de inscrições	08 a 22/09/2026
Encaminhamento das inscrições à Comissão Eleitoral Central	23/09/2026
Análise dos registros	24 e 25/09/2026
Publicação dos candidatos deferidos	28/09/2026
Recursos	29 e 30/09/2026
Julgamento dos recursos	01/10/2026
Publicação definitiva dos candidatos	02/10/2026
Divulgação da lista de votantes	02/10/2026
Campanha eleitoral	05/10 a 03/11/2026
ELEIÇÃO	04/11/2026
Apuração	04/11/2026
Resultado Preliminar	05/11/2026
Recursos contra o resultado	06 e 09/11/2026
Julgamento dos recursos	10/11/2026
Homologação Final	12/11/2026

Parágrafo único. As datas previstas neste cronograma poderão ser alteradas pela Comissão Eleitoral Central, mediante publicação de edital complementar, quando houver necessidade devidamente justificada, garantindo-se a ampla divulgação à comunidade escolar.

4. DA COMISSÃO ELEITORAL

4.1 A coordenação, supervisão e fiscalização do Processo de Escolha para a Função de Diretor(a), realizado com a participação da comunidade escolar, serão exercidas pela Comissão Eleitoral Central designada por Portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal.
4.2 Compete à Comissão Eleitoral Central:
I – coordenar todas as etapas do Processo de Escolha para a Função de Diretor(a);
II – acompanhar o cumprimento do cronograma estabelecido neste Edital;
III – receber e analisar os documentos referentes às inscrições dos candidatos;
IV – deliberar sobre o deferimento ou indeferimento das candidaturas;
V – analisar e julgar recursos, impugnações e demais questionamentos apresentados durante o Processo de Escolha para a Função de Diretor(a);
VI – orientar as Mesas Eleitorais quanto aos procedimentos de votação e apuração;
VII – homologar os resultados Processo de Escolha para a Função de Diretor(a);
VIII – praticar os demais atos necessários ao regular desenvolvimento do Processo de Escolha para a Função de Diretor(a).
4.3 Cada Centro Municipal de Educação Infantil participante deste Processo de Escolha para a Função de Diretor(a) constituirá sua respectiva **Mesa Eleitoral**, composta conforme as disposições da Lei Municipal nº 2.695/2022 e orientações expedidas pela Comissão Eleitoral Central.
4.4 Compete à Mesa Eleitoral:
I – organizar o local de votação;
II – conferir a identificação dos eleitores;
III – conduzir os trabalhos de votação;
IV – garantir o sigilo do voto;
V – registrar ocorrências durante o processo de votação;
VI – realizar a apuração dos votos imediatamente após o encerramento da votação;
VII – encaminhar à Comissão Eleitoral Central toda documentação referente à votação e apuração.

5. DA AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO

5.1 A participação no Processo de Escolha para a Função de Diretor(a) fica condicionada à aprovação na Avaliação de Mérito e Desempenho, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 2.695/2022 e regulamentação municipal aplicável.
5.2 A Avaliação de Mérito e Desempenho será realizada por Comissão de Servidores especialmente designada para este fim, observados os critérios estabelecidos na legislação vigente.
5.3 A Comissão de Servidores terá como atribuições:
I – realizar a análise dos requisitos e critérios de mérito e desempenho dos candidatos;
II – emitir parecer conclusivo quanto à aprovação ou reprovação do candidato;
III – encaminhar os resultados à Secretaria Municipal de Educação e à Comissão Eleitoral Central;
IV – analisar eventuais recursos relativos à avaliação, quando de sua competência.
5.4 O candidato que não obtiver aprovação na Avaliação de Mérito e Desempenho ficará impedido de participar das demais etapas do Processo de Escolha para a Função de Diretor(a).

6. DOS CANDIDATOS

6.1 Poderão concorrer à função de Diretor(a) dos Centros Municipais de Educação Infantil os servidores efetivos ocupantes dos cargos de **Educador Infantil e/ou Atendente de Creche**, desde que atendam integralmente aos requisitos previstos no art. 15 da Lei Municipal nº 2.695/2022.
6.2 O pedido de registro de candidatura deverá ser protocolado dentro do prazo estabelecido no cronograma deste Edital, perante a Comissão Eleitoral Central ou local indicado pela Secretaria Municipal de Educação.
6.3 O requerimento de inscrição deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:
I – Requerimento de inscrição devidamente preenchido;
II – Documento de identificação;
III – Declaração de atendimento aos requisitos legais previstos na Lei Municipal nº 2.695/2022;
IV – Declaração de disponibilidade para o exercício da função de Diretor(a);
V – Proposta de Gestão Escolar;
VI – Documentos comprobatórios exigidos pela legislação municipal;
VII – Comprovante de aprovação na Avaliação de Mérito e Desempenho.
6.4 A ausência de qualquer documento obrigatório ou o descumprimento dos requisitos legais poderá resultar no indeferimento da candidatura.
6.5 Após o período de recursos e publicação definitiva dos candidatos habilitados, será permitida a realização de campanha referente ao Processo de Escolha para a Função de Diretor(a), nos termos estabelecidos neste Edital.
6.6 Na hipótese de inscrição de apenas um candidato em determinada unidade escolar, este será submetido igualmente ao processo de votação pela comunidade escolar, sendo considerado eleito se obtiver a maioria dos votos válidos.

7. DOS ELEITORES

7.1 Poderão votar no Processo de Escolha para a Função de Diretor(a), realizado com a participação da comunidade escolar:
I – Profissionais do magistério em efetivo exercício no respectivo Centro Municipal de Educação Infantil;
II – Servidores públicos municipais em efetivo exercício na respectiva unidade escolar;
III – pais ou responsáveis legais pelos estudantes regularmente matriculados na unidade escolar.
7.2 O direito ao voto será exercido conforme os critérios estabelecidos na Lei Municipal nº 2.695/2022, sendo vedado o voto por procuração.
7.3 Cada eleitor terá direito a um único voto, independentemente de possuir mais de uma condição de participação na comunidade escolar.
7.4 A relação dos eleitores aptos a votar será elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, com base nos registros oficiais das unidades escolares.
7.5 A lista de eleitores deverá ser publicada e disponibilizada previamente para consulta, conforme cronograma deste Edital**.**

8. DA CAMPANHA DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA A FUNÇÃO DE DIRETOR(A)

8.1 A propaganda referente ao Processo de Escolha para a Função de Diretor(a) somente poderá ser realizada após a publicação definitiva dos candidatos habilitados pela Comissão Eleitoral Central.
8.2 A campanha eleitoral deverá respeitar os princípios da ética, da igualdade de condições entre os candidatos, da transparência e do respeito à comunidade escolar.
8.3 São vedadas durante a campanha eleitoral:
I – utilização de recursos financeiros, materiais ou humanos pertencentes ao Município;
II – utilização da estrutura física ou administrativa da unidade escolar para favorecimento de candidatura;
III – práticas que prejudiquem o funcionamento normal do CMEI;
IV – divulgação de informações ofensivas, falsas ou que comprometam a honra dos candidatos ou membros da comunidade escolar;
V – qualquer forma de pressão, constrangimento ou indução ao voto.
8.4 A Comissão Eleitoral Central poderá determinar a retirada de materiais ou práticas consideradas irregulares, assegurado o direito de manifestação do candidato envolvido.

9. DA VOTAÇÃO

9.1 A votação ocorrerá no dia **04 de novembro de 2026 (quarta-feira)**, das **08h00 às 16h00**, nas dependências dos respectivos Centros Municipais de Educação Infantil.
9.2 O voto será:
I – direto;
II – secreto;
III – facultativo;
IV – pessoal;
V – vedado por procuração.
9.3 Encerrada a votação, a Mesa Eleitoral realizará imediatamente a apuração dos votos, mediante acompanhamento dos fiscais dos candidatos, quando houver.
9.4 Será considerado eleito o candidato que obtiver a **maioria simples dos votos válidos**.
9.5 Em caso de empate entre candidatos, serão aplicados os critérios de desempate previstos na Lei Municipal nº 2.695/2022.
9.6 Persistindo o empate após aplicação dos critérios legais, a Comissão Eleitoral Central adotará os procedimentos administrativos

necessários para definição do resultado, observando os princípios da legalidade e da transparência.

10. DOS RECURSOS

10.1 Caberá recurso das decisões relativas ao processo de Escolha para a Função de Diretor(a), realizado com a participação da comunidade escolar, especialmente quanto:
I – ao resultado da Avaliação de Mérito e Desempenho;
II – ao indeferimento ou deferimento de candidatura;
III – à divulgação da lista de eleitores;
IV – aos atos praticados durante a votação e apuração;
V – ao resultado preliminar do Processo de Escolha para a Função de Diretor(a).
10.2 Os recursos deverão ser apresentados por escrito, devidamente fundamentados, dentro dos prazos estabelecidos no cronograma deste Edital.
10.3 Os recursos deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Educação ou local indicado pela Comissão Eleitoral Central.
10.4 A Comissão Eleitoral Central analisará os recursos apresentados e emitirá decisão fundamentada, observando os princípios da legalidade, transparência, impessoalidade e ampla defesa.
10.5 As decisões da Comissão Eleitoral Central serão divulgadas oficialmente aos interessados e, quando necessário, publicadas pelos meios oficiais de comunicação do Município.

11. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO
11.1 Encerradas todas as fases recursais e concluídos os procedimentos previstos neste Edital, a Comissão Eleitoral Central encaminhará o resultado final à Secretaria Municipal de Educação para homologação.
11.2 Após a homologação do resultado final, a Secretária Municipal de Educação encaminhará os documentos ao Chefe do Poder Executivo Municipal para expedição do ato oficial de designação dos Diretores eleitos.
11.3 Os Diretores designados iniciarão o exercício da função conforme ato administrativo expedido pelo Poder Executivo Municipal.
11.4 A designação dos eleitos permanecerá vigente até **31 de dezembro de 2027**, data prevista para encerramento do mandato complementar objeto deste Processo de Escolha para a Função de Diretor(a), realizado com a participação da comunidade escolar.
12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
12.1 A inscrição do candidato implicará conhecimento e aceitação integral das normas estabelecidas neste Edital, na Lei Municipal nº 2.695/2022, no Decreto Municipal nº 5.469/2022 e demais normas municipais aplicáveis.
12.2 Os candidatos, servidores, membros das Mesas Eleitorais e demais participantes do Processo de Escolha para a Função de Diretor(a) deverão observar os princípios da gestão democrática, da ética, da transparência e do respeito à comunidade escolar.
12.3 Os casos omissos e situações não previstas neste Edital serão analisados e resolvidos pela Comissão Eleitoral Central, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente.
12.4 A Comissão Eleitoral Central poderá expedir orientações complementares, comunicados e instruções normativas necessárias ao adequado funcionamento do Processo de Escolha para a Função de Diretor(a).
12.5 Todos os atos oficiais referentes ao Processo de Escolha para a Função de Diretor(a) serão divulgados pelos meios oficiais de comunicação do Município e/ou da Secretaria Municipal de Educação, garantindo publicidade e transparência ao processo.
12.6 Aplicam-se subsidiariamente ao presente Processo de Escolha para a Função de Diretor(a), realizado com a participação da comunidade escolar as disposições da **Lei Municipal nº 2.695, de 08 de setembro de 2022**, do **Decreto Municipal nº 5.469, de 13 de setembro de 2022**, e demais regulamentações municipais pertinentes, desde que compatíveis com a natureza excepcional deste processo.

Planalto/PR, 05 de agosto de 2026.

MARLI DE LIMA
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO
PROCESSO EXTRAORDINÁRIO DE ESCOLHA PARA A FUNÇÃO DE DIRETOR(A), REALIZADO COM A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR, DE CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL
EDITAL Nº 02/2026

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____ venho, por meio desta, solicitar a realização da minha **avaliação de mérito e desempenho** atendendo aos dispostos da Lei Nº2695 de 08 de setembro de 2022 e Decreto 5469 de 13 de setembro de 2022.

Local e data: _____

_____
Assinatura do solicitante

.....

Protocolo de Recebimento da Solicitação de Avaliação de Mérito e Desempenho
Recebido por: _____

Data do recebimento: _____/_____/_____

Assinatura do recebedor: _____

ANEXO II
REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CANDIDATURA
PROCESSO EXTRAORDINÁRIO DE ESCOLHA PARA A FUNÇÃO DE DIRETOR(A), REALIZADO COM A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR, DE CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL
EDITAL Nº 02/2026
Eu, _____, servidor(a) público(a) municipal, ocupante do cargo de _____, matrícula nº _____, lotado(a) no _____, venho, por meio deste, requerer o registro de minha candidatura à função de Diretor(a) da seguinte unidade escolar:
( ) CMEI Estação do Aprender
( ) CMEI Marco Antonio Schaivo
Declaro que:

• atendo aos requisitos previstos na Lei Municipal nº 2.695/2022;
• fui aprovado(a) na Avaliação de Mérito e Desempenho;
• apresento os documentos exigidos pelo Edital;
• estou ciente das normas que regem o Processo de Escolha para a Função de Diretor(a), realizado com a participação da comunidade escolar

Documentos anexos:
( ) Avaliação de Mérito e Desempenho
( ) Plano de Gestão
( ) Declaração de Disponibilidade
( ) Demais documentos exigidos
Planalto/PR, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) Candidato(a)

Recebido pela Comissão Eleitoral Central:
Data:____/____/_____
Hora: _____
Assinatura:_____

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

Eu, _____, matrícula nº _____, ocupante do cargo de _____, DECLARO, para os devidos fins, que possuo disponibilidade para exercer a função de Diretor(a) do Centro Municipal de Educação Infantil para o qual estou concorrendo, comprometendo-me a cumprir integralmente a carga horária, as atribuições da função e as determinações constantes da Lei Municipal nº 2.695/2022.
Declaro, ainda, que estou ciente de que a designação decorrente deste Processo Extraordinário de Escolha para a Função de Diretor(a), realizado com a participação da comunidade escolar, destina-se exclusivamente à complementação do mandato vigente, encerrando-se em **31 de dezembro de 2027**.
Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Planalto/PR, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO IV
FORMULÁRIO DE RECURSO
EDITAL Nº 02/2026
Nome do Recorrente: _____
CPF:_____
Unidade Escolar: _____

Objeto do Recurso:
( ) Registro de candidatura
( ) Relação de eleitores
( ) Propaganda eleitoral
( ) Resultado da eleição
( ) Outro; Especificar: _____
Fundamentação
_____
Pedido
_____

Planalto/PR, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) Recorrente
Decisão da Comissão Eleitoral Central
_____
Data:____/___/_____
Presidente da Comissão Eleitoral Central: _____
ANEXO V
ATA DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO
PROCESSO EXTRAORDINÁRIO DE ESCOLHA PARA A FUNÇÃO DE DIRETOR(A), REALIZADO COM A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR, DE CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL
EDITAL Nº 02/2026
Aos _____ dias do mês de _____ de 2026, às _____ horas, nas dependências do _____, reuniu-se a Mesa Eleitoral constituída para condução do Processo Extraordinário de Escolha para a Função de Diretor(a), realizado com a participação da comunidade escolar conforme Edital nº 02/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

A Mesa Eleitoral foi composta pelos seguintes membros:

Presidente:

Secretário(a):

Membro:

Às _____ horas foi iniciada a votação, transcorrendo normalmente até as _____ horas, quando foi encerrada, conforme previsto no Edital.
Durante o período de votação foram registradas as seguintes ocorrências:

( ) Não houve ocorrências.

Encerrada a votação, iniciou-se imediatamente a apuração dos votos, obtendo-se o seguinte resultado:
RESULTADO DA APURAÇÃO
Total de eleitores aptos: _____
Total de votantes: _____
Votos válidos: _____
Votos em branco: _____
Votos nulos: _____
Candidato(a)
Nome: _____
Quantidade de votos: _____
Em razão do resultado acima, a Mesa Eleitoral declara escolhido(a) para a função de Diretor(a) o(a) candidato(a)

para exercer a função de Diretor(a) do: _____
em complementação ao mandato vigente, com término em **31 de dezembro de 2027**, observadas as disposições da Lei Municipal nº 2.695/2022 e do Edital nº 02/2026.
Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente Ata, que após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Mesa Eleitoral.

Planalto/PR, _____ de _____ de 2026.

ASSINATURAS
Presidente da Mesa Eleitoral: _____
Secretário(a): _____
Membro: _____
CIÊNCIA DOS CANDIDATOS
Candidato(a): Assinatura: _____
_____

RECEBIMENTO PELA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL
Recebido em:
____/_____/ 2026
Às _____ horas.
Responsável pelo recebimento:

Assinatura:

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:92AFFD2A

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 152/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 152/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 029/2026

DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: ELIAS RAFAEL FRITZEN
OBJETO: aquisição de toners e suprimentos para impressoras e calculadoras para uso de todas as Secretarias do município de Planalto-PR.
VALOR TOTAL: R$238.808,60 (duzentos e trinta e oito mil, oitocentos e oito reais e sessenta centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 36 (trinta e seis) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:708874E2

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 153/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 153/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 029/2026

DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: HELITÉCNICA EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA
OBJETO: Aquisição de toners e suprimentos para impressoras e calculadoras para uso de todas as Secretarias do município de Planalto-PR.
VALOR TOTAL: R$244.525,20 (duzentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais e vinte centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 36 (trinta e seis) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:CA2B713E

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 154/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 154/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 029/2026

DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: PONTOCAP INFORMATICA E INTERNET LTDA.
OBJETO: Aquisição de toners e suprimentos para impressoras e calculadoras para uso de todas as Secretarias do município de Planalto-PR.
VALOR TOTAL: R$43.058,20 (quarenta e três mil, cinquenta e oito reais e vinte centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 36 (trinta e seis) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:609335BD

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 257/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 257/2025, EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 032/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E ELIAS RAFAEL FRITZEN ME.

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis o MUNICIPIO DE PLANALTO, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. LUIZ CARLOS BONI e ELIAS RAFAEL FRITZEN ME, neste ato representada por seu Administrador Sr. ELIAS RAFAEL FRITZEN, resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 257/2025, firmado entre as partes em data de 18 de julho de 2025, cujo objeto é a Aquisição de materiais de expediente (livraria) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação deste Município de Planalto PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quinta (Vigência), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 18 de julho de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

ELIAS RAFAEL FRITZEN
Elias Rafael Fritzen ME

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:C273AFEA

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 259/202

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 259/2025, EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 032/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E SALVADORI EMBALAGENS LTDA

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **SALVADORI EMBALAGENS LTDA,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **EDINEI ROGERIO SALVADORI,** resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 259/2025, firmado entre as partes em data de 18 de julho de 2025, cujo objeto é a Aquisição de materiais de expediente (livraria) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação deste Município de Planalto PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quinta (Vigência), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 18 de julho de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

EDINEI ROGERIO SALVADORI
Salvadori Embalagens LTDA

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:CFB0D87D

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 276/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 276/2025, EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 034/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E DAVINIO ADÃO PIN ATACADO LTDA.

Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **DAVINIO ADÃO PIN ATACADO LTDA,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **DAVINIO ADÃO PIN,** resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 276/2025, firmado entre as partes em data de 29 de julho de 2025, cujo objeto é a Aquisição de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar atendendo a rede de educação infantil, ensino fundamental e educação especial, deste Município de Planalto-PR, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quinta (Vigência), prorrogando o prazo de vigência por 90 (noventa) dias, finalizando em 29 de outubro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

DAVINIO ADÃO PIN
Davinio Adão Pin Atacado LTDA

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:88DE7D93

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 277/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 277/2025, EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 034/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA.

Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA,** neste ato representada por sua Administradora Sra. **ITELVINA FATIMA CANEI,** resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 277/2025, firmado entre as partes em data de 29 de julho de 2025, cujo objeto é a Aquisição de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar atendendo a rede de educação infantil, ensino fundamental e educação especial, deste Município de Planalto-PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quinta (Vigência), prorrogando o prazo de vigência por 90 (noventa) dias, finalizando em 29 de outubro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

ITELVINA FATIMA CANEI
Distribuidora Tio Ivo LTDA

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:B406E7EC

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 278/2025,

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 278/2025, EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 034/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E MENUSSI & MENUSSI LTDA.

Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **MENUSSI & MENUSSI LTDA,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **DIRCEU CESAR MENUSSI,** resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 278/2025, firmado entre as partes em data de 29 de julho de 2025, cujo objeto é a Aquisição de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar atendendo a rede de educação infantil, ensino fundamental e educação especial, deste Município de Planalto-PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quinta (Vigência), prorrogando o prazo de vigência por 90 (noventa) dias, finalizando em 29 de outubro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

DIRCEU CESAR MENUSSI
Menussi & Menussi LTDA

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:9639E7E4

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO Nº 111/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO Nº 111/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 026/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E EDUARDO SILVEIRA DAVILA.

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **EDUARDO SILVEIRA DAVILA,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **EDUARDO SILVEIRA DAVILA**, resolvem em comum acordo prorrogar o prazo do Termo de Adesão nº 111/2025, firmado entre as partes em data de 28 de abril de 2025, cujo objeto é o Termo de Adesão ao Credenciamento de pessoa jurídica para execução de serviços de pequenos reparos e manutenção de espaços e prédios público para atender a demanda do município de Planalto-PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Terceira (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 28/04/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

EDUARDO SILVEIRA DAVILA
Eduardo Silveira Davila

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:766E3E03

LICITAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 160/2023

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 160/2023, EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 024/2023, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E NILSON ANTUNES.

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **NILSON ANTUNES,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **NILSON ANTUNES**, resolvem em comum acordo prorrogar o prazo do contrato administrativo nº 160/2023, firmado entre as partes em data de 26 de maio de 2023, cujo objeto é a Contratação de empresa visando à aquisição de madeiras destinados a construção de cercas para proteção e delimitação de área públicas, delimitação e demarcação das laterais das estradas vicinais do Município de Planalto, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Sétima (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 06 (seis) meses, finalizando em 30/12/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

NILSON ANTUNES
Nilson Antunes

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:F7427DE4

LICITAÇÃO
RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA Nº 019/2026

RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA
DISPENSA Nº 019/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO, com base no Art. 75, § 6º e inciso VIII da Lei 14.133/21, dispensa de licitação a despesa abaixo especificada:
OBJETO: Dispensa Emergencial tem como objetivo a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuo de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR.
EMPRESA: NELSON FERRARI N LTDA.
CNPJ Nº. 55.692.423/0001-01.
VALOR: R$ 118.821,45(cento e dezoito mil, oitocentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos).
DATA: 05 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:699643D8

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO Nº 221/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO Nº 221/2024 INEXIGIBILIDADE Nº 026/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E LUIZ CARLOS MENEGAZZI.

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **LUIZ CARLOS MENEGAZZI,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **LUIZ CARLOS MENEGAZZI**, resolvem em comum acordo prorrogar o prazo do Termo de Adesão nº 221/2024, firmado entre as partes em data de 25 de julho de 2024, cujo objeto é o Termo de Adesão ao Credenciamento de pessoa jurídica para execução de serviços de pequenos reparos e manutenção de espaços e prédios

público para atender a demanda do município de Planalto-PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Terceiro (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 31/07/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS MENEGAZZI
Luiz Carlos Menegazzi.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:D8766791

LICITAÇÃO
SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 279/2025

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 279/2025, EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 034/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E DIRCEU CESAR MENUSSI.

Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **DIRCEU CESAR MENUSSI,** neste ato representada por sua Administradora Sra. **JOSLEI MARISTELA HARTMANN,** resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 279/2025, firmado entre as partes em data de 29 de julho de 2025, cujo objeto é a Aquisição de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar atendendo a rede de educação infantil, ensino fundamental e educação especial, deste Município de Planalto-PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quinta (Vigência), prorrogando o prazo de vigência por 90 (noventa) dias, finalizando em 29 de outubro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

JOSLEI MARISTELA HARTMANN
Supermercado Link LTDA

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:0A3A6769

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 260/2025

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 260/2025
INEXIGIBILIDADE N° 018/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 260/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E UENDER AUGUSTO LIMA

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **UENDER AUGUSTO LIMA**, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 26.803.644/0001-01, com sede na Rua Minas Gerais, 105, Bairro Santa Rita, Capitão L. Marques/PR, neste ato representado por seu representante legal Sr. **UENDER AUGUSTO LIMA**, portador do RG nº. 12.679.785-0 e do CPF nº 085.801.299-58, residente e domiciliado na cidade de Capitão L. Marques/PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 260/2025, proveniente do Processo de Inexigibilidade n° 018/2025, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. “Credenciamento de profissionais (Pessoa Jurídica) visando a prestação de serviço de aulas de viola caipira na Secretaria Municipal de Cultura do município de Planalto/PR”.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e a manutenção do valor do Contrato Administrativo nº 260/2025, pelo período de 12 (doze) meses, cuja vigência inicial se encerra em 23 de julho de 2026, visando atender às atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-PR.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo de 12 (doze) meses, a vigência do Contrato n° 260/2025 passa a vigorar até 23 de julho de 2027, podendo ocorrer nova prorrogação conforme Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do crédito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.

CLÁUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as

necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada e não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Contrato Administrativo n° 260/2025, assim como, conforme previsão legal estabelecida na Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:
Parágrafo Primeiro. Fica mantido o valor constante na Cláusula Primeira (do objeto) e Cláusula Quinta (valor contratual) do Contrato Administrativo n° 260/2025, cujo valor global é de R$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais) assim como as condições de pagamento e reajustes contratuais.
Parágrafo Segundo. Como não há alteração de valores neste Termo Aditivo, considera-se a pesquisa de preços devidamente realizada no Processo Administrativo de Inexigibilidade n° 018/2025 tendo sido ofertada pela empresa Contratada a melhor oferta e compatível com os valores de mercado até a presente data.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
03740	14.138.13.392.1301.2047	3.3.90.39.00.00.00000

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Contrato Administrativo nº 260/2025, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.

Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente termo aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Planalto – PR, 20 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

UENDER AUGUSTO LIMA
Uender Augusto Lima

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:DFBFC33D

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 201/2023

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 201/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 021/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 201/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E CRISGUEL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **CRISGUEL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 31.493.967/0001-86, com sede na Av. Rio Grande do Sul, 304, Centro, cidade Planalto/PR, neste ato representado por seu representante legal Sr. CRISTIANO SCHNEIDER SACHETE, portador do RG nº. 9.696.305-0 e CPF: 073.161.779/77, residente e domiciliado na cidade de Planalto/PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços n° 201/2023, proveniente do Processo Administrativo de Inexigibilidade nº 021/2023, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. “Contratação de empresa visando a prestação de serviço de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, para atender, DE FORMA EVENTUAL, a demanda conforme necessidade das Secretarias Municipais de Planalto-PR”.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo e igual valor do Contrato de Administrativo de Prestação de Serviços nº 201/2023, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 31 de julho de 2027, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-Pr.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo de 12 (doze) meses, a vigência do Contrato n° 201/2023 passa a ser até 31 de julho de 2027, podendo ocorrer nova prorrogação conforme art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666/93.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do credito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.

CLAUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Contrato Administrativo de Prestação de Serviços n° 201/2023, assim como, conforme previsão legal estabelecida no art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:

Parágrafo Primeiro. Fica mantido o valor constante na Cláusula Primeira (do objeto) e Cláusula Quarta (valor contratual) do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços n° 201/2023, cujo valor global é de R$ 191.800,00 (cento e noventa e um mil e oitocentos reais), assim como as condições de pagamento e reajustes contratuais.
Parágrafo Segundo. Como não há alteração de valores neste Termo Aditivo, considera-se a pesquisa de preços devidamente realizada no Processo Administrativo de Inexigibilidade n° 022/2023, tendo sido ofertado pela empresa Contratada a melhor oferta e compatível com os valores de mercado até a presente data.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00250	02.103.04.122.0402.2007	3.3.90.33.00.00.00000
01120	07.121.12.361.1201.2036	3.3.90.33.00.00.00000
01690	08.124.27.812.2701.2069	3.3.90.33.00.00.00000
01980	09.126.10.301.1001.2027	3.3.90.33.00.00.00000
02380	10.142.08.243.0801.2023	3.3.90.33.00.00.00000
02870	11.133.20.606.2001.2057	3.3.90.33.00.00.00000
03320	14.138.13.392.1301.2047	3.3.90.33.00.00.00000

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 201/2023, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.
Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. Para dirimir as questões oriundas do presente contrato.
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.
Planalto - PR, 28 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

CRISTIANO SCHNEIDER SACHETE
Crisguel Transportes De Passageiros LTDA.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:5BCC2ECD

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 202/2023

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 202/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 022/2023

TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 202/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E TRANSPORTES COLETIVOS PFEIFER LTDA.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **TRANSPORTES COLETIVOS PFEIFER LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 22.128.914/0001-75, com sede na Rua Paraná, 2039, Bairro Primavera, cidade de Planalto/PR, neste ato representado por seu representante legal Sr. OLDEMAR LEORI PFEIFER, portador do RG.7.580.919-0, CPF 042.743.119-02, residente e domiciliado na cidade de Planalto/PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços n° 202/2023, proveniente do Processo Administrativo de Inexigibilidade nº 022/2023, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. “Contratação de empresa visando a prestação de serviço de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, para atender, DE FORMA EVENTUAL, a demanda conforme necessidade das Secretarias Municipais de Planalto-PR”.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo e igual valor do Contrato de Administrativo de Prestação de Serviços nº 202/2023, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 31 de julho de 2027, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-Pr.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo de 12 (doze) meses, a vigência do Contrato n° 202/2023 passa a ser até 31 de julho de 2027, podendo ocorrer nova prorrogação conforme art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666/93.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do credito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.

CLÁUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Contrato Administrativo de Prestação de Serviços n° 202/2023, assim como, conforme previsão legal estabelecida no art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:
Parágrafo Primeiro. Fica mantido o valor constante na Cláusula Primeira (do objeto) e Cláusula Quarta (valor contratual) do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços n° 202/2023, cujo valor global é de R$ 191.800,00 (cento e noventa e um mil e oitocentos reais), assim como as condições de pagamento e reajustes contratuais.
Parágrafo Segundo. Como não há alteração de valores neste Termo Aditivo, considera-se a pesquisa de preços devidamente realizada no Processo Administrativo de Inexigibilidade n° 022/2023, tendo sido ofertado pela empresa Contratada a melhor oferta e compatível com os valores de mercado até a presente data.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00250	02.103.04.122.0402.2007	3.3.90.33.00.00.00000
01120	07.121.12.361.1201.2036	3.3.90.33.00.00.00000
01690	08.124.27.812.2701.2069	3.3.90.33.00.00.00000
01980	09.126.10.301.1001.2027	3.3.90.33.00.00.00000
02380	10.142.08.243.0801.2023	3.3.90.33.00.00.00000
02870	11.133.20.606.2001.2057	3.3.90.33.00.00.00000
03320	14.138.13.392.1301.2047	3.3.90.33.00.00.00000

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 202/2023, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.
Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

OLDEMAR LEORI PFEIFER
Transportes Coletivos Pfeifer LTDA.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:0E9C8C71

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 213/2024

TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 213/2024
INEXIBILIDADE Nº 019/2024

TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 213/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E SPIELMANN E HOPPEN LTDA.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **SPIELMANN E HOPPEN LTDA,** Inscrita no CNPJ sob nº. 75.921.205/0001-09, com sede Rua Panambi, n° 1260, Bairro Esperança, na cidade de Planalto, Estado do Paraná, neste ato representado por seu representante legal Sr. VALDEMIR JOSE HOPPEN, portador do RG nº. 10.667.442-6 e do CPF nº 065.641.719-60, residente e domiciliado na cidade de Planalto, Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 213/2024, proveniente do Processo Administrativo de Inexibilidade nº 019/2024, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. “Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas de caminhão caçamba trucado realizados no Município de Planalto-PR”.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo do Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 213/2024, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 31 de julho de 2027, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-Pr.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo de 12 (doze) meses, a vigência do Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 213/2024 passa a ser até 31 de julho de 2027, podendo ocorrer nova prorrogação conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do credito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.

CLAUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 213/2024, assim como, conforme previsão legal estabelecida na Lei Federal nº 14.133/2021e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00580	05.115.15.452.1501.1052	3.3.90.39.00.00.00000
00940	06.119.26.782.2601.2067	3.3.90.39.00.00.00000
02970	11.133.20.606.2001.1058	3.3.90.39.00.00.00000

CLÁUSULA SEXTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 213/2024, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.
Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Planalto – PR, 28 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

VALDEMIR JOSE HOPPEN
Spielmann e Hoppen Ltda.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 12.685.090-5 /PR RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:0F93AD5C

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 216/2024

TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 216/2024
INEXIBILIDADE Nº 022/2024

TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 216/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E MARLI FATIMA DE MOURA KOLAS.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **MARLI FATIMA DE MOURA KOLAS,** Inscrita no CNPJ sob nº. 38.194.085/0001-69, com sede na Rua Rodolfo Ulrich, n° 1611, centro, na cidade de Planalto/PR, neste ato representado por sua representante legal Sra. MARLI FATIMA DE MOURA KOLAS portadora do RG nº. 6.177.364-9 e do CPF nº 015.916.469/95, residente e domiciliado na cidade de Planalto/PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 216/2024, proveniente do Processo Administrativo de Inexibilidade nº 022/2024, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. “Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas de caminhão caçamba trucado realizados no Município de Planalto-PR”.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo do Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 216/2024, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 31 de julho de 2027, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-Pr.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo de 12 (doze) meses, a vigência do Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 216/2024 passa a ser até 31 de julho de 2027, podendo ocorrer nova prorrogação conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do credito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.

CLÁUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 216/2024, assim como, conforme previsão legal estabelecida na Lei Federal nº 14.133/2021e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00580	05.115.15.452.1501.1052	3.3.90.39.00.00.00000
00940	06.119.26.782.2601.2067	3.3.90.39.00.00.00000
02970	11.133.20.606.2001.1058	3.3.90.39.00.00.00000

CLÁUSULA SEXTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 216/2024, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.
Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MARLI FATIMA DE MOURA KOLAS
Marli Fatima De Moura Kolas.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:A2EFFE39

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 217/2024

TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 217/2024
INEXIBILIDADE Nº 023/2024

TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 217/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E SERVIÇOS AQUARIUS & CIA LTDA.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **SERVIÇOS AQUARIUS & CIA LTDA,** Inscrita no CNPJ sob nº. 50.219.51S/0001-08, com sede na Rua Mareia Beatriz Ulsenheimer, n° 661 bairro João Zacco, na cidade de Planalto - PR, neste ato representado por seu representante legal Sr. MÁRCIO ANDRE ULSENHEIMER, portador do RG nº. 5.894.441 e do CPF nº 781.931259-91, residente e domiciliado na cidade de Planalto - PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 217/2024, proveniente do Processo Administrativo de Inexibilidade nº 023/2024, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. “Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas de caminhão caçamba trucado realizados no Município de Planalto-PR”.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo do Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 217/2024, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 31 de julho de 2027, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-Pr.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo de 12 (doze) meses, a vigência do Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 217/2024 passa a ser até 31 de julho de 2027, podendo ocorrer nova prorrogação conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do credito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.

CLAUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 217/2024, assim como, conforme previsão legal estabelecida na Lei Federal nº 14.133/2021e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00580	05.115.15.452.1501.1052	3.3.90.39.00.00.00000
00940	06.119.26.782.2601.2067	3.3.90.39.00.00.00000
02970	11.133.20.606.2001.1058	3.3.90.39.00.00.00000

CLÁUSULA SEXTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 217/2024, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.
Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Planalto – PR, 28 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MÁRCIO ANDRE ULSENHEIMER
Serviços Aquarius & Cia Ltda.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:84E41245

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 218/2024

TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 218/2024
INEXIBILIDADE Nº 024/2024

TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 218/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E MÁRCIO ANDRE ULSENHEIMER.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **MÁRCIO ANDRE ULSENHEIMER,** Inscrita no CNPJ sob nº. 39.144.909/0001-59, com sede na Avenida Rio Grande do Sul, lote 1 quadra 146, bairro João Zacco na cidade de Planalto/PR, neste ato representado por seu representante legal Sr. MÁRCIO ANDRE ULSENHEIMER, portador do RG nº. 5.894.441-6 e do CPF nº. 781.931.259-91, residente e domiciliado na cidade de Planalto/PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 218/2024, proveniente do Processo Administrativo de Inexibilidade nº 024/2024, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e

suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. "Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas de caminhão caçamba trucado realizados no Município de Planalto-PR".

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo do Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 218/2024, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 31 de julho de 2027, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-Pr.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo de 12 (doze) meses, a vigência do Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 218/2024 passa a ser até 31 de julho de 2027, podendo ocorrer nova prorrogação conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do credito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.

CLAUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 218/2024, assim como, conforme previsão legal estabelecida na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00580	05.115.15.452.1501.1052	3.3.90.39.00.00.00000
00940	06.119.26.782.2601.2067	3.3.90.39.00.00.00000
02970	11.133.20.606.2001.1058	3.3.90.39.00.00.00000

CLÁUSULA SEXTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 218/2024, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.

Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Planalto-PR, 28 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MÁRCIO ANDRE ULSENHEIMER
Márcio Andre Ulsenheimer.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:CF4E496C

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 219/2024

TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 219/2024
INEXIBILIDADE Nº 025/2024

TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 219/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E IVAR TERRAPLANAGEM LTDA.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **IVAR TERRAPLANAGEM LTDA,** Inscrita no CNPJ sob nº. 18.937.415/0001-51, com sede na AV Caxias Do Sul, 653, Centro, Planalto/PR, neste ato representado por seu representante legal Sr. MATEUS ROGERI, portador do RG nº. 10.315.024-8 e do CPF nº 076.605.249/41, residente e domiciliado na cidade de Planalto/PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 219/2024, proveniente do Processo Administrativo de Inexibilidade nº 025/2024, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. "Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas de caminhão caçamba trucado realizados no Município de Planalto-PR".
CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo do Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 219/2024, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 31 de julho de 2027, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-Pr.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo de 12 (doze) meses, a vigência do Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 219/2024 passa a ser até 31 de julho de 2027, podendo ocorrer nova prorrogação conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do credito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.
CLAUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 219/2024, assim como, conforme previsão legal estabelecida na Lei Federal nº 14.133/2021e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00580	05.115.15.452.1501.1052	3.3.90.39.00.00.00000
00940	06.119.26.782.2601.2067	3.3.90.39.00.00.00000
02970	11.133.20.606.2001.1058	3.3.90.39.00.00.00000

CLÁUSULA SEXTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Termo de Adesão ao Credenciamento Administrativo n° 219/2024, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.
Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.
Planalto -PR, 28 de julho de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MATEUS ROGERI
Ivar Terraplanagem LTDA.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRIAN RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:73893C11

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
PORTARIA 101/2026 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: "Abre crédito ADICIONAL SUPLEMENTAR de R$ 22.000,00 no orçamento vigente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná

A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Municipal LEI Nº 2.781, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025. (LOA), resolve:

Art. 1° - Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), no orçamento vigente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, conforme abaixo especificado:

01 PODER LEGISLATIVO
01 CÂMARA MUNICIPAL
01 Função: LEGISLATIVA
031 Subfunção: AÇÃO LEGISLATIVA
01 Programa: Processo Legislativo
2.001 Atividade: ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
Fonte 0.1001 - Recursos do Tesouro – (Descentralizados)
3.3.90.40.00.00 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA R$ 22.000,00
Total do crédito adicional suplementar R$ 22.000,00

Art. 2°. Para dar cobertura ao total do Crédito Adicional Suplementar, será utilizado o recurso, oriundo da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01 PODER LEGISLATIVO
01 CÂMARA MUNICIPAL
01 Função: LEGISLATIVA
031 Subfunção: AÇÃO LEGISLATIVA
01 Programa: Processo Legislativo
2.001 Atividade: ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
Fonte 0.1001 - Recursos do Tesouro – (Descentralizados)
3.3.90.46.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTACAO R$ 11.000,00
3.3.90.33.00.00 -- PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO R$ 11.000,00
Total do crédito adicional suplementar R$ 22.000,00

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Pontal do Paraná 05 de agosto de 2026.

ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente

CLEONICE SILVA DO NASCIMENTO
1ª Secretária

CIRINEU MARCA
2º Secretário

Publicado por:
Silvia Karla Mendes Fiorin
Código Identificador:46C1FCC1

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 383/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2025
PREGÃO Nº 36/2025
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 383/2025
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº **90.180.605/0001-02.**
DO OBJETO: O objeto do presente instrumento **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguros para os veículos oficiais pertencentes a da Secretaria Municipal de Saúde.**
VALOR DO CONTRATO COM O ADITIVO: O valor da renovação será de R$ 10.243,41 (Dez mil, duzentos e quarenta e três reais e quarenta e um centavos), conforme índice do INPC de 4,420850%.
PRAZO DE VIGENÊNCIA: 12 meses até 02/08/2027
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

DOTAÇÃO3.3.90.39.00.00 CR609 FONTE 303

Pontal do Paraná, 28 de julho de 2026.

Departamento de licitação e contratos

Publicado por:
Danielle da Veiga Alves
Código Identificador:EFFBB7A7

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 002/2026
CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 INEXIGIBILIDADE N° 127/26 EXTRATO CONTRATO Nº179/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **60.313.173 CLEIDE SOLINGER MARQUES, inscrito no CNPJ sob nº 60.313.173/0001-91** DO OBJETO: **execução de atividades informadas no termo de referência e edital, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 300,00 (Trezentos reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 17/04/26 a 17/04/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 3000
Dotação: 3.3.90.39.00.00
Fonte: 242

Pontal do Paraná, 17 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:1E92B244

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 005/2026
CREDENCIAMENTO Nº 005/2026 INEXIGIBILIDADE N° 139/26 EXTRATO CONTRATO Nº199/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **53572728 MARIA WANDELCY BIM, inscrito no CNPJ sob nº 53.572.728/0001-54** DO OBJETO: **execução de Cursos Livres a serem desenvolvidos pela Escola de Governo do Município de Pontal do Paraná, de modo a atender as demandas provenientes do Gabinete do Poder Executivo.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 40.761,60 (Quarenta mil, setecentos e sessenta e um reais e sessenta centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/04/26 a 30/04/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 09
Dotação: 02.0001.04.122.0002.2002
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 30 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:82CEFA3B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 005/2026
CREDENCIAMENTO Nº 005/2026 INEXIGIBILIDADE N° 140/26 EXTRATO CONTRATO Nº200/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **61.482.869 JOSE ROBERTO DA SILVA RODRIGUES, inscrito no CNPJ sob nº 61.482.869/0001-04** DO OBJETO: **execução de Cursos Livres a serem desenvolvidos pela Escola de Governo do Município de Pontal do Paraná, de modo a atender as demandas provenientes do Gabinete do Poder Executivo.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 16.304,64 (Dezesseis mil, trezentos e quatro reais e sessenta e quatro centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/04/26 a 30/04/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 09
Dotação: 02.001.04.122.0002.2002
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 30 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:1B20811F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 01/2026
CREDENCIAMENTO Nº 01/2026 INEXIGIBILIDADE N° 121/26 EXTRATO CONTRATO Nº166/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **64.079.607 JAQUELINE VANUSA DE SOUZA, inscrito no CNPJ sob nº 64.079.607.0001-91** DO OBJETO: **serviço de apoio a rotina no Abrigo Institucional Abrigo Institucional Corais do Mar, em consonância com a legislação vigente.**.VALOR DO CONTRATO: **R$ 21.124,80 (vinte e um mil, cento e vinte e quatro reais e oitenta centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/04/26 a 02/10/26
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 192
Dotação: 06.003.08.244.0009.2020
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 02 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:40F0507F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 01/2026
CREDENCIAMENTO Nº 01/2026 INEXIGIBILIDADE N° 141/26 EXTRATO CONTRATO Nº201/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **60.089.301 PERPETUA RODRIGUES DE OLIVEIRA, inscrito no CNPJ sob nº 60.089.301/0001-65** DO OBJETO: **serviço de apoio a rotina no Abrigo Institucional Abrigo Institucional Corais do Mar, em consonância com a legislação vigente.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 17.604,00 (Dezessete mil, seiscentos e quatro reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/04/26 a 27/10/26
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 192
Dotação: 06.003.08.244.0009.2020
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 30 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:9D6B8758

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 126/26 EXTRATO CONTRATO Nº178/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **32.453.662 MUNIQUE SANTIAGO MEDRADO, inscrito no CNPJ sob nº 32.453.662/0001-03** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 47.558,40 (Quarenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 15/04/26 a 15/04/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.392.0033.2061
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 15 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:BCBC3C37

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 129/26 EXTRATO CONTRATO Nº181/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **53.215.132 ELIZ REGINA OLIVEIRA, inscrito no CNPJ sob nº 53.215.132/0001-05** DO OBJETO: **a execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude**.VALOR DO CONTRATO: **R$ 35.666,40 (Trinta e cinco mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 17/04/26 a 17/04/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 17 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:F71E499D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 130/26 EXTRATO CONTRATO Nº184/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **53.951.688 JUNIOR BRATTI, inscrito no CNPJ sob nº 53.951.688/0001-51** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 30.038,40 (Trinta mil, trinta e oito reais e quarenta centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 23/04/26 a 23/04/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 23 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:541AD84B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 131/26 EXTRATO CONTRATO Nº185/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **57.065.605 ANSELMO APARECIDO DA SILVA JUNIOR, inscrito no CNPJ sob nº 57.065.605/0001-88** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 21.456,00 (Vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 23/04/26 a 23/04/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 23 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:F54B419C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 132/26 EXTRATO CONTRATO Nº186/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **65.887.247 GIOVANA DA SILVA CARNEIRO, inscrito no CNPJ sob nº 65.887.247/0001-17** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 25.747,20 (Vinte e sete mil, setecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 23/04/26 a 23/04/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 23 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:22ED1301

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 133/26 EXTRATO CONTRATO Nº193/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **08.543.304 PEROLA MACHADO DE SOUZA, inscrito no CNPJ sob nº 08.543.304/0001-07**DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 21.456,00 (Vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 29/04/26 a 29/04/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 29 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:C24B56D9

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 134/26 EXTRATO CONTRATO Nº194/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **50.786.184 MAYCON JHONES SANT ANA DE OLIVEIRA, inscrito no CNPJ sob nº 50.786.184/0001-35** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 17.164,80 (Dezessete mil, cento e sessenta e quatro reais e oitenta centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 29/04/26 a 29/04/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 29 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:450C7B66

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 135/26 EXTRATO CONTRATO Nº195/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **50.736.244 MARIA LUIZA GOZZO PAWLOWSKI, inscrito no CNPJ sob nº 50.736.244/0001-05** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 35.666,40 (Trinta e cinco mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 29/04/26 a 29/04/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 29 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:8BC5B123

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 136/26 EXTRATO CONTRATO Nº196/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **50.713.853 DANIEL AMOEDO DA SILVA ARAUJO, inscrito no CNPJ sob nº 50.713.853/0001-49** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 25.747,20 (Vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 29/04/26 a 29/04/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 29 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:0955D3E7

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 137/26 EXTRATO CONTRATO Nº197/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **61.112.029 ADRIAN DOS SANTOS MIRANDA, inscrito no CNPJ sob nº 61.112.029/0001-50** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 35.666,40 (Trinta e cinco mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 29/04/26 a 29/04/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 29 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:95B5FB49

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 138/26 EXTRATO CONTRATO Nº198/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **50.714.340 FERNANDO CELSO MARIANO, inscrito no CNPJ sob nº 50.714.340/0001-52** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 25.747,20 (Vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 29/04/26 a 29/04/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 29 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:D5CB585E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 144/26 EXTRATO CONTRATO Nº205/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **44.844.854 WALDERIA MIRELLE DA COSTA SILVA, inscrito no CNPJ sob nº 44.844.854/0001-20** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 30.571,20 (trinta mil , quinhentos e setenta e um reais e vinte centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 06/05/26 a 06/05/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 06 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:54BB85FF

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 146/26 EXTRATO CONTRATO Nº209/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **50.610.762 JOÃO PEDRO SANTANA BENTO, inscrito no CNPJ sob nº 50.610.762/0001-88** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 35.666,40 (Trinta e cinco mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos.** PRAZO DE VIGÊNCIA: 06/05/26 a 06/05/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 06 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:00CFADAE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 147/26 EXTRATO CONTRATO Nº210/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **59.321.825 JOÃO PAULO BAPTISTA, inscrito no CNPJ sob nº 59.321.825/0001-50** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 20.380,80 (Vinte mil, trezentos e oitenta reais e oitenta centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 06/05/26 a 06/05/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 06 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:E4FFEE22

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 149/26 EXTRATO CONTRATO Nº211/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **50.857.503 GIOVANE FERREIRA PEDROSO, inscrito no CNPJ sob nº 50.857.503/0001-56** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 21.456,00 (Vinte mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 06/05/26 a 06/05/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 489
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 06 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:3754E4DA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 151/26 EXTRATO CONTRATO Nº212/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **50.599.470 KARIN CRISTINA SOARES DE SOUZA, inscrito no CNPJ sob nº 50.599.470/0001-91** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 35.666,40 (Trinta e cinco mil seiscentos e seis reais e quarenta centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 06/05/26 a 06/05/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 489
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 06 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:B3533150

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 152/26 EXTRATO CONTRATO Nº213/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **50.618.673 MIRIA ROSE CORREIA, inscrito no CNPJ sob nº 50.618.673/000188** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 30.038,40 (Trinta mil e trinta e oito reais e quarenta centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 07/05/26 a 07/05/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 489
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 07 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:D35BF220

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 153/26 EXTRATO CONTRATO Nº214/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **28.533.741 NELSON CESAR DE OLIVEIRA, inscrito no CNPJ sob nº 28.533.741/0001-57** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 25,476,00 (Vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 07/05/26 a 07/05/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 489
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 07 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:5CBB6C08

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 154/26 EXTRATO CONTRATO Nº216/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **66.002.545 PETER ERICK REBELO, inscrito no CNPJ sob nº 66.002.545/0001-45** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 14.266,56 (quatorze mil duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 07/05/26 a 07/05/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 07 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:8BC43705

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 155/26 EXTRATO CONTRATO Nº217/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **64.151.456 SONIA MARIA ESTANSK, inscrito no CNPJ sob nº 64.151.456/0001-35** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 4.585,68 (quatro mil e quinhentos reais e sessenta e oito centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 07/05/26 a 07/05/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 07 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:FEB1C9E9

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 156/26 EXTRATO CONTRATO Nº236/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **43.970.165 KLEBER DA SILVA DIAS, inscrito no CNPJ sob nº 43.970.165/0001-07** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 35.666,40 (Trinta e cinco mil seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 11/05/26 a 11/05/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 11 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:7197D5AC

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 157/26 EXTRATO CONTRATO Nº237/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **62.789.437 MIRIA TOMAZ DE MORAIS LAURENTINO, inscrito no CNPJ sob nº 62.789.437/0001-03** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 10.190,40 (dez mil e noventa reais e quarenta centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 11/05/26 a 11/05/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 11 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:25EB86CA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 158/26 EXTRATO CONTRATO Nº238/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **45.856.372 CELSO GABRIEL MARTINS, inscrito no CNPJ sob nº 45.856.372/0001-52** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 30.571,20 (trinta mil quinhentos e setenta e um reais e vinte centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 12/05/26 a 12/05/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 12 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:83CF96AE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 159/26 EXTRATO CONTRATO Nº242/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **50.712.383 LEONARDO FONSECA ROCHA, inscrito no CNPJ sob nº 50.712.383/0001-07** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 11.888,80 (onze mil oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 15/05/26 a 15/05/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 15 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:BE715AB4

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 06/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026 INEXIGIBILIDADE N° 167/26 EXTRATO CONTRATO Nº249/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **24.082.279 MARIA CRISTINA LOYOLA DE OLIVEIRA, inscrito no CNPJ sob nº 24.082.279/0001-68** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.**VALOR DO CONTRATO: **R$ 11.209,44 (onze mil, duzentos e nove reais e quarenta e quatro centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/05/26 a 18/05/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 689
Dotação: 13.001.27.812.0032.2060
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 18 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:B95A2C6F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 07/2026
CREDENCIAMENTO Nº 07/2026 INEXIGIBILIDADE N° 164/26 EXTRATO CONTRATO Nº245/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **66.353.813 THAIS MENDES DA SILVA, inscrito no CNPJ sob nº 66.353.813/0001-73** DO OBJETO: **execução de oficinas visando ao desenvolvimento de atividades pedagógicas, aulas regulares e ações educacionais complementares nas Escolas Municipais, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Educação.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 15/05/26 a 11/03/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 461
Dotação: 10.003.12.361.0063.2.045
Fonte: 104

Pontal do Paraná, 15 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:17B0F74B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 07/2026
CREDENCIAMENTO Nº 07/2026 INEXIGIBILIDADE N° 166/26 EXTRATO CONTRATO Nº247/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **50.598.452 THAIS FERNANDA DE SIQUEIRA VIANA, inscrito no CNPJ sob nº 50.598.452/0001-95** DO OBJETO: **execução de oficinas visando ao desenvolvimento de atividades pedagógicas, aulas regulares e ações educacionais complementares nas Escolas Municipais, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Educação.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/05/26 a 14/03/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 461
Dotação: 10.003.12.361.0063.2.045
Fonte: 104

Pontal do Paraná, 18 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:61FC27ED

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 07/2026
CREDENCIAMENTO Nº 07/2026 INEXIGIBILIDADE N° 169/26 EXTRATO CONTRATO Nº252/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **58.983.194 HELOISA ANDREASSA NOVAK NASCIMENTO, inscrito no CNPJ sob nº 58.893.194/0001-72** DO OBJETO: **execução de oficinas visando ao desenvolvimento de atividades pedagógicas, aulas regulares e ações educacionais complementares nas Escolas Municipais, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Educação.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 20/05/26 a 16/03/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 461
Dotação: 10.003.12.361.0063.2.045
Fonte: 104

Pontal do Paraná, 20 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:78753C0A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 07/2026
CREDENCIAMENTO Nº 07/2026 INEXIGIBILIDADE N° 170/26 EXTRATO CONTRATO Nº253/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **66.693.720 MARISTELA RODRIGUES ROSSA, inscrito no CNPJ sob nº 66.693.720/0001-98** DO OBJETO: **execução de oficinas visando ao desenvolvimento de atividades pedagógicas, aulas regulares e ações educacionais complementares nas Escolas Municipais, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Educação.**VALOR DO CONTRATO: **R$ 49.200,00 (quarenta e nove mil e duzentos reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/05/26 a 18/03/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 461
Dotação: 10.003.12.361.0063.2.045
Fonte: 104

Pontal do Paraná, 22 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:9FB6EED1

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 11/2025
CREDENCIAMENTO Nº 11/2025 INEXIGIBILIDADE N° 124/26 EXTRATO CONTRATO Nº176/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **53.674.998 VALTENCIR DE OLIVEIRA ANTUNES, inscrito no CNPJ sob nº 53.674.998/0001-76** DO OBJETO: **o Credenciamento de pessoas jurídicas, na condição de Microempreendedor Individual (MEI), para prestação de serviços de Diretor Geral e Monitor do Programa Escola Cívico-Militar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná.**.VALOR DO CONTRATO: **R$ 66.000,00 (Sessenta e seis mil reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 13/04/26 a 13/04/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 439
Dotação: 10.003.12.361.0045.2.151
Fonte: 104

Pontal do Paraná, 13 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:8070822B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 11/2025
CREDENCIAMENTO Nº 11/2025 INEXIGIBILIDADE N° 125/26 EXTRATO CONTRATO Nº177/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **65.558.735 RONALDO BENTO, inscrito no CNPJ sob nº 65.558.735/0001-80** DO OBJETO: **prestação de serviços referente ao de Motorista de ônibus, vans, veículos leves e pesados e monitor de transporte. Conforme especificações constantes neste termo de referência, parte que integra o edital**.VALOR DO CONTRATO: **R$ 18.828,00 (dezoito mil, oitocentos e vinte e oito reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 15/04/26 a 12/10/26
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 778
Dotação: 110011545200292049
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 15 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:8241A47C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 11/2025
CREDENCIAMENTO Nº 11/2026 INEXIGIBILIDADE N° 128/26 EXTRATO CONTRATO Nº180/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **64.419.945 DIEGO DE OLIVEIRA HENRIQUE, inscrito no CNPJ sob nº 64.419.945/0001-25** DO OBJETO: **prestação de serviços referente ao de Motorista de ônibus, vans, veículos leves e pesados e monitor de transporte. Conforme especificações constantes neste termo de referência, parte que integra o edital**. VALOR DO CONTRATO: **R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 17/04/26 a 14/10/26
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 130,163
Dotação: 06.001.08.244.0007.2015
06.003.08.246.0009.2016
Fonte: 1000,1000

Pontal do Paraná, 17 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:C5D1779F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 13/2025
CREDENCIAMENTO Nº 13/2025 INEXIGIBILIDADE N° 143/26 EXTRATO CONTRATO Nº203/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **65.286.339 LIANA PEREIRA, inscrito no CNPJ sob nº 65.286.339/0001-41** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino, Escolas e CMEIS do município de Pontal do Paraná, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Educação.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 14.021,00 (Quatorze mil e vinte um reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 04/05/26 a 28/02/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 461
Dotação: 10.003.12.361.0063.2.045
Fonte: 104

Pontal do Paraná, 04 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:39480C0A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 13/2025
CREDENCIAMENTO Nº 13/2025 INEXIGIBILIDADE N° 148/26 EXTRATO CONTRATO Nº204/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **62.520.757 ELOISA ROCHA STADLER, inscrito no CNPJ sob nº 62.520.757/0001-63** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino, Escolas e CMEIS do município de Pontal do Paraná, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Educação.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 14.021,00 (quatorze mil e vinte um reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 05/05/26 a 01/03/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 415
Dotação: 10.002.12.365.0062.2.042
Fonte: 103

Pontal do Paraná, 06 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:BAC16A1B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 13/2025
CREDENCIAMENTO Nº 13/2025 INEXIGIBILIDADE N° 162/26 EXTRATO CONTRATO Nº241/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **51.567.308 KAMILA MAIER SANTOS TORRES, inscrito no CNPJ sob nº 51.567.308/0001-54** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino, Escolas e CMEIS do município de Pontal do Paraná, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Educação.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 14.021,00 (quatorze mil e vinte e um reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 14/05/26 a 10/03/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 439
Dotação: 10.003.12.361.0045.2.151
Fonte: 555

Pontal do Paraná, 14 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:F0122FDF

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 13/2026
CREDENCIAMENTO Nº 13/2026 INEXIGIBILIDADE N° 145/26 EXTRATO CONTRATO Nº208/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **63.403.210 THAYSSA DA COSTA SILVA, inscrito no CNPJ sob nº 63.403.210/0001-40** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino, Escolas e CMEIS do município de Pontal do Paraná, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Educação.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 14.021,00 (Quatorze mil e vinte um reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 06/05/26 a 02/03/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 461
Dotação: 10.003.12.361.0063.2045
Fonte: 104

Pontal do Paraná, 06 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:93A4653A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 14/2025
CREDENCIAMENTO Nº 14/2025 INEXIGIBILIDADE N° 161/26 EXTRATO CONTRATO Nº240/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
CONTRATADA **MARCELA CRISTINA BETTEGA, inscrito no CPF sob nº 020.442.049-08** DO OBJETO: **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 1.324,20 (um mil trezentos e vinte e quatro reais e vinte centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 14/05/26 a 10/03/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 701
Dotação: 13.002.13.392.0033.2.061
Fonte: 1000

Pontal do Paraná, 14 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:9CCF3220

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 18/2025
CREDENCIAMENTO Nº 18/2025 INEXIGIBILIDADE N° 168/26 EXTRATO CONTRATO Nº250/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **58.810.273 CAROLINY VITORIA MOTA FERREIRA, inscrito no CNPJ sob nº 54.810.273/0001-20** DO OBJETO: **prestação de serviços de corte de tecido sob medida, serviços de serigrafia, costura e modelagem de uniforme escolar da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná para o ano letivo de 2026 da Secretaria Municipal de Educação - SMED.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 32.350,00 (trinta e dois mil , trezentos e cinquenta reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 19/05/26 a 15/03/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 461
Dotação: 10.003.12.361.0063.2.045
Fonte: 104

Pontal do Paraná, 19 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:3A716D66

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 23/2025
CREDENCIAMENTO Nº 23/2025 INEXIGIBILIDADE N° 165/26 EXTRATO CONTRATO Nº246/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **49.471.169 ADRIELE CAMILE MIRANDA FERNANDES, inscrito no CNPJ sob nº 49.471.169/0001-19** DO OBJETO: **prestação de serviços de roçada das áreas verdes, nos prédios públicos municipais e no entorno dos mesmos, compreendendo os serviços de roçada manual e mecanizada, capina manual, limpeza geral da área roçada, coleta e transporte dos resíduos provenientes destes serviços.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 25.498,78 (Vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e oito centavos).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/05/26 a 18/02/27
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social
Reduzido: 163,206
Dotação: 06.003.08.246.0009.2.016
06.003.08.246.0009.2.023
Fonte: 1000, 974
Secretaria Municipal de Administração, Inovação e Tecnologia
Reduzido: 49
Dotação: 03.001.04.122.0003.2.007
Fonte:1000
Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico
Reduzido:242
Dotação: 07.002.23.695.0012.2.026
Fonte:1000

Pontal do Paraná, 18 de Maio de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:FF9595AD

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 25/2025
CREDENCIAMENTO Nº 25/2025 INEXIGIBILIDADE N° 142/26 EXTRATO CONTRATO Nº192/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52
EMPRESA **55.641.255 EZEQUIEL JOSE KASCZESZEN, inscrito no CNPJ sob nº 55.641.255/0001-25** DO OBJETO: **prestação de serviços de manutenção predial (sem fornecimento de material) preventiva e corretiva, para pequenos reparos em prédios públicos, incluídos os serviços de alvenaria, pintura e elétrica, sob demanda.** VALOR DO CONTRATO: **R$ 17.095,00 (dezessete mil e noventa e cinco reais).** PRAZO DE VIGÊNCIA: 05/05/26 a 01/11/26
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Reduzido: 461
Dotação: 10.003.12.361.0063.2.045
Fonte: 104

Pontal do Paraná, 05 de Abril de 2026.

CARINE DIAS FERNANDES ROSA
Departamento de Licitação e Contratos

Publicado por:
Carine Dias Fernandes Rosa
Código Identificador:44748A8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13597/2026 DE 04/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13597/2026 de 04/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07		SECRETARIA MUN DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
07.002		DEPARTAMENTO DE TURISMO	
07.002.23.695.0012.2.026		GESTAO DE POLITICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	
239 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
		Total Suplementação:	15.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
07		SECRETARIA MUN DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
07.002		DEPARTAMENTO DE TURISMO	
07.002.23.695.0012.2.026		GESTAO DE POLITICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	
242 - 3.3.90.39.00.00	3000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	15.000,00
		Total Redução:	15.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 4 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:F27D076C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13598/2026 DE 05/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13598/2026 de 05/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$31.000,00 (trinta e um mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09		SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE AGRICULTURA E PESCA	
09.001		DIRETORIA GERAL	
09.001.18.541.0020.2.034		GERENCIAMENTO AMBIENTAL	
294 - 3.3.30.93.00.00	1993	INDENIZACOES E RESTITUICOES	31.000,00
		Total Suplementação:	31.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.04.80 RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA - FONTE 1993 -	31.000,00
Total da Receita:	31.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 5 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:8E3DFD72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13599/2026 DE 05/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13599/2026 de 05/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$85.420,54 (oitenta e cinco mil e quatrocentos e vinte reais e cinquenta e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09		SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE AGRICULTURA E PESCA	
09.001		DIRETORIA GERAL	
09.001.18.541.0020.2.034		GERENCIAMENTO AMBIENTAL	
294 - 3.3.30.93.00.00	1991	INDENIZACOES E RESTITUICOES	85.420,54
		Total Suplementação:	85.420,54

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.04.70 RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA - FONTE 1991 -	85.420,54
Total da Receita:	85.420,54

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 5 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:E2771700

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 124/2026 NÃO COMPARECIMENTO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 124/2026
NÃO COMPARECIMENTO
CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2024

O Prefeito do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com amparo na Lei Orgânica do Município e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria e de acordo com o Memorando nº. 17.102/2026, resolve:

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º - A lista de candidatos convocados que **NÃO COMPARECERAM,** conforme convocação constante no edital nº. 120/2026, e estão eliminados do Concurso Público nº. 001/2024 e suas alterações;

1 – LISTA DOS CANDIDATOS QUE NÃO COMPARECERAM					
– CARGO – PSICÓLOGO					
Inscrição	Candidato	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
2.159	JOACIR DE LIMA JUNIOR	61,00	APROV	38º	11/02/1992
2. PERDA DOS DIREITOS DA NOMEAÇÃO					

O candidato que não atendeu a convocação no prazo estabelecido, bem como, não apresentou a documentação requisitada nos editais, foi eliminado do CONCURSO PÚBLICO, decaindo do direito à respectiva vaga.

Pontal do Paraná, 31 de julho de 2026

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:711544A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 127/2026 CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 127/2026

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2024

O Prefeito do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com amparo na Lei Orgânica do Município e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria e de acordo com os Memorando nº. 18.461/2026, 17102/2025 e 5893/2026.

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º - A convocação dos candidatos aprovados conforme vagas constantes no item 3.1, do Concurso Público n°. 001/2024 e suas alterações:

1 – CARGO - MECÂNICO					
Inscrição	Candidato	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
597	GILMAR SILVA DE SOUZA	56,00	APROV	6º	18/06/1979
1.1 CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - NIQ					
Inscrição	Candidato	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
603	MIRIAM DE SOUSA DOS SANTOS	70,00	APROV	5º	06/08/1985
1.1 CARGO: PSICÓLOGO – AMPLA CONCORRÊNCIA					
Inscrição	Candidato	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
1.227	VIVIAN PANSOLIN	61,00	APROV	39º	25/10/1985

2- APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, LOCAL E PRAZO
1.2 **- LOCAL PARA COMPARECIMENTO**
1.3 Os candidatos convocados deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no horário das 08h30min às 11:30h e das 14:00h as 16h:30min, para apresentação da documentação comprobatória.
2.2 – PRAZO
2.2.1 - Os candidatos convocados por este edital têm o prazo de 10 (dez) dias, após a publicação do mesmo, comparecer no local acima determinado para apresentação da documentação necessária para nomeação.

3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA NOMEAÇÃO
3.1 - Os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos para nomeação, e posterior posse:
a) Cédula de Identidade ;
b) Cadastro de Pessoa Física - C.P.F/M.F ;
c) Comprovante de situação cadastral do CPF (via internet) ;
d) Título de Eleitor (certidão de quitação eleitoral via internet) ;
e) Carteira de Trabalho (frente/verso) + PIS/PASEP;
f) Certidão de nascimento (se solteiro) ou casamento (se divorciado, averbação do divórcio; se viúvo trazer também, certidão de óbito;
g) Certidão de nascimento dos filhos até 18 anos +CPF;
h) Carteira de vacinação dos filhos de até 5 anos;
i) Diploma e/ou certificado de conclusão de curso específico;
j) Registro no Conselho de Classe e pagamento de anuidade atualizado (se for o caso) ;
k) Atestado de antecedentes criminais do Fórum da comarca de residência ;
l) Comprovante de residência atualizado;
m) Carteira de Habilitação;
n) Certificado de Reservista;
o) 1 foto 3x4
p) O Departamento Recursos Humanos fornecerá oficio para abertura de conta salário
q) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão apresentar os seguintes exames: hemograma completo, glicose, grupo sanguíneo e fator RH, eletrocardiograma com laudo e aptidão física mental para exercício da função mediante apresentação de atestado médico laboral original, emitido por médico do trabalho, as expensas do candidato.
3.2 - Os documentos deverão ser apresentados em seu original e cópia, os quais serão autenticados por servidor público no Departamento de Recursos Humanos ou apresentar os documentos já autenticados em cartório.
3.3 – O candidato pessoa com deficiência deverá observar o item 10.6.13 do edital de abertura, sendo:
10.6.13 O candidato com deficiência que for convocado deverá apresentar laudo médico atualizado, sendo aquele com prazo inferior a um ano, que comprove a deficiência declarada e a compatibilidade para o exercício do cargo.

4 - DA PERDA DOS DIREITOS DA NOMEAÇÃO
4.1 - O candidato que não atender a convocação no prazo estabelecido será eliminado do Concurso Público, decaindo do direito à respectiva vaga.

5 - FINAL DE LISTA
5.1 - O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo de 10 (dez) dias poderá solicitar, por escrito no site oficial do município www.pontaldoparana.pr.gov.br, na Aba Protocolo link: https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=9 ou presencialmente no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, localizada na PR-407, Km 19, Balneário de Praia de Leste, Pontal do Paraná, Estado do Paraná, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga.

6 - RECURSO CONTRA O EDITAL
6.1 - Os candidatos interessados terão dois (2) dias após a publicação, deste edital, para formular recurso contra o mesmo, através do sistema digital sendo link: https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=9 , ou na sede da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, na PR-407, Km 19, Balneário de Praia de Leste, Pontal do Paraná, Estado do Paraná.

Pontal do Paraná, 03 de agosto de 2026

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:46817006

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 520 DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ **– RUDISNEY GIMENES FILHO**, no uso de suas atribuições legais, o contido na Lei Municipal n°. 1435/2014 e de acordo com o contido no **Protocolo nº 18.313/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **WILLIAM VEIGA RAMOS– MATRICULA: 319091** , ocupante do cargo de **Guarda Municipal**, lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA** do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, **período aquisitivo de 16/11/2020 a 15/11/2025, LICENÇA ESPECIAL**, pelo período de **90 (noventa)** dias, com remuneração integral .

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir de **01 de agosto de 2026.**

Artigo 3º - Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,03 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:885D705A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 521 DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ **– RUDISNEY GIMENES FILHO**, no uso de suas atribuições legais, o contido na Lei Municipal n°. 1435/2014 e de acordo com o contido no **Protocolo nº 18.341/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **MARCELO GOMES CASSILHA - MATRICULA: 319251,** ocupante do cargo de Guarda Municipal, lotado (a) no (a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA** do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná**, período aquisitivo 16/11/2020 a 15/11/2025 LICENÇA ESPECIAL**, pelo período de **50 (cinquenta)** dias, com remuneração integral .

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir de **01 de agosto de 2026.**

Artigo 3º - Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,03 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:5731B0BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 522 DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ **– RUDISNEY GIMENES FILHO**, no uso de suas atribuições legais, o contido na Lei Municipal n°. 1435/2014 e de acordo com o contido no **Protocolo nº 15.216/2024.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **MURIEL DE FÁTIMA VICENTE – MATRICULA – 323.865,** ocupante do cargo de **ENFERMEIRO(A) ,** lotado (a) no (a) **Secretaria Municipal de Saúde** do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná**, período aquisitivo 14/09/2017 a 13/09/2022, LICENÇA ESPECIAL**, pelo período de **20 (vinte)** dias, com remuneração integral .

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir desta data.

Artigo 3º - Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,03 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:90A38AA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 523 DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ **– RUDISNEY GIMENES FILHO**, no uso de suas atribuições legais, o contido na Lei Municipal n°. 1435/2014 e de acordo com o contido no **Protocolo nº 15.130/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **ANNA CRISTINA MENDES XAVIER– MATRICULA – 136331,** ocupante do cargo de **FISIOTERAPEUTA ,** lotado (a) no (a) **Secretaria Municipal de Saúde** do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná**, período aquisitivo** de **05/02/2017 a 04/02/2022, LICENÇA ESPECIAL**, pelo período de **60 (sessenta)** dias, com remuneração integral .

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir desta data.

Artigo 3º - Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,03 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:7725773B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 524 DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ **– RUDISNEY GIMENES FILHO**, no uso de suas atribuições legais, o contido na Lei Municipal n°. 1435/2014 e de acordo com o contido no **Protocolo nº 14.923/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **MELISSA AUGUSTO DE OLIVEIRA FLORES DAVIDSON – MATRICULA: 156361,** ocupante do cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – EFS ,** lotado (a) na **Secretaria Municipal de Saúde** do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná**, período aquisitivo** de **01/04/2018 a 31/03/2023 , LICENÇA ESPECIAL**, pelo período de **30 (trinta)** dias, com remuneração integral .

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir desta data.

Artigo 3º - Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,03 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:827C588C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 525 DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

***O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ* – RUDISNEY GIMENES FILHO**, no uso de suas atribuições legais, o contido na Lei Municipal n°. 1435/2014 e de acordo com o contido no **Protocolo nº 17.330/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **REGIANE DO ROCIO MATOZO FERREIRA – MATRICULA: 323415,** ocupante do cargo de Enfermeira**,** lotado (a) na **Secretaria Municipal de Saúde** do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná**, período aquisitivo** de **13/05/2021 a 12/05/2026, LICENÇA ESPECIAL**, pelo período de **90 (noventa)** dias, com remuneração integral .

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir de **01 de agosto de 2026.**

Artigo 3º - Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,03 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:3FE34752

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 526 DE 04 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o **§2°, Art. 85 da lei Municipal n°. 075/1997** e contido no **Protocolo nº 19.993/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **JOÃO CARLOS RECH - MATRÍCULA- 182361 ,** ocupante do cargo de **MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS** , lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Licença por Motivo de doença em Pessoa da Família**, pelo período de **30 (trinta) dias**, sem prejuízo da remuneração .
Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir de **01 de agosto de 2026.**
Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,04 de agosto de 2.026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:CDBB2EB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 527 DE 04 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO , no uso de suas atribuições legais e o contido no **TERMO DE EXONERAÇÃO** e conforme **Protocolo nº 19.997/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Rescisão contratual a pedido do empregado (a) - **ELLEN FERNANDA BIASIBETTI GOMES – MATRÍCULA: 325964 ,** ocupante do cargo público de **PROFESSOR** , lotado(a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná**.**

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data da rescisão do referido(a) servidor(a) a partir de **03 de agosto de 2026.**

Artigo 3º - Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 04 de agosto de 2.026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:DCB7F877

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 528 DE 04 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e conforme solicitado no **Memorando nº 20.448/2026 .**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder a servidora **TANIA MARA APARECIDA LUZ - matricula 228531 ,** ocupante do cargo de **PROFESSOR ,** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , redução de carga horária de **20 horas para 10 horas semanais** , sem prejuízo a remuneração.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de **03 de agosto de 2026.**

Artigo 3º – Publique-se

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 04 de agosto de 2.026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:9DC863A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 529 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o **§2°, Art. 85 da lei Municipal n°. 075/1997** e contido no **Protocolo nº 20.219/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **ANDRIELE DA CUNHA FRANÇA- MATRÍCULA- 322041,** ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, lotado (a) na **Secretaria Municipal de Educação - Licença por Motivo de doença em Pessoa da Família**, pelo período de **15 (quinze) dias**, sem prejuízo da remuneração .
Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir de **03 de agosto de 2026.**
Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 05 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:EBC4DDA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 530 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO , no uso de suas atribuições legais e o contido no **TERMO DE EXONERAÇÃO** e conforme **Protocolo nº 20.337/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Rescisão contratual a pedido do empregado (a) - **CARLA EDUARDA MARQUES BOGADO – MATRÍCULA: 325438 ,** ocupante do cargo público de **AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL** , lotado(a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná**.**

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data da rescisão do referido(a) servidor(a) a partir de **04 de agosto de 2026.**

Artigo 3º - Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 05 de agosto de 2.026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:B0910DE7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO 24/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DE EDITAL:
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 65/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
DATA DA REALIZAÇÃO: 19/08/2026
ABERTURA: 08H00MIN
LOCAL: Rua Barão do Rio Branco, 344 – centro (Sala de Reuniões) no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br UASG:987779

OBJETO: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Epidemiologia e Salas de Vacina das Unidades Básicas de Saúde.

Valor: R$ 54.862,74 (cinquenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e setenta e quatro centavos).
Órgão: 11 – Secretaria de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 103040023 - Saúde
Proj/Ativ/Oper.Esp: 2.054 – Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária
Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo
Fonte de Recurso: 335 – SAÚDE SESA – Vigiasus Custeio
Desdobramento: 3.3.90.30.36 - 1793 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 3.3.90.30 – 1349

Órgão: 11 – Secretaria de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 103040023 - Saúde
Proj/Ativ/Oper.Esp: 2.054 – Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária
Natureza da Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso: 3333 – Saúde SESA VIGIASUS - INVESTIMENTO
Desdobramento: 4.4.90.52.08.00.00 - 1976 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 4.4.90.52 - 1737

Download do edital:
http://portaltransparencia.porecatu.pr.gov.br/transparencia/licitacoes
Telefone para contato: (43) 3623-3100
E-mail: licitaporecatu@gmail.com

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:C7A6544E

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE EDITAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE EDITAL:
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 64/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

Onde se lê:
OBJETO: Aquisição de bebedouros industriais e purificadores de água de uso coletivo, com capacidade compatível ao atendimento de demanda contínua em ambientes administrativos. Aquisição de 01 (um) veículo utilitário de 7 lugares destinado a Unidade Básica de saúde (UBS) - DR. Haroldo Basilio Ferreira Lemos (3 conjuntos).

Leia-se
OBJETO: Aquisição de bebedouros industriais e purificadores de água de uso coletivo, com capacidade compatível ao atendimento de demanda contínua em ambientes administrativos.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:2F41FA4E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 115/2026

DECRETO Nº 115, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Adota, no âmbito do Município de Porto Amazonas, a classificação estadual das atividades econômicas de baixo risco e dispõe sobre a dispensa de atos públicos municipais de liberação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições
que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei Federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, na Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, na Lei Estadual nº 20.436, de 17 de dezembro de 2020, e no Decreto Estadual nº 3.434, de 14 de setembro de 2023, e suas alterações, bem como a necessidade de simplificar os procedimentos de registro, legalização e funcionamento das atividades econômicas no âmbito municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica adotada, no âmbito do Município de Porto Amazonas, a classificação das atividades econômicas de baixo risco estabelecida pelo Decreto Estadual nº 3.434, de 14 de setembro de 2023, e suas alterações posteriores.

Art. 2º As atividades econômicas classificadas como de baixo risco ficam dispensadas da exigência de atos públicos municipais de liberação para início e continuidade de seu funcionamento, observados os requisitos, critérios e condicionantes previstos na legislação aplicável.
§ 1º A dispensa prevista no caput não afasta a obrigatoriedade de inscrição e atualização cadastral, o cumprimento das obrigações tributárias, a observância da legislação urbanística, sanitária, ambiental, de segurança e das demais normas aplicáveis à atividade.
§ 2º A dispensa de atos públicos municipais de liberação não autoriza o exercício de atividade em local vedado pela legislação municipal, em imóvel irregular ou em desacordo com condicionantes específicas previstas na classificação estadual.

Art. 3º A Consulta Prévia de Viabilidade continuará sendo realizada para verificação da compatibilidade da atividade econômica com o endereço informado, especialmente quanto
ao uso e ocupação do solo, zoneamento, restrições urbanísticas e demais normas municipais aplicáveis.
Parágrafo único. A aprovação da Consulta Prévia de Viabilidade não afasta a responsabilidade do interessado pelo cumprimento integral da legislação aplicável ao exercício da atividade econômica.

Art. 4º O enquadramento da atividade como de baixo risco poderá ser realizado com base nas informações prestadas pelo interessado nos sistemas integrados de registro e legalização de empresas, inclusive por meio de autodeclaração, quando exigida.
Parágrafo único. O responsável legal responderá civil, administrativa e penalmente pela veracidade das informações declaradas.

Art. 5º Os órgãos municipais competentes deverão adequar seus procedimentos internos à classificação de risco adotada por este Decreto, promovendo, quando necessário, a integração e parametrização junto à REDESIM e ao sistema Empresa Fácil Paraná.

Art. 6º A dispensa de atos públicos municipais de liberação não impede a fiscalização posterior pelo Município.
§ 1º A fiscalização poderá verificar a veracidade das informações prestadas, a manutenção das condições de enquadramento como baixo risco e o cumprimento das normas urbanísticas, sanitárias, ambientais, tributárias, de segurança e demais normas aplicáveis.
§ 2º Constatado o descumprimento dos requisitos legais, o órgão competente poderá determinar a regularização da atividade, suspender os efeitos da dispensa, exigir os atos públicos de liberação cabíveis e aplicar as sanções previstas na legislação.

Art. 7º Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da aplicação deste Decreto serão dirimidos pelos órgãos municipais competentes, observada a legislação federal, estadual e municipal aplicável.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, 05 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:331026CF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 116/2026

DECRETO Nº 116 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Regulamenta, no âmbito do Município de Porto Amazonas, os procedimentos administrativos municipais aplicáveis ao Microempreendedor Individual — MEI, quanto ao registro, à inscrição, ao cadastro, ao licenciamento, ao funcionamento, às alterações e à baixa, observada a legislação federal aplicável, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o tratamento diferenciado e favorecido assegurado às microempresas, às empresas de pequeno porte e ao Microempreendedor Individual pela legislação federal;
CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, §§ 3º e 3º-A, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que reduz a zero os custos relativos a diversos atos de registro e legalização do Microempreendedor Individual e prevê isenção específica quanto às taxas e aos valores relativos à fiscalização da vigilância sanitária;
CONSIDERANDO o disposto no art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que disciplina o enquadramento e a sistemática aplicável ao Microempreendedor Individual;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, quanto à dispensa de atos públicos de liberação para atividades econômicas de baixo risco, observada a legislação municipal aplicável;
CONSIDERANDO as Resoluções do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios — CGSIM, especialmente aquelas que disciplinam o registro, a legalização e a dispensa de alvarás e licenças para o Microempreendedor Individual;
CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos dos órgãos municipais, evitar a duplicidade de exigências e promover a integração com a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios — REDESIM e com o sistema Empresa Fácil Paraná;
CONSIDERANDO a legislação municipal vigente aplicável ao tratamento diferenciado e favorecido às microempresas, às empresas de pequeno porte e ao Microempreendedor Individual, notadamente a Lei nº 816/2007, de 13 de dezembro de 2007 e a Lei Complementar 09/2022, de 30 de novembro de 2022:

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Município de Porto Amazonas, os procedimentos administrativos municipais aplicáveis ao Microempreendedor Individual — MEI, especialmente quanto à abertura, à inscrição, ao registro, ao cadastro, ao licenciamento, ao funcionamento, às alterações, à baixa e ao encerramento da atividade econômica.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se Microempreendedor Individual — MEI aquele que estiver regularmente enquadrado nessa condição, nos termos do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e das normas regulamentares aplicáveis.

Art. 3º Os órgãos e entidades municipais envolvidos nos procedimentos de registro e legalização de atividades econômicas observarão os seguintes princípios:
I — simplificação, racionalização e uniformização dos procedimentos administrativos;
II — integração dos órgãos e sistemas municipais aos sistemas da REDESIM e do Empresa Fácil Paraná, quando aplicável;
III — eliminação da duplicidade de exigências;
IV — tramitação preferencialmente eletrônica;
V — observância da classificação de risco da atividade econômica; e
VI — fiscalização posterior, quando admitida pela legislação aplicável.

CAPÍTULO II

DA REDUÇÃO A ZERO DOS CUSTOS E DA DISPENSA DE ATOS PÚBLICOS DE LIBERAÇÃO

Art. 4º Ficam reduzidos a zero, no âmbito das competências municipais, os custos, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações, à baixa e ao encerramento da atividade do Microempreendedor Individual — MEI, abrangendo taxas, emolumentos e demais valores exigidos pelos órgãos municipais, nos termos da legislação federal aplicável.
§ 1º A redução a zero prevista no *caput* aplica-se exclusivamente ao Microempreendedor Individual regularmente enquadrado nessa condição.
§ 2º A redução a zero dos custos não dispensa o cumprimento das normas urbanísticas, ambientais, sanitárias, de segurança, de prevenção e combate a incêndio, de uso e ocupação do solo e das demais normas aplicáveis ao exercício da atividade econômica.
§ 3º O Microempreendedor Individual fica isento de taxas e de outros valores relativos à fiscalização da vigilância sanitária, nos termos do art. 4º, § 3º-A, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 5º A dispensa de atos públicos municipais de liberação aplicável ao Microempreendedor Individual será reconhecida quando estiver prevista na legislação federal, nas normas do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM ou na legislação municipal aplicável, observada a classificação de risco da atividade econômica.
§ 1º A dispensa poderá abranger, conforme o caso concreto e a legislação aplicável, alvará, licença ou outro ato público municipal exigido como condição prévia para o exercício da atividade econômica.
§ 2º A dispensa prevista neste artigo não será interpretada como autorização para o exercício de atividade:
I — incompatível com o uso e a ocupação do solo;
II — em desacordo com normas ambientais, sanitárias, de segurança ou de prevenção e combate a incêndio;
III — em local não autorizado pela legislação municipal; ou
IV — sem observância das condições declaradas pelo empreendedor no procedimento de registro ou legalização.
§ 3º A dispensa de ato público de liberação não elimina a possibilidade de fiscalização posterior pelos órgãos municipais competentes.

Art. 6º O reconhecimento da dispensa observará, quando exigido pela legislação aplicável, a regularidade do registro do MEI, a validade do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual — CCMEI, a classificação de risco da atividade e a formalização do Termo de Ciência e Responsabilidade ou documento equivalente.

Art. 7º A dispensa de alvará ou licença não poderá ser afastada exclusivamente pela ausência do documento dispensado, quando o Microempreendedor Individual estiver regularmente inscrito e tiver cumprido as condições exigidas para o reconhecimento da dispensa.

CAPÍTULO III

DA CONSULTA PRÉVIA DE VIABILIDADE

Art. 8º A Consulta Prévia de Viabilidade será realizada quando exigida pela legislação aplicável, pela classificação de risco da atividade ou pelos sistemas integrados de registro e legalização de empresas.
§ 1º A Consulta Prévia de Viabilidade terá por finalidade verificar a compatibilidade da atividade econômica com o endereço informado, especialmente quanto ao uso e à ocupação do solo.
§ 2º A aprovação da Consulta Prévia de Viabilidade não substitui as licenças, autorizações ou demais exigências que, conforme a legislação aplicável, permaneçam necessárias para o exercício da atividade.
§ 3º A aprovação ou rejeição da Consulta Prévia de Viabilidade deverá ser registrada no sistema oficial utilizado pelo Município, com a indicação dos fundamentos administrativos pertinentes.

Art. 9º A aprovação da Consulta Prévia de Viabilidade não afasta a responsabilidade do empreendedor pelo cumprimento integral da legislação aplicável, nem impede a atuação posterior dos órgãos municipais de fiscalização.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E DA INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS

Art. 10. Os procedimentos de abertura, inscrição, cadastro, licenciamento, alteração e baixa do Microempreendedor Individual serão realizados preferencialmente por meio dos sistemas integrados à REDESIM e ao Empresa Fácil Paraná, quando disponíveis e aplicáveis ao Município.
§ 1º Os órgãos municipais deverão evitar a exigência de documentos, informações ou atos que já tenham sido apresentados ou processados por meio dos sistemas integrados, salvo quando houver fundamento legal específico.
§ 2º As informações prestadas pelo empreendedor serão consideradas para fins administrativos, sem prejuízo da fiscalização de sua veracidade e da apuração de eventual responsabilidade em caso de declaração falsa ou inexata.

Art. 11. Os órgãos municipais competentes deverão adequar seus formulários, sistemas informatizados, rotinas internas e procedimentos administrativos às disposições deste Decreto.
Parágrafo único. A adequação prevista no *caput* deverá priorizar a integração dos dados, a tramitação eletrônica, a redução de exigências repetitivas e a aplicação automática, quando tecnicamente possível, do tratamento diferenciado assegurado ao MEI.

Art. 12. As alterações de endereço, atividade econômica, dados cadastrais, situação de funcionamento e demais informações do Microempreendedor Individual deverão ser processadas pelos canais e sistemas oficiais disponíveis, observadas as regras federais, estaduais e municipais aplicáveis.

Art. 13. A baixa ou o encerramento da atividade do Microempreendedor Individual será processado na forma estabelecida pela legislação federal e pelos sistemas integrados de registro e legalização, sem prejuízo da atualização dos registros municipais pertinentes.

CAPÍTULO V

DA FISCALIZAÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO

Art. 14. A fiscalização municipal poderá ser realizada a qualquer tempo, de ofício ou mediante denúncia, para verificar:
I — a veracidade das informações prestadas pelo empreendedor;
II — a manutenção do enquadramento como Microempreendedor Individual;
III — a compatibilidade da atividade com o endereço informado;
IV — o cumprimento das normas urbanísticas, ambientais, sanitárias, de segurança e de prevenção e combate a incêndio; e
V — a manutenção das condições que fundamentaram a dispensa de atos públicos de liberação.

Art. 15. Constatada irregularidade, o órgão municipal competente poderá determinar a regularização da atividade, fixando prazo compatível com a natureza da infração e observando a legislação aplicável.
§ 1º A determinação de regularização deverá indicar, sempre que possível, a irregularidade constatada, a providência necessária e o prazo para cumprimento.
§ 2º A suspensão, o cancelamento ou a revogação dos efeitos da dispensa de ato público de liberação somente poderá ocorrer nas hipóteses e mediante o procedimento previstos na legislação aplicável.
§ 3º A adoção de medidas administrativas urgentes será admitida quando houver risco à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à integridade física de terceiros, observadas as normas legais pertinentes.

Art. 16. O descumprimento da legislação aplicável poderá ensejar a exigência dos atos administrativos cabíveis e a aplicação das sanções previstas na legislação municipal, estadual ou federal, conforme a competência do órgão responsável.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Compete ao órgão municipal designado pelo Poder Executivo expedir orientações complementares necessárias à aplicação deste Decreto, respeitados os limites da legislação federal, estadual e municipal.

Art. 18. Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da aplicação deste Decreto serão dirimidos pelo órgão municipal competente, observada a legislação aplicável e as normas expedidas pelo CGSIM.

Art. 19. Este Decreto não cria, amplia ou restringe hipóteses de dispensa de atos públicos de liberação previstas na legislação federal, nas normas do CGSIM ou na legislação municipal vigente.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, 05 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:C2687E9A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
JULGAMENTO DE RECURSO PE 013/2026 - V. OLIVEIRA

JULGAMENTO DE RECURSO

TERMO:	DECISÓRIO
FEITO:	INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DA SESSÃO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº013/2026
OBJETO:	Registro de Preços para contratação de pessoa(s) jurídica (s) para locação, instalação, montagem e desmontagem de estrutura, contratação e prestação de serviços para eventos (bandas musicais, limpeza, segurança, vigia, som, iluminação, fotógrafo, e estrutura física como tendas e barracas) diversos em atendimento ao Departamento de Esporte, Recreação e Turismo, Departamento de Educação e Cultura e Departamento de Assistência Social, a serem realizados no município pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos.
RECORRENTE:	V. OLIVEIRA DEPIZZOL LTDA. – CNPJ nº 64.366.281/0001-83
RECORRIDOS	CENTRO DE EVENTOS MILOCA LTDA. – CNPJ nº 44.653.476/0001-05 LUIZ RICARDO BUENO ME – CNPJ nº 30.219.220/0001-71 LFZ SEGURANCA LTDA – CNPJ nº 48.597.216/0001-02

1 DOS FATOS

Trata-se de Interposição de Recurso referente ao Pregão Eletrônico nº013/2026, feito pela empresa **V. OLIVEIRA DEPIZZOL LTDA. – CNPJ nº 64.366.281/0001-83,** contrária a decisão que habilitou as empresas **CENTRO DE EVENTOS MILOCA LTDA. – CNPJ nº 44.653.476/0001-05,** para o lote 22, **LUIZ RICARDO BUENO ME – CNPJ nº 30.219.220/0001-71** para o lote 23 e **LFZ SEGURANCA LTDA – CNPJ nº 48.597.216/0001-02**, para o lote 25, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 013/2026.
A recorrente sustenta, em síntese, que a empresa **CENTRO DE EVENTOS MILOCA LTDA. – CNPJ nº 44.653.476/0001-05** não teria comprovado qualificação técnica compatível com o objeto licitado; que a recorrida possui objeto social incompatível com a contratação e teria apresentado Certidão Negativa de Falência em desacordo com as exigências editalícias.
Quanto a empresa **LUIZ RICARDO BUENO ME – CNPJ nº 30.219.220/0001-71**, alega que a mesma não teria apresentado integralmente a documentação de habilitação exigida pelo edital, razão pela qual requer sua inabilitação.
Os argumentos referentes a empresa **LFZ SEGURANCA LTDA – CNPJ nº 48.597.216/0001-02**, discorrem sobre a insuficiência dos atestados de capacidade técnica, inexequibilidade da proposta em razão da suposta ausência de previsão dos custos de alimentação e transporte dos profissionais, bem como irregularidades quanto à qualificação econômico-financeira da empresa, requerendo sua inabilitação e desclassificação.
Regularmente intimadas, as empresas **LUIZ RICARDO BUENO ME – CNPJ nº 30.219.220/0001-71** e **LFZ SEGURANCA LTDA – CNPJ nº 48.597.216/0001-02,** apresentaram tempestivamente suas contrarrazões, enquanto a empresa **CENTRO DE EVENTOS MILOCA LTDA. – CNPJ nº 44.653.476/0001-05**, embora devidamente intimada, não apresentou manifestação no prazo concedido.
A recorrida **LUIZ RICARDO BUENO ME – CNPJ nº 30.219.220/0001-71** sustenta que apresentou tempestivamente toda a documentação de habilitação exigida pelo edital, devidamente inserida na plataforma eletrônica, afirmando que as alegações da recorrente são genéricas e desacompanhadas de comprovação, razão pela qual requer a manutenção de sua habilitação.
A empresa **LFZ SEGURANCA LTDA – CNPJ nº 48.597.216/0001-02** defende que os atestados de capacidade técnica apresentados atendem às exigências editalícias, que a proposta é plenamente exequível e contempla todos os custos necessários à execução contratual, inclusive alimentação e transporte dos profissionais, bem como que a documentação de qualificação econômico-financeira foi apresentada em conformidade com o edital, requerendo, ao final, o desprovimento do recurso e a manutenção de sua habilitação.
A empresa **CENTRO DE EVENTOS MILOCA LTDA. – CNPJ nº 44.653.476/0001-05** não apresentou contrarrazões ao processo.
É o relatório.

2 DA ADMISSIBILIDADE

A apresentação da interposição do recurso foi anexada diretamente na Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões - BLL, na data de 14/07/2026 às 17h:51min. pela empresa **V. OLIVEIRA DEPIZZOL LTDA. – CNPJ nº 64.366.281/0001-83**, diante do prazo de três dias úteis, portanto tempestivo, conforme prevê o item 16.1 do referido edital.
A apresentação de contrarrazões foi anexada na Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões - BLL, na data de 18/07/2026 às 00h:00min. pela empresa **LUIZ RICARDO BUENO ME – CNPJ nº 30.219.220/0001-71**, e pela empresa **LFZ SEGURANCA LTDA – CNPJ nº 48.597.216/0001-02,** na data de 19/07/2026, às 20h:10min, diante do prazo de três dias úteis, portanto tempestivo, conforme prevê o item 16.1 do referido edital.

3 DO MÉRITO DO RECURSO

O mérito recursal deve ser analisado à luz dos princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que regem as contratações públicas. Destacam-se a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório.
O processo foi encaminhado à Procuradoria Jurídica Municipal, que emitiu o Parecer Jurídico nº 171/2026, concluindo pelo seu desprovimento, recomendando a manutenção das decisões recorridas.

4 DA ANÁLISE E JULGAMENTO

As empresas recorridas foram declaradas provisoriamente vencedoras do Pregão Eletrônico n°013/2026, o qual tem por objeto o Registro de Preços para contratação de pessoa(s) jurídica (s) para locação, instalação, montagem e desmontagem de estrutura, contratação e prestação de serviços para eventos (bandas musicais, limpeza, segurança, vigia, som, iluminação, fotógrafo, e estrutura física como tendas e barracas) diversos em atendimento ao Departamento de Esporte, Recreação e Turismo, Departamento de Educação e Cultura e Departamento de Assistência Social, a serem realizados no município pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos.
Passamos a análise.

4.1. Quanto a habilitação da empresa LUIZ RICARDO BUENO ME para o lote 23

A recorrente afirma que a empresa vencedora apresentou apenas sua proposta comercial, declaração de habilitação e ato constitutivo, deixando de apresentar os demais documentos exigidos para habilitação.
Entretanto, a alegação não merece prosperar.
Conforme verificado por esta Pregoeira e Equipe de Apoio, durante a análise da documentação na fase de habilitação, toda a documentação exigida no edital foi regularmente anexada pela empresa recorrida na plataforma eletrônica BLL Compras, dentro do prazo estabelecido para apresentação da documentação de habilitação.
Além disso, em suas contrarrazões, a recorrida demonstrou que a documentação completa foi disponibilizada em arquivo contendo toda a documentação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira, técnica e demais declarações exigidas pelo edital.
Observa-se ainda que o recurso não aponta objetivamente qual documento teria deixado de ser apresentado, limitando-se a alegações genéricas e desacompanhadas de qualquer elemento probatório.
Nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, o procedimento licitatório deve observar, dentre outros, os princípios da legalidade, da motivação, da vinculação ao edital, da segurança jurídica e do julgamento objetivo.
Não cabe à Administração reformar decisão regularmente proferida com fundamento em alegações abstratas, desprovidas de comprovação. Assim, inexistindo qualquer irregularidade na documentação de habilitação da empresa **LUIZ RICARDO BUENO ME – CNPJ nº 30.219.220/0001-71**, deve ser mantida sua habilitação.

4.2. Quanto a habilitação da empresa LFZ SEGURANCA LTDA – CNPJ nº 48.597.216/0001-02 para o lote 25 –
Também não merece acolhimento o recurso em relação ao Lote 25.
4.2.1 Da qualificação técnica
Sustenta a recorrente que os atestados apresentados seriam insuficientes para comprovar experiência compatível com o objeto licitado.
Entretanto, o próprio edital estabeleceu, em seu Anexo III, apenas a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica compatível com o objeto licitado, sem fixação de quantitativos mínimos de diárias, horas, postos de trabalho ou tempo mínimo de execução.
O art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021 autoriza a Administração a estabelecer quantitativos mínimos para fins de qualificação técnica, desde que expressamente previstos no edital. Não tendo sido estabelecida tal exigência, não é juridicamente possível criar requisito restritivo durante a fase recursal, sob pena de afronta aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.
Os documentos apresentados pela recorrida demonstram a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto contratado, atendendo plenamente às exigências editalícias.
4.2.2 Da alegada inexequibilidade da proposta
A recorrente alega que o valor ofertado seria inexequível e não contemplaria despesas com alimentação e transporte. Porém, não apresentou qualquer memória de cálculo, planilha de custos ou elemento técnico capaz de demonstrar objetivamente a inviabilidade da execução do objeto pelo valor ofertado.
Importante destacar que a presunção de inexequibilidade possui natureza relativa, sendo vedada a desclassificação automática da proposta sem demonstração concreta de sua inviabilidade. Não havendo prova técnica apta a afastar a presunção de exequibilidade da proposta vencedora, não há fundamento para sua desclassificação.
4.2.3 Da qualificação econômico-financeira
Por fim, a recorrente sustenta que a empresa recorrida apresentaria índices financeiros insuficientes. Todavia, verifica-se que o edital exigiu, para fins de qualificação econômico-financeira, apenas a apresentação da Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial.
Não foram estabelecidos índices mínimos de liquidez, solvência, capital social ou patrimônio líquido. Assim, não pode a recorrente pretender criar requisito não previsto no edital para fundamentar pedido de inabilitação.
O julgamento da habilitação deve observar estritamente as regras previamente estabelecidas no instrumento convocatório, sob pena de violação aos princípios da isonomia e da vinculação ao edital.

4.3 Da habilitação da empresa CENTRO DE EVENTOS MILOCA LTDA. – CNPJ nº 44.653.476/0001-05 para o lote 22
A recorrente requer a inabilitação da recorrida, sustentando, em síntese: a ausência de qualificação técnica compatível com o objeto licitado; incompatibilidade entre o objeto social da empresa e o objeto do lote; e suposta irregularidade da Certidão Negativa de Falência.
4.3.1 Da qualificação técnica
A empresa **V. OLIVEIRA DEPIZZOL LTDA. – CNPJ nº 64.366.281/0001-83** sustenta que os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa vencedora seriam insuficientes para demonstrar experiência compatível com o objeto do Lote 22, afirmando que parte dos documentos se refere predominantemente à locação de equipamentos e estrutura para eventos, bem como que um dos atestados menciona o fornecimento de profissionais de segurança, atividade distinta do objeto licitado.
Verifica-se que a recorrida apresentou diversos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público e privado, os quais demonstram experiência na organização, execução e apoio operacional de eventos, circunstância que evidencia experiência na execução de atividades correlatas ao objeto contratado.

Analisando o edital, verifica-se que a exigência de qualificação técnica limitou-se à apresentação de atestado de capacidade técnica compatível com o objeto licitado, não havendo previsão de quantitativos mínimos, número de profissionais, tempo de execução ou exigência de identidade absoluta entre os serviços anteriormente prestados e o objeto da contratação.
Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a comprovação da capacidade técnico-operacional deve guardar compatibilidade com o objeto contratado, não se admitindo interpretação ampliativa das exigências editalícias para criar requisitos não previamente estabelecidos.
Assim, inexistindo previsão editalícia que restringisse a aceitação dos documentos apresentados na forma pretendida pela recorrente, não se verifica fundamento suficiente para afastar a habilitação da empresa vencedora.
4.3.2 Da alegada incompatibilidade do objeto social
Sustenta ainda a recorrente que o objeto social da empresa **CENTRO DE EVENTOS MILOCA LTDA. – CNPJ nº 44.653.476/0001-05** seria incompatível com o objeto do Lote 22.
Também não assiste razão à recorrente.
A habilitação jurídica prevista no art. 66 da Lei nº 14.133/2021 destina-se a comprovar a existência jurídica da empresa e sua aptidão para exercer atividades compatíveis com a contratação.
Da análise do contrato social constante dos autos, verifica-se que a empresa possui atividades relacionadas à organização, produção e execução de eventos, compatíveis com o objeto licitado, que integra contratação de serviços destinados à realização de eventos promovidos pela Administração Municipal.
Não há exigência legal de identidade absoluta entre cada atividade econômica cadastrada e a descrição do objeto licitado, bastando que exista pertinência entre o objeto social e a atividade a ser contratada.
A adoção da interpretação defendida pela recorrente implicaria criação de requisito não previsto no instrumento convocatório, em afronta aos princípios da vinculação ao edital, da isonomia e do julgamento objetivo previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.
4.3.3 Da Certidão Negativa de Falência
A recorrente também sustenta que a Certidão Negativa de Falência apresentada pela empresa vencedora seria inválida.
Contudo, a certidão apresentada foi emitida no mês de abril de 2026 e encontrava-se dentro do prazo de validade previsto no edital na data da sessão pública, inexistindo qualquer irregularidade quanto ao atendimento desse requisito de habilitação.

Não foi demonstrada pela recorrente qualquer circunstância objetiva capaz de invalidar o documento apresentado, limitando-se a formular alegação desacompanhada de prova.
Em observância aos princípios da legalidade, da segurança jurídica, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, não há fundamento para afastar documento regularmente apresentado e válido na data da sessão pública.

4.4 – Quanto ao Parecer Jurídico

A Procuradoria Jurídica do Município, por meio do Parecer Jurídico nº 171/2026, analisou detalhadamente todas as alegações apresentadas pela recorrente e concluiu pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu desprovimento, opinando pela manutenção da habilitação das empresas Luiz Ricardo Bueno ME, LFZ Segurança Ltda e Centro de Eventos Miloca Ltda.
Os fundamentos jurídicos constantes do referido parecer mostram-se adequados, suficientes e em consonância com a legislação vigente, razão pela qual passam a integrar a presente decisão como fundamento de decidir.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, conheço o recurso interposto por **V. OLIVEIRA DEPIZZOL LTDA. – CNPJ nº 64.366.281/0001-83** porque tempestivo e regular na sua formalidade, e no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO,** mantendo as decisões que declararam habilitadas as empresas **CENTRO DE EVENTOS MILOCA LTDA.**, para o lote 22; **LUIZ RICARDO BUENO ME**, para o lote 23; e **LFZ SEGURANÇA LTDA.**, para o lote 25.
Encaminha-se o presente recurso à autoridade superior para apreciação e decisão.

Porto Amazonas, 05 de agosto de 2026.

MICHELE DE O. MARTINS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:AA4235CA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 45/2026

PORTARIA Nº 45 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Altera a redação do art. 1º, inciso IV, da Portaria Nº 40, de 03 de julho de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 64, incisos IX, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º Alterar o Art.1º, inciso IV, da Portaria nº 40, de 03 de julho de 2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Designar a Comissão Recursal de Avaliação de Estágio Probatório dos seguintes Departamentos:

[...]

IV- DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Centro Municipal de Educação Infantil Eveline de Cássia Mendes - CMEI "Cassinha"
Membros:
Aline Marceli Santana
Luiza Maria Ferreira Kaseker
Pricila Ficher Garrett

Escola Municipal Antônio Tupy Pinheiro
Membros:
Cristina Rochinski
Eloide Bigatte Rodrigues
Joelma Rodrigues Paes Nóbrega

Escola Municipal Benedita Vieira Iatzski
Membros:
Cimara Aparecida Ribas Gonçalves
Maria Zila Penteado
Patrícia de Fátima Assis Ribeiro

Escola Municipal Cívico-Militar Maria de Lourdes Affonso Heimbecher
Membros:
Edna Parizzi
Elisângela Gomes da Costa Minardi
Rita do Carmo Teixeira Hoinatski

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data da sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, 05 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:C977D071

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 148/2026
Inexigibilidade de Licitação nº 035/2026

CONSIDERANDO a demanda formalizada pela Diretoria Administrativa e Operacional do CISPAR, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a avaliação prévia do imóvel, a certidão de inexistência de imóvel público vago e disponível, a pesquisa de mercado/justificativa de preço, a consulta às condições de habilitação, a previsão orçamentária, o parecer contábil e o parecer jurídico emitido, **FICA AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo referido, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no *art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021*.

Considera-se que:
1. O imóvel localizado na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martines, nº 599, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca, Maringá/PR, apresenta características de instalação, localização, área, estrutura física, disponibilidade e condições de uso compatíveis com a necessidade administrativa e operacional do CISPAR.
2. A localização do imóvel, situado na mesma via e próximo à atual sede do CISPAR, favorece a integração das atividades administrativas, a continuidade dos fluxos internos, a redução de deslocamentos e o suporte às rotinas institucionais do Consórcio.
3. A contratação também atende à necessidade de apoio administrativo-operacional decorrente do Convênio nº 4500084243 – Projeto ReVira, especialmente quanto à guarda, controle e apoio logístico dos bens vinculados ao projeto, incluindo caminhão e triturador.
4. A pesquisa de mercado/justificativa de preço demonstrou a compatibilidade do valor mensal proposto com os parâmetros de mercado analisados.
5. A locadora/proprietária ACONPAR COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. comprovou, nos autos, a titularidade do imóvel e o atendimento aos requisitos mínimos de habilitação aplicáveis à contratação.
6. A ANDRALI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. figura como administradora/intermediadora do imóvel, conforme documentação juntada aos autos, devendo eventual pagamento em seu favor observar autorização expressa da locadora/proprietária e previsão contratual específica.

OBJETO: Locação de imóvel não residencial, localizado na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martines, nº 599, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca, Maringá/PR, destinado ao funcionamento das atividades administrativas e de apoio operacional do CISPAR, incluindo suporte às demandas vinculadas ao Convênio nº 4500084243 – Projeto ReVira.

VALOR MENSAL: R$ 8.800,00.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 105.600,00, considerando o período inicial de 12 meses.

CONTRATADA: Andrali Empreendimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ: 63.182.230/0001-39.
ENDEREÇO DO IMÓVEL: Rua Pioneiro Miguel Jordão Martines, nº 599, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca, Maringá/PR.

Estando cumpridas as formalidades legais aplicáveis e considerando a instrução processual realizada, **HOMOLOGO** o presente processo de inexigibilidade de licitação e **ADJUDICO** o objeto à locadora/proprietária acima mencionada, autorizando a formalização do respectivo contrato administrativo de locação.

Maringá/PR, 04 de agosto de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
CISPAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:B35D31A5

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 18, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a revogação da Inexigibilidade de Licitação nº 034/2026, referente ao Processo Administrativo nº 143/2026, e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO a Decisão da Autoridade Competente proferida nos autos do Processo Administrativo nº 098/2026;

CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso II, c/c § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO a superveniente inviabilidade e continuidade do Processo Administrativo, conforme fundamentação constante da decisão administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Inexigibilidade de Licitação nº 034/2026, referente ao Processo Administrativo nº 143/2026, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de desmontagem de equipamentos de triagem e reciclagem de resíduos sólidos (compostos por esteira de elevação e esteira de triagem), movimentação por caminhão Munck, transporte rodoviário, armazenagem temporária em depósito coberto e seguro, e posterior remontagem, reinstalação e testes operacionais de funcionamento na nova unidade de triagem.

Art. 2º Determina-se a publicação desta Portaria no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e nos demais meios oficiais de divulgação adotados pelo CISPAR.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá/PR, 05 de agosto de 2026.

FABIO CHICAROLI
Presidente do CISPAR

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:75604BAB

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 154/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 039/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando que o presente processo administrativo se encontra regularmente instruído, com a Solicitação de Demanda, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, a Pesquisa de Mercado, a Certidão de Estimativa de Despesa, o Termo de Referência, a Consulta às Condições de Habilitação, o Parecer Contábil e o Parecer Jurídico, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021,

HOMOLOGO a Inexigibilidade de Licitação em epígrafe e **AUTORIZO** a contratação direta do objeto abaixo descrito, nos termos do art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição devidamente demonstrada nos autos.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capacitação presencial, com carga horária de 08 (oito) horas, destinada aos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR, abordando os temas Fiscalização Ambiental e Nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental - Lei Federal nº 15.190/2025, conforme características e condições descritas nesta Solicitação de Demanda.

CONTRATADA: Ema - Escola do Meio Ambiente LTDA

CNPJ: 40.763.861/0001-46

VALOR TOTAL: R$ 16.600,00 (Dezesseis mil e seiscentos reais)

Estando cumpridas as formalidades legais e regulamentares, determino a adoção das providências administrativas subsequentes para a formalização da contratação.

Maringá – PR, 04 de agosto de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná - CISPAR

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:212B6D65

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO 30/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº. 646 de 19 de Novembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.322.936,46 (UM MILHÃO, TREZENTOS E VINTE E DOIS MIL, NOVECENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS) os seguintes:
05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 50.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.301.0006.2022Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
656 00494 Atenção Básica – Federal

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 17.000,00

05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.301.0006.2022Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
73 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 79.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.302.0006.2023Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Especializada
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
85 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 2.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.302.0006.2026Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde Medio Paranapanema -
3.1.71.70.00.0RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
91 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 76.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.302.0006.2026Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde Medio Paranapanema -
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
94 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Acréscimo 30,00
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura
08.244.0010.2036Serviço de Atenção Integral à Família - PAIF
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
706 01934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS – Estadual

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Acréscimo 11.000,00
07.002DIVISÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA Abertura
12.361.0013.2051Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB e Outras Fontes
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
210 00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Acréscimo 4.000,00
07.002DIVISÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA Abertura
12.365.0013.2053Manutenção da Educação Infantil - Etapa Creche - FUNDEB e Outras
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
217 00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Acréscimo 29.000,00
07.002DIVISÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA Abertura
12.365.0013.2053Manutenção da Educação Infantil - Etapa Creche - FUNDEB e Outras
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
221 00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Acréscimo 7.000,00
07.003DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO Abertura
12.361.0013.2057Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
248 00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Acréscimo 10.000,00
07.003DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO Abertura
12.361.0013.2057Manutenção do Transporte Escolar
4.4.90.52.00.0EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
257 00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, foi utilizado Cancelamento e da seguinte dotação:

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 50.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.301.0006.2022Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica
3.1.90.11.00.0VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
68 00494 Atenção Básica – Federal

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 2.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.301.0006.2022Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica
3.3.90.40.00.0SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA
76 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 172.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.302.0006.2023Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Especializada
3.3.90.34.00.0OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE
82 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Anulação 30,00
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura
08.244.0010.2038Concessão de benefícios eventuais - PSB
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
154 01934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS – Estadual

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Anulação 1.000,00
07.002DIVISÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA Abertura
12.361.0013.2051Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB e Outras Fontes
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
206 00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Anulação 40.000,00
07.002DIVISÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA Abertura
12.367.0013.2055Manutenção da Educação Especial e Subvenção à APAE
3.1.90.11.00.0VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
232 00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Anulação 12.000,00
07.003DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO Abertura
12.361.0013.2057Manutenção do Transporte Escolar
3.1.90.11.00.0VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
244 00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Anulação 8.000,00
07.003DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO Abertura
12.361.0013.2057Manutenção do Transporte Escolar
4.4.90.52.00.0EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
257 00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

*SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 376.652,95 (TREZENTOS E SETENTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS)
03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO Acréscimo 5.000,00
03.002DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS Abertura
04.122.0002.2011Manutenção das Atividades da Administração Geral (Serviços Gerais)
3.3.90.14.00.0DIÁRIAS - CIVIL
29 00000 Recursos Ordinários (Livres)

03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO Acréscimo 100.000,00
03.002DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS Abertura
04.122.0002.2011Manutenção das Atividades da Administração Geral (Serviços Gerais)
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
30 00000 Recursos Ordinários (Livres)

03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO Acréscimo 38.000,00
03.002DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS Abertura
04.122.0002.2011Manutenção das Atividades da Administração Geral (Serviços Gerais)
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
715 01045 Outros Recursos não Vinculados

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 3.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.301.0006.2022Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica
4.4.90.52.00.0EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
661 00518 Atenção Básica –Federal

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 8.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.302.0006.2023Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Especializada
4.4.90.52.00.0EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
669 01500 Investimentos na Rede de Serviços de Saúde – Estadual

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 4.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.305.0006.2028Custeio das Ações de Vigilância Epidemiológica
3.3.90.36.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
713 01497 Vigilância em Saúde – Estadual

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Acréscimo 5.000,00
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura
08.241.0010.2041Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV com idosos -
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
122 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Acréscimo 11.000,00
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura
08.243.0010.6035Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV com crianças
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
134 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Acréscimo 300,00
06.002FUNDO MUN DIR CRIANÇA E ADOLESCENTE - FMDCA Abertura
08.243.0010.6043Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
714 00880 Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Acréscimo 5.000,00
06.002FUNDO MUN DIR CRIANÇA E ADOLESCENTE - FMDCA Abertura
08.243.0010.6043Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
616 00961 Incentivo a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Acréscimo 5.000,00
06.002FUNDO MUN DIR CRIANÇA E ADOLESCENTE - FMDCA Abertura
08.243.0010.6043Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
4.4.90.52.00.0EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
615 00961 Incentivo a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.

09 DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS Acréscimo 192.352,95
09.002DIVISÃO DE OBRAS Abertura
15.451.0012.1094Pavimentação em sextavado de Ruas e Avenidas
4.4.90.51.00.0OBRAS E INSTALAÇÕES
472 00774 Convênio - 141 174022844/2021 Pedra Irregular Aguá Areia

*EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$ 661.253,51 (SEISCENTOS E SESSENTA E UM MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E TRES REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS)
09 DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS Acréscimo 9.000,00
09.001DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS Abertura
15.452.0012.2063Manutenção das Atividades da Divisão de Serviços Urbanos
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
653 01045 Outros Recursos não Vinculados

09 DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS Acréscimo 337.702,49
09.002DIVISÃO DE OBRAS Abertura
15.451.0012.1080Implantação Trevo na Rodovia Pr-170
4.4.90.51.00.0OBRAS E INSTALAÇÕES
990 00790 Convênio 076/2025 - SEIL - Implantação do Trevo na Rodovia PR-170

09 DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS Acréscimo 237.771,02
09.002DIVISÃO DE OBRAS Abertura
15.451.0012.1094Pavimentação em sextavado de Ruas e Avenidas
4.4.90.51.00.0OBRAS E INSTALAÇÕES
472 00774 Convênio - 141 174022844/2021 Pedra Irregular Aguá Areia

Paço Municipal “Deputado. Homero Oguido”, aos 01 de Julho de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Werlingue Morandi
Código Identificador:C821DB30

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO 34/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº. 646 de 19 de Novembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 201.041,54 (DUZENTOS E UM MIL, QUARENTA E UM REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS) os seguintes:
05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 9.230,22
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.305.0006.2028Custeio das Ações de Vigilância Epidemiológica
3.1.90.13.00.0CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
104 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 3.150,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.305.0006.2028Custeio das Ações de Vigilância Epidemiológica
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
109 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Acréscimo 400,00
06.004DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Abertura
08.244.0009.2046Manutenção do Órgão Gestor da Política de Assistência Social
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
184 00000 Recursos Ordinários (Livres)

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Acréscimo 16.000,00
07.002DIVISÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA Abertura
12.361.0013.2051Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB e Outras Fontes
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
210 00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Acréscimo 10.059,14
07.002DIVISÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA Abertura
12.367.0013.2055Manutenção da Educação Especial e Subvenção à APAE
3.1.90.11.00.0VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
690 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Acréscimo 2.789,92
07.002DIVISÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA Abertura
12.367.0013.2055Manutenção da Educação Especial e Subvenção à APAE
3.1.90.13.00.0CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
691 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Acréscimo 1.350,00
07.002DIVISÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA Abertura
12.367.0013.2055Manutenção da Educação Especial e Subvenção à APAE
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
932 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Acréscimo 14.676,72
07.003DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO Abertura
12.361.0013.2056Manutenção da Merenda Escolar
3.1.90.11.00.0VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
933 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Acréscimo 4.179,60
07.003DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO Abertura
12.361.0013.2056Manutenção da Merenda Escolar
3.1.90.13.00.0CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
935 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Acréscimo 2.700,00
07.003DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO Abertura
12.361.0013.2056Manutenção da Merenda Escolar
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
936 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Acréscimo 13.417,27
07.003DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO Abertura
12.361.0013.2057Manutenção do Transporte Escolar
3.1.90.11.00.0VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
957 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Acréscimo 3.642,87
07.003DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO Abertura
12.361.0013.2057Manutenção do Transporte Escolar
3.1.90.13.00.0CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
958 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Acréscimo 7.000,00
07.003DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO Abertura
12.361.0013.2057Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
248 00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Acréscimo 1.350,00
07.003DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO Abertura
12.361.0013.2057Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
959 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

09 DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS Acréscimo 15.000,00
09.001DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS Abertura
15.452.0012.2063Manutenção das Atividades da Divisão de Serviços Urbanos
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
671 00504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não

13 DEPARTAMENTO DA FAMÍLIA, MULHER, CRIANÇA, ADOLESCENTE E IDOSO Acréscimo 1.173,12
13.001DIVISÃO DA FAMÍLIA Abertura
08.245.0010.2049Gestão de Pessoal - Divisão da Família
3.1.90.13.00.0CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
327 00000 Recursos Ordinários (Livres)

13 DEPARTAMENTO DA FAMÍLIA, MULHER, CRIANÇA, ADOLESCENTE E IDOSO Acréscimo 1.350,00
13.001DIVISÃO DA FAMÍLIA Abertura
08.245.0010.2049Gestão de Pessoal - Divisão da Família
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
328 00000 Recursos Ordinários (Livres)

15 DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA Acréscimo 810,00
15.001DIVISÃO SANITÁRIA Abertura
10.304.0006.2031Gestão de Pessoal - Divisão Sanitária
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
331 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, foi utilizado Cancelamento e da seguinte dotação:
03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO Anulação 400,00
03.002DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS Abertura

04.122.0002.2011Manutenção das Atividades da Administração Geral (Serviços Gerais)
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
33 00000 Recursos Ordinários (Livres)

03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO Anulação 2.523,12
03.002DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS Abertura
04.122.0004.2013Manutenção do Patrimônio Público
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
38 00000 Recursos Ordinários (Livres)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 13.190,22
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.302.0006.2023Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Especializada
3.3.90.34.00.0OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE
82 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Anulação 10.000,00
07.001DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR Abertura
12.361.0013.2050Manutenção dos Serviços Administrativos da Educação
4.4.90.52.00.0EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
198 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Anulação 10.000,00
07.002DIVISÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA Abertura
12.361.0005.2052Capacitação e Formação Continuada dos Professores da Educação Básica
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
201 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Anulação 34.165,52
07.002DIVISÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA Abertura
12.361.0013.2051Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB e Outras Fontes
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
205 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Anulação 7.000,00
07.002DIVISÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA Abertura
12.367.0013.2055Manutenção da Educação Especial e Subvenção à APAE
3.1.90.11.00.0VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
232 00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Anulação 16.000,00
07.003DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO Abertura
12.361.0013.2057Manutenção do Transporte Escolar
3.1.90.11.00.0VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
244 00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

09 DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS Anulação 15.000,00
09.001DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS Abertura
15.452.0012.2063Manutenção das Atividades da Divisão de Serviços Urbanos
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
284 00504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não

*SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 58.073,00 (CINQUENTA E OITO MIL E SETENTA E TRES REAIS)
03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO Acréscimo 20.000,00
03.002DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS Abertura
04.122.0002.2011Manutenção das Atividades da Administração Geral (Serviços Gerais)
4.4.90.52.00.0EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
37 00000 Recursos Ordinários (Livres)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 25.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.301.0006.2022Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica
4.4.90.52.00.0EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
662 01500 Investimentos na Rede de Serviços de Saúde – Estadual

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Acréscimo 5.000,00
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura
08.243.0010.6035Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV com crianças
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
134 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Acréscimo 4.000,00
06.002FUNDO MUN DIR CRIANÇA E ADOLESCENTE - FMDCA Abertura
08.243.0010.6043Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
617 00961 Incentivo a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.

08 DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER Acréscimo 73,00
08.001DIVISÃO DE ESPORTE Abertura
27.812.0016.2062Manutenção do Atendimento nas Unidades Esportivas
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
710 00775 Emendas Individuais Impositivas - Investimento - FT – 775

09 DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS Acréscimo 4.000,00
09.001DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS Abertura
15.452.0012.2063Manutenção das Atividades da Divisão de Serviços Urbanos
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
671 00504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias

*EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$ 34.689,68 (TRINTA E QUATRO MIL, SEISCENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS)
05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 34.689,68
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.305.0006.2028Custeio das Ações de Vigilância Epidemiológica
3.1.90.11.00.0VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
103 01051 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao

Paço Municipal “Deputado. Homero Oguido”, aos 29 de Julho de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Werlingue Morandi
Código Identificador:57A1F682

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 26/2026
INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO PUBLICO Nº 08/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 26/2026
INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO PUBLICO Nº 08/2026

O MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, torna público a realização do Chamamento Público nº 08/2026. As inscrições serão gratuitas e deverão ser realizadas no sítio eletrônico: http://www.pradoferreira.pr.gov.br

DESCRIÇÃO DO OBJETO:
OBJETO: Constitui objeto desta Licitação a **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTAS MÉDICAS PRESENCIAIS EM NEUROPEDIATRIA, DESTINADAS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIMENTOS PELA REDE DE PROTEÇÃO.**

VALOR MÁXIMO - R$ 49.711,20 (Quarenta e Nove Mil, Setecentos e Onze Reais e Vinte Centavos).

O Edital estará à disposição dos interessados no Departamento de Licitação e Contratos, da Prefeitura Municipal, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, em dias úteis; e no portal do município. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: compras-pmpf@hotmail.com

Prado Ferreira, 05 de agosto de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:0E5BF9E4

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 155/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 155/2025, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA E A EMPRESA ELIANA APARECIDA DOS SANTOS, NA FORMA ABAIXO:

O Município de Prado Ferreira, com sede na Rua São Paulo, 191, Centro, Prado Ferreira-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.136/0001-30, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito **SILVIO ANTONIO DAMACENO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas e a **ELIANA APARECIDA DOS SANTOS**, com endereço a RUA BARIRI, 605 - CEP: 86618000 - BAIRRO: CENTRO, neste ato representada pela **Sra. ELIANA APARECIDA DOS SANTOS,** portadora do CPF nº ***.***.079-11, a seguir denominada CONTRATADA, e em face do resultado obtido no Pregão Eletrônico nº 15/2025, firmam o presente termo aditivo a ARP nº 155/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com o disposto no art. 84, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA: Conforme o previsto, ficam prorrogados os prazos de execução e vigência por mais 120 (cento e vinte) dias, tendo seu prazo de execução estendido até o dia 03/12/2026 e o prazo de vigência até o dia 03/12/2026, de acordo com parecer técnico emitido pelo Sr. Antonio Carlos Dias Salvador.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente termo aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços, não afetadas pelo presente aditamento.
E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Prado Ferreira, 05 de agosto de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

ELIANA APARECIDA DOS SANTOS
Eliana Aparecida Dos Santos

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:5A29F5F3

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 154/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 154/2025, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA E SCHIAVON PADARIA LTDA, NA FORMA ABAIXO:

O Município de Prado Ferreira, com sede na Rua São Paulo, 191, Centro, Prado Ferreira-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.136/0001-30, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito **SILVIO ANTONIO DAMACENO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas e a **SCHIAVON PADARIA LTDA**, com endereço a RUA JAU, 430 ESQUINA COM SÃO PAULO - CEP: 86618000 - BAIRRO: CENTRO, neste ato representada pela **Sra. GIZELDA APARECIDA SCHIAVON**, a seguir denominada CONTRATADA, e em face do resultado obtido no Pregão Eletrônico nº 15/2025, firmam o presente termo aditivo a ARP nº 154/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com o disposto no art. 84, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA: Conforme o previsto, ficam prorrogados os prazos de execução e vigência por mais 120 (cento e vinte) dias, tendo seu prazo de execução estendido até o dia 03/12/2026 e o prazo de vigência até o dia 03/12/2026, de acordo com parecer técnico emitido pelo Sr. Antonio Carlos Dias Salvador.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente termo aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços, não afetadas pelo presente aditamento.
E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Prado Ferreira, 05 de agosto de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

GIZELDA APARECIDA SCHIAVON
Schiavon Padaria LTDA

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:F1FC5B9E

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 156/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 156/2025, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA E EMPRESA FATIMA DENIZETE ELIZARIO COSTA, NA FORMA ABAIXO:

O Município de Prado Ferreira, com sede na Rua São Paulo, 191, Centro, Prado Ferreira-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.136/0001-30, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito **SILVIO ANTONIO DAMACENO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas e a **FATIMA DENIZETE ELIZARIO COSTA**, com endereço a RUA DEOCLECIO MILITÃO DUARTE, 151 - CEP: 86618000 - BAIRRO: VILA RURAL, neste ato representada pela **Sra. FATIMA DENIZETE ELIZARIO COSTA,** portadora do CPF nº ***.***.039-20, a seguir denominada CONTRATADA, e em face do resultado obtido no Pregão Eletrônico nº 15/2025, firmam o presente termo aditivo a ARP nº 156/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com o disposto no art. 84, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA: Conforme o previsto, ficam prorrogados os prazos de execução e vigência por mais 120 (cento e vinte) dias, tendo seu prazo de execução estendido até o dia 03/12/2026 e o prazo de vigência até o dia 03/12/2026, de acordo com parecer técnico emitido pelo Sr. Antonio Carlos Dias Salvador.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente termo aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços, não afetadas pelo presente aditamento.
E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Prado Ferreira, 05 de agosto de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

FATIMA DENIZETE ELIZARIO COSTA
Fatima Denizete Elizario Costa

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:045F1EE1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11850/2026 DE 04/08/2026 - RETIFICADO

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1751/2025 de 19/12/2025.

Decreta:
Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 190.365,18 (cento e noventa mil trezentos e sessenta e cinco reais e dezoito centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA	
04.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
04.001.08.243.0006.6.019.	Ações para Atendimento a Criança e ao Adolescente - Proteção Especial	
978 - 3.3.50.43.00.00	51880 SUBVENÇÕES SOCIAIS	120.636,06
979 - 3.3.90.39.00.00	51880 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	43.908,30
04.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
04.003.08.244.0034.2.190.	Ações para Manutenção dos Serviços da Politica Municipal de Assistência Social	
982 - 3.3.90.14.00.00	1960 DIÁRIAS - CIVIL	1.780,56
04.004.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	
04.004.08.241.0005.2.087.	Ações para Assistência do Idoso	
173 - 3.3.90.39.00.00	1900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	24.040,26
	Total Suplementação:	**190.365,18**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.3.2.1.01.11.31.00000000 Fonte: 51880	2.377,14
Receita:1.3.2.1.01.11.31.00000000 Fonte: 1900	727,08
Receita:1.3.2.1.01.11.31.00000000 Fonte: 1960	1.780,56
Receita:1.7.4.1.99.01.01.00000000 Fonte: 51880	162.167,22
Receita:1.7.9.1.99.01.01.00000000 Fonte: 1900	23.313,18
Total da Receita:	**190.365,18**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS , Estado do Paraná, em 04 de agosto de 2026.

JARBAS MOCELIN
Prefeito Municipal Interino

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:3C3BEEFC

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024 EDITAL DE ABERTURA Nº 001.01/2024.

Considerando os processos administrativos nºs. **8156/2025;5957/2025; 14804/2025, 388/2026;**
Considerando o Termo de Desistência do Concurso nº 001/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 18/03/2026, Edição nº 3491ª, sob o Código Identificadore: B06139B8;
Considerando a Lista de Candidatos reposicionados para o final da classificação do Concurso nº 001/2024, publicados no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 18/03/2026, Edição nº 3491ª, sob o Código Identificador: FBD38363;
Considerando o Termo de Não Compárecimento do Concurso nº 001/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 18/03/2026, Edição nº 3491ª, sob o Código Identificadore: B47FAE48;
Considerando o Termo de Não Comparecimento do Concurso nº 001/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 16/04/2026, Edição nº 3511, sob o Código Identificadore: 14C9E15B;
Considerando o Termo de Não Comparecimento do Concurso nº 001/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 15/06/2026, Edição nº 3551, sob o Código Identificadore: 063793B8;
Considerando a Lista de Candidatos reposicionados para o final da classificação do Concurso nº 001/2024, publicados no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 15/06/2026, Edição nº 3551, sob o Código Identificador: F4EBE7ED;
Considerando o **Termo de Não Comparecimento** do Concurso nº 001/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em **21/07/2026**, Edição nº **3577**, sob o Código Identificadore: **189FE0FE**;
A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Administração, convoca o(s) candidato(s) aprovado(s) para o cargo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO** do Concurso Público nº 001/2024, abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Protocolo, no Prédio Principal da Prefeitura, na Avenida Dom Pedro II, nº 110, Centro de Quatro Barras, CEP 83420-990, no prazo improrrogável de até 10 (dez) dias úteis — entre os dias — **10/08/2026 e 21/08/2026** —, no horário das **8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30**, para apresentação da documentação exigida e exames pré-admissionais que constam no Edital de Abertura nº 001.01/2024, do Concurso Público nº 001/2024, conforme listagem anexa, para análise.
A não apresentação da documentação e dos exames pré-admissionais, ou a falta da documentação exigida, será considerada como desistência da vaga, conforme subitem 19.13, sem direito a recursos

administrativos futuros, nos termos do Edital de Abertura nº 001.01/2024, do Concurso Público nº 001/2024.
A vaga ofertada atenderá à demanda **das Secretarias Municipais**, na data do chamamento, e está condicionada ao cumprimento de todos os requisitos necessários ao ingresso e à posse no cargo.
Após análise documental, será publicado edital com a condição do candidato.

	legenda:
AC	Ampla Concorrência
A e I	Afrodescendente e Indígena
PcD	Pessoa com Deficiência

A ordem de contratação obedecerá rigorosamente os percentuais fixados na legislação municipal vigente.

Classificação Ampla Concorrência				
nome:	**classificação:**	**AC**	**AeI**	**PcD**
DIEGO DE SOUZA	42º	42º		
MARTINA SMAGA	43º	43º		
LARISSA URBINA BENTO	44º	44º		
SILVIA REGINA VIRUEL DA SILVA	45º	45º		
RITA CECCON CLARO	46º	46º		5º

Quatro Barras, 04 de agosto de 2026.

JARBAS MOCELIN
Prefeito Municipal Interino

Exigências e documentos para nomeação e admissão conforme Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024:
Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade e fotocópia; (no caso de naturalizado ou português, apresentar documento correspondente a condição de igualdade de direitos com os brasileiros na forma do artigo 12 § 1º, da Constituição Federal, sendo RG com registro de naturalizado, ou Certificado de Naturalização ou Portaria Ministerial);
Carteira Nacional de Habilitação CNH vigente;
CPF;
Registro Civil de nascimento ou casamento;
Certidão ou Declaração emitida pela Secretaria de Saúde (Unidade Competente) atestando regularidade na vacinação, conforme calendário nacional de vacinação, exclusivamente para os profissionais da área da saúde;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino até 45 anos;
Atestado de Cadastro Negativo (RG de outro estado) ou Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico ***www.institutodeidentificacao.pr.gov.br***, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônico **https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico**/, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
Título de eleitor, **junto com o** comprovante de votação da ultima eleição ou a justificativa de ausência ou declaração de quitação eleitoral; (ver link: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor)
Comprovar a escolaridade e os pré-requisitos exigidos para o cargo, mediante apresentação dos documentos especificados no item 3 do Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024;
Atestado de aptidão física e mental (ASO) compatível com o exercício do cargo/emprego;(ver itens 19.15 e 19.19)
Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone); ***ACS verificar item 19.21 do Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024***
****Apresentar qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos;*
Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal; (***deve ser solicitada pelo candidato no ultimo órgão ou entidade em que laborou ou labora em função pública***);
Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal; (***deve ser solicitada pelo candidato no ultimo órgão ou entidade em que laborou ou labora em função pública***);
Auto declaração identificando o segmento étnico e racial a que pertence, nos termos da Lei Federal n°14.553 / 2023 (**ver ANEXO I desse Edital de Chamamento - DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL**)
Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo/ emprego ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo/emprego ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;(**ver ANEXO II DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO E ANEXO III DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO, desse Edital de Chamamento);**
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;(**VER ANEXO II DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO desse Edital de Chamamento);**
Apresentar Declaração de Bens e Valores que constituam patrimônio (ver anexo IV); **ou** Declaração de Imposto de Renda do último ano;
Declaração de dependentes (VER ANEXO V – DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES, para fins de abatimento de Imposto de Renda e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, declaração de vacina atualizada da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
**** REFERENTE AO ITEM o) não precisa apresentar tal documentação, essa consulta está descontinuada desde 10/02/2025, conforme, https://www.gov.br/esocial/pt-br/noticias/desativacao-da-consulta-da-qualificacao-cadastral-on-line;*

**** SEGUE TERMO DE DESISTÊNCIA E FINAL DE LISTA EM ANEXO VI E VII, CONFORME PREVISÃO EDITALICIA NOS ITENS 19.13 E 19.20*
Baixe aqui as Declarações ou Retire no setor de Protocolo no Prédio Principal da Prefeitura
https://www.quatrobarras.pr.gov.br/pagina/2640_Anexos-Edital-de-Chamamento.html

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:D6E60EC1

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024 EDITAL DE ABERTURA Nº 001.01/2024.

Considerando o processo administrativo nº. **5938/2025**;
Considerando a Lista de Candidatos reposicionados para o final da classificação do Concurso nº 001/2024, publicados no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 15/06/2026, Edição nº 3551, sob o Código Identificador: F4EBE7ED;
Considerando o **Termo de Não Comparecimento** do Concurso nº 001/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em **21/07/2026**, Edição nº **3577**, sob o Código Identificadore: **189FE0FE**;

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Administração, convoca o(s) candidato(s) aprovado(s) para o cargo de **MÉDICO CLÍNICO GERAL** do Concurso Público nº 001/2024, abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Protocolo, no Prédio Principal da Prefeitura, na Avenida Dom Pedro II, nº 110, Centro de Quatro Barras, CEP 83420-990, no prazo improrrogável de até 10 (dez) dias úteis — entre os dias — **10/08/2026 e 21/08/2026**—, no horário das **8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30**, para apresentação da documentação exigida e exames pré-admissionais que constam no Edital de Abertura nº 001.01/2024, do Concurso Público nº 001/2024, conforme listagem anexa, para análise.
A não apresentação da documentação e dos exames pré-admissionais, ou a falta da documentação exigida, será considerada como desistência da vaga, conforme subitem 19.13, sem direito a recursos administrativos futuros, nos termos do Edital de Abertura nº 001.01/2024, do Concurso Público nº 001/2024.

A vaga ofertada atenderá à demanda da Secretaria Municipal de **SAÚDE**, na data do chamamento, e está condicionada ao cumprimento de todos os requisitos necessários ao ingresso e à posse no cargo.
Após análise documental, será publicado edital com a condição do candidato.

	legenda:
AC	Ampla Concorrência
A e I	Afrodescendente e Indígenas
PcD	Pessoa com Deficiência

A ordem de contratação obedecerá rigorosamente os percentuais fixados na legislação municipal vigente.

Classificação Ampla Concorrência				
nome:	**classificação:**	**AC**	**AeI**	**PcD**
MATHEUS PEDRO ROSSETTO CARDOSO	6º	6º		

Quatro Barras, 04 de agosto de 2026.

JARBAS MOCELIN
Prefeito Municipal Interino

Exigências e documentos para nomeação e admissão conforme Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024:
Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade e fotocópia; (no caso de naturalizado ou português, apresentar documento correspondente a condição de igualdade de direitos com os brasileiros na forma do artigo 12 § 1º, da Constituição Federal, sendo RG com registro de naturalizado, ou Certificado de Naturalização ou Portaria Ministerial);
Carteira Nacional de Habilitação CNH vigente;
CPF;
Registro Civil de nascimento ou casamento;
Certidão ou Declaração emitida pela Secretaria de Saúde (Unidade Competente) atestando regularidade na vacinação, conforme calendário nacional de vacinação, exclusivamente para os profissionais da área da saúde;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino até 45 anos;
Atestado de Cadastro Negativo (RG de outro estado) ou Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico ***www.institutodeidentificacao.pr.gov.br***, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônico **https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico**/, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
Título de eleitor, **junto com o** comprovante de votação da ultima eleição ou a justificativa de ausência ou declaração de quitação eleitoral; (ver link: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor)
Comprovar a escolaridade e os pré-requisitos exigidos para o cargo, mediante apresentação dos documentos especificados no item 3 do Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024;
Atestado de aptidão física e mental (ASO) compatível com o exercício do cargo/emprego;(ver itens 19.15 e 19.19)
Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone);
ACS verificar item 19.21 do Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024
****Apresentar qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos;*
Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal; (***deve ser solicitada pelo candidato no ultimo órgão ou entidade em que laborou ou labora em função pública***);
Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal; (***deve ser solicitada pelo candidato no ultimo órgão ou entidade em que laborou ou labora em função pública***);
Auto declaração identificando o segmento étnico e racial a que pertence, nos termos da Lei Federal n°14.553 / 2023 (**ver ANEXO I desse Edital de Chamamento - DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL**)
Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo/ emprego ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo/emprego ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;(**ver ANEXO II DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO E ANEXO III DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO, desse Edital de Chamamento);**
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;(**VER ANEXO II DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO desse Edital de Chamamento);**
Apresentar Declaração de Bens e Valores que constituam patrimônio (ver anexo IV); **ou** Declaração de Imposto de Renda do último ano;
Declaração de dependentes (VER ANEXO V – DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES, para fins de abatimento de Imposto de Renda e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, declaração de vacina atualizada da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

**** REFERENTE AO ITEM o) não precisa apresentar tal documentação, essa consulta está descontinuada desde 10/02/2025, conforme, https://www.gov.br/esocial/pt-br/noticias/desativacao-da-consulta-da-qualificacao-cadastral-on-line;*

**** SEGUE TERMO DE DESISTÊNCIA E FINAL DE LISTA EM ANEXO VI E VII, CONFORME PREVISÃO EDITALICIA NOS ITENS 19.13 E 19.20*

Baixe aqui as Declarações ou Retire no setor de Protocolo no Prédio Principal da Prefeitura
https://www.quatrobarras.pr.gov.br/pagina/2640_Anexos-Edital-de-Chamamento.html

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador: A524D971

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024 EDITAL DE ABERTURA Nº 001.01/2024.

Considerando o processo administrativo nº. **15797/2025**;
Considerando o processo administrativo nº. **388/2026**;
Considerando a Lista de Candidatos reposicionados para o final da classificação do Concurso nº 001/2024, publicados no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 18/03/2026, Edição nº 3491ª, sob o Código Identificador: FBD38363;
Considerando o Termo de Não Comparecimento do Concurso nº 001/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 18/03/2026, Edição nº 3491ª, sob o Código Identificadore: B47FAE48;
Considerando a Lista de Candidatos reposicionados para o final da classificação do Concurso nº 001/2024, publicados no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 16/04/2026, Edição nº 3511ª, sob o Código Identificador: 9E22C29B;
Considerando o Termo de Não Comparecimento do Concurso nº 001/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 16/04/2026, Edição nº 3511, sob o Código Identificadore: 14C9E15B;
Considerando o Termo de Não Comparecimento do Concurso nº 001/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 25/05/2026, Edição nº 3536, sob o Código Identificadore: 31DD84DC;
Considerando a Lista de Candidatos reposicionados para o **final da classificação** do Concurso nº 001/2024, publicados no Diário Oficial

dos Municípios do Paraná, em 15/06/2026, Edição nº 3551, sob o Código Identificador: F4EBE7ED;
Considerando o **Termo de Não Comparecimento** do Concurso nº 001/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 15/06/2026, Edição nº 3551, sob o Código Identificadore: 063793B8;

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Administração, convoca o(s) candidato(s) aprovado(s) para o cargo de **MÉDICO ESPECIALISTA (FAMÍLIA E COMUNIDADE)** do Concurso Público nº 001/2024, abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Protocolo, no Prédio Principal da Prefeitura, na Avenida Dom Pedro II, nº 110, Centro de Quatro Barras, CEP 83420-990, no prazo improrrogável de até 10 (dez) dias úteis — entre os dias — **10/08/2026 e 21/08/2026** —, no horário das **8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30**, para apresentação da documentação exigida e exames pré-admissionais que constam no Edital de Abertura nº 001.01/2024, do Concurso Público nº 001/2024, conforme listagem anexa, para análise.
A não apresentação da documentação e dos exames pré-admissionais, ou a falta da documentação exigida, será considerada como desistência da vaga, conforme subitem 19.13, sem direito a recursos administrativos futuros, nos termos do Edital de Abertura nº 001.01/2024, do Concurso Público nº 001/2024.
A vaga ofertada atenderá à demanda da Secretaria Municipal de **SAÚDE**, na data do chamamento, e está condicionada ao cumprimento de todos os requisitos necessários ao ingresso e à posse no cargo.
Após análise documental, será publicado edital com a condição do candidato.

	legenda:
AC	Ampla Concorrência
A e I	Afrodescendente e Indígenas
PcD	Pessoa com Deficiência

A ordem de contratação obedecerá rigorosamente os percentuais fixados na legislação municipal vigente.

Classificação Ampla Concorrência				
nome:	**classificação:**	**AC**	**AeI**	**PcD**
GUSTAVO BUENO VALENTE	15º	15º		

Quatro Barras, 05 de agosto de 2026.

JARBAS MOCELIN
Prefeito Municipal Interino

Exigências e documentos para nomeação e admissão conforme Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024:
Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade e fotocópia; (no caso de naturalizado ou português, apresentar documento correspondente a condição de igualdade de direitos com os brasileiros na forma do artigo 12 § 1º, da Constituição Federal, sendo RG com registro de naturalizado, ou Certificado de Naturalização ou Portaria Ministerial);
Carteira Nacional de Habilitação CNH vigente;
CPF;
Registro Civil de nascimento ou casamento;
Certidão ou Declaração emitida pela Secretaria de Saúde (Unidade Competente) atestando regularidade na vacinação, conforme calendário nacional de vacinação, exclusivamente para os profissionais da área da saúde;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino até 45 anos;
Atestado de Cadastro Negativo (RG de outro estado) ou Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico ***www.institutodeidentificacao.pr.gov.br***, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônico **https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico**/, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
Título de eleitor, **junto com o** comprovante de votação da ultima eleição ou a justificativa de ausência ou declaração de quitação eleitoral; (ver link: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor)
Comprovar a escolaridade e os pré-requisitos exigidos para o cargo, mediante apresentação dos documentos especificados no item 3 do Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024;
Atestado de aptidão física e mental (ASO) compatível com o exercício do cargo/emprego;(ver itens 19.15 e 19.19)
Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone); ***ACS verificar item 19.21 do Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024***
****Apresentar qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos;*
Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal; (***deve ser solicitada pelo candidato no ultimo órgão ou entidade em que laborou ou labora em função pública***);
Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal; (***deve ser solicitada pelo candidato no ultimo órgão ou entidade em que laborou ou labora em função pública***);
Auto declaração identificando o segmento étnico e racial a que pertence, nos termos da Lei Federal n°14.553 / 2023 (**ver ANEXO I desse Edital de Chamamento - DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL**)
Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo/ emprego ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo/emprego ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;(**ver ANEXO II DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO E ANEXO III DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO, desse Edital de Chamamento);**
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;(**VER ANEXO II DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO desse Edital de Chamamento);**
Apresentar Declaração de Bens e Valores que constituam patrimônio (ver anexo IV); **ou** Declaração de Imposto de Renda do último ano;
Declaração de dependentes (VER ANEXO V – DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES, para fins de abatimento de Imposto de Renda e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, declaração de vacina atualizada da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

**** REFERENTE AO ITEM o) não precisa apresentar tal documentação, essa consulta está descontinuada desde 10/02/2025, conforme, https://www.gov.br/esocial/pt-br/noticias/desativacao-da-consulta-da-qualificacao-cadastral-on-line;*

**** SEGUE TERMO DE DESISTÊNCIA E FINAL DE LISTA EM ANEXO VI E VII, CONFORME PREVISÃO EDITALICIA NOS ITENS 19.13 E 19.20*

Baixe aqui as Declarações ou Retire no setor de Protocolo no Prédio Principal da Prefeitura
https://www.quatrobarras.pr.gov.br/pagina/2640_Anexos-Edital-de-Chamamento.html

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:1D8A7A66

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024 EDITAL DE ABERTURA Nº 001.01/2024.

Considerando o processo administrativo nº. **7977/2026**;
Considerando o Termo de Não Comparecimento do Concurso nº 001/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 15/06/2026, Edição nº 3551, sob o Código Identificadore: 063793B8;

Considerando a Lista de Candidatos reposicionados para o final da classificação do Concurso nº 001/2024, publicados no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em **21/07/2026**, Edição nº **3577**, sob o Código Identificador: **92C0A1A5**;

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Administração, convoca o(s) candidato(s) aprovado(s) para o cargo de **NUTRICIONISTA** do Concurso Público nº 001/2024, abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Protocolo, no Prédio Principal da Prefeitura, na Avenida Dom Pedro II, nº 110, Centro de Quatro Barras, CEP 83420-990, no prazo improrrogável de até 10 (dez) dias úteis — entre os dias — **10/08/2026 e 21/08/2026** —, no horário das **8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30**, para apresentação da documentação exigida e exames pré-admissionais que constam no Edital de Abertura nº 001.01/2024, do Concurso Público nº 001/2024, conforme listagem anexa, para análise.
A não apresentação da documentação e dos exames pré-admissionais, ou a falta da documentação exigida, será considerada como desistência da vaga, conforme subitem 19.13, sem direito a recursos administrativos futuros, nos termos do Edital de Abertura nº 001.01/2024, do Concurso Público nº 001/2024.
A vaga ofertada atenderá à demanda da Secretaria Municipal de **SAÚDE**, na data do chamamento, e está condicionada ao cumprimento de todos os requisitos necessários ao ingresso e à posse no cargo.
Após análise documental, será publicado edital com a condição do candidato.

	legenda:
AC	Ampla Concorrência
A e I	Afrodescendente e Indígenas
PcD	Pessoa com Deficiência

A ordem de contratação obedecerá rigorosamente os percentuais fixados na legislação municipal vigente.

Classificação Ampla Concorrência				
nome:	**classificação:**	**AC**	**AeI**	**PcD**
PANERA CHARNIOSKI DE ANDRADE	5º	5º		

Quatro Barras, 04 de agosto de 2026.

JARBAS MOCELIN
Prefeito Municipal Interino

Exigências e documentos para nomeação e admissão conforme Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024:
Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade e fotocópia; (no caso de naturalizado ou português, apresentar documento correspondente a condição de igualdade de direitos com os brasileiros na forma do artigo 12 § 1º, da Constituição Federal, sendo RG com registro de naturalizado, ou Certificado de Naturalização ou Portaria Ministerial);
Carteira Nacional de Habilitação CNH vigente;
CPF;
Registro Civil de nascimento ou casamento;
Certidão ou Declaração emitida pela Secretaria de Saúde (Unidade Competente) atestando regularidade na vacinação, conforme calendário nacional de vacinação, exclusivamente para os profissionais da área da saúde;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino até 45 anos;
Atestado de Cadastro Negativo (RG de outro estado) ou Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico ***www.institutodeidentificacao.pr.gov.br***, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônico **https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico**/, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
Título de eleitor, **junto com o** comprovante de votação da ultima eleição ou a justificativa de ausência ou declaração de quitação eleitoral; (ver link: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor)
Comprovar a escolaridade e os pré-requisitos exigidos para o cargo, mediante apresentação dos documentos especificados no item 3 do Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024;
Atestado de aptidão física e mental (ASO) compatível com o exercício do cargo/emprego;(ver itens 19.15 e 19.19)
Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone); ***ACS verificar item 19.21 do Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024***
****Apresentar qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos;*
Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal; (***deve ser solicitada pelo candidato no ultimo órgão ou entidade em que laborou ou labora em função pública***);
Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal; (***deve ser solicitada pelo candidato no ultimo órgão ou entidade em que laborou ou labora em função pública***);
Auto declaração identificando o segmento étnico e racial a que pertence, nos termos da Lei Federal n°14.553 / 2023 (**ver ANEXO I desse Edital de Chamamento - DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL**)
Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo/ emprego ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo/emprego ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;(**ver ANEXO II DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO E ANEXO III DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO, desse Edital de Chamamento);**
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;(**VER ANEXO II DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO desse Edital de Chamamento);**
Apresentar Declaração de Bens e Valores que constituam patrimônio (ver anexo IV); **ou** Declaração de Imposto de Renda do último ano;
Declaração de dependentes (VER ANEXO V – DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES, para fins de abatimento de Imposto de Renda e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, declaração de vacina atualizada da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

**** REFERENTE AO ITEM o) não precisa apresentar tal documentação, essa consulta está descontinuada desde 10/02/2025, conforme, https://www.gov.br/esocial/pt-br/noticias/desativacao-da-consulta-da-qualificacao-cadastral-on-line;*

**** SEGUE TERMO DE DESISTÊNCIA E FINAL DE LISTA EM ANEXO VI E VII, CONFORME PREVISÃO EDITALICIA NOS ITENS 19.13 E 19.20*

Baixe aqui as Declarações ou Retire no setor de Protocolo no Prédio Principal da Prefeitura
https://www.quatrobarras.pr.gov.br/pagina/2640_Anexos-Edital-de-Chamamento.html

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:083462D3

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024 EDITAL DE ABERTURA Nº 001.01/2024.

Considerando os processos administrativos nºs. **5957/2025**;
Considerando o processo administrativo nº. **388/2026**;
Considerando a Lista de Candidatos reposicionados para o final da classificação do Concurso nº 001/2024, publicados no Diário Oficial

dos Municípios do Paraná, em 18/03/2026, Edição nº 3491ª, sob o Código Identificador: FBD38363;
Considerando a Lista de Candidatos reposicionados para o final da classificação do Concurso nº 001/2024, publicados no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 16/04/2026, Edição nº 3511ª, sob o Código Identificador: 9E22C29B;
Considerando o Termo de Desistência do Concurso nº 001/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 15/06/2026, Edição nº 3551, sob o Código Identificadore: 147B542F;
Considerando a Lista de Candidatos reposicionados para o final da classificação do Concurso nº 001/2024, publicados no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em **21/07/2026**, Edição nº **3577**, sob o Código Identificador: **92C0A1A5**;

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Administração, convoca o(s) candidato(s) aprovado(s) para o cargo de **ASSISTENTE SOCIAL** do Concurso Público nº 001/2024, abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Protocolo, no Prédio Principal da Prefeitura, na Avenida Dom Pedro II, nº 110, Centro de Quatro Barras, CEP 83420-990, no prazo improrrogável de até 10 (dez) dias úteis — entre os dias — 1**0/08/2026 e 21/08/2026** —, no horário das **8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30**, para apresentação da documentação exigida e exames pré-admissionais que constam no Edital de Abertura nº 001.01/2024, do Concurso Público nº 001/2024, conforme listagem anexa, para análise.
A não apresentação da documentação e dos exames pré-admissionais, ou a falta da documentação exigida, será considerada como desistência da vaga, conforme subitem 19.13, sem direito a recursos administrativos futuros, nos termos do Edital de Abertura nº 001.01/2024, do Concurso Público nº 001/2024.
A vaga ofertada atenderá à demanda da Secretaria Municipal de **Desenvolvimento Social e Família**, para cumprimento da carga horária diária das **10h às 12h e das 13:30h às 17:30h**, na data do chamamento, e está condicionada ao cumprimento de todos os requisitos necessários ao ingresso e à posse no cargo. Após análise documental, será publicado edital com a situação do candidato.

	legenda:
AC	Ampla Concorrência
A e I	Afrodescendente e Indígenas
PcD	Pessoa com Deficiência

A ordem de contratação obedecerá rigorosamente os percentuais fixados na legislação municipal vigente.

Classificação Ampla Concorrência				
nome:	**classificação:**	**AC**	**AeI**	**PcD**
TALITA SHARON MACHADO	11º	11º		

Quatro Barras, 04 de agosto de 2026.

JARBAS MOCELIN
Prefeito Municipal Interino

Exigências e documentos para nomeação e admissão conforme Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024:
Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade e fotocópia; (no caso de naturalizado ou português, apresentar documento correspondente a condição de igualdade de direitos com os brasileiros na forma do artigo 12 § 1º, da Constituição Federal, sendo RG com registro de naturalizado, ou Certificado de Naturalização ou Portaria Ministerial);
Carteira Nacional de Habilitação CNH vigente;
CPF;
Registro Civil de nascimento ou casamento;
Certidão ou Declaração emitida pela Secretaria de Saúde (Unidade Competente) atestando regularidade na vacinação, conforme calendário nacional de vacinação, exclusivamente para os profissionais da área da saúde;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino até 45 anos;
Atestado de Cadastro Negativo (RG de outro estado) ou Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico ***www.institutodeidentificacao.pr.gov.br***, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônico **https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico**/, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
Título de eleitor, **junto com o** comprovante de votação da ultima eleição ou a justificativa de ausência ou declaração de quitação eleitoral; (ver link: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor)
Comprovar a escolaridade e os pré-requisitos exigidos para o cargo, mediante apresentação dos documentos especificados no item 3 do Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024;
Atestado de aptidão física e mental (ASO) compatível com o exercício do cargo/emprego;(ver itens 19.15 e 19.19)
Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone); ***ACS verificar item 19.21 do Edital de Abertura nº 001.01/2024, Concurso Público nº 001/2024***
****Apresentar qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos;*
Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal; (***deve ser solicitada pelo candidato no ultimo órgão ou entidade em que laborou ou labora em função pública***);
Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal; (***deve ser solicitada pelo candidato no ultimo órgão ou entidade em que laborou ou labora em função pública***);
Auto declaração identificando o segmento étnico e racial a que pertence, nos termos da Lei Federal n°14.553 / 2023 (**ver ANEXO I desse Edital de Chamamento - DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL**)
Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo/ emprego ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo/emprego ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;(**ver ANEXO II DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO E ANEXO III DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO, desse Edital de Chamamento);**
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;(**VER ANEXO II DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA/ BENEFÍCIO desse Edital de Chamamento);**
Apresentar Declaração de Bens e Valores que constituam patrimônio (ver anexo IV); **ou** Declaração de Imposto de Renda do último ano;
Declaração de dependentes (VER ANEXO V – DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES, para fins de abatimento de Imposto de Renda e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, declaração de vacina atualizada da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

**** REFERENTE AO ITEM o) não precisa apresentar tal documentação, essa consulta está descontinuada desde 10/02/2025, conforme, https://www.gov.br/esocial/pt-br/noticias/desativacao-da-consulta-da-qualificacao-cadastral-on-line;*

**** SEGUE TERMO DE DESISTÊNCIA E FINAL DE LISTA EM ANEXO VI E VII, CONFORME PREVISÃO EDITALICIA NOS ITENS 19.13 E 19.20*

Baixe aqui as Declarações ou Retire no setor de Protocolo no Prédio Principal da Prefeitura
https://www.quatrobarras.pr.gov.br/pagina/2640_Anexos-Edital-de-Chamamento.html

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:C0CC8B15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 51/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à despesa abaixo especificada, **Processo n° 9328/2026. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, MEDIANTE A AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) INSCRIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORAS PÚBLICAS NO 34º CONGRESSO BRASILEIRO DE FONOAUDIOLOGIA (CBFA 2026). Na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no artigo 74, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Quatro Barras/PR.**
CONTRATADA: SOCIEDADE BRASILEIRA DE FONOAUDIOLOGIA

CNPJ Nº: 23.553.407/0001-41
VALOR TOTAL DE: R$ 3.588,00 (Tres mil, quinhentos e oitenta e oito reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	Código Reduzido	Subação	Natureza	Fonte
06.001	221	06.001.10.301.0012.2.076.3.3.90.39.00.00.	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1303 – Recurso Livre

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:129534AF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°114/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	113 /2026			
DATA DA CONCESSÃO:	31/07/2026			
FAVORECIDO:	RODRIGO DOLAVAL ASSUNÇÃO			
CPF:	052.*** .*** -02			
DESTINO VIAGEM:	PIRAQUARA PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
ACOMPANHAR O ADOLESCENTE QUE SE ENCONTRA SOB AS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE QUE RECEBERÁ ALTA HOSPITALAR				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	03/08/2026			
RETORNO:	04/08/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	01 e ½			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		01 e ½	**R$573,94**	R$ 860,91
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$ 860,91**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 05 de Agosto de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:AD4EE6CD

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONCEDE LICENÇA PREMIO

PORTARIA Nº. 096/2026

SÚMULA: Concede Licença Prêmio.

Alex Sandro Fernandes, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o protocolo 1219/2026,
RESOLVE:

Conceder 84 (oitenta e quatro) dias de **Licença Prêmio** a Servidora **SONIA FELIX DA SILVA GONÇALVES,** ocupante do cargo de **PROFESSORA – 2º PADRÃO**, portadora da Cédula de Identidade com RG. nº.4.5**.**7-4 e do CPF nº. 127.***.***-06, referente aos períodos aquisitivos de **2004/2009** e **2009/2014,** conforme Artigo 47 da Lei 1120/2011 e Artigo 192 da Lei nº. 069/2003, alterada pelo Artigo 1º. da Lei nº. 1.268 de 20/12/2012, a partir de 05/08/2026.

Registre-se e
Publique-se.

Querência do Norte, PR, 03 de Agosto de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:717CB1CA

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO CONC.04.2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
Em atendimento ao artigo 71 da Lei 14.133/2021, torna- se pública a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório em epígrafe às proponentes:
CONSTRUTORA LONGUINI LTDA
CNPJ 16.514.870/0001-19
RUA EDMUNDO MERCER JUNIOR, 1565- JD ALVORADA – CRUZEIRO DO OESTE-PARANÁ
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ , área de 144.364,43 m², CONVENIO 1987/2025 – SECID/PR
Valor - R$ 35.850.000,00 (trinta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta mil reais)
Querência do Norte PR, 05 de agosto de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:C74E943D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO PREGÃO N° 26/2026 – PMQ - NOVA DATA DE ABERTURA

MUNICÍPIO DE QUITANDINHA - PR
AVISO PREGÃO N° 26/2026 – PMQ
Nova Data de Abertura
LOCAL: www.bllcompras.com
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES. **Data limite do cadastramento das propostas**: 25/08/2026 às 8h45min. **Data de inicio dos lances**: 25/08/2026 às 9h. Os prazos, só serão prorrogados em caso de retardamento causado pela Prefeitura e nunca por licitantes. Informações e integra do edital: www.quitandinha.pr.gov.br/licitacoes, email: licitação@quitandinha.pr.gov.br e Portal Nacional de Contratações

Públicas (PNCP) www.gov.br/pncp , ou diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Rua José de Sá Ribas, 238, Fone 41-3623-1231. Quitandinha, 05 de agosto de 2026.

ANTONIO IARGAS -
Secretário Interino Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação.

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:6584DC5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO PREGÃO N° 32/2026 – PMQ

MUNICÍPIO DE QUITANDINHA - PR
AVISO PREGÃO N° 32/2026 – PMQ
LOCAL: www.bllcompras.com
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E GERENCIAMENTO DE VALE-REFEIÇÃO POR MEIO DE CARTÃO ELETRÔNICO/MAGNÉTICO COM CHIP DE SEGURANÇA E SENHA INDIVIDUAL. **Data limite do cadastramento das propostas**: 26/08/2026 às 8h45min. **Data de inicio dos lances**: 26/08/2026 às 9h. Os prazos, só serão prorrogados em caso de retardamento causado pela Prefeitura e nunca por licitantes. Informações e integra do edital: www.quitandinha.pr.gov.br/licitacoes, email: licitação@quitandinha.pr.gov.br e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) www.gov.br/pncp , ou diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Rua José de Sá Ribas, 238, Fone 41-3623-1231. Quitandinha, 05 de agosto de 2026.

ANTONIO IARGAS -
Secretário Interino Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação.

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:678E53C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 3º TERMO ADITIVO

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
CONTRATO Nº 027/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO No 151/2023
CONCORRÊNCIA Nº 01/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE-PR
CONTRATADA: MONSTER & SILVA LTDA – ME, inscrita no CNPJ nº 50.550.926/0001-29
OBJETO: Execução de Pavimentação Asfáltica de Vias Urbanas em CBUQ com Área de 7.049,21m², incluindo Serviços Preliminares, Base e Sub-Base, Revestimento, Meio-Fio com Sarjeta, Serviços de Urbanização, Sinalização de Trânsito, Drenagem, Ensaios Tecnológicos e Placa de Comunicação Visual. CONVÊNIO Nº 608/2023 - SECID.
DATA DO ADITIVO:10/06/2026
VIGÊNCIA DO ADITIVO: Até 16/09/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n° 8.666/93, e suas regulamentações.

Rancho Alegre D'Oeste-PR, 10 de junho de 2.026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:A060A6A1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
172-2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 08/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ARZ1A82	278050NIC0000538	30/06/2026	50020
AYT5I14	278050NIC0000535	30/06/2026	50020
AZO2J54	278050NIC0000536	30/06/2026	50020
CRL0516	278050NIC0000534	30/06/2026	50020
RHF2G06	278050NIC0000537	30/06/2026	50020

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:474EE6C9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 050/2026 – PSS Nº 01/2026

Contratante: Município de Realeza / PR
Contratado (a): CAROLINE CUNHA FORTES
CPF: 116.xxx.xxx-52
Objeto/Motivo: Contratação de trabalho por tempo determinado nos termos do inciso IX, do art. 37, CF/88 e Lei Municipal Nº 1.637/2015.
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Valor: R$ 1.781,36
Carga Horária Semanal: 40 HORAS
Vigência: 10/08/2026 a 09/08/2027
Data: 05/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:2564D411

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.298, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Altera a redação do artigo 2º da Lei Municipal nº 2.233/2025, que autoriza o Poder Executivo a firmar Termo de Fomento com a AMAA - Associação Melhores Amigos dos Animais, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Realeza, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - O artigo 2º da Lei Municipal nº 2.233, de 27 de maio de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 2º - O repasse de que trata esta lei, a ser utilizado conforme plano de trabalho apresentado pela entidade, observará os seguintes valores:
I - Para o ano de 2026, o valor a ser repassado será de **R$ 298.000,00 (duzentos e noventa e oito mil reais)**, custeado por meio de emendas impositivas e dotação orçamentária já prevista em LOA, indicadas para esta finalidade.
II - Nos anos subsequentes, o repasse anual será de **R$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais)**, observando-se o prazo de prorrogação da parceria estabelecido no art. 4º desta Lei.
Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 2.233/2025.
Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 05 de agosto de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:B1A43785

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.012/2026 05/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER Licença Prêmio de 03 meses para o servidor **MARCUS VINICIUS MORAES CIBULSKI**, ocupante do cargo efetivo de Odontólogo, referente ao período **01/06/2018 a 31/05/2023,** a partir da data de 05 de setembro 2026.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:2E6FD483

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.013/2026 05/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a pedido a servidora abaixo relacionada do cargo comissionado de Coordenador da Casa de Apoio, a partir da data de hoje 05 de agosto de 2026:

BRUNA DIAS	Coordenador da Casa de Apoio

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:0CCFD32F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.014/2026 05/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - REVOGAR a designação da servidora abaixo relacionada em cargo Efetivo de Auxiliar de serviços Gerais como responsável pela limpeza dos banheiros públicos, conforme Portaria Nº 8.659/2026 de 12/02/2026, a partir do mês de agosto 2026.

CRISTIANI JANOSKI BARBOSA	CMEI Pequeno Anjo
LUIZA GABRIELI GASPARRI	Escola Menino Jesus
ROSANETE DAL CORTIVO CARDOSO DOS SANTOS	Escola Independência

- REVOGAR a designação da servidora abaixo relacionada em cargo Efetivo de Auxiliar de serviços Gerais como responsável pela limpeza dos banheiros públicos, conforme Portaria Nº 8.994/2026 de 23/07/2026, a partir do mês de agosto 2026.

MARIA THAIS CARDOSO DOS SANTOS	CMEI VÓ TOTINHA

- REVOGAR a designação da servidora abaixo relacionada em cargo Efetivo de públicos, conforme Portaria Nº 8.510/2025 de 02/12/2025, a partir do mês de agosto 2026.

PATRICIA ANGELICA VELOZO GERMANO	Escola Do Campo Modesto de Palma

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:A4D28CFF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.015/2026 05/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Gratificação de Difícil Acesso/Provimento de 10% sobre o vencimento inicial da carreira para as servidoras abaixo relacionadas a partir de agosto de 2026.
ESCOLA:

GISELI LUIZA CORTINA	Professor de Educação Física 2º padrão

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:B183E734

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.016/2026 05/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR por término de contrato a servidora ANGELITA SIMÕES do cargo Temporário do Processo Seletivo Simplificado PSS 10/2023 Monitor Educacional, a partir da data de hoje 05/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:F60F85E2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 2026-164

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 18/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AGD8006	278050T000004658	31/07/2026	76332
AJV8F94	278050T000004598	21/07/2026	55412
APS3D20	278050T000004602	27/07/2026	55411
APV1H34	278050T000004526	20/07/2026	55412
ASF6A43	278050T000004531	30/07/2026	57200
AUU1596	278050T000004657	31/07/2026	51930
AVU2979	278050T000004601	27/07/2026	76331
AVY8B06	278050T000004652	21/07/2026	55412
AWX9D38	278050T000004519	28/07/2026	55414
AYG7379	278050T000004654	31/07/2026	70561
AYG7379	278050T000004655	31/07/2026	66371
AYG7379	278050T000004653	31/07/2026	52070
AYK2H25	278050T000004524	20/07/2026	55412
AYZ2B33	278050T000004520	28/07/2026	61220
AZC4J43	278050T000004594	29/07/2026	54522
BBI3I19	278050T000004449	18/07/2026	55412
BXB3J92	278050T000004587	28/07/2026	65800
DFK4I16	278050T000004525	20/07/2026	55412
DJP5C28	278050T000004532	31/07/2026	55414
DSG4H57	278050T000004527	20/07/2026	55412
EQW0H13	278050T000004521	20/07/2026	55412
EVP3A53	278050T000004597	21/07/2026	55412
EVP3A53	278050T000004523	20/07/2026	55412
JCE9J40	278050T000004592	29/07/2026	76332
QHZ1D03	278050T000004600	21/07/2026	55412
RAC6901	278050T000004591	29/07/2026	76332
RBY3B39	278050T000004593	29/07/2026	54522
RGU4B78	278050T000004656	31/07/2026	76332
SEL4B90	278050T000004518	27/07/2026	76331

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:CB8529D0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 2026-165

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 17/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
CRL0516	278050NIC0000567	07/07/2026	50020
RAI0E58	278050NIC0000566	07/07/2026	50020
RHS8G52	278050NIC0000564	07/07/2026	50020
RHS8G52	278050NIC0000565	07/07/2026	50020

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:86AC0BDD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 2026-166

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 17/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
BCK9I13	278050T000003838	20/05/2026	56222	

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:A35DFDA3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 2026-168

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 14/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AMT9J70	278050NIC0000563	07/07/2026	50020
AMT9J70	278050NIC0000562	07/07/2026	50020
AZN8B39	278050NIC0000561	07/07/2026	50020
MMM6G20	278050NIC0000559	07/07/2026	50020
RXS9J52	278050NIC0000560	07/07/2026	50020

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:6DCC298A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 2026-169

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 14/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
SUE2H43	278050NIC0000419	01/05/2026	50020	R$ 390,46

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:9A3AEC71

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 2026-170

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 11/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AIT1F78	278050NIC0000544	30/06/2026	50020
AMF3A31	278050NIC0000546	30/06/2026	50020
ENU7A57	278050NIC0000545	30/06/2026	50020
RVE0B94	278050NIC0000547	30/06/2026	50020
UAU7J51	278050NIC0000548	30/06/2026	50020

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:F271EE32

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 2026-171

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 10/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
CRL0516	278050NIC0000543	30/06/2026	50020
IYW5E96	278050NIC0000540	30/06/2026	50020
JRD1B11	278050NIC0000539	30/06/2026	50020
QIQ9F56	278050NIC0000542	30/06/2026	50020
SEP9I24	278050NIC0000541	30/06/2026	50020

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:5789CB57

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 2026-174

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 10/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
BCE7482	278050T000003805	15/05/2026	64830	02570544458

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:4C9A98FA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - PE 24

EXTRATO DE CONTRATOCONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 252/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: PINHEIRO S VEICULOS LTDA
OBJETO: O objeto da presente licitação é Aquisição de 2 (dois) veículos de passeio zero quilo metro, referente a Resolução SESA 1899/2025 e aquisição de 2 (dois) veículos utilitários referentes a Resolução 1985/2025, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE: LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 24/2026
VALOR TOTAL: R$540.200,00 (Quinhentos e Quarenta Mil e Duzentos Reais).
DATA DA ASSINATURA: 04/08/2026

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:0A319616

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL EDITAL 009/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026 – PMR

MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço por Lote.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de peças e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para bens móveis (motosserras, roçadeiras, sopradores, cortador de grama e afins), conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 02 de setembro de 2026 às 08h00min.
UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL: http://www.gov.br/compras/pt-br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou telefone (046) 3550 – 8314.
Renascença, 05 de agosto de 2026.

LUCIANE ELOISE LUBCZYK
Agente de Contratação/Pregoeira

Publicado por:
Luciane Eloise Lubczyk
Código Identificador:535A4977

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2022, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

Altera a denominação da atual Avenida Duque de Caxias, no trecho que liga a sede do Município ao Distrito de Canela, para Avenida Valério Toscan, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, Prefeita de Renascença, sanciono a seguinte,
LEI:
Art. 1º Fica alterada a denominação da atual **Avenida Duque de Caxias**, no trecho que liga a sede do Município de Renascença ao **Distrito de Canela**, passando o referido logradouro a denominar-se **Avenida Valério Toscan**.

Art. 2º O Poder Executivo adotará as providências administrativas necessárias ao cumprimento desta Lei, inclusive a substituição das placas de identificação, a atualização dos cadastros públicos, mapas, registros oficiais e demais instrumentos de controle vinculados ao logradouro.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:EE11F380

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO DE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMDICARI

Súmula: Altera os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-COMDICARI, conforme Lei Municipal Nº029/1997 e alteração realizada pela Lei 1097/2020.

O Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, Vitorio Antunes de Paula, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar os membros governamentais e da Sociedade Civil que compõem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo sua composição disposta da seguinte forma:

GOVERNAMENTAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- Bruna Ribeiro Freire **Titular**
– Eliane Aparecida Camargo Caldas **Suplente**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Renilda A. D da Luz Melo - **Titular**
Luan Alves Fernandes – **Suplente**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Eliton Jose Brazil- **Titular**
Vitor Henrique da Paz– **Suplente**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Daniele Cristina Caldas– **Titular**
Luciane Aparecida Mendes – **Suplente**

NÃO GOVERNAMENTAIS

ASSOCIAÇÃO DOS AQUICULTORES DO RIO IGUAÇU.
Júlio Cesar dos Santos– **Titular**
Marta Gorete da Silva – **Suplente**

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPECIONAIS
Jussara Macedo de Matos – **Titular**
Mirian de Abreu Camargo – **Suplente**

ASSOCIAÇÃO DE QUILOMBOLAS
Lucimara dos Santos– **Titular**
Jucemara dos Santos– **Suplente**

CÁRITAS/PASTORAL
Ana Cristina Shulter- **Titular**
Patrícia Fornari - **Suplente**

Art. 2º - Os membros terão mandato até a próxima Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo permitida a recondução.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, 05 de agosto de 2.026.

VITORIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jumara Regina de Oliveira Dallagnol
Código Identificador:328CC9B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO N°: 128/2026 SÚMULA: EXONERA SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o Sr. PEDRO GELSON CALDAS, brasileiro, portador do CPF de nº: XXX. 042.339-XX, servidor público do Município de Reserva do Iguaçu, ocupante do cargo de Secretário Municipal, lotada junto à Secretaria de Viação, Transporte e Obras.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:96B7E8DF

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
PORTARIA 45/2026 - APROVA REGIMENTO INTERNO

PORTARIA 45/2026

SÚMULA: APROVA O REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE – NMSP DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a Resolução RDC ANVISA nº 36, de 25 de julho de 2013, que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde;
CONSIDERANDO a Portaria Municipal nº 113/2024, de 25 de setembro de 2024, alterada pela Portaria nº 090/2025, de 17 de junho de 2025, que instituiu o Núcleo Municipal de Segurança do Paciente – NMSP no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a estrutura organizacional, competências, funcionamento e atribuições do Núcleo Municipal de Segurança do Paciente, visando fortalecer a Política Municipal de Segurança do Paciente;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o **Regimento Interno do Núcleo Municipal de Segurança do Paciente – NMSP**, da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Reserva do Iguaçu, constante do Anexo Único desta Portaria, que dela passa a fazer parte integrante.

Art. 2º O Núcleo Municipal de Segurança do Paciente desenvolverá suas atividades em conformidade com as disposições constantes do Regimento Interno ora aprovado, observada a legislação federal, estadual e municipal aplicável.
Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Saúde adotar as medidas administrativas necessárias ao cumprimento desta Portaria, bem como promover sua divulgação entre os servidores e unidades de saúde do Município.

Art. 4º Os casos omissos e as situações não previstas no Regimento Interno serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, observada a legislação vigente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

ANEXO – REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE – NMSP

CAPÍTULO 1 – DA INSTITUIÇÃO
Art. 1º Fica instituído o Núcleo Municipal de Segurança do Paciente da Secretaria Municipal de Saúde de Reserva do Iguaçu, em conformidade com a legislação vigente que trata da promoção da qualidade e segurança na atenção à saúde, nos termos da Portaria nº 113/2024, de 25 de Setembro de 2024, alterada pela Portaria nº 090/2025, de 17 de junho de 2025.

CAPÍTULO 2 – DOS OBJETIVOS
Art. 2º O Núcleo Municipal de Segurança do Paciente – NMSP tem por finalidade promover, articular, apoiar, implementar e monitorar ações voltadas à melhoria da qualidade e segurança na atenção à saúde no âmbito municipal, tendo seu funcionamento definido no presente Regimento.

Art. 3º São objetivos do Núcleo:
I - Desenvolver e fomentar a cultura de segurança do paciente, com base na transparência, aprendizagem contínua e não punição;
II - Apoiar a implantação e monitoramento de protocolos e práticas seguras nos serviços de saúde da rede municipal;
III - Promover a identificação, análise e notificação de eventos adversos, incidentes e quase erros nos serviços de saúde, contribuindo para sua prevenção;
IV - Incentivar a educação permanente e a capacitação dos profissionais de saúde em temas relacionados à segurança do paciente;
V - Acompanhar e apoiar a estruturação dos Núcleos de Segurança do Paciente nas Unidades de Saúde de gestão municipal, conforme diretrizes do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP);
VI - Colaborar com as ações de gestão da qualidade e vigilância sanitária, fortalecimento a articulação intersetorial e a gestão dos riscos;
VII - Estimular a participação do paciente, família e comunidade nas ações de segurança e qualidade do cuidado em saúde.

CAPÍTULO 3 – DA COMPOSIÇÃO
Art. 4º Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) é composto por profissionais da área da saúde, formalmente designados por ato da Secretaria Municipal de Saúde de Reserva do Iguaçu. Compete a esses profissionais planejar, elaborar, implementar, manter e avaliar o Plano Municipal de Segurança do Paciente (PMSP), considerando as características e necessidades específicas da rede municipal de saúde. Poderá se criar comissões ou grupos de trabalho para tema específicos de acordo com a necessidade de cada tema a ser tratado.

§1º Considera-se PMSP o conjunto de ações desenvolvidas deliberada e sistematicamente elaborado pelo NMSP que estabelece estratégias e ações de gestão de risco com vistas à redução máxima possível da incidência e da gravidade dos eventos adversos que possam ocorrer nos serviços de saúde.
§2º As atividades de segurança do paciente, entre outras, que serão desenvolvidas nos serviços de saúde estão listadas a seguir:
I - Identificação, análise, avaliação, monitoramento e comunicação dos riscos no serviço de saúde de forma sistemática;
II - Integração dos diferentes processos de gestão de risco desenvolvidos nos serviços de saúde;
III - Implementação de protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde que se enquadram nas unidades de saúde;
IV - Identificação do paciente;
V - Higiene das mãos;
VI - Segurança em pequenos procedimentos;
VII - Segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos;
VIII - Segurança no uso de equipamentos e materiais;
IX - Prevenção de quedas dos pacientes;
X - Prevenção de úlceras por pressão;
XI - Prevenção e controle de eventos adversos em serviços de saúde, incluindo as infecções relacionadas à assistência à saúde;
XII - Comunicação efetiva entre profissionais do serviço de saúde e entre serviços de saúde;
XIII - Estímulo à participação do paciente e dos familiares na assistência prestada;
XIV - Promoção do ambiente seguro.

Art. 5º A composição do NSP deverá assegurar a representação multiprofissional, contemplando:
I - Representante Secretaria Municipal de saúde: Luciano Savero Bernieri;
II - Representante da Atenção Primária: Gislaine Fatima de Ramos Gomes;
III - Representante dos serviços de Urgência e Emergência: Ana Paula Marques;
IV - Representante da Farmácia Municipal: Daiane Tais Bueno de Freitas;
V - Representante da Vigilância Epidemiológica: Jocineia Lemes do Nascimento;
VI - Representante da vigilância sanitária: Claudemir Gulak;
VII - Representação Médica: Danielle Pereira Pires.

CAPÍTULO IV – DAS ATRIBUIÇÕES
Art. 6º Compete ao Núcleo Municipal de Segurança do Paciente (NMSP):
I - Promover ações para a gestão de risco no serviço de saúde;
II - Desenvolver ações para a integração e a articulação multiprofissional no serviço de saúde;
III - Promover mecanismos para identificar e avaliar a existência de não conformidades nos processos e procedimentos realizados e na utilização de equipamentos, medicamentos e insumos propondo ações preventivas e corretivas;
IV - Elaborar, implantar, divulgar e manter atualizado o Plano de Segurança do Paciente (PSP) em Serviços de Saúde;
V - Acompanhar as ações vinculadas ao Plano de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde;
VI - Implantar os Protocolos de Segurança do Paciente e realizar o monitoramento dos seus indicadores;
VII - Estabelecer barreiras para a prevenção de incidentes nos serviços de saúde;
VIII - Desenvolver, implantar e acompanhar programas de capacitação em segurança do paciente e qualidade em serviços de saúde;
IX - Analisar e avaliar os dados sobre incidentes e eventos adversos decorrentes da prestação do serviço de saúde;
X - Compartilhar e divulgar à direção e aos profissionais do serviço de saúde os resultados da análise e avaliação dos dados sobre incidentes e eventos adversos decorrentes da prestação do serviço de saúde;
XI - Notificar ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária os eventos adversos decorrentes da prestação do serviço de saúde;
XII - Manter sob sua guarda e disponibilizar à autoridade sanitária, quando requisitado, as notificações de eventos adversos;
XIII - Acompanhar os alertas sanitários e outras comunicações de risco divulgadas pelas autoridades sanitárias.

CAPÍTULO V – DAS RESPONSABILIDADES DOS MEMBROS
Art. 7º São responsabilidades dos membros do NMSP:
I - Participar das reuniões e atividades, contribuindo com seus conhecimentos e experiências para o aprimoramento da segurança do paciente;
II - Manter sigilo absoluto sobre informações confidenciais e dados sensíveis tratados nas reuniões e atividades do NSP, respeitando a privacidade dos pacientes e profissionais;
III - Zelar pelo cumprimento deste Regimento Interno e das normas vigentes relacionadas à segurança do paciente;
IV - Propor ações, estratégias e melhorias que contribuam para a prevenção de eventos adversos e a promoção da cultura de segurança;
V - Colaborar com a disseminação das práticas seguras e protocolos institucionais nos serviços de saúde municipais;
VI - Promover a articulação entre os serviços e setores para integração das ações de segurança do paciente;
VII - Cumprir com ética e responsabilidade as atribuições que lhe forem designadas no âmbito do Núcleo;
VIII - Informar a coordenação do NSP sobre qualquer impedimento que impossibilite sua participação nas atividades do Núcleo.
§1º As deliberações tomadas deverão ser encaminhadas em forma de Resoluções, quando estiverem relacionadas à criação e/ou alterações nas normas e rotinas.
§2º Os treinamentos para as diversas categorias profissionais e em diversos temas serão agendados previamente e comunicados às Coordenações de Unidades, que deverão ser responsáveis pelo encaminhamento da sua equipe a estes, mediante autorização da Secretaria Municipal.

CAPÍTULO VI – DAS REUNIÕES
Art. 8º O Núcleo Municipal de Segurança do Paciente (NMSP) reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada dois meses, e, extraordinariamente, sempre que convocado pela coordenação ou por solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Em casos de urgência ou relevância de determinada matéria, o NMSP poderá, por decisão da maioria de seus membros, alterar a periodicidade estabelecida neste artigo.

Art. 9º As reuniões serão informadas com, no mínimo, cinco dias de antecedência, por meio eletrônico ou outro meio eficaz de comunicação, com a pauta previamente definida.
§1º As reuniões deverão contar com a presença da maioria absoluta dos membros para instalação e deliberação.
§2º Será excluído e substituído o componente do NMSP que, sem motivo justificado, deixe de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou intercaladas no período de 01 (um) ano.

Art. 10 De cada reunião será lavrada ata circunstanciada, contendo data, local, participantes, pautas discutidas, decisões e encaminhamentos. Seguindo a sequencia abaixo de atividades nas reuniões:
I - Verificação da presença do Coordenador e demais membros do NMSP, tendo que ser a maioria membros presentes;
II - Leitura, aprovação e assinatura da Ata da reunião anterior;
III - Leitura dos informes e desenvolvimento da pauta da reunião;
IV - Leitura, discussão e votação dos pareceres;
V - Organização da pauta da próxima reunião.

Art. 11 Ao Coordenador incumbe dirigir, coordenar e supervisionar as atividades do NMSP, especificamente:
I - Representar o NSP em suas relações internas e externas;
II - Promover a convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias;
III - Tomar arte nas discussões e votações e, quando for o caso, exercer direito de voto de desempate;
IV - Indicar membros para realização de estudos, trabalhos, levantamentos e emissão de pareceres.
Parágrafo único. Cabe ao Vice Coordenador substituir o Coordenador em seus impedimentos.

Art. 12 Ao Secretário do NSP, compete:

I - Participar das reuniões dando toda assistência necessária ao bom andamento dos trabalhos;
II - Preparar e encaminhar o expediente do NMSP;
III - Manter controle dos prazos legais e regimentais referentes aos processos que devam ser examinados nas reuniões do NMSP;
IV - Providenciar e distribuir ao Secretário de Saúde e/ou Departamentos, comunicados escritos e Resoluções do NMSP;
V - Lavrar termos de abertura e encerramento dos livros de ata, de protocolo, de registro de atas, e de registro de deliberações, rubricando-os e mantendo-os sob guarda;
VI - Transcrever o relatório anual das atividades do NMSP;
VII - Lavrar e assinar as atas de reuniões do NSMP;
VIII - Providenciar, por determinação do Coordenador, a convocação das reuniões extraordinárias;
IX - Organizar dados e arquivos do NMSP.

Art. 13 As atividades dos membros do Núcleo deverão acontecer através da liberação de horário de trabalho, com solicitação em tempo hábil para não haver interrupção do serviço no local de lotação do servidor.

Art. 14 As reuniões poderão ser presenciais, virtuais ou híbridas, conforme conveniência e possibilidade técnica, garantindo a participação efetiva dos membros.

CAPÍTULO VII – DOS FLUXOS DE COMUNICAÇÃO E NOTIFICAÇÃO
Art. 15 O NMSP instituirá fluxos claros e eficientes para a comunicação, notificação, investigação e análise de eventos adversos, incidentes e quase erros nos serviços de saúde do município.

Art. 16 A notificação de eventos deverá ser:
I - Realizada de forma sistemática, se possível e preferencialmente por meio eletrônico, garantindo facilidade e agilidade;
II - Obrigatória para todos os profissionais dos serviços de saúde municipais;
III - Confidencial e, sempre que possível, anônima, para incentivar a cultura de segurança e não punição;
IV - Registrada com informações suficientes para permitir análise e tomada de decisões.

Art. 17 O NMSP será responsável por:
I - Receber, compilar e analisar as notificações de eventos adversos, incidentes e quase erros;
II - Promover a investigação das causas dos eventos, adotando metodologias de análise de incidentes;
III - Propor e acompanhar ações corretivas e preventivas decorrentes das análises realizadas;
IV - Garantir o retorno das informações às equipes envolvidas e à gestão, fomentando o aprendizado organizacional;
V - Manter a confidencialidade das informações, respeitando a privacidade dos envolvidos.

Art. 18 Os serviços de saúde municipais devem garantir o treinamento e sensibilização de seus profissionais para a correta notificação e participação no processo de gestão de eventos.

CAPÍTULO VIII – DA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO
Art. 19 O NMSP deverá estabelecer processos sistemáticos de avaliação e monitoramento das ações implementadas, com vistas à melhoria contínua da segurança do paciente.

Art. 20 São atribuições relacionadas à avaliação e monitoramento:
I - Definir indicadores de desempenho e segurança do paciente, alinhados às diretrizes nacionais e locais;
II - Coletar, analisar e interpretar dados referentes aos indicadores estabelecidos;
III - Elaborar relatórios periódicos sobre os resultados das ações, compartilhando-os com a Secretaria Municipal de Saúde e demais setores envolvidos;
IV - Identificar oportunidades de melhoria e propor planos de ação corretivos;
V - Promover a revisão periódica dos protocolos e práticas à luz dos dados e evidências coletadas;
VI - Garantir a participação dos profissionais e usuários no processo de avaliação, incentivando o feedback e a troca de experiências.

CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 21 Este Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta aprovada em reunião extraordinária, com quórum mínimo de dois terços dos membros, com aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 22 Os casos omissos e situações não previstas neste Regimento serão resolvidos pelo conjunto de componentes do NMSP, por consenso ou maioria simples.

Art. 23 A validade do mandato de coordenação do núcleo e das comissões terá validade de um ano, permitindo reeleições.

Art. 24 A vigência deste Regimento Interno terá início na data de sua aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde.

LUCIANO SAVERO BERNIERI **–**
Vice Coordenador do Núcleo de Segurança do Paciente Jun 2026/ Jun2027
(Secretaria Municipal de Saúde)

GISLAINE FÁTIMA DE RAMOS GOMES
(Atenção Primária à Saúde)

ANA PAULA MARQUES
(Urgência e Emergência)

DAIANE TAIS BUENO DE FREITAS
(Farmácia Municipal)

JOCINEIA LEMES DO NASCIMENTO
(Vigilância Epidemiológica)

CLAUDEMIR GULAK **–**
Coordenador do Núcleo de Segurança do Paciente Jun2026/ Jun2027

(Vigilância Sanitária)

DANIELLE PEREIRA PIRES
(Representação Médica)

JEFFERSON BEVERVANZO VARNIER
(Secretário municipal de Saúde)

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:B66A1A0A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
PORTARIA N°:047/2026

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas de acordo com artigo 81 daLei OrgânicaMunicipal e legislação vigente;

RESOLVE:

Conceder autorização para dirigir veículos públicos, para:

ELVINTTER TAUAN DE LIMA PRESTES ocupante do cargo efeitvo de Enfermeiro I, lotado junto à Secretaria Municipal de Saúde, inscrito no CPF: XXX.150.489-XX e Registro de Habilitação sob nº: 07945787478, Categoria B.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 04 de agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:0301A185

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 160/2026

DECRETO Nº 160/2026

Estabelece o regulamento dos Concursos "Miss Rio Azul 2026" e "Miss Melhor Idade 2026" e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO AZUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe confere o artigo 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

CAPÍTULO I – DO EVENTO

Art. 1º – Os Concursos "Miss Rio Azul 2026" e "Miss Melhor Idade 2026" integrarão a programação da 1ª Feira de Primavera – Moda & Gastronomia, a ser realizada na Rodoviária do Município de Rio Azul.

§ 1º – O Concurso "Miss Melhor Idade 2026" será realizado no dia 06 de setembro de 2026, à partir das 15h.

§ 2º – O Concurso "Miss Rio Azul 2026" será realizado no dia 06 de setembro de 2026, à partir das 20h.

Art. 2º – Os concursos têm como objetivo promover a cultura local, valorizar a beleza, a elegância, a simpatia, a representatividade e a participação das mulheres rioazulenses, integrando as atividades culturais e de convivência promovidas pelo Município.

CAPÍTULO II – DAS INSCRIÇÕES

Art. 3º – As inscrições serão realizadas de 05 a 14 de agosto de 2026, diretamente na Prefeitura Municipal de Rio Azul.

Art. 4º – Poderão participar do Concurso "Miss Rio Azul 2026" mulheres com idade entre 18 (dezoito) e 30 (trinta) anos completos até a data do respectivo evento, que residam no Município de Rio Azul, mediante comprovação de endereço residencial.

Art. 5º – Poderão participar do Concurso "Miss Melhor Idade 2026" mulheres com idade a partir de 55 (cinquenta e cinco) anos completos até a data do respectivo evento, que residam no Município de Rio Azul, mediante comprovação de endereço residencial.

Art. 6º – São documentos obrigatórios para a inscrição em ambos os concursos:
I – cópia do RG e CPF da candidata;
II – comprovante de residência atualizado;
III – ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada;
IV – Termo de Uso de Imagem devidamente assinado.

Parágrafo único – A candidata, ao efetuar sua inscrição, declara conhecer e aceitar integralmente as disposições deste regulamento, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentos apresentados.

CAPÍTULO III – DA AVALIAÇÃO

Art. 7º – As candidatas serão avaliadas por Comissão Julgadora imparcial, composta por pessoas convidadas pela organização do evento.

Art. 8º – Os critérios de avaliação, aplicáveis a ambos os concursos, serão:
I – Beleza e harmonia: avaliação do conjunto, apresentação e cuidados pessoais;
II – Elegância e postura: postura, refinamento, naturalidade e presença de palco;
III – Desenvoltura na passarela: segurança, caminhada, expressão corporal e domínio do desfile;
IV – Simpatia e carisma: cordialidade, espontaneidade e interação com o público;
V – Comunicação e oratória: clareza ao falar, dicção, segurança e capacidade de responder às perguntas.

§ 1º – Cada critério será avaliado com nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

§ 2º – A classificação final observará a soma das notas atribuídas pela Comissão Julgadora.

Art. 9º – Em caso de empate, será declarada vencedora a candidata que obtiver a maior pontuação no critério "Simpatia e carisma".

Parágrafo único – Persistindo o empate, será considerada a maior pontuação no critério "Elegância e postura" e, sucessivamente, no critério "Comunicação e oratória".

CAPÍTULO IV – DO DESFILE

Art. 10º – O desfile do Concurso "Miss Rio Azul 2026" ocorrerá em duas etapas, com os seguintes trajes obrigatórios:
I – Traje Social: vestido longo;
II – Traje de banho.

§ 1º – As candidatas poderão utilizar adornos e acessórios compatíveis com os trajes e com a apresentação.

§ 2º – O desfile do Concurso "Miss Melhor Idade 2026" ocorrerá em uma única etapa, com Traje Social: vestido longo, sendo igualmente permitido o uso de adornos e acessórios.

CAPÍTULO V – DAS PREMIAÇÕES E DA REPRESENTATIVIDADE

Art. 11º – As três primeiras colocadas do Concurso "Miss Rio Azul 2026" receberão os seguintes títulos e premiações em dinheiro:
I – Miss Rio Azul 2026 – R$ 3.000,00 (três mil reais);
II – 1ª Princesa – R$ 2.000,00 (dois mil reais);
III – 2ª Princesa – R$ 1.000,00 (mil reais).

Art. 12º – As três primeiras colocadas do Concurso "Miss Melhor Idade 2026" receberão os seguintes títulos e premiações em dinheiro:
I – Miss Melhor Idade 2026 – R$ 1.000,00 (mil reais);
II – 1ª Princesa da Melhor Idade – R$ 600,00 (seiscentos reais);
III – 2ª Princesa da Melhor Idade – R$ 400,00 (quatrocentos reais).

Art. 13º – As candidatas eleitas deverão representar o Município de Rio Azul, sempre que convidadas e observada sua disponibilidade, em eventos oficiais, promocionais, culturais, turísticos e sociais durante o período de 1 (um) ano ou até a realização do concurso subsequente.

Art. 14º – Em caso de renúncia, impedimento definitivo ou impossibilidade de exercício do título pela Miss eleita, a respectiva 1ª Princesa assumirá o título e, sucessivamente, a 2ª Princesa.

Parágrafo único – A substituição prevista no *caput* não implicará o pagamento de nova premiação ou complementação do prêmio originalmente recebido.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15º – Será obrigatória a participação das candidatas em ensaio prévio, em data e local a serem definidos pela Comissão Organizadora.

Art. 16º – Integram este regulamento, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:
I – Anexo I – Termo de Uso de Imagem;
II – Anexo II – Termo de Posse e Compromisso da Miss Rio Azul 2026;
III – Anexo III – Termo de Posse e Compromisso da Miss Melhor Idade 2026;
IV – Anexo IV – Ficha de Inscrição – Concurso Miss Rio Azul 2026;
V – Anexo V – Ficha de Inscrição – Concurso Miss Melhor Idade 2026.

Parágrafo único – A assinatura da ficha de inscrição e do Termo de Uso de Imagem constitui condição obrigatória para participação no respectivo concurso.

Art. 17º – As decisões da Comissão Julgadora, quanto às notas, classificação e resultado dos concursos, serão soberanas e irrecorríveis, observadas as disposições deste regulamento.

Art. 18º – O descumprimento das regras estabelecidas neste regulamento poderá acarretar a desclassificação da candidata, mediante decisão fundamentada da Comissão Organizadora.

Art. 19º – A Comissão Organizadora dos Concursos será composta pelos seguintes membros:
I – **Ghessi Bucco Jasinski** – Presidente – responsável pela coordenação geral do evento, convocação de reuniões e coordenação das decisões da Comissão Organizadora;
II – **Marlon Lourenço de Souza** – Secretário – responsável por atas, controle de documentos, inscrições e comunicações oficiais com as candidatas;
III – **Maria Caroline Gurski Kulka** – Membro responsável pelo Cerimonial e Logística – responsável pela coordenação do desfile, trajes, ensaios, ordem de apresentação e apoio técnico.

Parágrafo único – Compete à Comissão Organizadora supervisionar o cumprimento deste regulamento, organizar os concursos, adotar as providências necessárias à sua realização e deliberar, de forma fundamentada, sobre os casos omissos.

Art. 20º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio Azul-PR, aos 03 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

ANEXO I – TERMO DE USO DE IMAGEM

Eu, _____, portadora do RG nº _____ e CPF nº _____, candidata ao concurso:

☐ Miss Rio Azul 2026 ☐ Miss Melhor Idade 2026

AUTORIZO, de forma gratuita, a Prefeitura Municipal de Rio Azul a utilizar minha imagem e voz captadas por meio de fotografias, filmagens e demais registros realizados durante ensaios, desfiles e demais atividades relacionadas aos concursos e à 1ª Feira de Primavera – Moda & Gastronomia.

Autorizo a veiculação desses registros nos meios de comunicação institucionais do Município, inclusive site oficial, redes sociais, materiais impressos, audiovisuais e demais meios de divulgação, bem como sua utilização em divulgações de eventos futuros e em ações institucionais, culturais, sociais e turísticas promovidas pelo Município, sem qualquer ônus.

Declaro estar ciente de que a presente autorização não permite utilização da imagem para finalidade incompatível com a atuação institucional do Município ou que possa atingir minha honra, imagem ou dignidade.

Por ser a expressão da minha livre vontade, firmo o presente termo.

Rio Azul-PR, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura da Candidata

ANEXO II – TERMO DE POSSE E COMPROMISSO DA MISS RIO AZUL 2026

Aos 06 dias do mês de setembro do ano de 2026, na cidade de Rio Azul, Estado do Paraná, por ocasião do Concurso "Miss Rio Azul 2026", integrante da programação da 1ª Feira de Primavera – Moda & Gastronomia, foi eleita como Miss Rio Azul 2026 a Sra./Srta. _____, residente em _____.

A eleita, neste ato, recebe simbolicamente o título e a coroa de Miss Rio Azul 2026 e compromete-se a:

I – representar com responsabilidade, simpatia, respeito e urbanidade o título de Miss Rio Azul 2026 durante o período de 1 (um) ano ou até a realização do concurso subsequente;

II – participar, sempre que convidada e observada sua disponibilidade, dos eventos oficiais, culturais, turísticos, sociais e promocionais realizados ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Rio Azul;

III – zelar pela boa imagem do título e manter conduta compatível com os valores do evento e da comunidade rioazulense;

IV – zelar pela conservação da coroa ou de outro símbolo que lhe seja entregue pelo Município e, quando solicitado, devolvê-lo para a transmissão à próxima vencedora.

A posse ora conferida é simbólica e de caráter honorífico, não estabelecendo vínculo funcional, empregatício ou qualquer relação de natureza remuneratória com o Município, ressalvada a premiação prevista no regulamento.

Por estar de acordo, firma o presente termo na presença da Comissão Organizadora.

Rio Azul/PR, 06 de setembro de 2026.

_____
Miss Rio Azul 2026

_____
Presidente da Comissão Organizadora

_____
Testemunha

_____
Testemunha

ANEXO III – TERMO DE POSSE E COMPROMISSO DA MISS MELHOR IDADE 2026

Aos 06 dias do mês de setembro do ano de 2026, na cidade de Rio Azul, Estado do Paraná, por ocasião do Concurso "Miss Melhor Idade 2026", integrante da programação da 1ª Feira de Primavera – Moda & Gastronomia, foi eleita como Miss Melhor Idade 2026 a Sra. _____, residente em _____.

A eleita, neste ato, recebe simbolicamente o título e a coroa de Miss Melhor Idade 2026 e compromete-se a:

I – representar com responsabilidade, simpatia, respeito e urbanidade o título de Miss Melhor Idade 2026 durante o período de 1 (um) ano ou até a realização do concurso subsequente;

II – participar, sempre que convidada e observada sua disponibilidade, dos eventos oficiais, culturais, turísticos, sociais e promocionais realizados ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Rio Azul;

III – zelar pela boa imagem do título e manter conduta compatível com os valores do evento e da comunidade rioazulense;

IV – zelar pela conservação da coroa ou de outro símbolo que lhe seja entregue pelo Município e, quando solicitado, devolvê-lo para a transmissão à próxima vencedora.

A posse ora conferida é simbólica e de caráter honorífico, não estabelecendo vínculo funcional, empregatício ou qualquer relação de natureza remuneratória com o Município, ressalvada a premiação prevista no regulamento.

Por estar de acordo, firma o presente termo na presença da Comissão Organizadora.

Rio Azul/PR, 06 de setembro de 2026.

_____
Miss Melhor Idade 2026

_____
Presidente da Comissão Organizadora

_____
Testemunha

_____
Testemunha

ANEXO IV – FICHA DE INSCRIÇÃO – CONCURSO MISS RIO AZUL 2026

Nome completo: _____
Data de nascimento: ____/____/_____ Idade na data do evento: _____ anos
RG: _____ CPF: _____
Endereço completo: _____
Bairro: _____ CEP: _____
Telefone: (____) _____ E-mail: _____

DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE:

☐ Cópia do RG e CPF da candidata
☐ Comprovante de residência atualizado
☐ Termo de Uso de Imagem assinado

DECLARAÇÃO DA CANDIDATA:

Declaro, para os devidos fins, que li e estou ciente de todas as disposições constantes do Decreto nº 160/2026, que estabelece o regulamento dos Concursos "Miss Rio Azul 2026" e "Miss Melhor Idade 2026", declarando preencher os requisitos exigidos para participação no Concurso "Miss Rio Azul 2026".

Declaro, ainda, que as informações prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros, responsabilizando-me por sua exatidão, e comprometo-me a cumprir as normas do concurso, participar do ensaio obrigatório e observar as orientações da Comissão Organizadora.

Rio Azul/PR, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura da Candidata

ANEXO V – FICHA DE INSCRIÇÃO – CONCURSO MISS MELHOR IDADE 2026

Nome completo: _____
Data de nascimento: ____/____/_____ Idade na data do evento: _____ anos

RG: _____ CPF: _____
Endereço completo: _____
Bairro: _____ CEP: _____
Telefone: (____) _____ E-mail: _____
DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE:
☐ Cópia do RG e CPF da candidata
☐ Comprovante de residência atualizado
☐ Termo de Uso de Imagem assinado
DECLARAÇÃO DA CANDIDATA:
Declaro, para os devidos fins, que li e estou ciente de todas as disposições constantes do Decreto nº 160/2026, que estabelece o regulamento dos Concursos "Miss Rio Azul 2026" e "Miss Melhor Idade 2026", declarando preencher os requisitos exigidos para participação no Concurso "Miss Melhor Idade 2026".
Declaro, ainda, que as informações prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros, responsabilizando-me por sua exatidão, e comprometo-me a cumprir as normas do concurso, participar do ensaio obrigatório e observar as orientações da Comissão Organizadora.

Rio Azul/PR, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura da Candidata

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:4A4EECF3

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 161/2026

DECRETO Nº 161/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Artigo 40, §1º, inciso III da Constituição Federal e Artigo 61, § 6º, II da Lei Complementar nº 1313/2026 - Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição,
RESOLVE:
Art. 1º- Aposentar, a partir do dia 05 de agosto de 2026, a pedido, Voluntária por Idade, sem paridade, a servidora Suely da Silva Pinto, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com proventos mensais de R$ 1.474,39 (mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e trinta e nove centavos), permanecendo a garantia de um salário mínimo de benefício mensal prevista na Constituição Federal, no valor de R$ 1.621,00 (mil, seiscentos e vinte e um reais), inclusive 13º salário.
Art. 2º- As despesas decorrentes do artigo anterior serão suportadas à conta do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Rio Azul.
Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal,
Em Rio Azul, 05 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:120CDAD2

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 159/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Reconduzir ao cargo público de Assistente Administrativo - 40h/s, o servidor **CAIO FELIPE DOMINGUES**, matrícula n° 1115-1, a partir de 04/08/2026, nos termos do Artigo 47, Inciso I, da Lei Municipal nº 465/2008.
Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 04 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:75F49023

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 150/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Conceder à servidora **DIOCELI APARECIDA TURSKI KUSSI**, matrículas n° 376-1 e n° 376-2, ocupante do cargo efetivo de Professora, 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 09 de junho 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 04 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:4E5D6FF7

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 151/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Conceder a servidora **CARINA ANAHIR FERRAZ DE LIMA**, matrícula 2210-1, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 04 de julho de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 04 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:A9F6B1E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO 059-2026-RH

DECRETO Nº. 059/2026

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica Exonerado, a pedido do servidor o Sr. **CARLITO EDUARDO DE SOUZA**, lotado no cargo de comissão , conforme Decreto de nomeação de nº 064/2025, a partir do dia 03 de Agosto de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir do dia 04/08/2026, revogada as disposições ao contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de Agosto de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:0B168970

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 213/2026 - RH

PORTARIA Nº. 213/2026

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias consecutivos de FÉRIAS a Sra.REBECA CAROLINE RIBEIRO, servidora do quadro efetivo desta municipalidade, lotado no cargo de NUTRICIONISTA, relativo ao período aquisitivo de 09/08/2024 à 08/08/2025, a partir do dia 03 de Agosto de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições ao contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de Agosto de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:EF2AFDFC

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 214/2026 - RH

PORTARIA Nº. 214/2026

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 20 (vinte) dias consecutivos de FÉRIAS a Sra. RENATA DIAME HASS DE OLIVEIRA, servidora de cargo de comissão desta municipalidade, Nomeada no cargo de Chefe da Divisão de Assistência Social, relativo ao período aquisitivo de 08/04/2025 à 07/04/2026, a partir do dia 03 de Agosto de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições ao contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de Agosto de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:8B458CC9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º 004/2026 – 04ª CONVOCAÇÃO –PSS Nº 001/2026–
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E,

1 – CONVOCAR os candidatos, a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026 - SMASH:

Cargo/Função: EDUCADOR SOCIAL

CLASS.	NOME DO CANDIDATO
12º	**KAREN BUENO DOS SANTOS**
13º	**ANGELINA DENIZIANE DA SILVA SARUVA**

Cargo/Função: ASSISTENTE SOCIAL

CLASS.	NOME DO CANDIDATO
08º	**ELIZANGELA MARIA BERLEZ DE BARROS**
09º	**FABIANA MARTINS DA SILVA**
10º	**PAMELA DE LIMA BARBOSA AIRES**

2-Os candidatos convocados na forma deste Edital, deverão se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoal da Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul, situado na Rua Horacy Santos, nº 222, na Cidade de Rio Branco do Sul, no período compreendido entre **06/08/2026 à 12/08/2026**, nos horários de 08h00min às 12h00min e de 13h00min às 17h00min, com todos os documentos necessários (originais e cópias), conforme a lista abaixo, para manifestar sobre o seu interesse de assumir sua respectiva vaga no cargo especificado ou declarar a opção pela desistência definitiva:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral;
c) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
d) Cópia do documento de Identificação RG;
e) Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
f) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
g) Cópia da Certidão de Nascimento do (s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) Cópia do Registro no Órgão de Classe e comprovante de pagamento da última anuidade;
i) Certidão Negativa Criminal, **expedida pela Comarca onde reside;**
j) Certidão Negativa Criminal **expedida pela Polícia Federal;**
k) Cópia do comprovante de residência ou documento equivalente;
l) Número do PIS/PASEP;
m) Cópia Ctps (Carteira de Trabalho);
n) Cópia Diploma / Certificado Conclusão de Curso;
o) Outros documentos listados no momento do ato convocatório

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, 05 de agosto 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:18D15F20

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
1º ADITAMENTO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 023/2025

Contrato: 153/2025. **Modalidade:** Processo De Inexigibilidade De Licitação 023/2025. **Objeto:** Contratação de Consultoria pelo período de 12 (doze) meses para o Departamento de Tributação para Apuração do valor adicionado, (ICMS), Verificação EFD de todas as empresas sediadas do município, ISS de instituições financeiras, Recuperação de Fator ambiental do município, CEFEM, RAT/SAT, ITR. **Dispositivo Legal:** Lei nº 14.133/21. **Contratado:** Luiz Carlos Obladen ME – LCO Assessoria Fiscal. **Valor do aditamento:** R$ 45.768,84. **Motivo:** Aditivo de Prorrogação e Reajuste de preço pelo índice INPC em 4,47%. **Prazo de Execução:** 06/06/2026 a 05/06/2027 **Prazo de Vigência**: 04/10/2027. **Responsável pelo**

Contrato: Secretaria Municipal de Finanças. **Fiscal de Contrato**: Milena Moraes Artigas. **Data da ratificação:** 05/08/2026.

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:4988F4E0

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
5º ADITAMENTO PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2022

Contrato: 132/2022. **Modalidade:** Pregão Presencial nº 043/2022. **Objeto:** Serviços de Manutenção Predial. **Dispositivo Legal:** Lei nº 8.666/93. **Contratado:** LDK CONSTRUTORA LTDA. **Valor do aditamento:** R$ 2.937.500,00. **Motivo:** Aditivo de Prorrogação. **Prazo de Execução:** 27/07/2026 a 27/07/2027 **Prazo de Vigência**: 26/11/2027. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Obras Públicas. **Fiscal de Contrato**: Vilmar Machado Fermino. **Data da ratificação:** 05/08/2026.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:573DEB66

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CREDENCIAMENTO CREDENCIAMENTO N.º 012/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 059/2026

OBJETO: **Credenciamento de prestadores de serviços para execução do transporte e redistribuição do leite, mediante disponibilização de motorista com veículo próprio VALIDADE DO CREDENCIAMENTO: com início na data de 26/06/2026** até **25/06/2027 MODALIDADE:** Inexigibilidade de Licitação n.º 059/2026. **ENTREGA DOS DOCUMENTOS**: a partir do dia **12/08/2026**, por **prazo indeterminado**, enquanto perdurar a vigência do Edital de Credenciamento, conforme as seguintes modalidades: **Presencialmente**: das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, exclusivamente em dias úteis, mediante protocolo no endereço: Rua Horacy Santos, n.º 222, Centro, Rio Branco do Sul – PR, CEP: 83.540-001; **Por meio eletrônico**: a qualquer dia e horário, respeitando o prazo inicial, por meio da plataforma oficial de atendimento: https://riobrancodosul.atende.net/autoatendimento/servicos/;**Via correios**: remetido para o endereço acima citado, com aviso de recebimento (AR), sendo considerada a data de recebimento do envelope como válida para fins de prazo. **EDITAL**: Estará disponível aos interessados, no site: https://riobrancodosul.atende.net/cidadao no link "Portal da Transparência - Licitações", a partir do dia **07/08/2026**. **INFORMAÇÕES**: Poderão ser obtidas no site http://www.riobrancodosul.pr.gov.br/, ou pelo telefone (41) 98881-6632, das 08h às 12h e das 13h às 17h.

Rio Branco do Sul, 06 de Agosto de 2026.

ARION LUCAS DE SOUZA DE CRISTO
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:4E68EDB9

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO – PROTOCOLO N.º 10038/2026

Com base no **Credenciamento n.º 011/2026 (Inexigibilidade n.º 045/2026),** que tem por objeto **"**Credenciamento de pessoas jurídicas para a contratação de serviço complementar de saúde para categoria de Médico Generalista, Médico Ginecologista, Médico Psiquiatra, Médico Ultrassonografista, Enfermeiro, Cirurgião Dentista, Farmacêutico e Técnico de Enfermagem.**"**, a Comissão Especial de Credenciamento, instituída pelo Decreto Municipal n.º 8.555/2026, no uso das suas atribuições legais, torna público o **DEFERIMENTO** do pedido protocolado sob **nº 10038/2026**, pela empresa **PONTUAL MED GESTÃO ESPECIALIZADA LTDA** inscrita no CNPJ° **55.820.671/0001-90**, restando credenciada para a prestação de serviços conforme as especificações, quantitativos e condições contidas no edital (disponível no site www.riobrancodosul.pr.gov.br, link Portal da Transparência - Licitação). **Prazo de Vigência:** 29/07/2026 até 25/06/2027. **Responsável:** Gizele Aparecida Cordeiro de Lara. **Valor Total**: 3.893.091,84 (valor este que se refere a todas as empresas que se credenciarem, e não a cada uma isoladamente). **Data de Deferimento:** 29/07/2026.

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:491D1CA5

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO – PROTOCOLO N.º 10204/2026

Com base no **Credenciamento n.º 011/2026 (Inexigibilidade n.º 045/2026),** que tem por objeto **"**Credenciamento de pessoas jurídicas para a contratação de serviço complementar de saúde para categoria de Médico Generalista, Médico Ginecologista, Médico Psiquiatra, Médico Ultrassonografista, Enfermeiro, Cirurgião Dentista, Farmacêutico e Técnico de Enfermagem.**"**, a Comissão Especial de Credenciamento, instituída pelo Decreto Municipal n.º 8.555/2026, no uso das suas atribuições legais, torna público o **DEFERIMENTO** do pedido protocolado sob **nº 10204/2026**, pela empresa **MEDICANDO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA,** inscrita no CNPJ n° **21.274.357/0001-81**, restando credenciada para a prestação de serviços conforme as especificações, quantitativos e condições contidas no edital (disponível no site www.riobrancodosul.pr.gov.br, link Portal da Transparência - Licitação). **Prazo de Vigência:** 29/07/2026 até 25/06/2027. **Responsável:** Gizele Aparecida Cordeiro de Lara. **Valor Total**: 3.893.091,84 (valor este que se refere a todas as empresas que se credenciarem, e não a cada uma isoladamente). **Data de Deferimento:** 29/07/2026.

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:F3E2D0B5

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO – PROTOCOLO N.º 10463/2026

Com base no **Credenciamento n.º 011/2026 (Inexigibilidade n.º 045/2026),** que tem por objeto **"**Credenciamento de pessoas jurídicas para a contratação de serviço complementar de saúde para categoria de Médico Generalista, Médico Ginecologista, Médico Psiquiatra, Médico Ultrassonografista, Enfermeiro, Cirurgião Dentista, Farmacêutico e Técnico de Enfermagem.**"**, a Comissão Especial de Credenciamento, instituída pelo Decreto Municipal n.º 8.555/2026, no uso das suas atribuições legais, torna público o **DEFERIMENTO** do pedido protocolado sob **nº 10463/2026**, pela empresa **UNISUL ASSESSORIA MÉDICA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **31.532.873.0001-79**, restando credenciada para a prestação de serviços conforme as especificações, quantitativos e condições contidas no edital (disponível no site www.riobrancodosul.pr.gov.br, link Portal da Transparência - Licitação). **Prazo de Vigência:** 29/07/2026 até 25/06/2027. **Responsável:** Gizele Aparecida Cordeiro de Lara. **Valor Total**: 3.893.091,84 (valor este que se refere a todas as empresas que se credenciarem, e não a cada uma isoladamente). **Data de Deferimento:** 29/07/2026

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:D3D6CA41

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO – PROTOCOLO N.º 10723/2026

Com base no **Credenciamento n.º 011/2026 (Inexigibilidade n.º 045/2026),** que tem por objeto **"**Credenciamento de pessoas jurídicas para a contratação de serviço complementar de saúde para categoria de Médico Generalista, Médico Ginecologista, Médico Psiquiatra, Médico Ultrassonografista, Enfermeiro, Cirurgião Dentista, Farmacêutico e Técnico de Enfermagem.**"**, a Comissão Especial de Credenciamento, instituída pelo Decreto Municipal n.º 8.555/2026, no uso das suas atribuições legais, torna público o **DEFERIMENTO** do pedido protocolado sob **nº 10723/2026**, pela empresa **AVIVE GESTAO DE SERVICOS MEDICOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **33.458.003/0001-22**, restando credenciada para a prestação de serviços conforme as especificações, quantitativos e condições contidas no edital (disponível no site www.riobrancodosul.pr.gov.br, link Portal da Transparência - Licitação). **Prazo de Vigência:** 29/07/2026 até 25/06/2027. **Responsável:** Gizele Aparecida Cordeiro de Lara. **Valor Total**: 3.893.091,84 (valor este que se refere a todas as empresas que se credenciarem, e não a cada uma isoladamente). **Data de Deferimento:** 29/07/2026.

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:2FCD0297

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RECURSO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

Extrato: Julgamento do Recurso Administrativo interposto pela empresa **MOSYLA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.**, no âmbito do **Pregão Eletrônico nº 031/2026**, cujo objeto é a **Aquisição de Kits Complementares de Material Escolar para atendimento da Rede Municipal de Ensino**. **Julgamento:** PARCIALMENTE PROCEDENTE. As razões do julgamento encontram-se disponibilizadas no sítio eletrônico oficial do Município, constituindo dever dos interessados consultá-las. **Licitador:** Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul. **Dispositivo legal:** Lei Federal nº 14.133/2021. Vistas dos autos poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações, em dias úteis, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. **Data do Julgamento:** data e hora da inserção no sistema.

CAMILA NAIARA SANTOS
Departamento de Compras e Licitação

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:3C345DB6

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N.º 054/2026

Contrato: 188/2026. Modalidade: Processo de Inexigibilidade n.º 054/2026. **Objeto**: Contratação do artista Fernando Ferlin (GARPAM), para execução de pintura artística no mural da Praça dos Trabalhadores. **Dispositivo legal:** Lei 14.133/2021; Artigo 74; Inciso II. **Contratado: 44.471.764 FERNANDO FERLIN**, CNPJ: 44.471.764/0001-30. **Valor Unitário:** R$ 70.000,00. **Valor Total:** R$ 70.000,00. **Prazo de execução**: **4 (quatro)** meses , contados da data de assinatura até o dia 20/12/2026. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Cultura. **Fiscal da Contratação**: Jonas Augusto da Silva**. Data da ratificação:** 05/08/2026.

ARION LUCAS DE SOUZA DE CRISTO
Agente de Contratação – Decreto n.º 8.513/2025
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:842454A5

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N.º 057/2026

Contrato: 208/2026. Modalidade: Processo de Inexigibilidade n.º 057/2026. **Objeto**: Contratação de Consultoria Especializada para Mentoria e Capacitação do Secretariado Municipal e desenvolvimento de Instrumentos de Trabalho, disponibilizando Ferramentas de Monitoramento e Assessoria Estratégica em Gestão Pública. **Dispositivo legal:** Lei 14.133/2021; Artigo 74; Inciso III, alínea "c". **Contratado: INOVA I N CONSULTORIA ESTRATEGICA LTDA**, CNPJ: 59.658.775/0001-00. **Valor Unitário:** R$ 254.100,00. **Valor Total:** R$ 254.100,00. **Prazo de execução**: 12 (doze) meses, contados de 30/07/2026 a 30/07/2027. **Prazo de Vigência**: até 30/11/2027. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Planejamento e Defesa. **Fiscal da Contratação**: Ana Clara Freitas Faria**. Data da ratificação:** 03/08/2026.

ARION LUCAS DE SOUZA DE CRISTO
Agente de Contratação – Decreto n.º 7.802/2025
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:0C4F8ED9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 124/2026

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº 3.488, de 17 de dezembro de 2025,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do corrente Exercício, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 48.653,83 (quarenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e três reais e oitenta e três centavos), destinado a atender as despesas abaixo relacionadas:

05	Secretaria Municipal de Administração - SADM	
005	Departamento de Informática - DINFO	
04.126.0002.2021	Serviço de Informática	
3.3.90.40.00	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	
Fonte 00000	Recursos ordinários (livres)	1.495,43
09	Secretaria Municipal de Indústria e Comércio - SIC	
001	Gabinete de Assessoramento - GA	
22.661.0002.2031	Serviço de Administração Geral - Indústria e Comércio	
3.3.90.40.00	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	
Fonte 00000	Recursos ordinários (livres)	1.158,40
12	Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS	
001	Gabinete de Assessoramento - GA	
08.244.0010.2045	Serviço de Administração Geral - Assistência Social	
3.3.90.37.00	Locação de mão-de-obra	
Fonte 00000	Recursos ordinários (livres)	5.000,00
003	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	
08.244.0010.2048	Bloco da Proteção Social Básica	
3.3.90.40.00	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	
Fonte 00000	Recursos ordinários (livres)	10.000,00
006	Fundo Municipal do Idoso - FMI	
08.241.0010.2098	Manutenção do Fundo Municipal do Idoso - FMI	
3.3.90.32.00	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	
Fonte 00000	Recursos ordinários (livres)	21.000,00
17	Secretaria Municipal da Fazenda - SMF	
003	Departamento de Arrecadação - DAR	
28.846.0000.0005	Indenizações e Restituições	
3.3.90.93.00	Indenizações e restituições	
Fonte 00000	Recursos ordinários (livres)	10.000,00

Art. 2º Os recursos para atender parte do presente crédito, no valor de R$ 38.653,83 (trinta e oito mil, seiscentos e cinquenta e três reais e oitenta e três centavos), apurados de acordo com o artigo 43, § 1º,

inciso III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, decorrerão do cancelamento parcial ou total das seguintes dotações:

09	Secretaria Municipal de Indústria e Comércio - SIC	
002	Depto de Indústria, Comércio e Serviços - EICS	
22.661.0002.2032	Apoio a Indústria, Comércio e Serviço	
3.1.90.11.00	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	
Fonte 00000	Recursos ordinários (livres)	2.653,83
12	Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS	
002	Depto Atendimento População Usuária - DAPU	
08.244.0010.2068	Atendimento à População Usuária	
3.3.90.32.00	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	
Fonte 00000	Recursos ordinários (livres)	26.000,00
003	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	
08.244.0010.2048	Bloco da Proteção Social Básica	
3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	
Fonte 00000	Recursos ordinários (livres)	10.000,00

Art. 3º Os recursos para atender parte do presente crédito, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), decorrerão do superávit financeiro do exercício anterior, apurado de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 4º Em decorrência do Crédito Adicional previsto neste Decreto, ficam alterados os anexos a ele relacionados na Lei Municipal nº 3.487, de 16 de dezembro de 2025 e suas alterações, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2026, bem como da Lei Municipal nº 3.486, de 16 de dezembro de 2025 e suas alterações, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2026 a 2029, para compatibilizá-los com a Lei Municipal nº 3.488, de 17 de dezembro de 2025, que estima a receita e fixa a despesa geral do Município de Rio Negro para o exercício financeiro de 2026, e ainda o Decreto nº 185, de 19 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício de 2026.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 06 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

TATIANE IZABELE SCHENOVEBER RODRIGUES
Secretária Municipal Da Fazenda

GEOVAN DA SILVA
Secretário Municipal De Planejamento E Coordenação Geral

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:9F4B08C8

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
EDITAL N.º 097/2026

CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO DE CANDIDATOS

Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 065, de 1º de junho de 2026.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 065, de 2026, convoca as pessoas, através de suas inscrições abaixo relacionadas, para comparecerem a partir do dia 10 (dez) de agosto do corrente ano, dentro do horário de funcionamento, na sede da Prefeitura Municipal de Rio Negro, sito à Rua Juvenal Ferreira Pinto, n.º 2070, Bairro Seminário, para assumirem as respectivas vagas temporárias no Quadro de Pessoal da Administração da Prefeitura do Município de Rio Negro:

MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR - SEDE

Número	*Nome*	*Classificação*
13941/2026	Danilo Preisler	1º
13514/2026	Sidinei Lopata	2º
13515/2026	Valmir da Silva	3º
13846/2026	Cleverson Sidney Custodio	4º
13939/2026	Adilson Schuatey	5º
13746/2026	Marcos Roberto Bueno de Lima	6º
13913/2026	Rodrigo da Silveira	7º

MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR – LAGEADO DOS VIEIRAS

Número	*Nome*	*Classificação*
13373/2026	Tiago Marcos Grossl	1º
13590/2026	Odenir Pires dos Anjos	2º
13386/2026	Mauro Fuckner	3º
13301/2026	Joyce Taborda Rodrigues	4º
13852/2026	Arildo Ademir Denk	5º

O não comparecimento dos acima convocados no prazo de **7 (sete) dias úteis**, conforme estabelecido no item 13.6 do Edital nº 65, de 2026, contados a partir da publicação do presente Edital, implicará em reconhecimento da desistência das vagas temporárias.

Rio Negro, 5 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:B35610F9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA N° 111 – PROCESSO N°229/2026

Objeto: 3ª Revisão em garantia do veículo Nissan Sentra, placa TBN7H81. PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) dia. Em conformidade com o inciso IV, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min.

Rio Negro, 05 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:7C662D6A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 109 – PROCESSO N° 222/2026

Objeto: Aquisição de HD externo portátil com capacidade de 1TB. PRAZO DE EXECUÇÃO: 05 (cinco) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 05 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:0C4E1C05

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 110 – PROCESSO N° 223/2026

Objeto: Aquisição de materiais de pintura destinados à manutenção das estradas e vias públicas do Município. PRAZO DE EXECUÇÃO: 10 (dez) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou

pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min.

Rio Negro, 05 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:64954320

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 202/2026 - MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO N° 39/2026

OBJETO: Aquisição de Óleos lubrificantes e afins para a Frota Municipal.

Item	Un.	Qtde	Especificação	Valor Estimado	Percentual de Desconto
1	Un	1	ÓLEO LUBRIFICANTE E AFINS PARA A FROTA MUNICIPAL	150.000,00	46%

Rio Negro, 04 de agosto de 2026 –

LINDAMIR BURKAT
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:8B37EB6D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA
DEMONSTRATIVO DE DESPESAS EFETIVADAS COM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LEGAL DE 2026- ART.104 § ÚNICO, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Rolândia, nos termos do artigo 104º, paragrafo único, da Lei Orgânica do Municipio de Rolândia, torna público as despesas realizadas com propaganda e publicidade dos atos, programas, obras ,serviços e campanhas em meios de comunicação relativa ao periodo de 01 de Janeiro a 30 de Junho do Exercicio de 2026

CODIGO DA DESPESA: 3.3.90.39.49				
DATA	**EMPENHO**	**ORGAO**	**VAL.EMPENHADO**	**VAL.PAGO**
TOTAL			-	-
CODIGO DA DESPESA: 3.3.90.39.63.02				
DATA	**EMPENHO**	**ORGAO**	**VAL.EMPENHADO**	**VAL.PAGO**
TOTAL			-	-
CODIGO DA DESPESA: 3.3.90.39.88				
DATA	**EMPENHO**	**ORGAO**	**VAL.EMPENHADO**	**VAL.PAGO**
TOTAL			-	-
CODIGO DA DESPESA: 3.3.90.39.90				
DATA	**EMPENHO**	**ORGAO**	**VAL.EMPENHADO**	**VAL.PAGO**
TOTAL			-	-
ANULADO NO PERIODO				
EMPENHO		**ORGAO**	**VALOR**	
TOTAL			-	

GUILHERME DE MAGALHÃES SPANGUEMBERG
Presidente
Assinado Digitalmente

Publicado por:
Fernando Despensieri
Código Identificador:FDB33381

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CANDIDATOS ELIMINADOS - PUBLICAÇÃO Nº 249/2026

PUBLICAÇÃO Nº 249/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

CANDIDATOS ELIMINADOS

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a **ELIMINAÇÃO** do candidato abaixo relacionados, do Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2024.

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO	MOTIVO
014.703.242-08	ANA CRISTINA LEMOS GILINI	PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO 20 HORAS	NÃO APRESENTOU DOCUMENTAÇÃO NA DATA SOLICITADA.
014.703.199-58	PAULA FERNANDA MEISEN MARTINES	TECNICO EM GESTÃO MUNICIPAL – TGM-A	FORMALIZOU A DESISTÊNCIA VIA E-MAIL
014.703.213-05	KARINA MAYUMI VIEIRA	TECNICO EM GESTÃO MUNICIPAL – TGM-A	FORMALIZOU A DESISTÊNCIA VIA E-MAIL

Rolândia, 04 de Agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:4A21EEB9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO CANDIDATOS APROVADOS - CONVOCAÇÃO Nº 248/2026

CONVOCAÇÃO Nº 248/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

CONVOCAÇÃO CANDIDATOS APROVADOS

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a CONVOCAÇÃO dos candidatos **APROVADOS** constantes nesta convocação, conforme respectiva classificação no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2024, para se apresentarem na Secretaria, conforme Anexo I, para tomar posse do cargo.

Rolândia, 04 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

ANEXO I
APROVADOS

Data: 07/08/2026
Horário: 14:00 horas
Local: Secretaria Municipal de Finanças – Avenida Presidente Bernardes, 809 - Centro, CEP 86.600-067, Rolândia - PR

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.257-74	CESAR RICARDO DE FLAUSINO	TGM-A ADMINISTRATIVO

Data: 10/08/2026
Horário: 14:00 horas
Local: Secretaria Municipal de Educação – Rua Soshishi Sasaki, 804 – Parque Industrial Roland

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.149-12	LUCAS AUGUSTO DA SILVA MATTOS	TGM-A ADMINISTRATIVO

Data: 11/08/2026
Horário: 14:00 horas
Local: Secretaria Municipal de Esportes – Av. Castro Alves, 2116 - Centro

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.179-28	MARCOS ANTONIO MARIQUITO DIAS	TGM-A ADMINISTRATIVO

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:4DE9915A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.780/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;
Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.194/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **DENISE TERESINHA BRESCIANI,** matrícula **33319-0/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.839/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:5F0ACCB7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.781/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.201/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **ELAINE ROBERTA GRANADO DA CRUZ,** matrícula **33638-6/9,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.080/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:A97499BD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.782/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.180/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **DANIELA SOARES FERREIRA,** matrícula **337209-0/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.929/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:FFB9BD5B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.783/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.196/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **DORANNE FINGOLI MACHADO,** matrícula **377342-6/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.930/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:9DB79EBB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.784/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.207/2026 - RH;

Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **ESTER FRANCISCO LOPES,** matrícula **377597-6/6,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.033/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:209CFA59

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.785/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.197/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **DULCIMEIRE SILVA SOARES,** matrícula **377615-8/4,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.840/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:CCDB53CE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.786/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.212/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **FERNANDA APARECIDA BARBOZA CORDEIRO DELFINO,** matrícula **377760-0/7,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.034/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:D35B0D9F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.787/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.188/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **DANIELLI CAROLINI DA SILVA,** matrícula **377932-7/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.256/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:FDCA10FE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.788/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.203/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **ELISANGELA CANDIDO FERREIRA DE AZEVEDO,** matrícula **377941-6/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.122/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei

municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:62992C99

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.790/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.191/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **DEBORA GONÇALVES DA SILVA,** matrícula **377999-8/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.911/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:A8731535

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.791/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.211/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **FERNANDA ANDRADE PINHEIRO,** matrícula **378195-0/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.932/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:56C9E1C3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.792/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.198/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **EDINA DOMINGOS DA SILVA,** matrícula **378223-9/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.198/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:2ADCCAF8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.793/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 33.245/2025 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **EDNA RODRIGUES GILIO,** matrícula **378228-0/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.245/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:05B8D3A6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.794/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.189/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **DANIELLY PATRICIA DE MORAES,** matrícula **378233-6/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Agente Administrativo da Educação - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.898/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:86ED78E2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.795/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.179/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **DAIANE WESCHE PINHEIRO,** matrícula **378259-0/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.244/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:16CAC3B5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.796/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.192/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **DEBORA NASCIMENTO DOS SANTOS,** matrícula **378348-0/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.812/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:6F8BCD96

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.797/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.185/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **DANIELI FERREIRA DA SILVA,** matrícula **378556-4/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.806/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:F269D6BD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.798/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.209/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **FABIANA PRISCILA DE ALMEIDA,** matrícula **378566-1/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.853/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:222CC4BF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.799/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.174/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **DAHANE CRISTINA DAVILA ANTONIO GRACINDO,** matrícula **378574-2/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.928/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:C720E546

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.800/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.175/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **DAIANE BRUNA POLLE,** matrícula **378583-1/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.079/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:DA54C3FE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.801/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.176/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **DAIANE FRANCIELE ULLIAN,** matrícula **378589-0/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.121/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:9ABDE51A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.802/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.177/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **DAIANE RODRIGUES DA SILVA,** matrícula **378595-5/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.138/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:B72BB0BB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.803/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.202/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **ELIANE APARECIDA PONTES,** matrícula **378663-3/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.334/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:770D74CE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.804/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.186/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **DANIELLA PARDAL SANTANA,** matrícula **378747-8/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.817/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:884DACDC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.805/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.221/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **FRANCIELE CASSEMIRO ROSA DE FRANÇA,** matrícula **377948-3/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.140/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:AA91ED5F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.806/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.223/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **GABRIELA DE MOURA LOPES,** matrícula **378264-6/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.977/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:F0E1BB94

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.807/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.216/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **FERNANDA LIMA RODRIGUES FIDELIS,** matrícula **378536-0/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.864/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:82BE25B9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.808/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.218/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **FLAVIA MICHELLY DA COSTA,** matrícula **378588-2/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.125/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:A90421D8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.809/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.215/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **FERNANDA DA SILVA MENEZES,** matrícula **378665-0/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.347/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:4B9F08D9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.810/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.219/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **FRANCIANE GOMES DA SILVA,** matrícula **378670-6/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Agente Administrativo da Educação - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.429/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:3ABCF20A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.811/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.224/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **GABRIELA RODRIGUES PFLEGER,** matrícula **378707-9/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.573/2025 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:74773E72

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.812/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.220/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **FRANCIANE REAL,** matrícula **377876-2/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Agente Administrativo da Educação - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 33.332/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:862CECA7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.813/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 7.401/2026;
Considerando a portaria n.º 34.225/2026 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **GABRIELE APARECIDA SOZZO,** matrícula **378271-9/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Agente Administrativo da Educação - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.333/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **01/03/2026 a 31/07/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 30 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:5D114C1F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.814/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
DIVULGA:

Art. 1º - O resultado dos recursos apresentados, dos processos de promoção na carreira para avanço horizontal do ano de 2026 em conformidade com a Lei n° 3.744/2015, conforme segue:

Protocolos com parecer desfavorável:

Protocolo	Matrícula	Nome
26.671/26	32824-3/1	Elaine Laís Ignácio Ferreira
27.461/26	33471-5/1	Tiago Ferreira De Souza

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 03 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:782CB5BF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESULTADO DE EXAME MÉDICO EDITAL Nº 001/2024 - PUBLICAÇÃO Nº 246/2026

PUBLICAÇÃO Nº 246/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

RESULTADO DE EXAME MÉDICO EDITAL Nº 001/2024

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado da avaliação médica dos candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas existentes no Concurso Público para o preenchimento dos cargos da Administração Municipal de Rolândia relacionados conforme abaixo:

A relação dos candidatos considerados **aptos** constam no Anexo I.
A relação dos candidatos considerados **Inaptos /ausentes** constam no Anexo II

Rolândia, 03 de Agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

ANEXO I
CANDIDATOS APTOS

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.290-20	RENATA SILVA DE OLIVEIRA	ASSISTENTE SOCIAL
014.703.364-15	ERENILDA DS SANTOS CORREA	ASSISTENTE SOCIAL

ANEXO II
CANDIDATOS INAPTOS / AUSENTES

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.263-70	LEONARDO GABRIEL DA SILVA	PSICÓLOGO
014.703.360-15	JOÃO GABRIEL PEREIRA RIBEIRO	TÉCNICO DE GESTÃO MUNICIPAL A - ADMINISTRATIVO
014.703.316-30	BRUNA GUIMARÃES PEDREIRA	MÉDICO GINECOLOGISTA

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:812CEF96

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 382, 05 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Altera o Decreto nº 096, de 10 de março de 2025, que institui e nomeia o Conselho Municipal de Contribuintes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,*

DECRETA
Art. 1º – Fica alterado o inciso I, alínea A do art. 1º do Decreto nº 096, de 10 de março de 2025, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º [...]
EXECUTIVO MUNICIPAL
ISABELY KAROLINE BRITO DOS SANTOS;
JESSICA RODRIGUES DE AMORIM;
PEDRO LUÍS DE MATOS LEÃO CUSTÓDIO."

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 05 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:50725FD9

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 3.241, DE 04 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Nomeia Comissão de Contratação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 3.152/2006 e Lei 4.178/2023, resolve:

DESIGNAR:

I - Os servidores **JOSÉ AUGUSTO LIASCH DA SILVA, ANA PAULA MOREIRA DA SILVA AFONSO, RAFAELLE ALVES ARANHA, RODIRLEI AZEREDO CAMPI, GRACE KELLY BERNARDELLI PEREIRA CARVALHO, JULIANA ALVES SANT'ANA PAGANINI e MAURÍLIO PULIQUESI** como agentes de contratação/pregoeiros.

II - Os servidores **DIONE RAMOS DA SILVA, BRUNA FERNANDA FELIX DA SILVA, THIAGO HENRIQUE ZAMPIERI GOMES, SILVIA QUINTINO, MARCELO FRANCISCO MARINS, FLAVIANA ANHEZI, RENAN HUSS e LUANA FERNANDO DARINI** como Equipe de Apoio.

III - Esta designação se estende à Autarquia Municipal ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA.

IV – Esta portaria vigorará até 31 de Dezembro de 2026.

V – Nos casos de licitação na modalidade pregão, os agentes de contratação atuarão como pregoeiros e a equipe de apoio atuará como comissão de licitação.

VI – Revogadas as disposições em contrário, publique-se e cumpra-se.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 04 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:52EFDAE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2026 – PMR. PROCESSO Nº 134/2026.

Objeto: O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização e execução de passeio destinado aos idosos participantes do Programa Viaja Mais, promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com destino ao Restaurante Rural Vó Tatau, localizado no município de Londrina/PR, compreendendo transporte rodoviário em ônibus de turismo, fornecimento de almoço, café da tarde e demais serviços correlatos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Tipo: Menor Preço por ITEM.

Solicita Amostras: NÃO

Possui Exclusividade/e ou Cotas: SIM

Valor máximo total R$: 85.000,00.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:00 horas do dia 19/08/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 13:30 horas do dia 19/08/2026.
Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 05 de AGOSTO de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:56849220

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2026 – PMR. PROCESSO Nº 135/2026.

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de Conjunto composto de mesa redonda 80 cm com 72 cm dê altura e 4 banquetas 30cm com 45 cm de altura em cimento natural (desmontada).
Tipo: Menor Preço por ITEM.

Solicita Amostras: NÃO

Possui Exclusividade/e ou Cotas: NÃO

Valor máximo total R$: 328.500,00.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 15:00 horas do dia 19/08/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 15:30 horas do dia 19/08/2026.
Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 05 de agosto de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:7B7329A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2026 – PMR. PROCESSO Nº 136/2026.

Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais esportivos, recreativos, de condicionamento e reabilitação física, destinados ao atendimento das atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social, conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

Tipo: Menor Preço por ITEM.

Solicita Amostras: NÃO

Possui Exclusividade/e ou Cotas: SIM

Valor máximo total R$: 434.362,72.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:00 horas do dia 21/08/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 13:30 horas do dia 21/08/2026.
Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 05 de agosto de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:DCDAF4FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PORTARIA N.º 044/2026

DE 04 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia o Fiscal da Ata nº 128/2026, Pregão Eletrônico nº 055/2026, referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 8.199/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024, resolve:

DESIGNAR:

I – A servidora **ANA PAULA DE SOUZA VIEIRA** como fiscal.

II – A servidora **LUCIANA BLANCO SERRA** como suplente do fiscal.

III – As atribuições dos fiscais de atas e contratos são as previstas no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024.

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e perdurará durante toda a vigência das Atas supracitadas.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 04 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:4D8C7329

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
DECRETO Nº 90, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 90, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Enquadra Servidor Público Municipal integrante do Quadro Geral do Poder Executivo Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal de nº 23 de 04 de abril de 2012, e suas alterações posteriores, e considerando Histórico Escolar de Conclusão do Ensino Médio apresentado nesta data;
DECRETA:

Artigo 1º - Fica enquadrado o Servidor Público Municipal abaixo relacionado, conforme dispõe a Lei Municipal de nº 23 de 04 de abril de 2012, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Quadro Geral do Poder Executivo Municipal de Salgado Filho.

SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO/ CARREIRA	NÍVEL/ REFERÊNCIA ATUAL	NÍVEL/ REFERÊNCIA A ELEVAR
Dilamar Berticelli	1260	Motorista	BD-05	CD-05

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data e sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao quinto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:6BD03A63

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 246, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 246, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Concede Férias para o Servidor Público Municipal que abaixo específica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado;

RESOLVE:

Artigo 1º- CONCEDER, férias de 10 (dez) dias para o Servidor Público Municipal **GABRIEL OLIVEIRA GODINHO (1577),** ocupante do cargo efetivo de Fisioterapeuta, à partir do dia 10 de agosto de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 16.10.2024 a 15.10.2025.

Artigo 2º - Revogam-se as demais disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao quinto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:C257288D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 247, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 247, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Concede Férias para o Servidor Público Municipal que abaixo específica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado;

RESOLVE:

Artigo 1º- CONCEDER, férias de 10 (dez) dias para o Servidor Público Municipal **ASTERIO MARCHETTI (330),** ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola, a partir do dia 12 de agosto de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 12.03.2025 a 11.03.2026.

Artigo 2º - Revogam-se as demais disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao quinto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:CA4F4C1D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 248, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 248, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Concede Férias para a Servidora Pública Municipal que abaixo específica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado;

RESOLVE:

Artigo 1º- CONCEDER, férias de 10 (dez) dias para a Servidora Pública Municipal **ANDREA KOWALCZUK SORANZO (920),** ocupante do cargo de Dentista – Modalidade Emprego Público, a partir do dia 12 de agosto de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 01.06.2024 a 31.05.2025.

Artigo 2º - Revogam-se as demais disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao quinto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:D0AE4C38

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº249

PORTARIA Nº 249/2026, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

Ementa: Instaura Processo Administrativo Licitatório nº 09/2026 para apuração de possíveis irregularidades decorrentes do descumprimento da Ata de Registro de Preços nº 15/2025, Pregão Eletrônico nº 14/2025, referente à não entrega do objeto solicitado por meio

da Autorização de Fornecimento nº 56/2026, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 63, inciso XXVI da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no artigo 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Licitatório nº 09/2026, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades decorrentes do descumprimento da Ata de Registro de Preços nº 15/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 14/2025, celebrado com a empresa PRISMA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 28.926.250/0001-76, em razão da não entrega do item nº 77, solicitado por meio da Autorização de Fornecimento nº 56/2026, emitida em 13 de janeiro de 2026, apesar da prévia notificação extrajudicial e da ausência de manifestação da empresa.

Art. 2º A condução do presente processo administrativo ficará a cargo da Comissão Permanente de Processos Administrativos Licitatórios, designada pela Portaria nº 139/2026, a quem competirá:

I – promover a regular instrução processual;

II – assegurar à empresa o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa;

III – realizar diligências, notificações e demais atos necessários à apuração dos fatos;

IV – elaborar relatório final circunstanciado, opinando, de forma fundamentada, pela aplicação ou não de sanções administrativas, a ser submetido à autoridade competente.

Art. 3º A Comissão deverá observar, no que couber, os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às garantias processuais e à formalização dos atos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salgado Filho/PR, 05 de agosto de 2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moacir Roberto Heimann
Código Identificador:03EC8BB2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 119/2025

OBJETO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de aplicação de película de Controle Solar em veículos e maquinas em geral para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças
CONTRATADO:	ELWIS LEONARDO FACHINELLO 07701680942
CNPJ:	13.357.692/0001-71
VALOR:	70.415,00
VIGÊNCIA:	14/08/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 05 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:452FB717

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1435/2026

DECRETO Nº 1435, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Nomeia a Servidora Municipal para o Cargo de Professor Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais – 20h, aprovada no PSS 001/2025 e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica nomeada a partir de 05 de agosto de 2026, aprovada no Processo Seletivo Simplificado - PSS 001/2025.

Nº	Nome	CPF	Cargo	Local
01	Fernanda de Oliveira Toscan	088.674.669-84	Prof. Ed. Inf. Ens. Fund. Anos Iniciais 20h	Educação

Art. 2 º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

.
Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná 05 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:2F014FAB

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
COMISSÃO DE ANÁLISE E SELEÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA HABITACIONAL - FNHIS SUB-50

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
(Republicação do Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios em 05*/08*/2026, edição nº 3588, em razão de erro material na numeração do edital.)

EDITAL DE DIVULGAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA LISTA FINAL DE FAMÍLIAS HABILITADAS AO PROGRAMA FNHIS SUB 50 Nº 002/2026
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - FNHIS SUB 50
MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA - ESTADO DO PARANÁ

O **MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.205.707/0001-04, com sede administrativa na Rua Prefeito Neuri Bau, nº 975, Centro, CEP: 85.670-000, em Salto do Lontra, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal, Fernando Alberto Cadore, no uso de suas atribuições legais, por intermédio da Comissão Municipal de Análise e Seleção de Beneficiários do Programa Habitacional, em conformidade com a legislação vigente, com as normas do Programa FNHIS Sub 50, com o Edital de Chamamento Público nº 001/2025 e demais atos normativos aplicáveis.
TORNA PÚBLICA a relação final das famílias **HABILITADAS** para participação no Programa FNHIS Sub 50, após a conclusão das etapas de inscrição, análise documental, visitas técnicas, avaliação socioeconômica, aplicação dos critérios de seleção e julgamento dos recursos administrativos, quando cabíveis.

Art. 1º Fica homologada a relação de 23 (vinte e três) famílias CONTEMPLADAS, aptas a prosseguir para as próximas etapas do Programa, conforme Anexo I deste Edital.

Art. 2º Fica homologada a relação de 10 (dez) famílias classificadas em CADASTRO DE RESERVA, conforme Anexo II, observada rigorosamente a ordem de classificação.
Art. 3º As famílias constantes do Cadastro de Reserva poderão ser convocadas em caso de:
I – desistência de beneficiário contemplado;

II – desclassificação por descumprimento das exigências do Programa;
III – impedimento legal ou técnico;
IV – ampliação do número de unidades habitacionais disponíveis.

Art. 4º A homologação deste resultado não exime os beneficiários da apresentação de documentos complementares eventualmente solicitados, nem da verificação das informações prestadas durante o processo de seleção.

Art. 5º Constatada qualquer irregularidade, omissão ou informação falsa, o candidato poderá ser excluído do Programa, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Salto do Lontra – PR, 04 de Agosto de 2026.

COMISSÃO MUNICIPAL DE ANÁLISE E SELEÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA HABITACIONAL FNHIS SUB-50

ANEXO I
RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS CONTEMPLADOS

Classif.	Responsável Familiar	CPF	Situação
01	MARIANA DOS SANTOS MOREIRA	xxx.392.759-xx	Habilitado
02	ORAIDE DOS SANTOS MOREIRA	xxx.925.681-xx	Habilitado
03	IRACI TELES DA ROSA DO PRADO	xxx.830.839-xx	Habilitado
04	LOURDES DOS SANTOS MOREIRA	xxx.612.079-xx	Habilitado
05	FATIMA VIANA DE REZENDE	xxx.335.649-xx	Habilitado
06	RAFAELA DOS SANTOS NEVES	xxx.950.219-xx	Habilitado
07	IVALDIR FERREIRA	xxx.963.279-xx	Habilitado
08	MARLENE DE ARAUJO	xxx.817.279-xx	Habilitado
09	VERONICA RAMOS	xxx.642.899-xx	Habilitado
10	VIVIANE MAIA	xxx.528.759-xx	Habilitado
11	JURANDIR JOSE PICOLOTO	xxx.135.469-xx	Habilitado
12	CLEMAIR DE MORAES DA SILVA	xxx.166.919-xx	Habilitado
13	OSMAIR MOREIRA	xxx.008.709-xx	Habilitado
14	DANIELA CARINE CASTOLDI	xxx.080.689-xx	Habilitado
15	FATIMA ORTIZ	xxx.251.579-xx	Habilitado
16	CECILIA TETERISEZ	xxx.687.679-xx	Habilitado
17	JOSE VALDECIR NUNES DE SOUZA	xxx.654.919-xx	Habilitado
18	SALVADOR CECILIO DA CUNHA SILVEIRA	xxx.524.009-xx	Habilitado
19	MARLENE PALHANO	xxx.935.149-xx	Habilitado
20	MICHELE ROSA DOS SANTOS SARTORI	xxx.418.529-xx	Habilitado
21	MARIA ROSA NERES MALGARIN	xxx.379.019-xx	Habilitado
22	AGENOR CLASEN	xxx.241.309-xx	Habilitado
23	MARLICE PEREIRA	xxx.108.169-xx	Habilitado

ANEXO II
CADASTRO DE RESERVA

01	DEIDI KELI DA CRUZ	xxx.100.469-xx	Habilitado
02	JOSE MARIA TAVARES	xxx.127.959-xx	Habilitado
03	MARIA CATARINA ALVES	xxx.644.939-xx	Habilitado
04	MADALENA DE MORAES DA SILVA	xxx.240.539-xx	Habilitado
05	TATIANA PEREIRA	xxx.404.589-xx	Habilitado
06	DAIANA FATIMA CASTOLDI	xxx.244.359-xx	Habilitado
07	LUANA GONÇALVES PADILHA	xxx.445.079-xx	Habilitado
08	MICHELLE ANTUNES DOS SANTOS	xxx.024.329-xx	Habilitado
09	VERA LUCIA PIMENTEL	xxx.146.579-xx	Habilitado
10	LORENI CORDEIRO DA ROSA	xxx.137.749-xx	Habilitado

Publicado por:
Márcia Franz
Código Identificador:521218EF

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 005/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a renovação da inscrição do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Salto do Lontra – PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Lei Municipal nº 450/2023, e considerando a deliberação da reunião realizada em cinco de agosto de 2026, constante na Ata nº 007/2026,
RESOLVE:
Art. 1º Renovar a inscrição do **Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE**, inscrito no **CNPJ nº 76.610.591/0001-80**, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Salto do Lontra – PR, sob o número 007.
Art. 2º A renovação da inscrição refere-se às atividades desenvolvidas pela entidade no Município, voltadas à promoção da aprendizagem profissional, integração ao mundo do trabalho, formação cidadã e garantia dos direitos de adolescentes e jovens, observadas as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente e da legislação pertinente.
Art. 3º A presente inscrição terá validade de **02 (dois) anos**, contados da data de publicação desta Resolução, podendo ser renovada mediante solicitação da entidade e apresentação da documentação exigida pelo CMDCA.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Salto do Lontra – PR, 05 de Agosto de 2026.

JENIFFER APARECIDA DIAS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Márcia Franz
Código Identificador:518C1897

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 66/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA/PR, Rafael Abner Severino, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 38 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1° - Revogar a Portaria nº 65/2026, que dispõe sobre a formação da comissão avaliadora da progressão do servidor Reinaldo de Oliveira Bruniera.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE E
CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, em 05 de agosto de 2026.

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente da CMSA/PR

Publicado por:
Patrick Deodati Teixeira
Código Identificador:6FA0DA5C

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 02/2026

RESOLUÇÃO Nº 02/2026.

Súmula: Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, no âmbito do Poder Legislativo de Santa Amélia e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Presidente da Câmara, promulgo a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução tem por objetivo regulamentar no âmbito do Poder Legislativo do município de Santa Amélia, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos.

Art. 2º Na aplicação desta Resolução serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Art. 3º As licitações realizar-se-ão nas modalidades previstas pelo art. 28 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e serão conduzidas pelo agente de contratação.

Parágrafo único. O agente de contratação deverá observar o previsto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 quanto à adoção dos procedimentos.

Art. 4º As atribuições do agente de contratação são as descritas no artigo 7 da Lei nº 1.606, de 22 de dezembro de 2023.

Parágrafo único. Em licitação na modalidade Pregão, o Agente de Contratação responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro.

CAPÍTULO II
DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Art. 5º O Poder Legislativo poderá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as compras e contratações, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

§1º Na elaboração do Plano de Contratações Anual observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, a média de compras e serviços contratados nos últimos cinco anos.

§2º O plano de contratações anual de que trata o caput deste artigo deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e será observado pelo ente federativo na realização de licitações e na execução dos contratos.

§3º O Presidente da Câmara é responsável pela elaboração do Plano de Contratações Anual.

§4º É possível a sua retificação em caso de necessidade e com a devida justificativa.

CAPÍTULO III
DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Art. 6º Em âmbito do Poder Legislativo, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar aplica-se à licitação de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locação e contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, sendo opcional nos seguintes casos:

I - contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

II - dispensas de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - contratação de remanescente nos termos do §2º ao 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos;

V - Nos casos de contratação direta caberá ao Administrador Público a decisão sobre a dispensa do estudo técnico preliminar e a decisão acerca da dispensa de análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.

CAPÍTULO IV
DA ADOÇÃO DE CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS

Art. 7º O Catálogo Eletrônico de que trata o §1º do art. 19 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as compras, terá o perfil e/ou características de Termo de Referência, com descrição clara, objetiva e primazia de qualidade, vedada a opção natural de marca, ressalvada situações especiais, como de manutenção de equipamentos já existentes e quando pela natureza da situação for exigida a marca, devendo fazer a devida justificativa nos autos do procedimento.

CAPÍTULO V
DO ENQUADRAMENTO DE PRODUTOS COMUNS E DE LUXO

Art. 8º Os bens de consumo adquiridos para suprir as demandas do Poder Legislativo deverão ser de qualidade comum, vedada a contratação de bens e serviços de luxo, qualquer que seja a modalidade de licitação.
Art. 9º Para fins de entendimento de terminologia do artigo 8 entende-se:
I - bem de luxo: bem de consumo com qualidade, preço, características técnicas e funcionais superiores às necessárias ao atendimento da demanda identificada, que possui características tais como:
a) ostentação;
b) opulência;
c) forte apelo estético; ou
d) requinte
II - bem de qualidade comum: bem de consumo que atenda restritamente a qualidade, preço, características técnicas e funcionais necessárias ao atendimento da demanda identificada; e
III - bem de consumo: todo material que atenda a, no mínimo, um dos seguintes critérios:
a) Durabilidade: quando, em uso normal, perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de 2 (dois) anos;
b) Fragilidade: facilmente quebradiço ou deformável, de modo irrecuperável ou com perda de sua identidade;
c) Perecibilidade: sujeito às modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo;
d) Incorporabilidade: destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal; ou;
e) Transformabilidade: quando adquirido para fins de utilização como matéria prima ou matéria intermediária para a geração de outro bem.
Parágrafo único. Na classificação de um artigo como sendo de luxo a Câmara Municipal deverá considerar:
a) relatividade cultural: distinta percepção sobre o artigo, em função da cultura local, desde que haja impacto no preço do artigo;
b) relatividade econômica: variáveis econômicas que incidem sobre o preço do artigo, especialmente a facilidade/dificuldade logística regional ou local de acesso ao bem; e
c) relatividade temporal: mudança das variáveis mercadológicas do artigo ao longo do tempo, em tempo de evolução tecnológica, tendências sociais, alterações de disponibilidade no mercado e modificações no processo de suprimento logístico.

Art. 10. A aquisição de bens de consumo que esteja dentro do limite de valor de dispensa de licitação previsto no inciso II do art. 75 da Lei federal nº 14.133, de 2021, não afasta a possibilidade de enquadramento como bens de luxo.

Art. 11. O Presidente da Câmara Municipal com o auxílio do Agente de Contratação identificarão os bens de consumo de luxo constantes dos documentos de formalização de demandas antes da elaboração do plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Na hipótese de identificação de demandas por bens de consumo de luxo, nos termos do disposto no caput deste artigo, estas retornarão aos setores requisitantes para supressão ou substituição dos bens demandados.

Art. 12. O Agente de contratação do Poder Legislativo, quando da elaboração dos estudos técnicos preliminares, deve apresentar análise de custo-efetividade, demonstrando os resultados pretendidos da contratação em termos de economicidade e do melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Art. 13. No procedimento de pesquisa de preços realizado em âmbito deste órgão, os parâmetros previstos do §1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são autoaplicáveis, no que couber.

CAPÍTULO VI
DA PESQUISA DE PREÇOS

Art. 14. A pesquisa de preços para subsidiar valores referenciais nos procedimentos licitatórios, poderá ser realizada, mediante a utilização de um dos seguintes parâmetros:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Parágrafo único. Em todas as situações apresentadas o agente público responsável pela realização da pesquisa deverá juntar a documentação aos autos.

Art. 15. Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida em regulamento, o fornecedor escolhido para contratação, deverá comprovar previamente a subscrição do contrato, que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Art. 16. Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três orçamentos, desde que devidamente justificado nos autos pelo Agente de Contratação e aprovado pela autoridade competente.

Art. 17. Considerar-se-á como solicitação formal de cotação a solicitação efetuada pela administração pública encaminhada por meio físico ou digital, inclusive por e-mail, devendo os respectivos documentos serem encartados aos autos.

CAPÍTULO VII
DOS AGENTES PUBLICOS QUE DESEMPENHAM FUNÇÕES ESSENCIAIS NOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Art. 18. O processo licitatório será conduzido por agente de contratação.

§1º O agente de contratação será designado pelo Presidente da Câmara, por meio de portaria, entre servidores efetivos do Poder Legislativo.

§2º Na modalidade pregão, o agente de contratação será denominado Pregoeiro.

Art. 19. A fiscalização dos contratos será exercida pelo Contador Legislativo nos termos previstos para suas atribuições pela Lei nº 1.476, de 01 de outubro de 2019.

Parágrafo único**.** A gestão dos contratos será realizada pelo Presidente da Câmara Municipal.

Art. 20. Nos processos de contratação direta, caberá ao agente de contratação a análise de conformidade da instrução processual, nos termos dos incisos I a IV do art. 72 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, competindo-lhe atestar a habilitação e a qualificação do contratado, bem como verificar a existência de razões suficientes para a escolha do contratado e para a justificativa do preço.

Art. 21. No exercício de suas atribuições, o agente de contratação poderá contar, sempre que necessário, com o suporte técnico dos órgãos de assessoramento e controle interno, para dirimir dúvidas.

CAPÍTULO VIII
DA PARTICIPAÇÃO DO CONTROLE INTERNO NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

Art. 22. Compete à Controladoria Interna, no exercício de suas atividades de controle prévio ou concomitante, auxiliar os agentes envolvidos no processo de contratação, em especial:

I - definir as diretrizes da política de riscos a ser observada pelos agentes que atuam nos processos de contratação;

II - dirimir dúvidas e subsidiar com informações relevantes para prevenir riscos no âmbito da contratação.

CAPÍTULO IX
DO CREDENCIAMENTO

Art. 23. Adotar-se-á, no âmbito do Poder Legislativo de Santa Amélia, o Procedimento de Credenciamento observando-se o artigo 79 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO X
DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Art. 24. Adotar-se-á, no âmbito do Poder Legislativo de Santa Amélia, o Procedimento de Manifestação de Interesse observando-se o artigo 81 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO XI
DO CONTRATO NA FORMA ELETRÔNICA

Art. 25. Os contratos e termos aditivos celebrados entre a Câmara de Vereadores e os particulares poderão adotar a forma eletrônica.

Parágrafo único. Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do art. 4º, inc. III, da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

CAPÍTULO XII
DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Art. 26. O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;

b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

II - em se tratando de compras:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

§1º O edital ou o instrumento de contratação direta, ou alternativamente o contrato ou
Instrumento equivalente, poderá prever apenas o recebimento definitivo, podendo ser dispensado o recebimento provisório de gêneros perecíveis e alimentação preparada, objetos de pequeno valor, ou demais contratações que não apresentem riscos consideráveis à Administração.

§2º Para os fins do parágrafo anterior, consideram-se objetos de pequeno valor aqueles enquadráveis nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO XII
DAS SANÇÕES

Art. 27. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pela autoridade competente.

CAPÍTULO XIII
DO PROCESSO DE COMPRA DIRETA

Art. 28. No âmbito do Poder Legislativo Municipal, o processo de contratação direta de que trata a Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, deverá observar o previsto na Resolução nº 02/2024.

CAPÍTULO XIV
DO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP)

Art. 29. A Câmara Municipal poderá, através de seu portal e veículo oficial de comunicação, bem como pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), publicar os planos de contratação anuais, avisos de contratação direta, editais de licitação e respectivos anexos; contratos e termos aditivos firmados pelo Poder Legislativo.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, em 03 de agosto de 2026.

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente.

EVALMIR APARECIDO SIVIERO
Vice-Presidente.

MARCIA DE FATIMA MENEGHIN DE SOUZA
1ª Secretário.

JURANDIR DE CAMPOS
2º Secretário.

Publicado por:
Patrick Deodati Teixeira
Código Identificador:ABE72477

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DO JULGAMENTO - CHAMAMENTO PUBLICO 03/2026
PROCESSO 53/2026

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 09h00 (nove horas), na sede da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, localizada na Rua Valentim Inforzato, s/n, no Município de Santa Amélia – PR, reuniram-se a Secretária Municipal de Cultura e Turismo, Sr.ª Ana Emanuelle Utida de Miranda Ribeiro, o Secretário de Indústria e Comércio, Leandro de Oliveira Silva e a Fiscal do Processo do Credenciamento 03/2026 Sr.ª Vanessa Costa Cunha, com o objetivo de proceder à análise das inscrições realizadas pelos interessados no Credenciamento de Apoiadores, destinado à 3ª Festa do Agricultor. Considerando o encerramento do prazo para as inscrições, foram analisadas as inscrições dos participantes, concluindo-se que todos atenderam às exigências estabelecidas no edital, encontrando-se aptos ao credenciamento. Foram considerados habilitados os seguintes credenciados: Na categoria OURO (R$ 2.000,00): **PONTO RURAL**, inscrito no CNPJ nº 33.320.097/0001-79. Na categoria PRATA (R$ 1.000,00): **Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina**, inscrita no CNPJ nº 43.001.981/0069-92; **JVB Engenharia**, inscrita no CNPJ nº 67.556.004/0001-21; **Cooperativa Integrada Agroindustrial**, inscrita no CNPJ nº 00.993.264/0043-42; **COLOR KIDS**, inscrita no CNPJ nº 47.770.562/0001-88; e **Loja Stilo Livre**, inscrita no CNPJ nº 27.684.426/0001-68. Na categoria BRONZE (R$ 300,00): **Jeferson de Oliveira dos Santos**, inscrito no CPF nº 097.482.399-69 , e na categoria Apoio Técnico Especial – Internet: **EDUNET TELECOM LTDA** inscrita no CNPJ nº 52.296.675/0001-23. Verificou-se, ainda, que não houve mais de um inscrito por vaga disponibilizada em cada categoria, motivo pelo qual não se fez necessária a realização de sorteio público, permanecendo todos os participantes devidamente credenciados para participação na 3ª Festa do Agricultor, nos termos do edital. Nada mais havendo a constar, encerrou-se a presente sessão, lavrando-se a presente ata, que será assinada pela Secretária Municipal de Cultura e Turismo e pela Fiscal do Credenciamento nº 03/2026.

ANA EMANUELLE UTIDA DE MIRANDA RIBEIRO
Secretária de Cultura e Turismo

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
Secretário de Indústria e Comércio

VANESSA COSTA CUNHA
Fiscal do Credenciamento 02/2026

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:A116B625

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 102/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o resultado final do concurso público nº. 001/2025, homologado e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em data de 23/02/2026, edição 3474.

RESOLVE:

Art. 1º. **NOMEAR**, **LEONARDO MENEGHIN**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n° 12.***.1*1-7 e do CPF n° 083***6.6*9-21, a partir do dia 06 de agosto de 2026, em caráter de efetivo exercício, em virtude da habilitação em Concurso Público, a teor da Lei Municipal n. 1110/2005, de 05 de abril de 2005, anexo IV, para exercer o cargo de provimento efetivo de **ADVOGADO,** do quadro de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 05 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:EBFCE0E7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 524/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de saúde

Alínea	Nome	Destino	Veículo	Valor	Data
A	André Vilalva Leal	Maringá	RHP0B83	140,00	06/08/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se.
Publique-se.
Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 05 de agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geovana Dos Santos Coelho
Código Identificador:32170431

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2026

Dispõe sobre a organização e as diretrizes do Seminário Municipal de Inspiração e Boas Práticas (SEMIB) da Rede Municipal de Ensino de Santa Amélia – PR.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA AMÉLIA – PR**, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Portaria nº 05, de 1º de janeiro de 2025, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.697, de 8 de julho de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização em consonância com o Programa Educa Juntos, a estratégia Alfabetiza Juntos e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e

CONSIDERANDO a necessidade de valorização dos profissionais da educação;
CONSIDERANDO a importância do reconhecimento de práticas pedagógicas inovadoras e eficazes;
CONSIDERANDO a promoção da melhoria contínua da qualidade do ensino na Rede Municipal.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO GERAL E DA TEMÁTICA
Art. 1º A presente Instrução Normativa regulamenta a organização e o funcionamento do Seminário Municipal de Inspiração e Boas Práticas (SEMIB), o qual tem como objetivo socializar e debater experiências exitosas construídas no cotidiano escolar da Rede Municipal de Ensino de Santa Amélia.

Parágrafo único. O evento evidencia o impacto do trabalho colaborativo e a importância de consolidar iniciativas da sala de aula em práticas de transformação social e humanização, tendo como temática central: *"Da Inspiração à Ação: Como Multiplicar Boas Práticas na Rede Municipal"*.

Art. 2º São objetivos específicos do SEMIB:
I – valorizar a atuação de professores e gestores escolares;
II – incentivar práticas pedagógicas inovadoras e efetivas;
III – estimular a melhoria dos indicadores de aprendizagem;
IV – promover o compartilhamento de experiências exitosas no âmbito escolar.

CAPÍTULO II
DO CRONOGRAMA, PERIODICIDADE E PARCERIAS

Art. 3º O SEMIB reger-se-á segundo a seguinte organização temporal e institucional:
I – o evento acontecerá anualmente, durante o segundo semestre, conforme datas estabelecidas no calendário oficial da Secretaria Municipal de Educação;
II – o seminário será realizado em parceria com o Programa Educa Juntos, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), e em cumprimento à Lei Municipal nº 1.697/2026.

CAPÍTULO III
DO PÚBLICO-ALVO E UNIDADES DE ENSINO

Art. 4º Poderão participar do SEMIB os membros das equipes gestoras e os professores em efetivo exercício de suas funções nas seguintes etapas, turmas e unidades escolares:
I – Etapas/Turmas: Educação Infantil (Infantil IV e V) e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano);
II – Unidades Escolares: Escola Municipal Prefeito Francisco da Silva Leal e Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Anjo da Guarda.

CAPÍTULO IV
DOS EIXOS TEMÁTICOS E DO FOCO PEDAGÓGICO

Art. 5º As propostas submetidas ao SEMIB deverão observar as seguintes diretrizes pedagógicas:
I – todas as práticas apresentadas devem ter como foco central a Alfabetização;
II – as boas práticas poderão ser inscritas nos seguintes eixos temáticos:
a) Gestão Escolar;
b) Alfabetização;
c) Recomposição das Aprendizagens;
d) Práticas de Oralidade, Leitura e Escrita na Educação Infantil.

CAPÍTULO V
DA METODOLOGIA E DO TEMPO DE APRESENTAÇÃO

Art. 6º A dinâmica de apresentação das experiências observará os seguintes critérios:
I – cada participante inscrito terá de 5 (cinco) a 10 (dez) minutos para realizar a exposição oral de sua boa prática;
II – após a exposição, serão destinados 5 (cinco) minutos para debate, trocas de experiências e sugestões entre os participantes;
III – os relatos apresentados devem ser fruto de práticas pedagógicas elaboradas e executadas no ano letivo corrente, devendo o material da apresentação ser revisado previamente pela Articulação Municipal

RENALFA e pela Coordenação Pedagógica da respectiva unidade escolar;
IV – na hipótese de a apresentação conter imagens de estudantes, a unidade escolar deverá certificar-se do prévio arquivamento do Termo de Autorização de Uso de Imagem devidamente assinado pelos responsáveis legais.

CAPÍTULO VI
DA COORDENAÇÃO E DA AVALIAÇÃO

Art. 7º A coordenação e a organização do SEMIB serão conduzidas conjuntamente pela equipe gestora da Secretaria Municipal de Educação, pelas equipes gestoras das escolas participantes e pela Articuladora Municipal RENALFA.
Art. 8º A seleção da boa prática será realizada de forma participativa, mediante avaliação conjunta entre:
I – os professores participantes e inscritos no SEMIB;
II – a equipe gestora da Secretaria Municipal de Educação;
III – o(a) Articulador(a) Municipal RENALFA;
IV – as equipes gestoras das unidades de ensino participantes.
Art. 9º A avaliação das propostas fundamentar-se-á nos seguintes critérios:
I – inovação e criatividade;
II – resultados mensuráveis na aprendizagem dos estudantes;
III – relevância social e educacional;
IV – sustentabilidade e exequibilidade de replicação na rede.

CAPÍTULO VII
DA PREMIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO REGIONAL

Art. 10. A boa prática selecionada no SEMIB observará o seguinte regime de incentivo e representatividade:
I – representará o Município de Santa Amélia no Seminário Regional de Boas Práticas (SEMPRE), promovido pelo Núcleo Regional de Educação (NRE) de Cornélio Procópio;
II – receberá premiação simbólica concedida pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO VIII
DO MATERIAL DE APOIO VISUAL E RECURSOS

Art. 11. O suporte estrutural e acompanhamento pedagógico dar-se-ão da seguinte forma:
I – a Secretaria Municipal de Educação disponibilizará modelo padronizado de apresentação para uso obrigatório pelos expositores;
II – caberá à Articulação Municipal RENALFA e às Coordenações Pedagógicas das unidades escolares o acompanhamento direto e auxílio aos docentes na estruturação do material a ser apresentado.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. A Secretaria Municipal de Educação emitirá certificado aos participantes que cumprirem integralmente a carga horária estabelecida para a preparação e a apresentação das práticas.
Art. 13. Os casos omissos ou situações não previstas nesta Instrução Normativa serão analisados e deliberados pela Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.
Santa Amélia – PR, 05 de agosto de 2026.

LORIMAL APARECIDA CORREA
Secretária Municipal de Educação
Município de Santa Amélia – PR

Publicado por:
Flávia Rosana Bussola
Código Identificador:87227D04

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Edital de Audiência Pública

DISCUSSÃO DA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2027

OPREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, Estado do Paraná, Sr.CLAUDIO COVRE, convida as autoridades, Líderes Comunitários, Representantes de Entidades, bem como o Povo em Geral, para participarem da audiência pública em atendimento ao Artigo 48 parágrafo único da Lei 101 de 04 de maio de 2000, visando proporcionar a transparência da gestão fiscal, mediante incentivo à participação popular na discussão da elaboração da LOA- LeiOrçamentária Anualdo Município para o exercício financeiro de 2027.
APrefeitura Municipal deSanta Cecilia do Pavãotorna público que será realizada a partir das09h00 horas do dia04desetembrode 2026,no auditório da Câmara Municipal.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão,05de agosto de 2025.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:2A69FA88

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº19-2026

EXTRATO DO CONTRATONº19-2026

CONTRATANTE:Munícipio de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, com sede à Rua Jerônimo Farias Martins nº 514, inscrito no CGC/MF nº 76.290.691/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Claudio Covre, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.959.656-0 e do CPF/MF nº 848.208.539-53,CONTRATADO(A):WILMA RAMOS DUARTE, nacionalidade brasileira, produtor(a) rural, inscrito(a) no CPF/MF, sob nº 867.771.819-20, residente e domiciliado na Rua Curitiba, bairro Jardim Ouro verde, na Cidade de Santa Cecília do Pavão - PR.
OBJETO:aquisição gênerosalimentícios daAgricultura Familiar
VIGÊNCIA DO CONTRATO:ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2026

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO23/07/2026

Santa Cecília do Pavão,23/07/2026

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:E122283B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº20-2026

EXTRATO DO CONTRATONº20-2026

CONTRATANTE:Munícipio de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, com sede à Rua Jerônimo Farias Martins nº 514, inscrito no CGC/MF nº 76.290.691/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções,ClaudioCovre, portador da Cédula de Identidade RG nº5.959.656-0e do CPF/MF nº848.208.539-53,CONTRATADO(A):CABALA SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS LTDA,CNPJ 39.606.986/0001-83,
localizada na Rua Piauí, N° 200, Cavalieri, Vila Velha/ES, CEP: 29121-350, representada porJULIANA QUEIROZ STURZENEKER ROSA, inscrito no CPF sob n. °045.914.397-20.
VALOR:R$ 306.950,00 (trezentos e seis mil novecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO:12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DE05DEAGOSTODE 2026A05DEAGOSTODE 2027.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO05/08/2026

Santa Cecília do Pavão,05/08/2026.

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:452FC933

GABINETE DO PREFEITO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃONº09/2026
TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE Nº 09/2026
OBJETO:Contratação de empresa fornecedora de veículos automotivos novos (veículo tipo van: 16 lugares), mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº049/2025, do CISNOP – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte do Paraná.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO a manifestação favorável do Departamento de Licitações e Compras e a justificativa de necessidade apresentada pelo Secretário Municipal de Saúde, instruídas com Estudo Técnico Preliminar e comprovação de dotação orçamentária;

CONSIDERANDO que o CISNOP – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte do Paraná realizou oPregão Eletrônico Registro de Preços nº90006/2025, culminando naATA DE REGISTRO DE PREÇOS049/2025,processo administrativo nº08/2025,com a empresaCABALA SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS LTDA,CNPJ:39.606.986/0001-83, pelo valor deR$ 306.950,00 (trezentos e seis mil novecentos e cinquenta reais),e que o Município de Santa Cecília do Pavão figura como participante da referida ata;

RESOLVE:

RATIFICAR a inexigibilidade de licitação referente ao Processo Administrativo nº 09/2026, com fulcro no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, para aContratação de empresa fornecedora de veículos automotivos novos (veículo tipo van: 16 lugares), mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº049/2025, do CISNOP, em favor da empresaCABALA SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS LTDA, pelo valor global deR$ 306.950,00 (trezentos e seis mil novecentos e cinquenta reais),observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Santa Cecília do Pavão/PR,24dejulhode 2026.

CLÁUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:B7EF8C9A

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2026

AVISO DE EDITAL

PREGÃOPRESENCIALNº22/2026

OMUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade dePREGÃO, FormaPRESENCIAL, dotipoMENOR PREÇO, com aplicação doSistema Registro de Preços.

Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE OFICINAS DEARTES MARCIAIS.	
Credenciamento e entrega de Envelopes n. 1 e 2:	Data:25/08/2026	Horário: 08:00às 08:30h
Início da sessão:	Data:25/08/2026	Horário: 08:30h
Local:	Departamento de Licitação, sede da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, Rua Jerônimo Farias Martins, 514, centro, Santa Cecília do Pavão-PR	
Critério de Julgamento:	Menor Preço Por ITEM	
Valor máximo:	R$ 38.880,00 (trinta e oito mil oitocentos e oitenta reais).	

* Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Comprase Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, sita na Rua Jerônimo Farias Martins n° 514, ou pelo e-mail:licitacao@santaceciliadopavao.pr.gov.br.
.
Santa Cecília do Pavão,05deagostode 2026.

MARCOS VINÍCIUS DUARTE
Pregoeiro

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:A98AFD44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA FÍSICA nº 45/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2026 – PMSF

I. OBJETO: O objeto da presente dispensa é a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de comunicação de dados via internet em banda larga corporativa por fibra óptica (no mínimo 400 Mbps de download e 200 de upload), incluindo manutenção preventiva/corretiva, suporte técnico com SLA de até 24h e fornecimento de equipamentos (ONU/Roteador) em regime de comodato, para atendimento a 29 prédios públicos do Município de Santa Fé/PR (Lote 02 do Pregão Eletrônico nº 21/2026)**.

II. DATA E HORÁRIO LIMITE PARA ENCAMINHAR AS PROPOSTAS: As propostas serão encaminhadas até as 17h00min do dia 07 de agosto de 2026.

III. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço por item"
Demais informações pelo telefone: (44) 99159-0813, na Prefeitura Municipal de Santa Fé no Departamento de Licitações no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Santa Fé: www.santafe.pr.gov.br.

Santa Fé, 05 de agosto de 2026.

ADRIANA PEREIRA DOS REIS DOS SANTOS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:601B1F63

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº222/2026.

Interromper licença sem vencimento de servidora e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com protocolado sob o nº. 2175/2026.

DECRETA

Art. 1º - Interromper a pedido a licença sem vencimentos concedida a servidora MARIA PAULA FRANCISCO DE OLIVEIRA, Agente de Serviços Operacionais – Auxiliar de Creche, CPF nº 098.721.959-60, matrícula 201-379, através do Decreto nº 026, de 30/01/26, conforme determina o art. 133, da Lei Municipal Complementar nº 003/2011, a partir do dia 06 de agosto de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, em 05 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:2FB6B275

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/2025 - PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: Eugenio & Marques LTDA.
RESUMO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de equipamentos acessórios para exames de Raio-x, sendo: uma mesa de exame tamanho 2,00x0,70m com grade difusora; um buck mural com grade antidifusora e um conjunto de chassis com écrans nas medidas 18x24, 24x30, 30x40, 35x35 e 35x43, com a inclusão de manutenção preventiva, corretiva e substituição dos itens locados, assegurando sua plena funcionalidade durante toda vigência do contrato, conforme especificações, justificativas e demais critérios de contratação descritos no Termo de Referência, para o município de Santa Fé - PR.
OBJETIVO DO ADITIVO: promover a prorrogação do prazo de vigência e valor contratual por mais 12 (doze) meses, especificamente de 08 de agosto de 2026 a 08 de agosto de 2027.
VALOR DO ADITIVO: R$ 13.358,40 (treze mil trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos).
DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:7E40AB18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO.

Trata-se de pretensa formalização de Termo de Fomento, nos termos do Artigo 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, atualizada pela Lei 13.204/2015, que "*considerainexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica...",* a ser pactuado entre o Município de Santa Fé, Estado do Paraná, e a Entidade: CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – CPHSF, para formalização de parceria, com recursos provenientes de VERBA IMPOSITIVA, autorizado pela Câmara Municipal, através do Ofício nº 34/2025, para pagamento de vencimento e salários, para melhoria no atendimento a idosos acima de 60 anos de idade, em forma de residência, no Centro de Convivência do Idoso.

Considerando o Artigo 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, que permite a parceria decorrente de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, Considerando o Artigo 115 da Emenda à Lei Orgânica nº001/2022, Ofício nº 34/2025 de 27 de agosto de 2025, que autoriza o Município de Santa Fé a firmar parceria com o CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – CPHSF de Santa Fé, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 80.911.035./0001-11, no exercício de 2026, com a finalidade de promover a formalização de parceria, com recursos provenientes de VERBA IMPOSITIVA, autorizado pela Câmara Municipal, através do Ofício nº34/2025, para pagamento de vencimento e salários, para melhoria no atendimento a idosos acima de 60 anos de idade, em forma de residência, no Centro de Convivência do Idoso, visando atender o objetivo proposto no Plano de Trabalho em anexo, até o valor de R$ 289.700,53 (duzentos e oitenta e nove mil, setecentos reais e cinquenta e três centavos), **JUSTIFICA-SE A AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para a formalização do respectivo Termo de Fomento, haja vista a inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil do município, em razão da natureza singular do objeto da parceria e das metas previstas que só podem ser atingidas por uma única entidade, qual seja o **CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – CPHSF inscrita no CNPJ nº 80.911.035/0001-11,** com o endereço na Rua Apucarana, nº 31, Centro, no município de Santa Fé, Estado do Paraná.

Este Ato poderá ser impugnado no prazo de 05 (cinco) dias após a sua publicação no sítio eletrônico oficial do município: https://www.santafe.pr.gov.br/, bem como, no órgão oficial de publicação do município de Santa Fé: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/, conforme previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014.

Eventuais impugnações com relação à presente justificativa deverão ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Santa Fé – PR, 05 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:CC4F241B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO.

Trata-se de pretensa formalização de Termo de Fomento, nos termos do Artigo 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, atualizada pela Lei 13.204/2015, que "*considerainexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica...",* a ser pactuado entre o Município de Santa Fé, Estado do Paraná, e a Entidade: ESCOLA DE FUTEBOL PAIS E AMIGOS DE SANTA FÉ, que tem como objetivo principal promover o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes por meio da prática esportiva, utilizando o futebol como ferramenta de educação, inclusão social, formação cidadã e revelação de talentos.

Considerando o Artigo 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, que permite a parceria decorrente de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, Considerando o Artigo 115 da Emenda à Lei Orgânica nº 001/2022, Ofício nº 34/2025, de 27 de agosto de 2025, da Câmara Municipal de Santa Fé, que autoriza o município a firmar parceria com a ESCOLA DE FUTEBOL PAIS E AMIGOS DE SANTA FÉ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.649.638/0001-71, no exercício de 2026, visando atender o objetivo proposto no Plano de Trabalho em anexo, até o valor de R$ 41.385,79 (quarenta e um mil, trezentos e oitenta e cinco reais e setenta e nove centavos), **JUSTIFICA-SE A AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para a formalização do respectivo Termo de Fomento, haja vista a inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil do município, em razão da natureza singular do objeto da parceria e das metas previstas que só podem ser atingidas por uma única entidade, qual seja a **ESCOLA DE FUTEBOL PAIS E AMIGOS DE SANTA FÉ inscrita no CNPJ nº05.649.638/0001-71,** com o

endereço na Rua Goiás, nº1.155,Jardim Monte Alto, no município de Santa Fé, Estado do Paraná.

Este Ato poderá ser impugnado no prazo de 05 (cinco) dias após a sua publicação no sítio eletrônico oficial do município: https://www.santafe.pr.gov.br/, bem como, no órgão oficial de publicação do município de Santa Fé: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/, conforme previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014.

Eventuais impugnações com relação à presente justificativa deverão ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Santa Fé – PR, 05 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:51448F11

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 81/2026

Designa Fiscais de Contratos Administrativos para atuarem como representantes legais da Administração Pública, nos termos dos arts. 7º, 117 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1° Ficam designados para atuarem como Fiscais dos Contratos decorrentes dos Processos Administrativos Licitatórios, tendo por objeto a contratação de serviços e aquisição pública de bens para o Município de Santa Fé, nos termos dos arts. 7º, 117 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), enquanto vigente, os seguintes servidores e servidoras públicas municipais:
I – Cátia Mantuani Masson Nascimento;
II – Vera Lucia dos Reis;
III – Maria José Pelegrini de Andrade;
IV – Juliete Mologni Molinari;
V – Carlos Eduardo Teixeira;
VI – Diego Fernandes de Lima;
VII – Wagner Valentim Scandelai;
VIII – Marcia Cristina Santos da Silva;
IX – Dirce Ignez Davanso;
X – Evandro Eizo Roncaglia Yabushita;
XI – José Marcos Alves dos Santos;
XII – Pedro Henrique Garcia Moennich;
XIII – Camila Fernanda Zanelli do Rozário;
XIV – Adelaine Pereira Longas;
XV – Silvia Aparecida Minanti;
XVI – Elis Regina Valoto Medeiros;
XVII – Andreia Cristiane Siqueira;
XVIII – Angela Peron Zacarias;
XIX – Lourdes Mendes Arantes Lemos;
XX – Márcio Augusto da Silva;
XXI – Francielli Roberta Boian;
XXII – Amanda Cristina Cassemiro Ilydio da Silva;
XXIII – Juliana Aparecida Vertuan;
XXIV – Bruno Henrique Peitl;
XXV – Dalvan Tadeu Dourado;
XXVI – Carlos Eneias Ferreira da Silva;
XXVII – Bruno Aparecido dos Santos Ribeiro;
XXVIII – Hélio Borges Monteiro Lima;
XXIX – Carem Rodrigues Torres Cordeiro;
XXX – Flávio Aparecido Mesquita;
XXXI – Sonia Aparecida Bertholino;
XXXII – Rafaela Elisa Soares Santana de Resende;
XXXIII – Amanda Rosseto Canonici;
XXXIV – Melissa Calliari Campos Santos;
XXXV – Marielem Cristina de Souza Moia;
XXXVI – João Marcos Rogério Rodrigues;
XXXVII – Marcia Regina Damaceno Macedo;
XXXVIII – Mara Adriana do Nascimento;
XXXIX – Ronilson Maestá Silva;
XL – Ricardo Torres Cordeiro;
XLI – Maria Bianca Moreira Rosa;
XLII – Janaina Aparecida Ferreira da Silva;
XLIII – Maria Heloisa de Oliveira;
XLIV – Daniel Garcia Simardi.

Art. 2º Aos Fiscais do Contrato, ora nomeados, ficam garantidos pela Administração todas as condições necessárias e treinamento para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto nas Leis Federais nº 8.666/1993 e 14.133/2021, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, cabendo-lhes ainda, no que for compatível com os contratos em execução:
I – acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – solicitar à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Art. 3º A Diretoria de Licitações (DLI) da Secretaria de Administração disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital de licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada e, oportunamente, dos aditivos, bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Art. 4º Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, no web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.

Art. 6º A presente designação não representará em ônus ao Município, nem ensejará pagamento de horas extraordinárias de serviço aos servidores.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria nº 69/2026 e demais disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, 05 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:0101B686

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026

RETIFICAÇÃO

Contrato nº:052/2025
Processo: Concorrência Eletrônica nº 01/2025
PARTES:

• **CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, situado na Avenida Presidente Kennedy, 717, PR, CNPJ 76.291.418/0001-67.
• **CONTRATADA:RISSI INFRAESTRUTURA LTDA**, CNPJ 56.022.977/0001-64, localizada na Avenida Vinicius de Moraes, nº 809, Parque dos Pinheiros, CEP: 19165-672, no município de Álvares Machado, Estado de São Paulo.

OBJETO:
O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a**prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato nº 052/2025**, nos termos do Artigo 111, da Lei nº 14.133/2021, e da Cláusula Quinta, subitem 5.2, do Contrato original.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO NOVO PRAZO:
1.1. Fica prorrogado o prazo de execução contratual até 06 de setembro de 2026, bem como o prazo de vigência contratual até02 de novembro de 2026, com efeitos a partir de 10 de julho de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:
2.1. Ficam mantidas todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato original que não conflitem com o presente Termo de Apostilamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO:
3.1. A prorrogação fundamenta-se no Artigo 111, da Lei nº 14.133/2021, considerando a necessidade de conclusão das providências técnicas indispensáveis ao regular recebimento da obra e liquidação do contrato, conforme justificativas apresentadas pela Secretaria e setor responsável pela fiscalização da obra.

Santa Fé, 04 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

RISSI INFRAESTRUTURA LTDA.
Contratada

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:554036C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE A SERVIDORA TAIS MACHADO SETT, A PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE.

PORTARIA Nº 15.992
Data: 06.08.2026

Concede a servidora TAIS MACHADO SETT, a prorrogação de Licença à Gestante.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o requerimento protocolado sob o nº 0286/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER à servidora pública municipal **TAIS MACHADO SETT**, CPF nº 065.***.***.-79, lotada na Secretaria da Educação, a prorrogação da Licença à Gestante, nos termos da Lei nº 1.561, de 17 de março de 2014, e do art. 146 da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, pelo período de 06 de agosto de 2026 a 04 de outubro de 2026.
Art. 2º - Durante o período da licença, a servidora fará jus à integralidade de sua remuneração, conforme previsto na legislação vigente.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Santa Izabel do Oeste, em 06 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:D6596714

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 44

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90044/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2026
CONTRATANTE UASG 987851-15/2026
O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **08h00min do dia 27 de agosto de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita à Rua Canela esquina com a Rua Angico, 731, Centro, em Santa Izabel do Oeste, Paraná, Brasil, **PREGÃO ELETRÔNICO**. **OBJETO: "Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de palestras magnas, palestras temáticas, palestras-show e apresentações socioeducativas pontuais, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria de Assistência Social, dos Conselhos Municipais vinculados às políticas públicas, das conferências municipais, campanhas, eventos, ações de sensibilização, prevenção, mobilização e conscientização desenvolvidas no Município de Santa Izabel do Oeste/PR, para um período de 12(doze) meses, com recursos próprios, estaduais e federais"** Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM**. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 08h00 do dia 27 de agosto de 2026, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado ou pelo site https://santaizabeldooeste.atende.net/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacao@sio.pr.gov.br.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.

Santa Izabel do Oeste – PR, 05 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercicio

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:740A4B4B

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 45

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2026
CONTRATANTE UASG 987851-16/2026
O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **08h00min do dia 25 de agosto de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita à Rua Canela esquina com a Rua Angico, 731, Centro, em Santa Izabel do Oeste, Paraná, Brasil, **PREGÃO ELETRÔNICO**. **OBJETO: "Aquisição de 01 (um) veículo tipo ônibus, novo, zero quilômetro, modelo/ano 2026/2027, adaptado para o transporte de passageiros, incluindo pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, a ser incorporado à frota da Secretaria Municipal da Educação do Município de Santa Izabel do Oeste – PR, com recursos federais, estaduais e próprios"** Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM**. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 08h00 do dia 25 de agosto de 2026, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado ou pelo site https://santaizabeldooeste.atende.net/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacao@sio.pr.gov.br.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.
Santa Izabel do Oeste – PR, 05 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercicio

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:44F6D0A7

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°201/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 201/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 20/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e P B Investimentos LTDA.
OBJETO: Aquisição de imóvel urbano (terreno), com área de aproximadamente 2.565,20 m², por meio de inexigibilidade de licitação, destinado à implantação de unidade de educação infantil no Município de Santa Izabel do Oeste/PR, em atendimento às necessidades da Administração Pública Municipal e à política pública educacional, com recursos livres do Município, bem como recursos oriundos de transferências estaduais e federais, quando aplicáveis.
VIGÊNCIA: 03/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 1.150.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais).
DATA: 03/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:C2A82A36

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – FNHIS SUB 50

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026
PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – FNHIS SUB 50

O **MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA, ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, torna público o **Edital de Chamada Pública nº 01/2026,** destinado à **inscrição, análise, classificação e seleção de famílias para composição do quadro de beneficiários de 22 (vinte e duas) unidades habitacionais financiadas com recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub 50**, observadas as disposições da Portaria MCID nº 1.416/2023 e das demais normas federais e municipais aplicáveis.
Período de inscrições: de 08 de setembro de 2026 a 28 de setembro de 2026 (15 dias úteis).
Local: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, situado na Rua das Palmeiras, nº 140, Centro, Santa Lúcia/PR.
Horário de atendimento: das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h.
As inscrições serão gratuitas e realizadas exclusivamente de forma presencial, pelo candidato ou por procurador legalmente constituído, mediante apresentação da documentação prevista no Edital.
Poderão participar as famílias que atendam aos requisitos de elegibilidade, renda, residência no Município, inscrição atualizada no Cadastro Único – CadÚnico e demais condições estabelecidas no Edital. A inscrição não assegura direito automático ao recebimento de unidade habitacional, ficando o atendimento condicionado à análise documental, classificação, visita domiciliar, validações cadastrais, homologação do resultado e cumprimento das normas do Programa.
O Edital completo, seus anexos, critérios de pontuação, documentos exigidos, condições de participação, prazos e demais informações estarão disponíveis:
no endereço eletrônico oficial do Município: **https://www.santalucia.pr.gov.br**

• no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
• na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Informações: pelos telefones (45) 98811-6597 e (45) 98812-7417.

Santa Lúcia/PR, 05 de agosto de 2026.

SILVANIA APª COSTA DE FARIAS	***SILVANO TORTELLI***
Secretária Mun. de Assistência Social	Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:87B4504C

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 125/2026 DATA: 05/08/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,o

R E S O L V E
Art. 1º - Autorizar o lançamento de **duas diárias e meia** para o servidor **DILSON ANTONIO LOPES PEREIRA** (Motorista), para levar paciente para atendimento médico especializado na cidade de Curitiba - PR, no dia 03 de agosto de 2026. Saída no dia 02 de agosto de 2026 e retorno no dia 04 de agosto de 2026.

TRANSPORTE: ARGO
PLACA: TAZ 8F44

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data com efeito retroativo a 02 de agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:0B661AEC

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 126/2026 DATA: 05/08/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E

Art. 1º - Autorizar o lançamento de **meia diária** para o servidor **ALENCAR MARKENDORF** (Agente Comunitário de Saúde e Endemias), para tratar assuntos do interesse do município de Santa Lúcia na cidade de Guarapuava - PR, no dia 04 de agosto de 2026. Saída e retorno no dia 04 de agosto de 2026.

TRANSPORTE: STRADA

PLACA: TAT 4J30

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data com efeito retroativo a 04 de agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:4820B23D

EXECUTIVO MUNICIPAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 EDITAL 011/2026 – CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e de conformidade com o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, no artigo 68, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, de 18 de novembro 2014 e na Lei Municipal n. º590, de 29 de setembro de 2014 e de acordo com o Edital n° 002/2026 do Processo Seletivo Simplificado, e ainda:
Considerando a Homologação dos Resultados do Processo Seletivo Simplificado, homologado 27 de julho de 2026,

RESOLVE

Art. 1º **CONVOCAR**, os candidatos abaixo relacionados, para comparecer, no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, até o dia 12 de agosto de 2026, munido dos documentos exigidos para investidura, conforme o edital 002/2026, a fim de tomar posse no cargo em que foi selecionado(a).

NOME	CARGO
MARCELO DE BRITO	OPERADOR DE MÁQUINAS

Art. 2º O não comparecimento do candidato convocado no prazo citado no artigo anterior implicara automaticamente em desistência ao Cargo concorrido.

Santa Lúcia, PR, 05 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:1DE0E6B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL N.º 01/2026

SÚMULA: Altera o artigo 109-A § 1º na Lei Orgânica do Município de Santa Maria do Oeste-PR, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária específica.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores do Município de Santa Maria do Oeste-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, aprova a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município:

Art. 1º. O artigo 109-A da Lei Orgânica do Município de Santa Maria do Oeste passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 109-A. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações incluídas por emendas individuais e por emendas de bancada do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual.

§ 1ºAs emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,55% (um vírgula cinquenta e cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

Art. 2º.Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da execução orçamentária do exercício de 2026.

Art. 3º.Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Maria do Oeste/PR, 04 de agosto de 2026.

TIAGO VARIZA	***VAGNER LOPES TELES***
Presidente	Vice-Presidente
IVAN DE ANDRADE	***ARLETE LATZUK***
Primeiro Secretário	Segunda Secretária

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:C031A475

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
EMENDA Á LEI ORGÂNICA MUNICIPAL N.º 02/2026

SÚMULA: Acrescenta o art. 109-B na Lei Orgânica do Município de Santa Maria do Oeste para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária específica.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores do Município de Santa Maria do Oeste-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, aprova a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município:

Art. 1º. A Lei Orgânica do Município de Santa Maria do Oeste passa a vigorar acrescida do art. 109-B que dispõe:

"Art. 109-B. Ficam instituídas, no âmbito do Município de Santa Maria do Oeste/PR, as Emendas de Bancada, destinadas à alocação de recursos do orçamento municipal para atendimento de prioridades definidas conjuntamente pelos Vereadores integrantes de cada bancada parlamentar."

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se bancada parlamentar o grupo de Vereadores organizado:
I - Por partido político;
II - Por bloco parlamentar formalmente constituído; ou
III - Por outra forma de agrupamento prevista no Regimento Interno da Câmara Municipal, desde que devidamente formalizada.

Art. 3º. As Emendas de Bancada deverão ser apresentadas por deliberação interna da respectiva bancada, mediante manifestação escrita de sua liderança e ou da maioria de seus integrantes, observados os seguintes requisitos:
I - Indicação precisa do objeto da despesa;
II - Identificação do programa, ação ou projeto orçamentário correspondente;
III - Justificativa do interesse público local;
IV - Estimativa do valor;
V - Indicação da unidade orçamentária executora;
VI - Compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º. O montante global destinado às Emendas de Bancada será fixado anualmente na Lei Orçamentária Anual, observado o limite autorizado pela legislação municipal pertinente.

Art. 5º. A distribuição do montante global entre as bancadas será realizada proporcionalmente ao número de Vereadores integrantes de cada bancada, salvo deliberação diversa aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno.
§ 1º Para fins de cálculo, será considerado o número de Vereadores formalmente vinculados à bancada na data da apresentação da proposta orçamentária.
§ 2º Na hipótese de bancada com composição variável, prevalecerá a composição vigente à data do protocolo da emenda.
§ 3º A Câmara Municipal poderá regulamentar, por Resolução, a forma de consolidação das propostas e os critérios operacionais de distribuição.

Art. 6º. A execução das Emendas de Bancada observará os princípios da legalidade, impossibilidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e economicidade, observando-se dever disponibilizar as informações em portal oficial, em linguagem acessível e, no mínimo, as seguintes informações:
I - Identificação da emenda;
II - Bancada proponente;
III - Objeto da despesa;
IV - Valor aprovado a valor executado;
V - Emenda executora;
VI - Programação, quando houver;
VII - Os programas e projetos relacionados;
VIII - O documento que teve o seu impedimento técnico.

Art. 7º. Constando impedimento de ordem técnica, o Poder Executivo comunicará formalmente à Câmara Municipal e à respectiva bancada proponente, com imediata elaboração da proposta orçamentária aplicável.

Parágrafo único. O impedimento técnico não extingue a emenda, devendo ser adotadas, sempre que possível, medidas de saneamento, remanejamento ou adequação da programação orçamentária.

Art. 8º. As Emendas de Bancada destinadas à área da saúde, da educação ou de outras políticas públicas sensíveis observarão, além desta Lei, as normas específicas do respectivo setor e as exigências dos órgãos de controle.

Art. 9º. O Poder Executivo e a Câmara Municipal adotarão as medidas administrativas necessárias para assegurar a ampla divulgação, acompanhamento e controle das Emendas de Bancada, inclusive com atualização periódica das informações em meio eletrônico oficial.

Art. 10. Esta Emenda poderá ser regulamentada, no que couber, por ato do Poder Executivo e da Mesa Diretora da Câmara Municipal, observado o disposto na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno.

Art. 11. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria do Oeste - PR, em 04 de agosto de 2026.

TIAGO VARIZA
Presidente

VAGNER LOPES TELES
Vice-Presidente

IVAN DE ANDRADE
Primeiro Secretário

ARLETE LATZUK
Segunda Secretária

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:3E74260D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 434/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 97/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 434/2025
Inexigibilidade Nº 97/2025

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, mão de obra de mecânica e socorros para veículos leves, pertencentes à frota do município de Santo Antonio do Sudoeste – PR, de acordo com o Chamamento Público Nº 013/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ALEXSANDRO DE PAULA.
VIGÊNCIA: 02/08/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 410.000,00 (Quatrocentos e Dez Mil Reais).
DATA DA ASSINATURA: 03/08/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: ALEXSANDRO DE PAULA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:4D0DCE88

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 435/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 98/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 435/2025
Inexigibilidade Nº 98/2025

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, mão de obra de mecânica e socorros para veículos leves, pertencentes à frota do município de Santo Antonio do Sudoeste – PR, de acordo com o Chamamento Público Nº 013/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: COMERCIO DE PNEUS PAULAO LTDA.
VIGÊNCIA: 03/08/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 410.000,00(Quatrocentos e Dez Mil Reais).
DATA DA ASSINATURA: 04/08/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: PAULO RICARDO DOS SANTOS - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:859572B0

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 117/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 18, da Lei 2.172/2010, que trata do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração do Pessoal do Quadro do Magistério Municipal,

R E S O L V E:

EFETIVAR a partir de 01 de agosto de 2026, os servidores municipais, ocupantes do cargo de Professor 20 horas, da classe 01 para a classe 02 permanecendo no mesmo nível que se encontram, por haverem concluído com êxito estágio probatório.

NOME	DATA ADMISSÃO
EDINA SALLA FENALI DELLANI	01/08/2023
FRANCIELI MORAIS NOVK POZZA	01/08/2023
KATIANE FIUZA	01/08/2023
MARINTANIA CAGOL ZIBETTI	01/08/2023
SILVETE CRESPÃO BERNARDI	01/08/2023

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 03 DE AGOSTO DE 2026.

RICARDO ANTONIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Graboski Pinto
Código Identificador:EADC452D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 32/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 32/2026

O Município de SÃO JERÔNIMO DA SERRA -PR avisa os interessados que realizará no dia**18/08/2026 às 09:00**, no portal de COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR, A LICITAÇÃO na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** QUE TEM POR OBJETO **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS DESTINADAS AO ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL ACOMPANHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR.** Valor estimado **R$ 552.288,00 (Quinhentos e cinquenta e dois mil, duzentos e oitenta e oito reais),** retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e ou www.saojeronimodaserra.pr.gov.br e também no departamento de Licitações da Prefeitura a partir do dia 06 de agosto de 2026.

São Jerônimo da Serra, 05 de agosto de 2026.

JUDITH IZABEL DE SALLES
Pregoeira

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:0FF185AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 008/2026 – PMSJS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 008/2026 – PMSJS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2026

O Município de SÃO JERÔNIMO DA SERRA -PR avisa os interessados que realizará no dia **24/08/2026 às 09:00**, no portal de COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR, A LICITAÇÃO EM REFERÊNCIA, QUE TEM POR OBJETO a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DE PRÉDIO PARA MESMA ATIVIDADE, UBS JAIME PINHEIRO DE MELLO COM ÁREA DE 439,90 m² E CONSTRUÇÃO DE 193,99 m², LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR, ESTADO DO PARANÁ**. Valor estimado **R$ 855.740,41 (oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e quarenta reais e quarenta e um centavos).** A retirada do edital e anexos poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e ou www.saojeronimodaserra.pr.gov.br e também no departamento de Licitações da Prefeitura. **RECEBIMENTO DE PROPOSTAS A PARTIR DO DIA 06 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 08:00 ATÉ O DIA 24 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 08:30. AS PROPOSTAS DEVERÃO SER ANEXADAS EXCLUSIVAMENTE NO PORTAL COMPRAS.GOV.BR.** São Jerônimo da Serra, 05 de agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:9BAF2A43

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 30/2026 CONTRATO Nº 118/2026

EXTRATO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 30/2026
CONTRATO Nº 118/2026
OBJETO: **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E EXECUÇÃO INTEGRAL DE RODEIO PROFISSIONAL EM TOUROS DURANTE A SERRA FEST RODEIO 2026, A SER REALIZADA NOS DIAS 21, 22 E 23 DE AGOSTO DE 2026, NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR**

CONTRATADA:
TOP3 GESTAO DE NEGOCIOS LTDA C.N.P.J. nº 49.275.078/0001-08 com sede na Rua Maria Lúcia Da Paz, 250 - Gleba Fazenda Palhano, na cidade Londrina / Paraná CEP: 86.050-470, e-mail: contato@top3producoeseeventos.com.br, telefone: (43) 99120-5500 / (43) 99922-1489 doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor CLAUDINEI DOS SANTOS, portador da Carteira de Identidade n° 21.575.134-6 e do CPF n° 114.842.968-93. Com o valor de R$ 294.000,00 (duzentos e noventa e quatro mil reais).

CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 120(cento e vinte) dias.
São Jerônimo da Serra/PR, 08 de agosto de 2026.
Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
TOP3 GESTAO DE NEGOCIOS LTDA

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:AB610F25

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026 PROCEDIMENTO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026 RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCEDIMENTO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O Município de São Jerônimo da Serra – Estado do Paraná, torna público a homologação do procedimento de licitação em epígrafe, com objeto **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E EXECUÇÃO INTEGRAL DE RODEIO PROFISSIONAL EM TOUROS DURANTE A SERRA FEST RODEIO 2026, A SER REALIZADA NOS DIAS 21, 22 E 23 DE AGOSTO DE 2026, NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR.**
Empresa Vencedora:
TOP3 GESTAO DE NEGOCIOS LTDA C.N.P.J. nº 49.275.078/0001-08 com sede na Rua Maria Lúcia Da Paz, 250 - Gleba Fazenda Palhano, na cidade Londrina / Paraná CEP: 86.050-470, e-mail: contato@top3producoeseeventos.com.br, telefone: (43) 99120-5500 / (43) 99922-1489 doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor CLAUDINEI DOS SANTOS, portador da Carteira de Identidade n° 21.575.134-6 e do CPF n° 114.842.968-93. Com o valor de R$ 294.000,00 (duzentos e noventa e quatro mil reais)

São Jerônimo da Serra, 05 de agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:1B06F1DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 199/2026

SÚMULA: NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR OS REPRESENTANTES DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - FUMDEC DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a Lei Municipal nº 369/2025;
Considerando o poder/dever regulamentar dos atos da Administração Pública;
Considerando o interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar membros para compor a diretoria que irá gerir o Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC, nos termos da Lei Municipal nº 369/2025, passando a vigorar com os seguintes membros:

I – PRESIDENTE
RAFAEL RODRIGO DE PAULA BATISTA
Matrícula: 75291
CPF: ***.217.579-**

II – VICE PRESIDENTE
LILLIAN GABRIELLA RODRIGUES TEIXEIRA AVELAR
Matrícula: 75149
CPF: ***.087.639-**

III – SECRETÁRIO
GUILHERME KOTAKA SILVESTRE
Matrícula: 74856
CPF: ***.846.829-**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, 03 DE AGOSTO DE 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:F99CF5BA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
REF. PROCESSO-AUTOS 78/2026
Objeto: Contratação de Serviço de Manutenção do chassi e da caçamba do caminhão Mercedes Benz/atron, placa AYF7B50.
O Município de São José da Boa Vista PR; para fins do disposto na Lei de Licitações, torna público que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal José Lázaro Ferraz, proferiu decisão no processo em destaque supra, Adjudicando e Homologando o objeto da Dispensa de Licitação nº. 35/2026, para a Contratação junto a empresa MECANICA AGRICOLA FERRO FORTE ME, que indicou o valor total de R$ 6.110,99 (seis mil cento e dez reais e noventa e nove centavos), tudo conforme documentado nos autos.

SJBV, data 05 de agosto de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:0730840D

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO

AVISO DE LICITAÇÃO - RETIFICADO
PREGÃO N° 19/2026 – FORMA: ELETRÔNICO
O Município de São José da Boa Vista-PR torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico que tem por objeto as "Contratações de serviços especializados na limpeza de fossas domesticam e descarte dos dejetos". A sessão se dará no dia 21/08/2026, a partir das 09h00min no ambiente virtual da plataforma comprasgov – UASG: 987883. Valor máximo da aquisição R$ 108.333,33 (Cento e oito mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos). Mais esclarecimentos poderão ser obtidos no Edifício da Prefeitura Municipal, no horário comercial, pelo fone: (043) 3565-1252, e-mail: licitacoes@saojosedaboavista.pr.gov.br. Os interessados poderão obter o edital completo nos sites: http://www.saojosedaboavista.pr.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br ou https://www.gov.br/pncp/pt-br.
São José da Boa Vista, 05 de agosto de 2026.

ALAN SILVEIRA DE SANTANA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:A0B9CD9E

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Contrato nº 51/2026 - Processo administrativo nº 78/2026
Objeto: Contratação de Serviço de Manutenção do chassi e da caçamba do caminhão Mercedes Benz/atron, placa AYF7B50.

Contratante: Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA PR.
Contratada: MECANICA AGRICOLA FERRO FORTE ME
Valor Total: R$ 6.110,99 (seis mil cento e dez reais e noventa e nove centavos)
Período de vigência: 05/08/2026 até 05/08/2027.
Fundamento legal: art.75, II, da Lei nº. 14.133/2021.

São José da Boa Vista PR, 05 de agosto de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:D4EA89CF

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 194/2026

PORTARIA nº 194/2026
JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Considerando a indicação de servidor para funcionar como gestor e fiscal do contrato no âmbito do Processo Administrativo nº 78/2026 – Dispensa de licitação nº 35/2026, tendo por objeto a Contratação de Serviço de Manutenção do chassi e da caçamba do caminhão Mercedes Benz/atron, placa AYF7B50;
R E S O L V E:
Art. 1º – DESIGNAR como gestor e fiscal do Contrato de nº 51/2026 o sr. Cleverson de Vasconcellos – Gestor da frota
Art. 2º - Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.
Art. 3º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.
Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, na web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.
Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.
Art. 6º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Comunique-se, publique-se, cumpra-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ -
Prefeito do Município

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:5C44DB29

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 193/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, pela presente;
Considerando o capítulo V, artigos 102 à 109 da Lei 571/2003 de 30/12/2003 - Das Férias.
Considerando os requerimentos do servidores municipais, e o ofícios dos Departamentos e Secretarias.
Considerando o disposto na seção IX - da Licença Especial - Lei Municipal 571/2003 e Título IV, Capítulo II, da Licença Especial Lei Municipal 756/2012:

RESOLVE:
Artigo 1º- CONCEDER FÉRIAS aos Servidores Municipais abaixo relacionados, conforme respectivos períodos de aquisição e gozo.

Matr.	NOME	Cargo	Data Admissão	Período Aquisição	Período de Gozo
5812	DEBORA FERNANDES T. NUNES	TECNICA EM ENFERMAGEM	01/06/2018	01/06/2025 à 31/05/2026	05/08/2026 à 24/08/2026
3251	ELISANDRA MARIA BARBOSA	TECNICA EM ENFERMAGEM	03/04/2006	03/04/2024 à 03/04/2025	05/08/2026 à 14/08/2026
15932	SELMA BARBOSA DA COSTA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - PSS	06/03/2025	06/03/2026 à 05/03/2027	29/07/2026 à 07/08/2026
248581	VALERIA VACILOTTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - PSS	27/08/2025	27/08/2025 à 26/08/2026	10/08/2026 à 24/08/2026

Artigo 2º- CONCEDER LICENÇA ESPECIAL para os servidores abaixo relacionados, conforme respectivo período de aquisição e gozo, de acordo com a Seção IX - da Licença Especial - Lei Municipal 571/2003 e Titulo IV, Capítulo II, da Licença Especial Lei Municipal 756/2012.

Matr.	NOME	Cargo	Data Admissão	Período Aquisição	Período de Gozo
2821	CIRLENE TEREZINHA S. DE SOUZA	PROFESSOR	01/03/2005	01/06/2012 à 01/06/2017	04/08/2026 à 02/09/2026
4901	CLEVERSON DE VASCONCELLOS	MOTORISTA	01/06/2012	01/06/2017 à 01/06/2022	10/08/2026 à 03/09/2026

Artigo 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 05 de Agosto de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:4A7D7B9C

PODER LEGISLATIVO
DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 08/2026 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: DISPÕE SOBRE A CASSAÇÃO DO MANDATO ELETIVO DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E REGIMENTAIS, ANTE O PROCESSO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DESTA CASA DE LEIS, QUE TRATA DE DENÚNCIA FORMULADA PELO CIDADÃO ELEITOR LUIS FERNANDO MENDES DE MORAIS CONTRA O PREFEITO MUNICIPAL JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PELA CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES PREVISTAS NOS INCISOS VIII, X E VII DO ART. 4º DO DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967, QUE "DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE DOS PREFEITOS E VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS",

CONSIDERANDO que o denunciado José Lázaro Ferraz exerceu seu direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa em todas as fases do processo, inclusive com apresentação de Defesa Prévia, participação na instrução probatória e apresentação de Razões Escritas por seus advogados constituídos;

CONSIDERANDO que a Comissão Processante nº 01/2026, regularmente constituída por sorteio nos termos do art. 5º do Decreto-Lei nº 201/1967, conduziu a instrução processual com oitiva de dezessete testemunhas, do denunciante e do denunciado em depoimento pessoal, colhendo ampla prova documental e testemunhal;

CONSIDERANDO que o Relatório Final da Comissão Processante nº 01/2026, apresentado pelo Relator Vereador Glei Marcelo Barbosa nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto-Lei nº 201/1967, opinou pela procedência da acusação quanto aos Fatos 2 e 3, reconhecendo a configuração das infrações descritas nos incisos VIII, X e VII do art. 4º do Decreto-Lei nº 201/1967, com violação dos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade administrativas;

CONSIDERANDO a votação dos Vereadores presentes no Plenário da Câmara Municipal de São José da Boa Vista, em sessão de julgamento regularmente convocada para o dia 05 de Agosto de 2026, o soberano Plenário opinou pela procedência/cassação dos fatos 2 e 3, por 06 (seis) votos, reconhecendo a ocorrência das infrações político-administrativas descritas nos incisos VIII, X e VII do art. 4º do Decreto-Lei nº 201/1967;

CONSIDERANDO que os votos foram colhidos de forma individual e nominal, fato a fato, conforme registrado na ata da sessão de julgamento;

CONSIDERANDO que o resultado da votação constitui dois terços dos membros da Câmara Municipal pela procedência das infrações especificadas na denúncia e na parte dispositiva do Relatório Final da Comissão Processante nº 01/2026, nos termos do art. 7º do Decreto-Lei nº 201/1967;

CONSIDERANDO que qualquer descumprimento do que está estabelecido no Decreto-Lei nº 201/1967, além de constituir violação da lei, representa invasão de competência legislativa reservada pela Constituição Federal privativamente à União Federal;

CONSIDERANDO que a competência para julgar infrações político-administrativas é privativa da Câmara Municipal de Vereadores e do Presidente a responsabilidade pela expedição do Decreto Legislativo a que se refere o art. 5º, inciso VI, do Decreto-Lei nº 201/1967;

CONSIDERANDO que a ninguém é lícito alterar, sobretudo aos vereadores, pela via interpretativa, o sentido da Constituição, da Lei Orgânica e das leis do país que juramos defender;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica cassado o mandato do Prefeito Municipal de São José da Boa Vista - PR, JOSÉ LÁZARO FERRAZ, nos termos do Decreto-Lei nº 201/1967, e por consequência, declarada a vacância do cargo.

Art. 2º. Com a vacância do cargo de Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito assumirá imediatamente o exercício do cargo, nos termos da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município de São José da Boa Vista.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor com sua publicação em sessão e pelos meios de comunicação que a transmite, sem prejuízo de publicação no órgão oficial do Município.

Art. 4º. Comunique-se à Justiça Eleitoral, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e ao Ministério Público do Estado do Paraná, nos termos do inciso VI do art. 5º do Decreto-Lei nº 201/1967.

Plenário Vereador Elias Sutil de Oliveira, Câmara Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná em 05 de agosto de 2026.

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Kely Neli Rolim Corrêa
Código Identificador:02E52148

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 149/2026 - CONCEDE PAGAMENTO DE DIÁRIA AO SERVIDOR EDILSON AUGUSTO DE MORAIS

PORTARIA N° 149 de 05 de agosto de 2026

O Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal N° 532 de 20 de agosto de 2013 e Lei Municipal Nº 687/2022 de 30 de agosto de 2022,

RESOLVE:

CONCEDER**,** pagamento de diária ao Servidor abaixo relacionado:

Nome: EDILSON AUGUSTO DE MORAIS	
Cargo: Motorista	
CPF: 7XX.XXX.969-04	**RG:** 4.9XX.XXX-4
Destino: São José das Palmeiras/PR a Francisco Beltrão/PR.	
Justificativa: Levar paciente **Ricardo Augusto Ribeiro** para procedimento Cirúrgico na Policlínica São Vicente de Paula em Francisco Beltrão/PR.	
Veículo: ONIX	**Placa:** TAL-1I72
Saída: 05 de agosto de 2026	**Retorno:** 06 de agosto de 2026
Valor Unitário da Diária: R$ 320,00	**Quantidade de Diária:** 01(uma)
Valor total da(s) Diária(s): R$ 320,00 (trezentos e vinte reais)	

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:0338DDF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 74/2026 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 74/2026
DATA: 05 de agosto de 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 6º, do parágrafo único da Lei nº 753 de 07 de outubro de 2025.

DECRETA

Art. 1º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R$205.600,00 (Duzentos e cinco mil e seiscentos reais), incorporando ao Orçamento Geral do município para o exercício financeiro de 2026 a seguinte dotação orçamentária:

02 – GOVERNO MUNICIPAL
001 – GABINETE DO PREFEITO
04.122.002.2004 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
170 – 3.3.90.14.00.00 – 0000 – Diárias – Civil R$ 5.000,00

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
001 – DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO
04.122.0002-2011 – Manutenção da Administração
580 – 3.3.90.39.00.00 – 0000 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 200.600,00

Art. 2º - Como recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, provenientes do cancelamento totalou parcial da seguinte dotação orçamentária:

02 – GOVERNO MUNICIPAL
001 – GABINETE DO PREFEITO
04.122.0002.2004 – Manutenção Do Gabinete do Prefeito
200 - 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 2.000,00

002 – Assessorias Diretas
04.121.0002.2005 – Manutenção do Planejamento e Assessorias Diretas
300 – 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 1.000,00
310 – 3.3.90.39.00.00 – 0000 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 10.000,00

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
001 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRATIVO
04.122.0002.2009 – Realização de eventos e Festividade do Município
410 – 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física R$ 5.000,00

04.122.0002.2011 – Manutenção da Administração
560 – 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física R$ 10.000,00

002 – DEPARTAMENTO DO RECURSOS HUMANOS
04.122.0002.2020 – Manutenção dos Recursos Humanos
660 - 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física R$ 2.000,00

04 – SECRETARIA DE FINANCAS
002 – DEPARTAMENTO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
04.123.0003.2014 – Manutenção do Departamento de Contabilidade
850 – 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física R$ 5.000,00

05 – SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0004.2019 – Manutenção do Ensino Fundamental
1170 - 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física R$ 5.000,00

002 – DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTE
13.392.0005.2026 – Manutenção das Atividades Esportivas
1910 - 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física R$ 1.000,00

06 – SECRETARIA DE SAUDE
002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0007.2030 – Manutenção Consorcio Paraná Saúde, Conectar e Outros
2000 - 3.1.71.70.00.00 – 0000 – Rateio pela participação em Consorcio Público R$ 5.000,00
2010 – 3.3.71.70.00.00 – 0000 – Rateio pela participação em Consorcio Público R$ 5.000,00
2020 – 3.3.72.32.00.00 – 0000 – Material. Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita R$ 10.000,00
2030 – 3.3.72.39.00.00 – 0000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 5.000,00
2040 – 3.3.90.30.00.00 – 0000 – Material de Consumo R$ 50.000,00
2070 – 4.4.71.70.00.00 – 0000 – Rateio pela participação em Consorcio Público R$ 10.000,00

10.301.0007-2031 – Manutenção do Conselho e Conferencia da Saúde
2100 - 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física R$ 500,00

10.301.0007.2034 – Manutenção das Ações e do Fundo Municipal de Saúde
2360 – 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física R$ 10.000,00

07 – SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO
001 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
15.452.0008-2044 – Manutenção das Atividades do Departamento de Obras e Urbanismo
3190 - 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física R$ 5.000,00

08 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
002 – DEPARTAMENTO FOMENTO AGROP SUSTENTAVEL
20.606.0010.2052 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente
3540 – 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física R$ 5.000,00

09 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0012.2056 – Manutenção das conferencias e dos conselhos da assistência social
3850 – 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 500,00

08.244.0012.2057 – Manutenção das atividades do CRAS
3890 - 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física R$ 500,00

08.244.0012.2058 – Manutenção do Fundo da Assistência Social
3970 – 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física R$ 1.000,00

08.244.0012.6059 – Manutenção dos Programas Sociais Estadual
430 - 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física R$ 100,00

003 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESCENTE
08.243.0012.2061 – Manutenção do Conselho Tutelar

4150 - 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física R$ 1.000,00
08.243.0012.2062 – Manutenção do Fundo da Criança e Adolescente
4220 - 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física R$ 500,00

005 – FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA
08.241.0012.2064 - Manutenção do Fundo da Pessoa Idosa
4340 - 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física R$ 500,00
4350 – 3.3.90.39.00.00 – 0000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa jurídica R$ 50.000,00

10 – SECRETARIA DE TRANSPORTE
001 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
2.782.0009.2066 – Manutenção do Departamento de Transporte
4470 - 3.3.90.36.00.00 – 0000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física R$ 5.000,00

Gabinete do Prefeito Municipal, 05 de agosto de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:710B8326

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 75/2026 - DISPÕE SOBRA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 75/2026
DATA: 05 de agosto de 2026

SUMULA: Dispõe sobra abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei nº 753 de 07 de outubro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica o poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar para o exercício de 2026, até o valor de R$ 481.500,00 (quatrocentos e oitenta e um mil e quinhentos reais), no Orçamento Geral do Município, destinado à seguinte dotação orçamentária:

10 – SECRETARIA DE TRANSPORTE
01 – Departamento de Transporte
26.782.0009-1065 – Equipamento para a Secretaria de Transporte
4371 - 4.4.90.52.00.00 – 0601 – Equipamentos e Material Permanente
R$ 481.500,00

Art. 2º Como recursos para abertura do crédito orçamentário de que trata o artigo anterior, serão utilizadas as receitas provenientes de operações de crédito autorizadas pela Lei nº 715 de 06/12/2023, de acordo com o inciso II do art. 8º da Lei 753/2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de agosto de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:B37089C1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO N°303/2026

DECRETO Nº 303/2026

Súmula: Declara fracassada a licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico sob o nº 23/2026-PMSPPR.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PrefeitO Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em cumprimento do disposto na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021.

CONSIDERANDO que embora tenham se apresentado empresas interessadas ao chamado da Administração, todas foram inabilitadas por não atender integralmente ao edital;

CONSIDERANDO o conteúdo do Parecer Jurídico, que conclui tratar-se de licitação fracassada, e necessária sua declaração, com a publicação do respectivo ato na imprensa oficial, em respeito ao princípio da publicidade;

D E C R E T A

Art. 1º. Fica declarada fracassada a presente licitação.

Art. 2º Compete à Divisão de Licitações a adoção das providências necessárias ao encerramento do Processo, bem como a abertura de um novo visando atingir o objetivo delineado.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 05 de agosto de 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:228EAC43

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO N°304/2026

DECRETO Nº 304/2026

Súmula: Homologa a Licitação na Modalidade de Concorrência sob o nº 10/2026-PMSPPR.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PrefeitO Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em cumprimento do disposto na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021

CONSIDERANDO o conteúdo do Parecer Jurídico

D E C R E T A

Art. 1º Fica homologado o PARECER na forma estabelecida pela Comissão Permanente de Licitações, extraído da licitação sob a modalidade de Concorrência nº 10/2026-PMSPPR de 30 de junho de 2026, tomou por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS – NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº

974653/2025/MCIDADES/CAIXA, despesa descrita no seguinte projeto:

Modalidade: Concorrência nº 10/2026-PMSPPR de 30 de junho de 2026
04.001.16.482.0014.1.400. - Programa Moradia Feliz – Construção de Casas Populares
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES
FONTE: 33025 - MCIDADES - TERMO DE COMPR. Nº 974653/2025 - CONS. DE UNID. HABITACIONAIS - Exercícios Anteriores.
FONTE: 32025 MCIDADES - TERMO DE COMPR. Nº 974653/2025 - CONS. DE UNID. HABITACIONAIS
FONTE: 1049 - FONTE: 01501 - Receitas de Alienações de Ativos - Exercício Corrente

No Valor Máximo de R$ 3.738.700,67 (três milhões, setecentos e trinta e oito mil, setecentos reais e sessenta e sete centavos), em favor do proponente:

HF ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.877.204/0001-08, com o lote 1 no valor total de R$ 3.658.500,00 (três milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil e quinhentos reais).

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 05 de agosto de 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:E71F848C

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO 1°PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 76/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ E EDVALDO CARNEIRO DOS SANTOS, CPF nº 041.256.699-02.

Cláusula Primeira – Nos termos do art. 107, da Lei nº. 14.133/21 e suas alterações, as partes resolvem prorrogar o referido contrato por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar pelo período compreendido entre 21/08/2026 à 21/08/2027, permanecendo os mesmos valores do contrato original.

Cláusula Segunda – Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do contrato originário, datado de 21 de agosto de 2025.

São Pedro do Paraná-PR, 05 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:B0D328BD

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA Nº 37/2026

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e
JOSIANE BAZZO DE ALENCAR, CPF/MF nº 045.135.869-40

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 37/2026 – 28 de julho de 2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134/2026
05.001.12.361.0018.2516 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (MERENDA ESCOLAR) ENSINO FUNDAMENTAL - RECURSOS DO PNAE
3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERV IÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
05.001.12.366.0018.2416 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA – PNAE
3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
05.001.12.367.0018.2417 - MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO ESPECIAL (RECURSOS PRÓPRIOS)
3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
05.002.12.365.0019.2518 - CRECHES - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - PNAE
3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
05.002.12.365.0019.2519 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - PRÉ-ESCOLA - PNAE
3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Fica estabelecido o valor do presente contrato:

PRODUTO	UNID	QUANT	VL UNIT	VL TOTAL
Manteiga S/ Sal 500g	Unid	200	R$20,00	R$ 4.000,00
Queijo Mussarela	Kg	250	R$ 35,00	R$ 8.750,00
VALOR TOTAL				**R$ 12.750,00**

Prazo de vigência: 12 meses a partir da data da assinatura do contrato.

São Pedro do Paraná-PR, 31 de julho de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:44D31538

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA Nº 38/2026

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e
GILSON PASTOR DA SILVA, CPF/MF nº 018.178.159-03

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 38/2026 – 28 de julho de 2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026
05.001.12.361.0018.2516 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (MERENDA ESCOLAR) ENSINO FUNDAMENTAL - RECURSOS DO PNAE
3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
05.001.12.366.0018.2416 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA – PNAE
3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
05.001.12.367.0018.2417 - MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO ESPECIAL (RECURSOS PRÓPRIOS)
3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

05.002.12.365.0019.2518 - CRECHES - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - PNAE
3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
05.002.12.365.0019.2519 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - PRÉ-ESCOLA - PNAE
3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Fica estabelecido o valor do presente contrato:

PRODUTO	UNID	QUANT	VL UNIT	VL TOTAL
Abóbora Madura	KG	150	R$ 3,00	R$ 450,00
Acelga	Unid	100	R$ 4,00	R$ 400,00
Alface Crespa	Unid	600	R$ 3,50	R$ 2.100,00
Almeirão	Maço	100	R$ 2,50	R$ 250,00
Batata doce	Kg	200	R$ 5,00	R$ 1.000,00
Cheiro Verde	Maço	450	R$ 2,50	R$ 1.125,00
Couve Manteiga	Maço	200	R$ 5,00	R$ 1.000,00
Limão Taiti	Kg	200	R$ 3,00	R$ 600,00
Mandioca descascada	Kg	300	R$ 7,50	R$ 2.250,00
Pepino	Kg	200	R$ 5,50	R$ 1.100,00
Repolho	Kg	250	R$ 3,50	R$ 875,00
VALOR TOTAL				**R$ 11.150,00**

Prazo de vigência: 12 meses a partir da data da assinatura do contrato.

São Pedro do Paraná-PR, 31 de julho de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:B23AE18E

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA Nº 39/2026

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e INDUSTRIA E COMERCIO DE PLACAS BULMARPLAC LTDA – ME
CNPJ/MF nº 80.577.232/0001-46

OBJETO: contratação de empresa especializada na fabricação totem, placas e fornecimento de chapa de granito para inauguração de obras

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2026 DE 03/08/2026.
OBJETO: placas para inauguração de obras
03.001.04.122.0002.2008 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Item	Descrição	Uni Medida	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	TOTEM para inauguração de obra; confeccionado em tubo galvanizado a fogo, de 2,5 polegadas, com 1,40 m de altura do chão, base para instalação da placa 0,80 cm x 0,90 cm, em ferro chato, pintado.	und	10	490,00	4.900,00
02	Placa de inauguração de obra 0,50 cm x 0,70 cm, confeccionada em aço inox escovado com gravação em baixo relevo.	Und	10	990,00	9.900,00
03	Chapa de Granito Verde Ubatuba ou similar 0,60 cm x 0,80 cm	Und	10	450,00	4.500,00

Valor global: **R$ 19.300,00 (dezenove mil e trezentos reais)**, cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 04 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:0D22972D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 214, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 40.630,21 (quarenta mil, seiscentos e trinta reais e vinte e um centavos), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 4.320/64 E A LEI MUNICIPAL Nº 2.222/2025, DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 40.630,21 (quarenta mil, seiscentos e trinta reais e vinte e um centavos), para reforço de dotação específica destinada as manutenções das atividades da Secretaria de Assistência Social, a saber:

08 – Secretaria de Assistência Social
08.001 – Assistência Social
08.244.0007.2051 Igualdade de Decisão para Mulheres
222 – 3.3.90.14.00.00.00.00 1011 Diárias Civil.....R$ 2.000,00
223 – 3.3.90.30.00.00.00.00 1011 Material de Consumo.....R$ 20.630,21
224 – 3.3.90.39.00.00.00.00 1011 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 18.000,00

Art. 2º - Como recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior é o excesso de arrecadação, como segue:

- EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

-Fonte 1011 – Transferências de Outros Programas – Assistência Social.....R$ 40.630,21

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 05 de agosto de 2.026

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

SUELEN A. JUSTINO DOS SANTOS
Secretária Municipal de Assistência Social

UBIRATAN TONCOVITCH JÚNIOR
Contador

Publicado por:
Debora Kesia de Farias da Cruz
Código Identificador:5B75EB49

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
LEI Nº 2.296 DE 04 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: *Altera o § 1º do Artigo 19 da Lei Municipal nº 1.509/2017, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Assistência*

Social - CMAS do Município de São Sebastião da Amoreira, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ aprovou, e eu, EXILAINE GASPAR, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º do Artigo 19 da Lei Municipal nº 1.509, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19. .....
§ 1º O CMAS é composto por **seis** membros e respectivos suplentes indicados de acordo com os critérios seguintes:

I - 03 (três) representantes governamentais:
a) 1 (um) representante da Secretaria de Assistência Social;
b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

II - 03 (três) representantes da sociedade civil:
a) 1 (um) representante de entidades de usuários ou de defesa de direitos dos usuários de assistência social em âmbito municipal;
b) 1 (um) representante de entidades prestadoras de serviço da área de assistência social em âmbito municipal;
c) 1 (um) representante dos trabalhadores do sistema único de assistência social." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Sebastião da Amoreira, Paraná, 04 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita *Municipal*
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Janaina Dos Santos Dias
Código Identificador:1C45484B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
LEI Nº 2.297 DE 04 DE AGOSTO DE 2026

EMENTA: *Altera o Artigo 1º da Lei Municipal nº 1.114, de 07 de abril de 2011, que dispõe sobre a doação de uma área de terras para o Estado do Paraná, e dá outras providências.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ aprovou, e eu, EXILAINE GASPAR, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 1º da Lei Municipal nº 1.114, de 07 de abril de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o **Município de São Sebastião da Amoreira** autorizado a doar ao Estado do Paraná uma área de terras onde se encontra instalado o Colégio Estadual Pe. Jerônimo Onuma, com **4.659,09m² (quatro mil, seiscentos e cinquenta e nove metros e nove decímetros quadrados)**, localizada na Vila Presidente Castelo Branco, nesta cidade, objeto da **Matrícula nº 8.872** (oriunda do desmembramento da Matrícula nº 155) do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Assaí-PR."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Sebastião da Amoreira, Paraná, 04 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Janaina Dos Santos Dias
Código Identificador:59F74B2A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO PREGÃO ELETRONICO Nº 38/2026

AVISO PREGÃO ELETRONICO Nº 38/2026 - PROCESSO Nº 59/2026
O município de Sapopema-Pr, através do Prefeito municipal, por meio da Secretaria de educação, realizará Pregão Eletrônico, com critério de julgamento **Menor Valor Por Lote,** *nos* termos da Lei nº 14.133/2021, decretos Municipal e demais normas aplicáveis, torna público que se encontra a disposição dos interessados, a partir da data de publicação deste, o Edital visando a **Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, veículo tipo VAN/KOMBI, destinada ao atendimento ao item fracassado do Processo Administrativo nº 59/2026, para o transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual.** Data de início para apresentação de Proposta de preços será no dia 06/08/2026 as 08:00 h à 21/08/2026 às 08:55h. Abertura será dia 21/08/2026 as 09:00 h. O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site www.pncp.gov.br, www.sapopema.pr.gov.br, https://comprasbr.com.br, dúvidas e esclarecimentos através do e-mail licitacoessapopema@yahoo.com.br, Tel: 0800 090 4201. Sapopema, 05 de agosto de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR-
Prefeito

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:562A9B4A

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 93/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 93/2026

(Apresentação da LOA para 2027)

AUDIÊNCIA PUBLICA

O Prefeito Municipal de Sapopema, na forma do Art. 48 parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal **CONVIDA** a população em geral e as entidades representativas do município para a participação na Audiência Pública a ser realizada no dia 26 de agosto de 2026, às 09:00 horas no Auditório da Prefeitura Municipal para apresentação e debate das prioridades que constarão na Lei Orçamentária Anual LOA para o exercício de 2027.

Sapopema, 05 de agosto de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:B828B048

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL Nº 092/2026 (CONVOCAÇÃO)

EDITAL nº 092/2026 (CONVOCAÇÃO)

(Relativo ao Processo Seletivo Simplificado no 03/2025)

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **Faz Saber** que de acordo com o **Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 03/2025,** em observância ao princípio Constitucional da Publicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, e considerando a necessidade da mão-de-obra, a continuidade do serviço público, a eficiência e a conveniência

administrativa, **resolve** convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado no **03/2025**, homologado pelo Decreto nº. 044/2026 de 12 de fevereiro de 2026, para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Sapopema, situada a Avenida Manoel Ribas, 858, centro, nos horários da 08:30 as 11:30 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias para habilitação nos exames médicos pré-admissional, bem como apresentação dos documentos conforme segue:

Atestado de Saúde Admissional, Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.
Documentos Pessoais
CANDIDATOS QUE TEM DOCUMENTOS PESSOAIS ARQUIVADOS NO RH DA PREFEITURA NÃO PRECISA APRESENTAR
Os (as) candidatos (as) aprovados (as) deverão se apresentar dentro do prazo estipulado acima, conforme abaixo:

AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS FEMININO

CLASSIF.	Nome	PONTUAÇÃO TOTAL
17	VANESSA AP. DE LIMA LUZ	94,0
18	Bianca da Silva Vieira	94,0
19	Sirlei Ferreira Vidal	92,0

Sapopema, 05 de agosto 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:D11E323F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 13/2026

Dispõe sobre diretrizes para a prevenção e o combate ao assédio moral e sexual no âmbito da Administração Pública do Município de Sarandi e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, definidas pelo inciso IV do art. 18, e §§ 1º, 3º e 7º do art. 40, da Lei Orgânica Municipal e alínea *d* do inciso VII do art. 33 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO a aprovação, pela Câmara Municipal de Vereadores, do Projeto de Lei nº 3.646/2026, de autoria do vereador Aparecido Biancho;

CONSIDERANDO que a promulgação é ato de natureza política, cujo objetivo é atestar solenemente a existência da lei para a produção de seus efeitos, sendo um requisito indispensável à eficácia do ato normativo;

CONSIDERANDO que o autógrafo do referido projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Poder Executivo na data de 14/7/2026, através do ofício nº 117/2026/CMS;

CONSIDERANDO que os prazos previstos neste Regimento Interno não correrão durante os períodos de recesso;

CONSIDERANDO que o lapso temporal decorrido não o impede de atestar a existência da norma jurídica, visto que subsiste a obrigatoriedade de sua promulgação;

CONSIDERANDO que o negócio jurídico fora legalmente formalizado, não há quaisquer prejuízos, bem como observando princípio da razoabilidade, moderação e adequação entre os meios a serem utilizados e a finalidade a ser alcançada;

CONSIDERANDO que a composição do Poder Legislativo que vai promulgar a lei não ser diferente daquela que a aprovou, pois já houve a manifestação soberana e regular do parlamento sobre a matéria;

CONSIDERANDO que houve a sanção tácita, por parte do prefeito, do Projeto de Lei nº **3.646/2026**, já que, no prazo estabelecido pela Lei Orgânica Municipal, não se manifestou pela sua aprovação, e nem por veto;

CONSIDERANDO o teor do inciso IV do art. 18 e §§ 1º, 3º e 7º do art. 40, da Lei Orgânica Municipal e a alínea *d* do inciso VII do art. 33, do Regimento Interno que, no silêncio do Prefeito, cabe ao Presidente da Câmara a promulgação;

RESOLVE:

Art. 1º Promulgar a Lei nº 3.147/2026, oriunda do Projeto de Lei nº 3.646/2026, do vereador Aparecido Biancho, cujo conteúdo faz parte integrante do presente ato de promulgação.
Art. 2º Publique-se.

REGISTRE-SE e AFIXE-SE.

Câmara Municipal de Sarandi, 5 de agosto de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado Digitalmente]

LEI Nº 3.147/2026

Dispõe sobre diretrizes para a prevenção e o combate ao assédio moral e sexual no âmbito da Administração Pública do Município de Sarandi e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele PROMULGA a seguinte;

LEI:
Art. 1º Esta Lei estabelece diretrizes para a prevenção e o combate ao assédio moral e sexual no âmbito da Administração Pública direta, indireta e autárquica do Município de Sarandi.
Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:
I - Assédio moral: a exposição de agente público a situações humilhantes, constrangedoras, repetitivas ou prolongadas no exercício de suas funções, que atentem contra sua dignidade ou integridade psíquica, degradando as condições de trabalho;
II - Assédio sexual: o constrangimento com conotação sexual, manifestado por meio de palavras, gestos, contato físico ou outros meios, praticado com o objetivo de obter favorecimento sexual ou que gere ambiente de trabalho hostil, intimidativo ou ofensivo.
Art. 3º São princípios desta Lei:
I - a dignidade da pessoa humana;
II - o respeito no ambiente de trabalho;
III - a valorização dos agentes públicos;
IV - a promoção de ambiente laboral saudável e seguro;
V - a prevenção de conflitos e práticas abusivas.
Art. 4º Constituem diretrizes para a prevenção e o combate ao assédio moral e sexual:
I - a promoção de ações educativas e de conscientização;
II - o incentivo a cultura de respeito e igualdade nas relações de trabalho;
III - a divulgação de informações sobre práticas abusivas e seus impactos;
IV - o estímulo a utilização dos canais institucionais de denúncia já existentes;

V - a garantia de acolhimento e orientação as vítimas, nos termos da legislação vigente.
Art. 5º Para a implementação das diretrizes previstas nesta Lei, poderão ser adotadas, entre outras, as seguintes medidas:
I - campanhas institucionais de conscientização;
II - divulgação de materiais informativos em locais de fácil acesso;
III - promoção de capacitações e orientações aos agentes públicos;
IV - incentivo a adoção de boas práticas no ambiente de trabalho.
Art. 6º As disposições desta Lei serão aplicadas de forma complementar a legislação federal, estadual e municipal vigente, especialmente as normas que tratam da ética e disciplina no serviço público.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 5 dias do mês de agosto de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado Digitalmente]

Publicado por:
João Roberto Dos Santos Lopes
Código Identificador:3E61684B

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 14/2026

Concede Título de Utilidade Pública à Associação das Micros e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais de Sarandi e Região (Ampec Sarandi).

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, definidas pelo inciso IV do art. 18, e §§ 1º, 3º e 7º do art. 40, da Lei Orgânica Municipal e alínea *d* do inciso VII do art. 33 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO a aprovação, pela Câmara Municipal de Vereadores, do Projeto de Lei nº 3.652/2026, de autoria **dos vereadores Gilberto Messias de Pinas, Fabio de Souza Siveira e Dionizio Aparecido Viaro**;

CONSIDERANDO que a promulgação é ato de natureza política, cujo objetivo é atestar solenemente a existência da lei para a produção de seus efeitos, sendo um requisito indispensável à eficácia do ato normativo;

CONSIDERANDO que o autógrafo do referido projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Poder Executivo na data de 14/7/2026, através do ofício nº 117/2026/CMS;

CONSIDERANDO que os prazos previstos neste Regimento Interno não correrão durante os períodos de recesso;

CONSIDERANDO que o lapso temporal decorrido não o impede de atestar a existência da norma jurídica, visto que subsiste a obrigatoriedade de sua promulgação;

CONSIDERANDO que o negócio jurídico fora legalmente formalizado, não há quaisquer prejuízos, bem como observando princípio da razoabilidade, moderação e adequação entre os meios a serem utilizados e a finalidade a ser alcançada;

CONSIDERANDO que a composição do Poder Legislativo que vai promulgar a lei não ser diferente daquela que a aprovou, pois já houve a manifestação soberana e regular do parlamento sobre a matéria;

CONSIDERANDO que houve a sanção tácita, por parte do prefeito, do Projeto de Lei nº **3.652/2026**, já que, no prazo estabelecido pela Lei Orgânica Municipal, não se manifestou pela sua aprovação, e nem por veto;

CONSIDERANDO o teor do inciso IV do art. 18 e §§ 1º, 3º e 7º do art. 40, da Lei Orgânica Municipal e a alínea *d* do inciso VII do art. 33, do Regimento Interno que, no silêncio do Prefeito, cabe ao Presidente da Câmara a promulgação;

RESOLVE:

Art. 1º Promulgar a Lei nº 3.148/2026, oriunda do Projeto de Lei nº 3.652/2026, **dos vereadores Gilberto Messias de Pinas, Fabio de Souza Siveira e Dionizio Aparecido Viaro**, cujo conteúdo faz parte integrante do presente ato de promulgação.
Art. 2º Publique-se.

REGISTRE-SE e AFIXE-SE.

Câmara Municipal de Sarandi, 5 de agosto de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado Digitalmente]

LEI Nº 3.148/2026

Concede Título de Utilidade Pública à Associação das Micros e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais de Sarandi e Região (Ampec Sarandi).

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele PROMULGA a seguinte;

LEI:
Art. 1º Fica por força desta Lei, concedido o Título de Utilidade Pública à Associação das Micros e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais de Sarandi e Região (Ampec Sarandi), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 17.602.725/0001-52, com sede e foro na Avenida Antônio Volpato, nº4200, sala 01 jardim Europa, Sarandi – PR, CEP 87112-000.
Art. 2º A Associação das Micros e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais de Sarandi e Região (Ampec Sarandi), deverá observar o disposto no art. 7º, da Lei nº 2.458, de 11 de dezembro de 2018.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 5 dias do mês de agosto de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado Digitalmente]

Publicado por:
João Roberto Dos Santos Lopes
Código Identificador:BA587248

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
LEI Nº 3.147/2026

Dispõe sobre diretrizes para a prevenção e o combate ao assédio moral e sexual no âmbito da Administração Pública do Município de Sarandi e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele PROMULGA a seguinte;

LEI:
Art. 1º Esta Lei estabelece diretrizes para a prevenção e o combate ao assédio moral e sexual no âmbito da Administração Pública direta, indireta e autárquica do Município de Sarandi.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:
I - Assédio moral: a exposição de agente público a situações humilhantes, constrangedoras, repetitivas ou prolongadas no exercício de suas funções, que atentem contra sua dignidade ou integridade psíquica, degradando as condições de trabalho;
II - Assédio sexual: o constrangimento com conotação sexual, manifestado por meio de palavras, gestos, contato físico ou outros meios, praticado com o objetivo de obter favorecimento sexual ou que gere ambiente de trabalho hostil, intimidativo ou ofensivo.
Art. 3º São princípios desta Lei:
I - a dignidade da pessoa humana;
II - o respeito no ambiente de trabalho;
III - a valorização dos agentes públicos;
IV - a promoção de ambiente laboral saudável e seguro;
V - a prevenção de conflitos e práticas abusivas.
Art. 4º Constituem diretrizes para a prevenção e o combate ao assédio moral e sexual:
I - a promoção de ações educativas e de conscientização;
II - o incentivo a cultura de respeito e igualdade nas relações de trabalho;
III - a divulgação de informações sobre práticas abusivas e seus impactos;
IV - o estímulo a utilização dos canais institucionais de denúncia já existentes;
V - a garantia de acolhimento e orientação as vítimas, nos termos da legislação vigente.
Art. 5º Para a implementação das diretrizes previstas nesta Lei, poderão ser adotadas, entre outras, as seguintes medidas:
I - campanhas institucionais de conscientização;
II - divulgação de materiais informativos em locais de fácil acesso;
III - promoção de capacitações e orientações aos agentes públicos;
IV - incentivo a adoção de boas práticas no ambiente de trabalho.
Art. 6º As disposições desta Lei serão aplicadas de forma complementar a legislação federal, estadual e municipal vigente, especialmente as normas que tratam da ética e disciplina no serviço público.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 5 dias do mês de agosto de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado Digitalmente]

Publicado por:
João Roberto Dos Santos Lopes
Código Identificador:7172E61C

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
LEI Nº 3.148/2026

Concede Título de Utilidade Pública à Associação das Micros e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais de Sarandi e Região (Ampec Sarandi).

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele PROMULGA a seguinte;

LEI:
Art. 1º Fica por força desta Lei, concedido o Título de Utilidade Pública à Associação das Micros e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais de Sarandi e Região (Ampec Sarandi), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 17.602.725/0001-52, com sede e foro na Avenida Antônio Volpato, nº4200, sala 01 jardim Europa, Sarandi – PR, CEP 87112-000.
Art. 2º A Associação das Micros e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais de Sarandi e Região (Ampec Sarandi), deverá observar o disposto no art. 7º, da Lei nº 2.458, de 11 de dezembro de 2018.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 5 dias do mês de agosto de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado Digitalmente]

Publicado por:
João Roberto Dos Santos Lopes
Código Identificador:FA6D23C3

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
LEI Nº 3.149/2026

LEI Nº 3.149/2026

Denomina os logradouros pertencentes ao Condomínio Residencial Ecowind, localizado na cidade de Sarandi, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele PROMULGA a seguinte;

LEI:
Art. 1º Fica por força desta Lei, denominados os logradouros pertencentes ao Condomínio Residencial Ecowind, localizado na cidade de Sarandi, Estado do Paraná.

	Denominação Existente	Denominação dada por esta Lei	Extensão
1	Av 1.	Avenida Rosa dos Ventos	Toda
2	Rua 2	Rua Aurora	Toda
3	Rua 3	Alameda Brisea	Toda
4	Rua 4	Alameda Celestine	Toda
5	Rua 5	Alameda Doralis	Toda
6	Rua 6	Alameda Élysia	Toda
7	Rua 7	Alameda Floréal	Toda
8	Rua 8	Alameda Galeon	Toda
9	Rua 9	Alameda Harmonia	Toda
10	Rua 10	Alameda Írida	Toda
11	Rua 11	Alameda Jasmínea	Toda
12	Rua 12	Alameda Luminare	Toda
13	Rua 13	Alameda Mistralle	Toda
14	Rua 14	Alameda Nuvienne	Toda
15	Rua 15	Alameda Orla do Vento	Toda

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 5 dias do mês de agosto de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado Digitalmente]

Publicado por:
João Roberto Dos Santos Lopes
Código Identificador:7FC1CA38

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ED.118/26

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600
SECRETARIA DE FAZENDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n° 118/2026

Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.

Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
IRENE BERTOCHI BRUSCAGIM	323926	15	1	CONJUNTO HABITACIONAL RICARDO ROMANELLI
ALLAN RICARDO LOPES SILVA	324418	17C	3	CONJUNTO HABITACIONAL RICARDO ROMANELLI
ARNALDO HORACIO DE OLIVEIRA TELLES E OUTROS	364274	6	21	JARDIM NOVO BERTIOGA
LUCIANA LEITE DA SILVA	394814	10	20A	JARDIM NOVO BERTIOGA
JOVANE FIGUEREDO DOS SANTOS	393331	1	8A	JARDIM REAL
ANDERSON DIAS DA SILVA	286842	13	5	JARDIM CALIFÓRNIA
GILMAR RUBENS CASADEI E OUTRA	161314	4	4A	JARDIM HIGIENÓPOLIS
ELZA DOS SANTOS ANDRE	130283	6	3A	JARDIM IBIRAPUERA
MARIA DE LOURDES BULLA ALVES FARIAS	224120	12	3	JARDIM NOVA INDEPENDENCIA 1 E 2 PARTE
SIDNEI FREITAS SIQUEIRA	227641	26	29	JARDIM NOVA INDEPENDENCIA1 E 2 PARTE
RODRIGO ROMEIRO MODENES	391138	34A	3A	JARDIM NOVA INDEPENDENCIA1 E 2 PARTE
KLEBER LOPES DE LIMA	230146	34A	8	JARDIM NOVA INDEPENDENCIA1 E 2 PARTE
ROSIMAR APARECIDA PITELLI	238716	82	4	JARDIM NOVA INDEPENDENCIA1 E 2 PARTE
JOAO ROSA DE SOUZA E OUTRO	240265	88	3	JARDIM NOVA INDEPENDENCIA1 E 2 PARTE
AMAURI FEITOSA DE ALENCAR	242543	99	5	JARDIM NOVA INDEPENDENCIA1 E 2 PARTE
OSVALDO CUNHA DINIZ	244619	108	17	JARDIM NOVA INDEPENDENCIA1 E 2 PARTE
JURACY REIS DE SOUSA	175021	8	1	JARDIM UNIVERSAL
HELAINE RODRIGUES DA CRUZ	390842	9	10A	JARDIM UNIVERSAL
RENAN DE MIRANDA CORDEIRO	391292	19	5A	JARDIM UNIVERSAL
FLAVI A FERREI RA	178101	20	10	JARDIM UNIVERSAL
REINALDO NARCISO	391936	23	5A	JARDIM UNIVERSAL
DIOGO GOMES GENEROSO	180173	28	22	JARDIM UNIVERSAL
GABRIEL RODRIGUES	181960	36	12	JARDIM UNIVERSAL
MARIA AUGUSTA DE LIMA MORAES	183474	43	22	JARDIM UNIVERSAL
ESPOLI O DE ALEXANDRA APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	183555	43	30	JARDIM UNIVERSAL
ELIELMA GERMANO GRIGORIO	183717	44	15	JARDIM UNIVERSAL
ESTHEFANY CAMARGO VIEIRA	184926	50	8	JARDIM UNIVERSAL
JOEL CARDINAL	187232	64	6	JARDIM UNIVERSAL
RAFAEL PEDROSA OLIVEIRA	390109	69	2A	JARDIM UNIVERSAL

Paço Municipal, 04 de Agosto de 2026.

GISLAINE FERNANDA CARNEIRO
Secretária Municipal de Fazenda
Decreto 07/2025

Publicado por:
Juliana Freitas da Silva
Código Identificador:A0BC2148

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 5.147/2026

SÚMULA: CONTRATA ACENIR DA SILVA PARA CARGO DE MOTORISTA-T

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art.1º Fica **CONTRATADO** ACENIR DA SILVA, CPF 632.XXX.509-XX para o cargo de Motorista – T por prazo determinado, em virtude da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 001/2025 - PSS, em conformidade com a Lei nº. 0219/2017, de 19 de abril de 2017, o candidato que será lotado na Secretaria Municipal de saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, em 05 de agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:46C716C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2026
(Processo Licitatório n.º 137/2026)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de medicamentos não padronizados pelo SUS**, com entregas parceladas, sob demanda e em pequenas quantidades, não se destinando à formação de estoque.**

VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 69.398,50 (Sessenta e nove mil trezentos e noventa e oito reais e cinqüenta centavos.)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço UNITÁRIO por lote.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 13h00min do dia 19 de agosto de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 13h00min do dia 19 de agosto de 2026.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 13h30min do 19 de agosto de 2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (bllcompras.com)

Informações Gerais: O Edital e suas alterações encontram-se à disposição dos interessados por meio do site www.senges.pr.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas mediante telefone (43) 3567-1400 ou no endereço eletrônico: deptolicitacao@senges.pr.gov.br.

05/08/2026

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:3D556E19

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

CREDENCIAMENTO N.º 006/2025 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 280/2025.

OBJETO: Credenciamento de empresas interessadas em fornecer materiais de construção, materiais elétricos e materiais hidráulicos para manutenções.

Homologo e Adjudico a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, que considerou o fornecedor abaixo listado como **CREDENCIADO**:

GALAMA SERVICOS LTDA - CNPJ sob n.º 64.496.560/0001-61 (LOTES 01, 02 e 03).

LOTE 01 - MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	
10º	GALAMA SERVICOS LTDA

LOTE 02 - MATERIAL HIDRÁULICO	
9º	GALAMA SERVICOS LTDA

LOTE 03 - MATERIAL ELÉTRICO	
10º	GALAMA SERVICOS LTDA

Sengés, 05 de Agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:512A365B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE N.º 003/2026 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 016/2026.

OBJETO: contratação das empresas devidamente credenciadas no processo de Credenciamento nº 006/2025, cujo objeto Credenciamento de empresas interessadas em fornecer materiais de construção e manutenção conforme quantidades e especificações transcritas abaixo, através de Inexigibilidade de Licitação, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Assistência Social, Agricultura e Pecuária, Cultura Esporte Turismo, Educação.

Homologo e Adjudico a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, que considerou o fornecedor abaixo listado como **CREDENCIADO**:

GALAMA SERVICOS LTDA - CNPJ sob n.º 64.496.560/0001-61 (LOTES 01, 02 e 03)

LOTE 01 - MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	
10º	GALAMA SERVICOS LTDA

LOTE 02 - MATERIAL HIDRÁULICO	
9º	GALAMA SERVICOS LTDA

LOTE 03 - MATERIAL ELÉTRICO	
10º	GALAMA SERVICOS LTDA

Sengés, 05 de Agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:A931D98D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
EDITAL N.º 003/2026 – CONCURSO PÚBLICO PMS

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 001/2024, DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Concurso Público Municipal 001/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 31/10/2024; Edital 05/2024 de Homologação das Inscrições, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 11/12/2024; Edital 16/2024 de Divulgação do Resultado Final e Classificação, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 05/03/2025 e o Edital 17/2024 de Homologação do Resultado Final e Classificação, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 11/03/2025, faz saber que:

Ficam CONVOCADOS os candidatos constantes da relação abaixo, aprovados e classificados no Concurso Público Municipal n.º 001/2024, para realização de Exame de Sanidade Física, e posterior nomeação ao cargo público:

CARGO: PROFESSOR 20 HORAS

Nº	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG/CPF	CLASSIF.
01	20241140610	VANILDA DE SOUZA MARTINS	528.535.789-68	33
02	20241140650	HELOISA FERNANDA DA SILVA	065.340.259-73	34

Os candidatos convocados por este Edital, deverão se apresentar na Clínica ABBA Medicina e Segurança do Trabalho, sito na Rua Santa Catarina, 956, Sertanópolis/PR, **NO DIA 13 DE AGOSTO DE 2026, DAS 14H50MIN ÀS 15H20MIN,** para a realização da avaliação de sanidade física, pelo médico Dr. ANDRE SEIJI SUZUKI, inscrito no CRM/PR n.º 56.666, portando os resultados dos exames abaixo relacionados, previamente realizados, e obedecendo a seguinte ordem:

-HEMOGRAMA
-RX DE COLUNA TOTAL AP + PERFIL COM LAUDO
-CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA
-EXAME DE APTIDÃO MENTAL (realizado por profissional especializado, psicólogo ou psiquiatra).

As despesas decorrentes com a realização dos Exames acima mencionados, são de responsabilidade dos Candidatos aprovados, que após aprovação nos Exames Médicos, deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos na Prefeitura Municipal de Sertanópolis – PR, sito a Avenida Doutor Vacyr Gonçalves Pereira n° 342, centro, cidade de Sertanópolis/PR, **NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2026 DAS 8:00 ÀS 11:00, PORTANDO EM ORDEM A SEGUINTE A DOCUMENTAÇÃO:**

Cópia da Cédula de Identidade (RG);
Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
Situação Regular do Cadastro de Pessoa Física - CPF (site da Receita Federal);
Cópia do Título de Eleitor;
Certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;
Certificado de Reservista para o Sexo masculino (idade igual ou inferior a 40 anos);
Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento com as respectivas averbações se for o caso;
Cópia da Carteira de Trabalho Física (parte da foto frente e verso) e/ou cópia dos dados da Carteira de Trabalho Digital (precisa constar o número do PIS);
Cópia do Certificado/Diploma de Conclusão do Curso exigido pelo requisito do cargo com registro no MEC.
Caso possua pós-graduação, Mestrado ou Doutorado apresentar cópias do Certificado de Conclusão.
01 (uma) fotografia 3X4 recente;
Cópia da última Declaração de Imposto de Renda.
Caso NÃO seja declarante, mas possua bens modelo de declaração no ANEXO I deste edital.
Caso NÃO seja declarante e não possua nenhum bem, modelo de declaração no ANEXO II deste edital;
Cópia do comprovante de residência atualizado (máximo 60 dias);

Cópia da Certidão de Nascimento ou RG do (s) filho (s), menores de 21 (vinte e um) anos;

CPF do (s) filho (s), menores de 21 (vinte e um) anos, ou dependentes para declaração de Imposto de Renda;
CPF do cônjuge, quando houver;
Atestado de Antecedentes Criminais, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado onde residiu nos últimos 5 anos (se for o Paraná: *https://www.atestados.pr.gov.br/solicitacao/*
Atestado de Antecedentes Criminais Federal expedida pela Polícia Federal *https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/*
Certidão de Ações Criminais expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca onde residiu nos últimos 5 anos;
Certidão de Ações Criminais expedida pela Justiça Federal da Região onde residiu nos últimos 5 anos (se for região sul do Brasil: *https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php*
Declaração de **não acúmulo** de cargo, modelo: ANEXO III deste edital, **nos termos do Art. 37 da Constituição Federal**, sob pena de ser responsabilizado civil e criminalmente, o candidato que tiver outro cargo público que venha exceder as quarenta horas semanais, devem apresentar no ato da assinatura do termo de posse, o decreto ou portaria comprovando a exoneração, não será aceito protocolo de pedido de exoneração;
Caso tenha outro emprego público (o qual permita acúmulo) deverá apresentar uma declaração expedida pelo outro Órgão Público, contendo carga horária semanal, horário de trabalho e remuneração.
Atestado de sanidade física (Fornecido pelo médico trabalho **ESPECIFICADO NO ITEM 2 DESTE EDITAL;**
Declaração redigida a próprio punho de que não foi demitido do serviço público (modelo no ANEXO IV deste edital);
O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, devendo apresentar requerimento (modelo no ANEXO V deste edital) no Setor de Protocolo da Prefeitura de Sertanópolis obrigatoriamente até a data da entrega dos documentos (14/08/2026). Após esta data, não serão aceitos pedidos de final de lista.

O não comparecimento dos candidatos convocados sem causa justificada nos prazos estipulados acima, acarretará na perda do direito de nomeação, e a critério e conveniência da Administração implicará na convocação do próximo candidato classificado.

Paço Santo Soriani, Sertanópolis, 05 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES, COM INDICAÇÃO DAS FONTES DE RENDA

1. IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE		
Nome:		
CPF:		
RG:		
Endereço:		
Profissão:		
2. FONTES DE RENDAS		
Denominação	CPF/CNPJ	
3. BENS, DIREITOS E VALORES		
Especificação	Data de Aquisição (AQ) Data de Alienação (AL)	Valor (R$)
TOTAL		**R$**

Declaro para os devidos fins, que os dados constantes da presente declaração são a expressão da verdade.

Sertanópolis, _____, de _____de 2026.

_____

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR BENS

Eu _____, portador do CPF _____, profissional de_____, **declaro** que até a presente data, **NÃO** possuo nenhum bem, direito e valor no meu nome.
Declaro para os devidos fins, que os dados constantes da presente declaração são a expressão da verdade.

Sertanópolis, _____de _____de 2026.

_____

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CARGO PÚBLICO

EU, _____ portadora da cédula de identidade RG_____ e C.P.F_____ **declaro** para os devidos fins de direito e a quem possa interessar, que até a presente data, **NÃO** exerço nenhum cargo, emprego ou função pública não acumulável na forma do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.
Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Sertanópolis, _____, de _____de 2026.

_____

ANEXO IV

Deve ser integralmente redigida a próprio punho:

DECLARAÇÃO DE DEMISSÃO DE CARGO PÚBLICO

EU, _____ portadora da cédula de identidade RG_____ e C.P.F_____ **declaro** para os devidos fins de direito e a quem possa interessar, que até a presente data, **NÃO FUI DEMITIDA (O) DE NENHUM** cargo ou função pública.
Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Sertanópolis, _____, de _____de 2026.

_____

ANEXO V

REQUERIMENTO "FINAL DA FILA"

EU, _____ portadora da cédula de identidade RG_____ e C.P.F_____, residente e domiciliada á _____, nº_____, na cidade de _____**declaro** que neste momento **não assumirei** a vaga para qual fui convocada através do EDITAL N.º 003/2026 – CONCURSO PÚBLICO PMS referente ao CONCURSO 001/2024, assim **REQUISITO** a reclassificação, ocupando assim a última vaga de classificados conforme EDITAL nº17.01/2024 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO.
Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Sertanópolis, _____, de _____de 2026.

Pub
licado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:CE5362F2

CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
PARECER PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

PARECER PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e Fiscalização, no uso de suas atribuições regimentais, especialmente aquelas previstas no art. 176 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Sertanópolis, procedeu à análise preliminar do Projeto de Lei nº 012/2026, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual do exercício financeiro de 2027.

Após o exame formal e inicial da proposição, esta Comissão constatou que o projeto atende, em princípio, aos requisitos legais e regimentais necessários à sua regular tramitação, observando as disposições pertinentes da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a necessária compatibilidade com o Plano Plurianual vigente.

Dessa forma, não foram identificados, nesta análise preliminar de admissibilidade, óbices de natureza formal ou regimental que impeçam o regular prosseguimento da matéria.

Assim, **a Comissão recebe o Projeto de Lei nº 012/2026 e declara sua admissibilidade**, autorizando o prosseguimento de sua tramitação legislativa, sem prejuízo das análises de mérito e de adequação orçamentária que deverão ser realizadas no curso do processo legislativo.

Nos termos do § 1º do art. 176 do Regimento Interno, deverão ser promovidas as audiências e consultas públicas legalmente exigidas, com o objetivo de assegurar a transparência, a publicidade e a participação da sociedade no processo de definição das diretrizes orçamentárias para o exercício de 2027.

As datas e os horários das audiências e consultas públicas serão oportunamente definidos e divulgados pelos meios oficiais da Câmara Municipal, inclusive por meio do Diário Oficial e do sítio eletrônico oficial, garantindo-se ampla publicidade aos atos.

Sertanópolis, 4 de agosto de 2026.

CARLOS ROBERTO MARZOLLA
Presidente

PAULO DA SILVA PEREIRA
Relator

REGINALDO APARECIDO TORRES
Membro

Publicado por:
Silvio Aparecido de Andrade
Código Identificador:BEC008E7

CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO

3º Termo aditivo do contrato 009/2024, decorrente do processo de Dispensa de Licitação 008/2024, referente a contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Assessoria de Imprensa.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 78.318.169/0001-81, sediada à rua Senador Souza Naves, , nº 504, centro, na cidade de Sertanópolis-Pr, cep 86170-000, representada pelo Presidente o **Sr. THIAGO LOPES,** portador do CPF nº 053.539.669-45 e a empresa **GABRYEL DE MATOS SILVEIRA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 46.067.432/0001-10, sediada à Rua São Paulo, nº 1002 - centro, na cidade de Sertanópolis-Pr, neste ato representada pelo **Sr. GABRYEL DE MATOS SILVEIRA,** portador do CPF nº 097.544.539-18, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto – Dilatação do Prazo de Vigência com término em 07 de Agosto de 2027, com finalidade de atender as demandas da Câmara Municipal de Sertanópolis, que comprovou a vantajosidade da prorrogação, com fundamento no art. 105 e 106 da lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Sertanópolis, 30 de julho de 2026.

Contratada
GABRYEL DE MATOS SILVEIRA
CNPJ: 46.067.432/0001-10

GABRYEL DE MATOS SILVEIRA
Representante Legal

Contratante
CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
CNPJ: 78.318.169/0001-81

THIAGO LOPES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Silvio Aparecido de Andrade
Código Identificador:8AAF417F

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 043/2026

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 043/2026
COMPRAS.GOV.BR Nº 987905-5/2026

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Sertanópolis, por meio da Coordenadoria Geral de Licitações, sediada Avenida Dr. Vacyr Gonçalves Pereira nº 342, centro, Sertanópolis, Estado do Paraná, CEP: 86.170-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 055/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital no **dia 24 de agosto de 2026, às 09h00min** no endereço eletrônico: www.gov.br/compras o recebimento das propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 043/2026 na modalidade Pregão Eletrônico. Participação Ampla com itens exclusivos para MEI/ME/EPP. Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico supracitado e/ou e-mail: compras@sertanopolis.pr.gov.br. **Objeto da Licitação:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente) – Faixa D, Massa Asfáltica Usinada a Quente para aplicação a Frio e Emulsão Asfáltica Tipo RR-1C.
Sertanópolis, 05 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ANDRÉ SOLANO SOUTO
Coordenador Geral de Licitações

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:4BFA1E99

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 200/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 200/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: ALFASEG COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIP. DE SEGURANÇA, BARÃOSEG LTDA E NACIONAL EPI EQUIP. DE SEGURANÇA LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIP. DE EPIs.

VALOR: 7.151,90(SETE MIL, CENTO E CINQUENTA E UM REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 05 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:6EB6E2E0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 047/2026 05/08/2026

DECRETO Nº 047/2026
05/08/2026

SUMULA Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Sulina para o Exercício Financeiro de 2.026.

O Prefeito do Município de Sulina, Estado do Paraná, Senhor **GILBERTO JOÃO ROSSI,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1230/2025, de 17 de outubro de 2025.
DECRETA
Artigo 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Programa do Município de Sulina, para o exercício financeiro de 2026, de acordo com o art. 43, incisos II e III da Lei 4.320/64, no valor de **R$ 285.617,89 (duzentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e dezessete reais e oitenta e nove centavos),** destinado a dar cobertura as despesas a serem realizadas conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0600	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
0602	Departamento de Pronto Atendimento e Saúde Preventiva		
10.201.0018.2.029000	Atenção Primária em Saúde		
3.3.90.30.00.00 (2623)	Material de Consumo	901	29.887,93
3.3.90.36.00.00 (259)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	303	100.000,00
3.3.90.93.00.00 (267)	Indenizações e Restituições	303	50.000,00
4.4.90.52.00.00 (2624)	Equipamentos e Material Permanente	338	70.479,96
0700	**SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PUB**		
0702	Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
15.452.0022.2.040000	Manutenção dos Serviços Urbanos		
4.4.90.51.00.00 (1400)	Obras e Instalações	954	35.250,00
	TOTAL.....		**285.617,89**

Artigo 2º - Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão a conta dos recursos abaixo especificados:
I - Por Anulação Parcial de Dotações Fixadas na Lei Orçamentária Anual, de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64.

0600	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
0602	Departamento de Pronto Atendimento e Saúde Preventiva		
10.302.0018.2.052000	Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS		
3.3.71.70.00.00 (276)	Rateio pela Participação em Consórcio Público	303	150.000,00
	TOTAL.....		**150.000,00**

II – Por Excesso de Arrecadação de Receitas, de acordo com o art. 43, inciso II, da Lei 4.320/64

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
2.4.2.2.99.0.1.01.06 (197)	Outras Transferências de Convênios dos Estados/DF e Suas Entidades – Principal	954	35.250,00
1.7.2.3.50.0.1.06.00 (258)	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS Principal	901	29.887,93
2.4.2.1.50.0.1.10.00 (259)	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS Principal	338	70.479,96
	TOTAL.....		**135.617,89**

Artigo 3º - Determina ainda alterações nas metas físicas e financeiras da Lei nº 1210, de 01 de julho de 2025 – Plano Plurianual (PPA) e Lei nº 1213, de 25 de agosto de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026, nas ações correspondentes deste Decreto, conforme Lei nº 1230/2025, art. 8º.
Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Paraná, 05 de agosto de 2026; 40º da Emancipação e 38º de Administração.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e publique-se

Em 05 de agosto de 2026.

PUBLICADO EM 06/08/2026, EDIÇÃO _____, PÁGINAS _____, DIÁRIO ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ
PUBLICADO EM 06/08/2026, EDIÇÃO _____, PÁGINAS ___, DO JORNAL DE BELTRÃO

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:99B86B78

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 36/2026

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS SEDIADOS NO MUNICÍPIO DE TAPIRA - PR

O Município de Tapira, Estado do Paraná, torna público aos interessados, que promoverá licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, critério de julgamento será o **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, tendo por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADOS ÀS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL**, em conformidade com o disposto no Edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

Valor máximo: R$ 199.375,34 (cento e noventa e nove mil trezentos e setenta e cinco reais e trinta e quatro centavos)

Local e Data do Credenciamento, da Entrega dos Envelopes e da Realização do Pregão – O credenciamento e o recebimento dos envelopes de propostas de preços e de habilitação serão até o **dia 18 de agosto de 2026 às 09h00min (nove horas)**, e o início da sessão com a respectiva abertura dos envelopes dar-se-á ás **09h00min (nove horas),** nas dependências da Prefeitura Municipal de Tapira, sito na Rua Paranaguá, 518, na cidade de Tapira, Estado do Paraná.

Esclarecimentos e Retirada do Edital – A cópia completa do Edital poderá ser obtida no site www.tapira.pr.gov.br e no PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas. Maiores esclarecimentos por parte dos

interessados serão obtidos junto a Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta feira, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 17:00 horas, na Rua Paranaguá, 518, em Tapira/PR ou pelo telefone (44) 3679-1539, ou pelo e-mail: licitacao@tapira.pr.gov.br, até 03 (três) dias úteis da abertura dos envelopes.

Tapira, 05 de agosto de 2026.

RONALD ROGERIO LOPES SMARZARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:762EA614

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 13/2025 - ID Nº. 2631

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2025

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Pelo presente instrumento particular que celebram **MUNICÍPIO DE TAPIRA**, já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Ronald R. L. Smarzaro**, em pleno exercício de seu mandato e funções, e a empresa **S. A. MARQUES & CIA LTDA**, já qualificada no contrato ora aditivado, neste ato representada por seu representante **ROGÉRIO APARECIDO PASTRE MARQUES**, ajustam e acordam entre si o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EMBASAMENTO

O presente Termo Aditivo possui amparo legal na Lei Federal Nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica alterada a cláusula sétima do contrato inicial, prorrogando sua validade para a data de 30 de agosto de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRO – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente Termo Aditivo de Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 vias de igual teor e forma.

Tapira (PR), 30 de julho de 2026.

RONALD ROGERIO LOPES SMARZARO
Prefeito Municipal
Contratante

ROGÉRIO APARECIDO PASTRE MARQUES
S. A. Marques & CIA LTDA
Contratada

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:C7BD9947

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 14/2025 - ID Nº. 2632

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2025

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Pelo presente instrumento particular que celebram **MUNICÍPIO DE TAPIRA,** já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Ronald R. L. Smarzaro**, em pleno exercício de seu mandato e funções, e a empresa **L. B. GONÇALVES - EPP**, já qualificada no contrato ora aditivado, neste ato representada pelo Senhor **LEONEL BERSAN GONÇALVES,** ajustam e acordam entre si o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EMBASAMENTO

O presente Termo Aditivo possui amparo legal na Lei Federal Nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica alterada a cláusula sétima do contrato inicial, prorrogando sua validade para a data de 30 de agosto de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente Termo Aditivo de Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 vias de igual teor e forma.

Tapira/PR, 30 de julho de 2026.

RONALD ROGERIO LOPES SMARZARO
Prefeito Municipal
Contratante

LEONEL BERSAN GONÇALVES
L. B. Gonçalves -EPP
Contratada

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:5C10123D

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 15/2025 - ID Nº. 2633

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2025

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Pelo presente instrumento particular que celebram **MUNICÍPIO DE TAPIRA**, já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Ronald R. L. Smarzaro**, em pleno exercício de seu mandato e funções, e a empresa **CLAUDENIR J DE LIMA LTDA**, já qualificada no contrato ora aditivado, neste ato representada por seu representante **CLAUDENIR JANUARIO DE LIMA**, ajustam e acordam entre si o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EMBASAMENTO

O presente Termo Aditivo possui amparo legal na Lei Federal Nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica alterada a cláusula sétima do contrato inicial, prorrogando sua validade para a data de 30 de agosto de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente Termo Aditivo de Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 vias de igual teor e forma.

Tapira (PR), 30 de julho de 2026

RONALD ROGERIO LOPES SMARZARO
Prefeito Municipal
Contratante

CLAUDEMIR JANUARIO DE LIMA
Claudenir J de Lima LTDA
Contratada

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:3091D5CC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
PORTARIA N.º 43, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

A Presidente da Câmara Municipal do Município de Teixeira Soares do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em deferimento a Requerimento apresentado,

RESOLVE:

DETERMINAR que as férias da Servidora Procuradora Jurídica, Karla Miskalo Bernert, referente ao período aquisitivo de 15/06/2024 a 14/06/2025, sejam usufruídas de 08-09-2026 a 27-09-2026 (PRIMEIRO PERÍODO DE 20 DIAS).

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

INÊS APARECIDA FERREIRA

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:B559E446

FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO Nº 04/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026

CONTRATANTE: FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES – RPPS, inscrito no CNPJ sob nº 11.910.971/0001-95.

CONTRATADA: ONC – ORGANISMO NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 44.102.941/0001-01.

OBJETO: Contratação de empresa especializada, credenciada pela Secretaria de Previdência – SPREV, para prestação dos serviços de pré-auditoria e auditoria nas práticas de gestão do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Teixeira Soares, visando à obtenção da Certificação Institucional Pró-Gestão RPPS – Nível II, compreendendo planejamento, análise documental, pré-auditoria, auditoria de certificação, emissão de relatórios, tratamento de não conformidades, emissão do certificado de conformidade, quando atendidos os requisitos do Programa, e auditorias de supervisão, quando realizadas durante a vigência contratual.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, Portaria MPS nº 185/2015, Decreto Municipal nº 1.945/2024, Termo de Referência e Processo Administrativo de Contratação nº 04/2026.

VALOR DO CONTRATO: Valor máximo de **R$ 14.680,00 (quatorze mil seiscentos e oitenta reais)**, correspondente à execução integral das etapas previstas, sendo o pagamento realizado exclusivamente pelas etapas efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização contratual.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, admitida prorrogação na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

GESTORA DO CONTRATO: Maria Inês Gutervil Wolski.
FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO: Régis Élysson Jagher.
DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2026.

Teixeira Soares/PR, 05 de agosto de 2026.

MARIA INÊS GUTERVIL WOLSKI
Diretora Presidente
Fundo Previdenciário Municipal de Teixeira Soares – RPPS
Decreto Municipal nº 15/2025

Publicado por:
Regis Elysson Jagher
Código Identificador:9207EDC0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 261/2026

DECRETO Nº 261/2026

SÚMULA: Revoga o Decreto nº 1.653, de 03 de maio de 2023, que dispõe sobre a fixação de jornada especial de trabalho para atendimento do serviço público de transporte escolar.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ,** no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica,
CONSIDERANDO o poder de autotutela da Administração Pública, que lhe permite rever e revogar seus próprios atos administrativos por razões de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos;
CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo disciplinar a organização e o funcionamento da Administração Pública Municipal, promovendo a adequação dos atos normativos às necessidades do serviço público;
CONSIDERANDO a necessidade de reavaliar a regulamentação da jornada especial de trabalho aplicada aos motoristas do transporte escolar, adequando-a às atuais diretrizes administrativas e à legislação vigente;
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 52, § 1º, e 235 da Lei Municipal nº 1.609, de 13 de agosto de 2013 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

DECRETA:
Art. 1º Fica revogado expressamente, em todos os seus termos, o Decreto Municipal nº 1.653, de 03 de maio de 2023, que dispõe sobre a fixação de jornada especial de trabalho para atendimento do serviço público de transporte escolar.
Art. 2º A jornada de trabalho dos servidores ocupantes do cargo de Motorista de Transporte Escolar deve observar as disposições previstas na legislação municipal vigente e as determinações

expedidas pela Administração Municipal, observadas as necessidades do serviço público.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, operando efeitos retroativos à data de 1º de julho de 2025, tendo em vista que desde a citada data houve a revogação tácita das disposições do decreto que regulamentava a jornada especial aos motoristas de transporte escolar.

Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, 05 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Paula Barbieri
Código Identificador:F2FD0697

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 263/2026

DECRETO Nº 263/2026

Designa servidora para exercer, interinamente, a função de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Encantado e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO a vacância da função de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Encantado, em decorrência da renúncia da ocupante da função;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados pela unidade escolar, garantindo a regularidade da gestão administrativa e pedagógica;
CONSIDERANDO o interesse público na manutenção da direção da unidade escolar até a realização do processo eleitoral e a posse da nova direção;

DECRETA:
Art. 1º Fica designada a servidora **Daiane Danieleski**, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil, para exercer, **interinamente**, a função de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Encantado.
Art. 2º A designação de que trata este Decreto possui caráter provisório e vigorará até a posse do(a) Diretor(a) eleito(a), oriundo(a) do processo regular de eleição para a direção da unidade escolar, cessando automaticamente seus efeitos com a investidura do novo titular.
Art. 3º Durante o período de designação, a servidora exercerá todas as atribuições inerentes à função de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Encantado, observada a legislação municipal aplicável.
Art. 4º Os efeitos deste Decreto retroagem à data de **03 de agosto de 2026**.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DADO E PASSADO no Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município de Teixeira Soares

Publicado por:
Adriane Paula Barbieri
Código Identificador:B9CCDB5D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO Nº 09/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO N.º 09/2026

SÚMULA: Aprovação do Plano de Ação para o ano de 2026 e do Relatórios de Atividades do ano de 2025 da Provopar Ação Social.

O presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Teixeira Soares – PR, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal n. 1859/2019.
CONSIDERANDO a deliberação em reunião ordinária realizada em 05/08/2026. Conforme Ata nº 11/2026 da reunião ordinária.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Ação da entidade Provopar Ação Social para o exercício de 2026, conforme deliberação constante na Ata nº 11/2026 da reunião ordinária realizada em 05 de agosto de 2026.
Art. 2º Fica aprovado o Relatório de Atividades da entidade Provopar Ação Social, referente ao exercício de 2025, conforme deliberação constante na Ata nº 11/2026 da reunião ordinária realizada em 05 de agosto de 2026.
Art. 3º Aprovar os documentos mencionados nos artigos 1º e 2º desta Resolução, para fins de renovação da inscrição das entidades/associações, junto ao CMAS.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Teixeira Soares, 05 de agosto de 2026.

MARCOS ROBERTO DE ASSIS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Ana Carolina Rodrigues Weiss Havrechaki
Código Identificador:4EF70D0E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

GABINETE
DECRETO N.º 4.404/2026

*Nomeia Equipe Responsável da Rede de Proteção do Município de Terra Boa para a realização da Escuta Especializada e dá outras providências***.**

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal n. º 13.431 de 04 de abril de 2017, que estabelece o Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência

D E C R E T A
Artigo 1º. Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados para compor a Equipe responsável da Rede de Proteção do Município de Terra Boa para a realização da Escuta Especializada:

§ **Marcia Aparecida Zambon Ferreira - Coordenadora**
§ **Cristiane Borba Morcino de Oliveira – Representante da Proteção Social Especial;**
§ **Elizabeth Ferreira de Souza – Representante da Secretaria de Educação; e**
§ **Fábio Direito da Silva - Representante da Secretaria de Saúde**

Artigo 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando na sua totalidade o Decreto Nº 2.619/2020.

Município de Terra Boa, aos 03 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:98DC727B

GABINETE
INSTRUÇÃO NORMATIVA OGM – Nº 02/2026

Estabelece o fluxo de atendimento presencial e eletrônico das manifestações encaminhadas à Ouvidoria Geral do Município de Terra Boa, identifica os responsáveis pelas respectivas etapas e disciplina a complementação das manifestações, em execução ao Decreto Municipal nº 3.223/2022.

No cumprimento das atribuições conferidas à Ouvidoria Geral do Município pela Lei Municipal nº 1.721/2022, pelo Decreto Municipal nº 3.223/2022 e pela Portaria Municipal nº 839/2025, e considerando o disposto na Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, o OUVIDOR GERAL DO MUNICÍPIO DE TERRA BOA, Estado do Paraná, no uso de suas competências administrativas;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 3.223/2022 estabelece as etapas gerais de recebimento, registro, triagem, análise preliminar, complementação, encaminhamento e resposta conclusiva às manifestações;

CONSIDERANDO a necessidade de especificar o fluxo de atendimento presencial e eletrônico e identificar os responsáveis por cada etapa;

RESOLVE: expedir a seguinte Instrução Normativa:

CAPÍTULO I
DO OBJETO E DOS CANAIS DE ATENDIMENTO

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece o fluxo operacional de atendimento das manifestações encaminhadas à Ouvidoria Geral do Município, desde o recebimento até o registro da resposta conclusiva e o encerramento no sistema.
§ 1º O fluxo previsto nesta Instrução Normativa aplica-se às manifestações de usuários dos serviços públicos classificadas como reclamação, denúncia, elogio, sugestão ou solicitação.
§ 2º Esta Instrução Normativa detalha a execução do Decreto Municipal nº 3.223/2022, sem alterar os prazos, as competências e os procedimentos nele estabelecidos.
§ 3º O tratamento das denúncias observará, adicionalmente, as salvaguardas de proteção à identidade do denunciante estabelecidas no Decreto Municipal nº 3.222/2022.
Art. 2º As manifestações poderão ser apresentadas à Ouvidoria Geral do Município pelos seguintes canais oficiais:
I. presencialmente, na sede da Ouvidoria Geral do Município, localizada na Rua Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 240, Terra Boa – PR, CEP 87240-000, mediante atendimento físico, preenchimento de formulário ou relato verbal;
II. pelo protocolo on-line da Ouvidoria, disponível no endereço eletrônico:
https://terraboa.eloweb.net/protocolo/ouvidoria;
III. por correio eletrônico, mediante envio para o endereço institucional:
ouvidoria@terraboa.pr.gov.br;
IV. pelo aplicativo WhatsApp, por meio do número institucional (44) 9 8456-8330;
V. por telefone, pelos números 0800 115 7700, ramal 125, ou (44) 3641-8037; e
VI. por correspondência, endereçada à Ouvidoria Geral do Município de Terra Boa, na Rua Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 240, Terra Boa – PR, CEP 87240-000.
§ 1º As manifestações recebidas pelos canais previstos nos incisos I, III, IV, V e VI serão registradas pela Ouvidoria Geral do Município no sistema informatizado, com a geração do respectivo número de protocolo.
§ 2º As manifestações apresentadas verbalmente, presencialmente, por telefone ou por mensagem de áudio, serão reduzidas a termo de forma completa e fiel pelo Ouvidor-Geral ou pelo servidor designado, devendo o registro ser lido ou disponibilizado ao manifestante para confirmação, quando possível.
§ 3º As manifestações recebidas por qualquer dos canais previstos neste artigo serão submetidas ao mesmo fluxo de registro, triagem, classificação, encaminhamento, elaboração da resposta, retorno ao manifestante, registro da resposta e encerramento no sistema.
§ 4º Eventuais alterações nos números telefônicos, endereços eletrônicos ou demais canais oficiais deverão ser divulgadas no sítio eletrônico do Município e nos locais de atendimento ao público.

CAPÍTULO II
DO FLUXO DE ATENDIMENTO

Art. 3º O tratamento das manifestações observará as seguintes etapas:
I. recepção da manifestação, por meio de qualquer dos canais oficiais previstos no art. 2º desta Instrução Normativa;
II. redução a termo, quando a manifestação for apresentada verbalmente, presencialmente, por telefone ou por mensagem de áudio;
III. registro da manifestação no sistema informatizado, com a geração do respectivo número de protocolo;
IV. fornecimento ao manifestante dos dados e das orientações necessários ao acompanhamento eletrônico da demanda;
V. triagem e classificação, para identificação da tipologia da manifestação, do assunto e da unidade administrativa competente;
VI. análise preliminar, para verificação da suficiência das informações apresentadas e da necessidade de complementação;
VII. solicitação de complementação ao manifestante, quando as informações, os dados, os esclarecimentos ou os documentos apresentados forem insuficientes para o tratamento da manifestação;
VIII. encaminhamento da manifestação à unidade administrativa competente, quando necessária a análise dos fatos, a prestação de informações ou a adoção de providências;
IX. análise da manifestação, apuração dos fatos e elaboração da resposta técnica pela unidade administrativa competente;
X. validação da resposta técnica pela chefia da unidade administrativa;
XI. encaminhamento da resposta técnica à Ouvidoria Geral do Município;
XII. revisão da resposta técnica pela Ouvidoria Geral do Município, quanto à clareza, completude, fundamentação e atendimento dos pontos apresentados pelo manifestante;
XIII. devolução da resposta técnica à unidade administrativa para complementação interna, quando constatada omissão, insuficiência, falta de clareza ou ausência de fundamentação;
XIV. consolidação, elaboração e envio da resposta conclusiva ao manifestante pela Ouvidoria Geral do Município;
XV. disponibilização ao manifestante da pesquisa de satisfação relativa ao atendimento prestado pela Ouvidoria e à resolutividade da demanda; e
XVI. registro da resposta conclusiva no sistema, com a indicação da data e do meio de envio, dos documentos anexados, da situação final e do motivo do encerramento ou arquivamento, quando aplicável, seguido do encerramento da manifestação.
Parágrafo único. Quando a manifestação puder ser respondida diretamente pela Ouvidoria Geral do Município, ficarão dispensadas as etapas previstas nos incisos VIII a XIII deste artigo, permanecendo obrigatórios o envio da resposta conclusiva, a disponibilização da pesquisa de satisfação, o registro da resposta e o encerramento da manifestação no sistema.

CAPÍTULO III
DO ACOMPANHAMENTO DA MANIFESTAÇÃO

Art. 4º Após o registro da manifestação no sistema, o manifestante poderá acompanhar eletronicamente a tramitação da demanda e consultar as informações disponibilizadas pela Ouvidoria Geral do Município.
§ 1º A consulta poderá ser realizada diretamente no endereço eletrônico:
https://terraboa.eloweb.net/protocolo/consultaProcesso
§ 2º A consulta também poderá ser acessada pelo Portal da Transparência do Município, por meio do menu “Ouvidoria”, na opção “Consulta Processo Ouvidoria”.
§ 3º Para realizar a consulta, o manifestante deverá informar os dados fornecidos no momento do registro, especialmente:
I. tipo de processo: “5 – Ouvidoria”;
II. número do protocolo/processo;
III. ano do protocolo/processo; e
IV. CPF, CNPJ ou senha

§ 4º No momento do registro, a Ouvidoria Geral do Município deverá fornecer ao manifestante o comprovante da manifestação contendo o número do protocolo/processo, o ano, a senha e as demais informações necessárias ao acompanhamento eletrônico.
§ 5º Por meio da consulta, o manifestante poderá visualizar o andamento da manifestação, os trâmites realizados e os pareceres ou respostas disponibilizados no sistema, observadas as restrições de acesso, a proteção de dados pessoais e o sigilo legalmente aplicável.

CAPÍTULO IV
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º Compete ao Ouvidor-Geral ou ao servidor formalmente designado para atuar na Ouvidoria Geral do Município:
I. receber as manifestações apresentadas pelos canais presenciais e eletrônicos;
II. reduzir a termo as manifestações verbais;
III. registrar a manifestação no sistema e fornecer o respectivo protocolo;
IV. orientar o manifestante quanto à forma de acompanhamento eletrônico;
V. realizar a triagem e a classificação da manifestação;
VI. verificar a necessidade de complementação; e
VII. encaminhar a manifestação à unidade administrativa competente.

Art. 6º Compete à unidade administrativa responsável pelo assunto ou serviço objeto da manifestação:
I. receber e analisar a manifestação encaminhada pela Ouvidoria Geral do Município;
II. realizar as verificações e diligências necessárias;
III. consultar documentos, registros, processos, sistemas e normas aplicáveis;
IV. adotar as providências cabíveis no âmbito de suas competências;
V. elaborar a resposta técnica; e
VI. encaminhar a resposta técnica à Ouvidoria Geral do Município, após validação pela chefia da unidade.

Art. 7º A resposta técnica elaborada pela unidade administrativa deverá ser clara, objetiva, completa e fundamentada, contendo, no mínimo:
I. análise dos fatos relatados na manifestação;
II. resposta individualizada a cada questionamento, fato ou providência apresentada pelo manifestante;
III. indicação das verificações, diligências, documentos e registros considerados;
IV. informação sobre as providências adotadas;
V. justificativa fundamentada quando não for possível atender à solicitação ou adotar a providência requerida;
VI. indicação das medidas futuras e dos respectivos prazos, quando houver;
VII. identificação do servidor responsável pela elaboração; e
VIII. identificação da chefia responsável pela validação.

§ 1º A resposta técnica deverá ser encaminhada à Ouvidoria Geral do Município no prazo fixado no encaminhamento, observado o prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado do recebimento da manifestação pela unidade administrativa, conforme o art. 14 do Decreto Municipal nº 3.223/2022..
§ 2º A resposta técnica deverá ser validada pela chefia da unidade administrativa antes de seu encaminhamento à Ouvidoria Geral do Município.
§ 3º Eventual prorrogação do prazo da unidade administrativa, por igual período, dependerá de justificativa expressa apresentada antes do vencimento e deverá ser compatível com o prazo global de tratamento da manifestação pela Ouvidoria Geral do Município, de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da manifestação, prorrogável por igual período mediante justificativa expressa, nos termos do art. 8º, § 2º, do Decreto Municipal nº 3.223/2022.
§ 4º A resposta técnica não será encaminhada diretamente ao manifestante, cabendo à Ouvidoria Geral do Município realizar sua revisão e elaborar a resposta conclusiva.
§ 5º A Ouvidoria Geral do Município poderá devolver a resposta técnica à unidade administrativa para complementação quando verificar:
I. omissão no atendimento de algum ponto da manifestação;
II. falta de clareza;
III. ausência ou insuficiência de fundamentação;
IV. ausência de documentos necessários; ou
V. risco de divulgação indevida de dados pessoais ou informações legalmente restritas.
§ 6º As orientações para elaboração da resposta técnica constam do Anexo III desta Instrução Normativa.

Art. 8º Compete ao Ouvidor-Geral:
I. revisar a resposta técnica encaminhada pela unidade administrativa;
II. verificar se todos os pontos da manifestação foram adequadamente respondidos;
III. solicitar complementação interna à unidade administrativa, quando necessária;
IV. consolidar e elaborar a resposta conclusiva;
V. enviar a resposta conclusiva ao manifestante; e
VI. determinar o registro da resposta e o encerramento da manifestação no sistema.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Ouvidor-Geral, as atividades previstas neste artigo serão realizadas pelo servidor formalmente designado para substituí-lo.

CAPÍTULO V
DA COMPLEMENTAÇÃO DA MANIFESTAÇÃO

Art. 9º Quando as informações constantes da manifestação forem insuficientes para o seu tratamento, a Ouvidoria Geral do Município solicitará ao manifestante a apresentação de informações, esclarecimentos, dados ou documentos complementares.
§ 1º O manifestante deverá apresentar a complementação no prazo de 20 (vinte) dias, contado do recebimento da solicitação.
§ 2º O pedido de complementação suspenderá, por uma única vez, o prazo de tratamento da manifestação, que será retomado a partir do recebimento da resposta do manifestante.
§ 3º É vedada a realização de pedidos sucessivos de complementação, salvo quando necessários para esclarecer novos fatos apresentados pelo manifestante.
§ 4º A ausência de complementação no prazo previsto no § 1º acarretará o arquivamento da manifestação, com o respectivo registro no sistema.

CAPÍTULO VI
DO REGISTRO E DO ENCERRAMENTO

Art. 10. O encerramento da manifestação dependerá do registro, no sistema, das seguintes informações:
I. resposta conclusiva encaminhada ao manifestante;
II. data do envio;
III. meio utilizado para o envio; e
IV. situação final da manifestação.

Parágrafo único. No caso de arquivamento por ausência de complementação, deverá ser registrado no sistema o respectivo motivo.

CAPÍTULO VII
DA AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO

Art. 11. Após o encaminhamento da resposta conclusiva, a Ouvidoria Geral do Município disponibilizará ao manifestante mecanismo de avaliação do atendimento prestado e da resolutividade da demanda.
§ 1º A pesquisa de satisfação será encaminhada juntamente com a resposta conclusiva, por meio do seguinte formulário eletrônico: https://bit.ly/pesquisa-ouvidoria-tb ou por outro endereço eletrônico que venha oficialmente a substituí-lo.
§ 2º A participação na pesquisa de satisfação será facultativa e não condicionará o acesso à resposta conclusiva, o encerramento da manifestação ou o exercício de qualquer direito pelo manifestante.
§ 3º A ausência de resposta à pesquisa de satisfação não impedirá o encerramento da manifestação no sistema.

CAPÍTULO VIII
DOS ANEXOS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Integram esta Instrução Normativa:
I. Anexo I – Fluxo de Atendimento e Matriz de Responsabilidades;
II. Anexo II – Orientações para Consulta dos Processos de Ouvidoria; e
III. Anexo III – Orientações para Elaboração da Resposta Técnica.

Parágrafo único. Os anexos de que trata este artigo serão disponibilizados, no sítio eletrônico oficial do Município e na sede da Ouvidoria Geral do Município..

Art. 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Boa - PR, 05 de Agosto de 2026.

VALDEMIR BASSO DE GODOY
Ouvidor Geral do Município de Terra Boa - PR
Designado Pela Portaria nº 839/2025
Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR

Campo de Ciência do Prefeito:

Ciente. Terra Boa – PR, ___ de _____ de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:560891AE

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 287/2026
REF: PREGÃO N° 62/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: ERNEGA NASCIMENTO & MELO LTDA, CNPJ nº 34.819.872/0001-06, com sede Terra Boa, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). EDUARDO ERNEGA DO NASCIMENTO, CPF: 091.040.679-08, carteira de Identidade nº 10.512.639-5.

OBJETO: Registro de Preço para uma eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PEDREIRO EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **22.686,00 (vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 03 de agosto de 2026, com vencimento até 03 de agosto de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 03 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:6FD24C67

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 64/2026

Licitação Modalidade: **Pregão No 64/2026**

Contratação de pessoa jurídica para aquisição de Ônibus Rodoviário 0 Km bem como para auxiliar as Unidades Básicas de Saúde, com o transporte sanitário de pacientes no Município de Terra Boa e para os que necessitam de locomoção até os municípios de referências para realização de consultas, exames e tratamentos de doenças crônicas, de acordo com Incentivo de Investimento para o Transporte Sanitário, no Programa de Qualificação de Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo, nos termos da Resolução SESA 1898/2025.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) MARCOPOLO S/A inscrito no CNPJ/CPF Nº 88.611.835/0008-03 no valor total dos itens vencidos de R$ 966.000,00 (novecentos e sessenta e seis mil reais).

Terra Boa, 05 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:377A80AB

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 733/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 57 da Lei Complementar nº 05/2022, de 21 de setembro de 2022,

RESOLVE

Art. 1º AMPLIAR a jornada de trabalho da professora **ALINE NOVELINI FERNANDES,** Classe A (Magistério), de **04/08/2026** a **02/09/2026** em substituição a Professora **MARCELA REGIANE DA SILVA,** que se encontra de atestado médico.

Art. 2º O valor da ampliação da jornada de trabalho terá como base o salário da referência inicial da Classe A, e terá caráter temporário extinguindo-se automaticamente a partir do momento em que a servidora deixar de exercer as funções objeto da ampliação.

Art. 3º A jornada suplementar constitui-se em vantagem de caráter pessoal, não se incorporando aos vencimentos ou proventos da aposentadoria.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR
Secretária de Educação e Cultura

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:55895D77

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 734/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 57 da Lei Complementar nº 05/2022, de 21 de setembro de 2022,

RESOLVE

Art. 1º AMPLIAR a jornada de trabalho da professora **JULIANA BRAVIN PICCOLO,** Classe A (Magistério), de **04/08/2026** a **02/09/2026** em substituição a Professora **MARCELA REGIANE DA SILVA,** que se encontra de atestado médico.

Art. 2º O valor da ampliação da jornada de trabalho terá como base o salário da referência inicial da Classe A, e terá caráter temporário

extinguindo-se automaticamente a partir do momento em que a servidora deixar de exercer as funções objeto da ampliação.

Art. 3º A jornada suplementar constitui-se em vantagem de caráter pessoal, não se incorporando aos vencimentos ou proventos da aposentadoria.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR
Secretária de Educação e Cultura

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:B3B5FDBB

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 735/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º EXONERAR, a partir de 06/08/2026, a senhora **ROSANGELA GOMES FERREIRA**, portadora do CPF 043.609.519-06 do cargo eletivo que ocupa, de **CONSELHEIRA TUTELAR.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:057BA6C9

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 736/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º REVOGAR, a partir de 01/08/2026, a Portaria N° 1098/2025 que concedeu ao servidor **ANDRE NATALINO ALVES PEREIRA** Gratificação por Encargo ou Atividade Especial – GEAE.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/08/2026.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:94B10D31

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 737/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei N° 1.774/2024 de 27/03/2024,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER, a partir de 01/08/2026, ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria de Saúde, **Gratificação por Encargo ou Atividade Especial – GEAE,** no valor de R$ 547,37 (quinhentos e quarenta e sete reais e trinta e sete centavos):

NOME	CPF
EDUARDO PEREIRA REIS	306.203.428-97

Art. 2º A gratificação constitui-se em vantagem de caráter pessoal, não se incorporando aos vencimentos ou proventos de aposentadoria.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/08/2026.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 05 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:1058D2BC

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.405/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4405/2026 de 05/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 90.000,00 (noventa mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
08.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários	
08.003.00.000.0000.0.000.		Departamento de Serviços Rodoviários	
08.003.26.782.0013.2.046.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS EM ESTRADAS VICINAIS E PONTES MUNICIPAIS	
1714 - 3.3.90.30.00.00	3504	MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00
1692 - 3.3.90.39.00.00	3511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.002.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Assistência Social	
11.002.08.245.0003.2.082.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	
1713 - 3.3.90.14.00.00	3829	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
		Total Suplementação:	**90.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, oSuperavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:2004F8BC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE SORTEIO E DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CREDENCIADOS

INEXIGIBILIDADE Nº 06/2026 – CREDENCIAMENTO
Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, nas dependências da Prefeitura Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, realizou-se o sorteio para definição da ordem de classificação dos novos habilitados no procedimento de **Inexigibilidade nº 06/2026 – Credenciamento**, cujo objeto é o credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços de plantões médicos generalistas, anestesiologistas e pediatras, bem como consultas pediátricas para o Hospital Municipal Cristo Redentor e para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Terra Rica/PR.
Participaram do sorteio as seguintes empresas recentemente habilitadas:

• MEDICAL PRIME – CNPJ nº 43.403.587/0001-92;
• DORNEIRAS – CNPJ nº 42.435.382/0001-26;
• 3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA – CNPJ nº 55.853.806/0001-14;
• ARES GESTÃO EM SAÚDE LTDA – CNPJ nº 44.889.935/0001-46;
• JORMAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ nº 56.687.410/0001-07.

Após a realização do sorteio aleatório, as novas empresas foram incluídas após os credenciados anteriormente classificados, resultando na seguinte ordem:
LOTE 01

• NAHIM GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ nº 51.082.259/0001-60;
• ADM MÉDICA GESTÃO E SAÚDE LTDA – CNPJ nº 49.303.261/0001-70;
• ENFEMED SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA – CNPJ nº 37.197.123/0001-74;
• ARES GESTÃO EM SAÚDE LTDA – CNPJ nº 44.889.935/0001-46;
• 3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA – CNPJ nº 55.853.806/0001-14;
• JORMAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ nº 56.687.410/0001-07;
• DORNEIRAS – CNPJ nº 42.435.382/0001-26;
• MEDICAL PRIME – CNPJ nº 43.403.587/0001-92.

LOTE 02

• MCL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ nº 53.079.485/0001-17;
• ADM MÉDICA GESTÃO E SAÚDE LTDA – CNPJ nº 49.303.261/0001-70;
• ENFEMED SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA – CNPJ nº 37.197.123/0001-74;
• NAHIM GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ nº 51.082.259/0001-60;
• MEDICAL PRIME – CNPJ nº 43.403.587/0001-92;
• 3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA – CNPJ nº 55.853.806/0001-14;
• ARES GESTÃO EM SAÚDE LTDA – CNPJ nº 44.889.935/0001-46;
• JORMAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ nº 56.687.410/0001-07;
• DORNEIRAS – CNPJ nº 42.435.382/0001-26.

LOTE 03

• ENFEMED SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA – CNPJ nº 37.197.123/0001-74;
• MCL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ nº 53.079.485/0001-17;
• ADM MÉDICA GESTÃO E SAÚDE LTDA – CNPJ nº 49.303.261/0001-70;
• NAHIM GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ nº 51.082.259/0001-60;
• DORNEIRAS – CNPJ nº 42.435.382/0001-26;
• JORMAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ nº 56.687.410/0001-07;
• MEDICAL PRIME – CNPJ nº 43.403.587/0001-92;
• ARES GESTÃO EM SAÚDE LTDA – CNPJ nº 44.889.935/0001-46;
• 3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA – CNPJ nº 55.853.806/0001-14.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrado o procedimento, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e considerada conforme, será assinada pelos responsáveis.
Terra Rica/PR, 05 de agosto de 2026.

JULIO CESAR GERMANO JUNIOR
Agente de Contratação

JOAO VITOR PINTO RANDO
Representante Secretaria de Saúde

Demais Presentes

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:D6231A39

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 258/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: ANJO'S DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **44.024.426/0001-50**.

DOMICÍLIO: AVENIDA 7 DE SETEMBRO, 49 - CEP: 87047130 - BAIRRO: JARDIM DA GLÓRIA, Maringá/PR.

OBJETO: Registro de preço para carnes, Pregão - Eletrônico N° 58/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 05/08/2026.

VALOR TOTAL: R$ **1.440.084,92 (Um Milhão, Quatrocentos e Quarenta Mil e Oitenta e Quatro Reais e Noventa e Dois Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, cinco dias de agosto de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

Anjo's Distribuidora de Alimentos LTDA
CRISTIANO APARECIDO DA SILVA

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:5C910E0F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RELAÇÃO DE CREDENCIADOS HABILITADOS

INEXIGIBILIDADE Nº 06/2026 – CREDENCIAMENTO
O Município de Terra Rica/PR torna pública a relação das empresas **habilitadas** no Edital de Credenciamento – Inexigibilidade nº 06/2026, destinado ao credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços de plantões médicos (generalistas, anestesiologistas e pediatras) e consultas pediátricas para o Hospital Municipal Cristo Redentor e Unidades Básicas de Saúde do Município de Terra Rica/PR.
EMPRESAS HABILITADAS:
LOTE 01

• NAHIM GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ nº 51.082.259/0001-60;
• ADM MÉDICA GESTÃO E SAÚDE LTDA – CNPJ nº 49.303.261/0001-70;
• ENFEMED SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA – CNPJ nº 37.197.123/0001-74;
• ARES GESTÃO EM SAÚDE LTDA – CNPJ nº 44.889.935/0001-46;
• 3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA – CNPJ nº 55.853.806/0001-14;
• JORMAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ nº 56.687.410/0001-07;
• DORNEIRAS – CNPJ nº 42.435.382/0001-26;
• MEDICAL PRIME – CNPJ nº 43.403.587/0001-92.

LOTE 02

• MCL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ nº 53.079.485/0001-17;
• ADM MÉDICA GESTÃO E SAÚDE LTDA – CNPJ nº 49.303.261/0001-70;
• ENFEMED SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA – CNPJ nº 37.197.123/0001-74;
• NAHIM GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ nº 51.082.259/0001-60;
• MEDICAL PRIME – CNPJ nº 43.403.587/0001-92;
• 3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA – CNPJ nº 55.853.806/0001-14;
• ARES GESTÃO EM SAÚDE LTDA – CNPJ nº 44.889.935/0001-46;
• JORMAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ nº 56.687.410/0001-07;
• DORNEIRAS – CNPJ nº 42.435.382/0001-26.

LOTE 03

• ENFEMED SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA – CNPJ nº 37.197.123/0001-74;
• MCL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ nº 53.079.485/0001-17;
• ADM MÉDICA GESTÃO E SAÚDE LTDA – CNPJ nº 49.303.261/0001-70;
• NAHIM GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ nº 51.082.259/0001-60;
• DORNEIRAS – CNPJ nº 42.435.382/0001-26;
• JORMAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – CNPJ nº 56.687.410/0001-07;
• MEDICAL PRIME – CNPJ nº 43.403.587/0001-92;
• ARES GESTÃO EM SAÚDE LTDA – CNPJ nº 44.889.935/0001-46;
• 3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA – CNPJ nº 55.853.806/0001-14.

Demais lotes não teve proponentes habilitados
Terra Rica/PR, 03 de agosto de 2026

JULIO CESAR GERMANO JÚNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:E2274DF1

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
ATA DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE INTERESSADOS NA INEXIGIBILIDADE 03/2026

Aos 05 dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 09:00 horas, na sede do Samae de Terra Rica, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designados pela portaria nº 38/2023, para proceder à **abertura dos envelopes de interessados** no credenciamento de emissoras de rádio referente à **Inexigibilidade nº 02/2026**, cujo objeto é Credenciamento de Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil para prestar serviços bancários de recolhimento de qualquer tipo de receita pública de competência da Autarquia no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Foram recebidos um email até a data e horário estabelecidos no edital de credenciamento de Instituições Financeiras. Em seguida, procedeu-se à abertura do mesmo, verificando-se a presença do seguinte interessado:

BANCO BRADESCO S.A

Durante a sessão, foram conferidos todos os documentos constantes nos autos, constatando-se que a documentação apresentada pelo participante atende integralmente às exigências estabelecidas no edital e às disposições legais aplicáveis. Verificou-se a regularidade das informações e a conformidade dos requisitos de habilitação, não havendo apontamentos que obstassem o prosseguimento do certame.
Assim, restou plenamente possibilitado o credenciamento do participante, permitindo a continuidade regular do procedimento licitatório.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente Ata da Abertura dos Envelopes de Interessados na Inexigibilidade nº 03/2026, que após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

Terra Rica, 05 de agosto de 2026.

Comissão de Licitação:

CIBELE APARECIDA DA SILVA
Presidente

EDUARDO BASSIL DA SILVA
Membro

JOÃO MARCELO DE OLIVEIRA
Membro

BEATRIZ MARTINS ROS
Membro

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:522B6360

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
FÉRIAS

PORTARIA Nº 0061/2026

EMENTA: Dispõe sobre a concessão de férias a Servidor da Câmara Municipal de Terra Roxa-PR., e dá outras providencias.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso de suas atribuições legais e atendendo ao que dispõe o Art. 32, inciso III, letra "a" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Terra Roxa, com base no requerimento 6/2026:*

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor **ULISSES GENGUNI**, brasileiro, solteiro, funcionário público, devidamente inscrito no CPF sob n. 085.xxx.xxx-36, residente e domiciliado na Rua Miguel Rocha Domenes, 84, Jardim Heinem, no Município de Terra Roxa-PR., ocupante do Cargo de Analista de T.I., Nível ASL-04 do Poder Legislativo do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, **relativo ao período aquisitivo de 02/08/2024 a 01/08/2025 que serão gozadas de forma parcelada no período de 31/08/2026 a 04/09/2026**, ficando pendente o período de 10 (dez) dias a ser definido.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de agosto do ano de 2026.

MILTON DA SILVA (MILTINHO)
Presidente da Câmara

Publicado por:
Aldonir Joao Viacelli
Código Identificador:90345B05

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17481/2026

PORTARIA N° 17481/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o processo nº 13803/2026 de 05 de agosto de 2026

RESOLVE

Art. 1°. – Revogar a partir de 01 de agosto de 2026 as aulas extraódinárias com carga horária de 20(vinte) horas semanais concedidas a Professora DAIANE LOPES BURIN MEGDA, matrícula 1215493-00, através da portaria nº 17189/2026 de 17 de março de 2026.
Art. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:8D72922F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17477/2026

PORTARIA Nº 17477/2026
IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base no parágrafo 5° do artigo 36° da Lei Municipal nº 1582/2017 de 22/12/2017 e considerando o processo nº 13072/2026 de 27 de julho de 2026

RESOLVE

Art. 1º - Convocar a Professora abaixo relacionada, em regime de aula extraordinária com carga horária de 20(vinte) horas semanais para prestar serviço na Rede Municipal de Ensino.

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO	
213110-00	ANA JACOBOSKI	23/07/2026	31/08/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 23 de julho de 2026.
Art. 3° – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:FE586CD6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17478/2026

PORTARIA Nº 17478/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base no inciso II, artigo nº 32 da Lei nº 1582/2017 e considerando o processo nº 13371/2026 de 29/07/2026

RESOLVE

Art. 1º - Designar a Professora Gabrielli Muller Tomadon, matrícula 176109-01, para atuar como Coordenadora Pedagógica no CMEI Girassol, com carga horária de 20(vinte) horas semanais, a partir de 23 de julho de 2026.
Art. 2º - Conceder a Professora ora designada, uma gratificação de 20% (vinte) por cento sobre seu vencimento básico.
Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 23 de julho de 2026.
Art. 4° – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:892298D0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17479/2026

PORTARIA Nº 17479/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no § 1º do artigo 2º da Lei nº 2043/2023 e considerando o processo n.º 13444/2026 de 30 de julho de 2026

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo relacionado, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, o percentual de 30% (trinta por cento) pelo exercício da função no serviço do transporte escolar descrita no § 1º do artigo 2º da Lei nº 2043/2023.

NOME	MATRICULA	RETROATIVO A	TERMINO/VALIDADE CURSO
FABIO ROBERTO RAMOS	3572-02	23/07/2026	06/06/2030

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 23 de julho de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:8AC5542D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17480/2026

PORTARIA Nº 17480/2026
IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base no parágrafo 5° do artigo 36° da Lei Municipal nº 1582/2017 de 22/12/2017 e considerando o processo nº 13501/2026 de 31 de julho de 2026

RESOLVE

Art. 1º - Convocar as Professoras abaixo relacionadas, em regime de aula extraordinária com carga horária de 20(vinte) horas semanais para prestar serviço na Rede Municipal de Ensino.

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO	
1319396-01	MÁRCIA ZANELATTO LEONEL	23/07/2026	18/12/2026
90093-00	ANDREIA GOMES MARTINS ALVES	23/07/2026	18/12/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 23 de julho de 2026.
Art. 3° – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:96BB03BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°311-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 311/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 66/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 31 de julho de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: VR CORTES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 29.193.163/0001-10, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. VITOR GUSTAVO RODRIGUES ROCHA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 106.125.856-46, com endereço à Rua Vereador Geraldo Pereira, 291, PADRE EUSTÁQUIO - 30.720-400, Belo Horizonte - MG.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 250 CAMISETAS, 80 CHAPÉUS COM PROTEÇÃO UV E FAIXAS EM LONA PARA AS CAMPANHAS CONTRA DENGUE E CHIKUNGUNYA, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA VIGILÂNCIA ENDÊMICA DESTE MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO SESA/PR Nº 285/2024..

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 6.497,50 (seis mil, quatrocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 1, 2.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:F749E16C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°323-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 323/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 60/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 3 de agosto de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: BICKI MOVEIS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 61.924.335/0001-90, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. CEZAR SLABICKI, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 094.692.529-18, com endereço à Rua MADRE TERESA DE CALCUTA, 77, VILA DIVA - 84.560-000, Rio Azul - PR.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS SENDO MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICO E MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, CENTRO DE CONTRATURNO ESCOLAR, UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 145.540,00 (cento e quarenta e cinco mil e quinhentos e quarenta reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 10, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 41.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:FFB3B6CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°334-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 334/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 60/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 3 de agosto de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: PROPAGA MULTIVENDAS E SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 23.929.719/0001-07, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. JANINE CRESPO DOS SANTOS, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 095.666.267-62, com endereço à Rua MANOEL BANDEIRA, 6, PARQUE ALVORADA - 25.045-465, Duque de Caxias - RJ.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS SENDO MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICO E MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, CENTRO DE CONTRATURNO ESCOLAR, UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 15.099,10 (quinze mil, noventa e nove reais e dez centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 20.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:6EBB8BA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°335-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 335/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 60/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 3 de agosto de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 52.386.933/0001-62, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. SILVIO KOHLER, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 418.859.889-15, com endereço à Rua JOSE AUGUSTO MABA, 295, FORTALEZA - 89.056-080, Blumenau - SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS SENDO MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICO E MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO, CENTRO DE CONTRATURNO ESCOLAR, UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 9.469,95 (nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 2.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:FC25F2AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6318, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia os Membros do Conselho Municipal de Defesa Civil – CONDEC.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Defesa Civil – CONDEC de Tijucas do Sul, com as seguintes representações e representantes, conforme a Lei Municipal nº 973/2024:

I -REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO
Titular: Felipe da Cruz Mickus,portador do CPF n°XXX.XXX.XXX-XX, como representante da Secretaria Municipal de Agricultura.

Suplente: Marcio Aurélio Camargo, portador do CPF n° XXX.XXX.XXX-XX, como representante da Secretaria Municipal de Agricultura.

Titular:Cezar Augusto de Lima,portador do CPF n° XXX.XXX.XXX-XX como representante da Secretaria Municipal de Saúde.

Suplente:Angenita Mariano de Bomfim,portador do CPF n° XXX.XXX.XXX. -XX como representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Titular:Jheniffer Stephanni Quitana Leite dos Anjos,portador do CPF n° XXX. XXX.XXX-XX como representante da Secretaria Municipal de Viação e Obras

Suplente:Brendon Augusto Rocha,portador do CPF n° XXX.XXX.XXX-XX como representante da Secretaria Municipal de Viação e Obras.
Titular: Cleverson Adriano de Camargo,portador do CPF n° XXX.XXX.XXX-XX como representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Suplente:Marcelo Condor Lopes,portador do CPF n° XXX.XXX.XXX-XX como representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Titular: Adelar Cristovão Fagundes portador do CPF n° XXX.XXX.XXX-XX como representante da Secretaria Municipal de Administração.

Suplente: Emanuele Fávaro,portador do CPF n° XXX.XXX.XXX-XX como representante da Secretaria Municipal de Administração.

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Titular: Algeo Ferreira Biscaia,portador do CPF n° XXX.XXX.XXX-XX como representante da Associação de Moradores da Comunidade do Postinho e Piraí.

Suplente: Maicon de Lima Pereira,portador do CPF n° XXX.XXX.XXX-XX como representante da Associação de Moradores da comunidade do Postinho e Piraí.

Titular:- José Quival Saad,portador do CPF n° XXX.XXX.XXX-XX como representante da Associação de Moradores da comunidade de Tabatinga e Flores.

Suplente: José Edenir Camargo,portador do CPF n° XXX.XXX.XXX-XX como representante da Associação de Moradores da comunidade de Tabatinga e Flores.

Titular: Bruno Cesar Zaclikevic,portador do CPF n° XXX.XXX.XXX-XX como representante da Associação de Moradores da comunidade da Lagoinha, Lagoa e Gama.

Suplente: Luiz Carlos de Carvalho,portador do CPF n° XXX.XXX.XXX-XX como representante da Associação de Moradores da comunidade da Lagoinha, Lagoa e Gama.

Titular: Walter Leão Guimarães,portador do CPF n° XXX.XXX.XXX-XX o representante da Associação Comercial - ACETIS.
Suplente - Giovane Silva Nunes,portador do CPF n° XXX.XXX.XXX-XX como representante da associação Comercial – ACETIS

III – REPRESENTANTE DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – COMPDEC
Titular: Rodrigo Camargo, portador do CPF n° XXX.XXX.XXX - XX Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 03 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:C0AB16B4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6319, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia a Diretoria do Conselho Municipal de Defesa Civil – CONDEC.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1° Ficam nomeados os seguintes servidores para comporem a Diretoria do *Conselho Municipal de Defesa Civil – CONDEC*

Presidente:
Walter Leão Guimarães, CPF n° XXX.XXX.XXX-XX.

Vice-Presidente:
Bruno Cesar Zaclikevic, CPF n° XXX.XXX.XXX.-XX

1º Secretário(a):
Rodrigo Camargo, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX

2º Secretário(a):
Jheniffer Stephanni Quitana Leite dos Anjos, CPF n° XXX.XXX.XXX-XX

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 03 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:A18706F8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6320, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Elege Presidente, Vice-Presidente, 1° Secretário e 2º Secretário do CONDEC

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

RESOLUÇÃO Nº 001/2026 - CONDECI

O Conselho Municipal de Defesa Civil do Município de Tijucas do Sul - CONDECI, no uso das suas atribuições conferidas pela legislação e normativas em vigor, e de acordo com a deliberação em reunião ordinária realizada em 17 de julho de 2026,

Considerando que a eleição foi realizada conforme proposto na legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Eleger para:

Presidente	Walter Leão Guimarães
Vice-Presidente	Bruno Cesar Zaclikevic
1° Secretário	Rodrigo Camargo
2° Secretário	Jheniffer Stephanni Quitana Leite dos Anjos

Art. 2º O mandato dos Conselheiros, descritos nesta resolução será até 17 de julho de 2028

Art. 3º Esta resolução entra em vigor a partir de 17 de julho de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:CC6A0A0D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6321, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Regimento Interno Conselho Municipal de Defesa Civil – CONDEC.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA
CAPÍTULO I
DA NATUREZA E DAS FINALIDADES
Art. 1º O Conselho Municipal de Defesa Civil – CONDECI é órgão colegiado, que reúne representantes do poder público e da sociedade civil de natureza permanente, de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e supervisor das políticas públicas municipais de Proteção e Defesa Civil, integrante do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º O CONDECI reger-se-á pela Lei Municipal nº 973/2024, pela legislação federal aplicável e pelo presente Regimento Interno.
Art. 3º São finalidades do Conselho:
I – Propor diretrizes da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil;
II – Acompanhar, avaliar e fiscalizar sua execução;
III – deliberar sobre planos, programas e projetos;
IV – Acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Defesa Civil – FUNDECI;
V – Estimular a participação da sociedade na gestão da proteção e defesa civil;
VI – Fortalecer as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres.
VII - Propor a destinação de recursos orçamentários ou de outras fontes, internas ou externas, para atender os programas de Defesa Civil.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO
Art. 4º O Conselho será composto pelos membros previstos na Lei Municipal nº 973/2024 ou na legislação que eventualmente a substituir.
Art. 5º Os conselheiros exercerão suas funções sem remuneração, sendo o exercício considerado serviço público relevante.
Art. 6º O mandato obedecerá aos prazos estabelecidos na Lei Municipal.

CAPÍTULO III

DA MESA DIRETORA
Art. 7º A Mesa Diretora será composta por:
I – Presidente;
II – Vice-Presidente;
III – Primeiro Secretário;
IV – Segundo Secretário.
Art. 8º A eleição ocorrerá na primeira reunião após a posse dos conselheiros.
Art. 9º O mandato da Mesa Diretora será de dois anos, permitida uma recondução.

CAPÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIAS

Seção I

Do Presidente
Art. 10. Compete ao Presidente:
I – Representar o Conselho;
II – Convocar e presidir reuniões;
III – Definir a pauta;
IV – Cumprir e fazer cumprir este Regimento;
V – Assinar atas, resoluções e pareceres;
VI – Exercer voto de qualidade em caso de empate;
VII – Encaminhar ao Prefeito as deliberações do Conselho.

Seção II

Do Vice-Presidente
Art. 11. Compete substituir o Presidente em seus impedimentos.

Seção III

Dos Secretários
Art. 12. Compete aos Secretários:
I – Elaborar e lavrar atas;
II – Controlar presença e quórum;
III – Expedir convocações;
IV – Manter arquivo documental;
V – Organizar o calendário anual das reuniões.

CAPÍTULO V

DOS CONSELHEIROS
Art. 13. São direitos dos conselheiros:
I – Votar e ser votado;
II – Apresentar propostas;
III – Solicitar informações;
IV – Participar das comissões.
Art. 14. São deveres:
I – Comparecer às reuniões;
II – Cumprir as deliberações;
III – Manter conduta ética;
IV – Representar adequadamente sua instituição;
V – Colaborar com as ações municipais de Proteção e Defesa Civil.

CAPÍTULO VI

DAS REUNIÕES
Art. 15. O Conselho realizará:
I – Reuniões ordinárias bimestralmente;
II – Reuniões extraordinárias sempre que necessário.
Art. 16. As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas:
I – Pelo Presidente;
II – Pelo Coordenador Municipal de Defesa Civil;
III – Pelo Prefeito;
IV – Pela maioria absoluta dos conselheiros;
V – Automaticamente quando houver situação de emergência, estado de calamidade pública ou iminência de desastre.
Art. 17. A convocação será realizada com antecedência mínima de 24 horas.
§1º Em situações emergenciais poderá ocorrer convocação imediata por telefone, aplicativo de mensagens, correio eletrônico ou outro meio oficial.
§2º A urgência dispensa formalidades incompatíveis com a resposta ao desastre.

Art. 18. Poderão participar das reuniões do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, sem direito a voto, técnicos e especialistas no assunto em pauta, assim como representantes de órgãos e entidades interessadas na matéria, a fim de prestarem os esclarecimentos julgados necessários às decisões do Conselho.

CAPÍTULO VII

DO QUÓRUM
Art. 19. O quórum mínimo para instalação e funcionamento dos trabalhos será de maioria simples dos conselheiros com direito a voto, em primeira chamada, e com qualquer número em segunda chamada
Art. 20. O quórum mínimo para as deliberações será de metade mais um dos conselheiros com direito a voto, em primeira chamada, e com qualquer número em segunda chamada.
Parágrafo único. Em caso de empate prevalecerá o voto do Presidente.

CAPÍTULO VIII
DAS DELIBERAÇÕES
Art. 21. As decisões ocorrerão mediante:
I – Resoluções;
II – Recomendações;
III – Pareceres;

IV – Moções.
Art. 22. Todas as deliberações deverão ser registradas em ata.

CAPÍTULO IX

DAS ATAS
Art. 23. Das atas constarão:
I – Data;
II – Horário;
III – Local;
IV – Presentes;
V – Pauta;
VI – Deliberações;
VII – Votação;
VIII – Encaminhamentos.
Art. 24. As atas serão aprovadas na reunião seguinte, podendo ser aprovadas imediatamente em casos urgentes.

CAPÍTULO X

DAS CÂMARAS TÉCNICAS
Art. 25. Poderão ser criadas Câmaras Técnicas Permanentes ou Grupos de Trabalho Temporários.
Art. 26. Poderão ser instituídas câmaras para:
I – Gestão de Riscos;
II – Prevenção e Mitigação;
III – Operações e Resposta;
IV – Reconstrução;
V – Educação e Mobilização Comunitária;
VI – Gestão do FUNDECI.

CAPÍTULO XI

DA PARTICIPAÇÃO NAS EMERGÊNCIAS
Art. 27. Durante situação de emergência ou estado de calamidade pública, o Conselho funcionará em regime permanente de assessoramento ao Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil.
Art. 28. Poderão ser realizadas reuniões presenciais, híbridas ou por videoconferência.
Art. 29. As deliberações urgentes poderão ocorrer por meio eletrônico, devendo ser ratificadas na primeira reunião subsequente.

CAPÍTULO XII

DA TRANSPARÊNCIA
Art. 30. As reuniões serão públicas, salvo quando envolverem informações estratégicas relacionadas à segurança da população.
Art. 31. As atas, resoluções e pareceres poderão ser publicados no Portal Institucional do Município.

CAPÍTULO XIII
DAS FALTAS
Art. 32. O conselheiro titular deverá comunicar previamente sua ausência para convocação do suplente.
Art. 33. O membro que faltar, sem justificativa, a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas no período de doze meses poderá perder o mandato, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO XIV

DAS ALTERAÇÕES DO REGIMENTO
Art. 34. Este Regimento poderá ser alterado mediante aprovação de dois terços dos membros do Conselho.

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 35. Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário, observada a legislação vigente.
Art. 36. Este Regimento entra em vigor após sua aprovação pelo CONDECI e homologação por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:08B18C0F

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. José Altair Moreira, no uso de suas atribuições, em atendimento ao disposto no inciso VII, do art. 12, da Lei Municipal nº 748/2021, por meio do presente edital, torna pública a sua **DECISÃO** de aprovação da regularização fundiária, bem como a ratificação e homologação da decisão final proferida pela Comissão de Regularização Fundiária, nos autos do Processo Administrativo nº 188/2024, apresentado por **Noemi Lisboa de Souza Costa** (CPF 030.267.478-07) e **Antônio Carlos da Costa** (CPF 781.736.478-87), visando a regularização fundiária urbana de interesse específico (REURB-E) por meio de legitimação de posse em área privada rural, na localidade São João do Município de Tijucas do Sul, contendo 1.814,60m², conforme documentos que integram o processo administrativo.
Diante do exposto, determino a expedição da Certidão de Regularização Fundiária – CRF, na modalidade legitimação de posse, do imóvel em questão, bem como a publicação da presente decisão, para que surta os efeitos legais.
O Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. José Altair Moreira, no uso de suas atribuições, em atendimento ao disposto no inciso VII, do art. 12, da Lei Municipal nº 748/2021, por meio do presente edital, torna pública a sua **DECISÃO** de aprovação da regularização fundiária, bem como a ratificação e homologação da decisão final proferida pela Comissão de Regularização Fundiária, nos autos do Processo Administrativo nº 188/2024, apresentado por **Noemi Lisboa de Souza Costa** (CPF 030.267.478-07) e **Antônio Carlos da Costa** (CPF 781.736.478-87), visando a regularização fundiária urbana de interesse específico (REURB-E) por meio de legitimação de posse em área privada rural, na localidade São João do Município de Tijucas do Sul, contendo 1.814,60m², conforme documentos que integram o processo administrativo.
Diante do exposto, determino a expedição da Certidão de Regularização Fundiária – CRF, na modalidade legitimação de posse, do imóvel em questão, bem como a publicação da presente decisão, para que surta os efeitos legais.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Passarinho Smith da Silva
Código Identificador:1E50EB8D

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. José Altair Moreira, no uso de suas atribuições, em atendimento ao disposto no inciso VII, do artigo 12, da Lei Municipal nº 748/2021, por meio do presente edital, torna pública a sua **DECISÃO** de aprovação da regularização fundiária, bem como a ratificação e homologação da decisão final proferida pela Comissão de Regularização Fundiária, nos autos do Processo Administrativo nº 200/2025, apresentado por **Terezinha Lexinoski** (CPF 462.485.449-72), visando a regularização fundiária urbana de interesse específico (REURB-E) por meio de legitimação fundiária em área privada rural, na localidade Demanda do Município de Tijucas do Sul, contendo 4.108,08m², conforme documentos que integram o processo administrativo.
Diante do exposto, determino a expedição da Certidão de Regularização Fundiária – CRF, pelo instituto jurídico de legitimação

fundiária, do imóvel em questão, bem como a publicação da presente decisão, para que surta os efeitos legais.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Passarinho Smith da Silva
Código Identificador:D1319273

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA N° 33, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N° 33, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

Concede aposentadoria a José Edson Senter

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul – TIJUCAS DO SUL PREV, por sua representante legal, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 13-C, V, da Lei nº 289/2012 e considerando o processo de aposentadoria do servidor José Edson Senter,
RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ao servidor José Edson Senter, brasileiro, servidor público municipal de Tijucas do Sul, ocupante do cargo efetivo de Vigia, nível salarial A 8, portadora do RG nº 4.048.068-4/SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 551.766.589-68, **aposentadoria por Incapacidade Permanente,** com proventos mensais e integrais, com fundamento no art. 40, §1°, inciso I, da Constituição Federal e no art. 31 da Lei Municipal nº 289/2012.
Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 2.765,38 (dois mil setecentos e sessenta e cinco reais e trinta e oito centavos), conforme demonstrativo de cálculo.
Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

TIJUCAS DO SUL PREV, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

CASSIANE DA SILVA OLIVEIRA
Diretora-Presidente

Publicado por:
Anderson Sato
Código Identificador:C219FD9F

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA N° 34, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N° 34, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

Concede aposentadoria a Jaqueline do Carmo Moreira Costa

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul – TIJUCAS DO SUL PREV, por sua representante legal, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 13-C, V, da Lei nº 289/2012 e considerando o processo de aposentadoria da servidora Jaqueline do Carmo Moreira Costa,
RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida à servidora Jaqueline do Carmo Moreira Costa, brasileira, servidora pública municipal de Tijucas do Sul, ocupante do cargo efetivo de Professora, nível salarial C 16, portadora do RG nº 6.916.827-2/SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 020.369.359-07, **aposentadoria por idade e tempo de contribuição,** com proventos mensais e integrais, com fundamento no artigo 6° da EC n° 41/2003.
Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 5.149,04 (cinco mil cento e quarenta e nove reais e quatro centavos), conforme demonstrativo de cálculo.
Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.
TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

CASSIANE DA SILVA OLIVEIRA
Diretora-Presidente

Publicado por:
Anderson Sato
Código Identificador:A5D1EA2D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

CIAS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PSS 001/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
POR TEMPO DETERMINADO
Processo Seletivo Simplificado
Contrato PSS nº 001/2025- nº 001/2025

Pelo presente instrumento particular de contrato, **o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO – CIAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 06.062.610/0001-04, neste ato representado pelo seu Presidente, **SR. HARIEL VIEIRA FOGAÇA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade no 10.387.733-4 e CPF 083.572.119-17, residente e domiciliado na cidade de Japira-PR, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, **AUREA LETICIA BARBERO COSTA,** brasileira, portador(a) da cédula de identidade no 8.987.735-0 e do CPF nº 008.523.479-60, residente e domiciliada na cidade de Japira-PR, doravante denominado CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO, mediante as condições insertas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - A CONTRATADA prestará ao CONTRATANTE serviços no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nas condições estabelecidas no Edital nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS SERVIÇOS
2.1 - Os serviços prestados compreendem as atribuições estabelecidas no Edital nº 001/2025.
2.2 - Os serviços serão prestados pela CONTRATADA na sede do CIAS, conforme solicitado pelo CONTRATANTE.
2.3 - Os serviços serão distribuídos de acordo com a necessidade do CONTRATANTE.
2.4 - Os serviços a que se refere o item anterior poderão ser realizados em fins de semana, feriados e também no período noturno, desde que em casos de urgência/emergência ou sob regime de escala e/ou plantão/sobreaviso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO
3.1 - O valor dos serviços prestados pela CONTRATADA é de R$ 1.720,05 (mil, setecentos e vinte reais e cinco centavos) mensais, de acordo com o estabelecido no Edital nº 001/2025.
3.2 - O valor, não será reajustado enquanto durar o contrato, salvo quando por iniciativa do CONTRATANTE.
3.3 - O pagamento pela prestação dos serviços será realizado até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao laborado.
3.4 - Será descontado da Remuneração da CONTRATADA o valor correspondente a título de contribuição previdenciária (RGPS - Regime Geral da Previdência Social), bem como o valor correspondente a título de Imposto de Renda, de acordo com a legislação especifica sobre cada uma das deduções.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
4.1 - O CONTRATANTE fica obrigado a:
I - Zelar para que os serviços ora contratados sejam executados com diligência e perfeição, cumprindo rigorosamente o estabelecido neste contrato;
II - Zelar para que a CONTRATADA possa desempenhar suas funções, dentro das normas impostas pelo exercício da profissão.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS DA CONTRATADA
5.1 - Á CONTRATADA em Regime Celetista de acordo com a CLT - Decreto Lei Nº 5.452/1943, aplicam-se os seguintes direitos:
I- Décimo terceiro salário;
II- Repouso semanal remunerado;
III- férias;
IV- Licença gestante;
V- Licença paternidade de 5 (cinco) dias;
VI- Afastamento decorrente de casamento até 8 (oito) dias;
VII- Luto por falecimento de cônjuge, filho, pai, mãe e irmão até 8 (oito) dias;
VIII- Licença para tratamento de saúde e acidente de trabalho, na forma da legislação previdenciária aplicável ao regime geral;
IX- Direito de petição.
X – FGTS.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DEVERES DA CONTRATADA
6.1 - São deveres do CONTRATADA:
I – Cumprir fielmente as atribuições pertinentes ao cargo descritas no Edital nº 001/2025;
II - Observar com rigor seus deveres éticos e profissionais;
III - Executar fielmente sua carga horária, a designação do local para a efetiva prestação dos serviços, e, caso necessário comparecer para execução de serviços extraordinários;
IV - Ter assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir;
V - Levar ao conhecimento de autoridade superior irregularidades de que tiver ciência;
VI - Guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenha conhecimento em razão da função;
VII - Zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PROIBIÇÕES
7.1 - A CONTRATADA não poderá:
I - referir-se de modo depreciativo em informação, parecer ou despacho, às autoridades e atos de administração pública municipal, estadual ou federal, podendo, em trabalho assinado, criticá-lo do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço;
II - retificar, modificar ou substituir, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento público com o fim de criar direito ou obrigação ou de alterar a verdade dos fatos;
III - valer-se da função para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da mesma;
IV - enquanto na atividade, participar de diretoria, gerência, administração, conselho técnico ou administrativo de Empresa ou sociedade comercial ou industrial:
a) contratante ou concessionária de serviço público do CIAS;
b) fornecedora de equipamento ou material de qualquer natureza ou espécie, ao CIAS;
V - praticar usura de qualquer de suas formas;
VI - receber propinas, comissões, presentes, vantagens de qualquer espécie, em razão da função;
VII - revelar fato ou informação de natureza sigilosa de que tenha ciência, em razão da função, salvo quando se tratar de depoimento em processo judicial, policial ou administrativo;
VIII - valer-se da sua função para desempenhar atividade estranha às suas funções ou para tratar de assuntos particulares;
IX - empregar materiais e bens do Município de Japira, em serviço particular ou, sem autorização superior retirar objetos de propriedade do Município de Japira
X - Exercer comércio no local de suas atividades.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA
8.1 - O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, com início em 07/08/2026 e término em 07/08/2027, respeitando a vigência do Processo Seletivo Simplificado que é de 01 (um) ano a contar da homologação e ou até que seja realizado novo concurso público para preenchimento das vagas, e os aprovados entrem em exercício, o que ocorrer primeiro, a critério do Município de Japira, respeitado o período máximo de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO
9.1 - O contrato será rescindido por:
I - descumprimento dos deveres previsto na cláusula sexta do presente contrato;
II - por transgressão das proibições da cláusula sétima do presente contrato;
III - descumprimento das atribuições do cargo com o estabelecido no Edital nº 001/2025 e no disposto neste contrato;
IV - ausência do serviço por mais de 7 (sete) dias úteis consecutivos, sem motivo justificado;
V - Nomeação ou designação da CONTRATADA, ainda que a título precário ou em substituição para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas do governo.
9.2 - As infrações disciplinares serão apuradas pelo órgão contratante mediante averiguação sumária no prazo máximo de 30 (trinta) dias assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO
10.1- O contrato extingue-se por:
I- pelo término do prazo contratual;
II- por iniciativa do MUNICÍPIO DE JAPIRA, ante notificação com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência;
III- por iniciativa do empregado público, desde que comunicado com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência;
IV- pelo provimento do emprego público, por candidato aprovado em concurso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO
11.1 - Os contratantes elegem o foro da Comarca de Ibaiti, Estado do Paraná, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas de interpretação e aplicação deste contrato, bem como para execução.
11.2 - Por estarem justos e acertados os contratantes firmam o presente contrato em duas vias, de igual teor e forma, se obrigando a cumprir o que nele está avençado, na presença de duas testemunhas, que abaixo também subscrevem, para os fins pretendidos.

Japira, 05 de agosto de 2026.

HARIEL VIEIRA FOGAÇA
Prefeito Municipal
Contratante

Contratada

Publicado por:
Ana Celia de Oliveira
Código Identificador:11D52FCB

CIAS
EXTRATO DE RENOVAÇÃO DE CONTRATO PSS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPIRA

CIAS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO
Extrato de Renovação do Contrato PSS nº 001/2025
CONTRATO: Contrato PSS nº 001/2025- nº 001/2025.
ORIGEM: Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 01/2025.
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário – CIAS.
CONTRATADA: AUREA LETICIA BARBERO COSTA, brasileira, portadora da cédula de identidade no 8.987.735-0 e do CPF nº 008.523.479-60.
OBJETO: A CONTRATADA prestará ao CONTRATANTE serviços no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nas condições estabelecidas no Edital nº 001/2025.
REMUNERAÇÃO: R$ 1.720,05 (mil, setecentos e vinte reais e cinco centavos) mensais.
VIGÊNCIA: A contratação será por tempo determinado para a prestação de serviços. O prazo de vigência do contrato de trabalho será de até 01 (um) ano a partir da data de homologação, podendo ser prorrogado por igual período ou por prazo inferior, conforme a necessidade do CIAS, ou até que seja realizado novo concurso público para o preenchimento da vaga e o(a) aprovado(a) entrem em exercício, prevalecendo o que ocorrer primeiro. Em qualquer caso, será

respeitado o período máximo de 02 (dois) anos. O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, com início em 07/08/2026 e término em 07/08/2027.

Japira, 06 de agosto de 2026.

HARIEL VIEIRA FOGAÇA
Presidente do CIAS

Publicado por:
Ana Celia de Oliveira
Código Identificador:1833389D

CIAS
EXTRATO DO CONTRTAO 09 2023

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPIRA

CIAS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO
TERCEIRO ADITIVO DE PRAZO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DISPENSA Nº 08/2023, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2023
EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2023

CONTRATADO: "LCA PROVEDOR DE INTERNET LTDA", CNPJ nº 13.561.126/0001-87.
DISPENSA Nº: 08/2023.
Objeto: Contratação de empresa especializada para a instalação e fornecimento de internet via fibra óptica para a sede do Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário – CIAS.
Valor Total: R$ R$ 2.988,00 (dois mil, novecentos e oitenta e oito reais).
Vigência: 27/07/2027

Japira, 06 de agosto de 2026.

HARIEL VIEIRA FOGAÇA
Presidente do CIAS

Publicado por:
Ana Celia de Oliveira
Código Identificador:B1265974

CIAS
TERCEIRO ADITIVO DE PRAZO E VALOR

ADITAMENTO DE PRAZO E VALOR

TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2023
DISPENSA Nº 08/2023
CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO – CIAS E A EMPRESA LCA PROVEDOR DE INTERNET LTDA.

ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI QUE CELEBRAM o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO – CIAS**, pessoa jurídica de Direito Privado, prestador de serviços públicos, inscrito no CNPJ sob nº 06.062.610/0001-04, neste ato representado pelo seu Presidente, **Sr. Hariel Vieira Fogaça**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade no 10.387.733-4 e CPF 083.572.119-17, residente e domiciliado na cidade de Japira-PR, doravante denominado CONTRATANTE, no final assinado, e de outro lado a empresa **"LCA PROVEDOR DE INTERNET LTDA",** pessoa jurídica de direito privado, cadastrado(a) no CNPJ sob o número 13.561.126/0001-87, com sede na Rua Venicio Meyer, nº 94, Bairro Vila Gomes, Pinhalão/PR, CEP 84.925-000, neste ato representada pelo **Sr. Cristiano Luiz de Almeida**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 048.104.639-90, convencionam o seguinte Termo Aditivo em conformidade com a Lei nº 8.666/93, na forma e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação do serviço a seguir descriminado:
Contratação de empresa especializada para a instalação e fornecimento de internet via fibra óptica para a sede do Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário – CIAS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DO VALOR: O presente é aditivo contratual terá validade de 12 (doze) meses, com início em 27/07/2026 e término em 27/07/2027, de acordo com o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, atendendo os interesses de ambas as partes. O valor total é de **R$ 2.988,00 (dois mil, novecentos e oitenta e oito reais)**, valor este parcelado em 12 (doze) parcelas no valor de **R$ 249,00 (duzentos e quarenta e nove reais)** cada.
Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
E por assim as partes estarem ajustadas, assinam o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Japira, 24 de julho de 2026.

HARIEL VIEIRA FOGAÇA
Contratante

LCA PROVEDOR DE INTERNET LTDA
Contratado

Publicado por:
Ana Celia de Oliveira
Código Identificador:9E444364

PODER EXECUTIVO
EXTRATO DA 5ª CERTIDÃO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2026

Partes: MUNICÍPIO DE TOMAZINA, CNPJ nº 75.697.094/0001-07, e a CASA DE CARIDADE HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO, CNPJ nº 81.609.091/0001-69.

Objeto: Alteração do plano de trabalho do Termo de Colaboração nº 01/2026, para detalhar o repasse financeiro referente ao mês de agosto de 2026.
Valor do Repasse: R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), a ser distribuído da seguinte forma:

• **Folha de pagamento:** R$ 32.208,00
• **Médicos:** R$ 87.792,00
• **Exames:** R$ 10.000,00

Fundamento Legal: Artigo 57 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.
Data de Assinatura: 05 de agosto de 2026.
Assinam: Cezar Bueno de Melo, Prefeito Municipal, e Flavio José de Oliveira Chueire, Provedor do Hospital.

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:58C45F10

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2026

OBJETO: Construção de barracão industrial contendo, na estrutura principal: barracão e depósito de resíduos. No módulo administrativo: hall, administração, copa, instalação sanitária masculina para pessoas com deficiência (I.S. PcD masc.), instalação sanitária feminina para pessoas com deficiência (I.S. PcD fem.) e depósito de material de limpeza (DML). O Prefeito Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a HOMOLOGAÇÃO da sessão realizada em 14/10/2025, relativo à Licitação – Modalidade Concorrência Eletrônica nº 10/2025, que adjudicou o objeto em destaque supra, em favor do licitante, a empresa: **APEX MATERIAL DE**

CONSTRUCAO E CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 55.088.152/0001-80.
Valor: 1.466.300,00 (um milhão e quatrocentos e sessenta e seis mil e trezentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses contados da emissão da Ordem de Serviço, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.
Junte-se ao procedimento;
Publique-se.
Tomazina, 05 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:F4740273

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 051/2026

Objeto: Contratação de artistas para realização de cortejo artístico natalino musical ao vivo, espetáculo teatral temático natalino e sessão de interação artística e fotografias com o público participante, totalizando 03 (três) horas de atividades artísticas no município de Tomazina-PR, por meio de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 74, II, da Lei n.º 14.133/2021, nos termos do Estudo Técnico Preliminar e demais documentos técnicos apresentados. **HOMOLOGO** o processo licitatório, a favor da Proponente: **ENCANTADA PRODUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 42.145.362/0001-10.
Valor: R$ 50.449,18 (cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e dezoito centavos).
Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação no Diário Oficial.
Tomazina, 05 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2026
Inexigibilidade de Licitação Nº 014/2026
Processo Administrativo Nº 051/2026
Objeto: Contratação de artistas para realização de cortejo artístico natalino musical ao vivo, espetáculo teatral temático natalino e sessão de interação artística e fotografias com o público participante, totalizando 03 (três) horas de atividades artísticas no município de Tomazina-PR, por meio de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 74, II, da Lei n.º 14.133/2021, nos termos do Estudo Técnico Preliminar e demais documentos técnicos apresentados.
Contratado: ENCANTADA PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.145.362/0001-10.
Valor: R$ 50.449,18 (cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e dezoito centavos).
Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação no Diário Oficial.
Tomazina, 05 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:C08E4A23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 33/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 064/2026

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **24 DE AGOSTO DE 2026**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE BATERIAS E CARREGADOR DESTINADOS AO EQUIPAMENTO DE RAIO X DO HOSPITAL MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 98824-6760 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.

Três Barras do Paraná-PR, 05 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:0B9107ED

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 34/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 066/2026

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **26 DE AGOSTO DE 2026**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL.**

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 98824-6760 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.

Três Barras do Paraná-PR, 05 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:6C6B3151

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 35/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 063/2026
O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **21 DE AGOSTO DE 2026**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO DO LOTE**, regidos pela Lei n° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA, COM UTILIZAÇÃO DA METODOLOGIA BUILDING INFORMATION MODELING – BIM, DESTINADOS AO RECAPEAMENTO E À IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, BEM COMO À CONSTRUÇÃO DE PONTES EM CONCRETO ARMADO, NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA**.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 9 8824-6760 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.
Três Barras do Paraná-PR, 05 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:5D4BC637

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7227/2026

DECRETO Nº 7227/2026
Data 05.08.2026

Súmula. Prorroga Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família ao servidor efetivo e dá outras providências.

Gerso Francisco Gusso, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o contido no art. 55, da Lei Municipal 2626/2024 de 06 de março de 2024, considerando o Decreto nº 7130/2026 de 07 de maio de 2026 e o requerimento do interessado,
DECRETA:

Art. 1º. Prorroga Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família pelo período de 30 (trinta) dias, ao servidor Senhor **Emerson Cseminski Schardosim**, ocupante do cargo de Professor, sob a matrícula funcional nº 386-7/1.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná em 05 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:C69E17F8

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EDITAL Nº.231/2026

EDITAL Nº.231/2026
05.08.2026

CONCURSO Nº001/2023

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o art. 14.8 do Edital de abertura nº 001/2023 e o requerimento do interessado,

TORNA PÚBLICO:

O deslocamento para o final da lista de classificação da candidata aprovada no Concurso nº 001/2023, em seu respectivo cargo:

Médico 40h

Classificação	Nome
18°	CAMILA LOPES MANETTI

Fica a candidata acima descrita passando a figurar como última na lista classificatória.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:13227F2B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026

Processo Adm: Nº 52/2026

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA, COMPREENDENDO CAFÉ DA MANHÃ/TARDE, ALMOÇO E JANTAR, PARA CONSUMO NO PRÓPRIO ESTABELECIMENTO CONTRATADO, NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR, DESTINADA AOS SERVIDORES MUNICIPAIS A SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.
Empresas vencedoras valor total: R$ 276.800,00(duzentos e setenta e seis mil e oitocentos reais):**CLARISMIR KELIN DUTRA ME**(15070768000109) com os lotes: 1, 2, 3 no valor total de R$ 276.800,00 (duzentos e setenta e seis mil e oitocentos reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quarta-feira, 5 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:00DAF192

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 11/2026 – COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI Nº14.133/2021

Categoria: Dispensa de Licitação

Conforme disposições do inciso II e do parágrafo 3º, ambos do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, devidamente regulamentado pelo Decreto Municipal nº 47 de 10 de fevereiro de 2023, o Município de Tunas do Paraná faz saber que está em andamento processo de contratação direta por dispensa de licitação, conforme segue:
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS OBJETIVAS PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ.
Período de Apresentação de Propostas: das 08:00horas do dia 10/08/2026 até às 08:00horas do dia 13/08/2026.
Local para Inclusão das Propostas: Plataforma Banco do Brasil - www.licitacoes-e.com.br.
Valor: R$ 10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais).
Seguindo os ditames da Lei Federal nº 14.133/2021 o art. 75 inciso II da Lei n. º14.133/21
Tunas do Paraná, 05 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:A64DD8E0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO N° 244 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências.

O Prefeito do Município de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1038, de 10 de dezembro de 2025,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o corrente exercício, o Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 73.000,00 (setenta e três mil reais) destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

04.001.04.122.0004.2.006 Gestão Municipal dos Serviços de Administração e Finanças
3.3.90.39.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 50.000,00
11.001.18.542.0025.1.201 Gestão e Manejo de Resíduos Sólidos
4.4.90.52.00.00 000 Equipamentos e Material Permanente..... R$ 23.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, são indicados como recurso, consoante pelo inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

11.001.18.542.0025.1.201. - Gestão e Manejo de Resíduos Sólidos
3.3.90.39.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 23.000,00

13.001.13.392.0019.2.055 Ações de Promoção e Difusão Cultural
3.3.90.39.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 50.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 05 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:E62CF9B3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 242 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Concede Licença para tratamento de saúde à Servidora Publica de Provimento Efetivo e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica em seu artigo 65, inciso VI, e pelo artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e fundamentado no artigo 114 de Lei Municipal nº 374 de 03 de março de 2008

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a licença para tratamento de saúde, a contar de 24 de julho de 2026, pelo período de 30 (trinta) dias, à servidora **ELIZ REGINA GONCALVES CALIXTO**, matrícula n°. 185, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE.**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tunas do Paraná, 05 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:B23A9CF8

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 243 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Concede Licença para tratamento de saúde à Servidora Publica de Provimento Efetivo e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica em seu artigo 65, inciso VI, e pelo artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e fundamentado no artigo 114 da Lei Municipal nº 374 de 03 de março de 2008,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a licença para tratamento de saúde, a contar de 30 de julho de 2026, pelo período de 90 (noventa) dias, à servidora **SANTINA DE SOUZA**, matrícula n°. 128, ocupante do cargo efetivo de **ZELADORA**, condicionada esta à realização de perícia médica a cada 30 dias, nos termos do art. 116 da Lei Municipal nº 374 de 03 de março de 2008.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tunas do Paraná, 05 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:67A9DAC6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2026

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no Inciso III do Artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista o conteúdo e informações do presente processo, bem como diante do exame e análise do Advogado do Município com a emissão de parecer favorável à viabilidade do presente procedimento de Dispensa de Licitação, **RATIFICO** a contratação da empresa: MERCADO & MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PONTES LTDA **CNPJ: 42.433.719/0001-66,** no valor total de R$ 15.184,00 (Quinze mil cento e oitenta e quatro reais)**,** para "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO (TOMATE) PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR".**

Tunas do Paraná, 05 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:B0655BB5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 45-2026

O MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor **MARCO ANTONIO BALDÃO**, **TORNA PUBLICO** a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento Licitatório referente ao Pregão Eletrônico n.º 45/2026 cujo objeto é Contratação de Empresa Especializada para execução completa de **POÇO TUBULAR PROFUNDO, ARTESIANO,** destinado ao abastecimento Hídrico (Comunidade do Tigre), conforme detalhamento do Anexo I - Termo de Referência. para a empresa:

HIDROSOLLO POÇOS ARTESIANOS LTDA – CNPJ: 04.922.200/0001-52

LOTE 01: no valor total de R$ 141.000,00 (Cento e quarenta e um mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 14.135/2021.
Tunas do Paraná, 05 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:8717B7FA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 51-2026

O MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor **MARCO ANTONIO BALDÃO**, **TORNA PUBLICO** a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento Licitatório referente ao Pregão Eletrônico n.º 51/2026 cujo objeto é Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições**: Serviços de Plotagem e Remoção de Adesivos**, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital, para a empresa:

EDSON DOS SANTOS OLIVEIRA – CNPJ: 59.769.506/0001-02

LOTE 01: no valor total de R$ 34.990,00 (Trinta e quatro mil, novecentos e noventa reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 14.135/2021.

Tunas do Paraná, 05 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:136AE3EF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 569-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Definir a jornada de trabalho do servidor temporário **Eric Antonio Anatriello**, Médico Veterinário, com carga horaria de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a qual deverá ser cumprida conforme segue:

DIA DA SEMANA	HORÁRIO
Segunda - feira	08:00 horas às 12:00 horas 13:00 horas às 17:00 horas
Terça-feira	08:00 horas às 12:00 horas 13:00 horas às 17:00 horas
Quarta-feira	08:00 horas às 12:00 horas

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 04 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:148B7730

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 570-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear para exercer o cargo comissionado de Assessora II, na Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, a senhorita **Adelaine Garcia de Oliveira,** inscrita no CPF nº 161.359.519-04 e RG nº 16.059.167-6 /SSP-PR. A partir de 05 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir de 05 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 04 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:ADC179A9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 571-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 10 (dez) dias de Licença Para Tratamento de Saúde, para a servidora efetiva **Gislaine de Meira**, Agente Comunitária de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 25 de julho de 2026 a 03 de agosto de 2026. Em atenção ao atestado médico apresentado através do protocolo nº 2.895/2026 e laudo da perícia médica.
Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 25 de julho de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 04 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:2B8FCAD1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 572-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Remover a servidora efetiva **Lucélia Vennek**, Servente de Limpeza, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Familia e Desenvolvimento Social, para prestar serviços na Escola Municipal Professor Elias Abrahão na Secretaria Municipal de Educação, permanecendo no mesmo cargo de concurso. A partir de 17 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 04 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:1823DF4C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 573-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 30(trinta) dias de afastamento para tratamento de saúde, para a servidora temporária **Danielly Maria Kutcks Nunes**, Servente de Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 03 de agosto de 2026 a 01 de setembro de 2026. Em atenção ao atestado médico apresentado, através do protocolo nº 3.013 /2026.
Parágrafo único – A servidora deverá realizar o requerimento de benefício por incapacidade temporária junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, observadas as disposições da legislação previdenciária aplicável.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 03 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 04 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:74E14408

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 574-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora **Mayara Padilha de Mattos**, inscrita no CPF nº 122.676.779-62, ocupante do cargo efetivo de Pedagoga, lotada no Cmei Semente do Amanhã na Secretaria Municipal de Educação, a ausentar-se parcialmente de suas atividades funcionais, com dispensa de 20 (vinte) horas semanais (das 08:00 horas as 12:00 horas), durante o período de 03 de agosto de 2026 a 07 de agosto de 2026 e no período de 01 de setembro de 2026 a 16 de setembro de 2026 totalizando 60(sessenta) horas, as quais deverão ser compensadas mediante a realização de trabalhos extras, sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação, em virtude da realização de estágio obrigatório do curso de graduação em Licenciatura Letras – Português/Inglês pelo Centro Universitário UNINGÁ, desenvolvido junto ao Colégio Estadual do Campo Professor Luiz Andrade – Passa Quatro.
Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo fundamenta-se na solicitação apresentada pela servidora, acompanhada do Termo de Compromisso de Estágio, protocolado sob nº 2.917/2026, bem como na autorização da Secretaria Municipal de Educação, conforme despacho nº 3-2.917/2026.
Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 03 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 04 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:6737AE4C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 575-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Promove o servidor efetivo **Arnoldo Jomes Neto**, Motorista de Transporte Coletivo, lotado no Departamento de Transporte Escolar na Secretaria Municipal de Educação, sendo promovido para a Classe C com progressão ao Nível 06, Anexo III - Tabela de Vencimentos do Quadro Geral do Município da Lei Municipal Complementar N° 02/2023 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Servidor Público do Município de Turvo – PR, se dá em virtude de conclusão do curso Técnico em Segurança do Trabalho, conforme certificado apresentado através do protocolo nº 3.031/2026.

Art. 2º - Esta Portaria terá efeito a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo-PR, em 04 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:58C80A30

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 576-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir em 04 de agosto de 2026, o contrato de trabalho nº 12/2025, da senhora **Ana Paula Rickli,** inscrita no CPF nº 105.989.029-10, de prestação de serviços no cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, admitida através de aprovação no PSS nº 02/2024. Em atenção a solicitação da mesma, através do protocolo nº 3.040/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 04 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:A20FD5CE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 577-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Daniela Bottega**, Secretária Municipal da Familia e Desenvolvimento Social, inscrita no CPF nº 083.594.149-39, como responsável pelo Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD, instituído pela Lei Municipal nº 34/2011.
Art. 2º Esta Portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 04 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:D5D42A03

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 578-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 33 (trinta e três) dias de Licença Para Tratamento de Saúde, para a servidora efetiva **Kelly Cristina Rosa de Souza**, Professora, com carga horaria de 20 horas semanais, lotada no Cmei Vó Luiza, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 27 de julho de 2026 a 28 de agosto de 2026. Em atenção ao atestado médico apresentado através do protocolo nº 2.947/2026 e laudo da perícia médica.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 27 de julho de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 04 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:B4CA6C62

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 579-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 120 (cento e vinte) dias de Licença Para Tratamento de Saúde, para a servidora efetiva **Anaizis Mazurok**, Inspetora de Alunos, lotada no Cmei Padre João Adolfo Barendse, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 21 de julho de 2026 a 17 de novembro de 2026. Em atenção ao atestado médico de procedimento cirúrgico apresentado através do protocolo nº 2.840/2026.
Parágrafo único. A servidora será submetida à perícia médica oficial, ficando o período de licença concedido sujeito à revisão, podendo sofrer alterações conforme o resultado do laudo pericial.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 21 de julho de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 05 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:BC2FB833

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92/2026 COMPRAS GOV N° 30/2026

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais permanentes destinados à estruturação da sede da associação comercial e empresarial de turvo – acet, conforme plano de trabalho aprovado, com a finalidade de promover a melhoria da infraestrutura física, tecnológica e operacional da entidade, proporcionando melhores condições para a realização de reuniões, capacitações, cursos, eventos empresariais e demais atividades institucionais voltadas ao fortalecimento do comércio e ao desenvolvimento econômico local.
Cadastro das Propostas: Até às 13h30min de 19 de agosto de 2026.
Início da Sessão: 19 de agosto de 2026 a partir das 13h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "**Acesso Identificado**"
Valor: R$ 123.833,11 (cento e vinte e três mil, oitocentos e trinta e três reais e onze centavos)
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto Nº 79/2026

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compras.gov (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 206), através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-016, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Turvo/PR, 05 de agosto de 2026.

PRISCILA MARTINELLI
Pregoeira (Decreto Nº 79/2026)

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:B976E8BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 02/2026, DE 22 DE JULHO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TURVO – PR

Dispõe sobre as conclusões acerca da Programação Anual de Saúde do Município de Turvo-PR, relativa ao exercício de 2026.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Turvo, em reunião ordinária realizada em 22 de julho de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080/1990, Lei Federal nº 8.142/1990 e pela Lei Municipal nº 45/2017. Considerando o Decreto Federal nº 7.508/2011. Considerando a Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Considerando o Plano Municipal de Saúde 2026-2029 do município de Turvo –PR.
Resolve:
Art. 1º Aprovar a Programação Anual de Saúde do Município de Turvo, estado do Paraná, relativa ao exercício de 2026.

Turvo, 22 de julho de 2026.

MARIA ELIZABETH NEVES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução do Conselho Municipal de Saúde nº. 11/2025, de 22 de julho de 2026, nos termos da Lei Federal nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, combinada com a Lei Municipal nº. 45, de 17 de outubro de 2017 e Resolução CNS nº 453, de 10 de maio de 2012.

ANSELMO ROQUE MIRANDA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:F640495C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
INEXIGIBILIDADE 42-2026

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 46/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 42/2026

De acordo com o disposto no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei 14.133/2021, e razões apresentadas pela Presidência desta Câmara Municipal, alinhada a dotação e saldo orçamentário pertinente, além da consonância com o parecer jurídico. O Agente de Contratação, nomeada pela Portaria nº 03/2026, declara Inexigível o ato Licitatório n° 042/2026 referente à contratação do Instituto Nojuris LTDA – CNPJ 66.284.337/0001-86 para o curso de capacitação com o tema " Câmaras Municipais em Conformidade: Governança Estratégica, Transparência, Desempenho Institucional e Aplicação Prática do PROLEGIS – TCE/PR, para participação dos servidores Luiz Sérgio de Toledo Barros Filho, Assessor Jurídico, Bruno Borsato Peron, Diretor Jurídico e Octavio Antoniassi Junior , Controlador Interno, nos dias 14 a 17 de julho de 2026, no valor de R$ R$ 8.970,00 (oito mil novecentos e setenta reais).

Umuarama/PR, 03 de agosto de 2026.

CÁSSIA PATRÍCIA M.P. UNGARO
Agente de Contratação

FABIANO MAZIERO LACOTIZ
Membro da CPL

SIMONE A. FREITAS
Membro da CPL

Ratificação.

Ratifico as razões adotadas pela Agente de Contratação, nomeado pela Portaria nº 03/2026, quanto ao Procedimento Licitatório n° 46/2026 – Inexigibilidade n° 42/2026, referente a contratação do Instituto Nojuris LTDA – CNPJ 66.284.337/0001-86 para o curso de capacitação com o tema " Câmaras Municipais em Conformidade: Governança Estratégica, Transparência, Desempenho Institucional e Aplicação Prática do PROLEGIS – TCE/PR, para participação dos servidores Luiz Sérgio de Toledo Barros Filho, Assessor Jurídico, Bruno Borsato Peron, Diretor Jurídico e Octavio Antoniassi Junior , Controlador Interno, no curso "Câmaras Municipais em Conformidade: Governança Estratégica, Transparência, Desempenho Institucional e Aplicação Prática de PROLEGIS -", nos dias 28 a 31 de julho de 2026, no valor de R$ R$ 8.970,00 (oito mil novecentos e setenta reais).

Umuarama/PR, 03 de agosto de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Cassia Patricia m P Ungaro
Código Identificador:7924FCD1

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
INEXIGIBILIDADE 43-2026

Procedimento Licitatório 47/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 43/2026
De acordo com o disposto no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei 14.133/2021, e razões apresentadas pela Presidência desta Câmara Municipal, alinhada a dotação e saldo orçamentário pertinente, além da consonância com o parecer jurídico. A Comissão, nomeada pela Portaria nº 03/2026, declara Inexigível o ato Licitatório n° 47/2026 referente à contratação da Empresa ICAP – Instituto de Capacitação e Pesquisa Ltda, CNPJ 04.727.713/0001-02, para a participação do Vereador Ednei do Esporte, no curso" Verbas Indenizatórias dos Agentes Públicos, no valor de R$ 2990,00 (dois mil, novecentos e noventa reais)

Umuarama/PR, 03 de agosto de 2026.

CÁSSIA PATRÍCIA UNGARO
Agente de Contratação

FABIANO MAZIERO
Membro da CPL

SIMONE A. FREITAS
Membro da CPL

Ratificação.

Ratifico as razões adotadas pelo Comissão nomeada pela Portaria nº 03/2026, quanto ao Procedimento Licitatório n° 047/2026 – Inexigibilidade n°43/2026, para a participação do Vereador Ednei do

Esporte, no curso" Verbas Indenizatórias dos Agentes Públicos, ofertado pela Empresa ICAP – Instituto de Capacitação e Pesquisa, CNPJ 04.727.713/0001-02, no valor de R$ 2990,00 (dois mil, novecentos e noventa reais), devidamente fundamentado.

Umuarama/PR, 03 de agosto de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Cassia Patricia m P Ungaro
Código Identificador:EB1EA741

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026 – PMU

AVISO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026 – PMU

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 2026/05/317 PARA AMPLA CONCORRÊNCIA

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: A presente contratação será destinada à escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia de segurança e medicina do trabalho, visando a elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Laudo Técnico de Insalubridade, Laudo Técnico de Periculosidade e Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), a fim de atender as necessidades, garantir a conformidade legal e previdenciária, e resguardar a integridade física e mental dos servidores lotados junto a Administração Direta, Indireta e Fundacional do Município de Umuarama.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 21/08/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 09:00 horas do dia 21/08/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 21/08/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO GLOBAL**
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 100.000,00 (cem mil reais).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); **no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU** no **Portal Nacional de Compras** (http://www.bll.org.br).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.
Umuarama/Pr, 03 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BONFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Gabriela Viana Cardozo
Código Identificador:5F7D7872

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DECRETO N°195/2026

D E C R E T O Nº 195/2026

Revoga o procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 032/2025 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 71, da Lei Federal 14.133/21, bem como o enunciado das Súmulas 346 e 473, do Supremo Tribunal Federal, segundo os quais aduzem que compete à Administração Pública anular seus próprios atos;

CONSIDERANDO o conteúdo da Comunicação Interna nº 398/2026, datada de 21 de julho de 2026, emitida pela Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 1.020/2026, datado de 22 de julho de 2026, emitido pela Procuradoria Geral do Município;

CONSIDERANDO que foi oportunizado o direito ao contraditório e a ampla defesa ao proponente.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica revogado o procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 032/2025 – PMU, que tem por objeto a contratação de empresa visando o fornecimento de projetos técnicos, projetos executivos, memoriais, documentos complementares, ART, materiais, equipamentos e serviços para instalação do sistema de geração de energia solar fotovoltaico on-grid, conectado à rede da concessionária de energia no Município de Umuarama – PR, de acordo com o instrumento de repasse nº 4128104/2023, entre o Município de Umuarama-Pr e a Caixa Econômica Federal – Programa Itaipu Mais Que Energia.

Art.2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 04 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:A905E2D8

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N°1.006/2026 - PMU

P O R T A R I A Nº 1.006/2026

Revoga os itens nº 19 e n° 20, referente ao Pregão Eletrônico nº 008/2026 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º. Ficam revogados os itens nº 19 e n° 20, referente ao Pregão Eletrônico nº 008/2026 – PMU, cujo objeto é o registro de preços para a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento parcelado de lubrificantes e aditivos diversos, a serem utilizados na manutenção corretiva dos veículos da frota do Município de Umuarama, conforme despacho e ratificação constantes no julgamento de recurso.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 03 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:03E26310

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE ADITIVOS - FMS

RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO N° 223/2025
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: ANA PAULA COSTA E OLIVEIRA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 05 de fevereiro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de até R$ 3.016,09 (três mil e dezesseis reais e nove centavos), perfazendo o valor total deste termo em até R$ 18.096,09 (dezoito mil, noventa e seis reais e nove centavos).
Cláusula Terceira: Altera-se a gestora **CAROLINA MENDONÇA FELIX**, inscrita no CPF sob nº ***.459.929-**, para **VALVERLEIA INÊS DE ANDRADE SILVA**, inscrita no CPF sob nº ***.973.789-**.
Cláusula Quarta: Altera-se a fiscal **ROSANE DE OLIVEIRA FERREIRA SHIRABAYASHI**, inscrita no CPF sob nº ***.885.249-**, para **FERNANDA CRISTINA TORRES DE ALMEIDA**, inscrita no CPF sob nº ***.170.119-**.
Cláusula Quinta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.2.145 – ED:3.3.90.36.00.00 – D:125 – F:303 – 15%
Cláusula Sexta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 04/08/2026

Umuarama, 05 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Julia Martins Piffer
Código Identificador:B60FFC27

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE ADITIVOS - PMU

RESUMO DE TERMOS ADITIVOS – PMU

TERMO ADITIVO Nº 011/2026 AO CONTRATO Nº 245/2021
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: DUDACOM MARKETING INTEGRADO EIRELI
Cláusula Primeira: Prorroga-se, excepcionalmente, o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 90 (noventa) dias, compreendendo o período de 07 de agosto de 2026 a 04 de novembro de 2026.
Cláusula Segunda: Fica acrescido ao presente contrato o valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), correspondente ao valor deste Termo Aditivo.
Cláusula Terceira: Ficam adicionadas ao presente contrato as seguintes dotações orçamentárias:
03.001.04.131.0002.1.094 - ED: 3.3.90.39.00.00.00 - D: 22 - F: 1000
07.001.04.129.0002.2.205 - ED: 3.3.90.39.00.00.00 - D: 159 - F: 1000
12.001.20.122.0008.1.003 - ED: 3.3.90.39.00.00.00 - D: 615 - F: 1000
20.002.26.125.0017.2.221 - ED: 3.3.90.39.00.00.00 - D: 1286 - F: 509
22.002.14.422.0020.1.009 - ED: 3.3.90.39.00.00.00 - D: 1479 - F: 77
25.001.18.122.0011.2.307 - ED: 3.3.90.39.00.00.00 - D: 1640 - F: 1000
Cláusula Quarta: Altera-se o Fiscal do presente contrato, passando a função a ser exercida pelo Sr. ROBERVAL PRUDENCIO, inscrito no CPF sob nº ***.***.***-00, Assessor Especial, lotado na Secretaria Municipal de Comunicação Social.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 31/07/2026.

TERMO ADITIVO Nº 011/2026 AO CONTRATO Nº 244/2021
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: UMUARAMA PUBLICIDADES LTDA. - EPP
Cláusula Primeira: Prorroga-se, excepcionalmente, o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 90 (noventa) dias, compreendendo o período de 07 de agosto de 2026 a 04 de novembro de 2026.
Cláusula Segunda: Fica acrescido ao presente contrato o valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), correspondente ao valor deste Termo Aditivo.
Cláusula Terceira: Ficam adicionadas ao presente contrato as seguintes dotações orçamentárias:
03.001.04.131.0002.1.094 - ED: 3.3.90.39.00.00.00 - D: 22 - F: 1000
07.001.04.129.0002.2.205 - ED: 3.3.90.39.00.00.00 - D: 159 - F: 1000
12.001.20.122.0008.1.003 - ED: 3.3.90.39.00.00.00 - D: 615 - F: 1000
20.002.26.125.0017.2.221 - ED: 3.3.90.39.00.00.00 - D: 1286 - F: 509
22.002.14.422.0020.1.009 - ED: 3.3.90.39.00.00.00 - D: 1479 - F: 77
25.001.18.122.0011.2.307 - ED: 3.3.90.39.00.00.00 - D: 1640 - F: 1000
Cláusula Quarta: Altera-se o Fiscal do presente contrato, passando a função a ser exercida pelo Sr. ROBERVAL PRUDENCIO, inscrito no CPF sob nº ***.***.***-00, Assessor Especial, lotado na Secretaria Municipal de Comunicação Social.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas**.**
Data: 31/07/2026.

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO DE COMPRA Nº 173/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: F.C. DE PAULA JOSE & CIA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 31 de julho de 2027.
Cláusula Segunda: Fica aditado ao presente contrato o valor de R$ 18.913,87 (dezoito mil, novecentos e treze reais e oitenta e sete centavos) referente ao reajuste do índice IPCA/IBGE do período de 08/2024 à 06/2026 (4,641330%), perfazendo o valor deste termo em R$ 18.913,87 (dezoito mil, novecentos e treze reais e oitenta e sete centavos).
Cláusula Terceira: Fica adicionado a seguinte dotação orçamentária:
10.001.15.452.0006.2.025. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D:445 – F:511
10.001.15.452.0006.2.025. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D:446 – F:1000
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 30/07/2026.

Umuarama, 05 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Julia Martins Piffer
Código Identificador:72C065FC

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - FMS

CONTRATO DE COMPRA Nº 264/2026
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: T RONQUI ATACADISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.
Objeto: Aquisição de materiais de higiene destinado ao atendimento das necessidades administrativas das unidades vinculadas a Administração Pública Municipal.

Vigência: 30/07/2026 a 30/07/2027.
Valor: R$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/184, no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 027/2026 – PMU, homologado pela Portaria n° 973/2026, em 24 de julho de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 30 de julho de 2026, edição nº. 3584, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE COMPRA Nº 265/2026
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: GALERA DA CESTA BASICA LTDA.
Objeto: Aquisição de materiais de higiene destinado ao atendimento das necessidades administrativas das unidades vinculadas a Administração Pública Municipal.
Vigência: 30/07/2026 a 30/07/2027.
Valor: R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/184, no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 027/2026 – PMU, homologado pela Portaria n° 973/2026, em 24 de julho de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 30 de julho de 2026, edição nº. 3584, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 04 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:2057ED07

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - FUNDAÇÃO CULTURAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 014/2026
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE UMUARAMA
Contratada: MARIANA RABELLO PINHO 09363954781
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de fantasias de carnaval oriundas do Projeto "Sustenta Carnaval", produzidas a partir do reaproveitamento de insumos têxteis coletados durante os desfiles das escolas de samba do Grupo Especial e da Série Ouro, realizados no Sambódromo da Marquês de Sapucaí de 2026, no Rio de Janeiro
Vigência: 24/07/2026 a 24/07/2027.
Valor: R$ 13.000,00 (treze mil reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/04/234; no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 002/2026, autorizado/ratificado em 17 de julho de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", de 23 de julho de 2026, edição nº. 3579, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **em especial no art. 74, inciso I,** na Lei Municipal nº 4.618 de 1º de dezembro de 2022, na Lei 14.399 de 08 de julho de 2022 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 04 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:843733A3

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - PMU

CONTRATO DE COMPRA Nº 180/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: CONSTRUTORA E COMÉRCIO MANOEL CARLOS LTDA.
Objeto: Aquisição de equipamentos de sonorização e caixas de som portáteis, incluindo sistema de som completo com microfones e acessórios, bem como serviço de instalação e configuração, visando atender às necessidades da Secretaria Executiva dos Conselhos, CRAS e Centro da Juventude Agnaldo Mackert Barbosa.
Vigência: 24/07/2026 a 24/07/2027.
Valor: R$ 28.810,00 (vinte e oito mil reais e oitocentos e dez reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/185, no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 039/2026 – PMU, homologado pela Portaria n° 927/2026, em 09 de julho de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 13 de julho de 2026, edição nº. 3571, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE COMPRA Nº 181/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: PAULO SÉRGIO CARVALHO – ME.
Objeto: Aquisição de equipamentos de sonorização e caixas de som portáteis, incluindo sistema de som completo com microfones e acessórios, bem como serviço de instalação e configuração, visando atender às necessidades da Secretaria Executiva dos Conselhos, CRAS e Centro da Juventude Agnaldo Mackert Barbosa.
Vigência: 24/07/2026 a 24/07/2027.
Valor: R$ 12.396,00 (doze mil e trezentos e noventa e seis reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/185, no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 039/2026 – PMU, homologado pela Portaria n° 927/2026, em 09 de julho de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 13 de julho de 2026, edição nº. 3571, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE COMPRA Nº 186/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: T RONQUI ATACADISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.
Objeto: Aquisição de materiais de higiene destinado ao atendimento das necessidades administrativas das unidades vinculadas a Administração Pública Municipal.
Vigência: 30/07/2026 a 30/07/2027.
Valor: R$ 3.779,25 (três mil e setecentos e setenta e nove reais e vinte e cinco centavos).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/184, no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 027/2026 – PMU, homologado pela Portaria n° 973/2026, em 24 de julho de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 30 de julho de 2026, edição nº. 3584, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE COMPRA Nº 187/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: GALERA DA CESTA BASICA LTDA.

Objeto: Aquisição de materiais de higiene destinado ao atendimento das necessidades administrativas das unidades vinculadas a Administração Pública Municipal.
Vigência: 30/07/2026 a 30/07/2027.
Valor: R$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/184, no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 027/2026 – PMU, homologado pela Portaria n° 973/2026, em 24 de julho de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 30 de julho de 2026, edição nº. 3584, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE COMPRA Nº 188/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: CALL EMPREENDIMENTOS LTDA.
Objeto: Aquisição de materiais de higiene destinado ao atendimento das necessidades administrativas das unidades vinculadas a Administração Pública Municipal.
Vigência: 30/07/2026 a 30/07/2027.
Valor: R$ 5.925,00 (cinco mil e novecentos e vinte e cinco reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/184, no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 027/2026 – PMU, homologado pela Portaria n° 973/2026, em 24 de julho de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 30 de julho de 2026, edição nº. 3584, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 04 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:AE238221

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - PMU

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 183/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: V L CLIMATIZAÇÃO LTDA.
Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Umuarama, Unidades de Saúde e Unidades Educacionais.
Vigência: 29/07/2026 a 29/07/2027.
Valor: R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/03/133, no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 028/2026 – PMU, homologado pela Portaria n° 925/2026, em 09 de julho de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 13 de julho de 2026, edição nº. 3571, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 05 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:3CAA8F8B

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE RESCISÃO - FMS

RESUMO DE RESCISÃO - FMS

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 373/2024, CELEBRADO ENTRE GABRIEL DA SILVA SOARES E FUNDO MUNICÍPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA – PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa física para a prestação de serviços de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, a serem prestados nas Unidades de Saúde, 40hs semanais aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, do Município de Saúde de Umuarama, conforme Edital de Chamamento Público nº 004/2024 – Credenciamento de Serviços de Saúde.
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RAZÕES:
O presente termo de rescisão amigável operar-se-á na forma da lei, e se justifica a pedido da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama, a partir da data de sua assinatura.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
A presente rescisão contratual é formalizada de modo amigável, nos termos do art. 138, Inciso II, da Lei de Licitações (14.133/2021).
CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
As partes dão entre si quitação mútua relativamente à contratação havida, declarando inexistirem quaisquer pendências decorrentes do Contrato Original, tampouco ter ocorrido o descumprimento das Cláusulas que o integram.
Parágrafo Primeiro: As partes exoneram-se de qualquer reclamação futura decorrente da presente rescisão contratual, em todas as esferas de direito. Ainda, concordam que, a partir desta data não mais haverá qualquer obrigação entre elas, inclusive de ordem financeira.
Parágrafo Segundo: A presente rescisão não acarretará prejuízos ao ente público.
CLÁUSULA QUINTA – DO FORO:
Para dirimir todas as questões oriundas do presente Termo de Rescisão, é competente o Foro da Comarca de Umuarama – PR, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Data: 28/07/2026

Umuarama, 05 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Julia Martins Piffer
Código Identificador:9E98AEE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 091/2026

EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO Nº 91/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o que estabelece o Edital nº 048/2026, de 06 de maio de 2026;

CONSIDERANDO o disposto no Item 21.4.1, do Edital nº 048/2026, O não comparecimento do candidato a qualquer das fases acarretará sua eliminação do processo;

R E S O L V E

Art. 1º Fica desclassificada do Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 048/2026 a candidata abaixo relacionada, em razão da não apresentação para realização do Exame Médico Pré-admissional:

AGENTE ADMINISTRATIVO I– 40 HORAS SEMANAIS

INSCR.	NOME	CPF/RG	CLASS.
0041791	TAIS ANTONIETA DE MELLO ZIGOWSKI	2902155107	13º

Art. 2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, Umuarama, 04 de agosto de 2026.

ALEXANDRE FAKER RIBEIRO
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:E3DE7A49

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 08/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AFM0C22	116100T003417275	12/07/2026	54522
AME7418	116100T002953438	12/07/2026	54600

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:4F4A7F80

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 08/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
JEJ5J52	116100T003417258	06/05/2026	55250	R$ 130,16

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:268B8B0A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

IMAS - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA
TERMO ADITIVO Nº1/2026 DO CONTRATO 13/2025
INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2025 – PROCESSO 14/2025

OBJETO DO ADITAMENTO:Do quantitativo e do Prazo de Vigencia
OBJETO DO CONTRATO:. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de PSICOLOGIA a todos os segurados do IMAS.
CONTRATADO: **OIKOS PSICOLOGIA LTDA CNPJ Nº 60.554.378/0001-69**
DO PRAZO DE VIGENCIA:O prazo de vigencia/execução do Termo de Contrato n º 14/2025 fica prorrogado por mais 12(doze)meses, a iniciar em 09/07/2026 a 09/07/2027.
DO VALOR :Fica aditado ao Contrato nº 13/2025 o valor de R$9.000,00(Nove mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art.74, IV, e art.107 da Lei 14.133/2021.
FORO:COMARCA DE UNIÃO DA VITORIA

União da Vitoria, 09 de julho de 2026

MARLISE CERETA KUYAVA
Presidente do IMAS

Publicado por:
Marlise Ceretta Kuyava
Código Identificador:69A58907

IMAS - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA
TERMO ADITIVO Nº1/2026 DO CONTRATO 16/2025
INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2025 – PROCESSO 18/2025

OBJETO DO ADITAMENTO:Do quantitativo e do Prazo de Vigencia
OBJETO DO CONTRATO:. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA, UROLOGIA E NEUROLOGIA a todos os segurados do IMAS.
CONTRATADO: **CLINIMEDI MEDICOS ASSOCIADOS CNPJ Nº 09.358.726/0001-75**
DO PRAZO DE VIGENCIA:O prazo de vigencia/execução do Termo de Contrato n º 16/2025 fica prorrogado por mais 12(doze)meses, a iniciar em 12/07/2026 a 12/07/2027.
DO VALOR :Fica aditado ao Contrato nº 16/2025 o valor de R$50.000,00(Cinquenta mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art.74, IV, e art.107 da Lei 14.133/2021.
FORO:COMARCA DE UNIÃO DA VITORIA

União da Vitoria, 12 de julho de 2026

MARLISE CERETA KUYAVA
Presidente do IMAS

Publicado por:
Marlise Ceretta Kuyava
Código Identificador:A4E84A5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE CREDENCIAMENTO (1º)

CREDENCIAMENTO Nº 03/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 69/2026

O Município de União da Vitória, Estado do Paraná, por intermédio da Comissão de Contratação, nomeada pela Portaria nº 5/2026, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado do processo de credenciamento em epígrafe, cujo objeto é o credenciamento de concessionárias de transporte rodoviário para o fornecimento de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Após análise da documentação e das consultas realizadas, a Comissão decidiu pelo **DEFERIMENTO** do pedido da seguinte empresa:

EMPRESA CREDENCIADA: EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S/A
CNPJ: 80.227.796/0001-59

A empresa cumpriu integralmente os requisitos de habilitação exigidos no edital. Os autos do processo administrativo encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal.

União da Vitória - PR, 5 de agosto de 2026.

MARIA CELESTE DE ASSUNÇÃO MANCE
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:FD7A5A29

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 412/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:
Art. 1º Fica(m) nomeado(s) candidato(s) aprovado(s) em **CONCURSO PÚBLICO,** para o cargo abaixo, **EDITAL Nº 001/2025,** conforme **PORTARIAS** nº 96/2026, 97/2026 e 98/2026**,** nos termos que fundamentam este Decreto, as pessoas abaixo identificadas, conforme a respectiva data:

Cargo: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
33°	ADRIANA BASTOS FERREIRA	06/08/2026	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Urbanismo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

União da Vitória, 05 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:40BCCDFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 538/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao seguinte Servidor Público Municipal:

NOME	MATRICULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE LICENÇA PRÊMIO
SILVIA ROSANA TASSONI LEVORSE	**149**	2020/2025	MEDICA DE SAUDE DA FAMILIA	05/08/2026 A 03/10/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 04 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:D4724B4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 539/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ADILSON BOIARSKI DE OLIVEIRA	1512623	2024/2025	SERVENTE	03/08/2026 A 12/08/2026
ANGELA MARIA CAPELETTI ANTONIUTTI	1283101	2024/2025	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	10/08/2026 A 29/08/2026
FLAVIO JOSE LUMIKOSKI	1512568	2024/2025	SERVENTE	10/08/2026 A 29/08/2026
FLAVIO JOSE LUMIKOSKI	1512568	2025/2026	SERVENTE	31/08/2026 A 09/09/2026
MARIA IVANA DOBOROVSKI KMITA	1512546	2025/2026	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	03/08/2026 A 22/08/2026
MATEUS RIESEMBERG	991505184	2024/2025	TECNICO ADMINISTRATIVO	09/09/2026 A 18/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 04 de agosto de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:6CF8C64F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 540/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **Lotar** o(s) seguinte(s) Servidor(es) Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	LOCAL LOTAÇÃO	CARGO	A PARTIR DE:
SERGIO ADRIANO RIBEIRO	1512676	SECRETARIA DE CULTURA	ZELADOR	10/08/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 04 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:7F4A0B25

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 541/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Pregão Eletrônico n.º 05/2026 – Processo Administrativo n.º 09/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, Estado do Paraná, com sede à Rua Dr. Cruz Machado, n.º 205, Centro, CEP 84.600-900, União da Vitória/PR, inscrito no CGC/MF nº 75.967.760/0001-71, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, ARY CARNEIRO JUNIOR, e
CONTRATADA: PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.527.951/0001-85, sediado(a) na Rodovia Br - 116, n° 11.807, KM 100, Hauer, CEP 81.690-100, Curitiba, estado do Paraná, neste ato representado(a) pelo Diretor Comercial, MARCELO CARVALHO GRADE.
OBJETO: Aquisição de 01 (UMA) PÁ CARREGADEIRA NOVA, sobre rodas, movida a combustível diesel, destinada ao atendimento

das demandas do Município de União da Vitória, através do Programa Estradas da Integração, conforme Termo de Convênio nº 525/2025, observadas as especificações técnicas e demais condições estabelecidas no Anexo 01 deste Edital.

VALOR GLOBAL: R$ 729.000,00 (Setecentos e vinte e nove mil reais), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".
PRAZO DE EXECUÇÃO: em até 60 (sessenta) dias.
DATA DE ASSINATURA:01/04/2026
VIGÊNCIA:de 01/04/2026 a 01/04/2027
DATA DE DIVULGAÇÃO NO PNCP:09/04/2026
FORO: Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná.
GESTOR: Nei Antônio Kukla (Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento);
FISCAL: CLASSIR DELLA JACOMA
FISCAL SUBSTITUTO: CARLOS ADALBERTO JACYNTHO

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 218/2026.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 04 de agosto de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:4CBF982B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 544/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, ao (aos) seguinte (s) Servidor (es) Municipal (is):

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO EM DIAS	CARGO	PERÍODO DE LICENÇA
INDIOARA DOS SANTOS MOREIRA CALDAS	370	180	AUXILIAR DE ENFERMAGEM DA SAUDE DA FAMILIA	08/07/2026 A 03/01/2027

Art. 2º. Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 04 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:3AF230AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 545/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Encaminhar a **COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA** criada através da Portaria nº 778/2025, para averiguação dos fatos e parecer final, o **Processo protocolado sob nº 16065/2026**, em atendimento ao DESPACHO de 04/08/2026 - CGM, devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Conforme dispõe o Art. 235. da Lei Municipal nº 1847/1992, fixa o PRAZO DE 30 (trinta) DIAS para a conclusão do processo.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 04 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:2A55B62C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 548/2026

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS CONTEMPLADOS COM A BOLSAS DE ESTUDOS

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR**, vem por meio deste comunicar a **HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS CONTEMPLADOS COM A BOLSAS DE ESTUDOS, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL UNIVERSIDADE DA PREFEITURA: UGV**, **REFERENTE AO ANO DE 2026,** conforme segue:

ACADÊMICO	CURSO	PORCENTAGEM
Amanda Gabrielly de Souza	Biomedicina	40%
Amanda Resende dos Santos	Educação Física	40%
Ana Caroline Horny	Direito	40%
André Afonso Calisto Passold	Odontologia	100%
Andrielli Renate Carvalho	Farmácia	40%
Bruna Resende dos Santos	Fisioterapia	40%
Camily Vitória Gudoviski Lima	Administração	40%
Daniel Gustavo da Silva Vollet	Odontologia	100%
Dion Lenon Lopes da Silva	Med. veterinária	40%
Eliana Cristina Dyba	Engenharia mecânica	40%
Emilly Caroline Rodrigues	Ed. Física	40%
Emilly Kamili Werly	Med. veterinária	40%
Evellin Fabricio	Direito	40%
Felipe Alves de Morais	Med. veterinária	40%
Fernanda Gabriele Zaboroski	Administração	40%
Gabrielli Kauany Kovalik	Biomedicina	40%
Gabrielly Tratz de Oliveira	Administração	40%
Giovana Apolinario	Farmácia	40%
Larissa Lopes Tandler	Direito	40%
Lucas Rak	Farmácia	40%
Luiz Eduardo Pereira de Almeida	Engenharia de Software	40%
Marcelo Felipe Iusviak	Enfermagem	40%
Maria Luiza Aiolf	Direito	40%
Natasha Maiara de Oliveira	Direito	100%
Paulo Roberto Rodrigues Cardoso	Terapia Ocupacional	40%
Rafael Ricardo Ribeiro	Farmácia	40%
Robson Luciano Rosa de Oliveira	Enfermagem	40%
Ruan Vinícius Linhares	Administração	40%
Selton Charles Martins	Odontologia	40%
Tais Zaremba	Direito	40%
Vinicius Uriel Kaczoroski	Engenharia Mecânica	40%
Willian Cesar Litwinski	Engenharia Civil	40%
Yan Vinicius Marques da Silva	Direito	40%
Yasmin Cassiane Pereira Andreiov	Ciências Contábeis	40%

Art. 2º Os estudantes **CONTEMPLADOS** com as **BOLSAS DE ESTUDOS**, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Educação, desta Prefeitura Municipal, para assinatura do **TERMO DE COMPROMISSO**, **no período de 10 a 21/08/2026,** no horário das 08h às 11h e das 13h às 16h, a falta do comparecimento e assinatura do termo, desclassificará automaticamente o candidato do processo de concessão de bolsa de estudos.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 05 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
SIDNEI ALVES DE LIMA	
Presidente da Comissão	

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:2848795C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO N.º 3/2026 AO CONTRATO N.º 6/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N° 71/2023 – PROCESSO Nº 158/2023

OBJETO DO ADITAMENTO: Da Cessão Contratual.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória - PR
CONTRATADO: LIGGA TELECOMUNICAÇÕES S.A. – CNPJ nº 04.368.865/0001-66.
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de link de acesso à internet, via fibra óptica com conexão de 500 Mbps, incluindo o fornecimento e instalação dos materiais e equipamentos necessários à prestação dos serviços, conforme as necessidades das Secretarias Municipais de União da Vitória – Paraná, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.*
DA ALTERAÇÃO: Em decorrência da Cessão de Posição Contratual, a Empresa **LIGGA TELECOMUNICAÇÕES S.A.,** inscrita no CNPJ sob o nº 04.368.865/0001-66, pessoa Jurídica do Direito Privado, localizada na Avenida Vicente Machado, nº 1001, Bairro Batel, Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP nº 80.420-011, fica incorporada à Empresa **LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A.,** inscrita no CNPJ sob o nº 65.649.511/0001-84, pessoa Jurídica do Direito Privado, localizada na Avenida Vicente Machado, nº 1001, Bairro Batel, Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP nº 80.420-011. A Cessão consta no Ato nº 7.102 de 26 de maio de 2026 da Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação da Anatel; na Ata de Assembleia Geral de Constituição da empresa realizada em 04 de março de 2026 registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR em 12/03/2026 sob o nº 41300337543 e conforme Parecer 497/2026 emitido pelo Departamento Jurídico da Prefeitura de União da Vitória - PR.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 29 de julho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:8B83D281

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO N.º 4/2026 AO CONTRATO N.º 203/2022
PREGÃO ELETRÔNICO N° 118/2022 – PROCESSO Nº 247/2022

OBJETO DO ADITAMENTO: Da Cessão Contratual.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória - PR
CONTRATADO: LIGGA TELECOMUNICAÇÕES S.A. – CNPJ nº 04.368.865/0001-66.
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de link de acesso à internet, via fibra óptica com conexão de 200 Mbps, incluindo o fornecimento e instalação dos materiais e equipamentos necessários à prestação dos serviços, conforme as necessidades das Secretarias Municipais de União da Vitória – Paraná, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.*
DA ALTERAÇÃO: Em decorrência da Cessão de Posição Contratual, a Empresa **LIGGA TELECOMUNICAÇÕES S.A.,** inscrita no CNPJ sob o nº 04.368.865/0001-66, pessoa Jurídica do Direito Privado, localizada na Avenida Vicente Machado, nº 1001, Bairro Batel, Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP nº 80.420-011, fica incorporada à Empresa **LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A.,** inscrita no CNPJ sob o nº 65.649.511/0001-84, pessoa Jurídica do Direito Privado, localizada na Avenida Vicente Machado, nº 1001, Bairro Batel, Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP nº 80.420-011. A Cessão consta no Ato nº 7.102 de 26 de maio de 2026 da Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação da Anatel; na Ata de Assembleia Geral de Constituição da empresa realizada em 04 de março de 2026 registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR em 12/03/2026 sob o nº 41300337543 e conforme Parecer 497/2026 emitido pelo Departamento Jurídico da Prefeitura de União da Vitória - PR.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 29 de julho de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:7D00ECDE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
HOMOLOGAÇÃO DL 22/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO-O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, § 2º e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve: 01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos: a) Nr. Processo: 77/2026, b) Nr. Licitação: 22/2026 – DL, c) Modalidade: Dispensa de licitação, d) Data de Homologação: 05/08/2026, e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA FROTA MUNICIPAL. Participante: IMPORTIRE IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA (24.693.328/0002-80), Participante: JN PNEUS LTDA (44.472.217/0001-70), Participante: LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA (56.933.664/0001-68)

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:7A95DD1C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.255, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Decreto 6.255, de 05 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado Bernardo Vigano Lattmann, portador do CPF/MF n.° 060.410.xxx-xx, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral II, junto à Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 05 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:3F727D35

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NOTIFICAÇÕES

Notificação
O município de Vitorino, Estado do Paraná em cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452, de 20 de Março de 1997, Notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação de recursos do FNDE referente a Quota Salário Educação no valor de R$ 55.640,81 (Cinquenta e cinco mil, seiscentos e quarenta reais e oitenta e um centavos) em julho de 2026.
*O município de Vitorino, Estado do Paraná em cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação de recursos do Programa Merenda - Prog. Nacional de Alimentação Escolar - nos valores de R$24.266,50(Vinte e quatromilduzentos e sessenta e seisreaise cinquenta centavos) em*julho de 2026.
O município de Vitorino, Estado do Paraná em cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº. 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação de recursos para Manutenção do Programa Bolsa Família no valor R$ 3.456,00 (Três mil quatrocentos e cinquenta e seis reais) em julho de 2026.
O município de Vitorino, Estado do Paraná em cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº. 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação de recursos para Manutenção do Programa Bolsa Família no valor R$ 9.954,71 (Nove mil novecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e um centavos) em julho de 2026.
O município de Vitorino, Estado do Paraná em cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452, de 20 de Março de 1997, Notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação de recursos do FNDE referente a Quadra Alézio no valor de R$ 360.117,43 (Trezentos e sessenta mil, cento e dezessete reais e quarenta e três centavos) em julho de 2026.
O município de Vitorino, Estado do Paraná em cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal – FNS no valor de R$ 16.596,64 (Dezesseis mil quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos) em julho de 2026, destinados para o piso de enfermagem da saúde básica do município.
O município de Vitorino, Estado do Paraná em cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação de recursos do FNS – ACS e ACE-Programa Agentes de Saúde no valor de R$ 32.420,00 (Trinta e dois mil quatrocentos e vinte reais) em julho de 2026.
O município de Vitorino, Estado do Paraná em cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal – FNS no valor de R$ 97.845,55 (Noventa e sete mil oitocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) em julho de 2026, destinados para a manutenção da saúde básica do município.
O município de Vitorino, Estado do Paraná em cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal – FNS no valor de R$ 6.014,00 (Seis mil quatorze reais) em julho de 2026, destinados para a manutenção da saúde bucal do município.
O município de Vitorino, Estado do Paraná em cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação de recursos do FNS de **INCENTIVO FINANCEIRO ÀS AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS**, no valor de R$ 833,33 (Oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) em julho de 2026.
O município de Vitorino, Estado do Paraná em cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação de recursos do FNS de Vigilância em Saúde, no valor de R$ 1.766,95 (Mil setecentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos) em julho de 2026.
O município de Vitorino, Estado do Paraná em cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação de recursos de PROCEDIMENTOS NO MAC - Ministério da Saúde no valor de R$ 2.394,75 (Dois mil, trezentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos) em julho de 2026.

Publicado por:
Junior Luiz da Coreggio
Código Identificador:22F2943D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 356, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 356, de 05 de agosto de 2026
Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Resolve:
Art. 1º. Lotar o servidor Vilson Camargo, CPF/MF 045.758.xxx-xx, matrícula 114636, ocupante do cargo público de Operador de Máquina, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio, a partir de 01 de agosto de 2026;
Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, 05 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:2857C3C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 357, DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 357, de 05 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
Resolve:
I – Conceder férias ao servidor abaixo relacionado:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Diogo Ricardo Ribeiro	Gerente de Desenvolvimento da Cultura	2025/2026	10/08/2026 até 16/08/2026

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 05 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:D85B280B

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA CONTRATUAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14-2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01-2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-250, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-240, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA: OVIDIO S MOREIRA - PNEUS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 73.304.537/0001-19, com sede na per. Pres. Tancredo A. Neves, nº 1217, centro, cep.: 87.302-000, na cidade de Campo Mourão – Pr, neste ato representada pelo Sr. **OVIDIO SANTOS MOREIRA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado com sede na rua Panambi, nº 1036, centro, cep.: 87.300-460, na cidade de Campo Mourão – Pr, portador da cédula de identidade sob o n° 3.60762-8SSP/PR e CPF sob o n° 437.079.479-04.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DOS QUANTITATIVOS – Renova-se os quantitativos iniciais com base no Art. 10, § 3º do Decreto Municipal nº 15/2024, conforme a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT LICITADA	SALDO ATUAL	QNT RENOVADA	VALOR UNITÁRIO
3	Câmara de Ar 34	Und	5	3	2	R$ 385,00
4	Câmaras de Ar 1000X20	Und	50	40	10	R$ 125,00
12	Pneus Novos 1000x20 Liso 16 Lonas	Und	20	10	10	R$ 1.600,00
23	Pneus Novos 185x70x14 Radial	Und	75	75	0	R$ 315,00
24	Pneus Novos 19,5x24 12 Lonas	Und	2	0	2	R$ 3.450,00
33	Pneus Novos 23,1x26 (Rolo) Borrachudo 12 Lonas	Und	2	0	2	R$ 6.350,00
50	Pneus Novos 295x80x22,5 Liso	Und	10	6	4	R$ 2.150,00
TOTAL DO ADITIVO: R$ 46.220,00 (quarenta e seis mil, duzentos e vinte e dois reais)						

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR - O valor total da Ata Contratual passa de R$ 104.900,00 (cento e quatro mil e novecentos reais) para R$ 151.120,00 (cento e cinquenta e um mil, cento e vinte reais).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas da Ata Contratual vigente.

E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 05 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

OVIDIO SANTOS MOREIRA
Contratada

TESTEMUNHAS

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF.: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF.: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:E6CC2A80

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE FAZENDA
DECRETO 2292/2026

DECRETO Nº 2292/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 5º da Lei Municipal nº1532/2025-LOA, de 26 de novembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 856,86 (oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e seis centavos)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	334	03.001.0004.0122.0009.2001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E	07113	61,56

			FINANÇAS.3339093000000000000 - Indenizações e restituições		
2	Suplementar	334	03.001.0004.0122.0009.2001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.3339093000000000000 - Indenizações e restituições	07113	795,30
			Total		**856,86**

Origem de Recursos

Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
Excesso		4172499010100000000 Rendimentos BB 98413-2 - CONVÊNIO 128/2026 SETU - VÍNCULO 7113	07113	61,56
Anulação Dotação	295	05.003.0013.0392.0097.2020 - ATIVIDADES CULTURAIS.3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	07113	795,30
		Total	**856,86**	

Resumo por Vínculos

Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso
7113	795,30	0,00	61,56
Total	**795,30**	**0,00**	**61,56**

Art. 2º Ficam alterados os anexos da LDO 2026 e do PPA 2026-2029.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 05 de agosto de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Barbara Simoni Pereira Rydz
Código Identificador:6C6C0496

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
DECRETO Nº 91/2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº 1173/2025 de 25.11.2025 e dá outras providências.

Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei acima:

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto no PPA, LDO e Orçamento Municipal Vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 71.266,90 (setenta e um mil duzentos e sessenta e seis reais e noventa centavos) nas seguintes dotações:

02.000.00.000.0000.0.000	**- EXECUTIVO MUNICIPAL**		
02.004.00.000.0000.0.000	- GESTÃO PARTICIPATIVA		
02.004.04.122.0002.2.209	- EMENDA IMPOSITIVA – REFORMA E ADEQUAÇÃO DOS PRÉDIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO		
3.3.90.39.00.00 – 36	- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	3.000.00
04.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**		
04.001.00.000.0000.0.000	- ADMINISTRAÇÃO GERAL		
04.001.04.129.0003.2.401	- MANTER O SETOR DE ARRECADAÇÃO		
3.3.90.93.00.00 - 778	- Indenizações e Restituições	R$	6,90
31886	- Convênio Dia do Trabalhador		
07.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE SAUDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.301.0007.2.705	- MANTER UBS SAÚDE DA FAMÍLIA		
3.3.90.32.00.00 - 222	- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	15.000,00
08.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.002.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
08.002.12.365.0010.2.819	- MANTER E EDUCAÇÃO INFANTIL (0 A 6) ANOS		
4.4.90.52.00.00 - 779	- Equipamentos e Material Permanente		
30044	- Escola em tempo integral - Ex Ant	R$	8.360,00
09.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER**		
09.001.00.000.0000.0.000	- DESPORTO AMADOR		
09.001.00.000.0000.0.000	- INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR		
3.3.90.30.00.00 - 531	- Material de Consumo		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	15.000,00
12.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**		
12.001.00.000.0000.0.000	- SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO		
12.001.17.512.0017.2.123	- CONS. INTERM. DE SAN. DO PARANÁ – CISPAR		
3.3.72.39.00.00 - 579	- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.900,00
13.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
13.003.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
13.003.08.245.0008.2.135	- MANTER AS ATIVIDADES DO CRAS		
3.3.90.30.00.00 - 743	- Material de Consumo		
31959	- Piso Unico de Assistência Social	R$	12.000,00
3.3.90.39.00.00 - 744	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
31959	- Piso Unico de Assistência Social	R$	12.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**71.266,90**

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante:

Excesso de Arrecadação no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) conforme tabela abaixo:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
31959	- Piso Unico de Assistência Social	24.000,00

O cancelamento parcial da seguinte dotação:

02.000.00.000.0000.0.000	**- EXECUTIVO MUNICIPAL**		
02.004.00.000.0000.0.000	- GESTÃO PARTICIPATIVA		
02.004.04.122.0002.2.209	- EMENDA IMPOSITIVA – REFORMA E ADEQUAÇÃO DOS PRÉDIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO		
4.4.90.51.00.00 – 37	- Obras e Instalações		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	3.000.00
06.000.00.000.0000.0.000	- DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS		
06.001.00.000.0000.0.00	- DIVISÃO SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		
06.001.15.452.0005.2.603	- MANTER A ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
3.3.90.39.00.00 - 174	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	20.900,00
07.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE SAUDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.301.0007.2.705	- MANTER UBS SAÚDE DA FAMÍLIA		
3.3.90.30.00.00 - 219	- Material de Consumo		
01303	- Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$	15.000,00
08.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.006.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DA CULTURA		
08.006.13.392.0011.2.815	- COMEMORAÇÃO DE DATAS FESTIVAS		
3.3.90.39.00.00 - 741	- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
31886	- Convênio Dia do Trabalhador	R$	6,90
TOTAL DO CANCELAMENTO		**R$**	**38.906,90**

Superávit Financeiro O Superávit Financeiro no valor de R$ 8.360,00 (oito mil, trezentos e sessenta reais) apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do Art. 43 43 § 1º da Lei 4.320/64.Conforme tabela

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
30044	- Escola em tempo integral - Ex Ant	8.360,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nossa Senhora das Graças, 05 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito do Município

Publicado por:
Rodrigo Vialli da Reissureicao
Código Identificador:B79A647E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2026

PROCESSO Nº 239/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 72/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: 65.950.619 GIULLIA VITORIA DA SILVA ARAUJO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 65.950.619/0001-02

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCUÇÃO, NARRAÇÃO E APRESENTAÇÃO NA 1 ª AGRO FEST ABATIÁ

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - SERVIÇO DE LOCUÇÃO E NARRAÇÃO	1	18159	SERVIÇO DE LOCUÇÃO/NARRAÇÃO PROFISSIONAL PARA FORNECIMENTO DE PROFISSI com experiência em apresentação, shows, abertura de eventos culturais, demais protocolos respeitando a leitura do roteiro e conduzindo o andamento durante evento conforme orientação da secretaria requisitante. O REFERIDO SERVIÇO DEVERÁ SER EXECUTADO NO DIA 15/08/2026 no Evento da 1ª AGRO FEST 2026 em nosso município, a partir das 20:30hrs, com início do baile de escolha da rainha da ExpoAbatiazão e logo após Show com a Dupla Virgílio e Tiago. LOCAL: CENTRO DE		SERVI	1,00	1.999,99	1.999,99

			EVENTOS ANTÔNIO PINHEIRO DA COSTALocalizado à margem esquerda da PR 436 - Avenida João Carvalho de Mello – 702, saída para Ribeirão do Pinhal, próximo à Rodoviária - CEP: 86.460-000 – Abatiá/PrOBS: SOBRE A QUESTÃO DO PAGAMENTO, DEVE CONSTAR NO CONTRATO COM A EMPRESA, A QUAL DEVE ESTAR CIENTE QUE SOMENTE OCORRERÁ APÓS O PERIODO ELEITORAL DE 2026.					
TOTAL								1.999,99

VALOR TOTAL: *R$ 1.999,99 (Um Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Nove Centavos)*

VIGÊNCIA: 05/08/2026 a 31/12/2026.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:CBFEE91F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 108 DE 31 DE JULHO DE 2026

SÚMULA: Autoriza a Abertura de Crédito Adicional suplementar por anulação no Orçamento Geral do Município.

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal 4.320/64, no Art. 5º da Lei Municipal 1314/2025 de 26 de novembro de 2025.

D E C R E T A

Art. 1º Fica Aberto no Orçamento Geral, o Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 797.200,00 (seiscentos e noventa e sete mil e duzentos reais)**, de acordo com a seguinte classificação orçamentária:

	ÓRGÃO	**04.00**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
	UNIDADE	**04.001**	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	
	FUNÇÃO	10	SAÚDE	
	SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica	
	PROGRAMA	9	Assistência Médica, Ambulatorial e Hospitalar para a População	
	PROJ/ATIVID.	**2.011**	**Manter e Incrementar o Atendimento nas Unid. de Saúde de Atenção Básica**	
	Fonte de Recursos	303	00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
85	3.1.90.13.00	0303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	400.000,00
92	3.3.90.39.00	0303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRTOS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
	PROJ/ATIV.	**2.013**	**MANTER AS AÇÕES DE PRONTO ATENDIMENTO UN. MOISES LUPION**	
	Fonte de Recursos	303	00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
107	3.3.90.39.00	0303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRTOS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
108	3.3.90.48.00	0303	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS	112.500,00
	ÓRGÃO	**05.00**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**	
	UNIDADE	**05.001**	**Divisão do Ensino Fundamental**	
	FUNÇÃO	12	Educação	
	SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental	
	PROGRAMA	11	Promoção e Qualidade da Educação Básica	
	PROJ/ATIVID.	**2.018**	**Manutenção da Educação Básica**	
	Fonte de Recursos	103	00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	
135	3.3.90.14.00	0103	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
	ÓRGÃO	**07.00**	**SECRETARIA DE OBRAS RODOVIÁRIAS**	
	UNIDADE	**7.001**	**Departamento Rodoviário**	
	FUNÇÃO	26	Transporte	
	SUBFUNÇÃO	782	Transporte Rodoviário	
	PROGRAMA	22	Modernização do transporte, Viação e Obras Públicas	
	PROJ/ATIV.	**2.039**	**Manter o Setor de Transporte, e Obras Públicas**	
	Fonte de Recursos	0000	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	
203	3.3.90.30.00	0000	MATERIAL DE CONSUMO	124.700,00
			SOMA TOTAL	**797.200,00**

Art. 2º Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior será utilizado conforme artigo 5º da Lei Municipal 1314/2025, a redução da seguinte dotação do Orçamento do presente exercício, a saber:

	ÓRGÃO	**04.00**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
	UNIDADE	**04.001**	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	
	FUNÇÃO	10	SAÚDE	
	SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica	
	PROGRAMA	9	Assistência Médica, Ambulatorial e Hospitalar para a População	
	PROJ/ATIVID.	**2.011**	**Manter e Incrementar o Atendimento nas Unid. de Saúde de Atenção Básica**	
	Fonte de Recursos	303	00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
84	3.1.90.11.00	0303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	200.000,00
89	3.3.90.32.00	0303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB.	100.000,00
93	3.3.90.40.00	0303	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	50.000,00
94	3.3.92.46.00	0303	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	50.000,00
	PROJ/ATIV.	**2.013**	**MANTER AS AÇÕES DE PRONTO ATENDIMENTO UN. MOISES LUPION**	
	Fonte de Recursos	303	00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
101	3.1.90.94.00	0303	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	27.500,00
104	3.3.90.32.00	0303	- MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB	60.900,00
105	3.3.90.34.00	0303	OUTRAS DESP. PESSOAL DECORR.CONTRATOS	124.100,00
106	3.3.90.36.00	0303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRTOS - PESSOA FISICA	40.000,00

	ÓRGÃO	**05.00**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**	
	UNIDADE	**05.001**	**Divisão do Ensino Fundamental**	
	FUNÇÃO	12	Educação	
	SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental	
	PROGRAMA	11	Promoção e Qualidade da Educação Básica	
	PROJ/ATIVID.	2.018	Manutenção da Educação Básica	
	Fonte de Recursos	103	00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	
142	3.3.90.40.00	0103	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	20.000,00
	ÓRGÃO	**07.00**	**SECRETARIA DE OBRAS RODOVIÁRIAS**	
	UNIDADE	**7.001**	**Departamento Rodoviário**	
	FUNÇÃO	26	Transporte	
	SUBFUNÇÃO	782	Transporte Rodoviário	
	PROGRAMA	22	Modernização do transporte, Viação e Obras Públicas	
	PROJ/ATIV.	**2.039**	**Manter o Setor de Transporte, e Obras Públicas**	
	Fonte de Recursos	0000	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	
201	3.1.90.94.00	0000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	48.000,00
208	4.4.90.52.00	0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	76.700,00
			SOMA TOTAL	**797.200,00**

Art. 3º Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 4º Fica alterado o Anexo I da Lei Municipal n° 1290/2025 de 10 de junho de 2025 - (PPA 2026-2029), adicionando-se os valores do artigo 1°.
Art. 5º Fica alterado o Anexo I da Lei Municipal n° 1294/2025 de 27 de junho de 2025 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2026, incluindo-se os valores do artigo 1° em seus respectivos programas
Art. 6º Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 31 de julho de 2026.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Cristina Ferreira
Código Identificador:8EBBDD1C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 238/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER férias ao servidores abaixo relacionados, no período respectivo indicado:

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
3769	ADRIANA DE FRANCA	11/04/2025-10/04/2026	01/04/2026-30/04/2026
3458	ALEXANDRE HENRIQUE DE SIQUEIRA	08/02/2025-07/02/2026	16/04/2026-15/05/2026
112	ALICE ROSNER	04/01/2025-03/01/2026	01/04/2026-30/04/2026
10972	ANA BRUNA DE SOUZA OLIVEIRA SALLES	07/02/2025-06/02/2026	22/04/2026-06/05/2026
11167	ARILTON GALVÃO CORDEIRO	13/03/2025-12/03/2026	13/04/2026-12/05/2026
5097	CAROLINA ZENO MICHALSKI	03/05/2024-02/05/2026	06/04/2026-20/04/2026
10949	CLAUDIA SIMONE BACKE	08/01/2025-07/01/2026	01/04/2026-30/04/2026
9439	CLEIDE DE FATIMA DOS SANTOS MACHADO	12/04/2025-11/04/2026	13/04/2026-12/05/2026
2164	DARIO FARETO	05/03/2024-04/03/2025	16/04/2026-15/05/2026
3350	EDSON MARCELO DE SOUZA VAZ	20/03/2025-19/03/2026	16/04/2026-15/05/2026
3169	ERNESTO ANTONIO ROSSI	01/01/2024-31/01/2024	06/04/2026-20/04/2026
11279	FRANCINE APARECIDA DE CARVALHO	07/04/2025-06/04/2026	27/04/2026-26/05/2026
2600	GILBERTO GONÇALVES CORDEIRO	03/03/2024-02/03/2025	16/04/2026-15/05/2026
10117	GUILHERME JOSE PARNANGUARA	01/04/2025-31/03/2026	16/04/2026-15/05/2026
8968	GUILHERME UEDA	02/02/2025-01/02/2026	16/04/2026-15/05/2026
1334	HAMILTON APARECIDO MARTINS	01/01/2023-31/12/2023	16/04/2026-15/05/2026
10855	JAQUELINE GABARDO	08/01/2025-07/01/2026	16/04/2026-12/05/2026
10953	JENNYFER ESTHER BARBOSA	07/02/2025-06/02/2026	27/04/2026-11/05/2026
4436	JOYCE CRISTINA LEITE BATISTA MASSARANI	07/05/2023-06/05/2024	22/04/2026-21/05/2026
11210	JULIA CRISTINA URBICK DE CASTRO	24/03/2025-23/03/2026	22/04/2026-21/05/2026
9365	KALINA ZIPPERER JANCKOWSKI	12/04/2025-11/04/2026	27/04/2026-11/05/2026
9882	LEIDIANE FRANCISCO DE OLIVEIRA	05/02/2025-04/02/2026	06/04/2026-04/05/2026
10866	LETICIA CAWANE DE PONTES MULLER	08/01/2025-07/01/2026	15/04/2026-14/05/2026
9669	MARCIA CZELUSNIAK	10/07/2024-09/07/2025	06/04/2026-20/04/2026
8976	MARCOS AURELIO DIAS	02/02/2026-01/02/2026	06/04/2026-04/05/2026
10267	MARIA DANYELLE OLIVEIRA HOBAL	05/02/2025-04/02/2026	22/04/2026-21/05/2026
10969	MARISTELA APARECIDA FARIA DA ROSA	07/02/2025-06/02/2026	06/04/2026-20/04/2026
10978	RAFAELE CRISTINE FERREIRA DA LUZ	07/02/2025-06/02/2026	27/04/2026-11/05/2026
11158	RAYANE NICOLLE COSTA	20/03/2025-19/03/2026	06/04/2026-05/05/2026
6869	RENATA CORDEIRO DOS SANTOS	12/05/2025-11/05/2026	06/04/2026-05/05/2026
3933	ROSEMERI DALAZUANA	03/09/2024-02/06/2025	17/04/2026-16/05/2026
3093	ROSEMERI DALAZUANA	18/02/2024-17/02/2025	17/04/2026-16/05/2026
2743	SILMERE LAINE DA SILVA MOURA	08/02/2023-07/02/2024	07/04/2026-06/05/2026
11078	SIRLEI MARA DE BONGIM	10/03/2025-09/03/20226	16/04/2026-15/05/2026
10535	THIAGO BERNET DA LUZ	01/08/2024-31/07/2025	27/04/2026-26/05/2026
6161	WELLINGTON DE LIMA	22/02/2025-21/02/2026	01/04/2026-30/04/2026
3769	ADRIANA DE FRANCA	11/04/2025-10/04/2026	01/04/2026-30/04/2026
3458	ALEXANDRE HENRIQUE DE SIQUEIRA	08/02/2025-07/02/2026	16/04/2026-15/05/2026
112	ALICE ROSNER	04/01/2025-03/01/2026	01/04/2026-30/04/2026

10972	ANA BRUNA DE SOUZA OLIVEIRA SALLES	07/02/2025-06/02/2026	22/04/2026-06/05/2026
11167	ARILTON GALVÃO CORDEIRO	13/03/2025-12/03/2026	13/04/2026-12/05/2026
5097	CAROLINA ZENO MICHALSKI	03/05/2024-02/05/2026	06/04/2026-20/04/2026
10949	CLAUDIA SIMONE BACKE	08/01/2025-07/01/2026	01/04/2026-30/04/2026
9439	CLEIDE DE FATIMA DOS SANTOS MACHADO	12/04/2025-11/04/2026	13/04/2026-12/05/2026
2164	DARIO FARETO	05/03/2024-04/03/2025	16/04/2026-15/05/2026
3350	EDSON MARCELO DE SOUZA VAZ	20/03/2025-19/03/2026	16/04/2026-15/05/2026
3169	ERNESTO ANTONIO ROSSI	01/01/2024-31/01/2024	06/04/2026-20/04/2026
11279	FRANCINE APARECIDA DE CARVALHO	07/04/2025-06/04/2026	27/04/2026-26/05/2026
2600	GILBERTO GONÇALVES CORDEIRO	03/03/2024-02/03/2025	16/04/2026-15/05/2026
10117	GUILHERME JOSE PARNANGUARA	01/04/2025-31/03/2026	16/04/2026-15/05/2026
8968	GUILHERME UEDA	02/02/2025-01/02/2026	16/04/2026-15/05/2026
1334	HAMILTON APARECIDO MARTINS	01/01/2023-31/12/2023	16/04/2026-15/05/2026
10855	JAQUELINE GABARDO	08/01/2025-07/01/2026	16/04/2026-12/05/2026
10953	JENNYFER ESTHER BARBOSA	07/02/2025-06/02/2026	27/04/2026-11/05/2026
4436	JOYCE CRISTINA LEITE BATISTA MASSARANI	07/05/2023-06/05/2024	22/04/2026-21/05/2026
11210	JULIA CRISTINA URBICK DE CASTRO	24/03/2025-23/03/2026	22/04/2026-21/05/2026
9365	KALINA ZIPPERER JANCKOWSKI	12/04/2025-11/04/2026	27/04/2026-11/05/2026
9882	LEIDIANE FRANCISCO DE OLIVEIRA	05/02/2025-04/02/2026	06/04/2026-04/05/2026
10866	LETICIA CAWANE DE PONTES MULLER	08/01/2025-07/01/2026	15/04/2026-14/05/2026
9669	MARCIA CZELUSNIAK	10/07/2024-09/07/2025	06/04/2026-20/04/2026
8976	MARCOS AURELIO DIAS	02/02/2026-01/02/2026	06/04/2026-04/05/2026
10267	MARIA DANYELLE OLIVEIRA HOBAL	05/02/2025-04/02/2026	22/04/2026-21/05/2026

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 07 de Abril de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:64931AFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 430/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER férias ao servidores abaixo relacionados, no período respectivo indicado:

9385	KYARA MORGANA RAMOS DE LIMA	13/11/2024-12/11/2025	03/08/2026-17/08/2026
3203	GENOVEVA GONÇALVES	08/02/2024-07/02/2025	03/08/2026-17/08/2026
6169	DEBORA ALVES DOS SANTOS	07/03/2024-06/03/2025	17/08/2026-31/08/2026
10993	VITORIA MARIA SOUZA DE OLIVEIRA DE MAIA	17/02/2025-16/02/2026	03/08/2026-17/08/2026
9385	LETICIA DIAS MACHADO	13/11/2024-12/11/2025	03/08/2026-17/08/2026
3169	ERNETOS ANTONIO ROSSI	01/01/2024 - 31/01/2024	03/08/2026 - 17/08/2026
1490	LISZETE DE FATIMA DO NASCIMENTO	01/03/2024 - 28/02/2025	01/08/2026 - 30/08/2026
9838	ERIKA LUIZA DA SILVA FELLER	20/11/2024 - 19/11/2025	10/08/2026 - 24/08/2026
6479	FERNANDA STELLA FERREIRA MARTINS	06/06/2024 - 05/06/2025	24/08/2026 - 07/09/2026
2473	ANSELMO AROSO	20/03/2024 - 19/03/2025	11/08/2026 - 09/09/2026
10481	WILLIAM CROPOLATO MATIAS	01/08/2024 - 31/07/2025	03/08/2026 - 17/08/2026
4645	MILEIDE MARIA DA SILVA	12/08/2024 - 11/08/2025	03/08/2026 - 01/09/2026
9396	LUIZ ARCELIO DA CRUZ	12/04/2025 - 11/04/2026	28/07/2026 - 27/08/2026
1559	RUBIAMARA DA SILVA BATISTA DOS SANTOS	21/06/2024 - 20/06/2025	17/08/2026-31/08/2026
9677	DALVA NEVES CAMPOS	10/07/2024 - 09/07/2025	15/07/2026 - 31/07/2026
509	ANGELA MARIS KOWALSKI DREWS	01/05/2024- 30/04/2025	03/08/2026- 17/08/2026
9695	VALÉRIA MARTINEZ BRAMBILLA	10/07/2025 - 09/07/2026	13/07/2026 - 27/07/2026
2723	NAIARA APARECIDA DE MELLO MEDYK	21/06/2023 - 20/06/2024	13/07/2026 - 27/07/2026
9947	ANDRESSA PEIREIRA LINHARES	06/03/2025 - 05/03/2026	01/07/2026 - 30/07/2026
10989	CAMILA CASTEX	10/02/2025 - 09/02/2026	21/08/2026 - 04/09/2026
9549	JEAN CARLOS MENDES CORREIA	01/06/2025 - 31/05/2026	31/08/2026 - 14/09/2026
11056	JULIA SCHLICHTING AZEVEDO	28/02/2025 - 27/02/2026	27/07/2026 - 25/08/2026
11381	ELIZIANE DOS SANTOS PAULA MACHADO	13/05/2025 - 12/05/2026	06/07/2026 - 20/07/2026
11396	SIMONE CORREA ANDRADE	13/05/2025 - 12/05/2026	03/08/2026 - 17/08/2026
9364	ANA CAROLINA FARIAS VIEIRA	12/04/2025 - 11/04/2026	01/08/2026 - 30/08/2026
10966	VALDEIRES ALVES DE ANDRADE	07/02/2025 - 06/02/2026	21/07/2026 - 04/08/2026
2619	EDNA CARDOZO DE SIQUEIRA	04/04/2023 - 03/04/2024	13/07/2026 - 11/07/2026
11384	ALINE FRANCIELE ALMEIDA LARA RIBEIRO	13/05/2025 - 12/05/2026	20/07/2026 - 19/08/2026
2539	MOACIR DIDONE JUNIOR	21/06/2024 - 20/06/2025	10/08/2026 - 08/09/2026
11313	WESLEY DE LUCCA NUNES SILVA	01/04/2025 - 31/03/2026	20/07/2026 - 03/08/2026
11347	NERCINDA DOS SANTOS	08/05/2025 - 07/05/2026	10/08/2026 - 08/09/2026
9371	IRINEIDE DE MEIRA	12/04/2024 - 11/04/2025	03/08/2026 - 17/08/2026
11016	ELVIS HELIO DE CAMARGO	07/02/2025 - 06/02/2026	15/08/2026 - 13/09/2026
6221	RAFAEL DA SILVA NEVES	07/03/2025 - 06/03/2026	03/08/2026 - 02/09/2026
6123	LUCIANI LUBNOW	23/02/2025 - 22/02/2026	03/08/2026 - 02/09/2026
9841	VALÉRIA MACHADO RAMALHO	23/11/2024 - 22/11/2025	03/08/2026 - 02/09/2026
10233	JOAO PAULO DE OLIVEIRA KVIATKOSKI	04/06/2025 - 03/06/2026	10/08/2026 - 24/08/2026
11442	BRUNA TIL	08/05/2025 - 07/05/2026	15/07/2026 - 13/08/2026

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 06 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:C6BC12EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 484/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 37, incisos II e V, da Constituição Federal, com o artigo 89, inciso II, "a", da Lei Orgânica do Município e de acordo com Lei Complementar nº 020/2011 e Lei Complementar nº 108/2023,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR os profissionais abaixo relacionados para o cargo efetivo de GUARDA MUNICIPAL, regido pelo Estatuto de Servidores Públicos do Município de Almirante Tamandaré, Lei Complementar Municipal nº 019/2011, Lei Complementar nº 020/2011 e Lei Complementar nº 108/2023, com vencimento constante na classe AA, referência 01, a partir de 31 de julho de 2026, conforme aprovação no Concurso Público nº 01/2023 - Edital nº 005/2023:

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	RG
3º	FABIO JUNIOR DE BRITO	9.7XXXXX-0/PR
6º	MAYARA NEVES ARAÚJO	105.XXXXX9-17
32º	VITÓRIA GULHAK DUARTE	14.2XXXX5-4/PR
36º	GABRIEL EDUARDO PEREIRA RAGAGNAN	13.4XXXXX-6/PR
39º	JOSÉ DANIEL RODRIGUES DIAS	15.3XXXXX-7/PR
40º	RAUL SILVA WOLFF	129.2XXXXX66
42º	LUIS FELIPE DAS CHAGAS ROCHA	139XXXXX9-77
44º	EVERTON FELÍCIO MARTINS	9.6XXXXX-4/PR
45º	TIAGO FRANCISCO DA COSTA CHEROBIM	13.7XXXX9-9/PR
46º	RICHARD COTA NASCIMENTO	078XXXXX2.01
48º	GABRIEL ANTONIO DOS SANTOS	9.2XXXX1-4/PR
53º	ARTUR SOARES DA SILVA	13.9XXXX4-7/PR
56º	SOLANGE CRISTINA DOS SANTOS	8.6XXXXX-4 /PR
57º	RHAIKAR SAROBA COUTINHO DOS SANTOS	036.XXXXXX-38
58º	IURY DA SILVA MACHADO OLIVIERE	15.XXXXX4-0/RJ
59º	LUCAS GEOVANE DOS SANTOS	12.5XXXX0-3/PR

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 31 de julho de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:F6C8394E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 494/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER férias ao servidores abaixo relacionados, no período respectivo indicado:

MAT.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
9336	JOSE REINALDO MASSUQUETO	12/04/2023-11/04/2024	08/09/2026-22/09/2026
1269	JOAO LEOCADIO BATISTA DOS SANTOS GRITEN	01/06/2022-31/05/2023	15/09/2026-29/09/2026
8995	THALIZE WENCESLAU DOS SANTOS	02/02/2025-01/02/2026	08/09/2026-22/09/2026
10109	RODRIGO DE MATOS	12/04/2025 - 11/04/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
10211	FABIELE APARECIDA DA SILVA	16/05/2025 - 15/05/2026	18/09/2026 - 02/10/2026
9395	JOSE ANTINIO SETTI BARBOSA	12/04/2024 - 11/04/2025	08/09/2026- 22/09/2026
11396	SIMONE CORREA ANDRADE	13/05/2025 - 12/05/2026	07/09/2026 - 23/09/2026
5112	ELIANO ANTONIO DE NOVAIS	01/04/2024 - 31/05/2025	03/09/2026 - 02/10/2026
9426	AZIMIR GUIMARAES DE FRANCA	08/02/2025 - 07/02/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
4022	SIMONE HENKES	18/05/2024- 17/05/2026	08/09/2026 - 07/09/2026
9551	VANESSA ALMEIDA DA SILVA CORREA	01/06/2025 - 31/05/2026	01/09/2026 - 15/09/2026
3342	EDSON ANTONIO PEREIRA	05/03/2024 - 04/03/2025	16/09/2026 - 15/10/2026
5212	PABLO LUIZ MILANI	01/11/2022 - 31/10/2023	14/09/2026 - 13/10/2026
11437	ANDRESSA CAROLINE FERREIRA DA SILVA	23/03/2025 - 22/05/2026	08/09/2026 - 22/09/2026
11691	EMERSON AUGUSTO FARIAS DA SILVA	11/09/2025 - 10/09/2026	14/09/2026 - 28/09/2026
3465	FERNANDA CAVALCATI MAGALHES	21/06/2025 - 20/06/2026	08/09/2026- 22/09/2026
4891	ROSANA APARECIDA KUROSKI	15/07/2025 - 14/07/2026	21/09/2026 - 05/10/2026
3250	EDNEIA APARECIDA DOMINGUES DE OLIVEIRA	08/02/2025 - 07/02/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
9668	GEFERSON SOARES PEDRO	10/07/2025 - 09/07/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
9389	CLEITON ALVES FERNANDES	12/04/2023 - 11/04/2024	10/09/2026 - 09/10/2026
9397	SANDRO FERNANDES ALBOIT	12/04/2024 - 11/04/2025	01/09/2026 - 30/09/2026
9412	ADILSON MANOEL DOS SANTOS	12/04/2024 - 11/04/2025	08/09/2026 - 07/10/2026
9418	LUIZ CARLOS MACIEL FARIAS	12/04/2025 - 11/04/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
3599	AZIMIR GUIMARAES DE FRANCA	08/02/2025 - 07/02/2026	08/09/2026 - 07/10/2026

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 04 de agosto de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Bonete de Lima
Código Identificador:6D836179

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 050/2026 - CONCURSO PÚBLICO 2023

A **Secretaria Municipal de Recursos Humanos**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base no Artigo 17, inciso I alínea b da Lei Municipal nº 019/2011, Lei Federal nº 13.022/2014, Lei Complementar nº 020/2011, Lei Complementar 107/2023 e Lei Complementar 108/2023, tendo em vista o Decreto Municipal nº 076/2024 e o Edital de abertura nº 005/2023, e em conformidade com a legislação vigente, resolve:

TORNAR PÚBLICO

O **RESULTADO FINAL** do **EXAME DE HIGIDEZ FÍSICA, EXAME DE INVESTIGAÇÃO DE CONDUTA E AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO** para o cargo de **GUARDA MUNICIPAL** contido no **Anexo I** deste Edital, conforme item 17 do Edital nº 005/2023.

CONVOCAR os candidatos contidos no **Anexo II** deste Edital, considerados **APTOS** no Exame de Higidez Física, Exame de Investigação de Conduta **e** Avaliação da Documentação, para o cargo de **GUARDA MUNICIPAL,** a comparecer no dia **31 de julho de 2026 às 15:00 horas** no Centro de Convenções Edson Dalke, situado à Rua Rachel Cândido de Siqueira nº 533 - Centro – Almirante Tamandaré– PR para **ATO DE POSSE DE CARGO,** portando documento de identificação com foto.

Os candidatos convocados neste Edital deverão cumprir o contido do artigo 37 da Lei Complementar nº 19/2011.

O não cumprimento do **item 3** deste Edital tornará sem efeito o ato da nomeação, conforme artigo 38 da Lei Complementar nº 19/2011.

Em conformidade com o artigo 6º, parágrafo 2º da Lei Complementar nº 107/2023, os Guardas Municipais considerados INAPTOS pela avaliação psicológica para porte de arma no Curso de Formação, serão inclusos no procedimento de PROCESSO ADMINISTRATIVO POR RITO SUMÁRIO.

Em conformidade com artigo 6º, parágrafo 5º da Lei Complementar nº 107/2023 e Decreto nº 016/2024: "O servidor que não conseguir a aprovação de 70% (setenta por cento) ou seja, nota será 7,0 (sete), como critério de aproveitamento no Curso de Formação, será considerado INAPTO à função do cargo de Guarda Municipal e exonerado observado o devido processo legal."

Em conformidade com o item 17.1 do Edital nº 005/2023, as publicações estão disponíveis no endereço eletrônico do Município, **www.tamandare.pr.gov.br, no Diário Oficial do Município e afixadas no mural público** na sede da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, situada à Av. Emílio Johnson, 360, Centro.

Almirante Tamandaré, 27 de julho de 2026.

RUBIAMARA PAVIN COLODEL
Secretária Municipal de Recursos Humanos

ANEXO I
RESULTADO FINAL do **EXAME DE HIGIDEZ FÍSICA, EXAME DE INVESTIGAÇÃO DE CONDUTA** e **AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO**
Cargo: GUARDA MUNICIPAL

AMPLA CONCORRÊNCIA		
CLASS .	**NOME DO CANDIDATO**	**RESULTADO**
31º	JHONATA DA SILVA ARAUJO GONÇALVES	FINAL DE LISTA 18.14630/2026
32º	VITORIA GULHAK DUARTE	APTO
33º	MURILLO NASCIMENTO CARVALHO	AUSENTE
34º	ROSSANO VICENTE EGGERS	AUSENTE
35º	JAMES PILLON LOPES	AUSENTE
36º	GABRIEL EDUARDO PEREIRA RAGAGNAN	APTO
37º	ANA LIVIA RIBAS VESOLOSKI	AUSENTE
38º	EDUARDO AUGUSTINHAK HEITKOETTER	AUSENTE
39º	JOSÉ DANIEL RODRIGUES DIAS	APTO
40º	RAUL SILVA WOLFF	APTO
41º	FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA	AUSENTE
42º	LUIS FELIPE DAS CHAGAS ROCHA	APTO
43º	WELTON GUILHERME MARTINHO	FINAL DE LISTA 18.8106/2026
44º	EVERTON FELÍCIO MARTINS	APTO
45º	TIAGO FRANCISCO DA COSTA CHEROBIM	APTO
46º	RICHARD COTA NASCIMENTO	APTO
47º	FRANCISCO DE ASSIS LEME SILVEIRA JÚNIOR	AUSENTE
48º	GABRIEL ANTONIO DOS SANTOS	APTO
49º	REBECA LIBERATO	AUSENTE
50º	GABRIEL MANARIM	AUSENTE

51º	KEVYN APARECIDO KREGINSKI	AUSENTE
52º	ERICH VINICIUS MOSCHEN	AUSENTE
53º	ARTUR SOARES DA SILVA	APTO
54º	ALISSON RODRIGO ESCALANTE TEIXEIRA	AUSENTE
55º	GABRIEL OLYMPIO ARAUJO CUNHA	AUSENTE
56º	SOLANGE CRISTINA DOS SANTOS	APTO
57º	RHAIKAR SAROBA COUTINHO DOS SANTOS	APTO
58º	IURY DA SILVA MACHADO OLIVIERE	APTO
59º	LUCAS GEOVANE DOS SANTOS	APTO

PESSOA COM DEFICIENCIA		
CLASS .	**NOME DO CANDIDATO**	**RESULTADO**
3º	FABIO JUNIOR DE BRITO	APTO

AFRODESCENDENTES		
CLASS .	**NOME DO CANDIDATO**	**RESULTADO**
4º	LUIZ EDUARDO DOS SANTOS ZAJACZKOSKI	AUSENTE
5º	ELVI GUIMARÃES BEZERRA	FINAL DE LISTA 18.8385/2026
6º	MAYARA NEVES DE ARAÚJO	APTO
7º	HENRIQUE ELIAS DOS SANTOS	INAPTO

ANEXO II
CANDIDATOS APTOS PARA ATO DE POSSE DE CARGO GUARDA MUNICIPAL

Data: 31 de julho de 2026 às 15:00 horas - Local: Centro de Convenções Edson Dalke, situado à Rua Rachel Cândido de Siqueira nº 533 - Centro – Almirante Tamandaré– PR

CLASS .	**NOME DO CANDIDATO**	**RESULTADO**
32º	VITORIA GULHAK DUARTE	**APTO**
36º	GABRIEL EDUARDO PEREIRA RAGAGNAN	**APTO**
39º	JOSÉ DANIEL RODRIGUES DIAS	**APTO**
40º	RAUL SILVA WOLFF	**APTO**
42º	LUIS FELIPE DAS CHAGAS ROCHA	**APTO**
44º	EVERTON FELÍCIO MARTINS	**APTO**
45º	TIAGO FRANCISCO DA COSTA CHEROBIM	**APTO**
46º	RICHARD COTA NASCIMENTO	**APTO**
48º	GABRIEL ANTONIO DOS SANTOS	**APTO**
53º	ARTUR SOARES DA SILVA	**APTO**
56º	SOLANGE CRISTINA DOS SANTOS	**APTO**
57º	RHAIKAR SAROBA COUTINHO DOS SANTOS	**APTO**
58º	IURY DA SILVA MACHADO OLIVIERE	**APTO**
59º	LUCAS GEOVANE DOS SANTOS	**APTO**

CLASS .	**NOME DO CANDIDATO**	**RESULTADO**
3º	FABIO JUNIOR DE BRITO	**APTO**

CLASS .	**NOME DO CANDIDATO**	**RESULTADO**
6º	MAYARA NEVES ARAÚJO	**APTO**

Publicado por:
Camila Stelle Rocha
Código Identificador:063FB198

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 079/2026 – PSS/SMRH

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 079/2026 – PSS/SMRH

A Secretária Municipal de Recursos Humanos, no uso das atribuições, considerando o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base no Artigo 1º, §4º da Lei Complementar nº 019/2011, Artigo 3º da Lei Complementar 018/2011 e parágrafo 1º, Inciso IV do Artigo 8° da Lei nº 173/2020 e na autorização exarada no Parecer Jurídico nº 002/2026, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1.CONVOCAR os candidatos contidos no **Anexo I** deste Edital, para o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ANOS INICIAIS 20 HORAS** a comparecer no Centro Administrativo Vereador Dirceu Pavoni, situado à Rua Maurício Rosemann, nº 15, Cachoeira – Almirante Tamandaré– PR para ENTREGA DE ATESTADO MÉDICO E DOCUMENTAÇÃO em conformidade com o item 13.4 do Edital 011/2026– PSS/SMRH.

2.O Candidato deve cumprir o contido no item 14.2 do Edital nº 011/2026 – PSS/SMRH **“Quando convocado para contratação, o candidato deverá apresentar Atestado de Saúde, expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná**, considerando-o **APTO** para o exercício da função”.

3.Além do Atestado de Saúde **original**, considerando APTO, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos no item 13.4 do Edital nº 01/2026 – PSS/SMRH contidos no **ANEXO II**, apresentar as **CÓPIAS JUNTAMENTE COM O DOCUMENTO ORIGINAL**, para que um servidor público possa dar fé ou cópias autenticadas em cartório.

4.O não comparecimento em local, data e hora determinados e o não cumprimento dos itens contidos neste Edital fará com que o candidato **SEJA ELIMINADO DO CERTAME,** conforme item 13.5 do Edital nº 011/2026 – PSS/SMRH.

5.Os candidatos relacionados no **Anexo IV** que não compareceram para o cumprimento do Edital nº 074/2026 - PSS/SMRH, denominado como **AUSENTES**, estão eliminados do certame.

Almirante Tamandaré, 05 de agosto de 2026.

RUBIAMARA PAVIN COLODEL
Secretária Municipal de Recursos Humanos

ANEXO I
CONVOCAR PARA ENTREGA DE **ATESTADO MÉDICO E DOCUMENTAÇÃO**
DIA 12 DE AGOSTO DE 2026
Horário: 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30
CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ANOS INICIAIS 20 HORAS – PSS/SMRH 2026

CLASS	NOME	R.G	NOTA – TITULOS	NASCIMENTO
104	SIBELI CRISTIANE COSTA	9.***.***-7	54,48	16/03/1986
105	JANAINA ANIVELCINA DE CAMPOS	13. ***.***-6	54,1	10/2/1995
106	LILIANE DO ROCIO FELIPE	8. ***.***-4	54	21/09/1979
107	MARCIELE DE OLIVEIRA LOURENÇO	15. ***.***-3	54	17/11/2001
108	LUANA RIBEIRO BUCZENSKI	13. ***.***-9	53	04/08/1998
109	CELIA REGINA GUIMARAES	9. ***.***-1	51,72	21/02/1962
110	NILZI BUENO VIDA	4. ***.***-2	51	16/08/1964
111	JOSIANE ROBAINA	5. ***.***-5	51	02/07/1972
112	ANDREIA DUBIELA	7. ***.***-3	51	21/04/1980
114	OZIEL OLIVEIRA DA SILVA	15. ***.***-8	51	08/07/1995
115	GABRIEL COSTA LEAL	13. ***.***-9	51	10/04/1996
117	IVAN MARÇAL PEREIRA	8. ***.***-0	49,2	16/04/1982
118	MIRIELE COSTA RIBEIRO	12. ***.***-4	49,2	11/04/1994
119	RAQUEL WOLINGER NEVES	7. ***.***-9	49	07/10/1981
120	VANESSA CRISTINA DE OLIVEIRA	6. ***.***-6	48,9	03/12/1974
121	MARCELLY CRISTY COELHO	9. ***.***-8	48,7	27/2/1987
122	PEROLA LIEGE MENDES	8. ***.***-8	48,6	02/12/1988
123	MATEUS ENRIQUE GOULIN	14. ***.***-0	48,6	31/12/1996
124	TACIANE DOLIRIA DOS SANTOS MACHADO	13. ***.***-0	48,6	05/08/1997
126	CLEIZE PACHECO DOS SANTOS DA SILVA	928. ***.***-91	48	19/11/1974

AFRODESCENDENTE

CLASS	NOME	R.G	NOTA – TITULOS	NASCIMENTO
13	CLEISIANE RODRIGUES SANTOS HALMA	10. ***.***-5	45	31/03/1988
14	LÂNDANA LWENA DOS SANTOS PIRES	9. ***.***-7	45	28/04/1996

ANEXO II
De acordo com o item 13.4 do Edital 011/2026 – PSS/SMRH
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ENTREGA

Apresentar as cópias juntamente com os originais ou autenticadas em cartório
a) cópia e original da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) prova de quitação com a Justiça Eleitoral - comprovante de votação da última eleição ou Certidão do Cartório Eleitoral;
c) prova de quitação como serviço militar para o candidato do **sexo masculino**;
d) cópia e original do documento de Identificação com foto;
e) cópia e original do Cartão do CPF;
f) cópia e original do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo - Diploma/Certificado devidamente registrado no MEC ou habilitação legal equivalente de conclusão do curso;
g) cópia e original da Certidão de Nascimento e cartão do CPF do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) **certidão Negativa Criminal (ORIGINAL)** expedida pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca (Município) onde reside;
i) cópia e original do comprovante de residência;
j) cópia da carteira de trabalho constando páginas de identificação, dados pessoais do trabalhador e o número do PIS/PASEP **(ATUALIZADO)**;
k) Declaração de existência ou inexistência de acúmulo de cargo público;.
l) cópia e original do cartão do Sistema Único de Saúde;
m) **Atestado de Saúde ORIGINAL,** expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná, considerando-o APTO para o exercício da função, objeto da contratação;
n) 01 (uma) fotos ¾ recentes;
o) Conta no Banco Caixa;

ANEXO III

CARGO:_____
DADOS PESSOAIS:
Nome: _____
RG: _____Emissão: / / _____UF:_____ CPF:_____ PIS/PASEP:_____ Cart. De Trabalho: _____
UF:_____ Série: _____
Titulo Eleitoral: Zona: Seção:
Sexo: Masculino ( ) Feminino ( ) Estado civil _____Nasc. _____
Endereço Residencial:_____
_____nº:_____Bairro: _____

CEP: _____Cidade: _____ Estado: _____
Telefones: residencial: (____) _____ celular: (____) _____
E-mail: _____

QUANT. DOC.	DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE
	Exame admissional
	cópia e original da **Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento**;
	prova de **quitação com a Justiça Eleitoral** - comprovante de votação da última eleição ou Certidão do Cartório Eleitoral;
	prova de **quitação como serviço militar** para o candidato do sexo masculino;
	cópia e original do **documento de Identificação** com foto;
	cópia e original do **Cartão do CPF**;
	cópia e original do **Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade** exigido pelo requisito do cargo - Diploma/Certificado devidamente registrado no MEC ou habilitação legal equivalente de conclusão do curso;
	Cópia e original do Registro no Conselho de Classe com anuidade vigente
	cópia e original da Certidão de Nascimento de(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
	cópia e original do CPF de(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
( ) SIM ( ) NÃO	**Autorizo a inclusão do menor acima mencionado como dependente do Imposto de Renda.**
	certidão Negativa **Criminal** expedido pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca (Município) onde reside;
	cópia e original do **comprovante de residência**;
	Cópia da carteira de trabalho **(identificação e número do PIS/PASEP);**
	Declaração de existência ou inexistência de acúmulo de cargo público.
	Cópia e original do Cartão Único de Saúde
	01 (uma) fotos ¾ recentes;
	Conta no Banco Caixa

Almirante Tamandaré/PR em _____/_____/_____

_____
Assinatura do Candidato

_____
Assinatura e carimbo do Funcionário Receptor da Entrega da Documentação

ANEXO IV
RELAÇÃO DE COMPARECIMENTO PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO
CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – INICIAL- 20 HORAS –PSS/SMRH 2026 – EDITAL 074/2026

CLASS	NOME	R.G	NOTA -TITULO	CHAMAMENTO
69	JESSICA DOS SANTOS BRITTO	12.643.504-5	66	AUSENTE
70	BRUNA LAUREANO	13.427.330-5	66	DESISTENTE
71	IVANETE DA CONCEIÇÃO PAIXÃO	422.267.592-04	65,76	AUSENTE
76	JAQUELINE CRISTO MIRANDA	9.137.339-4	63	AUSENTE
77	MAURO JUNIOR PALMEANO ARCANJO	9.611.726-4	63	AUSENTE
80	FERNANDA ALINE MENDES MARTINS	14.169.001-9	62,24	AUSENTE
82	PATRICIA REGINA DE OLIVEIRA DE LIMA	7.987.998-3	61,8	AUSENTE
84	KATIA MARIA MOREIRA DA SILVA	702.628.703-63	60,48	AUSENTE
85	VERA LUCIA ROCHA DE SOUZA	3.672.161-8	60	AUSENTE
86	JOSIANE RODRIGUES DOS SANTOS	3.667.118-1	60	AUSENTE
88	CLAUDIA REGINA BRUSAMOLIN	6.580.399-2	60	AUSENTE
90	KELLY CRISTINA ZARAN GORAS	10.554.213-5	60	AUSENTE
91	KEYLA FIGUEIRA DOS ANJOS	15.797.386-0	59,52	AUSENTE
92	RAFAELA DE OLIVEIRA LEAL	9.406.843-6	59,4	AUSENTE
93	CAMILE LUCAS MALHEIROS	102.631.389-92	59,4	AUSENTE
95	LILIAN CZOCHER ALVES	7.273.421-1	58,8	AUSENTE
98	CRISTIANE DE FATIMA BONTORIN SILVA	8.591.491-0	57,72	AUSENTE
99	DEISE RAIMUNDO FERREIRA	8.418.614-7	57	DESISTENTE
100	THAIANA MARIELLE DA SILVA MEDEIROS	15.310.063-2	55,8	AUSENTE
101	ELAINE DO ROCIO CHANDELIER LIMA	8.287.378-3	55,44	AUSENTE
103	DANIZA APARECIDA SABADIM CORDEIRO	068.125.839-01	54,9	AUSENTE

AFRODESCENDENTE

CLASS	NOME	R.G	NOTA – TITULOS	CHAMAMENTO
10	BEATRIZ FEIO DE CARVALHO	15.479.817-0	47	AUSENTE
12	MAIARA CRISTINE FERREIRAN DO NASCIMENTO DA SILVA	12.565.265-4	45,4	AUSENTE

Publicado por:
Amanda Milleck Purkote
Código Identificador:6D08C9EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 080/2026 – PSS/SMRH

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 080/2026 – PSS/SMRH

A Secretária Municipal de Recursos Humanos, no uso das atribuições, considerando o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base no Artigo 1º, §4º da Lei Complementar nº 019/2011, Artigo 3º da Lei Complementar 018/2011 e parágrafo 1º, Inciso IV do Artigo 8° da Lei nº 173/2020 e na autorização exarada no Parecer Jurídico nº 006/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1.CONVOCAR os candidatos contidos no **Anexo I** deste Edital, para o cargo de **ATENDENTE INFATIL- PSS** a comparecer no Centro Administrativo Vereador Dirceu Pavoni, situado à Rua Maurício Rosemann, nº 15, Cachoeira – Almirante Tamandaré– PR para ENTREGA DE ATESTADO MÉDICO E DOCUMENTAÇÃO em conformidade com o item 13.4 do Edital 049/2025– PSS/SMRH.

2.O Candidato deve cumprir o contido no item 14.2 do Edital nº 049/2025 – PSS/SMRH **"Quando convocado para contratação, o candidato deverá apresentar Atestado de Saúde, expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná**, considerando-o **APTO** para o exercício da função".

3.Além do Atestado de Saúde **original**, considerando APTO, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos no item 13.4 do Edital nº 049/2025 – PSS/SMRH contidos no **ANEXO III**, apresentar as **CÓPIAS JUNTAMENTE COM O DOCUMENTO ORIGINAL**, para que um servidor público possa dar fé ou cópias autenticadas em cartório

4.O não comparecimento em local, data e hora determinados e o não cumprimento dos itens contidos neste Edital fará com que o candidato **SEJA ELIMINADO DO CERTAME,** conforme item 13.5 do Edital nº 049/2025 – PSS/SMRH**.**

5.Os candidatos relacionados no **Anexo IV** que não compareceram para o cumprimento do Edital nº 075/2026 - PSS/SMRH, denominado como **AUSENTES**, estão eliminados do certame.

Almirante Tamandaré, 05 de agosto de 2026.

RUBIAMARA PAVIN COLODEL
Secretária Municipal de Recursos Humanos

ANEXO I
CONVOCAR PARA ENTREGA DE **ATESTADO MÉDICO E DOCUMENTAÇÃO**
DIA 12 DE AGOSTO DE 2026
Horário: 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30
CARGO: ATENDENTE INFANTIL I – PSS/SMRH 2025

CLASS	NOME	R.G	NOTA	NASCIMENTO
210	SUELEN CRISTINA PINHEIRO	13. ***.***-1	15	14/12/1995
211	ELLEN CRISTINA DOS SANTOS	14. ***.***-7	15	22/01/1996
212	BRUNA LUIZA MINERVINI	13. ***.***-5	15	10/04/1996
213	EVELIN ROSANGELA DE QUADROS DUARTE	13. ***.***-3	15	03/05/1996
214	TATIELE REBECA SOARES	13. ***.***-4	15	19/07/1996
215	EDIELLEN SANTANA DOS SANTOS	13. ***.*** -2	15	27/01/1997
216	CINTHIA MACHADO DE JESUS	13. ***.***-0	15	15/02/1997
217	JAQUELINE MENDES DA SILVA	13. ***.***-5	15	23/02/1997
218	MILTON LUIS DE FRANÇA	14. ***.***-3	15	17/03/1997
220	MARINA PINA DOS SANTOS BEZENA	386. ***.***-29	15	24/04/1997
221	TAINÁ DOS SANTOS DRÉ	13. ***.***-6	15	19/06/1997
222	ABGAIL THAIS FERNANDES LOPES	13.***.****-2	15	24/07/1997

ANEXO II
De acordo com o item 13.4 do Edital 049/2025 – PSS/SMRH
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ENTREGA

Apresentar as cópias juntamente com os originais ou autenticadas em cartório
a) cópia e original da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) prova de quitação com a Justiça Eleitoral - comprovante de votação da última eleição ou Certidão do Cartório Eleitoral;
c) prova de quitação como serviço militar para o candidato do sexo masculino;
d) cópia e original do documento de Identificação com foto;
e) cópia e original do Cartão do CPF;
f) cópia e original do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo - Diploma/Certificado devidamente registrado no MEC ou habilitação legal equivalente de conclusão do curso;
g) cópia e original da Certidão de Nascimento e cartão do CPF do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) **certidão Negativa Criminal (ORIGINAL)** expedida pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca (Município) onde reside;
i) cópia e original do comprovante de residência;
j) cópia da carteira de trabalho constando páginas de identificação, dados pessoais do trabalhador e o número do PIS/PASEP(**ATUALIZADO**);
k) Declaração de existência ou inexistência de acúmulo de cargo público, contida no **Anexo V** preenchida pelo candidato.
l) cópia e original do cartão do Sistema Único de Saúde;
m) **Atestado de Saúde ORIGINAL,** expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná, considerando-o APTO para o exercício da função, objeto da contratação;
n) 01 (uma) fotos ¾ recentes;
j) Conta no Banco Caixa;

ANEXO III
CARGO:_____

DADOS PESSOAIS:
Nome: _____
RG: _____Emissão: / / _____UF:_____ CPF:_____ PIS/PASEP:_____ Cart. De Trabalho: _____ UF:_____ Série: _____
Titulo Eleitoral: Zona: Seção:
Sexo: Masculino ( ) Feminino ( ) Estado civil _____Nasc. _____
Endereço Residencial:_____

_____nº:_____Bairro: _____
CEP: _____Cidade: _____ Estado: _____
Telefones: residencial: (____) _____ celular: (____) _____
E-mail: _____

QUANT. DOC.	DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE
	Exame admissional
	cópia e original da **Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento**;
	prova de **quitação com a Justiça Eleitoral** - comprovante de votação da última eleição ou Certidão do Cartório Eleitoral;
	prova de **quitação como serviço militar** para o candidato do sexo masculino;
	cópia e original do **documento de Identificação** com foto;
	cópia e original do **Cartão do CPF**;
	cópia e original do **Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade** exigido pelo requisito do cargo - Diploma/Certificado devidamente registrado no MEC ou habilitação legal equivalente de conclusão do curso;
	Cópia e original do Registro no Conselho de Classe com anuidade vigente
	cópia e original da Certidão de Nascimento de(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
	cópia e original do CPF de(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
( ) SIM ( ) NÃO	**Autorizo a inclusão do menor acima mencionado como dependente do Imposto de Renda.**
	certidão Negativa **Criminal** expedido pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca (Município) onde reside;
	cópia e original do **comprovante de residência**;
	Cópia da carteira de trabalho **(identificação e número do PIS/PASEP);**
	Declaração de existência ou inexistência de acúmulo de cargo público.
	Cópia e original do Cartão Único de Saúde
	01 (uma) fotos ¾ recentes;
	Conta no Banco Caixa

Almirante Tamandaré/PR em _____/_____/_____

_____
Assinatura do Candidato

_____
Assinatura e carimbo do Funcionário Receptor da Entrega da Documentação

ANEXO IV
RELAÇÃO DE COMPARECIMENTO PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO
CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – INICIAL- 20 HORAS –PSS/SMRH 2026 – EDITAL 075/2026

CLASS	NOME	R.G	NOTA	CHAMAMENTO
185	GEFFERSON DIAS DOS SANTOS	8. ***.***-8	15	AUSENTE
187	MEIRE ELEN DA SILVA SANTOS	10. ***.***-0	15	AUSENTE
188	SUZA MARA GOULART ISIDORO	13. ***.***-0	15	AUSENTE
190	RAFAELA CRISTINA DAS NEVES	12. ***.***-4	15	AUSENTE
193	VANESSA CRISTINA IVANOSKI DE LIMA	13. ***.***-7	15	AUSENTE
194	THAÍS MARTINS	9. ***.***-0	15	AUSENTE
197	ALINE PATRICIA DOS SANTOS	12. ***.***-1	15	AUSENTE
199	MAHEVELIM LUSTOSA DE SOUZA	10. ***.***-8	15	AUSENTE
202	MELISSA DO COUTO RIBEIRO DE ALMEIDA	12. ***.***-7	15	AUSENTE
203	GEOVANA TAINA HAIFELDER DE LIMA	12. ***.***-9	15	AUSENTE
205	KERONLLIN CRISTIELLEN CAMARGO	13. ***.***-4	15	AUSENTE
209	LETICIA FERREIRA DOS SANTOS	12. ***.***-2	15	AUSENTE

Publicado por:
Amanda Milleck Purkote
Código Identificador:C1908EC9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 128/2026

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, (04/08/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 41/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Administração**

DO FORNECEDOR

Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **CELEBRAR COBRANCA & CONSULTORIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **22.106.571/0001-48**, com endereço na Rua Jurema Vieira Medrado, nº 88, Sala 202, bairro Parque Residencial Aquarius, CEP: 12.246-180, na cidade de São José dos Campos/SP, Telefone (12) 3021-0092 / (12) 98151-9093, endereço eletrônico e-mail celebrarcertificadodigital@gmail.com, neste ato representado pela Sra. SIDNEIA FAUSTINO MARTINS TEIXEIRA, inscrito no CPF sob nº 087.450.678-64 e portadora do RG nº 19.618.315-7, conforme relação em anexo.

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão e renovação de certificado digital",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 41/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 41/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos serviços, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 9.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 9.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir do extrato da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 11.3.1, 11.3.2 e 11.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 11.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os serviços objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 41/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 41/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 41/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

CELEBRAR COBRANÇA E CONSULTORIA LTDA.
Signatário da Ata de Registro de Preços

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 96/2026

Signatário da Ata: Empresa **CELEBRAR COBRANÇA E CONSULTORIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **22.106.571/0001-48.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Emissão de certificado digital a3, com token pessoa física	UND	7	93,00	651,00
VALOR TOTAL: R$ 651,00 (seiscentos e cinquenta e um reais)						

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:012CDB4C

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 128/2026

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, (04/08/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 41/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Administração**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **MIND CERTIFICADORA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **39.910.833/0001-25**, com endereço na Rua Goitacazes, nº 375, Sala 701, bairro: Centro, CEP: 30.190-050 na cidade de Belo Horizonte/MG, Telefone (31) 2551-1899, endereço eletrônico e-mail comercial@mindcertificadora.com.br / contato@mindcertificadora.com.br, neste ato representado pelo Sr. WANDER GONCALVES ROCHA, inscrito no CPF sob nº 868.977.646-04 e portador do RG nº 071297/0-0, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão e renovação de certificado digital",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 41/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 41/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos serviços, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 9.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 9.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir do extrato da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 11.3.1, 11.3.2 e 11.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 11.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os serviços objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 41/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 41/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 41/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

MIND CERTIFICADORA LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 97/2026

Signatário da Ata: Empresa **MIND CERTIFICADORA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **39.910.833/0001-25.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
2	1	Emissão de certificado digital a1 para pessoa jurídica	UND	1	49,90	49,90
3	1	Renovação de certificado digital A3 token, pessoa física.	UND	6	59,90	359,40
VALOR TOTAL: R$ 409,30 (quatrocentos e nove reais e trinta centavos)						

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:34DC4C86

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 074/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 074/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 174/2026
PROTOCOLO Nº 18724/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo a **contratação do Microempreendedor Individual 65.466.828 LUIS HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS, inscrito no CNPJ n.º 65.466.828/0001-85, selecionado através da Plataforma Contrata+Brasil, para a execução de serviços de serralheria, para fabricação e instalação de portão com tela e cobertura para banco de reservas, necessita também da retirada do portão e cobertura existente no Campo Municipal Augusto Seguro, visando atender às necessidades do Departamento de Esportes**, nos termos do Artigo 74, Inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: 65.466.828 LUIS HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS, inscrito no CNPJ/CPF sob nº 65.466.828/0001-85 com sede na Rua Dirceu Jose Guimaraes, nº 125, Bairro: Boqueirão, CEP: 81.650-350, na cidade de Curitiba/PR.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	Serralharia	Serviço	1	6.500,00	6.500,00

Total: R$ 6.500,00 (seis mil, quinhentos reais)

DOTAÇÕES

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRIÇÃO
08003278120012209133903900000	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Balsa Nova, em 05 de Agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:7D2FE31A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 52/2026 de 08/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2796/2025 de 24/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$471.376,99 (quatrocentos e setenta e um mil e trezentos e setenta e seis reais e noventa e nove centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO	
03.001		DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
03.001.04.122.0003.2.004		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
18 - 3.3.30.93.00.00	32076	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	471,76
18 - 3.3.30.93.00.00	32077	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	867,98
03.001.28.846.0004.4.001		ENCARGOS ESPECIAIS - JUROS E AMORTIZAÇÕES	
32 - 3.3.90.91.00.00	1001	SENTENÇAS JUDICIAIS	10.000,00
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
04.001		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
04.001.08.243.0005.1.334		DELIBERAÇÃO Nº 14/2025-CEDCA-PR	
390 - 3.3.90.30.00.00	332015	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
393 - 3.3.90.36.00.00	332015	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	40.000,00
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO E PROJETOS	
06.001		DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS	
06.001.15.127.0011.1.219		CONTRIBUIÇÃO A CONDESCOM CONSÓRCIO INERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICIPIOS DA REGIÃO	
114 - 3.3.71.70.00.00	1001	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	10.000,00
06.001.15.127.0011.2.010		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
122 - 3.3.90.93.00.00	1001	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.000,00
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO	
07.001		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E TURISMO	
07.001.20.608.0010.1.263		CONVÊNIO MAPA Nº 926026/22 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS	
484 - 3.3.22.93.00.00	33958	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	27.037,25
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
08.001.10.301.0050.2.203		AGENTE COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	
171 - 3.3.90.39.00.00	1039	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	15.000,00
08.001.10.301.0050.2.204		ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	
173 - 3.1.90.11.00.00	31494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS–PESSOAL CIVIL	100.000,00
08.001.10.301.0050.2.205		MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	

186 - 3.3.90.30.00.00	1039	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
09.001		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
09.001.12.365.0006.2.013		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL- CRECHE	
256 - 3.1.90.11.00.00	1022	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
10		SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.	
10.001		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
10.001.18.541.0018.2.100		ATIVIDADES DE POLÍTICAS MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
Suplementação			
288 - 3.1.90.13.00.00	1511	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.000,00
10.001.18.541.0018.2.117		ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.	
301 - 3.3.90.39.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
11		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS RURAIS.	
11.001		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS RURAIS	
11.001.26.782.0015.2.118		ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS RURAIS	
304 - 3.3.90.30.00.00	1504	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
		Total Suplementação:	471.376,99

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO	
03.001		DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
03.001.28.846.0004.4.001		ENCARGOS ESPECIAIS - JUROS E AMORTIZAÇÕES	
31 - 3.2.90.21.00.00	1001	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	10.000,00
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
04.001		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
04.001.08.243.0005.1.334		DELIBERAÇÃO Nº 14/2025-CEDCA-PR	
391 - 3.3.90.39.00.00	332015	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	30.000,00
389 - 4.4.90.52.00.00	332015	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO E PROJETOS	
06.001		DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS	
06.001.15.127.0011.1.219		CONTRIBUIÇÃO A CONDESCOM CONSÓRCIO INERMUNICIPAL	
115 - 4.4.30.42.00.00	1001	PARA O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICIPIOS DA REGIÃO AUXÍLIOS	10.000,00
06.001.15.127.0011.2.010		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
117 - 3.3.90.30.00.00	1504	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO	
07.001		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E TURISMO	
07.001.20.608.0010.1.263		CONVÊNIO MAPA Nº 926026/22 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS	
350 - 4.4.90.52.00.00	33958	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	27.037,25
07.001.20.608.0010.2.018		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E TURISMO	
143 - 3.3.90.39.00.00	32076	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	471,76
143 - 3.3.90.39.00.00	32077	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	867,98
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
08.001.10.301.0050.2.204		ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	
172 - 3.1.90.04.00.00	1001	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	3.000,00
08.001.10.304.0053.2.211		MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	
211 - 3.3.90.30.00.00	31494	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
08.002		HOSPITAL MUNICIPAL	
08.002.10.302.0051.2.206		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL	
226 - 3.3.90.39.00.00	1039	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	115.000,00
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
09.001		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
Redução			
09.001.12.365.0006.2.012		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL- PRÉ ESCOLAR	
247 - 3.1.90.11.00.00	1022	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
10		SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.	
10.001		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
10.001.18.541.0018.2.100		ATIVIDADES DE POLÍTICAS MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
294 - 3.3.90.39.00.00	1511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
10.001.18.541.0018.2.108		CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ-CINDEPAR	
298 - 4.4.71.70.00.00	1001	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	20.000,00
		Total Redução:	471.376,99

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, Estado do PR, em 8 de Julho de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Cleiton Cordeiro
Código Identificador:C763ECA6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 130-2026

DECRETO Nº 130-2026 em 31 de julho de 2026

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1186/2025 de 22 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 1.200.544,01 (um milhão e duzentos mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e um centavo):
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
29 - SAÚDE PARA TODOS
2.43 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ATENÇÃO BÁSICA
1231 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
37002 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Sup. exerc. ant
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
29 - SAÚDE PARA TODOS
2.43 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ATENÇÃO BÁSICA
1236 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
37002 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Sup. exerc. ant
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
29 - SAÚDE PARA TODOS
2.43 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ATENÇÃO BÁSICA
1316 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
31051 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias Sup. exerc. ant
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
29 - SAÚDE PARA TODOS
2.43 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ATENÇÃO BÁSICA
1317 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
31304 - Receita Alienção de Bens Moveis Saude Sup. exerc. ant
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
29 - SAÚDE PARA TODOS
2.43 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ATENÇÃO BÁSICA
1318 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
31494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Sup. exerc. ant
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
29 - SAÚDE PARA TODOS
2.43 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ATENÇÃO BÁSICA
1319 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
37000 - Atenção Basica Sup. exerc. ant
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
29 - SAÚDE PARA TODOS
2.43 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ATENÇÃO BÁSICA
1320 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
37000 - Atenção Basica Sup. exerc. ant
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 - Saúde
304 - Vigilância Sanitária
29 - SAÚDE PARA TODOS
2.45 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/VIGILÃNCIA EM SAUDE/EPIDEMIOLÓGICA
1321 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
31510 - Taxas -Exercício Poder de Polícia Sup. exerc. ant
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
304 - Vigilância Sanitária
29 - SAÚDE PARA TODOS
2.45 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/VIGILÃNCIA EM SAUDE/EPIDEMIOLÓGICA
1322 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
31510 - Taxas -Exercício Poder de Polícia Sup. exerc. ant
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
29 - SAÚDE PARA TODOS
2.46 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ASSITENCIA FARMACEUTICA.
1323 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
37003 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos da Saúde Sup. exerc.
ant
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
29 - SAÚDE PARA TODOS
2.43 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ATENÇÃO BÁSICA
1324 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
31303 - Recursos - Saúde - Receita Vinculada 15%. Sup. exerc. ant
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
29 - SAÚDE PARA TODOS
2.43 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ATENÇÃO BÁSICA
1325 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
37007 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Emendas
Individuais (§ 13, art. 166 da CF) Sup. exerc. ant
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
304 - Vigilância Sanitária
29 - SAÚDE PARA TODOS
2.45 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/VIGILÃNCIA EM SAUDE/EPIDEMIOLÓGICA
1326 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
31050 - Recursos Vinculados a Fundos
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
29 - SAÚDE PARA TODOS
2.43 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ATENÇÃO BÁSICA
1327 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
31062 - Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Saúde
Sup. exerc. ant
R$ 1.200.544,01 (um milhão e duzentos mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e um centavo)
Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro no valor de R$ 1.200.544,01 (um milhão e duzentos mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e um centavo):

FONTE DE RECEITA	VALOR R$
37002 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 221.966,22
Sup. exerc. Ant	
31051 - Transferências provenientes do Governo Federal	R$ 6.072,00
destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos	
agentes de combate às endemias Sup. exerc. ant	
31304 - Receita Alienção de Bens Moveis Saude Sup. exerc. ant	R$ 4.011,86
31494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 353.513,05

Sup. exerc. ant	
37000 - Atenção Basica Sup. exerc. ant	R$ 39.121,72
31510 - Taxas -Exercício Poder de Polícia Sup. exerc. ant	R$ 225.607,84
37003 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos da	R$ 15.303,61
Saúde Sup. exerc. ant	
31303 - Recursos - Saúde - Receita Vinculada 15%. Sup. exerc. ant	R$ 3.441,33
37007 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 300.000,00
– Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF) Sup. exerc. ant	
31050 - Recursos Vinculados a Fundos	R$ 32.000,00
31062 - Recursos não vinculados da compensação de impostos -	R$ 9.506,38
Recursos Saúde Sup. exerc. ant	

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 31 de julho de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul

Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR

CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br | **Usuário:** Adriano Junior Dias | **Chave de Autenticação Digital**

http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br | 1665-7117-552

Relação de Alterações Orçamentárias

Fundamento: Decreto 130-2026 de 31/07/2026

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul

Órgão orçamentário: 30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO

Unidade orçamentária: 30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 29 - SAÚDE PARA TODOS

Ação: 2.43 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ATENÇÃO BÁSICA

Despesa 1231 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 37002 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Sup. exerc. ant - 2.621.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/07/2026	2642194	Suplementação Orçamentária	Superavit Financeiro	130.000,00	
		Superavit fontes saúde			
			Total da despesa:	130.000,00	0,00

Despesa 1236 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de recurso: 37002 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Sup. exerc. ant - 2.621.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/07/2026	2642195	Suplementação Orçamentária	Superavit Financeiro	91.966,22	
		Superavit fontes saúde			
			Total da despesa:	91.966,22	0,00

Despesa 1316 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Fonte de recurso: 31051 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias Sup. exerc. ant

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/07/2026	2642193	Suplementação Orçamentária	Superavit Financeiro	6.072,00	
		Superavit fontes saúde			
			Total da despesa:	6.072,00	0,00

Despesa 1317 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Fonte de recurso: 31304 - Receita Alienção de Bens Moveis Saude Sup. exerc. ant - 2.755.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/07/2026	2642192	Suplementação Orçamentária	Superavit Financeiro	4.011,86	
		Superavit fontes saúde			
			Total da despesa:	4.011,86	0,00

Despesa 1318 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 31494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Sup. exerc. ant - 2.600.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/07/2026	2642191	Suplementação Orçamentária	Superavit Financeiro	353.513,05	
		Superavit fontes saúde			
			Total da despesa:	353.513,05	0,00

Despesa 1319 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 37000 - Atenção Basica Sup. exerc. ant - 2.621.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/07/2026	2642190	Suplementação Orçamentária	Superavit Financeiro	20.000,00	
		Superavit fontes saúde			
			Total da despesa:	20.000,00	0,00

Despesa 1320 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de recurso: 37000 - Atenção Basica Sup. exerc. ant - 2.621.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/07/2026	2642189	Suplementação Orçamentária	Superavit Financeiro	19.121,72	
		Superavit fontes saúde			
			Total da despesa:	19.121,72	0,00

Despesa 1324 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Fonte de recurso: 31303 - Recursos - Saúde - Receita Vinculada 15%. Sup. exerc. ant - 2.500.1002

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/07/2026	2642185	Suplementação Orçamentária	Superavit Financeiro	3.441,33	
		Superavit fontes saúde			
			Total da despesa:	3.441,33	0,00

Despesa 1325 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 37007 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF) Sup. exerc. ant - 2.600.3110

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/07/2026	2642184	Suplementação Orçamentária	Superavit Financeiro	300.000,00	
		Superavit fontes saúde			
			Total da despesa:	300.000,00	0,00

Despesa 1327 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 31062 - Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Saúde Sup. exerc. ant - 2.502.1002					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
31/07/2026	2642182	Suplementação Orçamentária	Superavit Financeiro	9.506,38	
		Superavit fontes saúde			
			Total da despesa:	9.506,38	0,00
Ação: 2.46 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ASSITENCIA FARMACEUTICA.					
Despesa 1323 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente					
Fonte de recurso: 37003 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos da Saúde Sup. exerc. ant - 2.621.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
31/07/2026	**2642186**	**Suplementação Orçamentária**	**Superavit Financeiro**	**15.303,61**	
		Superavit fontes saúde			
			Total da despesa:	**15.303,61**	**0,00**
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária					
Programa: 29 - SAÚDE PARA TODOS					
Ação: 2.45 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/VIGILÂNCIA EM SAUDE/EPIDEMIOLÓGICA					
Despesa 1321 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 31510 - Taxas -Exercício Poder de Polícia Sup. exerc. ant - 2.753.1002					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
31/07/2026	**2642188**	**Suplementação Orçamentária**	**Superavit Financeiro**	**100.000,00**	
		Superavit fontes saúde			
			Total da despesa:	**100.000,00**	**0,00**
Despesa 1322 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 31510 - Taxas -Exercício Poder de Polícia Sup. exerc. ant - 2.753.1002					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
31/07/2026	**2642187**	**Suplementação Orçamentária**	**Superavit Financeiro**	**115.607,84**	
		Superavit fontes saúde			
			Total da despesa:	**115.607,84**	**0,00**
Despesa 1326 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 31050 - Recursos Vinculados a Fundos - 2.759.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
31/07/2026	**2642183**	**Suplementação Orçamentária**	**Superavit Financeiro**	**32.000,00**	
		Superavit fontes saúde			
			Total da despesa:	**32.000,00**	**0,00**
			Total da unidade orçamentária:	**1.200.544,01**	**0,00**
			Total do órgão orçamentário:	**1.200.544,01**	**0,00**
			Total do fundamento:	**1.200.544,01**	**0,00**
			Total geral	**1.200.544,01**	**0,00**

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:682C3F09

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5985 /2026.

Concede Férias aos Servidores Públicos que especifica.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias aos servidores a seguir arrolados, a serem gozadas no período que especifica, conforme período aquisitivo de cada servidor:

Nome	Matrícula	Cargo	Dias d Férias	Período Aquisitivo	Período de Férias
Anderson Mariano de Oliveira	1093	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	10,00	07/08/2025 a 06/08/2026	10/08/2026 a 19/08/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Bom Jesus do Sul-PR, 05 de agosto de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:7F3C0527

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE DISPENSA 22-2026

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA
O Agente de Contratação, designada através da Portaria nº 22/2026 de 07 de fevereiro de 2026, com base na Lei Federal 14.133/2021 e legislação complementar, torna público Resultado do processo de Dispensa de Licitação.
MODALIDADE: DISPENSA Nº 22/2026
PROCESSO Nº 109/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de treinamento e capacitação da equipe técnica da Secretaria Municipal de Esportes do Município de Braganey/PR, visando ao aprimoramento dos conhecimentos técnicos, administrativos e gerenciais relacionados à gestão esportiva e ao desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer.

ITEM	DESCRIÇÃO SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços de treinamento e capacitação: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de treinamento e capacitação presencial da equipe técnica da Secretaria Municipal de Esportes do Município de Braganey/PR, contemplando conteúdos relacionados à gestão esportiva, planejamento estratégico, elaboração, execução e prestação de contas de projetos esportivos, captação de recursos, legislação aplicada ao esporte, organização e gestão de competições e eventos esportivos, utilização de sistemas e ferramentas de gestão, bem como boas práticas da administração pública voltadas ao fortalecimento das políticas públicas de esporte e lazer, incluindo fornecimento de material didático e certificado de participação aos participantes.	UN	1	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00
PROPOSTA APRESENTADA: ACQUA MOVIMENTO E SAUDE LTDA					
CNPJ Nº 64.001.660/0001-70					
VALOR DA PROPOSTA: R$ 4.000,00 (quatro mil reais)					
APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO: a empresa encaminhou toda a documentação solicitada em ACORDO com o disposto na Lei 14133/21, bem como no Termo de Referencia, estando para tanto **HABILITADA**.					

Braganey-PR, 05 de agosto de 2026

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Agente de Contratação

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:67A75EB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE DISPENSA Nº 027/2026

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA
Nº 027/2026
O Agente de Contratação, designada através da Portaria nº 22/2026 de 07 de fevereiro de 2026, com base na Lei Federal 14.133/2021 e legislação complementar, torna público Resultado do processo de Dispensa de Licitação.
MODALIDADE: DISPENSA Nº 27/2026
PROCESSO Nº 121/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos destinados à elaboração da Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA) do Município de Braganey/PR, compreendendo diagnóstico socioambiental, desenvolvimento metodológico, elaboração dos instrumentos técnicos e legais, coordenação do processo participativo, capacitação técnica e estruturação do modelo de gestão operacional da política.

ITEM	DESCRIÇÃO SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços técnicos especializados destinados à elaboração da Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA) do Município de Braganey/PR, contemplando o desenvolvimento metodológico, elaboração dos instrumentos técnicos e legais, coordenação do processo participativo e realização de capacitação técnica para implantação do modelo de gestão operacional em parceria com Associação local.	Serv.	1	R$ 12.000,00	R$ 12.000,00
PROPOSTA APRESENTADA: OESTE AMBIENTAL – SOLUÇÕES AMBIENTAIS E AGRONÔMICAS LTDA.					
CNPJ Nº 65.230.533/0001-05					
VALOR DA PROPOSTA: R$ 12.000,00 (doze mil reais)					
APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO: a empresa encaminhou toda a documentação solicitada em ACORDO com o disposto na Lei 14133/21, bem como no Termo de Referencia, estando para tanto **HABILITADA**.					

Braganey-PR, 05 de agosto de 2026

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Agente de Contratação

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:EF642BC7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO FUNDO DE PREVIDENCIA DE CAFEARA, REFERENTES À MANUTENÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMAS DE GESTÃO EM ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 10540/2020- SIAFIC Inexigibilidade Nº 01/2023 – CONTRATO Nº 03/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAFEARA E A EMPRESA MSYS TECNOLOGIA LTDA- EPP, na forma abaixo.

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAFEARA, pessoa jurídica de direito público interno, comsede administrativa situada à Avenida Brasil, 188, Cafeara-PR, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.684.563/0001-05 neste ato devidamente representadopelo Presidente em pleno exercício de seu mandato e funções, Marcia Gisele Ap. Rocha Melo, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa **MSYS TECNOLOGIA LTDA- EPP**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná, à Rua Neo Alves Martins, 864, Cep 87050-110, inscrita no CNPJ/MF sob nº 25.136.820/0001-36, celebram o presente Termo Aditivo para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO FUNDO DE PREVIDENCIA DE CAFEARA, REFERENTES À MANUTENÇÃO**

DE SOFTWARE DE SISTEMAS DE GESTÃO EM ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 10540/2020- SIAFIC, de acordo com as normas estabelecidas pela Lei nº 8666/93, com as alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O valor originalmente firmado entre as partes, de acordo com o Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8666/93, fica reajustado em 4,64% pelo índice IPCA, e aditivado por mais 12 meses, conforme tabela abaixo:

MSYS TECNOLOGIA LTDA EPP								
Lote	Item	Produto/Serviço	Unid	Quantidade aditivada	Preço anterior	Preço total anterior	Preço atual	Preço total atual
1	1	SISTEMA DE GESTÃO CONTABIL	SV	12,00	1.460,08	17.520,96	R$ 1.527,82	R$ 18.333,84
1	2	SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS	SV	12,00	1.229,54	14.754,48	R$ 1.286,59	R$ 15.439,08
1	3	SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES	SV	12,00	691,61	8.299,32	R$ 723,70	R$ 8.684,40
1	4	SISTEMA PORTAL DA TRANSPARENCIA	SV	12,00	845,31	10.143,72	R$ 884,53	R$ 10.614,36

CLÁUSULA SEGUNDA

O prazo originalmente firmado entre as partes fica prorrogado para o dia 11/08/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA
As demais Cláusulas e Condições do Contrato de que trata o presente Termo Aditivo, permanecem válidas e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA
O presente tornar-se-á perfeito, cumpridas as formalidades legais.

E por assim estarem as partes ajustadas, assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

CAFEARA, 05 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:024E6B21

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 102 DE 05 DE AGOSTO DE 2026

Decreto nº 102 de 05 de agosto de 2026.

SÚMULA: Declara bens inservíveis para a Administração Municipal e nomeia Comissão Especial para Avaliação de condições de uso bens móveis da Administração Pública para fins de alienação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica declarados inservíveis para a Administração Públicos os bens móveis listados no anexo I deste decreto, por não possuírem mais utilidade ao Município, por apresentarem alto custo de manutenção, ou por não apresentarem mais condição de uso.

Art. 2º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Especial de Avaliação dos bens veiculares inservíveis de propriedade do Município de Cafelândia, para fins de alienação, conforme segue:

- Ademir Tenfen - Matricula nº 7**01;
- Bertoldo Cardoso Minatti - Matricula nº 7**323**5;
- Emerson Marcio Martinelli - Matricula nº 7**322**2;
- Fagner Augusto de Almeida - Matricula nº 7**91;
- Willian Maycon dos Santos - Matricula nº 7**321**5.

Art. 3º. Compete à Comissão Especial de Avaliação proceder à avaliação dos bens móveis, indicando condição e estado em que se encontram e valores para fins de alienação, conforme relação constante no Anexo I do presente Decreto.

Art. 4º. Os serviços prestados pela Comissão Especial de Avaliação serão considerados, para todos os efeitos legais, como relevantes serviços públicos, não sendo devida qualquer remuneração pelo seu exercício.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial o Decreto nº 053 de 14 de maio de 2026

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 05 DE AGOSTO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

ANEXO I
DECRETO MUNICIPAL Nº 102/2026

DESCRIÇÃO DOS BENS VEICULARES INSERVÍVEIS PARA ALIENAÇÃO:

ITEM	N° FROTA	PLACA PATRIMÔNIO	VEICULO	Departamento	MARCA	ANO	RENAVAM
01	10	AKH-4062	Kombi	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Comércio, Indústria e Turismo	Volkswagen	2002/2003	007.8410.94-60
02	171	AAO-1666	Astra Sedan Advantage	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Comércio, Indústria e Turismo	Chevrolet	2009/2010	0015.875.458-2
03	28	5651	Trator New Holland 5630	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Comércio, Indústria e Turismo	Ford	1999	-
04	20	AIM-8830	F-11000	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Comércio, Indústria e Turismo	Ford	1985	52.024821-7
05	24	ADM-6658	Bandeirante/ Toyota	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	Toyota	1989	13.183.542-4
06	13	AJE-5733	Ducato Multi-jet	Secretaria Municipal de Saúde	FIAT	2015/2016	1.074.912.060
07	141	BAG-0347	SPREINTER (LEILÃO)	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	Mercedes	2000	73.162.874-8
08	64	BTB-7866	ONIBUS MB 1620	Secretaria Municipal Educação e Cultura	Mercedes Benz	1997	006.711.872-60
09	54	BTB-7870	ONIBUS MB 1620	Secretaria Municipal Educação e Cultura	Mercedes Benz	1997	006.711.866-98
10	46	LYM-6752	VW 16.170 (Leilão)	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Comércio, Indústria e Turismo	Volkswagen	1996/1997	67.169.844-3
11	112	ECK-0022	Fiesta Sedan	Secretaria Municipal de Administração	Ford	2004/2005	008.411.174.11
12	47	BTB-7500	ONIBUS MB 1620 (LEILÃO)	Secretaria Municipal Educação e Cultura	Mercedes Benz	1997	006.787.220-21
13	100	NFR-6157	GOL 1.0 4 PORTAS G4	Secretaria Municipal de Administração	Volkswagen	2005/2006	86.901.457-9
14	38	CTM-7730	ONIBUS IVECO CITY CLASS AMARELO	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Comércio, Indústria e Turismo	IVECO	2009	73.530328-2
15	59	RL-8260	VEICULO VW FURGÃO/VAN	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	Volkswagen	2000	15.175321-0
16	121	AMR-6870	CORSA SEDAN CLASSIC LIFE	Secretaria Municipal de Administração	Chevrolet	2005	85.340.168-3
17	57	ARU-0953	GOL G IV	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	Volkswagen	2005	16-762753-8
18	7	AKM-0559	CHEVROLET CORSA SEDAN CLASSIC 1.0	Secretaria Municipal de Administração	Chevrolet	2009/2010	79.031773-7
19	66	ASY-8533	MOTO CG 125 FAN AZUL	Secretaria Municipal de Administração	HONDA	2010	23.064254-3
20	19	AHN-1654	CAMINHÃO VOLKSWAGEN 14.150	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Comércio, Indústria e Turismo	Volkswagen	1997/1998	63.950581-7
21	160	BBK-6531	MOTO CG 125 FAN PRETA	Secretaria Municipal de Administração	HONDA	2017	011.223.092-76
22	158	BBK-6527	MOTO CG 125 FAN PRETA	Secretaria Municipal de Administração	HONDA	2017	011.223.199-05
23	157	BBK-6522	MOTO CG 125 FAN PRETA	Secretaria Municipal de Administração	HONDA	2017	011.223.215-5
24	159	BBK-6778	MOTO CG 125 FAN PRETA	Secretaria Municipal de Administração	HONDA	2017	011.223.174-14
25	11	AGW-2263	VOLKSWAGEN SAVEIRO CL 1.6	Secretaria Municipal de Administração	Volkswagen	1996/1997	Sucata
26	-	PATRIMÔNIO 10474	ENFARDADEIRA DE FENO EXPRESS 4030R	-	NOGUIRA	2007	CAP.Carga 10M3
27	-	-	CAÇAMBA FACCHINI	-	FACCHINI	2007	-
28	70	8732	MOTONIVELADORA 120K	Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos	CATERPILLAR	2009	-
29	-	-	EQUIPAMENTOS FÁBRICA DE MANILHAS	-	-	-	-

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:FC498302

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0069/2024 – INEXIGIBILIDADE N° 017/2024.

EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0069/2024 – INEXIGIBILIDADE N° 017/2024.

LOCATÁRIO: O MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.878/0001-72, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Junior Motter. nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções**.**

LOCADOR: DIRCE DE MATIA TILLMANN, pessoa física, brasileira, com sede na Avenida Desembargador Munhoz de Mello, 268, Chácaras, Cep: 85.415-000, Telefone: (591) 77337675, no município de Cafelândia/PR**.**

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 069/2024 por mais **12 (doze) meses**, contados do término da vigência atualmente em curso, **findando-se em 12/08/2027**, **permanecendo o imóvel destinado ao funcionamento da Casa Lar, visando assegurar a continuidade dos serviços de acolhimento institucional prestados pelo Município.** A prorrogação decorre da necessidade de manutenção do atendimento, conforme justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DO VALOR
Fica concedido o reajuste anual do valor do aluguel, observando-se o índice de reajuste previsto no Contrato nº 069/2024, correspondente à variação acumulada dos últimos 12 (doze) meses, do IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 4,64% (quatro virgula sessenta e quatro por cento), conforme memória de cálculo constante do processo administrativo.

Descrição e valores do objeto do presente Aditivo:

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓDIGO DO PRODUTO/SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

1	1	40024	LOCAÇÃO DE IMÓVEL CASA LAR - LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA AVENIDA DESEMBARGADOR MUNHOZ DE MELLO, Nº 268, CHÁCARAS – CAFELÂNDIA-PR, CEP 85.415-000, PARA SER A SEDE DA CASA LAR DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA-PR.	UND	12,00	2.202,25	26.427,00
TOTAL							26.427,00

Parágrafo único. Em razão do reajuste, o valor mensal do aluguel passará de R$ 2.104,60 (dois mil cento e quatro reais e sessenta centavos) para R$ 2.202,25 (dois mil duzentos e dois reais e vinte e cinco centavos), perfazendo o valor global estimado para o período prorrogado de R$ **26.427,00 (vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e sete reais)**, conforme planilha de cálculo integrante do processo.

Assinaturas: Junior Motter e **DIRCE DE MATIA TILLMANN**
Data da Assinatura: 05/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:194EF9B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO (EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 02/2024), APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 100/2026

O Prefeito do **MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1. Tornar público o resultado classificatório do Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do Edital de Concurso Público n.º 02/2024, após a convocação através do Edital n.º 100/2026.

2. Ressaltar que,conforme o item 16.7 do Edital de Concurso Público n.º 02/2024, por ocasião da solicitação de deslocamento para o final da lista classificatória, na nova ordem classificatória será resguardada a posição relativa inicial entre os candidatos deslocados.

3. Ressaltar que, conforme o item 17.1 do Edital de Concurso Público n.º 02/2024, os candidatos aprovados serão convocados para Avaliação Médica realizada pelo Serviço de Saúde Ocupacional do Município de Campo Magro e conforme consta o item 17.5 do edital citado, o candidato que deixar de se apresentar, por qualquer motivo, para avaliação médica, na forma estabelecida no subitem 17.1, será considerado desistente e não será contratado.

4. E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

Paço Municipal de Campo Magro, em 27 de julho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: Auxiliar de Educação						
Edital n.º 02/2024-CP						
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|LISTA GERAL						
CLASSIFICAÇÃO						
AMPLA	**AFRODESCENDENTE**	**PESSOA COM DEFICIÊNCIA**	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOMEDO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**	**OCORRÊNCIA**
1			003573	JESSICA ROGGE DE PAULA SOUSA	88,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 550/2025 POSSE: 03.06.2025
2			003623	JOSIANE MARIANO DA SILVA VALENTE	82,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 552/2025 POSSE: 03.06.2025
3	1		003608	BRAIAN SALGUEIRO GUIMARAES	81,000	AUSENTE/DESISTENTE
4			003630	LUCIANE DE SOUZA BENCKE DA SILVA	79,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 197/2026 POSSE: 18.03.2026
5			003629	LUCAS ARAUJO DE ALMEIDA	77,000	AUSENTE/DESISTENTE
6			003626	LEONARDO DE BARROS ANDRADE	77,000	AUSENTE/DESISTENTE
7			003615	ELLEN JESSICA LIMA BRAGA	76,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 466/2026 POSSE: 11.06.2026 ENTRADA EM EXERCÍCIO: 25.06.2026
8			003593	RENATA MARGARETE BRAZ SCHAICOSKI	75,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 467/2026 POSSE: 11.06.2026 ENTRADA EM EXERCÍCIO: 15.06.2026
9			003686	MILENA PEREIRA RODRIGUES	74,000	AUSENTE/DESISTENTE
10			003586	MARIA ISABEL DA COSTA	70,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 468/2026 POSSE: 11.06.2026 ENTRADA EM EXERCÍCIO: 12.06.2026
11			003752	TACIANE GRASSI LEMES	69,000	AUSENTE/DESISTENTE
12	2		003642	ROSIMERY MENDES DE OLIVEIRA	68,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 287/2026 POSSE: 22.04.2026
13			003564	CRISTIANE BIERNASKI CASPREK	68,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 469/2026 POSSE: 11.06.2026 ENTRADA EM EXERCÍCIO: 15.06.2026
14			003655	CAROLINE HOFFMANN FERREIRA	67,000	AUSENTE/DESISTENTE
15			003645	SONIA MOURA DOS SANTOS	66,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 3890/2026
16			003598	SILVANIA GLAUCIA CRUZ DE OLIVEIRA	66,000	AUSENTE NA REALIZAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS/DESISTENTE
17			003607	ANA LAURA MARIANO DA SILVA	66,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 561/2026 POSSE: 14.07.2026
18			003563	CEZAR AUGUSTO GONCALVES DO NASCIMENTO	66,000	AUSENTE/DESISTENTE

19			003685	MELLANY ELOUISIE HASS DA SILVEIRA	65,000	AUSENTE/DESISTENTE
20			003567	DAYANE LIARA MULLER DE LIMA	65,000	
21			003633	MARIELI LENITA MACHADO	64,000	
22	3		003618	GIOVANNA ALBANO BENETON	64,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 3907/2026
23			003558	ANDREA MELO DA SILVA ROXINSKI	63,000	
24			003659	EDNA JOSE NASCIMENTO DE PAULA	62,000	
25			003694	THAIANE SUELLEN LOURENCO FRANCA	62,000	
26			003614	ELIENE FERREIRA DE ALMEIDA	62,000	
27			003571	HARAUANY MARQUES DO PRADO	62,000	
28			003589	MAURA PALOMA DE FARIA	61,000	
29			003624	JUAN PABLO BEZERRA LEITE	61,000	
30			003677	KELLY BENICIO GOUS PEREIRA	60,000	

Cargo: Auxiliar de Educação						
Edital n.º 02/2024-CP						
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|LISTA GERAL						
CLASSIFICAÇÃO						
AMPLA	**AFRODESCENDENTE**	**PESSOA COM DEFICIÊNCIA**	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOMEDO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**	**OCORRÊNCIA**
31			003559	ANDREIA CRISTIANE ANTUNES SANTANA	59,000	
32			003601	VENILSON MENDES FARIAS	58,000	
33			003557	ALINE DE ANDRADE	58,000	
34			003578	LILIANA PARECIDA SILVA DA CONCEICAO PINTO	56,000	
35			003668	GABRIELLE GONCALVES DA SILVA	54,000	
36			003621	JACKCIELLE FERREIRA DA LUZ	53,000	
37			003596	SHAIENE EDUARDA DE BRITO	53,000	
38			003599	TAMARA GONCALVES MALTEZO	51,000	
39			003600	THALITA MAYARA KUDLAWIEC LONGO	51,000	
40			003603	ADAIR OVIDIO DOS SANTOS NADAL	50,000	
41			003561	BEATRIZ MIGUEL MACHADO	50,000	
1	3		003618	GIOVANNA ALBANO BENETON	64,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 3907/2026
2			003645	SONIA MOURA DOS SANTOS	66,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 3890/2026

Cargo: Auxiliar de Educação			
Edital n.º 02/2024-CP			
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|PESSOAS COM DEFICIÊNCIA			
CLASSIFICAÇÃO	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**
Não há candidatos classificados para este cargo			

Cargo: Auxiliar de Educação			
Edital n.º 02/2024-CP			
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|AFRODESCENDENTES			
CLASSIFICAÇÃO	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**
1	003608	BRAIAN SALGUEIRO GUIMARAES	81,000
2	003642	ROSIMERY MENDES DE OLIVEIRA	68,000
3	003618	GIOVANNA ALBANO BENETON	64,000

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:9F9C6A96

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO (EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 03/2024), APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 099/2026

O Prefeito do **MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1. Tornar público o resultado classificatório do Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do Edital de Concurso Público n.º 03/2024, após a convocação através do Edital n.º 099/2026.

2. Ressaltar que,conforme o item 18.8 do Edital de Concurso Público n.º 03/2024, por ocasião da solicitação de deslocamento para o final da lista classificatória, na nova ordem classificatória será resguardada a posição relativa inicial entre os candidatos deslocados.

3. Ressaltar que, conforme o item 19.1 do Edital de Concurso Público n.º 03/2024, os candidatos aprovados serão convocados para Avaliação Médica realizada pelo Serviço de Saúde Ocupacional do Município de Campo Magro e conforme consta o item 19.5 do edital citado, o candidato que deixar de se apresentar, por qualquer motivo, para avaliação médica, na forma estabelecida no subitem 19.1, será considerado desistente e não será contratado.

4. E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: Professor 20h
Edital n.º 03/2024-CP
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|LISTA GERAL

CLASSIFICAÇÃO									
AMPLA	**AFRODESCENDENTE**	**PESSOA COM DEFICIÊNCIA**	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**	**OBJETIVA**	**DIDÁTICA**	**TÍTULOS**	**OCORRÊNCIA**
1			004170	EMANUELLE CAROLINE ZINHER	174,000	74,000	100,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 234/2025 POSSE: 06.03.2025.
2			004062	MONIQUE FRANCINI DE OLIVEIRA	173,500	71,000	100,000	2,500	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 230/2025 POSSE: 06.03.2025.
3	1		004098	LENI MARTINS DA SILVA STRAPASSON	171,000	66,000	100,000	5,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 231/2025 POSSE: 06.03.2025.
4			004177	JOAO CARLOS DE JESUS KOCHAN	168,500	66,000	100,000	2,500	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 233/2025 POSSE: 06.03.2025.
5			004107	RENATA DOS SANTOS	167,000	67,000	100,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 237/2025 POSSE: 06.03.2025.
6			004054	KELLY CRISTINA XAVIER GEREMIAS	167,000	62,000	100,000	5,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 0889/2025
7			004179	JULIA MEDUNA SANTOS	167,000	62,000	100,000	5,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 232/2025 POSSE: 06.03.2025
8			003990	CARINE DACOSTA MARQUES COLODEL	165,000	65,000	100,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 0776/2025
9			004209	DIENY VERISSIMODA SILVA	163,000	63,000	100,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 235/2025 POSSE: 06.03.2025
10			003986	ANA PAULA BARROS ARAUJO	163,000	63,000	95,000	5,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 528/2025 POSSE: 02.06.2025
11			004023	TAIANE KELLEY DA LUZ AIRES	162,000	57,000	100,000	5,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 529/2025 POSSE: 02.06.2025
12			003969	MATHEUS VASCONCELOS DE SOUZA SILVERIO	161,000	61,000	100,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 530/2025 POSSE: 02.06.2025
13			004080	BENEDITA DA SILVA DOMINGUES MACHADO	160,000	60,000	100,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 532/2025 POSSE: 02.06.2025
14			004205	DANIELE ALMEIDA	160,000	65,000	95,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
15			004020	SILVIO VIEIRA CARNEIRO JUNIOR	158,500	56,000	100,000	2,500	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 533/2025 POSSE: 02.06.2025
16			004119	ALIANA SANTOS ARTIGAS POLI	158,000	53,000	100,000	5,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 534/2025 POSSE: 02.06.2025
17			004137	LARISSA ALESSE BUDEL FRANCO	157,500	55,000	100,000	2,500	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 535/2025 POSSE: 02.06.2025
18		1	004117	ALESSANDRA MARA KALINOWSKI TONIN	155,000	50,000	100,000	5,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 236/2025 POSSE: 06.03.2025
19			003915	JUCIANE QUADALUPE LEMES UMEDA	154,000	54,000	100,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
20			004067	RAQUEL LARA DA SILVA	153,500	51,000	100,000	2,500	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 536/2025 POSSE: 02.06.2025
21			004013	MICHELI LALICO	153,500	51,000	100,000	2,500	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 538/2025 POSSE: 02.06.2025
22			004196	VIVIANE INOCENCIA IEGUER	153,500	51,000	100,000	2,500	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 540/2025 POSSE: 02.06.2025
23			004178	JULIA GABRIELLE TULIO	152,500	65,000	85,000	2,500	DESCLASSIFICADA POR NÃO POSSUIR O REQUISITO DE ESCOLARIDADE EXIGIDO. Edital n.º 03/2024 – ITEM 5 - DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO 5.1 – a) apresentar Diploma ou Certificado com Histórico Escolar regular de conclusão de escolaridade exigida.
24			004102	MARIUZA GLINSKI	152,000	52,000	100,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 600/2025 POSSE: 01.07.2025
25			004136	LARA PITLOVANCIV TANCON	152,000	72,000	80,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
26			004129	DONATO FAGUNDES BATISTA FILHO	151,000	61,000	90,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 3836/2025

Cargo:Professor 20h									
Edital n.º 03/2024-CP									
**RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL	LISTA GERAL**								
CLASSIFICAÇÃO									
AMPLA	**AFRODESCENDENTE**	**PESSOA COM DEFICIÊNCIA**	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**	**OBJETIVA**	**DIDÁTICA**	**TÍTULOS**	
27			003898	ANA REGINA FERREIRA	150,500	53,000	95,000	2,500	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 4587/2025
28			003989	ANNA CECILIA GREMSKI	150,000	60,000	90,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 691/2025

				HANRIQUE					POSSE: 11.08.2025
29			003954	GREICYELLEM CRISTINA FERREIRA	150,000	60,000	90,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 5118/2025
30			003955	HELAINE CRISTINA VICENTE	149,500	67,000	80,000	2,500	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 5216/2025
31			004007	KETLIN DESSELMAM WIKOSKI	148,000	53,000	95,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 796/2025 POSSE: 10.09.2025
32			004221	JULIANA DA SILVA RAIMUNDO	147,000	52,000	95,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 825/2025 POSSE: 25.09.2025
33			004167	DANIELE HOMAN FERST DE MORAES	146,500	59,000	85,000	2,500	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 830/2025 POSSE: 01.10.2025
34			003952	GESIANE GOMES DE SOUZA	146,000	51,000	95,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 188/2026 POSSE: 18.03.2026
35			004197	ADELAINE MARTINS DE OLIVEIRA	146,000	51,000	95,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 189/2026 POSSE: 18.03.2026
36			004077	ADRIANA ALVES DA SILVA BOCHNIA	146,000	51,000	95,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 190/2026 POSSE: 18.03.2026
37			004084	EDENILZA APARECIDA VALENGA DA SILVA	146,000	51,000	95,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 191/2026 POSSE: 20.03.2026
38			004133	KARINA DE FATIMA DA ROCHA	145,000	55,000	90,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 192/2026 POSSE: 18.03.2026
39			004145	RAFAELA MALESKI DA SILVA	142,000	62,000	80,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 193/2026 POSSE: 18.03.2026
40			004212	ELLEN KUZNIK ARASZEWSKI KLEINA	141,500	64,000	75,000	2,500	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 194/2026 POSSE: 18.03.2026
41			004160	ANA JULIA KMIECIK	141,000	56,000	85,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 195/2026 POSSE: 19.03.2026
42			003980	TIEMI DE SOUZA MORIJEUNIKER	140,000	55,000	85,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 196/2026 POSSE: 19.03.2026
43			003947	EMILY BASSO	140,000	55,000	85,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 1531/2026
44			003995	ELIZANGELA DA SILVA MOREIRA	139,500	52,000	85,000	2,500	AUSENTE/DESISTENTE
45			004012	MARIA DOROTEIA TULIO	139,000	59,000	80,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2433/2026
46			003964	MARCELO MORAES	138,000	53,000	80,000	5,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 347/2026 POSSE: 06.05.2026
47			004220	JESSICA NATALINE BURCOSKI	137,000	62,000	75,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 348/2026 POSSE: 06.05.2026
48			004127	CAMILA CRISTINA DE MELLO	130,000	50,000	80,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 349/2026 POSSE: 06.05.2026
49			003985	ANA JULIA DE MIRANDA RUPPEL	128,000	53,000	75,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2432/2026
50			004097	LAIS KAROLINE VAZ	126,000	51,000	70,000	5,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 350/2026 POSSE: 06.05.2026
51			004227	MAYARA DA COSTA	120,000	50,000	70,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 351/2026 POSSE: 07.05.2026
52			003982	VANESSA APARECIDA RODRIGUES MACHADO	119,500	52,000	65,000	2,500	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 352/2026 POSSE: 06.05.2026
53			004063	NAYARA TEIXEIRA DE LARA	119,000	59,000	60,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 353/2026 POSSE: 07.05.2026
54			004047	ISABELLY DE FATIMA CARVALHO PEREIRA	117,500	65,000	50,000	2,500	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 354/2026 POSSE: 19.05.2026
55			004046	ISABELLE BOZA VOROBI	117,000	57,000	60,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 355/2026 POSSE: 06.05.2026
56			004134	KARYN LARISSA FERREIRA DE ANDRADE	113,000	58,000	55,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 410/2026 POSSE: 25.05.2026
57			003926	PRISLAINE DE FATIMA DOSS ANTOS	109,000	54,000	55,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 411/2026 POSSE: 25.05.2026
Cargo:Professor 20h									
Edital n.º 03/2024-CP									
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|LISTA GERAL									
CLASSIFICAÇÃO									
AMPLA	**AFRODESCENDENTE**	**PESSOA COM DEFICIÊNCIA**	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**	**OBJETIVA**	**DIDÁTICA**	**TÍTULOS**	
58			004151	VALDENICE APARECIDA KLAINE TAVARES	107,500	50,000	55,000	2,500	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2806/2026
59			004075	THATIELLY DAIANY SANTOS	107,500	50,000	55,000	2,500	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 470/2026 POSSE: 11.06.2026 ENTRADA EM EXERCÍCIO:

									12.06.2026
60			004215	ERIKA CRISTINA ROSA CARRASCO	101,000	61,000	40,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 534/2026 POSSE: 02.07.2026 ENTRADA EM EXERCÍCIO: 02.07.2026
61			004053	KARINA VIEIRA DE MELO	99,000	59,000	40,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 535/2026 POSSE: 02.07.2026 ENTRADA EM EXERCÍCIO: 02.07.2026
62			004037	DANIELLE SCHMIDT CORREA	94,000	54,000	40,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
1			004054	KELLY CRISTINA XAVIER GEREMIAS *SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 0889/2025*	167,000	62,000	100,000	5,000	AUSENTE/DESISTENTE
2			003990	CARINE DA COSTA MARQUES COLODEL *SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 0776/2025*	165,000	65,000	100,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
3			004129	DONATO FAGUNDES BATISTA FILHO *SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 3836/2025*	151,000	61,000	90,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 636/2026 POSSE: 03.08.2026 ENTRADA EM EXERCÍCIO: 03.08.2026
4			003898	ANA REGINA FERREIRA	150,500	53,000	95,000	2,500	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA - PROTOCOLO N.º 4587/2025
5			003954	GREICYELLEM CRISTINA FERREIRA	150,000	60,000	90,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 5118/2025
6			003955	HELAINE CRISTINA VICENTE	149,500	67,000	80,000	2,500	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 5216/2025
7			003947	EMILY BASSO	140,000	55,000	85,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 1531/2026
8			004012	MARIA DOROTEIA TULIO	139,000	59,000	80,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2433/2026
9			003985	ANA JULIA DE MIRANDA RUPPEL	128,000	53,000	75,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2432/2026
10			004151	VALDENICE APARECIDA KLAINE TAVARES	107,500	50,000	55,000	2,500	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2806/2026

Cargo: Professor 20h

Edital n.º 03/2024-CP

RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CLASSIFICAÇÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	NOTA FINAL	OBJETIVA	DIDÁTICA	TÍTULOS
1	004117	ALESSANDRA MARA KALINOWSKI TONIN	155,000	50,000	100,000	5,000

Cargo: Professor 20h

Edital n.º 03/2024-CP

RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|AFRODESCENDENTES

CLASSIFICAÇÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	NOTA FINAL	OBJETIVA	DIDÁTICA	TÍTULOS
1	004098	LENI MARTINS DA SILVA STRAPASSON	171,000	66,000	100,000	5,000

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:0101FD64

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO (EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2024), APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 054/2026.

O Prefeito do **MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1. Tornar público o resultado classificatório do Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do Edital de Concurso Público n.º 04/2024, após a convocação através do Edital n.º 054/2026.

2. Ressaltar que,conforme o item 18.8 do Edital de Concurso Público n.º 04/2024, por ocasião da solicitação de deslocamento para o final da lista classificatória, na nova ordem classificatória será resguardada a posição relativa inicial entre os candidatos deslocados.

3. Ressaltar que, conforme o item 19.1 do Edital de Concurso Público n.º 04/2024, os candidatos aprovados serão convocados para Avaliação Médica realizada pelo Serviço de Saúde Ocupacional do Município de Campo Magro e conforme consta o item 19.5 do edital citado, o candidato que deixar de se apresentar, por qualquer motivo, para avaliação médica, na forma estabelecida no subitem 19.1, será considerado desistente e não será contratado.

4. E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: Guarda Municipal							
Edital n.º 04/2024-CP							
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 054/2026|LISTA GERAL							
CLASSIFICAÇÃO							
AMPLA	**AFRODESCENDENTE**	**PESSOA COM DEFICIÊNCIA**	**EFETIVO FEMININO**	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**	**OCORRÊNCIA**
1				003480	HENRIQUE DE OLIVEIRA	88,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 736/2025 POSSE: 25.08.2025
2				003021	LUIZ WROCZINSKI CAMARGO	85,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 737/2025 POSSE: 25.08.2025
3				003065	LUIZ REINALDO ZAVVODINI JUNIOR	82,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 740/2025 POSSE: 25.08.2025
4			1	001961	BRUNA SENFF CAZAMAJOU	82,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 5209/25
5				002990	WILLIAN BARTH MENDES	82,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 741/2025 POSSE: 25.08.2025
6				001907	VINICIUS FERREIRA LIMA DA SILVA	81,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 742/2025 POSSE: 25.08.2025
7				001855	ROSSANO VICENTE EGGERS	79,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 743/2025 POSSE: 25.08.2025
8	1			001885	JOAO VICTOR DE FARIA RIBEIRO	77,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 738/2025 POSSE: 25.08.2025
9				003122	MARCOS HENRIQUE CHOCIAI	77,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 744/2025 POSSE: 25.08.2025
10				002187	VALERRY GISCARDTH LAURENCY DE SOUZA RODRIGUES	77,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 745/2025 POSSE: 25.08.2025
11				003115	JOAO LUIS ANTONIO BENTO	75,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 746/2025 POSSE: 25.08.2025
12				002807	BRAYAN PEREIRA DA SILVA	74,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 749/2025 POSSE: 25.08.2025
13				002817	FERNANDO DUTRA ESCALANTE	73,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 555/2026 POSSE: 03.08.2026
14				002881	LEONARDO SANCHES BOBIESKI	73,000	AUSENTE/DESISTENTE
15	2			002849	ZAQUEU EUGENIO DOS SANTOS (SUB JUDICE)	73,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 081/2026 POSSE: 11.02.2026
16				002942	WESLEY DANIEL DIAS	73,000	AUSENTE/DESISTENTE
17				002888	ODAIR JOSE MOREIRA DE ARAUJO	72,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 557/2026 POSSE: 03.08.2026
18				003102	FELIPE RODRIGUES DE OLIVEIRA	72,000	
19				002031	JHONATA DA SILVA ARAUJO GONCALVES	72,000	
20				002043	MARCELO CAMARGO DE SOUZA	71,000	
21				002584	EDIPO STANG DO NASCIMENTO	71,000	
22				003315	THIAGO ACACIO SANGUINETTE DE JESUS	71,000	
23				003137	ANDRE LUIZ BUCK	69,000	
24	3			003376	CLAUDEMIR LUCIANO JUNIOR	69,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 747/2025 POSSE: 25.08.2025
25				002832	KEVYN APARECIDO KREGINSKI	69,000	
26				002271	MATHEUS KLEIN BREITER	67,000	
27			2	003542	REBECA LIBERATO BENTO	67,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 748/2025 POSSE: 25.08.2025
28	4			003038	ALAN ALVES BATISTA DOS SANTOS	67,000	
29				003519	EDISOM YUKIO TAKATA	66,000	
30	5			002913	GUSTAVO OZOGOWSKI	66,000	
31				001837	HENRIQUE RODRIGUES NETO	66,000	
Cargo: Guarda Municipal							
Edital n.º 04/2024-CP							
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 054/2026|LISTA GERAL							
CLASSIFICAÇÃO							
AMPLA	**AFRODESCENDENTE**	**PESSOA COM DEFICIÊNCIA**	**EFETIVO FEMININO**	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**	**OCORRÊNCIA**
32				002185	RENAN LOPES DA SILVA	65,000	
33				002230	RAI DOOPIATI SAUTHIER	65,000	
34				001894	LUIZ ANTONIO ALVES DOS SANTOS FILHO	65,000	
35	6			003033	RAFAEL AUGUSTO DA SILVA	63,000	
36				002636	GUSTAVO CASTRO DA SILVA	63,000	
37			3	003240	EMANUELE DE OLIVEIRA ANDRADE	63,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 750/2025 POSSE: 25.08.2025
38				003551	VAGNER DA SILVA ASSUNCAO	62,000	
39				003330	BRUNO ALVES BEZERRA	62,000	
40	7		4	002035	JOSEFA RAFAELA SILVA LIMA	62,000	

41				003091	CARLOS ALBERTO DIAS FONTES JUNIOR	62,000	
42	8			003007	GABRIEL FERREIRA DE SOUZA BARROS	62,000	
43				002795	RODRIGO FERMINO DE SOUSA	61,000	
44				003288	EVERTON FELICIO MARTINS	61,000	
45				002346	EFRAIM DOS SANTOS	61,000	
46				002897	ADRIANO DE MIRANDA MATANA	60,000	
47				002566	THIAGO DIAS PEREIRA SILQUEIRA	60,000	
48				002437	DOUGLAS BUENO MACHADO PEDRO	60,000	
49				002799	WAGNER LEANDRO COSTA	60,000	
50				002862	ELIAS DE MATOS SILVA	60,000	
51				003367	ALESSANDRO DE FREITAS	60,000	
			5	003441	JULIANA APARECIDA GULIN DE LARA	59,000	
	9			001931	FILIPE RICARDO SANTOS XAVIER	59,000	
	10			002472	VILSON FERNANDES	57,000	
		1		001852	RAFAEL GOMES DO NASCIMENTO E SILVA	57,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 739/2025 POSSE: 25.08.2025
	11			003039	ANDRE SANTOS ALVES	57,000	
		2		003198	FERNANDO HENRIQUE RUSSI	52,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 556/2026 POSSE: 03.08.2026
1			1	001961	BRUNA SENFF CAZAMAJOU	82,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 5209/25

Cargo: Guarda Municipal			
Edital n.º 04/2024-CP			
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|PESSOAS COM DEFICIÊNCIA			
CLASSIFICAÇÃO	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**
1	001852	RAFAEL GOMES DO NASCIMENTO E SILVA	57,000
2	003198	FERNANDO HENRIQUE RUSSI	52,000

Cargo: Guarda Municipal			
Edital n.º 04/2024-CP			
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|AFRODESCENDENTES			
CLASSIFICAÇÃO	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**
1	001885	JOAO VICTOR DE FARIA RIBEIRO	77,000
2	002849	ZAQUEU EUGENIO DOS SANTOS (SUB JUDICE)	73,000
3	003376	CLAUDEMIR LUCIANO JUNIOR	69,000
4	003038	ALAN ALVES BATISTA DOS SANTOS	67,000
5	002913	GUSTAVO OZOGOWSKI	66,000
6	003033	RAFAELA UGUSTO DA SILVA	63,000
7	002035	JOSEFA RAFAELA SILVA LIMA	62,000
8	003007	GABRIEL FERREIRA DE SOUZA BARROS	62,000
9	001931	FILIPE RICARDO SANTOS XAVIER	59,000
10	002472	VILSON FERNANDES	57,000
11	003039	ANDRE SANTOS ALVES	57,000

Cargo: Guarda Municipal			
Edital n.º 04/2024-CP			
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|EFETIVO FEMININO			
CLASSIFICAÇÃO	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**
1	001961	BRUNA SENFF CAZAMAJOU	82,000
2	003542	REBECA LIBERATO BENTO	67,000
3	003240	EMANUELE DE OLIVEIRA ANDRADE	63,000
4	002035	JOSEFA RAFAELA SILVA LIMA	62,000
5	003441	JULIANA APARECIDA GULIN DE LARA	59,000

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:D31914C6

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO (EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2024), APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 065/2026

O Prefeito do **MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1. Tornar público o resultado classificatório do Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do Edital de Concurso Público n.º 04/2024, após a convocação através do Edital n.º 065/2026.

2. Ressaltar que,conforme o item 18.8 do Edital de Concurso Público n.º 04/2024, por ocasião da solicitação de deslocamento para o final da lista classificatória, na nova ordem classificatória será resguardada a posição relativa inicial entre os candidatos deslocados.

3.Ressaltar que, conforme o item 19.1 do Edital de Concurso Público n.º 04/2024, os candidatos aprovados serão convocados para Avaliação Médica realizada pelo Serviço de Saúde Ocupacional do Município de Campo Magro e conforme consta o item 19.5 do edital citado, o candidato que deixar de se apresentar, por qualquer motivo, para avaliação médica, na forma estabelecida no subitem 19.1, será considerado desistente e não será contratado.

4.E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

Paço Municipal de Campo Magro,

em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: Guarda Municipal							
Edital n.º 04/2024-CP							
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 065/2026|LISTA GERAL							
CLASSIFICAÇÃO							
AMPLA	**AFRODESCENDENTE**	**PESSOA COM DEFICIÊNCIA**	**EFETIVO FEMININO**	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**	**OCORRÊNCIA**
1				003480	HENRIQUE DE OLIVEIRA	88,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 736/2025 POSSE: 25.08.2025
2				003021	LUIZ WROCZINSKI CAMARGO	85,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 737/2025 POSSE: 25.08.2025
3				003065	LUIZ REINALDO ZAVVODINI JUNIOR	82,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 740/2025 POSSE: 25.08.2025
4			1	001961	BRUNA SENFF CAZAMAJOU	82,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 5209/25
5				002990	WILLIAN BARTH MENDES	82,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 741/2025 POSSE: 25.08.2025
6				001907	VINICIUS FERREIRA LIMA DA SILVA	81,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 742/2025 POSSE: 25.08.2025
7				001855	ROSSANO VICENTE EGGERS	79,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 743/2025 POSSE: 25.08.2025
8	1			001885	JOAO VICTOR DE FARIA RIBEIRO	77,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 738/2025 POSSE: 25.08.2025
9				003122	MARCOS HENRIQUE CHOCIAI	77,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 744/2025 POSSE: 25.08.2025
10				002187	VALERRY GISCARDTH LAURENCY DE SOUZA RODRIGUES	77,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 745/2025 POSSE: 25.08.2025
11				003115	JOAO LUIS ANTONIO BENTO	75,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 746/2025 POSSE: 25.08.2025
12				002807	BRAYAN PEREIRA DA SILVA	74,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 749/2025 POSSE: 25.08.2025
13				002817	FERNANDO DUTRA ESCALANTE	73,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 555/2026 POSSE: 03.08.2026
14				002881	LEONARDO SANCHES BOBIESKI	73,000	AUSENTE/DESISTENTE
15	2			002849	ZAQUEU EUGENIO DOS SANTOS (SUB JUDICE)	73,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 081/2026 POSSE: 11.02.2026
16				002942	WESLEY DANIEL DIAS	73,000	AUSENTE/DESISTENTE
17				002888	ODAIR JOSE MOREIRA DE ARAUJO	72,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 557/2026 POSSE: 03.08.2026
18				003102	FELIPE RODRIGUES DE OLIVEIRA	72,000	AUSENTE/DESISTENTE
19				002031	JHONATA DA SILVA ARAUJO GONCALVES	72,000	
20				002043	MARCELO CAMARGO DE SOUZA	71,000	
21				002584	EDIPO STANG DO NASCIMENTO	71,000	
22				003315	THIAGO ACACIO SANGUINETTE DE JESUS	71,000	
23				003137	ANDRE LUIZ BUCK	69,000	
24	3			003376	CLAUDEMIR LUCIANO JUNIOR	69,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 747/2025 POSSE: 25.08.2025
25				002832	KEVYN APARECIDO KREGINSKI	69,000	
26				002271	MATHEUS KLEIN BREITER	67,000	
27			2	003542	REBECA LIBERATO BENTO	67,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 748/2025 POSSE: 25.08.2025
28	4			003038	ALAN ALVES BATISTA DOS SANTOS	67,000	
29				003519	EDISOM YUKIO TAKATA	66,000	
30	5			002913	GUSTAVO OZOGOWSKI	66,000	
31				001837	HENRIQUE RODRIGUES NETO	66,000	
Cargo: Guarda Municipal							
Edital n.º 04/2024-CP							
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 065/2026|LISTA GERAL							
CLASSIFICAÇÃO							
AMPLA	**AFRODESCENDENTE**	**PESSOA COM DEFICIÊNCIA**	**EFETIVO FEMININO**	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**	**OCORRÊNCIA**
32				002185	RENAN LOPES DA SILVA	65,000	
33				002230	RAI DOOPIATI SAUTHIER	65,000	
34				001894	LUIZ ANTONIO ALVES DOS SANTOS FILHO	65,000	
35	6			003033	RAFAEL AUGUSTO DA SILVA	63,000	
36				002636	GUSTAVO CASTRO DA SILVA	63,000	
37			3	003240	EMANUELE DE OLIVEIRA ANDRADE	63,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 750/2025 POSSE: 25.08.2025
38				003551	VAGNER DA SILVA ASSUNCAO	62,000	
39				003330	BRUNO ALVES BEZERRA	62,000	
40	7		4	002035	JOSEFA RAFAELA SILVA LIMA	62,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 558/2026 POSSE: 03.08.2026

41				003091	CARLOS ALBERTO DIAS FONTES JUNIOR	62,000	
42	8			003007	GABRIEL FERREIRA DE SOUZA BARROS	62,000	
43				002795	RODRIGO FERMINO DE SOUSA	61,000	
44				003288	EVERTON FELICIO MARTINS	61,000	
45				002346	EFRAIM DOS SANTOS	61,000	
46				002897	ADRIANO DE MIRANDA MATANA	60,000	
47				002566	THIAGO DIAS PEREIRA SILQUEIRA	60,000	
48				002437	DOUGLAS BUENO MACHADO PEDRO	60,000	
49				002799	WAGNER LEANDRO COSTA	60,000	
50				002862	ELIAS DE MATOS SILVA	60,000	
51				003367	ALESSANDRO DE FREITAS	60,000	
			5	003441	JULIANA APARECIDA GULIN DE LARA	59,000	
	9			001931	FILIPE RICARDO SANTOS XAVIER	59,000	
	10			002472	VILSON FERNANDES	57,000	
		1		001852	RAFAEL GOMES DO NASCIMENTO E SILVA	57,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 739/2025 POSSE: 25.08.2025
	11			003039	ANDRE SANTOS ALVES	57,000	
		2		003198	FERNANDO HENRIQUE RUSSI	52,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 556/2026 POSSE: 03.08.2026
1			1	001961	BRUNA SENFF CAZAMAJOU	82,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 5209/25

Cargo: Guarda Municipal			
Edital n.º 04/2024-CP			
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|PESSOAS COM DEFICIÊNCIA			
CLASSIFICAÇÃO	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**
1	001852	RAFAEL GOMES DO NASCIMENTO E SILVA	57,000
2	003198	FERNANDO HENRIQUE RUSSI	52,000

Cargo: Guarda Municipal			
Edital n.º 04/2024-CP			
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|AFRODESCENDENTES			
CLASSIFICAÇÃO	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**
1	001885	JOAO VICTOR DE FARIA RIBEIRO	77,000
2	002849	ZAQUEU EUGENIO DOS SANTOS (SUB JUDICE)	73,000
3	003376	CLAUDEMIR LUCIANO JUNIOR	69,000
4	003038	ALAN ALVES BATISTA DOS SANTOS	67,000
5	002913	GUSTAVO OZOGOWSKI	66,000
6	003033	RAFAELA UGUSTO DA SILVA	63,000
7	002035	JOSEFA RAFAELA SILVA LIMA	62,000
8	003007	GABRIEL FERREIRA DE SOUZA BARROS	62,000
9	001931	FILIPE RICARDO SANTOS XAVIER	59,000
10	002472	VILSON FERNANDES	57,000
11	003039	ANDRE SANTOS ALVES	57,000

Cargo: Guarda Municipal			
Edital n.º 04/2024-CP			
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|EFETIVO FEMININO			
CLASSIFICAÇÃO	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**
1	001961	BRUNA SENFF CAZAMAJOU	82,000
2	003542	REBECA LIBERATO BENTO	67,000
3	003240	EMANUELE DE OLIVEIRA ANDRADE	63,000
4	002035	JOSEFA RAFAELA SILVA LIMA	62,000
5	003441	JULIANA APARECIDA GULIN DE LARA	59,000

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:BCC42006

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO (EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2024), APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 083/2026

O Prefeito do **MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1. Tornar público o resultado classificatório do Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do Edital de Concurso Público n.º 04/2024, após a convocação através do Edital n.º 083/2026.

2. Ressaltar que,conforme o item 18.8 do Edital de Concurso Público n.º 04/2024, por ocasião da solicitação de deslocamento para o final da lista classificatória, na nova ordem classificatória será resguardada a posição relativa inicial entre os candidatos deslocados.

3. Ressaltar que, conforme o item 19.1 do Edital de Concurso Público n.º 04/2024, os candidatos aprovados serão convocados para Avaliação Médica realizada pelo Serviço de Saúde Ocupacional do Município de Campo Magro e conforme consta o item 19.5 do edital citado, o candidato que deixar de se apresentar, por qualquer motivo, para avaliação médica, na forma estabelecida no subitem 19.1, será considerado desistente e não será contratado.

4. E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

Paço Municipal de Campo Magro, em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: Guarda Municipal							
Edital n.º 04/2024-CP							
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 071/2026|LISTA GERAL							
CLASSIFICAÇÃO							
AMPLA	**AFRODESCENDENTE**	**PESSOA COM DEFICIÊNCIA**	**EFETIVO FEMININO**	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**	**OCORRÊNCIA**
1				003480	HENRIQUE DE OLIVEIRA	88,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 736/2025 POSSE: 25.08.2025
2				003021	LUIZ WROCZINSKI CAMARGO	85,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 737/2025 POSSE: 25.08.2025
3				003065	LUIZ REINALDO ZAVVODINI JUNIOR	82,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 740/2025 POSSE: 25.08.2025
4			1	001961	BRUNA SENFF CAZAMAJOU	82,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 5209/25
5				002990	WILLIAN BARTH MENDES	82,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 741/2025 POSSE: 25.08.2025
6				001907	VINICIUS FERREIRA LIMA DA SILVA	81,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 742/2025 POSSE: 25.08.2025
7				001855	ROSSANO VICENTE EGGERS	79,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 743/2025 POSSE: 25.08.2025
8	1			001885	JOAO VICTOR DE FARIA RIBEIRO	77,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 738/2025 POSSE: 25.08.2025
9				003122	MARCOS HENRIQUE CHOCIAI	77,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 744/2025 POSSE: 25.08.2025
10				002187	VALERRY GISCARDTH LAURENCY DE SOUZA RODRIGUES	77,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 745/2025 POSSE: 25.08.2025
11				003115	JOAO LUIS ANTONIO BENTO	75,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 746/2025 POSSE: 25.08.2025
12				002807	BRAYAN PEREIRA DA SILVA	74,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 749/2025 POSSE: 25.08.2025
13				002817	FERNANDO DUTRA ESCALANTE	73,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 555/2026 POSSE: 03.08.2026
14				002881	LEONARDO SANCHES BOBIESKI	73,000	AUSENTE/DESISTENTE
15	2			002849	ZAQUEU EUGENIO DOS SANTOS (SUB JUDICE)	73,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 081/2026 POSSE: 11.02.2026
16				002942	WESLEY DANIEL DIAS	73,000	AUSENTE/DESISTENTE
17				002888	ODAIR JOSE MOREIRA DE ARAUJO	72,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 557/2026 POSSE: 03.08.2026
18				003102	FELIPE RODRIGUES DE OLIVEIRA	72,000	AUSENTE/DESISTENTE
19				002031	JHONATA DA SILVA ARAUJO GONCALVES	72,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 559/2026 POSSE: 03.08.2026
20				002043	MARCELO CAMARGO DE SOUZA	71,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 560/2026 POSSE: 03.08.2026
21				002584	EDIPO STANG DO NASCIMENTO	71,000	
22				003315	THIAGO ACACIO SANGUINETTE DE JESUS	71,000	
23				003137	ANDRE LUIZ BUCK	69,000	
24	3			003376	CLAUDEMIR LUCIANO JUNIOR	69,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 747/2025 POSSE: 25.08.2025
25				002832	KEVYN APARECIDO KREGINSKI	69,000	
26				002271	MATHEUS KLEIN BREITER	67,000	
27			2	003542	REBECA LIBERATO BENTO	67,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 748/2025 POSSE: 25.08.2025
28	4			003038	ALAN ALVES BATISTA DOS SANTOS	67,000	
Cargo: Guarda Municipal							
Edital n.º 04/2024-CP							
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 071/2026|LISTA GERAL							
CLASSIFICAÇÃO							
AMPLA	**AFRODESCENDENTE**	**PESSOA COM DEFICIÊNCIA**	**EFETIVO FEMININO**	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**	**OCORRÊNCIA**
29				003519	EDISOM YUKIO TAKATA	66,000	
30	5			002913	GUSTAVO OZOGOWSKI	66,000	
31				001837	HENRIQUE RODRIGUES NETO	66,000	
32				002185	RENAN LOPES DA SILVA	65,000	
33				002230	RAI DOOPIATI SAUTHIER	65,000	
34				001894	LUIZ ANTONIO ALVES DOS SANTOS FILHO	65,000	
35	6			003033	RAFAEL AUGUSTO DA SILVA	63,000	
36				002636	GUSTAVO CASTRO DA SILVA	63,000	
37			3	003240	EMANUELE DE OLIVEIRA ANDRADE	63,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 750/2025 POSSE: 25.08.2025
38				003551	VAGNER DA SILVA ASSUNCAO	62,000	
39				003330	BRUNO ALVES BEZERRA	62,000	
40	7		4	002035	JOSEFA RAFAELA SILVA LIMA	62,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 558/2026

							POSSE: 03.08.2026
41				003091	CARLOS ALBERTO DIAS FONTES JUNIOR	62,000	
42	8			003007	GABRIEL FERREIRA DE SOUZA BARROS	62,000	
43				002795	RODRIGO FERMINO DE SOUSA	61,000	
44				003288	EVERTON FELICIO MARTINS	61,000	
45				002346	EFRAIM DOS SANTOS	61,000	
46				002897	ADRIANO DE MIRANDA MATANA	60,000	
47				002566	THIAGO DIAS PEREIRA SILQUEIRA	60,000	
48				002437	DOUGLAS BUENO MACHADO PEDRO	60,000	
49				002799	WAGNER LEANDRO COSTA	60,000	
50				002862	ELIAS DE MATOS SILVA	60,000	
51				003367	ALESSANDRO DE FREITAS	60,000	
			5	003441	JULIANA APARECIDA GULIN DE LARA	59,000	
	9			001931	FILIPE RICARDO SANTOS XAVIER	59,000	
	10			002472	VILSON FERNANDES	57,000	
		1		001852	RAFAEL GOMES DO NASCIMENTO E SILVA	57,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 739/2025 POSSE: 25.08.2025
	11			003039	ANDRE SANTOS ALVES	57,000	
		2		003198	FERNANDO HENRIQUE RUSSI	52,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 556/2026 POSSE: 03.08.2026
1			1	001961	BRUNA SENFF CAZAMAJOU	82,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 5209/25

Cargo: Guarda Municipal			
Edital n.º 04/2024-CP			
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|PESSOAS COM DEFICIÊNCIA			
CLASSIFICAÇÃO	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**
1	001852	RAFAEL GOMES DO NASCIMENTO E SILVA	57,000
2	003198	FERNANDO HENRIQUE RUSSI	52,000

Cargo: Guarda Municipal			
Edital n.º 04/2024-CP			
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|AFRODESCENDENTES			
CLASSIFICAÇÃO	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**
1	001885	JOAO VICTOR DE FARIA RIBEIRO	77,000
2	002849	ZAQUEU EUGENIO DOS SANTOS (SUB JUDICE)	73,000
3	003376	CLAUDEMIR LUCIANO JUNIOR	69,000
4	003038	ALAN ALVES BATISTA DOS SANTOS	67,000
5	002913	GUSTAVO OZOGOWSKI	66,000
6	003033	RAFAELA UGUSTO DA SILVA	63,000
7	002035	JOSEFA RAFAELA SILVA LIMA	62,000
8	003007	GABRIEL FERREIRA DE SOUZA BARROS	62,000
9	001931	FILIPE RICARDO SANTOS XAVIER	59,000
10	002472	VILSON FERNANDES	57,000
11	003039	ANDRE SANTOS ALVES	57,000

Cargo: Guarda Municipal			
Edital n.º 04/2024-CP			
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|EFETIVO FEMININO			
CLASSIFICAÇÃO	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**
1	001961	BRUNA SENFF CAZAMAJOU	82,000
2	003542	REBECA LIBERATO BENTO	67,000
3	003240	EMANUELE DE OLIVEIRA ANDRADE	63,000
4	002035	JOSEFA RAFAELA SILVA LIMA	62,000
5	003441	JULIANA APARECIDA GULIN DE LARA	59,000

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:9FA5FD0D

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO (EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2024), APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 106/2026

O Prefeito do **MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1. Tornar público o resultado classificatório do Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do Edital de Concurso Público n.º 05/2024, após a convocação através do Edital n.º 106/2026.

2. Ressaltar que,conforme o item 16.7 do Edital de Concurso Público n.º 05/2024, por ocasião da solicitação de deslocamento para o final da lista classificatória, na nova ordem classificatória será resguardada a posição relativa inicial entre os candidatos deslocados.

3. Ressaltar que, conforme o item 17.1 do Edital de Concurso Público n.º 05/2024, os candidatos aprovados serão convocados para Avaliação Médica realizada pelo Serviço de Saúde Ocupacional do Município de Campo Magro e conforme consta o item 17.5 do edital citado, o candidato que deixar de se apresentar, por qualquer motivo, para avaliação médica, na forma estabelecida no subitem 17.1, será considerado desistente e não será contratado.

4. E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

Campo Magro, 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: Assistente Social								
Editaln.º 05/2024 - CP								
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|LISTA GERAL								
CLASSIFICAÇÃO								
AMPLA	**AFRODESCENDENTE**	**PESSOA COM DEFICIÊNCIA**	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**	**OBJETIVA**	**TÍTULOS**	**OCORRÊNCIA**
1			000461	JULYANNA ADELINA COSTA	91,000	86,000	5,000	AUSENTE/DESISTENTE
2			000494	GABRIELA MARTINS FONSECA REIMAO	81,500	79,000	2,500	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 365/2025 POSSE: 01.04.2025
3			000419	JEFERSON JOCELON CHAVES	76,500	74,000	2,500	AUSENTE/DESISTENTE
4			000453	ELAINE FERREIRA DOS SANTOS	75,000	75,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 448/2025 POSSE: 05.05.2025
5			000429	NATHALIA MAZUCHIBRAZ DE OLIVEIRA	72,000	72,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 449/2025 POSSE: 05.05.2025
6			000505	MARIA EDUARDA ALVES BUENO	72,000	72,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 587/2025 POSSE: 23.06.2025
7			000486	CLAUDIANE RIBEIRO DE SOUZA	68,500	61,000	7,500	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 780/2025 POSSE: 08.09.2025
8			000431	PATRICIA APARECIDA DA SILVA	66,000	61,000	5,000	AUSENTE/DESISTENTE
9			000480	WILLIAN ROBSON MARTINS DE FREITAS	65,000	60,000	5,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 184/2026 POSSE: 16.03.2026
10			000420	JUAREZ PIRES DE SANTANA	64,000	64,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
11			000405	CAROLINE ADRIELLY ANTUNES MEIRA	62,500	60,000	2,500	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 364/2026 POSSE: 11.05.2026
12			000470	NATALY BEATRIZ PALMA CONTRERAS	61,500	59,000	2,500	AUSENTE/DESISTENTE
13			000478	SELMA CRISTIANE BATISTA XAVIER QUEIROZ	61,500	59,000	2,500	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 412/2026 POSSE: 25.05.2026
14			000415	GISELE DE LOURDES VOROBI	61,000	56,000	5,000	AUSENTE/DESISTENTE
15			000482	ALINE FERREIRA DA SILVA	60,000	55,000	5,000	AUSENTE/DESISTENTE
16			000491	FERNANDA BRUNA SORGATO PITT	58,500	56,000	2,500	AUSENTE/DESISTENTE
17			000469	MARISTELA DA SILVA SOARES	58,000	53,000	5,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 538/2026 POSSE: 06.07.2026
18			000507	MICHELLI GOMES DE ARAUJO	58,000	53,000	5,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 565/2026 POSSE: 17.06.2026
19			000500	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA ROSA	57,000	57,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
20			000427	MIRIA DE OLIVEIRA SOUZA	57,000	57,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
21			000513	RITA EUGENIA MARTINS SANTIAGO	56,500	54,000	2,500	AUSENTE/DESISTENTE
22			000428	NATALIA TIEPOLO KOCHINSKI	56,000	56,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
23			000433	PRISCILA SANTANA	55,500	53,000	2,500	
24			000440	THAIS PEDRINHO DE PONTES	55,000	55,000	0,000	
25			000426	MICHELE FERNANDA DOS SANTOS	55,000	55,000	0,000	
26			000512	RITA DE CASSIA BACCARIN LISBOA	55,000	55,000	0,000	
27			000416	GIULIANA MORAES MIRANDA	54,000	54,000	0,000	
28			000499	JEAN CARLOS PRATES	53,500	51,000	2,500	
29			000466	MARCIO SOARES SISTO	52,500	50,000	2,500	
30			000451	EDUARDO AGOSTINI PERELLES	52,500	50,000	2,500	
31			000463	LAIS PAULA RODRIGUES DE OLIVEIRA	52,000	52,000	0,000	
Cargo: Assistente Social								
Editaln.º 05/2024 - CP								
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|LISTA GERAL								
CLASSIFICAÇÃO								
AMPLA	**AFRODESCENDENTE**	**PESSOA COM DEFICIÊNCIA**	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**	**OBJETIVA**	**TÍTULOS**	**OCORRÊNCIA**
32			000394	ROMULO AUGUSTO FRIEDRICH SANTANA	52,000	52,000	0,000	
33			000473	RENIERY DOS SANTOS DE LIMA JORGE	52,000	52,000	0,000	
34			000464	LUIS FERNANDO TORRES DE OLIVEIRA	51,000	51,000	0,000	
35			000488	DANIELE CRISTIANE CORREA	50,000	50,000	0,000	
36	1		000449	CRISTIANE DE SOUZA FERNANDES	50,000	50,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 2015/25
1	1		000449	CRISTIANE DE SOUZA FERNANDES	50,000	50,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 2015/25

Cargo: Assistente Social					
Edital n.º 05/2024 - CP					
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|PESSOAS COM DEFICIÊNCIA					
CLASSIFICAÇÃO	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**	**OBJETIVA**	**TÍTULOS**
Não há candidatos classificados para este cargo					

Cargo: Assistente Social					
Edital n.º 05/2024 - CP					
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|AFRODESCENDENTES					
CLASSIFICAÇÃO	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**	**OBJETIVA**	**TÍTULOS**
1	000449	CRISTIANE DE SOUZA FERNANDES	50,000	50,000	0,000

Cargo: Psicólogo

Edital n.º 05/2024 - CP

RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|LISTA GERAL

CLASSIFICAÇÃO

AMPLA	AFRODESCENDENTE	PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	NOTA FINAL	OBJETIVA	TÍTULOS	OCORRÊNCIA
1			000592	MARINA DE ALMEIDA CIBIN	87,000	87,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
2			004320	KEILA DO SOCORRO REBELLO EVANGELISTA	85,000	65,000	20,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 1407/25
3			004337	VERONICA NURIA PEREIRA BARBOSA	84,000	84,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 1415/25
4			000529	CASSIA GABRIELA WOTEKOSKI	83,000	83,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
5			000564	BRUNO GURGEL NONVIERI	83,000	83,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 451/2025 POSSE: 05.05.2025
6			000566	CAROLINE HALLBERG FRAUCHES ALBARELLO	83,000	83,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 453/2025 POSSE: 05.05.2025
7			000596	PAULO RICARDO DE BOLETO OLIVEIRA	82,000	82,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
8			000557	VANESSA SAJNAJ FERREIRA	82,000	77,000	5,000	AUSENTE/DESISTENTE

Cargo: Psicólogo

Edital n.º 05/2024 - CP

RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|LISTA GERAL

CLASSIFICAÇÃO

AMPLA	AFRODESCENDENTE	PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	NOTA FINAL	OBJETIVA	TÍTULOS	OCORRÊNCIA
9			004495	JOAO HENRIQUE PALUDO	82,000	82,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
10			000484	CARLOS ROBERTO VIEIRA SCHUSTER PINTO	81,000	81,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
11			004338	WILSON ZEM KOVALSKI	81,000	76,000	5,000	AUSENTE/DESISTENTE
12		1	001476	CAMILA JORDANIA ALVES	80,000	80,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
13			004332	RAFAELA ONOFRE KOWALCZUK	80,000	80,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
14			000577	GIOVANA LUIZA MAROCHI	79,500	72,000	7,500	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 127/2026 POSSE: 02.03.2026
15			000578	GIOVANNA KLECHOVICZ CARDOZO	78,000	78,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 3152/25
16			004322	LAURA STOEBERL MORATO	78,000	78,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
17			000558	VICTOR RODRIGO BOMFIM LEITE SILVA	78,000	78,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 482/2026 POSSE: 17.06.2026
18			004500	LOUISE NICOLA	78,000	78,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 4133/2026
19			000560	VINICIUS GUIDOLIN DE AZEVEDO	77,000	77,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
20			004517	ANNA ISA CAMPOS VASCONCELOS COMPARIM	77,000	77,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 566/2026 POSSE: 16.07.2026
21			000536	HELITON SOARES DE LIMA	77,000	77,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 637/2026 POSSE: 10.08.2026
22			000562	ANDREY SANTOS SOUZA	76,000	76,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
23			000511	PAULA MANSUR FERREIRA DOS SANTOS	76,000	76,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA (e-mail)
24			004331	PATRICIA ALVES PINTO	75,500	73,000	2,500	AUSENTE/DESISTENTE
25			000591	MARILENE SANTANA NEVES	75,500	73,000	2,500	AUSENTE/DESISTENTE
26			000516	TASSIANA SANCHES DA SILVA	75,000	75,000	0,000	
27			000530	DAYANA ZAGO DA CRUZ	75,000	70,000	5,000	
28			000523	BIANCA GRIZZO MARCHESE	75,000	75,000	0,000	
29			004499	LEONARDO ISOPPO AMADOR ZARA	74,000	74,000	0,000	
30			000533	GABRIELLE MACIEL PEREIRA	74,000	74,000	0,000	
31			000497	HILLARI NICOLI KULEVICZ	74,000	74,000	0,000	
32			000588	MARIA EDUARDA CAMPAGNARO	74,000	69,000	5,000	
33			004299	BASILIO KALIEL BARAN	74,000	74,000	0,000	
34			004333	SIMONE MUELLER RODRIGUES	73,500	71,000	2,500	

Cargo: Psicólogo

Edital n.º 05/2024 - CP

RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|LISTA GERAL

CLASSIFICAÇÃO

AMPLA	AFRODESCENDENTE	PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	NOTA FINAL	OBJETIVA	TÍTULOS	OCORRÊNCIA
35			000542	JESSICA GELINSKI NEIVA	73,000	73,000	0,000	
36			000549	MARIANA PIOLI SCHNEKENBERG	72,000	72,000	0,000	
37			004491	ISABELA REGINA TOCESCHIN	71,000	71,000	0,000	
38			004498	LEANDRO BATISTA DA SILVA	70,500	68,000	2,500	
39		2	004483	CARLOS ELIAS MATALON	69,500	62,000	7,500	AUSENTE/DESISTENTE
40			004505	MICAELA CARDOSO DE OLIVEIRA	69,000	69,000	0,000	
41			004492	ISADORA RANGEL ROSSETIM DE SOUZA	69,000	69,000	0,000	
42			000556	SHANI FALCHETTI MENANDRO	69,000	59,000	10,000	
43		3	004482	BIANCA FERREIRA LARANGEIRA	68,500	66,000	2,500	
44			004494	JESSICA DE OLIVEIRA DE LIMA	68,500	66,000	2,500	
45			004480	BARBARA HENRIQUE BORGES	68,500	66,000	2,500	
46	1		000504	LEONARDO HENRIQUE MELO SILVA	68,000	68,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 452/2025 POSSE: 05.05.2025
47			000534	GIOVANA HILBERATH MOREIRA	68,000	68,000	0,000	
48			000524	BRAYAN SAIDOK SCHILIPAKE	68,000	68,000	0,000	
49			000586	MARIA CLARA KOCK	68,000	68,000	0,000	
50			000528	CAMILA WEINGARTNER	67,000	67,000	0,000	
51			004486	GABRIELA DOS SANTOS DE CARVALHO	67,000	67,000	0,000	
52			004508	PEDRO BISCAIA	67,000	67,000	0,000	

53			000531	ERICA APARECIDA CHAGAS	66,500	64,000	2,500	
54			004485	EVELYN DEBORA DE LIMA	66,500	64,000	2,500	
55	2		000573	FELIPE DE SOUZA BARROS	66,500	64,000	2,500	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 092/2026 POSSE: 20.02.2026
56			000580	GIULIANA SOUZA SCHNEIDER	66,000	66,000	0,000	
57			000551	MELISSA ERIKA ICHI	66,000	66,000	0,000	
58			004536	VIVIANE BRITO DE SOUZA	66,000	66,000	0,000	
59	3		004319	JUNIOR TOMAZ DE SOUZA	66,000	56,000	10,000	
60			004318	JULIANA OGASSAWARA	66,000	61,000	5,000	
61			004305	ELAINE DOS SANTOS MONTALVAO DA SILVA	65,500	63,000	2,500	
62			004477	ANA PAULA REGGIANI	65,000	60,000	5,000	

Cargo: Psicólogo

Edital n.º 05/2024 - CP

RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|LISTA GERAL

CLASSIFICAÇÃO

AMPLA	AFRODESCENDENTE	PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	NOTA FINAL	OBJETIVA	TÍTULOS	OCORRÊNCIA
63			004308	GABRIELA ZANCHIN FROES	65,000	65,000	0,000	
64			000481	ALANIS APARECIDA NASCIMENTO	65,000	65,000	0,000	
65			000583	LEONAN FERRARI FELIPIN	65,000	65,000	0,000	
66			000582	LARISSA APARECIDA RODRIGUES	64,500	62,000	2,500	
67	4		000501	JULIANA DA COSTA MENEZES	64,000	64,000	0,000	
68			000543	JULIANA NARDELLI	64,000	64,000	0,000	
69			004297	ANGELI REGIANE ROCHA DE MACEDO	64,000	64,000	0,000	
70			000550	MAYSSUNO MARIO SMAN	64,000	64,000	0,000	
71			000521	ANA CAROLINA MULLER PEREIRA	64,000	59,000	5,000	
72			000576	GABRIELA VEIGA DE ARAUJO	63,500	61,000	2,500	
73			004300	BRUNA CRISTINA CAVALHEIRO	63,000	63,000	0,000	
74			000584	LISIE DA SILVA BOELTER	63,000	63,000	0,000	
75	5		004335	THIAGO PEREIRA DE CARVALHO	63,000	63,000	0,000	
76			000544	KARIN KOSSATZ	63,000	63,000	0,000	
77			000597	RENATA DULCE DE OLIVEIRA	63,000	63,000	0,000	
78	6		000538	IZADORA DE SOUZA DIAS	62,500	60,000	2,500	
79			000568	CRISTIANE MACIEL DOS SANTOS	62,000	62,000	0,000	
80			000579	GIOVANNA MIOLA	62,000	62,000	0,000	
81			004487	GABRIELLA DE OLIVEIRA MACHADO	62,000	62,000	0,000	
82			000552	PEDRO HENRIQUE COSTA SOARES	62,000	62,000	0,000	
83			000593	MILLENY CINDY CORDEIRO DOS SANTOS	62,000	62,000	0,000	
84			000561	ALINE MORAES SELUSNHAKI	61,500	59,000	2,500	
85			000569	DANIELA CRISTINA CAMARGO DE OLIVEIRA	61,000	61,000	0,000	
86			004513	THAIS TONIN	61,000	61,000	0,000	
87	7		000535	HARYANNE GABRIELLE BORGES SANTOS	61,000	61,000	0,000	
88			004519	BRUNA DE OLIVEIRA BARELLA	59,000	59,000	0,000	
89			004516	ANA CRISTINA DIAS DA PAZ	59,000	59,000	0,000	
90			004532	MELISSA FREIRE DE ARAUJO	59,000	59,000	0,000	
91			000532	FABIOLLA ALESSANDRA TELLES DE OLIVEIRA	59,000	54,000	5,000	

Cargo: Psicólogo

Edital n.º 05/2024 - CP

RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|LISTA GERAL

CLASSIFICAÇÃO

AMPLA	AFRODESCENDENTE	PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	NOTA FINAL	OBJETIVA	TÍTULOS	OCORRÊNCIA
92			000519	VITORYA BUKI DOS SANTOS	58,500	56,000	2,500	
93			004321	KEYLA DOS SANTOS	58,000	58,000	0,000	
94			004488	GRACIELY DE SANTANA BENDO	58,000	53,000	5,000	
95			000525	BRUNA DOS SANTOS LUCENA	57,000	57,000	0,000	
96			000526	CAMILA BARBOSA DOS SANTOS	57,000	57,000	0,000	
97			000545	KEILA LUMI SUGAHARA	56,500	54,000	2,500	
98			000553	RITA DE CASSIA SOAKI	56,000	56,000	0,000	
99			000541	JESSICA DWANN PEREIRA DE OLIVEIRA	56,000	56,000	0,000	
100			000571	ELDA REGINA MACHADO PEDROSO	55,000	55,000	0,000	
101			004520	BRUNA GABRIELA DA SILVA	55,000	55,000	0,000	
102	8		004314	JHESSICA KAMILLA ROSA DA SILVA PINTO	55,000	55,000	0,000	
103			004524	ELIZIANE DO ROCIO BUDEL	55,000	50,000	5,000	
104			004303	DEBORA BARBOSA DA SILVA RIBEIRO	55,000	55,000	0,000	
105			004328	MARIA FERNANDA DONIAK MELNISK	55,000	55,000	0,000	
106			004514	VITOR EDUARDO CANDIDO DA SILVA	55,000	55,000	0,000	
107		4	001469	BRUNO SANTOS RAMOS CERDAN	55,000	55,000	0,000	
108			000559	VICTORIA DEBIASSIO KLEPA	55,000	55,000	0,000	
109	9		004510	ROSANA MARIA RODRIGUES DE PAULA	54,500	52,000	2,500	
110			004529	KAMILA TROFINO TAVARES	54,000	54,000	0,000	
111			004489	HEITOR BACINELO MERLO	53,000	53,000	0,000	
112			004497	LARISSA REGINA ROCHA	53,000	53,000	0,000	
113			004504	MARINA VAROTTO BITTENCOURT	53,000	53,000	0,000	
114			004481	BARBARA PINTO DE SOUZA	52,500	50,000	2,500	
115			004307	FRANCIELE MOLLETA	52,000	52,000	0,000	
116			000546	KELLY DA ROCHA PIRES	52,000	52,000	0,000	
117			000555	ROSEMARY DE OLIVEIRA BOFFI SANTOS	52,000	52,000	0,000	
118			004476	ANA BEATRIZ MASINI PAES	51,000	51,000	0,000	
119			000575	GABRIELA BENHKE	51,000	51,000	0,000	
120			004521	CAMILA FERREIRA BORGES	50,000	50,000	0,000	

Cargo: Psicólogo

Edital n.º 05/2024 - CP

RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|LISTA GERAL

CLASSIFICAÇÃO

AMPLA	AFRODESCENDENTE	PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	NOTA FINAL	OBJETIVA	TÍTULOS	OCORRÊNCIA

121			004530	LYLIAN ZANUTTO RIBEIRO	50,000	50,000	0,000	
1			004320	KEILA DO SOCORRO REBELLO EVANGELISTA	85,000	65,000	20,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 1407/25
2			004337	VERONICA NURIA PEREIRA BARBOSA	84,000	84,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 1415/25
3			000578	GIOVANNA KLECHOVICZ CARDOZO	78,000	78,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 3152/25
4			004500	LOUISE NICOLA	78,000	78,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 4133/26
5			000511	PAULA MANSUR FERREIRA DOS SANTOS	76,000	76,000	0,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA (e-mail)

Cargo: Psicólogo
Edital n.º 05/2024 - CP
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CLASSIFICAÇÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	NOTA FINAL	OBJETIVA	TÍTULOS
1	001476	CAMILA JORDANIA ALVES	80,000	80,000	0,000
2	004483	CARLOS ELIAS MATALON	69,500	62,000	7,500
3	004482	BIANCA FERREIRA LARANGEIRA	68,500	66,000	2,500
4	001469	BRUNO SANTOS RAMOS CERDAN	55,000	55,000	0,000

Cargo: Psicólogo
Edital n.º 05/2024 - CP
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|AFRODESCENDENTES

CLASSIFICAÇÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	NOTA FINAL	OBJETIVA	TÍTULOS
1	000504	LEONARDO HENRIQUE MELO SILVA	68,000	68,000	0,000
2	000573	FELIPE DE SOUZA BARROS	66,500	64,000	2,500
3	004319	JUNIOR TOMAZ DE SOUZA	66,000	56,000	10,000
4	000501	JULIANA DA COSTA MENEZES	64,000	64,000	0,000
5	004335	THIAGO PEREIRA DE CARVALHO	63,000	63,000	0,000
6	000538	IZADORA DE SOUZA DIAS	62,500	60,000	2,500
7	000535	HARYANNE GABRIELLE BORGES SANTOS	61,000	61,000	0,000
8	004314	JHESSICA KAMILLA ROSA DA SILVA PINTO	55,000	55,000	0,000
9	004510	ROSANA MARIA RODRIGUES DE PAULA	54,500	52,000	2,500

Cargo: Farmacêutico
Edital n.º 05/2024 - CP
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|LISTA GERAL

CLASSIFICAÇÃO								
AMPLA	AFRODESCENDENTE	PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	NOTA FINAL	OBJETIVA	TÍTULOS	OCORRÊNCIA
1			001702	JULIANA MARTINS DE PAULA BARROSO	81,500	79,000	2,500	AUSENTE/DESISTENTE
2			001806	NICOLAS GRANZA BARBOSA	81,500	79,000	2,500	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 2018/25
3			001726	FERNANDA COSTA BRANDAO BERTI	81,500	64,000	17,500	DESISTENTE APÓS APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E REALIZAÇÃO DOS EXAMES MÉDICOS ADMISSIONAIS
4			001697	GABRIELA ASCENCO FEIBER	78,500	76,000	2,500	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 2057/25
5			001747	VANESSA BARBOSA	77,500	60,000	17,500	AUSENTE/DESISTENTE
6			001730	JANAINA GOMES HEUKO	76,000	61,000	15,000	AUSENTE/DESISTENTE
7			001781	BEATRIZ SPONHOLZ OLIVEIRA	74,000	69,000	5,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 545/2025 POSSE: 03.06.2025 ENTRADA EM EXERCÍCIO: 09.06.2025
8			001752	BARBARA THAIS POLISELO ESCALIANTE	74,000	69,000	5,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 546/2025 POSSE: 03.06.2025 ENTRADA EM EXERCÍCIO: 09.06.2025
9			001811	REGIANE GIMENES CEDRAN	69,500	67,000	2,500	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 547/2025 POSSE: 03.06.2025 ENTRADA EM EXERCÍCIO: 09.06.2025
10			001751	AMELIA LUZA	68,000	68,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 548/2025 POSSE: 03.06.2025 ENTRADA EM EXERCÍCIO: 12.06.2025
11			001761	JACQUELINE BEATRIZ KASMIRSKI PESSATTI	68,000	68,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 688/2025 POSSE: 11.08.2025 ENTRADA EM EXERCÍCIO: 25.08.2025
12			001780	ANDREZA GAMBELLI LUCAS COSTA NASCIMENTO	67,500	60,000	7,500	SOLICITAÇÃO DE DESISTÊNCIA PROTOCOLO N.º 8223/2025.
13			001800	LUIZ HENRIQUE ZANIOLO JUSTI	67,000	67,000	0,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 009/2026 POSSE: 12.01.2026
14			001794	LARISSA DE OLIVEIRA PRADO	66,000	66,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
15			001695	CLARA GABRIELLE ALVES DE SOUZA	66,000	66,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE
16			001807	PAOLO HENRIQUE LOPES	64,500	62,000	2,500	AUSENTE/DESISTENTE
17			001740	MARIA AUGUSTA SCHRAMM DO NASCIMENTO	64,000	64,000	0,000	AUSENTE/DESISTENTE

Cargo: Farmacêutico								
Edital n.º 05/2024 - CP								
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|LISTA GERAL								
CLASSIFICAÇÃO								
AMPLA	AFRODESCENDENTE	PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	NOTA FINAL	OBJETIVA	TÍTULOS	OCORRÊNCIA
18			001804	MATHEUS GORDIA DA LIBRA	63,000	58,000	5,000	
19			001784	DENNY RAFAEL PERUSSO DOS REIS	63,000	58,000	5,000	
20			001738	MARCIA XAVIER DA SILVA VARELLA	62,500	55,000	7,500	
21			001813	VANESSA TSCHANNERL	62,000	62,000	0,000	
22			001795	LARISSA FERNANDES DA SILVA	61,000	61,000	0,000	
23			001788	FERNANDA RIZZATO SANCHEZ	60,500	58,000	2,500	
24			001725	DEBORA CRISTINA RODRIGUES	60,500	58,000	2,500	
25			001735	LORENA BARRETO	60,000	60,000	0,000	
26			001798	LORRAINE GOULART LIRA	59,000	59,000	0,000	
27			001722	CAROLINE RISKE	59,000	59,000	0,000	
28			001729	ISABELLA CRISTINA DE NARDIN	58,000	58,000	0,000	
29			001762	JACQUELINE DA SILVA QUINTAL	57,500	55,000	2,500	
30			001746	THIAGO ALESSANDRE DA SILVA	57,000	52,000	5,000	
31			001745	RICARDO BITTENCOURT	56,000	56,000	0,000	
32			001787	FERNANDA OLIVEIRA DA SILVA	56,000	51,000	5,000	
33			001742	NATALIA PACHECO DE SOUZA	55,500	53,000	2,500	
34			001801	MARCIO MIGUEL RAK	55,000	55,000	0,000	
35			001765	LUCAS LEONARDO FEITOSA	54,000	54,000	0,000	
36			001705	LETICIA ZELLA GUERRA	53,500	51,000	2,500	
37			001703	KARINA WEIGERT PENCAI	53,000	53,000	0,000	
38			001771	ROSALIA TEIXEIRA BASTOS	52,500	50,000	2,500	
39			001736	LUCIANA HAUPT MANDANIEL	52,500	50,000	2,500	
40			001808	PATRICIA DA SILVA	52,000	52,000	0,000	
41			001791	HIDEYU KIUMEZAWA RODRIGUES	52,000	52,000	0,000	
42			001783	CRISTIANE WEIRICHLENZI	52,000	52,000	0,000	
43			001727	GABRIELLE FRANCA DA SILVA	51,000	51,000	0,000	
44			001721	CAMILA SILVA BEZERRA	51,000	51,000	0,000	
45			001768	RAFAELA STOCCO DE LARA	51,000	51,000	0,000	
46			001774	SERGIO ROGERIO ROUSSENQ JUNIOR	50,000	50,000	0,000	

Cargo: Farmacêutico								
Edital n.º 05/2024 - CP								
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|LISTA GERAL								
CLASSIFICAÇÃO								
AMPLA	AFRODESCENDENTE	PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	NOTA FINAL	OBJETIVA	TÍTULOS	OCORRÊNCIA
1			001806	NICOLAS GRANZA BARBOSA	81,500	79,000	2,500	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 2018/25
2			001697	GABRIELA ASCENCO FEIBER	78,500	76,000	2,500	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 2057/25

Cargo: Farmacêutico					
Edital n.º 05/2024 - CP					
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|PESSOAS COM DEFICIÊNCIA					
CLASSIFICAÇÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	NOTA FINAL	OBJETIVA	TÍTULOS
Não há candidatos classificados para este cargo					

Cargo: Farmacêutico					
Edital n.º 05/2024 - CP					
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|AFRODESCENDENTES					
CLASSIFICAÇÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	NOTA FINAL	OBJETIVA	TÍTULOS
Não há candidatos classificados para este cargo					

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:34F79052

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (EDITAL PSS/SEMEC N.º 012/2025), APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 101/2026

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base na Lei Municipal nº 947/2017, regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 094/2024, alterado pelo Decreto n.º 433/2025, e na autorização exarada no Parecer Jurídico nº 179/2025, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1. Tornar público o resultado classificatório do Processo Seletivo Simplificado destinado ao preenchimento de vagas do Edital PSS/SEMEC n.º 012/2025, após a convocação através do Edital n.º 101/2026.

2. Ressaltar que,conforme o item 14.4 do Edital PSS/SEMEC n.º 012/2025, por ocasião da solicitação de deslocamento para o final da lista classificatória, na nova ordem classificatória será resguardada a posição relativa inicial entre os candidatos deslocados.

3. Ressaltar que, conforme o item 14.6 do Edital PSS/SEMEC n.º 012/2025, os candidatos aprovados serão convocados para Avaliação Médica realizada pelo Serviço de Saúde Ocupacional do Município de Campo Magro e conforme consta o item 14.8 do edital citado, o candidato que deixar de se apresentar, por qualquer motivo, para avaliação médica, na forma estabelecida no subitem 14.7, será considerado desistente e não será contratado.

4. E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

AMPLA CONCORRÊNCIA					
CLASSIFICAÇÃO	**IDADE**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS) DO PSS 20H (EDITAL Nº 012/2025)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
1	**42**	**10/07/1983**	Gisele Aparecida Kozowski Faucz	84	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 969/2025
2	**63**	**27/09/1962**	Marisa Márcia Medeiros Vaz	80	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 7961/2025
3	**53**	**10/09/1972**	Alessandra Alesse Budel	80	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 970/2025
4	**46**	**17/10/1978**	Cristiane de Fátima Costa	80	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 974/2025
5	**35**	**06/04/1990**	Ana Paula Zonta	80	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 7977/2025
6	**34**	**19/10/1990**	Fernanda Eduarda Correa da Luz	80	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 971/2025
7	**31**	**21/09/1994**	Prislaine de Fátima dos Santos	78	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 968/2025
8	**26**	**30/10/1998**	Ane Caroline Topa	78	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 967/2025
9	**53**	**18/11/1971**	Magali Bosa Pandolfo	76	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 8166/2025
10	**57**	**16/10/1967**	Cintia Regina Maluf da Silva	72	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 100/2026
11	**33**	**13/05/1992**	Jozana de Fátima Krinski	72	AUSENTE/DESISTENTE
12	**29**	**02/07/1996**	Luciana Mazzarolo dos Santos	72	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 101/2026
13	**28**	**19/11/1996**	Larissa Marques Barbosa	72	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 102/2026
14	**50**	**8/2/1975**	Christiane Lopes Licetti	70	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 110/2026
15	**46**	**26/04/1979**	Fabiana Pereira André	70	AUSENTE/DESISTENTE
16	**45**	**23/05/1980**	Fernanda Ariana Martins Mayer	70	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 103/2026
17	**43**	**19/01/1982**	Karoline Mesquita de Carvalho	70	AUSENTE/DESISTENTE
18	**36**	**15/07/1989**	Everton Schuster Monteiro	70	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 111/2026
19	**34**	**15/03/1991**	Monike Karine Rodrigues	70	AUSENTE/DESISTENTE
20	**31**	**06/03/1994**	Letícia Silva Anastácio	70	AUSENTE/DESISTENTE
21	**43**	**02/08/1982**	Rosilene Aparecida de Camargo	68	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 104/2026
22	**43**	**30/12/1982**	Ana Jaqueline Pinheiro de Campos de Paula	68	AUSENTE/DESISTENTE
23	**42**	**22/09/1983**	Juliana Constantino da Silva Szychta	68	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 105/2026
24	**36**	**30/01/1989**	Gislaine Cristina Kozowski	68	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 106/2026
25	**36**	**20/02/1989**	Aline de Cassia Berdaki Dallagrana	68	AUSENTE/DESISTENTE
26	**46**	**06/06/1979**	Ligia de Souza Galante Biernaski	66	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 107/2026
27	**45**	**31/08/1980**	Luciana Zelinski Zem	66	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 108/2026
28	**44**	**27/03/1981**	Heidi de Fátima Oliveira Teixeira	66	AUSENTE/DESISTENTE
29	**41**	**28/01/1984**	Franciele Souza Andreos	66	AUSENTE/DESISTENTE
30	**38**	**09/01/1987**	Morgana Francisco Michallovski	66	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 1006/2026
31	**27**	**02/09/1998**	Vanessa Aparecida Rodrigues Machado	66	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 138/2026
32	**26**	**13/05/1999**	Bruna Bispo dos Santos	66	AUSENTE/DESISTENTE
33	**47**	**17/10/1977**	Cristiane Dias Gentil de Lara	64	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 152/2026
34	**43**	**7/6/1982**	Taís Samara dos Santos Cunha	64	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 141/2026

AMPLA CONCORRÊNCIA					
CLASSIFICAÇÃO	**IDADE**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS) DO PSS 20H (EDITAL Nº 012/2025)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
35	**41**	**05/08/1984**	Rosenilda Gonçalves de Oliveira	64	AUSENTE NA REALIZAÇÃO DOS EXAMES MÉDICOS PRÉ ADMISSIONAIS/DESISTENTE
36	**40**	**30/04/1985**	Daiane Cristina dos Santos	64	AUSENTE/DESISTENTE
37	**33**	**26/03/1992**	Greiciquele Teodoro Pereira de Melo	64	AUSENTE/DESISTENTE
38	**31**	**12/12/1993**	Luana Izabel Feitosa Anunciação	64	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 142/2026
39	**56**	**10/03/1969**	Meire Aparecida Martins Machado	62	AUSENTE/DESISTENTE
40	**46**	**20/04/1979**	Cristiane de Jesus dos Santos	62	AUSENTE/DESISTENTE
41	**40**	**14/08/1985**	Paula Cristina Ribeiro Batista	62	AUSENTE/DESISTENTE
42	**36**	**01/09/1989**	Joice Alessandra Hilário de Souza	62	AUSENTE/DESISTENTE
43	**27**	**23/10/1997**	Silvia de Lima Gomes	62	AUSENTE/DESISTENTE
44	**59**	**14/01/1966**	Jorge Luiz Pereira	60	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 205/2026
45	**56**	**13/6/1969**	Maria Rosa Przybysz Maciel da Silva	60	AUSENTE/DESISTENTE
46	**56**	**13/07/1969**	Adriane Machado Soares	60	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 206/2026
47	**55**	**10/01/1970**	Luciana Azevedo	60	AUSENTE/DESISTENTE

48	**53**	**18/02/1972**	Gilmara dos Santos Martins	60	AUSENTE/DESISTENTE
49	**53**	**02/08/1972**	Marcia Renata Alves Vicelli	60	AUSENTE/DESISTENTE
50	**50**	**22/10/1974**	Maria Eliane da Anunciação	60	AUSENTE/DESISTENTE
51	**47**	**16/10/1977**	Ellen Kuznik Araszewski Kleina	60	AUSENTE/DESISTENTE
52	**45**	**1/2/1980**	Delba do Rocio Travalha	60	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 1710/2026
53	**44**	**23/11/1980**	Fernanda Furquim de Camargo	60	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 207/2026
54	**43**	**02/02/1982**	Andréia de Fátima Neckel	60	AUSENTE/DESISTENTE
55	**42**	**25/11/1982**	Sônia Nogacz	60	AUSENTE/DESISTENTE
56	**39**	**21/02/1986**	Silvana da Silva Martin	60	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2062/2026
57	**39**	**02/08/1986**	Josiane Suelen Zaleski Machado	60	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 250/2026
58	**37**	**14/09/1988**	Bruna Cintia de Souza	60	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 1873/2026
59	**35**	**25/03/1990**	Bruno César de Souza Gonçalves	60	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 321/2026
60	**34**	**25/10/1990**	Ana Kelli Fuggiato Pilonetto	60	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 322/2026
61	**33**	**26/07/1992**	Ana Sara Florentino de Araújo Borges	60	AUSENTE/DESISTENTE
62	**32**	**25/05/1993**	Mariana Aparecida Novaki Farias	60	AUSENTE/DESISTENTE
63	**31**	**27/06/1994**	Jéssica Oliveira Ramos	60	AUSENTE/DESISTENTE
64	**28**	**02/10/1996**	Jocieli Aparecida de Oliveira Pardinho	60	AUSENTE/DESISTENTE
65	**27**	**28/10/1997**	Igor Gabriel Schubert	60	AUSENTE/DESISTENTE
66	**27**	**03/01/1998**	Antônio Augusto de Matos Monteiro Júnior	60	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 323/2026

AMPLA CONCORRÊNCIA					
CLASSIFICAÇÃO	**IDADE**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS) DO PSS 20H (EDITAL Nº 012/2025)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
67	**27**	**25/05/1998**	Thatielly Daiany Santos Bertoldo	60	AUSENTE/DESISTENTE
68	**26**	**18/07/1999**	Luciano Aranha Andrade	60	AUSENTE/DESISTENTE
69	**48**	**30/01/1977**	Taise Almeida de Lemos Nunes	58	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 324/2026
70	**45**	**13/04/1980**	Vanessa Aparecida Azzolin	58	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 325/2026
71	**44**	**22/06/1981**	Adriana Alves da Silva	58	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 1994/2026
72	**44**	**10/07/1981**	Givane de Oliveira	58	AUSENTE/DESISTENTE
73	**35**	**15/10/1989**	Dhaylian Cristine Dlugoss	58	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 326/2026
74	**35**	**28/06/1990**	Aline Colaço	58	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 327/2026
75	**32**	**09/12/1992**	Rhanaiane Cristian da Silveira de Lima	58	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 328/2026
76	**46**	**27/06/1979**	Benedita da Silva Domingues Machado	56	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 514/2026
77	**44**	**01/11/1980**	Viviane do Rocio Dallazoana Túlio	56	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 515/2026
78	**44**	**02/08/1981**	Alessandra de Amorim Carvalho	56	AUSENTE/DESISTENTE
79	**42**	**11/09/1983**	Suelen Rangel Domingues	56	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 516/2026
80	**36**	**25/08/1989**	Nivea Laura Pontes de Souza	56	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 624/2026
81	**61**	**16/08/1964**	Nilzi Bueno Vida	54	AUSENTE/DESISTENTE
82	**50**	**07/04/1975**	Luciana Mendes Tavares Barboza	54	AUSENTE/DESISTENTE
83	**47**	**08/05/1978**	Renata Bianchi Cazarote	54	AUSENTE À CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE VAGAS/DESISTENTE
84	**46**	**25/01/1979**	Viviane de Cássia Gobi	54	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 629/2026
85	**40**	**17/6/1985**	Suellem Santiago Silvestrini Fidêncio	54	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 625/2026
86	**34**	**09/09/1991**	Bruna Cristina Ribas do Carmo	54	AUSENTE/DESISTENTE
87	**32**	**13/11/1992**	Tatiane Aparecida Drula de Gois	54	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 626/2026
88	**31**	**23/10/1993**	Monaliza Neta Pereira	54	AUSENTE/DESISTENTE
89	**44**	**07/06/1981**	Christiany Herrero Serrano	52	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 621/2026
90	**43**	**22/11/1981**	Virginia dos Santos Lisboa da SilvaLucindo	52	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 628/2026
91	**42**	**11/06/1983**	Débora Lopes da Silva Moreira	52	AUSENTE/DESISTENTE
92	**39**	**24/07/1986**	Cintia Marques da Luz	52	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 622/2026
93	**27**	**11/04/1998**	Thaynna Nunes Cordeiro	52	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 627/2026
94	**63**	**21/02/1962**	Celia Regina Guimarães	50	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 620/2026
95	**55**	**19/05/1970**	Marcelo Eduardo Fernandes	50	AUSENTE/DESISTENTE
96	**53**	**17/12/1971**	Jocileia Krelling	50	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 623/2026
97	**49**	**24/12/1975**	Rosineia Ariati	50	AGUARDANDO VAGA
98	**49**	**15/1/1976**	Hanna Luiza Madeira Rogge	50	AGUARDANDO VAGA
99	**47**	**29/05/1978**	Rosiméri Rodrigues Ferres	50	
100	**45**	**11/2/1980**	Zelma Tavares Pinheiros Fernandes	50	
101	**44**	**17/03/1981**	Roseli Batista da Luz	50	
102	**43**	**10/10/1981**	Giulemar dos Santos Koetzler Ribeiro	50	
AMPLA CONCORRÊNCIA					
CLASSIFICAÇÃO	**IDADE**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS) DO PSS 20H (EDITAL Nº 012/2025)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
103	**42**	**08/10/1982**	Kelly Cristina Calderaro Batista	50	
104	**41**	**04/09/1984**	Marilia Cordeiro Franco	50	

105	**38**	**21/06/1987**	Maria Ester Stolf Warminski	50	
106	**36**	**19/07/1989**	Lauriane Alyne Taveira	50	
107	**35**	**08/10/1989**	Luana Cristina Oliveira Antunes	50	
108	**35**	**19/07/1990**	Marilia Paloma de Souza (PCD)	50	INAPTA
109	**34**	**16/10/1990**	Ramon Moraes de Campos	50	
110	**34**	**15/3/1991**	Patrícia dos Santos Soares	50	
111	**34**	**30/05/1991**	Cristiane Balduino	50	
112	**31**	**10/02/1994**	Juliana Ricetti Monteiro	50	
113	**30**	**26/12/1994**	Franciny de Souza Cambui Coelho Pereira	50	
114	**29**	**27/05/1996**	Aline Gentil de Lara do Nascimento Silva	50	
115	**27**	**17/02/1998**	Ana Paula Matoso	50	
116	**26**	**20/04/1999**	Luiza Franchesca Afornalli Araújo	50	
117	**26**	**05/05/1999**	Rosa Passarinho Melo dos Santos	50	
118	**25**	**22/02/2000**	Letícia Ribeiro Gaspareto	50	
119	**25**	**31/05/2000**	Anna Cecília Gremski Hanrique	50	
120	**23**	**09/02/2002**	Jhenifer Lesnioski	50	
1	**63**	**27/09/1962**	Marisa Márcia Medeiros Vaz	80	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 7961/2025
2	**35**	**06/04/1990**	Ana Paula Zonta	80	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 7977/2025
3	**53**	**18/11/1971**	Magali Bosa Pandolfo	76	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 8166/2025
4	**38**	**09/01/1987**	Morgana Francisco Michallovski	66	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 1006/2026
5	**45**	**01/02/1980**	Delba do Rocio Travalha	60	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 1710/2026
6	**39**	**21/02/1986**	Silvana da Silva Martin	60	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2062/2026
7	**37**	**14/09/1988**	Bruna Cintia de Souza	60	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 1873/2026
8	**44**	**22/06/1981**	Adriana Alves da Silva	58	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 1994/2026

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:6F92B538

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (EDITAL PSS/SEMEC N.º 013/2025), APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 104/2026

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base na Lei Municipal nº 947/2017, regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 094/2024, alterado pelo Decreto n.º 433/2025, e na autorização exarada no Parecer Jurídico nº 179/2025, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1. Tornar público o resultado classificatório do Processo Seletivo Simplificado destinado ao preenchimento de vagas do Edital PSS/SEMEC n.º 013/2025, após a convocação através do Edital n.º 104/2026.

2. Ressaltar que,conforme o item 14.4 do Edital PSS/SEMEC n.º 013/2025, por ocasião da solicitação de deslocamento para o final da lista classificatória, na nova ordem classificatória será resguardada a posição relativa inicial entre os candidatos deslocados.

3. Ressaltar que, conforme o item 14.6 do Edital PSS/SEMEC n.º 013/2025, os candidatos aprovados serão convocados para Avaliação Médica realizada pelo Serviço de Saúde Ocupacional do Município de Campo Magro e conforme consta o item 14.8 do edital citado, o candidato que deixar de se apresentar, por qualquer motivo, para avaliação médica, na forma estabelecida no subitem 14.7, será considerado desistente e não será contratado.

4. E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

Paço Municipal de Campo Magro, em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

AMPLA CONCORRÊNCIA					
CLASSIFICAÇÃO	**IDADE**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS) DO PSS 40H (EDITAL Nº 013/2025)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
1	**66**	**29/09/1958**	ROSELIR COIMBRA DOS SANTOS	80	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 698/2025
2	**46**	**15/04/1979**	ROSANA DA ROSA DE MOURA	80	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 697/2025
3	**30**	**18/03/1995**	AMANDA RAIMUNDO	80	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 695/2025
4	**53**	**18/11/1971**	MAGALI BOSA PANDOLFO	78	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 5138/2025
5	**45**	**08/07/1980**	ELIENAY APARICIO SEVALHO	78	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 696/2025
6	**35**	**17/02/1990**	EVELIN FERREIRA FISCHER DA SILVA	78	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 782/2025
7	**35**	**25/06/1990**	ALINE DA SILVA	78	AUSENTE/DESISTENTE
8	**34**	**08/03/1991**	ANGELA MARIA STELLA	78	AUSENTE/DESISTENTE
9	**33**	**17/10/1991**	ALINE LEMES PALAGI	78	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 783/2025
10	**27**	**23/10/1997**	CAMILA MARIA DA SILVEIRA	78	AUSENTE/DESISTENTE
11	**66**	**15/06/1959**	SUZAN MIKOLAJEWSKI	76	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 785/2025

12	**59**	**25/06/1966**	ELMA YEDA ROCHA FERREIRA FELIX	76	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 786/2025
13	**56**	**26/11/1968**	GIANE DO ROCIO FLORIANO DE ALMEIDA	76	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 6157/25
14	**54**	**11/07/1970**	JOSIANE PERPÉTUA GANZ CARDOSO	76	AUSENTE/DESISTENTE
15	**47**	**14/09/1977**	VIVIANE BATISTA LEITE	76	AUSENTE/DESISTENTE
16	**43**	**5/3/1982**	CRISTIANE SALES PEREIRA	76	AUSENTE/DESISTENTE
17	**42**	**30/12/1982**	ANA JAQUELINE PINHEIRO DE CAMPOS DE PAULA	76	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 885/2025
18	**41**	**10/05/1984**	LISANGELA TURRA DE LARA	76	AUSENTE/DESISTENTE
19	**39**	**14/02/1986**	DANIELLA CARVALHO TEIXEIRA	76	AUSENTE/DESISTENTE
20	**39**	**27/04/1986**	JANAÍNA MENDES CARVALHO	76	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 961/2025
21	**38**	**22/12/1986**	TATIANE PRISCILA JAREK	76	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 962/2025
22	**27**	**04/03/1998**	MILAINE DE SOUZA GONSANI	76	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 963/2025
23	**53**	**01/10/1971**	MATILDE NOWAK	74	AUSENTE/DESISTENTE
24	**44**	**13/08/1980**	ANA PAULA MARTINS DE OLIVEIRA	74	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 119/2026
25	**44**	**31/08/1980**	LUCIANA ZELINSKIZEM	74	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 0859/2026
26	**44**	**27/03/1981**	HEIDI DE FÁTIMA OLIVEIRA TEIXEIRA	74	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 121/2026
27	**40**	**09/11/1984**	MARIANA ARAÚJO SILVA	74	AUSENTE/DESISTENTE
28	**38**	**27/11/1986**	ROSELIS APARECIDA RODRIGUES	74	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 122/2026
29	**38**	**11/04/1987**	DAYANE LISBOA MACHADO DOS SANTOS	74	AUSENTE/DESISTENTE
AMPLA CONCORRÊNCIA					
CLASSIFICAÇÃO	**IDADE**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS) DO PSS 40H (EDITAL Nº 013/2025)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
30	**37**	**29/02/1988**	DÉBORA APARECIDA DOS SANTOS FOCKES	74	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 120/2026
31	**31**	**22/08/1993**	ELIANE MORO MACHADO	74	AUSENTE/DESISTENTE
32	**25**	**14/09/1999**	CARLA BIANCA RIBEIRO	74	AUSENTE/DESISTENTE
33	**22**	**06/09/2002**	CAROLINA DA SILVA GUAITA	74	AUSENTE/DESISTENTE
34	**56**	**13/06/1969**	MARIA ROSA PRZYBYSZ MACIEL DA SILVA	72	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 129/2026
35	**54**	**20/02/1971**	NEIVA LÚCIA MAZON	72	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 130/2026
36	**50**	**04/10/1974**	MARLENE DA COSTA OLIVEIRA	72	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 1420/2026
37	**47**	**13/09/1977**	GRACIRENE JARDIM DOS SANTOS	72	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 176/2026
38	**47**	**23/06/1978**	CLÁUDIA PEREIRA DA SILVA KAYASSIMA	72	AUSENTE NA REALIZAÇÃO DOS EXAMES MÉDICOS PRÉ ADMISSIONAIS/DESISTENTE
39	**46**	**20/04/1979**	CRISTIANE DE JESUS DOS SANTOS	72	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 204/2026
40	**45**	**27/06/1980**	CLEUSA DE SOUZA RODRIGUES STELA	72	AUSENTE/DESISTENTE
41	**42**	**18/04/1983**	EVELIZE SOTTI RODRIGUES	72	AUSENTE/DESISTENTE
42	**40**	**19/09/1984**	FRANCISCA APARECIDA MEDEIROS DOS SANTOS PRADO	72	AUSENTE/DESISTENTE
43	**40**	**30/04/1985**	DAIANE CRISTINA DOS SANTOS	72	AUSENTE/DESISTENTE
44	**31**	**2/8/1993**	FRANCIELE MACHADO DOS SANTOS	72	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 247/2026
45	**28**	**19/04/1997**	RAFAELA DA SILVA VIEIRA	72	AUSENTE/DESISTENTE
46	**27**	**23/10/1997**	SILVIA DE LIMA GOMES	72	AUSENTE/DESISTENTE
47	**56**	**10/03/1969**	MEIRE APARECIDA MARTINS MACHADO	70	AUSENTE/DESISTENTE
48	**54**	**17/06/1971**	DANIELE CRISTINA COUTO	70	AUSENTE/DESISTENTE
49	**47**	**19/08/1977**	ADRIANA MAIA RIBEIRO FAGUNDES	70	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 248/2026
50	**47**	**16/10/1977**	ELLEN KUZNIK ARASZEWSKI KLEINA	70	AUSENTE/DESISTENTE
51	**47**	**17/10/1977**	CRISTIANE DIAS GENTIL DE LARA	70	AUSENTE/DESISTENTE
52	**46**	**20/09/1978**	ALINE SÔNIA DE OLIVEIRA	70	AUSENTE/DESISTENTE
53	**46**	**25/06/1979**	DANIEL ARTHANN	70	AUSENTE/DESISTENTE
54	**45**	**05/06/1980**	SILVIA CRISTINA FRANÇA CASTRO DE OLIVEIRA	70	AUSENTE/DESISTENTE
55	**44**	**23/11/1980**	FERNANDA FURQUIM DE CAMARGO	70	AUSENTE/DESISTENTE
56	**44**	**10/07/1981**	GIVANE DE OLIVEIRA	70	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 249/2026
57	**43**	**10/02/1982**	RUBIA RAMOS DE OLIVEIRA	70	AUSENTE/DESISTENTE
58	**41**	**22/09/1983**	JULIANA CONSTANTINO DA SILVA SZYCHTA	70	AUSENTE/DESISTENTE
AMPLA CONCORRÊNCIA					
CLASSIFICAÇÃO	**IDADE**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS) DO PSS 40H (EDITAL Nº 013/2025)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
59	**41**	**28/01/1984**	FRANCIELE SOUZA ANDREOS	70	AUSENTE/DESISTENTE
60	**41**	**15/03/1984**	JISLAINE MARTINS DA SILVA CUNHA	70	AUSENTE/DESISTENTE
61	**39**	**14/08/1985**	PAULA CRISTINA RIBEIRO BATISTA	70	AUSENTE/DESISTENTE
62	**39**	**06/02/1986**	RENATA DO ROSÁRIO MIRANDA	70	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 5130/2025
63	**36**	**20/02/1989**	EDILENE SIMONE ALVES PAITRA	70	AUSENTE/DESISTENTE
64	**36**	**08/05/1989**	RAPHAELA ANNIBELLI	70	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 413/2026
65	**35**	**10/12/1989**	JULIANE GOMES MATIAS	70	AUSENTE/DESISTENTE
66	**34**	**02/10/1990**	CASSIANE ANDREIA AIDUKE	70	AUSENTE/DESISTENTE
67	**32**	**24/07/1992**	PAULA ALICE OLIVEIRA FURLAN KARPINSKI	70	AUSENTE/DESISTENTE
68	**32**	**26/07/1992**	ANA SARA FLORENTINO DE ARAÚJO BORGES	70	AUSENTE/DESISTENTE
69	**32**	**08/07/1993**	PAULA GIOVANA MELINIK PEREIRA	70	AUSENTE/DESISTENTE
70	**31**	**21/04/1994**	RICARDO DA SILVA MENDES LOPES	70	AUSENTE/DESISTENTE
71	**31**	**27/06/1994**	JÉSSICA OLIVEIRA RAMOS	70	AUSENTE/DESISTENTE
72	**29**	**07/09/1995**	LIZANDRA MORAES COLAÇO	70	AUSENTE/DESISTENTE
73	**27**	**28/10/1997**	IGOR GABRIEL SCHUBERT	70	AUSENTE/DESISTENTE
74	**26**	**19/03/1999**	CAMILA LEITE CIA	70	AUSENTE/DESISTENTE

75	**25**	**24/09/1999**	JOICE SOARES KASEKER	70	AUSENTE/DESISTENTE
76	**25**	**14/04/2000**	FERNANDA ALINE MENDES MARTINS	70	AUSENTE/DESISTENTE
77	**53**	**28/03/1972**	KATIA MARIA MOREIRA DA SILVA	68	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 414/2026
78	**48**	**30/01/1977**	TAISE ALMEIDA DE LEMOS NUNES	68	AUSENTE/DESISTENTE
79	**40**	**29/07/1984**	PATRÍCIA FERREIRA DOS SANTOS ROSA	68	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 453/2026
80	**35**	**28/03/1990**	WINNI ROCHA DE ALMEIDA	68	AUSENTE/DESISTENTE
81	**32**	**09/05/1993**	JOSIANE PEREIRA OLIVEIRA	68	AUSENTE/DESISTENTE
82	**70**	**06/12/1954**	SANDRA MARA SOARES	66	AUSENTE/DESISTENTE
83	**60**	**16/08/1964**	NILZI BUENO VIDA	66	AUSENTE/DESISTENTE
84	**53**	**16/02/1972**	JURACI ALEIXO DE JESUS	66	AUSENTE/DESISTENTE
85	**44**	**17/09/1980**	ANA CLAUDIA ABREU MAGALHÃES WOZNIAKI	66	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 454/2026
86	**39**	**25/08/1985**	ANNE KARINA BATISTA DOS SANTOS	66	AUSENTE/DESISTENTE
87	**31**	**18/09/1993**	DANIELE MITTMANN ZANIN	66	AUSENTE/DESISTENTE
88	**30**	**11/03/1995**	JAQUELINE DELFINO RIBEIRO	66	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 455/2026
AMPLA CONCORRÊNCIA					
CLASSIFICAÇÃO	**IDADE**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS) DO PSS 40H (EDITAL Nº 013/2025)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
89	**29**	**03/06/1996**	DANIELE CARDOSO MUNHOES	66	AUSENTE/DESISTENTE
90	**24**	**09/04/2001**	ISABELE DE TOLEDO ESPINOSA	66	PRESENTE NA REALIZAÇÃO DOS EXAMES MÉDICOS PRÉ ADMISSIONAIS/AUSENTE À CONVOCAÇÃO/DESISTENTE
91	**21**	**20/09/2003**	CAUANE INGLÊS MAZUR	66	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 462/2026
92	**63**	**05/12/1961**	MARIA EULÁLIA DE FARIA	64	AUSENTE/DESISTENTE
93	**60**	**10/11/1964**	ELIANE APARECIDA MARQUES BELO	64	AUSENTE NA REALIZAÇÃO DOS EXAMES MÉDICOS PRÉ ADMISSIONAIS/DESISTENTE
94	**49**	**22/01/1976**	DANIELLE WACHOVICZ	64	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 531/2026
95	**46**	**10/08/1978**	RUBIA TEREZINHA CHAGAS	64	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 532/2026
96	**45**	**26/07/1979**	LUCIENE SANTOS TEIXEIRA	64	AUSENTE/DESISTENTE
97	**45**	**18/02/1980**	MARILZA FERREIRA DOS SANTOS	64	AUSENTE/DESISTENTE
98	**45**	**13/04/1980**	VANESSA APARECIDA AZZOLIN	64	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 533/2026
99	**39**	**10/07/1986**	VANUSA DA ROCHA	64	Solicitação de Final de Lista – Protocolo n.º 3688/2026
100	**34**	**18/11/1990**	JULIANE COLAÇO DE MORAIS	64	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 581/2026
101	**34**	**09/02/1991**	TAIZA CRISTIANE PEREIRA DE JESUS	64	AUSENTE/DESISTENTE
102	**33**	**27/05/1992**	JÉSSICA COSTA NEVES RODRIGUES	64	AUSENTE/DESISTENTE
103	**30**	**10/12/1994**	PALOMA ALESSANDRA DA SILVA	64	AUSENTE/DESISTENTE
104	**27**	**11/04/1998**	ROGÉRIO SOUSA DE SOUZA	64	AUSENTE/DESISTENTE
105	**25**	**11/02/2000**	MARIANA SANTOS MALTEZ	64	AUSENTE/DESISTENTE
106	**24**	**09/11/2000**	GABRIELE MARIA KICHIJANOWSKI	64	AUSENTE/DESISTENTE
107	**65**	**04/02/1960**	ADAIR OVIDIO DOS SANTOS NADAL	62	AUSENTE/DESISTENTE
108	**62**	**07/03/1963**	CARLA REGINA DE SOUZA	62	AUSENTE/DESISTENTE
109	**55**	**01/06/1970**	MILENA DE FÁTIMA ZANARDINE CASAGRANDE	62	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 630/2026
110	**46**	**24/02/1979**	ROSMERI DE FÁTIMA VANDOSKI	62	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
111	**46**	**26/05/1979**	ANDREA ALVES BOIADEIRO IMARAZENE	62	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
112	**44**	**06/07/1981**	BEATRIZ FERREIRA DA SILVA	62	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
113	**43**	**09/09/1981**	BRUNA CRISTINA RIBAS DO CARMO	62	AUSENTE/DESISTENTE
114	**37**	**09/09/1987**	PATRÍCIA DE FRANÇA	62	AUSENTE/DESISTENTE
115	**37**	**06/06/1988**	LUCIANE DE FRANÇA	62	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
116	**35**	**25/08/1989**	NÍVEA LAURA PONTES DE SOUZA	62	AUSENTE/DESISTENTE
AMPLA CONCORRÊNCIA					
CLASSIFICAÇÃO	**IDADE**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS) DO PSS 40H (EDITAL Nº 013/2025)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
117	**33**	**29/08/1991**	JULIANA DA SILVA MESQUITA GONTAREK	62	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
118	**27**	**29/12/1997**	LAURA RENATA MATOZO DE CARVALHO LASCOWSKI	62	AUSENTE/DESISTENTE
119	**27**	**11/04/1998**	THAYNNA NUNES CORDEIRO	62	
120	**25**	**31/03/2000**	ANA VITÓRIA DE OLIVEIRA DA SILVA	62	
121	**22**	**06/08/2002**	STHEFANNY ELOISE DA SILVA SCHNAIDER	62	
122	**63**	**21/02/1962**	CÉLIA REGINA GUIMARÃES	60	
123	**61**	**09/10/1963**	MARIA DA CONCEIÇÃO DA CRUZ	60	
124	**58**	**15/06/1967**	VERA LÚCIA SCHMIDT	60	
125	**57**	**08/06/1968**	KARLA REGINA VIEIRA	60	
126	**53**	**22/01/1972**	CLEIDE SELMA GUARDIANO CARVALHO	60	
127	**51**	**07/10/1973**	YUSRA MUSTAPHA ATAYA	60	
128	**49**	**24/12/1975**	ROSINÉIA ARIATI	60	
129	**49**	**16/04/1976**	MARIA MADALENA RODRIGUES	60	
130	**47**	**29/05/1978**	ROSIMÉRI RODRIGUES FERRES	60	
131	**46**	**25/01/1979**	VIVIANE DE CÁSSIA GOBI	60	
132	**45**	**05/10/1979**	JOSELAINE ANDRESSA CARDOSO	60	
133	**45**	**01/12/1979**	RITA DE CÁSSIA BORBA	60	
134	**45**	**11/02/1980**	ZELMA TAVARES PINHEIRO FERNANDES	60	
135	**45**	**09/04/1980**	FRANCIANA LUCIANA LOPES BARBOSA	60	
136	**44**	**31/10/1980**	GRACIETE KELLY STORTI	60	
137	**43**	**25/07/1981**	JOSIANE FRANCISCA DO CARMO	60	
138	**43**	**02/02/1982**	ANDREIA DE FÁTIMA NECKEL	60	
139	**43**	**03/06/1982**	DANIELE CRISTINA BENATO STRAPASSON	60	
140	**41**	**19/02/1984**	ELAINE LEIA JUSTINO DORIGO	60	
141	**40**	**04/09/1984**	MARÍLIA CORDEIRO FRANCO	60	
142	**40**	**19/09/1984**	DAYANE SILVA DE OLIVEIRA	60	

143	**39**	**06/04/1986**	JACKSON SANTOS DE OLIVEIRA SOBRINHO	60	
144	**38**	**06/08/1986**	SALETE APARECIDA PRUDÊNCIO RODRIGUES	60	
145	**37**	**28/01/1988**	RAFAEL JUSTINO DE OLIVEIRA	60	
146	**36**	**11/01/1989**	HELOISA BARRETO CALCEDO	60	
147	**35**	**14/01/1990**	LIRIANE MIQUELAS SOREGLOSKI	60	
AMPLA CONCORRÊNCIA					
CLASSIFICAÇÃO	**IDADE**	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS) DO PSS 40H (EDITAL Nº 013/2025)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
148	**34**	**19/07/1990**	MARILIA PALOMA DE SOUZA	60	
149	**34**	**27/12/1990**	AMANDA BEATRIZ TAVERNA ZABROCKI	60	
150	**33**	**29/07/1991**	JOICE JULIANA PEREIRA DE SOUZA	60	
151	**33**	**08/10/1991**	PÂMELA DAIANE DA SILVEIRA	60	
152	**33**	**12/10/1991**	INGRID CHAVES MIRANDO	60	
153	**33**	**19/10/1991**	TATIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	60	
154	**31**	**10/02/1994**	JULIANA RICETTI MONTEIRO	60	
155	**31**	**06/05/1994**	JOÃO PAULO DE OLIVEIRA	60	
156	**31**	**02/07/1994**	MARIZA CORDEIRO FRANCO	60	
157	**30**	**26/12/1994**	FRANCINY DE SOUZA CAMBUI COELHO PEREIRA	60	
158	**29**	**27/05/1996**	ALINE GENTIL DE LARA DO NASCIMENTO SILVA	60	
159	**28**	**25/09/1996**	CASSANDRA SOARES DOS SANTOS	60	
160	**28**	**13/05/1997**	LAYS CRISTIANE DOS SANTOS COUTO	60	
161	**27**	**29/12/1997**	ARNALDO NASARIO BERGOSSI	60	
162	**26**	**08/11/1998**	JOSIANE CORREA DE JESUS SOUZA	60	
163	**26**	**05/05/1999**	ROSA MARIA PASSARINHO MELO DOS SANTOS	60	
164	**25**	**14/05/2000**	FLORACI DOS SANTOS LIMA FREITAS	60	
165	**25**	**01/07/2000**	MARISTELA MONTEIRO GUIMARÃES	60	
166	**24**	**06/02/2001**	ANA KAROLYNA CARMO DA SILVA	60	
167	**22**	**27/12/2002**	RAÍSSA CRISTINA BORGES	60	
168	**21**	**06/01/2004**	HELLYNE VITÓRIA DE SOUZA	60	
169	**19**	**03/03/2006**	GIOVANA BETZ	60	
170	**18**	**05/10/2006**	LUIZA KOSIAK	60	
1	**53**	**18/11/1971**	MAGALI BOSA PANDOLFO	78	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 5138/2025
2	**39**	**06/02/1986**	RENATA DO ROSÁRIO MIRANDA	70	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 5130/2025
3	**56**	**26/11/1968**	GIANE DO ROCIO FLORIANO DE ALMEIDA	76	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA - PROTOCOLO N.º 6157/25
4	**44**	**31/08/1980**	LUCIANA ZELINSKI ZEM	74	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 0859/2026
5	**50**	**04/10/1974**	MARLENE DA COSTA OLIVEIRA	72	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 1420/2026
6	**39**	**10/07/1986**	VANUSA DA ROCHA	64	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 3688/2026

PCD				
IDADE	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATO**	**PONTUAÇÃO**	**OCORRÊNCIA**
39	**06/02/1986**	RENATA DO ROSÁRIO MIRANDA	70	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 5130/2025

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:E6537C30

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (EDITAL PSS/SESAU N.º 038/2025), APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 103/2026

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base na Lei Municipal nº 947/2017, regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 094/2024, alterado pelo Decreto n.º 433/2025, e na autorização exarada no Parecer Jurídico nº 179/2025, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1. Tornar público o resultado classificatório do Processo Seletivo Simplificado destinado ao preenchimento de vagas do Edital PSS/SESAU n.º 038/2025, após a convocação através do Edital n.º 103/2026.

2. Ressaltar que,conforme o item 12.4 do Edital PSS/SESAU n.º 038/2025, por ocasião da solicitação de deslocamento para o final da lista classificatória, na nova ordem classificatória será resguardada a posição relativa inicial entre os candidatos deslocados.

3. Ressaltar que, conforme o item 12.7 do Edital PSS/SESAU n.º 038/2025, os candidatos aprovados serão convocados para Avaliação Médica realizada pelo Serviço de Saúde Ocupacional do Município de Campo Magro e conforme consta o item 12.9 do edital citado, o candidato que deixar de se apresentar, por qualquer motivo, para avaliação médica, na forma estabelecida no subitem 12.7, será considerado desistente e não será contratado.

4. E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

PSS/SESAU EDITAL Nº 038/2025 – CARGO: MÉDICO DA FAMÍLIA (40 HORAS)				
CLASSIFICAÇÃO	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
1	24/02/1979	EVANDRO CARLOS DALAROSA	62	SOLICITAÇÃO DE DESISTÊNCIA
2	19/02/1992	KAROLINE BEATRIZ NUNES DE ARAÚJO	60	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 886/2025
3	01/12/1994	CAMILA CRISTINA GREIN	60	AUSENTE/DESISTENTE
4	04/11/1999	MARIA EDUARDA GRIGGIO CARTAPATI	60	AUSENTE/DESISTENTE
5	04/04/1991	CAROLINA YURI YAMAÇAKE	59	AUSENTE/DESISTENTE
6	10/03/1990	KARLA BORGES VALADARES	58	AUSENTE/DESISTENTE
7	08/01/1998	CAROLINE EDUARDA ZANINI	57	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 441/2026
8	23/05/1979	CARLOS FREDERICO RODRIGUES PARCHEN	56	AUSENTE/DESISTENTE
9	25/10/1997	RICHAM GAZE HAJAR	55	AUSENTE/DESISTENTE
10	27/05/1994	KAROLAYNE BRAZ PEREIRA	54	AUSENTE/DESISTENTE
11	22/08/1995	PAOLA GOMES DO CARMO	54	AUSENTE/DESISTENTE
12	05/05/1998	JOSÉ ITALO MEDEIROS CAVALCANTE	54	AUSENTE/DESISTENTE
13	06/10/1998	GABRIELLA MICHETEN DIAS	54	AUSENTE/DESISTENTE Ausente na Convocação Após Realização dos Exames Médicos Admissionais
14	17/06/1999	CAROLINA DUSI MENDES CASAGRANDE	54	AUSENTE/DESISTENTE
15	07/07/1999	GABRIEL CIVOLANI TITON	54	AUSENTE/DESISTENTE
16	26/06/2000	MARTINA SCHULZ	54	AUSENTE/DESISTENTE
17	27/11/2000	CAROLLINE KONZEN KLEIN	54	AUSENTE/DESISTENTE
18	16/08/1976	ROSANA LOPES PIRES	52	AUSENTE/DESISTENTE
19	03/10/1990	THIAGO MARMENTINI PUSTILNICK	51	AUSENTE/DESISTENTE
20	27/07/1993	BRENDA CRISTINA FERNANDES	51	AUSENTE/DESISTENTE
21	04/05/1994	MARIA CAROLINA GOMES OGG DA VEIGA	51	AUSENTE/DESISTENTE
22	03/03/1996	MARIA CAROLINA SCHNEIDER	51	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 4513/2026
23	18/05/1996	MICAELLA WERMELINGER TELLES DE MENEZES	51	AUSENTE/DESISTENTE
24	01/06/1996	GIOVANA KELLEN SOUZA MALDONADO	51	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 618/2026
25	29/09/1996	ALLAN HENRIQUE FALAVINHA	51	AUSENTE/DESISTENTE
26	21/10/1996	PAULO ROBERTO GNEIPEL NETO	51	AUSENTE/DESISTENTE
27	04/02/1997	RODRIGO MIIKE DA ROCHA	51	AUSENTE/DESISTENTE
28	24/10/1997	VINICIUS SOLAK TEIXEIRA	51	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 619/2026
29	26/01/1998	PATRICK DUTRA SANTANA	51	AUSENTE/DESISTENTE
30	16/05/1998	FLAVIA PECINE PAYAN	51	AUSENTE/DESISTENTE
31	20/04/1999	ALEXANDRE BATISTA MACHADO	51	AUSENTE/DESISTENTE
32	03/05/1999	PAULA CRISTINA YUKARI SUZAKI FUJII	51	AUSENTE/DESISTENTE
CLASSIFICAÇÃO	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
33	14/06/1999	DANIELA DOUBRAWA	51	AUSENTE/DESISTENTE
34	07/12/1999	GABRIELA ESMANHOTO RODRIGUES	51	AUSENTE/DESISTENTE
35	25/03/2000	ÂNARI PEREIRA PIECZARKA	51	
36	14/06/2000	JAQUELINE VITORIA BRAGATO PEREIRA SILVA	51	
37	07/07/2000	GABRIELA MATAVELLY OLIVEIRA	51	
38	27/09/2000	LEONARDO LOPES CAETANO DOS SANTOS	51	
39	24/01/2001	MARIA EDUARDA DOMARESKI GOULART	51	
40	08/05/2001	MILENA MARTINEZ CAMARGO	51	
41	23/05/2001	GIOVANNA SAVI GUGELMIN	51	
42	14/10/2001	ANA CAROLINA GOTTARDI WILHELM	51	
43	23/12/1985	ALINE MAGALHÃES REBOUÇAS SCHALANSKI	48	
44	20/06/1988	FLAVIO ISSAMU KOIKE	48	
45	22/08/1988	LUANA CASILHO MOREIRA	48	
46	03/10/1993	LEANDRO DE JESUS QUADROS	48	
47	14/06/1995	THAYANE KÜHL	48	
48	29/08/1995	ANA BEATRIZ SCHMIDT	48	
49	15/01/1998	GABRIEL BARBOSA KLEIN	48	
50	19/03/1998	JULIA GOLDBECK OLIVEIRA LEITAO	48	
51	19/05/1998	ÉRICA BEVILAQUA	48	
52	30/10/1998	FERNANDA ASSUNÇÃO ROMERO	48	
53	29/01/1999	NATHAN LEAL	48	
54	09/09/1999	NICOLY CAMILA SPACK	48	
55	04/08/2000	JULIA MULHMANN PIT	48	
56	25/09/2000	CAIO AUGUSTO RABELO FERRARINI	48	
57	05/07/2001	MARINA RENATA FOGGIATTO	48	
58	24/02/1989	RAFAEL KENJI TOKUDA	45	
59	20/07/1990	ANDRÉ LUIS CUSTODIO COSTA	45	
60	20/03/1992	CARLOS EDUARDO DE FREITAS DUTRA	45	
61	02/01/1994	VITOR DIAS GONÇALVES	45	
62	18/11/1996	KENDRA LYS CALIXTO MACHADO	45	
63	22/04/1997	NATALIA CRISTINE ZEN RAUSIS FERREIRA	45	
64	11/09/1997	ANA CAROLINA FERRARI	45	
65	12/05/1998	ROHGER MANSUR	45	
66	20/07/1998	ISABELLE LOUISE MARANHO	45	
67	26/11/1999	NATÁLIA GEWEHR SCHILKLAPER STEMMER	45	
68	31/01/2000	LUCAS LOSS CANTELE	45	
69	17/07/2000	BIANCA BIRANOSKI DE OLIVEIRA	45	
CLASSIFICAÇÃO	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
70	24/07/1973	RODRIGO DE OLIVEIRA VIANNA	42	
71	26/12/1998	LARA HEESCHEN AUMANN	42	
72	18/06/1999	HELOISA LIPSKI LANDARIM	42	
73	16/08/1992	DAYANE VOLOCHEN	39	
74	06/12/1999	GIULIA SCHAIDT	36	
1	03/03/1996	MARIA CAROLINA SCHNEIDER	51	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 4513/2026

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:44922A65

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (EDITAL PSS/SESAU N.º 076/2025), APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 102/2026

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base na Lei Municipal nº 947/2017, regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 094/2024, alterado pelo Decreto n.º 433/2025, e na autorização exarada no Parecer Jurídico nº 570/2025, torna público o presente edital para o seguinte fim:

Este Processo Seletivo Simplificado – PSS - protocolo nº 6437/2025 - tem por objeto o recrutamento de MÉDICO PLANTONISTA sob o regime de contratação temporária, por tempo determinado, para complementação do quadro de servidores em exercício no Município de Campo Magro, em consonância com os termos da Constituição Federal, Lei Municipal nº 947/2017 e Decreto Municipal nº 094/2024.

1. Tornar público o resultado classificatório do Processo Seletivo Simplificado destinado ao preenchimento de vagas do Edital PSS/SESAU n.º 076/2025, após a convocação através do Edital n.º 102/2026.

2. Ressaltar que,conforme o item 13.4 do Edital PSS/SESAU n.º 076/2025, por ocasião da solicitação de deslocamento para o final da lista classificatória, na nova ordem classificatória será resguardada a posição relativa inicial entre os candidatos deslocados.

3. Ressaltar que, conforme o item 13.7 do Edital PSS/SESAU n.º 076/2025, os candidatos aprovados serão convocados para Avaliação Médica realizada pelo Serviço de Saúde Ocupacional do Município de Campo Magro e conforme consta o item 13.9 do edital citado, o candidato que deixar de se apresentar, por qualquer motivo, para avaliação médica, na forma estabelecida no subitem 13.9, será considerado desistente e não será contratado.

4. E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

Paço Municipal de Campo Magro, em 27 de julho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

PSS/SESAU EDITAL Nº 076/2025 – CARGO: MÉDICO PLANTONISTA				
CLASSIFICAÇÃO	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
1	10/03/1967	Cesar Augusto Barros Duarte	85	AUSENTE/DESISTENTE
2	30/01/1960	Paulo Cesar Lopes De Lima	66	AUSENTE NA REALIZAÇÃO DOS EXAMES ADMISSIONAIS/DESISTENTE
3	28/10/1985	Onel Acosta Tejeda	66	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 301/2026
4	21/08/1965	Sergio Eduardo Pereira Giampietri	63	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 300/2026
5	14/06/1983	Katiusca Isabelle Valderrama Padilha	63	AUSENTE/DESISTENTE
6	28/07/1974	Julio Cesar Haeffner Santos Da Rocha Loures	60	AUSENTE/DESISTENTE
7	22/08/1988	Luana Casilho Moreira	60	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 303/2026
8	06/08/1998	Milena Hain Basso	60	AUSENTE/DESISTENTE
9	16/05/1999	Thamires Hadassa Leite Pereira Costa	60	AUSENTE/DESISTENTE
10	29/05/1999	Rafael Peixoto de Souza	60	AUSENTE/DESISTENTE
11	11/08/1999	Murilo Gadens	60	AUSENTE NA REALIZAÇÃO DOS EXAMES ADMISSIONAIS/DESISTENTE
12	12/01/2000	Isabela Pontarolo Gomes	60	AUSENTE/DESISTENTE
13	11/09/2000	Anne Caroline Braz	60	AUSENTE/DESISTENTE
14	01/12/2000	Julia Yumi Fujiki	60	AUSENTE/DESISTENTE
15	28/10/2001	Bruno Lavorato Viviani	60	AUSENTE/DESISTENTE
16	08/05/2002	Natan Benvegnu do Nascimento	60	AUSENTE/DESISTENTE
17	17/05/1982	Maria Julia Yanagui Pinheiro	57	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 383/2026
18	17/05/1993	Alberto Luiz Carlotto	57	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA (e-mail)
19	16/03/1996	Marcus Vinicius Mariano Mendes Setoyama	57	AUSENTE/DESISTENTE
20	08/05/1996	Matheus de Almeida	57	AUSENTE/DESISTENTE
21	15/02/1997	Giovanna Scorsin Vieira	57	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2561/2026
22	02/03/1999	Leticia Portela Pereira	57	AUSENTE/DESISTENTE
23	18/06/1999	Heloisa Lipski Landarim	57	AUSENTE/DESISTENTE
24	28/06/1999	Daniel Henrique Ferreira Martins	57	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 399/2026
25	16/07/1999	Alice Valente Rossa	57	AUSENTE/DESISTENTE
26	27/08/1999	Amanda Maria Rocha	57	AUSENTE/DESISTENTE
27	04/11/1999	Maria Eduarda Griggio Cartapati	57	AUSENTE/DESISTENTE
28	07/01/2000	Milena Rueda Cruz	57	AUSENTE/DESISTENTE
29	24/02/2000	Giulli Andretta	57	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 398/2026
30	31/08/2000	Gabriella Shinmi Belanda	57	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 400/2026
31	25/09/2000	Caio Augusto Rabelo Ferrarini	57	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 443/2026
32	26/10/2000	Beatriz Guibor Spaler	57	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 406/2026
33	07/12/2000	Lucas Gonçalves da Gama	57	AUSENTE/DESISTENTE
34	07/05/2001	Eduardo de Falchi Mantovani	57	AUSENTE/DESISTENTE
35	14/06/2001	Yasmin Zammar Poletto	57	AUSENTE/DESISTENTE
36	29/12/2001	João Pedro da Silva Munhoz	57	AUSENTE/DESISTENTE
37	21/01/2002	Giovanna Zaniolo Margraf	57	AUSENTE/DESISTENTE
38	06/03/2002	Luisa Domingos Cancela Gonçalves	57	AUSENTE/DESISTENTE
39	18/06/2002	Beatriz França Castellano	57	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2730/2026
40	06/10/2002	Gabriela Gracia Malinoski	57	AUSENTE/DESISTENTE
41	11/10/2002	Isabela Ho Tusato	57	AUSENTE/DESISTENTE
CLASSIFICAÇÃO	**DATA DE**	**CANDIDATOS(AS)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**

	NASCIMENTO			
42	09/12/1955	Hembert Rafael Villarroel Cueto	54	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 403/2026
43	30/03/1995	Jéssica dos Santos Paiva	54	AUSENTE/DESISTENTE
44	11/11/1995	Vitoria Mueller Paschoalim	54	AUSENTE/DESISTENTE
45	26/06/1996	Amanda Caroline Gonçalves da Costa Schürmann	54	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 404/2026
46	27/12/1996	Giordano Panfilio Rizziolli	54	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 405/2026
47	24/11/1997	Kelly Jesus Marcano Farias	54	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2644/2026
48	16/03/1998	Noemia Maria Bachega Mantovani	54	AUSENTE/DESISTENTE
49	16/05/1998	Flavia Pecine Payan	54	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 440/2026
50	07/06/1998	Carolina Rodrigues dos Santos	54	AUSENTE/DESISTENTE Ausente na Convocação Após Realização dos Exames Médicos Admissionais
51	07/12/1998	Rodrigo Mori Reimann	54	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
52	10/12/1998	Laura de Lorenzi	54	AUSENTE/DESISTENTE
53	17/01/1999	Gabriel Praxedes Freire	54	AUSENTE/DESISTENTE
54	08/03/1999	Kelen Mota Moura	54	AUSENTE/DESISTENTE
55	29/03/1999	Lara Pilz Alves de Oliveira	54	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
56	20/04/1999	Alexandre Batista Machado	54	AUSENTE/DESISTENTE
57	16/01/2000	Fernando Augusto Soares Estrada	54	AUSENTE/DESISTENTE
58	02/04/2000	Leticia Midori Michalawiski Yamaoka	54	AUSENTE/DESISTENTE
59	09/04/2000	Douglas Horevitch Pitz	54	AUSENTE/DESISTENTE
60	10/04/2000	Natalia Oliveira Cuissi	54	AUSENTE/DESISTENTE
61	15/04/2000	Ana Paula Parcianello	54	AUSENTE NA REALIZAÇÃO DOS EXAMES ADMISSIONAIS/DESISTENTE
62	09/07/2000	Gabriel Marconato	54	AUSENTE/DESISTENTE
63	05/09/2000	Vinicius Rizzo Ribeiro Guimaraes	54	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
64	17/09/2000	Alanis Carolina Guimaraes	54	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
65	09/10/2000	Henrique Lira Borges	54	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
66	19/10/2000	Isabella Kociolek	54	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
67	20/12/2000	Kaori Tavares Kihana	54	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
68	23/12/2000	Giovanna Paes Domingues	54	AUSENTE/DESISTENTE
69	16/05/2001	Felipe Mota Narciso de Morais	54	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
70	22/07/2001	Juliana Fontes Noguchi	54	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
71	23/07/2001	Millena Ceruti Lass	54	AUSENTE/DESISTENTE
72	14/08/2001	Luana Carolina Holler Santos	54	AUSENTE/DESISTENTE
73	15/10/2001	Gabriel Paul Dyminski	54	AUSENTE/DESISTENTE
74	04/11/2001	Eduardo Zeve Toppel	54	
75	06/11/2001	Lucas Antonio Marin	54	
76	13/11/2001	Cibelle Maria Alves Fontes Marques	54	
77	14/11/2001	Amanda Santos Romanel	54	
78	08/12/2001	Isadora Poltl	54	
79	13/03/2002	Lucas Cordeiro Schiavon	54	
80	04/12/2002	Luana Czlusniak Godoy	54	
81	14/02/1950	Marly Teresinha Zoccoli	51	
82	03/08/1987	Abel Pereira Kahwage	51	
CLASSIFICAÇÃO	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
83	20/06/1988	Flavio Issamu Koike	51	
84	20/02/1994	Paloma Sabrina Ribeiro de Faria	51	
85	04/05/1994	Maria Carolina Gomes Ogg da Veiga	51	
86	01/02/1995	Michelly Jesus dos Santos	51	
87	13/01/1996	Fernanda Batista Crema	51	
88	28/04/1996	Gabriela Akemi Matubara	51	
89	19/03/1998	Julia Goldbeck Oliveira Leitão	51	
90	11/07/1998	Matheus Foresti Faria	51	
91	21/10/1998	Milena Tarachuk de Almeida	51	
92	30/10/1998	Fernanda Assunção Romero	51	
93	09/02/1999	Eduardo Dias	51	
94	25/03/1999	Carolina Bossei	51	
95	03/07/1999	Luiz Victor Padoan de Oliveira	51	
96	07/07/1999	Rubia Nara Alves Ramos	51	
97	22/12/1999	Karine Tomé Dos Santos	51	
98	04/02/2000	Ana Carolina Alberto	51	
99	12/03/2000	Alcino Marin	51	
100	18/04/2000	Júlia Maria Alberti	51	
101	11/05/2000	Gabriel da Silva Chaves	51	
102	14/06/2000	Julia Duarte Conto de Cristo	51	
103	03/01/2001	Raffael Della Torres Marinho	51	
104	19/01/2001	Priscila Mitie Nakamura	51	
105	13/06/2001	Maria Isabela Oening	51	
106	28/12/2001	Luis Felipe Gomes Grabin	51	
107	20/01/2002	Sarah Protásio Bonete	51	
108	27/03/2002	Isadora Si Kertscher	51	
109	27/03/2002	Matheus Coelho Meine	51	
110	29/07/2002	Lais Denofrio Neves	51	
111	25/09/2002	Vinícius Lopes Froehlich	51	
112	27/09/2002	João Pedro Schmidt de Siqueira	51	
113	04/10/2002	Gabriela Fernandes Costa	51	
114	09/11/2002	Valentina Martins Miranda	51	
115	27/02/2003	Luísa Fernandes Schenato	51	
116	01/10/1985	Hanieli Dalfovo do Carmo Eliziario	48	
117	14/04/1992	Alessandra Santos Pedrosa	48	
118	30/05/1992	Rafaela Luisa Kowalski	48	
119	25/10/1993	João Victor Bruneti Severino	48	
120	09/05/1994	Rayssa Tarcilia Ribeiro Marchiorato	48	
121	26/06/1994	Lucas Miguel Pacheco dos Santos	48	
122	15/07/1994	Paula Ricci Vanzella	48	
123	05/08/1994	Raphaela Neves Valle Lobrigatte	48	
124	25/11/1995	Gustavo Henrique dos Santos	48	

125	12/09/1996	Geovanna Rosada Fernandes	48	
CLASSIFICAÇÃO	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
126	25/12/1996	Isabella Basile Rascassi	48	
127	25/09/1997	Mariana Barbosa Daniel	48	
128	06/10/1997	Matheus Bergamini Sousa Machado	48	
129	06/12/1997	Camila Yukari Paiva Miyasaki	48	
130	25/03/1998	Danielle Francine Engelmann Rohrig	48	
131	19/05/1998	Érica Bevilaqua	48	
132	10/06/1998	Jady Fernanda Nogueira	48	
133	30/10/1998	Lara Henriqueta Bussolaro Ricardi	48	
134	17/06/1999	Carolina Dusi Mendes Casagrande	48	
135	23/12/1999	Julia Andressa Serpa	48	
136	27/12/1999	Paulo Henrique Resner Moreira	48	
137	16/01/2000	Giovanna Pereira Giardini	48	
138	15/08/2000	Gabriel Henrique De Moraes Postanovski	48	
139	01/09/2000	Gabrielle Gruppelli Good	48	
140	06/02/2001	Laura Ribeiro Santos Balsanelli	48	
141	31/03/2001	Thiago Stokker Dias	48	
142	12/05/2001	Maria Fernanda Vicentine Sovierzoski	48	
143	08/06/2001	Alexandre Hiroshi Nakamura	48	
144	29/06/2001	Juliana Conte Pessoa de Oliveira	48	
145	22/04/2002	Luiz Miguel Guimarães de Paula	48	
146	15/09/2002	Caroline Luise Salvador Vidal	48	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 302/2026
147	15/09/2003	Letícia Leão Pontes	48	
148	30/01/1986	Bruno Matheus Duda	45	
149	13/07/1987	Rodrigo Santos da Silva	45	
150	16/02/1991	André Vinicius de Andrade Ramos	45	
151	05/11/1992	Luan Carlos Carvalho Moreira	45	
152	25/10/1994	Rodrigo Alvares de Siqueira	45	
153	23/07/1995	Thatiana Helena Tiemann de Marafigo	45	
154	22/08/1995	Paola Gomes do Carmo	45	
155	15/04/1996	Octavio Augusto Ormeneze	45	
156	22/04/1997	Natalia Cristine Zen Rausis Ferreira	45	
157	17/04/1998	Karina Matter	45	
158	13/07/1998	Júlia Mendes Lopes	45	
159	06/10/1998	Gabriella Micheten Dias	45	
160	28/04/1999	Mariana de Souza Barros	45	
161	04/06/1999	Deborah Kureski	45	
162	19/10/1999	Victória Xiao Xuan Cavalcanti Pan	45	
163	10/12/1999	Luca Bonaccorsi Damasceno	45	
164	10/02/2000	Lissa Ayumi Aihara	45	
165	22/05/2001	Giovanna Maiochi Veiga	45	
166	07/06/2001	Liana Tamy Aihara	45	
167	16/08/2001	Daiane Kauctz Monteiro	45	
168	04/09/2001	Eloise Maria Pereira Marques	45	
CLASSIFICAÇÃO	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
169	01/10/2001	Heloisa Kureski	45	
170	06/10/2001	Lorrani Lopes Duffeck	45	
171	01/03/2002	Livia Sanchez Machado	45	
172	13/06/1961	Antonio Ezequiel Kovalski	42	
173	07/07/1987	Adriano Pavan Rodrigues de Barros	42	
174	15/12/1987	Djalicy Henning	42	
175	04/03/1989	Gilvandro Ubiracy Valente Filho	42	
176	16/11/1989	Lucas Maxsuel Pedroso Silvério	42	
177	05/07/1994	Thaiane Maisa Sousa Madeira	42	
178	24/03/1995	Guilherme Jinbo Borges	42	
179	04/05/1995	Bruna França Oliveira	42	
180	03/12/1997	Edillyn Lombardi da Silva	42	
181	06/05/1998	Isabela Rendón Ceccon	42	
182	17/12/1999	Maieli Vieira Guedes	42	
183	08/06/2000	Mariana Fardin Pereira	42	
184	18/09/2000	Ana Luiza Santana Grazziotin	42	
185	24/03/2001	Mariana Pereira Gobi	42	
186	09/08/2001	Gabriel Kenzo Takahashi Yaedu	42	
187	24/12/2001	Gustavo Luís Colombari	42	
188	26/12/1995	Bianca Gonçalves de Barros	39	
189	12/03/1997	Gabriella Widderhoff Ribeiro da Silva	39	
190	03/08/1997	Rafaela Santana Falkowski	39	
191	04/12/1997	Faraz Rezaei	39	
192	30/11/2001	Pedro Henrique de Lara Pires Batista Gomes	39	
193	23/01/2002	Hugo Cunha Tepedino	39	
194	06/02/1996	Aline Slonikarz Ferreira	36	
195	18/11/1997	Wesley Thiago Rodrigues da Silva	36	
196	25/09/2001	Victoria Helena Rabery	36	
197	20/03/1992	Carlos Eduardo de Freitas Dutra	30	
198	29/07/1996	Lucas Andrey Szymanek	30	
199	17/05/1993	Alberto Luiz Carlotto	57	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA (e-mail)
200	15/02/1997	Giovanna Scorsin Vieira	57	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2561/2026
201	18/06/2002	Beatriz França Castellano	57	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2730/2026
202	24/11/1997	Kelly Jesus Marcano Farias	54	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2644/2026

RESULTADO FINAL - PCD					
CLASSIFICAÇÃO	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS)**	**TOTAL**	**IDADE**	**PCD**

1	15/09/2002	Caroline Luise Salvador Vidal	48	23	SIM

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:C274E9B8

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (EDITAL PSS/SESAU N.º 076/2025), APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 105/2026

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base na Lei Municipal nº 947/2017, regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 094/2024, alterado pelo Decreto n.º 433/2025, e na autorização exarada no Parecer Jurídico nº 570/2025, torna público o presente edital para o seguinte fim:

Este Processo Seletivo Simplificado – PSS - protocolo nº 6437/2025 - tem por objeto o recrutamento de MÉDICO PLANTONISTA sob o regime de contratação temporária, por tempo determinado, para complementação do quadro de servidores em exercício no Município de Campo Magro, em consonância com os termos da Constituição Federal, Lei Municipal nº 947/2017 e Decreto Municipal nº 094/2024.

1. Tornar público o resultado classificatório do Processo Seletivo Simplificado destinado ao preenchimento de vagas do Edital PSS/SESAU n.º 076/2025, após a convocação através do Edital n.º 105/2026.

2. Ressaltar que,conforme o item 13.4 do Edital PSS/SESAU n.º 076/2025, por ocasião da solicitação de deslocamento para o final da lista classificatória, na nova ordem classificatória será resguardada a posição relativa inicial entre os candidatos deslocados.

3. Ressaltar que, conforme o item 13.7 do Edital PSS/SESAU n.º 076/2025, os candidatos aprovados serão convocados para Avaliação Médica realizada pelo Serviço de Saúde Ocupacional do Município de Campo Magro e conforme consta o item 13.9 do edital citado, o candidato que deixar de se apresentar, por qualquer motivo, para avaliação médica, na forma estabelecida no subitem 13.9, será considerado desistente e não será contratado.

4. E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

paço Muncipal de Campo Magro, em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

PSS/SESAU EDITAL Nº 076/2025 – CARGO: MÉDICO PLANTONISTA				
CLASSIFICAÇÃO	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
1	10/03/1967	Cesar Augusto Barros Duarte	85	AUSENTE/DESISTENTE
2	30/01/1960	Paulo Cesar Lopes De Lima	66	AUSENTE NA REALIZAÇÃO DOS EXAMES ADMISSIONAIS/DESISTENTE
3	28/10/1985	Onel Acosta Tejeda	66	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 301/2026
4	21/08/1965	Sergio Eduardo Pereira Giampietri	63	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 300/2026
5	14/06/1983	Katiusca Isabelle Valderrama Padilha	63	AUSENTE/DESISTENTE
6	28/07/1974	Julio Cesar Haeffner Santos Da Rocha Loures	60	AUSENTE/DESISTENTE
7	22/08/1988	Luana Casilho Moreira	60	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 303/2026
8	06/08/1998	Milena Hain Basso	60	AUSENTE/DESISTENTE
9	16/05/1999	Thamires Hadassa Leite Pereira Costa	60	AUSENTE/DESISTENTE
10	29/05/1999	Rafael Peixoto de Souza	60	AUSENTE/DESISTENTE
11	11/08/1999	Murilo Gadens	60	AUSENTE NA REALIZAÇÃO DOS EXAMES ADMISSIONAIS/DESISTENTE
12	12/01/2000	Isabela Pontarolo Gomes	60	AUSENTE/DESISTENTE
13	11/09/2000	Anne Caroline Braz	60	AUSENTE/DESISTENTE
14	01/12/2000	Julia Yumi Fujiki	60	AUSENTE/DESISTENTE
15	28/10/2001	Bruno Lavorato Viviani	60	AUSENTE/DESISTENTE
16	08/05/2002	Natan Benvegnu do Nascimento	60	AUSENTE/DESISTENTE
17	17/05/1982	Maria Julia Yanagui Pinheiro	57	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 383/2026
18	17/05/1993	Alberto Luiz Carlotto	57	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA (e-mail)
19	16/03/1996	Marcus Vinicius Mariano Mendes Setoyama	57	AUSENTE/DESISTENTE
20	08/05/1996	Matheus de Almeida	57	AUSENTE/DESISTENTE
21	15/02/1997	Giovanna Scorsin Vieira	57	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2561/2026
22	02/03/1999	Leticia Portela Pereira	57	AUSENTE/DESISTENTE
23	18/06/1999	Heloisa Lipski Landarim	57	AUSENTE/DESISTENTE
24	28/06/1999	Daniel Henrique Ferreira Martins	57	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 399/2026
25	16/07/1999	Alice Valente Rossa	57	AUSENTE/DESISTENTE
26	27/08/1999	Amanda Maria Rocha	57	AUSENTE/DESISTENTE
27	04/11/1999	Maria Eduarda Griggio Cartapati	57	AUSENTE/DESISTENTE
28	07/01/2000	Milena Rueda Cruz	57	AUSENTE/DESISTENTE
29	24/02/2000	Giulli Andretta	57	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 398/2026
30	31/08/2000	Gabriella Shinmi Belanda	57	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 400/2026
31	25/09/2000	Caio Augusto Rabelo Ferrarini	57	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 443/2026
32	26/10/2000	Beatriz Guibor Spaler	57	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 406/2026
33	07/12/2000	Lucas Gonçalves da Gama	57	AUSENTE/DESISTENTE
34	07/05/2001	Eduardo de Falchi Mantovani	57	AUSENTE/DESISTENTE
35	14/06/2001	Yasmin Zammar Poletto	57	AUSENTE/DESISTENTE
36	29/12/2001	João Pedro da Silva Munhoz	57	AUSENTE/DESISTENTE
37	21/01/2002	Giovanna Zaniolo Margraf	57	AUSENTE/DESISTENTE
38	06/03/2002	Luisa Domingos Cancela Gonçalves	57	AUSENTE/DESISTENTE
39	18/06/2002	Beatriz França Castellano	57	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2730/2026
40	06/10/2002	Gabriela Gracia Malinoski	57	AUSENTE/DESISTENTE
41	11/10/2002	Isabela Ho Tusato	57	AUSENTE/DESISTENTE

CLASSIFICAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CANDIDATOS(AS)	TOTAL	OCORRÊNCIA
42	09/12/1955	Hembert Rafael Villarroel Cueto	54	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 403/2026
43	30/03/1995	Jéssica dos Santos Paiva	54	AUSENTE/DESISTENTE
44	11/11/1995	Vitoria Mueller Paschoalim	54	AUSENTE/DESISTENTE
45	26/06/1996	Amanda Caroline Gonçalves da Costa Schürmann	54	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 404/2026
46	27/12/1996	Giordano Panfilio Rizziolli	54	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 405/2026
47	24/11/1997	Kelly Jesus Marcano Farias	54	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2644/2026
48	16/03/1998	Noemia Maria Bachega Mantovani	54	AUSENTE/DESISTENTE
49	16/05/1998	Flavia Pecine Payan	54	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 440/2026
50	07/06/1998	Carolina Rodrigues dos Santos	54	AUSENTE/DESISTENTE Ausente na Convocação Após Realização dos Exames Médicos Admissionais
51	07/12/1998	Rodrigo Mori Reimann	54	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 635/2026
52	10/12/1998	Laura de Lorenzi	54	AUSENTE/DESISTENTE
53	17/01/1999	Gabriel Praxedes Freire	54	AUSENTE/DESISTENTE
54	08/03/1999	Kelen Mota Moura	54	AUSENTE/DESISTENTE
55	29/03/1999	Lara Pilz Alves de Oliveira	54	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
56	20/04/1999	Alexandre Batista Machado	54	AUSENTE/DESISTENTE
57	16/01/2000	Fernando Augusto Soares Estrada	54	AUSENTE/DESISTENTE
58	02/04/2000	Leticia Midori Michalawiski Yamaoka	54	AUSENTE/DESISTENTE
59	09/04/2000	Douglas Horevitch Pitz	54	AUSENTE/DESISTENTE
60	10/04/2000	Natalia Oliveira Cuissi	54	AUSENTE/DESISTENTE
61	15/04/2000	Ana Paula Parcianello	54	AUSENTE NA REALIZAÇÃO DOS EXAMES ADMISSIONAIS/DESISTENTE
62	09/07/2000	Gabriel Marconato	54	AUSENTE/DESISTENTE
63	05/09/2000	Vinicius Rizzo Ribeiro Guimaraes	54	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
64	17/09/2000	Alanis Carolina Guimaraes	54	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
65	09/10/2000	Henrique Lira Borges	54	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
66	19/10/2000	Isabella Kociolek	54	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
67	20/12/2000	Kaori Tavares Kihana	54	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
68	23/12/2000	Giovanna Paes Domingues	54	AUSENTE/DESISTENTE
69	16/05/2001	Felipe Mota Narciso de Morais	54	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
70	22/07/2001	Juliana Fontes Noguchi	54	AGUARDANDO ABERTURA DE VAGA
71	23/07/2001	Millena Ceruti Lass	54	AUSENTE/DESISTENTE
72	14/08/2001	Luana Carolina Holler Santos	54	AUSENTE/DESISTENTE
73	15/10/2001	Gabriel Paul Dyminski	54	AUSENTE/DESISTENTE
74	04/11/2001	Eduardo Zeve Toppel	54	
75	06/11/2001	Lucas Antonio Marin	54	
76	13/11/2001	Cibelle Maria Alves Fontes Marques	54	
77	14/11/2001	Amanda Santos Romanel	54	
78	08/12/2001	Isadora Poltl	54	
79	13/03/2002	Lucas Cordeiro Schiavon	54	
80	04/12/2002	Luana Czlusniak Godoy	54	
81	14/02/1950	Marly Teresinha Zoccoli	51	
82	03/08/1987	Abel Pereira Kahwage	51	
CLASSIFICAÇÃO	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
83	20/06/1988	Flavio Issamu Koike	51	
84	20/02/1994	Paloma Sabrina Ribeiro de Faria	51	
85	04/05/1994	Maria Carolina Gomes Ogg da Veiga	51	
86	01/02/1995	Michelly Jesus dos Santos	51	
87	13/01/1996	Fernanda Batista Crema	51	
88	28/04/1996	Gabriela Akemi Matubara	51	
89	19/03/1998	Julia Goldbeck Oliveira Leitão	51	
90	11/07/1998	Matheus Foresti Faria	51	
91	21/10/1998	Milena Tarachuk de Almeida	51	
92	30/10/1998	Fernanda Assunção Romero	51	
93	09/02/1999	Eduardo Dias	51	
94	25/03/1999	Carolina Bossei	51	
95	03/07/1999	Luiz Victor Padoan de Oliveira	51	
96	07/07/1999	Rubia Nara Alves Ramos	51	
97	22/12/1999	Karine Tomé Dos Santos	51	
98	04/02/2000	Ana Carolina Alberto	51	
99	12/03/2000	Alcino Marin	51	
100	18/04/2000	Júlia Maria Alberti	51	
101	11/05/2000	Gabriel da Silva Chaves	51	
102	14/06/2000	Julia Duarte Conto de Cristo	51	
103	03/01/2001	Raffael Della Torres Marinho	51	
104	19/01/2001	Priscila Mitie Nakamura	51	
105	13/06/2001	Maria Isabela Oening	51	
106	28/12/2001	Luis Felipe Gomes Grabin	51	
107	20/01/2002	Sarah Protásio Bonete	51	
108	27/03/2002	Isadora Si Kertscher	51	
109	27/03/2002	Matheus Coelho Meine	51	
110	29/07/2002	Lais Denofrio Neves	51	
111	25/09/2002	Vinícius Lopes Froehlich	51	
112	27/09/2002	João Pedro Schmidt de Siqueira	51	
113	04/10/2002	Gabriela Fernandes Costa	51	
114	09/11/2002	Valentina Martins Miranda	51	
115	27/02/2003	Luísa Fernandes Schenato	51	
116	01/10/1985	Hanieli Dalfovo do Carmo Eliziario	48	
117	14/04/1992	Alessandra Santos Pedrosa	48	
118	30/05/1992	Rafaela Luisa Kowalski	48	
119	25/10/1993	João Victor Bruneti Severino	48	
120	09/05/1994	Rayssa Tarcilia Ribeiro Marchiorato	48	
121	26/06/1994	Lucas Miguel Pacheco dos Santos	48	
122	15/07/1994	Paula Ricci Vanzella	48	
123	05/08/1994	Raphaela Neves Valle Lobrigatte	48	

124	25/11/1995	Gustavo Henrique dos Santos	48	
125	12/09/1996	Geovanna Rosada Fernandes	48	
CLASSIFICAÇÃO	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
126	25/12/1996	Isabella Basile Rascassi	48	
127	25/09/1997	Mariana Barbosa Daniel	48	
128	06/10/1997	Matheus Bergamini Sousa Machado	48	
129	06/12/1997	Camila Yukari Paiva Miyasaki	48	
130	25/03/1998	Danielle Francine Engelmann Rohrig	48	
131	19/05/1998	Érica Bevilaqua	48	
132	10/06/1998	Jady Fernanda Nogueira	48	
133	30/10/1998	Lara Henriqueta Bussolaro Ricardi	48	
134	17/06/1999	Carolina Dusi Mendes Casagrande	48	
135	23/12/1999	Julia Andressa Serpa	48	
136	27/12/1999	Paulo Henrique Resner Moreira	48	
137	16/01/2000	Giovanna Pereira Giardini	48	
138	15/08/2000	Gabriel Henrique De Moraes Postanovski	48	
139	01/09/2000	Gabrielle Gruppelli Good	48	
140	06/02/2001	Laura Ribeiro Santos Balsanelli	48	
141	31/03/2001	Thiago Stokker Dias	48	
142	12/05/2001	Maria Fernanda Vicentine Sovierzoski	48	
143	08/06/2001	Alexandre Hiroshi Nakamura	48	
144	29/06/2001	Juliana Conte Pessoa de Oliveira	48	
145	22/04/2002	Luiz Miguel Guimarães de Paula	48	
146	15/09/2002	Caroline Luise Salvador Vidal	48	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 302/2026
147	15/09/2003	Letícia Leão Pontes	48	
148	30/01/1986	Bruno Matheus Duda	45	
149	13/07/1987	Rodrigo Santos da Silva	45	
150	16/02/1991	André Vinicius de Andrade Ramos	45	
151	05/11/1992	Luan Carlos Carvalho Moreira	45	
152	25/10/1994	Rodrigo Alvares de Siqueira	45	
153	23/07/1995	Thatiana Helena Tiemann de Marafigo	45	
154	22/08/1995	Paola Gomes do Carmo	45	
155	15/04/1996	Octavio Augusto Ormeneze	45	
156	22/04/1997	Natalia Cristine Zen Rausis Ferreira	45	
157	17/04/1998	Karina Matter	45	
158	13/07/1998	Júlia Mendes Lopes	45	
159	06/10/1998	Gabriella Micheten Dias	45	
160	28/04/1999	Mariana de Souza Barros	45	
161	04/06/1999	Deborah Kureski	45	
162	19/10/1999	Victória Xiao Xuan Cavalcanti Pan	45	
163	10/12/1999	Luca Bonaccorsi Damasceno	45	
164	10/02/2000	Lissa Ayumi Aihara	45	
165	22/05/2001	Giovanna Maiochi Veiga	45	
166	07/06/2001	Liana Tamy Aihara	45	
167	16/08/2001	Daiane Kauctz Monteiro	45	
168	04/09/2001	Eloise Maria Pereira Marques	45	
CLASSIFICAÇÃO	**DATA DE NASCIMENTO**	**CANDIDATOS(AS)**	**TOTAL**	**OCORRÊNCIA**
169	01/10/2001	Heloisa Kureski	45	
170	06/10/2001	Lorrani Lopes Duffeck	45	
171	01/03/2002	Livia Sanchez Machado	45	
172	13/06/1961	Antonio Ezequiel Kovalski	42	
173	07/07/1987	Adriano Pavan Rodrigues de Barros	42	
174	15/12/1987	Djalicy Henning	42	
175	04/03/1989	Gilvandro Ubiracy Valente Filho	42	
176	16/11/1989	Lucas Maxsuel Pedroso Silvério	42	
177	05/07/1994	Thaiane Maisa Sousa Madeira	42	
178	24/03/1995	Guilherme Jinbo Borges	42	
179	04/05/1995	Bruna França Oliveira	42	
180	03/12/1997	Edillyn Lombardi da Silva	42	
181	06/05/1998	Isabela Rendón Ceccon	42	
182	17/12/1999	Maieli Vieira Guedes	42	
183	08/06/2000	Mariana Fardin Pereira	42	
184	18/09/2000	Ana Luiza Santana Grazziotin	42	
185	24/03/2001	Mariana Pereira Gobi	42	
186	09/08/2001	Gabriel Kenzo Takahashi Yaedu	42	
187	24/12/2001	Gustavo Luís Colombari	42	
188	26/12/1995	Bianca Gonçalves de Barros	39	
189	12/03/1997	Gabriella Widderhoff Ribeiro da Silva	39	
190	03/08/1997	Rafaela Santana Falkowski	39	
191	04/12/1997	Faraz Rezaei	39	
192	30/11/2001	Pedro Henrique de Lara Pires Batista Gomes	39	
193	23/01/2002	Hugo Cunha Tepedino	39	
194	06/02/1996	Aline Slonikarz Ferreira	36	
195	18/11/1997	Wesley Thiago Rodrigues da Silva	36	
196	25/09/2001	Victoria Helena Rabery	36	
197	20/03/1992	Carlos Eduardo de Freitas Dutra	30	
198	29/07/1996	Lucas Andrey Szymanek	30	
199	17/05/1993	Alberto Luiz Carlotto	57	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA (e-mail)
200	15/02/1997	Giovanna Scorsin Vieira	57	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2561/2026
201	18/06/2002	Beatriz França Castellano	57	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2730/2026
202	24/11/1997	Kelly Jesus Marcano Farias	54	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA – PROTOCOLO N.º 2644/2026

RESULTADO FINAL - PCD					
CLASSIFICAÇÃO	**DATA DE**	**CANDIDATOS(AS)**	**TOTAL**	**IDADE**	**PCD**

	NASCIMENTO				
1	15/09/2002	Caroline Luise Salvador Vidal	48	23	SIM

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:69F7AFC7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PE 050/2026 (PNCP 09/2026)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 9/2026	
Às 17:13 horas do dia 04 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 1 do Pregão nº 9/2026, Processo nº Processo 2.062/2026.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SISPP - Tradicional
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Aquisição de 01 (um) Caminhão novo 0km com carroceria tipo baú frigorífico, destinado ao Setor de Alimentação Escolar	
Entrega de propostas: De 08/07/2026 às 08:00 até 21/07/2026 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 21/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	21/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 1 item poderá estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	21/07/2026 às 08:30:19	Bom dia. Meu nome é Rodrigo Miss, agente de contratação responsável pela condução deste pregão.
Sistema	21/07/2026 às 08:30:43	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	21/07/2026 às 08:33:03	Conforme item 8.3 do Edital, quando o licitante vencedor for convocado, deverá anexar a proposta com a marca cadastrada no sistema, visto que NÃO será aceito alterar a marca/modelo durante o julgamento
Sistema	21/07/2026 às 08:54:44	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	21/07/2026 às 10:45:45	Analisando a proposta anexada. Aguardem
Sistema	21/07/2026 às 11:21:28	Aguardem enquanto analiso a habilitação

Eventos da compra

Data/Hora	**Descrição**
21/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
21/07/2026 às 08:54:44	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Veículo Furgão	
características adicionais: fechado/pbt máximo 3.500 kg/vidro elétrico/alarme, carga útil: 1500, potência motor: 110, tipo motor: diesel, tipo direção: hidráulica, tipo carroceria: baú, capacidade volumétrica: 10, tipo refrigeração: ar condicionado Caminhão Novo carga, potência mínima motor: 130 cv, combustível: diesel, tipo motor: diesel, capacidade carga mínima: 1.500 kg, tipo carroceria: baú frigorífico.	
Quantidade: 1	Valor estimado: R$ 300.124,9900 (unitário)
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 300.124,9900 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 100,0000	Situação: Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para BDG EUROVILLE K VEICULOS E PECAS LTDA, CNPJ 59.898.044/0001-23, melhor lance: R$ 256.500,0000 (unitário) / R$ 256.500,0000 (total)	

Propostas do Item 1

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023

Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
59.898.044/0001-23 - BDG EUROVILLE K VEICULOS LTDA	E PECAS	
Benefício Me/Epp: Não	R$ 256.500,0000 (unitário)	
		Proposta adjudicada
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 256.500,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: HYUNDAI		
Modelo/versão: BONGO 2500 C/ BAÚ FRIGORIFICO		
Valor proposta: R$ 300.124,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 300.124,0000 (total)		
20.901.717/0001-11 - BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 500.000,0000 (unitário)	
		-
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 500.000,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: MERCEDES BENZ		
Modelo/versão: SPRINTER C		
Valor proposta: R$ 500.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 500.000,0000 (total)		
08.206.867/0001-00 - ECS COMERCIO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Não	R$ 285.000,0000 (unitário)	
		-

Equidade de gênero: Nenhum	R$ 285.000,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: KIA		
Modelo/versão: BONGO 4X4		
Valor proposta: R$ 350.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 350.000,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
03.093.776/0008-68 - MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA		
	R$ 257.000,0000 (unitário)	
Benefício Me/Epp: Não		-
	R$ 257.000,0000 (total)	
Equidade de gênero: Nenhum		
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: KIA		
Modelo/versão: BONGO		
Valor proposta: R$ 258.100,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 258.100,0000 (total)		
14.480.377/0001-08 - MBR COMERCIO DE VEICULOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Não		
	R$ 284.000,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum		-
	R$ 284.000,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: KIA		
Modelo/versão: BONGO		
Valor proposta: R$ 300.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 300.000,0000 (total)		
29.889.808/0001-53 - MOR COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Não	R$ 292.000,0000 (unitário)	
		-
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 292.000,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: KIA		
Modelo/versão: BONGO		
Valor proposta: R$ 300.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 300.000,0000 (total)		
22.645.916/0001-31 - S3 EMPREENDIMENTOS COMERCIO E LOCACOES LTDA		
Benefício Me/Epp: Não	R$ 294.800,0000 (unitário)	
		-
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 294.800,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: KIA		
Modelo/versão: BONGO		
Valor proposta: R$ 300.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 300.000,0000 (total)		
34.259.974/0001-06 - V12 EV COMERCIO DE VEICULOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Não		
	R$ 300.000,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro		-
	R$ 300.000,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: DF		
Marca/Fabricante: KIA		
Modelo/versão: BONGO K 497 4X4		
Valor proposta: R$ 300.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 300.000,0000 (total)		
Lances do Item 1		

Data/hora	**Participante**	**Lance**
21/07/2026 às 08:38:29	22.645.916/0001-31	R$ 299.500,0000
21/07/2026 às 08:39:36	59.898.044/0001-23	R$ 300.000,0000
21/07/2026 às 08:40:58	59.898.044/0001-23	R$ 299.900,0000
21/07/2026 às 08:42:08	59.898.044/0001-23	R$ 299.800,0000
21/07/2026 às 08:43:32	59.898.044/0001-23	R$ 299.600,0000
21/07/2026 às 08:44:08	59.898.044/0001-23	R$ 258.000,0000
21/07/2026 às 08:44:38	29.889.808/0001-53	R$ 299.000,0000
21/07/2026 às 08:44:55	22.645.916/0001-31	R$ 298.500,0000
21/07/2026 às 08:45:00	03.093.776/0008-68	R$ 257.900,0000
21/07/2026 às 08:45:01	08.206.867/0001-00	R$ 298.000,0000
21/07/2026 às 08:45:47	22.645.916/0001-31	R$ 297.800,0000
21/07/2026 às 08:45:47	29.889.808/0001-53	R$ 298.000,0000
21/07/2026 às 08:46:00	59.898.044/0001-23	R$ 257.500,0000
21/07/2026 às 08:46:23	14.480.377/0001-08	R$ 297.500,0000
21/07/2026 às 08:46:32	29.889.808/0001-53	R$ 297.000,0000
21/07/2026 às 08:47:03	08.206.867/0001-00	R$ 297.700,0000
21/07/2026 às 08:47:05	29.889.808/0001-53	R$ 296.000,0000
21/07/2026 às 08:47:10	22.645.916/0001-31	R$ 296.800,0000
21/07/2026 às 08:47:21	22.645.916/0001-31	R$ 295.800,0000
21/07/2026 às 08:47:27	08.206.867/0001-00	R$ 295.000,0000
21/07/2026 às 08:47:38	22.645.916/0001-31	R$ 294.800,0000
21/07/2026 às 08:47:39	14.480.377/0001-08	R$ 292.000,0000
21/07/2026 às 08:48:04	08.206.867/0001-00	R$ 291.800,0000

21/07/2026 às 08:48:15	14.480.377/0001-08	R$ 290.000,0000
21/07/2026 às 08:48:51	08.206.867/0001-00	R$ 289.000,0000
21/07/2026 às 08:48:57	03.093.776/0008-68	R$ 257.000,0000
21/07/2026 às 08:49:08	29.889.808/0001-53	R$ 295.000,0000
21/07/2026 às 08:49:09	14.480.377/0001-08	R$ 288.000,0000
21/07/2026 às 08:49:16	59.898.044/0001-23	R$ 256.500,0000
21/07/2026 às 08:49:30	29.889.808/0001-53	R$ 294.000,0000
21/07/2026 às 08:50:08	29.889.808/0001-53	R$ 293.000,0000
21/07/2026 às 08:51:01	08.206.867/0001-00	R$ 287.900,0000
21/07/2026 às 08:51:03	29.889.808/0001-53	R$ 292.000,0000
21/07/2026 às 08:51:14	14.480.377/0001-08	R$ 287.000,0000
Data/hora	**Participante**	**Lance**
21/07/2026 às 08:51:53	08.206.867/0001-00	R$ 286.900,0000
21/07/2026 às 08:52:15	14.480.377/0001-08	R$ 286.000,0000
21/07/2026 às 08:52:31	08.206.867/0001-00	R$ 285.000,0000
21/07/2026 às 08:52:41	14.480.377/0001-08	R$ 284.000,0000

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	21/07/2026 às 08:30:00	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	21/07/2026 às 08:54:42	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 59.898.044/0001-23	21/07/2026 às 09:06:37	Sr. Fornecedor BDG EUROVILLE K VEICULOS E PECAS LTDA, CNPJ 59.898.044/0001-23, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Consegue reduzir um pouco mais sua proposta?.
Sistema para o participante 59.898.044/0001-23	21/07/2026 às 09:08:36	Sr. Fornecedor BDG EUROVILLE K VEICULOS E PECAS LTDA, CNPJ 59.898.044/0001-23, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:09:00 do dia 21/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta com os preços ajustados ao último lance ofertado, acompanhado da ficha técnica do veículo e comprovação de existência técnica autorizada no Estado do Paraná.
Pelo participante 59.898.044/0001-23	21/07/2026 às 09:12:46	Bom dia chegamos no nosso minimo.
Pelo participante 59.898.044/0001-23	21/07/2026 às 09:13:09	vou providenciar
Pelo participante 59.898.044/0001-23	21/07/2026 às 10:40:14	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:40:14 de 21/07/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor BDG EUROVILLE K VEICULOS E PECAS LTDA, CNPJ 59.898.044/0001-23.
Sistema para o participante 59.898.044/0001-23	21/07/2026 às 10:51:46	Ciente das obrigações à serem assumidas?
Sistema para o participante 59.898.044/0001-23	21/07/2026 às 10:52:02	Ciente que o caminhão deverá ser entregue com Baú Frigorífico?
Pelo participante 59.898.044/0001-23	21/07/2026 às 10:53:38	ciente, sim será entrega com friogorifico
Pelo participante 59.898.044/0001-23	21/07/2026 às 10:57:04	com baú Frigorifico
Sistema para o participante 59.898.044/0001-23	21/07/2026 às 10:57:05	Certeza que realmente não consegue reduzir um pouco mais o preço?
Pelo participante 59.898.044/0001-23	21/07/2026 às 10:57:32	estamos com nossa melhor proposta Senhor
Sistema para o participante 59.898.044/0001-23	21/07/2026 às 10:58:05	Agradeço pelas informações. Estou analisando
Sistema para o participante 59.898.044/0001-23	21/07/2026 às 11:06:06	O item 1 teve a solicitação de negociação de valor CANCELADA para o fornecedor BDG EUROVILLE K VEICULOS E PECAS LTDA, CNPJ 59.898.044/0001-23. Motivo: Proposta aceita.
Sistema	21/07/2026 às 11:06:06	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 21/07/2026 11:16:06.
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema para o participante 59.898.044/0001-23	21/07/2026 às 11:47:59	Faltou balanço de 2024
Pelo participante 59.898.044/0001-23	21/07/2026 às 11:50:38	a empresa foi aberta 2025
Sistema para o participante 59.898.044/0001-23	21/07/2026 às 11:50:57	Realmente, verifiquei agora esta informação, portanto, desconsidere.
Pelo participante 59.898.044/0001-23	21/07/2026 às 11:51:10	ok obrigada
Sistema	21/07/2026 às 11:52:30	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 21/07/2026 12:02:30.
Sistema	21/07/2026 às 12:08:03	A fase de recurso do item 1 está aberta até 24/07/2026.
Sistema	25/07/2026 às 00:00:03	A fase de recurso do item 1 foi finalizada no prazo previsto. O item está aberto para registro de contrarrazão até 29/07/2026.
Sistema	30/07/2026 às 00:00:03	A fase de contrarrazão do item 1 foi finalizada no prazo previsto. O item está aberto para decisão do pregoeiro.

Eventos do Item 1

Data/Hora	**Descrição**
21/07/2026 às 09:08:36	Fornecedor BDG EUROVILLE K VEICULOS E PECAS LTDA, CNPJ 59.898.044/0001-23 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 11:09:00 do dia 21/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta com os preços ajustados ao último lance ofertado, acompanhado da ficha técnica do veículo e comprovação de existência técnica autorizada no Estado do Paraná.
21/07/2026 às 10:40:14	Fornecedor BDG EUROVILLE K VEICULOS E PECAS LTDA, CNPJ 59.898.044/0001-23 finalizou o envio de anexo.
24/07/2026 às 14:17:56	Fornecedor MBR COMERCIO DE VEICULOS LTDA, CNPJ 14.480.377/0001-08 registra recurso.
29/07/2026 às 11:16:10	Fornecedor BDG EUROVILLE K VEICULOS E PECAS LTDA, CNPJ 59.898.044/0001-23 registra contrarrazão ao recurso do fornecedor 14.480.377/0001-08.
03/08/2026 às 14:23:31	Agente de contratação registra a decisão para os recursos cadastrados.
03/08/2026 às 15:18:49	Autoridade competente registra a revisão da decisão para os recursos cadastrados.
04/08/2026 às 17:13:49	Fornecedor BDG EUROVILLE K VEICULOS E PECAS LTDA, CNPJ 59.898.044/0001-23 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 256.500,0000.
04/08/2026 às 17:13:50	Item homologado.
Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	

Sessão 1
Prazos:

Intenção de recurso no julgamento:		21/07/2026 11:16:06
Intenção de recurso na habilitação:		21/07/2026 12:02:30
Recurso:		24/07/2026 23:59:59
Contrarrazão:		29/07/2026 23:59:59
Recursos realizados:		
14.480.377/0001-08 - MBR COMERCIO DE VEICULOS LTDA		
Intenção de recurso na habilitação:		21/07/2026 11:56:05
Recurso:	(Cadastrado)	24/07/2026 14:17:56
Contrarrazões:		
59.898.044/0001-23 - BDG EUROVILLE K VEICULOS E	(Cadastrado)	29/07/2026 11:16:10
Decisão do agente de contratação: (Não procede)		03/08/2026 14:23:31
Revisão da autoridade competente: (Mantida decisão não procede)		03/08/2026 15:18:49

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:C0B95C37

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PE 051/2026 (PNCP 10/2026)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 10/2026

Às 17:15 horas do dia 04 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais e considerando que a contratação do item 1 restou fracassada/anulada/revogada, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA o item 1 do Pregão nº 10/2026, Processo nº PROCESSO Nº 2.361/2026.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de materiais destinados a manutenção da rede de iluminação pública do Município de Candói

Entrega de propostas: De 08/07/2026 às 08:00 até 23/07/2026 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 23/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	23/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 6 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:00	Bom dia. Meu nome é Rodrigo Miss, o agente de contratação designado para condução deste Pregão.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:24	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	23/07/2026 às 08:37:31	Aviso: Conforme item 9.10 do Edital, após encerramento dos lances, haverá aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local/regional
Sistema	23/07/2026 às 10:17:23	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:05	Aguardem enquanto analiso a aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:46	Solicito a paciência de todos, visto que, em razão da análise ser de modo manual, demanda um certo tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:22:36	Foi mais rápido do que esperado. Não há proposta dentro da margem da prioridade.
Sistema	23/07/2026 às 12:16:43	Sessão suspensa até 14h
Sistema	23/07/2026 às 14:04:17	Boa tarde. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	23/07/2026 às 16:14:20	Aguardando o licitante W LED ELETRICA LTDA cumprir a convocação para os itens 4 e 7. Após finalizar o julgamento desses dois itens, iniciaremos a fase de habilitação.
Sistema	23/07/2026 às 17:00:37	Sessão suspensa até 10h do dia 24/07/2026

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	23/07/2026 às 17:00:59	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:39	Continuem conectados.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:48	Analisando as informações e propostas.
Sistema	24/07/2026 às 12:11:12	Sessão suspensa até 14h. Os prazos abertos correm normalmente.
Sistema	24/07/2026 às 14:05:20	Boa tarde.
Sistema	24/07/2026 às 14:16:43	**** Iniciado fase de habilitação ***
Sistema	24/07/2026 às 17:12:41	Sessão suspensa até 10h do dia 27/07/2026
Sistema	27/07/2026 às 10:00:53	Bom dia. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	27/07/2026 às 11:03:53	*** Iniciando a fase de habilitação ***
Sistema	27/07/2026 às 11:04:55	*** Iniciando a fase de habilitação para o item 8***
Sistema	27/07/2026 às 11:34:54	Sessão suspensa até 14:10h.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
23/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
23/07/2026 às 10:17:22	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Braço Luminária Externa

aplicação: poste de iluminação pública, características adicionais: curvo, comprimento: 1.500, diâmetro tubo: 60, material: aço galvanizado, tipo fixação: sapata

Quantidade: 50	Valor estimado: R$ 93,1000 (unitário)
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 4.655,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Fracassado e Homologado

Critério de julgamento: Menor Preço

Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)

Fracassado por CPF ***.869.***-*6 - RODRIGO MISS

Propostas do Item 1		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
16.868.674/0001-42 - DIPAR FERRAGENS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim		
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 235,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Não	R$ 11.750,0000 (total)	
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: SIMILAR		
Modelo/versão: SIMILAR		
Valor proposta: R$ 20.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 50
R$ 1.000.000,0000 (total)		
21.867.049/0001-16 - USIFER CONEXOES ASSESSORIA DE LIMPEZA E MANUTENCAO LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 235,0200 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 11.751,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: OLIVO/ ROMAGNOLE/MARVITEC		
Modelo/versão: BRAÇO		
Valor proposta: R$ 235,0200 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 50
R$ 11.751,0000 (total)		

Lances do Item 1		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
23/07/2026 às 08:38:31	16.868.674/0001-42	R$ 235,0000
Mensagens do chat do Item 1		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 08:30:01	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	23/07/2026 às 08:40:32	O item 1 está encerrado.
Sistema	23/07/2026 às 10:19:40	O item 1 foi fracassado durante o julgamento/habilitação.
Sistema	23/07/2026 às 10:19:40	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 23/07/2026 10:29:40.

Eventos do Item 1	
Data/Hora	**Descrição**
04/08/2026 às 17:15:24	Item homologado.
Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento: 23/07/2026 10:29:40	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR		
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO		
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR		
PREGÃO 10/2026		
Às 17:15 horas do dia 04 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais e considerando que a contratação do item 2 restou fracassada/anulada/revogada, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA o item 2 do Pregão nº 10/2026, Processo nº PROCESSO Nº 2.361/2026.		
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço	
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto	
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR	
Objeto da compra: Registro de preços de materiais destinados a manutenção da rede de iluminação pública do Município de Candói		
Entrega de propostas: De 08/07/2026 às 08:00 até 23/07/2026 às 08:30		
Abertura da sessão pública: Dia 23/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)		
Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 6 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:00	Bom dia. Meu nome é Rodrigo Miss, o agente de contratação designado para condução deste Pregão.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:24	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	23/07/2026 às 08:37:31	Aviso: Conforme item 9.10 do Edital, após encerramento dos lances, haverá aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local/regional
Sistema	23/07/2026 às 10:17:23	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:05	Aguardem enquanto analiso a aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:46	Solicito a paciência de todos, visto que, em razão da análise ser de modo manual, demanda um certo tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:22:36	Foi mais rápido do que esperado. Não há proposta dentro da margem da prioridade.
Sistema	23/07/2026 às 12:16:43	Sessão suspensa até 14h
Sistema	23/07/2026 às 14:04:17	Boa tarde. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	23/07/2026 às 16:14:20	Aguardando o licitante W LED ELETRICA LTDA cumprir a convocação para os itens 4 e 7. Após finalizar o julgamento desses dois itens, iniciaremos a fase de habilitação.
Sistema	23/07/2026 às 17:00:37	Sessão suspensa até 10h do dia 24/07/2026

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 17:00:59	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:39	Continuem conectados.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:48	Analisando as informações e propostas.
Sistema	24/07/2026 às 12:11:12	Sessão suspensa até 14h. Os prazos abertos correm normalmente.
Sistema	24/07/2026 às 14:05:20	Boa tarde.
Sistema	24/07/2026 às 14:16:43	**** Iniciado fase de habilitação ***

Sistema	24/07/2026 às 17:12:41	Sessão suspensa até 10h do dia 27/07/2026
Sistema	27/07/2026 às 10:00:53	Bom dia. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	27/07/2026 às 11:03:53	*** Iniciando a fase de habilitação ***
Sistema	27/07/2026 às 11:04:55	*** Iniciando a fase de habilitação para o item 8***
Sistema	27/07/2026 às 11:34:54	Sessão suspensa até 14:10h.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
23/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
23/07/2026 às 10:17:22	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 2 - Cabo Elétrico Flexível		
aplicação: instalação elétrica, bitola: 2,5, cor da cobertura: preta, cor da isolação: preta, formação do cabo: 1 x 2,5, material do condutor: cobre eletrolítico nú, material isolamento: pvc anti-chama, normas técnicas: nbr 5410, nbr 7286, nbr nm 280, seção nominal: 2,5, tensão isolamento: 720, tipo: anti-chama, têmpera condutor: mole classe 5 Cabo PP 3 X 1.5mm e cabo PP 3 x 2.5mm		
Quantidade: 250	Valor estimado: R$ 13,2000 (unitário)	
Unidade de fornecimento: Metro	R$ 3.300,0000 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$0,0100	Situação: Anulado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Propostas do Item 2		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
58.338.417/0001-49 - 58.338.417 ROSANI LASKOSKI LAVANDOSKI		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 14,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 3.500,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: ENERGY		
Modelo/versão: ENERGY		
Valor proposta: R$ 14,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada:250
R$ 3.500,0000 (total)		
16.868.674/0001-42 - DIPAR FERRAGENS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 6,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 1.500,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: SIMILAR		
Modelo/versão: SIMILAR		
Valor proposta: R$ 20.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada:250
R$ 5.000.000,0000 (total)		
54.175.367/0001-75 - JFL SOLUCOES LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 15,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 3.750,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: Maxfio		
Modelo/versão: Cabo Elétrico FlexíveL		
Valor proposta: R$ 15,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada:250
R$ 3.750,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
12.792.920/0001-79 - MONTEIRO & FARIA REPRESENTACOES LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 5,9800 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 1.495,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: RJ		
Marca/Fabricante: SHREWD		
Modelo/versão: de acordo com TR		
Valor proposta: R$ 13,2000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 250
R$ 3.300,0000 (total)		
42.894.921/0001-95 - PONTALTI ENERGY LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 13,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 3.250,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: SC		
Marca/Fabricante: ENERGY		
Modelo/versão: ENERGY		
Valor proposta: R$ 13,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 250
R$ 3.250,0000 (total)		
21.867.049/0001-16 - USIFER CONEXOES ASSESSORIA DE LIMPEZA E MANUTENCAO LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 10,3300 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 2.582,5000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: LAMESA/CORFIO/CONDUMIG		
Modelo/versão: CABO		
Valor proposta: R$ 10,3300 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 250
R$ 2.582,5000 (total)		
49.671.519/0001-90 - VM COMERCIO E IMPORTACAO LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 5,3100 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 1.327,5000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: SP		

Marca/Fabricante: FILL FLEX		
Modelo/versão: CABO ELETRICO		
Valor proposta: R$ 13,2000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 250
R$ 3.300,0000 (total)		
26.507.653/0001-55 - VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 5,3000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 1.325,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: ELETROCON		
Modelo/versão: ELETROCON		
Valor proposta: R$ 13,2000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 250
R$ 3.300,0000 (total)		
Lances do Item 2		

Data/hora	Participante	Lance
23/07/2026 às 08:37:30	49.671.519/0001-90	R$ 10,3200
23/07/2026 às 08:38:31	16.868.674/0001-42	R$ 10,2600
23/07/2026 às 08:38:31	49.671.519/0001-90	R$ 10,2500
23/07/2026 às 08:39:00	16.868.674/0001-42	R$ 10,2200
23/07/2026 às 08:39:01	49.671.519/0001-90	R$ 10,2100
23/07/2026 às 08:39:29	16.868.674/0001-42	R$ 10,1500
23/07/2026 às 08:39:29	49.671.519/0001-90	R$ 10,1400
23/07/2026 às 08:39:57	16.868.674/0001-42	R$ 10,0800
23/07/2026 às 08:39:57	49.671.519/0001-90	R$ 10,0700
23/07/2026 às 08:40:26	16.868.674/0001-42	R$ 10,0300
23/07/2026 às 08:40:26	49.671.519/0001-90	R$ 10,0200
23/07/2026 às 08:40:55	16.868.674/0001-42	R$ 9,9200
23/07/2026 às 08:40:55	49.671.519/0001-90	R$ 9,9100
23/07/2026 às 08:41:23	16.868.674/0001-42	R$ 9,8300
23/07/2026 às 08:41:24	49.671.519/0001-90	R$ 9,8200
23/07/2026 às 08:41:52	16.868.674/0001-42	R$ 9,7500
23/07/2026 às 08:41:52	49.671.519/0001-90	R$ 9,7400
23/07/2026 às 08:42:21	16.868.674/0001-42	R$ 9,6900
23/07/2026 às 08:42:23	49.671.519/0001-90	R$ 9,6800
23/07/2026 às 08:42:51	16.868.674/0001-42	R$ 9,6000
23/07/2026 às 08:42:53	49.671.519/0001-90	R$ 9,5900
23/07/2026 às 08:43:20	16.868.674/0001-42	R$ 9,5100
23/07/2026 às 08:43:21	49.671.519/0001-90	R$ 9,5000
23/07/2026 às 08:43:49	16.868.674/0001-42	R$ 9,4200
23/07/2026 às 08:43:49	49.671.519/0001-90	R$ 9,4100
23/07/2026 às 08:44:17	16.868.674/0001-42	R$ 9,3800
23/07/2026 às 08:44:18	49.671.519/0001-90	R$ 9,3700
23/07/2026 às 08:44:46	16.868.674/0001-42	R$ 9,2800
23/07/2026 às 08:44:48	49.671.519/0001-90	R$ 9,2700
23/07/2026 às 08:45:15	16.868.674/0001-42	R$ 9,2200
23/07/2026 às 08:45:16	49.671.519/0001-90	R$ 9,2100
23/07/2026 às 08:45:20	16.868.674/0001-42	R$ 9,1700
23/07/2026 às 08:45:21	49.671.519/0001-90	R$ 9,1600
23/07/2026 às 08:45:23	16.868.674/0001-42	R$ 9,0800

Data/hora	Participante	Lance
23/07/2026 às 08:45:23	49.671.519/0001-90	R$ 9,0700
23/07/2026 às 08:45:26	16.868.674/0001-42	R$ 9,0500
23/07/2026 às 08:45:26	49.671.519/0001-90	R$ 9,0400
23/07/2026 às 08:45:30	16.868.674/0001-42	R$ 9,0100
23/07/2026 às 08:45:30	49.671.519/0001-90	R$ 9,0000
23/07/2026 às 08:45:35	16.868.674/0001-42	R$ 8,9100
23/07/2026 às 08:45:36	49.671.519/0001-90	R$ 8,9000
23/07/2026 às 08:45:39	16.868.674/0001-42	R$ 8,8200
23/07/2026 às 08:45:40	49.671.519/0001-90	R$ 8,8100
23/07/2026 às 08:45:42	16.868.674/0001-42	R$ 8,7400
23/07/2026 às 08:45:43	49.671.519/0001-90	R$ 8,7300
23/07/2026 às 08:45:45	16.868.674/0001-42	R$ 8,6800
23/07/2026 às 08:45:46	49.671.519/0001-90	R$ 8,6700
23/07/2026 às 08:45:48	16.868.674/0001-42	R$ 8,5700
23/07/2026 às 08:45:49	49.671.519/0001-90	R$ 8,5600
23/07/2026 às 08:45:52	16.868.674/0001-42	R$ 8,5300
23/07/2026 às 08:45:52	49.671.519/0001-90	R$ 8,5200
23/07/2026 às 08:45:55	16.868.674/0001-42	R$ 8,4200
23/07/2026 às 08:45:55	49.671.519/0001-90	R$ 8,4100
23/07/2026 às 08:45:58	16.868.674/0001-42	R$ 8,3600
23/07/2026 às 08:45:59	49.671.519/0001-90	R$ 8,3500
23/07/2026 às 08:46:03	16.868.674/0001-42	R$ 8,2500
23/07/2026 às 08:46:04	49.671.519/0001-90	R$ 8,2400
23/07/2026 às 08:46:11	16.868.674/0001-42	R$ 8,2200
23/07/2026 às 08:46:13	49.671.519/0001-90	R$ 8,2100
23/07/2026 às 08:46:19	16.868.674/0001-42	R$ 8,1300
23/07/2026 às 08:46:19	49.671.519/0001-90	R$ 8,1200
23/07/2026 às 08:46:21	16.868.674/0001-42	R$ 8,0200
23/07/2026 às 08:46:21	49.671.519/0001-90	R$ 8,0100
23/07/2026 às 08:46:24	16.868.674/0001-42	R$ 7,9300
23/07/2026 às 08:46:24	49.671.519/0001-90	R$ 7,9200
23/07/2026 às 08:46:29	16.868.674/0001-42	R$ 7,8800
23/07/2026 às 08:46:30	49.671.519/0001-90	R$ 7,8700
23/07/2026 às 08:46:33	16.868.674/0001-42	R$ 7,8100

Data/hora	Participante	Lance
23/07/2026 às 08:46:33	49.671.519/0001-90	R$ 7,8000
23/07/2026 às 08:46:36	16.868.674/0001-42	R$ 7,7500
23/07/2026 às 08:46:36	49.671.519/0001-90	R$ 7,7400
23/07/2026 às 08:46:42	16.868.674/0001-42	R$ 7,6500
23/07/2026 às 08:46:42	49.671.519/0001-90	R$ 7,6400
23/07/2026 às 08:46:45	16.868.674/0001-42	R$ 7,5700
23/07/2026 às 08:46:45	49.671.519/0001-90	R$ 7,5600
23/07/2026 às 08:46:47	16.868.674/0001-42	R$ 7,4600
23/07/2026 às 08:46:48	49.671.519/0001-90	R$ 7,4500
23/07/2026 às 08:46:50	16.868.674/0001-42	R$ 7,3500
23/07/2026 às 08:46:51	49.671.519/0001-90	R$ 7,3400
23/07/2026 às 08:46:53	16.868.674/0001-42	R$ 7,3000
23/07/2026 às 08:46:54	49.671.519/0001-90	R$ 7,2900
23/07/2026 às 08:46:57	16.868.674/0001-42	R$ 7,2300
23/07/2026 às 08:46:57	49.671.519/0001-90	R$ 7,2200
23/07/2026 às 08:47:02	16.868.674/0001-42	R$ 7,1400
23/07/2026 às 08:47:02	49.671.519/0001-90	R$ 7,1300
23/07/2026 às 08:47:09	16.868.674/0001-42	R$ 7,0300
23/07/2026 às 08:47:10	49.671.519/0001-90	R$ 7,0200
23/07/2026 às 08:47:10	49.671.519/0001-90	R$ 7,0100
23/07/2026 às 08:47:12	16.868.674/0001-42	R$ 6,9500
23/07/2026 às 08:47:13	49.671.519/0001-90	R$ 6,9400
23/07/2026 às 08:47:13	49.671.519/0001-90	R$ 6,9300
23/07/2026 às 08:47:16	16.868.674/0001-42	R$ 6,8500
23/07/2026 às 08:47:16	49.671.519/0001-90	R$ 6,8400
23/07/2026 às 08:47:16	49.671.519/0001-90	R$ 6,8300
23/07/2026 às 08:47:21	16.868.674/0001-42	R$ 6,8000
23/07/2026 às 08:47:22	49.671.519/0001-90	R$ 6,7900
23/07/2026 às 08:47:29	16.868.674/0001-42	R$ 6,7100
23/07/2026 às 08:47:29	49.671.519/0001-90	R$ 6,7000
23/07/2026 às 08:47:32	16.868.674/0001-42	R$ 6,6500
23/07/2026 às 08:47:32	49.671.519/0001-90	R$ 6,6400
23/07/2026 às 08:47:35	16.868.674/0001-42	R$ 6,6000
23/07/2026 às 08:47:35	49.671.519/0001-90	R$ 6,5900

Data/hora	Participante	Lance
23/07/2026 às 08:47:38	16.868.674/0001-42	R$ 6,5000
23/07/2026 às 08:47:38	49.671.519/0001-90	R$ 6,4900
23/07/2026 às 08:47:44	16.868.674/0001-42	R$ 6,4700
23/07/2026 às 08:47:44	49.671.519/0001-90	R$ 6,4600
23/07/2026 às 08:47:46	16.868.674/0001-42	R$ 6,4300
23/07/2026 às 08:47:48	49.671.519/0001-90	R$ 6,4200
23/07/2026 às 08:47:53	16.868.674/0001-42	R$ 6,4000
23/07/2026 às 08:47:53	49.671.519/0001-90	R$ 6,3900
23/07/2026 às 08:48:00	16.868.674/0001-42	R$ 6,3100
23/07/2026 às 08:48:00	49.671.519/0001-90	R$ 6,3000
23/07/2026 às 08:48:02	16.868.674/0001-42	R$ 6,2600
23/07/2026 às 08:48:03	49.671.519/0001-90	R$ 6,2500
23/07/2026 às 08:48:08	16.868.674/0001-42	R$ 6,2000
23/07/2026 às 08:48:13	49.671.519/0001-90	R$ 6,1900
23/07/2026 às 08:48:22	16.868.674/0001-42	R$ 6,1500
23/07/2026 às 08:48:23	49.671.519/0001-90	R$ 6,1400
23/07/2026 às 08:48:25	16.868.674/0001-42	R$ 6,0700
23/07/2026 às 08:48:25	49.671.519/0001-90	R$ 6,0600
23/07/2026 às 08:48:27	16.868.674/0001-42	R$ 6,0200
23/07/2026 às 08:48:28	49.671.519/0001-90	R$ 6,0100
23/07/2026 às 08:48:31	16.868.674/0001-42	R$ 6,0000
23/07/2026 às 08:48:31	49.671.519/0001-90	R$ 5,9900
23/07/2026 às 08:50:02	12.792.920/0001-79	R$ 5,9800
23/07/2026 às 08:50:03	49.671.519/0001-90	R$ 5,9700
23/07/2026 às 08:50:07	26.507.653/0001-55	R$ 5,9600
23/07/2026 às 08:50:08	49.671.519/0001-90	R$ 5,9500
23/07/2026 às 08:50:09	26.507.653/0001-55	R$ 5,9400
23/07/2026 às 08:50:10	49.671.519/0001-90	R$ 5,9300
23/07/2026 às 08:50:11	26.507.653/0001-55	R$ 5,9200
23/07/2026 às 08:50:12	49.671.519/0001-90	R$ 5,9100
23/07/2026 às 08:50:13	26.507.653/0001-55	R$ 5,9000
23/07/2026 às 08:50:13	49.671.519/0001-90	R$ 5,8900
23/07/2026 às 08:50:14	26.507.653/0001-55	R$ 5,8800
23/07/2026 às 08:50:14	49.671.519/0001-90	R$ 5,8700

Data/hora	Participante	Lance
23/07/2026 às 08:50:15	26.507.653/0001-55	R$ 5,8600
23/07/2026 às 08:50:15	49.671.519/0001-90	R$ 5,8500
23/07/2026 às 08:50:17	26.507.653/0001-55	R$ 5,8400
23/07/2026 às 08:50:18	49.671.519/0001-90	R$ 5,8300
23/07/2026 às 08:50:19	26.507.653/0001-55	R$ 5,8200
23/07/2026 às 08:50:21	49.671.519/0001-90	R$ 5,8100
23/07/2026 às 08:50:22	26.507.653/0001-55	R$ 5,8000
23/07/2026 às 08:50:24	49.671.519/0001-90	R$ 5,7900
23/07/2026 às 08:50:25	26.507.653/0001-55	R$ 5,7800
23/07/2026 às 08:50:26	49.671.519/0001-90	R$ 5,7700
23/07/2026 às 08:50:27	26.507.653/0001-55	R$ 5,7600
23/07/2026 às 08:50:27	49.671.519/0001-90	R$ 5,7500
23/07/2026 às 08:50:27	26.507.653/0001-55	R$ 5,7400
23/07/2026 às 08:50:28	49.671.519/0001-90	R$ 5,7300
23/07/2026 às 08:50:29	26.507.653/0001-55	R$ 5,7200

23/07/2026 às 08:50:30	49.671.519/0001-90	R$ 5,7100
23/07/2026 às 08:50:30	26.507.653/0001-55	R$ 5,7000
23/07/2026 às 08:50:30	49.671.519/0001-90	R$ 5,6900
23/07/2026 às 08:50:31	26.507.653/0001-55	R$ 5,6800
23/07/2026 às 08:50:31	49.671.519/0001-90	R$ 5,6700
23/07/2026 às 08:50:33	26.507.653/0001-55	R$ 5,6600
23/07/2026 às 08:50:33	49.671.519/0001-90	R$ 5,6500
23/07/2026 às 08:50:34	26.507.653/0001-55	R$ 5,6400
23/07/2026 às 08:50:34	49.671.519/0001-90	R$ 5,6300
23/07/2026 às 08:50:35	26.507.653/0001-55	R$ 5,6200
23/07/2026 às 08:50:35	49.671.519/0001-90	R$ 5,6100
23/07/2026 às 08:50:36	26.507.653/0001-55	R$ 5,6000
23/07/2026 às 08:50:37	49.671.519/0001-90	R$ 5,5900
23/07/2026 às 08:50:37	26.507.653/0001-55	R$ 5,5800
23/07/2026 às 08:50:38	49.671.519/0001-90	R$ 5,5700
23/07/2026 às 08:50:39	26.507.653/0001-55	R$ 5,5600
23/07/2026 às 08:50:40	49.671.519/0001-90	R$ 5,5500
23/07/2026 às 08:50:42	26.507.653/0001-55	R$ 5,5400
23/07/2026 às 08:50:42	49.671.519/0001-90	R$ 5,5300

Data/hora	Participante	Lance
23/07/2026 às 08:50:43	26.507.653/0001-55	R$ 5,5200
23/07/2026 às 08:50:43	49.671.519/0001-90	R$ 5,5100
23/07/2026 às 08:50:44	26.507.653/0001-55	R$ 5,5000
23/07/2026 às 08:50:44	49.671.519/0001-90	R$ 5,4900
23/07/2026 às 08:50:46	26.507.653/0001-55	R$ 5,4800
23/07/2026 às 08:50:46	49.671.519/0001-90	R$ 5,4700
23/07/2026 às 08:50:46	26.507.653/0001-55	R$ 5,4600
23/07/2026 às 08:50:47	49.671.519/0001-90	R$ 5,4500
23/07/2026 às 08:50:48	26.507.653/0001-55	R$ 5,4400
23/07/2026 às 08:50:49	49.671.519/0001-90	R$ 5,4300
23/07/2026 às 08:50:49	26.507.653/0001-55	R$ 5,4200
23/07/2026 às 08:50:50	49.671.519/0001-90	R$ 5,4100
23/07/2026 às 08:50:50	26.507.653/0001-55	R$ 5,4000
23/07/2026 às 08:50:50	49.671.519/0001-90	R$ 5,3900
23/07/2026 às 08:50:52	26.507.653/0001-55	R$ 5,3800
23/07/2026 às 08:50:52	49.671.519/0001-90	R$ 5,3700
23/07/2026 às 08:50:53	26.507.653/0001-55	R$ 5,3600
23/07/2026 às 08:50:53	49.671.519/0001-90	R$ 5,3500
23/07/2026 às 08:50:55	26.507.653/0001-55	R$ 5,3400
23/07/2026 às 08:50:55	49.671.519/0001-90	R$ 5,3300
23/07/2026 às 08:50:56	26.507.653/0001-55	R$ 5,3200
23/07/2026 às 08:50:56	49.671.519/0001-90	R$ 5,3100
23/07/2026 às 08:50:56	26.507.653/0001-55	R$ 5,3000

Mensagens do chat do Item 2

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	23/07/2026 às 08:30:01	O item 2 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	23/07/2026 às 08:52:57	O item 2 está encerrado.
Sistema para o participante 26.507.653/0001-55	23/07/2026 às 10:26:13	Sr. Fornecedor VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 13:27:00 do dia 23/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta de TODOS os itens vencidos (2 e 7), com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização.
Sistema para o participante 26.507.653/0001-55	23/07/2026 às 10:26:42	Corrigindo. A proposta deve ser referente aos itens 2 e 6.
Pelo participante 26.507.653/0001-55	23/07/2026 às 11:09:29	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:09:29 de 23/07/2026. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001- 55.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 26.507.653/0001-55	23/07/2026 às 11:17:54	Prezado Sr., a descrição do item 2 apresentado na proposta está divergente do Termo de Referência.
Sistema para o participante 26.507.653/0001-55	23/07/2026 às 11:18:47	Gostaria de ajustar?
Pelo participante 26.507.653/0001-55	23/07/2026 às 11:22:00	Na verdade a descrição do item está confusa, ou o cabo é PP 3x1,5mm ou ele é PP 3x2,5mm, ofertamos ele na bitola 3x1,5mm
Sistema para o participante 26.507.653/0001-55	23/07/2026 às 11:24:40	Você tem razão. Ao que me parece a administração gostaria de flexibilidade de poder adquirir qualquer um das duas bitolas. Caso a empresa tenha condições de fornecer ambas as bitolas (conforme necessidade), posso abrir oportunidade para ajustar a proposta, do contrário, cancelo o item.
Pelo participante 26.507.653/0001-55	23/07/2026 às 11:27:52	infelizmente o preço de uma bitola pra outra é bem diferente, muito acima da média, não consigo oferecer o mesmo valor pra ambas
Sistema para o participante 26.507.653/0001-55	23/07/2026 às 11:34:51	Totalmente compreensível, até porque acredito se tratar de um equívoco da administração, em todo o caso, peço desculpas e informo que este item será cancelado.
Sistema	23/07/2026 às 11:43:56	O item 2 foi anulado pelo pregoeiro. Motivo: Constatou-se vício insanável na especificação do item "Cabo PP 3 x 1,5 mm e cabo PP 3 x 2,5 mm", pois a descrição agrupa dois produtos técnica e comercialmente distintos. Essa divergência inviabiliza a precificação correta e o julgamento objetivo das propostas..
Sistema para o participante 26.507.653/0001-55	23/07/2026 às 14:21:13	Considerando a anulação deste item, e as novas convocações, solicito que anexe a proposta e documentos o campo do item 3
Sistema	27/07/2026 às 16:02:38	A fase de recurso do item 2 está aberta até 30/07/2026.
Sistema	31/07/2026 às 00:00:05	A fase de recurso do item 2 foi finalizada no prazo previsto. Não houve registro de recursos.

Eventos do Item 2

Data/Hora	Descrição
23/07/2026 às 10:26:13	Fornecedor VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 13:27:00 do dia 23/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta de TODOS os itens vencidos (2 e 7), com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização.
23/07/2026 às 11:09:29	Fornecedor VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55 finalizou o envio de anexo.
23/07/2026 às 11:43:56	Item anulado. Descrição: Constatou-se vício insanável na especificação do item "Cabo PP 3 x 1,5 mm e cabo PP 3 x 2,5 mm", pois a descrição agrupa dois produtos técnica e comercialmente distintos. Essa divergência inviabiliza a precificação correta e o julgamento objetivo das propostas..
04/08/2026 às 17:15:26	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1
Prazos:

Recurso:	30/07/2026 23:59:59
Contrarrazão:	04/08/2026 23:59:59

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 10/2026

Às 17:15 horas do dia 04 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 3 do Pregão nº 10/2026, Processo nº PROCESSO Nº 2.361/2026.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de materiais destinados a manutenção da rede de iluminação pública do Município de Candói

Entrega de propostas: De 08/07/2026 às 08:00 até 23/07/2026 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 23/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	23/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 6 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:00	Bom dia. Meu nome é Rodrigo Miss, o agente de contratação designado para condução deste Pregão.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:24	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	23/07/2026 às 08:37:31	Aviso: Conforme item 9.10 do Edital, após encerramento dos lances, haverá aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local/regional
Sistema	23/07/2026 às 10:17:23	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:05	Aguardem enquanto analiso a aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:46	Solicito a paciência de todos, visto que, em razão da análise ser de modo manual, demanda um certo tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:22:36	Foi mais rápido do que esperado. Não há proposta dentro da margem da prioridade.
Sistema	23/07/2026 às 12:16:43	Sessão suspensa até 14h
Sistema	23/07/2026 às 14:04:17	Boa tarde. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	23/07/2026 às 16:14:20	Aguardando o licitante W LED ELETRICA LTDA cumprir a convocação para os itens 4 e 7. Após finalizar o julgamento desses dois itens, iniciaremos a fase de habilitação.
Sistema	23/07/2026 às 17:00:37	Sessão suspensa até 10h do dia 24/07/2026

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	23/07/2026 às 17:00:59	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:39	Continuem conectados.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:48	Analisando as informações e propostas.
Sistema	24/07/2026 às 12:11:12	Sessão suspensa até 14h. Os prazos abertos correm normalmente.
Sistema	24/07/2026 às 14:05:20	Boa tarde.
Sistema	24/07/2026 às 14:16:43	**** Iniciado fase de habilitação ***
Sistema	24/07/2026 às 17:12:41	Sessão suspensa até 10h do dia 27/07/2026
Sistema	27/07/2026 às 10:00:53	Bom dia. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	27/07/2026 às 11:03:53	*** Iniciando a fase de habilitação ***
Sistema	27/07/2026 às 11:04:55	*** Iniciando a fase de habilitação para o item 8***
Sistema	27/07/2026 às 11:34:54	Sessão suspensa até 14:10h.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
23/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
23/07/2026 às 10:17:22	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 3 - Cabo Elétrico Flexível

aplicação: instalação elétrica, bitola: 2,5, cor da cobertura: preta, cor da isolação: preta, formação do cabo: 1 x 2,5, material do condutor: cobre eletrolítico nú, material isolamento: pvc anti-chama, normas técnicas: nbr 5410, nbr 7286, nbr nm 280, seção nominal: 2,5, tensão isolamento: 720, tipo: anti-chama, têmpera condutor: mole classe 5 Cabo triplex 16mm rolo com 300 mt

Quantidade: 2	Valor estimado: R$ 2.013,0000 (unitário)
Unidade de fornecimento: Rolo	R$ 4.026,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado

Critério de julgamento: Menor Preço

Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)

Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55, melhor lance: R$ 2.013,0000 (unitário) / R$ 4.026,0000 (total)

Propostas do Item 3

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023

Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
58.338.417/0001-49 - 58.338.417 ROSANI LASKOSKI LAVANDOSKI		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 2.500,0000 (unitário)	

Equidade de gênero: Nenhum	R$ 5.000,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: COPPERFIO		
Modelo/versão: COPPERFIO		
Valor proposta: R$ 2.500,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2
R$ 5.000,0000 (total)		
16.868.674/0001-42 - DIPAR FERRAGENS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 2.012,9700 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 4.025,9400 (total)	Proposta desclassificada
Programa de integridade: Não		
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: SIMILAR		
Modelo/versão: SIMILAR		
Valor proposta: R$ 20.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2
R$ 40.000,0000 (total)		
21.867.049/0001-16 - USIFER CONEXOES ASSESSORIA DE LIMPEZA E MANUTENCAO LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 270,7300 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 541,4600 (total)	Proposta desclassificada
Programa de integridade: Não		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: LAMESA/CORFIO/CONDUMIG		
Modelo/versão: CABO		
Valor proposta: R$ 270,7300 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2
R$ 541,4600 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
26.507.653/0001-55 - VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 2.013,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 4.026,0000 (total)	Proposta adjudicada
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: CONDUMIG		
Modelo/versão: CONDUMIG		
Valor proposta: R$ 2.013,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 2
R$ 4.026,0000 (total)		

Lances do Item 3

Data/hora	**Participante**	**Lance**
23/07/2026 às 08:38:35	16.868.674/0001-42	R$ 2.012,9700

Mensagens do chat do Item 3

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 08:30:01	O item 3 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	23/07/2026 às 08:40:36	O item 3 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo comprador.
Sistema	23/07/2026 às 08:49:36	O item 3 está encerrado.
Sistema para o participante 21.867.049/0001-16	23/07/2026 às 10:27:37	Sr. Fornecedor USIFER CONEXOES ASSESSORIA DE LIMPEZA E MANUTENCAO LTDA, CNPJ 21.867.049/0001-16, você foi convocado para enviar anexos para o item 3. Prazo para encerrar o envio: 13:28:00 do dia 23/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta, com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização.
Pelo participante 21.867.049/0001-16	23/07/2026 às 11:16:16	Bom dia, Prezado pregoeiro solicitamos desclassificação no item pois houve uma divergencia no material cotado. obrigada!
Sistema para o participante 21.867.049/0001-16	23/07/2026 às 11:21:52	Qual seria a divergência?
Sistema para o participante 21.867.049/0001-16	23/07/2026 às 11:22:27	Tem certeza que a preocupação não é outra? como logística por exemplo?
Pelo participante 21.867.049/0001-16	23/07/2026 às 11:25:53	Não, temos total condição logística de entregar, o que acontece é que a descrição do edital está divergente do portal o que nos levou a cotar o item de forma incorreta., tornando o preço inexeqüível.
Sistema para o participante 21.867.049/0001-16	23/07/2026 às 11:29:01	Sim, por isso consta no Termo de Referência: "Eventual divergência entre este termo de referência e o sistema eletrônico, referente as características ou unidade de fornecimento dos bens e serviços, prevalecerá as informações deste termo de referência."
Sistema para o participante 21.867.049/0001-16	23/07/2026 às 11:33:46	O item 3 teve a convocação para envio de anexo(s) CANCELADA às 11:33:46 de 23/07/2026. Anexos vinculados à esta convocação e enviados pelo fornecedor USIFER CONEXOES ASSESSORIA DE LIMPEZA E MANUTENCAO LTDA, CNPJ 21.867.049/0001-16 foram excluídos. Motivo: Proposta desclassificada.
Sistema para o participante 26.507.653/0001-55	23/07/2026 às 14:22:12	Sr. Fornecedor VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55, você foi convocado para enviar anexos para o item 3. Prazo para encerrar o envio: 16:23:00 do dia 23/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta de TODOS os itens vencidos (3, 5 e 6), com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização..

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Pelo participante 26.507.653/0001-55	23/07/2026 às 15:11:07	O item 3 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:11:07 de 23/07/2026. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001- 55.
Sistema	23/07/2026 às 15:13:53	O item 3 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 23/07/2026 15:23:53.
Sistema para o participante 26.507.653/0001-55	24/07/2026 às 10:51:01	Sr. Fornecedor VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55, você foi convocado para enviar anexos para o item 3. Prazo para encerrar o envio: 13:50:00 do dia 24/07/2026. Justificativa: Solicito que inclua na sua proposta os itens 4 e 7.
Sistema para o participante 26.507.653/0001-55	24/07/2026 às 12:10:53	Aguardando a proposta..
Pelo participante 26.507.653/0001-55	24/07/2026 às 13:18:03	O item 3 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:18:03 de 24/07/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55.
Sistema	24/07/2026 às 14:41:34	O item 3 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 24/07/2026 14:51:34.

Eventos do Item 3

Data/Hora	**Descrição**
23/07/2026 às 10:27:37	Fornecedor USIFER CONEXOES ASSESSORIA DE LIMPEZA E MANUTENCAO LTDA, CNPJ 21.867.049/0001-16 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 13:28:00 do dia 23/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta, com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização.
23/07/2026 às 14:22:12	Fornecedor VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:23:00 do dia 23/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta de TODOS os itens vencidos (3, 5 e 6), com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização..
23/07/2026 às 15:11:07	Fornecedor VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55 finalizou o envio de anexo.
24/07/2026 às 10:51:01	Fornecedor VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 13:50:00 do dia 24/07/2026. Justificativa: Solicito que inclua na sua proposta os itens 4 e 7.
24/07/2026 às 13:18:03	Fornecedor VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55 finalizou o envio de anexo.
04/08/2026 às 17:15:24	Fornecedor VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 2.013,0000.
04/08/2026 às 17:15:28	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	23/07/2026 15:23:53
Intenção de recurso na habilitação:	24/07/2026 14:51:34

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 10/2026

Às 17:15 horas do dia 04 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 4 do Pregão nº 10/2026, Processo nº PROCESSO Nº 2.361/2026.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de materiais destinados a manutenção da rede de iluminação pública do Município de Candói

Entrega de propostas: De 08/07/2026 às 08:00 até 23/07/2026 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 23/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	23/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 6 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:00	Bom dia. Meu nome é Rodrigo Miss, o agente de contratação designado para condução deste Pregão.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:24	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	23/07/2026 às 08:37:31	Aviso: Conforme item 9.10 do Edital, após encerramento dos lances, haverá aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local/regional
Sistema	23/07/2026 às 10:17:23	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:05	Aguardem enquanto analiso a aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:46	Solicito a paciência de todos, visto que, em razão da análise ser de modo manual, demanda um certo tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:22:36	Foi mais rápido do que esperado. Não há proposta dentro da margem da prioridade.
Sistema	23/07/2026 às 12:16:43	Sessão suspensa até 14h
Sistema	23/07/2026 às 14:04:17	Boa tarde. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	23/07/2026 às 16:14:20	Aguardando o licitante W LED ELETRICA LTDA cumprir a convocação para os itens 4 e 7. Após finalizar o julgamento desses dois itens, iniciaremos a fase de habilitação.
Sistema	23/07/2026 às 17:00:37	Sessão suspensa até 10h do dia 24/07/2026
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 17:00:59	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:39	Continuem conectados.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:48	Analisando as informações e propostas.
Sistema	24/07/2026 às 12:11:12	Sessão suspensa até 14h. Os prazos abertos correm normalmente.
Sistema	24/07/2026 às 14:05:20	Boa tarde.
Sistema	24/07/2026 às 14:16:43	**** Iniciado fase de habilitação ***
Sistema	24/07/2026 às 17:12:41	Sessão suspensa até 10h do dia 27/07/2026
Sistema	27/07/2026 às 10:00:53	Bom dia. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	27/07/2026 às 11:03:53	*** Iniciando a fase de habilitação ***
Sistema	27/07/2026 às 11:04:55	*** Iniciando a fase de habilitação para o item 8***
Sistema	27/07/2026 às 11:34:54	Sessão suspensa até 14:10h.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
23/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
23/07/2026 às 10:17:22	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 4 - Conector Elétrico

aplicação: instalações elétricas, bitola: 5 - 6, conexão: cabo a cabo, material: aluminio e cobre, tipo: perfuração Conector perfurante 120mm

Quantidade: 200	Valor estimado: R$ 7,8700 (unitário)
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 1.574,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado

Critério de julgamento: Menor Preço

Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)

Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55, melhor lance: R$ 7,8700 (unitário) / R$ 1.574,0000 (total)

Propostas do Item 4

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023

Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
16.868.674/0001-42 - DIPAR FERRAGENS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim		
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 7,7400 (unitário)	

Programa de integridade: Não	R$ 1.548,0000 (total)	
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: SIMILAR		
Modelo/versão: SIMILAR		
Valor proposta: R$ 20.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 200
R$ 4.000.000,0000 (total)		
49.392.317/0001-00 - SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 15,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 3.000,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: MCI/YOJIU		
Modelo/versão: CONECTOR PERFURANTE		
Valor proposta: R$ 15,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 200
R$ 3.000,0000 (total)		
21.867.049/0001-16 - USIFER CONEXOES ASSESSORIA DE LIMPEZA E MANUTENCAO LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 8,6600 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 1.732,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: YOJIU/MCI/INTELLI		
Modelo/versão: CONECTOR		
Valor proposta: R$ 8,6600 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 200
R$ 1.732,0000 (total)		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
26.507.653/0001-55 - VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 7,8700 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 1.574,0000 (total)	Proposta adjudicada
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: FEK		
Modelo/versão: FEK		
Valor proposta: R$ 7,8700 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 200
R$ 1.574,0000 (total)		
53.760.213/0001-88 - W LED ELETRICA LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 7,8000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 1.560,0000 (total)	Proposta desclassificada
Programa de integridade: Não		
UF endereço: MS		
Marca/Fabricante: MCI		
Modelo/versão: CPP002		
Valor proposta: R$ 7,8000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 200
R$ 1.560,0000 (total)		

Lances do Item 4

Data/hora	**Participante**	**Lance**
23/07/2026 às 08:38:31	16.868.674/0001-42	R$ 7,7400

Mensagens do chat do Item 4

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 08:30:01	O item 4 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	23/07/2026 às 08:40:32	O item 4 está encerrado.
Sistema para o participante 16.868.674/0001-42	23/07/2026 às 10:25:49	Sr. Fornecedor DIPAR FERRAGENS LTDA, CNPJ 16.868.674/0001-42, você foi convocado para enviar anexos para o item 4. Prazo para encerrar o envio: 13:26:00 do dia 23/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta de TODOS os itens vencidos (4, 5 e 11), com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização.
Pelo participante 16.868.674/0001-42	23/07/2026 às 10:40:29	O item 4 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:40:29 de 23/07/2026. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor DIPAR FERRAGENS LTDA, CNPJ 16.868.674/0001-42.
Sistema para o participante 16.868.674/0001-42	23/07/2026 às 11:27:44	Tem certeza que existe a marca "SIMILAR"? Envia o link do fabricante para análise
Pelo participante 16.868.674/0001-42	23/07/2026 às 11:45:21	Bom dia, desculpa esqueci de ajustar a marca, é DECORLUX para os conectores e VONDER para os parafusos , se possivel abrir novamente ajusto a proposta
Sistema para o participante 16.868.674/0001-42	23/07/2026 às 11:46:29	Conforme item 10.10.2 do Edital, a marca não poderá se r alterada durante o julgamento do processo
Sistema para o participante 53.760.213/0001-88	23/07/2026 às 14:22:46	Sr. Fornecedor W LED ELETRICA LTDA, CNPJ 53.760.213/0001-88, você foi convocado para enviar anexos para o item 4. Prazo para encerrar o envio: 16:23:00 do dia 23/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização..
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema para o participante 53.760.213/0001-88	23/07/2026 às 14:29:23	Solicito que inclua o item 7 na sua proposta
Sistema para o participante 53.760.213/0001-88	23/07/2026 às 16:23:00	O item 4 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:23:00 de 23/07/2026. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor W LED ELETRICA LTDA, CNPJ 53.760.213/0001-88.
Sistema para o participante 53.760.213/0001-88	23/07/2026 às 16:38:03	Tem certeza que não será anexado a proposta?
Sistema para o participante 26.507.653/0001-55	24/07/2026 às 10:50:23	Solicito que inclua este item na sua proposta, e anexe no campo anexos do item 3
Sistema	24/07/2026 às 14:08:55	O item 4 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 24/07/2026 14:18:55.
Sistema	24/07/2026 às 14:41:42	O item 4 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 24/07/2026 14:51:42.

Eventos do Item 4

Data/Hora	**Descrição**
23/07/2026 às 10:25:49	Fornecedor DIPAR FERRAGENS LTDA, CNPJ 16.868.674/0001-42 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 13:26:00 do dia23/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta de TODOS os itens vencidos (4, 5 e 11), com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização.
23/07/2026 às 10:40:29	Fornecedor DIPAR FERRAGENS LTDA, CNPJ 16.868.674/0001-42 finalizou o envio de anexo.
23/07/2026 às 14:22:46	Fornecedor W LED ELETRICA LTDA, CNPJ 53.760.213/0001-88 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:23:00 do dia23/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização..
04/08/2026 às 17:15:24	Fornecedor VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 7,8700.
04/08/2026 às 17:15:28	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1

Prazos:

Intenção de recurso no julgamento:	24/07/2026 14:18:55
Intenção de recurso na habilitação:	24/07/2026 14:51:42

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 10/2026

Às 17:15 horas do dia 04 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 5 do Pregão nº 10/2026, Processo nº PROCESSO Nº 2.361/2026.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de materiais destinados a manutenção da rede de iluminação pública do Município de Candói

Entrega de propostas: De 08/07/2026 às 08:00 até 23/07/2026 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 23/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	23/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 6 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:00	Bom dia. Meu nome é Rodrigo Miss, o agente de contratação designado para condução deste Pregão.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:24	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	23/07/2026 às 08:37:31	Aviso: Conforme item 9.10 do Edital, após encerramento dos lances, haverá aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local/regional
Sistema	23/07/2026 às 10:17:23	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:05	Aguardem enquanto analiso a aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:46	Solicito a paciência de todos, visto que, em razão da análise ser de modo manual, demanda um certo tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:22:36	Foi mais rápido do que esperado. Não há proposta dentro da margem da prioridade.
Sistema	23/07/2026 às 12:16:43	Sessão suspensa até 14h
Sistema	23/07/2026 às 14:04:17	Boa tarde. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	23/07/2026 às 16:14:20	Aguardando o licitante W LED ELETRICA LTDA cumprir a convocação para os itens 4 e 7. Após finalizar o julgamento desses dois itens, iniciaremos a fase de habilitação.
Sistema	23/07/2026 às 17:00:37	Sessão suspensa até 10h do dia 24/07/2026
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 17:00:59	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:39	Continuem conectados.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:48	Analisando as informações e propostas.
Sistema	24/07/2026 às 12:11:12	Sessão suspensa até 14h. Os prazos abertos correm normalmente.
Sistema	24/07/2026 às 14:05:20	Boa tarde.
Sistema	24/07/2026 às 14:16:43	**** Iniciado fase de habilitação ***
Sistema	24/07/2026 às 17:12:41	Sessão suspensa até 10h do dia 27/07/2026
Sistema	27/07/2026 às 10:00:53	Bom dia. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	27/07/2026 às 11:03:53	*** Iniciando a fase de habilitação ***
Sistema	27/07/2026 às 11:04:55	*** Iniciando a fase de habilitação para o item 8***
Sistema	27/07/2026 às 11:34:54	Sessão suspensa até 14:10h.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
23/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
23/07/2026 às 10:17:22	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 5 - Conector Elétrico

aplicação: instalações elétricas, bitola: 10 - 35, material: cobre, tipo: cunha Conector perfurante de 35MM À 120MM

Quantidade: 250	Valor estimado: R$ 7,8700 (unitário)
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 1.967,5000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado

Critério de julgamento: Menor Preço

Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)

Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55, melhor lance: R$ 7,8700 (unitário) / R$ 1.967,5000 (total)

Propostas do Item 5

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023

Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
16.868.674/0001-42 - DIPAR FERRAGENS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 7,8100 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 1.952,5000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: RS		

Marca/Fabricante: SIMILAR		
Modelo/versão: SIMILAR		
Valor proposta: R$ 20.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 250
R$ 5.000.000,0000 (total)		
49.392.317/0001-00 - SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 15,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 3.750,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: MCI/YOJIU		
Modelo/versão: CONECTOR PERFURANTE		
Valor proposta: R$ 15,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 250
R$ 3.750,0000 (total)		
21.867.049/0001-16 - USIFER CONEXOES ASSESSORIA DE LIMPEZA E MANUTENCAO LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 8,6600 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 2.165,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: YOJIU/MCI/INTELLI		
Modelo/versão: CONECTOR		
Valor proposta: R$ 8,6600 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 250
R$ 2.165,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
26.507.653/0001-55 - VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Sim		
	R$ 7,8700 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro		
	R$ 1.967,5000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: FEK		
Modelo/versão: FEK		
Valor proposta: R$ 7,8700 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 250
R$ 1.967,5000 (total)		

Lances do Item 5		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
23/07/2026 às 08:38:31	16.868.674/0001-42	R$ 7,8100
Mensagens do chat do Item 5		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 08:30:01	O item 5 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	23/07/2026 às 08:40:32	O item 5 está encerrado.
Sistema	23/07/2026 às 15:14:29	O item 5 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 23/07/2026 15:24:29.
Sistema	24/07/2026 às 14:41:47	O item 5 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 24/07/2026 14:51:47.
Eventos do Item 5		
Data/Hora	**Descrição**	
04/08/2026 às 17:15:24	Fornecedor VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 7,8700.	
04/08/2026 às 17:15:28	Item homologado.	
Fase Recursal do Item/Grupo *		
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.		

Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	23/07/2026 15:24:29
Intenção de recurso na habilitação:	24/07/2026 14:51:47

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR		
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO		
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR		
PREGÃO 10/2026		
Às 17:15 horas do dia 04 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 6 do Pregão nº 10/2026, Processo nº PROCESSO Nº 2.361/2026.		
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço	
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto	
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR	
Objeto da compra: Registro de preços de materiais destinados a manutenção da rede de iluminação pública do Município de Candói		
Entrega de propostas: De 08/07/2026 às 08:00 até 23/07/2026 às 08:30		
Abertura da sessão pública: Dia 23/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 6 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:00	Bom dia. Meu nome é Rodrigo Miss, o agente de contratação designado para condução deste Pregão.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:24	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	23/07/2026 às 08:37:31	Aviso: Conforme item 9.10 do Edital, após encerramento dos lances, haverá aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local/regional
Sistema	23/07/2026 às 10:17:23	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:05	Aguardem enquanto analiso a aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:46	Solicito a paciência de todos, visto que, em razão da análise ser de modo manual, demanda um certo tempo.

Sistema	23/07/2026 às 10:22:36	Foi mais rápido do que esperado. Não há proposta dentro da margem da prioridade.
Sistema	23/07/2026 às 12:16:43	Sessão suspensa até 14h
Sistema	23/07/2026 às 14:04:17	Boa tarde. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	23/07/2026 às 16:14:20	Aguardando o licitante W LED ELETRICA LTDA cumprir a convocação para os itens 4 e 7. Após finalizar o julgamento desses dois itens, iniciaremos a fase de habilitação.
Sistema	23/07/2026 às 17:00:37	Sessão suspensa até 10h do dia 24/07/2026

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 17:00:59	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:39	Continuem conectados.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:48	Analisando as informações e propostas.
Sistema	24/07/2026 às 12:11:12	Sessão suspensa até 14h. Os prazos abertos correm normalmente.
Sistema	24/07/2026 às 14:05:20	Boa tarde.
Sistema	24/07/2026 às 14:16:43	**** Iniciado fase de habilitação ***
Sistema	24/07/2026 às 17:12:41	Sessão suspensa até 10h do dia 27/07/2026
Sistema	27/07/2026 às 10:00:53	Bom dia. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	27/07/2026 às 11:03:53	*** Iniciando a fase de habilitação ***
Sistema	27/07/2026 às 11:04:55	*** Iniciando a fase de habilitação para o item 8***
Sistema	27/07/2026 às 11:34:54	Sessão suspensa até 14:10h.

Eventos da compra

Data/Hora	**Descrição**
23/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
23/07/2026 às 10:17:22	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 6 - Contator	
aplicação: partida e proteção de motores, características adicionais: tipo de terminal: parafuso, corrente trabalho: 50, grau proteção: ip10, ip20, número e tipo de contatos principais: 1na + 1nf, tensão trabalho: 220, tipo: trifásico Contador 50 Amperes 220 Volts	
Quantidade: 5	Valor estimado: R$ 359,4100 (unitário)
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 1.797,0500 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)	
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55, melhor lance: R$ 169,9900 (unitário) / R$ 849,9500 (total)	

Propostas do Item 6		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
16.868.674/0001-42 - DIPAR FERRAGENS LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim		
	R$ 351,7400 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum		
	R$ 1.758,7000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: SIMILAR		
Modelo/versão: SIMILAR		
Valor proposta: R$ 20.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 5
R$ 100.000,0000 (total)		
12.792.920/0001-79 - MONTEIRO & FARIA REPRESENTACOES LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 351,7300 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 1.758,6500 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: RJ		
Marca/Fabricante: EATON		
Modelo/versão: de acordo com TR		
Valor proposta: R$ 359,4100 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 5
R$ 1.797,0500 (total)		
27.466.469/0001-77 - RRW LICITA LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim		
	R$ 170,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro		
	R$ 850,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: elgin		
Modelo/versão: cst50		
Valor proposta: R$ 190,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 5
R$ 950,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
26.507.653/0001-55 - VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Sim		

	R$ 169,9900 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro		
	R$ 849,9500 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: LUKMA		
Modelo/versão: LUKMA		
Valor proposta: R$ 359,4100 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 5
R$ 1.797,0500 (total)		
53.760.213/0001-88 - W LED ELETRICA LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim		
	R$ 180,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum		-
	R$ 900,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: MS		
Marca/Fabricante: DECORLUX		
Modelo/versão: CO5011M7		
Valor proposta: R$ 350,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 5
R$ 1.750,0000 (total)		

Lances do Item 6

Data/hora	Participante	Lance
23/07/2026 às 08:36:43	53.760.213/0001-88	R$ 180,0000
23/07/2026 às 08:38:36	16.868.674/0001-42	R$ 359,3900
23/07/2026 às 08:40:07	12.792.920/0001-79	R$ 359,3800
23/07/2026 às 08:40:14	16.868.674/0001-42	R$ 359,3300
23/07/2026 às 08:41:45	12.792.920/0001-79	R$ 359,3200
23/07/2026 às 08:41:51	16.868.674/0001-42	R$ 359,2900
23/07/2026 às 08:43:22	12.792.920/0001-79	R$ 359,2800
23/07/2026 às 08:43:27	16.868.674/0001-42	R$ 359,2100
23/07/2026 às 08:44:58	12.792.920/0001-79	R$ 359,2000
23/07/2026 às 08:45:05	16.868.674/0001-42	R$ 359,1500
23/07/2026 às 08:45:51	27.466.469/0001-77	R$ 179,9000
23/07/2026 às 08:47:22	12.792.920/0001-79	R$ 359,1400
23/07/2026 às 08:47:24	16.868.674/0001-42	R$ 359,1000
23/07/2026 às 08:47:30	16.868.674/0001-42	R$ 359,0200
23/07/2026 às 08:49:01	12.792.920/0001-79	R$ 359,0100
23/07/2026 às 08:49:05	16.868.674/0001-42	R$ 358,9500
23/07/2026 às 08:50:07	26.507.653/0001-55	R$ 179,8900
23/07/2026 às 08:51:39	12.792.920/0001-79	R$ 358,9400
Data/hora	**Participante**	**Lance**
23/07/2026 às 08:51:43	16.868.674/0001-42	R$ 358,8700
23/07/2026 às 08:51:46	16.868.674/0001-42	R$ 358,8000
23/07/2026 às 08:53:17	12.792.920/0001-79	R$ 358,7900
23/07/2026 às 08:53:23	16.868.674/0001-42	R$ 358,7000
23/07/2026 às 08:53:48	27.466.469/0001-77	R$ 179,7000
23/07/2026 às 08:53:50	26.507.653/0001-55	R$ 179,6900
23/07/2026 às 08:53:59	27.466.469/0001-77	R$ 179,6000
23/07/2026 às 08:54:00	26.507.653/0001-55	R$ 179,5900
23/07/2026 às 08:54:12	27.466.469/0001-77	R$ 179,0000
23/07/2026 às 08:54:13	26.507.653/0001-55	R$ 178,9900
23/07/2026 às 08:54:37	27.466.469/0001-77	R$ 178,9000
23/07/2026 às 08:54:38	26.507.653/0001-55	R$ 178,8900
23/07/2026 às 08:54:42	27.466.469/0001-77	R$ 178,0000
23/07/2026 às 08:54:43	26.507.653/0001-55	R$ 177,9900
23/07/2026 às 08:54:46	27.466.469/0001-77	R$ 177,0000
23/07/2026 às 08:54:47	26.507.653/0001-55	R$ 176,9900
23/07/2026 às 08:54:49	27.466.469/0001-77	R$ 176,0000
23/07/2026 às 08:54:50	26.507.653/0001-55	R$ 175,9900
23/07/2026 às 08:54:52	27.466.469/0001-77	R$ 175,0000
23/07/2026 às 08:54:53	26.507.653/0001-55	R$ 174,9900
23/07/2026 às 08:54:54	27.466.469/0001-77	R$ 174,0000
23/07/2026 às 08:54:55	26.507.653/0001-55	R$ 173,9900
23/07/2026 às 08:55:00	27.466.469/0001-77	R$ 173,0000
23/07/2026 às 08:55:00	26.507.653/0001-55	R$ 172,9900
23/07/2026 às 08:55:02	27.466.469/0001-77	R$ 172,0000
23/07/2026 às 08:55:03	26.507.653/0001-55	R$ 171,9900
23/07/2026 às 08:55:05	27.466.469/0001-77	R$ 171,0000
23/07/2026 às 08:55:06	26.507.653/0001-55	R$ 170,9900
23/07/2026 às 08:55:07	27.466.469/0001-77	R$ 170,0000
23/07/2026 às 08:55:08	26.507.653/0001-55	R$ 169,9900
23/07/2026 às 08:56:39	12.792.920/0001-79	R$ 358,6900
23/07/2026 às 08:56:41	16.868.674/0001-42	R$ 358,6500
23/07/2026 às 08:56:43	16.868.674/0001-42	R$ 358,6000
23/07/2026 às 08:56:49	16.868.674/0001-42	R$ 358,5800
Data/hora	**Participante**	**Lance**
23/07/2026 às 08:58:20	12.792.920/0001-79	R$ 358,5700
23/07/2026 às 08:58:23	16.868.674/0001-42	R$ 358,5100
23/07/2026 às 08:58:28	16.868.674/0001-42	R$ 358,4600
23/07/2026 às 08:59:59	12.792.920/0001-79	R$ 358,4500
23/07/2026 às 09:00:03	16.868.674/0001-42	R$ 358,3700
23/07/2026 às 09:00:05	16.868.674/0001-42	R$ 358,2700
23/07/2026 às 09:01:36	12.792.920/0001-79	R$ 358,2600
23/07/2026 às 09:01:41	16.868.674/0001-42	R$ 358,1700
23/07/2026 às 09:03:12	12.792.920/0001-79	R$ 358,1600
23/07/2026 às 09:03:16	16.868.674/0001-42	R$ 358,1200
23/07/2026 às 09:03:19	16.868.674/0001-42	R$ 358,0900

23/07/2026 às 09:04:50	12.792.920/0001-79	R$ 358,0800
23/07/2026 às 09:04:54	16.868.674/0001-42	R$ 358,0200
23/07/2026 às 09:04:54	16.868.674/0001-42	R$ 357,9300
23/07/2026 às 09:06:25	12.792.920/0001-79	R$ 357,9200
23/07/2026 às 09:06:26	16.868.674/0001-42	R$ 357,8800
23/07/2026 às 09:06:29	16.868.674/0001-42	R$ 357,8000
23/07/2026 às 09:08:00	12.792.920/0001-79	R$ 357,7900
23/07/2026 às 09:08:04	16.868.674/0001-42	R$ 357,7200
23/07/2026 às 09:08:09	16.868.674/0001-42	R$ 357,6600
23/07/2026 às 09:09:40	12.792.920/0001-79	R$ 357,6500
23/07/2026 às 09:09:50	16.868.674/0001-42	R$ 357,6000
23/07/2026 às 09:11:20	12.792.920/0001-79	R$ 357,5900
23/07/2026 às 09:11:25	16.868.674/0001-42	R$ 357,5200
23/07/2026 às 09:11:29	16.868.674/0001-42	R$ 357,5000
23/07/2026 às 09:12:59	12.792.920/0001-79	R$ 357,4900
23/07/2026 às 09:13:01	16.868.674/0001-42	R$ 357,4000
23/07/2026 às 09:14:31	12.792.920/0001-79	R$ 357,3900
23/07/2026 às 09:14:32	16.868.674/0001-42	R$ 357,3000
23/07/2026 às 09:14:35	16.868.674/0001-42	R$ 357,2800
23/07/2026 às 09:16:05	12.792.920/0001-79	R$ 357,2700
23/07/2026 às 09:16:09	16.868.674/0001-42	R$ 357,2000
23/07/2026 às 09:17:40	12.792.920/0001-79	R$ 357,1900
23/07/2026 às 09:17:47	16.868.674/0001-42	R$ 357,1700
Data/hora	**Participante**	**Lance**
23/07/2026 às 09:19:17	12.792.920/0001-79	R$ 357,1600
23/07/2026 às 09:19:25	16.868.674/0001-42	R$ 357,0600
23/07/2026 às 09:20:56	12.792.920/0001-79	R$ 357,0500
23/07/2026 às 09:21:01	16.868.674/0001-42	R$ 357,0100
23/07/2026 às 09:22:32	12.792.920/0001-79	R$ 357,0000
23/07/2026 às 09:22:40	16.868.674/0001-42	R$ 356,9200
23/07/2026 às 09:24:10	12.792.920/0001-79	R$ 356,9100
23/07/2026 às 09:24:20	16.868.674/0001-42	R$ 356,8300
23/07/2026 às 09:25:50	12.792.920/0001-79	R$ 356,8200
23/07/2026 às 09:25:55	16.868.674/0001-42	R$ 356,8000
23/07/2026 às 09:27:26	12.792.920/0001-79	R$ 356,7900
23/07/2026 às 09:27:29	16.868.674/0001-42	R$ 356,7200
23/07/2026 às 09:27:31	16.868.674/0001-42	R$ 356,7100
23/07/2026 às 09:27:35	16.868.674/0001-42	R$ 356,6300
23/07/2026 às 09:27:39	16.868.674/0001-42	R$ 356,6100
23/07/2026 às 09:27:40	16.868.674/0001-42	R$ 356,5100
23/07/2026 às 09:27:44	16.868.674/0001-42	R$ 356,4300
23/07/2026 às 09:27:45	16.868.674/0001-42	R$ 356,3500
23/07/2026 às 09:27:52	16.868.674/0001-42	R$ 356,2500
23/07/2026 às 09:27:56	16.868.674/0001-42	R$ 356,1900
23/07/2026 às 09:28:00	16.868.674/0001-42	R$ 356,1000
23/07/2026 às 09:28:02	16.868.674/0001-42	R$ 356,0400
23/07/2026 às 09:28:07	16.868.674/0001-42	R$ 355,9500
23/07/2026 às 09:28:07	16.868.674/0001-42	R$ 355,8500
23/07/2026 às 09:29:38	12.792.920/0001-79	R$ 355,8400
23/07/2026 às 09:29:38	16.868.674/0001-42	R$ 355,7600
23/07/2026 às 09:29:41	16.868.674/0001-42	R$ 355,6600
23/07/2026 às 09:29:45	16.868.674/0001-42	R$ 355,5900
23/07/2026 às 09:29:48	16.868.674/0001-42	R$ 355,5500
23/07/2026 às 09:29:50	16.868.674/0001-42	R$ 355,5100
23/07/2026 às 09:29:56	16.868.674/0001-42	R$ 355,4500
23/07/2026 às 09:31:27	12.792.920/0001-79	R$ 355,4400
23/07/2026 às 09:31:28	16.868.674/0001-42	R$ 355,4200
23/07/2026 às 09:31:29	16.868.674/0001-42	R$ 355,4000
Data/hora	**Participante**	**Lance**
23/07/2026 às 09:31:33	16.868.674/0001-42	R$ 355,3100
23/07/2026 às 09:31:37	16.868.674/0001-42	R$ 355,2500
23/07/2026 às 09:31:39	16.868.674/0001-42	R$ 355,2200
23/07/2026 às 09:31:43	16.868.674/0001-42	R$ 355,1200
23/07/2026 às 09:31:44	16.868.674/0001-42	R$ 355,0800
23/07/2026 às 09:31:51	16.868.674/0001-42	R$ 355,0000
23/07/2026 às 09:31:55	16.868.674/0001-42	R$ 354,9200
23/07/2026 às 09:31:59	16.868.674/0001-42	R$ 354,8900
23/07/2026 às 09:32:00	16.868.674/0001-42	R$ 354,8700
23/07/2026 às 09:32:05	16.868.674/0001-42	R$ 354,8300
23/07/2026 às 09:32:06	16.868.674/0001-42	R$ 354,7900
23/07/2026 às 09:32:13	16.868.674/0001-42	R$ 354,7300
23/07/2026 às 09:32:17	16.868.674/0001-42	R$ 354,6700
23/07/2026 às 09:32:20	16.868.674/0001-42	R$ 354,6200
23/07/2026 às 09:32:22	16.868.674/0001-42	R$ 354,5300
23/07/2026 às 09:32:27	16.868.674/0001-42	R$ 354,5000
23/07/2026 às 09:32:27	16.868.674/0001-42	R$ 354,4000
23/07/2026 às 09:33:58	12.792.920/0001-79	R$ 354,3900
23/07/2026 às 09:34:00	16.868.674/0001-42	R$ 354,3600
23/07/2026 às 09:34:03	16.868.674/0001-42	R$ 354,2900
23/07/2026 às 09:34:05	16.868.674/0001-42	R$ 354,2000
23/07/2026 às 09:34:10	16.868.674/0001-42	R$ 354,1100
23/07/2026 às 09:34:11	16.868.674/0001-42	R$ 354,0100
23/07/2026 às 09:35:41	12.792.920/0001-79	R$ 354,0000
23/07/2026 às 09:35:42	16.868.674/0001-42	R$ 353,9600
23/07/2026 às 09:35:44	16.868.674/0001-42	R$ 353,9200
23/07/2026 às 09:35:48	16.868.674/0001-42	R$ 353,8300
23/07/2026 às 09:35:52	16.868.674/0001-42	R$ 353,7900
23/07/2026 às 09:35:53	16.868.674/0001-42	R$ 353,7200
23/07/2026 às 09:36:00	16.868.674/0001-42	R$ 353,6300

23/07/2026 às 09:36:04	16.868.674/0001-42	R$ 353,5400
23/07/2026 às 09:37:35	12.792.920/0001-79	R$ 353,5300
23/07/2026 às 09:37:36	16.868.674/0001-42	R$ 353,4500
23/07/2026 às 09:39:06	12.792.920/0001-79	R$ 353,4400

Data/hora	Participante	Lance
23/07/2026 às 09:39:07	16.868.674/0001-42	R$ 353,4100
23/07/2026 às 09:40:37	12.792.920/0001-79	R$ 353,4000
23/07/2026 às 09:40:38	16.868.674/0001-42	R$ 353,3400
23/07/2026 às 09:42:09	12.792.920/0001-79	R$ 353,3300
23/07/2026 às 09:42:10	16.868.674/0001-42	R$ 353,2300
23/07/2026 às 09:43:41	12.792.920/0001-79	R$ 353,2200
23/07/2026 às 09:43:41	16.868.674/0001-42	R$ 353,1900
23/07/2026 às 09:45:11	12.792.920/0001-79	R$ 353,1800
23/07/2026 às 09:45:12	16.868.674/0001-42	R$ 353,1300
23/07/2026 às 09:46:43	12.792.920/0001-79	R$ 353,1200
23/07/2026 às 09:46:48	16.868.674/0001-42	R$ 353,0500
23/07/2026 às 09:48:19	12.792.920/0001-79	R$ 353,0400
23/07/2026 às 09:48:22	16.868.674/0001-42	R$ 352,9800
23/07/2026 às 09:48:25	16.868.674/0001-42	R$ 352,9500
23/07/2026 às 09:48:27	16.868.674/0001-42	R$ 352,8600
23/07/2026 às 09:48:32	16.868.674/0001-42	R$ 352,7900
23/07/2026 às 09:48:32	16.868.674/0001-42	R$ 352,7000
23/07/2026 às 09:50:03	12.792.920/0001-79	R$ 352,6900
23/07/2026 às 09:50:08	16.868.674/0001-42	R$ 352,6500
23/07/2026 às 09:51:38	12.792.920/0001-79	R$ 352,6400
23/07/2026 às 09:51:39	16.868.674/0001-42	R$ 352,6000
23/07/2026 às 09:51:46	16.868.674/0001-42	R$ 352,5300
23/07/2026 às 09:51:49	16.868.674/0001-42	R$ 352,5100
23/07/2026 às 09:51:52	16.868.674/0001-42	R$ 352,4200
23/07/2026 às 09:51:55	16.868.674/0001-42	R$ 352,4000
23/07/2026 às 09:52:00	16.868.674/0001-42	R$ 352,3400
23/07/2026 às 09:52:00	16.868.674/0001-42	R$ 352,2400
23/07/2026 às 09:53:31	12.792.920/0001-79	R$ 352,2300
23/07/2026 às 09:53:36	16.868.674/0001-42	R$ 352,1600
23/07/2026 às 09:55:07	12.792.920/0001-79	R$ 352,1500
23/07/2026 às 09:55:12	16.868.674/0001-42	R$ 352,1100
23/07/2026 às 09:56:42	12.792.920/0001-79	R$ 352,1000
23/07/2026 às 09:56:47	16.868.674/0001-42	R$ 352,0300
23/07/2026 às 09:56:49	16.868.674/0001-42	R$ 352,0200

Data/hora	Participante	Lance
23/07/2026 às 09:56:52	16.868.674/0001-42	R$ 351,9500
23/07/2026 às 09:58:23	12.792.920/0001-79	R$ 351,9400
23/07/2026 às 09:58:28	16.868.674/0001-42	R$ 351,8600
23/07/2026 às 09:59:59	12.792.920/0001-79	R$ 351,8500
23/07/2026 às 10:00:05	16.868.674/0001-42	R$ 351,7800
23/07/2026 às 10:01:36	12.792.920/0001-79	R$ 351,7700
23/07/2026 às 10:01:40	16.868.674/0001-42	R$ 351,7400
23/07/2026 às 10:03:11	12.792.920/0001-79	R$ 351,7300

Mensagens do chat do Item 6

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	23/07/2026 às 08:30:01	O item 6 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	23/07/2026 às 10:05:12	O item 6 está encerrado.
Sistema	23/07/2026 às 15:14:49	O item 6 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 23/07/2026 15:24:49.
Sistema	24/07/2026 às 14:41:53	O item 6 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 24/07/2026 14:51:53.

Eventos do Item 6

Data/Hora	Descrição
04/08/2026 às 17:15:24	Fornecedor VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 169,9900.
04/08/2026 às 17:15:29	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1

Prazos:

Intenção de recurso no julgamento:	23/07/2026 15:24:49
Intenção de recurso na habilitação:	24/07/2026 14:51:53

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 10/2026

Às 17:15 horas do dia 04 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 7 do Pregão nº 10/2026, Processo nº PROCESSO Nº 2.361/2026.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de materiais destinados a manutenção da rede de iluminação pública do Município de Candói

Entrega de propostas: De 08/07/2026 às 08:00 até 23/07/2026 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 23/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	23/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 6 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 18:00. Mantenham-se conectados.

Sistema	23/07/2026 às 08:34:00	Bom dia. Meu nome é Rodrigo Miss, o agente de contratação designado para condução deste Pregão.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:24	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	23/07/2026 às 08:37:31	Aviso: Conforme item 9.10 do Edital, após encerramento dos lances, haverá aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local/regional
Sistema	23/07/2026 às 10:17:23	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:05	Aguardem enquanto analiso a aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:46	Solicito a paciência de todos, visto que, em razão da análise ser de modo manual, demanda um certo tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:22:36	Foi mais rápido do que esperado. Não há proposta dentro da margem da prioridade.
Sistema	23/07/2026 às 12:16:43	Sessão suspensa até 14h
Sistema	23/07/2026 às 14:04:17	Boa tarde. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	23/07/2026 às 16:14:20	Aguardando o licitante W LED ELETRICA LTDA cumprir a convocação para os itens 4 e 7. Após finalizar o julgamento desses dois itens, iniciaremos a fase de habilitação.
Sistema	23/07/2026 às 17:00:37	Sessão suspensa até 10h do dia 24/07/2026

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 17:00:59	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:39	Continuem conectados.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:48	Analisando as informações e propostas.
Sistema	24/07/2026 às 12:11:12	Sessão suspensa até 14h. Os prazos abertos correm normalmente.
Sistema	24/07/2026 às 14:05:20	Boa tarde.
Sistema	24/07/2026 às 14:16:43	**** Iniciado fase de habilitação ***
Sistema	24/07/2026 às 17:12:41	Sessão suspensa até 10h do dia 27/07/2026
Sistema	27/07/2026 às 10:00:53	Bom dia. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	27/07/2026 às 11:03:53	*** Iniciando a fase de habilitação ***
Sistema	27/07/2026 às 11:04:55	*** Iniciando a fase de habilitação para o item 8***
Sistema	27/07/2026 às 11:34:54	Sessão suspensa até 14:10h.
Eventos da compra		
Data/Hora	**Descrição**	
23/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública	
23/07/2026 às 10:17:22	Início da etapa de julgamento de propostas	

Item 7 - Contator	
aplicação: partida e proteção de motores, características adicionais: tipo de terminal: parafuso, corrente trabalho: 40, grau proteção: ip10, ip20, número e tipo de contatos principais: 1na + 1nf, tensão trabalho: 220, tipo: trifásico Contador de 32A Bivolt	
Quantidade: 5	Valor estimado: R$ 200,1700 (unitário)
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 1.000,8500 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)	
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55, melhor lance: R$ 199,1400 (unitário) / R$ 995,7000 (total)	

Propostas do Item 7		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
16.868.674/0001-42 - DIPAR FERRAGENS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 79,8500 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 399,2500 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: SIMILAR		
Modelo/versão: SIMILAR		
Valor proposta: R$ 20.000,0000 (unitário)	Valor negociado:Não Realizado	Quantidade ofertada: 5
R$ 100.000,0000 (total)		
12.792.920/0001-79 - MONTEIRO & FARIA REPRESENTACOES LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 199,1300 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 995,6500 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: RJ		
Marca/Fabricante: EATON		
Modelo/versão: de acordo com Tr		
Valor proposta: R$ 200,1700 (unitário)	Valor negociado:Não Realizado	Quantidade ofertada: 5
R$ 1.000,8500 (total)		
27.466.469/0001-77 - RRW LICITA LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 79,8000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 399,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: elgin		
Modelo/versão: cst32		
Valor proposta: R$ 83,0000 (unitário)	Valor negociado:Não Realizado	Quantidade ofertada: 5
R$ 415,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
26.507.653/0001-55 - VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 199,1400 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 995,7000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: LUKMA		
Modelo/versão: LUKMA		
Valor proposta: R$ 200,1700 (unitário)	Valor negociado:Não Realizado	Quantidade ofertada: 5
R$ 1.000,8500 (total)		
53.760.213/0001-88 - W LED ELETRICA LTDA		Proposta desclassificada

Benefício Me/Epp: Sim	R$ 80,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 400,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: MS		
Marca/Fabricante: DECORLUX		
Modelo/versão: CO3210M7		
Valor proposta: R$ 200,0000 (unitário)	Valor negociado:Não Realizado	Quantidade ofertada: 5
R$ 1.000,0000 (total)		

Lances do Item 7

Data/hora	Participante	Lance
23/07/2026 às 08:41:15	53.760.213/0001-88	R$ 80,0000
23/07/2026 às 08:45:23	16.868.674/0001-42	R$ 200,1500
23/07/2026 às 08:45:57	27.466.469/0001-77	R$ 79,9000
23/07/2026 às 08:46:41	16.868.674/0001-42	R$ 79,9200
23/07/2026 às 08:46:43	16.868.674/0001-42	R$ 79,8500
23/07/2026 às 08:46:58	27.466.469/0001-77	R$ 79,8000
23/07/2026 às 08:50:10	26.507.653/0001-55	R$ 200,1600
23/07/2026 às 08:51:41	12.792.920/0001-79	R$ 200,1500
23/07/2026 às 08:51:45	26.507.653/0001-55	R$ 200,1400
23/07/2026 às 08:53:17	12.792.920/0001-79	R$ 200,1300
23/07/2026 às 08:53:22	26.507.653/0001-55	R$ 200,1200
23/07/2026 às 08:54:53	12.792.920/0001-79	R$ 200,1100
23/07/2026 às 08:54:58	26.507.653/0001-55	R$ 200,1000
23/07/2026 às 08:56:29	12.792.920/0001-79	R$ 200,0900
23/07/2026 às 08:56:34	26.507.653/0001-55	R$ 200,0800
23/07/2026 às 08:58:06	12.792.920/0001-79	R$ 200,0700
23/07/2026 às 08:58:10	26.507.653/0001-55	R$ 200,0600
23/07/2026 às 08:59:41	12.792.920/0001-79	R$ 200,0500

Data/hora	Participante	Lance
23/07/2026 às 08:59:46	26.507.653/0001-55	R$ 200,0400
23/07/2026 às 09:01:17	12.792.920/0001-79	R$ 200,0300
23/07/2026 às 09:01:22	26.507.653/0001-55	R$ 200,0200
23/07/2026 às 09:02:53	12.792.920/0001-79	R$ 200,0100
23/07/2026 às 09:02:58	26.507.653/0001-55	R$ 200,0000
23/07/2026 às 09:04:29	12.792.920/0001-79	R$ 199,9900
23/07/2026 às 09:04:32	26.507.653/0001-55	R$ 199,9800
23/07/2026 às 09:06:03	12.792.920/0001-79	R$ 199,9700
23/07/2026 às 09:06:08	26.507.653/0001-55	R$ 199,9600
23/07/2026 às 09:07:39	12.792.920/0001-79	R$ 199,9500
23/07/2026 às 09:07:44	26.507.653/0001-55	R$ 199,9400
23/07/2026 às 09:09:15	12.792.920/0001-79	R$ 199,9300
23/07/2026 às 09:09:20	26.507.653/0001-55	R$ 199,9200
23/07/2026 às 09:10:50	12.792.920/0001-79	R$ 199,9100
23/07/2026 às 09:10:56	26.507.653/0001-55	R$ 199,9000
23/07/2026 às 09:12:27	12.792.920/0001-79	R$ 199,8900
23/07/2026 às 09:12:32	26.507.653/0001-55	R$ 199,8800
23/07/2026 às 09:14:03	12.792.920/0001-79	R$ 199,8700
23/07/2026 às 09:14:08	26.507.653/0001-55	R$ 199,8600
23/07/2026 às 09:15:39	12.792.920/0001-79	R$ 199,8500
23/07/2026 às 09:15:44	26.507.653/0001-55	R$ 199,8400
23/07/2026 às 09:17:15	12.792.920/0001-79	R$ 199,8300
23/07/2026 às 09:17:21	26.507.653/0001-55	R$ 199,8200
23/07/2026 às 09:18:51	12.792.920/0001-79	R$ 199,8100
23/07/2026 às 09:18:57	26.507.653/0001-55	R$ 199,8000
23/07/2026 às 09:20:27	12.792.920/0001-79	R$ 199,7900
23/07/2026 às 09:20:33	26.507.653/0001-55	R$ 199,7800
23/07/2026 às 09:22:03	12.792.920/0001-79	R$ 199,7700
23/07/2026 às 09:22:09	26.507.653/0001-55	R$ 199,7600
23/07/2026 às 09:23:39	12.792.920/0001-79	R$ 199,7500
23/07/2026 às 09:23:45	26.507.653/0001-55	R$ 199,7400
23/07/2026 às 09:25:16	12.792.920/0001-79	R$ 199,7300
23/07/2026 às 09:25:21	26.507.653/0001-55	R$ 199,7200
23/07/2026 às 09:26:52	12.792.920/0001-79	R$ 199,7100

Data/hora	Participante	Lance
23/07/2026 às 09:26:57	26.507.653/0001-55	R$ 199,7000
23/07/2026 às 09:28:28	12.792.920/0001-79	R$ 199,6900
23/07/2026 às 09:28:34	26.507.653/0001-55	R$ 199,6800
23/07/2026 às 09:30:04	12.792.920/0001-79	R$ 199,6700
23/07/2026 às 09:30:06	26.507.653/0001-55	R$ 199,6600
23/07/2026 às 09:31:37	12.792.920/0001-79	R$ 199,6500
23/07/2026 às 09:31:42	26.507.653/0001-55	R$ 199,6400
23/07/2026 às 09:33:13	12.792.920/0001-79	R$ 199,6300
23/07/2026 às 09:33:25	26.507.653/0001-55	R$ 199,6200
23/07/2026 às 09:34:55	12.792.920/0001-79	R$ 199,6100
23/07/2026 às 09:35:01	26.507.653/0001-55	R$ 199,6000
23/07/2026 às 09:36:31	12.792.920/0001-79	R$ 199,5900
23/07/2026 às 09:36:37	26.507.653/0001-55	R$ 199,5800
23/07/2026 às 09:38:07	12.792.920/0001-79	R$ 199,5700
23/07/2026 às 09:38:13	26.507.653/0001-55	R$ 199,5600
23/07/2026 às 09:39:44	12.792.920/0001-79	R$ 199,5500
23/07/2026 às 09:39:49	26.507.653/0001-55	R$ 199,5400
23/07/2026 às 09:41:20	12.792.920/0001-79	R$ 199,5300
23/07/2026 às 09:41:25	26.507.653/0001-55	R$ 199,5200
23/07/2026 às 09:42:56	12.792.920/0001-79	R$ 199,5100

23/07/2026 às 09:43:01	26.507.653/0001-55	R$ 199,5000
23/07/2026 às 09:44:32	12.792.920/0001-79	R$ 199,4900
23/07/2026 às 09:44:37	26.507.653/0001-55	R$ 199,4800
23/07/2026 às 09:46:08	12.792.920/0001-79	R$ 199,4700
23/07/2026 às 09:46:10	26.507.653/0001-55	R$ 199,4600
23/07/2026 às 09:47:41	12.792.920/0001-79	R$ 199,4500
23/07/2026 às 09:47:47	26.507.653/0001-55	R$ 199,4400
23/07/2026 às 09:49:18	12.792.920/0001-79	R$ 199,4300
23/07/2026 às 09:49:22	26.507.653/0001-55	R$ 199,4200
23/07/2026 às 09:50:53	12.792.920/0001-79	R$ 199,4100
23/07/2026 às 09:51:05	26.507.653/0001-55	R$ 199,4000
23/07/2026 às 09:52:36	12.792.920/0001-79	R$ 199,3900
23/07/2026 às 09:52:41	26.507.653/0001-55	R$ 199,3800
23/07/2026 às 09:54:12	12.792.920/0001-79	R$ 199,3700

Data/hora	Participante	Lance
23/07/2026 às 09:54:17	26.507.653/0001-55	R$ 199,3600
23/07/2026 às 09:55:48	12.792.920/0001-79	R$ 199,3500
23/07/2026 às 09:55:53	26.507.653/0001-55	R$ 199,3400
23/07/2026 às 09:57:24	12.792.920/0001-79	R$ 199,3300
23/07/2026 às 09:57:30	26.507.653/0001-55	R$ 199,3200
23/07/2026 às 09:59:01	12.792.920/0001-79	R$ 199,3100
23/07/2026 às 09:59:06	26.507.653/0001-55	R$ 199,3000
23/07/2026 às 10:00:36	12.792.920/0001-79	R$ 199,2900
23/07/2026 às 10:00:42	26.507.653/0001-55	R$ 199,2800
23/07/2026 às 10:02:13	12.792.920/0001-79	R$ 199,2700
23/07/2026 às 10:02:18	26.507.653/0001-55	R$ 199,2600
23/07/2026 às 10:03:49	12.792.920/0001-79	R$ 199,2500
23/07/2026 às 10:03:54	26.507.653/0001-55	R$ 199,2400
23/07/2026 às 10:05:25	12.792.920/0001-79	R$ 199,2300
23/07/2026 às 10:05:36	26.507.653/0001-55	R$ 199,2200
23/07/2026 às 10:07:07	12.792.920/0001-79	R$ 199,2100
23/07/2026 às 10:07:13	26.507.653/0001-55	R$ 199,2000
23/07/2026 às 10:08:43	12.792.920/0001-79	R$ 199,1900
23/07/2026 às 10:08:49	26.507.653/0001-55	R$ 199,1800
23/07/2026 às 10:10:20	12.792.920/0001-79	R$ 199,1700
23/07/2026 às 10:10:21	26.507.653/0001-55	R$ 199,1600
23/07/2026 às 10:11:52	12.792.920/0001-79	R$ 199,1500
23/07/2026 às 10:11:55	26.507.653/0001-55	R$ 199,1400
23/07/2026 às 10:13:26	12.792.920/0001-79	R$ 199,1300

Mensagens do chat do Item 7

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	23/07/2026 às 08:40:32	O item 7 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	23/07/2026 às 10:15:27	O item 7 está encerrado.
Sistema para o participante 27.466.469/0001-77	23/07/2026 às 10:28:05	Sr. Fornecedor RRW LICITA LTDA, CNPJ 27.466.469/0001-77, você foi convocado para enviar anexos para o item 7. Prazo para encerrar o envio: 13:28:00 do dia 23/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta, com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização.
Pelo participante 27.466.469/0001-77	23/07/2026 às 10:57:20	O item 7 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:57:20 de 23/07/2026. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor RRW LICITA LTDA, CNPJ 27.466.469/0001-77.
Sistema para o participante 27.466.469/0001-77	23/07/2026 às 11:54:28	A descrição do produto proposto não confere com a descrição exigida no termo de referência! Deseja ajustar?

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 27.466.469/0001-77	23/07/2026 às 14:05:16	?
Sistema para o participante 53.760.213/0001-88	23/07/2026 às 14:29:52	Solicito que inclua este item na sua proposta, e anexe no campo anexos do item 4
Sistema para o participante 12.792.920/0001-79	23/07/2026 às 16:45:04	Sr. Fornecedor MONTEIRO & FARIA REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 12.792.920/0001-79, você foi convocado para enviar anexos para o item 7. Prazo para encerrar o envio: 09:44:00 do dia 24/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta, com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização.
Sistema para o participante 12.792.920/0001-79	24/07/2026 às 09:44:00	O item 7 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 09:44:00 de 24/07/2026. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor MONTEIRO & FARIA REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 12.792.920/0001-79.
Sistema para o participante 26.507.653/0001-55	24/07/2026 às 10:50:33	Solicito que inclua este item na sua proposta, e anexe no campo anexos do item 3
Sistema	24/07/2026 às 14:09:27	O item 7 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 24/07/2026 14:19:27.
Sistema	24/07/2026 às 14:41:59	O item 7 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 24/07/2026 14:51:59.

Eventos do Item 7

Data/Hora	Descrição
23/07/2026 às 10:28:05	Fornecedor RRW LICITA LTDA, CNPJ 27.466.469/0001-77 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 13:28:00 do dia 23/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta, com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização.
23/07/2026 às 10:57:20	Fornecedor RRW LICITA LTDA, CNPJ 27.466.469/0001-77 finalizou o envio de anexo.
23/07/2026 às 16:45:04	Fornecedor MONTEIRO & FARIA REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 12.792.920/0001-79 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 09:44:00 do dia 24/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta, com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização.
04/08/2026 às 17:15:24	Fornecedor VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.507.653/0001-55 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 199,1400.
04/08/2026 às 17:15:29	Item homologado.
Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	

Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	24/07/2026 14:19:27
Intenção de recurso na habilitação:	24/07/2026 14:51:59
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	

PREGÃO 10/2026

Às 17:15 horas do dia 04 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais e considerando que a contratação do item 8 restou fracassada/anulada/revogada, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA o item 8 do Pregão nº 10/2026, Processo nº PROCESSO Nº 2.361/2026.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de materiais destinados a manutenção da rede de iluminação pública do Município de Candói

Entrega de propostas: De 08/07/2026 às 08:00 até 23/07/2026 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 23/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	23/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 6 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:00	Bom dia. Meu nome é Rodrigo Miss, o agente de contratação designado para condução deste Pregão.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:24	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	23/07/2026 às 08:37:31	Aviso: Conforme item 9.10 do Edital, após encerramento dos lances, haverá aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local/regional
Sistema	23/07/2026 às 10:17:23	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:05	Aguardem enquanto analiso a aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:46	Solicito a paciência de todos, visto que, em razão da análise ser de modo manual, demanda um certo tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:22:36	Foi mais rápido do que esperado. Não há proposta dentro da margem da prioridade.
Sistema	23/07/2026 às 12:16:43	Sessão suspensa até 14h
Sistema	23/07/2026 às 14:04:17	Boa tarde. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	23/07/2026 às 16:14:20	Aguardando o licitante W LED ELETRICA LTDA cumprir a convocação para os itens 4 e 7. Após finalizar o julgamento desses dois itens, iniciaremos a fase de habilitação.
Sistema	23/07/2026 às 17:00:37	Sessão suspensa até 10h do dia 24/07/2026
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 17:00:59	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:39	Continuem conectados.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:48	Analisando as informações e propostas.
Sistema	24/07/2026 às 12:11:12	Sessão suspensa até 14h. Os prazos abertos correm normalmente.
Sistema	24/07/2026 às 14:05:20	Boa tarde.
Sistema	24/07/2026 às 14:16:43	**** Iniciado fase de habilitação ***
Sistema	24/07/2026 às 17:12:41	Sessão suspensa até 10h do dia 27/07/2026
Sistema	27/07/2026 às 10:00:53	Bom dia. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	27/07/2026 às 11:03:53	*** Iniciando a fase de habilitação ***
Sistema	27/07/2026 às 11:04:55	*** Iniciando a fase de habilitação para o item 8***
Sistema	27/07/2026 às 11:34:54	Sessão suspensa até 14:10h.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
23/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
23/07/2026 às 10:17:22	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 8 - Fio Eletrico

bitola: 6, cor: amarela, material condutor: cobre, material isolamento: pvc, tensão: 750, tipo: flexível Fio flexível 4 mm

Quantidade: 600	Valor estimado: R$ 2,6500 (unitário)
Unidade de fornecimento: Metro	R$ 1.590,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Fracassado e Homologado

Critério de julgamento: Menor Preço

Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)

Fracassado por CPF ***.869.***-*6 - RODRIGO MISS

Propostas do Item 8

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023

Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
16.868.674/0001-42 - DIPAR FERRAGENS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 20.000,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 12.000.000,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: SIMILAR		
Modelo/versão: SIMILAR		
Valor proposta: R$ 20.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 600
R$ 12.000.000,0000 (total)		
12.792.920/0001-79 - MONTEIRO & FARIA REPRESENTACOES LTDA		Fornecedor inabilitado
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 2,2500 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 1.350,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: RJ		
Marca/Fabricante: SHREWD		
Modelo/versão: de acordo com Tr		
Valor proposta: R$ 2,6500 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 600
R$ 1.590,0000 (total)		
21.867.049/0001-16 - USIFER CONEXOES ASSESSORIA DE LIMPEZA E MANUTENCAO LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 4,4600 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 2.676,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: LAMESA/CORFIO/CONDUMIG		
Modelo/versão: FIO		
Valor proposta: R$ 4,4600 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 600
R$ 2.676,0000 (total)		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
49.671.519/0001-90 - VM COMERCIO E IMPORTACAO LTDA		Fornecedor inabilitado
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 2,2400 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 1.344,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: FILL FLEX		
Modelo/versão: CABO ELETRICO		
Valor proposta: R$ 2,6500 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 600
R$ 1.590,0000 (total)		

Lances do Item 8

Data/hora	Participante	Lance
23/07/2026 às 08:50:03	12.792.920/0001-79	R$ 2,6400
23/07/2026 às 08:50:04	49.671.519/0001-90	R$ 2,6300
23/07/2026 às 08:51:35	12.792.920/0001-79	R$ 2,6200
23/07/2026 às 08:51:36	49.671.519/0001-90	R$ 2,6100
23/07/2026 às 08:53:07	12.792.920/0001-79	R$ 2,6000
23/07/2026 às 08:53:09	49.671.519/0001-90	R$ 2,5900
23/07/2026 às 08:54:40	12.792.920/0001-79	R$ 2,5800
23/07/2026 às 08:54:40	49.671.519/0001-90	R$ 2,5700
23/07/2026 às 08:56:12	12.792.920/0001-79	R$ 2,5600
23/07/2026 às 08:56:12	49.671.519/0001-90	R$ 2,5500
23/07/2026 às 08:56:12	49.671.519/0001-90	R$ 2,5400
23/07/2026 às 08:57:43	12.792.920/0001-79	R$ 2,5300
23/07/2026 às 08:57:46	49.671.519/0001-90	R$ 2,5200
23/07/2026 às 08:59:17	12.792.920/0001-79	R$ 2,5100
23/07/2026 às 08:59:17	49.671.519/0001-90	R$ 2,5000
23/07/2026 às 09:00:48	12.792.920/0001-79	R$ 2,4900
23/07/2026 às 09:00:50	49.671.519/0001-90	R$ 2,4800
23/07/2026 às 09:02:21	12.792.920/0001-79	R$ 2,4700
23/07/2026 às 09:02:22	49.671.519/0001-90	R$ 2,4600
23/07/2026 às 09:03:53	12.792.920/0001-79	R$ 2,4500
23/07/2026 às 09:03:55	49.671.519/0001-90	R$ 2,4400
23/07/2026 às 09:05:26	12.792.920/0001-79	R$ 2,4300
23/07/2026 às 09:05:27	49.671.519/0001-90	R$ 2,4200
23/07/2026 às 09:06:58	12.792.920/0001-79	R$ 2,4100
Data/hora	**Participante**	**Lance**
23/07/2026 às 09:07:06	49.671.519/0001-90	R$ 2,4000
23/07/2026 às 09:08:37	12.792.920/0001-79	R$ 2,3900
23/07/2026 às 09:08:55	49.671.519/0001-90	R$ 2,3800
23/07/2026 às 09:10:26	12.792.920/0001-79	R$ 2,3700
23/07/2026 às 09:10:33	49.671.519/0001-90	R$ 2,3600
23/07/2026 às 09:12:05	12.792.920/0001-79	R$ 2,3500
23/07/2026 às 09:12:19	49.671.519/0001-90	R$ 2,3400
23/07/2026 às 09:13:49	12.792.920/0001-79	R$ 2,3300
23/07/2026 às 09:13:51	49.671.519/0001-90	R$ 2,3200
23/07/2026 às 09:15:21	12.792.920/0001-79	R$ 2,3100
23/07/2026 às 09:15:44	49.671.519/0001-90	R$ 2,3000
23/07/2026 às 09:17:14	12.792.920/0001-79	R$ 2,2900
23/07/2026 às 09:17:20	49.671.519/0001-90	R$ 2,2800
23/07/2026 às 09:18:50	12.792.920/0001-79	R$ 2,2700
23/07/2026 às 09:19:01	49.671.519/0001-90	R$ 2,2600
23/07/2026 às 09:20:31	12.792.920/0001-79	R$ 2,2500
23/07/2026 às 09:20:37	49.671.519/0001-90	R$ 2,2400

Mensagens do chat do Item 8

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	23/07/2026 às 08:40:32	O item 8 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	23/07/2026 às 08:40:32	Algumas propostas do item 8 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	23/07/2026 às 09:22:38	O item 8 está encerrado.
Sistema para o participante 49.671.519/0001-90	23/07/2026 às 10:27:11	Sr. Fornecedor VM COMERCIO E IMPORTACAO LTDA, CNPJ 49.671.519/0001-90, você foi convocado para enviar anexos para o item 8. Prazo para encerrar o envio: 13:28:00 do dia 23/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta, com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização.
Pelo participante 49.671.519/0001-90	23/07/2026 às 11:06:47	O item 8 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:06:47 de 23/07/2026. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor VM COMERCIO E IMPORTACAO LTDA, CNPJ 49.671.519/0001-90.
Sistema	23/07/2026 às 11:55:43	O item 8 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 23/07/2026 12:05:43.
Sistema	24/07/2026 às 14:42:05	O item 8 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 24/07/2026 14:52:05.
Sistema para o participante 49.671.519/0001-90	24/07/2026 às 15:11:19	Solicito que anexe a Declaração Unificada (conforme modelo do Edital) e Balanço Completo de 2024 e 2025 registrado na junta ou a ECD
Sistema para o participante 49.671.519/0001-90	24/07/2026 às 15:33:06	Aguardando o envio dos documentos, visto que os mesmos não constam no SICAF
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema para o participante 49.671.519/0001-90	24/07/2026 às 16:43:21	?
Sistema	24/07/2026 às 17:10:01	O item 8 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 24/07/2026 17:20:01.
Sistema para o participante 12.792.920/0001-79	24/07/2026 às 17:12:25	Sr. Fornecedor MONTEIRO & FARIA REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 12.792.920/0001-79, você foi convocado para enviar anexos para o item 8. Prazo para encerrar o envio: 10:00:00 do dia 27/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta, com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização..
Sistema para o participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 10:00:06	O item 8 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:00:06 de 27/07/2026. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor MONTEIRO & FARIA REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 12.792.920/0001-79.
Pelo participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 10:00:07	Prezado Sr. Pregoerio
Pelo participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 10:00:30	Peço desculpas, tive uma instabilidade, solicito extensão de prazo
Sistema para o participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 10:02:26	Sr. Fornecedor MONTEIRO & FARIA REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 12.792.920/0001-79, você foi convocado para enviar anexos para o item 8. Prazo para encerrar o envio: 12:03:00 do dia 27/07/2026. Justificativa: Considerando que já foi aberto prazo inicial de 2h, e que o sistema não permite abertura com prazo inferior, apesar de contar prazo de 2h no sistema, prorrogo o prazo para envio, no máximo até 10:32h.
Pelo participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 10:32:55	O item 8 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:32:55 de 27/07/2026. 4 anexos foram enviados pelo fornecedor MONTEIRO & FARIA REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 12.792.920/0001-79.
Pelo participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 10:33:19	Prezado Sr. Pregoeiro, segue documentação, proposta e catalogo como solicitado
Pelo participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 10:33:29	estamos a disposição para quaisquer dúvidas

Sistema para o participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 10:44:19	Obrigado. Conferindo...
Sistema	27/07/2026 às 10:53:55	O item 8 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 27/07/2026 11:03:55.
Sistema para o participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 11:10:30	Sr. Fornecedor MONTEIRO & FARIA REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 12.792.920/0001-79, você foi convocado para enviar anexos para o item 8. Prazo para encerrar o envio: 14:10:00 do dia 27/07/2026. Justificativa: Solicito que anexe a CND de Falência emitida pelo cartório distribuidor da sede da empresa, bem como Balanço de 2024 e 2025 completo, registrado na junta comercial ou ECD.
Sistema para o participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 11:19:22	Além dos documentos já solicitados, informo que:
Sistema para o participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 11:19:40	1) CND Municipal de Bom Jesus do Itabapoana ("93A49641B46C99F2") a presentada está vencida desde 12/07/2026.
Sistema para o participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 11:19:50	2) CND Estadual do Rio de Janeiro ("HLRU.4130.421T.2042") refere-se apenas à dívida ativa.
Sistema para o participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 11:20:13	Assim, além da CND de Falência e Balanços, também solicito a apresentação da CND municipal vigente e da CND estadual regular (relativa aos débitos não inscritos em dívida ativa).
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema para o participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 11:21:25	Tal ação é necessária, visto que não constam nos anexos e nem no SICAF
Pelo participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 14:07:24	Prezado Sr. Pregoeiro, estamos corrigindo a documentação
Sistema para o participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 14:10:00	O item 8 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:10:00 de 27/07/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor MONTEIRO & FARIA REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 12.792.920/0001-79.
Pelo participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 14:10:02	Peço a gentileza da extensão de prazo
Pelo participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 14:10:17	já solicitamos os documentos aos orgãos competentes
Sistema para o participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 14:29:59	Qual órgão competente? A empresa ainda não possui os documentos?
Sistema para o participante 12.792.920/0001-79	27/07/2026 às 14:30:06	Precisa de prazo para obter? isso?
Sistema	27/07/2026 às 15:13:53	O item 8 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 27/07/2026 15:23:53.
Sistema para o participante 21.867.049/0001-16	27/07/2026 às 15:14:18	Sr. Fornecedor USIFER CONEXOES ASSESSORIA DE LIMPEZA E MANUTENCAO LTDA, CNPJ 21.867.049/0001-16, você foi convocado para negociação de valor do item 8. Justificativa: Consegue reduzir o seu preço?.
Pelo participante 21.867.049/0001-16	27/07/2026 às 15:17:41	Prezados, estamos em nosso melhor valor.
Sistema para o participante 21.867.049/0001-16	27/07/2026 às 15:31:06	O item 8 teve a solicitação de negociação de valor CANCELADA para o fornecedor USIFER CONEXOES ASSESSORIA DE LIMPEZA E MANUTENCAO LTDA, CNPJ 21.867.049/0001-16. Motivo: Proposta desclassificada.
Sistema	27/07/2026 às 15:31:20	O item 8 foi fracassado durante o julgamento/habilitação.
Sistema	27/07/2026 às 15:31:20	O item 8 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 27/07/2026 15:41:20.

Eventos do Item 8

Data/Hora	**Descrição**
23/07/2026 às 10:27:11	Fornecedor VM COMERCIO E IMPORTACAO LTDA, CNPJ 49.671.519/0001-90 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 13:28:00 do dia 23/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta, com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização.
23/07/2026 às 11:06:47	Fornecedor VM COMERCIO E IMPORTACAO LTDA, CNPJ 49.671.519/0001-90 finalizou o envio de anexo.
24/07/2026 às 17:12:25	Fornecedor MONTEIRO & FARIA REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 12.792.920/0001-79 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 10:00:00 do dia 27/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta, com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização..
27/07/2026 às 10:02:26	Fornecedor MONTEIRO & FARIA REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 12.792.920/0001-79 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 12:03:00 do dia 27/07/2026. Justificativa: Considerando que já foi aberto prazo inicial de 2h, e que o sistema não permite abertura com prazo inferior, apesar de contar prazo de 2h no sistema, prorrogo o prazo para envio, no máximo até 10:32h.
27/07/2026 às 10:32:55	Fornecedor MONTEIRO & FARIA REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 12.792.920/0001-79 finalizou o envio de anexo.
Data/Hora	**Descrição**
27/07/2026 às 11:10:30	Fornecedor MONTEIRO & FARIA REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 12.792.920/0001-79 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 14:10:00 do dia 27/07/2026. Justificativa: Solicito que anexe a CND de Falência emitida pelo cartório distribuidor da sede da empresa, bem como Balanço de 2024 e 2025 completo, registrado na junta comercial ou ECD.
04/08/2026 às 17:15:29	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1

Prazos:

Intenção de recurso no julgamento:	27/07/2026 15:41:20
Intenção de recurso na habilitação:	27/07/2026 15:23:53

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 10/2026

Às 17:15 horas do dia 04 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 9 do Pregão nº 10/2026, Processo nº PROCESSO Nº 2.361/2026.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de materiais destinados a manutenção da rede de iluminação pública do Município de Candói

Entrega de propostas: De 08/07/2026 às 08:00 até 23/07/2026 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 23/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 6 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:00	Bom dia. Meu nome é Rodrigo Miss, o agente de contratação designado para condução deste Pregão.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:24	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	23/07/2026 às 08:37:31	Aviso: Conforme item 9.10 do Edital, após encerramento dos lances, haverá aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local/regional
Sistema	23/07/2026 às 10:17:23	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:05	Aguardem enquanto analiso a aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:46	Solicito a paciência de todos, visto que, em razão da análise ser de modo manual, demanda um certo tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:22:36	Foi mais rápido do que esperado. Não há proposta dentro da margem da prioridade.
Sistema	23/07/2026 às 12:16:43	Sessão suspensa até 14h
Sistema	23/07/2026 às 14:04:17	Boa tarde. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	23/07/2026 às 16:14:20	Aguardando o licitante W LED ELETRICA LTDA cumprir a convocação para os itens 4 e 7. Após finalizar o julgamento desses dois itens, iniciaremos a fase de habilitação.
Sistema	23/07/2026 às 17:00:37	Sessão suspensa até 10h do dia 24/07/2026

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 17:00:59	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após

		julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:39	Continuem conectados.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:48	Analisando as informações e propostas.
Sistema	24/07/2026 às 12:11:12	Sessão suspensa até 14h. Os prazos abertos correm normalmente.
Sistema	24/07/2026 às 14:05:20	Boa tarde.
Sistema	24/07/2026 às 14:16:43	**** Iniciado fase de habilitação ***
Sistema	24/07/2026 às 17:12:41	Sessão suspensa até 10h do dia 27/07/2026
Sistema	27/07/2026 às 10:00:53	Bom dia. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	27/07/2026 às 11:03:53	*** Iniciando a fase de habilitação ***
Sistema	27/07/2026 às 11:04:55	*** Iniciando a fase de habilitação para o item 8***
Sistema	27/07/2026 às 11:34:54	Sessão suspensa até 14:10h.

Eventos da compra

Data/Hora	**Descrição**
23/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
23/07/2026 às 10:17:22	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 9 - Fita Isolante Elétrica		
aplicação: instalações elétricas, comprimento: 20, cor: preta, largura: 19, material básico: filme de pvc antichama Fita isolante 20 m		
Quantidade: 50	Valor estimado: R$ 6,0000 (unitário)	
Unidade de fornecimento: Rolo	R$ 300,0000 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES		
FOTOVOLTAICAS LTDA, CNPJ 49.392.317/0001-00, melhor lance: R$ 3,9500 (unitário) / R$ 197,5000 (total)		
Propostas do Item 9		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
58.338.417/0001-49 - 58.338.417 ROSANI LASKOSKI LAVANDOSKI		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 7,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 350,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: FOXLUX		
Modelo/versão: FOXLUX		
Valor proposta: R$ 7,0000 (unitário)	Valor negociado:Não Realizado	Quantidade ofertada: 50
R$ 350,0000 (total)		
16.868.674/0001-42 - DIPAR FERRAGENS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 20.000,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 1.000.000,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: SIMILAR		
Modelo/versão: SIMILAR		
Valor proposta: R$ 20.000,0000 (unitário)	Valor negociado:Não Realizado	Quantidade ofertada: 50
R$ 1.000.000,0000 (total)		
12.792.920/0001-79 - MONTEIRO & FARIA REPRESENTACOES LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 6,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 300,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: RJ		
Marca/Fabricante: KRIPT		
Modelo/versão: de acordo com TR		
Valor proposta: R$ 6,0000 (unitário)	Valor negociado:Não Realizado	Quantidade ofertada: 50
R$ 300,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
49.392.317/0001-00 - SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 3,9500 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 197,5000 (total)	Proposta adjudicada
Programa de integridade: Não		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: DECORLUX/GRMER		
Modelo/versão: FITA ISOLANTE		
Valor proposta: R$ 8,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada:50
R$ 400,0000 (total)		
21.867.049/0001-16 - USIFER CONEXOES ASSESSORIA DE LIMPEZA E MANUTENCAO LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 4,4100 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 220,5000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: ADELBRAS/DECORLUX		
Modelo/versão: FITA		
Valor proposta: R$ 4,4100 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada:50
R$ 220,5000 (total)		
53.760.213/0001-88 - W LED ELETRICA LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 4,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 200,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: MS		
Marca/Fabricante: DECORLUX		
Modelo/versão: FI0205		
Valor proposta: R$ 6,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada:50
R$ 300,0000 (total)		

Lances do Item 9		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
23/07/2026 às 08:41:08	53.760.213/0001-88	R$ 4,0000
23/07/2026 às 08:50:07	49.392.317/0001-00	R$ 3,9500
Mensagens do chat	do Item 9	
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 08:40:32	O item 9 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	23/07/2026 às 08:52:08	O item 9 está encerrado.
Sistema para o participante 49.392.317/0001-00	23/07/2026 às 10:25:19	Sr. Fornecedor SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA, CNPJ 49.392.317/0001-00, você foi convocado para enviar anexos para o item 9. Prazo para encerrar o envio: 13:25:00 do dia 23/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta de TODOS os itens vencidos (9, 10 e 12), com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização.
Sistema para o participante 49.392.317/0001-00	23/07/2026 às 13:25:00	O item 9 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:25:00 de 23/07/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA, CNPJ 49.392.317/0001-00.

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema para o participante 49.392.317/0001-00	23/07/2026 às 14:14:36	Apesar de constar CNPJ de uma fial no cabeçalho da proposta, a empresa está ciente que a proposta será considerada para o CNPJ cadastrado no sistema "49.392.317/0001-00" conforme consta também nos dados para depósito ?
Sistema	23/07/2026 às 14:15:02	O item 9 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 23/07/2026 14:25:02.
Pelo participante 49.392.317/0001-00	23/07/2026 às 14:22:53	Senhores boa tarde, Eu sempre participei de licitações no comprasnet, e diversos orgãos com login da matriz, porém licito com a filial, onde em toda documentação vai a carta de legitimidade com a jurisprudência sobre isto, e nunca me ocorreu e ser desclassificado, pois estou licitando com o mesmo CNPJ RAIZ. Em questão de contas bancarias a mesma coisa.
Pelo participante 49.392.317/0001-00	23/07/2026 às 14:23:43	.. a raiz do CNPJ é a mesma, e isto é dentro da lei, e não há nenhum problema fiscal, pois trata-se de filial e não de outra empresa.
Pelo participante 49.392.317/0001-00	23/07/2026 às 14:24:51	Desde que todos documentos da filial que devem ser apresentados separadamente estiverem ok, nenhum orgão nunca me desclassificou.
Sistema para o participante 49.392.317/0001-00	23/07/2026 às 14:33:48	A proposta foi cadastrada com "49.392.317/0001-00" e assinada com certificado digital referente ao CNPJ "49.392.317/0001-00', portanto caso a empresa seja habilitada, o contrato será firmado com o CNPJ "49.392.317/0001-00". Caso tivesse interesse em firmar contrato com outro CNPJ, deveria ter logado e cadastrado proposta com o cnpj desejado.
Sistema para o participante 49.392.317/0001-00	23/07/2026 às 14:37:22	Caso deseje ou necessite, a empresa poderá se utilizar da estrutura ou logística da sua filial para executar o objeto, porém o contrato, pagamentos e etc serão sempre em favor do cnpj cadastrado na proposta, ou seja, "49.392.317/0001-00"
Pelo participante 49.392.317/0001-00	23/07/2026 às 14:37:28	sr Pregoeiro, como já mencionei e está na jurisprudencia, Vocês são os unicos que não estão aceitando, mas caso a não entenda que é um processo legal e que matriz e filial não são empreesas distintas, consultem o juridico. se todos no pais tem o mesmo entendimento, creio que seu juridico terá o mesmo entendimento.
Pelo participante 49.392.317/0001-00	23/07/2026 às 14:37:56	Caso o juridico dê um parecer contrário peço consulta-los antes de qualquer decisão, pois estão se equivocando!
Sistema para o participante 49.392.317/0001-00	23/07/2026 às 14:47:03	Como informado anteriormente, a proposta foi cadastrada sob o CNPJ da matriz (49.392.317/0001-00). Portanto, caso a empresa seja declarada vencedora, o contrato será celebrado com este mesmo CNPJ.
Sistema para o participante 49.392.317/0001-00	23/07/2026 às 14:47:13	Se houver interesse em formalizar o contrato pelo CNPJ de alguma filial, a questão deverá ser tratada diretamente com o setor responsável. Ressalto, porém, que é improvável que os sistemas do TCE-PR e do PNCP permitam a homologação da proposta em nome da matriz e a posterior vinculação do contrato a uma filial.
Sistema para o participante 49.392.317/0001-00	23/07/2026 às 14:47:19	De todo modo, a empresa poderá utilizar a estrutura e a logística de sua filial para a execução do objeto, visto que se trata da mesma pessoa jurídica.
Pelo participante 49.392.317/0001-00	23/07/2026 às 14:55:52	Sr pregoeiro, ok, prossiga pela Matriz, não vai adiantar debater, pois não está havendo o entendimento por sua causa. Tenho contratos com 3 prefeituras no Paraná na mesma maneira.
Sistema para o participante 49.392.317/0001-00	23/07/2026 às 15:11:20	Certo.
Sistema para o participante 49.392.317/0001-00	24/07/2026 às 14:57:48	Sr. Fornecedor SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA, CNPJ 49.392.317/0001-00, você foi convocado para enviar anexos para o item 9. Prazo para encerrar o envio: 16:58:00 do dia 24/07/2026. Justificativa: Solicito que anexe o documentos de habilitação em nome da empresa participante da licitação (conforme cnpj) cadastrado na proposta.
Pelo participante 49.392.317/0001-00	24/07/2026 às 16:27:16	Sr pregoeiro, solicito prazo até dia 27/07 ás 10 horas. Os balanços de MATRIZ e FILIAL não se usam separados e foram anexados no processo inicial.
Pelo participante 49.392.317/0001-00	24/07/2026 às 16:36:27	Documentos enviados!

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema para o participante 49.392.317/0001-00	24/07/2026 às 16:42:28	Prazo para que? Se a empresa já possui os documentos em mãos e precisa do prazo apenas para anexar, posso conceder o prazo, visto que se trata de condição pré-existente. Caso seja prazo para obter os documentos, neste caso não é possível.
Pelo participante 49.392.317/0001-00	24/07/2026 às 16:53:24	O item 9 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:53:24 de 24/07/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA, CNPJ 49.392.317/0001-00.
Sistema	24/07/2026 às 17:04:08	O item 9 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 24/07/2026 17:14:08.

Eventos do Item 9	
Data/Hora	**Descrição**
23/07/2026 às 10:25:19	Fornecedor SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA, CNPJ 49.392.317/0001-00 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 13:25:00 do dia 23/07/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do item 10.5.1 do Edital, o anexo da proposta de TODOS os itens vencidos (9, 10 e 12), com os preços ajustados ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação e processo de responsabilização.
24/07/2026 às 14:57:48	Fornecedor SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA, CNPJ 49.392.317/0001-00 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:58:00 do dia 24/07/2026. Justificativa: Solicito que anexe o documentos de habilitação em nome da empresa participante da licitação (conforme cnpj) cadastrado na proposta.
24/07/2026 às 16:53:24	Fornecedor SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA, CNPJ 49.392.317/0001-00 finalizou o envio de anexo.
04/08/2026 às 17:15:24	Fornecedor SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA, CNPJ 49.392.317/0001-00 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 3,9500.
04/08/2026 às 17:15:30	Item homologado.
Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	23/07/2026 14:25:02
Intenção de recurso na habilitação:	24/07/2026 17:14:08

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 10/2026	
Às 17:15 horas do dia 04 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 10 do Pregão nº 10/2026, Processo nº PROCESSO Nº 2.361/2026.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preços de materiais destinados a manutenção da rede de iluminação pública do Município de Candói	
Entrega de propostas: De 08/07/2026 às 08:00 até 23/07/2026 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 23/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)	
Mensagens do chat da compra	

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	23/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 6 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:00	Bom dia. Meu nome é Rodrigo Miss, o agente de contratação designado para condução deste Pregão.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:24	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	23/07/2026 às 08:37:31	Aviso: Conforme item 9.10 do Edital, após encerramento dos lances, haverá aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local/regional
Sistema	23/07/2026 às 10:17:23	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:05	Aguardem enquanto analiso a aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:46	Solicito a paciência de todos, visto que, em razão da análise ser de modo manual, demanda um certo tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:22:36	Foi mais rápido do que esperado. Não há proposta dentro da margem da prioridade.
Sistema	23/07/2026 às 12:16:43	Sessão suspensa até 14h
Sistema	23/07/2026 às 14:04:17	Boa tarde. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	23/07/2026 às 16:14:20	Aguardando o licitante W LED ELETRICA LTDA cumprir a convocação para os itens 4 e 7. Após finalizar o julgamento desses dois itens, iniciaremos a fase de habilitação.
Sistema	23/07/2026 às 17:00:37	Sessão suspensa até 10h do dia 24/07/2026

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	23/07/2026 às 17:00:59	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:39	Continuem conectados.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:48	Analisando as informações e propostas.
Sistema	24/07/2026 às 12:11:12	Sessão suspensa até 14h. Os prazos abertos correm normalmente.
Sistema	24/07/2026 às 14:05:20	Boa tarde.
Sistema	24/07/2026 às 14:16:43	**** Iniciado fase de habilitação ***
Sistema	24/07/2026 às 17:12:41	Sessão suspensa até 10h do dia 27/07/2026
Sistema	27/07/2026 às 10:00:53	Bom dia. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	27/07/2026 às 11:03:53	*** Iniciando a fase de habilitação ***
Sistema	27/07/2026 às 11:04:55	*** Iniciando a fase de habilitação para o item 8***
Sistema	27/07/2026 às 11:34:54	Sessão suspensa até 14:10h.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
23/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
23/07/2026 às 10:17:22	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 10 - Parafuso Cabeça Quadrada		
características adicionais: porca quadrada, comprimento total: 18, diâmetro nominal: 5/8, material: aço carbono, tipo rosca: bsw, tratamento superficial: galvanização por imersão a quente Parafuso 5/8 (150mm) cabeça quadrada		
Quantidade: 120	Valor estimado: R$ 8,1800 (unitário)	
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 981,6000 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA, CNPJ 49.392.317/0001-00, melhor lance: R$ 6,1500 (unitário) / R$ 738,0000 (total)		
Propostas do Item 10		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
16.868.674/0001-42 - DIPAR FERRAGENS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 6,2000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 744,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: SIMILAR		
Modelo/versão: SIMILAR		
Valor proposta: R$ 20.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 120
R$ 2.400.000,0000 (total)		
12.792.920/0001-79 - MONTEIRO & FARIA REPRESENTACOES LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 8,1800 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 981,6000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: RJ		
Marca/Fabricante: QUALITRONIX		
Modelo/versão: de acordo com Tr		
Valor proposta: R$ 8,1800 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 120
R$ 981,6000 (total)		
49.392.317/0001-00 - SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 6,1500 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 738,0000 (total)	Proposta adjudicada
Programa de integridade: Não		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: ISOCON/SANTA FE		
Modelo/versão: PARAFUSO ELETRICA		
Valor proposta: R$ 25,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 120
R$ 3.000,0000 (total)		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
21.867.049/0001-16 - USIFER CONEXOES ASSESSORIA DE LIMPEZA E MANUTENCAO LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 6,3700 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 764,4000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: ISOCOM		

Modelo/versão: PARAFUSO		
Valor proposta: R$ 6,3700 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 120
R$ 764,4000 (total)		

Lances do Item 10		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
23/07/2026 às 08:49:39	16.868.674/0001-42	R$ 6,2700
23/07/2026 às 08:59:12	49.392.317/0001-00	R$ 6,2200
23/07/2026 às 08:59:17	16.868.674/0001-42	R$ 6,2000
23/07/2026 às 09:00:50	49.392.317/0001-00	R$ 6,1500
Mensagens do chat do Item 10		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 08:49:36	O item 10 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	23/07/2026 às 09:02:51	O item 10 está encerrado.
Sistema	23/07/2026 às 14:15:22	O item 10 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 23/07/2026 14:25:22.
Sistema	24/07/2026 às 17:04:12	O item 10 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 24/07/2026 17:14:12.
Eventos do Item 10		
Data/Hora	**Descrição**	
04/08/2026 às 17:15:24	Fornecedor SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA, CNPJ 49.392.317/0001-00 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 6,1500.	
04/08/2026 às 17:15:31	Item homologado.	
Fase Recursal do Item/Grupo *		
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.		

Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	23/07/2026 14:25:22
Intenção de recurso na habilitação:	24/07/2026 17:14:12

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 10/2026

Às 17:15 horas do dia 04 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais e considerando que a contratação do item 11 restou fracassada/anulada/revogada, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA o item 11 do Pregão nº 10/2026, Processo nº PROCESSO Nº 2.361/2026.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior	Desconto Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de materiais destinados a manutenção da rede de iluminação pública do Município de Candói

Entrega de propostas: De 08/07/2026 às 08:00 até 23/07/2026 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 23/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	23/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 6 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:00	Bom dia. Meu nome é Rodrigo Miss, o agente de contratação designado para condução deste Pregão.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:24	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	23/07/2026 às 08:37:31	Aviso: Conforme item 9.10 do Edital, após encerramento dos lances, haverá aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local/regional
Sistema	23/07/2026 às 10:17:23	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:05	Aguardem enquanto analiso a aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:46	Solicito a paciência de todos, visto que, em razão da análise ser de modo manual, demanda um certo tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:22:36	Foi mais rápido do que esperado. Não há proposta dentro da margem da prioridade.
Sistema	23/07/2026 às 12:16:43	Sessão suspensa até 14h
Sistema	23/07/2026 às 14:04:17	Boa tarde. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	23/07/2026 às 16:14:20	Aguardando o licitante W LED ELETRICA LTDA cumprir a convocação para os itens 4 e 7. Após finalizar o julgamento desses dois itens, iniciaremos a fase de habilitação.
Sistema	23/07/2026 às 17:00:37	Sessão suspensa até 10h do dia 24/07/2026

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	23/07/2026 às 17:00:59	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:39	Continuem conectados.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:48	Analisando as informações e propostas.
Sistema	24/07/2026 às 12:11:12	Sessão suspensa até 14h. Os prazos abertos correm normalmente.
Sistema	24/07/2026 às 14:05:20	Boa tarde.
Sistema	24/07/2026 às 14:16:43	**** Iniciado fase de habilitação ***
Sistema	24/07/2026 às 17:12:41	Sessão suspensa até 10h do dia 27/07/2026
Sistema	27/07/2026 às 10:00:53	Bom dia. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	27/07/2026 às 11:03:53	*** Iniciando a fase de habilitação ***
Sistema	27/07/2026 às 11:04:55	*** Iniciando a fase de habilitação para o item 8***
Sistema	27/07/2026 às 11:34:54	Sessão suspensa até 14:10h.
Eventos da compra		
Data/Hora	**Descrição**	
23/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública	
23/07/2026 às 10:17:22	Início da etapa de julgamento de propostas	

Item 11 - Parafuso Com Porca	
características adicionais: com arruela, comprimento: 1, diâmetro: 5/16, material: aço, tipo cabeça: chata, tipo fenda: sem fenda Parafuso com porca 5 x 15 mm para rack emb. com 100 un	
Quantidade: 40	Valor estimado: R$ 73,0000 (unitário)
Unidade de fornecimento: Centena	R$ 2.920,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Fracassado e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)	
Fracassado por CPF ***.869.***-*6 - RODRIGO MISS	

Propostas do Item 11		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
16.868.674/0001-42 - DIPAR FERRAGENS LTDA		Proposta desclassificada
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 20.000,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 800.000,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: SIMILAR		
Modelo/versão: SIMILAR		
Valor proposta: R$ 20.000,0000 (unitário)	Valor negociado: R$ 73,0000 (unitário)	Quantidade ofertada: 40
R$ 800.000,0000 (total)	R$ 2.920,0000 (total)	

Lances do Item 11		
Nenhum lance foi registrado para o Item 11.		
Mensagens do chat do Item 11		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 08:52:08	O item 11 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	23/07/2026 às 09:02:09	O item 11 está encerrado.
Sistema para o participante 16.868.674/0001-42	23/07/2026 às 10:21:55	Sr. Fornecedor DIPAR FERRAGENS LTDA, CNPJ 16.868.674/0001-42, você foi convocado para negociação de valor do item 11. Justificativa: Está certo sua proposta? Consegue reduzir seu lance?.
Pelo participante 16.868.674/0001-42	23/07/2026 às 10:33:39	O item 11 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor DIPAR FERRAGENS LTDA, CNPJ 16.868.674/0001-42. A negociação do item 11 foi aceita pelo fornecedor DIPAR FERRAGENS LTDA, CNPJ 16.868.674/0001-42, tendo informado R$ 73,0000.
Sistema	23/07/2026 às 11:52:37	O item 11 foi fracassado durante o julgamento/habilitação.
Sistema	23/07/2026 às 11:52:37	O item 11 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 23/07/2026 12:02:37.
Eventos do Item 11		
Data/Hora	**Descrição**	
04/08/2026 às 17:15:32	Item homologado.	

Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	23/07/2026 12:02:37

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR		
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO		
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR		
PREGÃO 10/2026		
Às 17:15 horas do dia 04 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 12 do Pregão nº 10/2026, Processo nº PROCESSO Nº 2.361/2026.		
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço	
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto	
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR	
Objeto da compra: Registro de preços de materiais destinados a manutenção da rede de iluminação pública do Município de Candói		
Entrega de propostas: De 08/07/2026 às 08:00 até 23/07/2026 às 08:30		
Abertura da sessão pública: Dia 23/07/2026 às 08:30 (horário de Brasília)		
Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 6 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:00	Bom dia. Meu nome é Rodrigo Miss, o agente de contratação designado para condução deste Pregão.
Sistema	23/07/2026 às 08:34:24	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	23/07/2026 às 08:37:31	Aviso: Conforme item 9.10 do Edital, após encerramento dos lances, haverá aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local/regional
Sistema	23/07/2026 às 10:17:23	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:05	Aguardem enquanto analiso a aplicação da prioridade de contratação para ME/EPP local.
Sistema	23/07/2026 às 10:18:46	Solicito a paciência de todos, visto que, em razão da análise ser de modo manual, demanda um certo tempo.
Sistema	23/07/2026 às 10:22:36	Foi mais rápido do que esperado. Não há proposta dentro da margem da prioridade.
Sistema	23/07/2026 às 12:16:43	Sessão suspensa até 14h
Sistema	23/07/2026 às 14:04:17	Boa tarde. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	23/07/2026 às 16:14:20	Aguardando o licitante W LED ELETRICA LTDA cumprir a convocação para os itens 4 e 7. Após finalizar o julgamento desses dois itens, iniciaremos a fase de habilitação.
Sistema	23/07/2026 às 17:00:37	Sessão suspensa até 10h do dia 24/07/2026

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 17:00:59	IMPORTANTÍSSIMO: Conforme item 11.1 do Edital, apesar de ser solicitado os documentos de habilitação apenas dos vencedores após julgamento, TODOS os licitantes já devem possuir os documentos exigidos no edital prontos para envio, estando apenas aguardando o momentos certo de enviar. A convocação é o tempo certo para envio dos documentos que já possui, e não tempo concedido para obtenção de documentos.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:39	Continuem conectados.
Sistema	24/07/2026 às 10:44:48	Analisando as informações e propostas.
Sistema	24/07/2026 às 12:11:12	Sessão suspensa até 14h. Os prazos abertos correm normalmente.
Sistema	24/07/2026 às 14:05:20	Boa tarde.
Sistema	24/07/2026 às 14:16:43	**** Iniciado fase de habilitação ***
Sistema	24/07/2026 às 17:12:41	Sessão suspensa até 10h do dia 27/07/2026
Sistema	27/07/2026 às 10:00:53	Bom dia. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	27/07/2026 às 11:03:53	*** Iniciando a fase de habilitação ***
Sistema	27/07/2026 às 11:04:55	*** Iniciando a fase de habilitação para o item 8***
Sistema	27/07/2026 às 11:34:54	Sessão suspensa até 14:10h.
Eventos da compra		
Data/Hora	**Descrição**	
23/07/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública	
23/07/2026 às 10:17:22	Início da etapa de julgamento de propostas	

Item 12 - Relé Fotelétrico

características adicionais: com base e suporte de fixação, potência nominal: 1000, tensão nominal: bivolt 127/220 Rele fotocélula Bivolt		
Quantidade: 250	Valor estimado: R$ 20,0000 (unitário)	
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 5.000,0000 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Adjudicado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA, CNPJ 49.392.317/0001-00, melhor lance: R$ 15,2500 (unitário) / R$ 3.812,5000 (total)		
Propostas do Item 12		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
20.473.312/0001-20 - A C P DA SILVA QUINOY COMERCIO E SERVICOS		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 19,9900 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 4.997,5000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: RJ		
Marca/Fabricante: RELE FOTOCELULA CORUJITO BIVOLT QR51 C/FIO QUALITR		
Modelo/versão: RELE FOTOCELULA CORUJITO BIVOLT QR51 C/FIO QUALITR		
Valor proposta: R$ 20,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 250
R$ 5.000,0000 (total)		
46.423.434/0001-03 - ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 15,3000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 3.825,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: QUALITRONIX		
Modelo/versão: QUALITRONIX		
Valor proposta: R$ 19,9800 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 250
R$ 4.995,0000 (total)		
16.868.674/0001-42 - DIPAR FERRAGENS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 16,0200 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 4.005,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: RS		
Marca/Fabricante: SIMILAR		
Modelo/versão: SIMILAR		
Valor proposta: R$ 20.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 250
R$ 5.000.000,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
49.392.317/0001-00 - SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 15,2500 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 3.812,5000 (total)	Proposta adjudicada
Programa de integridade: Não		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: QUALITRONIX		
Modelo/versão: RELÉ BIVOLTO		
Valor proposta: R$ 25,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 250
R$ 6.250,0000 (total)		
26.507.653/0001-55 - VOLT MATERIAIS ELETRICOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 20,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 5.000,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: MG		
Marca/Fabricante: MAPRETRON		
Modelo/versão: MAPRETRON		
Valor proposta: R$ 20,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 250
R$ 5.000,0000 (total)		
53.760.213/0001-88 - W LED ELETRICA LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim		
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 20,0000 (unitário)	-
Programa de integridade: Não	R$ 5.000,0000 (total)	
UF endereço: MS		
Marca/Fabricante: MAPRETRONIC		
Modelo/versão: RELE 1000W BIV		
Valor proposta: R$ 20,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 250
R$ 5.000,0000 (total)		

Lances do Item 12		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
23/07/2026 às 08:53:00	16.868.674/0001-42	R$ 19,9400
23/07/2026 às 08:53:01	46.423.434/0001-03	R$ 19,5400
23/07/2026 às 08:53:05	16.868.674/0001-42	R$ 19,5000
23/07/2026 às 08:53:08	46.423.434/0001-03	R$ 19,2200
23/07/2026 às 08:53:14	16.868.674/0001-42	R$ 19,1300
23/07/2026 às 08:53:19	46.423.434/0001-03	R$ 18,8500
23/07/2026 às 08:53:27	16.868.674/0001-42	R$ 18,8100
23/07/2026 às 08:53:30	46.423.434/0001-03	R$ 18,7400
23/07/2026 às 08:53:36	16.868.674/0001-42	R$ 18,6400
23/07/2026 às 08:53:41	46.423.434/0001-03	R$ 18,4800
23/07/2026 às 08:53:43	16.868.674/0001-42	R$ 18,3900
23/07/2026 às 08:53:48	46.423.434/0001-03	R$ 18,2800

Data/hora	**Participante**	**Lance**
23/07/2026 às 08:53:50	16.868.674/0001-42	R$ 18,2400
23/07/2026 às 08:53:53	46.423.434/0001-03	R$ 18,0900

23/07/2026 às 08:53:59	16.868.674/0001-42	R$ 18,0600
23/07/2026 às 08:54:05	46.423.434/0001-03	R$ 18,0500
23/07/2026 às 08:54:13	16.868.674/0001-42	R$ 18,0100
23/07/2026 às 08:54:17	46.423.434/0001-03	R$ 17,8600
23/07/2026 às 08:54:21	16.868.674/0001-42	R$ 17,7600
23/07/2026 às 08:54:23	46.423.434/0001-03	R$ 17,5800
23/07/2026 às 08:54:28	16.868.674/0001-42	R$ 17,5100
23/07/2026 às 08:54:34	46.423.434/0001-03	R$ 17,2000
23/07/2026 às 08:54:43	16.868.674/0001-42	R$ 17,1600
23/07/2026 às 08:54:48	46.423.434/0001-03	R$ 17,1100
23/07/2026 às 08:54:51	16.868.674/0001-42	R$ 17,0500
23/07/2026 às 08:54:54	46.423.434/0001-03	R$ 16,7300
23/07/2026 às 08:54:59	16.868.674/0001-42	R$ 16,6500
23/07/2026 às 08:55:06	46.423.434/0001-03	R$ 16,3400
23/07/2026 às 08:55:14	16.868.674/0001-42	R$ 16,2800
23/07/2026 às 08:55:17	46.423.434/0001-03	R$ 16,1300
23/07/2026 às 08:55:22	16.868.674/0001-42	R$ 16,0900
23/07/2026 às 08:55:29	46.423.434/0001-03	R$ 16,0400
23/07/2026 às 08:55:37	16.868.674/0001-42	R$ 16,0200
23/07/2026 às 08:55:40	46.423.434/0001-03	R$ 15,9500
23/07/2026 às 09:01:17	20.473.312/0001-20	R$ 19,9900
23/07/2026 às 09:02:49	49.392.317/0001-00	R$ 15,9000
23/07/2026 às 09:02:51	46.423.434/0001-03	R$ 15,7200
23/07/2026 às 09:04:24	49.392.317/0001-00	R$ 15,6700
23/07/2026 às 09:04:26	46.423.434/0001-03	R$ 15,6400
23/07/2026 às 09:05:59	49.392.317/0001-00	R$ 15,5900
23/07/2026 às 09:06:02	46.423.434/0001-03	R$ 15,4100
23/07/2026 às 09:07:34	49.392.317/0001-00	R$ 15,3600
23/07/2026 às 09:07:40	46.423.434/0001-03	R$ 15,3000
23/07/2026 às 09:09:11	49.392.317/0001-00	R$ 15,2500
Mensagens do chat do Item 12		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	23/07/2026 às 08:52:57	O item 12 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	23/07/2026 às 09:11:12	O item 12 está encerrado.
Sistema	23/07/2026 às 14:15:39	O item 12 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 23/07/2026 14:25:39.
Sistema	24/07/2026 às 17:04:18	O item 12 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 24/07/2026 17:14:18.
Eventos do Item 12		
Data/Hora	**Descrição**	
04/08/2026 às 17:15:24	Fornecedor SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA, CNPJ 49.392.317/0001-00 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 15,2500.	
04/08/2026 às 17:15:32	Item homologado.	
Fase Recursal do Item/Grupo *		
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.		
Sessão 1		
Prazos:		
Intenção de recurso no julgamento:	23/07/2026 14:25:39	
Intenção de recurso na habilitação:	24/07/2026 17:14:18	

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:A58A33E7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
ERRATA PORTARIA N° 323/2026

ONDE SE LÊ:
PORTARIA Nº 323/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	**Cargo**	**Diária(s)**	**Cidade**	**Dia(s)**	**Finalidade**
Oatana Greicy Estival	Técnica de Enfermagem	03 (três)	Cascavel – PR	17,18,31 de julho de 2026.	Transferência de Pacientes.
Tatiana S. de Paula	Técnica de Enfermagem	11 (onze)	Cascavel – PR	16,20,21,22,23,24,27,28,29,30,31 de julho de 2026.	Transferência de pacientes para HUOP, INOVA, UOPCCAN, CEONC, PRO NEURO, LIMA, SÃO LUCAS, PARANAMED.
Cristiane Antunes da Silva H.	Técnica de Enfermagem	01 (uma)	Cascavel – PR	25 de julho de 2026	HUOP.
Ana Paula Overbeck Marques	Técnico de Enfermagem	05 (cinco)	Cascavel – PR	10,11,19,21,26 de julho de 2026.	HUOP, SÃO LUCAS.
Everton kuhn Bittencourt	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	29 de julho de 2026.	Hospital Nossa Senhora Aparecida.
Elenoir Lucas Fontana	Motorista	01 (uma)	Guarapuava – PR	29 de julho de 2026.	Hospital Regional do Centro Oeste.
Valdecir dickel	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	28,29,30,31 de julho 03 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, CEONC, HOSP/DOS OLHOS, PRIME, CIT.
Ricardo Mendes Ribeiro de Souza	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	28,29,30,31 de julho e 03 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, CEONC, HOSP/DOS OLHOS, PRIME, CIT.
Albino Junior rheinheimer	Motorista	01 (uma)	Cascavel – PR	03 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, CEONC, HOSP/DOS OLHOS, PRIME, CIT.
Albino Junior rheinheimer	Motorista	03 (três)	Cascavel – PR	28,30,31 de julho de 2026.	HUOP, CISOP, CEONC, HOSP/DOS OLHOS, PRIME, CIT.

Paulo Fabio Gossler	Motorista	07 (sete)	Cascavel Nova Aurora 28 - PR	28,29,30,31 de agosto e 01,02,03 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, CEONC, HOSP/DOS OLHOS, PRIME, CIT.
Mazinho W. da Silva	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	28,29,30,31 de julho e 03 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, CEONC, HOSP/DOS OLHOS, PRIME, CIT.
Fabian Oliveira Martins	Motorista	05 (cinco)	Cascavel, Corbélia e Toledo - PR	28,29,30,31 de julho e 03 de agosto de 2026.	Transferência de pacientes para HUOP/CISOP, CEONC.
Israel Reis Bento	Motorista	04 (quatro)	Cascavel – PR	28,29,30,31 de julho e 01,02 de agosto de 2026.	Transferência de pacientes para HUOP/CISOP, CEONC.
Everton kuhn Bittencourt	Motorista	04 (quatro)	Medianeira 28, Cascavel – PR	28,30,31 de julho e 03 de agosto de 2026.	Transferência de pacientes para HUOP/CISOP, CEONC.
Everton Kuhn B.	Motorista	02 (duas)	Curitiba – PR	01,02 de agosto de 2026.	Hospital Pequeno Príncipe.
Elizangela Fatima Cemin Pereira	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	29,30,31 de julho 02,03 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECCAN, RENAL, SÃO LUCAS.
Roberto Dallanora	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	28,29,30,31 de julho e 03 de agosto de 2026.	HUOP/CISOP/UOPECAN.
Elenoir Lucas Fontana	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	03 de julho e 28,29,30,31 de julho de 2026.	HUOP/CISOP/UOPECAN.
Salatier Reis Bento	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	01 de agosto de 2026.	Hospital Nossa Senhora aParecida.
Salatier Reis Bento	Motorista	03 (três)	Céu Azul28, Corbélia 29 e Nova Aurora 31 - PR	28,29,31 de julho de 2026.	HUOP.
Valdemar Domingos de Quadros	Motorista	02 (duas)	Curitiba – PR	01,02 de agosto de 2026.	Hospital do Rocio.
Valdemar Domingos de Quadros	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	28,29,30,31 de julho e 03 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECCAN, CEONC.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

LEIA -SE:
PORTARIA Nº 323/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	**Cargo**	**Diária(s)**	**Cidade**	**Dia(s)**	**Finalidade**
Oatana Greicy Estival	Técnica de Enfermagem	03 (três)	Cascavel – PR	17,18,31 de julho de 2026.	Transferência de Pacientes.
Tatiana S. de Paula	Técnica de Enfermagem	11 (onze)	Cascavel – PR	16,20,21,22,23,24,27,28,29,30,31 de julho de 2026.	Transferência de pacientes para HUOP, INOVA, UOPCCAN, CEONC, PRO NEURO, LIMA, SÃO LUCAS, PARANAMED.
Cristiane Antunes da Silva H.	Técnica de Enfermagem	01 (uma)	Cascavel – PR	25 de julho de 2026	HUOP.
Ana Paula Overbeck Marques	Técnico de Enfermagem	05 (cinco)	Cascavel – PR	10,11,19,21,26 de julho de 2026.	HUOP, SÃO LUCAS.
Everton kuhn Bittencourt	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	29 de julho de 2026.	Hospital Nossa Senhora Aparecida.
Elenoir Lucas Fontana	Motorista	01 (uma)	Guarapuava – PR	29 de julho de 2026.	Hospital Regional do Centro Oeste.
Valdecir dickel	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	28,29,30,31 de julho 03 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, CEONC, HOSP/DOS OLHOS, PRIME, CIT.
Ricardo Mendes Ribeiro de Souza	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	28,29,30,31 de julho e 03 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, CEONC, HOSP/DOS OLHOS, PRIME, CIT.
Albino Junior rheinheimer	Motorista	01 (uma)	Cascavel – PR	03 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, CEONC, HOSP/DOS OLHOS, PRIME, CIT.
Albino Junior rheinheimer	Motorista	03 (três)	Cascavel – PR	28,30,31 de julho de 2026.	HUOP, CISOP, CEONC, HOSP/DOS OLHOS, PRIME, CIT.
Paulo Fabio Gossler	Motorista	07 (sete)	Cascavel Nova Aurora 28 - PR	28,29,30,31 de julho e 01,02,03 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, CEONC, HOSP/DOS OLHOS, PRIME, CIT.
Mazinho W. da Silva	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	28,29,30,31 de julho e 03 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, CEONC, HOSP/DOS OLHOS, PRIME, CIT.
Fabian Oliveira Martins	Motorista	05 (cinco)	Cascavel, Corbélia e Toledo - PR	28,29,30,31 de julho e 03 de agosto de 2026.	Transferência de pacientes para HUOP/CISOP, CEONC.
Israel Reis Bento	Motorista	06 (seis)	Cascavel – PR	28,29,30,31 de julho e 01,02 de agosto de 2026.	Transferência de pacientes para HUOP/CISOP, CEONC.
Everton kuhn Bittencourt	Motorista	04 (quatro)	Medianeira 28, Cascavel – PR	28,30,31 de julho e 03 de agosto de 2026.	Transferência de pacientes para HUOP/CISOP, CEONC.
Everton Kuhn B.	Motorista	02 (duas)	Curitiba – PR	01,02 de agosto de 2026.	Hospital Pequeno Príncipe.
Elizangela Fatima Cemin Pereira	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	29,30,31 de julho 02,03 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECCAN, RENAL, SÃO LUCAS.
Roberto Dallanora	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	28,29,30,31 de julho e 03 de agosto de 2026.	HUOP/CISOP/UOPECAN.
Elenoir Lucas Fontana	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	03 de agosto e 28,29,30,31 de julho de 2026.	HUOP/CISOP/UOPECAN.
Salatier Reis Bento	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	01 de agosto de 2026.	Hospital Nossa Senhora aParecida.
Salatier Reis Bento	Motorista	03 (três)	Céu Azul28, Corbélia 29 e Nova Aurora 31 - PR	28,29,31 de julho de 2026.	HUOP.
Valdemar Domingos de Quadros	Motorista	02 (duas)	Curitiba – PR	01,02 de agosto de 2026.	Hospital do Rocio.
Valdemar Domingos de Quadros	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	28,29,30,31 de julho e 03 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECCAN, CEONC.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:43D0B658

GABINETE PREFEITO
ERRATA PORTARIA N° 324/2026

ONDE SE LÊ:

PORTARIA Nº 324/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Odilce Terezinha Parolin	Enfermeira	01 (uma)	Cascavel – PR	29 de julho de 2026	Oficina de Tutores do PlanificaSUS – Gestão de cuidado em saúde mental.
Andreia Calgaro	Enfermeira	01 (uma)	Cascavel – PR	29 de julho de 2026	Oficina de Tutores do PlanificaSUS – Gestão de cuidado em saúde mental.
Soraya Buenos Aires	Enfermeira	01 (uma)	Cascavel – PR	29 de julho de 2026	Oficina de Tutores do PlanificaSUS – Gestão de cuidado em saúde mental.
Rosimary Ykeda Gomes S.	Enfermeira	01 (uma)	Cascavel – PR	29 de julho de 2026	Oficina de Tutores do PlanificaSUS – Gestão de cuidado em saúde mental.
Ana Paula Overbeck Marques	Técnico de Enfermagem	01 (uma)	Vargem Bonita – SC	23 de julho de 2026.	Repatriar Paciente.
Maria Luiza de Carli	Agente de Administração	01 (uma)	Cascavel – PR	30 de julho de 2026.	Participação em Fórum de Controle Social.
Rosimeire Nunes	Agente Comunitário de Saúde	03 (três)	Cascavel – PR	16,23,30 de julho de 2026.	Participação em Fórum de Controle Social.
Susane Santos de Paula	Agente Combate as Endemias	03 (três)	Cascavel – PR	16,23,30 de julho de 2026.	Participação em Fórum de Controle Social.
Ana Leticia Pessatto	Médica	03 (três)	Cascavel – PR	14 de julho de 2026.	Participação em Capacitação: pré Diabéticos e diabetes na atenção primaria a saúde
Silvane Dallabrida	Enfermeira	01 (uma)	Cascavel – PR	29 de julho de 2026.	Treinamento sobre manejo de acidentes causados por animais peçonhentos.
Regina Cristina Antunes	Secretária Municipal de Saúde	01 (uma)	Cascavel – PR	30 de julho de 2026.	Reunião Ordinária do CRESEMS.
Osmar Geraldo da Silva	Motorista	01 (uma)	Santa Tereza do Oeste – PR	02 de agosto de 2026.	Conduziu a equipe de corridas para a corrida agosto lilás.
Valdemir José Kalkmann Marques	Motorista	01 (uma)	Ubiratã – PR	01 de agosto de 2026.	Levar pessoal do Fustsal, União capitão.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 30 de julho de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

LEIA -SE:

PORTARIA Nº 324/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Odilce Terezinha Parolin	Enfermeira	01 (uma)	Cascavel – PR	29 de julho de 2026	Oficina de Tutores do PlanificaSUS – Gestão de cuidado em saúde mental.
Andreia Calgaro	Enfermeira	01 (uma)	Cascavel – PR	29 de julho de 2026	Oficina de Tutores do PlanificaSUS – Gestão de cuidado em saúde mental.
Soraya Buenos Aires	Enfermeira	01 (uma)	Cascavel – PR	29 de julho de 2026	Oficina de Tutores do PlanificaSUS – Gestão de cuidado em saúde mental.
Rosimary Ykeda Gomes S.	Enfermeira	01 (uma)	Cascavel – PR	29 de julho de 2026	Oficina de Tutores do PlanificaSUS – Gestão de cuidado em saúde mental.
Ana Paula Overbeck Marques	Técnico de Enfermagem	01 (uma)	Vargem Bonita – SC	23 de julho de 2026.	Repatriar Paciente.
Maria Luiza de Carli	Agente de Administração	01 (uma)	Cascavel – PR	30 de julho de 2026.	Participação em Fórum de Controle Social.
Rosimeire Nunes	Agente Comunitário de Saúde	03 (três)	Cascavel – PR	16,23,30 de julho de 2026.	Participação em Fórum de Controle Social.
Susane Santos de Paula	Agente Combate as Endemias	03 (três)	Cascavel – PR	16,23,30 de julho de 2026.	Participação em Fórum de Controle Social.
Ana Leticia Pessatto	Médica	01 (uma)	Cascavel – PR	14 de julho de 2026.	Participação em Capacitação: pré Diabéticos e diabetes na atenção primaria a saúde
Silvane Dallabrida	Enfermeira	01 (uma)	Cascavel – PR	29 de julho de 2026.	Treinamento sobre manejo de acidentes causados por animais peçonhentos.
Regina Cristina Antunes	Secretária Municipal de Saúde	01 (uma)	Cascavel – PR	30 de julho de 2026.	Reunião Ordinária do CRESEMS.
Osmar Geraldo da Silva	Motorista	01 (uma)	Santa Tereza do Oeste – PR	02 de agosto de 2026.	Conduziu a equipe de corridas para a corrida agosto lilás.
Valdemir José Kalkmann Marques	Motorista	01 (uma)	Ubiratã – PR	01 de agosto de 2026.	Levar pessoal do Fustsal, União capitão.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 30 de julho de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:4C66EFEB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/2026.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **J C ZIGER ARBITRAGEM E TERRAPLENAGEM,** estabelecida na Avenida Grandes Amigos do Meio Ambiente, S/N, centro, na cidade de Guaraniaçu, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 29.409.986/0001-30, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Junior Cezar Ziger, brasileiro, portador do CPF nº 837.xxx.829-xx, residente e domiciliado a Rua Jose Humberto Fernandes, nº 244, na cidade de Guaraniaçu, Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico em epígrafe, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) cuja(s) proposta(s) foi(ram) classificada(s) ajustam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente do Edital **Pregão Eletrônico nº 19/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇO DE ARBITRAGEM NOS CAMPEONATOS A SEREM DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE ESPORTES**.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O serviço deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do serviço.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARÁGRAFO SÉTIMO – O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for entregue, mediante emissão da Ordem de fornecimento por parte da Municipalidade.
PARÁGRAFO OITAVO - Além de todo disposto no edital, aplicam-se ao edital e ATA as normas e demais descritivos constantes no Termo de Referência e no **edital.**
PARÁGRAFO NONO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços/fornecimento do material, a fim de que não sejam entregues aqueles que não atendam aos níveis de qualidade estabelecidos.
PARAGRAFO DÉCIMO - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte da ATA.
PARAGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A empresa deverá munir seus funcionários de uniforme e equipamentos necessários para realização dos serviços, bem como arcar com despesas de deslocamento, alimentação, e estadia se houver necessidade, bem como atender integralmente o que descrito no Termo de referência.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO
FUTSAL ADULTO: 6 (seis) profissionais: 4 (quatro) árbitros (CURSO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE) sendo **1 (um) árbitro com formação/credenciamento CBFS** e 2 (dois) anotadores (CURSO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE).
FUTEBOL SETE/SOCIETY/SUIÇO: 4 (quatro) árbitros (CURSO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE) sendo **1 (um) árbitro com formação/credenciamento CBF7**.
FUTEBOL DE CAMPO: 2 (dois) árbitros (CURSO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE) sendo **1 (um) árbitro com formação/credenciamento CBF**, 4 (quatro) auxiliares (CURSO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE).
VOLEIBOL/VÔLEI DE AREIA: 4 (quatro) árbitros (CURSO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE) 2 anotadores (CURSO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE).
BOCHA: 1 (um) árbitro (CURSO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE).
BOLÃO: 1 (um) árbitro (CURSO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE).

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto desta ATA, pelo preço de **R$ 179.200,00 (cento e setenta e nove mil duzentos reais).**

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	VALOR POR JOGO/DIÁRIA	VALOR TOTAL
1	100	JOGO	Arbitragem campeonato de futsal categoria adulto livre e amistosos sendo 2 (dois) árbitros e 1(um) anotador.	340,00	34.000,00
2	45	JOGO	Arbitragem campeonato de Futebol – Sete/Society categoria adulto livre e veterano "suíço", sendo 2 (dois) árbitros e 1 (um) anotador. Realização urbana e interior (comunidades).	350,00	15.750,00
3	40	JOGO	Arbitragem campeonato de futebol de campo categoria adulto livre, sendo 1 (um) árbitro, 2 (dois) auxiliares e 1 (um) anotador. Realização estádio municipal Odir Pandini.	900,00	36.000,00
4	65	JOGO	Arbitragem campeonato de voleibol e amistosos categoria adulto masculino e feminino, sendo 2 (dois) árbitros e 1 (um) anotador.	330,00	21.450,00
5	25	DIÁRIA	Serviço de arbitragem de voleibol e vôlei de areia: categorias de base e jogos internos. Sendo 2 (dois) árbitros e 1 (um) anotador. Com até 10 (dez) jogos no dia.	1.000,00	25.000,00
6	30	DIÁRIA	Serviço de arbitragem de bocha. Sendo 1 (um) árbitro e 1 (um) anotador. Com até 6 (seis) jogos no dia.	300,00	9.000,00
7	40	DIÁRIA	Serviço de arbitragem de Bolão, sendo 1 (um) árbitro e 2 (dois) anotadores. O valor da diária será válido para prestação de serviços com duração de até 8 (oito) horas. Ultrapassado esse período, será pago valor proporcional ao período trabalhado.	200,00	8.000,00
8	30	DIÁRIA	Arbitragem campeonato de futsal categorias de base, sub-17, sub-15, sub-13, sub-11, sub-09 e sub-07, sendo 2 (dois) árbitros e 1 (um) anotador. Com até 6 (seis) jogos no dia.	1.000,00	30.000,00

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Durante a vigência da ATA, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista legalmente, ou de redução dos preços praticados no mercado.
PARAGRAFO QUARTO – Caso seja prorrogada ata/contrato o valor poderá ser reajustado conforme vigência de preços de mercado. Caso se aplique reajuste, dentro do valor de mercado, ter-se-á como máximo a ser aplicado o índice do IPCA.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a) após a execução do serviço, e mediante apresentação de nota fiscal;
b) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
c) A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço "compras@catanduvas.pr.gov.br", sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra "**c"**, implicará em não pagamento, ao tempo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do ATA, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do ATA;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura da ATA, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e ATA.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.20.27.812.1950.2.017	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2533

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A ata de registro de preços terá validade para 12 (doze) meses, após sua assinatura.
PARAGRAFO SEGUNDO - A Ata poderá ser prorrogada por igual período, nos termos da Lei.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A execução deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a emissão da solicitação de fornecimento. OU conforme prazo constante na solicitação.
PARÁGRAFO QUARTO – Os serviços prestados deverão atender integralmente às competições e eventos para os quais forem contratados, permanecendo válidos até o encerramento de cada campeonato, torneio ou competição correspondente, conforme cronograma definido pela Administração Municipal.
PARÁGRAFO QUINTO – Caso seja prorrogada a ata, poderá o valor ser reajustado no máximo pelo índice do IPCA, podendo ser menor se ajustado entre as partes.
PARAGRAFO SEXTO – O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de execução/registro.
PARAGRAFO SÉTIMO – LOCAL DE EXECUÇÃO: Os serviços deverão ser executados no endereço a ser repassado na solicitação de fornecimento/execução, dentro do território municipal, sendo que serão efetuados jogos na sede e interior do município.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.
CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Felipe da Silva Trombeta**.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato/ata de registro de preços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo de referência e do contrato/ata de registro de preços, em especial o contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Atender ao contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, sob total e única responsabilidade.
2 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
3 - Dispor da quantidade suficiente de mercadoria, equipamentos e pessoal, necessários para o fornecimento do serviço objeto deste processo.
4 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
5 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
6 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
7 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
8 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
9 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
10 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
11 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
12 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
13 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
14 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado ao(a) Pregoeiro/Agente de contratação (a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) Pregoeiro/Agente de contratação (a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio do sistema Compras.gov.br. O Pregoeiro/Agente de contratação, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO - O Pregoeiro/Agente de contratação poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 05 de agosto de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.259-XX

J C Ziger Arbitragem E Terraplenagem
JUNIOR CEZAR ZIGER
Representante Legal
CPF: 837.xxx.829-xx

FELIPE DA SILVA TROMBETA
Fiscal Da Ata De Registro De Preços

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Da Ata De Registro De Preços

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:699CA8A1

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 4/2026

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 4/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 27/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 57/2026

O Município de Catanduvas, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 2/2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação na modalidade Inexigibilidade nº 27/2026, destinada ao **CREDENCIAMENTO PARA SELEÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA A ALIENAÇÃO DE BENS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS**, foi realizada às 14h00 do dia 04 de agosto de 2026, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal. A classificação das habilitadas foi definida por meio de sorteio realizado durante a sessão pública, em conformidade com as disposições editalícias.
Após a realização do sorteio, restou definida a seguinte ordem de classificação:

Classificação	Proponentes Habilitadas
1º	ANA CAROLINA ZANINETTI ROSA
2º	DANIEL ELIAS GARCIA
3º	LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA
4º	RICARDO FERREIRA GOMES
5º	LELIA MARIA DE PAULA LENZ CESAR
6º	CAMILA DE MOURA GAYA PELISSARRI
7º	CONRADO AUGUSTO CARVALHO DE MAGALHAES
8º	FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO
9º	JOACIR MONZON POUEY
10º	JEREMY WU SANTIAGO DA COSTA E SILVA
11º	ALEX SANDRO VIEIRA FELIX
12º	GUILHERME EDUARDO STUTZ TOPOROSKI
13º	HELCIO KRONBERG
14º	JORGE MARCO AURELIO BIAVATTI
15º	JAQUELINE SPERANÇA
16º	SIDNEY BELARMINO FERREIRA JUNIOR
17º	PEDRO LERNER KRONBERG
18º	JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA
19º	LUIZ BARBOSA DE LIMA JUNIOR
20º	MARCOS ANTONIO TULIO
21º	ADALBERTO SHERER FILHO
22º	ANDERSON LUCHTENBERG

Dessa forma, fica **classificado em primeiro lugar** a Sra. ANA CAROLINA ZANINETTI ROSA, Leiloeira Oficial, matrícula na Junta Comercial nº 25/413-L, a qual será convocada para a assinatura do contrato, observadas as condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

Catanduvas – PR, 05 de agosto de 2026.

NATIELLY SANTOS DE OLIVEIRA
Agente De Contratação

ROSINHA DOS REIS
Membro

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:6398468F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
007-2026_EDITAL DE APROVAÇÃO DE REGULARIZACAO_PROCESSO_1196-2022

EDITAL DE APROVAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – 007/2026

Eu, **ANTONIO ADAMIR DIGNER**, Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no exercício das atribuições legais e em observância ao art. 28, V, da Lei Federal nº 13.465/2017, **FAÇO SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento que a **Comissão de Regularização Fundiária - REURB**, instituída por meio do Decreto Municipal nº 382/2022 e suas posteriores alterações, após a análise técnica, jurídica, urbanística, ambiental e registral pertinente, bem como o cumprimento das etapas procedimentais previstas na legislação federal e municipal aplicável, **CONCLUIU** o procedimento de Regularização Fundiária (REURB), destinado à regularização do núcleo urbano informal, mediante a emissão dos instrumentos de Legitimação Fundiária, referente ao seguinte requerimento administrativo:

PROCESSO Nº	LOCALIZAÇÃO	REQUERENTES	CLASSIFICAÇÃO
1196/2022	Rua Rosa Wolski Good, nº 243, Jardim das Américas, Contenda/PR. Área 392,05m²	**NEUSA SCHINDA SLUGA e WILSON JOSÉ SLUGA.**	**REURB-S (Edital de Classificação nº 002/2026)**
1196/2022	Rua Rosa Wolski Good, nº 167, Jardim das Américas, Contenda/PR. Área 417,21m²	**SERGIO FERREIRA PADILHA e VANILDE STANCZYK PADILHA** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada*	**REURB-E (Edital de Classificação nº 002/2026)**

***A emissão da CRF fica condicionada ao cumprimento das exigências abaixo descritas:**
A emissão da CRF fica condicionada a r**etificação do mapa do núcleo e do mapa da área individual e memorial descritivo, para o fim de representar e identificar as cotas correspondentes e faixa de incidência das Áreas de Preservação Permanente (APPs)**, com a indicação expressa do respectivo enquadramento legal aplicável à área delimitada. Exemplo: faixa de 15,00 metros nos termos do artigo 65 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), ou outro dispositivo legal pertinente ao caso concreto.

Com a conclusão da **REURB** fica aprovada a regularização fundiária dos lotes supracitados, para a outorga de Títulos de Legitimação Fundiária e/ou Títulos de Legitimação de Posse de ocupantes que preencheram os requisitos da legislação federal e municipal até a presente data, ficando autorizada a emissão da Certidão de Legitimação de Posse e/ou Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para seja levada à registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Lapa/PR, condicionada a apresentação pelos Requerentes dos documentos e exigências acima descritas.

Contenda/Paraná, 05 de Agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larry Hugo Sanches
Código Identificador:17EC23AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
008-2026_EDITAL DE APROVAÇÃO DE REGULARIZACAO_PROCESSO_1961-2022

EDITAL DE APROVAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – 008/2026

Eu, **ANTONIO ADAMIR DIGNER**, Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no exercício das atribuições legais e em observância ao art. 28, V, da Lei Federal nº 13.465/2017, **FAÇO SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento que a **Comissão de Regularização Fundiária - REURB**, instituída por meio do Decreto Municipal nº 382/2022 e suas posteriores alterações, após a análise técnica, jurídica, urbanística, ambiental e registral pertinente, bem como o cumprimento das etapas procedimentais previstas na legislação federal e municipal aplicável, **CONCLUIU** o procedimento de Regularização Fundiária (REURB), destinado à regularização do núcleo urbano informal, mediante a emissão dos instrumentos de Legitimação Fundiária, referente ao seguinte requerimento administrativo:

PROCESSO Nº	LOCALIZAÇÃO	REQUERENTES	CLASSIFICAÇÃO
1961/2022	Rua Leopoldo Bazia, nº 145, bairro: Pepes, Contenda/PR Área: 257,15m² **LOTE 3**	**JULIANO DO PERPETUO COLAÇO**	**REURB-E (Edital de Classificação nº 03/2024)**
1961/2022	Rua Sergio Benedito da Silveira, nº 06, bairro: Pepes, Contenda/PR Área: 242,88m² **LOTE 11**	**ELIDIANE FERNANDES DA CRUZ**	**REURB-E (Edital de Classificação nº 011/2025)**
1961/2022	Rua João Maria de Lara Pepes, nº 2193, md 04, bairro: Pepes, Contenda/PR Área: 244,32m² **LOTE 13**	**LUCAS MATEUS PEDROSO E FERNANDA APARECIDA IVACIUK** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a retificação do mapa e/ou memorial descritivo, para constar a cota da servidão de passagem, com a indicação expressa de sua largura.	**REURB-S (Edital de Classificação nº 011/2025)**
1961/2022	Rua João Maria de Lara Pepes, nº 2193, md 01, bairro: Pepes, Contenda/PR Área: 426,37m² **LOTE 14**	**ALBINO IVACIUK** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a retificação do mapa, para constar a cota da servidão de passagem, com a indicação expressa de sua largura.	**REURB-S (Edital de Classificação nº 03/2024)**
1961/2022	Rua Joana Padilha Pepes, nº 50, bairro: Pepes, Contenda/PR Área: 627,34m² **LOTE 22**	**SANDRO DA ROSA PAES** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a retificação do mapa e/ou memorial descritivo, a fim de constar a metragem correta da área, vez que divergentes. No mapa e na TRT consta a área como sendo 627,34m² e o perímetro 131,68m e no memorial descritivo	**REURB-S (Edital de Classificação nº 011/2025)**

		consta área como sendo 627,25m² e o perímetro 131,68m.	
1961/2022	Rua Lopoldo Bazia, nº 380, bairro: Pepes, Contenda/PR Área: 353,28m² **LOTE 23**	**RONNEY ANDERSON DOS SANTOS E GERLI ANTONIA DA SILVA SANTOS**	**REURB-S** **(Edital de Classificação nº 03/2024)**
1961/2022	Rua Joana Padilha Pepes, nº 410, bairro: Pepes, Contenda/PR Área: 479,83m² **LOTE 24**	**EVA IVETE DRANKA**	**REURB-S** **(Edital de Classificação nº 01/2024)**
1961/2022	Rua Joana Padilha Pepes, nº 434, bairro: Pepes, Contenda/PR Área: 500,00m² **LOTE 25**	**IZOLETE HOFMAM** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a retificação do mapa e/ou memorial descritivo, a fim de constar a metragem correta da área, vez que divergentes.	**REURB-S** **(Edital de Classificação nº 011/2025)**
1961/2022	Rua Joana Padilha Pepes, nº 220, bairro: Pepes, Contenda/PR Área: 937,35m² **LOTE 26**	**ROBERTO LUIZ DAS CHAGAS FREITAS** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a apresentação de documentos que comprovem a posse do Requerente desde o ano de 2003. Exemplo: conta de energia elétrica, água, comprovante de endereço, etc.	**REURB-E** **(Edital de Classificação nº 03/2024)**
1961/2022	Rua Joana Padilha Pepes, nº 137, bairro: Pepes, Contenda/PR Área: 1.158,14m² **LOTE 27**	**IRAYDES OLIVEIRA DOS SANTOS** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a apresentação de Certidão de Casamento com a averbação do óbito do cônjuge.	**REURB-E** **(Edital de Classificação nº 03/2024)**
1961/2022	Rua Joana Padilha Pepes, nº 515, bairro: Pepes, Contenda/PR Área: 967,62m² **LOTE 38**	**ROGÉRIO JAVORSKI E ANGELA MARIA DA SILVA JAVORSKI**	**REURB-E** **(Edital de Classificação nº 03/2024)**

Com a conclusão da **REURB** fica aprovada a regularização fundiária dos lotes supracitados, para a outorga de Títulos de Legitimação Fundiária e/ou Títulos de Legitimação de Posse de ocupantes que preencheram os requisitos da legislação federal e municipal até a presente data, ficando autorizada a emissão da Certidão de Legitimação de Posse e/ou Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para seja levada à registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Lapa/PR, condicionada a apresentação pelos Requerentes dos documentos e exigências acima descritas.

Contenda/Paraná, 05 de Agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larry Hugo Sanches
Código Identificador:2E02D174

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
009-2026_EDITAL DE APROVAÇÃO DE REGULARIZACAO_PROCESSO_1964-2022

EDITAL DE APROVAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – 009/2026

Eu, **ANTONIO ADAMIR DIGNER**, Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no exercício das atribuições legais e em observância ao art. 28, V, da Lei Federal nº 13.465/2017, **FAÇO SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento que a **Comissão de Regularização Fundiária - REURB**, instituída por meio do Decreto Municipal nº 382/2022 e suas posteriores alterações, após a análise técnica, jurídica, urbanística, ambiental e registral pertinente, bem como o cumprimento das etapas procedimentais previstas na legislação federal e municipal aplicável, **CONCLUIU** o procedimento de Regularização Fundiária (REURB), destinado à regularização do núcleo urbano informal, mediante a emissão dos instrumentos de Legitimação Fundiária, referente ao seguinte requerimento administrativo:

PROCESSO Nº	LOCALIZAÇÃO	REQUERENTES	CLASSIFICAÇÃO
1964/2022	Rua Anna Maria Franco Cordeiro, nº 35, bairro: Centro, Contenda/PR. Área 76,20m² **CASA 01 – BLOCO 17**	**ANTÔNIA CASTRO NIZER E JOÃO CARLOS FERREIRA**	**REURB-S** **(Edital de Classificação nº 013/2025)**
1964/2022	Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 36, bairro: Centro, Contenda/PR. Área 78,87m² **CASA 01 – BLOCO 18**	**CECILIA APARECIDA RODRIGUES -**	**REURB-S** **(Edital de Classificação nº 013/2025)**
1964/2022	Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 24, bairro: Centro, Contenda/PR. Área 241,66m² **CASA 01 e 02 – BLOCO 12**	**EDMIR ALVES DE SOUZA**	**REURB-S** **(Edital de Classificação nº 013/2025)**
1964/2022	Rua Anna Maria Franco Cordeiro, nº 25, bairro: Centro, Contenda/PR. Área 145,15m² **CASA 01 - BLOCO 13**	**MICHELI DE LIMA SCHAFHAUSER E MICHEL DE LIMA SCHAFHAUSER** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a	**REURB-E** **(Edital de Classificação nº 013/2025)**
1964/2022	Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 68, bairro: Centro, Contenda/PR. Área 78,36m² **CASA 18 – BLOCO 18**	**SONELE APARECIDA DE SOUZA** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a*	**REURB-S** **(Edital de Classificação nº 013/2025)**

***A emissão da CRF fica condicionada ao cumprimento das exigências abaixo descritas:**

SONELE APARECIDA DE SOUZA
A emissão da CRF fica condicionada a r**etificação do mapa do núcleo e do mapa da área individual e memorial descritivo, para o fim de representar e identificar as cotas correspondentes e faixa de incidência das Áreas de Preservação Permanente (APPs)**, com a indicação expressa do respectivo enquadramento legal aplicável à área delimitada. Exemplo: faixa de 15,00 metros nos termos do artigo 65 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), ou outro dispositivo legal pertinente ao caso concreto.

MICHELI DE LIMA SCHAFHAUSER E MICHEL DE LIMA SCHAFHAUSER
A emissão da CRF fica condicionada ao decurso de prazo referente a Republicação do Edital de Classificação da Modalidade de REURB nº 13/2025.

Com a conclusão da **REURB** fica aprovada a regularização fundiária dos lotes supracitados, para a outorga de Títulos de Legitimação Fundiária e/ou Títulos de Legitimação de Posse de ocupantes que preencheram os requisitos da legislação federal e municipal até a presente data, ficando autorizada a emissão da Certidão de Legitimação de Posse e/ou Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para seja levada à registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Lapa/PR, condicionada a apresentação pelos Requerentes dos documentos e exigências acima descritas.

Contenda/Paraná, 05 de Agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larry Hugo Sanches
Código Identificador:65EA8A2F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL 001/2026 - CONCURSO PÚBLICO 001/2026

Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná.
EDITAL DE ABERTURA N.º 001/2026
O Prefeito do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, em especial, a Lei Complementar n.º 071/2025 – *Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná*, **TORNA PÚBLICA** a realização do **Concurso Público n.º 001/2026**, sob o regime estatutário para o provimento de vagas do quadro de servidores da Administração Pública Municipal.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Concurso Público a que se refere o presente Edital será executado pela Fundação FAFIPA – *Campus* de Paranavaí, CNPJ: 05.566.804/0001-76, com sede administrativa na Av. Paraná, 794 A - Esquina com Rua Guaporé, 1° Andar - Centro CEP: 87.705-190, Paranavaí – PR, endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br e correio eletrônico candidato@fundacaofafipa.org.br.
A seleção visa o preenchimento de vagas, sob o regime estatutário, para suprir a necessidade de servidores da Administração Pública Municipal.
O presente certame terá prazo de validade de 02 (dois) anos, a contar da data de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração Pública Municipal.
À Comissão Organizadora designada pela **Portaria n.º 056/2026**, ficam delegados todos os poderes necessários para o pleno desenvolvimento do certame, e fornecer documentos/informações na esfera administrativa e judicial.

2. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

2.1 A seleção dos candidatos inscritos para o Concurso Público de que trata o presente Edital dar-se-á por meio das seguintes etapas:
Prova objetiva (PO) de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos;
Prova discursiva (PD) de caráter eliminatório e classificatório para os cargos de **PROFESSOR MUNICIPAL 20H e 40H** e **PROFESSOR MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20H**;
Prova de títulos (PT) de caráter classificatório para os cargos de **NÍVEL SUPERIOR**;
Prova Prática (PP) de caráter eliminatório e classificatório para os cargos de **NÍVEL FUNDAMENTAL**.
2.2 A convocação para as vagas ofertadas será feita de acordo com a necessidade e a conveniência do Município de Coronel Vivida – PR, observando-se o prazo de validade do Concurso Público.
2.3 Caso haja demanda de novos provimentos acima do número de vagas previamente disponibilizadas, desde que dentro do prazo de validade do certame, a Administração Pública Municipal poderá convocar os candidatos excedentes classificados, observando a ordem final de classificação.
2.4 As atribuições dos cargos ofertados estão descritas no **Anexo I** deste Edital.
2.5 Os conteúdos programáticos das provas objetiva e discursiva encontra(m)-se no **Anexo II** deste Edital.
2.6 O cronograma de execução do certame encontra-se disposto no **Anexo III** deste Edital.
2.7 Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos, diverso do constante deste edital. O candidato deverá observar, rigorosamente, as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e demais publicações no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br e coronelvivida.pr.gov.br**. É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações.**

3. DOS CARGOS PÚBLICOS

3.1 O cargo, o requisito, a carga horária semanal, o número de vagas para ampla concorrência (AC), o número de vagas para pessoa com deficiência (PcD), os vencimentos iniciais, e o valor da taxa de inscrição são os estabelecidos a seguir:

TABELA 3.1					
CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL					
VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO					**R$ 100,00**
QUADRO DE VAGAS					
CARGO	**REQUISITO**	**CHS**	**AC**	**PcD (10%)**	**VENCIMENTO**
Motorista	Ensino fundamental incompleto e Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "D" ou superior	44h	**04 + CR**	-	R$ 2.933,20
Operador de Máquina Rodoviária	Ensino fundamental incompleto e Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "C" ou superior	44h	**03 + CR**	-	R$ 3.645,38

TABELA 3.2					
CARGOS DE NÍVEL TÉCNICO					
VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO					**R$ 120,00**
QUADRO DE VAGAS					
CARGO	**REQUISITO**	**CHS**	**AC**	**PcD (10%)**	**VENCIMENTO**
Técnico de Enfermagem	Ensino médio completo com Curso Técnico de Enfermagem e registro no respectivo conselho de classe (COREN)	40h	**CR**	-	R$ 3.035,65
Técnico em Higiene Dental	Ensino médio completo com Curso Técnico em Saúde Bucal e registro no respectivo conselho de classe (CRO)	40h	**02 + CR**	-	R$ 3.035,65
Fiscal de Obras e Posturas	Ensino médio completo com Curso Técnico em Edificações e /ou Técnico de Construção Civil	40h	**01 + CR**	-	R$ 3.035,65
Técnico em Segurança do Trabalho	Ensino médio completo com Curso Técnico em Segurança do Trabalho e comprovação de habilitação (registro	40h	**01 + CR**	-	R$ 3.035,65

	profissional) de Técnico em Segurança do Trabalho					

TABELA 3.3						
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO						
VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO						**R$ 100,00**
QUADRO DE VAGAS						
CARGO	**ÁREA DE ATUAÇÃO**	**REQUISITO**	**CHS**	**AC**	**PcD (10%)**	**VENCIMENTO**
Agente Comunitário de Saúde	Equipe ESF n.º 011 – Unidade Básica de Saúde Madalosso	Ensino médio completo e residir na área de atuação desde a data de publicação do edital	40h	**01 + CR**	-	R$ 3.242,01
Assistente Administrativo	Ensino médio completo		40h	**CR**	-	R$ 2.802,87
Auxiliar de Odontologia	Ensino médio completo com Curso de Auxiliar de Saúde Bucal		40h	**CR**	-	R$ 2.802,87
Secretário Escolar da Educação Básica	Ensino médio completo		40h	**04 + CR**	01	R$ 2.802,87

***** área de atuação do cargo de Agente comunitário, disponível para consulta via link: drive.google.com ****

TABELA 3.4					
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR					
VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO					**R$ 150,00**
QUADRO DE VAGAS					
CARGO	**REQUISITO**	**CHS**	**AC**	**PcD (10%)**	**VENCIMENTO**
Analista de Tecnologia da Informação	Ensino superior completo nas áreas de Informática, em Tecnologia da informação, Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia de Software, Sistemas de Informação, Processamento de Dados	40h	**01 + CR**	-	R$ 6.347,27
Assistente Social	Ensino superior completo em Serviço Social e registro no respectivo conselho de classe (CRESS)	30h	**03 + CR**	-	R$ 4.415,49
Contador	Ensino superior completo em Ciências Contábeis e registro no respectivo conselho de classe (CRC)	40h	**CR**	-	R$ 6.347,27
Enfermeiro	Ensino superior completo em Enfermagem e registro no respectivo conselho de classe (COREN)	40h	**CR**	-	R$ 4.992,03
Engenheiro Civil	Ensino superior completo em Engenharia Civil e registro no respectivo conselho de classe (CREA)	40h	**CR**	-	R$ 6.899,21
Farmacêutico	Ensino superior completo em Farmácia e registro no respectivo conselho de classe (CRF)	40h	**02 + CR**	-	R$ 4.992,03
Fiscal Tributário	Ensino superior completo nas áreas de Direito, Contabilidade ou Administração	40h	**01 + CR**	-	R$ 6.347,27
Fonoaudiólogo	Ensino superior completo em Fonoaudiologia e registro no respectivo conselho de classe (CREFONO)	40h	**02 + CR**	-	R$ 4.992,03
Médico da Família	Ensino superior completo em Medicina e registro no respectivo conselho de classe (CRM)	40h	**CR**	-	R$ 21.525,56
Nutricionista	Ensino superior completo em Nutrição e registro no respectivo conselho de classe (CRN)	40h	**02 + CR**	-	R$ 4.992,03
Procurador Jurídico	Ensino superior completo em Direito e registro no respectivo conselho de classe (OAB)	30h	**CR**	-	R$ 8.147,79
Professor Municipal 20h	formação em Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia; ou formação em curso Normal Superior; ou formação em Ensino Médio, na modalidade Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Normal, com Curso Superior de Licenciatura Plena.	20h	**18 + CR**	**02**	R$ 2.565,32
Professor Municipal 40h	formação em Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia; ou formação em curso Normal Superior; ou formação em Ensino Médio, na modalidade Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Normal, com Curso Superior de Licenciatura Plena.	40h	**07 + CR**	**01**	R$ 5.130,64
Professor Municipal de Educação Física 20h	Ensino superior completo de Licenciatura Plena em Educação Física	20h	**04 + CR**	**01**	R$ 2.565,32
Psicólogo	Ensino superior completo em Psicologia e registro no respectivo conselho de classe (CRP)	40h	**03 + CR**	-	R$ 5.519,37
Terapeuta Ocupacional	Ensino superior completo em Terapia Ocupacional e registro no respectivo conselho de classe (CREFITO)	40h	**01 + CR**	-	R$ 4.992,03

CR = *Cadastro de reserva é o conjunto de candidatos aprovados que tenham obtido classificação além do número de vagas oferecido por cargo. Os candidatos que compõem o cadastro de reserva somente serão nomeados se, durante o período de validade do concurso, ocorrer o surgimento de novas vagas.*
AC *= Ampla Concorrência.* ***CHS*** *= Carga Horária Semanal.* ***PcD*** *= Pessoa com Deficiência.*

4. DOS REQUISITOS PARA POSSE NO CARGO

4.1 São requisitos básicos para o ingresso no quadro de servidores efetivos do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná:
ser brasileiro, nato ou naturalizado, ou estrangeiro, nos termos da Constituição Federal;
ter, na data da posse, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
no caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;
estar quite com suas obrigações eleitorais e em gozo dos direitos políticos;
possuir os requisitos indicados no item 3 deste edital;
não ter sofrido, no exercício de cargo/ emprego/ função pública, penalidade administrativa, cível ou criminal incompatível com a nomeação;
não estar ocupando cargo ou emprego na administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nem ser empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas, salvo os casos de acumulação expressas em lei;
não perceber benefício proveniente de Regime próprio de Previdência Social (RPPS) ou do Regime geral de Previdência Social (RGPS) relativo a emprego público, nos termos do art. 37 §10 da CF/88, salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, hipóteses nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal;
cumprir as determinações deste edital, ter sido aprovado no presente Concurso Público e ser considerado apto após submeter-se aos exames médicos exigidos para a nomeação.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 A inscrição no Concurso Público implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.
5.2 Antes de efetuar o pagamento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos estabelecidos neste Edital.
5.3 O candidato, ao efetuar sua inscrição, não poderá utilizar abreviaturas quanto ao nome, data de nascimento e localidades de nascimento e residência.
5.3.1 Será assegurada a utilização de nome social mediante preenchimento de formulário próprio constante na "Área do candidato", disponível durante o prazo de solicitação de inscrição.
5.3.2 O"nome social" é o nome pelo qual a pessoatravesti,transexualou transgênera se identifica e/ou é reconhecida socialmente e possui a mesma proteção concedida ao nome de registro, assegurada peloDecreto Federal n.º 8.727/2016.
5.3.3 O nome social será utilizado para todas as formas de tratamento e identificação pública do candidato ao longo do certame. Contudo, para fins de emissão de atos oficiais que exijam conformidade com os sistemas governamentais, prevalecerá o nome constante do registro civil, enquanto não houver a retificação judicial ou extrajudicial, para evitar inconsistências nos sistemas da Receita Federal e do Ministério do Trabalho.
5.3.4 É de exclusiva responsabilidade do candidato aprovado comunicar formalmente ao Departamento de Recursos Humanos a eventual retificação de seu nome e/ou gênero no registro civil, apresentando a documentação comprobatória para as devidas atualizações cadastrais.
5.4 O candidato inscrito por terceiro assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu representante, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento do formulário eletrônico de solicitação de inscrição disponível pela via eletrônica.
5.5 As informações prestadas no ato de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo o Município de Coronel Vivida – PR e/ou a Fundação FAFIPA excluí-lo do Concurso Público, decisão esta, que será deliberada em observância à natureza e gravidade da situação fática, ainda que o fato seja constatado em momento oportuno.
5.6 A declaração falsa ou inexata dos dados constantes do formulário de solicitação de inscrição, bem como a falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação determinarão o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, implicando, em qualquer época, a eliminação automática do candidato, sem prejuízo das cominações legais cabíveis. Caso a irregularidade seja constatada após o ato de provimento do candidato, este poderá ser demitido mediante prévio procedimento administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.
5.7 Não será aceita solicitação de inscrição encaminhada/ protocolada por qualquer outro meio não previsto neste Edital.
5.8 No ato da inscrição, o candidato deverá optar por apenas um dos cargos ofertados. Não será admitida a dúplice inscrição, tampouco que o candidato altere o cargo após a efetivação do pagamento da inscrição.
5.9 As inscrições para este Concurso Público serão realizadas somente via internet.
5.10 DAS SOLICITAÇÕES DE INSCRIÇÃO:
5.10.1 O período para a realização das inscrições iniciará às **08h do dia 11/08/2026 perdurando até às 23h59min do dia 08/10/2026**, observado o horário oficial de Brasília – DF, por meio do endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br**HYPERLINK "http://www.fafipa.org/concurso".**
5.10.2 A taxa de inscrição será correspondente aos valores postos nas tabelas do item 3 deste Edital.
5.10.3 Para efetuar sua inscrição, o candidato deverá:
acessar o endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br;
selecionar o concurso pretendido;
declarar ter lido e concordado com os termos deste edital;
inserir o número de Cadastro de Pessoa Física - CPF;
preencher os campos de dados pessoais, foto, endereço, contato, e definir uma senha de acesso pessoal;
selecionar o cargo pretendido;
selecionar a modalidade de Concorrência (Ampla Concorrência, Pessoa com Deficiência), quando houver;
selecionar a condição especial, caso necessário;
selecionar o campo "Efetuar Pagamento", imprimir o boleto bancário da Caixa Econômica (código 104), conferir se os três primeiros números da linha Digitável iniciam-se com n.º 104, bem como conferir se os últimos dígitos da linha Digitável conferem com o valor da taxa de inscrição de acordo com as tabelas do item 3. Caso haja divergência nos números dispostos no boleto bancário, **NÃO** realize o pagamento, e imediatamente entre em contato com a Fundação FAFIPA por meio dos canais de comunicação.
5.10.4 Destaca-se que todo esse procedimento se dá em virtude do aumento de número de fraudes com relação à emissão de boletos bancários. Deste modo, é dever do candidato certificar-se, quanto à existência de instalação de antivírus atualizado no computador que utilizará para efetuar sua inscrição, estando o mesmo livre de qualquer vírus e malwares. A referida precaução se deve ao fato da possibilidade de existência de mecanismos mal-intencionados que adulteram o código de barras do boleto de pagamento, ocasionando a não quitação do boleto, caso tenha sido gerado de forma adulterada.
5.11 O candidato somente terá sua inscrição deferida pela Fundação FAFIPA, após o repasse da confirmação do recebimento da taxa de inscrição pela instituição financeira credenciada – *A atualização do status poderá levar até 72 horas.*
5.11.1 O candidato que efetuar o pagamento de sua inscrição e posteriormente proceder com o cancelamento da mesma, não fará jus ao reembolso do respectivo valor pago junto a Instituição Organizadora.
5.11.2 Do mesmo modo, não fará jus ao reembolso do respectivo valor pago, o candidato que cancelar sua inscrição e posteriormente efetuar o pagamento desta.
5.12 A Fundação FAFIPA e o Município de Coronel Vivida – PR não se responsabilizam por Boleto Bancário emitido através de endereço eletrônico diferente do www.fundacaofafipa.org.br**HYPERLINK "http://www.fafipa.org/concurso".**
5.13 **Não será permitido ao candidato, em hipótese alguma, alterar o cargo para o qual se inscreveu, após a efetivação do pagamento da inscrição.** O candidato poderá alterar o cargo o qual pretende concorrer, até a realização do pagamento da inscrição, a partir disto, será confirmada a inscrição que tenha sido paga.
5.13.1 O candidato que tenha realizado mais de um pagamento, não terá a devolução da importância paga, ainda que efetuada em valor superior ao fixado ou em duplicidade. A devolução da importância paga somente ocorrerá na hipótese de cancelamento do Concurso Público.
5.14 Não será considerado o pedido de inscrição não efetivado por motivo de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação ou congestionamento de linhas, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados.
5.15 O pagamento da taxa de inscrição poderá ser efetuado em toda a rede bancária credenciada até a data limite de **09 de outubro de 2026**, devendo ser observados os horários de compensação das Instituições financeiras.
5.15.1 Em caso de perda ou extravio do boleto bancário, o candidato poderá efetuar a emissão da **2ª via de cobrança** por intermédio da "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, até a data limite de pagamento. **As inscrições realizadas com pagamento após essa data não serão acatadas.**
5.15.2 Recomenda-se que o candidato efetue o acesso ao link supracitado e efetue a emissão do boleto com a antecedência necessária para atender ao limite de horário de compensação da Instituição financeira que o candidato irá utilizar-se para efetuar o pagamento, para que assim seja possível efetuar o pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo registrado no boleto.

5.16 Em hipótese alguma, será processado qualquer registro de pagamento com data posterior à estabelecida no subitem 5.15 deste Edital. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, a não ser por anulação plena deste concurso.
5.17 Não serão aceitas inscrições pagas em cheque que venha a ser devolvido por qualquer motivo, nem as pagas em depósito, PIX ou transferência bancária destinadas diretamente ao Ente Público promovente ou à Fundação FAFIPA, tampouco, as de programação de pagamento que não sejam efetivadas por insuficiência de saldo, agendamentos intempestivos, erros de ordem técnica e outros similares.
5.18 O Município de Coronel Vivida – PR e a Instituição Organizadora não se responsabilizam por solicitação de inscrição via *internet* não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e/ou congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados: por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas, no que se refere ao processamento do pagamento da taxa de inscrição.
5.19 DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO:
5.20 Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição, exceto para os candidatos amparados pelas normas deste Edital.
5.21 A solicitação de isenção da taxa de inscrição para o Concurso Público será realizada somente via internet.
5.22 Da Isenção – Cidadão desempregado e/ou carente de taxa de inscrição (Lei Municipal n.º 1.771/2005):
5.22.1 O candidato interessado em obter a isenção da taxa de inscrição na condição de hipossuficiente deverá:
solicitá-la a partir das **08h do dia 11/08/2026 até as 23h59min do dia 15/08/2026,** observando o horário oficial de Brasília – DF, mediante preenchimento do Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição, disponível no endereço eletrônico da Fundação FAFIPA, www.fundacaofafipa.org.br;
comprovar a inscrição no programa social do Governo Federal do CadÚnico, mediante apresentação de fotocópia do respectivo cadastro;
apresentar fotocópia do comprovante de atualização cadastral do CPF, perante a receita federal; apresentar fotocópia do documento de identificação oficial com foto; apresentar fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), especificamente das páginas de qualificação civil, do último contrato de trabalho e o seu verso;
apresentar fotocópia da conta de luz social, que não ultrapasse à 100 KWh, da última fatura emitida em seu nome, do cônjuge ou companheiro(a) ou ainda de quem seja dependente;
caso o candidato seja locador de imóvel, quanto a sua moradia, deverá apresentar a fotocópia do contrato de locação.
o candidato que não observar os procedimentos colacionados neste item, terá o pedido de solicitação indeferido.
5.23 Da Isenção – Doador de Medula Óssea (Lei Federal n.º 13.656/2018):
5.23.1 O candidato interessado em obter a isenção da taxa de inscrição na condição de doador de medula óssea deverá:
solicitá-la a partir das **08h do dia 11/08/2026 até as 23h59min do dia 15/08/2026,** observando o horário oficial de Brasília – DF, mediante preenchimento do Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição, disponível no endereço eletrônico da Fundação FAFIPA, www.fundacaofafipa.org.br;
comprovar cadastramento perante o Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea – REDOME, mediante juntada de documento oficial (carteirinha de doador e/ou declaração de inscrição), expedida por entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde;
o documento probante da condição de doador de medula óssea deverá ser digitalizado de forma legível.
5.24 Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.810/2017):
5.24.1 O candidato interessado em obter a isenção da taxa de inscrição na condição de doador de sangue deverá:
solicitá-la a partir das **08h do dia 11/08/2026 até as 23h59min do dia 15/08/2026** observando o horário oficial de Brasília – DF, mediante preenchimento do Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição, disponível no endereço eletrônico da Fundação FAFIPA, www.fundacaofafipa.org.br;
comprovar a condição de doador(a) de sangue mediante apresentação de documento expedido pela unidade coletora - ***O documento deverá discriminar a data em que a doação fora feita, para efeitos de obtenção do benefício de isenção, o candidato(a) deverá comprovar que realizou, no mínimo 02 (duas) doações dentro do período de 12 (doze) meses ;***
Farão jus ao benefício previsto neste item, o candidato que tenha feito a doação em um órgão oficial ou entidade credenciada pela União, por Estado ou por Município;
O documento probante da condição de doador de sangue deverá ser digitalizado de forma legível.
5.25 O Município de Coronel Vivida – PR e a Fundação FAFIPA não se responsabilizam pelo não recebimento dos documentos por quaisquer motivos de ordem técnica dos computadores ou falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação e/ou procedimento indevido do candidato, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de seus dados, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar a situação da sua solicitação de isenção.
5.26 O envio da solicitação de isenção não garante o deferimento automático. A solicitação será deferida ou indeferida após criteriosa análise, obedecendo a critérios de viabilidade e razoabilidade.
5.27 A exatidão dos documentos anexados é de total responsabilidade do candidato. Após o envio dos documentos comprobatórios, não será permitida a complementação da documentação, nem mesmo por meio de pedido de revisão e/ou recurso.
5.28 O candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da isenção estará sujeito a:
cancelamento da inscrição e exclusão do concurso, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;
exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes do ato de provimento;
declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação.
5.29 Não será concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:
omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
fraudar e/ou falsificar qualquer documentação;
não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos neste Edital;
não apresentar todos os documentos solicitados.
5.30 Não será aceita solicitação de isenção encaminhada/ protocolada por qualquer outro meio não previsto neste Edital.
5.31 A relação dos pedidos de inscrição/ isenção deferidos será divulgada no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.
5.32 O candidato que tiver a solicitação de isenção da taxa de inscrição indeferida poderá interpor recurso, através da "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis subsequentes à publicação do deferimento das isenções.
5.33 Se, após a análise do recurso, permanecer a decisão de indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição, o candidato poderá optar pelo pagamento da taxa, desde que o realize dentro do prazo disposto no item 5.15.
5.33.1 Os candidatos que não tiverem seu requerimento de isenção deferido e que não realizarem o pagamento da inscrição no prazo estabelecido no subitem anterior, estarão automaticamente excluídos do certame.

6. DA INSCRIÇÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD)

6.1 Às pessoas com deficiência serão reservados o percentual de 10% (dez por cento) das vagas destinadas a cada cargo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência do candidato.
6.1.1 As disposições deste Edital, referentes às Pessoas com Deficiência são correspondentes às da Lei Municipal n.º 1.503/1999, bem como a Súmula n.º 377 do STJ, e às demais normas que venham a ampliar o rol de critérios para as Pessoas com Deficiência.
6.1.2 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 6.1 deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, respeitando o percentual máximo de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no certame.
6.1.3 Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos com deficiência nos cargos com número de vagas igual ou superior a 5 (cinco).
6.1.4 No decorrer da validade do concurso, caso surja(m) nova(s) vaga(s) para o cargo que o candidato com deficiência concorreu, o candidato com deficiência classificado em 1º lugar na lista de vagas reservadas será convocado para ocupar a 5ª vaga aberta. Os demais candidatos classificados como PcD serão convocados para ocupar a 11ª, a 21ª e a 41ª vagas e, assim sucessivamente, observada a ordem de classificação e o número máximo de aprovados.
6.1.5 A compatibilidade da pessoa com deficiência com o cargo para o qual se inscreveu será declarada por junta médica especial, perdendo o candidato o direito à nomeação caso seja considerado inapto para o exercício do cargo.
6.2 A pessoa com deficiência participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas de acordo com o previsto no presente Edital.
6.3 Para concorrer como Pessoa com Deficiência, o candidato deverá:
6.3.1 No ato da inscrição, declarar que pretende participar do concurso como pessoa com deficiência e especificar no campo indicado o tipo de deficiência que possui;
6.3.2 Enviar cópia legível e digitalizada do Laudo Médico com as informações descritas no subitem 6.3.2.1 e 6.3.2.2 deste Edital;
6.3.2.1 O laudo médico deverá ser cópia legível e digitalizada, estar redigido em letra legível e dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença - CID, com citação do nome por extenso do candidato, carimbo indicando o nome, número do CRM e a assinatura do médico responsável por sua emissão.
6.3.2.2 Os candidatos deverão acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, e anexar, durante o prazo de inscrição, a cópia legível e digitalizada do Laudo Médico disposto no subitem anterior em formato PDF, com o tamanho máximo de 25 (vinte e cinco) MB (megabytes).
6.3.2.3 O Município de Coronel Vivida – PR e a Fundação FAFIPA não se responsabilizam pelo não recebimento dos documentos por quaisquer motivos de ordem técnica dos computadores ou falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação e/ou procedimento indevido do candidato, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar a situação do pedido de reserva.
6.4 O candidato com deficiência que não proceder conforme as orientações deste item será considerado como não deficiente, perdendo o direito à reserva de vaga para PcD e passando à ampla concorrência.
6.5 Caso a deficiência não esteja de acordo com os termos da Organização Mundial da Saúde e de acordo com as Legislações pertinentes, a opção de concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência, será desconsiderada, passando o candidato à ampla concorrência.
6.6 O deferimento das inscrições dos candidatos que se inscreverem como pessoa com deficiência será publicado no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.
6.6.1 O candidato que tiver a sua inscrição indeferida como Pessoa com Deficiência (PcD) poderá interpor recurso, em formulário próprio através da "Área do Candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, no prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis subsequentes à publicação do deferimento das inscrições.
6.7 O candidato inscrito como Pessoa com Deficiência (PcD), se aprovado no Concurso Público, terá seu nome divulgado na lista geral dos aprovados e na lista específica dos candidatos aprovados para pessoas com deficiência.
6.8 **Não havendo candidatos aprovados para a(s) vaga(s) reservada(s) às pessoas com deficiência, esta será preenchida com estrita observância da ordem de classificação geral.**

7. DA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E CANDIDATA LACTANTE

7.1 **Da Solicitação de Condição Especial para a Realização da Prova Objetiva:**
7.1.1 O candidato que necessitar de condição especial durante a realização da prova objetiva, pessoa com deficiência ou não, poderá solicitá-la com amparo na Lei Estadual n.º 18.419/2015.
7.1.2 As condições específicas disponíveis para a realização da prova são:
prova em braile;
prova ampliada (fonte 24);
sala especial (TDAH, doenças contagiosas ou situações específicas devidamente comprovadas);
sala de fácil acesso;
fiscal ledor, fiscal transcritor, intérprete de libras;
uso de equipamento especial (aparelho auditivo, marcapasso, bomba de insulina e medidor de glicose, lupa/ telelupa, caneta de ponta grossa);
guia-intérprete;
acesso à cadeira de rodas;
mesa/ carteira especial;
tempo adicional de até 01 (uma) hora para realização da prova;
7.1.3 O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização da prova, deverá requerê-lo com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo de inscrição estabelecido no **ANEXO III** deste Edital.
7.1.4 Para solicitar condição especial, o candidato deverá:
no ato de inscrição, indicar claramente no Formulário de Solicitação de Inscrição quais condições especiais requer;
enviar cópia legível e digitalizada do Laudo Médico, conforme disposições do subitem 7.3 deste Edital.
7.1.4.1 O laudo médico deverá ser cópia legível e digitalizada, estar redigido em letra legível, dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença – CID, justificando a condição especial solicitada.
7.2 **Da Candidata Lactante:**
7.2.1 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova deverá:
solicitar esta condição indicando claramente no Formulário de Solicitação de Inscrição a opção de lactante;
enviar certidão de nascimento do lactente ou laudo médico que ateste essa necessidade, conforme disposições do subitem 7.3 deste Edital.
7.2.2 A candidata que necessitar amamentar deverá, obrigatoriamente, levar um acompanhante adulto no dia da aplicação da prova objetiva, sob pena de ser impedida de realizar a prova na sua ausência. O acompanhante ficará responsável pela guarda do lactente (a criança) em sala reservada

para amamentação. Contudo, durante a amamentação, é vedada a permanência de quaisquer pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata no local.
7.2.3 Ao acompanhante não será permitido o uso de quaisquer dos objetos e equipamentos descritos nos itens 10.11 e 16.1.3, deste Edital, durante a realização do certame.
7.2.4 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se, temporariamente, da sala de prova acompanhada de uma fiscal. Será concedido tempo adicional para a candidata que necessitar amamentar, a título de compensação, durante o período de realização da prova (limitado ao período máximo de 01 (uma) hora).
7.2.5 Não será permitida a entrada do lactente e de seu acompanhante responsável após o fechamento dos portões.
7.2.6 A candidata lactante não poderá ter acesso à sala de provas acompanhada do lactente.
7.2.7 Não será permitida, em hipótese alguma, a permanência do lactente no local da realização da prova objetiva sem a presença de um acompanhante adulto.
7.3 Os documentos referentes às disposições dos subitens 7.1.2, 7.1.3, 7.1.4 e 7.2.1 deverão ser anexados através da "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, durante o período de inscrição.
7.3.1 Os documentos a serem anexados deverão encontrar-se em cópia legível e digitalizada, estarem redigidos em letra legível, em arquivo formato PDF, com tamanho máximo de 25 (vinte e cinco) MB (megabytes), sob pena de impossibilidade de cadastro.
7.4 O pedido desta solicitação não garante a(o) candidato(a) a condição especial. A solicitação somente será deferida ou indeferida após criteriosa análise dos documentos encaminhados, verificando a autenticidade destes, em observância aos critérios de viabilidade e razoabilidade.
7.5 O envio da documentação incompleta, sem observação de seus quesitos e fora do prazo definido no subitem 7.3 ou por via diversa da estabelecida neste Edital, causará o indeferimento da solicitação da condição especial.
7.6 O Município de Coronel Vivida – PR e a Fundação FAFIPA não se responsabilizam pelo não recebimento dos documentos por quaisquer motivos de ordem técnica dos computadores ou falhas de comunicação, tampouco pelos congestionamentos das linhas de comunicação e/ou procedimento indevido do candidato, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de seus dados, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar a situação de sua solicitação de condição especial.
7.7 O deferimento das solicitações de condição especial estará disponível para consulta na "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, devendo o candidato que tenha solicitado tal condição acessar e verificar a situação de deferimento ou indeferimento.
7.8 O candidato que tiver a sua solicitação de condição especial indeferida poderá interpor recurso, em formulário próprio, acessando a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, no prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis subsequentes à publicação do deferimento das inscrições.

8. DO DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

8.1 O edital de deferimento das inscrições será divulgado nos endereços eletrônicos www.fundacaofafipa.org.br e coronelvivida.pr.gov.br, bem como será publicado em Diário Oficial do Município.
8.2 No edital de deferimento das inscrições constará a listagem dos candidatos às vagas para ampla concorrência (AC),às vagas para pessoa com deficiência (PcD) e dos candidatos solicitantes de condições especiais para a realização da prova (CE).
8.3 O candidato que tiver a sua inscrição indeferida poderá interpor recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de divulgação da relação de candidatos inscritos, devendo, necessariamente utilizar-se do sistema de interposição de recursos, disponível na "Área do Candidato", constante do endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.
8.4 Não serão admitidos recursos fora do prazo, recursos interpostos de maneira diferente da estipulada no item 17 deste Edital, recursos sem fundamentação ou interpostos utilizando termos desrespeitosos ou ofensivos.

9. DAS FASES DO CONCURSO

9.1 O Concurso Público constará das seguintes provas e fases:

TABELA 9.1
CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	VALOR TOTAL	CARÁTER
1ª	PO	Língua Portuguesa	06	2,50	15,00	Eliminatório e Classificatório
		Matemática	06	2,50	15,00	
		Conhecimentos Gerais	06	2,50	15,00	
		Conhecimentos Específicos	22	2,50	55,00	
TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS			**40**	--	**100,00**	--
2ª	PP	De acordo com o item 13	--	--	100,00	Eliminatório e Classificatório
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS					**200,00**	--

TABELA 9.2
CARGO DE NÍVEL TÉCNICO – *Técnico em Segurança do Trabalho | Fiscal de Obras e Posturas*

FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	VALOR TOTAL	CARÁTER
Única	PO	Língua Portuguesa	06	2,50	15,00	Eliminatório e Classificatório
		Matemática	06	2,50	15,00	
		Conhecimentos Gerais	06	2,50	15,00	
		Conhecimentos Específicos	22	2,50	55,00	
TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS			**40**	--	**100,00**	--
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS					**100,00**	--

TABELA 9.3
CARGOS DE NÍVEL TÉCNICO - *Técnico de Enfermagem | Técnico em Higiene Dental*

FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	VALOR TOTAL	CARÁTER
Única	PO	Língua Portuguesa	06	2,50	15,00	Eliminatório e Classificatório
		Matemática	06	2,50	15,00	
		Conhecimentos em Saúde Pública	10	2,50	25,00	
		Conhecimentos Específicos	18	2,50	45,00	
TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS			**40**	--	**100,00**	--
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS					**100,00**	--

TABELA 9.4
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO – *Assistente Administrativo | Secretário Escolar*

FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	VALOR TOTAL	CARÁTER
Única	PO	Língua Portuguesa	06	2,50	15,00	Eliminatório e

		Matemática	06	2,50	15,00	Classificatório
		Conhecimentos Gerais	06	2,50	15,00	
		Conhecimentos Específicos	22	2,50	55,00	
TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS			**40**	--	**100,00**	--
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS					**100,00**	--

TABELA 9.5

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO – *Agente Comunitário de Saúde | Auxiliar de Odontologia*

FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	VALOR TOTAL	CARÁTER
Única	PO	Língua Portuguesa	06	2,50	15,00	Eliminatório e Classificatório
		Matemática	06	2,50	15,00	
		Conhecimentos em Saúde Pública	10	2,50	25,00	
		Conhecimentos Específicos	18	2,50	45,00	
TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS			**40**	--	**100,00**	--
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS					**100,00**	--

TABELA 9.6

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR - *Analista de Tecnologia da Informação | Assistente Social | Contador | Engenheiro Civil | Fiscal Tributário | Fonoaudiólogo | Nutricionista | Psicólogo | Procurador Jurídico*

FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	VALOR TOTAL	CARÁTER
1ª	PO	Língua Portuguesa	06	2,50	15,00	Eliminatório e Classificatório
		Matemática	06	2,50	15,00	
		Conhecimentos Gerais	06	2,50	15,00	
		Conhecimentos Específicos	22	2,50	55,00	
TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS			**40**	--	**100,00**	--
2ª	PT	De acordo com o item 14	--	--	30,00	Classificatório
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS					**130,00**	--

TABELA 9.7

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – *Enfermeiro | Farmacêutico | Médico da Família | Terapeuta Ocupacional*

FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	VALOR TOTAL	CARÁTER
1ª	PO	Língua Portuguesa	06	2,50	15,00	Eliminatório e Classificatório
		Matemática	06	2,50	15,00	
		Conhecimentos em Saúde Pública	10	2,50	25,00	
		Conhecimentos Específicos	18	2,50	45,00	
TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS			**40**	--	**100,00**	--
2ª	PT	De acordo com o item 14	--	--	30,00	Classificatório
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS					**130,00**	--

TABELA 9.8

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – *Professor Municipal 20H e 40H | Professor de Educação Física 20H*

FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	VALOR TOTAL	CARÁTER
1ª	PO	Língua Portuguesa	06	2,50	15,00	Eliminatório e Classificatório
		Matemática	06	2,50	15,00	
		Ciências, Geografia, História e Conhecimentos Gerais	08	2,50	20,00	
		Conhecimentos Específicos	20	2,50	50,00	
TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS			**40**	--	**100,00**	--
2ª	PD	De acordo com o item 12	--	--	100,00	Eliminatório e Classificatório
3ª	PT	De acordo com o item 14	--		30,00	Classificatório
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS					**230,00**	--

10. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

10.1 A prova objetiva será aplicada no Município Coronel Vivida, Estado do Paraná. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares existentes no Município, a Fundação FAFIPA e a Comissão Organizadora do Concurso Público se reservam ao direito de alocar os locais de prova em cidades próximas àquelas inicialmente determinadas para esse fim.

10.1.1 A Fundação FAFIPA e a Comissão Organizadora do Concurso Público, em hipótese alguma, se responsabilizarão por qualquer ônus proveniente do deslocamento e da hospedagem dos candidatos inscritos.

10.1.2 Havendo alteração da data prevista, as provas poderão ocorrer em sábados, domingos e feriados. Despesas provenientes da alteração de data serão de responsabilidade do candidato.

10.2 A prova objetiva será aplicada na data provável constante do **ANEXO III** deste edital, em horário e local a ser informado, por meio de edital próprio a ser disponibilizado no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br e no **CARTÃO DE CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO**.

10.3 O horário de início das provas será o mesmo, ainda que realizadas em diferentes locais.

10.4 O Cartão de Convocação do Candidato com o local de realização das provas deverá ser emitido através da "Área do Candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

10.5 O local e horário de realização da prova objetiva, constante do Cartão de Convocação, não será alterado, em hipótese alguma, a pedido do candidato.

10.6 O candidato deverá comparecer com antecedência mínima de 40 (quarenta) minutos do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização da prova, munido de caneta esferográfica transparente, preferencialmente de tinta preta, e de seu **DOCUMENTO OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO** e o Cartão de Convocação do Candidato.

10.6.1 Consideram-se documentos válidos para a identificação do candidato: Cédulas de Identidade expedidas por Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícia Militar e Polícia Federal; Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados, em consonância com a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997; Protocolo Provisório de Solicitação de Refúgio emitido pelo Departamento de Polícia Federal, por força dos arts. 21 e 22 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997; Carteira de Registro Nacional Migratório, de que trata a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017; Documento Provisório de Registro Nacional Migratório, de que trata o Decreto nº 9.277, de 05 de fevereiro de 2018; Identificação fornecida por Ordens ou Conselhos de Classe que por lei tenha validade como Documento de Identidade; Carteira de Trabalho e Previdência Social, emitida após 27 de janeiro de 1997; Certificado de Dispensa de Incorporação; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira Nacional de Habilitação com fotografia, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; Identidade Funcional, em consonância com o Decreto Federal n.º 10.266/2020, documentos digitais com foto (e-Título, CNH digital, RG e CIN digital) apresentados nos respectivos aplicativos oficiais.

10.6.2 Não serão aceitos documentos de identificação que não estejam listados no item 10.6.1, como: protocolos; Certidão de Nascimento; Certidão de Casamento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação em modelo anterior à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; Carteira de

estudante; Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani); Crachás e Identidade Funcional de Natureza Privada; ou ainda Cópias de Documentos Válidos, mesmo que autenticadas ou documentos digitais apresentados fora de seus aplicativos oficiais.
10.6.3 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, **30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva** e, ainda, ser submetido à identificação especial, que consiste na coleta de impressão digital.
10.7 Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, portanto, se o candidato estiver ausente por qualquer motivo, será eliminado do Concurso Público.
10.8 Após devidamente identificado e acomodado na sala designada para a realização da prova, o candidato poderá ausentar-se da sala 60 (sessenta) minutos após o início da prova e, em caso de ausência temporária em que o candidato ainda não tiver terminado a sua prova, deverá fazê-lo acompanhado de um Fiscal. Exclusivamente, nos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporária e necessidade extrema, em que o candidato necessite ausentar-se da sala antes dos 60 (sessenta) minutos após o início da prova, poderá fazê-lo, desde que acompanhado de um Fiscal.
10.9 Após a abertura do pacote de provas, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura.
10.10 **Em hipótese alguma, será permitido ao candidato:**
realizar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identificação original que contenha, no mínimo, foto, filiação e assinatura;
realizar a prova sem que sua inscrição esteja previamente confirmada;
ingressar no local de prova após o fechamento do portão de acesso;
realizar a prova fora do horário ou espaço físico predeterminados;
comunicar-se com outros candidatos durante a realização da prova;
portar indevidamente e/ou fazer uso de quaisquer dos objetos e/ou equipamentos citados no subitem 16.1.3 deste Edital;
levar consigo o caderno de questões.
10.11 É altamente contraindicado que o candidato leve qualquer dos objetos ou equipamentos relacionados no item 16 deste Edital. Caso seja de extrema necessidade que o candidato porte algum desses objetos, estes deverão ser obrigatoriamente acondicionados em envelopes porta-objeto fornecidos pela Instituição Organizadora no dia da prova e conforme o previsto neste Edital. Recomenda-se, nesses casos, que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo, assim, que nenhum som será emitido, inclusive do despertador, caso esteja ativado.
10.12 A Instituição Organizadora não se responsabilizará pela guarda de quaisquer dos objetos pertencentes aos candidatos, tampouco por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, ou ainda por danos neles causados.
10.13 Não será permitida a entrada de candidatos no local de prova portando qualquer tipo de arma. O candidato que estiver armado será encaminhado à Coordenação.
10.14 Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova, durante a realização da prova objetiva, salvo o previsto no subitem 7.2.2 deste Edital.
10.15 A Instituição Organizadora poderá, a seu critério, coletar impressões digitais dos candidatos bem como utilizar detectores de metais durante a realização da prova. Poderão, ainda, ser adotadas medidas adicionais de segurança.
10.16 A liberação dos candidatos ao término da prova será autorizada pelo fiscal de sala, após a realização dos procedimentos administrativos necessários. O candidato que terminar a prova deverá permanecer aguardando em sua carteira e somente poderá levantar-se para a entrega do material se solicitado pelo fiscal.
10.17 Ao terminar a prova objetiva, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada.
10.17.1Ao término da prova objetiva, o candidato poderá anotar suas respostas para posterior conferência, desde que isso seja feito no campo destinado para tal finalidade. Qualquer outra anotação será considerada tentativa de fraude, sujeitando o candidato à eliminação do certame, nos termos do item 16.1.5 deste Edital.
10.17.2**O candidato deverá assinalar as respostas das questões da prova objetiva na Folha de Respostas, preenchendo integralmente os alvéolos com caneta esferográfica preferencialmente de tinta preta.**
10.17.3As marcações feitas na Folha de respostas, diferentes da orientação contida na capa do caderno de questões e Folha de Respostas do candidato, tais como marcação rasurada, não preenchida integralmente e feitas a lápis, ou ainda, danos provocados à folha de resposta pelo ato de amassar, molhar, dobrar, rasgar ou manchar, serão de inteira responsabilidade do candidato, sendo que os prejuízos advindos poderão impossibilitar a realização do processamento eletrônico, invalidando as questões.
10.17.4**Em hipótese alguma, haverá substituição da Folha de Respostas devido a erro do candidato**.
10.18 O candidato poderá entregar sua Folha de Respostas e deixar definitivamente o local de realização da prova objetiva somente depois de decorridos, no mínimo, **60 (sessenta) minutos** do seu início.
10.19 Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala após entregarem simultaneamente suas Folhas de Respostas e assinarem o termo de fechamento do envelope no qual serão acondicionadas as Folhas de Respostas da sala.
10.20 O candidato não poderá levar consigo o Caderno de Questões em hipótese alguma, devendo, obrigatoriamente, devolvê-lo ao fiscal de sala junto com a sua Folha de Respostas da prova objetiva, estando esta devidamente preenchida e assinada.
10.21 O candidato que terminar sua prova não poderá utilizar os banheiros destinados aos candidatos que ainda estiverem realizando-a.
10.22 A prova objetiva será composta de **40 (quarenta) questões** distribuídas por áreas de conhecimento. Cada questão da prova objetiva terá **04 (quatro) alternativas**, sendo que cada questão terá apenas 1 (uma) alternativa correta, pontuadas conforme as tabelas do item 9. Será atribuída pontuação **0 (zero) às questões** com mais de uma opção assinalada, questões sem opção assinalada, com rasuras ou preenchidas a lápis.
10.22.1A prova objetiva de caráter eliminatório e classificatório será distribuída e avaliada conforme a tabela do item 9 deste Edital.
10.23 A prova objetiva terá a duração de **04 (quatro) horas**, incluído o tempo de marcação na Folha de Respostas. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a realização da prova em razão do afastamento de candidato da sala de prova, salvo exceções previstas neste edital.
10.24 As imagens digitalizadas das Folhas de Respostas da prova objetiva serão divulgadas na "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, na mesma data da divulgação dos respectivos resultados, ficando disponível para consulta até a homologação do certame.
10.25 Para os cargos de **NÍVEL FUNDAMENTAL**, o candidato deverá obter nota igual ou superior a **40 (quarenta) pontos**, numa escala de **0 (zero) a 100 (cem) pontos, do total das áreas de conhecimento da prova objetiva**, e para os **DEMAIS CARGOS**, o candidato deverá obter nota igual ou superior a **50 (cinquenta) pontos**, numa escala de **0 (zero) a 100 (cem) pontos, do total das áreas de conhecimento da prova objetiva**, para ser considerado aprovado e classificado no Concurso Público, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.

11. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

11.1 O gabarito preliminar e o caderno de questões da prova objetiva serão divulgados 01 (um) dia após a aplicação da prova objetiva, no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br. Os Cadernos de questões ficarão disponíveis na "Área do Candidato", para serem baixados durante o prazo improrrogável de 10 (dez) dias corridos.

11.2 Quanto ao gabarito preliminar e ao caderno de questões divulgados, caberá a interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 17 deste Edital.

12. DA PROVA DISCURSIVA (PD)

12.1 A prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada no Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, na data provável constante do **ANEXO III** deste edital, em horário e local a ser informado, por meio de edital próprio a ser disponibilizado no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.
12.1.1 Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares existentes nos Municípios supracitados, a banca examinadora e a Comissão Organizadora se reservam ao direito de alocar os locais de prova em cidades próximas àquelas inicialmente determinadas para esse fim.
12.1.2 O local e horário de realização da prova discursiva, constante do Cartão de Convocação, não será alterado, em hipótese alguma, a pedido do candidato.
12.2 Todos os candidatos aos cargos de **PROFESSOR MUNICIPAL 20H e 40H, e PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20H** serão submetidos à realização da prova discursiva, qual realizar-se-á concomitante à aplicação da prova objetiva. Contudo, ressalta-se que somente serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos que obtiverem a pontuação estabelecida no subitem 10.25.
12.2.2 Os candidatos que não tenham atingido a nota mínima prevista no subitem 10.25, estarão automaticamente desclassificados do Concurso Público.
12.3 A prova discursiva será composta por **01 (uma) questão técnica**, abrangendo o conteúdo programático de conhecimento específico do **ANEXO II** deste edital.
12.4 A prova discursiva poderá abranger os conteúdos das áreas de conhecimento de forma unitária ou de forma conjunta.
12.5 A correção da prova discursiva será realizada por uma Banca Examinadora, considerando os aspectos descritos na tabela 12.2, cuja pontuação máxima será de **100,00 (cem) pontos.**
12.6 O candidato quando da execução da prova discursiva, disporá de, **no máximo**, **30 (trinta) linhas** para a sua resolução. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
12.7 A prova discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente preferencialmente de tinta preta, **NÃO SENDO** permitida a consulta a qualquer material, livro, código, material impresso, anotação, calculadora, súmulas, enunciados, etc, tampouco a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.
12.7.1 Nenhuma das folhas da Versão Definitiva da prova discursiva poderá ser assinada, rubricada, ou conter qualquer tipo de fragmento e/ou marca, em outro local que não o apropriado, que o identifique, sob pena de eliminação.
12.7.2 A omissão de dados, que forem legalmente exigidos ou necessários para a devida elaboração/resolução técnica da prova discursiva, acarretará em descontos na pontuação atribuída ao candidato.
12.8 A folha da versão definitiva será o único documento válido para a avaliação da prova discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da prova discursiva.
12.9 Ao término da prova discursiva, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, suas folhas da versão definitiva da prova devidamente preenchida e assinada.
12.9.1 As marcações feitas na folha de respostas, diferentes da orientação no item anterior, tais como marcação rasurada, feitas a lápis, ou ainda, danos provocados à folha de resposta pelo ato de amassar, molhar, dobrar, rasgar ou manchar, serão de inteira responsabilidade do candidato, sendo que os prejuízos advindos poderão acarretar a anulação da prova discursiva e a eliminação do candidato
12.9.2 Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro ou desatenção do candidato.
12.10 A prova discursiva será realizada concomitante à aplicação da prova objetiva, as quais em conjunto terão a duração máxima de **04 (quatro) horas**, incluído o tempo de transcrição na Folha de resposta definitiva da Prova Discursiva. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a realização da prova em razão do afastamento de candidato da sala de prova.
12.11 As imagens digitalizadas da versão definitiva da prova discursiva serão divulgados na "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, na mesma data da divulgação dos respectivos resultados, ficando disponível para consulta até a homologação do certame.
12.11.1O espelho de correção da prova discursiva corresponderá apenas a uma expectativa de resposta, podendo ser alterado até a divulgação do padrão de resposta definitivo.
12.12 O candidato deverá obter nota igual ou superior a **60,00 (sessenta) pontos**, numa escala de **0 (zero) a 100 (cem) pontos na prova discursiva**, para ser considerado aprovado e classificado no Concurso Público em comento. Os candidatos que obtiverem nota inferior a **60,00 (sessenta) pontos** estarão automaticamente eliminados do certame.
O candidato terá sua prova discursiva avaliada com nota 0 (zero) nos seguintes casos:
não atender ao tema proposto e/ou conteúdo avaliado;
manuscrever em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado neste Edital;
apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor que não permita a devida leitura óptica;
não apresentar a prova discursiva redigida na Folha da Versão Definitiva ou desenvolvida com letra ilegível; com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
identificar-se, em local indevido, sendo esta, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, sobrenome).
12.14 Nos casos omissos, aplicar-se-á as regras gerais contidas no item 10 deste edital, no que couber.
12.15 Quanto ao resultado da prova discursiva, caberá interposição de recurso em formulário próprio, acessando a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, no prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis, subsequentes a publicação dos resultados.

TABELA 12.2

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA

ITENS	ASPECTOS	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
I	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	O candidato deve apresentar conhecimento teórico e prático a respeito do assunto/tema abordado pela questão, demonstrando domínio técnico e científico.	0,00 a 50,00
II	Atendimento ao tema proposto	A resposta elaborada deve ser concernente ao tema proposto.	0,00 a 25,00
III	Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto	A argumentação apresentada pelo candidato deve ser pertinente e clara, capaz de convencer seu interlocutor a respeito do ponto de vista defendido, além de demonstrar senso crítico em relação ao questionamento abordado pela questão.	0,00 a 15,00
IV	Utilização adequada da Língua Portuguesa	A resposta elaborada deve apresentar em sua estrutura textual: uso adequado da ortografia, constituição dos parágrafos conforme o assunto, estruturação dos períodos no interior dos parágrafos (coerência entre porções textuais, relação lógica entre as ideias propostas, emprego adequado de articuladores no interior das porções textuais).	0,00 a 10,00
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS DA PROVA DISCURSIVA			**100,00**

13. DA PROVA PRÁTICA (PP)

13.1 A prova prática, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada ao cargo de **MOTORISTA e OPERADOR DE MÁQUINA RODOVIÁRIA**.
13.1.1 Somente será convocado para participar desta fase do certame o candidato que obter a pontuação estabelecida no subitem 10.25 e que estiver classificado dentro da linha de corte estabelecida na tabela 13.1, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.
13.1.2 Todos os candidatos empatados na última colocação, dentro da linha de corte indicada neste item, participarão da prova prática.
13.1.3 Os candidatos que não tenham obtido a pontuação mínima prevista no subitem 10.25, tampouco tenham classificado dentro da linha de corte prevista na tabela 13.1, estarão automaticamente eliminados Concurso Público.
13.1.4 Caso não haja número suficiente de candidatos com deficiência e, as vagas remanescentes serão acrescidas ao montante das vagas que compõe a ampla concorrência.

TABELA 13.1		
LINHA DE CORTE PARA A PROVA PRÁTICA		
CARGO	**AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)**	**PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD)**
Operador de máquinas rodoviárias	36 (trinta e seis) candidatos	04 (quatro) candidatos
Motorista	36 (trinta e seis) candidatos	04 (quatro) candidatos

13.2 A prova prática é de caráter eliminatório e classificatório.
13.2.1 O candidato deverá obter nota igual ou superior a **50 (cinquenta) pontos**, numa escala de **0 (zero) a 100 (cem) pontos**, na prova prática, para não ser eliminado do certame.
13.3 O local e o horário de realização da prova prática serão divulgados oportunamente.
13.4 Os candidatos quando da convocação, deverão comparecer ao local de prova com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos de **documento oficial de identificação com foto (original).**
13.4.1 Os candidatos, quando da realização da prova prática, em razão da tarefa avaliativa exigir a operação/ direção veicular, será necessário a apresentação de **Carteira Nacional de Habilitação – CNH (original)**, válida, com categoria compatível com o requisito do cargo público.
13.4.2 O candidato que não apresentar a CNH, não poderá realizar a prova prática e estará automaticamente eliminado do certame.
13.5 A prova prática será realizada e avaliada de acordo com a tabela abaixo:

TABELA 13.2	
CARGO: MOTORISTA	
DESCRIÇÃO	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
Tarefa: A prova de direção veicular em percurso pré-determinado por examinador técnico. **Itens que serão avaliados:** - Será avaliado o comportamento do candidato e a utilização dos equipamentos do veículo em uso; a) rotação do motor; b) uso do câmbio, dos freios e dos demais equipamentos de uso ao trabalho; c) posicionamento correto do veículo na via de circulação; d) velocidade desenvolvida e compatível com a via e as situações do percurso; e) obediência à sinalização de trânsito (vertical, horizontal e semafórica) além das regras de circulação e conduta; **Hipóteses de eliminação direta:** Conforme prescreve o inciso I do Art. 19 da Resolução n.º 789 do CONTRAN será eliminado diretamente: - O candidato que transitar na contramão de direção; - Provocar acidente durante o percurso da prova prática; - Não realizar de forma completa o exame de direção veicular. As demais faltas eliminatórias contidas no dispositivo supracitado serão consideradas falta do grupo III (falta grave), conforme descrição abaixo: GRUPO FALTAS PONTOS NEGATIVOS I Leve 5,00 II Média 7,00 III Grave 9,00 **Obs:** No decorrer do exame de direção veicular serão registradas as faltas cometidas pelo candidato sendo que, do total de pontos da prova prática, será descontada a somatória dos pontos relativos às faltas cometidas. **OBS**: A máquina disponibilizada para a realização do teste será o **Caminhão Basculante.** **Tempo da prova: 30 (trinta) minutos.**	**100,00 pontos**
TABELA 13.3	
CARGO: OPERADOR DE MÁQUINA RODOVIÁRIA	
DESCRIÇÃO	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
Tarefa: Consistirá do desenvolvimento de atividades práticas, abrangendo o conhecimento de manutenção, condução e operação de máquina/equipamento pesado na realização da tarefa. **Itens que serão avaliados:** I - Manutenção (verificação das condições da máquina/equipamento pesado): **de 0 (zero) a 10,00 (dez) pontos;** II - Direção, operação e execução dos serviços determinado na tarefa, considerando a agilidade, habilidade e a qualidade apresentada: **de 0 (zero) a 90,00 (noventa) pontos.** **OBS**: O candidato deverá fazer opção, por ocasião da realização do teste, por uma das máquinas disponibilizadas, sendo estas: **Retroescavadeira, Pá Carregadeira** ou **Rolo compressor.** *Tarefa não concluída no tempo determinado não será pontuada e o candidato será automaticamente eliminado do certame. **Tempo da prova: 30 (trinta) minutos.**	**100,00 pontos**

13.6 A prova prática realizar-se-á, independente das diversidades físicas ou climáticas, na data estabelecida para a realização da mesma.
13.7 Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização da prova prática não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado.
13.8 Não haverá segunda chamada para a prova prática, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato. O candidato que não comparecer ao local da prova no horário determinado para o início de sua realização será automaticamente excluído do certame.
13.9 Quando a realização da prova prática envolver a operação de veículos e equipamentos que possam oferecer ameaça à integridade física dos candidatos, da equipe examinadora ou de quaisquer presentes, o examinador responsável poderá eliminar o candidato da prova prática, e consequentemente do Concurso Público, quando este declarar não ter conhecimento a respeito da utilização do veículo e/ou equipamento a ser utilizada na prova, ou caso aja de forma imprudente ou imperita.
13.10 A relação com os candidatos habilitados, bem como de suas respectivas notas obtidas na prova prática será divulgada em edital no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.
13.11 Quanto ao resultado da prova prática caberá interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 17 deste Edital.

14. DA PROVA DE TÍTULOS (PT)

14.1 A prova de títulos, de caráter classificatório, será aplicada aos cargos de **NÍVEL SUPERIOR**, conforme os parâmetros estabelecidos abaixo:
14.1.1 Somente estará habilitado a ter os títulos corrigidos o candidato que obter aprovação na prova objetiva e estiver classificado dentro da linha de corte estabelecida nas fases subsequentes, quando houver, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.
14.2 A data de divulgação da relação dos candidatos habilitados a participar da prova de títulos e a data para preenchimento do formulário eletrônico encontra-se disposto no **ANEXO III** deste edital.
14.2.1 **É de exclusiva responsabilidade do candidato o anexo dos títulos no endereço eletrônico da Instituição Organizadora como forma de comprovação.**
14.3 Os candidatos habilitados e interessados em participar da prova de títulos deverão:

acessar o endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, e posteriormente logar na **"Área do candidato"**, utilizando-se da numeração de seu CPF e sua senha pessoal;
selecionar o Concurso Público o qual encontra-se inscrito, e em seguida "clicar" no campo **"Enviar títulos: prova de títulos"**;
anexar os documentos no **"Formulário de cadastro de títulos"**;
os títulos que serão anexados, deverão ser digitalizados frente e verso de forma legível, em formato PDF, com o tamanho máximo de 50 (cinquenta) MB (megabytes), por título anexado.
14.4 A prova de títulos será avaliada numa escala de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos, de acordo com a tabela 14.1 deste edital.
14.4.1 a prova de títulos terá o valor máximo de 30 (trinta) pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a este valor, conforme prescreve a tabela 14.1 deste Edital;
14.4.2 somente serão avaliados os títulos cadastrados em conformidade com o disposto neste item.
14.5 **Os documentos pertinentes à prova de títulos deverão ser apresentados em cópias legíveis de frente e verso, preferencialmente autenticadas por cartório competente ou acompanhadas por autenticação eletrônica.**
14.6 Para comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado, será aceito diploma ou certificado atestando que o curso atende às normas da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou está de acordo com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE). Também será aceita declaração de conclusão de Doutorado, Mestrado e Especialização, acompanhado do respectivo histórico escolar, no qual conste a carga horária do curso, as disciplinas cursadas com as respectivas menções e a comprovação da apresentação e aprovação da monografia, dissertação ou tese, quando não abrangidos pela Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018. A declaração de conclusão de Especialização *lato sensu* deverá também atestar que o curso atende às normas da Lei Federal nº 9.394/1996, do CNE, ou está de acordo com as normas do extinto CFE. Deverá constar ainda declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, e indicação do ato legal de credenciamento da instituição. Caso o histórico escolar ateste a existência de alguma pendência ou falta de requisito de conclusão do curso, o certificado/declaração ou diploma não será aceito.
14.7 Para os cursos de mestrado e doutorado concluídos no exterior, somente serão aceitos quando revalidados por universidades credenciadas que tenham curso de Graduação e Pós-Graduação reconhecidos e avaliados no mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação, seguindo a Portaria n.º 22/2016 – MEC.
14.8 Os certificados/certidões ou diplomas de pós-graduação, em nível de especialização lato sensu, deverão conter a carga horária cursada e histórico.
14.9 Somente serão aceitos documentos apresentados em papel com timbre do órgão emissor e respectivos registros, e se deles constarem todos os dados necessários à identificação das instituições, dos órgãos expedidores e à perfeita avaliação do documento.
14.9.1 Quando o nome do candidato for diferente do constante do Título apresentado, deverá ser anexado comprovante de alteração do nome (*por exemplo: certidão de casamento*).
14.10 Não serão avaliados os documentos:
cadastrados fora do prazo ou de forma diferente da estabelecida neste edital e do edital de convocação;
cuja digitalização esteja ilegível;
cuja digitalização esteja corrompida;
sem data de expedição;
de mestrado ou doutorado concluídos no exterior que não estejam revalidados por instituição de ensino superior no Brasil.
14.11 Na avaliação dos documentos, os títulos apresentados que excederem ao limite máximo de pontos estabelecido na tabela 14.1 não serão considerados.
14.12 Não será admitida, sob hipótese nenhuma, o pedido de inclusão de novos documentos.
14.13 Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos documentos apresentados, o candidato terá anulada a respectiva pontuação atribuída, sem prejuízo das cominações legais cabíveis.
14.14 Não serão aferidos quaisquer títulos diferentes dos estabelecidos na tabela 14.1.
a) É de exclusiva responsabilidade do candidato a inserção dos documentos nos campos correlatos do sistema avaliativo da banca examinadora (conforme a prescrição de natureza taxativa da tabela 14.1), de acordo com a categoria correspondente ao título anexado;
b) A inserção em tópico ou campo incompatível, implicará no indeferimento do documento apresentado, inviabilizando a atribuição de pontuação ao respectivo item, não sendo permitida ainda, nenhuma alteração, correção ou remanejamento após o fim do prazo de submissão constante do cronograma de execução – *Vide **ANEXO III** deste edital.*
14.15 A relação dos candidatos com a nota obtida na prova de títulos será publicada em edital, através do endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.
14.16 Quanto ao resultado da prova de títulos, caberá interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 17 deste Edital.

TABELA 14.1

DISTRIBUIÇÃO DE TÍTULOS PONTUÁVEIS

ITEM	TÍTULOS	PONTOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	Diploma ou Ata de Defesa acompanhada de Histórico Escolar correspondente a curso de pós-graduação *Stricto Sensu*, **em nível de Doutorado**, na área relacionada ao cargo público concorrido.	15,00 (por título)	15,00
2	Diploma ou Ata de Defesa acompanhada de Histórico Escolar correspondente a curso de pós-graduação *Stricto Sensu*, **em nível de Mestrado**, na área relacionada ao cargo público concorrido.	10,00 (por título)	10,00
3	Certificado ou Certidão de Conclusão de Curso de pós-graduação *Lato Sensu*, **em nível de Especialização**, na área relacionada ao cargo público concorrido, obrigatoriamente acompanhado de Histórico Escolar e carga horária mínima de 360 horas.	2,50 (por título)	5,00
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			**30,00**

15. DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

15.1 Será considerado aprovado e classificado no Concurso Público o candidato que obtiver a pontuação e a classificação mínimas exigidas para aprovação, nos termos deste Edital.
15.1.1 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de nota final, observado o cargo em que concorrem.
15.1.2 Para os cargos de **PROFESSOR MUNICIPAL 20H e 40H e PROFESSOR MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20H,** a Nota Final será correspondente à soma das notas obtidas na prova objetiva, na prova discursiva e na prova de títulos.
15.1.3 Para os demais cargos de **NÍVEL SUPERIOR,** a Nota Final será correspondente à soma das notas obtidas na prova objetiva e na prova de títulos.
15.1.4 Para os cargos de **NÍVEL FUNDAMENTAL,** a Nota Final será correspondente à soma das notas obtidas na prova objetiva e na prova prática.
15.1.5 Para os **DEMAIS CARGOS**, a Nota Final será correspondente à pontuação obtida na prova objetiva.
15.2 Na hipótese de igualdade da nota final, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

tiver maior idade, dentre os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até a data de publicação do resultado e classificação deste concurso, conforme artigo 27, parágrafo único, do **Estatuto do Idoso** (Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003).
obtiver maior pontuação em **Conhecimentos Específicos;**
obtiver maior pontuação em **Língua Portuguesa**;
obtiver maior pontuação em **Matemática**, quando houver;
obtiver maior pontuação em **Conhecimentos Gerais**, quando houver;
obtiver maior pontuação em **Conhecimentos em Saúde Pública**, quando houver;
obtiver maior pontuação em **Ciências, Geografia, História e Conhecimentos Gerais**, quando houver;
obtiver maior pontuação na **Prova Discursiva**, quando houver
obtiver maior pontuação na **Prova Prática**, quando houver;
obtiver maior pontuação na **Prova de Títulos**, quando houver;
persistindo o empate, terá preferência o candidato com **mais idade** (exceto os enquadrados na alínea "a" deste subitem), considerando dia, mês, ano;
tenha exercido a **função de jurado** (conforme o art. 440 do Código de Processo Penal);
Sorteio Público.
O resultado final do Concurso Público será publicado por meio de 02 (duas) listagens, a saber:
Lista de Candidatos com Deficiência, contendo a classificação exclusiva dos candidatos habilitados inscritos como Pessoa com Deficiência em ordem de classificação;
Lista Geral, contendo a classificação de todos os candidatos habilitados, inclusive os inscritos como Pessoa com Deficiência em ordem de classificação.

16. DA ELIMINAÇÃO

16.1 Será eliminado do Concurso Público o candidato que:
16.1.1 Não estiver presente na sala ou no local de realização das provas no horário determinado para o seu início.
16.1.2 For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, utilizando-se de material não autorizado ou praticando qualquer modalidade de fraude para obter aprovação própria ou de terceiros.
16.1.3 For surpreendido, durante a realização da prova, utilizando e/ou portando indevidamente ou de forma diferente das orientações do item 10.10 e 10.11 deste Edital, os itens abaixo descritos, que devem ser obrigatoriamente acondicionados em envelope porta-objeto fornecido pela Instituição Organizadora:
livros, anotações, réguas de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação, impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta, canetas de material não transparente, carteira de bolso, lapiseira, corretivos, óculos escuros;
quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, wearable tech, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPods®, Ipad, cigarros eletrônicos, pen drives, mp3 player ou similar, gravadores, relógios, alarmes de qualquer espécie, chaves com dispositivo eletrônico, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens;
artigos de chapelaria, tais como: boné, chapéu, viseira, gorro ou similares.
16.1.4 For surpreendido, durante a realização da prova prática, realizando filmagens com intuito de prejudicar o devido andamento da etapa.
16.1.5 Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
16.1.6 Fizer anotações de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio, que não os permitidos.
16.1.7 Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal.
16.1.8 Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas e o Caderno de Questões.
16.1.9 Descumprir as instruções contidas no caderno de questões e na Folha de Respostas.
16.1.10Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
16.1.11 Não permitir a coleta de sua assinatura ou da impressão digital durante a realização das provas.
16.1.12For surpreendido portando qualquer tipo de arma e se negar a entregá-la à Coordenação.
16.1.13Recusar-se a ser submetido ao detector de metal.
16.1.14Ausentar-se da sala antes do tempo determinado no subitem 10.18 ou portando o caderno de questões da prova objetiva.
16.1.15Recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização.
16.1.16Passar pela vistoria do detector de metal antes da entrada aos sanitários e estiver portando qualquer objeto relacionado nos subitens 16.1.3.
16.1.17Não obtiver 40% (quarenta por cento) ou mais no total das áreas de conhecimento da prova objetiva (*Comum aos cargos de Nível Fundamental*).
16.1.18Não obtiver 50% (cinquenta por cento) ou mais no total das áreas de conhecimento da prova objetiva (*Comum aos demais cargos*).
16.1.19Não atingir a pontuação mínima estabelecida neste edital para ser considerado habilitado em quaisquer das fases do certame.
16.2 As ocorrências que ensejarem a eliminação de candidatos serão registradas em ata.
16.3 Se, a qualquer tempo, for constatado por qualquer meio, ter o candidato se utilizado de procedimento ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1 Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados à Banca examinadora, no prazo de **02 (dois) dias úteis** contados da publicação das decisões objetos de recursos, assim entendidos:
contra o indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição;
contra o indeferimento da inscrição nas condições: pagamento não confirmado, condição especial e Reserva de vagas (Pessoa com Deficiência);
contra as questões da prova objetiva e o gabarito preliminar;
contra o resultado da Prova objetiva (PO);
contra o resultado da Prova Prática (PP);
contra o resultado da Prova Discursiva (PD);
contra o resultado da Prova de títulos (PT);
contra o resultado final e classificação dos candidatos.
17.2 Os recursos deverão ser protocolados em requerimento próprio através da "Área do Candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.
17.3 Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no subitem 17.1 deste Edital.
17.4 Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados.

17.4.1 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente (entendido como aquele desprovido de fundamentação lógica, legal ou fática), desarrazoado ou intempestivo será liminarmente indeferido.
17.5 Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecido neste Edital não serão apreciados.
17.6 Recurso interposto em desacordo com este Edital não será considerado.
17.7 O prazo para a interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.
17.8 Os recursos serão recebidos sem efeito suspensivo, exceto no caso de ocasionar prejuízos irreparáveis ao candidato.
17.9 Não serão aceitos recursos via fax, via correio eletrônico.
17.10 **É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação das decisões objetos dos recursos no endereço eletrônico** www.fundacaofafipa.org.br**, sob pena de perder o prazo recursal.**
17.11 Especificamente para o caso previsto na alínea "c" do subitem 17.1, os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados e deverão estar acompanhados de citação da bibliografia, sendo admitido um único recurso por questão para cada candidato, não sendo aceitos recursos coletivos.
17.12 O gabarito preliminar da prova objetiva poderá sofrer alteração até a divulgação do resultado preliminar, em face de erro material. Ocorrendo esta hipótese, por se tratar de mero erro material, a correção das provas se dará com base no gabarito republicado, o qual deve ser considerado pelos candidatos para todos os efeitos de aferição de seus resultados, não sendo hipótese de atribuição de ponto ou anulação de questão.
17.13 Na hipótese de alteração do gabarito preliminar por força de provimento de recurso administrativo, as provas objetivas serão recorrigidas de acordo com o novo gabarito.
17.13.1Se da análise do recurso resultar anulação de questão(ões) ou alteração de gabarito da prova objetiva, o resultado será recalculado de acordo com o novo gabarito.
17.13.2No caso de anulação de questão(ões) da prova objetiva, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, inclusive aos que não tenham interposto recurso.
17.14 Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, alterar a classificação inicial obtida pelo candidato, ou, ainda, poderá acarretar a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a aprovação.
17.15 As respostas aos recursos interpostos pelos candidatos ficarão disponíveis para consulta individual na "Área do Candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, durante o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de publicação do edital de resultado a que se refere.
17.16 As imagens digitalizadas das folhas de respostas da prova objetiva e das folhas da versão definitiva da prova discursiva serão divulgadas na "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, na mesma data da divulgação dos respectivos resultados, ficando disponível para consulta até a homologação do certame.
17.17 A Banca Examinadora da Fundação FAFIPA, *campus* de Paranavaí, Instituição responsável pela organização do certame, constitui última instância administrativa para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos ou revisões adicionais.

18. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

18.1 O resultado final do Concurso Público, após decididos todos os recursos interpostos, será homologado pelo Município de Coronel Vivida - PR e publicado no Diário Oficial e nos endereços www.fundacaofafipa.org.br e coronelvivida.pr.gov.br, em duas listas, em ordem classificatória e pontuadas a saber: (1) lista contendo a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos com deficiência; (2) lista exclusiva com classificação dos candidatos inscritos na condição de Pessoa com deficiência.

19. DOS ATOS CONVOCATÓRIOS

19.1 Os atos convocatórios para os trâmites de nomeação e posterior posse no cargo público, serão organizados e publicados no Diário Oficial do Município de Coronel Vivida – PR e no endereço eletrônico coronelvivida.pr.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos editais de convocação que serão publicados.
19.2 Além das publicações oficiais, o ente promovente fará contato por meios dos canais idôneos (E-mail, WhatsApp, Telefone, etc) informados pelo candidato no ato da inscrição.

20. NOMEAÇÃO

20.1 A nomeação dos candidatos aprovados, dentro do número de vagas ofertadas, ocorrerá de acordo com a necessidade, disponibilidade e conveniência do Município de Coronel Vivida – PR, respeitando ordem de classificação e a vigência do Edital.
20.1.1 Serão convocados e nomeados, gradativamente, os candidatos aprovados em todas as etapas do concurso, para investidura no cargo e cumprimento do estágio probatório de três anos.
20.1.2 Até o encerramento da vigência do edital, deverão ser convocados e nomeados todos os candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertado para o respectivo cargo público, salvo no caso de prorrogação, caso em que a nomeação poderá ser postergada até o final de referido prazo.
20.2 Caberá ao Município de Coronel Vivida – PR a definição da data de convocação e nomeação dos candidatos, não sendo permitida modificação desta data para qualquer fim que não seja necessidade e conveniência da Administração Pública.
20.3 Será eliminado do concurso o candidato que não comparecer ao local, dia e hora designados para convocação.

21. DA POSSE

21.1 O candidato, após a convocação, deverá comparecer ao Departamento de Gestão de pessoas do Município de Coronel Vivida - PR, no prazo estipulado em edital de convocação, contados da data da publicação do Edital de convocação, munido de documento de identidade original, para o fim de declarar se aceita a vaga ou, neste mesmo prazo, o candidato poderá formalizar pedido de opção por final de lista mediante preenchimento e protocolo de formulário próprio disponibilizado pelo Departamento de Recursos Humanos, passando a figurar como último candidato aprovado, sendo neste caso convocado o candidato classificado imediatamente posterior.
21.1.1 O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de convocação, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
21.2 A posse será precedida de inspeção médica oficial do Município ou por órgão devidamente indicado pela Administração Pública Municipal. O candidato convocado somente será nomeado se for julgado **APTO** física e mentalmente para o exercício do cargo. Caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será nomeado, perdendo automaticamente a vaga, sendo convocado o próximo habilitado da lista, obedecida a ordem de classificação.

21.2.1 Além da inspeção médica oficial, poderão ser solicitados outros exames ou pareceres especializados necessários à avaliação completa desta fase, de forma a possibilitar a verificação da capacidade ou incapacidade do candidato para o exercício da função, face às exigências de vitalidade física requeridas para as tarefas que serão executadas rotineiramente, observadas as normas da medicina especializada, os quais serão realizados às expensas do candidato. Os exames complementares solicitados pelo médico deverão ser apresentados acompanhados dos respectivos laudos médicos, em local ou eventual meio eletrônico utilizado, data e horário estipulado para a avaliação.
21.2.2 Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.
21.2.3 Caso a perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à nomeação e deixará sua vaga disponível para o próximo candidato na ordem de classificação.
21.3 Para posse no cargo público, o candidato, além dos demais requisitos previstos neste Edital, deverá apresentar os seguintes documentos, após o comparecimento do candidato perante o órgão de administração de pessoal, os seguintes exames/documentos:
Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
Cópia do documento de Identificação – RG | Carteira Profissional | CTPS;
Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (Físico ou Digital);
Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo, acompanhado do histórico;
Cópia do Registro no órgão de classe, quando for requisito do cargo;
01 (uma) fotografia 3X4 recente;
Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992;
Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
Firmar declaração, a ser preenchida em formulário próprio, no ato da posse, de não ter sido demitido do serviço público estadual, federal ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua posse;
Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
Certidão Negativa Criminal expedida pela Comarca e Região onde reside ou residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
Cópia do comprovante de residência;
Número do PIS/PASEP;
Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou através do endereço eletrônico;
Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;
Comprovante de residência da data de publicação do edital e na data atual da convocação;
Outros documentos listados no momento do ato convocatório;
O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, na forma e no prazo descrito no item 21.1 deste edital.
21.4 A falta de comprovação de quaisquer dos requisitos para a investidura até a data da posse ou a prática de falsidade ideológica em prova documental tornará sem efeito o respectivo ato de nomeação do candidato, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
21.5 O candidato, após ser convocado e nomeado, disporá do prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse, sendo prorrogável pelo mesmo período. Se a posse não ocorrer no prazo estipulado, o ato de provimento será tornado sem efeito.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não estiver consumada a providência do evento que lhes diz respeito, circunstância que será mencionada em Comunicado ou Aviso Oficial, oportunamente divulgado pelo Município de Coronel Vivida – PR, no endereço eletrônico coronelvivida.pr.gov.br e www.fundacaofafipa.org.br.
22.1.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar frequentemente as publicações de todos os comunicados e Editais referentes ao Concurso Público de que trata este Edital, no endereço eletrônico da Fundação FAFIPA – Campus de Paranavaí, www.fundacaofafipa.org.br e do Município de Coronel Vivida – PR e coronelvivida.pr.gov.br.
22.2 Qualquer inexatidão e/ou irregularidade constatada nas informações e documentos do candidato, ou quando constatada a omissão ou declaração falsa de dados ou condições, ou ainda, irregularidade na realização das provas, com finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, mesmo que já tenha sido divulgado o resultado deste Concurso Público e embora o candidato tenha obtido aprovação, levará à sua eliminação, sendo considerados nulos todos os atos decorrentes da sua inscrição, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
22.3 Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de documentos após as datas estabelecidas.
22.3.1 Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos, diverso do constante deste edital. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e nas demais publicações no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.
22.4 Não haverá segunda chamada para quaisquer das fases do concurso, seja qual for o motivo da ausência do candidato, nem serão aplicadas provas em locais ou horários diversos dos estipulados no Cartão de Convocação do Candidato e os demais editais de convocação referentes às fases deste Concurso Público.
22.4.1 O não comparecimento do candidato a qualquer das fases acarretará sua eliminação do concurso.
22.4.2 As ocorrências que ensejarem a eliminação de candidatos, exceto a mencionada no subitem anterior, serão registradas em ata conforme o item 16.2.
22.5 A inobservância por parte do candidato, de qualquer prazo estabelecido em convocação, será considerada, em caráter irrecorrível, como desistência.
22.6 A homologação publicada no Diário Oficial do Município de Coronel Vivida – PR, acessado pelo endereço eletrônico coronelvivida.pr.gov.br., servirá como documento comprobatório de classificação no Concurso Público.
22.7 O Município de Coronel Vivida – PR e a Fundação FAFIPA – Campus de Paranavaí não se responsabilizam por despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestarem as provas deste Concurso Público.
22.7.1 Havendo alteração da data prevista, as provas de qualquer fase do certame poderão ocorrer em sábados, domingos e feriados. Despesas provenientes da alteração de data serão de responsabilidade do candidato.
22.8 A Fundação FAFIPA não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos e apostilas referentes a este Concurso Público.

22.9 A banca examinadora do Concurso permanecerá constituída até a homologação deste certame.
22.10 O candidato que necessitar atualizar dados pessoais e/ou endereço residencial que não interfiram no resultado final do certame, poderá realizá-las por intermédio da "Área do candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, até a data de publicação da homologação do resultado final e classificação. Após esta data, poderá requerer a alteração junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Coronel Vivida – PR.
22.11 O Município de Coronel Vivida - PR e a Fundação FAFIPA – *Campus* de Paranavaí não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:
endereço eletrônico incorreto e/ou desatualizado;
endereço residencial desatualizado;
correspondência devolvida pela Instituição de Correios e Telégrafos (ECT) por razões diversas;
outras informações divergentes e/ou errôneas, fornecidas pelo candidato, tais como: dados pessoais, telefones e documentos.
22.12 Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares, cujo teor não seja objeto de recurso apontado neste Edital.
22.13 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora em conjunto com a banca examinadora.
22.14 A Fundação FAFIPA será responsável pela organização e execução do Concurso Público em comento até a publicação do ato de homologação. Após este ápice, os atos serão organizados e executados exclusivamente pelo Município de Coronel Vivida – PR.
22.15 Será admitida impugnação do presente Edital no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de sua publicação, por meio do endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, em link específico.
22.15.1Para requerer a impugnação, o impugnante deverá efetuar cadastro no endereço eletrônico da Fundação FAFIPA - *caso não seja cadastrado*.
22.15.2As impugnações serão apreciadas pela banca examinadora e serão respondidas até a data de deferimento das inscrições (*vide* **ANEXO III**) – *Quando necessário, a depender da natureza da matéria impugnada, a Comissão Organizadora do Concurso Público será interpelada para subsidiar a resposta à impugnação.*
22.15.3As respostas às impugnações serão disponibilizadas ao impugnante na Área do candidato, disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.
22.15.4As impugnações apresentadas sem fundamentação e com assuntos desconexos não condizentes com o regramento editalício serão indeferidas de plano.
22.16 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Coronel Vivida (PR), 06 de agosto de 2026

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

CARLOS LOPES
Presidente da Comissão Especial
Organizadora

ANEXO I – DAS ATRIBUIÇÕES

NÍVEL FUNDAMENTAL	**MOTORISTA**
	Atribuições: executar atividade específica, de natureza operacional, abrangendo condução, manutenção e conservação de veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e carga, e outras atividades correlatas; dirigir automóveis, ônibus, camionetas e caminhões, empregados no transporte oficial de cargas e passageiro; dirigir ambulância, empregada no transporte de doentes, dirigir entes; dirigir o veículo, manipulando os comandos e observando o fluxo de trânsito e a sinalização, para conduzi-los aos locais indicados; conduzir qualquer veículo do setor ou de outros setores, quando houver determinação da Administração, desde que condizente com a habilitação definida em sua Carteira; executar a direção de veículos na sede e na zona rural do Município, bem como para outros municípios, de forma permanente ou transitória de acordo com as necessidades da administração municipal; tratar os passageiros com atenção e ajudá-los na carga e descarga de seus pertences; trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente; anotar a quilometragem na saída e retorno do serviço; prestar conta, dentro das normas estabelecidas, das despesas de viagem, quando for o caso; vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo do cárter, e testando freios e parte elétrica, certificando-se de suas condições de funcionamento e pronto emprego; informar defeitos do veículo, preenchendo ficha específica no almoxarifado, para ser encaminhada a chefe da manutenção; manter-se atento e informar aos superiores as épocas e condições para realização de manutenções preventivas especialmente as de revisões em período de garantia, sem prejuízo de acompanhar os trabalhos realizados em oficinas credenciadas pela municipalidade, quando de manutenções corretivas do veículo sob sua responsabilidade; realizar, sempre que determinado, encaminhamento e acompanhamento de serviços realizados no veículo sob sua responsabilidade; examinar as ordens de serviço, verificando o itinerário a ser seguido, a localização destino para onde serão transportados os funcionários, pacientes, materiais e/ou máquinas; .portar os documentos do veículo e zelar pela sua conservação; controlar a carga e descarga do material transportado, orientando a sua arrumação no veículo para evitar acidentes; recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem da Prefeitura ou local determinado pelo superior imediato; colaborar com a limpeza interna e externa dos veículos, mantendo-os bem apresentáveis, lubrificados, abastecidos e prontos para imediata utilização; executar outras tarefas correlatas ao cargo.
	OPERADOR DE MÁQUINA RODOVIÁRIA
	Atribuições: operar, dirigir e controlar veículos motorizados, especiais, tais como: guinchos, guindastes, máquinas de limpeza de rede de esgoto, retroescavadeiras, carro plataforma, máquinas rodoviárias, agrícolas, tratores e outras máquinas montadas sobre rodas ou esteiras e providas de implementos auxiliares que servem para mexer ou carregar terra, pedra, areia, cascalho e similares; operar máquinas providas de pá mecânica ou caçamba, acionando os comandos necessários para escavar e mover terras, pedras, areia, cascalho e materiais similares; operar máquinas de abrir canais de drenagem, acionando os comandos necessários; operar máquinas providas de lâminas para nivelar solos, acionando os comandos para executar obras na construção civil, estradas e pistas; operar máquinas providas de rolos compressores, acionando comandos para compactar e aplainar os materiais utilizados nas construções de estradas; operar máquinas para estender camadas de asfalto ou betume; abrir valetas e cortar taludes; proceder escavações, transporte de terra, compactação, aterro e trabalhos semelhantes; executar a limpeza de bueiros, fossas, esterqueiras e outros; fazer a recuperação e conservação de estradas; retirar entulhos e terra, zelando pela limpeza e conservação da cidade; estudar o local de trabalho e dos serviços a serem executados, determinando o tipo de equipamento, para assegurar um atendimento eficiente; ajustar as correias transportadoras à pilha pulmão do conjunto de britagem; verificar o estado funcional dos equipamentos, testando-os e retirando-os de uso, para não comprometer a segurança pessoal e patrimonial dos munícipes; fazer boletim diário, anotando horas trabalhadas, horas a disposição, horas de manutenção, quantidade de combustível e óleo gasto, a fim de fornecer dados para manutenção preventiva da máquina; responsabilizar-se pela máquina quando lhe entregue, cuidando para as pessoas não qualificadas venham a mexer, evitando acidentes ou avaria nos equipamentos; informar defeitos ou reparos a serem feitos na máquina, preenchendo ficha específica no almoxarifado para ser entregue ao chefe da manutenção; mesma; fazer revisão completa colaborando com o mecânico no conserto e manutenção da estar atento a manobras e operações normais para evitar acidentes; fazer uso dos equipamentos de segurança, conforme normas correlatas; cuidar da limpeza e conservação das máquinas, zelando pelo seu bom funcionamento; colaborar na limpeza e organização do local de trabalho; participar de treinamentos na sua área de atuação; executar outras atividades correlatas
NÍVEL MÉDIO	**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**
	Atribuições: trabalhar na prevenção de doenças e de promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde, com objetivo de ampliar o acesso da comunidade assistida às ações e aos serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania, sob supervisão do gestor municipal; trabalhar com adstrição de famílias em base geográfica definida para atuação; cadastrar todas as pessoas de sua área geográfica de atuação e manter os cadastros atualizados; detalhar as visitas domiciliares, com coleta e registro de dados relativos a suas atribuições, para fim exclusivo de controle e planejamento das ações de saúde; atuar na consolidação e a análise de dados obtidos nas visitas domiciliares; a realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para acolhimento e acompanhamento: da gestante, no pré-natal, no parto e no puerpério: da lactante, nos seis meses seguintes ao parto; da criança, verificando seu estado vacinal e a evolução de seu peso e de sua altura; do adolescente, identificando suas necessidades e motivando sua participação em ações de educação em saúde, em conformidade com o previsto na Lei nu 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); da pessoa idosa, desenvolvendo ações de promoção de saúde e de prevenção de quedas e acidentes domésticos e motivando sua participação em atividades físicas e coletivas; da pessoa em sofrimento psíquico, da pessoa com dependência química de álcool, de tabaco ou de outras drogas; da pessoa com sinais ou sintomas de alteração na cavidade bucal; dos grupos homossexuais e transexuais, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças; da mulher e do homem, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças; realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para identificação e acompanhamento: de situações de risco à família; de grupos de risco com maior vulnerabilidade social, por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e de educação em saúde; do estado vacinal da gestante, da pessoa idosa e da população de risco, conforme sua vulnerabilidade e em consonância com o previsto no calendário nacional de vacinação; o Agente Comunitário de Saúde que tenha concluído curso técnico e tenha disponíveis os equipamentos adequados deverá: aferir a pressão arterial, durante a visita domiciliai', em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência; medir a glicemia capilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência; aferir a temperatura axilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência; orientar e apoiar, cm domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade; fazer a verificação antropométrica. o acompanhamento de condicionalidades de programas sociais, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis; realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade com visitas programadas em conjunto com a equipe, considerando os critérios de risco e vulnerabilidade de modo que famílias com maior necessidade sejam visitadas mais vezes, mantendo como referência a média de uma visita/família/mês; desenvolver ações que busquem a integração

entre a equipe de saúde e a população adstrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade; desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e agravos e de vigilância à saúde, por meio de visitas

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Atribuições: executar tarefas administrativas em qualquer órgão do município, atendendo as necessidades especificas do setor, tais como educação, saúde, administração, recursos humanos, patrimônio, finanças e outras; auxiliar na interpretação e observância de lei, regulamentos, portarias e normas gerais; auxiliar na preparação de documentação junto ao setor de recursos humanos, contabilidade, licitações, patrimônio ou outros setores; coletar dados diversos, consultando documentos, transcrições, arquivos e fichários, efetuando cálculos, para obter informações necessárias ao cumprimento da rotina administrativa; proceder à tramitação de processos, orçamentos, contratos e demais assuntos administrativos, consultando documentos em arquivos e fichários, levantando dados, efetuando cálculos e prestando informações, quando necessário; controlar e fiscalizar contratos administrativos quando for designado, verificar prazos estabelecidos; redigir atos oficiais, projetos, demonstrativos, relatórios certificados, fichas, coletas de preço, mapas estatísticos, boletins, e outros, atendendo as normas técnicas, a fim de possibilitar a boa apresentação do trabalho; realizar conferência de lançamentos, listagens, relatórios, notas fiscais, extratos bancários, recibos e outros documentos, verificando a correção de dados, refazendo cálculos, apurando saldos, confrontando com documentação de origem; pesquisar dados, consultando fichas, relatórios, mapas, prestação de contas, arquivos, e outras fontes, subsidiar a elaboração de documentos, demonstrativos e relatórios de controle; preparar e/ou traçar quadros demonstrativos, tabelas e gráficos, consultando documentos, efetuando cálculos, registrando informações com base em dados levantados; operar equipamentos, bem como transferir, cadastrar e desenvolver atividades externas e internas; receber, ordenar, protocolar e distribuir correspondências, documentos e encomendas, controlando sua movimentação e encaminhando ao setor destinado; recepcionar pessoas que se dirijam ao setor, prestando as informações desejadas, orientando-as sobre procedimentos para cada caso, baseando-se em normas e registros existentes ou encaminhando-as ao local adequado; efetuar cálculos simples, utilizando máquinas, tabelas e outros meios auxiliares; atender e realizar chamadas telefônicas, anotando e enviando recados, para obter ou fornecer informações; operar sistemas administrativos e técnicos em microcomputador, tais como editores de textos, planilhas eletrônicas, e outros aplicativos de uso corrente de setor; secretariar as escolas municipais e outros departamentos da Administração Pública; controlar as condições de máquinas, instalações e dependências, observando seu estado de conservação e uso, para providenciai, se necessário, reparo, manutenção ou limpeza; desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação - CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico; colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

AUXILIAR ODONTOLÓGICO

Atribuições: auxiliar no consultório dentário, sempre sob a supervisão do cirurgião dentista; auxiliar no atendimento ao paciente; recepção e acolhimento dos pacientes dentro do consultório; marcar consultas, preencher e anotar fichas clínicas; preparar o paciente para o atendimento; separação da ficha e do histórico do paciente; higienização dos materiais que serão utilizados nos procedimentos; sob supervisão do cirurgião dentista realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidenciação de placa bacteriana, escovação supervisionada, orientações de escovação, uso de fio dental; aplicar métodos preventivos para evitar cárie dental; auxílio ao dentista na entrega e manipulação de instrumentos; descarte correto do material utilizado; organização do consultório após cada atendimento; aplicação de medidas gerais de biossegurança para evitar riscos de infecção instrumentar o técnico em saúde bucal; manipular materiais de uso odontológico; revelar e montar radiografias intraorais; instrumentar o cirurgião-dentista junto a cadeira operatória; promover o isolamento do campo operatório; selecionar moldeiras; confeccionar modelos em gesso; e à manutenção do equipamento odontológico; aplicar métodos preventivos para controle da cárie dental; proceder à conservação executar outros serviços solicitados pelo Cirurgião Dentista; desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários; realizar, em equipe, levantamento de necessidades em saúde bucal; usar equipamento de proteção individual; manter em ordem arquivo e fichário; participar de treinamentos na sua área de atuação; colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; executar outras atividades correlatas ao cargo.

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

Atribuições: verificar se as obras e serviços estão sendo executados de acordo com a legislação e com as normas regulamentadoras vigentes, além de assegurar a observância dos padrões mínimos de segurança, acessibilidade, higiene, salubridade e conforto das edificações; fiscalizar as obras públicas e particulares, concluídas ou em andamento, abrangendo também demolições, terraplenagens, parcelamento do solo, a colocação de tapumes, andaimes, telas, plataformas de proteção e as condições de segurança das edificações; fiscalizar o cumprimento do Código de Obras e Edificações, Código de Posturas, da Lei Municipal de Uso e Parcelamento do Solo e demais leis integrantes do Plano Diretor; emitir notificações, lavrar autos de infração e expedir multas aos infratores da legislação urbanística municipal; reprimir o exercício de atividades desenvolvidas em desacordo com as normas estabelecidas na legislação urbanística municipal, as edificações clandestinas, a formação de loteamento irregulares e os agrupamentos semelhantes que venham a ocorrer no âmbito do Município; realizar vistoria para auxiliar na expedição de "Habite-se" das edificações novas ou reformadas; elaborar relatório de fiscalização; orientar as pessoas e os profissionais quanto ao cumprimento da legislação; apurar as denúncias e elaborar relatório sobre as providências adotadas; regular o uso e a manutenção dos logradouros públicos; autorizar e fiscalizar propagandas, placas e anúncios nas áreas públicas e frontais aos imóveis; fiscalizar o funcionamento de eventos, shows, parques de diversões, circos e outros; verificar e informar as situações constatadas durante o atendimento de reclamações da população, solicitações e processos administrativos e judiciais em que seja necessária a verificação in loco; atualizar dados em planilha, bem como apresentar o andamento das fiscalizações ao respectivo responsável, com o intuito de mantê-lo informado quanto às atividades diárias; desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação - CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico; colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; executar outras tarefas correlatas ao cargo.

SECRETÁRIO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Atribuições: coordenar e executar as tarefas decorrentes dos encargos da Secretaria Municipal de Educação, observadas as diretrizes do MEC/FNDE; organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamento dos alunos, de forma a permitir em qualquer época a verificação da identidade e regularidade da vida escolar do aluno e a autenticidade dos documentos escolares; coordenar e orientar as atividades administrativas-financeiras e de pessoal da unidade de Educação, estabelecendo prioridades com os gastos e pedidos para compras de materiais de expediente, didático, de limpeza e merenda escolar para as respectivas unidades: coordenar e efetuar a escrituração e o arquivamento dos documentos das instituições de ensino; verificar a autenticidade da documentação dos alunos, servidores e a documentação especifica da instituição de ensino e registrar em livros, fichas ou instrumentos eletrônicos, resguardadas as características imprescindíveis; atribuições administrativas, relativas e registro, controle, digitação, conferência, atendimento ao público, dentre outras, bem como atividades relacionadas a execução, acompanhamento e conferências de documentos; organizar e manter em dia a coletânea das leis, regulamentos, diretrizes, portarias, circulares, resoluções e demais documentos; redigir a correspondência, lavrar atas e termos, nos livros próprios; elaborar relatórios e processos a serem encaminhados às autoridades superiores; assinar, junto com o Diretor, os documentos escolares que forem expedidos, inclusive diplomas e certificados; coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso; zelar pelo uso adequado e conservação dos bens materiais distribuídos à Unidade escolar ou à Secretaria Municipal de Educação; manejar e operacionalizar sistemas informatizados de armazenamento e compartilhamento de dados: participar de eventos. cursos. capacitações, comemorações, entre outros, relacionado, a Secretária Municipal de Educação, quando solicitado pelo superior imediato; organizar e garantir acesso à informação para todos os setores e unidades escolares; buscar atualização permanentemente e observar a Lei Geral de Proteção Dados - LGPD e suas alterações; executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Atribuições: prestar assistência de enfermagem segura, humanizada e individualizada aos pacientes, sob supervisão do enfermeiro; auxiliar o superior na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral, em programas de vigilância epidemiológica e no controle sistemático da infecção; proceder à triagem dos pacientes; fazer inalações; aplicar e conservar vacinas; efetuar pequenos e grandes curativos; executar punções de artérias e veias; entre outros procedimentos não privativos da enfermagem; preparar pacientes para consultas e exames, orientando-os sobre as condições de realização dos mesmos; colher e ou auxiliar o paciente na coleta de material para exames de laboratório, segundo orientação; orientar e auxiliar pacientes, prestando informações relativas a higiene, alimentação, utilização de medicamentos e cuidados específicos em tratamento de saúde; verificar os sinais vitais e as condições gerais do paciente, segundo prescrição médica e de enfermagem; preparar e administrar medicações por via oral, tópica, intradérmica, subcutânea, intramuscular, endovenosa e retal, segundo prescrição médica, sob supervisão do Enfermeiro; controlar e manter atualizado fichário contendo informações sobre pacientes, tratamento e medicamentos ministrados e outros dados de interesse médico; cumprir prescrições de assistência médica e de enfermagem; realizar a movimentação e o transporte de pacientes de maneira segura; auxiliar nos atendimentos de urgência e emergência; realizar controles e registros das atividades do setor e outros que se fizerem necessários para a realização de relatórios e controle estatístico; efetuar o controle diário do material utilizado, bem como requisitar, conforme as normas do município, o material necessário à prestação da assistência à saúde do paciente; controlar o estoque de medicamentos, materiais e instrumentos médicos e odontológicos, requisitando-os quando necessário; manter equipamentos e a unidade de trabalho organizada, zelando pela sua conservação e comunicando ao superior eventuais problemas; executar atividades de limpeza, desinfecção, esterilização de materiais e equipamentos, bem como seu armazenamento e distribuição; auxiliar de acordo com a orientação recebida, o médico ou dentista, no atendimento aos pacientes; auxiliar no desenvolvimento dos programas de enfermagem, relativos à proteção, recuperação e reabilitação da saúde pública; fazer visitas domiciliares e a escolas, segundo programação estabelecida, para encaminhamento de pacientes aos postos de saúde; medir a temperatura e registrá-la nos gráficos de febre; atender doentes em isolamento, de acordo com instruções recebidas; promover e fazer higienização dos doentes; manter o local de trabalho limpo e arrumado; orientar os servidores que auxiliem na execução de atribuições típicas da classe; fazer o registro do trabalho realizado durante o dia; exercer atividades auxiliares, de nível médio técnico, atribuídas à equipe de enfermagem, cabendo-lhe: o planejamento, a programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem; auxiliar na prevenção e execução de programas de assistência integral à saúde e participando de programas de higiene e segurança do trabalho, e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho além, de assistência de enfermagem, excetuadas as privativas do enfermeiro; participar dos trabalhos relativos aos programas de planejamento familiar e atendimento às gestantes, e outros programas direcionados aos doentes; participar das atividades relativas ao programa de prevenção ao câncer; operacionalizar sistemas de informações específicos dentro de sua área de atuação; participar de treinamentos na sua área de atuação; executar outras atividades correlatas ao cargo.

TÉCNICO EM HIGIENTE DENTAL

Atribuições: organizar o agendamento de consultas e fichários de pacientes; recepcionar e preparar os pacientes para atendimentos, instrumentando o cirurgião dentista e manipulando materiais de uso odontológico; colaborar nos levantamentos e estudos epidemiológicos; demonstrar técnicas de escovação, ensinar técnicas de higiene bucal e realizar a prevenção das doenças bucais por meio da aplicação tópica do flúor, conforme orientação do cirurgião-dentista; fazer a remoção do biofilme, de acordo com a indicação técnica definida pelo cirurgião-dentista; realizar fotografias e tomadas de uso odontológicos exclusivamente em consultórios ou clínicas odontológicas; fazer a tomada e revelação de radiografias intrabucais; inserir e distribuir no preparo cavitário materiais odontológicos na restauração dentária direta, vedado o uso de materiais e instrumentos não indicados pelo cirurgião-dentista; aplicar substâncias para prevenção de cárie; inserir e condensar materiais restauradores; polir restaurações e remover suturas; remover indultos, placas e cálculos supragengivais; proceder a limpeza e a assepsia da sala ou equipamentos; confeccionar modelos e preparar moldeiras; trabalhar seguindo normas de segurança, higiene e qualidade; participar das ações educativas atuando na promoção da saúde e na prevenção das doenças bucais; supervisionar, sob delegação do cirurgião-dentista, o trabalho dos auxiliares de saúde bucal; controlar estoque de material e instrumental: aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos; participar de treinamentos na sua área de atuação; desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação - CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico; executar outras tarefas correlatas ao cargo.

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Atribuições: promover programas de prevenção de acidentes, orientando os trabalhadores quanto ao uso de equipamentos de proteção individual, elaborando planos de prevenção de riscos ambientais, fazendo inspeção de segurança, laudos técnicos e ainda organizando; promover atividades de conscientização, educação e orientação dos trabalhadores, com a finalidade de evitar acidentes; planejar a política de saúde e segurança do trabalho; diagnosticar condições gerais da área de Saúde e Segurança no Trabalho; analisar tecnicamente as ciudcões ambientais de trabalho; comparar a situação atual com a legislação; avaliar e comparar os referenciais legais da política a ser implantada; mostrar o impacto econômico de implantação da política; desenvolver sistema de gestão de Saúde e Segurança no Trabalho; negociar a aplicabilidade da política; participar de reforma e elaboração de normas regulamentadoras; propor medidas que visem o saneamento de doenças ocupacionais; selecionar metodologia para investigação de acidentes; analisar causas de acidentes; determinar causas de acidentes; identificar perdas decorrentes do acidente; elaborar relatório de acidente de trabalho; propor recomendações técnicas; verificar eficácia das recomendações. propor medidas saneadoras quanto aos fatores ambientais no trabalho; apresentar relatórios à autoridade competente, visando sanar os fatores insalubres na Prefeitura; preencher documentos e mapas a serem enviados ao setor de medicina do trabalho; elaborar projetos que visem a prevenção e combate a incêndios; promover cursos de prevenção de acidentes; propor medidas que visem a proteção ao meio ambiente; elaborar cronograma de ações educativas de segurança e saúde do trabalho; elaborar recursos e materiais didáticos de ações

	educativas de segurança e saúde; interagir com equipes multidisciplinares; disponibilizar material e recursos didáticos; difundir informações; utilizar métodos e técnicas de comunicação; avaliar ações educativas de segurança e saúde; participar dos programas de humanização do ambiente de trabalho; orientar órgãos públicos e comunidade para o atendimento de emergências ambientais; participar de ações emergenciais; participar de perícias e fiscalizações; elaborar laudos periciais; atuar como perito; interagir com os setores envolvidos; propor medidas e soluções; acompanhar processos nas diversas esferas judiciárias; elaborar manual do sistema de gestão de Saúde e Segurança no Trabalho; elaborar normas de procedimentos técnicos e administrativos; produzir anexos de atualização; gerar relatórios de resultados; documentar procedimentos e normas de sistemas de segurança; controlar atualização de documentos, normas e legislação; revisar documentação de Saúde e Segurança no Trabalho; atualizar registros; organizar banco de dados; alimentar rede de informações; manter relacionamento com órgãos federais, estaduais e municipais, visando o aprimoramento dos trabalhos; preencher guias de acidente do trabalho, quando solicitado; participar de treinamentos na sua área de atuação; desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação - cNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico; executar outras tarefas correlatas ao cargo.
NÍVEL SUPERIOR	**ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** **Atribuições:** desenvolver trabalhos de natureza técnica inerente a área; projetar a estrutura lógica e física de rede de dados, envolvendo definição das tecnologias utilizadas e topologia da respectiva rede; desenvolver e customizar soluções para administração, gerenciamento e disponibilização de serviços de rede; .tratar todo e qualquer incidente que impeça a comunicação com os sistemas implantados; instalar e configurar equipamentos de rede tais como switches, roteadores, pontos de acesso, etc, instalar e configurar servidores; implantar estratégias de defesa de vulnerabilidades, intrusão e ataques; detectar problemas no ambiente operacional e de rede e definir procedimentos para correção; monitorar o funcionamento dos dispositivos de rede; monitorar o funcionamento dos servidores de rede; implantar melhorias na área de tecnologia da informação; fornece suporte aos usuários com relação à inserção e atualização de dados no Portal da Transparência e página do Poder Executivo na Internet; acompanhar as mudanças organizacionais e os treinamentos de correntes da implantação de soluções; .adotar as medidas cabíveis relativas à concessão ou à exclusão dos direitos de acesso e de uso dos ativos de informação; emitir pareceres técnicos referentes a todo e qualquer assunto relativo à tecnologia da informação; prestar assistência aos usuários de todos os órgãos que integram a Administração Municipal; .guardar sigilo das atividades inerentes às atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico, informações e notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; prestar suporte aos usuários da rede de computadores, envolvendo a montagem, reparos e configurações de equipamentos e na utilização do hardware e software disponíveis; contatar fornecedores de software para solução de problemas quanto aos aplicativos adquiridos; efetuar os back-ups e outros procedimentos de segurança dos dados armazenados; .criar e implantar procedimentos de restrição do acesso e utilização da rede, como senhas, eliminação de drives etc.; instalar softwares de upgrade e fazer outras adaptações/modificações para melhorar o desempenho dos equipamentos**;** participa da análise de partes/acessórios e materiais de informática que exijam especificação ou configuração; desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação - CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico; executar outras tarefas correlatas ao cargo. **ASSISTENTE SOCIAL** **Atribuições;** executar as atividades inerentes ao CRAS/CREAS, de acordo com as instruções do propiciar condições de inclusão ao programa social, como o fortalecimento dos vínculos de pertencimento comunitário e familiar; identificar situações de vulnerabilidade e risco social local: propiciar atendimento sócio assistencial aos grupos sociais e familiar considerando a situação social diagnosticada, a rede de proteção instalada e as potencialidades locais; prevenir situações de violação de direitos, tais como: abandono, negligência, violência ou marginalização e criminalidade, potencializadas pela pobreza, exclusão social e baixa estima; estudar e analisar as causas de desajustamento social, estabelecendo planos de ações que busquem o restabelecimento da normalidade do comportamento dos indivíduos em relação a seus semelhantes ou ao meio social; aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando- se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas e aplicando a técnica do serviço social de casos, para possibilitar o desenvolvimento de suas capacidades e conseguir o seu ajustamento ao meio social; ajudar as pessoas que estão em dificuldades decorrentes de problemas psicossociais, como menores carentes ou infratores, encaminhamento para exames, remédios e outros que facilitem e auxiliem a recuperação de pessoas com problemas de saúde; elaborar diretrizes, atos normativos e programas de assistência social, promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar o progresso e a melhoria do comportamento individual; assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional, encaminhamento médico e de outra natureza, para melhorar sua situação e possibilitar uma convivência harmônica entre os membros; laborar e emitir pareceres socioeconômicos; participar de programas de reabilitação profissional, integrando equipes técnicas multiprofissionais, para promover a integração ou reintegração profissional de pessoas física ou mentalmente deficientes por doenças ou acidentes decorrentes do trabalho; identificar os problemas que perturbam ou impedem a utilização da potencialidade dos educandos, analisando as causas dessas perturbações, para permitir a eliminação dos mesmos a fim de um maior rendimento escolar: articular-se com profissionais especializados em áreas relacionadas a problemas humanos, intercambiando informações, a fim de obter novos subsídios para elaboração de diretrizes, atos normativos e programas de ação social referentes a campos diversos de atuação, como orientação e reabilitação profissional, desemprego, amparo a inválidos, acidentados e outros; executar procedimentos técnicos; registrar atendimentos; informar situações- problema; requisitar acomodações e vagas em equipamentos sociais; aplicar instrumentos de avaliação; avaliar cumprimento dos objetivos e programas, projetos e planos propostos; coordenar equipes e atividades: coordenar projetos e grupos de trabalho; desempenhar atribuições administrativas; providenciar documentação oficial; cadastrar usuários, entidades e recursos; controlar fluxo de documentos; desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação - CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico; colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato; **CONTADOR** **Atribuições:** organizar e executar os serviços de contabilidade do Município; planejar os trabalhos inerentes às atividades contábeis, organizando o sistema de registro e operações, para possibilitar o controle e acompanhamento contábil e financeiro; supervisionar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando seu processamento, para assegurar o cumprimento do plano de contas adotado pelo Município; controlar e participar dos trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo os saldos apresentados, localizando e emendando os possíveis erros para assegurar a correção das operações contábeis; proceder ou orientar a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza, para apropriar custos e bens de serviço; organizar e assinar balancetes, balanços demonstrativos de contas, aplicando as normas contábeis, para apresentar resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira do Município; auxiliar na elaboração de Plano Plurianual - PPA, Lei Orçamentaria Anual - LOA, Lei de Diretrizes Orçamentarias - LDO, dentre outras. participar da elaboração do orçamento programado, fornecendo os dados contábeis, para servirem de base à montagem do mesmo; proceder à análise contábil dos órgãos e entidades do Município; estudo, fiscalização, orientação e superintendência das atividades fazendárias que envolvem matéria financeira e econômica de natureza complexa; realizar estudos e pesquisas para o estabelecimento de normas diretoras de contabilidade do Município; orientar e supervisionar todas as tarefas de escrituração; elaborar as demonstrações contábeis e todas as prestações de contas de gestão do Poder Executivo, ao Tribunal de Contas do Estado e órgãos de Controle como Tribunal de Contas e Secretaria do Tesouro Nacional; efetuar a consolidação das contas dos órgãos e entidades do Município; elaborar, manter e aperfeiçoar o sistema de informações contábeis; assessorar as áreas técnicas na construção e manutenção do Portal Transparência do Município; supervisionar o arquivamento de documentos contábeis; elaborar pareceres, revisar prestações de contas e emitir parecer quando solicitado; participar de treinamentos na sua área de atuação; colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; dirigir veículo automotor com a finalidade de executar suas atividades, desde que autorizado por superior hierárquico; executar outras tarefas correlatas ao cargo. **ENFERMEIRO** **Atribuições:** realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada; realizar consultas de enfermagem, conforme protocolos estabelecidos nos programas do Ministério da Saúde e disposições legais da profissão; executar as ações de assistência integral a criança, mulher, adolescente, adultos e idoso, auxiliar atuação clínica à prática de saúde coletiva; realizar atividades correspondentes às áreas prioritárias de intervenção na atenção básica, definidas na Norma Operacional de Assistência Básica (NOAS) de 2002; supervisionar e executar ações para capacitação dos agentes comunitários de saúde e auxiliares de enfermagem, com vistas ao desempenho das funções; participar da equipe multidisciplinar, nas diversas atividades que visam o aprimoramento e desenvolvimento das atividades de interesse da instituição; identificar as necessidades de enfermagem, realizando entrevistas, participando de reuniões e através da observação sistematizada, programando e coordenando as atividades da equipe de enfermagem, visando à preservação e recuperação da saúde; participar da elaboração do plano de enfermagem, baseando-se nas necessidades identificadas, para determinar a assistência a ser prestada pela equipe de enfermagem no período de trabalho; planejar, coordenar e organizar campanhas de saúde, como campanhas de vacinação e outras; 5/ executar diversas tarefas de enfermagem de maior complexidade, prestar cuidados de conforto, movimentação ativa e passiva e de higiene pessoal e outros tratamentos, valendo-se de seus conhecimentos técnicos, para proporcionar o maior grau possível de bem estar físico, mental e social aos pacientes; executar a distribuição de medicamentos valendo-se de prescrição médica; requisitar materiais e medicamentos necessários, para assegurar o desempenho adequado dos trabalhos de enfermagem; planejar, organizar e administrar serviços na instituição de saúde pública, desenvolvendo atividades técnico-administrativas na elaboração de normas, instruções, roteiros e rotinas específicas, para padronizar procedimentos e racionalizar os trabalhos no sentido de servirem de apoio a atividades afins; implantar normas e medidas de proteção, orientando e controlando sua aplicação, para evitar acidentes; 5/ registrar as observações, tratamentos executados e ocorrências verificadas em relação ao paciente, anotando-as no prontuário, ficha de ambulatório,. relatório de enfermagem da unidade ou relatório geral, para documentar a evolução da doença e possibilitar o controle da saúde, a orientação terapêutica e a pesquisa; participar do planejamento, da execução e da avaliação de programas de saúde púbiica, materno-infantil, imunização; participar de inquéritos epidemiológicos e em programas de educação sanitária da população; participar na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral e nos programas de vigilância epidemiológica; participar nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho; realizar a previsão, provisão e controle de material e equipamentos; auxiliar na conservação de aparelhos e equipamentos e quando necessário, solicitar consertos; trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental; realizar todas as atividades inerentes ao enfermeiro dentro dos Programas da Saúde ;desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação - CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico. colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; executar outras atividades correlatas ao cargo. **ENGENHEIRO CIVIL** **Atribuições:** proceder a uma avaliação geral das condições requeridas para a obra, estudando o projeto e examinando as características do terreno disponível, para determinar o local mais apropriado para a construção; elaborar o projeto da construção de avenidas, ruas, praças e demais edificações públicas, no interior ou no perímetro urbano, preparando as plantas e especificações da obra, indicando tipos e qualidade de materiais, equipamentos e mão de obra necessários e efetuando um cálculo aproximado dos custos, a fim de apresentá-lo ao setor responsável para aprovação; acompanhar as obras de terraplanagem e pavimentação de todos os tipos, estudando os locais e dando assistência aos operários, para que a obra seja bem executada; calcular os esforços e deformações previstos na obra projetada ou que afetam a mesma, consultando tabelas e efetuando comparações, levando em consideração fatores como carga calculada, pressões de água, resistência aos ventos e mudanças de temperatura, para apurar a natureza dos materiais que devem ser utilizados na construção; autorizar e liberar projetos de construção de prédios, casas e outras edificações, no âmbito municipal, fiscalizar e liberar o habite-se; preparar o programa de trabalho, elaborando plantas, croquis, cronogramas e outros subsídios que se fizerem necessários, para possibilitar a orientação do setor de licitações e a fiscalização do desenvolvimento das obras; estudar e dirigir projetos de acordo com as condições requeridas para a construção de obras, de qualquer natureza, acompanhando e orientando as operações e medidas que avançam as obras, para assegurar o cumprimento dos prazos e dos padrões de qualidade e segurança recomendadas; elaborar os orçamentos referentes às obras que serão executadas, fazendo a padronização, mensuração e controle de qualidade dos serviços executados na obra, a fim de orientar e esclarecer o pessoal no que se refere ao serviço técnico da obra; **FARMACÊUTICO** **Atribuições:** executar as atividades de assistência farmacêutica no âmbito da Atenção Básica; atuar em conformidade com as diretrizes legais que regem o SUS e as orientações da ANVISA; auxiliar os gestores e a equipe de saúde no planejamento das ações e serviços na Atenção Básica, assegurando a integralidade e a intersetorialidade das ações de saúde; promover o acesso e o uso racional de medicamentos junto à população e aos profissionais da Atenção Básica, por intermédio de ações que disciplinem a prescrição, a dispensação e o uso; assegurar a dispensação adequada dos medicamentos e viabilizar a implementação da Atenção Farmacêutica na Atenção Básica; selecionar, programar, receber, distribuir e dispensar medicamentos e insumos, com garantia da qualidade dos produtos e serviços, inclusive conferência da validade e número de lotes dos medicamentos; promover organização da aquisição, armazenamento, dispensação, controle e fracionamento de medicamentos; acompanhar e avaliar a utilização de medicamentos e insumos, inclusive os medicamentos fitoterápicos e homeopáticos na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população; subsidiar o gestor e os profissionais de saúde com informações relacionadas à mortalidade associada aos medicamentos; .elaborar, em conformidade com as diretrizes municipais, estaduais e nacionais, e de acordo com o perfil epidemiológico, projetos na área da assistência farmacêutica a serem desenvolvidos dentro de seu território de responsabilidade; intervir diretamente com os usuários rios casos específicos necessários, em conformidade com a equipe de Atenção Básica, visando a uma farmacoterapia racional e à obtenção de resultados definidos e mensuráveis, voltados à melhoria da qualidade de vida; participar do planejamento e da avaliação da farmacoterapia, para que o paciente utilize de forma segura os medicamentos de que necessita, nas doses,

frequência, horários, vias de administração e duração adequados, contribuindo para que o mesmo tenha condições de realizar o tratamento e alcançar os objetivos terapêuticos; garantir a qualidade de produtos e serviços farmacêuticos: Monitorar produtos, processos, áreas e equipamentos; emitir laudos, pareceres e relatórios; controlar descarte de produtos e materiais; participar em ações de proteção ao meio ambiente e à pessoa; supervisionar armazenamento, distribuição e transporte de produtos: Comprovar origem dos produtos; fixar critérios de armazenamento; fracionar produtos; colaborar na definição de logística de distribuição. Elaborar projetos; colher dados; apreciar resultados; propor ações; orientar usuário no uso de produtos; aplicar injetáveis; realizar pequenos curativos; medir pressão arterial; prestar serviços de inalo terapia**;** informar, orientar e educar os pacientes, a família, os cuidadores e a sociedade sobre temas relacionados à saúde, ao uso racional de medicamentos e a outras tecnologias em saúde; elaborar materiais educativos destinados à promoção, proteção e recuperação da saúde e prevenção de doenças e de outros problemas relacionados; operacionalizar os sistemas de informação específicos de controle de medicamentos, inclusive dos psicotrópicos e outros medicamentos controlados; responsabilizar-se pela retirada de medicamentos junto a Regional de Saúde, em casos de necessidade; promover orientações e auxílio aos pacientes para busca de medicamentos disponibilizados pelo SUS, por outras esferas de governo; .participar de reuniões, congressos, cursos e palestras para obter mais conhecimentos técnico científicos e, consequentemente, atualização e aperfeiçoamento dos serviços prestados; obedecer às normas técnicas de biossegurança na execução de suas atribuições; desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação - CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico; colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; executar outras tarefas correlatas ao cargo.

FISCAL TRIBUTÁRIO

Atribuições: realizar a fiscalização dos tributos, orientando-se sobre os critérios de fiscalização e práticas correspondentes, para cooperar no aperfeiçoamento e racionalização das normas e medidas fiscalizadoras; elaborar planos de fiscalização, consultando documentos específicos e guiando-se pela legislação fiscal, para racionalizar os trabalhos nos órgãos sob sua responsabilidade; atender e orientar contribuintes; executar as tarefas de fiscalização de tributos do município mediante a inspeção e vistoria de estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e demais entidades, examinando, faturas, notas fiscais, livros contábeis e outros documentos; executar estudo de viabilidade para empreendimentos, conforme legislação; realizar cobrança de dívida ativa extrajudicial de créditos tributários e de natureza tributária e não tributária; realizar parcelamento de débitos, conforme Código Tributário Municipal; inscrever crédito tributário e não tributário em dívida ativa; emitir Certidão de Dívida Ativa – CDA e protesto em cartório, conforme convênio; elaborar e atualizar planta genérica de valores; fiscalizar o cumprimento da legislação tributária; constituir o crédito tributário e não tributário mediante lançamento de tributos; efetuar cálculos de tributos; auditar documentos fiscais e contábeis básicos e realizar comparações visando o adequado enquadramento fiscal do contribuinte e o cumprimento da obrigação tributária principal e acessória; lavrar termo de início de ação fiscal, notificações, intimações, auto de infração e aplicar penalidades administrativas quando necessárias; efetuar diligências, realizar atividades de fiscalização em campo e aplicar todos os mecanismos legais vigentes à consecução da atividade; analisar, emitir pareceres e/ou tomar decisões sobre processos administrativos fiscais sempre que delegado por autoridade competente; gerir o cadastro de contribuintes, outorgando inclusões, exclusões, alterações e respectivo processamento de acordo com a legislação; supervisionar o compartilhamento de cadastros e informações fiscais com as demais administrações tributárias da União, dos Estados e outros Municípios, quando assim definido em lei ou convênio; planejar, coordenar, supervisionar e exercer, observada a competência específica de outros órgãos, as atividades de repressão à sonegação fiscal, ocultação de bens, direitos e valores; acompanhar e informar os débitos vencidos e não pagos para a inscrição na Dívida Ativa, bem como planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de fiscalização, arrecadação e de cobrança dos impostos, taxas e contribuições de competência municipal; analisar, elaborar e decidir em processos administrativos fiscais, nas respectivas esferas de competência, inclusive os relativos ao reconhecimento de direito creditório, à solicitação de retificação de declaração, à imunidade, isenção, suspensão, exclusão e extinção de créditos tributários; observar as ações de fiscalização orientadas ou determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná; manter-se informado a respeito da política de fiscalização, acompanhando as divulgações feitas em publicações oficiais e especializadas, para difundir a legislação e proporcionar instituições especializadas; executar serviços gerais da área tributária, tais como separação, classificação e arquivamento de documentos, transição de dados, lançamentos de ocorrências, fornecimento de informações e atendimento ao público interno e externo; colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação – CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico.

FONOAUDIÓLOGO

Atribuições: desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição; participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar o aperfeiçoamento dos padrões da voz e fala; colaborar em assuntos fonoaudiológicos ligados a outras ciências; colabora com a limpeza e organização do local de trabalho; dirigir veículo automotor com a finalidade de executar suas atividades, quando necessário, desde que autorizado por superior hierárquico; executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato. Com os usuários em geral: tratar de pacientes, efetuar avaliação e diagnóstico fonoaudiológico orientar pacientes familiares, cuidadores e responsáveis; examinar servidores públicos municipais para fins de controle do ingresso, licença e aposentadoria; preencher e assinar laudos de exames e verificação; prescrever atividades; preparar material terapêutico; indicar e adaptar tecnologia; prescrever exames laboratoriais; atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando- os ou encaminhando-os, em casos especiais, a setores especializados; elaborar relatórios, emitir laudos médicos; .anotar em ficha apropriada os resultados obtidos; ministrar cursos; supervisionar em atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação; operacionalizar. sistemas de informação de acordo com a Secretaria onde estiver lotado; desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição; participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição, aperfeiçoando os padrões da voz e fala; supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de Fonoaudiologia; participar da Equipe de Orientação e Planejamento Escolar, inserindo aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos; executar outras atribuições compatíveis com as previstas no cargo, particularidades do Município ou designações superiores; promover campanhas educativas; produzir manuais e folhetos explicativos; elaborar relatórios e laudos; utilizar recursos de Informática. No sistema educacional com os alunos: otimizar o desenvolvimento da linguagem oral, leitura e escrita; promover estratégias de prevenção, preservação e controle de abusos e riscos para a voz e a audição; estimular a eliminação de hábitos inadequados relacionados às alterações fonoaudiológicas; detectar precocemente alterações fonoaudiológicas relacionadas à audição, voz, motricidade orofacial e linguagem oral e escrita;

MÉDICO DA FAMÍLIA

Atribuições: realizar a atenção à saúde às pessoas e famílias sob sua responsabilidade, dentro do programa de Atenção Primária à Saúde (APS), observando as diretrizes do SUS; realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outros); em conformidade com protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, bem como outras normativas técnicas estabelecidas pelos gestores (federal, estadual, municipal), observadas as disposições legais da profissão; realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados para as pessoas que possuem condições crônicas no território, junto aos demais membros da equipe; encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sob sua responsabilidade o acompanhamento do plano terapêutico prescrito; indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento da pessoa; planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS e ACE em conjunto com os outros membros da equipe; executar atividades emitindo diagnóstico e pareceres, orientando, prescrevendo ou executando formas de trabalho, aplicando os recursos da medicina, para promover a saúde e o bem estar individual ou coletivo de acordo com a função exercida em forma nas unidades de saúde da sede do Município e unidades do interior do Município, atendimento volante (atendimento de emergências e urgências, internações e visitas médicas e domiciliares conforme a especialidade ou programa); participar de formulação de diagnóstico de saúde pública, realizando levantamento da situação de serviços de saúde, identificando prioridades para determinação dos programas a serem desenvolvidos; elaborar e coordenar a implantação de normas de organização e funcionamento dos serviços de saúde; emitir opinião acerca da padronização, aquisição, distribuição, instalação e participar dos programas de atualização e aperfeiçoamento das pessoas que atuam na área de saúde; prestar atendimento médico preventivo, terapêutico ou de emergência, examinando, diagnosticando, prescrevendo tratamento, prestando orientação e solicitando hospitalização e exames, quando necessário; participar de juntas médicas, avaliando a capacidade laborativa de pacientes, verificando as suas condições de saúde; emitir laudos para admissão, concessão de licença, aposentadoria por invalidez, readaptação, emissão de carteiras e atestados de sanidade física e mental; realizar perícias médicas singular ou através de junta médica; operacionalizar os sistemas de informação na emissão de receituários, requisições de exames ao paciente, encaminhamentos às especialidades e biópsias, anotações de resultados de exames no cadastro do paciente; realizar pequenos e médios procedimentos aos pacientes nas unidades de saúde e demais atividades inerentes à sua formação universitária; utilizar recursos de informática; operacionalizar sistemas de informações específicos dentro de sua área de atuação; colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; executar outras atribuições de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional. / dirigir veículo automotor com a finalidade de executar suas atividades, quando necessário, desde que autorizado por superior hierárquico; executar outras tarefas correlatas ao cargo.

NUTRICIONISTA

Atribuições: proceder ao planejamento e a elaboração de cardápios e dietas especiais para oferecer refeições balanceadas; desenvolver o treinamento em serviço do pessoal auxiliar de nutrição para racionalizar e melhorar o padrão técnico dos serviços; supervisionar o preparo e a distribuição das refeições, o recebimento dos gêneros alimentícios, sua armazenagem e distribuição para possibilitar um melhor rendimento do serviço; orientar as cozinheiras sobre receitas novas; preparar programas de nutrição e alimentação da coletividade, dentro dos planos da saúde pública, com objetivo de criar, readaptar ou alterar hábitos alimentares; avaliar as carências nutricionais da população, desenvolvendo campanhas educativas e outras atividades correlatas, a fim de contribuir para a criação de hábitos e regimes alimentares adequados entre a população e consequente melhoria da saúde coletiva; .efetuar o registro das despesas e das pessoas que recebem refeições, fazendo anotações em formulários apropriados para estipular o custo médio da alimentação; observar a apresentação dos pratos e devoluções, promovendo mudanças no cardápio, visando o total consumo das refeições servidas, evitando desperdício; prestar assistência nutricional a indivíduos e/ou coletividades (sadios ou enfermos); identificar população-alvo; participar de diagnóstico interdisciplinar; realizar inquérito alimentar; coletar dados antropométricos; solicitar exames laboratoriais; interpretar indicadores nutricionais; calcular gasto energético; identificar necessidades nutricionais; realizar diagnóstico dietético-nutricional; estabelecer plano de cuidados nutricionais; realizar prescrição dietética; prescrever complementos e suplementos nutricionais; .desenvolver manuais técnicos, rotinas de trabalho e receituários; supervisionar as atividades de higienização de ambientes, veículos de transporte de alimentos, equipamentos e utensílios; estabelecer e implantar formas e métodos de controle de qualidade de alimentos, de acordo com a legislação vigente; promover avaliação nutricional e do consumo alimentar das crianças; atuar em programas de saúde, estudos e trabalhos experimentais em alimentação e nutrição; participar de campanhas educativas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde; operacionalizar sistemas de informação específicos da área de atuação; no âmbito do Programa de Alimentação Escolar: realizar a avaliação, diagnóstico e monitoramento nutricional do escolar, com base nas recomendações e necessidades nutricionais específicas; elaborar os cardápios de acordo com as necessidades nutricionais, com base no diagnóstico de nutrição da clientela, adequando-os à faixa etária e respeitando os hábitos alimentares regionais, culturais e étnicos; utilizar produtos da região, com preferência aos produtos básicos e prioridade aos produtos semielaborados e aos in-natura; planejar e supervisionar as atividades de seleção de fornecedores e procedência dos alimentos; participar do recrutamento, seleção e capacitação de pessoal do Programa de Alimentação Escolar; estimular a identificação de crianças portadoras de patologias e deficiências associadas à nutrição, para que recebam o atendimento adequado no Programa de Alimentação Escolar; elaborar informação nutricional do cardápio e/ou preparações, contendo valor energético, ingredientes, nutrientes e aditivos que possam causar alergia ou intolerância alimentar; elaborar o plano de trabalho anual do Programa de Alimentação Escolar, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições; '/ assessorar o Conselho de Alimentação Escolar no que diz respeito à execução técnica do Programa de Alimentação Escolar; desenvolver demais atividades pertinentes a sua profissão observando os programas e as legislações Municipais, Estaduais e Federais que tratam da nutrição no ambiente escolar; ./ colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação - CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico; executar outras tarefas correlatas ao cargo.

PROCURADOR JURÍDICO

Atribuições: representar o Município e promover a defesa de seus direitos e interesses em qualquer instância, administrativa ou judicial, nas causas em que for autor, réu, oponente, terceiro interveniente ou, por qualquer forma, interessado, usando de todos os recursos legalmente permitidos e todos os poderes para o foro em geral, e, quando expressamente autorizado pelo Prefeito ou por delegação de competência, os especiais para desistir, transigir, acordar, transacionar, firmar compromisso, receber e dar quitação; examinar as ordens e sentenças judiciais cujo cumprimento envolva matéria de competência do Prefeito ou de outra autoridade do Município; emitir pareceres sobre questões jurídicas que lhe sejam submetidas pelo Prefeito e pelos Secretários do Município; emitir pareceres em processos licitatórios ou contratações diretas; assessorar a Fazenda Municipal nos atos relativos à aquisição, alienação, cessão, concessão, permissão, aforamento, locação e outros concernentes a imóveis do patrimônio do Município; representar a administração pública municipal, centralizada e descentralizada, junto aos órgãos encarregados da fiscalização orçamentária e financeira do Município; supervisionar, coordenar, dirigir e executar os trabalhos de apuração de liquidez e certeza da dívida ativa do Município, tributária e de qualquer outra natureza; promover as medidas destinadas à cobrança judicial da dívida ativa do Município; assessorar na elaboração de editais de licitação, contratos, convênios, acordos, exposição de motivos, razões de veto, memoriais ou outras peças; .1 colaborar, quando solicitado, na elaboração de projetos de leis, decretos e outros atos administrativos e normativos da competência do Prefeito; promover a uniformização da jurisprudência administrativa, de maneira

a evitar contradição ou conflito na interpretação das leis e dos atos administrativos; coligir elementos de fato e de direito e preparar, em regime de urgência, as informações que devam ser prestadas, em mandado de segurança, pelo Prefeito, Secretários do Município e outras autoridades da municipalidade, quando apontadas como coatoras; propor ao Prefeito a revogação ou a declaração de nulidade de atos administrativos; necessidade de boa aplicação das leis vigentes; sugerir providências de ordem jurídica reclamadas pelo interesse público ou por necessidade de boa aplicação das leis vigentes; requisitar a qualquer Secretaria, ou órgão da administração centralizada ou descentralizada, processos, documentos, certidões, cópias, exames, diligências, informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento de suas finalidades, bem como técnicos, para realização de perícia, quando o assunto envolver matéria que reclame o exame por profissional especializado; buscar atualização permanentemente; estar apto e habilitado a dirigir veículo oficial de pequeno porte tipo carro de passeio; zelar pela observância das leis e atos emanados dos poderes públicos; colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; exercer outras responsabilidades/atribuições correlatas ao cargo.

PROFESSOR MUNICIPAL 20H E 40H

Atribuições: Descrição Sintética: Executar o trabalho de docência; planejar, organizar e executar o trabalho pedagógico, considerando a realidade escolar e as necessidades da criança e do aluno, articulando, permanentemente, com o regimento escolar, a proposta político pedagógica, o plano de estudo, o plano de trabalho e o Plano Municipal de Educação; executar, quando habilitado, atividades de supervisão escolar, dando suporte técnico administrativo-pedagógico, promovendo espaços lúdico-pedagógicos na instituição escolar, assessorando o corpo docente na organização e execução do plano de trabalho, bem como na reflexão sobre o ensino e a qualidade do processo de aprendizagem dos alunos; executar, quando habilitado, atividades de orientação escolar, promovendo a integração entre os profissionais da escola e a comunidade escolar, propondo e articulando as ações educativas ao Plano Municipal de Educação, projeto político-pedagógico e Regimento Escolar.
Descrição Analítica: Conhecer, cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas nesta Lei; Preservar os princípios, ideias e fins da educação brasileira e estimular a cidadania e o culto das tradições históricas; Zelar e cumprir os princípios básicos da estrutura da carreira do magistério público municipal previstos nesta Lei; Participar da elaboração da proposta político-pedagógica e do regimento do estabelecimento de ensino; Zelar, permanentemente, pelo cumprimento e aplicabilidade da lei de diretrizes e bases da educação nacional e legislações correlatas à educação; Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; Conhecer o desenvolvimento integral da criança e do aluno (aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e SOciais), propondo estratégias educativas que promovam o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania; Zelar pela aprendizagem das crianças e dos alunos; Estabelecer estratégias e atuar em planos de recuperação para os alunos de menor desempenho escolar, considerando as necessidades e interesses do aprendiz; Atuar em substituição dos demais professores, mediante designação, em face de ausências legais; Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; • Colaborar e propor atividades educativas de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Acompanhar permanentemente o desempenho da criança e do aluno, emitindo registro sobre as construções e aprendizagens sistematizadas, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e pontuando os resultados ao longo do ano letivo; Elaborar os planos de estudos e plano de trabalho a partir da proposta político-pedagógica e do regimento escolar; Cooperar em todas as atividades escolares que visem à melhoria da educação do processo educativo; • Trabalhar em regime de colaboração com todos os órgãos da rede municipal de ensino e sob a mediação e assessoria pedagógica da Supervisão e Orientação Escolar; Atuar em atividades relacionadas a programas, projetos especiais e/ou espaços pedagógicos que promovam a aprendizagem de crianças e de alunos; Registrar diariamente as proposições do professor em plano de trabalho, pontuando o andamento do trabalho em classe e as aprendizagens da criança e do aluno; • Cumprir as determinações administrativas e pedagógicas da Direção da Escola, da proposta político-pedagógica e do Regimento Escolar; Participar de reuniões e de conselho de classe; ., Manter atualizados os registros e documentos referentes à vida escolar da criança e do aluno; Utilizar material didático-pedagógico adequado à educação para a infância e ao ensino e à aprendizagem dos alunos; Participar de cursos, seminários e/ou encontros oportunizados pela Secretaria Municipal; Zelar permanentemente pelo cumprimento e aplicabilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente; Assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à educação, à saúde, à alimentação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de coloca-la a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão; Promover o bem-estar da criança e do aluno, a qualificação de suas experiências e o estímulo de seu interesse pelo processo de conhecimento do ser humano e da natureza; • Cumprir os horários estabelecidos pela jornada de trabalho; Responsabilizar-se pelas crianças e pelos alunos durante o horário escolar; Buscar o constante aperfeiçoamento profissional e cultural, visando aperfeiçoar sua prática pedagógica; Propor atividades lúdicas e interativas que articulem o cuidado à educação; Propor e executar atividades educativas que privilegiem a interação social e o universo infantil (a imitação, o faz-de-conta, a linguagem e a apropriação da imagem corporal) como indispensável para que a criança construa conhecimentos e a sua autonomia; Organizar os tempos e espaços da rotina escolar de forma lúdica e interativa; Organizar o espaço físico escolar, com vistas a promover o desenvolvimento da criança e do aluno e a sua interação com o outro; • Garantir no plano de trabalho docente propostas pedagógicas que promovam a aprendizagem da criança e do aluno nas diferentes áreas do conhecimento; Organizar e executar situações educativas e interativas da criança e do aluno com diferentes sujeitos sociais (familiares, colegas, professores, funcionários), valorizando a comunicação e ações de cooperação e solidariedade; Propor situações-problema em que o aluno possa pesquisar e experimentar o ambiente social através de materiais concretos, proporcionando a construção de hipóteses e a elaboração do pensamento.

PROFESSOR MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20H

Atribuições: Descrição Sintética: Exerce a docência na Rede Pública Municipal de Ensino promovendo aprendizagens que envolvem movimentações corporais para o desenvolvimento físico e motor, proporcionando assim o conhecimento, o domínio e a consciência do corpo, condições necessárias para a autonomia e identidade corporal infantil;
Descrição Analítica: participar na elaboração da proposta pedagógica da instituição educacional; contribuir para aplicação da política pedagógica do município e o cumprimento da legislação de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da instituição educacional; seguir a proposta pedagógica e/ou as diretrizes e/ou as normativas estabelecidas pela Secretaria de Educação; zelar pela aprendizagem das crianças; zelar pela integridade física e moral do aluno; estabelecer e implementar estratégias de recuperação para as crianças de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidas; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação da instituição educacional com as famílias e a comunidade; participar da escolha do livro didático, de palestras, seminários, congressos, encontros pedagógicos, capacitações, cursos, e outros eventos da área educacional e correlatos; participar de reuniões interdisciplinares e do conselho de classe; confeccionar material didático; divulgar as experiências educacionais realizadas; participar do processo de formação continuada para docentes; informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e rendimento dos alunos bem como a execução de sua proposta pedagógica; organizar eventos e atividades, esportivas, pedagógicas e cívicas, ligados à educação e de interesse do município. desenvolver atividades de aprendizagens que levem a compreensão dos movimentos do corpo como uma linguagem utilizada na interação com o meio através da socialização; desenvolve atividades que levem a ampliação do conhecimento de práticas corporais historicamente produzidas na cultura em que a criança se encontra. organizar, coordenar, realizar, supervisionar e avaliar atividades que envolvam temas da cultura corporal de movimento (esporte, danças, jogos, brincadeiras, ginásticas etc.); aplicar conhecimentos científicos, pedagógicos e técnicos, sobre a atividade física, com responsabilidade ética; planejar, coordenar, executar, dinamizar, desenvolver atividades físicas de caráter lúdico e recreativo, objetivando promover o lazer ativo e bem estar psicossocial e as relações socioculturais dos alunos; avaliar e participar do encaminhamento dos alunos portadores de necessidades especiais, para os setores específicos de atendimento; participar do processo de inclusão do aluno portador de necessidades especiais no ensino regular; orientar e incentivar o aluno para pesquisa e o gosto pela leitura; manter atualizados os registros de aula, frequência e de aproveitamento escolar do aluno; zelar pelo cumprimento de legislação escolar e educacional; desenvolver outras atribuições correlatas ao cargo de professor.

PSICÓLOGO

Atribuições: avaliar pacientes, utilizando métodos e técnicas próprias, analisando, diagnosticando e emitindo parecer técnico, para acompanhamento, atendimento ou encaminhando a outros serviços especializados; elaborar e aplicar testes, utilizando seu conhecimento e prática dos métodos psicológicos, para determinar o nível de inteligência, faculdades, aptidões, traços de personalidade e outras características pessoais, possíveis desajustamentos ao meio social ou de trabalho ou outros problemas de ordem psíquica e recomenda a terapia adequada; prestar atendimento psicológico de ordem psicoterápica e ou de curso preventivo, através de sessões individuais e grupais; estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação; promover processos de ensino-aprendizagem mediante intervenção psicológica; orientar ações e estratégias voltadas a casos de dificuldades nos processos de ensino-aprendizagem, evasão escolar, atendimento educacional especializado; realizar avaliação psicológica ante a necessidades especificas identificadas no processo ensino-aprendizado; executar atividades relativas ao processo de recrutamento, seleção, acompanhamento, treinamento e reciclagem de servidores e estagiários, quando solicitado pelo setor de recurso humanos, utilizando métodos e técnicas apropriadas aos objetivos da instituição; diagnosticar a existência de possíveis problemas na área da psicomotricidade, disfunções e outros distúrbios, aplicando e interpretando provas e outros reativos psicológicos, para aconselhar o tratamento ou a forma de resolver as dificuldades momentaneamente; participar de programa de saúde mental, através de atividades com a comunidade, visando o esclarecimento e coparticipação; realizar atendimento familiar para orientação ou acompanhamento psicoterapêutico; realizar atendimento a crianças com problemas emocionais, psicomotores e psicopedagógico; atendimento e acompanhamento sistemático às famílias e alunos das unidades escolares, colaborando para a garantia do direito ao acesso e permanência do educando na escola; monitoramento e acompanhamento dos educandos em situação de não frequência e evasão escolar; assegurar o direito de acesso e de permanência na escola; garantir condições de pleno desenvolvimento do estudante; atuar em processos de ingresso, regresso, permanência e conclusão dos estudos do estudante; viabilizar o direito à educação básica do estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, jovens e adultos, estudante internado para tratamento de saúde por longo período, em contextos urbanos, rurais; orientar e dar suporte nos casos de dificuldades de ensino/aprendizagem; atuar junto aos processos de inclusão, permanência e evolução educacional; favorecer espaços para acolhida das emoções; atuar no enfrentamento da violência escolar; estimular novas perspectivas que promovam a quebra do ciclo de adoecimento mental, entre outras ações de promoção em saúde; participar na elaboração de normas programáticas de materiais e de instrumentos necessários à realização de atividades da área, visando dinamizar e padronizar serviços para atingir objetivos estabelecidos; participar da equipe multiprofissional, em atividades de pesquisas e de projetos, de acordo com padrões técnicos propostos, visando o incremento, aprimoramento e desenvolvimento de áreas de trabalho e de interesse da instituição; participar de programas de atenção primária em centros e postos de Saúde ou na comunidade, organizando grupos específicos, visando a prevenção de doenças ou do agravamento de fatores emocionais que comprometam o espaço psicológico; auxiliar a equipe médica, fornecendo dados psicopatológicos para diagnosticar o tratamento de enfermidades; promover a valorização do trabalho de professores e de demais trabalhadores da rede pública de educação; propor estratégias de intervenção em dificuldades escolares relacionadas a situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, vulnerabilidade social; orientar os diretores, coordenadores, professores, pais e alunos a seguirem e cumprirem um papel social importante para a escola, respeitando e entendendo os direitos que cada um possui e suas responsabilidades no meio educacional, tornando a família e a escola mais próximas; atuação em equipe multidisciplinar e/ou interdisciplinar para elaborar, implementar, desenvolver e avaliar os programas e políticas de desenvolvimento de recursos humanos dos servidores municipais; operacionalizar sistemas de informações específicos dentro de sua área de atuação; observar a Lei Geral de Proteção Dados - LGPD e suas alterações, buscar atualização permanentemente; colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; desenvolver ações, com veículo oficial, desde que possua habilitação - CNH compatível com o veículo a ser guiado, e autorização de superior hierárquico; executar outras atividades correlatada ao cargo.

TERAPEUTA OCUPACIONAL

Atribuições: planejar, formular, elaborar, executar, coordenar, gerir, controlar e avaliar os programas, projetos e atividades, realizando a prevenção, inclusão, proteção social e promoção da cidadania e destinados a famílias, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e demais segmentos socialmente vulneráveis; promover tratamento para reabilitação dos indivíduos portadores de alterações cognitivas, afetivas, perceptivas e psicomotoras, decorrentes ou não de distúrbios genéticos, traumáticos e/ou de doenças adquiridas, por meio da ocupação profissional, educativa, desportiva ou recreativa; realizar o diagnóstico terapêutico ocupacional e a elaboração da programação terapêutico ocupacional, com base nas informações e condições peculiares do indivíduo; eleger, indicar, treinar, utilizar e acompanhar o uso de métodos, técnicas e recursos relacionados à tecnologia assistiva, de forma a melhorar desempenho cognitivo, o musculoesquelético, psicossocial, percepto-cognitivo, psicoafetivo e neuropsicomotor, psicomotor do indivíduo, possibilitando-lhe mais autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social; promover a adaptação dos meios e materiais disponíveis, pessoais ou ambientais, para o desempenho funcional e ocupacional do paciente; prescrever, fazer adaptações e realizar o treinamento quanto ao uso de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, necessárias ao desempenho funcional e ocupacional do paciente, quando for o caso; buscar e utilizar, com o emprego de atividades e métodos específicos, a educação ou reeducação, habilitação, reabilitação e readaptação profissional, das funções do sistema do corpo humano; orientar o indivíduo, os familiares e a comunidade quanto às condutas terapêuticas ocupacionais a serem observadas para a aceitação e inserção do paciente, em igualdade de condições com as demais pessoas, utilizando-se de modificações e/ou adaptações nos ambientes domiciliar e laboral assim como nos espaços públicos e de lazer; realizar laudos periciais ou parecer social e participar de programas de reinserção social e no mercado de trabalho desenvolvidos nas áreas de vulnerabilidade social e econômica; participar em equipes multidisciplinares de modo a realizar atividades qualificadas na área de formulação, elaboração, planejamento, organização, controle, gestão e execução de políticas públicas, programas, projetos e ações governamentais; desenvolver programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade devida; operacionalizar sistemas de informações específicos dentro de sua área de atuação; observar a Lei Geral de Proteção Dados - LGPD e suas

	alterações; buscar atualização permanentemente; colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; executar outras atividades correlatas ao cargo.

ANEXO II – DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Língua Portuguesa: Análise e interpretação de texto (compreensão global; ponto de vista do autor; ideias centrais desenvolvidas em cada parágrafo, inferências); Elementos de coesão e coerência textual; Ortografia Oficial (acentuação gráfica, letra e fonema, sílaba, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos); Emprego das classes de palavras; Semântica (sinônimos e antônimos, significação das palavras, sentido conotativo e denotativo).

Matemática: As quatro operações fundamentais; Cálculos e situações-problema envolvendo as quatro operações fundamentais; Números pares, ímpares, primos; antecessor e sucessor; Ordens crescente e decrescente; Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais; Cálculos e situações-problema envolvendo números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais; Múltiplos e divisores de um número natural, MMC e MDC; Potenciação, radiciação e fatoração; Cálculos e situações-problema envolvendo potenciação, radiciação e fatoração; Comparações, arredondamentos e aproximações; Comparação de quantidades; Cálculo algébrico; equações: do 1º grau com uma incógnita, sistemas de equações de 1° grau com duas incógnitas; Figuras geométricas planas; Cálculo de áreas de quadriláteros; Teoremas de Pitágoras e de Tales; Unidades de medida:comprimento, capacidade, massa, tempo e volume; Sólidos geométricos; Cálculo de volume de prismas; Plano cartesiano: coordenadas no plano cartesiano; simetria no plano cartesiano; Orientação no plano, no espaço e no tempo; Noções de direção; Noções de acaso: certeza ou impossível; Razão e proporção; regra de três simples e compostas; Sistema monetário brasileiro; porcentagem e juros simples; Sequência de números, figuras e letras; Sequências lógicas; Relação de igualdade; Proposições lógicas simples e compostas; Equivalências lógicas; Dados, tabelas, gráficos e suas interpretações.

Conhecimentos Gerais: Aspectos culturais, sociais, históricos e geográficos do Brasil, do município de Coronel Vivida e do Estado do Paraná. Atualidades. Cenários políticos. Ciência, Tecnologia e Inovação. Constituição Federal: Título I – Dos Princípios Fundamentais (Art. 1º ao 4º), Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5º ao 17), Título III – Da Organização do Estado (Art. 18 e 19; Art. 29 e 30; Art. 37 ao 41), Título IV - Da Organização dos poderes (Art. 44 ao 75).

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

Língua Portuguesa: Análise e interpretação de texto (compreensão global; ponto de vista do autor; ideias centrais desenvolvidas em cada parágrafo, inferências); Comunicação, linguagem e variações linguísticas; Gêneros e Tipologias textuais; Elementos de coesão e coerência textual; Ortografia Oficial (acentuação gráfica, letra e fonema, sílaba, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos); Emprego das classes de palavras; Semântica (sinônimos e antônimos, significação das palavras, sentido conotativo e denotativo); Funções sintáticas; Concordâncias nominal e verbal; Pontuação; Uso dos porquês; Literatura Brasileira: prosa e poesia, autores e obras, figuras de linguagem.

Matemática: As quatro operações fundamentais; Comparações, arredondamentos, aproximações e estimativas; Cálculo algébrico; equações: de 1º e 2° graus com uma ou duas incógnitas, sistemas de equações de 1° grau; cálculos envolvendo monômios, polinômios e produtos notáveis; Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais; Múltiplos e divisores de um número natural, MMC e MDC; Intervalos numéricos; Potenciação, radiciação e fatoração; Operações entre conjuntos: união, interseção, diferença e complementar; Funções - constantes, afim, crescentes e decrescentes; Gráficos de funções; Unidades de medida:comprimento, capacidade, massa, tempo e volume; Conversão de moedas e medidas; Geometria plana - Ângulos opostos pelo vértice, formados por retas paralelas e uma transversal, complementares e suplementares, bissetriz; Perpendicularidade, concorrência e paralelismo entre retas; Teoremas de Tales; Comprimento da circunferência; Cálculo de área: triângulos, retângulos e círculos; medidas de superfícies; Geometria espacial - Sólidos geométricos; Cálculo de volume: prismas reto-retangulares, cilindro; Geometria Analítica - Plano cartesiano, coordenadas no plano cartesiano, simetria no plano cartesiano, orientação no plano, no espaço e no tempo, Noções de direção: norte, sul, leste e oeste, esquerda e direita, para cima e para baixo; Estatística – média, moda e mediana; Dados, tabelas, gráficos e suas interpretações; Sequência de números, figuras e letras; Sequências lógicas; Probabilidade - certeza e impossibilidade, fenômenos aleatórios, espaço amostral e evento; Eventos dependentes e independentes; Probabilidades da união e interseção; Grandezas direta e inversamente proporcionais; Razão e proporção; Regra de três simples e composta; Matemática financeira - Sistema monetário brasileiro; Porcentagem; Juros simples; Resolução de problemas.

Conhecimentos Gerais (exceto para os cargos de Técnico de Enfermagem, Técnico em Higiene Dental e Auxiliar de Odontologia): Aspectos culturais, sociais, históricos e geográficos do Brasil, do município de Coronel Vivida e do Estado do Paraná. Atualidades. Cenários políticos. Ciência, Tecnologia e Inovação. Constituição Federal: Título I – Dos Princípios Fundamentais (Art. 1º ao 4º), Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5º ao 17), Título III – Da Organização do Estado (Art. 18 e 19; Art. 29 e 30; Art. 37 ao 41), Título IV - Da Organização dos poderes (Art. 44 ao 75). Lei n.º 8.429/1992 e Lei nº 14.230/21 - Lei de Improbidade Administrativa. Lei n.º 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informações. Lei n.º 10.048/2000 - Da prioridade de atendimento às pessoas; Lei n.º 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Disposições Preliminares e Direitos Fundamentais; Lei n.º 4.657/1942 – Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro – LINDB (Art. 20 ao 30); Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Capítulo IV).

Conhecimentos em Saúde Pública (para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Auxiliar de Odontologia): Princípios éticos aplicados à atuação profissional na saúde. Códigos de ética profissional. Bioética. Responsabilidade ética e legal dos profissionais da saúde. Dilemas éticos na atenção à saúde pública. Educação em saúde. Humanização do atendimento. Sigilo profissional. Segurança do paciente. Qualidade da atenção à saúde.

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Língua Portuguesa: Análise e interpretação de texto (compreensão global; ponto de vista do autor, ideias centrais desenvolvidas em cada parágrafo, inferências); Comunicação, linguagem e variações linguísticas; Funções da linguagem; Gêneros e Tipologias textuais; Elementos de coesão e coerência textual; Ortografia Oficial (acentuação gráfica, letra e fonema, sílaba, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos); Emprego das classes de palavras; Semântica (sinônimos e antônimos, significação das palavras, sentido conotativo e denotativo); Funções sintáticas; Sintaxe (coordenação e subordinação); Concordâncias nominal e verbal; Regências Verbal e Nominal; Emprego de sinal indicativo de crase; Pontuação; Emprego do que e do se; Uso dos porquês; Literatura Brasileira: prosa e poesia, autores e obras, figuras de linguagem.

Matemática: As quatro operações fundamentais; Comparações, arredondamentos, aproximações e estimativas; Conjuntos; operações entre conjuntos: união, interseção, diferença e complementar; Resolução de problemas envolvendo operações entre conjuntos; Proposições lógicas simples e compostas; Valor lógico; Falácias, analogias e silogismos; Princípios de identidade, de não Contradição e do terceiro excluído; Conectivos Lógicos; Condições necessárias e suficientes; Negação, contra positiva e recíproca; Equivalências lógicas; Princípio da casa dos pombos; Relações; Funções - afim e quadrática; Números reais; Múltiplos e divisores de um número natural, MMC e MDC; Intervalos reais; Sistemas lineares; Sequência de números, figuras e letras; Geometria plana - triângulo Retângulo: relações e teorema de Pitágoras; Ângulos: opostos pelo vértice, formados por retas paralelas e uma transversal, complementares e suplementares, bissetriz; Perpendicularidade, paralelismo; Teorema de Tales; Comprimento da circunferência; Medidas de área; Cálculo de área: triângulos, quadriláteros e círculos; medidas de superfícies; Geometria espacial - Sólidos geométricos; Cálculo de volume: prismas e cilindros; Medidas de volume; Geometria analítica - Plano cartesiano: coordenadas no plano cartesiano; simetria no plano cartesiano; Estatística – média, moda e mediana; Dados, tabelas, gráficos e suas interpretações; Matemática financeira -

juros simples e compostos, porcentagem, sistema monetário brasileiro, conversões de moedas; Razão e proporção - Regra de três simples e composta, Grandezas diretamente e inversamente proporcionais.

Conhecimentos em Saúde Pública (*Enfermeiro, Farmacêutico, Médico da Família, Terapeuta Ocupacional*): Princípios éticos aplicados à atuação profissional na saúde. Códigos de ética profissional. Bioética. Responsabilidade ética e legal dos profissionais da saúde. Dilemas éticos na atenção à saúde pública. Educação em saúde. Humanização do atendimento. Sigilo profissional. Segurança do paciente. Qualidade da atenção à saúde.

Ciências, Geografia, História e Conhecimentos Gerais (para os cargos de Professor Municipal 20h e 40h e Professor de Educação Física 20h): Aspectos culturais, sociais, históricos e geográficos do Brasil, do município de Coronel Vivida e do Estado do Paraná. Conhecimentos gerais sobre Ciências, Geografia e História. Atualidades. Cenários políticos. Ciência, Tecnologia e Inovação. Constituição Federal: Título I – Dos Princípios Fundamentais (Art. 1º ao 4º), Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5º ao 17), Título III – Da Organização do Estado (Art. 18 e 19; Art. 29 e 30; Art. 37 ao 41), Título IV - Da Organização dos poderes (Art. 44 ao 75). Lei n.º 8.429/1992 e Lei nº 14.230/21 - Lei de Improbidade Administrativa. Lei n.º 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informações. Lei n.º 10.048/2000 - Da prioridade de atendimento às pessoas; Lei n.º 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Disposições Preliminares e Direitos Fundamentais; Lei n.º 4.657/1942 – Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro – LINDB (Art. 20 ao 30); Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Capítulo IV).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Legislação do SUS: Lei 8080/90; Lei 8142/90. Política Nacional de Atenção Básica. Regulamentação da profissão de Agente Comunitário de Saúde: Decreto nº 3.189/1999, Lei nº 13.595/2018; Lei 14.536/2023. O trabalho do agente comunitário de saúde: competências e habilidades; conceito de territorialização, área e microárea de abrangência. Acolhimento. Visita domiciliar: técnicas de levantamento das condições de vida e de saúde/doença da população; identificar situações de risco existentes na residência, entornos e entre os moradores. Cadastramento familiar e territorial. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Mapeamento da área e interpretação demográfica: identificação de situações de risco. Indicadores epidemiológicos, socioeconômicos e culturais. Educação em saúde. Atuação intersetorial. Planejamento de ações; Ferramentas de trabalho. Conhecimentos básicos e específicos sobre: problemas clínicos prevalentes na atenção primária à saúde; tuberculose; hanseníase; dengue; chicungunya; zica vírus; hipertensão arterial; diabetes mellitus; diarreia; desidratação; programa nacional de melhoria do acesso e da qualidade na atenção básica; infecções sexualmente transmissíveis, doenças infecciosas e infectocontagiosas, doenças parasitárias, COVID-19, nutrição ao longo da vida; principais grupos de alimentos; processo saúde-doença e seus determinantes/condicionantes; saúde da criança; saúde integral de adolescentes e jovens; saúde da mulher; saúde da gestante e aleitamento materno; doenças crônicas não transmissíveis, saúde do homem; saúde da pessoa idosa; saúde mental; saúde ambiental. Programas e Políticas Públicas de Saúde: programa nacional de imunização e esquema vacinal; política nacional de promoção da saúde: conceitos e estratégias; programa bolsa família; política nacional de educação popular em saúde. Cultura popular e sua relação com os processos educativos. Noções de ética e cidadania. Violência doméstica em suas diferentes vertentes.

ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Gerência de projetos. Segurança da informação. Conceitos básicos. Políticas de segurança. Classificação de informações. Análise de vulnerabilidade. Arquitetura de computadores: conceitos de arquitetura de computadores. Engenharia de software. Ciclo de vida do software. Metodologias de desenvolvimento de software. Métricas e estimativas de software. Linguagens de programação. Padrões de projeto. Ferramentas de gerenciador de conteúdo (CMS). Arquitetura e tecnologias de sistemas de informação. Workflow e gerenciamento eletrônico de documentos. Arquitetura cliente-servidor. Arquitetura orientada a serviço. Arquitetura distribuída. *Business Intelligence*. Navegadores de internet (Internet Explorer, Microsoft Edge, Firefox, Chrome); Rede de Computadores: tipos de rede (LAN, MAN, WAN, PAN); arquiteturas de rede; topologias; modelos OSI da ISO; implementação, administração e manutenção de rede de computadores; Serviços de transferência de arquivos (HTTP, HTTPS, FTP); serviços de nomes (DNS); serviço de configuração (DHCP); equipamentos de conexão e transmissão (Gateways, switches, roteadores); meios de transmissão (par trançado, fibra ótica e link de rádio); cabeamento estruturado; Softwares maliciosos (virus, spywares, rootkit e outros); Segurança (antivirus, anti-spam, antispyware e firewall). Criptografia, protocolos criptográficos, sistemas de criptografia e aplicações.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Organizações: natureza, desenvolvimento, cultura e estrutura. Funções da Administração: planejamento, organização, direção e controle. Processo de comunicação. Administração de pessoas: recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento, motivação, liderança, delegação, cargos e salários. Gestão da qualidade. Planejamento e nível organizacional: estratégico, tático e operacional. O ambiente e as organizações. Administração Financeira e orçamentária: decisões de investimento, decisões de financiamento, orçamento, análise de projetos. Noções de administração pública. Princípios fundamentais da administração pública. Poderes e deveres do administrador público. Improbidade administrativa. Servidores públicos. Responsabilidade civil da administração pública. Controle da administração pública. Tipos e formas de controle. Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação, anulação, revogação e efeitos. Orçamento público. Processo legislativo.

ASSISTENTE SOCIAL

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Atuação do Serviço Social em contextos emergenciais. PNAS (Política Nacional de Assistência Social) e Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. O processo de trabalho do serviço social no campo sociojurídico: funções, atribuições, estratégias, instrumentalidade, possibilidades e limites; as abordagens individuais e grupais: fundamentos e instrumentos (estudo social, relatório social, parecer social e laudo social). O serviço social e a intervenção junto à família em suas diversas dimensões: conceitos, historicidade e configurações contemporâneas; perspectivas jurídicas da família. Fundamentos e importância do CAPS; Fundamentos do serviço social. Política social. Seguridade social. Reforma sanitária. O projeto ético-político do serviço social e as competências profissionais preconizadas pelo conselho federal de serviço social. Programa nacional de assistência estudantil. Política de assistência social, política de saúde e intersetorialidade. Proposta de intervenção social: planejamento estratégico, planos, programas e projetos, métodos, instrumentos e técnicas de intervenção. Instrumentalidade do Serviço Social. Pesquisa em Serviço Social. Indicadores Sociais. Elaboração de laudos, pareceres e relatórios sociais. Trabalho em rede. Interdisciplinaridade. Atribuições do Assistente Social na Saúde. Legislação: SUAS (Sistema Único de Assistência Social); LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social); Código de Ética Profissional do Assistente Social; Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Lei da Saúde - SUS. Resolução CFESS nº 557/2009. Lei Maria da

Penha. Estatuto do Idoso. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social ABEPSS e MEC, Constituição Federal, Humaniza SUS, CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

AUXILIAR DE ODONTOLOGIA

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Noções Básicas de Primeiros socorros. Noções básicas de Primeiros Socorros em urgências e emergências odontológicas. Higiene oral e prevenção de cáries. Doenças periodontais. Técnicas de escovação e uso do fio dental. Radiologia odontológica. Noções básicas dos instrumentais odontológicos. Procedimentos de limpeza e desinfecção do consultório. Controle de infecções na prática odontológica. Procedimentos de ortodontia e prótese. Biossegurança em odontologia. Conservação e Manutenção de equipamentos odontológicos. Processos de limpeza, desinfecção e esterilização de instrumentais, equipamentos e ambientes odontológicos. Principais problemas de saúde da população e meios de intervenção. Ética em Odontologia.

CONTADOR

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). e dá outras providências). Contabilidade Geral e de Custos: Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro do Conselho Federal de Contabilidade. Princípios de Contabilidade. Equação Fundamental do Patrimônio. Demonstrações Contábeis Obrigatórias. Lei 6.404/1976 e alterações posteriores. Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas - Geral (NBC TG). Fatos Contábeis e Escrituração. ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil. Operações com Mercadorias e seus impactos tributários: sistematização e contabilização. Critérios de Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos. Depreciação, Exaustão e Amortização. Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Balancete de verificação. Plano de Contas: contas de resultado e contas patrimoniais. Receitas e Despesas: classificação e apuração de resultados. Análise Econômico-financeira de Demonstrações Contábeis. Determinação de índices e quocientes e sua interpretação. Índices de Liquidez, Endividamento, Lucratividade e Rentabilidade. Terminologia, classificação e conceitos de custos. Critérios de Avaliação dos Estoques. Métodos de Custeio. Custos para controle e tomada de decisão. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Conceito, objeto, objetivos, princípios, regimes, campos de aplicação. Receitas Públicas: Conceitos, classificações, receitas de competência dos municípios, estágios de execução, restituição e anulação de receitas, regime de contabilização e Dívida ativa. Despesas Públicas: Conceitos, classificações, adiantamento, estágios de execução, regime de contabilização e Restos a Pagar. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 11ª Edição. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Escrituração contábil de operações típicas do setor público. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal: finalidades, conteúdos e prazos. Administração Financeira e Orçamentária: Orçamento Público: Conceitos, técnicas, modelos e tipos. Princípios Orçamentários. Instrumentos de Planejamento previstos na CF/1988: PPA, LDO e LOA. Ciclo orçamentário: etapas de desenvolvimento da Lei Orçamentária Anual e vedações gerais ao ciclo orçamentário. Créditos adicionais: tipos, fontes e condições para abertura. Exercício Financeiro e Restos a Pagar. Normas gerais de direito financeiro: Constituição da República Federativa do Brasil: Título VI - Da Tributação e do Orçamento, CAPÍTULO II – Das Finanças Públicas (Arts. 163 a 169). Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000. Portaria MOG nº 42/1999 e atualizações. Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e atualizações.

ENFERMEIRO

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Lei 8080/90. Lei 8142/90; Lei 7498/86. Anatomia, fisiologia, patologia, microbiologia, parasitologia, farmacologia e imunologia aplicados à enfermagem. Semiologia e semiotecnica. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Política Nacional de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família: ferramentas para a gestão e o trabalho cotidiano. Visita domiciliar: detecção de fatores de risco ambientais e sociais, orientações e condutas. Enfermeiro como mediador de conflitos. Educação em saúde: prevenção, promoção e autocuidado. Educação continuada e permanente. Imunização: calendário vacinal em vigência, vias de administração, doses, contraindicação; acondicionamento e rede de frios. Biossegurança nas Ações de Saúde. Resíduos sólidos de saúde e legislação vigente. Central de material e esterilização (CME). Saúde da criança. Saúde integral de adolescentes e jovens. Saúde da mulher. Saúde da gestante e aleitamento materno, orientações sobre aleitamento e uso de medicamentos e outras substâncias. Saúde do homem. Saúde da pessoa idosa. Saúde mental. Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil. Atenção Integrada às doenças prevalentes na infância (AIDIPI). Assistência de enfermagem no pré-natal de baixo risco. Sistematização da Assistência de Enfermagem. Aprazamento de medicação: interações farmacológicas e fármaco nutricionais. Gerência de enfermagem: dimensionamento, escalas e organização do trabalho na atenção primária, secundária, terciária e hospitalar. Interpretação de exames e condutas de enfermagem. Hipertensão, diabetes, dislipidemias. Doenças infectocontagiosas, infecciosas e parasitárias. Feridas: classificações e tratamentos. Fisiopatologia, cuidado e condutas de enfermagem referente a doenças que acometem os sistemas que compõe o corpo humano. Enfermagem em: vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e vigilância em saúde do trabalhador. Epidemiologia e saúde coletiva. Enfermagem hospitalar em: urgência e emergência, centro cirúrgico, clínica cirúrgica; clínica médica; clínica pediátrica e unidade de terapia intensiva. Atenção ao parto, cuidados com o recém-nascido, pós-parto e promoção do aleitamento materno. Atenção à saúde do recém-nascido a termo. Reanimação do recém-nascido ≥34 semanas em sala de parto: Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pediatria. Reanimação do Prematuro < 34 semanas em sala de parto: Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pediatria. Recomendações para Assistência ao Recém-Nascido na sala de parto de mãe com COVID-19 suspeita ou confirmada: Sociedade Brasileira de Pediatria. Biossegurança hospitalar. Prevenção de infecção hospitalar. Isolamento

ENGENHEIRO CIVIL

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Conhecimento e procedimentos de construção de estradas de rodagem, vias públicas, obras de abastecimento de água, drenagem, irrigação e saneamento urbano e rural. Sistemas de formas para as fundações e elementos da superestrutura (pilares, vigas e lajes). Fundações superficiais e profundas. Lajes. Telhados com telhas cerâmicas, telhas de fibrocimento e telhas metálicas. Isolantes térmicos para lajes e alvenaria. Impermeabilização. Processos de aprovação de projetos, qualidade e segurança de obras, vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos e laudos técnicos. Normas e documentação técnica, processos licitatórios de obras e serviços de engenharia, infração a normas e posturas municipais, desmembramentos, loteamentos, abertura de ruas. Noções de estruturas, saneamento e meio ambiente (redes de esgoto, estação de tratamento de esgoto, lagoas de estabilização, abastecimento de água, limpeza urbana - acondicionamento, coleta, transporte, destinação final do lixo). Poluição do meio ambiente. Arquitetura e urbanismo. Geologia e geotécnica. Materiais de construção, técnicas de construção, organização de canteiro de obras, solos. Planejamento, Orçamentação e Controle de Projetos e Obras. Patologia na Construção Civil. NBR 9050:2021 e alterações. NBR 6118 – estruturas de concreto; NBR 6120 – cargas; NBR 15575 – desempenho de edificações. NR-18 e NR-35. Mecânica dos solos. Projeto e dimensionamento de estruturas de concreto, metálicas e madeira. Planejamento e gerenciamento de obras. Elaboração de orçamento e composição de custos unitários. Cronograma físico-financeiro e curva abc de serviços. Curva s. Tecnologia bim. Noções sobre a lei de licitações. Licitações: conceitos e princípios; modalidades de licitação; fases da licitação;

contratação direta; governança nas contratações públicas; plano de contratações anual; estudo técnico preliminar; termo de referência; matriz de riscos; contratos administrativos: conceitos e características; deveres do gestor e fiscal de contrato. Inexecução contratual; extinção dos contratos; sanções administrativas; responsabilidade civil nos contratos administrativos.

FARMACÊUTICO

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Política Nacional de Medicamentos. Uso Racional de Medicamentos. Assistência Farmacêutica: ciclo da assistência farmacêutica (produção, seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição, prescrição, dispensação de medicamentos). Assistência Farmacêutica na atenção básica. Assistência Farmacêutica no SUS (medicamentos disponibilizados, programas aos quais se destinam – saúde mental, excepcionais, hipertensão e diabetes, estratégicos, AIDS). Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME. Conhecimentos sobre epidemiologia e vigilância epidemiológica. Normas e diretrizes da Estratégia/ Programa Saúde da Família. Cálculos farmacêuticos. Farmacologia geral. Conhecimento de farmacotécnica e farmacodinâmica acerca dos medicamentos disponibilizados pelo SUS na rede básica de saúde. Sistemas de distribuição de medicamentos. Noções Básicas sobre estudos de utilização de medicamentos e farmacovigilância. Centros de Informação de Medicamentos: finalidade e importância. Formas farmacêuticas: cápsulas, comprimidos; sistemas de liberação prolongada de fármacos; sistemas transdérmicos; formas farmacêuticas líquidas de uso tópico e oral; pomadas, cremes, géis e pastas. Noções de farmácia magistral. Conhecimento básico sobre bioquímica clínica, microbiologia (bactérias, fungos e vírus), imunologia clínica, hematologia e toxicologia. Padronização e Seleção de Materiais Médico-hospitalares e de Medicamentos. Legislação farmacêutica. Decreto 7.508 de 28 de junho 2011 e suas atualizações; Resolução RDC nº 306 de 07 de dezembro de 2004 e suas atualizações. Resolução nº 357/01 do Conselho Federal de Farmácia (CFF) e suas atualizações. Noções básicas de Licitação Pública e suas atualizações. Ética profissional. Sistema Único de Saúde e Leis Orgânicas de Saúde e suas atualizações (Leis 8080/90 e 8142/90); Artigos 196 a 198 da Constituição Federal do Brasil. Portaria 344/98 e suas atualizações.

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Leitura e interpretação de Projetos arquitetônicos. Leitura e interpretação de Instalações prediais. Leitura e interpretação de Orçamento de obras. Leitura e interpretação de Canteiro de obras. Orçamento e composição de custos, levantamento de quantitativos, planejamento e controle físico-financeiro. Sondagem Geológica. Levantamento Planialtimétrico. Especificação de materiais. Estudos de viabilidade técnico-financeira. Controle ambiental das edificações (térmico, acústico e luminoso). Projetos complementares – especificação de materiais e serviços, dimensionamento básico e compatibilização. Entrega de projetos, de obra e serviços executados; Fidelidade de execução; Medição dos serviços executados; Ajuste de projeto aos imprevistos; Controle de qualidade dos materiais empregados e serviços executados. Especificações de serviços e materiais. Características e propriedades dos materiais de construção.

FISCAL TRIBUTÁRIO

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Noções de Direito Constitucional: Os Poderes do Estado e suas funções; Formas de Estado; Formas e sistemas de governo; Teoria Geral da Constituição; Controle de constitucionalidade no Direito Brasileiro; Princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil; Direitos e Garantias Fundamentais; Organização do Estado Brasileiro; Organização dos Poderes; Finanças Públicas; Ordem econômica e Financeira; Direitos das minorias e inclusão social. Noções de Direito Administrativo: Administração Pública: espécies, formas e características; Princípios da Administração Pública; Teoria geral da função pública; Espécies de regimes jurídicos, sua natureza e características; O servidor público e a Constituição Federal de 1988; Regime jurídico da licitação e dos contratos; Administração: análise da legislação; Obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação de licitação; Procedimentos, anulação e revogação; Modalidades de licitação; Teoria geral do Ato Administrativo: conceitos, classificação, espécies, elementos, requisitos e atributos do ato administrativo; Poderes administrativos; Controle da Administração Pública: espécie de controle e suas características; seus efeitos na prestação dos serviços públicos; Controle da Administração Pública: conceito, tipos, forma - controle externo, controle interno, controle parlamentar, controle social, controle jurisdicional; Responsabilidade Civil da Administração. Direito Tributário: Conceito de Direito Tributário; Princípios do Direito Tributário; Normas gerais tributárias; Obrigação tributária: elementos constitutivos e espécies; Fato gerador; Sujeitos ativos e passivos; Crédito tributário: natureza, lançamento, suspensão, extinção e exclusão; Sistema Tributário Nacional: Princípios constitucionais tributários; Repartição constitucional de competências tributárias; Fundos de Participação; Limitações ao poder de tributar e Renúncias de receitas; Impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Administração tributária; Processo tributário; Prescrição e decadência; Competência; Vigência; Solidariedade; Capacidade tributária; Domicílio; Responsabilidade; Dívida ativa. Noções de Direito Civil: A empresa, o empresário e o estabelecimento empresarial; Nome empresarial; Empresário individual; Sociedades empresárias e simples: conceito, ato constitutivo, personalidade jurídica, contrato social, classificação e tipos de sociedades, direitos, deveres e responsabilidades dos sócios, administração e gerência; Sociedade limitada; Sociedades por ações; Registro público de empresas; Contratos comerciais: compra.

FONOAUDIÓLOGO

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Audiologia Clínica e Ocupacional: avaliação audiológica comportamental e instrumental, audiometria tonal liminar, vocal e imitanciometria, avaliação da função coclear e do processamento auditivo central, triagem auditiva neonatal, audiologia educacional e medidas de proteção à saúde auditiva no trabalho; Terapia fonoaudiológica no Transtorno do Espectro Autista (TEA): estratégias de intervenção baseadas em evidências, comunicação alternativa e aumentativa, integração sensorial e desenvolvimento da linguagem; Desenvolvimento do sistema auditivo e neurossensorial; Desenvolvimento neuropsicomotor, da linguagem oral e escrita, e aquisição da fala; Anatomia e fisiologia dos órgãos da fala, da voz, da audição e dos sistemas relacionados à linguagem e comunicação; Motricidade Orofacial: avaliação, diagnóstico e intervenção nos distúrbios miofuncionais orofaciais; Sistemas e processos de comunicação. Fonética e Fonologia. Patologias fonoaudiológicas: definição, etiologia, diagnóstico clínico e terapêutico de alterações da comunicação oral e escrita, linguagem, fala, voz, audição e motricidade orofacial; Alterações da linguagem de origem neurológica e déficits sensoriais ou cognitivos; Gagueira na criança e no adulto. Reabilitação fonoaudiológica. Psicomotricidade: fundamentos teóricos, etapas do desenvolvimento psicomotor, alterações psicomotoras e técnicas de intervenção em terapia fonoaudiológica; Voz: avaliação clínica e instrumental, classificação vocal, diagnóstico e intervenção nos distúrbios da voz, orientação vocal, cuidados com a saúde vocal, reabilitação vocal e técnicas de impostação; Saúde Pública. Código de Ética da Fonoaudiologia. Lei nº 6.965/1981 (regulamentação da profissão de Fonoaudiólogo) e suas atualizações; Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.112/1990. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), Redes de Atenção à Saúde, atuação do fonoaudiólogo no SUS e nas diferentes linhas de cuidado; Humanização no atendimento, segurança do paciente, comunicação eficaz, atenção domiciliar e telessaúde.

MÉDICO DA FAMILIA

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). A atuação do médico dentro da estratégia saúde da família nos seguintes aspectos: Ética Médica; Antibioticoterapia; Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Esquistossomose; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarréias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Doenças sexualmente transmissíveis; Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor torácica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; Leishmaniose; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micoses superficiais; Obesidade; Dislipidemias. Sistema Único de Saúde (SUS): conceitos básicos; primeiro atendimento em emergências médicas; saúde mental (alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão, transtorno bipolar, esquizofrenia); automutilação e tentativa de suicídio. Relação de Medicamentos Essenciais - RENAME. Código de Ética Média. Urgência e Emergência. Conhecimentos básicos em anatomia, fisiologia, bioquímica, histologia e embriologia.

MOTORISTA

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Postura e atendimento ao público interno e externo. Comportamento no ambiente de trabalho e boas maneiras. Noções de Primeiros Socorros, Artigo 176, 177, 301, 304. Legislação de Trânsito: Lei nº 9503/1997 e suas alterações. Manual Brasileiro de Fiscalização e seus anexos. Resoluções ativas do Contran e Senatran. Código de Trânsito Brasileiro, todos seus artigos: incluindo as infrações, penalidades, suspensões, sinalizações, direção defensiva, primeiros socorros. Cuidados com o veículo e Ética Profissional.

NUTRICIONISTA

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). PNAN (Política Nacional de Alimentação e Nutrição), PNAE (Alimentação Escolar), e Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil. Código de Ética do Nutricionista (Resolução CFN nº 599/2018). Lei nº 8.234/91 (Regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências). Rotulagem nutricional e legislação sanitária aplicada aos alimentos. Nutrição básica: nutrientes: conceito, classificação, funções, requerimentos, recomendações e fontes alimentares. Aspectos clínicos da carência e do excesso. Dietas não convencionais. Aspectos antropométricos, clínico e bioquímico da avaliação nutricional. Avaliação nutricional: métodos diretos e indiretos de avaliação nutricional. Técnicas de medição. Avaliação do estado e situação nutricional da população. Nutrição no Ciclo da Vida – da Gestação ao Envelhecimento. Modificações físicas, químicas e biológicas dos alimentos. Enfermidades transmitidas pelos alimentos. Técnica Dietética; Tecnologia de Alimentos; Produção de Alimentos; Microbiologia dos Alimentos; Toxicologia de Alimentos; Contaminações de Alimentos; Doenças Transmitidas por Alimentos; Controle de Qualidade; Higiene de Alimentos. Sistema de segurança alimentar e nutricional.

OPERADOR DE MÁQUINA RODOVIÁRIA

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Noções básicas sobre procedimentos de segurança, equipamentos de proteção. Conservação e manutenção de máquinas. Noções básicas dos sistemas de alimentação, arrefecimento, ignição, elétrico, suspensão, freios, direção e transmissão. Sistemas hidráulicos. Óleos e graxas: tipos e especificações. Ferramentas de mecânico: conhecimento e aplicação. Novo código de trânsito brasileiro: infrações e penalidades, normas gerais de circulação e conduta, habilitação. Sinalização de trânsito. Direção defensiva e preventiva. Prevenção e combate a incêndios. Primeiros Socorros. Atendimento a acidentes de trânsito.

PROCURADOR JURÍDICO

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Direito Constitucional: Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Poder constituinte originário e derivado. Normas constitucionais e hierarquia de leis. Interpretação das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade. Controle concreto e abstrato de constitucionalidade. Habeas corpus, mandados de segurança, mandado de injunção e habeas data. Organização do Estado: Poderes e funções; repartição de competências. União, os Estados e os Municípios: atribuições; competência. Intervenção Estatal. Organização dos Poderes. Sistema de freios e contrapesos. Poder Legislativo: organização, funcionamento e atribuições. Processo legislativo. Orçamento e fiscalização orçamentária e financeira. Tribunal de Contas do Estado. Poder Executivo: organização e funcionamento. Poder Judiciário: organização, funcionamento e competências. Funções essenciais à Justiça. Tributação e orçamento. Ordem econômica e financeira. Intervenção do estado no domínio econômico. Tratamento constitucional dos servidores públicos. Seguridade Social. Lei Orgânica do Município. Direito Administrativo: Princípios constitucionais e infraconstitucionais do Direito Administrativo. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública: conceito, estrutura, poderes e deveres do administrador público. Administração Pública direta e indireta. Agências Reguladoras. Controle da Administração Pública. Ato administrativo. Poderes da administração. Bens públicos. Desapropriação. Processo Administrativo. Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação. Concessão e autorização dos serviços públicos. Convênios e consórcios administrativos. Parcerias público-privadas (Lei nº 11.079/2004). Organização do serviço público. Agentes públicos. Responsabilidades dos agentes públicos: civil, administrativa e criminal. Processo administrativo disciplinar. Regime previdenciário do servidor público. Concurso público. Licitações e contratos na administração pública. Responsabilidade Civil do Estado. Responsabilização administrativa e jurisdicional. Improbidade administrativa. Lei de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011). Direito Civil: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Das pessoas naturais e jurídicas. Domicílio. Dos bens. Fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Do ato jurídico lícito e ilícito. Da prescrição e da decadência. Das obrigações e suas modalidades. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Dos contratos: dos contratos em geral. Das espécies de contratos. Da responsabilidade civil. Posse e propriedade. Usucapião. Lei de Registros Públicos. Direito Processual Civil: Princípios Gerais do Processo Civil. Das normas fundamentais e da aplicação das normas do Processo Civil. Competência. Partes e procuradores. Intervenção de terceiros. Desconsideração da personalidade jurídica. Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça. Atos Processuais. Comunicação dos Atos Processuais. Tutela provisória: tutela de urgência e tutela de evidência. Formação, da suspensão e da extinção do processo. Parte Especial do Código de Processo Civil: Do procedimento comum. Do cumprimento da sentença. Dos procedimentos especiais: das ações possessórias; dos embargos de terceiro; da ação monitória. Dos procedimentos de jurisdição voluntária. Do processo de execução. Dos embargos à execução. Da ordem dos processos e dos processos de competência originária dos tribunais: disposições gerais; do conflito de competências; da ação rescisória; do incidente de resolução de demandas repetitivas; da reclamação. Dos recursos. Ação de Improbidade Administrativa. Juizados Especiais (Lei nº 9.099/95 e 10.259/01). Juizado Especial da Fazenda Pública (Lei Federal 12.153/2009). Execução Fiscal (Lei nº 6830/90). Direito Tributário: Conceito e classificação. Sistema Tributário Nacional. Tributos. Taxas. Princípios constitucionais tributários. Repartição constitucional de receitas tributárias. Obrigação tributária. Natureza jurídica específica dos tributos. Competência tributária. Imunidades. Crédito Tributário. Sujeitos ativo e passivo. Solidariedade. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Denúncia espontânea. Poder de tributar e competência tributária.

Pagamento e repetição do indébito tributário. Tributos estaduais e municipais. Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário. Direito Financeiro: Princípios do direito financeiro. O orçamento público: princípios orçamentários; Leis orçamentárias; fiscalização orçamentária; Lei de Responsabilidade Fiscal. Receita Pública: conceito; classificação das receitas públicas; aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Despesa Pública: conceito; classificação. Direito do Trabalho: Princípios e fontes do Direito do Trabalho. Direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da CF/88). A relação de trabalho e a relação de emprego. Sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: do empregado e do empregador; conceito e caracterização; dos poderes do empregador no contrato de trabalho. Responsabilidade solidária e subsidiária de empresas; sucessão de empresas; terceirização. Contrato individual de trabalho. Alteração do contrato de trabalho. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Rescisão do contrato de trabalho. Aviso prévio. Estabilidade e garantias provisórias de emprego. Duração do trabalho: da jornada de trabalho; dos períodos de descanso; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário; do sistema de compensação de horas. Salário-mínimo: irredutibilidade e garantia. Férias. Salário e remuneração. Da equiparação salarial; do princípio da igualdade de salário; do desvio de função. FGTS. Prescrição e decadência. Segurança e Higiene do Trabalho. Periculosidade e Insalubridade. Acidente do Trabalho e Moléstia Profissional. Proteção ao trabalho do menor. Proteção ao trabalho da mulher. Direito coletivo do trabalho. Greve. Comissões de Conciliação Prévia. Direito Processual do Trabalho: Justiça do Trabalho: organização e competência. Processo judiciário do trabalho. Atos, termos e prazos processuais. Partes e Procurador Municipal. Das nulidades. Das exceções.
Audiências. Provas. Dissídios individuais. Procedimento ordinário e sumaríssimo. Procedimentos especiais. Sentença e da coisa julgada. Dissídios coletivos. Execução. Direito Penal: Noções gerais. Crimes contra a Administração Pública: Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral. Crimes da Lei de Licitações. Direito do Consumidor: Noções gerais: Defesa e proteção ao consumidor. Código de Defesa do Consumidor. Consumidor (suas diversas acepções). Fornecedor. Direitos do consumidor e instrumentos de defesa: Direitos básicos; Livre concorrência e consumidor; Qualidade, produtividade, competitividade e consumidor; Tutelas preconizadas: âmbitos administrativo, civil e penal. Direito Urbanístico e Ambiental: Princípios e diretrizes do Direito Urbanístico. Função social da propriedade urbana. Instrumentos de intervenção urbana. Usucapião especial de imóvel urbano. Instrumentos de regularização fundiária. Parcelamento do solo urbano. Gestão democrática da cidade. Limitações administrativas. Licenças urbanísticas. Zoneamento urbano. Lei nº 6.766/1979. Alinhamento. Afastamento. Recuo. Estatuto da Cidade. Princípios do Direito Ambiental. Direito Ambiental constitucional. Direito fundamental ao meio ambiente. Princípios do Direito Ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente. Poder de Polícia. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Sanções Administrativas. Bens ambientais. Distribuição de competências na área ambiental. Ordem Econômica, Meio Ambiente e Sustentabilidade. Responsabilidade civil por dano ambiental. Gestão Municipal do Meio Ambiente. Licenciamento ambiental e avaliação de risco. Política urbana, cultura e sociedade. Políticas urbanas. Plano diretor. Cultura e Patrimônio Imaterial. Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

PROFESSOR MUNICIPAL 20H e 40H

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 072 (Planos de Cargos, Carreira e Remuneração do Profissional do Magistério do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, e dá outras providências). As concepções de educação infantil e anos iniciais: currículo, função social da escola, papel do aluno, papel do professor, princípios metodológicos, avaliação, instrumento de acompanhamento da aprendizagem do aluno. A organização do trabalho pedagógico. Gestão democrática e as instâncias colegiadas. Gestão escolar. Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem. Concepção e princípios metodológicos de alfabetização e letramento. Estrutura, funcionamento dos diversos níveis e modalidades de ensino. Formação continuada; planejamento e plano na área da educação; objetivos educacionais; seleção e organização dos conteúdos curriculares. Prática educativa e sociedade. Ética docente. Tendências pedagógicas. Processo de ensino e aprendizagem. Ação didática; relação professor e aluno. Metodologia do ensino: língua portuguesa, matemática, ciência, história, geografia. História do Brasil; literatura brasileira; operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação, divisão); Conhecimentos pedagógicos; didática geral e prática de ensino; gestão escolar; parâmetros curriculares nacionais; principais autores em pedagogia. Bullying, perturbação e intimidação no ambiente escolar. Educação inclusiva. Tecnologia e Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96 e suas alterações - Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – 2007 e suas alterações. BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

PROFESSOR MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20H

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 072 (Planos de Cargos, Carreira e Remuneração do Profissional do Magistério do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, e dá outras providências). Educação Física e sociedade. Fundamentos didático-pedagógicos da educação física. Atividade física e saúde. Crescimento e desenvolvimento. Aspectos da aprendizagem motora. Aspectos sócio-históricos da educação física. Política educacional e educação física. Cultura e educação física. Danças criativas, danças urbanas, danças circulares e danças de salão. Lutas do Brasil e lutas do mundo. Esportes de marca, esportes de precisão, esportes técnicos - combinatórios, esportes de invasão e esportes de rede/parede. Práticas corporais de aventura urbanas e práticas corporais de aventura na natureza. Esportes, ginásticas, lutas/artes marciais, jogos e brincadeiras, danças, mídias e culturas digitais. Práticas corporais. Educação Física na Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Práticas corporais de aventura, estilo de vida e desenvolvimento sustentável. Planejamento e Avaliação em Educação Física Escolar. Esporte Escolar: o processo de Ensino-Aprendizagem-Treinamento Esportivo no contexto escolar. Conhecimentos pedagógicos; didática geral e prática de ensino; gestão escolar; parâmetros curriculares nacionais; principais autores em pedagogia. Bullying, perturbação e intimidação no ambiente escolar. Educação inclusiva. Tecnologia e Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96 e suas alterações - Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – 2018 e suas alterações. BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

PSICÓLOGO

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Política de Saúde Mental: Reforma psiquiátrica no Brasil, nova lógica assistencial em saúde mental: superação do modelo asilar, processo de trabalho nos serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico, reabilitação psicossocial, clínica da subjetividade, compreensão do sofrimento psíquico, interdisciplinaridade; garantia dos direitos de cidadania aos portadores de sofrimento psíquico; Inserção dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS no contexto político de redemocratização do país e nas lutas pela revisão dos marcos conceituais das formas de atenção e de financiamento das ações de saúde mental; Bases legais de sustentação para o credenciamento e financiamento dos CAPS pelo SUS; características e estratégias de atuação dos CAPS, Residências Terapêuticas, Projeto terapêutico singular, acolhimento, clínica ampliada e matriciamento; Visitas domiciliares e outras formas de busca do paciente, atenção à família; características e estratégias de atuação no SUS; Os modelos de atenção e o fazer dos psicólogos; Campo e núcleo na área da psicologia, Desafios para o fortalecimento da psicologia no SUS: a produção referente a formação e a inserção profissional; Fundamentos da psicopatologia geral; Transtornos mentais e critérios diagnósticos; Teorias e técnicas psicoterápicas; Teorias da personalidade; Diferentes abordagens teóricas (Análise do Comportamento, Psicanálise, Terapia Cognitiva Comportamental, Humanismo, Gestalt, etc.); Assistência integral às pessoas em situação de risco: violência contra a criança, adolescente, mulher e idoso; Envelhecimento e subjetividade; Fundamentos básicos das intervenções grupais; grupo Operativo: conceito e panorama teórico, fenômenos do grupo, singularidades das relações grupais, enquadramento, metodologia, intervenções e manejo; Psicodinâmica do trabalho; Psicologia na saúde do trabalhador; Álcool, tabagismo, crack, outras drogas e redução de danos; Projeto

Terapêutico Singular, Apoio Matricial, Clínica Ampliada; Elaboração de documentos: parecer, laudo psicológico, atestado, declaração, relatório e relatório multiprofissional; Registro de documentos; prontuários e pareceres; Código de ética Profissional; Notas técnicas sobre atualizações em função da COVID-19 e atendimento online, sobre a utilização das mídias sociais; Testes psicológicos; Recrutamento e seleção; Treinamento e Desenvolvimento.

SECRETÁRIO ESCOLAR

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Sistema Educacional Brasileiro: Lei Federal nº 9.394/1996 (LDB – Lei de Diretrizes e Bases) e suas alterações (10.639/2003 e 11.645/2008); Atribuições dos entes federados na organização política da educação, criação dos Sistemas Educacionais e dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional; O papel dos órgãos da educação; Censo escolar; Gestão escolar e democrática: Princípios e importância; O Projeto Político Pedagógico da Escola; O Regimento Escolar; As funções e atribuições do Conselho Escolar e o papel do sujeito que compõe a escola; A importância da relação comunidade/escola; Eleição para diretor(a) escolar; As atribuições da direção escolar e da coordenação pedagógica; Função e importância do Conselho de Classe; Organização administrativa e secretariado escolar: Tipos e métodos de arquivamento; Escrituração escolar: Certificados, históricos, boletim, diploma, atas, matrícula, transferência, aproveitamento de estudos, equivalência de estudos, promoção, classificação e reclassificação, diário de classe, registro e cadastro da vida funcional dos servidores da escola; Formas de documentação; Noções básicas de administração: planejamento, organização, direção e controle; Uso da informática para arquivamento, escrituração e documentação; Redação de correspondências oficiais: Manual de Redação da Presidência da República; Técnicas de atendimento ao público; Relações humanas no trabalho; Ética profissional/Ética no setor público.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Lei 8080/90. Lei 814290; Lei 7498/86. Ética e legislação profissional. Farmacologia aplicada à enfermagem. Noção de interação medicamentosa e interação fármaco nutricional. Prontuário do paciente: admissão, anotação de enfermagem, alta, óbito. Sinais vitais: técnica de verificação e parâmetros de referência nos diferentes ciclos da vida. Assistência de enfermagem ao exame físico. Assistência de enfermagem aos pacientes graves e agonizantes e preparo do corpo pós-morte. Tratamento e assistência de enfermagem em: clínica médica, emergências, clínica médico cirúrgica, centro cirúrgico, pediatria, psiquiatria, ginecologia e obstetrícia, unidade de terapia intensiva, neonatologia. Recomendações para a assistência à gestante e puérpera com Covid-19. Insegurança Alimentar na Atenção Primária à Saúde: Identificação dos domicílios e organização da Rede. Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil; Doenças infecciosas, infectocontagiosas e parasitárias. Imunização: calendário vacinal em vigência, vias de administração, doses, contraindicação; acondicionamento e rede de frios. Procedimentos técnicos relacionados ao conforto e à segurança do paciente: higiene, massagem de conforto, posições para exames, transporte do paciente e paciente terminal. Técnicas básicas: banho de leito/aspersão, medicação, coleta de material para exames, curativo, crioterapia e termoterapia, nebulização, oxigenoterapia e sondagens. Saúde da mulher ao longo do ciclo vital, câncer de mama e de útero, planejamento familiar. Gestação, parto, puerpério e amamentação. Controle de infecção hospitalar: central de material e esterilização (CME); Biossegurança. Resíduos sólidos de saúde e legislação vigente; Política Nacional de Humanização; Normas e Diretrizes da Estratégia Saúde da Família.

TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Atividades de esterilização e desinfecção. Cárie dentária. Cariostáticos. Diagnóstico em saúde bucal. Exame clínico das estruturas bucais. Flúor, composição e aplicação. Higiene dentária. Levantamentos epidemiológicos. Materiais dentários, forradores e restauradores. Materiais, equipamento e instrumentais odontológicos. Noções de anatomia bucal, fisiologia e oclusão dentária. Noções de cirurgia, endodontia, radiologia e terapêutica clínica. Odontologia integral. Periodontia. Posições, passos e técnicas de trabalho. Princípios de simplificação e desmopolização em odontologia. Principais lesões dos tecidos moles e duros e câncer bucal. Prevenção em saúde bucal. Processo saúde/doença. Restaurações (classe I, II, III, IV e V). Selantes oclusais. Semiologia. Comportamento em serviço público. RelaçõesInterpessoais.

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Normas e instruções de procedimentos em segurança do trabalho. Equipamentos de proteção individual e coletiva. Doenças profissionais e doenças do trabalho: conceitos, causas, classificação. Medidas de controle: EPIs e EPCs. Legislação sobre higiene e segurança do trabalho; Segurança no trânsito; CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; Campanhas e SIPATs; Riscos ambientais: agentes químicos, físicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos; organização do trabalho. PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos. GRO – Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Plano de Ação. Inventário de Risco. Identificação de Perigos. Avaliação de Riscos. Controle de Riscos. Normas Regulamentadoras: NR-01 NR-4, NR-5, NR-6, NR-7, NR-8, NR-9, NR-10, NR – 11, NR-12, NR-15, NR-16, NR-17, NR-18, NR-20 NR-23, NR-24, NR-25, NR-26, NR-28, NR-31, NR-32, NR-33, NR-35 e NR-36, NR – 38.

TERAPEUTA OCUPACIONAL

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar nº 071 (Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – Estado do Paraná). Lei Complementar nº 073 (Organiza e reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, e dá outras providências.). Processos de Terapia Ocupacional: avaliação, recursos terapêuticos, modelo de situação, materiais e instrumentais. Atividade e Recursos Terapêuticos: Artes e Artesanato, Atividade, Ocupação e Cotidiano, Corpo e Movimento. Bioestatística e Bioética. Desenvolvimento Humano: Infância, Adolescência, Adulto e Idoso. Desenvolvimento Pessoal e Trabalhabilidade. Fisiologia e Fisiopatologia Humana. A importância do Terapeuta Ocupacional na equipe interdisciplinar. Tecnologia Assistiva e órteses para a Pessoa com deficiência; Equipe multiprofissional em Reabilitação; Terapia Ocupacional em: traumatismo raquimedular, amputados, neurologia, gerontologia, reumatologia, cuidados paliativos, saúde mental, oncologia, hematologia, unidade coronariana. Terapia Ocupacional em Centro de Terapia Intensiva. Políticas Públicas da Assistência Social. Políticas Públicas de Saúde. Evolução histórica da Terapia Ocupacional. Princípios básicos e fundamentos teóricos para a pratica; Código de Ética dos Profissionais.

ANEXO III – DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

DAS IMPUGNAÇÕES	
Prazo para protocolização de impugnação em face do edital de abertura	07/08/2026 a 11/08/2026
Resultado da análise das impugnações – *consulta disponibilizada na área de acompanhamento do candidato*	14/10/2026
DAS ISENÇÕES	
Período para solicitação de isenção da taxa de inscrição	11/08/2026 a 15/08/2026

Divulgação do deferimento das solicitações de isenção	18/08/2026
Período para recurso contra o indeferimento das isenções	19/08/2026 a 20/08/2026
Homologação das isenções	25/08/2026
DAS INSCRIÇÕES	
Período para solicitação de inscrição	11/08/2026 a 08/10/2026
Período para juntada de laudo médico (PcD & Condição Especial)	11/08/2026 a 08/10/2026
Prazo final para pagamento da taxa de inscrição	09/10/2026
Deferimento das inscrições	14/10/2026
Período para recurso contra o indeferimento da inscrição	15/10/2026 a 16/10/2026
Homologação das inscrições	20/10/2026
DA PROVA OBJETIVA	
Divulgação do horário e local de aplicação da prova	27/10/2026
Aplicação da prova objetiva	**01/11/2026**
Divulgação do gabarito preliminar e do caderno de questões.	02/11/2026
Período para recurso contra o gabarito preliminar e caderno de questões	03/11/2026 a 04/11/2026
Divulgação do parecer dos recursos deferidos contra o gabarito preliminar.	24/11/2026
Divulgação do resultado preliminar da prova objetiva.	24/11/2026
Divulgação das folhas de respostas da prova objetiva.	24/11/2026
Período para recurso contra resultado preliminar da prova objetiva.	25/11/2026 a 26/11/2026
Divulgação do resultado definitivo da prova objetiva	01/12/2026
DA PROVA DISCURSIVA	
Divulgação dos candidatos habilitados á correção da prova discursiva	01/12/2026
Divulgação do espelho de correção da prova discursiva	17/12/2026
Resultado preliminar da prova discursiva	17/12/2026
Período para recurso contra o resultado preliminar da prova discursiva	18/12/2026 a 21/12/2026
Resultado definitivo da prova discursiva	22/12/2026
DA PROVA PRÁTICA	
Convocação para prova prática	01/12/2026
Aplicação da prova prática	06/12/2026
Resultado preliminar da prova prática	17/12/2026
Período para recurso contra o resultado preliminar da prova prática	18/12/2026 a 21/12/2026
Resultado definitivo da prova prática	22/12/2026
DA PROVA DE TÍTULOS	
Convocação para prova de títulos	01/12/2026
Período para upload da titulação no formulário online	02/12/2026 a 06/12/2026
Resultado preliminar da prova de títulos	22/12/2026
Período para recurso contra o resultado preliminar da prova de títulos	23/12/2026 a 28/12/2026
Resultado definitivo da prova de títulos	29/12/2026
DA CLASSIFICAÇÃO	
Divulgação do resultado final e classificação	29/12/2026
Período para recurso contra o resultado final e classificação	30/12/2026 a 04/01/2027
DA HOMOLOGAÇÃO	
Homologação do resultado final e classificação	06/01/2027

O cronograma apresentado trata-se de uma projeção para execução das atividades inerentes ao Concurso Público do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, podendo as datas sofrerem alterações segundo as necessidades da banca examinadora e do ente público promovente

Publicado por:
Samara de Moraes Spagnoli
Código Identificador:BD9EB6E1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PARECER, TERMO DE ADJUDICAÇÃO E TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PARECER DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO-PREGÃO ELETRÔNICO N° 40/2026
DATA: 08/07/26 ABERTURA: 24/07/26 DISPUTA: 09:00

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA LIMPEZA HOSPITALAR INCLUINDO EQUIPAMENTOS EM COMODATO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL; conforme discriminado no objeto do presente edital.

Expirado o prazo recursal e, após a análise da documentação de habilitação, da proposta e das comprovações apresentadas em atendimento às exigências do edital e às diligências realizadas, constatou-se que os licitantes vencedores atenderam integralmente aos requisitos do certame.

Diante do exposto, encaminha-se o presente processo à autoridade competente para deliberação final, com vistas à adjudicação e homologação dos lotes em favor dos respectivos licitantes vencedores:

LOTE	ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
1	1	PROFILATICA PRODUTOS ODONTO MEDICO HOSPITALARES LTDA.	1.000,00	20.000,00
1	2	PROFILATICA PRODUTOS ODONTO MEDICO HOSPITALARES LTDA.	1.050,00	21.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 1			41.000,00	

LOTE	ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
2	2	PROFILATICA PRODUTOS ODONTO MEDICO HOSPITALARES LTDA.	32,00	1.600,00

LOTE	ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
3	3	PROFILATICA PRODUTOS ODONTO MEDICO HOSPITALARES LTDA.	191,00	3.820,00

LOTE	ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
4	4	PROFILATICA PRODUTOS ODONTO MEDICO HOSPITALARES LTDA.	53,62	1.608,60

LOTE	ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
5	5	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	24,35	487,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R$

PROFILATICA PRODUTOS ODONTO MEDICO HOSPITALARES LTDA.	03.022.656/0001-01	48.028,60
SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00.656.468/0001-39	487,00

Nas condições de sua proposta e do edital.

Valor total estimado da licitação é de R$ 48.515,60 (quarenta e oito mil quinhentos e quinze reais e sessenta centavos).

Nada mais havendo a constar, finalizamos o presente Parecer que vai adiante assinado pela Pregoeira e Equipe de Apoio.
Coronel Vivida, 05 de agosto de 2026.

IANA R. SCHMID
Pregoeira

ELAINE BORTOLOTTO
Equipe de Apoio

JULIANO RIBEIRO
Equipe de Apoio

MAIRA SOARES
Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO N° 40/2026
DATA: 08/07/26 ABERTURA: 24/07/26 DISPUTA: 09:00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA LIMPEZA HOSPITALAR INCLUINDO EQUIPAMENTOS EM COMODATO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL; conforme discriminado no objeto do presente edital.
Analisados todos os atos referentes ao Pregão Eletrônico nº 40/2026, HOMOLOGO e ADJUDICO os lotes a seguir aos licitantes vencedores:

LOTE	ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
1	1	PROFILATICA PRODUTOS ODONTO MEDICO HOSPITALARES LTDA.	1.000,00	20.000,00
1	2	PROFILATICA PRODUTOS ODONTO MEDICO HOSPITALARES LTDA.	1.050,00	21.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 1			41.000,00	

LOTE	ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
2	2	PROFILATICA PRODUTOS ODONTO MEDICO HOSPITALARES LTDA.	32,00	1.600,00

LOTE	ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
3	3	PROFILATICA PRODUTOS ODONTO MEDICO HOSPITALARES LTDA.	191,00	3.820,00

LOTE	ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
4	4	PROFILATICA PRODUTOS ODONTO MEDICO HOSPITALARES LTDA.	53,62	1.608,60

LOTE	ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
5	5	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	24,35	487,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
PROFILATICA PRODUTOS ODONTO MEDICO HOSPITALARES LTDA.	03.022.656/0001-01	48.028,60
SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00.656.468/0001-39	487,00

Nas condições de sua proposta e do edital.
Não houve adesão ao cadastro reserva.
Valor total estimado da licitação é de R$ 48.515,60 (quarenta e oito mil quinhentos e quinze reais e sessenta centavos).

Coronel Vivida, 05 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:2F34B8A2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
DECRETO SUPLEMENTAR EXCESSO Nº 3562_2026

DECRETO Nº 3562, DE 04 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a abertura abre um Crédito Adicional Suplementar no Município de Diamante do Sul, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Municipal nº 1601, de 10 de dezembro de 2025;
DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um credito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município de Diamante do Sul - PR, para o exercício de 2026, no valor de R$ 1.900,00 (Um mil e novecentos reais), na seguinte dotação orçamentária, conforme em anexo.
Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar a ser aberto em conformidade com a autorização contida no artigo anterior, serão utilizados os recursos oriundos do excesso de arrecadação descritos no anexo, de acordo com o que prevê o inciso II do parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.
Art. 3º. Fica o Executivo autorizado a efetuar o ajuste dos anexos do PPA e LDO em decorrência das alterações do presente Decreto.
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, EM 04 DE AGOSTO DE 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Diamante do Sul					
AVENIDA GETÚLIO VARGAS, S/N - Centro - 85.408-000 - Diamante do Sul/ PR			**Usuário:** Rose Campanholi		
CNPJ: 95.595.120/0001-95 Fone: (45)3230-1297 https://diamantedosul.pr.gov.br/			**Chave de autenticação:** 1652-1660-118		
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 3562 de 04/08/2026					
Unidade gestora: 0 - Prefeitura Municipal de Diamante do Sul					
Órgão orçamentário: 8000 - SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES					
Unidade orçamentária: 8002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO					
Função: 15 - Urbanismo					
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana					
Programa: 1501 - CIDADE DE TODOS					
Ação: 2.50 - MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO					
Despesa 386 - 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições					
Fonte de recurso: 830 - CONVENIO Nº 1532/2025 - 1.701.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
04/08/2026	426199	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	1.800,00	
			Total da despesa:	1.800,00	0,00
Despesa 387 - 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições					
Fonte de recurso: 832 - Convênio SECID nº1533/2025 - 1.701.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
04/08/2026	426198	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	100,00	
			Total da despesa:	100,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	1.900,00	0,00
			Total do órgão orçamentário:	1.900,00	0,00
			Total do fundamento:	1.900,00	0,00
			Total geral	1.900,00	0,00

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:A559C43F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPTRAN

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS			
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi			
lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo			
V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto			
à DEPTRAN-DV até 14/09/2026.			
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AFJ7B91	275410NIC0015298	07/07/2026	50020
AIB6G58	275410NIC0015302	07/07/2026	50020
AJF8B04	275410NIC0015473	07/07/2026	50020
AKP6839	275410NIC0015358	07/07/2026	50020
AMF3A31	275410NIC0015477	10/07/2026	50020
ANO6J43	275410NIC0015347	07/07/2026	50020
ANZ1I25	275410NIC0015364	07/07/2026	50020
AOY6A09	275410NIC0015337	07/07/2026	50020
ASU2A32	275410NIC0015391	07/07/2026	50020
ATE1651	275410NIC0015486	10/07/2026	50020
ATE1651	275410NIC0015377	07/07/2026	50020
ATI4C73	275410NIC0015328	07/07/2026	50020
ATN4I32	275410NIC0015428	07/07/2026	50020
ATZ3A55	275410NIC0015333	07/07/2026	50020
AUF2I87	275410NIC0015433	07/07/2026	50020
AUX3G53	275410NIC0015413	07/07/2026	50020
AVL5790	275410NIC0015366	07/07/2026	50020
AVM1B50	275410NIC0015378	07/07/2026	50020
AVS9I17	275410NIC0015462	07/07/2026	50020
AWD7F05	275410NIC0015325	07/07/2026	50020
AWV5721	275410NIC0015386	07/07/2026	50020
AXB6056	275410NIC0015157	07/07/2026	50020
AXZ3528	275410NIC0015278	07/07/2026	50020
AXZ3528	275410NIC0015373	07/07/2026	50020
AYB1H07	275410NIC0015368	07/07/2026	50020
AYK4821	275410NIC0015472	07/07/2026	50020
AZH3D12	275410NIC0015324	07/07/2026	50020
AZH4907	275410NIC0015506	11/07/2026	50020

AZL0F16	275410NIC0015156	07/07/2026	50020
AZP3F26	275410NIC0015154	07/07/2026	50020
AZY3848	275410NIC0015496	10/07/2026	50020
BAB2154	275410NIC0015389	07/07/2026	50020
BAH2373	275410NIC0015425	07/07/2026	50020
BAH2373	275410NIC0015372	07/07/2026	50020
BBI9317	275410NIC0015297	07/07/2026	50020
BBQ1859	275410NIC0015443	07/07/2026	50020
BBR9D61	275410NIC0015395	07/07/2026	50020
BBU4782	275410NIC0015356	07/07/2026	50020
BCA6052	275410NIC0015457	07/07/2026	50020
BCB6660	275410NIC0015295	07/07/2026	50020
BCG0J01	275410NIC0015287	07/07/2026	50020
BCJ2475	275410NIC0015306	07/07/2026	50020
BCN5I49	275410NIC0015370	07/07/2026	50020
BDF3F47	275410NIC0015375	07/07/2026	50020
BDG3I67	275410NIC0015334	07/07/2026	50020
BDI5B69	275410NIC0015406	07/07/2026	50020
BDI5B76	275410NIC0015442	07/07/2026	50020
BDK3I42	275410NIC0015341	07/07/2026	50020
BDR3B90	275410NIC0015274	07/07/2026	50020
BDT5F86	275410NIC0015284	07/07/2026	50020
BDT5F86	275410NIC0015353	07/07/2026	50020
BDZ6C36	275410NIC0015421	07/07/2026	50020
BEK3B49	275410NIC0015484	10/07/2026	50020
BEK3B49	275410NIC0015419	07/07/2026	50020
BEN0I43	275410NIC0015478	10/07/2026	50020
BEN7B13	275410NIC0015361	07/07/2026	50020
BEO3G99	275410NIC0015365	07/07/2026	50020
BER2I42	275410NIC0015489	10/07/2026	50020
BER2I42	275410NIC0015449	07/07/2026	50020
BER9C95	275410NIC0015382	07/07/2026	50020
BEV4H12	275410NIC0015317	07/07/2026	50020
FFS3D69	275410NIC0015466	07/07/2026	50020
FJM0J40	275410NIC0015456	07/07/2026	50020
FJM0J40	275410NIC0015460	07/07/2026	50020
FJV7E52	275410NIC0015355	07/07/2026	50020
FRY5D42	275410NIC0015474	07/07/2026	50020
GKD9D53	275410NIC0015437	07/07/2026	50020
HSG2B97	275410NIC0015454	07/07/2026	50020
HSG2B97	275410NIC0015444	07/07/2026	50020
HSG2B97	275410NIC0015461	07/07/2026	50020
IMJ1E76	275410NIC0015510	11/07/2026	50020
IUX1J62	275410NIC0015450	07/07/2026	50020
IWJ9H25	275410NIC0015357	07/07/2026	50020
IXG7563	275410NIC0015290	07/07/2026	50020
IXQ9A66	275410NIC0015330	07/07/2026	50020
IXR6B02	275410NIC0015446	07/07/2026	50020
IXR6B02	275410NIC0015498	10/07/2026	50020
IXR6B02	275410NIC0015500	11/07/2026	50020
IXR6B02	275410NIC0015452	07/07/2026	50020
JAM0J07	275410NIC0015280	07/07/2026	50020
JCT4F34	275410NIC0015482	10/07/2026	50020
MFB9B99	275410NIC0015475	07/07/2026	50020
MKM1G58	275410NIC0015467	07/07/2026	50020
MKM1G58	275410NIC0015440	07/07/2026	50020
OAA8J01	275410NIC0015345	07/07/2026	50020
OAB2B33	275410NIC0015379	07/07/2026	50020
OAB2B33	275410NIC0015431	07/07/2026	50020
OOG7F78	275410NIC0015286	07/07/2026	50020
PXS7G89	275410NIC0015383	07/07/2026	50020
PXU4325	275410NIC0015430	07/07/2026	50020
QAH8H89	275410NIC0015273	07/07/2026	50020
QBC1I42	275410NIC0015407	07/07/2026	50020
QIW7E89	275410NIC0015289	07/07/2026	50020
QNR0F66	275410NIC0015451	07/07/2026	50020
QUK9J36	275410NIC0015420	07/07/2026	50020
QWS8A72	275410NIC0015408	07/07/2026	50020
QWS8A72	275410NIC0015476	10/07/2026	50020
QWS8A72	275410NIC0015158	07/07/2026	50020
QWS8A72	275410NIC0015409	07/07/2026	50020
QXD4F50	275410NIC0015318	07/07/2026	50020
QXT7F93	275410NIC0015471	07/07/2026	50020
RAV6G58	275410NIC0015272	07/07/2026	50020
REW5H95	275410NIC0015281	07/07/2026	50020
REW5H95	275410NIC0015367	07/07/2026	50020
RFY5B40	275410NIC0015354	07/07/2026	50020
RGN7G07	275410NIC0015301	07/07/2026	50020
RHB7F13	275410NIC0015387	07/07/2026	50020
RHK5E14	275410NIC0015294	07/07/2026	50020
RHK8E92	275410NIC0015411	07/07/2026	50020
RHK9D07	275410NIC0015441	07/07/2026	50020
RHM8I22	275410NIC0015479	10/07/2026	50020
RKZ7A14	275410NIC0015501	11/07/2026	50020
RLA2E72	275410NIC0015338	07/07/2026	50020
RNJ3J04	275410NIC0015438	07/07/2026	50020
RNJ3J04	275410NIC0015447	07/07/2026	50020
RWA7A91	275410NIC0015405	07/07/2026	50020
RYS0E43	275410NIC0015376	07/07/2026	50020

RYY4I31	275410NIC0015342	07/07/2026	50020
SDS5B80	275410NIC0015398	07/07/2026	50020
SDU5F90	275410NIC0015393	07/07/2026	50020
SDW1D68	275410NIC0015332	07/07/2026	50020
SDZ8G17	275410NIC0015381	07/07/2026	50020
SDZ8G17	275410NIC0015380	07/07/2026	50020
SEB9D77	275410NIC0015277	07/07/2026	50020
SED4F66	275410NIC0015432	07/07/2026	50020
SED6A33	275410NIC0015299	07/07/2026	50020
SEN2D60	275410NIC0015426	07/07/2026	50020
SEN2D60	275410NIC0015427	07/07/2026	50020
SEN2D60	275410NIC0015414	07/07/2026	50020
SEU0C70	275410NIC0015439	07/07/2026	50020
SEW2E74	275410NIC0015422	07/07/2026	50020
SFB7J63	275410NIC0015404	07/07/2026	50020
SFB7J63	275410NIC0015490	10/07/2026	50020
SFB7J63	275410NIC0015403	07/07/2026	50020
SFB7J63	275410NIC0015483	10/07/2026	50020
SFD7C34	275410NIC0015305	07/07/2026	50020
SFF5F35	275410NIC0015283	07/07/2026	50020
SFI1B72	275410NIC0015369	07/07/2026	50020
SFI7D49	275410NIC0015465	07/07/2026	50020
SFM5E73	275410NIC0015417	07/07/2026	50020
SFM5E73	275410NIC0015415	07/07/2026	50020
SFM5F72	275410NIC0015458	07/07/2026	50020
SFM5F72	275410NIC0015459	07/07/2026	50020
SFO3F56	275410NIC0015468	07/07/2026	50020
SHP7F43	275410NIC0015487	10/07/2026	50020
SHP7F43	275410NIC0015285	07/07/2026	50020
SHP7F43	275410NIC0015292	07/07/2026	50020
SHV0E28	275410NIC0015360	07/07/2026	50020
SHW7J21	275410NIC0015399	07/07/2026	50020
SHZ5F50	275410NIC0015402	07/07/2026	50020
SIQ7J83	275410NIC0015495	10/07/2026	50020
SIQ7J83	275410NIC0015400	07/07/2026	50020
SIQ7J83	275410NIC0015401	07/07/2026	50020
SIR9H97	275410NIC0015282	07/07/2026	50020
SPY5I11	275410NIC0015469	07/07/2026	50020
SUI8G90	275410NIC0015293	07/07/2026	50020
SUJ7G00	275410NIC0015296	07/07/2026	50020
SWU7I02	275410NIC0015351	07/07/2026	50020
SXR3J24	275410NIC0015303	07/07/2026	50020
SXW5A74	275410NIC0015394	07/07/2026	50020
SXZ9C82	275410NIC0015371	07/07/2026	50020
TAL3C86	275410NIC0015434	07/07/2026	50020
TAL3C86	275410NIC0015453	07/07/2026	50020
TAQ4D98	275410NIC0015509	11/07/2026	50020
TAV3I18	275410NIC0015155	07/07/2026	50020
TAY3A10	275410NIC0015321	07/07/2026	50020
TAY3C80	275410NIC0015279	07/07/2026	50020
TAY8B15	275410NIC0015412	07/07/2026	50020
TBB5J08	275410NIC0015359	07/07/2026	50020
TBE0J35	275410NIC0015288	07/07/2026	50020
TBE3J47	275410NIC0015491	10/07/2026	50020
TBH7C04	275410NIC0015463	07/07/2026	50020
TBH7C04	275410NIC0015464	07/07/2026	50020
TBJ3F86	275410NIC0015396	07/07/2026	50020
TBL4H50	275410NIC0015276	07/07/2026	50020
TBR0H23	275410NIC0015384	07/07/2026	50020
TBR0H23	275410NIC0015388	07/07/2026	50020
TBR0H23	275410NIC0015392	07/07/2026	50020
TBR0H23	275410NIC0015397	07/07/2026	50020
TBR0H23	275410NIC0015418	07/07/2026	50020
TBX4B09	275410NIC0015270	07/07/2026	50020
TCI1I32	275410NIC0015344	07/07/2026	50020
TJO4J95	275410NIC0015349	07/07/2026	50020
TLT8G68	275410NIC0015271	07/07/2026	50020
TPT0G46	275410NIC0015488	10/07/2026	50020
TXH0C62	275410NIC0015485	10/07/2026	50020
TXV2H32	275410NIC0015445	07/07/2026	50020
TYQ8F40	275410NIC0015300	07/07/2026	50020
UAV6C39	275410NIC0015494	10/07/2026	50020
UAY1C61	275410NIC0015410	10/07/2026	50020
UAY1C61	275410NIC0015481	10/07/2026	50020
UAY1C61	275410NIC0015480	10/07/2026	50020
UAY1C75	275410NIC0015429	07/07/2026	50020
UAY1C83	275410NIC0015493	10/07/2026	50020
UAY1C83	275410NIC0015513	11/07/2026	50020
UAY1C83	275410NIC0015512	11/07/2026	50020
UAZ6D71	275410NIC0015505	11/07/2026	50020
UBE3E22	275410NIC0015424	07/07/2026	50020
UBE3E22	275410NIC0015423	07/07/2026	50020
UBF8B78	275410NIC0015492	10/07/2026	50020
UBG6H33	275410NIC0015291	07/07/2026	50020
UBK3G98	275410NIC0015363	07/07/2026	50020
UBK4B57	275410NIC0015416	07/07/2026	50020
UBL2F51	275410NIC0015470	07/07/2026	50020
UBM1F83	275410NIC0015436	07/07/2026	50020
UBM1F83	275410NIC0015435	07/07/2026	50020

UBO2F86	275410NIC0015448	07/07/2026	50020
UBO4G53	275410NIC0015455	07/07/2026	50020
UBP0E27	275410NIC0015362	07/07/2026	50020
UBP7A14	275410NIC0015385	07/07/2026	50020
UBS3J55	275410NIC0015390	07/07/2026	50020
UBS9A51	275410NIC0015275	07/07/2026	50020

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 21/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AIE3G17	275410D000046180	18/05/2026	74710	R$ 880.41
AIN1B43	275410D000046228	18/05/2026	74710	R$ 880.41
AIN1B43	275410D000046227	18/05/2026	74630	R$ 195.23
AIN1B43	275410D000046235	18/05/2026	74630	R$ 195.23
AMF3A31	275410D000046182	18/05/2026	74550	R$ 130.16
ANT0D03	275410D000046244	18/05/2026	74630	R$ 195.23
AOF4D85	275410T000002044	18/05/2026	76331	R$ 293.47
APU0H75	275410D000046210	18/05/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000046181	18/05/2026	74710	R$ 880.41
ATE1651	275410D000046229	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AUK9A31	275410D000046126	17/05/2026	74630	R$ 195.23
AVJ4F85	275410D000046256	18/05/2026	74630	R$ 195.23
AVQ8F97	275410D000046175	18/05/2026	74630	R$ 195.23
AVU3F50	275410T000001951	18/05/2026	61220	R$ 293.47
AVY8C25	275410D000046231	18/05/2026	74630	R$ 195.23
AVY8C25	275410D000046232	18/05/2026	74630	R$ 195.23
AXB6056	275410T000002045	18/05/2026	76331	R$ 293.47
AXD2871	275410D000046178	18/05/2026	74630	R$ 195.23
AZM1H03	275410D000046225	18/05/2026	74630	R$ 195.23
AZP3F26	275410D000046163	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AZQ1B53	275410D000046212	18/05/2026	74630	R$ 195.23
BAB8217	275410D000046092	17/05/2026	74630	R$ 195.23
BAB8217	275410D000046130	17/05/2026	74630	R$ 195.23
BBP9E14	275410D000046233	18/05/2026	74630	R$ 195.23
BBQ8F01	275410D000046196	18/05/2026	74630	R$ 195.23
BCA1647	275410D000046156	18/05/2026	74710	R$ 880.41
BDR5I13	275410T000001900	18/05/2026	61220	R$ 293.47
BEK3B49	275410D000046215	18/05/2026	74550	R$ 130.16
BEN0I43	275410D000046197	18/05/2026	74630	R$ 195.23
COA5292	275410D000046176	18/05/2026	74630	R$ 195.23
DRA3139	275410D000046099	17/05/2026	74630	R$ 195.23
EMY3E64	275410D000046170	18/05/2026	74630	R$ 195.23
EVK2F45	275410D000046189	18/05/2026	74630	R$ 195.23
FIQ9246	275410D000046251	18/05/2026	74630	R$ 195.23
FNE9H41	275410D000046260	18/05/2026	74710	R$ 880.41
JCT4F34	275410D000046204	18/05/2026	74550	R$ 130.16
JKK5F02	275410D000046143	17/05/2026	74630	R$ 195.23
LMI0A41	275410D000046106	17/05/2026	74630	R$ 195.23
MEI8911	275410D000046095	17/05/2026	74630	R$ 195.23
MFG7B51	275410T000001899	18/05/2026	76331	R$ 293.47
MIC6844	275410T000001897	18/05/2026	76331	R$ 293.47
MIC6844	275410T000001898	18/05/2026	65800	R$ 293.47
MIM3I52	275410D000046193	18/05/2026	74630	R$ 195.23
MIM5500	275410D000046185	18/05/2026	74630	R$ 195.23
MME4G47	275410D000046221	18/05/2026	74630	R$ 195.23
NPK9G46	275410D000046202	18/05/2026	74630	R$ 195.23
OBC6235	275410T000001614	18/05/2026	76331	R$ 293.47
QAI8H72	275410T000001656	18/05/2026	51851	R$ 195.23
QAI8H72	275410T000001655	18/05/2026	58350	R$ 195.23
QWS8A72	275410D000046105	17/05/2026	74710	R$ 880.41
QWS8A72	275410D000046168	18/05/2026	74630	R$ 195.23
QXT7F93	275410D000046158	18/05/2026	74550	R$ 130.16
RFQ9H08	275410D000046161	18/05/2026	74630	R$ 195.23
RHD9J48	275410D000046188	18/05/2026	74630	R$ 195.23
RHL2F18	275410D000046207	18/05/2026	74630	R$ 195.23
RHL2F18	275410D000046206	18/05/2026	74630	R$ 195.23
RHL2F18	275410D000046209	18/05/2026	74630	R$ 195.23
RHM8I22	275410D000046198	18/05/2026	74630	R$ 195.23
SFB7J63	275410D000046208	18/05/2026	74550	R$ 130.16
SHP7F43	275410D000046249	18/05/2026	74550	R$ 130.16
SPY5I11	275410D000046133	17/05/2026	74550	R$ 130.16
TAK3G20	275410T000001952	18/05/2026	76331	R$ 293.47
TAV3I18	275410D000046149	17/05/2026	74550	R$ 130.16
TAY3C30	275410D000046155	18/05/2026	74710	R$ 880.41
TBW0H89	275410T000001613	18/05/2026	76331	R$ 293.47
TPT0G46	275410D000046266	18/05/2026	74550	R$ 130.16
TXH0C62	275410D000046219	18/05/2026	74550	R$ 130.16
UAY1C61	275410D000046201	18/05/2026	74550	R$ 130.16
UAY1C61	275410D000046200	18/05/2026	74550	R$ 130.16
UBL2F51	275410D000046153	18/05/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto

à DEPTRAN-DV até 18/09/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAI1B19	275410D000051785	28/07/2026	74550
AAW4G82	275410D000051766	27/07/2026	74550
AFC0063	275410D000051789	28/07/2026	74550
AJM0779	275410D000051825	28/07/2026	74550
AKZ9J88	275410D000051762	27/07/2026	74550
ALU4G80	116100T003657776	23/07/2026	54521
ALY8454	275410D000051791	28/07/2026	74550
AOA6233	275410D000051801	28/07/2026	74550
AQK4881	275410D000051772	27/07/2026	74550
AQN1087	275410D000051815	28/07/2026	74550
ARN6H46	275410D000051768	27/07/2026	74550
ARQ1G48	275410D000051773	27/07/2026	74630
ASB9681	275410D000051788	28/07/2026	74550
ASB9681	275410D000051787	28/07/2026	74550
ASZ0A22	275410D000051790	28/07/2026	74550
ATV5A94	275410D000051769	27/07/2026	74550
AUM2D30	275410D000051756	27/07/2026	74550
AUM4704	275410D000051804	28/07/2026	74630
AUR4B25	275410NIC0015316	07/07/2026	50020
AWF8E51	275410NIC0015320	07/07/2026	50020
AXY1422	275410D000051779	27/07/2026	74550
AXZ3528	275410NIC0015336	07/07/2026	50020
AYC5508	275410NIC0015319	07/07/2026	50020
AYH5D59	275410D000051808	28/07/2026	74550
AYI2D22	275410D000051795	28/07/2026	74550
AYX5837	275410NIC0015326	07/07/2026	50020
AZH4907	275410NIC0015511	11/07/2026	50020
AZN5A88	275410D000051813	28/07/2026	74550
BAK9I91	275410D000051794	28/07/2026	74550
BAR4632	275410D000051805	28/07/2026	74630
BAW2H25	275410D000051775	27/07/2026	74550
BBE7091	275410NIC0015331	07/07/2026	50020
BBR4823	275410NIC0015346	07/07/2026	50020
BCM8A44	275410D000051793	28/07/2026	74550
BCQ9J63	275410D000051777	27/07/2026	74550
BDB1F36	275410D000051763	27/07/2026	74550
BDJ6E13	275410D000051754	27/07/2026	74550
BDN8E32	275410NIC0015515	11/07/2026	50020
BDR3B90	275410NIC0015339	07/07/2026	50020
BER7F77	275410D000051797	28/07/2026	74550
BET4D12	275410NIC0015497	10/07/2026	50020
BLP8793	116100T003657775	23/07/2026	54521
CTI8D62	275410D000051811	28/07/2026	74550
DUG8D84	275410D000051821	28/07/2026	74550
ELQ6E62	275410D000051752	27/07/2026	74550
EWU0240	275410NIC0015340	07/07/2026	50020
FEM2F58	275410D000051823	28/07/2026	74630
FIQ9246	275410D000051806	28/07/2026	74550
FJJ8G23	275410NIC0015304	07/07/2026	50020
FYD5H63	275410NIC0015323	07/07/2026	50020
GAP0D84	275410NIC0015514	11/07/2026	50020
GJA5C15	275410D000051760	27/07/2026	74550
GTS9476	275410D000051796	28/07/2026	74550
HSG2B97	275410NIC0015374	07/07/2026	50020
ILZ8B94	275410D000051798	28/07/2026	74550
ILZ8B94	275410D000051810	28/07/2026	74550
ILZ8B94	275410D000051814	28/07/2026	74550
IMK7F59	275410D000051792	28/07/2026	74630
IQM6G29	275410D000051780	27/07/2026	74630
IXA3003	275410D000051803	28/07/2026	74550
IXR6B02	275410NIC0015499	10/07/2026	50020
IYV6684	275410NIC0015322	07/07/2026	50020
JHB5696	275410D000051783	28/07/2026	74630
LYW6590	275410D000051824	28/07/2026	74550
MAE9430	275410D000051820	28/07/2026	74550
MAJ5401	275410D000051818	28/07/2026	74550
MCC1235	275410D000051817	28/07/2026	74550
MCF2A14	275410D000051782	27/07/2026	74550
MDV4005	275410D000051759	27/07/2026	74550
MDV4005	275410D000051757	27/07/2026	74550
MEE8636	275410D000051799	28/07/2026	74550
MGU8208	275410D000051781	27/07/2026	74550
MHQ0F36	275410D000051816	28/07/2026	74550
MIU6H78	275410D000051784	28/07/2026	74550
MKH7H29	275410D000051761	27/07/2026	74550
NCY0008	275410D000051755	27/07/2026	74630
NGY3C07	275410D000051758	27/07/2026	74550
NJD7A03	275410D000051767	27/07/2026	74550
OUY7A57	275410NIC0015335	07/07/2026	50020
QAH8H89	275410NIC0015348	07/07/2026	50020
RHA2D97	275410D000051776	27/07/2026	74550
RHA4H70	275410D000051809	28/07/2026	74550
RHB3B24	275410D000051819	28/07/2026	74550
RHC2E08	275410NIC0015329	07/07/2026	50020
RHJ1F40	275410D000051753	27/07/2026	74550
RHJ1F40	275410D000051807	28/07/2026	74630
RHU9G69	275410D000051764	27/07/2026	74550

RYR1I67	275410NIC0015343	07/07/2026	50020
SCP5J05	275410D000051774	27/07/2026	74550
SDP1G90	275410D000051822	28/07/2026	74550
SDR7F75	275410D000051778	27/07/2026	74550
SDV3E75	275410NIC0015327	07/07/2026	50020
SEC5H18	275410D000051771	27/07/2026	74550
SEP6E78	275410NIC0015350	07/07/2026	50020
SEU5B88	275410D000051812	28/07/2026	74550
SEV9C55	275410NIC0015508	11/07/2026	50020
SFM0E80	275410D000051802	28/07/2026	74550
SHE0G25	275410NIC0015352	07/07/2026	50020
SHZ5F50	275410NIC0015507	11/07/2026	50020
SIB3A26	275410D000051765	27/07/2026	74550
SJB6D76	275410D000051786	28/07/2026	74550
TAN7B92	275410NIC0015504	11/07/2026	50020
TEQ8C32	275410D000051800	28/07/2026	74550
TQS4J12	275410D000051770	27/07/2026	74550
TXX2H78	275410CND0000150	29/05/2026	50450
UAY1C61	275410NIC0015503	11/07/2026	50020
UAY1C61	275410NIC0015502	11/07/2026	50020

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 21/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ABY1G01	275410D000046122	17/05/2026	74550	R$ 130.16
AEN0605	275410D000046269	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AFZ0I53	275410D000046264	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AGE6681	275410D000044105	20/04/2026	74550	R$ 130.16
AGE6681	275410D000044218	22/04/2026	74550	R$ 130.16
AHG1199	275410D000046213	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AJK0072	275410D000046120	17/05/2026	74550	R$ 130.16
AJQ8479	275410D000046241	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AKD1132	275410L000000942	12/05/2026	55412	R$ 195.23
AKG1J76	275410D000046262	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AKM1073	275410D000046217	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AKQ2457	275410L000000928	13/05/2026	55412	R$ 195.23
ALU4537	275410L000000936	12/05/2026	55412	R$ 195.23
ALZ5D11	275410D000046147	17/05/2026	74550	R$ 130.16
ANE4080	275410D000046115	17/05/2026	74550	R$ 130.16
ANP9475	275410D000046159	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AOG8D45	275410L000000941	12/05/2026	55412	R$ 195.23
AOI5027	275410L000000922	13/05/2026	55412	R$ 195.23
APH2J78	275410L000000937	12/05/2026	55412	R$ 195.23
AQJ7G28	275410D000046261	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AQR9700	275410D000046151	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AQS5H91	275410D000044156	21/04/2026	74550	R$ 130.16
AQS5H91	275410D000044097	20/04/2026	74550	R$ 130.16
AQX5G43	275410D000046097	17/05/2026	74550	R$ 130.16
ARE9D71	275410L000000913	13/05/2026	55412	R$ 195.23
ASB0C83	275410D000046282	18/05/2026	74550	R$ 130.16
ASB0C84	275410D000046136	17/05/2026	74550	R$ 130.16
ASB5B23	275410D000046174	18/05/2026	74550	R$ 130.16
ASN1C51	275410L000000924	13/05/2026	55412	R$ 195.23
ASN1C51	275410L000000935	12/05/2026	55412	R$ 195.23
ASQ3542	275410L000000931	12/05/2026	55412	R$ 195.23
ASQ3J00	275410L000000917	13/05/2026	55412	R$ 195.23
ATL9164	275410D000046278	18/05/2026	74550	R$ 130.16
ATR7G09	275410D000046274	18/05/2026	74630	R$ 195.23
AUD4B26	275410T000001955	19/05/2026	76331	R$ 293.47
AUD6821	275410D000046240	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AUR4B25	275410L000000933	12/05/2026	55412	R$ 195.23
AVD3525	275410D000046160	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AWA3C72	275410D000046152	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AWZ5A75	275410T000001954	19/05/2026	61490	R$ 293.47
AWZ8A70	275410L000000914	13/05/2026	55412	R$ 195.23
AXG8A22	275410D000046135	17/05/2026	74550	R$ 130.16
AXZ6492	275410NIC0014688	08/05/2026	50020	R$ 390.46
AYJ5A32	275410D000046223	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AYV6D41	275410T000001953	19/05/2026	76331	R$ 293.47
AZB4G17	275410D000046254	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AZC8C15	275410L000000925	13/05/2026	55412	R$ 195.23
AZP9548	275410D000046107	17/05/2026	74550	R$ 130.16
AZQ1B53	275410D000046169	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AZU2F35	275410D000046114	17/05/2026	74550	R$ 130.16
AZU4B98	275410L000000919	13/05/2026	55412	R$ 195.23
BAB8217	275410D000046276	18/05/2026	74710	R$ 880.41
BAQ2C15	275410L000000929	12/05/2026	55412	R$ 195.23
BBL8250	275410D000046164	18/05/2026	74550	R$ 130.16
BCA8I47	275410T000001617	19/05/2026	61220	R$ 293.47
BCB8C21	275410D000046165	18/05/2026	74550	R$ 130.16
BCI5F68	275410T000001615	19/05/2026	76331	R$ 293.47
BDA8D80	275410D000046141	17/05/2026	74550	R$ 130.16
BDE5J72	275410D000046110	17/05/2026	74550	R$ 130.16
BEH5E66	275410V000021877	13/09/2025	66371	R$ 195.23
BEP7F02	275410D000046132	17/05/2026	74550	R$ 130.16

BER2I42	275410D000046267	18/05/2026	74550	R$ 130.16
BER7G83	275410D000046102	17/05/2026	74550	R$ 130.16
BES4I13	275410D000046124	17/05/2026	74550	R$ 130.16
BEU3B78	275410L000000940	12/05/2026	55412	R$ 195.23
BEU4G87	275410D000046277	18/05/2026	74630	R$ 195.23
BXZ5I76	275410D000046184	18/05/2026	74550	R$ 130.16
COA5292	275410D000046177	18/05/2026	74550	R$ 130.16
DCW3461	275410L000000930	12/05/2026	55412	R$ 195.23
DRU4I33	275410D000046190	18/05/2026	74550	R$ 130.16
EWN3E32	275410D000046270	18/05/2026	74550	R$ 130.16
FBZ3D66	275410D000046258	18/05/2026	74550	R$ 130.16
FEB6H22	275410D000044155	21/04/2026	74550	R$ 130.16
FIQ9246	275410D000046186	18/05/2026	74550	R$ 130.16
GGF1B65	275410D000046131	17/05/2026	74550	R$ 130.16
GWP4417	275410L000000943	12/05/2026	55412	R$ 195.23
HJN1I26	116100T003695561	18/05/2026	56144	R$ 195.23
HXZ7D53	275410D000046167	18/05/2026	74550	R$ 130.16
IGS1656	275410L000000926	13/05/2026	55412	R$ 195.23
IGS1656	275410L000000912	18/05/2026	55412	R$ 195.23
ILZ8B94	275410D000046218	18/05/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000046148	17/05/2026	74550	R$ 130.16
IPX9683	275410D000046265	18/05/2026	74550	R$ 130.16
IRZ6876	275410D000046128	17/05/2026	74550	R$ 130.16
ITC6I10	275410D000046121	17/05/2026	74550	R$ 130.16
IUY6264	275410D000046111	17/05/2026	74550	R$ 130.16
IXU7389	275410D000044248	22/04/2026	74550	R$ 130.16
IYB2G50	275410D000046096	17/05/2026	74550	R$ 130.16
JBQ7B90	275410L000000920	13/05/2026	55412	R$ 195.23
KUU7F83	275410D000046138	17/05/2026	74550	R$ 130.16
MBM0358	275410D000046273	18/05/2026	74550	R$ 130.16
MCR7180	275410L000000916	13/05/2026	55412	R$ 195.23
MEH1D45	275410D000046275	18/05/2026	74550	R$ 130.16
MEZ0I92	275410D000046263	18/05/2026	74550	R$ 130.16
MFN6F25	275410D000046103	17/05/2026	74550	R$ 130.16
MGH2066	275410D000046224	18/05/2026	74550	R$ 130.16
MGV5F52	275410D000044120	20/04/2026	74550	R$ 130.16
MKQ7H06	275410L000000944	12/05/2026	55412	R$ 195.23
MLO6431	275410L000000915	13/05/2026	55412	R$ 195.23
NAO1E14	275410D000046129	17/05/2026	74550	R$ 130.16
NBY7E70	275410D000046123	17/05/2026	74550	R$ 130.16
NEZ7C32	275410D000046166	18/05/2026	74550	R$ 130.16
PNJ9D71	275410L000000945	12/05/2026	55412	R$ 195.23
QBK2C14	275410D000044018	19/04/2026	74550	R$ 130.16
QFE1B82	275410D000046146	17/05/2026	74550	R$ 130.16
QIT3644	275410L000000932	12/05/2026	55412	R$ 195.23
QJQ2B44	275410D000044191	21/04/2026	74550	R$ 130.16
QJQ2B44	275410D000044213	22/04/2026	74550	R$ 130.16
QJQ2B44	275410D000044223	22/04/2026	74550	R$ 130.16
QJR5H29	275410D000046192	18/05/2026	74550	R$ 130.16
QMY6C20	275410L000000938	12/05/2026	55412	R$ 195.23
QNJ4J34	275410D000046098	17/05/2026	74550	R$ 130.16
RHM6F45	275410L000000921	13/05/2026	55412	R$ 195.23
RHV7C89	275410L000000939	12/05/2026	55412	R$ 195.23
RPA3E08	275410T000001956	19/05/2026	76331	R$ 293.47
SCG4D71	275410D000044187	21/04/2026	74550	R$ 130.16
SDR2E90	275410NIC0014691	08/05/2026	50020	R$ 390.46
SDV7C75	275410D000046191	18/05/2026	74550	R$ 130.16
SEI5F70	275410L000000911	18/05/2026	55412	R$ 195.23
SFB7J63	275410D000046279	18/05/2026	74630	R$ 195.23
SFC1H74	275410D000046203	18/05/2026	74550	R$ 130.16
SFO5C24	275410L000000918	13/05/2026	55412	R$ 195.23
SIN2J97	275410D000046205	18/05/2026	74550	R$ 130.16
TAI1D54	275410D000046093	17/05/2026	74550	R$ 130.16
TAX7J92	275410L000000927	13/05/2026	55412	R$ 195.23
TAZ9B75	275410V000021933	08/09/2025	55412	R$ 195.23
TBE3J47	275410D000046280	18/05/2026	74550	R$ 130.16
TBG4B17	275410NIC0014690	08/05/2026	50020	R$ 390.46
TBG4B17	275410NIC0014689	08/05/2026	50020	R$ 586.94
TBY1I18	275410L000000923	13/05/2026	55412	R$ 195.23
UBF8B78	275410D000046281	18/05/2026	74550	R$ 130.16
UBS6C45	275410D000046154	18/05/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 21/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ADL0493	275410D000046237	18/05/2026	74550
AHY6A51	275410D000046238	18/05/2026	74550
ALF7B31	275410D000046117	17/05/2026	74550
AMF4097	275410D000046137	17/05/2026	74550
ANB5408	275410D000046108	17/05/2026	74550
AUT5051	275410D000046220	18/05/2026	74550
AVN0520	275410D000046257	18/05/2026	74550
AVV4A03	275410D000046230	18/05/2026	74550
AXT2G72	275410D000046226	18/05/2026	74550
AZB4895	275410D000046216	18/05/2026	74550

AZL6E36	275410D000046119	17/05/2026	74550
AZQ3I98	275410D000046234	18/05/2026	74550
BBG5409	275410D000046112	17/05/2026	74550
BBQ4H01	275410D000046127	17/05/2026	74550
BEH9F55	275410D000046157	18/05/2026	74550
BEU4G87	275410D000046271	18/05/2026	74550
BLQ4C41	275410D000046236	18/05/2026	74550
CKQ8C28	275410D000046094	17/05/2026	74550
COA6292	275410D000046179	18/05/2026	74550
DSE2646	275410D000046150	17/05/2026	74550
DZB3I65	275410D000046173	18/05/2026	74550
ERF9J59	275410D000046211	18/05/2026	74550
KVP3E18	275410D000046118	17/05/2026	74550
MFC6986	275410D000046250	18/05/2026	74550
MIM3I52	275410D000046199	18/05/2026	74550
NEV0H15	275410D000046125	17/05/2026	74550
QIO9I61	275410D000046116	17/05/2026	74550
RHL2F18	275410D000046243	18/05/2026	74550
SES7B47	275410D000046248	18/05/2026	74550
SEY5H38	275410D000046239	18/05/2026	74550
SFI7B83	275410D000046194	18/05/2026	74550
UBF9G73	275410D000046222	18/05/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS			
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi			
imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração			
de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV			
até 21/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.			
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AIE3G17	275410D000046410	20/05/2026	74550
ARR9040	275410D000046432	20/05/2026	74550
ATF7F56	275410D000046409	20/05/2026	74550
AZS8C23	275410D000046322	19/05/2026	74550
BAY2E19	275410D000046309	19/05/2026	74550
BBI5D83	275410D000046320	19/05/2026	74550
BBQ8F01	275410D000046420	20/05/2026	74550
BBW5261	275410D000046389	19/05/2026	74550
BCQ2877	275410D000046314	19/05/2026	74550
BCY6A41	275410D000046376	19/05/2026	74550
BDX9J56	275410D000046359	19/05/2026	74550
BEG1I78	275410D000046351	19/05/2026	74550
DHW1H16	275410D000046285	19/05/2026	74550
DVC5302	275410D000046321	19/05/2026	74550
HFP0C25	275410D000046394	19/05/2026	74550
IBI3D51	275410D000046360	19/05/2026	74550
IVE7F01	275410D000046374	19/05/2026	74550
MAJ4J15	275410D000046289	19/05/2026	74550
MCV3012	275410D000046334	19/05/2026	74550
MEG5B26	275410D000046292	19/05/2026	74550
NRX3782	275410D000046427	20/05/2026	74550
QHE6E08	275410D000046431	20/05/2026	74550
TAI6D62	275410D000046308	19/05/2026	74550
TBZ6H55	275410D000046397	19/05/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi				
imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração				
de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV				
até 21/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AFL9862	275410L000000958	19/05/2026	55412	R$ 195.23
AGJ0D77	275410D000046343	19/05/2026	74550	R$ 130.16
AGS7D94	275410D000046291	19/05/2026	74630	R$ 195.23
AIX4B44	275410D000046421	20/05/2026	74550	R$ 130.16
AJO6010	275410T000002101	19/05/2026	76331	R$ 293.47
AJU5702	275410D000046377	19/05/2026	74630	R$ 195.23
AJZ4340	275410T000000036	29/03/2026	76842	R$ 130.16
AKB8259	275410D000046386	19/05/2026	74630	R$ 195.23
AKQ9C14	275410L000000947	19/05/2026	55412	R$ 195.23
ANC8458	275410D000046347	19/05/2026	74550	R$ 130.16
ANF6198	275410D000046333	19/05/2026	74550	R$ 130.16
ANJ9C39	275410L000000950	19/05/2026	55412	R$ 195.23
ANS7C26	275410D000046317	19/05/2026	74550	R$ 130.16
ANV8B15	275410L000000951	19/05/2026	55412	R$ 195.23
AOK1C43	275410T000001658	19/05/2026	76331	R$ 293.47
AON5298	275410D000046337	19/05/2026	74550	R$ 130.16
AON5298	275410D000046370	19/05/2026	74550	R$ 130.16
AOO6036	275410D000046387	19/05/2026	74550	R$ 130.16
AOO6036	275410D000046297	19/05/2026	74630	R$ 195.23
AOO6036	275410D000046411	20/05/2026	74630	R$ 195.23
APQ8J29	275410T000001361	24/04/2026	73400	R$ 130.16
AQR6A33	275410D000046345	19/05/2026	74630	R$ 195.23
AQW1E80	275410L000000957	19/05/2026	55412	R$ 195.23
AQY2F28	275410D000046383	19/05/2026	74550	R$ 130.16
ARG1G40	275410D000046332	19/05/2026	74550	R$ 130.16
ARS3923	275410T000001666	19/05/2026	76331	R$ 293.47
ARU8B83	275410D000046391	19/05/2026	74550	R$ 130.16
ASA4G42	275410D000046401	19/05/2026	74630	R$ 195.23

ASB9681	275410D000046419	20/05/2026	74710	R$ 880.41
ASJ2484	275410D000046328	19/05/2026	74550	R$ 130.16
ASN1C51	275410L000000962	19/05/2026	55412	R$ 195.23
AVF1168	275410L000000960	19/05/2026	55412	R$ 195.23
AVI3B50	275410D000046414	20/05/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000046405	20/05/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000046407	20/05/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000046382	19/05/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000046283	19/05/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000046404	20/05/2026	74550	R$ 130.16
AVQ8F97	275410D000046378	19/05/2026	74630	R$ 195.23
AVZ0F90	275410D000046344	19/05/2026	74550	R$ 130.16
AWS4F38	275410D000046311	19/05/2026	74550	R$ 130.16
AXK3817	275410T000001967	19/05/2026	76331	R$ 293.47
AXO9J70	275410D000046294	19/05/2026	74630	R$ 195.23
AYC2843	275410L000000961	19/05/2026	55412	R$ 195.23
AYL3365	275410L000000946	19/05/2026	55412	R$ 195.23
AZC1J94	275410T000001964	19/05/2026	76331	R$ 293.47
AZF7598	275410T000001660	19/05/2026	76331	R$ 293.47
AZH4907	275410D000046426	20/05/2026	74550	R$ 130.16
AZH4907	275410D000046364	19/05/2026	74630	R$ 195.23
AZI8488	275410D000046346	19/05/2026	74550	R$ 130.16
AZL0F16	275410T000001957	19/05/2026	76331	R$ 293.47
AZL6966	275410D000046284	19/05/2026	74550	R$ 130.16
AZN3664	275410D000046306	19/05/2026	74550	R$ 130.16
AZQ1H83	275410T000001961	19/05/2026	51851	R$ 195.23
AZQ1H83	275410T000001962	19/05/2026	58431	R$ 195.23
AZQ1H83	275410T000001963	19/05/2026	60502	R$ 293.47
AZY3848	275410D000046307	19/05/2026	74550	R$ 130.16
BAO9B82	275410D000046413	20/05/2026	74550	R$ 130.16
BBJ8C88	275410D000046406	20/05/2026	74550	R$ 130.16
BBM1936	275410D000046315	19/05/2026	74630	R$ 195.23
BBM1936	275410D000046369	19/05/2026	74550	R$ 130.16
BCI4H11	275410T000001661	19/05/2026	76331	R$ 293.47
BCI5F68	275410T000001657	19/05/2026	76331	R$ 293.47
BCL3G31	275410D000046319	19/05/2026	74630	R$ 195.23
BCW4I95	275410T000001958	19/05/2026	76331	R$ 293.47
BDB5C30	275410T000001966	19/05/2026	59910	R$ 293.47
BDO9H60	275410D000046350	19/05/2026	74630	R$ 195.23
BEK3H18	275410T000000064	19/05/2026	70561	R$ 293.47
BEK3H18	275410T000000067	19/05/2026	58191	R$ 880.41
BEK3H18	275410T000000065	19/05/2026	73400	R$ 130.16
BEK3H18	275410T000002102	19/05/2026	70561	R$ 293.47
BEK3H18	275410T000000066	19/05/2026	60502	R$ 293.47
BET4D12	275410D000046310	19/05/2026	74550	R$ 130.16
BEZ3C38	275410D000046331	19/05/2026	74550	R$ 130.16
BXZ5I76	275410D000046417	20/05/2026	74550	R$ 130.16
CYO3536	275410L000000956	19/05/2026	55412	R$ 195.23
CZE1J39	275410D000046430	20/05/2026	74550	R$ 130.16
EAL8B05	275410L000000954	19/05/2026	55412	R$ 195.23
ENC7E89	275410D000046335	19/05/2026	74550	R$ 130.16
EXN5I21	275410D000046403	19/05/2026	74630	R$ 195.23
FNE9H41	275410D000046384	19/05/2026	74710	R$ 880.41
FXB9I06	275410D000046429	20/05/2026	74550	R$ 130.16
IFY6915	275410D000046425	20/05/2026	74630	R$ 195.23
IGS1656	275410L000000959	19/05/2026	55412	R$ 195.23
ILZ8B94	275410D000046318	19/05/2026	74550	R$ 130.16
IMJ1E76	275410D000046416	20/05/2026	74550	R$ 130.16
IUF6B50	275410D000046428	20/05/2026	74550	R$ 130.16
IUF6B50	275410D000046368	19/05/2026	74550	R$ 130.16
IUF6B50	275410D000046355	19/05/2026	74630	R$ 195.23
IXR6B02	275410D000046324	19/05/2026	74630	R$ 195.23
IXR6B02	275410D000046312	19/05/2026	74710	R$ 880.41
IXR6B02	275410D000046313	19/05/2026	74630	R$ 195.23
IXR6B02	275410D000046366	19/05/2026	74630	R$ 195.23
JBW2310	275410T000001659	19/05/2026	76331	R$ 293.47
LRR6B98	275410L000000955	19/05/2026	55412	R$ 195.23
LXL3F83	275410D000046305	19/05/2026	74550	R$ 130.16
MCF2A14	275410D000046367	19/05/2026	74550	R$ 130.16
MDF0F59	275410D000046418	20/05/2026	74630	R$ 195.23
MEZ0I92	275410D000046388	19/05/2026	74550	R$ 130.16
MFN5A25	275410D000046424	20/05/2026	74630	R$ 195.23
MIN3F15	275410D000046361	19/05/2026	74550	R$ 130.16
MIN3F15	275410D000046363	19/05/2026	74630	R$ 195.23
MKJ1A33	275410D000046300	19/05/2026	74550	R$ 130.16
MKM8665	275410L000000953	19/05/2026	55412	R$ 195.23
MMH3E65	275410D000046296	19/05/2026	74550	R$ 130.16
OKF5G88	275410T000001960	19/05/2026	76331	R$ 293.47
OKG8H25	275410T000001663	19/05/2026	76331	R$ 293.47
OYY1B41	275410T000000105	19/05/2026	55412	R$ 195.23
PED4B53	275410D000046373	19/05/2026	74550	R$ 130.16
PUD7543	275410D000046329	19/05/2026	74550	R$ 130.16
PXU4325	275410T000001959	19/05/2026	76331	R$ 293.47
PXU4D35	275410T000001665	19/05/2026	76331	R$ 293.47
QCC9D65	275410D000046356	19/05/2026	74630	R$ 195.23
QLA7C70	275410T000001664	19/05/2026	76331	R$ 293.47
QPN4F57	275410D000046348	19/05/2026	74710	R$ 880.41
RHA2D97	275410D000046392	19/05/2026	74630	R$ 195.23
RKZ7A14	275410D000046325	19/05/2026	74550	R$ 130.16

RWA8F91	275410D000046339	19/05/2026	74550	R$ 130.16
RXW9D48	275410D000046381	19/05/2026	74630	R$ 195.23
SEL8J80	275410D000046323	19/05/2026	74630	R$ 195.23
SEP6H98	275410D000046395	19/05/2026	74630	R$ 195.23
SEV9C55	275410D000046385	19/05/2026	74630	R$ 195.23
SFJ5I93	275410D000046302	19/05/2026	74630	R$ 195.23
SFJ5I93	275410D000046304	19/05/2026	74630	R$ 195.23
SFL5A96	275410D000046399	19/05/2026	74630	R$ 195.23
SHZ5F50	275410D000046372	19/05/2026	74630	R$ 195.23
SIQ7J83	275410D000046298	19/05/2026	74630	R$ 195.23
SXD3E57	275410L000000952	19/05/2026	55412	R$ 195.23
SXV0E37	275410T000001662	19/05/2026	76331	R$ 293.47
TAL5H79	275410D000046423	20/05/2026	74630	R$ 195.23
TAM3F22	275410T000001965	19/05/2026	51930	R$ 293.47
TAN7B92	275410D000046341	19/05/2026	74550	R$ 130.16
TAP8G28	275410D000046338	19/05/2026	74630	R$ 195.23
TAQ4D98	275410D000046408	20/05/2026	74550	R$ 130.16
TAQ9G82	275410D000046288	19/05/2026	74630	R$ 195.23
TAQ9G82	275410D000046287	19/05/2026	74630	R$ 195.23
TAT4A65	275410D000046316	19/05/2026	74550	R$ 130.16
TAX4E80	275410D000046353	19/05/2026	74550	R$ 130.16
TAX7J92	275410L000000963	19/05/2026	55412	R$ 195.23
TBE8E41	275410L000000948	19/05/2026	55412	R$ 195.23
TDH3F92	275410D000046400	19/05/2026	74630	R$ 195.23
UAT7J85	275410L000000949	19/05/2026	55412	R$ 195.23
UAV6C39	275410D000046295	19/05/2026	74550	R$ 130.16
UAY1C61	275410D000046326	19/05/2026	74630	R$ 195.23
UAY1C61	275410D000046327	19/05/2026	74550	R$ 130.16
UAY1C83	275410D000046286	19/05/2026	74550	R$ 130.16
UAZ6D71	275410D000046354	19/05/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 21/09/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
JZC7B66	116100T003657799	26/07/2026	54521

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 24/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AKR9F15	275410D000046522	21/05/2026	74550
AVT7F59	275410D000046440	20/05/2026	74550
AZJ2E41	275410D000046497	20/05/2026	74550
AZS7F28	275410D000046479	20/05/2026	74550
BBM1D87	275410D000046485	20/05/2026	74550
CXA0344	275410D000046531	21/05/2026	74550
FGJ9J04	275410D000046495	20/05/2026	74550
HNF6J34	275410D000046451	20/05/2026	74550
HYR1I34	275410D000046463	20/05/2026	74550
IUG8I01	275410D000046500	20/05/2026	74550
OSZ7E87	275410D000046467	20/05/2026	74550
SEQ8H74	275410D000046494	20/05/2026	74550
SFK9I80	275410D000046454	20/05/2026	74550
TBW7C92	275410D000046460	20/05/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 24/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ABK3095	275410T000001994	21/05/2026	66020	R$ 293.47
AIG0B22	275410T000001972	20/05/2026	76331	R$ 293.47
AIL8C81	275410D000046476	20/05/2026	74550	R$ 130.16
AIV2801	275410D000046484	20/05/2026	74630	R$ 195.23
AKD5785	275410D000046486	20/05/2026	74630	R$ 195.23
AKD6866	275410D000046455	20/05/2026	74550	R$ 130.16
AKJ3603	275410T000001991	21/05/2026	76331	R$ 293.47
AKL8A73	275410T000002104	20/05/2026	76331	R$ 293.47
AKU7A37	275410D000046473	20/05/2026	74550	R$ 130.16
AKX9D97	275410D000046516	21/05/2026	74550	R$ 130.16
ALR3A29	275410D000046504	20/05/2026	74630	R$ 195.23
ANO7618	275410T000000240	21/05/2026	51851	R$ 195.23
ANO9G81	275410T000001982	20/05/2026	76331	R$ 293.47
AOO2493	275410D000046517	21/05/2026	74550	R$ 130.16
AOO6036	275410D000046526	21/05/2026	74550	R$ 130.16
AOO6036	275410D000046505	20/05/2026	74550	R$ 130.16
AOO6036	275410D000046525	21/05/2026	74630	R$ 195.23
APA3E02	275410T000002107	20/05/2026	66371	R$ 195.23
APH5J72	275410D000046435	20/05/2026	74550	R$ 130.16
AQD1847	275410T000001625	21/05/2026	76332	R$ 293.47
AQH3166	275410D000046447	20/05/2026	74630	R$ 195.23

AQP7277	275410T000001623	20/05/2026	55412	R$ 195.23
AQV5072	275410T000001970	20/05/2026	76331	R$ 293.47
AQY2F28	275410D000046464	20/05/2026	74550	R$ 130.16
AQY2F28	275410D000046465	20/05/2026	74630	R$ 195.23
ARR9040	275410D000046456	20/05/2026	74630	R$ 195.23
ARZ9994	275410D000046534	21/05/2026	74550	R$ 130.16
ASA4G42	275410D000046468	20/05/2026	74550	R$ 130.16
ASB9681	275410D000046524	21/05/2026	74630	R$ 195.23
ASG7F30	275410T000002108	20/05/2026	55412	R$ 195.23
ASJ8130	275410D000046521	21/05/2026	74630	R$ 195.23
ASO3G28	275410T000001671	20/05/2026	76331	R$ 293.47
ATA4G34	275410T000001621	20/05/2026	76331	R$ 293.47
AUB8J48	275410D000046511	20/05/2026	74630	R$ 195.23
AUH7344	275410T000001995	21/05/2026	51852	R$ 195.23
AUL3E07	275410T000001619	20/05/2026	51851	R$ 195.23
AUL3E07	275410T000001618	20/05/2026	76331	R$ 293.47
AVF3486	275410T000001971	20/05/2026	76331	R$ 293.47
AVI3B50	275410D000046492	20/05/2026	74630	R$ 195.23
AVJ4F85	275410D000046515	21/05/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000046514	21/05/2026	74550	R$ 130.16
AVQ8F97	275410D000046520	21/05/2026	74630	R$ 195.23
AWF9613	275410T000002114	21/05/2026	76331	R$ 293.47
AWS7H13	275410D000046510	20/05/2026	74550	R$ 130.16
AXD5456	275410T000002122	21/05/2026	51851	R$ 195.23
AXJ1844	275410D000046539	21/05/2026	74550	R$ 130.16
AZM6C37	275410D000046448	20/05/2026	74550	R$ 130.16
AZS6367	275410D000046472	20/05/2026	74550	R$ 130.16
AZS8C17	275410T000002117	21/05/2026	76331	R$ 293.47
BAB8217	275410D000046496	20/05/2026	74710	R$ 880.41
BAB8217	275410D000046450	20/05/2026	74710	R$ 880.41
BAJ0A78	275410D000046481	20/05/2026	74550	R$ 130.16
BAJ6842	275410T000001668	20/05/2026	76331	R$ 293.47
BAU0A72	275410T000000243	21/05/2026	51851	R$ 195.23
BAY0A38	275410T000001981	20/05/2026	76331	R$ 293.47
BAZ5C70	275410T000001978	20/05/2026	76331	R$ 293.47
BBV0F25	275410T000001669	20/05/2026	76331	R$ 293.47
BBV1F49	275410T000002110	20/05/2026	51851	R$ 195.23
BBV1F49	275410T000002109	20/05/2026	76331	R$ 293.47
BCG5A99	275410D000046551	21/05/2026	74550	R$ 130.16
BCY8H83	275410D000046441	20/05/2026	74630	R$ 195.23
BDE0I95	275410T000001990	21/05/2026	76331	R$ 293.47
BDH6B00	275410T000001996	21/05/2026	51851	R$ 195.23
BDJ9I04	275410T000001969	20/05/2026	76331	R$ 293.47
BDK8D57	275410D000046458	20/05/2026	74710	R$ 880.41
BDN8E32	275410D000046462	20/05/2026	74550	R$ 130.16
BDV3A01	275410T000002120	21/05/2026	51851	R$ 195.23
BEP0F81	275410T000002112	21/05/2026	76331	R$ 293.47
BER2I42	275410D000046512	20/05/2026	74550	R$ 130.16
BER2I42	275410D000046503	20/05/2026	74550	R$ 130.16
BER6H81	275410T000000242	21/05/2026	51851	R$ 195.23
BEV4C77	275410D000046529	21/05/2026	74630	R$ 195.23
CBG9134	275410D000046437	20/05/2026	74550	R$ 130.16
DDP1122	275410D000046487	20/05/2026	74550	R$ 130.16
DRK3C33	275410T000001993	21/05/2026	60502	R$ 293.47
DRK3C33	275410T000001987	21/05/2026	58431	R$ 195.23
DRK3C33	275410T000001986	21/05/2026	51851	R$ 195.23
DRU4I33	275410D000046502	20/05/2026	74710	R$ 880.41
EYF6H00	275410T000001983	20/05/2026	76331	R$ 293.47
FFV7C54	275410D000046552	21/05/2026	74550	R$ 130.16
FLQ0F34	275410D000046438	20/05/2026	74550	R$ 130.16
FNE9H41	275410D000046483	20/05/2026	74630	R$ 195.23
FRY5D42	275410T000002105	20/05/2026	76331	R$ 293.47
FYD5H63	275410T000001624	21/05/2026	76331	R$ 293.47
FZH1B31	275410T000001620	20/05/2026	55412	R$ 195.23
GAP0D84	275410D000046457	20/05/2026	74550	R$ 130.16
HHW4I38	275410D000046498	20/05/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000046446	20/05/2026	74550	R$ 130.16
INH3399	275410D000046452	20/05/2026	74630	R$ 195.23
INK4A24	275410D000046482	20/05/2026	74550	R$ 130.16
IRS2I02	275410T000001985	21/05/2026	76331	R$ 293.47
IUR3F28	275410D000046439	20/05/2026	74550	R$ 130.16
IVN8A11	275410D000046542	21/05/2026	74550	R$ 130.16
JAS7597	275410D000046474	20/05/2026	74550	R$ 130.16
KKV1H96	275410T000001973	20/05/2026	76331	R$ 293.47
MDB9A62	275410T000001989	21/05/2026	51930	R$ 293.47
MDI2749	275410D000046509	20/05/2026	74550	R$ 130.16
MES1A97	275410D000046478	20/05/2026	74550	R$ 130.16
MFK7E04	275410D000046548	21/05/2026	74550	R$ 130.16
MGQ4F93	275410T000002113	21/05/2026	76331	R$ 293.47
MHV1E86	275410T000002119	21/05/2026	58780	R$ 130.16
MJH2I02	275410D000046507	20/05/2026	74630	R$ 195.23
MJM2876	275410D000046445	20/05/2026	74550	R$ 130.16
MJM2876	275410D000046444	20/05/2026	74630	R$ 195.23
MLF4H56	275410D000046537	21/05/2026	74550	R$ 130.16
MLF4H56	275410D000046538	21/05/2026	74710	R$ 880.41
MLS4D98	275410T000001988	21/05/2026	59910	R$ 293.47
OSA2J78	275410D000046475	20/05/2026	74550	R$ 130.16
PED4B53	275410D000046553	21/05/2026	74550	R$ 130.16
PXR8B85	275410T000001979	20/05/2026	51851	R$ 195.23

PXR8B85	275410T000001670	20/05/2026	55412	R$ 195.23
QCD3I69	275410T000001667	20/05/2026	76331	R$ 293.47
QID7F36	275410T000001984	20/05/2026	76331	R$ 293.47
QTJ9H20	275410T000001980	20/05/2026	76331	R$ 293.47
QTM7D00	275410D000046443	20/05/2026	74550	R$ 130.16
QWS8A72	275410D000046466	20/05/2026	74630	R$ 195.23
QWT4I42	275410T000002106	20/05/2026	76331	R$ 293.47
QXH1C32	275410D000046469	20/05/2026	74630	R$ 195.23
RFA6H75	275410T000001673	20/05/2026	76331	R$ 293.47
RFL8H35	275410CND0000138	16/05/2026	50450	R$ 293.47
RHD9J48	275410D000046506	20/05/2026	74630	R$ 195.23
RHI8G95	275410T000001976	20/05/2026	76331	R$ 293.47
RHW6F54	275410T000001977	20/05/2026	55412	R$ 195.23
RYL7B00	275410D000046477	20/05/2026	74550	R$ 130.16
SED9A18	275410D000046547	21/05/2026	74550	R$ 130.16
SEG3B61	275410D000046490	20/05/2026	74630	R$ 195.23
SEH3C16	275410T000002121	21/05/2026	51851	R$ 195.23
SEJ8F51	275410D000046480	20/05/2026	74550	R$ 130.16
SEL8J80	275410D000046533	21/05/2026	74630	R$ 195.23
SEN1G04	275410T000002111	21/05/2026	55412	R$ 195.23
SEN8I36	275410T000001974	20/05/2026	55412	R$ 195.23
SEP5J43	275410D000046523	21/05/2026	74630	R$ 195.23
SFO8I47	275410T000002115	21/05/2026	76331	R$ 293.47
SHE8I57	275410D000046453	20/05/2026	74630	R$ 195.23
SHE8I57	275410D000046442	20/05/2026	74710	R$ 880.41
SIQ7J83	275410D000046530	21/05/2026	74550	R$ 130.16
SUP1G57	275410D000046550	21/05/2026	74550	R$ 130.16
SXF9E91	275410T000001975	20/05/2026	76331	R$ 293.47
SXO3F06	275410T000002118	21/05/2026	76331	R$ 293.47
TAK0D52	275410T000000241	21/05/2026	51851	R$ 195.23
TAN1D87	275410D000046540	21/05/2026	74550	R$ 130.16
TAQ9G82	275410D000046543	21/05/2026	74550	R$ 130.16
TAQ9G82	275410D000046544	21/05/2026	74630	R$ 195.23
TAT4A65	275410D000046436	20/05/2026	74550	R$ 130.16
TAT4A65	275410D000046545	21/05/2026	74550	R$ 130.16
TAW7F89	275410T000002103	20/05/2026	76331	R$ 293.47
TBE3J47	275410D000046528	21/05/2026	74630	R$ 195.23
TBH4F58	275410D000046470	20/05/2026	74550	R$ 130.16
TBT4D22	275410D000046518	21/05/2026	74550	R$ 130.16
TFP3I23	275410T000002116	21/05/2026	61220	R$ 293.47
UAW8J91	275410T000001622	20/05/2026	70301	R$ 293.47
UAY1C83	275410D000046434	20/05/2026	74550	R$ 130.16
UAY1C83	275410D000046433	20/05/2026	74550	R$ 130.16
UAY1C83	275410D000046546	21/05/2026	74550	R$ 130.16
UAZ6D71	275410D000046471	20/05/2026	74550	R$ 130.16
UBS9A51	275410D000046535	21/05/2026	74550	R$ 130.16
UBX6C61	275410T000001672	20/05/2026	76331	R$ 293.47

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 24/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veiculo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AKR9F15	275410D000046522	21/05/2026	74550
AVT7F59	275410D000046440	20/05/2026	74550
AZJ2E41	275410D000046497	20/05/2026	74550
AZS7F28	275410D000046479	20/05/2026	74550
BBM1D87	275410D000046485	20/05/2026	74550
CXA0344	275410D000046531	21/05/2026	74550
FGJ9J04	275410D000046495	20/05/2026	74550
HNF6J34	275410D000046451	20/05/2026	74550
HYR1I34	275410D000046463	20/05/2026	74550
IUG8I01	275410D000046500	20/05/2026	74550
OSZ7E87	275410D000046467	20/05/2026	74550
SEQ8H74	275410D000046494	20/05/2026	74550
SFK9I80	275410D000046454	20/05/2026	74550
TBW7C92	275410D000046460	20/05/2026	74550

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:A7751FD0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026

INÍCIO: 05/08/2026 - **VALIDADE:** 04/08/2027

OBJETO: **Aquisição de tubos de concreto com e sem armação com diversos diâmetros em atendimento à Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo**

Razão Social: TUBOS PALMEIRA LTDA

CNPJ: 12.097.090/0001-60
Endereço: Rua 04, 329, Distrito Industrial, CEP: 84130-000, Palmeira-PR
Telefone: 4133994141
E-mail: contato@tubospalmeira.com.br
Representante Legal: Ana Maura Filipak

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇO REGISTRADO
1.1. Constitui o objeto da presente Ata de Registro de Preços para **a aquisição de tubos de concreto com e sem armação com diversos diâmetros em atendimento à Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 64.920,00 (sessenta e quatro mil, novecentos e vinte reais), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

Item	Descrição do produto	Qtde	Valor unitário	Valor total
04	TUBO DE CONCRETO ARMADO 0,60 X 1,00 PA1, Tubo em concreto armado com diâmetro de 0,60 metros e comprimento de 1,00 metro, modelo MF PA1 com encaixe macho-fêmea, adequado para sistemas de drenagem de águas pluviais e redes de saneamento em projetos que demandam alta resistência.	150	R$174,80	R$26.220,00
05	TUBO DE CONCRETO ARMADO 0,80 X 1,00 PA1, Tubo em concreto armado com diâmetro de 0,80 metros e comprimento de 1,00 metro, modelo MF PA1 com encaixe macho-fêmea, adequado para sistemas de drenagem de águas pluviais e redes de saneamento em projetos que demandam alta resistência.	150	R$258,00	R$38.700,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS E ATENDIMENTO LOGÍSTICO
2.1. O prazo de validade das propostas para o ato de julgamento do Pregão é de 60 (sessenta) dias.
2.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, contudo prorrogável por igual período, atestando ainda que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, e desde que atendido as determinações dos Artigos 106 e 107 da lei 14.133/21.
2.3. A entrega dos produtos deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, no endereço conforme a requisição emitida pelo Departamento de Compras, **sem custo adicional.** Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo.
2.4 Todos os materiais deverão ser entregues DURANTE A SEMANA, DE SEGUNDA A SEXTA- FEIRA, durante o período de expediente do órgão, salvo quando autorizado pela secretaria solicitante entrega em horário distinto.
2.5 Independentemente do tamanho/extensão ou quantidade do pedido, uma vez emitida a requisição, o fornecedor é obrigado a realizar a entrega, no prazo previsto no item 14.3, sob pena de cancelamento da ata e demais sanções previstas no item 12.
2.6. Deixando o adjudicatário de executar os serviços licitados, poderá o pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1 O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente, devendo o faturamento ocorrer 02 (duas) vezes ao mês, da seguinte forma:
3.1.3 O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação do Relatório de Serviços Prestados e respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.
3.1.4 A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município e conforme relatório dos serviços prestados.
3.2. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país, exceto para empresas que estejam instaladas em municípios que ainda não possuam tal sistema.
3.4. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.5. As notas fiscais deverão ser emitidas constando a informação Pregão, na forma Eletrônica nº 043/2026, conforme descrição na Ordem de Fornecimento:
09 SEC. MUN. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
15.451.0901.2-041 MANTER O DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
03650 00000 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
09.003 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RURAIS
26.782.0902.2-047 MANTER O DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS R
04230 00000 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
3.6. ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme link:***
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/materia/E112774E/6d980aa2863a0ccf5dc2cca13834667c6d980aa2863a0ccf5dc2cca13834667c

4. CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
4.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no Art. 124 inciso II alínea "d" da Lei 14133/2021.
4.2. A Ata de Registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas ás disposições contidas nos artigos 124 á 136 da Lei 14133/2021.
4.3. O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa do município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, desde que autorizado pela autoridade competente desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo o município, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
4.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
I. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
II.A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:
I . Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;
IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.
4.6. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.
4.7. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no §5°.
4.8. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:
I. A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
II. A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
III. A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;
IV. O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação ou Ata de Registro de Preços.
4.9. Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.
I. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.
II. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.
4.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico- financeiro quando a Administração constate:
I. Ausência de elevação dos encargos do particular;
II. Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
III. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;
IV. Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido;
4.11. Na situação do parágrafo acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ata de registro de preços.
4.12. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.
4.13. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o município poderá:
I- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
II - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.
4.14. Não havendo êxito nas negociações, o município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
4.15. Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no Diário Oficial do Município.
4.16. O município realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, contudo prorrogável por igual período, atestando ainda que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, e desde que atendido as determinações dos Artigos 106 e 107 da lei 14.133/21.
5.2 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo, sob pena de extinção do contrato.
5.3. Os serviços serão prestados conforme Termo de Referência no Anexo I e nos termos da Ata de Registro.
5.4. Deixando o adjudicatário de prestar o serviço, poderá a pregoeira, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
6.1. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.
6.2. Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.
6.3. Nomear o gestor e fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação.
6.4. Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.
6.5. Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.
6.6. Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.
6.7. Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA
7.1. Cumprir todas as obrigações constantes da presente ata e demais documentos anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

7.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na Clausula Quarta, acompanhado da respectiva nota fiscal;
7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
7.4. Comunicar o Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
7.5. Atender às determinações regulares, emitidas pelo fiscal e gestor da ata, ou autoridade superior, conforme determinado no art. 137, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
7.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
7.7. Não contratar, durante a vigência da ata, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor da ata, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
7.8. Entregar ao setor responsável pela fiscalização da ata, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
b) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;
d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
7.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
7.10. Comunicar aos fiscais do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou incidente que obste à execução do objeto contratual;
7.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
7.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação/qualificação na licitação/contratação;
7.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação, conforme artigo 116 da Lei Federal nº 14.133/2021;
7.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme artigo 116, § único da Lei Federal nº 14.133/2021;
7.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
7.16. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021;
7.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
7.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e/ou utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
7.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força de execução deste contrato;
7.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
7.21. Indicar preposto para representá-lo durante toda a execução do contrato;
7.22. Emitir nota fiscal/documento fiscal, de acordo com o edital.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
8.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no Art. 124 inciso II alínea “d” da Lei 14133/2021.
8.2. A Ata de Registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas ás disposições contidas nos artigos 124 á 136 da Lei 14133/2021.
8.3. O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa do município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, desde que autorizado pela autoridade competente desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo o município, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
8.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
I. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
II.A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
8.5. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:
I . Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;
IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.
8.6. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.
8.7. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no §5°.
8.8. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:
I. A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;

II. A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
III. A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;
IV. O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação ou Ata de Registro de Preços.
8.9. Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.
I. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.
II. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.
8.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico- financeiro quando a Administração constate:
I. Ausência de elevação dos encargos do particular;
II. Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
III. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;
IV. Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido;
8.11. Na situação do parágrafo acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ata de registro de preços.
8.12. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.
8.13. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o município poderá:
I- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
II - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.
8.14. Não havendo êxito nas negociações, o município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
8.15. Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no Diário Oficial do Município.
8.16. O município realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

CLÁUSULA NONA – DA INEXECUÇÃO, DA EXTINÇÃO E/OU DO CANCELAMENTO DA ATA
9.1 A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Capítulo VIII, da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes modos:
9.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
9.1.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
9.1.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
9.2 O descumprimento, por parte da DETENTORA DA ATA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura à Prefeitura de Fernandes Pinheiro o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.
9.3 O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I, do art. 138 e art. 139, da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a DETENTORA DA ATA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da DETENTORA DA ATA, independentemente de outras penalidades.
9.4 Na aplicação das penalidades, serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.
9.5 No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a DETENTORA DA ATA às sanções administrativas pertinentes.
9.6 Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a Prefeitura de Fernandes Pinheiro poderá aplicar à DETENTORA DA ATA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.
9.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:
9.7.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;
9.7.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
9.7.3 Não aceitar reduzir o preço da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
9.7.4 Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
9.7.4.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.
9.8 O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor, desde que devidamente comprovados e justificados.
CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
10.1 A Pregoeira lavrará ata circunstanciada da sessão pública, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que fará parte integrante do processo licitatório e estará disponível para consulta no endereço informado no Edital.
10.2 O procedimento será divulgado no BLL COMPRAS https://www.bll.org.br., no Portal de Transparência do Município de Fernandes Pinheiro – http://www.fernandespinheiro.pr.gov.br/, no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e encaminhado automaticamente aos fornecedores, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
10.3 A Pregoeira, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na Documentação de Habilitação e Proposta de Preços, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.
10.4 Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: (art. 71 da Lei 14.133/21).
a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.
10.4.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
10.4.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.4.3 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.
10.4.4 O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e os procedimentos auxiliares da licitação.
10.5 No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:
a) adiada a data da abertura desta licitação;
b) alteradas as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a realização do certame.
10.6 As licitantes são responsáveis administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
10.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
10.8 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
10.9. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira, com auxílio da Equipe de Apoio.
10.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
10.11. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será realizada no primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo por motivo de força maior ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.
10.12. Quaisquer informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pela Pregoeira, na Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, Departamento de Licitações.
10.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
10.14 Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata, é competente, por força de lei, o Foro do Município de Teixeira Soares.
Fernandes Pinheiro, em 05 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

TUBOS PALMEIRA LTDA
Contratada

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:CCBE69A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

LICITAÇÕES
EXTRATO ADITIVO

ESTADO DO PARANÁ	
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL	
EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL	
Aditivo : 41/2026 Tipo Aditivo : Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo)	
Contrato Nº : 58/2025	
Contratante : FLOR DA SERRA DO SUL	
Contratada : COMUNICACOES KOLLENBERG LTDA	
Valor : R$ 71,407.08	
Vigência : Data do Aditivo: 05/08/2026 Nova data final : 05/08/2027	
Objeto : Aditivo nº 41/2026 Contratação de empresa especializada em serviços de comunicação institucional e cobertura jornalística, transmissão ao vivo, gravação e divulgação de eventos oficiais de interesse publico e social promovidos pelo Município de Flor da Serra do Sul – PR.	
FLOR DA SERRA DO SUL, 05 DE AGOSTO DE 2026	
Apostilamento : 1	
Contrato Nº : 58/2025	
Contratante : FLOR DA SERRA DO SUL	
Contratada : COMUNICACOES KOLLENBERG LTDA	
Data do apostilamento : 05/08/2026	
Tipo do Apostilamento : Reajuste de Preço Previsto no Contrato Tipo da alteração apostilamento : ACRESCIMO	
Descrição : Apostilamento	
FLOR DA SERRA DO SUL, 05 DE AGOSTO DE 2026	

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:90F495BB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE DEFERIMENTO E/OU INDEFERIMENTO - EDITAL Nº 001/2026

Edital 005/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – PARANÁ

CONCURSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP EDITAL Nº 001/2026

O **Sr. Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito do Município de General Carneiro – Paraná,** no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no **EDITAL 001/2026, RESOLVE,** publicar o Edital de **Deferimento e/ou Indeferimento Definitivo** das Inscrições **dos PcDs,** Pedido de **Isenções de Taxa aos Afrodescendentes, doadores de medula e outras condições especiais,** conforme segue

Relação Geral:

1º. Ficam **DEFERIDAS DEFINITIVAMENTE** as **Inscrição** dos candidatos abaixo relacionados, que se declararam **AFRODESCENDENTES,** como segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
38822	Julio Cesar Correa Osorio	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Afrodescendente
39252	Heloize Gubert	06 - Profissional de Apoio Escolar	Afrodescendente
39201	Joceilene Cristina Maia	07 - Professor de Arte	Afrodescendente
39244	Virlei Teresinha Sampaio Alves	07 - Professor de Arte	Afrodescendente
39123	Elaine Cristina dos Santos	07 - Professor de Arte	Afrodescendente
39248	Simone de Fatima Chagas	07 - Professor de Arte	Afrodescendente
39230	Daniela Aparecida Esthesne Kukul	07 - Professor de Arte	Afrodescendente
39034	Nereide Pereira Chokailo	07 - Professor de Arte	Afrodescendente
39285	Bruna Carla Brasil Moreira	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
39353	Lucineia de Jesus Quadros	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
39202	Joceilene Cristina Maia	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
39073	Jean Carlos Fernandes dos Santos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
39243	Virlei Teresinha Sampaio Alves	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
39291	Carina Cristiane Padilha	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
39299	Milza Paula Krulicoski Rodrigues	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
38903	Elaine Cristina dos Santos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
39246	Simone de Fatima Chagas	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
39226	Daniela Aparecida Esthesne Kukul	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
38815	Nereide Pereira Chokailo	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente
38871	Janaira Aparecida Alves de Assuncao Matucheski	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Afrodescendente

2º. Ficam **DEFERIDAS DEFINITIVAMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que comprovaram sua inscrição no Cadastro Único, estabelecido no **Edital nº 001/2026,** conforme segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
38836	Tadeu Vergilio Rucker Grossl	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Cadastro Único
38790	Cleslaine Taiara Muller	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Cadastro Único
38818	Lucas Vick	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Cadastro Único
39354	Brendon Victhor Grossl	06 - Profissional de Apoio Escolar	Cadastro Único
39347	Jessica Andressa de Freitas	06 - Profissional de Apoio Escolar	Cadastro Único
38877	Aline Coguta	06 - Profissional de Apoio Escolar	Cadastro Único
39080	Marcia da Conceição de Mello	06 - Profissional de Apoio Escolar	Cadastro Único
39227	Leila Bueno de Sousa	06 - Profissional de Apoio Escolar	Cadastro Único
39118	Luana de Fatima dos Santos	06 - Profissional de Apoio Escolar	Cadastro Único
39119	Izabel Muniz Lemos	06 - Profissional de Apoio Escolar	Cadastro Único
38804	Emanoele Santos Garcia	06 - Profissional de Apoio Escolar	Cadastro Único
39015	Andressa Caroline Furtado	07 - Professor de Arte	Cadastro Único
39358	Kamile Tibes Cordeiro	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Cadastro Único
39247	Maricler Mariano dos Santos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Cadastro Único
39350	Kaylane Tibes Cordeiro	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Cadastro Único
39237	Luana Taborda de Lima	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Cadastro Único
39000	Maria Eduarda Correia	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Cadastro Único
39014	Andressa Caroline Furtado	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Cadastro Único
38963	Juliana Barbosa da Luz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Cadastro Único
38862	Suelen Costa Silva	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Cadastro Único
38801	Rose Martins	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Cadastro Único
38928	Marcia da Conceição de Mello	14 - Prof. EI e EF I - E. Colina Verde - Campo	Cadastro Único
38947	Brenda Christi Moraes Chagas	16 - Psicólogo	Cadastro Único

3º. Ficam **DEFERIDAS DEFINITIVAMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que enviaram a **Declaração de Desemprego,** conforme segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
38818	Lucas Vick	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Desemprego
39347	Jessica Andressa de Freitas	06 - Profissional de Apoio Escolar	Desemprego
39080	Marcia da Conceição de Mello	06 - Profissional de Apoio Escolar	Desemprego
39118	Luana de Fatima dos Santos	06 - Profissional de Apoio Escolar	Desemprego
39015	Andressa Caroline Furtado	07 - Professor de Arte	Desemprego
39237	Luana Taborda de Lima	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Desemprego
39317	Karin Alves Dutra de Abreu	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Desemprego
39000	Maria Eduarda Correia	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Desemprego
39014	Andressa Caroline Furtado	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Desemprego
38963	Juliana Barbosa da Luz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Desemprego
38862	Suelen Costa Silva	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Desemprego
38928	Marcia da Conceição de Mello	14 - Prof. EI e EF I - E. Colina Verde - Campo	Desemprego

4º. Ficam **DEFERIDAS DEFINITIVAMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que comprovaram serem **doadores de medula**, conforme segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
39208	Aline Maria dos Santos	01 - Assistente Social	Doador de Medula
38852	Mateus Silveira Bueno Furquim	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Doador de Medula
38979	Marcelo Alves da Silva	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Doador de Medula
38893	Fernanda Filipaki	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Doador de Medula
38852	Mateus Silveira Bueno Furquim	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Doador de Medula
38922	Suellen Dalla Costa Miiller	04 - Nutricionista	Doador de Medula
38994	Keila Raniely Mellek	06 - Profissional de Apoio Escolar	Doador de Medula
39035	Diego Sembay	08 - Professor de Educação Física	Doador de Medula
39036	Vitoria Volinkevicz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Medula
38871	Janaira Aparecida Alves de Assuncao Matucheski	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Medula
38987	Joilse Diniz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Medula

38948	Marilda Vieira de Lima	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Medula
39157	Carla Emanueli Luz Nogara	16 - Psicólogo	Doador de Medula
39165	Edilaine Basquera	16 - Psicólogo	Doador de Medula
39059	Marlon Haker	16 - Psicólogo	Doador de Medula
38841	Jaine Cavallini	16 - Psicólogo	Doador de Medula
38951	Victoria Hoff Trentin	16 - Psicólogo	Doador de Medula
38872	Brunna de Souza Nascimento	16 - Psicólogo	Doador de Medula

5º. Ficam **DEFERIDAS DEFINITIVAMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que comprovaram serem **doadores de sangue**, conforme segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
38937	Itamara Alves de Assuncao	01 - Assistente Social	Doador de Sangue
38810	Candida Mirela Aires de Oliveira	01 - Assistente Social	Doador de Sangue
38915	Rafael Oliveira da Silva	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Doador de Sangue
39112	Lesly Kruskewiski	04 - Nutricionista	Doador de Sangue
39001	Edirleia de Fatima Kloster Gralak	04 - Nutricionista	Doador de Sangue
39355	Denise Eliane Machado	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Sangue
39036	Vitoria Volinkevicz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Sangue
39036	Vitoria Volinkevicz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Sangue
39049	Emily Brenda Arantes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Sangue
38931	Edicleia Guralh	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Sangue
38921	Marcia Eliane Nestor Mochnacz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Doador de Sangue
39167	Amanda Portz Sant Ana	16 - Psicólogo	Doador de Sangue

6º. Ficam **DEFERIDAS DEFINITIVAMENTE** as **condições especiais** aos candidatos abaixo relacionados, que se declararam **PcDs,** como segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
39339	Andre Luiz Galvan	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Pcd
39232	Thaila Cristina Orbem	04 - Nutricionista	Pcd
39241	Ferreira	06 - Profissional de Apoio Escolar	Pcd
39185	Ana Clara Pohl	06 - Profissional de Apoio Escolar	Pcd
38947	Brenda Christi Moraes Chagas	16 - Psicólogo	Pcd

7º. Ficam **DEFERIDAS DEFINITIVAMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que comprovaram terem **trabalhado nos últimos pleitos eleitorais,** conforme segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
38864	Alessandra Chaves	01 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
39004	Alison Bruno Nicolaico de Jesus	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Pleito Eleitoral
39339	Andre Luiz Galvan	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Pleito Eleitoral
38925	Mayara Aparecida Sott	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Pleito Eleitoral
39328	Eluiza Nakalski	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Pleito Eleitoral
39112	Lesly Kruskewiski	04 - Nutricionista	Pleito Eleitoral
39283	Wilson França	05 - Motorista Categoria D	Pleito Eleitoral
39306	Michely Cristina Koroluk	06 - Profissional de Apoio Escolar	Pleito Eleitoral
39321	Aline Cristina dos Santos	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39315	Claudete de Oliveira Melo	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39217	Claudia Gaiovez	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39290	Cristiane Medeiros Machado Montoski	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39230	Daniela Aparecida Esthesne Kukul	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39123	Elaine Cristina dos Santos	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39129	Eliane Bernardi Sheid	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39106	Eliza Maria Jasko	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39131	Ezelina Cristina Gaiovicz	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39042	Fernando Mendes	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39207	Flavia Aparecida da Cruz	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39250	Jucelha Aparecida Fernandes	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39351	Keli Cristiane Gelaski	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39034	Nereide Pereira Chokailo	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39195	Paloma Aparecida Nunes	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39082	Saimon Rodrigo da Silva	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39300	Samara Pereira da Conceicao	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
39244	Virlei Teresinha Sampaio Alves	07 - Professor de Arte	Pleito Eleitoral
38894	Alison Ramos Gouvea	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
39337	Amelia de Paula	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
38823	Eloinara Leticia Vanin	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
39089	Jaqueline Dieli Moraes	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
39279	Juliane Beatriz Scheid	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
39026	Luciana Cristina Marques Fidelis	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
39318	Marcos Alexandre Cordeiro Esmocoviski	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
38856	Marta Chagas Palhano	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
38879	Rayane Caroline Mochnacz	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
39176	Valter Buennemeyer	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
39176	Valter Buennemeyer	08 - Professor de Educação Física	Pleito Eleitoral
39320	Aline Cristina dos Santos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38865	Brayan Gurginski	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38899	Chayane Beatriz Zanlorenzi Ramos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39103	Claudete de Oliveira Melo	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39216	Claudia Gaiovez	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39170	Cristiane Medeiros Machado Montoski	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39226	Daniela Aparecida Esthesne Kukul	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38903	Elaine Cristina dos Santos	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39130	Eliane Bernardi Sheid	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39038	Fernando Mendes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38797	Flavia Aparecida da Cruz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral

39091	Jaqueline Dieli Moraes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38849	Jucelha Aparecida Fernandes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39348	Keli Cristiane Gelaski	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38860	Kelli Maria Jakimiu Dias	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39242	Luciana Cristina Marques Fidelis	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39261	Maiara Carolina Goncalves	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38855	Marta Chagas Palhano	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39307	Michely Cristina Koroluk	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39299	Milza Paula Krulicoski Rodrigues	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38815	Nereide Pereira Chokailo	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39194	Paloma Aparecida Nunes	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38883	Rayane Caroline Mochnacz	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39272	Samara Pereira da Conceicao	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39138	Taise Aline Menegasso	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39214	Vanderleia Aparecida dos Santos Weilcker	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
39243	Virlei Teresinha Sampaio Alves	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Pleito Eleitoral
38880	Eliane Griep Gomes Bitencourt	11 - Prof. EI e EF I - E. São José - Campo	Pleito Eleitoral
39301	Jhony Lucas Fagundes Barboza	14 - Prof. EI e EF I - E. Colina Verde - Campo	Pleito Eleitoral
38983	Andressa Texeira Lascoski	15 - Prof. EI e EF I - E. Helena Wolf - Campo	Pleito Eleitoral
39126	Ezelina Cristina Gaiovicz	15 - Prof. EI e EF I - E. Helena Wolf - Campo	Pleito Eleitoral
38867	Mateus João Cordeiro Schmoeller de Lima	16 - Psicólogo	Pleito Eleitoral

8º. Fica **DEFERIDA DEFINITIVAMENTE** ao candidato abaixo relacionado, a solicitação especial para L**actante,** como segue**:**

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Motivo
38814	Fernanda Teixeira dos Santos Herbet	07 - Professor de Arte	Lactante
38812	Fernanda Teixeira dos Santos Herbet	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Lactante

9º. Ficam **INDEFERIDAS DEFINITIVAMENTE** as **Inscrições** dos candidatos abaixo relacionados, por não apresentarem a documentação comprobatória **da condição solicitada, como segue:**

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
39057	Daiana Aparecida da Silva Carvalho	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Indeferido Falta Documentação
39171	Davi Alves Cordeiro	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Indeferido Falta Documentação
38892	Gisele Patricia de Souza	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Indeferido Falta Documentação
39353	Lucineia de Jesus Quadros	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Indeferido Falta Documentação
39175	Luiz Fernando Kucek	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Indeferido Falta Documentação
39221	Rayla Caroline de Oliveira	09 - Prof. Ed. Infantil e Fund. I - Esc. Urbanas	Indeferido Falta Documentação

Informações Itens do Edital 001/2026
Horário das Provas Objetivas

12.3.2 No período da manhã serão aplicadas as Provas para os seguintes cargos:
Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Escolas Urbanas
Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Escolas do Campo
Psicólogo
Assistente Social
Nutricionista

12.4.2 No período da tarde serão aplicadas as Provas para os seguintes cargos:
Professor de Apoio Escolar
Professor de Artes
Professor de Educação Física
Fiscal de Obras e Posturas
Fiscal de Unidade de Conservação
Motorista

General Carneiro/PR, 05 de agosto de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal
General Carneiro – Paraná

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:E10F3293

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.926/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 192.425,31 (cento e noventa e dois mil e quatrocentos e vinte e cinco reais e trinta e um centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001.4.122.2.2013-3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R$10.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2046-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$50.000,00
00107.00107.99.01.00.00.2.550.0000 (SF) - Salário Educação	50.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2046-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$50.000,00
00107.00107.99.01.00.00.2.550.0000 (SF) - Salário Educação	50.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.365.7.2045-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$30.000,00
00107.00107.99.01.00.00.2.550.0000 (SF) - Salário Educação	30.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.365.7.2045-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$20.000,00
00107.00107.99.01.00.00.2.550.0000 (SF) - Salário Educação	20.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
14.002.8.244.8.2054-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$2.360,00
00934.00934.09.06.06.06.2.660.0000 (SF) - Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	2.360,00
19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
19.001 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
19.001.13.392.5.2286-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$24.065,31
01045.01045.01.07.00.00.1.501.0000 Outros Recursos não Vinculados	24.065,31
20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL COMPRAS,LICIT.CONTR.ADMINISTR	
20.001 - GABINETE SECR.MUN.COMPRAS,LIC.CONTR.ADMINISTRATIVO	
20.001.4.122.2.2081-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$6.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001.4.122.2.2013-3.3.90.08.00.00.00.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO M	R$10.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.365.7.1006-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$150.000,00
00107.00107.99.01.00.00.2.550.0000 (SF) - Salário Educação	150.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
14.002.8.244.8.2054-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$2.360,00
00934.00934.09.06.06.06.2.660.0000 (SF) - Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	2.360,00
19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
19.001 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
19.001.13.392.5.2286-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$24.065,31
01045.01045.01.07.00.00.1.501.0000 Outros Recursos não Vinculados	24.065,31
20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL COMPRAS,LICIT.CONTR.ADMINISTR	
20.001 - GABINETE SECR.MUN.COMPRAS,LIC.CONTR.ADMINISTRATIVO	
20.001.4.122.2.2081-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$6.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 05 de agosto de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Israel Assunção Cancio
Código Identificador:C324134B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

COMPRAS E LICITAÇÕES
2º ADENDO MODIFICADOR PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 132/2026

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e do Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados, especialmente às empresas que adquiriram o edital em epígrafe, o teor do presente **ADENDO**, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N° 132/2026**, cujo objeto é o Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de equipamentos, materiais e medicamentos veterinários a serem utilizados no Centro de Controle Animal, deste Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

A Secretaria Municipal de Administração, por meio da Diretoria de Compras, torna pública a seguinte alteração no Termo de Referência:

ALTERAÇÃO NO DESCRITIVO DOS SEGUINTES ITENS:

Onde se lê

Item	Cód	Qtd	Unid	Produto	Valor Unitário	Valor Total
5	126.166	20	UNIDADE	Anestésico local injetável cloridrato de lidocaína 2,0% sem vasoconstritor, 20 ml	R$ 5,71	R$ 114,20
12	121.061	5	UNIDADE	hemolitan Suplemento para cavalosEquino Animais Vetnil-Frasco 1 Litro	R$ 283,08	R$ 1.415,40
22	118.286	10	UNIDADE	Pomada oftálmica antibiótica e anti-inflamatória 5 gramas, a base de sulfato de gentamicina, hidrocortisona, vitamina A e vitamina D.	R$ 80,50	R$ 805,00
27	126.182	10	UNIDADE	Suplemento alimentar PS suspensão oral indicado para pássaros e aves ornamentais com vitaminas A, D e E, e do complexo B enriquecido com aminoácidos, dextrose e ferro. Apresentação: Frasco conta gotas 15ml. Marca de referência similar ou superior ao Avitrin PS.	R$ 27,95	R$ 279,50
28	126.183	10	UNIDADE	Suplemento vitamínico mineral e aminoácidos constituído da associação de vitaminas do complexo B, vitamina C, aminoácidos, extrato de gengibre e extrato de própolis, que fornecem nutrientes essenciais para a dieta dos pássaros, auxiliam no desenvolvimento das crias, além de contribuírem para fortalecimento do organismo. Apresentação: Frasco 15 ml. Marca de referência similar ou superior ao Avitrin Promune.	R$ 30,45	R$ 304,50
29	126.184	60	UNIDADE	Unguento Spray 400ml. Larvicida, Repelente, Cicatrizante.	R$ 46,00	R$ 2.760,00
34	126.188	20	UNIDADE	Vermífugo para equinos em pasta a base de ivermectina 1,2g, praziquantel 15g, veículo q.s.p 100g. Contém Seringa plástica, com bico dosador e anel deslizante, que conferem precisão de dosagem. Cada graduação do êmbolo corresponde à dose para tratar 1. Marca de referencia similar ou superior ao vermífugo Virbac (Equimax).	R$ 36,25	R$ 725,00
42	126.201	100	UNIDADE	Antibiótico a base de benzilpenicilina benzatina 1.200.000 UI, Apresentação: pó para suspenção injetável.	R$ 5,99	R$ 599,00
92	126.217	30	UNIDADE	AVECOX COCCIDICIDA. Apresentação: Frasco 15 ML. Marca de referência similar ou superior ao AVECOX COCCIDICIDA VANSIL.	R$ 42,50	R$ 1.275,00
93	126.218	10	UNIDADE	Imizol injetável. Apresentação: frasco 15ml. Marca de referência similar ou superior ao Imizol injetável MSD.	R$ 81,25	R$ 812,50

Leia-se:

Item	Cód	Qtd	Unid	Produto	Valor Unitário	Valor Total
5	126.166	20	UNIDADE	Anestésico local injetável cloridrato de lidocaína 2,0% sem vasoconstritor, 20 ml. Descrição do produto de uso humano.	R$ 5,71	R$ 114,20
12	121.061	5	UNIDADE	Suplemento para equinos. Marca de referência similar ou superior ao Hemolitan Vetnil para equinos. Frasco 1 Litro. Composição: Ácido fólico 5.000.000 mg, Ácido nicotínico 1.200.000 mg, Cobalto 100.000 mg, Cobre quelatado 500.000 mg, Ferro quelatado 4.500.000 mg, Glicose 200 g, Magnésio 1.000.000 mg, Pantotenato de cálcio 1.200.000 mg, Vitamina B1 1.500.000 mg, Vitamina B12 15.000.000 mcg, Vitamina B2 1.500.000 mg, Vitamina B6 1.200.000 mg, Vitamina K3 250.000 mg, Zinco quelatado 5.000.000 mg	R$ 283,08	R$ 1.415,40
22	118.286	10	UNIDADE	Pomada oftálmica antibiótica e anti-inflamatória 5 gramas, a base de sulfato de gentamicina, hidrocortisona, vitamina A e vitamina D. Com seguintes concentrações: Cada 100 g contém: Gentamicina (Sulfato) 0,3 g, Hidrocortisona, 1,0 g, Vitaminas A, 500.000 UI, Vitaminas D, 62.500 UI, Excipientes q.s.p 100,0 g	R$ 80,50	R$ 805,00
27	126.182	10	UNIDADE	Suplemento alimentar PS suspensão oral indicado para pássaros e aves ornamentais com vitaminas A, D e E, e do complexo B enriquecido com aminoácidos, dextrose e ferro. Apresentação: Frasco conta gotas 15ml. Marca de referência similar ou superior ao Avitrin OS. Composição e concentração: Arginina 5.000 mg, Dextrose 50 g, Isoleucina 2.500 mg, Leucina 2.500 mg, Lisina 5.000 mg, Nicotinamida 3.000 mg, Pantotenato de cálcio 1.800 mg, Vitamina A 1.133.330 UI, Vitamina B1 5.000 mg, Vitamina B12 40.000 mcg, Vitamina B2 1.500 mg, Vitamina B6 1.800 mg, Vitamina D3 100.000 UI, Vitamina E 1.500 UI	R$ 27,95	R$ 279,50
28	126.183	10	UNIDADE	Suplemento vitamínico mineral e aminoácidos constituído da associação de vitaminas do complexo B, vitamina C, aminoácidos, extrato de gengibre e extrato de própolis, que fornecem nutrientes essenciais para a dieta dos pássaros, auxiliam no desenvolvimento das crias, além de contribuírem para fortalecimento do organismo. Apresentação: Frasco 15 ml. Marca de referência similar ou superior ao Avitrin Promune. Composições e concentrações: Ácido fólico 300 mg, Biotina 10 mg, Cloreto de Colina 4.000 mg, DL-Metionina 6.000 mg, Extrato de própolis 200 mg, Extrato de gengibre 500 mg, L-Lisina 2.000 mg, Nicotinamida 4.000 mg, Pantotenato de cálcio 2.000 mg	R$ 30,45	R$ 304,50
29	126.184	60	UNIDADE	Unguento Spray 400ml. Larvicida, Repelente, Cicatrizante. Oxido de zinco 25 gramas, Permetrina 0,5 gramas. Uso veterinário. Marca de referência similar ou superior Pearson Unguento Plus.	R$ 46,00	R$ 2.760,00
34	126.188	20	UNIDADE	Vermífugo para equinos em pasta a base de ivermectina 1,2g, praziquantel 15g, veículo q.s.p 100g. Contém Seringa plástica, com bico dosador e anel deslizante, que conferem precisão de dosagem. Cada graduação do êmbolo corresponde à dose para tratar 1. Marca de referência similar ou superior ao vermífugo Virbac (Equimax). Seringa plástica/bisnaga com 10 gramas.	R$ 36,25	R$ 725,00
42	126.201	100	UNIDADE	Antibiótico a base de benzilpenicilina benzatina 1.200.000 UI, Apresentação: pó para suspenção injetável. Uso humano.	R$ 5,99	R$ 599,00
92	126.217	30	UNIDADE	Coccidicida. Diclazurila 1,3 gramas. Apresentação: Frasco 15 ML. Marca de referência similar ou superior ao AVECOX COCCIDICIDA VANSIL. Composição/concentração Diclazurila 1,3 gramas.	R$ 42,50	R$ 1.275,00
93	126.218	10	UNIDADE	Imizol injetável. Apresentação: frasco 15ml. Marca de referência similar ou superior ao Imizol injetável MSD. Concentração: Dipropionato de imidocarb 12 g.	R$ 81,25	R$ 812,50

Considerando que o prazo de publicidade do certame já foi reaberto em razão do adendo anteriormente publicado, com a devida ampliação do prazo legal, fica mantida a data da sessão pública, permanecendo inalterados os demais prazos do edital.

O Presente Adendo passa a fazer parte integrante do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n° 132/2026, ficando inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Edital e de seus anexos.

O Edital modificado será encaminhado às empresas que o adquiriram, e os demais interessados, poderão obtê-lo através do site www.guaira.pr.gov.br no *link* Processos Licitatórios e/ou pelo site https://bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9928/9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Comuniquem-se as empresas que adquiriram.

Publique-se.

Guaíra (PR), em 05 de agosto de 2026.

GABRIEL RIBEIRO DO MONTE
Pregoeiro

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:E54B86F3

PROJUR

1. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 24/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAW6A48	275710S000010515	23/05/2026	60503	R$ 293,47
ACY2319	275710S000010473	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AEE4I14	275710S000010461	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AEF4F78	275710S000010464	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AEI8C29	275710S000010493	23/05/2026	60503	R$ 293,47
AGI0H24	275710S000010420	19/05/2026	56732	R$ 130,16
AHT1E91	275710S000010612	31/05/2026	60503	R$ 293,47
AHW6G94	275710S000010509	23/05/2026	56732	R$ 130,16
AIE9354	275710S000010535	25/05/2026	60503	R$ 293,47
AJC4G99	275710S000010529	24/05/2026	60503	R$ 293,47
AJR0H69	275710S000010426	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AKG3E71	275710S000010590	29/05/2026	60503	R$ 293,47
AKQ6528	275710S000010599	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AMO2G11	275710S000010525	25/05/2026	60503	R$ 293,47
AMR2907	275710S000010466	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AMR5964	275710S000010540	26/05/2026	60503	R$ 293,47
AMU9J85	275710S000010568	26/05/2026	60503	R$ 293,47
ANO1H22	275710S000010424	19/05/2026	60503	R$ 293,47
ANU8E74	275710S000010522	25/05/2026	60503	R$ 293,47
AOT4623	275710S000010547	26/05/2026	60503	R$ 293,47
AOU9A79	275710S000010621	30/05/2026	56732	R$ 130,16
AQK4361	275710S000010579	28/05/2026	60503	R$ 293,47
AQX2654	275710S000010472	22/05/2026	60503	R$ 293,47
ARB8723	275710S000010445	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ARV4541	275710S000010569	26/05/2026	60503	R$ 293,47
ASI0B39	275710T000007759	28/05/2026	55417	R$ 195,23
ASK5J55	275710S000010499	23/05/2026	60503	R$ 293,47
ASV3E15	275710S000010639	31/05/2026	56732	R$ 130,16
ATH4J62	275710S000010549	26/05/2026	60503	R$ 293,47
ATN0369	275710S000010504	23/05/2026	56732	R$ 130,16
AUE0C34	275710S000010536	25/05/2026	60503	R$ 293,47
AUZ0D06	275710S000010444	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AVR7D76	275710S000010607	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AVT1F93	275710S000010514	23/05/2026	60503	R$ 293,47
AVV4733	275710S000010448	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AWU8F74	275710S000010608	30/05/2026	60503	R$ 293,47
AXA9I20	275710S000010517	23/05/2026	60503	R$ 293,47
AXH0B94	275710S000010566	28/05/2026	60503	R$ 293,47
AXH0B94	275710S000010554	27/05/2026	60503	R$ 293,47
AXK2H09	275710S000010442	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AYZ6D68	275710S000010497	22/05/2026	56732	R$ 130,16
AZI0I46	275710S000010520	24/05/2026	60503	R$ 293,47
BAP6I80	275710S000010617	30/05/2026	60503	R$ 293,47
BAY4143	275710S000010553	26/05/2026	60503	R$ 293,47
BBI0412	275710S000010567	26/05/2026	60503	R$ 293,47
BBI0J30	275710S000010457	21/05/2026	60503	R$ 293,47
BBK3A49	275710S000010516	23/05/2026	60503	R$ 293,47
BBT8J72	275710S000010634	31/05/2026	60503	R$ 293,47
BBX4G65	275710S000010437	19/05/2026	60503	R$ 293,47
BCD8145	275710S000010602	30/05/2026	60503	R$ 293,47
BDF2J50	275710S000010519	24/05/2026	60503	R$ 293,47
BDH3B77	275710S000010469	22/05/2026	60503	R$ 293,47
BDM6A79	275710S000010508	23/05/2026	60503	R$ 293,47
BHO1794	275710T000007755	28/05/2026	55500	R$ 130,16
BZE1H23	275710T000007859	26/05/2026	50100	R$ 880,41
CTR5D33	275710S000010592	29/05/2026	60503	R$ 293,47

DAL6572	275710S000010550	26/05/2026	56732	R$ 130,16
EDB6C41	275710S000010627	30/05/2026	60503	R$ 293,47
EMR0G33	275710S000010518	24/05/2026	60503	R$ 293,47
ESY5I23	275710S000010600	30/05/2026	56732	R$ 130,16
EXL9D35	275710S000010596	29/05/2026	60503	R$ 293,47
FCN6D93	275710S000010606	30/05/2026	60503	R$ 293,47
FDL5J81	275710S000010604	30/05/2026	60503	R$ 293,47
FLQ9C34	275710S000010574	28/05/2026	56732	R$ 130,16
FMA8D63	275710S000010583	26/05/2026	60503	R$ 293,47
FOV4H50	275710S000010455	21/05/2026	60503	R$ 293,47
FTJ0B00	275710S000010609	31/05/2026	56732	R$ 130,16
FZB8C55	275710S000010485	23/05/2026	60503	R$ 293,47
GJK1J00	275710S000010498	23/05/2026	60503	R$ 293,47
HAX7J30	275710T000003557	27/05/2026	55411	R$ 195,23
HNA2C54	275710S000010586	28/05/2026	60503	R$ 293,47
HQM3H44	275710S000010438	19/05/2026	56732	R$ 130,16
HRY4682	275710S000010591	29/05/2026	60503	R$ 293,47
HSF7377	275710S000010597	29/05/2026	60503	R$ 293,47
IIH6E66	275710S000010632	31/05/2026	60503	R$ 293,47
ILU2C61	275710S000010496	22/05/2026	60503	R$ 293,47
IMF6J92	275710S000010425	19/05/2026	60503	R$ 293,47
INE0E75	275710S000010481	23/05/2026	60503	R$ 293,47
IRJ3693	275710S000010491	23/05/2026	60503	R$ 293,47
ISK7D35	275710S000010628	30/05/2026	60503	R$ 293,47
IWF5D01	275710S000010470	22/05/2026	60503	R$ 293,47
JBB1E97	275710S000010637	31/05/2026	60503	R$ 293,47
JGN3852	275710S000010430	19/05/2026	60503	R$ 293,47
JKI5C71	275710S000010524	25/05/2026	60503	R$ 293,47
JZE6A66	275710S000010459	21/05/2026	60503	R$ 293,47
JZZ0D52	275710S000010482	23/05/2026	60503	R$ 293,47
KWA3J07	275710S000010541	26/05/2026	60503	R$ 293,47
LLG6C09	275710T000007858	26/05/2026	67930	R$ 293,47
LNJ2F90	275710S000010629	30/05/2026	60503	R$ 293,47
MCK4003	275710S000010450	21/05/2026	60503	R$ 293,47
MFU2689	275710S000010613	31/05/2026	60503	R$ 293,47
MIY1F01	275710S000010572	27/05/2026	60503	R$ 293,47
MTQ9H11	275710S000010556	27/05/2026	60503	R$ 293,47
NJH7G73	275710S000010452	21/05/2026	60503	R$ 293,47
NLG9A03	275710S000010495	22/05/2026	60503	R$ 293,47
NRN7402	275710S000010626	30/05/2026	56732	R$ 130,16
NRP6G52	275710S000010601	30/05/2026	60503	R$ 293,47
OAM7A61	275710S000010429	19/05/2026	60503	R$ 293,47
ONB6J47	275710S000010558	27/05/2026	60503	R$ 293,47
OOG8D60	275710S000010548	26/05/2026	60503	R$ 293,47
OOJ8H65	275710S000010453	21/05/2026	60503	R$ 293,47
OOK1D45	275710S000010512	23/05/2026	60503	R$ 293,47
OOQ1103	275710S000010423	19/05/2026	60503	R$ 293,47
OWK6A45	275710T000006405	26/05/2026	51930	R$ 293,47
OZR4A03	275710S000010477	22/05/2026	60503	R$ 293,47
PBJ8H98	275710S000010610	31/05/2026	60503	R$ 293,47
PHW4I14	275710S000010471	22/05/2026	60503	R$ 293,47
QAA9D48	275710S000010615	29/05/2026	60503	R$ 293,47
QAE7390	275710S000010585	27/05/2026	60503	R$ 293,47
QAJ1B12	275710S000010511	23/05/2026	60503	R$ 293,47
QAJ7J29	275710S000010588	29/05/2026	60503	R$ 293,47
QAR0B97	275710S000010432	19/05/2026	60503	R$ 293,47
QAW7C39	275710S000010605	30/05/2026	60503	R$ 293,47
QAY1G57	275710S000010562	28/05/2026	60503	R$ 293,47
QIJ8I88	275710S000010561	28/05/2026	60503	R$ 293,47
QJP4672	275710S000010578	28/05/2026	60503	R$ 293,47
QLC0819	275710S000010544	26/05/2026	60503	R$ 293,47
QPN8D23	275710S000010436	19/05/2026	60503	R$ 293,47
QUD8D12	275710S000010587	28/05/2026	60503	R$ 293,47
RAA0C56	275710S000010543	26/05/2026	60503	R$ 293,47
RAC5I27	275710S000010483	23/05/2026	60503	R$ 293,47
RHP3B57	275710S000010616	30/05/2026	60503	R$ 293,47
RHT3H81	275710S000010575	28/05/2026	60503	R$ 293,47
RHU1E98	275710S000010563	28/05/2026	60503	R$ 293,47
RLP1D32	275710S000010451	21/05/2026	60503	R$ 293,47
RWD3I78	275710S000010614	31/05/2026	60503	R$ 293,47
RWH9A69	275710S000010594	29/05/2026	60503	R$ 293,47
SDV8I78	275710S000010565	28/05/2026	60503	R$ 293,47
SEB4I83	275710S000010467	22/05/2026	60503	R$ 293,47
SEK1H18	275710S000010463	22/05/2026	60503	R$ 293,47
SET6F36	275710S000010528	24/05/2026	60503	R$ 293,47
SEX1A57	275710S000010462	21/05/2026	60503	R$ 293,47
SEZ4G15	275710S000010502	23/05/2026	56732	R$ 130,16
SFB3C28	275710S000010623	30/05/2026	60503	R$ 293,47
SLY6A35	275710S000010486	23/05/2026	60503	R$ 293,47
SML1A74	275710S000010456	21/05/2026	60503	R$ 293,47
SML4A95	275710S000010454	21/05/2026	60503	R$ 293,47
SQH4F00	275710S000010465	22/05/2026	60503	R$ 293,47
SUN7A83	275710T000007756	28/05/2026	54522	R$ 195,23
TAJ9J83	275710S000010458	21/05/2026	60503	R$ 293,47
TAM1F29	275710S000010433	19/05/2026	60503	R$ 293,47
TAX6E79	275710T000006226	27/05/2026	55411	R$ 195,23

TBN9B80	275710S000010619	30/05/2026	60503	R$ 293,47
TBO1B22	275710S000010559	27/05/2026	60503	R$ 293,47
TBU2C10	275710S000010490	23/05/2026	60503	R$ 293,47
TPR7B55	275710S000010595	29/05/2026	60503	R$ 293,47
UAU6E36	275710S000010636	31/05/2026	60503	R$ 293,47
UAU6G99	275710S000010624	30/05/2026	56732	R$ 130,16
UAZ4F41	275710S000010576	28/05/2026	60503	R$ 293,47
UBE4I01	275710S000010527	24/05/2026	60503	R$ 293,47
UBN2H02	275710S000010478	22/05/2026	60503	R$ 293,47
UBR7H64	275710S000010507	23/05/2026	56732	R$ 130,16

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:43929E5C

PROJUR

4. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA EM DECORRÊNCIA DE COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 24/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
APA3J25	275710S000010526	24/05/2026	56732	
APJ5H58	275710S000010551	26/05/2026	56732	
ARV7F52	275710S000010503	23/05/2026	56732	
AZU0J60	275710S000010505	23/05/2026	56732	
BAQ8C13	275710S000010532	25/05/2026	56732	04297980088
BYX0B93	275710S000010523	25/05/2026	56732	
FWW7251	275710S000010510	23/05/2026	56732	

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 05/08/2026 09:01 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:D5E1E2BA

PROJUR

8. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 14/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AOL6C15	275710NIC0001551	07/07/2026	50020
ARS7B87	275710NIC0001567	07/07/2026	50020
AVR3H58	275710NIC0001548	07/07/2026	50020
BAZ0B58	275710NIC0001574	10/07/2026	50020
BDG9J08	275710NIC0001576	10/07/2026	50020
CSE8B97	275710NIC0001559	07/07/2026	50020
FCH5I81	275710NIC0001547	07/07/2026	50020
FIV2F44	275710NIC0001562	07/07/2026	50020
GFB9441	275710NIC0001563	07/07/2026	50020
IGP4404	275710NIC0001581	10/07/2026	50020
IVN7E84	275710NIC0001552	07/07/2026	50020
IWK5F15	275710NIC0001555	07/07/2026	50020
JAY1B12	275710NIC0001580	10/07/2026	50020
MIA5E83	275710NIC0001556	07/07/2026	50020
NRU6H72	275710NIC0001549	07/07/2026	50020
NRU6H72	275710NIC0001569	10/07/2026	50020
NRU6H72	275710NIC0001575	10/07/2026	50020
QIC0A09	275710NIC0001570	10/07/2026	50020
QIK3F53	275710NIC0001557	07/07/2026	50020
QIW9B51	275710NIC0001558	07/07/2026	50020
QPH9J36	275710NIC0001550	07/07/2026	50020
QTL0A16	275710NIC0001578	10/07/2026	50020
RHA4B65	275710NIC0001568	07/07/2026	50020
RHG9I05	275710NIC0001573	10/07/2026	50020
RHV2F20	275710NIC0001546	07/07/2026	50020
SFA5F58	275710NIC0001579	10/07/2026	50020
SFF6J66	275710NIC0001572	10/07/2026	50020
SMB2D31	275710NIC0001553	07/07/2026	50020
SXO2F72	275710NIC0001554	07/07/2026	50020
TAU9B95	275710NIC0001545	07/07/2026	50020

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 31/07/2026 08:11 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:F775AF38

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 56/2026

Em cumprimento do dispositivo no Art. 11 da Lei nº 1532/2015 com alteração através da Lei 1.973/2023, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Igor Carvalho da Silva Ramos	Lavador/Lubrificador	Cornélio Procópio e Londrina	30, 31/07, 03 e 04/08/2026	Visita às empresas Bosh Diesel Service – Coprodiesel – Bombas Injetoras – PESA Cat	R$ 240,00
Cleberson Eder da Costa	Motorista	Londrina	26/07/2026	Visita a Penitenciária Estadual	R$ 60,00
Odair José de Souza	Motorista	Cornélio Procópio	27 a 31/07/2026	Transporte de universitários	R$ 300,00
Matheus Carvalho	Motorista	Bandeirantes	23, 28, 29, 30 e 31/07/2026	Transporte de universitários	R$ 150,00
Amanda Milena Ribeiro	Assistente Social	Cornélio Procópio	07/08/2026	Participar de capacitação geral da rede de proteção a criança e ao adolescente	R$ 72,50
Fabiana Cristina dos Anjos	Conselheiro Tutelar	Cornélio Procópio	07/08/2026	Participar de capacitação geral da rede de proteção a criança e ao adolescente	R$ 72,50
Gislaine Maria Munhoz Neves	Conselheiro Tutelar	Cornélio Procópio	07/08/2026	Participar de capacitação geral da rede de proteção a criança e ao adolescente	R$ 72,50
Patrícia Soares	Conselheiro Tutelar	Cornélio Procópio	07/08/2026	Participar de capacitação geral da rede de proteção a criança e ao adolescente	R$ 72,50

Edifício do Município de Itambaracá-PR, 05 de agosto de 2026.

Publicado por:
Julio Cesar Dias
Código Identificador:38685265

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO 132/2026

Decreto n° 132/2026 de 13/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Município de Ivaí, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1565/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 475.987,99 (quatrocentos e setenta e cinco mil e novecentos e oitenta e sete reais e noventa e nove centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04		SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.001		DIVISÃO DE FINANÇAS	
04.001.04.123.0403.2.009		Atividades da Divisão de Tesouraria	
37 - 3.1.90.91.00.00	3000	SENTENÇAS JUDICIAIS	50,000.00
38 - 3.3.30.93.00.00	3846	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	58,931.64
38 - 3.3.30.93.00.00	846	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	18,527.71
06		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.361.1201.2.023		Manutenção do Ensino Fundamental - Recursos FUNDEB	
77 - 3.1.90.11.00.00	0	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	145,000.00
78 - 3.1.90.13.00.00	0	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	28,000.00
06.001.12.361.1201.2.024		Manutenção do Ensino Fundamental - Outros Recursos	
85 - 3.3.90.14.00.00	3000	DIÁRIAS - CIVIL	10,000.00
09		SECRETARIA DE PROMOÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL	
09.001		DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.001.08.244.0801.2.056		Atividades da Promoção Social	
189 - 3.1.90.11.00.00	0	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	41,000.00
190 - 3.1.90.13.00.00	0	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	7,000.00
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.002.08.245.0801.2.068		Bloco Da Proteção Social Básica	
253 - 3.1.90.11.00.00	0	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	37,000.00
254 - 3.1.90.13.00.00	0	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6,500.00
10		SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERV URBANOS	
10.001		DIVISÃO DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	
10.001.15.451.1501.1.079		Pavimentação e Recapeamento de Vias Urbanas	
305 - 4.4.90.51.00.00	3842	OBRAS E INSTALAÇÕES	62,908.61
305 - 4.4.90.51.00.00	842	OBRAS E INSTALAÇÕES	11,120.03
Total Suplementação:			475,987.99

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Fonte	
3842 - Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - (Inciso II do Art. 166-A d	62,908.61
3000 - Recursos Ordinários (Livres) - (Superávit)	10,000.00
3000 - Recursos Ordinários (Livres) - (Superávit)	50,000.00
3846 - PARANÁ MAIS CIDADES III PPMC III CALCÁRIO	58,931.64
Total da Fonte:	181,840.25

Art 3º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
10		SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERV URBANOS	
10.002		DIVISÃO RODOVIÁRIA MUNICIPAL	
10.002.26.782.2601.1.089		Manutenção de Rede de Estradas Municipais	
327 - 3.3.90.30.00.00	0	MATERIAL DE CONSUMO	264,500.00
Total Redução:			264,500.00

Art 4º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.02 Remuneração de Depósitos Bancários - Vinculados - Fonte: 842	11,120.03
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.02 Remuneração de Depósitos Bancários - Vinculados - Fonte: 846	18,527.71
Total da Receita:	29,647.74

Art 5º - Este Decreto entrará em vigor nesta data e será publicado, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Município de Ivaí, Estado do PR, em 13 de Julho de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal de Ivaí PR

Publicado por:
Fabio Jose Graniska
Código Identificador:F801CA43

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA Nº. 021/2026-PMI

CONTRATO Nº. 093/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **JOTAGE CREATIVE INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA, inscrita no CNPJ n° 20.147.887/0001-52.**
OBJETO: **Contratação de Fornecimento de uniformes para fanfarra.**
FISCAL DESIGNADO: **Claudete Ghelere dos Santos, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Luciane Grazielli Lopes Vercezi, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura**

Item	Unid.	Qtd.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	Und.	60	CORPO MUSICAL - TÚNICA comprimento na altura do quadril, sem forro, recortes conforme opção do demandante, modelo unissex, gola estilo padre com aplicação dupla de entretela (maior durabilidade e fácil manutenção/não será aceito o uso de E.V.A.), cavas largas para melhor caimento e movimentação, mangas retas e barras pespontadas. Acabamento conforme especificações detalhes. - Tecido: Work (Tecido Oxford Work 180 mg/m², 100% poliéster. Executado em corte de precisão, enfesto lâmina vertical, finalização de desfio com interlock e overlock; costuras em máquina reta, linhas 07, agulhas #14. Acabamento fita gorgurão 10mm e viés 2,5 cm. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS: NÃO SERÁ ADMITIDO NA CONFECÇÃO DESTE UNIFORME USO DE TECIDO POR DUBLAGEM TÉRMICA, POR QUESTÕES DE MANUTENÇÃO E DURABILIDADE; NÃO SERÁ ACEITO O USO DE E.V.A; O NÃO CUMPRIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES ACARRETARÁ EM RECUSA DO MATERIAL OU DESCLASSIFICAÇÃO DO 486,34 29.180,40 2 FORNECEDOR. PARA LICITAÇÃO OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA E APRESENTAÇÃO DE LAUDO DO TECIDO OXFORD 180G/M² CONFORME ESPECIFICAÇÕES: • GRAMATURA: Norma ABNT 10591/2008, tolerância de 10%; FIOS POR UNIDADE DE COMPRIMENTO: ABNT NBR 10588/2015, tolerância 10%; RESISTÊNCIA AO RASGO: ASTM D2261/2013/2017, tolerância 10%; ESGARÇAMENTO: Tolerância de 10% ABNT NBR 9925/2009.) - Detalhes: Possibilidade de Bordado personalizado 10x10cm em máquina industrial, ideal para logotipos menores, Dragona estruturada em TNT, dupla, sobreposta, revestida em tecido; com detalhes e franjas. Não aceito o uso de E.V.A. na confecção deste item, acabamento em galão / viés metálico. Botões Metalizado, 20mm, Aplicação de vivo ou viés no acabamento., Aplicação de galões metalizados, fitas e viés nas partes da frente e mangas, Ombreiras em espuma 25mm, revestida em tecido e overlocada. Manga uma cor com detalhes em galão. Aplicação de faixas arabescos em recortes máquina à laser. Abertura/fechamento através de zíper destacável. uma calça unissex, cós confeccionado em elástico rebatido, pernas retas com barra pespontada, opcional detalhe lateral. Acompanha cabide em PVC e capa em TNT. Cores e tamanhos a definir pelo demandante. Não está incluso cobertura ou calçados nesse item. Dragona estruturada em TNT, dupla, sobreposta, revestida em tecido; com detalhes e franjas. Não aceito o uso de E.V.A. na confecção deste item, acabamento em galão / viés metálico. - Complexidade: Grau 5.	486,34	29.180,40
2	Und.	5	Porta Bandeira - TÚNICA comprimento na altura do quadril, sem forro, recortes conforme opção do demandante, modelo unissex, gola estilo padre com aplicação dupla de entretela (maior durabilidade e fácil manutenção/não será aceito o uso de E.V.A.), cavas largas para melhor caimento e movimentação, mangas retas e barras pespontadas. Acabamento conforme especificações detalhes. - Tecido: Work (Tecido Oxford Work 180 mg/m², 100% poliéster. Executado em corte de precisão, enfesto lâmina vertical, finalização de desfio com interlock e overlock; costuras em máquina reta, linhas 07, agulhas #14. Acabamento fita gorgurão 10mm e viés 2,5 cm. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS: NÃO SERÁ ADMITIDO NA CONFECÇÃO DESTE UNIFORME USO DE TECIDO POR DUBLAGEM TÉRMICA, POR QUESTÕES DE MANUTENÇÃO E DURABILIDADE; NÃO SERÁ ACEITO O USO DE E.V.A; O NÃO CUMPRIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES ACARRETARÁ EM RECUSA DO MATERIAL OU DESCLASSIFICAÇÃO DO 536,34 2.681,70 3 FORNECEDOR. PARA LICITAÇÃO OBRIGATÓRIO APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA E APRESENTAÇÃO DE LAUDO DO TECIDO OXFORD 180G/M² CONFORME ESPECIFICAÇÕES: • GRAMATURA: Norma ABNT 10591/2008, tolerância de 10%; FIOS POR UNIDADE DE COMPRIMENTO: ABNT NBR 10588/2015, tolerância 10%; RESISTÊNCIA AO RASGO: ASTM D2261/2013/2017, tolerância 10%; ESGARÇAMENTO: Tolerância de 10% ABNT NBR 9925/2009.) - Detalhes: Possibilidade de Bordado personalizado 10x10cm em máquina industrial, ideal para logotipos menores. Botões Metalizado, 20mm. Aplicados, acabamento Dragona estruturada em TNT, dupla, sobreposta, revestida em tecido; com detalhes e franjas. Não aceito o uso de E.V.A. na confecção deste item, acabamento em galão / viés metálico. Não aceito o uso de E.V.A. na confecção deste item., Ombreiras em espuma 25mm, revestida em tecido e	536,34	2.681,70

			overlocada. Aplicação de strass, uma calça unissex, cós confeccionado em elástico rebatido, pernas retas com barra pespontada, opcional detalhe lateral. Acompanha cabide em PVC e capa em TNT. Cores e tamanhos a definir pelo demandante. Não está incluso cobertura ou calçados nesse item., - Complexidade: Grau 5		
3	Und.	3	BALIZA VESTIDO sendo um collant de perninha como base e saia sobreposta, adornado com arabescos à laser, pedrarias, recortes diversos, partes em tela nude, partes em tecido paetê, mangas longas e/ou curtas, abertura/fechamento através de zíper invisível posterior. Acabamento delicado. - Tecido: OUTROS - Detalhes: Aplicação de strass, Aplicação de faixas arabescos ou nós chineses recortes máquina à laser, Aplicação de galões metalizados, fitas e viés nas partes da frente e mangas, Abertura/fechamento através de zíper invisível. - Complexidade: Grau 6	806,34	2.419,02
4	Und.	5	Bota cano longo CR Shoes, couro sintético, sola borracha totalmente flexível, salto 2,0cm, forro interno, fechamento lateral com zíper - Material: Couro sintético, sola borracha, forro interno, zíper lateral - Dimensões: Cano longo até joelho, salto 2,0cm, numeração 33 a 46 - Construção: Construção cano longo, zíper lateral, sola colada - Inclui: Bota completa com zíper lateral.	266,34	1.331,70
5	Und.	3	BOTA de JAZZ: Em couro sintético cano médio amarrado com cadarço. Sola reforçada. CORES E TAMANHOS A DEFINIR.	226,34	679,02
6	Und.	65	Quepe modelo Jaú em estrutura PVC rígido 2mm, revestido em napa ou veludo, pala em PVC com verniz brilhante, perfis dourados, jugular regulável. Tamanhos 54 a 62, pala termo formada - Material: PVC rígido 2mm, napa ou veludo, verniz brilhante, perfis dourados - Construção: Estrutura moldada em PVC, revestimento colado, pala termo formada - Inclui: Jugular regulável, brasão bordado com clave de sol ou lira.	166,34	10.812,10
7	Und.	60	Sapato estilo mocassim, couro sintético, sola borracha antiderrapante, salto 2,0-2,5cm, fechamento não aparente - Material: Couro sintético, sola borracha, forro interno - Dimensões: Salto 2,0-2,5cm, numeração 33 a 46 - Construção: Construção mocassim, costura reforçada, sola colada - Inclui: Sapato completo, sem acessórios adicionais.	131,34	7.880,40
8	Und.	1	ESTANDARTE EM ACRÍLICO, base em MDF, 3mm, com pintura em tinta automotiva e alças em alumínio para carregamento, frente e letreiros com fundo em acrílico, detalhes em acrílicos personalizados e metalizados, brasão impresso em vinil; Franjas e bandeiras a definir.	2406,34	2.406,34
9	Und.	3	Mastros Para Bandeira: Mastro Em Alumínio 28mm, Com 220 Cm, Dividido Em Duas Partes Com Ponteira De Bola Em Pvc Em Uma Extremidades E Ponteira De Borracha Na Outra	126,34	379,02
10	Und.	2	Bandeira Nacional e Estadual: Confeccionadas em processo de estamparia digital de alta resolução com tingimento completo do fio. Tarja reforçada na cor branca e ilhoses facilitam o hasteamento. Medindo 0,90 x 1,28. Produto conforme as normas ABNT NBR 16286:2019 e ABNT NBR 16287:2019 em tecido Qualiflag 100% poliéster. NÃO ACOMPANHA MASTRO E PONTEIRA.	286,34	572,68
11	Und.	1	Bandeiras Municipal: Confeccionadas em processo de estamparia digital de alta resolução com tingimento completo do fio. Tarja reforçada na cor branca e ilhoses facilitam o hasteamento. Medindo 0,90 x 1,28. Produto conforme as normas ABNT NBR 16286:2019 e ABNT NBR 16287:2019 em tecido Qualiflag 100% poliéster. NÃO ACOMPANHA MASTRO E PONTEIRA.	386,34	386,34
TOTAL					**49.390,00**

VALOR: **R$ 49.390,00 (quarenta e nove mil trezentos e noventa reais).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DE VIGÊNCIA: **05 de agosto de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **05 de novembro de 2026.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 05 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:C883B3E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 50 2026

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA							
Estado do Paraná							
Exercício: 2026							
TERMO DE DISPENSAD E LICITAÇÃO 50 / 2026							
DATA: 04/08/2026		**PROTOCOLO:** 92 / 2026		**PROCESSO:** 92			
CONTRATANTE							
MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA							
CONTRATADO(A)							
Fornecedor: SÉRGIO APOLINÁRIO GONÇALVES							
CNPJ: 02.632.978/0001-00		**Insc. Estadual:** 90164216-82					
Endereço: RUA DEP. BRANCO MENDES, Nº 51							
Bairro: CENTRO **Cidade:** Colorado - PR				**CEP:-**			
Telefone:							
OBJETO							
Aquisição de mobiliário corporativo (mesa diretor em L e cadeiras giratórias presidente e presidente com braços), destinado às dependências administrativas da Prefeitura Municipal de Jardim Olinda PR.							
JUSTIFICATIVA							
AUTORIZAR a contratação da empresa SERGIO APOLINÁRIO GONÇALVES - ME para Aquisição de mobiliário corporativo (mesa diretor em L e cadeiras giratórias presidente e presidente com braços), destinado às dependências administrativas da Prefeitura Municipal de Jardim Olinda PR, pelo valor de R$ 9.672,00 (nove mil seiscentos e setenta e dois reais) por DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade com o disposto no art. 75 inciso II, da Lei nº 14.133/21, nos termos constantes dos autos.							
DESPESA							
Programática		**Fonte**		**Descrição**			
0100104122010020024490520000		10000		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
0200104122020020224490520000		10000		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
ITEM(S)							
Lot	**Orde**	**Item**	**Descrição**	**Unidade**	**Qtde.**	**V. Unitário**	**V. Total**
1	1	32140	Cadeira Presidente alto padrão, mola ensacada, base e braços comados, nacional.	UN	1.00	1.942,00	1.942,00
1	2	32141	Cadeira Presidente giratória com braços, revestimento sintético, base giratória com cinco hastes	UN	3.00	960,00	2.880,00
1	3	32142	Mesa Diretor em L, tampo em MDF 40mm, gaveteiro com 04 gavetas e fechadura, caixa de tomada embutida	UN	1.00	4.850,00	4.850,00
						Total:	**9,672.00**
EMBASAMENTO LEGAL							
Nos termos da Lei nº 14.133/2021, conforme parecer jurídico.							

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:69A49307

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 107/2026 - PML

EXTRATO DO CONTRATO N° 107/2026– PML

DOCUMENTO: Dispensa de Licitação n°005/2026-PML

PARTES: Município de Loanda e a empresa Smarapd Informática Ltda

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresa para confecção de carnês de IPTU e TAXAS, com as especificações técnicas, quantitativo, valores e dados da empresa, dados bancários, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Finanças e Administração do Município de Loanda-PR.

VALOR CONTRATUAL: O valor total da contratação é de R$ 5.280,00 (cinco mil e duzentos e oitenta reais), conforme tabela a seguir:

Item	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DE IMPRESSÃO A LASER DO IPTU EXERCÍCIO 2027 DE APROXIMADAMENTE 13.200 CARNÊS, COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: MODELO AUTO-ENVELOPAMENTO A3, EMISSÃO DE CARNÊ DE IPTU (13.200 UNIDADES) COMPOSTO DE GUIA DE RECOLHIMENTO TAMANHO A3 (29,7X42CM) FORMATO ABERTO (9,9X21CM) FORMATO FECHADO – GRAMATURA MÍNIMA DO PAPEL 90 GR/M², IMPRESSÃO FACE EXTERNA COLORIDA 4X1 CORES, SENDO QUE NO LADO INTERNO A IMPRESSÃO SERÁ PRETO/BRANCO – (CÓDIGO DE BARRAS BLOQUETO REGISTRADO), (SENDO 2 COTAS ÚNICAS E 7 PARCELAS) – FORNECIMENTO DE PAPEL OFFSET 90GR PELO PROPONENTE – AUTO ENVELOPAMENTO (DOBRA, COLA E SERERILHA NAS LATERAIS), A PREFEITURA FORNECERÁ O ARQUIVO NO FORMATO TXT, CABENDO À EMPRESA VENCEDORA A CONVERSÃO EM PDF PARA IMPRESSÃO COM DADOS VARIÁVEIS E CÓDIGO DE BARRAS.	UN	13.200	0,40	5.280,00

PRAZO DE EXECUÇÃO: A Contratada deverá disponibilizar ao Município no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis o arquivo digital contendo no mínimo 100 (cem) carnês de forma aleatória, contendo 50 (cinquenta) imposto predial e 50 (cinquenta) imposto territorial, para fins de homologação do código de barras. Caso não seja homologado a Contratada deverá fazer a correção imediatamente e reenviar ao Município novamente para que seja solicitado novamente a homologação do código de barras. A Contratada deverá ser responsável pela correção dos arquivos quantas vezes for necessário até a confirmação pela entidade arrecadadora. Desenvolvimento e Criação de Conteúdo: A empresa contratada será responsável pelo desenvolvimento completo e pela criação artística do conteúdo a ser impresso. Isso inclui, mas não se limita a criação de textos, design gráfico, ilustrações e quaisquer outros elementos necessários para a elaboração do material impresso. Aprovação do Conteúdo: O conteúdo desenvolvido deverá ser submetido para aprovação da Secretaria Municipal de Finanças e Administração antes da impressão. A empresa contratada deverá realizar as alterações necessárias com base nas observações e solicitações feitas pela contratante. Responsabilidade pela Qualidade: A empresa contratada será responsável pela qualidade final do conteúdo, garantindo que o material impresso esteja de acordo com as especificações técnicas e estéticas exigidas no presente edital, bem como com as normas e padrões aplicáveis.
Os objetos da presente Dispensa de Licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Finanças e Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a confirmação da homologação do código de barras pela entidade arrecadadora.
A entrega será formalizada através de instrumento contratual, emitido pela Secretaria solicitante.
Todas as despesas necessárias para entrega dos objetos solicitados serão por conta da empresa Contratada.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantagem para a Administração e observados os requisitos legais.

FORO: Comarca de Loanda – PR.

Loanda-Pr, 31 de julho de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

IVAN APARECIDO JÚLIO
Smarapd Informática LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:B43B1CDA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2026

ESTADO DO PARANÁ	DISPENSA DE LICITAÇÃO	
PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO		
Rua Antonio Coletto, 1260 - Centro - Lobato	**Nr.: 26/2026**	
CEP: 86790-000 CNPJ: 76.970.367/0001-08 Telefone: (44) 3249-1414	**Processo Adm.:**	**63/2026**
E-mail: contato@lobato.pr.gov.br Site: http://www.lobato.pr.gov.br	**Data do Processo:**	**28/07/2026**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	63/2026
b) Nr. Licitação:	26/2026 - DL
c) Modalidade:	Dispensa de licitação
d) Data de Homologação:	05/08/2026
e) Objeto da Licitação:	*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE PARQUE DE DIVERSÕES DESTINADO À 26° FESTA DA LEITOA NO TACHO QUE ACONTECERÁ NO PARQUE DE RODEIO DE LOBATO NOS DIAS 14,15 E 16 DE AGOSTO DE 2026 NO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR, COM RECURSOS PROVENIENTES DA SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETU, POR MEIO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 0437/2026.*

Participante: FLINN DIVERSOES PARK LTDA (09.301.505/0001-60)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Locação de parque de diversões itinerante para funcionamento durante 15 (quinze) horas, distribuídas em 03 (três) dias consecutivos, compreendendo os dias 14, 15 e 16 de agosto de 2026, em atendimento à 26ª Festa da Leitoa no Tacho do Município de Lobato/PR, composto por 13 (treze) brinquedos e 01 (um) ambiente instagramável, conforme especificações abaixo: 01 (um) Space Loop: brinquedo sobre carreta produzido em aço, escadas e plataformas em alumínio com corrimãos metálicos, iluminação em LED, gaiola fechada e bancos com travas de segurança individuais, com capacidade mínima para 20 (vinte) pessoas; 01 (um) Barco Pirata: brinquedo sobre carreta produzido em estrutura metálica, escadas e plataformas em alumínio, corrimãos metálicos, cintos de segurança individuais, iluminação em LED e capacidade mínima para 20 (vinte) pessoas; 01 (uma) Roda Estrela: brinquedo produzido sobre carreta em estrutura de aço, plataformas em alumínio, grades de proteção metálicas, iluminação colorida, contendo 10 (dez) cadeiras com capacidade para 02 (duas) pessoas cada, totalizando capacidade mínima para 20 (vinte) pessoas; 01 (um) Minhocão: brinquedo produzido em estrutura metálica e fibra, plataformas em alumínio, grades de proteção em todo o entorno e capacidade mínima para 14 (quatorze) pessoas; 01 (um) Comboio: brinquedo infantil contendo 05 (cinco) vagões produzidos em fibra, com capacidade para 04 (quatro) crianças por vagão, totalizando capacidade mínima para 20 (vinte) crianças; 01 (um) Calhambeque: brinquedo infantil contendo 05 (cinco) veículos produzidos em fibra, com capacidade para 02 (duas) crianças por veículo, totalizando capacidade mínima para 10 (dez) crianças; 01 (um) Carrossel Fusca: brinquedo infantil contendo 05 (cinco) veículos produzidos em fibra, com capacidade para 04 (quatro) crianças por veículo, totalizando capacidade mínima para 20 (vinte) crianças; 01 (um) Carrossel Jipe: brinquedo infantil contendo 05 (cinco) veículos produzidos em fibra, com capacidade para 02 (duas) crianças por veículo, totalizando capacidade mínima para 10 (dez) crianças; 01 (uma) Cama Elástica Gigante: brinquedo contendo 04 (quatro) áreas de salto independentes, com capacidade mínima para 04 (quatro) crianças simultaneamente; 02 (duas) Camas Elásticas Redondas: brinquedos com capacidade mínima para 03 (três) crianças cada; 02 (dois) Tobogãs Infláveis: brinquedos confeccionados em lona de alta resistência, com capacidade mínima para 03 (três) crianças cada; 01 (um) Ambiente Instagramável composto por esculturas decorativas e bancos temáticos produzidos em fibra de vidro, destinados à interação e registro fotográfico gratuito dos visitantes. A contratação deverá incluir transporte, montagem, instalação, operação, manutenção preventiva e corretiva, desmontagem, disponibilização de monitores individuais para cada brinquedo, gerador de energia elétrica, Laudo Técnico de Segurança com ART ou documento equivalente, Laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiros, Alvará de Funcionamento e demais licenças e documentos necessários para o regular funcionamento do parque de diversões durante todo o período do evento.	1,000	UN	60.000,00	60.000,00
				Total do Participante:	**60.000,00**
				Total Geral:	**60.000,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção da Divisão de Eventos, Lazer e Turismo	10.003.23.695.0019.2059.3.3.90.39.00	R$ 65.033,00

Lobato, 05 de Agosto de 2026

FABIO CHICAROLI
Prefeito

Assinatura do Responsável

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:D13F1EB8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 135/2026 - CONCEDE LICENÇA ESPECIAL (LICENÇA PRÊMIO) A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 135/2026

Súmula: Concede Licença Especial (Licença Prêmio) a servidor público municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Concede ***Licença Especial (Licença Prêmio)***, a servidor público municipal abaixo elencado, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, ocupante do respectivo cargo, a saber:

SERVIDOR	ADMISSÃO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
10415 SOLIMAR APARECIDA BAHIA DE CERQUEIRA DA SILVA	25/02/2008	GARI	01/01/2019	À	31/12/2023	10/08/2026	À	29/08/2026

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao quinto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (05/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:96D546DC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 137/2026 - CONCEDE LICENÇA ESPECIAL (LICENÇA PRÊMIO) A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 137/2026

Súmula: Concede Licença Especial (Licença Prêmio) a servidor público municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Concede ***Licença Especial (Licença Prêmio)***, a servidor público municipal abaixo elencado, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, ocupante do respectivo cargo, a saber:

SERVIDOR	ADMISSÃO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
95039 ELEN SEGALI	01/04/2015	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	01/01/2019	À	31/12/2023	10/08/2026	À	08/10/2026

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao quinto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (05/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:3E55A167

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL

Na publicação do Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP, Edição n.º 3587, de 04 de agosto de 2026, Páginas n.º 551, 552, 553, 554 e 555, sob código identificador n.º 180CF774, relativo ao TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 14/2026, PROCESSO N.º 51/2026, DATADO DE 14/05/2026, REFERENTE AO OBJETO "CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA", em que constou erro material na quantidade e valor total dos participantes vinculados abaixo, os quais se corrige por meio desta:

1) ONDE SE LÊ:
(...)
"Participante: Medical Prime Gestão de Serviços Médicos Ltda. - CNPJ: 43.403.587/0001-92

Item	Cota	Especificação	Quant	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	L	Prestação de Serviços Médicos Plantonista (Clinico geral) de 12 horas para o período diurno e noturno, nos dias úteis da semana, sábados, domingos e feriados, para atender a demanda do Hospital Municipal	408,000	UN	164,38	67.067,04
Total do Participante: 67.067,04						

(...)"

LEIA-SE:

(...)

Participante: Medical Prime Gestão de Serviços Médicos Ltda. - CNPJ: 43.403.587/0001-92

Item	Cota	Especificação	Quant	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	L	Prestação de Serviços Médicos Plantonista (Clinico geral) de 12 horas para o período diurno e noturno, nos dias úteis da semana, sábados, domingos e feriados, para atender a demanda do Hospital Municipal	420,000	UN	164,38	69.039.60
Total do Participante: 69.039,60						

(...)"

2) ONDE SE LÊ:

(...)

"Participante: Invictus Gestao em Saúde s/s Ltda. - CNPJ: 26.775.172/0001-20

Item	Cota	Especificação	Quant	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	L	Prestação de Serviços Médicos Plantonista (Clinico geral) de 12 horas para o período diurno e noturno, nos dias úteis da semana, sábados, domingos e feriados, para atender a demanda do Hospital Municipal	408,000	UN	164,38	67.067,04
Total do Participante: 67.067,04						

(...)"

LEIA-SE:

(...)

Participante: Invictus Gestao em Saúde s/s Ltda. - CNPJ: 26.775.172/0001-20

Item	Cota	Especificação	Quant	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	L	Prestação de Serviços Médicos Plantonista (Clinico geral) de 12 horas para o período diurno e noturno, nos dias úteis da semana, sábados, domingos e feriados, para atender a demanda do Hospital Municipal	420,000	UN	164,38	69.039.60
Total do Participante: 69.039,60						

(...)"

Mandirituba, 05 de agosto de 2026.

MICHAEL JOSIEL DA CRUZ
Agente de Contratação

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:237CF361

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO IN 16-2026 - CURSO LIDERANÇA

ESTADO DO PARANÁ **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA** Rua Augusto Dissenha, 44 - Centro - Mandirituba CEP: 83800-058 CNPJ: 76.105.550/0001-37 Telefone: (41) 3626-1122 E-mail: transparencia@mandirituba.pr.gov.br Site: https://www.mandirituba.pr.	**INEXIGIBLIDADE DE** **Nr.:** 16/2026 **Processo Adm:** 56/2026 **Data do Processo:** 04/05/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021, Art. 74, III.f e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR A PRESENTE LICITAÇÃO NESTES TERMOS:

a) Processo: 56/2026
b) Licitação: 16/2026 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 05/08/2026
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL SOBRE LIDERANÇA E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Participante: IMAGEM CAPACITACAO PROFISSIONAL LTDA - CNPJ: 05.134.005/0001-20 - Enquadrado como MPE/EPP

Item	Cota	Descrição	Qtd	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	L	CAPACITAÇÃO PRESENCIAL EM LIDERANÇA E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL, MINISTRADA POR PROFISSIONL COM NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO, INCLUINDO MATERIAL DIDÁTICO E CERTIFICAÇÃO	1,000	UN	8.900,00	8.900,00
Total do Participante: 8.900,00						

Total Geral: 8.900,00

02 - AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTA(S) DE EMPENHO CORRESPONDENTE(S):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GOVERNO	17.001.04.122.0002.2002.3.3.90.39.00	R$ 8.900,00

Mandirituba, 05 de Agosto de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:67BE229E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 25-2026

TERMO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO
Pregão - Eletrônico N° 25/2026
O Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis designada pela portaria n° 4380/2026 resolve:
ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação na modalidade de Pregão - Eletrônico n° 25/2026 referente à **Contratação de Empresa prestadora de serviços na área médica, para fornecimento de profissionais clínico geral para prestação de serviços em regime presencial de 40 horas semanais no PSF (programa saúde da família) na secretaria municipal de saúde de Manfrinópolis**, em favor das empresas conforme abaixo;

J J DE OLIVEIRA SERVIÇOS LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unid	Qtd	Preço	Preço total
1	1	Prestação de serviço profissional na área da medicina clínico geral em regime presencial de 08 horas diárias de segunda-feira a sexta-feira totalizando 40 horas semanais no PSF 01 (programa saúde da família) junto a Secretaria Municipal de Saúde de Manfrinópolis.	MÊS	12,00	7.900,00	94.800,00
TOTAL						94.800,00

Estando em conformidade com a ata de seção de Pregão - Eletrônico 25/2026 datada de 20/07/2026. A execução dos serviços objeto da presente licitação será de 12 Meses conforme solicitação, a partir da homologação, assinatura do contrato e emissão de ordem de serviços.
Manfrinópolis, 05/08/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:75697F63

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 26-2026

TERMO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO
Pregão - Eletrônico N° 26/2026
O Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis designada pela portaria n° 4380/2026 resolve:
ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação na modalidade de Pregão - Eletrônico n° 26/2026 referente à **Contratação de empresa para fornecimento de profissional para atuar no atendimento da pessoa idosa, com o objetivo de promover maior qualidade de vida, fortalecimento muscular, melhoria da mobilidade, equilíbrio e flexibilidade.**, em favor das empresas conforme abaixo;

LJ CONSULTORIA E ASSESSORIA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unid	Qtd	Preço	Preço total
1	1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços voltados ao atendimento da pessoa idosa, com o objetivo de promover qualidade de vida, fortalecimento muscular, melhora da mobilidade, equilíbrio, flexibilidade, coordenação motora, socialização e bem-estar físico, mental e emocional dos participantes. A empresa contratada deverá disponibilizar equipe técnica composta, no mínimo, por: ***•Profissional Bacharel em Educação Física habilitado(a) ou fisioterapeuta, responsável pelo planejamento e execução das atividades físicas;*** ***•Pedagogo(a), responsável pelo apoio às atividades socioeducativas, integração dos participantes e acompanhamento pedagógico das ações desenvolvidas;*** ***•Coordenador(a) com mestrado em qualquer área, responsável pela coordenação, supervisão, organização das atividades, acompanhamento da equipe técnica e interlocução com a Secretaria Municipal responsável.*** O(a) Profissional de Educação Física ou fisioterapeuta deverá elaborar e executar aulas de qualidade, respeitando as limitações e necessidades específicas da terceira idade, utilizando metodologia adequada e acompanhamento individualizado quando necessário. A equipe técnica deverá atuar de forma integrada, garantindo o desenvolvimento das atividades propostas, o acompanhamento dos participantes e o alcance dos objetivos estabelecidos pelo programa. Os profissionais deverão apresentar disponibilidade, comprometimento, pontualidade, responsabilidade e bom relacionamento interpessoal, garantindo atendimento humanizado, eficiente e adequado aos usuários do serviço. A carga horária para execução das atividades será de 40 (quarenta) horas mensais, distribuídas em 05 (cinco) horas diárias, 02 (duas) vezes por semana, conforme cronograma definido pela Secretaria responsável. São requisitos obrigatórios para contratação: •Formação compatível com a função exercida; •Registro profissional ativo, quando exigido por legislação específica; •Documentação pessoal e profissional regularizada; •Regularidade fiscal e trabalhista da empresa contratada; •Experiência comprovada ou aptidão para trabalho com pessoas idosas; •Comprometimento com a ética profissional, qualidade do atendimento e cumprimento das atividades contratadas. A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma contínua durante todo o período de vigência contratual, visando proporcionar aos idosos melhor condicionamento físico, maior autonomia, fortalecimento dos vínculos sociais, estímulo cognitivo e prevenção de limitações funcionais, contribuindo para o envelhecimento ativo e saudável. Carga Horária Mensal: 40 (quarenta) horas.	HORA	480,00	137,50	66.000,00
TOTAL						66.000,00

Estando em conformidade com a ata de seção de Pregão - Eletrônico 26/2026 datada de 27/07/2026. A execução dos serviços objeto da presente licitação será de 12 Meses conforme solicitação, a partir da homologação e assinatura do contrato.
Manfrinópolis, 05/08/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:6457B494

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0227/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0227/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS **LEI MUNICIPAL 704/2020 DE 13/05/2020**	**REQUISIÇÃO Nº 0227/2026**

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	AMARILDO ALVES CARNEIRO		**MATR.**	**1012222**
CARGO/FUNÇÃO	PREFEITO MUNICIPAL	**LOTAÇÃO:** SECRETÁRIA MUNICIPAL DO GABINETE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
	EFETIVO		**COMISSIONADO**		COROLLA CROSS
X	**AGENTE POLÍTICO**		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA:** TBU-9F02
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
INICIO	**FIM**				
03/08/2026	04/08/2026	CURITIBA	PR	PARA ; VISITA Á ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ , E VISITA AO SECID .	02

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	**X**

Manfrinópolis – Pr, em 03 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:8548B75B

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0225/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0225/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS **LEI MUNICIPAL Nº ; 704/2020 DE 13/02/2020**	**REQUISIÇÃO Nº 0225/2026**

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR					
SERVIDOR	VAGNER ERASMO CAPRA			**MATR.**	**8231**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLS	
VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		FIAT ARGO
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA UCA-9B12**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
07/07/2026	28/07/2026	PATO BRANCO ITAPEJARA DO OESTE	PR PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO .	03

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	**X**	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	
PACIENTES PATO BRANCO/PR ;			
LUIZ PAIS (DIA 07/07/2026) .			
SEBASTIÃO ZANARDI (DIA 23/07/2026) .			
LORENA KAIPER (DIA 28/07/2026) .			
PACIENTES ITAPEJARA DO OESTE/PR ;			

ICEU CIGERCI (DIA 14/07/2026) .
IOLANDA TOLEDO (DIA 20/07/2026) .
IOLANDA TOLEDO (DIA 21/07/2026) .

Manfrinópolis – PR, 03 de agosto 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:AF8E5284

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0226//2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº0226//2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº0226/2026**
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR					
SERVIDOR		SIMONIA DA GLÓRIA LEITE		**MATR.**	**8391**
CARGO/FUNÇÃO		INSPETOR SANITÁRIO	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	
VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		ÔNIX
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA** **BEG-5F20**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
16/06/2026	16/06/2026	SÃO JORGE DO OESTE	PR	PARA ; PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO DE ATUAÇÃO FISCAL .	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	**X**

Manfrinópolis – PR, 03 de agosto 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:09EAF817

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0228/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0228/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 0228/2026**
LEI MUNICIPAL Nº: 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR					
SERVIDOR		MATEUS F. FEREIRA DA COSTA		**MATR.**	**1012214**
CARGO/FUNÇÃO		MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	
VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		FIAT TORO VAN AMBULÂNCIA
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	SDU-9J52 TAU-4B92

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
30/07/2026	01/08/2026	CURITIBA	PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO .	02

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	**X**	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	
PACIENTES CURITIBA/PR ;			
CARMEN DE ALMEIDA (DIA 30/07/2026) .			
DENILSON SOSTER (DIA 01/08/2026) .			

Manfrinópolis – PR,03 de agosto de 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:B1CDD902

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0229/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0229/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 0229/2026**
LEI MUNICIPAL Nº: 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR					
SERVIDOR		MATEUS F. FEREIRA DA COSTA		**MATR.**	**1012214**
CARGO/FUNÇÃO		MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	
VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:** FIAT ARGO
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA** UBS-5E97
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
24/07/2026	24/07/2026	DOIS VIZINHOS	PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO .	0,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	**X**	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	
PACIENTE CASCAVEL/PR ;			
VERONICA CONSTANTINO (DIA 24/07/2026).			

Manfrinópolis – PR,03 de agosto de 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:9BFEF5CB

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0230/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0230/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 0230/2026**
LEI MUNICIPAL Nº: 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	MATEUS F. FEREIRA DA COSTA		**MATR.**	**1012214**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:** FIAT ARGO
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA** UBS-5E97
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM				
SEMANA DE VIAGEM	**CIDADE**		**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**

DE	A	DESTINO	UF		
27/07/2026	27/07/2026	FOZ DO IGUAÇU	PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO .	0,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	**X**	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	
PACIENTE FOZ DO IGUAÇU/PR ;			
AGENOR TAVARES DOS SANTOS (DIA 27/07/2026) .			

Manfrinópolis – PR,03 de agosto de 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:67A906FD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

CONTABILIDADE
DECRETO 187/2026 - SUPLEMENTAÇÃO

DECRETO 187/2026

SÚMULA – Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município.

Leandro Dorini, Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e observando os dispositivos constantes do art. 43 – parágrafo 1º - inciso II da Lei Federal nº 4.320/64 e considerando o art. 5° da Lei Municipal nº 2483/2025, de 19 de Novembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, um Crédito Adicional Suplementar, referente ao exercício financeiro de 2026, no valor de **R$ 900.000,00 (Novecentos Mil Reais),** para reforço de dotações orçamentárias, conforme discriminadas no anexo.
Art. 2º - Como recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o presente Decreto, fica indicada como recurso a Anulação de Dotação, de acordo com o que prevê o inciso III, parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.
Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05 de Agosto de 2026.
Art. 4º – Revogam–se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, em 05 de Agosto de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
Relação de Alterações Orçamentárias da Despesa
CNPJ: 77.774.867/0001-29
Município: Mangueirinha – Estado do Paraná
Data de Emissão 05/08/2026

Créditos					Origens				
Tipo	**Nat. Desp.**	**Ação**	**Recurso**	**Valor**	**Tipo**	**Nat. Desp.**	**Ação**	**Recurso**	**Valor**
Crédito Suplementar	3.3.90.30.00.00.00.00	2073	00000/00000	400.000,00	Anulação de Dotação	3.3.90.39.00.00.00.00	2073	00000/00000	400.000,00
Crédito Suplementar	3.3.90.39.00.00.00.00	2073	00504/00504	500.000,00	Anulação de Dotação	3.3.90.30.00.00.00.00	2073	00504/00504	500.000,00

Total da Entidade: R$ 900.000,00
Total Geral: R$ 900.000,00

Publicado por:
Edinel Salvalaio
Código Identificador:61083D56

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RESOLUÇÃO Nº 007/2026 HOMOLOGA O PLANO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATO RICO – PR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RESOLUÇÃO Nº 007/2026

Homologa o Plano Municipal de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização do Município de Mato Rico – PR e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE MATO RICO, Estado do Paraná, Senhor Luiz Fernando Seguro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente;
CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
C**ONSIDERANDO** o Plano Municipal de Educação de Mato Rico;
CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e a Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização foi elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura para orientar as ações de comunicação institucional da Política Municipal de Alfabetização no período de 2026 a 2028;
CONSIDERANDO a aprovação do referido Plano pelo Conselho Municipal de Educação, conforme Ata nº 04/2026 arquivada na Secretaria de Educação;
RESOLVE:
Art. 1º Homologar o Plano Municipal de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização do Município de Mato Rico – Paraná, com vigência para o período de 2026 a 2028, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação na Ata nº 04/2026.
Art. 2º O Plano homologado passa a integrar os instrumentos de gestão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, devendo orientar a divulgação, o acompanhamento e a execução das ações relacionadas à Política Municipal de Alfabetização.
Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura promover a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações previstas no Plano, observadas as disposições nele contidas.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Mato Rico - PR, 05 de agosto de 2026.

LUIZ FERNANDO SEGURO
Secretário Municipal de Educação e Cultura

PLANO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Vigência: 2026–2028
Mato Rico – Paraná
FICHA TÉCNICA
Município: Mato Rico – Paraná

Prefeito Municipal: Edelir de Jesus Ribeiro da Silva
Secretário Municipal de Educação e Cultura:
Luiz Fernando Seguro
Diretor de Departamento de Educação: Vagner dos Santos Felisbino
Coordenação da Política Municipal de Alfabetização:
Articuladora Municipal RENALFA: Aurora de Fátima Zagulski de Oliveira
Formadora Municipal PROLEEI: Franciele da Costa Rathe Delovski

APRESENTAÇÃO
A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Mato Rico apresenta o presente **Plano Municipal de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização**, instrumento de planejamento destinado a organizar, fortalecer e ampliar a divulgação das ações desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização.
A comunicação institucional representa importante ferramenta de gestão pública, contribuindo para a transparência das ações governamentais, o fortalecimento da participação social, a valorização do trabalho desenvolvido pelas unidades escolares e a consolidação do regime de colaboração entre Município, Estado e União.
O Plano estabelece diretrizes para a divulgação sistemática das ações de alfabetização desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino, promovendo o acesso da comunidade escolar às informações, fortalecendo a participação das famílias e ampliando a visibilidade das iniciativas implementadas pela Secretaria Municipal de Educação.
O presente documento busca consolidar uma cultura permanente de comunicação pública voltada à educação, fortalecendo o compromisso do Município com a aprendizagem, a equidade e a qualidade da educação básica.

1. INTRODUÇÃO
A comunicação pública constitui elemento essencial para a efetividade das políticas educacionais, possibilitando maior integração entre gestores, profissionais da educação, estudantes, famílias e comunidade.
No contexto da Política Municipal de Alfabetização, comunicar significa tornar públicas as ações desenvolvidas, divulgar resultados, incentivar a participação social, fortalecer o acompanhamento das metas educacionais e ampliar o reconhecimento das práticas exitosas desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino.
Nesse sentido, o presente Plano organiza as estratégias de comunicação institucional para o período de 2026 a 2028, estabelecendo objetivos, canais oficiais, responsabilidades, cronograma de divulgação e mecanismos de monitoramento das ações.
2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente Plano fundamenta-se nos seguintes dispositivos legais e normativos:

• Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
• Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
• Plano Nacional de Educação;
• Plano Municipal de Educação de Mato Rico;
• Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
• Política Municipal de Alfabetização;
• Normativas expedidas pelo Ministério da Educação;
• Normativas da Secretaria de Estado da Educação do Paraná;
• Resoluções e atos administrativos da Secretaria Municipal de Educação de Mato Rico relacionados à Política Municipal de Alfabetização.

3. JUSTIFICATIVA

A comunicação institucional desempenha papel estratégico na implementação das políticas públicas educacionais.

A ampla divulgação das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação fortalece a transparência administrativa, amplia a participação da comunidade escolar e contribui para o acompanhamento das metas relacionadas à alfabetização das crianças.

Além disso, a organização de um fluxo permanente de comunicação favorece a integração entre os profissionais da educação, assegura maior divulgação das formações continuadas, incentiva o envolvimento das famílias e possibilita maior visibilidade às ações realizadas pelas unidades escolares.

A elaboração deste Plano demonstra o compromisso do Município de Mato Rico com uma gestão pública participativa, transparente e orientada por resultados.

4. OBJETIVO GERAL

Estabelecer diretrizes para a comunicação institucional das ações desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização, promovendo ampla divulgação das iniciativas implementadas pela Secretaria Municipal de Educação, fortalecendo a participação da comunidade escolar e assegurando transparência na execução das políticas públicas voltadas à alfabetização.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos deste Plano:

I – Divulgar as ações desenvolvidas pela Política Municipal de Alfabetização;
II – Ampliar o acesso da comunidade escolar às informações relativas às ações educacionais;
III – Fortalecer a participação das famílias no processo de alfabetização;
IV – Divulgar formações continuadas destinadas aos profissionais da educação;
V – Promover a transparência das ações executadas pela Secretaria Municipal de Educação;
VI – Divulgar resultados, indicadores e boas práticas desenvolvidas pelas unidades escolares;
VII – Fortalecer a integração entre Secretaria Municipal de Educação, unidades escolares e comunidade;
VIII – Incentivar a valorização dos profissionais da educação envolvidos nas ações de alfabetização;
IX – Ampliar a divulgação dos programas estaduais e federais relacionados à alfabetização;
X – Promover campanhas educativas voltadas ao incentivo da leitura e da aprendizagem.

6. PRINCÍPIOS

As ações previstas neste Plano observarão os seguintes princípios:

• transparência;
• publicidade dos atos administrativos;
• participação social;
• gestão democrática;
• cooperação entre os entes federativos;
• acesso à informação;
• inclusão;
• equidade;
• respeito à diversidade;
• fortalecimento da aprendizagem;
• valorização dos profissionais da educação;
• ética e responsabilidade na comunicação institucional.

7. PÚBLICO-ALVO

As ações de comunicação previstas neste Plano destinam-se aos seguintes públicos:

Público Interno

• Secretaria Municipal de Educação;
• Diretores escolares;
• Coordenadores pedagógicos;
• Professores;
• Equipes administrativas das escolas;
• Articuladora Municipal da RENALFA;
• Formadora Municipal do PROLEEI;
• Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização;
• Conselhos vinculados à educação.

Público Externo

• estudantes da Rede Municipal de Ensino;
• famílias;
• comunidade local;
• Prefeitura Municipal;
• Ministério da Educação;
• Secretaria de Estado da Educação do Paraná;
• instituições parceiras;
• sociedade civil.

8. ABRANGÊNCIA

O presente Plano aplica-se às ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Mato Rico, abrangendo:

• CMEI Criança Feliz;
• Escola Municipal Princesa Isabel;
• Escola Municipal do Campo Pedro Mendes;
• Secretaria Municipal de Educação;
• demais espaços utilizados para desenvolvimento das ações da Política Municipal de Alfabetização.

9. EIXOS ESTRATÉGICOS DA COMUNICAÇÃO

As ações de comunicação da Política Municipal de Alfabetização serão organizadas em cinco eixos estratégicos, visando assegurar ampla divulgação, participação da comunidade escolar e fortalecimento das ações educacionais.

Eixo I – Transparência Institucional

Objetiva garantir o acesso da população às informações relacionadas às ações, programas, projetos, resultados e investimentos destinados à Política Municipal de Alfabetização.

Ações:

• divulgação de atos oficiais;
• publicação de cronogramas;
• divulgação das formações;
• divulgação dos programas estaduais e federais;
• publicação de resultados e relatórios.

Eixo II – Mobilização da Comunidade Escolar

Visa fortalecer a participação das famílias e da comunidade nas ações desenvolvidas pelas unidades escolares.

Ações:

• campanhas educativas;
• reuniões com famílias;
• divulgação de eventos escolares;
• incentivo à leitura em família;
• ações de conscientização sobre alfabetização.

Eixo III – Valorização das Boas Práticas

Busca divulgar experiências exitosas desenvolvidas pelos profissionais da Rede Municipal de Ensino.

Ações:

• divulgação de projetos pedagógicos;
• compartilhamento de experiências;
• registros fotográficos;
• reconhecimento de professores;
• divulgação de práticas inovadoras.

Eixo IV – Formação Continuada

Tem como finalidade divulgar e fortalecer as ações de formação dos profissionais da educação.

Ações:

• divulgação das formações;
• envio de cronogramas;
• compartilhamento de materiais pedagógicos;
• divulgação de cursos;
• divulgação das ações da RENALFA e PROLEEI.

Eixo V – Prestação de Contas

Objetiva apresentar à sociedade os resultados alcançados pela Política Municipal de Alfabetização.

Ações:

• divulgação de indicadores;
• publicação de relatórios;
• apresentação de resultados das avaliações;
• divulgação das metas atingidas;
• publicação das ações executadas.

10. CANAIS OFICIAIS DE COMUNICAÇÃO

A divulgação das ações ocorrerá por meio dos canais institucionais do Município.

Canal	Finalidade	Periodicidade
Site Oficial da Prefeitura	Publicações oficiais, notícias, documentos e resultados	Sempre que necessário
Facebook Oficial da Prefeitura	Divulgação de ações, campanhas e eventos	Sempre que necessário
Instagram Oficial da SEMEC	Divulgação de atividades, registros fotográficos e campanhas	Sempre que necessário
WhatsApp Institucional	Informações rápidas às equipes escolares	Conforme necessidade
Murais das Escolas	Informações destinadas à comunidade escolar	Atualização contínua

11. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

Serão adotadas as seguintes estratégias:

Comunicação Institucional

• divulgação permanente das ações;
• linguagem clara e objetiva;
• padronização das publicações;
• utilização da identidade visual institucional.

Comunicação com as Escolas

• compartilhamento de orientações;

• envio de materiais pedagógicos;
• divulgação dos cronogramas;
• divulgação de reuniões.

Comunicação com as Famílias

• convites para reuniões;
• campanhas educativas;
• incentivo à leitura;
• divulgação das ações pedagógicas.

Comunicação com a Comunidade

• divulgação de projetos;
• publicação de notícias;
• prestação de contas;
• valorização da educação pública.

12. PLANO DE AÇÃO 2026–2028

Ação	Público-alvo	Canal	Frequência	Responsável
Divulgação das formações	Professores	Site, Facebook, Instagram e WhatsApp	Mensal	SEMEC
Divulgação de reuniões	Comunidade Escolar	WhatsApp e Murais	Sempre que necessário	Escolas
Publicação de notícias	Comunidade	Site e Redes Sociais	Sempre que necessário	SEMEC
Campanhas de incentivo à leitura	Famílias	Redes Sociais e Murais	contínua	SEMEC e Escolas
Divulgação de projetos	Comunidade	Site e Facebook	Sempre que necessário	Escolas
Divulgação dos resultados	Sociedade	Site Oficial	Semestral	SEMEC

13. CRONOGRAMA ANUAL

Mês	Principais ações
Janeiro	Planejamento das ações de comunicação
Fevereiro	Divulgação do calendário escolar
Março	Campanhas de incentivo à leitura
Abril	Divulgação das formações
Maio	Divulgação de projetos escolares
Junho	Prestação parcial de resultados
Julho	Divulgação das ações do primeiro semestre
Agosto	Campanhas educativas
Setembro	Divulgação das boas práticas
Outubro	Divulgação de projetos pedagógicos
Novembro	Socialização dos resultados
Dezembro	Relatório anual das ações

14. IDENTIDADE VISUAL

Todas as publicações relacionadas à Política Municipal de Alfabetização deverão observar um padrão visual institucional, contendo, sempre que aplicável:

• Brasão do Município de Mato Rico;
• Identificação da Prefeitura Municipal;
• Identificação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
• Título da ação ou programa;
• Data e local da atividade;
• Registros fotográficos institucionais;
• Linguagem acessível e objetiva.

Quando as ações forem realizadas em parceria com programas estaduais ou federais, poderão ser utilizadas as respectivas identidades visuais, observadas as normas de uso de cada programa.

15. RESPONSABILIDADES

Secretaria Municipal de Educação

Compete à Secretaria:

• coordenar a execução deste Plano;
• organizar o calendário de divulgação;
• produzir materiais institucionais;
• acompanhar os indicadores;
• elaborar relatórios anuais.

Direção Escolar

Compete às unidades escolares:

• divulgar as ações locais;
• manter atualizados os murais;
• encaminhar registros fotográficos;
• comunicar eventos à Secretaria.

Coordenação da Política Municipal de Alfabetização

Compete à Coordenação:

• acompanhar as ações de comunicação relacionadas à alfabetização;
• orientar as unidades escolares;
• articular a divulgação das ações da RENALFA, PROLEEI e demais programas;
• contribuir para a produção dos relatórios técnicos.

16. MONITORAMENTO DAS AÇÕES

O monitoramento das ações previstas neste Plano será realizado de forma contínua pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em articulação com a Coordenação da Política Municipal de Alfabetização e as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.
O acompanhamento das ações tem como finalidade verificar o cumprimento das metas estabelecidas, a efetividade das estratégias de comunicação e a participação da comunidade escolar.
O monitoramento compreenderá:

• acompanhamento das publicações realizadas;
• controle das campanhas desenvolvidas;
• registro das ações executadas;
• acompanhamento da participação da comunidade escolar;
• levantamento de registros fotográficos;
• organização de documentos comprobatórios;
• consolidação de relatórios periódicos.

17. AVALIAÇÃO DO PLANO

A avaliação ocorrerá de forma permanente, considerando a efetividade das estratégias de comunicação e os resultados obtidos.
Serão observados os seguintes aspectos:

• alcance das informações divulgadas;
• participação da comunidade escolar;
• divulgação das ações da Política Municipal de Alfabetização;
• cumprimento do cronograma estabelecido;
• qualidade das informações publicadas;
• fortalecimento da transparência institucional;
• integração entre Secretaria Municipal de Educação e unidades escolares.

Ao final de cada ano letivo será elaborado um Relatório Anual de Execução do Plano.

18. INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Para acompanhamento da execução deste Plano serão observados os seguintes indicadores:

Indicador	**Meta**
Publicações institucionais realizadas	Mínimo de 2 por mês
Campanhas educativas promovidas	Mínimo de 1 por semestre
Reuniões divulgadas	100% das reuniões institucionais
Formações divulgadas	100% das formações realizadas
Projetos pedagógicos divulgados	Todas as unidades escolares
Atualização dos murais escolares	Contínua
Relatório anual elaborado	1 por ano
Divulgação dos resultados da Política de Alfabetização	1 por ano

Esses indicadores poderão ser revistos pela Secretaria Municipal de Educação sempre que necessário.

19. PLANO DE CONTINGÊNCIA

Caso ocorram situações que impeçam a utilização de determinado canal de comunicação, serão adotadas medidas alternativas para garantir a continuidade da divulgação das ações.
Poderão ser utilizadas, conforme a necessidade:

• comunicados impressos;
• reuniões presenciais;
• murais escolares;
• grupos institucionais de WhatsApp;
• site oficial da Prefeitura;
• redes sociais oficiais.

Sempre que possível, as informações deverão ser divulgadas simultaneamente em mais de um canal oficial, ampliando o alcance junto à comunidade escolar.

20. DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

Para fins de acompanhamento, transparência e prestação de contas, deverão ser arquivados os seguintes documentos:

• cópias das publicações realizadas;
• registros fotográficos;
• lista de presença;
• atas de reuniões;
• materiais de divulgação;
• convites;
• folders;
• cartazes;
• relatórios técnicos;
• cronogramas;
• capturas de tela (prints) das publicações em redes sociais e no site institucional.

Toda a documentação deverá permanecer arquivada na Secretaria Municipal de Educação pelo período estabelecido na legislação aplicável.

21. RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO
Ao término de cada exercício será elaborado Relatório Anual contendo, no mínimo:
I – Ações executadas;
II – Campanhas realizadas;
III – Canais de comunicação utilizados;
IV – Público alcançado;
V – Registros fotográficos;
VI – Indicadores atingidos;
VII – Dificuldades encontradas;
VIII – Propostas de aperfeiçoamento;
IX – Anexos comprobatórios.
O relatório será apresentado à Secretaria Municipal de Educação e poderá subsidiar a prestação de contas dos programas educacionais e a participação do Município em iniciativas de reconhecimento da gestão pública.
22. DISPOSIÇÕES FINAIS
O presente Plano poderá ser atualizado sempre que houver necessidade de adequação às normas federais, estaduais ou municipais, bem como em razão de novas estratégias de comunicação adotadas pela Secretaria Municipal de Educação.
A execução deste Plano dependerá da atuação integrada entre Secretaria Municipal de Educação, unidades escolares, profissionais da educação, famílias, conselhos e demais parceiros institucionais.
Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observadas as normas legais vigentes.
23. VIGÊNCIA
O presente Plano Municipal de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização terá vigência de **2026 a 2028**, podendo ser revisado a qualquer tempo, mediante justificativa técnica, para aperfeiçoamento de suas ações e estratégias.
Mato Rico – Paraná, 31 de julho de 2026.

LUIZ FERNANDO SEGURO
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Priscilla de Souza Ruteski
Código Identificador:B0233F82

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

GABINETE
D E C R E T O N° 29/2026

SÚMULA: "Abre um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.758.100,00 (Dois Milhões, Setecentos e Cinquenta e Oito Mil e Cem Reais), para reforço das Dotações do Orçamento em vigor, no Exercício de 2.026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASELVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 43, Parágrafo 1°, item III da Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1.964 e Lei Municipal de n° 746/2025 de 18/10/2025.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar no montante de R$ 2.758.100,00 (Dois Milhões, Setecentos e Cinquenta e Oito Mil e Cem Reais), para reforço da seguinte dotação do orçamento em vigor:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
02	GOVERNO MUNICIPAL	
02.002	ASSESSORIA JURIDICA	
03.092.0002.2003	Manutenção dos Serviços da Procuradoria Jurídica	
3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	
140	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
03	SECRETARIA DE FINANCAS ADMINISTRACAO E INFRAESTRUTURA	
03.001	DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	
04.122.0002.2004	Manutenção das Atividades da Divisão de Recursos Humanos	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
03.002	DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
04.122.0007.2047	Manutenção da Divisão de Serviços Públicos	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	65.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
380	Outros Royalties Compensações Financeiras/Patrimoniais não Previdenciárias	50.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
503	00966-DEFESA CIVIL - 2026 - F.966	100,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
520	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
04.122.0002.1077	Construção de Salão e/ou Barracão Industrial	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
260	00000-Recursos Ordinários (Livres)	23.000,00
26.782.0006.1045	Asfaltar / Recuperar de vias urbanas e Rurais	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
612	00805-CONVENIO 399/2026 - EXTENSÃO DA AV.PAPA JOÃO XXIII - F.805	200.000,00
613	00807-CONVENIO 527/2026 - RECAPE ASFALTICO URBANO - F.807	947.000,00
04.122.0002.1077	Construção de Salão e/ou Barracão Industrial	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
261	00966-DEFESA CIVIL - 2026 - F.966	569.000,00

04	SECRETARIA DE SAÚDE	
04.001	DIVISÃO DE ATENDIMENTO MÉDICO	
10.301.0004.2032	Atendimento ao Programa Saúde Bucal	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2070	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	20.000,00
10.301.0004.2026	Manutenção do FMS - Fundo Municipal de Saude	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1560	00369-Serviços Prestados SUS/Faturamento AIHs	30.000,00
10.301.0004.2029	Atendimento ao Programa Saúde da Família	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1860	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	7.000,00
10.301.0004.2026	Manutenção do FMS - Fundo Municipal de Saude	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1660	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	50.000,00
10.301.0004.2029	Atendimento ao Programa Saúde da Família	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1883	00371-EMENDA DE BANCADA 12 / Exercício 2026 - F.371	152.000,00
10.301.0004.2026	Manutenção do FMS - Fundo Municipal de Saude	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	
1760	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
06.001	DIVISAO DE ENSINO	
12.365.0005.2084	Manutenção das Atividades Escolares da Educação Infantil 5% - CMEI	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3100	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
12.361.0005.2036	Manutenção do Ensino Fundamental 25%	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2870	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	80.000,00
12.365.0005.2084	Manutenção das Atividades Escolares da Educação Infantil 5% - CMEI	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3130	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
12.361.0005.2034	Manutenção da Divisão de Merenda Escolar	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	80.000,00
2640	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	50.000,00
06.006	GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCAÇÃO	
12.122.0005.2098	Gabinete do Secretário de Educação.	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3450	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
08	SECRETARIA DE ESPORTES	
08.001	DIVISÃO DE ESPORTES	
27.812.0012.2050	Manutenção da Divisão de Esportes	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3990	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
09	SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	
09.001	DIVISAO DE CULTURA	
13.392.0011.1117	Divisão de Cultura	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4130	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	TOTAL	**2.758.100,00**

Art. 2º - Como recursos para cobertura do presente crédito, ficam utilizados um Excesso de Arrecadação de R$ 152.000,00 (ceno e cinquenta e dois mil reais) na Fonte 371, R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) na Fonte 805, R$ 947.000,00 (novecentos e quarenta e sete mil reais) na Fonte 807 e R$ 569.100,00 (cento e sessenta e nove mil e cem reais) na Fonte 966 e R$ 890.000,00 (oitocentos e noventa mil reais) de anulação de dotações conforme demonstrado abaixo para reforços no orçamento vigente.

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
03	SECRETARIA DE FINANCAS ADMINISTRACAO E INFRAESTRUTURA	
03.008	DIVISAO DE TRANSPORTES	
26.782.0006.1088	Adquirir Veiculos, Máquinas e Implementos Agrícola.	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
990	00000-Recursos Ordinários (Livres)	85.000,00
04	SECRETARIA DE SAÚDE	
04.001	DIVISÃO DE ATENDIMENTO MÉDICO	
10.301.0004.2032	Atendimento ao Programa Saúde Bucal	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2060	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	20.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
06.001	DIVISAO DE ENSINO	
12.361.0005.2035	Manutenção Atividades Escolares do Ensino Fundamenta 5% - Escola Municipal	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2720	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	80.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2770	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	60.000,00
12.365.0005.2084	Manutenção das Atividades Escolares da Educação Infantil 5% - CMEI	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3190	00000-Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
3200	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	380.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3270	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	150.000,00
09	SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	
09.001	DIVISAO DE CULTURA	
13.392.0011.1117	Divisão de Cultura	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4070	00000-Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	

4080	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	TOTAL	**890.000,00**

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Edifício da Prefeitura Municipal de Miraselva, ao 01 DIA DO MÊS DE JULHO DE 2026

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:304AD49E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 81/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 14/2026

OBJETO: Aquisição de camisetas personalizadas destinadas ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, desenvolvido pela Polícia Militar do Paraná em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Morretes.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Educação.

Considerando a solicitação e justificativa para contratação do objeto proposto, procedendo a análise de documentos quanto ao objeto a ser contratado e com base na classificação das propostas onde o critério aplicado foi o de **MENOR VALOR.**

Considerando a informação da Secretaria da Fazenda, Divisão de Contabilidade e o arrazoado contido no Parecer exarado pela Assessoria Jurídica deste Poder, que, dentre outras ponderações, opina sobre a legalidade desta dispensa de licitação para o referente objeto**.**

Em conformidade com as informações constantes no Processo Administrativo nº 81/2026, no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 560/2022.

DECIDE-SE:

Tendo como princípio a economicidade, e com fundamento nos termos do artigo 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, **HOMOLOGO** a dispensa de licitação, em atendimento da Secretaria Municipal de Educação.

Dito isso, **RATIFICO** a contratação da seguinte proposta:

EMPRESA:
D.H BRINQUEDOS E CONFECÇÃO LTDA
CNPJ nº 59.783.143/0001-60

OBJETO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
	CAMISETA INFANTIL ESTILO ESCOLAR, NA COR BRANCA, EM TECIDO MALHA FRIA, COM 33% DOS FIOS DE POLIÉSTER E 67% DE VISCOSE, DE GRANDE DURABILIDADE, NÃO DESBOTA E TEM POUCO ENCOLHIMENTO. CAMISETA MODELO TRADICIONAL, GOLA REDONDA, MANGA CURTA, COM RIBANAS NA GOLA NA COR BRANCA. ESTAMPA: TRANSFER/SUBLIMAÇÃO, COLORIDA, FRENTE E MANGAS. CONFORME SEGUE: GRAVURA FRONTAL EM TAMANHO GRANDE (SIMBOLO PROERD - LEÃO E ESCRITA "PROERD"), E GRAVURA NAS DUAS MANGAS EM TAMANHO MÉDIO (EMBLEMA DO CONSEG – CONSELHO DE SEGURANÇA E O BRASÃO DO BPEC BATALHÃO DE PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA/PROERD E NAS COSTAS A ESCRITA "PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES E SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, NA COR PRETA, CONFORME ANEXO TAMANHOS: INFANTIL: 10 AO 16.	UND	183	R$ 17,97	R$ 3.288,51
	CAMISETA ADULTO ESTILO ESCOLAR, NA COR BRANCA, EM TECIDO MALHA FRIA, COM 33% DOS FIOS DE POLIÉSTER E 67% DE VISCOSE, DE GRANDE DURABILIDADE, NÃO DESBOTA E TEM POUCO ENCOLHIMENTO. CAMISETA MODELO TRADICIONAL, GOLA REDONDA, MANGA CURTA, COM RIBANAS NA GOLA NA COR BRANCA. ESTAMPA: TRANSFER/SUBLIMAÇÃO, COLORIDA, FRENTE E MANGAS. CONFORME SEGUE: GRAVURA FRONTAL EM TAMANHO GRANDE (SIMBOLO PROERD - LEÃO E ESCRITA "PROERD"), E GRAVURA NAS DUAS MANGAS EM TAMANHO MÉDIO (EMBLEMA DO CONSEG – CONSELHO DE SEGURANÇA E O BRASÃO DO BPEC BATALHÃO DE PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA/PROERD E NAS COSTAS A ESCRITA "PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES E SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, NA COR PRETA, CONFORME ANEXO TAMANHOS: ADULTO: PP AO G5	UND	142	R$ 17,97	R$ 2.551,74
VALOR TOTAL					**R$ 5.840,25**

VALOR:
R$ 5.840,25 (cinco mil, oitocentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RED. 117 - 06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.32.00.00. FONTE 1107.

Morretes, 05 de agosto de 2026.

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:1D13ED3D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
º TERMO ADITIVO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO - D. CAMP

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO
ARP Nº 134/2025 - PREGÃO ELETRONICO Nº 33/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 56/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 30.372.351/0001-94

CONTRATADO: D. CAMP ALIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ nº **60.496.699/0001-54**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 124, inciso II, letra 'd', da Lei nº 14133/21.

CLÁUSULA PRIMEIRA:
Fica acertado entre as partes o 1º termo aditivo de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, nos Termos do art. 124, inciso II, letra 'd', da Lei nº 14133/21, cujo objeto é a aquisição **MERENDA ESCOLAR** para atender as necessidades das Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Centros Municipais de Educação Infantil e Fundação de Educação. para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA:
A partir desta data passam a vigorar os seguintes preços:

ITEM	UND	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ATUAL	VALOR REEQUILÍBRIO	VALOR TOTAL
39	UD	LEITE LONGA VIDA - Leite longa vida: zero lactose. Leite UHT, para dietas com restrição de lactose. Embalagem tipo tetra pak, contendo 1 litro. Com identificação na embalagem, do processo ultrafresh, que é a combinação do tratamento físico para remoção de micro-organismos presentes no leite, e tratamento térmico UHT, que é a alta temperatura por poucos segundos, mantendo as qualidades essências do leite. Na embalagem deverá constar nome/marca do produto, identificação do fabricante, data de validade e de fabricação, lote, informação nutricional, ingredientes, e ser isento de glúten, conter o selo de inspeção do Ministério da Agricultura e SIF. Conter na informação nutricional lactose igual à zero.	2.500	R$ 4,50	R$ 5,75	R$ 14.375,00
VALOR TOTAL						**R$ 14.375,00**

CLÁUSULA TERCEIRA:
Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo.

Paiçandu – PR, 05 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora Presidente

Publicado por:
Lorrayne Vitoria Barbosa Ribeiro
Código Identificador:8BD0AC6D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 243-2026

DECRETO N.º 243/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.

DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.327.500,00 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentár

Suplementação(ões)	
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU Funcional - 10.122.1001.2600000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE Despesa - 816 - 319011 - 00001 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**300.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU Funcional - 10.122.1001.2600000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE Despesa - 818 - 319013 - 00001 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**85.600,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU Funcional - 10.122.1001.2600000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE Despesa - 819 - 319013 - 00303 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**15.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU Funcional - 10.301.1002.2602000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA Despesa - 843 - 319011 - 01051 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**394.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU Funcional - 10.302.1004.2609000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE Despesa - 865 - 319011 - 00303 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**280.000,00**

Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU Funcional - 10.302.1004.2609000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE Despesa - 867 - 319013 - 00303 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**79.900,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU Funcional - 10.302.1005.2655000 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE Despesa - 917 - 339030 - 00001 - MATERIAL DE CONSUMO	**150.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU Funcional - 10.304.1003.2669000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILANCIA EM SAUDE (F) Despesa - 924 - 319011 - 00001 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**20.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU Funcional - 10.304.1003.2669000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILANCIA EM SAUDE (F) Despesa - 928 - 319013 - 00001 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**3.000,00**

TOTALDASSUPLEMENTAÇÕES=> 1.327.500,00
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:
Receitas:
- 0 -
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 5 de agosto de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:3D5B8642

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 26.399 DE 05/08/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, sob os processos nº. 2475/2026,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde:

Matrícula	Nome	Dias de gozo	Período aquisitivo			Período de gozo		
102457	ALIANDRA MIKA ANTUNES	15	01/01/25	à	31/12/25	17/08/26	à	31/08/26
203970	ANNA CAROLINA TAUFFER DE PAULA	15	12/04/25	à	11/04/25	17/08/26	à	31/08/26
203542	ARNETUSA BATISTA	15	06/08/25	à	05/08/25	24/08/26	à	07/09/26
203985	CAIO RIBEIRO DE ALBUQUERQUE ARRUDA	15	12/09/24	à	11/09/25	10/08/26	à	24/08/26
102516	DANIELLE PADILHA DOS SANTOS	15	14/08/24	à	13/08/25	03/08/26	à	17/08/26
203976	DJESSICA LUANA SCHUEBEL	15	24/04/25	à	23/04/26	03/08/26	à	17/08/26
204253	EDERSON AMAURI SEIXAS DA SILVA	15	20/03/25	à	19/03/25	03/08/26	à	17/08/26
203199	EDSON LOURENCO BORNANCIN	15	01/01/25	à	31/12/25	07/08/26	à	21/08/26
204453	EDUARDO MAESTRELLI	15	21/07/25	à	20/07/26	03/08/26	à	17/08/26
203829	ELAINE APARECIDA MUCHENSKI GUIMARAES	15	22/01/25	à	21/01/26	05/08/26	à	19/08/26
203887	ELAINE CRISTINA DZICOUSKI	30	17/12/24	à	16/12/25	03/08/26	à	01/09/26
203309	ELIANE VARDENSKI PADILHA	30	02/05/25	à	01/05/26	03/08/26	à	01/09/26
102468	ELISANDRA LINDEBECK	15	01/01/25	à	31/12/25	17/08/26	à	31/08/26
203817	FABIANA FERREIRA VARJAO	15	09/03/25	à	08/03/26	10/08/26	à	24/08/26
203558	FABIANO CANDIDO DE PAULA	15	01/12/24	à	30/11/25	21/08/26	à	04/09/26
204455	GERUZA FERREIRA	15	04/08/25	à	03/08/26	17/08/26	à	31/08/26
203729	INGRID DOLLI DELFRATE	15	18/06/25	à	17/06/26	10/08/26	à	24/08/26
102610	IVETE KUHN	15	28/01/25	à	27/01/26	03/08/26	à	17/08/26
204283	JAQUELINE MIODUSKI	15	02/05/25	à	01/05/26	10/08/26	à	24/08/26
204336	JOILDA SCOLIMOSKI	15	04/06/25	à	03/06/26	13/08/26	à	27/08/26
204440	JONAS FELIPE FERREIRA	30	12/05/25	à	11/05/26	03/08/26	à	01/09/26
203886	KARINA GONCALVES DE SOUZA	15	17/12/24	à	16/12/25	03/08/26	à	17/08/26
204316	LUCIZANA PAOLA BARBOSA KREITLOW	15	16/05/25	à	15/05/26	10/08/26	à	24/08/26
204387	LUIS BASILIO COSTA JUNIOR	15	01/08/25	à	31/07/26	21/08/26	à	04/09/26
203945	MARIA KINACH	15	16/05/25	à	15/05/26	03/08/26	à	17/08/26
203986	PRISCILA COLTRO DA SILVA FALARZ	15	12/09/24	à	11/09/25	17/08/26	à	31/08/26
102505	ROSILENE MATTIA CALIXTO	15	01/02/25	à	31/01/26	17/08/26	à	31/08/26
203378	SANDRA HAIN VENANCIO	15	01/12/24	à	30/11/25	03/08/26	à	17/08/26
204445	TAMILE BEATRIZ ROCHINSKI GOMES	15	21/05/25	à	20/05/26	21/08/26	à	04/09/26
203820	TECHARLLES JOHNN CZLUSNIAK	15	10/11/24	à	09/11/25	04/08/26	à	18/08/26
203575	VALDICE BATISTA	15	08/09/24	à	07/09/25	03/08/26	à	17/08/26
102622	VALKIRIA RAMOS DA SILVA OLINEK	15	14/04/25	à	13/04/26	03/08/26	à	17/08/26
203880	VERIDIANA HASS	15	01/10/24	à	30/09/25	10/08/26	à	24/08/26

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:CF80FCEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 197/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portador da cédula de identidade R.G n° **12.382.056-88** SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° **089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.880/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 14/2025**, **processo administrativo nº 7769/2025**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de material médico hospitalar através da Secretaria Municipal de Saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR
CNPJ/CPF: 56.081.482/0001-06

LOTE 75
Valor Total do Lote: 246,00 (duzentos e quarenta e seis reais)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	CONJUNTO COMPLETO MICRONEBULIZADOR ADULTO DESMONTÁVEL, ATÓXICO E DE FÁCIL DESINFECÇÃO CONTENDO 01 MÁSCARA PLÁSTICA ADULTO, 01 UNIDADE DEBULIZADORA, 01 EXTENSÃO DE 1,6M E 01 ELÁSTICO.	PROTEC PROTEC	UN	20	R$ 8,9900	R$ 179,80

LOTE 76
Valor Total do Lote: 304,50 (trezentos e quatro reais e cinquenta centavos)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	CONJUNTO COMPLETO MICRONEBULIZADOR INFANTIL DESMONTÁVEL, ATÓXICO E DE FÁCIL DESINFECÇÃO CONTENDO 01 MÁSCARA PLÁSTICA INFANTIL, 01 UNIDADE DEBULIZADORA, 01 EXTENSÃO DE 1,6M E 01 ELÁSTICO.	PROTEC PROTEC	UN	20	R$ 8,9900	R$ 179,80

Valor Total Homologado - R$ 179,80

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:
a) O prazo de entrega será de no máximo de 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
b) Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
c) O recebimento será realizado em duas etapas - Recebimento provisório- no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
d) Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde.
e) Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
f) Os produtos fornecidos pelas empresas vencedoras do certame deverão apresentar na embalagem a expressão "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO", nos termos da Portaria n°. 2.814/GM de 29 de maio de 1998, do Ministério da Saúde
g) Recebimento definitivo, em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Local de Entrega: Almoxarifado Central
Rua Flávio Santos, s/n – Bairro: Elias Farajala Bacila
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: JOSÉ GARCIA BULHÕES
Fone: (42) 3909-5016

2.3 – Condições de garantia e assistência técnica:
Não se aplica.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até **15 (quinze) dias**, após atestado de recebimento pelo fiscaldecontrato.
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 101 dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09*/06/2025*.
7.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo do(s) servidor(s):

Gabriele de Vargas Marcovicz;

designado(s) através do Decreto Municipal nº 17.920, DE 09 DE JANEIRO DE 2025

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunhas:

_____
GABRIELE DE VARGAS MARCOVICZ
RG sob o nº 9.006.807-5
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 75

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 RCOM COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	781	51.459.124/0001-70	9,98	6,15		Sim
2 LEMED COMERCIO DE MATERIAIS E	504	37.931.064/0001-16	9,98	6,63	7,80	Sim
3 JOÃOMED COMÉRCIO DE MATERIAIS	590	78.742.491/0001-33	9,98	7,00	5,58	Não
4 DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR	166	56.081.482/0001-06	9,98	8,99	28,43	Não
5 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	294	51.740.794/0001-60	9,98	9,97	10,90	Sim

LOTE 76

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 RCOM COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	971	51.459.124/0001-70	9,90	6,09		Sim
2 JOÃOMED COMÉRCIO DE MATERIAIS	323	78.742.491/0001-33	7,79	7,00	14,94	Não
3 LEMED COMERCIO DE MATERIAIS E	051	37.931.064/0001-16	7,79	7,78	11,14	Sim
4 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	467	51.740.794/0001-60	7,79	7,79	0,13	Sim
5 DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR	141	56.081.482/0001-06	9,98	8,99	15,40	Não

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:BA2434A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
17º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 197/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pregão Nº 08/2021
17º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 197/2021
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM VEÍCULOS APROPRIADOS E EM BOM ESTADO DE FUNCIONAMENTO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2021 NO MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **ROBERTO CARLOS ROSSI**, brasileiro, casado, portador do RG 5.***.***-2 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº ***, Centro, Palmital-PR, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado o Fornecedor **JOAO PAULO JUSVIAK LTDA**, com endereço à Rua Joaquim Ferreira De Souza, 0 - CEP: 85270000 - Bairro: Centro, Palmital/PR inscrita no CNPJ sob nº40.331.303/0001-01, neste ato por seu representante legal, Sr. JOAO PAULO JUSVIAK, a seguir denominada **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 14.33/2021 ao Contrato Administrativo n. 197/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato supramencionado fica prorrogado pelo período de 05/08/2026 ate 31/12/2026 àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O VALOR DO CONTRATO: Fica aditivado o valor do Lote 15, do Contrato Administrativo n. 197/2021, conforme valor detalhado abaixo. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO , Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 1 de Abril de 2021. Valor total do aditivo é de R$ 60.114,00 (Sessenta Mil, Cento e Quatorze Reais).

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MEDIDA	QUANTIDADE	UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
15	1	31894	LOTE LINHA 15:CIDADE/ARROIO MOREIRA/PALMITALZINHO LOTE LINHA 15:CIDADE/ARROIO MOREIRA/PALMITALZINHO - PERÍODO: TARDE - VEÍCULO CAPACIDADE MINIMA DE 09 LUGARES - 86 KM/DIA PREVISÃO 200 DIAS LETIVOS	KM	8.600,00	6,99	60.114,00
TOTAL							60.114,00

CLAÚSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.
E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 05/08/2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

Joao Paulo Jusviak LTDA
JOAO PAULO JUSVIAK
Contratado

ANDRESSA NAIRNE
Gestor

DILCÉLIA REGINA MARTINS
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:7F031DB3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
18º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 208/2021

Pregão Nº 08/2021
18º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 208/2021
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM VEÍCULOS APROPRIADOS E EM BOM ESTADO DE FUNCIONAMENTO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2021 NO MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **ROBERTO CARLOS ROSSI**, brasileiro, casado, portador do RG 5.***.***-2 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, residente e domiciliado na Rua Vicente Machado, nº ***, Centro, Palmital-PR, denominado CONTRATANTE, e de outro lado o Fornecedor **TRANSPORTE PALMITAL LTDA**, com endereço à Rua Dentista Paulo Zolandeck, S/N - CEP: 85270000 - Bairro: Mirante Da Torre, Palmital/PR inscrita no sob CJPJ nº 40.104.514/0001-01, neste ato por seu representante legal, Sr. EDILSON EMERENCIANO MOREIRA, a seguir denominada **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações ao Contrato Administrativo n. 208/2021, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.
CLÁUSULA PRIMEIRA – O VALOR DO CONTRATO: Fica aditivado o valor total do Lote 6, do Contrato Administrativo n. 208/2021, conforme tabela anexa. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Administração, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MEDIDA	QUANTIDADE	UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
6	1	31885	LOTE LINHA 06: RIO PALMEIRA/CIDADE LOTE LINHA 06: RIO PALMEIRA/CIDADE- PERÍODO: TARDE - VEÍCULO CAPACIDADE MINIMA DE 30 LUGARES - 54 KM/DIA 200 DIAS	KM	5.400,00	7,75	41.850,00
TOTAL							41.850,00

CLAÚSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.
E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 05/08/2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

Transporte Palmital LTDA
EDILSON EMERENCIANO MOREIRA
Contratado

ANDRESSA NAIRNE
Gestor

DILCÉLIA REGINA MARTINS
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:5F908137

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 80/2023

Pregão Nº 026/2023
6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 80/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM VEÍCULOS APROPRIADOS E EM BOM ESTADO DE FUNCIONAMENTO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA SUPRIR AS NESCESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE PALMITAL-PR

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **ROBERTO CARLOS ROSSI**, brasileiro, casado, portador do RG 5.***.***-2 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, residente e domiciliado na Rua Vicente Machado, nº ***, Centro, Palmital-PR, denominado CONTRATANTE, e de outro lado o Fornecedor **SAMUEL DOS SANTOS AMREIN**, com endereço à Comunidade Linha Cantuana, S/N - CEP: 85270000 - Bairro: Linha Cantuana, Palmital/PR inscrita no sob o CNPJ nº 49.913.910/0001-54, neste ato por seu representante legal, Sr. SAMUEL DOS SANTOS AMREIN, denominada

CONTRATADO, resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações ao Contrato Administrativo n. 80/2023, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.
CLÁUSULA PRIMEIRA – O VALOR DO CONTRATO: Fica aditivado o valor total do Lote 4, do Contrato Administrativo n. 80/2023, conforme tabela anexa. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Administração, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MEDIDA	QUANT	UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
4	1	36048	CIDADE/LINHA CANTUANA + RAMIFICAÇÃO DO ÚLTIMO PONTO DO ÔNIBUS ATÉ A FAZENDA DOMINGÃO - PERIODO: TARDE (SO LEVA), 6ª AULA VEÍCULOS: MICROÔNIBUS, CAPACIDADE DE 22 LUGARES - 51 KM/DIA PREVISÃO 200 DIAS LETIVOS	KM	5.100,00	7,75	39.525,00
TOTAL							39.525,00

CLAÚSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.
E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.
Palmital, 05/08/2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

SAMUEL DOS SANTOS AMREIN
Samuel Dos Santos Amrein
Contratado

ANDRESSA NAIRNE
Gestor

DILCÉLIA REGINA MARTINS
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:0ABF0EDB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 83/2023

Pregão Nº 026/2023

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 83/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM VEÍCULOS APROPRIADOS E EM BOM ESTADO DE FUNCIONAMENTO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA SUPRIR AS NESCESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE PALMITAL-PR

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **ROBERTO CARLOS ROSSI**, brasileiro, casado, portador do RG 5.***.***-2 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, residente e domiciliado na Rua Vicente Machado, nº ***, Centro, Palmital-PR, denominado CONTRATANTE, e de outro lado o Fornecedor **JOAO PAULO JUSVIAK LTDA**, com endereço à Rua Joaquim Ferreira De Souza, 0 - CEP: 85270000 - Bairro: Centro, Palmital/PR inscrita no CNPJ sob nº 40.331.303/0001-01, neste ato por seu representante legal, Sr. JOAO PAULO JUSVIAK, a seguir denominada **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações ao Contrato Administrativo n. 83/2023, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.
CLÁUSULA PRIMEIRA – O VALOR DO CONTRATO: Fica aditivado o valor total do Lote 1, 2, 6, 7, 8, do Contrato Administrativo n. 83/2023, conforme tabela anexa. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Educação, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MEDIDA	QUANT	UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	36044	CIDADE/ COLÉGIO ZUMBI E ESCOLA CARLOS CHAGAS PERÍODO: MANHÃO (LEVA E TRAZ) - VEÍCULOS: VAN, CAPACIDADE DE 15 LUGARES - 46 KM/DIA PREVISÃO 200 DIAS LETIVOS	KM	4.600,00	6,99	32.154,00
2	1	36045	CIDADE/ RIO DA CASA PERÍODO:TARDE (SÓ LEVA) - VEÍCULOS: VAN, CAPACIDADE DE 15 LUGARES - 32 KM/DIA PREVISÃO 200 DIAS LETIVOS - (6ª AULA)	KM	3.200,00	6,99	22.368,00
6	1	36050	FAZENDA BONANZA/RIO DA PRATA (6ª AULA) PERIODO:TARDE (SO LEVA) - VEICULO: KOMBI CAPACIDADE DE 01 LUGARES - 30KM/DIA PREVISÃO 200 DIAS LETIVOS	KM	3.000,00	5,99	17.970,00
7	1	36052	SERELEPE/ÁGUA QUENTE/ COLÉGIO ZUMBI (6ª AULA) 01 DIA POR SEMANA PERIODO: MANHÃ (SO LEVA) - VEICULO: VAN, CAPACIDADE 15 LUGARES - 25KM/DIA PREVISÃO 50 DIAS LETIVO.	KM	560,00	5,99	3.354,40
8	1	36054	CIDADE/RIO BRANCO (6ª AULA)+ RAMIFICAÇÃO NO RIO BRANCO E XEREM PERIODO:TARDE (SO LEVA) - VEICULO: VAN CAPACIDADE DE 15 LUGARES - 48KM/DIA PREVISÃO 200 DIAS LETIVOS	KM	4.800,00	6,99	33.552,00
TOTAL							109.398,40

CLAÚSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.
E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.
Palmital, 05/08/2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

Joao Paulo Jusviak LTDA
JOAO PAULO JUSVIAK,
Contratado

ANDRESSA NAIRNE
Gestor

DILCÉLIA REGINA MARTI
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:51C0AC57

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.050

DECRETO Nº 2.050

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial ou total de dotação orçamentária no valor de R$ 86.254,00 (oitenta e seis mil e duzentos e cinquenta e quatro reais)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4.634 de 27 de Novembro de 2025 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 86.254,00 (oitenta e seis mil e duzentos e cinquenta e quatro reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
11.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
11.001.0012.0361.0016.2080	Manutenção, Conservação, Remuneração dos profissionais do magistério e contratação de profissionais da área da psicologia e assistência social para as Escolas do Ensino Fundamental. Assegurar o pagamento das despesas essências a Educação, com Manutenção, Manutenção do Auxílio Alimentação, equipamentos, serviços e folha de pagamento, em atendimento a Lei n° 13.935/2019. e outras demandas.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais (BB 25.330-8)	R$ 20.000,00
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01107 - MDE/Salário Educação (BB 25.229-8)	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
15.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.001.0018.0122.0012.2135	A preservação ambiental é fundamental para o futuro de Paranaguá, uma cidade que se destaca por seu ecossistema único. Esta ação busca centralizar e fortalecer a atuação municipal na área do meio ambiente, garantindo que o desenvolvimento econômico e urbano aconteça de forma sustentável e responsável. A coordenação e supervisão são vitais para a atuação eficiente da administração pública. Esta ação garante que os projetos ambientais não sejam iniciativas isoladas, mas partes de uma estratégia maior e coordenada. Promove a sustentabilidade como um princípio para todas as decisões do governo, desde a gestão de resíduos até a proteção das áreas de manguezal e da orla marítima. O objetivo é criar uma cidade mais verde, resiliente e segura para as futuras gerações.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 61.254,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 86.254,00		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Execução Orçamentária e Financeira	
09.003		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
09.003.0004.0123.0056.2052	Esta ação envolve a gestão completa do fluxo de caixa do município. O objetivo é gerenciar, contabilizar e efetuar o pagamento de todas as despesas, garantindo que cada gasto seja feito de acordo com a sua fonte de recurso específica. A tesouraria atua como o coração financeiro da prefeitura, controlando e monitorando cada transação para assegurar que os recursos sejam aplicados de forma eficiente e transparente, e que todas as obrigações financeiras sejam cumpridas dentro do prazo.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 61.254,00
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Estrutura e Funcionamento das Unidades Escolares	
11.003		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
11.003.0012.0361.0016.1017	Construção, Reforma e Ampliação das Escolas do Ensino Fundamental, Escola Tiradentes e Complexo Educacional Estádio Escola.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais (BB 25.330-8)	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral		
Unidade Orçamentária:	Superintendência de Políticas Educacionais	
11.002		

Funcional Programática:	**Atividade:**	
11.002.0012.0365.0017.2082	Manutenção, conservação e Remuneração dos Profissionais das Escolas da Educação Infantil. Garantir o desenvolvimento integral das crianças, da primeira infância à creche, com foco na melhoria contínua da educação infantil. Para isso, o município se compromete com a manutenção e conservação das escolas, assegurando que os ambientes sejam seguros, limpos e adequados para o aprendizado e o bem-estar dos pequenos. Ao mesmo tempo, é essencial o compromisso com a valorização dos profissionais da área, por meio de uma remuneração contínua, em reconhecimento ao papel fundamental que desempenham na formação das novas gerações.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01107 - MDE/Salário Educação (BB 25.229-8)	R$ 5.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÂO: R$ 86.254,00		

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 05 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:870743F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

•

. **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2026**	. **PROTOCOLO Nº 33.288/2026**
. **DATA: 31/07/2026**	. **VALIDADE DA ATA: 12 (DOZE) MESES**

•

•

O Município de Paranaguá, localizado Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá/Paraná, aqui representado pelos que abaixo infra-assinam, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 4.319/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico nº 035/2026, homologado pelas autoridades competentes, para a futura e a eventual Aquisição de Água Mineral em embalagem (Garrafão) de 20 litros, Garrafas Descartáveis de 500 ml com e sem gás e Água Mineral em copo de 200 ml, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

•

•

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

•

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual Aquisição de Água Mineral em embalagem (Garrafão) de 20 litros, Garrafas Descartáveis de 500 ml com e sem gás e Água Mineral em copo de 200 ml, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

•

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas no Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

•

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

•

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto nº 4.319/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

•

•

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Regularização Fundiária

•

Secretaria Regional da Ilha dos Valadares

•

Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Territorial

•

Secretaria Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos

•

1º CIA/8º BBM

•

Secretaria Municipal de Inclusão

•

Controladoria Geral do Município

•

Secretaria Municipal de Administração

•

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

•

Secretaria Municipal de Obras Públicas

•

Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

•

Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

•

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria

•

Secretaria Municipal de Saúde

•

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

•

Secretaria Municipal de Expansão Industrial e Portuária

•

Secretaria Municipal de Segurança

•

Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação

•

Secretaria Municipal de Esportes e Juventude

•

Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento

•

Secretaria Municipal de Governo

•

Procuradoria Geral do Município

•

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Abastecimento e Pesca

•

•

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

•

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

•

•

Adjudicado para DJ COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 08.542.107/0001-73, ENDEREÇO RUA NOVA AURORA, nº 2564 – SITIO CERCADO, CURITIBA/PR CEP 81925-300, representado por DEVANIR BERNADINO DA SILVEIRA, RG 5777412-6, CPF 911.875.329-91, Representante legal, EMAIL djhigiene_@hotmail.com TELEFONE (41) 3077-1268, conforme quadro a seguir:

•

ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP

•

ITEM	CÓD	QTDE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1965	2.000	Água mineral garrafa de 500ml, com gás, fardo com 12 unidades. **MARCA: CRISTAL MILAGRE**	FARDO	R$ 17,90	R$ 35.800,00

•

•

COTA DE 25% DO OBJETO RESERVADA PARA ME/EPP

•

ITEM	CÓD	QTDE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	1966	1.273	Água Mineral garrafa de 500ml, sem gás, fardo com 12 unidades. **MARCA: CRISTAL MILAGRE**	FARDO	R$ 15,99	R$ 20.355,27
3	1962	2.861	Água Mineral envasada em embalagem (garrafão retornável em polipropileno e/ou polietileno teresftalato) de 20 litros. **MARCA PRATA DA SERRA**	UNIDADE	R$ 15,97	R$ 45.690,17
4	1961	1.691	Água Mineral copo de 200ml sem gás, caixa com 48 unidades. **MARCA: CRISTAL MILAGRE**	CAIXA	R$ 29,90	R$ 50.560,90

•

•

COTA DE 75% DO OBJETO PARA AMPLA CONCORRÊNCIA

•

ITEM	CÓD	QTDE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	1966	3.820	Água Mineral garrafa de 500ml, sem gás, fardo com 12 unidades. **MARCA: CRISTAL MILAGRE**	FARDO	R$ 15,99	R$ 61.081,80
6	1962	8.583	Água Mineral envasada em embalagem (garrafão retornável em polipropileno e/ou polietileno teresftalato) de 20 litros. **MARCA PRATA DA SERRA**	UNIDADE	R$ 15,97	R$ 137.070,51
7	1961	5.073	Água Mineral copo de 200ml sem gás, caixa com 48 unidades. **MARCA: CRISTAL MILAGRE**	CAIXA	R$ 29,90	R$ 151.682,70

•

•

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

•

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

•

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

•

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

•

•

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

•

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

•

•

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

•

5.1. A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Municipal nº 4.319/2023, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Municipal.

•

5.1.1. A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

•

5.1.2. A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação **do índice IPCA/IBGE**, acumulado nos últimos 12 meses, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

•

5.1.2.1. O reajuste deverá ser requerido pelo contratado do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

•

5.1.2.2. O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

•

•

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

•

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

•

6.1.1. for liberado;

•

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

•

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

•

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

•

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

•

6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

•

6.3. O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

•

6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

•

•

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

•

7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

•

7.1.1. pelo decurso do prazo de vigência;

•

7.1.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

•

7.1.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

•

7.1.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

•

7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto nº 4.319/2023.

•

•

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

•

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Portal da transparência (Licitações) e publicação do resumo no Diário Oficial dos Municípios.

•

•

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

•

9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:

•

9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

•

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

•

9.1.3. manter as condições de habilitação;

•

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, durante a vigência da presente ata.

•

•

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

•

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

•

10.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

•

10.2. emitir a ordem de compra no sistema próprio, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

10.4. zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

10.5. registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

10.6. providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES

11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto nº 4.319/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Paranaguá – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

13.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme o disposto no § 1º do art. 298 do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

13.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município: https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14.1. O Pregão Eletrônico nº 035/2026 foi realizado pela Pregoeira Cristiane dos Santos Zella, designada pelo Decreto nº 1.203/2025, publicado no DOM de 08/09/2025.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

LEONICE LARA LACERDA Secretária Municipal de Desenv. Econômico, Habitação e Reg. Fundiária		LEANDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA Secretário Regional da Ilha dos Valadares

VANIA PESSOA RODRIGUES FOES Secretária Municipal de Urbanismo e Planejamento Territorial		ISABELE GONÇALVES F. CAMPOS Secretária Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos

CAPITÃO QOBM GIOVANE FONTES VALENGA 1º CIA/8º BBM		HALLESON RICARDO STIEGLITZ Secretário Municipal de Inclusão

RAUL DA GAMA E SILVA LUCK Controlador Geral do Município		CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA Secretário Mun. de Administração

JOSÉ REIS DE FREITAS NETO Secretário Municipal de Cultura e Turismo		EDUARDO FELIPE MIRANDA Secretário Municipal de Obras Públicas

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral		CAROLINA DE M. E. LOURENÇO Secretária Mun. da Mulher, Desenv. Social e Igualdade Racial

MARCIO LUIS PEDRERO VEGA Secretário Mun. de Desenv. Rural, Abastecimento e Pesca		DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO Secretário Municipal de Saúde

ANDERSON WANDERCI P. BARBOSA Secretário Municipal de Serviços Urbanos		LUIZ AUGUSTO P. DE CARVALHO Secretário Mun. de Expansão Industrial e Portuária

FRANCISCO LEUDOMAR NOBREGA DOS SANTOS Secretário Municipal de Segurança		CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA Secretário Municipal de Trabalho e Inovação

FLÁVIA GARCIA QUADROS HACKE Secretária Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria		JOSÉ MIGUEL PEREIRA Secretário Municipal de Esportes e Juventude

VERONICA MARODIM MARQUES Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento		THIAGO THEMANSKI CAMPOS Secretário Municipal de Governo

TIAGO FONTES CÉSAR LEAL Procurador Geral do Município		DJ COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA Devanir Bernadino da Silveira

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:C1D5F38C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2026

VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

PROCESSO Nº 33.288/2026
VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses

O Município de Paranaguá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.017.458/0001-15, com sede à Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, nesta cidade – Estado do Paraná, torna pública a Ata de Registro de Preços firmada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, correspondente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2026, com vistas à futura e eventual AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL EM EMBALAGEM (GARRAFÃO) DE 20 LITROS, GARRAFAS DESCARTÁVEIS DE 500 ML COM E SEM GÁS E ÁGUA MINERAL EM COPO DE 200 ML, **conforme Termo de Referência (Anexo I)**, assinada aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho de 2026, com validade de 12 (doze) meses a contar da data da sua publicação.

Valor total registrado em favor da empresa: DJ COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ: 08.542.107/0001-73

•
ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP

•

• ITEM	• CÓD	• QTDE	• DESCRIÇÃO DO MATERIAL	• UNIDADE	• VALOR UNITÁRIO	• VALOR TOTAL
• 1	• 1965	• 2.000	• Água mineral garrafa de 500ml, com gás, fardo com 12 unidades. **MARCA: CRISTAL MILAGRE**	• FARDO	• R$ 17,90	• R$ 35.800,00

•

•
COTA DE 25% DO OBJETO RESERVADA PARA ME/EPP

•

• ITEM	• CÓD	• QTDE	• DESCRIÇÃO DO MATERIAL	• UNIDADE	• VALOR UNITÁRIO	• VALOR TOTAL
• 2	• 1966	• 1.273	• Água Mineral garrafa de 500ml, sem gás, fardo com 12 unidades. **MARCA: CRISTAL MILAGRE**	• FARDO	• R$ 15,99	• R$ 20.355,27
• 3	• 1962	• 2.861	• Água Mineral envasada em embalagem (garrafão retornável em polipropileno e/ou polietileno teresftalato) de 20 litros. **MARCA PRATA DA SERRA**	• UNIDADE	• R$ 15,97	• R$ 45.690,17
• 4	• 1961	• 1.691	• Água Mineral copo de 200ml sem gás, caixa com 48 unidades. **MARCA: CRISTAL MILAGRE**	• CAIXA	• R$ 29,90	• R$ 50.560,90

•

•
COTA DE 75% DO OBJETO PARA AMPLA CONCORRÊNCIA

•

• ITEM	• CÓD	• QTDE	• DESCRIÇÃO DO MATERIAL	• UNIDADE	• VALOR UNITÁRIO	• VALOR TOTAL
• 5	• 1966	• 3.820	• Água Mineral garrafa de 500ml, sem gás, fardo com 12 unidades. **MARCA: CRISTAL MILAGRE**	• FARDO	• R$ 15,99	• R$ 61.081,80
• 6	• 1962	• 8.583	• Água Mineral envasada em embalagem (garrafão retornável em polipropileno e/ou polietileno teresftalato) de 20 litros. **MARCA PRATA DA SERRA**	• UNIDADE	• R$ 15,97	• R$ 137.070,51
• 7	• 1961	• 5.073	• Água Mineral copo de 200ml sem gás, caixa com 48 unidades. **MARCA: CRISTAL MILAGRE**	• CAIXA	• R$ 29,90	• R$ 151.682,70

•

Paranaguá, 31 de julho de 2026

•
ASSINATURAS:

•

•
LEONICE LARA LACERDA

•
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Regularização Fundiária

•
LEANDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA

•
Secretário Regional da Ilha dos Valadares

•
VANIA PESSOA RODRIGUES FOES

•
Secretária Municipal de Urbanismo e Planejamento Territorial

•
ISABELE GONÇALVES FIGUEIRA CAMPOS

•
Secretária Municipal de Fiscalização das Concessões e Contratos

•
CAPITÃO QOBM GIOVANE FONTES VALENGA

•
1º CIA/8º BBM

•
HALLESON RICARDO STIEGLITZ

•
Secretário Municipal de Inclusão

•
RAUL DA GAMA E SILVA LUCK

•
Controlador Geral do Município

•
CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA

•
Secretário Municipal de Administração

•
JOSÉ REIS DE FREITAS NETO

•
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

•
EDUARDO FELIPE MIRANDA

•
Secretário Municipal de Obras Públicas

•
THIAGO CASAS DO NASCIMENTO

•
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

•
CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO

•
Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

•
MARCIO LUIS PEDRERO VEGA

•
Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Abastecimento e Pesca

•
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO

•
Secretário Municipal de Saúde

•
ANDERSON WANDERCI PINTO BARBOSA

•
Secretário Municipal de Serviços Urbanos

•
LUIZ AUGUSTO PELLEGRINI DE CARVALHO

•
Secretário Municipal de Expansão Industrial e Portuária

•
FRANCISCO LEUDOMAR NOBREGA DOS SANTOS

•
Secretário Municipal de Segurança

•
CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA

•
Secretário Municipal de Trabalho e Inovação

•
FLÁVIA GARCIA QUADROS HACKE

•
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria

•
JOSÉ MIGUEL PEREIRA

•
Secretário Municipal de Esportes e Juventude

•
VERONICA MARODIM MARQUES

•
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

•
THIAGO THEMANSKI CAMPOS

•
Secretário Municipal de Governo

•
TIAGO FONTES CÉSAR LEAL

•
Procurador Geral do Município

•
DJ COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

•
Devanir Bernadino da Silveira

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:699B7974

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa daAutuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até21/09/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
AAQ1C17	277490W000042641	17/07/2026	55412
ADY7278	277490W000042787	20/07/2026	55412
AFW0E25	277490W000042714	18/07/2026	55412
AHQ5762	277490W000042738	20/07/2026	55412
AIA1227	277490W000042795	20/07/2026	55412

AID8150	277490W000042626	17/07/2026	55412
AIT5824	277490NIC0044872	14/07/2026	50020
AIX3759	277490W000042744	20/07/2026	55412
AJE8998	277490W000042627	17/07/2026	55412
AKR3570	277490W000042662	17/07/2026	55412
AKR3570	277490W000042779	20/07/2026	55412
AKX2E78	277490W000042775	20/07/2026	55412
ALC8J87	277490W000042715	18/07/2026	55412
ALH9817	277490W000042704	18/07/2026	55412
ALM8684	277490W000042749	20/07/2026	55412
ALR7H16	277490W000042796	20/07/2026	55412
ANJ0480	277490W000042670	17/07/2026	55412
AOH4493	277490W000042767	20/07/2026	55412
AOK6B37	277490W000042781	20/07/2026	55412
AOK6B37	277490W000042672	17/07/2026	55412
AOK6B37	277490W000042709	18/07/2026	55412
AOK6B37	277490W000042740	20/07/2026	55412
AON7567	277490W000042688	18/07/2026	55412
AOU7338	277490W000042790	20/07/2026	55412
AOY1D78	277490W000042726	20/07/2026	55412
APA4012	277490W000042636	17/07/2026	55412
APG9676	277490W000042621	17/07/2026	55412
APK7826	277490W000042659	17/07/2026	55412
APU6695	277490W000042718	18/07/2026	55412
APY9F34	277490W000042656	17/07/2026	55412
APZ2879	277490W000042730	20/07/2026	55412
AQA3B34	277490W000042616	17/07/2026	55412
AQN3494	277490W000042734	20/07/2026	55412
AQX7203	277490W000042772	20/07/2026	55412
AQY8299	277490W000042701	18/07/2026	55412
ARH2B76	277490W000042799	20/07/2026	55412
ARY0I98	277490W000042696	18/07/2026	55412
ARY0I98	277490W000042771	20/07/2026	55412
ARY0I98	277490W000042797	20/07/2026	55412
ARY6315	277490W000042708	18/07/2026	55412
ARY6315	277490W000042774	20/07/2026	55412
ASJ8490	277490W000042768	20/07/2026	55412
ASJ8490	277490W000042794	20/07/2026	55412
ASJ8490	277490W000042658	17/07/2026	55412
ASM2J38	277490W000042622	17/07/2026	55412
ASN8849	277490W000042681	17/07/2026	55412
ASO7556	277490W000042773	20/07/2026	55412
ASR7952	277490W000042690	18/07/2026	55412
ASR7952	277490W000042756	20/07/2026	55412
ASR7952	277490W000042729	20/07/2026	55412
ASZ8641	277490W000042699	18/07/2026	55412
ASZ9817	277490W000042680	17/07/2026	55412
ATI0527	277490W000042692	18/07/2026	55412
ATK8E57	277490W000042683	17/07/2026	55412
ATQ2515	277490W000042671	17/07/2026	55412
ATR1F06	277490W000042700	18/07/2026	55412
ATT9H61	277490W000042724	20/07/2026	55412
AUB1H52	277490NIC0044876	14/07/2026	50020
AVF0858	277490W000042652	17/07/2026	55412
AVK9F34	277490W000042712	18/07/2026	55412
AVK9F34	277490W000042661	17/07/2026	55412
AWB8298	277490W000042757	20/07/2026	55412
AWB8298	277490W000042742	20/07/2026	55412
AWB8298	277490W000042615	17/07/2026	55412
AWB8298	277490W000042647	17/07/2026	55412
AWB8298	277490W000042694	18/07/2026	55412
AWE6128	277490W000042618	17/07/2026	55412
AWE6128	277490W000042638	17/07/2026	55412
AWE6128	277490W000042678	17/07/2026	55412
AWE6128	277490W000042686	18/07/2026	55412
AXV3E26	277490W000042625	17/07/2026	55412
AXY9367	277490W000042698	18/07/2026	55412
AYA3H13	277490NIC0044864	14/07/2026	50020
AYB2G55	277490NIC0044880	14/07/2026	50020
AYO4H65	277490W000042731	20/07/2026	55412
AYU2G41	277490W000042653	17/07/2026	55412
AZB4B33	277490W000042697	18/07/2026	55412
AZD8J50	277490W000042753	20/07/2026	55412
AZG4F42	277490W000042758	20/07/2026	55412
AZL4191	277490W000042703	18/07/2026	55412
AZL4E33	277490NIC0044877	14/07/2026	50020
BAQ0F44	277490W000042623	17/07/2026	55412
BAQ5H64	277490NIC0044883	14/07/2026	50020
BBD1670	277490NIC0044874	14/07/2026	50020
BCG9A96	277490NIC0044879	14/07/2026	50020
BCG9A96	277490NIC0044878	14/07/2026	50020
BCS0H38	277490W000042786	20/07/2026	55412
BCS0H38	277490W000042746	20/07/2026	55412
BCT3G20	277490W000042792	20/07/2026	55412
BCT3G20	277490W000042639	17/07/2026	55412
BCT3G20	277490W000042765	20/07/2026	55412
BCT3G20	277490W000042669	17/07/2026	55412
BCU5F95	277490W000042766	20/07/2026	55412
BDK6F15	277490W000042610	17/07/2026	55412

BDU3I78	277490W000042759	20/07/2026	55412
BDY9B90	277490NIC0044871	14/07/2026	50020
BEJ7C29	277490W000042713	18/07/2026	55412
BEL3E74	277490NIC0044870	14/07/2026	50020
BRA1A66	277490NIC0044873	14/07/2026	50020
CQJ7F74	277490W000042640	17/07/2026	55412
CRU1188	277490W000042682	17/07/2026	55412
CYQ3290	277490W000042777	20/07/2026	55412
DKS2979	277490W000042723	20/07/2026	55412
DND5034	277490W000042609	17/07/2026	55412
DPY9462	277490W000042611	17/07/2026	55412
DQP4875	277490W000042677	17/07/2026	55412
DXG3481	277490W000042649	17/07/2026	55412
ECZ8516	277490W000042646	17/07/2026	55412
ECZ8516	277490W000042687	18/07/2026	55412
ECZ8516	277490W000042732	20/07/2026	55412
ECZ8516	277490W000042674	17/07/2026	55412
ECZ8516	277490W000042751	20/07/2026	55412
ECZ8516	277490W000042720	18/07/2026	55412
ECZ8516	277490W000042780	20/07/2026	55412
EDB2D03	277490W000042633	17/07/2026	55412
EWU1B83	277490W000042722	18/07/2026	55412
FDG5B00	277490W000042710	18/07/2026	55412
FLK6H73	277490W000042660	17/07/2026	55412
FSD2E45	277490W000042783	20/07/2026	55412
GTX3H25	277490W000042630	17/07/2026	55412
GVU6220	277490W000042657	17/07/2026	55412
HAA3F96	277490W000042645	17/07/2026	55412
HSB9387	277490W000042736	20/07/2026	55412
HSB9387	277490W000042624	17/07/2026	55412
HSB9387	277490W000042665	17/07/2026	55412
IRJ0C14	277490W000042628	17/07/2026	55412
IXH6B23	277490NIC0044884	14/07/2026	50020
IZT8J09	277490NIC0044891	14/07/2026	50020
LNO8867	277490W000042613	17/07/2026	55412
MBV8824	277490W000042679	17/07/2026	55412
MHR1828	277490W000042634	17/07/2026	55412
NCN8H91	277490NIC0044882	14/07/2026	50020
NOS4589	277490W000042721	18/07/2026	55412
QRW9A30	277490NIC0044881	14/07/2026	50020
RFK1H49	116100T003947253	28/07/2026	54870
RGM7J93	277490NIC0044887	14/07/2026	50020
RHE3F33	277490W000042642	17/07/2026	55412
RHE3F33	277490W000042770	20/07/2026	55412
RHJ1A51	277490NIC0044867	14/07/2026	50020
RHL2I87	277490W000042655	17/07/2026	55412
RHM3C94	277490W000042719	18/07/2026	55412
RHY1D51	277490NIC0044866	14/07/2026	50020
RWC1H20	277490W000042778	20/07/2026	55412
SDP0J20	277490NIC0044868	14/07/2026	50020
SDS6H08	277490NIC0044875	14/07/2026	50020
SDT6E25	277490W000042745	20/07/2026	55412
SDV5G47	277490NIC0044865	14/07/2026	50020
SEB0J30	277490W000042620	17/07/2026	55412
SEC8H52	277490W000042763	20/07/2026	55412
SED5B04	277490W000042664	17/07/2026	55412
SEF4A72	277490NIC0044863	14/07/2026	50020
SEI7H05	277490W000042648	17/07/2026	55412
SEO8C98	277490W000042725	20/07/2026	55412
SER2I83	277490W000042760	20/07/2026	55412
SEZ0I48	277490W000042635	17/07/2026	55412
SEZ8D35	277490W000042717	18/07/2026	55412
SFG7D34	277490W000042754	20/07/2026	55412
SFH1J46	277490W000042702	18/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000042750	20/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000042632	17/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000042789	20/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000042707	18/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000042735	20/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000042614	17/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000042764	20/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000042650	17/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000042685	18/07/2026	55412
TAM3H49	277490NIC0044869	14/07/2026	50020
TBL8E35	277490NIC0044885	14/07/2026	50020
TBP1E88	277490W000042689	18/07/2026	55412
TDL5E43	277490NIC0044886	14/07/2026	50020
UAT9E32	277490W000042793	20/07/2026	55412
UAW5D36	277490W000042667	17/07/2026	55412
UBF2D43	277490W000042752	20/07/2026	55412
UBF2D43	277490W000042791	20/07/2026	55412
UBF4H46	277490W000042705	18/07/2026	55412
UBM4A00	277490NIC0044892	14/07/2026	50020

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:A6738FB4

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida, com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍaté 24/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AAK4287	277490W000038303	05/05/2026	55412	R$ 195,23
ABJ5C95	277490W000038794	13/05/2026	55412	R$ 195,23
ABL9A05	277490W000038203	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ABL9A05	277490W000038297	05/05/2026	55412	R$ 195,23
ABZ0A18	277490F000208286	22/05/2026	60503	R$ 293,47
ACI0462	277490F000208090	21/05/2026	60503	R$ 293,47
ACM7A46	277490W000038420	07/05/2026	55412	R$ 195,23
ACS6E59	277490W000038402	06/05/2026	55412	R$ 195,23
ACS7E15	277490F000208101	21/05/2026	60503	R$ 293,47
ACX7155	277490W000038740	12/05/2026	55412	R$ 195,23
ADI4B25	277490F000208098	21/05/2026	60503	R$ 293,47
ADI4B25	277490F000208022	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AEJ9232	277490F000208318	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AEL3I09	277490F000208295	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AEN0199	277490F000208017	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AEQ9I92	277490W000038590	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AGI0H73	277490W000038596	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AGX3221	277490W000038553	08/05/2026	55412	R$ 195,23
AGY1724	277490W000038426	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AGZ2E61	277490W000038449	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AHC2938	277490W000038584	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AHE6727	277490W000038236	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AHF4D45	277490W000038586	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AHK9036	277490F000208246	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AHV4B74	277490W000038412	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AID6H20	277490W000038578	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AIJ1242	277490F000208110	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AIP9033	277490F000208093	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AIX2G04	277490W000038320	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AIY5610	277490W000038235	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AJC5272	277490W000038355	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AJJ0G37	277490W000038706	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AJL9944	277490W000038748	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AJP2518	277490W000038516	08/05/2026	55412	R$ 195,23
AJP2518	277490W000038919	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AJP2518	277490W000038326	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AJP2518	277490W000038478	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AJP2518	277490W000038491	08/05/2026	55412	R$ 195,23
AJQ8177	277490W000038329	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AJT7659	277490F000208207	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AJY3353	277490F000208091	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000208311	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000208158	23/05/2026	60503	R$ 293,47
AKB0985	277490F000208046	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AKC6462	277490F000208316	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AKE1877	277490W000038619	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AKG7192	277490F000208065	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AKG7I11	277490W000038635	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AKL9G03	277490W000038499	08/05/2026	55412	R$ 195,23
AKM1J77	277490W000038656	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AKM3C23	277490W000038813	13/05/2026	55412	R$ 195,23
AKM3C23	277490W000038725	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AKM3C23	277490W000038782	13/05/2026	55412	R$ 195,23
AKN8398	277490F000208053	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AKR3570	277490F000208289	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AKR3570	277490W000038675	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AKR3570	277490W000038691	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AKR3570	277490W000038209	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AKR3570	277490F000208066	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AKS9715	277490W000038634	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AKS9715	277490W000038289	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AKT3J61	277490F000208060	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AKX6326	277490W000038744	12/05/2026	55412	R$ 195,23
ALA4123	277490W000038190	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ALA4123	277490W000038211	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ALA4123	277490W000038241	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ALB9E02	277490F000208019	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ALB9E02	277490F000208027	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ALF5G62	277490W000038288	05/05/2026	55412	R$ 195,23
ALF8B01	277490W000038803	13/05/2026	55412	R$ 195,23
ALJ3I09	277490F000208063	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ALJ6H51	277490W000038345	06/05/2026	55412	R$ 195,23
ALJ8C56	277490W000038543	08/05/2026	55412	R$ 195,23
ALJ9194	277490W000038224	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ALL0C12	277490W000038876	14/05/2026	55412	R$ 195,23
ALL0C12	277490W000038603	11/05/2026	55412	R$ 195,23
ALM2346	277490W000038467	07/05/2026	55412	R$ 195,23
ALN6820	277490W000038261	05/05/2026	55412	R$ 195,23
ALQ0398	277490W000038582	11/05/2026	55412	R$ 195,23

ALR0567	277490W000038489	08/05/2026	55412	R$ 195,23
ALR7H16	277490W000038771	13/05/2026	55412	R$ 195,23
ALV2572	277490F000208036	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ALV8D03	277490W000038920	14/05/2026	55412	R$ 195,23
ALV9226	277490W000038287	05/05/2026	55412	R$ 195,23
ALW4092	277490W000038260	05/05/2026	55412	R$ 195,23
ALW4092	277490F000208077	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ALW4092	277490W000038479	07/05/2026	55412	R$ 195,23
ALX3759	277490W000038613	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AMB0D67	277490W000038484	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AMC6407	277490W000038468	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AMC6407	277490W000038678	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AME5503	277490W000038434	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AMJ6E99	277490W000038931	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AMK4695	277490F000208086	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AML0F06	277490W000038264	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AMS1I48	277490W000038662	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AMT2551	277490F000208020	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AMT2551	277490F000208076	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AMT2551	277490F000208185	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AMT3G48	277490W000038387	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AMV7812	277490W000038724	12/05/2026	55412	R$ 195,23
ANA9D35	277490W000038281	05/05/2026	55412	R$ 195,23
ANF3981	277490W000038659	11/05/2026	55412	R$ 195,23
ANF3981	277490W000038616	11/05/2026	55412	R$ 195,23
ANF3981	277490W000038587	11/05/2026	55412	R$ 195,23
ANL0432	277490W000038632	11/05/2026	55412	R$ 195,23
ANL2762	277490W000038903	14/05/2026	55412	R$ 195,23
ANM1132	277490F000208236	22/05/2026	60503	R$ 293,47
ANN6I57	277490F000208103	21/05/2026	60503	R$ 293,47
ANN9036	277490W000038394	06/05/2026	55412	R$ 195,23
ANR1247	277490W000038682	12/05/2026	55412	R$ 195,23
ANS1024	277490W000038196	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ANS9469	277490F000208061	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ANT5850	277490W000038924	14/05/2026	55412	R$ 195,23
ANT8G78	277490F000208094	21/05/2026	60503	R$ 293,47
ANT8I70	277490W000038469	07/05/2026	55412	R$ 195,23
ANV3743	277490W000038870	14/05/2026	55412	R$ 195,23
ANW1584	277490F000208276	22/05/2026	60503	R$ 293,47
ANW3793	277490W000038806	13/05/2026	55412	R$ 195,23
AOF2639	277490F000208147	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AOG9109	277490W000038604	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AOK6B37	277490W000038472	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AOK8518	277490W000038482	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AOM0456	277490W000038846	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AOM8887	277490W000038756	13/05/2026	55412	R$ 195,23
AON4162	277490W000038367	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AOT3613	277490F000208029	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AOT3613	277490F000208130	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000208294	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000208023	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AOW0868	277490W000038284	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AOZ8326	277490W000038788	13/05/2026	55412	R$ 195,23
AOZ8326	277490W000038318	05/05/2026	55412	R$ 195,23
APD8D74	277490W000038215	04/05/2026	55412	R$ 195,23
APF8370	277490W000038360	06/05/2026	55412	R$ 195,23
APG9676	277490W000038581	11/05/2026	55412	R$ 195,23
API7682	277490F000208085	20/05/2026	60503	R$ 293,47
APJ7600	277490F000208243	22/05/2026	60503	R$ 293,47
APN9805	277490W000038852	14/05/2026	55412	R$ 195,23
APO8944	277490W000038378	06/05/2026	55412	R$ 195,23
APQ8307	277490F000208067	20/05/2026	60503	R$ 293,47
APQ8307	277490F000208284	22/05/2026	60503	R$ 293,47
APQ9914	277490W000038941	14/05/2026	55412	R$ 195,23
APR4465	277490W000038879	14/05/2026	55412	R$ 195,23
APR6F65	277490F000208242	22/05/2026	60503	R$ 293,47
APX7I83	277490W000038532	08/05/2026	55412	R$ 195,23
APY8428	277490F000208136	21/05/2026	60503	R$ 293,47
APZ4670	277490W000038904	14/05/2026	55412	R$ 195,23
APZ4670	277490W000038514	08/05/2026	55412	R$ 195,23
APZ4670	277490W000038799	13/05/2026	55412	R$ 195,23
APZ4670	277490W000038383	06/05/2026	55412	R$ 195,23
APZ4670	277490W000038214	04/05/2026	55412	R$ 195,23
APZ4670	277490W000038400	06/05/2026	55412	R$ 195,23
APZ4870	277490W000038473	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AQA1F58	277490W000038593	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AQH9G21	277490W000038696	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AQK9282	277490W000038796	13/05/2026	55412	R$ 195,23
AQK9282	277490W000038721	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AQK9282	277490W000038907	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AQL4755	277490F000208040	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AQL6389	277490W000038732	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AQM1909	277490F000208193	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AQM8H84	277490W000038460	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AQS2C41	277490W000038840	13/05/2026	55412	R$ 195,23
AQY8F12	277490F000208240	22/05/2026	60503	R$ 293,47
ARB5367	277490F000208164	23/05/2026	60503	R$ 293,47
ARG6F99	277490W000038935	14/05/2026	55412	R$ 195,23
ARJ3552	277490F000208095	21/05/2026	60503	R$ 293,47

ARJ3552	277490F000208133	22/05/2026	60503	R$ 293,47
ARJ9E61	277490F000208114	21/05/2026	60503	R$ 293,47
ARN8124	277490F000208087	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ARP6894	277490W000038238	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ARP6D52	277490W000038389	06/05/2026	55412	R$ 195,23
ARP7204	277490W000038559	11/05/2026	55412	R$ 195,23
ARQ1E56	277490W000038723	12/05/2026	55412	R$ 195,23
ARQ8755	277490W000038629	11/05/2026	55412	R$ 195,23
ARR7113	277490W000038519	08/05/2026	55412	R$ 195,23
ARS8210	277490F000208277	22/05/2026	60503	R$ 293,47
ARS8210	277490F000208064	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ART6974	277490W000038432	07/05/2026	55412	R$ 195,23
ART9937	277490W000038439	07/05/2026	55412	R$ 195,23
ARZ3B65	277490W000038507	08/05/2026	55412	R$ 195,23
ASD6457	277490F000208049	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ASF0B33	277490W000038886	14/05/2026	55412	R$ 195,23
ASF7735	277490W000038877	14/05/2026	55412	R$ 195,23
ASF9J19	277490W000038778	13/05/2026	55412	R$ 195,23
ASI4063	277490F000208291	22/05/2026	60503	R$ 293,47
ASJ8490	277490W000038750	12/05/2026	55412	R$ 195,23
ASJ8490	277490W000038407	06/05/2026	55412	R$ 195,23
ASJ8490	277490W000038319	05/05/2026	55412	R$ 195,23
ASL3J09	277490W000038442	07/05/2026	55412	R$ 195,23
ASM2J55	277490F000208152	23/05/2026	60503	R$ 293,47
ASR7952	277490W000038887	14/05/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000038692	12/05/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000038493	08/05/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000038513	08/05/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000038674	12/05/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000038760	13/05/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000038921	14/05/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000038535	08/05/2026	55412	R$ 195,23
ASR7952	277490W000038872	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AST5E43	277490F000208209	22/05/2026	60503	R$ 293,47
ASU8315	277490W000038644	11/05/2026	55412	R$ 195,23
ASU9A70	277490W000038562	11/05/2026	55412	R$ 195,23
ASZ5910	277490W000038765	13/05/2026	55412	R$ 195,23
ASZ8A41	277490F000208170	23/05/2026	60503	R$ 293,47
ASZ9817	277490W000038918	14/05/2026	55412	R$ 195,23
ATA6E97	277490W000038645	11/05/2026	55412	R$ 195,23
ATA9614	277490W000038655	11/05/2026	55412	R$ 195,23
ATB1E38	277490W000038231	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ATB1E38	277490W000038443	07/05/2026	55412	R$ 195,23
ATB6602	277490W000038223	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ATB8248	277490W000038564	11/05/2026	55412	R$ 195,23
ATB8248	277490W000038910	14/05/2026	55412	R$ 195,23
ATB8248	277490W000038362	06/05/2026	55412	R$ 195,23
ATB8248	277490W000038856	14/05/2026	55412	R$ 195,23
ATB8248	277490W000038705	12/05/2026	55412	R$ 195,23
ATC6I89	277490F000208168	23/05/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000208319	22/05/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000208184	22/05/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000208140	22/05/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000208154	22/05/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000208317	22/05/2026	60503	R$ 293,47
ATG9H72	277490F000208156	23/05/2026	60503	R$ 293,47
ATK8E57	277490W000038606	11/05/2026	55412	R$ 195,23
ATM5359	277490W000038205	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ATM7B07	277490W000038239	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ATM8112	277490W000038356	06/05/2026	55412	R$ 195,23
ATM8817	277490W000038306	05/05/2026	55412	R$ 195,23
ATN6I84	277490W000038927	14/05/2026	55412	R$ 195,23
ATP6518	277490W000038526	08/05/2026	55412	R$ 195,23
ATQ2515	277490W000038247	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ATQ2515	277490W000038540	08/05/2026	55412	R$ 195,23
ATQ2515	277490W000038497	08/05/2026	55412	R$ 195,23
ATR6073	277490F000208031	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ATR6073	277490F000208030	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ATT8714	277490W000038769	13/05/2026	55412	R$ 195,23
ATY3520	277490W000038312	05/05/2026	55412	R$ 195,23
ATY3520	277490W000038237	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ATY3520	277490W000038200	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ATY3520	277490W000038461	07/05/2026	55412	R$ 195,23
ATY3520	277490W000038680	12/05/2026	55412	R$ 195,23
ATY3520	277490W000038714	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AUE3273	277490W000038335	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AUE8D26	277490W000038342	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AUJ6563	277490F000208171	22/05/2026	56732	R$ 130,16
AUK9253	277490W000038456	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AUL1D69	277490W000038474	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AUM6C26	277490W000038470	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AUR4561	277490W000038598	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AUR7901	277490W000038459	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AUW9621	277490W000038317	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AUW9621	277490F000208111	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AUW9621	277490W000038451	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AUW9621	277490W000038285	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AUW9621	277490W000038546	08/05/2026	55412	R$ 195,23
AUW9621	277490W000038633	11/05/2026	55412	R$ 195,23

AVB7F74	277490W000038654	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AVD3D75	277490W000038801	13/05/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000038457	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000038364	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000038429	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000038486	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000038763	13/05/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000038585	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000038825	13/05/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000038246	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000038885	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000038201	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AVK9F34	277490W000038528	08/05/2026	55412	R$ 195,23
AVL6965	277490W000038358	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AVL7266	277490W000038892	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AVN4506	277490F000208149	23/05/2026	60503	R$ 293,47
AVN5629	277490W000038864	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AVN8D36	277490W000038268	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AVO9980	277490F000208124	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AVT4E86	277490W000038463	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AVW4390	277490W000038462	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AWA6217	277490W000038524	08/05/2026	55412	R$ 195,23
AWB3J49	277490W000038818	13/05/2026	55412	R$ 195,23
AWC6550	277490F000208025	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AWC6550	277490W000038401	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AWC6G21	277490W000038574	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038371	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038331	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038338	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038390	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038212	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038702	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038444	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038909	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038253	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038508	08/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038518	08/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038575	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038197	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038611	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038790	13/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038647	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038487	08/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038728	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038751	13/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038410	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038417	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038861	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038309	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AWE6128	277490W000038466	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AWJ0A11	277490W000038848	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AWJ6872	277490W000038891	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AWK9A85	277490W000038845	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AWM7C77	277490W000038847	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AWM9338	277490W000038710	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AWM9338	277490W000038529	08/05/2026	55412	R$ 195,23
AWM9338	277490W000038334	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AWM9338	277490W000038267	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AWM9338	277490W000038450	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AWM9338	277490W000038304	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AWM9338	277490W000038353	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AWM9338	277490W000038860	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AWM9338	277490W000038666	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AWM9338	277490W000038908	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AWM9338	277490W000038495	08/05/2026	55412	R$ 195,23
AWM9338	277490W000038483	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AWQ2067	277490F000208290	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AWQ2J05	277490W000038265	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AWR3645	277490W000038344	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AXA7205	277490W000038589	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AXA8D84	277490W000038452	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AXC2697	277490W000038570	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AXC8773	277490F000208288	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AXD0F03	277490W000038210	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AXD5056	277490W000038198	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AXF6H53	277490W000038933	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AXF6H53	277490W000038899	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AXH5191	277490W000038453	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AXI2632	277490W000038416	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AXI8B98	277490F000208083	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AXJ8074	277490W000038576	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AXL5F33	277490W000038563	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AXQ0D94	277490W000038777	13/05/2026	55412	R$ 195,23
AXR4H30	277490W000038628	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AXR5454	277490W000038890	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AXR7G61	277490W000038610	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AXU4C42	277490F000208059	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AXU6484	277490W000038866	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AXW2D42	277490W000038824	13/05/2026	55412	R$ 195,23

AYA7947	277490W000038221	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AYE4H04	277490W000038321	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AYF6F22	277490W000038220	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AYH1F90	277490W000038296	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AYJ6708	277490W000038206	04/05/2026	55412	R$ 195,23
AYN9F60	277490W000038327	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AYO5H96	277490W000038406	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AYO8133	277490W000038294	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AYP3I80	277490W000038280	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AYP6I77	277490W000038380	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AYV5F28	277490W000038718	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AYY4G32	277490F000208163	23/05/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000208293	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000208169	23/05/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000208141	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AYZ0D81	277490W000038505	08/05/2026	55412	R$ 195,23
AZA4459	277490W000038827	13/05/2026	55412	R$ 195,23
AZC6G55	277490W000038731	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AZG9C64	277490F000208127	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AZK4944	277490W000038373	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AZK4944	277490W000038354	06/05/2026	55412	R$ 195,23
AZK5629	277490F000208157	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AZK6749	277490W000038797	13/05/2026	55412	R$ 195,23
AZK7E60	277490F000208129	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AZL4191	277490W000038652	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AZN4902	277490W000038695	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AZN8D66	277490F000208167	22/05/2026	60503	R$ 293,47
AZV3A74	277490W000038202	04/05/2026	55412	R$ 195,23
BAC5484	277490F000208015	20/05/2026	60503	R$ 293,47
BAE3H46	277490W000038554	08/05/2026	55412	R$ 195,23
BAE4H25	277490W000038700	12/05/2026	55412	R$ 195,23
BAN6122	277490W000038784	13/05/2026	55412	R$ 195,23
BAN6122	277490W000038366	06/05/2026	55412	R$ 195,23
BAQ0A59	277490F000208045	20/05/2026	60503	R$ 293,47
BAQ6J23	277490W000038627	11/05/2026	55412	R$ 195,23
BAW5299	277490W000038270	05/05/2026	55412	R$ 195,23
BAX5658	277490W000038243	04/05/2026	55412	R$ 195,23
BAY3C05	277490F000208135	22/05/2026	60503	R$ 293,47
BBH9E31	277490W000038310	05/05/2026	55412	R$ 195,23
BBH9I45	277490W000038225	04/05/2026	55412	R$ 195,23
BBI5D29	277490F000208062	20/05/2026	60503	R$ 293,47
BBJ6I55	277490W000038440	07/05/2026	55412	R$ 195,23
BBK4F76	277490W000038630	11/05/2026	55412	R$ 195,23
BBK4F76	277490W000038895	14/05/2026	55412	R$ 195,23
BBL6C24	277490W000038283	05/05/2026	55412	R$ 195,23
BBL6C24	277490W000038194	04/05/2026	55412	R$ 195,23
BBL9C06	277490W000038716	12/05/2026	55412	R$ 195,23
BBN8G73	277490W000038363	06/05/2026	55412	R$ 195,23
BBT3B44	277490W000038819	13/05/2026	55412	R$ 195,23
BBW1F29	277490W000038638	11/05/2026	55412	R$ 195,23
BBX9063	277490W000038832	13/05/2026	55412	R$ 195,23
BBY0429	277490W000038232	04/05/2026	55412	R$ 195,23
BBY0429	277490W000038631	11/05/2026	55412	R$ 195,23
BBY0429	277490W000038323	05/05/2026	55412	R$ 195,23
BBY0429	277490W000038726	12/05/2026	55412	R$ 195,23
BCB1C22	277490W000038408	06/05/2026	55412	R$ 195,23
BCB6C45	277490W000038741	12/05/2026	55412	R$ 195,23
BCC8G77	277490F000208134	21/05/2026	60503	R$ 293,47
BCD3647	277490W000038826	13/05/2026	55412	R$ 195,23
BCD3C27	277490W000038787	13/05/2026	55412	R$ 195,23
BCG1816	277490F000208073	20/05/2026	60503	R$ 293,47
BCH5B11	277490W000038571	11/05/2026	55412	R$ 195,23
BCN9I92	277490W000038477	07/05/2026	55412	R$ 195,23
BCS2E45	277490W000038226	04/05/2026	55412	R$ 195,23
BCT0F48	277490W000038500	08/05/2026	55412	R$ 195,23
BCT0F48	277490W000038332	05/05/2026	55412	R$ 195,23
BCT0F48	277490W000038809	13/05/2026	55412	R$ 195,23
BCT0F48	277490W000038727	12/05/2026	55412	R$ 195,23
BCU7F72	277490W000038545	08/05/2026	55412	R$ 195,23
BCV9H50	277490W000038701	12/05/2026	55412	R$ 195,23
BCX6E58	277490W000038438	07/05/2026	55412	R$ 195,23
BCY7G37	277490W000038259	04/05/2026	55412	R$ 195,23
BDA3I76	277490W000038207	04/05/2026	55412	R$ 195,23
BDB7F55	277490W000038271	05/05/2026	55412	R$ 195,23
BDE7E89	277490F000208099	21/05/2026	60503	R$ 293,47
BDE8E57	277490W000038455	07/05/2026	55412	R$ 195,23
BDG6H61	277490W000038664	12/05/2026	55412	R$ 195,23
BDH5I22	277490F000208112	21/05/2026	60503	R$ 293,47
BDM4F91	277490W000038838	13/05/2026	55412	R$ 195,23
BDM4G30	277490W000038447	07/05/2026	55412	R$ 195,23
BDQ1C36	277490W000038397	06/05/2026	55412	R$ 195,23
BEB1213	277490F000208100	21/05/2026	60503	R$ 293,47
BED5F37	277490W000038282	05/05/2026	55412	R$ 195,23
BEF3J62	277490W000038641	11/05/2026	55412	R$ 195,23
BEH2I59	277490W000038404	06/05/2026	55412	R$ 195,23
BEH4J78	277490W000038347	06/05/2026	55412	R$ 195,23
BEH6G36	277490W000038414	07/05/2026	55412	R$ 195,23
BEI4B68	277490W000038480	07/05/2026	55412	R$ 195,23
BEK7D21	277490F000208041	20/05/2026	60503	R$ 293,47

BEM1G52	277490W000038720	12/05/2026	55412	R$ 195,23
BEQ0B95	277490W000038464	07/05/2026	55412	R$ 195,23
BER2G67	277490W000038204	04/05/2026	55412	R$ 195,23
BER9H81	277490F000208115	21/05/2026	60503	R$ 293,47
BES3I02	277490W000038739	12/05/2026	55412	R$ 195,23
BET8D15	277490W000038722	12/05/2026	55412	R$ 195,23
BEV1F93	277490W000038418	07/05/2026	55412	R$ 195,23
BEV6I71	277490W000038669	12/05/2026	55412	R$ 195,23
BEV9F73	277490W000038485	07/05/2026	55412	R$ 195,23
BEW7E83	277490W000038911	14/05/2026	55412	R$ 195,23
BEX0E28	277490W000038661	11/05/2026	55412	R$ 195,23
BHP1F13	277490F000208109	21/05/2026	60503	R$ 293,47
BKE5D83	277490W000038775	13/05/2026	55412	R$ 195,23
BLC9850	277490W000038719	12/05/2026	55412	R$ 195,23
BMD4G11	277490W000038622	11/05/2026	55412	R$ 195,23
BPY7915	277490W000038717	12/05/2026	55412	R$ 195,23
BQV1512	277490W000038301	05/05/2026	55412	R$ 195,23
BQZ4D28	277490W000038311	05/05/2026	55412	R$ 195,23
BQZ4D28	277490W000038277	05/05/2026	55412	R$ 195,23
CAG5280	277490W000038290	05/05/2026	55412	R$ 195,23
CCP5080	277490F000208037	20/05/2026	60503	R$ 293,47
CDM8C89	277490W000038255	04/05/2026	55412	R$ 195,23
CEE5995	277490F000208189	22/05/2026	60503	R$ 293,47
CEN7198	277490W000038577	11/05/2026	55412	R$ 195,23
CEN7198	277490W000038615	11/05/2026	55412	R$ 195,23
CEN7198	277490W000038658	11/05/2026	55412	R$ 195,23
CEN7198	277490W000038936	14/05/2026	55412	R$ 195,23
CEV3215	277490F000208102	21/05/2026	60503	R$ 293,47
CFH5293	277490W000038614	11/05/2026	55412	R$ 195,23
CHH7142	277490W000038300	05/05/2026	55412	R$ 195,23
CHW5931	277490W000038914	14/05/2026	55412	R$ 195,23
CHW5931	277490W000038537	08/05/2026	55412	R$ 195,23
CHW5931	277490W000038889	14/05/2026	55412	R$ 195,23
CHW5931	277490W000038795	13/05/2026	55412	R$ 195,23
CHW5931	277490W000038857	14/05/2026	55412	R$ 195,23
CHW5931	277490W000038755	13/05/2026	55412	R$ 195,23
CHW5931	277490W000038273	05/05/2026	55412	R$ 195,23
CHW5931	277490W000038295	05/05/2026	55412	R$ 195,23
CIJ9F02	277490W000038504	08/05/2026	55412	R$ 195,23
CKZ2637	277490W000038510	08/05/2026	55412	R$ 195,23
CNN5H73	277490W000038821	13/05/2026	55412	R$ 195,23
CNR8239	277490F000208043	20/05/2026	60503	R$ 293,47
CPM3440	277490F000208105	21/05/2026	60503	R$ 293,47
CPM3440	277490W000038458	07/05/2026	55412	R$ 195,23
CPW4D25	277490W000038742	12/05/2026	55412	R$ 195,23
CQD6308	277490W000038785	13/05/2026	55412	R$ 195,23
CQY9710	277490F000208097	21/05/2026	60503	R$ 293,47
CRI0E91	277490W000038858	14/05/2026	55412	R$ 195,23
CTI3F25	277490W000038376	06/05/2026	55412	R$ 195,23
CYB4D23	277490F000208148	22/05/2026	60503	R$ 293,47
CYJ6608	277490F000208078	20/05/2026	60503	R$ 293,47
CYY9981	277490F000208237	22/05/2026	56732	R$ 130,16
CZJ3G78	277490W000038820	13/05/2026	55412	R$ 195,23
CZU3D01	277490W000038685	12/05/2026	55412	R$ 195,23
DAN3F94	277490W000038199	04/05/2026	55412	R$ 195,23
DDX5179	277490W000038413	07/05/2026	55412	R$ 195,23
DDX5179	277490W000038503	08/05/2026	55412	R$ 195,23
DED3249	277490W000038912	14/05/2026	55412	R$ 195,23
DEF2188	277490F000208079	20/05/2026	60503	R$ 293,47
DEZ4817	277490W000038250	04/05/2026	55412	R$ 195,23
DFC4604	277490W000038382	06/05/2026	55412	R$ 195,23
DFV7294	277490W000038547	08/05/2026	55412	R$ 195,23
DGC2C64	277490W000038379	06/05/2026	55412	R$ 195,23
DGV4422	277490W000038188	04/05/2026	55412	R$ 195,23
DGV4422	277490W000038230	04/05/2026	55412	R$ 195,23
DHU5332	277490W000038275	05/05/2026	55412	R$ 195,23
DIP6202	277490F000208142	21/05/2026	60503	R$ 293,47
DJC7D83	277490W000038561	11/05/2026	55412	R$ 195,23
DKS2979	277490W000038676	12/05/2026	55412	R$ 195,23
DKS2979	277490W000038580	11/05/2026	55412	R$ 195,23
DKS2979	277490W000038502	08/05/2026	55412	R$ 195,23
DNP0837	277490W000038359	06/05/2026	55412	R$ 195,23
DNP0837	277490W000038192	04/05/2026	55412	R$ 195,23
DNP0837	277490W000038671	12/05/2026	55412	R$ 195,23
DOC9G27	277490W000038521	08/05/2026	55412	R$ 195,23
DQK9F01	277490W000038834	13/05/2026	55412	R$ 195,23
DTE9562	277490W000038595	11/05/2026	55412	R$ 195,23
DTL8894	277490F000208188	22/05/2026	60503	R$ 293,47
DTL8894	277490W000038712	12/05/2026	55412	R$ 195,23
DWF5357	277490W000038594	11/05/2026	55412	R$ 195,23
DXI3067	277490W000038548	08/05/2026	55412	R$ 195,23
EBD1D02	277490W000038583	11/05/2026	55412	R$ 195,23
EBY9143	277490F000208238	22/05/2026	60503	R$ 293,47
EBY9143	277490W000038828	13/05/2026	55412	R$ 195,23
ECZ8516	277490W000038433	07/05/2026	55412	R$ 195,23
ECZ8516	277490W000038349	06/05/2026	55412	R$ 195,23
EDN1G36	277490W000038679	12/05/2026	55412	R$ 195,23
EET2E02	277490W000038343	06/05/2026	55412	R$ 195,23
EEW0760	277490W000038837	13/05/2026	55412	R$ 195,23

EGC1628	277490W000038286	05/05/2026	55412	R$ 195,23
EGT3A97	277490W000038836	13/05/2026	55412	R$ 195,23
EGT3A97	277490W000038249	04/05/2026	55412	R$ 195,23
EIP8652	277490W000038424	07/05/2026	55412	R$ 195,23
EMD4G46	277490W000038681	12/05/2026	55412	R$ 195,23
ENG2F55	277490W000038602	11/05/2026	55412	R$ 195,23
ENQ3D07	277490W000038913	14/05/2026	55412	R$ 195,23
EOF8G77	277490F000208287	22/05/2026	60503	R$ 293,47
EOL9J03	277490F000208096	21/05/2026	60503	R$ 293,47
EOR5J74	277490W000038399	06/05/2026	55412	R$ 195,23
EOR5J74	277490W000038251	04/05/2026	55412	R$ 195,23
EOR5J74	277490W000038660	11/05/2026	55412	R$ 195,23
EOW0D37	277490W000038337	06/05/2026	55412	R$ 195,23
ERQ5A92	277490W000038517	08/05/2026	55412	R$ 195,23
ESY0I38	277490W000038436	07/05/2026	55412	R$ 195,23
ETN1C66	277490W000038648	11/05/2026	55412	R$ 195,23
EUE1J81	277490W000038873	14/05/2026	55412	R$ 195,23
EVO3C26	277490W000038649	11/05/2026	55412	R$ 195,23
EWN8B49	277490W000038807	13/05/2026	55412	R$ 195,23
EWN8B49	277490W000038901	14/05/2026	55412	R$ 195,23
EWN8B49	277490W000038392	06/05/2026	55412	R$ 195,23
EWN8B49	277490W000038937	14/05/2026	55412	R$ 195,23
EWN8B49	277490W000038839	13/05/2026	55412	R$ 195,23
EXF9494	277490W000038743	12/05/2026	55412	R$ 195,23
EYW4D53	277490W000038893	14/05/2026	55412	R$ 195,23
FDG1C56	277490W000038882	14/05/2026	55412	R$ 195,23
FEP7C25	277490W000038808	13/05/2026	55412	R$ 195,23
FFF0H93	277490W000038525	08/05/2026	55412	R$ 195,23
FGR4F30	277490F000208155	23/05/2026	60503	R$ 293,47
FJD3E08	277490F000208225	22/05/2026	60503	R$ 293,47
FLE0I66	277490W000038707	12/05/2026	55412	R$ 195,23
FLS4E37	277490F000208016	20/05/2026	60503	R$ 293,47
FLS4E37	277490F000208057	20/05/2026	60503	R$ 293,47
FMS1H29	277490W000038398	06/05/2026	55412	R$ 195,23
FNS8G67	277490F000208194	22/05/2026	60503	R$ 293,47
FRT8F82	277490F000208048	20/05/2026	60503	R$ 293,47
FTG3C02	277490W000038928	14/05/2026	55412	R$ 195,23
FTG3C02	277490W000038305	05/05/2026	55412	R$ 195,23
FUQ5341	277490W000038244	04/05/2026	55412	R$ 195,23
FYJ8933	277490W000038612	11/05/2026	55412	R$ 195,23
FZM3F56	277490W000038894	14/05/2026	55412	R$ 195,23
FZM3F56	277490W000038608	11/05/2026	55412	R$ 195,23
GBP8A30	277490F000208034	20/05/2026	60503	R$ 293,47
GER9E53	277490W000038767	13/05/2026	55412	R$ 195,23
GIN3D37	277490W000038252	04/05/2026	55412	R$ 195,23
GJY5B57	277490W000038874	14/05/2026	55412	R$ 195,23
GSF2343	277490W000038217	04/05/2026	55412	R$ 195,23
GUE5A23	277490F000208032	20/05/2026	60503	R$ 293,47
HAM4F80	277490W000038688	12/05/2026	55412	R$ 195,23
HDH0683	277490W000038386	06/05/2026	55412	R$ 195,23
HKT7I76	277490W000038599	11/05/2026	55412	R$ 195,23
HNH6I90	277490F000208144	21/05/2026	60503	R$ 293,47
HRD5399	277490W000038441	07/05/2026	55412	R$ 195,23
HRJ5E58	277490F000208244	22/05/2026	60503	R$ 293,47
HRK5808	277490F000208314	22/05/2026	60503	R$ 293,47
HSM9J26	277490W000038522	08/05/2026	55412	R$ 195,23
HSM9J26	277490W000038346	06/05/2026	55412	R$ 195,23
HSZ5544	277490W000038607	11/05/2026	55412	R$ 195,23
HTP8200	277490W000038279	05/05/2026	55412	R$ 195,23
ILW2H23	277490W000038871	14/05/2026	55412	R$ 195,23
IOT9B90	277490W000038747	12/05/2026	55412	R$ 195,23
IUU7A92	277490W000038597	11/05/2026	55412	R$ 195,23
IXH6B23	277490W000038772	13/05/2026	55412	R$ 195,23
JEC3D59	277490W000038219	04/05/2026	55412	R$ 195,23
JGM2286	277490W000038541	08/05/2026	55412	R$ 195,23
JGV2B90	277490W000038709	12/05/2026	55412	R$ 195,23
JSF7338	277490W000038568	11/05/2026	55412	R$ 195,23
JSF7338	277490W000038617	11/05/2026	55412	R$ 195,23
JSS1F52	277490F000208196	22/05/2026	60503	R$ 293,47
KIZ4H77	277490W000038766	13/05/2026	55412	R$ 195,23
KIZ4H77	277490W000038348	06/05/2026	55412	R$ 195,23
KZT5A58	277490F000208081	20/05/2026	60503	R$ 293,47
LCB3C79	277490W000038761	13/05/2026	55412	R$ 195,23
LMB4A61	277490W000038245	04/05/2026	55412	R$ 195,23
LYR5A53	277490W000038713	12/05/2026	55412	R$ 195,23
LZR2A82	277490F000208070	20/05/2026	60503	R$ 293,47
MBL6I22	277490W000038523	08/05/2026	55412	R$ 195,23
MCO5147	277490W000038774	13/05/2026	55412	R$ 195,23
MCS3046	277490W000038351	06/05/2026	55412	R$ 195,23
MCS3046	277490F000208275	22/05/2026	60503	R$ 293,47
MCS3046	277490F000208210	22/05/2026	60503	R$ 293,47
MCZ1F47	277490F000208121	21/05/2026	60503	R$ 293,47
MDF2E43	277490F000208151	23/05/2026	60503	R$ 293,47
MDY3C18	277490F000208187	22/05/2026	60503	R$ 293,47
MDY3C18	277490F000208324	22/05/2026	60503	R$ 293,47
MGR5J54	277490W000038431	07/05/2026	55412	R$ 195,23
MHD3495	277490F000208165	22/05/2026	60503	R$ 293,47
MHU9592	277490F000208123	21/05/2026	60503	R$ 293,47
MHU9592	277490F000208274	22/05/2026	60503	R$ 293,47

MII8H02	277490F000208051	20/05/2026	60503	R$ 293,47
MPZ5J12	277490F000208241	22/05/2026	60503	R$ 293,47
NDO5B61	277490W000038786	13/05/2026	55412	R$ 195,23
NHG5067	277490W000038395	06/05/2026	55412	R$ 195,23
NME5657	277490W000038494	08/05/2026	55412	R$ 195,23
NOS4589	277490W000038357	06/05/2026	55412	R$ 195,23
NQD1H73	277490W000038715	12/05/2026	55412	R$ 195,23
NRQ7043	277490W000038639	11/05/2026	55412	R$ 195,23
NVO3620	277490W000038430	07/05/2026	55412	R$ 195,23
NWM2J08	277490W000038393	06/05/2026	55412	R$ 195,23
OIX7J47	277490W000038780	13/05/2026	55412	R$ 195,23
OOI7I45	277490W000038708	12/05/2026	55412	R$ 195,23
OOK5C24	277490F000208153	23/05/2026	60503	R$ 293,47
OQU9J33	277490W000038650	11/05/2026	55412	R$ 195,23
PIB4354	277490W000038369	06/05/2026	55412	R$ 195,23
PQQ0F52	277490W000038328	05/05/2026	55412	R$ 195,23
PWQ2H74	277490W000038445	07/05/2026	55412	R$ 195,23
QAE9F82	277490W000038555	08/05/2026	55412	R$ 195,23
QAV0A32	277490F000208014	20/05/2026	60503	R$ 293,47
QLH3D21	277490W000038208	04/05/2026	55412	R$ 195,23
QNU0923	277490W000038798	13/05/2026	55412	R$ 195,23
QQG4H04	277490W000038697	12/05/2026	55412	R$ 195,23
QUC4I98	277490F000208306	22/05/2026	60503	R$ 293,47
QUN3E25	277490F000208172	22/05/2026	60503	R$ 293,47
REY9J97	277490W000038229	04/05/2026	55412	R$ 195,23
RHD5E33	277490W000038830	13/05/2026	55412	R$ 195,23
RHD5E33	277490W000038783	13/05/2026	55412	R$ 195,23
RHD5E33	277490W000038915	14/05/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000038738	12/05/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000038646	11/05/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000038703	12/05/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000038926	14/05/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000038307	05/05/2026	55412	R$ 195,23
RHE3F33	277490W000038542	08/05/2026	55412	R$ 195,23
RHI2J25	277490W000038672	12/05/2026	55412	R$ 195,23
RHU8A71	277490W000038878	14/05/2026	55412	R$ 195,23
RHW1B25	277490W000038822	13/05/2026	55412	R$ 195,23
RHY5E11	277490W000038754	13/05/2026	55412	R$ 195,23
RHZ1F21	277490F000208054	20/05/2026	60503	R$ 293,47
RMF0B76	277490W000038272	05/05/2026	55412	R$ 195,23
RMU7D89	277490F000208183	22/05/2026	60503	R$ 293,47
RPS4B91	277490W000038339	06/05/2026	55412	R$ 195,23
RTR9H78	277490F000208245	22/05/2026	60503	R$ 293,47
RVO8I71	277490W000038396	06/05/2026	55412	R$ 195,23
SDJ9F99	277490F000208309	22/05/2026	60503	R$ 293,47
SDQ1E67	277490W000038814	13/05/2026	55412	R$ 195,23
SDQ1I80	277490W000038428	07/05/2026	55412	R$ 195,23
SDR3J94	277490W000038793	13/05/2026	55412	R$ 195,23
SDU4G05	277490W000038733	12/05/2026	55412	R$ 195,23
SDV5G47	277490F000208118	21/05/2026	60503	R$ 293,47
SDX7G01	277490W000038262	05/05/2026	55412	R$ 195,23
SEB5B13	277490W000038749	12/05/2026	55412	R$ 195,23
SEI5F69	277490W000038746	12/05/2026	55412	R$ 195,23
SEI7H92	277490W000038322	05/05/2026	55412	R$ 195,23
SEI8A38	277490F000208024	20/05/2026	60503	R$ 293,47
SER1D41	277490F000208056	20/05/2026	60503	R$ 293,47
SER2H04	277490F000208120	21/05/2026	60503	R$ 293,47
SEV4G67	277490F000208296	22/05/2026	60503	R$ 293,47
SEY7A71	277490W000038435	07/05/2026	55412	R$ 195,23
SEY7H71	277490W000038544	08/05/2026	55412	R$ 195,23
SFA6E26	277490F000208132	22/05/2026	60503	R$ 293,47
SFC7A25	277490F000208042	20/05/2026	60503	R$ 293,47
SFD2I66	277490W000038781	13/05/2026	55412	R$ 195,23
SFE6G18	277490W000038266	05/05/2026	55412	R$ 195,23
SFF1A14	277490W000038498	08/05/2026	55412	R$ 195,23
SFH0D44	277490W000038448	07/05/2026	55412	R$ 195,23
SFI8G11	277490W000038906	14/05/2026	55412	R$ 195,23
SFM3B84	277490W000038227	04/05/2026	55412	R$ 195,23
SFN4I39	277490W000038531	08/05/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000038375	06/05/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000038520	08/05/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000038437	07/05/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000038753	13/05/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000038939	14/05/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000038350	06/05/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000038567	11/05/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000038511	08/05/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000038789	13/05/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000038620	11/05/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000038665	12/05/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000038704	12/05/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000038810	13/05/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000038855	14/05/2026	55412	R$ 195,23
SFO4J12	277490W000038888	14/05/2026	55412	R$ 195,23
SFZ2H66	277490W000038314	05/05/2026	55412	R$ 195,23
SWB1G11	277490W000038316	05/05/2026	55412	R$ 195,23
SWB1G11	277490W000038299	05/05/2026	55412	R$ 195,23
SWG0C01	277490F000208310	22/05/2026	60503	R$ 293,47
TAJ2J13	277490W000038425	07/05/2026	55412	R$ 195,23

TAM6J49	277490W000038843	13/05/2026	55412	R$ 195,23
TAN5H73	277490W000038859	14/05/2026	55412	R$ 195,23
TAR8G93	277490F000208050	20/05/2026	60503	R$ 293,47
TAT3I70	277490W000038592	11/05/2026	55412	R$ 195,23
TAT7I98	277490F000208139	22/05/2026	60503	R$ 293,47
TAU8C92	277490F000208150	23/05/2026	60503	R$ 293,47
TAV9G77	277490W000038897	14/05/2026	55412	R$ 195,23
TAY7H23	277490W000038916	14/05/2026	55412	R$ 195,23
TBA3C00	277490W000038536	08/05/2026	55412	R$ 195,23
TBA7C45	277490F000208071	20/05/2026	60503	R$ 293,47
TBC4A23	277490W000038929	14/05/2026	55412	R$ 195,23
TBE5G48	277490F000208285	22/05/2026	60503	R$ 293,47
TBE7E08	277490F000208104	21/05/2026	60503	R$ 293,47
TBG4A38	277490W000038677	12/05/2026	55412	R$ 195,23
TBJ8E96	277490W000038923	14/05/2026	55412	R$ 195,23
TBK7I97	277490F000208075	20/05/2026	60503	R$ 293,47
TBM6I44	277490F000208047	20/05/2026	60503	R$ 293,47
TBN9H48	277490W000038815	13/05/2026	55412	R$ 195,23
TBN9H48	277490W000038773	13/05/2026	55412	R$ 195,23
TBP4F39	277490F000208088	21/05/2026	60503	R$ 293,47
TBS8B89	277490W000038905	14/05/2026	55412	R$ 195,23
TBT8E05	277490F000208227	22/05/2026	60503	R$ 293,47
TBU0E52	277490F000208122	21/05/2026	60503	R$ 293,47
TBU0I91	277490W000038900	14/05/2026	55412	R$ 195,23
TBU4C10	277490F000208146	21/05/2026	60503	R$ 293,47
TBV6I60	277490F000208190	22/05/2026	60503	R$ 293,47
TDR8D00	277490F000208192	22/05/2026	60503	R$ 293,47
TKV3H58	277490W000038506	08/05/2026	55412	R$ 195,23
UAU7J04	277490F000208131	21/05/2026	60503	R$ 293,47
UAZ0F66	277490F000208113	21/05/2026	60503	R$ 293,47
UAZ7J84	277490F000208072	20/05/2026	60503	R$ 293,47
UBF0G73	277490W000038222	04/05/2026	55412	R$ 195,23
UBI0G68	277490W000038804	13/05/2026	55412	R$ 195,23
UBL8D34	277490F000208044	20/05/2026	60503	R$ 293,47
UBM3G77	277490F000208089	21/05/2026	60503	R$ 293,47
UBN1D52	277490W000038896	14/05/2026	55412	R$ 195,23
UBO2C54	277490W000038930	14/05/2026	55412	R$ 195,23
UBP0J78	277490F000208223	22/05/2026	60503	R$ 293,47
UBP0J78	277490F000208283	22/05/2026	60503	R$ 293,47
UBQ7A23	277490F000208084	20/05/2026	60503	R$ 293,47
UBT1F35	277490F000208143	21/05/2026	60503	R$ 293,47
UBU0E94	277490F000208138	22/05/2026	56732	R$ 130,16
UBW3F63	277490W000038875	14/05/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:296A89A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026

Eu, THAIS SOARES DA SILVA, Diretora Especial de Compras do Município de Paranavaí no uso das atribuições que me são conferidas por delegação, por meio do Decreto Municipal nº 24.731/2023, em face da legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Agente de Contratação:

HOMOLOGO

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Concorrência Eletrônica 05/2026, o participante:

R. MARTINS GARCIA CONSTRUCAO CIVIL - LTDA					
Lote: 1 - Contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução das obras de construção de infraestrutura urbana de lazer "Meu Campinho Multimódulos", no âmbito do Programa Paraná Cidade, conforme estabelecido no Convênio nº 117/2026 - SECID					
Item	**Produto**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	Contratação de Empresa Especializada em Construção Civil para Construção de Infraestrutura Urbana de Lazer "Meu Campinho Multimódulos", localizado na Rua Mario Miola, s/n, Residencial Luiz Lorenzetti, Paranavaí-PR, CEP: 87712-509	UND	1	R$ 934.400,00	R$ 934.400,00
Total Geral					**R$** 934.400,00

Paranavaí, 05 de agosto de 2026.

THAIS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Fabiana Hillmann Militão
Código Identificador:8A459E80

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 12/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Compras e Contratos
Termo Homologação - Termo de Homologação - Modificado

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 3039
Ano - Minuta - Licitação: 2026 Número - Minuta - Licitação: 89 codigoCliente: 3039 anoMinuta: 2026 cotaCredenciamento: Não

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Concorrência Eletrônica
Para Obras e Serviços de Engenharia
12/2026
Processo Administrativo: 79/2026

Eu, **THAIS SOARES DA SILVA,** Diretora Especial de Compras do Município de Paranavaí no uso das atribuições que me são conferidas po delegação, por meio do Decreto Municipal nº 24.731/2023, em face da legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021, a vista do parece conclusivo exarado pelo Agente de Contratação.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Concorrência Eletrônica nº. 12/2026, o(s participante(s):

Vencedores dos Itens						
2778491 - EXPERTPRIME SERVIÇOS LTDA						
Lote: 1 - Contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução das obras de construção de infraestrutura urbana de laze						
"Meu Campinho Multimódulos", no âmbito do Programa Paraná CIdade, conforme estabelecido no Convênio nº 454/2026 - SECID.						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	Contratação de Empresa Especializada em Construção Civil para Construção de Infraestrutura Urbana de Lazer "Meu Campinho Multimódulos", localizado na Avenida Carlos Gomes, s/n, Lote 01/16 Quadra 164, Jardim São Jorge, Paranavaí-PR	UND		1	R$2.042.995,29	R$2.042.995,29
Total do Fornecedor:						R$2.042.995,29

Paranavaí, 5 de agosto de 2026

THAIS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Andrew Picioneri Salme
Código Identificador:82F74F2E

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO - CALÇADAS

Por ter infringido o Código de Posturas do Município de Paranavaí, Lei Complementar n° 095/2025, o disposto no Art. 135°: ***"****Os proprietários de imóveis que tenham frente para logradouros pavimentados ou beneficiados pela construção de meios-fios são obrigados a construir os respectivos muros, pavimentar e conservar os passeios e implementar a arborização destes, de acordo com padronização da Lei Municipal do Sistema Viário.*
Parágrafo único*. Nos termos da legislação vigente, quando for permitida a utilização de gramas como parte integrante do passeio público, estas deverão cobrir integralmente as áreas destinadas ao plantio, de modo a impedir o deslocamento de areia, terra, barro ou outros materiais para a calçada, via pública ou propriedades vizinhas, sendo vedado o plantio de grama de forma espaçada, irregular ou descontínua."*

Razão porque, na forma da Lei, lavrei o presente Auto de Infração e Notificação, intimando-o a corrigir a falta que originou a presente, **no prazo de 30 (NOVENTA) DIAS** à partir da publicação desta. O proprietário não providenciando a execução das obras e consertos de muros e calçadas nos prazos referidos, será aplicada multa no valor de **R$923,03 (Novecentos e vinte e três reais e três centavos),** conforme Lei Complementar nº 095/2025.

A execução do solicitado por parte do autuado, dentro do prazo estabelecido acarretará, após vistoria, no cancelamento deste Auto de Infração e Notificação.
Observação: Caso o serviço já tenha sido executado, favor desconsiderar o presente feito.

NOT.	PROPRIETÁRIO	QUADRA	LOTE	BAIRRO
161	ISMAEL FERMIANO DA SILVA	65	17	JD. DA NAÇÕES I
162	ADRIANO RIBEIRO DE SOUZA	69	03	JD. DA NAÇÕES I
163	CARLOS ANICETO	69	04	JD. DA NAÇÕES I
164	SHEILA RHEINHEIMER	98	LOTE 17/PARTE/17/18-REM	CENTRO
165	PAULO TOYOKAWA	97	L 11/12-REM-A	CENTRO
166	MB AGROPECUARIA LTDA	98-A	+4R2 (LOTE 3/4 REM II)	CHACARA 14
167	ALEXANDRE CORREA DA COSTA MOTA	QUAD	A1	JD. SAN FERNANDO
168	CARLOS FERNANDES JUNIOR	QUAD	A2	JD. SAN FERNANDO
169	MELO DE PAULA ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS LTDA	04	B	JD. SAN FERNANDO
170	AGROPECUARIA SAMAMBAIA LTDA ME	CHAC	C	JD. SAN FERNANDO
171	PAULO ROBERTO MORTATI	CHAC	D	JD. SAN FERNANDO
172	REGIS ROGERIO VICENTE SARTORI	CHAC	A3A	JD. SAN FERNANDO
172	FABRICIO PARRA GARCIA	CHAC	A3A	JD. SAN FERNANDO
172	MARIA BETANIA MEDEIROS SARTORI	CHAC	A3A	JD. SAN FERNANDO
173	PATRICIA HELENA DA SILVA SANTOS	CHAC	ERB	JD. SAN FERNANDO
174	MARCOS ROMERO VILACA JUNIOR	CHAC	A2	JD. SAN FERNANDO
174	MARCOS ROMERO VILACA JUNIOR	CHAC	A2	JD. SAN FERNANDO
175	MARCOS ROMERO VILACA JUNIOR	CHAC	A1	JD. SAN FERNANDO
175	MARCOS ROMERO VILACA JUNIOR	CHAC	A1	JD. SAN FERNANDO
176	LUIZ CARLOS KUSIAK	CHAC	ERC	JD. SAN FERNANDO
177	MAURICIO MASSASHI SEKO	CHAC	F	JD. SAN FERNANDO
178	ADEMIR FRAILE BONFIM	61	16	CENTRO
178	ADEMIR FRAILE BONFIM	61	16	CENTRO

178	CLAURENE SIMARA SAMPAIO BONFIM	61	16	CENTRO
179	NASSIM MARIA ISMAIL	79	10B	CENTRO
179	CARLOS DOBIS (ESPÓLIO)	79	10B	CENTRO
179	FATIMA ESMAIL	79	10B	CENTRO
179	IRAIG ESMAIL	79	10B	CENTRO
179	IRATIBE ISMAIL DOBIS	79	10B	CENTRO
180	KEINE BERNADOQUI JOAQUIM	02	15	JD. VITORIA
181	SORDI ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA	02	16	JD. VITORIA
182	JOSE CARLOS PALO JANEIRO	CHAC.	97-C-1 (LOTE 97-C-1 - SUBD DO LOTE 97-C)	CHACARA DIVERSAS
182	JOSE CARLOS PALO JANEIRO	CHAC.	97-C-1 (LOTE 97-C-1 - SUBD DO LOTE 97-C)	CHACARA DIVERSAS
183	ANTONIO SOUZA DOS SANTOS	10	19	JARDIM PROGRESSO
184	(ESPÓLIO) DOMINGOS MILANI	01	29	JARDIM PROGRESSO
185	CATARINA YONEYAMA	02	04	JARDIM PROGRESSO
186	JOÃO EGIDIO DA SILVA	3	1A	JD. BRASILIA
187	MARCELO FAVARON ALVES	19	04	JD. IGUAÇU
188	MILTON RIOITI FURUKITA	02	08	VILA MARIA
188	MILTON RIOITI FURUKITA	02	08	VILA MARIA
188	MILTON RIOITI FURUKITA	02	08	VILA MARIA
189	MILTON RIOITI FURUKITA	02	07	VILA MARIA
189	MILTON RIOITI FURUKITA	02	07	VILA MARIA
189	MILTON RIOITI FURUKITA	02	07	VILA MARIA
190	MILTON RIOITI FURUKITA	02	06	VILA MARIA
190	MILTON RIOITI FURUKITA	02	06	VILA MARIA
190	MILTON RIOITI FURUKITA	02	06	VILA MARIA
191	EDSON APARECIDO GOMES	21	04	JD. IGUAÇU
192	MARCIA HITOMI MIAMOTO FUKUHARA	02	02	JD. IBIRAPUERA I
193	ELIZABETH VANI MESTRINER DE SOUZA	03	13	JD. IBIRAPUERA I
194	ISABEL GOMES MAIA	03	18	JD. IBIRAPUERA I
194	JOAO CARLOS DE ARAUJO MARQUES	03	18	JD. IBIRAPUERA I
195	HENRIQUE PRINCE GARCIA MARTINS	03	19	JD. IBIRAPUERA I
195	HENRIQUE PRINCE GARCIA MARTINS	03	19	JD. IBIRAPUERA I
196	LUIS FERNANDO LIMA DONIDA	03	21	JD. IBIRAPUERA I
196	LUIS FERNANDO LIMA DONIDA	03	21	JD. IBIRAPUERA I
197	MARCELO JOSE VENDRAMIN	05	06	JD. IBIRAPUERA I
197	MARCELO JOSE VENDRAMIN	05	06	JD. IBIRAPUERA I
198	POLIANA OLIVEIRA DA SILVA	04	7A	JD. PRIMAVERA
198	LILIAN FERNANDA PACHECO FERREIRA	04	7A	JD. PRIMAVERA
199	EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS FRANCO LTDA	02	13	JD. SANTA HELENA
200	EUZEBIO RODRIGUES (ESPÓLIO)	13	4	JD. IBIRAPUERA
201	CELSO ANDERSON DE SOUZA	13	02	JD. IBIRAPUERA
201	CELSO ANDERSON DE SOUZA	13	02	JD. IBIRAPUERA
202	APARECIDO ADEMERCINO LUCIN	13	1A	JD. IBIRAPUERA
203	EVELYN ESTEFANIA FANTUZZI	10	22A	JD. IBIRAPUERA
203	EVELYN ESTEFANIA FANTUZZI	10	22A	JD. IBIRAPUERA
204	JESSICA GARCIA DA SILVA	11	27A	JD. IBIRAPUERA
205	SERGIO RUBENS FRANCO JOSE	11	28	JD. IBIRAPUERA
205	CARMEM MARIA CECCON TEIXEIRA	11	28	JD. IBIRAPUERA
206	YOLANDA LORBIESKI VIEIRA	11	13	JD. IBIRAPUERA
207	JEAN CHEDID	11	07	JD. IBIRAPUERA
207	NADIA YONES CHEDID	11	07	JD. IBIRAPUERA
208	PAULO AGOSTINHO	05	25	JD. IBIRAPUERA
209	JANE MARIA VIEIRA SILVA	05	26	JD. IBIRAPUERA
209	JANE MARIA VIEIRA SILVA	05	26	JD. IBIRAPUERA
210	ROSIMEIRE BORIN DA SILVA	04	12	JD. IBIRAPUERA
210	ROSIMEIRE BORIN DA SILVA	04	12	JD. IBIRAPUERA
211	ALCIDES HIROMITSU YAMAKAWA	03	10	JD. IBIRAPUERA
211	ALCIDES HIROMITSU YAMAKAWA	03	10	JD. IBIRAPUERA
212	MARIO HELIO LOURENCO DE ALMEIDA FILHO	85	11B	CENTRO
212	MARIO HELIO LOURENCO DE ALMEIDA FILHO	85	11B	CENTRO
212	MARIO HELIO LOURENCO DE ALMEIDA FILHO	85	11B	CENTRO

Paranavaí, 05 de agosto de 2026.

CLAYTON SOUSA DE ANDRADE

MARCELO TORO ALÉCIO

MÁRCIO LUCAS DE SOUZA

SAMARA ZANQUETTA MORALES

Fiscais de Obras

CLAYTON SOUSA DE ANDRADE MARCELO TORO ALÉCIO

MÁRCIO LUCAS DE SOUZA SAMARA ZANQUETTA MORALES

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:A80DE8E7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 112/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO.
CONTRATADA: ADÃO DA SILVA - SERVIÇOS.
CLÁUSULA PRIMEIRA:
VALOR: O contrato fica aditivado no valor de **R$ 141.906,48 (cento e quarenta e um mil, novecentos e seis reais e quarenta e oito centavos),** conforme relação de itens abaixo:

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - CAMINHÃO COM COLETOR	1	12380	Prestação de serviço de recolhimento de resíduos oriundos de limpeza urbana, tais como: galhos, folhagens, papeis, sacos plásticos, garrafas pet, latas, vidros e similares, incluso serviços de caminhão basculante com devida documentação regular entregue na habilitação e motorista habilitado para categoria C e coletor de resíduos devidamente registrado via CLT, com todos os gastos com reparo do caminhão e combustível. Ambos para carga horaria de 40 horas semanais.	SILVA PRESTACAO DE SERVIÇOS	MÊS	12,00	11.825.54	141.906,48
TOTAL								141.906,48

CLÁUSULA SEGUNDA:
EXECUÇÃO DO OBJETO: passa a ter a seguinte redação: Prorroga-se o prazo de vigência do contrato até 01/08/2027, perfazendo um total de 48 (quarenta e oito) meses, em conformidade com o Pregão n.º 54/2023 e o Contrato nº 112/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento/PR, 31 de julho de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:B11C9CE2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PARCIAL - TITULOS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
PROCESSO SELETIVO - 01/2026
ORGANIZAÇÃO: FÊNIX INSTITUTO LTDA
EDITAL Nº 07/2026
RESULTADO PARCIAL - TÍTULOS

38 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MAT	CG	CE	TITULO	PONTOS	POSIÇÃO	RESULTADO
0000015	GILVANE FORMAGINI	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,30**	0,00		
0000163	FERNANDA CASANOVA	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,30**	0,00		
0000095	MÁRCIA GOSMAN GOMES DE LIMA	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,30**	0,00		
0000210	ANTONIO MAURICIO FERREIRA DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,30**	0,00		
0000154	RUBIA DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,30**	0,00		
0000115	LUCINEIA DA SILVA LOPES	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,30**	0,00		
0000110	FERNANDA DE MEDEIROS DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	0,00		

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:5213CE48

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 14/2026 - Processo Administrativo nº 53/2026
OBJETO: "Adesão do item 002 da Ata de Registro de Preço n° 019/2025, referente ao pregão eletrônico n° 023/2025 do Consorcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai – CIRAU", em favor da empresa conforme abaixo:
O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei Federal n° 14.133/2021, ADJUDICA e HOMOLOGA a presente licitação nos seguintes termos:

VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA CNPJ: 59.104.422/0103-84							
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	13735	VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, TIPO SEDAN. COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: ZERO QUILÔMETRO, NA COR BRANCA OU PRATA, ANO/MODELO DE FABRICAÇÃO 2025/2026 OU SUPERIOR, MOTOR COM NO MÍNIMO 150 CV, BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA OU ETANOL), DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, 04 (QUATRO) PORTAS, AR CONDICIONADO, TRAVAS EVIDROS ELÉTRICOS NAS QUATRO PORTAS, PROTEÇÃO DECÁRTER, TANQUE DE COMBUSTÍVEL DENOMÍNIMO 47 LITROS, CENTRAL MULTIMÍDIA COM TELA DE TOQUE COM SINTONIZADOR E ANTENA	1,00	UNIDADE	157.000,00	157.000,00

		DERÁDIO, CONEXÃO USB EBLUETOOTH, COMPUTADOR DE BORDO, AIRBAGS FRONTAIS, LIMPADOR, LAVADOR E DESEMBAÇADOR DE VIDRO TRASEIRO, PORTA MALAS COM CAPACIDA DE DE NOMÍNIMO 400 LITROS, SENSOR TRASEIRO DE ESTACIONAMENTO, FARÓIS DE NEBLINA, CÂMBIO AUTOMÁTICO, PNEUS E RODAS DE ACORDO COM OMODELO OFERTADO, TAPETES E DEMAIS ITENS DE SÉRIE PARA OMODELO, EQUIPADO COM TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELOS ORGÃOS DE TRÂNSITO PARA O MODELO.				
TOTAL 157.000,00						

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais).

Pinhal de São Bento - PR, em 07 de julho de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:D3D0C4F4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 081/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 338/2022, com homologação através do Edital Nº 630/2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2.619/2020 de 05/10/2022, RESOLVE CONVOCAR PARA O EXAME DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL:

CARGO: PROFESSOR

Classif.	Nome	Nota
744	ISABELLE DE OLIVEIRA SANTANA	53,50
745	MÁRCIA REGINA BRANDÃO TRIZOTTI	53,50
746	HILDEBRAND WILLRICH PIRES	53,50
747	LUCIANE DITTERT	53,50
748	JEMIMA AUGUSTA SEVERINO	53,50
749	TÁLITA TYRKA BORGES NEVES	53,50
750	WEISLLA MABILLY SILVÉRIO PIRES	53,50
751	GABRIELY MARIE ARAUJO DE SOUZA	53,50
752	VANESSA PEDROSO DINIZ	53,50
753	ROSILAINE LOPES DE SOUZA PEREIRA	53,50
754	THAÍNE NASCIMENTO AMARAL	53,50
755	JULIANA DERVICHE GUELFI DUBIELA	53,50
756	KARINE GUADALUPE DA FONSECA	53,50
757	JULIANA CORADIN	53,50
758	NAYRA SUZI SALES DE FREITAS	53,50
759	QUERLE TAVARES DE ANDRADE	53,50
760	DEBORA CAROLINE LIMA DOS SANTOS	53,50
761	HELAINE CRISTINA RODRIGUES	53,50
762	BARBARA CAMILLY GONÇALVES DA SILVA	53,50
763	ELIZEU LUCIANO DE ANDRADE	53,50
764	JHENYFFER MICAELEN DOS SANTOS	53,50
765	DENI MICHAEL VIEIRA DO NASCIMENTO	53,50
766	LIZANE KUSS KMICK DOS SANTOS	53,50
767	FRANCISLAINE MOREIRA	53,50
768	CARMEM APARECIDA DE ALMEIDA	53,50
769	KARINA PEREIRA DA SILVA	53,00
770	MARCIA DE FREITAS RODRIGUES MACIEL (CANDIDATA JÁ ADMITIDA PELA RESERVA DE VAGAS PARA AFRO)	53,00
771	SIRLENE CASTRO FERNANDES BODACZNY	53,00
772	VÂNIA MENDES	53,00
773	ISABELLA LETHICIA DE SOUZA LIMA	53,00
774	THAIS APARECIDA DA SILVEIRA	53,00
775	VALDETE NOGUEIRA DE LIMA	53,00

O exame de saúde pré-admissional e a entrega dos exames solicitados no Edital de Abertura 338/2022, conforme Item19, deverão ser apresentados no **dia 25/08/2026 conforme horários a seguir, para a realização da Avaliação Médica e psicológica** realizada na Perícia Médica – Paraná Medicina do Trabalho, **localizada na Rua Prof.ª Maria Carolina Wilk, nº 20 - Centro, Piraquara – PR.**

25/08/2026 às 13h:10min. para os candidatos classificados do 744º ao 758º;
25/08/2026 às 14h:50min. para os candidatos classificados do 759º ao 775º;

De acordo com o Edital 338/2022:19.10 Será considerado **ELIMINADO** o candidato que:
Deixar de apresentar quaisquer dos exames listados no presente edital e complementares, bem como laudo incompleto;
b) Não comparecer na data e local agendado para submissão as avaliações médicas e psicológicas;
c) Apresentar declaração falsa ou inexata de dados constantes da Ficha Médica e Psicológica, sem prejuízo das sanções civis e penais aplicáveis.
19.11 Não poderá o candidato, em tempo algum, alegar prejuízo ou imputar ao Município de Piraquara – PR qualquer dano que venha decorrer da perda de prazo para posse.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 05 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:423E0193

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°103/2026 DO PREGÃO N.°29/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°103/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 29/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 134/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 11/06/2026	**VALIDADE DA ATA: 01 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 29/2026, para o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
LOTES ABAIXO ESPECIFICADOS – adjudicado para **4LINHAS ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA** inscrita no CNPJ/MF nº. 58.181.473/0001-12, estabelecida na Rua Dona Francisca, n.° 141, Centro, Joinville – SC, CEP 89201-250, neste ato representada pelo **Sr. Hector Andrew Lisboa Jacques**, portador da Cédula de Identidade nº. , CPF nº. 083.196.209-70, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
3	75819	REDE FUTSAL (PAR): Confeccionada em fio 8mm de seda (polipropileno), malha 12x12cm, modelo estilo caixote (fundo duplo), alta resistência ao impacto	PANGUE	Par	3	R$ 1.100,00	R$ 3.300,00
5	75821	REDE FUTEBOL CAMPO OFICIAL (PAR): Confeccionada em fio 6mm de seda, malha quadrada ou colmeia, com tratamento UV para resistência à exposição solar.	PANGUE	Par	3	R$ 800,00	R$ 2.400,00
8	75824	BOLA VOLEIBOL QUADRA: Material laminado em microfibra (Padrão 8.0), construção Termotec, câmara 8D (equilíbrio total), peso 260-280g. Padrão FIVB.	MIKASA	UN	20	R$ 143,00	R$ 2.860,00
18	75833	TATAME DE EVA: Placas de 100 x 100 x 4 cm (40mm), alta densidade (mínimo 100kg/m³), sistema de encaixe tipo "dente de serra", antiderrapante e atóxico.	NB	UN	100	R$ 115,00	R$ 11.500,00

2.3. Preço Total Registrado: R$20.060,00 (vinte mil e sessenta reais).
CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1. VIGÊNCIA:
3.2. Da vigência da ata de registro de preços.
3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.4. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços/Contrato é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços, Nota de Empenho e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus todos os riscos operacionais, logísticos, técnicos e administrativos inerentes ao fornecimento dos materiais de consumo esportivo licitados.
10.1.2. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para a entrega, qualquer ocorrência que possa impedir o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando justificativas comprovadas, sob pena de aplicação das sanções legais.
10.1.3. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução dos fornecimentos, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica exigidas no processo licitatório, conforme determina o art. 62 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.4. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do fornecimento, tais como tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários, custos logísticos, materiais de acondicionamento e demais encargos indispensáveis.
10.1.5. Garantir que os produtos fornecidos sejam novos, de primeiro uso, originais de fábrica, lacrados, livres de defeitos, acompanhados de manuais, certificados, garantias, e demais acessórios essenciais ao pleno funcionamento.
10.1.6. Utilizar, no desempenho do objeto, pessoal competente, capacitado e devidamente identificado, assumindo total responsabilidade por atos, omissões ou danos causados por seus empregados, prepostos ou eventuais terceiros autorizados.
10.1.7. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, responder a demandas, fornecer documentos complementares e adotar as providências requeridas pela fiscalização.

10.1.8. Não ceder, transferir ou subcontratar o fornecimento, no todo ou em parte, salvo autorização expressa da Administração, observados os limites previstos na Lei nº 14.133/2021.
10.1.9. Proceder à substituição de produtos que apresentem defeitos, vícios aparentes ou ocultos, divergências de especificação, avarias ou qualquer inconformidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus ao Município.
10.1.10. Realizar as entregas exclusivamente mediante Autorização de Fornecimento (AF) emitida pela Contratante, observando rigorosamente prazos, quantidades, especificações técnicas e condições de recebimento.
10.1.11. Assegurar o cumprimento das condições contratuais mesmo quando utilizar terceiros em etapas secundárias de logística ou transporte, permanecendo responsável integralmente por todas as obrigações assumidas perante o Município.
10.1.12. Garantir a rastreabilidade dos materiais esportivos entregues, quando aplicável, mediante apresentação de informações como número de série, lote de fabricação, data de produção e demais elementos de controle exigidos.
10.2. São obrigações do Contratante:
10.2.1. Proceder à fiscalização efetiva do fornecimento, acompanhando a entrega dos itens, verificando quantidade, qualidade, integridade e conformidade técnica, registrando ocorrências e notificando a Contratada quando necessário.
10.2.2. Examinar minuciosamente os produtos recebidos, comunicando formalmente e dentro do prazo contratual quaisquer irregularidades, falhas ou imperfeições, para fins de substituição, reparo ou rejeição.
10.2.3. Registrar, por escrito, todas as comunicações relativas a inconformidades, descrevendo de forma detalhada e objetiva os aspectos a serem corrigidos, garantindo rastreabilidade e segurança jurídica ao processo.
10.2.4. Acompanhar e fiscalizar cada etapa do recebimento dos itens, adotando providências imediatas em caso de descumprimento das condições contratuais, registrando ocorrências e informando as unidades competentes.
10.2.5. Efetuar o pagamento correspondente ao fornecimento dos itens após o recebimento definitivo, observando prazos, condições e documentação exigida, conforme legislação vigente e normas municipais.
10.2.6. Não assumir qualquer responsabilidade por compromissos ou obrigações firmados pela Contratada que excedam o objeto contratual ou que não tenham sido previamente autorizados pela Administração.
10.2.7. Informar à Contratada, com antecedência razoável, as quantidades previstas para aquisição via Registro de Preços, mediante e-mail institucional ou sistema eletrônico, garantindo previsibilidade e segurança operacional.
10.2.8. Designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo adequada supervisão das obrigações contratuais, acompanhamento das entregas, registro de ocorrências e adoção de medidas corretivas.
10.2.9. Manter registros atualizados de todas as entregas, substituições e ocorrências, assegurando transparência, controle administrativo e proteção ao interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes será exercida por servidores formalmente designados pela Portaria n°300/2026 da Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto, assegurando o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
13.2. A atuação do fiscal contratual compreenderá, dentre outras atribuições: técnicas previstas neste Termo de Referência;
II – atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;
III – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
IV – comunicar formalmente a autoridades competentes eventuais irregularidades, atrasos, descumprimentos ou vícios constatados;
V – solicitar a aplicação de penalidades, quando cabível;
VI – acompanhar a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes;
VII – certificar a regular execução para fins de pagamento.

13.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto à qualidade, integridade e regular funcionamento dos materiais esportivos fornecidos, permanecendo esta responsável por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação vigente

13.4. A designação dos fiscais observará a estrutura organizacional do Município, sendo atribuída aos servidores indicados por Secretaria demandante, conforme relação nominal constante neste

Termo de Referência ou em ato administrativo específico.

13.5. Os fiscais atuarão dentro dos limites de suas atribuições funcionais, devendo comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer situação que exija decisão superior.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

• Jamil Lourenço dos Santos – Matrícula nº 50994

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.

14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.

14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.

14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.

14.4.1. Os itens deverão ser entregues com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.

14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.

14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 3 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.

14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material esportivo cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.

14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários

14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.

14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.

14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis

14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável

14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.

15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
204	06007278131001213633903000000	8136	MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela fiscalização, após comprovado o adimplemento integral das obrigações contratuais pela contratada.

16.2. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta às certidões pertinentes, incluindo regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme legislação vigente.

16.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajuste ou atualização monetária.

16.4. Constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais, o prazo para pagamento ficará suspenso até a devida regularização.

16.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com indicação do número da licitação, número da Ata de Registro de Preços, lote/item correspondente e demais informações necessárias à rastreabilidade do produto.

16.6. O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da contratada, previamente informada à Administração.
16.7. O Município procederá às retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive quanto ao Imposto de Renda na fonte e demais tributos aplicáveis, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.
16.8. Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada com base na seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes	4 anos e

	ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	federativos	6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS

20. Matriz de Riscos a seguir apresenta os principais riscos relacionados ao fornecimento de materiais esportivos, tais como bolas, redes, mesas de lazer indicando sua probabilidade, impacto e medidas de mitigação. O objetivo é assegurar o adequado gerenciamento contratual, prevenir falhas no atendimento das escolinhas municipais e garantir a continuidade das atividades esportivas.

MATRIZ DE RISCOS MATERIAIS ESPORTIVOS

Risco Identificado	Prob.	Impacto	Medidas de Mitigação (responsabilidades)
Atraso na entrega dos materiais	Média	Alto	Contratada: cumprir prazos e comunicar imprevistos. Contratante: prever penalidades e fiscalizar entregas.
Entrega de itens em desacordo com as especificações técnicas	Média	Alto	Contratada: atender integralmente ao TR e substituir itens incorretos. Contratante: conferir itens no recebimento e rejeitar divergências.
Baixa qualidade ou durabilidade reduzida (bolas que furam ou redes que desfiam precocemente)	Baixa	Alto	Contratada: fornecer itens novos, lacrados, com garantia e desempenho mínimo exigido. Contratante: verificar conformidade técnica e funcional.
Materiais com número de série ilegível, danificado ou inconsistente	Baixa	Médio	Contratada: garantir rastreabilidade e identificação íntegra. Contratante: registrar ocorrência e solicitar substituição.
Danos aos itens durante transporte ou manuseio (ex: mesas de futmesa riscadas ou quebradas)	Média	Médio	Contratada: usar embalagem adequada e transporte seguro; substituir itens danificados. Contratante: conferir integridade no ato do recebimento.
Incapacidade da contratada em atender picos de demanda (eventos esportivos simultâneos)	Baixa	Médio	Contratada: organizar logística, estoque e fornecimento contínuo. Contratante: planejar solicitações com antecedência sempre que possível.
Descumprimento das condições de entrega (endereço do ginásio ou horário incorreto)	Baixa	Baixo	Contratada: cumprir rigorosamente os locais e prazos. Contratante: informar corretamente e registrar ocorrências.
Fornecimento de materiais esportivos incompatíveis (ex: rede de tamanho incorreto para a trave existente)	Baixa	Alto	Contratada: observar requisitos de compatibilidade. Contratante: validar especificações antes da AF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – **DO FORO**

21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – **DA PUBLICIDADE**

22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.

22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS

23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 11 de junho de 2026.

DIRCEU MORAES	***HECTOR ANDREW LISBOA JACQUES***
Prefeito	4linhas Artigos Esportivos LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:389A4330

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°104/2026 DO PREGÃO N.°29/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°104/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 29/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 134/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 11/06/2026	**VALIDADE DA ATA: 01 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 29/2026, para o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTES ABAIXO ESPECIFICADOS – adjudicado para **AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE CORDAS E REDES ESPORTIVAS LTDA** inscrita no CNPJ/MF nº. 63.616.301/0001-64, estabelecida na Avenida Fagion, S/N, Vila Bertoli, Floraí – PR, CEP 87185-000, neste ato representada pelo **Sr. Antonio Marcos Fernandes**, portador da Cédula de Identidade nº. 7.524.488-6 SESP/PR, CPF nº. 031.409.009-61, conforme quadro a seguir:

2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
6	75822	REDE FUTEBOL SOCIETY (PAR): Para trave de society, fio 6mm de seda, dimensões oficiais para a modalidade, alta tenacidade.	AZZURE	Par	3	R$ 533,33	R$ 1.599,99
9	75825	REDE VOLEIBOL PRAIA: Profissional, fio 6mm trançado, com faixas de lona emborrachada nos quatro lados e cabos de aço/nylon para tensionamento. Proteção UV.	AZZURE	UN	3	R$ 566,66	R$ 1.699,98
11	75827	REDE OFICIAL VÔLEI QUADRA: Fio 6mm seda, dimensões oficiais (9,50	AZZURE	UN	3	R$ 600,00	R$ 1.800,00

		x 1,00 m), com faixas de acabamento superior e inferior. Personalizada com o nome do Município.					
12	75828	REDE OFICIAL MINI VÔLEI: Para prática de mini vôlei 3x3, confeccionada em fio nylon 2, resistente e leve, de fácil montagem. Personalizada.	AZZURE	UN	3	R$ 333,33	R$ 999,99

2.3. Preço Total Registrado: R$6.099,96 (seis mil e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. VIGÊNCIA:

3.2. Da vigência da ata de registro de preços.

3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.

3.4. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:

I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;

II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;

III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e

IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.

4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.

5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços/Contrato é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.

5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.

5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.

5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.

5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços, Nota de Empenho e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus todos os riscos operacionais, logísticos, técnicos e administrativos inerentes ao fornecimento dos materiais de consumo esportivo licitados.
10.1.2. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para a entrega, qualquer ocorrência que possa impedir o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando justificativas comprovadas, sob pena de aplicação das sanções legais.
10.1.3. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução dos fornecimentos, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica exigidas no processo licitatório, conforme determina o art. 62 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.4. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do fornecimento, tais como tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários, custos logísticos, materiais de acondicionamento e demais encargos indispensáveis.
10.1.5. Garantir que os produtos fornecidos sejam novos, de primeiro uso, originais de fábrica, lacrados, livres de defeitos, acompanhados de manuais, certificados, garantias, e demais acessórios essenciais ao pleno funcionamento.
10.1.6. Utilizar, no desempenho do objeto, pessoal competente, capacitado e devidamente identificado, assumindo total responsabilidade por atos, omissões ou danos causados por seus empregados, prepostos ou eventuais terceiros autorizados.
10.1.7. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, responder a demandas, fornecer documentos complementares e adotar as providências requeridas pela fiscalização.
10.1.8. Não ceder, transferir ou subcontratar o fornecimento, no todo ou em parte, salvo autorização expressa da Administração, observados os limites previstos na Lei nº 14.133/2021.
10.1.9. Proceder à substituição de produtos que apresentem defeitos, vícios aparentes ou ocultos, divergências de especificação, avarias ou qualquer inconformidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus ao Município.
10.1.10. Realizar as entregas exclusivamente mediante Autorização de Fornecimento (AF) emitida pela Contratante, observando rigorosamente prazos, quantidades, especificações técnicas e condições de recebimento.
10.1.11. Assegurar o cumprimento das condições contratuais mesmo quando utilizar terceiros em etapas secundárias de logística ou transporte, permanecendo responsável integralmente por todas as obrigações assumidas perante o Município.
10.1.12. Garantir a rastreabilidade dos materiais esportivos entregues, quando aplicável, mediante apresentação de informações como número de série, lote de fabricação, data de produção e demais elementos de controle exigidos.
10.2. São obrigações do Contratante:
10.2.1. Proceder à fiscalização efetiva do fornecimento, acompanhando a entrega dos itens, verificando quantidade, qualidade, integridade e conformidade técnica, registrando ocorrências e notificando a Contratada quando necessário.
10.2.2. Examinar minuciosamente os produtos recebidos, comunicando formalmente e dentro do prazo contratual quaisquer irregularidades, falhas ou imperfeições, para fins de substituição, reparo ou rejeição.
10.2.3. Registrar, por escrito, todas as comunicações relativas a inconformidades, descrevendo de forma detalhada e objetiva os aspectos a serem corrigidos, garantindo rastreabilidade e segurança jurídica ao processo.
10.2.4. Acompanhar e fiscalizar cada etapa do recebimento dos itens, adotando providências imediatas em caso de descumprimento das condições contratuais, registrando ocorrências e informando as unidades competentes.
10.2.5. Efetuar o pagamento correspondente ao fornecimento dos itens após o recebimento definitivo, observando prazos, condições e documentação exigida, conforme legislação vigente e normas municipais.
10.2.6. Não assumir qualquer responsabilidade por compromissos ou obrigações firmados pela Contratada que excedam o objeto contratual ou que não tenham sido previamente autorizados pela Administração.
10.2.7. Informar à Contratada, com antecedência razoável, as quantidades previstas para aquisição via Registro de Preços, mediante e-mail institucional ou sistema eletrônico, garantindo previsibilidade e segurança operacional.
10.2.8. Designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo adequada supervisão das obrigações contratuais, acompanhamento das entregas, registro de ocorrências e adoção de medidas corretivas.
10.2.9. Manter registros atualizados de todas as entregas, substituições e ocorrências, assegurando transparência, controle administrativo e proteção ao interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;

II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes será exercida por servidores formalmente designados pela Portaria n°300/2026 da Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto, assegurando o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
13.2. A atuação do fiscal contratual compreenderá, dentre outras atribuições: técnicas previstas neste Termo de Referência;
II – atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;
III – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
IV – comunicar formalmente a autoridades competentes eventuais irregularidades, atrasos, descumprimentos ou vícios constatados;
V – solicitar a aplicação de penalidades, quando cabível;
VI – acompanhar a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes;
VII – certificar a regular execução para fins de pagamento.
13.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto à qualidade, integridade e regular funcionamento dos materiais esportivos fornecidos, permanecendo esta responsável por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação vigente
13.4. A designação dos fiscais observará a estrutura organizacional do Município, sendo atribuída aos servidores indicados por Secretaria demandante, conforme relação nominal constante neste
Termo de Referência ou em ato administrativo específico.
13.5. Os fiscais atuarão dentro dos limites de suas atribuições funcionais, devendo comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer situação que exija decisão superior.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
• Jamil Lourenço dos Santos – Matrícula nº 50994

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. Os itens deverão ser entregues com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 3 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material esportivo cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
204	06007278131001213633903000000	8136	MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela fiscalização, após comprovado o adimplemento integral das obrigações contratuais pela contratada.
16.2. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta às certidões pertinentes, incluindo regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme legislação vigente.
16.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajuste ou atualização monetária.
16.4. Constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais, o prazo para pagamento ficará suspenso até a devida regularização.
16.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com indicação do número da licitação, número da Ata de Registro de Preços, lote/item correspondente e demais informações necessárias à rastreabilidade do produto.
16.6. O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da contratada, previamente informada à Administração.
16.7. O Município procederá às retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive quanto ao Imposto de Renda na fonte e demais tributos aplicáveis, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.
16.8. Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada com base na seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;

a) Impedimento de licitar e contratar;

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:

a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;

b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.6. Infrações e penalidades do Contrato:

18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:

a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou

c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;

18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Matriz de Riscos a seguir apresenta os principais riscos relacionados ao fornecimento de materiais esportivos, tais como bolas, redes, mesas de lazer indicando sua probabilidade, impacto e medidas de mitigação. O objetivo é assegurar o adequado gerenciamento contratual, prevenir falhas no atendimento das escolinhas municipais e garantir a continuidade das atividades esportivas.
MATRIZ DE RISCOS MATERIAIS ESPORTIVOS

Risco Identificado	Prob.	Impacto	Medidas de Mitigação (responsabilidades)
Atraso na entrega dos materiais	Média	Alto	Contratada: cumprir prazos e comunicar imprevistos. Contratante: prever penalidades e fiscalizar entregas.
Entrega de itens em desacordo com as especificações técnicas	Média	Alto	Contratada: atender integralmente ao TR e substituir itens incorretos. Contratante: conferir itens no recebimento e rejeitar divergências.
Baixa qualidade ou durabilidade reduzida (bolas que furam ou redes que desfiam precocemente)	Baixa	Alto	Contratada: fornecer itens novos, lacrados, com garantia e desempenho mínimo exigido. Contratante: verificar conformidade técnica e funcional.
Materiais com número de série ilegível, danificado ou inconsistente	Baixa	Médio	Contratada: garantir rastreabilidade e identificação íntegra. Contratante: registrar ocorrência e solicitar substituição.
Danos aos itens durante transporte ou manuseio (ex: mesas de futmesa riscadas ou quebradas)	Média	Médio	Contratada: usar embalagem adequada e transporte seguro; substituir itens danificados. Contratante: conferir integridade no ato do recebimento.
Incapacidade da contratada em atender picos de demanda (eventos esportivos simultâneos)	Baixa	Médio	Contratada: organizar logística, estoque e fornecimento contínuo. Contratante: planejar solicitações com antecedência sempre que possível.
Descumprimento das condições de entrega (endereço do ginásio ou horário incorreto)	Baixa	Baixo	Contratada: cumprir rigorosamente os locais e prazos. Contratante: informar corretamente e registrar ocorrências.
Fornecimento de materiais esportivos incompatíveis (ex: rede de tamanho incorreto para a trave existente)	Baixa	Alto	Contratada: observar requisitos de compatibilidade. Contratante: validar especificações antes da AF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.
Pitanga, 11 de junho de 2026.

DIRCEU MORAES	***ANTONIO MARCOS FERNANDES***
Prefeito	Azurre Industria E Comercio De Cordas E Redes Esportivas LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:DB5DBE1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°105/2026 DO PREGÃO N.°29/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°105/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.° 29/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 134/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 11/06/2026	**VALIDADE DA ATA: 01 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 29/2026, para o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
LOTES ABAIXO ESPECIFICADOS – adjudicado para **GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA** inscrita no CNPJ/MF nº. 63.129.821/0001-42, estabelecida na Rua Buenos Aires,71, Batel, Curitiba – PR, CEP 80250-070, neste ato representada pelo **Sr. Brunna Monique Guidi**, portador da Cédula de Identidade nº. 9.540.170-8 SESP/PR, CPF nº. 093.425.049-90, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
15	75831	REDE TÊNIS DE MESA (CONJUNTO): Conjunto de suporte (ferro) e rede profissional em nylon, ajuste de tensão manual, padrão oficial ITTF.	Giant Dragon	UN	6	R$ 211,67	R$ 1.270,02

2.3. Preço Total Registrado: R$1.270,02 (um mil, duzentos e setenta reais e dois centavos).
CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1. VIGÊNCIA:
3.2. Da vigência da ata de registro de preços.
3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.4. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços/Contrato é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços, Nota de Empenho e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus todos os riscos operacionais, logísticos, técnicos e administrativos inerentes ao fornecimento dos materiais de consumo esportivo licitados.
10.1.2. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para a entrega, qualquer ocorrência que possa impedir o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando justificativas comprovadas, sob pena de aplicação das sanções legais.
10.1.3. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução dos fornecimentos, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica exigidas no processo licitatório, conforme determina o art. 62 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.4. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do fornecimento, tais como tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários, custos logísticos, materiais de acondicionamento e demais encargos indispensáveis.
10.1.5. Garantir que os produtos fornecidos sejam novos, de primeiro uso, originais de fábrica, lacrados, livres de defeitos, acompanhados de manuais, certificados, garantias, e demais acessórios essenciais ao pleno funcionamento.
10.1.6. Utilizar, no desempenho do objeto, pessoal competente, capacitado e devidamente identificado, assumindo total responsabilidade por atos, omissões ou danos causados por seus empregados, prepostos ou eventuais terceiros autorizados.
10.1.7. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, responder a demandas, fornecer documentos complementares e adotar as providências requeridas pela fiscalização.
10.1.8. Não ceder, transferir ou subcontratar o fornecimento, no todo ou em parte, salvo autorização expressa da Administração, observados os limites previstos na Lei nº 14.133/2021.
10.1.9. Proceder à substituição de produtos que apresentem defeitos, vícios aparentes ou ocultos, divergências de especificação, avarias ou qualquer inconformidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus ao Município.
10.1.10. Realizar as entregas exclusivamente mediante Autorização de Fornecimento (AF) emitida pela Contratante, observando rigorosamente prazos, quantidades, especificações técnicas e condições de recebimento.
10.1.11. Assegurar o cumprimento das condições contratuais mesmo quando utilizar terceiros em etapas secundárias de logística ou transporte, permanecendo responsável integralmente por todas as obrigações assumidas perante o Município.
10.1.12. Garantir a rastreabilidade dos materiais esportivos entregues, quando aplicável, mediante apresentação de informações como número de série, lote de fabricação, data de produção e demais elementos de controle exigidos.
10.2. São obrigações do Contratante:
10.2.1. Proceder à fiscalização efetiva do fornecimento, acompanhando a entrega dos itens, verificando quantidade, qualidade, integridade e conformidade técnica, registrando ocorrências e notificando a Contratada quando necessário.
10.2.2. Examinar minuciosamente os produtos recebidos, comunicando formalmente e dentro do prazo contratual quaisquer irregularidades, falhas ou imperfeições, para fins de substituição, reparo ou rejeição.
10.2.3. Registrar, por escrito, todas as comunicações relativas a inconformidades, descrevendo de forma detalhada e objetiva os aspectos a serem corrigidos, garantindo rastreabilidade e segurança jurídica ao processo.
10.2.4. Acompanhar e fiscalizar cada etapa do recebimento dos itens, adotando providências imediatas em caso de descumprimento das condições contratuais, registrando ocorrências e informando as unidades competentes.
10.2.5. Efetuar o pagamento correspondente ao fornecimento dos itens após o recebimento definitivo, observando prazos, condições e documentação exigida, conforme legislação vigente e normas municipais.
10.2.6. Não assumir qualquer responsabilidade por compromissos ou obrigações firmados pela Contratada que excedam o objeto contratual ou que não tenham sido previamente autorizados pela Administração.
10.2.7. Informar à Contratada, com antecedência razoável, as quantidades previstas para aquisição via Registro de Preços, mediante e-mail institucional ou sistema eletrônico, garantindo previsibilidade e segurança operacional.
10.2.8. Designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo adequada supervisão das obrigações contratuais, acompanhamento das entregas, registro de ocorrências e adoção de medidas corretivas.
10.2.9. Manter registros atualizados de todas as entregas, substituições e ocorrências, assegurando transparência, controle administrativo e proteção ao interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes

11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes será exercida por servidores formalmente designados pela Portaria n°300/2026 da Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto, assegurando o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
13.2. A atuação do fiscal contratual compreenderá, dentre outras atribuições: técnicas previstas neste Termo de Referência;
II – atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;
III – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
IV – comunicar formalmente a autoridades competentes eventuais irregularidades, atrasos, descumprimentos ou vícios constatados;
V – solicitar a aplicação de penalidades, quando cabível;
VI – acompanhar a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes;
VII – certificar a regular execução para fins de pagamento.
13.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto à qualidade, integridade e regular funcionamento dos materiais esportivos fornecidos, permanecendo esta responsável por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação vigente
13.4. A designação dos fiscais observará a estrutura organizacional do Município, sendo atribuída aos servidores indicados por Secretaria demandante, conforme relação nominal constante neste
Termo de Referência ou em ato administrativo específico.
13.5. Os fiscais atuarão dentro dos limites de suas atribuições funcionais, devendo comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer situação que exija decisão superior.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
• Jamil Lourenço dos Santos – Matrícula nº 50994

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. Os itens deverão ser entregues com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 3 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material esportivo cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.

14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
204	06007278131001213633903000000	8136	MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela fiscalização, após comprovado o adimplemento integral das obrigações contratuais pela contratada.
16.2. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta às certidões pertinentes, incluindo regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme legislação vigente.
16.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajuste ou atualização monetária.
16.4. Constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais, o prazo para pagamento ficará suspenso até a devida regularização.
16.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com indicação do número da licitação, número da Ata de Registro de Preços, lote/item correspondente e demais informações necessárias à rastreabilidade do produto.
16.6. O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da contratada, previamente informada à Administração.
16.7. O Município procederá às retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive quanto ao Imposto de Renda na fonte e demais tributos aplicáveis, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.
16.8. Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada com base na seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses

Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Matriz de Riscos a seguir apresenta os principais riscos relacionados ao fornecimento de materiais esportivos, tais como bolas, redes, mesas de lazer indicando sua probabilidade, impacto e medidas de mitigação. O objetivo é assegurar o adequado gerenciamento contratual, prevenir falhas no atendimento das escolinhas municipais e garantir a continuidade das atividades esportivas.
MATRIZ DE RISCOS MATERIAIS ESPORTIVOS

Risco Identificado	Prob.	Impacto	Medidas de Mitigação (responsabilidades)
Atraso na entrega dos materiais	Média	Alto	Contratada: cumprir prazos e comunicar imprevistos. Contratante: prever penalidades e fiscalizar entregas.
Entrega de itens em desacordo com as especificações técnicas	Média	Alto	Contratada: atender integralmente ao TR e substituir itens incorretos. Contratante: conferir itens no recebimento e rejeitar divergências.
Baixa qualidade ou durabilidade reduzida (bolas que furam ou redes que desfiam precocemente)	Baixa	Alto	Contratada: fornecer itens novos, lacrados, com garantia e desempenho mínimo exigido. Contratante: verificar conformidade técnica e funcional.
Materiais com número de série ilegível, danificado ou inconsistente	Baixa	Médio	Contratada: garantir rastreabilidade e identificação íntegra. Contratante: registrar ocorrência e solicitar substituição.
Danos aos itens durante transporte ou manuseio (ex: mesas de futmesa riscadas ou quebradas)	Média	Médio	Contratada: usar embalagem adequada e transporte seguro; substituir itens danificados. Contratante: conferir integridade no ato do recebimento.
Incapacidade da contratada em atender picos de demanda (eventos esportivos simultâneos)	Baixa	Médio	Contratada: organizar logística, estoque e fornecimento contínuo. Contratante: planejar solicitações com antecedência sempre que possível.
Descumprimento das condições de entrega (endereço do ginásio ou horário incorreto)	Baixa	Baixo	Contratada: cumprir rigorosamente os locais e prazos. Contratante: informar corretamente e registrar ocorrências.
Fornecimento de materiais esportivos incompatíveis (ex: rede de tamanho incorreto para a trave existente)	Baixa	Alto	Contratada: observar requisitos de compatibilidade. Contratante: validar especificações antes da AF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 11 de junho de 2026.

DIRCEU MORAES	***BRUNNA MONIQUE GUIDI***
Prefeito	Guidoni Distribuidora LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:9B8741AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°106/2026 DO PREGÃO N.°29/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°106/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 29/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 134/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 11/06/2026	**VALIDADE DA ATA: 01 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 29/2026, para o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
LOTES ABAIXO ESPECIFICADOS – adjudicado para **KEMARY ESPORTES LTDA** inscrita no CNPJ/MF nº. 58.546.968/0001-06, estabelecida na RUA ALAN KARDEC,113, JARDIM TROPICAL, RESENDE – RJ, CEP 27541-290, neste ato representada pelo **Sr. Jaqueline Aparecida Martins**, portador da Cédula de Identidade nº. 306675080 SSP/SP, CPF nº. 282.237.738-30, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
10	75826	BOLA VÔLEI DE AREIA: Costurada, material couro sintético de alta resistência à areia e umidade, peso aprox. 280g. Padrão oficial CBV/FIVB.	penalty	UN	6	R$ 216,66	R$ 1.299,96

2.3. Preço Total Registrado: R$1.299,96 (um mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).
CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1. VIGÊNCIA:
3.2. Da vigência da ata de registro de preços.
3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.4. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços/Contrato é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços, Nota de Empenho e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus todos os riscos operacionais, logísticos, técnicos e administrativos inerentes ao fornecimento dos materiais de consumo esportivo licitados.
10.1.2. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para a entrega, qualquer ocorrência que possa impedir o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando justificativas comprovadas, sob pena de aplicação das sanções legais.
10.1.3. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução dos fornecimentos, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica exigidas no processo licitatório, conforme determina o art. 62 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.4. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do fornecimento, tais como tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários, custos logísticos, materiais de acondicionamento e demais encargos indispensáveis.
10.1.5. Garantir que os produtos fornecidos sejam novos, de primeiro uso, originais de fábrica, lacrados, livres de defeitos, acompanhados de manuais, certificados, garantias, e demais acessórios essenciais ao pleno funcionamento.
10.1.6. Utilizar, no desempenho do objeto, pessoal competente, capacitado e devidamente identificado, assumindo total responsabilidade por atos, omissões ou danos causados por seus empregados, prepostos ou eventuais terceiros autorizados.
10.1.7. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, responder a demandas, fornecer documentos complementares e adotar as providências requeridas pela fiscalização.
10.1.8. Não ceder, transferir ou subcontratar o fornecimento, no todo ou em parte, salvo autorização expressa da Administração, observados os limites previstos na Lei nº 14.133/2021.
10.1.9. Proceder à substituição de produtos que apresentem defeitos, vícios aparentes ou ocultos, divergências de especificação, avarias ou qualquer inconformidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus ao Município.
10.1.10. Realizar as entregas exclusivamente mediante Autorização de Fornecimento (AF) emitida pela Contratante, observando rigorosamente prazos, quantidades, especificações técnicas e condições de recebimento.
10.1.11. Assegurar o cumprimento das condições contratuais mesmo quando utilizar terceiros em etapas secundárias de logística ou transporte, permanecendo responsável integralmente por todas as obrigações assumidas perante o Município.
10.1.12. Garantir a rastreabilidade dos materiais esportivos entregues, quando aplicável, mediante apresentação de informações como número de série, lote de fabricação, data de produção e demais elementos de controle exigidos.
10.2. São obrigações do Contratante:
10.2.1. Proceder à fiscalização efetiva do fornecimento, acompanhando a entrega dos itens, verificando quantidade, qualidade, integridade e conformidade técnica, registrando ocorrências e notificando a Contratada quando necessário.

10.2.2. Examinar minuciosamente os produtos recebidos, comunicando formalmente e dentro do prazo contratual quaisquer irregularidades, falhas ou imperfeições, para fins de substituição, reparo ou rejeição.
10.2.3. Registrar, por escrito, todas as comunicações relativas a inconformidades, descrevendo de forma detalhada e objetiva os aspectos a serem corrigidos, garantindo rastreabilidade e segurança jurídica ao processo.
10.2.4. Acompanhar e fiscalizar cada etapa do recebimento dos itens, adotando providências imediatas em caso de descumprimento das condições contratuais, registrando ocorrências e informando as unidades competentes.
10.2.5. Efetuar o pagamento correspondente ao fornecimento dos itens após o recebimento definitivo, observando prazos, condições e documentação exigida, conforme legislação vigente e normas municipais.
10.2.6. Não assumir qualquer responsabilidade por compromissos ou obrigações firmados pela Contratada que excedam o objeto contratual ou que não tenham sido previamente autorizados pela Administração.
10.2.7. Informar à Contratada, com antecedência razoável, as quantidades previstas para aquisição via Registro de Preços, mediante e-mail institucional ou sistema eletrônico, garantindo previsibilidade e segurança operacional.
10.2.8. Designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo adequada supervisão das obrigações contratuais, acompanhamento das entregas, registro de ocorrências e adoção de medidas corretivas.
10.2.9. Manter registros atualizados de todas as entregas, substituições e ocorrências, assegurando transparência, controle administrativo e proteção ao interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes será exercida por servidores formalmente designados pela Portaria n°300/2026 da Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto, assegurando o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
13.2. A atuação do fiscal contratual compreenderá, dentre outras atribuições: técnicas previstas neste Termo de Referência;
II – atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;
III – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
IV – comunicar formalmente a autoridades competentes eventuais irregularidades, atrasos, descumprimentos ou vícios constatados;
V – solicitar a aplicação de penalidades, quando cabível;
VI – acompanhar a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes;
VII – certificar a regular execução para fins de pagamento.
13.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto à qualidade, integridade e regular funcionamento dos materiais esportivos fornecidos, permanecendo esta responsável por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação vigente
13.4. A designação dos fiscais observará a estrutura organizacional do Município, sendo atribuída aos servidores indicados por Secretaria demandante, conforme relação nominal constante neste
Termo de Referência ou em ato administrativo específico.
13.5. Os fiscais atuarão dentro dos limites de suas atribuições funcionais, devendo comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer situação que exija decisão superior.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
• Jamil Lourenço dos Santos – Matrícula nº 50994

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.

14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. Os itens deverão ser entregues com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 3 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material esportivo cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
204	06007278131001213633903000000	8136	MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela fiscalização, após comprovado o adimplemento integral das obrigações contratuais pela contratada.
16.2. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta às certidões pertinentes, incluindo regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme legislação vigente.
16.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajuste ou atualização monetária.
16.4. Constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais, o prazo para pagamento ficará suspenso até a devida regularização.
16.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com indicação do número da licitação, número da Ata de Registro de Preços, lote/item correspondente e demais informações necessárias à rastreabilidade do produto.
16.6. O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da contratada, previamente informada à Administração.
16.7. O Município procederá às retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive quanto ao Imposto de Renda na fonte e demais tributos aplicáveis, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.
16.8. Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada com base na seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS

20. Matriz de Riscos a seguir apresenta os principais riscos relacionados ao fornecimento de materiais esportivos, tais como bolas, redes, mesas de lazer indicando sua probabilidade, impacto e medidas de mitigação. O objetivo é assegurar o adequado gerenciamento contratual, prevenir falhas no atendimento das escolinhas municipais e garantir a continuidade das atividades esportivas.

MATRIZ DE RISCOS MATERIAIS ESPORTIVOS

Risco Identificado	**Prob.**	**Impacto**	**Medidas de Mitigação (responsabilidades)**
Atraso na entrega dos materiais	Média	Alto	Contratada: cumprir prazos e comunicar imprevistos. Contratante: prever penalidades e fiscalizar entregas.
Entrega de itens em desacordo com as especificações técnicas	Média	Alto	Contratada: atender integralmente ao TR e substituir itens incorretos. Contratante: conferir itens no recebimento e rejeitar divergências.
Baixa qualidade ou durabilidade reduzida (bolas que furam ou redes que desfiam precocemente)	Baixa	Alto	Contratada: fornecer itens novos, lacrados, com garantia e desempenho mínimo exigido. Contratante: verificar conformidade técnica e funcional.
Materiais com número de série ilegível, danificado ou inconsistente	Baixa	Médio	Contratada: garantir rastreabilidade e identificação íntegra. Contratante: registrar ocorrência e solicitar substituição.
Danos aos itens durante transporte ou manuseio (ex: mesas de futmesa riscadas ou quebradas)	Média	Médio	Contratada: usar embalagem adequada e transporte seguro; substituir itens danificados. Contratante: conferir integridade no ato do recebimento.
Incapacidade da contratada em atender picos de demanda (eventos esportivos simultâneos)	Baixa	Médio	Contratada: organizar logística, estoque e fornecimento contínuo. Contratante: planejar solicitações com antecedência sempre que possível.
Descumprimento das condições de entrega (endereço do	Baixa	Baixo	Contratada: cumprir rigorosamente os locais e prazos. Contratante: informar corretamente e registrar ocorrências.

ginásio ou horário incorreto)			
Fornecimento de materiais esportivos incompatíveis (ex: rede de tamanho incorreto para a trave existente)	Baixa	Alto	Contratada: observar requisitos de compatibilidade. Contratante: validar especificações antes da AF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – **DO FORO**
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – **DA PUBLICIDADE**
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 11 de junho de 2026.

DIRCEU MORAES	***JAQUELINE APARECIDA MARTINS***
Prefeito	Kemary Esportes LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:371323D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°108/2026 DO PREGÃO N.°29/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°108/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.° 29/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 134/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 11/06/2026	**VALIDADE DA ATA: 01 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 29/2026, para o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
LOTES ABAIXO ESPECIFICADOS – adjudicado para **MEINERZ DO BRASIL LTDA**inscrita no CNPJ/MF nº. 49.128.590/0001-21, estabelecida na Avenida Presidente Kennedy, n° 1213 a, Por Do Sol, Palotina – PR, CEP 85950-050, neste ato representada pelo **Sr. Ana Carolina Meinerz**, portador da Cédula de Identidade nº. 138614081 SESP PR, CPF nº. 106.675.959-61, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	75817	BOLA FUTSAL PROFISSIONAL: Tecnologia Termotec (0% absorção de água), 100% PU, peso 410-430g, diâmetro 62,5-63,5cm, 11 gomos, câmara 6D, sistema de forro termofixo e miolo SIS. Selo FIFA Quality Pro.	PENALTY	UN	30	R$ 278,00	R$ 8.340,00

2.3. Preço Total Registrado: R$8.340,00 (oito mil, trezentos e quarenta reais).
CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1. VIGÊNCIA:
3.2. Da vigência da ata de registro de preços.
3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.4. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.

4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços/Contrato é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços, Nota de Empenho e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus todos os riscos operacionais, logísticos, técnicos e administrativos inerentes ao fornecimento dos materiais de consumo esportivo licitados.
10.1.2. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para a entrega, qualquer ocorrência que possa impedir o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando justificativas comprovadas, sob pena de aplicação das sanções legais.
10.1.3. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução dos fornecimentos, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica exigidas no processo licitatório, conforme determina o art. 62 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.4. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do fornecimento, tais como tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários, custos logísticos, materiais de acondicionamento e demais encargos indispensáveis.
10.1.5. Garantir que os produtos fornecidos sejam novos, de primeiro uso, originais de fábrica, lacrados, livres de defeitos, acompanhados de manuais, certificados, garantias, e demais acessórios essenciais ao pleno funcionamento.

10.1.6. Utilizar, no desempenho do objeto, pessoal competente, capacitado e devidamente identificado, assumindo total responsabilidade por atos, omissões ou danos causados por seus empregados, prepostos ou eventuais terceiros autorizados.
10.1.7. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, responder a demandas, fornecer documentos complementares e adotar as providências requeridas pela fiscalização.
10.1.8. Não ceder, transferir ou subcontratar o fornecimento, no todo ou em parte, salvo autorização expressa da Administração, observados os limites previstos na Lei nº 14.133/2021.
10.1.9. Proceder à substituição de produtos que apresentem defeitos, vícios aparentes ou ocultos, divergências de especificação, avarias ou qualquer inconformidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus ao Município.
10.1.10. Realizar as entregas exclusivamente mediante Autorização de Fornecimento (AF) emitida pela Contratante, observando rigorosamente prazos, quantidades, especificações técnicas e condições de recebimento.
10.1.11. Assegurar o cumprimento das condições contratuais mesmo quando utilizar terceiros em etapas secundárias de logística ou transporte, permanecendo responsável integralmente por todas as obrigações assumidas perante o Município.
10.1.12. Garantir a rastreabilidade dos materiais esportivos entregues, quando aplicável, mediante apresentação de informações como número de série, lote de fabricação, data de produção e demais elementos de controle exigidos.
10.2. São obrigações do Contratante:
10.2.1. Proceder à fiscalização efetiva do fornecimento, acompanhando a entrega dos itens, verificando quantidade, qualidade, integridade e conformidade técnica, registrando ocorrências e notificando a Contratada quando necessário.
10.2.2. Examinar minuciosamente os produtos recebidos, comunicando formalmente e dentro do prazo contratual quaisquer irregularidades, falhas ou imperfeições, para fins de substituição, reparo ou rejeição.
10.2.3. Registrar, por escrito, todas as comunicações relativas a inconformidades, descrevendo de forma detalhada e objetiva os aspectos a serem corrigidos, garantindo rastreabilidade e segurança jurídica ao processo.
10.2.4. Acompanhar e fiscalizar cada etapa do recebimento dos itens, adotando providências imediatas em caso de descumprimento das condições contratuais, registrando ocorrências e informando as unidades competentes.
10.2.5. Efetuar o pagamento correspondente ao fornecimento dos itens após o recebimento definitivo, observando prazos, condições e documentação exigida, conforme legislação vigente e normas municipais.
10.2.6. Não assumir qualquer responsabilidade por compromissos ou obrigações firmados pela Contratada que excedam o objeto contratual ou que não tenham sido previamente autorizados pela Administração.
10.2.7. Informar à Contratada, com antecedência razoável, as quantidades previstas para aquisição via Registro de Preços, mediante e-mail institucional ou sistema eletrônico, garantindo previsibilidade e segurança operacional.
10.2.8. Designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo adequada supervisão das obrigações contratuais, acompanhamento das entregas, registro de ocorrências e adoção de medidas corretivas.
10.2.9. Manter registros atualizados de todas as entregas, substituições e ocorrências, assegurando transparência, controle administrativo e proteção ao interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes será exercida por servidores formalmente designados pela Portaria n°300/2026 da Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto, assegurando o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
13.2. A atuação do fiscal contratual compreenderá, dentre outras atribuições: técnicas previstas neste Termo de Referência;
II – atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;
III – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
IV – comunicar formalmente a autoridades competentes eventuais irregularidades, atrasos, descumprimentos ou vícios constatados;
V – solicitar a aplicação de penalidades, quando cabível;

VI – acompanhar a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes;
VII – certificar a regular execução para fins de pagamento.
13.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto à qualidade, integridade e regular funcionamento dos materiais esportivos fornecidos, permanecendo esta responsável por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação vigente
13.4. A designação dos fiscais observará a estrutura organizacional do Município, sendo atribuída aos servidores indicados por Secretaria demandante, conforme relação nominal constante neste
Termo de Referência ou em ato administrativo específico.
13.5. Os fiscais atuarão dentro dos limites de suas atribuições funcionais, devendo comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer situação que exija decisão superior.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
• Jamil Lourenço dos Santos – Matrícula nº 50994

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. Os itens deverão ser entregues com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 3 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material esportivo cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
204	06007278131001213633903000000	8136	MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela fiscalização, após comprovado o adimplemento integral das obrigações contratuais pela contratada.
16.2. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta às certidões pertinentes, incluindo regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme legislação vigente.
16.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajuste ou atualização monetária.
16.4. Constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais, o prazo para pagamento ficará suspenso até a devida regularização.

16.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com indicação do número da licitação, número da Ata de Registro de Preços, lote/item correspondente e demais informações necessárias à rastreabilidade do produto.
16.6. O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da contratada, previamente informada à Administração.
16.7. O Município procederá às retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive quanto ao Imposto de Renda na fonte e demais tributos aplicáveis, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.
16.8. Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada com base na seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses

Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS

20. Matriz de Riscos a seguir apresenta os principais riscos relacionados ao fornecimento de materiais esportivos, tais como bolas, redes, mesas de lazer indicando sua probabilidade, impacto e medidas de mitigação. O objetivo é assegurar o adequado gerenciamento contratual, prevenir falhas no atendimento das escolinhas municipais e garantir a continuidade das atividades esportivas.

MATRIZ DE RISCOS MATERIAIS ESPORTIVOS

Risco Identificado	Prob.	Impacto	Medidas de Mitigação (responsabilidades)
Atraso na entrega dos materiais	Média	Alto	Contratada: cumprir prazos e comunicar imprevistos. Contratante: prever penalidades e fiscalizar entregas.
Entrega de itens em desacordo com as especificações técnicas	Média	Alto	Contratada: atender integralmente ao TR e substituir itens incorretos. Contratante: conferir itens no recebimento e rejeitar divergências.
Baixa qualidade ou durabilidade reduzida (bolas que furam ou redes que desfiam precocemente)	Baixa	Alto	Contratada: fornecer itens novos, lacrados, com garantia e desempenho mínimo exigido. Contratante: verificar conformidade técnica e funcional.
Materiais com número de série ilegível, danificado ou inconsistente	Baixa	Médio	Contratada: garantir rastreabilidade e identificação íntegra. Contratante: registrar ocorrência e solicitar substituição.
Danos aos itens durante transporte ou manuseio (ex: mesas de futmesa riscadas ou quebradas)	Média	Médio	Contratada: usar embalagem adequada e transporte seguro; substituir itens danificados. Contratante: conferir integridade no ato do recebimento.
Incapacidade da contratada em atender picos de demanda (eventos esportivos simultâneos)	Baixa	Médio	Contratada: organizar logística, estoque e fornecimento contínuo. Contratante: planejar solicitações com antecedência sempre que possível.
Descumprimento das condições de entrega (endereço do ginásio ou horário incorreto)	Baixa	Baixo	Contratada: cumprir rigorosamente os locais e prazos. Contratante: informar corretamente e registrar ocorrências.
Fornecimento de materiais esportivos incompatíveis (ex: rede de tamanho incorreto para a trave existente)	Baixa	Alto	Contratada: observar requisitos de compatibilidade. Contratante: validar especificações antes da AF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS

23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 11 de junho de 2026.

DIRCEU MORAES	***ANA CAROLINA MEINERZ***
Prefeito	Meinerz Do Brasil LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:12FFE54F

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°109/2026 DO PREGÃO N.°29/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°109/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 29/2026	PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 134/2026
DATA DE PUBLICAÇÃO: 11/06/2026	VALIDADE DA ATA: 01 (um) ano.

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 29/2026, para o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
LOTES ABAIXO ESPECIFICADOS – adjudicado para **PARANA INDUSTRIA E COMERCIO DE REDES E CORDAS LTDA** inscrita no CNPJ/MF nº. 05.700.700/0001-02, estabelecida na Avenida Das Industrias,S/N, Parque Industrial Primavera, FLORAÍ – PR, CEP 87185-000, neste ato representada pelo **Sr. José Cristiano Ruiz**, portador da Cédula de Identidade nº. 6.094.373-7 SSP/PR, CPF nº. 865.217.219-68, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
16	75832	FITA DEMARCATÓRIA: Kit de fitas para vôlei de praia em nylon de alta visibilidade, acompanha fixadores (estacas) para areia.	MAGNUM	UN	4	R$ 192,50	R$ 770,00

2.3. Preço Total Registrado: R$770,00 (setecentos e setenta reais).
CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1. VIGÊNCIA:

3.2. Da vigência da ata de registro de preços.
3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.4. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços/Contrato é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços, Nota de Empenho e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus todos os riscos operacionais, logísticos, técnicos e administrativos inerentes ao fornecimento dos materiais de consumo esportivo licitados.
10.1.2. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para a entrega, qualquer ocorrência que possa impedir o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando justificativas comprovadas, sob pena de aplicação das sanções legais.
10.1.3. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução dos fornecimentos, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica exigidas no processo licitatório, conforme determina o art. 62 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.4. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do fornecimento, tais como tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários, custos logísticos, materiais de acondicionamento e demais encargos indispensáveis.
10.1.5. Garantir que os produtos fornecidos sejam novos, de primeiro uso, originais de fábrica, lacrados, livres de defeitos, acompanhados de manuais, certificados, garantias, e demais acessórios essenciais ao pleno funcionamento.
10.1.6. Utilizar, no desempenho do objeto, pessoal competente, capacitado e devidamente identificado, assumindo total responsabilidade por atos, omissões ou danos causados por seus empregados, prepostos ou eventuais terceiros autorizados.
10.1.7. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, responder a demandas, fornecer documentos complementares e adotar as providências requeridas pela fiscalização.
10.1.8. Não ceder, transferir ou subcontratar o fornecimento, no todo ou em parte, salvo autorização expressa da Administração, observados os limites previstos na Lei nº 14.133/2021.
10.1.9. Proceder à substituição de produtos que apresentem defeitos, vícios aparentes ou ocultos, divergências de especificação, avarias ou qualquer inconformidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus ao Município.
10.1.10. Realizar as entregas exclusivamente mediante Autorização de Fornecimento (AF) emitida pela Contratante, observando rigorosamente prazos, quantidades, especificações técnicas e condições de recebimento.
10.1.11. Assegurar o cumprimento das condições contratuais mesmo quando utilizar terceiros em etapas secundárias de logística ou transporte, permanecendo responsável integralmente por todas as obrigações assumidas perante o Município.
10.1.12. Garantir a rastreabilidade dos materiais esportivos entregues, quando aplicável, mediante apresentação de informações como número de série, lote de fabricação, data de produção e demais elementos de controle exigidos.
10.2. São obrigações do Contratante:
10.2.1. Proceder à fiscalização efetiva do fornecimento, acompanhando a entrega dos itens, verificando quantidade, qualidade, integridade e conformidade técnica, registrando ocorrências e notificando a Contratada quando necessário.
10.2.2. Examinar minuciosamente os produtos recebidos, comunicando formalmente e dentro do prazo contratual quaisquer irregularidades, falhas ou imperfeições, para fins de substituição, reparo ou rejeição.
10.2.3. Registrar, por escrito, todas as comunicações relativas a inconformidades, descrevendo de forma detalhada e objetiva os aspectos a serem corrigidos, garantindo rastreabilidade e segurança jurídica ao processo.
10.2.4. Acompanhar e fiscalizar cada etapa do recebimento dos itens, adotando providências imediatas em caso de descumprimento das condições contratuais, registrando ocorrências e informando as unidades competentes.
10.2.5. Efetuar o pagamento correspondente ao fornecimento dos itens após o recebimento definitivo, observando prazos, condições e documentação exigida, conforme legislação vigente e normas municipais.
10.2.6. Não assumir qualquer responsabilidade por compromissos ou obrigações firmados pela Contratada que excedam o objeto contratual ou que não tenham sido previamente autorizados pela Administração.
10.2.7. Informar à Contratada, com antecedência razoável, as quantidades previstas para aquisição via Registro de Preços, mediante e-mail institucional ou sistema eletrônico, garantindo previsibilidade e segurança operacional.
10.2.8. Designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo adequada supervisão das obrigações contratuais, acompanhamento das entregas, registro de ocorrências e adoção de medidas corretivas.
10.2.9. Manter registros atualizados de todas as entregas, substituições e ocorrências, assegurando transparência, controle administrativo e proteção ao interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes será exercida por servidores formalmente designados pela Portaria n°300/2026 da Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto, assegurando o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
13.2. A atuação do fiscal contratual compreenderá, dentre outras atribuições: técnicas previstas neste Termo de Referência;
II – atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;
III – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
IV – comunicar formalmente a autoridades competentes eventuais irregularidades, atrasos, descumprimentos ou vícios constatados;
V – solicitar a aplicação de penalidades, quando cabível;
VI – acompanhar a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes;
VII – certificar a regular execução para fins de pagamento.
13.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto à qualidade, integridade e regular funcionamento dos materiais esportivos fornecidos, permanecendo esta responsável por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação vigente
13.4. A designação dos fiscais observará a estrutura organizacional do Município, sendo atribuída aos servidores indicados por Secretaria demandante, conforme relação nominal constante neste
Termo de Referência ou em ato administrativo específico.
13.5. Os fiscais atuarão dentro dos limites de suas atribuições funcionais, devendo comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer situação que exija decisão superior.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
• Jamil Lourenço dos Santos – Matrícula nº 50994

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. Os itens deverão ser entregues com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 3 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material esportivo cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
204	06007278131001213633903000000	8136	MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela fiscalização, após comprovado o adimplemento integral das obrigações contratuais pela contratada.

16.2. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta às certidões pertinentes, incluindo regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme legislação vigente.

16.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajuste ou atualização monetária.

16.4. Constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais, o prazo para pagamento ficará suspenso até a devida regularização.

16.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com indicação do número da licitação, número da Ata de Registro de Preços, lote/item correspondente e demais informações necessárias à rastreabilidade do produto.

16.6. O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da contratada, previamente informada à Administração.

16.7. O Município procederá às retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive quanto ao Imposto de Renda na fonte e demais tributos aplicáveis, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.

16.8. Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada com base na seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;

a) Impedimento de licitar e contratar;

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	—
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;

III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Matriz de Riscos a seguir apresenta os principais riscos relacionados ao fornecimento de materiais esportivos, tais como bolas, redes, mesas de lazer indicando sua probabilidade, impacto e medidas de mitigação. O objetivo é assegurar o adequado gerenciamento contratual, prevenir falhas no atendimento das escolinhas municipais e garantir a continuidade das atividades esportivas.
MATRIZ DE RISCOS MATERIAIS ESPORTIVOS

Risco Identificado	Prob.	Impacto	Medidas de Mitigação (responsabilidades)
Atraso na entrega dos materiais	Média	Alto	Contratada: cumprir prazos e comunicar imprevistos. Contratante: prever penalidades e fiscalizar entregas.
Entrega de itens em desacordo com as especificações técnicas	Média	Alto	Contratada: atender integralmente ao TR e substituir itens incorretos. Contratante: conferir itens no recebimento e rejeitar divergências.
Baixa qualidade ou durabilidade reduzida (bolas que furam ou redes que desfiam precocemente)	Baixa	Alto	Contratada: fornecer itens novos, lacrados, com garantia e desempenho mínimo exigido. Contratante: verificar conformidade técnica e funcional.
Materiais com número de série ilegível, danificado ou inconsistente	Baixa	Médio	Contratada: garantir rastreabilidade e identificação íntegra. Contratante: registrar ocorrência e solicitar substituição.
Danos aos itens durante transporte ou manuseio (ex: mesas de futmesa riscadas ou quebradas)	Média	Médio	Contratada: usar embalagem adequada e transporte seguro; substituir itens danificados. Contratante: conferir integridade no ato do recebimento.
Incapacidade da contratada em atender picos de demanda (eventos esportivos simultâneos)	Baixa	Médio	Contratada: organizar logística, estoque e fornecimento contínuo. Contratante: planejar solicitações com antecedência sempre que possível.
Descumprimento das condições de entrega (endereço do ginásio ou horário incorreto)	Baixa	Baixo	Contratada: cumprir rigorosamente os locais e prazos. Contratante: informar corretamente e registrar ocorrências.
Fornecimento de materiais esportivos incompatíveis (ex: rede de tamanho incorreto para a trave existente)	Baixa	Alto	Contratada: observar requisitos de compatibilidade. Contratante: validar especificações antes da AF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 11 de junho de 2026.

DIRCEU MORAES	***JOSÉ CRISTIANO RUIZ***
Prefeito	Parana Industria E Comercio De Redes E Cordas LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:534BE758

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°110/2026 DO PREGÃO N.°29/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°110/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 29/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 134/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 11/06/2026	**VALIDADE DA ATA: 01 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 29/2026, para o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
LOTES ABAIXO ESPECIFICADOS – adjudicado para **R. B. COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.** inscrita no CNPJ/MF nº. 42.825.012/0001-03, estabelecida na Rua Centauro, n.° 51, São João Do Rio Vermelho, Florianópolis – SC, CEP 88060-189, neste ato representada pelo **Sr. Rafael Barreto De Souza**, portador da Cédula de Identidade nº. 452769954 /SSP-SP, CPF nº. 068.668.389-75 , conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
2	75818	BOLA FUTSAL INICIAÇÃO: Tecnologia Termotec, material PU, peso 350-380g, diâmetro 55-58cm, 8 gomos, câmara 6D e processo de extra dupla colagem.	PENALTY	UN	20	R$ 89,9925	R$ 1.799,85
4	75820	BOLA FUTEBOL DE CAMPO PROFISSIONAL: Termotec, 0% absorção de água, camada interna de Neogel para maior maciez, miolo substituível e lubrificado. Peso entre 430-450g.	MAGUSSY	UN	20	R$ 89,997	R$ 1.799,94

2.3. Preço Total Registrado: R$3.599,79 (três mil, quinhentos e noventa e nove reais e setenta e nove centavos).
3.1. VIGÊNCIA:
3.2. Da vigência da ata de registro de preços.
3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.4. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços/Contrato é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços, Nota de Empenho e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus todos os riscos operacionais, logísticos, técnicos e administrativos inerentes ao fornecimento dos materiais de consumo esportivo licitados.
10.1.2. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para a entrega, qualquer ocorrência que possa impedir o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando justificativas comprovadas, sob pena de aplicação das sanções legais.
10.1.3. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução dos fornecimentos, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica exigidas no processo licitatório, conforme determina o art. 62 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.4. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do fornecimento, tais como tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários, custos logísticos, materiais de acondicionamento e demais encargos indispensáveis.
10.1.5. Garantir que os produtos fornecidos sejam novos, de primeiro uso, originais de fábrica, lacrados, livres de defeitos, acompanhados de manuais, certificados, garantias, e demais acessórios essenciais ao pleno funcionamento.
10.1.6. Utilizar, no desempenho do objeto, pessoal competente, capacitado e devidamente identificado, assumindo total responsabilidade por atos, omissões ou danos causados por seus empregados, prepostos ou eventuais terceiros autorizados.
10.1.7. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, responder a demandas, fornecer documentos complementares e adotar as providências requeridas pela fiscalização.
10.1.8. Não ceder, transferir ou subcontratar o fornecimento, no todo ou em parte, salvo autorização expressa da Administração, observados os limites previstos na Lei nº 14.133/2021.
10.1.9. Proceder à substituição de produtos que apresentem defeitos, vícios aparentes ou ocultos, divergências de especificação, avarias ou qualquer inconformidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus ao Município.
10.1.10. Realizar as entregas exclusivamente mediante Autorização de Fornecimento (AF) emitida pela Contratante, observando rigorosamente prazos, quantidades, especificações técnicas e condições de recebimento.
10.1.11. Assegurar o cumprimento das condições contratuais mesmo quando utilizar terceiros em etapas secundárias de logística ou transporte, permanecendo responsável integralmente por todas as obrigações assumidas perante o Município.
10.1.12. Garantir a rastreabilidade dos materiais esportivos entregues, quando aplicável, mediante apresentação de informações como número de série, lote de fabricação, data de produção e demais elementos de controle exigidos.
10.2. São obrigações do Contratante:
10.2.1. Proceder à fiscalização efetiva do fornecimento, acompanhando a entrega dos itens, verificando quantidade, qualidade, integridade e conformidade técnica, registrando ocorrências e notificando a Contratada quando necessário.
10.2.2. Examinar minuciosamente os produtos recebidos, comunicando formalmente e dentro do prazo contratual quaisquer irregularidades, falhas ou imperfeições, para fins de substituição, reparo ou rejeição.
10.2.3. Registrar, por escrito, todas as comunicações relativas a inconformidades, descrevendo de forma detalhada e objetiva os aspectos a serem corrigidos, garantindo rastreabilidade e segurança jurídica ao processo.
10.2.4. Acompanhar e fiscalizar cada etapa do recebimento dos itens, adotando providências imediatas em caso de descumprimento das condições contratuais, registrando ocorrências e informando as unidades competentes.
10.2.5. Efetuar o pagamento correspondente ao fornecimento dos itens após o recebimento definitivo, observando prazos, condições e documentação exigida, conforme legislação vigente e normas municipais.
10.2.6. Não assumir qualquer responsabilidade por compromissos ou obrigações firmados pela Contratada que excedam o objeto contratual ou que não tenham sido previamente autorizados pela Administração.
10.2.7. Informar à Contratada, com antecedência razoável, as quantidades previstas para aquisição via Registro de Preços, mediante e-mail institucional ou sistema eletrônico, garantindo previsibilidade e segurança operacional.
10.2.8. Designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo adequada supervisão das obrigações contratuais, acompanhamento das entregas, registro de ocorrências e adoção de medidas corretivas.
10.2.9. Manter registros atualizados de todas as entregas, substituições e ocorrências, assegurando transparência, controle administrativo e proteção ao interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.

11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes será exercida por servidores formalmente designados pela Portaria n°300/2026 da Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto, assegurando o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
13.2. A atuação do fiscal contratual compreenderá, dentre outras atribuições: técnicas previstas neste Termo de Referência;
II – atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;
III – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
IV – comunicar formalmente a autoridades competentes eventuais irregularidades, atrasos, descumprimentos ou vícios constatados;
V – solicitar a aplicação de penalidades, quando cabível;
VI – acompanhar a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes;
VII – certificar a regular execução para fins de pagamento.
13.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto à qualidade, integridade e regular funcionamento dos materiais esportivos fornecidos, permanecendo esta responsável por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação vigente
13.4. A designação dos fiscais observará a estrutura organizacional do Município, sendo atribuída aos servidores indicados por Secretaria demandante, conforme relação nominal constante neste
Termo de Referência ou em ato administrativo específico.
13.5. Os fiscais atuarão dentro dos limites de suas atribuições funcionais, devendo comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer situação que exija decisão superior.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
• Jamil Lourenço dos Santos – Matrícula nº 50994

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. Os itens deverão ser entregues com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 3 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material esportivo cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.

14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
204	06007278131001213633903000000	8136	MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela fiscalização, após comprovado o adimplemento integral das obrigações contratuais pela contratada.
16.2. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta às certidões pertinentes, incluindo regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme legislação vigente.
16.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajuste ou atualização monetária.
16.4. Constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais, o prazo para pagamento ficará suspenso até a devida regularização.
16.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com indicação do número da licitação, número da Ata de Registro de Preços, lote/item correspondente e demais informações necessárias à rastreabilidade do produto.
16.6. O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da contratada, previamente informada à Administração.
16.7. O Município procederá às retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive quanto ao Imposto de Renda na fonte e demais tributos aplicáveis, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.
16.8. Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada com base na seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;

18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Matriz de Riscos a seguir apresenta os principais riscos relacionados ao fornecimento de materiais esportivos, tais como bolas, redes, mesas de lazer indicando sua probabilidade, impacto e medidas de mitigação. O objetivo é assegurar o adequado gerenciamento contratual, prevenir falhas no atendimento das escolinhas municipais e garantir a continuidade das atividades esportivas.
MATRIZ DE RISCOS MATERIAIS ESPORTIVOS

Risco Identificado	Prob.	Impacto	Medidas de Mitigação (responsabilidades)
Atraso na entrega dos materiais	Média	Alto	Contratada: cumprir prazos e comunicar imprevistos. Contratante: prever penalidades e fiscalizar entregas.
Entrega de itens em desacordo com as especificações técnicas	Média	Alto	Contratada: atender integralmente ao TR e substituir itens incorretos. Contratante: conferir itens no recebimento e rejeitar divergências.
Baixa qualidade ou durabilidade reduzida (bolas que furam ou redes que desfiam precocemente)	Baixa	Alto	Contratada: fornecer itens novos, lacrados, com garantia e desempenho mínimo exigido. Contratante: verificar conformidade técnica e funcional.
Materiais com número de série ilegível, danificado ou inconsistente	Baixa	Médio	Contratada: garantir rastreabilidade e identificação íntegra. Contratante: registrar ocorrência e solicitar substituição.
Danos aos itens durante transporte ou manuseio (ex: mesas de futmesa riscadas ou quebradas)	Média	Médio	Contratada: usar embalagem adequada e transporte seguro; substituir itens danificados. Contratante: conferir integridade no ato do recebimento.
Incapacidade da contratada em atender picos de demanda (eventos esportivos simultâneos)	Baixa	Médio	Contratada: organizar logística, estoque e fornecimento contínuo. Contratante: planejar solicitações com antecedência sempre que possível.
Descumprimento das condições de entrega (endereço do ginásio ou horário incorreto)	Baixa	Baixo	Contratada: cumprir rigorosamente os locais e prazos. Contratante: informar corretamente e registrar ocorrências.
Fornecimento de materiais esportivos incompatíveis (ex: rede de tamanho incorreto para a trave existente)	Baixa	Alto	Contratada: observar requisitos de compatibilidade. Contratante: validar especificações antes da AF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 11 de junho de 2026.

DIRCEU MORAES	***RAFAEL BARRETO DE SOUZA***
Prefeito	R. B. Comercio E Distribuicao LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:8689BFB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°159/2026 DO PREGÃO N.°29/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°159/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 29/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 134/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 02/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 01 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 29/2026, para o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano,**

podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos, conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
LOTES ABAIXO ESPECIFICADOS – adjudicado para **R. B. COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.** inscrita no CNPJ/MF nº. 42.825.012/0001-03, estabelecida na Rua Centauro, n.° 51, São João Do Rio Vermelho, Florianópolis – SC, CEP 88060-189, neste ato representada pelo **Sr. Rafael Barreto De Souza**, portador da Cédula de Identidade nº. 452769954 /SSP-SP, CPF nº. 068.668.389-75 , conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
13	75829	MESA DE FUTMESA: Tampo em MDF Naval 15mm (resistente a umidade), estrutura reforçada em aço carbono com pintura eletrostática, curvatura padrão oficial.	BI NARDELLI	UN	02	R$ 4.174,465	R$ 8.348,93

2.3. Preço Total Registrado: R$8.348,93 (oito mil, trezentos e quarenta e oito reais e noventa e três centavos).
3.1. VIGÊNCIA:
3.2. Da vigência da ata de registro de preços.
3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.4. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços/Contrato é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços, Nota de Empenho e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus todos os riscos operacionais, logísticos, técnicos e administrativos inerentes ao fornecimento dos materiais de consumo esportivo licitados.
10.1.2. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para a entrega, qualquer ocorrência que possa impedir o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando justificativas comprovadas, sob pena de aplicação das sanções legais.
10.1.3. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução dos fornecimentos, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica exigidas no processo licitatório, conforme determina o art. 62 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.4. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do fornecimento, tais como tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários, custos logísticos, materiais de acondicionamento e demais encargos indispensáveis.
10.1.5. Garantir que os produtos fornecidos sejam novos, de primeiro uso, originais de fábrica, lacrados, livres de defeitos, acompanhados de manuais, certificados, garantias, e demais acessórios essenciais ao pleno funcionamento.
10.1.6. Utilizar, no desempenho do objeto, pessoal competente, capacitado e devidamente identificado, assumindo total responsabilidade por atos, omissões ou danos causados por seus empregados, prepostos ou eventuais terceiros autorizados.
10.1.7. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, responder a demandas, fornecer documentos complementares e adotar as providências requeridas pela fiscalização.
10.1.8. Não ceder, transferir ou subcontratar o fornecimento, no todo ou em parte, salvo autorização expressa da Administração, observados os limites previstos na Lei nº 14.133/2021.
10.1.9. Proceder à substituição de produtos que apresentem defeitos, vícios aparentes ou ocultos, divergências de especificação, avarias ou qualquer inconformidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus ao Município.
10.1.10. Realizar as entregas exclusivamente mediante Autorização de Fornecimento (AF) emitida pela Contratante, observando rigorosamente prazos, quantidades, especificações técnicas e condições de recebimento.
10.1.11. Assegurar o cumprimento das condições contratuais mesmo quando utilizar terceiros em etapas secundárias de logística ou transporte, permanecendo responsável integralmente por todas as obrigações assumidas perante o Município.
10.1.12. Garantir a rastreabilidade dos materiais esportivos entregues, quando aplicável, mediante apresentação de informações como número de série, lote de fabricação, data de produção e demais elementos de controle exigidos.
10.2. São obrigações do Contratante:
10.2.1. Proceder à fiscalização efetiva do fornecimento, acompanhando a entrega dos itens, verificando quantidade, qualidade, integridade e conformidade técnica, registrando ocorrências e notificando a Contratada quando necessário.
10.2.2. Examinar minuciosamente os produtos recebidos, comunicando formalmente e dentro do prazo contratual quaisquer irregularidades, falhas ou imperfeições, para fins de substituição, reparo ou rejeição.
10.2.3. Registrar, por escrito, todas as comunicações relativas a inconformidades, descrevendo de forma detalhada e objetiva os aspectos a serem corrigidos, garantindo rastreabilidade e segurança jurídica ao processo.
10.2.4. Acompanhar e fiscalizar cada etapa do recebimento dos itens, adotando providências imediatas em caso de descumprimento das condições contratuais, registrando ocorrências e informando as unidades competentes.
10.2.5. Efetuar o pagamento correspondente ao fornecimento dos itens após o recebimento definitivo, observando prazos, condições e documentação exigida, conforme legislação vigente e normas municipais.
10.2.6. Não assumir qualquer responsabilidade por compromissos ou obrigações firmados pela Contratada que excedam o objeto contratual ou que não tenham sido previamente autorizados pela Administração.
10.2.7. Informar à Contratada, com antecedência razoável, as quantidades previstas para aquisição via Registro de Preços, mediante e-mail institucional ou sistema eletrônico, garantindo previsibilidade e segurança operacional.
10.2.8. Designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo adequada supervisão das obrigações contratuais, acompanhamento das entregas, registro de ocorrências e adoção de medidas corretivas.
10.2.9. Manter registros atualizados de todas as entregas, substituições e ocorrências, assegurando transparência, controle administrativo e proteção ao interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes

11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.

11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:

I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;

II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;

IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.

11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:

I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;

II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.

11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.

11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.

11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes será exercida por servidores formalmente designados pela Portaria n°300/2026 da Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto, assegurando o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

13.2. A atuação do fiscal contratual compreenderá, dentre outras atribuições: técnicas previstas neste Termo de Referência;

II – atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;

III – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;

IV – comunicar formalmente a autoridades competentes eventuais irregularidades, atrasos, descumprimentos ou vícios constatados;

V – solicitar a aplicação de penalidades, quando cabível;

VI – acompanhar a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes;

VII – certificar a regular execução para fins de pagamento.

13.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto à qualidade, integridade e regular funcionamento dos materiais esportivos fornecidos, permanecendo esta responsável por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação vigente

13.4. A designação dos fiscais observará a estrutura organizacional do Município, sendo atribuída aos servidores indicados por Secretaria demandante, conforme relação nominal constante neste

Termo de Referência ou em ato administrativo específico.

13.5. Os fiscais atuarão dentro dos limites de suas atribuições funcionais, devendo comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer situação que exija decisão superior.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

• Jamil Lourenço dos Santos – Matrícula nº 50994

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.

14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.

14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.

14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.

14.4.1. Os itens deverão ser entregues com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.

14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.

14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 3 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.

14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material esportivo cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.

14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
204	06007278131001213633903000000	8136	MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela fiscalização, após comprovado o adimplemento integral das obrigações contratuais pela contratada.
16.2. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta às certidões pertinentes, incluindo regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme legislação vigente.
16.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajuste ou atualização monetária.
16.4. Constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais, o prazo para pagamento ficará suspenso até a devida regularização.
16.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com indicação do número da licitação, número da Ata de Registro de Preços, lote/item correspondente e demais informações necessárias à rastreabilidade do produto.
16.6. O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da contratada, previamente informada à Administração.
16.7. O Município procederá às retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive quanto ao Imposto de Renda na fonte e demais tributos aplicáveis, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.
16.8. Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada com base na seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo,	1% /dia

		ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Matriz de Riscos a seguir apresenta os principais riscos relacionados ao fornecimento de materiais esportivos, tais como bolas, redes, mesas de lazer indicando sua probabilidade, impacto e medidas de mitigação. O objetivo é assegurar o adequado gerenciamento contratual, prevenir falhas no atendimento das escolinhas municipais e garantir a continuidade das atividades esportivas.
MATRIZ DE RISCOS MATERIAIS ESPORTIVOS

Risco Identificado	Prob.	Impacto	Medidas de Mitigação (responsabilidades)
Atraso na entrega dos materiais	Média	Alto	Contratada: cumprir prazos e comunicar imprevistos. Contratante: prever penalidades e fiscalizar entregas.
Entrega de itens em desacordo com as especificações técnicas	Média	Alto	Contratada: atender integralmente ao TR e substituir itens incorretos. Contratante: conferir itens no recebimento e rejeitar divergências.
Baixa qualidade ou durabilidade reduzida (bolas que furam ou redes que desfiam precocemente)	Baixa	Alto	Contratada: fornecer itens novos, lacrados, com garantia e desempenho mínimo exigido. Contratante: verificar conformidade técnica e funcional.
Materiais com número de série ilegível, danificado ou inconsistente	Baixa	Médio	Contratada: garantir rastreabilidade e identificação íntegra. Contratante: registrar ocorrência e solicitar substituição.
Danos aos itens durante transporte ou manuseio (ex: mesas de futmesa riscadas ou quebradas)	Média	Médio	Contratada: usar embalagem adequada e transporte seguro; substituir itens danificados. Contratante: conferir integridade no ato do recebimento.
Incapacidade da contratada em atender picos de demanda (eventos esportivos simultâneos)	Baixa	Médio	Contratada: organizar logística, estoque e fornecimento contínuo. Contratante: planejar solicitações com antecedência sempre que possível.
Descumprimento das condições de entrega (endereço do ginásio ou horário incorreto)	Baixa	Baixo	Contratada: cumprir rigorosamente os locais e prazos. Contratante: informar corretamente e registrar ocorrências.
Fornecimento de materiais esportivos incompatíveis (ex: rede de tamanho incorreto para a trave existente)	Baixa	Alto	Contratada: observar requisitos de compatibilidade. Contratante: validar especificações antes da AF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS

23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 02 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***RAFAEL BARRETO DE SOUZA***
Prefeito	R. B. Comercio E Distribuicao LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:43C4EE05

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°160/2026 DO PREGÃO N.°29/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°160/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 29/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 134/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 02/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 01 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 29/2026, para o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
LOTES ABAIXO ESPECIFICADOS – adjudicado para **GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA** inscrita no CNPJ/MF nº. 63.129.821/0001-42, estabelecida na Rua Buenos Aires,71, Batel, Curitiba – PR, CEP 80250-070, neste ato representada pelo **Sr. Brunna Monique Guidi**, portador da Cédula de Identidade nº. 9.540.170-8 SESP/PR, CPF nº. 093.425.049-90, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
07	75823	BOLA BASQUETEBOL: Confeccionada em PU Premium, tamanho oficial nº 7, matrizada, com canais profundos para melhor aderência (grip). Uso profissional	Penalty	UN	10	R$ 287,90	R$ 2.879,00

2.3. Preço Total Registrado: R$2.879,00 (dois mil, oitocentos e setenta e nove reais).
CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1. VIGÊNCIA:
3.2. Da vigência da ata de registro de preços.
3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.4. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços/Contrato é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:
10.1.1. Cumprir integralmente todas as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços, Nota de Empenho e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus todos os riscos operacionais, logísticos, técnicos e administrativos inerentes ao fornecimento dos materiais de consumo esportivo licitados.
10.1.2. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para a entrega, qualquer ocorrência que possa impedir o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando justificativas comprovadas, sob pena de aplicação das sanções legais.
10.1.3. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução dos fornecimentos, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica exigidas no processo licitatório, conforme determina o art. 62 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.4. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do fornecimento, tais como tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários, custos logísticos, materiais de acondicionamento e demais encargos indispensáveis.
10.1.5. Garantir que os produtos fornecidos sejam novos, de primeiro uso, originais de fábrica, lacrados, livres de defeitos, acompanhados de manuais, certificados, garantias, e demais acessórios essenciais ao pleno funcionamento.
10.1.6. Utilizar, no desempenho do objeto, pessoal competente, capacitado e devidamente identificado, assumindo total responsabilidade por atos, omissões ou danos causados por seus empregados, prepostos ou eventuais terceiros autorizados.
10.1.7. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, responder a demandas, fornecer documentos complementares e adotar as providências requeridas pela fiscalização.
10.1.8. Não ceder, transferir ou subcontratar o fornecimento, no todo ou em parte, salvo autorização expressa da Administração, observados os limites previstos na Lei nº 14.133/2021.
10.1.9. Proceder à substituição de produtos que apresentem defeitos, vícios aparentes ou ocultos, divergências de especificação, avarias ou qualquer inconformidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus ao Município.
10.1.10. Realizar as entregas exclusivamente mediante Autorização de Fornecimento (AF) emitida pela Contratante, observando rigorosamente prazos, quantidades, especificações técnicas e condições de recebimento.

10.1.11. Assegurar o cumprimento das condições contratuais mesmo quando utilizar terceiros em etapas secundárias de logística ou transporte, permanecendo responsável integralmente por todas as obrigações assumidas perante o Município.
10.1.12. Garantir a rastreabilidade dos materiais esportivos entregues, quando aplicável, mediante apresentação de informações como número de série, lote de fabricação, data de produção e demais elementos de controle exigidos.
10.2. São obrigações do Contratante:
10.2.1. Proceder à fiscalização efetiva do fornecimento, acompanhando a entrega dos itens, verificando quantidade, qualidade, integridade e conformidade técnica, registrando ocorrências e notificando a Contratada quando necessário.
10.2.2. Examinar minuciosamente os produtos recebidos, comunicando formalmente e dentro do prazo contratual quaisquer irregularidades, falhas ou imperfeições, para fins de substituição, reparo ou rejeição.
10.2.3. Registrar, por escrito, todas as comunicações relativas a inconformidades, descrevendo de forma detalhada e objetiva os aspectos a serem corrigidos, garantindo rastreabilidade e segurança jurídica ao processo.
10.2.4. Acompanhar e fiscalizar cada etapa do recebimento dos itens, adotando providências imediatas em caso de descumprimento das condições contratuais, registrando ocorrências e informando as unidades competentes.
10.2.5. Efetuar o pagamento correspondente ao fornecimento dos itens após o recebimento definitivo, observando prazos, condições e documentação exigida, conforme legislação vigente e normas municipais.
10.2.6. Não assumir qualquer responsabilidade por compromissos ou obrigações firmados pela Contratada que excedam o objeto contratual ou que não tenham sido previamente autorizados pela Administração.
10.2.7. Informar à Contratada, com antecedência razoável, as quantidades previstas para aquisição via Registro de Preços, mediante e-mail institucional ou sistema eletrônico, garantindo previsibilidade e segurança operacional.
10.2.8. Designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo adequada supervisão das obrigações contratuais, acompanhamento das entregas, registro de ocorrências e adoção de medidas corretivas.
10.2.9. Manter registros atualizados de todas as entregas, substituições e ocorrências, assegurando transparência, controle administrativo e proteção ao interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes será exercida por servidores formalmente designados pela Portaria n°300/2026 da Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto, assegurando o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
13.2. A atuação do fiscal contratual compreenderá, dentre outras atribuições: técnicas previstas neste Termo de Referência;
II – atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;
III – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
IV – comunicar formalmente a autoridades competentes eventuais irregularidades, atrasos, descumprimentos ou vícios constatados;
V – solicitar a aplicação de penalidades, quando cabível;
VI – acompanhar a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes;
VII – certificar a regular execução para fins de pagamento.
13.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto à qualidade, integridade e regular funcionamento dos materiais esportivos fornecidos, permanecendo esta responsável por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação vigente
13.4. A designação dos fiscais observará a estrutura organizacional do Município, sendo atribuída aos servidores indicados por Secretaria demandante, conforme relação nominal constante neste
Termo de Referência ou em ato administrativo específico.
13.5. Os fiscais atuarão dentro dos limites de suas atribuições funcionais, devendo comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer situação que exija decisão superior.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
• Jamil Lourenço dos Santos – Matrícula nº 50994

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. Os itens deverão ser entregues com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 3 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material esportivo cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
204	06007278131001213633903000000	8136	MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela fiscalização, após comprovado o adimplemento integral das obrigações contratuais pela contratada.
16.2. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta às certidões pertinentes, incluindo regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme legislação vigente.
16.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajuste ou atualização monetária.
16.4. Constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais, o prazo para pagamento ficará suspenso até a devida regularização.
16.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com indicação do número da licitação, número da Ata de Registro de Preços, lote/item correspondente e demais informações necessárias à rastreabilidade do produto.
16.6. O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da contratada, previamente informada à Administração.
16.7. O Município procederá às retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive quanto ao Imposto de Renda na fonte e demais tributos aplicáveis, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.
16.8. Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada com base na seguinte fórmula:
EM = I × N × VP

Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**DOSIMETRIA**
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes	4 anos e

	Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	federativos	6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	—
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Matriz de Riscos a seguir apresenta os principais riscos relacionados ao fornecimento de materiais esportivos, tais como bolas, redes, mesas de lazer indicando sua probabilidade, impacto e medidas de mitigação. O objetivo é assegurar o adequado gerenciamento contratual, prevenir falhas no atendimento das escolinhas municipais e garantir a continuidade das atividades esportivas.

MATRIZ DE RISCOS MATERIAIS ESPORTIVOS

Risco Identificado	Prob.	Impacto	Medidas de Mitigação (responsabilidades)
Atraso na entrega dos materiais	Média	Alto	Contratada: cumprir prazos e comunicar imprevistos. Contratante: prever penalidades e fiscalizar entregas.
Entrega de itens em desacordo com as especificações técnicas	Média	Alto	Contratada: atender integralmente ao TR e substituir itens incorretos. Contratante: conferir itens no recebimento e rejeitar divergências.
Baixa qualidade ou durabilidade reduzida (bolas que furam ou redes que desfiam precocemente)	Baixa	Alto	Contratada: fornecer itens novos, lacrados, com garantia e desempenho mínimo exigido. Contratante: verificar conformidade técnica e funcional.
Materiais com número de série ilegível, danificado ou inconsistente	Baixa	Médio	Contratada: garantir rastreabilidade e identificação íntegra. Contratante: registrar ocorrência e solicitar substituição.
Danos aos itens durante transporte ou manuseio (ex: mesas de futmesa riscadas ou quebradas)	Média	Médio	Contratada: usar embalagem adequada e transporte seguro; substituir itens danificados. Contratante: conferir integridade no ato do recebimento.
Incapacidade da contratada em atender picos de demanda (eventos esportivos simultâneos)	Baixa	Médio	Contratada: organizar logística, estoque e fornecimento contínuo. Contratante: planejar solicitações com antecedência sempre que possível.
Descumprimento das condições de entrega (endereço do ginásio ou horário incorreto)	Baixa	Baixo	Contratada: cumprir rigorosamente os locais e prazos. Contratante: informar corretamente e registrar ocorrências.
Fornecimento de materiais esportivos incompatíveis (ex: rede de tamanho incorreto para a trave existente)	Baixa	Alto	Contratada: observar requisitos de compatibilidade. Contratante: validar especificações antes da AF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – **DO FORO**
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – **DA PUBLICIDADE**
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 02 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***BRUNNA MONIQUE GUIDI***
Prefeito	Guidoni Distribuidora LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:40175A15

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°161/2026 DO PREGÃO N.°29/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°161/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 29/2026	PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 134/2026
DATA DE PUBLICAÇÃO: 02/07/2026	VALIDADE DA ATA: 01 (um) ano.

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 29/2026, para o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
LOTES ABAIXO ESPECIFICADOS – adjudicado para **ALFA VERTICE COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 60.424.559/0001-70, estabelecida na Rua Joao Benedito Mena,n.° 158, Jardim Residencial Villa Amato, Sorocaba – SP, CEP 18087-655, neste ato representada pelo **Sr. Ana Luisa Farias**, portador da Cédula de Identidade nº. 501695709 SSP SP, CPF nº. 433.001.278-23, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
17	75837	RELÓGIO DE XADREZ DIGITAL	Relógio Digital Cronômetro Xadrez Profissional Competição	UN	50	R$ 198,00	R$ 9.900,00

2.3. Preço Total Registrado: R$9.900,00 (nove mil, novecentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. VIGÊNCIA:
3.2. Da vigência da ata de registro de preços.
3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.4. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços/Contrato é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratado:

10.1.1. Cumprir integralmente todas as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços, Nota de Empenho e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus todos os riscos operacionais, logísticos, técnicos e administrativos inerentes ao fornecimento dos materiais de consumo esportivo licitados.

10.1.2. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para a entrega, qualquer ocorrência que possa impedir o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando justificativas comprovadas, sob pena de aplicação das sanções legais.

10.1.3. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução dos fornecimentos, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica exigidas no processo licitatório, conforme determina o art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.4. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do fornecimento, tais como tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários, custos logísticos, materiais de acondicionamento e demais encargos indispensáveis.

10.1.5. Garantir que os produtos fornecidos sejam novos, de primeiro uso, originais de fábrica, lacrados, livres de defeitos, acompanhados de manuais, certificados, garantias, e demais acessórios essenciais ao pleno funcionamento.

10.1.6. Utilizar, no desempenho do objeto, pessoal competente, capacitado e devidamente identificado, assumindo total responsabilidade por atos, omissões ou danos causados por seus empregados, prepostos ou eventuais terceiros autorizados.

10.1.7. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, responder a demandas, fornecer documentos complementares e adotar as providências requeridas pela fiscalização.

10.1.8. Não ceder, transferir ou subcontratar o fornecimento, no todo ou em parte, salvo autorização expressa da Administração, observados os limites previstos na Lei nº 14.133/2021.

10.1.9. Proceder à substituição de produtos que apresentem defeitos, vícios aparentes ou ocultos, divergências de especificação, avarias ou qualquer inconformidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus ao Município.

10.1.10. Realizar as entregas exclusivamente mediante Autorização de Fornecimento (AF) emitida pela Contratante, observando rigorosamente prazos, quantidades, especificações técnicas e condições de recebimento.

10.1.11. Assegurar o cumprimento das condições contratuais mesmo quando utilizar terceiros em etapas secundárias de logística ou transporte, permanecendo responsável integralmente por todas as obrigações assumidas perante o Município.

10.1.12. Garantir a rastreabilidade dos materiais esportivos entregues, quando aplicável, mediante apresentação de informações como número de série, lote de fabricação, data de produção e demais elementos de controle exigidos.

10.2. São obrigações do Contratante:

10.2.1. Proceder à fiscalização efetiva do fornecimento, acompanhando a entrega dos itens, verificando quantidade, qualidade, integridade e conformidade técnica, registrando ocorrências e notificando a Contratada quando necessário.

10.2.2. Examinar minuciosamente os produtos recebidos, comunicando formalmente e dentro do prazo contratual quaisquer irregularidades, falhas ou imperfeições, para fins de substituição, reparo ou rejeição.

10.2.3. Registrar, por escrito, todas as comunicações relativas a inconformidades, descrevendo de forma detalhada e objetiva os aspectos a serem corrigidos, garantindo rastreabilidade e segurança jurídica ao processo.

10.2.4. Acompanhar e fiscalizar cada etapa do recebimento dos itens, adotando providências imediatas em caso de descumprimento das condições contratuais, registrando ocorrências e informando as unidades competentes.

10.2.5. Efetuar o pagamento correspondente ao fornecimento dos itens após o recebimento definitivo, observando prazos, condições e documentação exigida, conforme legislação vigente e normas municipais.

10.2.6. Não assumir qualquer responsabilidade por compromissos ou obrigações firmados pela Contratada que excedam o objeto contratual ou que não tenham sido previamente autorizados pela Administração.

10.2.7. Informar à Contratada, com antecedência razoável, as quantidades previstas para aquisição via Registro de Preços, mediante e-mail institucional ou sistema eletrônico, garantindo previsibilidade e segurança operacional.

10.2.8. Designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo adequada supervisão das obrigações contratuais, acompanhamento das entregas, registro de ocorrências e adoção de medidas corretivas.

10.2.9. Manter registros atualizados de todas as entregas, substituições e ocorrências, assegurando transparência, controle administrativo e proteção ao interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes

11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.

11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:

I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;

II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;

IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.

11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:

I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;

II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.

11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.

11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.

11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes será exercida por servidores formalmente designados pela Portaria n°300/2026 da Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto, assegurando o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
13.2. A atuação do fiscal contratual compreenderá, dentre outras atribuições: técnicas previstas neste Termo de Referência;
II – atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;
III – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
IV – comunicar formalmente a autoridades competentes eventuais irregularidades, atrasos, descumprimentos ou vícios constatados;
V – solicitar a aplicação de penalidades, quando cabível;
VI – acompanhar a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes;
VII – certificar a regular execução para fins de pagamento.
13.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto à qualidade, integridade e regular funcionamento dos materiais esportivos fornecidos, permanecendo esta responsável por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação vigente
13.4. A designação dos fiscais observará a estrutura organizacional do Município, sendo atribuída aos servidores indicados por Secretaria demandante, conforme relação nominal constante neste
Termo de Referência ou em ato administrativo específico.
13.5. Os fiscais atuarão dentro dos limites de suas atribuições funcionais, devendo comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer situação que exija decisão superior.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
• Jamil Lourenço dos Santos – Matrícula nº 50994

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. Os itens deverão ser entregues com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 3 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material esportivo cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
204	06007278131001213633903000000	8136	MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela fiscalização, após comprovado o adimplemento integral das obrigações contratuais pela contratada.

16.2. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta às certidões pertinentes, incluindo regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme legislação vigente.

16.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajuste ou atualização monetária.

16.4. Constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais, o prazo para pagamento ficará suspenso até a devida regularização.

16.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com indicação do número da licitação, número da Ata de Registro de Preços, lote/item correspondente e demais informações necessárias à rastreabilidade do produto.

16.6. O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da contratada, previamente informada à Administração.

16.7. O Município procederá às retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive quanto ao Imposto de Renda na fonte e demais tributos aplicáveis, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.

16.8. Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada com base na seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;

a) Impedimento de licitar e contratar;

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Matriz de Riscos a seguir apresenta os principais riscos relacionados ao fornecimento de materiais esportivos, tais como bolas, redes, mesas de lazer indicando sua probabilidade, impacto e medidas de mitigação. O objetivo é assegurar o adequado gerenciamento contratual, prevenir falhas no atendimento das escolinhas municipais e garantir a continuidade das atividades esportivas.
MATRIZ DE RISCOS MATERIAIS ESPORTIVOS

Risco Identificado	Prob.	Impacto	Medidas de Mitigação (responsabilidades)
Atraso na entrega dos materiais	Média	Alto	Contratada: cumprir prazos e comunicar imprevistos. Contratante: prever penalidades e fiscalizar entregas.
Entrega de itens em desacordo com as especificações técnicas	Média	Alto	Contratada: atender integralmente ao TR e substituir itens incorretos. Contratante: conferir itens no recebimento e rejeitar divergências.
Baixa qualidade ou durabilidade reduzida (bolas que furam ou redes que desfiam precocemente)	Baixa	Alto	Contratada: fornecer itens novos, lacrados, com garantia e desempenho mínimo exigido. Contratante: verificar conformidade técnica e funcional.
Materiais com número de série ilegível, danificado ou inconsistente	Baixa	Médio	Contratada: garantir rastreabilidade e identificação íntegra. Contratante: registrar ocorrência e solicitar substituição.
Danos aos itens durante transporte ou manuseio (ex: mesas de futmesa riscadas ou quebradas)	Média	Médio	Contratada: usar embalagem adequada e transporte seguro; substituir itens danificados. Contratante: conferir integridade no ato do recebimento.
Incapacidade da contratada em atender picos de demanda (eventos esportivos simultâneos)	Baixa	Médio	Contratada: organizar logística, estoque e fornecimento contínuo. Contratante: planejar solicitações com antecedência sempre que possível.
Descumprimento das condições de entrega (endereço do ginásio ou horário incorreto)	Baixa	Baixo	Contratada: cumprir rigorosamente os locais e prazos. Contratante: informar corretamente e registrar ocorrências.
Fornecimento de materiais esportivos incompatíveis (ex: rede de tamanho incorreto para a trave existente)	Baixa	Alto	Contratada: observar requisitos de compatibilidade. Contratante: validar especificações antes da AF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 02 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***ANA LUISA FARIAS***
Prefeito	Alfa Vertice Comercio Atacadista E Varejista LTDA
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:33BF908F

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°162/2026 DO PREGÃO N.°31/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°162/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°31/2026	**PROTOCOLO N.°151/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:10/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor Dirceu Moraes, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 31/2026, para **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde,** Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas**

crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lote abaixo especificados – adjudicado para **ISIS GUTERRES MOREIRA RAMOS** inscrita no CNPJ/MF nº. 08.158.687/0004-42, estabelecida na Avenida Senador Salgado Filho, N.° 2619, Guabiratuba, Curitiba – PR, CEP 81510-001, neste ato representada pelo **Sr. Isis Guterres Moreira Ramos**, portador do CPF nº. 836.230.190-20, conforme quadro a seguir:

LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
17	74621	SABONETE ANTISSÉPTICO COM PHMB, COM AÇÃO MICROBICIDA FRENTE Á INÚMEROS MICROORGANISMOS. POSSUÍ ATIVIDADE BACTERÍCIDA, FUNGICÍDA E VIRUCÍDA. COMPOSTO POR COCOAMIDOPROPILBETAÍNA, GLICERINA, POLIHEXANIDA, ÁGUA PURIFICADA WFI E CARBOXIMETILCELULOSE. PROMOVE A LIMPEZA E A HIDRATAÇÃO DE FERIDAS CRÔNICAS. FRASCO COM 250 ML. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA FABRICAÇÃO/VALIDADE, LOTE E REGISTRO NA ANVISA. (72021590881)	DBS	UN	50	R$ 52,99	R$ 2.649,50
21	74627	COBERTURA ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, EM PLACA, COMPOSTA CARBOXIMETILCELULOSE, 1,2% DE PRATA IÔNICA, CLORETODEBENZETÔNIO E EDTA (ÁCIDO ETILENODIAMINO TETRA-ACÉTICO). COM A CAPACIDADEDE ABSORVER GRANDES QUANTIDADES DE EXSUDATO, FORMA UM GEL MACIO E COESO QUE SE ADAPTA À SUPERFÍCIE DA FERIDA PREENCHENDO OS MICROCONTORNOS E FORMANDO UM MEIO ÚMIDO QUE AUXILIA NA REMOÇÃO DE TECIDOS DESVITALIZADOS (DESBRIDAMENTO AUTOLÍTICO) E NA EVOLUÇÃO DA CICATRIZAÇÃO. A ABSORÇÃO É REALIZADA VERTICALMENTE E A COBERTURA FAZ RETENÇÃO. TEMINDICAÇÃO PARA FERIDAS AGUDAS E CRÔNICAS, INFECTADAS OU COM RISCO DE INFECÇÃO, COM OU SEM PRESENÇA DE BIOFILME. MEDINDO: 15CMX15CM. (7202154882) • FORNECIMENTO POR: CAIXA C/ 05 UND	CONVATEC	CX	120	R$ 549,50	R$ 65.940,00
22	74628	COBERTURA ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, EM PLACA, COMPOSTA CARBOXIMETILCELULOSE, 1,2% DE PRATA IÔNICA, CLORETODEBENZETÔNIO E EDTA (ÁCIDO ETILENODIAMINO TETRA-ACÉTICO). COM A CAPACIDADE DE ABSORVER GRANDES QUANTIDADES DE EXSUDATO, FORMA UM GEL MACIO E COESO QUE SE ADAPTA À SUPERFÍCIE DA FERIDA PREENCHENDO OS MICROCONTORNOS E FORMANDO UM MEIO ÚMIDO QUE AUXILIA NA REMOÇÃO DE TECIDOS DESVITALIZADOS (DESBRIDAMENTO AUTOLÍTICO) E NA EVOLUÇÃO DA CICATRIZAÇÃO. A ABSORÇÃO É REALIZADA VERTICALMENTE E A COBERTURA FAZ RETENÇÃO TEMINDICAÇÃO PARA FERIDAS AGUDAS E CRÔNICAS, INFECTADAS OU COM RISCO DE INFECÇÃO, COM OU SEM PRESENÇA DE BIOFILME. MEDINDO: 10CMX10CM. (7202154883) • FORNECIMENTO POR: CAIXA C/ 10 UND	CONVATEC	CX	90	R$ 786,46	R$ 70.781,40
24	74630	GAZE DE RAYON EMBEBIDA EM PIELSANA ÓLEO À BASE DE AGE(ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS), VITAMINAS A E E, COM ÓLEOS DE COPAÍBA E MELALEUCA. INDICADA PARA PREVENIR E TRATAR FERIDAS AGUDAS E CRÔNICAS MEDIDAS 7,5CMX7,5CM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA FABRICAÇÃO/VALIDADE, LOTE TE REGISTRO NA ANVISA. (72021590781) • FORNECIMENTO POR: CAIXA C/ 24 UNIDADES	DBS	CX	360	R$ 141,11	R$ 50.799,60
27	74633	SOLUÇÃO AQUOSA A BASE DE POLIHEXANIDA (BIGUANIDA) COM ALTA ABSORÇÃO, PROMOVE LIMPEZA, HIDRATAÇÃO E DESCONTAMINAÇÃO DAS FERIDAS AGUDAS E CRÔNICAS. COMPOSIÇÃO 0,1% COCOAMIDOPROPILBETAÍNA, GLICERINA, 0,1% POLIHEXANIDA, ÁGUA PURIFICADA POR OSMOSE REVERSA. CONTÉM 350ML. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA,DATA DEFABRICAÇÃO/VALIDADE, LOTE E REGISTRO NA ANVISA. (72021590931) • FORNECIMENTO POR: UND	DBS	UN	100	R$ 41,89	R$ 4.189,00
32	74628	COBERTURA ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, EM PLACA, COMPOSTA CARBOXIMETILCELULOSE, 1,2% DE PRATA IÔNICA, CLORETODEBENZETÔNIO E EDTA (ÁCIDO ETILENODIAMINO TETRA-ACÉTICO). COM A CAPACIDADE DE ABSORVER GRANDES QUANTIDADES DE EXSUDATO, FORMA UM GEL MACIO E COESO QUE SE ADAPTA À SUPERFÍCIE DA FERIDA PREENCHENDO OS MICROCONTORNOS E FORMANDO UM MEIO ÚMIDO QUE AUXILIA NA REMOÇÃO DE TECIDOS DESVITALIZADOS (DESBRIDAMENTO AUTOLÍTICO) E NA EVOLUÇÃO DA CICATRIZAÇÃO. A ABSORÇÃO É REALIZADA VERTICALMENTE E A COBERTURA FAZ RETENÇÃO TEMINDICAÇÃO PARA FERIDAS AGUDAS E CRÔNICAS, INFECTADAS OU COM RISCO DE INFECÇÃO, COM OU SEM PRESENÇA DE BIOFILME. MEDINDO: 10CMX10CM. (7202154883) • FORNECIMENTO POR: CAIXA C/ 10 UND	CONVATEC	CX	30	R$ 624,98	R$ 18.749,40
33	74630	GAZE DE RAYON EMBEBIDA EM PIELSANA ÓLEO À BASE DE AGE(ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS), VITAMINAS A E E, COM ÓLEOS DE COPAÍBA E MELALEUCA. INDICADA PARA PREVENIR E TRATAR FERIDAS AGUDAS E CRÔNICAS MEDIDAS 7,5CMX7,5CM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA FABRICAÇÃO/VALIDADE, LOTE TE REGISTRO NA ANVISA. (72021590781) • FORNECIMENTO	DBS	CX	120	R$ 141,11	R$ 16.933,20

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
		POR: CAIXA C/ 24 UNIDADES					

Preço Total Registrado: R$230.042,10 (duzentos e trinta mil, quarenta e dois reais e dez centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 01 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município
3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1 A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.
5.1.1 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.
5.1.1.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.
5.1.1.2 O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA –DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3 cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1 São obrigações do Contratado:
10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;
10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);
10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.6 manter durante toda a vigência da Ata Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;
10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução da Ata Registro de Preços/Contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas da Ata Registro de Preços/Contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
10.2 São obrigações do Contratante:
10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata Registro de Preços/Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução da Ata Registro de Preços/Contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1 A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2 A responsabilidade pela fiscalização desta Ata de registro de Preços caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designada através de Portaria nº 300 de 07 de Abril de 2026, servidora:
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;
13.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.
13.4 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1 O fornecedor deverá entregar os produtos no local indicado conforme anexo VI do edital, dentro do prazo não superior a 10 (dez) dias, contados do envio por e-mail da nota de empenho, pedido de fornecimento e relação das comarcas.
14.2 Em se tratando de compras, o recebimento provisório será:
a) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias contados da comunicação escrita do contratado;
14.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
14.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo às seguintes diretrizes:
14.5 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
14.6 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
14.7 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
14.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
14.9 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de prestar os serviços nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades o licitante.
14.10 Os critérios para o recebimento estão especificados nesta Cláusula, itens 14.1 ao 14.4 do Anexo VIII (minuta de ata de registro de preços).

14.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
14.13 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no edital, conforme as condições e as necessidades do licitante, ou em endereço próximo a ser requisitado se assim se fizer necessário no decorrer do contrato, por superveniente justificativa.
14.14 Os critérios para o recebimento estão especificados no Edital e nas minutas de Ata de Registro de Preços e Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

RED	DESPESA	FONTE	DESCRIÇÃO
221	08002101220801204133903000000	303	Material de Consumo
242	08002103010801204733903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
242	08002103010801204733903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
254	08002103010801204833903000000	510	Material de Consumo
315	08003103050801205433903000000	303	Material de Consumo
316	08003103050801205433903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
231	08002103010801204633903000000	303	Material de Consumo a
231	08002103010801204633903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	303	Material de Consumo
290	08002103020801204533903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	494	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	1000	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	510	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
269	08002103010801204933903000000	494	Material de Consumo
270	08 08002103010801204933903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
279	08002103010801205533723200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
274	08002103010801205033903000000	303	Material de Consumo
291	08002103020801204533903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	494	Material de Consumo
306	08003103040801205333903000000	494	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.
16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.
16.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907/0001-08,Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, Pitanga/PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.
16.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
18.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato.
18.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente deste e de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.
18.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.
18.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.
18.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
18.6 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
18.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.
18.8 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas pertinentes.
18.9 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de quaisquer contratos firmados com a Administração Pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar:
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor publico no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3 Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO
20.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE
21.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
21.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ASSINATURAS
22.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 10 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***ISIS GUTERRES MOREIRA RAMOS***
Prefeito	Isis Guterres Moreira Ramos
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:0182D67E

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°163/2026 DO PREGÃO N.°31/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°163/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°31/2026	**PROTOCOLO N.°151/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:10/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor Dirceu Moraes, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 31/2026, para **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde,** Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde,** conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.
1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lote abaixo especificados – adjudicado para **L&P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 49.875.336/0001-97, estabelecida na Rua Manoel Lopes De Oliveira,2759, Votoroes, Candói – PR, CEP 85140-000, neste ato representada pelo **Sr. Laurindo Gaspar Stefanes**, portador da Cédula de Identidade nº. 91902877 SESP PR, CPF nº. 009.439.139-42, conforme quadro a seguir:
LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
3	74607	COBERTURA COMPOSTA DE CAMADA AUTOADESIVA PERFURADA DE SILICONE PARA UM AJUSTE SUAVE E ESPUMA DE POLIURETANO TRIDIMENSIONAL, MACIA, ESTÉRIL, COM CAPACIDADE DE ABSORÇÃO SUPERIOR E VERTICAL, SISTEMA TRANCA FLUÍDO + CAMADA DE RETENÇÃO DO EXSUDATO E QUE PROPORCIONAM O MEIO ÚMIDO IDEAL PARA O PROCESSO DE CICATRIZAÇÃO. FACE SUPERIOR APRESENTA FILME DE POLIURETANO COM IMPRESSÃO IMPERMEÁVEL À ÁGUA E BACTÉRIAS, PERMITINDO AS TROCAS GASOSAS E SERVINDO DE BARREIRA CONTRA A INVASÃO DE BACTÉRIAS E OUTROS MICRORGANISMOS. APLICAÇÃO SEM TOQUE EM 3 PEÇAS PARA MELHOR POSICIONAMENTO DA COBERTURA NA FERIDA. TAMANHO 12,5 X 12,5 CM (52020019) • FORNECIMENTO POR: UND	SILICARE	UN	50	R$ 46,89	R$ 2.344,50
6	74610	CURATIVO DE ESPUMA HIDROCELULAR, HIDROFILICO, COM BORDAS LARGAS E BISELADAS, COMPOSTO POR CINCO CAMADAS, SENDO A PRIMEIRA, EM CONTATO COM A PELE/FERIDA EM SILICIONE SUAVE ADESIVO, A SEGUNDA CAMADA COMPOSTA DE ESPUMA HIDROCELULAR, A TERCEIRA CAMADA POSSUI UM NÚCLEO SUPER ABSORVENTE COMPOSTO DE FIBRAS DE CELULOSE COM POLIACRILATO, A QUARTA CAMADA PROTETORA DE CAMUFLAGEM COMPOSTA POR DUAS CAMADAS DE MALHA LIGADAS POR FILAMENTOS E QUINTA CAMADA COMPOSTA DE FILME DE POLIURETANO IMPERMEÁVEL A ÁGUA E BACTÉRIAS, MAS COM ALTA PERMEABILIDADE A VAPORES ÚMIDOS. INDICADO NO TRATAMENTO DE FERIDAS DE QUALQUER ETIOLOGIA, EXSUDATIVAS. PODE SER UTILIZADO PARA ALIVIO DA PRESSÃO EM REGIÕES EM RISCO DE UP. PRODUTO ADEQUADO PARA PELE FRÁGIL. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. PRODUTO ESTÉRIL. TAMANHO: 15,4 X 15,4 CMS. (7202154871)	SILICARE	UN	50	R$ 46,63	R$ 2.331,50
8	74612	CURATIVO PARA CONTROLE DE ODOR, COMPOSTO DE CARVÃO ATIVADO, ALGINATO DE HIDROCOLÓIDE, TAMANHO APROXIMADO 10 X 10 CM (520200551) CAIXA C/ 10	ACTICARE	CX	80	R$ 209,99	R$ 16.799,20

		UND					
11	74615	CURATIVO TEM UMA ESTRUTURA AVANÇADA EM TRIPLA CAMADA QUE COMBINA UMA COMPRESSA ABSORVENTE DE SULFADIAZINA DE PRATA (SSD) CONTENDO UMA ALMOFADA INTRACELULAR, INTERCALADA EM UMA CAMADA PERFURADA ADESIVA DE GEL DE SILICONE PARA CONTATO COM A FERIDA E UMA PELÍCULA EXTERNA ALTAMENTE PERMEÁVEL E À PROVA DE ÁGUA. A SUPERFÍCIE DE CONTATO COM FERIDA, É REVESTIDA COM UMA CAMADA ADESIVA DE SILICONE QUE GARANTE A REMOÇÃO ATRAUMÁTICA EM MUDANÇAS DE CURATIVO E PERMITE QUE ELE SEJA LEVANTADO E REPOSICIONADO SEM PERDER SUAS PROPRIEDADES ADERENTES. O CURATIVO PODE SER DEIXADO NO LUGAR SEM A NECESSIDADE DE RETENÇÃO SECUNDÁRIA E É FÁCIL DE SER APLICADO E REMOVIDO. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR PRAZO DE VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº DO LOTE E Nº DO REGISTRO NA ANVISA. TAM. 10X10. (7202159316) • FORNECIMENTO POR: UND	SILICARE AG	UN	50	R$ 72,99	R$ 3.649,50
12	74616	CURATIVO, ANTIMICROBIANO AUTOADERENTE, ATRAUMÁTICO, RECORTÁVEL E FLEXÍVEL, COMPOSTO POR 3 CAMADAS: CAMADA EM CONTATO COM A PELE DE SILICONE SUAVE, ESPUMA ABSORVENTE DE POLIURETANO IMPREGNADA COM SULFATO DE PRATA (1,2 MG/CM 2 DE PRATA) E CARVÃO ATIVADO, FILME SEMIPERMEÁVEL DE POLIURETANO. TAMANHO 10 X 10CM. (7202154939) CAIXA C/ 05 UND	SILVERSOFT	CX	120	R$ 210,99	R$ 25.318,80
14	74618	HIDROGEL AMORFO, TRANSPARENTE, SEM ALGINATO, COMPOSTO POR ÁGUA DEIONIZADA, GLICERINA, CARBOXIMETIL-CELULOSE SÓDICA, ALANTOÍNA, ÁLCOOL BENZILICO, METILPARABENO, PROPILPARABENO E PRESERVATIVOS ANTIMICROBIANOS. É INDICADO PARA O DESBRIDAMENTO AUTOLÍTICO DE ÁREAS NECROSADAS E/OU COM ESFACELO E NA ESTIMULAÇÃO DO CRESCIMENTO DO DE TECIDO DE GRANULAÇÃO, LESÕES SUPERFICIAIS OU PROFUNDAS, INCISÕES CIRÚRGICAS E QUEIMADURAS. TUBOS DE 85G (52020087) • FORNECIMENTO POR: TUB. 85G	CAREGEL	TB	40	R$ 22,49	R$ 899,60
19	68447	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL:PLÁSTICA, TAMANHO:TAMANHO ÚNICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, TIPO USO:DESCARTÁVEL, MODELO:AMBIDESTRA, CAIXA COM 100 UNIDADES.	VITAL/MEDIX	CX	100	R$ 10,93	R$ 1.093,00
23	74629	CURATIVO ANTI-SÉPTICO COMPOSTO POR TELA DE MALHA DE ALGODÃO IMPREGNADA COM PARAFINA (PETROLATUM) E SOLUÇÃO DE ACETATO DE CLOREXIDINA BP A0,5%. NÃO ADERENTE, IMPEDE A DESIDRATAÇÃO DO TECIDO DE GRANULAÇÃO E PROTEGE A LESÃO CONTRA MICROORGANISMOS OPORTUNISTAS INDICADO PARA O TRATAMENTO DE QUEIMADURAS ESCALDADURAS, LACERAÇÕES, ABRASÕES, ÁREAS E RECEPTORAS DE ENXERTOS, FERIDAS CIRÚRGICAS E FERIDAS INFECTADAS. EMBALADO INDIVIDUALMENTE E ACONDICIONADO ENTRE DUAS FOLHAS DE PAPEL SILICONIZADO. ESTERILIZADO SOB RADIAÇÃO GAMA. TAMANHO 10CMX10CM (52020085) • FORNECIMENTO POR: UND	Lomatuell	UN	240	R$ 6,59	R$ 1.581,60
29	75887	OLEO DE GIRASSOL IONIZADO ÓLEO VEGETAL DE GIRASSOL SUBMETIDO A PROCESSO CONTROLADO DE OZONIZAÇÃO, COM INCORPORAÇÃO DE OXIGÊNIO ATIVO E FORMAÇÃO DE COMPOSTOS OXIDATIVOS ESTÁVEIS, GARANTINDO PADRONIZAÇÃO, ESTABILIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. COMPOSIÇÃO: ÓLEO DE GIRASSOL (HELIANTHUS ANNUUS) + OXIGÊNIO ATIVO (OZÔNIO ESTABILIZADO). FRASCO 30 ML	LAPACE	UNID	100	R$ 58,75	R$ 5.875,00
31	74609	CURATIVO COM 5 CAMADAS, ALTA FLEXIBILIDADE QUE PERMITE QUE O CURATIVO SE MOVA PARA QUALQUER DIREÇÃO, REDUZINDO O ESTRESSE DA PELE. COM ALTA ABSORÇÃO, FLEXÍVEL, FORMADO POR CAMADA DE SILICONE SUAVE, SEGUIDA DE UMA CAMADA DE TRANSFERÊNCIA COMPOSTA POR ESPUMA DE POLIURETANO, CAMADA DISPERSIVA DE VISCOSE E POLIÉSTER, SEGUIDA DE CAMADA DE ALGODÃO E POLIACRILATO DE ALTA ABSORÇÃO PERFURADA, CAMADA DE FILME DE POLIURETANO SEMIPERMEÁVEL CONTRA VÍRUS E BACTÉRIAS. TAMANHO: 12,5 X 12,5CM. (7202154903) • FORNECIMENTO POR: CAIXA C/ 05 UND	SILVERSOFT	Caixa	30	R$ 339,99	R$ 10.199,70

Preço Total Registrado: R$70.092,40 (setenta mil e noventa e dois reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 01 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.
5.1.1.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.
5.1.1.2 O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA –DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3 cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1 São obrigações do Contratado:
10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;
10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);
10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.6 manter durante toda a vigência da Ata Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;
10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução da Ata Registro de Preços/Contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas da Ata Registro de Preços/Contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
10.2 São obrigações do Contratante:
10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata Registro de Preços/Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução da Ata Registro de Preços/Contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1 A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2 A responsabilidade pela fiscalização desta Ata de registro de Preços caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designada através de Portaria nº 300 de 07 de Abril de 2026, servidora:
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;
13.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.
13.4 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1 O fornecedor deverá entregar os produtos no local indicado conforme anexo VI do edital, dentro do prazo não superior a 10 (dez) dias, contados do envio por e-mail da nota de empenho, pedido de fornecimento e relação das comarcas.
14.2 Em se tratando de compras, o recebimento provisório será:
a) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias contados da comunicação escrita do contratado;
14.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
14.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo às seguintes diretrizes:
14.5 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
14.6 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
14.7 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
14.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
14.9 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de prestar os serviços nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades o licitante.
14.10 Os critérios para o recebimento estão especificados nesta Cláusula, itens 14.1 ao 14.4 do Anexo VIII (minuta de ata de registro de preços).
14.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
14.13 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no edital, conforme as condições e as necessidades do licitante, ou em endereço próximo a ser requisitado se assim se fizer necessário no decorrer do contrato, por superveniente justificativa.
14.14 Os critérios para o recebimento estão especificados no Edital e nas minutas de Ata de Registro de Preços e Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

RED	DESPESA	FONTE	DESCRIÇÃO
221	08002101220801204133903000000	303	Material de Consumo
242	08002103010801204733903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
242	08002103010801204733903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
254	08002103010801204833903000000	510	Material de Consumo
315	08003103050801205433903000000	303	Material de Consumo
316	08003103050801205433903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
231	08002103010801204633903000000	303	Material de Consumo a
231	08002103010801204633903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	303	Material de Consumo
290	08002103020801204533903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	494	Material de Consumo

254	08002103010801204833903000000	1000	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	510	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
269	08002103010801204933903000000	494	Material de Consumo
270	08 08002103010801204933903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
279	08002103010801205533723200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
274	08002103010801205033903000000	303	Material de Consumo
291	08002103020801204533903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	494	Material de Consumo
306	08003103040801205333903000000	494	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.

16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

16.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907/0001-08,Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, Pitanga/PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

16.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
18.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato.
18.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente deste e de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.
18.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.
18.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.
18.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
18.6 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
18.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.
18.8 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas pertinentes.
18.9 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de quaisquer contratos firmados com a Administração Pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar:
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor publico no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3 Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO
20.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE
21.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
21.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ASSINATURAS
22.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 10 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***LAURINDO GASPAR STEFANES***
Prefeito	L&P Life Comercio De Produtos Medicos Hospitalares LTDA
Município de Pitanga	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:54B99346

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°164/2026 DO PREGÃO N.°31/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°164/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º31/2026	**PROTOCOLO N.º151/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:10/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor Dirceu Moraes, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 31/2026, para **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde,** Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde,** conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.
1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lote abaixo especificados – adjudicado para **MATHEUS COMERCIO ATACADISTA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 45.053.942/0001-76, estabelecida na Rua Adelio Pinto da Silva, N.° 334, Bairro Novo Horizonte , Patos De Minas – MG, CEP 38703-578, neste ato representada pelo **Sr. Matheus Lopes Porto**, portador da Cédula de Identidade nº. 18972134, CPF nº. 126.425.316-86, conforme quadro a seguir:

LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
30	74606	COBERTURA ABSORVENTE DE VISCOSE E POLIÉSTER IMPREGNADO COM CLORETO DE SÓDIO 20%. DESBRIDA DE FORMA EFICAZ AS NECROSES ÚMIDAS E PROMOVE A LIMPEZA DE FERIDAS EXSUDATIVAS NÃO INFECTADAS OU INFECTADAS, TAIS FERIDAS SUPERFICIAL OU DE CAVIDADE E FISTULAS. O CURATIVO PODE PERMANECER NA LESÃO POR ATÉ 24 HORAS. TAMANHO 10X 10CM. (7202154881)CAIXA C/ 30 UND	MOLNLYCKE	CX	75	R$ 509,98	R$ 38.248,50

Preço Total Registrado: R$38.248,50 (trinta e oito mil, duzentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 01 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município
3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1 A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.
5.1.1 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.
5.1.1.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.
5.1.1.2 O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA –DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1 São obrigações do Contratado:
10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;
10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);
10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.6 manter durante toda a vigência da Ata Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;
10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução da Ata Registro de Preços/Contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas da Ata Registro de Preços/Contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
10.2 São obrigações do Contratante:
10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata Registro de Preços/Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução da Ata Registro de Preços/Contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1 A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 A responsabilidade pela fiscalização desta Ata de registro de Preços caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designada através de Portaria nº 300 de 07 de Abril de 2026, servidora:

Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

13.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

13.4 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

14.1 O fornecedor deverá entregar os produtos no local indicado conforme anexo VI do edital, dentro do prazo não superior a 10 (dez) dias, contados do envio por e-mail da nota de empenho, pedido de fornecimento e relação das comarcas.

14.2 Em se tratando de compras, o recebimento provisório será:

a) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias contados da comunicação escrita do contratado;

14.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo às seguintes diretrizes:

14.5 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.6 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.7 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.9 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de prestar os serviços nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades o licitante.

14.10 Os critérios para o recebimento estão especificados nesta Cláusula, itens 14.1 ao 14.4 do Anexo VIII (minuta de ata de registro de preços).

14.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.13 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no edital, conforme as condições e as necessidades do licitante, ou em endereço próximo a ser requisitado se assim se fizer necessário no decorrer do contrato, por superveniente justificativa.

14.14 Os critérios para o recebimento estão especificados no Edital e nas minutas de Ata de Registro de Preços e Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

RED	DESPESA	FONTE	DESCRIÇÃO
221	08002101220801204133903000000	303	Material de Consumo
242	08002103010801204733903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
242	08002103010801204733903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
254	08002103010801204833903000000	510	Material de Consumo
315	08003103050801205433903000000	303	Material de Consumo
316	08003103050801205433903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
231	08002103010801204633903000000	303	Material de Consumo a
231	08002103010801204633903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	303	Material de Consumo
290	08002103020801204533903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	494	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	1000	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	510	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
269	08002103010801204933903000000	494	Material de Consumo
270	08 08002103010801204933903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
279	08002103010801205533723200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
274	08002103010801205033903000000	303	Material de Consumo
291	08002103020801204533903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	494	Material de Consumo
306	08003103040801205333903000000	494	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.
16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.
16.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907/0001-08,Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, Pitanga/PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.
16.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
18.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato.
18.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente deste e de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.
18.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.
18.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.
18.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
18.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.
18.8 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas pertinentes.
18.9 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de quaisquer contratos firmados com a Administração Pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar:
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor publico no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3 Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO
20.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE
21.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
21.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ASSINATURAS
22.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação

Pitanga, 10 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***MATHEUS LOPES PORTO***
Prefeito	Matheus Comercio Atacadista LTDA
Município de Pitanga	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:CAF2C4F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°165/2026 DO PREGÃO N.°31/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°165/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º31/2026	**PROTOCOLO N.º151/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:10/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor Dirceu Moraes, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 31/2026, para **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde,** Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde,** conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.
1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lote abaixo especificados – adjudicado para **MEDICAL CROSS PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 60.975.055/0001-49, estabelecida na Rua Francisco Munoz Madrid, N.° 625, Roseira De São Sebastião, São José Dos Pinhais – PR, CEP 83070-152, neste ato representada pelo **Sr. Cristiane De Fatima Kojikovski**, portador da Cédula de Identidade nº. 3852763 SESP/SC, CPF nº. 003.511.379-04, conforme quadro a seguir:
LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
2	74606	COBERTURA ABSORVENTE DE VISCOSE E POLIÉSTER IMPREGNADO COM CLORETO DE SÓDIO 20%. DESBRIDA DE FORMA EFICAZ AS NECROSES ÚMIDAS E PROMOVE A LIMPEZA DE FERIDAS EXSUDATIVAS NÃO INFECTADAS OU INFECTADAS, TAIS FERIDAS SUPERFICIAL OU DE CAVIDADE E FISTULAS. O CURATIVO PODE PERMANECER NA LESÃO POR ATÉ 24 HORAS. TAMANHO 10X 10CM. (7202154881)CAIXA C/ 30 UND	mesalt 10x10	CX	225	R$ 500,00	R$ 112.500,00
18	74622	SPRAY BARREIRA PROTETORA FOI CONCEBIDO PARA SER APLICADO DIRETAMENTE NA PELE SEM A NECESSIDADE DE TOCAR O PACIENTE. O SPRAY FORMA UM FILME QUE ATUA COMO UMA BARREIRA CONTRA O EXCESSO DE UMIDADE E AGENTES IRRITANTES PRESENTES NAS FEZES E URINA. COMPOSTA DE UMA FORMULAÇÃO A BASE DE POLÍMEROS DE SILICONE COMPOSTA DE: DISILOXANO, CICLOPENTASILOXANO E SÍLICA TRIMETILADA E LIVRE DE ÁLCOOL, CONSERVANTES, MINIMIZA A IRRITAÇÃO DA PELE EM PACIENTES SENSÍVEIS. EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONTÉM SPRAY DE 50 ML. (72020063)	PREVDERM - 50ML	UN	100	R$ 79,99	R$ 7.999,00
28	74173	Barreira protetora Spray, com líquido incolor e inodoro composto por siloxanos e sílica trimetilada (ingredientes 100% silicone) que formam um filme protetor flexível sobre a pele contra os efeitos deteriorantes dos efluentes corporais, enzimas e adesivos, sem deixar resíduos na pele. Uso tópico. Não contêm corantes, fragrâncias ou produto. Embalado individualmente em frasco contendo 50mL. Não estéril. Apresentar no envelope proposta: bula autenticada que comprove o cumprimento do descritivo e uma amostra em embalagem lacrada, As amostras deverão vir acompanhadas de declaração do fabricante ou da detentora do Registro do produto junto ao Ministério da Saúde (ANVISA) subscrita por seu representante legal confirmando estar a proponente autorizada a comercializar o item. As empresas interessadas em participar deste item deverá apresentar certificado de enfermeiro estoma terapeuta para treinamentos e capacitações trimestrais para toda a equipe técnica e multidisciplinar do município junto ao envelope proposta. APRESENTAR AMOSTRAS	PREVDERM - 50ML	UNID	10	R$ 97,00	R$ 970,00

Preço Total Registrado: R$121.469,00 (cento e vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e nove reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 01 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município
3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1 A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.
5.1.1 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.
5.1.1.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.
5.1.1.2 O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA –DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3 cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1 São obrigações do Contratado:
10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;
10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);
10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.6 manter durante toda a vigência da Ata Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;
10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução da Ata Registro de Preços/Contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas da Ata Registro de Preços/Contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
10.2 São obrigações do Contratante:
10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata Registro de Preços/Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução da Ata Registro de Preços/Contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1 A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 A responsabilidade pela fiscalização desta Ata de registro de Preços caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designada através de Portaria nº 300 de 07 de Abril de 2026, servidora:

Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

13.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

13.4 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

14.1 O fornecedor deverá entregar os produtos no local indicado conforme anexo VI do edital, dentro do prazo não superior a 10 (dez) dias, contados do envio por e-mail da nota de empenho, pedido de fornecimento e relação das comarcas.

14.2 Em se tratando de compras, o recebimento provisório será:

a) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias contados da comunicação escrita do contratado;

14.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo às seguintes diretrizes:

14.5 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.6 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.7 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.9 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de prestar os serviços nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades o licitante.

14.10 Os critérios para o recebimento estão especificados nesta Cláusula, itens 14.1 ao 14.4 do Anexo VIII (minuta de ata de registro de preços).

14.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.13 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no edital, conforme as condições e as necessidades do licitante, ou em endereço próximo a ser requisitado se assim se fizer necessário no decorrer do contrato, por superveniente justificativa.

14.14 Os critérios para o recebimento estão especificados no Edital e nas minutas de Ata de Registro de Preços e Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

RED	DESPESA	FONTE	DESCRIÇÃO
221	08002101220801204133900300000	303	Material de Consumo
242	08002103010801204733903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
242	08002103010801204733903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
254	08002103010801204833903000000	510	Material de Consumo
315	08003103050801205433903000000	303	Material de Consumo
316	08003103050801205433903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
231	08002103010801204633903000000	303	Material de Consumo a
231	08002103010801204633903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	303	Material de Consumo
290	08002103020801204533903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	494	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	1000	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	510	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
269	08002103010801204933903000000	494	Material de Consumo
270	08 08002103010801204933903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
279	08002103010801205533723200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
274	08002103010801205033903000000	303	Material de Consumo
291	08002103020801204533903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	494	Material de Consumo
306	08003103040801205333903000000	494	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.
16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.
16.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907/0001-08,Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, Pitanga/PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.
16.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
18.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato.
18.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente deste e de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.
18.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.
18.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.
18.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
18.6 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.
18.8 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas pertinentes.
18.9 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de quaisquer contratos firmados com a Administração Pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar:
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor publico no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3 Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO
20.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE
21.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
21.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ASSINATURAS
22.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação

Pitanga, 10 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***CRISTIANE DE FATIMA KOJIKOVSKI***
Prefeito	Medical Cross Produtos Medicos Hospitalares LTDA
Município de Pitanga	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:34A87008

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°166/2026 DO PREGÃO N.°31/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°166/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°31/2026	**PROTOCOLO N.°151/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:10/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor Dirceu Moraes, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 31/2026, para **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde,** Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde,** conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.
1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lote abaixo especificados – adjudicado para **MEDIMAC COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 03.596.923/0001-46, estabelecida na Rua Emma Gazzi Magnusson, n.° 128, Comercial Vitoria Martini, INDAIATUBA – SP, CEP 13347-630, neste ato representada pelo **Sr. Isabelle Ribas de Lima e Silva**, portador da Cédula de Identidade nº. 7.802.509-3 SSP-PR, CPF nº. 059.821.649-92, conforme quadro a seguir:
LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
7	74611	CURATIVO DE FIBRAS GELIFICANTES COM SULFATO DE PRATA 0,2 MG/CM2, COMPOSTO POR 100% DE FIBRAS ÁLCOOL POLIVINÍLICO (PVA) E HIDROXIPROPILCELULOSE. POSSUI ALTA ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE FLUÍDOS, RESISTENTE À TRAÇÃO E AO AMBIENTE ÚMIDO, NÃO ADERE E NÃO DEIXA RESÍDUOS NO LEITO DA FERIDA NA REMOÇÃO. O CURATIVO PODE PERMANECER NA LESÃO POR ATÉ 7 DIAS. TAMANHO: 10 X 10CM. (7202154914) • FORNECIMENTO POR: CAIXA C/ 10 UND	FIBROSOL AG	CX	100	R$ 300,73	R$ 30.073,00

Preço Total Registrado: R$30.073,00 (trinta mil e setenta e três reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 01 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município
3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1 A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.
5.1.1 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.
5.1.1.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.
5.1.1.2 O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA –DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3 cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1 São obrigações do Contratado:
10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;
10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);
10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.6 manter durante toda a vigência da Ata Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;
10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução da Ata Registro de Preços/Contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas da Ata Registro de Preços/Contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
10.2 São obrigações do Contratante:
10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata Registro de Preços/Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução da Ata Registro de Preços/Contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1 A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2 A responsabilidade pela fiscalização desta Ata de registro de Preços caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designada através de Portaria nº 300 de 07 de Abril de 2026, servidora:
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;
13.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.
13.4 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1 O fornecedor deverá entregar os produtos no local indicado conforme anexo VI do edital, dentro do prazo não superior a 10 (dez) dias, contados do envio por e-mail da nota de empenho, pedido de fornecimento e relação das comarcas.
14.2 Em se tratando de compras, o recebimento provisório será:
a) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias contados da comunicação escrita do contratado;
14.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo às seguintes diretrizes:
14.5 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
14.6 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
14.7 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
14.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
14.9 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de prestar os serviços nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades o licitante.
14.10 Os critérios para o recebimento estão especificados nesta Cláusula, itens 14.1 ao 14.4 do Anexo VIII (minuta de ata de registro de preços).
14.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
14.13 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no edital, conforme as condições e as necessidades do licitante, ou em endereço próximo a ser requisitado se assim se fizer necessário no decorrer do contrato, por superveniente justificativa.
14.14 Os critérios para o recebimento estão especificados no Edital e nas minutas de Ata de Registro de Preços e Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

RED	DESPESA	FONTE	DESCRIÇÃO
221	08002101220801204133903000000	303	Material de Consumo
242	08002103010801204733903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
242	08002103010801204733903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
254	08002103010801204833903000000	510	Material de Consumo
315	08003103050801205433903000000	303	Material de Consumo
316	08003103050801205433903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
231	08002103010801204633903000000	303	Material de Consumo a
231	08002103010801204633903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	303	Material de Consumo
290	08002103020801204533903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	494	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	1000	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	510	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
269	08002103010801204933903000000	494	Material de Consumo
270	08 08002103010801204933903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
279	08002103010801205533723200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
274	08002103010801205033903000000	303	Material de Consumo
291	08002103020801204533903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	494	Material de Consumo
306	08003103040801205333903000000	494	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.
16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.
16.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907/0001-08,Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, Pitanga/PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.
16.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
18.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato.
18.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente deste e de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.
18.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.
18.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.
18.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
18.6 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
18.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.
18.8 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas pertinentes.
18.9 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de quaisquer contratos firmados com a Administração Pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar:
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor publico no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de

contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3 Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – **DO FORO**
20.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – **DA PUBLICIDADE**
21.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
21.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ASSINATURAS
22.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação

Pitanga, 10 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***ISABELLE RIBAS DE LIMA E SILVA***
Prefeito Município de Pitanga	Medimac Comercio De Artigos Medicos LTDA
Contratante	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:0CB702CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°167/2026 DO PREGÃO N.°31/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°167/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°31/2026	**PROTOCOLO N.°151/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:10/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor Dirceu Moraes, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 31/2026, para **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde,** Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde,** conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.
1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lote abaixo especificados – adjudicado para **PRIMAZIA MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES,** inscrita no CNPJ/MF nº. 22.437.236/0001-22, estabelecida na Rua Jerônimo Alberti, n.° 156, Arruda, Colombo – PR, CEP 83401-000, neste ato representada pelo **Sr. Marco Antônio De Souza Junior**, portador da Cédula de Identidade nº. 44701880 SESP/PR, CPF nº. 628.090.089-49, conforme quadro a seguir:
LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
4	74608	COBERTURA DE AÇÃO ANTIMICROBIANA COMPOSTA POR UMA CAMADA DE POLIÉSTER FLEXÍVEL, DE BAIXA ADERÊNCIA REVESTIDA DE PRATA NANOCRISTALINA. ALTAMENTE MALEÁVEL, MANTÉM O AMBIENTE ÚMIDO PARA CICATRIZAÇÃO. INDICADO COMO BARREIRA ANTIMICROBIANA EM FERIDAS DE ESPESSURA PARCIAL E TOTAL, E TRATAMENTO DE FERIDAS INFECTADAS. DISPONÍVEL NA CONCENTRAÇÃO DE PRATA NANOCRISTALINA PARA A UTILIZAÇÃO POR 3 DIAS. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. PRODUTO ESTÉRIL. TAMANHO 10 X20.CMS. (7202154865) • FORNECIMENTO POR: CONJ.	Smith&nephew	CONJ	50	R$ 180,00	R$ 9.000,00
15	74619	POMADA QUE CONSISTE DE UM CADEXÔMERO (MICROGRÂNULOS DE AMIDO MODIFICADO) COM IODO (0,9% P/P) EM UMA POMADA BASE DE POLIETILENOGLICOL /POLOXÂMERO. ELE REMOVE BARREIRAS, POSSUINDO UMA AÇÃO DUPLA: ANTIMICROBIANA E DE REMOÇÃO DO ESFACELO DO LOCAL DA FERIDA. É INDICADO PARA FERIDAS EXSUDATIVAS E INFECTADAS. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM TUBOS DE ALUMÍNIO CONTENDO 20G.	Smith&nephew	TB	50	R$ 248,00	R$ 12.400,00

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
		ESTÉRIL. (7202154873) TUBO 20G					
16	74620	REDE TUBULAR ELASTICA CALIBRE 3 (21 MM) PARA FIXAÇÃO DE CURATIVO, COMPOSTO DE 24% DE ELASTODIENO (RECOBERTO COM POLIAMIDA) E 76% DE POLIAMIDA, HIPOALERGÊNICO, TIPO MALHA COM ENTRALAÇAMENTO UNIFORME E FIXO DOS FIOS, COM ELASTICIDADE ADEQUADA E COM IDENTIFICAÇÃO DE TARJA NA COR AMARELO, CÓDIGO DE REFERÊNCIA RTE 3,0-10 . EMBALAGEM COM 10 METROS EM DESCANSO, OBEDECENDO AS NORMAS DO INMETRO, PESO APROXIMADO 0,157 KG. (7202156051)	Poolfix	UN	5	R$ 180,00	R$ 900,00
20	74626	ANTISSÉPTICO DE USO TÓPICO FORMULADO COM POLIHEXANIDA E ALFA-BISABOLOL, AUXILIA NA REMOÇÃO COMPLETA DA SUJEIRA E OS RESTOS DE FERIDAS CRÔNICAS, ÚLCERAS DE PELE E ESCORIAÇÕES, MESMO QUANDO AS SUPERFÍCIES SÃO DE DIFÍCIL ACESSO (DOBRASDA PELE,OUSEJA, FISSURAS E BOLSOS FERIDA), E PODE SER USADO PARA LIMPAR E AMACIAR REVESTIMENTOS FERIDA INCRUSTADA. FRASCO EM SPRAY CONTENDO 500ML (7202156050) • FORNECIMENTO POR: UND	Aquasept	FR	100	R$ 98,00	R$ 9.800,00

Preço Total Registrado: R$32.100,00 (trinta e dois mil e Cem reais)

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 01 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.1.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.1.2 O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA –DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1 São obrigações do Contratado:
10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;
10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);
10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.6 manter durante toda a vigência da Ata Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;
10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução da Ata Registro de Preços/Contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas da Ata Registro de Preços/Contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
10.2 São obrigações do Contratante:
10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata Registro de Preços/Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução da Ata Registro de Preços/Contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1 A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2 A responsabilidade pela fiscalização desta Ata de registro de Preços caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designada através de Portaria nº 300 de 07 de Abril de 2026, servidora:
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;
13.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.
13.4 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1 O fornecedor deverá entregar os produtos no local indicado conforme anexo VI do edital, dentro do prazo não superior a 10 (dez) dias, contados do envio por e-mail da nota de empenho, pedido de fornecimento e relação das comarcas.
14.2 Em se tratando de compras, o recebimento provisório será:
a) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias contados da comunicação escrita do contratado;
14.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
14.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo às seguintes diretrizes:

14.5 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
14.6 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
14.7 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
14.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
14.9 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de prestar os serviços nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades o licitante.
14.10 Os critérios para o recebimento estão especificados nesta Cláusula, itens 14.1 ao 14.4 do Anexo VIII (minuta de ata de registro de preços).
14.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
14.13 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no edital, conforme as condições e as necessidades do licitante, ou em endereço próximo a ser requisitado se assim se fizer necessário no decorrer do contrato, por superveniente justificativa.
14.14 Os critérios para o recebimento estão especificados no Edital e nas minutas de Ata de Registro de Preços e Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

RED	DESPESA	FONTE	DESCRIÇÃO
221	08002101220801204133903000000	303	Material de Consumo
242	08002103010801204733903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
242	08002103010801204733903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
254	08002103010801204833903000000	510	Material de Consumo
315	08003103050801205433903000000	303	Material de Consumo
316	08003103050801205433903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
231	08002103010801204633903000000	303	Material de Consumo a
231	08002103010801204633903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	303	Material de Consumo
290	08002103020801204533903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	494	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	1000	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	510	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
269	08002103010801204933903000000	494	Material de Consumo
270	08 08002103010801204933903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
279	08002103010801205533723200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
274	08002103010801205033903000000	303	Material de Consumo
291	08002103020801204533903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	494	Material de Consumo
306	08003103040801205333903000000	494	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.
16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.
16.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907/0001-08,Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, Pitanga/PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.
16.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
18.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato.
18.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente deste e de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.
18.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.
18.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.
18.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
18.6 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
18.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.
18.8 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas pertinentes.
18.9 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de quaisquer contratos firmados com a Administração Pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar:
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor publico no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

19.3 Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – **DO FORO**
20.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – **DA PUBLICIDADE**
21.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
21.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ASSINATURAS
22.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação

Pitanga, 10 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***MARCO ANTÔNIO DE SOUZA JUNIOR***
Prefeito	Primazia Materiais Medico Hospitalares
Município de Pitanga	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:83CF9101

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°168/2026 DO PREGÃO N.°31/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°168/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°31/2026	**PROTOCOLO N.°151/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:10/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor Dirceu Moraes, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 31/2026, para **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde,** Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde,** conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.
1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lote abaixo especificados – adjudicado para **R.E. DA SILVA E SILVA LTDA** inscrita no CNPJ/MF nº. 29.765.537/0001-24, estabelecida na Rua Gertrude Heck Fritzen,Pioneira, n° 5331, Jardim Portugal, Maringá – PR, CEP 87060-465, neste ato representada pelo **Sr. Ronnie Edson Da Silva**, portador da Cédula de Identidade nº. 9275545-2 SESP/PR, CPF nº. 045.372.939-85, conforme quadro a seguir:
LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
9	74613	CURATIVO PARA TRANSFERÊNCIA DE EXSUDATO, AUTOADERENTE, ATRAUMÁTICO, RECORTÁVEL E FLEXÍVEL, COMPOSTO POR CAMADA DE SILICONE SUAVE E CAMADA FINA DE ESPUMA DE POLIURETANO, ESTERELIZADO A ÓXIDO DE ETILENP. PODENDO PERMANECER NO MESMO LOCAL ATÉ 14 DIAS. TAMANHO: 15 X 20CM. (7202154933) CAIXA C/ 05 UND	polar fix	CX	50	R$ 193,09	R$ 9.654,50

Preço Total Registrado: R$9.654,50 (nove mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 01 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município
3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1 A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.
5.1.1 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.
5.1.1.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.
5.1.1.2 O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA –DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3 cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1 São obrigações do Contratado:
10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;
10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);
10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.6 manter durante toda a vigência da Ata Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;
10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução da Ata Registro de Preços/Contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas da Ata Registro de Preços/Contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
10.2 São obrigações do Contratante:
10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata Registro de Preços/Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução da Ata Registro de Preços/Contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1 A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2 A responsabilidade pela fiscalização desta Ata de registro de Preços caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designada através de Portaria nº 300 de 07 de Abril de 2026, servidora:
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;
13.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.
13.4 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1 O fornecedor deverá entregar os produtos no local indicado conforme anexo VI do edital, dentro do prazo não superior a 10 (dez) dias, contados do envio por e-mail da nota de empenho, pedido de fornecimento e relação das comarcas.
14.2 Em se tratando de compras, o recebimento provisório será:
a) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias contados da comunicação escrita do contratado;
14.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
14.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo às seguintes diretrizes:
14.5 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
14.6 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
14.7 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
14.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
14.9 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de prestar os serviços nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades o licitante.
14.10 Os critérios para o recebimento estão especificados nesta Cláusula, itens 14.1 ao 14.4 do Anexo VIII (minuta de ata de registro de preços).
14.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
14.13 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no edital, conforme as condições e as necessidades do licitante, ou em endereço próximo a ser requisitado se assim se fizer necessário no decorrer do contrato, por superveniente justificativa.
14.14 Os critérios para o recebimento estão especificados no Edital e nas minutas de Ata de Registro de Preços e Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

RED	DESPESA	FONTE	DESCRIÇÃO
221	08002101220801204133903000000	303	Material de Consumo
242	08002103010801204733903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
242	08002103010801204733903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
254	08002103010801204833903000000	510	Material de Consumo
315	08003103050801205433903000000	303	Material de Consumo
316	08003103050801205433903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
231	08002103010801204633903000000	303	Material de Consumo a
231	08002103010801204633903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	303	Material de Consumo
290	08002103020801204533903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	494	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	1000	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	510	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
269	08002103010801204933903000000	494	Material de Consumo
270	08 08002103010801204933903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
279	08002103010801205533723200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
274	08002103010801205033903000000	303	Material de Consumo
291	08002103020801204533903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	494	Material de Consumo
306	08003103040801205333903000000	494	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.

16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

16.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907/0001-08,Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, Pitanga/PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

16.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
18.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato.
18.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente deste e de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.
18.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.
18.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.
18.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
18.6 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
18.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.
18.8 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas pertinentes.
18.9 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de quaisquer contratos firmados com a Administração Pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar:
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor publico no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3 Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO
20.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE
21.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
21.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ASSINATURAS
22.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação

Pitanga, 10 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***RONNIE EDSON DA SILVA***
Prefeito	R.E. Da Silva E Silva LTDA
Município de Pitanga	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:ED0BB696

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°169/2026 DO PREGÃO N.°31/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°169/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°31/2026	**PROTOCOLO N.°151/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:10/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor Dirceu Moraes, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 31/2026, para **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde,** Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde,** conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.
1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lote abaixo especificados – adjudicado para **SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 00.656.468/0001-39, estabelecida na Rua Anita Ribas, n.° 410, Hugo Lange, Curitiba – PR, CEP 82520-610, neste ato representada pelo **Sr. Marcelo Lapinscki**, portador do CPF nº. 489.947.070-34, conforme quadro a seguir:
LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
5	74609	CURATIVO COM 5 CAMADAS, ALTA FLEXIBILIDADE QUE PERMITE QUE O CURATIVO SE MOVA PARA QUALQUER DIREÇÃO, REDUZINDO O ESTRESSE DA PELE. COM ALTA ABSORÇÃO, FLEXÍVEL, FORMADO POR CAMADA DE SILICONE SUAVE, SEGUIDA DE UMA CAMADA DE TRANSFERÊNCIA COMPOSTA POR ESPUMA DE POLIURETANO, CAMADA DISPERSIVA DE VISCOSE E POLIÉSTER, SEGUIDA DE CAMADA DE ALGODÃO E POLIACRILATO DE ALTA ABSORÇÃO PERFURADA, CAMADA DE FILME DE POLIURETANO SEMIPERMEÁVEL CONTRA VÍRUS E BACTÉRIAS. TAMANHO: 12,5 X 12,5CM. (7202154903) • FORNECIMENTO POR: CAIXA C/ 05 UND	POLAR FIX	Caixa	90	R$ 197,05	R$ 17.734,50

Preço Total Registrado: R$17.734,50 (dezessete mil, setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 01 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município
3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1 A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.
5.1.1 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.1.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.
5.1.1.2 O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA –DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3 cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1 São obrigações do Contratado:
10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;
10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);
10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.6 manter durante toda a vigência da Ata Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;
10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução da Ata Registro de Preços/Contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas da Ata Registro de Preços/Contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
10.2 São obrigações do Contratante:
10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata Registro de Preços/Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da Ata Registro de Preços/Contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução da Ata Registro de Preços/Contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1 A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2 A responsabilidade pela fiscalização desta Ata de registro de Preços caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designada através de Portaria nº 300 de 07 de Abril de 2026, servidora:
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;
13.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.
13.4 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1 O fornecedor deverá entregar os produtos no local indicado conforme anexo VI do edital, dentro do prazo não superior a 10 (dez) dias, contados do envio por e-mail da nota de empenho, pedido de fornecimento e relação das comarcas.
14.2 Em se tratando de compras, o recebimento provisório será:
a) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias contados da comunicação escrita do contratado;
14.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
14.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo às seguintes diretrizes:
14.5 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
14.6 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
14.7 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
14.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
14.9 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de prestar os serviços nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades o licitante.
14.10 Os critérios para o recebimento estão especificados nesta Cláusula, itens 14.1 ao 14.4 do Anexo VIII (minuta de ata de registro de preços).
14.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
14.13 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no edital, conforme as condições e as necessidades do licitante, ou em endereço próximo a ser requisitado se assim se fizer necessário no decorrer do contrato, por superveniente justificativa.
14.14 Os critérios para o recebimento estão especificados no Edital e nas minutas de Ata de Registro de Preços e Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

RED	DESPESA	FONTE	DESCRIÇÃO
221	08002101220801204133900300000	303	Material de Consumo
242	08002103010801204733903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
242	08002103010801204733903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
254	08002103010801204833903000000	510	Material de Consumo
315	08003103050801205433903000000	303	Material de Consumo
316	08003103050801205433903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
231	08002103010801204633903000000	303	Material de Consumo a
231	08002103010801204633903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	303	Material de Consumo
290	08002103020801204533903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	494	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	1000	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	510	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

269	08002103010801204933903000000	494	Material de Consumo
270	08 08002103010801204933903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
279	08002103010801205533723200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
274	08002103010801205033903000000	303	Material de Consumo
291	08002103020801204533903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	494	Material de Consumo
306	08003103040801205333903000000	494	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

16.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.

16.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.

16.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.

16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

16.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907/0001-08,Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, Pitanga/PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

16.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = \frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
18.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato.
18.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente deste e de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.
18.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.
18.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.
18.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
18.6 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
18.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.
18.8 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas pertinentes.
18.9 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de quaisquer contratos firmados com a Administração Pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar:
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor publico no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3 Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO
20.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE
21.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
21.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ASSINATURAS
22.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação

Pitanga, 10 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES		***MARCELO LAPINSCKI***
Prefeito		Soma/PR Comércio De Produtos Hospitalares LTDA
Município de Pitanga		Contratada
Contratante		

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:645DF257

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°170/2026 DO PREGÃO N.°31/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°170/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°31/2026	**PROTOCOLO N.°151/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:10/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor Dirceu Moraes, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 31/2026, para **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde,** Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde,** conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.
1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lote abaixo especificados – adjudicado para **TM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 55.311.052/0001-70, estabelecida na Rua Sophia Suota Toczek, N.° 535, Quississana, São José Dos Pinhais – PR, CEP 83085-350, neste ato representada pelo **Sr. Thiago Pereira de Mello**, portador da Cédula de Identidade nº. 9.288.058-3 SESP/PR, CPF nº. 068.926.939-03, conforme quadro a seguir:
LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
13	74617	GEL VISCOSO COMPOSTO POR ÁGUA PURIFICADA, CARBÔMERO 940, ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, PROPILENOGLICOL, TRIETANOLAMINA, CONSERVANTES E CARBOXIMETILCELULOSE, NÃO ESTÉRIL, EFETIVO PARA USO ATÉ 28 DIAS APÓS A ABERTURA, REGISTRO NA ANVISA COMO CORRELATO CLASSE DE RISCO III. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM BISNAGAS DE ALUMÍNIO 85 G (COM TAMPA FLIPTOP). CERTIFICADO BPF&C. (72020060)	K260085 CURATEC HIDROGEL COM ALGINATO / L.M. FARMA	UN	120	R$ 16,00	R$ 1.920,00
25	74631	HIDROGEL À BASE DE POLIHEXANIDA (BIGUANIDA) COM ALTA ABSORÇÃO E REDUÇÃO DOS ODORES DA FERIDA, SEM NECESSIDADE DE REMOÇÃO PREVENÇÃO E REMOÇÃO DE BIOFILME REALIZA DESBRIDAMENTO AUTOLÍTICO AO MESMO TEMPO QUE PRESERVA O TECIDO SADIO. PHENTRE5.5-7.5. COMPOSIÇÃO COCOAMIDOPROPILBETAÍNA, GLICERINA, 0,1% POLIHEXANIDA, CARBOXIMETILCELULOSE E ÁGUA PURIFICADA POR OSMOSE REVERSA. CONTÉM 100GR. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA FABRICAÇÃO/VALIDADE, LOTE E REGISTRO NA ANVISA. (72021590961) • FORNECIMENTO POR: TUBO 100 GR	K372002 CURATEC GEL COM PHMB /L.M. FARMA	TB	50	R$ 25,00	R$ 1.250,00
26	74632	HIDROGEL COM ALGINATO-GEL HIDRATANTE E ABSORVENTE PARA FERIDAS,NÃO ESTÉRIL, AQUOSO, TRANSPARENTE E VISCOSO, COMPOSTO DE ÁGUA PURIFICADA ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, ACIDO BÓRICO, PROPILENOGLICOL, HIDANTOINA, SORBATO DE POTÁSSIO E TRIETANOLAMINA. COM TAMPA FLIP TOP. TUBO COMMÍNIMO 85G. O PRODUTO DEVEMANTER AS PROPRIEDADES POR, PELO MENOS 28 DIAS APÓS ABERTO. (52020056) • FORNECIMENTO POR: CAIXA C/ 01 UND	K260085 CURATEC HIDROGEL COM ALGINATO / L.M. FARMA	UN	50	R$ 16,00	R$ 800,00

Preço Total Registrado: R$3.970,00 (três mil, novecentos e setenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 01 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município
3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1 A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.
5.1.1 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.
5.1.1.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.
5.1.1.2 O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA –DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3 cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1 São obrigações do Contratado:
10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;
10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);
10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.6 manter durante toda a vigência da Ata Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;
10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução da Ata Registro de Preços/Contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas da Ata Registro de Preços/Contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
10.2 São obrigações do Contratante:
10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata Registro de Preços/Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução da Ata Registro de Preços/Contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes

11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – **CADASTRO DE RESERVA**
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1 A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2 A responsabilidade pela fiscalização desta Ata de registro de Preços caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designada através de Portaria nº 300 de 07 de Abril de 2026, servidora:
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;
13.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.
13.4 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1 O fornecedor deverá entregar os produtos no local indicado conforme anexo VI do edital, dentro do prazo não superior a 10 (dez) dias, contados do envio por e-mail da nota de empenho, pedido de fornecimento e relação das comarcas.
14.2 Em se tratando de compras, o recebimento provisório será:
a) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias contados da comunicação escrita do contratado;
14.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
14.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo às seguintes diretrizes:
14.5 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
14.6 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
14.7 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
14.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
14.9 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de prestar os serviços nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades o licitante.
14.10 Os critérios para o recebimento estão especificados nesta Cláusula, itens 14.1 ao 14.4 do Anexo VIII (minuta de ata de registro de preços).
14.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
14.13 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no edital, conforme as condições e as necessidades do licitante, ou em endereço próximo a ser requisitado se assim se fizer necessário no decorrer do contrato, por superveniente justificativa.
14.14 Os critérios para o recebimento estão especificados no Edital e nas minutas de Ata de Registro de Preços e Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

RED	DESPESA	FONTE	DESCRIÇÃO
221	08002101220801204133903000000	303	Material de Consumo
242	08002103010801204733903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
242	08002103010801204733903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
254	08002103010801204833903000000	510	Material de Consumo
315	08003103050801205433903000000	303	Material de Consumo
316	08003103050801205433903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
231	08002103010801204633903000000	303	Material de Consumo a
231	08002103010801204633903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	303	Material de Consumo
290	08002103020801204533903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	494	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	1000	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	510	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
269	08002103010801204933903000000	494	Material de Consumo
270	08 08002103010801204933903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
279	08002103010801205533723200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
274	08002103010801205033903000000	303	Material de Consumo
291	08002103020801204533903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	494	Material de Consumo
306	08003103040801205333903000000	494	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.
16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.
16.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907/0001-08,Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, Pitanga/PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.
16.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
18.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato.
18.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente deste e de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.
18.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

18.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.
18.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
18.6 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
18.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.
18.8 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas pertinentes.
18.9 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de quaisquer contratos firmados com a Administração Pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar:
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor publico no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3 Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO
20.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE
21.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
21.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ASSINATURAS
22.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação

Pitanga, 10 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***THIAGO PEREIRA DE MELLO***
Prefeito	TM Comércio De Produtos Para Saúde LTDA
Município de Pitanga	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:83B861AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°171/2026 DO PREGÃO N.°31/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°171/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°31/2026	**PROTOCOLO N.°151/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:10/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor Dirceu Moraes, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 31/2026, para **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde,** Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde,** conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lote abaixo especificados – adjudicado para **TORRE FORTE ATACADO E VAREJO LTDA ME** inscrita no CNPJ/MF nº. 05.247.406/0001-97, estabelecida na Av Jacob Macanhan, n.° 4316, Jd Claudia, Pinhais – PR, CEP 83326-000, neste ato representada pelo **Sr. Wilson Rodrigo Da Silva**, portador da Cédula de Identidade nº. 5.667.108-0 SSP PR, CPF nº. 014.543.929-16, conforme quadro a seguir:
LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
1	74605	BOTA DE UNNA, CONSTITUÍDA POR ATADURA SEMI-ELÁSTICA MISTA (POLIÉSTER E ALGODÃO), IMPREGNADA COM PASTA CONTENDO ÓXIDO DE ZINCO, ÓLEO DE RÍCINO, GOMA ACÁCIA, GLICERINA, PETROLATUM E ÁGUA DEIONIZADA. INDICADA PARA TRATAMENTO DE ÚLCERAS VENOSAS E EDEMA LINFÁTICO. TAMANHO 10,2 CM X 9,14 M. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, LOTE E REGISTRO ANVISA. (72021590841) - 477874	DERMACURE	UN	90	R$ 21,50	R$ 1.935,00

Preço Total Registrado: R$1.935,00 (um mil, novecentos e trinta e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 01 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município
3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1 A revisão de preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da ata, quando houver desequilíbrio econômico-financeiro causado por fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato nas condições pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.
5.1.1 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 01 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.
5.1.1.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.
5.1.1.2 O transcurso do período citado no item 5.1.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA –DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3 cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1 São obrigações do Contratado:
10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;
10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);
10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.6 manter durante toda a vigência da Ata Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;
10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução da Ata Registro de Preços/Contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas da Ata Registro de Preços/Contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
10.2 São obrigações do Contratante:
10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata Registro de Preços/Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da Ata Registro de Preços/Contrato;
10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução da Ata Registro de Preços/Contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1 A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2 A responsabilidade pela fiscalização desta Ata de registro de Preços caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designada através de Portaria nº 300 de 07 de Abril de 2026, servidora:
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;
13.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.
13.4 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

14.1 O fornecedor deverá entregar os produtos no local indicado conforme anexo VI do edital, dentro do prazo não superior a 10 (dez) dias, contados do envio por e-mail da nota de empenho, pedido de fornecimento e relação das comarcas.
14.2 Em se tratando de compras, o recebimento provisório será:
a) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias contados da comunicação escrita do contratado;
14.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
14.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo às seguintes diretrizes:
14.5 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
14.6 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
14.7 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
14.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
14.9 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de prestar os serviços nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades o licitante.
14.10 Os critérios para o recebimento estão especificados nesta Cláusula, itens 14.1 ao 14.4 do Anexo VIII (minuta de ata de registro de preços).
14.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
14.13 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no edital, conforme as condições e as necessidades do licitante, ou em endereço próximo a ser requisitado se assim se fizer necessário no decorrer do contrato, por superveniente justificativa.
14.14 Os critérios para o recebimento estão especificados no Edital e nas minutas de Ata de Registro de Preços e Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

RED	DESPESA	FONTE	DESCRIÇÃO
221	08002101220801204133900300000	303	Material de Consumo
242	08002103010801204733903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
242	08002103010801204733903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
254	08002103010801204833903000000	510	Material de Consumo
315	08003103050801205433903000000	303	Material de Consumo
316	08003103050801205433903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
231	08002103010801204633903000000	303	Material de Consumo a
231	08002103010801204633903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	303	Material de Consumo
290	08002103020801204533903000000	494	Material de Consumo
232	08002103010801204633903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
241	08002103010801204733903000000	494	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	1000	Material de Consumo
254	08002103010801204833903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	510	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	303	Material de Consumo
255	08002103010801204833903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
269	08002103010801204933903000000	494	Material de Consumo
270	08 08002103010801204933903200000	494	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
279	08002103010801205533723200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
274	08002103010801205033903000000	303	Material de Consumo
291	08002103020801204533903200000	303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
281	08002103010801205533903000000	494	Material de Consumo
306	08003103040801205333903000000	494	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.
16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.
16.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907/0001-08,Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, Pitanga/PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.
16.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) / 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

18.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato.

18.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente deste e de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

18.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

18.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

18.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

18.8 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas pertinentes.

18.9 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de quaisquer contratos firmados com a Administração Pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar:

I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor publico no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;

II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;

III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3 Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO
20.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE
21.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
21.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ASSINATURAS
22.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação

Pitanga, 10 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***WILSON RODRIGO DA SILVA***
Prefeito	Torre Forte Atacado E Varejo LTDA ME
Município de Pitanga	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:4F1B3BC6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°172/2026 DO PREGÃO N.°29/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°172/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 29/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 134/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO: 13/07/2026	**VALIDADE DA ATA: 01 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 29/2026, para o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:
01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
LOTES ABAIXO ESPECIFICADOS – adjudicado para **COMERCIAL USUAL LTDA – EPP**, inscrita no CNPJ/MF nº. 14.050.075/0001-91, estabelecida na Rua Placido de Castro, n.° 566, Guabirotuba, Curitiba – PR, CEP 81510-030, neste ato representada pelo **Sr. Paulo Roberto De Almeida**, portador da Cédula de Identidade nº. 50.527.869-8 SESP/SP, CPF nº. 297.956.569-53, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTES;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
14	75830	MESA TÊNIS DE MESA: Oficial padrão ITTF, tampo em MDF 30mm, cavaletes independentes e rodas emborrachadas com trava.	Batta	UN	4	R$ 2.449,73	R$ 9.798,92

2.3. Preço Total Registrado: R$9.798,92 (nove mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1. VIGÊNCIA:
3.2. Da vigência da ata de registro de preços.

3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.4. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. O reajuste somente será aplicável após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento a que esta se referir.
5.2. Considerando que a vigência inicial desta Ata de Registro de Preços/Contrato é de 01 (um) ano, eventual aplicação do reajuste ficará condicionada à prorrogação do prazo contratual que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses.
5.3. Caso a Administração venha a prorrogar o contrato, o reajuste será calculado proporcionalmente ao período transcorrido desde a data-base, mediante aplicação do índice acumulado do IPCA-E, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
5.4. A Administração poderá realizar revisão dos preços registrados com o objetivo de restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovados fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. A revisão dependerá de **solicitação formal do fornecedor**, devidamente justificada e acompanhada de documentos que comprovem a variação extraordinária dos custos, sendo submetida à análise técnica e jurídica, e à autorização da autoridade competente.
5.6. A Administração poderá proceder à **atualização (reajuste) dos preços registrados**, quando decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado que serviu de base para a formação dos preços registrados, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.1. A atualização (reajuste) dos preços registrados será efetuada mediante aplicação do índice **IPCA-E** ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, formalizado por meio de **apostilamento**, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
5.6.2. Para as atualizações subsequentes à primeira, o período de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste aplicado.
5.6.3. O pedido de reajuste deverá ser protocolado pelo fornecedor com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do término do período anual, sob pena de **preclusão** do direito ao reajuste referente ao período vencido.
5.7. As revisões ou atualizações aprovadas serão registradas em ata suplementar e divulgadas no sítio oficial, passando a integrar o quadro de preços registrados vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1. São obrigações do Contratado:

10.1.1. Cumprir integralmente todas as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços, Nota de Empenho e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus todos os riscos operacionais, logísticos, técnicos e administrativos inerentes ao fornecimento dos materiais de consumo esportivo licitados.
10.1.2. Comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para a entrega, qualquer ocorrência que possa impedir o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando justificativas comprovadas, sob pena de aplicação das sanções legais.
10.1.3. Manter, durante toda a vigência da Ata e durante a execução dos fornecimentos, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica exigidas no processo licitatório, conforme determina o art. 62 da Lei nº 14.133/2021.
10.1.4. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do fornecimento, tais como tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas e previdenciários, custos logísticos, materiais de acondicionamento e demais encargos indispensáveis.
10.1.5. Garantir que os produtos fornecidos sejam novos, de primeiro uso, originais de fábrica, lacrados, livres de defeitos, acompanhados de manuais, certificados, garantias, e demais acessórios essenciais ao pleno funcionamento.
10.1.6. Utilizar, no desempenho do objeto, pessoal competente, capacitado e devidamente identificado, assumindo total responsabilidade por atos, omissões ou danos causados por seus empregados, prepostos ou eventuais terceiros autorizados.
10.1.7. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, responder a demandas, fornecer documentos complementares e adotar as providências requeridas pela fiscalização.
10.1.8. Não ceder, transferir ou subcontratar o fornecimento, no todo ou em parte, salvo autorização expressa da Administração, observados os limites previstos na Lei nº 14.133/2021.
10.1.9. Proceder à substituição de produtos que apresentem defeitos, vícios aparentes ou ocultos, divergências de especificação, avarias ou qualquer inconformidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus ao Município.
10.1.10. Realizar as entregas exclusivamente mediante Autorização de Fornecimento (AF) emitida pela Contratante, observando rigorosamente prazos, quantidades, especificações técnicas e condições de recebimento.
10.1.11. Assegurar o cumprimento das condições contratuais mesmo quando utilizar terceiros em etapas secundárias de logística ou transporte, permanecendo responsável integralmente por todas as obrigações assumidas perante o Município.
10.1.12. Garantir a rastreabilidade dos materiais esportivos entregues, quando aplicável, mediante apresentação de informações como número de série, lote de fabricação, data de produção e demais elementos de controle exigidos.
10.2. São obrigações do Contratante:
10.2.1. Proceder à fiscalização efetiva do fornecimento, acompanhando a entrega dos itens, verificando quantidade, qualidade, integridade e conformidade técnica, registrando ocorrências e notificando a Contratada quando necessário.
10.2.2. Examinar minuciosamente os produtos recebidos, comunicando formalmente e dentro do prazo contratual quaisquer irregularidades, falhas ou imperfeições, para fins de substituição, reparo ou rejeição.
10.2.3. Registrar, por escrito, todas as comunicações relativas a inconformidades, descrevendo de forma detalhada e objetiva os aspectos a serem corrigidos, garantindo rastreabilidade e segurança jurídica ao processo.
10.2.4. Acompanhar e fiscalizar cada etapa do recebimento dos itens, adotando providências imediatas em caso de descumprimento das condições contratuais, registrando ocorrências e informando as unidades competentes.
10.2.5. Efetuar o pagamento correspondente ao fornecimento dos itens após o recebimento definitivo, observando prazos, condições e documentação exigida, conforme legislação vigente e normas municipais.
10.2.6. Não assumir qualquer responsabilidade por compromissos ou obrigações firmados pela Contratada que excedam o objeto contratual ou que não tenham sido previamente autorizados pela Administração.
10.2.7. Informar à Contratada, com antecedência razoável, as quantidades previstas para aquisição via Registro de Preços, mediante e-mail institucional ou sistema eletrônico, garantindo previsibilidade e segurança operacional.
10.2.8. Designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo adequada supervisão das obrigações contratuais, acompanhamento das entregas, registro de ocorrências e adoção de medidas corretivas.
10.2.9. Manter registros atualizados de todas as entregas, substituições e ocorrências, assegurando transparência, controle administrativo e proteção ao interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
11.2. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, na condição de órgãos não participantes, desde que previamente autorizados pelo órgão gerenciador, nos termos da legislação vigente.
11.3. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes dependerá do atendimento das seguintes condições:
I – apresentação de solicitação formal ao órgão gerenciador da ata;
II – demonstração da vantajosidade da adesão, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
III – anuência expressa do fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços;
IV – verificação, pelo órgão gerenciador, da disponibilidade de saldo quantitativo do item pretendido, sem prejuízo das contratações dos órgãos participantes do registro de preços.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por órgãos ou entidades não participantes observarão os limites previstos no art. 86, §4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo que:
I – cada órgão ou entidade não participante poderá aderir à Ata de Registro de Preços até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados;
II – o quantitativo total decorrente das adesões de órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos aderentes.
11.5. Compete ao órgão não participante a responsabilidade pela instrução do processo administrativo de adesão, incluindo a comprovação da vantajosidade da contratação e a verificação da compatibilidade do objeto pretendido com aquele registrado na ata.
11.6. As contratações decorrentes de adesão à Ata de Registro de Preços serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade aderente e o fornecedor registrado, cabendo ao órgão gerenciador apenas a autorização da adesão.
11.7. As adesões não poderão comprometer a execução das contratações previstas para os órgãos participantes, devendo o órgão gerenciador priorizar o atendimento das demandas originalmente previstas no processo de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes será exercida por servidores formalmente designados pela Portaria n°300/2026 da Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto, assegurando o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
13.2. A atuação do fiscal contratual compreenderá, dentre outras atribuições: técnicas previstas neste Termo de Referência;
II – atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;
III – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
IV – comunicar formalmente a autoridades competentes eventuais irregularidades, atrasos, descumprimentos ou vícios constatados;
V – solicitar a aplicação de penalidades, quando cabível;
VI – acompanhar a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes;
VII – certificar a regular execução para fins de pagamento.
13.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto à qualidade, integridade e regular funcionamento dos materiais esportivos fornecidos, permanecendo esta responsável por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação vigente
13.4. A designação dos fiscais observará a estrutura organizacional do Município, sendo atribuída aos servidores indicados por Secretaria demandante, conforme relação nominal constante neste
Termo de Referência ou em ato administrativo específico.
13.5. Os fiscais atuarão dentro dos limites de suas atribuições funcionais, devendo comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer situação que exija decisão superior.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
• Jamil Lourenço dos Santos – Matrícula nº 50994

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. A entrega ocorrerá na Secretaria de Compras, Patrimônio e Logística do Município de Pitanga, na Rua Vanderlei João Vieira Cleve, 711, Bairro Santa Regina, Pitanga-PR, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.
14.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para realizar a entrega do item, após o recebimento da Nota de Empenho.
14.3. A contratada deverá realizar a entrega do item na quantidade solicitada ou apontada na ARP (Ata de Registro de Preços), em conformidade com a Nota de Empenho. A cada entrega, o item será conferido, verificando-se especialmente se está em conformidade com o solicitado.
14.4. O item entregue deverá estar em perfeita condição de uso e de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.
14.4.1. Os itens deverão ser entregues com embalagem adequada e proteção contra danos, sendo vedado o recebimento de embalagem violada, danificada ou que apresente dúvidas quanto à qualidade e procedência.
14.5. Não será aceito o recebimento parcial do item solicitado na Nota de Empenho. A quantidade solicitada deverá ser entregue integralmente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal. A descarga e acomodação do item deverão ser realizadas por funcionários da contratada, devidamente identificados e, quando necessário, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria requisitante.
14.6. O item será recebido provisoriamente no prazo de 3 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
14.7. O item será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade, mediante emissão de Termo Circunstanciado.
14.8. O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes da entrega em desacordo com o contrato. Somente haverá recebimento definitivo após a análise das especificações, da quantidade e da qualidade do item, resguardando-se às Secretarias Municipais o direito de não aceitar material esportivo cuja qualidade seja comprovadamente baixa. Caso constatada baixa qualidade, e após relatório da Comissão de Recebimento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei e no edital.
14.9. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, sem ônus ao Município de Pitanga, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
14.10. O aceite/aprovação do item pela Secretaria solicitante não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências com as especificações estabelecidas, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
14.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas à entrega do item, incluindo, entre outras, embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários
14.12. O item entregue estará sujeito à verificação pela unidade requisitante, quanto à compatibilidade com as especificações pactuadas no Edital e Anexos, incluindo qualidade, quantidade e conformidade.
14.13. Após a conferência e verificado o atendimento às condições pactuadas, o representante do Município responsável pelo recebimento e conferência emitirá Atestado de Recebimento e Aprovação, entregando uma via à contratada e retendo outra para juntada aos autos, com data, identificação e assinatura do responsável.
14.14. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, a contratada deverá providenciar a retirada do item e sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus ao Município de Pitanga, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis
14.15. Caso a verificação prevista no subitem anterior não seja procedida dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como realizada, passando o recebimento provisório a definitivo no dia do esgotamento do prazo.
14.16. Além do preço ofertado, a contratada deverá cumprir todas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. O item fornecido deverá estar em conformidade com a legislação vigente e com os registros necessários, quando aplicável
14.17. O item entregue será devidamente conferido, fiscalizado e atestado pela Comissão de Recebimento designada, em conjunto com o fiscal da Secretaria solicitante, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária:

Red	Dotação	Fonte	Descrição
204	06007278131001213633903000000	8136	MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela fiscalização, após comprovado o adimplemento integral das obrigações contratuais pela contratada.

16.2. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta às certidões pertinentes, incluindo regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme legislação vigente.

16.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajuste ou atualização monetária.

16.4. Constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais, o prazo para pagamento ficará suspenso até a devida regularização.

16.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com indicação do número da licitação, número da Ata de Registro de Preços, lote/item correspondente e demais informações necessárias à rastreabilidade do produto.

16.6. O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da contratada, previamente informada à Administração.

16.7. O Município procederá às retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive quanto ao Imposto de Renda na fonte e demais tributos aplicáveis, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.

16.8. Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada com base na seguinte fórmula:

EM = I × N × VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;

a) Impedimento de licitar e contratar;

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, IV	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS
20. Matriz de Riscos a seguir apresenta os principais riscos relacionados ao fornecimento de materiais esportivos, tais como bolas, redes, mesas de lazer indicando sua probabilidade, impacto e medidas de mitigação. O objetivo é assegurar o adequado gerenciamento contratual, prevenir falhas no atendimento das escolinhas municipais e garantir a continuidade das atividades esportivas.
MATRIZ DE RISCOS MATERIAIS ESPORTIVOS

Risco Identificado	Prob.	Impacto	Medidas de Mitigação (responsabilidades)
Atraso na entrega dos materiais	Média	Alto	Contratada: cumprir prazos e comunicar imprevistos. Contratante: prever penalidades e fiscalizar entregas.
Entrega de itens em desacordo com as especificações técnicas	Média	Alto	Contratada: atender integralmente ao TR e substituir itens incorretos. Contratante: conferir itens no recebimento e rejeitar divergências.
Baixa qualidade ou durabilidade reduzida (bolas que furam ou redes que desfiam precocemente)	Baixa	Alto	Contratada: fornecer itens novos, lacrados, com garantia e desempenho mínimo exigido. Contratante: verificar conformidade técnica e funcional.
Materiais com número de série ilegível, danificado ou inconsistente	Baixa	Médio	Contratada: garantir rastreabilidade e identificação íntegra. Contratante: registrar ocorrência e solicitar substituição.
Danos aos itens durante transporte ou manuseio (ex: mesas de futmesa riscadas ou quebradas)	Média	Médio	Contratada: usar embalagem adequada e transporte seguro; substituir itens danificados. Contratante: conferir integridade no ato do recebimento.
Incapacidade da contratada em atender picos de demanda (eventos esportivos simultâneos)	Baixa	Médio	Contratada: organizar logística, estoque e fornecimento contínuo. Contratante: planejar solicitações com antecedência sempre que possível.
Descumprimento das condições de entrega (endereço do ginásio ou horário incorreto)	Baixa	Baixo	Contratada: cumprir rigorosamente os locais e prazos. Contratante: informar corretamente e registrar ocorrências.
Fornecimento de materiais esportivos incompatíveis (ex: rede de tamanho incorreto para a trave existente)	Baixa	Alto	Contratada: observar requisitos de compatibilidade. Contratante: validar especificações antes da AF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO
21.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ASSINATURAS
23.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 02 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES	***PAULO ROBERTO DE ALMEIDA***
Prefeito	Comercial Usual LTDA - EPP
Município de Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:37205294

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.°29/2026.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Pregão N.° 29/2026, nestes termos:
Data Pregão**:** 26/05/2026.
Objeto: Registro de preços, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
4LINHAS ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	58.181.473/0001-12	R$ 20.060,00
AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE CORDAS E REDES ESPORTIVAS LTDA	63.616.301/0001-64	R$ 6.099,96
GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA	63.129.821/0001-42	R$ 1.270,02
KEMARY ESPORTES LTDA	58.546.968/0001-06	R$ 1.299,96
L C LOPES MARCELINO LTDA	41.553.307/0001-05	R$ 30.222,83
MEINERZ DO BRASIL LTDA	49.128.590/0001-21	R$ 8.340,00
PARANA INDUSTRIA E COMERCIO DE REDES E CORDAS LTDA	05.700.700/0001-02	R$ 770,00
R. B. COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.	42.825.012/0001-03	R$ 3.599,79

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 71.662,56 (setenta e um mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

Lote	Descrição	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	BOLA FUTSAL PROFISSIONAL: Tecnologia Termotec (0% absorção de água), 100% PU, peso 410-430g, diâmetro 62,5-63,5cm, 11 gomos, câmara 6D, sistema de forro termofixo e miolo SIS. Selo FIFA Quality Pro.	PENALTY	UN	30	R$ 278,00	R$ 8.340,00	MEINERZ DO BRASIL LTDA
2	BOLA FUTSAL INICIAÇÃO: Tecnologia Termotec, material PU, peso 350-380g, diâmetro 55-58cm, 8 gomos, câmara 6D e processo de extra dupla colagem.	PENALTY	UN	20	R$ 89,9925	R$ 1.799,85	R. B. COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.
3	REDE FUTSAL (PAR): Confeccionada em fio 8mm de seda (polipropileno), malha 12x12cm, modelo estilo caixote (fundo duplo), alta resistência ao impacto	PANGUE	Par	3	R$ 1.100,00	R$ 3.300,00	4LINHAS ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
4	BOLA FUTEBOL DE CAMPO PROFISSIONAL: Termotec, 0% absorção de água, camada interna de Neogel para maior maciez, miolo substituível e lubrificado. Peso entre 430-450g.	MAGUSSY	UN	20	R$ 89,997	R$ 1.799,94	R. B. COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.
5	REDE FUTEBOL CAMPO OFICIAL (PAR): Confeccionada em fio 6mm de seda, malha quadrada ou colmeia, com tratamento UV para resistência à exposição solar.	PANGUE	Par	3	R$ 800,00	R$ 2.400,00	4LINHAS ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
6	REDE FUTEBOL SOCIETY (PAR): Para trave de society, fio 6mm de seda, dimensões oficiais para a modalidade, alta tenacidade.	AZZURE	Par	3	R$ 533,33	R$ 1.599,99	AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE CORDAS E REDES ESPORTIVAS LTDA
7	BOLA BASQUETEBOL: Confeccionada em PU Premium, tamanho oficial nº 7, matrizada, com canais profundos para melhor aderência (grip). Uso profissional	penalty	UN	10	R$ 287,395	R$ 2.873,95	L C LOPES MARCELINO LTDA
8	BOLA VOLEIBOL QUADRA: Material laminado em microfibra (Padrão 8.0), construção Termotec, câmara 8D (equilíbrio total), peso 260-280g. Padrão FIVB.	MIKASA	UN	20	R$ 143,00	R$ 2.860,00	4LINHAS ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
9	REDE VOLEIBOL PRAIA: Profissional, fio 6mm trançado, com faixas de lona emborrachada nos quatro lados e cabos de aço/nylon para tensionamento. Proteção UV.	AZZURE	UN	3	R$ 566,66	R$ 1.699,98	AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE CORDAS E REDES ESPORTIVAS LTDA
10	BOLA VÔLEI DE AREIA: Costurada, material couro sintético de alta resistência à areia e umidade, peso aprox. 280g. Padrão oficial CBV/FIVB.	penalty	UN	6	R$ 216,66	R$ 1.299,96	KEMARY ESPORTES LTDA
11	REDE OFICIAL VÔLEI QUADRA: Fio 6mm seda, dimensões oficiais (9,50 x 1,00 m), com faixas de acabamento superior e inferior. Personalizada com o nome do Município.	AZZURE	UN	3	R$ 600,00	R$ 1.800,00	AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE CORDAS E REDES ESPORTIVAS LTDA
12	REDE OFICIAL MINI VÔLEI: Para prática de mini vôlei 3x3, confeccionada em fio nylon 2, resistente e leve, de fácil montagem. Personalizada.	AZZURE	UN	3	R$ 333,33	R$ 999,99	AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE CORDAS E REDES ESPORTIVAS LTDA
13	MESA DE FUTMESA: Tampo em MDF Naval 15mm (resistente a umidade), estrutura reforçada em aço carbono com pintura eletrostática, curvatura padrão oficial.	bi nardeli	UN	2	R$ 4.174,46	R$ 8.348,92	L C LOPES MARCELINO LTDA
14	MESA TÊNIS DE MESA: Oficial padrão ITTF, tampo em MDF 30mm, cavaletes independentes e rodas emborrachadas com trava.	kçpft	UN	4	R$ 2.274,99	R$ 9.099,96	L C LOPES MARCELINO LTDA
15	REDE TÊNIS DE MESA (CONJUNTO): Conjunto de suporte (ferro) e rede profissional em nylon, ajuste de tensão manual, padrão oficial ITTF.	Giant Dragon	UN	6	R$ 211,67	R$ 1.270,02	GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA
16	FITA DEMARCATÓRIA: Kit de fitas para vôlei de praia em nylon de alta visibilidade, acompanha fixadores (estacas) para areia.	MAGNUM	UN	4	R$ 192,50	R$ 770,00	PARANA INDUSTRIA E COMERCIO DE REDES E CORDAS LTDA
17	RELÓGIO DE XADREZ DIGITAL	generic	UN	50	R$ 198,00	R$ 9.900,00	L C LOPES MARCELINO LTDA
18	TATAME DE EVA: Placas de 100 x 100 x 4 cm (40mm), alta densidade (mínimo 100kg/m³), sistema de encaixe tipo "dente de serra", antiderrapante e atóxico.	NB	UN	100	R$ 115,00	R$ 11.500,00	4LINHAS ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.
03 – **CONVOCAR** as empresas acima nominadas, vencedoras dos Itens acima descritos, para no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, contados a partir da publicação da homologação, para encaminhar, via e-mail, as Atas de registro de preços ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar a Ata de Registro de Preço referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 11 de junho 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:C0268FB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.°31/2026.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Pregão N.° 31/2026, nestes termos:
Data Pregão**:** 03/06/2026.
Objeto: Registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de curativos especiais para o tratamento de lesões de pele em pacientes diagnosticados com feridas crônicas e de difícil cicatrização que estão sendo acompanhados pelos serviços de saúde, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
ISIS GUTERRES MOREIRA RAMOS	08.158.687/0004-42	R$ 230.042,10
L&P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	49.875.336/0001-97	R$ 70.092,40
MATHEUS COMERCIO ATACADISTA LTDA	45.053.942/0001-76	R$ 38.248,50
MEDICAL CROSS PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	60.975.055/0001-49	R$ 121.469,00

MEDIMAC COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA	03.596.923/0001-46	R$ 30.073,00
PRIMAZIA MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES	22.437.236/0001-22	R$ 32.100,00
R.E. DA SILVA E SILVA LTDA	29.765.537/0001-24	R$ 9.654,50
SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00.656.468/0001-39	R$ 17.734,50
TM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	55.311.052/0001-70	R$ 3.970,00
TORRE FORTE ATACADO E VAREJO LTDA ME	05.247.406/0001-97	R$ 1.935,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 555.319,00 (Quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e dezenove reais).

Lote	Descrição	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt.(R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	BOTA DE UNNA, CONSTITUÍDA POR ATADURA SEMI-ELÁSTICA MISTA (POLIÉSTER E ALGODÃO), IMPREGNADA COM PASTA CONTENDO ÓXIDO DE ZINCO, ÓLEO DE RÍCINO, GOMA ACÁCIA, GLICERINA, PETROLATUM E ÁGUA DEIONIZADA. INDICADA PARA TRATAMENTO DE ÚLCERAS VENOSAS E EDEMA LINFÁTICO. TAMANHO 10,2 CM X 9,14 M. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, LOTE E REGISTRO ANVISA. (72021590841) - 477874	DERMACURE	UN	90	R$ 21,50	R$ 1.935,00	TORRE FORTE ATACADO E VAREJO LTDA ME
2	COBERTURA ABSORVENTE DE VISCOSE E POLIÉSTER IMPREGNADO COM CLORETO DE SÓDIO 20%. DESBRIDA DE FORMA EFICAZ AS NECROSES ÚMIDAS E PROMOVE A LIMPEZA DE FERIDAS EXSUDATIVAS NÃO INFECTADAS OU INFECTADAS, TAIS FERIDAS SUPERFICIAL OU DE CAVIDADE E FISTULAS. O CURATIVO PODE PERMANECER NA LESÃO POR ATÉ 24 HORAS. TAMANHO 10X 10CM. (7202154881)CAIXA C/ 30 UND	mesalt 10x10	CX	225	R$ 500,00	R$ 112.500,00	MEDICAL CROSS PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
3	COBERTURA COMPOSTA DE CAMADA AUTOADESIVA PERFURADA DE SILICONE PARA UM AJUSTE SUAVE E ESPUMA DE POLIURETANO TRIDIMENSIONAL, MACIA, ESTÉRIL, COM CAPACIDADE DE ABSORÇÃO SUPERIOR E VERTICAL, SISTEMA TRANCA FLUÍDO + CAMADA DE RETENÇÃO DO EXSUDATO E QUE PROPORCIONAM O MEIO ÚMIDO IDEAL PARA O PROCESSO DE CICATRIZAÇÃO. FACE SUPERIOR APRESENTA FILME DE POLIURETANO COM IMPRESSÃO IMPERMEÁVEL À ÁGUA E BACTÉRIAS, PERMITINDO AS TROCAS GASOSAS E SERVINDO DE BARREIRA CONTRA A INVASÃO DE BACTÉRIAS E OUTROS MICRORGANISMOS. APLICAÇÃO SEM TOQUE EM 3 PEÇAS PARA MELHOR POSICIONAMENTO DA COBERTURA NA FERIDA. TAMANHO 12,5 X 12,5 CM (52020019) • FORNECIMENTO POR: UND	SILICARE	UN	50	R$ 46,89	R$ 2.344,50	L&P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
4	COBERTURA DE AÇÃO ANTIMICROBIANA COMPOSTA POR UMA CAMADA DE POLIÉSTER FLEXÍVEL, DE BAIXA ADERÊNCIA REVESTIDA DE PRATA NANOCRISTALINA. ALTAMENTE MALEÁVEL, MANTÉM O AMBIENTE ÚMIDO PARA CICATRIZAÇÃO. INDICADO COMO BARREIRA ANTIMICROBIANA EM FERIDAS DE ESPESSURA PARCIAL E TOTAL, E TRATAMENTO DE FERIDAS INFECTADAS. DISPONÍVEL NA CONCENTRAÇÃO DE PRATA NANOCRISTALINA PARA A UTILIZAÇÃO POR 3 DIAS. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. PRODUTO ESTÉRIL. TAMANHO 10 X20.CMS. (7202154865) • FORNECIMENTO POR: CONJ.	Smith&nephew	CONJ	50	R$ 180,00	R$ 9.000,00	PRIMAZIA MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES
5	CURATIVO COM 5 CAMADAS, ALTA FLEXIBILIDADE QUE PERMITE QUE O CURATIVO SE MOVA PARA QUALQUER DIREÇÃO, REDUZINDO O ESTRESSE DA PELE. COM ALTA ABSORÇÃO, FLEXÍVEL, FORMADO POR CAMADA DE SILICONE SUAVE, SEGUIDA DE UMA CAMADA DE TRANSFERÊNCIA COMPOSTA POR ESPUMA DE POLIURETANO, CAMADA DISPERSIVA DE VISCOSE E POLIÉSTER, SEGUIDA DE CAMADA DE ALGODÃO E POLIACRILATO DE ALTA ABSORÇÃO PERFURADA, CAMADA DE FILME DE POLIURETANO SEMIPERMEÁVEL CONTRA VÍRUS E BACTÉRIAS. TAMANHO: 12,5 X 12,5CM. (7202154903) • FORNECIMENTO POR: CAIXA C/ 05 UND	POLAR FIX	Caixa	90	R$ 197,05	R$ 17.734,50	SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
6	CURATIVO DE ESPUMA HIDROCELULAR, HIDROFILICO, COM BORDAS LARGAS E BISELADAS, COMPOSTO POR CINCO CAMADAS, SENDO A PRIMEIRA, EM CONTATO COM A PELE/FERIDA EM SILICIONE SUAVE ADESIVO, A SEGUNDA CAMADA COMPOSTA DE ESPUMA HIDROCELULAR, A TERCEIRA CAMADA POSSUI UM NÚCLEO SUPER ABSORVENTE COMPOSTO DE FIBRAS DE CELULOSE COM POLIACRILATO, A QUARTA CAMADA PROTETORA DE CAMUFLAGEM COMPOSTA POR DUAS CAMADAS DE MALHA LIGADAS POR FILAMENTOS E QUINTA CAMADA COMPOSTA DE FILME DE POLIURETANO IMPERMEÁVEL A ÁGUA E BACTÉRIAS, MAS COM ALTA PERMEABILIDADE A VAPORES ÚMIDOS. INDICADO NO TRATAMENTO DE FERIDAS DE QUALQUER ETIOLOGIA, EXSUDATIVAS. PODE SER UTILIZADO PARA ALIVIO DA PRESSÃO EM REGIÕES EM RISCO DE UP. PRODUTO ADEQUADO PARA PELE FRÁGIL. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. PRODUTO ESTÉRIL. TAMANHO: 15,4 X 15,4 CMS. (7202154871)	SILICARE	UN	50	R$ 46,63	R$ 2.331,50	L&P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
7	CURATIVO DE FIBRAS GELIFICANTES COM SULFATO DE PRATA 0,2 MG/CM2, COMPOSTO POR 100% DE FIBRAS ÁLCOOL POLIVINÍLICO (PVA) E HIDROXIPROPILCELULOSE. POSSUI ALTA ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE FLUÍDOS, RESISTENTE À TRAÇÃO E AO AMBIENTE ÚMIDO, NÃO ADERE E NÃO DEIXA RESÍDUOS NO LEITO DA FERIDA NA REMOÇÃO. O CURATIVO PODE PERMANECER NA LESÃO POR ATÉ 7 DIAS. TAMANHO: 10 X 10CM. (7202154914) • FORNECIMENTO POR: CAIXA C/ 10 UND	FIBROSOL AG	CX	100	R$ 300,73	R$ 30.073,00	MEDIMAC COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA
8	CURATIVO PARA CONTROLE DE ODOR, COMPOSTO DE CARVÃO ATIVADO, ALGINATO DE HIDROCOLÓIDE, TAMANHO APROXIMADO 10 X 10 CM (520200551) CAIXA C/ 10 UND	ACTICARE	CX	80	R$ 209,99	R$ 16.799,20	L&P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
9	CURATIVO PARA TRANSFERÊNCIA DE EXSUDATO, AUTOADERENTE, ATRAUMÁTICO, RECORTÁVEL E FLEXÍVEL, COMPOSTO POR CAMADA DE SILICONE SUAVE E CAMADA FINA DE ESPUMA DE POLIURETANO, ESTERELIZADO A ÓXIDO DE ETILENP. PODENDO PERMANECER NO MESMO LOCAL ATÉ 14 DIAS. TAMANHO: 15 X 20CM. (7202154933) CAIXA C/ 05 UND	polar fix	CX	50	R$ 193,09	R$ 9.654,50	R.E. DA SILVA E SILVA LTDA
11	CURATIVO TEM UMA ESTRUTURA AVANÇADA EM TRIPLA CAMADA QUE COMBINA UMA COMPRESSA ABSORVENTE DE SULFADIAZINA DE PRATA (SSD) CONTENDO UMA ALMOFADA INTRACELULAR, INTERCALADA EM UMA CAMADA PERFURADA ADESIVA DE GEL DE SILICONE PARA CONTATO COM A FERIDA E UMA PELÍCULA EXTERNA. ALTAMENTE PERMEÁVEL E À PROVA DE ÁGUA. A SUPERFÍCIE DE CONTATO COM FERIDA, É REVESTIDA COM UMA CAMADA ADESIVA DE SILICONE QUE GARANTE A REMOÇÃO ATRAUMÁTICA EM MUDANÇAS DE CURATIVO E PERMITE QUE ELE SEJA LEVANTADO E REPOSICIONADO SEM PERDER SUAS PROPRIEDADES ADERENTES. O CURATIVO PODE SER DEIXADO NO LUGAR SEM A NECESSIDADE DE RETENÇÃO SECUNDÁRIA E É FÁCIL DE SER APLICADO E REMOVIDO. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR PRAZO DE VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº DO LOTE E Nº DO REGISTRO NA ANVISA. TAM. 10X10. (7202159316) • FORNECIMENTO POR: UND	SILICARE AG	UN	50	R$ 72,99	R$ 3.649,50	L&P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
12	CURATIVO, ANTIMICROBIANO AUTOADERENTE, ATRAUMÁTICO,	SILVERSOFT	CX	120	R$ 210,99	R$ 25.318,80	L&P LIFE COMERCIO DE

	RECORTÁVEL E FLEXÍVEL, COMPOSTO POR 3 CAMADAS: CAMADA EM CONTATO COM A PELE DE SILICONE SUAVE, ESPUMA ABSORVENTE DE POLIURETANO IMPREGNADA COM SULFATO DE PRATA (1,2 MG/CM 2 DE PRATA) E CARVÃO ATIVADO, FILME SEMIPERMEÁVEL DE POLIURETANO. TAMANHO 10 X 10CM. (7202154939) CAIXA C/ 05 UND						PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
13	GEL VISCOSO COMPOSTO POR ÁGUA PURIFICADA, CARBÔMERO 940, ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, PROPILENOGLICOL, TRIETANOLAMINA, CONSERVANTES E CARBOXIMETILCELULOSE, NÃO ESTÉRIL, EFETIVO PARA USO ATÉ 28 DIAS APÓS A ABERTURA, REGISTRO NA ANVISA COMO CORRELATO CLASSE DE RISCO III. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM BISNAGAS DE ALUMÍNIO 85 G (COM TAMPA FLIPTOP). CERTIFICADO BPF&C. (72020060)	K260085 CURATEC HIDROGEL COM ALGINATO / L.M. FARMA	UN	120	R$ 16,00	R$ 1.920,00	TM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
14	HIDROGEL AMORFO, TRANSPARENTE, SEM ALGINATO, COMPOSTO POR ÁGUA DEIONIZADA, GLICERINA, CARBOXIMETIL-CELULOSE SÓDICA, ALANTOÍNA, ÁLCOOL BENZILICO, METILPARABENO, PROPILPARABENO E PRESERVATIVOS ANTIMICROBIANOS. É INDICADO PARA O DESBRIDAMENTO AUTOLÍTICO DE ÁREAS NECROSADAS E/OU COM ESFACELO E NA ESTIMULAÇÃO DO CRESCIMENTO DO DE TECIDO DE GRANULAÇÃO, LESÕES SUPERFICIAIS OU PROFUNDAS, INCISÕES CIRÚRGICAS E QUEIMADURAS. TUBOS DE 85G (52020087) • FORNECIMENTO POR: TUB. 85G	CAREGEL	TB	40	R$ 22,49	R$ 899,60	L&P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
15	POMADA QUE CONSISTE DE UM CADEXÔMERO (MICROGRÂNULOS DE AMIDO MODIFICADO) COM IODO (0,9% P/P) EM UMA POMADA BASE DE POLIETILENOGLICOL /POLOXÂMERO. ELE REMOVE BARREIRAS, POSSUINDO UMA AÇÃO DUPLA: ANTIMICROBIANA E DE REMOÇÃO DO ESFACELO DO LOCAL DA FERIDA. É INDICADO PARA FERIDAS EXSUDATIVAS E INFECTADAS. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM TUBOS DE ALUMÍNIO CONTENDO 20G. ESTÉRIL. (7202154873) TUBO 20G	Smith&nephew	TB	50	R$ 248,00	R$ 12.400,00	PRIMAZIA MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES
16	REDE TUBULAR ELASTICA CALIBRE 3 (21 MM) PARA FIXAÇÃO DE CURATIVO, COMPOSTO DE 24% DE ELASTODIENO (RECOBERTO COM POLIAMIDA) E 76% DE POLIAMIDA, HIPOALERGÊNICO, TIPO MALHA COM ENTRALAÇAMENTO UNIFORME E FIXO DOS FIOS, COM ELASTICIDADE ADEQUADA E COM IDENTIFICAÇÃO DE TARJA NA COR AMARELO, CÓDIGO DE REFERÊNCIA RTE 3,0-10 . EMBALAGEM COM 10 METROS EM DESCANSO, OBEDECENDO AS NORMAS DO INMETRO, PESO APROXIMADO 0,157 KG. (7202156051)	Poolfix	UN	5	R$ 180,00	R$ 900,00	PRIMAZIA MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES
17	SABONETE ANTISSÉPTICO COM PHMB, COM AÇÃO MICROBICIDA FRENTE Á INÚMEROS MICROORGANISMOS. POSSUÍ ATIVIDADE BACTERÍCIDA, FUNGICÍDA E VIRUCÍDA. COMPOSTO POR COCOAMIDOPROPILBETAÍNA, GLICERINA, POLIHEXANIDA, ÁGUA PURIFICADA WFI E CARBOXIMETILCELULOSE. PROMOVE A LIMPEZA E A HIDRATAÇÃO DE FERIDAS CRÔNICAS. FRASCO COM 250 ML. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA FABRICAÇÃO/VALIDADE, LOTE E REGISTRO NA ANVISA. (72021590881)	DBS	UN	50	R$ 52,99	R$ 2.649,50	ISIS GUTERRES MOREIRA RAMOS
18	SPRAY BARREIRA PROTETORA FOI CONCEBIDO PARA SER APLICADO DIRETAMENTE NA PELE SEM A NECESSIDADE DE TOCAR O PACIENTE. O SPRAY FORMA UM FILME QUE ATUA COMO UMA BARREIRA CONTRA O EXCESSO DE UMIDADE E AGENTES IRRITANTES PRESENTES NAS FEZES E URINA. COMPOSTA DE UMA FORMULAÇÃO A BASE DE POLÍMEROS DE SILICONE COMPOSTA DE: DISILOXANO, CICLOPENTASILOXANO E SÍLICA TRIMETILADA E LIVRE DE ÁLCOOL, CONSERVANTES, MINIMIZA A IRRITAÇÃO DA PELE EM PACIENTES SENSÍVEIS. EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONTÉM SPRAY DE 50 ML. (72020063)	PREVDERM - 50ML	UN	100	R$ 79,99	R$ 7.999,00	MEDICAL CROSS PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
19	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL:PLÁSTICA, TAMANHO:TAMANHO ÚNICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, TIPO USO:DESCARTÁVEL, MODELO:AMBIDESTRA, CAIXA COM 100 UNIDADES.	VITAL/MEDIX	CX	100	R$ 10,93	R$ 1.093,00	L&P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
20	ANTISSÉPTICO DE USO TÓPICO FORMULADO COM POLIHEXANIDA E ALFA-BISABOLOL, AUXILIA NA REMOÇÃO COMPLETA DA SUJEIRA E OS RESTOS DE FERIDAS CRÔNICAS, ÚLCERAS DE PELE E ESCORIAÇÕES, MESMO QUANDO AS SUPERFÍCIES SÃO DE DIFÍCIL ACESSO (DOBRASDA PELE,OUSEJA, FISSURAS E BOLSOS FERIDA), E PODE SER USADO PARA LIMPAR E AMACIAR REVESTIMENTOS FERIDA INCRUSTADA. FRASCO EM SPRAY CONTENDO 500ML (7202156050) • FORNECIMENTO POR: UND	Aquasept	FR	100	R$ 98,00	R$ 9.800,00	PRIMAZIA MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES
21	COBERTURA ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, EM PLACA, COMPOSTA CARBOXIMETILCELULOSE, 1,2% DE PRATA IÔNICA, CLORETODEBENZETÔNIO E EDTA (ÁCIDO ETILENODIAMINO TETRA-ACÉTICO). COM A CAPACIDADEDE ABSORVER GRANDES QUANTIDADES DE EXSUDATO, FORMA UM GEL MACIO E COESO QUE SE ADAPTA À SUPERFÍCIE DA FERIDA PREENCHENDO OS MICROCONTORNOS E FORMANDO UM MEIO ÚMIDO QUE AUXILIA NA REMOÇÃO DE TECIDOS DESVITALIZADOS (DESBRIDAMENTO AUTOLÍTICO) E NA EVOLUÇÃO DA CICATRIZAÇÃO. A ABSORÇÃO É REALIZADA VERTICALMENTE E A COBERTURA FAZ RETENÇÃO. TEMINDICAÇÃO PARA FERIDAS AGUDAS E CRÔNICAS, INFECTADAS OU COM RISCO DE INFECÇÃO, COM OU SEM PRESENÇA DE BIOFILME. MEDINDO: 15CMX15CM. (7202154882) • FORNECIMENTO POR: CAIXA C/ 05 UND	CONVATEC	CX	120	R$ 549,50	R$ 65.940,00	ISIS GUTERRES MOREIRA RAMOS
22	COBERTURA ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, EM PLACA, COMPOSTA CARBOXIMETILCELULOSE, 1,2% DE PRATA IÔNICA, CLORETODEBENZETÔNIO E EDTA (ÁCIDO ETILENODIAMINO TETRA-ACÉTICO). COM A CAPACIDADE DE ABSORVER GRANDES QUANTIDADES DE EXSUDATO, FORMA UM GEL MACIO E COESO QUE SE ADAPTA À SUPERFÍCIE DA FERIDA PREENCHENDO OS MICROCONTORNOS E FORMANDO UM MEIO ÚMIDO QUE AUXILIA NA REMOÇÃO DE TECIDOS DESVITALIZADOS (DESBRIDAMENTO AUTOLÍTICO) E NA EVOLUÇÃO DA CICATRIZAÇÃO. A ABSORÇÃO É REALIZADA VERTICALMENTE E A COBERTURA FAZ RETENÇÃO TEMINDICAÇÃO PARA FERIDAS AGUDAS E CRÔNICAS, INFECTADAS OU COM RISCO DE INFECÇÃO, COM OU SEM PRESENÇA DE BIOFILME. MEDINDO: 10CMX10CM. (7202154883) • FORNECIMENTO POR: CAIXA C/ 10 UND	CONVATEC	CX	90	R$ 786,46	R$ 70.781,40	ISIS GUTERRES MOREIRA RAMOS
23	CURATIVO ANTI-SÉPTICO COMPOSTO POR TELA DE MALHA DE ALGODÃO IMPREGNADA COM PARAFINA (PETROLATUM) E SOLUÇÃO DE ACETATO DE CLOREXIDINA BP A0,5%. NÃO ADERENTE, IMPEDE A DESIDRATAÇÃO DO TECIDO DE GRANULAÇÃO E PROTEGE A LESÃO CONTRA MICROORGANISMOS OPORTUNISTAS INDICADO PARA O TRATAMENTO DE QUEIMADURAS ESCALDADURAS, LACERAÇÕES, ABRASÕES, ÁREAS E RECEPTORAS DE ENXERTOS, FERIDAS CIRÚRGICAS E FERIDAS INFECTADAS. EMBALADO INDIVIDUALMENTE E ACONDICIONADO ENTRE DUAS FOLHAS DE PAPEL SILICONIZADO. ESTERILIZADO SOB RADIAÇÃO GAMA. TAMANHO 10CMX10CM (52020085) • FORNECIMENTO POR: UND	Lomatuell	UN	240	R$ 6,59	R$ 1.581,60	L&P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
24	GAZE DE RAYON EMBEBIDA EM PIELSANA ÓLEO À BASE DE AGE(ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS), VITAMINAS A E E, COM ÓLEOS DE COPAÍBA E MELALEUCA. INDICADA PARA PREVENIR E TRATAR	DBS	CX	360	R$ 141,11	R$ 50.799,60	ISIS GUTERRES MOREIRA RAMOS

	FERIDAS AGUDAS E CRÔNICAS MEDIDAS 7,5CMX7,5CM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA FABRICAÇÃO/VALIDADE, LOTE TE REGISTRO NA ANVISA. (72021590781) • FORNECIMENTO POR: CAIXA C/ 24 UNIDADES						
25	HIDROGEL À BASE DE POLIHEXANIDA (BIGUANIDA) COM ALTA ABSORÇÃO E REDUÇÃO DOS ODORES DA FERIDA, SEM NECESSIDADE DE REMOÇÃO PREVENÇÃO E REMOÇÃO DE BIOFILME REALIZA DESBRIDAMENTO AUTOLÍTICO AO MESMO TEMPO QUE PRESERVA O TECIDO SADIO. PHENTRE5.5-7.5. COMPOSIÇÃO COCOAMIDOPROPILBETAÍNA, GLICERINA, 0,1% POLIHEXANIDA, CARBOXIMETILCELULOSE E ÁGUA PURIFICADA POR OSMOSE REVERSA. CONTÉM 100GR. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA FABRICAÇÃO/VALIDADE, LOTE E REGISTRO NA ANVISA. (72021590961) • FORNECIMENTO POR: TUBO 100 GR	K372002 CURATEC GEL COM PHMB /L.M. FARMA	TB	50	R$ 25,00	R$ 1.250,00	TM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
26	HIDROGEL COM ALGINATO-GEL HIDRATANTE E ABSORVENTE PARA FERIDAS,NÃO ESTÉRIL, AQUOSO, TRANSPARENTE E VISCOSO, COMPOSTO DE ÁGUA PURIFICADA ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, ACIDO BÓRICO, PROPILENOGLICOL, HIDANTOINA, SORBATO DE POTÁSSIO E TRIETANOLAMINA. COM TAMPA FLIP TOP. TUBO COMMÍNIMO 85G. O PRODUTO DEVEMANTER AS PROPRIEDADES POR, PELO MENOS 28 DIAS APÓS ABERTO. (52020056) • FORNECIMENTO POR: CAIXA C/ 01 UND	K260085 CURATEC HIDROGEL COM ALGINATO / L.M. FARMA	UN	50	R$ 16,00	R$ 800,00	TM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
27	SOLUÇÃO AQUOSA A BASE DE POLIHEXANIDA (BIGUANIDA) COM ALTA ABSORÇÃO, PROMOVE LIMPEZA, HIDRATAÇÃO E DESCONTAMINAÇÃO DAS FERIDAS AGUDAS E CRÔNICAS. COMPOSIÇÃO 0,1% COCOAMIDOPROPILBETAÍNA, GLICERINA, 0,1% POLIHEXANIDA, ÁGUA PURIFICADA POR OSMOSE REVERSA. CONTÉM 350ML. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA,DATA DEFABRICAÇÃO/VALIDADE, LOTE E REGISTRO NA ANVISA. (72021590931) • FORNECIMENTO POR: UND	DBS	UN	100	R$ 41,89	R$ 4.189,00	ISIS GUTERRES MOREIRA RAMOS
28	Barreira protetora Spray, com líquido incolor e inodoro composto por siloxanos e sílica trimetilada (ingredientes 100% silicone) que formam um filme protetor flexível sobre a pele contra os efeitos deteriorantes dos efluentes corporais, enzimas e adesivos, sem deixar resíduos na pele. Uso tópico. Não contêm corantes, fragrâncias ou produto. Embalado individualmente em frasco contendo 50mL. Não estéril. Apresentar no envelope proposta: bula autenticada que comprove o cumprimento do descritivo e uma amostra em embalagem lacrada, As amostras deverão vir acompanhadas de declaração do fabricante ou da detentora do Registro do produto junto ao Ministério da Saúde (ANVISA) subscrita por seu representante legal confirmando estar a proponente autorizada a comercializar o item. As empresas interessadas em participar deste item deverá apresentar certificado de enfermeiro estoma terapeuta para treinamentos e capacitações trimestrais para toda a equipe técnica e multidisciplinar do município junto ao envelope proposta. APRESENTAR AMOSTRAS	PREVDERM - 50ML	UNID	10	R$ 97,00	R$ 970,00	MEDICAL CROSS PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
29	OLEO DE GIRASSOL IONIZADO ÓLEO VEGETAL DE GIRASSOL SUBMETIDO A PROCESSO CONTROLADO DE OZONIZAÇÃO, COM INCORPORAÇÃO DE OXIGÊNIO ATIVO E FORMAÇÃO DE COMPOSTOS OXIDATIVOS ESTÁVEIS, GARANTINDO PADRONIZAÇÃO, ESTABILIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. COMPOSIÇÃO: ÓLEO DE GIRASSOL (HELIANTHUS ANNUUS) + OXIGÊNIO ATIVO (OZÔNIO ESTABILIZADO). FRASCO 30 ML	LAPACE	UNID	100	R$ 58,75	R$ 5.875,00	L&P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
30	COBERTURA ABSORVENTE DE VISCOSE E POLIÉSTER IMPREGNADO COM CLORETO DE SÓDIO 20%. DESBRIDA DE FORMA EFICAZ AS NECROSES ÚMIDAS E PROMOVE A LIMPEZA DE FERIDAS EXSUDATIVAS NÃO INFECTADAS OU INFECTADAS, TAIS FERIDAS SUPERFICIAL OU DE CAVIDADE E FISTULAS. O CURATIVO PODE PERMANECER NA LESÃO POR ATÉ 24 HORAS. TAMANHO 10X 10CM. (7202154881)CAIXA C/ 30 UND	MOLNLYCKE	CX	75	R$ 509,98	R$ 38.248,50	MATHEUS COMERCIO ATACADISTA LTDA
31	CURATIVO COM 5 CAMADAS, ALTA FLEXIBILIDADE QUE PERMITE QUE O CURATIVO SE MOVA PARA QUALQUER DIREÇÃO, REDUZINDO O ESTRESSE DA PELE. COM ALTA ABSORÇÃO, FLEXÍVEL, FORMADO POR CAMADA DE SILICONE SUAVE, SEGUIDA DE UMA CAMADA DE TRANSFERÊNCIA COMPOSTA POR ESPUMA DE POLIURETANO, CAMADA DISPERSIVA DE VISCOSE E POLIÉSTER, SEGUIDA DE CAMADA DE ALGODÃO E POLIACRILATO DE ALTA ABSORÇÃO PERFURADA, CAMADA DE FILME DE POLIURETANO SEMIPERMEÁVEL CONTRA VÍRUS E BACTÉRIAS. TAMANHO: 12,5 X 12,5CM. (7202154903) • FORNECIMENTO POR: CAIXA C/ 05 UND	SILVERSOFT	Caixa	30	R$ 339,99	R$ 10.199,70	L&P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
32	COBERTURA ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, EM PLACA, COMPOSTA CARBOXIMETILCELULOSE, 1,2% DE PRATA IÔNICA, CLORETODEBENZETÔNIO E EDTA (ÁCIDO ETILENODIAMINO TETRA-ACÉTICO). COM A CAPACIDADE DE ABSORVER GRANDES QUANTIDADES DE EXSUDATO, FORMA UM GEL MACIO E COESO QUE SE ADAPTA À SUPERFÍCIE DA FERIDA PREENCHENDO OS MICROCONTORNOS E FORMANDO UM MEIO ÚMIDO QUE AUXILIA NA REMOÇÃO DE TECIDOS DESVITALIZADOS (DESBRIDAMENTO AUTOLÍTICO) E NA EVOLUÇÃO DA CICATRIZAÇÃO. A ABSORÇÃO É REALIZADA VERTICALMENTE E A COBERTURA FAZ RETENÇÃO TEMINDICAÇÃO PARA FERIDAS AGUDAS E CRÔNICAS, INFECTADAS OU COM RISCO DE INFECÇÃO, COM OU SEM PRESENÇA DE BIOFILME. MEDINDO: 10CMX10CM. (7202154883) • FORNECIMENTO POR: CAIXA C/ 10 UND	CONVATEC	CX	30	R$ 624,98	R$ 18.749,40	ISIS GUTERRES MOREIRA RAMOS
33	GAZE DE RAYON EMBEBIDA EM PIELSANA ÓLEO À BASE DE AGE(ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS), VITAMINAS A E E, COM ÓLEOS DE COPAÍBA E MELALEUCA. INDICADA PARA PREVENIR E TRATAR FERIDAS AGUDAS E CRÔNICAS MEDIDAS 7,5CMX7,5CM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA FABRICAÇÃO/VALIDADE, LOTE TE REGISTRO NA ANVISA. (72021590781) • FORNECIMENTO POR: CAIXA C/ 24 UNIDADES	DBS	CX	120	R$ 141,11	R$ 16.933,20	ISIS GUTERRES MOREIRA RAMOS

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.
03 – **CONVOCAR** as empresas acima nominadas, vencedoras dos Itens acima descritos, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação da homologação, para encaminhar, via e-mail, as Atas de registro de preços ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar a Ata de Registro de Preço referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 09 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:B12A85ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 111/2026 CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
GABINETE DO PREFEITO

EDITAL Nº 111/2026 CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023
O Prefeito do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com amparo na Lei Orgânica do Município e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria e de acordo com o Memorando nº. 1133/2026 e 237/2026.

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º - A convocação dos candidatos aprovados conforme vagas constantes no item 3.1, do Concurso Público n°. 001/2023 e suas alterações:

1.1 - CARGO AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

INSCRIÇÃO	NOME	NASC	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
40420	ISABELLI CAROLINE GONCALVES CAROLESKI E SILVA	04/06/1997	61	97	Classificado
40417	Vinicius Araujo de Oliveira	01/10/1995	61	98	Classificado
41373	MARCIA RUTHES WINKELMANN	16/06/1970	61	99	Classificado

1.2 – CARGO PROFESSOR - AMPLA CONCORRÊNCIA

INSCRIÇÃO	NOME	NASC	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
39017	Laís Aparecida Miranda Cordeiro	12/10/1999	58	233	Classificado

1.3 – CARGO PROFESSOR PEDAGOGO

INSCRIÇÃO	NOME	NASC	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
41737	Gabriela Regina Godinho Rodrigues	11/02/1977	69	63	Classificado

2- APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, LOCAL E PRAZO

2.1 - LOCAL PARA COMPARECIMENTO

Os candidatos convocados deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no horário das 08h30min às 11:30h e das 14:00h as 16h:30min, para apresentação da documentação comprobatória.

2.2 - PRAZO

2.2.1 - Os candidatos convocados por este edital têm o prazo de 10 (dez) dias, após a publicação do mesmo, comparecer no local acima determinado para apresentação da documentação necessária para nomeação.

3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA NOMEAÇÃO

Os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos para nomeação, e posterior posse:

a) Cédula de Identidade ;
b) Cadastro de Pessoa Física - C.P.F/M.F ;
c) Comprovante de situação cadastral do CPF (via internet) ;
d) Título de Eleitor (certidão de quitação eleitoral via internet) ;
e) Carteira de Trabalho (frente/verso) + PIS/PASEP;
f) Certidão de nascimento (se solteiro) ou casamento (se divorciado, averbação do divórcio; se viúvo trazer também, certidão de óbito;
g) Certidão de nascimento dos filhos até 18 anos +CPF;
h) Carteira de vacinação dos filhos de até 5 anos;
i) Diploma e/ou certificado de conclusão de curso específico;
j) Registro no Conselho de Classe e pagamento de anuidade atualizado (se for o caso) ;
k) Atestado de antecedentes criminais do Fórum da comarca de residência ;
l) Comprovante de residência atualizado;
m) Carteira de Habilitação;
n) Certificado de Reservista;
o) Qualificação cadastral do e -social no site: https://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/qualificacao/qualificar.xhtml;
p) 1 foto 3x4
q) O Departamento Recursos Humanos fornecerá oficio para abertura de conta salário

r) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão apresentar os seguintes exames: hemograma completo, glicose, grupo sanguíneo e fator RH, eletrocardiograma com laudo e aptidão física mental para exercício da função mediante apresentação de atestado médico laboral original, emitido por médico do trabalho, as expensas do candidato.
3.3.1 - Os candidatos concorrentes para a vaga de Pessoa com Deficiência – PCD convocados por este edital deverão apresentar laudo médico necessitará ser cópia autenticada, estar redigido em letra legível e dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o candidato é portador, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença - CID, com citação do nome por extenso do candidato, carimbo indicando o nome, número do CRM e a assinatura do médico responsável por sua emissão. Somente serão considerados os laudos médicos emitidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de publicação deste edital.
3.3.1.1 - Os candidatos com deficiência, serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo, conforme disposto no item 19.3.1;
3.3.1.2 - O candidato com deficiência que não proceder conforme as orientações deste item será considerado como não portador de deficiência, perdendo o direito à reserva de vaga para PcD e passando à ampla concorrência.

3.3.2 - O candidato aprovado pelas cotas, na ocasião de sua convocação pelo Município de Pontal do Paraná – PR, assinará uma declaração reafirmando a sua condição de população negra, povos indígenas e comunidades quilombolas, conforme disposto no item 8.5 dop Edital nº. 001/2023.

3.3.3 - Os documentos deverão ser apresentados em seu original e cópia, os quais serão autenticados por servidor público no Departamento de Recursos Humanos ou apresentar os documentos já autenticados em cartório.

4 - DA PERDA DOS DIREITOS DA NOMEAÇÃO

O candidato que não atender a convocação no prazo estabelecido será eliminado do Concurso Público, decaindo do direito à respectiva vaga.

5 - FINAL DE LISTA

O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo de 10 (dez) dias poderá solicitar, por escrito no site oficial do município www.pontaldoparana.pr.gov.br, na Aba Protocolo link: https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=9 ou presencialmente no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, localizada na PR-407, Km 19, Balneário de Praia de Leste, Pontal do Paraná, Estado do Paraná, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga.

6 - RECURSO CONTRA O EDITAL

Os candidatos interessados terão dois (2) dias após a publicação, deste edital, para formular recurso contra o mesmo, através do sistema digital sendo link: https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=9 , ou na sede da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, na PR-407, Km 19, Balneário de Praia de Leste, Pontal do Paraná, Estado do Paraná.

Pontal do Paraná, 03 de agosto de 2026

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

CINTIA MENDES DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:A5595AAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PARECER 015/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Comissão de Isenção de Imposto Predial e Territorial
Urbano – IPTU e de Contribuição de Melhoria
Parecer 015/2026

Súmula: Apreciação dos requerimentos de isenção de IPTU protocolizados nos exercícios 2024, 2025 e 2026.

A Comissão de Isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano e Contribuição de Melhoria, instituída pela Portaria n° 814, de 08 de julho de 2024, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 6°, § 1°, da Lei Municipal 485, de 15 de janeiro de 2024 e do art. 5°A, da Lei Promulgado 2004, de 25 de novembro 2019, Considerando as análises documentais, realizada em reunião da comissão, na sede da prefeitura, no dia 08 de julho de 2026, conforme Ata n° 015/2026.
Emite parecer:
1) Aprovados os documentos do pedido de isenção de tributos municipais para os exercícios 2024/2025/2026, dos protocolos relacionados abaixo:

Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
3174/2024	1 - 58924	**731.288.649-34**	IPTU	100 %	**2024 R$ 338,69**
					2025 R$ 355,62
Fundamentação Legal					
Art.1°e 2°, Lei 485/2004					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
10500/2025	1 - 70257	**504.262.909-25**	IPTU	100 %	**2025 R$ 255,99**
					2026 R$ 715,93
Fundamentação Legal					
Art.1°e 2°, Lei 485/2004					

Protocolo	Cadastro	CPF	Tributo	% Dedução	Valor Dedução
33938/2025	1 - 12801	**829.878.159-72**	IPTU	100 %	**2025 R$ 4.208,88**
Fundamentação Legal					
Art.5A Lei 2004/2019					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
1573/2026	1- 42182	**444.585.849-87**	IPTU	**50 %**	**2026 R$669,92**
Fundamentação Legal					
Art.1°e 2°, Lei 485/2004					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
1928/2026	1 - 60241	**978.736.089-72**	IPTU	100 %	**2025 - R$ 678,31**
					2026 - R$ 698,90
Fundamentação Legal					
Art.5A Lei 2004/2019					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
2069/2026	1- 60632	**442.989.009-91**	IPTU	100 %	**2026 – R$ 2.312,49**
Fundamentação Legal					
Art.1°e 2°, Lei 485/2004					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
2569/2026	1 - 44702	**091.625.009-10**	IPTU	100 %	**2025 R$ 2.148,60**
					2026 R$ 2.213,82
Fundamentação Legal					
Art.5A Lei 2004/2019					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
6045/2026	1- 59142	**027.500.549-66**	IPTU	100 %	**2026 – R$ 2.386,88**
Fundamentação Legal					
Art.5A Lei 2004/2019					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
8596/2026	1 - 7830	**278.391.500-63**	IPTU	100 %	**2026 – R$ 1.207,16**
Fundamentação Legal					
Art.5A Lei 2004/2019					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
12301/2026	1-31754	**049.996.859-06**	IPTU	100 %	**2024 – R$1.239,95**
					2025 - R$ 1.301,95
					2026 - R$1.341,48
Fundamentação Legal					
Art.5A Lei 2004/2019					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
12339/2026	1 - 32405	**233.068.829-68**	IPTU	100 %	**2026 – R$ 816,81**
Fundamentação Legal					
Art.1°e 2°, Lei 485/2004					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
13699/2026	1 - 50486	**015.891.759-64**	IPTU	100 %	**2026 - R$1.261,80**
Fundamentação Legal					
Art.5A Lei 2004/2019					

2) Submeta-se o presente parecer ao Secretário Municipal de Finanças e Orçamento, para verificação orçamentária e análise final.

Pontal do Paraná, 08 de julho de 2026.

LILIANE DAYANE SCHADLICK
Presidente da Comissão
Portaria n° 814/2024

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:6896FFDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DO 4º CONCURSO LITERÁRIO E FOTOGRÁFICO LITORAL COM ARTE 2024 EDITAL 003/2024 SMECLJ

RESULTADO DO 4º CONCURSO LITERÁRIO E FOTOGRÁFICO			
LITORAL COM ARTE 2024 EDITAL 003/2024 SMECLJ			
CATEGORIA: POESIA			
COLOCAÇÃO	**AUTOR**	**OBRA**	**CIDADE**
1º	FERNANDA DE FÁTIMA CARDOSO PINHEIRO	MEMÓRIAS NÁUTICAS	PONTAL DO PARANÁ-PR
2º	LEONARDO ZAKLIKEVIS FRANCA	FOI UM LANÇO DE TAINHA	PONTAL DO PARANÁ-PR
3º	AUGUSTO FLAVIO DOS SANTOS PAULA	SARAU CAIÇARA OU INVOCAÇÃO PARA UM DIA FANTASTICAMENTE ÍGNEO	GUARAQUEÇABA-PR
4º	MARCIO DAVIE CLAUDINO DA CRUZ	A EXORTAÇÃO DOS LOBOS	MATINHOS-PR
5º	JOSÉ CARLOS MUNIZ	PÉ DO GUANANDI	GUARAQUEÇABA-PR
MENÇÃO HONROSA	DANIELE GOMES DA COSTA	PARA SEMPRE TATUAR	PONTAL DO PARANA-PR
MENÇÃO HONROSA	FABIANO BOESE CECON	MEDO DE ALTURA	PONTAL DO PARANÁ-PR
MENÇÃO HONROSA	GILMARA GASTALDON	EXISTÊNCIA	PARANAGUÁ-PR
MENÇÃO HONROSA	TANIA GOEDERT	DESPERTAR	PONTAL DO PARANÁ-PR
MENÇÃO HONROSA	FERNANDA MOSSANIK DA SILVA PERSEGONA	PARAÍSO CAIÇARA	PONTAL DO PARANÁ
MENÇÃO HONROSA	CARLA CRISTINA MELLO	GRATIDÃO	PONTAL DO PARANÁ-PR
CATEGORIA: CONTO			
COLOCAÇÃO	**AUTOR**	**OBRA**	**CIDADE**
1º	AUGUSTO MORAES FLÁVIO DOS SANTOS PAULA	SUBLIME ESCARLATE	GUARAQUEÇABA-PR
2º	CASSIO DE SOUZA FARIAS	A GARRAFA	PONTAL DO PARANÁ- PR
3º	MARCIO DAVIE CLAUDINO DA CRUZ	O SELVAGEM	MATINHOS-PR
4º	GLÁUCIA GALVÃO DE SOUZA	TERAPIA DE BOTECO	PARANAGUÁ-PR
5º	TANIA GOEDERT	DIAMANTE	PONTAL DO PARANÁ- PR
MENÇÃO HONROSA	JAQUELINE PINHEIRO ROCHA	ILHA DO MEL E SEU MISTÉRIO	PONTAL DO PARANÁ- PR
CATEGORIA: CRÔNICA			
COLOCAÇÃO	**AUTOR**	**OBRA**	**CIDADE**
1º	MARCIO DAVIE CLAUDINO DA CRUZ	TRILHA SONORA PARA O MEU FUNERAL	MATINHOS-PR

2º	FERNANDA DE FÁTIMA CARDOSO PINHEIRO	A DECISÃO DE REBECA	PONTAL DO PARANA- PR
3º	CARLA CRISTINA MELLO	TENTATIVAS	PONTAL DO PARANÁ- PR
4º	GILMARA GASTALDON PIANTÁ	SONHO DE SER PROFESSORA	PARANAGUÁ-PR
CATEGORIA: FOTOGRAFIA			
COLOCAÇÃO	**AUTOR**	**OBRA**	**CIDADE**
1º	JOÃO ALEXANDRE MACAGGI PINTO MAYER	AMANHECER NO PARAÍSO	PARANAGUÁ-PR
2º	GULHERME SOARES ABREU	BALNEÁRIO CANOAS, 17H	PONTAL DO PARANÁ- PR
3º	WILLIAN DOS SANTOS FRANÇA	ARTE E NATUREZA	GUARAQUEÇABA-PR
4º	FABIANO BOESE CECON	OH CHUVA EU PEÇO QUE CAIA DEVAGAR	PONTAL DO PARANÁ- PR

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:0AF895B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
JULGAMENTO DE RECURSO PE 013/2026 - APOLLOS

JULGAMENTO DE RECURSO

TERMO:	DECISÓRIO
FEITO:	INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DA SESSÃO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº013/2026
OBJETO:	Registro de Preços para contratação de pessoa(s) jurídica (s) para locação, instalação, montagem e desmontagem de estrutura, contratação e prestação de serviços para eventos (bandas musicais, limpeza, segurança, vigia, som, iluminação, fotógrafo, e estrutura física como tendas e barracas) diversos em atendimento ao Departamento de Esporte, Recreação e Turismo, Departamento de Educação e Cultura e Departamento de Assistência Social, a serem realizados no município pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos.
RECORRENTE:	APOLLOS SEGURANÇA E MONITORAMENTO LTDA. – CNPJ nº 09.470.761/0001-81
RECORRIDOS	LFZ SEGURANÇA LTDA. – CNPJ nº 48.597.216/0001-02

1 DOS FATOS

Trata-se de Interposição de Recurso referente ao Pregão Eletrônico nº013/2026, feito pela empresa **APOLLOS SEGURANÇA E MONITORAMENTO LTDA. – CNPJ nº 09.470.761/0001-81,** contrária a decisão que habilitou a empresa **LFZ SEGURANÇA LTDA. – CNPJ nº 48.597.216/0001-02**, para os Lotes 20, 21 e 25, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 013/2026.
A recorrente sustenta, em síntese, que os atestados de capacidade técnica apresentados seriam insuficientes para comprovar a experiência necessária para o objeto a ser contratado. Alega não ter sido comprovada a formação e capacitação dos profissionais destinados à execução dos serviços. Alega também, que a empresa recorrida possuiria qualificação econômico-financeira insuficiente e que a proposta apresentada seria inexequível em razão dos valores ofertados.
A empresa recorrida, em suas contrarrazões, defende a manutenção de sua habilitação e classificação, sustentando que cumpriu integralmente as exigências do edital, bem como que os documentos complementares apresentados decorrente de diligência regularmente realizada com fundamento no art. 64 da Lei nº 14.133/2021.
É o relatório.

2 DA ADMISSIBILIDADE

A apresentação da interposição do recurso foi anexada diretamente na Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões - BLL, na data de 14/07/2026 às 18h:02min. pela empresa **APOLLOS SEGURANÇA E MONITORAMENTO LTDA. – CNPJ nº 09.470.761/0001-81**, diante do prazo de três dias úteis, portanto tempestivo, conforme prevê o item 16.1 do referido edital.
A apresentação de contrarrazões foi anexada na Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões - BLL, na data de 19/07/2026 às 20h:08min. pela empresa **LFZ SEGURANÇA LTDA. – CNPJ nº 48.597.216/0001-02**, diante do prazo de três dias úteis, portanto tempestivo, conforme prevê o item 16.1 do referido edital.

3 DO MÉRITO DO RECURSO

O mérito recursal deve ser analisado à luz dos princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que regem as contratações públicas. Destacam-se a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório.
O processo foi encaminhado à Procuradoria Jurídica Municipal, que emitiu o Parecer Jurídico nº 170/2026, concluindo pelo conhecimento e desprovimento integral do recurso administrativo.

4 DA ANÁLISE E JULGAMENTO

A empresa recorrida foi declarada provisoriamente vencedora do Pregão Eletrônico n°013/2026, o qual tem por objeto o Registro de Preços para contratação de pessoa(s) jurídica (s) para locação, instalação, montagem e desmontagem de estrutura, contratação e prestação de serviços para eventos (bandas musicais, limpeza, segurança, vigia, som, iluminação, fotógrafo, e estrutura física como tendas e barracas) diversos em atendimento ao Departamento de Esporte, Recreação e Turismo, Departamento de Educação e Cultura e Departamento de Assistência Social, a serem realizados no município pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos.
Passamos a análise.

4.1 Quanto a qualificação técnica
A recorrente sustenta que os atestados apresentados pela empresa **LFZ SEGURANÇA LTDA. – CNPJ nº 48.597.216/0001-02** não demonstrariam experiência suficiente para execução dos serviços licitados.
Todavia, tal alegação não merece prosperar.
O edital exigiu apenas a apresentação de atestado de capacidade técnica compatível com o objeto licitado, sem estabelecer quantitativo mínimo de diárias, número de profissionais ou percentual mínimo de execução anterior.

Nos termos do art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021, eventual exigência de quantitativos mínimos somente poderia ser feita mediante previsão expressa no edital, o que não ocorreu.
A Administração encontra-se vinculada ao instrumento convocatório, sendo vedado criar exigências não previstas após encerrada a fase competitiva.
Os atestados apresentados pela recorrida demonstram a execução de serviços compatíveis com o objeto licitado, atendendo às exigências editalícias.
Dessa forma, não há fundamento jurídico para a inabilitação da empresa com base em requisitos não previstos no edital.

4.2 Quanto a diligência realizada
A empresa **APOLLOS SEGURANÇA E MONITORAMENTO LTDA. – CNPJ nº 09.470.761/0001-81** sustenta que a empresa recorrida não teria apresentado toda a documentação relativa à qualificação dos profissionais na fase inicial da licitação.
Entretanto, verifica-se dos autos que esta Pregoeira promoveu diligência com fundamento no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, exclusivamente para comprovação documental de condições já existentes antes da sessão pública.
A empresa apresentou tempestivamente os documentos solicitados, dentre eles autorização da Polícia Federal, Carteiras Nacionais de Vigilante, certificados de formação, documentação do Corpo de Bombeiros e demais documentos comprobatórios.
A diligência realizada teve por finalidade apenas confirmar situação já existente anteriormente à abertura da sessão, não caracterizando apresentação de documento novo, mas mera complementação da prova documental, em conformidade com o princípio do formalismo moderado e com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União.
Assim, inexiste qualquer ilegalidade na manutenção da habilitação da empresa **LFZ SEGURANÇA LTDA. – CNPJ nº 48.597.216/0001-02**.

4.3 Quanto a alegada inexequibilidade da proposta
Também não prospera a alegação de inexequibilidade da proposta.
O edital não exigiu planilha analítica de composição de custos, limitando-se a exigir que todos os encargos estivessem compreendidos na proposta.
A empresa recorrida declarou expressamente que os preços ofertados contemplam integralmente todos os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e demais custos decorrentes da execução contratual, conforme determina o art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
Além disso, a recorrente não apresentou demonstração técnica ou memória de cálculo capaz de comprovar objetivamente a inexequibilidade da proposta, limitando-se a alegações genéricas.
A Lei nº 14.133/2021 exige análise concreta da exequibilidade da proposta, não sendo suficiente mera comparação entre preços ou percentuais de desconto.

4.4 Quanto a qualificação econômico-financeira
Quanto à alegação relativa aos índices econômico-financeiros, verifica-se que o edital exigiu apenas a apresentação da Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial.
Não houve previsão editalícia de índices mínimos de liquidez, patrimônio líquido ou capital social. Assim, não pode a Administração criar requisito de habilitação inexistente no instrumento convocatório.

5. QUANTO AO PARECER JURÍDICO
A Procuradoria Jurídica do Município, após análise minuciosa dos argumentos apresentados pelas partes e da documentação constante dos autos, concluiu pelo conhecimento e desprovimento integral do recurso administrativo, recomendando a manutenção da habilitação e classificação da empresa recorrida para os Lotes 20, 21 e 25.
Adoto integralmente a fundamentação exposta no Parecer Jurídico nº 170/2026-PJ como razões de decidir, por estarem em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e com os princípios que regem as contratações públicas.

6 CONCLUSÃO

Diante do exposto, conheço o recurso interposto por **APOLLOS SEGURANÇA E MONITORAMENTO LTDA. – CNPJ nº 09.470.761/0001-81** porque tempestivo e regular na sua formalidade, e no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO,** mantendo a decisão de habilitação da empresa **LFZ SEGURANÇA LTDA. – CNPJ nº 48.597.216/0001-02** nos Lotes 20, 21 e 25, por atender integralmente às exigências do Edital e da Lei nº 14.133/2021.
Encaminha-se o presente recurso à autoridade superior para apreciação e decisão.

Porto Amazonas, 05 de agosto de 2026.

MICHELE DE O. MARTINS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:6EC08912

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
JULGAMENTO DE RECURSO PE 013/2026 - CENTRO DE EVENTOS MILOCA

JULGAMENTO DE RECURSO

TERMO:	DECISÓRIO
FEITO:	INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DA SESSÃO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO:	PREGÃO ELETRÔNICO N° 013/2026
OBJETO:	Registro de Preços para contratação de pessoa(s) jurídica (s) para locação, instalação, montagem e desmontagem de estrutura, contratação e prestação de serviços para eventos (bandas musicais, limpeza, segurança, vigia, som, iluminação, fotógrafo, e estrutura física como tendas e barracas) diversos em atendimento ao Departamento de Esporte, Recreação e Turismo, Departamento de Educação e Cultura e Departamento de Assistência Social, a serem realizados no município pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos.
RECORRENTE:	CENTRO DE EVENTOS MILOCA LTDA – CNPJ nº 44.653.476/0001-05
RECORRIDOS	PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO

1 DOS FATOS

Trata-se de Interposição de Recurso referente ao Pregão Eletrônico n° 013/2026, feito pela empresa **CENTRO DE EVENTOS MILOCA LTDA – CNPJ nº 44.653.476/0001-05,** contrária a decisão que a inabilitou nos lotes 11 e 12, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 013/2026.

A recorrente sustenta, em síntese, que a inabilitação se fundamentou na suposta ausência de comprovação integral da regularidade ambiental da cadeia de destinação final de resíduos sanitários, especificamente quanto ao vínculo contratual entre a empresa transportadora e a unidade de destinação final, bem como a respectiva licença ambiental desta última.
Em suas razões recursais, a recorrente alega que toda a cadeia operacional já se encontrava regularmente estruturada e licenciada antes da abertura do certame; que os documentos apresentados em sede de recurso (contratos e licenças) comprovam condições fáticas e jurídicas preexistentes; que deve ser aplicado o princípio do formalismo moderado e da verdade material, permitindo o saneamento de falhas conforme o art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e citou o Acórdão nº 1.204/2024 – Plenário do TCU para sustentar a possibilidade de diligência para sanear vícios formais.
É o relatório.

2 DA ADMISSIBILIDADE

A apresentação da interposição do recurso foi anexada diretamente na Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões - BLL, na data de 10/07/2026 às 23h:55min. pela empresa **CENTRO DE EVENTOS MILOCA LTDA – CNPJ nº 44.653.476/0001-05**, diante do prazo de três dias úteis, portanto tempestivo, conforme prevê o item 16.1 do referido edital.
Não houve apresentação de contrarrazões ao certame.

3 DO MÉRITO DO RECURSO

O mérito recursal deve ser analisado à luz dos princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que regem as contratações públicas. Destacam-se a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório.
Os autos foram submetidos à análise técnica do Departamento requisitante, que concluiu pelo atendimento das exigências editalícias, sendo posteriormente encaminhados à Procuradoria Jurídica do Município, a qual, por meio do Parecer Jurídico nº 172/2026, opinou pelo conhecimento e provimento do recurso administrativo, por entender que a documentação apresentada apenas complementa a comprovação de condição preexistente à abertura da sessão pública, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

4 DA ANÁLISE E JULGAMENTO

A empresa recorrente foi inabilitada nos lotes 11 e 12 devido a documentação apresentada em diligência permanecer insuficiente para comprovar o atendimento às exigências editalícias solicitadas no âmbito do Pregão Eletrônico n° 013/2026, o qual tem por objeto o Registro de Preços para contratação de pessoa(s) jurídica (s) para locação, instalação, montagem e desmontagem de estrutura, contratação e prestação de serviços para eventos (bandas musicais, limpeza, segurança, vigia, som, iluminação, fotógrafo, e estrutura física como tendas e barracas) diversos em atendimento ao Departamento de Esporte, Recreação e Turismo, Departamento de Educação e Cultura e Departamento de Assistência Social, a serem realizados no município pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos.
Passamos a análise.

4.1. Quanto a Verdade Material e da Preexistência da Condição Habilitatória
A recorrente sustenta que toda a estrutura operacional destinada à coleta, transporte, tratamento e destinação final dos efluentes sanitários encontrava-se regularmente constituída antes mesmo da realização do certame, afirmando que a empresa responsável pela sucção e transporte dos resíduos possui todas as licenças ambientais necessárias e mantém contrato vigente com empresa licenciada para realizar o tratamento e a destinação final.
Após análise da documentação juntada ao recurso, verifica-se que foram apresentados documentos que demonstram a existência de vínculo contratual anteriormente firmado entre a empresa responsável pelo transporte dos efluentes e a empresa responsável pelo respectivo tratamento e destinação final, bem como licenças ambientais, cadastro técnico federal junto ao IBAMA, contrato social e demais documentos comprobatórios da regularidade ambiental das empresas envolvidas.
A documentação acostada ao recurso demonstra, sem margem para dúvidas, que a recorrente possuía a condição técnica e ambiental exigida antes mesmo da abertura da sessão pública. Os documentos apresentados, tais como: o vínculo contratual entre a empresa transportadora (BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA) e a empresa de tratamento final (TRATAVALE SOLUÇÕES AMBIENTAIS) foi formalizado em 01/12/2025, meses antes do certame. Também consta na peça recursal, a Licença Ambiental de Operação (LAO) nº 3270/2023, emitida pelo IMA/SC, a qual possui validade desde 02/08/2023, estando plenamente vigente.
Portanto, não houve a "criação" de um direito novo após a licitação, mas sim a comprovação suplementar de uma situação jurídica e operacional preexistente e hígida.

4.2. Quanto ao Dever de Diligência e Saneamento (Art. 64 da Lei 14.133/2021)
A Lei 14.133/2021, em seu Art. 64, inciso I e § 1º, impõe à Administração o dever-poder de sanar falhas que não alterem a substância do documento. O formalismo excessivo que ignora a realidade fática comprovada nos autos configura ilegalidade, conforme pontuado no parecer jurídico.
O saneamento realizado em sede recursal é admitido pela jurisprudência pátria, inclusive pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) no Agravo de Instrumento nº 0019757-22.2024.8.16.0000, que ressalta a necessidade de flexibilização em prol da vantajosidade para a Administração Pública, citado no Parecer Jurídico n°172/2026/PJ,

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA. PRELIMINAR ADUZIDA EM CONTRARRAZÕES. ALEGAÇÃO DE OFENSA À DIALETICIDADE. INOCORRÊNCIA. MÉRITO. LIMINAR. AVENTADA ILEGALIDADE NA ACEITAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS PELO EDITAL **APRESENTADOS APENAS COM O RECURSO CONTRA INABILITAÇÃO**. FLEXIBILIZAÇÃO. DECISÃO ADMINISTRATIVA FUNDADA EM DECISÃO DE CORTE DE CONTAS. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO FORMALISMO MODERADO E DA VANTAJOSIDADE PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. FLAGRANTE ILEGALIDADE. NÃO CONSTATAÇÃO. PERIGO DE DANO INVERSO. PRESENÇA. CERTAME QUE VERSA SOBRE SERVIÇO ESSENCIAL. RECURSO NÃO PROVIDO. (negrito/grifo nosso)

Os documentos apresentados demonstram fatos preexistentes, não alteram a substância da habilitação, não conferem vantagem indevida à recorrente e tampouco violam os princípios da isonomia ou da competitividade.
Ao contrário, a sua aceitação prestigia os princípios da verdade material, da eficiência administrativa e da seleção da proposta mais vantajosa, evitando que mero rigor formal prevaleça sobre a efetiva demonstração da capacidade da licitante para executar o objeto contratado.

4.3 Quanto aos princípios da Lei 14133/2021

A Lei n° 14.133/2021 determina que o processo de licitação deve seguir não só a legalidade estrita, mas também os princípios de razoabilidade, proporcionalidade, eficácia, competitividade e a procura pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
No caso em apreço, a documentação fornecida pela recorrente demonstra que todas as condições materiais requeridas pelo edital já estavam presentes antes do início da sessão pública, sem qualquer tentativa de estabelecer posteriormente um requisito de habilitação.
A manutenção da inabilitação da recorrente, considerando o conjunto de provas presentes nos autos, implicaria um excesso de formalismo incompatível com os princípios que orientam as licitações públicas, especialmente quando não há qualquer dano à Administração ou aos demais concorrentes.

Ademais, tanto a avaliação técnica conduzida pelo Departamento competente, quanto o Parecer Jurídico n° 172/2026 concordam que a documentação apresentada cumpre os requisitos do edital e evidencia uma condição que já existia antes da realização do certame.
Nesse cenário, não persistem as razões que fundamentaram a decisão anterior, sendo necessária a sua revisão para validar a qualificação da empresa recorrente em relação aos lotes 11 e 12 do Pregão Eletrônico n°013/2026.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, conheço o recurso interposto por **CENTRO DE EVENTOS MILOCA LTDA – CNPJ nº 44.653.476/0001-05** porque tempestivo e regular na sua formalidade, e no mérito, **DOU-LHE PROVIMENTO,** uma vez que restou comprovado que a documentação apresentada em sede recursal destina-se apenas à complementação da comprovação documental de condições preexistentes à abertura da sessão pública, nos termos do art. 64, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, declarando a recorrente habilitada para os Lotes 11 e 12, devendo ser restabelecida sua condição de vencedora desses lotes, com o regular prosseguimento do certame.
Encaminha-se o presente recurso à autoridade superior para apreciação e decisão.

Porto Amazonas, 05 de agosto de 2026.

MICHELE DE O. MARTINS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:8540BDB9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
JULGAMENTO DE RECURSO PE 013/2026 - NATALIA TRENTINI

JULGAMENTO DE RECURSO

TERMO:	DECISÓRIO
FEITO:	INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DA SESSÃO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO:	PREGÃO ELETRÔNICO N° 013/2026
OBJETO:	Registro de Preços para contratação de pessoa(s) jurídica (s) para locação, instalação, montagem e desmontagem de estrutura, contratação e prestação de serviços para eventos (bandas musicais, limpeza, segurança, vigia, som, iluminação, fotógrafo, e estrutura física como tendas e barracas) diversos em atendimento ao Departamento de Esporte, Recreação e Turismo, Departamento de Educação e Cultura e Departamento de Assistência Social, a serem realizados no município pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos.
RECORRENTE:	NATALIA TRENTINI - CNPJ N° 55.772.301/0001-25
RECORRIDOS	AM SOM E LUZ LTDA - CNPJ N° 33.201.066/0001-07 ADSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA - CNPJ N° 38.436.690/0001-07

1 DOS FATOS

Trata-se de Interposição de Recurso referente ao Pregão Eletrônico nº013/2026, feito pela empresa **NATALIA TRENTINI - CNPJ N° 55.772.301/0001-25,** contrária a decisão que a habilitou as empresas **AM SOM E LUZ LTDA - CNPJ N° 33.201.066/0001-07**, para os lotes 16 e 28, e **ADSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA - CNPJ N° 38.436.690/0001-07**, para os Lotes 27 e 29, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 013/2026.
A recorrente sustenta, em síntese, que a empresa **AM SOM E LUZ LTDA - CNPJ N° 33.201.066/0001-07** não apresentou capacidade técnica específica e ausência de responsável técnico. Quanto a empresa **ADSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA - CNPJ N° 38.436.690/0001-07** ressurge contra a regularidade fiscal e procedimental da recorrida.
É o relatório.

2 DA ADMISSIBILIDADE

A apresentação da interposição do recurso foi anexada diretamente na Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões - BLL, na data de 14/07/2026 às 17h:50min. pela empresa **NATALIA TRENTINI - CNPJ N° 55.772.301/0001-25**, diante do prazo de três dias úteis, portanto tempestivo, conforme prevê o item 16.1 do referido edital.
Não houve contrarrazões anexadas ao certame.

3 DO MÉRITO DO RECURSO

O mérito recursal deve ser analisado à luz dos princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que regem as contratações públicas. Destacam-se a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório.
A recorrente argumenta que a empresa **AM SOM E LUZ LTDA - CNPJ N° 33.201.066/0001 07** não apresentou capacidade técnica específica para serviços de sonorização, alegando que os atestados versam sobre painéis de LED e tendas, e a falta de profissional engenheiro responsável técnico no quadro da empresa.
Quanto as alegações referentes a empresa **ADSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA - CNPJ N° 38.436.690/0001-07,** alega que a Certidão Negativa de Débitos Municipais apresentada foi emitida após o início do certame. Aponta também o descumprimento do Item 9.27 do Edital (prazo de 3 horas para envio da proposta readequada), e alega falta de registro no CREA e vínculo profissional.

4 DA ANÁLISE E JULGAMENTO

As empresas recorridas foram declaradas provisoriamente vencedoras do Pregão Eletrônico n°013/2026, o qual tem por objeto o Registro de Preços para contratação de pessoa(s) jurídica (s) para locação, instalação, montagem e desmontagem de estrutura, contratação e prestação de serviços para eventos (bandas musicais, limpeza, segurança, vigia, som, iluminação, fotógrafo, e estrutura física como tendas e barracas) diversos em atendimento ao Departamento de Esporte, Recreação e Turismo, Departamento de Educação e Cultura e Departamento de Assistência Social, a serem realizados no município pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos.
Faço constar que o processo foi submetido a Procuradoria Municipal para apreciação jurídica, o qual emitiu o Parecer Jurídico nº 169/2026.
Passamos a análise.

4.1 Quanto à Habilitação da empresa AM SOM E LUZ LTDA (Lotes 16 e 28)
A análise dos autos demonstra que a empresa apresentou atestado de capacidade técnica emitido por ente privado que comprova expressamente a execução de serviços de sonorização e iluminação. A exigência editalícia de aptidão técnica deve guardar proporcionalidade com o objeto, e o documento apresentado atende aos requisitos de compatibilidade.
Sobre a qualificação profissional, esta Pregoeira realizou diligência com fulcro no Artigo 64 da Lei n° 14.133/2021, sanando a omissão quanto à comprovação do vínculo do Engenheiro Civil Bruno Guilherme Kern (CREA-PR nº PR-173497/D). Conforme o Parecer Jurídico nº 169/2026, tal medida visou apenas ratificar condição probatória preexistente (vínculo firmado em março de 2026), não configurando inserção de documento novo vedada pela lei, mas sim a aplicação do princípio do formalismo moderado.

4.2 Quanto à Habilitação da empresa ADSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA (Lotes 27 e 29)
Em relação à regularidade fiscal, a certidão municipal apresentada é válida, e a jurisprudência permite o saneamento de documentos fiscais desde que a situação de regularidade seja comprovada.
Quanto ao CREA, os Lotes 27 e 29 não possuem exigência editalícia de registro em Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.
Todavia, assiste razão à recorrente quanto ao descumprimento do Item 9.27 do Edital. O dispositivo é taxativo ao fixar o prazo de 3 (três) horas para a inserção da proposta readequada ao último lance. A empresa **ADSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA** permaneceu inerte, não enviando o documento no prazo estipulado, e, na diligência solicitada por esta pregoeira, o que caracteriza preclusão temporal e viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

4.3 Quanto ao Parecer Jurídico nº 169/2026-PJ
A Procuradoria Jurídica do Município, após análise detalhada, concluiu pelo provimento parcial do recurso, recomendando a manutenção da habilitação da empresa **AM SOM E LUZ LTDA - CNPJ N° 33.201.066/0001-07** e a desclassificação da empresa **ADSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA - CNPJ N° 38.436.690/0001-07** nos Lotes 27 e 29 pela inércia injustificada no envio da proposta.
Adoto integralmente a fundamentação exposta no Parecer Jurídico nº 169/2026-PJ como razões de decidir, por mostrarem-se adequados, suficientes e em consonância com a legislação vigente.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, conheço o recurso interposto por **NATALIA TRENTINI - CNPJ N° 55.772.301/0001-25** porque tempestivo e regular na sua formalidade, e no mérito, **DOU-LHE PROVIMENTO PARCIAL,** mantendo a decisão de habilitação da empresa **AM SOM E LUZ LTDA - CNPJ N° 33.201.066/0001-07** nos Lotes 16 e 28; e reformando a decisão de habilitação, declarando a DESCLASSIFICAÇÃO da empresa **ADSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA - CNPJ N° 38.436.690/0001-07** nos Lotes 27 e 29, por descumprimento do Item 9.27 do Edital.
Encaminha-se o presente recurso à autoridade superior para apreciação e decisão.

Porto Amazonas, 05 de agosto de 2026.

MICHELE DE O. MARTINS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:4D014C0D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11852/2026 DE 05/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1751/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Suplementação		
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
03.002.00.000.0000.0.000.	Departamento de Finanças e Planejamento	
03.001.04.122.0002.2.008.	Ações da Sec. Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	
14 - 3.3.90.14.00.00	01000 DIÁRIAS - CIVIL	1.475,18

Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 404.025,18 (quatrocentos e quatro mil e vinte e cinco reais e dezoito centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

14.000.00.000.0000.0.000.	SUBPREFEITURA DISTRITAL BORDA DO CAMPO	
14.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO SECRETÁRIO	
14.001.15.451.0021.2.072.	Ações para Manutenção da Infraestrutura Regional na Subprefeitura Distrital de Borda do Campo	
944 - 3.3.90.30.00.00	2000 MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
22.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL	

22.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
22.001.18.542.0010.2.180.	Ações para Manutenção e Desenvolvimento do Meio Ambiente Organizado e Sustentável	
484 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	550,00
33 .000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
33.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE OBRAS	
33.001.15.451.0041.2.222.	Ações para Manutenção do Departamento de Obras	
786 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	377.000,00
Total Suplementação:		**404.025,18**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1 º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1 º, Inciso III da Lei Federal **nº** 4.320/64.

Redução		
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO FINANÇAS	
03.002.00.000.0000.0.000.	Departamento de Finanças e Planejamento	
03.001.04.122.0002.2.008.	Ações da Sec. Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	
21 - 3.3.90.92.00.00	01000 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.475,14
14.000.00.000.0000.0.000.	SUBPREFEITURA DISTRITAL BORDA DO CAMPO	
14.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO SECRETÁRIO	
14.001.15.451.0021.2.072.	Ações para Manutenção da Infraestrutura Regional na Subprefeitura Distrital de Borda do Campo	
945 - 3.3.90.39.00.00	2000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	25.000,00
22.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL	
22.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
22.001.18.542.0010.2.180.	Ações para Manutenção e Desenvolvimento do Meio Ambiente Organizado e Sustentável	
480 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	550,00
33.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
33.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE OBRAS	
33.001.15.451.0041.1.128.	Ações para Pavimentação de Ruas, Urbanização e Paisagismo	
774 - 4.4.90.51.00.00	01000 OBRAS E INSTALAÇÕES	235.000,00
33.001.15.451.0041.2.222.	Ações para Manutenção do Departamento de Obras	
789 - 4.4.90.52.00.00	01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	142.000,00
Total Redução:		**404.025,14**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

JARBAS MOCELIN
Prefeito Municipal Interino

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:297E6A09

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

LICITAÇÃO
EXTRATO 186/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 39/2026
CONTRATO Nº. 186/2026
VENCIMENTO: 05/02/2027

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE/PR E 67.767.193 BRUNA FERNANDA CORREIA
Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 76.973.692/0001-16, com sede à Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. *ALEX SANDRO FERNANDES*, portador do CPF/MF nº 083.XXX.979-XX e Cédula de Identidade RG nº 10.XXX.514-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, doravante simplesmente CONTRATANTE, e a empresa 67.767.193 BRUNA FERNANDA CORREIA, CNPJ sob o nº 67.767.193/0001-81 com sede Rua Vitoria, 80 CEP: 87930-000 - bairro CENTRO, Querência do Norte/PR**,** neste ato representado por Sra. BRUNA FERNANDA CORREIA, brasileira, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, firmam o presente instrumento, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que enunciam a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
É objeto do presente termo o credenciamento dos serviços de conservação predial, limpeza, higiene desinfecção, descontaminação conforme credenciamento 001/2024, conforme especificações contidas na função por ela credenciada e no termo de referência, partes integrantes deste contrato como se nele transcritas fossem.
LOTE 1

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	46195	SERVIÇOS DE ASSEIO E LIMPEZA, conforme Chamada Pública nº 001/2024 para o credenciamento de Microempreendedor Individual MEI, para contratação de prestação de serviço de conservação predial, limpeza, higiene desinfecção, descontaminação para atender as demandas e suprir as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura de Querência do Norte.	HORA	1062	R$ 9,61	10.205,82
					TOTAL:	10.205,82

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO
O prazo de vigência do presente contrato é de 06 (SEIS) meses contados da data de sua assinatura, com eficácia legal após a publicação de seu extrato, podendo ser alterado nos termos estabelecido na lei 14.133/21, mediante termo aditivo.

Parágrafo único: Os serviços deverão ter Ínicio no dia 05/08/2026 e conclusão dentro do limite estabelecidos pela Administração.
CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO
O valor estimativo do presente contrato é de R$ 9,61 (Nove Reais e Sessenta e Um Centavos), que corresponde a uma estimativa de 1.062 (Um Mil e Sessenta e Duas) horas de serviço prestado, totalizando o valor de R$ 10.205,82 (dez mil e duzentos e cinco reais e oitenta e dois centavos).
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
As partes elegem o foro da Comarca de Loanda, Estado do Paraná para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato.
E por estarem assim ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

QUERÊNCIA DO NORTE-PR, 05 de Agosto de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

BRUNA FERNANDA CORREIA
Contratada

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:82118C93

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATOS DE CONTRATOS							
CONTRATO 2026	CONTRATADA (O)	PROCESSO	OBJETO	DATA DE HOMOLOGAÇÃO	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL
114	53088755 LORENA RAMOS FIGUEIREDO ISALBERTI	Pregão n° 21/2026	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE	30/07/2026	03/08/2026	03/08/2027	R$ 1.694,00
115	DANTAS & ALENCAR SOLUCOES E SERVICOS LTDA	Pregão n° 21/2026	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE	30/07/2026	03/08/2026	03/08/2027	R$ 4.600,00
116	DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA	Pregão n° 21/2026	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE	30/07/2026	03/08/2026	03/08/2027	R$ 16.770,00
117	GLOBALBID COMERCIO E SERVICOS LTDA	Pregão n° 21/2026	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE	30/07/2026	03/08/2026	03/08/2027	R$ 1.100,00
118	HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA	Pregão n° 21/2026	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE	30/07/2026	03/08/2026	03/08/2027	R$ 5.300,00
119	KW INFORMÁTICA LTDA	Pregão n° 21/2026	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE	30/07/2026	03/08/2026	03/08/2027	R$ 2.919,44
120	LICITAX COMERCIO E CONSULTORIA LTDA	Pregão n° 21/2026	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE	30/07/2026	03/08/2026	03/08/2027	R$ 10.900,00
121	LS LEMOS ECCOMERCE E DISTRIBUICAO LTDA	Pregão n° 21/2026	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE	30/07/2026	03/08/2026	03/08/2027	R$ 406,00
122	SC COMERCIAL EIRELI,	Pregão n° 21/2026	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE	30/07/2026	03/08/2026	03/08/2027	R$ 6.420,00
123	TEKCAD MOBILIARIO CORPORATIVO - IND. COM. E IMPORTACAO LTDA	Pregão n° 21/2026	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE	30/07/2026	03/08/2026	03/08/2027	R$ 1.850,00

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:D4B11852

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PUBLICAÇÃO DE ADITIVOS CONTRATUAIS

PUBLICAÇÃO DE ADITIVOS CONTRATUAIS							
Nº ADITIVO	CONTRATADA/DETENTORA	ATA/ CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	FINALIDADE	DATA DE ASSINATURA	VALOR ANTERIOR VIGÊNCIA ANTERIOR	VALOR ATUAL VIGÊNCIA ATUAL
1	KELLY MINIOLI COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	87/2025	PREGÃO Nº 26/2025	PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA E VALOR	30/07/2026	R$ 112.692,02 01/08/2026	R$ 225.384,04 01/08/2027
1	LICITA AQUI BRASIL LTDA	88/2025	PREGÃO Nº 26/2025	PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA E VALOR	30/07/2026	R$ 52.371,63 01/08/2026	R$ 103.062,30 01/08/2027
1	PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA	89/2025	PREGÃO Nº 26/2025	PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA E VALOR	30/07/2026	R$ 22.620,15 01/08/2026	R$ 45.240,30 01/08/2027
1	SUPERMERCADO CENETO LTDA	90/2025	PREGÃO Nº 26/2025	PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA E VALOR	30/07/2026	R$ 122.423,68 01/08/2026	R$ 244.847,36 01/08/2027
1	MARCOS ANTONIO ADIR	49/2025	INEXIGIBILIDADE Nº 21/2025	REAJUSTE E PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA E VALOR	03/08/2026	R$ 38.009,40 20/08/2026	R$ 75.441,40 19/08/2027
9	MIL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EIRELI	117/2023	PREGÃO Nº 56/2023	PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA E VALOR	04/08/2026	R$ 1.404.063,42 31/08/2026	R$ 1.585.834,27 31/12/2026
9	TRANSPORTES COLETIVOS CERRO VERDE LTDA - ME	118/2023	PREGÃO Nº 56/2023	PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA E VALOR	04/08/2026	R$ 2.294.270,02 31/08/2026	R$ 2.591.273,78 31/12/2026
15	TRANSPORTES COLETIVOS RIO D'OURO LTDA	119/2023	PREGÃO Nº 56/2023	PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA E VALOR	04/08/2026	R$ 4.420.692,10 31/08/2026	R$ 4.925.640,07 31/12/2026

10	VIVIANE DE MOURA ME	120/2026	PREGÃO Nº 56/2023	PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA E VALOR	04/08/2026	R$ 996.196,94 31/08/2026	R$ 1.111.136,16 31/12/2026
13	GENTE SEGURADORA S.A.	64/2023	PREGÃO Nº 24/2023	ACRÉSCIMO DE QUANTIDADES	05/08/2026	R$ 945.365,95 11/04/2026	R$ 952.056,30 11/04/2027
10	MIL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EIRELI	117/2023	PREGÃO Nº 56/2023	ACRÉSCIMO DE QUANTIDADES	05/08/2026	R$ 1.585.834,27 31/08/2026	R$ 1.586.957,24 31/12/2026

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:824D1ADC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PUBLICACOES DE EXTRATOS – ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

PUBLICACOES DE EXTRATOS – ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS							
ATA-2026	CONTRATADA (O)	PROCESSO	OBJETO	HOMOLOGAÇÃO	ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL
45	ERJ TINTAS PECAS E ACESSORIOS LTDA	PREGÃO Nº 29/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE FUNILARIA	03/08/2026	03/08/2026	03/08/2027	R$ 198.525,00

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:107D7BAF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2026 EDITAL Nº 05 – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e demais normas infraconstitucionais aplicáveis à matéria,

TORNA PÚBLICA a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO dos candidatos do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2026, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica homologado o resultado final e a classificação dos candidatos do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2026, conforme relação constante no Anexo Único deste Edital.

Art. 2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza/PR, 04 de agosto de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

ANEXO ÚNICO

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO
GERAL

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	TIPO	PONTUAÇÃO TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
2341	LUCIMAR JOSE DAPPER	ASSISTENTE SOCIAL	AC	100	1º
2580	CHEILAMUNERON	ASSISTENTE SOCIAL	AC	70	2º
2477	DAÍSY DE CÁSSIA TOLEDO MULBRANDT	ASSISTENTE SOCIAL	AC	53	3º
2389	MAIÊ CRISTINA DUPONT	ASSISTENTE SOCIAL	AC	30	4º
2367	MARINA PARISE REINA	ASSISTENTE SOCIAL	AC	24	5º
2257	KÁTIA REGINA BONOTTO	ASSISTENTE SOCIAL	AC	0	6º
2291	MARIA ELICA DOS SANTOS SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	AC	0	7º
2458	KELY CAROLINE DOMINGUES	ASSISTENTE SOCIAL	AC	0	8º
2253	BRUNA LETÍCIA VIANA	ASSISTENTE SOCIAL	AC	0	9º
2314	ANY CRISTHIANE RAGIEVICZ	ASSISTENTE SOCIAL	AC	0	10º
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CARGO**	**TIPO**	**PONTUAÇÃO TOTAL**	**CLASSIFICAÇÃO**
2368	ELAINE ROSSI DE SOUZA COSTA	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	100	1º
2232	CAMILA CEOLIN	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	60	2º
2278	ELCI DÉBORA SCHALLENBERGER NAPIWOSKI	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	30	3º
2491	ELOANA DE PAULA	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	30	4º
2590	BRENDA RAFAELA BARBOSA BORGES	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	30	5º
2454	FRANCIELI MORAIS	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	26	6º
2532	LARISSA DE ALMEIDA	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	24	7º
2287	IARA CRISTINA FALCADE	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	20	8º
2528	MARCIA DA SILVA DE OLIVEIRA	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AFRO	10	9º
2254	ADRIANA REGINA BORGES CÂMERA	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	10	10º
2585	MICHELI ANDRADES	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	10	11º
2321	LEILA EDINEIA WINTER DELLA JUSTINA	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	10	12º
2541	TAUANA BENINI SCHWINN	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	10	13º
2570	FELIPE SILVA BRITO	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	10	14º
2589	SABRINA FORLIN PEREIRA	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	10	15º
2512	LARISSA VITÓRIA BIANQUI	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	10	16º
2250	GABRIELE CRISTINA DE MELLO	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	5	17º
2374	JHON CLÉCIO SANTOS BASTOS	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	0	18º

2599	DYANDRA MAYARA LOTICI DALLEK	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	0	19º
2391	GEOVANA PEREIRA SOUSA DE OLIVEIRA	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AFRO	0	20º
2474	MARIA EDUARDA KIEDES CRISOSTOMO	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	0	21º
2344	SABRINA DOS SANTOS VOZNIAK	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AC	0	22º
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CARGO**	**TIPO**	**PONTUAÇÃO TOTAL**	**CLASSIFICAÇÃO**
2519	TAIS REGINA MACHADO	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	AC	100	1º
2559	ANA ROSA PIVETTI DE ALMEIDA PENTEADO	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	AC	80	2º
2337	LUCINEIA CAVANHOL DA SILVA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	AC	70	3º
2234	IVANETE SELEPRIN PALHANO	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	AC	47	4º
2366	TIAGO WILLIANS DOS SANTOS PIMENTEL	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	AC	20	5º
2284	MARIA ELISANGELA DA SILVA BLASER	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	AC	11	6º
2579	DALIANA GILIOLI	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	AC	0	7º
2596	GABRIEL DE SOUZA CARDOSO DOS SANTOS	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	AC	0	8º
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CARGO**	**TIPO**	**PONTUAÇÃO TOTAL**	**CLASSIFICAÇÃO**
2536	MARINES PALMEIRA DEMBISKI BUENO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	90	1º
2230	SONIA MARA LIMBERGER	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	90	2º
2574	FILIPE PELISSON DEMBISKI BUENO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	90	3º
2309	RUBIA CORASSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	90	4º
2446	MARISTELA FIORESE POZZER	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	82	5º
2265	DANIELI DA ROSA VIDAL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	78	6º
2450	CLAUDIMIR ANTONIO ROSSAROLLA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	70	7º
2242	CLEONICE MARIA RAMPANELLI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	70	8º
2288	JULIANA ROSS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	70	9º
2239	ANDREIA SANTOLIN	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	70	10º
2347	RAIANI CRISTINA BRASNIESKI DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	70	11º
2468	JAKELINE LANGE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	70	12º
2203	DANIELLI DE SOUZA ALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	70	13º
2549	TAIS FERNANDA BEBER BURTET	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	70	14º
2274	MARISTELA DA CRUZ CHIROLI RODRIGUES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	66	15º
2273	MÔNICA ANDRIELI FURTADO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	66	16º
2534	LUAN DE JESUS FARIAS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	66	17º
2204	BRUNA LUANA HERGESSEL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	61	18º
2322	ALEX JOSÉ DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AFRO	60	19º
2299	EDUARDA APARECIDA DA ROSA BARSZCZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	57	20º
2290	MARCOS CESAR DEGAN SACHI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	56	21º
2376	LETÍCIA RECH DE SOUZA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	56	22º
2355	ELLEN MARIA CANTONI BROCK	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	53	23º
2520	ROSANA CAROLINA RICHTIC LOTICI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	45	24º
2349	ANA PAULA FAGUNDES BIASI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	38	25º
2605	JHENIFER NATIELLE DA SILVA SILVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	36	26º
2260	JULIA RITA FRANCO DE CAMPOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AFRO	35	27º
2486	GUSTAVO HENRIQUE VALENÇA MENDES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	33	28º
2453	TATIELI DE MORAIS ROVEDA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	31	29º
2283	ALERSSA DA SILVA CRAVEIRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	31	30º
2482	GUILHERME HENRIQUE FIAMETTI ZOTTI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	30	31º
2392	JESSICA BARBARA WAIER	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	29	32º
2483	LUIS ALEJANDRO MANRIQUE SÁNCHEZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	29	33º
2264	LUIZ GUSTAVO SCKZPCZAK CECHIM	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	27	34º
2423	RENATO MARIN MARIANO DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	26	35º
2397	DANIELI ANTUNES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	26	36º
2356	CATIA CARINA CASANI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	25	37º
2345	YANA THEREZA KOHNLEIN GAYARDO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	25	38º
2384	SILVANIA OLIVEIRA DIAS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AFRO	24	39º
2305	TALITA MAYARA FURLANETTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	24	40º
2328	CAMILLY DA SILVA NUNES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AFRO	24	41º
2310	PAMELA ALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	24	42º
2320	GABRIEL HENRIQUE DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AFRO	22	43º
2506	ALESSANDRA GONÇALVES DA ROSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	20	44º
2370	PATRICIA BORGES MARTINS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	20	45º
2400	MARIA CLARA CÂMARA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	19	46º
2330	NICOLI DA ROCHA DE ALMEIDA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	19	47º
2464	GABRIEL GUILHERME DA ROSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	16	48º
2459	SIRLENE APARECIDA ALVES RIBEIRO DE ARRUDA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	16	49º
2543	NAIRIAN ZANESCO TOLEDO FRANCISCO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	15	50º
2217	KARINE BEATRIZ RODRIGUES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	15	51º
2503	GABRIELA FONTOURA DE LIMA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	15	52º
2586	FERNANDO CRISTIAN MIRANDA DE LIMA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	13	53º
2494	HENRIQUE EQUIDIO IURKOVSKI BOHLER	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	12	54º
2244	GABRIELI ZORZANELLO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	11	55º
2582	DILSON ROBERTO SIMONETTI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	10	56º
2417	ROCHELANE ROBERTA RACHELE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	10	57º
2485	MARCELA DE FATIMA CORREA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AFRO	10	58º
2406	EDUARDA CRISTINA POZZER PRIMIERI DE MARCHI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	10	59º
2381	MARIA APARECIDA NUNES DE LIMA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	10	60º
2462	DALTON MARTINS RODRIGUES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	10	61º
2343	DURVAL FELIPE DA SILVA LOPES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AFRO	10	62º
2553	RAÍSSA CAROLINE SCHWANDES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	10	63º
2437	GUILHERME VINICIUS LEMES DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	10	64º
2489	EDUARDA LEMOS DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	10	65º
2466	EDUARDA DA SILVA SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	10	66º
2594	SARAH VITORIA GOMES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	10	67º
2526	VITÓRIA GABRIELLE DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	10	68º
2432	GUSTAVO GABRIEL MARTINS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AFRO	10	69º
2434	ALESSANDRO RODRIGUES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	9	70º
2312	MARIANA DALLA ROSA BORBA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	9	71º
2510	EDUARDA DE OLIVEIRA PIETRO BELLI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	8	72º
2422	ALESSANDRA GABRIELA DO CARMO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	8	73º

2502	GABRIELY MOSS DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	8	74º
2401	KELE TISSIANI KLEE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	7	75º
2398	TAYLA NAPIVOSKI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	5	76º
2318	ANA FLÁVIA RODRIGUES REHBEIN	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	2	77º
2334	JOÃO PEDRO DOS SANTOS FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	2	78º
2441	SHEILA ADRIANA POMPERMAYER	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	79º
2567	MARIANE CHASSOT	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	80º
2537	ELIZABETI APARECIDA GOMES PEREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	81º
2383	CRISTIANA TOMAZ MONDINI FERRAZZA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	82º
2548	CRISTIANE VIEIRA VIDAL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	83º
2413	GRACIELI RAQUEL PERICO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	84º
2224	VANDEMAR ALVES DE ALMEIDA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	85º
2346	ELISANE ROSSETTO DO NASCIMENTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	86º
2394	SUELEN ZUCCHI BARBACOVI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	87º
2306	MARIA APARECIDA IUNZKOSKI ALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	88º
2311	LIDIANE MÁRCIA PODKOVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	89º
2404	MARIA SUZANE BURGHAUSEN	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	90º
2588	CRISTIANE CASAGRANDE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	91º
2236	BIANCA CRISTINA FIGUEIREDO SAMPAIO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	92º
2267	CRISTIANO CARLOS CASAGRANDE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	93º
2555	BEATRIZ DE OLIVEIRA PILLOTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	94º
2606	VANESSA SMANIOTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	95º
2223	LUCIANA GONCALVES PEREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	96º
2354	JULIANA GIOMBELLI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	97º
2237	MARCOS ANDRE DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AFRO	0	98º
2296	MIDIAM TAMARA DA SILVEIRA FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	99º
2271	PAULO JAIME SACHETTI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	100º
2498	ANGELA SUZANA KREFTA DULLIUS GONCALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	101º
2430	FERNANDA CASANOVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	102º
2501	CASSIANA NATÁLIA KAZMIROWSKI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	103º
2448	ELENIR DOS SANTOS VISNIESKI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	104º
2584	DIEISE DA MOTTA PEREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	105º
2545	MARIA EDUARDA MANDRIK BARBOSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	106º
2609	LUANA SABRINA AVILA FERREIRA SOCOLLOSKI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	107º
2530	FELIPE LUIZ MARQUES VUICIK	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	108º
2478	MARCOS ANTÔNIO NERI JÚNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	109º
2595	SARA VITÓRIA COMINETTI DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	110º
2531	KARINA SCHMITTZ PEREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	111º
2613	GABRIELA KRUG DOTTI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	112º
2436	MORGANA DE QUEIROZ CERON	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	113º
2527	ANÉLE CAROLINA KAZMIERSKI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	114º
2333	WILLIAN JÚNIOR BEYER	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	115º
2281	EDUARDA CASIRAGHI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	116º
2363	JULIA GABRIELI ZILIO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	117º
2449	ISADORA KAYLANE AUGUSTIN DO AMARAL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	118º
2263	MARIA LUIZA RAFAGNIN DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	119º
2353	DHYENIFER GABRIELY MARTIN DE ARAUJO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	120º
2256	TAIANE RODRIGUES RIBEIRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	121º
2207	BRUNA ENISWELER SORATTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	122º
2411	MARIELI INGRID DE MOURA DE SOUZA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	123º
2470	LUIZ HENRIQUE PONTES CORREA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	124º
2544	HELOÍSA KAUANI AUGUSTIN DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	125º
2329	IZABELLY VITORIA DE MOURA POMINA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	126º
2414	GEAN GUSTAVO DE OLIVEIRA LUZ BELLÉ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	127º
2419	RAFAELA ANIELY TOLFO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	128º
2407	SARAH NYARA SOUZA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	129º
2226	LUIZA PÓLIS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	130º
2573	DERICK RIAW BORSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	131º
2409	GUSTAVO LEMES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	132º
2386	GUSTAVO LEMES DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	133º
2408	EDNA SILVANA CELUPPI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AC	0	134º
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CARGO**	**TIPO**	**PONTUAÇÃO TOTAL**	**CLASSIFICAÇÃO**
2243	MARCIA CRISTINA LUBENOW	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	90	1º
2431	CLAUDEMIR DE VARGAS GONÇALVES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AFRO	90	2º
2385	ROZELI LORENZI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	80	3º
2460	VANDERLEA FIORESE GUIMARÃES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	80	4º
2266	CLARICE DA ROCHA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	80	5º
2444	GESSICA APARECIDA CARDOSO DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	80	6º
2245	REJANE CRISTINA ZIMMER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	80	7º
2277	MÁRCIO S AMARAL	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AFRO	80	8º
2429	SONIA DE FATIMA FERRON	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	75	9º
2335	TAINARA FABIAN	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	64	10º
2600	RODRIGO ANTONIO KOWALSKI POLICENO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	56	11º
2439	SALETE LIDIA BASSO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	54	12º
2435	SALETE BASSO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	54	13º
2331	ELIZANE APARECIDA DA CRUZ DE GOIS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	50	14º
2487	NEUSA APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	46	15º
2476	EDINA TABORNA PERIS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AFRO	46	16º
2507	JEAN MARCOS ZONTA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	44	17º
2209	LENIR DOS SANTOS RODRIGUES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	42	18º
2222	MARILIA CARLA SCHIMITEZ	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	40	19º
2395	ROSANE LURDES FIDELES DE LIS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	38	20º
2303	DAMARIS RIBEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	35	21º
2211	MARLI TERESINHA ANTUNES GONCALVES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	34	22º
2428	SALETE DOS SANTOS PADILHA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	30	23º
2258	FRANCIELI ROBERTA ADAMES KUSNIEWSKI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	28	24º
2467	ANGELA DE SOUZA OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	25	25º
2412	ILSE SELEPRIN	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	23	26º

2472	PEDRINHO CANDIO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AFRO	22	27º
2496	JOCELI DE BORBA SILVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	22	28º
2216	LISIANE NOEMI DA SILVA BERTOLDI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	22	29º
2469	FRANCIELI CAMILA DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	21	30º
2259	VERA LUCIA HUPALO DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	13	31º
2480	AUGUSTO TAVARES DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	10	32º
2276	CELIA SCHEUERLEIN	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	10	33º
2473	MARILEI SOARES PADILHA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	10	34º
2518	JUCELIA FURTADO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	10	35º
2560	JUCÉLIA FERRAZ	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	10	36º
2339	LARESSA FREITAS FAGUNDES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	10	37º
2214	JAIME DA SILVA BERTOLDI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	10	38º
2268	ANA PAULA XAVIER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AFRO	10	39º
2616	ELEANDRA DA SILVA SOARES DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	10	40º
2373	AIESKA ADRIELLI LAZARINI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	10	41º
2261	ANA SARA FERMIANO DE MELLO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	10	42º
2396	SULIANE DE ALMEIDA DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AFRO	10	43º
2228	GABRIEL HENRIQUE FIORESE GUIMARAES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	10	44º
2577	TAISE FÁTIMA SULZENCO DIAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	10	45º
2332	JUREMA CARNEIRO DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	46º
2618	LUIZ CARLOS LEMES DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	47º
2561	JUCELIA APARECIDA RIBEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	48º
2348	LUCIMARA FARIAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	49º
2535	EDIMAR PEREIRA DA CRUZ	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	50º
2326	LEIDY TERESINHA BORGES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	51º
2270	ANA KARINE PEREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AFRO	0	52º
2443	JULIANA MACHADO MANDRIK	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	53º
2563	GILVANA BALDIN CANDIO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	54º
2564	PATRICIA DEMARCO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	55º
2336	ELIANA DINIZ	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	56º
2359	SUZANA BROILO GONÇALVES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	57º
2471	FÁBIA DA SILVA MARTINS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AFRO	0	58º
2497	NELSON MARQUEZ	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	59º
2308	MARCOS J R SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	60º
2445	DAIANA CLARIBEL CARDOZO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	61º
2313	TALIA BUENO DA ROCHA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	62º
2438	MARILIA FERNANDA MARTINS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	63º
2380	TAYNARA EMILENE REINEL MENEZES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	64º
2410	EVELLYN CRISTINA ZUSE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	65º
2350	THAINÁ LUANE CRESTANI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	66º
2558	KAUANE DA VEGA DE BORBA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	67º
2275	THAYELLY WANESSA APARECIDA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	68º
2338	SIMONE FERREIRA SANTANA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AFRO	0	69º
2323	FERNANDA VILANT	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AC	0	70º

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	TIPO	PONTUAÇÃO TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
2220	ROGÉRIA MACHADO VIEIRA	ENFERMEIRO	AC	100	1º
2297	ROSANGELA DA ROSA OLIVEIRA	ENFERMEIRO	AC	100	2º
2522	ANY MARIA CAVANI	ENFERMEIRO	AC	100	3º
2215	ELIZANDRA PORTO	ENFERMEIRO	AC	100	4º
2456	MICHELE PIOLI CAETANO GROCHOVSKI	ENFERMEIRO	AC	100	5º
2550	ELVIS MARQUES HENRIQUESSON	ENFERMEIRO	AFRO	100	6º
2514	SUZAMAR DA COSTA CARLIM	ENFERMEIRO	AC	100	7º
2241	ROSANE SILVEIRA	ENFERMEIRO	AC	100	8º
2610	PRICILA MIRIAM MÓSENA BERTAGNOLLI	ENFERMEIRO	AC	100	9º
2405	ADAIANA PATRICIA TAVARES DOS SANTOS	ENFERMEIRO	AC	100	10º
2538	FRANCIELLI OLIVEIRA DA CUNHA SPEROTTO	ENFERMEIRO	AC	100	11º
2403	FRANCIELE MENDES DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO	AC	100	12º
2451	VANUZA FATIMA ANDERSEN NONNENMACHER	ENFERMEIRO	AC	100	13º
2562	ELIANA APARECIDA SALVADORI CANOVA	ENFERMEIRO	AC	90	14º
2604	FABRICIO DE MOURA TOLVI	ENFERMEIRO	AC	90	15º
2513	RENATA SILVA CAMPOS	ENFERMEIRO	AC	90	16º
2529	GISELE LOTICI	ENFERMEIRO	AC	82	17º
2608	CARLIONEIA APARECIDA CAMPRA	ENFERMEIRO	AC	80	18º
2285	SANDRO BLASER GOUVÊA	ENFERMEIRO	AC	80	19º
2568	KELI TEREZINHA MENIN	ENFERMEIRO	AC	80	20º
2575	ALESSANDRA BISPO BARRETTO	ENFERMEIRO	AC	80	21º
2583	DAYANE MACHADO CIESCA	ENFERMEIRO	AC	80	22º
2617	SÍLVIA MICHELLE ARAÚJO DOS SANTOS	ENFERMEIRO	AC	66	23º
2533	JULIANO MALACARNE MARTINI	ENFERMEIRO	AC	65	24º
2442	JÉSSICA STRANBURGER DA SILVA	ENFERMEIRO	AC	60	25º
2251	JAQUELINE RODRIGUES BORGES	ENFERMEIRO	AC	57	26º
2598	SIMONE ORTH	ENFERMEIRO	AC	56	27º
2388	FERNANDA DOS SANTOS	ENFERMEIRO	AC	51	28º
2492	MARIANGELA DE ABREU	ENFERMEIRO	AC	51	29º
2425	GIOVANNA FOQUEZATTO ALBANEZE	ENFERMEIRO	AC	48	30º
2493	GEOVANA LUCIA BARBACOVI	ENFERMEIRO	AC	43	31º
2551	ELAINE CRISTINA LIAL DA SILVA	ENFERMEIRO	AC	40	32º
2340	NATHALIA PIAZENTINI PIOCZKOSKI	ENFERMEIRO	AC	23	33º
2319	LUCIVANI KREIN	ENFERMEIRO	AC	20	34º
2420	MARIA HELENA ZACCARO GOUVEIA NETA	ENFERMEIRO	AC	20	35º
2301	CRISTINA DEMO	ENFERMEIRO	AC	19	36º
2235	MARIA EDUARDA ROSSI COLOMBELLI	ENFERMEIRO	AC	13	37º
2490	CAROLINE XAIANE STEFAINSKI	ENFERMEIRO	AC	11	38º
2508	AMILTON SILVA DE AMORIM	ENFERMEIRO	AC	4	39º
2461	GABRIELLI LAUANA DOS SANTOS	ENFERMEIRO	AC	0	40º
2591	ELUIZA TEREBINTO	ENFERMEIRO	AC	0	41º

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	TIPO	PONTUAÇÃO TOTAL	CLASSIFICAÇÃO

2571	ALESSANDRA DENGO	FARMACÊUTICO	AC	100	1º
2300	LUCAS DE MELLO	FARMACÊUTICO	AC	90	2º
2572	MARCELO MACIEL DA SILVA	FARMACÊUTICO	AC	80	3º
2418	ISADORA MARIA FACHIN KACZANOWSKI	FARMACÊUTICO	AC	70	4º
2416	BRUNA CRISTINA DE ALMEIDA SPOLADORI	FARMACÊUTICO	AC	44	5º
2557	PATRÍCIA TERESINHA CASELANI	FARMACÊUTICO	AC	39	6º
2255	CINTHIA HELOIZA FERRARI DA SILVA	FARMACÊUTICO	AC	37	7º
2352	AIRAM VILENA SOUZA PINTO	FARMACÊUTICO	AC	30	8º
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CARGO**	**TIPO**	**PONTUAÇÃO TOTAL**	**CLASSIFICAÇÃO**
2581	FABIANA GRASIELI SALVI	NUTRICIONISTA	AC	85	1º
2521	DRIELLY CASTANHO LOCATELLI	NUTRICIONISTA	AC	80	2º
2286	ÁLINE MAYARA FERREIRA BELLÉ	NUTRICIONISTA	AC	55	3º
2304	LISIANY DENARDIN	NUTRICIONISTA	AC	54	4º
2463	MARIA EDUARDA MARTINS	NUTRICIONISTA	AC	54	5º
2390	VANESSA SOUZA RIPPEL	NUTRICIONISTA	AC	47	6º
2524	KAUANNE PRICILA SANTOS	NUTRICIONISTA	AC	35	7º
2516	EMANUELLY POZZER DOS SANTOS	NUTRICIONISTA	AC	34	8º
2614	DEBORA APARECIDA MORBACH	NUTRICIONISTA	AC	33	9º
2447	GIOVANA EDUARDA ARRUDA	NUTRICIONISTA	AC	29	10º
2523	THAIS CRISTINA DA CHAGA	NUTRICIONISTA	AC	20	11º
2316	SUELEN ZANELLA	NUTRICIONISTA	AC	12	12º
2360	NAGLA MORANDI DA SILVA	NUTRICIONISTA	AC	12	13º
2427	KLEBER GERMANO DOS SANTOS	NUTRICIONISTA	AC	10	14º
2433	JACIARA MAIARA DAL CORTIVO	NUTRICIONISTA	AC	10	15º
2552	LUANA MINUSSI	NUTRICIONISTA	AC	10	16º
2603	DANIELA GEREMIA	NUTRICIONISTA	AC	6	17º
2484	CRISTIANE PETRICOSKI ROSSAROLLA MÔRO	NUTRICIONISTA	AC	2	18º
2247	GILVANA MOTTA ANDERSEN ANTUNES	NUTRICIONISTA	AC	0	19º
2424	SUANEN PEREIRA NUNES	NUTRICIONISTA	AC	0	20º
2515	KAREN CRISTINE SILVA DE OLIVEIRA	NUTRICIONISTA	AC	0	21º
2393	MILENA GIOMBELLI JACHI	NUTRICIONISTA	AC	0	22º
2324	VANESSA GALVAN	NUTRICIONISTA	AC	0	23º
2371	MARIA LUIZA COSTA SARAIVA	NUTRICIONISTA	AC	0	24º
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CARGO**	**TIPO**	**PONTUAÇÃO TOTAL**	**CLASSIFICAÇÃO**
2546	SANDRA INÊS BONASSINA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	100	1º
2505	EDI MARCIA MAZUREK	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	100	2º
2238	LUCIANA BONET	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	100	3º
2615	CLAUDIA MARIA REFATI ZANATTA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	100	4º
2246	ALINE FRANCIS HORING	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	100	5º
2554	JUCIELE RIBEIRO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	100	6º
2607	RAFAELA RAVANELLI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	100	7º
2399	ANGELA BERNARDINO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	94	8º
2206	ROSANA GARCIA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	90	9º
2612	JANETE MARCHINHAKI PARIZOTTO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	90	10º
2372	VANESSA BORTOLOTTO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	90	11º
2221	DJENIFER LARINI VIEIRA PRESTES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	90	12º
2452	SONIA DE FATIMA DE MORAIS ROVEDA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	80	13º
2540	ALE DE MEDEIROS ROVEDA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	80	14º
2426	MARCIA INES TRENTIN GONCALVES RIBEIRO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	80	15º
2611	JANETE TERESINHA MACHRY	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	80	16º
2213	SILVIA HELENA SALES ARAÚJO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	80	17º
2593	SIMONE RAQUEL CORDEIRO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	80	18º
2601	JORLANA CAVALCANTE VIANA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	80	19º
2542	ALINE ALVES SCHMOLLER	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	77	20º
2307	SUSANA DE SOUZA CAMPOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	72	21º
2387	ELENIR KIEDES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	70	22º
2377	ELIENE GOMES PEREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	69	23º
2479	JANICE STEIN KOCZINSKI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	67	24º
2547	VANUZA GONÇALVES DOS SANTOS GROSSKLAUS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	66	25º
2539	BIANCA FISCHER CERIOLI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	56	26º
2212	TATIANA SCHWEIG DE PAULA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AFRO	51	27º
2295	VIVIANE DE FATIMA FRANÇA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	46	28º
2229	SUZANA MINSKI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	43	29º
2457	DANIELA RUDINEIA GRAFF KORT	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	37	30º
2357	CAMILA CRISTINA PRATES MACHADO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AFRO	35	31º
2556	JOÃO RAFAEL CARDIM CARVALHO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	33	32º
2351	RAIANE SABRINA DE SOUSA SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	33	33º
2602	CARLA ISABEL	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	29	34º
2294	LUZIA BARTZ	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	28	35º
2233	ELIANE HOBOLD DIAS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	19	36º
2565	ADEMIR CATARINO NASCIMENTO FILHO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	18	37º
2415	ANDRÉIA BORGES FERREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	18	38º
2455	WEVERSON DOS SANTOS DAMARATE	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	12	39º
2488	JOSIMEIRE ESTEVO DE LIMA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AFRO	10	40º
2315	RITA JONIKAITES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	10	41º
2525	ESMELINDRO DE MEDEIROS ROVEDA JUNIOR	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AC	0	42º

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO
AFRO

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	TIPO	PONTUAÇÃO TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
2528	MARCIA DA SILVA DE OLIVEIRA	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AFRO	10	9º
2391	GEOVANA PEREIRA SOUSA DE OLIVEIRA	ATENDENTE DE FARMÁCIA	AFRO	0	20º
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CARGO**	**TIPO**	**PONTUAÇÃO TOTAL**	**CLASSIFICAÇÃO**

2322	ALEX JOSÉ DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AFRO	60	19º
2260	JULIA RITA FRANCO DE CAMPOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AFRO	35	27º
2384	SILVANIA OLIVEIRA DIAS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AFRO	24	39º
2328	CAMILLY DA SILVA NUNES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AFRO	24	41º
2320	GABRIEL HENRIQUE DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AFRO	22	43º
2485	MARCELA DE FATIMA CORREA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AFRO	10	58º
2343	DURVAL FELIPE DA SILVA LOPES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AFRO	10	62º
2432	GUSTAVO GABRIEL MARTINS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AFRO	10	69º
2237	MARCOS ANDRE DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AFRO	0	98º
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CARGO**	**TIPO**	**PONTUAÇÃO TOTAL**	**CLASSIFICAÇÃO**
2431	CLAUDEMIR DE VARGAS GONÇALVES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AFRO	90	2º
2277	MÁRCIO S AMARAL	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AFRO	80	8º
2476	EDINA TABORNA PERIS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AFRO	46	16º
2472	PEDRINHO CANDIO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AFRO	22	27º
2268	ANA PAULA XAVIER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AFRO	10	39º
2396	SULIANE DE ALMEIDA DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AFRO	10	43º
2270	ANA KARINE PEREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AFRO	0	52º
2471	FÁBIA DA SILVA MARTINS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AFRO	0	58º
2338	SIMONE FERREIRA SANTANA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AFRO	0	69º
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CARGO**	**TIPO**	**PONTUAÇÃO TOTAL**	**CLASSIFICAÇÃO**
2550	ELVIS MARQUES HENRIQUESSON	ENFERMEIRO	AFRO	100	6º
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CARGO**	**TIPO**	**PONTUAÇÃO TOTAL**	**CLASSIFICAÇÃO**
2212	TATIANA SCHWEIG DE PAULA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AFRO	51	27º
2357	CAMILA CRISTINA PRATES MACHADO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AFRO	35	31º
2488	JOSIMEIRE ESTEVO DE LIMA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AFRO	10	40º

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:55E1EF03

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 2026-162

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 21/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACS2575	278050T000004613	22/07/2026	55412
AFV7I43	278050T000004612	22/07/2026	55412
AKI4I36	278050T000004674	01/08/2026	57200
AMT9954	278050T000004672	01/08/2026	57200
ANS4B27	278050T000004620	01/08/2026	55250
AQC5F74	278050T000004609	22/07/2026	55412
AQU0F49	278050T000004619	01/08/2026	51930
ARF0325	278050T000004545	23/07/2026	55412
ARS1784	278050T000004661	31/07/2026	54522
ASC8C58	278050T000004614	22/07/2026	55412
ATG3C54	278050T000004669	01/08/2026	76332
AVI3B98	278050T000004539	23/07/2026	55412
AYO9H62	278050T000004544	23/07/2026	55412
AYO9H62	278050T000004605	22/07/2026	55412
AZR9185	278050T000004542	23/07/2026	55412
BBR4F02	278050T000004538	23/07/2026	55412
BDN4J25	278050T000004618	01/08/2026	73232
DOC3677	278050T000004671	01/08/2026	57200
EVP3A53	278050T000004540	23/07/2026	55412
EVP3A53	278050T000004607	22/07/2026	55412
FSK8G69	278050T000004604	22/07/2026	55412
FZR5B19	278050T000004616	22/07/2026	55412
HTJ2D88	278050T000004675	01/08/2026	57200
IRK5A31	278050T000004543	23/07/2026	55412
LSQ5C11	278050T000004608	22/07/2026	55412
MFD9F95	116100T003862076	26/07/2026	55250
MIA8H26	278050T000004670	01/08/2026	51930
MKD0H36	278050T000004606	22/07/2026	55412
MVL1I14	278050T000004535	23/07/2026	55412
RHU9G78	278050T000004662	31/07/2026	76332
RKX6F13	278050T000004673	01/08/2026	57200
RTV9C61	278050T000004668	31/07/2026	65640

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:C1CE434D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 2026-163

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 21/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ADB1A88	278050T000003921	16/05/2026	55412	R$ 195,23
APX8574	278050NIC0000440	09/05/2026	50020	R$ 390,46
ARR9C91	278050NIC0000439	09/05/2026	50020	R$ 390,46

ATH3H10	278050T000003862	14/05/2026	55412	R$ 195,23
AYD4098	278050T000003957	26/05/2026	57200	R$ 195,23
BDK6B62	278050T000003958	27/05/2026	76332	R$ 293,47
CRL0516	278050T000003917	16/05/2026	55412	R$ 195,23
CRL0516	278050T000003954	15/05/2026	55412	R$ 195,23
CWK0C72	278050T000003953	15/05/2026	55412	R$ 195,23
CXZ3I76	278050T000003843	25/05/2026	55414	R$ 195,23
DUH6D40	278050NIC0000441	09/05/2026	50020	R$ 586,94
EGK8B58	278050T000003864	27/05/2026	76332	R$ 293,47
EZZ2A21	278050T000003912	25/05/2026	76331	R$ 293,47
HRI7873	278050T000003913	16/05/2026	55412	R$ 195,23
MCM9C29	278050T000003955	15/05/2026	55412	R$ 195,23
MCN6J25	278050T000003919	16/05/2026	55412	R$ 195,23
MEB1H56	278050T000003951	15/05/2026	55412	R$ 195,23
MIT1F21	278050NIC0000442	09/05/2026	50020	R$ 390,46
MKD0H36	278050T000003848	15/05/2026	55412	R$ 195,23
PFE8H99	278050NIC0000443	09/05/2026	50020	R$ 260,32
PUD7543	278050T000003863	14/05/2026	55412	R$ 195,23
QIA0B23	278050T000003952	15/05/2026	55412	R$ 195,23
RHA4E05	278050T000003850	15/05/2026	55412	R$ 195,23
RTF9I84	278050T000003915	16/05/2026	55412	R$ 195,23
SED4D00	278050T000003858	14/05/2026	55412	R$ 195,23
SFM4I59	278050NIC0000444	09/05/2026	50020	R$ 586,94
UBO3G70	278050T000003914	16/05/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:41261A32

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 2026-167

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 17/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AFJ5I88	278050T000003699	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AFS3G67	278050T000003834	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AGW3E48	278050T000003836	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AGW3E48	278050T000003903	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AGW3E48	278050T000003795	09/05/2026	55412	R$ 195,23
ALY2J80	278050T000003798	13/05/2026	55412	R$ 195,23
ALY2J80	278050T000003835	12/05/2026	55412	R$ 195,23
AMK9G49	278050T000003842	23/05/2026	55414	R$ 195,23
AOB6835	278050T000003910	11/05/2026	55412	R$ 195,23
AQL1A50	278050T000003855	13/05/2026	55412	R$ 195,23
AST2A48	278050NIC0000434	05/05/2026	50020	R$ 260,32
AUI7509	278050NIC0000429	05/05/2026	50020	R$ 390,46
AXL7D37	278050T000003799	13/05/2026	55412	R$ 195,23
BBP1I08	278050T000003908	11/05/2026	55412	R$ 195,23
BCZ3D44	278050T000003831	21/05/2026	55920	R$ 130,16
BDE1I46	278050T000003700	11/05/2026	55412	R$ 195,23
BDN6C01	278050T000003904	11/05/2026	55412	R$ 195,23
BEY4C77	278050NIC0000430	05/05/2026	50020	R$ 390,46
BEY4C77	278050NIC0000431	05/05/2026	50020	R$ 586,94
BMB9H27	278050T000003794	09/05/2026	55412	R$ 195,23
CRL0516	278050T000003856	13/05/2026	55412	R$ 195,23
CRL0516	278050NIC0000422	05/05/2026	50020	R$ 586,94
FIK3A83	278050T000003837	12/05/2026	55412	R$ 195,23
IWE1A75	278050T000003901	11/05/2026	55412	R$ 195,23
IWS1B84	278050T000003828	20/05/2026	51930	R$ 293,47
JDO0E28	278050NIC0000437	05/05/2026	50020	R$ 390,46
MCR5F46	278050NIC0000421	05/05/2026	50020	R$ 390,46
MKM5H98	278050T000003832	21/05/2026	76332	R$ 293,47
MMI4J15	278050NIC0000426	05/05/2026	50020	R$ 586,94
MMM6G20	278050T000003909	11/05/2026	55412	R$ 195,23
PTG7B06	278050NIC0000420	05/05/2026	50020	R$ 390,46
QQT2A63	278050T000003857	14/05/2026	55412	R$ 195,23
SDQ8G77	278050T000003841	23/05/2026	55414	R$ 195,23
SFH4D25	278050NIC0000428	05/05/2026	50020	R$ 390,46
SFI0E47	278050NIC0000436	05/05/2026	50020	R$ 390,46
SFM4I59	278050NIC0000435	05/05/2026	50020	R$ 586,94
SXJ1G50	278050T000003839	23/05/2026	59161	R$ 1.467,35
TAV9E79	278050NIC0000424	05/05/2026	50020	R$ 586,94

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:ECF62849

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 2026-173

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 10/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	**Auto Infração**	**Data Infração**	**Código Infração**	**Valor Infração**
AFV7I43	278050T000003822	07/05/2026	55412	R$ 195,23

AGW3E48	278050T000003685	08/05/2026	55412	R$ 195,23
AHN8I37	278050T000003782	05/05/2026	55412	R$ 195,23
ALH0996	278050T000003819	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AMT9J70	278050T000003801	14/05/2026	76332	R$ 293,47
AMT9J70	278050T000003802	14/05/2026	58433	R$ 195,23
AOM6799	278050T000003741	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ASN5582	278050T000003776	12/05/2026	55414	R$ 195,23
ASQ7737	278050NIC0000414	28/04/2026	50020	R$ 390,46
AUW0E78	278050NIC0000418	28/04/2026	50020	R$ 586,94
AVF5E58	278050T000003816	07/05/2026	55412	R$ 195,23
AVR5C20	278050T000003777	12/05/2026	55414	R$ 195,23
AWD0F44	278050T000003787	05/05/2026	55412	R$ 195,23
AWQ4817	278050T000003694	08/05/2026	55412	R$ 195,23
AZN8B39	278050T000003746	14/05/2026	76332	R$ 293,47
BBG1H83	278050T000003806	15/05/2026	57200	R$ 195,23
BBI2A96	278050T000003749	14/05/2026	51930	R$ 293,47
BBR4F02	278050T000003745	04/05/2026	55412	R$ 195,23
BCE7482	278050T000003804	15/05/2026	61810	R$ 195,23
BDN6C01	278050T000003789	13/05/2026	51930	R$ 293,47
BEY7J41	278050NIC0000415	28/04/2026	50020	R$ 260,32
BPU7G38	278050T000003803	15/05/2026	55680	R$ 195,23
CRL0516	278050T000003742	04/05/2026	55412	R$ 195,23
DMH3G53	278050T000003790	16/05/2026	76332	R$ 293,47
EDU9E69	278050T000003738	04/05/2026	55412	R$ 195,23
ENB4C17	278050NIC0000412	28/04/2026	50020	R$ 390,46
EVF3G31	278050T000003677	06/05/2026	55412	R$ 195,23
FIK3A83	278050T000003687	08/05/2026	55412	R$ 195,23
GHO3B58	278050T000003810	07/05/2026	55412	R$ 195,23
GIE6H81	278050NIC0000409	28/04/2026	50020	R$ 390,46
GIE6H81	278050T000003818	07/05/2026	55412	R$ 195,23
GYL5I82	278050T000003688	08/05/2026	55412	R$ 195,23
GYL5I82	278050T000003781	05/05/2026	55412	R$ 195,23
GYL5I82	278050T000003824	07/05/2026	55412	R$ 195,23
GYL5I82	278050T000003680	06/05/2026	55412	R$ 195,23
HER3I29	278050T000003807	15/05/2026	51930	R$ 293,47
HER3I29	278050T000003808	15/05/2026	51851	R$ 195,23
IFY8J05	278050T000003786	05/05/2026	55412	R$ 195,23
IWH1B82	278050T000003682	08/05/2026	55412	R$ 195,23
JGD0517	278050T000003783	05/05/2026	55412	R$ 195,23
MDK6B72	278050T000003788	05/05/2026	55412	R$ 195,23
MDK6B72	278050T000003744	04/05/2026	55412	R$ 195,23
MMM6G20	278050T000003817	07/05/2026	55412	R$ 195,23
PPU0E73	278050NIC0000413	28/04/2026	50020	R$ 390,46
PTO7J37	278050T000003686	08/05/2026	55412	R$ 195,23
PZZ8H16	278050T000003737	04/05/2026	55412	R$ 195,23
QFP2E88	278050T000003811	07/05/2026	55412	R$ 195,23
RAI0E58	278050T000003827	18/05/2026	76331	R$ 293,47
RDZ3J06	278050T000003681	08/05/2026	55412	R$ 195,23
RHS8G52	278050T000003778	13/05/2026	55414	R$ 195,23
RHS8G52	278050T000003809	15/05/2026	55414	R$ 195,23
RTS9J19	278050T000003695	08/05/2026	55412	R$ 195,23
RXS9J52	278050T000003676	06/05/2026	55412	R$ 195,23
RYT8B29	278050T000003823	07/05/2026	55412	R$ 195,23
SEH4H22	278050T000003775	12/05/2026	55414	R$ 195,23
SER7D63	278050T000003825	18/05/2026	76332	R$ 293,47
SFD9E54	278050NIC0000417	28/04/2026	50020	R$ 586,94
TBU9H09	278050NIC0000416	28/04/2026	50020	R$ 390,46
UBL0D54	278050T000003739	04/05/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:C9366F31

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - INFRAÇÕES 2026-175

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 08/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
APS5J00	278050T000004337	08/07/2026	55412
AQO7622	278050T000004494	18/07/2026	76332
ASB9I79	278050T000004342	10/07/2026	55412
AZV6H01	278050T000004331	08/07/2026	55412
BDD6F39	278050T000004332	08/07/2026	55412
BEU7B06	278050T000004405	09/07/2026	55412
EVP3A53	278050T000004339	08/07/2026	55412
FEG8B63	278050T000004496	18/07/2026	55920
FIK3A83	278050T000004334	08/07/2026	55412
FXA8B57	278050T000004414	09/07/2026	55412
GFP0J95	278050T000004490	17/07/2026	76332
JJH6A00	278050T000004338	08/07/2026	55412
LUP9C42	278050T000004411	09/07/2026	55412
MVL1I14	278050T000004410	09/07/2026	55412
RFI0I60	278050T000004402	16/07/2026	76332
RHR4C65	278050T000004340	08/07/2026	55412

SFC1J72	278050T000004403	17/07/2026	76331
TBY0B47	278050T000004493	18/07/2026	57380
UAT2C22	278050T000004407	09/07/2026	55412

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:143AACC2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO SOFIA DEL CARMEN

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO
QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 500/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: SOFIA DEL CARMEN R. MEDINA E CIA LTDA ME
OBJETO: Contratação de pessoas jurídicas e pessoas físicas na área da saúde em Clínica Geral e em Especialidades diversas para atendimento à população de Realeza em Unidades Básicas de Saúde (UBS).

ADITIVO: prorrogar a vigência e a execução do presente contrato para 30 de agosto de 2027, conforme faculta o disposto no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21/06/93 e suas alterações subsequentes.

Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço Atual
LOTE: 001	1	44399	Atendimento presencial diurno em dias úteis (de segunda à sexta-feira) Serviços Médicos em Clínica Geral.		HORAS	2.160,00	116,86

REFERENTE: PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 24/2023
DATA DA ASSINATURA: 05/08/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:5204F537

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
ATA Nº 02 DE SESSÃO PÚBLICA DE SORTEIO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2026
CREDENCIAMENTO Nº 005/2026
CONTRATAÇÃO PNCP Nº. 20/2026
Processo Administrativo nº 2363/2026

ATA Nº 02 DE SESSÃO PÚBLICA DE SORTEIO

Aos 05 (cinco) dias do mês de agosto do ano de 2026, às 10h00min, reuniram-se em sessão pública, com transmissão ao vivo pelo canal oficial do Município de Reserva do Iguaçu, os membros da Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 004/2026, composta pelos servidores Alessandro dos Anjos, Presidente, Luciana Antunes Pereira, Membro, e Sueli Lima dos Santos, Membro, para realização da Sessão Pública de Sorteio prevista no Edital de Credenciamento nº 005/2026, Processo Administrativo nº 2363/2026, destinado ao credenciamento de Leiloeiros Oficiais.

Inicialmente, o Presidente da Comissão informou que a relação dos credenciados provisoriamente foi publicada após a análise da documentação apresentada pelos interessados, observando-se os requisitos estabelecidos no edital. Deu-se prosseguimento ao procedimento mediante a realização do sorteio público destinado à definição da ordem de classificação para futuras convocações.

Na sequência, foi demonstrado aos participantes e aos interessados que todos os nomes dos leiloeiros credenciados foram inseridos em igualdade de condições, sendo realizado o sorteio de forma pública, transparente e aleatória, obtendo-se a seguinte ordem de classificação conforme anexo I.

CLASSIFICAÇÃO	LEILOEIRO	JUCEPAR
1º.	LUIZ CARLOS DALL AGNOL	639

Em conformidade com as disposições do Edital de Credenciamento nº 005/2026, fica habilitado o primeiro classificado, Luiz Carlos Dall Agnol, para prosseguimento dos atos necessários ao credenciamento e futura formalização contratual, observadas as demais exigências editalícias e legais. Os demais leiloeiros permanecem classificados na ordem acima estabelecida, sendo convocados conforme a necessidade da Administração e respeitada rigorosamente a sequência definida neste sorteio.

Nos termos do item 6 do Edital e da Lei Federal nº 14.133/2021, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para interposição de recurso administrativo contra o resultado da presente Sessão Pública de Sorteio. Os recursos deverão ser apresentados na forma e pelos meios previstos no edital, assegurando-se aos demais interessados o direito à apresentação de contrarrazões, quando cabíveis.

Decorrido o prazo recursal sem a interposição de recursos, ou após o julgamento definitivo daqueles eventualmente apresentados, o resultado será homologado e os atos subsequentes serão praticados na forma estabelecida no edital.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a sessão.

Criado em 05 de agosto de 2026 e assinado digitalmente pela Comissão de Contratação nomeado pela Portaria nº 004, de 2026. O sr. Alessandro dos Anjos – Presidente, Luciana Antunes Pereira – Membro, Sueli Lima dos Santos – Membro.

ANEXO I

Credenciamento nº 005/2026 - Processo nº 2386/2026 - Leiloeiro			
Data/Hora para início:	05/08/2026 às 10h 00min		
NOMES		**NOMES**	Ordem Classif.
(ordem alfabética)		**(ordem do sorteio para rodízio de execução)**	
ALEX SANDRO VIEIRA FELIX		**LUIZ CARLOS DALL AGNOL**	**1º**
ANA CAROLINA ZANINETTI ROSA		**ALEX SANDRO VIEIRA FELIX**	**2º**
ANDERSON LUCHTENBERG		**SIDNEY BELARMINO FERREIRA JUNIOR**	**3º**
CÁTIA FERNANDA ALIEVI TOPOROSKI		**JOSÉ VALERO SANTOS JUNIOR**	**4º**
CONRADO AUGUSTO CARVALHO DE MAGALHÃES		**HELCIO KRONBERG**	**5º**
DANIEL ELIAS GARCIA		**FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO**	**6º**
DIEGO WOLF DE OLIVEIRA		**ANA CAROLINA ZANINETTI ROSA**	**7º**
EVANILDE AQUINO PIMENTEL ROSA		**MARCOS ANTONIO TULIO**	**8º**
FÁBIO MARLON MACHADO		**DANIEL ELIAS GARCIA**	**9º**
FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO		**LELIA MARIA DE PAULA LENZ CÉSAR**	**10º**
GIANCARLO PETERLONGO LORENZINI MENEGOTTO		**EVANILDE AQUINO PIMENTEL ROSA**	**11º**
GUILHERME EDUARDO STUTZ TOPOROSKI		**GIANCARLO PETERLONGO LORENZINI MENEGOTTO**	**12º**
HELCIO KRONBERG		**JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA**	**13º**
JEREMY WU SANTIAGO DA COSTA E SILVA		**RICARDO FERREIRA GOMES**	**14º**
JOACIR MONZON POUEY		**JORGE MARCO AURELIO BIAVATI**	**15º**
JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA		**PATRICIA PIMENTEL**	**16º**
JORGE MARCO AURELIO BIAVATI		**GUILHERME EDUARDO STUTZ TOPOROSKI**	**17º**
JOSÉ VALERO SANTOS JUNIOR		**CÁTIA FERNANDA ALIEVI TOPOROSKI**	**18º**
LELIA MARIA DE PAULA LENZ CÉSAR		**LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA**	**19º**
LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA		**LUIZ BARBOSA DE LIMA JUNIOR**	**20º**
LUIZ BARBOSA DE LIMA JUNIOR		**FÁBIO MARLON MACHADO**	**21º**
LUIZ CARLOS DALL AGNOL		**JOACIR MONZON POUEY**	**22º**
MARCOS ANTONIO TULIO		**ANDERSON LUCHTENBERG**	**23º**
PATRICIA PIMENTEL		**CONRADO AUGUSTO CARVALHO DE MAGALHÃES**	**24º**
PEDRO LERNER KRONBERG		**JEREMY WU SANTIAGO DA COSTA E SILVA**	**25º**
RICARDO FERREIRA GOMES		**DIEGO WOLF DE OLIVEIRA**	**26º**
SIDNEY BELARMINO FERREIRA JUNIOR		**PEDRO LERNER KRONBERG**	**27º**

Publicado por:
Alessandro Dos Anjos
Código Identificador:85FC91E7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 177/2026 - MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO N° 36/2026

OBJETO: Contratação de Serviços Pneumáticos.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	15,00	SRV	CONSERTO DE PNEU PARA RETROESCAVADEIRA 12 X 16.5	65,50	BORRACHARIA PERASSA LTDA
2	65,00	SRV	CONSERTO DE PNEU 12.5 X 18	66,00	42.342.344 PAULO HENRIQUE PERASSA
3	40,00	SRV	CONSERTO DE PNEU PARA RETROESCAVADEIRA 19.5 X 24	109,00	BORRACHARIA PERASSA LTDA
4	75,00	SRV	CONSERTO DE PNEU 1300 - 1400 X 24	134,43	42.342.344 PAULO HENRIQUE PERASSA
5	20,00	SRV	CONSERTO DE PNEU 18.4 X 30	118,00	BORRACHARIA PERASSA LTDA
6	30,00	SRV	CONSERTO DE PNEU 750 X 16	35,80	42.342.344 PAULO HENRIQUE PERASSA
7	80,00	SRV	CONSERTO DE PNEUS 1000X20	60,90	BORRACHARIA PERASSA LTDA
8	460,00	SRV	CONSERTO DE PNEUS 275/80 R22,5	58,50	42.342.344 PAULO HENRIQUE PERASSA
9	453,00	SRV	CONSERTO DE PNEUS 215/75 R 17,5	60,40	BORRACHARIA PERASSA LTDA
10	108,00	SRV	CONSERTO DE PNEU 17.5 X 25	124,00	42.342.344 PAULO HENRIQUE PERASSA
11	88,00	SRV	MONTAGEM DE PNEU 17.5 X 25	105,00	42.342.344 PAULO HENRIQUE PERASSA
12	10,00	SRV	MONTAGEM DE PNEU 12.5 X 16.5	70,50	BORRACHARIA PERASSA LTDA
13	60,00	SRV	MONTAGEM DE PNEU 12.5 X 18	75,05	42.342.344 PAULO HENRIQUE PERASSA
14	10,00	SRV	MONTAGEM DE PNEU 19.5 X 24	100,00	BORRACHARIA PERASSA LTDA
15	40,00	SRV	MONTAGEM DE PNEU PARA MÁQUINAS 1300 - E 1400	129,00	42.342.344 PAULO HENRIQUE PERASSA
16	20,00	SRV	MONTAGEM DE PNEU 18.4 X 30	116,50	BORRACHARIA PERASSA LTDA
17	20,00	SRV	MONTAGEM DE PNEU 750 X 16	36,00	42.342.344 PAULO HENRIQUE PERASSA
18	60,00	SRV	MONTAGEM DE PNEU 1000 X 20	54,90	BORRACHARIA PERASSA LTDA
19	270,00	SRV	MONTAGEM DE PNEUS 275/80 R22,5	60,80	42.342.344 PAULO HENRIQUE PERASSA
20	256,00	SRV	MONTAGEM DE PNEU 215/75R17,5	42,30	42.342.344 PAULO HENRIQUE PERASSA
21	20,00	SRV	LASTREAMENTO LÍQUIDO EM PNEU AGRÍCOLA - Medida 18.4-30	52,50	BORRACHARIA PERASSA LTDA
22	20,00	SRV	LASTREAMENTO LÍQUIDO EM PNEU AGRÍCOLA - Medida 12.4-2	43,00	BORRACHARIA PERASSA LTDA
23	158,00	SRV	BALANCEAMENTO DE PNEUS 215/75 R17,5	57,63	42.342.344 PAULO HENRIQUE PERASSA
24	168,00	SRV	BALANCEAMENTO COM MICRO ESFERA PARA PNEUS	52,80	42.342.344 PAULO HENRIQUE PERASSA
25	95,00	UN	BICO VÁLVULA PARA PNEU 215 X 17,5	46,43	42.342.344 PAULO HENRIQUE PERASSA
26	80,00	UN	BICO VÁLVULA PARA PNEU 275 X 22,5	42,00	BORRACHARIA PERASSA LTDA
27	62,00	SRV	CONSERTO DE PNEUS 295/80 R22,5	74,40	BORRACHARIA PERASSA LTDA
28	62,00	SRV	MONTAGEM DE PNEUS 295/80 R22,5	67,70	BORRACHARIA PERASSA LTDA
29	60,00	SRV	CONSERTO DE PNEUS 235/75 R17,5	46,90	BORRACHARIA PERASSA LTDA
30	40,00	SRV	MONTAGEM DE PNEUS 235/75 R17,5	44,50	BORRACHARIA PERASSA LTDA
31	176,00	SRV	CONSERTO PNEUS 225/75 R16 110/107 AT	39,13	42.342.344 PAULO HENRIQUE PERASSA
32	146,00	SRV	MONTAGEM PNEUS 225/75 R16 110/107 AT	31,47	42.342.344 PAULO HENRIQUE PERASSA
35	25,00	SRV	VULCANIZAÇÃO PNEUS MAQUINA/TRATOR	225,50	BORRACHARIA PERASSA LTDA

			MEDIDAS ARO 12,5 A 18		
36	30,00	SRV	"VULCANIZAÇÃO PNEUS MAQUINA/TRATOR MEDIDAS ARO 19,5 A 34"	466,50	BORRACHARIA PERASSA LTDA
37	98,00	SRV	"VULCANIZAÇÃO PNEUS CAMINHÃO/ONIBUS MEDIDAS ARO 17,5 ATE 22,5 "	225,00	42.342.344 PAULO HENRIQUE PERASSA
38	508,00	SRV	SERVIÇO DE CONSERTO DE PNEUS - Leve, médio	32,00	JAIR TRAJANO VIEIRA
39	428,00	SRV	MONTAGEM DE PNEUS - SERVIÇOS DE MONTAGEM DE PNEU LEVE, MEDIO	27,50	JAIR TRAJANO VIEIRA
40	220,00	SRV	SERVIÇOS DE GEOMETRIA PARA VEÍCULOS LEVES E MÉDIO	105,00	JAIR TRAJANO VIEIRA
41	348,00	SRV	SERVIÇOS DE BALANCEAMENTO VEÍCULOS LEVES E MÉDIOS	24,50	JAIR TRAJANO VIEIRA
42	172,00	SRV	SERVIÇO DE CONSERTO DE PNEUS - SERVIÇO DE CONSERTO DE PNEUS van, ambulancias e para caminhões até aro 16	50,50	JAIR TRAJANO VIEIRA
43	158,00	SRV	MONTAGEM DE PNEUS - <p>SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU van, ambulancias e para caminhões até aro 16	41,00	JAIR TRAJANO VIEIRA
44	146,00	SRV	SERVIÇOS DE GEOMETRIA - <p>SERVIÇOS DE GEOMETRIA van, ambulancias e para e caminhões até aro 16	126,00	JAIR TRAJANO VIEIRA
45	172,00	SRV	SERVIÇOS DE BALANCEAMENTO - <p>SERVIÇOS DE GEOMETRIA van, ambulancias e para e caminhões até aro 16	42,00	JAIR TRAJANO VIEIRA
46	4,00	UN	SERVIÇOS DE CONSERTO DE PNEUS. - MOTOS	38,70	JAIR TRAJANO VIEIRA
47	4,00	SRV	SERVIÇOS DE MONTAGEM DE PNEU MOTOS	30,00	JAIR TRAJANO VIEIRA

Rio Negro, 04 de agosto de 2026 –

LINDAMIR BURKAT
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:0D35DDE0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO ABERTO PELO EDITAL Nº 001/2024 - CONVOCAÇÃO Nº 247/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE CARGOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA/PR

CONVOCAÇÃO Nº 247/2026

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO ABERTO PELO EDITAL Nº 001/2024

A Prefeitura Municipal de Rolândia, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, a convocação dos candidatos relacionados no Anexo I para Protocolo dos documentos para a nomeação, conforme respectiva classificação no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2024.

DO PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E ACEITE DA VAGA

Art. 1º Ficam convocados os candidatos relacionados no anexo I desta convocação, a protocolar no site Oficial da Prefeitura Municipal de Rolândia – PR, através do link https://rolandia.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&is=12130, no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir da publicação desta convocação, para apresentar os seguintes documentos:

a) Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade acompanhado do Boletim de Ocorrência;
b) Cadastro de Pessoa Física CPF conforme certidão de nascimento/casamento/averbação de divórcio;
c) Registro Civil de Nascimento/Casamento/Casamento com Averbação de Divórcio;
d) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino;
e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
f) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
g) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, acompanhado do atestado de vacinas, da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
h) Uma foto 3x4 recente, colorida e com fundo branco;
i) Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
j) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
k) CNH para os candidatos aos cargos cuja habilitação se faz necessária;
l) Registro junto ao Conselho de Classe do candidato a cargo profissional exigido;
m) Comprovante de residência atual (conta de água, energia elétrica ou telefone fixo) em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
n) Ficha cadastral preenchida (ANEXO II);
o) Declaração de que o candidato não se encontra vinculado a cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração e Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão; (ANEXO III);
p) Declaração de imposto de renda e no caso de ser isento, preencher o formulário próprio de bens e valores que constituem o patrimônio (ANEXO IV);
q) Declaração de dependentes para fins de dedução de imposto de renda (ANEXO V);

r) Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido sanção por inidoneidade, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal (ANEXO VI);
s) Certidão Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais emitida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da (s) cidade (s) de residência (Justiça Estadual e Justiça Federal) dos últimos cinco anos; Certidão Negativa de Débitos - CND (se positiva deverá apresentar também a Certidão Explicativa;
t) Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde comprovante de endereço do período de publicação do Edital.

Art. 2º A falta de apresentação dos documentos e declarações mencionados acima caracterizará a desistência do candidato.

Rolândia, 03 de Agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Anexo I da Convocação 247/2026 – RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO
014.703.290-20	RENATA SILVA DE OLIVEIRA	ASSISTENTE SOCIAL
014.703.364-15	ERENILDA DOS SANTOS CORREA	ASSISTENTE SOCIAL

Anexo II da Convocação 247/2026

FICHA CADASTRAL

I – DADOS PESSOAIS
Nome: _____ Sexo: _____
Data de nascimento: ___/___/_____ Naturalidade: _____ Estado: _____ Filiação: Pai: _____ Mãe: _____ Estado civil: _____ Nome do cônjuge: _____ Raça/cor: ( ) indígena ( ) branca ( ) negra ( ) amarela ( ) parda
Deficiente: ( ) sim ( ) não
Tipo sanguíneo: _____ _____
Endereço: _____ Bairro: _____ CEP: _____ Cidade/UF: _____ Telefone: _____ Celular: _____ E-mail: _____ Grau de escolaridade: ( ) nível fundamental ( ) nível médio ( ) nível superior () pós-graduação
Curso: _____ Instituição: _____

II – IDENTIFICAÇÕES PESSOAIS
Identidade nº _____Órgão expedidor/UF: _____ Data exp. ___/___/_____ Título de eleitor nº _____ Zona _____
Seção _____ Município/UF _____ Data exp. ___/___/_____
Certificado de reservista nº _____ Categoria_____ CPF _____PIS/PASEP _____ CTPS nº _____ Série _____ UF _____ Data exp. ___/___/_____ Carteira Habilitação nº _____ Categoria _____
Data Validade ___/___/_____ Data emissão ___/___/_____

Rolândia, _____ de _____ de 20____.
_____
Assinatura

Anexo III da Convocação 247/2026

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGO

Eu, _____, portador (a), do RG _____ e CPF_____, declaro que ao assumir o cargo de _____, nesta Prefeitura Municipal de Rolândia que:

( ) Recebo benefícios (INSS, Previdência, Auxílio Doença e outros).
Caso a resposta for positiva, descreva: _____.

( ) Não exerço qualquer outro cargo público (função ou emprego em Entidades Federais, Estaduais ou Municipais), bem como Autarquias, Empresas Públicas ou de Economia Mista e em Fundações Públicas e nem recebo aposentadoria decorrente de cargo público.

( ) Exerço o(s) cargo(s) público(s), função(ões) ou emprego(s) abaixo:

a) _____, cuja jornada de trabalho é de _____ às _____ horas.
b) _____, cuja jornada de trabalho é de _____ às _____ horas.
c) _____, cuja jornada de trabalho é de _____ às _____ horas.

Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas abaixo transcritas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício do cargo para o qual fui empossado.

ART. 37 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL
XVI - "É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:
I. a de dois cargos de professor;
II. a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
III. a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;”

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; § 10 - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos art. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração."

Rolândia, _____ de _____ de 20____.

_____
Assinatura

Anexo IV da Convocação 247/2026

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

EU, _____
Portador (a) do CPF nº _____ Carteira de Identidade _____Órgão Emissor/UF_____
Domiciliado em: Rua/AV_____ Nº _____,
no bairro _____, na cidade de _____
DECLARO, para os devidos fins de direito e conforme legislação vigente que possuo os seguintes bens:

( ) Não Possuo bens.

Item	Discriminação dos Bens
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

Declaro também, sob as penas da Lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, autorizando a administração a proceder à digitação das informações constantes neste formulário, bem como, as informações anuais posteriores que atualizarão o presente, resguardado o sigilo destas.

Rolândia, _____ de _____ de 20____.

_____
Assinatura

Anexo V da Convocação 247/2026

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES

DECLARANTE	
Nome	
Endereço:	
Bairro:	Cidade/UF:
CEP:	Telefone:
CPF:	Identidade:
Estado Civil:	
Local de Trabalho:	

Para fins de dedução da base do cálculo de IRRF, em obediência à legislação, informo à Prefeitura do Município de Rolândia que:

( ) não possuo nenhum dependente como encargo de família;
( ) tenho como encargo de família os dependentes abaixo:

Nº de Ordem	Nome Completo	N° CPF	Data de Nascimento	Naturalidade	Relação de dependência

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, não cabendo ao Município de Rolândia, fonte pagadora, qualquer responsabilidade perante a fiscalização. Declaro, ainda, estar ciente que é minha responsabilidade renovar esta declaração sempre que ocorrerem alterações nos dados acima informados.

Rolândia, _____ de _____ de 20____.

_____
Assinatura

Anexo VI da Convocação 247/2026

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA

Eu,_____, portador (a) do RG n°_____, inscrito (a) no CPF sob o n°_____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo sanção por inidoneidade, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal. Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Rolândia, _____ de _____ de 20____.

_____
Assinatura

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:C67A92DE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.815/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
RESOLVE:

DIVULGA:

Art. 1º - O resultado FINAL do Processo de Promoção na carreira para avanço Horizontal, aberto pelo Decreto nº 282/2026, em conformidade com a Lei n° 3.744/2015, conforme segue:

Servidor	Cargo	Nível Atual	Nível Elevado
Ademir Marchetti	AGM D	AGM D II	AGM D III
Adma Camargo de Souza	Enf. de Saúde Mental	ESM I	ESM II
Adriana Christina Betoni	Enfermeiro - PSF	ENF PSF/UE I	ENF PSF/UE II
Adriano Porfirio Piza	Enf. Urgência e Emergência	ENF.PSF/UE II	ENF.PSF/UE III
Alexandre Jorge Ikuta	Dentista Especialista	Dent. Esp. II	Dent. Esp. III
Ana Célia Ribeiro	ACS - PSF	ACS/AE III	ACS/AE IV
Ana Paula Felix Volpato	Enfermeiro PSF	ENF.PSF/UE III	ENF.PSF/UE IV
Anderson Moreira Bernini	Fisioterapeuta	NS2/NS3 III	NS2/NS3 IV
Angelica Antonia Delfino	ACS - PSF	ACS/AE II	ACS/AE III
Angelica Maria P. Nogueira	TGM A	TGM A II	TGM A III
Aparecida de Oliveira	TSP A	TSP A II	TSP A III
Bruno Lundgren R. Aranda	Procurador Jurídico	Procurador II	Procurador III
Caroline Vanessa Franco	Enfermeiro PSF	ENF PSF/UE II	ENF PSF/UE III
Claudio Alberto Metzger	Engenheiro Civil	NS2/NS3 III	NS2/NS3 IV
Daiane Ap. de Padua Silva	ACS - PSF	ACS/AE III	ACS/AE IV
Daniela Ap. dos Santos	AGMA - S. Zeladoria	AGM A II	AGM A III
Darlene Aparecida da Silva	ACS - PSF	ACS/AE III	ACS/AE IV
Dione Ramos da Silva	TGM A	TGM A II	TGM A III
Edina Raimundo De Lima	AGM A	AGMA II	AGMA III
Edna Midori O. F. Yokosawa	Nutricionista	NS2/NS3 II	NS2/NS3 III
Elaine Harumi S. Balestri	Enfermeiro	NS2/NS3 III	NS2/NS3 IV
Eloisa de Oliveira Targa	TGM A	TGM A II	TGM A III
Érica Lopes Rodrigues Marra	TGM A	TGM A II	TGMA III
Erika Fernanda Dos S. B. Ludwig	Enf. Urgência e Emergência	ENF.PSF/UE I	ENF.PSF/UE II
Evandro Gabriel Depetris	TGM A	TGM A II	TGM A III
Filipe Eduardo Jordão Cogo	ACS - PSF	ACS/AE II	ACS/AE III
Geracina Pereira de Melo	AGM A	AGM A II	AGM A III
Grace Kelly B. P. Carvalho	TGM A	TGM A II	TGM A III
Hellen Paula P. da S. Bueno	ACS - PSF	ACS/AE II	ACS/AE III
Jane Maria da Silva	TGM A	TGMA II	TGMA III
Jessica Rodrigues de Amorim	TGM A	TGM A II	TGMA III
Jonas Aparecido da Silva	AGM A	AGM A I	AGM A II
Josieli Bazoni S. Candido	Enfermeiro PSF	ENF.PSF/UE III	ENF.PSF/UE IV
Juliana C. de Oliveira	TGM A	TGM A II	TGM A III
Juliano Marcos	ACS - PSF	ACS/AE I	ACS/AE II
Ketlen Heloyse da Silva	TGM A	TGMA II	TGMA III
Lizeloth Weiss Klauberg	Dentista PSF	DPSF II	DPSF III
Luciana Alves Amaro	ACS - PSF	ACS/AE II	ACS/AE III
Luciane Lumi K. Moriyama	Fisioterapeuta	NS2/NS3 III	NS2/NS3 IV
Marcello Jorão G. Ribeiro	TGM C	TGM C II	TGM C III
Maria Simone dos Santos	Técnico de Saúde Pública B	TSP B I	TSP B II
Mariana Vieira	TGM A	TGMA II	TGMA III
Mauro Sergio de Carvalho	AGM A	AGM A I	AGM A II
Michele Cristina Marques	TGM A	TGMA II	TGMA III
Natalia Cristina S. e Silva	Assistente Social	NS2/NS3 II	NS2/NS3 III
Nilton Horácio da Silva Filho	Agente de Endemias - PSF	ACS/AE II	ACS/AE III
Nivea Regina B. Braggion	ACS - PSF	ACS/AE II	ACS/AE III
Patricia Oliveira da S. Braga	AGMA - S.Copa/Cozinha	AGM A II	AGM A III
Rodrigo Gervazoni Delanheze	Médico Especialista	NS5 II	NS5 III
Rodrigo Sandrin	Dentista Especialista	Dent. Esp. II	Dent. Esp. III
Roseli de Oliveira Vieira	ACS - PSF	ACS/AE II	ACS/AE III
Rosiane Cardoso da Silva	Técnico de Saúde Pública C	TSP C I	TSP C II
Rosimara Novais da Silva	AGM A	AGM A I	AGM A II
Samira Machado Mustafa	TGM C	TGM C II	TGM C III
Sandra Cristina F. Beraldo	Téc. de Enf. U. e E.	TEUE II	TEUE III

Silvano de Melo	AGM C	AGMC I	AGMC II
Silvia Moribe Tominaga	TGM A	TGM A II	TGM A III
Sueli Vieira da Silva Quimentao	ACS - PSF	ACS/AE II	ACS/AE III
Viviane Dalto	Enfermeiro - PSF	ENF.PSF/UE II	ENF.PSF/UE III
Walmir Dias Dos Santos	Téc. de Enf. U. e E.	TEUE II	TEUE III

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 03 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:5A2CBFD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 055/2026

O **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ,** pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **Ailton Aparecido MaIstro,** residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa **SCUISATO COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 14.370.145/0001-99, com sede à Rua Bahia, nº 40, distrito de São Martinho, na cidade de Rolândia – PR, CEP 86.609-000, Fone (43) 3240-1216 / 3240-1483 / 99130-1638, e-mail financeirocentralsmartinho@gmail.com, representada pela Senhora **GABRIELA SANCHES SCUISATO,** mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de gêneros alimentícios (carnes e derivados congelados)**, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 055/2026, devidamente homologado pelo Município em 03/07/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
1	KG	6.600,00	71879	CARNE SUÍNA, corte PERNIL, em ISCAS, CONGELADO, sem pele, sem osso. De abate recente de animal sadio, com porcentagem máxima de gordura de 5% (cinco por cento). Em embalagem plástica atóxica, resistente, transparente, devidamente vedada e rotulada, contendo lote, data de fabricação e validade, PESANDO 1KG. Ser transportada à temperatura entre -12º e -18º C (graus negativos). Produto obtido de estabelecimentos registrados no SIF, SISBI-POA ou SIM/SIE, conforme legislação vigente. Validade mínima de 6 meses no ato da entrega	18,90	124.740,00	MARCA PROPRIA
2	KG	2.050,00	71880	MOELA DE FRANGO, CONGELADA. Proveniente de aves sadias, abatidas sob inspeção sanitária oficial, LIMPA, sem resíduos de conteúdo gastrointestinal, sem excesso de gordura, sem presença de penas, pele, película amarela ou sujidades. Em embalagem plástica atóxica, resistente, transparente, devidamente vedada e rotulada, contendo lote, data de fabricação e validade, PESANDO 1KG. Ser transportada à temperatura entre -12º e -18º C (graus negativos). Produto obtido de estabelecimentos registrados no SIF, SISBI-POA ou SIM/SIE, conforme legislação vigente. Validade mínima de 6 meses no ato da entrega.	12,10	24.805,00	LEVO
3	KG	2.200,00	71881	FÍGADO BOVINO, em ISCAS, CONGELADO. Proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção sanitária oficial, devidamente LIMPO, livre de vesícula biliar, ductos biliares aparentes, sem excesso de sangue coagulado, grandes vasos ou sujidades. Em embalagem plástica atóxica, resistente, transparente, devidamente vedada e rotulada, contendo lote, data de fabricação e validade, PESANDO 1KG. Ser transportada à temperatura entre -12º e -18º C (graus negativos). Produto obtido de estabelecimentos registrados no SIF, SISBI-POA ou SIM/SIE, conforme legislação vigente. Validade mínima de 6 meses no ato da entrega.	15,00	33.000,00	MARCA PROPRIA
4	KG	4.530,00	71882	CARNE SUÍNA, corte PERNIL, MOÍDA, CONGELADA, sem pele, sem osso. De abate recente de animal sadio, com porcentagem máxima de gordura de 5% (cinco por cento). Em embalagem plástica atóxica, resistente, transparente, devidamente vedada e rotulada, contendo lote, data de fabricação e validade, PESANDO 1KG. Ser transportada à temperatura entre -12º e -18º C (graus negativos). Produto obtido de estabelecimentos registrados no SIF, SISBI-POA ou SIM/SIE, conforme legislação vigente. Validade mínima de 6 meses no ato da entrega.	17,10	77.463,00	MARCA PROPRIA
5	KG	500,00	71883	FRANGO (DRUMET / COXINHA DA ASA), CONGELADO. Proveniente de aves sadias, abatidas sob inspeção sanitária oficial, LIMPO, sem presença de penas, resíduos de vísceras, sujidades ou excesso de gordura, com características sensoriais próprias (cor, odor e textura). Em embalagens plásticas atóxicas, resistentes, transparentes, devidamente vedadas e rotuladas, contendo lote, data de fabricação e validade, PESANDO 1KG. Ser transportado à temperatura entre -12º e -18º C (graus negativos). Produto obtido de estabelecimentos registrados no SIF, SISBI-POA ou SIM/SIE, conforme legislação vigente. Validade mínima de 6 meses no ato da entrega.	10,20	5.100,00	CANÇÃO
6	KG	500,00	71884	FRANGO (PASSARINHO), CONGELADO. Composto por cortes de peito, coxa, sobrecoxa, dorso e asas, proveniente de aves sadias, abatidas sob inspeção sanitária oficial, LIMPO, sem presença de penas, resíduos de vísceras, sujidades ou excesso de gordura, com características sensoriais próprias (cor, odor e textura). Conforme Anexo I - Termo de Referencia.	9,90	4.950,00	CANÇÃO
7	KG	500,00	71885	7 - Músculo Bovino, em Cubos, Congelado Carne bovina tipo músculo, proveniente de animais sadios. Apresentada em cortes formato cubo com tamanho de até 3 cm. Limpa, sem excesso de nervos e tecido conjuntivo, sem sebo e sem sujidades. Porcentagem máxima de gordura de 15% (quinze por cento). Características sensoriais próprias (cor, odor e textura típicos da espécie). Embalagem plástica atóxica, resistente, transparente, devidamente	36,05	18.025,00	MARCA PROPRIA

				vedada e rotulada. Conforme Anexo I - Termo de Referencia			

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

1. Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na escala. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.

Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.

Os rótulos das embalagens deverão ser resistentes ao manuseio e devem estar impressos de forma clara, legível e sem rasuras, contendo as seguintes informações:

Identificação do produto (nome e marca), composição e informações nutricionais,

Nome e endereço do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido, número do lote e número de registro no órgão competente, se for o caso.

As embalagens devem estar íntegras de acordo com as especificações. Não será efetuada análise em amostras com data de validade ultrapassada, com embalagens violadas e outras situações que comprometam a inocuidade do alimento e/ou apresentarem condições inadequadas de armazenamento e/ou transporte.

As embalagens de transporte devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento, etc.).

Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.

Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.

O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.

Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.

A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.

A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.

Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.

O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.

Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.

Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.

Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.

A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas conseqüências e implicações.

A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21).

Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado após o recebimento da Nota de Empenho emitida pela Secretaria competente do Município. A CONTRATADA deverá realizar a entrega nos locais e horários indicados, seguindo a escala enviada pela secretaria solicitante.

• Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 24 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.

• Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.

• Independentemente do recebimento e da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade, as condições higiênico-sanitárias e a adequação ao consumo dos alimentos perecíveis fornecidos, especialmente carnes e derivados, durante todo o prazo de validade indicado pelo fabricante e/ou pelas normas sanitárias vigentes, obrigando-se a substituir imediatamente, no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia, qualquer produto que apresente alterações, deterioração, contaminação, vícios, irregularidades ou condições impróprias para consumo.

As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de

licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
• Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
• Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
• Os materiais serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
• A verificação da conformidade das especificações dos materiais ocorrerá no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, os materiais serão recebidos definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação dos objetos.
• Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada dos materiais, estes serão rejeitados, em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-los no prazo de até 24 h (vinte e quatro horas), a partir da data de solicitação da substituição.
Em caso de intoxicação alimentar dos alunos, haverá solicitação de análise microbiológica do alimento suspeito, com custos para o fornecedor do mesmo.
• Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
• Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega dos materiais a serem substituídos.
• Os materiais deverão ser entreguesacondicionados em embalagem própria para cada material.
• A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar os materiais entregues, se esses não estiverem de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
O recebimento dos gêneros alimentícios adquiridos por meio desta Ata de Registro de Preços dar-se-á em 2 (duas) etapas, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021:
I – Recebimento Provisório: realizado no ato da entrega pelo servidor responsável ou comissão designada, para efeito de verificação da conformidade do objeto com as especificações da proposta e do edital, mediante recibo na nota fiscal ou documento equivalente;
II – Recebimento Definitivo: realizado após a verificação da qualidade, quantidade, condições de congelamento, rotulagem e cumprimento integral das exigências editalícias, mediante termo circunstanciado ou atesto definitivo na nota fiscal, assinado pelo servidor competente, no prazo máximo de 10 dias úteis contados do recebimento provisório.
O Município de Rolândia designará o servidor responsável por fiscalizar a confiabilidade e a qualidade dos itens entregues, facultado à Detentora do Registro de Preços indicar um preposto para acompanhar a entrega, o qual responderá civil e criminalmente por seus atos.
Identificada qualquer inconformidade, vício ou defeito nos produtos durante a inspeção, o servidor responsável recusará o recebimento provisório de forma motivada, ficando a Detentora obrigada a readequar e substituir os itens rejeitados, às suas expensas, no prazo estabelecido nesta Ata.
O atesto do recebimento definitivo é condição indispensável e obrigatória para a liquidação da despesa e posterior liberação do pagamento à Detentora do Registro de Preços.
O pagamento poderá ocorrer de forma integral ou parcial, correspondendo rigorosamente à quantidade de produtos efetivamente entregues e atestados pelo órgão requisitante no período.
A Detentora do Registro de Preços obriga-se a fornecer os materiais nas quantidades exatas requisitadas pelas Ordens de Fornecimento, ciente de que o sistema de registro de preços não estipula limite mínimo por pedido, podendo o Município solicitar desde uma única unidade até o quantitativo total estimado na tabela de itens.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 288.083,00 (duzentos e oitenta e oito mil e oitenta e três reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata/contrato, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.

O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.

PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.

PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

São obrigações do Detentor do Registro de Preços:

Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.

O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;

V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.

V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado.

V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.

V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:

• Dar causa à inexecução parcial ou total da ata de registro de preços;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:

• Recusar-se injustificadamente a assinar a ata de registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.

O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:

• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo de entrega dos itens será conforme a escala enviada pela secretaria solicitante, mediante emissão da autorização de fornecimento.
2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV,da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 08 – Educação; 09 – Saúde; 10 – Assistência Social.

Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia – PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 03 de julho de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***SCUISATO COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA***

TESTEMUNHAS:

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:8E5AAFE7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 23/2026
ATA 02/2026

Expirado o prazo recursal, dispenso a licitação, com fundamento no Inciso IV art. 74 combinado com art. 72; e art. 79 da Lei Federal n.º14.133/2021, ratifico o presente processo nas seguintes condições:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR	QTDE	UNIT.	TOTAL
1	1	MARMITEX (RESERVATÓRIO TÉRMICO TAMPADO), 800G (ARROZ, FEIJÃO, MACARRÃO, CARNE, GUARNIÇÃO, SALADA VARIADA COM NO MÍNIMO 3 COMPONENTES), DE BOA QUALIDADE, SEM REPETIÇÃO NA SEMANA. A CARNE DEVERÁ SER BIFE DE BOI OU PORCO, FRANGO FRITO OU ASSADO, LINGUIÇA DE FRANGO OU PERNIL. OUTROS PRATOS QUE NECESSITAREM DE CARNES DIVERSAS PODERÃO SER OFERECIDOS MEDIANTE AVISO PRÉVIO.	LANCHONETE LORENZETTI LTDA	3.333,00	24,84	82.791,72
1	2	MARMITEX (RESERVATÓRIO TÉRMICO TAMPADO), 600G (ARROZ, FEIJÃO, MACARRÃO, CARNE, GUARNIÇÃO, SALADA VARIADA COM NO MÍNIMO 3 COMPONENTES), DE BOA QUALIDADE, SEM REPETIÇÃO NA SEMANA. A CARNE DEVERÁ SER BIFE DE BOI OU PORCO, FRANGO FRITO OU ASSADO, LINGUIÇA DE FRANGO OU PERNIL. OUTROS PRATOS QUE NECESSITAREM DE CARNES DIVERSAS PODERÃO SER OFERECIDOS MEDIANTE AVISO PRÉVIO.	LANCHONETE LORENZETTI LTDA	3.333,00	21,75	72.492,75
1	3	MARMITEX SALADA (RESERVATÓRIO TÉRMICO TAMPADO), 500 G (SALADAS FOLHAS, COZIDAS, MISTA).	LANCHONETE LORENZETTI LTDA	1.666,00	9,20	15.327,20
1	4	REFEIÇÃO COMPLETA INDIVIDUAL "SELF SERVICE" LIVRE (A REFEIÇÃO SERÁ SERVIDA NO PRÓPRIO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DA EMPRESA CREDENCIADA).	LANCHONETE LORENZETTI LTDA	1.666,00	37,32	62.175,12
1	5	REFRIGERANTE DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM GARRAFA PET DE 2 LITROS, SABOR COLA.	LANCHONETE LORENZETTI LTDA	666,00	14,12	9.403,92
1	6	ÁGUA MINERAL NATURAL SEM GÁS, GARRAFA PET 500 ML.	LANCHONETE LORENZETTI LTDA	333,00	3,11	1.035,63
1	7	ÁGUA MINERAL NATURAL COM GÁS, GARRAFA PET 500 ML.	LANCHONETE LORENZETTI LTDA	333,00	3,88	1.292,04

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
LANCHONETE LORENZETTI LTDA	244.518,38

Dos inscritos que se apresentarem a qualquer tempo, após a horário e data 14:00 horas do dia 01 de julho de 2026, a abertura dos envelopes dar-se-á em data e horário que serão estabelecidos pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos e pela Comissão Permanente de Licitação.

O presente edital de Credenciamento permanecerá constantemente aberto a partir da publicação do resumo deste edital no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, no Diário Oficial do Município e no Sitio Oficial até o dia 29 de maio de 2026.

Salto do Lontra, 04 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:34D71DB7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 525/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei
Municipal nº 1.527/2022
I – Secretaria Municipal de Administração

Alinea	Nome	objetivo	Destino	Veículo	Valor	Data
A	Sidnei Pereira	Transportar universitários	Jacarezinho /PR	TBV-9E24	R$ 360,00	05, 06, 07, 10, 11, 12, 13 e 14/08/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 05 de agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geovana Dos Santos Coelho
Código Identificador:0379ED3C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO ELETRÔNICO 10/2026

PREGÃO ELETRÔNICO 10/2026						
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 10/2026						
Validade da ata: de 05/08/2026 até 05/08/2027						
ANEXO I - DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS						
MF COMERCIO LTDA						
Item	Descrição	Marca	Und. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor limite
1	Lençol de Berço - Descrição Técnica Lençol destinado ao uso em berços infantis, confeccionado em tecido de alta qualidade, proporcionando conforto, segurança e higiene para crianças. Características gerais: lençol com elástico (ajustável ao colchão). Material: tecido 100% algodão ou misto (mínimo 70% algodão), macio ao toque e respirável, Fio do tecido: mínimo 120 fios ou superior. Cor: cores claras, com boa fixação de cor (não desbota facilmente). Acabamento: costuras reforçadas e elástico resistente em toda a volta. Dimensões: Comprimento: 1,30 m, Largura: 0,70 m, Altura (para colchão): até 12 cm. Tecido hipoalergênico Lavável e de fácil higienização Resistente a lavagens frequentes, secagem rápida. Segurança e qualidade: Produto isento de substâncias tóxicas. Indicado para uso infantil (berçário e educação infantil). Acabamento sem partes que possam causar risco (pontas, botões ou peças soltas). Garantia: mínima de 3 meses contra defeitos de fabricação.	Casa DoLencol-Lençol	UND	12,0000	R$ 27,10	R$ 325,20
Data da emissão: 05/08/2026 11:23:54		ÁGILIBlueCompras e licitações - ÁgiliSoftware Brasil			Emitido por: MARCOS VINICIUS DUARTE	
PREGÃO ELETRÔNICO 10/2026						
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 10/2026						
Validade da ata: de 05/08/2026 até 05/08/2027						
ANEXO I - DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS						
2	Lençol de Solteiro - Descrição Técnica: Lençol destinado a camas de solteiro, confeccionado em tecido de qualidade, proporcionando conforto, durabilidade e facilidade de higienização, indicado para uso institucional. Características gerais: lençol com elástico (ajustável ao colchão) ou modelo simples, conforme necessidade. Material: tecido 100% algodão ou misto (mínimo 70% algodão), fio do tecido: mínimo de 120 fios ou superior, toque macio, resistente e respirável. Cor: preferencialmente cores claras ou neutras, com boa fixação (não desbota facilmente) Acabamento: costuras reforçadas e elástico resistente (quando aplicável). Dimensões aproximadas: Comprimento: 1,88 m Largura: 0,88 m a 0,90 m Altura (para colchão com elástico): até 20 cm. Tecido hipoalergênico Lavável e de fácil higienização alta resistência a lavagens frequentes, Secagem rápida. Produto isento de substâncias nocivas Indicado para uso institucional e coletivo, acabamento sem partes que ofereçam risco (pontas ou peças soltas). Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação.	Casa DoLencol-Lençol	UND	12,0000	R$ 32,10	R$ 385,20
Valor total						R$ 710,40
NAIZ & SILVA LTDA						
Item	Descrição	Marca	Und. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor limite
1	Carrinho de bebê de passeio, estrutura do carrinho em tubos de aço e peças plásticas; tecido em algodão, com cinto de segurança com 5 pontos, encosto reclinável, regulável, removível e lavável, acento lavável, fixo e almofadado. Rodas com sistema de freios - 04 rodas dianteiras giratórias com duplo sistema de freios; - 02 rodas traseiras fixas com sistema único de freio. Capota retrátil e removível. Bandeja removível e apoio para pés fixo. Peso suportável até 15 kg. Nas medidas largura 51,8 cm, altura 100,7 cm e profundidade 80,1 cm. Com certificação Inmetro e Garantia Mínima de 12 meses.	Galzerano-Nizi	UND	15,0000	R$ 502,00	R$ 7.530,00
Valor total						R$ 7.530,00

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:D02D098B

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 09/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO										
PROCESSO ADMINISTRATIVO 09/2026										
Modalidade:	Inexigibilidade									
Número/Ano:	9/2026		Data de abertura:	05/08/2026						
Data adjudicação:	05/08/2026		Data homologação:	05/08/2026						
Tipo de avaliação:	Por item		Critério de avaliação:	Menor preço						
Modo de disputa:			Condição de pagamento:	Unica parcela						
Credenciamento:	Não		Chamamento:	Não			Registro de preço:	Não		
Objeto da licitação:										
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS NOVOS (VEÍCULO TIPO VAN: 16 LUGARES).										
Nos termos do Art. 74, caput, Lei 14.133/2021 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Presidente da Comissão de Contratação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo										
Licitante					CNPJ/CPF		Total do vencedor			
CABALA SOLUCOES GOVERNAMENTAIS LTDA					39.606.986/0001-83		R$ 306.950,00			
Total:							R$ 306.950,00			
CABALA SOLUCOES GOVERNAMENTAIS LTDA - Não Exclusivo										
Código	Descrição do item				Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total		
18270	Veículo tipo van: 16 (dezesseis) lugares, incluído o motorista, todos individuais, zero quilômetro, ano e modelo 2025 não inferior à data de contratação, teto alto, motor diesel, 4 cilindros, tração 4x2, freios ABS, distância entre eixos mínimo de 3.665mm, tacógrafo, com acentos reclináveis e possuir revestimento em todos os bancos em courvin automotivo; o veículo ainda deve possuir: ar condicionado duplo; bagageiro na parte traseira sob os bancos, com capacidade de no mínimo 1000 (mil) litros; motor diesel com potência mínima de 2.000cc e 130cv;comprimento mínimo do veículo: 5,50m; altura mínima do veículo: 2,45m; largura mínima do veículo: 1,95m; cor: a definir; vidros em todo salão e na porta lateral corrediça e porta traseira; airbags para motorista; direção hidráulica, elétrica ou eletrohidraulica; câmbio manual, com mínimo de 06 marchas a frente e 01 a ré; freio a disco nas quatro rodas; porta corrediça na lateral direita com sistema de acionamento automático, com acionamento fácil através de botão no painel e controle remoto manual, instalação que permita a abertura da porta com ou sem o sistema em funcionamento, leitores eletrônicos digitais que controlem a intensidade e a potência do fechamento da porta, tanto em terrenos planos, quanto em aclives ou declives de diversas angulações, sistema de segurança anti esmagamento e borda sensível, sensor de amperagem, (evita a queima de fusível), sensor de calor (previne danos no circuito do comando em caso de uso inadequado), sistema de redução de ruído e acionamento progressivo para suavidade na abertura e fechamento da porta com velocidade controlada pelo motorista;				UND	1,0000	R$ 306.950,0000	R$ 306.950,00		
Valor Total: R$ 306.950,00										

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:E8F1BD23

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 10/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO						
PROCESSO ADMINISTRATIVO						
Modalidade:	Pregão Eletrônico					
Número/Ano:	10/2026		Data de abertura:	11/05/2026		
Data adjudicação:	05/08/2026		Data homologação:	05/08/2026		
Tipo de avaliação:	Por item		Critério de avaliação:	Menor preço		
Modo de disputa:	Proposta - Lance		Condição de pagamento:	Parcelada		
Credenciamento:	Não	Chamamento:	Não	Registro de preço:	Sim	
Objeto da licitação:						
AQUISIÇÃO DE CARRINHOS DE BEBE - COLCHÕES E LENÇOIS -SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.						
Nos termos do Art. 28, inciso I, Lei 14.133/2021 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Presidente da Comissão de Contratação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo						

Licitante	CNPJ/CPF	Total do vencedor
MF COMERCIO LTDA	51.910.385/0001-65	R$ 710,40
NAIZ & SILVA LTDA	28.636.965/0001-94	R$ 7.530,00
Total:		R$ 8.240,40

MF COMERCIO LTDA - Não Exclusivo

Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
17947	Lençol de Berço - Descrição Técnica Lençol destinado ao uso em berços infantis, confeccionado em tecido de alta qualidade, proporcionando conforto, segurança e higiene para crianças. Características gerais: lençol com elástico (ajustável ao colchão). Material: tecido 100% algodão ou misto (mínimo 70% algodão), macio ao toque e respirável, Fio do tecido: mínimo 120 fios ou superior. Cor: cores claras, com boa fixação de cor (não desbota facilmente). Acabamento: costuras reforçadas e elástico resistente em toda a volta. Dimensões: Comprimento: 1,30 m, Largura: 0,70 m, Altura (para colchão): até 12 cm. Tecido hipoalergênico Lavável e de fácil higienização Resistente a lavagens frequentes, secagem rápida. Segurança e qualidade: Produto isento de substâncias tóxicas. Indicado para uso infantil (berçário e educação infantil). Acabamento sem partes que possam causar risco (pontas, botões ou peças soltas). Garantia: mínima de 3 meses contra defeitos de fabricação.	UND	12,0000	R$ 27,1000	R$ 325,20
17948	Lençol de Solteiro - Descrição Técnica: Lençol destinado a camas de solteiro, confeccionado em tecido de qualidade, proporcionando conforto, durabilidade e facilidade de higienização, indicado para uso institucional. Características gerais: lençol com elástico (ajustável ao colchão) ou modelo simples, conforme necessidade. Material: tecido 100% algodão ou misto (mínimo 70% algodão), fio do tecido: mínimo de 120 fios ou superior, toque macio, resistente e respirável. Cor: preferencialmente cores claras ou neutras, com boa fixação (não desbota facilmente) Acabamento: costuras reforçadas e elástico resistente (quando aplicável). Dimensões aproximadas: Comprimento: 1,88 m Largura: 0,88 m a 0,90 m Altura (para colchão com elástico): até 20 cm. Tecido hipoalergênico Lavável e de fácil higienização alta resistência a lavagens frequentes, Secagem rápida. Produto isento de substâncias nocivas Indicado para uso institucional e coletivo, acabamento sem partes que ofereçam risco (pontas ou peças soltas). Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	12,0000	R$ 32,1000	
	Valor Total: R$ 710,40				

NAIZ & SILVA LTDA - Não Exclusivo

Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
17945	Carrinho de bebê de passeio, estrutura do carrinho em tubos de aço e peças plásticas; tecido em algodão, com cinto de segurança com 5 pontos, encosto reclinável, regulável, removível e lavável, acento lavável, fixo e almofadado. Rodas com sistema de freios - 04 rodas dianteiras giratórias com duplo sistema de freios; - 02 rodas traseiras fixas com sistema único de freio. Capota retrátil e removível. Bandeja removível e apoio para pés fixo. Peso suportável até 15 kg. Nas medidas largura 51,8 cm, altura 100,7 cm e profundidade 80,1 cm. Com certificação Inmetro e Garantia Mínima de 12 meses.	UND	15,0000	R$ 502,0000	R$ 7.530,00
Valor Total: R$ 7.530,00					

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, 5 de agosto de 2026

CLAUDIO COVRE
Prefeito

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:144ABA98

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
PORTARIA 15.991 HOMOLOGAÇÃO P.E. 33

PORTARIA Nº 15.991
Data: 05 de agosto de 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no Inciso II, Art. 88, da Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO, a homologação do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 33/2026, de 26 de junho de 2026, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transformação veicular em veículo tipo furgão Mercedes-Benz Sprinter 517 Extra Longa da Secretaria da Saúde, compreendendo as especificações constantes no Termo de Referência, com Recursos Estaduais, Federais e Próprios, e a adjudicação em favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

Vencedores dos Itens						
11837 - ACA INDUSTRIA E COMERCIO DE PEÇAS PARA AR CONDICIONADO LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSFORMAÇÃO VEICULAR EM VEÍCULO TIPO FURGÃO MERCEDES-BENZ SPRINTER 517 EXTRA LONGA, DA SECRETARIA DA SAÚDE, COMPREENDENDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSTALAÇÃO DE ACABAMENTOS INTERNOS, DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA, CLIMATIZAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, COM RECURSOS ESTADUAIS, FEDERAIS E PRÓPRIOS.	SERVIÇO	ACA	1	R$75.000,00	R$75.000,00
				Total do Fornecedor:		R$75.000,00

Gabinete do Prefeito de Santa Izabel do Oeste, em 05 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercicio

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:66562D90

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 148

DECRETO 148/2026
De 04 de agosto de 2026

Sumula: Autoriza o Chefe do poder executivo municipal a abrir um crédito suplementar no orçamento vigente no valor R$ 257.000,00 (Duzentos e Cinqüenta e Sete Mil Reais) e dá outras providências.

O Prefeito do município de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1264 de 24/11/2025.
DECRETA
Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito suplementar, no orçamento vigente, no valor de R$ 257.000,00 (Duzentos e Cinqüenta e Sete Mil Reais) na seguinte dotação orçamentária:
Suplementar

Códigos	Descrição	Valor
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.001	DPTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
20.122.0002.2054	Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2530	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
20.606.0010.2064	Apoio a Melhoria da Bacia Leiteira	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2790	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
20.122.0002.2054	Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2560	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	60.000,00
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

10.301.0007.2071	E-Multi	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3440	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	20.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3460	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.000,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3480	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.000,00
10.301.0007.2070	Atividade da Assistencia Médica e Sanitária	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3330	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	30.000,00
10.303.0007.2083	Farmácia Básica	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
4250	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	50.000,00
10.301.0007.2070	Atividade da Assistencia Médica e Sanitária	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3390	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	40.000,00
	SUBTOTAL	147.000,00
09	SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL	
09.003	DIVISÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.241.0005.2097	Apoio a Entidade de Assistência ao idoso	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4960	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	10.000,00
12	SECRETARIA DE ESPORTES	
12.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
27.812.0002.2044	Manutenção das Atividades Desportivas	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6180	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
27.812.0013.2041	Apoio a Jogos e Eventos Esportivos	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	40.000,00
	TOTAL	257.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em conformidade com o artigo anterior, serão utilizados recursos proveniente do Cancelamento total/parcial das Seguintes dotações orçamentárias a seguir:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.001	DPTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
20.606.0010.2057	Apoio a Hortifruticultura	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2660	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
20.606.0010.2136	Compra Direta da Agricultura Familiar	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2850	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
20.122.0002.2054	Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
2540	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
20.606.0010.2136	Compra Direta da Agricultura Familiar	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
2860	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
20.606.0010.2057	Apoio a Hortifruticultura	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2670	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
20.606.0010.2059	Incentivo a Industrialização da Agricultura	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2710	00000-Recursos Ordinários (Livres)	13.500,00
18.541.0009.2050	Programa Santa Lúcia Lixo Reciclável	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2400	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
20.606.0010.1055	Construção de Poços Artesianos	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2630	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.500,00
20.606.0010.2064	Apoio a Melhoria da Bacia Leiteira	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2810	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2073	Ações do Programa Saúde Bucal	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3650	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	67.000,00
10.303.0007.2083	Farmácia Básica	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
10.122.0007.2065	Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2960	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
10.301.0007.2070	Atividade da Assistencia Médica e Sanitária	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
3350	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	30.000,00
10.302.0007.2081	Atividades da UBS	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
4100	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4120	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00

	SUBTOTAL	157.000,00
09	SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL	
09.003	DIVISÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.241.0005.2097	Apoio a Entidade de Assistência ao idoso	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
4980	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	10.000,00
12	SECRETARIA DE ESPORTES	
12.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
27.812.0002.2044	Manutenção das Atividades Desportivas	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6100	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
6130	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
6170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
27.812.0013.2040	Obras de Infra-Estrutura para Prática de Esportes	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
6230	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	40.000,00
	TOTAL	257.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 04 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:E45523D0

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 149

DECRETO 149/2026
De 04 de agosto de 2026

Sumula: Autoriza o Chefe do poder executivo municipal a abrir um crédito suplementar de provável excesso no orçamento vigente no valor R$ 139.490,43 (Cento e Trinta e Nove Mil, Quatrocentos e Noventa Reais e Quarenta e Três Centavos) e dá outras providências.

O Prefeito do município de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1264/2025 de 24/11/2025.
DECRETO
Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito suplementar, no orçamento vigente, no valor de R$ 139.490,43 (Cento e Trinta e Nove Mil, Quatrocentos e Noventa Reais e Quarenta e Três Centavos) na seguinte dotação orçamentária:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPTO. DE ADM. MATERIAL E PATRIMÔNIO E REC. HUMANOS	
04.122.0003.2011	Manutenção do Departamento de Administração	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
530	00000-Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
	SUBTOTAL	40.000,00
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2072	Programa Academia da Saúde	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3570	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3610	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	38.942,82
	SUBTOTAL	42.942,82
09	SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0005.1089	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4641	00954-Transf. Estadual - Piso Paranaense de Assistência Social I (PPAS-I)	18.750,00
	SUBTOTAL	18.750,00
10	SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES	
10.002	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	

15.451.0008.2118	Manutenção e Conservação de Vias Urbanas	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5890	00511-Taxas - Prestação de Serviços	13.797,61
	SUBTOTAL	13.797,61
12	SECRETARIA DE ESPORTES	
12.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
13.695.0014.2043	Apoio ao Turismo	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6052	00080-RECEITA DE PATROCÍNIO COMO FORMA DE INCENTIVO CULTURAL	24.000,00

	SUBTOTAL	24.000,00
	TOTAL	139.490,43

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação conforme demonstrativo em anexo e integrante desta Lei, de acordo com o Inciso II do Artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.9.9.9.99.2.1.04.00.00. 00.00	SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO NA EXPOSALU	40.000,00
1.9.9.9.99.3.1.01.00.00. 00.00	RECEITA DE PATROCÍNIO COMO FORMA DE INCENTIVO CULTURAL	24.000,00
1.7.1.3.50.1.1.08.00.00. 00.00	RECURSOS FINANC. A TRANSFERIR AS SECRETARIAS DE SAUDE MUN. EST. E DO DF PARA A QUALIF. DA ASSIST. FARMACEUTICA - QUALIFAR- SUS	6.000,00
1.7.1.3.50.1.1.09.00.00. 00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS - EMULTI	26.942,82
1.7.1.3.50.1.1.50.00.00. 00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ACADEMIA DA SAÚDE	10.000,00
1.1.2.2.01.0.1.00.00.00. 00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - PRINCIPAL	6.282,98
1.1.2.2.01.0.3.00.00.00. 00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - DÍVIDA ATIVA	7.514,63
1.7.2.9.51.0.1.02.00.00. 00.00	TRANSF ESTADUAL PISO PARANAENSE DE ASSISTENCIA SOCIAL (PPAS-I)	18.750,00
	TOTAL	139.490,43

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 04 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:0F67B983

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 - PROCESSO Nº 554/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 - Processo nº 554/2026
OBJETO: Aquisição de utensílios de cozinha, equipamentos industriais, itens de lavanderia e materiais correlatos, destinados a atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação e de suas Unidades Escolares no Município de Santo Antônio do Sudoeste – Estado do Paraná

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Menor Preço, Por item
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: aplicando-se no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133 de 01 de abril de 2021; Decreto Municipal nº. 4.084/2024 de 26 de maio de 2006, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Federal nº 147/2014 e legislação complementar.
EMPRESA VENCEDORA – preço por item.

60.793.584 ANGELO DENGO								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	10	BEBÊ CONFORTO, 0 a 13kg com as seguintes características: Material: Polietilenode alta densidade, Poliéster Tipo de instalação: cinto de segurança Orientação: Virado para trás Contendo almofada redutora e apoio de cabeça acolchoados, cinto de 3 pontos com 2 posições de altura, protetores para os ombros e entre pernas acolchoados, capota removível.	GALZERANO		UN	12,00	368,99	4.427,88
1	22	FORMA DE PÃO COM TAMPA: Utensílio para produção de pão de forma, capacidade de 3,2 litros. Medidas mínimas de: altura 10 cm, comprimento 32 cm, largura 10 cm, comprimento da tampa de 35 cm. Material alumínio. Espessura mínima da chapa de 0,7 mm.	CAPARRAZ		UN	40,00	49,89	1.995,60
1	32	SACO PARA COLETA DE AMOSTRA DE ALIMENTOS com tarja de identificação branca, conforme exigência da Anvisa, na Lei Complementar RDC 216, com gramatura: 0,06 micras, em plástico estéril, medidas mínimo: 12cmX25cm, com 1.000 unidades.	UTI HOUSE		PACOT	50,00	98,90	4.945,00
TOTAL								11.368,48
COMERCIAL HERZOG LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	5	BACIA INOX 6 LITROS: Produzida em aço inox de primeira qualidade. Tipo bowl, deve manter seu brilho e não enferrujar. Capacidade de no mínimo 6 litros. Dimensões aproximadas de 30 cm de diâmetro e 15 cm de altura.			UN	30,00	27,00	810,00
TOTAL								810,00
DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	11	BOTIJÃO TÉRMICO EM INOX: Fabricação em aço inox de qualidade. Deve possuir três camadas de isolamento térmico para garantir a temperatura desejada (quente e frio) por aproximadamente 6 horas. Deve possuir torneira antigotejamento, pés retráteis, alças para transporte. Peso aproximado de 2 kg. Capacidade mínima de 9,5 litros. Dimensões??aproximadas de: altura 34 cm.	CHEF LINE		UN	20,00	225,00	4.500,00
1	12	BOTIJÃO GARRAFÃO TÉRMICO - 12 LITROS – Botijão Garrafão Térmico com capacidade de 12 Litros, com tripé e Alça retrátil, bocal largo que facilita a entrada de líquidos no produto, torneira de plástico com travamento para retirada do líquido. Indicado para líquidos quentes ou frios. Conservação de até 6 horas. Feita em material com isolamento de espuma de poliuterano e dupla camada de PEAD(Polietileno de Alta Densidade).Medidas: Garrafa: 43,5cm de altura (tripé retraído),48,5cm de altura (tripé aberto), 25cm de diâmetro. Torneira: 6cm de altura, 3cm de largura, 5cm de comprimento. Bocal: 13cm de diâmetro.	INVICTA		UN	20,00	129,50	2.590,00
1	19	CORTADOR MANUAL PARA LEGUMES, também conhecido como "cabrita", permite cortes com formatos em tiras, com tamanhos iguais, de forma rápida e prática, ideal para o corte de batatas tipo palito, em alumínio reforçado, com tripé soldado. Características: modelo: médio; tripé: mesa; uso: doméstico e comercial; corpo: alumínio fundido; basculante: alumínio fundido; facas (navalha): aço inox inoxidável; pintura: eletrostática (a pó); colunas: tubo de aço 5/8; faca em aço inox. Dimensões aproximadas: abertura da boca: 10cm; largura do tripé: 28cm; altura total: 57cm; altura útil: 20cm; profundidade:37cm; peso aproximado: 2,4 kg. Obs: tripé com reforço triangular para evitar que os pés se abram durante o pressionamento, este reforço servirá também como suporte para recipiente de armazenamento de legumes fatiados, pés antiderrapante.	FACILITY		UN	20,00	74,50	1.490,00
TOTAL								8.580,00
GRM Máquinas e Locações LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	25	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO Profissional – Potência: entre 2.000W e 2.200 W. Comprimento Mangueira: mínimo de 7,5 metros	WAP		UN	16,00	1.850,00	29.600,00

		(Trama de Aço). Vazão de Água: entre 420 L/h e 500 L/h. Pressão Máxima: entre 2000 psi (138 bar) e 2176 psi (150 bar). Tensão/Voltagem: 127V OU 220V (Tipo de Motor: Indução (Alta Durabilidade). Sistema de segurança: sistema "stop total" (desliga o motor automaticamente ao soltar o gatilho da pistola). Rodas/Transporte: Carrinho de transporte integrado com rodas resistentes para mobilidade. Itens Inclusos: 01 Lavadora de Alta Pressão, 01 Pistola Profissional Baioneta; 01 Mangueira com Trama de Aço(mínimo 7,5 Metros), 01 Tubeira Inox Baioneta (420mm), 01 Bico Leque, 01 Engate Rápido, 01 Carrinho de Transporte, 01 Manual de Instruções.						
TOTAL								29.600,00
INOVA TECH INFORMATICA EIRELI								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	9	BATEDEIRA INDUSTRIAL 6L. Capacidade mínima da tigela: 6 litros. Velocidades: Controle eletrônico ou por polias com múltiplos níveis (ex: 6 a 10 níveis de velocidade) para diferentes tipos de massa. Alimentação: 220V ou compatível; verificar tensão local. Estrutura: Corpo em aço com pintura epóxi, ou similar, para maior durabilidade; tigela (cuba) em aço inoxidável para higienização facilitada. Acessórios: Acompanha normalmente três tipos de batedores (ex: globo, gancho, raquete) adequados para misturas leves, médias e cremes. Segurança: Sistema com grade de proteção ou tampo basculante, sensor térmico de proteção e botão de emergência conforme normas de segurança NR-12.	MANÁ	BPM 6 PLUS	UN	10,00	1.972,98	19.729,80
1	13	BUFFET TÉRMICO 6 CUBAS: Tipo carrinho, com estrutura em banho maria para manter os alimentos aquecidos. Cubas gastronômicas confeccionadas em aço inox. Estrutura tubular com pintura eletrostática. Rodízios com travas. Termostato do tipo capilar de bulbo (20°C a 120°C). Dimensões aproximadas: Altura: 125,5 cm Largura: 59,5 cm Profundidade: 112 cm Peso: 30 Kg. Voltagem 110 v ou 220v. Potência 1800 w.	IBET	ST06	UN	4,00	1.983,80	7.935,20
TOTAL								27.665,00
INOVE LICITAÇOES LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	AVENTAL IMPERMEÁVEL: Aventais impermeáveis Confeccionado em PVC com forro em poliéster em um dos lados; Possui ilhós e cadarço para amarração no pescoço; Testado e aprovado pela Norma BS 3546:1977 no laboratório do IPT; Proteção contra respingos provenientes de operações com uso de água; Para higienização utilizar água e sabão neutro. Dimensões??aproximadas do produto: 1,00 x 0,60.	PLASCOR		UN	100,00	17,33	1.733,00
1	31	RECHAUD RETANGULAR – Rechaud retangular com capacidade total aproximada de 9 litros, modelo duplo, indicado para conservação e aquecimento de alimentos em serviços de buffet, eventos e cozinhas profissionais. Confeccionado em aço inoxidável de alta resistência, com acabamento polido, resistente à corrosão e de fácil higienização. Possui estrutura reforçada, com duas cubas internas removíveis que permitem o acondicionamento simultâneo de diferentes preparações. Acompanhando tampas individuais com sistema basculante ou removível, suporte para combustível (tipo gel ou pastilha), alças laterais para transporte e base estável com apoio para recipientes de aquecimento.	USD		UN	3,00	227,00	681,00
1	34	TÁBUA DE CORTAR INOX: Produzida em aço inoxidável de primeira qualidade. Resistente, higiênica e bom acabamento. Dimensões mínimas: 46 cm x 30 cm, espessura de 5 mm.	GENERICA		UN	30,00	52,54	1.576,20
1	35	TERMOMETRO DIGITAL CULINÁRIO: Tipo espeto, deve possuir certificado de calibração, com haste de penetração de aço inox de 148 mm de comprimento. Faixa de medição de – 50°C a 300 °C. Tipo alimentação via pilhas. Visor LCD digital.	ICR		UN	20,00	21,98	439,60
TOTAL								4.429,80
K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	7	BALANÇA ELETRÔNICA COM ESTADIÔMETRO E DISPLAY DIGITAL, BALANÇA ELETRÔNICA COM ESTADIÔMETRO E DISPLAY DIGITAL, CAPACIDADE DE 200KG – Balança Digital com as seguintes especificações mínimas similares: Antropômetro W200 A 100g.Capacidade 200 kg; Carga Mínima 2 Kg; Divisão 100 g; Dimensão 34 x 39 cm; Display com 06 dígitos em: LED vermelho ou LCD com backlight; Teclado membrana em policarbonato de alta resistência; Função: TARA até a capacidade máxima da balança;Fonte de alimentação externa de 90 a 240 VAC com chaveamento automático (Bivolt);Consumo: 08 VA; Plataforma e coluna de aço carbono. Base em aço carbono, acabamento bicromatizado; Pés reguláveis em borracha sintética; Tapete antiderrapante; Antropômetro em alumínio anodizado e litografado com medida de: até 2 mm com fração de 0,5 cm; Entrada para bateria 12VCC (externa), apenas para balanças sem bateria interna; Pintura: Epóxi na cor branca. Homologada pelo INMETRO e aferida pelo IPEM. Peso bruto: 12,400 kg - Peso Líquido: 10,900 kg; Altura (cm): 125; Largura(cm): 35;??Comprimento (cm): 51; Volume (m): 0,2.	LIDER		UN	1,00	770,00	770,00
TOTAL								770,00
LOTERICA E COMERCIO SL EIRELI								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	8	BATEDEIRA PLANETÁRIA 2 LITROS: Tipo planetária, voltagem bivolt. Potência 850 W. Com sistema de variação de velocidade, Com tigela de inox, Deve possuir 3 Batedores: Aramado, Raquete e Gancho.	ITATIAIA		UN	10,00	463,00	4.630,00
1	16	CARRINHO DISTRIBUIÇÃO - Material Bandeja: Chapa Aço Inoxidável, Material Estrutura: Tubo Aço Inoxidável, Tipo:3 Bandejas, Tipo Rodízio: 2 Fixos E 2 Giratórios, Aplicação: Transporte Chá E Café, Comprimento: 790MM, Largura: 550MM, Altura: 930MM, Características Adicionais: Freio Nas Rodas Traseiras, bandejas com bordas tipo gradil para evitar queda.	MEMBERS MARK		UN	17,00	644,80	10.961,60
1	21	FACA EM INOX SEM PONTA - Faca confeccionada totalmente em aço inoxidável, com acabamento polido, resistente à corrosão, de alta durabilidade e apropriada para uso contínuo. Deverá possuir lâmina sem ponta (extremidade arredondada), garantindo maior segurança no manuseio, especialmente em ambientes escolares. O produto deverá ser atóxico, não poroso, não absorvente e não reagente, não alterando odor, cor ou sabor dos alimentos. A superfície deverá ser lisa, sem rebarbas, arestas cortantes inadequadas ou imperfeições que comprometam a segurança e a higienização. Deverá atender às normas vigentes da??vigilância sanitária. Com aproximadamente 22 cm de comprimento.	SQ		UN	1.500,00	1,65	2.475,00
1	29	PANELA TIPO CAÇAROLA: De alumínio com capacidade mínima para 30l, com diâmetro mínimo de (45,0cm), altura mínima de (23,0cm) com espessura mínima de (2mm) asa de alumínio, tampa com espessura mínima de (1,00mm).	DOCESAR		UN	20,00	186,00	3.720,00
1	30	POTE HERMÉTICO: Pote produzido em polipropileno e elastômero de boa qualidade. Capacidade mínima de 3 litros. Deve possuir tampa, resistente e com boa vedação em borracha. Formato redondo. Fechamento hermético. Seguro para ir ao micro-ondas tampado. Deve ser livre de BPA. Dimensões aproximadas por peça: 229x213x120mm.	SQ		UN	30,00	18,90	567,00
TOTAL								22.353,60
M M P NANTES COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	20	CUMBUCA: Tipo escolar, produzida em polipropileno. Capacidade mínima de 350ml desenvolvida em PP (polipropileno); Pigmentação homogênea em toda peça, cores variadas;??Modelo liso nas partes interna e externa (sem frisos);??Formato interno arredondado e empilhável; Material virgem, atóxico e inodoro; Temperatura mínima e máxima de uso contínuo: 0°C e 100°C; Temperatura máxima de uso em curto período: 120°C.??Medidas aproximadas: (C x L x A): 110 mm x 110 mm x 6cm Espessura mínima: 2mm.	PRÓPRIA		UN	3.000,00	2,58	7.740,00
TOTAL								7.740,00
MARCOS E BERTA LTDA ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	15	CANECA EM AÇO INOX - com capacidade aproximada de 300 ml, fácil higienização, não retém odores e não altera o sabor dos alimentos.	WELLMIX		UN	2.500,00	5,02	12.550,00
TOTAL								12.550,00
MARCOS VINICIUS ZIELASKO COELHO-ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	23	FORNO ELÉTRICO - de no mínimo 70L com Controle de temperatura de 90oC até 230oC: Possibilita selecionar a temperatura de acordo com o alimento a ser preparado, 2 resistências: Superior e inferior, com controle individual de resistência para distribuir melhor o calor; Função Dourar: Alimentos mais dourados e crocantes; Função timer de 60 minutos, com desligamento automático: Praticidade para programar o preparo de diversas receitas; Luz indicadora de funcionamento e luz interna; Revestimento Esmaltado: Interior esmaltado para facilitar a limpeza; Seletor de funções: modo desligado, resistência superior, resistência inferior, resistência inferior e superior. Informações Técnicas: Capacidade 70 litros; Tipo de bancada; Cor/Acabamento Inox; Porta Vidro Temperado; Composição Metal, Vidro e Plástico; Voltagem 110v ou 220v; Potência 2100w.			UN	16,00	960,00	15.360,00
TOTAL								15.360,00
NOVA MESA COMERCIO DE UTILIDADES E ALIMENTOS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	2	BACIA EM INOX 5 LITROS - Bacia confeccionada em aço inoxidável, com acabamento polido, resistente à corrosão, de alta durabilidade e adequada para uso contínuo. O material deverá ser atóxico, não poroso, não absorvente e não reagente, garantindo que não haja alteração	NMD		UN	30,00	21,88	656,40

		de odor, cor ou sabor dos alimentos. O produto deverá apresentar superfície lisa, sem rebarbas, arestas cortantes ou imperfeições que comprometam a segurança no manuseio e a higienização. Deverá possuir resistência a variações de temperatura e impactos moderados, mantendo suas características estruturais. Indicado para utilização em cozinhas industriais, unidades escolares, hospitalares e demais ambientes que exijam rigor nos padrões de higiene, sendo apropriado para manipulação, preparo e acondicionamento de alimentos.??Com capacidade mínima de 5 litros.						
1	3	BACIA INOX 10 LITROS: Produzida em aço inox de primeira qualidade. Tipo bowl, deve manter seu brilho e não enferrujar. Capacidade de no mínimo 10 litros. Dimensões aproximadas de 38 cm de diâmetro e 15 cm de altura.	NMD		UN	30,00	28,22	846,60
1	4	BACIA INOX 3 LITROS: Produzida em aço inox de primeira qualidade. Tipo bowl, deve manter seu brilho e não enferrujar. Capacidade de no mínimo 3 litros. Dimensões aproximadas de 30 cm de diâmetro e 10 cm de altura.	NMD		UN	30,00	16,88	506,40
1	17	COLHER DE SERVIR: Produzida em aço inox resistente. Utilizada para servir alimentos. Formato adequado para servir diferentes tipos de preparações. Medidas mínimas: comprimento 25 cm e largura de 6 cm.	ORIGINAL LINE		UN	50,00	5,88	294,00
1	18	CONCHA: De inox, de qualidade e resistência, com gancho. Dimensão mínima de 30 cm.			UN	30,00	9,88	296,40
TOTAL								2.599,80
P & G SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	28	PANELA TIPO CAÇAROLA: Tipo caçarola de alumínio fundido batido. Alumínio reforçado de espessura grossa, que garanta sua resistência. Com capacidade mínima de 20 litros. Espessura mínima do alumínio de 1,2 mm. Deve acompanhar tampa. As alças devem ser de alumínio resistente.	ASJ/354		UN	20,00	143,00	2.860,00
TOTAL								2.860,00
R.A HERNANDES LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	26	MESA DE AÇO INOX. Mesa industrial em aço inoxidável, com plano liso, destinada à manipulação de alimentos em cozinha industrial ou institucional. Dimensões aproximadas de 190 x 70 x 90 cm, com estrutura reforçada, capacidade mínima de carga de 100 kg, travamento/estrado inferior e pés com sapatas reguláveis, adequada para fácil higienização. Equipamento novo, próprio para uso contínuo, atendendo às normas sanitárias vigentes.			UN	20,00	1.240,00	24.800,00
TOTAL								24.800,00
REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	33	SECADORA DE ROUPAS DE CHÃO, com capacidade mínima de 11kg de roupas, display digital com 16 opções no seletor de programas, desligamento automático, aviso sonoro e alerta de limpeza de filtro, tampa frontal com visor transparente, cesto em zinco, filtro de entrada de ar, gabinete protegido contra corrosão, sistema de proteção contra superaquecimento, baixo nível de ruído, timer ajustável de 30 a120 minutos, voltagem 110 ou 220 volts, potência mínima de 1800w, tamanho 84,1 x 59,5 x 57 cm, garantia de 12 meses.			UN	6,00	1.955,94	11.735,64
TOTAL								11.735,64
SANTANA COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	27	PANELA DE PRESSÃO 7 LITROS: Produzida em alumínio de primeira qualidade, com revestimento interno e externo polido. Capacidade de 7 litros. Dimensão aproximada de 20 cm de diâmetro. Espessura de 2,4 mm. Largura 22,5cm Altura 24,9cm Profundidade 44,2cm. Deve possuir três sistemas de segurança: 1. Safe Plus: Um sistema adicional exclusivo que oferece proteção extra. 2. Válvula Controladora de Pressão: Mantém a estabilidade durante todo o processo de cozimento. 3. Válvula de Segurança Repetitiva: Ativada automaticamente em caso de obstrução da válvula controladora. Sistema Libera Vapor: Proporciona mais segurança, evitando queimaduras nas mãos. Cabo reforçado com fixação ultra resistente: Oferece firmeza e confiança durante o manuseio.			UN	20,00	104,00	2.080,00
TOTAL								2.080,00
WL NOGUEIRA DISTRIBUIDORA LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	24	JOGO COLHER DE SOPA: Jogo colher de sopa inox 6 unidades. Produzido em aço inoxidável de primeira qualidade. Acabamento liso e brilhante. Dimensões aproximadas do produto: (CxLxA): 21 cm x 6cm x 2 mm , peso: 33 gramas.			JOGO	250,00	10,52	2.630,00
TOTAL								2.630,00

Homologo a presente licitação,

Santo Antonio do Sudoeste - PR, em 04/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:1B60B13A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

PODER LEGISLATIVO
BALANCETE DA RECEITA - MÊS 07/2026

ESTADO DO PARANÁ						
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA					Exercício de 2026	
Balancete da Receita (Comparativo orçado/arrecadado (Líquido))					Período de: Julho à Julho	
ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA BOA VISTA						
Parâmetros: Consolidado: N; Mês Início: 7; Listar naturezas sintéticas: S; Entidades: [{"valor":"2726","descricao":"CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA BOA VISTA"}]; Assinatura: {"valor":"8793","descricao":"Balancete de Despesa CM / 1990-01-01"}; Demonstrar receitas: A; Demonstrar naturezas no nível: 8; Listar recursos e deduções: N; Mês Fim: 7; Exercício: 2026; Demonstrar deduções ao final do relatório: N; Categoria do recurso: TODOS; Tipo do recurso: TODOS; Colunas: O; Tipo de Período: NO - Versão: 58 de 21/07/2026 17:39:17						
Receita	Núm.	Previsão inicial	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
Receitas extraorçamentárias						
EMPRESTIMO CONSIGNADO EM FOLHA - CAIXA		0,00	8.340,54	69.356,73	0,00	0,00
EMPRESTIMO CONSIGNADO EM FOLHA - SICREDI		0,00	11.000,02	72.280,14	0,00	0,00
I.N.S.S.		0,00	9.656,51	67.595,57	0,00	0,00
IRRF A REPASSAR DE PESSOAS JURÍDICAS		0,00	638,31	2.725,33	0,00	0,00
IRRF A REPASSAR DE SERVIDORES ATIVOS		0,00	8.146,30	54.739,76	0,00	0,00
ISS A REPASSAR PESSOAS JURÍDICAS		0,00	211,64	3.769,30	0,00	0,00
REPASSE DUODÉCIMO		0,00	225.000,00	1.575.000,00	0,00	0,00
Total:		**0,00**	**262.993,32**	**1.845.466,83**	**0,00**	**0,00**
Total Geral:		**0,00**	**262.993,32**	**1.845.466,83**	**0,00**	**0,00**

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA	*PAULA CRISTINA DIAS*	*ANDREA DE LIMA SILVA*
Presidente	Contadora	Controle Interno

Publicado por:
Paula Cristina Dias Ramos
Código Identificador:A96C89CE

PODER LEGISLATIVO
DEMONSTRATIVO DAS DIÁRIAS - MÊS 07/2026

ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

Demonstrativo das Diárias Concedidas — **Período:** 01/07/2026 **até** 31/07/2026

Nº NE.	Data Empenho	Valor	Nº Diária	Beneficiário	Finalidade	Destino	Data Saída	Data Retorno	Qtdade
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA BOA VISTA									
243	06/07/2026	2.818,99	41	JULIO CEZAR MENDES DE MORAIS	VIAGEM DESTINADA A PARTICIPAR DO 1º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL E GOVERNANÇA PÚBLICA, A SER REALIZADO ENTRE OS DIAS 07 E 10 DE JULHO DE 2026, NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU/PR.	Foz do Iguaçu	06/07/2026	11/07/2026	4,800
244	06/07/2026	469,83	42	CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA	VIAGEM DESTINADA A UMA VISITA TÉCNICA JUNTO A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR), COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR O ANDAMENTO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES EM NOSSO MUNICÍPIO, REFERENTE AO PROTOCOLO Nº 19.337.719-0, NA CIDADE DE CURITIBA/PR, DIA 07 DE JULHO DE 2026.	Curitiba	07/07/2026	07/07/2026	0,800
245	06/07/2026	469,83	43	GLEI MARCELO BARBOSA	VIAGEM DESTINADA A UMA VISITA TÉCNICA JUNTO A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR), COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR O ANDAMENTO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES EM NOSSO MUNICÍPIO, REFERENTE AO PROTOCOLO Nº 19.337.719-0, NA CIDADE DE CURITIBA/PR, DIA 07 DE JULHO DE 2026.	Curitiba	07/07/2026	07/07/2026	0,800
246	06/07/2026	469,83	44	JAZOM OLIVEIRA FERRO	VIAGEM DESTINADA A UMA VISITA TÉCNICA JUNTO A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR), COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR O ANDAMENTO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES EM NOSSO MUNICÍPIO, REFERENTE AO PROTOCOLO Nº 19.337.719-0, NA CIDADE DE CURITIBA/PR, DIA 07 DE JULHO DE 2026.	Curitiba	07/07/2026	07/07/2026	0,800
247	06/07/2026	469,83	45	JOSÉ LUCAS ROLIM BENTO	VIAGEM DESTINADA A UMA VISITA TÉCNICA JUNTO A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR), COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR O ANDAMENTO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES EM NOSSO MUNICÍPIO, REFERENTE AO PROTOCOLO Nº 19.337.719-0, NA CIDADE DE CURITIBA/PR, DIA 07 DE JULHO DE 2026.	Curitiba	07/07/2026	07/07/2026	0,800
249	06/07/2026	469,83	46	CLAUDIA APARECIDA COUTINHO MARTINS	VIAGEM DESTINADA A UMA VISITA TÉCNICA JUNTO A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR), COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR O ANDAMENTO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES EM NOSSO MUNICÍPIO, REFERENTE AO PROTOCOLO Nº 19.337.719-0, NA CIDADE DE CURITIBA/PR, DIA 07 DE JULHO DE 2026.	Curitiba	07/07/2026	07/07/2026	0,800

Nº NE.	Data Empenho	Valor	Nº Diária	Beneficiário	Finalidade	Destino	Data Saída	Data Retorno	Qtdade
263	17/07/2026	2.231,70	47	RAFAEL SILVA DE AZEVEDO	VIAGEM DESTINADA A PARTICIPAR DO CURSO "COMUNICAÇÃO PÚBLICA: PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO DIGITAL, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REDES SOCIAIS", PROMOVIDO PELA EMPRESA DATALEGIS - CONSULTORIA, ENSINO E PESQUISA LTDA, A SER REALIZADO ENTRE OS DIAS 21 E 24 DE JULHO DE 2026, NA CIDADE DE CURITIBA/PR.	Curitiba	21/07/2026	24/07/2026	3,800
270	29/07/2026	209,75	48	RAFAEL SILVA DE AZEVEDO	DESPESA DE VIAGEM PARA A REVISÃO 10 MIL QUILOMETROS DO VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL, VIRTUS EXCLUSIVE 250 TSI AT, PLACA UBF9D07, NA UNIDADE COLETTO 3R (VOLKSWAGEN), NA CIDADE DE SANTO ANTONIO DA PLATINA/PR, NO DIA 30/07/2026 ÀS 08H.	Santo Antônio da Platina	30/07/2026	30/07/2026	0,500
Valor Entidade:		**7.609,59**							
Valor Total:		**7.609,59**							

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA	*PAULA CRISTINA DIAS*	*ANDREA DE LIMA SILVA*
..389-**	***.***.059-**	***.***.649-**
Presidente	Contadora	Controle Interno

Publicado por:
Paula Cristina Dias Ramos
Código Identificador:36F3B9F2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 50/2026

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ E
LIGA ESPORTIVA DA MELHOR IDADE – LEMI, CNPJ/MF nº 59.879.943/0001-89

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 50/2026 DE 30/07/2026.
OBJETO: serviços esportivos e de eventos destinados à terceira idade
08.001.08.241.0026.2072. - MANUTENÇÃO DOS DIREITOS E PROTEÇÃO A PESSOA IDOSA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERÇEIROS – PESSOA JURIDIVA
Fonte: 32066 - Programa Cuida Mais Paraná Envelhecimento Ativo e Saudável - Del. 005/2026

Item	Descrição	Qnt	Valor Unit.	Valor Total.
1	Prestação de serviços de taxa de inscrição e arbitragem para etapa da LEMI (Liga Esportiva da Melhor Idade) Serviços: Taxa De Inscrição Participação das Etapas da LEMI no ano de 2026. Vôlei Cambio Masculino Vôlei cambio feminino Vôlei Escuro Masculino Vôlei Escuro Feminino Equipe de arbitragem para cada etapa composta por 15 componentes **Fornecimento de toda estrutura** para montagem das quadras **Incluso seguro para todos atletas** em todas as 10 etapas	01	3.150,00	3.150,00
2	Prestação de Serviços de arbitragem para **JOGOS AGARRADO DE PRAIA** 1ª etapa e 2ª etapa Incluso taxa de arbitragem	02	1.060,00	2.120,00

Valor do Contrato: **R$ 5.270,00 (cinco mil, duzentos e setenta reais)** cujo pagamento será efetuado de acordo com a prestação dos serviços.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do contrato.

São Pedro do Paraná-PR, 04 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:D5EE821C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 27-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
ESTADO DO PARANÁ
Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro –CEP: 86240-000 –Fone/Fax: (43) 3265-8300
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br
CNPJ: 76.290.659/0001-91

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026 – REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO ME E EPP

HOMOLOGAÇÃO

A Prefeita Municipal Exilaine Gaspar, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a adjudicação por parte do Agente de Contratação/Pregoeiro, **homologa** os procedimentos de **Registro de Preços para a Aquisição de materiais de consumo e utensílios domésticos para suprir as necessidades das Secretarias Municipais de São Sebastião da Amoreira**, conforme segue.

Situação: Aceito e Habilitado
Aceito para: LUC SERVICE EIRELI
CNPJ Nº 40.706.088/0001-86

LOTE	ORDEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	14,00	UNIDADE	**AMOLADOR / AFIADOR DE FACA** ● Materiais: aço inox, plástico e tungstênio, cerâmica e metal. ● Tamanho: 5,7cm x 5cm x 21cm (altura x largura x comprimento) **MARCA: ORIGINAL LINE**	R$ 14,99	R$ 209,86

1	2	21,00	UNIDADE	**ASSADEIRA GRANDE** ● Dimensão: 62cm (Comprimento) x 42cm (Largura) x 06 cm (Altura) ● Material: alumínio **MARCA: PALACIO**	R$ 100,99	R$ 2.120,79
1	3	23,00	UNIDADE	**BACIA EM ALUMINIO 15 LITROS** ● Material: alumínio **MARCA: ALUMINIOS**	R$ 58,99	R$ 1.356,77
1	6	240,00	UNIDADE	**BICO PARA MAMADEIRA DE SILICONE** ● Fase 2 - Crianças maiores de 6 meses ● Bico Assimétrico 100% de Silicone ● Bico de silicone ortodôntico. ● Livre de BPA. **MARCA: TETE**	R$ 3,99	R$ 957,60
1	7	63,00	UNIDADE	**BOWL DE PLÁSTICO 430ML EM MELAMINA** Especificações do produto: ● Cor: Branco ● Material: Melamina ● Dimensão: 15,3x3,8cm ● Capacidade: 430ml **MARCA: BESTFER**	R$ 3,95	R$ 248,85
1	8	52,00	UNIDADE	**BOWL DE VIDRO FUNDO (4L)** ● Capacidade 4L. ● Material Vidro temperado **MARCA: NADIR MODELI: PLUS**	R$ 45,99	R$ 2.391,48
1	10	16,00	UNIDADE	**CAÇAROLA DE ALUMÍNIO FUNDIDO COM TAMPA N°38** ● Material: Alumínio Diâmetro aproximado.: 39cm ● Altura aproximada.: 19cm ● 20 litros **MARCA: ERCA**	R$ 111,99	R$ 1.791,84
1	11	81,00	Unidades	CESTO DE LIXO COM TAMPA 15 LITROS (1ª QUALIDADE) **MARCA: PLASUTIL**	R$ 27,95	R$ 2.263,95
1	12	24,00	UNIDADE	EMBALAGEM DE PLÁSTICO PARA CACHORRO QUENTE 20x10cm (PACOTE C/ 500 UND) **MARCA: BOMPACK**	R$ 19,99	R$ 479,76
1	13	34,00	Unidades	ESCOVA DE NYLON P/ LAVAR ROUPA, EM PLÁSTICO (1ª QUALIDADE) **MARCA: BOMPACK MODELO: BETTVALE**	R$ 6,99	R$ 237,66
1	16	13,00	UNIDADE	**PANELA DE PRESSÃO PROFISSIONAL 20L MATERIAL** ● Totalmente em Alumínio ● Alça antitérmica ● No mínimo 2 válvulas de segurança **MARCA: NACIONAL**	R$ 366,99	R$ 4.770,87
1	17	16,00	UNIDADE	**PICADOR DE LEGUMES GRANDE COM TRIPÉ** ● Cortador e picador de legumes, frutas e batata em forma de palito. ● Uso: Com./Ind. ● Corpo: Alumínio Fundido ● Cabo: Alumínio Fundido ● Basculante: Alumínio Fundido ● Facas: Aço Inox. ● Bordas Alumínio ● Pintura: Eletrostática ● Colunas: Tubo de aço 5/8 ● Facas em aço inox 10 mm ● Medidas: Altura: 1120 mm ● Largura: 455 mm ● Comprimento: 550 mm ● Peso: 3,360 kg **MARCA: EVITRA**	R$ 126,99	R$ 2.031,84
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 18.861,27						

Situação: Aceito e Habilitado
Aceito para: FX COMÉRCIO E SERVIÇOS
CNPJ Nº 55.454.107/0001-00

LOTE	ORDEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	9	24,00	UNIDADES	**CAÇAROLA DE ALUMÍNIO FUNDIDO COM TAMPA N°26** ● Material; Alumínio fundido batido ● Diâmetro aprox..: 26cm ● Altura aprox..: 13,5cm ● 6 litros **MARCA: ALUMINIOS BR**	R$ 87,70	R$ 2.104,80
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 2.104,80						

Situação: Aceito e Habilitado
Aceito para: ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ Nº 49.059.156/0001-37

LOTE	ORDEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	14	24,00	PAR	**LUVA TÉRMICA (PAR) ALTA TEMPERATURA PARA COZINHA ATÉ 350°c**. ● Resistência térmica de até 205°C para calor de contato intermitente. ●Confeccionado em malha de algodão com revestimento de látex natural. ● Punho alongado. ● Acabamento Corrugado na palma. ● Proteção contra riscos mecânicos, químicos e térmicos. ● CA: 15.366 **MARCA: DANNY CA 15366**	R$ 189,40	R$ 4.545,60
1	18	880,00	UNIDADE	**PRATO INOX PRATO FUNDO INOX 22 CM** ● Composição: aço inox. ● Medida Aprox.: 22cmx22cmx3cm (comprimento x largura x altura)	R$ 6,91	R$ 6.080,80

				MARCA: GP INOX		
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 10.626,40						

Situação: Aceito e Habilitado
Aceito para: W D ECOFLEX EMBALAGENS LTDA
CNPJ Nº 30.449.062/0001-46

LOTE	ORDEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	19	650,00	Unidades	SACO DE LIXO 50LITROS (PCT COM 100 (UNIDADES) (1°QUALIDADE) **MARCA: ECOFLEX**	R$ 21,49	R$ 13.968,50
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 13.968,50						

Situação: Aceito e Habilitado
Aceito para: JOÃO FRANCISCO DUARTE ME
CNPJ Nº 13.322.188/0001-36

LOTE	ORDEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	21	28,00	UNIDADE	**TÁBUA PARA CORTE - Modelo: POLIETINENO** ● Forma: Retangular ● Comprimento x Largura: 60 cm x 50 cm ● Espessura: 10 mm ● Diâmetro: 10 mm **MARCA: TÁBUA**	R$ 108,96	R$ 3.049,20
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 3.049,20						

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 48.610,17

São Sebastião da Amoreira - PR, 05 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:82DB5144

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 10/2026

Aviso de Dispensa Eletrônica nº 10/2026
Processo Administrativo n.º 76/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAPOPEMA-PR.
Secretaria Municipal de Saúde
OBJETO:
AQUISIÇÃO DE 500 (QUINHENTAS) AMPOLAS DE SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO, CONCENTRAÇÃO DE 20 MG/ML, AMPOLA CONTENDO 5 ML, E DE 500 (QUINHENTOS) FRASCOS DE ÁLCOOL ETÍLICO 70% ANTISSÉPTICO, FRASCO DE 1.000 ML, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTANA E DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA/PR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 11.635,00 (onze mil, seiscentos e trinta e cinco reais)

PERÍODO DE PROPOSTAS
De **06/08/2026** às **08h00m**
Até **14/08/2026** às **08h20m**
Abertura: 14/08/2026 às 08h30m

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

Prefeitura Municipal de Sapopema-Pr
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 10/2026
Processo Administrativo n.° 76/2026

Torna-se público que o Município de Sapopema-Pr, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço por* ***item,*** na hipótese do art. 75, *inciso* ***II***, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal Nº 58/2023 e demais normas aplicáveis.
Data de início de Proposta: 06/08/2026 às 08h00m.
Data fim de recebimento de proposta: 14/08/2026 às 08h20m.
Abertura: 14/08/2026 às 08h30m
Plataforma https://bnc.org.br/
Critério de Julgamento: Menor Preço Por Item
Publicidade: www.pncp.gov.br, www.sapopema.pr.gov.br e bnc.org.br

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição por dispensa de licitação para a **AQUISIÇÃO DE 500 (QUINHENTAS) AMPOLAS DE SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO, CONCENTRAÇÃO DE 20 MG/ML, AMPOLA CONTENDO 5 ML, E DE 500 (QUINHENTOS) FRASCOS DE ÁLCOOL ETÍLICO 70% ANTISSÉPTICO, FRASCO DE 1.000 ML, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTANA E DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA/PR.**

Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	V. Unitário	V. Total
01	Sacarato de Hidróxido Férrico, concentração de 20 mg/mL, ampola de 5 mL	Ampola	500	R$ 13,49	R$ 6.745,00
02	Álcool Etílico 70% - 1 Litro	Frasco	500	R$ 9,78	R$ 4.890,00

O critério de julgamento adotado será o **menor preço por ITEM**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica pela plataforma Bolsa Nacional de Compras, disponível no endereço eletrônico https://bnc.org.br/

Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal da Bolsa Nacional de Compras (BNC), para acesso ao sistema e operacionalização.

O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s); e, que se encontrem nas condições de impedimento previstas no artigo 14 da Lei n° 14.133/2021;

estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

que se enquadrem nas seguintes vedações:

autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e,

pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

aplica-se o disposto no item 2.4.3.3 também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item https://bnc.org.br/

O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

Os preços ofertados, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de entregar o objeto nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

A proposta poderá ser substituída pelo fornecedor quantas vezes preferir, em quando o prazo para ofertar proposta esteja vigente.

No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá também enviar às declarações constante no Anexo III.

Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

Encerrada a fase de oferta de proposta, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último valor ofertado.
O prazo de validade da proposta não será inferior a 150 (cento e cinquenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.
Será desclassificada a proposta vencedora que:
contiver vícios insanáveis;
não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

HABILITAÇÃO

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA
Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou por qualquer outro documento hábil para este fim;
TRATANDO-SE DE PROCURADOR: A procuração por instrumento público, **em cópia autenticada**, ou particular, **em original ou cópia autenticada, com firma reconhecida**, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, oferecer descontos, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. Acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.
Declaração de enquadramento, instruída com certidão expedida pela **Junta Comercial** ou Prova da Inscrição no Regime Especial unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – **Simples Nacional**, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte. Em se tratando de sociedade Simples, o documento apto a comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte deve ser expedido pelo **Registro Cível das Pessoas Jurídicas, com data de no máximo 90 (noventa) dias da apresentação da documentação;**
c.1) A ausência de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tal como exigido na letra “c”, será interpretada como renúncia ao direito previsto na Lei Complementar n° 123/2006, implicando a preclusão do direito de participação.
5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
a) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
b) Certificado de Regularidade de Fiscal – CRF, junto ao FGTS, em vigor;
c) Certidão Negativa de Débito – CND, junto ao INSS em vigor; Certidão Negativa de Débitos e contribuições Federais administradas pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Negativa de Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
d) Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda;
e) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais, emitida pela Prefeitura Municipal da sede da proponente; e,
i) Certidão Negativa Trabalhista, conforme Lei Federal 12440/2011.

Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou fornece, de forma satisfatória, objeto compatível em características com o objeto da presente contratação.

CONTRATAÇÃO

Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato.
O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato.
A recusa imotivada da futura contratada em assinar o contrato decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, na forma do artigo 106 e 107 da Lei 14.133/2021.
SANÇÕES

Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

dar causa à inexecução parcial do contrato;
dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
dar causa à inexecução total do contrato;
deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

Na aplicação das sanções serão considerados:
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para a Administração Pública;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO
Não haverá exigência da garantia da contratação.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O procedimento será divulgado no Bolsa Nacional de Compras (BNC) e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

republicar o presente aviso com uma nova data;
valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;
No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento; e,

fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
ANEXO I – Termo de Referência;
ANEXO II - Minuta do Termo de Contrato;
ANEXO III – Modelo de Declaração

Sapopema-Pr, 05 de agosto de 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 76/2026

DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS
Do objeto
Aquisição de 500 (quinhentas) ampolas de sacarato de hidróxido férrico, concentração de 20 mg/ml, ampola contendo 5 ml, e de 500 (quinhentos) frascos de álcool etílico 70% antisséptico, frasco de 1.000 ml, destinados ao atendimento das necessidades do Hospital Municipal Santana e da Farmácia Básica do Município de Sapopema/PR.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	V. Unitário	V. Total
01	Sacarato de Hidróxido Férrico, concentração de 20 mg/mL, ampola de 5 mL	Ampola	500	R$ 13,49	R$ 6.745,00
02	Álcool Etílico 70% - 1 Litro	Frasco	500	R$ 9,78	R$ 4.890,00

Do valor
O valor total estimado da contratação é de **R$ 11.635,00 (onze mil, seiscentos e trinta e cinco reais)**.

Da natureza dos itens
Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.
O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Da vigência do contrato
O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) data da assinatura do contrato, na forma do artigo 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Da pesquisa de preço

A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021, utilizando como parâmetros contratações públicas obtidas por meio do sistema Banco de Preços e cotações junto a fornecedores especializados do ramo, buscando retratar de forma ampla os preços praticados no mercado para o fornecimento dos itens objeto da presente contratação.

Item 1 – Sacarato de Hidróxido Férrico

Por meio do Banco de Preços foi identificado o valor médio de **R$ 11,66 por ampola**, obtido a partir de quatro contratações públicas compatíveis com o objeto:

a) Fundação Universidade de Pernambuco – PROCAPE, Pregão Eletrônico nº 11022597001597-1-000127/2026, homologado em 12/05/2026, preço unitário de **R$ 14,17**;

b) Fundo Estadual de Saúde de Sergipe, Processo nº 04384829000196-1-000177/2026, modalidade Dispensa, homologado em 23/06/2026, preço unitário de **R$ 10,69**;

c) Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, Pregão Eletrônico nº 31268, homologado em 14/07/2026, preço unitário de **R$ 12,27**;

d) Município de Pranchita/PR, Pregão Eletrônico MP-1/2026, realizado em 24/02/2026, preço unitário de **R$ 9,50**.

Complementando a pesquisa, foram solicitados orçamentos a empresas especializadas, obtendo-se os seguintes valores:

Empresa	Valor Unitário	Valor Total
LM Produtos Hospitalares Ltda.	R$ 13,98	R$ 6.990,00
Cirúrgica Nossa Senhora Ltda.	R$ 13,76	R$ 6.880,00
Special Med Comercial Hospitalar Ltda.	R$ 14,57	R$ 7.285,00

Para composição do preço estimado do item, foi considerada a média entre o valor médio obtido no Banco de Preços (**R$ 11,66**) e os três orçamentos de fornecedores.

Item 2 – Álcool Etílico 70% Antisséptico

Para o Álcool Etílico 70% Antisséptico, frasco de 1.000 mL, foi realizada pesquisa por meio do Banco de Preços, utilizando contratações públicas similares, obtendo-se os seguintes valores unitários:

a) Município de São Tomás de Aquino/MG – **R$ 5,70**;

b) Município de Penalva/MA – **R$ 8,83**;

c) Fundo Municipal de Saúde de Meruoca/CE – **R$ 14,11**;

d) Câmara Municipal de Alterosa/MG – **R$ 10,48**.

Também foram solicitados orçamentos junto a fornecedores especializados:

Empresa	Valor Unitário	Valor Total
Cirúrgica União Ltda.	R$ 9,40	R$ 4.700,00
Dimebras Comercial Hospitalar Ltda.	R$ 11,50	R$ 5.750,00
Essência Saúde Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalares Ltda.	R$ 31,00	R$ 15.500,00

Para definição do valor estimado do item foi adotada a média aritmética dos preços obtidos no Banco de Preços, resultando no valor unitário de **R$ 9,78**.

Da memória de Cálculo

Item 1 – Sacarato de Hidróxido Férrico

Para definição do valor estimado do **Sacarato de Hidróxido Férrico**, concentração de 20 mg/mL, ampola de 5 mL, foram consideradas quatro referências de preços, sendo uma obtida por meio do Banco de Preços e três provenientes de orçamentos encaminhados por fornecedores especializados.

As referências utilizadas foram as seguintes:

Fonte da Pesquisa	Valor Unitário
Banco de Preços (valor médio das contratações públicas)	R$ 11,66
LM Produtos Hospitalares Ltda.	R$ 13,98
Cirúrgica Nossa Senhora Ltda.	R$ 13,76
Special Med Comercial Hospitalar Ltda.	R$ 14,57

Inicialmente, realizou-se a soma dos valores unitários obtidos:

R$ 11,66 + R$ 13,98 + R$ 13,76 + R$ 14,57 = R$ 53,97

Na sequência, aplicou-se o método da **média aritmética simples**, dividindo-se o valor total pela quantidade de referências pesquisadas (4):

R$ 53,97 ÷ 4 = R$ 13,4925

O resultado foi arredondado para duas casas decimais, obtendo-se o **valor unitário estimado de R$ 13,49**.

Posteriormente, para obtenção do valor total estimado do item, multiplicou-se o valor unitário pela quantidade prevista para aquisição:

500 ampolas × R$ 13,49 = R$ 6.746,25

Assim, o valor estimado para o **Item 1 – Sacarato de Hidróxido Férrico** corresponde a:

• **Valor unitário:** R$ 13,49;
• **Quantidade:** 500 ampolas;
• **Valor total: R$ 6.746,25**.

Item 2 – Álcool Etílico 70% Antisséptico

Para definição do valor estimado do **Álcool Etílico 70% Antisséptico**, frasco de 1.000 mL, foram consideradas quatro contratações públicas obtidas por meio do Banco de Preços, cujos valores unitários foram os seguintes:

Fonte da Pesquisa	Valor Unitário
Município de São Tomás de Aquino/MG	R$ 5,70
Município de Penalva/MA	R$ 8,83
Fundo Municipal de Saúde de Meruoca/CE	R$ 14,11
Câmara Municipal de Alterosa/MG	R$ 10,48

Complementarmente, foram obtidos orçamentos junto a fornecedores especializados, que apresentaram os seguintes valores:

Empresa	Valor Unitário	Valor Total
Cirúrgica União Ltda.	R$ 9,40	R$ 4.700,00
Dimebras Comercial Hospitalar Ltda.	R$ 11,50	R$ 5.750,00
Essência Saúde Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalares Ltda.	R$ 31,00	R$ 15.500,00

Os orçamentos obtidos foram utilizados como parâmetro complementar para análise dos preços praticados no mercado.

Para a definição do valor estimado do item, adotou-se a média aritmética dos valores obtidos nas contratações públicas, por refletirem preços efetivamente contratados pela Administração Pública em objetos similares.

Inicialmente, realizou-se a soma dos preços unitários pesquisados:

R$ 5,70 + R$ 8,83 + R$ 14,11 + R$ 10,48 = R$ 39,12

Na sequência, aplicou-se o método da média aritmética simples, dividindo-se o resultado pela quantidade de referências pesquisadas (4):

R$ 39,12 ÷ 4 = R$ 9,78
Assim, obteve-se o **valor unitário estimado de R$ 9,78**, correspondente ao **valor total estimado de R$ 4.890,00** para a aquisição de **500 (quinhentos) frascos**.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
A presente contratação tem por objeto a aquisição de Sacarato de Hidróxido Férrico, concentração de 20 mg/mL, ampola de 5 mL, e de Álcool Etílico 70% Antisséptico, frasco de 1.000 mL, destinados ao abastecimento da Farmácia Hospitalar e das unidades de atendimento do Hospital Municipal Santana, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Sapopema/PR.
A necessidade da contratação decorre da demanda contínua por esses insumos no âmbito da assistência à saúde. O Sacarato de Hidróxido Férrico é utilizado no tratamento de pacientes com deficiência de ferro que necessitam de reposição por via intravenosa, conforme indicação clínica e prescrição médica, sendo empregado principalmente em pacientes que apresentam intolerância ao tratamento oral, baixa resposta terapêutica ou situações clínicas em que a reposição endovenosa é imprescindível, contribuindo para a recuperação do quadro clínico e para a continuidade da assistência hospitalar.
O Álcool Etílico 70% Antisséptico, por sua vez, constitui insumo indispensável para as rotinas de higienização e desinfecção de superfícies, equipamentos e materiais utilizados no ambiente hospitalar, auxiliando na prevenção e no controle de infecções relacionadas à assistência à saúde e garantindo condições adequadas de segurança para pacientes, profissionais e demais usuários dos serviços de saúde.
A aquisição é indispensável para garantir a manutenção dos estoques da Farmácia Hospitalar e das unidades de atendimento, evitando o desabastecimento dos insumos, a interrupção dos tratamentos e prejuízos às atividades de higienização e desinfecção, assegurando o atendimento adequado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e a continuidade dos serviços prestados pelo Hospital Municipal Santana.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução consiste na aquisição de **500 (quinhentas) ampolas de Sacarato de Hidróxido Férrico**, concentração de 20 mg/mL, ampola de 5 mL, e de **500 (quinhentos) frascos de Álcool Etílico 70% Antisséptico**, frasco de 1.000 mL, destinados ao abastecimento da Farmácia Hospitalar e das unidades de atendimento do Hospital Municipal Santana, visando assegurar a disponibilidade de insumos essenciais ao atendimento dos pacientes da rede pública municipal de saúde. O Sacarato de Hidróxido Férrico será utilizado no tratamento de pacientes que necessitam de reposição de ferro por via intravenosa, conforme indicação clínica e prescrição médica, enquanto o Álcool Etílico 70% Antisséptico será empregado nas rotinas de higienização e desinfecção de superfícies, equipamentos e materiais, contribuindo para a prevenção e o controle de infecções relacionadas à assistência à saúde. Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, possuindo registro ou notificação junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), quando exigível, embalagem original do fabricante, identificação do lote, data de fabricação, prazo de validade mínimo exigido e demais requisitos previstos na legislação sanitária aplicável.
A solução contempla todo o ciclo de vida dos produtos, compreendendo as etapas de aquisição, transporte, recebimento, conferência, armazenamento, distribuição, utilização e destinação final dos resíduos decorrentes de seu consumo. A contratada será responsável pelo fornecimento e transporte dos produtos em condições adequadas de conservação, observando as recomendações dos fabricantes e a legislação sanitária vigente, garantindo sua integridade, qualidade, segurança e eficácia até a entrega no Hospital Municipal Santana. Após o recebimento definitivo, caberá à Administração realizar o armazenamento em ambiente apropriado, o controle de estoque, a distribuição conforme a demanda da unidade hospitalar e a utilização dos produtos por profissionais habilitados, observando os protocolos clínicos, assistenciais e de biossegurança adotados pela Secretaria Municipal de Saúde. Ao final do ciclo de vida, as embalagens, ampolas, frascos e eventuais produtos vencidos, inutilizados ou remanescentes deverão receber destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente e com o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS).
A solução proposta mostra-se a mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, por assegurar o abastecimento contínuo da Farmácia Hospitalar e das unidades de atendimento, evitar desabastecimentos, garantir a continuidade dos tratamentos medicamentosos e das ações de higienização e controle de infecções, reduzir a necessidade de aquisições emergenciais e proporcionar maior eficiência na gestão dos estoques e na aplicação dos recursos públicos, atendendo aos princípios da eficiência, da economicidade, da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
O objeto da contratação consiste no fornecimento de Sacarato de Hidróxido Férrico, concentração de 20 mg/mL, ampola de 5 mL, e de Álcool Etílico 70% Antisséptico, frasco de 1.000 mL. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, possuir registro ou notificação vigente junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), quando exigível, e atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, observando a legislação sanitária aplicável e as normas de qualidade e segurança pertinentes.

Qualidade do medicamento
Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação sanitária aplicável. O Sacarato de Hidróxido Férrico deverá estar acompanhado da respectiva bula, enquanto o Álcool Etílico 70% Antisséptico deverá apresentar rótulo contendo composição, modo de uso, precauções, identificação do fabricante e demais informações obrigatórias previstas na regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Ambos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, garantindo sua qualidade, segurança e aptidão para utilização nos serviços de saúde.
Validade
Na data da entrega, o Sacarato de Hidróxido Férrico e o Álcool Etílico 70% Antisséptico deverão apresentar prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, salvo justificativa expressamente aceita pela Administração. Os produtos deverão ser entregues em condições que permitam sua utilização durante o período previsto de consumo, garantindo a adequada gestão dos estoques e evitando perdas decorrentes do vencimento.
Do transporte
O transporte deverá ocorrer em conformidade com as recomendações do fabricante e com a legislação sanitária vigente, garantindo a manutenção das condições de conservação, qualidade, segurança e eficácia do produto até o recebimento definitivo.

Da entrega
A entrega será realizada conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, no Hospital Municipal Santana, situado no Município de Sapopema/PR, no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência.

Especificações técnicas
Item 1 – Sacarato de Hidróxido Férrico

O medicamento deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:

a) Sacarato de Hidróxido Férrico;

b) concentração de 20 mg/mL;

c) solução injetável;

d) ampola contendo 5 mL;

e) registro vigente na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

f) embalagem original do fabricante, devidamente lacrada;

g) bula original;

h) identificação do número do lote;

i) data de fabricação;

j) prazo de validade;

k) atender integralmente às especificações técnicas e à legislação sanitária vigente.

Item 2 – Álcool Etílico 70% Antisséptico

O produto deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:

a) Álcool Etílico 70% Antisséptico;

b) apresentação em frasco de 1.000 mL;

c) registro ou notificação junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), quando exigível;

d) embalagem original do fabricante, devidamente lacrada;

e) rótulo contendo composição, modo de uso, precauções, identificação do fabricante e demais informações exigidas pela legislação sanitária;

f) identificação do número do lote;

g) data de fabricação;

h) prazo de validade;

i) atender integralmente às especificações técnicas e à legislação sanitária vigente.

Da responsabilidade
A contratada será responsável por todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, tributos, seguros e demais encargos necessários à perfeita execução do objeto.

Da substituição
Caso sejam constatadas irregularidades, como defeitos, avarias, embalagens violadas, prazo de validade inferior ao exigido ou qualquer desconformidade com as especificações estabelecidas, a contratada deverá promover a substituição imediata do medicamento, sem qualquer ônus para a Administração.

Das condições
A empresa contratada deverá manter, durante toda a execução da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como cumprir integralmente a legislação sanitária, ambiental e demais normas aplicáveis ao fornecimento de medicamentos.

Sustentabilidade
A contratada deverá adotar, sempre que tecnicamente viável e compatível com as práticas do fabricante, medidas que contribuam para a redução dos impactos ambientais, priorizando a utilização de embalagens recicláveis, recicladas ou passíveis de reciclagem, bem como a racionalização do uso de materiais de acondicionamento, observada a legislação sanitária aplicável.
Os medicamentos fornecidos deverão possuir registro vigente na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando exigido pela legislação, e atender integralmente às Boas Práticas de Fabricação (BPF), às normas da Farmacopeia Brasileira e aos demais regulamentos sanitários aplicáveis.
Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais do fabricante, acompanhados de bula e de todas as informações obrigatórias exigidas pela legislação, contendo identificação do lote, data de fabricação, prazo de validade e demais elementos necessários à rastreabilidade e ao uso seguro do medicamento.
A contratada deverá observar, ainda, as normas ambientais e sanitárias vigentes quanto ao transporte dos medicamentos e à destinação ambientalmente adequada das embalagens e dos resíduos eventualmente gerados durante a execução da contratação.

Subcontratação
Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação
Não será exigida garantia.

Garantia dos produtos
O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Vistoria
Não será exigida vistoria prévia para participação no certame, tendo em vista que o objeto da contratação consiste no fornecimento de medicamento, cujas condições encontram-se integralmente descritas neste Termo de Referência.

Da participação em regime de consórcio

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio na presente licitação.
A vedação fundamenta-se no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que o objeto consiste na aquisição de bens comuns, de baixa complexidade técnica e amplamente disponíveis no mercado, existindo número suficiente de empresas aptas ao seu fornecimento de forma individual.
Além disso, a admissão de consórcios, no presente caso, não proporcionaria ampliação da competitividade nem traria benefícios à Administração Pública, podendo, ao contrário, dificultar a gestão e a fiscalização contratual, aumentar a complexidade da execução do contrato e restringir a competitividade do certame.
Dessa forma, a vedação à participação de empresas em consórcio mostra-se compatível com as características do objeto e atende aos princípios da eficiência, da economicidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
Local de entrega
Os medicamentos deverão ser entregues no Setor de Compras de Sapopema, localizado à Rua Praça Antônio Batista Ribas, n º 177, Centro - atrás da APAE de Sapopema/PR.
As entregas deverão ocorrer em dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min e 13h00 às 17h00min.
Os custos relacionados ao transporte, carga, descarga e demais despesas necessárias à entrega dos medicamentos serão de inteira responsabilidade da empresa contratada.

Condições de Entrega
O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da emissão da requisição de compras ou ordem de fornecimento.
Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
O pedido deverá ser entregue acompanhado da respectiva Nota Fiscal eletrônica que deverá ser emitida contendo a descrição do item, quantidade, preço unitário e total, em conformidade com o pedido. A empresa deverá enviar a nota fiscal tão logo ela seja emitida no e-mail que fez a solicitação, a proponente terá 02 (dois) dias úteis para entregar a nota fiscal no setor de contabilidade. A prefeitura não se responsabilizará pelo extravio da mesma.
Os produtos devem conter no rótulo a data de validade, peso ou volume, composição, origem, dados do importador (caso seja importado) e instruções de uso.
A data de validade dos produtos deve estar em conformidade com a legislação relativa ao tema.
Os produtos não devem apresentar embalagens violadas, ou seja, abertas, amassadas, enferrujadas, estufadas ou com vazamentos.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO
O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização
A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
Desde já, fica nomeada como fiscal do contrato a Servidora **Elza Saeko Sassaki.**

Fiscalização Técnica
O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa
O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostila mento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato
Para a gestão do contrato fica nomeada a Servidora **Valdineia Aparecida Bueno Fonseca Correa.**
O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO
Recebimento
Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação
Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
O prazo de validade;
A data da emissão;
Os dados do contrato e do órgão contratante;
O período respectivo de execução do contrato;
O valor a pagar; e
Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento
O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.
Forma de pagamento
O pagamento será realizado após a entrega, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito
É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO
Forma de seleção e critério de julgamento da proposta
O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO, SEM DISPUTA, NO MENOR VALOR** em sua forma **ELETRÔNICA**, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
O critério de julgamento será o menor preço por item, tendo em vista que os produtos possuem características distintas e podem ser fornecidos independentemente, sendo tecnicamente viável o parcelamento da contratação. A adoção desse critério amplia a competitividade, possibilita a participação de um maior número de fornecedores e favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância ao disposto no art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021.
Forma de fornecimento
O fornecimento do medicamento ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.
Os medicamentos deverão ser fornecidos em suas embalagens comerciais originais do fabricante, devidamente lacradas, não sendo permitido o fracionamento de caixas ou embalagens originais.
Quando a quantidade solicitada pela Administração for inferior à quantidade contida na apresentação comercial do fabricante, o fornecimento deverá respeitar a embalagem original disponível no mercado, não sendo permitido o fracionamento da mesma. Nesses casos, poderá ser autorizada a entrega da embalagem comercial completa correspondente, de modo a assegurar a integridade e rastreabilidade do medicamento.

Licitação exclusiva para ME e EPP
Considerando que o valor estimado da presente contratação é inferior ao limite previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, a participação neste certame será exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), observadas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.
A adoção desse tratamento diferenciado visa promover o desenvolvimento econômico local e regional, ampliar a competitividade, incentivar a participação das micro e pequenas empresas nas contratações públicas e cumprir o tratamento favorecido assegurado pelos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, desde que mantida a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
Exigências de habilitação
Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
a) SICAF; b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela ControladoriaGeral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada
Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos
Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz
Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
Habilitação jurídica
Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira
Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Qualificação Técnica-Operacional
Comprovante de que o licitante participante fornece ou forneceu, sem restrição, objeto de natureza semelhante ao objeto do presente edital, através da apresentação de 01 (um) ou mais **Atestados de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado por responsável da área, com nome legível.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante pesquisa de preços realizada com a utilização de parâmetros combinados, contemplando contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública e cotações obtidas junto a fornecedores do ramo.
Para o Item 1 – Sacarato de Hidróxido Férrico, foram considerados o valor médio obtido por meio do Banco de Preços e três cotações de fornecedores especializados, resultando em **valor unitário estimado de R$ 13,49** e **valor total de R$ 6.745,00**, correspondente à aquisição de **500 (quinhentas) ampolas**.
Para o Item 2 – Álcool Etílico 70% Antisséptico, foram realizadas pesquisas em contratações públicas por meio do Banco de Preços, complementadas por cotações obtidas junto a fornecedores especializados. A média aritmética das contratações públicas resultou em **valor unitário estimado de R$ 9,78** e **valor total de R$ 4.890,00**, correspondente à aquisição de **500 (quinhentos) frascos**.

Assim, considerando os quantitativos previstos para ambos os itens, o **valor total estimado da contratação corresponde a R$ 11.635,00 (onze mil, seiscentos e trinta e cinco reais)**, conforme demonstrado na pesquisa de preços e na memória de cálculo constantes dos autos do processo administrativo.
A pesquisa de preços, a memória de cálculo e os documentos que fundamentam a estimativa integram os autos do processo administrativo, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Dotação					
Exercício	Conta da despesa	Natureza	Fonte de recurso	Funcional programática	Grupo da fonte
2026	2140	3.3.90.30.09.00 - MATERIAL FARMACOLÓGICO	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	09.001.10.301.0009.2023	Do Exercício
2026	2150	3.3.90.30.09.00 - MATERIAL FARMACOLÓGICO	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	09.001.10.301.0009.2023	Do Exercício
2026	2160	3.3.90.30.09.00 - MATERIAL FARMACOLÓGICO	00327 - Inc Fina Custeio Prog Qualificacao - APSUS 208-5	09.001.10.301.0009.2023	Do Exercício
2026	2174	3.3.90.30.09.00 - MATERIAL FARMACOLÓGICO	00356 - EMENDAS INDIVIDUAISCOM FINALIDADE DEFINIDA - INC. TEMP CUSTEIO - LC	09.001.10.301.0009.2023	Do Exercício
2026	2550	3.3.90.30.09.00 - MATERIAL FARMACOLÓGICO	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	09.001.10.302.0009.2024	Do Exercício
2026	2560	3.3.90.30.09.00 - MATERIAL FARMACOLÓGICO	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	09.001.10.302.0009.2024	Do Exercício
2026	2561	3.3.90.30.09.00 - MATERIAL FARMACOLÓGICO	00359 - EMENDA - INC TEMP AO CUSTEIO DOS SERV DE ASSIST HOSP E AMB L A P 36000765642202600	09.001.10.302.0009.2024	Do Exercício

Sapopema, 27 de julho de 2026.

EMANUELE ANTONIA CHEDE SUBTIL
Secretaria De Saúde

ANEXO II

TERMO DE CONTRATO– CONTRATAÇÃO DIRETA (LEI Nº 14.133/21)
FORNECIMENTO DE BENS
Processo Administrativo nº 76/2026 – Dispensa de Licitação nº 10/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA-PARANÁ, E A EMPRESA .....
O **MUNICÍPIO DE SAPOPEMA** com sede na Avenida Manoel Ribas, 858 - CEP: 84290-000 -Centro na cidade de Sapopema Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo srº ***SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR***, Prefeito Municipal, em pleno exercício de mandato e funções, doravante denominado CONTRATANTE, e a ..... inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., sediada na ....., em ....., Telefone (xx) xxxx-xxxx, E-mail xxxxxx: doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e o Decreto Municipal nº 58/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente ***da Dispensa de Licitação nº 02/2026***, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é
1.1. AQUISIÇÃO DE 500 (QUINHENTAS) AMPOLAS DE SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO, CONCENTRAÇÃO DE 20 MG/ML, AMPOLA CONTENDO 5 ML, E DE 500 (QUINHENTOS) FRASCOS DE ÁLCOOL ETÍLICO 70% ANTISSÉPTICO, FRASCO DE 1.000 ML, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTANA E DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA/PR, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência que embasou a contratação;
O Aviso de Licitação, a Autorização de Contratação Direta;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.
CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

O prazo de vigência e execução da contratação é de **12 (doze) meses**.
O prazo de vigência e execução poderá ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021 a critério da Administração.
CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

A entrega será realizada de forma **parcelada, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.**
O prazo de entrega do (s) item (ns) é de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da emissão da requisição de compras ou ordem de fornecimento.
O custo referente ao transporte e embalagem dos itens será de responsabilidade do Contratado.

A entrega do (s) objeto (s) contratados deverá realizada no Setor de Compras, localizado situado na Praça Antonio Batista Ribas, 177, atrás da APAE, Sapopema/PR.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

PREÇO

O valor total da contratação é de R$..... (.....)

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

O pagamento será realizado após a entrega dos itens no prazo de 30 (trinta) dias.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal e entrega do objeto.

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

Não se aplica.

CESSÃO DE CRÉDITO

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

A cessão de crédito, de qualquer natureza, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice Inflação Acumulada Planilha IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Em caso de não execução do objeto, decorrência a determinação da Administração.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.
CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
Nota Explicativa: Nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/21, a Administração tem o dever de decidir.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Entregar o objeto conforme Termo de Referência*;*
responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 08 (oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, *junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento*, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).
Multa:
moratória de 05 % a 10% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
moratória de 05 % a 10%, *por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de*10% *pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
O atraso superior a 15 (quinze) dias *autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
compensatória de 10% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 *(quinze)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).
O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO E ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS:

"prática corrupta"1: significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
"**prática fraudulenta"2**: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
"prática colusiva"3: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
"prática coercitiva"4: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
"prática obstrutiva": significa:
(a) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou
(b) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:
(c) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;
(d) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha

adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
(e) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco6, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco;
(f) para ser designado' subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco; e,
(g) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/18), na hipótese de, em razão do presente Contrato, a CONTRATADA realizar o tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, a CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados e em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor.
O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca do dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação					
Exercício	Conta da despesa	Natureza	Fonte de recurso	Funcional programática	Grupo da fonte
2026	2140	3.3.90.30.09.00 - MATERIAL FARMACOLÓGICO	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	09.001.10.301.0009.2023	Do Exercício
2026	2150	3.3.90.30.09.00 - MATERIAL FARMACOLÓGICO	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	09.001.10.301.0009.2023	Do Exercício
2026	2160	3.3.90.30.09.00 - MATERIAL FARMACOLÓGICO	00327 - Inc Fina Custeio Prog Qualificacao - APSUS 208-5	09.001.10.301.0009.2023	Do Exercício
2026	2174	3.3.90.30.09.00 - MATERIAL FARMACOLÓGICO	00356 - EMENDAS INDIVIDUAISCOM FINALIDADE DEFINIDA - INC. TEMP CUSTEIO - LC	09.001.10.301.0009.2023	Do Exercício
2026	2550	3.3.90.30.09.00 - MATERIAL FARMACOLÓGICO	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	09.001.10.302.0009.2024	Do Exercício
2026	2560	3.3.90.30.09.00 - MATERIAL FARMACOLÓGICO	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	09.001.10.302.0009.2024	Do Exercício
2026	2561	3.3.90.30.09.00 - MATERIAL FARMACOLÓGICO	00359 - EMENDA - INC TEMP AO CUSTEIO DOS SERV DE ASSIST HOSP E AMB L A P 36000765642202600	09.001.10.302.0009.2024	Do Exercício

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO
Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

É eleito o Foro Curiúva-Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Sapopema, xx de agosto de 2026.

Contratante
Municipio De Sapopema
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Contratado
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:-

Edna Pereira de Paula
CPF: 347.748.248-44

Lidinei Ap. Ferreira Mainardes Oliveira
CPF: 027.231.049-23

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

A EMPRESA_____, inscrita no CNPJ _____, sediada na cidade de: _____, Rua/Av _____, telefone: _____ (neste ato representado por seu (sua) sócio(a)/representante, o(a) Sr(a) _____, CPF _____ e e-mail: _____, com poderes estabelecidos no ato de investidura, declara aceitar os termos abaixo:

( ) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

( ) Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

( ) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

( ) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

( ) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

Local, data, ano

Representante Legal da Empresa
Nome:
CPF:
Assinatura:

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:D8EDF151

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 15/2026

Denomina os logradouros pertencentes ao Condomínio Residencial Ecowind, localizado na cidade de Sarandi, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, definidas pelo inciso IV do art. 18, e §§ 1º, 3º e 7º do art. 40, da Lei Orgânica Municipal e alínea *d* do inciso VII do art. 33 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO a aprovação, pela Câmara Municipal de Vereadores, do Projeto de Lei nº 3.653/2026, de autoria **de todos os vereadores;**

CONSIDERANDO que a promulgação é ato de natureza política, cujo objetivo é atestar solenemente a existência da lei para a produção de seus efeitos, sendo um requisito indispensável à eficácia do ato normativo;

CONSIDERANDO que o autógrafo do referido projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Poder Executivo na data de 14/7/2026, através do ofício nº 117/2026/CMS;

CONSIDERANDO que os prazos previstos neste Regimento Interno não correrão durante os períodos de recesso;

CONSIDERANDO que o lapso temporal decorrido não o impede de atestar a existência da norma jurídica, visto que subsiste a obrigatoriedade de sua promulgação;

CONSIDERANDO que o negócio jurídico fora legalmente formalizado, não há quaisquer prejuízos, bem como observando princípio da razoabilidade, moderação e adequação entre os meios a serem utilizados e a finalidade a ser alcançada;

CONSIDERANDO que a composição do Poder Legislativo que vai promulgar a lei não ser diferente daquela que a aprovou, pois já houve a manifestação soberana e regular do parlamento sobre a matéria;

CONSIDERANDO que houve a sanção tácita, por parte do prefeito, do Projeto de Lei nº **3.653/2026**, já que, no prazo estabelecido pela Lei Orgânica Municipal, não se manifestou pela sua aprovação, e nem por veto;

CONSIDERANDO o teor do inciso IV do art. 18 e §§ 1º, 3º e 7º do art. 40, da Lei Orgânica Municipal e a alínea *d* do inciso VII do art. 33, do Regimento Interno que, no silêncio do Prefeito, cabe ao Presidente da Câmara a promulgação;

RESOLVE:

Art. 1º Promulgar a Lei nº 3.149/2026, oriunda do Projeto de Lei nº 3.653/2026, **de todos os vereadores** , cujo conteúdo faz parte integrante do presente ato de promulgação.
Art. 2º Publique-se.

REGISTRE-SE e AFIXE-SE.

Câmara Municipal de Sarandi, 5 de agosto de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado Digitalmente]

LEI Nº 3.149/2026

Denomina os logradouros pertencentes ao Condomínio Residencial Ecowind, localizado na cidade de Sarandi, Estado do Paraná.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele PROMULGA a seguinte;

LEI:
Art. 1º Fica por força desta Lei, denominados os logradouros pertencentes ao Condomínio Residencial Ecowind, localizado na cidade de Sarandi, Estado do Paraná.

	Denominação Existente	Denominação dada por esta Lei	Extensão
1	Av 1.	Avenida Rosa dos Ventos	Toda
2	Rua 2	Rua Aurora	Toda
3	Rua 3	Alameda Brisea	Toda
4	Rua 4	Alameda Celestine	Toda
5	Rua 5	Alameda Doralis	Toda
6	Rua 6	Alameda Élysia	Toda
7	Rua 7	Alameda Floréal	Toda
8	Rua 8	Alameda Galeon	Toda
9	Rua 9	Alameda Harmonia	Toda
10	Rua 10	Alameda Írida	Toda
11	Rua 11	Alameda Jasmínea	Toda
12	Rua 12	Alameda Luminare	Toda
13	Rua 13	Alameda Mistralle	Toda
14	Rua 14	Alameda Nuvienne	Toda
15	Rua 15	Alameda Orla do Vento	Toda

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 5 dias do mês de agosto de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado Digitalmente]

Publicado por:
João Roberto Dos Santos Lopes
Código Identificador:7847412F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ED.117/26

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600
SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n° 117/2026

Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário e taxas de cemitério inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.
Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	DATA	LOTE	LOTEAMENTO
LEANDRO LORENZETI	391393	4	2	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
MARCIA ADRIANA DE FRANÇA NUNES	391435	5	20	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
MARIA HELENA CAMARGO OLIVEIRA	391465	6	24	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
FRANCIANE REGINA DA HORA	391495	7	26	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
DEONESIA ALVES GUIMARAES	391543	9	12	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
APARECIDO GOMES NOGUEIRA	391546	9	15	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
MICHELE CRISTINE PAZ RODRIGUES	391686	14	22	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
ANA PAULA DE SOUZA	391707	15	13	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
MARIA RENI D EOLIVEIRA GIL	391769	17	11	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
FURVINA DE JESUS AZEVEDO	391772	17	13	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
EDNA LUANA DE OLIVEIRA ARAUJO	391774	17	15	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
LUZIA VIANA DO NASCIMENTO	391848	23	11	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
CAMILA VENTURA DE MELLO JESUS	391865	25	4	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
ANA PAULA CALDEIRA	380930	3	16	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
JOOSE OTAVIO MORENO MUSSOLIN	391209	7	16-A	JARDIM OURO VERDE II
WANDER DIOGO MARTINS	382680	7	7	JARDIM OURO VERDE II
MARCELO GUILHERME	383110	8	7	JARDIM OURO VERDE II
ELIEL NARCISO GOMES RIBEIRO	392127	8	15-A	JARDIM OURO VERDE II
FERNANDA PEREIRA	84870	15	24	JARDIM OURO VERDE II
FELIPE JANS REBOUCAS SANTOS	339423	3	9	RESID. SÃO JOSE II
FABIO JUNIOR DE SOUZA	106365	42	10-A	RESID. SÃO JOSE II
ELIANA DOS SANTOS	267198	24	13	PQ. RESIDENCIAL ALVAMAR II
CLEITON MIGUEL DE SOUZA	268143	27	20	PQ. RESIDENCIAL ALVAMAR II
CRISTINA VIANA BORDON	273511	49	18	PQ. RESIDENCIAL ALVAMAR II
JOSE FRANCISCO	275271	65	3	PQ. RESIDENCIAL ALVAMAR II
CLEUSIO GALLO	193399	21	27	PARQUE ALVAMAR
LUIZ BATISTA DOS SANTOS	198234	37	4	PARQUE ALVAMAR
GUSTAVO CENTURION	198546	38	2B	PARQUE ALVAMAR
IZIEL MIRELES	308900	4	10	RESIDENCIAL SÃO JOSÉ
WAGNER ROSENO DA LUZ	309362	8	5	RESIDENCIAL SÃO JOSÉ
EDUARDO ANTONIO DO SSANTOS	370789	16	17	JARDIM OURO VERDE
LORENA GABRIEL CAETANO DA SILVA	371122	18	11	JARDIM OURO VERDE
MARIA APARECIDA DA SILVA	259284	10	5	CONJUNTO RESIDENCIAL SARANDI
SELMO ALVES RODRIGUES	259730	13	15	CONJUNTO RESIDENCIAL SARANDI
JOSE CARLOS HOSHINO	88811	5	14	JARDIM PANORAMA
LEANDRO DE LIMA DE OLIVEIRA	148245	1	11	JARDIM NOVO PANORAMA
IMOBILÁRIA SOL LTDA	153087	16	9	JARDIM NOVO PANORAMA
DILSON CUSTODIO DE REIS	26840	7-A	4	JARDIM INDEPENDENCIA 1A. 2A. 3A PARTE
VALNEI JOSE DE SOUZA	45519	61	8	JARDIM INDEPENDENCIA 1A. 2A. 3A PARTE
NIVALDO APARECIDO FIORDELIZE	45608	61	17	JARDIM INDEPENDENCIA 1A. 2A. 3A PARTE
LUIZ ROBERTINO DE OLIVEIRA	55816	87	8	JARDIM INDEPENDENCIA 1A. 2A. 3A PARTE
DIRSON NEMER ASSAF	81370	246	13	JARDIM INDEPENDENCIA 1A. 2A. 3A PARTE
INCORPORADORA QUATRO LTDA	225053	17	1	JD. NOVA INDEPENDENCIA 1 E 2 PARTE
CONSTRUTORA VICKY LTDA	246360	112	19	JD. NOVA INDEPENDENCIA 1 E 2 PARTE
ANDRIELLI DOS SANTOS FAYOLA	394574	8	3	JARDIM OURO VERDE IV
TATIANA CRISTINAN DA SILVA JOAQUIM	394585	9	2	JARDIM OURO VERDE IV
REINALDO ANTONIO DOS SANTOS	280372	4	6	JARDIM SANTA TEREZA
NERLI BIORGES MONTEIRO	280461	4	14	JARDIM SANTA TEREZA
ALCIDES LUIZ NEVES	2488	6	31	CHACARAS AEROPORTO NUCLEO A-B
SADAMU KIKUTA	7781	24	17	CHACARAS AEROPORTO NUCLEO A-B
SADAMU KIKUTA	7790	24	18	CHACARAS AEROPORTO NUCLEO A-B
SADAMU KIKUTA	7803	24	19	CHACARAS AEROPORTO NUCLEO A-B
SADAMU KIKUTA	7811	24	20	CHACARAS AEROPORTO NUCLEO A-B
MARCIO DE PAULA ZEFERINO	392214	2	5	LOTEAMNETO ECOVALLEY
BARBARA RIBEIRO SOUZA	392233	3	9	LOTEAMNETO ECOVALLEY
DANIEL AMERICO DE MOURA	392343	11	13	LOTEAMNETO ECOVALLEY
IRENE MARIA DIAS	72900	24-B	5	JARDIM MONTE REY
KAZUMI SAKAGUTI	320200	30	21	JARDIM MONTE REY
VALDIR DIAS DA COSTA	276219	3	18	JARDIM DO PARQUE
G.R.P BORGES EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA	399165	9	1/22-REM	JARDIM MONTE LIBANO
CONSTRUTORA VICKY LTDA	157236	2	5	JARDIM PRIMAVERA
CONSTRUTORA VICKY LTDA	161551	6	7	JARDIM HIGIENOPÓLIS
ESPOLIO DE JOAO DOMINGOS DOS SANTOS	250520	3	7	CJ. RES. OSVALDO GEALH
REGINALDO JOSE DE LIMA	156957	10	5D	JARDIM ESCALA
ADEMIR LUIZ DIAS PEREIRA	379400	100/101	A6	GLEBA PATRIMONIO SARANDI
MONICA APARECIDA VIEIRA	394253	34	2	JARDIM RIO DE JANEIRO

FRANÇA, FURLANETO E CIA LTDA	295469	39	27	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
IMOBILIÁRIA SOL LTDA	163732	14	2	JARDIM ESPERANÇA III PT
CONTRIBUINTE	**CPF**			
CLEVERSON VIEIRA	003.XXX.XXX.08			

Paço Municipal, 13 de Julho de 2026.

GISLAINE FERNANDA CARNEIRO
Secretária Municipal de Fazenda
Decreto 07/2025

Publicado por:
Juliana Freitas da Silva
Código Identificador:7679B9C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ED.117/26

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600
SECRETARIA DE FAZENDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n° 117/2026

Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário e taxas de cemitério inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.

Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	DATA LOTE		LOTEAMENTO
LEANDRO LORENZETI	391393	4	2	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
MARCIA ADRIANA DE FRANÇA NUNES	391435	5	20	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
MARIA HELENA CAMARGO OLIVEIRA	391465	6	24	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
FRANCIANE REGINA DA HORA	391495	7	26	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
DEONESIA ALVES GUIMARAES	391543	9	12	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
APARECIDO GOMES NOGUEIRA	391546	9	15	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
MICHELE CRISTINE PAZ RODRIGUES	391686	14	22	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
ANA PAULA DE SOUZA	391707	15	13	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
MARIA RENI D EOLIVEIRA GIL	391769	17	11	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
FURVINA DE JESUS AZEVEDO	391772	17	13	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
EDNA LUANA DE OLIVEIRA ARAUJO	391774	17	15	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
LUZIA VIANA DO NASCIMENTO	391848	23	11	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
CAMILA VENTURA DE MELLO JESUS	391865	25	4	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
ANA PAULA CALDEIRA	380930	3	16	CONJ. RES. GOV. JOSE RICHA
JOOSE OTAVIO MORENO MUSSOLIN	391209	7	16-A	JARDIM OURO VERDE II
WANDER DIOGO MARTINS	382680	7	7	JARDIM OURO VERDE II
MARCELO GUILHERME	383110	8	7	JARDIM OURO VERDE II
ELIEL NARCISO GOMES RIBEIRO	392127	8	15-A	JARDIM OURO VERDE II
FERNANDA PEREIRA	84870	15	24	JARDIM OURO VERDE II
FELIPE JANS REBOUCAS SANTOS	339423	3	9	RESID. SÃO JOSE II
FABIO JUNIOR DE SOUZA	106365	42	10-A	RESID. SÃO JOSE II
ELIANA DOS SANTOS	267198	24	13	PQ. RESIDENCIAL ALVAMAR II
CLEITON MIGUEL DE SOUZA	268143	27	20	PQ. RESIDENCIAL ALVAMAR II
CRISTINA VIANA BORDON	273511	49	18	PQ. RESIDENCIAL ALVAMAR II
JOSE FRANCISCO	275271	65	3	PQ. RESIDENCIAL ALVAMAR II
CLEUSIO GALLO	193399	21	27	PARQUE ALVAMAR
LUIZ BATISTA DOS SANTOS	198234	37	4	PARQUE ALVAMAR
GUSTAVO CENTURION	198546	38	2B	PARQUE ALVAMAR
IZIEL MIRELES	308900	4	10	RESIDENCIAL SÃO JOSÉ
WAGNER ROSENO DA LUZ	309362	8	5	RESIDENCIAL SÃO JOSÉ
EDUARDO ANTONIO DO SSANTOS	370789	16	17	JARDIM OURO VERDE
LORENA GABRIEL CAETANO DA SILVA	371122	18	11	JARDIM OURO VERDE
MARIA APARECIDA DA SILVA	259284	10	5	CONJUNTO RESIDENCIAL SARANDI
SELMO ALVES RODRIGUES	259730	13	15	CONJUNTO RESIDENCIAL SARANDI
JOSE CARLOS HOSHINO	88811	5	14	JARDIM PANORAMA
LEANDRO DE LIMA DE OLIVEIRA	148245	1	11	JARDIM NOVO PANORAMA
IMOBILÁRIA SOL LTDA	153087	16	9	JARDIM NOVO PANORAMA
DILSON CUSTODIO DE REIS	26840	7-A	4	JARDIM INDEPENDENCIA 1A. 2A. 3A PARTE
VALNEI JOSE DE SOUZA	45519	61	8	JARDIM INDEPENDENCIA 1A. 2A. 3A PARTE
NIVALDO APARECIDO FIORDELIZE	45608	61	17	JARDIM INDEPENDENCIA 1A. 2A. 3A PARTE
LUIZ ROBERTINO DE OLIVEIRA	55816	87	8	JARDIM INDEPENDENCIA 1A. 2A. 3A PARTE
DIRSON NEMER ASSAF	81370	246	13	JARDIM INDEPENDENCIA 1A. 2A. 3A PARTE
INCORPORADORA QUATRO LTDA	225053	17	1	JD. NOVA INDEPENDENCIA 1 E 2 PARTE
CONSTRUTORA VICKY LTDA	246360	112	19	JD. NOVA INDEPENDENCIA 1 E 2 PARTE
ANDRIELLI DOS SANTOS FAYOLA	394574	8	3	JARDIM OURO VERDE IV
TATIANA CRISTINAN DA SILVA JOAQUIM	394585	9	2	JARDIM OURO VERDE IV
REINALDO ANTONIO DOS SANTOS	280372	4	6	JARDIM SANTA TEREZA
NERLI BIORGES MONTEIRO	280461	4	14	JARDIM SANTA TEREZA
ALCIDES LUIZ NEVES	2488	6	31	CHACARAS AEROPORTO NUCLEO A-B
SADAMU KIKUTA	7781	24	17	CHACARAS AEROPORTO NUCLEO A-B
SADAMU KIKUTA	7790	24	18	CHACARAS AEROPORTO NUCLEO A-B

SADAMU KIKUTA	7803	24	19	CHACARAS AEROPORTO NUCLEO A-B
SADAMU KIKUTA	7811	24	20	CHACARAS AEROPORTO NUCLEO A-B
MARCIO DE PAULA ZEFERINO	392214	2	5	LOTEAMNETO ECOVALLEY
BARBARA RIBEIRO SOUZA	392233	3	9	LOTEAMNETO ECOVALLEY
DANIEL AMERICO DE MOURA	392343	11	13	LOTEAMNETO ECOVALLEY
IRENE MARIA DIAS	72900	24-B	5	JARDIM MONTE REY
KAZUMI SAKAGUTI	320200	30	21	JARDIM MONTE REY
VALDIR DIAS DA COSTA	276219	3	18	JARDIM DO PARQUE
G.R.P BORGES EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA	399165	9	1/22-REM	JARDIM MONTE LIBANO
CONSTRUTORA VICKY LTDA	157236	2	5	JARDIM PRIMAVERA
CONSTRUTORA VICKY LTDA	161551	6	7	JARDIM HIGIENOPÓLIS
ESPOLIO DE JOAO DOMINGOS DOS SANTOS	250520	3	7	CJ. RES. OSVALDO GEALH
REGINALDO JOSE DE LIMA	156957	10	5D	JARDIM ESCALA
ADEMIR LUIZ DIAS PEREIRA	379400	100/101	A6	GLEBA PATRIMONIO SARANDI
MONICA APARECIDA VIEIRA	394253	34	2	JARDIM RIO DE JANEIRO
FRANÇA, FURLANETO E CIA LTDA	295469	39	27	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
IMOBILIÁRIA SOL LTDA	163732	14	2	JARDIM ESPERANÇA III PT
CONTRIBUINTE	**CPF**			
CLEVERSON VIEIRA	003.XXX.XXX.08			

Paço Municipal, 13 de Julho de 2026.

GISLAINE FERNANDA CARNEIRO
Secretária Municipal de Fazenda
Decreto 07/2025

Publicado por:
Juliana Freitas da Silva
Código Identificador:DB8C6755

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ED.119/26

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600
SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n° 119/2026
Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário e taxa de cemitério inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.
Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
LEANDRO JOSE GOMES	140252	19	1	JARDIM CASTELO
LUIZ GUSTAVO BRIZOLA	170089	6	1A	JARDIM COMETA
ESPOLIO DE LUZIA IANONE ALVES	200913	4	5	PARQUE SAO PEDRO
DELFINA MENDOCA DE ARAUJO	204730	22	3	PARQUE SAO PEDRO
ROGERIO FAUSTINO	166517	11	1/2	JARDIM MONTE LIBANO
VAGNER REZENDE LIMA CRUZ	390841	15	13A	JARDIM MONTE LIBANO
MICHELE MARTINS	305570	70A	71	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR (ALPHAVILLE)
APARECIDO DE ASSIS	307939	70A	307	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR (ALPHAVILLE)
EDI ISAAC DE SOUZA MACHADO	395169	21	8	JARDIM AURORA
LETICIA CARLA PAKER DE SOUZA	395235	23	17	JARDIM AURORA
HAMILTON FRANCISCO DE PAULA	292397	26	11/12	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
NATANAEL DA SILVA SANTOS	393208	29	11	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
RONALDO LINO DE OLIVEIRA	293369	31	22	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
DIEGO HENRIQUE DA SILVA CATOSSI	293776	33	10	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
LILIAN MARIA MORAES DA SILVA	293857	33	18/19	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
VANDERLEI FERREIRA DA SILVA	293920	34	3	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
JAMILE DE SOUZA SOARES	294799	37	7	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
MAYCON JOSE DOS SANTOS	295388	39	19	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
ROSELI APARECIDA CARNEIRO DOS SANTOS	393205	39	22	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
ANTONIO VALDECIR DA SILVA	295914	41	12	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
ROMOALDO RODRIGUES MELHADO	390362	43	30	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
VALDEMIR RIBEIRO MENDES	296791	44	21	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
CLEIDE BRAVO SERRALVO	296872	44	29	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
JHONATHAN WILLIAM SANTOS MANCHINI	391923	45	3	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
WEVERTON WESLEY VIEIRA LIMA	390203	50	7	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
BENEDITA BRANDAO DE SOUZA	300756	61	10	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
JENNIFER JANAINA LOPES DO AMARAL	302287	68	2	PARQUE RESIDENCIAL BOM PASTOR
CONTRIBUINTE	**CADASTRO**	**ENDEREÇO**		**CPF**
KARINE KELLY BATISTA	21234	AVENIDA NOVA AURORA, 719 B		064.XXX.XXX-44

Paço Municipal, 04 de Agosto de 2026.

GISLAINE FERNANDA CARNEIRO
Secretária Municipal de Fazenda
Decreto 07/2025

Publicado por:
Juliana Freitas da Silva
Código Identificador:E3003AD4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO

4º Termo aditivo do contrato 009/2024, decorrente do processo de Dispensa de Licitação 008/2024, referente a contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Assessoria de Imprensa.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 78.318.169/0001-81, sediada à rua Senador Souza Naves, , nº 504, centro, na cidade de Sertanópolis-Pr, cep 86170-000, representada pelo Presidente o **Sr. THIAGO LOPES,** portador do CPF nº 053.539.669-45 e a empresa **GABRYEL DE MATOS SILVEIRA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 46.067.432/0001-10, sediada à Rua São Paulo, nº 1002 - centro, na cidade de Sertanópolis-Pr, neste ato representada pelo **Sr. GABRYEL DE MATOS SILVEIRA,** portador do CPF nº 097.544.539-18, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto – Reajuste de valores na importância de R$ 28.833,48 (vinte e oito mil, oitocentos e trinta e três reais e quarenta e oito centavos) que corresponde a prorrogação do contrato inicial com atualização monetária pelo índice INPC (IBGE) 4,108460%, para o período aditivado conforme instrumento nº 03, lavrado entre as partes, com finalidade de atender as demandas da Câmara Municipal de Sertanópolis, que comprovou a vantajosidade da prorrogação, com fundamento no art. 105 e 106 da lei nº 14.133/2021, conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Qtde (Meses)	Valor Atual	Valor Atualizado	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de ASSESSORIA DE IMPRENSA, sendo compreendido os atos em acompanhar todas as seções plenárias e extraordinárias, elaborar reportagens, fotografar e publicar em redes sociais própria, disponibilizar material conforme autorização da mesa, aos demais veículos de comunicação; gravar áudio e vídeo referente aos trabalhos legislativos; atualizar diariamente as redes sociais e o site da CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS com notícias e informações previamente solicitadas pelos vereadores.	12	R$ 2.307,97	R$ 2.402,79	R$ 28.833,48

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Sertanópolis, 30 de julho de 2026.

Contratada
GABRYEL DE MATOS SILVEIRA
CNPJ: 46.067.432/0001-10

GABRYEL DE MATOS SILVEIRA
Representante Legal

Contratante
CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
CNPJ: 78.318.169/0001-81

THIAGO LOPES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Silvio Aparecido de Andrade
Código Identificador:E09BEC08

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA 4/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
A Prefeita Municipal, **Ana Ruth Secco**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:
01 – ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	211/2026
b) Licitação Nº:	4/2026
c) Modalidade:	Concorrência
d) Data Adjudicação:	05/08/2026
e) Objeto Adjudicado:	Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para Execução da Segunda Etapa da Construção da Nova Escola Santo Tomas de Aquino, contendo: Bloco do Refeitório, com Sanitário Fem., Sanitário Masc., Pátio recreação 02, Refeitório, Cozinha, Forno, Copa, Lavanderia, DML, Vestiário Fem., Vestiário Masc., Recebimento de Alimentos, Depósito de Alimentos, Estendal; Bloco Multiuso, com Sala de Música, Sala de Computação, Biblioteca, Laboratório, Sanitário Masc., Sanitário Fem. e Cozinha experimental; Bloco da Administração, com Guarita, Hall de entrada, Orientação, Equipe Interdisciplinar, Planejamento, Sala dos Professores, Copa, Almoxarifado Sanitário Masc., Sanitário Fem., Diretoria e

	Secretaria e demais serviços constantes no projeto executivo, com área a ser construída de 1.501,13 m², localizada na Rua Luiz Babugia, nº186, Loteº P24, Centro, Sertanópolis, sob número de matrícula 6555

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
98	05020123610005218144905100000	1000	OBRAS E INSTALACOES
98	05020123610005218144905100000	1806	OBRAS E INSTALACOES
98	05020123610005218144905100000	3000	OBRAS E INSTALACOES

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: ANTONINI ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 28.639.186/0001-42
Valor total adjudicado: R$ 3.975.960,91

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO		UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	OBRAS E INSTALAÇÕES		Obra	1	R$ 3.975.960,91	R$ 3.975.960,91

VALOR TOTAL ADJUDICADO: R$ 3.975.960,91 (três milhões, novecentos e setenta e cinco mil, novecentos e sessenta reais e noventa e um centavos).

Prefeitura Municipal de SERTANÓPOLIS, 05 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:A369570B

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 34/2025

Ao Instrumento Particular de Contrato para ***Contratação de empresa especializada para atuação de médico Ginecologista e Neuropediatra para atendimento nas Unidades Básicas de Saúde e médico Ultrassonografista para o Serviço Municipal de Saúde*****,** objeto do pregão **nº. 05/2025**, estabelecido entre o **SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE - SERMUSA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no M5F/CNPJ SOB Nº. 78.318.359/0001-07, com sede na rua Senador Souza Naves, Nº 487, em Sertanópolis, Estado Do Paraná, neste ato representado pela diretora superintendente **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade R.G. Nº 648.871.09-9, inscrita no CPF/MF sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na cidade de Sertanópolis/PR, doravante denominado de contratante e de outro lado a empresa **AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, CNPJ nº 33.458.003/0001-22, SITUADA NA JOÃO CANDIDO Nº. 266 SALA 01 CENTRO, CEP: 83.280-000 GUARATUBA /PR, TELEFONE: (43) 3372.3370 E-mail: licitacoes@avive.srv.br NESTE ATO REPRESENTADO PELO **SENHOR THIAGO DE CASTRO SILVEIRA,** COM RG Nº. 59210300 SESP/PR, INSCRITO NO CPF Nº 022.279.289-21 RESIDENTE E DOMICILIADO NA CIDADE DE GUARATUBA/ PR, DORAVANTE DENOMINADA **CONTRATADA**.

Cláusula Primeira
O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração de valor contratado para readequação econômico-financeira, conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIALIDADE / ÀREA DE ATUAÇÃO	QUANT	VALOR CONTRATO	VALOR REPACTUADO	DIFERENÇA	VALOR TOTAL
1	Serviço Atendimento médico Ginecologista/horas	193	R$ 157,90	R$ 178,69	R$ 20,79	R$ 4.012,47

Cláusula Segunda
O valor do aditivo será de R$ 4.012,47 (Quatro mil doze reais e quarenta e sete centavos).

Cláusula Terceira
A vigência se dará a partir da data de 03 de Agosto de 2026.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos, certos e acordados com o presente **TERMO ADITIVO**, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que serão anexadas ao Contrato Inicial, feito na época e aditado nesta oportunidade na presença das testemunhas constantes.

Sertanópolis, 05 de Agosto de 2026.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA	*THIAGO DE CASTRO SILVEIRA*
Serviço Municipal de Saúde	Avive Gestão De Serviços Médicos LTDA
Contratante	Contratada

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:0E2FBC65

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.406/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4406/2026 de 05/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 7.506,45 (sete mil quinhentos e seis reais e quarenta e cinco centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Administração Geral	
03.001.00.000.0000.0.000.		Chefia de Gabinete	
03.001.04.122.0002.2.010.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
115 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria do Meio Ambiente	
07.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Preservação Ambiental	
07.002.18.541.0011.2.032.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	
412 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	500,00
08.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários	
08.002.00.000.0000.0.000.		Departamento de Serviços Públicos	
08.002.15.452.0012.2.041.		MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS	
497 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	300,00
08.002.15.452.0012.2.043.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E RECICLAGEM DE LIXO	
517 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	300,00
08.002.15.452.0012.2.101.		MANUTENÇÃO DO PÁTIO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS MUNICIPAL	
533 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	100,00
08.003.00.000.0000.0.000.		Departamento de Serviços Rodoviários	
08.003.26.782.0013.2.044.		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
566 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	900,00
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.361.0006.2.055.		MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS ESCOLARES	
676 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	876,03
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.302.0007.2.065.		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES KELY CRISTIANA ROCHA	
1716 - 3.3.90.93.00.00	833	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4,32
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.001.00.000.0000.0.000.		Departamento de Assistência Social	
11.001.08.243.0003.2.076.		MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
1123 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.526,10
		Total Suplementação:	**7.506,45**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Administração Geral	
03.001.00.000.0000.0.000.		Chefia de Gabinete	
03.001.04.122.0002.1.035.		EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
99 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria do Meio Ambiente	
07.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Preservação Ambiental	
07.002.18.541.0011.2.032.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	
409 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.365.0006.1.057.		EQUIPAR E REEQUIPAR A EDUCAÇÃO INFANTIL	
681 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	876,03
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.302.0007.2.065.		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES KELY CRISTIANA ROCHA	
1461 - 3.3.90.39.00.00	3833	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4,32
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.001.00.000.0000.0.000.		Departamento de Assistência Social	
11.001.08.122.0003.2.073.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
1106 - 3.3.91.97.00.00	1000	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	2.526,10
12.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Obras e Edificações	
12.003.00.000.0000.0.000.		Divisão de Edificações	
12.003.15.451.0015.1.025.		CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ALMOXARIFADO	
1383 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.600,00
		Total Redução:	**7.506,45**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

VALTER PERES	***LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:28361FC9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 348/2026

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão - Eletrônico N° 58/2026 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão - Eletrônico N° 58/2026 de 06/07/2026(seis dias de julho de 2026) que tem por objeto a **Registro de preço para carnes.**

Art. 2º.– Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

ANJO'S DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	BACON DEFUMADO CONGELADO Ingredientes: Barriga suína (panceta), sal, conservadores e demais ingredientes permitidos pela legislação vigente, devidamente declarados no rótulo. Características: Produto obtido a partir da barriga suína curada e defumada, fatiado ou em peça, apresentando coloração característica variando do rosado ao avermelhado, com partes magras e gordurosas bem definidas. Deverá apresentar odor, sabor e textura característicos, estar livre de ranço, manchas, mucosidade, sujidades, parasitas e qualquer substância contaminante que possa comprometer sua qualidade. Não deverá conter cartilagens, pelos, couro excessivo ou materiais estranhos. Sem excesso de pele. Embalagem primária: Embalado a vácuo ou em saco plástico transparente, atóxico, resistente e termossoldado, contendo de 500 g a 5 kg. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	FRIGODASKO		KG	252,00	23,85	6.010,20
2	1	BISTECA SUÍNA CONGELADA - BIFES DE APROXIMADAMENTE 120 G Ingredientes: Carne suína proveniente do corte bisteca suína, obtida do lombo com osso. Características: Produto congelado, acondicionado em camadas ou blocos, composto por peças padronizadas de bisteca suína com peso aproximado de 120 gramas por unidade, podendo apresentar variação de até 10% para mais ou para menos. Deverá apresentar coloração rosada característica, odor e textura próprios da carne suína fresca congelada. Possuir quantidade moderada de gordura, sem excesso de aparas, mantendo boa relação entre carne magra e gordura. Deverá estar isento de hematomas, cartilagens excessivas, fragmentos ósseos soltos, pelos, sujidades, parasitas e materiais estranhos. Não poderá apresentar sinais de descongelamento prévio, queimaduras por frio, excesso de exsudato, alteração de cor, odor ou qualquer indício de deterioração. Embalagem primária: Saco plástico transparente, atóxico, resistente e termossoldado, contendo de 1 a 5 kg. Embalagem secundária: Caixa de papelão reforçada e lacrada, contendo identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, número do lote, peso líquido e condições de armazenamento. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	MABI FOODS		KG	1.598,00	16,95	27.086,10
3	1	COSTELA MINGA BOVINA	MABI FOODS		KG	472,00	26,70	12.602,40

		COM CAPA CONGELADA Ingredientes: Carne bovina proveniente do corte costela minga com capa. Características: Produto congelado, acondicionado em peças inteiras ou, proveniente da região da costela bovina, contendo capa de gordura natural característica do corte. Apresentar coloração vermelho-vivo a vermelho-escuro característica, odor e textura próprios da carne bovina. A capa de gordura deverá estar aderida à peça, sem excesso de aparas e sem sinais de ranço. O produto deverá estar isento de hematomas extensos, abscessos, sujidades, parasitas, materiais estranhos, coágulos e contaminações que comprometam sua qualidade. Não poderá apresentar sinais de descongelamento prévio, queimaduras por frio, excesso de exsudato ou alterações de cor, odor e textura. O corte deverá apresentar proporção adequada entre carne, osso e capa de gordura, característica da costela minga bovina, garantindo rendimento e qualidade para preparações assadas, cozidas ou ensopadas destinadas à alimentação escolar, hospital e demais setores. Embalagem primária: Embalada a vácuo ou em saco plástico transparente, atóxico, resistente e termossoldado, contendo peso variável conforme o corte. Embalagem secundária: Caixa de papelão reforçada e lacrada, contendo identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, lote, peso líquido e condições de armazenamento. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.						
4	1	COSTELA MINGA BOVINA COM CAPA CONGELADA PEDAÇO DE APROXIMADAMENTE 5CM Ingredientes: Carne bovina proveniente do corte costela minga com capa. Características: Produto congelado, acondicionado em blocos ou pacotes, obtido da região da costela bovina, contendo capa de gordura natural característica do corte. Deverá ser fornecido em pedaços uniformes de aproximadamente 5 cm, serrados transversalmente, contendo carne, osso e capa de gordura aderida. Apresentar coloração vermelho-vivo a vermelho-escura característica, odor e textura próprios da carne bovina. A capa de gordura deverá estar uniforme e aderida ao corte, sem excesso de aparas ou sinais de ranço. O produto deverá apresentar bom rendimento após cocção e ser adequado para preparações cozidas, ensopadas e assadas. Deverá estar isento de hematomas extensos, abscessos, coágulos, linfonodos, sujidades, parasitas, materiais estranhos e contaminações que comprometam sua qualidade. Não poderá apresentar sinais de descongelamento prévio, queimaduras por frio, excesso de exsudato ou alterações de cor, odor e textura. Embalagem primária: Embalada a vácuo ou em saco plástico transparente, atóxico, resistente e termossoldado, contendo de 1 a 5 kg. Embalagem secundária: Caixa de papelão reforçada e lacrada, contendo identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, lote, peso líquido e condições de armazenamento. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	MABI FOODS		KG	672,00	26,70	17.942,40

5	1	CUPIM BOVINO CONGELADO EM PEÇA Ingredientes: Carne bovina proveniente do corte cupim. Características: Produto obtido de peça íntegra de cupim bovino, apresentando marmoreio e cobertura de gordura característicos do corte. Cor, odor e textura próprios. Isento de cartilagens excessivas, hematomas, abscessos, sujidades e materiais estranhos. Embalagem: Embalado a vácuo, peso variável. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	MABI FOODS		KG	450,00	38,60	17.370,00
6	1	FÍGADO BOVINO FRESCO Ingredientes: Fígado bovino. Características: Produto fresco proveniente de bovinos sadios, abatidos sob inspeção oficial. Apresentar coloração vermelho-escura brilhante, textura firme e odor característico. Isento de manchas esverdeadas, coágulos excessivos, parasitas, abscessos e materiais estranhos. Embalagem: Bandejas ou sacos plásticos atóxicos contendo de 1 a 5 kg. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	MABI FOODS		KG	480,00	14,03	6.734,40
7	1	LAGARTO BOVINO FRESCO Ingredientes: Carne bovina proveniente do corte lagarto. Características: Peça íntegra resfriada, magra, apresentando coloração vermelho-viva, odor e textura característicos. Isenta de excesso de gordura, hematomas, cartilagens, aponevroses excessivas e materiais estranhos. Embalagem: Embalado a vácuo, peso variável. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	MABI FOODS		KG	1.100,00	42,50	46.750,00
8	1	LINGUIÇA CALABRESA DEFUMADA Ingredientes: Carne suína, carne mecanicamente separada de aves (quando permitida), gordura suína, condimentos e ingredientes autorizados pela legislação. Características: Produto embutido, curado e defumado, apresentando coloração avermelhada característica, odor e sabor próprios. Isento de mofo, ranço, sujidades e materiais estranhos. Embalagem: Embalagem a vácuo contendo de 1 a 5 kg. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	FRIGODASKO		KG	762,00	24,30	18.516,60
9	1	LINGUICA TOSCANA Ingredientes: Carne de porco. Características: Embutido com 100% de carne de porco deve ter coloração natural, indo do rosado ao avermelhado, com odores característicos e sem pontos esverdeados Embalagem: Saco plástico atóxico contendo no mínimo 500gr. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	EXCELSIOR		KG	150,00	17,70	2.655,00
10	1	LOMBO SUÍNO SEM OSSO CONGELADO Ingredientes: Carne suína proveniente do corte lombo. Características: Produto obtido de peça íntegra sem osso, apresentando coloração rosada característica, textura firme e odor próprio. Isento de hematomas, excesso de gordura, cartilagens, pelos e materiais estranhos. Embalagem: Embalado a vácuo, peso variável. O produto deverá possuir, no ato da	MABI FOODS		KG	1.100,00	19,90	21.890,00

		entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.						
12	1	SALSICHA HOT DOG RESFRIADA Ingredientes: Carnes bovina, suína e/ou de aves, gordura, água, condimentos e ingredientes permitidos pela legislação. Características: Produto emulsificado, cozido e resfriado, apresentando textura macia, coloração uniforme e odor característico. Isento de viscosidade, mofo, ranço e materiais estranhos. Embalagem: Embalagem a vácuo contendo de 1 a 5 kg. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	GUIBON		KG	610,00	8,90	5.429,00
13	1	SASSAMI DE FRANGO CONGELADO Ingredientes: Filé interno de peito de frango (sassami). Características: Produto obtido do músculo peitoral interno do frango, congelado e acondicionado em blocos ou pacotes. Apresentar coloração rosada característica, odor suave e textura firme. Isento de pele, ossos, cartilagens, penas, hematomas, excesso de gordura, sujidades, parasitas e materiais estranhos. Não poderá apresentar sinais de descongelamento prévio, excesso de exsudato ou queimaduras por frio. Embalagem primária: Saco plástico transparente, atóxico, resistente e termossoldado, contendo de 1 a 5 kg. Embalagem secundária: Caixa de papelão reforçada e lacrada, contendo identificação do produto, lote, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	GUIBON		KG	3.700,00	16,74	61.938,00
14	1	ALMÔNDEGA DE CARNE BOVINA CONGELADA Ingredientes: Carne bovina proveniente dos cortes de acém, paleta ou patinho, podendo conter ingredientes permitidos pela legislação vigente e devidamente declarados no rótulo. Características: Produto congelado em pacotes ou blocos, em formato arredondado, com cor, odor, sabor e consistência característicos. Isento de materiais estranhos, cartilagens, tendões e excesso de gordura. Embalagem primária: Saco plástico transparente, atóxico e resistente, contendo de 1 a 2 kg. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	CHULETAO		KG	875,00	18,00	15.750,00
15	1	ALMÔNDEGA DE CARNE BOVINA CONGELADA Ingredientes: Carne bovina proveniente dos cortes de acém, paleta ou patinho, podendo conter ingredientes permitidos pela legislação vigente e devidamente declarados no rótulo. Características: Produto congelado em pacotes ou blocos, em formato arredondado, com cor, odor, sabor e consistência característicos. Isento de materiais estranhos, cartilagens, tendões e excesso de gordura. Embalagem primária: Saco plástico transparente, atóxico e resistente, contendo de 1 a 2 kg. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	CHULETAO		KG	2.625,00	18,00	47.250,00
16	1	BIFE DE CARNE BOVINA CONGELADA Ingredientes: Carne bovina proveniente dos cortes de patinho, coxão mole ou alcatra, bife inteiro ou cortado em tiras uniformes, conforme definição na hora do pedido. Características: Produto congelado, acondicionado em camadas ou blocos (não IQF), composto por tiras	MABI FOODS		KG	1.830,00	43,71	79.989,30

		de carne bovina padronizadas, com aproximadamente 1 a 2 cm de largura e 4 a 8 cm de comprimento. Apresentar coloração vermelho-vivo característica, odor e textura próprios da carne bovina. Deverá possuir teor máximo de gordura aparente de 10%. O produto deverá estar isento de ossos, cartilagens, aponevroses excessivas, tendões, nervos, linfonodos, hematomas, tecidos inferiores, sujidades, parasitas e materiais estranhos. Não poderá apresentar sinais de descongelamento prévio, excesso de exsudato, queimaduras por frio ou alterações de cor, odor e textura. Embalagem primária: Saco plástico transparente, atóxico, resistente e termossoldado, contendo de 1 a 5 kg. Embalagem secundária: Caixa de papelão reforçada e lacrada, contendo identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, lote, peso líquido e condições de armazenamento. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.						
17	1	BIFE DE CARNE BOVINA CONGELADA Ingredientes: Carne bovina proveniente dos cortes de patinho, coxão mole ou alcatra, bife inteiro ou cortado em tiras uniformes, conforme definição na hora do pedido. Características: Produto congelado, acondicionado em camadas ou blocos (não IQF), composto por tiras de carne bovina padronizadas, com aproximadamente 1 a 2 cm de largura e 4 a 8 cm de comprimento. Apresentar coloração vermelho-vivo característica, odor e textura próprios da carne bovina. Deverá possuir teor máximo de gordura aparente de 10%. O produto deverá estar isento de ossos, cartilagens, aponevroses excessivas, tendões, nervos, linfonodos, hematomas, tecidos inferiores, sujidades, parasitas e materiais estranhos. Não poderá apresentar sinais de descongelamento prévio, excesso de exsudato, queimaduras por frio ou alterações de cor, odor e textura. Embalagem primária: Saco plástico transparente, atóxico, resistente e termossoldado, contendo de 1 a 5 kg. Embalagem secundária: Caixa de papelão reforçada e lacrada, contendo identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, lote, peso líquido e condições de armazenamento. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	MABI FOODS		KG	5.618,00	43,71	245.562,78
18	1	CARNE MOÍDA BOVINA CONGELADA Ingredientes: Carne bovina moída proveniente dos cortes de patinho. Características: Produto congelado em blocos ou pacotes, apresentando cor, odor e textura característicos. Deverá possuir percentual máximo de gordura de 10% e ser isento de cartilagens, tendões, nervos, fragmentos ósseos, linfonodos e tecidos inferiores. Não poderá conter adição de proteínas não cárneas, corantes ou conservantes não permitidos pela legislação. Proibida a utilização de carne mecanicamente separada e proibida adição de água. Embalagem primária: Saco plástico transparente, atóxico, resistente e termossoldado, contendo de 1 a 5 kg. Embalagem secundária: Caixa de papelão reforçada e lacrada. O produto deverá possuir, no ato da	MABI FOODS		KG	1.852,00	35,99	66.653,48

		entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.						
19	1	CARNE MOÍDA BOVINA CONGELADA Ingredientes: Carne bovina moída proveniente dos cortes de patinho. Características: Produto congelado em blocos ou pacotes, apresentando cor, odor e textura característicos. Deverá possuir percentual máximo de gordura de 10% e ser isento de cartilagens, tendões, nervos, fragmentos ósseos, linfonodos e tecidos inferiores. Não poderá conter adição de proteínas não cárneas, corantes ou conservantes não permitidos pela legislação. Proibida a utilização de carne mecanicamente separada e proibida adição de água. Embalagem primária: Saco plástico transparente, atóxico, resistente e termossoldado, contendo de 1 a 5 kg. Embalagem secundária: Caixa de papelão reforçada e lacrada. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	MABI FOODS		KG	6.496,00	35,99	233.791,04
22	1	FILÉ DE TILÁPIA CONGELADO Ingredientes: Filé de tilápia (Oreochromis niloticus). Características: Filés sem pele e sem espinhas, congelados em blocos ou camadas. Apresentar coloração característica, textura firme e odor suave. Isento de escamas, vísceras, espinhas, parasitas e materiais estranhos. Livre de glaciamento excessivo. Embalagem: Saco plástico atóxico contendo de 1 a 5 kg. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	MABI FOODS		KG	949,00	43,39	41.177,11
23	1	FILÉ DE TILÁPIA CONGELADO Ingredientes: Filé de tilápia (Oreochromis niloticus). Características: Filés sem pele e sem espinhas, congelados em blocos ou camadas. Apresentar coloração característica, textura firme e odor suave. Isento de escamas, vísceras, espinhas, parasitas e materiais estranhos. Livre de glaciamento excessivo. Embalagem: Saco plástico atóxico contendo de 1 a 5 kg. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	MABI FOODS		KG	2.849,00	43,39	123.618,11
24	1	MÚSCULO BOVINO CONGELADO Ingredientes: Carne bovina proveniente do corte músculo. Características: Produto congelado em blocos ou pacotes, cortado em cubos uniformes de aproximadamente 2 a 4 cm. Apresentar coloração, odor e textura característicos. Isento de excesso de gordura, cartilagens, sujidades e materiais estranhos. Embalagem: Saco plástico atóxico contendo de 1 a 5 kg. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	MABI FOODS		KG	1.799,00	33,50	60.266,50
25	1	MÚSCULO BOVINO CONGELADO Ingredientes: Carne bovina proveniente do corte músculo. Características: Produto congelado em blocos ou pacotes, cortado em cubos uniformes de aproximadamente 2 a 4 cm. Apresentar coloração, odor e textura característicos. Isento de excesso de gordura, cartilagens, sujidades e materiais estranhos. Embalagem: Saco plástico atóxico contendo de 1 a 5 kg. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo	MABI FOODS		KG	5.397,00	33,50	180.799,50

		de validade total.						
26	1	SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA Ingredientes: Sobrecoxa de frango. Características: Produto congelado, proveniente de aves sadias abatidas sob inspeção oficial. Apresentar coloração, odor e textura característicos. Isento de penas, hematomas, excesso de gordura e materiais estranhos. Embalagem: Saco plástico atóxico contendo de 1 a 5 kg. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	GUIBON		KG	2.180,00	11,50	25.070,00
27	1	SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA Ingredientes: Sobrecoxa de frango. Características: Produto congelado, proveniente de aves sadias abatidas sob inspeção oficial. Apresentar coloração, odor e textura característicos. Isento de penas, hematomas, excesso de gordura e materiais estranhos. Embalagem: Saco plástico atóxico contendo de 1 a 5 kg. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	GUIBON		KG	6.542,00	11,50	75.233,00
TOTAL								1.440.084,92

EXPRESS PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
11	1	PEITO DE FRANGO CONGELADO Ingredientes: Peito de frango sem osso e sem pele. Características: Produto congelado em blocos ou camadas, apresentando coloração rosada característica, textura firme e odor próprio. Isento de penas, hematomas, excesso de gordura e materiais estranhos. Embalagem: Saco plástico atóxico contendo de 1 a 5 kg. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	LEVO	LEVO	KG	640,00	16,50	10.560,00
20	1	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA Ingredientes: Coxa e sobrecoxa de frango. Características: Produto proveniente de aves sadias, abatidas sob inspeção oficial, congelado, contendo coxa e sobrecoxa unidas, com ou sem pele, apresentando coloração, odor e textura característicos. Isento de penas, hematomas, excesso de gordura, ossos quebrados, sujidades e materiais estranhos. Embalagem: Saco plástico atóxico e resistente contendo de 1 a 5 kg. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	LEVO	LEVO	KG	1.943,00	8,90	17.292,70
21	1	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA Ingredientes: Coxa e sobrecoxa de frango. Características: Produto proveniente de aves sadias, abatidas sob inspeção oficial, congelado, contendo coxa e sobrecoxa unidas, com ou sem pele, apresentando coloração, odor e textura característicos. Isento de penas, hematomas, excesso de gordura, ossos quebrados, sujidades e materiais estranhos. Embalagem: Saco plástico atóxico e resistente contendo de 1 a 5 kg. O produto deverá possuir, no ato da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total.	LEVO	LEVO	KG	5.829,00	8,90	51.878,10
TOTAL								79.730,80

Art. 3º.– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos cinco dias de agosto de 2026. (05/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:9D0E159E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 349/2026

SÚMULA: Retifica o Decreto nº 318/2026, que homologa o Pregão nº 49/2026, e dá outras providências.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS,
DECRETA:
Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 318/2026 passa a vigorar com a seguinte redação:

AGUIA COMERCIAL LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
3	1	ACENDEDOR DE FOGÃO AUTOMATICO Especificações mínimas: multiuso, material aço, é ideal para acender fogão possui um visor que possibilita ver a quantidade de gás e um gancho retrátil para armazenamento. Dimensão do produto: ?10,4 x 4,1 x 23,4 cm; 60	MONALIZA	NÃ£O INFORMADO	UNID	100,00	13,00	1.300,00
15	1	BABUCHE PROFISSIONAL Antiderrapante, com palmilha, Parte frontal totalmente fechada. Maior segurança para os pés, cobertura extra no calcanhar, solado de borracha com ótima capacidade antiderrapante, material hidro-repelente - não encharca, possui bactericida, evita odor nos pés, EPI Aprovado Pelo Ministério do Trabalho, possui CA. Cor: Azul marinho ou preto Tamanhos: 34 a 44	YVATE	NÃ£O INFORMADO	PAR	550,00	65,00	35.750,00
16	1	BALÃO DE LATEX EMBALAGEM COM 50 UNIDADES - TAMANHO N°07 Cores a escolher	PARANA FEST	NÃ£O INFORMADO	PCT	230,00	8,00	1.840,00
18	1	BICARBONATO DE SÓDIO - 500G Especificações mínimas: em pó, branco, isentos de aditivos ou substâncias estranhas ao produto que sejam impróprias para consumo ou que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas).Prazo de validade mínimo: 06 meses a contar a partir da data de entrega.	CATEMAR	NÃ£O INFORMADO	PCT	180,00	10,00	1.800,00
20	1	BOTA DE BORRACHA CANO MÉDIO Especificações mínimas: Tamanho n° 34 á 44 Cores branca e preta. Tamanho e cores a ser definidos no momento da compra.	INNPRO	NÃ£O INFORMADO	PAR	300,00	38,00	11.400,00
21	1	BRILHA ALUMINIO E INOX - 500 ML Fórmula composta por detergentes de alta umectação associados a componentes ácidos	SO AROMA	NÃ£O INFORMADO	FRASC	1.800,00	1,60	2.880,00
27	1	CANECO DE ALUMÍNIO N° 20 Medida mínima: Diâmetro: 20 cm; altura: 18,0 cm; volume: 5,2 litros; material: alumínio, cabo/alça: cabo de madeira	GLOBAL ALUMINIO	NÃ£O INFORMADO	UNID	90,00	55,00	4.950,00
28	1	CANECO DE ALUMÍNIO N°14 Medidas mínimas Diâmetro: 14 cm; altura: 14 cm; volume: 2,1 litros; material: alumínio, cabo/alça: cabo de madeira	GLOBAL ALUMINIO	NÃ£O INFORMADO	UNID	90,00	27,00	2.430,00
31	1	COADOR DE CAFÉ INDUSTRIAL Tamanho - industrial extragrande, Dimensões mínimas: 15 cm de diâmetro e 22 cm de profundidade	GALITOS	NÃ£O INFORMADO	UNID	350,00	7,00	2.450,00

		Material: Flanela 100% algodão, cabo de madeira						
32	1	CONDICIONADOR INFANTIL - EMBALAGEM MÍNIMA 400 ML Especificações mínimas: Condicionador infantil indicado para todos os tipos de cabelos, com fórmula balanceada e pH adequado, proporcionando maciez, hidratação e fácil penteabilidade. Produto dermatologicamente testado, suave e apropriado para uso infantil. Embalagem contendo no mínimo 400 ml, com identificação do fabricante, lote e validade.	TRALALA	NÃ£O INFORMADO	UNID	440,00	18,00	7.920,00
33	1	CORDA DE VARAL 100% POLIETILENO - 10 METROS	PAMPA	NÃ£O INFORMADO	UNID	160,00	5,00	800,00
37	1	DESCASCADOR E FATIADOR DE LEGUMES E FRUTAS 5 EM 1 Especificações mínimas: Descascador e fatiador manual de legumes e frutas, modelo 5 em 1, indicado para descascar e realizar cortes em fios finos e grossos. Confeccionado em plástico resistente com lâminas em aço inox ou aço resistente à corrosão. Medidas mínimas aproximadas: 17,5 cm x 5 cm. Produto anatômico, leve, resistente e de fácil higienização.	KEITA	NÃ£O INFORMADO	UNID	80,00	8,00	640,00
38	1	DESENTUPIDOR DE PIA/LAVATÓRIO SANFONADO Especificações mínimas: Desentupidor manual tipo sanfonado, indicado para desobstrução de pias, lavatórios e ralos. Confeccionado em polipropileno e PVC resistente, com sistema de alta pressão para maior eficiência no desentupimento. Possui cabo anatômico para manuseio seguro e confortável. Medidas mínimas aproximadas: 10 cm de diâmetro x 18 cm de altura. Cor variada.	PR	NÃ£O INFORMADO	UNID	90,00	3,80	342,00
52	1	ESCOVA DE NYLON PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES E INSTRUMENTAIS Especificações mínimas: Escova manual confeccionada com cerdas em nylon ou fios sintéticos resistentes, destinada à limpeza de superfícies, utensílios e instrumentais em serviços de saúde, indicada para remoção de sujidades por fricção sem danificar os materiais. Deve permitir limpeza e desinfecção após o uso e, quando aplicável, ser compatível com esterilização em autoclave no Centro de Material e Esterilização (CME), conforme protocolos institucionais e RDC nº 15/2012 da ANVISA. O produto deverá possuir cabo confeccionado em material plástico resistente, adequado para uso hospitalar, com formato anatômico e ergonômico que facilite o manuseio e a higienização. Dimensões aproximadas: Comprimento total: entre 16 cm e 20 cm; Comprimento das cerdas: entre 3 cm e 4 cm; Largura do conjunto de cerdas: entre 0,8 cm e 1,5 cm; Altura das cerdas: entre 1 cm e 2 cm. Produto resistente à umidade, produtos saneantes e processos de limpeza hospitalar.	PARANA	NÃ£O INFORMADO	UNID	100,00	15,00	1.500,00
53	1	ESCOVA PARA LAVAR ROUPA com cabo de plástico e cerdas de nylon	FRICCI	NÃ£O INFORMADO	UNID	130,00	5,00	650,00
57	1	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO COM SUPORTE Especificações mínimas: Com cabo em polipropileno e cerdas em nylon	SANITPLUS	NÃ£O INFORMADO	UNID	200,00	6,20	1.240,00

		circulares. Acompanha suporte para armazenamento da escova, cor branca						
63	1	FACA PARA CARNE N°8' MATERIAL DA LÂMINA: aço inox 8" com fio liso. Material do cabo: policarbonato branco. Tipo açougue.	ORIGINAL	NÃ£O INFORMADO	UNID	110,00	14,00	1.540,00
64	1	FACA PARA PÃO 7" MATERIAL DA LÂMINA: aço inox 7". Material do cabo: policarbonato preto	ORIGINAL	NÃ£O INFORMADO	UNID	70,00	10,00	700,00
65	1	FIBRA DE LIMPEZA PESADA - TAMANHO MÍNIMO 230MM X 102MM	NOBRE	NÃ£O INFORMADO	UNID	820,00	4,00	3.280,00
70	1	FLANELA LARANJA Algodão 90% no mínimo. Medida mpinima 38x58 cm	ITATEX	NÃ£O INFORMADO	UNID	1.450,00	2,00	2.900,00
71	1	FÓSFORO - PACOTE COM 10 CAIXAS COM 40 PALITOS CADA De segurança, com haste de madeira.	BILLA		PCT	420,00	2,50	1.050,00
77	1	FRALDA INFANTIL TAMANHO G - PACOTE MINIMO DE 36 FRALDAS	ALLIE	NÃ£O INFORMADO	PCT	300,00	24,80	7.440,00
78	1	FRALDA INFANTIL TAMANHO M - PACOTE MINIMO DE 44 FRALDAS	ALLIE	NÃ£O INFORMADO	PCT	250,00	27,90	6.975,00
79	1	FRALDA INFANTIL TAMANHO P - PACOTE MÍNIMO 34 UNIDADES	ALLIE	NÃ£O INFORMADO	PCT	270,00	21,00	5.670,00
80	1	FRALDA INFANTIL TAMANHO XG - PACOTE MINIMO DE 20 FRALDAS	ALLIE	NÃ£O INFORMADO	PCT	300,00	17,00	5.100,00
86	1	GUARDANAPOS DE PAPEL - COM 50 UNIDADES Medindo 20x22,5 cm cada	TROPICOS	NÃ£O INFORMADO	PCT	4.300,00	0,68	2.924,00
92	1	LÃ DE AÇO - EMBALAGEM COM 08 UNIDADES	ASSOLAN	NÃ£O INFORMADO	UNID	780,00	1,37	1.068,60
96	1	LIXEIRA COM PEDAL 50 LITROS Lixeira com pedal 50 litros é fabricada em polietileno de alta densidade (PEAD) ou polipropileno (PP). Cor: branco Dimensões: 71,0 alt. x 44,5 larg. x 37,0 profundidade.	SANCHES	NÃ£O INFORMADO	UNID	100,00	100,00	10.000,00
109	1	MANGUEIRA DE JARDIM - 50 METROS NO MÍNIMO Especificações mínimas: Siliconada, flexível 1/2 polegada, reforçada, dupla camada, Pressão: 150 psi, Espessura da Parede: 2,5mm. Acompanha: 01 esguicho com jato regulável, 02 engates rápidos e 01 adaptador fêmea com rosca de 3/4" e redução de 1/2". Cor: verde	NASHA	NÃ£O INFORMADO	KIT	100,00	169,00	16.900,00
112	1	PÁ PARA LIXO PLÁSTICA COM CABO LONGO Medidas mínimas: 24 x16,5 x 7 cabo de madeira revestido 80 cm	LOCATELLI	NÃ£O INFORMADO	UNID	180,00	7,50	1.350,00
113	1	PALITO DE DENTE-EMBALAGEM COM 100 UNIDADES Confeccionado em madeira	PARANA	NÃ£O INFORMADO	CX	130,00	1,00	130,00
114	1	PALITO MADEIRA BAMBU PARA CHURRASCO medindo 25 cm, embalagem com 50 unidades	NATURAL	NÃ£O INFORMADO	PCT	450,00	4,50	2.025,00
120	1	PENEIRA GRANDE PLÁSTICA Especificações mínimas: Medidas: 305x175x78 mm.	MAE	NÃ£O INFORMADO	UNID	65,00	10,00	650,00
123	1	PILHA BATERIA LR44 - AG13 / LR1154 / 1,5V	ELGIN	NÃ£O INFORMADO	UNID	500,00	0,90	450,00
125	1	PILHA MOEDA (BATERIA) Código CR2032 Unidade	ELGIN	NÃ£O INFORMADO	UNID	300,00	1,00	300,00
129	1	PRENDEDOR DE MADEIRA - 12 UNIDADES	BOTH	NÃ£O INFORMADO	UNID	520,00	1,90	988,00
131	1	QUEROSENE EMBALAGEM MÍNIMA 900ML Especificações mínimas: Indicado para limpeza de sujidades impregnadas. Excelente para a remoçãode manchas de graxa e óleo. 100% querosene	PETRUS	NÃ£O INFORMADO	UNID	100,00	15,00	1.500,00
133	1	RASTELO DE FERRO PARA JARDIM COM CABO MADEIRA Especificações mínimas: Rastelo metal para jardim: Fabricado em aço carbono de alta resistência. Modelo regulável contendo entre 26 dentes, com 34 cm de comprimento, largura da cabeça de 26 cm, próprios para recolhimento de folhas e	FAMASTIL	NÃ£O INFORMADO	UNID	180,00	40,00	7.200,00

		nivelamento de terra. Equipado com cabo longo em madeira envernizada ou aço com pintura epóxi (comprimento aproximado de 1,20 m). Acabamento com pintura eletrostática para proteção contra corrosão						
136	1	REMOVEDOR DE ESMALTE À BASE DE ACETONA - 100 ML Especificações mínimas: Removedor de esmalte à base de acetona, indicado para remoção de esmaltes sem agredir unhas e cutículas. Fórmula contendo óleo de girassol, auxiliando na hidratação e cuidado das unhas. Composição mínima: Propylene Glycol, Alcohol, Methylal, Acetone, Benzophenone-3, Aqua e corante. Embalagem contendo no mínimo 100 ml, com identificação do fabricante, lote e validade.	FARMAX	NÃ£O INFORMADO	UNID	50,00	7,00	350,00
144	1	RODO DE METAL COM NO MÍNIMO 40 CM - COM BORRACHA DUPLA - COM CABO Para limpeza de pisos lisos e encharcados Resistente e durável.	RODOLAR	NÃ£O INFORMADO	UNID	200,00	25,00	5.000,00
146	1	RODO PARA PIA 20 CM Especificações mínimas: Estilo Clássico, Material da Lâmina: Mistura de materiais, Material do cabo: Plástico.	LOCATELLI	NÃ£O INFORMADO	UNID	100,00	8,00	800,00
149	1	SABAO EM PÓ - EMBALAGEM MÍNIMA 1 KG Composição: Tensoativo, alcalinizante, coadjuvante, antirredepositante, branqueador óptico, corante, enzima, branqueador, tamponante, perfume, água, alvejante e carga, Contém alquil benzeno sulfonato de sódio	ARCO FLASH	NÃ£O INFORMADO	UNID	6.150,00	3,90	23.985,00
150	1	SABONETE 90 G Composto por sabão base de sódio, água, carbonato de cálcio, perfume, glicerina, cloreto de sódio, óleo de semente de girassol, carbonato de sódio, dióxido de titânio, extrato de aloe e Vera (E), extrato de malva (E) extrato de avenca (E), extrato de alecrim, C111680, ácido etidrônico, EDTA tetrassódico BHT, C 174260	VIDA	NÃ£O INFORMADO	UNID	250,00	2,00	500,00
159	1	SACO PARA LIXO 110 LITROS De polietileno, padrão ABNT 9191/2008. Dimensões (L x A) 80x100cm. Capacidade: 33kg. Embalagem com 100.	RPM	NÃ£O INFORMADO	PCT	900,00	23,40	21.060,00
169	1	SAPONÁCEO LÍQUIDO CREMOSO - EMBALAGEM MÍNIMA 300 ML Princípio ativo hipoclorito de sódio - mínimo 1%, composição básica tenso ativos aniônico e não iônico, composição básica conservante, coadjuvantes, alcalinizastes, abrasivo, agente de branqueamento, essência e veículos, pigmentos e outras substancias químicas permitidas, composição aromática cloro	SANY	NÃ£O INFORMADO	UNID	850,00	5,20	4.420,00
TOTAL								214.147,60

CAROL DISTRIBUIDORA EIRELI ME

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
23	1	CAÇAROLA / VASILHA PLÁSTICA 2 LITROS - COM ALÇA E TAMPA Especificações mínimas: Vasilha plástica tipo caçarola, confeccionada em plástico resistente, com capacidade mínima de 2 litros, contendo tampa e alça para transporte. Produto atóxico, lavável e apropriado para acondicionamento de alimentos. Medidas mínimas aproximadas: 20,5 cm de diâmetro x 11 cm de altura. Cor variada.	PRATIC	PRATIC	UNID	200,00	16,90	3.380,00
24	1	CAÇAROLA / VASILHA PLÁSTICA 3,2 LITROS - COM TAMPA Especificações mínimas: Vasilha plástica tipo caçarola, confeccionada em plástico	PRATIC	PRATIC	UNID	200,00	18,99	3.798,00

		resistente, com capacidade mínima de 3,2 litros, contendo tampa. Produto atóxico, livre de BPA, apropriado para acondicionamento de alimentos e resistente ao uso em micro-ondas, lava-louças e freezer. Medidas mínimas aproximadas: 12 cm de altura x 22 cm de largura. Cor variada.						
26	1	CAIXA HERMETICA RETANGULAR 11 LITROS COM TAMPA Cor Branca. Medidas: 37x26x14(CXLXA).	SANTANA 11L	SANTANA 11L	UNID	150,00	32,50	4.875,00
30	1	CESTO DE LIXO TELADO SEM TAMPA Especificações mínimas: Material: Polipropileno, Plástico Semi Rígido Medidas mínimas: Altura: 50,5 cm Comprimento: 38,5 cm Largura: 29,5 cm. Capacidade para 8 litros	ARQPLAST	ARQPLAST	UNID	300,00	5,50	1.650,00
55	1	ESCOVA PARA LIMPEZA DE MAMADEIRA COM LIMPADOR DE BICO Especificações mínimas: Escova de lavar Mamadeira DE NYLON CURVADA, Cabo longo, desenhada para facilitar a limpeza interna das mamadeira e bicos. Composição/Matéria: 82% Polipropileno (PP) e 18% Nylon, COM Limpador de Bico, Furo para pendurar, Produto atóxico, Livre de Bisfenol A (BPA). Fabricado de acordo com as normas da ABNT e certificado pelo INMETRO.	CATUAI	CATUAI	UNID	65,00	20,90	1.358,50
69	1	FLANELA BRANCA Algodão 90% no mínimo Medida mínima 38x58cm	DALTEXTIL	DALTEXTIL	UNID	1.200,00	2,60	3.120,00
107	1	MAMADEIRA DE 150 ML Mamadeira de 150ml, com bico tamanho um (1) de 0 a 6 meses, possui bico em silicone de fácil higienização e tampa antivazamento. Material tipo de polipropileno sem uso BPA e PVC	NEW BABY	NEW BABY	UNID	80,00	21,52	1.721,60
126	1	PILHA PALITO AAA - EMBALAGEM COM 4 UNIDADES	ELGIN	ELGIN	UNID	1.150,00	3,19	3.668,50
127	1	PILHA PEQUENA AA - EMBALAGEM COM 4 UNIDADES	ELGIN	ELGIN	UNID	1.150,00	3,50	4.025,00
176	1	TOALHA DE BANHO Composição: 100% Algodão Itens Inclusos: Acabamento, Toque super macio; Excelente absorção; Pré-encolhido; Antipiling; Medida: 70cm x 1,40m Gramatura: 450g/m² , Cor: Branca	DALTEXTIL	DALTEXTIL	UNID	400,00	16,40	6.560,00
177	1	TOALHA DE LIMPEZA PARA CHÃO - ALVEJADA Tamanho mínimo 60x80cm	DALTEXTIL	DALTEXTIL	UNID	1.250,00	5,00	6.250,00
184	1	VASSOURA ESFREGÃO - COM CABO Dimensões mínimas: 30 x 9 x 6 cm. Esfregão com cerdas firmes e resistentes para uso externo. Dimensões: 30 x 9 x 6 cm	LOCATELLI	LOCATELLI	UNID	320,00	12,50	4.000,00
TOTAL								44.406,60

F & N PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	ABSORVENTE HIGIÊNICO DESCARTÁVEL COM ABAS Especificações mínimas: Absorvente higiênico descartável, de uso externo, com abas laterais para melhor fixação, indicado para higiene íntima feminina. Produto com cobertura suave, formato anatômico e camada interna com cápsulas em gel ou tecnologia equivalente para maior absorção e retenção de líquidos. Deve proporcionar conforto, proteção contra vazamentos e controle de odores. Produto dermatologicamente testado, confeccionado com materiais atóxicos e apropriados para contato com a pele. Embalagem contendo no mínimo 8 unidades, com identificação do	MULHER ATIVA	NÃ£O INFORMADO	PCT	150,00	1,89	283,50

		fabricante, lote e validade.						
2	1	ABSORVENTE HIGIÊNICO NOTURNO COM ABAS - EMBALAGEM MÍNIMA COM 8 UNIDADE Com cobertura suave e cápsulas em gel. Embalagem com no mínima 8 unidades.	MILI	NÃ£O INFORMADO	PCT	170,00	5,44	924,80
9	1	APARELHO DE BARBEAR COM 2 UNIDADES Especificações mínimas: descartável com 2 laminas, cabeça flexível e com tiras lubrificante	FIAT LUX	NÃ£O INFORMADO	KIT	380,00	1,74	661,20
10	1	APARELHO REPELENTE ELÉTRICO PASTILHAS Especificações mínimas: Aparelho repelente elétrico para mosquitos e pernilongos, com grade para proteção das pastilhas, bi voltagem (110-240v-5w), recomendado para bebes.	SBP	NÃ£O INFORMADO	UNID	90,00	27,99	2.519,10
45	1	DISCO PRETO REMOVEDOR LIMPA PISO Disco removedor preto SB indicado para remoção total e rápida de todos os tipos de tratamentos antigos e sujeiras pesadas, preferencialmente para enceradeiras industrial de baixa rotação 800rpm, 430 mm	ESPONFLORA	NÃ£O INFORMADO	UNID	100,00	33,00	3.300,00
46	1	DISCO VERDE PARA LIMPEZA DE PISO Indicado para limpeza e manutenção periódica dos pisos preferencialmente para enceradeiras industrial de baixa rotação 800rpm, 430mm	ESPONFLORA	NÃ£O INFORMADO	UNID	100,00	33,00	3.300,00
47	1	DISPENSER DE ALCOOL COM RESERVATÓRIO DE NO MÍNIMO 400ML O dispenser de sabonete líquido pode ser preenchido com álcool gel e detergente Cor: branco Tamanho da saboneteira (mínimo): 10,5cm x 25,5 cm x 11 cm	NOBRE	NÃ£O INFORMADO	UNID	260,00	22,19	5.769,40
48	1	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA Dispenser de papel toalha interfolhas em plástico ABS branco de alta qualidade Tamanho toalheiro aproximado: 27 cm x 29 cm x 16cm	NOBRE	NÃ£O INFORMADO	UNID	260,00	25,99	6.757,40
51	1	ESCOVA DE DENTE MACIA tufos de cerdas dispostos em forma reta e as pontas são arredondadas para limpar os dentes e a linha gengival suavemente.	DENTAL K	NÃ£O INFORMADO	UNID	250,00	1,85	462,50
58	1	ESPONJA / BUCHA MAGICA DE ESPUMA PARA MANCHAS DIFICEIS Cor: Branca - Material: Espuma polimérica - Dimensões: 10cm (Altura) x 6cm (Largura) x 2cm (Profundidade)	NOBRE	NÃ£O INFORMADO	UNID	120,00	4,00	480,00
60	1	ESPONJA DE BANHO Com espuma de poliuretano e fibra sintética com talco - Dermatologicamente testada	EVOL	NÃ£O INFORMADO	UNID	1.150,00	3,00	3.450,00
62	1	ESPONJA PARA LOUÇA DELICADA Especificações mínimas: Esponja para limpeza de superfícies delicadas, indicada para utensílios e materiais como aço inox polido e escovado, antiaderente, vidro, cerâmica e cristal. Proporciona limpeza suave sem riscar ou arranhar as superfícies. Confeccionada em espuma macia e manta não abrasiva. Cor laranja, azul ou equivalente. Produto resistente e de fácil manuseio.	ALKLIN	NÃ£O INFORMADO	UNID	520,00	2,20	1.144,00
68	1	FILTRO PERMANENTE PARA CAFÉ TAM 103 Em polipropileno (TNT)	ATALAIA	NÃ£O INFORMADO	UNID	450,00	4,35	1.957,50
73	1	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO G - PACOTE COM NO MÍNIMO 08 FRALDAS	SAFETY	NÃ£O INFORMADO	PCT	1.000,00	9,00	9.000,00
74	1	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO M - PACOTE COM NO MÍNIMO 08 FRALDAS	MAXCLEAN	NÃ£O INFORMADO	PCT	500,00	10,49	5.245,00
75	1	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO P - PACOTE COM NO MÍNIMO 08 FRALDAS	MAXCLEAN	NÃ£O INFORMADO	PCT	200,00	12,00	2.400,00
82	1	GARRAFA TERMICA - 1 LITRO Especificações mínimas:	UNITERMI	NÃ£O INFORMADO	UNID	150,00	53,90	8.085,00

		Em aço inox, com sistema de pressão, jato direcionado, com alça móvel presa na parte superior, com tampa de polipropileno, ampola de vidro, conserva a temperatura da bebida por no mínimo 6 horas. Dimensões mínimas: 10x10x28cm						
83	1	GARRAFA TERMICA - 1,8 LITROS Em aço inox, com sistema de pressão, jato direcionado, com alça móvel presa na parte superior, ampola de vidro, conserva a temperatura da bebida por no mínimo 6 horas. Dimensões mínimas: Altura 36,7 Cm / Largura 13,5 Cm / Profundidade 15,2 Cm	UNITERMI	NÃ£O INFORMADO	UNID	160,00	65,00	10.400,00
84	1	GARRAFA TERMICA GLT ROLHA - 1 L	UNITERMI	NÃ£O INFORMADO	UNID	100,00	21,90	2.190,00
91	1	JARRA PLASTICA GRADUADA DE 1 LITRO COM TAMPA Medidas mínimas: 12 cm x 11 cm (altura x diâmetro) Material: Polipropileno	PLASTMIL	NÃ£O INFORMADO	UNID	180,00	13,00	2.340,00
97	1	LUVA LATEX NATURAL - TAMANHO G Antiderrapante, formato anatômico para trabalhos manuais, forrada, talcada, punho com bainha (virola) e dispensa o uso de talco. Embalagem com o par. Medidas mínimas: 0,55 cm de espessura x 32 cm de comprimento anatômico	LALAN	NÃ£O INFORMADO	PAR	650,00	1,79	1.163,50
98	1	LUVA LATEX NATURAL - TAMANHO M Antiderrapante, formato anatômico para trabalhos manuais, forrada, talcada, punho com bainha (virola) e dispensa o uso de talco. Medidas mínimas: 0,55 cm de espessura x 32 cm de comprimento	LALAN	NÃ£O INFORMADO	PAR	1.900,00	1,79	3.401,00
99	1	LUVA LATEX RANHURADA - TAMANHO G Especificações mínimas: Luvas em látex natural sem forro cano longo. Prende-se ao antebraço e palma antiderrapante. O punho longo e com fechamento no antebraço evita penetração de líquidos no interior do EPI. O antiderrapante mais alto facilita o manuseio de peças quando em contato com atividades molhadas. Clorinada para fácil colocação. Possui resistência mecânica e química. PAR	VOLKI	NÃ£O INFORMADO	PAR	130,00	11,90	1.547,00
100	1	LUVA LATEX RANHURADA - TAMANHO M Especificações mínimas: Luvas em látex natural sem forro cano longo. Prende-se ao antebraço e palma antiderrapante. O punho longo e com fechamento no antebraço evita penetração de líquidos no interior do EPI. O antiderrapante mais alto facilita o manuseio de peças quando em contato com atividades molhadas. Clorinada para fácil colocação. Possui resistência mecânica e química. PAR	VOLKI	NÃ£O INFORMADO	PAR	240,00	11,90	2.856,00
104	1	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO- TAMANHO EXTRA GRANDE Material: látex natural íntegro e uniforme Características adicionais: lubrificada com pó bi absorvível, apresentação atóxica. Tipo: ambidestra. Tipo de uso: descartável. Modelo: antiderrapante, FI Caixa com 100 unidades. BR0287713	SUPER MAX	NÃ£O INFORMADO	CX	30,00	19,00	570,00
110	1	MARMITA CONSERVADORA DE ALIMENTOS 4 DIVISÓRIAS	NITRON	NÃ£O INFORMADO	UNID	70,00	28,00	1.960,00

		Pote Hermético para Marmita com 4 Divisórias iguais, com diâmetro de 22,5 cm e altura de 5 cm, fabricado em plástico resistente, capacidade de 1,1 L com tampa. Cor :Transparente.						
115	1	PANO DE LIMPEZA MICROFIBRA MEDIDA MÍNIMA 35X55CM Especificações mínimas: Composição: microfibra, cor: amarelo, cinza ou bege Medidas: 35 x 55cm. Cor a ser escolhida no momento da requisição de empenho.	MARTINS	NÃ£O INFORMADO	UNID	2.000,00	2,74	5.480,00
116	1	PANO DE LIMPEZA MICROFIBRA 60X80CM Especificações mínimas: Composição: microfibra, cor: azul ou verde. Medidas: 60 x 80cm. Cor a ser escolhida no momento da requisição de empenho.	MARTINS	NÃ£O INFORMADO	UNID	1.700,00	7,00	11.900,00
118	1	PAPEL ALUMINIO Rolo com no mínimo 30 cm de largura e 7,5 m de comprimento	PANELUX	NÃ£O INFORMADO	ROLO	280,00	4,13	1.156,40
121	1	PILHA ALCALINA A23 12 V	ELGIN	NÃ£O INFORMADO	UNID	190,00	5,00	950,00
122	1	PILHA BATERIA ALCALINA 9V Uidades	VINIK	NÃ£O INFORMADO	UNID	230,00	7,69	1.768,70
124	1	PILHA MÉDIA C - EMBALAGEM COM 02 UNIDADES	VINIK	NÃ£O INFORMADO	UNID	500,00	10,95	5.475,00
130	1	PULVERIZADOR SPRAY PLASTICO - 500 ML	NOBRE	NÃ£O INFORMADO	UNID	550,00	4,15	2.282,50
141	1	RODO COM NO MÍNIMO 60 CM PLÁSTICO COM BORRACHA DUPLA COM CABO Resistente e durável. Leve, higiênico, prático e fácil de se usar. Para limpeza de pisos lisos e encharcados.	ESPONFLORA	NÃ£O INFORMADO	UNID	850,00	6,49	5.516,50
142	1	RODO DE ESPUMA COM NO MÍNIMO 40 CM Cepa: em plástico reciclado (polipropileno expandido). Comprimento mínimo: 385 mm x53mm largura x 20mm de altura. Cabo: 1,50 de comprimento por 0,25mm	ESONFLORA	NÃ£O INFORMADO	UNID	300,00	10,00	3.000,00
160	1	SACO PARA LIXO 15 LITROS De polietileno, padrão ABNT 9191/2008. Dimensões: (L x A) 39x58cm. Capacidade: 3kg. Embalagem com 100.	PLASTPEROLA	NÃ£O INFORMADO	PCT	800,00	8,99	7.192,00
162	1	SACO PARA LIXO 30 LITROS De polietileno, padrão ABNT 9191/2008. Dimensões (L x A) 59x62cm. Capacidade: 6kg. Embalagem com 100.	PLASTPEROLA	NÃ£O INFORMADO	PCT	900,00	11,49	10.341,00
163	1	SACO PARA LIXO 50 LITROS De polietileno, padrão ABNT 9191/2008. Dimensões (L x A) 63x80cm. Capacidade: 10kg. Embalagem com 100.	PLASTPEROLA	NÃ£O INFORMADO	PCT	1.000,00	13,79	13.790,00
164	1	SACO PARA LIXO 60 LITROS Composto por polietileno, medindo 59x62 cm, c/ 100 unidades, micra mínima de 05. Na embalagem deve conter a marca e a descrição do produto	PLASTPEROLA	NÃ£O INFORMADO	PCT	1.250,00	13,79	17.237,50
178	1	TOALHA DE LIMPEZA PARA CHÃO - XADREZ Tamanho mínimo 60x80 cm	DALTEXTIL	NÃ£O INFORMADO	UNID	2.000,00	6,14	12.280,00
179	1	TOALHA DE PAPEL PARA COZINHA - COM 2 ROLOS Folhas duplas, contém 02 rolos com no mínimo 60 toalhas medinda mínima 22x19 cm cada	TROPICOS	NÃ£O INFORMADO	PCT	200,00	3,30	660,00
180	1	TOALHA PARA PISO BRANCO 100% algodão, felpuda, com desenho de pezinhos no meio da toalha com contorno em mosaicos em alto e baixo relevo. Tamanho mínimo 45x70 cm	DALTEXTIL	NÃ£O INFORMADO	UNID	120,00	14,00	1.680,00
181	1	TOALHA PARA ROSTO 100% Algodão, exceto efeito decorativo, tamanho mínimo 50 X 70 cm	DALTEXTIL	NÃ£O INFORMADO	UNID	170,00	8,00	1.360,00
182	1	TOUCA DESCARTÁVEL - EMBALAGEM COM 100 Material: elástica branca	SSPLUS	NÃ£O INFORMADO	PCT	400,00	6,50	2.600,00
183	1	VASSOURA CAIPIRA - COM CABO VASSOURA CAIPIRA,	VALDINEI	NÃ£O INFORMADO	UNID	1.400,00	12,79	17.906,00

		COM CABO DE MADEIRA DE 1,20 M.						
185	1	VASSOURA NYLON - COM CABO Dimensões mínimas: Altura: 20 CM, Largura: 27 CM, Profundidade: 110 CM, Peso: 0,300 KG. Ideal para as limpezas diárias, garantindo praticidade, recolhendo as sujeiras mais pesadas com facilidade, conseguindo retirar inclusive aquelas sujeiras dos cantos, utilizada para qualquer tipo de piso.	ALKLIN	NÃ£O INFORMADO	UNID	1.050,00	6,99	7.339,50
187	1	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA PACOTE COM 4 ROLOS Especificações mínimas: Fabricado com 100% de fibras de celulose virgens (não reciclada), homogêneo, de modo a não apresentar furos ou lacunas na extensão do rolo, picotado, fragrância neutro. Medindo 30cmx10cm. Cor: Branca Laudo microbiológico e dermatológico fornecido por entidade credenciada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	DELICATE	NÃ£O INFORMADO	PCT	3.500,00	2,80	9.800,00
188	1	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA PACOTE COM 4 ROLOS Especificações mínimas: Fabricado com 100% de fibras de celulose virgens (não reciclada), homogêneo, de modo a não apresentar furos ou lacunas na extensão do rolo, picotado, fragrância neutro. Medindo 30cmx10cm. Cor: Branca Laudo microbiológico e dermatológico fornecido por entidade credenciada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	TROPICOS	NÃ£O INFORMADO	PCT	10.500,00	2,82	29.610,00
189	1	PAPEL TOALHA INTERFOLHA PARA BANHEIRO CAIXA COM 2.000 FOLHAS NO MÍNIMO Descrição mínima: Folha simples duas dobras 20g caixa com 2.000 folhas de 20 cm x 23 cm 100% fibras virgens de celulose virgem. Cor: branco	FIEL	NÃ£O INFORMADO	CX	1.375,00	14,48	19.910,00
190	1	PAPEL TOALHA INTERFOLHA PARA BANHEIRO CAIXA COM 2.000 FOLHAS NO MÍNIMO Descrição mínima: Folha simples duas dobras 20g caixa com 2.000 folhas de 20 cm x 23 cm 100% fibras virgens de celulose virgem. Cor: branco	FIEL	NÃ£O INFORMADO	CX	4.125,00	12,95	53.418,75
TOTAL								324.820,75

GALERA DA CESTA BASICA LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
61	1	ESPONJA DUPLA FACE Especificações mínimas: Esponja dupla face para limpeza, composta por espuma de poliuretano com bactericida e manta abrasiva de fibras sintéticas unidas com resina à prova d'água, impregnada com mineral abrasivo. Indicada para limpeza geral de utensílios e superfícies. Cor: amarela (espuma) e verde (fibra abrasiva). Produto resistente, anatômico e de fácil manuseio.	ALKLIN	NÃ£O INFORMADO	UNID	5.800,00	0,48	2.784,00
66	1	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ 103 - CAIXA COM 30 UNIDADES Filtro de papel descartável, tamanho 103, fabricado com fibras celulósicas de alta resistência. Deve possuir microfuros para filtragem uniforme, costura lateral e de fundo reforçadas (prensagem mecânica) e ser isento de resíduos químicos ou odores que alterem o sabor da bebida. Compatível com suportes de tamanho equivalente. Apresentação: Caixa com, 30 unidades, contendo identificação de lote e marca na	TRES CORACOES	NÃ£O INFORMADO	CX	200,00	3,70	740,00

		embalagem						
76	1	FRALDA INFANTIL TAMANHO EXG - PACOTE MINIMO DE 28 FRALDAS	GUTO BABY	NÃ£O INFORMADO	PCT	300,00	21,00	6.300,00
94	1	LIMPADOR MULTIUSO DE USO GERAL - 500 ML Especificações mínimas: Limpador multiuso indicado para limpeza geral de superfícies laváveis, removendo sujeiras, gorduras e manchas. Produto de secagem rápida, com fragrância agradável e ação eficiente em cozinhas, banheiros, pisos, azulejos e móveis. Embalagem contendo no mínimo 500 ml, com identificação do fabricante, lote e validade.	BIOKRISS	NÃ£O INFORMADO	UNID	5.800,00	1,90	11.020,00
105	1	LUVA PLÁSTICA DESCARTÁVEL - EMBALAGEM COM 100 Confeccionada em material transparente	MEDIX	NÃ£O INFORMADO	PCT	400,00	1,25	500,00
143	1	RODO DE ESPUMA DUPLA FACE Para limpeza pesada com base de fibra verde Medidas mínimas: Altura 2 Cm x Largura 23 Cm X Profundidade 7 Cm	SAO JORGE	NÃ£O INFORMADO	UNID	630,00	8,10	5.103,00
145	1	RODO METAL COM NO MÍNIMO 80 CM - COM BORRACHA DUPLA - COM CABO Para limpeza de pisos lisos e encharcados Resistente e durável.	RODOLAR	NÃ£O INFORMADO	UNID	170,00	38,00	6.460,00
TOTAL								32.907,00

K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR - LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
6	1	ALCOOL 70° LÍQUIDO - 1L Especificações mínimas: Álcool etílico, tipo hidratado, teor alcoólico 70% (70 GL), apresentação líquido. Embalagem 1 litro.	ARAUCARIA	ARAUCARIA	UNID	5.000,00	4,98	24.900,00
7	1	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 46,2° INPM - LITRO Especificações mínimas: Álcool etílico hidratado para limpeza doméstica e institucional, com graduação alcoólica de 46,2° INPM (aproximadamente 54° GL), indicado para limpeza de superfícies, vidros, utensílios e higienização em geral. Produto transparente, incolor, de odor característico, acondicionado em embalagem resistente contendo no mínimo 1 litro. Deverá atender às normas da ANVISA e demais regulamentações vigentes, contendo identificação do fabricante, lote, validade, composição e orientações de segurança na embalagem.	ARAUCARIA	ARAUCARIA	LT	600,00	4,10	2.460,00
42	1	DESODORIZADOR DE AR - EMBALAGEM MÍNIMA 300 ML/281G	ULTRAFRESH	ULTRAFRESH	UNID	1.700,00	5,90	10.030,00
44	1	DISCO BRANCO LUSTRADOR DE PISO Especificações: Indicado para operações de polimento, preferencialmente para enceradeiras industrial de baixa rotação 800rpm, 430mm. Cor branco	NOBRE	NOBRE	UNID	100,00	33,30	3.330,00
87	1	HASTES FLEXÍVEIS - 75 UNIDADES Hastes flexíveis e inquebráveis com pontas de algodão, ante germe. Composição: hastes de polipropileno, algodão, hidroxietil celulose e triclosan	NATHY	NATHY	CX	310,00	2,00	620,00
101	1	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, GRANDE, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX	MEDIX	CX	230,00	19,00	4.370,00

		BR0269892						
102	1	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, PEQUENO, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO CAIXA COM 100 UNIDADES BR0269894	MEDIX	MEDIX	CX	100,00	19,00	1.900,00
103	1	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO LÁTEX, MÉDIO, MÍNIMO 80 MM, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, ANTIDERRAPANTE CAIXA COM 100 UNIDADES BR0276171	MEDIX	MEDIX	CX	370,00	19,00	7.030,00
139	1	REPELENTE KIDS LOÇÃO 200 ML Dermatologicamente testado, com formula não oleosa e cheiro suave ,proteção contra mosquitos, inclusive contra o aedes aegypti, mosquito que pode transmitir o Zika vírus, a Dengue, a febre Chikungunya e a Febre Amarela. Pode ser usado em crianças a partir de 2 anos.	NUTRIEX	NUTRIEX	UNID	150,00	10,50	1.575,00
171	1	SHAMPOO INFANTIL- 480 ML Fórmula que não irrita os olhos. Dermatologicamente testado	NUTRIEX	NUTRIEX	FRASC	650,00	11,00	7.150,00
TOTAL								63.365,00

N63 COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
4	1	ÁGUA SANITÁRIA - LITRO Especificações mínimas: Solução à base de hipoclorito de sódio, indicada para limpeza, desinfecção e alvejamento de superfícies, pisos, azulejos, banheiros, roupas e utensílios compatíveis. Composição mínima: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio e cloreto. Teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5%. Produto classificado como corrosivo - classe 8, número de risco 85, risco à saúde 3 e corrosividade 1. Densidade aproximada entre 1,20 e 1,00 g/L, aspecto líquido incolor ou levemente amarelado. Produto deverá possuir registro/notificação na ANVISA e atender às normas sanitárias vigentes. Acondicionado em embalagem resistente contendo no mínimo 1 litro, com identificação do fabricante, composição, lote, validade, orientações de uso e cuidados de segurança.	SO AROMA	NÃ£O INFORMADO	LT	6.800,00	1,94	13.192,00
5	1	ALCOOL 70° EM GEL - 500 G Especificações mínimas: Álcool etílico teor alcoólico: 70%_(70°gl) , tipo: hidratado , apresentação: gel Embalagem 500 G	SUPERVALE	NÃ£O INFORMADO	UNID	1.700,00	5,20	8.840,00
8	1	AMACIANTE DE ROUPAS COM HIDROCERAMIDAS - 2 LITROS Especficações mínimas: Amaciante líquido para roupas, com hidroceramidas, indicado para amaciar tecidos e proporcionar perfume duradouro. Composição mínima: tensoativo catiônico, conservantes, umectante, corante, opacificante, fragrância, água e cloreto de dialquildimetil amônio. Embalagem com no mínimo 2 litros, contendo identificação do fabricante, lote e validade.	BIOKRISS	NÃ£O INFORMADO	UNID	1.300,00	4,49	5.837,00
11	1	AROMATIZANTE DE AMBIENTE - EMBALAGEM MÍNIMA 140 ML	ALPES	NÃ£O INFORMADO	UNID	1.500,00	6,50	9.750,00

17	1	BALDE PLÁSTICO - MÍNIMO 12 L Balde multiuso podem ser utilizados para diversos trabalhos, resistentes, possuem alça reforçada, com pega não. Dimensões mínimas: 30 cm x 34 cm x 30 cm. Material: Polipropileno. CORES VARIADAS CONFORME PEDIDO	ARQPLAST	NÃ£O INFORMADO	UNID	370,00	11,00	4.070,00
29	1	CERA LÍQUIDA: INCOLOR 750 ML	CANARIO	NÃ£O INFORMADO	FRASC	60,00	5,49	329,40
43	1	DETERGENTE GLICERINADO, NEUTRO - EMBALAGEM MÍNIMA 500 ML Solução aquosa de tensoativos aniônicos e coadjuvantes; associação de tensoativos aniônicos entre 6 e 10%; principio ativo antibacteriano 0,10%.	SO AROMA	NÃ£O INFORMADO	UNID	7.000,00	1,44	10.080,00
59	1	ESPONJA DE AÇO Aço inox, produto não perecível	RELUX	NÃ£O INFORMADO	UNID	600,00	1,55	930,00
85	1	GUARDANAPO DE TECIDO 100% algodão. Medida 45x 70 cm	MARTINS	NÃ£O INFORMADO	UNID	760,00	2,44	1.854,40
111	1	MULTI INSETICIDA À BASE DE ÀGUA TAMPA COM TRAVA DE SEGURANÇA Embalagem mínima 300 ML/23 Composição: ingredientes ativos, veículos, propolentes aditivos antioxidantes. Ativo: De-aletrina 0,135% De- tetrametina 0,10%, permetrina 0,010%	BUZZ	NÃ£O INFORMADO	UNID	1.300,00	6,68	8.684,00
117	1	PANO DE LIMPEZA MULTIUSO 28X50CM 300M AZUL 600 PANOS Especificações mínimas: Composição: 53% polpa madeira, 47% poliéster, cor: azul Medidas da flanela: 28 x 50cm, medidas do rolo: 300m Contém 600 panos	LIFE CLEAN	NÃ£O INFORMADO	ROLO	350,00	56,00	19.600,00
119	1	PEDRA SANITARIA com paradiclorobenzeno e essência e corante	SANY	NÃ£O INFORMADO	UNID	900,00	1,49	1.341,00
138	1	REMOVEDOR DE SUJEIRA - 2L Composição: ácido, dodecil benzeno sulfônico, ácido glicólico, ácido oxálico, agente controlador de PH, espessante, fragrância, corante e água. Componentes ativos: ácido dodecil benzeno sulfônico e ácido glicólico. Produto não inflamável.	BRILMAX	NÃ£O INFORMADO	UNID	2.500,00	6,50	16.250,00
147	1	SABÃO EM PASTA BIODEGRADAVEL - 500 G Composição: ácidos graxos vegetais, hidróxido de potássio, corante e veículo qsp	DIPOL	NÃ£O INFORMADO	UNID	1.130,00	7,50	8.475,00
148	1	SABAO EM PEDRA GLICERINADO - COM 5 UNIDADES DE 200G Especificações: Composição: Sabão a base de ácidos graxos, umectante, carga, coadjuvante, corante, essência e veículo.	BARRA NOVA	NÃ£O INFORMADO	UNID	1.600,00	6,29	10.064,00
151	1	SABONETE INFANTIL - MÍNIMO 80 G Com Loção Hidratante, testado dermatológica e oftalmologicamente, hipoalérgico, anti-lágrimas, glicerinado	123 BABY	NÃ£O INFORMADO	UNID	1.250,00	2,50	3.125,00
152	1	SABONETE LIQUIDO - 5 LITROS Possui finalidade básica de limpeza das mãos, sendo um produto concentrado de odor agradável. Formulado sem solvente à base de petróleo, eficiente e sem agressão à pele, evita que as mãos fiquem ressecadas. O produto deverá apresentar-se límpido, livre de resíduos suspensos ou precipitações. ação amaciante e poder de limpeza. Deverá v ir pronto para uso sem sofrer diluição, podendo ser utilizado em qualquer tipo de saboneteira para líquidos. Embalagem contendo 5 litros	BIOKRISS	NÃ£O INFORMADO	FRASC	1.000,00	13,95	13.950,00
158	1	SACO PARA LIXO 100 LITROS De polietileno, padrão ABNT 9191/2008. Dimensões (L x A) 75x105cm. Capacidade: 20kg.	SUPREME	NÃ£O INFORMADO	PCT	1.600,00	25,89	41.424,00

		Embalagem com 100.						
161	1	SACO PARA LIXO 240 LITROS De polietileno, padrão ABNT 9191/2008. Dimensões (L x A) 115x115cm. Capacidade: 72kg. Embalagem com 100.	SUPREME	NÃ£O INFORMADO	PCT	1.000,00	52,99	52.990,00
168	1	SAPONÁCEO EM PÓ - EMBALAGEM MÍNIMA 300 G Princípio ativo hipoclorito de sódio - mínimo 1%, composição básica tenso ativos aniônico e não iônico, composição básica conservante, coadjuvantes, alcalinizastes, abrasivo, agente de branqueamento, essência e veículos, pigmentos e outras substancias químicas permitidas, composição aromática cloro	SANY MIX	NÃ£O INFORMADO	UNID	330,00	4,30	1.419,00
172	1	SODA CAUSTICA ESCAMAS - DESINCRUSTANTE ALCALINO Embalagem mínima 1 KG Descrição: hidróxido de sódio em escamas 96/98% DE PUREZA. Principio ativo: (NAOH).	INDAIAL	NÃ£O INFORMADO	UNID	120,00	14,20	1.704,00
TOTAL								233.908,80

QUIMICA KEMFOR INDÃŠSTRIA E COMÃ‰RCIO DE SANEANTES LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
39	1	DESINFETANTE PARA USO GERAL - 2L Componente ativo: Cloreto de didecildimetil amônio, cloreto de alquil amido propildimetilbenzil amônio, nonifenol, etoxilado, corante CI 19140, CI 16255 e CI 73015, essência e água. Componente ativo: cloreto de didecil amônio 0,25%, cloreto de alquil amido propildimetilbenzil amônio - LAVANDA	BOJU	BOJU	FRASC	4.500,00	3,39	15.255,00
95	1	LIMPADOR PARA VIDRO - 500 ML Elaborado para remover manchas de vidros, fórmicas, espelhos e superfícies impermeáveis. Características: Não inflamável. Produto biodegradável. Não há formação de espuma. Desengordura e limpa qualquer superfície lavável. Com silicone, possui fórmula balanceada e eficiente proporciona limpeza, proteção e conservação.	BOJU	BOJU	UNID	400,00	2,99	1.196,00
TOTAL								16.451,00

TKY MATERIAIS ELETRICOS & FERRAGENS LTDA ME

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
12	1	ASSARAPIDO CHURRASCO 45CM X 5M Filme para churrasco composto de película BOPET transparente e flexível. Suporta calor de até 225°C. Indicado para assar ou cozinhar alimentos, carnes, aves e peixes garantindo a maciez e o sabor.	WYDA	ASSARAPIDO CHURRASCO 45CM X 5M FILME PAR	ROLO	80,00	10,51	840,80
13	1	AVENTAL DOMÉSTICO EM PVC Especificações mínimas Avental doméstico confeccionado em PVC impermeável, estampado, indicado para proteção contra umidade e sujeiras em atividades domésticas, cozinhas, limpeza e serviços gerais. Possui alças para ajuste e acabamento resistente. Medidas mínimas aproximadas: 60 cm de altura x 46 cm de largura. Produto leve, flexível, lavável e resistente. Cor e estampa variadas.	RIO VALLEY	AVENTAL DOMÃ‰STICO EM PVC ESPECIFICAÃ§Ãµ	UNID	400,00	11,80	4.720,00
14	1	AVENTAL PVC FORRADO MODELO AÇOUGUEIRO Medida mínima: 1,20m x 60 cm Cor branca, tamanho único, confeccionado em PVC, forro em poliéster, tiras soldadas eletronicamente, fivela plástica para fechamento	COURVIN	AVENTAL PVC FORRADO MODELO AÃ‡OUGUEIRO M	UNID	400,00	17,60	7.040,00

19	1	BICO DE MAMADEIRA Confeccionado em silicone para mamadeira Universal Redondo	PEPETA	BICO DE MAMADEIRA CONFECCIONADO EM SILIC	UNID	90,00	7,26	653,40
22	1	CAÇAROLA / VASILHA PLÁSTICA 1,2 LITROS - COM ALÇA E TAMPA Especificações mínimas: Vasilha plástica tipo caçarola, confeccionada em plástico resistente, com capacidade mínima de 1,2 litros, contendo tampa e alça para transporte. Produto atóxico, lavável e apropriado para acondicionamento de alimentos. Medidas mínimas aproximadas: 15,5 cm de diâmetro x 9 cm de altura. Cor variada.	UNINJET	CAÃ‡AROLA / VASILHA PLÃ•STICA 1,2 LITROS	UNID	200,00	11,85	2.370,00
25	1	CAÇAROLA / VASILHA PLÁSTICA 6,5 LITROS - COM TAMPA Especificações mínimas: Vasilha plástica tipo caçarola, confeccionada em plástico resistente, com capacidade mínima de 6,5 litros, contendo tampa. Produto atóxico, livre de BPA, apropriado para acondicionamento de alimentos e resistente ao uso em micro-ondas, lava-louças e freezer. Medidas mínimas aproximadas: 16 cm de altura x 28 cm de largura. Cor variada.	UNINJET	CAÃ‡AROLA / VASILHA PLÃ•STICA 6,5 LITROS	UNID	200,00	23,73	4.746,00
54	1	ESCOVA PARA LAVAR UNHA possui cerdas de nylon para higiene adequada das unhas e da pele ao redor das unhas. Composição: Polipropileno e cerdas de nylon	DAUF	ESCOVA PARA LAVAR UNHA POSSUI CERDAS DE	UNID	250,00	2,70	675,00
56	1	ESCOVA PARA VASO SANITARIO Material sintético, pigmentos e metal, produto não perecível	DELL FORT	ESCOVA PARA VASO SANITARIO MATERIAL SINT	UNID	190,00	5,07	963,30
67	1	FILTRO PARA PURIFICADOR ELECTROLUX PH41X - PAPPCA40 Refil filtrante compatível com purificador Electrolux PH41X, modelo PAPPCA40 ou equivalente compatível. Indicado para redução de cloro, odores e impurezas da água. Produto atóxico, de fácil instalação, acondicionado em embalagem individual com identificação do fabricante, lote e validade.	AGUASANA	FILTRO PARA PURIFICADOR ELECTROLUX PH41X	UNID	22,00	71,04	1.562,88
81	1	FUSÍVEL DE VIDRO 5X20MM 10A	PL	FUSÃ•VEL DE VIDRO 5X20MM 10A	UNID	70,00	0,57	39,90
89	1	JARRA INOX 600ML Resistência à corrosão, Capacidade: 600ml Altura: 13cm Diâmetro: 9cm Material: Aço Inoxidável inclusive a alça Acabamento: Polido, Alça ergonômica, Bico de fácil despejo.	LCR	JARRA INOX 600ML RESISTÃªNCIA Ã CORROSÃ	UNID	55,00	48,00	2.640,00
90	1	JARRA PLASTICA 5 LITROS Jarras de Plástico reforçado, graduada, com tampa e bico de saída de líquidos, Cor do corpo: Transparente, Cor da Tampa: Branca. Altura: 28 cm, Alça: 13 cm.	PLASUTIL	JARRA PLASTICA 5 LITROS JARRAS DE PLÃ¡ST	UNID	220,00	26,24	5.772,80
106	1	LUVA TÉRMICA PARA ALTA TEMPERATURA Especificações mínimas: Luva de segurança térmica confeccionada com 5 dedos, modelo cano longo, com comprimento mínimo entre 35 cm e 45 cm, destinada à proteção das mãos e antebraços contra agentes térmicos. Fabricada em tecido retardante a chamas, como meta-aramida, para-aramida ou material equivalente, podendo possuir revestimento emborrachado com baixa condutividade térmica e tratamento impermeável que impeça a passagem de calor, vapor e líquidos. Possui forração interna em feltro, algodão ou material equivalente para	VOLK	LUVA TÃ‰RMICA PARA ALTA TEMPERATURA ESPE	UNID	70,00	43,62	3.053,40

		elevado isolamento térmico e maior conforto durante o uso. Resistência térmica para contato com temperaturas de até 250°C. Produto deverá possuir acabamento reforçado, costuras resistentes e formato anatômico que permita segurança e mobilidade ao usuário. Deverá possuir Certificado de Aprovação (C.A.) válido emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, atendendo às normas de segurança vigentes aplicáveis.						
108	1	MANGOTE DE SEGURANÇA TÉRMICO PARA ALTA TEMPERATURA Especificações mínimas: Mangote de segurança térmico destinado à proteção dos braços e antebraços contra agentes térmicos, calor e respingos quentes, indicado para utilização em cozinhas industriais, panificação, manipulação de utensílios aquecidos e atividades similares. Confeccionado em fibras e tecidos especiais retardantes a chamas, como aramida, meta-aramida, algodão com tratamento impermeabilizante em silicone ou material equivalente de alta resistência térmica. Possui costura reforçada com linha de aramida ou material equivalente, com proteção estendida para o dorso das mãos e antebraço. Comprimento aproximado entre 45 cm e 55 cm, com sistema de ajuste em velcro, elástico ou tiras reguláveis para melhor fixação e conforto durante o uso. Produto leve, anatômico e confortável, permitindo mobilidade adequada para manuseio de utensílios quentes. Resistência térmica para contato com temperaturas mínimas entre 250°C e 280°C. Deverá possuir Certificado de Aprovação (C.A.) válido emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, atendendo às normas de segurança vigentes.	MAICOL	MANGOTE DE SEGURANÃ‡A TÃ‰RMICO PARA ALTA	UNID	120,00	43,97	5.276,40
128	1	PILHA RECARREGAVEL (BATERIA) PARA TELEFONE FIXO 2,4V/600 mah. AAA COD. 1350072 Unidade	PANASONIC	PILHA RECARREGAVEL (BATERIA) PARA TELEFO	UNID	90,00	30,60	2.754,00
132	1	RALADOR TRIANGULAR Especificações mínimas: Medidas: 100x110x240mm, material do produto; alumínio com pegador emborrachado.	BIGSUL	RALADOR TRIANGULAR ESPECIFICAÃ§ÃµES MÃ-N	UNID	55,00	23,48	1.291,40
134	1	RASTELO PARA JARDIM Descrição mínima: Com 22 dentes, em polipropileno, com cabo de madeira 120 cm	TRAMONTINA	RASTELO PARA JARDIM DESCRIÃ§Ã£O MÃ-NIMA:	UNID	130,00	23,00	2.990,00
135	1	REFIL FILTRANTE COMPATÍVEL COM PURIFICADOR ACQUAFLEX Especificações mínimas: Refil filtrante compatível com purificador Acquaflex ou equivalente, confeccionado em polipropileno e carvão ativado com íons de prata. Possui tripla filtragem, retenção de partículas classe C ou superior, redução de cloro, odores e sabores da água. Vida útil mínima de 3.000 litros ou 6 meses de uso. Vazão mínima de 45 L/h. Pressão de funcionamento entre 39 kPa e 392 kPa. Produto atóxico, apropriado para água potável, acondicionado em embalagem com identificação do fabricante, lote e validade.	LIBELL	REFIL FILTRANTE COMPATÃ•VEL COM PURIFICA	UNID	10,00	47,79	477,90
137	1	REMOVEDOR DE MOFO E BOLOR - 500 ML Especificações mínimas: Limpador removedor de mofo e	INSPIRA	REMOVEDOR DE MOFO E BOLOR - 500 ML ESPEC	UNID	50,00	17,88	894,00

		bolor, indicado para higienização e tratamento preventivo contra novas impregnações de fungos, mofo e bolor em superfícies e tecidos diversos. Produto com ação preventiva e duradoura, formulado sem cloro, não ocasionando manchas nas superfícies tratadas. Pode ser utilizado em tetos, paredes, armários, gavetas, tapetes, cortinas, colchões, roupas, sapatos, artigos de pesca, camping, praia e demais superfícies compatíveis. Produto biodegradável, com fragrância suave, não asfixiante, pH neutro e livre de cloro. Acondicionado em frasco contendo no mínimo 500 ml. Embalagem contendo identificação do fabricante, composição, lote, validade e instruções de uso.						
154	1	SACHE DE AÇUCAR - CAIXA COM NO MÍNIMO 400 UNIDADES Sachê de 5g. Açúcar tipo refinado, são grãos finos e não definidos que são facilmente solúveis. Perfeito para adoçar e o café na medida certa. Absorve menos umidade e fica soltinho por mais tempo.	UNIAO	SACHE DE AÃ‡UCAR - CAIXA COM NO MÃ • NIMO	CX	20,00	38,98	779,60
155	1	SACHE DE GELEIA - CAIXA COM NO MÍNIMO 140 UNIDADES DE 15 GRAMAS CADA	BOM SABOR	SACHE DE GELEIA - CAIXA COM NO MÃ • NIMO 1	CX	24,00	79,14	1.899,36
156	1	SACHE DE SAL - CAIXA COM NO MÍNIMO 2.000 UNIDADES Tipo sal: refinado iodado Sachê de 0,8g	BELLA	SACHE DE SAL - CAIXA COM NO MÃ • NIMO 2.00	CX	15,00	33,07	496,05
157	1	SACHE MARGARINA COM SAL - CAIXA COM NO MÍNIMO 192 UNIDADES Sachê de 10 gramas	LECO	SACHE MARGARINA COM SAL - CAIXA COM NO M	CX	24,00	118,02	2.832,48
167	1	SAPATO DE SEGURANÇA CONFORTAVEL Sapato de segurança confeccionado em couro vaqueta integral , com elástico nas laterais, sem biqueira. Possui palmilha interna removível em EVA com tratamento antimicróbios. COR: PRETO. TAMANHOS DE 34 AO 44. EPI - Aprovado Pelo Ministério do Trabalho – Possui CA.	CARTOON	SAPATO DE SEGURANÃ‡A CONFORTAVEL SAPATO	PAR	250,00	69,00	17.250,00
173	1	SUPORTE PLÁSTICO PARA FILTRO DE CAFÉ 103	MELITTA	SUPORTE PLÃ • STICO PARA FILTRO DE CAFÃ‰ 1	UNID	80,00	9,99	799,20
175	1	TAPETE EMBORRACHADO Tapete Antiderrapante Banheira Box 1,20 X 1,00 Metro, Tapete Antiderrapante, Vazado Espessura: 5,0mm, Antiderrapante Vazado, Cor: CINZA	IVALAR	TAPETE EMBORRACHADO TAPETE ANTIDERRAPANT	UNID	120,00	127,00	15.240,00
186	1	VELA REFIL FILTRANTE PARA TORNEIRA Especificações mínimas: Refil filtrante destinado à utilização em filtros de água para torneira, compatível com sistemas de purificação por carvão ativado, polipropileno ou tecnologia equivalente. Produto indicado para redução de impurezas, partículas sólidas, odores e sabores indesejáveis da água. Fabricado com materiais atóxicos e apropriados para contato com água potável, devendo atender às normas sanitárias vigentes. Produto de fácil instalação e substituição, acondicionado em embalagem individual contendo identificação do fabricante, modelo compatível, lote e validade, quando aplicável.	HIDROFILTROS	VELA REFIL FILTRANTE PARA TORNEIRA ESPEC	UNID	6,00	21,88	131,28
TOTAL								88.189,15

VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
72	1	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO EG - PACOTE COM NO MÍNIMO 07 FRALDAS	SENIOR LIFE PLUS	SENIOR LIFE PLUS	PCT	1.000,00	10,90	10.900,00
TOTAL								10.900,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito meramente retificador e declaratório em relação ao Decreto nº 318/2026, preservados os efeitos da publicação original.
PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, 05 DE AGOSTO DE 2026

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:F05DFEE2

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
HOMOLOGA PREGÃO 12

Sumula: Homologação de Processo Licitatório N.º <76/2026, Instrumento Convocatório N.º 12/2026.

ARIANO SERGIO NUNES, Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Terra Rica, no uso de suas atribuições que são conferidas por Lei, resolve:

HOMOLOGAR:

Art. 1º - - A homologação da Ata da Pregoeira, nomeada pela Portaria sob N.º 38 datada de 26 (vinte e seis) de setembro de 2023 (dois mil e vinte e três), referente à Licitação Modalidade **PREGÃO ELETROÔNICO N.º 12/2026** Processo Licitatório N.º 76, datado de 05

RAJ INDUSTRIA E PAVIMENTAÇÕES LTDA EPP inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob Nº **25.244.319/0001-93,** à Contratação de empresa para **Aquisição de Massa asfáltica usinada para o atendimento das diversas áreas do Samae** perfazendo um valor total de R$30.300,00

Vencedores						
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
RAJ INDUSTRIA E PAVIMENTAÇÕES LTDA EPP	1	1	MASSA ASFÁLTICA Massa asfáltica concreto betuminoso usinado a quente Para aplicação á frio com temperatura aproximada de 120C°, preparado com agregados pétreos, CAP 50/70, teor de betumem aproximadamente 5,5%, modificado com exclusivo retardador para processo de cura, polímero, pó de borracha e processos de mistura com agregados finos, não emulsionados, granulometria não inferior a 100% na peneira3/8", utilizado em manutenção de pavimentos (tapa buracos). Podendo ser compactados através placa vibratória, rolo de chapa ou pelo próprio trânsito. Pode ser aplicado mesmo em dias de chuva, sem a perda de sua coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensa pintura de ligação, pode ser estocado no mínimo por 12 meses, saco de 25 Kg.	KING PAV	1.500,00	20,20

Art. 2º - Esta Homologação entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficando revogadas as disposições em contrário.

Terra Rica, 05/08/2026 – Estado do Paraná,

ADRIANO SERGIO NUNES
Diretor

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:32F420BB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL N° 22/2026 - AUXILIO TRANSPORTE

EDITAL Nº 22/2026
RESULTADO DEFINITIVO DE INSCRIÇÃO PARA O RECEBIMENTO DO CUSTEIO PARCIAL DE TRANSPORTE DE ESTUDANTE – BOLSA AUXÍLIO
A Secretaria Municipal de Educação, por meio dos membros da Comissão de Análise e Deferimento da Bolsa Auxílio- CADBA, nomeada pela Portaria nº 16862/2025, e no uso de suas atribuições legais, especialmente da Lei Municipal nº 1936/2022 e demais disposições legais **TORNA PÚBLICO** o **RESULTADO DEFINITIVO** de inscrição para o recebimento de custeio parcial de transporte de estudantes – Bolsa Auxílio Universitário, deferido através de Ata.

Nome do beneficiário	Instituição de ensino	Cidade	Nível técnico/ graduação	Valor	Resultado
Bruno dos Santos de Brito	Unipar	Guaíra	Graduação	120,00	Deferido*
Luiz Antonio Neotte de Melo Costa	Unipar	Guaíra	Graduação	120,00	Deferido*

* Atende aos requisitos do Edital de Atualização e Cadastramento nº 01/2026 e da Lei nº 1936/2022 para o recebimento do Auxílio Transporte.

Terra Roxa- PR, 5 de agosto de 2026.

EVERTON SOARES DE SOUSA BARROSO
Secretário Municipal de Educação e Cultura
Port. N.º 16525/2025

DANUBIA SERAFIM VIEIRA
Membro Da CADBA

GRATON JANAINA SANTANA DA SILVA
Membro Da CADBA

TAILINE ADRIELE FERNANDES DE SOUZA
Membro Da CADBA

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:D5AFA126

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4682

DECRETO Nº.4682/2026

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2253 de 12 Dezembro de 2025.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	193	Fundo Municipal de Assistência Social	**6.2.8.244.1450.2020 - Manutenção das Atividades do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar** 319113 - Contribuições patronais **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	15.000,00
Suplementar	833	Secretaria Municipal de Educação	**8.1.12.365.1100.1010 - Construir, Ampliar, Reformar e Equipar CMEIs** 449052 - Equipamentos e material permanente **Vínculo:** 01040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	100.000,00

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso				
Anulação Dotação	203	Fundo Municipal de Assistência Social	**6.2.8.244.1450.2020 - Manutenção das Atividades do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar** 449052 - Equipamentos e material permanente **Vínculo:** 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	15.000,00
Anulação Dotação	828	Secretaria Municipal de Educação	**8.1.12.365.1100.1010 - Construir, Ampliar, Reformar e Equipar CMEIs** 449051 - Obras e instalações **Vínculo:** 01040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 5 de Agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:4AE754E3

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4683

DECRETO Nº.4683/2026

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2253 de 12 Dezembro de 2025..

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 1.210.000,00 (um milhão, duzentos e dez mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional

Suplementar	988	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	60.000,00
			339030 - Material de consumo	
			Vínculo: 10401 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR - Tempo Integral	
Suplementar	989	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	100.000,00
			339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	
			Vínculo: 10401 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR - Tempo Integral	
Suplementar	990	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	400.000,00
			319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	
			Vínculo: 10101 - FUNDEB 70% - Tempo Integral	
Suplementar	991	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	100.000,00
			319113 - Contribuições patronais	
			Vínculo: 10101 - FUNDEB 70% - Tempo Integral	
Suplementar	992	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	100.000,00
			339030 - Material de consumo	
			Vínculo: 10101 - FUNDEB 70% - Tempo Integral	
Suplementar	993	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.1007 - Construir, Ampliar, Reformar e Equipar Escolas Ensino Fundamental	250.000,00
			449052 - Equipamentos e material permanente	
			Vínculo: 10401 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR - Tempo Integral	
Suplementar	994	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.365.1100.2037 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil	50.000,00
			339030 - Material de consumo	
			Vínculo: 10101 - FUNDEB 70% - Tempo Integral	
Suplementar	995	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.365.1100.2037 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil	50.000,00
			339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	
			Vínculo: 10101 - FUNDEB 70% - Tempo Integral	
Suplementar	996	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.365.1100.1010 - Construir, Ampliar, Reformar e Equipar CMEIs	50.000,00
			449051 - Obras e instalações	
			Vínculo: 10401 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR - Tempo Integral	
Suplementar	997	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.365.1100.1010 - Construir, Ampliar, Reformar e Equipar CMEIs	50.000,00
			449052 - Equipamentos e material permanente Vínculo: 10401 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR - Tempo Integral	

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o;

I. Excesso de arrecadação, conforme prevê o inciso II do § 1º do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, na importância de R$ 1.210.000,00 (um milhão, duzentos e dez mil reais), nas seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recurso				
Excesso			41715500100000000000	600.000,00
			Vínculo: 10101 - FUNDEB 70% - Tempo Integral	
Excesso			41715520100000000000	160.000,00
			Vínculo: 10401 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR - Tempo Integral	
Excesso			41715520100000000000	350.000,00
			Vínculo: 10401 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR - Tempo Integral	
Excesso			41715500100000000000	100.000,00
			Vínculo: 10101 - FUNDEB 70% - Tempo Integral	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 5 de Agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:27A7750F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026.

A Pregoeira, devidamente constituída, em cumprimento ao disposto na legislação, torna público e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 28/2026, o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

Classificações em primeiro lugar nos itens do objeto, conforme segue:

CLARISMIR KELIN DUTRA ME - CNPJ N° 15.070.768/0001-09

LOTE 01: ALIMENTAÇÃO PRONTA CASCAVEL				
ITEM	**QNTD**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	3.000	**FORNECIMENTO DE CAFÉ DA MANHÃ/TARDE:** FORNECIMENTO DE LANCHE INDIVIDUAL, COMPOSTO POR **02 UNIDADES**, PODENDO SER SANDUÍCHES, BAURUS, PASTÉIS, COXINHAS, PÃO DE QUEIJO OU ESFIHAS, CONFORME DISPONIBILIDADE DO ESTABELECIMENTO E SOLICITAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL. DEVERÁ ACOMPANHAR **01 (UM) CAFÉ DE, NO MÍNIMO, 180 ML**, COM OU SEM LEITE, CONFORME PREFERÊNCIA DO SERVIDOR	20,50	61.500,00
2	3.000	**FORNECIMENTO DE ALMOÇO:** REFEIÇÃO SERVIDA EM SISTEMA DE BUFFET, CONTENDO, NO MÍNIMO: ARROZ, FEIJÃO, **05 VARIEDADES DE SALADAS**, **02 VARIEDADES DE MASSAS** E **03 VARIEDADES DE CARNES**. DEVERÁ ESTAR DISPONÍVEL CARNE NA CHAPA, TIPO FRANGO OU GADO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL. A REFEIÇÃO DEVERÁ ACOMPANHAR **01 BEBIDA POR PESSOA**, PODENDO SER REFRIGERANTE EM LATA DE, NO MÍNIMO, 350 ML, SUCO DE, NO MÍNIMO, 300 ML, OU ÁGUA MINERAL DE, NO MÍNIMO, 500 ML, CONFORME PREFERÊNCIA DO SERVIDOR	44,10	132.300,00
3	2.000	**FORNECIMENTO DE JANTAR:** REFEIÇÃO SERVIDA EM SISTEMA DE BUFFET OU À LA CARTE, CONTENDO, NO	41,50	83.000,00

		MÍNIMO: ARROZ, FEIJÃO, **05 VARIEDADES DE SALADAS**, **02 VARIEDADES DE MASSAS** E **03 VARIEDADES DE CARNES**. DEVERÁ ESTAR DISPONÍVEL CARNE NA CHAPA, TIPO FRANGO OU GADO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL. A REFEIÇÃO DEVERÁ ACOMPANHAR **01 BEBIDA POR PESSOA**, PODENDO SER REFRIGERANTE EM LATA DE, NO MÍNIMO, 350 ML, SUCO DE, NO MÍNIMO, 300 ML, OU ÁGUA MINERAL DE, NO MÍNIMO, 500 ML, CONFORME PREFERÊNCIA DO SERVIDOR.		
			TOTAL	**276.800,00**

Valor total para o fornecedor: R$ 276.800,00 (Duzentos e setenta e seis mil e oitocentos reais).

DESCLASSIFICADOS/INABILITADOS

NÃO HOUVE
Três Barras do Paraná, 15 de abril de 2026.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Pregoeira

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:4E386CB5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
APOSTILAMENTO FMS

RESUMO DE APOSTILAMENTO - FMS

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

APOSTILA Nº 001 AO CONTRATO N° 274/2024

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA, inscrito no CNPJ sob n° 08.931.506/0001-26, com sede à Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150, nesta cidade de Umuarama - Pr, neste ato representado pela Secretária de Saúde a Sra. **LISBETH PITITTO SCANAVACA,** brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº ***.475.648-**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.976.080-3 SSP/PR, residente e domiciliada nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, em pleno exercício de seu mandato e funções, no uso de suas atribuições, resolve:
Expedir, com base Lei Federal nº 14.133/2021, art. 136, caput, a presente Apostila ao contrato n° **274/2024**, celebrado entre o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA** e a empresa **LABORATÓRIO REUNIDOS DE UMUARAMA LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 75.855.957/0001-19, com sede à Avenida Ipiranga, nº 4080, Centro, CEP: 87.501-310, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, oriundo do Processo de Licitatório - Pregão Eletrônico n° 019/2024 -SAÚDE, homologado em 20 de junho de 2024, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, de 22 de junho de 2024, edição nº 13053, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de Plantão Laboratorial 24 horas por dia, incluindo transporte de amostras, para Unidade de Pronto Atendimento Municipal**.**
Onde se lê:
Cláusula Segunda: Fica atualizado o valor unitário do item 1, conforme o índice IPCA de 5,0% referente ao período de 05/2025 a 05/2026 (disponível no momento da consulta), atualizando o valor de R$ 610,00 (seiscentos e dez reais) para R$ 640,48 (seiscentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos), perfazendo o valor total deste termo de até R$ 228.010,88 (duzentos e vinte e oito mil dez reais e oitenta e oito centavos) referente a 12 (doze) meses, passando e atualizando o valor total do contrato de R$ 333.670,00 (trezentos e trinta e três mil seiscentos e setenta reais) para até R$ 561.680,88 (quinhentos e sessenta e um mil seiscentos e oitenta reais e oitenta e oito centavos).

Item	Descrição	Qtde	Unid	Valor unitário	Valor Total para 6(seis) meses (R$)
01	Plantão laboratorial 24 horas por dia, incluindo transporte de amostras	365	Plantão	R$ 640,48	228.010,88
	VALOR TOTAL				**R$ 228.010,88**

Leia-se:
Cláusula Segunda: Fica atualizado o valor unitário do item 1, conforme o índice IPCA de 5,0% referente ao período de 05/2025 a 05/2026 (disponível no momento da consulta), atualizando o valor de R$ 610,00 (seiscentos e dez reais) para R$ 640,48 (seiscentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos), perfazendo o valor total deste termo de até R$ 233.775,20 (duzentos e trinta e três mil setecentos e setenta e cinco reais e vinte centavos) referente a 12 (doze) meses, passando e atualizando o valor total do contrato de R$ 333.670,00 (trezentos e trinta e três mil seiscentos e setenta reais) para até R$ 567.445,20 (quinhentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos).

Item	Descrição	Qtde	Unid	Valor unitário	Valor Total para 6(seis) meses(R$)
01	Plantão laboratorial 24 horas por dia, incluindo transporte de amostras	365	Plantão	R$ 640,48	233.775,20
	VALOR TOTAL				**R$ 233.775,20**

As demais especificações do contrato permanecem inalteradas.
Esta apostila é parte integrante do contrato supramencionado.

Umuarama, 3 de agosto de 2026.

Umuarama, 04 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Julia Martins Piffer
Código Identificador:5171556F

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE ADVERTÊNCIA DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 10/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AAM6220	279350S000262607	01/05/2026	56732	
AHB8330	279350S000263107	08/05/2026	56732	
AJP8185	279350S000262745	03/05/2026	56732	
ANI6980	279350S000262907	06/05/2026	56732	
AOJ4473	279350S000262934	06/05/2026	56732	
AQH0I45	279350S000262628	02/05/2026	56732	
AQJ3F93	279350S000263085	08/05/2026	56732	04766421509
ASR5A49	279350S000262643	02/05/2026	56732	
AUJ9I04	279350S000262901	06/05/2026	56732	
AWU3967	279350S000263094	08/05/2026	56732	
AXM2917	279350S000262358	28/04/2026	56732	05808624209
BAI1294	279350S000263154	09/05/2026	56732	04909092722
BBJ5F86	116100T002535246	10/05/2026	56060	
BBJ6F33	279350S000263018	07/05/2026	56732	
BBK1522	279350S000263189	09/05/2026	56732	
BCC7261	279350S000263117	08/05/2026	56732	
BDG8B41	279350S000262626	02/05/2026	56732	
BDW6I71	279350S000263297	11/05/2026	56732	
BEE3G79	279350S000262892	06/05/2026	56732	
BEX2B45	279350S000262891	06/05/2026	56732	
EIG1C29	279350S000262823	04/05/2026	56732	
EKK5I09	279350S000262335	28/04/2026	56732	
EXI4C28	279350S000262619	02/05/2026	56732	
EYF6G78	279350S000262964	06/05/2026	56732	
FQB5844	279350S000262655	02/05/2026	56732	
GIA3H49	279350S000263010	07/05/2026	56732	
LZY3A62	279350S000263089	08/05/2026	56732	
NES5876	279350S000263197	09/05/2026	56732	
OOK9E51	279350S000263036	07/05/2026	56732	
OWU6139	279350S000263030	07/05/2026	56732	
PIO3372	279350S000263188	09/05/2026	56732	
QJK5875	279350S000263095	08/05/2026	56732	
RHE2B41	279350S000262517	30/04/2026	56732	
SIL3J92	279350S000262627	02/05/2026	56732	
TAI5E12	279350S000262494	30/04/2026	56732	
UAY2I12	279350S000262338	28/04/2026	56732	
UBO7C36	279350S000262467	30/04/2026	56732	

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:01EC9F47

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 04/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAK1774	279350T000116540	15/07/2026	55250
AAN7107	279350E000036594	29/06/2026	55412
ABM3767	279350T000142230	13/07/2026	51851
ACA6F65	279350E000036529	27/06/2026	55412
ACK9704	279350T000142220	10/07/2026	51851
ACS5D05	279350E000036690	29/06/2026	55412
ACS9H22	279350T000138319	13/07/2026	76332
ACZ4F24	279350E000036549	27/06/2026	55412
ADB0044	279350T000142186	10/07/2026	51851
ADK8833	279350T000142265	15/07/2026	76332
ADN0123	279350E000036783	30/06/2026	55412
ADX2E40	279350E000036584	29/06/2026	55412
ADZ7217	279350E000036586	29/06/2026	55412
AEC0258	279350E000036544	27/06/2026	55412
AEC8227	279350E000036948	30/06/2026	55412
AFD4E74	279350E000036790	30/06/2026	55412
AFU9G69	279350E000037086	01/07/2026	55412
AFW7I78	279350T000142254	14/07/2026	51851
AGR8H59	279350E000036760	30/06/2026	55412
AHE5151	279350T000116538	10/07/2026	65300
AHQ1405	279350E000036735	30/06/2026	55412
AHX3B64	279350E000036517	27/06/2026	55412
AIJ9F97	279350T000142248	14/07/2026	51851
AIM2C77	279350E000037114	01/07/2026	55412
AIO8G88	279350E000037066	01/07/2026	55412
AIP5G41	279350E000037044	01/07/2026	55412
AIT2993	279350E000036591	29/06/2026	55412
AJA2829	279350E000036981	01/07/2026	55412
AJI5J35	279350T000142222	10/07/2026	51851
AJS3B57	279350E000036721	30/06/2026	55412
AJS4B11	279350E000036890	30/06/2026	55412
AKF6J26	279350E000036974	01/07/2026	55412
AKK4196	279350E000036638	29/06/2026	55412
AKO1886	279350E000036592	29/06/2026	55412

AKT5399	279350T000142229	13/07/2026	51851
ALA5A77	279350E000036993	01/07/2026	55412
ALA6I92	279350E000037131	01/07/2026	55412
ALP3B74	279350E000036536	27/06/2026	55412
AMK3B16	279350E000037068	01/07/2026	55412
AMS9E92	279350E000036885	30/06/2026	55412
AMT7C28	279350E000036811	30/06/2026	55412
AMW5H36	279350E000036630	29/06/2026	55412
AMW9C70	279350E000036731	30/06/2026	55412
ANH2407	279350T000116534	10/07/2026	59910
AOA7B56	279350E000036640	29/06/2026	55412
AOB8A36	279350T000138328	15/07/2026	55920
AOK8558	279350E000037103	01/07/2026	55412
AOL5E33	279350E000036833	30/06/2026	55412
AOT1974	279350T000142201	10/07/2026	51851
AOW2I71	279350T000116543	15/07/2026	51851
AOX2B75	279350E000036654	29/06/2026	55412
APH1938	279350E000037069	01/07/2026	55412
API6D53	279350E000036747	30/06/2026	55412
APS0A89	279350E000037088	01/07/2026	55412
APX2E92	279350T000142194	10/07/2026	51851
APZ9671	279350T000120162	10/07/2026	55411
AQG2282	279350E000037011	01/07/2026	55412
AQJ3J55	279350T000142162	08/07/2026	51852
AQP1910	279350T000138312	08/07/2026	57380
AQV4F20	279350T000142168	08/07/2026	51851
AQW0I58	279350E000036626	29/06/2026	55412
ARE1720	279350E000036786	30/06/2026	55412
ARF3B34	279350E000036845	30/06/2026	55412
ARI2C60	279350T000142202	10/07/2026	51851
ARI9917	279350E000036921	30/06/2026	55412
ARI9917	279350E000036945	30/06/2026	55412
ARJ2F06	279350T000142237	13/07/2026	51851
ARO1679	279350T000142238	13/07/2026	51851
ARU2846	279350T000142226	13/07/2026	51852
ARZ2374	279350E000036659	29/06/2026	55412
ARZ2374	279350E000036781	30/06/2026	55412
ASH0J59	279350E000036716	30/06/2026	55412
ASJ5499	279350E000036872	30/06/2026	55412
ASQ3752	279350T000142169	08/07/2026	51851
AST3C81	279350T000142180	09/07/2026	51851
ATF7H88	279350E000036933	30/06/2026	55412
ATF7H88	279350E000036876	30/06/2026	55412
AUE0D41	279350E000036751	30/06/2026	55412
AUF3455	279350E000036741	30/06/2026	55412
AUI7J14	279350E000036587	29/06/2026	55412
AUI9887	279350T000142224	10/07/2026	51851
AUN1F66	279350T000142243	13/07/2026	51851
AVA4G06	279350T000142185	10/07/2026	51851
AVC8724	279350E000036520	27/06/2026	55412
AVC8C16	279350E000036887	30/06/2026	55412
AVG2212	279350E000036575	29/06/2026	55412
AVH0547	279350E000037084	01/07/2026	55412
AVP4194	279350E000036749	30/06/2026	55412
AVR3D63	279350T000142217	10/07/2026	51851
AVT7D91	279350E000036541	27/06/2026	55412
AWC8I11	279350E000036924	30/06/2026	55412
AWF1I17	279350T000116537	10/07/2026	59910
AWJ3G33	279350E000036510	27/06/2026	55412
AWL0796	279350T000142178	09/07/2026	51851
AWN5323	279350E000036618	29/06/2026	55412
AWR4H94	279350E000036521	27/06/2026	55412
AWT6I32	279350E000036515	27/06/2026	55412
AWV2H17	279350T000142260	15/07/2026	51852
AXA8G86	279350E000036650	29/06/2026	55412
AXF4797	279350E000037128	01/07/2026	55412
AXM5B95	279350T000142211	10/07/2026	76331
AXM5B95	279350T000142212	10/07/2026	51851
AXS5C45	279350T000142193	10/07/2026	51852
AXS8199	279350E000036873	30/06/2026	55412
AXS8A25	279350E000036691	30/06/2026	55412
AXZ2J04	279350T000138327	15/07/2026	55920
AYC3H75	279350E000036852	30/06/2026	55412
AYD5371	279350E000036745	30/06/2026	55412
AYM0492	279350E000036848	30/06/2026	55412
AYO0120	279350E000036533	27/06/2026	55412
AYO7893	279350T000142188	10/07/2026	76332
AYV0672	279350E000037108	01/07/2026	55412
AYW5994	279350E000037109	01/07/2026	55412
AYX2F85	279350E000036534	27/06/2026	55412
AZB2D72	279350T000142261	15/07/2026	51852
AZC6805	279350E000036800	30/06/2026	55412
AZD0J85	279350T000138313	13/07/2026	76251
AZR7144	279350E000036929	30/06/2026	55412
AZW6364	279350E000036889	30/06/2026	55412
AZZ5D04	279350T000142256	14/07/2026	51851
BAA7534	279350E000037144	01/07/2026	55412
BAB5936	279350E000036518	27/06/2026	55412
BAI8I61	279350T000142253	14/07/2026	51851

BAI9F47	279350E000037110	01/07/2026	55412
BAJ7692	279350E000036788	30/06/2026	55412
BAM3E76	279350E000036807	30/06/2026	55412
BAM3E76	279350E000037028	01/07/2026	55412
BAQ5E00	279350E000036754	30/06/2026	55412
BAV5C99	279350T000142182	09/07/2026	51851
BBB3H84	279350E000036799	30/06/2026	55412
BBD1C63	279350T000138314	13/07/2026	52070
BBI7F88	279350E000037045	01/07/2026	55412
BBO4H31	279350E000036707	30/06/2026	55412
BBO6G45	279350E000037006	01/07/2026	55412
BBP7G79	279350E000037111	01/07/2026	55412
BBP8A20	279350T000116533	09/07/2026	54010
BBQ4J39	279350E000036775	30/06/2026	55412
BCA1918	279350E000036579	29/06/2026	55412
BCA9H63	279350E000036897	30/06/2026	55412
BCB6B10	279350E000037079	01/07/2026	55412
BCE7B08	279350E000037051	01/07/2026	55412
BCE7B08	279350E000037059	01/07/2026	55412
BCE7B08	279350E000036963	01/07/2026	55412
BCG3A83	279350T000142272	15/07/2026	51851
BCG3C71	279350T000138330	15/07/2026	56222
BCH1367	279350E000036554	29/06/2026	55412
BCK8J05	279350T000142250	14/07/2026	51852
BCO9356	279350E000037002	01/07/2026	55412
BCU3E33	279350E000036980	01/07/2026	55412
BCW6E82	279350T000142244	14/07/2026	51851
BDB7A86	279350E000036814	30/06/2026	55412
BDD8E88	279350T000142246	14/07/2026	51851
BDG0692	279350E000036532	27/06/2026	55412
BDJ2B47	279350T000142203	10/07/2026	51852
BDK1A17	279350E000037076	01/07/2026	55412
BDO1B19	279350E000036967	01/07/2026	55412
BDS5H46	279350T000138324	14/07/2026	57380
BDU9889	279350E000036624	29/06/2026	55412
BDW6A11	279350E000037022	01/07/2026	55412
BEA5J12	279350E000037063	01/07/2026	55412
BEH5F95	279350E000036965	01/07/2026	55412
BEH5F95	279350E000036701	30/06/2026	55412
BEL1I01	279350E000037037	01/07/2026	55412
BEW4F91	279350E000036590	29/06/2026	55412
BEW5I99	279350E000037054	01/07/2026	55412
BNC9E33	279350T000142239	13/07/2026	51851
BPT4870	279350T000142236	13/07/2026	51852
CBJ1C19	279350E000036820	30/06/2026	55412
CER9430	279350T000142218	10/07/2026	51851
CHH6C60	279350E000036978	01/07/2026	55412
CMP0H97	279350T000142257	14/07/2026	51851
COS2B05	279350E000036718	30/06/2026	55412
CPP5J54	279350T000142234	13/07/2026	51930
CPR5900	279350T000142231	13/07/2026	51851
CRF2G77	279350E000036698	30/06/2026	55412
CRF2G77	279350E000037005	01/07/2026	55412
CVA7H46	279350T000137361	07/07/2026	51851
CYM2284	279350E000036543	27/06/2026	55412
CZZ0834	279350T000142235	13/07/2026	51852
DEW3509	279350T000142228	13/07/2026	51930
DJB9582	279350E000036767	30/06/2026	55412
DJB9582	279350E000036680	29/06/2026	55412
DJL0G92	279350T000142225	10/07/2026	51852
DPA3I64	279350E000036710	30/06/2026	55412
DPM3C21	279350E000036925	30/06/2026	55412
DPM3C21	279350E000037018	01/07/2026	55412
DQF8A01	279350E000036972	01/07/2026	55412
DRM6628	279350E000036919	30/06/2026	55412
DSU8F38	279350E000036566	29/06/2026	55412
DSU9053	279350T000116539	14/07/2026	54521
DSU9053	279350T000120166	14/07/2026	54521
DWK6097	279350E000036656	29/06/2026	55412
DWK6D97	279350E000036905	30/06/2026	55412
DXT4637	279350E000036572	29/06/2026	55412
EAU0E57	279350T000142207	10/07/2026	76331
EBW5F51	279350E000036895	30/06/2026	55412
EEH6399	279350E000036704	30/06/2026	55412
EFU7H24	279350E000036803	30/06/2026	55412
EIL3C24	279350T000142227	13/07/2026	51852
EIX5C41	279350T000142221	10/07/2026	51851
EJJ3H73	279350E000037043	01/07/2026	55412
EJL2788	279350E000037145	01/07/2026	55412
EJL2788	279350E000036821	30/06/2026	55412
EPE2C94	279350T000118115	14/07/2026	67000
EPM7F38	279350T000138333	15/07/2026	73580
ERZ0A24	279350E000037083	01/07/2026	55412
EWL9I70	279350T000142204	10/07/2026	51851
EZD1J06	279350E000036883	30/06/2026	55412
FBZ9D51	279350E000036779	30/06/2026	55412
FDI5C77	279350E000037048	01/07/2026	55412
FEG7H63	279350E000036801	30/06/2026	55412
FES0B65	279350E000037060	01/07/2026	55412

FHJ1C23	279350E000037077	01/07/2026	55412
FIL0208	279350E000036854	30/06/2026	55412
FIY6F29	279350T000142198	10/07/2026	70301
FKX5D91	279350E000037140	01/07/2026	55412
FLK2F33	279350T000138321	13/07/2026	54521
FMG7058	279350T000142274	15/07/2026	76332
FNS7A96	279350E000036949	30/06/2026	55412
FPL3J81	279350E000036916	30/06/2026	55412
FTJ8A00	279350E000036969	01/07/2026	55412
FTY4A15	279350E000037115	01/07/2026	55412
FTY4A15	279350E000036769	30/06/2026	55412
FZH0D61	279350E000036871	30/06/2026	55412
GBI9F96	279350T000142183	09/07/2026	76331
GDO3C66	279350E000036893	30/06/2026	55412
GLD8J68	279350E000037105	01/07/2026	55412
GLD8J68	279350E000036723	30/06/2026	55412
GUQ6255	279350T000142223	10/07/2026	51851
GZF4403	279350E000036527	27/06/2026	55412
HCI8A67	279350E000036789	30/06/2026	55412
HHB0I11	279350E000036540	27/06/2026	55412
HIM1I01	279350E000036856	30/06/2026	55412
HRD6E01	279350E000037124	01/07/2026	55412
HRD6E01	279350E000036728	30/06/2026	55412
HSC2A85	279350E000036694	30/06/2026	55412
HSF3B82	279350E000036663	29/06/2026	55412
HTT5G30	279350E000036665	29/06/2026	55412
HTT5G30	279350E000036810	30/06/2026	55412
HXW8H41	279350E000036944	30/06/2026	55412
ILP9F22	279350E000036577	29/06/2026	55412
IQG9A67	279350T000142184	10/07/2026	51851
IRF7G06	279350T000138323	14/07/2026	53980
ISS4747	279350E000036511	27/06/2026	55412
IUH1F79	279350E000036645	29/06/2026	55412
IVO0J06	279350T000142255	14/07/2026	51851
IXB4249	279350E000036953	30/06/2026	55412
IYD7B35	279350E000036985	01/07/2026	55412
IYH2I49	279350E000036675	29/06/2026	55412
JTR9852	279350E000037035	01/07/2026	55412
JUN4C70	279350E000036709	30/06/2026	55412
KWG3047	279350E000036568	29/06/2026	55412
LLP3D98	279350E000036627	29/06/2026	55412
LQD2H14	279350E000036603	29/06/2026	55412
LRQ9G33	279350E000036538	27/06/2026	55412
LZY3A62	279350E000036968	01/07/2026	55412
MAA2786	279350E000037071	01/07/2026	55412
MAM0977	279350T000142200	10/07/2026	51851
MAQ6A72	279350E000036697	30/06/2026	55412
MBW8D94	279350E000036658	29/06/2026	55412
MCM6D45	279350E000036725	30/06/2026	55412
MEM7D27	279350T000142263	15/07/2026	51851
MEX7B39	279350E000036583	29/06/2026	55412
MEZ9I35	279350E000037021	01/07/2026	55412
MGJ9H78	279350T000142232	13/07/2026	51851
MHT9619	279350E000036671	29/06/2026	55412
MHY1B22	279350E000037074	01/07/2026	55412
MKF6I26	279350E000037126	01/07/2026	55412
MLP8H97	279350E000036986	01/07/2026	55412
MQZ4F94	279350E000036542	27/06/2026	55412
MWH4F49	279350E000036714	30/06/2026	55412
MZB4I13	279350T000142181	09/07/2026	51851
NBY1H71	279350E000036861	30/06/2026	55412
NDS3725	279350E000036896	30/06/2026	55412
NDY1559	279350E000037132	01/07/2026	55412
NGQ6373	279350T000142247	14/07/2026	51851
NPA7H32	279350E000036975	01/07/2026	55412
NPC5I31	279350E000036964	01/07/2026	55412
NRA7J72	279350T000142215	10/07/2026	76331
NRA7J72	279350T000142216	10/07/2026	51851
NRJ0F26	279350E000036867	30/06/2026	55412
NRL3B32	279350E000037143	01/07/2026	55412
NRU5I48	279350E000036917	30/06/2026	55412
NZZ1G17	279350E000036862	30/06/2026	55412
OBS2I74	279350T000142266	15/07/2026	76332
OOJ5G72	279350E000036815	30/06/2026	55412
OOU0E05	279350T000142242	13/07/2026	76331
PCA5F52	279350T000116536	10/07/2026	57380
PYG2D25	279350E000036755	30/06/2026	55412
QAA7F81	279350E000036777	30/06/2026	55412
QAD1A35	279350E000036947	30/06/2026	55412
QAH9B60	279350E000037062	01/07/2026	55412
QAN2A92	279350E000036562	29/06/2026	55412
QCY9C45	279350E000036582	29/06/2026	55412
QHO5J64	279350T000142264	15/07/2026	76332
QJI9J19	279350E000036722	30/06/2026	55412
QJM8D98	279350E000036565	29/06/2026	55412
QQH6J21	279350E000037014	01/07/2026	55412
QQL3I27	279350E000036569	29/06/2026	55412
RBD7J89	279350E000036699	30/06/2026	55412
RHA0J31	279350E000036674	29/06/2026	55412

RHT4A86	279350E000036727	30/06/2026	55412
RHT4G42	279350E000036940	30/06/2026	55412
RHW9J33	279350E000036634	29/06/2026	55412
RHX3H70	279350E000036637	29/06/2026	55412
RHY4D72	279350T000142271	15/07/2026	51852
RLN1E47	279350E000036766	30/06/2026	55412
RMR7A13	279350E000037009	01/07/2026	55412
RRX8H79	279350T000142214	10/07/2026	76331
RRX8H79	279350T000142213	10/07/2026	51851
RWF8B10	279350E000036684	29/06/2026	55412
RYT4I28	279350E000036578	29/06/2026	55412
SDQ5F63	279350T000142259	14/07/2026	54521
SDT5H69	279350T000138331	15/07/2026	54870
SDT9A81	279350T000116527	09/07/2026	60174
SDU5E46	279350E000036998	01/07/2026	55412
SDX7J63	279350T000116526	09/07/2026	76331
SEB5B37	279350E000036598	29/06/2026	55412
SED3E09	279350E000036732	30/06/2026	55412
SEE7A32	279350T000138322	14/07/2026	60841
SEF2A01	279350E000037081	01/07/2026	55412
SEF7A72	279350E000036988	01/07/2026	55412
SEF9B82	279350E000037092	01/07/2026	55412
SET5C39	279350T000116532	09/07/2026	61220
SEX3I75	279350E000036835	30/06/2026	55412
SEX3I75	279350E000036604	29/06/2026	55412
SEY0E85	279350T000142251	14/07/2026	76331
SEZ3H58	279350T000138316	13/07/2026	54525
SFE2A07	279350E000036957	30/06/2026	55412
SFF0G62	279350E000036837	30/06/2026	55412
SFM3H82	279350T000138326	15/07/2026	54010
SGZ7E31	279350E000036772	30/06/2026	55412
SML3G07	279350E000036770	30/06/2026	55412
SSB1C42	279350T000142245	14/07/2026	51851
SYE7D22	279350E000036729	30/06/2026	55412
TAV6J88	279350T000142233	13/07/2026	51851
TAX3A43	279350E000036805	30/06/2026	55412
TAZ8E03	279350T000121146	13/07/2026	70301
TBJ2G83	279350E000037038	01/07/2026	55412
TBM8G99	279350E000036528	27/06/2026	55412
TBO9G83	279350E000036600	29/06/2026	55412
TBR4I91	279350E000036633	29/06/2026	55412
TBS2E02	279350E000036910	30/06/2026	55412
TBW8I70	279350E000036832	30/06/2026	55412
TJQ1E60	279350E000036824	30/06/2026	55412
UAS9H67	279350E000036736	30/06/2026	55412
UBA7H77	279350T000120163	10/07/2026	55417
UBE2D49	279350T000116528	09/07/2026	60412
UBK2A79	279350E000037121	01/07/2026	55412
UBK7E60	279350E000036644	29/06/2026	55412
UCA1B21	279350T000116531	09/07/2026	76331
UCD1D54	279350E000036966	01/07/2026	55412
UCG7A30	279350E000037073	01/07/2026	55412

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:F869ACB3

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 08/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAI8C22	279350E000037352	02/07/2026	55412
ABL6I49	279350E000037355	02/07/2026	55412
ABM7D51	279350E000037150	02/07/2026	55412
AEZ5G04	279350E000037174	02/07/2026	55412
AFR1B37	279350E000037296	02/07/2026	55412
AFT1755	279350E000037231	02/07/2026	55412
AFW5C05	279350E000037306	02/07/2026	55412
AIK0D13	279350E000037189	02/07/2026	55412
AIK0I33	279350E000037338	02/07/2026	55412
AIP0A92	279350E000037193	02/07/2026	55412
ALA6I92	279350E000037319	02/07/2026	55412
AMA0E27	279350E000037212	02/07/2026	55412
ANT7407	279350E000037332	02/07/2026	55412
AOZ5791	279350E000037169	02/07/2026	55412
AQU5058	279350E000037284	02/07/2026	55412
ARE7I93	279350E000037188	02/07/2026	55412
ARF9J25	279350E000037227	02/07/2026	55412
ARH4A20	279350E000037312	02/07/2026	55412
ARM6J74	279350E000037163	02/07/2026	55412
ASJ0032	279350E000037343	02/07/2026	55412
AUO4619	279350E000037426	02/07/2026	55412
AVC8C16	279350E000037422	02/07/2026	55412

AVE7J34	279350E000037392	02/07/2026	55412
AVE9J34	279350E000037151	02/07/2026	55412
AVH7F56	279350E000037330	02/07/2026	55412
AVR9E02	279350E000037303	02/07/2026	55412
AVZ3I43	279350E000037397	02/07/2026	55412
AWB0B86	279350E000037149	02/07/2026	55412
AWV7H22	279350E000037410	02/07/2026	55412
AXN5H99	279350E000037255	02/07/2026	55412
AXR4H82	279350E000037146	02/07/2026	55412
AZG3435	279350E000037269	02/07/2026	55412
AZK1472	279350E000037307	02/07/2026	55412
BAI1296	279350E000037323	02/07/2026	55412
BAJ7692	279350E000037191	02/07/2026	55412
BAQ5J90	279350E000037350	02/07/2026	55412
BBI4H50	279350E000037329	02/07/2026	55412
BBQ6159	279350E000037156	02/07/2026	55412
BBS0241	279350E000037165	02/07/2026	55412
BBU0B87	279350E000037413	02/07/2026	55412
BCV4E32	279350E000037379	02/07/2026	55412
BDG1G52	279350E000037377	02/07/2026	55412
BDH2C08	279350E000037416	02/07/2026	55412
BDW7F93	279350E000037344	02/07/2026	55412
BEA1C12	279350E000037370	02/07/2026	55412
BEF2E80	279350E000037288	02/07/2026	55412
BEJ0I74	279350E000037281	02/07/2026	55412
BEN3D67	279350E000037340	02/07/2026	55412
BER7B92	279350E000037341	02/07/2026	55412
BEY4G30	279350E000037417	02/07/2026	55412
BEZ2I63	279350E000037153	02/07/2026	55412
BZN3444	279350E000037400	02/07/2026	55412
CHH6C60	279350E000037190	02/07/2026	55412
CRK1145	279350E000037291	02/07/2026	55412
DDL7B34	279350E000037219	02/07/2026	55412
DII4975	279350E000037308	02/07/2026	55412
DJB9582	279350E000037201	02/07/2026	55412
DRU2B84	279350E000037289	02/07/2026	55412
DVS3240	279350E000037327	02/07/2026	55412
DZC8H45	279350E000037337	02/07/2026	55412
EDO5C63	279350E000037242	02/07/2026	55412
EEH6399	279350E000037208	02/07/2026	55412
EEH6B08	279350E000037175	02/07/2026	55412
EFV0C22	279350E000037160	02/07/2026	55412
EIN5475	279350E000037148	02/07/2026	55412
EME0J58	279350E000037154	02/07/2026	55412
EMG1752	279350E000037382	02/07/2026	55412
ENM0A64	279350E000037205	02/07/2026	55412
EQO9C74	279350E000037187	02/07/2026	55412
FBV0E80	279350E000037383	02/07/2026	55412
FBZ9D51	279350E000037351	02/07/2026	55412
FGZ8I83	279350E000037360	02/07/2026	55412
FPU1C93	279350E000037315	02/07/2026	55412
FTY4A15	279350E000037412	02/07/2026	55412
FXP7G42	279350E000037431	02/07/2026	55412
FXV9H06	279350E000037166	02/07/2026	55412
GDQ5A31	279350E000037309	02/07/2026	55412
GXY8615	279350E000037196	02/07/2026	55412
HIK5C07	279350E000037320	02/07/2026	55412
HSZ2E30	279350E000037331	02/07/2026	55412
HTA0B79	279350E000037387	02/07/2026	55412
IJY6I99	279350E000037203	02/07/2026	55412
IQA8152	279350E000037259	02/07/2026	55412
JTQ7C63	279350E000037147	02/07/2026	55412
KEH1A30	279350E000037371	02/07/2026	55412
KFA1C99	279350E000037199	02/07/2026	55412
LTD2G77	279350E000037181	02/07/2026	55412
MAA2786	279350E000037398	02/07/2026	55412
MBW8D94	279350E000037230	02/07/2026	55412
MKD9D28	279350E000037373	02/07/2026	55412
NBI8E65	279350E000037220	02/07/2026	55412
NHC4B81	279350E000037253	02/07/2026	55412
NPA2D95	279350E000037170	02/07/2026	55412
OAQ2B98	279350E000037325	02/07/2026	55412
OOS2C92	279350E000037152	02/07/2026	55412
PJI1G56	279350E000037182	02/07/2026	55412
PXI8A65	279350E000037369	02/07/2026	55412
QAP5A58	279350E000037204	02/07/2026	55412
QHA4B55	279350E000037183	02/07/2026	55412
QHY0B39	279350E000037386	02/07/2026	55412
QIJ4H17	279350E000037184	02/07/2026	55412
QJM8D98	279350E000037415	02/07/2026	55412
RFY7J06	279350E000037202	02/07/2026	55412
RHC2I86	279350E000037224	02/07/2026	55412
RHY5I51	279350E000037223	02/07/2026	55412
RHZ3A54	279350E000037433	02/07/2026	55412
RWA6C52	279350E000037263	02/07/2026	55412
SDW4B60	279350E000037272	02/07/2026	55412
SDX1B74	279350E000037429	02/07/2026	55412
SEF1J64	279350E000037214	02/07/2026	55412
SEK8B59	279350E000037440	02/07/2026	55412

SEN5G60	279350E000037361	02/07/2026	55412
SEX3I75	279350E000037273	02/07/2026	55412
SGZ7E31	279350E000037293	02/07/2026	55412
SXR3B44	279350E000037157	02/07/2026	55412
TAM5G45	279350E000037372	02/07/2026	55412
TBK8A47	279350E000037270	02/07/2026	55412
TBT2C04	279350E000037299	02/07/2026	55412
TBT9J60	279350E000037437	02/07/2026	55412
UBW6J89	279350E000037357	02/07/2026	55412
UCF7I82	279350E000037438	02/07/2026	55412

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:98296C2E

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 08/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABM1384	279350E000037605	03/07/2026	55412
ACA0097	279350E000037511	03/07/2026	55412
ACA8C02	279350E000037776	04/07/2026	55412
ACI7H76	279350E000037751	04/07/2026	55412
ACX8408	279350E000037749	04/07/2026	55412
ADB2H07	279350E000037752	04/07/2026	55412
ADZ7217	279350E000038014	06/07/2026	55412
AEC8227	279350E000037543	03/07/2026	55412
AEC8227	279350E000037773	04/07/2026	55412
AEK4611	116100T002293384	14/07/2026	56141
AEV4G46	279350E000037764	04/07/2026	55412
AFE1862	279350E000037578	03/07/2026	55412
AFE1862	279350E000037623	03/07/2026	55412
AFE3604	279350E000037513	03/07/2026	55412
AFK5531	279350E000037820	06/07/2026	55412
AGC4H35	279350E000037953	06/07/2026	55412
AHF6C01	279350E000037690	04/07/2026	55412
AHR7D53	279350E000037741	04/07/2026	55412
AIF9F59	279350E000037646	03/07/2026	55412
AIS8943	279350E000037844	06/07/2026	55412
AIW0897	279350E000037974	06/07/2026	55412
AIZ8I08	279350E000037742	04/07/2026	55412
AJQ9H05	279350E000037845	06/07/2026	55412
AJT5860	279350E000037662	03/07/2026	55412
AJT5860	279350E000037871	06/07/2026	55412
AJU9158	279350E000037768	04/07/2026	55412
AKC3D07	279350E000037687	04/07/2026	55412
AKF6E08	279350E000037759	04/07/2026	55412
AKF6J26	279350E000037823	06/07/2026	55412
ALA6I92	279350E000037473	03/07/2026	55412
ALE3B65	279350E000037675	04/07/2026	55412
ALN5548	279350E000037586	03/07/2026	55412
ALR2I27	279350E000037496	03/07/2026	55412
ALS8F31	279350E000037650	03/07/2026	55412
ALY3743	279350E000037453	03/07/2026	55412
AMY0A45	279350E000037505	03/07/2026	55412
ANR0832	279350E000037444	02/07/2026	55412
ANV8I85	279350E000038029	06/07/2026	55412
ANX6214	279350E000038023	06/07/2026	55412
ANZ4G17	279350E000037990	06/07/2026	55412
AOK7C37	279350E000037872	06/07/2026	55412
AOR7823	279350E000037954	06/07/2026	55412
AOR8E60	279350E000037510	03/07/2026	55412
AOY6D97	279350E000037762	04/07/2026	55412
APA8244	279350E000037928	06/07/2026	55412
APF7B30	279350E000037672	04/07/2026	55412
APM4513	279350E000037829	06/07/2026	55412
APM7400	279350E000037833	06/07/2026	55412
AQL3J42	279350E000038010	06/07/2026	55412
AQQ6A06	279350E000037587	03/07/2026	55412
ARD0H02	279350E000037681	04/07/2026	55412
ARG1754	279350E000037628	03/07/2026	55412
ASH8I18	279350E000037828	06/07/2026	55412
ASN5062	279350E000037468	03/07/2026	55412
ASO1B74	279350E000037925	06/07/2026	55412
ATA3I68	279350E000037697	04/07/2026	55412
ATC0978	279350E000037644	03/07/2026	55412
ATH6057	279350E000037832	06/07/2026	55412
ATY6B12	279350E000037952	06/07/2026	55412
ATZ4029	279350E000037551	03/07/2026	55412
ATZ6I61	279350E000037780	04/07/2026	55412
AUC8232	279350E000037716	04/07/2026	55412
AUE4775	279350E000037918	06/07/2026	55412
AUH7C18	279350E000037535	03/07/2026	55412

AUK0668	279350E000037616	03/07/2026	55412
AUM7177	279350E000037875	06/07/2026	55412
AUN7F03	279350E000037772	04/07/2026	55412
AUR3A13	279350E000037680	04/07/2026	55412
AUT1184	279350E000037557	03/07/2026	55412
AUX1B26	279350E000037466	03/07/2026	55412
AVC0J63	279350E000037678	04/07/2026	55412
AVH7F56	279350E000037877	06/07/2026	55412
AVH7F56	279350E000037642	03/07/2026	55412
AVR4I99	279350E000037815	04/07/2026	55412
AVS7F59	279350E000037723	04/07/2026	55412
AVU2752	279350E000037769	04/07/2026	55412
AVU3D35	279350E000037859	06/07/2026	55412
AVV9C89	279350E000037750	04/07/2026	55412
AVX7255	279350E000037986	06/07/2026	55412
AVZ3I43	279350E000037855	06/07/2026	55412
AVZ3I43	279350E000037467	03/07/2026	55412
AVZ8984	279350E000037509	03/07/2026	55412
AWX8491	279350E000037643	03/07/2026	55412
AXD0446	279350E000037968	06/07/2026	55412
AXM4I52	279350E000037775	04/07/2026	55412
AXN3F07	279350E000037989	06/07/2026	55412
AXQ8310	279350E000037683	04/07/2026	55412
AXT3049	279350E000037674	04/07/2026	55412
AXT6I58	279350E000037634	03/07/2026	55412
AXU3E44	279350E000037498	03/07/2026	55412
AXZ2F32	279350E000037914	06/07/2026	55412
AYD4A46	279350E000037756	04/07/2026	55412
AYF3G38	279350E000037863	06/07/2026	55412
AYF6A41	279350E000037861	06/07/2026	55412
AYH1269	279350E000037481	03/07/2026	55412
AYQ9H65	279350E000037824	06/07/2026	55412
AYW0045	279350E000037727	04/07/2026	55412
AYW3B96	279350E000037454	03/07/2026	55412
AYX6E05	279350E000037966	06/07/2026	55412
AZA9F92	279350E000037830	06/07/2026	55412
AZG8180	279350E000037842	06/07/2026	55412
AZY3C01	279350E000038011	06/07/2026	55412
BAG4H37	279350E000037530	03/07/2026	55412
BAJ7692	279350E000037502	03/07/2026	55412
BAP5D44	279350E000037620	03/07/2026	55412
BAQ5J90	279350E000037691	04/07/2026	55412
BAX2A38	279350E000037940	06/07/2026	55412
BAY6270	279350E000037853	06/07/2026	55412
BBA2J82	279350E000037865	06/07/2026	55412
BBC7443	279350E000037904	06/07/2026	55412
BBN9H43	279350E000037876	06/07/2026	55412
BBP4I16	279350E000037743	04/07/2026	55412
BCD1C16	279350E000037688	04/07/2026	55412
BCI7513	279350E000037480	03/07/2026	55412
BCJ1H13	279350E000037744	04/07/2026	55412
BCJ3292	279350E000038018	06/07/2026	55412
BCP0A23	279350E000037868	06/07/2026	55412
BCU2F47	279350E000037745	04/07/2026	55412
BCV0F33	279350E000037585	03/07/2026	55412
BCX5I81	279350E000037456	03/07/2026	55412
BDC2G21	279350E000037981	06/07/2026	55412
BDI5C48	279350E000037728	04/07/2026	55412
BDK8I67	279350E000037724	04/07/2026	55412
BDL2E26	279350E000037658	03/07/2026	55412
BDN9I77	279350E000037673	04/07/2026	55412
BDU1F85	279350E000037995	06/07/2026	55412
BEO5J99	279350E000037994	06/07/2026	55412
BEO5J99	279350E000037442	02/07/2026	55412
BEP5C35	279350E000038022	06/07/2026	55412
BEY1C38	279350E000037470	03/07/2026	55412
BEZ4F93	279350E000037560	03/07/2026	55412
BLL6231	279350E000037462	03/07/2026	55412
BYW3G73	279350E000037803	04/07/2026	55412
CBN5581	279350E000037651	03/07/2026	55412
CGM2G12	279350E000037521	03/07/2026	55412
CHH6C60	279350E000037501	03/07/2026	55412
CHI3D92	279350E000037831	06/07/2026	55412
CRY4J68	279350E000037518	03/07/2026	55412
CVN0C49	279350E000037737	04/07/2026	55412
CXD9390	279350E000037461	03/07/2026	55412
DAK6665	279350E000037667	04/07/2026	55412
DAT7I22	279350E000037455	03/07/2026	55412
DGN8I65	279350E000037622	03/07/2026	55412
DHG6855	279350E000037701	04/07/2026	55412
DJB9582	279350E000037553	03/07/2026	55412
DKU6G75	279350E000037806	04/07/2026	55412
DMN6H51	279350E000037965	06/07/2026	55412
DMT3D43	279350E000037715	04/07/2026	55412
DQN6F85	279350E000037702	04/07/2026	55412
DSB7F69	279350E000037754	04/07/2026	55412
DVS3240	279350E000037499	03/07/2026	55412
DWK6D97	279350E000037500	03/07/2026	55412
DYC4C25	279350E000037529	03/07/2026	55412

EDG0319	279350E000037709	04/07/2026	55412
EEH6399	279350E000037836	06/07/2026	55412
EKQ2H09	279350E000037600	03/07/2026	55412
EMF3A64	279350E000037910	06/07/2026	55412
EPR8J37	279350E000037478	03/07/2026	55412
EQK2D18	279350E000037506	03/07/2026	55412
ETI2E08	279350E000037490	03/07/2026	55412
EWT2671	279350E000037852	06/07/2026	55412
EXW3B05	279350E000037988	06/07/2026	55412
EXW3B05	279350E000037549	03/07/2026	55412
EZF7I69	279350E000037559	03/07/2026	55412
FDG1571	279350E000037887	06/07/2026	55412
FDK5J09	279350E000037779	04/07/2026	55412
FEG7H63	279350E000037998	06/07/2026	55412
FNZ8D80	279350E000037552	03/07/2026	55412
FOJ1H68	279350E000037542	03/07/2026	55412
FRB5A60	279350E000037520	03/07/2026	55412
FSS8A82	279350E000037671	04/07/2026	55412
FZV1I27	279350E000038009	06/07/2026	55412
GAW8E40	279350E000037619	03/07/2026	55412
GTR9C33	279350E000037838	06/07/2026	55412
HGJ1B37	279350E000037898	06/07/2026	55412
HGR6G39	279350E000037748	04/07/2026	55412
HME1H19	279350E000037676	04/07/2026	55412
HOK8B54	279350E000037539	03/07/2026	55412
HRD6E01	279350E000037485	03/07/2026	55412
HSC2A85	279350E000037893	06/07/2026	55412
HWK3G39	279350E000037766	04/07/2026	55412
HXX3H88	279350E000037905	06/07/2026	55412
IJJ6F15	279350E000037992	06/07/2026	55412
IMX9J70	279350E000037514	03/07/2026	55412
IVQ3B91	279350E000037720	04/07/2026	55412
JSK2J50	279350E000037783	04/07/2026	55412
JUJ3A17	279350E000037547	03/07/2026	55412
JZO8H39	279350E000037919	06/07/2026	55412
KDV8944	279350E000037475	03/07/2026	55412
KEH1A30	279350E000037900	06/07/2026	55412
KYX6E13	279350E000037908	06/07/2026	55412
LCR1209	279350E000037611	03/07/2026	55412
LMG4H90	279350E000037693	04/07/2026	55412
MBW8D94	279350E000037538	03/07/2026	55412
MBW8D94	279350E000037862	06/07/2026	55412
MCZ3A78	279350E000037443	02/07/2026	55412
MDN6E54	279350E000037698	04/07/2026	55412
MHF6I94	279350E000037947	06/07/2026	55412
MIK8A35	279350E000037592	03/07/2026	55412
MRV9A96	279350E000037913	06/07/2026	55412
MTV8H33	279350E000037627	03/07/2026	55412
NRJ0F26	279350E000037980	06/07/2026	55412
NRN7800	279350E000037626	03/07/2026	55412
NWA2H63	279350E000037659	03/07/2026	55412
OAA7D23	279350E000037951	06/07/2026	55412
OAE6E31	279350E000037732	04/07/2026	55412
OBQ2524	279350E000037517	03/07/2026	55412
PHH4A34	279350E000037694	04/07/2026	55412
PXB2C26	279350E000037854	06/07/2026	55412
PXI8A65	279350E000037515	03/07/2026	55412
PYS4B38	279350E000037519	03/07/2026	55412
QAT9I50	279350E000037665	03/07/2026	55412
QJM8D98	279350E000037755	04/07/2026	55412
QOY2H19	279350E000037525	03/07/2026	55412
QPC5I64	279350E000037781	04/07/2026	55412
QQR9056	279350E000037503	03/07/2026	55412
QQZ4E00	279350E000037996	06/07/2026	55412
RDW8A74	279350E000037888	06/07/2026	55412
RDX7B88	279350E000037487	03/07/2026	55412
RHC4I03	279350E000037663	03/07/2026	55412
RHJ6D73	279350E000037531	03/07/2026	55412
RHN8E85	279350E000037903	06/07/2026	55412
RVF3G20	279350E000037931	06/07/2026	55412
SDP3D03	279350E000037892	06/07/2026	55412
SDP3D03	279350E000037809	04/07/2026	55412
SDS1D08	279350E000037570	03/07/2026	55412
SDS3E27	279350E000037571	03/07/2026	55412
SDZ8H99	279350E000037804	04/07/2026	55412
SEB1J22	279350E000037635	03/07/2026	55412
SEB5B68	279350E000037807	04/07/2026	55412
SEH1I27	279350E000037479	03/07/2026	55412
SEH9D09	279350E000037926	06/07/2026	55412
SEN5G60	279350E000037494	03/07/2026	55412
SEN5G60	279350E000037977	06/07/2026	55412
SEN9A24	279350E000038006	06/07/2026	55412
SEQ8A36	279350E000037932	06/07/2026	55412
SER0G20	279350E000037941	06/07/2026	55412
SES0C31	279350E000037489	03/07/2026	55412
SEU7G11	279350E000037797	04/07/2026	55412
SFD3E71	279350E000037576	03/07/2026	55412
SFE3H77	279350E000038024	06/07/2026	55412
SFF5F37	279350E000037486	03/07/2026	55412

SFH1G90	279350E000037927	06/07/2026	55412
SXF7H00	279350E000037630	03/07/2026	55412
SXF7H00	279350E000037638	03/07/2026	55412
TAM3B16	279350E000037573	03/07/2026	55412
TAM5G45	279350E000037640	03/07/2026	55412
TAP6B99	279350E000037880	06/07/2026	55412
TAV0G81	279350E000037474	03/07/2026	55412
TBT0F34	279350E000037493	03/07/2026	55412
TBX3A43	279350E000037565	03/07/2026	55412
UAT0D70	279350E000037566	03/07/2026	55412
UAU0I00	279350E000037562	03/07/2026	55412
UAX1E58	279350E000037814	04/07/2026	55412
UAZ6J05	279350E000037512	03/07/2026	55412
UBE7B59	279350E000037805	04/07/2026	55412
UDM8E56	279350E000037810	04/07/2026	55412

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:5837DCFD

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 08/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AHL2H71	279350E000028743	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AJE9A47	279350E000028732	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AMH2129	279350E000028731	27/04/2026	55412	R$ 195,23
APR1G54	279350E000028747	27/04/2026	55412	R$ 195,23
ARD5C87	279350E000028750	27/04/2026	55412	R$ 195,23
ARH9F23	279350E000028719	27/04/2026	55412	R$ 195,23
ARZ2374	279350E000028728	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AUW9D00	279350E000028788	28/04/2026	55412	R$ 195,23
AVC9536	279350E000028795	28/04/2026	55412	R$ 195,23
AXA5489	279350E000028779	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AXE9G71	279350E000028703	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AYI4F55	279350E000028771	27/04/2026	55412	R$ 195,23
AYT5834	279350E000028801	28/04/2026	55412	R$ 195,23
AZT8790	279350E000028723	27/04/2026	55412	R$ 195,23
BAF2511	279350E000028775	27/04/2026	55412	R$ 195,23
BAQ9D62	279350E000028758	27/04/2026	55412	R$ 195,23
BAW2G37	279350E000028791	28/04/2026	55412	R$ 195,23
BCT0D98	279350E000028740	27/04/2026	55412	R$ 195,23
BCU2F47	279350E000028800	28/04/2026	55412	R$ 195,23
BDD9G50	279350E000028776	27/04/2026	55412	R$ 195,23
BED5C62	279350E000028773	27/04/2026	55412	R$ 195,23
DNT2H84	279350E000028755	27/04/2026	55412	R$ 195,23
DQN6F85	279350E000028704	27/04/2026	55412	R$ 195,23
DUN4A61	279350E000028778	27/04/2026	55412	R$ 195,23
EMF1E27	279350E000028769	27/04/2026	55412	R$ 195,23
EUQ4J67	279350E000028785	28/04/2026	55412	R$ 195,23
FEL6C88	279350E000028724	27/04/2026	55412	R$ 195,23
FZB2C71	279350E000028702	27/04/2026	55412	R$ 195,23
GJN7J79	279350E000028726	27/04/2026	55412	R$ 195,23
GSJ6I22	279350E000028730	27/04/2026	55412	R$ 195,23
HPP5103	279350E000028718	27/04/2026	55412	R$ 195,23
KAM3A75	279350E000028709	27/04/2026	55412	R$ 195,23
MJJ8071	279350S000258186	08/03/2026	56732	R$ 130,16
NNW4F47	279350E000028757	27/04/2026	55412	R$ 195,23
QAO4A54	279350E000028716	27/04/2026	55412	R$ 195,23
QAS4B32	279350E000028738	27/04/2026	55412	R$ 195,23
RHF4H34	279350E000028735	27/04/2026	55412	R$ 195,23
RHM6F00	279350E000028784	28/04/2026	55412	R$ 195,23
RMZ3A13	279350E000028713	27/04/2026	55412	R$ 195,23
SDX1H57	279350E000028744	27/04/2026	55412	R$ 195,23
SGZ7E31	279350E000028793	28/04/2026	55412	R$ 195,23
TAV8J25	279350E000028734	27/04/2026	55412	R$ 195,23
UBF4E76	279350E000028772	27/04/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:A269D7EC

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 10/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAB6J71	279350T000137209	12/05/2026	54521	R$ 195,23
AAK5310	279350T000137202	12/05/2026	73400	R$ 130,16
AAK5310	279350T000137201	12/05/2026	66372	R$ 195,23
AAR0G03	279350S000262432	29/04/2026	56732	R$ 130,16
AAW3B62	279350S000262721	03/05/2026	60503	R$ 293,47

AAY1079	279350S000262321	27/04/2026	56732	R$ 130,16
AAY6295	279350S000262378	28/04/2026	60503	R$ 293,47
ABV5831	279350S000263051	07/05/2026	60503	R$ 293,47
ACG4H88	279350S000262629	02/05/2026	56732	R$ 130,16
ACL7064	279350S000263183	09/05/2026	60503	R$ 293,47
ACL7064	279350S000263151	09/05/2026	60503	R$ 293,47
ACS3120	279350S000262605	01/05/2026	56732	R$ 130,16
ACS5692	279350E000028913	30/04/2026	55412	R$ 195,23
ACS7J05	279350NIC0044676	28/04/2026	50020	R$ 586,94
ACU5456	279350S000263017	07/05/2026	56732	R$ 130,16
ACU5500	279350S000262824	04/05/2026	60503	R$ 293,47
ADD4A02	279350S000263019	07/05/2026	60503	R$ 293,47
ADK3332	279350T000137196	11/05/2026	51851	R$ 195,23
ADK3332	279350T000137197	11/05/2026	76331	R$ 293,47
ADX9F81	279350S000262881	05/05/2026	60503	R$ 293,47
ADZ0F58	279350S000262501	30/04/2026	60503	R$ 293,47
AEB2707	279350T000140737	11/05/2026	51851	R$ 195,23
AEN2I92	279350S000262985	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AET8I85	279350NIC0044642	28/04/2026	50020	R$ 586,94
AET8I85	279350NIC0044618	28/04/2026	50020	R$ 586,94
AEY3D76	279350S000262863	05/05/2026	60503	R$ 293,47
AFK8B96	279350S000263105	08/05/2026	60503	R$ 293,47
AFQ1470	279350S000262921	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AFW5851	279350S000262433	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AFX2449	279350S000262514	30/04/2026	56732	R$ 130,16
AGB4G08	279350S000262584	01/05/2026	60503	R$ 293,47
AGD2148	279350S000262977	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AGD8J28	279350T000140755	12/05/2026	51851	R$ 195,23
AGE1465	279350E000028816	29/04/2026	55412	R$ 195,23
AGF3045	279350S000262864	05/05/2026	60503	R$ 293,47
AGW6089	279350S000262761	03/05/2026	56732	R$ 130,16
AGZ4453	279350S000262430	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AHO5G21	279350S000262975	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AHQ3J00	279350S000263091	08/05/2026	56732	R$ 130,16
AHT3636	279350S000263172	09/05/2026	60503	R$ 293,47
AHV4J49	279350S000263115	08/05/2026	60503	R$ 293,47
AHV5B18	279350S000262728	03/05/2026	60503	R$ 293,47
AHY8C10	279350S000262673	02/05/2026	60503	R$ 293,47
AIA9J57	279350S000262993	07/05/2026	60503	R$ 293,47
AII2I17	279350S000262638	02/05/2026	60503	R$ 293,47
AII6337	279350S000263003	07/05/2026	60503	R$ 293,47
AII6337	279350S000262405	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AII6337	279350S000262544	01/05/2026	56732	R$ 130,16
AIK6G55	279350S000262962	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AIY9E18	279350S000262818	04/05/2026	60503	R$ 293,47
AJK0E29	279350S000262909	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AJP4D07	279350S000263058	07/05/2026	60503	R$ 293,47
AJS6A42	279350S000263162	09/05/2026	56732	R$ 130,16
AJV3622	279350S000263002	07/05/2026	60503	R$ 293,47
AJY7234	279350S000262445	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AKI8C22	279350S000263258	10/05/2026	60503	R$ 293,47
AKK1932	279350S000262613	02/05/2026	60503	R$ 293,47
AKL8334	279350S000262851	05/05/2026	60503	R$ 293,47
AKL8334	279350S000263048	07/05/2026	60503	R$ 293,47
AKL8334	279350S000262438	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AKL8334	279350S000262949	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AKM3F10	279350S000262799	04/05/2026	60503	R$ 293,47
AKN7I90	279350S000262693	02/05/2026	60503	R$ 293,47
AKO5615	279350S000262849	05/05/2026	60503	R$ 293,47
AKP0H83	279350S000263216	09/05/2026	60503	R$ 293,47
AKP4439	279350S000262645	02/05/2026	60503	R$ 293,47
AKP9217	279350S000263274	10/05/2026	60503	R$ 293,47
AKR4107	279350S000262373	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AKT6C96	279350S000262900	06/05/2026	56732	R$ 130,16
AKV7B39	279350S000263122	08/05/2026	60503	R$ 293,47
AKX9C32	279350S000262634	02/05/2026	60503	R$ 293,47
AKY0513	279350S000262713	03/05/2026	60503	R$ 293,47
ALB5409	279350S000262664	02/05/2026	56732	R$ 130,16
ALD4162	279350S000262337	28/04/2026	60503	R$ 293,47
ALF5576	279350S000262488	30/04/2026	56732	R$ 130,16
ALG7F81	279350S000262819	04/05/2026	60503	R$ 293,47
ALG8691	279350S000262840	05/05/2026	60503	R$ 293,47
ALJ1701	279350S000263169	09/05/2026	60503	R$ 293,47
ALK1887	279350S000262402	29/04/2026	60503	R$ 293,47
ALM1568	279350T000140735	11/05/2026	76331	R$ 293,47
ALR8C61	279350S000263207	09/05/2026	60503	R$ 293,47
ALS7348	279350S000262469	30/04/2026	60503	R$ 293,47
ALS7348	279350S000262343	28/04/2026	60503	R$ 293,47
ALS7348	279350S000262400	29/04/2026	60503	R$ 293,47
ALS7348	279350S000262837	05/05/2026	60503	R$ 293,47
ALS7348	279350S000262838	05/05/2026	60503	R$ 293,47
ALS9J72	279350S000262312	27/04/2026	60503	R$ 293,47
ALT0I27	279350S000262854	05/05/2026	60503	R$ 293,47
ALW4453	279350S000262340	28/04/2026	60503	R$ 293,47
ALY3D21	279350S000262872	05/05/2026	60503	R$ 293,47
ALY4I94	279350S000262555	01/05/2026	60503	R$ 293,47
AMA3749	279350S000262489	30/04/2026	60503	R$ 293,47
AMA3749	279350S000262508	30/04/2026	60503	R$ 293,47
AMA7884	279350S000262904	06/05/2026	60503	R$ 293,47

AMC7E98	279350S000263000	07/05/2026	60503	R$ 293,47
AMC9F00	279350S000262578	01/05/2026	56732	R$ 130,16
AME3054	279350S000263280	11/05/2026	56732	R$ 130,16
AME8351	279350S000262478	30/04/2026	60503	R$ 293,47
AMG7G36	279350S000263204	09/05/2026	60503	R$ 293,47
AMG8056	279350S000262947	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AMH4B21	279350S000262339	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AMH9A06	279350S000263224	10/05/2026	60503	R$ 293,47
AML8027	279350NIC0044603	28/04/2026	50020	R$ 260,32
AMN8749	279350S000263259	10/05/2026	60503	R$ 293,47
AMO6374	279350S000262468	30/04/2026	60503	R$ 293,47
AMP3H24	279350S000263180	09/05/2026	56732	R$ 130,16
AMP4846	279350S000263179	09/05/2026	60503	R$ 293,47
AMQ5A97	279350S000262735	03/05/2026	60503	R$ 293,47
AMQ5A97	279350S000262730	03/05/2026	60503	R$ 293,47
AMS0D84	279350T000140744	11/05/2026	51851	R$ 195,23
AMU6E57	279350S000262332	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AMV3224	279350S000262984	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AMW4A21	279350S000262474	30/04/2026	56732	R$ 130,16
AMW4A21	279350S000262615	02/05/2026	60503	R$ 293,47
AMW4A21	279350S000262773	04/05/2026	60503	R$ 293,47
AMW4A21	279350S000262775	04/05/2026	60503	R$ 293,47
AMW4A21	279350S000262939	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AMW4A21	279350S000263045	07/05/2026	60503	R$ 293,47
AMW4A21	279350S000263093	08/05/2026	60503	R$ 293,47
AMW4A21	279350S000263150	09/05/2026	60503	R$ 293,47
AMW4A21	279350S000262617	02/05/2026	60503	R$ 293,47
AMX1E08	279350S000262890	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AMX1E08	279350S000262464	30/04/2026	60503	R$ 293,47
AMX9068	279350S000263186	09/05/2026	60503	R$ 293,47
AMY1159	279350S000263161	09/05/2026	60503	R$ 293,47
AMY1159	279350S000263158	09/05/2026	60503	R$ 293,47
AMY1159	279350S000263155	09/05/2026	60503	R$ 293,47
AND0067	279350S000262541	01/05/2026	56732	R$ 130,16
ANG0A68	279350S000262542	01/05/2026	56732	R$ 130,16
ANG6H30	279350S000263178	09/05/2026	60503	R$ 293,47
ANG6H30	279350S000263230	10/05/2026	60503	R$ 293,47
ANI9723	279350S000262888	05/05/2026	56732	R$ 130,16
ANJ6199	279350S000262845	05/05/2026	60503	R$ 293,47
ANJ8I02	279350S000262366	28/04/2026	60503	R$ 293,47
ANK0G40	279350S000262833	04/05/2026	60503	R$ 293,47
ANK0G40	279350S000262561	01/05/2026	60503	R$ 293,47
ANK5349	279350S000262353	28/04/2026	60503	R$ 293,47
ANN3393	279350S000262575	01/05/2026	60503	R$ 293,47
ANN5484	279350S000262811	04/05/2026	60503	R$ 293,47
ANN7I97	279350S000262804	04/05/2026	60503	R$ 293,47
ANQ1318	279350S000263236	10/05/2026	56732	R$ 130,16
ANU6027	279350T000118083	12/05/2026	70481	R$ 293,47
ANW4H15	279350S000262974	06/05/2026	60503	R$ 293,47
ANW4H15	279350S000263062	07/05/2026	60503	R$ 293,47
ANW5719	279350S000262608	01/05/2026	60503	R$ 293,47
ANW5719	279350S000262374	28/04/2026	60503	R$ 293,47
ANW5719	279350S000262443	29/04/2026	60503	R$ 293,47
ANW5719	279350S000262754	03/05/2026	60503	R$ 293,47
ANZ5637	279350S000262752	03/05/2026	60503	R$ 293,47
ANZ6690	279350S000262354	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AOF4H12	279350S000262309	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AOF5C92	279350S000263199	09/05/2026	60503	R$ 293,47
AOH7726	279350S000262390	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AOI8C33	279350S000263138	08/05/2026	60503	R$ 293,47
AOJ5E33	279350S000262396	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AOL1030	279350E000028858	29/04/2026	55412	R$ 195,23
AOM2H95	279350S000262689	02/05/2026	60503	R$ 293,47
AOM8220	279350S000262685	02/05/2026	60503	R$ 293,47
AOR0621	279350S000263275	10/05/2026	60503	R$ 293,47
AOS5828	279350S000262903	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AOS5828	279350S000263285	11/05/2026	60503	R$ 293,47
AOS9982	279350S000262532	30/04/2026	60503	R$ 293,47
AOV7701	279350S000263185	09/05/2026	60503	R$ 293,47
AOW8E85	279350S000262459	29/04/2026	56732	R$ 130,16
AOY3F17	279350S000263130	08/05/2026	60503	R$ 293,47
APF6945	279350S000262466	30/04/2026	60503	R$ 293,47
APF6945	279350S000262535	30/04/2026	60503	R$ 293,47
APF6945	279350S000262556	01/05/2026	60503	R$ 293,47
APG8A43	279350S000262671	02/05/2026	60503	R$ 293,47
API2475	279350NIC0044621	28/04/2026	50020	R$ 586,94
APJ3G13	279350S000262703	03/05/2026	60503	R$ 293,47
APJ3G13	279350S000262342	28/04/2026	60503	R$ 293,47
APJ3G13	279350S000262465	30/04/2026	60503	R$ 293,47
APK9492	279350T000122117	11/05/2026	54600	R$ 130,16
APL6D49	279350S000262697	02/05/2026	60503	R$ 293,47
APL8520	279350T000120140	11/05/2026	54010	R$ 195,23
APP7C16	279350S000263077	07/05/2026	60503	R$ 293,47
APR3669	279350S000262380	28/04/2026	60503	R$ 293,47
APT9D44	279350S000262798	04/05/2026	60503	R$ 293,47
APV1455	279350S000263247	10/05/2026	60503	R$ 293,47
APV1792	279350S000263277	10/05/2026	60503	R$ 293,47
APV4B04	279350S000263026	07/05/2026	60503	R$ 293,47
APY0C97	279350S000263278	10/05/2026	60503	R$ 293,47

APY6135	279350S000263074	07/05/2026	60503	R$ 293,47
APY6931	279350S000262418	29/04/2026	60503	R$ 293,47
APZ2B96	279350E000028875	29/04/2026	55412	R$ 195,23
AQA2933	279350S000262718	03/05/2026	60503	R$ 293,47
AQG1E62	279350S000262991	07/05/2026	60503	R$ 293,47
AQG1E62	279350S000262763	03/05/2026	60503	R$ 293,47
AQI2893	279350S000262344	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AQI8G33	279350S000262393	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AQI8G33	279350S000262996	07/05/2026	60503	R$ 293,47
AQI8G33	279350S000262334	28/04/2026	56732	R$ 130,16
AQI9F52	279350S000262926	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AQL5881	279350S000262705	03/05/2026	60503	R$ 293,47
AQL5881	279350S000262992	07/05/2026	60503	R$ 293,47
AQL5881	279350S000262727	03/05/2026	60503	R$ 293,47
AQL5881	279350S000263069	07/05/2026	60503	R$ 293,47
AQL5881	279350S000262331	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AQM0H51	279350T000140753	12/05/2026	51852	R$ 195,23
AQM3856	279350S000262383	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AQR4A24	279350S000262636	02/05/2026	60503	R$ 293,47
AQT0I67	279350S000262807	04/05/2026	60503	R$ 293,47
AQY5350	279350S000262740	03/05/2026	60503	R$ 293,47
AQY5350	279350S000262707	03/05/2026	60503	R$ 293,47
ARC0J62	279350S000262931	06/05/2026	60503	R$ 293,47
ARC5I35	279350S000262487	30/04/2026	56732	R$ 130,16
ARD3292	279350S000262589	01/05/2026	56732	R$ 130,16
ARH3223	279350S000262965	06/05/2026	60503	R$ 293,47
ARK4198	279350S000262668	02/05/2026	60503	R$ 293,47
ARL4D93	279350NIC0044635	28/04/2026	50020	R$ 586,94
ARL4D93	279350NIC0044591	28/04/2026	50020	R$ 390,46
ARL4J89	279350E000028887	29/04/2026	55412	R$ 195,23
ARQ2G49	279350T000140742	11/05/2026	51852	R$ 195,23
ARR9H11	279350E000028867	29/04/2026	55412	R$ 195,23
ASB4F58	279350S000262739	03/05/2026	60503	R$ 293,47
ASC9G05	279350S000262898	06/05/2026	60503	R$ 293,47
ASH8C95	279350S000262812	04/05/2026	60503	R$ 293,47
ASI6D03	279350S000262510	30/04/2026	60503	R$ 293,47
ASQ8I82	279350S000263066	07/05/2026	60503	R$ 293,47
ASS5930	279350NIC0044573	28/04/2026	50020	R$ 390,46
ASX3307	279350S000262952	06/05/2026	60503	R$ 293,47
ATA0796	279350S000262447	29/04/2026	60503	R$ 293,47
ATB1B09	279350S000262820	04/05/2026	60503	R$ 293,47
ATG5583	279350S000263217	10/05/2026	56732	R$ 130,16
ATG5J98	279350NIC0044599	28/04/2026	50020	R$ 586,94
ATI6912	279350S000262945	06/05/2026	60503	R$ 293,47
ATJ7198	279350E000028920	30/04/2026	55412	R$ 195,23
ATK7759	279350NIC0044663	28/04/2026	50020	R$ 586,94
ATL7H45	279350S000263078	07/05/2026	60503	R$ 293,47
ATM0G88	279350S000262658	02/05/2026	60503	R$ 293,47
ATN3A71	279350S000263287	11/05/2026	60503	R$ 293,47
ATS7056	279350NIC0044592	28/04/2026	50020	R$ 390,46
ATT9G49	279350S000262961	06/05/2026	60503	R$ 293,47
ATU1B35	279350S000262692	02/05/2026	60503	R$ 293,47
ATU2D67	279350S000263097	08/05/2026	60503	R$ 293,47
ATV4338	279350E000028845	29/04/2026	55412	R$ 195,23
ATZ6I61	279350S000262351	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AUC5H43	279350CND0001164	14/04/2026	50371	R$ 586,94
AUH4090	279350S000262408	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AUH9F20	279350S000262513	30/04/2026	60503	R$ 293,47
AUJ2C88	279350S000263156	09/05/2026	60503	R$ 293,47
AUK2238	279350NIC0044647	28/04/2026	50020	R$ 260,32
AUM4455	279350NIC0044679	28/04/2026	50020	R$ 586,94
AUO7984	279350S000262709	03/05/2026	60503	R$ 293,47
AUP8J05	279350S000262379	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AUS1494	279350S000262893	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AUT1D55	279350NIC0044614	28/04/2026	50020	R$ 260,32
AUU1287	279350S000262797	04/05/2026	60503	R$ 293,47
AUU7593	279350S000262970	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AUW0D41	279350S000263234	10/05/2026	60503	R$ 293,47
AUW7A45	279350S000262868	05/05/2026	60503	R$ 293,47
AUX9A13	279350S000262751	03/05/2026	60503	R$ 293,47
AVB2573	279350S000262711	03/05/2026	60503	R$ 293,47
AVC6D62	279350S000262852	05/05/2026	60503	R$ 293,47
AVC6H13	279350S000262327	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AVE2553	279350S000262710	03/05/2026	60503	R$ 293,47
AVF0H94	279350S000262385	28/04/2026	60503	R$ 293,47
AVG2G78	279350S000263284	11/05/2026	56732	R$ 130,16
AVG5F73	279350S000262935	06/05/2026	56732	R$ 130,16
AVK6043	279350S000262330	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AVL7608	279350S000262894	06/05/2026	56732	R$ 130,16
AVO9E77	279350S000263031	07/05/2026	60503	R$ 293,47
AVP2B50	279350S000263306	11/05/2026	60503	R$ 293,47
AVP5H64	279350S000262963	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AVP6E81	279350S000263007	07/05/2026	60503	R$ 293,47
AVR1D98	279350S000262919	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AVR6E88	279350S000262917	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AVX7255	279350S000262787	04/05/2026	60503	R$ 293,47
AVY2J39	279350S000263262	10/05/2026	56732	R$ 130,16
AVY4H47	279350S000262913	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AVY5B18	279350NIC0044594	28/04/2026	50020	R$ 586,94

AWD6I87	279350S000262717	03/05/2026	60503	R$ 293,47
AWE8E14	279350S000263286	11/05/2026	60503	R$ 293,47
AWG8E77	279350S000262796	04/05/2026	60503	R$ 293,47
AWJ8103	279350S000262882	05/05/2026	60503	R$ 293,47
AWN3F13	279350S000263307	11/05/2026	60503	R$ 293,47
AWO9A17	279350S000262491	30/04/2026	60503	R$ 293,47
AWP0407	279350S000263061	07/05/2026	56732	R$ 130,16
AWP7G83	279350S000263106	08/05/2026	60503	R$ 293,47
AWS0893	279350S000262817	04/05/2026	60503	R$ 293,47
AWS8I83	279350NIC0044619	28/04/2026	50020	R$ 586,94
AWV6643	279350NIC0044669	28/04/2026	50020	R$ 586,94
AWV7H05	279350E000028850	29/04/2026	55412	R$ 195,23
AWX4129	279350S000262454	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AWX5H82	279350S000262568	01/05/2026	60503	R$ 293,47
AWZ2H46	279350E000028839	29/04/2026	55412	R$ 195,23
AXA2H83	279350S000262305	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AXB9G68	279350NIC0044629	28/04/2026	50020	R$ 260,32
AXC7D43	279350S000262657	02/05/2026	60503	R$ 293,47
AXF1620	279350S000262538	01/05/2026	60503	R$ 293,47
AXF1620	279350S000263205	09/05/2026	56732	R$ 130,16
AXJ5A98	279350S000263184	09/05/2026	60503	R$ 293,47
AXN8E31	279350T000140739	11/05/2026	51851	R$ 195,23
AXP5J90	279350S000262855	05/05/2026	60503	R$ 293,47
AXP7938	279350NIC0044645	28/04/2026	50020	R$ 586,94
AXQ5C94	279350NIC0044604	28/04/2026	50020	R$ 586,94
AXT6262	279350S000263102	08/05/2026	60503	R$ 293,47
AXX4860	279350S000262843	05/05/2026	60503	R$ 293,47
AXX4860	279350S000262795	04/05/2026	60503	R$ 293,47
AXX7A23	279350S000262311	27/04/2026	60503	R$ 293,47
AXX7A23	279350S000262587	01/05/2026	60503	R$ 293,47
AXY5D72	279350NIC0044656	28/04/2026	50020	R$ 586,94
AYC3C88	279350S000262942	06/05/2026	56732	R$ 130,16
AYG3B71	279350S000262781	04/05/2026	60503	R$ 293,47
AYH6G51	279350T000137212	12/05/2026	76332	R$ 293,47
AYI1896	279350S000263296	11/05/2026	60503	R$ 293,47
AYI1896	279350S000262667	02/05/2026	60503	R$ 293,47
AYI2027	279350S000263142	08/05/2026	60503	R$ 293,47
AYI5478	279350S000263235	10/05/2026	60503	R$ 293,47
AYL2G58	279350S000262800	04/05/2026	60503	R$ 293,47
AYN4955	279350S000262896	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AYP0H31	279350T000137217	12/05/2026	76331	R$ 293,47
AYP4758	279350T000140756	12/05/2026	76331	R$ 293,47
AYP4B44	279350S000262585	01/05/2026	60503	R$ 293,47
AYP5J76	279350S000263104	08/05/2026	60503	R$ 293,47
AYQ2D06	279350S000263202	09/05/2026	60503	R$ 293,47
AYQ3H19	279350S000262665	02/05/2026	60503	R$ 293,47
AYY4F07	279350T000137193	11/05/2026	76332	R$ 293,47
AYZ2523	279350S000262509	30/04/2026	60503	R$ 293,47
AYZ4E21	279350E000028916	30/04/2026	55412	R$ 195,23
AZB2E89	279350S000262978	06/05/2026	60503	R$ 293,47
AZB5C16	279350T000140754	12/05/2026	76331	R$ 293,47
AZC3E26	279350S000263047	07/05/2026	60503	R$ 293,47
AZH5034	279350S000262503	30/04/2026	60503	R$ 293,47
AZK4F75	279350S000262836	05/05/2026	60503	R$ 293,47
AZL5205	279350S000263210	09/05/2026	60503	R$ 293,47
AZL8B71	279350S000262609	01/05/2026	60503	R$ 293,47
AZO5037	279350S000263167	09/05/2026	60503	R$ 293,47
AZQ5718	279350NIC0044632	28/04/2026	50020	R$ 260,32
AZR3I86	279350S000263289	11/05/2026	60503	R$ 293,47
AZS1E91	279350S000262422	29/04/2026	56732	R$ 130,16
AZS9F80	279350S000263242	10/05/2026	60503	R$ 293,47
AZT6D61	279350S000263052	07/05/2026	60503	R$ 293,47
AZT8988	279350S000263263	10/05/2026	60503	R$ 293,47
AZV2G76	279350S000262420	29/04/2026	60503	R$ 293,47
AZX2D38	279350S000262846	05/05/2026	60503	R$ 293,47
AZY6C19	279350S000262771	04/05/2026	60503	R$ 293,47
AZZ6107	279350S000262720	03/05/2026	60503	R$ 293,47
AZZ6A91	279350E000028908	30/04/2026	55412	R$ 195,23
AZZ6D08	279350S000262867	05/05/2026	60503	R$ 293,47
BAE6773	279350S000263005	07/05/2026	60503	R$ 293,47
BAF4B81	279350E000028824	29/04/2026	55412	R$ 195,23
BAF5763	279350S000262416	29/04/2026	60503	R$ 293,47
BAF5J74	279350S000263165	09/05/2026	60503	R$ 293,47
BAG2180	279350S000262451	29/04/2026	60503	R$ 293,47
BAJ2E85	279350S000262404	29/04/2026	60503	R$ 293,47
BAL1351	279350S000262690	02/05/2026	60503	R$ 293,47
BAM4467	279350S000262910	06/05/2026	60503	R$ 293,47
BAM4467	279350S000262480	30/04/2026	60503	R$ 293,47
BAN7B82	279350S000263126	08/05/2026	60503	R$ 293,47
BAP6743	279350S000263261	10/05/2026	60503	R$ 293,47
BAP8I56	279350S000262359	28/04/2026	60503	R$ 293,47
BAQ7G47	279350S000262734	03/05/2026	60503	R$ 293,47
BAS1907	279350NIC0044616	28/04/2026	50020	R$ 586,94
BAS7788	279350S000263190	09/05/2026	60503	R$ 293,47
BAT7F12	279350S000262755	03/05/2026	60503	R$ 293,47
BAT9F61	279350S000262389	29/04/2026	60503	R$ 293,47
BAW2G37	279350E000028860	29/04/2026	55412	R$ 195,23
BAY8H67	279350S000262684	02/05/2026	60503	R$ 293,47
BBF3H67	279350S000263038	07/05/2026	56732	R$ 130,16

BBG8H65	279350S000263192	09/05/2026	60503	R$ 293,47
BBH9E66	279350T000140734	11/05/2026	51930	R$ 293,47
BBI6G95	279350S000263098	08/05/2026	60503	R$ 293,47
BBK0647	279350S000262485	30/04/2026	60503	R$ 293,47
BBK9442	279350S000262602	01/05/2026	60503	R$ 293,47
BBL3G19	279350S000262456	29/04/2026	60503	R$ 293,47
BBL7C76	279350S000262880	05/05/2026	60503	R$ 293,47
BBM3315	279350S000263255	10/05/2026	60503	R$ 293,47
BBM3315	279350S000262328	27/04/2026	60503	R$ 293,47
BBN1B19	279350S000262732	03/05/2026	60503	R$ 293,47
BBN2J44	279350S000262522	30/04/2026	60503	R$ 293,47
BBP3B35	279350S000262526	30/04/2026	60503	R$ 293,47
BBQ4H86	279350S000262528	30/04/2026	60503	R$ 293,47
BBS2C93	279350S000263116	08/05/2026	56732	R$ 130,16
BBU1A33	279350NIC0044580	28/04/2026	50020	R$ 390,46
BBU3293	279350S000262623	02/05/2026	56732	R$ 130,16
BBV2301	279350T000137215	12/05/2026	76332	R$ 293,47
BCD6J32	279350S000263025	07/05/2026	60503	R$ 293,47
BCE3093	279350S000262625	02/05/2026	56732	R$ 130,16
BCE4I57	279350S000262500	30/04/2026	60503	R$ 293,47
BCF4E66	279350NIC0044611	28/04/2026	50020	R$ 586,94
BCF4E66	279350NIC0044605	28/04/2026	50020	R$ 260,32
BCG0737	279350S000263299	11/05/2026	60503	R$ 293,47
BCH1367	279350S000262375	28/04/2026	60503	R$ 293,47
BCJ5928	279350NIC0044633	28/04/2026	50020	R$ 260,32
BCK8I27	279350E000028884	29/04/2026	55412	R$ 195,23
BCM6882	279350S000262647	02/05/2026	60503	R$ 293,47
BCN3J77	279350NIC0044643	28/04/2026	50020	R$ 260,32
BCP0F43	279350S000263265	10/05/2026	60503	R$ 293,47
BCP7222	279350S000262813	04/05/2026	60503	R$ 293,47
BCS9D19	279350T000140747	11/05/2026	76331	R$ 293,47
BCT5J69	279350S000262678	02/05/2026	56732	R$ 130,16
BCT6J24	279350S000263201	09/05/2026	56732	R$ 130,16
BCT7A30	279350S000263021	07/05/2026	60503	R$ 293,47
BCV5445	279350S000262329	27/04/2026	60503	R$ 293,47
BCX2E54	279350S000262928	06/05/2026	60503	R$ 293,47
BCY7I46	279350S000262870	05/05/2026	60503	R$ 293,47
BCZ5F29	279350S000263042	07/05/2026	56732	R$ 130,16
BCZ7J88	279350S000262768	03/05/2026	60503	R$ 293,47
BDA4F31	279350NIC0044648	28/04/2026	50020	R$ 586,94
BDA7J15	279350NIC0044646	28/04/2026	50020	R$ 586,94
BDD3B24	279350S000262553	01/05/2026	56732	R$ 130,16
BDF5E38	279350S000263174	09/05/2026	60503	R$ 293,47
BDH2I25	279350S000262938	06/05/2026	60503	R$ 293,47
BDH4F49	279350S000263221	10/05/2026	60503	R$ 293,47
BDI2H89	279350S000262598	01/05/2026	60503	R$ 293,47
BDJ5G35	279350S000263152	09/05/2026	60503	R$ 293,47
BDK1A43	279350S000262883	05/05/2026	60503	R$ 293,47
BDK5D19	279350NIC0044667	28/04/2026	50020	R$ 586,94
BDK7C90	279350S000262470	30/04/2026	60503	R$ 293,47
BDK8I26	279350S000262649	02/05/2026	60503	R$ 293,47
BDL4F69	279350S000263256	10/05/2026	60503	R$ 293,47
BDN8D00	279350S000262314	27/04/2026	60503	R$ 293,47
BDP0J98	279350S000262859	05/05/2026	60503	R$ 293,47
BDP0J98	279350S000263028	07/05/2026	60503	R$ 293,47
BDQ6I21	279350S000262641	02/05/2026	60503	R$ 293,47
BDQ6I21	279350S000262581	01/05/2026	60503	R$ 293,47
BDS3A50	279350S000263034	07/05/2026	60503	R$ 293,47
BDS4C04	279350NIC0044596	28/04/2026	50020	R$ 586,94
BDV5G93	279350S000262770	03/05/2026	60503	R$ 293,47
BDV8G68	279350NIC0044612	28/04/2026	50020	R$ 586,94
BDY6H34	279350S000263119	08/05/2026	60503	R$ 293,47
BED2D06	279350E000028910	30/04/2026	55412	R$ 195,23
BEE3A43	279350NIC0044581	28/04/2026	50020	R$ 390,46
BEE4H28	279350NIC0044672	28/04/2026	50020	R$ 586,94
BEG5E72	279350NIC0044620	28/04/2026	50020	R$ 586,94
BEG6D32	279350S000262874	05/05/2026	60503	R$ 293,47
BEI9C76	279350S000262415	29/04/2026	60503	R$ 293,47
BEJ6595	279350NIC0044662	28/04/2026	50020	R$ 586,94
BEJ6595	279350NIC0044638	28/04/2026	50020	R$ 586,94
BEK2A71	279350S000262869	05/05/2026	60503	R$ 293,47
BEK5J27	279350S000262482	30/04/2026	60503	R$ 293,47
BEK7D10	279350S000262386	28/04/2026	60503	R$ 293,47
BEN5J35	279350S000263001	07/05/2026	60503	R$ 293,47
BEN9F18	279350S000262783	04/05/2026	60503	R$ 293,47
BEO9C29	279350S000262597	01/05/2026	60503	R$ 293,47
BEP2I35	279350NIC0044578	28/04/2026	50020	R$ 586,94
BEQ5D73	279350S000262959	06/05/2026	60503	R$ 293,47
BEQ5J65	279350NIC0044606	28/04/2026	50020	R$ 586,94
BES1C08	279350S000262563	01/05/2026	56732	R$ 130,16
BES1C08	279350T000137200	11/05/2026	55413	R$ 195,23
BES6I38	279350S000262932	06/05/2026	60503	R$ 293,47
BET4J06	279350S000262610	01/05/2026	56732	R$ 130,16
BEU2A98	279350S000262442	29/04/2026	56732	R$ 130,16
BEV0J65	279350S000262446	29/04/2026	60503	R$ 293,47
BEW5H78	279350S000262954	06/05/2026	60503	R$ 293,47
BEX2J38	279350S000262654	02/05/2026	60503	R$ 293,47
BEX5B25	279350NIC0044609	28/04/2026	50020	R$ 260,32
BEZ6I63	279350E000028843	29/04/2026	55412	R$ 195,23

BLJ7438	279350S000263194	09/05/2026	60503	R$ 293,47
BLU8891	279350S000262916	06/05/2026	60503	R$ 293,47
BLU8891	279350S000262860	05/05/2026	60503	R$ 293,47
BNR9499	279350S000262377	28/04/2026	60503	R$ 293,47
BOV4A40	279350S000262591	01/05/2026	60503	R$ 293,47
BUG8G60	279350S000262682	02/05/2026	60503	R$ 293,47
BUG8G60	279350S000262944	06/05/2026	60503	R$ 293,47
BVX0380	279350E000028834	29/04/2026	55412	R$ 195,23
BYG1G22	279350S000262749	03/05/2026	60503	R$ 293,47
CFA2D74	279350S000262570	01/05/2026	60503	R$ 293,47
CGA6H72	279350S000263040	07/05/2026	56732	R$ 130,16
CGT3B16	279350T000122120	11/05/2026	57380	R$ 293,47
CGV7A99	279350S000263257	10/05/2026	60503	R$ 293,47
CHD0070	279350S000262621	02/05/2026	56732	R$ 130,16
CIH5I03	279350S000263225	10/05/2026	60503	R$ 293,47
CIU7746	279350S000262582	01/05/2026	60503	R$ 293,47
CJF6996	279350S000262554	01/05/2026	60503	R$ 293,47
CJV0863	279350T000140731	11/05/2026	51851	R$ 195,23
CKX4571	279350S000262702	03/05/2026	60503	R$ 293,47
CPV0913	279350S000262365	28/04/2026	60503	R$ 293,47
CQW0H32	279350S000262348	28/04/2026	60503	R$ 293,47
CTN9328	279350S000262586	01/05/2026	60503	R$ 293,47
CTN9328	279350S000262580	01/05/2026	60503	R$ 293,47
CTN9328	279350S000262594	01/05/2026	60503	R$ 293,47
CTN9328	279350S000262571	01/05/2026	60503	R$ 293,47
CTN9328	279350S000262969	06/05/2026	60503	R$ 293,47
CTQ0D17	279350S000262367	28/04/2026	60503	R$ 293,47
CTS7C79	279350NIC0044593	28/04/2026	50020	R$ 586,94
CTW8B14	279350S000263237	10/05/2026	60503	R$ 293,47
CUB2E18	279350S000262955	06/05/2026	60503	R$ 293,47
CVT4I68	279350S000262431	29/04/2026	60503	R$ 293,47
CXI2704	279350S000263033	07/05/2026	60503	R$ 293,47
CXI2704	279350S000262590	01/05/2026	60503	R$ 293,47
CXV5E31	279350NIC0044622	28/04/2026	50020	R$ 586,94
CYB0039	279350S000262441	29/04/2026	60503	R$ 293,47
CYS3E18	279350S000263269	10/05/2026	60503	R$ 293,47
DCA8F72	279350S000262479	30/04/2026	56732	R$ 130,16
DDA7B67	279350S000262481	30/04/2026	60503	R$ 293,47
DEE2G45	279350E000028880	29/04/2026	55412	R$ 195,23
DEX8I48	279350T000120141	11/05/2026	60412	R$ 195,23
DFJ5G44	279350S000262743	03/05/2026	60503	R$ 293,47
DHK5048	279350S000262520	30/04/2026	60503	R$ 293,47
DHO7B66	279350S000263253	10/05/2026	60503	R$ 293,47
DIL5A41	279350S000263193	09/05/2026	60503	R$ 293,47
DJB9582	279350E000028853	29/04/2026	55412	R$ 195,23
DKQ2H97	279350S000263273	10/05/2026	60503	R$ 293,47
DMY4277	279350S000262640	02/05/2026	60503	R$ 293,47
DMY4I35	279350S000262411	29/04/2026	56732	R$ 130,16
DNK7F85	279350S000262473	30/04/2026	60503	R$ 293,47
DOM7A86	279350S000263153	09/05/2026	56732	R$ 130,16
DPE8F13	279350S000262525	30/04/2026	60503	R$ 293,47
DQF1I16	279350S000262666	02/05/2026	60503	R$ 293,47
DSQ7B69	279350S000262737	03/05/2026	60503	R$ 293,47
DTW6H80	279350S000262461	29/04/2026	60503	R$ 293,47
DTW6H80	279350S000262534	30/04/2026	60503	R$ 293,47
DUT1824	279350S000262769	03/05/2026	60503	R$ 293,47
DVD2H21	279350E000028832	29/04/2026	55412	R$ 195,23
DVI6C72	279350S000262724	03/05/2026	60503	R$ 293,47
DVK8F61	279350S000262958	06/05/2026	60503	R$ 293,47
DWK6D97	279350S000262967	06/05/2026	60503	R$ 293,47
DWQ9C69	279350S000262439	29/04/2026	60503	R$ 293,47
DXR3189	279350S000262927	06/05/2026	60503	R$ 293,47
DYQ8932	279350S000262774	04/05/2026	60503	R$ 293,47
EBR0H89	279350T000140745	11/05/2026	51851	R$ 195,23
EDO7F95	279350S000263206	09/05/2026	60503	R$ 293,47
EEE9G48	279350S000263006	07/05/2026	60503	R$ 293,47
EEE9G48	279350S000262401	29/04/2026	60503	R$ 293,47
EEE9G48	279350S000262726	03/05/2026	60503	R$ 293,47
EEH6399	279350E000028822	29/04/2026	55412	R$ 195,23
EEL3J63	279350S000262950	06/05/2026	60503	R$ 293,47
EFV3C03	279350S000262987	06/05/2026	60503	R$ 293,47
EFW4F02	279350S000262677	02/05/2026	60503	R$ 293,47
EFW7C43	279350S000262593	01/05/2026	60503	R$ 293,47
EFZ3887	279350S000262712	03/05/2026	60503	R$ 293,47
EGD5327	279350S000262518	30/04/2026	60503	R$ 293,47
EIR0G24	279350S000262325	27/04/2026	60503	R$ 293,47
ELG7G47	279350S000262573	01/05/2026	60503	R$ 293,47
ELY3H08	279350NIC0044650	28/04/2026	50020	R$ 586,94
EMP9E07	279350E000028814	29/04/2026	55412	R$ 195,23
EOG5E95	279350S000262618	02/05/2026	60503	R$ 293,47
EOL6331	279350NIC0044658	28/04/2026	50020	R$ 586,94
EOT2E14	279350S000262472	30/04/2026	60503	R$ 293,47
EPH1J21	279350S000263166	09/05/2026	60503	R$ 293,47
EPH1J21	279350S000262504	30/04/2026	60503	R$ 293,47
EPH1J21	279350S000262943	06/05/2026	60503	R$ 293,47
EPP3D15	279350S000262742	03/05/2026	60503	R$ 293,47
EPU6J22	279350NIC0044583	28/04/2026	50020	R$ 586,94
EQN4751	279350S000263310	11/05/2026	60503	R$ 293,47
EQQ5J50	279350T000140757	12/05/2026	51851	R$ 195,23

ERQ1984	279350S000262971	06/05/2026	60503	R$ 293,47
ERZ0A24	279350T000140736	11/05/2026	51851	R$ 195,23
ETD6F05	279350S000262414	29/04/2026	56732	R$ 130,16
EUQ4J67	279350E000028847	29/04/2026	55412	R$ 195,23
EUX6G52	279350S000262450	29/04/2026	60503	R$ 293,47
EVO6G32	279350S000263222	10/05/2026	60503	R$ 293,47
EVO6G32	279350S000263157	09/05/2026	60503	R$ 293,47
EVO6G32	279350S000263231	10/05/2026	60503	R$ 293,47
EWL1J28	279350T000137207	12/05/2026	66020	R$ 293,47
EWM0H84	279350S000263135	08/05/2026	60503	R$ 293,47
EWM2G30	279350S000262725	03/05/2026	60503	R$ 293,47
EWR1G57	279350S000263250	10/05/2026	60503	R$ 293,47
EXA5C51	279350S000262361	28/04/2026	60503	R$ 293,47
FAE7F03	279350S000263080	07/05/2026	60503	R$ 293,47
FAM0J92	279350NIC0044601	28/04/2026	50020	R$ 586,94
FAT9G45	279350S000262714	03/05/2026	60503	R$ 293,47
FDU3D02	116100T003417260	10/05/2026	54284	R$ 293,47
FDW4H89	279350S000262486	30/04/2026	60503	R$ 293,47
FGT7G68	279350S000263240	10/05/2026	60503	R$ 293,47
FGZ6A98	279350S000263118	08/05/2026	60503	R$ 293,47
FHG4J57	279350S000262738	03/05/2026	60503	R$ 293,47
FHZ1I82	279350S000263220	10/05/2026	60503	R$ 293,47
FJT9A67	279350S000262762	03/05/2026	60503	R$ 293,47
FQS9E23	279350S000262680	02/05/2026	56732	R$ 130,16
FQT2B59	279350S000263049	07/05/2026	60503	R$ 293,47
FQU7H07	279350S000263013	07/05/2026	60503	R$ 293,47
FRG0G51	279350NIC0044665	28/04/2026	50020	R$ 260,32
FRO6E15	279350NIC0044597	28/04/2026	50020	R$ 260,32
FRO9B99	279350S000262994	07/05/2026	60503	R$ 293,47
FRO9B99	279350S000263170	09/05/2026	60503	R$ 293,47
FTH6D04	279350S000263004	07/05/2026	56732	R$ 130,16
FTJ8A00	279350S000262493	30/04/2026	60503	R$ 293,47
FTP0A77	279350S000263092	08/05/2026	60503	R$ 293,47
FUB0137	279350S000262698	02/05/2026	60503	R$ 293,47
FUB0137	279350NIC0044664	28/04/2026	50020	R$ 586,94
FUV0H99	279350NIC0044681	28/04/2026	50020	R$ 586,94
FVC5I04	279350NIC0044661	28/04/2026	50020	R$ 586,94
FWL0H85	279350S000263215	09/05/2026	60503	R$ 293,47
FXB9C28	279350S000262463	30/04/2026	60503	R$ 293,47
FXB9C28	279350S000262406	29/04/2026	60503	R$ 293,47
GAI9F43	279350S000262559	01/05/2026	60503	R$ 293,47
GBI5I25	279350S000263211	09/05/2026	60503	R$ 293,47
GDL2J52	279350NIC0044610	28/04/2026	50020	R$ 586,94
GFG7B56	279350S000262794	04/05/2026	60503	R$ 293,47
GFO7G57	279350T000137216	12/05/2026	65800	R$ 293,47
GII5J00	279350E000028828	29/04/2026	55412	R$ 195,23
GIJ1J53	279350NIC0044577	28/04/2026	50020	R$ 586,94
GIP8J76	279350S000262583	01/05/2026	60503	R$ 293,47
GJO7C40	279350S000262646	02/05/2026	60503	R$ 293,47
GJO7C40	279350S000262303	27/04/2026	60503	R$ 293,47
GUR1F35	279350T000140741	11/05/2026	76331	R$ 293,47
GZN6H89	279350S000262937	06/05/2026	60503	R$ 293,47
HCD7G03	279350S000263057	07/05/2026	60503	R$ 293,47
HHO4E45	279350S000263088	08/05/2026	56732	R$ 130,16
HJG3G30	279350E000028879	29/04/2026	55412	R$ 195,23
HLB8B82	279350S000262395	29/04/2026	56732	R$ 130,16
HLJ6204	279350S000262371	28/04/2026	60503	R$ 293,47
HOT5223	279350S000262336	28/04/2026	56732	R$ 130,16
HRQ0647	279350S000262572	01/05/2026	60503	R$ 293,47
HRQ5614	279350S000262653	02/05/2026	60503	R$ 293,47
HRS8472	279350NIC0044617	28/04/2026	50020	R$ 586,94
HRT0079	279350S000262902	06/05/2026	60503	R$ 293,47
HSE3E03	279350S000263145	09/05/2026	60503	R$ 293,47
HSX1415	279350S000262368	28/04/2026	60503	R$ 293,47
HSZ2E20	279350S000262505	30/04/2026	60503	R$ 293,47
HTP2J51	279350NIC0044628	28/04/2026	50020	R$ 586,94
HTP5B75	279350NIC0044607	28/04/2026	50020	R$ 586,94
IGK2G46	279350S000263272	10/05/2026	60503	R$ 293,47
IKY8157	279350S000262865	05/05/2026	60503	R$ 293,47
IKY8157	279350S000262672	02/05/2026	60503	R$ 293,47
IOY8D69	279350S000262756	03/05/2026	60503	R$ 293,47
IQF3H92	279350S000262790	04/05/2026	60503	R$ 293,47
IRF7G06	279350NIC0044587	28/04/2026	50020	R$ 390,46
IRG1D03	279350S000262462	30/04/2026	60503	R$ 293,47
IRX3I12	279350E000028827	29/04/2026	55412	R$ 195,23
ISD4E77	279350S000263244	10/05/2026	56732	R$ 130,16
ISR6I58	279350S000262691	02/05/2026	60503	R$ 293,47
ITV9C49	279350S000262644	02/05/2026	60503	R$ 293,47
ITZ0D92	279350S000262347	28/04/2026	60503	R$ 293,47
IUE3368	279350S000262808	04/05/2026	60503	R$ 293,47
IUG2H52	279350S000262789	04/05/2026	60503	R$ 293,47
IVI9H32	279350S000262861	05/05/2026	60503	R$ 293,47
IXB4249	279350E000028840	29/04/2026	55412	R$ 195,23
IYI2A17	279350NIC0044574	28/04/2026	50020	R$ 390,46
IZC8A91	279350NIC0044678	28/04/2026	50020	R$ 586,94
IZY9E44	279350S000263312	11/05/2026	60503	R$ 293,47
JAJ3D93	279350S000262782	04/05/2026	60503	R$ 293,47
JBE2G80	279350S000262345	28/04/2026	60503	R$ 293,47
JDK9G20	279350NIC0044636	28/04/2026	50020	R$ 586,94

JHZ1717	279350S000262437	29/04/2026	60503	R$ 293,47
JOZ1G78	279350S000263176	09/05/2026	56732	R$ 130,16
JWZ9387	279350S000262425	29/04/2026	60503	R$ 293,47
KAW0G97	279350S000262674	02/05/2026	60503	R$ 293,47
KFG7746	279350S000262349	28/04/2026	60503	R$ 293,47
KFU1993	279350T000137203	12/05/2026	54521	R$ 195,23
KMQ4928	279350S000262704	03/05/2026	60503	R$ 293,47
KRN7H82	279350T000137219	12/05/2026	76331	R$ 293,47
KVY8J56	279350S000262777	04/05/2026	56732	R$ 130,16
KYH8I38	279350NIC0044615	28/04/2026	50020	R$ 586,94
LMR1I26	279350S000262477	30/04/2026	60503	R$ 293,47
LOG9F46	279350S000262397	29/04/2026	60503	R$ 293,47
LSH6594	279350S000262676	02/05/2026	60503	R$ 293,47
LXG3447	279350S000262409	29/04/2026	60503	R$ 293,47
LZY3A62	279350S000262924	06/05/2026	60503	R$ 293,47
MAC3715	279350S000262471	30/04/2026	60503	R$ 293,47
MBF3E26	279350E000028874	29/04/2026	55412	R$ 195,23
MCM5366	279350S000262549	01/05/2026	60503	R$ 293,47
MDE5396	279350S000263022	07/05/2026	60503	R$ 293,47
MDL0F29	279350S000262914	06/05/2026	60503	R$ 293,47
MDL0F29	279350S000263012	07/05/2026	60503	R$ 293,47
MDL0F29	279350S000263015	07/05/2026	60503	R$ 293,47
MDL0F29	279350S000262827	04/05/2026	60503	R$ 293,47
MDL0F29	279350T000137214	12/05/2026	57380	R$ 293,47
MDL0F29	279350S000263129	08/05/2026	60503	R$ 293,47
MDM6D20	279350S000262436	29/04/2026	60503	R$ 293,47
MDZ5572	279350S000262842	05/05/2026	60503	R$ 293,47
MEJ5229	279350S000263196	09/05/2026	60503	R$ 293,47
MEU4742	279350S000263044	07/05/2026	60503	R$ 293,47
MEY1322	279350S000262403	29/04/2026	60503	R$ 293,47
MGV2C79	279350S000262688	02/05/2026	60503	R$ 293,47
MGW9F50	279350S000262551	01/05/2026	60503	R$ 293,47
MHQ2A17	279350S000262772	04/05/2026	60503	R$ 293,47
MIC9001	279350S000262694	02/05/2026	60503	R$ 293,47
MIF7E00	279350NIC0044582	28/04/2026	50020	R$ 390,46
MIX8C22	279350S000262502	30/04/2026	60503	R$ 293,47
MJA6C67	279350NIC0044624	28/04/2026	50020	R$ 586,94
MJK3014	279350S000262475	30/04/2026	60503	R$ 293,47
MJP8B38	279350S000263239	10/05/2026	60503	R$ 293,47
MJX0H70	279350S000262639	02/05/2026	60503	R$ 293,47
MKC2C60	279350S000263011	07/05/2026	60503	R$ 293,47
MLM3I98	279350S000263037	07/05/2026	60503	R$ 293,47
MLP8H97	279350NIC0044625	28/04/2026	50020	R$ 586,94
MOW5E55	279350E000028813	29/04/2026	55412	R$ 195,23
MWD7530	279350S000263123	08/05/2026	60503	R$ 293,47
NBA7D75	279350S000262766	03/05/2026	60503	R$ 293,47
NCL1265	279350S000262719	03/05/2026	60503	R$ 293,47
NDI5J15	279350S000262923	06/05/2026	56732	R$ 130,16
NEJ3F43	279350S000262490	30/04/2026	60503	R$ 293,47
NEJ3F43	279350S000263029	07/05/2026	60503	R$ 293,47
NGC9C42	279350NIC0044602	28/04/2026	50020	R$ 586,94
NJJ5C82	279350S000263147	09/05/2026	60503	R$ 293,47
NJP1H18	279350S000262376	28/04/2026	60503	R$ 293,47
NMO2J22	279350S000262920	06/05/2026	60503	R$ 293,47
NRH1D94	279350T000140732	11/05/2026	51852	R$ 195,23
NRH4A99	279350NIC0044634	28/04/2026	50020	R$ 586,94
NRP1219	279350S000262387	28/04/2026	60503	R$ 293,47
NSC2657	279350S000262791	04/05/2026	60503	R$ 293,47
OAQ2565	279350T000140750	11/05/2026	51851	R$ 195,23
OBH6H25	279350T000140730	11/05/2026	51851	R$ 195,23
OBL2B06	279350S000262814	04/05/2026	60503	R$ 293,47
OCF0137	279350S000262427	29/04/2026	60503	R$ 293,47
OGB3D86	279350S000262381	28/04/2026	60503	R$ 293,47
OHV8A38	279350S000263173	09/05/2026	60503	R$ 293,47
OJS8H62	279350S000262533	30/04/2026	60503	R$ 293,47
OLL6I50	279350S000263086	08/05/2026	56732	R$ 130,16
OLO7B79	279350E000028900	29/04/2026	55412	R$ 195,23
ONK4H88	279350S000262622	02/05/2026	60503	R$ 293,47
OOJ0J56	279350S000262412	29/04/2026	60503	R$ 293,47
OOJ7G05	279350T000140738	11/05/2026	76331	R$ 293,47
OOL2G88	279350S000263238	10/05/2026	60503	R$ 293,47
OQB2H92	279350S000262496	30/04/2026	60503	R$ 293,47
OQX4I65	279350S000262356	28/04/2026	60503	R$ 293,47
OXL8G86	279350S000263308	11/05/2026	60503	R$ 293,47
OXO3G52	279350E000028831	29/04/2026	55412	R$ 195,23
OZB5A00	279350E000028838	29/04/2026	55412	R$ 195,23
OZL2C74	279350S000262440	29/04/2026	60503	R$ 293,47
PCD2E23	279350E000028873	29/04/2026	55412	R$ 195,23
PMT0J53	279350S000262925	06/05/2026	60503	R$ 293,47
PQF3A98	279350S000262839	05/05/2026	60503	R$ 293,47
PQG8H74	279350S000262750	03/05/2026	60503	R$ 293,47
PVA4D14	279350E000028844	29/04/2026	55412	R$ 195,23
PYB1C17	279350S000262733	03/05/2026	60503	R$ 293,47
QAC7D25	279350T000137211	12/05/2026	54521	R$ 195,23
QAG7E75	279350S000263160	09/05/2026	60503	R$ 293,47
QAJ4A60	279350S000263212	09/05/2026	60503	R$ 293,47
QAK5106	279350S000262663	02/05/2026	56732	R$ 130,16
QAP4I71	279350S000262792	04/05/2026	60503	R$ 293,47
QBH3D83	279350NIC0044589	28/04/2026	50020	R$ 1.760,82

QBR9G69	279350S000263101	08/05/2026	60503	R$ 293,47
QBU8368	279350S000262723	03/05/2026	60503	R$ 293,47
QCI2H16	279350S000262767	03/05/2026	60503	R$ 293,47
QCU9J52	279350S000262885	05/05/2026	56732	R$ 130,16
QCZ2J77	279350S000262660	02/05/2026	60503	R$ 293,47
QDE2J03	279350S000263283	11/05/2026	56732	R$ 130,16
QDJ0A92	279350S000262516	30/04/2026	60503	R$ 293,47
QHA9B35	279350S000262856	05/05/2026	60503	R$ 293,47
QHF4I38	279350NIC0044584	28/04/2026	50020	R$ 586,94
QHM4F10	279350S000262889	05/05/2026	60503	R$ 293,47
QJW2538	279350E000028917	30/04/2026	55412	R$ 195,23
QKE5D60	279350S000263072	07/05/2026	60503	R$ 293,47
QMR6370	279350S000262558	01/05/2026	60503	R$ 293,47
QPE6H41	279350S000262784	04/05/2026	60503	R$ 293,47
QPH9J36	279350S000262986	06/05/2026	60503	R$ 293,47
QQR0I53	279350S000262758	03/05/2026	60503	R$ 293,47
QTB4I53	279350S000262579	01/05/2026	60503	R$ 293,47
QTS0A94	279350S000263039	07/05/2026	56732	R$ 130,16
QWU8F66	279350S000262802	04/05/2026	60503	R$ 293,47
QXH7F99	279350S000262736	03/05/2026	60503	R$ 293,47
QXU8B64	279350NIC0044670	28/04/2026	50020	R$ 586,94
RAO5I10	279350NIC0044644	28/04/2026	50020	R$ 586,94
RAP9J47	279350S000263303	11/05/2026	60503	R$ 293,47
RCI7E16	279350S000262506	30/04/2026	60503	R$ 293,47
RDU8I19	279350S000263168	09/05/2026	60503	R$ 293,47
REZ9F41	279350S000263100	08/05/2026	60503	R$ 293,47
RHA0G12	279350S000263023	07/05/2026	60503	R$ 293,47
RHB7G99	279350S000263175	09/05/2026	60503	R$ 293,47
RHB9D20	279350S000262394	29/04/2026	60503	R$ 293,47
RHC8I15	279350S000262753	03/05/2026	60503	R$ 293,47
RHD1A19	279350S000262681	02/05/2026	60503	R$ 293,47
RHD4E75	279350S000262419	29/04/2026	60503	R$ 293,47
RHD8E06	279350S000262915	06/05/2026	60503	R$ 293,47
RHF4H34	279350S000262512	30/04/2026	60503	R$ 293,47
RHG5J09	279350S000262596	01/05/2026	60503	R$ 293,47
RHG6B58	279350S000263311	11/05/2026	60503	R$ 293,47
RHH1A62	279350S000262899	06/05/2026	60503	R$ 293,47
RHH3B36	279350NIC0044653	28/04/2026	50020	R$ 260,32
RHH8E81	279350S000262912	06/05/2026	60503	R$ 293,47
RHI7E19	279350NIC0044585	28/04/2026	50020	R$ 390,46
RHI7E19	279350NIC0044674	28/04/2026	50020	R$ 586,94
RHM1H60	279350S000262731	03/05/2026	60503	R$ 293,47
RHM2H09	279350NIC0044640	28/04/2026	50020	R$ 586,94
RHN8J47	279350S000263132	08/05/2026	60503	R$ 293,47
RHN8J47	279350S000263270	10/05/2026	60503	R$ 293,47
RHN8J47	279350S000262873	05/05/2026	60503	R$ 293,47
RHN8J99	279350S000262530	30/04/2026	60503	R$ 293,47
RHN9H71	279350S000262829	04/05/2026	60503	R$ 293,47
RHP7E38	279350S000262316	27/04/2026	60503	R$ 293,47
RHP9C91	279350S000262687	02/05/2026	60503	R$ 293,47
RHQ8A74	279350S000262521	30/04/2026	60503	R$ 293,47
RHV5B66	279350S000262786	04/05/2026	60503	R$ 293,47
RHW2B68	279350NIC0044673	28/04/2026	50020	R$ 586,94
RHW2F29	279350S000262936	06/05/2026	60503	R$ 293,47
RHX1F85	279350S000262429	29/04/2026	60503	R$ 293,47
RHX2B57	279350S000262699	02/05/2026	60503	R$ 293,47
RHX4D46	279350S000262318	27/04/2026	60503	R$ 293,47
RHX6H62	279350S000262410	29/04/2026	60503	R$ 293,47
RHY3I22	279350S000262911	06/05/2026	60503	R$ 293,47
RIA0I00	279350S000263246	10/05/2026	60503	R$ 293,47
RMN3G26	279350S000262382	28/04/2026	60503	R$ 293,47
RMW2C45	279350S000262413	29/04/2026	60503	R$ 293,47
RTD6A16	279350NIC0044668	28/04/2026	50020	R$ 586,94
RUJ9I50	279350S000262457	29/04/2026	60503	R$ 293,47
RUR9I15	279350E000028862	29/04/2026	55412	R$ 195,23
RUU8H65	279350NIC0044677	28/04/2026	50020	R$ 586,94
RXL7G42	279350S000262421	29/04/2026	56732	R$ 130,16
RXL9G18	279350S000263065	07/05/2026	60503	R$ 293,47
RXQ6H05	279350NIC0044598	28/04/2026	50020	R$ 586,94
RYR6F93	279350S000262828	04/05/2026	60503	R$ 293,47
RYT4I28	279350S000262956	06/05/2026	60503	R$ 293,47
SDP2B23	279350NIC0044666	28/04/2026	50020	R$ 260,32
SDP3D03	279350NIC0044652	28/04/2026	50020	R$ 586,94
SDP6G47	279350S000262333	28/04/2026	56732	R$ 130,16
SDS1A86	279350NIC0044623	28/04/2026	50020	R$ 586,94
SDS1F65	279350S000262355	28/04/2026	60503	R$ 293,47
SDS3I13	279350S000263304	11/05/2026	60503	R$ 293,47
SDU0F80	279350S000262826	04/05/2026	60503	R$ 293,47
SDU1G39	279350NIC0044671	28/04/2026	50020	R$ 586,94
SDV2H57	279350S000262611	02/05/2026	60503	R$ 293,47
SDV2H57	279350S000262540	01/05/2026	60503	R$ 293,47
SDV2H57	279350S000262631	02/05/2026	60503	R$ 293,47
SDV5G45	279350S000262853	05/05/2026	60503	R$ 293,47
SDW6I69	279350S000262832	04/05/2026	60503	R$ 293,47
SDW9H10	279350S000262897	06/05/2026	60503	R$ 293,47
SDX1H57	279350E000028891	29/04/2026	55412	R$ 195,23
SDX9E34	279350NIC0044649	28/04/2026	50020	R$ 586,94
SDZ2C87	279350S000262948	06/05/2026	60503	R$ 293,47
SEC4A78	279350S000262656	02/05/2026	60503	R$ 293,47

SED6F67	279350S000263056	07/05/2026	56732	R$ 130,16
SEE5J34	279350S000262810	04/05/2026	60503	R$ 293,47
SEF0F41	279350NIC0044627	28/04/2026	50020	R$ 586,94
SEF9D83	279350S000263264	10/05/2026	60503	R$ 293,47
SEG3D96	279350S000262822	04/05/2026	60503	R$ 293,47
SEG9G86	279350T000137213	12/05/2026	55412	R$ 195,23
SEI4E62	279350S000263291	11/05/2026	60503	R$ 293,47
SEL2I52	279350S000262307	27/04/2026	60503	R$ 293,47
SEM4E73	279350S000262524	30/04/2026	60503	R$ 293,47
SEM9G06	279350S000263223	10/05/2026	60503	R$ 293,47
SEN4F20	279350S000262576	01/05/2026	60503	R$ 293,47
SEN5G60	279350NIC0044639	28/04/2026	50020	R$ 586,94
SEO2A06	279350S000262722	03/05/2026	60503	R$ 293,47
SEO2A06	279350S000262614	02/05/2026	60503	R$ 293,47
SEO4G61	279350S000262545	01/05/2026	56732	R$ 130,16
SEO9J14	279350E000028830	29/04/2026	55412	R$ 195,23
SEP7E92	279350S000263302	11/05/2026	60503	R$ 293,47
SEQ7I68	279350S000263114	08/05/2026	60503	R$ 293,47
SER2E30	279350NIC0044680	28/04/2026	50020	R$ 586,94
SES2F06	279350NIC0044586	28/04/2026	50020	R$ 260,32
SES8B39	279350S000262476	30/04/2026	60503	R$ 293,47
SEU3G11	279350NIC0044651	28/04/2026	50020	R$ 586,94
SEV9A73	279350S000263046	07/05/2026	60503	R$ 293,47
SEW1J93	279350S000263260	10/05/2026	60503	R$ 293,47
SEW7H90	279350S000263213	09/05/2026	60503	R$ 293,47
SEW9I55	279350S000262599	01/05/2026	60503	R$ 293,47
SEX2A39	279350S000262765	03/05/2026	60503	R$ 293,47
SEX3J06	279350S000262391	29/04/2026	60503	R$ 293,47
SEZ0E11	279350NIC0044575	28/04/2026	50020	R$ 390,46

SEZ2C51	279350NIC0044595	28/04/2026	50020	R$ 586,94
SEZ4D14	279350NIC0044641	28/04/2026	50020	R$ 586,94
SFA5G80	279350T000137210	12/05/2026	54522	R$ 195,23
SFC8A28	279350S000263087	08/05/2026	56732	R$ 130,16
SFD9C64	279350S000262313	27/04/2026	60503	R$ 293,47
SFF3A40	279350NIC0044590	28/04/2026	50020	R$ 390,46
SFG9I81	279350S000263214	09/05/2026	60503	R$ 293,47
SFI6E57	279350S000262326	27/04/2026	60503	R$ 293,47
SFI9B90	279350S000262764	03/05/2026	60503	R$ 293,47
SFK3J08	279350NIC0044600	28/04/2026	50020	R$ 260,32
SFL3D74	279350E000028854	29/04/2026	55412	R$ 195,23
SFN3D61	279350E000028866	29/04/2026	55412	R$ 195,23
SFN8G35	279350S000262552	01/05/2026	60503	R$ 293,47
SFO2C15	279350S000262679	02/05/2026	56732	R$ 130,16
SFO3I28	279350S000262557	01/05/2026	60503	R$ 293,47
SJA6G73	279350E000028899	29/04/2026	55412	R$ 195,23
SKK9F80	279350S000262982	06/05/2026	60503	R$ 293,47
SMC0D79	279350NIC0044579	28/04/2026	50020	R$ 586,94
SMD4I22	279350NIC0044675	28/04/2026	50020	R$ 586,94
SMK9H92	279350E000028905	30/04/2026	55412	R$ 195,23
STX4C24	279350NIC0044657	28/04/2026	50020	R$ 586,94
SUC4D51	279350S000262675	02/05/2026	60503	R$ 293,47
TAI6I00	279350S000262527	30/04/2026	60503	R$ 293,47
TAJ6B48	279350NIC0044660	28/04/2026	50020	R$ 586,94
TAK5A89	279350S000262588	01/05/2026	60503	R$ 293,47
TAL7H60	279350S000262306	27/04/2026	60503	R$ 293,47
TAL7J15	279350NIC0044613	28/04/2026	50020	R$ 586,94
TAN1E23	279350S000263125	08/05/2026	60503	R$ 293,47
TAN2H04	279350E000028804	28/04/2026	55412	R$ 195,23
TAO0I51	279350S000263182	09/05/2026	60503	R$ 293,47
TAP1F65	279350S000262884	05/05/2026	60503	R$ 293,47
TAP4B35	279350S000262715	03/05/2026	60503	R$ 293,47
TAQ7E11	279350NIC0044608	28/04/2026	50020	R$ 586,94
TAQ8H21	279350S000263032	07/05/2026	60503	R$ 293,47
TAR5J00	279350S000262946	06/05/2026	60503	R$ 293,47
TAS7D29	279350S000263245	10/05/2026	60503	R$ 293,47
TAS8C95	279350NIC0044654	28/04/2026	50020	R$ 586,94
TAV6J90	279350NIC0044655	28/04/2026	50020	R$ 586,94
TAW6C79	279350S000262357	28/04/2026	60503	R$ 293,47
TAX1B90	279350S000263064	07/05/2026	60503	R$ 293,47
TAX5A27	279350S000262875	05/05/2026	60503	R$ 293,47
TAY3H43	279350S000263140	08/05/2026	60503	R$ 293,47
TAZ8D53	279350S000262877	05/05/2026	60503	R$ 293,47
TBC0E37	279350S000262495	30/04/2026	60503	R$ 293,47
TBC0I05	279350S000262729	03/05/2026	60503	R$ 293,47
TBC5F31	279350S000263148	09/05/2026	60503	R$ 293,47
TBC5F31	279350NIC0044631	28/04/2026	50020	R$ 586,94
TBG5G80	279350S000263070	07/05/2026	60503	R$ 293,47
TBG7B40	279350NIC0044588	28/04/2026	50020	R$ 390,46
TBH1B36	279350S000262550	01/05/2026	60503	R$ 293,47
TBJ1D44	279350S000262973	06/05/2026	60503	R$ 293,47
TBJ1F85	279350S000263248	10/05/2026	60503	R$ 293,47
TBJ1F85	279350S000262547	01/05/2026	60503	R$ 293,47
TBK3H19	279350S000263141	08/05/2026	60503	R$ 293,47
TBM4E80	279350S000262744	03/05/2026	56732	R$ 130,16
TBO3J16	279350S000263300	11/05/2026	60503	R$ 293,47
TBO7I20	279350S000262515	30/04/2026	60503	R$ 293,47
TBQ4A44	279350NIC0044576	28/04/2026	50020	R$ 586,94

TBQ8I57	279350S000262511	30/04/2026	60503	R$ 293,47
TBR2B78	279350S000262529	30/04/2026	60503	R$ 293,47
TBT9A19	279350S000263267	10/05/2026	60503	R$ 293,47
TBU6B41	279350NIC0044659	28/04/2026	50020	R$ 586,94
TBW3E88	279350S000262426	29/04/2026	60503	R$ 293,47
TCQ7A77	279350S000262392	29/04/2026	56732	R$ 130,16
TEL5B04	279350E000028865	29/04/2026	55412	R$ 195,23
TFA8C02	279350S000262951	06/05/2026	60503	R$ 293,47
TIV2H43	279350S000263146	09/05/2026	56732	R$ 130,16
TKM8F09	279350S000262940	06/05/2026	60503	R$ 293,47
TLP0I25	279350S000263290	11/05/2026	60503	R$ 293,47
UAU4J40	279350S000263228	10/05/2026	60503	R$ 293,47
UAV7G47	279350S000262310	27/04/2026	60503	R$ 293,47
UBE9A46	279350S000262539	01/05/2026	60503	R$ 293,47
UBH8E55	279350S000262574	01/05/2026	60503	R$ 293,47
UBI3C87	279350S000263134	08/05/2026	60503	R$ 293,47
UBK2E86	279350T000137204	12/05/2026	60175	R$ 293,47
UBK7E85	279350NIC0044626	28/04/2026	50020	R$ 586,94
UBL7D35	279350S000262999	07/05/2026	60503	R$ 293,47
UBU5A47	279350S000263254	10/05/2026	60503	R$ 293,47
UBV5B06	279350S000262670	02/05/2026	56732	R$ 130,16
UBV8E56	279350S000263027	07/05/2026	60503	R$ 293,47
UBW5A70	279350S000262980	06/05/2026	60503	R$ 293,47
UGX1E23	279350S000262695	02/05/2026	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:33303CB9



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

CÂMARA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA
ANEXO I DEMONSTRATIVO DE DESPESA DE PESSOAL

CALIFORNIA CAMARA MUNICIPAL
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2026/SEMESTRAL JANEIRO-JUNHO
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS												**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (b)**
	Julho 2025	**Agosto 2025**	**Setembro 2025**	**Outubro 2025**	**Novembro 2025**	**Dezembro 2025**	**Janeiro 2026**	**Fevereiro 2026**	**Março 2026**	**Abril 2026**	**Maio 2026**	**Junho 2026**		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	81.211,81	81.211,81	81.211,81	88.894,56	85.510,41	122.422,02	98.093,68	94.454,37	95.811,08	94.884,36	94.044,36	94.884,36	1.112.634,63	0,00
Pessoal Ativo	81.211,81	81.211,81	81.211,81	88.894,56	85.510,41	122.422,02	98.093,68	94.454,37	95.811,08	94.884,36	94.044,36	94.884,36	1.112.634,63	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	71.868,87	71.868,87	71.868,87	79.551,62	75.672,94	107.264,97	84.354,04	80.714,73	82.071,44	80.821,44	79.981,44	80.821,44	966.860,67	0,00
Obrigações Patronais	9.342,94	9.342,94	9.342,94	9.342,94	9.837,47	15.157,05	13.739,64	13.739,64	13.739,64	14.062,92	14.062,92	14.062,92	145.773,96	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	81.211,81	81.211,81	81.211,81	88.894,56	85.510,41	122.422,02	98.093,68	94.454,37	95.811,08	94.884,36	94.044,36	94.884,36	1.112.634,63	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**52.237.325,10**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	**0,00**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	**0,00**	**0,00**
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	**52.237.325,10**	**0,00**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	**1.112.634,63**	**2,13**
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**3.134.239,51**	**6,00**
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**2.977.527,53**	**5,70**
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**2.820.815,56**	**5,40**
Notas Explicativas		

NEUCI VENANCIO FERREIRA	*NAIR FEDEROVICZ MENDES DOS SANTOS*	*MONICA DA CONSOLAÇÃO CORDEIRO*
Presidente	Contador(a)	Controle Interno
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: null		28/07/2026 - 11:59:36

Publicado por:
Monica da C Cordeiro
Código Identificador:C5836EA7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO (EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2024), APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 071/2026

O Prefeito do **MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1. Tornar público o resultado classificatório do Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do Edital de Concurso Público n.º 04/2024, após a convocação através do Edital n.º 071/2026.

2. Ressaltar que,conforme o item 18.8 do Edital de Concurso Público n.º 04/2024, por ocasião da solicitação de deslocamento para o final da lista classificatória, na nova ordem classificatória será resguardada a posição relativa inicial entre os candidatos deslocados.

3. Ressaltar que, conforme o item 19.1 do Edital de Concurso Público n.º 04/2024, os candidatos aprovados serão convocados para Avaliação Médica realizada pelo Serviço de Saúde Ocupacional do Município de Campo Magro e conforme consta o item 19.5 do edital citado, o candidato que deixar de se apresentar, por qualquer motivo, para avaliação médica, na forma estabelecida no subitem 19.1, será considerado desistente e não será contratado.

4. E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

Paço Municipal de Campo Magro, em 03 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: Guarda Municipal							
Edital n.º 04/2024-CP							
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 071/2026|LISTA GERAL							
CLASSIFICAÇÃO							
AMPLA	**AFRODESCENDENTE**	**PESSOA COM DEFICIÊNCIA**	**EFETIVO FEMININO**	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**	**OCORRÊNCIA**
1				003480	HENRIQUE DE OLIVEIRA	88,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 736/2025 POSSE: 25.08.2025
2				003021	LUIZ WROCZINSKI CAMARGO	85,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 737/2025 POSSE: 25.08.2025
3				003065	LUIZ REINALDO ZAVVODINI JUNIOR	82,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 740/2025 POSSE: 25.08.2025
4			1	001961	BRUNA SENFF CAZAMAJOU	82,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 5209/25
5				002990	WILLIAN BARTH MENDES	82,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 741/2025 POSSE: 25.08.2025
6				001907	VINICIUS FERREIRA LIMA DA SILVA	81,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 742/2025 POSSE: 25.08.2025
7				001855	ROSSANO VICENTE EGGERS	79,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º

							743/2025 POSSE: 25.08.2025
8	1			001885	JOAO VICTOR DE FARIA RIBEIRO	77,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 738/2025 POSSE: 25.08.2025
9				003122	MARCOS HENRIQUE CHOCIAI	77,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 744/2025 POSSE: 25.08.2025
10				002187	VALERRY GISCARDTH LAURENCY DE SOUZA RODRIGUES	77,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 745/2025 POSSE: 25.08.2025
11				003115	JOAO LUIS ANTONIO BENTO	75,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 746/2025 POSSE: 25.08.2025
12				002807	BRAYAN PEREIRA DA SILVA	74,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 749/2025 POSSE: 25.08.2025
13				002817	FERNANDO DUTRA ESCALANTE	73,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 555/2026 POSSE: 03.08.2026
14				002881	LEONARDO SANCHES BOBIESKI	73,000	AUSENTE/DESISTENTE
15	2			002849	ZAQUEU EUGENIO DOS SANTOS (SUB JUDICE)	73,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 081/2026 POSSE: 11.02.2026
16				002942	WESLEY DANIEL DIAS	73,000	AUSENTE/DESISTENTE
17				002888	ODAIR JOSE MOREIRA DE ARAUJO	72,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 557/2026 POSSE: 03.08.2026
18				003102	FELIPE RODRIGUES DE OLIVEIRA	72,000	AUSENTE/DESISTENTE
19				002031	JHONATA DA SILVA ARAUJO GONCALVES	72,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 559/2026 POSSE: 03.08.2026
20				002043	MARCELO CAMARGO DE SOUZA	71,000	
21				002584	EDIPO STANG DO NASCIMENTO	71,000	
22				003315	THIAGO ACACIO SANGUINETTE DE JESUS	71,000	
23				003137	ANDRE LUIZ BUCK	69,000	
24	3			003376	CLAUDEMIR LUCIANO JUNIOR	69,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 747/2025 POSSE: 25.08.2025
25				002832	KEVYN APARECIDO KREGINSKI	69,000	
26				002271	MATHEUS KLEIN BREITER	67,000	
27			2	003542	REBECA LIBERATO BENTO	67,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 748/2025 POSSE: 25.08.2025
28	4			003038	ALAN ALVES BATISTA DOS SANTOS	67,000	
29				003519	EDISOM YUKIO TAKATA	66,000	
30	5			002913	GUSTAVO OZOGOWSKI	66,000	
Cargo: Guarda Municipal							
Edital n.º 04/2024-CP							
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO APÓS CONVOCAÇÃO ATRAVÉS DO EDITAL N.º 071/2026|LISTA GERAL							
CLASSIFICAÇÃO							
AMPLA	**AFRODESCENDENTE**	**PESSOA COM DEFICIÊNCIA**	**EFETIVO FEMININO**	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**	**OCORRÊNCIA**
31				001837	HENRIQUE RODRIGUES NETO	66,000	
32				002185	RENAN LOPES DA SILVA	65,000	
33				002230	RAI DOOPIATI SAUTHIER	65,000	
34				001894	LUIZ ANTONIO ALVES DOS SANTOS FILHO	65,000	
35	6			003033	RAFAEL AUGUSTO DA SILVA	63,000	
36				002636	GUSTAVO CASTRO DA SILVA	63,000	
37			3	003240	EMANUELE DE OLIVEIRA ANDRADE	63,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 750/2025 POSSE: 25.08.2025
38				003551	VAGNER DA SILVA ASSUNCAO	62,000	
39				003330	BRUNO ALVES BEZERRA	62,000	
40	7		4	002035	JOSEFA RAFAELA SILVA LIMA	62,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 558/2026 POSSE: 03.08.2026

41				003091	CARLOS ALBERTO DIAS FONTES JUNIOR	62,000	
42	8			003007	GABRIEL FERREIRA DE SOUZA BARROS	62,000	
43				002795	RODRIGO FERMINO DE SOUSA	61,000	
44				003288	EVERTON FELICIO MARTINS	61,000	
45				002346	EFRAIM DOS SANTOS	61,000	
46				002897	ADRIANO DE MIRANDA MATANA	60,000	
47				002566	THIAGO DIAS PEREIRA SILQUEIRA	60,000	
48				002437	DOUGLAS BUENO MACHADO PEDRO	60,000	
49				002799	WAGNER LEANDRO COSTA	60,000	
50				002862	ELIAS DE MATOS SILVA	60,000	
51				003367	ALESSANDRO DE FREITAS	60,000	
			5	003441	JULIANA APARECIDA GULIN DE LARA	59,000	
	9			001931	FILIPE RICARDO SANTOS XAVIER	59,000	
	10			002472	VILSON FERNANDES	57,000	
		1		001852	RAFAEL GOMES DO NASCIMENTO E SILVA	57,000	NOMEAÇÃO: DECRETO N.º 739/2025 POSSE: 25.08.2025
	11			003039	ANDRE SANTOS ALVES	57,000	
		2		003198	FERNANDO HENRIQUE RUSSI	52,000	**??????????????**
1			1	001961	BRUNA SENFF CAZAMAJOU	82,000	SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA PROTOCOLO N.º 5209/25

Cargo: Guarda Municipal			
Edital n.º 04/2024-CP			
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|PESSOAS COM DEFICIÊNCIA			
CLASSIFICAÇÃO	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**
1	001852	RAFAEL GOMES DO NASCIMENTO E SILVA	57,000
2	003198	FERNANDO HENRIQUE RUSSI	52,000

Cargo: Guarda Municipal			
Edital n.º 04/2024-CP			
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|AFRODESCENDENTES			
CLASSIFICAÇÃO	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**
1	001885	JOAO VICTOR DE FARIA RIBEIRO	77,000
Cargo: Guarda Municipal			
Edital n.º 04/2024-CP			
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|AFRODESCENDENTES			
CLASSIFICAÇÃO	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**
2	002849	ZAQUEU EUGENIO DOS SANTOS (SUB JUDICE)	73,000
3	003376	CLAUDEMIR LUCIANO JUNIOR	69,000
4	003038	ALAN ALVES BATISTA DOS SANTOS	67,000
5	002913	GUSTAVO OZOGOWSKI	66,000
6	003033	RAFAELA UGUSTO DA SILVA	63,000
7	002035	JOSEFA RAFAELA SILVA LIMA	62,000
8	003007	GABRIEL FERREIRA DE SOUZA BARROS	62,000
9	001931	FILIPE RICARDO SANTOS XAVIER	59,000
10	002472	VILSON FERNANDES	57,000
11	003039	ANDRE SANTOS ALVES	57,000

Cargo: Guarda Municipal			
Edital n.º 04/2024-CP			
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL|EFETIVO FEMININO			
CLASSIFICAÇÃO	**Nº DE INSCRIÇÃO**	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**
1	001961	BRUNA SENFF CAZAMAJOU	82,000
2	003542	REBECA LIBERATO BENTO	67,000
3	003240	EMANUELE DE OLIVEIRA ANDRADE	63,000
4	002035	JOSEFA RAFAELA SILVA LIMA	62,000
5	003441	JULIANA APARECIDA GULIN DE LARA	59,000

(ResultadoFinaldoConcursoPúblico–PessoascomDeficiência)

Cargo:GuardaMunicipal			
EditaldeConcursoPúblicon°004/2024			
RESULTADOCLASSIFICATÓRIOFINAL|PESSOASCOMDEFICIÊNCIA			
CLASSIFICAÇÃO	**NºDE INSCRIÇÃO**	**NOMEDO(A)CANDIDATO(A)**	**NOTA FINAL**
1	001852	RAFAELGOMESDONASCIMENTOE SILVA	57,000
2	003198	FERNANDOHENRIQUERUSSI	52,000

(Retificação do Anexo III, do Edital nº 041/2025, quedivulgouoResultadoFinaldoConcursoPúblico, Listade Afrodescendentes)

Cargo:GuardaMunicipal			
EditaldeConcursoPúblicon°004/2024			
RESULTADOCLASSIFICATÓRIOFINAL|AFRODESCENDENTES			
CLASSIFICAÇÃO	**NºDE INSCRIÇÃO**	**NOMEDO(A)CANDIDATO(A)**	**NOTAFINAL**
1	001885	JOAOVICTORDEFARIA RIBEIRO	77,000
2	002849	ZAQUEUEUGENIODOSSANTOS(SUBJUDICE)	73,000
3	003376	CLAUDEMIRLUCIANOJUNIOR	69,000
4	003038	ALANALVESBATISTADOSSANTOS	67,000
5	002913	GUSTAVOOZOGOWSKI	66,000
6	003033	RAFAELAUGUSTODASILVA	63,000
7	002035	JOSEFARAFAELASILVALIMA	62,000
8	003007	GABRIELFERREIRADESOUZABARROS	62,000
9	001931	FILIPERICARDOSANTOSXAVIER	59,000
10	002472	VILSONFERNANDES	57,000
11	003039	ANDRESANTOSALVES	57,000

(ResultadoFinaldoConcursoPúblico–EfetivoFeminino)

Cargo:GuardaMunicipal			
EditaldeConcursoPúblicon°004/2024			
RESULTADOCLASSIFICATÓRIOFINAL|EFETIVOFEMININO			
CLASSIFICAÇÃO	**NºDE INSCRIÇÃO**	**NOMEDO(A)CANDIDATO(A)**	**NOTAFINAL**
1	001961	BRUNASENFFCAZAMAJOU	82,000
2	003542	REBECALIBERATOBENTO	67,000
3	003240	EMANUELEDEOLIVEIRAANDRADE	63,000
4	002035	JOSEFARAFAELASILVALIMA	62,000
5	003441	JULIANAAPARECIDAGULINDELARA	59,000

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:69D45B1B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO-PR
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
07/2025 A 06/2026

RGF – ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") | R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) [2]
	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	127.339,21	132.319,48	130.569,13	124.785,49	124.785,49	172.431,98	128.864,76	138.017,74	136.429,30	136.733,75	142.821,34	167.518,56	1.662.616,23	0,00
Pessoal Ativo	125.941,20	130.921,47	129.171,12	123.387,48	123.387,48	170.274,97	127.371,83	136.524,81	134.936,37	135.240,82	141.328,41	165.215,13	1.643.701,09	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras	111.866,46	116.846,73	114.980,54	109.721,56	109.721,56	148.834,67	111.583,65	119.093,15	117.268,24	117.268,24	123.355,83	147.225,99	1.447.766,62	0,00
Despesas Variáveis														
Obrigações Patronais	14.074,74	14.074,74	14.190,58	13.665,92	13.665,92	21.440,30	15.788,18	17.431,66	17.668,13	17.972,58	17.972,58	17.989,14	195.934,47	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.398,01	1.398,01	1.398,01	1.398,01	1.398,01	2.157,01	1.492,93	1.492,93	1.492,93	1.492,93	1.492,93	2.303,43	18.915,14	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.398,01	1.398,01	1.398,01	1.398,01	1.398,01	2.157,01	1.492,93	1.492,93	1.492,93	1.492,93	1.492,93	2.303,43	18.915,14	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.398,01	1.398,01	1.398,01	1.398,01	1.398,01	2.157,01	1.492,93	1.492,93	1.492,93	1.492,93	1.492,93	2.303,43	18.915,14	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração[3]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados4	1.398,01	1.398,01	1.398,01	1.398,01	1.398,01	2.157,01	1.492,93	1.492,93	1.492,93	1.492,93	1.492,93	2.303,43	18.915,14	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	125.941,20	130.921,47	129.171,12	123.387,48	123.387,48	170.274,97	127.371,83	136.524,81	134.936,37	135.240,82	141.328,41	165.215,13	1.643.701,09	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	44.861.017,38	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	1.250.000,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) 7	0,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) 7	639.120,00	-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	42.971.897,38	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.643.701,09	3,83%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	2.578.313,84	6%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	2.449.398,15	5,7%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%	2.320.482,46	5,4%

NOTA:

1. Aplica-se também ao Poder Legislativo esta MEMÓRIA DE CÁLCULO, no entanto, se faz necessário ajustá-la de acordo com o disposto na LRF.

2. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores da coluna: "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)", relativos aos valores inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos. No entanto, excepcionalmente, para o exercício de 2023, considerando que houve ajuste no cálculo desta coluna, estes valores poderão ser divergentes dos apurados em 2022.

3. Na linha denominada "Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao da apuração" não serão apresentados valores, tendo em vista que no momento que a entidade efetua o reconhecimento e apropriação de despesas não empenhadas, por meio da utilização das tabelas: Despesa Não Empenhada e Apropriacao Despesa Não Empenhada do SIM-AM, estes valores já são incluídos/deduzidos nas respectivas linhas do demonstrativo de acordo com a despesa (Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis; Obrigações Patronais...).

4. A partir de 2021, os valores repassados ao RPPS a título de cobertura de insuficiências financeiras e déficit financeiro, especificamente nas contas cdClasse + cdGrupo + cdSubGrupo + cdTitulo + cdSubtitulo + cdItem + cdSubItem = 3.5.1.3.2.01.01 e 3.5.1.3.2.02.01, serão deduzidos dos valores apurados na linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados do quadro da DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF), deste demonstrativo. Destaca-se, ainda, que a partir de 2022 cada poder (executivo e legislativo) deverá efetuar o repassse para cobertura do déficit para possibilitar o ajuste do cálculo.

5. De acordo com o art. 15, da LC 178, o Poder ou órgão cuja despesa total com pessoal ao término do exercício de 2021 estiver acima do limite estabelecido no art 20 da LRF poderá eliminar o excesso à razão de, pelo menos, 10% (dez por cento) a cada exercício a partir de 2023, de forma que, ao final de 2032, cada Poder ou órgão esteja enquadrado nos limites estabelecidos no art. 20 da LRF.

5.1. A verificação da redução será apresentada no demonstrativo do último quadrimestre/semestre de cada ano, a partir de 2023.

5.2. Caso a redução de 10% não tenha sido observada ao final de determinado exercício, aplicam-se as restrições do §3º do art. 23 da LRF. No entanto, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadrimestre do exercício seguinte, as restrições serão suspensas a partir da constatação da redução.

5.3. Caso o Poder ou órgão se enquadre no limite antes do prazo de 10 anos estabelecido pela Lei, eles passarão a observar, no momento do enquadramento, as contagens de prazo e as disposições do art. 23 da LRF.

5.4. O disposto no art. 15 da LC 178/2021 não se aplica aos Poderes ou órgãos que não estiverem com o limite da despesa com pessoal excedido ao final do exercício de 2021. Assim, caso o ente ultrapasse o limite em momento posterior (por exemplo, no primeiro quadrimestre/semestre de 2022) deverá observar as contagens de prazo e as disposições estabelecidas no caput do art. 23 da LRF.

6. A Instrução Normativa TCE/PR 56/2011, a partir de agosto/22, deixa de ser aplicada para fins de apuração do índice de pessoal com base na Instrução Normativa TCE/PR 174/2022, publicada em 16/08/2022 no Diário Eletrônico do TCE-PR.

7. A STN, para 2023, considera a dedução dos recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22, no demonstrativo da despesa de pessoal na linha denominada Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária. No mapeamento da STN esta linha tem a seguinte denominação: Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais. Esta situação está retratada no MAPEAMENTO DOS DEMONSTRATIVOS FISCAIS – 13ª EDIÇÃO - SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES - 28/04/2023 - endereço https://siswebtesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:20080. Igualmente para a linha de dedução da RCL, do item de dedução "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (IV)", que foi renomeado para "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)", no cálculo da "RCL Ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal", conforme as alterações efetuadas na nova versão do MDF 13ª edição, publicada em 28/04/2023.

Publicado por:
Gilvan Pinheiro da Silva
Código Identificador:2D10DFEA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RESOLUÇÃO N.º 014/2026 - PLANO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - GUARACI PR

RESOLUÇÃO Nº 014/2026, DE 14 JULHO DE 2026
PLANO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

SÚMULA: APROVA AS ALTERAÇÕES NO DIAGNÓSTICO SOCIOASSISTENCIAL DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARACI 2026-2029

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n.º 1178 de agosto de 2010;
Considerando a deliberação em reunião ordinária realizada na data de 09 de julho de 2026.
Considerando a análise do Plano Municipal da Assistência Social pela Divisão de Gestão do SUAS, onde constatou-se que o documento não apresenta o devido
Detalhamento das informações exigidas, conforme as diretrizes estabelecidas no documento “Plano da Assistência Social Municipal: passa a passo, disponibilizado pelo Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome, onde solicitou-se a complementação do diagnóstico socioterritorial, de modo que este passe a contemplar informações mais detalhadas, especialmente no que se refere ao número de habitantes, à quantidade de família e de pessoas inscritas no CadÚnico, bem como à inclusão de dados consistentes relacionados ao mercado de trabalho.
RESOLVE:

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARACI – PR
2026-2029

1. IDENTIFICAÇÃO

Município: GUARACI – PR
Porte Populacional: PORTE I
Responsáveis pela elaboração:

Nome	Escolaridade	Profissão	Função/cargo	Vínculo	Representação (CRAS, CREAS, CMAS, Usuários,Entidades)
Mismonia Ferreira Gomes	Pós-Graduação	Pedagoga	Secretária Municipal da Assistência Social	Estatutária	Órgão Gestor da Assistência Social
Ana Maria Biacio	Pós-Graduação	Assistente Social	Assistente Social do Órgão Gestor	Estatutária	Órgão Gestor da Assistência Social
Josimara da Cruz Matheus	Pós-Graduação	Assistente Social	Assistente Social do CRAS/ presidente do CMAS	Estatutária	(Assistente Social)
Mariele Rosa dos Santos Portuguez	Pós-Graduação	Psicóloga	Psicóloga do CRAS	Estatutária	(Psicóloga)
Lorena Alzira Alexandre	Superior incompleto	Educador Social	SCFV	Estatutário	Educador Social
Damaris Valéria da Silva	superior	secretariado	Cadastro único	comissionada	Coordenadora do cadùnico

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI:	
Nome do Prefeito: MARCOS ANTONIO DE SOUZA	
Mandato do Prefeito: Início: 01/ 01/2025	Término: 31/12/2028
Endereço da Prefeitura: RUA PREFEITO JOÃO DE GIULI, Nº 180, CENTRO, GUARACI, PARANÁ, CEP: 86.620-000	
Telefone: (43) 3260-1133	E-mail:prefeitura@guaraci.net
Site: www.guaraci.pr.gov.br	
ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:	
Nome que identifica o órgão gestor: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARACI	
Número da lei de criação do órgão: LEI MUNICIPAL Nº. 980/2004	Data criação: 21/12/2004
Responsável: MISMONIA FERREIRA GOMES	
Nome completo do Gestor: MISMONIA FERREIRA GOMES	
Ato de nomeação da gestora: PORTARIA Nº. 08/2025	Data nomeação: 08/02/2025
Endereço órgão gestor: RUA CESARE COLLACITI, Nº 127, CENTRO, GUARACI, PARANÁ, CEP:86.620-000	

Telefone: (43) 3260-1746 E-mail: social@guaraci.net	Site: www.guaraci.pr.gov.br
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:	
Número da Lei de Criação: LEI MUNICIPAL Nº. 1.178	Data de criação: 11/08/2010
Número do Decreto que regulamenta o Fundo: DECRETO MUNICIPAL Nº 030	Data: 07/05/2013
CNPJ: 17.590.031/0001-42	
Nome do ordenador (a) de despesas do FMAS: MISMONIA FERREIRA GOMES	
Função/Lotação: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARACI	
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARACI:	
Número da Lei de Criação: LEI MUNICIPAL Nº. 1.178	Data criação: 11/08/2010
Endereço CMAS: Rua Cesare Colaciti, nº 127, Centro, Guaraci, Paraná, CEP: 86.620-000	
Telefone: (43) 3260-1746	E-mail: NÃO TEM
Nome do Presidente: JOSIMARA CRUZ MATHEUS	
Nome do secretario (a) executivo (a): Ana Maria Biacio	
Número total de membros: (8) TITULARES e (8) SUPLENTES	

GOVERNAMENTAL	NOME DO (A) CONSELHEIRO (A)	REPRESENTATIVIDADE	TITULARIDADE	INÍCIO E TÉRMINO DE MANDATO
	DAMARIS VALÉRIA DA SILVA ALEXANDRE LORENA ALZIRA DE SOUZA	Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social	Titular	28/04/2025 a 28/04/2027
			Suplente	28/04/2025 a 28/04/2027
	DALILA ALVES BARBOZA RICARDO HENRIQUE PRADO MARÇAL	Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:	Titular	28/04/2025 a 28/04/2027
			Suplente	28/04/2025 a 28/04/2027
	ADRIANA FULGENCIO DOS ANJOS IVANI ALVES DE SOUZA	Representante da Secretaria Municipal de Saúde Representante da Secretaria Municipal de Saúde	Titular	28/04/2025 a 28/04/2027
			Suplente	28/04/2025 a 28/04/2027
	PAULO HENRIQUE PADILHA	Representante da Secretaria Municipal de Administração Representante da Secretaria	Titular	28/04/2025 a 28/04/2027
		Municipal de Administração	Suplente	28/04/2025 a 28/04/2027

	PAMELA KATIUCI NUNES GONÇALVES ARRABAÇA			
NÃO GOVERNAMENTAL/ SOCIEDADE CIVIL	NOME DO (A) CONSELHEIRO (A)	REPRESENTATIVIDADE	TITULARIDADE	INÍCIO E TÉRMINO DE MANDATO
	ALISSON DA SILVA CARDOS0 (Associação de Moradores da Vila Rural Gralha Azul de Guaraci)	Representante dos usuários ou de organizações de usuários da Assistência Social	Titular	28/04/2025 a 28/04/2027
	CLEUSON RAMOS DA SILVA (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaraci)		Suplente	28/04/2025 a 28/04/2027
	REGINA RIBEIRO VETORE (Associação da Terceira Idade Viva Bem para Viver melhor de Guaraci)		Titular	28/04/2025 a 28/04/2027
	CECILIA DA SIVA DE MOURA (Associação da Terceira Idade Viva Bem para Viver melhor de Guaraci)		Suplente	28/04/2025 a 28/04/2027

	MARLETE CAVALCANTE DA COSTA (APAE de Guaraci)	Representante das entidades e organizações de assistência social	Titular	28/04/2025 a 28/04/2027
	GABRIELLY KAROLINE GOMES KECK (Representante do Lar da Divina Providência de Guaraci- Asilo)		Suplente	28/04/2025 a 28/04/2027

	JOSIMARA DA CRUZ MATHEUS (Assistente Social)	Representante dos Trabalhadores na Área da Assistência Social	Titular	28/04/2025 a 28/04/2027
	MARIELE ROSA DOS SANTOS PORTUGUÊS (Psicóloga)		Suplente	28/04/2025 a 28/04/2027

2 - INTRODUÇÃO

Frente à necessidade de consolidar no Município de Guaraci, os avanços legais na área social e considerando também que cada município possui realidade socioeconômica, política, e cultura específica, observou-se ser de fundamental relevância promover levantamentos, análises e um conhecimento aprofundado das necessidades e demandas existentes em nosso município, a fim de direcionar as ações na área da Política de Assistência Social.

O diagnóstico participativo objetiva a desencadear um processo reflexivo e continuo sobre a nossa realidade local, envolvendo a participação da sociedade como um todo no planejamento, execução, monitoramento e avaliação da política destinada a atender essas populações em situação de risco e vulnerabilidade social.

Sua finalidade é pensar uma política de atendimento as famílias, às crianças, aos adolescentes, aos deficientes físicos, aos idosos, mulheres e todos mais que dela necessitar, de maneira que as ações dessa política possam ser verdadeiramente eficazes, equalitária e também possa ser articuladas entre os diferentes setores governamentais e não governamental, e que a sociedade tenha um espaço e momento de poder exercer a democracia, como cidadãos cientes de sua participação, como deliberadores de suas vontades comuns atendendo ao coletivo, consolidando assim, uma nova maneira de fazer política, em prol da busca constante de melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos de Guaraci.

A proteção social básica atua na prevenção de situações de risco – por intermédio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições – e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Esse nível de proteção é destinado para a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ ou fragilização de vínculos afetivos − relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).
Já a proteção social especial é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos.

3. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL:

O município de Guaraci tem sua atividade praticamente quase toda voltada para Agropecuária e a avicultura, que gera os recursos; atualmente temos 04 Empresas de Facções de Costura Industrial instalada há algum tempo no município, onde fazem o trabalho de finalização do produto confeccionado;
01 fabrica de confecção de lingerie; também existe uma disseminação de granjas para criações de frangos para abate frigorífico em médias de 10% das propriedades rurais, mas estando centralizadas estas criações em Núcleos construídos em propriedades dos próprio frigorífico da BTZ (Jaguafrangos). As maiores demandas de empregos ofertados para o nosso município provem de dois frigoríficos localizados no município de Jaguapitã que são: BTZ e SEARA ALIMENTOS. Também por falta de perspectivas, alguns pequenos produtores rurais terminam arrendando suas propriedades para plantio de cana pelas usinas ou para plantio de soja e milho por terceiros.
Quanto à questão de mercado de empregos, os trabalhadores do município tem tido a oportunidade de empregos nessas empresas de confecções da cidade, mas a predominância de absorção de mão de obra está na oferta de trabalho formal pela Usina de cana de açúcar da região, como principal está a Usina Alto Alegre S/A (Distrito de Alto Alegre – Colorado/PR), que tem fornecido serviços permanentes como operários industriais das usinas, e atualmente também os abatedouros/ frigoríferos industrial de frangos do município de Jaguapitã, como a GRUPO BTZ e SEARA ALIMENTOS nos mais variados setores de trabalho, sendo que os salários são razoáveis, dentro dos padrões da região. Localmente contamos com a fábrica de GELONI SORVETES que tem grande aceitação na região e absorve razoável número de mão-de-obra direta ou indireta. E também a Prefeitura Municipal de Guaraci que conta com razoável número de funcionários concursados, comissionados e PSS pelo setor público.
O município de Guaraci tem uma extensão territorial de 211,680 km² e uma população estimada em 2025 de 4.748 habitantes, sendo que na área urbana estão 77,09% habitantes e na área rural 22,91% habitantes, com tímidas tendências de aumentos no percentual urbano devido ao pouco trabalho ainda existente na área rural, pois predomina atividades rurais de explorações que exigem pouca mão de obra, sendo que a população que permanece no campo é composta por pessoas mais velhas, acostumadas à prática da agricultura familiar e seus jovens ainda veem pouco incentivo para retorno para o setor rural. Seus jovens estão já na cidade, ou já se deslocaram para os grandes centros ou ainda outros estados em busca de outras oportunidades urbanas.

Outra questão é quanto a estratificação dos produtores, onde suas atividades agropecuárias utilizam pouca ou quase nenhuma mão de obra, e que grande parte destes proprietários não residem no município, não tendo assim, nenhum compromisso social com o município, ou vínculo que possa auxiliar no desenvolvimento municipal.
No Setor formal de emprego – perfil aproximado (2025-2026):

· Agricultura/pecuária: ~ 35% dos postos
· Indústria/confeccionista: ~ 22%
· Comércio/serviços: ~ 20%
· Administração pública: ~ 23%

- Salários: compatíveis com média regional, próximo ao salário-mínimo vigente (R$ 1.621,00/2026).

- Iniciativas de qualificação:

· Cursos profissionalizantes e oficinas de inserção produtiva no CRAS/PAIF
· Parcerias com SEDET/SESC/SENAI para formação voltada ao mercado regional

As Organizações existentes no Município de Guaraci são: o Sindicato de Trabalhadores Rurais, a Associação dos Produtores Rurais de Guaraci, a Associação dos Moradores da Vila Rural Gralha Azul de Guaraci, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaraci, a Associação de Pais, Mestres e Funcionários das Escolas Municipais e Centros de Educação Infantis, a Associação da Terceira Idade Viva Bem para Viver Melhor de Guaraci, os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Assistência Social, da Saúde, do Trabalho, da Merenda, o Comitê do Plano Diretor Municipal, do Idoso e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural(COMDER), que em conjunto com a Prefeitura Municipal, elaboram e constroem de forma participativa as ações de norteiam o Desenvolvimento do Município, visando integrar e articular a sociedade ao processo.
Estima-se que cerca de 247 famílias se encontrem em situação de alta vulnerabilidade, sendo atendidas e algumas acompanhadas pelo CRAS e pela equipe técnica da Assistência Social com algumas delas acompanhada com ações sistemáticas, planejadas, continuadas, com objetivos e Plano de Acompanhamento Familiar.
Quanto ao Cadastro Único e Programas Sociais:

Até janeiro de 2026, o município conta com 412 famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, representando cerca de 8,7% da população total. Desse universo:
- 338 Famílias estão ativas no Programa Bolsa Família, totalizando 884 pessoas beneficiadas, com investimento mensal de R$ 236.112,00 e valor médio de benefício de R$ 698,56.
Detalhamento dos benefícios concedidos:

· 884 Benefícios de Renda de Cidadania (R$ 142,00 por integrante);
· 312 Benefícios Complementares;
· 173 Benefícios Primeira Infância (para crianças de 0 a 7 anos incompletos);
· Ausência de Benefícios Variáveis Familiares e Extraordinários de Transição

Além disso, o município atende 122 famílias por meio do programa estadual Cartão Comida Boa, destinado a famílias com renda per capita de até R$ 200,00, e algumas as famílias do Bolsa Família também recebem o Gás do povo, conforme critérios federais.
Indicadores complementares de população e família — 2025-2026
Indicador Valor / Informação
Média de pessoas por família no CadÚnico 2,68 pessoas/família
Famílias chefiadas por mulheres 54,2 % do total cadastrado
População de 0-17 anos 21,3 % da população total
População de 60 anos ou mais 16,7 % da população total

Pessoas com deficiência registradas 198 pessoas (4,17 % da população)
Taxa de analfabetismo ≥ 15 anos 7,8 % (acima da média estadual de 5,2 %)
Média de pessoas por família no CadÚnico 2,68 % pessoas/família
Habitação e Saneamento — Guaraci-PR
Domicílios totais estimados 1.682 domicílios
Domicílios com abastecimento de água 98,4 % (rede geral)

Domicílios sem esgoto tratado 100 % — uso exclusivo de fossas sépticas
Coleta regular de resíduos sólidos 100 % da zona urbana e distrito Bentópolis
Déficit habitacional estimado 200 unidades (conforme diagnóstico original)
Conjuntos habitacionais existentes 6 na sede/distrito + 1 Vila Rural Gralha Azul
Projetos habitacionais em andamento 18 unidades — parceria Município/Estado

A faixa etária que mais sofreu perdas em nosso município entre as décadas de 80, 90 e 2000, foi em relação entre 14 a 59 anos onde na sua maioria foram embora com suas famílias para outros municípios ou estado em busca de oportunidade de emprego, pois o município encontrava-se estagnado frente ao seu crescimento econômico. Hoje observamos estar acontecendo o contrário, o município está em fase de desenvolvimento, com novas oportunidades de empregos, novos investimentos na área agrícola, industrial e comercial.
O município de Guaraci tem ainda uma maior concentração da população na zona urbana, devido à falta de trabalho no campo ou ainda falta de uma política que efetivamente consiga segurar o trabalhador rural nas propriedades rurais, como acontecia no passado com as grandes colônias rurais e propriedades grandes, médias ou pequenas.
Guaraci, como a maioria dos municípios pequenos, não possui áreas de favela em comunidade urbanas e que estejam concentradas em uma única região da periferia urbana local. O que temos sim são famílias de extrema alta vulnerabilidade e muitas vezes em situação de miséria, que foram e são atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e principalmente pela comunidade local sensibilizada pela situação caótica dessas famílias. Estas famílias não estão localizadas em um único espaço como dissemos, mas sim espalhadas por toda a área de zona urbana. Constatamos que existe sim, conjuntos habitacionais onde se concentram famílias de melhor ou menor condições financeiras, ocorrendo tal seleção naturalmente na ocasião de instalação das unidades habitacionais. Já no cento da cidade não existe tal discrepância, a condição financeira da população é bem diversificada, sem prejuízo de bem imóveis ou posição social que venha ocupar.
As crianças e adolescentes com deficiência de nossa cidade são atendidas pela escola especial Rafael de Oliveira mantida pela APAE, e as crianças e adolescentes com grau de comprometimento menor que está incluído no ensino regular, recebem atendimento especial com sala multifuncional e professor também capacitado, onde buscam desenvolver as habilidades possíveis como na APAE.
Felizmente o Município de Guaraci não possui demanda de pessoas em situação de rua, nem nas áreas de criança, adolescente, famílias, adultos ou pessoa em situação de rua, ou pessoa em trânsito. O que temos e ainda é uma demanda pequena, são de crianças e adolescentes em que pais necessitam se ausentarem para trabalhar e seus filhos acabam passando horas nas ruas, onde muitas vezes ficam expostos em situação de risco, as crianças e adolescentes precisam ser protegidos, resguardado seus direitos. É necessário haver alternativas que garantam que estejam cuidadas e protegidas enquanto seus pais necessitam trabalhar, seja através de cuidados de outros familiares, rede de apoio e principalmente serviços públicos como o SCFV, educação, cultura, esporte, lazer. O ECA reconhece crianças e adolescentes como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, cuja capacidade de tomada de decisão ainda está em formação. Por essa razão, situações de permanência prolongada nas ruas ou de exposição a riscos devem ser compreendidas prioritariamente como expressão de vulnerabilidades e que requerem proteção por ser Guaraci, uma cidade cortada por uma rodovia estadual, onde o movimento automotivo é pesado e perigoso.
O quadro de trabalho infantil no município apesar de parecer pequeno, ainda é preocupante, uma realidade muito difícil mudar devido a concepção da população em geral e muito mais das famílias dessas crianças e adolescentes, que na maioria por necessidades financeiras acabam delegando a elas tais responsabilidades e achando normal.

Os casos de crianças e adolescentes que exerce o trabalho infantil em na sua maioria não abandonaram a escola, e exercendo as funções em horário contrário do período escolar, justamente para conciliar as atividades e ganharem seu próprio dinheiro.

As crianças menores de 12 anos trabalham como entregadores de leite, entregadores de compra, já os maiores trabalham como babá, servente de pedreiro, sorveteiro e os acima de 16 anos já enfrentam trabalhos mais pesados como diarista de serviços gerais e outros.
Ainda são poucas, mais há novas oportunidades que estão surgindo quanto as vagas estágios remunerados adolescente aprendiz que vem amenizando a realidade descrita no parágrafo anterior.
Uma situação que ainda requer atenção do poder público e sociedade é quanto ao trabalho infantil É uma questão que necessita ser trabalhada com a comunidade e principalmente com as crianças e adolescentes que frequentemente permanecem nessa condição em razão de vulnerabilidades socioeconômicas, exploração econômica e insuficiência das políticas de proteção, exigindo atuação articulada da rede de garantia de direitos para assegurar seu desenvolvimento, educação e proteção integral, em vez de atribuir-lhes resistência ou responsabilidade pela continuidade da situação, em troca de arcar com recursos financeiros que atendam suas próprias necessidades básicas, além das que suas famílias podem suprir.
Guaraci é um município onde a prática de exploração sexual ainda é combatida pela moral e bom costume da comunidade, pois quando há denúncias dos casos, os órgãos competentes são acionados como: polícia militar, delegacia, com o preenchimento da ficha SISAN pelo profissional que recebeu a queixa, em seguida o caso é encaminhado para o Conselho Tutelar que passa a fazer o acompanhamento, acionando a família ou representante legal para as tomadas das devidas providências legais. O autor do ato sexual é chamado às consequências legais se necessário até a detenção policial e responderá pelo crime. Paralelo a isso a criança e/ou adolescente é encaminhada para os devidos serviços e procedimentos que necessitar quanto sua saúde com o caminhamento ao exames no Hospital de referência do município, como no caso de Guaraci é o HU de Londrina para a profilaxia e exames, acompanhamento e tratamento psicológico para auxiliar na redução de traumas e damos aos infantes. O caso da exploração sexual de crianças e adolescentes é combatida para além de razões morais porque constitui: grave violação de direitos humanos; forma de violência sexual; crime previsto na legislação brasileira; violação do direito ao desenvolvimento saudável. Quando há suspeita ou confirmação de exploração sexual, não somente a família deve ser acionada, mas os diversos órgãos da rede de proteção como: Conselho Tutelar; Ministério Público; Polícia Civil; serviços de assistência social; serviços de saúde e Poder Judiciário. Crianças e adolescentes submetidos à exploração sexual são vítimas de grave violação de direitos, demandando proteção integral, atendimento especializado e atuação articulada da rede de proteção.
Os casos cujas crianças e adolescentes são vítimas de violência familiar passou a serem denunciados ao Conselho Tutelar local que faz uma primeira orientação aos pais ou responsável legal e caso haja reincidência o caso passa a ser notificado SIPIA e SINAN, e quando necessário encaminhado ao Ministério Público e posteriormente a Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS e Secretaria de Saúde, quando são mais graves.
Hoje já contamos com Lei Especifica que cria Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, inclusive com seu conselho já composto e em pleno funcionamento, e os casos de violência contra idosos são todos encaminhados a Assistência Social local, que fazem as devidas intervenções e quando necessário recorrem ao Ministério Público, no sentido de salvaguardar a vida, integridade e dignidade do idoso vitimado, ou pelo disque 100.
Já em relação à Pessoa com Deficiência contamos com Lei Especifica que cria Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e em fase de composição e efetivação do Conselho e Plano Municipal. Quando pessoas portadoras de deficiência que se encontra em situação de risco pessoal e social os casos são tratados pela Assistência Social local, que fazem as devidas intervenções e quando necessário recorrem ao Ministério Público, no sentido de salvaguardar a vida, integridade e dignidade pessoa com deficiência vitimada. Mas é bom enfatizar que isso só é possível devido o bom relacionamento entre a comunidade de Guaraci, Secretaria de assistência Social junto ao Poder Judiciário e Ministério Público que sempre se coloca à disposição dos casos que requerem orientação e intervenção dos mesmos.
A maioria das infrações praticada; atos cometidos por crianças- abaixo de 12 anos- não são considerados atos infracionais. E esses casos devem ser aplicadas medidas protetivas previstas no ECA. Já os adolescentes, que praticam atos infracionais, na sua maioria recebem intervenção e orientação sobre seus atos juntamente com suas famílias e são facilmente resolvidas. Caso haja reincidência o caso é encaminhado para a Delegacia local, lavrado à ocorrência e encaminhada ao Conselho Tutelar; Ministério Público e demais políticas que necessitar.
Dos dados apontados o que mais nos preocupa e chama atenção é o crescente número de crianças e principalmente, adolescentes fazendo o uso de substância tóxica. Isso há algum tempo vem chamando a atenção do poder Público e sociedade civil local, preocupados com a segurança e vida de nossos jovens.
Sabemos ser uma situação delicada, mas necessária de intervenções imediatas e eficazes.

Quanto à situação habitacional, o município de Guaraci conta com 06 conjuntos habitacionais financiados pela COHAPAR, sendo que 03 estão situados no distrito de Bentópolis e 03 na Sede do município. Contamos também com 01 vila rural localizada na Gleba 02, Colônia São Sebastião, onde foram contempladas e instaladas 50 famílias, desde 1997e fica distante da sede entorno de 03 km. Três outros conjuntos de loteamento particular ainda em formação.
Houve um crescimento considerável em relação a conjuntos e residências particulares, onde casas foram construídas e reformadas, aumentando a oferta de casa de aluguel à população, mas ainda observamos ser insuficiente para atender toda a demanda que se faz expressiva.
Há hoje a necessidade eminente referente à demanda apresentada em torno de 200 casas, sendo que parte delas deverá ser ofertada à população do distrito de Bentópolis. Existe um Programa em parceria entre município e estado a possibilidade de 18 unidades habitacionais no distrito.
O município de Guaraci e seu Distrito de Bentópolis infelizmente não dispõem de sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário. Todos os resíduos são depositados em fossas sépticas construídas dentro dos quintais de todas as propriedades e/ou calçadas.

Soubemos pela Secretaria Municipal de Obras e Viação que está sendo providenciado um levantamento e estudo direcionado à instalação de rede de esgoto, pois pelo que se observa ser uma ação necessária e urgente quando se pensa na qualidade de vida da população em geral, pois os resíduos terão o destino certo.
A coleta de lixo no município, distrito e vila rural são ainda realizadas diariamente por funcionários da prefeitura com o um caminhão basculante e prensador de lixo, e sua destinação são feitas em dias distintos para lixo residual aonde existe um consórcio de aterro sanitário para o tratamento e destinação final desse lixo, e outros dias para lixo reciclável, que também recebem tratamento devido pelos recicladores locais da associação.
O diagnóstico socioterritorial de Guaraci revela um município de pequeno porte, com economia baseada na agropecuária e avicultura, dependente de oportunidades de emprego geradas em regiões vizinhas. A população é majoritariamente urbana, com envelhecimento da zona rural e movimento migratório histórico de pessoas em idade ativa. Apesar da boa cobertura de água e coleta de resíduos, persistem a ausência de tratamento de esgoto e expressivo déficit habitacional. Os indicadores sociais mostram parcela significativa de famílias em vulnerabilidade, muitas atendidas por programas federais e estaduais. Destacam-se como

desafios a elevação da escolaridade, a ampliação das alternativas de geração de renda, o enfrentamento ao uso de drogas e a proteção integral de crianças e adolescentes. A estrutura socioassistencial, centrada no CRAS, atua de forma articulada com a rede, mas ainda carece de ampliação de equipe e serviços de média complexidade para responder com plenitude às demandas apresentadas.
Quanto a estrutura da rede socioassistencial é própria, e conta com Gestão própria e Instâncias de Controle Social:

- Órgão gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social de Guaraci/PR. instâncias obrigatórias e em funcionamento:

- Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) – instância deliberativa, com composição paritária governo/sociedade civil;

- Conselho Tutelar – responsável por zelar pelos direitos de crianças e adolescentes;

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

- Conselho Municipal do Idoso.

- Conselho Municipal da Pessoa Com Deficiencia, Instrumentos de gestão:
- Plano Municipal de Assistência Social,

- Plano de Ação Anual, Relatório de Gestão:
- Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) regularmente movimentado

- Fiscalizado pelo CMAS.

A Vigilância Socioassistencial encontra-se em processo de estruturação, conforme exigência da NOB/SUAS .

Quanto a Proteção Social Básica contamos com uma Unidade de referência única no município: CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, que atende a sede do município, o distrito de Bentópolis e Zona Rural. Não temos CREAS.
- Serviços, programas E benefícios ofertados:

1. PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família: Acolhimento, acompanhamento familiar, visitas domiciliares e encaminhamentos a serviços da rede;

2. SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Grupos organizados por faixa etária – crianças/adolescentes de 6 a 17 anos, pessoas idosas, pessoas com deficiência e famílias em situação de vulnerabilidade;
3. Gestão do Cadastro Único: Inscrição, atualização e revisão cadastral, além do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e demais transferências de renda federais e estaduais;
4. Benefícios Eventuais: Regulamentados por lei municipal – cestas básicas, auxílio-aluguel, auxílio-funeral e passagens intermunicipais/interestaduais para atendimento de saúde ou situação de risco;
5. Ações de busca ativa: Identificação de famílias não cadastradas ou com direitos violados, em parceria com outras políticas públicas.

- Recursos humanos: Equipe do CRAS é composta por 1 coordenador não exclusivo que acumula a função de assistente social também, 1psicólogo com carga horária reduzida e insuficiente, 1 educador social, dois motoristas, e 1 agente administrativo, não estando em conformidade com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS).
- Infraestrutura: Sede própria no centro urbano; 3 veículos sendo um utilitário adquirido recentemente, utilizado para atendimento itinerante na zona rural, transporte de usuários e distribuição de materiais/doações.

Proteção Social Especial

- Média Complexidade: Não há unidade de CREAS própria no município. O atendimento especializado é todo referenciado no CRAS no casos de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos para casos de violência doméstica, abandono, exploração sexual, trabalho infantil e outras violações de direitos.

- Alta Complexidade: Existe um asilo para idosos privado, onde sua manutenção é praticamente dos benefícios dos próprios usuários. Não existe unidades de acolhimento institucional próprias (Casa Lar, Abrigo Institucional, Residência Inclusiva). As vagas são contratadas em entidades de municípios vizinhos para crianças/adolescentes, e pessoas com deficiência.
- População em situação de rua são atendidas e acompanhadas pontualmente pelo CRAS, com encaminhamento para serviços de acolhimento em outros municípios, dada a ausência de estrutura local.

REDE INTERSETORIAL EXISTENTE

Saúde

- Equipamentos: 1 Unidades Básicas de Saúde (UBS) na zona urbana na sede e 1 no distrito; o atendimento de média complexidade do município e referenciada em Rolândia, e os casos de alta complexidade em centros regionais maiores como Londrina.
- Articulação: Acompanhamento conjunto das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família; ações integradas de saúde mental, enfrentamento ao uso de substâncias, violência interpessoal e pré-natal; fluxo formalizado de encaminhamentos entre CRAS e unidades de saúde.

Educação
- Equipamentos: 4 escolas municipais (creches/educação infantil e ensino fundamental), 2 escola estadual (ensino fundamental e médio)
- Articulação: Busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola; acompanhamento de infrequência e evasão escolar; identificação de casos de trabalho infantil e encaminhamento ao Conselho Tutelar; atividades complementares em parceria com o SCFV até que o aluno chegue ao 5º ano do ensino fundamental, depois ele segue para a escola estadual por tempo integral.

Trabalho e Renda
- Equipamentos: Atendimento regionalizado do Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT); ações de qualificação profissional em parceria com Senac, Senai, e Governo Estadual. Existe projto para adolescentes aprendiz.
- Articulação: Encaminhamento de usuários do Cadastro Único para vagas de emprego e cursos; orientação sobre acesso a microcrédito produtivo e fomento a atividades de economia solidária.

Demais Políticas
- Habitação: Ações de regularização fundiária e melhoria habitacional em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e Governo do Estado;
- Segurança Pública: Atuação conjunta com Polícia Militar e Polícia Civil com sede em Jaguapitã, com fluxos de encaminhamento imediato ao Conselho Tutelar e serviços de proteção;
- Cultura, Esporte e Lazer: Disponibilização de espaços públicos e parceria para desenvolvimento de atividades do SCFV e ações de inclusão social.

AVALIAÇÃO DA COBERTURA, LACUNAS E INTEGRAÇÃO

Pontos Fortes e Cobertura Existente

· Cobertura consolidada da Proteção Social Básica em todo o território urbano; a aquisição de veículo ampliou significativamente o acesso da zona rural aos serviços;
· Fluxos de articulação com saúde e educação formalizados e com funcionamento regular;
· Gestão eficiente do Cadastro Único e benefícios socioassistenciais, com Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) em patamar satisfatório;
· Funcionamento regular do CMAS e demais conselhos, garantindo o controle social da política.

Lacunas de Cobertura e Acesso
- Proteção Social Especial: Ausência de CREAS próprio e unidades de acolhimento no município, gerando demora no atendimento especializado, custos de deslocamento e descontinuidade no acompanhamento de casos;
- Públicos específicos: Oferta incipiente de serviços especializados para pessoas com deficiência, jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua;
- Horário de atendimento: Funcionamento restrito ao período comercial, dificultando o acesso de trabalhadores informais e familiares que não podem se ausentar do serviço;
- Quadro profissional: número muito reduzido de técnicos para atender ao volume de demandas, visitas domiciliares e ações de busca ativa.

Integração entre Serviços
- Avanços: Reuniões mensais de articulação de rede; fluxos de encaminhamento definidos com saúde, educação e Conselho Tutelar; participação regular das equipes do CRAS nas ações intersetoriais.

Desafios:
- Ausência de sistema informatizado compartilhado entre os órgãos, dificultando o acompanhamento conjunto de casos;
- Articulação ainda incipiente com as políticas de trabalho e renda e habitação;
- Falta de protocolo Intersetorial formalizado para atendimento a situações complexas de violência e violação de direitos.

RECOMENDAÇÕES PARA FORTALECIMENTO DA REDE
1. Pleitear junto ao Governo do Estado a instalação de unidade descentralizada do CREAS já temos o prédio construído com recursos parlamentar, mas necessitamos de recursos financeiros para equipá-lo e recursos financeiros para a contratação da equipe mínima segundo a NOB/SUAS.

2. Elaborar e aprovar protocolo intersetorial único de atendimento a violações de direitos, adotando ferramenta digital para registro e monitoramento de encaminhamentos;
3. Ampliar parcerias para oferta de cursos de qualificação profissional e fomento a atividades geradoras de renda voltadas prioritariamente a famílias do Cadastro Único;
4. Estruturar a Vigilância Socioassistencial com mapeamento georreferenciado de vulnerabilidades, demandas e vazios de atendimento, conforme determina a NOB/SUAS.

PROVISÕES DO SUAS: OFERTA, DEMANDA E CAPACIDADE

Município de Guaraci/PR – Ano Base 2026, com dados consolidados conforme relatórios de gestão municipal, Censo SUAS e Portal da Transparência; números estimados complementados com parâmetros de municípios de pequeno porte do Paraná apresenta os seguintes dados.
- Números de famílias acompanhadas sistematicamente: 46

- + ou - 196 Famílias atendidas ao mês com acolhimento e orientação pontual

- SCFV são 87 crianças e adolescentes,

- SCFV são 89 idosos em média

- No SCFV Pessoas com deficiência e famílias em vulnerabilidade: 15 vagas

- Adolescente em medidas socioeducativas: 00

- BENEFÍCIOS EVENTUAIS: Cobertura: Atendimento a todas as solicitações enquadradas na lei municipal, com limite orçamentário, - Periodicidade: Análise e concessão de benefícios eventuais em até 3 dias úteis para emergências; até 5 dias para demandas de casos comuns:
· Auxílio Natalidade: 6 a 8 Kits
· Auxilio Funeral: 4 a 7 Furnas e Terrenos/ Anual
· Auxilio de vulnerabilidade Temporária (90 Cesta Básica/mês e 260 Cobertores no Inverno)
· Auxílio Calamidade 00
· Auxilio Transporte: + ou - 450 Famílias E Indivíduos / Ano

BPC: estimativa atualizada 2026: 35 a 42 pessoas beneficiadas (sendo +- 22 idosos, 100% dos casos deferidos pelo INSS e +-18 pessoas com deficiência), Cobertura: acompanhamento social realizado para verificação de manutenção do benefício, Periodicidade: Pagamento mensal; reavaliação cadastral bienal ou conforme demanda; - Capacidade instalada: Não há limite de vagas – benefício garantido por lei a todos que cumprem os requisitos
- Público: Famílias inscritas no Cadastro Único 1.152, e destas com renda per capita de até ½ salário mínimo, em situação de vulnerabilidade social ou risco de rompimento de vínculos são 368 beneficiários do Programa Bolsa Família.
- Cobertura: Abrange 100% da zona urbana e comunidades rurais acessíveis.

- Periodicidade: Acolhimento diário; acompanhamento familiar quinzenal/mensal; visitas domiciliares conforme necessidade.

- Capacidade instalada: Definida por dotação orçamentária anual; sem limite de vagas, mas com restrição de valor por benefício.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Serviços de Acolhimento para criança adolescente: Sem unidades próprias, 3 vagas contratadas em entidades de município de Apucarana mais próximos ou da mesma comarca.
- Números: 1 adolescente em Apucarana ocupada

- Público: Crianças/adolescentes vítimas de violência/abandono.

- Serviços de Acolhimento para pessoas idosas, com unidade no município do setor privado, capacidade de atendimento 20 idosos abandonados pelos familiares;

- Não há Serviço de Acolhimento para pessoas com deficiência sem suporte familiar.

- Medidas Socioeducativas para Adolescentes

- Números: 0 (zero) adolescente acompanhado por ano; sem equipe exclusiva

- Público: Adolescentes de 12 a 18 anos em cumprimento de medida de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade

- Cobertura: Atendimento realizado de forma emergencial complementar pelo CRAS; sem oferta local de serviços específicos de e CREAS.

- Periodicidade: Acompanhamento quinzenal; relatórios mensais ao Poder Judiciário

- Capacidade instalada: acaba sendo demanda livre e casos simultâneos, restrito à carga horária da equipe multidisciplinar compartilhad

RELAÇÃO ENTRE OFERTA E DEMANDA MAPEADA

Critérios de priorização adotados

1. Situação de risco iminente (violência, abandono, desabrigo);

2. Presença de crianças, adolescentes, pessoas idosas ou com deficiência na família;

3. Inscrição e atualização no Cadastro Único;

4. Famílias sem acesso a renda formal ou rede de apoio familiar.

GARGALOS ESTRUTURAIS IDENTIFICADOS

Tipo de gargalo Detalhamento

Escassez de vagas com fila de espera no SCFV para usuários para zona urbana; com oferta de serviço especializado para pessoas com deficiência

Equipe insuficiente com quadro de 1 assistente social e 1 psicólogo para toda a proteção básica e especial referenciada; educadores sociais em número muito abaixo do recomendado.
Limitações orçamentárias valor dos benefícios eventuais abaixo da necessidade média; impossibilidade de contratar equipe exclusiva para medidas socioeducativas, para CRAS e CREAS.

BOAS PRÁTICAS A SEREM AMPLIADAS

- Atendimento itinerante rural: Ação iniciada com o novo veículo, que reduziu em 30% a demanda reprimida de atualização cadastral; pode ser ampliada para atividades do SCFV descentralizado;
- Fluxo conjunto com saúde/educação: Identificação prévia de famílias vulneráveis por agentes comunitários, reduzindo tempo de busca ativa;

- Gestão participativa: Envolvimento de usuários na definição de horários e atividades do CRAS, com alta taxa de adesão

RECOMENDAÇÕES DE AJUSTE

1. Pleitear ampliação de equipe por meio de convênios com o Estado e alocação de recursos do FMAS e concurso públicos para suprir a falta dos profissionais necessários;
2. Estabelecer parceria com a Secretaria de Educação para uso de transporte escolar em dias de atendimento itinerante;

3. Priorizar a ampliação de vagas do SCFV para grupos rurais e de pessoas com deficiência no planejamento anual;

4. Formalizar parceria com municípios vizinhos para redução de custos e garantia de atendimento mais próximo aos usuários de medidas socioeducativas.

Os números estimados devem ser substituídos pelos dados finais do Relatório de Gestão 2025 e do Censo SUAS mais recente, disponíveis no sistema MDS e no Portal da Transparência municipal.
Temos por potencialidades do território o fortalecimento das famílias e indivíduos através de capacitação e qualificação, para que com isso elas possamos reduzir as desproteções e ampliar a coberturas das famílias para o trabalho e adesão dos mesmos a empregos registrados

4. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Desde 2010 o município de Guaraci conseguiu habilitar-se junto a CIT e MDS com a implantação e funcionamento do CRAS e Secretaria Municipal de Assistência Social conforme NOB/RH e legislação vignte, o que tem ajudado a visualizar, quantificar, qualificar e planejar melhor os serviços e atendimento ofertados pela política municipal de Assistência Social no Município.
O Programa Bolsa Família é um programa social do Governo Federal, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família contribui para o resgate da dignidade e da cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares, por meio de articulação com outras políticas para a superação da pobreza e transformação social, tais como assistência social, esporte, ciência e trabalho.

No mês de janeiro de 2026, o município de GUARACI/PR teve 338 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, com 884 pessoas beneficiadas, e totalizando um investimento de R$ 236.112,00 e um benefício médio de R$ 698,56.
Quantidade de benefícios do Bolsa Família, por tipo, em janeiro de 2026 no município de GUARACI/PR:
· **884 Benefícios de Renda de Cidadania (BRC):** no valor de R$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais) por integrante, destinado a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.
· **312 Benefícios Complementares (BC):** destinado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja soma dos valores relativos aos benefícios financeiros de que trata o inciso I deste parágrafo seja inferior a R$ 600,00 (seiscentos reais), calculado pela diferença entre este valor e a referida soma.
· **173 Benefícios Primeira Infância (BPI):** no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por criança, destinado às famílias beneficiárias que possuírem, em sua composição, crianças com idade entre 0 (zero) e 7 (sete) anos incompletos.
· **0 Benefícios Variáveis Familiares (BVF):** no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais), destinado às famílias beneficiárias que possuírem, em sua composição:

a) gestantes;
b) nutrizes;
c) crianças com idade entre 7 (sete) anos e 12 (doze) anos incompletos; ou
d) adolescentes, com idade entre 12 (doze) anos e 18 (dezoito) anos incompletos;
· **0 Benefícios Extraordinários de Transição (BET):** aplicado em circunstâncias específicas até maio de 2025, com o propósito de assegurar que nenhum beneficiário receba quantia inferior à concedida no programa anterior (Auxílio Brasil).

Programa Auxílio Gás do povo já instituído no governo anterior:
É um auxílio financeiro destinado às famílias de baixa renda, com o objetivo de reduzir o efeito do aumento do preço do gás de cozinha sobre o orçamento doméstico. Foi instituído pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, e regulamentado pelo Decreto nº 10.881, de 2 de dezembro de 2021.
A partir de 2025, as famílias beneficiárias do Programa Auxilio Gás seguem recebendo cota de acordo com o número de pessoas cadastradas no Programa Bolsa Família, inclusive pessoas inscritas sozinhas no cadúnico não receberá o benefício.
O cartão Comida Boa foi estabelecido em no final de dezembro 2021 de para o Município de Guaraci pelo Governo Estadual devido a pandemia COVID-19, (Lei nº 20.747), é destinado a famílias em situação de extrema pobreza, com renda mensal per capita mensal de até R$200, atualmente é considerado um programa permanente e de caráter continuado e que beneficiará em a princípio 88 famílias do município, sendo que a cada 90 dias será reaplicado os critérios de permanência no programa, bem como se não estiver mais nos critérios o benefício será encerrado pelo Governo Estadual. Se por 90 dias não tiver movimentação no cartão, o Estado solicitará a devolução do mesmo.
Os problemas que envolvem pessoas em situação de vulnerabilidade e risco na fase adulta são quando se encontram em situação de desemprego por falta de qualificação, sem como sair da situação de impotência e sem qualquer perspectiva de mudança de sua realidade imediata, o que acaba gerando situações baixa auto- estima culminando nos inúmeros casos de desestruturação familiar, atingindo e colocando em risco não só crianças e adolescentes mais também pessoas de alguma forma fragilizada, pessoas portadoras de deficiência e idosas que compõem essas famílias.

No município tem havido oferta de número expressivo de trabalho, mas a população não tem se interessado em supri-las e preferem manter os benefícios assistenciais, alegando que os salários ofertados pelas empresas não compensam o esforço de sair de casa, que ganham mais ficando parados.
Na área do idoso contamos com o trabalho privado ofertado pelo asilo Lar da Divina Providência com capacidade de atendimento de 20 idosos, não governamental que atende demanda do município e região, cujos idosos são abandonados por familiares ou quando a família de origem não tem condições de dispensar os devidos cuidados a essa pessoa.
Faltam mais atividades sociais voltada ao idoso em nosso município e isso já está vendo com a implantação de mais esportes adaptados, atividades de interesse deles realmente.
Guaraci por ser um município de pequeno porte, tem apontado pouca ou quase nenhuma demanda relacionada a casos de crianças e adolescentes envolvidos em atos infracionais que exija intervenção do poder judiciário e de medida sócio – educativa determinados pelo mesmo. Quando tais intervenções são indicadas pelo judiciário, para atender essa demanda contamos com o acompanhamento direto do Conselho Tutelar, CRAS e Secretaria Municipal de Assistência Social que acabam tendo que assistir e resolver tais situações através de parcerias com algumas entidades locais, consórcios com entidades institucionais, pois ainda não contamos com um programa específico, com equipe técnica ideal que atenda integralmente essa demanda como pede o Estatuto e como sabemos ser necessário. O que temos são projetos locais, atividades esportivas, culturais, atividades psicossociais e sócios- educativas que os absorvem e tentam auxiliá-los em sua necessidade como as atividades do SCFV e Escolinhas de futebol.
Um dos problemas mais evidente e preocupante levantado nesse diagnóstico está diretamente relacionado ao contato e uso de drogas pelos nossos jovens e muitas vezes por adultos, que observa ser uma situação crescente no município. Isso pede uma abertura de discussão das autoridades e comunidade com urgência, pois o combate a essa doença(vícios) exige esforços coletivos, que envolva a sociedade como um todo, poder público através de suas políticas sociais, polícia militar e federal e poder judiciário.
A prioridade aqui observada é de se definir estratégias de redução e combate ao uso de substância tóxica pela população. Nestas estratégias, envolver atividades realmente atraentes aos jovens, que lhes estimulem a prática de uma vida saudável, revigorante e repleta de oportunidades realizáveis e promissoras. Envolver as famílias desses jovens nessas atividades, para que possam ser o esteio de seus filhos, pois um estará fortalecido no outro.
Para isso, sugere as seguintes ações que poderá a ajudar no alcance dos objetivos propostos aos problemas levantados:

1. Oferta de programas e projetos de geração de renda e emprego como vem sendo buscado pela Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com demais políticas e sociedade civil organizada, onde envolve as famílias e os jovens na condição de aprendiz no município;
2. Oferta de cursos profissionalizantes aos adolescentes e jovens;

3. Ampliar a equipe de trabalho, com a contratação de profissionais afins, para desenvolver um trabalho com crianças e adolescentes, mas sempre envolvendo e acompanhando suas famílias, propiciando um atendimento integral a esses usuários com o fortalecimento da equipe técnica do CRAS e implantação do CREAS;
4. O CRAS em parceria com a Secretaria Municipal do Trabalho, estimular e ofertar cursos/ oficinas aos jovens e suas famílias de acordo com os interesses;
5. Criar uma equipe inter-setorial entre as políticas, onde possam estar discutindo alternativas de abordagens dos jovens usuários de drogas e também desenvolver junto à comunidade um trabalho de prevenção contra o uso de drogas e prostituição infanto – juvenil.

O município tem também já em funcionamento o projeto denominado SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo), que além de atender essa demanda acima citada, ofertará ações que atende crianças e adolescentes de 06 a 17 anos, com atividades culturais, esportivas, sócio- educativas, cidadania, com equipe adequada para acompanhá-los e orientá-los devidamente dentro da necessidade de cada um, enquanto seus pais se ausentem para trabalhar.

No CRAS também vem sendo desenvolvidas atividades juntas às famílias em situação de vulnerabilidade no sentido de buscar a superação de suas necessidades e alcançar autonomia e resgate de direitos sociais e humanos, no sentido de fortalecimento da auto- estima e cidadania através do PAIF (Programa de Atenção Integral a Família).

5. CONSELHO TUTELAR

Os Conselhos Tutelares, previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n°. 8.069/1990), são criados por lei para garantir que, nos municípios, a política de atendimento à população infanto-juvenil seja cumprida. Estes órgãos devem ser procurados pela população em caso de suspeita ou denuncia de violação dos direitos da criança e adolescentes, a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao esporte, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência família e comunitária.

Quando comprovada a denúncia, cabe ao conselheiro tutelar acionar os demais atores da rede de proteção à infância e adolescência, como as delegacias de proteção à criança e ao adolescente e os centros de defesa da criança e do adolescente, e as instancias do Poder Judiciário, como Ministério Público e os Juizados as Infância e Juventude. Além de atender a denúncias, o conselho tutelar também deve estar atento a realidade de sua comunidade, atuando na prevenção de situações que ponham em risco os direitos e meninos e meninas.

Os conselheiros tutelares são escolhidos pela própria comunidade em processo eleitoral conduzido pelo Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA). Para concorrer ao cargo, é necessário que o cidadão atenda três requisitos estabelecidos pelo Estatuto: ter reconhecida a idoneidade moral, idade superior a 21 anos e residir no município.

Em Guaraci o Conselho Tutelar funciona em sede própria todo equipado com informática e teve sua atual eleição para conselheiros realizada em 2022, com mandato até 2026. A manutenção das atividades é custeada pela Secretaria de Administração da Prefeitura de Guaraci. Em 2025 realizou um total de 511 atendimentos durante o ano, sendo estes encaminhamentos, orientações, plantão e sobreaviso. Hoje o Conselho Tutelar de Guaraci conta cm 03 veículos automotivos para atender melhor sua demanda.

6. REDE PRIVADA DE ASSISTENCIA

A Rede Privada de Assistência Social é composta por uma entidade não governamental estabelecida no município, devidamente inscrita no Concelho Municipal de Assistência Social. Para o SUAS, tais instituições são parceiras imprescindíveis para a execução a Política de Assistência Social. Lupionópolis tem hoje 01 (uma) instituição nesta condição, sendo que não recebe ajuda do governo municipal.

ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES QUE DESENVOLVEM AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL

N	ENTIDADE	ANO DE CRIAÇÃO	PÚBLICO ALVO	NIVEL DE PROTEÇÃO
01	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Amor e Vida	26/06/1982	Crianças e Adolescentes com Deficiência	Especial e média complexidade
02	Lar da Divina Providência de Guaraci- Asilo	02/06/1989	Idoso institucionalizado	Média/Alta complexidade

7. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS:

7.1- OBJETIVO GERAL DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Garantir de forma integrada às políticas sociais e setoriais, a minimização e superação as desigualdades socioterritoriais, buscando e definindo ações e alternativas de superação e enfrentamento as vulnerabilidades sociais diversas, de forma a garantir os mínimos sociais, e de forma planejada alocar os provimentos de condições para atender contingências sociais existentes em nosso município de maneira eficaz e organizada almejando a universalização e equidade dos direitos sociais, de forma a consolidar o Sistema Único de Assistência Social no município, de viabilizando a garantia de direitos aos usuários da assistência social nos diferentes níveis de proteção, tendo como referência a Política Nacional de Assistência Social (PNAS-04), a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Lei n° 12.594/2012), a Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH) e a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n° 8.742/93).

7.2- OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- Definir programas, serviços, projetos e benefícios de proteção social básica e ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitarem;
- Buscar ações e alternativas concretas que estimule e garanta a inclusão e a equidade das demandas, ofertando e ampliando o acesso aos bens de serviços socioassistenciais básicos e especiais quando necessário nas áreas de vulnerabilidades sociais;
- Garantir que as ações da política da assistência social tenham suas diretrizes voltadas as centralidades na família como um todo, fortalecendo e estimulando a convivência familiar e comunitária, tornando o usuário protagonista de sua história e cidadão de direitos.
- Aprimorar as ações de serviços relativos a Proteção Social Básica, Especial de Média e Alta Complexidades no município, tendo como base a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do SUAS.
- Implantar novas ações e serviços de acordo com a tipificação e demandas do município tendo como referência a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 04), a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), a Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH) e a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n° 8.742/93).

- Apoiar os conselhos enquanto instancias deliberativas, de caráter permanente e composição entre governo e sociedade civil conforme legislação nacional, estadual e municipal, como forma de democratizar a gestão. Aprimorar as estratégias de gestão para garantir a execução das ações previstas na Politica Municipal de Assistência Social, em todos os níveis de Proteção.

8. PRIORIEDADES E METAS DELIBERADAS:

Tabela de prioridades e metas deliberadas para o quadriênio 2026-2029

Nº	as Prioridade e Metas para a gestão municipal, no âmbito do Pacto de Aprimoramento do SUAS, previsto na NOB SUAS/2012,	Ano da Deliberação:		Deliberação:	Observações:
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA- CRAS/ SCFV/PAS E PAIF					
a) Acompanhamen to familiar pelo PAIF	Atingir taxa de acompanhamento do PAIF das famílias cadastradas no CadÚnico de 15 % para municípios de Peq. I				Já vem sendo realizado pela equipe do CRAS
b) Acompanhamen to pelo PAIF das famílias com Membros beneficiários do BPC	Atingir taxa de acompanhamento do PAIF das famílias com membros beneficiários do BPC: 25 % para municípios de Peq. Porte I.				Já vem sendo realizado pela equipe do CRAS
c) Cadastramento das famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico.	Atingir os seguintes percentuais de Cadastramento no CadÚnico das famílias com presença de beneficiários do BPC: Munic. Peq I - 70%;				Essa demanda de beneficiário do BPC já está quase toda no CadÚnico.
d) Acompanhamen to pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que apresentem outras vulnerabilidades sociais, para além da insuficiência de renda.	Atingir taxa de acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família de 15% para os municípios de Peq. Porte I e 10% 2013.				Já vem sendo realizado pela equipe do CRAS
e) Acompanhamen to pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão por descumpriment o de condicionalidad es, cujos motivos sejam da assistência social.	Atingir 50% de taxa de acompanhamento das famílias em fase de suspensão do Programa Bolsa Família em decorrência do descumprimento de condicionalidades, cujos motivos sejam da assistência social com respectivo sistema de informação.				Já vem sendo realizado pela equipe do CRAS
f) Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	Atingir o percentual de 50% de inclusão do público prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.				Estamos em processo de realização do reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL- CREAS/ PAEIF					
g) implantação e cobertura da cobertura do PAEFI nos municípios com mais de 20 mil habitantes					NAÕ TEMOS PAEFI NO MUNICIPIO POR SER PEQUENO PORTE E NÃO TER CREAS
h) Identificação e cadastramento de crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil.					NAÕ TEMOS PETI NO MUNICIPIO POR SER PEQUENO PORTE E NÃO TERMOS DEMANDA
i) Cadastramento e atendimento da População em Situação de Rua					NAÕ TEMOS ESSA DEMANDA NO MUNICIPIO
d) Acompanhamen to pelo PAEFI de famílias com crianças e adolescentes em serviço de acolhimento					NAÕ TEMOS PAEFI NO MUNICIPIO POR SER PEQUENO PORTE E NÃO TEMOS DEMANDA, E QUANDO HÁ CASOS ESPORÁDICOS TEMOS CONVENIO COM A INSTITUIÇÃO REFERENDADA PELA COMARCA/JODER JUDICIÁRIO.
e) Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescente					NÃO TEMOS DEMANDA, E QUANDO HÁ CASOS ESPORÁDICOS TEMOS CONVENIO COM A INSTITUIÇÃO REFERENDADA PELA COMARCA/JODER JUDICIÁRIO/ APUCARANA.
f) Acompanhamen to pelo PAEFI das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas.					NAÕ TEMOS PAEFI NO MUNICIPIO POR SER PEQUENO PORTE E A DEMANDA ACABA SENDO ATENDIDA PELA ESTRUTURA EXISTENTE-CRAS E ÓRGÃO GESTOR. NÃO TEMOS CREAS
g) Implantar Unidades de Acolhimento (residência inclusiva) para pessoas com deficiência em situação de dependência com rompimento de vínculos familiares					NÃO TEMOS DEMANDA, E QUANDO HÁ CASOS ESPORÁDICOS TEMOS CONVENIO COM A INSTITUIÇÃO REFERENDADA PELAO JODER JUDICIÁRIO E SEDEF
GESTÃO					
a) Desprecarização dos vínculos trabalhistas das equipes que atuam nos serviços	Atingir percentual mínimo 60% de trabalhadores do SUAS de nível superior e médio com vínculo de servidor estatutário ou empregado público.				Já temos 100% dos trabalhadores do SUAS de nível superior e médio com vínculo de servidor comissionado

socioassistenciai s e na gestão do SUAS.					
b) Estruturação das SMAS com formalização de áreas essenciais	100% dos municípios de pequeno I e II e médio porte com instituição formal, na estrutura do órgão gestor de assistência social, as áreas constituídas como subdivisões administrativas, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e a área de Gestão do SUAS com competência de Vigilância Socioassistencial.				Estamos em processo de realização da Estruturação das SMAS com formalização de áreas essenciais e necessárias
c) Adequação da legislação Municipal à legislação do SUAS	100% dos municípios com Lei que regulamenta a Assistência Social e o SUAS atualizada.				Estamos em processo de realização da atualização e adequação da legislação Municipal à legislação do SUAS,
	CONTROLE SOCIAL				
a) Ampliar a participação dos usuários e trabalhadores nos Conselhos Municipais de Assistência Social	Atingir 100% dos Conselhos Municipais de Assistência Social com representação da sociedade civil composta de representantes de usuários, entidades e dos trabalhadores do SUAS.				Já temos isso garantido na Lei Municipal nº**. 1.178** de **11/08/2010** - de Criação e regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social e seu Fundo
b) Instituir o CMAS com instância de Controle Social do Programa Bolsa Família	Atingir 100% dos Conselhos Municipais de Assistência Social como instância de controle social do PBF.				Estamos em processo de instituir o CMAS como instância de Controle Social do Programa Bolsa Família e extinguir o Comitê.

9. AÇÕES E ESTRATÉGIAS CORRESPONDENTES PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO:

9.1 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Atendimento sociofamiliar, Concessão dos Benefícios Eventuais, Enfrentamento à Pobreza, Capacitação Socioprofissional, Inserção No Programa Leite das Crianças, Inclusão Produtiva Para Beneficiários do PBF E BPC, Atendimento Circunstancial Emergencial (Plantão Social), Concessão de Outros Benefícios Socioassistenciais.
Realizar de forma continuada, permanente e planejada, serviços, programas e benefícios.
Assegurar a garantias de direitos socioassistenciais com a especificação da promoção da cidadania através da organização de usuários.
9.2 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
9.2.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF
Ações: Atendimento a crianças, adolescentes, famílias, idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social.
Objetivos: Fazer com que o usuário reconheça sua realidade, fortalecendo sua autonomia e potencializando a família como unidade de referência, por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Estratégias: Atendimento social; Entrevista familiar; Visitas domiciliares; Palestras; Acompanhamento socioassistencial
Meta Física: Atender aproximadamente 20 famílias por mês.
Responsável: CRAS.
Período de execução: 2026, 2027, 2028 e 2029.
9.2.2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo Familiar
Ações: Realização de oficinas de convivência para crianças, adolescentes e suas famílias, com atividades artesanais, culturais e educativas.
Objetivos: Incentivar o processo de autonomia e emancipação social crianças e adolescentes e suas famílias.
Estratégias: Palestras e oficinas artesanais e culturais e temáticas voltadas crianças e Adolescentes e suas famílias, realizar o acompanhamento sócio-assistencial dessas crianças e Adolescentes, idosos e suas famílias.
Metas Físicas: Pretende-se atender 7 grupos de 30 pessoas semanalmente.
Responsável pela execução: SCFV.
Exercício previsto / ano: 2026, 2027, 2028 e 2029.
9.2.3. Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF Ações: Manutenção do PAIF.
Objetivos: Adquirir equipamento de informática para auxiliar a melhor prestação e agilização dos serviços prestados pelo CRAS.
Estratégias: Alocar recursos para a aquisição dos equipamentos com recursos disponíveis.
Metas físicas: Aquisição de 03 computadores para o CRAS.
Responsável pela execução: CRAS.
Exercício previsto / ano: 2026, 2027, 2028 e 2029.
9.2.4. Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF Ações: Grupo de Convivência da Terceira Idade do CRAS.
Objetivo: Incentivar o processo de autonomia e emancipação social dos idosos beneficiários do Programa Federal Bolsa Família e BPC; Desenvolver ações de apoio aos idosos e suas famílias em conjunto com outros serviços existentes na rede municipal de Guaraci; Orienta-los quanto aos seus direitos e deveres em sociedade; Atuar de forma preventiva, evitando que os idosos tenham seus direitos violados, caindo em situações de risco e vulnerabilidade social;

Fortalecimento do vínculo desses idosos com suas respectivas famílias e sociedade em geral.
Estratégias: Palestras, eventos e oficinas artesanais e culturais e temáticas voltadas aos idosos e quando necessário as suas famílias, e realizar o acompanhamento socioassistencial desses idosos.
Metas físicas: Pretende-se atender 01 grupo de 100 idosos semanalmente.
Responsável pela execução: CRAS.
Exercício previsto / ano: 2026, 2027, 2028 e 2029.
9.4.5. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF Atendimento socioeducativo a crianças e adolescentes
Ações: Realizar atendimento socioeducativo destinado a crianças e adolescentes com idade entre 7 e 17 anos.
Objetivos: Fortalecer os vínculos familiares e comunitários, promover a cidadania e prevenir situações de risco e vulnerabilidade social.
Estratégias: Realizar reuniões e atividades conduzidas pela equipe técnica do CRAS, abordando temas como vínculos familiares, cidadania, convivência comunitária e assuntos de interesse das diferentes faixas etárias.
Metas físicas: Atender de 2 a 3 grupos, com aproximadamente 20 participantes em cada grupo, por meio de atividades voltadas aos interesses e às necessidades dos usuários.
Responsável pela execução: CRAS.
Exercícios previstos: 2026, 2027, 2028 e 2029.
10. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
Atendimento especializado às vítimas de violência e abuso sexual, execução de medida socioeducativa de liberdade assistida, abrigamento, atendimento jurídico e social, serviço de atendimento especializado ás famílias com direito violado e/ou com medidas de proteção, articulação com asilos, combate ao abuso sexual.
Garantir a inclusão a todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou em situação de risco, inserindo-os na rede de proteção social local.

Atender famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação trabalho infantil, entre outras.

10.1 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL/MEDIA COMPLEXIDADE

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA SERCIÇO	AÇÕES	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS FISICAS	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	EXERCICIO PREVISTOS/AN OS
IMPLANTAÇÃO DO CREAS	Ofertar Serviço de orientação e apoio sócio familiar e encaminhamentos a casa de apoio familiar com direitos já violados	- Acolher e oferecer o atendimento específico e necessário as crianças, adolescentes, idosos e famílias já com seus direitos violados.	- Ofertar atividades estimulantes e temas atuais e de interesse da demanda a fim de que os mesmos se envolvam e participem dos serviços ofertados e que realmente tragam mudanças e melhora na qualidade de vida deles, podendo estes ser protagonista de uma história de vida diferentes.	Encaminha mentos e atendimen to de acordo com a demanda	CREAS	2026 2027 2028 2029
MÉDIA COMPLEXIDADE: ATENDER CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM SEUS DIREITOS VIOLADOS.	Serviço de orientação e apoio sócio familiar e encaminhamentos a	- Acolher e oferecer o atendimento específico e necessário as	- Ofertar atividades estimulantes e temas atuais e de interesse da	Encaminha mentos e atendimen to de	Educador social, equipe do CRAS e Órgão gestor/ e SINASE quando	2026 2027
	casa de apoio familiar.	crianças e adolescentes já com seus direitos violados.	demanda a fim de que os mesmos se envolvam e participem dos serviços ofertados e que realmente tragam mudanças e melhora na qualidade de vida deles, podendo estes ser protagonista de uma história de vida diferentes.	acordo com a demanda	estiver em funcionamento, juntamente com o Ministério Público	2028 2029
MÉDIA COMPLEXIDADE: ATENDER CRIANÇA E ADOLESCENTES COM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM LA E PSC	Manter a estrutura técnico-operacional de atenção individualizada com acompanhamento criança e adolescentes com medidas socioeducativas em LA e PSC	- Acolher, apoiar, orientar e oferecer o atendimento específico e necessário as crianças e adolescentes já com seus direitos violados e em cumprimento de medidas socioeducativas em LA e PSC	- Ofertar atividades estimulantes e temas atuais e de interesse da demanda a fim de que os mesmos se envolvam e participem dos serviços ofertados e que realmente tragam mudanças e melhora na qualidade de vida deles, podendo estes ser	Atendimen to e encaminha mento de acordo com a demanda	Educador social, equipe do CRAS/CREAS e Órgão gestor/ e SINASE quando estiver em funcionamento	2026 2027 2028 2029
			protagonista de uma história de vida diferentes.			
MÉDIA COMPLEXIDADE ASSESSORAR O CONSELHO TUTELAR E DAR ATENDIMENTO A DEMANDA POR ELE INDICADA	- Assessoramento e suporte técnico e legal aos Conselheiros Tutelares para que consigam realizar o trabalho de defensor de direitos com êxito.	- Assessorar o Conselho Tutelar as receber as queixas e denúncias a dar os devidos encaminhamentos da criança e do adolescente e suas famílias.	- Ofertar assessoramento e suporte técnico e legal aos Conselheiros Tutelares para que tenham um melhor conhecimento dos serviços ofertados pela rede, melhor discutir e entender os casos para que consigam realizar o trabalho de defensor de direitos com êxito.	Assessora mento constante de 05 conselheir os	Educador social, equipe do CRAS/CREAS e Órgão gestor/ e SINASE quando estiver em funcionamento, juntamente com o Ministério Público	2026 2027 2028 2029
ALTA COMPLEXIDADE: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS	Garantir e Manter o apoio técnico social e financeiro a entidades conveniadas e manutenção de subvenções ao Asilo-Lar da Divina Providência de Guaraci.	- Manter e ou melhorar a qualidade dos serviços prestados pela instituição aos seus Idosos internos.	- Ofertar assessoramento, capacitação e suporte técnico e legal aos profissionais da instituição, para que tenham um melhor conhecimento dos serviços ofertados	Atender 01 entidade com 20 internos	Órgão Gestor das 03 esferas de Governo	2026
			pela rede, melhor discutir e entender os casos para que consigam realizar o trabalho de cuidadores com êxito.			2027 2028 2029
ALTA COMPLEXIDADE: GARANTIR O APOIO A CASA LAR- ABRIGAMENTO INSTITUCIONAL (CRIANÇA E ADOLESCENTE).	Garantir e Manter o apoio técnico social e financeiro a entidades conveniadas e manutenção de subvenções a Casa Lar de Apucarana	- Manter e ou melhorar a qualidade dos serviços prestados pela instituição as crianças e adolescentes internos.	Manutenção do convênio, oferecendo assessoramento e suporte técnico, legal e financeiro aos profissionais da instituição, para que consigam realizar o trabalho de cuidadores com êxito.	Manutençã o de 01 convênio	Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
MÉDIA COMPLEXIDADE: MANUTENÇÃO AO SCFV	Manter o projeto destinado à criança e adolescente já com seus direitos violados	- Acolher e oferecer o atendimento específico e necessário as crianças e adolescentes já com seus direitos violados e que realmente os envolvam e desperte a efetiva participação	- Ofertar atividades estimulantes e temas atuais e de interesse da demanda a fim de que os mesmos se envolvam e participem dos serviços ofertados e que realmente	Atender de acordo com a demanda	Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
		nos serviços ofertados buscando trazer mudanças e melhoria na qualidade de vida deles, podendo estes ser protagonista de uma história de vida diferentes.	tragam mudanças e melhora na qualidade de vida deles, podendo estes ser protagonista de uma história de vida diferentes.			
IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	Contratação de 01 técnico administrativo concursado para o SINASE	- Composição da Equipe Técnica do SINASE somente por pessoal efetivo, aprovado por concurso público.	- Realização de concurso público para contratação de pessoal efetivo para o cargo através da Prefeitura Municipal de Assistência Social e Órgão Gestor de Assistência social para a composição de quadro de profissional da Equipe do SINASE.	01 técnico administra tivo	Prefeitura Municipal de Guaraci e Órgão Gestor de Assistência Social	2026 2027 2028 2029

IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	Contratação de 01 Assistente Social-SINASE	- Composição da Equipe Técnica do SINASE somente por pessoal efetivo,	- Realização de concurso público para contratação de pessoal efetivo para o cargo através da Prefeitura Municipal de Assistência Social		Prefeitura Municipal de Guaraci e Órgão Gestor de Assistência Social	2026 2027 2028 2029
		aprovado por concurso público	e Órgão Gestor de Assistência social para a composição de quadro de profissional da	01 Assistente Social		
IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	Contratação de 01 Pedagogo (a)-SINASE	- Composição da Equipe Técnica do SINASE somente por pessoal efetivo, aprovado por concurso público.	- Realização de concurso público para contratação de pessoal efetivo para o cargo através da Prefeitura Municipal de Assistência Social e Órgão Gestor de Assistência social para a composição de quadro de profissional da	01 Pedagogo (a)	Prefeitura Municipal de Guaraci e Órgão Gestor de Assistência Social /CREAS	2026 2027 2028 2029
IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	Contratação de 01 Psicóloga (o)- SINASE	- Composição da Equipe Técnica do SINASE somente por pessoal efetivo, aprovado por concurso público	- Realização de concurso público para contratação de pessoal efetivo para o cargo através da Prefeitura Municipal de Assistência Social e Órgão Gestor de Assistência social para a composição de quadro de profissional da	01 Psicóloga (o)	Prefeitura Municipal de Guaraci e Órgão Gestor de Assistência Social	2026 2027 2028 2029

IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	- Adquirir Equipamento de Informática com Impressora, permanente e de consumo para o SINASE	- Adquirir e equipar o SINASE do município, com equipamento de Informática com Impressora, permanente e de consumo, para que tenham condições de desenvolver as atividades necessáriasecomuns as suas atribuições.	- Alocar recursos financeiros junto a órgãos pertinentes das três esferas de governo para equipar o SINASE do município.	- Equipar o 01 programa SINASE/CR EAS	Prefeitura Municipal de Guaraci e Órgão Gestor de Assistência Social nas 03 esferas de Governo	2026 2027 2028 2029
ALTA COMPLEXIDADE: SERVIÇO DE ATENÇÃO A PESSOAS USUÁRIAS DE DROGAS,ÁLCOOL,VITIMADE VIOLÊNCIA E GRAVIDEZ PRECOCE E SUAS FAMÍLIAS	Programa de apoio sociofamiliar para famílias e usuários de drogas, alcoolismo,vítimade violência, gravidez precoce e qual quer situação de risco pessoal de social.	- Acolhere oferecero atendimento específico e necessárioaspessoas usuárias de drogas, álcool, vítima de violência e gravidez precoce e suas famílias que já tiveram seus direitos violados e que realmente os envolvam e desperte a efetiva participação nos serviços ofertados buscando trazer mudanças e melhoria na qualidade de vida deles, podendo estes ser protagonista de uma história de vida diferentes.	- Ofertar atividades estimulantes e temas atuais e de interesse da demanda a fim de que os mesmos se envolvam e participem dos serviços ofertados e que realmente tragam mudanças e melhora na qualidade de vida deles, podendo estes ser protagonistade uma história de vida diferentes.	Ofertar e manter 01 serviço de atendimen to e encaminha mento dessa demanda.	Prefeitura Municipal de Guaraci e Órgão Gestor de Assistência Social/CREAS	2026 2027 2028 2029
ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	Eleger os membros do Conselho Tutelar através do Processo de votação de toda a comunidade	- Organizar, divulgar e garantir o Processo eleitoral dos Membros do Conselho Tutelar de Guaraci para o novo mandato.	- Juntamente com o CMDCA e Ministério Público, o Órgão Gestor de Assistência social Organizara, divulgara e garantira o Processo eleitoral dos Membros do Conselho Tutelar de Guaraci para o novo mandato.	Eleição de 05 membros titulares do Conselho Tutelar e suplentes para a continuaçã o de 01 conselho	Órgão Gestor/ CMDCA e Ministério Público	2027

10.2 - PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA SERCIÇO	AÇÕES	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS FISICAS	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	EXERCICIO PREVISTOS/AN OS
ALTA COMPLEXIDADE: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS	Garantir e Manter o apoiotécnicosociale financeiro a entidades conveniadas e manutenção de subvenções ao Asilo- Lar da Divina Providência de Guaraci.	- Manter e ou melhorar a qualidade dos serviços prestados pela instituição aos seus Idosos internos.	- Ofertar assessoramento, capacitação e suporte técnico e legal aos profissionais da instituição, para que tenham um melhor conhecimento dos serviços ofertados pela rede, melhor discutir e entender os casos para que consigam realizar o trabalho de cuidadores com êxito.	Atender 01 entidade com 20 internos	Órgão Gestor das 03 esferas de Governo	2026 2027 2028 2029

11. GESTÃO DO SUAS

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA SERCIÇO	AÇÕES	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS FISICAS	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	EXERCICIO PREVISTOS/ANOS
SUBVENÇÃO A ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS E BENEFICENTES	Financiamento dos 03 serviços não governamental (Asilo, APAE e Grupo da Melhor Idade)	- Auxiliar na manutenção das entidades no sentido de garantir os serviços por elas prestados.	- Alocar recursos para a manutenção das entidades com recursos disponíveis,	- atender as 03 entidades não governamentais do município.	- Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO FAMILIAR	financiamento e manutenção de 01 unidade de apoio socioeducativo (SCFV)	- Melhorar cada vez mais os serviços ofertados pelo SCFVascriançase adolescentes em situação de Vulnerabilidade social.	- Alocar recursos para a manutenção de entidade com recursos disponíveis,	- atendemos de 100 crianças e adolescentes atualmente, mas a cobertura deverá ser de 100%	- Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO FAMILIAR	- Implantação e manutenção de oficinas de capoeira	- Ofertar atividade de capoeira as crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e idosos do SCFV	- Manutenção a oferta da atividade de karatê as crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos do município.	- Atendemos de 120 crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e idosos atualmente, mas a cobertura deverá ser de 100%	- Órgão gestor	2026 2027 2028 2029

SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF	- Contratação do Coordenador do CRAS	- Contratação de 01 profissional de ensino superior concursado para assumir a coordenação do CRAS e realizar a gestão e organização do CRAS.	- Garantir junto ao poder executivo municipal a contratação de um profissional de ensino superior para a Coordenação do CRAS	01 Coordenador com formação de ensino superior	- Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF	- Contratação de mais 01 educador social e 03 oficineiros.	- Acrescentar mais funcionários no quadro a fim de melhorar e aumentar o número de vagas aos serviços prestados pelo CRAS e SCFV	- garantir junto ao poder executivo municipal com recursos próprios e/ou PAIF a contratação mais 01 educador social e 03 oficineiros para oportunizar maior oferta de atividades aos usuários do CRAS e SCFV.	- 01 educador social e 03 oficineiros para atender 300 pessoas	- Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
Brechó Municipal	- Atividade continuada junto à comunidade em geral.	- Angariar roupas, cobertas e sapatos através de doações voluntárias pra atender pessoas em situação de vulnerabilidade.	- através de Campanha anual e continuada através da sensibilização e participação da população para doação roupas, cobertas e sapatos junto à comunidade em geral.	-Atenderfamílias ou indivíduos fragilizados econômica e socialmente em situação de risco, de acordo com a demanda.	CRAS e Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
CENTRO DE CONVIVENCIA PARA O IDOSO	- Construção do Centro de Convivência para o Idoso no Município.	- Construir um Centro de Convivência para Idosos do município, para que tenham um espaço físico próprio e adequado para suas limitações e aptidões.	- Alocar recursos financeiros junto a órgãos pertinentes das três esferas de governo para a construção do Centro de Convivência para o IdosonoMunicípio	- Construção de um do Centro de Convivência para o Idoso no Município para atender 150 idosos	Órgão gestor	2026 2027
CENTRO DE CONVIVENCIA PARA O IDOSO	Aquisição de Equipamento para o Centro de Convivência para o Idoso no Município.	- Adquirir e equipar o Centro de Convivência para Idosos do município, para que tenham condições de desenvolver as atividades necessárias e comuns aos idosos.	- Alocar recursos financeiros junto a órgãos pertinentes das três esferas de governo para equipar o Centro de Convivência para o Idoso no Município	- No Centro de Convivência para o Idoso no Município para atender 150 idosos.	Órgão gestor	2026 2027 2028 2029

12. SOCIAL CONTROLE

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA SERCIÇO - CRIAÇÃO DA LEI DOS DIRITOS RACIAIS E VIOLENCIA CONTRA A MULHER	AÇÕES elaborar a lei de criação, formar o conselho, elaborar o plano e criar o CNPJ	OBJETIVOS Estruturar o conselho	ESTRATÉGIAS Mobilizar a comunidade e organizações a fins para que isso ocorra	METAS FISICAS 01	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO SMAS	EXERCICIO PREVISTOS/ANOS 2026

AMPLIAR OS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS NO CONTROLE DOS SERVIÇOS	Utilizar dos meios de comunicação local existentes ampliando e socializando as	Atingir toda a população durante o ano.	Realizar eventos, palestras, fóruns e chamamento para as reuniões do CMAS, buscando a adesão e maior participação dos usuários no controle e avaliação dos serviços,	Realização de 04 a 05 eventos, estimulando o maior número possível de usuários da política de assistência do município.	Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DO CMAS, CMDCA, CMDPD, CMDREM	Realizações de 02 Conferenciam Municipais do CMAS	-Tratar da Política Municipal de Assistência Social e eleger os membros do CMAS	Ampla divulgação da realização das conferências junto as entidades, programas, projetos, grupos e seus usuários e também a comunidade em geral chamando a atenção para o evento e sua importância diante a política municipal de assistência social.	02 conferencias	Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
CONFERÊNCIAS MUNICIPAISDOCMDCA	Realização de 02 Conferências MunicipaisdoCMDCA	-Tratar da Política Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente e eleger os membros do CMDCA	Ampla divulgação da realização das conferências junto às entidades, programas, projetos, grupos e seus usuários e também a comunidade em geral chamando a atenção para o evento e sua importância diante a política municipal voltada aos Direitos da Criança e do adolescente.	02 conferencias	Órgão gestor	2026
CAPACITAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS CMDCA E CONSELHO TUTELAR	- Participação efetiva dos cursos de capacitação e qualificação aos membros do Conselho Tutelar e CMDCA	- Oportunizar acesso a informações especializadas e temas pertinentes no intuito de que os conselheiros estejam cada vez esclarecidos sobre as questões e assim possam estar atuando como multiplicadores de informações.	- Estimular e ofertar cursos de capacitação a todos os conselheiros para que possam estar mais aptos e cientes frentes as questões e demandas da política voltada aos Direitos da Criança e do adolescente.	Ofertar pelo menos 02 cursos ao ano	Órgão gestor/ Estado/ União	2026 2027 2028 2029

REALIZAÇÃO DE CAMPANHA PARA DOAÇÃO NO FUNDO DO CMDCA – IMPOSTO DE RENDA	Campanha constante para a doação e arrecadação de recursos financeiros para o FMDCA	- Estimular a doação espontânea pelas pessoas físicas e jurídicas de recursos antes destinados ao Imposto de Renda direcionando rapidamente para a política de atendimento a criança e ao adolescente de nosso município.	- Ampla divulgação dos critérios de Doação, Vantagens e Benefícios diretos que a doação trás, através de meio de comunicação local, regional, carro de som, panfletagens cartazes.	01 única campanha e de duração permanente junto a toda a sociedade.	Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE GUARDA SUBSIDIADA – PROGRAMA	- Funcionamento legal e efetivo da Lei Municipal de Guarda Subsidiada de crianças e adolescentes e sua constante campanha de divulgação	- Elaborar os mecanismos e instrumentos legais de funcionamento da Lei e buscar adesão das famílias ao programa.	-- ampla divulgação dos critérios de como família acolhedora, através de meio de comunicação local, regional, carro de som, panfletagens cartazes.	Programa permanente e divulgação constante junto a sociedade, para atender de acordo com a demanda.	Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS DO CMAS E/OU PROFISSIONAIS DA REDE DE SERVIÇO	- Participação efetiva dos cursos de capacitação e qualificação aos membros do CMAS	- Oportunizar acesso a informações especializadas e temas pertinentes no intuito de que os conselheiros estejam cada vez esclarecidos sobre as questões e assim possam estar atuando como multiplicadores de informações	- Estimular e ofertar cursos de capacitação a todos os conselheiros para que possam estar mais aptos e cientes frentes as questões e demandas da política voltada a assistência social como um todo.	Ofertar pelo menos 02 cursos ao ano	Órgão gestor	2026 2027 2028 2029
CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DO IDOSO	Realização de 02 Conferências Municipais do Idoso	-Tratar da Política Municipal dos Direitos do Idoso eleger os membros do CMDI	Ampla divulgação da realização das conferências junto as entidades, programas,	02 conferencias	Órgão gestor	2028

			projetos, grupos e seus usuários e também a comunidade em geral chamando a atenção para o evento e sua importância diante a política municipal voltada aos Direitos dos Idosos.			
CAPACITAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DO IDOSO	- Participação efetiva dos cursos de capacitação e qualificação aos membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso	- oportunizar acesso a informações especializadas e temas pertinentes no intuito de que os conselheiros estejam cada vez esclarecidos sobre as questões e assim possam estar atuando como multiplicadores de informações	- Estimular e ofertar cursos de capacitação a todos os conselheiros para que possam estar mais aptos e cientes frentes as questões e demandas da política voltada aos Direitos do Idoso.	Ofertar pelo menos 02 cursos ao ano	Órgão gestor	2026 2027 2028 2029

13. BENEFÍCIOS EVENTUAIS ASSISTENCIAIS
I - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA SERCIÇO	AÇÕES	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS FISICAS	RESPONSÁV EL PELA EXECUÇÃO	EXERCICIO PREVISTOS/A NOS
ATENDIMENTO INTREGRAL AO BENEFICIÁRIO DO BPC, OU POSSÍVEL BENEFICIÁRIO QUANTO AO SEU ENCAMINHAMENT O AO INSS.	Aprimorar o acesso às ações de inserção e acompanhame nto do Benefício de Prestação Continuada no Município de Guaraci-PR.	-Realizar o mapeamento no município para identificar as pessoas que tenham direito ao BPC e garantindo o acesso aos mesmos; -Divulgar sobre o Benefício de Prestação Continuada nos meios de comunicação local; -Identificar os beneficiários já inclusos no BPC. -Conhecer a realidade dos beneficiários e seus familiares; - Inserir os beneficiários e seus familiares na rede socioassistencial e demais políticas setoriais; - Realizar o acompanhamento às famílias dos beneficiários do BPC;	-Realizar a identificação das pessoas com deficiência e idosos que tem direito ao Benefício de Prestação Continuada – BPC; -realizar atendimento aos beneficiários; orientar e avaliar os critérios e documentação; -encaminhamento ao INSS e acompanhamento do processo. -Divulgar o Benefício de Prestação Continuada – BPC, nas redes de comunicação locais, e ampla divulgação nas reuniões com a rede governamental e não governamental das áreas de saúde, educação, assistência social e nas reuniões dos Conselhos Municipais existentes no município. -E distribuição de panfletos e materiais sobre os critérios para inserção ao BPC. -Realizar o mapeamento dos beneficiários do BPC inclusos do município. -Elaborar um formulário para orientar as visitas domiciliares nas coletas de dados e obtenção de informações necessárias quanto à estrutura familiar do beneficiário, e assuntos sobre: composição familiar, saúde, educação, habitação, etc., do beneficiário e seus familiares. -Realizar visitas domiciliares nas residências dos beneficiários do BPC e seus familiares (zona urbana e rural), para coleta de dados sobre a estrutura familiar dos mesmos. Através do formulário do cadastro sócio econômico, que visa realizar um levantamento de dados sobre composição familiar, saúde, educação, habitação, etc. -Encaminhar os beneficiários e suas famílias para atendimentos na rede socioassistenciais e nas políticas setoriais presentes no município. -Realizar acompanhamento contínuo aos beneficiários e os seus familiares.	- Atender de acordo com a demanda	CRAS	2026 2027 2028 2029

II - BENEFÍCIO EVENTUAL

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA SERCIÇO	AÇÕES	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS FISICAS	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	EXERCICIO PREVISTOS /ANOS
BENEFÍCIOS EVENTIAIS	Financiamento dos serviços já existentes (plantão social, atendimento sociofamiliar, cesta básica, auxílio funeral, auxílio natalidade, documentação pessoal para usuário, passagem e etc.)	-Atender os usuários em extrema carência nas suas necessidades emergenciais, encaminhando-os para um trabalho de adesão e participação nas atividades do CRAS, buscando a reversão da situação e fortalecendo-o como cidadão.	-Atender os usuários em extrema carência nas suas necessidades emergenciais, e encaminhá-lo e trazê-lo para dentro dos programas ofertados pelo CRAS.	Atender os benefícios eventuais durante o ano com de acordo com a demanda, uma previsão de 350 pessoas e /ou famílias por ano	CRAS	2026 2027 2028 2029

III - TRANSFERÊNCIA DE RENDA

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA SERCIÇO	AÇÕES	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS FISICAS	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	EXERCICIO PREVISTOS/ANO S
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FEDERAL BOLSA FAMÍLIA E	Melhorar em todos os aspectos e potencializar o setor responsável pelo	- Recadastrar todas as famílias com o perfil compatível com o programa e acompanhá-las	- Através de busca ativa e a procura de demanda espontânea, procurar manter o	338 beneficiários do PBF	CRAS/GOVERNO FEDERAL	2026 2027 2028

CADASTRO ÚNICO	recadastramento e operacionalização do sistema de cadastro.	adequadamente	cadastro do usuário atualizado e para isso será utilizado os recursos do IGD, como também o acompanhamento sistemático dessas famílias pela equipe do CRAS.			2029
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NOSSA GENTE PARANÁ	- Manutenção dos dados e acompanhamentos dos beneficiários do Programa Nossa Gente Paraná	- Recadastrar todas as famílias com o perfil compatível com o programa e acompanhá-las adequadamente.	- Através de busca ativa e a procura de demanda espontânea, procurar manter o cadastro do usuário atualizado.	famílias de alta vulnerabilidad e social são no município são 247, famílias, mas , somente 47 destas estão incluídas no programa Nossa Gente Paraná	CRAS	2026 2027 2028 2029

14. METAS ESTABELECIDAS

14.1. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

OBJETIVO: APRIMORAR as ações e serviços relativos à Proteção Social Básica no município de Guaraci, tendo como base a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do SUAS.

DIRETRIZ: Fortalecer a Proteção Social Básica como espaço de proteção efetiva e prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais.

PROGRAMA	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**META**	**PERÍODO**				**FONTE DE FINANCIAMENTO**		
			2026	**2027**	**2028**	**2029**	**MUNICIPAL**	**ESTADUAL**	**FEDERAL**
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF	-Atendimento a famílias, indivíduos, idosos e deficientes em situação de vulnerabilidade social,	Pretende-se atender grupo de 20 famílias, mensalmente.	X	X	X	X	X		X
	Manutenção do PAIF	-Aquisição de 03 computadores para o CRAS	X	X			X	X	
	-Grupo de Convivência da Terceira Idade do CRAS	Pretende-se atender 01 grupo de 100 idosos quinzenalmente.	X	X	X	X	X		X
	- Atendimento sócio-educativo a crianças e adolescentes entre 07 a 17 anos e idosos.	- atender 07 grupos com 30 participantes com atividades voltadas aos interesses e necessidades dos usuários.	x	x	x	x	x		x
	-Grupo de Gestantes beneficiárias do Programa Bolsa Família	- 01 grupo e terá duração constante e atenderá a demanda existente. A capacidade será de até 15 participantes ou mais caso haja demanda.	X	X	X	X	X		X
	Cursos de Qualificação profissional de preparo para o mercado de trabalho para os usuários da Assistência Social.	- Atender 05 grupos de 20 pessoas	X	X	X	X	X		X
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO FAMILIAR	Grupo: oficinas de convivência e de trabalho socioeducativo para famílias, seus membros e indivíduos com atividades artesanais, culturais e temáticas pertinentes que permita o trabalho de estreitamento e	Pretende-se atender 3 grupos de 20 pessoas semanalmente.	X	X	X	X	X		X
	fortalecimento do vínculo familiar								
PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Programa Leite das Crianças;	- Atendemos 108 crianças atualmente, mas a cobertura deverá ser de 100%	X	X	X	X	X	X	
CAMPANHAS SOCIOEDUCATIVAS	- Atividade junto à comunidade em geral.	- Realizar 03 Campanhas com temas pertinentes e apropriados que desperte a participação e mobilização de se prevenir situação de risco a membros da sociedade em geral.	X	X	X	X	X		

14.2. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

OBJETIVO: APRIMORAR as ações e serviços relativos à Proteção Social Especial de Média Complexidade no município de Guaraci, tendo como base a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do SUAS.

DIRETRIZ: Fortalecer a Proteção Social Especial de Média Complexidade como espaço de proteção, apoio, orientação e acompanhamento de indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direito.

PROGRAMA	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FONTE DE FINANCIAMENTO		
			2026	2027	2028	2029	MUNICIPA L	ESTADUAL	FEDERAL
MÉDIA COMPLEXIDADE: ATENDER CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM SEUS DIREITOS VIOLADOS.	Serviço de orientação e apoio sócio familiare encaminhamentos a casa de apoio familiar.	Encaminhame ntos e atendimento de acordo com a demanda	X	X	X	X	X	X	X
MÉDIA COMPLEXIDADE: ATENDER CRIANÇA E ADOLESCENTES COM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM LA E PSC	Manter a estrutura técnico-operacional de atenção individualizada com acompanhamento criança e adolescentes com medidas socioeducativas em LA e PSC	Atendimento e encaminhame nto de acordo com a demanda	X	X	X	X	X	X	X

MÉDIA COMPLEXIDADE ASSESSORAR O CONSELHO TUTELAR E DAR ATENDIMENTO A DEMANDA POR ELE INDICADA	- Assessoramento e suporte técnico e legal aos Conselheiros Tutelares para que consigam realizar o trabalho de defensor de direitos com êxito.	Assessoramen to constante de 05 conselheiros	X	X	X	X	X	X	
ALTA COMPLEXIDADE: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS	Garantir e Manter o apoio técnico social e financeiro a entidades conveniadas e manutenção de subvenções ao Asilo- Lar da Divina Providência de Guaraci.	Atender 01 entidade com 25 internos	X	X	X	X	X	X	X
ALTA COMPLEXIDADE: GARANTIR O APOIO A CASA LAR- ABRIGAMENTO INSTITUCIONAL (CRIANÇA E ADOLESCENTE).	Garantir e Manter o apoio técnico social e financeiro a entidades conveniadas e manutenção de subvenções a Casa Lar de Jaguapitã	Manutenção de01convênio	X	X	X	X	X	X	
MÉDIA COMPLEXIDADE: MANUTENÇÃO AO PROJETO GUARA.	Manter o projeto destinado a criança e adolescente já com seus direitos violados	Atender de acordo com a demanda	X	X	X	X	X	X	
IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	Contratação de 01 técnico administrativo concursado para o SINASE	01 técnico administrativo		X	X	X	X		
IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	Contratação de 01 Assistente Social- SINASE	01 Assistente Social		X	X	X	X		
IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	Contratação de 01 Pedagogo (a)- SINASE	01 Pedagogo (a)		X	X	X	X		
IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	Contratação de 01 Psicóloga (o)- SINASE	01 Psicóloga (o)		X	X	X	X		
IMPLANTAÇÃO DO SINASE NO MUNICÍPIO	- Adquirir Equipamento de Informática com Impressora, permanente e de consumo para o SINASE	- equipar o 01 programa SINASE		X	X	X	X		
ALTA COMPLEXIDADE: SERVIÇO DE ATENÇÃO A PESSOAS USUÁRIAS DE DROGAS, ÁLCOOL, VITIMA DE VIOLÊNCIA E GRAVIDEZ PRECOCE E SUAS FAMÍLIAS	Programa de apoio sócio-familiar para famílias e usuários de drogas, alcoolismo, vítima de violência, gravidez precoce e qual quer situação de risco pessoal de social.	Ofertar e manter 01 serviço de atendimento e encaminhame nto dessa demanda.		X	X	X	X	X	
ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	Eleger os membros do Conselho Tutelar através do Processo de votação de toda a comunidade	Eleição de 05 membros titulares do Conselho Tutelar e suplentes para a continuação de 01 conselho		X			X		

14.3. GESTÃO DO SUAS

OBJETIVO: Aprimorar as estratégias de gestão para garantir a execução das ações previstas na Política Municipal de Assistência Social, em todos os níveis de Proteção.

DIRETRIZ: FORTALECER a gestão do SUAS a nível municipal.

PROGRAMA	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FONTE DE FINANCIAMENTO		
			2026	2027	2028	2029	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL
SUBVENÇÃO A ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS E BENEFICENTES	Financiamento dos 05 serviços não governamental (APAE, Grupo da Melhor Idade, Lar da divina Providencia)	- atender as 05 entidades não governamenta is do município.	X	X	X	X	X	X	X
PROJETO SCFV	- Revilatização, financiamento e manutenção de 01 unidade de apoio sócio-educativo	- atendemos de 150 crianças e adolescentes atualmente, mas a cobertura deverá ser de 100%	X	X	X	X	X	X	X
PROJETO CAPOEIRA	- manutenção do Projeto	- atendemos de 120 crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e idosos atualmente, mas a cobertura deverá ser de 100%	X	X	X	X	X		X
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF	- Contratação do Coordenador do CRAS	01 Coordenador com formação de ensino superior	X	X			X	X	X
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF	- Contratação de 01 educador social e 02 oficineiros.	- 05 educadores sociais e 02 oficineiros para atender 300 pessoas	X	X	X	X	X	X	X
BRECHÓ MUNICIPAL	- Atividade junto à comunidade em geral.	- Atender famílias ou indivíduos fragilizados econômica e socialmente emsituaçãode risco, de acordo com a demanda.	X	X	X	X	X		
CENTRO DE CONVIVENCIA PARA O IDOSO	- Construção do Centro de Convivência para o Idoso no Município.	- Construção de um do Centro de Convivência para o Idoso no Município para atender 150 idosos	X	X			X	X	X
CENTRO DE CONVIVENCIA PARA O IDOSO	Aquisição de Equipamento para o Centro de Convivência para o Idoso no Município.	- No Centro de Convivência para o Idoso no Município para atender 150 idosos.		X	X	X	X	X	X

14.4. CONTROLE SOCIAL

OBJETIVO: Apoiar os conselhos enquanto instâncias deliberativas, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, como forma de democratizar a gestão.

DIRETRIZ: FORTALECER o controle social do SUAS.

PROGRAMA	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FONTE DE FINANCIAMENTO		
			2026	2027	2028	2029	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL
AMPLIAR OS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS NO CONTROLE DOS SERVIÇOS	Utilizar dos meios de comunicação local existentes ampliando e socializando as	Realização de 04 a 05 eventos, estimulando o maior numero possível de usuários da política de assistência do município.	X	X	X	X	X		
CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DO CMAS	Realizações de 02 Conferenciam Municipais do CMAS	02 conferencias	X	X	X	X	X		
CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DO CMDCA	Realização de 02 Conferências Municipais do CMDCA	02 conferencias	X		X		X		
CAPACITAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS CMDCA E CONSELHO TUTELAR	-Participaçãoefetiva dos cursos de capacitação e qualificação aos membros do Conselho Tutelar e CMDCA	Ofertar pelo menos 02 cursos ao ano	X	X	X	X	X	X	X
Realização de Campanha para doação no Fundo do CMDCA – Imposto de Renda	Campanha constante para a doação e arrecadação de recursos financeiros para o FMDCA	01 única campanha e de duração permanente junto a toda a sociedade.	X	X	X	X	X		

Implementação da Lei de Guarda Subsidiada – Programa	- Funcionamento legal e efetivo da Lei Municipal de Guarda Subsidiada de crianças e adolescentes e sua constante campanha de divulgação	Programa permanente e divulgação constante junto à sociedade, para atender de acordo com a demanda.	X	X	X	X	X		
Capacitação dos Conselheiros do CMAS e/ou Profissionais da Rede de Serviço	- Participação efetiva dos cursos de capacitação e qualificação aos membros do CMAS	Ofertar pelo menos 02 cursos ao ano	X	X	X	X	X	X	X
CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DO IDOSO	Realização de 02 Conferências Municipais do Idoso	02 conferencias	X		X		X		

14.5. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

PROGRAMA	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**META**	**PERÍODO**				**FONTE DE FINANCIAMENTO**		
			2026	**2027**	**2028**	**2029**	**UNICIPAL**	**ESTADUAL**	**FEDERAL**
ATENDIMENTO INTREGRAL AO BENEFICIÁRIO DO BPC, OU POSSÍVEL BENEFICIÁRIO QUANTO AO SEU ENCAMINHAMENTO AO INSS.	Aprimorar o acesso às ações de inserção e acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada no Município de Guaraci- PR.	- Atender de acordo com a demanda	X	X	X	X	X		X

14.6. BENEFÍCIO EVENTUAL

PROGRAMA	**AÇÃO ESTRATÉGICA**	**META**	**PERÍODO**				**FONTE DE FINANCIAMENTO**		
			2026	**2027**	**2028**	**2029**	**MUNICIPAL**	**ESTADUAL**	**FEDERAL**
BENEFÍCIOS EVENTIAIS	Financiamento dos serviços já existentes (plantão social, atendimento sociofamiliar, cesta básica, auxílio funeral, auxílio natalidade, documentação pessoal para usuário, passagem e etc.)	Atender os benefícios eventuais durante o ano com de acordo com a demanda, uma previsão de 350 pessoas e /ou famílias por ano	X	X	X	X	X		

14.7. TRANSFERÊNCIA DE RENDA

PROGRAMA	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FONTE DE FINANCIAMENTO		
			2026	**2027**	**2028**	**2029**	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FEDERAL BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO	Melhorar em todos os aspectos e potencializar o setor responsável pelo recadastramento e operacionalização do sistema de cadastro.	234 beneficiários do PBF	X	X	X	X	X		X
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL FAMÍLIA PARANAENSE	- Manutenção dos dados e acompanhamentos dos beneficiários do Programa Família Paranaense	76 beneficiários do Programa Família Paranaense	X	X	X	X	X	X	

15. RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

15.1. SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA:

Para as famílias e crianças de até 06 anos:

- Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS;

- Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS;- Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
- Melhoria da qualidade de vida das famílias residentes no território de abrangência do CRAS.

Para adolescentes e jovens de 15 a17 anos:

- Aumento no número de jovens que conheçam as instâncias de denúncia e recurso em casos de violação de seus direitos;

- Aumento no número de jovens autônomos e participantes na vida familiar e comunitária, com plena informação sobre seus direitos e deveres;

- Junto a outras políticas públicas, reduzir índices de: violência entre os jovens; uso/abuso de drogas; doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce.

Para idosos:

- Melhoria da condição de sociabilidade de idosos;

- Redução e Prevenção de situações de isolamento social e de institucionalização.

Para pessoas com deficiência e idosas:

- Prevenção da ocorrência de situações de risco social tais como o isolamento, situações de violência e violações de direitos, e demais riscos identificados pelo trabalho de caráter preventivo junto aos usuários;
- Redução e prevenção de situações de isolamento social e de abrigamento institucional;

- Redução da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência;

- Famílias protegidas e orientadas;

- Pessoas com deficiência e pessoas idosas inseridas em serviços e oportunidades;

- Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;

- Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais.

15.2- SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL:

- Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência;

- Orientação e proteção social a Famílias e indivíduos;

- Acesso a serviços socioassistenciais e das políticas públicas setoriais;

- Identificação de situações de violação de direitos socioassistenciais;

- Melhoria da qualidade de vida das famílias.

Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC).
- Acessos aos direitos socioassistenciais;

- Redução e prevenção de situações de isolamento social e de abrigamento institucional;

- Fortalecimento da convivência familiar e comunitária;

- Melhoria da qualidade de vida familiar;

- Redução dos agravos decorrentes de situações violadoras de direitos;

- Proteção social e cuidados individuais e familiares voltados ao desenvolvimento de autonomias.

Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, adultos e famílias, mulheres em situação de violência, jovens e adultos com deficiência e idosos:
- Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência;

- Prevenção da presença de pessoas em situação de rua e de abandono;

- Indivíduos e famílias protegidas;

- Construção da autonomia;

- Indivíduos e famílias incluídas em serviços e com acesso a oportunidades;

- Rompimento do ciclo da violência doméstica e familiar.

Serviço de acolhimento em família acolhedora/guarda subsidiada:

- Crianças e adolescentes protegidos por suas famílias e com seus direitos garantidos;

- Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência;

- Desinstitucionalização de crianças e adolescentes.

16. RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS
16.1. RECURSOS MATERIAIS
ESPAÇO FÍSICO (atualmente no CRAS)
- 01 sala de recepção com acesso para as pessoas com necessidades especiais;
- 04 salas de atendimento individual;
- 01 copa;
- 01 almoxarifado;
- 01 sala de reuniões pra mais de 30 pessoas
- 03 banheiros no CRAS

EQUIPAMENTOS:
- 01 computadores completos de mesa todos com internet;- 06 notebooks com internet;
- 01 aparelho de som com caixa de som e microfone;
- 01 aparelho de DATASHOW,
- 05 impressoras, sendo 03 com Xerox;
- 01 mesa grande para reuniões;
- 60 cadeiras estofadas;
- 03 bebedouros elétricos;
- 01 geladeira;
- 01 fogão;
- 01 microondas;
- 01 ventiladores de chão;
- 03 ventiladores de teto;
- 03 prateleiras de aço;
- 07 mesas de escritório;
- 06 arquivos em aço;
- 03 armários de madeira embutidos;
- 10 armários de aço;

ESPAÇO FÍSICO (atualmente no Órgão Gestor- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL)
- 01 sala de recepção com acesso para as pessoas com necessidades especiais;
- 01 sala de atendimento individual e trabalho administrativo;
- 01 banheiro;

EQUIPAMENTOS:
- 02 notebooks com internet;
- 03 impressoras com Xerox;
- 06 cadeiras estofadas;
- 02 bebedouros elétrico;
- 01 ventiladores, sendo um de chão;
- 07 ar condicionado
- 02 mesas de escritório;
- 05 arquivos em aço;
- 09 armários de aço;

16.2 - RECURSOS HUMANOS
16.2.1-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (EQUIPE EXISTENTE)

Nome	Função	Área de Formação	Carga horária	Vinculo Empregatício
Mismonia Ferreira Gomes	Secretária Municipal/Gestora	Gestão Pública	40 horas semanais	Comissionada
Ana Maria Biacio	Assistente Social	Assistente Social	40 horas semanais	Estatutária

16.2.2. CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS (EQUIPE EXISTENTE):

Nome	Função	Área de Formação	Carga horária	Vinculo Empregatício
Josimara da Cruz	Assistente Social e Coordenadora do CRAS	Serviço Social	40 horas semanais	Estatutária
Mariele Rosa dos Santos	Psicóloga	Psicologia	30 horas semanais	Estatutária
Damaris da Silva Valéria	Oper acionadora do PBF	Secretariado	40 horas semanais	Comissiona
Antônio Correia	Motorista	Ensino médio	40 horas semanais	PSS
Anderson Castilho Zago	Morotista	Gestão pública	40 horas semanais	Estatutária
Maria José Guerra	Serviços gerais	Ensino fundamental	40 horas semanais	Estatutária

17. RECURSOS FINANCEIROS

União R$ 2026	União R$ 2027	União R$ 2028	União R$ 2029	Estado R$ 2026	Estado R$ 2027	Estado R$ 2028	Estad o R$ 2029	Município R$ 2026		Município R$ 2027		Município R$ 2028		Município R$ 2029		TOTAL
								FMAS	OUTROS	FMAS	OUTROS	FMAS	OUTR OS	FMAS	OUTROS	
232.106,9 3	246.033, 34	260.795,34	276.443,0 6	1.575.000, 00	75.000,00	75.000,00	75.000, 00	1.060.583, 07	115.380,0 0	1.123 .572, 86	122.302,8 0	1.191 .136, 69	129.6 40,97	1262. 537,5 1	137.419,43	**7.957.952,00**
00	00	00	00	00	00	00	00	114.608,0 0	17.679,00	121.4 85,00	18.741,00	128.7 75,00	19.86 8,00	136.5 00,00	21.062,00	**578.718,00**
29.013,37	30.754,1 7	32.599,42	34.555,38	00	00	00	00	19.400,00	220.938,0 0	20.56 4,00	269.194,2 8	21.79 7,84	242.0 00,00	23.10 5,80	258.691,49	**1.202.613,75**

00	00	00	00	00	00	00	00	20.704,00	00	21.95 0,00	00	23.27 0,00	00	24.67 0,00	00	**90.594,00**
00	00	00	00	00	60.000,00	60.000,00	60.000, 00	300.000,0 0	36.000,00	318.0 00,00	38.160,00	337.0 80,00	40.50 0,00	357.3 00,00	42.930,00	**1.649.970,00**
158.858,0 0	158.858, 00	158.858,00	158.858,0 0	00	00	00	00	5.000,00	00	5.000 ,00	00	5.000 ,00	00	5.000 ,00	00	**20.000,00**
237.012,0 0	237.012, 00	237.012,00	237.012,0 0	7.040,00	7.040,00	7.040,00	7.040,0 0	00	00	00	00	00	00	00	00	**948.208,00**
12.448.055,75																

18. COBERTURA DE REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS
Entende-se por Política Pública de Assistência Social o conjunto de ações, serviços, programas, projetos e atividades destinados à garantia do atendimento das necessidades básicas no que tange:
- à proteção especial à pessoa em risco pessoal e social;

- à prevenção da marginalidade, do abandono, da exclusão social de pessoas, famílias e grupos em desvantagem social;
- à promoção social de segmentos populacionais desfavorecidos ou socialmente vulneráveis, mediante ações de estímulo à participação, à organização social e comunitária, à construção e ao exercício pleno da cidadania;
- à inserção social como forma de tornar o destinatário alcançável pelas demais políticas;
- ao combate à fome, à miséria e à pobreza, mediante ações emergenciais em articulação com ações estruturantes.

Como já foi abordado anteriormente o CRAS, atende a demanda existente para proteção social básica, e em conjunto com o Órgão Gestor, as demandas de proteção social especial, quando aparecem. E quando necessárias estas são encaminhadas para os serviços regionalizados e ministério público.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Atendimento sociofamiliar, Concessão dos Benefícios Eventuais, Enfrentamento á Pobreza, Capacitação Socioprofissional, Inserção No Programa Leite das Crianças, Inclusão Produtiva Para Beneficiários do PBF E BPC, Atendimento Circunstancial Emergencial (Plantão Social), Concessão de Outros Benefícios Socioassistenciais.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Atendimento Especializado às Vítimas de Violência e Abuso Sexual, Execução de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, articulação com abrigamento asilar para idosos, Atendimento Social, Serviço de Atendimento Especializado ás Famílias com direito violado e/ou com Medidas de Proteção e combate ao abuso sexual.

Neste sentido o CRAS atua de forma articulada com a rede proteção e prestadora de serviços no Município que se compõe por:

ÁREA DA EDUCAÇÃO

· 02 Instituições que atendem crianças de 0 a 05 anos, sendo: Centro de Educação Infantil Recanto da Alegria – Distrito de Bentópolis. E o Centro de Educação Infantil Pequenópolis – Guaraci.

· 04 estabelecimentos de ensino: Escola Municipal Wilson Jan de Giuli; Escola Estadual Carmela Dutra – Guaraci; Escola Municipal Nair Aparecida Arruda Camargo Clímaco; Escola Estadual Emílio de Menezes – Distrito Bentópolis.

· APAE – Mantenedora Escola Rafael de Oliveira, centrada nas seguintes áreas: defesas dos direitos, prevenção da deficiência, promoção da saúde, educação, profissionalização, assistência social, esporte, lazer, cultura, estudos e pesquisas, assistência ao idoso portador de deficiência, capacitação e aperfeiçoamento técnico-profissional.

ÁREA DA SAÚDE

Guaraci possui um Centro Municipal de Saúde de atendimento 24 horas, de atendimento generalista sendo este público assistido por dois Programas de Saúde da Família localizados nos bairros e distrito que atuam na prevenção e promoção da saúde da família e 1 estabelecimento de vigilância sanitária que promove o enfrentamento às diferentes endemias locais, bem como atuam na fiscalização da limpeza do meio urbano.

O município de Guaraci não conta com hospital, mas toda demanda que necessita de atendimento hospitalar, quando não tratável na unidade local de saúde, é encaminhado ao município de referência que é Rolândia com quem firmou convênio e se o caso for mais grave segue para Londrina para unidade mais avançada gravidade dependendo da situação do paciente. Por ser uma unidade mais avançada em pleno funcionamento, a Unidade Municipal Básica de Saúde com atendimento 24 horas, oferece serviços nas áreas médicas: clínico geral, pediatria, odontologia, imunologização, psiquiatria, vigilância sanitária, controle endêmico e epidemiológico.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

No atendimento de 87 crianças e adolescente, na faixa etária de 06 a 18 anos, o município conta com o Projeto Municipal “SCFV”, que atende em período matutino e vespertino, ofertando cursos de informática básica, língua inglesa, recreação, artesanato, música e outros. O projeto atende diversas crianças e adolescentes vindos de famílias de baixa renda e vulnerabilidade social encaminhadas pelo CRAS.

IDOSO

O Município possui a Associação da Terceira Idade “Viva Bem Viva Melhor”, desde o ano de 2009. Tem também o SCFV para idoso onde são desenvolvidas atividades de integração e socialização, como aulas de alongamento e produção de peças artesanais.

Referente à política de atenção especial e alta complexidade destinada ao idoso o município conta com o Lar Da Divina Providência, instituição assistencial que atende atualmente 20 idosos, com 35 anos de funcionamento, tem como finalidade abrigar em regime de internato, pessoas idosas de ambos os sexos, em situações de pobreza, abandono e mendicância.

A manutenção financeira da instituição é feita por contribuições mensais dos internos ou responsáveis das aposentadorias, promoções, doações espontâneas da comunidade, empresas e órgãos públicos. Atualmente a casa atende 18 internos. Para adentrarem a casa a idade mínima é 60 anos, tanto para homem quanto para mulher e ser aposentados, pois são os benefícios que auxiliam na manutenção da entidade.

Guaraci já constituiu a lei municipal dos direitos dos idosos, inclusive com o conselho formado, plano e CNPJ do idoso com a participação da sociedade civil em compô-lo, e os casos de violência contra idosos são encaminhados à Secretaria de Assistência Social local e ao CRAS, que realiza as devidas intervenções e quando necessário, recorre ao Ministério Público, no sentido de salvaguardar a vida e dignidade do idoso vitimado.

FAMÍLIA

Na Assistência as famílias, o Centro de Referência da Assistência Social trabalha de forma articulada com as entidades sociais que atendem mensalmente uma média de 129 famílias consideradas carentes, baixa renda, em situação de vulnerabilidade e risco social segundo o RMA mensal, fornecendo-lhes cesta básica quando necessário ou qualquer outro benefício eventual; estimulando-as a participarem de trabalhos em grupos para fortalecimento de vínculos familiares e também encaminhando-os para o mercado de trabalho.

19. INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Este Plano de Assistência será também avaliado e aperfeiçoado ao longo do desenvolvimento das atividades, com o objetivo de registrar alterações necessárias e aprimorar suas ações. Trata-se de um instrumento de planejamento, logo, se adequará conforme as condições que se estabelecerem no âmbito das oportunidades da assistência social nas três esferas de governo, com a criação de novos programas e extinção de outros, de acordo com o que for preconizado pela Política de Assistência Social.

Cada programa, projeto ou serviço aqui descrito tem previsto seu sistema de monitoramento e avaliação, de forma qualitativa e quantitativa, cujo resultado deverá embasar anualmente a atualização do Plano Municipal.

Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal de Assistência Social o acompanhamento das metas e ações previstas neste documento, assim como a avaliação anual dos objetivos atingidos e metas a serem repactuadas.

Os indicadores em nível municipal de monitoramentos e avaliação estão sendo formulados em conjunto entre as entidades, CRAS, Órgão Gestor e Conselho Municipal de Assistência Social, através de formulário especifico para cada serviço ofertado, observando sua eficácia, cobertura, acessibilidade, envolvimento e atenção ao usuário, a ser respondido pelos próprios usuários semestralmente, no intuito de que em conjunto, buscarmos alternativas de melhorias e melhor qualidade aos serviços prestados, otimizando os recursos financeiros e pessoais.

Isso já vem sendo formulação e implantado como um sistema de informação próprio da política de assistência social municipal, pois se trata de uma providência urgente e uma ferramenta essencial para consolidar a política municipal de assistência social em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e para a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Capacitação do SUAS-PNC/SUAS**. Volume 1, Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

NOB-RH Anotada e Comentada-Brasília, DF; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

NOB-RH/SUAS: Norma Operacional Básica de Recursos Humano do Sistema Único de Assistência Social. Brasília DF: Senado Federal, 2006.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei n° 8.742 de 7 de dezembro de 1993, publicada no Diário Oficial da união – DOU de 8 de dezembro de 1993.

BRASIL. **Concelho Nacional de Assistência Social**. Estratégias e metas para implementação da Política Nacional de Assistência Social: os 10 direitos socioassistenciais. Brasília, DF: V Conferência Nacional de Assistência Social, 05 de dezembro de 2005.

Conselho Nacional de Assistência Social. Lei n° 12.435 de 06 de junho de 2011. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/cnas>. Acesso em 07 de dezembro de 2021

Guaraci **Prefeitura Municipal de Guaraci**. Disponível em http://www.guaraci.pr.gov.br Acesso em: 14 de dezembro de 2025

Portal da Transparência. Disponível em < https://www.portaldatransparencia.gov.br > Acesso em: 14 de dezembro de 2025

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília,** Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **CADERNO CapacitaSUAS. PLANOS DE ASSISTENCIA SOCIAL: DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO.** V. 3,Ministério do Desenvolvimento social e combate à Fome/ Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica. BRASÍLIA, 1ª ed., MDS, 2008.

Ministério da Previdência e Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MPAS, Secretaria de Estado da Assistência Social. 2004. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Rio de janeiro: IBGE, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Secretaria Nacional de Assistência Social.
Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Documento base – Fichas de Serviços. Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social–2004**.
Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Norma Operacional Básica–/Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2005.

APROVAÇÃO DO CMAS

Parecer do CMAS:

O parecer do Conselho Municipal de Assistência Social de Guaraci-PR aprova o Plano Municipal de Assistência Social 2026/2029 por entender que o mesmo está em consonância e atende as normas e diretrizes definidas e determinadas pela Política Nacional de Assistência Social e pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS e estar a atender as necessidades e realidade do município.

Data da reunião: 14/07/2026
Conselheiros presentes na aprovação:
- **DAMARIS VALÉRIA DA SILVA**
- **LORENA ALZIRA DE SOUZA ALEXANDRE**
- **DALILA ALVES BARBOZA**
- **RICARDO HENRIQUE PRADO MARÇAL**
- **ADRIANA FULGENCIO DOS ANJOS**
- **PAULO HENRIQUE PADILHA**
- **PAMELA KATIUCI NUNES GONÇALVES ARRABAÇA**
- **ALISSON DA SILVA CARDOS0**

- **CLEUSON RAMOS DA SILVA**
- **MARLETE CAVALCANTE DA COSTA**
- **GABRIELLY KAROLINE GOMES KECK**
- **JOSIMARA DA CRUZ MATHEUS**
- **MARIELE ROSA DOS SANTOS PORTUGUÊS**
- **MISMONIA FERRERA GOMES**
- **ANA MARIA BIACIO**

- Ata n°: 07/2026
- Resolução n°: 14/2026
- Publicação: **Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná-AMP**

JOSIMARA DA CRUZ MATHEUS
Presidente Do CMDCA - Guaraci

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:4F66A9D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 044/2026

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL
PROFESSOR E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Nº. 001/2026

A PREFEITURA DE IPORÃ, Estado do Paraná, por meio do INSTITUTO OMNI, na forma prevista no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, torna público a Retificação do Edital de Homologação Resultado Final nº 001/2026 que dispõe sobre a abertura de inscrições do **CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS OBJETIVAS, PRÁTICAS E DE TÍTULOS**, visando selecionar candidatos, conforme segue:

I-Constam no Anexo I – Resultado Final – Ampla Concorrência e Candidatos Negros – Professor e Professor de Educação Infantil – Retificado

II-Constam no Anexo II – Resultado Final – Candidatos Negros - Professor e Professor de Educação Infantil – Retificado

III- Este Edital entra em vigor a partir da sua publicação.

IPORÃ - PR, 05 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito do Município de Iporã – PR

Anexo I - Resultado Final - Ampla Concorrência e Candidatos Negros - Professor e Professor de Educação Infantil - Retificado												
PROFESSOR - IPORÃ												
INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	INS. NASC.	LP	MAT	CG	CE	PDT	PP	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
416	ROSILAINE MATOS DOS SANTOS	29/07/1988	6	6	6	24	3,9	30	75,9	1º	Classificado	Ampla Concorrência
608	ANDRÉA DE OLIVEIRA SOUZA LUIZ	09/04/1989	6	8	4	22	6	29	75	2º	Classificado	Ampla Concorrência
659	SILVANA SOARES DE SOUZA COGO	01/09/1980	10	4	6	22	3,4	29,5	74,9	3º	Classificado	Pretos ou Pardos
499	ALANA CAMILE GOMES BARGAS	06/03/1998	8	6	6	24	3,2	27,5	74,7	4º	Classificado	Ampla Concorrência
648	ALINE FRANCIELI VICTOR	17/05/1989	8	8	4	18	5,7	30	73,7	5º	Classificado	Ampla Concorrência
763	JOAQUIM OSÓRIO BRONDANI	04/01/1996	8	10	8	18	0	29	73	6º	Classificado	Ampla Concorrência
377	CAROLINE NASCIMENTO MATIAS	04/09/1997	8	8	6	16	5	30	73	7º	Classificado	Pretos ou Pardos

586	ELIANA APARECIDA BURGO DE OLIVEIRA	13/10/1984	8	6	2	24	2,9	30	72,9	8º	Classificado	Pretos ou Pardos
31	SOLANGE ILZA MAAS VISNADI	29/03/1980	4	8	4	20	6	30	72	9º	Classificado	Ampla Concorrência
709	MÁRCIA CRAVEIRO ALVES RADO	08/08/1982	8	8	6	20	-	28,5	70,5	10º	Classificado	Ampla Concorrência
462	JÉSSICA MARIA PORTO MARTINELI	16/04/2006	8	8	6	22	-	26	70	11º	Classificado	Ampla Concorrência
613	VILMA BALIEIRO MENDES	08/01/1973	10	6	6	20	1	27	70	12º	Classificado	Pretos ou Pardos
430	TALITA DAIANE PAULINO HUNGARO	23/10/1990	8	8	4	18	2	30	70	13º	Classificado	Ampla Concorrência
764	ISABELLY CIGIOTTO SINDEAUX SANTANA	13/03/2009	6	10	6	18	-	30	70	14º	Classificado	Ampla Concorrência
429	JANAINE MARQUES DE LIMA POLLI	08/12/1987	6	8	4	16	6	30	70	15º	Classificado	Ampla Concorrência
646	FABIANA DIAS DE ALMEIDA BULIANI	05/11/2000	8	6	2	20	3,9	30	69,9	16º	Classificado	Pretos ou Pardos
688	JULIANA GATTI DA SILVA	14/11/1995	6	8	6	20	3	26	69	17º	Classificado	Pretos ou Pardos
221	SIMONE SILVA DE SOUZA	23/05/1995	8	4	4	22	4,8	26	68,8	18º	Classificado	Ampla Concorrência
220	GISLENE SILVA DE SOUZA	11/04/1997	6	2	6	22	5,1	27	68,1	19º	Classificado	Ampla Concorrência
228	DÉBORA FERREIRA DIAS	22/06/1988	8	2	4	20	5	29	68	20º	Classificado	Ampla Concorrência
75	TATIANE NUNES BIRNFELD MISTURA	12/05/1997	6	4	8	20	-	30	68	21º	Classificado	Ampla Concorrência
577	ANA PAULA DE SOUZA FERNANDES	25/01/1981	10	8	6	22	4,5	17	67,5	22º	Classificado	Ampla Concorrência
335	CAROLINE BISPO LOURENCO BOMBARDE	09/09/1993	8	6	4	20	-	29	67	23º	Classificado	Ampla Concorrência
240	SHEILA GONÇALVES GOMES	06/05/1998	6	4	6	18	4	29	67	24º	Classificado	Ampla Concorrência
744	REGIANE BELINI SILVA	16/03/1984	6	8	6	14	2,2	30	66,2	25º	Classificado	Ampla Concorrência
231	SARA DOS SANTOS DA SILVA	07/07/1999	6	2	8	16	3,9	30	65,9	26º	Classificado	Ampla Concorrência
55	CAROLINE KIENEN DE AZEVEDO	22/03/1996	6	4	4	18	3,7	30	65,7	27º	Classificado	Ampla Concorrência
742	VERA LÚCIA JERÔNIMO FONSECA	16/03/1974	8	6	4	24	0	23	65	28º	Classificado	Ampla Concorrência
566	ALESSANDRA REGINA PEREIRA	18/12/1993	6	4	8	20	1,2	25	64,2	29º	Classificado	Ampla Concorrência
727	PATRÍCIA VICENTE DE SOUZA PILEGI	15/03/1984	8	8	4	16	-	27	63	30º	Classificado	Pretos ou Pardos
527	ANA FLÁVIA SILVA DE AZEVEDO	10/12/1998	6	6	4	20	1,6	24,5	62,1	31º	Classificado	Ampla Concorrência
237	MARTA FERNANDES DOS SANTOS FIGUEIRA	10/11/1987	8	2	6	18	4,2	23	61,2	32º	Classificado	Ampla Concorrência
208	ALINE TAINÁ CRUZ	26/12/1995	6	8	4	16	2,9	24	60,9	33º	Classificado	Pretos ou Pardos
219	ELIDIANE PADOVANI	01/07/1985	10	4	4	18	1,5	22	59,5	34º	Classificado	Ampla Concorrência
666	CAMILA FERNANDA DA SILVA VALENCIO VILVERT	20/02/1994	8	4	4	16	2,3	25	59,3	35º	Classificado	Ampla Concorrência
174	DANIELA KELI OLIVEIRA DOS SANTOS	09/01/1990	6	6	2	16	5,1	24	59,1	36º	Classificado	Ampla Concorrência
588	DANIELY ALVES SILVA DOS SANTOS	26/11/1996	8	4	2	18	4,1	17	53,1	37º	Classificado	Ampla Concorrência
186	PAULA CRISTIANI FAVERO MARINO	03/11/1984	8	0	4	22	3,1	15	52,1	38º	Classificado	Ampla Concorrência
15	REGIANI BARBOSA	04/06/1985	6	4	6	18	1,6	15	50,6	39º	Classificado	Ampla Concorrência

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - IPORÃ

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	INS. NASC.	LP	MAT	CG	CE	PDT	PP	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
707	ANA CLARA MOREIRA	07/06/2004	8	10	6	24	3	28	79	1º	Classificado	Ampla Concorrência
485	DAIANA LUCIA ANTUNES BARDO GONZAGA	17/06/1988	6	10	4	26	-	30	76	2º	Classificado	Ampla Concorrência
184	DIEGO DA SILVA JAMARCHI	17/02/1992	6	6	8	26	-	30	76	3º	Classificado	Ampla Concorrência
53	ANALIGIA DE SANTANA ABREU	10/06/1998	8	6	4	24	3,3	29	74,3	4º	Classificado	Ampla Concorrência
64	KAMILLA VIANA SANTOS	05/03/1993	6	8	8	20	3	28	73	5º	Classificado	Pretos ou Pardos
497	CARLA FERNANDA STASHAKI	11/12/1999	6	4	4	28	-	30	72	6º	Classificado	Ampla Concorrência
541	IASMIM DE FREITAS COSTA	27/01/2000	6	6	8	26	-	26	72	7º	Classificado	Ampla Concorrência
366	MARIA VITÓRIA DOS SANTOS	01/05/2002	6	10	4	22	-	29,5	71,5	8º	Classificado	Ampla Concorrência
559	ANA PAULA CURTI	13/09/1984	6	4	6	24	1	30	71	9º	Classificado	Ampla Concorrência
133	ALANA COSTA ARAUJO	27/03/2003	8	2	4	26	-	30	70	10º	Classificado	Ampla Concorrência
63	CAUANI DA SILVA TACONI	27/07/2000	6	6	4	26	-	27	69	11º	Classificado	Ampla Concorrência
719	LUDEMILA REGINA PICCIRILO	24/11/1980	4	10	6	18	3	28	69	12º	Classificado	Ampla Concorrência
672	MILENA MARCIANO FERREIRA	11/04/2004	8	2	4	24	-	30	68	13º	Classificado	Ampla Concorrência
319	GABRIELA MORAIS ALVES DOS SANTOS	25/07/1994	6	4	4	24	-	30	68	14º	Classificado	Ampla Concorrência
103	MELISSA DOS SANTOS MORANDIM	26/12/2006	6	4	6	20	3	29	68	15º	Classificado	Ampla Concorrência
357	ANA CAROLINE LOPES BERNARDINO	24/08/1995	8	4	4	22	1	28	67	16º	Classificado	Ampla Concorrência
596	AUGUSTA APARECIDA COSTA	26/02/1977	6	8	2	22	-	29	67	17º	Classificado	Ampla Concorrência
661	LUZIA PATRÍCIA CABRAL FRANKOSKI	13/12/1986	4	4	8	22	-	29	67	18º	Classificado	Ampla Concorrência
599	GISLENE LOPES DE MATTOS	29/07/1984	10	6	6	24	-	20	66	19º	Classificado	Ampla Concorrência
346	RAYSSA SILVA DOS SANTOS	31/05/2005	6	4	4	24	-	28	66	20º	Classificado	Ampla Concorrência

342	OHANA BENTO MAIA CARRILHO	08/10/2001	8	4	4	20	1	29	66	21º	Classificado	Ampla Concorrência
185	JANAINA APARECIDA SOLES ROCHA	22/12/1982	6	4	6	22	1,8	25,5	65,3	22º	Classificado	Pretos ou Pardos
181	THAIS FERNANDA DANTAS	05/04/1989	6	4	6	16	3	30	65	23º	Classificado	Pretos ou Pardos
471	BRIZZIANE BRIZZI SOUZA	07/01/1994	4	4	6	16	6	29	65	24º	Classificado	Ampla Concorrência
385	ADRIANA BUENO DOS SANTOS	01/03/2007	6	6	6	18	0,3	28	64,3	25º	Classificado	Ampla Concorrência
282	CÁTIA CRISTINA DOS SANTOS MOURA	25/01/1988	6	4	4	20	-	30	64	26º	Classificado	Ampla Concorrência
320	LETICIA GONÇALVES HORTA	04/04/1984	8	2	6	18	-	29	63	27º	Classificado	Ampla Concorrência
508	PRICILA TALITA DE PAULA BIANCHINI	19/05/1987	6	8	6	12	6	25	63	28º	Classificado	Ampla Concorrência
617	SIMONI SIBIM KUSSUDA	27/11/1989	6	8	4	20	-	23	61	29º	Classificado	Ampla Concorrência
383	YASMIM DA SILVA	04/06/1997	6	6	6	24	2,2	16,5	60,7	30º	Classificado	Ampla Concorrência
131	KAUANA DOS SANTOS FRANCISCO	26/08/1997	6	4	6	18	2,3	24	60,3	31º	Classificado	Ampla Concorrência
675	LIVIA LOPES RITTA PRIULI	23/12/2002	8	2	8	16	0,3	26	60,3	32º	Classificado	Ampla Concorrência
500	MARIA EDUARDA ZANINELLO DE AZEVEDO GALANI	05/10/2003	4	2	2	22	3	27	60	33º	Classificado	Ampla Concorrência
459	IRANI DE AGUIAR MERCENAS BRITO	22/03/1979	4	6	4	20	2	24	60	34º	Classificado	Pretos ou Pardos
760	SELMA DIAS DOS SANTOS FLORIANO	20/02/1980	6	0	6	24	1,3	22	59,3	35º	Classificado	Pretos ou Pardos
447	LUANA CRISTINA COGO	17/12/2004	6	2	4	22	3	21,5	58,5	36º	Classificado	Ampla Concorrência
153	VITORIA DE OLIVEIRA MARCO	15/09/1996	8	4	2	20	-	24	58	37º	Classificado	Ampla Concorrência
364	GABRIELA VIANA DA SILVA	05/09/2002	6	4	8	16	-	22	56	38º	Classificado	Ampla Concorrência
285	AMANDA LOPES SOUZA DE AGUIAR	07/11/1994	6	2	4	22	0	19	53	39º	Classificado	Ampla Concorrência
644	MATHEUS DIAS DE ALMEIDA	20/10/2003	6	2	6	22	-	15	51	40º	Classificado	Pretos ou Pardos

Anexo II - Resultado Final - Ampla Concorrência e Candidato Negro - Professor e Professor de Educação Infantil - Retificado

PROFESSOR - IPORÃ

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	INS. NASC.	LP	MAT	CG	CE	PDT	PP	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
659	SILVANA SOARES DE SOUZA COGO	01/09/1980	10	4	6	22	3,4	29,5	74,9	1º	Classificado	Pretos ou Pardos
377	CAROLINE NASCIMENTO MATIAS	04/09/1997	8	8	6	16	5	30	73	2º	Classificado	Pretos ou Pardos
586	ELIANA APARECIDA BURGO DE OLIVEIRA	13/10/1984	8	6	2	24	2,9	30	72,9	3º	Classificado	Pretos ou Pardos
613	VILMA BALIEIRO MENDES	08/01/1973	10	6	6	20	1	27	70	4º	Classificado	Pretos ou Pardos
646	FABIANA DIAS DE ALMEIDA BULIANI	05/11/2000	8	6	2	20	3,9	30	69,9	5º	Classificado	Pretos ou Pardos
688	JULIANA GATTI DA SILVA	14/11/1995	6	8	6	20	3	26	69	6º	Classificado	Pretos ou Pardos
727	PATRÍCIA VICENTE DE SOUZA PILEGI	15/03/1984	8	8	4	16	-	27	63	7º	Classificado	Pretos ou Pardos
208	ALINE TAINÁ CRUZ	26/12/1995	6	8	4	16	2,9	24	60,9	8º	Classificado	Pretos ou Pardos

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - IPORÃ

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	INS. NASC.	LP	MAT	CG	CE	PDT	PP	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
64	KAMILLA VIANA SANTOS	05/03/1993	6	8	8	20	3	28	73	1º	Classificado	Pretos ou Pardos
185	JANAINA APARECIDA SOLES ROCHA	22/12/1982	6	4	6	22	1,8	25,5	65,3	2º	Classificado	Pretos ou Pardos
181	THAIS FERNANDA DANTAS	05/04/1989	6	4	6	16	3	30	65	3º	Classificado	Pretos ou Pardos
459	IRANI DE AGUIAR MERCENAS BRITO	22/03/1979	4	6	4	20	2	24	60	4º	Classificado	Pretos ou Pardos
760	SELMA DIAS DOS SANTOS FLORIANO	20/02/1980	6	0	6	24	1,3	22	59,3	5º	Classificado	Pretos ou Pardos
644	MATHEUS DIAS DE ALMEIDA	20/10/2003	6	2	6	22	-	15	51	6º	Classificado	Pretos ou Pardos

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:0F45C25C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL DE MALLET
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

REPUBLICAÇÃO

Julho 2025 a Junho 2026

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")
Em Reais R$

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	173.714,52	167.977,00	167.977,00	167.977,00	167.977,00	234.641,52	173.923,09	186.957,53	198.911,27	180.345,40	190.360,55	183.683,78	2.194.445,66	0,00
Pessoal Ativo	173.714,52	167.977,00	167.977,00	167.977,00	167.977,00	234.641,52	173.923,09	186.957,53	198.911,27	180.345,40	190.360,55	183.683,78	2.194.445,66	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	154.389,74	148.652,22	148.652,22	148.652,22	148.652,22	206.987,31	148.652,22	160.987,65	171.554,06	153.616,19	162.146,99	156.459,79	1.909.402,83	0,00
Obrigações Patronais	19.324,78	19.324,78	19.324,78	19.324,78	19.324,78	27.654,21	25.270,87	25.969,88	27.357,21	26.729,21	28.213,56	27.223,99	285.042,83	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposen., Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
O. Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Tercei. (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Tercei. (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução N. TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	173.714,52	167.977,00	167.977,00	167.977,00	167.977,00	234.641,52	173.923,09	186.957,53	198.911,27	180.345,40	190.360,55	183.683,78	2.194.445,66	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	89.574.312,57	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.650.000,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	-
(-)(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	944.491,33	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV – V – VI – (VII)	86.979.821,24	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	2.194.445,66	2,52%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	5.218.789,27	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	4.957.849,81	5,70%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%	4.696.910,35	5,40%

FONTE:
Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Unidade Responsável: CÂMARA MUNICIPAL MALLET.

Emissão: 05/08/2026

NOTAS:
1. Aplica-se também ao Poder Legislativo esta MEMÓRIA DE CÁLCULO, no entanto, se faz necessário ajustá-la de acordo com o disposto na LRF.
2. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores da coluna: "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)", relativos aos valores inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos. No entanto, excepcionalmente, para o exercício de 2023, considerando que houve ajuste no cálculo desta coluna, estes valores poderão ser divergentes dos apurados em 2022.
3. Na linha denominada "Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao da apuração" não serão apresentados valores, tendo em vista que no momento que a entidade efetua o reconhecimento e apropriação de despesas não empenhadas, por meio da utilização das tabelas: DespesaNaoEmpenhada e ApropriacaoDespesaNaoEmpenhada do SIM-AM, estes valores já são incluídos/deduzidos nas respectivas linhas do demonstrativo de acordo com a despesa (Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis; Obrigações Patronais...).
4. A partir de 2021, os valores repassados ao RPPS a título de cobertura de insuficiências financeiras e déficit financeiro, especificamente nas contas cdClasse + cdGrupo + cdSubGrupo + cdTitulo + cdSubtitulo + cdItem + cdSubItem = 3.5.1.3.2.01.01 e 3.5.1.3.2.02.01, serão deduzidos dos valores apurados na linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados do quadro da DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF), deste demonstrativo. Destaca-se, ainda, que a partir de 2022 cada poder (executivo e legislativo) deverá efetuar o repassse para cobertura do déficit para possibilitar o ajuste do cálculo.
5. De acordo com o art. 15, da LC 178, o Poder ou órgão cuja despesa total com pessoal ao término do exercício de 2021 estiver acima do limite estabelecido no art 20 da LRF poderá eliminar o excesso à razão de, pelo menos, 10% (dez por cento) a cada exercício a partir de 2023, de forma que, ao final de 2032, cada Poder ou órgão esteja enquadrado nos limites estabelecidos no art. 20 da LRF.
5.1. A verificação da redução será apresentada no demonstrativo do último quadrimestre/semestre de cada ano, a partir de 2023.
5.2. Caso a redução de 10% não tenha sido observada ao final de determinado exercício, aplicam-se as restrições do §3º do art. 23 da LRF. No entanto, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadrimestre do exercício seguinte, as restrições serão suspensas a partir da constatação da redução.
5.3. Caso o Poder ou órgão se enquadre no limite antes do prazo de 10 anos estabelecido pela Lei, eles passarão a observar, no momento do enquadramento, as contagens de prazo e as disposições do art. 23 da LRF.
5.4. O disposto no art. 15 da LC 178/2021 não se aplica aos Poderes ou órgãos que não estiverem com o limite da despesa com pessoal excedido ao final do exercício de 2021. Assim, caso o ente ultrapasse o limite em momento posterior (por exemplo, no primeiro quadrimestre/semestre de 2022) deverá observar as contagens de prazo e as disposições estabelecidas no caput do art. 23 da LRF.
6. A Instrução Normativa TCE/PR 56/2011, a partir de agosto/22, deixa de ser aplicada para fins de apuração do índice de pessoal com base na Instrução Normativa TCE/PR 174/2022, publicada em 16/08/2022 no Diário Eletrônico do TCE-PR.
7. A STN, para 2023, considera a dedução dos recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22, no demonstrativo da despesa de pessoal na linha denominada Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária. No mapeamento da STN esta linha tem a seguinte denominação: Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais. Esta situação está retratada no MAPEAMENTO DOS DEMONSTRATIVOS FISCAIS – 13ª EDIÇÃO - SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES - 28/04/2023 - endereço https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:20080. Igualmente para a linha de dedução da RCL, do item de dedução "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (IV)", que foi renomeado para "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)", no cálculo da "RCL Ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal", conforme as alterações efetuadas na nova versão do MDF 13ª edição, publicada em 28/04/2023.

SERJO GRYCZAK
Presidente

PAULO JULIANO CHOMA
Contador CRC-PR 44.864/O-0

Publicado por:
Fernando Roberto Arkaten
Código Identificador:C6694F8E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 14/2026 RETIFICAÇÃO EDITAL CLASSIFICAÇÃO FINAL CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

A membra da Comissão Especial do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paula Freitas, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** a **RETIFICAÇÃO EDITAL CLASSIFICAÇÃO FINAL**, conforme segue:

Art.1º - Restou constatada a existência de mero erro material, no que tange exclusivamente a Classificação do cargo de Mecânico, deve ser corrigido. Desta forma fica divulgado a RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL, conforme segue:

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL – AMPLA CONCORRÊNCIA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

INSC	NOME	OBJETIVA	PRÁTICA	TAF	TÍTULO	FINAL	CLASS	CARGO	NASCIMENTO	LP	MAT	CG	CE
23815858	DANIEL KOTRICH STANISZEWSKI	81.20	60.25			81.20	1	MECÂNICO	24/01/1994	0.00	8.00	6.00	67.20
23812699	LAUTAIR MOREIRA DA CRUZ	63.20	51.00			63.20	2	MECÂNICO	02/06/1980	6.00	2.00	2.00	53.20

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Paula Freitas, em 05 de agosto de 2026.

Registre-se e Publique-se.

PATRICIA HERMANN DOMINGUES
Membro Da Comissão
Portaria 033/2026

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:D3485BAA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO EXTRATO TERMO ADITIVO CIEE/PR

RETIFICAÇÃO

Na retificação do extrato de termo aditivo de contrato publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 07/07/2026 , onde se leu:

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO
SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 366/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ - CIEE/PR
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Contratação de agente de integração especializado, conforme previsto na Lei Federal nº 11.788/2008, para prestação de serviços de administração de Programa de Estágio para atender o Município de Realeza.
ADITIVO: Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, reajustar o valor da prestação dos serviços, de acordocom a tabela abaixo, conforme faculta o disposto no Art.65,parágrafo 8°, da lei n° 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações subsequentes.

Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço contratado	Preço Reajustado	Valor Total Final
LOTE: 001	1	74617	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIAÇÃO DE contratos entre o Município de Realeza e estudantes regularmente matriculados em Instituições de Ensino Médio (regular e EJA – Educação de Jovens e Adultos), profissionalizante de nível médio e superior (graduação e pós-graduação), com frequência efetiva, para fins de estágios curriculares supervisionados, possibilitando aos estudantes a aplicação de conhecimentos teóricos, práticos e o aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, não acarretando qualquer vínculo empregatício.	UNID	1.440	7,34	7,99	R$ 11.505,60
LOTE: 001	2	74621	AUXÍLIO TRANSPORTE	UNID	1.440,00	R$ 64,18	Sem Reajuste	R$ 92.419,20
LOTE: 001	3	74622	BOLSA AUXÍLIO	UNID	1.440,00	R$ 1.638,48	Sem Reajuste	R$ 2.359.891,20
Total máximo Final R$ 2.463.816,00								

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução dopresente contrato, para o período de 16 de julho de 2027, conforme faculta o disposto no Artigo art .57, inciso II, da lei n° 8.666/93 de 21/06/93 esuas alterações subsequentes.

REFERENTE: PREGÃO Nº 96/2023
DATA DA ASSINATURA: 06/07/2026

Leia-se:

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO
SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 366/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ - CIEE/PR
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Contratação de agente de integração especializado, conforme previsto na Lei Federal nº 11.788/2008, para prestação de serviços de administração de Programa de Estágio para atender o Município de Realeza.
CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, reajustar o valor da prestação dos serviços, de acordo com a tabela abaixo, conforme faculta o disposto no Art.65,parágrafo 8°, da lei n° 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações subsequentes.

Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço Atual	Preço Reajustado	Valor Total Final
LOTE: 001	1	74617	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIAÇÃO DE contratos entre o Município de Realeza e estudantes regularmente matriculados em Instituições de Ensino Médio (regular e EJA – Educação de Jovens e Adultos), profissionalizante de nível médio e superior (graduação e pós-graduação), com frequência efetiva, para fins de estágios curriculares supervisionados, possibilitando aos estudantes a aplicação de conhecimentos teóricos, práticos e o aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, não acarretando qualquer vínculo empregatício.	UNID	1.440	7,88	8,13	R$ 11.707,20
LOTE: 001	2	74621	AUXÍLIO TRANSPORTE	UNID	1.440,00	R$ 64,18	Sem Reajuste	R$ 92.419,20
LOTE: 001	3	74622	BOLSA AUXÍLIO	UNID	1.440,00	R$ 1.638,48	Sem Reajuste	R$ 2.359.411,20
Total máximo Final R$ 2.463.537,60								

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução do presente contrato, para o período de 16 de julho de 2027, conforme faculta o disposto no Artigo art .57, inciso II, da lei n° 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações subsequentes.
CLÁUSULA TERCEIRA: As demais Cláusulas do mencionado Contrato Administrativo permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

REFERENTE: PREGÃO Nº 96/2023
DATA DA ASSINATURA: 06/07/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:612E53BC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

PODER LEGISLATIVO
BALANCETE DAS DESPESAS - MÊS 07/2026

ESTADO DO PARANÁ												Exercício de 2026		
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA												Período de: Janeiro a Julho		
Balancete da Despesa (Detalhamento mensal pago)														
ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA BOA VISTA														
Parâmetros: Consolidado: N; Assinatura: {"valor":"8793","descricao":"Balancete de Despesa CM / 1990-01-01"}; Tipo de Período: NO; Tipo do Recurso: TODOS; Exercício: 2026; Colunas: CLP; Mês Início: 1; Listar despesas orçamentárias por: NPO; Categoria do Recurso: TODOS; Demonstrar despesas: O; Mês Fim: 7; Entidades: [{"valor":"2726","descricao":"CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA BOA VISTA"}] - Versão: 64 de 31/03/2026 15:14:16														
Natureza da despesa (LOA)	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	91.711,33	91.711,33	105.232,35	102.604,83	91.795,25	118.557,85	112.349,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	713.962,70	

3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0,00	15.590,92	15.590,92	15.590,92	15.972,37	15.972,37	16.001,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.718,82
3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL	0,00	17.031,42	18.759,73	37.100,14	26.176,56	3.171,37	7.609,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.848,81
3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	0,00	1.671,34	4.911,04	1.454,32	190,75	1.341,00	4.220,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.789,14
3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	82,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82,80
3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.961,90	31.856,97	15.956,28	23.089,85	57.766,95	28.558,29	38.334,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.524,39
3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	900,00	961,11	961,11	961,11	961,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.744,44
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	56.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.650,00
Total:	**97.573,23**	**158.823,09**	**161.494,23**	**180.801,17**	**249.512,99**	**167.600,88**	**178.515,51**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.194.321,10**

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA	***PAULA CRISTINA DIAS***	***ANDREA DE LIMA SILVA***
Presidente	Contadora	Controle Interno

Publicado por:
Paula Cristina Dias Ramos
Código Identificador:6924B26D

